SIGPUB - SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARANÁ
ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Paraná , 05 de Outubro de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Paraná • ANO XV | Nº 3630

Expediente:
Associação dos Municípios do Paraná - AMP

Diretoria AMP
Diretoria 2023 / 2024

CHAPA: "JUNTOS, CONSTRUIR O PARANÁ QUE QUEREMOS!"

CARGO	NOME PREFEITO	MUNICÍPIO	REGIÃO
PRESIDENTE	EDIMAR APARECIDO PEREIRA DOS SANTOS	SANTA CECILIA DO PAVÃO	AMUNOP
1º VICE-PRESIDENTE	SERGIO ONOFRE	ARAPONGAS	AMEPAR
2º VICE-PRESIDENTE	ROBERTO REIS DE LIMA	GOIOERÊ	COMCAM
3º VICE-PRESIDENTE	EDEMÉTRIO BENATO JÚNIOR	INÁCIO MARTINS	AMCESPAR
1º SECRETÁRIO	MARCIANO VOTTRI	VITORINO	AMSOP
2º SECRETÁRIO	JULIO CESAR DA SILVA LEITE	TERRA RICA	AMUNPAR
1º TESOUREIRO	EMERSON TOLEDO PIRES	CAMBIRA	AMUVI
2º TESOUREIRO	SUZIE PUCILLO ZANATTA	ASTORGA	AMUSEP
DIRETOR DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS E POLÍTICAS	ROBERTO CORDEIRO JUSTUS	GUARATUBA	AMLIPA

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056.2026

AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 056/2026
Processo Adm: Nº 095/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação e manutenção elétrica, preventiva e corretiva, nos prédios públicos e na rede de iluminação pública do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Anexo I - Termo de Referência e neste Edital.
Empresas vencedoras valor total: R$ 99.400,00 (noventa e nove mil e quatrocentos reais): **LUIS SCOTINI SOLUCAO ELETRICA ME** (17236574000166) com os lotes: 1 e 2 no valor total de R$ 99.400,00 (noventa e nove mil e quatrocentos reais).

BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU - PR, 02 de outubro de 2026

RENATO GRASSI
Condutor de Processos

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:1106F28A

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
PRIMEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRAZO - ARP 212/2025

Ata de Registro de Preços 212/2025
Termo Aditivo de Prazo: 1/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 83/2025
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado: NYLAND EQUIPAMENTOS LTDA, ESTABELECIDA NA RUA SANTO DE MARCO, S/N, SALA 01 , CENTRO NA CIDADE DE IRACEMINHA, ESTADO DE SANTA CATARINA.
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de ar condicionado para as Secretarias e Departamentos da Prefeitura Municipal de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital.
Prazo de Vigência: 04/10/2026 à 31/12/2026.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura: 02 de outubro de 2026.

ANTONIO BIANCHINI,
Prefeito Municipal em exercício de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu,02 de outubro de 2026

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:ADFC2075

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO - CONTRATO 317/2023

TERCEIRO EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO
Contrato 317/2023
Termo Aditivo: 003/2026
Licitação: Pregão Eletrônico n° 082/2023
Contratante: MUNICÍPIO DE BOA ESPERANÇA DO IGUAÇU
Contratado:CLINICA PEDIATRA DRA. FABIOLA SERENA EIRELI – ME, inscrita no CNPJ sob nº 27.474.366/0001-59.
Objeto:Contratação de empresa para prestação de serviço médicos na especialidade de PEDIATRIA para atender as necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Boa Esperança do Iguaçu/PR, conforme especificado no Anexo I - Termo de Referência.
Valor Total: R$ 59.999,88 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e oito centavos)
Prazo de Vigência: 04/10/2026 à 04/10/2027.
Foro: Comarca de Dois Vizinhos, Estado do Paraná.
Data de Assinatura:02 de outubro de 2026.

GIVANILDO TRUMI,
Prefeito Municipal de Boa Esperança do Iguaçu.

Boa Esperança do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Renato Grassi
Código Identificador:109019BF

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CC 90033/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONCORRÊNCIA nº 90033/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Concorrência, tipo Menor Preço - Empreitada por Preço Global, nº 90033/2026, e após expirado o prazo recursal, eu Álvaro Denis Ceni Scolaro, Prefeito, torno público a HOMOLOGAÇÃO do

procedimento licitatório em epígrafe e a ADJUDICAÇÃO do objeto às empresas:

Empresas	Valor Total – R$
GERALDO CESAR JUNG	1.650.000,00

Que apresentou o menor preço.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração do Contrato.

É A DECISÃO.

Chopinzinho - PR, 01 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:F2782007

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CHAMAMENTO PUBLICO 3/2026 - AVISO DE SESSÃO PUBLICA

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA
Modalidade: EDITAL DE HABILITAÇÃO DO CHAMAMENTO PÚBLICO 03/2026
Objeto: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA, DEVIDAMENTE INSCRITA, PARA A CONFECÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS TOTAIS E PARCIAIS REMOVÍVEIS, MAXILAR E MANDÍBULA, E CONSERTOS, PARA ATENDER AOS USUÁRIOS DO SUS NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO FUTURA.
Data: 07 de outubro de 2026, às 09:00 (nove) horas.
Local: Auditório do Paço Municipal, situado na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR.
Ficam as proponentes interessadas intimadas a comparecer à sessão pública de abertura dos envelopes e análise dos documentos de habilitação, conforme previsto no item 8 e seguintes do Edital, a fim de definir proponentes habilitadas, na data e local acima indicados.
O Edital encontra-se à disposição dos interessados no Prédio da Prefeitura de Chopinzinho, Divisão de Licitações e Contratos, Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811 – Chopinzinho/PR, das 08:00/12:00 e das 13:00/17:00 horas, e no endereço eletrônico: www.chopinzinho.pr.gov.br. Informações pelo telefone: (46) 9 9937-0154.

ALANA PATRÍCIA LOCATELLI
Membro da Comissão Julgadora

SILVIO DA ROSA
Membro da Comissão Julgadora

LIDIANE FORTES
Membro da Comissão Julgadora

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:F334F859

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90052/2026

Extrato Contrato do Pregão Eletrônico nº 90052/2026. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO, DETONAÇÃO E DESMONTE DE ROCHAS. EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO DO OBJETO: Os serviços deverão ser realizados no Município de Chopinzinho – PR, na Cascalheira localizada na Comunidade da Linha Alegria, parceladamente, de acordo com a necessidade da Administração Municipal, no prazo máximo de 10 (dez) dias após a emissão da NE, sem custo algum de frete. FORMA, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação de certificado de regularidade fiscal (CRF), e/ou documentos destinados a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal (inclusive do Município de Chopinzinho para os licitantes sediados em outro Município da Federação), com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas, Gestão/Unidade: 05.01 DEPTO DE ESTRADAS RURAIS E FROTA MUNICIP, Fonte de Recursos: 000 - Recursos Ordinários (Livres), 504 - Royalties e Outras Compensações Financei, Programa de Trabalho: 2678200142.009 - Manutenção Depto de Estr Rurais e Frota Municipal, Elemento de Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JU, Desdobrado: 2844/2845, Serviços Técnicos Profissionais, Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e ARP nº 315/2026 – DESMONTESC LTDA - Contratada, Valor Total da ARP: R$ 196.000,00 (cento e noventa e seis mil reais). Data da assinatura, Chopinzinho-PR, 01 de outubro de 2026.

ÁLVARO DENIS CENI SCOLARO –
Prefeito.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:64F4DA73

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 43/2026

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 43/2026. Contratante: Município de Chopinzinho – PR. Contratada: Pedreira Santiago Ltda. CNPJ: 77.744.134/0001-41. Objeto: Dilação do prazo de execução contratual por mais 180 (cento e oitenta) dias. Novo prazo de execução: 25/02/2027. Origem: Concorrência Presencial nº 90002/2026. Fundamento Legal: Artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21. Data da assinatura: 02/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Moises de Gasperin, pela Empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:91CA32CC

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO TERMO DE PERMISSÃO DE USO

Espécie: Extrato do 1º Termo Aditivo ao Termo de Permissão de Uso. Permitente: Município de Chopinzinho – PR. Permissionária: Consórcio Intermunicipal de Saúde - CONIMS – Centro Municipal de Especialidades - CME. CNPJ: 00.136.858/0001-88. Objeto: Dilação do prazo de vigência por mais 60 (sessenta) meses. Novo prazo de vigência: 06/12/2031. Origem: Termo de Permissão de Uso de Equipamentos, assinado em 07 de dezembro de 2021, decorrente do Memorando nº 4.844/2020. Fundamento Legal: Lei Municipal nº 3.936/2021 de 02 de dezembro de 2021. Data da assinatura: 02/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Vilmar Schmoller pelo Consórcio Intermunicipal de Saúde CONIMS.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:7A9EF048

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 235/2026

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 235/2026. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Andre Luciano

Gatto. CNPJ: 09.138.411/0001-12. Objeto: Acréscimos de serviços e valores. Valor dos Acréscimos: R$ 22.513,67 (vinte e dois mil, quinhentos e treze reais e sessenta e sete centavos). Valor Total do Contrato: R$ 130.296,75 (cento e trinta mil, duzentos e noventa e seis reais e setenta e cinco centavos). Origem: Concorrência Presencial nº 90025/2026. Fundamento Legal: Artigo 124 e 125 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 01/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Andre Luciano Gatto, pela empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:66F9BC9E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº 298/2025

Espécie: Extrato do 1º Termo de Aditivo ao Contrato nº 298/2025. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: Editora Jornal de Beltrão S/A. CNPJ: 95.420.188/0001-33. Objeto: Dilação do prazo de execução e vigência contratual por mais 12 (doze) meses e reajuste de valor conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). Novo Prazo: 15/10/2027. Valor Total do Aditivo: R$ 129.200,00 (cento e vinte e nove mil e duzentos reais). Origem: Pregão Eletrônico nº 90081/2025. Fundamento Legal: Artigos 106, 107 e 124 da Lei Federal nº 14.133/2021. Data da assinatura: 01/10/2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro, pelo Município e Ivo Antonio Pegoraro, pela empresa.

Publicado por:
Larissa Galvão Costa
Código Identificador:35901A20

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO DA CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N° 90033/2026.

Extrato do Contrato da Concorrência Eletrônica n° 90033/2026. OBJETO: CONTRATAÇÃO EMPRESA ESPECIALIZADA EM CONSTRUÇÃO CIVIL PARA CONSTRUÇÃO UBS TIPO INCLUINDO MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, A SER REALIZADO NO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO/PR. As despesas com a execução do objeto deste contrato correrão à conta dos recursos advindos da dotação orçamentária: Gestão/Unidade: 07.02 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE Fonte de Recursos: 500 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde 580 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO BB EFICIÊNCIA MUNICIPAL. Programa de Trabalho: 1030100071.025 - Reforma, Construção e Ampliação de Estruturas da Saúde Elemento de Despesa: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES Desdobrado: 2761/1860 - POSTOS DE SAÚDE. Nota de Empenho: Não se aplica. Partes: Município de Chopinzinho e: Contrato nº 317/2026 – GERALDO CESAR JUNG LTDA, Valor Total R$ 1.650.000,00 (um milhão seiscentos e cinquenta mil reais). EXECUÇÃO: 210 dias - VIGÊNCIA: 180 dias após o término da execução. Chopinzinho - PR, 01 de outubro de 2026. Assinam: Álvaro Dênis Ceni Scolaro – Prefeito pelo Município e Geraldo Cesar Jung pela Empresa.

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:35589D0E

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
PE 90052/2026 - HOMOLOGAÇÃO

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF.: LICITAÇÃO NA MODALIDADE Pregão Nº 90052/2026

Tendo em vista o resultado do processo licitatório, na modalidade Pregão, tipo Menor Preço - Serviços nº 90052/2026, de 19/08/26, para Registro de Preços e após expirado o prazo recursal, eu ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO, Prefeito, torno público o RESULTADO e a HOMOLOGAÇÃO do procedimento licitatório em epígrafe, inclusive o Ato de ADJUDICAÇÃO do objeto à(s) empresa(s):

Empresa(s)	Valor Total Estimado de Contratação – R$
DESMONTESC LTDA	196.000,00

TOTAL R$	196.000,00

Que apresentou o Menor Preço para Registro.

Após constatada a regularidade dos atos procedimentais, autorizo a elaboração da Ata de Registro de Preços.

É A DECISÃO.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 01/10/26.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Micheli Leticia Dietrich Lazzari
Código Identificador:F2D6B3E4

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1085-2026 - LICENÇA PRÊMIO MARIA JUSARA FERREIRA

PORTARIA Nº 1.084/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Protocolo Eletrônico n.º 2.017/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder Licença Prêmio por Assiduidade de 30 (trinta) dias à servidora Maria Jusara Ferreira, matrícula funcional nº 921-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, referente ao quinquênio aquisitivo de 13 de junho de 2015 a 12 de junho de 2020, para fruição de 05 de outubro de 2026 a 03 de novembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria 1.084/2026.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária, de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:AF165A62

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1086-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS FRANCISCO REINALDO KOPIK

PORTARIA Nº 1.086/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo tramitado através do Protocolo Eletrônico n.º 2.022/2026, no qual restou justificado pela Secretaria de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, o interesse e a necessidade da administração em manter em pleno funcionamento os seus serviços essenciais e observados os dispositivos legais e a disponibilidade financeira,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias do servidor Francisco Reinaldo Kopik, matrícula funcional nº 1562-0, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 05 de fevereiro de 2024 a 04 de fevereiro de 2025, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:5DBB08F0

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1087-2026 - AFASTAMENTO EM RAZÃO DE CASAMENTO BRUNA ALVES DOS SANTOS

PORTARIA Nº 1087/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.364/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. TORNAR PUBLICO que gozou licença em razão de casamento, pelo período de 05 (cinco) dias consecutivos, a servidora Bruna Alves dos Santos, matrícula funcional nº 3984-3, no período de 26 de setembro a 30 de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

CASSIA TRES
Secretária de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Maria Luysa Araujo de Oliveira
Código Identificador:D7A42030

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1088-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS MARIZA DE SOUZA

PORTARIA Nº 1.088/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo tramitado através do Protocolo Eletrônico n.º 2.085/2026, no qual restou justificado pela Secretaria de Assistência Social, Mulher e Direitos Humanos, o interesse e a necessidade da administração em manter em pleno funcionamento os seus serviços essenciais e observados os dispositivos legais e a disponibilidade financeira,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias da servidora Mariza de Souza, matrícula funcional nº 1871-4, ocupante do cargo de Educador/Cuidador Social, referente ao período aquisitivo de 07 de março de 2025 a 06 de março de 2026, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:30D67074

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1089-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS DOLCIMAR LUIZ MORESCO

PORTARIA Nº 1.089/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo tramitado através do Protocolo Eletrônico n.º 5.095/2026, no qual restou justificado pela Secretaria de Infraestrutura Rural e Frotas, o interesse e a necessidade da administração em manter em pleno funcionamento os seus serviços essenciais e observados os dispositivos legais e a disponibilidade financeira,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias do servidor Dolcimar Luiz Moresco, matrícula funcional nº 138-0, ocupante do cargo de Operador de Máquinas, referente ao período aquisitivo de 1º de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:0BA124D8

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1090-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS KELI CAROLINE DE CAMPOS

PORTARIA Nº 1.090/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo n° 63, inciso X, da Lei Orgânica e artigos n° 19 e 20 da Lei Complementar n° 068/2012, de 02/02/2012, e Lei n.º 4.113/2025,

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.192/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 06 (seis) dias de férias da servidora Keli Caroline de Campos, matrícula funcional nº 3685-7, ocupante do Cargo de em Comissão de Chefe da Divisão de Proteção Social Básica, referente ao período aquisitivo de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:E655EA9C

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1091-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS MARIANE APARECIDA FELTRACO

PORTARIA Nº 1.091/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo tramitado através do Protocolo Eletrônico n.º 2.902/2026, no qual restou justificado pela Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, o interesse e a necessidade da administração em manter em pleno funcionamento os seus serviços essenciais e observados os dispositivos legais e a disponibilidade financeira,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias da servidora Mariane Aparecida Feltraco, matrícula funcional nº 2916-7, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 09 de fevereiro de 2024 a 08 de fevereiro de 2025, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias da servidora Mariane Aparecida Feltraco, matrícula funcional nº 3831-6, ocupante do cargo de Professor, referente ao período aquisitivo de 07 de fevereiro de 2025 a 06 de fevereiro de 2026, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:5460E6E2

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1092-2026 - PECÚNIA DE FÉRIAS EDERSON DE QUADROS DA SILVA

PORTARIA Nº 1.092/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o procedimento administrativo tramitado através do Protocolo Eletrônico n.º 1.272/2026, no qual restou justificado o interesse e a necessidade da Administração em manter em pleno funcionamento os seus serviços essenciais e observados os dispositivos legais e a disponibilidade financeira,

RESOLVE:

Art. 1º. Transformar em pecúnia 10 (dez) dias de férias do servidor Ederson de Quadros da Silva, matrícula funcional nº 807-0, ocupante do cargo de Operário, referente ao período aquisitivo de 19 de maio de 2025 a 18 de maio de 2026, com pagamento integral no mês de setembro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:7D9858CD

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1093-2026 - FÉRIAS MARICLEUZA PAIM

PORTARIA Nº 1.093/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.235/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias de 10 (dez) dias à servidora Maricleuza Paim, matrícula funcional nº 1108-1, ocupante do emprego público de Agente Comunitário de Saúde, referente ao período aquisitivo de 1º de julho de 2025 a 30 de junho de 2026, para fruição de 28 a 07 de outubro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

VILMARIZE BUFFON FRARON
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:4B2EC60F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS E SEGURANÇA DO TRABALHO
PORTARIA - 1095-2026 - REVOGA PORTARIA

PORTARIA Nº 1.095/2026

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e pelo Decreto nº 265/2025, de 19 de maio de 2025;

CONSIDERANDO o Memorando Eletrônico n.º 5.405/2026, da Secretaria de Saúde,

RESOLVE:

Art. 1º. Revogar, a partir de 02 de outubro de 2026, a Portaria 1.109/2024, que reduzia a jornada de trabalho da servidora Keli Aparecida Paludo, matrícula funcional nº 3291-2, ocupante do cargo de Técnico em Enfermagem, conforme Decreto 159/2018 e Decreto 325/2025.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE CHOPINZINHO, PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Rosileia Cossa
Código Identificador:C1516E19

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 01/2026 – CGI/SANDBOX CHOPINZINHO

AUTORIZAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 01/2026 – CGI/SANDBOX CHOPINZINHO
O COMITÊ DE GESTÃO DE INOVAÇÃO (CGI), no uso das atribuições do art. 3º do Decreto Municipal nº 85/2026, e considerando a Lei Municipal nº 4.176/2025, a Lei Municipal nº 4.214/2026, o Edital de Chamamento nº 02/2026, o TPC nº 01/2026 (Protocolo 15-1.817/2026), o Plano de Trabalho e a Matriz de Riscos,
RESOLVE:
Art. 1º Conceder **Autorização Temporária** à **RAMBO e RAMBO TECNOLOGIA, MÉTODOS E GOVERNANÇA**, CNPJ nº 52.252.471/0001-90, representada por Daniel Vitor Rambo de Oliveira, para executar, em caráter experimental, o projeto **"LICITA CHOPINZINHO"**, nos termos e limites do **TPC nº 01/2026**, do Edital nº 02/2026, do Plano de Trabalho e da Matriz de Gestão de Riscos, que integram esta Autorização para todos os fins.
Art. 2º Na data de publicação desta Autorização, **não há dispensa regulatória concedida**. A AUTORIZADA deverá observar integralmente a legislação vigente. Eventual flexibilização futura seguirá o art. 7º do Decreto nº 85/2026 e a Cláusula Segunda do TPC, mediante termo aditivo e nova Autorização Temporária.
Art. 3º O prazo de vigência é de **12 (doze) meses**, de **01/10/2026 a 01/10/2027**, prorrogável na forma do TPC e do Decreto nº 85/2026.
Art. 4º O experimento será executado exclusivamente no território do **Município de Chopinzinho/PR**, observados os limites e as condições do TPC e da Matriz de Riscos.
Art. 5º A AUTORIZADA deverá cumprir integralmente as salvaguardas, os deveres de monitoramento, os relatórios periódicos, as obrigações de LGPD, o seguro de responsabilidade civil, o Kill Switch dual e as demais condições do TPC e anexos.
Art. 6º O descumprimento desta Autorização ou do TPC sujeita a AUTORIZADA às sanções dos arts. 23 e 24 do Decreto nº 85/2026 e às consequências previstas no TPC.
Art. 7º Esta Autorização **não gera direito adquirido**, é **precária e revogável** a qualquer tempo por interesse público, mediante decisão fundamentada do CGI, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Art. 8º Esta Autorização entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos apenas para ratificar os atos preparatórios praticados entre a assinatura do TPC e a publicação, nos termos do art. 21 da Lei nº 13.655/2018.
Chopinzinho/PR, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ FRANCISCO GREZZANA
Presidente do CGI

Publicado por:
Alana Patrícia Locatelli
Código Identificador:4BEEF9B8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA 1094 - 2026 - DIARIAS ANTONIO SIQUEIRA CAVALCANTE NETO

PORTARIA Nº 1.094/2026
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Decreto Municipal nº 265/2025,
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor Antonio Siqueira Cavalcante Neto, Assistente Social, matrícula nº 3892-8, CPF nº 456.***.***-53, 02 e ½ (duas e meia) diárias de viagem, no valor total de R$ 625,00, conforme Art. 11, § 1º e § 2º, Anexo I, da Lei 3.908/2021, com pernoite, com saída no dia 05 de outubro de 2026 e retorno no dia 07 de outubro de 2026, para Cascavel - PR, para participar da Capacitação para fortalecer a compreensão e a aplicação dos processos de referência e contrarreferência no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), qualificando a articulação entre os serviços da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial, especialmente entre CRAS, CREAS, PAIF e PAEFI, a serviço da Administração Municipal.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PR, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RUBENEI MELOTO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Neide Caldato
Código Identificador:92E68568

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026

A D J U D I C A Ç Ã O

Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o objeto referente ao Processo Administrativo nº 63/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 24/2026, as seguintes empresas: **CARLET & DEL ANTONIO LTDA** (13357076000110), como a vencedora dos itens: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73 e 75, no valor total de R$ 180.916,65 (cento e oitenta mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos); e **CORNELIAN E CORNELIAN** (16895909000195), como a vencedora dos itens: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74 e 76 no valor total de R$ 204.698,70 (duzentos e quatro mil e seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

H O M O L O G A Ç Ã O
Eu, **ALEXANDRE DONATO**, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que me são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei Federal nº 14.133/2021, **HOMOLOGO** o objeto referente ao Processo Administrativo nº 63/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 24/2026, as seguintes empresas: **CARLET & DEL ANTONIO LTDA** (13357076000110), como a vencedora dos itens: 1, 3, 5, 7, 9, 11, 13, 15, 17, 19, 21, 22, 23, 25, 27, 29, 31, 33, 35, 37, 39, 40, 41, 43, 45, 47, 51, 53, 55, 57, 58, 59, 61, 63, 65, 67, 69, 71, 73 e 75, no valor total de R$ 180.916,65 (cento e oitenta mil e novecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos); e **CORNELIAN E CORNELIAN** (16895909000195), como a vencedora dos itens: 2, 4, 6, 8, 10, 12, 14, 16, 18, 20, 24, 26, 28, 30, 32, 34, 36, 38, 42, 44, 46, 48, 49, 50, 52, 54, 56, 60, 62, 64, 66, 68, 70, 72, 74 e 76 no valor total de R$ 204.698,70 (duzentos e quatro mil e seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:F780D0AA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026 DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2026

MENOR PREÇO POR ITEM

O Município de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, em conformidade com Art. 75, Inciso II e Parágrafo 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público aos interessados que a administração municipal pretende realizar a Contratação de empresa para fornecimento de equipamentos médico hospitalar, em atendimento a Unidade Básica de Saúde Maria Aparecida Sianches Bergossi, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, conforme anexo I, parte integrante do processo administrativo.

Limite para Apresentação da Proposta de Preços: 08/10/2026 às 08h00min (oito horas).

Os interessados deverão se inscrever realizando o devido credenciamento junto à BNC - Bolsa Nacional de Compras; telefone: (42) 3026-4550; e-mail: contato@bnc.org.br; até o horário fixado neste Edital para o início da apresentação das propostas; devendo apresentar toda a documentação exigida para o respectivo cadastramento/credenciamento.

Informações e esclarecimentos relativos ao edital, modelos e anexos poderão ser obtidos no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, sítio eletrônico da Prefeitura de Corumbataí do Sul e na plataforma eletrônica BNC. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento poderão ser apresentados ao Agente de Contratação, por meio da plataforma.

CORUMBATAÍ DO SUL – PR, 02 de outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:8AB86D83

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL Nº 04-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-250, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, representada pelo Prefeito Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20.
CONTRATADA: E M UMBELINO PANIFICADORA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.087.487/0001-78, inscrição estadual nº 902.98576-09, com sede na Rua Guarani, 169, cep: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, neste ato representada pelo senhor **EDUARDO MARCELO UMBELINO**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua Guarani, 169, cep: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 6.053.793-3/Pr e CPF nº 018.000.529-44.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA VIGÊNCIA – Fica prorrogado a vigência da Ata Contratual, para 30 de setembro de 2027, conforme Cláusula Segunda da Ata Contratual Primitiva.

CLÁUSULA SEGUNDA: DAS DEMAIS CLÁUSULAS – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas vigentes da Ata Contratual primitiva.

E, por assim estarem justos e combinados, lavraram o presente Instrumento de Termo Aditivo de Ata Contratual, que depois de lido acharam conforme e assinam com as testemunhas abaixo, para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

E M UMBELINO PANIFICADORA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:CF7C2954

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO MUNICIPAL Nº 103

Nomeia os membros da Comissão Gestora responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de CORUMBATAI DO SUL, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CORUMBATAI DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no artigo 214 da Constituição Federal e na Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação para o decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 58/2026, de 12/06/2026, que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Corumbataí do Sul;
CONSIDERANDO as indicações formais encaminhadas pelas instituições representadas, nos termos do art. 5º, § 1º, do Decreto Municipal referido;

CONSIDERANDO a necessidade de instalação imediata da Comissão Gestora para o cumprimento do cronograma de elaboração do PME,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros da Comissão Gestora responsável pela elaboração do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Corumbataí do Sul, referente ao decênio 2026–2036, conforme indicações formais das instituições representadas e nos termos do Decreto Municipal nº 58/2026, de 12/06/2026.

I — Representantes da Secretaria Municipal de Educação, sendo a titular indicada para o exercício da Coordenação Geral da Comissão Gestora:
Titular: MAGNA ROSANA OLIVEIRA MARTINS – CPF: 006.900.279-74.
Suplente: ELLEN KAROLAINE REZENDE – CPF: 107.968.489-12.

II — Representantes da Secretaria Municipal de Educação:
Titular: SIMONE LUZIA BENTO FIORDERIZE – CPF: 928.972.159-68.
Suplente: ANGÉLICA CRISTINA GOUVEIA BERGOSSI – CPF: 867.733.309-63.

III — Representantes do Conselho Municipal de Educação:
Titular: JOICE FERNADA CRUZ – CPF: 083.952.019-07.
Suplente: APARECIDO LUIZ DOS SANTOS – CPF: 928.989.559-49.

IV — Representantes da Câmara Municipal:
Titular: RICARDO BARRETO CARVALHO – CPF: 065.860.709-02.
Suplente: RODRIGO MIGUEL DA SILVA – CPF: 066.159.679-60.

V — Representantes dos servidores da educação Municipal:
Titular: MEIDIR TEREZINHA SILVA RAMOS – CPF: 035.567.149-22.
Suplente: VANDERLEIA DE AMORIM SILVA – CPF: 018.152.249-38.

VI — Representantes da rede estadual de ensino com unidades no Município:
Titular: CARLOS APARECIDO ISRAEL – CPR: 007.209.879-11.
Suplente: DIONI POMPILHO DE OLIVEIRA – CPF: 052.377.479-65.

VII — Representante dos Professores da rede municipal de ensino:
Titular: SILVANA REGINA SILVA – CPF: 017.940.119-00.
Suplente: GISELI APARECIDA FANTUCCI PEREIRA – CPF: 046.341.659-70.

VIII — Representantes do conselho FUNDEB:
Titular: SUZANA CRISTINA DE OLIVEIRA – CPF: 021.100.639-47.
Suplente: ANGELA PEREIRA ISRAEL – CPF: 062,80.499-60.

IX — Representantes do Conselho Tutelar:
Titular: BRUNA AREIAS VENTURA – CPF: 075.899.269-65.
Suplente: DEBORA CRISTINA RIBEIRO – CPF: 072.225.169-64.

Art. 2º A coordenação geral da Comissão Gestora será exercida pelo(a) titular indicado(a) no inciso I do art. 1º, a quem competirá presidir as reuniões e representar a Comissão externamente.

Art. 3º Os membros nomeados exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.
Parágrafo único. A substituição de qualquer membro, em caso de impedimento, renúncia ou afastamento definitivo, será efetivada por novo ato de nomeação, mediante indicação formal da respectiva instituição.

Art. 4º As atribuições, competências, regime de funcionamento e demais regras aplicáveis à Comissão Gestora observarão o disposto no Decreto Municipal nº 58/2026, de 12/06/2026.

Art. 5º A participação na Comissão Gestora é considerada serviço público relevante e não enseja remuneração de qualquer natureza.

Art. 6º Caberá à Secretaria Municipal de Educação prestar o apoio técnico, administrativo e logístico necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul.

Corumbataí do Sul, 02/10/2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

MAGNA ROSANA OLIVEIRA MARTINS
Secretária Municipal de Educação

EDUARDO DO LAGO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:0E20DD26

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DECRETO MUNICIPAL Nº 104/2026

Designa os membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de CORUMBATAI DO SUL, referente ao decênio 2026–2036, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBATAI DO SUL, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais normas aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 58/2026, de 12/06/2026; que instituiu a estrutura organizacional para elaboração do Plano Municipal de Educação do Município de Corumbataí do Sul, referente ao decênio 2026–2036;
CONSIDERANDO que o art. 8º, caput, do referido Decreto atribui à Secretária Municipal de Educação a competência para designar os membros da Equipe Técnica, mediante Portaria específica;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar perfil multidisciplinar à Equipe Técnica, com experiência em estatísticas e indicadores educacionais, planejamento público, orçamento, elaboração de documentos técnicos, currículo e práticas pedagógicas;
CONSIDERANDO o início imediato dos trabalhos de levantamento de dados, diagnóstico e construção metodológica do PME,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como membros da Equipe Técnica responsável pela condução metodológica e pela elaboração do conteúdo do Plano Municipal de Educação (PME) do Município de Corumbataí do Sul, referente ao decênio 2026–2036:

I — Bianca de Oliveira Bergossi, técnica pedagógica, lotada na Secretaria municipal de educação, com atuação na área de coordenação técnica;

II — Luciana Pinheiro da Silva Alviano, docente e articuladora da Renalfa, na Escola Cecilia Meireles, com atuação na área de estatísticas e indicadores educacionais;

III — Pedro Aparecido Israel, contador, setor de contabilidade, com atuação na área de planejamento público; área de orçamento e financiamento da educação.
IV — Gislaine Nespolo Oliveira, pedagoga, na Escola Cecilia Meireles, com atuação na área de currículo e práticas pedagógicas;

V — Elizangela Cafissi, diretora, no Cmei Criança Feliz, com atuação na área de Educação Infantil;

VI — Eliane Cristina Davanço, diretora, na Escola Cecilia Meireles, com atuação na área de Ensino Fundamental;

VII — Claudete André Pimenta Mendes, docente, na Escola Cecilia Meireles, com atuação na área de diversidade, inclusão e equidade;

§ 1º A coordenação da Equipe Técnica será exercida pelo servidor designado no inciso I deste artigo, a quem competirá organizar a rotina de trabalho, articular-se com a Comissão Gestora e zelar pelo cumprimento da metodologia adotada.

§ 2º Em razão do caráter contínuo e técnico das atividades desenvolvidas, não haverá suplência na Equipe Técnica, podendo eventuais substituições ser efetivadas por novo ato de designação.

Art. 2º Compete à Equipe Técnica o exercício das atribuições previstas no art. 7º do Decreto Municipal nº [Nº], de [DATA], destacando-se:

I — Levantar, analisar e sistematizar dados educacionais oriundos de fontes oficiais (INEP, IBGE, Plataforma do PAR, Sistema Estadual de Educação, Censo Escolar e demais bases pertinentes);

II — Elaborar o diagnóstico da realidade educacional do Município;

III — Apoiar metodologicamente os Grupos de Trabalho;

IV — Sistematizar as contribuições oriundas da participação social;

V — Elaborar o texto-base do Plano Municipal de Educação;

VI — Assessorar tecnicamente a Comissão Gestora.

Parágrafo único. A Equipe Técnica não possui caráter deliberativo, cabendo-lhe formular subsídios e recomendações à Comissão Gestora.

Art. 3º Os membros da Equipe Técnica exercerão suas funções até a conclusão do processo de elaboração do Plano Municipal de Educação e o respectivo encaminhamento do Projeto de Lei ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 4º As atividades desenvolvidas pelos membros da Equipe Técnica serão consideradas inerentes às suas atribuições funcionais.

Art. 5º A Secretaria Municipal de Educação assegurará à Equipe Técnica espaço físico, equipamentos, acesso a sistemas e demais condições materiais necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corumbataí do Sul.

Corumbataí do Sul, 02/10/2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

MAGNA ROSANA OLIVEIRA MARTINS
Secretária Municipal de Educação

EDUARDO DO LAGO SILVA
Procurador-Geral do Município

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:3D54B593

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
DECISAO

DECISÃO HOMOLOGATÓRIA
Trata-se, em síntese, de Concorrência Presencial para Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m².
Valor estimado do certame **R$** 2.000.000,00 **(dois milhões reais)**.
Parecer jurídico iDECISÃO HOMOLOGATÓRIA
Trata-se, em síntese, de Concorrência Presencial para Contratação de empresa especializada para execução de 10 (dez) unidades habitacionais unifamiliares com 47,33m² cada, totalizando 473,30m².
Valor estimado do certame **R$** 2.000.000,00 **(dois milhões reais)**.
Parecer jurídico inicial foi favorável ao certame.
Dotação orçamentaria fornecida pela Secretaria de Finanças e Contabilidade.
Assim eu, JEAN CARLOS CARDOSO, prefeito de Cruzeiro do Iguaçu/PR homologo este procedimento de Concorrência Presencial 90004/2026, em favor da empresa **GODOIS CONSTRUTORA LTDA**.

Cruzeiro do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

nicial foi favorável ao certame.
Dotação orçamentaria fornecida pela Secretaria de Finanças e Contabilidade.
Assim eu, JEAN CARLOS CARDOSO, prefeito de Cruzeiro do Iguaçu/PR homologo este procedimento de Concorrência Presencial 90004/2026, em favor da empresa **GODOIS CONSTRUTORA LTDA**.

Cruzeiro do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:394704B6

SECRETARIA DE FINANCAS
DECRETO 6614-2026

DECRETO Nº6614/2026

SÚMULA:Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, para o exercício de 2026.

JEAN CARLOS CARDOSO, PREFEITO MUNICIPAL DE CRUZEIRO DO IGUAÇU - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 68 da Lei Orgânica Municipal e Lei Orçamentária Anual nº **1632/2025** publicada em **09/12/2025**.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município um **Crédito Adicional Suplementar** no valor de R$:**151.947,00** (Cento e cinquenta e um mil, novecentos e quarenta e sete reais) para atender despesas conforme Relatório de Alteração Orçamentária, anexo I ao presente Decreto.

Art. 2º - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constantes deste Decreto serão utilizados Remanejamento

- Anulação de dotação orçamentária e Suplementar por excesso de arrecadação.
Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cruzeiro do Iguaçu - Estado do Paraná, dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

JEAN CARLOS CARDOSO
Prefeito

Registre-se,
Publique-se e
Cumpra-se.

VILMAR POSSATO DUARTE
Sec. Mun. Da Administração

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:B921A9CE

SECRETARIA DE FINANCAS
EXTRATO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 117/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU – PR.
PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 90045/2026.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições tipo almoço e jantar buffet livre, bem como café da manhã/lanche, para atendimento das necessidades da Administração Municipal, nas cidades de Dois Vizinhos/PR e Francisco Beltrão/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e demais anexos do edital.
FORNECEDOR: E. SAVARIS LTDA, inscrita no CNPJ nº 80.030.323/0001-67, com sede na Rua Paraná, nº 920, Centro, Dois Vizinhos/PR, CEP 85.660-000.
VALOR GLOBAL REGISTRADO: R$ 56.002,50 (cinquenta e seis mil, dois reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: 17/09/2027

Publicado por:
Tatiane Aparecida do Prado Gulhak
Código Identificador:C701A691

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE FÊNIX

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
DENOMINA DE "ESTRADA MUNICIPAL PREFEITO EURÍPEDES MOLINA TASCA" A ESTRADA RURAL QUE LIGA A SEDE DO MUNICÍPIO DE FÊNIX AO DISTRITO DE BELA VISTA DO IVAÍ.

LEI Nº 21/2026

Súmula: Denomina de "Estrada Municipal Prefeito Eurípedes Molina Tasca" a estrada rural que liga a sede do Município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO FÊNIX, ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, submete à apreciação da Egrégia Câmara Municipal de Vereadores o seguinte:

PROJETO DE LEI

Art. 1º Fica denominada **"Estrada Municipal Prefeito Eurípedes Molina Tasca"** a estrada rural municipal que interliga a sede do Município de Fênix ao Distrito de Bela Vista do Ivaí.
Art. 2º O Poder Executivo promoverá a identificação da via mediante a instalação das placas indicativas e adotará as providências administrativas necessárias ao cumprimento desta Lei.
Art. 3º A biografia do homenageado acompanha o presente Projeto de Lei como Anexo Único, em atendimento ao disposto no art. 75 da Lei Municipal que disciplina a denominação dos logradouros públicos.
Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário.
Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Fênix, 30 de agosto de 2026

EURIPEDES MOLINA TASCA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Paula Zaki Biff
Código Identificador:8C46035E

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
DECRETO Nº 115, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Decreto nº 125, de 16 de dezembro de 2021, para incluir o art. 1º-A e dar nova redação ao art. 7º.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no uso de suas atribuições legais, em especial a conferida pelo art. 61, inciso VI, da Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO a necessidade de adequar a regulamentação municipal da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) às alterações promovidas na legislação tributária nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer mecanismos normativos de compatibilidade e integração entre o sistema municipal e o Ambiente de Dados Nacional (ADN), inclusive quanto à utilização do Emissor Nacional nas hipóteses determinadas ou admitidas pela legislação aplicável;
DECRETA:
Art. 1º O Decreto nº 125/2021 passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:
"**Art. 1º-A.** A emissão, autorização, transmissão, armazenamento, consulta, cancelamento, substituição e demais eventos relacionados à NFS-e observarão, além da legislação tributária municipal, as normas, padrões, leiautes, especificações técnicas e demais disposições aplicáveis ao Emissor Público Nacional da NFS-e e ao Ambiente de Dados Nacional (ADN).
§ 1º O sistema próprio municipal para emissão da NFS-e observará o padrão nacional e os procedimentos de integração e compartilhamento com o ADN, na forma da legislação aplicável.
§ 2º Nas hipóteses em que a legislação federal determinar ou autorizar a emissão da NFS-e por meio do Emissor Nacional, o documento assim emitido será reconhecido pelo Município para todos os efeitos fiscais e tributários.
§ 3º A Administração Tributária Municipal poderá estabelecer procedimentos, cronogramas e requisitos operacionais, cadastrais e tecnológicos necessários à implementação e ao funcionamento das diferentes formas de emissão da NFS-e e ao cumprimento das normas aplicáveis ao Sistema Nacional da NFS-e, inclusive quanto à integração com o ADN.
§ 4º A utilização de sistema diverso do sistema próprio do Município para a emissão de NFS-e não implica, por si só, alteração da forma de cumprimento das obrigações tributárias relacionadas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), as quais permanecerão, em regra, sujeitas aos procedimentos e ao sistema disponibilizados pelo Município."
Art. 2º O *caput* do art. 7º Decreto nº 125/2021 passa a vigorar com a seguinte redação:
"**Art. 7º.** A NFS-e deve ser emitida *online*, por meio de sistema informatizado disponibilizado ou autorizado pela Administração Tributária Municipal, observadas as disposições:
I – deste Decreto;
II – da legislação tributária municipal; e

III – dos atos normativos da Receita Federal do Brasil e do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS) que tenham aplicação ou produzam efeitos em âmbito nacional e sejam aplicáveis à NFS-e.
[…]"
Art. 3º A Administração Tributária Municipal providenciará a consolidação do Decreto nº 125/2021 com as alterações promovidas até este Decreto, bem como a publicação de sua versão atualizada.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Nossa Senhora das Graças (PR), 2 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:F9C00A49

ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 603/2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI, PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.764/2017.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de R$ 420,00 (Quatrocentos e vinte reais) a favor da Sra. Vanessa da Silva Maziero, motorista, referente ao pagamento de 1(uma) diária, face a viagem do dia 01/10/2026 à 02/10/2026 para Jacarezinho -PR, a serviço da Secretaria Municipal de Saúde.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, em 02 de outubro de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Ribeiro da Silva Scabello
Código Identificador:665CEA08

DEPARTAMENTO PESSOAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 21/2026- DO CONCURSO PUBLICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS N° 001/2024

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público conforme Edital n° 025/2024 da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças;
CONSIDERANDO a homologação do Concurso Público publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – www.diariomunicipal.com.br no dia 18/04/2024;
1. CONVOCA o(a) concursado(a) aprovado e classificado abaixo citado e relacionado no ANEXO I, para se apresentar no prazo de **5 (Cinco)** dias úteis, ou seja, do dia **05 até o dia 09 de Outubro de 2026**, o(a) Concursado(a) deve se apresentar ao Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças, Situada à Praça Deputado Nilson Batista Ribas, N° 131-Centro-Nossa Senhora das Graças/Pr, no horário de 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 horas, munidos de documentação citada no ANEXO II:
2. O candidato(a) aprovado(a), classificado(a), após a entrega da documentação citada no anexo II, será nomeado(a) através do **Ato de Nomeação** que será publicado no jornal Diário Oficial dos Municípios do Paraná – www.diariomunicipal.com.br
3. O candidato(a) nomeado e constado no **ANEXO I**, que não comparecer no prazo e horário fixado nesta **CONVOCAÇÃO** ou que não apresentar a documentação obrigatória necessária neste edital, estará **AUTOMATICAMENTE ELIMINADO,** conforme item 10 e sub item 10.2 do Edital do Concurso Público 001/2024 da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças/Pr, não cabendo qualquer reclamação com pedido de reclassificação ou revisão à lista de Classificação Geral do Concurso Público 001/2024.
4. Neste caso, o Poder Público poderá chamar novos candidatos, obedecendo à ordem de classificação do Concurso Público, o que será feito através de outra CONVOCAÇÃO, com a publicidade usual.
5. O candidato poderá desistir da vaga, desde que compareça à Prefeitura e assine a desistência.

Nossa Senhora das Graças, 02 de Outubro de 2026

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGO – ENFERMEIRO

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Juliana Moreira da Costa	*04°*

ANEXO II

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS EXIGIDOS

a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no órgão de classe e fotocópia;
d) Certidão de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado do cartão da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidões negativas de antecedentes criminais, fornecidas pela Justiça Estadual e Justiça Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de inexistência de acúmulo de cargos públicos ou empregos, bem como da não percepção de benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do regime geral de previdência social relativo a emprego público (art. 37, §10 da CF), excetuadas as hipóteses previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal quando deverá ser indicada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do Art. 37 da Constituição Federal:
p) Para assumir o emprego, o candidato deverá apresentar atestado de aptidão física e mental compatível com o exercício do cargo, que terá caráter eliminatório e será firmado por médico Clínico Geral. Na avaliação médica o candidato deverá ser considerado apto para ser contratado. Se o laudo médico acusar inaptidão para o exercício da função, o candidato será desclassificado do Concurso Publico:

OBS: OS DOCUMENTOS ACIMA DEVERÃO SER APRESENTADOS EM CÓPIAS AUTENTICADAS.

Publicado por:
Luana Paula de Lima
Código Identificador:5E362E44

DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA Nº 602/2026

O Prefeito do Município de Nossa Senhora das Graças, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Conceder à servidora: **PATRICIA SEBASTIANA NOGUEIRA DOS ANJOS**, matrícula nº 1185, ocupante do Cargo Efetivo de cozinheira, a redução da carga horária de trabalho em 50%, conforme a Lei nº 855/2019.

Esta portaria entra em vigor a partir de: 05/10/2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nossa Senhora das Graças,
Aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2026.

CLODOALDO APARECIDO RIGIERI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renata Lucena Alves
Código Identificador:262A7FD3

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO Nº 174/2026, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº. 174/2026, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento anual de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e de acordo com o art. 4º da Lei Municipal nº. 1.660/2025, de 18 de dezembro de 2025 (LOA 2026), DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento anual de 2026, Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 14.979,25 (quatorze mil, novecentos e setenta e nove reais e vinte e cinco centavos) nas dotações que seguem:

CREDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação infantil Pre-Escola
Fonte: 101 – Fundeb - Mínimo 70%
Despesa: 319094 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Valor em R$: 6.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) - Superávit
Despesa: 319094 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Valor em R$: 7.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) - Superávit
Despesa: 319094 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
Valor em R$: 1.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 304 – Vigilância Sanitária
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.011 – Serviços de Vigilância em Saúde
Fonte: 2944 – Programa Provigia Paraná - Investimento - Superávit
Despesa: 449052 – Equipamentos e Material Permanente
Valor em R$: 979,25

TOTAL DO CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR R$ 14.979,25.

Art. 2º - Como recursos para a abertura dos créditos previstos no artigo anterior, o Executivo Municipal utilizar-se-á do superávit financeiro do exercício de 2025, e da anulação de dotações orçamentárias, conforme definido no art. 43, § 1º, I e III, da Lei Federal nº. 4.320 de 17 de março de 1964, e a seguir especificado:

SUPERÁVIT FINANCEIRO DE 2025:

Fonte de Recurso: 944 – Programa Provigia Paraná - Investimento
Valor do Superávit Financeiro R$: 979,25

TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO R$ 979,25.

ANULAÇÃO DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:

Órgão: 05.00 - Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 05.01 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – Educação
Sub-função: 365 – Educação Infantil
Programa: 08 – Saudade do Iguaçú Com Mais Educação
Ação: 2.025 – Manutenção da Educação infantil Pre-Escola
Fonte: 101 – Fundeb - Mínimo 70%
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 6.000,00

Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) - Superávit
Despesa: 337170 – Rateio Pela Participação em Consórcio Público
Valor em R$: 7.000,00
Órgão: 06.00 - Secretaria Municipal de Saúde
Unidade: 06.02 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – Saúde
Sub-função: 301 – Atenção Básica
Programa: 11 – Saudade do Iguaçu Com Mais Saúde
Ação: 2.009 – Serviços de Atenção Básica em Saúde
Fonte: 303 – Saúde – Receitas Vinculadas (EC 29/00 – 15%) - Superávit
Despesa: 319011 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil
Valor em R$: 1.000,00

TOTAL DE ANULAÇÕES R$ 14.000,00.

Art. 3º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº.

1.645/2025, de 14 de outubro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 4º - Ficam atualizados os valores de custo financeiro/meta fiscal dos programas e ações de governo previstos na Lei Municipal nº. 1.646/2025, de 17 de outubro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), de acordo com as alterações orçamentárias demonstradas no presente decreto.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, 02 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gilvane Hoffmann
Código Identificador:F8F8742C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
Processo Adm: Nº 91/2026
Objeto: Registro de preços para a futura e eventual aquisição de madeira, compreendendo pranchas de eucalipto, tábuas e caibro de pinheiro.
Empresas vencedoras valor total: R$ 171.402,75 (cento e setenta e um mil e quatrocentos e dois reais e setenta e cinco centavos): ESTRUTURA IDEAL INSDUSTRIA DE MADEIRA LTDA (09022193000156) com os lotes: 1, 2, 3 no valor total de R$ 171.402,75 (cento e setenta e um mil e quatrocentos e dois reais e setenta e cinco centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), sexta-feira, 2 de outubro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:F40AB507

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 - PMSI

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026
Processo Adm: Nº 92/2026
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de nitrogênio líquido.
Empresas vencedoras valor total: R$ 26.955,00 (vinte e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais): NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI (85093524000127) com os lotes: 1 no valor total de R$ 26.955,00 (vinte e seis mil e novecentos e cinquenta e cinco reais).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE SAUDADE DO IGUACU, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

SAUDADE DO IGUAÇU (PR), sexta-feira, 2 de outubro de 2026

ROGERIO GALLINA
Autoridade Competente

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:98443F80

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 224 2026

PORTARIA Nº 224/2026, de 02 de outubro de 2026.

O Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e,
CONSIDERANDO a solicitação constante no protocolo nº 1.293/2026, tramitado no sistema de protocolo digital,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR, a pedido, a partir de 05 de outubro de 2026, **MARIELE DOS SANTOS TAQUES MICHELON,** Servidora Pública Municipal, matrícula funcional nº 1299-8, do cargo de Agente de Endemias com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, nomeada através da Portaria nº 219/2021, de 06 de agosto de 2021.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Saudade do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

ROGERIO GALLINA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Departamento de Rh
Código Identificador:234F28DB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
AUDIÊNCIA PUBLICA

AUDIÊNCIA PÚBLICA

Convidamos a todos para participar da Audiência Pública de Plano Municipal de Saúde do Segundo Quadrimestre de 2026, da gestão 2025/2028, a ser realizada no dia 06/10/2026, às 16:00 horas na Câmara de Vereadores de Abatiá, situada na Av. João Carvalho de Mello, nº 342.

Abatiá, 02 de outubro de 2026.

SONIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

MARA CRISTINA CARVALHO
Secretaria da Saúde

Publicado por:
Adriano Duarte Pereira
Código Identificador:F5472083

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N. 063/2026

DECRETO N.º 063/2026, de 02 de Outubrode 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, usando das atribuições legais, com base na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 968/2025.

D E C R E T A:
Art. 1.º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Abatiá – PR, para o exercício de 2026, crédito adicional suplementar no valor de R$ 36.486,50 (trinta e seis mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme descrito abaixo:

06 – Secretaria de Educação, Cultura e Esportes
002 – Departamento de Cultura
13.392.0607.2054 – Incentivo a realização de eventos culturais
Fonte 000 – 3.3.90.39.00.00 – Outros Serv. de Terc. - PJ R$ 36.486,50

Art. 2º – Para cobrir os créditos, serão indicados recursos provenientes de superavit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, no mesmo valor da abertura do crédito.

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro do ano de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:79689020

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 212/2026

Portaria Nº 212, de 02 de Outubro de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei.

RESOLVE:

I - Interromper, as férias concedidas ao servidor, **RICARDO JOSÉ DE CARVALHO,** ocupante do Cargo de Provimento Efetivo **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** deste Município, as férias que lhe são de direito, referente ao período de trabalho compreendido entre **2023/2024**, concedida através da **Portaria Nº 201, de 22 de Setembro 2026**, a partir do dia **28/09/2026**, com retorno em **10/10/2026.**

O interrompimento se refere a **05 (cinco)** dias de gozo de férias por motivo de relevante interesse público, com base no art. 104 da Lei Municipal Nº12/93 (Estatuto dos Servidores) a Servidor retornará na sua função no dia **05/10/2026.**

II- Revogam-se as disposições em contrário.

III- Registre-se e publique-se.

Gabinete da Prefeita, em 02 de Outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Robson José Simões
Código Identificador:D02466DC

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 213/2026 CONSTITUI E DESIGNA A COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026 E ESTABELECE SUAS ATRIBUIÇÕES.

PORTARIA Nº 213/2026

SÚMULA: Constitui e designa a Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026 e estabelece suas atribuições.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES, Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 995, de 23 de julho de 2026, que autoriza a realização de Processo Seletivo Simplificado para contratação por tempo determinado destinada ao atendimento de necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 48, de 24 de julho de 2026, que regulamenta a Lei Municipal nº 995/2026 e disciplina a organização, execução e controle do Processo Seletivo Simplificado;

CONSIDERANDO a necessidade de constituir Comissão Especial responsável pela organização, coordenação, acompanhamento e execução administrativa do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS Nº 001/2026, responsável pela organização, coordenação, acompanhamento, supervisão e execução administrativa do certame, observadas as disposições do Edital de Abertura e da legislação aplicável.

Art. 2º Ficam designados para compor a Comissão Especial os seguintes servidores:
I – EDILAINE CRISTINA GUERGOLETT DE OLIVEIRA, matrícula nº 1000467, ocupante do cargo Secretária Municipal de Assistência Social, graduada em letras Português/ Inglês, Presidente;
II – SHEILA CUSTÓDIO SIQUEIRA, matrícula nº 1000063, ocupante do cargo Nutricionista, Membro; e
III – PATRICIA GIMENES COSTA, matrícula nº 1000061, ocupante do cargo Enfermeira, Membro.
§ 1º A Comissão será presidida pelo membro indicado no inciso I, ao qual compete coordenar os trabalhos e representar a Comissão nos atos necessários à execução do certame.
§ 2º Em caso de impedimento, afastamento ou impossibilidade de atuação de qualquer membro, será providenciada sua substituição mediante ato próprio.

Art. 3º Compete à Comissão Especial do Processo Seletivo Simplificado:
I – organizar, coordenar, acompanhar e supervisionar todas as etapas do PSS nº 001/2026;
II – elaborar, revisar e acompanhar a execução do Edital de Abertura, seus anexos, cronograma, retificações, editais complementares e demais atos do certame;
III – coordenar e acompanhar as inscrições, sua homologação e os procedimentos relativos às reservas de vagas e aos atendimentos especializados;
IV – adotar as providências administrativas e operacionais necessárias à realização das provas;
V – acompanhar e fiscalizar a aplicação das provas, zelando pela segurança, regularidade e isonomia do certame;
VI – receber, organizar e encaminhar à Comissão Examinadora e Julgadora os documentos, títulos e recursos que dependam de análise técnica;
VII – analisar e decidir os requerimentos e recursos de sua competência, mediante decisão fundamentada;
VIII – acompanhar os trabalhos da Comissão Examinadora e Julgadora e das demais comissões específicas instituídas para o certame, respeitadas suas competências técnicas;
IX – elaborar e providenciar a publicação dos editais, comunicados, resultados preliminares e definitivos e demais atos de publicidade do certame;
X – elaborar atas e manter organizados os documentos e registros produzidos durante o Processo Seletivo;
XI – encaminhar o resultado final à Chefe do Poder Executivo para homologação; e
XII – praticar os demais atos administrativos necessários à regular execução e conclusão do PSS nº 001/2026.

Art. 4º A Comissão Especial poderá solicitar o apoio de servidores, unidades administrativas e demais órgãos municipais sempre que necessário à execução das atividades operacionais do certame, sem transferência das competências atribuídas às comissões formalmente constituídas.

Art. 5º Os membros da Comissão deverão atuar com observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, isonomia, transparência, motivação, segurança jurídica, julgamento objetivo e vinculação ao Edital.

Art. 6º Os membros deverão declarar eventual situação de impedimento, suspeição ou conflito de interesses.
§ 1º O membro cujo cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, até o terceiro grau, esteja inscrito no PSS nº 001/2026 deverá comunicar imediatamente o fato e declarar seu impedimento, sendo substituído antes da prática de atos relacionados ao certame.
§ 2º O impedimento de membro da Comissão não prejudicará a participação do candidato no Processo Seletivo.

Art. 7º Os membros deverão preservar o sigilo dos documentos, dados pessoais, questões, gabaritos e demais informações de acesso restrito de que tenham conhecimento em razão de suas atribuições.
Parágrafo único. O dever de sigilo não afasta a publicidade dos atos e resultados que devam ser divulgados nos termos do Edital.

Art. 8º A Comissão Especial atuará em articulação com a Comissão Examinadora e Julgadora, a Comissão de Heteroidentificação, a Comissão de Verificação da Autodeclaração Indígena e outras equipes formalmente constituídas para atividades específicas do PSS, respeitadas as atribuições próprias de cada uma.

Art. 9º A Comissão permanecerá constituída até a conclusão do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2026, inclusive quanto aos recursos, resultado final e encaminhamento para homologação.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Abatiá/PR, 02 de outubro de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Patricia de Oliveira Pedroso
Código Identificador:F1EE12CB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ADRIANÓPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 073/2026 - CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL

DECRETO Nº 073/2026

Súmula: "Abre Crédito Adicional Especial no Orçamento – Programa vigente, no valor de R$ 65.742,15 (sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos), e dá outras providências"

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, usando de suas atribuições legais e a Lei Municipal nº 1.308 de 30 de setembro de 2026, e ainda, considerando o que dispõe o § 2°, do art. 167, da Constituição Federal.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento geral vigente, no valor de **R$ 65.742,15 (sessenta e cinco mil, setecentos e quarenta e dois reais e quinze centavos)**, e demais suplementações que fizerem necessárias, integrando e alterando a Lei nº 1.284/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço da seguinte Dotação Orçamentária.

Art. 2º - A abertura do Crédito Adicional Especial se dará no Programa de Trabalho e Elemento de Despesa abaixo especificado:
14.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA
14.002 – Departamento de Cultura
13.392.0004.1.177 – LEI ALDIR BLANC DE FOMENTO A CULTURA.

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor (R$)
3.3.90.36.00.00	01063	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física	20.000,00
3.3.90.39.00.00	01063	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	650,00
4.4.90.51.00.00	01063	Obras e Instalações	30.000,00
4.4.90.52.00.00	01063	Equipamentos e Material Permanente	15.092,15
TOTAL			**65.742,15**

Art. 3º- Para dar cobertura ao Crédito Adicional Especial previsto nesta Lei, serão utilizados os recursos provenientes de Excesso de Arrecadação da Fonte de Recurso 01063 – Lei Aldir Blanc de Fomento a Cultura – Lei 14399/2022;

Art. 4º- O valor que trata esta Lei, não será computado para efeitos do artigo 7°, da Lei Municipal nº 1.284 de 19 de dezembro de 2025.

Art. 5º- Ficam alteradas as leis nº 1.283/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026 e nº 1.282/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas e Projetos/Atividades, nos termos do artigo 166, parágrafo 3º, inciso I da Constituição Federal.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Adrianópolis, em 02 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:13B3C190

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 512/2026 - CONVERSÃO DE LICENÇA PRÊMIO EM DINHEIRO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL - ELISIANE DE CASSIA ARMSTRONG BACIL DOS SANTOS

PORTARIA nº 512/2026, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Conversão de Licença Prêmio em dinheiro a Servidora Pública Municipal"

Considerando, o Requerimento protocolado sob nº 305/2026, de 02 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA, Prefeito Municipal de Adrianópolis, no uso de suas atribuições legal...

Resolve baixar a seguinte **PORTARIA**
Artigo 1º - Concede Licença Prêmio a Servidora Pública Municipal Sra. **ELISIANE DE CASSIA ARMSTRONG BACIL DOS SANTOS**, por ter completado período aquisitivo de 05 (cinco) anos ininterruptos no serviço publico municipal, referente ao período 2020/2025.

Artigo 2º - Conforme faculta o Art. 103 da Lei 465/94, fica estabelecido que essa **Licença Prêmio será convertida em Dinheiro**.
Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, ficando revogadas as disposições em contrario.

REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. PUBLICA-SE. ARQUIVE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Adrianópolis, em 02 de Outubro de 2026.

VANDIR DE OLIVEIRA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Cristina Mottin Santos
Código Identificador:3425F58B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AGUDOS DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DL 47/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 47/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 106/2026

O MUNICÍPIO DE AGUDOS DO SUL, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados a realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021, e de acordo com as condições e procedimentos estabelecidos neste Aviso e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados.

DADOS DO AVISO	
OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS AQUISIÇÕES DE GÁS GLP EM ATENDIMENTO ÀS SECRETARIAS MUNICIPAIS.	
VALOR DA CONTRATAÇÃO	R$ 55.350,00 (cinquenta e cinco mil, trezentos e cinquenta reais).
DATA E HORA LIMITE PARA ENTREGA DA PROPOSTA DE PREÇO	Até o dia 08/10/2026, às 17h
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Horário de Brasília – DF
ENDEREÇO PARA ENVIO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br, ou por protocolo na Prefeitura Municipal de Agudos do Sul.
EXCLUSIVIDADE ME/EPP/EQUIPARADAS	Sim

O Aviso de Contratação completo poderá ser obtido no site www.agudosdosul.pr.gov.br, no PNCP https://www.gov.br/pncp/pt-br ou por solicitação no e-mail dispensaslicitacao@agudosdosul.pr.gov.br

Agudos do Sul, 02 de outubro de 2026.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pamella Guerreiro
Código Identificador:FB10792E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 718/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 718/2026, tendo como requerente, MITRA DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CPF: 0, RG: 0, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.
I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Rua Alcides de Lima Maoski, Centro, Agudos do Sul/PR, 234.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.
III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.
IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:1BB7C0F8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 720/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 720/2026, tendo como requerente, MITRA DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CPF: 0, RG: 0, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.
I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Rua Rui Barbosa, Centro, Agudos do Sul/PR, 506.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.
III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.

IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:64C4A986

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 721/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 721/2026, tendo como requerente, MITRA DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CPF: 0, RG: 0, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.
I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Rua Alcides de Lima Maoski, Centro, Agudos do Sul/PR, 426.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.
III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.
IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:6836DA4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N° 722/2026

REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB – E

O Município de Agudos do Sul – PR, entidade de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 761056670001-10, com sede na AV. Brasil, n°38, centro, Agudos do Sul/PR – CEP 83850-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ, vem, através deste edital NOTIFICAR a todos os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados, que se encontra em processo de Regularização Fundiária, na modalidade de Interesse Específico – REURB – E, através do Processo Administrativo nº 722/2026, tendo como requerente, MITRA DA DIOCESE DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS, CPF: 0, RG: 0, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e Lei Municipal nº 1.021/2020, imóvel abaixo descrito no qual foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral, com georreferenciamento, subscrito por profissional competente, acompanhado de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), a fim de abertura de matrícula individualizada ao (s) titular (es) dos direitos de posse, junto ao Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Fazenda Rio Grande/PR.
I. O imóvel Objeto de regularização está localizado no Município de Agudos do Sul/PR, com a seguinte descrição: Rua Rui Barbosa, Centro, Agudos do Sul/PR, 566.
II. Os titulares de domínio, confinantes e terceiros eventualmente interessados são notificados por este edital, sendo que a ausência de impugnação implicará na perda do eventual direito de que os notificados titularizem sobre o imóvel objeto da Regularização Fundiária, de acordo com o Art. 31, § 1º, § 5º e § 6º, da lei Federal nº 13.465/2017, e disposições da Lei Municipal nº 1.021/2020.
III. As eventuais impugnações cabíveis, contrárias ao objeto deste ato, deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação do presente edital, sendo protocoladas no Protocolo Geral desta Prefeitura, dirigidas a Comissão da REURB, com as devidas justificativas plausíveis que serão analisadas, priorizando-se o procedimento extrajudicial para solução de conflitos, como previsto na Lei Federal nº 23.465/2017.
IV. Não havendo manifestação em contrário no período de 30 (trinta) dias, considerar-se-á como aceite pelos notificados os elementos e teor deste edital.

GENÉZIO GONÇALVES DA LUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Matheus Henrique Fagundes do Prado
Código Identificador:78DEB614

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALMIRANTE TAMANDARÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE CREDENCIMENTO 020/2026

AVISO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 020/2026
Objeto: "CADASTRAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS (EMPRESAS, ASSOCIAÇÕES E COOPERATIVAS) PARA A COLETA, TRANSPORTE E DESTINAÇÃO FINAL AMBIENTALMENTE CORRETA DE TAMPINHAS PLÁSTICAS, MEDIANTE A CONTRAPARTIDA DO FORNECIMENTO DE RAÇÃO PARA CÃES".
Período de inscrição: a contar da publicação deste Edital por prazo indeterminado, em horário de expediente, no Setor de Protocolo da Prefeitura Municipal, situada na Avenida Emilio Johnson, nº 360, Centro, Almirante Tamandaré/PR, CEP 83.501-000.
Horário de atendimento: das 8h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda a sexta-feira.
Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado no site da Prefeitura através do Portal da Transparência: https://tamandare.pr.gov.br/ ou na Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento e Meio Ambiente.

Dúvidas/Esclarecimentos: Em caso de dúvida/esclarecimentos, a Licitante poderá entrar em contato com o Departamento de Licitações, através do fone: (41) 3699-8798, ou através do e-mail licitacoes@tamandare.pr.gov.br.
Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

FERNANDA GULIN
Agente de Contratação Responsável

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:0427912B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 022/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 022/2026

O início do acolhimento das Propostas e Documentação de Habilitação será através da plataforma BNC https://bnc.org.br das 08h00min do dia 05/10/2026 até as 08h30min do dia 26/10/2026.

A Abertura da Sessão de Disputa de Preços ocorrerá às 09h00min do dia 26/10/2026.

Objeto: **"SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO INTEGRAL DE SISTEMA DE HIDRANTES E MANGOTINHOS PARA COMBATE A INCÊNDIO NA ESCOLA MUNICIPAL CORONEL JOÃO CÂNDIDO DE OLIVEIRA, INCLUINDO MATERIAIS, EQUIPAMENTOS, MÃO DE OBRA, RESPONSABILIDADE TÉCNICA, TESTES, COMISSIONAMENTO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA À VISTORIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO PARANÁ, CONFORME O PPCIP APROVADO NO PROCESSO Nº 1397962".**

Valor Máximo: O preço máximo global da presente licitação será de R$ 96.579,31 (noventa e seis mil quinhentos e setenta e nove reais e trinta e um centavos).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8600.

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:DF1893D5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 055/2026

DATA INÍCIO DO ACOLHIMENTO PROPOSTAS: 05/10/2026 às 08h00min.

DATA INÍCIO DA ABERTURA SESSÃO PÚBLICA: 23/10/2026 às 09h00min.

Objeto: **"SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE ÓLEO DIESEL S10, COM DISPONIBILIZAÇÃO DE TANQUE DE ARMAZENAMENTO EM REGIME DE COMODATO, DESTINADO AO ABASTECIMENTO DOS VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS DA FROTA OFICIAL DO MUNICÍPIO QUE UTILIZAM ESSE COMBUSTÍVEL".**

Valor Máximo: R$ 3.355.200,00 (TRÊS MILHÕES TREZENTOS E CINQUENTA E CINCO MIL E DUZENTOS REAIS).

Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico https://bnc.org.br na plataforma do Bolsa Nacional de Preço – BNC.

Informações Complementares: O Edital poderá ser retirado por meio do endereço eletrônico na plataforma do Bolsa Nacional de Preços - BNC https://bnc.org.br ou no site da Prefeitura através do Portal da Transparência:https://transparencia.betha.cloud/#/nP_k8chtD340jA5YhS5Cow==/consulta/65731.

Dúvidas através do telefone: (41) 3699-8798.

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

SANDRA MARIA CUMIN
Agente de Contratação Responsável / Pregoeira

Publicado por:
Sandra Maria Cumin
Código Identificador:EA6842FB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 314/2026

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 314/2026
PARTES:MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E A EMPRESA INOVA RIO LTDA.
OBJETO: "CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FREEZERS E GELADEIRAS NOVOS, DESTINADOS ÀS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ"

PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA: O PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL SERÁ DE 12 (DOZE) MESES, SEM NECESSIDADE DE RENOVAÇÃO CONTRATUAL.
VALOR R$ 58.989,00 (CINQUENTA E OITO MIL, NOVECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS)
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
11.01 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
12.361.0018.6.016 Manutenção do Ensino Fundamental
4.4.90.52.00-1082 Equipamentos e Material Permanente 299
4.4.90.52.00-1103 Equipamentos e Material Permanente 299
4.4.90.52.00-1104 Equipamentos e Material Permanente 299

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Fernanda Karolynny Pereira Gulin
Código Identificador:B2423716

SECRETARIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO Nº 191/2026

NÚMERO DO PROCESSO: 0018.000016276/2026.
OBEJTO: Construção barracão do industrial.
PARTES: MUNICÍPIO DE ALMIRANTE TAMANDARÉ E EMPRESA LISLAINE JOSELE LICHEVIS LTDA.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO REAJUSTAMENTO.
Registra-se formalmente no Contrato nº 191/2026 a concessão do reajuste de preços em sentido estrito (1º e 2º períodos de reajustamento), calculado com base no Índice Nacional de Custo da Construção – Disponibilidade Interna (INCC-DI/FGV), visando à recomposição do valor da moeda frente à inflação ordinária, em estrita

conformidade com a Cláusula Nona da avença original e com o art. 6º, LVIII, c/c art. 25, § 7º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA MEMÓRIA DE CÁLCULO E DEMONSTRATIVO FINANCEIRO.

O montante financeiro do reajuste consolida-se conforme as apurações do Parecer Técnico nº 20260803-003 e os cálculos da Secretaria Municipal da Fazenda (Memorando nº 142/2026 – SMF / Anexo I), estruturados nos seguintes termos:

Parágrafo Primeiro: O valor total do acréscimo decorrente exclusivamente do reajustamento é de **R$ 46.507,86 (quarenta e seis mil, quinhentos e sete reais e oitenta e seis centavos)**.

Parágrafo Segundo: O valor global atualizado do Contrato nº 191/2026 passa a ser de **R$ 461.507,86 (quatrocentos e sessenta e um mil, quinhentos e sete reais e oitenta e seis centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA – DO REFORÇO DA GARANTIA CONTRATUAL.

Em cumprimento ao disposto na Cláusula Décima, item 10.5, do Contrato nº 191/2026, a Contratada fica notificada para que, no prazo legal de 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento deste instrumento, promova a complementação da garantia contratual originalmente prestada (5%), fazendo incidir o percentual sobre o montante acrescido de R$ 46.507,86, mediante endosso na apólice de seguro-garantia, caução ou fiança bancária.

Data da Assinatura: 21/09/2026.

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

LOUISE NIKOLLE LOURENÇO RIBEIRO
Procuradora Geral do Município
OAB/PR 132.630

Publicado por:
Louise Nikolle Lourenço Ribeiro
Código Identificador:5F232094

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2023

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos**, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no inciso IX, do Artigo 37 da Constituição Federal, com base no Artigo 17, inciso I alínea b, da Lei Municipal nº 019/2011, Lei Complementar nº 020/2011 e Lei Complementar 100/2021, tendo em vista o Decreto Municipal nº 014/2024 e o Edital nº 003/2023 da Secretaria Municipal de Recursos Humanos, e em conformidade com a legislação vigente, resolve:

TORNAR PÚBLICO

CONVOCAR os candidatos contidos no **Anexo I** deste Edital, para o cargo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO,** comparecer no período de **05 à 14 de outubro de 2026 (exceto dia 12),** das 08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30 **na Secretaria Municipal de Recursos Humanos** na Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro – para **ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO,** conforme item 15.3 e 15.4 do Edital n° 003/2023

O **Anexo II** deste Edital contém a relação dos documentos necessários para entrega. O candidato deve apresentar as **CÓPIAS JUNTAMENTE COM O DOCUMENTO ORIGINAL**, para que um servidor público possa dar fé ou **CÓPIAS AUTENTICADAS EM CARTÓRIO.**

O candidato que apresentar a documentação exigida será encaminhado para realização da Avaliação Médica/ Exame Médico Pré-Admissional, com data a serem estipulada em Edital complementar.

Durante a Avaliação Médica poderão ser solicitados outros exames complementares, a depender da necessidade de esclarecimento de diagnóstico.

Se o candidato for declarado INAPTO no Exame Admissional, poderá interpor recurso,desde que devidamente fundamentado, segundo procedimento a ser estabelecido no edital de convocação. Os recursos deverão ser protocolados no setor de protocolo da Prefeitura até 24 horas após publicação do resultado.

Serão eliminados do Concurso Público os candidatos que convocados para apresentarem os documentos não comparecerem à entrega para análise documental ou não comprovarem os requisitos mínimos para contratação no cargo postulante, no momento da convocação.

O candidato convocado para entrega da documentação poderá, a seu critério, solicitar nesta única fase, o reposicionamento para o final da lista classificatória. Por meio de formulário próprio de Requerimento de Reclassificação ao Final de Lista de Aprovados no Concurso Público 003/2023, o qual deverá ser efetuado pessoalmente pelo candidato no prazo do item 15.6 do Edital n° 003/2023.

Os casos omissos neste Edital serão analisados pela Comissão Organizadora do Concurso Público do Município de Almirante Tamandaré.

Em conformidade com o item 13.1 do Edital nº 003/2023, as publicações estão disponíveis no endereço eletrônico do Município, **www.tamandare.pr.gov.br, no Diário Oficial do Município e afixadas no mural público** na sede da Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré, situada à Av. Emílio Johnson, 360, Centro.

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

ANEXO I
RELAÇÃO DE CANDIDATOS PARA ENTREGA DE DOCUMENTAÇÃO
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2023
Data: 05 à 14 de outubro de 2026 (exceto dia 12)
08h30 às 11h30 e das 13h30 às 16h30
Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

CLASS.	CANDIDATO	R.G
30º	CARINA ALCANTARA	9.375.XXX-X/PR
31º	LUANA CRISTINA DOS SANTOS	10.985.XXX-X/PR
32º	RAFAEL FUDAL RIBEIRO	10.490.XXX-X/PR
33º	MANOELLE EDUARDA CISCOTO GLODZINSKI	14.129.XXX-X/PR
34º	JOÃO MARCIO MACHADO DO PILAR PIENTOSA	8.761.XXX-X/PR
35º	NALUMY ZINKO DE LIMA	12.652. XXX-X/PR
36º	ALLANA CARDOSO SCHULTZ	13.015. XXX-X /PR
37º	IANE LOREN LOPES COSTA	3.341.XXX/DF
38º	CINTIA RAQUEL NOVAKOSKI	5.532.XXX-X/PR
39º	THAISE FARIAS MIRANDA	7.380. XXX-X/PR

ANEXO II
RELAÇÃO DE DOCUMENTOS - CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 003/2022
Cargo: TÉCNICO ADMINISTRATIVO
Conforme Edital 003/2023, item 14.3 - relação dos documentos necessários para entrega

Carteira de Identidade:
CPF próprio;
PIS ou PASEP - se não possuir, retirar extrato do PIS na Caixa Econômica Federal e do PASEP no Banco do Brasil ou apresentar Cartão Cidadão;
Título de Eleitor;
Comprovante de votação ou justificativa eleitoral da última eleição;
Certificado de Reservista;
Certidão de Casamento, Carteira de Identidade e CPF do cônjuge;
Certidão de Nascimento e CPF dos filhos menores de 16 anos;
Comprovante de endereço, sem abreviaturas, constando bairro e CEP
Declaração de que não é titular de cargo, emprego ou função pública (federal,
Estadual e municipal) inacumulável nos termos dos incisos XVI e XVII, do art. 37, da Constituição Federal;
Carteira de Trabalho e Previdência Social.
Certidão Negativa Criminal (ORIGINAL) expedida pelo respectivo **Cartório Distribuidor da Comarca (Município)** onde reside;

Certidão Judicial Federal(ORIGINAL) expedida pelo site: https://www2.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/index.php, tipos de certidões: Certidão Judicial Criminal.
Registro no Conselho de Classe com anuidade vigente;
Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso acompanhado de Histórico Escolar do Curso, formalmente reconhecido pelo MEC. A Certidão de Conclusão de Curso e o Histórico Escolar, quando apresentados, deverão conter: Nome completo do Curso; Dados do Aluno; Identificação da Instituição com ou sem o emblema; Entidade Mantenedora; Atos Regulatórios (autorização e reconhecimento do Curso);Data da conclusão.
01 (uma) foto 3x4.

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:1D475110

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS
ERRATA AO EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063/2026
CONCURSO PÚBLICO – EDITAL Nº 003/2023

A **Secretaria Municipal de Recursos Humanos de Almirante Tamandaré – PR**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a presente **ERRATA ao Edital de Convocação nº 063/2026**, publicado em 02/***10***/2026, referente ao Concurso Público regido pelo Edital nº 003/2023.

ONDE SE LÊ:
"EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 063/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2023"

LEIA-SE:
"**EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 055/2026 – CONCURSO PÚBLICO 2023**"

ONDE SE LÊ:
A relação de candidatos constante do **Anexo I do Edital de Convocação nº 063/2026**, referente ao cargo de **Técnico Administrativo**, compreendendo os candidatos classificados do **39º ao 48º lugar**.

LEIA-SE:

Deve ser considerada, para fins de convocação, a relação de candidatos constante do **Edital de Convocação nº 055/2026**, referente ao cargo de **Técnico Administrativo**.

Ficam, portanto, **sem efeito as disposições constantes do Edital de Convocação nº 063/2026 que divergem da convocação estabelecida no Edital nº 055/2026**, permanecendo inalteradas as demais disposições que não forem incompatíveis com a presente errata.

A presente retificação decorre de **erro material na elaboração e publicação do Edital nº 063/2026**, não implicando alteração das regras ou condições estabelecidas no Concurso Público – Edital nº 003/2023.

Almirante Tamandaré, 02 de outubro de 2026.

RUBIAMARA PAVIN COLODEL
Secretária Municipal de Recursos Humanos

Publicado por:
Camila Stelle Rocha
Código Identificador:EEA275A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
PORTARIA Nº 370/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentares a servidora pública municipal.

***ELZA APARECIDA DA SILVA**, Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei.*
CONSIDERANDO a previsão legal de fracionamento do período das férias.

RESOLVE

***Art. 1º - CONCEDER** a partir do dia 01 (um) de outubro de 2026, 10 (dez) dias de FÉRIAS a servidora **ADRIANA PEREIRA BARBOSA,** matrícula funcional nº **508177,** ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, lotada no Paço Municipal, referente ao período aquisitivo 04/11/2024 à 03/11/2025, nos termos da Lei nº 680/2022.*

***Art. 2º** - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogando as disposições em contrário.*
***REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE**.*

Gabinete da Prefeita Municipal de Altamira do Paraná, ao 1º (primeiro) dia do mês de outubro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Andréa da Cruz Alves
Código Identificador:029B297E

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 121/2026 DE 09/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições

legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.
Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$36.000,00 (trinta e seis mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 1511 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 20.000,00
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.004 DIVISAO DE EDUCACAO - ENSINO FUNDAMENTAL
05.004.12.361.0009.2.025 ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
117 - 3.3.90.39.00.00 1104 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.065 EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA
198 - 3.3.90.39.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 5.000,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
223 - 3.3.71.70.00.00 1303 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO 10.000,00
Total Suplementação: 36.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Dotação transferida, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Redução
05 SECRETARIA DE EDUCACÃO E CULTURA
05.002 DIVISAO DE EDUCACAO - INFANTIL
05.002.12.365.0012.2.034 GESTÃO E ATIVIDADES OPERACIONAIS DA EDUCAÇÃO INFANTIL
88 - 4.4.90.52.00.00 1104 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE 1.000,00
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
07.001.10.304.0021.2.065 EXECUÇÃO DO PROGRAMA NAC VIGILÂNCIA SANITÁRIA
196 - 3.3.90.30.00.00 494 MATERIAL DE CONSUMO 2.500,00
197 - 3.3.90.36.00.00 494 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA 2.500,00
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
213 - 3.3.90.34.00.00 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO 20.000,00
1303
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 1303 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 10.000,00
Total Redução: 36.000,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:4438293F

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 122/2026 DE 09/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$449.400,00 (quatrocentos e quarenta e nove mil e quatrocentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE SAUDE - Fundo Municipal de Saude
07.002 COORDENAÇÃO DE CONVÊNIOS E PROGRAMAS DA SAÚDE
07.002.10.301.0021.1.060 AMPLIAÇÃO, REFORMAS E MELHORIAS NAS UNIDADES DE SAÚDE
199 - 4.4.90.51.00.00 500 OBRAS E INSTALAÇÕES 360.000,00
07.002.10.301.0021.2.053 ATIVIDADES DOS SERVICOS DE ASSISTENCIA A SAUDE
212 - 3.3.90.30.00.00 906 MATERIAL DE CONSUMO 2.400,00
212 - 3.3.90.30.00.00 908 MATERIAL DE CONSUMO 12.000,00
215 - 3.3.90.39.00.00 907 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 9.000,00
07.002.10.301.0021.2.058 APOIO ÁS INSTITUIÇÕES E FUNDAÇÕES DE SAÚDE- CISCONCAM
224 - 3.3.72.39.00.00 907 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 66.000,00
Total Suplementação: 449.400,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme
descriminação abaixo:
Receita
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 906 2.400,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 907 75.000,00
Receita: 1.7.1.3.50.1.1.19 INCREMENTO TEMPORÁRIO DO PAB - Fonte: 908 12.000,00
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.10 RESOLUÇÃO SESA 1508/2025 - CONSTRUÇÃO - Fonte: 500 360.000,00
Total da Receita: 449.400,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 9 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:CB34490B

SECRETÁRIA DE FINANÇAS
DECRETO N° 123/2026 DE 11/09/2026 - DC

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 817/2025 de 18/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$28.000,00 (vinte e oito mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.001 DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
03.001.04.122.0003.2.006 ATIVIDADES OPERAC. E COORDENAÇÃO GERAL ADMINISTRATIVA
38 - 3.3.90.39.00.00 3000 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA 18.000,00
09 SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E REC HIDRICOS
09.001 DIVISAO DE AGRICULTURA, ASSISTENCIA TÉCNICA E MEIO AMBIENTE
09.001.20.606.0030.2.105 ATIVIDADES APOIO E INCENTIVOS Á AGRICULTURA E PECUÁRIA
321 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 7.000,00
10 SECRETARIA DE TRANSPORTE, VIAÇÃO E URBANISMO
10.002 DIVISAO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
10.002.26.782.0026.2.086 ATIVIDADES OPERACIONAIS DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS
375 - 3.3.90.30.00.00 3000 MATERIAL DE CONSUMO 3.000,00
Total Suplementação: 28.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua elaboração, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE ALTAMIRA DO PARANA, Estado do PR, em 11 de Setembro de 2026.

ELZA APARECIDA DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Leila Almeida Campos
Código Identificador:7743EE60

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 215/2026 DE 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$467.058,05 (quatrocentos e sessenta e sete mil e cinquenta e oito reais e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA
07.002.27.812.0011.1.134 Construção/Reforma/Ampliação das Unidades Desportivas
328 - 4.4.90.51.00.00 11050 OBRAS E INSTALAÇÕES 437.803,18
328 - 4.4.90.51.00.00 92472 OBRAS E INSTALAÇÕES 29.254,87

Total Suplementação: 467.058,05

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 11050 37.803,18
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.01 Remuneração de Depósitos Bancários - Geral - Fonte: 92472 29.254,87
Receita: 2.4.2.9.99.0.1.06 FME AMAPORA FEE INVESTIME - Fonte: 11050 400.000,00

Total da Receita: 467.058,05

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:C3A7F1A3

CONTABILIDADE MUNICIPAL
DECRETO N° 216/2026 DE 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1125/2025 de 22/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$408.945,72 (quatrocentos e oito mil e novecentos e quarenta e cinco reais e setenta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
07.002 DEPARTAMENTO DE ESPORTE E CULTURA
07.002.27.812.0011.1.134 Construção/Reforma/Ampliação das Unidades Desportivas
328 - 4.4.90.51.00.00 3472 OBRAS E INSTALAÇÕES 408.945,72

Total Suplementação: 408.945,72

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE AMAPORA, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:73FCD51D

CONTABILIDADE MUNICIPAL
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

***EXTRATO DO CONTRATO* nº 01/2026 ID: 001**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 003/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2026

DAS PARTES:
Contratante: PREVIDÊNCIA SOCIAL SERVIDORES PÚBLICOS MUNICÍPIO DE AMAPORÃ, Pessoa Jurídica de Direito Público, Inscrito no CNPJ sob nº 00.073.108/0001-04.
Contratado: PUBLIPREV – CONSULTORIA PREVIDENCIÁRIA SS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 07.792.568/0001-31.

DO OBJETO: O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTINUADOS DE ASSESSORIA E CONSULTORIA ADMINISTRATIVA E PREVIDENCIÁRIA AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS DO AMAPORÃPREV, VISANDO AO APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO NA GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, MEDIANTE ATENDIMENTO PRESENCIAL, ATENDIMENTO REMOTO CONTÍNUO E VISITA TÉCNICA

PRESENCIAL SEMPRE QUE SOLICITADO PELO DIRETOR PRESIDENTE.

DO VALOR:
O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor mensal de R$ 4.000,00 (quatro mil reais), totalizando R$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais) para 12 (doze) meses.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
O pagamento do serviço é proveniente de recursos do Tesouro (Descentralizados) do exercício de 2026, através da dotação 10.001.04.122.0001.2.166.3.3.90.30.00.00 - Outros Serviços de Terceiros – PJ - Fonte 100.
E dotações que vierem a substituir no exercício subsequente.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:
O pagamento será efetuado em até 20 (vinte) dias após o recebimento da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada e comprovada a regularidade da CONTRATADA.

DA VALIDADE:
O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados da sua assinatura, podendo ser prorrogado com fulcro na Lei n° 14.133/21.

Amaporã/PR, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ CARLOS DE MACEDO
Diretor Presidente do Fundo Previdenciário de Amaporã

Publicado por:
Florença Thais Castro Borges
Código Identificador:B31B14EB

LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2026 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 03 (TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRATÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARI

MUNICIPIO DE AMAPORÃ/PR
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 096/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO 021/2026

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO – COM BASE NO ART. Nº 75, INCISO II da Lei 14.133/2021.
O Município de Amaporã, torna público que, realizará Dispensa de Licitação, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR LOTE, nos termos Artigo Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 222/2023, objeto:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SEGURO AUTOMOTIVO PARA 03 (TRÊS) VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, SECRATÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

PRAZO LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTAS:	***DIA 09/10/2026, DAS 08H AS 14H HORAS (CUMPRIR O DISPOSTO NO ART. 75, §3 DA 14.133)***
REFERÊNCIAS DE HORÁRIO:	HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA CADASTRAMENTO DAS PROPOSTAS:	https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginportal.asp
LINK DO EDITAL:	https://www.amapora.pr.gov.br/licitacao

Amaporã/PR, 02 de outubro de 2026.

GUSTTAVO LUCAS DE SOUZA
Agente de Contratação

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:CC6B475A

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 210/2024 – ID 3244

Processo Administrativo nº 040/2024
Inexigibilidade nº 004/2024

DAS PARTES:
Contratante: Município de Amaporã, inscrito no CNPJ sob nº 75.475.038/0001-10.

Contratado: KERLE CRISTINA SOUZA DOS SANTOS 49.524.935, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CPNJ sob nº 49.524.935/0001-66.

DO OBJETO CONTRATO:

Credenciamento de Empresa Especializada para Ministrar Cursos e Oficinas, para o Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, em atendimento as crianças e adolescentes vinculados ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

DA VIGÊNCIA – PRAZO E VALOR:
Fica prorrogada a vigência do Contrato nº 210/2024 – ID 3244 pelo período de 06 (seis) meses, compreendido entre 03/10/2026 e 02/04/2027.

DO VALOR DO TERMO ADITIVO:

O valor total do presente Termo Aditivo é de R$ 8.772,18 (oito mil, setecentos e setenta e dois reais e dezoito centavos), correspondente a 06 (seis) parcelas mensais de R$ 1.462,03 (mil quatrocentos e sessenta e dois reais e três centavos).

O valor mensal permanece mantido, considerando que o mesmo já foi reajustado em 03 de abril de 2026, não sendo aplicado novo reajuste no presente Termo Aditivo.

DOS RECURSOS FINANCEIROS:

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

476 - 09.001.08.243.0014.6.113.3.3.90.39.00.00 - Gestão das Atividades do Setor da Criança e do Adolescente

Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Jurídica – Fonte 31013

DA RATIFICAÇÃO:
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no **Contrato nº 210/2024 – ID 3244**, que não tenham sido alteradas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo Aditivo está fundamentado no disposto do Artigo 107, da Lei 14.133/21 e alterações posteriores, conforme **Inexigibilidade nº 004/2024.**

Amaporã/PR, 02 de outubro de 2026.

Município de Amaporã
MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Gomes Dos Santos
Código Identificador:B883AA47

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 210/2026

DECRETO No 210/2026

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:
Art. 1o – Prorrogar a validade do Processo Seletivo Simplificado contido no Edital nº 042/2025 de 11 de setembro de 2025, e homologado pelo Edital nº 048/2025 de 29 de setembro de 2025 para os cargos de Cozinheiro(a), Zelador(a), Motorista e Auxiliar administrativo, pelo prazo de mais 12 (doze) meses.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Retroagindo seus efeitos ao dia 29/09/2026.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 01 (um) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

Republicado por erro de digitação

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:75D04A35

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 212/2026

DECRETO No 212/2026

SÚMULA: Nomeia Servidor Público Municipal, tendo em vista a Habilitação em Concurso Público, e da outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e, em Especial ao contido nas Leis Municipais no 100/2004, 955/2022 e na Lei Orgânica do Município de Amaporã**.**

DECRETA:
Art.1o - Nomeia o Sr. **ELVIS CUNHA COTRIM RIBEIRO**, portador da Cédula de Identidade nº 77354018 e inscrito no CPF nº 050.436.239-93, para o cargo efetivo de **MÉDICO CLINICO GERAL – 40H**, previsto na Lei Municipal no 100/2004 e tendo em vista a habilitação em Concurso Público, aberto pelo Edital nº 054/2025, e respectiva convocação feita pelo Edital no 050/2026 a partir de **01/10/2026**.

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data.

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 01 (um) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis)

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:70725810

RECURSOS HUMANOS
DECRETO NO 213/2026

DECRETO No 213/2026

SÚMULA: Exonera a Pedido da Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais**.**

DECRETA:
Art.1o – Exonera a pedido da Sra. **TAMIRES SANTOS PINHEIRO** portadora da Cédula de Identidade nº 051.660.463-58 e inscrita no CPF nº 051.660.463-58, servidora desta Municipalidade lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **MÉDICO 20H**, a partir do dia **01/10/2026.**

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2026

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:7CBA4622

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 214/2026

DECRETO Nº 214/2026

SÚMULA: Declara a vacância de Cargo Público Municipal de conformidade com o Art. 60 inciso I, da Lei Municipal n. 173/2006 de 07 de dezembro de 2006, e dá outras providencias.

MARCOS MARIN, Prefeito Municipal de Amaporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:
Art. 1o - Fica declarado a vacância por motivo de Exoneração da Sra. **TAMIRES SANTOS PINHEIRO** portadora da Cédula de Identidade nº 051.660.463-58 e inscrita no CPF nº 051.660.463-58, servidora desta Municipalidade lotada no Departamento de Saúde, no cargo de **MÉDICO 20H**, a partir do dia **01/10/2026.**

Art. 2o - Este Decreto entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos ao dia 01/10/2026

Art. 3o - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Amaporã, 01 (um) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:0B7EA1A7

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2026 (REF. EDITAL DE CONC.PÚB. N.º 01.54/2025 DE 11/12/2025).

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 054/2026

(**Ref. Edital de Conc.Púb. n.º 01.54/2025 de 11/12/2025).**

O Prefeito Municipal de Amaporã, Sr. **MARCOS MARIN**, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Rua Minas Gerais – Q04 Lt22, cidade de Amaporã - Paraná, portador da Cédula de Identidade nº 8.457.343-4 - SSP/PR e do CPF nº 044.142.109-17, no uso de suas atribuições legais, **CONVOCA** a candidata aprovada no **Concurso**

Público nº 001/2025, seguindo rigorosamente a ordem de classificação, para comparecer no período de **05 a 09 de outubro de 2026,** na Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Amaporã no horário de expediente, para apresentar os documentos exigidos conforme relação abaixo. Após, cumpridas as exigências legais expressas no presente Edital, o aprovado será posteriormente empossado em seu cargo.

AMPLA CONCORRÊNCIA

Medico Clinico Geral – 20h

Nome	Nº CPF	Nº Inscrição	Nota Final
Julia Molossi	082.642.829-03	0041901	84,00

A candidata convocada para a contratação terá o prazo de **05 (cinco) dias**, prorrogável por igual período, desde que devidamente fundamentado, para cumprir as formalidades para a concretização do ato supracitado. Este Edital de Convocação entra em vigor na data de sua publicação no órgão oficial de divulgação da Prefeitura Municipal. Relação dos documentos a serem apresentados originais e fotocópias abaixo citados;

• Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
• Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
• Cópia do documento de Identificação;
• Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
• Cópia do Certificado de Conclusão do Curso/escolaridade exigido pelo requisito do cargo;
• Cópia do Registro no órgão de classe;
• 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
• Declaração de bens e valores que integram seu patrimônio privado, conforme prescrito na Lei nº 8.429/1992;
• Declaração de que não ocupa outro cargo ou emprego público em qualquer das esferas do governo, bem como não percebe benefício proveniente de regime próprio de previdência social ou do Regime Geral de Previdência Social relativo a emprego público (art. 37, § 10 da CF), salvo se tratar das exceções previstas no art. 37, inciso XVI e XVII, da Constituição Federal, hipótese nas quais deverá ser observada a carga horária semanal, a compatibilidade de horários e a atenção aos limites remuneratórios estipulados pelo inciso XI do art. 37 da CF. Neste caso deverá o candidato declarar o acúmulo de cargos e quanto ganha em cada um sob pena de desclassificação;
• Firmar declaração, a ser preenchida em formulário próprio, no ato da contratação, de não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos anteriores à sua contratação;
• Cópia da Certidão de Nascimento e CPF do(s) filho(s), menores de 21 (vinte e um) anos;
• Certidão Negativa Criminal, expedida pela Comarca onde reside;
• Cópia do comprovante de residência;
• Número do PIS/PASEP;
• Título de Eleitor com a Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral ou através do endereço eletrônico;
• Certidão de Casamento com averbação de óbito se viúvo; e se divorciado com averbação de divórcio;
• Atestado de aptidão física e mental devidamente preenchidos por médicos competentes (medico do trabalho e psicólogo)

O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de convocação sem justo motivo, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.

Amaporã, 02 de outubro de 2026.

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:8A8BE0E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 084/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026

Aos 01 (primeiro) dia do mês de outubro do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito em exercício o Sr. Valdemar José Bosi, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de materiais gráficos de comunicação visual para atender aos diversos Departamentos da Prefeitura de Anahy-PR. As quantidades e especificações constam no Anexo I, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2. Fornecedor Registrado: A empresa **FURLAN & CIA LTDA, CNPJ 10.984.468/0001-11,** sediada na Rua Severino Bombarda, 310, Parque Industrial Alvisio E Schneider da cidade de Corbélia / PR, CEP: 85.420-000, neste ato representada por sua Sócio Proprietária a Sra. Lisiane Fortunato, Portadora do RG sob nº 3.XXX.XXX-3 e CPF nº 584.XXX.XXX-91, WhatsApp (45) 3242-1186; E-mail: graficafortunato@hotmail.com.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 16	FURLAN & CIA LTDA CNPJ: 10.984.468/0001-11	R$ 166.360,00 (cento e sessenta e seis mil e trezentos e sessenta reais).
VALOR TOTAL		**R$ 166.360,00 (cento e sessenta e seis mil e trezentos e sessenta reais).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:A2C5E540

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 085/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 030/2026
REGISTRO DE PREÇOS 029/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026

Aos 01 (primeiro) dia do mês de outubro do ano de 2026, o MUNICÍPIO DE ANAHY, com sede na Rua Vereador Leonardo Aparecido Dobicz, 591, Centro, na cidade de Anahy, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 95.594.800/0001-94, neste ato representado pelo Prefeito em exercício o Sr. Valdemar José Bosi, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1.DO OBJETO

Constitui objeto da presente licitação o Registro de Preços para a aquisição de materiais gráficos de comunicação visual para atender aos diversos Departamentos da Prefeitura de Anahy-PR. As quantidades e especificações constam no Anexo I, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2.DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2. Fornecedor Registrado: A empresa **GRÁFICA BOA VISTA LTDA, CNPJ 43.141.816/0001-48,** sediada na Av. Cícero Barbosa Sobrinho, n° 766, Centro, Boa Vista da Aparecida/PR, CEP: 85780-000, neste ato representada por sua Sócia Proprietária a Sra. Jucilaine Aparecida Graciani, portador da célula de identidade n° 8.XXX.XXX-2 e CPF: 056.XXX.XXX-74, fone: (45) 99143-6967, e-mail: graficaboavista1@gmail.com.

Item	Proponente Vencedora	Valor Total (R$)
17 e 18	GRAFICA BOA VISTA LTDA CNPJ: 43.141.816.0001-48	R$ 9.809,80 (nove mil e oitocentos e nove reais e oitenta centavos).
VALOR TOTAL		**R$ 9.809,80 (nove mil e oitocentos e nove reais e oitenta centavos).**

A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, e caso as assinaturas sejam realizadas de forma eletrônica, os efeitos da Ata serão produzidos a partir da data da última assinatura.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:F682BA72

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 075/2026
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2026
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026

CREDENCIADOR: O **MUNICÍPIO DE ANAHY**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **95.594.800/0001-94**, com sede administrativa na Rua Vereador Leonardo Dobicz, nº 591, Centro, CEP 85425-000, Anahy/PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, Sr. Valdemar José Bosi. **CREDENCIADA:** RODAMOTRIZ COMÉRCIO DE PEÇAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.374.646/0001-01, sediada na Rua Rio Negro, nº 698, Bairro São Cristóvão, Cascavel/PR, CEP 85.816-500, neste ato representada por seu Representante Legal, Sr. João Antonio Bellon, portador da Carteira de Identidade RG nº 1.xxx.xxx/8 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 242.xxx.xxx-04. **OBJETO:** Credenciamento de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços continuados de manutenção preventiva, corretiva e reparação elétrica e eletrônica veicular, executados sob demanda, referente ao LOTE 01 - VEÍCULOS AUTOMOTORES PESADOS, para atender à frota da Administração Direta do Município de Anahy/PR. **VALOR DA HORA TETO:** R$ 211,29 (duzentos e onze reais e vinte e nove centavos) por hora de serviço. **VALOR TOTAL ESTIMADO**: R$ 63.387,00 (Sessenta e três mil, trezentos e oitenta e sete reais) para o período de 12 (doze) meses (quantitativo estimado de 300 horas). **VIGÊNCIA CONTRATUAL:** 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos dos arts. 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021. **DOTAÇÃO:** Vide contrato originário. **FORO:** Comarca de Corbélia – Paraná.

Anahy/PR, 02 de outubro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Jaqueline Ribeiro do Amaral
Código Identificador:D842A600

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.594/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Marli do Carmo de Souza, técnico em enfermagem, portadora do RG. 7.248.138-0/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 5215-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	05 de outubro de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu-PR
Objetivo:	Participar a convite da 10ª Regional de Saúde/Cascavel da Oficina de Formação de Multiplicadores para Micro Planejamento para Atividades de Vacinação de alta Qualidade (AVAQ) – Macro Oeste (9ª RS e 10ª RS), que será realizada no Hotel Foz do Iguaçu.
Protocolo nº	413/2026.
Quant. de Diárias:	Meia diária
Valor total das diárias:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:9641D21B

SECRETARIA GERAL
PORTARIA N° 7.595/2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias a servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 1.126 de 18 de dezembro de 2025;

RESOLVE:

Art. 1° Conceder em favor da servidora efetiva Patrícia Pistun Taveira, enfermeira, portadora do RG. 10.205.616-7/PR, lotada no Departamento de Saúde, matrícula funcional nº 8168-1, meia diária para empreender viagem a serviço do Município de Anahy, sendo:

Data:	05 de outubro de 2026.
Destino:	Foz do Iguaçu-PR
Objetivo:	Participar a convite da 10ª Regional de Saúde/Cascavel da Oficina de Formação de Multiplicadores para Micro Planejamento para Atividades de Vacinação de alta Qualidade (AVAQ) – Macro Oeste (9ª RS e 10ª RS), que será realizada no Hotel Foz do Iguaçu.
Protocolo nº	414/2026.
Quant. de Diárias:	Meia diária
Valor total das diárias:	R$ 150,00

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:912445C2

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.592/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no Art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005.

RESOLVE:

Art. 1° Conceder férias a servidora efetiva Edinéia Casado Peres, portadora do RG. 5.981.679-9/PR, ocupante do cargo de técnico em enfermagem, matrícula funcional nº 2160-1, lotada no Departamento de Saúde.

Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 01 de dezembro de 2025 a 30 de novembro de 2026, que serão gozadas de: 05 à 19 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:CDDE517D

SECRETARIA GERAL
PORTARIA Nº 7.593/2026

Dispõe sobre a concessão de férias a servidora efetiva.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e com base no art. 64 da Lei Municipal nº 338/05, de 27 de abril de 2005;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias a servidora efetiva Adriele Finetti da Silva, portadora do RG. 12.543.715-0/PR, ocupante do cargo de assistente administrativo, matricula funcional nº 10677/3, lotada no Departamento de Educação.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de: 16 de abril de 2025 a 15 de abril de 2026, que serão gozadas de 05 à 19 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ANAHY, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

VALDEMAR JOSÉ BOSI
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Nelci Bertolino Rotta
Código Identificador:99404873

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
ATO QUE AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 022/2026

Autorizo a dispensa de licitação nº 022/2026, a despesa e emissão de empenho para **CISNOP-CONS.INTERM.SAUDE NORTE DO PARANA**, inscrita no CNPJ sob o n° **00.126.737/0001-55**, no valor de **R$ 700.000,00 (setecentos mil reais)**, para **CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE, POR INTERMÉDIO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO NORTE DO PARANÁ – CISNOP, PARA REALIZAÇÃO, EM CARÁTER EXTRA COTA, DE CONSULTAS, EXAMES, PROCEDIMENTOS E DEMAIS SERVIÇOS DE SAÚDE CONSTANTES DA TABELA VIGENTE DO CONSÓRCIO, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DOS USUÁRIOS DO SUS DO MUNICÍPIO DE ANDIRÁ,** em conformidade com o art. 75, inciso XI, da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, atualizado pelo Decreto nº 9.858/2023.
Andirá, 02 de outubro de 2026

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal de Andirá

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:FE5F8193

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DE 1º E 2° TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 066/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
C A SANTANA REFRIGERAÇÃO – ME

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **02/10/2026** e término em **01/10/2027**, com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores, na importância de **R$ 19.455,00** (dezenove mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais), com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Os valores acima são meramente estimativos, de forma que os pagamentos devidos ao FORNECEDOR dependerão dos quantitativos efetivamente prestados.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas data de registro de preços original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.10.2026

PREGÃO ELETRÔNICO N° 036/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

CARLOS AMILTON SANTANA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:DE777F10

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 110/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ

M V NILLO DE PAULA ENGENHARIA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **02/10/2026** e término em **01/10/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.10.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

MARCIO VINICIUS NILLO DE PAULA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:F93C8CB2

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 111/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
M V OLIVEIRA SANTOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **12 (doze) meses**, com início em **02/10/2026** e término em **01/10/2027** com fundamento no Art. 84 da Lei 14.133/2021.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.10.2026

INEXIGIBILIDADE Nº 020/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

MARCUS VINICIUS OLIVEIRA SANTOS
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:A84CB5DF

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 3º E 4° TERMO ADITIVO DE CONTRATO Nº 018/2026

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ - PARANÁ
ASHER SOLUCOES TERCEIRIZACAO LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO PRAZO
O presente termo aditivo tem por objeto - Dilatação do Prazo de Vigência por **2 (dois) meses**, com início em **04/10/2026** e término em **03/12/2026** com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR
O presente termo aditivo tem por objeto – Manutenção de Valores na importância de **R$ 355.777,60** (trezentos e cinquenta e cinco mil, setecentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), com fundamento no Art. 107 da Lei nº 14.133/2021 e no Art. 406 Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02.10.2026.

PREGÃO ELETRÔNICO N° 040/2025

ASSINATURAS:

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita

MARCELA DIAS AMORIM PIMENTA
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:0E98A54F

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026

PROCESSO LICITAÇÃO Nº **153/2026**
Pregão Nº **13/2026**

OBJETO: SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO SAMAE DE ANDIRÁ - PR EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO EM TODO O ESTADO DO PARANÁ, INCLUINDO A MESORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE DE MANEIRA À ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E DEMAIS LEGISLAÇÕES RELACIONADAS A PUBLICIDADE DE ATOS PÚBLICOS.

EMPRESA VENCEDORA:
EDITORA O ESTADO DO PARANA S.A- CNPJ:76.568.708/0001-05

VIGÊNCIA: 02/10/2026 A 01/10/2027

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

RONIVALDO VISOTO
Pregoeiro

ANA AMELIA CUNHA PEREIRA FILIZOLA
Representante Legal

OBS: A RELAÇÃO DE ITENS REFERENTE AO PROCESSO LICITATÓRIO E ATA DE REGISTRO ESTARÁ DISPONIVEL NO SITE OFICIAL DO SAMAE.
https://samaeandira.com.br/licitacoes

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:BD44A411

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA N° 1.573 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA, Diretor Presidente, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a lei e,
CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei n° 14.133, de 01 de abril de 2021, que determina o acompanhamento e a fiscalização da execução dos contratos, por representante da Administração especialmente designado.

CONSIDERANDO a Portaria Nº 324 de 11 de abril de 2019 que regulamenta a gestão e fiscalização dos contratos do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Andirá – SAMAE.

RESOLVE:

Art. 1° - Nomear os servidores, abaixo relacionados, como Fiscal de Contrato, para responder pela gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do seguinte contrato:

Fiscal Titular:	**THAYLA NAYARA OLIVEIRA DIAS**		
Fiscal Substituto:	**DIEGO CAMPOS DE MELO**		
Gestor Titular:	**WAGNER MARTINS DE ALMEIDA**		
Gestor Substituto:	**FELIPE DE SOUZA FERNANDES**		
ATA Nº:	**024-2026**	**Vigência:**	**02/10/2026 A 01/10/2027**
ID DA ATA:	**063-2026**		
Modalidade:	**PREGÃO ELETRÔNICO**		
Nº Licitação:	**13/2026**		
Contratado:	**EDITORA O ESTADO DO PARANÁ S/A**		
Objeto:	**SERVIÇOS DE PUBLICAÇÃO DE ATOS OFICIAIS DO SAMAE DE ANDIRÁ - PR EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO EM TODO O ESTADO DO PARANÁ, INCLUINDO A MESORREGIÃO DO NORTE PIONEIRO PARANAENSE DE MANEIRA À ATENDER A LEGISLAÇÃO VIGENTE DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, E DEMAIS LEGISLAÇÕES RELACIONADAS A PUBLICIDADE DE ATOS PÚBLICOS.**		
Valor:	**R$ 15.000,00 (Quinze mil reais)**		

Art. 2° - O Fiscal assim como o Gestor de Contratos será responsável por representar o SAMAE perante o contratado e zelar pela boa execução do objeto pactuado, mediante a execução das atividades de orientação, fiscalização e controle.

Art. 3° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogada as disposições em contrário.

Andirá, 02 de outubro de 2026.

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente do SAMAE

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:FCB68682

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 07/2026 – PARA FINS DE REGISTRO DE PREÇOS.

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 152/2026.
HOMOLOGADO DIA: 02/10/2026.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE REGARGA DE GÁS DE COZINHA GLP P13, PÃO FRANCÊS, MARMITAS E BEBIDAS, PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SAMAE DE ANDIRÁ.

RESULTADO: M.I.P SOARES & SOARES LTDA CNPJ: 13.305.275/0001-85 Valor total: R$ 8.400,00(oito mil e quatrocentos reais). CAMILA CRISTINA POLO CNPJ: 08.888.229/0001-16 Valor total: R$ 7.750,00 (sete mil e setecentos e cinquenta reais).

ANDIRÁ, 02 de outubro de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:EAD05DB6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 10/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº179/2026.
HOMOLOGADO DIA: 02/10/2026.

OBJETO: SERVIÇO DE FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MACROMEDIDORES ULTRASSÔNICOS NAS ESTAÇÕES DE TRATAMENTO DE ESGOTO, COMPREENDENDO MONTAGEM MECÂNICA, INSTALAÇÃO DOS SENSORES, CONFIGURAÇÃO DO EQUIPAMENTO, TESTES OPERACIONAIS E COMISSIONAMENTO, SEM EXECUÇÃO DE INTERVENÇÕES ELÉTRICAS.

RESULTADO: SANESOLUTI COMÉRCIO DE INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE LTDA CNPJ: 22.538.071/0001-85 Valor total: 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

ANDIRÁ, 02 de outubro de 2026.

FERNANDA LEITE BRUNAÇO
Agente de Contratação

MARCOS CESAR CAETANO PIMENTA
Diretor Presidente

Publicado por:
Fabiane Raiane Petrin
Código Identificador:4843CBAC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTONINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
2º AVISO DE SUSPENSÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 007/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026

O MUNICÍPIO DE ANTONINA, Estado do Paraná, por intermédio do Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica **SUSPENSA, por prazo indeterminado, a sessão pública da Concorrência Eletrônica nº 007/2026**, anteriormente designada para o dia **07 de dezembro de 2026, às 9h**.

O certame tem por objeto a contratação integrada de empresa especializada para elaboração dos projetos executivos, fornecimento, instalação, configuração, integração, testes, comissionamento, treinamento, operação assistida e entrega de Sistema de Telemetria para Saneamento e Automação dos Sistemas do SAMAE de Antonina/PR, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência, no Estudo Técnico Preliminar – ETP e nos demais documentos técnicos.

A suspensão decorre da análise técnica realizada em razão do 3º Pedido de Esclarecimento, por meio da qual foi identificada a necessidade de ajustes e compatibilizações no Termo de Referência e nas demais peças técnicas que integram o instrumento convocatório, visando assegurar a adequada definição do objeto, a clareza das exigências, a isonomia, a competitividade e a segurança jurídica do procedimento.

Após a conclusão das adequações, o edital e seus anexos retificados serão novamente divulgados nos mesmos meios utilizados para a publicação inicial, com a definição de nova data para realização da sessão pública e a observância integral dos prazos legais aplicáveis, nos termos do art. 55, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

.
Antonina/PR, 02 de outubro de 2026.

HALLAN CORDEIRO CORREA
Secretário Municipal de Planejamento, Obras e Urbanismo

Publicado por:
Deoclecio de Oliveira Millezi
Código Identificador:E6608ACB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 009/2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2026 - ASSISTENTE EDUCACIONAL

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 009/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições legais, considerando a ordem de classificação do Processo Seletivo Simplificado n.º 010/2026, homologado pelo Decreto n.º 166/2026, que visa à contratação, em caráter temporário, para o cargo de Assistente Educacional, conforme consta nos autos do Processo Administrativo n.º 12921/2026, e nos termos das Leis Municipais n.º 879/2015 e n.º 661/2012,

TORNA PÚBLICO

Que, em atendimento aos dispositivos contidos no **item 9 – Da Convocação e Contratação** do **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 010/2026,** os candidatos constantes neste ato convocatório deverão comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Prefeitura Municipal, localizado na Avenida Brasil, n.º 665, Centro, Balsa Nova/PR, no dia **06/10/2026, às 10h**, para manifestação de interesse em assumir o cargo temporário de **ASSISTENTE EDUCACIONAL** ou, alternativamente, manifestar desistência provisória, com opção de permanência ao final da lista de classificação, conforme previsto no item 9.3.

Conforme consta nos Processos Administrativos n.º 22048/2026 e 23127/2026 --- SMECE, fica disponibilizada a seguinte vaga:

LOCAL DA VAGA	N.º DE VAGA
CMEI Brincando e Criando	1

A escolha da vaga seguirá rigorosamente a ordem de classificação, conforme segue:

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO	INSCRIÇÃO
35°	SUSANA APARECIDA DUTRA QUILLO	17369/2026

DAS CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

Para a contratação, o candidato deverá apresentar os documentos pessoais originais, em situação regular, acompanhados de **01 (uma) cópia simples de cada documento**, às suas expensas:

1) 01 (uma) foto 3x4: colorida, recente (podendo ser arquivo digital);
2) Documento de Identidade, podendo ser RG ou CIN (Carteira de Identidade Nacional). Não será aceita a Carteira Nacional de Habilitação - CNH para esta finalidade;
3) Comprovante de inscrição no Cadastro de Pessoa Física - CPF;
4) Comprovante de residência atualizado;
5) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS, (física ou digital);
Física: cópia da página da foto e do verso,
Digital: cópia (captura de tela) contendo todos os dados;
6) Diploma ou Certidão de Conclusão de Curso;
7) Histórico Escolar compatível com o cargo;
8) Comprovante de inscrição no PIS/PASEP (disponível na CTPS ou no aplicativo Meu INSS);
9) Título de Eleitor;
10) Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no endereço eletrônico do Tribunal Superior Eleitoral - TSE: www.tse.jus.br;
11) Carteira Nacional de Habilitação – CNH. Obrigatória apenas para cargos específicos, conforme previsto em edital;
12) Certificado de Reservista ou Certificado de Dispensa de incorporação, se do sexo masculino;
13) Comprovante de inscrição e regularidade junto ao Órgão de Classe: apenas para candidatos a cargo regulamentado, quando exigível;
14) Certidão de Nascimento, Certidão de Casamento ou Declaração de União Estável;
15) CPF dos filhos menores de 18 anos;
16) Atestado de Antecedentes Criminais;
Se o RG for do Paraná, emitido pelo Instituto de Identificação do Paraná, disponível no endereço eletrônico http://www.ii.pr.gov.br;
Para RG de outros Estados, apresentar Atestado de Cadastro Negativo, emitido pelo órgão competente;
17) Certidão negativa de antecedentes criminais emitida por distribuidores, cartórios criminais ou varas de execução penal dos Fóruns da Justiça Estadual do(s) município(s) nos quais o candidato tenha residido ou domiciliado nos últimos 5 (cinco) anos, expedida nos últimos 90 (noventa) dias anteriores à data da contratação;
18) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais da Polícia Federal, disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/antecedentes-criminais, expedida nos últimos 90 (noventa) dias;
19) Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, nos termos do art. 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e conforme o Anexo IV deste Edital;
20) Declaração de que não foi demitido ou exonerado do serviço público federal, estadual, distrital ou municipal, nem perdeu cargo público em razão de decisão judicial transitada em julgado;
21) Comprovante de abertura de conta-salário no banco informado pelo Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação;
22) Avaliação médica de saúde ocupacional, a ser agendada junto ao Departamento de Gestão de Pessoas no dia da convocação.

Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Municipal nº 113/2023
IEDA MARIA ANDREASSA PORTELA FRANCO
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esporte

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:B877CC0D

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 700/2026

PORTARIA Nº 700/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 012/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 10885/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **FERNANDO HENRIQUE OLIVEIRA DE JESUS**, CPF nº 399.XXX.XXX-27 para o cargo de "**AUXILIAR DE OBRAS E MANUTENÇÃO**", lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE,** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal N.º 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 10885/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos de **05/10/2026 a 04/10/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:8B2E6D51

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 701/2026

PORTARIA Nº 701/2026
O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12921/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **BEATRIZ GONÇALVES APOLINÁRIO**, CPF nº 137.XXX.XXX-71 para o cargo de "**ASSISTENTE EDUCACIONAL**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA RURAL MUNICIPAL HERCULANO SCHIMALESKI,** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12921/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos de **05/10/2026 a 04/10/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:4A9320BC

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 702/2026

PORTARIA Nº 702/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 010/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12921/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **MIRELI DE OLIVEIRA LUZ**, CPF nº 110.XXX.XXX-98 para o cargo de "**ASSISTENTE EDUCACIONAL**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA RURAL MUNICIPAL HERCULANO SCHIMALESKI,** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 12921/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos de **05/10/2026 a 04/10/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:D6123C65

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 703/2026

PORTARIA Nº 703/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 661/2012 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 009/2026**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 7480/2026**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS,

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear **TANIA APARECIDA KULKA LIMA DOS SANTOS**, CPF nº 060.XXX.XXX-05 para o cargo de "**AGENTE EDUCACIONAL**", lotada na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – ESCOLA MUNICIPAL PADRE BOLESLAU LIANA,** para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 661/2012 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 7480/2026.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos de **05/10/2026 a 04/10/2027**.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:DDEC7CE2

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 704/2026

PORTARIA Nº 704/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA**, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei e, com fundamento nas Leis Municipais 624/2011 e 879/2015 e demais disposições cabíveis a espécie, considerando o Item 11 Contratação, da **CHAMADA PÚBLICA Nº 008/2025**, instrumentalizado no **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025**, referente ao Processo Seletivo Simplificado – PSS;

RESOLVE

Art. 1º Nomear **ELIANE ODA PERSIKE** CPF: 648.XXX.XXX-00 para o cargo de "**ENFERMEIRO**", lotada na "**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**", para cumprir a jornada de trabalho de 40 horas/semanais nos termos da Lei Municipal Nº 624/2011 e sob regime jurídico de contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público regulamentado pela Lei Municipal 879/2015, instrumentalizado nos autos do **PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 16036/2025.**

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando seus efeitos a partir de 05/10/2026 a 04/10/2027.

Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:2E1CB6ED

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 705/2026

PORTARIA N.º 705/2026
O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo n° 24782/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica transferido(a) o(a) servidor(a) abaixo relacionado(a):

Nome	Cargo	Matricula	A partir de
ALINE DE LIMA FREITAS	PSS – ENFERMEIRO	541960	01/10/2026
Origem: SMS – Centro Médico Bom Jesus **Destino:** SMS – Secretaria de Saúde			

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições ao contrário.

Balsa Nova, em 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto nº 113/2023
FABRÍCIO FAGIOLI BUBNIAK

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:E2528862

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA N.º 706/2026

PORTARIA N.º 706/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE BALSA NOVA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei, em atenção ao Processo administrativo n° 24710/2026,

RESOLVE:

Art. 1º. – Rescindir a pedido o contrato de trabalho por prazo determinado de **ERICA DE FATIMA VENTURA ROGACHESKI**,matrícula n.º 542059, do cargo de "PSS – PRO EDUC – PROFESSOR N I PHNM", lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, assegurando sua vigência a partir de 01.10.2026.

Edifício da Prefeitura Municipal de Balsa Nova, 02 de outubro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito de Balsa Nova

Publicado por:
Amanda Franco
Código Identificador:775E09C8

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA Nº 707/2026

PORTARIA Nº 707/2026

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO** da Prefeitura Municipal de Balsa Nova**,** Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe confere o Decreto nº 391/2022, considerando o processo administrativo nº 23313/2026;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica concedida Licença Prêmio a servidora relacionada abaixo:

Nome	Matricula	Início	Término	Período aquisitivo	Secretaria
DIVA JOSÉLIA MATOZO DA SILVA	45361	20/10/2026	03/12/2026	2017/2022	SMECE

Art. 2º. A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura de Balsa Nova, em 02 de outubro de 2026.

Assinatura Eletrônica
Decreto Nº 113/2023
FABRICIO FAGIOLI BUBNIAK
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Josiane Alvaristo Pavelik
Código Identificador:A7B04181

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE VISTORIA LOTE 02 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO DE VISTORIA LOTE 02
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 045/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 133/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de roçada e corte de vegetação, limpeza urbana, limpeza e desobstrução de sarjetas, caixas coletoras, bueiros, canaletas, meia-cana e valas de drenagem, incluindo transporte e destinação final dos resíduos, para atendimento das demandas no município de Balsa Nova-PR.
O Município de Balsa Nova, por intermédio de seu Pregoeiro e da Secretaria Municipal de Obras, torna público para conhecimento das empresas licitantes e demais interessados o resultado de vistoria dos veículos, máquinas e equipamentos nos termos dos itens 15 e 16 do Anexo 01-Termo de referência do Edital.
Informamos que no dia **28 de setembro de 2026**, foi realizada a vistoria técnica dos veículos, máquinas e equipamentos apresentados pela empresa **RAS SERVIÇOS LTDA** (CNPJ nº 13.137.437/0001-13) para o **LOTE 02**.
Conforme Termo de Vistoria exarado pelo servidor/fiscal responsável, os equipamentos apresentados foram declarados **APTOS** para o atendimento integral das exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.
Os autos do processo estão disponíveis para consulta no portal de transparência do Município.
Balsa Nova/PR, 02 de outubro de 2026.

RENATA WENCELOSKI CÓSTA
Agente de Contratação / Pregoeira
Portaria nº 570/2026

Publicado por:
Renata Wenceloski Cósta
Código Identificador:B2497B11

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 063/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº. 063/2024

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
CONTRATADA: GLOBAL SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aditamento correspondente ao acréscimo sobre o valor original do Contrato Administrativo nº 63/2024, referente a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para execução de obra de pavimentação com paralelepípedo no Distrito de São Luiz do Purunã, nomeado como Caminho das Pedras e localizado na rua Vereador João Bertoja Filho em Balsa Nova - PR, permanecendo inalteradas as demais condições inicialmente pactuadas.
ACRÉSCIMO: R$ 886.675,31 (oitocentos e oitenta e seis mil, seiscentos e setenta e cinco reais e trinta e um centavos), ou seja, o equivalente a aproximadamente 17,77%do valor original contratado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
09.002.26.782.0004.1153-4.4.90.51.00.00.3000.
FORO: Regional de Campo Largo, Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 002/2024.
Informações Complementares: Permanecem inalteradas às demais disposições do Contrato Administrativo nº 063/2024.
Balsa Nova, 29 de setembro de 2026.

LEANDRO JOSE ANTONIO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:2DDFF35A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
ATA SESSÃO Nº 02 CHAMADA PÚBLICA Nº 04/2026 – INEXIGIBILIDADE 045/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 122/2026

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, no departamento de licitações, localizado no paço municipal as 16:00 horas, reuniu-se a comissão permanente de licitação, presidida pelo SRº. HENRIQUE WARKEN, tendo como secretário a SRa VANESSA TOMAZ DA SILVA, e membros da equipe de apoio, ROGER ROBERT PEREIRA, para realizar a abertura dos novos envelopes e dar andamento aos trabalhos de conferência dos documentos de Credenciamento referente **CREDENCIAMENTO DE PROFISSIONAIS SENDO: ENFERMEIRO, TECNICO DE ENFERMAGEM, E ATENDENTE DE HOSPITAL PARA ATENDER A DEMANDA DO HOSPITAL MUNICIPAL.** O Agente de Contratação constatou a existência dos envelopes pelos proponentes a seguir:

NOME	PROTOCOLO	DATA	HORA
SABRINA APARECIDA DUTRA DA SILVA MACHADO	48042/2026	29/09/2026	13:41:01
GLAUCIA CRISTINA GIRARDELLI	48429/2026	01/10/2026	10:28:21
CINTIA FABIULA MACHADO MACIEL	48719/2026	02/10/2026	14:43:46

Após isso envelopes foram colocados à mesa de reunião rubricados por todos da Equipe de Apoio. Em ato contínuo procedeu-se a abertura dos envelopes de habilitação, cujos documentos foram devidamente rubricados pelos membros da Comissão. Após a análise da documentação apresentada constatou-se que os proponentes abaixo, encontram-se **HABILITADOS** e aptos a contratar com município de Barbosa Ferraz – PR, pois apresentaram a documentação exigida no edital da Credenciamento.

NOME	PROTOCOLO	FUNÇÃO DESEJADA	HABILITADO (SIM OU NÃO)
SABRINA APARECIDA DUTRA DA SILVA MACHADO	48042/2026	Atendente de Hospital	SIM
GLAUCIA CRISTINA GIRARDELLI	48429/2026	Enfermeira	SIM
CINTIA FABIULA MACHADO MACIEL	48719/2026	Téc. Enfermagem	SIM

Não havendo nenhum outro interessado até a realização desta sessão, nada mais a constar, eu Henrique Warken lavrei a ata, a mesma será publicada no órgão de impressa oficial.

Barbosa Ferraz - PR 02 de outubro de 2026.

HENRIQUE WARKEN
Presidente Comissão De Licitação

VANESSA TOMAZ DA SILVA
Secretaria

ROGER ROBERT PEREIRA
Membro

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:A27F9A1D

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 81/2026- MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ/PR

CONTRATANTE: Município de BARBOSA FERRAZ, Estado do Paraná, com sede à AV. PRESIDENTE KENEDY, 363, inscrito no CGC/MF nº 76.950.062/0001-26, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, senhor Carlos Rosa Alves, inscrito(a) no CPF sob o n.º ***919329**.

CONTRATADA:ASTROLAR TECHNOLOGIE, CNPJ: 45.705.767/0001-54.

PROCESSO LICITATORIO: Pregão nº 29/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ONGRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, DE ACORDO COM O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4102505/2023 ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.

VALOR: R$ 1.234.050,00 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil e cinquenta reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA:12 MESES

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:21/08/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: LEI 14.133/21

FORO: Comarca de Barbosa Ferraz, Estado do Paraná.

Barbosa Ferraz-PR, 21 de Agosto de 2026

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:DEC35D99

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº134 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000,

representado pelo Prefeito Municipal o Sr. Carlos Rosa Alves, e a empresa **ODONTOMASTER EQUIPAMENTOS LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº 54.860.907/0001-50 neste ato representada por CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY, portador do CPF sob n° 993.547.726-68, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal de Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Odontomaster Equipamentos LTDA
CNPJ :54.860.907/0001-50
CRISTIANO HENRIQUE RODRIGUES CURY
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:E51AE9C6

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO

A comissão de licitação após, fase de lances, conferencia das documentações e habilitação das proponentes encaminha o processo ao Excelentíssimo Senhor prefeito Municipal, Carlos Rosa Alves, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº26/2023, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

a) Licitação Nrº:	Pregão 29/ 2024
b) Objeto Homologado:	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO O FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ONGRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA, DE ACORDO COM O INSTRUMENTO DE REPASSE Nº 4102505/2023 ENTRE O MUNICÍPIO DE BARBOSA FERRAZ E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – PROGRAMA ITAIPU MAIS QUE ENERGIA.

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ASTROLAR TECHNOLOGIE	45.705.767/0001-54	R$ 1.234.050,00

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANT	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
1	FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SISTEMA(S) DE GERAÇÃO DE ENERGIA FOTOVOLTAICA, CONECTADO À REDE ONGRID DA CONCESSIONÁRIA DE ENERGIA	UN	1	1.234.050,00	1.234.050,00

Barbosa Ferraz, 18 de Agosto de 2026.

CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Henrique Warken
Código Identificador:DF39D015

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
NOTIFICAÇÃO N° 07/2026

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Rua Marechal Floriano Peixoto, 697 - Centro - Barbosa Ferraz/ PR - CEP 86960-000 - Fone: (44) 3275-2091

NOTIFICAÇÃO N° 07/2026
DADOS DO NOTIFICADO:

NOME: MARIA SEBASTIANA DIAS DA COSTA		
ENDEREÇO: AVENIDA LONDRINA		
BAIRRO: CENTRO	CEP: 86960-000	CIDADE/UF: BARBOSA FERRAZ
CPF:	TELEFONE:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO:

ENDEREÇO: AVENIDA LONDRINA QUADRA:183 LOTE: 008
BAIRRO: CENTRO ATIVIDADE: LOTE
CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO:

Na fiscalização realizada no local descrito, em 30 de Setembro de 2026; às 09:40, foram constatadas irregularidades que podem ser enquadradas nos dispositivos do Código de Saúde do Paraná e Lei Municipal 2.421/2020 - Lei de Posturas Art.29, conforme abaixo descriminadas

Art. 260. Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessários e mantidos limpos e capinados, pelos proprietários.
Art. 29. Os proprietários de terrenos não ocupados dentro dos perímetros urbanos do Município serão obrigados a realizar capinas regularmente e eventual coleta de detritos, a fim de mantê-los limpos.
Circunstancias atenuantes e agravantes

Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de 15 (quinze) dias uteis a contar da data de ciência, sob pena de ser não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas as PENALIDADES previstas na legislação vigente.
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta notificação no prazo de até 10 (dez) dias uteis, junto a Prefeitura Municipal

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:

NOME: LETÍCIA VITÓRIA LIMA DE MEIRA
Assinatura /carimbo:

BARBOSA FERRAZ – PR 02/10/2026

RECEBIDO POR:
NOME: CPF:
ASSINATURA: RECEBI EM / /

( ) RECUSOU-SE A ASSINAR A NOTIFICAÇÃO (X) NÃO LOCALIZADO NA DATA DA DILIGÊNCIA

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:7C24B14F

SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS E GESTÃO
NOTIFICAÇÃO N° 08 /2026

DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA
Rua Vital Brasil, 286 - Centro - Barbosa Ferraz/ PR - CEP 86960-000 - Fone: (44) 92000-8648

NOTIFICAÇÃO N° 08 /2026

DADOS DO NOTIFICADO:

NOME: ISABEL BRAZ DE SOUZA		
ENDEREÇO: RUA EDSON REZENDE, N° 257		
BAIRRO: VILA BENTO	CEP: 86960-000	CIDADE/UF: BARBOSA FERRAZ
CPF: 072.***.***-74	TELEFONE:	

DADOS DO LOCAL FISCALIZADO:

ENDEREÇO: RUA EDSON REZENDE QUADRA:20 LOTE: 008
BAIRRO: VILA BENTO ATIVIDADE: LOTE

CARACTERIZAÇÃO DA NOTIFICAÇÃO:

Na fiscalização realizada no local descrito, em 30 de Setembro de 2026; às 09:40, foram constatadas irregularidades que podem ser enquadradas nos dispositivos do Código de Saúde do Paraná e Lei Municipal 2.421/2020 - Lei de Posturas Art.29, conforme abaixo descriminadas

Art. 260. Todos os terrenos baldios das áreas urbanas devem ser fechados, drenados quando necessários e mantidos limpos e capinados, pelos proprietários.
Art. 29. Os proprietários de terrenos não ocupados dentro dos perímetros urbanos do Município serão obrigados a realizar capinas regularmente e eventual coleta de detritos, a fim de mantê-los limpos.
Circunstancias atenuantes e agravantes

Fica o contribuinte acima qualificado, notificado das irregularidades apontadas e intimado a saná-las no prazo de 15 (quinze) dias uteis a contar da data de ciência, sob pena de ser não o fazer, ser lavrado o competente AUTO DE INFRAÇÃO e aplicadas as PENALIDADES previstas na legislação vigente.
O contribuinte poderá apresentar manifestação sobre o conteúdo desta notificação no prazo de até 10 (dez) dias uteis, junto a Prefeitura Municipal

UNIDADE ADMINISTRATIVA RESPONSÁVEL PELA NOTIFICAÇÃO:

NOME: LETÍCIA VITÓRIA LIMA DE MEIRA
Assinatura /carimbo:

BARBOSA FERRAZ – PR 02/10/2026

RECEBIDO POR:
NOME: CPF:
ASSINATURA: RECEBI EM / /

( ) RECUSOU-SE A ASSINAR A NOTIFICAÇÃO (x) NÃO LOCALIZADO NA DATA DA DILIGÊNCIA

Publicado por:
Karolaine Gandra Pereira
Código Identificador:1256130A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ
FÉRIAS JULIA G. SIMONI

PORTARIA Nº. 276/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE:***

Art. 1º. Conceder férias regulamentares de 30 (trinte) dias para a servidora pública da Câmara Municipal de Barra do Jacaré, SRª. **JULIA GODOY SIMONI PAVANELLI**, investida no cargo efetivo de Advogada, referente ao período aquisitivo de: 11/09/2025 a 10/09/2026, com período de gozo de 01/10/2026 a 31/10/2026.

Art. 2º. Esta Portaria passa a vigorar a partir desta data.

Art. 3º. Revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Certifique-se e Publique-se.

Gabinete do Presidente, Câmara Municipal de Barra do Jacaré – Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

CLEITON PENTEADO CALIXTO
Presidente
2025/2026

Publicado por:
João Penteado da Cruz
Código Identificador:0564D13A

RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO – CONTRATO Nº. 20/2026 DE 01/10/2026.

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS – EDITAL RETIFICADO nº. 02/2025 de 03/02/2025 – VAGA DE: **PROFESSORA –** 20ª COLOCADA – EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº. 02.29/2026 de 22/09/2026.
CONTRATANTE: Município de Barra do Jacaré-PR.
CONTRATADA: RAFAELLA MADÓGLIO STEFANUTO
OBJETO – o presente contrato de trabalho tem como objeto a contratação para cargo de PROFESSOR – PSS/ 20h, visando atender ao suprimento temporário na Administração Pública Municipal.

REMUNERAÇÃO – salário base de **R$: 2.290,28** *(Dois mil, duzentos e noventa reais e vinte e oito centavos) + Complemento para piso.*
VIGÊNCIA – Início em **01/10/2026.**
Obs. As regras de contratação e exoneração segue o que consta no Edital de Abertura de PSS nº. 02/2025 de 03/02/2025.

Prefeitura Municipal de Barra do Jacaré-PR, em 01/10/2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

RAFAELLA MADÓGLIO STEFANUTO
Contratada

TESTEMUNHAS:

CIBELLI KAROLAINE CALIXTO DUTRA

VANESSA DOS SANTOS LAURO JULIANO

Publicado por:
Leticia da Silva Fernandes Dias
Código Identificador:826C8AFB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO Nº 03 - CONTRATO Nº 111/2023 - RENOVAÇÃO

Contratante...: Prefeitura Municipal de Bela Vista da Caroba
Contratada....: G L ASSESSORIA TECNICA ADMINISTRATIVA LTDA
Objeto.....: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA/SOFTWARE PARA CONTROLE DA PRODUÇÃO PRIMÁRIA COM INTERFACE ENTRE O SISTEMA DE PRODUTOR RURAL DA SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DO PARANÁ - SEFANET
Valor.....: R$ 35.392,08 (trinta e cinco mil e trezentos e noventa e dois reais e oito centavos)
Vigência.....: Início: 05/10/2026 Término: 03/10/2027
Licitação.....: Pregão Nº.: PR75/2023
Bela Vista da Caroba, 2 de maio de 2026

GELSON MAFFI
Prefeito Municipal

Publicado por:
João L. N.
Código Identificador:73706800

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito, GELSON MAFFI nos no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo (a) pregoeiro (a)e sua equipe de apoio, resolve:

01 – HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:
a) Licitação nº: PR64/2026
b) Modalidade: Pregão
c) Data Homologação: 02/10/2026
d) Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO
e) Fornecedores e itens declarados Vencedores (cfe. cotação):

4952 - DINARTE TERRAPLANAGEM & CIA LTDA (53.477.928/0001-28)

TOTAL GERAL: R$ 106.000,00

Bela Vista da Caroba, 02/10/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:40682BE7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 13/2026

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2026 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 13/2026

O SAMAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DO MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DO PREFEITO MUNICIPAL NESTOR KENEAR E DO DIRETOR DO SAMAE DIONEFAN ELISSON PROENÇA DE OLIVEIRA, TORNA PUBLICO O EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PUBLICO Nº 01/2026.

CONVOCAÇÃO:
Convoca o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 01/2026 para comparecer em cinco dias úteis de, 05 de outubro de 2026 até o dia 09 de outubro de 2026, no horário das 08h00min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min horas, no setor de Recursos Humanos na Sede da Prefeitura Municipal, com endereço na Rua Moises Miranda nº422, Centro de Boa Ventura de São Roque – PR, munido da documentação exigida no Anexo I, para confirmar a aceitar a vaga.

CARGO: AGENTE OPERACIONAL

CANDIDATO (A)	INSCRIÇÃO	NOTA	CLASSIF.	COTAS
LEANDRO BECHER FURLANETTO	019.304.407-66	75,00	01º	**Ampla**

Revogada as disposições em contrário, este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque – PR, 02 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

DIONEFAN E. PROENÇA DE OLIVEIRA
Diretor Do SAMAE

Publicado por:
Tanatã Rosendo de Almeida
Código Identificador:C10279D7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 352/2026

PORTARIA Nº 352/2026

O SENHOR NESTOR KENEAR, PREFEITO MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS.

RESOLVE:

CONCEDER: A Servidora Miriam Andrade, matricula de Nº 269-1 nomeada através da portaria 673/2000 para exercer o cargo de Auxiliar de Enfermagem, 09 (nove) dias de férias relativas ao período de 01/06/2025 a 31/05/2026 que serão fruídas a partir de 24/09/2026 a 02/10/2026 com retorno ao trabalho dia 05/10/2026.E adicional de 1/3 (um terço) da remuneração referente ao mesmo período. Conforme Lei 832/2015 art. Com plena anuência do servidor.
Revogadas as disposições em contrário, esta portaria passa a vigorar a partir da data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Boa Ventura de São Roque, 02 de outubro de 2026.

NESTOR KENEAR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosangela Gulanoski
Código Identificador:B9DC3478

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VISTA DA APARECIDA

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 246/2026

DECRETO nº 246/2026
Data: 02/10/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a nomeação de Conselheiro Tutelar Suplente e dá outras providências.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS, Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – Pr, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por lei,

CONSIDERANDO a necessidade de recomposição da titularidade do Conselho Tutelar, a fim de garantir a continuidade dos serviços prestados à população,

CONSIDERANDO o afastamento da Conselheira tutelar titular ANGELA RODRIGUES MORAIS,

DECRETA

Art. 1º - Fica nomeado o sr. **ELVES CORREA DE PAULA**, como Conselheiro Tutelar Suplente, a partir de **05 de outubro de 2026,** em

virtude do afastamento para tratamento de saúde perante o INSS da conselheira tutelar titular ANGELA RODRIGUES MORAIS.
Art. 2º - O conselheiro tutelar ora nomeado exercerá suas funções pelo período enquanto perdurar o afastamento da conselheira titular, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Boa Vista da Aparecida – PR, em 02 de outubro de 2026.

EDUARDO JOSÉ HENRICHS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Regina Weierbacher
Código Identificador:EBBA8FDB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL

CAMARA MUNICIPAL DE BOCAIÚVA DO SUL
PORTARIA 027/2026

PORTARIA Nº 027/2026

SÚMULA: Altera a redação da Portaria nº 017/2026, estabelecendo o prazo final da nomeação em adequação ao período de cessão determinado pelo Decreto Executivo nº 793/2026, e dá outras providências.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul, no uso de suas atribuições legais previstas no inciso IV, do artigo 36, do Regimento Interno da Câmara Municipal, com fundamento na Lei Municipal n.º 015/2007, e considerando o prazo de cessão de servidor público estabelecido no Art. 1º do Decreto Municipal nº 793/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - O texto da Portaria nº 017/2026, de 29 de junho de 2026, passa a vigorar com a seguinte redação:

NOMEAR para o Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar, símbolo CC1, GUILHERME NOVAKOSKI BANDEIRA, brasileiro, solteiro, portador do documento de identidade n.º 12.357.*** /PR, pelo período determinado de 1º de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com os respectivos vencimentos do cargo, em conformidade com o prazo de cessão estabelecido pelo Poder Executivo.

Art. 2º - Ficam mantidas as demais disposições estabelecidas na Portaria nº 017/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de julho de 2026.

Edifício da Câmara Municipal de Bocaiúva do Sul-PR, 02 de outubro de 2026.

CARLOS RODRIGO ISRAEL
Presidente da Câmara Municipal

ADILSON SERGIO SCREMIN
1º Secretário da Câmara Municipal

RAFAEL DA CRUZ VIDAL
2º Secretário da Câmara Municipal

Publicado por:
Fernanda Borato Schlickmann
Código Identificador:2DA31F4E

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 801/2026

DECRETO Nº 801/2026

Súmula: "Fica interrompida a Licença Prêmio da servidora efetiva".

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica interrompida a Licença Prêmio da servidora efetiva, conforme abaixo relacionada:

NOME	CARGO	PERIODO
RENATA DE OLIVEIRA CARDOSO	PROFESSORA	31.08.26 à 01.10.26

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:6B86E303

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 802/2026

DECRETO Nº 802/2026

Súmula: Fica exonerada a pedido Classificada em PSS (Processo Seletivo Simplificado).

João de Lima, Prefeito Municipal de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições conferidas por Lei:

RESOLVE:

Art. 1º - Fica exonerada a pedido a classificada em Processo Seletivo Simplificado – PSS, conforme abaixo especificado:

Nome	Cargo	Data
Alessandra da Rosa Dalazoana	Agente de Apoio Educacional	01.10.2026

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bocaiúva do Sul, 01 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:17A25BA7

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 803/2026

DECRETO Nº 803/2026

Súmula: "Concede Licença Prêmio a servidor efetivo".

O Prefeito de Bocaiúva do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedido o benefício de licença Prêmio, com vinculo de trabalho nos moldes da Lei Municipal nº 013/05.

Art. 2º - A licença que se refere ao Art. 102 é de 3 (três) meses, conforme abaixo relacionado:

NOME	CARGO	PERIODO
Marcelo Rolão dos Santos	Motorista	01.10.26 à 01.01.27

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal, 01 de outubro de 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Pedrinha Arsie de Oliveira
Código Identificador:28644988

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA CRIA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DE FATOS RELACIONADOS AO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 9482/2026.

PORTARIA Nº 187/2026

CRIA COMISSÃO PARA APURAÇÃO DE FATOS RELACIONADOS AO EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO Nº 9482/2026.

O Prefeito de Bocaiuva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Bocaiúva do Sul, especialmente pelos arts. 67, II, e 85, II, alínea “c”, e parágrafo único, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 13/2005, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos municipais e a apuração de irregularidades funcionais:

CONSIDERANDO a necessidade de apurar, com objetividade, imparcialidade e observância do devido processo administrativo, os fatos registrados em 03 de setembro de 2026, na Escola Municipal Pedro Alberto Costa;
CONSIDERANDO o Ofício nº 324/2026, de 21 de setembro de 2026, por meio do qual foi solicitada a instauração de sindicância administrativa e indicada a composição da comissão;
CONSIDERANDO os documentos encaminhados por meio do Memorando nº 120/2026, de 08 de setembro de 2026, e do Memorando nº 210/2026, de 28 de setembro de 2026, inclusive a gravação referente ao período compreendido entre 11h30 e 11h35 do dia 03 de setembro de 2026;
CONSIDERANDO que a designação da comissão não implica reconhecimento de responsabilidade funcional, devendo os fatos ser apurados mediante instrução regular e sem prejulgamento;
RESOLVE:
Art. 1º Designar comissão para atuar na apuração dos fatos relacionados ao expediente administrativo Protocolo Digital nº 9482/2026, cuja denominação formal, processo administrativo de sindicância para apurar supostas agressões físicas a aluno.
Art. 2º A comissão será composta pelas seguintes pessoas, conforme indicação constante do Ofício nº 324/2026:
I — Stefhani Biora Nascimento, psicóloga, Matricula nº e CPF/MF nº ;
II — Anna Claudia de Almeida Paiva da Silva, nutricionista, Matricula nº e CPF/MF nº ;
III — Lucineia Rodrigues Garcia, professora, Matricula nº e CPF/MF nº.
Art. 3º A presidência e a secretaria dos trabalhos serão exercidas conforme definição da autoridade competente, a ser registrada no termo de instalação ou em ato complementar, observados os requisitos previstos na Lei Municipal nº 13/2005.
Art. 4º Compete à comissão:
I — instalar os trabalhos e delimitar, nos autos, o objeto da apuração;
II — examinar o Ofício nº 324/2026, o Memorando nº 120/2026, o Memorando nº 210/2026 e os demais documentos vinculados ao expediente administrativo nº 9482/2026;
III — preservar, juntar e analisar a gravação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação, referente às imagens da Escola Municipal Pedro Alberto Costa, no período indicado no Memorando nº 210/2026;
IV — colher declarações e realizar as oitivas necessárias ao esclarecimento dos fatos, inclusive da servidora envolvida, das pessoas que tenham presenciado a ocorrência e dos responsáveis ou demais pessoas que possam contribuir para a apuração;
V — requisitar informações, documentos e diligências pertinentes, desde que relacionados ao objeto da sindicância;
VI — registrar adequadamente todos os atos praticados e assegurar tratamento imparcial às versões apresentadas; e
VII — elaborar relatório conclusivo, com exposição dos fatos apurados, indicação das provas examinadas, análise das versões apresentadas e conclusão fundamentada, sem aplicação de penalidade pela comissão.
Art. 5º Os integrantes deverão atuar com independência, imparcialidade e sigilo compatível com a natureza dos dados constantes do expediente, comunicando imediatamente à autoridade competente eventual impedimento, suspeição, participação prévia na apuração com formação de juízo conclusivo ou outro fato que possa comprometer a isenção dos trabalhos.
Art. 6º A comissão deverá observar os deveres funcionais, as proibições e o procedimento de apuração previstos na Lei Municipal nº 13/2005, especialmente os arts. 195, 196, 221 a 224 e 227 a 231, bem como as atribuições funcionais do magistério previstas na Lei Municipal nº 473/2011, inclusive quanto ao dever de zelar pela integridade física e moral dos alunos, sempre em caráter investigativo e sem antecipação de responsabilidade.
Art. 7º A comissão deverá assegurar, conforme a natureza e os efeitos concretos do procedimento, a ciência e a participação dos interessados, o contraditório e a ampla defesa, especialmente se a apuração puder resultar em imputação funcional ou aplicação de penalidade.
Art. 8º O prazo para conclusão dos trabalhos será de sessenta dias, art. 230 da lei regente, contado da instalação da comissão, admitida eventual prorrogação somente nas hipóteses e condições previstas na legislação municipal aplicável e mediante autorização da autoridade competente.
Art. 9º A comissão encaminhará o relatório conclusivo à autoridade competente para as providências cabíveis, observado o regime jurídico municipal.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Cumpra-se, publique-se e registre-se.

Prefeitura de Bocaiuva do Sul, 02 de outubro de 2026

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal
Município de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Gabriela Oliveira Falcade
Código Identificador:1D3E8064

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS OCORRIDOS NA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA.

PORTARIA Nº 188/2026

INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE FATOS OCORRIDOS NA ESCOLA MUNICIPAL PEDRO ALBERTO COSTA.

O Prefeito de Bocaiuva do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Bocaiúva do Sul, especialmente pelos arts. 67, II, e 85, II, alínea “c”, e parágrafo único, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 13/2005, que disciplina o regime jurídico dos servidores públicos municipais e a apuração de irregularidades funcionais:

CONSIDERANDO a notícia de ocorrência registrada em 03 de setembro de 2026, na Escola Municipal Pedro Alberto Costa, envolvendo a professora identificada nos documentos como Jane Maria dos Santos e também como Jane Maria, e estudante identificado

em documento como Diogo Roberto Teixeira dos Santos e, em outros registros, como Diogo Roberto;
CONSIDERANDO o relato preliminar de que a professora teria segurado o estudante pelo braço e o retirado da sala, com posterior menção à existência de escoriações e área arroxeada no braço, sem que o registro preliminar tenha concluído pela responsabilidade da servidora;
CONSIDERANDO que, em reunião realizada em 04 de setembro de 2026, foi registrada versão da professora no sentido de que agiu por impulso, reconhecendo a ocorrência de contato físico ao retirar o estudante da sala, circunstância que deverá ser examinada conjuntamente com as demais provas;
CONSIDERANDO o Ofício nº 324/2026, de 21 de setembro de 2026, que solicitou a abertura de sindicância administrativa;
CONSIDERANDO os documentos encaminhados pelo Memorando nº 120/2026, de 08 de setembro de 2026, e pelo Memorando nº 210/2026, de 28 de setembro de 2026, este último acompanhado de gravação relativa ao período das 11h30 às 11h35 do dia 03 de setembro de 2026, com indicação de início do fato às 11h31;
CONSIDERANDO que a instauração da sindicância constitui providência de apuração e não representa declaração de culpa, ilicitude, lesão ou responsabilidade funcional;
RESOLVE:
Art. 1º Instaurar sindicância administrativa para apurar, no âmbito do expediente administrativo nº 9482/2026, cuja denominação formal Processo Administrativo de Sindicância nº03/2026, possível agressão de aluno, os fatos ocorridos em 03 de setembro de 2026, na Escola Municipal Pedro Alberto Costa.
Art. 2º Constituem objeto da sindicância:
I — esclarecer a dinâmica da retirada do estudante da sala de aula e a eventual ocorrência de contato físico entre a Agente Público, Professora Jane Maria dos Santos e aluno (Diogo Roberto) descrito em expedientes internos;
II — verificar as circunstâncias, a necessidade, o modo, a intensidade e a proporcionalidade da conduta narrada;
III — apurar se houve escoriação, alteração ou outro resultado físico, identificando, quando possível, sua existência, extensão e eventual relação com os fatos;
IV — confrontar o registro preliminar, a versão apresentada pela professora na reunião de 04 de setembro de 2026, os relatos de testemunhas, os documentos escolares e a gravação encaminhada pela Secretaria Municipal de Educação; e
V — verificar, ao final, se houve eventual descumprimento de dever funcional ou de atribuição relacionada ao cargo de magistério, sem antecipação de capitulação ou penalidade.
Art. 3º A apuração será conduzida pela comissão designada pela Portaria nº /2026, composta por Stefhani Biora Nascimento, Anna Claudia de Almeida Paiva da Silva e Lucineia Rodrigues Garcia, observada a conferência de suas qualificações funcionais e a inexistência de impedimento ou suspeição.
Art. 4º Para o cumprimento de suas atribuições, a comissão deverá:
I — juntar e examinar o Ofício nº 324/2026, o Memorando nº 120/2026, o Memorando nº 210/2026, os registros da escola, o registro preliminar, o registro da reunião de 04 de setembro de 2026 e os demais documentos relacionados ao expediente;
II — preservar e analisar integralmente a gravação da câmera indicada no Memorando nº 210/2026, registrando sua origem, período, integridade e pertinência para a apuração;
III — identificar e ouvir as pessoas que tenham presenciado os fatos ou participado dos atendimentos posteriores, inclusive aquelas cuja identificação não esteja legível nos documentos já juntados;
IV — oportunizar a manifestação da servidora envolvida e, conforme a idade, capacidade, finalidade do ato e cautelas aplicáveis, colher informações do estudante e de seu responsável, evitando exposição desnecessária;
V — requisitar documentos eventualmente existentes sobre atendimento, comunicação à família ou registro da ocorrência, desde que pertinentes ao objeto da sindicância;
VI — realizar outras diligências necessárias ao esclarecimento dos fatos, vedada a ampliação da apuração para acontecimentos estranhos ao objeto desta Portaria;
VII — elaborar relatório conclusivo, distinguindo fatos comprovados, declarações, documentos, hipóteses não confirmadas e eventuais lacunas probatórias.
Art. 5º A comissão deverá observar os deveres funcionais, as proibições e o procedimento de apuração previstos na Lei Municipal nº 13/2005, especialmente os arts. 195, 196, 221 a 224 e 227 a 231, além das atribuições do magistério previstas na Lei Municipal nº 473/2011, inclusive a referência ao dever de zelar pela integridade física e moral do aluno, sem estabelecer, nesta fase, conclusão definitiva sobre o enquadramento da conduta.
Art. 6º A sindicância terá natureza investigativa e será conduzida sem prejulgamento, não se confundindo a instauração do procedimento com imputação definitiva de infração ou aplicação de penalidade.
Parágrafo único. Caso, no curso da apuração, se verifique a possibilidade de aplicação direta de sanção ou a existência de acusação formal com efeitos punitivos, deverão ser observados o contraditório, a ampla defesa, a ciência dos atos, a possibilidade de produção de provas e o rito previsto na legislação municipal aplicável, sem utilização da denominação “sindicância” para afastar garantias processuais.
Art. 7º O prazo para conclusão dos trabalhos será o determinado no art. 230 da Lei regente, 60 (sessenta) dias, contado da instalação da comissão, admitida prorrogação apenas nas hipóteses e condições previstas na legislação municipal aplicável e mediante autorização da autoridade competente.
Art. 8º Concluída a instrução, a comissão apresentará relatório conclusivo à autoridade competente, indicando as providências administrativas cabíveis, sem aplicação de penalidade pela própria comissão.
Art. 9º O acesso à gravação e aos documentos que contenham dados pessoais deverá ser restrito às pessoas que necessitem conhecê-los para o cumprimento de suas atribuições, com preservação da intimidade, da imagem e da identidade do estudante e dos demais envolvidos, na medida exigida pela legislação aplicável.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal
Município de Bocaiúva do Sul

Publicado por:
Gabriela Oliveira Falcade
Código Identificador:D65DAEB0

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 139/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS
PRESTAÇÃO DE APOIO OPERACIONAL INTERNO
CONTRATADO: ELEN GABRIELE DE LIMA SANTOS
CPF: XXX.585.XXX-05
VALOR: R$ 46.070,16 (Quarenta e seis mil setenta reais e dezesseis centavos)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/10/2026 a 02/10/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:2944DD2F

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO – CONTRATO Nº 140/2026 - INEXIGIBILIDADE 17/2025

OBJETO: CHAMAMENTO PÚBLICO PARA O CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS CONFORME O EDITAL E SEUS ANEXOS

PRESTAÇÃO DE CONDUÇÃO VEICULAR - CATEGORIA C
CONTRATADO: FABIO SANTOS SIQUEIRA
CPF: XXX.428.XXX-35
VALOR: R$ 77.304,00 (Setenta e sete mil trezentos e quatro reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: 02/10/2026 a 02/10/2028

BOCAIÚVA DO SUL, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:8D19A5DA

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RETIFICAÇÃO DE PUBLICAÇÃO - MATÉRIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ NO DIA 02/10/2026. EDIÇÃO 3629

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ASSESSORIA E CONSULTORIA NA ÁREA DO DIREITO PÚBLICO, ESPECIALMENTE NO ÂMBITO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS COM BASE NA LEI FEDERAL Nº 14.133/21 PARA ATENDER AS DEMANDAS DE TODAS AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATO 66/2025
CONTRATADO: JEFFERSON VILELA – SOCIEDADE INDIVIDUAL
DE ADVOCACIA
ONDE LÊ SE:
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - RESCISÃO CONTRATO Nº 66/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 66/2025

LEIA-SE:
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - RESCISÃO CONTRATO Nº 66/2025 - INEXIGIBILIDADE Nº 20/2025

JOÃO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisangela Keppe
Código Identificador:398E10F2

SETOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 83/2026

TERMO ADITIVO Nº 01 – CONTRATO Nº 83/2026
ADITIVO DE VALOR
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE SEGURO TOTAL DOS VEÍCULOS DA FROTA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICAÇÃO CONSTANTE NESTE TERMO DE REFERÊNCIA
CONTRATADO: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ: 90.180.605/0001-02
TERMO ADITIVO: FICA ACRESCIDO AO CONTRATO Nº 83/2026 O VALOR DE R$ 8.040,00 (OITO MIL E QUARENTA REAIS), TOTALIZANDO O VALOR DE R$ 158.040,00 (CENTO E CINQUENTA E OITO MIL E QUARENTA REAIS), OBSERVADO O LIMITE LEGAL DE 25% PREVISTO NO ART. 125 DA LEI Nº 14.133/2021.

BOCAIÚVA DO SUL, 01 DE OUTUBRO DE 2026.

MOACIR DE JESUS
Secretário Municipal de Obras, Viação e Serviços Urbanos

Publicado por:
Viviane Aparecida de Deus
Código Identificador:14C20582

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
ADITIVO 4 DO CONTRATO N°99-2024

TERMO ADITIVO

Quarto Termo Aditivo do Contrato N°99/2024, que são partes o **MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua São Paulo, nº 185, Centro, inscrita sob o CNPJ/MF nº 01.612.443/0001-04, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **HELIO JOSE SURDI**, portador do CPF nº. 757.804.379-04 e CI nº. 4.176.318-3, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a empresa **ADRIANO TELECOMUNICACOES - EIRELI**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.414.026/0001-30, com sede à Av. Paraná, nº 347, na cidade de Barracão, Estado do Paraná, a seguir denominada **CONTRATADA**, de comum acordo as partes retro qualificadas resolvem aditivar o contrato mediante as cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DA INCLUSÃO DE NOVO ITEM CONTRATUAL
Ficam por meio deste inclusos dois novos itens contratuais referentes à instalação de dois novos pontos de internet fibra óptica a serem disponibilizados para a nova Unidade Básica de Saúde e para a Capela Mortuária Bom Jesus.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR
Fica pactuado o valor mensal de **R$ 219,97 (duzentos e dezenove reais e noventa e sete centavos) para o ponto a ser utilizado pela Unidade Básica de Saúde** e o valor de **R$ 119,97 (cento e dezenove reais e noventa e sete centavos) para o ponto a ser utilizado pela Capela Mortuária Bom Jesus,** para o período de 09 meses, totalizando um aumento do presente contrato no montante de **R$ 3.059,46 (três mil e cinquenta e nove reais e quarenta e seis centavos**), podendo ser prorrogado em caso de necessidade.

CLÁUSULA TERCEIRA: As demais cláusulas contratuais permanecem inalteradas.
E, por estarem às partes justas e contratadas firmam o presente Termo Aditivo, que passa a integrar o contrato originário, bem como para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Bom Jesus do Sul – PR, 02 de outubro de 2026.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO SUL
- Contratante-

ADRIANO TELECOMUNICACOES - EIRELI
- Contratada-

DIONATTA HENRIQUE CIZERZA SERAFINI
- Fiscal do Contrato-

TESTEMUNHAS:

_____
ALCIONE MAZZOCATO

_____
JUCIELI DAL PIZZOL DE MATTOS

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DD136C9E

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°197-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°197/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.

CONTRATADA: EGIDE COMÉRCIO DE VESTUÁRIO E ELETRODOMÉSTICOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos para cozinha industrial e materiais de apoio.
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 10.591,08 (dez mil, quinhentos e noventa e um reais e oito centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°49/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4353E049

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°198-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°198/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: GESUL COMERCIAL LTDA - EPP.
OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos para cozinha industrial e materiais de apoio.
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 10.520,16 (dez mil, quinhentos e vinte reais e dezesseis centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°49/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:4C52C51F

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°199-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°199/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: KCRS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI EPP.
OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos para cozinha industrial e materiais de apoio.
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 990,00 (novecentos e noventa reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°49/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:30C4D477

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°200-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°200/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: PROSUL COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de utensílios domésticos, equipamentos eletrodomésticos, equipamentos para cozinha industrial e materiais de apoio.
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 4.700,06 (quatro mil e setecentos reais e seis centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°49/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:14B55F82

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°201-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°201/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: ACR MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 535,00 (quinhentos e trinta e cinco mil).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B39E37DE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°202-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°202/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: BIO LOGICA DISTRIBUIDORA EIRELI.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 6.737,98 (seis mil, setecentos e trinta e sete reais e noventa e oito centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:82BC07AE

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°203-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°203/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 1.115,75 (um mil, cento e quinze reais e setenta e cinco centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:98198306

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°204-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°204/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: DENTAL MED PLUS LTDA-ME.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 1.523,82 (um mil, quinhentos e vinte e três reais e oitenta e dois centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:F748E790

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°205-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°205/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: DISTRIBUIDORA ÁGUA BOA LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 16.943,10 (dezesseis mil, novecentos e quarenta e três reais e dez centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C6D2A381

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°206-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°206/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: ECO - FARMAS - COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA - ME.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 5.880,00 (cinco mil, oitocentos e oitenta reais).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5835C985

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°207-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°207/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA – ME.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 6.999,06 (seis mil, novecentos e noventa e nove reais e seis centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:9E3A9386

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°208-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°208/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: ODONTOSUL LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 4.589,96 (quatro mil, quinhentos e oitenta e nove reais e noventa e seis centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:73114EB2

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N°209-2026

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO N°209/2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL – PR.
CONTRATADA: YNEMED PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
OBJETO: Aquisição de material de consumo para o setor de odontologia e para a Atenção Primária à Saúde (APS).
VIGÊNCIA: 02/10/2026 à 01/10/2027.
VALOR: R$ 2.572,52 (dois mil, quinhentos e setenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).
FUNDAMENTO: Pregão Eletrônico N°50/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:C29AFB0C

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6019/2026

Concede Gratificação de Representação a Servidor Público Municipal.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições Legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Concede Gratificação de Representação de 29,37% (vinte e nove virgula trinta e sete por cento) sobre o respectivo vencimento, a Servidora Pública Municipal Senhora: LIGIA APARECIDA CAVALLIN, matricula 1136, nomeada através da Portaria nº

5319/2024 de 01 de março de 2024, em conformidade com a Lei nº 570/2013 de 26/09/2013, Capitulo IV – Do Vencimento e da Remuneração, Seção III – das Gratificações, Art. 32, Inciso I – Gratificação de Regime de Tempo Integral.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir 01 de outubro de 2026.

Bom Jesus do Sul – PR, 01 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:568C2D11

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6020/2026

Revoga a pedido nomeação de Servidor designado para responder pela função de Supervisor/ Orientador Pedagógico.

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar a pedido nomeação da Servidora Sra. **Neli Maria Sabbi**, Matricula nº 1083, designada através da Portaria nº 5194/2023 de 08 de agosto de 2023, para responder pela função de Supervisor/Orientador Pedagógico.
Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário, especialmente a portaria 5194 de 08 de agosto de 2023.

Bom Jesus do Sul-PR, 02 de outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:D079570A

ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DL33/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 33/2026

RATIFICAÇÃO

HELIO JOSE SURDI, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições de seu cargo e com fundamento no artigo 75, §7º da Lei Federal nº 14.133/21,

RATIFICA, a dispensa de licitação para a contratação direta, cujo objeto é a contratação da Empresa **JESSICA CAMILA DE OLIVEIRA GARBIN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.540.208/0001-57, com sede na Avenida Arnaldo Buzatto, 1051, Centro, na cidade de Barracão, Estado do Paraná, objetivando a contratação de empresa para manutenção da caminhonete MITSUBISHI L200 TRITON, PLACA BDC-3C11, ANO/MODELO 2019, com fundamento no Parecer Jurídico do Procurador do Município e da Comissão de Contratação do Município de Bom Jesus do Sul e segundo o estatuído no artigo 75, §7º da Lei Federal nº 14.133/21.

E autorizo o empenho da despesa, no valor de **R$ 5.680,00 (cinco mil seiscentos e oitenta reais),** em favor da empresa **JESSICA CAMILA DE OLIVEIRA GARBIN**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.540.208/0001-57, cujo pagamento far-se-á em parcela única após realizado o serviço de manutenção do referido veículo e emissão de Nota Fiscal, de acordo com sua proposta de preço considerada compatível com o interesse público.

Bom Jesus do Sul - PR, 02 outubro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:2451FF7E

ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇAO DE AVISO DE LICITAÇÃO PR60/2026

RETIFICAÇÃO

PREFEITURA DE BOM JESUS DO SUL - PARANÁ
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026

Regido pela Lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021.

O Município de Bom Jesus do Sul/PR avisa aos interessados que realizará o**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 60/2026, TIPO MENOR PREÇO**, no dia 14/10/2026, às 13h30min, que tem por objeto a **aquisição de kits escolares personalizados.**
Recebimento das propostas: de 01/10/2026 às 08h00min até 14/10/2026 às 13h00min.
Abertura das propostas: 14/10/2026, às 13h15min.
Início da sessão de disputa de lances: 14/10/2026, às 13h30min.
Endereço: Rua São Paulo, 185, centro.
A retirada do Edital poderá ser efetuada através do site**www.bll.org.br.**

Bom Jesus do Sul-PR, 24 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:B7967424

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO

RECURSOS HUMANOS
DECRETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO
PRAÇA PARANÁ, 77 –CENTRO - FONE (43) 3442 – 1460 – email:administrativo@bomsucesso.pr.gov.br Bom Sucesso-Pr. CEP-86940-000 Cx Postal 37
CNPJ/MF- 75.771.261/0001-04

DECRETO Nº-178/2026.
DATA-02 de outubro de 2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO, Estado do Paraná, senhora **Rosana Ferreira Lopes**, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, resolve:

- N O M E A R -
Art.1º- Nomeia o senhor Rafael Sincero Rabelo de Oliveira, inscrito no CPF/MF-005.xxx.xxx-xx no cargo Comissionado Chefe da Seção de Transportes CC-4 junto a Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º-Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º-Registre-se e Publique-se.

Paço Municipal, 02 de outubro de 2026.

ROSANA FERREIRA LOPES
Prefeita Municipal
2025-2028

PEDRO DOS SANTOS NOGUEIRA
Secretário Geral

Publicado por:
José Roque
Código Identificador:B5F086F6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.916, 02 DE OUTUBRO DE 2026

Abre crédito adicional suplementar no orçamento vigente, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e autorizado pela Lei Municipal n° 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025.
DECRETA
Art. 1o Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, por anulação de dotações no valor de R$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais) para suprir as dotações orçamentárias abaixo especificadas:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
02.00	**Governo Municipal**		
02.01	**Gabinete do Prefeito**		
04.122.0002.2.002	**Atividades Op. do Gab do Prefeito**		
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica (6)	000	7.000,00
04.00	**Departamento de Finanças**		
04.01	**Divisão de Finanças, Contábil e Tesouraria**		
04.123.0004.2.008	**At. Op. De Natureza Financeira e Orçamentária**		
3.3.90.93	Indenizações e Restituições (63)	000	15.000,00
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.03	**Fundo Mun. de Assistência Social**		
08.244.0008.2.073	**Serviço de Fortalecimento de Vínculos**		
3.3.90.39	Outros Serv. de Terc. – P. Jurídica	903	2.000,00
09.00	**Depto de Educação, Cult Esportes**		
09.01	**Divisão de Ensino**		
12.361.0010.2.029	**Ativid. Op do Ensino Fundamental**		
3.3.90.32	Mat. Bem, ou Serv. p/Distrib Gratuita	000	90.000,00
TOTAL			**114.000,00**

Art.2o - Para cobertura do crédito a ser aberto em decorrência da autorização constante desse decreto, será utilizada a ANULAÇÃO parcial das dotações orçamentárias abaixo relacionadas, conforme o previsto no Art. 4º inciso III da Lei nº 1.758/2025 de 13 de novembro de 2025 - LOA – Lei Orçamentária Anual a seguir especificado:

CÓDIGO	NOMENCLATURA	FONTE	VALOR
06.00	**Depto de Obras e Serv. Urbanos**		
06.01	**Divisão de Obras e Ser. Urbanos**		
15.452.0006.2.012	**Atividades Op. da Divisão de Obras e Serviços Urbanos**		
3.3.90.39	Outros Serv. Terc. – P. Jurídica (112)	000	112.000,00
08.00	**Depto de Assistência Social**		
08.03	**Fundo Mun. de Assistência Social**		
08.244.0008.2.073	**Serviço de Fortalecimento de Vínculos**		
3.3.90.30	Material de Consumo (1612)	903	2.000,00
TOTAL			**114.000,00**

Art. 3º Através desse ato ficam também atualizados os valores das Leis nº 1.752/2025 de 25 de setembro de 2025 - LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e 1.749/2025 de 15 de setembro de 2025 do PPA – Plano Plurianual de Investimentos para 2026/2029.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos (dois) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:C452D08D

CHEFE DE GABINETE
DECRETO N° 3.917, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o Anexo I, do Decreto 3.768, de 05 de janeiro de 2026 - Plano de Contratações Anual do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr., para o exercício de 2026.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 12, VII e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e, nas disposições do Decreto Municipal 3.283/2023,
DECRETA:
Art. 1º Fica alterado o Anexo I, do Decreto 3.768, de 05 de janeiro de 2026, que trata do Plano de Contratações Anual do Município de Bom Sucesso do Sul – Pr., para o exercício de 2026.
Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02(dois) dias do mês de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:23F0CEB5

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 503, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Designa os membros da Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral de Bom Sucesso do Sul.

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL Estado do Paraná**,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 3478/2024, que dispõe sobre a aprovação e implantação da política Integral em Tempo Integral no município de Bom Sucesso do Sul;
CONSIDERANDO a necessidade Do monitoramento da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, em consonância com a legislação educacional vigente;
CONSIDERANDO que a Educação Integral em Tempo Integral constitui um conjunto de decisões, estratégias e ações públicas que devem ser estruturadas de acordo com a realidade e as necessidades educacionais do Município;
CONSIDERANDO a necessidade de constituir equipe técnica responsável pelo planejamento, acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
RESOLVE:
Art. 1º: Fica constituída a Equipe Técnica responsável pelo acompanhamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral, aprovada pelo Decreto Municipal nº 3.478, de 13 de junho de 2024, composta pelos seguintes membros:
Representante Da Equipe Técnica Do Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes: **Franciley Zollet**
Representante da Equipe Pedagógica: **Diego Antonio Baggio**
Representante dos diretores escolares: **Luciandra Molinete**;
Representante dos professores da Educação em tempo Integral: **Emanoeli Schuastz**;
Representante do Conselho Municipal de Educação: **Mariana Dalponte André**

Art. 2º Compete aos integrantes da equipe técnica, no âmbito de suas respectivas atribuições, colaborar para o planejamento,

acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.
Art. 3º A composição da equipe técnica poderá ser atualizada sempre que houver alteração na organização da rede municipal de ensino ou necessidade de adequação da Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral.

Art. 4º Os casos omissos serão resolvidos pelo Departamento Municipal de Educação, Cultura e Esportes, observada a legislação educacional vigente e as demais normas aplicáveis.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do **mês de outubro do ano de 2026**.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:F406F698

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 504, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede diária de viagem ao servidor Marcos Cesar Pilonetto.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder ao servidor **Marcos Cesar Pilonetto,** ocupante do cargo efetivo de **motorista,** matrícula nº **645-9/1**, **½ (meia) diária de viagem**, retroativa ao dia **20 de setembro de 2026**, em deslocamento à cidade de **Foz do Iguaçu – PR**, com veículo oficial, a serviço do Departamento Municipal de Saúde, para realização de transporte de pacientes para tratamento fora do domicílio junto ao **Hospital Nossa Senhora Aparecida.**
Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 20 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos **02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2026.**

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:B636300F

CHEFE DE GABINETE
PORTARIA Nº 505, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Conceder auxílio deslocamento a servidoras municipais.

O Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições e com fundamento na Lei nº 1.790, de 19 de junho de 2026:
RESOLVE
Art. 1º Conceder às servidoras abaixo relacionados auxílios deslocamento em razão do deslocamento à cidade de **Cunha Porã-SC** a serviço do da Administração Municipal, para visita em empresa especializada em iluminação de Natal JPLED.

Servidor	Cargo/Função	Data e horários	Quantidade	Transporte
Andreia Zanella	Diretora de Gabinete	**05/10/2026** Saída: 07:00h Retorno: 16:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Franciely Zolet	Assessora Pedagógica	**05/10/2026** Saída: 07:00h Retorno:16:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial
Elisana Pillonetto	Diretora do Departamento de Educação	**05/10/2026** Saída: 07:00h Retorno: 16:00h	01 - Auxílio deslocamento	Veículo Oficial

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito do Município de Bom Sucesso do Sul, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês de outubro do ano de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:210AEE55

LICITAÇÕES E CONTRATOS
DECISÃO DE RECUSO P.E 44.2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR
DECISÃO DA PREGOEIRA SOBRE RECURSO ADMINISTRATIVO
Pregão Eletrônico nº 44/2026 | Processo Administrativo nº 103/2026 | Registro de Preços nº 32/2026

UASG / ÓRGÃO:	989979 – Prefeitura Municipal de Bom Sucesso do Sul – PR
OBJETO:	Registro de Preços para serviços de decoração natalina ('Natal de Luz 2026').
RECORRENTE:	TARX CONSTRUÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS LTDA.
RECORRIDA:	LEANDRO DA SILVA DE LIMA – ELETRICA - ME
ASSUNTO:	Análise de mérito e decisão sobre impugnação/recurso de inabilitação.
EMENTA OFICIAL DA DECISÃO *EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 44/2026. LEI Nº 14.133/2021. RECURSO ADMINISTRATIVO. ALEGAÇÃO DE VÍCIO EM ANEXO DE HABILITAÇÃO (INDICAÇÃO DE NÚMERO DE EDITAL ANTERIOR NO ANEXO V). PRIMAZIA DA DECLARAÇÃO PRESTADA ELETRONICAMENTE VIA COMPRAS.GOV.BR. ERRO MATERIAL DATILOGRÁFICO SANÁVEL. ART. 64, I DA NLLC. APLICAÇÃO DO FORMALISMO MODERADO (SÚMULA TCU Nº 262 E ACÓRDÃO 2.449/2021-PLENÁRIO). DESPROVIMENTO DO RECURSO. MANUTENÇÃO DA HABILITAÇÃO DA VENCEDORA.*	

I. RELATÓRIO PROCESSUAL
Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente pela licitante TARX CONSTRUÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS LTDA. contra a decisão da Pregoeira Oficial que declarou habilitada e vencedora do certame a empresa LEANDRO DA SILVA DE LIMA – ELETRICA - ME no Pregão Eletrônico nº 44/2026, cujo objeto versa sobre a contratação de serviços integrados para o 'Natal de Luz 2026'.
Sustenta a Recorrente que a proposta da arrematante padece de vício formal insanável, sob o argumento de que no arquivo PDF do 'ANEXO V - DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO', constou no texto a numeração 'Pregão Eletrônico nº 40/2023' em vez do Pregão Eletrônico nº 44/2026. Alega que a falha equivale à inexistência de declaração de habilitação e que a conceder prazo para saneamento configuraria juntada de 'documento novo' proibida pelo art. 64 da Lei nº 14.133/2021.
Em contrarrazões, a Recorrida comprovou que o erro consistiu em mero equívoco de digitação ao preencher o modelo padronizado, estando a manifestação volitiva de habilitação regularmente registrada e formalizada no sistema Compras.gov.br.
II. FUNDAMENTAÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO
1. Da Primazia da Declaração Eletrônica Prestada no Compras.gov.br
No âmbito da Lei nº 14.133/2021 e da plataforma Compras.gov.br, a declaração de atendimento aos requisitos de habilitação (art. 63, I da NLLC) é prestada obrigatoriamente e com força vinculante via sistema eletrônico no momento do envio da proposta para o certame específico (PE nº 44/2026). O arquivo PDF anexo é documento de natureza secundária. O lapso datilográfico no corpo do anexo não invalida a manifestação de vontade primária e válida prestada no sistema.
2. Do Saneamento de Erro Material sem Inovação Documental (Art. 64, I da NLLC)
A retificação do número do pregão em minuta padronizada não constitui 'documento novo' sobre fato inédito, mas simples saneamento de erro material referente a fato pré-existente (a intenção e a efetiva condição de habilitada no PE nº 44/2026), procedimento expressamente respaldado pelo art. 64, I da NLLC e pela doutrina administrativista.
3. Da Jurisprudência do Tribunal de Contas da União (TCU) e do TCE-PR
A Súmula TCU nº 262 fixa que 'O formalismo moderado impõe que o saneamento de falhas formais ou complementação de informações deve ser promovido pela Administração quando não afetar a essência da proposta'. No mesmo sentido, o Acórdão nº 2.449/2021 – Plenário

do TCU proíbe a inabilitação sumária pautada em lapsos de preenchimento de anexos quando for possível aferir a real intenção do licitante via diligência. Igualmente, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) repele o rigorismo cartorário que implique sacrifício da proposta mais vantajosa.

4. Da Preservação da Proposta Vantajosa e da Economicidade

Inabilitar a menor proposta financeira em razão de um lapso de digitação no cabeçalho do anexo imporia ao erário municipal a contratação de valor superior, violando a finalidade primordial da licitação pública (art. 11, I da Lei nº 14.133/2021).

III. DECISÃO CONCLUSIVA

Diante do exposto, com fundamento nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade, da seleção da proposta mais vantajosa e no art. 64, I da Lei Federal nº 14.133/2021:

a) **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto por **TARX CONSTRUÇÕES CIVIS E ELÉTRICAS LTDA**. e, no mérito, **NEGO-LHE PROVIMENTO**;

b) **MANTENHO a** habilitação e a classificação da licitante **LEANDRO DA SILVA DE LIMA – ELETRICA - ME** no Pregão Eletrônico nº 44/2026;

c) **DETERMINO** o encaminhamento dos autos à Autoridade Superior para ratificação e homologação (art. 71, IV da NLLC).

Bom Sucesso do Sul – PR, 2 de outubro de 2026.

_____

Pregoeira

RAFAELA CLERIS ALVES CORDEIRO
Membro da equipe de Apoio

VALENTINA R. MARINHUK
Membro da equipe de Apoio

YONARA BEATRIZ DE ARAUJO PENSO
Membro da equipe de Apoio

FABIANA MAGÁLI NOVADSKI
Membro da equipe de Apoio

Publicado por:
Josiane Folle
Código Identificador:E3DB9E40

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANEY

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 066/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 066/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 066/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Aquisição de medicamentos para o abastecimento da Rede Municipal de Saúde de Braganey – PR, em conformidade com a Denominação Comum Brasileira (DCB), com registro válido na ANVISA, observadas as normas sanitárias vigentes, prazo de validade adequado e embalagens íntegras e apropriadas.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 501.658,00 (quinhentos e um mil, seiscentos e cinquenta e oito reais).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 16/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 16/10/2026.

Braganey – PR, 02 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:91166755

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 071/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 071/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 071/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) de 13 kg e 45 kg, bem como de vasilhames (botijões) P13 e P45, destinados ao atendimento das necessidades das diversas Secretarias do Município de Braganey/PR.

VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 72.536,94 (setenta e dois mil quinhentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 20/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 20/10/2026.

Braganey – PR, 02 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:0EF15D51

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 76/2026 EXCLUSIVA PARA ME, EPP, MEI

AVISO DE PREGÃO ELETRONICO 76/2026
Exclusiva para ME, EPP, MEI

O Município de Braganey – PR, torna público aos interessados a realização do **Pregão eletrônico nº 76/2026.** O recebimento das propostas, envio dos documentos de habilitação, abertura e disputa de preços, será exclusivamente por meio eletrônico, no endereço www.bnccompras.com e www.braganey.pr.gov.br **.** O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal n° 139/2023 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de itens alimentícios, para suprir as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Braganey – PR.
VALOR MAXIMO: VALOR DA LICITAÇÃO: R$ 123.373,80 (cento e vinte e três mil e trezentos e setenta e três reais e oitenta centavos).

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 horas do dia 28/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 28/10/2026.

Braganey – PR, 02 de outubro de 2026.

DANIEL CRUZ BARTOSKI
Pregoeiro

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:5E401D4F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0158/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0158/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa STP COMERCIAL LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 53.710.803/0001-04, sediada na Avenida Oitocentos, nº 55, Box 07, Galpão G20 - Módulo 01, Bairro Terminal Intermodal da Serra, CEP 29161-389, Cidade de Serra, Estado do Espírito Santo, neste ato representada pelo **Sr.** DANIEL JAROSZ STRESSER**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 085.312.029-30** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 045/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de equipamentos motorizados destinados à manutenção e conservação de áreas urbanas, compreendendo sopradores, motopodas, motosserras e roçadeiras, visando atender às demandas do Departamento de Urbanismo do Município de Braganey/PR.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 5.500,15 (cinco mil, quinhentos reais e quinze centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **30/09/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 30 de setembro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:60C96E96

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0162/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0162/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa DENTAL BONSUCESSO PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 02.482.141/0001-13, sediada cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro , neste ato representada pelo **Sr** LUIZ ARMANDO PEREIRA DA SILVA**,** portador do **CPF/MF Nº. 029.035.947-32** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 19.553,81 (dezenove mil, quinhentos e cinquenta e três reais e oitenta e um centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de Outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:E69DDF0E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0167/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0167/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa ESFIGMED COMERCIAL HOSPITALAR LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 27.455.068/0001-11, sediada na RUA PARAGUAI,275 CENTRO - CASCAVEL, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85805-020, neste ato representada pelo **Sr.** LUIS AUGUSTO MOIA FRANZINE**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 291.645.438-11** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 38,50 (trinta e oito reais e cinquenta centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7B731844

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0168/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0168/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa FUSÃO COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 10.633.441/0001-84, sediada na RUA NATAL,2005 CENTRO, na cidade de CASCAVEL, Estado do PR, CEP: 85810-061, neste ato representada pelo **Sr.** PEDRO ARANA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 614.799.429-87** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 12.279,15 (doze mil, duzentos e setenta e nove reais e quinze centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de outubro de 2026.

.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:87C42322

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0169/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0169/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 46.884.097/0001-43, neste ato representada pelo **Sr.** CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JÚNIOR**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 048.804.349-22** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos**

destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 2.145,13 (dois mil, cento e quarenta e cinco reais e treze centavos).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA

O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:3D8A415D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0174/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0174/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa R.E. DA SILVA E SILVA LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 29.765.537/0001-24, neste ato representada pelo **Sr.** RONNIE EDSON DA SILVA**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 045.372.939-85** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 2.732,00 (dois mil, setecentos e trinta e dois reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:7D0BF9FB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0175/2026
VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

EXTRATO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 0175/2026 VINCULADA AO PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026

PREÂMBULO
Pela presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:
1. De um lado, o MUNICÍPIO DE BRAGANEY pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob Nº 78.121.902/0001-73 com sede à Avenida Arthur Pereira, nº. 860, centro, nesta cidade, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, Sr. **VALDIR ZIELINSKI**, brasileiro, empresário, portador da C.I.R.G. 7.505.162-0 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº. 031.294.849-22, residente e domiciliado na Cidade de BRAGANEY Estado do Paraná, doravante denominado **CONTRATANTE.**
2. E, de outro lado, a empresa YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA**,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob Nº** 51.740.794/0001-60, sediada na AVENIDA RUA SAIRA OURO, 210,0 JARDIM UNIVERSIDADE, na cidade de ARAPONGAS, Estado do PR, CEP: 86702-820, neste ato representada pelo **Sra.** IRENE LOPES SALVI**,** inscrito no **CPF/MF Nº. 515.443.269-04** doravante denominada CONTRATADA. "As partes acima nomeadas e qualificadas, acordam e ajustam firmar o presente contrato, nos termos da Lei n.º 14.133/21, suas alterações e demais legislações pertinentes, assim como pelas condições do Edital Modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO 038/2026** e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidade das partes."
CLÁUSULA – DO OBJETO
O objeto desta ATA é **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais, insumos e instrumentais odontológicos destinados ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Braganey – PR, visando garantir a continuidade das ações de assistência à saúde bucal.**
CLÁUSULA - DO VALOR CONTRATUAL
Dá-se ao contrato o valor total de **R$ 564,00 (quinhentos e sessenta e quatro reais).**
CLÁUSULA – DA VIGÊNCIA
O presente Contrato terá vigência até **01/10/2027** podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21.
CLÁUSULA – DO FORO
Fica eleito o foro da Comarca de Corbélia – PR, para dirimir dúvidas ou questões decorrentes do presente Contrato.
E, por estarem justas e contratadas, as partes firmam o presente termo contratual, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias iguais e rubricadas, para todos os fins de direito, na presença de duas testemunhas.

Braganey – Pr 1 de outubro de 2026.
.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:01B8CFC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO
CONTRATO Nº 113/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2024
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 052/2024
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 207/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE BRAGANEY/PR, CNPJ nº 78.121.902/0001-73.
CONTRATADA: ALLEGRO MANUTENÇÃO DE APARELHOS ELETROMÉDICOS LTDA, CNPJ nº 13.314.434/0001-08.
OBJETO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médicos, hospitalares e odontológicos, com emissão de laudos técnicos, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde, mediante contratação dos quantitativos remanescentes disponíveis na Ata de Registro de Preços nº 207/2024.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 8.702,60 (oito mil, setecentos e dois reais e sessenta centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da publicação do extrato contratual, observada a divulgação no PNCP para eficácia do instrumento, conforme a cláusula de vigência do contrato.
FUNDAMENTO: Lei nº 14.133/2021, edital do Pregão Eletrônico nº 026/2024 e Ata de Registro de Preços nº 207/2024, com seu primeiro termo aditivo, observada a formalização dentro da vigência da ata.
DATA DA ASSINATURA: 30/09/2026.
SIGNATÁRIOS: VALDIR ZIELINSKI, pelo Município de Braganey, e GEMA FONTANA, pela contratada, conforme os poderes de representação comprovados no processo.
Braganey/PR, 30 de setembro de 2026

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Estevo Gonsales Filho
Código Identificador:B5BEC92B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2026

EMENTA: REVOGA A PORTARIA Nº 166/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BRAGANEY, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais e com base na Legislação Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º - Revogar, em sua integralidade, a Portaria nº 166/2026, de 29 de setembro de 2026, que concedeu férias à servidora ELZA CRISTINA DE SOZA JESUS, inscrita no CPF: 040.***.249-60, lotada na Secretaria municipal de Saúde.

Art. 2º - Em decorrência da revogação prevista no artigo anterior, ficam sem efeito todo os atos e efeitos decorrentes da referida portaria.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, sendo imediatamente revogadas as disposições em contrário e inalterado as demais.

Registre-se, publique-se e cumpre-se.

PAÇO MUNICIPAL JOÃO CAPPELLETO, 02 de outubro de 2026.

VALDIR ZIELINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ingrid Aparecida Ribeirode Aquino
Código Identificador:EE79F6C0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFEARA

CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 11/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 16/2026

A autoridade municipal do órgão CAMARA MUNICIPAL DE CAFEARA, no uso de suas atribuições legais, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório:
Objeto: Contratação de empresa para participação de vereadores no 2º Encontro Interestadual dos Legislativos Municipais, com o tema: "O Pós-eleição e os desafios do segundo biênio do mandato parlamentar", a ser realizado entre os dias 06 e 09 de outubro de 2026, em Curitiba – PR.
Empresa vencedora: Uniã
o de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná, CNPJ nº 81.398.232/0001-41, no valor total de RR8.070,00 (oito mil e setenta reais).

Embasamento: Lei 14133/21, Art. 74, III, f.

CAFEARA (PR), 02 de outubro de 2026.

ISAAC MAIA LEMES
Presidente da Câmara Municipal de Cafeara

Publicado por:
Lídia Bezerra Feitoza
Código Identificador:25E466BE

GOVERNO MUNICIPAL
AVISO DE LITAÇÃO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 90/2026

O município de Cafeara**,** Estado do Paraná, torna público que estará recebendo propostas adicionais para realização de processo de contratação direta, conforme segue:

OBJETO: Contratação de empresa ou profissional especializado para prestação de serviços técnicos destinados à elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência do Município de Cafeara – PR..
VALOR ESTIMADO: R$ 5.000,00 (cinco mil reais)
RECEBIMENTO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: até às 23h59min do dia 07/10/2026.

REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF

DISPOSIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E SEUS ANEXOS: O termo de referência e seus anexos estão disponíveis para consulta no site da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito https://www.cafeara.pr.gov.br/; Também poderá ser obtido junto ao Departamento de Licitações e Compras da Prefeitura Municipal de Cafeara, sito a Av. Brasil, 188, Centro, das 07h30min às 17h00min, ou através de solicitação para o email *licitacao@cafeara.pr.gov.br*.

ENVIO DE PROPOSTAS ADICIONAIS: A proposta adicional poderá ser encaminhada para o email ***licitacao@cafeara.pr.gov.br*** ou também ser protocolada presencialmente, na Prefeitura Municipal de Cafeara, até a data limite estipulada acima.

INFORMAÇÕES: A Administração Pública isenta-se de responsabilidade pelo não recebimento de emails de terceiros, atribuindo eventuais falhas à indisponibilidade da internet dos

remetentes, mau funcionamento de provedores de email ou outros problemas técnicos alheios ao seu controle. Mantendo o compromisso com canais de comunicação eficientes, a Administração esclarece que obstáculos enfrentados por terceiros ao enviar correspondências eletrônicas não podem ser imputados à instituição, colocando-se à disposição para solucionar questões sob sua alçada.

Prefeitura Municipal de Cafeara, 02 de outubro de 2026

Publicado por:
Caique Handa de Oliveira
Código Identificador:B4B41580

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
AVISO PREGÃO N° 067.2026 - SEGURO VEICULAR - ESPORTE

AVISO DE ABERTURA LICITAÇÃO / PREGÃO ELETRÔNICO N° 067/2026
O Município de Cafelândia, Estado do Paraná, torna público que estará realizando **Certame Licitatório n° 150/2026**, na modalidade **Pregão Eletrônico n° 067/2026**, **PROCESSO COMPRASGOV: Contratação:987985 - 29/2026**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas no Edital, do tipo menor preço por item, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro veicular, com emissão de apólice para o ônibus VOLARE V10L EXECUTIVO EURO VI, placa UCP-7I48, ano/modelo 2026/2027, chassi nº 93PBF8936VC106438, pertencente à frota do Município de Cafelândia/PR, com as coberturas, limites, franquias, assistência e demais condições estabelecidas no Termo de Referência (Anexo I) do Edital e demais anexos. VALOR MÁXIMO DA CONTRATAÇÃO: R$ 9.177,58 (nove mil e cento e setenta e sete reais e cinquenta e oito centavos). O edital completo se encontra disponível no departamento de licitações da Prefeitura Municipal, na Rua Vereador Luiz Picolli, nº 299, Centro, Município de Cafelândia/PR, das 07h30min às 11h30min e das, 13h30min às 17h30min, e através dos sites www.cafelandia.pr.gov.br ou www.gov.br/compras. A abertura da sessão pública do PREGÃO ELETRÔNICO ocorrerá no dia **21 de outubro de 2026 às 09h00min**, no site www.gov.br/compras nos termos das condições descritas no Edital.

Cafelândia/PR, 02 de outubro de 2026.

ADRIANO EFFTING
Agente de Contratação
Portaria n° 632/2023 - DRH

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:5EC1E778

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 131 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Decreto nº 131 de 02 de outubro de 2026.

SÚMULA: Nomeia Comissão Especial de Avaliação Imobiliária e dá outas providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL Nº 827 DE 12 DE DEZEMBRO DE 2007,

D E C R E T A:

Art. 1º. Fica nomeada a Comissão Especial de Avaliação Imobiliária, para fins de Tributação do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e do ITU - Imposto Territorial Urbano para o Exercício de 2027.

Parágrafo Único: A referida Comissão será composta por 09 (nove) membros, abaixo denominados, os quais entre si elegerão o seu presidente.

- Ademir Tenfen;
- Diziely Carolina Rocha de Ré;
- Fábio Cezar Rozzini;
- Maycon Cesar Ferreira Padovezzi;
- Orlando de Paris Junior;
- Rogério Schmidt;
- Silvio de Lucca;
- Claudecir da Silva Venâncio;
- Vinicius Lunardi.

Art. 2º. A Comissão Especial de Avaliação Imobiliária apresentará e protocolará a planta e a tabela de valores imobiliários ao Executivo Municipal, imediatamente após a reunião de avaliação da Comissão para o Exercício de 2027, a qual será definida e publicada por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:D1FAF8A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2026 – DISPENSA Nº 36/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 192/2026 – Dispensa nº 36/2026
Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675.

Contratado: ARMAZÉM E MERCEARIA SANTO ANTONIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF Nº 76.064.450/0001-00, AV PRESIDENTE JUSCELINO, 925 QD25 LT03 - CEP: 85415040 - BAIRRO: CENTRO, E-MAIL: infoeletro@infoeletro.com.br, Telefone, 4588086608 CIDADE: Cafelândia/PR, neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) RICARDO CARDOSO.

Objeto: O presente Contrato tem por objeto AQUISIÇÃO DE 1.500 (MIL E QUINHENTAS) UNIDADES DE PROTETOR SOLAR PARA USO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS QUE EXERCEM ATIVIDADES EXTERNAS E OPERACIONAIS, TAIS COMO CORTE DE GRAMA, MANUTENÇÃO DE VIAS PÚBLICAS, FISCALIZAÇÃO E SERVIÇOS GERAIS, VISANDO À PROTEÇÃO CONTRA A EXPOSIÇÃO OCUPACIONAL À RADIAÇÃO SOLAR E À PRESERVAÇÃO DA SAÚDE E SEGURANÇA DOS SERVIDORES DURANTE A EXECUÇÃO DE SUAS ATIVIDADES.

Valor Total: R$ 49.500,00 (Quarenta e Nove Mil e Quinhentos Reais).
Assinaturas: Sr. Junior Motter, RICARDO CARDOSO
Vigência: 02/10/2026 a 30/03/2027.
Data da Assinatura:02/10/2026

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:784023DA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 466/2026 - DRH

PORTARIA Nº. 466/2026 - DRH.

SÚMULA: Aposenta Servidora Efetiva do Quadro Único de Pessoal.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o art. 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005 – Fórmula 85/95, referente à aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica aposentada, por idade e tempo de contribuição, a partir de **02 de outubro de 2026**, a servidora **ADRIANA BARBOSA DOS SANTOS**, ocupante do cargo de provimento efetivo de Servente de Serviços Gerais, portadora do RG nº *.623.658-* e inscrita no CPF sob nº *.726.959-**, nível B019, matrícula nº 5631-1.

Art. 2º O valor da aposentadoria concedida será pago pelo **Fundo de Previdência do Município de Cafelândia**, com proventos integrais, com paridade e calculados com base na última remuneração da servidora, correspondente ao nível B019, do cargo de Servente de Serviços Gerais, acrescida de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional por Tempo de Serviço e 5% (cinco por cento) de Adicional Especial, totalizando o valor de R$ 3.629,89 (três mil seiscentos e vinte e nove reais e oitenta e nove centavos), assegurado o mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data supra citada, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:E234DD6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 467/2026 - DRH

PORTARIA N.º 467/2026 - DRH.

SÚMULA: Aposenta Servidora Efetiva do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 6º da EC 41/03 - Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

R E S O L V E:

Art. 1º - APOSENTAR por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de **02/10/2026**, a servidora **MARLI BRASIL DA CRUZ,** do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós-Graduação, nível 018, matrícula 5126-1, portadora do RG nº *.054.971-*, e inscrita no CPF sob o nº ***.011.309 -**.

Art. 2º - O valor da Aposentadoria concedida será pago pelo Fundo de Previdência do Município de Cafelândia, com proventos integrais ao Tempo de Contribuição, com paridade, de acordo com o nível 018, do cargo de Professora com Pós Graduação, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional de Tempo de Serviço, Adicional Especial 5% (cinco por cento) totalizando um valor de R$ 6.178,18 (seis mil e cento e setenta e oito reais e dezoito centavos), tendo o mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data supra citada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:2BC89595

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 468/2026 - DRH

PORTARIA N.º 468/2026 - DRH.

SÚMULA: Aposenta Servidora Efetiva do Quadro Único de Pessoal.

O Prefeito Municipal de Cafelândia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Art. 6º da EC 41/03 - Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, voluntária por Idade e Tempo de Contribuição.

R E S O L V E:

Art. 1º - APOSENTAR por Idade e Tempo de Contribuição, a partir de **02/10/2026**, a servidora **MARLI BRASIL DA CRUZ,** do cargo de provimento efetivo de Professor com Pós-Graduação, nível 018, matrícula 6955-1, portadora do RG nº *.054.971-*, e inscrita no CPF sob o nº ***.011.309 -**.

Art. 2º - O valor da Aposentadoria concedida será pago pelo Fundo de Previdência do Município de Cafelândia, com proventos integrais ao Tempo de Contribuição, com paridade, de acordo com o nível 012, do cargo de Professora com Pós Graduação, acrescido de 25% (vinte e cinco por cento) de Adicional de Tempo de Serviço, totalizando um valor de R$ 4.975,15 (quatro mil novecentos e setenta e cinco reais e quinze centavos), tendo o mesmo índice de reajuste concedido ao funcionalismo público municipal.

Art. 3º - A presente Portaria entra em vigor na data supra citada.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA, em 02 de outubro de 2026.

JUNIOR MOTTER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elisa Aparecida Dos Santos Candido
Código Identificador:54B2D929

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO 263

DECRETO 263/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CALIFÓRNIA - PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2188/2025 de 19/12/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.301.0007.2.026 MANUTENCAO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE - PACS
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 300,00

Total Suplementação: 300,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Anulação de dotações, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descrição abaixo:

Redução
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE - SAUDE
05.001 DEPARTAMENTO DE SAUDE / FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
05.001.10.305.0008.2.027 MANUTENCAO DO PROGRAMA VIGILANCIA EM SAUDE E DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA.
3.1.90.11.00.00 151 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL 300,00

Total Redução: 300,00

Art 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de CALIFÓRNIA - PR, em 02 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Valdir de Souza
Código Identificador:62597233

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
ERRATA Nº 001 – EDITAL DE PREGÃO Nº 062/2026

ERRATA Nº 001 – EDITAL DE PREGÃO Nº 062/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2026

O MUNICÍPIO DE CALIFÓRNIA, Estado do Paraná, por intermédio do Pregoeiro, nomeado pela Portaria nº 047/2026, torna pública a presente ERRATA do Edital do Pregão Eletrônico nº 62/2026, cujo objeto é a contratação de licença de uso de software para sistema de senhas e mídias da UBS Pe. Tito Cerasoli.
A retificação tem por finalidade uniformizar a disciplina dos prazos de suporte técnico constante do Edital, do Termo de Referência e da minuta contratual, afastando divergência entre dispositivos e preservando a objetividade das condições de execução.

DA RETIFICAÇÃO

Ficam substituídas, onde constarem no Edital, no Termo de Referência e na minuta contratual, as disposições que estabeleçam prazo de resposta inicial de 4 (quatro) horas para indisponibilidade total do sistema, da emissão de senhas ou da chamada de atendimento.
Passa a vigorar a seguinte redação, aplicável de forma uniforme a todos os dispositivos do instrumento convocatório e seus anexos referentes ao suporte técnico:
"O prazo máximo para resposta inicial a qualquer chamado de suporte técnico será de até 24 (vinte e quatro) horas corridas, contado do respectivo registro. A resposta inicial compreende a confirmação do chamado, a análise preliminar e o início das providências cabíveis. As ocorrências de indisponibilidade total do sistema, da emissão de senhas ou da chamada de atendimento terão prioridade de tratamento. Após o diagnóstico, a contratada deverá registrar a providência adotada e a previsão tecnicamente justificada para regularização, sem que o prazo de resposta inicial se confunda com prazo de solução definitiva. O suporte poderá ser prestado remotamente ou presencialmente, conforme a natureza e a gravidade da ocorrência, não havendo exigência de plantão humano presencial permanente."

DOS EFEITOS

Permanecem inalteradas as demais disposições do Edital, do Termo de Referência e da minuta contratual, inclusive a obrigação de manutenção da disponibilidade da solução e a fiscalização da execução contratual.

Califórnia/PR, 02 de outubro de 2026.

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Daniel Lucas Dos Santos Mattos
Código Identificador:096C1423

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 163/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 163/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2026
MODALIDADE PREGÃO Nº 63/2026

OBJETO: Contratação de seguro para a frota de veículos, a fim de garantir cobertura e segurança patrimonial para os automóveis da Secretaria de Saúde de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S/A
CNPJ/CPF: 90.180.605/0001-02
REPRESENTANTE LEGAL: MARCELO WAIS
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 5.084,98 (cinco mil e oitenta e quatro reais e noventa e oito centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 02/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:E8D5FBA0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO DO CONTRATO N° 164/2026

EXTRATO DO CONTRATO N° 164/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 141/2026
MODALIDADE PREGÃO Nº 63/2026

OBJETO: Contratação de seguro para a frota de veículos, a fim de garantir cobertura e segurança patrimonial para os automóveis da Secretaria de Saúde de Califórnia/PR.
FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ/CPF: 61.198.164/0001-60
REPRESENTANTE LEGAL: JOELSON RENATO BARBOSA
VALOR TOTAL DO FORNECEDOR: R$ 1.935,92 (um mil, novecentos e trinta e cinco reais e noventa e dois centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Lei 14.133/2021
DATA: 02/10/2026

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:1C0F6CDE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 29/2026

O Município de Campina do Simão, Estado do Paraná, através de seu Pregoeiro, tendo em vista o disposto na Lei Federal n.º 14.133/21, Decreto Municipal n° 1.124/2023 e Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, sob o regime de **MENOR PREÇO**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS**, conforme descrição no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) N° 29/2026** e seus anexos.

INFORMAÇÕES:

- Inicio de Recebimento das propostas**: 05 de outubro de 2026 as 08h:00min**
- Fim de Recebimento das Propostas: **19 de outubro de 2026 as 08h:30min**.
- Data e horário de abertura: **19 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Data e horário do início da sessão de disputa: **19 de outubro de 2026 - às 09hs:00min**.
- Local/ Endereço de disputa/Plataforma da licitação: **https://bll.org.br/**

O edital e informações podem ser retirados na Prefeitura Municipal, setor de Licitações, ou acessados no site oficial da Prefeitura: https://www.eprefeituras.com.br/portal/campinadosimao/portal-licitacoes.php?v=1&modulo=40, Site da BLL: https://bll.org.br/ e solicitados no e-mail: licitacoes@campinadosimao.pr.gov.br.

Campina do Simão - Pr, 01 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leomarcio de Lima Santos
Código Identificador:B66A5094

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 100 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Designa Equipe de Apoio.

O Prefeito Municipal do Município de Campina do Simão no uso das atribuições legais que lhe conferem a Lei Orgânica Municipal, art. 63, considerando a Lei Federal nº 14.133, de 2021, e o Decreto Municipal nº 1124 de 11 de dezembro de 2023.

RESOLVE:

Art. 1º Designar os seguintes servidores como integrantes da Equipe de Apoio, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021, e do Decreto Municipal nº 1124 de 2023.

I – Jungles Aurelio Marcondes, matrícula nº 521-1
II – Patricia Aparecida Oliveira, matricula n° 1603-1

Art. 2° Compete à Equipe de Apoio auxiliar o pregoeiro na realização dos processos licitatórios.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação, revoga a Portaria n° 57 de 19 de maio de 2026.

Registre-se e publique-se em 02 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:2B666D08

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 99, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Exonera a pedido servidora nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II.

O SENHOR ANDRÉ JUNIOR DE PAULA PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINA DO SIMÃO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e pela Legislação em vigor;
RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar a pedido a servidora **Mayara Reimundo Galinski**, portadora da Matricula n° 1612-1, nomeada anteriormente para o cargo em comissão de Assessor Administrativo II no Município de Campina do Simão.

Art.2º - Esta portaria tem efeito a partir de 02 de outubro de 2026 e revoga a Portaria n° 30, de 16 de janeiro de 2025.

Art. 4° - Registre-se e publique-se em 02 de outubro de 2026.

ANDRÉ JUNIOR DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jussara Adriane Scheffer Neumann
Código Identificador:BEE41C8E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2748/2026 DE 02/10/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2748/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$950.000,00 (novecentos e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.028		Manutenção de Vias Publicas	
245 - 3.3.90.30.00.00	31000	MATERIAL DE CONSUMO	600.000,00
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
08.004		SECRETARIA MUNICIPAL - DESENVOLVIMENTO SOCIAL - MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	
08.004.08.244.0025.2.034		Beneficios Eventuais da LOAS	
351 - 3.3.90.32.00.00	31000	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	250.000,00
353 - 3.3.90.39.00.00	31000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
		Total Suplementação:	950.000,00

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Superávit financeiro;

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:1BA67E28

GABINETE
EDITAL PADRONIZADO CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2026 REDE MUNICIPAL DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL! PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, por intermédio de sua Secretaria Municipal de Cultura, no uso de suas atribuições legais e conforme o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026, torna público aos interessados o RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO para a premiação de Pontos e Pontões de Cultura, mediante as seguintes orientações:
Legenda:
SELECIONADO: Inscrição contemplada no edital;
SUPLENTE: Inscrição não contemplada, mas apta a receber recursos em casos de desistência, redistribuição ou suplementação;
DESCLASSIFICADO: Inscrição desclassificada.

CATEGORIA GERAL

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
ASSOCIAÇÃO KAZUCO AKAMINE	Kazuco Akamine Ferraz	NÃO	92,92	SELECIONADO Ampla concorrência
grupo capoeira brasil	ROBERTO FARIAS/ Grupo Capoeira Brasil	PESSOAS NEGRAS	84,83	SELECIONADO Cotas pessoas negras
PONTO DE CULTURA DE ARTESANATO INDÍGENA GUARANI NHANDEWA	Jardes Rodrigues Amorim/ Grupo Ponto de Cultura de Artesanato Indígena	PESSOAS INDÍGENAS	79,17	DESCLASSIFICADO Conforme item 4.2
CTG Recanto dos Tropeiros – Tradição, Cultura e Memória Gaúcha	CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHA RECANTO DOS TROPEIROS	NÃO	75,67	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
Rodeio Crioulo e Valorização da Cultura Tradicionalista	ctg rancho da tradição	NÃO	72,75	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
A PAIXÃO DE CRISTO DE CAMPINA GRANDE DO SUL	PAULO CORDEIRO/ Coletivo Entre Atos Compania Teatral	NÃO	67,00	SELECIONADO Remanejamento cotas pessoas negras
Instituto Arcanjo Miguel – Saberes Tradicionais	Instituto Espaço Arcanjo Miguel	NÃO	63,25	SELECIONADO Cotas Cultura Popular
Pelas águas de Campina.	Denisson Miranda	NÃO	53,75	DESCLASSIFICADO Conforme ítem 5.1 alínea b)
Trajetória Musical e Canto Social: Voz, Cultura e Ação Comunitária	Joice Aparecida Martinez de Santi	NÃO	49,83	DESCLASSIFICADO Conforme ítem 5.1 alínea b)

Categoria Áreas Periféricas

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
MTN - GRUPO MONTANHEROS	Edmilson da Costa da Fonseca/ Coletivo Cultural MTN – GRUPO MONTANHEROS	NÃO	38,08	DESCLASSIFICADO Conforme item 1 (natureza não cultural) e item 9.10. item c (não atingiu nota mínima)

Dos Recursos
Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, a ser apresentado exclusivamente por meio eletrônico através da plataforma Apporte no link: https://app.apporteeditais.com.br , no prazo de 3 (três) dias úteis, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados fora do prazo legal não serão avaliados.

Consulta de Notas e Pareceres: O resultado preliminar, a solicitação do espelho de notas e os pareceres de avaliação estarão disponíveis para consulta individual do proponente na plataforma Apporte.

Campina Grande do Sul - PR, 02 de outubro de 2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:DCE8268D

GABINETE
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03/2026– SME

Instrui os procedimentos de matrículas, nas instituições de ensino da rede pública municipal de Educação Básica, para o ano letivo de 2027.

A Secretaria Municipal da Educação do Município de Campina Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais estabelecidas no art. 23 da Lei Municipal nº 1.032/2024 e,

Considerando a Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988;

Considerando a Lei Federal nº 8069/1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e a Lei Estadual nº 18.419/2015, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa com Deficiência no Paraná;

Considerando a Lei Federal nº 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional;

Considerando a Resolução nº 02/2001-CNE/CEB, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica;

Considerando a Resolução nº 02/2008-CNE/CEB, que estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo;

Considerando as Resoluções nº 01/2010 e 06/2010-CNE/CEB, que definem as Diretrizes Operacionais para as matrículas na Educação Infantil e Ensino Fundamental;

Considerando a Resolução nº 04/2010-CNE/CEB, que define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Considerando a Resolução nº 03/2012-CNE/CEB, que define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância;

Considerando a Resolução nº 777/2013-GS/SEED, que estabelece orientações sobre o transporte escolar;

Considerando a Deliberação nº 06/2025, aprovada em 05/09/2025 CEE/PR e Lei de Diretrizes e Bases - LDB, que fixam o número de estudantes para efeito de composição de turma na Educação Básica e no Ensino Fundamental;

Considerando o Parecer nº 07/2014-CEE/PR, que dispõe sobre a Proposta de Ajustes na Organização das Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, para oferta da Educação Infantil, do Ensino Fundamental (anos iniciais – 1º e 2º anos), da Educação de Jovens e Adultos (Fase I e da Educação Profissional);

Considerando a Lei Estadual nº 19.534, de 04 de junho de 2018, que dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação da Carteira de Vacinação no ato da matrícula escolar;

Considerando o Parecer CNE/CEB Nº 02/2018, que dispõe sobre as diretrizes operacionais complementares para a matrícula inicial de

crianças na Educação Infantil e no Ensino Fundamental, respectivamente, aos quatro e aos seis anos de idade;

Considerando o Parecer normativo 02/2018 - CEE/PR, que orienta as instituições de ensino do Sistema Estadual de Ensino do Paraná para o cumprimento do Parecer CNE/CEB Nº 2/2018;

Considerando a necessidade de orientar as matrículas em todas as instituições de ensino da rede pública municipal,

resolve expedir a presente Instrução Normativa, nos seguintes termos:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A presente Instrução Normativa tem por objetivo orientar, uniformizar e estabelecer os critérios necessários para a realização das rematrículas dos estudantes que já integram a rede pública municipal de ensino e das matrículas dos novos estudantes que ingressarão na rede, para o ano letivo de 2027, observadas as orientações e disposições estabelecidas nos artigos subsequentes.

CAPÍTULO II
DOS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS PARA MATRÍCULA ESCOLAR

Art. 2º Para a efetivação da rematrícula ou da matrícula de novos estudantes em qualquer estabelecimento da rede pública municipal de ensino, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I – Certidão de Nascimento – original e cópia (obrigatório);
II – Carteira de vacinação – original e cópia (obrigatório);
III – Comprovante de residência correspondente à fatura da empresa privada de energia elétrica (Copel – Companhia Paranaense de Energia) devidamente atualizada, ou pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (aceitável a fatura expedida no máximo em até 02 meses anteriores à data da efetivação da matrícula) - original e cópia (obrigatório);
IV – RG e CPF dos pais ou responsáveis - original e cópia (obrigatório);
V – Histórico Escolar ou declaração de escolaridade da instituição de ensino de origem ou Guia de Transferência emitida pelo sistema Escola Web, original (obrigatório), salvo para os casos de primeira matrícula de série inicial;
VI – Na hipótese da a criança estar sob tutela ou guarda judicial, temporária ou definitiva, deverá ser apresentado, pelo responsável legal, o original e uma cópia do respectivo termo judicial de guarda ou tutela, expedido pela Vara da Infância e da Juventude competente onde tramitou o processo;
VII - Nos casos de adoção deferida judicialmente, deverá ser apresentado o registro de nascimento atualizado, com a averbação da adoção e a inclusão do nome dos adotantes. Enquanto não houver a devida atualização do registro de nascimento, deverá ser apresentada certidão ou declaração expedida pela Vara da Infância e da Juventude competente, que comprove a situação jurídica da criança ou do adolescente e a tramitação do procedimento de adoção;
VIII – CPF do pai, da mãe ou do responsável legal. Para estrangeiros: Registro Nacional Migratório (RNM) ou Protocolo de Solicitação de Refúgio (original e cópia);
IX – Declaração de Vacinação (obrigatório);
X – Cartão do Bolsa Família - original e cópia (obrigatório);
XI – Declaração do transporte escolar (obrigatório);
XII – CPF do aluno caso não tenha na certidão de nascimento (obrigatório).

§1º A ausência da Declaração de Vacinação não constituirá impedimento para a efetivação da matrícula ou rematrícula do estudante. Nessa hipótese, os pais ou responsáveis legais deverão regularizar a documentação no prazo de 30 (trinta) dias, contado da efetivação da matrícula ou rematrícula. Decorrido o prazo sem a devida regularização, a instituição de ensino deverá comunicar o fato ao Conselho Tutelar, para as providências cabíveis, sem prejuízo da permanência do estudante na unidade de ensino.

§2º Poderão ser solicitados outros documentos ou informações complementares, quando necessários à efetivação ou à regularização da matrícula ou rematrícula, considerando as particularidades de cada caso, a situação jurídica do estudante ou as exigências legais e administrativas aplicáveis.

CAPÍTULO III
DAS REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS NOVAS – ENSINO REGULAR

Seção I
Das Rematrículas

Art. 3º Os responsáveis pelos estudantes já matriculados na rede municipal de ensino no ano letivo de 2026 e que continuarão os estudos na mesma instituição de ensino no ano letivo de 2027 deverão confirmar sua rematrícula, no período de 03 de novembro de 2026 a 06 de novembro de 2026, de acordo com o cronograma estabelecido no final desta instrução.

§ 1º. O estudante que não confirmar a rematrícula no período estipulado perderá o seu direito à escolha de horário, passando-a ao primeiro estudante que aguarda em lista de espera.

Seção II
Das Matrículas Novas

Art. 4º O período de matrícula de estudantes novos para as escolas/CMEIs municipais, para as turmas do Infantil IV, Infantil V e 1º ano, será de 17/11/2026 a 23/11/2026.

Art. 5º O período de matrícula de estudantes novos para os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, do Berçário ao Infantil III, será de 17/11/2026 a 19/11/2026 (lista de espera).

§ 2º. O período de rematrícula e matrícula dos estudantes novos está definido de acordo com o cronograma estabelecido no CAPÍTULO VIII - DO CRONOGRAMA ESCOLAR, desta instrução.

CAPÍTULO IV
DAS REMATRÍCULAS E MATRÍCULAS NOVAS - EDUCAÇÃO ESPECIAL

Seção I
Das Rematrículas

Art. 6º Para a rematrícula na Sala de Recursos Multifuncionais do público apoiado pela Educação Inclusiva, deverão ser observados os documentos pertinentes que comprovem a necessidade de permanência do estudante no Atendimento Educacional Especializado.

Parágrafo único. Caso não sejam apresentados os referidos documentos no prazo de 90 (noventa) dias, a Instituição de Ensino tomará as providências para a garantia do atendimento do estudante.

Seção II
Das Matrículas Novas

Art. 7º A matrícula de ingresso nas Salas de Recursos Multifuncionais ocorrerá mediante apresentação dos seguintes documentos:
I – Relatório de avaliação pedagógica, acrescida necessariamente de parecer psicológico com o diagnóstico da deficiência – para estudantes com deficiência intelectual;
II – Relatório de avaliação pedagógica, acrescida de parecer de fisioterapeuta, fonoaudiólogo ou laudo clínico no caso de deficiência – para estudantes com deficiência física e/ou neuromotora;
III – Relatório de avaliação pedagógica, acrescida necessariamente por laudo psiquiátrico ou neurológico e complementada quando necessário, com parecer psicológico – para estudantes com transtornos do neurodesenvolvimento;
IV – Relatório da avaliação pedagógica realizada pelo professor especializado e laudo oftalmológico – para estudantes com deficiência visual;

V – Laudo do exame fonoaudiológico que comprove a surdez bilateral, parcial ou total, de 41 decibéis (dB) ou mais – para estudantes surdos;
VI – Relatório pedagógico, para estudantes com altas habilidades e/ou superdotação.

Parágrafo único. Os estudantes matriculados no 5º ano nas Salas de Recursos Multifuncionais terão matrícula assegurada nos estabelecimentos estaduais de ensino para ingresso no 6º ano sem a necessidade de nova avaliação, desde que apresentada cópia do relatório pedagógico do serviço ou apoio especializado que frequentava;

Art. 8º A efetivação das matrículas será em turno contrário ao da escolarização, conforme instruções específicas vigentes da SEED/SUED.

Art. 9º O diagnóstico do estudante da Educação Especial deverá ser registrado no Sistema Escola WEB, no cadastro do estudante, no campo "Portadores de Deficiências".

CAPÍTULO V
DA COMPOSIÇÃO DAS TURMAS

Art. 10. O número de estudantes recomendado para a formação de turmas nas escolas e CMEIs da rede pública municipal de ensino será aproximadamente:

1. Educação Infantil:

ETAPA	NÚMERO DE ESTUDANTES RECOMENDADO POR TURMA
Berçário	Média de 15 estudantes
Infantil I	Média de 21 estudantes
Infantil II	Média de 20 estudantes
Infantil III	Média de 22 estudantes
Infantil IV	Média de 20 estudantes
Infantil V	Média de 20 estudantes

2. Ensino Fundamental:

TURMAS	NÚMERO DE ESTUDANTES RECOMENDADO POR TURMA
1º ano	Média de 25 estudantes
2º ano	Média de 25 estudantes
3º ano	Média de 25 estudantes
4º ano	Média de 30 estudantes
5º ano	Média de 35 estudantes

CAPÍTULO VI
DAS RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO

Art. 11. As instituições de ensino têm o dever de exercer permanente vigilância e cuidado sobre os estudantes sob sua responsabilidade, especialmente sobre crianças, adotando as medidas necessárias à sua proteção e segurança durante o período de permanência nas dependências escolares e nas atividades promovidas pela instituição.

Parágrafo único. O dever de vigilância e proteção decorre, entre outros, do disposto nos arts. 18, 18-A, 70 e 70-A da Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo os quais é dever de todos zelar pela dignidade da criança e do adolescente, prevenindo a ocorrência de ameaça ou violação de seus direitos, cabendo às instituições de ensino adotar medidas de prevenção, proteção e comunicação aos órgãos competentes diante de situações que possam comprometer a integridade física, psíquica ou moral dos estudantes.

Art. 12. É função dos estabelecimentos municipais de ensino:
I – Orientar a família sobre a importância de efetivar a matrícula na escola indicada, garantindo o direito à vaga na rede municipal;
II – Orientar sobre a possibilidade de transferência na rede municipal, em qualquer série/ano, conforme período previsto no cronograma de matrículas;
III – Conferir, no aplicativo, a relação encaminhada pelo Núcleo Regional da Educação – Área Metropolitana Norte (NREAMN), verificando se consta o nome do estudante na relação nominal dos estudantes encaminhados à instituição de ensino para continuidade dos estudos na Rede Estadual do Paraná, especialmente dos estudantes do 5º ano para o 6º ano. As matrículas na Rede Estadual do Paraná (SEED-PR) são realizadas de forma on-line, por meio da Área do Aluno;
IV – Enviar às famílias a correspondência informativa sobre todos os procedimentos das matrículas para o ano de 2027;
V – Verificar os documentos necessários para efetivar a matrícula e/ou rematrícula;
VI – Cadastrar e atualizar no Sistema SERE – matrícula e rematrícula – as informações referentes à necessidade de transporte escolar para acesso e permanência na escola, respeitando os critérios contidos na Resolução nº 777/2013 – GS/SEED e orientações específicas da Secretaria Municipal da Educação;
VII – Cumprir rigorosamente o cronograma e planejar ações no sentido de otimizar o processo de matrícula;
VIII – Divulgar o cronograma de matrícula à equipe de professores e funcionários da escola.

CAPÍTULO VII
DAS TRANSFERÊNCIAS E DO RELATÓRIO FINAL

Seção I
Das Transferências

Art. 13. Para os estudantes que necessitam de transferências (ingresso ou egresso), devem-se observar os seguintes critérios:
I – Verificar se o estudante já possui resultado final;
II – Comunicar os colégios estaduais sobre os estudantes retidos do 5º ano, bem como os pais e/ou responsáveis;
III – Expedir os históricos escolares, se for o caso, dos estudantes concluintes do curso.

Seção II
Do Relatório Final

Art. 14. Para emissão dos relatórios finais dos estudantes do Ensino Fundamental (Anos Iniciais), deverão ser seguidas algumas recomendações:
I – Atualizar o LRCOM (Livro de Registro de Classe On-line Municipal) com as transferências recebidas, expedidas e estudantes desistentes;
II – Migrar o LRCOM (Livro de Registro de Classe On-line Municipal) entregue pelos professores à equipe pedagógica;
III – Imprimir os relatórios para conferência juntamente com o professor, supervisão e direção do estabelecimento;
IV – Expedir boletins, editais, etc., para divulgação dos resultados finais dos estudantes;
V – Assinar e arquivar as fichas individuais dos estudantes, em suas respectivas pastas;
VI – Aguardar orientação da Secretaria Municipal da Educação quanto à impressão dos Documentos de Encaminhamento disponíveis no Sistema SERE.

CAPÍTULO VIII
DO CRONOGRAMA ESCOLAR

Art. 15. O calendário das rematrículas para o ano letivo 2027 será estabelecido de acordo com o cronograma a seguir:
I – Cronograma de rematrícula para os Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs 0 a 3 anos:

Calendário	Orientação	Observações
03/11/2026 – terça-feira	Rematrícula das crianças do berçário e Infantil I	Encaminhar o informativo aos pais e responsáveis com as datas de rematrícula.
04/11/2026 – quarta-feira	Rematrícula das crianças do Infantil II	
05/11/2026 – quinta-feira	Rematrícula das crianças do Infantil III	

§ 1º. As crianças matriculadas no Infantil III dos CMEIs Ernesto Zanona, Guido Irineu Pelanda, Iara de Jesus Hathy Medeiros, Itália Vidolin Gueno, Ângela Maria Trevisan e Maria Alice Andreata dos Santos farão a rematrícula no próprio estabelecimento para Infantil IV;
§ 2º. Caso haja necessidade de rematrícula de instituição diferente daquela em que a criança estuda, será considerada matrícula nova;

II – Cronograma de rematrícula para Centros Municipais de Educação Infantil CMEIs e Escolas Municipais que têm turma de Infantil IV e Infantil V:

Calendário	Orientação	Observações
05/11/2026 – quinta-feira	Rematrícula das crianças do Infantil IV	Encaminhar informativo para os pais e responsáveis pelas datas de rematrículas.
06/11/2026 – sexta-feira	Rematrícula das crianças do Infantil V	

III – Cronograma de rematrícula para as escolas municipais:

Calendário	Orientação	Observações
03/11/2026 – terça-feira	Rematrícula dos estudantes do 1º ano	Encaminhar informativo para os pais e responsáveis pelas datas de rematrículas.
04/11/2026 – quarta-feira	Rematrícula dos estudantes do 2º ano	
05/11/2026 – quinta-feira	Rematrícula dos estudantes do 3º ano	
06/11/2026 – sexta-feira	Rematrícula dos estudantes do 4º ano	

IV – Cronograma para as matrículas novas nas escolas e CMEIs:

Calendário	Orientação	Observações
17/11/2026 terça-feira	Matrículas novas para as crianças do Infantil IV – (4 anos completo - nascidos até 31/03/2023); posterior à data, matricular no Infantil III	Conferir a relação de documentos
18/11/2026 quarta-feira	Matrículas novas para as crianças do Infantil V (5 anos completo - nascidos até 31/03/2022); posterior à data, matricular no Infantil IV	
19 a 23/11/2026	Matrículas novas para os estudantes do 1º ano (6 anos completo - nascidos até 31/03/2021); posterior à data, matricular no Infantil V	

§ 3º. Casos extraordinários em que haja necessidade de alteração, comprovada a especificidade, serão tratados com a Secretaria Municipal da Educação.

CAPÍTULO IX
TRANSPORTE ESCOLAR
DO DIREITO AO TRANSPORTE ESCOLAR PÚBLICO

(Conforme a Resolução nº 777/2013-GS/SEED)

Art. 18. Os estudantes da Educação Básica, residentes nas zonas rural e urbana e matriculados na Rede Estadual e Municipal da Educação, têm direito ao transporte escolar público, desde que residam a uma distância igual ou superior a 2.000 metros (2 quilômetros) da escola onde estão matriculados.

Art. 19. Exceções ao critério do Art. 18 incluem os seguintes casos:
a) estudantes com deficiência temporária ou permanente que dificulte a locomoção, seja física, sensorial ou mental;
b) trajetos com ausência de acessibilidade arquitetônica ou presença de barreiras que impeçam o deslocamento autônomo e independente;
c) presença de obstáculos físicos no percurso, como rodovias, ferrovias, rios ou vales, que exijam um trajeto alternativo mais longo;
d) existência de fatores de risco objetivos que possam comprometer a segurança do estudante no trajeto.

Art. 20. Aos estabelecimentos de ensino da Rede Pública Estadual e Municipal compete:
a) orientar estudantes e responsáveis sobre os critérios definidos nesta Resolução;
b) cadastrar, no SERE, os estudantes que necessitam de transporte escolar para acesso e permanência na escola, conforme os critérios estabelecidos;
c) manter atualizados os dados dos estudantes quanto ao uso do transporte escolar no SERE;
d) informar ao estudante/responsável sobre a obrigatoriedade de apresentar, no ato da matrícula, comprovante de residência correspondente à fatura da empresa privada de energia elétrica (Copel – Companhia Paranaense de Energia) devidamente atualizada, ou pela Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR (aceitável a fatura expedida no máximo em até 02 meses anteriores à data da efetivação da matrícula);
e) assegurar que o direito ao transporte escolar seja garantido conforme os critérios definidos, sujeitando-se a verificações in loco e eventuais medidas corretivas, se necessário.

Parágrafo único. Cabe à Direção do Estabelecimento de Ensino inserir corretamente todas as informações de matrícula e cadastro do estudante, incluindo a atualização do endereço completo e o código de identificação da Copel, ou documento equivalente.

CAPÍTULO X
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O Município deverá garantir vaga na Educação Infantil, na etapa da pré-escola, para as crianças de 04 (quatro) e 05 (cinco) anos de idade, nos termos do art. 4º, inciso I, da Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), bem como vaga no Ensino Fundamental – Anos Iniciais.

Paragrafo único. A garantia de vaga não implica garantia de turno específico, ficando a definição do turno condicionada aos critérios de organização, planejamento e disponibilidade de vagas das Escolas Municipais e dos Centros Municipais de Educação Infantil.

Art. 17. As matrículas destinadas aos estudantes da Educação de Jovens e Adultos – EJA serão realizadas conforme o planejamento da Secretaria Municipal da Educação e a disponibilidade de vagas, observada a demanda apresentada para cada etapa ou modalidade de ensino.

Paragrafo único. A formação e a abertura de turmas da EJA dependerão da existência de número suficiente de estudantes interessados que viabilize a constituição da turma, considerando os critérios pedagógicos, administrativos e de organização da rede municipal de ensino.

Art. 18. Os casos não contemplados nesta Instrução serão analisados e decididos pela Secretaria Municipal da Educação, sob a orientação jurídica da Procuradoria Geral do Município.

Campina Grande do Sul, 30 de setembro 2026.

BELENICE KOFFKE BUFF ROTINI
Secretária Municipal da Eduação
Portaria n.º 06/2025

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:59C33991

SETOR DE COMPRAS
TERMO DE REVOGAÇÃO DE LOTES DE PROCESSO LICITATÓRIO

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE REVOGAÇÃO DE LOTES DE PROCESSO LICITATÓRIO
Pregão nº 67/2026
Objeto: SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUSIÇÃO DE MEDICAMENTOS QUE PERTENCEM A REMUME- RELAÇÃO MUNICIPAL DE MEDICAMENTOS, PARA ATENDER A FARMÁCIA CENTRAL, CONFORME DESCRITIVO E QUANTITATIVO CONSTANTES NO EDITAL E SEUS ANEXOS.
Eu, Luiz Carlos Assunção, Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no art. 71, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e:
CONSIDERANDO a Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, que dispõe: *"A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial"*;
CONSIDERANDO que a Prefeitura Municipal de Campina Grande do Sul busca demandar as suas condutas, atos e procedimentos com base nos princípios elencados no art. 5º da Lei 14.133/2021;
CONSIDERANDO que a tramitação do processo em epígrafe, na fase atual, não alcançou, ainda, o seu fim almejado, não tendo sequer

acontecido a formalização contratual, por conseguinte não implicando no direito adquirido a qualquer interessado;
CONSIDERANDO o pedido de desclassificação da empresa GHOLDMED DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, para os lotes 56 e 81 do processo em epígrafe;

CONSIDERANDO a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde, encaminhada por meio de e-mail corporativo, informando que, em razão da urgência e do fato de que a Administração não possui mais Ata de Registro de Preços vigente para medicamentos REMUME desde o dia 29/08/2026, manifesta-se pela revogação dos lotes 56 (NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250UI/G, BISNAGA COM 10G OU MAIS) e 81 (VITAMINA A E D, ÓXIDO DE ZINCO, POMADA, BISNAGA C/ 45 GRAMAS), pelas razões de fato e de direito expostas no referido documento, bem como pelo prosseguimento dos trâmites finais do processo.
DECIDO:
REVOGAR os lotes **56 (NEOMICINA + BACITRACINA 5MG + 250UI/G BISNAGA COM 10G OU MAIS) e 81 (VITAMINA A E D, ÓXIDO DE ZINCO, POMADA, BISNAGA C/ 45 GRAMAS) do** processo de **Pregão Eletrônico nº 67/2026**, com fulcro no art. 71, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021.
A contar da publicação desta decisão, fica concedido o prazo de 3 (três) dias úteis para que qualquer interessado se manifeste acerca da revogação dos referidos lotes do presente processo, devendo a manifestação ser encaminhada ao seguinte endereço eletrônico: licitacoes@pmcgs.pr.gov.br
Campina Grande do Sul, 29 de setembro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila Macedo Dos Santos
Código Identificador:4D63FC32

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1221/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.059/2026, emitido da Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob nº. 34.738/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo a partir do dia 17 de setembro de 2026, a Gratificação de Preparação de Merenda, da servidora **SILVANA DIAS DO ROSARIO – Matrícula nº. 254881,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais – Nível B09 da Tabela de Vencimentos Anexo VI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 21 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:E2CAF10D

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1222/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

E X O N E R A

A partir da presente data, a função gratificada de Assessor Técnico, do servidor **ADENIR SILVANO - Matrícula nº. 326774,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas – Nível C05 da Tabela de Vencimentos Anexo XI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012.

Campina Grande do Sul, 21 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:BD8834F1

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1223/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o protocolo nº. 34.377, emitido pela Secretaria Municipal de Administração;

REMOVE

O servidor **ADENIR SILVANO - Matrícula nº. 326774,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquinas – Nível C05 da Tabela de Vencimentos Anexo XI da Lei Complementar Municipal nº. 07/2012, da Secretaria Municipal de Urbanismo, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a partir do dia 22 de setembro de 2026.

Campina Grande do Sul, 21 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 21 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:6528F50E

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1231/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.079/2026, emitido pela Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 35.015/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo ao dia 12 de setembro de 2026, a gratificação pela atuação em sala de recursos multifuncionais, da servidora **IZAURINHA APARECIDA DA SILVA - Matrícula nº. 269301,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe

Especialização - Nível 07 do Quadro do Magistério Municipal, na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves.

Campina Grande do Sul, 22 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:3AFFDEE5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1232/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.079/2026, emitido pela Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 35.015/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo ao dia 12 de setembro de 2026, a gratificação pela atuação em sala de recursos multifuncionais, da servidora **IZAURINHA APARECIDA DA SILVA - Matrícula nº. 328731,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Superior - Nível 01 do Quadro do Magistério Municipal, na Escola Municipal José Eurípedes Gonçalves.

Campina Grande do Sul, 22 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:0E3F5E18

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1233/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.088/2026, emitido pela Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 35.100/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo ao dia 05 de setembro de 2026, a gratificação pela atuação em sala de recursos multifuncionais, da servidora **EDENILZA ARAÚJO LUZ DA SILVA - Matrícula nº. 284011,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Especialização - Nível 07 do Quadro do Magistério Municipal, na Escola Municipal Augusto Staben.

Campina Grande do Sul, 22 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:03705EA5

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 1234/2026

O Prefeito Municipal de Campina Grande do Sul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a legislação vigente, e

Considerando o Memorando nº. 1.088/2026, emitido pela Secretaria Municipal da Educação, protocolado sob o nº. 35.100/2026;

E X O N E R A

Com efeito retroativo ao dia 05 de setembro de 2026, a gratificação pela atuação em sala de recursos multifuncionais, da servidora **EDENILZA ARAÚJO LUZ DA SILVA - Matrícula nº. 325463,** ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor Classe Especialização - Nível 05 do Quadro do Magistério Municipal, na Escola Municipal Augusto Staben.

Campina Grande do Sul, 22 de setembro de 2026.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E ARQUIVE-SE.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito Municipal

Publicado, registrado e arquivado no Departamento de Gestão de Pessoal desta Prefeitura Municipal, em 22 de setembro de 2026.

Publicado por:
Maria Guadalupe Strapasson
Código Identificador:A64EA223

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO DO TENENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°317/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Edson Cavalheiro, ocupante do cargo de Gari, matrícula nº 11911, no período de 01 de Outubro de 2026 a 30 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Outubro de 2024 a 30 de Setembro de 2025.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 29 de Setembro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:0B5C7F00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°318/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**
Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Valdevino Caia, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 6601, no período de 01 de Outubro de 2026 a 20 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Junho de 2022 a 31 de Maio de 2023.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 29 de Setembro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:C2DFC6DD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°319/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal Helio Mendes de Araujo, ocupante do cargo de Monitor de Alunos, matrícula nº 991141647, no período de 01 de Outubro de 2026 a 10 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 10 de Abril de 2025 a 09 de Abril de 2026, ficando a definir os próximos dias restantes.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 29 de Setembro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:6998137C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA N°320/2026

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR MUNICIPAL

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN, prefeito do Município de Campo do Tenente – PR, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Conceder férias regulamentares ao Servidor Público Municipal José Roberto Serpe Ribas, ocupante do cargo de Motorista, matrícula nº 10951, no período de 01 de Outubro de 2026 a 30 de Outubro de 2026, referente ao período aquisitivo de 01 de Março de 2023 a 29 de Fevereiro de 2024.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar da data que o servidor iniciar seu período de descanso.

Campo do Tenente – PR, 29 de Setembro de 2026

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se.

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:92C50C14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PORTARIA Nº321/2026

EXONERA TÉCNICA EM ENFERMAGEM DE CARGO PÚBLICO MUNICIPAL

O Prefeito Municipal de Campo do Tenente, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º – Fica exonerada a pedido, no respectivo Cargo de Técnica em Enfermagem, com vínculo em Cargo Público, Débora Natiély Camargo, inscrita no CPF sob nº 117.XXX.639-XX, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros até 01 de Outubro de 2026, revogando as disposições em contrário.

Campo do Tenente, 01 de Outubro de 2026.

WEVERTON WILLIAN VIZENTIN
Prefeito Municipal

Cientifique-se, Registre-se e Publique-se

Publicado por:
Yasmin Nentwig Komochena
Código Identificador:9D2212C7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ERRATA DA ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 07.2026 – CMAS

Aos 13 (treze) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 09 horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia. Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes os/as conselheiros/as governamentais: **Michelli** Gomes de Araujo; **Leonardo** Henrique Melo Silva; **Alessandra** Mara Kalinowski Tonin, **Karina** Alves da Silva; **Caroline** Speltz; os conselheiros/as sociedade civil: **Daniel** havro da Silva; **Tábata** Ferreira de Andrade; Maristela da Silva Soares; **Marlene** Oliveira Bettini; **Altair** dos Santos; convidados/as e observadores: **Juliana** Mattos Painaro; **Jeanine** Luzia Ferreira de Paula; **Adriana** Faveri; residente técnica **Ariane** Lara Luz Oliveira dos Santos e **Selma** Cristiane Batista Xavier Queiroz - Secretária Executiva.	7ª Reunião Ordinária do CMAS 13/08/2026
A presidente, Jeanine, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Apreciação da Ata da Reunião Ordinária 06.2026 - CMAS; • Indicação Conselheira - SAS; • PBF relatório acompanhamento SESAU/SAS/SEMEC; • Reunião descentralizada; • Ofício CEAS 11/2026; • Ofício 12/2026 - CEAS; • Ofício 09/2026 - CEAS; • Ofício 10/2026 - CEAS; • Vacância Trabalhador SUAS; • Renovação inscrição PROVOPAR no CMAS; • Recomposição Comissões; • Encerramento.	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária Executiva apresentou a Ata da Reunião Ordinária nº 06/2026 do CMAS, a qual, submetida à apreciação do Plenário, foi aprovada, sem ressalvas, por unanimidade.	1. Apreciação Ata da Reunião Ordinária 06.2026 - CMAS.
Na sequência, foi apresentado o Ofício nº 242/2026 – SAS, por meio do qual foi comunicado o afastamento da conselheira governamental Jeanine Luzia Ferreira de Paula da representação governamental junto	2. Indicação Conselheira - SAS

ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em razão de sua nomeação para o cargo de Secretária Municipal de Assistência Social, situação incompatível com o exercício simultâneo das funções de gestora da Política Municipal de Assistência Social e de membro do respectivo Conselho. No expediente, foi indicada Michele Gomes de Araújo para substituí-la na representação governamental. Na oportunidade, foi discutida a necessidade de definição da Presidência do Conselho em razão do afastamento da então Presidente. A Secretária Executiva informou que verificaria o procedimento previsto no Regimento Interno. Foi esclarecido que, considerando a vacância do cargo, seria possível realizar, na mesma reunião, a eleição de novo Presidente, mediante candidatura e votação dos conselheiros governamentais, conforme as disposições regimentais. Consultada sobre sua disponibilidade, Michele manifestou interesse em assumir também a Presidência do CMAS. Não havendo outra candidatura, sua indicação foi submetida à votação do Plenário, sendo aprovada por unanimidade, ficando Michele Gomes de Araújo eleita para o cargo de Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS.	
Em continuidade, foi apresentado o relatório de acompanhamento das condicionalidades do Programa Bolsa Família, referente aos meses de junho e julho de 2026, elaborado a partir de dados do Sistema de Condicionalidades (SICON). Informou-se que, em razão de mudanças na gestão, reestruturação das equipes e rotatividade de profissionais, houve interrupção temporária da busca ativa e do acompanhamento sistemático das famílias em descumprimento. Registrou-se, contudo, a retomada das ações, em articulação com o CRAS, priorizando inicialmente as 19 famílias em situação de suspensão do benefício, seguidas das famílias em situação de bloqueio e demais casos, com realização de atendimentos, identificação das vulnerabilidades e encaminhamentos intersetoriais. Ao todo, foram identificadas 79 famílias e 86 indivíduos em situação de descumprimento de condicionalidades. Foi informado que a Comissão do Bolsa Família, composta por representantes da Assistência Social, Saúde e Educação, está sendo retomada, com participação da Vigilância Socioassistencial, tendo sido realizada reunião e agendado novo encontro para setembro, com possibilidade de reuniões mensais neste período para elaboração do plano de trabalho. Na sequência, a representante da Secretaria da Saúde informou que o sistema utilizado para registro do acompanhamento encontrava-se temporariamente fechado, impossibilitando a consolidação do relatório da primeira vigência. Foi solicitado prazo para apresentação dos dados consolidados. Informou-se, ainda, que os acompanhamentos realizados já alcançavam aproximadamente 70% dos registros disponíveis. Pela Secretaria de Educação, foi apresentada a situação do acompanhamento da frequência escolar. Registrou-se que os dois primeiros bimestres tiveram 100% dos lançamentos de frequência realizados e que permaneciam dificuldades na localização de estudantes, especialmente do ensino médio. No terceiro ciclo, foram identificados 7 estudantes de 4 a 6 anos incompletos e 11 estudantes de 6 a 18 anos ainda não localizados, estando em andamento ações de busca ativa pela equipe da Educação, com posterior encaminhamento dos casos ao CRAS. Durante a discussão, foi destacada a necessidade de fortalecer as ações intersetoriais de prevenção e enfrentamento à evasão escolar. Foi sugerida a realização de campanha de conscientização junto aos estudantes e a possibilidade de participação do CMDCA no apoio a ações estratégicas, inclusive mediante utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as normas aplicáveis. Também foi apontada a necessidade de veículo para viabilizar a busca ativa dos estudantes, tendo sido indicada a possibilidade de avaliação da demanda para inclusão no planejamento de aplicação dos recursos do Fundo. Em seguida, foi apresentada a prestação de informações pelo CRAS, abrangendo dados do Cadastro Único, Programa Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada (BPC), Cadastro Unipessoal, Comida Boa e Compra Direta. Foram destacados o aumento da demanda de atendimentos no CRAS, a necessidade de regularização dos cadastros unipessoais e o acompanhamento das famílias em descumprimento de condicionalidades. Sobre os cadastros unipessoais, foi solicitado levantamento específico quanto ao percentual em relação ao total de beneficiários do Bolsa Família, ficando o CRAS responsável de encaminhar a informação ao Conselho. Quanto ao Programa Compra Direta, foi informado que, entre janeiro e julho de 2026, foram entregues 1.495 kits, estando o programa temporariamente suspenso em razão de processo licitatório estadual. Também foram apresentados os dados referentes ao Programa Comida Boa, com 995 cartões entregues e 329 pendentes de retirada, destacando-se a realização de busca ativa para localização dos beneficiários. **Deliberação:** Após as apresentações e discussões, o Plenário tomou ciência e aprovou os relatórios apresentados, ficando registrados os encaminhamentos relativos à retomada do acompanhamento intersetorial das condicionalidades, à busca ativa das famílias e estudantes, ao levantamento do percentual de cadastros unipessoais e à avaliação de ações de enfrentamento à evasão escolar, inclusive quanto à possibilidade de utilização de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.	3. PBF relatório acompanhamento SESAU/SAS/SEMEC
Na sequência, foi dada ciência ao Plenário do Ofício Circular nº 35/2026/MDS/CNAS/SE, do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS, referente ao convite para participação na Reunião Descentralizada e Ampliada do CNAS, realizada nos dias 19 e 20 de agosto de 2026, no município de João Pessoa/PB, bem como para acompanhamento da 351ª Reunião Ordinária do CNAS, realizada em 21 de agosto de 2026. O documento destacou a importância do evento para o debate, a articulação e o fortalecimento do controle social do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.	4. Reunião descentralizada.
Em continuidade, foi dada ciência ao Plenário do Ofício Circular nº 011/2026 – CEAS/PR, referente à Informação Técnica DGSUAS nº 040/2026, que apresenta levantamento sobre a situação e a utilização dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada – IGD nos municípios paranaenses. Todos os presentes manifestaram ciência.	5. Ofício CEAS 11/2026.
Dando sequência, foi apresentada o Ofício 12/2026- CEAS, referente aa programação do encontro a ser realizado nos dias 27 e 28 de agosto de 2026, no Palácio das Araucárias, em Curitiba/PR, tendo como objetivo promover o debate sobre os desafios, avanços e soluções para a implementação regional da política de assistência social, com foco no controle social exercido pelos Conselhos de Assistência Social. Todos os conselheiros declararam ciência.	6. Ofício 12/2026 - CEAS.
Em sequência, Em continuidade, foi dada ciência ao Plenário do Ofício Circular nº 009/2026 – CEAS/PR, referente aos atrasos na análise de benefícios e à precarização dos atendimentos digital e presencial do Instituto Nacional do Seguro Social – INSS, especialmente quanto ao Benefício de Prestação Continuada – BPC. Foi informado que o CEAS/PR já realizou encaminhamentos ao INSS e ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS, cobrando providências diante das dificuldades relatadas. Orientou-se que os CMAS reforcem aos beneficiários e familiares a importância do registro formal de reclamações nas ouvidorias oficiais do INSS e do MDS e, quando necessário, do encaminhamento à Defensoria Pública da União – DPU para orientação e garantia de direitos. Após ciência, o Plenário tomou conhecimento das orientações apresentadas.	7. Ofício 09/2026 - CEAS.
Foi dada ciência ao Plenário do Ofício Circular nº 10, do Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, referente aos parâmetros orientativos para a deliberação de critérios e prazos para a provisão de benefícios eventuais, em consonância com a Resolução CNAS nº 213/2025. Considerando as recentes atualizações na regulamentação dos benefícios eventuais, foi deliberado o compartilhamento do referido material com os conselheiros para conhecimento e análise. A matéria será incluída na pauta da próxima Reunião Ordinária, para avaliação dos parâmetros estabelecidos e das possíveis alterações e impactos no âmbito municipal.	8. Ofício 10/2026 - CEAS
Foi informado ao Plenário que, após a divulgação da vacância da cadeira destinada à representação dos trabalhadores do SUAS, anteriormente ocupada pelo conselheiro Bruno Gurgel Novieri, não houve apresentação de candidatos. Na oportunidade, o conselheiro Leonardo indicou a senhora Maristela da Silva Soares, assistente social, para ocupar a referida representação. Considerando a inexistência de outras candidaturas ou indicações, a indicação foi submetida à apreciação do Plenário, sendo aprovada a indicação de Maristela para ocupar a vaga destinada aos Trabalhadores do SUAS no CMAS.	9. Vacância trabalhador SUAS.
Em continuidade, foi discutida a situação da PROVOPAR quanto à renovação de sua inscrição junto ao Conselho Municipal de Assistência Social. Informou-se que, em razão de problemas no recebimento da comunicação, o prazo para encaminhamento da documentação havia sido prorrogado até 30 de julho de 2026, porém a instituição não apresentou os documentos necessários para análise da Comissão responsável. Após manifestação dos conselheiros, considerando as circunstâncias apresentadas e a excepcionalidade da situação, foi aprovada a dilação do prazo por mais 30 (trinta) dias, contados da data da presente reunião, para que a instituição encaminhe a documentação necessária à análise e regularização de sua inscrição.	10. Renovação inscrição PROVOPAR no CMAS
Dando sequência, foi realizada a recomposição das Comissões Temporárias e Permanentes, quais sejam: **Comissão Permanente de Financiamento e Gerenciamento FMAS** - Representação Governamental: Michelli Gomes de Araújo (SAS) e Karina Alves da Silva (SEFAZ). Representação da Sociedade Civil: Daniel Havro da Silva e Altair dos Santos. **Comissão Permanente de Comunicação, Articulação e Mobilização** - Representação Governamental**:** Leonardo Henrique da Silva (SAS) - Caroline Alves Speltz (SESAU). Representação da **S**ociedade Civil: Maristela da Silva Soares e Marlene Oliveira Bettini. **Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial** - Representação Governamental: Michelli Gomes Araujo (SAS) Alessandra Mara Kalinoski Tonin (SEMEC). Representação da Sociedade Civil: Jéssica Alfanio dos Santos Falcão e Adriana Ferreira Fernandes. **Comissão Temporária de Acompanhamento de Deliberações, Conferências e Plano Municipal da Assistência Social 2025/2027** - Representação Governamental: Leonardo Henrique Melo Silva (SAS) e Jackeline de Fátima Torres (SEFAZ). Representação da Sociedade Civil: Daniel Havro da Silva e Maristela da Silva Soares **Comissão Temporária Organizadora de Reunião Conjunta dos Conselhos vinculados à pasta da Assistência Social** - Representação Governamental: Carolina Alves Speltz (SESAU) e Paula Cristina Santos Clazer Chaves (SESAU). Representação da Sociedade Civil: Jéssica Alfanio dos Santos Falcão e Tabata Ferreira de Andrade.	11. Recomposição das Comissões.
Não havendo mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião.	12. Encerramento
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz, declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	***MICHELI GOMES DE ARAÚJO***
Secretária Executiva	Presidente do CMAS

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:E16DAF85

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 07.2026 - CMDPD

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Campo Magro, em reunião ordinária nº 07.2026, realizada aos trinta e um dias do mês de agosto de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar a Ata de Reunião Ordinária 07.2026 do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

Art. 2º – Determinar o acompanhamento pelo CMDPD da demanda referente à linha P12 – Campo Magro (São Benedito), especialmente quanto à possibilidade de atendimento aos finais de semana, bem como acessibilidade nos veículos de transportes, em articulação com a

Secretaria Municipal de Administração – SEAD e a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná – AMEP.

Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 30 de setembro de 2026.

FABÍOLA REGINA FERREIRA MACHADO
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:CF52ADB7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10.2026 - CMAS

O Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro, em reunião ordinária nº 10.2026, realizada aos dez dias do mês de setembro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º – Aprovar, com ressalvas, a Ata da Reunião Ordinária nº 07/2026, em razão da ausência dos nomes dos conselheiros Daniel Havro da Silva e Tábata Ferreira de Andrade, devendo ser realizada a errata da ata.

Art. 2º – Aprovar a renovação da inscrição do Abrigo Institucional de Campo Magro, inscrito no CNPJ nº 01.607.539/0001-76, junto ao Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS até 30/06/2027.

Parágrafo único. A renovação da inscrição fica condicionada ao cumprimento do Acordo Extrajudicial firmado com o Ministério Público e à apresentação ao CMAS da documentação comprobatória das adequações realizadas pelo Abrigo Institucional de Campo Magro.

Art. 3º – Registrar o acompanhamento do processo de implantação e estruturação do Serviço de Família Acolhedora no Município de Campo Magro.

§ 1º A Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial do CMAS deverá dar continuidade à avaliação do serviço após o recebimento e análise da documentação pertinente.

§ 2º Deverá ser realizada visita técnica pela Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial , preferencialmente após a definição e adequação do espaço que será destinado ao funcionamento do Serviço de Família Acolhedora.

§ 3º O CMAS permanecerá acompanhando as providências relativas à implantação do serviço e sua efetiva execução.

Art. 4º – Registrar a ciência do Plenário quanto ao Ofício Circular nº 010/2026 – CEAS/PR, referente à Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025, que estabelece parâmetros nacionais orientadores para a deliberação de critérios e prazos relativos à provisão dos Benefícios Eventuais previstos no art. 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. O CMAS deverá acompanhar as atualizações relativas aos Benefícios Eventuais e avaliar, no âmbito municipal, a necessidade de discussão, revisão ou adequação dos critérios e prazos atualmente estabelecidos.

Art. 5º – Registrar a ciência do Plenário quanto ao Ofício Circular nº 011/2026 – CEAS/PR, referente à Informação Técnica DGSUAS nº 040/2026, que trata do levantamento sobre os recursos do Índice de Gestão Descentralizada – IGD nos municípios.

Parágrafo único. A temática deverá ser considerada pelo CMAS nas discussões relacionadas ao fortalecimento do controle social e à participação dos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS.

Art. 6º – Registrar a necessidade de estudo da regulamentação municipal vigente dos Benefícios Eventuais, considerando as normativas nacionais e estaduais mais recentes e as necessidades identificadas pelas equipes responsáveis pela execução dos benefícios.

§ 1º A Comissão responsável pela matéria deverá analisar a legislação e regulamentação municipal vigente e verificar a necessidade de atualização ou adequação.

§ 2º A Comissão poderá solicitar, quando necessário, suporte técnico e jurídico da Procuradoria-Geral do Município, do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR e de outros órgãos competentes.

§ 3º Eventuais propostas de alteração ou aperfeiçoamento da regulamentação municipal deverão ser posteriormente apresentadas ao Plenário do CMAS para apreciação e deliberação.

§ 4º Registrar a importância da realização de capacitações destinadas às equipes responsáveis pela avaliação e concessão dos Benefícios Eventuais, especialmente aos profissionais da Proteção Social Básica e dos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS, observada a disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 7º – Aprovar o encaminhamento de ofício ao Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Magro, solicitando a nomeação de Secretário(a) Municipal de Assistência Social, ainda que em caráter interino, em razão da vacância do cargo.

Art. 8º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE

Campo Magro, 29 de setembro de 2026.

MICHELLI GOMES ARAÚJO
Presidente do CMAS

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:255F231F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 083/2025

CONTRATO Nº 083/2025
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 002/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 185/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CANDÓI - ESTADO DO PARANÁ - CNPJ nº 95.684.478/0001-94.
CONTRATADO: PLANO SUL SOLUÇÕES EM ENGENHARIA LTDA - CNPJ nº 54.686.511/0001-38.
OBJETO: Prorrogação dos prazos de execução e vigência contrato nº 083/2025, que trata da obra de pavimentação asfáltica nas ruas do Conjunto Habitacional Residencial Candói I, no Distrito Paz, com recursos provenientes do Contrato de Repasse nº 953910/2023/MCIDADES/CAIXA e contrapartida municipal, conforme especificações técnicas deste instrumento e seus anexos e do projeto executivo.
FUNDAMENTO: O presente Termo Aditivo é celebrado com fundamento na Cláusula Segunda, parágrafo único, do Contrato Administrativo nº 083/2025, bem como na Cláusula Oitava, § 2º, que prevê a possibilidade de prorrogação dos prazos de execução, nos termos da legislação vigente, mediante requerimento da parte interessada, devidamente instruído com provas e justificativas acerca de fatos supervenientes ou de força maior que impeçam o cumprimento do prazo inicialmente estabelecido.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 22 de novembro de 2026
PRAZO DE VIGÊNCIA: 21 de janeiro de 2027.
DATA DE ASSINATURA: 02/10/2026.

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:C16B40AF

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS.

EDITAL Nº 05/2026
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** o Resultado Final dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADOS A ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS, conforme a seguir:

Divulgação do Resultado Final dos Projetos Selecionados.
O Resultado Final, após prazo recursal para projetos inscritos no edital de Chamamento nº 02/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

ÁREAS PERIFÉRICAS, URBANAS E RURAIS E EM POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS					
OR.	**Nº INSCRIÇÃO**	**NOME DO PROPONENTE**	**DADOS DO PROJETO**	**NOTA/ MÉDIA**	**CLASS**
01	04	Simone Neves da Silva	**Vozes Do Despraiado – Saberes, Mulheres E Tradições Quilombolas** Videoclipes da comunidade	83,67	1º
02	01	Angelita Alves de Alcântara	**Arte em pontos: Crochê** Oficina de crochê para mulheres do Despraiado.	79,67	2º
03	02	Angieli Alcântara dos Santos	**Crochê para todas** Oficina prática de crochê.	77,00	3º
04	03	Renato Ramos de Siqueira	**Festa em honra a São Pedro e São Paulo** – Comunidade São Pedro. Minidocumentário	65,33	4º

ETAPA DE HABILITAÇÃO
O proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de **05/10/26 à 07/10/26**, apresentar os documentos descritos a seguir, no Centro Cultural Doridin Antunes situado na Avenida José Antunes Fabrício, 1944, Pioneiros, Candói (PR) **das 8h às 11:30h e das 13h às 16:30h,** conforme sua natureza jurídica:
Se o agente cultural for **pessoa física e/ou grupo ou coletivo sem personalidade jurídica:**
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União disponível no link: https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home ;
Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais pelo link: https://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automatica e municipais pelo link: https://candoipr.equhttps://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automaticaiplano.com.br:7007/contribuinte/#/stmCertidaoNegativa/certidaoNegativa, expedidas pela secretaria da fazenda;
certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho pelo link: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural (Anexo I deste edital).
Declaração de cessão de direito de uso de imagem (Anexo X);

Candói, 02 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA / ENDEREÇO
Eu, _____, de nacionalidade BRASILEIRO, inscrito (a) no CPF nº_____, RG nº_____, telefone: _____, responsável legal pelo menor: _____.
DECLARO, para fins de comprovação de residência / endereço, sob as penas da Lei n° 7.115/83, art. 2º, que resido no município de CANDÓI – Paraná, sendo atualmente residente e/ou domiciliado no endereço abaixo descrito:

_____
Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Candói – PR, ___ de _____ 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:16B9A0FD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES

GABINETE PREFEITO
PORTARIA N° 423/2026

PORTARIA Nº 423/2026
O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE
Art. 1º - CONCEDER as **DIÁRIAS** abaixo relacionadas, aos Servidores Municipais correspondentes, atendendo ao anexo I, da Lei 2.658/2023, em virtude de viagem à cidade indicada abaixo, no dia correspondente e com as devidas finalidades.

Servidor	Cargo	Diária(s)	Cidade	Dia(s)	Finalidade
Leandro Chiodi	Agente ambiental	01 (uma)	Toledo – PR	01 de setembro de 2026.	Encontro do núcleo sócio ambiental oeste.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercicio

Publicado por:
Helytana Raquel Sabadini
Código Identificador:202E16F0

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 425/2026 DATA: 02-10-2026

O Prefeito Municipal de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com os Artigos 90 e 91 da Lei Municipal n.º 1.784/2012 de 23 de março de 2012,

R E S O L V E

Art.º 1º- Conceder a Servidora Pública abaixo relacionada, Licença para Tratar de Interesses Particulares, sem remuneração, pelo período de 01 (um) ano, no seguinte período:

Matrícula	Nome	Cargo	Início	Término
116121/1	Neiva de Lima Walter	Auxiliar de Serviços Gerais	01-10-2026	30-09-2027

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Capitão Leônidas Marques - PR, 02 de outubro de 2026.

ELISANDRO DOS REIS
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Maria Eduarda da Silva
Código Identificador:03E85923

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO 098/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 098/2026
CÓDIGO COMPRAS.GOV: 43/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES/PR (UASG: 987489)

OBJETO:
A presente licitação tem por objeto a contratação de instituição financeira ou cooperativa de crédito, devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, para, mediante contrapartida financeira paga ao Município, operar em caráter de exclusividade os serviços de processamento e gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, aposentados, pensionistas, comissionados, temporários e agentes políticos da Prefeitura Municipal de Capitão Leônidas Marques - PR, em atendimento a solicitação nº 329/2026 da Secretaria Municipal da Fazenda e conforme especificações, condições e exigências estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 726.125,40 (setecentos e vinte e seis mil, cento e vinte e cinco reais e quarenta centavos).

DATA DA SESSÃO PÚBLICA:
Recebimento das propostas: até às 08:15h do dia 22.10.2026.

Início da sessão de Disputa de Preços: 08:30h do dia 22.10.2026.

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: ***Maior Desconto (convertido em MAIOR OFERTA pela Outorga Financeira)***

MODO DE DISPUTA: ***Aberto***

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS: ***Não***

O Edital, com todos seus anexos, estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos ***www.comprasgovernamentais.gov.br*** - Código **UASG:** 987489 – **Capitão Leônidas Marques – Pr** e ***www.capitaoleonidasmarques.pr.gov.br.(transparência/licitação),*** ou em horário de expediente, no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sita à Av. Tancredo Neves, 502, Centro, também por e-mail licitacao@clm.pr.gov.br.

ATENÇÃO

- PREVALECERÁ a descrição constante no TERMO DE REFERÊNCIA do Edital.
- Dúvida ou ainda para mais informações, estas poderão ser encaminhadas no e-mail acima e/ou telefone: (45) 3286-8400.

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GEAN CARLOS BAREA SCHNEIDER
Pregoeiro

Publicado por:
Maiara Daiane Teixeira
Código Identificador:D8AA6B6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
HOMOLOGAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO PE 090/2026

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR

PORTARIA N. º 424/2026 de 02.10.2026.
A Secretária Municipal de Saúde de Cap. L. Marques, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, ***RESOLVE*** Homologar o resultado da licitação, modalidade **Pregão Eletrônico n. º 090/2026 de 15.09.2026,** destinado a aquisição parcelada de dietas, fórmulas infantis, suplemento alimentar infantil, fórmulas para nutrição oral e/ou enteral e módulo de proteína, destinados ao atendimento nutricional individualizado de usuários acompanhados pela Rede Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques/PR, conforme necessidades clínicas e nutricionais identificadas e acompanhadas por profissionais habilitados, em atendimento a Solicitação de Compra nº 290/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I. Considerando o critério de classificação ***"Menor Preço Por Item",*** critério adotado para a classificação das propostas e após verificada a compatibilidade de acordo com o edital e legislações pertinentes, ficam declaradas vencedoras do processo, com seus respectivos itens, as empresas: ***VACCARIN & ALFF LTDA EPP*** com os itens n. º 01 e 03 no valor de R$ 56.700,00 – ***EFFRA IN HUB DE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA*** com o item n. º 04 no valor de R$ 30.020,00, conforme registrados no Mapa. Sendo esta a classificação de cada participante, o valor total do certame, resultou em ***R$ 86.720,00 (Oitenta e seis mil setecentos e vinte reais),*** conforme Ata da Sessão Pública.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.
Regina Cristina Antunes
Secretária Municipal de Saúde
EXTRATO DE CONTRATOS
N. º 446/2026 e 447/2026.
REF: PREGÃO ELETRÔNICO N. º 090/2026.
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES – PR.
CONTRATADAS: VACCARIN & ALFF LTDA EPP e ***EFFRA IN HUB DE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.***
OBJETO: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de dietas, fórmulas infantis, suplemento alimentar infantil, fórmulas para nutrição oral e/ou enteral e módulo de proteína, destinados ao atendimento nutricional individualizado de usuários acompanhados pela Rede Municipal de Saúde de Capitão Leônidas Marques/PR, conforme necessidades clínicas e nutricionais identificadas e acompanhadas por profissionais habilitados, em atendimento a Solicitação de Compra nº 290/2026 da Secretaria Municipal de Saúde e conforme especificações, quantidade estimada e condições estabelecidas no descritivo constante no Termo de Referência/Anexo I.
VALOR: R$ 86.720,00 (Oitenta e seis mil setecentos e vinte reais), conforme classificação pertinente a cada empresa vencedora.
VIGÊNCIA: A contratação objeto desta licitação será vigente por 12 (doze) meses, a partir da assinatura do Termo Contratual.
RECURSOS: As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no seguinte orçamento:
*** 341 – 09.001.10.301.1039.2162.3.3.90.32.00 – fontes 303, 494 e livre.**

Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Sabrina Luiza Nardino da Cas
Código Identificador:6A2D5160

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
TERMO ADITIVO Nº. 001/2026. CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. º 460/2023.

REF: TERMO DE INEXIGIBILIDADE N. º 093/2023. PROCEDIMENTO SUBSEQÜENTE AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO N. º 011/2023.
Que entre si celebram. De um lado o ***FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPITÃO LEÔNIDAS MARQUES***, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, localizada na Av. Tibagi, 375, Município de Capitão Leônidas Marques Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 09.401.856/0001-43, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde, senhora *REGINA CRISTINA ANTUNES,* e de outro lado a empresa ***SANTA PAULINA CLÍNICA E ACADEMIA - LTDA,*** localizada na Av. Tibagi, 270, Centro, CEP: 85.790-000, Município de Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob n. º 07.931.875/0001-56, neste ato devidamente representada pela Administradora, Senhora *CLARI TEREZINHA PARIZOTTO LEDUR*, portadora do CPF sob n. º 899.966.909-20. Fundamentando-se no artigo 65, inciso II, alínea d e § 1º, da Lei 8.666/93 de 21.06.93, conforme previsão contratual (cláusulas sétima e décima segunda), assim como pelas condições do edital em consideração, ajustando o seguinte:
OBJETO: Contratação de empresa com profissionais qualificados, para prestação de serviços como "Educadores Físicos", junto às Estratégias de Saúde da Família (ESFs) e da Rede de Atenção e Proteção com objetivo de facilitar a troca de informação, a melhora no desempenho das atividades, nas relações individuais e coletivas, buscando uma atuação em saúde onde todos estejam focados no mesmo propósito, também na organização e recreação de eventos esportivos, de lazer, social, e demais atividades correlatas que se façam necessárias para o desenvolvimento e incentivo à prática de esportes no município de Capitão Leônidas Marques – Pr, com cronograma a ser definido pela Secretaria Municipal de Saúde, com vistas a promoção, prevenção, recuperação, reabilitação de doenças e agravos mais frequentes, assim como na manutenção da saúde da comunidade.
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETIVO
Constitui objetivo deste Termo Aditivo, a prorrogação da vigência e prestação dos serviços, para até mais 12 (doze), mantidas as demais condições firmadas em 27 de setembro de 2023 e aditivos subsequentes.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E VALOR
Fica prorrogada a vigência para até 26 de setembro de 2027, e em consequência soma-se ao valor contratual original e aditivado o total de R$ 42.808,32 (quarenta e dois mil, oitocentos e oito reais e trinta e dois centavos), referente ao período de renovação.
CLÁUSULA TERCEIRA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Ratificam-se as demais disposições do contrato não modificadas por este instrumento.
E, por estarem de comum acordo, assinam o presente Aditivo Contratual em duas vias, de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.
Capitão Leônidas Marques, Estado do Paraná, em 25 de setembro de 2026.

REGINA CRISTINA ANTUNES
Secretária Municipal de Saúde

SANTA PAULINA CLÍNICA E ACADEMIA - LTDA
Contratada

Publicado por:
Gilmar Larssen
Código Identificador:6E0C1A99

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLÓPOLIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para prestação de serviço de locação de hora máquina (motoniveladoras, retroescavadeira, trator de esteiras, escavadeira hidráulica e rolo compactador), incluso todas as despesas necessárias à execução do trabalho, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.
O Departamento de Licitações do Município de Carlópolis-PR informa que o processo de PREGÃO ELETRÔNICO Nº 050/2026, se encontra suspenso temporariamente devido à adequação do Edital.
A nova data da seção pública será informada através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Outras informações poderão ser obtidas através do fone/fax (43) 3566-1291 Ramal 201, Celular (43) 9 9825-0137 E-mail: licitacoes2@carlopolis.pr,gov.br .

Carlópolis, 02 de outubro de 2026

ALEXANDRE JOSÉ BARBOSA
Agente de Contratação e Pregoeiro
Portaria 055/2026 - DP

Publicado por:
Juliane de Souza Barbosa
Código Identificador:D2F653F4

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO, COMPRAS E PATRIMÔNIO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 404/2025- INEXIGIBILIDADE Nº 028/2025 PROCESSO INTERNO Nº 178/2025 (PRAZO E VALOR)

Pelo presente instrumento, as partes abaixo assinadas, de um lado, como **CONCEDENTE** o Município de Carlópolis, pessoa jurídica de direito público, com sede nesta cidade na Rua Benedito Salles, nº 1.060, CNPJ nº 76.965.789/0001-87, representado pela Senhora Lilian Maria Caetano Claro Secretária Municipal de Saúde, brasileira, casada, inscrita no CPF/MF sob nº ---------- e portador da Carteira de Identidade RG ---------, através do Decreto nº 4.227 de 29 de agosto de 2025, residente e domiciliada na cidade de Carlópolis, Estado do Paraná e a empresa **CIS CENTRO INTEGRADO EM SAÚDE LTDA**, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 14.736.446/0001-93** com sede à, Rua Manoel da Silva Machado Nº 554, Bairro Centro, no município de Santa Mariana, CEP: 86.350-000, Telefone: (43) 3531-1436, E-mail: juridico@cissaude.com.br e juridico01@cissaude.com.br, doravante denominada **CONCESSIONÁRIA**, representada neste ato pelo Senhor Glauber Garbim Vieira Da Silva brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº---------, e CPF nº --------, residente e domiciliado na cidade de Londrina, Estado do Paraná, que, ao final este subscrevem, têm entre si justo e convencionado o presente Termo Aditivo, com fundamento no **Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA- OBJETO
1.1 O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência e a aplicação de reajuste financeiro do valor do Contrato nº 404/2025, relativos à concessão administrativa de gestão, operacionalização e execução dos serviços de saúde a serem prestados no Hospital Municipal São José, em estrita consonância com o Anexo I (Termo de Referência) e demais peças do edital da CONCORRÊNCIA Nº 003/2021 e do CONTRATO Nº 015/2022.
Parágrafo Único: Fica expressamente ratificada a continuidade da prestação dos serviços dispostos na Cláusula 1.2 do contrato original, mantendo-se a obrigação da CONCESSIONÁRIA em disponibilizar um médico em regime de plantão de 12 (doze) horas, das 09h00 às 21h00, aos sábados e domingos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO IMÓVEL E EQUIPAMENTOS

2.1 O objeto contratual continuará a ser executado nas dependências do Hospital Municipal São José, imóvel matriculado sob o nº 4.923 no Cartório de Registro de Imóveis de Carlópolis, conforme detalhado a seguir:

LOTE	MATRÍCULA	METRAGEM	DESCRIÇÃO
01	4.923	19.980 M² Total 13.112,32m² Parte ideal	Parte ideal de um imóvel localizado no centro da cidade, com área total de 19.980 m², considerado como parte ideal de aproximadamente 13.112,32 m², com área construída de 2.083,21 m². Servido de infraestrutura de energia elétrica (padrão alta tensão), iluminação pública, rede de água e esgoto e ruas pavimentadas.

CLÁUSULA TERCEIRA- VALOR
Em virtude do reajuste aplicado, o valor máximo do repasse mensal a ser pago pelo Município passa de R$ 524.737,37 (quinhentos e vinte e quatro mil, setecentos e trinta e sete reais e trinta e sete centavos) para R$ 542.237,57 (quinhentos e quarenta e dois mil, duzentos e trinta e sete reais e cinquenta e sete centavos), destinado a cobrir as despesas operacionais do Pronto Atendimento e do Plantão da Maternidade, conforme a Planilha de Composição de Preços vinculada à CONCORRÊNCIA Nº 003/2021.
O valor total estimado para o período da presente prorrogação de 12 (doze) meses é de **R$ 6.506.850,84 (seis milhões, quinhentos e seis mil, oitocentos e cinquenta reais e oitenta e quatro centavos).**
O reajuste foi calculado com base na variação acumulada do Índice Geral de Preços – Mercado (IGP-M/FGV) no período de 10/2025 a 09/2026, e incide exclusivamente sobre o valor máximo do repasse mensal de que trata a Cláusula 5.1 do Contrato nº 404/2025, incidindo sobre o valor da remuneração da concessão e de locação do imóvel e dos equipamentos.
CLÁUSULA QUARTA- DA VIGÊNCIA
4.1 O prazo de vigência contratual do objeto aditado fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, com eficácia no período de 04/10/2026 a 03/10/2027.
CLÁUSULA QUINTA - DAS DEMAIS CLÁUSULAS
5.1 Permanecem inalteradas, válidas e ratificadas as demais cláusulas estabelecidas no Contrato nº 404/2025 que não colidirem com o presente instrumento.
5.2 A celebração do presente Termo Aditivo não importa renúncia, quitação ou preclusão de direitos da CONCESSIONÁRIA quanto ao restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro do Contrato, que poderá ser pleiteado nos termos da legislação aplicável.

Justos e Contratados, firmam as partes este instrumento a fim de que produza seus efeitos legais.

Carlópolis, 02 de outubro de 2026.

LILIAN MARIA CAETANO CLARO
Secretaria Municipal de Saúde
Concedente

CIS Centro Integrado em Saúde LTDA
Representada Por:
GLAUBER GARBIM VIEIRA DA SILVA
Concessionária

Publicado por:
Danieli Aparecida da Silva
Código Identificador:F6011AD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

CAMARA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
PARECER CONCLUSIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - SEGUNDO QUADRIMESTRE-2026

PARECER CONCLUSIVO DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

A Comissão de Finanças e Orçamento da CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando ainda que:

I - O Poder Executivo deste Município atendeu à Convocação desta Câmara de Vereadores, para cumprimento do Artigo 9º Parágrafo 4º da LRF;
II - A Audiência Pública foi realizada na data de **30 de setembro de 2026, às 09:00 horas**, de acordo com as regras internas estabelecidas por esta Casa Legislativa;
III - Além da Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Segundo Quadrimestre de 2026 – maio a agosto, o Poder Executivo apresentou ainda outros demonstrativos voltados à transparência da Gestão Pública.

Nestes termos, a Comissão de Finanças e Orçamentos emite **PARECER APROVANDO** e considerando atendidas as exigências do contido no Artigo 9º Parágrafo 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sala das Sessões da Câmara de Vereadores do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

Comissão de Finanças e Orçamento:

MATHEUS JOÃO POSSENTI DA COSTA
(Presidente)

RICARDO BARRETO SALGUEIRO
(Relator)

JOÃO MARCOS SUTIL DE OLIVEIRA
(Membro)

Publicado por:
Josseline Gaspar
Código Identificador:7B5C30A7

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 221/2024, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS E A EMPRESA OCEANO CONSTRUÇÕES LTDA – PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 89/2024 – CONCORRÊNCIA Nº 7/2024.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. dos Pioneiros, nº 500, em Catanduvas/PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.208.842/0001-03, neste ato representado pelo Excelentíssimo Sr. Prefeito Ademar Luiz Burckhardt, brasileiro, portador da Cédula de Identidade Civil RG nº 91xxx-3 e inscrito no CPF/MF nº 065.xxx.xxx-01 residente e domiciliado neste Município e;

CONTRATADA: OCEANO CRONSTRUÇÕES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede Av. Pau Brasil, lote 06, sala 1607, Edifício Ebusiness, Águas Claras, Brasília-DR, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 21.267.886/0001-04, neste ato representada pelo Sr. Marcos Souza de Brito, portador do RG nº 14.xxx.662 e inscrito no CPF/MF nº 096.xxx.xxx-66, denominada CONTRATADA.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente termo aditivo de prorrogação de prazo contratual.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO
Pelo presente termo aditivo, e com fundamento no art. 105 da lei nº 14.133/21, fica prorrogado o prazo de EXECUÇÃO contratual, pelo período de 60 (sessenta) dias, passando a vencer em 19 de novembro de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.
E por estarem justos e contratados, firmam o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e validade, diante das testemunhas abaixo.

Catanduvas – PR, 18 de setembro de 2026.

Município de Catanduvas
ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal
CPF: 065.XXX.XXX-01

Oceano Construções LTDA
MARCOS SOUZA DE BRITO
Representante Legal
CPF 093.xxx.xxx-6

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:D70EBF78

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 292/2026

Súmula: Nomeia os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, amparado na Lei Orgânica do Município, em pleno exercício de sua função e no uso de suas atribuições legais, DECRETA

Art. 1º. Ficam nomeados, para o período de 2026 a 2029, os seguintes membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Assistência Social:
I – Representantes do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS:
a) Ana Claudia Casanova Finger;
b) Larissa Radel Doloski.

II – Representantes dos Trabalhadores do Setor:
a) Eliziane Blem da Silva Pavan;
b) Silvia Vieira Marcelino;
c) Patricia Pavan Zardo;
d) Adernanda Silva da Rosa;
e) Osmar da Silva Tavares Junior;
f) Danuza Carolina de Souza.

Art. 2º. Compete à Comissão acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações, metas e resultados previstos no Plano Municipal de Assistência Social, especialmente:

I – Acompanhar o cumprimento das ações e metas previstas no Plano;
II – Analisar os resultados alcançados, identificando avanços, dificuldades e eventuais necessidades de adequação ou reordenamento das ações planejadas;
III – Solicitar aos órgãos e setores competentes as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
IV – Propor, quando necessário, medidas destinadas ao aprimoramento das ações e estratégias previstas no Plano;
V – Elaborar registros e relatórios das atividades de monitoramento e avaliação realizadas.

Art. 3º. A Comissão definirá, entre seus membros, sua organização interna e a forma de condução dos trabalhos, podendo estabelecer procedimentos necessários ao adequado desempenho de suas atribuições.
Art. 4º. Os órgãos e setores da Administração Municipal prestarão, quando solicitados, as informações e a colaboração necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º. A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:6A114A95

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 293/2026

Súmula: Nomeia os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, amparado na Lei Orgânica do Município, em pleno exercício de sua função e no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**

Art. 1º. Ficam nomeados, para o período de 2026 a 2029, os seguintes membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa:

I – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI:
a) Ana Claudia Casanova Finger;
b) Lucia Tiesen de Mattos.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Eliziane Blem da Silva Pavan;
b) Silvia Vieira Marcelino;
c) Patricia Pavan Zardo;
d) Osmar da Silva Tavares Junior.

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Adriana Ramina Gava.

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
a) Rosecler Buhler.

V – Representante da Secretaria Municipal de Esporte:
a) Valleria de Jesus Mattos.

VI – Representante da Secretaria Municipal de Cultura:
a) Silmara Ribeiro da Silva.

Art. 2º. Compete à Comissão acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações, metas e resultados previstos no Plano Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, especialmente:

I – Acompanhar a execução das ações e metas previstas no Plano;
II – Analisar os resultados alcançados, identificando avanços, dificuldades e eventuais necessidades de adequação ou reordenamento das ações;
III – Promover a articulação entre as diferentes políticas públicas envolvidas na execução do Plano;
IV – Solicitar aos órgãos e setores competentes as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
V – Propor, quando necessário, medidas destinadas ao aprimoramento das ações previstas no Plano;
VI – Elaborar registros e relatórios das atividades de monitoramento e avaliação realizadas.

Art. 3º. A Comissão definirá, entre seus membros, sua organização interna e a forma de condução dos trabalhos, podendo estabelecer procedimentos necessários ao adequado desempenho de suas atribuições.

Art. 4º. Os órgãos e setores da Administração Municipal prestarão, quando solicitados, as informações e a colaboração necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º. A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:4DF578FA

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 294/2026

Súmula: Nomeia os integrantes da Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher para o período de 2026 a 2029 e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, amparado na Lei Orgânica do Município, em pleno exercício de sua função e no uso de suas atribuições legais, **DECRETA**

Art. 1º. Ficam nomeados, para o período de 2026 a 2029, os seguintes membros para compor a Comissão de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal dos Direitos da Mulher:

I – Representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM:
a) Ana Claudia Casanova Finger;
b) Elvana de Fatima Ribeiro da Silva.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Assistência Social:
a) Eliziane Blem da Silva Pavan;
b) Silvia Vieira Marcelino;
c) Patricia Pavan Zardo;
d) Osmar da Silva Tavares Junior.

III – Representante da Secretaria Municipal de Saúde:
a) Mayara Regina Trombetta.

IV – Representante da Secretaria Municipal de Educação:
a) Rosecler Buhler.

Art. 2º. Compete à Comissão acompanhar, monitorar e avaliar a execução das ações, metas e resultados previstos no Plano Municipal dos Direitos da Mulher, especialmente:

I – Acompanhar a execução das ações e metas previstas no Plano;
II – Analisar os resultados alcançados, identificando avanços, dificuldades e eventuais necessidades de adequação ou reordenamento das ações;
III – Promover a articulação entre as diferentes políticas públicas envolvidas na execução do Plano;
IV – Solicitar aos órgãos e setores competentes as informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;
V – Propor, quando necessário, medidas destinadas ao aprimoramento das ações previstas no Plano;
VI – Elaborar registros e relatórios das atividades de monitoramento e avaliação realizadas.

Art. 3º. A Comissão definirá, entre seus membros, sua organização interna e a forma de condução dos trabalhos, podendo estabelecer procedimentos necessários ao adequado desempenho de suas atribuições.

Art. 4º. Os órgãos e setores da Administração Municipal prestarão, quando solicitados, as informações e a colaboração necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da Comissão.

Art. 5º. A participação na Comissão será considerada serviço público relevante e não será remunerada.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:5523AF0B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
DECRETO Nº 295/2026

Súmula: Nomeia os membros do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional – COMSEA e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Municipal nº 33, de 26 de setembro de 2017, e no Decreto Municipal nº 112, de 28 de setembro de 2017,
DECRETA
Art. 1º. Ficam nomeados os seguintes membros para compor o Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional do Município de Catanduvas/PR, no âmbito do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN:

REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL	**TITULAR**	**CPF**
Sec. Mun. de Agricultura	Luciano Zin	...911.869-..
Sec. Mun. De Assist. Social	Silvia Vieira Marcelino	...634.349-..
IDR - Paraná	Daiani da Cruz Hartman Cantele	...776.949-..
REPRESENTAÇÃO GOVERNAMENTAL	**SUPLENTE**	**CPF**
Sec. Mun. De Saúde	Adriana Ramina Gava	...520.079-..
Sec. Mun. De Educação	Daniel Massaharu Enokida	...320.359-..
ADAPAR	Ricardo Antonio da Silva	...364.059-..
REPRESENTAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	**TITULAR**	**CPF**
Associação dos Agricultores – PNAE Municipal	Joao Antonio Madruga da Silva	...167.449-..
Pestalozzi	Marcia Andréia Fiorentini dos Santos	...285.460-..
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Valdeni Antunes Ribeiro	...318.019-..
Pastoral da Criança	Eva Ribas Alves	...558.429-..
Terceira Idade	Agostinho Silvestre	...799.399-..
Associação Nova Sanepar	Itamar Gemelli	...073.439-..
REPRESENTAÇÃO SOCIEDADE CIVIL	**SUPLENTE**	**CPF**
Associação dos Agricultores – PNAE Municipal	Alexsander Radons	...428.699-..
Pestalozzi	Solange Terezinha Paschoali	...778.989-..
Sindicato dos Trabalhadores Rurais	Denair Antunes Ribeiro	...736.669-..
Pastoral da Criança	Delfina Rodrigues Pazzer	...757.129-..
Terceira Idade	Maria José Ribeiro Duffeck	...011.949-..
Associação Nova Sanepar	Leonel Baretta	...414.000-..

Art. 2º. O Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional terá suas atribuições, organização e funcionamento regidos pela Lei Municipal nº 33, de 26 de setembro de 2017, pelo Decreto Municipal nº 112, de 28 de setembro de 2017, e pelas demais disposições legais aplicáveis.
Art. 3º. Os membros ora nomeados exercerão suas funções sem remuneração, sendo sua atuação considerada serviço público relevante.
Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando expressamente revogado o Decreto Municipal nº 127/2023.

Gabinete do Prefeito, Catanduvas/PR, em 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Alaor Carlos de Oliveira (Departamento Jurídico)
Código Identificador:3875887A

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 012/2026 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 012/2026

Concurso Público nº 001/2026
O Prefeito do Município de Catanduvas, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Legislação vigente, CONVOCA o(s) candidato (s) classificado (s), no Concurso Público– Edital nº 001/2026, abaixo relacionado(s), para que compareça(m) ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 05 (cinco) dias, a contar do primeiro dia útil subsequente a publicação deste edital, munido (s) da documentação para iniciar o processo de contratação, conforme previsto no Edital nº 001/2026, observando o contido na Instrução Normativa correspondente a "Admissões de Pessoal" do Tribunal de Contas do Estado do Paraná:

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	CARGO	CLASS.
ISABELLY DE LARA DUARTE	Assistente Educacional	4º
SONIA CRISTIANE SILVESTRE	Assistente Educacional	5º

Conforme previsto no Edital nº 001/2026 do Concurso Público, o candidato aprovado e convocado para posse deverá apresentar os documentos originais, acompanhados de cópias a serem autenticadas no seu recebimento, além de cumprir todos os demais requisitos estabelecidos no referido Edital.

Gabinete do Prefeito, Município de Catanduvas/PR, em 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito

Publicado por:
Vanda Ana Bendo (Depto Rh)
Código Identificador:BB25817C

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 6/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 31/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 82/2026

O município de Catanduvas, por intermédio da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 2/2026, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Inexigibilidade nº 31/2026, visando o **CREDENCIAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE CLÍNICA ESPECIALIZADA PARA INTERNAÇÃO E TRATAMENTO DE PESSOAS COM TRANSTORNOS DECORRENTES DO USO E DA DEPENDÊNCIA DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS,** foi realizada às 09h00min do dia 02/10/2026 na sala de reuniões da prefeitura.
Após análise da documentação apresentada, a Comissão Permanente de Licitações julgou que a proponente atendeu todos os requisitos exigidos no edital, sendo considerada habilitada.

PROPONENTE	CNPJ
ELEDI JOSÉ RUBERT	64.713.485/0001-43

Nos termos da Lei 14.133, abre-se o prazo recursal de três dias, para que, em querendo, qualquer interessado apresente as razões pelas quais discorda do julgamento.

É o que apuramos, e encaminhamos.

Catanduvas – PR, 02 de outubro de 2026.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Agente De Contratação

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:AE4DB37B

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
RESULTADO DE JULGAMENTO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026

O município de Catanduvas, por intermédio da Pregoeira, designada pela portaria nº 1/2026, torna público para conhecimento dos interessados que a licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 32/2026, tipo menor preço, visando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DISPONIBILIZAÇÃO DE INTERNET, COM TRANSPORTE DE DADOS VIA FIBRA ÓPTICA COM TV, COM NO MÍNIMO, 500Mbps DE BANDA SIMÉTRICA (DOWNLOAD/UPLOAD) PARA SEREM UTILIZADOS POR TODAS AS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS, SETORES DO MUNICÍPIO**, pela sessão de julgamento realizada às 09h00min do dia 16/09/2026 na plataforma compras.gov.br foi considerada **FRACASSADA**.

Catanduvas- PR, 02 de outubro de 2026.

NATIELLY SANTOS DE OLIVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Juliana Cristina da Silva (Depto de Licitações)
Código Identificador:4C358750

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CENTENÁRIO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
PORTARIA Nº103/2026

PORTARIA Nº103/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a designação de membros para compor comissão especial de avaliação de valor venal para fins de apuração da base de cálculo do Imposto sobre transmissão de bens imóveis (ITBI), verificando a compatibilidade entre o valor declarado e os preços praticados no mercado imobiliário, presumindo-se a boa-fé do contribuinte para fins de lançamento do imposto, sendo que a presunção de boa-fé não impede a revisão do lançamento em procedimento administrativo próprio, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR, PREFEITO MUNICIPAL, DE CENTENÁRIO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, RESOLVE,
Artigo 1° - Fica revogado o Decreto nº 248/2024 de quatro de dezembro de dois mil e vinte e quatro, publicado no diário oficial dos municípios em 05/12/2024, bem como, demais disposições em contrário.
Artigo 2º - Ficam designados os servidores abaixo nominados para compor a COMISSÃO ESPECIAL DE AVALIAÇÃO DE VALOR VENAL, visando à atualização da base de cálculo do ITBI (imposto sobre transmissão de bens imóveis) inter vivos.
Membros:
- TIAGO APARECIDO DOS SANTOS (Presidente)
- JOSÉ CARLOS CEZÁRIO (Vice-Presidente)
- LEANDRO SANTOS CASTOLDI (Secretário)
- DIEGO DA SILVA COSTA (Assessor Técnico de Engenharia)
- ARTHUR SILVA LIBERATTI (Engenheiro Ambiental)
- AÉCIO FLÁVIO DOS SANTOS (Agente de Fiscalização)

Artigo 3°- A comissão será presidida pelo servidor Tiago Aparecido dos Santos.
Centenário do Sul, 02 de outubro de 2026.

MELQUIADES TAVIAN JUNIOR
Prefeito Municipal.

PUBLIQUE-SE.

Publicado por:
Lilian Faustina da Silva
Código Identificador:599EB4EA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 16.01/2026

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 01/2026
EDITAL Nº 16.01/2026
10º Convocação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CERRO AZUL, tendo em vista as atribuições que lhe são conferidas e considerando:

o **Decreto Municipal n° 351**, que declara Situação de Emergência;
o **Decreto Estatual n° 15.103**, que reconhece a Situação de Emergência pelo Governo Estatual;
a **Portaria Federal n° 3.075**, que reconhece a Situação de Emergência em âmbito nacional;
e a homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado n° 01/2026, para contratação de pessoal por prazo determinado, a fim de atender necessidades temporárias de excepcional interesse público,

RESOLVE

CONVOCAR, em caráter de urgência, os aprovados no Processos Seletivo Simplificado n° 01/2026, abaixo relacionados, com base na lista de Classificação Final, para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, situado na Rua Barão de Cerro Azul, n° 63 – Centro, Cerro Azul – PR – CEP 83570 – 000, no prazo de máximo de **3 (três) dias úteis** a contar da data de publicação deste ato, para tomar posse do cargo.
1. O não comparecimento dentro do prazo estabelecido implicará na desistência do candidato e aceitação tácita do disposto no Edital de abertura.
2. Os convocados deverão no momento da Posse, cumprir todos os requisitos obrigatórios para a investidura.
3. A Prefeitura Municipal de Cerro Azul pode, a qualquer tempo, solicitar a apresentação de documentos ou provas complementares que viabilizem a contratação

Engenheiro Civil

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
10º	Lucas Galvão Kuns	11/12/1996

Arquiteto

Classificação	*Candidato*	*Data de Nascimento*
3º	Maria Claudina Ferraz de Souza	19/03/1986

Cerro Azul-Pr, 02 de outubro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:9009DE31

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1267, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER JOSÉ DO VALE, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 4 (QUATRO) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1267, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Walter José do Vale, ocupante do cargo de Motorista 4 (quatro) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Walter José do Vale sendo ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº441/2026, o pagamento de 4 (quatro) diárias no valor de R$ 290,32 (duzentos e noventa reais e trinta e dois centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, nos dias 25, 28, 29 e 30 de setembro do ano em curso para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:C88F83C5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1268, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026
CONCEDER AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL JURANDIR RIBEIRO DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE MOTORISTA 3 (TRÊS) DIÁRIA.

PORTARIA Nº 1268, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Conceder ao Servidor Público Municipal Jurandir Ribeiro de Souza, ocupante do cargo de Motorista 3 (três) diária.

O Prefeito Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com a Lei nº 003/2002, regulamentada pela Lei complementar nº 001/2022,

Considerando o decreto nº216/2026, publicado no diário oficial dos Municípios do Paraná que alterou os valores das diárias conforme o disposto no art. 18 da Lei Complementar nº 01/2022;

Considerando que a atividade está relacionada a função que desempenha;

Considerando o preenchimento do Anexo I da Lei Complementar nº 001/2022;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor Público Municipal senhor Jurandir Ribeiro de Souza sendo ocupante do cargo de Motorista vinculado à Secretaria Municipal de Saúde conforme memorando nº442/2026, o pagamento de 3 (três) diárias no valor de R$ 217,74 (duzentos e dezessete reais e setenta e quatro centavos), com base no Art.6º, III, alínea "a" e 7° da Lei Complementar 001/2022, para custear despesas com viagens, a Curitiba– PR, nos dias 25, 28 e 30 de setembro do ano em curso para transportar pacientes em tratamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Cientifique-se, registre-se e cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, gabinete do Senhor Prefeito Municipal em 01 de outubro do ano de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Straub Bonete
Código Identificador:AD78D0D6

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI N. 54/2026 - LDO

LEI Nº 054/2026

DISPÕE SOBRE A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2027.

A Câmara Municipal de Cerro Azul, Estado do Paraná, por proposição do Poder Executivo Municipal, APROVOU e eu, EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO, Prefeito Municipal SANCIONO a seguinte:

LEI

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O orçamento do Município de Cerro Azul, relativo ao exercício financeiro de 2027, será elaborado e executado segundo as diretrizes gerais estabelecidas nos termos da presente Lei, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e no art. 110, inciso II, § 2º, da Lei Orgânica do Município de Cerro Azul, compreendendo:

I - as prioridades e metas da Administração Pública Municipal;
II - a organização e a estrutura dos orçamentos;
III - as diretrizes gerais para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;
IV - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
V - as disposições sobre a Legislação Tributária do Município;
VI – as disposições relativas ao orçamento do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA;
VII – as disposições estabelecidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal;
VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Art. 2º São prioridades da Administração Municipal:
I - incrementar a capacidade de arrecadação do Município e otimizar o uso dos recursos públicos, buscando acréscimo nos investimentos para atender às necessidades essenciais da população;
II - implementar políticas, visando à geração de empregos e a integração com as regiões circunvizinhas;
III - estabelecer Projetos Estratégicos do Plano de Governo, dando ênfase para as ações que provoquem maior impacto na área social;
IV - buscar a plena cidadania, através do atendimento às necessidades da população nas áreas de: educação, saúde, habitação, assistência social, abastecimento, esporte, lazer, saneamento, cultura, transporte, entre outras áreas de atuação da Administração Pública;
V - fortalecer o exercício da gestão compartilhada entre o Poder Público e a comunidade, através do cumprimento dos dispositivos contidos na Lei de Responsabilidade Fiscal.
VI – consolidar a implantação do Sistema de Controle Interno, com o objetivo básico assegurar a boa gestão dos recursos públicos e apoiar o controle externo na sua missão institucional de fiscalizar os atos da administração relacionados à execução contábil, financeira, operacional e patrimonial, quanto aos aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, renúncia de receita, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, eficácia, efetividade e equidade.

Art. 3° As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício de 2027 serão estabelecidas na Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029, e suas alterações.
§ 1º Os orçamentos serão elaborados em consonância com as metas e prioridades estabelecidas na forma do caput deste artigo.
§ 2º A Mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária anual conterá demonstrativo da observância das prioridades e metas estabelecidas na forma do caput deste artigo.
§ 3º Na destinação de recursos às ações constantes do projeto de Lei orçamentária serão adotados os critérios estabelecidos na Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029.
§ 4º No projeto de Lei orçamentária, a destinação dos recursos relativos a programas sociais, definidos na Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029, conferirá prioridade às áreas de maior carência na conjuntura social do Município.

Art. 4º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2027, estão estruturadas de acordo com a Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029, e suas alterações, especificadas no Anexo, integrante desta lei, as quais terão procedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possuem caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referencia para o planejamento, podendo ser atualizados pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

§ 2º Na elaboração da proposta orçamentária para o exercício financeiro de 2027, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas fiscais, bem como as ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2027 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.

Art. 5º Os recursos ordinários do Tesouro Municipal somente poderão ser programados para atender despesas de capital, depois de atendidas as despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas com custeio administrativo, operacional e precatórios judiciais, bem como contrapartida de programas financiados e aprovados por Lei municipal.

Art. 6º As despesas que visam à manutenção de atividades, bem como a conservação e recuperação de bens públicos, terão prioridade sobre ações de expansão e novos investimentos.

Art. 7º Os Projetos em fase de execução terão preferência sobre novos projetos, especialmente aqueles que exijam contrapartida financeira do Município.

Art. 8º A proposta orçamentária não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, face à Constituição Federal e à Lei de Responsabilidade Fiscal e atenderá a um processo de planejamento permanente, à descentralização e a participação comunitária.

Art. 9º A Lei Orçamentária dispensará, na fixação da despesa e na estimativa da receita, atenção aos princípios de:
prioridade de investimentos nas áreas sociais;
austeridade na gestão dos recursos públicos; e
modernização na ação governamental.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 10. O projeto de Lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 2027, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal de Cerro Azul, conforme determina o art. 110, § 5º, da Lei Orgânica do Município de Cerro Azul, constituir-se-á de:

I - Texto de Lei;
II - Demonstrativo da receita e despesa, segundo as categorias econômicas;
III - Demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
IV - Demonstrativo da natureza da despesa;
V – Função e Subfunção de Governo;
VI - Programa de trabalho do Governo;
VII - Programa de trabalho de Governo (Consolidação) Demonstrativo de funções, subfunções e programas, por projetos, atividades e operações especiais;
VIII - Demonstrativo da despesa por órgãos e funções;
IX - Quadro demonstrativo das dotações por órgão e governo da administração - QDD;
X - Demonstrativo da receita em conformidade com o disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;
XI - Demonstrativo da evolução da despesa realizada por elementos dos dois últimos exercícios, da despesa a para o exercício corrente e para os dois exercícios seguintes.

Parágrafo único. Integrarão o Orçamento Fiscal, os quadros previstos na Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 11. O Orçamento Fiscal compreenderá a programação dos Poderes Legislativo e Executivo do Município e seus órgãos.

§ 1º A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária Anual, deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade às informações relativas a cada uma destas etapas.

§ 2º O Poder Executivo dará ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso ao público, para:
I - a estimativa das receitas de que trata o § 3º, do art. 12, da Lei Complementar Federal nº101, de 2000;
II - a proposta de Lei Orçamentária Anual para 2027 e seus anexos;
III - a Lei Orçamentária Anual para 2027 e seus anexos.

§ 3º O Orçamento da Seguridade Social compreenderá a programação do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA.

Art. 12. A mensagem que encaminhar o projeto de Lei orçamentária conterá:
I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2027, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita com o pagamento da dívida;
II - resumo da política econômica e social do Governo;
III - justificativa da estimativa e da fixação, respectivamente, da receita e da despesa e dos seus principais agregados, conforme dispõe o inciso I do art. 22 da Lei Federal nº 4.320, de 1964;
IV - memória de cálculo da receita e premissas utilizadas;
V - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2026 e a previsão para o exercício de 2027;
VI - relação dos precatórios a serem cumpridos em 2027 com as dotações para tal fim constantes na proposta orçamentária;
VII – relação das ações prioritárias aprovadas nas audiências públicas realizadas na forma estabelecida pela elaboração do orçamento, com a identificação dos respectivos projetos, atividades ou operações especiais, bem como os valores correspondentes.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES GERAIS PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS
E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 13. O projeto de Lei orçamentária será apresentado com valores correntes estimados até o mês de dezembro de 2026 com base na previsão de índices oficiais.

Art. 14. No decorrer da execução orçamentária do exercício financeiro de 2027, os quantitativos orçamentários poderão ser atualizados mensalmente, por ato do Poder Executivo, tomando por base no índices oficiais.

Parágrafo único. No caso de extinção e sem substituição do índice expresso no caput deste artigo, o Poder Executivo adotará o índice que tiver base de cálculo mais próxima desse.

Art. 15. O estudo para definição do orçamento da receita para o exercício financeiro de 2027 observará as alterações da legislação tributária, os incentivos fiscais autorizados, a expectativa de inflação do período, o crescimento econômico, a valorização imobiliária e a evolução da receita nos últimos três exercícios.

Art. 16. A Receita do Município, prevista nos Orçamentos, será programada na Despesa Municipal de acordo com as seguintes prioridades:
I - custeio administrativo e operacional, inclusive pessoal e encargos sociais;
II - pagamento de amortizações e encargos da dívida;
III - contrapartida das Operações de Crédito; e
IV - recursos para projetos iniciados em anos anteriores.

Parágrafo único. Somente depois de atendidas as prioridades elencadas acima, poderão ser programados recursos para atender novos investimentos.

Art. 17. A Lei Orçamentária Anual poderá consignar recursos financeiros para entidades de direito privado sem fins lucrativos, com finalidades de assistência social, médica, educacional, de promoção cultural e desportiva, observando em qualquer caso o princípio de universalização dos serviços, desde que sejam da conveniência do Município e que demonstrem padrão de eficiência no cumprimento dos objetivos determinados.

§ 1º Os recursos financeiros de que trata o “caput” deste artigo serão efetivados através de convênios, acordos, ajustes, termos de parcerias e outros instrumentos congêneres, conforme estabelece o art. 9° e subsequentes da Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999, a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes.

§ 2º As entidades públicas ou privadas que intencionarem o recebimento de recurso financeiro público nos termos do parágrafo anterior, deverão formular e apresentar contrapartida de sua responsabilidade, que deverá ser aprovado pelo órgão concedente.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, cabendo ao respectivo Conselho, a Secretaria que originou o recurso, aprovarem, ou não, respectivamente, as contas da entidade beneficiada.

§ 4° Para consecução do proposto no *caput* deste artigo, fica o poder Executivo autorizado a firmar convênios ou acordos com pessoas jurídicas sem fins lucrativos interessadas na parceria, observando o que dispõem nos artigos 16 e 17, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.
§ 5º Não serão concedidos auxílios, doações, transferências e subvenções para cobertura de déficits ou prejuízos de pessoas jurídicas.

Art. 18. O Poder Executivo poderá firmar acordos e convênios com outras esferas de governo para desenvolver programas nas áreas de saúde, educação, infraestrutura urbana e rural, saneamento básico, assistência social, cultural, meio ambiente e outras áreas de sua competência.

Art. 19. As despesas com a manutenção e o desenvolvimento do ensino, observarão o limite mínimo fixado no artigo 212, da Constituição Federal do Brasil.

Art. 20. As despesas com ações e serviços públicos de saúde, observarão o limite mínimo estabelecido pela Emenda Constitucional n° 29, de 13 de setembro de 2000 e regulamentação contida na Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012.

Art. 21. O orçamento da administração direta e de seus órgãos e do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, obrigatoriamente deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispõe o art. 100, da Constituição Federal.

§ 1º Os recursos alocados no Projeto de Lei Orçamentária, com a destinação prevista no *caput* deste artigo, não poderão ser cancelados para abertura de créditos adicionais com outra finalidade, exceto se comprovado que não serão necessários para finalidade para a qual foram orçados.

§ 2º À exceção dos créditos de natureza alimentícia, os pagamentos devidos pela Fazenda Municipal, em virtude de sentença judiciária, far-se-ão exclusivamente na ordem cronológica de apresentação dos precatórios e à conta dos créditos respectivos, proibida a designação de casos ou de pessoas nas dotações orçamentárias e nos créditos adicionais abertos para este fim.

§ 3º O disposto no *caput* deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em lei como de pequeno valor que a Fazenda Municipal deva fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

§ 4° Os débitos de natureza alimentícia compreendem aqueles decorrentes de salários, vencimentos, proventos, pensões e suas complementações, benefícios previdenciários e indenizações por morte ou invalidez, fundadas na responsabilidade civil, em virtude de sentença transitada em julgado.

§ 5º Após pagamento integral dos precatórios inscritos na lei orçamentária de 2027, caso exista saldo orçamentário-financeiro, poderá o executivo efetivar o pagamento que outras sentenças ainda não inscritas em precatório.

Art. 22. O Poder Executivo Municipal estabelecerá em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a **programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso e as metas ao menos bimestrais de arrecadação, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.**

Art. 23. Na fixação das despesas de capital, visando à criação, expansão ou aperfeiçoamento dos serviços já criados e implantados, serão consideradas as prioridades e metas estabelecidas nesta Lei.

Art. 24. Fica o Poder Executivo Municipal fica autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária para o exercício financeiro de 2027, nos termos previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 25. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir créditos adicionais suplementares pelo excesso de arrecadação ou tendência, no exercício financeiro de 2027, de fontes livres e vinculadas, nos termos previstos no inciso II, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 26. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a remanejar, nas respectivas categorias econômicas, os grupos de natureza de despesa correspondente a outras despesas correntes e investimentos em cada órgão orçamentário, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos previstos no inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 27. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à redistribuição das dotações do grupo de natureza de despesa correspondente a pessoal e encargos sociais, em cada unidade orçamentária ou de uma para outra unidade, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964, combinado com o disposto no parágrafo único, do artigo 66, da Lei Federal nº 4.320, de 1964.

Art. 28. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à suplementação das dotações destinadas aos programas com encargos especiais, correspondentes a encargos com ressarcimento de convênios, referente à Lei Orçamentária de 2027, nos termos do inciso III, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964.

Art. 29. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder por Decreto, os recursos de exercícios anteriores, nos elementos de despesas constantes da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2027, o superávit financeiro de recursos livres ou vinculados, apurado em Balanço Patrimonial do exercício anterior, de acordo com os saldos verificados em cada fonte de recurso, nos termos do inciso I, § 1º, do artigo 43, da Lei nº 4.320, de 1964 .

Art. 30. As suplementações, os remanejamentos e a redistribuição de dotações, conforme autorizações contidas nos arts. 25, 26, 27, 28, 29 e 30, não serão computados para os efeitos do limite estabelecido no art. 24 desta Lei.

Art. 31. Fica vedada a inclusão no projeto de Lei orçamentária de créditos orçamentários com finalidade imprecisa, com dotação ilimitada, destinados a investimento com duração superior a um exercício que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em Lei que autorize sua inclusão sem o devido estudo do impacto orçamentário-financeiro.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se ao disposto na Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, na Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998 e na Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 33. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alterações e adaptações de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração municipal e Poder Legislativo, poderão ser levadas a efeito no exercício financeiro de 2027, observados os limites estabelecidos no artigo anterior, e as disposições contidas no inc. II, art. 37, da Constituição Federal.
§ 1º A criação de cargos e a admissão de pessoal a qualquer título, pelos órgãos da administração municipal e Poder Legislativo, poderão dar-se em face da ampliação dos serviços e atendimento de disposições legais, obedecendo aos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 2º A estrutura de carreiras dos Quadros de Pessoal, poderá ser alterada para adequação a injunções do mercado de trabalho.

Art. 34. Os contratos de terceirização de mão de obra que se referirem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como outras despesas de pessoal decorrente de contrato de terceirização.

Parágrafo único. Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão de obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos e Salários da Administração Municipal de Cerro Azul, e que não envolva a utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 35. As fontes de receitas municipais serão objeto de revisão e atualização, para adequação a fatores de ordem conjuntural e social que impliquem na captação de recursos.

Art. 36. Acréscimos provocados por alterações na legislação tributária após o mês de setembro de 2025, serão apropriados ao orçamento do ano 2027 e poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais suplementares e especiais.

Art. 37. O Executivo Municipal, no decorrer do exercício de 2027, mediante a edição de ato próprio, poderá ajustar o orçamento em face de alterações na legislação tributária ocorridas até 31 de dezembro do exercício corrente, não consideradas até a vigência da presente Lei, em especial quanto:

I - às modificações na Legislação Tributária, decorrentes da revisão do Sistema Tributário;
II - à concessão e/ou redução de isenções fiscais;
III - à revisão de alíquotas dos tributos de sua competência; e
IV - ao aperfeiçoamento do sistema de controle e cobrança de tributos e da Dívida Ativa municipal.

Art. 38. Na estimativa das receitas deverão ser consideradas, ainda, as modificações da legislação tributária, incumbindo à Administração o seguinte:
I - a atualização dos elementos físicos das unidades imobiliárias;
II - a edição de uma planta genérica de valores de forma a minimizar a diferença entre as alíquotas nominais e as efetivas;
III - a expansão do número de contribuintes; e
IV - a atualização do cadastro imobiliário fiscal.

Parágrafo único. As taxas pelo exercício do poder de polícia e pela prestação de serviços, deverão remunerar a atividade municipal de maneira a equilibrar as respectivas despesas.

Art. 39. Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 40. O Município poderá encaminhar projetos de Lei, no corrente exercício, no sentido de criar, rever e atualizar a legislação tributária para 2027, objetivando modernizar a ação fazendária e aumentar a produtividade.

Parágrafo único. O projeto de Lei orçamentária poderá considerar na previsão da receita o incremento da arrecadação decorrente das alterações tributárias propostas, devendo as correspondentes despesas ser detalhadas por projetos, atividades e operações especiais.

Art. 41. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão as suas fontes revisadas e atualizadas, considerando os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as suas respectivas produtividades.

CAPÍTULO VII
AS DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO ORÇAMENTO DO INSTITUTO PREVIDENCIÁRIO MUNICIPAL DE CERRO AZUL - IPMCA

Art. 42. Será elaborado para o orçamento próprio do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, um Plano de Aplicação, cujo conteúdo discriminará:

I – Fonte de recursos financeiros, determinados na Lei de criação e classificados nas categorias econômicas – Receitas Correntes e Receitas de Capital;
II – Aplicações, definindo:
as ações a serem desenvolvida pelo Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA; e
os recursos destinados ao cumprimento das metas e ações, classificadas nas categorias econômicas – Despesas Correntes e Despesas de Capital.

Parágrafo único. O plano de aplicação elaborado pelo Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, será parte integrante do Orçamento Geral do Município.

Art. 43. O orçamento próprio do Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, observará na sua elaboração, as normas preceituadas na Lei Federal n° 4.320, de 1964, quanto às suas classificações a serem adotadas para as suas receitas e despesas, bem como as prioridades e metas a serem especificadas na Lei Orçamentária Anual de 2027.

Art. 44. Na estimativa das receitas do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Cerro Azul – Cerro Azul Prev, devem ser consideradas às contribuições: patronal e dos servidores, aplicações financeiras, aportes, parcelamentos e valores provenientes de outras fontes de receita.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES ESTABELECIDAS PELA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Art. 45. As Metas Fiscais estabelecidas em Anexos próprios, parte integrante desta Lei, compreendem:
I - das Metas Fiscais Anuais, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
II - da Avaliação do Cumprimento das metas fiscais anuais relativa ao ano 2025;
III - das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Metas Fiscais Fixadas nos exercícios de 2024 a 2025 e metas projetadas 2026, 2027, 2028 e 2029;
IV - Evolução do Patrimônio Líquido de 2023, 2024 e 2025;
V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;
VI - Avaliação da situação financeira e atuarial do Regime Próprio de Previdência.
VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita de 2027, 2028 e 2029;
VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.
IX – Demonstrativos de Riscos Fiscais.
X – Demonstrativos das Obras em andamento.
§ 1º As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;
§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata o inciso I do Caput deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo.

Art. 46. As diretrizes para elaboração do orçamento Instituto Previdenciário Municipal de Cerro Azul – IPMCA, referentes ao Regime Próprio da Previdência Social – RPPS, fazem parte integrante do Município e desta Lei;

Art. 47. Durante a execução do orçamento no exercício financeiro de 2027, se verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas estabelecidas, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional às suas respectivas dotações, promoverão, por ato próprio à limitação de empenho e movimentação financeira no montante necessário à adequação da despesa a receita efetiva.

§ 1º A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o caput deste artigo, atingirá as seguintes despesas:

I – contrapartida para projetos ou atividades vinculados a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;
III – aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;
IV - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
V - diárias de viagem;
VI - festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;
VII – despesas com publicidade institucional;
VIII - horas extras.
§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2026, observada a vinculação de recursos.
§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:
I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;
II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;
III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e
IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 24 desta Lei.
§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no caput deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.
§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.
§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.
§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 48. A expansão das despesas de caráter continuado, não excederão, no exercício financeiro de 2027, a 10% (dez por cento) da receita corrente líquida apurada no exercício móvel de julho de 2025 a junho de 2026.

Art. 49. O orçamento para o exercício financeiro de 2027, contemplará recursos para a Reserva de Contingência, de no mínimo 0,5% (meio por cento) do total da receita corrente líquida prevista.

§ 1º Além de atender às determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal, a Reserva de Contingência poderá ser utilizada como recurso para abertura de créditos adicionais suplementares ou especiais.

§ 2º Desde que justificado, os valores destinados para outros riscos fiscais, conforme o Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências, fica o Poder Executivo autorizado a utilizá-los como recurso para abertura de créditos adicionais.

Art. 50. Constituem os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas aquelas constantes do Demonstrativo dos Riscos Fiscais, parte integrante desta Lei.

§ 1º Os passivos contingentes e os riscos e eventos fiscais imprevistos, caso se concretizem, serão atendidos com recursos da reserva de contingência.

§ 2º Sendo a reserva de contingência insuficiente, o Poder Executivo Municipal encaminhará Projeto de Lei ao Poder Legislativo, propondo a anulação total ou parcial de recursos alocados para investimentos, desde que não vinculados ou já comprometidos.

§ 3º Os eventos fiscais imprevistos, referem-se às despesas diretamente relacionadas ao custeio e manutenção dos serviços da Administração Municipal, orçadas a menor ou não orçadas.

Art. 51. São consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes de novas ações governamentais, cujo impacto orçamentário-financeiro não ultrapasse o valor dispensável de licitação, para bens e serviços, fixados respectivamente em Leis de Licitações.

Art. 52. As despesas de custeio de competência de outros entes da Federação somente serão assumidas pela Administração Municipal, quando estabelecidas através de convênios, acordos ou congênere.

CAPÍTULO IX
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53. Os recursos decorrentes de emendas que ficarem sem despesas correspondentes ou alterem os valores da receita orçamentária, poderão ser utilizados mediante créditos suplementar e especial, com prévia e específica autorização legislativa, nos termos do art. 166, § 8°, da Constituição Federal.

Art. 54. Os recursos provenientes de convênios, repassados pelo Município, deverão ter sua aplicação comprovada através de competente prestação de contas.

Art. 55. São vedados quaisquer procedimentos no âmbito dos sistemas de orçamento, financeiro e de contabilidade, pelos ordenadores de despesa, que viabilizem a execução de despesas sem a comprovada e suficiente disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 56. Se o projeto de Lei orçamentária anual não for sancionado / promulgado até o primeiro dia de janeiro do ano 2027, a programação constante do projeto de Lei Orçamentária Anual para 2026, encaminhado pelo Poder Executivo poderá ser executada em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, enquanto não se completar a sanção ou promulgação do ato.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no “caput” deste artigo, podendo realizar gastos em sua totalidade, as despesas correntes nas áreas de educação, saúde e assistência social, bem como as despesas relativas à pessoal e seus respectivos encargos sociais e à dívida pública municipal.

Art. 57. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a inclusão, exclusão ou alteração na Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual 2027, ou de seus Créditos Adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 58. Fica o Poder Executivo autorizado a proceder a inclusão, exclusão ou alteração nos programas referentes às respectivas metas físicas e financeiras no módulo de planejamento do Sistema de Informações Municipais – Acompanhamento Mensal, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visando a compatibilização da presente Lei com a Lei Orçamentária Anual de 2027 e com os dispositivos da Lei Municipal do Plano Plurianual relativo ao período 2026/2029.

Parágrafo único. A inclusão, exclusão ou alteração conforme autorizado no “cap*ut”* deste artigo, serão objeto de Decreto do Poder Executivo, o qual será encaminhado para conhecimento do Poder Legislativo, no prazo máximo de quinze dias de sua assinatura.

Art. 59. As prioridades e metas constantes na Lei Municipal do Plano Plurianual 2026/2029, fixadas para o exercício 2027, constituem as prioridades e metas da Administração Municipal, as quais serão consideradas na execução orçamentária, compatibilizadas com a Lei de Diretrizes Orçamentárias, conforme disposto no art. 58, desta Lei.

Art. 60. Para efeitos de cumprimento do estabelecido no Parágrafo único do artigo 45, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, o anexo X, parte integrante desta Lei, trata dos projetos em andamento.

Art. 61. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Cerro Azul, gabinete do Senhor Prefeito, em 29 de setembro de 2026.

EDSON CORDEIRO DO NASCIMENTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:240741EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
RESOLUÇÃO Nº 002/2026

RESOLUÇÃO Nº 002/2026

Aprova o Regimento Interno da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, no uso de suas prerrogativas legais, faz saber que o Plenário da Câmara Municipal aprovou e ela promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica aprovado o Regimento Interno da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná.
Art. 2º O texto em volume próprio do Regimento Interno, de que trata o art. 1º, é parte integrante desta Resolução.
Art. 3º O Código de Ética e Decoro Parlamentar é parte integrante desta Resolução.
Art. 4º Fica revogada a Resolução nº 001 de 22 de abril de 2010, bem como todas as suas emendas.
Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, 21 de agosto de 2026.

MANOEL A. GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente

CAMILA LOYOLA DANELUZ
Vice-Presidente

JULIO CEZAR CALGARO DAL PIZZOL
1º Secretário

CINARA BORGES DE SOUZA
2º Secretário

JUSTIFICATIVA

Submetemos à apreciação do Plenário o presente Projeto de Resolução, que institui o novo Regimento Interno da Câmara Municipal de Clevelândia e revoga a Resolução nº 001, de 22 de abril de 2010, e suas alterações.
A proposição é resultado do processo de atualização normativa desenvolvido para adequar as regras de funcionamento do Poder Legislativo Municipal às exigências contemporâneas da atividade parlamentar, da transparência pública, da fiscalização, da participação social e da utilização de recursos tecnológicos. Ao longo dos trabalhos, foram realizados encontros técnicos entre abril e agosto de 2026, nos quais foram examinadas as disposições do Regimento vigente, identificadas lacunas e necessidades de aperfeiçoamento e consolidadas as soluções regimentais incorporadas à nova minuta.
A atualização tornou-se necessária porque o Regimento atualmente vigente, embora tenha desempenhado importante função na organização da Câmara Municipal, foi concebido em contexto institucional e tecnológico distinto do atual. As transformações ocorridas na administração pública, no processo legislativo, nos mecanismos de transparência, nas formas de participação popular e na utilização de plataformas eletrônicas exigem regras mais claras, sistematizadas e compatíveis com a realidade contemporânea do Legislativo Municipal.
O novo texto não se limita a promover ajustes formais ou a reorganizar a numeração dos dispositivos. A proposta realiza uma revisão abrangente da estrutura e dos procedimentos da Câmara, aperfeiçoando a disciplina das Comissões, das sessões plenárias, da tramitação das proposições, da fiscalização das políticas públicas, da publicidade dos atos legislativos e do julgamento das contas do Município.
Entre as principais inovações, destaca-se a reorganização das Comissões Permanentes, com ampliação da especialização temática e inclusão de áreas relevantes para a atuação parlamentar, como Educação, Saúde e Assistência Social, além de Ética e Decoro Parlamentar. A proposição também disciplina de modo mais detalhado a composição dos colegiados, a observância da proporcionalidade partidária, a distribuição das matérias, a designação e o rodízio de relatores, os pedidos de vista, a elaboração dos relatórios e a formação dos pareceres.
A nova disciplina das Comissões confere maior previsibilidade e segurança ao processo de análise das proposições. São estabelecidos prazos para a designação de relator, elaboração de relatório e emissão de parecer, bem como mecanismos para o caso de descumprimento desses prazos, incluindo a avocação da matéria e a designação de Relator Especial. Também são regulamentados os votos em separado, os votos vencidos, os relatórios rejeitados e as manifestações divergentes dos membros, garantindo maior transparência à formação da vontade dos colegiados.
Outro avanço relevante consiste na estruturação da atividade de fiscalização. A proposta prevê a elaboração de Plano Anual de Fiscalização, o acompanhamento de metas e indicadores, a realização de diligências e audiências públicas, a produção de relatórios e o monitoramento de políticas públicas. Com isso, as Comissões passam a dispor de instrumentos regimentais mais adequados para exercer, de forma planejada e contínua, a função fiscalizatória atribuída constitucionalmente ao Poder Legislativo.
O Projeto de Resolução também moderniza o regime das sessões da Câmara. Além das sessões ordinárias, extraordinárias e solenes, são disciplinadas as sessões itinerantes e especiais. A proposta regulamenta, ainda, a realização de sessões em ambiente virtual e a participação remota de Vereadores, estabelecendo requisitos de publicidade, transmissão, registro, identificação dos participantes, votação e cômputo de presença. A previsão de meios tecnológicos é acompanhada de garantias destinadas a preservar a autenticidade da participação parlamentar, a integridade das deliberações e a publicidade dos trabalhos.
A disciplina da publicidade e das atas também é significativamente aprimorada. O novo Regimento prevê a transmissão integral das sessões, o arquivamento das gravações, a divulgação do calendário anual e a elaboração de atas circunstanciadas, com registro das matérias apreciadas, dos resultados das deliberações, dos votos nominais, dos pedidos de vista e das manifestações relevantes. Essas medidas fortalecem o controle social e asseguram maior transparência à atividade legislativa.
A proposta dedica atenção especial ao procedimento de julgamento das contas do Prefeito. O rito é organizado em fases sucessivas de instauração, instrução, defesa, parecer final, recurso e julgamento. São disciplinadas a publicação do parecer prévio, a disponibilização das contas aos contribuintes, a comunicação ao responsável, a apresentação de defesa escrita, a indicação de provas e testemunhas, a realização de diligências, a intimação dos atos, a apresentação de razões finais, os embargos de declaração, a defesa oral e a votação nominal pelo Plenário.
A sistematização desse procedimento confere maior segurança jurídica ao julgamento das contas, assegurando o contraditório, a ampla defesa, a publicidade dos atos e a observância das competências institucionais do Tribunal de Contas e da Câmara Municipal. A proposta também estabelece as consequências regimentais da aprovação ou rejeição do parecer prévio e prevê o encaminhamento aos órgãos competentes nas hipóteses de rejeição das contas.
O novo Regimento incorpora, igualmente, mecanismos de organização e transparência compatíveis com sistemas de gestão legislativa e de fiscalização, incluindo referências ao ProLegis e ao ProGov no âmbito das atribuições das Comissões e do acompanhamento das políticas públicas. Essas disposições favorecem o planejamento, a produção de informações, o monitoramento de

resultados e a integração entre os instrumentos de atuação parlamentar.
A proposta foi estruturada para oferecer maior clareza aos procedimentos internos, distribuir responsabilidades, estabelecer prazos, reduzir dúvidas interpretativas e assegurar que a atuação da Câmara Municipal se desenvolva de maneira organizada, transparente e eficiente. Ao mesmo tempo, preserva a autonomia do Poder Legislativo e respeita os princípios constitucionais que regem a Administração Pública e o processo legislativo municipal.
A revogação da Resolução nº 001, de 22 de abril de 2010, e de suas alterações mostra-se necessária para que o novo conjunto normativo passe a reger integralmente o funcionamento da Câmara Municipal, evitando a sobreposição de regras, a permanência de dispositivos desatualizados e a dispersão normativa decorrente de alterações sucessivas.
O Projeto de Resolução representa, portanto, importante marco de modernização institucional da Câmara Municipal de Clevelândia. Sua aprovação permitirá que o Poder Legislativo disponha de um Regimento Interno mais atual, coerente, sistematizado e adequado às necessidades da atividade parlamentar, da fiscalização, da transparência e da participação da sociedade.
Diante do exposto, considerando a relevância da matéria para o aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da Câmara Municipal, solicitamos o apoio das Senhoras Vereadoras e dos Senhores Vereadores para a aprovação do presente Projeto de Resolução.

MANOEL A. GOLLUB INOCÊNCIO
Presidente

CAMILA LOYOLA DANELUZ
Vice-Presidente

JULIO CEZAR CALGARO DAL PIZZOL
1º Secretário

CINARA BORGES DE SOUZA
2º Secretário

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ

TÍTULO I
DA CÂMARA MUNICIPAL

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Regimento Interno disciplina o funcionamento da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná.
Art. 2º O Poder Legislativo do Município é exercido pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO II
DA SEDE E DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 3º A Câmara Municipal tem sede na cidade de Clevelândia e funciona no Edifício da Câmara Municipal.
§ 1º Por motivo de conveniência pública e deliberação da maioria absoluta, pode a Câmara Municipal funcionar temporariamente em local diferente do de sua sede.
§ 2º Em virtude de caso fortuito, força maior, urgência, emergência, calamidade pública e reforma estrutural, a Câmara Municipal poderá, por decisão do Presidente, funcionar temporariamente em outra localidade do Município.
§ 3º No caso do § 2º deste artigo, os Vereadores serão notificados da decisão em até vinte e quatro horas.
§ 4º Para além do previsto nos §§ 1º e 2º deste artigo, a Câmara Municipal poderá se reunir em ambiente virtual, nos termos deste Regimento Interno.
§ 5º A sessão poderá, nos termos do art. 208 deste Regimento, realizar-se fora do recinto da Câmara Municipal.
Art. 4º No recinto das reuniões do Plenário, não poderão ser afixados quaisquer símbolos, quadros, faixas, cartazes ou fotografias que impliquem propaganda político-partidária, ideológica, religiosa ou de cunho promocional de pessoas vivas ou de entidades de qualquer natureza.
Parágrafo único. O disposto no *caput* deste artigo não se aplica à afixação dos símbolos oficiais do Brasil, do Estado e do Município, na forma da legislação aplicável, do crucifixo e da Bíblia, bem como à manutenção de galerias de ex-Presidentes, de obras artísticas de autor consagrado e de preservação histórica e das demais galerias institucionais.
Art. 5º As dependências da Câmara Municipal poderão ser utilizadas, a requerimento de entidades, pessoas físicas, partidos políticos e pessoas jurídicas de direito público interno, mediante prévia autorização da Presidência, para a realização das seguintes atividades, dentre outras:
I - convenções partidárias;
II - congressos;
III - seminários;
IV - jornadas;
V - simpósios;
VI - cursos;
VII - palestras;
VIII - conferências;
IX - reuniões;
X - solenidades.
§ 1º É expressamente vedada a utilização das dependências da Câmara Municipal para a realização de eventos de natureza comercial ou com fins lucrativos, ainda que indiretamente.
§ 2º Excepcionalmente, no caso de falecimento de prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, ex-vereadores e de pessoas reconhecidamente pioneiras na história do Município, as dependências da Câmara poderão ser utilizadas para cerimônias fúnebres.
§ 3º A utilização das dependências da Câmara Municipal para a finalidade prevista no § 2º deste artigo deverá observar as condições de segurança, a preservação do patrimônio público e o funcionamento dos serviços administrativos da Câmara.
§ 4º É vedada, durante a realização de cerimônias fúnebres, a utilização de materiais de copa, cozinha, consumo, limpeza ou quaisquer outros bens pertencentes à Câmara Municipal, salvo autorização expressa do Presidente ou de servidor por ele designado.
§ 5º O Presidente poderá designar servidor responsável pela abertura, pelo acompanhamento e pelo fechamento das dependências da Câmara Municipal, podendo estabelecer horários e condições específicas para a realização da cerimônia fúnebre.
§ 6º O servidor convocado para acompanhar cerimônia fúnebre e demais eventos fora do expediente normal terá compensação de jornada, conforme regulamentação do Presidente da Câmara.
§ 7º Nos dias de realização de cerimônia fúnebre, será declarado ponto facultativo para os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal.
§ 8º O requerimento de utilização das dependências deverá ser protocolado na Secretaria Administrativa com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do evento, excetuado o disposto no § 2º deste artigo.
§ 9º O cancelamento do evento sem aviso formal e prévio à Câmara Municipal importará no impedimento de utilização das dependências pelo prazo de trinta dias.
§ 10. O requerente fica responsável por todo e qualquer dano causado ao patrimônio da Câmara Municipal, devendo assinar Termo de Responsabilidade para o uso adequado do espaço.
§ 11. Não será realizada Sessão Ordinária na data prevista quando o Plenário estiver reservado para a realização de cursos, palestras ou outras atividades de formação específica destinadas a servidores e Vereadores, tais como os promovidos pelo Interlegis, hipótese em que a sessão será transferida para outra data, observado, sempre que possível, o intervalo regimental entre as sessões.

CAPÍTULO III
DAS FUNÇÕES DA CÂMARA

Art. 6º A Câmara tem as seguintes funções:
I - legislativa;
II - fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial;

III - controle externo do Executivo;
IV - julgamento político-administrativo, este de acordo com a legislação pertinente, e das contas;
V - organização e administração dos seus assuntos internos;
VI - gestão dos assuntos de sua economia interna;
VII - assessoramento.
§ 1º A função legislativa consiste em deliberar, por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, decretos legislativos e resoluções, sobre todos os assuntos de competência do Município.
§ 2º A função de fiscalização financeira, orçamentária e patrimonial consiste no controle da administração local quanto à execução orçamentária.
§ 3º A função de controle externo consiste no controle das atividades político-administrativas do Executivo sob os aspectos da legalidade, da moralidade, da impessoalidade, da publicidade, da eficiência e da ética.
§ 4º A função julgadora consiste no julgamento do Prefeito e dos Vereadores nas infrações político-administrativas, conforme previsto em lei, e no julgamento das contas do Prefeito, mediante auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
§ 5º A função de organização e administração dos seus assuntos internos consiste na gestão do funcionamento da Câmara Municipal em sua estrutura organizacional e funcional, incluindo-se a disciplina regimental de todas as atividades.
§ 6º A função de gestão dos assuntos de sua economia interna consiste em executar, controlar e gerir o seu orçamento próprio em função de sua estrutura, administração e serviços auxiliares.
§ 7º A função de assessoramento consiste em sugerir medidas de interesse público ao Executivo, mediante indicações.

CAPÍTULO IV
DA SESSÃO LEGISLATIVA

Art. 7º A Câmara Municipal reunir-se-á em Sessão Legislativa:
I - ordinária, nos termos do art. 18 da Lei Orgânica Municipal;
II - extraordinária, nos termos do art. 18, § 4º, da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º As sessões ordinárias previstas no calendário anual de que trata o art. 160, § 6º, deste Regimento, poderão ser transferidas para outra data, por ato do Presidente, quando recaírem em dia não útil, houver ponto facultativo, calamidade pública, situação de emergência, caso fortuito, força maior ou outra circunstância excepcional que inviabilize ou desaconselhe sua realização, observado, sempre que possível, o intervalo regimental entre as sessões.
§ 2º No caso previsto no § 1º deste artigo, os Vereadores serão notificados pela Secretaria Administrativa, preferencialmente através de aplicativos de mensagem ou outro meio eletrônico idôneo, com antecedência mínima de vinte e quatro horas em relação à nova data da sessão.
§ 3º Quando convocada extraordinariamente, nos termos do Capítulo IV do Título IV deste Regimento, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria objeto da convocação.
§ 4º A primeira Sessão Legislativa de cada Legislatura será precedida de reuniões preparatórias, nos termos do Capítulo V deste Título.
Art. 8º O Presidente poderá decretar ponto facultativo no âmbito da Câmara Municipal em caso de falecimento de autoridades municipais ou de servidores do Poder Legislativo Municipal.

CAPÍTULO V
DA REUNIÃO PREPARATÓRIA, DA SESSÃO SOLENE DE INSTALAÇÃO DA LEGISLATURA E DA ELEIÇÃO DA MESA

Seção I
Da Reunião Preparatória

Art. 9º A Secretaria Administrativa da Câmara, antes da Sessão de Instalação da Legislatura, poderá convocar os Vereadores eleitos para uma ou mais reuniões preparatórias, objetivando:
I - informar os eleitos sobre a sessão de instalação da legislatura e os procedimentos a serem cumpridos;
II - distribuir a cada candidato diplomado exemplar da Lei Orgânica e do Regimento Interno;
III - distribuir a Ficha de Cadastro Individual, da qual constarão os dados necessários sobre o candidato diplomado, inclusive o número de aplicativo de mensagens para o recebimento das notificações e convocações previstas neste Regimento;
IV - informar sobre os procedimentos para a eleição da Mesa Diretora;
V - informar que a distribuição dos lugares no Plenário terá a Mesa Diretora posicionada ao centro, cabendo aos Vereadores e aos Partidos definir os demais lugares por acordo entre si e, não havendo acordo, ao Presidente da Câmara Municipal.
§ 1º Instruídos os candidatos diplomados, caberá à Secretaria Administrativa informá-los sobre a estrutura organizacional do Poder Legislativo e o seu funcionamento administrativo.
§ 2º A Secretaria Administrativa também instruirá os candidatos diplomados sobre o sistema de escolha dos membros das Comissões.
§ 3º A Secretaria Administrativa informará aos Vereadores eleitos a data-limite para apresentação do Diploma expedido pela Justiça Eleitoral, da Declaração de Bens, da comunicação do nome parlamentar e da legenda partidária, além dos demais documentos pessoais exigidos por Ato da Mesa em exercício.

Seção II
Da Sessão Solene de Instalação da Legislatura

Art. 10. Após a conclusão dos procedimentos previstos no art. 9º deste Regimento, inicia-se a fase de preparação da Sessão de Instalação da Legislatura, que será presidida pelo Vereador mais votado nas eleições municipais, cabendo, em caso de empate, ao de mais idade entre eles, competindo-lhe:
I - organizar, por legenda, o rol dos eleitos;
II - discutir assuntos relacionados à programação dos atos de instalação oficial da nova Legislatura, com o auxílio da Secretaria Administrativa;
III - convocar um Secretário *ad hoc* dentre os eleitos para compor a mesa da Sessão de Instalação.
§ 1º A ordem da Sessão decidida nessa reunião será encaminhada ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores eleitos, para seu conhecimento.
§ 2º Na mesma ocasião, o Prefeito e o Vice-Prefeito também deverão ser informados sobre a data e a documentação necessárias para a entrega do Diploma expedido pela Justiça Eleitoral, da Declaração de Bens e dos demais documentos exigidos.
Art. 11. A Câmara instalar-se-á na data prevista no art. 18, § 3º, da Lei Orgânica Municipal, em Sessão Solene de Instalação da Legislatura, independentemente de convocação prévia, devendo os trabalhos ocorrer na seguinte ordem:
I - compromisso e posse dos Vereadores e instalação da Legislatura;
II - compromisso e posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
III - eleição da Mesa Diretora da Câmara Municipal.
§ 1º A sessão a que se refere este artigo será aberta com a presença de qualquer número de Vereadores, exceto no que diz respeito à eleição da Mesa, que obrigatoriamente exigirá a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.
§ 2º Concluídos os atos de que tratam os incisos I e II do *caput*, a sessão poderá ser suspensa, por tempo determinado pelo Presidente, para os preparativos da eleição da Mesa Diretora.
Art. 12. Aberta a sessão, o Presidente em exercício proclamará os nomes dos Vereadores que apresentaram o respectivo Diploma Eleitoral, a Declaração de Bens e as demais documentações em conformidade.
Art. 13. O Presidente em exercício realizará a leitura do compromisso em pé, acompanhado por todos os Vereadores, nos seguintes termos: "Prometo cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo.".
§ 1º O Secretário designado para tal fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará: "Assim o prometo.".
§ 2º Logo após, os Vereadores serão declarados empossados com as seguintes palavras, proferidas pelo Presidente: "Declaro empossados os Senhores Vereadores que prestaram compromisso.".
§ 3º Prestado o compromisso, lavrar-se-á, em livro-ata, o respectivo termo de posse, que será assinado por todos os Vereadores.

§ 4º O Vereador que tomar posse em ocasião posterior e o suplente que assumir pela primeira vez prestarão previamente o compromisso legal nestes mesmos termos.

§ 5º O Presidente em exercício, após a posse dos Vereadores, declarará instalada a Legislatura.
§ 6º Tendo prestado o compromisso uma vez, fica o Suplente de Vereador dispensado de fazê-lo em convocações subsequentes, bem como o Vereador ao reassumir o lugar, sendo a sua volta ao exercício do mandato comunicada à Casa pelo Presidente.
Art. 14. Declarada a instalação da Legislatura, cabe ao Presidente em exercício convidar o Prefeito e o Vice-Prefeito eleitos para prestarem o compromisso, após verificada a documentação exigida.
§ 1º O Prefeito e o Vice-Prefeito prestarão o seguinte compromisso: "Prometo cumprir a Constituição da República, a Constituição do Estado e a Lei Orgânica do Município, observar as leis, desempenhar o mandato que me foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e pelo bem-estar de seu povo.".
§ 2º Prestado o compromisso, o Presidente declarará empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito, que assinarão o respectivo termo de posse.
§ 3º Caso esteja ausente o Prefeito ou o Vice-Prefeito, prestará compromisso apenas aquele que compareceu, aplicando-se ao ausente o disposto na Lei Orgânica Municipal.
Art. 15. O conteúdo dos compromissos e o ritual de sua prestação não poderão ser modificados.
Parágrafo único. O compromissando não poderá apresentar, no ato, declaração oral ou escrita, nem ser empossado por procurador.
Art. 16. Cumpridos os ritos de posse e instalação, o Presidente facultará a palavra aos empossados para pronunciamento pelo prazo de cinco minutos.
Art. 17. O Presidente fará publicar, no primeiro dia útil seguinte e no sítio eletrônico oficial da Câmara, a ata da sessão solene de posse e instalação.
Parágrafo único. A assinatura da ata pelos Vereadores empossados expressa sua concordância integral com o conteúdo, sendo considerada aprovada mediante a assinatura da maioria dos presentes, independentemente de deliberação posterior.

Seção III
Da Eleição da Mesa

Subseção I
Disposições Gerais

Art. 18. A Mesa é o órgão diretivo dos trabalhos da Câmara e seu mandato será exercido nos prazos e termos fixados no art. 19 da Lei Orgânica Municipal.
Art. 19. A eleição para renovação dos membros da Mesa da Câmara, excluída a realizada na Sessão de Instalação da Legislatura, realizar-se-á, obrigatoriamente, na primeira sessão ordinária do mês de dezembro, para o mandato relativo à Sessão Legislativa subsequente, assegurando-se o direito de voto aos candidatos aos cargos.
§ 1º Os membros eleitos na Sessão de Instalação da Legislatura serão empossados automaticamente.
§ 2º Os membros eleitos na renovação da Mesa, após a proclamação do resultado, serão considerados automaticamente empossados no dia 1º de janeiro da Sessão Legislativa subsequente.
Art. 20. O suplente de Vereador convocado somente poderá ser eleito para cargo da Mesa quando não seja possível preenchê-lo de outro modo.
Art. 21. Na hipótese de não se realizar a Sessão ou a eleição, por falta de número legal, ou, ainda, na hipótese de ocorrer a nulidade da eleição, quando do início da Legislatura, o Vereador que presidiu a sessão de posse permanecerá na Presidência.
§ 1º Na eleição da Mesa para as Sessões Legislativas seguintes da Legislatura, ocorrendo a hipótese a que se refere este artigo, os trabalhos continuarão sendo dirigidos pela Mesa em exercício, até a eleição da nova e a posse dos respectivos membros.
§ 2º Na hipótese deste artigo, o Presidente convocará obrigatoriamente tantas Sessões quantas forem necessárias, que não serão remuneradas, com intervalo de três dias uma da outra, até que ocorram a eleição e a posse da nova Mesa.

Subseção II
Do Rito de Eleição da Mesa

Art. 22. O rito previsto nesta Subseção aplica-se à eleição da Mesa na sessão de posse, à eleição relativa às demais Sessões Legislativas, bem como a todas as demais hipóteses em que se faça necessária a escolha de seus membros.
Parágrafo único. Na sessão de que trata o art. 19 deste Regimento, a eleição da Mesa será presidida pela Mesa em exercício.
Art. 23. A eleição dos membros da Mesa far-se-á por cargo, individualmente, observadas as seguintes regras:
I - o registro das candidaturas será feito junto à Secretaria Administrativa até as onze horas do dia designado para a eleição, exceto na hipótese do art. 11, § 2º deste Regimento, em que o registro ocorrerá em sessão;
II - o Vereador somente poderá registrar candidatura para um único cargo da Mesa Diretora;
III - para fins de votação, cada cargo será apreciado isoladamente, encerrando-se a votação de um para então iniciar-se a do seguinte, na seguinte ordem: Presidente, Vice-Presidente, 1º Secretário e 2º Secretário.
§ 1º Havendo desistência de candidato no momento da votação, caso não haja outro candidato inscrito, o Presidente suspenderá a sessão por trinta minutos, período em que ficará reaberto o prazo para registro de candidaturas ao respectivo cargo, retomando-se a votação em seguida.
§ 2º O prazo de suspensão previsto no § 1º deste artigo poderá ser reduzido se, encerrado o registro das novas candidaturas, houver anuência de todos os Vereadores presentes com a retomada imediata da sessão.
Art. 24. A eleição dos membros da Mesa far-se-á por votação nominal e aberta, observadas as seguintes normas:
I - presença da maioria absoluta dos Vereadores;
II - chamada em ordem alfabética, pelo nome de registro civil dos Vereadores, para pronunciar o voto por cargo;
III - quórum de maioria absoluta para eleição da Mesa em primeiro escrutínio;
IV - não alcançado o quórum previsto no inciso III deste artigo, realizar-se-á segundo escrutínio, em que o candidato será eleito por maioria simples;
V - em caso de empate após o segundo escrutínio, será considerado eleito o candidato mais votado nas eleições municipais e, persistindo o empate, o de mais idade.
Parágrafo único. É facultado ao Vereador pronunciar voto contrário aos nomes inscritos.
Art. 25. Encerrada a votação, o Presidente solicitará ao Primeiro Secretário o resultado e o proclamará.
Art. 26. A eleição mencionada nesta Subseção poderá ser realizada por meio de sistema eletrônico, conforme decisão do Presidente da Câmara.
Art. 27. A vacância de cargo da Mesa Diretora será suprida da seguinte forma:
I - vagando o cargo de Presidente, assumirá o Vice-Presidente, passando o 1º Secretário a Vice-Presidente e o 2º Secretário a 1º Secretário, realizando-se eleição apenas para o cargo de 2º Secretário;
II - vagando o cargo de Vice-Presidente ou de Secretário, observar-se-á, no que couber, a ordem sucessória prevista no inciso I deste artigo, realizando-se eleição para o último cargo remanescente.
§ 1º Os ocupantes dos cargos de 1º e 2º Secretários não ascendem ao cargo de Presidente em caráter definitivo, limitando-se sua atuação na Presidência à substituição provisória, nas faltas, impedimentos e licenças, na forma deste Regimento.
§ 2º Vagando simultaneamente os cargos de Presidente e de Vice-Presidente, será realizada nova eleição para o preenchimento dos cargos vagos na Sessão Ordinária seguinte àquela em que declarada a vacância, ou em Sessão Extraordinária convocada para esse fim.
§ 3º Enquanto não realizada a eleição de que trata o § 2º deste artigo, o 1º Secretário exercerá interinamente a Presidência, restrito à prática dos atos necessários à continuidade dos trabalhos legislativos e à condução do processo eleitoral.
§ 4º A eleição para o cargo remanescente de que tratam os incisos I e II do *caput* deste artigo será realizada na primeira sessão ordinária subsequente àquela em que declarada a vacância.
§ 5º As eleições previstas neste artigo destinam-se a completar o período remanescente do mandato e observarão, no que couber, o rito estabelecido nesta Subseção.

TÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA CÂMARA

CAPÍTULO I
DA MESA E DE SEUS MEMBROS

Seção I
Do Mandato e da Composição da Mesa

Art. 28. O mandato da Mesa será exercido nos termos do art. 19 da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º O Presidente da Câmara não poderá fazer parte de Liderança nem de Comissão Permanente ou de Inquérito.
§ 2º O disposto no § 1º deste artigo não impede o Presidente da Câmara Municipal de exercer atribuições de fiscalização em conjunto com as Comissões, sem, contudo, integrá-las, competindo-lhe, nessa hipótese, ordenar e coordenar os atos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de fiscalização, inclusive mediante a expedição de Portaria para disciplinar a elaboração e a execução do Plano Anual de Fiscalização, dos respectivos Relatórios e de outros instrumentos correlatos.

Seção II
Das Atribuições da Mesa

Art. 29. À Mesa compete, dentre outras atribuições estabelecidas em lei, neste Regimento ou por Resolução da Câmara, ou delas implicitamente resultantes:
I - propor ao Plenário a criação, a transformação e a extinção de cargos e funções da Câmara Municipal, bem como a fixação das correspondentes remunerações;
II - propor a fixação ou a atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores, na forma estabelecida na Lei Orgânica e na Constituição Federal;
III - propor o projeto de decreto legislativo concessivo de licença e afastamento do Prefeito;
IV - promulgar as emendas à Lei Orgânica; e
V - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal, nos termos do art. 111 da Constituição do Estado do Paraná.
Art. 30. As decisões da Mesa serão tomadas por maioria de seus membros, sendo obrigatória a concordância do Presidente para fins de composição desse quórum nos casos de matéria que gere impacto orçamentário e financeiro.
Parágrafo único. Os atos da Mesa poderão ser exarados por meio de Ato da Mesa, dispensando-se a deliberação do Plenário.
Art. 31. A Mesa reunir-se-á, independentemente do Plenário, para a apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação da Câmara e que, por sua relevância especial, demandem intenso acompanhamento, fiscalização ou ingerência do Poder Legislativo.
Art. 32. Nenhum membro da Mesa Diretora ou Vereador poderá presidir a sessão durante a discussão e a votação de matéria de sua exclusiva autoria.

Seção III
Da Presidência

Art. 33. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa Diretora, dirigindo-a e ao Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe confere este Regimento Interno.
Art. 34. O Presidente é o representante legal da Câmara Municipal nas suas relações internas e externas, cometendo-lhe todas as funções administrativas e diretivas das atividades legislativas, cabendo-lhe privativamente, dentre outras atribuições:
I - quanto às atividades em Plenário e nas sessões:
a) convocar, abrir, presidir, suspender e encerrar as reuniões;
b) manter a ordem no recinto da Câmara, advertir os presentes e mandar evacuar o recinto, podendo requisitar a força policial necessária para a preservação da regularidade do funcionamento;
c) conceder ou negar a palavra aos Vereadores, nos termos deste Regimento, não permitindo apartes estranhos ao assunto em discussão;
d) interromper o orador que se desviar da questão em debate ou faltar com respeito à Câmara ou a qualquer de seus membros, adverti-lo, chamá-lo à ordem e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra;
e) cronometrar o tempo dos oradores inscritos, anunciando o início e chamando a atenção quando se esgotar o tempo a que têm direito;
f) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos, publicar a ordem do dia, submeter à discussão e votação a matéria dela constante e declarar os resultados;
g) resolver as questões de ordem e interpretar o Regimento Interno, submetendo a matéria ao Plenário quando omisso o texto;
h) determinar, de ofício ou a requerimento de Vereador, em qualquer fase dos trabalhos, a verificação de presença e de quórum;
II - quanto às atividades legislativas e às proposições:
a) receber e fazer protocolizar as proposições;
b) despachar os requerimentos verbais ou escritos submetidos à sua apreciação;
c) não aceitar proposição, substitutivo ou emenda que seja antirregimental, inconstitucional ou estranha à proposição principal, observado o disposto no art. 257 deste Regimento;
d) deixar de aceitar proposição que reproduza matéria já rejeitada na mesma Sessão Legislativa, nos termos do art. 257, XI e XII, deste Regimento, e declarar prejudicadas as proposições, determinando o seu arquivamento, nos casos do art. 232 deste Regimento;
e) encaminhar os projetos e expedientes às Comissões Permanentes competentes, zelando pelos prazos do processo legislativo, e designar relator *ad hoc* quando esgotado o tempo;
f) designar os membros e nomear os presidentes das Comissões Temporárias, quando cabível, ressalvados o sorteio dos membros das Comissões Processantes e das Comissões Parlamentares de Inquérito e as demais regras de constituição previstas nos arts. 111 a 136 deste Regimento, bem como a composição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, na forma do respectivo Código;
g) autorizar o arquivamento e o desarquivamento de proposições;
h) dar posse aos Vereadores, convocar os suplentes na forma da Lei Orgânica, e declarar empossados o Prefeito e o Vice-Prefeito após a investidura perante o Plenário;
i) declarar extinto o mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, nos casos previstos em lei;
j) responder pelo cumprimento dos indicadores do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, responsabilizando-se por sua adequada observância no âmbito da Câmara Municipal, e organizar e fazer publicar, anualmente, o relatório das atividades legislativas, na forma disciplinada em Portaria da Presidência;
III - quanto às relações externas e à intercomunicação com o Poder Executivo:
a) representar a Câmara Municipal, judicial e extrajudicialmente;
b) promulgar as resoluções, os decretos legislativos, bem como as leis com sanção tácita e aquelas cujo veto, rejeitado pelo Plenário, não tenham sido promulgadas pelo Prefeito no prazo legal;
c) fazer publicar os atos da Mesa Diretora, bem como as resoluções, os decretos legislativos e as leis por ele promulgadas;
d) encaminhar ao Prefeito os autógrafos de leis aprovadas e comunicar-lhe a rejeição de projetos de sua iniciativa, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;
e) encaminhar ao Prefeito os pedidos de informações e, aos Secretários Municipais, os pedidos de informações e de convocação, dando ciência ao Plenário do esgotamento dos respectivos prazos;
f) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e com membros da comunidade;
g) expedir ou determinar a expedição de certidões e prestar informações oficiais, ressalvadas as competências dos demais órgãos da Câmara Municipal;
h) mandar prestar informações por escrito e expedir certidões requeridas para a defesa de direitos e esclarecimento de situações;
i) fazer expedir convites para sessões solenes da Câmara Municipal;
j) zelar pelas prerrogativas institucionais da Câmara Municipal e defender sua autonomia perante os demais Poderes e órgãos de controle.
IV - quanto à administração e ao orçamento da Câmara Municipal:
a) superintender os serviços da Câmara e expedir os atos relativos aos assuntos de caráter financeiro;
b) elaborar a proposta orçamentária da Câmara e o cronograma de desembolso, providenciando junto ao Poder Executivo o repasse do duodécimo;

c) ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos ou ordens de pagamento, conjuntamente com o Primeiro Secretário ou com o servidor encarregado;
d) mandar proceder às licitações para compras, obras e serviços, firmando os respectivos contratos administrativos;
e) proceder à devolução do saldo financeiro de caixa existente na Câmara Municipal ao final de cada exercício à tesouraria do Município;

f) prover cargos, nomear, promover, reclassificar, exonerar e conceder férias e licenças aos servidores do Poder Legislativo, determinando a apuração de responsabilidades e aplicando penalidades;
g) expedir Portaria para regulamentar o Plano Anual de Fiscalização das Comissões e os Relatórios de Fiscalização, nos termos do art. 84 deste Regimento.
V - regulamentar a celebração e a execução de parcerias, acordos de cooperação e instrumentos congêneres com universidades, instituições de ensino e pesquisa, órgãos de controle, outras Casas Legislativas e demais instituições públicas ou privadas, visando ao intercâmbio de conhecimentos, à cooperação institucional e ao aprimoramento das atividades da Câmara Municipal;
VI - contatar a realização de pesquisa junto à população sobre a atuação da Câmara Municipal.
Art. 35. O Presidente da Câmara Municipal somente poderá votar:
I - quando a matéria exigir, para sua aprovação, quórum qualificado de maioria absoluta ou de dois terços;
II - nos casos de empate;
III - na eleição dos membros da Mesa;
IV - na eleição dos membros das Comissões, quando realizada por votação;
V - na destituição de membros da Mesa;
VI - no julgamento das contas;
VII - nos processos de cassação do mandato do Prefeito, do Vice-Prefeito e de Vereadores;
VIII - nos demais casos previstos neste Regimento.
§ 1º O Presidente fica impedido de votar nos processos em que for interessado como denunciante ou denunciado.
§ 2º O Presidente está impedido de desempatar nas hipóteses em que seu voto já tenha sido computado para efeito de quórum de deliberação.
Art. 36. Para tomar parte na discussão de qualquer matéria, inclusive de sua autoria, o Presidente deverá afastar-se da direção dos trabalhos, transmitindo-a provisoriamente ao seu substituto legal, podendo, contudo, fazer uso da palavra de sua própria cadeira, sem necessidade de dirigir-se à tribuna.
Art. 37. O Presidente pode, individualmente, apresentar as proposições previstas neste Regimento.
Art. 38. O Presidente, quando falar da Mesa no exercício das suas funções, não poderá ser aparteado nem apartear os oradores.
Art. 39. Quando o Presidente se omitir ou exorbitar das funções que lhe são atribuídas neste Regimento, qualquer Vereador poderá reclamar-lhe sobre o fato, por escrito e de forma documentada, cabendo Recurso nos termos do art. 306 deste Regimento.
Parágrafo único. Julgado o Recurso, na forma do art. 306 deste Regimento, o Presidente deverá cumprir a decisão, sob pena de análise pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 40. Nos casos de licença, impedimento ou afastamento do Presidente que o impossibilite de exercer as funções do cargo por mais de trinta dias, o Vice-Presidente ficará investido na plenitude das funções da Presidência.
Parágrafo único. Nos afastamentos que não impossibilitem o exercício das funções administrativas e orçamentárias nem ensejem licença, o Presidente continuará a exercê-las, sendo substituído pelo Vice-Presidente apenas nas atividades legislativas e de Plenário, nos termos deste Regimento.
Art. 41. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou de praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.
Art. 42. Os atos do Presidente poderão ser formalizados por meio de Portaria, salvo quando houver previsão específica para a utilização de outro instrumento.
Art. 43. O Presidente poderá delegar oficialmente ao Vice-Presidente ou a qualquer membro da Mesa competência que lhe seja própria, inclusive para tomar parte nas discussões.

Seção IV
Da Vice-Presidência

Art. 44. São atribuições do Vice-Presidente:
I - substituir o Presidente da Câmara em suas faltas, ausências, impedimentos ou licenças;
II - promulgar e fazer publicar, obrigatoriamente, as resoluções, os decretos legislativos e as leis municipais sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixar de fazê-lo nos prazos estabelecidos.
§ 1º Ausente ou impedido, o Vice-Presidente será substituído em todas as suas atribuições pelos Secretários, segundo a ordem de eleição.
§ 2º Aos substitutos do Presidente, na direção dos trabalhos nas reuniões, não lhes é conferida competência para outras atribuições, além das necessárias ao andamento dos respectivos trabalhos.

Seção V
Dos Secretários da Mesa

Art. 45. Compete ao Primeiro Secretário:
I - proceder à chamada dos Vereadores, quando determinado pelo Presidente;
II - verificar e declarar a presença dos Vereadores, inclusive nas votações e nas verificações de quórum, apenas em caso de inviabilidade técnica do sistema eletrônico;
III - dar conhecimento ao Plenário das correspondências, dos ofícios, das proposições e dos demais atos sujeitos à leitura no pequeno expediente, mediante a leitura de suas respectivas ementas ou de breve resumo de seu conteúdo, ressalvadas as hipóteses em que este Regimento exigir sua leitura integral;
IV - substituir o Vice-Presidente ou o Presidente em seus impedimentos, na ordem de sucessão, em caráter provisório, observado o disposto no art. 48 deste Regimento.
Parágrafo único. Em caso de impossibilidade de o Primeiro Secretário realizar as leituras exigidas durante as sessões, o Presidente poderá designar um Vereador ou um servidor para desempenhar essa função.
Art. 46. Os atos bancários e financeiros de movimentação de recursos da Câmara Municipal, inclusive abertura, encerramento ou alteração de contas, emissão de ordens de pagamento, transferências, aplicações, resgates, assinaturas eletrônicas e demais operações junto às instituições financeiras, serão praticados mediante assinatura conjunta do Presidente da Câmara Municipal e do 1º Secretário.
§ 1º Em caso de ausência, impedimento ou recusa injustificada do 1º Secretário, a assinatura conjunta será realizada pelo Presidente da Câmara Municipal e por servidor encarregado, formalmente designado, exclusivamente para assegurar a regularidade e a continuidade dos atos bancários e financeiros da Câmara Municipal.
§ 2º A substituição prevista no § 1º deste artigo deverá ser registrada em ato próprio, com a indicação do motivo que impossibilitou a assinatura do 1º Secretário.
Art. 47. Ao Segundo Secretário compete auxiliar o Primeiro Secretário em suas tarefas e substituí-lo quando este estiver impedido ou ausente.

CAPÍTULO II
DA SUBSTITUIÇÃO DA MESA

Art. 48. No impedimento ou na ausência do Presidente e do Vice-Presidente, assumirá a direção dos trabalhos o Primeiro Secretário e, na impossibilidade deste, o Segundo Secretário, em caráter de substituição provisória, vedada a investidura definitiva na Presidência, nos termos do art. 27 deste Regimento.
Parágrafo único. Ausentes os Secretários, o Presidente convidará um Vereador dentre os presentes para assumir os encargos da Secretaria da Mesa *ad hoc*.
Art. 49. Na hora determinada para o início da sessão, verificada a ausência de todos os membros da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado nas eleições municipais dentre os presentes,

que escolherá, para Secretários, dois Vereadores, preferencialmente de partidos diferentes.
Parágrafo único. A Mesa assim composta dirigirá normalmente os trabalhos até o comparecimento de qualquer de seus membros efetivos.

CAPÍTULO III
DA EXTINÇÃO DO MANDATO DA MESA

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 50. As funções dos membros da Mesa Diretora cessarão:
I - pelo término do mandato ou pela posse da Mesa eleita para o mandato subsequente;
II - pela renúncia ao cargo, apresentada por escrito;
III - pela destituição, nos casos previstos neste Regimento Interno;
IV - pelos demais casos de perda previstos na legislação federal e na Lei Orgânica Municipal;
V - quando a perda temporária do exercício do mandato for superior a cento e vinte dias;
VI - ao licenciar-se do mandato de Vereador por prazo superior a cento e vinte dias, salvo em caso de doença, licença gestante, de licença adoção e para assumir o cargo de prefeito;
VII - ao afastar-se do mandato parlamentar para assumir o cargo de Secretário junto ao Poder Executivo municipal, estadual ou federal.

Seção II
Da Renúncia da Mesa

Art. 51. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa Diretora dar-se-á por ofício a ela dirigido e efetivar-se-á, independentemente de votação ou de deliberação do Plenário, a partir do momento em que for lido em sessão.
Parágrafo único. Em caso de renúncia total e coletiva da Mesa Diretora, o respectivo ofício será levado ao conhecimento do Plenário pelo Vereador mais votado nas eleições municipais que não integre a Mesa Diretora, que assumirá provisoriamente as funções de Presidente e convocará nova eleição no prazo previsto no art. 57 deste Regimento.

Seção III
Da Destituição da Mesa

Art. 52. Os membros da Mesa Diretora poderão ser destituídos de seus cargos, individual ou coletivamente, mediante deliberação de dois terços dos membros da Câmara Municipal, assegurados, em qualquer caso, o contraditório e a ampla defesa.
§ 1º É causa para a proposição da destituição de membro da Mesa:
I - deixar de comparecer, sem justificativa, a cinco sessões plenárias ordinárias consecutivas;
II - deixar de requisitar o repasse do duodécimo no prazo fixado pela Constituição Federal, quando se tratar do Presidente;
III - omitir-se ou negligenciar no exercício das funções de ordenador de despesa, quando se tratar do Presidente;
IV - omitir-se no dever subsidiário de promulgar leis, quando se tratar do Vice-Presidente; ou
V - exceder-se ou abusar das atribuições diretivas previstas neste Regimento Interno, em prejuízo dos trabalhos da Câmara Municipal.
§ 2º Considera-se justificada, para os efeitos deste artigo, a falta decorrente de licença doença, licença maternidade, licença adoção, ausência para assumir o cargo de Prefeito Municipal e as demais faltas justificadas na forma deste Regimento.
§ 3º O denunciado poderá indicar outras hipóteses de falta justificada, que serão apreciadas pela Comissão Processante na forma dos artigos seguintes.
Art. 53. O processo de destituição terá início por denúncia subscrita por Vereador, dirigida ao Plenário e lida por seu autor em qualquer fase da sessão, independentemente de inscrição prévia ou de autorização da Presidência.
§ 1º Da denúncia constarão:
I - o nome do membro ou dos membros da Mesa denunciados;
II - a descrição circunstanciada dos fatos; e
III - a indicação das provas que se pretende produzir.
§ 2º Lida a denúncia, será imediatamente submetida ao Plenário, pelo Presidente, salvo se este estiver envolvido nas acusações, caso em que essa providência e as demais relativas ao procedimento de destituição competirão a seus substitutos e, se estes também estiverem envolvidos, ao Vereador mais votado nas eleições municipais dentre os presentes.
§ 3º O membro da Mesa envolvido nas acusações não poderá presidir nem secretariar os trabalhos, quando e enquanto estiver sendo discutido ou deliberado qualquer ato relativo ao processo de sua destituição.
§ 4º Se o acusado for o Presidente, será substituído na forma do § 2º deste artigo.
§ 5º Quando um dos Secretários assumir a Presidência na forma do § 2º deste artigo ou for o acusado, será substituído por qualquer Vereador convidado pelo Presidente em exercício.
§ 6º Considerar-se-á recebida a denúncia se for aprovada pela maioria dos membros da Câmara.
Art. 54. Recebida a denúncia, serão sorteados três Vereadores para compor a Comissão Processante de Destituição da Mesa.
§ 1º Não poderão integrar a Comissão o denunciante e o denunciado ou denunciados.
§ 2º Constituída a Comissão, seus membros elegerão o Presidente, que designará o Relator dentre seus pares e marcará reunião a realizar-se nas quarenta e oito horas seguintes.
§ 3º O denunciado ou denunciados serão notificados, no prazo de três dias contados da primeira reunião da Comissão, para apresentar defesa prévia escrita no prazo de dez dias.
§ 4º Não localizado o denunciado para a notificação pessoal, esta far-se-á por edital publicado no diário oficial e afixado na sede da Câmara Municipal, contando-se o prazo de defesa a partir da publicação.
§ 5º Findo o prazo de defesa, a Comissão, de posse ou não da defesa prévia, procederá às diligências que entender necessárias e emitirá seu parecer.
§ 6º O denunciado ou denunciados e seus procuradores poderão acompanhar todas as diligências da Comissão.
Art. 55. Concluídas as diligências, a Comissão Processante de Destituição da Mesa apresentará, na primeira sessão ordinária subsequente, parecer pela procedência ou pela improcedência da destituição.
§ 1º O parecer da Comissão é peça opinativa e não vincula o Plenário.
§ 2º A votação pela destituição ocorrerá por meio de votação nominal, realizada preferencialmente por sistema eletrônico, em turno único, ficando o denunciante e o denunciado ou denunciados impedidos de votar, sem convocação de suplentes.
§ 3º Na discussão, cada Vereador disporá de quinze minutos e o Relator e o denunciado ou denunciados, de trinta minutos cada um, vedada a cessão de tempo, cabendo a preferência, na ordem de inscrição, ao Relator e, em seguida, ao denunciado ou denunciados, observada, quanto a estes, a ordem da denúncia.
§ 4º A destituição somente se efetivará com o voto favorável de, no mínimo, dois terços dos membros desimpedidos da Câmara Municipal, arquivando-se a denúncia se esse quórum não for atingido.
Art. 56. O processo de destituição deverá ser concluído no prazo de noventa dias, contados do recebimento da denúncia, arquivando-se de pleno direito se não concluído nesse prazo, salvo quando a demora decorrer de conduta atribuível ao próprio denunciado ou de omissão imputável à Comissão Processante de Destituição da Mesa.
§ 1º A Comissão Processante de Destituição da Mesa deverá emitir seu parecer no prazo de quarenta dias, contado do recebimento da denúncia.
§ 2º Esgotado o prazo do § 1º deste artigo sem a emissão do parecer, quem presidir o processo, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, procederá, no prazo de cinco dias, ao sorteio de novos membros em substituição aos omissos, prosseguindo a Comissão no estado em que se encontrarem os trabalhos e dispondo de trinta dias para a emissão do parecer.
§ 3º Persistindo a omissão após a substituição de que trata o § 2º deste artigo, a denúncia, acompanhada da defesa e das diligências já produzidas, será submetida diretamente à deliberação do Plenário, observado, quanto à discussão e à votação, o rito do art. 55 deste Regimento, dispensado o parecer em razão de sua natureza opinativa.
Art. 57. Aprovada a destituição, a Mesa em exercício deverá publicar Resolução no prazo de quarenta e oito horas, contado da deliberação do Plenário.

§ 1º No caso de destituição total da Mesa, a direção dos trabalhos será exercida pelo Vereador mais votado nas eleições municipais dentre os presentes que não tenham integrado a Mesa destituída, cabendo-lhe convocar, no prazo de quarenta e oito horas, eleição para a nova composição da Mesa, observado o rito previsto neste Regimento.
§ 2º O Vereador destituído de cargo da Mesa Diretora fica impedido de concorrer, na eleição realizada para completar o período de mandato da Mesa da qual foi destituído, a qualquer cargo dessa mesma Mesa.

CAPÍTULO IV
DO PLENÁRIO

Art. 58. O Plenário é o órgão deliberativo da Câmara, constituindo-se do conjunto dos Vereadores em exercício, em local, forma e quórum legais para deliberar.
§ 1º O local é o recinto de sua sede.
§ 2º A forma legal para deliberar é a sessão.
§ 3º Quórum é o número determinado na Lei Orgânica Municipal ou neste Regimento para a realização das sessões e para as deliberações.
§ 4º Integra o Plenário o Suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.
§ 5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara, quando se achar em substituição ao Prefeito.
Art. 59. As deliberações do Plenário serão tomadas por:
I - maioria simples;
II - maioria absoluta;
III - maioria de dois terços.
§ 1º A maioria simples é a que representa o maior resultado de votação, dentre os votantes presentes à Sessão.
§ 2º A maioria absoluta é o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.
§ 3º O quórum de dois terços é obtido considerando o número total de membros da Câmara.
§ 4º A presença do Presidente será sempre computada para efeito de quórum.
§ 5º No cálculo dos quóruns, havendo fração, será adotado como resultado o número inteiro imediatamente superior.
§ 6º As deliberações da Câmara Municipal e de suas Comissões, ressalvado o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica e neste Regimento Interno, serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

CAPÍTULO V
DOS LÍDERES

Art. 60. Líderes são Vereadores escolhidos pelas representações partidárias com mandatários eleitos ou pelos Blocos Parlamentares, que assumem a prerrogativa de expressar, em Plenário, o ponto de vista de seu grupo político e de atuar como intermediários autorizados junto aos órgãos diretivos da Câmara Municipal.
§ 1º Os líderes poderão indicar qualquer Vereador de sua bancada para falar em nome dela, mediante escolha da maioria dos membros eleitos por bancada.
§ 2º Os partidos comunicarão à Mesa os nomes de seus líderes em até dez dias após a sessão de posse, que serão nomeados na primeira Sessão Ordinária da Legislatura.
§ 3º A indicação do líder poderá ser alterada a qualquer tempo pela respectiva bancada partidária ou Bloco Parlamentar, sendo livre a substituição, mediante comunicação dirigida à Mesa.
§ 4º Na ausência de indicação, bem como em caso de empate de votos ou de ausência de consenso da bancada partidária ou do Bloco Parlamentar, considerar-se-á líder o Vereador mais votado do partido ou bloco nas eleições municipais.
§ 5º As lideranças, bem como suas alterações, serão declaradas por Portaria da Presidência, ao qual será dada publicidade.
§ 6º Considera-se como uma única bancada e única liderança, para fins de representação partidária de que trata este artigo, a federação partidária com membros eleitos.
Art. 61. O Prefeito poderá indicar, através de ofício dirigido à Mesa, Vereador que interprete o pensamento do Poder Executivo junto à Câmara Municipal, para ser Líder de Governo, cabendo-lhe:
I - discutir os projetos de autoria do Poder Executivo;
II - encaminhar a votação dos projetos de autoria do Poder Executivo;
III - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno.
Art. 62. Os Vereadores integrantes da oposição poderão indicar, através de ofício dirigido à Mesa, Vereador que interprete o pensamento da oposição junto à Câmara Municipal, para ser Líder da Oposição, cabendo-lhe:
I - discutir os projetos submetidos à apreciação da Câmara Municipal;
II - encaminhar a votação os projetos submetidos à apreciação da Câmara Municipal; e
III - exercer outras atribuições constantes deste Regimento Interno.
Parágrafo único. Não havendo consenso entre os membros da oposição quanto à escolha de seu líder, será automaticamente designado Líder da Oposição o Vereador mais votado nas eleições municipais dentre os integrantes da bancada oposicionista.
Art. 63. Compete aos Líderes partidários e de blocos, além do uso de tempo específico em Plenário:
I - orientar e representar a respectiva bancada;
II - participar das reuniões convocadas pela Presidência;
III - encaminhar as votações.

Art. 64. É vedado ao Presidente da Mesa Diretora o exercício da função de liderança partidária em qualquer hipótese, ainda que seja o único Vereador integrante de sua bancada.
Parágrafo único. Aos demais membros da Mesa Diretora é vedado o exercício da função de liderança partidária, ressalvados o 2º Secretário e a hipótese em que o membro seja o único Vereador integrante de sua bancada.

CAPÍTULO VI
DAS BANCADAS PARTIDÁRIAS E DOS BLOCOS PARLAMENTARES

Art. 65. As representações partidárias eleitas constituir-se-ão por bancadas.
§ 1º As representações de dois ou mais partidos políticos, por deliberação da maioria de seus membros, poderão unir-se para formar Blocos Parlamentares, sob liderança unificada.
§ 2º O Bloco Parlamentar tem existência circunscrita ao mandato da Legislatura, devendo a sua criação e a sua composição nominal serem formalmente comunicadas à Presidência da Câmara para os devidos registros.
§ 3º Uma vez criado, o Bloco Parlamentar terá o mesmo tratamento dispensado por este Regimento às bancadas partidárias, perdendo as lideranças dos partidos individuais as suas prerrogativas de tempo e de encaminhamento isolado.
§ 4º É vedado a um Vereador ou partido integrar mais de um Bloco Parlamentar concomitantemente.
Art. 66. A alteração de filiação partidária por Vereador integrante de Comissão não implicará modificação imediata na composição do respectivo órgão colegiado, permanecendo inalterada a sua composição até o término do mandato da Comissão em vigor.
Parágrafo único. A proporcionalidade partidária ou dos blocos parlamentares será recalculada somente por ocasião da nova composição da Comissão, após o término do mandato em curso.

CAPÍTULO VII
DAS FRENTES PARLAMENTARES

Art. 67. Considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço dos membros do Poder Legislativo, constituída de maneira voluntária, destinada a promover o aprimoramento de políticas públicas, o debate e a legislação municipal sobre determinado setor de interesse da sociedade.
§ 1º A constituição da Frente Parlamentar deverá ser registrada mediante requerimento ao Presidente da Câmara, acompanhado da ata de fundação, do estatuto próprio de funcionamento e da indicação de seu representante legal.
§ 2º O Presidente deferirá a criação se forem cumpridos os requisitos formais.
§ 3º As Frentes registradas poderão solicitar o uso do espaço físico e da estrutura do Plenário da Câmara para suas reuniões com a comunidade, desde que o uso não interfira nas sessões e não acarrete despesa extra com a contratação de pessoal.

CAPÍTULO VIII

DAS COMISSÕES

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 68. As Comissões, órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre o que for submetido à sua apreciação, serão permanentes ou temporárias.
Parágrafo único. Às Comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:
I - discutir e dar pareceres aos projetos a elas encaminhados;
II - realizar audiências públicas para instruir matéria legislativa em trâmite ou tratar de assuntos de interesse público, mediante deliberação da própria Comissão;
III - convocar Secretários Municipais ou titulares de órgãos diretamente subordinados ao Poder Executivo para prestar informações sobre assuntos inerentes às suas atribuições, mediante deliberação da própria Comissão;
IV - receber petições, reclamações, representações ou queixas de associações, entidades comunitárias ou de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas municipais;
V - solicitar depoimento de autoridade municipal ou cidadão;
VI - apreciar programas de obras, planos regionais, setoriais e municipais de desenvolvimento, e sobre eles emitir parecer;
VII - acompanhar a elaboração da proposta orçamentária, bem como a sua posterior execução;
VIII - estudar proposições e outras matérias submetidas ao seu exame, apresentando, conforme o caso, parecer, substitutivos, emendas ou relatório conclusivo sobre averiguações e inquéritos;
IX - promover estudos, pesquisas e investigações sobre assuntos de interesse público;
X - tomar a iniciativa de elaboração de proposições ligadas ao estudo de tais assuntos ou decorrentes de indicação da Câmara ou de dispositivos regimentais;
XI - solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos referentes à administração municipal, mediante deliberação da própria Comissão;
XII - fiscalizar, inclusive efetuando diligências, vistorias e levantamentos *in loco*, os atos da administração direta e indireta, nos termos da legislação pertinente, em especial para verificar a regularidade, a eficiência e a eficácia dos seus órgãos no cumprimento dos objetivos institucionais e dos programas do ProGov e Prolegis, do Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
XIII - acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, zelando por sua completa adequação; e
XIV - solicitar à Mesa Diretora da Câmara Municipal, por meio de parecer fundamentado, a contratação de assessoria técnica para auxiliar o encaminhamento de trabalhos que exijam atuação de especialista, desde que haja disponibilidade orçamentária.

Seção II
Da Composição das Comissões

Art. 69. As Comissões Permanentes subsistem através da Legislatura e visam a estudar e exarar parecer sobre os assuntos submetidos ao seu exame, bem como fiscalizar políticas públicas de sua área temática, sendo compostas por três Vereadores, para o mandato correspondente a uma Sessão Legislativa, dentro da mesma Legislatura, permitida a recondução, e constituídas:
I - no ano de instauração da Legislatura, em Sessão Extraordinária convocada previamente pelo Presidente da Câmara Municipal para este fim específico ou na primeira Sessão Ordinária da Legislatura; e
II - nos demais anos da Legislatura, na sessão de eleição da Mesa Diretora.
§ 1º Cada Comissão será composta pelos cargos de Presidente, Vice-Presidente e Secretário.
§ 2º A relatoria das proposições será designada pelo Presidente da Comissão, em cada matéria, observado o rodízio entre os seus membros.
§ 3º Quando, na forma do rodízio, a relatoria couber ao autor da proposição ou a membro impedido, será ela atribuída ao membro seguinte, na ordem do rodízio.
Art. 70. Na composição de cada Comissão Permanente é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com representação na Câmara Municipal.
§ 1º O número de vagas assegurado a cada partido em cada Comissão é calculado multiplicando-se o número de Vereadores que integram o partido pelo número total de membros que compõem a Comissão, dividindo-se o resultado pelo número total de Vereadores da Casa, conforme a seguinte fórmula:
§ 2º Em caso de partidos com igual número de membros ou se ainda restarem vagas após a aplicação do quociente, a distribuição das vagas remanescentes será definida por acordo entre as representações partidárias interessadas e, não havendo acordo, terá preferência o partido que obteve o maior número de votos nas eleições municipais, procedendo-se a sorteio entre os partidos empatados caso persista a igualdade.
§ 3º O Presidente da Mesa Diretora, não obstante vedada sua participação nas Comissões, será computado no número total de Vereadores da Casa e no cômputo do respectivo partido para fins de aplicação da fórmula prevista no § 1º deste artigo.
§ 4º A estabilidade da composição das Comissões em face de alterações de filiação partidária é disciplinada pelo art. 66 deste Regimento.
§ 5º Excetuam-se do disposto neste artigo as regras específicas para as Comissões Temporárias previstas neste Regimento.
§ 6º É facultado ao Vereador renunciar formalmente à vaga que lhe couber na Comissão, mediante ofício dirigido à respectiva Comissão, respeitado o disposto no § 6º, do art. 71 e art. 107 deste Regimento.
Art. 71. Distribuídas as vagas entre os partidos na forma do art. 70 deste Regimento, a composição de cada Comissão Permanente será definida por acordo entre as representações partidárias, na sessão de constituição de que trata o art. 69 deste Regimento.
§ 1º As indicações serão formalizadas por escrito ou oralmente na própria sessão, vinculadas à vaga atribuída ao partido e ao cargo específico que o indicado ocupará na Comissão - Presidente, Vice-Presidente ou Secretário -, ciente o indicado dos encargos regimentais atribuídos a cada cargo.
§ 2º Somente poderá ser indicado para a vaga o Vereador filiado ao partido ao qual ela foi atribuída.
§ 3º Não havendo acordo quanto à distribuição dos cargos entre os membros da Comissão, terá preferência na escolha o partido com o maior quociente apurado na forma do art. 70, § 1º deste Regimento e, entre Vereadores do mesmo partido, o mais votado nas eleições municipais, considerando-se, persistindo a igualdade, o de mais idade.
§ 4º As indicações serão proclamadas pelo Presidente da Câmara Municipal na própria sessão e formalizadas por Portaria da Presidência, publicado nos meios oficiais.
§ 5º Não poderão ser indicados, como membros titulares, o Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores licenciados ou afastados.
§ 6º Salvo o Presidente da Mesa Diretora, todos os demais Vereadores deverão participar obrigatoriamente de pelo menos uma Comissão Permanente.
Art. 72. Não havendo indicação do partido para vaga que lhe caiba, ou recusando o Vereador indicado o exercício do cargo, observar-se-á o seguinte:
I - o líder do partido poderá indicar, no próprio ato, outro de seus integrantes aptos a ocupar a vaga;
II - não havendo integrante apto ou indicação do líder do partido, a vaga será atribuída ao partido com o quociente imediatamente subsequente, em ordem decrescente, procedendo-se a nova indicação na forma do art. 71 deste Regimento; e
III - persistindo a vacância, o Presidente da Câmara Municipal designará Vereador para ocupar a vaga, observada, tanto quanto possível, a proporcionalidade partidária.

Seção III
Das Comissões Permanentes

Art. 73. Quando a proposição for distribuída a mais de uma Comissão Permanente, cada uma delas emitirá o devido parecer separadamente, a começar pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Parágrafo único. No caso deste artigo, os expedientes serão encaminhados de uma Comissão para outra pelo respectivo Presidente.
Art. 74. As Comissões Permanentes são as seguintes:
I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
II - Comissão de Orçamento e Finanças;
III - Comissão de Educação;

IV - Comissão de Saúde e Assistência Social;
V - Comissão de Políticas Públicas;
VI - Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 75. É vedado a qualquer Comissão manifestar-se:
I - sobre a constitucionalidade ou legalidade da proposição, em contrário ao parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação;
II - sobre a conveniência ou a oportunidade de despesa, em oposição ao parecer da Comissão de Orçamento e Finanças;
III - sobre o que não for de sua atribuição específica, ao apreciar as proposições submetidas a seu exame.
Art. 76. A proposição que receber parecer contrário, quanto ao mérito, pela totalidade dos membros de todas as Comissões Permanentes a que for distribuída será tida como rejeitada e arquivada por despacho do Presidente da Câmara.
Parágrafo único. Na ocorrência do arquivamento previsto no *caput* deste artigo, o autor poderá recorrer ao Plenário no prazo de cinco dias úteis e, caso o recurso seja acolhido pela maioria do Plenário, a proposição continuará sua tramitação para votação na ordem do dia.

Subseção I
Da Comissão de Constituição, Justiça e Redação

Art. 77. Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação manifestar-se sobre todas as proposições submetidas à sua apreciação, quanto aos aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental e de técnica legislativa.
§ 1º Salvo expressa disposição em contrário deste Regimento, é obrigatória a audiência da Comissão de Constituição, Justiça e Redação em todas as proposições legislativas que tramitem pela Câmara, manifestando-se sempre em primeiro lugar.
§ 2º Concluindo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação pela inconstitucionalidade ou ilegalidade de uma proposição, esta será automaticamente arquivada por despacho do Presidente da Câmara Municipal, dando-se ciência ao autor.
§ 3º Do arquivamento previsto no § 2º deste artigo caberá recurso ao Plenário, interposto exclusivamente pelo autor da proposição, inclusive o Poder Executivo, no prazo de cinco dias úteis, contado da ciência do arquivamento.
§ 4º O recurso somente será provido pelo voto favorável de dois terços dos membros da Câmara Municipal, hipótese em que a proposição retornará ao trâmite regular, sendo encaminhada às demais Comissões.
§ 5º Tratando-se de inconstitucionalidade ou ilegalidade apenas parcial, ou de vício de legística formal ou de técnica legislativa passível de correção, a Comissão poderá oferecer emenda de redação para sanar o vício, preservando a tramitação da proposição, reservando-se o arquivamento previsto no § 2º deste artigo às hipóteses de inconstitucionalidade ou ilegalidade material.
§ 6º Compete ainda à Comissão de Constituição, Justiça e Redação promover, coordenar e documentar a avaliação periódica da qualidade da legislação produzida pela Câmara Municipal, considerando, entre outros aspectos, a clareza, a coerência, a técnica legislativa, a segurança jurídica e a aplicabilidade das normas, bem como a observância das disposições da Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, elaborando relatório, parecer, estudo técnico, ata ou outro instrumento que registre a metodologia empregada, os critérios adotados e os resultados obtidos.
§ 7º Compete-lhe, também, promover reuniões, audiências públicas, consultas, seminários e outros mecanismos de participação social destinados ao aperfeiçoamento da atividade legislativa, à instrução das proposições e à avaliação da qualidade normativa da legislação municipal, observados os princípios da transparência, da participação cidadã e da técnica legislativa.
Art. 78. Comunicado o veto, as razões respectivas serão lidas em Plenário e, em seguida, enviadas à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, que deverá pronunciar-se no prazo de dez dias.
§ 1º Ao término do prazo previsto no *caput* deste artigo, com ou sem parecer, a Presidência determinará a inclusão do processo na ordem do dia.
§ 2º O prazo previsto no *caput* deste artigo não interrompe nem suspende o prazo de trinta dias para a apreciação do veto pela Câmara Municipal, fixado no art. 27, § 4º, da Lei Orgânica Municipal, devendo o parecer ser emitido em tempo hábil a permitir a deliberação do Plenário dentro desse prazo.
§ 3º A manifestação da Comissão dar-se-á por meio de parecer, acompanhado do respectivo Projeto de Decreto Legislativo sobre a manutenção ou a rejeição do veto.
§ 4º Quando o veto versar sobre matéria de natureza orçamentária ou financeira, o parecer previsto neste artigo será emitido conjuntamente pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e pela Comissão de Orçamento e Finanças, observado o prazo estabelecido no *caput* deste artigo.

Subseção II
Da Comissão de Orçamento e Finanças

Art. 79. Compete à Comissão de Orçamento e Finanças emitir parecer, obrigatoriamente, sobre as proposições que envolvam matéria financeira, orçamentária, patrimonial ou tributária, especialmente quanto ao mérito, nos seguintes casos:
I - diretrizes orçamentárias;
II - proposta orçamentária e plano plurianual;
III - matéria tributária;
IV - abertura de créditos e empréstimos públicos;
V - proposições que impliquem obrigações financeiras para o erário municipal ou que envolvam o patrimônio público ou o crédito do Município;
VI - fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;
VII - fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, do Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos Vereadores;
VIII - emitir parecer sobre as contas anuais do Prefeito Municipal, observado o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado;
IX - emitir parecer quanto aos aspectos financeiros e orçamentários das proposições que impliquem aumento ou redução da receita ou da despesa pública, especialmente quanto à compatibilidade com o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual;
X - emitir parecer sobre veto a proposições de natureza orçamentária.
§ 1º Compete ainda à Comissão de Orçamento e Finanças:
I - solicitar apoio técnico para subsidiar a análise do impacto orçamentário e financeiro das proposições que impliquem aumento de despesa ou renúncia de receita;
II - exercer as atividades permanentes de fiscalização, controle e avaliação nas áreas de:
a) Administração Financeira;
b) Aquisições e Contratações; e
c) Transparência, Controle e Relacionamento com o Cidadão;
III - acompanhar a execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município, mediante ações de fiscalização, inspeção, monitoramento e avaliação; e
IV - promover reuniões, audiências públicas, visitas técnicas e outros mecanismos de participação social relacionados às matérias de sua competência, com a finalidade de subsidiar a atividade legislativa e o exercício da fiscalização orçamentária, financeira, patrimonial, contábil e tributária.
§ 2º À Comissão de Orçamento e Finanças serão distribuídos a Proposta Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Plano Plurianual e o processo referente às contas do ordenador de despesas do Município, este acompanhado do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado.

Subseção III
Da Comissão de Educação

Art. 80. Compete à Comissão de Educação, dentre outras, exercer as seguintes atribuições:
I - emitir parecer sobre o mérito das proposições relacionadas à educação e às políticas públicas afetas à sua área de atuação;
II - examinar, quanto à sua área de atuação, as propostas do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual, emitindo parecer sobre seus aspectos materiais;
III - receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, representações e sugestões relacionadas às políticas públicas de educação, considerando o funcionamento da rede de ensino, a execução de programas educacionais, o plano municipal de educação e outras matérias afetas à sua competência, adotando as providências cabíveis no âmbito de sua competência;

IV - realizar visitas técnicas, diligências e vistorias em unidades escolares, equipamentos públicos educacionais e demais espaços vinculados às políticas públicas de educação;
V - fiscalizar a implementação e a execução das políticas públicas de educação, especialmente quanto:
a) à qualidade dos serviços prestados;
b) ao cumprimento do Plano Municipal de Educação;
c) à aplicação dos recursos públicos destinados à educação;
d) à execução dos programas educacionais;
e) à infraestrutura das unidades escolares;
f) ao transporte escolar;
g) à alimentação escolar;
h) à acessibilidade e inclusão;
i) ao atendimento à comunidade escolar;
VI - acompanhar e avaliar a implementação e os resultados das políticas públicas de educação, mediante ações de fiscalização, inspeção, monitoramento e avaliação, elaborando relatórios ou pareceres no âmbito de sua competência;
VII - promover reuniões, audiências públicas e outros mecanismos de participação social relacionados às políticas públicas de educação; e
VIII - solicitar informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades responsáveis pela execução das políticas públicas de educação, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Subseção IV
Da Comissão de Saúde e Assistência Social

Art. 81. Compete à Comissão de Saúde e Assistência Social, entre outras, exercer as seguintes atribuições:
I - examinar e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas à saúde, à assistência social, aos direitos humanos, à pessoa com deficiência, à cidadania, à criança, ao adolescente, à juventude e à defesa dos direitos da mulher, bem como às demais matérias afetas à sua área de atuação;
II - examinar e emitir parecer sobre as propostas orçamentárias, inclusive o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, quanto às matérias relacionadas à sua área de atuação;
III - receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, representações e sugestões relacionadas às políticas públicas de sua competência, adotando as providências cabíveis no âmbito de sua atuação;
IV - realizar visitas técnicas, diligências e vistorias em unidades de saúde, equipamentos públicos de assistência social e demais órgãos, serviços e estabelecimentos vinculados às políticas públicas de sua competência;
V - fiscalizar e acompanhar a implementação e a execução das políticas públicas de sua competência, especialmente quanto:
a) à qualidade dos serviços prestados;
b) à aplicação dos recursos públicos;
c) ao cumprimento das metas e indicadores;
d) à execução dos programas e ações governamentais;
e) à infraestrutura das unidades públicas;
f) à acessibilidade e inclusão;
g) ao atendimento da população;
h) ao respeito aos direitos dos usuários dos serviços públicos;
VI - promover reuniões, audiências públicas e outros mecanismos de participação social relacionados às matérias de sua competência, com a finalidade de subsidiar a atividade legislativa e o exercício da fiscalização;
VII - acompanhar e avaliar a implementação e os resultados das políticas públicas de sua competência, mediante ações de fiscalização, monitoramento e avaliação, elaborando relatórios ou pareceres no âmbito de sua atuação; e
VIII - solicitar informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades responsáveis pela execução das políticas públicas de sua competência, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Subseção V
Da Comissão de Políticas Públicas

Art. 82. Compete à Comissão de Políticas Públicas, entre outras, exercer as seguintes atribuições:
I - examinar e emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as proposições relativas à política urbana, à infraestrutura, ao trânsito, ao transporte, à mobilidade urbana, ao meio ambiente, à agricultura, à pecuária, ao desenvolvimento rural, à regularização fundiária, à segurança pública e às relações institucionais, bem como sobre outras matérias pertinentes à sua área de atuação;
II - examinar e emitir parecer sobre as propostas orçamentárias, inclusive o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a lei orçamentária anual, quanto às matérias relacionadas à sua área de atuação;
III - receber, analisar e encaminhar denúncias, reclamações, representações e sugestões relacionadas às políticas públicas de sua competência, adotando as providências cabíveis no âmbito de sua atuação;
IV - realizar visitas técnicas, diligências e vistorias em obras, equipamentos, serviços, espaços públicos, áreas ambientais e demais órgãos e unidades vinculados às políticas públicas de sua competência;
V - fiscalizar e acompanhar a implementação e a execução das políticas públicas de sua competência, especialmente quanto:
a) à qualidade dos serviços públicos;
b) à aplicação dos recursos públicos;
c) ao cumprimento das metas e indicadores;
d) à execução dos programas governamentais;
e) à execução de obras e investimentos públicos;
f) à conservação da infraestrutura pública;
g) ao atendimento da população;
VI - promover reuniões, audiências públicas, visitas técnicas e outros mecanismos de participação social relacionados às matérias de sua competência, com a finalidade de subsidiar a atividade legislativa e o exercício da fiscalização;
VII - acompanhar e avaliar a implementação e os resultados das políticas públicas de sua competência, mediante ações de fiscalização, monitoramento e avaliação, elaborando relatórios ou pareceres no âmbito de sua atuação; e
VIII - solicitar informações, documentos e esclarecimentos aos órgãos e entidades responsáveis pela execução das políticas públicas de sua competência, observado o disposto na Lei Orgânica do Município e neste Regimento.

Subseção VI
Da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar

Art. 83. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar exerce as atribuições previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal, observados os procedimentos e as competências nele estabelecidos.

Subseção VII
Da Fiscalização e do Acompanhamento das Políticas Públicas

Art. 84. O Presidente da Câmara Municipal expedirá ato regulamentando o Plano Anual de Fiscalização das Comissões, definindo as diretrizes, o cronograma, os procedimentos, os instrumentos de registro, a forma de discussão dos achados e o meio de apresentação dos resultados das atividades fiscalizatórias.
§ 1º O ato previsto no *caput* definirá as áreas prioritárias de fiscalização, considerando os planos municipais, os indicadores de desempenho, os relatórios dos órgãos de controle, as demandas da sociedade e outros critérios de relevância para a seleção dos temas, os parâmetros mínimos para a realização das atividades de diligência, vistoria e fiscalização e a elaboração dos respectivos relatórios, bem como os modelos padronizados dos relatórios de fiscalização e dos respectivos planos de ação.
§ 2º As atividades realizadas no âmbito do Plano Anual de Fiscalização deverão ser registradas em relatório próprio, contendo, no mínimo, a identificação do objeto fiscalizado, a metodologia empregada, os documentos e informações analisados, as evidências coletadas, as diligências e vistorias realizadas, as conclusões e, quando for o caso, as recomendações e os encaminhamentos dirigidos aos órgãos competentes.

Art. 85. A fiscalização e o acompanhamento das políticas públicas municipais competem às Comissões Permanentes, cada qual no âmbito de sua competência temática, e compreendem a análise de programas, ações, metas, indicadores, despesas, contratos, convênios, termos de colaboração, termos de fomento, acordos de cooperação, demais instrumentos de parceria e atos administrativos relacionados à execução das políticas públicas, podendo utilizar, para subsidiar suas atividades, os indicadores, diagnósticos e demais informações disponibilizados pelo ProGov, pelo ProLegis e por outros sistemas e órgãos de controle, sem prejuízo da fiscalização de outras matérias de relevante interesse público.
§ 1º As conclusões dos trabalhos de fiscalização serão consolidadas em relatórios próprios, dos quais poderão constar recomendações, encaminhamentos, inclusive ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, propostas de providências e sugestões de aperfeiçoamento das políticas públicas fiscalizadas.
§ 2º A atuação fiscalizatória das Comissões não exclui nem condiciona a fiscalização exercida individualmente por qualquer Vereador.
Art. 86. Cada Comissão Permanente elaborará e apresentará seu Plano Anual de Fiscalização, na forma do ato expedido pela Presidência da Câmara Municipal, nos termos do art. 84 deste Regimento, contendo as ações fiscalizatórias previstas, a indicação dos membros responsáveis e o respectivo cronograma de trabalho da área temática, o qual será submetido à deliberação do Plenário e publicado no site oficial da Câmara Municipal.
Art. 87. As Comissões Permanentes reunir-se-ão, ao menos, uma vez por mês, para a apresentação do andamento dos relatórios de fiscalização e do acompanhamento das metas dos planos municipais da respectiva área temática.
Parágrafo único. As Comissões Permanentes realizarão, no mínimo, uma audiência pública a cada seis meses, para a apresentação de suas metas e de seus relatórios e para ouvir as demandas da população.
Art. 88. Os encargos relacionados à fiscalização e ao acompanhamento das políticas públicas serão distribuídos entre os membros da Comissão Permanente da seguinte forma:
I - ao Presidente compete:
a) coordenar os trabalhos de fiscalização da Comissão;
b) acompanhar a execução das metas e dos programas definidos nos planos municipais relacionados à área de atuação da Comissão;
c) coordenar a elaboração dos relatórios de fiscalização relativos ao cumprimento da legislação e à boa gestão dos recursos públicos;
d) promover, ao menos uma vez em cada Sessão Legislativa, reunião com os respectivos Secretários Municipais, dirigentes de entidades ou responsáveis pelos órgãos competentes para debater assuntos relacionados à área de atuação da Comissão; e
e) compilar e apresentar o relatório final das atividades de fiscalização da Comissão;
II - ao Vice-Presidente compete:
a) receber e coordenar a apuração das denúncias relacionadas à área de atuação da Comissão, quando formalmente apresentadas; e
b) promover estudos sobre temas de interesse público relacionados à área de atuação da Comissão; e
III - ao Secretário compete:
a) promover e organizar audiências públicas destinadas ao debate, com a sociedade, de matérias relacionadas à área de atuação da Comissão;
b) elaborar os registros e relatórios das audiências públicas, reuniões, vistorias e demais atividades de fiscalização realizadas pela Comissão; e
c) auxiliar o Presidente na organização e na consolidação dos relatórios de fiscalização.
Parágrafo único. A distribuição prevista neste artigo não afasta o dever de atuação colaborativa e compartilhada de todos os membros da Comissão no processo de fiscalização.
Art. 89. O membro da Comissão que, injustificadamente, descumprir os encargos de fiscalização que lhe forem atribuídos na forma desta Subseção sujeita-se às medidas previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Subseção VIII
Das Atribuições dos Membros das Comissões

Art. 90. Ao Presidente da Comissão compete:
I - assinar a correspondência e demais documentos expedidos pela Comissão;
II - decidir quanto ao horário de início das reuniões quando não houver consenso entre os membros da Comissão;
III - convocar as reuniões extraordinárias com antecedência mínima de vinte e quatro horas, por aplicativo de mensagens ou outro meio idôneo, assegurada a comprovação do envio, exceto em caso de convocação em sessão plenária, em que se fará imediatamente a reunião;
IV - informar a inexistência de pauta para a reunião ordinária e, se for o caso, o seu cancelamento, por aplicativo de mensagens ou outro meio idôneo, com comprovação do envio;
V - presidir as reuniões das Comissões;
VI - comunicar à Comissão a matéria recebida e despachá-la;
VII - conceder a palavra aos membros da Comissão e ao Vereador autor de matéria sujeita à sua apreciação;
VIII - submeter à votação as matérias sujeitas à deliberação da Comissão, proclamando o seu resultado;
IX - convidar os membros presentes a assinar o Parecer, na forma do voto vencedor, ou facultar-lhes a apresentação de voto em separado;
X - designar o relator da proposição, observado o sistema de rodízio entre os membros da Comissão;
XI - desempenhar os encargos de fiscalização e de acompanhamento das políticas públicas que lhe são atribuídos na forma do art. 88 deste Regimento; e
XII - responder e responsabilizar-se pelo cumprimento das diretrizes do ProLegis, no âmbito de sua Comissão.
§ 1º O Presidente da Comissão Permanente somente poderá atuar como Relator nos casos em que os demais membros estejam impedidos de atuar, tendo, em qualquer caso, direito a voz e voto.
§ 2º Dos atos do Presidente da Comissão Permanente cabe, a qualquer membro, Recurso, nos termos deste Regimento Interno.
§ 3º Cada Presidente da Comissão atenderá no sentido de que os pareceres sejam exarados dentro do prazo estabelecido neste Regimento Interno.
Art. 91. Compete ao Vice-Presidente da Comissão substituir o Presidente em suas faltas, ausências, impedimentos e licenças, assegurando a continuidade dos trabalhos, bem como desempenhar os encargos de fiscalização e de acompanhamento das políticas públicas que lhe são atribuídos na forma do art. 88 deste Regimento
Art. 92. Compete ao Secretário da Comissão desempenhar os encargos de fiscalização e de acompanhamento das políticas públicas que lhe são atribuídos na forma do art. 88 deste Regimento, sem prejuízo das demais funções previstas neste Regimento Interno.
Art. 93. Além das atribuições previstas nesta Subseção, incumbem ao Presidente, ao Vice-Presidente e ao Secretário da Comissão os encargos de fiscalização e de acompanhamento das políticas públicas que lhes são distribuídos na forma do art. 88 deste Regimento.

Subseção IX
Das Reuniões Das Comissões

Art. 94. As Comissões Permanentes reunir-se-ão no edifício-sede da Câmara Municipal, sempre que forem convocadas pelos respectivos Presidentes.
§ 1º As Comissões Permanentes poderão realizar reuniões em ambiente virtual ou formato híbrido, mediante ato regulamentado e autorizado previamente pelo Presidente da Câmara, desde que exista viabilidade técnica.
§ 2º As reuniões durarão o tempo necessário para os seus fins, salvo deliberação em contrário pela maioria dos membros da Comissão.
§ 3º As reuniões das Comissões deverão ser preferencialmente transmitidas e arquivadas pelas redes sociais e canais oficiais da Câmara Municipal, bem como no arquivo físico e digital da Câmara Municipal.
§ 4º Os trabalhos das reuniões das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente secretariados por servidor da Câmara Municipal, requisitado à Secretaria pelo Presidente da Comissão, ao qual incumbirá acompanhar integralmente a reunião, inclusive para fins de abertura das dependências da Câmara Municipal, e elaborar a respectiva ata.
Art. 95. As Comissões Permanentes não poderão reunir-se no mesmo horário em que estiver ocorrendo a ordem do dia das Sessões Plenárias da Câmara Municipal, ressalvada a suspensão da Sessão

pelo Presidente da Mesa para emissão de parecer verbal, nos casos previstos neste Regimento.
Art. 96. As Comissões Permanentes somente deliberarão com a presença da maioria de seus membros.
Art. 97. Qualquer Vereador poderá assistir às reuniões das Comissões, discutir a matéria em pauta e apresentar sugestões, sendo-lhe, entretanto, vedado o direito a voto se não for membro titular ou suplente em exercício no colegiado.
Art. 98. Das reuniões das Comissões Permanentes lavrar-se-ão atas, as quais serão assinadas pelos seus respectivos membros e poderão ser inseridas no sistema eletrônico do processo legislativo.
Art. 99. O estudo de qualquer matéria, pelas Comissões Permanentes, poderá ser feito em reunião conjunta de duas Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ou, quando esta não participar da reunião conjunta, do Presidente de Comissão escolhido por acordo entre as Comissões participantes.
Parágrafo único. Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:
I - em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;
II - o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;
III - cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único; e
IV - o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.

Subseção X
Dos Trabalhos das Comissões Permanentes

Art. 100. Compete ao Presidente da Câmara Municipal, após a apresentação em Plenário, encaminhar, para emissão de parecer jurídico, os projetos, as propostas de emenda à Lei Orgânica e as demais proposições que, em razão de sua natureza ou complexidade, julgar pertinente submeter à análise jurídica, observado o prazo de dez dias úteis para emissão do parecer.
§ 1º Este prazo poderá ser prorrogado em função da complexidade da matéria a ser analisada, a critério do Presidente da Câmara Municipal.
§ 2º O parecer jurídico que instruir a matéria deverá indicar, de forma expressa, a(s) comissão(ões) competente(s) para sua tramitação.
§ 3º Caberá à Presidência efetivar a distribuição às comissões indicadas no parecer jurídico, observadas as regras regimentais.
§ 4º A ausência de indicação no parecer jurídico autoriza a Presidência a proceder à distribuição conforme a matéria e as competências previstas neste Regimento.
§ 5º Nas proposições submetidas ao regime de urgência, o parecer jurídico poderá, a critério do Presidente da Câmara Municipal, instruí-las juntamente com a leitura em Plenário.
§ 6º O parecer jurídico poderá ser complementado:
I - de ofício, pelo Procurador que o houver emitido, quando verificar a necessidade de esclarecer, retificar ou atualizar sua manifestação;
II - mediante solicitação fundamentada da Comissão competente, quando surgirem dúvidas jurídicas relevantes ou fatos supervenientes; ou
III - quando houver apresentação de substitutivo, emenda ou documentos que alterem substancialmente o conteúdo jurídico da proposição.
§ 7º A complementação do parecer jurídico não se destina à revisão de seu mérito jurídico por discordância da Comissão, restringindo-se ao esclarecimento de dúvidas, à análise de fatos ou documentos supervenientes, bem como à apreciação de alterações substanciais promovidas na proposição.
Art. 101. A Comissão deverá obedecer aos seguintes prazos:
I - o Presidente da Comissão, ao receber o processo, designará o Relator no prazo de vinte e quatro horas;
II - o Relator terá o prazo de até quinze dias úteis, contados do recebimento da proposição, para emitir o Relatório; e
III - a Comissão terá o prazo de até cinco dias úteis, contados a partir da data da emissão do Relatório, para emissão do parecer.
§ 1º O prazo a que se refere este artigo será:
I - triplicado, quando se tratar de Projeto de Codificação e de Plano Diretor;
II - suspenso, em caso de realização de audiência, convocação de Secretários ou equivalentes, envio de pedidos de informações e demais diligências a serem realizadas mediante autorização dos membros da Comissão.
§ 2º Findo o prazo sem que o relatório seja apresentado, o Presidente da Comissão avocará o processo e emitirá o relatório em vinte e quatro horas.
§ 3º Esgotado o prazo da Comissão sem a emissão de parecer, inclusive após a avocação prevista no § 2º deste artigo, o Presidente da Câmara Municipal, de ofício ou a requerimento de qualquer Vereador, independentemente de deliberação do Plenário, designará Relator Especial para emitir relatório no prazo improrrogável de vinte e quatro horas.
§ 4º Findo o prazo previsto no § 3º deste artigo, a matéria será incluída na ordem do dia, para deliberação, com ou sem parecer.
§ 5º No caso de proposição que conte com prazo de apreciação, o Presidente da Câmara Municipal deverá resolver sobre a continuidade da tramitação da proposição pendente de informação, nos termos do § 1º, II.
§ 6º Aos projetos de lei relativos ao Plano Plurianual, às Diretrizes Orçamentárias e ao Orçamento Anual aplica-se o rito especial de tramitação e os prazos previstos no Título VII deste Regimento.
Art. 102. Apresentado o Relatório pelo Relator, qualquer membro da Comissão poderá requerer vista da matéria, por meio de protocolo na Secretaria ou verbalmente, durante a reunião.
§ 1º Concedida a vista, ficará suspensa a deliberação da matéria até a reunião seguinte da respectiva Comissão.
§ 2º O pedido de vista terá caráter coletivo, com prazo simultâneo para todos os membros da Comissão, vedada a concessão de pedidos de vista sucessivos sobre a mesma matéria no âmbito da mesma Comissão.
§ 3º Quando o pedido de vista tiver por finalidade a apresentação de voto diverso do Relator, o membro que o requerer deverá protocolar seu voto na Secretaria até vinte e quatro horas antes do início da reunião seguinte.
§ 4º Na reunião seguinte, a Comissão deliberará sobre a matéria, apreciando o Relatório originário e, se houver, o voto diverso apresentado na forma do § 3º deste artigo.
Art. 103. Quando qualquer proposição for distribuída a mais de uma Comissão, cada qual dará seu parecer separadamente, sendo a Comissão de Constituição, Justiça e Redação ouvida sempre em primeiro lugar.
§ 1º A Comissão poderá exarar parecer em conjunto, nos termos deste Regimento.
§ 2º Quando um Vereador pretender que uma Comissão se manifeste sobre determinada matéria, requerê-lo-á por escrito, indicando, obrigatoriamente e com precisão, a questão a ser apreciada, sendo o Requerimento submetido à votação do Plenário.

Subseção XI
Dos Pareceres

Art. 104. Parecer é o pronunciamento da Comissão sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo.
Parágrafo único. Salvo nos casos expressamente previstos neste Regimento, o parecer será escrito e constará de quatro partes:
I - exposição da matéria em exame;
II - conclusões do Relator, com a sua opinião sobre a legalidade ou ilegalidade e a constitucionalidade ou inconstitucionalidade total ou parcial do projeto, se pertencer à Constituição, Justiça e Redação;
III - a decisão da Comissão; e
IV - o oferecimento, se for o caso, de substitutivo ou emendas.
Art. 105. Os membros das Comissões Permanentes emitirão seu juízo sobre a manifestação do Relator mediante voto.
§ 1º O Relatório somente será transformado em parecer se aprovado pela maioria simples.
§ 2º O voto contrário às conclusões do Relator deverá ser acompanhado de voto em separado, devidamente fundamentado, não sendo considerada, para fins de formação do parecer da Comissão, a simples manifestação de discordância desacompanhada da respectiva fundamentação.
§ 3º Poderá o membro da Comissão Permanente exarar voto em separado, devidamente fundamentado:

I - pelas conclusões do Relator, quando concordar com seu resultado, embora adote fundamentação diversa;
II - aditivo, quando, favorável às conclusões do Relator, acrescente novos argumentos à sua fundamentação; ou
III - diverso, quando se oponha frontalmente às conclusões do Relator.
§ 4º Não alcançada a maioria simples para aprovação do relatório, este constituirá voto vencido.
§ 5º Rejeitado o relatório, o voto em separado que obtiver a aprovação da maioria simples dos membros da Comissão passará a constituir o parecer da Comissão.
§ 6º Rejeitado o relatório e não havendo voto em separado divergente aprovado pela maioria simples, o Presidente da Comissão comunicará o fato ao Presidente da Câmara Municipal, para que este designe novo Relator e fixe prazo para a apresentação de novo relatório.
§ 7º O parecer da Comissão será constituído pelo relatório ou voto em separado aprovado e pelos votos que o integrem, devendo ser assinado pelos membros que participaram da deliberação, sem prejuízo da juntada dos votos vencidos.
§ 8º O voto em separado não acolhido permanecerá juntado ao processo legislativo apenas para fins de registro e não será objeto de leitura em Plenário, assegurando ao seu autor o direito de defender oralmente suas razões durante a discussão da matéria.
Art. 106. O Relator deverá declarar-se impedido para relatar quando a matéria envolver proposição de sua autoria ou proposição que envolva interesse de cônjuge e parente consanguíneo ou afim até o primeiro grau, devendo o Presidente da Comissão nomear outro membro para relatar a proposição.
§ 1º Considera-se impedido o Relator que seja autor da proposição ou que tenha interesse direto na matéria, incluindo situações envolvendo cônjuge, parente consanguíneo ou afim até o primeiro grau, salvo quando a proposição tratar de uma categoria geral de servidores.
§ 2º Quando todos os integrantes da Comissão estiverem impedidos de emitir parecer, o Presidente da Comissão deverá solicitar ao Presidente da Câmara Municipal a designação de um Relator Especial para o caso.

Subseção XII
Das Vagas nas Comissões Permanentes

Art. 107. A renúncia de qualquer membro de Comissão Permanente será considerada ato completo e irrevogável, desde que seja manifestada por escrito ao Presidente da Câmara Municipal e aceita por este.
Parágrafo único. Somente será aceita a renúncia caso o Vereador permaneça em, no mínimo, uma Comissão, sob pena de apuração da conduta pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 108. Os membros das Comissões Permanentes serão destituídos do respectivo cargo caso deixem de comparecer, injustificadamente, a cinco reuniões ordinárias consecutivas, ficando impedidos de integrar qualquer outra Comissão Permanente durante o restante da Sessão Legislativa.
§ 1º A destituição dar-se-á mediante representação de qualquer Vereador dirigida ao Presidente da Câmara Municipal que, após verificar a ocorrência das faltas injustificadas e assegurar o contraditório, declarará vago o cargo na Comissão.
§ 2º Consideram-se justificadas as ausências enquadradas nas hipóteses previstas no art. 110 deste Regimento Interno.
§ 3º O disposto neste artigo não afasta a aplicação do desconto do subsídio previsto no art. 110 deste Regimento Interno, nem a apuração de eventual infração ético-disciplinar, com a aplicação das penalidades previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.
§ 4º Quando o Vereador integrar apenas uma Comissão Permanente, não será aplicada a destituição prevista no *caput*, permanecendo ele no exercício de suas funções, sem prejuízo da incidência do desconto do subsídio na forma do art. 110 deste Regimento Interno e das sanções cabíveis previstas no Código de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 109. As vagas definitivas nas Comissões Permanentes serão preenchidas por nova eleição.
Parágrafo único. Ocorrendo vaga temporária na Comissão e não sendo possível sua ocupação por membro do mesmo partido, a substituição será realizada mediante redistribuição da vaga, observada a ordem de proporcionalidade estabelecida na composição inicial das Comissões.

Subseção XIII
Das Faltas nas Reuniões das Comissões

Art. 110. A ausência de membro da Comissão à reunião, bem como o atraso superior a quinze minutos, será registrada em ata pelo Presidente da Comissão, que comunicará o fato ao Presidente da Câmara Municipal para fins de desconto no respectivo subsídio, ressalvada a apresentação de justificativa nos termos deste artigo.
§ 1º As faltas às reuniões da Comissão poderão ser justificadas quando ocorra:
I - doença do Vereador ou de familiar que necessite do acompanhamento do parlamentar, comprovada por atestado médico;
II - licença de nojo ou de gala;
III - licença maternidade ou paternidade;
IV - desempenho de missões oficiais da Câmara Municipal ou do Município que impeçam a presença do Vereador;
V - participação em cursos de capacitação, visitas técnicas à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional, a Secretarias de Estado, Ministérios e demais órgãos ou entidades públicas, bem como em agendas institucionais de interesse público relacionadas ao exercício do mandato ou às atividades da Câmara Municipal;
VI - desempenho de suas funções em Comissões Permanentes ou Comissões Temporárias da Câmara Municipal;
VII - calamidade, caso fortuito ou força maior; ou
VIII - casos decididos pelo Presidente da Câmara Municipal.
§ 2º O Vereador poderá justificar suas ausências no prazo de dez dias, contado da data da respectiva reunião, independentemente de notificação, mediante protocolo da justificativa na Secretaria Legislativa ou registro no sistema eletrônico do processo legislativo (SAPL), cabendo a decisão ao Presidente da Câmara Municipal.
§ 3º No caso do § 1º, II, fica estabelecido que as faltas justificadas dos Vereadores e das Vereadoras serão de:
I - nove dias corridos, por motivo de falecimento do cônjuge, companheiro(a), ascendente, descendente, irmão, sogra ou sogro, ou de pessoa que, declaradamente, viva sob sua dependência, contados a partir do dia útil subsequente ao óbito; ou
II - cinco dias corridos, em virtude de casamento ou de escritura pública de união estável, contados a partir do primeiro dia útil após a data dos eventos mencionados, conforme documentos comprobatórios a serem entregues na Secretaria Administrativa.
§ 4º O Vereador que faltar, sem justificativa à reunião da Comissão ficará sujeito ao desconto correspondente a quinze por cento do subsídio mensal a que fizer *jus*, por ausência registrada.
§ 5º As faltas justificadas, com fundamento no disposto neste artigo, não serão descontadas do subsídio dos Vereadores.

Seção IV
Das Comissões Temporárias

Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 111. Comissões Temporárias são as constituídas com finalidades especiais e se extinguem com o término da Legislatura, ou antes dele, quando atingidos os fins para os quais foram constituídas.
Art. 112. As Comissões Temporárias poderão ser:
I - Comissões de Assuntos Relevantes;
II - Comissões de Representação;
III - Comissões Processantes; e
IV - Comissões Parlamentares de Inquérito.
Art. 113. Aplicar-se-á às Comissões Temporárias, no que couber e no que não conflitar com esta Seção, o disposto para as Comissões Permanentes.

Subseção II
Das Comissões de Assuntos Relevantes

Art. 114. Comissões de Assuntos Relevantes são aquelas que se destinam à elaboração e apreciação de estudos de problemas municipais e à tomada de posição da Câmara Municipal em assuntos de reconhecida relevância.
§ 1º As Comissões de Assuntos Relevantes serão constituídas mediante apresentação de Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples.

§ 2º O Projeto de Resolução a que alude o § 1º deste artigo, independentemente de parecer, terá uma única discussão e votação, na ordem do dia da mesma sessão de sua apresentação.
§ 3º O Projeto de Resolução que constitui a Comissão de Assuntos Relevantes deverá indicar, necessariamente:
I - a finalidade, devidamente fundamentada;
II - o número de membros, não superior a cinco;
III - o prazo de funcionamento, não superior a doze meses; e
IV - o cronograma de trabalho e os objetivos que se busca alcançar com a respectiva Comissão.
§ 4º Ao Presidente da Câmara Municipal caberá indicar os Vereadores que comporão a Comissão de Assuntos Relevantes, assegurando-se, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos.
§ 5º O primeiro ou o único signatário do Projeto de Resolução que propõe a criação da Comissão de Assuntos Relevantes obrigatoriamente dela fará parte, na qualidade de seu Presidente.
§ 6º Concluídos seus trabalhos, a Comissão de Assuntos Relevantes elaborará parecer sobre a matéria, o qual será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, para sua leitura em Plenário, na primeira Sessão Ordinária subsequente.
§ 7º Do parecer será extraída cópia eletrônica, pela Secretaria da Câmara Municipal, ao Vereador que a solicitar.
§ 8º Se a Comissão de Assuntos Relevantes deixar de concluir seus trabalhos dentro do prazo estabelecido, ficará automaticamente extinta, salvo se o Plenário houver aprovado, em tempo hábil, prorrogação de seu prazo de funcionamento, por meio de Requerimento aprovado pelo Plenário, em Sessão Ordinária ou Extraordinária.
§ 9º Não caberá constituição de Comissão de Assuntos Relevantes para tratar de assuntos de competência de qualquer das Comissões Permanentes.

Subseção III
Das Comissões de Representação

Art. 115. As Comissões de Representação têm por finalidade representar a Câmara Municipal em atos externos, de caráter social ou cultural, inclusive participação em congressos.
§ 1º As Comissões de Representação serão constituídas:
I - mediante Projeto de Resolução, aprovado por maioria simples e submetido à discussão e votação única, na sessão seguinte à de sua apresentação, se acarretar despesas; ou
II - mediante simples Requerimento, submetido à discussão e votação única, na mesma sessão de sua apresentação, quando não acarretar despesas.
§ 2º No caso do inciso I do § 1º deste artigo, será obrigatoriamente ouvida a Comissão de Finanças e Orçamentos, no prazo de três dias, contados da apresentação do respectivo projeto.
§ 3º Qualquer que seja a forma de constituição da Comissão de Representação, o ato constitutivo deverá conter:
I - a finalidade;
II - o número de membros, não superior a cinco; e
III - o prazo de duração.
§ 4º Os membros da Comissão de Representação serão nomeados pelo Presidente da Câmara Municipal, que poderá, a seu critério, integrá-la ou não, observada, sempre que possível, a representação proporcional dos Partidos.
§ 5º A Comissão de Representação será sempre presidida pelo único ou pelo primeiro dos signatários da Resolução que a criou, quando dela não fizer parte o Presidente ou o Vice-Presidente da Câmara Municipal.
§ 6º Os membros da Comissão de Representação constituída nos termos do inciso I do § 1º deste artigo deverão apresentar ao Plenário relatório das atividades desenvolvidas durante a representação, bem como prestação de contas das despesas efetuadas, no prazo de dez dias após o término.

Subseção IV
Das Comissões Processantes

Art. 116. As Comissões Processantes serão constituídas com as seguintes finalidades:
I - apurar infrações político-administrativas do Prefeito e dos Vereadores, no desempenho de suas funções, nos termos deste Regimento; e
II - destituição dos membros da Mesa, nos termos do art. 54 deste Regimento.
Art. 117. A Comissão Processante instituída com fundamento no art. 116, I, observará as normas de processo e julgamento previstas na legislação federal, em especial no Decreto-Lei Federal nº 201, de 27 de fevereiro de 1967, ou em outra lei que venha a lhe substituir.

Subseção V
Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art. 118. As Comissões Parlamentares de Inquérito destinar-se-ão a apurar irregularidades sobre fato determinado que se incluam na competência municipal.
Parágrafo único. Aplicam-se, de modo subsidiário e supletivo, ao trabalho das Comissões Parlamentares de Inquérito, as regras procedimentais do Código de Processo Penal e a legislação federal pertinente às garantias de oitiva e testemunho.
Art. 119. As Comissões Parlamentares de Inquérito serão constituídas mediante Requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal.
Parágrafo único. O Requerimento de constituição deverá conter:
I - a especificação do fato ou dos fatos a serem apurados;
II - o número de membros que integrarão a Comissão, não podendo ser inferior a três nem superior a sete Vereadores;
III - o prazo de seu funcionamento, que não poderá ser superior a noventa dias e correrá, inclusive, durante o recesso parlamentar; e
IV - a indicação, se for o caso, dos Vereadores que servirão como testemunhas.
Art. 120. Preenchidos os requisitos previstos nesta Subseção, o Presidente da Câmara Municipal:
I - nomeará, de imediato, o autor da proposição como Presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, sendo os demais membros sorteados entre os Vereadores desimpedidos;
II - mediante Ato, criará a Comissão Parlamentar de Inquérito; e
III - publicará o Ato de constituição no Diário Oficial.
§ 1º Consideram-se impedidos os Vereadores que estiverem envolvidos no fato a ser apurado, aqueles que tiverem interesse pessoal na apuração e os que forem indicados para servir como testemunhas.
§ 2º Não havendo número de Vereadores desimpedidos suficiente para a formação da Comissão, as vagas serão preenchidas por meio de sorteio entre os Vereadores que inicialmente se encontravam impedidos.
§ 3º Os Vereadores que assinarem o Requerimento para instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito, em nenhuma hipótese, poderão recusar-se a dela participar, salvo se estiverem impedidos.
§ 4º Não será criada Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando pelo menos três.
Art. 121. Composta a Comissão Parlamentar de Inquérito, seu Presidente designará, desde logo, Relator e membros.
Art. 122. Caberá ao Presidente da Comissão designar local, horário e data das reuniões e requisitar servidor, se for o caso, para secretariar os trabalhos da Comissão.
§ 1º As reuniões das Comissões Parlamentares de Inquérito serão públicas, reservadas ou secretas.
§ 2º As reuniões serão reservadas quando a matéria puder ser discutida na presença de servidores a serviço da Comissão, membros credenciados e terceiros devidamente convidados.
§ 3º As reuniões serão secretas quando a matéria a ser apreciada somente permitir a presença de Vereadores e Vereadoras, ressalvada a presença de advogado do depoente, quando de sua oitiva, hipótese em que servirá como Secretário da Comissão, por designação do Presidente, um dos seus membros, salvo deliberação em contrário.
§ 4º A Comissão poderá reunir-se em qualquer local.
Art. 123. As reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito somente serão realizadas com a presença da maioria de seus membros.
Art. 124. Todos os atos e diligências da Comissão serão registrados e autuados em processo próprio, preferencialmente em meio digital, observados a ordem cronológica, a identificação e a data dos documentos, bem como a assinatura dos responsáveis e, quando se tratar de depoimentos, dos respectivos depoentes.

Art. 125. Os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, no interesse da investigação, poderão, em conjunto:
I - proceder a vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
II - requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários; e
III - dirigir-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhes competirem.
Parágrafo único. O prazo para que os responsáveis pelos órgãos da administração direta e indireta prestem as informações e encaminhem os documentos requisitados pelas Comissões Parlamentares de Inquérito é de quinze dias, prorrogáveis por igual período, desde que solicitado e devidamente justificado.
Art. 126. No exercício de suas atribuições, poderão, ainda, as Comissões Parlamentares de Inquérito, por meio de seu Presidente:
I - determinar as diligências que reputarem necessárias;
II - requerer a convocação de Secretário Municipal ou de autoridades vinculadas diretamente ao Poder Executivo;
III - tomar o depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso; e
IV - proceder a verificações contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da administração direta e indireta.
Art. 127. O não atendimento das determinações contidas nos arts. 125 e 126 deste Regimento, no prazo estipulado, faculta ao Presidente da Comissão solicitar, na conformidade da legislação federal, a intervenção do Poder Judiciário.
Art. 128. As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho, previstas na legislação penal, e, em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao Juiz Criminal da localidade onde residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.
Art. 129. Caso não conclua seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão ficará extinta, salvo se, antes do término do prazo, seu Presidente requerer a prorrogação por igual ou menor prazo e o Requerimento for aprovado pelo Plenário da Câmara Municipal, em Sessão Ordinária ou Extraordinária.
Parágrafo único. Esse Requerimento considerar-se-á aprovado se obtiver o voto favorável de um terço dos membros da Câmara Municipal.
Art. 130. A Comissão concluirá seus trabalhos por Relatório Final, que deverá conter:
I - a exposição dos fatos submetidos à apuração;
II - a exposição e a análise das provas colhidas;
III - a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
IV - a conclusão sobre a autoria dos fatos apurados como existentes; e
V - a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal e a indicação das autoridades ou pessoas que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.
Art. 131. Considera-se Relatório Final o elaborado pelo Relator, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão.
Art. 132. Rejeitado o Relatório a que se refere o art. 131, considera-se Relatório Final o elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo Presidente da Comissão.
Art. 133. O Relatório será assinado, primeiramente, por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros da Comissão.
Parágrafo único. Poderá o membro da Comissão exarar seu voto em separado, nos termos do art. 105, § 3º, deste Regimento.
Art. 134. Elaborado e assinado o Relatório Final, será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, para ser lido em Plenário, na fase do pequeno expediente da primeira Sessão Ordinária subsequente.
Art. 135. A Secretaria da Câmara Municipal deverá fornecer cópia eletrônica do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independentemente de Requerimento.
Art. 136. O Relatório Final independerá de apreciação do Plenário, devendo o Presidente da Câmara Municipal dar-lhe encaminhamento, de acordo com as recomendações nele propostas.

TÍTULO III
DOS VEREADORES

CAPÍTULO I
DOS DIREITOS, DEVERES E SANÇÕES

Art. 137. Além daqueles previstos na Constituição Federal e na legislação estadual e municipal, são direitos dos Vereadores:
I - exercer com liberdade o seu mandato;
II - fazer respeitar as prerrogativas do Poder Legislativo;
III - ter a palavra no Plenário e na Tribuna, na forma regimental, com exceção do disposto no Código de Ética e Decoro Parlamentar;
IV - gozar de licença, na forma regimental.
V - participar das discussões e deliberações do Plenário, salvo em caso de impedimento;
VI - votar e concorrer aos cargos na eleição da Mesa;
VII - apresentar proposições e projetos legislativos;
VIII - cooperar com a Mesa para ordem e eficiência dos trabalhos;
IX - usar os Recursos previstos neste Regimento.
Art. 138. Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara, excesso que deva ser reprimido ou conduta incompatível com a dignidade do cargo, o Presidente tomará as providências seguintes, conforme a gravidade da infração:
I - advertência verbal em Plenário;
II - suspensão imediata do uso da palavra ou cassação da palavra;
III - determinação para retirar-se do recinto do Plenário;
IV - suspensão da sessão para entendimento no gabinete da Presidência ou sala da Secretaria;
Parágrafo único. O Presidente poderá requisitar o auxílio de força policial sempre que entender necessário para manter a ordem, o decoro da Câmara e o regular andamento dos trabalhos.

CAPÍTULO II
DA LICENÇA E SUBSTITUIÇÃO

Art. 139. O Vereador poderá licenciar-se do exercício do mandato estritamente nos casos e termos previstos no art. 17 Lei Orgânica Municipal.
Art. 140. Os requerimentos de licença deverão ser dirigidos ao Presidente da Câmara, cabendo a este dar o devido encaminhamento.
Parágrafo único. Encontrando-se o Vereador impossibilitado, física ou mentalmente, de subscrever o requerimento de licença, para tratamento de saúde, a iniciativa caberá ao líder ou a qualquer outro Vereador.
Art. 141. Em caso da incapacidade civil absoluta, julgada por sentença de interdição, será o Vereador suspenso do exercício do mandato, sem perda da remuneração, enquanto durarem os seus efeitos.
§ 1º A suspensão ao mandato, neste caso, será declarada pelo Presidente, na primeira Sessão que se seguir ao conhecimento da sentença de interdição.
§ 2º A convocação de Suplente, na hipótese deste artigo, somente ocorrerá quando a suspensão for superior a cento e vinte dias.
§ 3º O Vereador suspenso que passar a perceber benefício previdenciário pelo Regime Geral de Previdência Social - RGPS não fará jus à complementação do subsídio pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO III
DA VAGA DE VEREADOR

Art. 142. As vagas de Vereador verificar-se-ão em virtude de:
I - cassação;
II - extinção.
§ 1º A cassação do mandato de Vereador, dar-se-á mediante o devido processo, observado o direito ao contraditório e à ampla defesa, nos casos, e de acordo, com o processo disciplinado em lei federal.
§ 2º O Decreto-Lei Federal n. 201, de 27 de fevereiro de 1967, regulamenta os casos e procedimentos previstos neste artigo.
Art. 143. A extinção do mandato, em virtude de faltas às Sessões, obedecerá ao seguinte procedimento:
I - constatado que o Vereador incidiu, no número de faltas previsto no art. 16, III, da Lei Orgânica Municipal, o Presidente comunicar-lhe-á este fato por escrito e, sempre que possível, pessoalmente, a fim de que apresente a defesa que tiver, no prazo de quinze dias;
II - findo esse prazo, apresentada a defesa, ao Presidente compete deliberar a respeito;
III - não apresentada a defesa no prazo previsto no inciso II desse artigo, ou julgada improcedente, o Presidente declarará extinto o mandato, na primeira Sessão subsequente.
§ 1º Para os efeitos deste artigo, computa-se a ausência dos Vereadores, mesmo que a Sessão não se realize por falta de quórum,

excetuados somente aqueles que compareceram e assinaram a respectiva presença.
§ 2º Considera-se não comparecimento nos termos do art. 149 deste Regimento.
§ 3º A presença de que trata o § 2º deste artigo será realizada por meio físico ou meio eletrônico, nos termos definidos pela Presidência da Câmara.

CAPÍTULO IV
DO SUPLENTE DE VEREADOR

Art. 144. O Suplente será convocado nos termos da Lei Orgânica.
§ 1º Quando a Lei Orgânica Municipal condicionar a convocação do suplente à licença ou ao afastamento do Vereador titular por período superior a cento e vinte dias, a substituição somente se aperfeiçoará após o transcurso integral desse prazo, não sendo admitida a convocação do suplente antes de completados cento e vinte dias de afastamento do titular.
§ 2º O Suplente poderá formalmente abdicar do direito ao exercício do cargo, em virtude de motivo justo a ser analisado pela Mesa Diretora, situação em que não perderá a qualidade de Suplente e a condição de exercício do cargo em futuras convocações, assegurando-lhe, nesta última hipótese, a precedência sobre os Suplentes subsequentes.
Art. 145. O Suplente de Vereador, quando no exercício do mandato, tem os mesmos direitos, prerrogativas, deveres e obrigações do Vereador, exceto de:
I - ocupar cargo na Mesa Diretora da Câmara Municipal, com exceção do disposto no art. 20 deste Regimento;
II - requerer licença do mandato.
Art. 146. Enquanto não ocorrer a posse do Suplente, o quórum será calculado em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO V
DOS SUBSÍDIOS DOS VEREADORES

Art. 147. Os Vereadores perceberão subsídio nos termos da Lei Orgânica e da Constituição Federal.
Parágrafo único. Ao Suplente convocado caberá remuneração durante o exercício da vereança.
Art. 148. Será atribuída falta, sujeita a desconto da remuneração, ao Vereador que não comparecer às Sessões Ordinárias, salvo motivo justo aceito pelo Presidente da Câmara.
§ 1º Para efeito de justificação das faltas, consideram-se motivos justos:
I - doença do Vereador ou de familiar, que necessite do acompanhamento do parlamentar, comprovada por atestado médico;
II - em caso de licenças de nojo ou gala;
III - por licença maternidade ou paternidade;
IV - desempenho de missões oficiais da Câmara ou do Município, que impeçam a presença do Vereador;
V - participação em cursos de capacitação, visitas técnicas à Assembleia Legislativa, ao Congresso Nacional, a Secretarias de Estado, Ministérios e demais órgãos ou entidades públicas, bem como em agendas institucionais de interesse público relacionadas ao exercício do mandato ou às atividades da Câmara Municipal;
VI - por estar desempenhando funções em Comissões da Câmara Municipal, nas hipóteses excepcionais em que a reunião coincida com o horário da sessão, especialmente em Comissões Parlamentares de Inquérito e em Comissões Processantes, observado, quanto às Comissões Permanentes, o disposto no art. 95 deste Regimento;
VII - em virtude de calamidade, caso de caso fortuito ou força maior.
VIII - em casos decididos pelo Presidente da Câmara.
§ 2º O prazo para o Vereador justificar suas faltas é de dez dias, contado da data da realização da sessão, independente de notificação, devendo a justificativa ser protocolada na Secretaria Legislativa ou registro no sistema eletrônico do processo legislativo (SAPL), cabendo a decisão ao Presidente da Câmara Municipal.
§ 3º O Vereador que deixar de comparecer à sessão plenária sem motivo justo, devidamente comprovado e aceito na forma deste artigo, sofrerá o desconto de quinze por cento de seu subsídio mensal por sessão em que se verificar a ausência injustificada.
§ 4º As faltas justificadas, com fundamento no disposto neste artigo, não serão descontadas da remuneração dos Vereadores.
Art. 149. Considera-se como presente à Sessão plenária, o Vereador que assinar a presença por meio físico ou eletrônico e que participar da votação de todas as proposições em pauta na ordem do dia, ressalvados os casos de abstenção ou impedimento.
§ 1º Computa-se a ausência dos Vereadores ainda que, por falta de quórum, a sessão não se realize.
§ 2º Para efeito do disposto neste Capítulo, somente serão consideradas as Sessões Ordinárias.

TÍTULO IV
DAS SESSÕES DA CÂMARA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 150. As sessões da Câmara serão públicas e classificam-se em:
I - ordinárias, realizadas nos dias e horários fixados regimentalmente;
II - extraordinárias, quando realizadas em dia ou horário diversos dos fixados para as reuniões ordinárias;
III - solenes, quando destinadas a comemoração ou homenagem;
IV - itinerantes; e
V - especiais, para fins não especificados neste Regimento.
§ 1º As sessões ordinárias serão realizadas semanalmente, em dia e horário estabelecidos no art. 166 deste Regimento, admitida a realização em dia, horário e local diversos quando se tratar de sessão itinerante, mediante decisão do Presidente.
§ 2º Recaindo a sessão ordinária em feriado ou ponto facultativo, o Presidente designará o novo dia para a sua realização, permanecendo a sessão com a natureza de ordinária.
Art. 151. Qualquer cidadão poderá assistir às sessões e reuniões da Câmara, na parte do recinto que lhe é reservada, desde que:
I - esteja decentemente trajado;
II - não porte armas;
III - conserve-se em silêncio durante os trabalhos, de modo a não os perturbar;
IV - respeite os Vereadores e os servidores; e
V - atenda às determinações da Mesa.
Parágrafo único. Pela inobservância destas disposições, poderá o Presidente determinar a retirada do recinto de todas ou de qualquer pessoa, sem prejuízo de outras medidas.
Art. 152. O recinto do Plenário, durante as sessões, é privativo de:
I - Vereadores;
II - convidados;
III - servidores da Câmara Municipal, podendo, inclusive, manifestarem-se para prestar quaisquer esclarecimentos que a Mesa ou qualquer Vereador solicitarem;
IV - cidadãos autorizados pela Mesa Diretora.
§ 1º A critério do Presidente, poderão ser convocados servidores da Secretaria Administrativa necessários ao andamento eficiente dos trabalhos.
§ 2º A convite da Presidência, por iniciativa própria ou sugestão de qualquer Vereador, poderão assistir aos trabalhos, no recinto do Plenário, autoridades federais, estaduais e municipais e personalidades que se resolva homenagear.
§ 3º Os visitantes recebidos no Plenário, em dias de sessão, serão introduzidos por um Vereador designado pelo Presidente.
§ 4º A saudação oficial ao visitante será feita, em nome da Câmara, pelo Vereador que o Presidente designar para esse fim, podendo o visitante discursar para agradecê-la.
§ 5º Durante as sessões, o acesso ao recinto do Plenário restringe-se aos Vereadores e aos servidores da Câmara Municipal, admitindo-se o ingresso de outras pessoas somente quando acompanhadas de Vereador, ressalvado o disposto nos §§ 1º a 4º deste artigo.
§ 6º Os membros da imprensa somente terão acesso ao recinto do Plenário após o encerramento da sessão.
§ 7º A suspensão da sessão não autoriza o acesso da imprensa ao recinto do Plenário, salvo mediante convite expresso do Presidente.
Art. 153. Quórum é o número mínimo de Vereadores presentes para a realização da sessão.
§ 1º Salvo as sessões solenes e especiais e a hipótese prevista no art. 194, § 1º, deste Regimento, as sessões serão abertas com a presença

da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, observado o disposto na Lei Orgânica Municipal.
§ 2º Para a fase de explicação pessoal, será exigida a presença mínima de um terço dos membros da Câmara Municipal.
Art. 154. Durante as sessões, o uso da palavra pelos Vereadores observará as seguintes regras:
I - nenhum Vereador poderá falar sem que a palavra lhe tenha sido concedida pelo Presidente;
II - ao falar em Plenário, o Vereador deverá utilizar o microfone próprio, permanecendo voltado para a Mesa, sendo vedado falar de costas para a Presidência, salvo quando estiver respondendo a apartes;
III - o Vereador que desejar fazer uso da palavra deverá aguardar a concessão pelo Presidente, observada a ordem regimental;
IV - caso o Vereador pretenda falar sem que lhe tenha sido concedida a palavra, ou permaneça indevidamente na tribuna, o Presidente deverá adverti-lo e convidá-lo a retomar o seu lugar;
V - se, apesar da advertência, o Vereador insistir em falar ou permanecer na tribuna, o Presidente declarará encerrada a sua manifestação;
VI - persistindo a conduta, o Presidente poderá adotar as providências regimentais cabíveis para a preservação da ordem dos trabalhos;
VII - ao fazer uso da palavra, o Vereador deverá dirigir-se ao Presidente, à Mesa ou aos Vereadores em geral, mantendo urbanidade, respeito e decoro parlamentar;
VIII - referir-se aos demais Vereadores com respeito e urbanidade, empregando tratamento condizente com a dignidade do cargo, a exemplo de:
a) "Senhor Vereador" ou "Senhora Vereadora";
b) "Vossa Excelência";
c) "Nobre Colega"; e
d) "Nobre Vereador" ou "Nobre Vereadora"; e
IX - é vedado ao Vereador referir-se a colegas, à Mesa, a autoridades, a servidores, a representantes do Poder Público ou a qualquer pessoa de forma descortês, injuriosa, caluniosa, difamatória ou incompatível com o decoro parlamentar.

Seção II
Das Sessões em Ambiente Virtual

Art. 155. As sessões ordinárias e extraordinárias serão realizadas em ambiente virtual nas seguintes hipóteses:
I - calamidade pública;
II - casos excepcionais declarados pelo Presidente; ou
III - recesso parlamentar.
§ 1º Entende-se como ambiente virtual a solução tecnológica que permite o debate e a declaração de voto dos parlamentares, dispensada a presença física nas dependências do Legislativo Municipal.
§ 2º Na convocação de sessão extraordinária deverá constar se a sessão será realizada em ambiente virtual.
§ 3º Nas sessões ordinárias, a realização em ambiente virtual constará da ordem do dia, observada a antecedência de sua divulgação prevista neste Regimento.
§ 4º Adotado o ambiente virtual, a Câmara Municipal divulgará a modalidade em seus canais de comunicação.
§ 5º A adoção do ambiente virtual terá caráter temporário e será formalizada por Portaria do Presidente da Câmara, que indicará o respectivo período de vigência, admitida a prorrogação enquanto persistir a hipótese que a fundamentou.
§ 6º As normas desta Seção poderão ser suplementadas por ato da Mesa Diretora.
§ 7º Não será permitida a utilização de inteligência artificial para substituir a presença do Vereador em reunião virtual.
Art. 156. O ambiente virtual terá como base uma ou mais plataformas que permitirão o debate entre os parlamentares e a votação com áudio e vídeo, observadas as seguintes diretrizes:
I - a publicidade das sessões realizadas por meio de ambiente virtual será assegurada pela transmissão simultânea pelos canais de mídia institucionais e pela disponibilização do áudio e do vídeo das sessões;
II - as soluções destinadas a gerenciar o áudio e o vídeo das sessões poderão valer-se de plataformas comerciais, desde que atendam aos requisitos definidos neste Regimento ou em sua regulamentação;
III - o ambiente virtual deverá permitir o acesso simultâneo de todos os parlamentares e da Mesa, que exercerá a mediação da sessão sob o comando direto do Presidente da Câmara Municipal;
IV - os problemas técnicos ou a falta de conexão que impeçam o uso da palavra pelo parlamentar não ensejam nulidade ou anulabilidade do ato.
Art. 157. Nas sessões plenárias realizadas em ambiente virtual será observado o procedimento regimental, devendo ser consignada expressamente a informação de que as deliberações foram tomadas em ambiente virtual.
Parágrafo único. O Vereador, obrigatoriamente, deve apresentar-se, simultaneamente, por imagem e voz durante toda a sessão e fará uso da palavra através do ambiente virtual.

Subseção Única
Da Participação do Vereador de Forma Remota

Art. 158. Havendo viabilidade técnica, o Vereador ausente do Plenário poderá participar dos debates e das votações de maneira remota, independentemente de motivo, mediante solicitação dirigida ao Presidente até às doze horas do dia da respectiva sessão.
§ 1º A participação remota de que trata este artigo é limitada a três vezes por Sessão Legislativa, não cumulativas.
§ 2º Não se computam no limite previsto no § 1º deste artigo as participações remotas ocorridas:
I - em Sessão convocada para realização em ambiente virtual; e
II - em Sessão Extraordinária.
Art. 159. A participação e o voto do Vereador em sessão realizada em ambiente virtual equiparam-se, para todos os efeitos, à participação e ao voto presenciais, computando-se a sua presença para fins de quórum.

Seção III
Da Publicidade

Art. 160. Será dada ampla publicidade às sessões da Câmara Municipal, facilitando-se o trabalho da imprensa e assegurando-se a transmissão integral das sessões, ao vivo, do início ao término, em canal oficial de redes sociais da Câmara.
§ 1º A Câmara Municipal poderá, mediante licitação, contratar emissora para a transmissão de suas sessões.
§ 2º A contratação de emissora não impede que qualquer outra emissora transmita as sessões da Câmara, livremente, sem qualquer custo e independentemente de aviso prévio.
§ 3º Nas sessões itinerantes, havendo impossibilidade técnica de transmissão ao vivo, a gravação da sessão será disponibilizada posteriormente no canal oficial.
§ 4º As gravações das sessões serão arquivadas pela Câmara Municipal por prazo indeterminado.
§ 5º A transmissão das sessões será mantida durante o período eleitoral, por constituir divulgação da atividade legislativa e não se confundir com a publicidade institucional vedada pela legislação eleitoral.
§ 6º A Câmara Municipal divulgará em seu sítio eletrônico oficial o calendário anual das sessões ordinárias.
§ 7º O calendário anual de que trata o § 6º tem caráter meramente informativo e provisório, não vinculando a realização das sessões ordinárias às datas nele previstas, as quais poderão ser alteradas na forma deste Regimento Interno.

Seção IV
Das Atas das Sessões

Art. 161. De cada sessão da Câmara Municipal será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, que conterá, no mínimo:
I - a identificação da sessão, com indicação de sua natureza, data, horário de abertura e de encerramento;
II - a composição da Mesa Diretora que dirigiu os trabalhos;
III - o nome dos Vereadores presentes, dos ausentes e daqueles que apresentaram justificativa de ausência;
IV - o registro das ocorrências da abertura da sessão, dos expedientes, das comunicações, das leituras realizadas e dos demais atos praticados em Plenário;
V - a relação das matérias lidas, discutidas, objeto de pedido de vista ou submetidas à deliberação;

VI - o resultado de cada deliberação, com indicação da matéria apreciada, do turno de votação, quando houver, e da forma de votação utilizada;
VII - o registro nominal do voto de cada Vereador em cada matéria submetida à votação, com indicação do voto favorável, do voto contrário, da abstenção e da ausência;
VIII - quando o Presidente não votar em razão de vedação regimental, o registro, no campo correspondente à votação nominal, da referência ao dispositivo deste Regimento Interno que fundamenta a impossibilidade de voto, na forma: "art. 35";
IX - nos casos de pedido de vista, a identificação da matéria e do Vereador que requereu a vista, conforme o caso;
X - a síntese dos pronunciamentos, debates, encaminhamentos de votação, questões de ordem, reclamações, recursos e demais manifestações relevantes para a compreensão dos trabalhos; e
XI - a indicação dos documentos, mídias, anexos ou registros eletrônicos que integrem ou complementem a ata.
§ 1º A ata será submetida à apreciação do Plenário na sessão subsequente.
§ 2º A ata será disponibilizada aos Vereadores no sistema eletrônico do processo legislativo, para verificação, conferência e conhecimento, com antecedência mínima de um dia útil antes da sessão em que será apreciada.
§ 3º A leitura da ata em Plenário será dispensada, podendo ser realizada mediante requerimento verbal de Vereador, aprovado pelo Plenário.
§ 4º Se não houver requerimento de leitura, retificação ou impugnação, a ata será considerada aprovada independentemente de votação.
§ 5º Havendo requerimento de retificação, o Presidente consultará o Plenário e, se não houver contestação, a ata será considerada aprovada com a alteração proposta.
§ 6º Havendo contestação ao pedido de retificação, o Plenário deliberará sobre a alteração proposta.
§ 7º O pedido de impugnação da ata deverá indicar, de forma fundamentada, a nulidade, a omissão relevante ou a incompatibilidade do registro com os fatos ocorridos na sessão, e será submetido à deliberação do Plenário.
§ 8º Aprovada a ata, será assinada, preferencialmente de forma eletrônica, por todos os Vereadores, inclusive pelos que tenham faltado à sessão a que ela se refere, os quais a assinarão na sessão em que for apreciada.
§ 9º A íntegra de discurso e a declaração de voto constarão da ata a pedido do Vereador, como prerrogativa, independentemente de deliberação.
§ 10. Os apartes não serão registrados nem transcritos na ata da sessão.
Art. 162. A ata da última Sessão de cada ano será redigida, apreciada e aprovada na mesma Sessão, com qualquer número de Vereadores presentes, antes de seu encerramento, podendo a Sessão ser suspensa para a conclusão desses trabalhos.
Parágrafo único. Aprovada a ata de que trata o *caput*, será assinada, preferencialmente de forma eletrônica, pelos Vereadores presentes.

Seção V
Da Suspensão, do Encerramento e da Prorrogação das Sessões

Art. 163. A sessão poderá ser suspensa, dentre outros casos decididos pelo Presidente da sessão, para:
I - manutenção da ordem;
II - recepcionar visitantes ilustres;
III - ouvir o Jurídico ou a equipe técnica de apoio ao Plenário e à Mesa;
IV - esclarecimento de dúvida sobre a matéria em discussão;
V - deliberação das Comissões, conforme as regras estabelecidas neste Regimento; ou
VI - registros fotográficos realizados em solenidades de entrega de honrarias e após o uso da Tribuna Livre ou a participação dos convidados.
Parágrafo único. A sessão poderá ser suspensa em outras hipóteses, por decisão do Presidente ou mediante requerimento de Vereador aprovado pelo Plenário.
Art. 164. A sessão ordinária encerrar-se-á às vinte e uma horas, podendo ser prorrogada uma única vez, por até uma hora, mediante requerimento de qualquer Vereador ou do Presidente, deliberado pelo Plenário em votação simbólica.
Art. 165. A sessão será encerrada nos seguintes casos:
I - pelo Presidente, dentre outras hipóteses:
a) por falta de quórum regimental para a abertura ou a continuação dos trabalhos;
b) caso sua continuidade comprometa a ordem dos trabalhos ou a segurança dos presentes;
c) em razão do término do prazo de duração da sessão, fixado no art. 164 deste Regimento, ressalvada a possibilidade de prorrogação;
II - pelo Plenário, em caráter excepcional, em razão de luto nacional, falecimento de autoridade ou alta personalidade, ou de grande calamidade pública, em qualquer fase dos trabalhos, mediante requerimento verbal aprovado por, no mínimo, dois terços dos Vereadores presentes.

CAPÍTULO II
DAS SESSÕES ORDINÁRIAS

Seção I
Das Disposições Preliminares

Art. 166. As sessões ordinárias serão semanais, realizando-se às segundas-feiras, com início às dezenove horas.
§ 1º Não havendo número para abrir a sessão, decorridos quinze minutos da hora, o Presidente, um membro da Mesa ou qualquer Vereador presente comunicará o fato aos demais e determinará a lavratura da ata declaratória, perdendo os ausentes o direito à remuneração do dia.
§ 2º Em qualquer hipótese, não poderá o Plenário tomar qualquer deliberação sem a presença da maioria de seus membros.
§ 3º Quando a extensão da pauta da ordem do dia o recomendar, o Presidente poderá, justificadamente, antecipar o início da sessão ordinária para as dezoito horas e trinta minutos.
§ 4º A antecipação de que trata o § 3º deste artigo será anunciada na sessão ordinária anterior, com o registro das razões, ou divulgada nos canais oficiais da Câmara Municipal com antecedência mínima de dois dias.
Art. 167. O início e o término das sessões ordinárias e extraordinárias serão feitos da seguinte forma:
I - no início, o Presidente dirá: "Sob a bênção e proteção de Deus e na defesa da liberdade, da igualdade e da justiça, declaro abertos os trabalhos da presente sessão.";
II - no final, o Presidente dirá: "Declaro encerrada a presente sessão.".
§ 1º Após o cumprimento do disposto no inciso I deste artigo, será realizada a leitura de trecho da Bíblia, em sistema de rodízio entre os Vereadores, organizado pela Secretaria Administrativa.
§ 2º Na ausência ou recusa do Vereador a quem couber a leitura, esta será realizada pelo Vereador seguinte na ordem do rodízio.

Seção II
Das Partes da Sessão

Art. 168. A sessão ordinária dividir-se-á em cinco partes sucessivas:
I - pequeno expediente;
II - das tribunas e da participação de convidados
III - grande expediente;
IV - ordem do dia; e
V - explicação pessoal.
§ 1º A ordem do dia deverá estar à disposição dos Vereadores até às dezessete horas do dia útil que anteceder a realização da sessão.
§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo:
I - às proposições em regime de urgência urgentíssima, que poderão ser incluídas na ordem do dia, conforme dispõe o arts. 264;
II - aos requerimentos de informação, que poderão ser apresentados até às onze horas do dia da realização da sessão; e
III - aos requerimentos verbais, nos termos do art. 298 deste Regimento.
§ 3º O Presidente poderá, de ofício, retirar proposição da ordem do dia até o início da sessão, comunicando o fato ao Plenário e determinando sua reinclusão em pauta na sessão ordinária subsequente.
Art. 169. Em todas as fases da sessão, a ordem de manifestação dos Vereadores inscritos iniciará pelo Vereador que houver realizado a

leitura do trecho da Bíblia, prosseguindo-se em sentido horário, a partir de sua posição no Plenário.
§ 1º As inscrições para o uso da palavra serão realizadas junto à Secretaria da Câmara Municipal, que efetuará o respectivo registro no sistema eletrônico, no momento aberto pelo Presidente em cada fase.
§ 2º Havendo falha no sistema que impeça o registro da inscrição, o fato deverá ser comunicado imediatamente após o encerramento do prazo de inscrição, para que seja promovida a inscrição manual.
§ 3º O Vereador inscrito que não estiver presente no momento em que for chamado pelo Presidente, observada a ordem prevista neste artigo, perderá o direito ao uso da palavra na respectiva fase.

Subseção I
Do Pequeno Expediente

Art. 170. O pequeno expediente destina-se à apreciação da ata da sessão anterior, à leitura dos sumários dos documentos e das proposições recebidos, à apresentação das proposições dos Vereadores e às comunicações da Presidência.
§ 1º Considera-se sumário, para os efeitos deste Regimento, a indicação do número do documento ou da proposição, do assunto ou da ementa e do remetente ou autor.
§ 2º A leitura integral de qualquer documento ou proposição somente ocorrerá por decisão do Presidente, de ofício ou mediante requerimento por este deferido.
Art. 171. O Presidente determinará ao Secretário a leitura do roteiro do pequeno expediente, limitada aos sumários, observada a seguinte ordem:
I - expedientes recebidos do Prefeito, inclusive as ementas dos requerimentos de informação respondidos pelo Executivo;
II - expedientes recebidos de terceiros; e
III - expedientes apresentados pelos Vereadores.
Parágrafo único. Na leitura dos sumários das proposições, será observada a seguinte ordem:
I - propostas de emenda à Lei Orgânica;
II - projetos de lei complementar;
III - projetos de lei;
IV - projetos de decreto legislativo;
V - projetos de resolução;
VI - requerimentos de regime de urgência;
VII - demais requerimentos;
VIII - moções;
IX - recursos; e
X - demais proposições.
Art. 172. Os requerimentos apresentados no pequeno expediente que não dependam de deliberação do Plenário, nos termos dos arts. 294 e 295 deste Regimento, serão decididos pelo Presidente.
Parágrafo único. Serão apreciados no pequeno expediente os requerimentos de urgência urgentíssima e os requerimentos de urgência simples.
Art. 173. No pequeno expediente, qualquer Vereador poderá requerer verbalmente um minuto de silêncio em memória de falecidos ou em sinal de solidariedade, cabendo ao Presidente decidir de plano.

Subseção II
Das Tribunas e da Participação de Convidados

Art. 174. A fase das tribunas e da participação de convidados destina-se ao uso da palavra por pessoas que não integram a Câmara Municipal, para tratar de assunto de interesse público, e compreende:
I - a participação de convidados;
II - a Tribuna Livre; e
III - a Tribuna Oficial.
Parágrafo único. A participação externa observará as regras próprias de cada modalidade, previstas nesta Subseção, e não importará, em nenhuma hipótese, direito a voto, a apresentação de proposição ou a intervenção nas deliberações do Plenário.
Art. 175. A fase de participação dos convidados será reservada à manifestação de representantes de órgãos públicos, entidades ou pessoas convidadas pela Mesa Diretora, para tratar de assunto de interesse público.
§ 1º A participação de convidados dependerá de requerimento ou indicação prévia, com a identificação do convidado e do assunto a ser tratado, cabendo ao Presidente da Câmara analisar e decidir sobre o pedido de convite.
§ 2º Será admitida a manifestação de apenas um orador convidado por sessão, pelo prazo máximo de dez minutos, vedada a prorrogação, salvo deliberação do Plenário.
§ 3º A manifestação do convidado deverá limitar-se ao assunto informado no pedido de convite ou inscrição, cabendo ao Presidente adverti-lo em caso de desvio de finalidade ou de conduta incompatível com a ordem dos trabalhos.
§ 4º A participação de convidados não constituirá Tribuna Livre nem importará em convocação ou comparecimento obrigatório.
Art. 176. A Câmara Municipal realizará, uma vez por mês, a Tribuna Livre, espaço democrático destinado à manifestação de entidades representativas de setores sociais e de cidadãos interessados em tratar de assuntos de interesse público.
§ 1º A utilização da Tribuna Livre dependerá de inscrição prévia e de deferimento pela Mesa Diretora, por maioria simples, em reunião presencial ou virtual, observado o disposto neste Regimento.
§ 2º Poderão requerer o uso da Tribuna Livre:
I - entidades representativas de setores sociais, regularmente constituídas e em funcionamento; e
II - cidadãos, independentemente de domicílio eleitoral no Município, desde que a matéria a ser exposta seja de interesse público.
§ 3º No uso da Tribuna Livre será admitida a manifestação de apenas um orador, pelo prazo máximo de dez minutos, vedada a prorrogação, salvo deliberação do Plenário.
§ 4º Quando a inscrição for formulada por entidade, o tempo previsto no § 3º deste artigo poderá ser utilizado por mais de uma pessoa indicada pela entidade, desde que todas tratem do mesmo assunto informado no ato da inscrição, vedada a ampliação do tempo.
Art. 177. Consideram-se entidades representativas de setores sociais, para fins de uso da Tribuna Livre:
I - entidades científicas e culturais;
II - entidades de defesa dos direitos humanos e da cidadania;
III - sindicatos, associações profissionais e entidades de classe;
IV - associações de moradores e suas federações;
V - entidades estudantis;
VI - entidades assistenciais de cunho filantrópico; e
VII - outras entidades da sociedade civil regularmente constituídas, desde que comprovada a pertinência entre sua finalidade institucional e a matéria a ser exposta.
Art. 178. Para a utilização da Tribuna Livre deverão ser observadas as seguintes exigências:
I - inscrição prévia na Secretaria da Câmara em até um dia útil antes da sessão;
II - indicação expressa, no ato da inscrição, da matéria a ser exposta;
III - comprovação de existência legal e regular funcionamento, quando se tratar de entidade;
IV - indicação do orador ou dos oradores que farão uso da palavra;
V - apresentação de justificativa quanto ao interesse público da matéria; e
VI - observância do intervalo mínimo de seis meses para nova utilização da Tribuna Livre pela mesma entidade ou pelo mesmo cidadão.
§ 1º A Secretaria da Câmara notificará o interessado acerca da data em que poderá fazer uso da Tribuna Livre, observadas a ordem de inscrição e a pauta das sessões.
§ 2º Ficará sem efeito a inscrição no caso de ausência do orador, hipótese em que o interessado somente poderá ocupar a Tribuna Livre mediante nova inscrição.
Art. 179. A Mesa Diretora poderá indeferir o uso da Tribuna Livre quando:
I - a matéria não for de interesse público;
II - o assunto não guardar relação com as competências do Poder Público Municipal ou com a atuação institucional da Câmara Municipal;
III - houver finalidade exclusivamente pessoal, comercial, partidária ou eleitoral;
IV - o pedido não atender às exigências previstas neste Regimento; ou
V - o conteúdo indicado puder configurar ofensa à honra, incitação à violência, discriminação ou violação às normas de decoro e urbanidade.
Parágrafo único. Da decisão de indeferimento caberá pedido de reconsideração à Mesa Diretora, no prazo de cinco dias úteis.

Art. 180. Fica vedado o uso da Tribuna Livre:
I - para propaganda político-partidária, eleitoral ou promoção pessoal de agente político, pré-candidato, candidato, partido político, federação partidária ou coligação;
II - para tratar de matéria estranha ao assunto informado no ato da inscrição;
III - para ataques pessoais, ofensas, expressões incompatíveis com o decoro parlamentar ou manifestações que comprometam a ordem dos trabalhos; e
IV - para divulgação de atividade comercial, promoção de produtos, serviços ou interesses exclusivamente privados.
§ 1º O uso da Tribuna Livre ficará suspenso no período compreendido entre a realização das convenções partidárias relativas às eleições municipais, estaduais ou federais e a data de realização do pleito.
§ 2º O Presidente poderá interromper o orador que se afastar da matéria inscrita, infringir as vedações deste artigo ou comprometer a ordem dos trabalhos, advertindo-o e, se necessário, cassando-lhe a palavra.
Art. 181. Encerrada a manifestação do orador da Tribuna Livre, poderá ser concedida a palavra aos Vereadores inscritos para comentários ou esclarecimentos relacionados ao assunto tratado.
§ 1º O tempo global dividido entre os Vereadores inscritos será de cinco minutos, distribuído na forma definida pelo Presidente.
§ 2º O Vereador responsável pelo convite ou pela indicação do uso da Tribuna Livre terá preferência para manifestação, pelo prazo de até três minutos.
§ 3º As manifestações dos Vereadores deverão limitar-se ao assunto tratado na Tribuna Livre, vedados o desvio de finalidade, a abertura de debate paralelo e a utilização do momento para discussão de matéria estranha ao tema apresentado.
Art. 182. A Tribuna Oficial destina-se ao uso da palavra pelo Prefeito Municipal, por Secretários Municipais e por representantes designados pelo Poder Executivo, para prestar informações ou esclarecimentos sobre assuntos de interesse do Município ou de suas respectivas áreas de atuação.
§ 1º O uso da Tribuna Oficial dar-se-á mediante solicitação do interessado ou convite da Câmara, deferidos pelo Presidente, com a indicação prévia do assunto a ser tratado.
§ 2º Quando se tratar de representante designado pelo Poder Executivo, a solicitação ou o convite deverá indicar expressamente a autoridade ou o servidor que fará uso da palavra, bem como o assunto a ser tratado.
§ 3º O orador da Tribuna Oficial disporá de até dez minutos, prorrogáveis pelo Presidente, facultadas perguntas dos Vereadores, pelo tempo que o Presidente fixar.
§ 4º O uso da Tribuna Oficial não se confunde com a convocação de Secretário Municipal, que observará o rito próprio previsto neste Regimento e na Lei Orgânica Municipal.

Subseção III
Do Grande Expediente

Art. 183. O grande expediente destina-se à manifestação dos Vereadores inscritos sobre tema livre de interesse público e à apresentação, à discussão e à deliberação dos requerimentos e das indicações, na forma deste Regimento.
§ 1º A inscrição para uso da palavra no grande expediente será realizada junto à Secretaria Administrativa da Câmara Municipal e registrada em sistema eletrônico.
§ 2º O registro da inscrição no sistema eletrônico será efetuado pela Secretaria, mediante solicitação do Vereador.
§ 3º As inscrições poderão ser realizadas até a abertura do grande expediente, ocasião em que o Presidente concederá o prazo final de quinze segundos para as últimas inscrições, encerrando-se, após esse prazo, a possibilidade de inscrição.
§ 4º Os oradores farão uso da palavra respeitada a ordem estabelecida no art. 169 deste Regimento.
§ 5º Cada Vereador inscrito poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até quinze minutos, prorrogável uma única vez, por mais cinco minutos, pelo Presidente.
§ 6º Sobre a manifestação do orador, poderão os demais Vereadores debater, pelo prazo de até três minutos cada um, sem desconto do tempo do orador.
Art. 184. Os requerimentos e as indicações de autoria do orador, apresentados durante o seu uso da palavra ou lidos no pequeno expediente, serão discutidos e votados logo após o encerramento de sua manifestação, quando sujeitos à deliberação do Plenário, salvo os que, por disposição deste Regimento, devam ser apreciados na ordem do dia.
Parágrafo único. Os requerimentos e as indicações cujo autor não fizer uso da palavra no grande expediente serão votados ao final dessa fase, mediante anúncio do Presidente.
Art. 185. Será admitida a apresentação verbal de requerimento ou indicação, observado o limite de uma proposição por Vereador em cada sessão.
§ 1º O Vereador poderá, excetuado o disposto no *caput*, apresentar por escrito o requerimento ou a indicação no momento de sua formulação verbal.
§ 2º Na hipótese do *caput*, a proposição será reduzida a termo pelo Vereador, com o auxílio da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, até o primeiro dia útil seguinte ao da realização da sessão.
§ 3º O documento resultante da formulação verbal deverá ser assinado pelo Vereador autor, em confirmação de sua conformidade com o teor redigido, prosseguindo a proposição, após a assinatura, em sua tramitação regimental.
Art. 186. Mediante requerimento do autor de proposição em tramitação, deferido pelo Presidente, poderá ser ouvido no grande expediente especialista ou pessoa com conhecimento técnico sobre a matéria, pelo prazo de até quinze minutos, facultadas perguntas dos Vereadores.
Parágrafo único. A manifestação do especialista limitar-se-á à matéria da proposição indicada no requerimento.

Subseção IV
Da Ordem do Dia

Art. 187. Encerrado o grande expediente, o Presidente verificará a presença da maioria absoluta dos Vereadores, preferencialmente por meio do sistema eletrônico, para dar início à ordem do dia.
§ 1º A ordem do dia somente será iniciada com a presença da maioria absoluta dos Vereadores.
§ 2º Não se verificando o quórum regimental, o Presidente aguardará cinco minutos e, persistindo a falta da maioria absoluta dos Vereadores, declarará aberta a fase de explicação pessoal.
Art. 188. A ordem do dia é a fase da sessão destinada à discussão e à deliberação das matérias previamente organizadas em pauta.
Parágrafo único. A pauta conterá a relação das matérias a serem apreciadas, com a indicação da espécie, do número, da autoria e da ementa de cada proposição, observados o horário de disponibilização, nos termos do art. 168, § 1º deste Regimento.
Art. 189. A pauta da ordem do dia será organizada observando-se a seguinte ordem de preferência:
I - matérias em regime de urgência urgentíssima;
II - vetos;
III - matérias em regime de urgência constitucional;
IV - matérias em regime de urgência simples;
V - matérias em regime de preferência, nos termos do art. 229 deste Regimento;
VI - proposta de emenda à Lei Orgânica, em segundo e em primeiro turno, nesta ordem;
VII - matérias em discussão única;
VIII - recursos; e
IX - demais proposições.
Parágrafo único. Obedecida essa classificação, as matérias figurarão, ainda, segundo a ordem cronológica de antiguidade.
Art. 190. O Presidente anunciará o item da pauta submetido à discussão e à votação, indicando a sua ementa.
Art. 191. Anunciado o item da pauta, o Presidente abrirá o período de inscrição dos oradores para a discussão da matéria, observadas a forma e a ordem de manifestação previstas no art. 169 deste Regimento.
Parágrafo único. O autor da proposição falará em primeiro lugar, antes dos demais oradores inscritos, observado, quanto ao Presidente, o disposto no art. 36 deste Regimento.
Art. 192. Na discussão das matérias constantes da ordem do dia, cada Vereador inscrito poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até cinco

minutos por proposição, com exceção do Vereador autor que dispõe de dez minutos por proposição de sua autoria.
§ 1º O Presidente poderá prorrogar o prazo de que trata o *caput* deste artigo.
§ 2º Será admitido aparte durante a discussão, pelo prazo de até dois minutos, sem desconto do tempo do orador.
§ 3º O orador poderá comunicar que não concederá apartes.
§ 4º O tempo de exibição de mídias, vídeos ou outros recursos audiovisuais será descontado do tempo do orador.
Art. 193. Na discussão das matérias constantes da ordem do dia, o autor da proposição poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até dez minutos, por proposição, para apresentação, defesa ou esclarecimento da matéria.
§ 1º O tempo previsto no *caput* deste artigo é assegurado exclusivamente ao autor da proposição, não se estendendo ao coautor, que fará uso da palavra na forma e no prazo destinados aos demais Vereadores inscritos.
§ 2º Na hipótese de proposta de emenda à Lei Orgânica, todos os Vereadores subscritores serão considerados autores para fins de uso da palavra, observado o prazo de até dez minutos para cada um.
§ 3º O Relator da matéria na Comissão competente poderá fazer uso da palavra pelo prazo global de até dez minutos, por proposição, exclusivamente quando estiver submetido à deliberação do Plenário o relatório, o parecer ou a manifestação da Comissão, inclusive em caso de recurso contra parecer pela inconstitucionalidade ou ilegalidade da proposição, para exposição de seus fundamentos.
§ 4º O Vereador que fizer uso da palavra na condição de autor da proposição, de autor de proposta de emenda à Lei Orgânica ou de Relator da matéria não poderá cumular esse tempo com o tempo destinado aos demais Vereadores inscritos para discussão da mesma proposição, devendo optar por uma única condição de fala.

Subseção V
Da Explicação Pessoal

Art. 194. Encerrada a ordem do dia, os Vereadores ficarão dispensados da presença regimental, seguindo-se a fase de explicação pessoal, destinada à manifestação dos Vereadores sobre atitudes pessoais assumidas durante a sessão ou no exercício do mandato.
§ 1º A fase de explicação pessoal somente será aberta se permanecerem presentes, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal.
§ 2º A inscrição para uso da palavra na fase de explicação pessoal será realizada junto à Secretaria Administrativa da Câmara Municipal e registrada em sistema eletrônico.
§ 3º O registro da inscrição no sistema eletrônico será efetuado pela Secretaria, mediante solicitação do Vereador.
§ 4º As inscrições poderão ser realizadas até a abertura da fase de explicação pessoal, ocasião em que o Presidente concederá o prazo final de quinze segundos para as últimas inscrições, encerrando-se, após esse prazo, a possibilidade de inscrição.
§ 5º Cada Vereador inscrito poderá fazer uso da palavra pelo prazo de até cinco minutos, observada a ordem de manifestação prevista no art. 169 deste Regimento.
§ 6º Não havendo Vereadores inscritos, ou encerradas as manifestações, o Presidente declarará encerrada a sessão.
§ 7º A fase de explicação pessoal observará as normas de publicidade da sessão, sendo assegurada a sua transmissão pelos meios oficiais disponíveis.
§ 8º A retirada dos Vereadores após o encerramento da ordem do dia não prejudicará a validade dos atos já praticados na sessão.

CAPÍTULO III
DAS SESSÕES EXTRAORDINÁRIAS NA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA

Art. 195. As sessões extraordinárias, no período ordinário da Sessão Legislativa, serão convocadas pelo Presidente da Câmara Municipal sempre que houver assunto de relevância e urgência, caso em que ficará dispensada a deliberação do Plenário.
§ 1º As sessões extraordinárias somente se realizarão para a apreciação de matérias relevantes e urgentes.
§ 2º A duração da sessão extraordinária será de tanto tempo quanto o necessário para serem deliberadas todas as proposições inseridas na sua convocação.
§ 3º O horário e o dia das sessões extraordinárias serão definidos pelo Presidente da Câmara.
§ 4º A convocação de sessão extraordinária não enseja o pagamento de qualquer parcela remuneratória ou indenizatória adicional.
Art. 196. Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita a comunicação apenas aos Vereadores ausentes.
§ 1º Quando realizada fora da sessão ordinária, a convocação para sessão extraordinária deverá ser feita com antecedência mínima de um dia útil, devendo o respectivo ato convocatório indicar expressamente a pauta da ordem do dia, com a identificação das matérias a serem submetidas à votação e o *link* de acesso a cada uma delas no sistema eletrônico do processo legislativo.
§ 2º Na hipótese de matéria sem parecer das Comissões competentes, constará da pauta da ordem do dia o respectivo requerimento de urgência urgentíssima, com a identificação da matéria a que se refere e o *link* de acesso correspondente no sistema eletrônico do processo legislativo.
§ 3º A convocação será comunicada aos Vereadores por aplicativo de mensagens, salvo em caso de inviabilidade técnica, hipótese em que a comunicação poderá ser realizada por meio do sistema de notificações do processo legislativo eletrônico ou outro meio escrito.
Art. 197. As sessões extraordinárias poderão compor-se das seguintes fases:
I - pequeno expediente; e
II - ordem do dia.
§ 1º O pequeno expediente, quando realizado, destinar-se-á exclusivamente à leitura das proposições.
§ 2º Durante o pequeno expediente, poderá ser formulado requerimento verbal para que proposição constante da pauta seja submetida ao regime de urgência urgentíssima, observado o procedimento previsto no art. 264 deste Regimento.
§ 3º Aplicam-se às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições relativas às sessões ordinárias.
Art. 198. Não serão admitidos pedidos de vista de proposições em tramitação nas sessões extraordinárias.
Art. 199. Os Vereadores poderão apresentar emendas verbais às proposições em tramitação na sessão extraordinária, observados as condições e o procedimento previstos no art. 288 e art. 291 deste Regimento.

CAPÍTULO IV
DA SESSÃO LEGISLATIVA EXTRAORDINÁRIA

Art. 200. A Sessão Legislativa Extraordinária compreende o período de funcionamento excepcional da Câmara Municipal durante o recesso parlamentar, quando convocada para deliberar sobre matéria urgente ou de relevante interesse público, observado o art. 18, § 4º, da Lei Orgânica Municipal.
§ 1º A Sessão Legislativa Extraordinária distingue-se das sessões extraordinárias realizadas no curso do período ordinário da sessão legislativa por ocorrer exclusivamente durante o recesso parlamentar.
§ 2º A convocação extraordinária da Câmara Municipal observará as hipóteses, as autoridades legitimadas e as condições previstas na Lei Orgânica do Município.
§ 3º A Câmara poderá ser convocada para uma única sessão, para um período determinado de várias sessões em dias sucessivos ou para todo o período de recesso.
Art. 201. Compete ao Presidente da Câmara Municipal decidir o dia e o horário da realização das sessões na Sessão Legislativa Extraordinária, ainda que convocada pelo Prefeito Municipal.
Parágrafo único. A convocação das sessões na Sessão Legislativa Extraordinária respeitará obrigatoriamente o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 200 deste Regimento.
Art. 202. Aplicar-se-ão às sessões da Sessão Legislativa Extraordinária, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias e extraordinárias.

CAPÍTULO V
DA SESSÃO SOLENE

Art. 203. As sessões solenes destinam-se à realização de homenagens, comemorações e atos oficiais, e serão convocadas pelo Presidente, de ofício ou por deliberação do Plenário, mediante requerimento de Vereador aprovado por maioria simples, para o fim específico que lhes for determinado.
§ 1º A convocação de sessão solene será realizada com antecedência mínima de dez dias úteis, e a sessão poderá realizar-se em qualquer dia, hora e local, a critério da Presidência.
§ 2º As sessões solenes independem de quórum para sua instalação e desenvolvimento.
§ 3º Nas sessões solenes não haverá pequeno expediente, grande expediente e nem ordem do dia, sendo vedada a deliberação de proposições e dispensada a leitura da ata, que independerá de aprovação.
§ 4º As sessões solenes não terão tempo determinado de duração.
§ 5º O programa a ser obedecido na sessão solene será elaborado previamente pelo Presidente e receberá ampla divulgação.
§ 6º Na sessão solene, somente poderão fazer uso da palavra o Presidente, o orador oficial - assim entendido o Vereador que requereu a sessão ou outro designado pelo Presidente -, os homenageados e os convidados indicados pelo cerimonial.
§ 7º A sessão solene de posse e instalação da Legislatura independe de convocação e do prazo previsto no § 1º deste artigo.
Art. 204. A sessão solene destinada à entrega de honraria será agendada com antecedência mínima de dez dias úteis, contados da aprovação da respectiva proposição, podendo a data ser fixada conforme a conveniência do homenageado.
§ 1º A Presidência poderá publicar calendário periódico de sessões solenes destinadas à entrega de honrarias, hipótese em que o agendamento observará, preferencialmente, as datas nele previstas.
§ 2º A inclusão da entrega de honraria em sessão constante do calendário de que trata o § 1º deste artigo dispensa nova convocação, assegurada a ampla divulgação da data e dos homenageados.

CAPÍTULO VI
DA SESSÃO ESPECIAL

Art. 205. A sessão especial será convocada mediante requerimento subscrito por, no mínimo, um terço dos Vereadores, aprovado pelo Plenário por maioria absoluta, e destinar-se-á a:
I - comemorar fato histórico ou de relevância para o Município;
II - promover debates e palestras sobre assuntos de relevante interesse público;
III - ouvir demandas da população e promover a aproximação institucional da Câmara Municipal com a comunidade; ou
IV - realizar atividades institucionais para as quais não seja cabível ou necessária a convocação de sessão ordinária, extraordinária ou solene;
V - ouvir os Secretários Municipais e os titulares de órgãos diretamente subordinados ao Prefeito, sem prejuízo de sua oitiva em sessões ordinárias, reuniões ou audiências, na forma prevista no art. 361, § 3º deste Regimento.
§ 1º A sessão especial não terá pequeno expediente, grande expediente e ordem do dia, ficando vedada a deliberação de proposições.
§ 2º O Presidente da sessão organizará o rito dos trabalhos, inclusive para permitir a manifestação da população, por tempo determinado conforme a quantidade de interessados e a finalidade da sessão especial.
§ 3º A sessão especial poderá ser realizada de forma itinerante, em local diverso da sede da Câmara Municipal, quando destinada a ouvir demandas da população, ampliar a participação popular ou aproximar o Poder Legislativo da comunidade.
§ 4º A sessão especial será aberta pelo Presidente independentemente de quórum e terá duração indeterminada, observadas as normas de ordem, urbanidade e funcionamento previstas neste Regimento.

CAPÍTULO VII
DA SESSÃO ITINERANTE

Art. 206. A sessão itinerante é aquela realizada fora da sede da Câmara Municipal, em qualquer local adequado à sua finalidade, com o objetivo de aproximar o Poder Legislativo da comunidade, ampliar a participação popular, ouvir demandas da população ou promover atividades institucionais da Câmara Municipal.
Art. 207. A sessão itinerante poderá ser convocada:
I - pelo Presidente da Câmara Municipal, de ofício, independentemente de deliberação do Plenário; ou
II - mediante requerimento de Vereador, aprovado pelo Plenário, na forma deste Regimento.
§ 1º O ato de convocação indicará a espécie de sessão a ser realizada, o local, a data, o horário e a finalidade da sessão itinerante.
§ 2º Quando a sessão itinerante for requerida por Vereador, o requerimento deverá indicar o local sugerido, a justificativa e a finalidade da realização da sessão fora da sede da Câmara Municipal.
Art. 208. A sessão itinerante poderá ser realizada sob a forma de sessão solene, especial, ordinária ou extraordinária, observadas, em cada caso, as regras regimentais próprias da respectiva espécie de sessão, no que forem compatíveis com sua realização fora da sede da Câmara Municipal.
§ 1º Quando realizada sob a forma de sessão ordinária ou extraordinária, a sessão itinerante poderá compreender as fases regimentais cabíveis, inclusive ordem do dia, observadas as exigências de convocação, pauta, quórum, discussão e votação previstas neste Regimento.
§ 2º Quando realizada sob a forma de sessão solene ou especial, a sessão itinerante observará as finalidades e as limitações próprias dessas espécies de sessão, nos termos deste Regimento.
Art. 209. A sessão itinerante poderá ser realizada em escolas, associações, entidades, espaços públicos, prédios públicos, comunidades, bairros, distritos ou em qualquer outro local compatível com a realização dos trabalhos legislativos.
§ 1º O local escolhido deverá oferecer condições mínimas de segurança, acessibilidade, organização dos trabalhos e participação do público, sempre que possível.
§ 2º Caberá ao Presidente adotar as providências necessárias para a organização da sessão, podendo designar servidores para apoio, registro, controle de presença, elaboração da ata e acompanhamento dos trabalhos.
Art. 210. A sessão itinerante será, preferencialmente, transmitida ao vivo, ficando dispensada a transmissão em tempo real quando houver inviabilidade técnica, operacional ou logística, especialmente em razão de dificuldade ou ausência de conexão à internet no local de sua realização.
§ 1º A sessão itinerante deverá ser gravada para fins de registro, publicidade e transparência.
§ 2º A gravação da sessão itinerante será posteriormente disponibilizada nos meios oficiais de comunicação da Câmara Municipal, inclusive em suas redes sociais ou no sítio eletrônico oficial, conforme a estrutura disponível.
§ 3º A ausência de transmissão ao vivo não prejudicará a validade da sessão itinerante, desde que observadas as demais exigências regimentais aplicáveis.
Art. 211. Aplicam-se à sessão itinerante, no que couber, as normas relativas à condução dos trabalhos, ao uso da palavra, à ordem, ao registro em ata, à publicidade dos atos e às demais disposições previstas neste Regimento.

TÍTULO V
DO USO DA PALAVRA

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 212. Durante as sessões:
I - não será permitida conversação que perturbe os trabalhos;
II - qualquer Vereador poderá obter permissão para falar sentado;
III - o orador deverá falar da tribuna, a menos que o Presidente permita o contrário; e
IV - ao falar no Plenário, o orador deverá ocupar um de seus microfones.
Art. 213. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador, que interrompa o seu discurso, nos seguintes casos:
I - para leitura e votação de requerimento de urgência;
II - para comunicação importante à Câmara;
III - para recepção de autoridades;
IV - para votação de requerimento de prorrogação da sessão; ou
V - para atender pedido de palavra "pela ordem" ou para propor "questão de ordem" regimental.

Art. 214. O pronunciamento que contiver ofensa, injúria, calúnia, difamação ou expressão incompatível com o decoro parlamentar não será publicado nem divulgado nos canais oficiais, cabendo ao Presidente advertir o orador e, em caso de insistência, cassar-lhe a palavra, sem prejuízo do encaminhamento do fato à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 215. Aos oradores são concedidos os seguintes prazos máximos para uso da palavra:
I - dois minutos para:
a) falar em "questão de ordem";
b) falar em "pela ordem";
c) encaminhamento da votação;
d) declaração de voto;
e) apresentar retificação ou impugnação da ata;
f) direito de resposta; e
g) aparte.
II - três minutos para debater a manifestação do orador do grande expediente; e
III - cinco minutos para:
a) discutir proposição que não seja de sua autoria na ordem do dia;
b) discutir veto;
c) discutir proposições acessórias, especialmente emenda, subemenda e substitutivo;
d) discussão de destaque;
e) preferência;
f) pedido de vista; e
g) explicação pessoal.
IV - dez minutos para:
a) discutir proposição de sua autoria na ordem do dia;
b) falar como Relator da matéria em análise pelo Plenário; e
c) discussão pelos líderes na ordem do dia.
V - quinze minutos para:
a) usar a palavra no grande expediente; e
b) manifestação de especialista ouvido no grande expediente.
§ 1º Quando este Regimento não estabelecer prazo para o uso da palavra, será observado o prazo de dois minutos.
§ 2º Não será permitida a cessão de tempo de um para outro orador.
§ 3º A utilização de meios audiovisuais para a defesa da proposição ou do projeto deverá observar o tempo de manifestação previsto neste Regimento para a fala do Vereador.
§ 4º O Presidente poderá, excepcionalmente e de forma justificada, prorrogar o tempo do orador.
§ 5º Não prevalecem os prazos estabelecidos neste artigo quando o Regimento, explicitamente, assim o determinar.
§ 6º O Vereador que exercer função de liderança deverá, em cada oportunidade de discussão na ordem do dia, optar por manifestar-se na condição de Líder ou de Vereador, vedada a acumulação, na mesma manifestação, dos tempos previstos neste artigo para ambas as condições.

CAPÍTULO II
DO APARTE

Art. 216. Aparte é a interrupção consentida, breve e oportuna do orador para indagação, esclarecimento ou contestação.
Parágrafo único. É vedado ao Presidente ou a qualquer Vereador no exercício da Presidência apartear o orador na tribuna.
Art. 217. O aparte deverá ser solicitado em termos corteses, dependendo de autorização do orador que estiver no uso da palavra, e terá a duração máxima de dois minutos, sem desconto do tempo do orador.
§ 1º O sistema eletrônico poderá disponibilizar campo próprio para a inscrição dos Vereadores interessados em solicitar aparte, sem prejuízo da necessidade de autorização do orador que estiver no uso da palavra.
§ 2º Quando o orador negar o direito de aparte, inclusive mediante declaração antecipada no início de sua fala, não será permitido ao aparteante dirigir-se diretamente aos demais Vereadores.
§ 3º Não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador.
Art. 218. É vedado o aparte, dentre outras hipóteses previstas neste Regimento:
I - a qualquer pronunciamento do Presidente, enquanto no exercício da Presidência;
II - paralelo ao discurso;
III - no encaminhamento de votação, na questão de ordem e na comunicação importante;
IV - quando o orador declarar, antecipadamente, que não o concederá; e
V - no pequeno expediente.
§ 1º Os apartes subordinar-se-ão às disposições relativas aos debates, em tudo o que lhes for aplicável.
§ 2º Não serão publicados os apartes proferidos em desacordo com os dispositivos regimentais e assim declarados pelo Presidente.

CAPÍTULO III
DO DIREITO DE RESPOSTA

Art. 219. Será admitida réplica, a critério do Presidente, ao Vereador que desejar responder a referência direta ou indireta feita ao seu nome durante a manifestação de outro parlamentar.
§ 1º A réplica somente poderá ser concedida pelo Presidente ao final da fala do orador principal.
§ 2º Havendo mais de um pedido de réplica, terá preferência o Vereador que primeiro a solicitar, observado o registro adotado pelo Presidente.
§ 3º Encerrada a réplica, será assegurada tréplica exclusivamente ao orador principal, caso deseje responder à manifestação do Vereador que utilizou a réplica.
§ 4º Não será admitida réplica ou tréplica por Vereador estranho à discussão, salvo se houver referência expressa ao seu nome durante a fala do orador principal.
§ 5º A réplica e a tréplica deverão limitar-se à referência que as tenha motivado.

CAPÍTULO IV
DO "PELA ORDEM"

Art. 220. O "pela ordem" é a intervenção excepcional do Vereador, dirigida ao Presidente, destinada exclusivamente a:
I - solicitar providência imediata para a manutenção da ordem no Plenário, inclusive o uso dos meios regimentais necessários à preservação da regularidade dos trabalhos; ou
II - solicitar informações sobre o andamento dos trabalhos.
§ 1º Não será admitido pedido "pela ordem" para suscitar "questão de ordem", discutir matéria em deliberação, encaminhar votação, realizar manifestação política ou reabrir debate encerrado.
§ 2º O uso da palavra "pela ordem" dependerá de deferimento do Presidente e deverá limitar-se ao objeto do pedido.
§ 3º O Presidente poderá cassar a palavra do Vereador que utilizar o "pela ordem" para finalidade diversa da prevista neste artigo.

CAPÍTULO V
DA "QUESTÃO DE ORDEM"

Art. 221. A "questão de ordem" é a dúvida ou o questionamento suscitados em Plenário quanto à interpretação, à aplicação ou à legalidade de dispositivo deste Regimento Interno, da Lei Orgânica do Município ou da Constituição Federal relacionado à condução dos trabalhos legislativos.
§ 1º A "questão de ordem" deverá ser formulada com clareza e com indicação precisa do dispositivo cuja interpretação, aplicação ou legalidade se pretende esclarecer ou questionar.
§ 2º Não será admitida "questão de ordem":
I - enquanto o Presidente estiver com a palavra;
II - quando a matéria estiver em regime de votação.
§ 3º O Vereador que não observar o disposto neste artigo deverá ter a palavra cassada pelo Presidente, que deixará de conhecer da questão levantada.
§ 4º Caberá ao Presidente decidir a "questão de ordem" na sessão em que for suscitada.
§ 5º Da decisão do Presidente caberá recurso, nos termos deste Regimento Interno.
§ 6º A decisão sobre "questão de ordem" poderá constituir precedente regimental para futuras decisões, quando assim reconhecido pelo Presidente.

CAPÍTULO VI

DO PEDIDO DE VISTA

Art. 222. O pedido de vista constitui prerrogativa do Vereador e será cabível em relação a proposição em tramitação em Plenário.
§ 1º O pedido de vista será formulado até o anúncio da votação da matéria.
§ 2º Não caberá pedido de vista de veto nem de matéria sujeita a prazo constitucional ou legal de apreciação, ressalvado, quanto ao regime de urgência urgentíssima, o disposto no art. 264 deste Regimento.
Art. 223. O pedido de vista terá por finalidade:
I - a apresentação de emenda ou de substitutivo à proposição;
II - a análise aprofundada da matéria.
§ 1º O Vereador indicará a finalidade do pedido de vista no ato de sua formulação.
§ 2º Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, o Vereador requerente protocolará relatório de vista até o término do prazo de vista, com juntada aos autos do processo legislativo eletrônico.
Art. 224. A vista será sempre coletiva e aproveitará a todos os Vereadores, assegurado o acesso simultâneo aos autos do processo legislativo eletrônico durante o respectivo prazo.
Parágrafo único. O deferimento da vista suspende a discussão e a votação da matéria até o término do respectivo prazo.
Art. 225. A vista de determinada proposição será concedida uma única vez, qualquer que seja o Vereador requerente.
Art. 226. Não será admitido:

I - pedido de vista formulado por Vereador que já tenha obtido vista da mesma proposição em qualquer Comissão ou em Plenário;
II - segundo pedido de vista da mesma proposição; e
III - pedido de vista formulado por Vereador que, em pedido de vista anterior, não tenha protocolado o relatório de vista previsto no § 2º do art. 223 deste Regimento, ficando impedido de formular novo pedido de vista pelo período das quatro sessões subsequentes àquela em que se verificar o descumprimento.

Art. 227. Deferida a vista, a proposição retornará obrigatoriamente à pauta da sessão ordinária subsequente àquela em que formulado o pedido.

CAPÍTULO VII
DAS DISCUSSÕES E VOTAÇÕES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 228. As proposições serão submetidas a turno único de discussão e votação, salvo disposição em contrário deste Regimento.
§ 1º A proposta de emenda à Lei Orgânica será discutida e votada nos termos do art. 274 deste Regimento, admitida a realização do segundo turno em sessão extraordinária.
§ 2º A matéria sujeita a dois turnos somente será considerada aprovada quando obtiver manifestação favorável do Plenário em ambos, sendo arquivada se rejeitada em qualquer um deles.

Seção II
Da Preferência e da Prejudicialidade

Art. 229. Preferência é a primazia na discussão e votação de uma proposição sobre outra, aprovado pelo Plenário, quando então poderá ser alterada a ordem disposta neste Regimento.
Parágrafo único. Terão preferência para discussão e votação, independentemente de requerimento, as emendas, subemendas, substitutivos e o requerimento de urgência.
Art. 230. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.
Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.
Art. 231. Apresentados dois ou mais substitutivos, ou duas ou mais emendas ou subemendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de substitutivo, emenda ou subemenda que melhor adaptar-se ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário.
Art. 232. Na apreciação pelo Plenário, considerar-se-ão prejudicados, e assim serão declarados pelo Presidente, que determinará seu arquivamento:
I - a discussão ou a votação de qualquer projeto idêntico a outro que já tenha sido aprovado;
II - a proposição original, com as respectivas emendas ou subemendas, quando tiver substitutivo aprovado;
III - a emenda ou subemenda de matéria idêntica à de outra já aprovada ou rejeitada.

Seção III
Da Discussão

Art. 233. Discussão é a fase dos trabalhos destinada aos debates em Plenário.
Art. 234. Os projetos serão discutidos englobadamente, salvo requerimento verbal de qualquer Vereador, aprovado pelo Plenário, para que a discussão se faça separadamente, artigo por artigo.
Art. 235. O encerramento da discussão dar-se-á:
I - pela ausência de oradores;
II - pelo decurso dos prazos regimentais;
III - a requerimento de qualquer Vereador, mediante deliberação do Plenário, independentemente de discussão.
§ 1º O requerimento de encerramento da discussão só será viável quando sobre a matéria tenham falado, pelo menos, dois Vereadores favoráveis e dois contrários, entre os quais o autor da matéria, salvo desistência expressa.
§ 2º A proposta deverá partir do orador que estiver com a palavra, perdendo ele a vez de falar se o requerimento de encerramento da discussão for rejeitado pelo Plenário.

Seção IV
Da Votação

Art. 236. Votação é o ato complementar da discussão, por meio do qual o Plenário manifesta sua vontade a respeito da rejeição ou da aprovação da matéria, sendo público o voto dos Vereadores.
Parágrafo único. Considera-se qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o Presidente declarar encerrada a discussão.
Art. 237. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário, serão sempre tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores.
Art. 238. Quando, no curso de uma votação, esgotar-se o tempo destinado à sessão, esta ficará automaticamente prorrogada até que se conclua a votação da matéria.
Art. 239. Nenhum Vereador presente poderá escusar-se de votar, salvo declaração expressa de abstenção.
§ 1º Para efeito de quórum, computar-se-á a presença do Vereador que se abster de votar.
§ 2º A abstenção será registrada na ata e no painel eletrônico, quando houver.

Subseção I
Da Declaração de Voto

Art. 240. A declaração de voto é o pronunciamento do Vereador sobre os motivos que o levam a manifestar-se contra ou favoravelmente à matéria, realizada durante a fase de votação.
§ 1º A declaração de voto será solicitada mediante requerimento verbal ao Presidente, que a deferirá de plano.
§ 2º A declaração de voto constará da ata, na íntegra, a pedido do Vereador, como prerrogativa, independentemente de deliberação.

Subseção II
Do Encaminhamento de Votação

Art. 241. Encerrada a discussão da matéria, poderá ser solicitada a palavra para encaminhamento da votação, ressalvados os impedimentos previstos neste Regimento.
§ 1º No encaminhamento da votação, será assegurada a palavra, uma única vez, ao Líder do Governo, ao Líder da Oposição, ao representante de Frente Parlamentar regularmente instituída, ao líder de bancada partidária e ao líder de bloco parlamentar.

§ 2º A prerrogativa de encaminhamento de votação pela liderança de bancada partidária somente será admitida quando a bancada for composta por, no mínimo, dois Vereadores.

Subseção III
Do Destaque

Art. 242. Destaque é o ato de separar do texto de uma proposição dispositivo, expressão, emenda ou subemenda, para possibilitar sua apreciação isolada pelo Plenário.
§ 1º O destaque deverá ser requerido na fase de discussão da matéria, antes de encerrada a discussão, e será submetido à deliberação do Plenário.
§ 2º Aprovado o pedido de destaque, o Presidente submeterá à votação, primeiramente, o texto principal e, em seguida, a parte destacada, sobre a qual o Plenário deliberará exclusivamente quanto à sua aprovação ou rejeição.
§ 3º Rejeitado o pedido de destaque, a proposição será votada em sua integralidade.
§ 4º Não se admitirá destaque na apreciação da lei orçamentária anual, do veto e do julgamento das contas.

Subseção IV
Dos Processos de Votação

Art. 243. A votação de matérias no Plenário será realizada das seguintes formas:
I - simbólica; ou
II - nominal.
§ 1º As votações previstas neste artigo serão realizadas por meio de sistema eletrônico, com utilização de painel eletrônico, admitida a utilização de outro meio somente em caso de inviabilidade técnica.

§ 2º O funcionamento do sistema e do painel eletrônico deverá garantir:
I - a identificação do Vereador e o registro individual de seu voto;
II - a vinculação do voto à respectiva matéria submetida à deliberação;
III - o registro das abstenções, quando houver;
IV - a apuração automática do resultado da votação, observado o quórum exigido para a matéria;
V - a divulgação do resultado da votação, com a identificação nominal de cada Vereador e do respectivo voto;
VI - o registro e o armazenamento dos dados das votações, para fins de publicidade, consulta e controle;
VII - o registro, a exibição e o controle do tempo destinado ao uso da palavra pelos Vereadores, de acordo com os prazos previstos neste Regimento; e

VIII - a integridade, a autenticidade e a confiabilidade dos registros eletrônicos.

Art. 244. Enquanto o Presidente não tiver proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.
Art. 245. O processo eletrônico será a regra geral nas votações, somente podendo ser substituído por outro nas hipóteses previstas neste Regimento ou de impossibilidade técnica.
§ 1º O processo simbólico será utilizado na deliberação dos requerimentos verbais e do requerimento de prorrogação da sessão.
§ 2º No processo de julgamento de contas, a votação será sempre nominal.
§ 3º Verificada a impossibilidade técnica do processo eletrônico, qualquer Vereador poderá requerer verbalmente o adiamento da votação, que será submetido de imediato à deliberação do Plenário pelo processo simbólico.
§ 4º Não havendo requerimento de adiamento, ou sendo este rejeitado, a votação será realizada pelo processo simbólico, salvo se qualquer Vereador solicitar votação nominal, hipótese em que esta será adotada independentemente de deliberação do Plenário.
Art. 246. Pelo processo simbólico, o Presidente consultará o Plenário nos termos: "Os Vereadores favoráveis permaneçam como se encontram e os contrários que se manifestem.".
§ 1º Ao anunciar o resultado da votação, o Presidente declarará quantos Vereadores votaram favoravelmente e quantos votaram contrariamente à proposição.
§ 2º Havendo dúvida sobre o resultado, o Presidente poderá pedir aos Vereadores que se manifestem novamente.
§ 3º Do resultado da votação simbólica, qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-la, desde que requerida antes do início da apreciação da matéria subsequente e, em qualquer hipótese, antes do encerramento da ordem do dia, vedada a verificação posterior.
§ 4º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.
§ 5º O Presidente, em caso de dúvida, poderá, de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.
§ 6º A adoção do processo simbólico não dispensa o registro em ata do voto proferido por cada Vereador, individualmente identificado.
Art. 247. A votação nominal será feita pela chamada nominal dos presentes pelo Presidente, seguindo-se a ordem alfabética de registro civil, devendo os Vereadores responder “sim” ou “não”, conforme forem favoráveis ou contrários à proposição.

TÍTULO VI
DAS PROPOSIÇÕES

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 248. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário ou a ser despachada pelo Presidente, devendo ser redigida com clareza e em termos explícitos, podendo consistir em:
I - proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal;
II - projeto de lei ordinária;
III - projeto de lei complementar;
IV - projeto de decreto legislativo;
V - projeto de resolução;
VI - projeto substitutivo;
VII - emendas e subemendas;
VIII - pareceres das Comissões Permanentes;
IX - relatórios das Comissões Temporárias;
X - plano anual de fiscalização;
XI - indicações;
XII - requerimentos;
XIII - recursos;
XIV - representações;
XV - veto;
XVI - moções.

Art. 249. As proposições deverão ser elaboradas com observância das normas de técnica legislativa e de legística aplicáveis, especialmente as previstas na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, e em suas alterações, devendo ser redigidas com clareza, precisão e ordem lógica, em língua portuguesa e de acordo com a ortografia oficial.
§ 1º Na elaboração e redação das proposições, observar-se-ão, entre outras, as seguintes regras de técnica legislativa:
I - estruturar o texto em artigos, numerados ordinalmente até o nono e cardinalmente a partir do décimo;
II - desdobrar os artigos em parágrafos ou incisos, os parágrafos em incisos, os incisos em alíneas e as alíneas em itens;
III - indicar os parágrafos pelo símbolo “§”, seguido de numeração ordinal até o nono e cardinal a partir do décimo, utilizando-se a expressão “Parágrafo único” quando houver apenas um;
IV - indicar os incisos por algarismos romanos, as alíneas por letras minúsculas e os itens por algarismos arábicos;
V - agrupar, quando necessário, os artigos em Subseções e Seções, as Seções em Capítulos, os Capítulos em Títulos, os Títulos em Livros e os Livros em Partes;
VI - disciplinar, em cada artigo, um único assunto ou princípio e, em cada dispositivo, conteúdo normativo relacionado à matéria nele tratada;
VII - utilizar linguagem clara, precisa, objetiva e uniforme, evitando ambiguidades, redundâncias, expressões de caráter meramente explicativo e emprego desnecessário de palavras ou expressões;
VIII - manter uniformidade terminológica ao longo do texto, empregando a mesma expressão para designar o mesmo instituto, órgão, autoridade ou situação jurídica;

IX - indicar expressamente os dispositivos objeto de remissão, evitando referências genéricas ou que dificultem a identificação da norma referida; e
X - observar as demais regras de articulação, redação, alteração e consolidação das normas estabelecidas na Lei Complementar Federal nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.
§ 2º As regras previstas neste artigo aplicam-se, no que couber, às emendas, substitutivos, subemendas e demais proposições acessórias.
Art. 250. As proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem, excetuadas as emendas e as subemendas.

Art. 251. As propostas de emenda à Lei Orgânica e os projetos de lei, de decreto legislativo e de resolução, bem como os substitutivos, deverão ser apresentados acompanhados de justificação por escrito.
§ 1º A justificação exporá os motivos e os objetivos da proposição e conterá a assinatura do autor e, quando houver, dos Vereadores que a apoiarem.
§ 2º A proposição que fizer referência a estudos, pareceres, despachos ou outros documentos será instruída com os respectivos textos, dispensada a juntada de normas de publicação oficial.
Art. 252. Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu objeto.
Art. 253. As proposições tramitarão, preferencialmente, em meio eletrônico.
Parágrafo único. Em caso de tramitação física, quando, por extravio ou retenção indevida, não for possível o regular andamento de proposição e estiverem vencidos os prazos regimentais, o Presidente da Câmara Municipal determinará a reconstituição dos respectivos autos e o prosseguimento de sua tramitação, a partir da fase em que se encontrava, preservados, sempre que possível, os atos anteriormente praticados.

CAPÍTULO II
DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 254. Toda e qualquer proposição dos Vereadores e do Prefeito, de que trata o art. 248 deste Regimento, que necessite de encaminhamento do Plenário, obrigatoriamente, deverá ser protocolada até as doze horas do último dia útil que antecede a sessão, para que o Presidente analise a possível inclusão em sua pauta.
§ 1º Recaindo o termo final em feriado ou ponto facultativo, o protocolo deverá ser realizado até o fim do expediente da Secretaria do dia útil anterior ao previsto no *caput* deste artigo.
§ 2º Exclui-se do disposto no *caput* deste artigo:
I - os requerimentos de urgência;
II - os demais casos resolvidos pela Presidência.
Art. 255. Os expedientes das proposições serão processados pela Secretaria da Câmara Municipal, conforme ato da Presidência.
Parágrafo único. Todo projeto de lei será classificado, no âmbito do sistema legislativo da Câmara Municipal, de acordo com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas (ONU) com o qual guardar maior relação, admitida a vinculação a mais de um ODS quando a matéria possuir caráter transversal.

CAPÍTULO III
DO RECEBIMENTO DAS PROPOSIÇÕES

Art. 256. Considera-se autor principal da proposição o seu primeiro signatário e coautores os demais subscritores.
§ 1º A retirada da proposição é prerrogativa exclusiva do autor principal, na forma do art. 259 deste Regimento.
§ 2º Ao coautor é facultado requerer, a qualquer tempo, apenas a exclusão de seu nome da proposição, sem prejuízo do prosseguimento de sua tramitação.
Art. 257. O Presidente deixará de aceitar qualquer proposição que:
I - versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara Municipal;
II - delegar a outro Poder atribuições privativas do Legislativo;
III - faça referência a lei, decreto, regulamento ou qualquer outro dispositivo legal sem que esteja acompanhada da indicação do meio de acesso à legislação referida;
IV - faça menção a contratos ou cláusulas de contrato ou de concessões, sem a sua transcrição por extenso;
V - com redação que não lhe permita conhecer do assunto a que se propõe;
VI - seja antirregimental;
VII - contiver expressões ofensivas;
VIII - seja flagrantemente inconstitucional ou ilegal;
IX - seja apresentada por Vereador ou Suplente que não esteja em exercício;
X - seja inconcludente;
XI - sendo projeto de lei, verse matéria rejeitada anteriormente na mesma Sessão Legislativa, salvo quando subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal;
XII - tratando-se de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada, não possa ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa; ou
XIII - não esteja devidamente formalizada e em termos;
XIV - emenda ou substitutivo sem pertinência temática com a proposição principal.
§ 1º A devolução de proposição com fundamento neste artigo será realizada pelo Presidente no prazo de até trinta dias, contados do recebimento da proposição, findo o qual, sem manifestação, a proposição prosseguirá em sua tramitação regular.
§ 2º No exercício do controle prévio de constitucionalidade e de regimentalidade de que trata este artigo, o Presidente contará com o apoio da assessoria jurídica da Presidência ou da procuradoria jurídica.
§ 3º Exceto na hipótese do inciso IX deste artigo, da decisão do Presidente caberá Recurso do autor, ou da maioria dos autores, nos termos do art. 306 deste Regimento.
Art. 258. Antes da distribuição, o Presidente mandará verificar se existe proposição em trâmite que trate de matéria análoga ou conexa, caso em que fará a distribuição por dependência, determinando o seu apensamento.
§ 1º O apensamento consiste na juntada da proposição mais recente à mais antiga, que será considerada principal, formando-se um único processo, organizado pela Secretaria da Câmara Municipal.
§ 2º As proposições apensadas tramitarão em conjunto, seguindo o regime e os prazos da proposição principal, salvo se qualquer delas estiver sujeita a regime de urgência, hipótese em que a urgência se estenderá a todo o processo.
§ 3º As Comissões emitirão parecer único sobre todas as proposições apensadas, podendo concluir pela aprovação de uma delas, pela apresentação de substitutivo que consolide as matérias ou pela rejeição de todas.
§ 4º Na ordem do dia, as proposições apensadas serão discutidas e votadas conjuntamente, apreciando-se em primeiro lugar a proposição principal ou o substitutivo, conforme concluir o parecer, e, aprovada uma delas, as demais serão declaradas prejudicadas pelo Presidente, nos termos do art. 232 deste Regimento.
§ 5º O autor poderá requerer ao Presidente o desapensamento de sua proposição, demonstrando que a matéria não é análoga ou conexa, cabendo da decisão Recurso nos termos do art. 306 deste Regimento.

CAPÍTULO IV
DA RETIRADA DAS PROPOSIÇÕES

Art. 259. A retirada de proposição far-se-á mediante requerimento do autor principal, dirigido ao Presidente da Câmara Municipal, e:
I - independerá de deliberação, constituindo direito do autor, enquanto não aberta a discussão da matéria em Plenário;
II - dependerá de aprovação do Plenário, uma vez aberta a discussão.
Parágrafo único. Quando o autor for o Poder Executivo, a retirada será solicitada por meio de ofício do Prefeito dirigido à Mesa, não podendo ser recusada.
Art. 260. As assinaturas, quando constituírem quórum para apresentação, não poderão ser retiradas após a proposição ter sido encaminhada à Presidência ou protocolada na Secretaria da Câmara Municipal.

CAPÍTULO V
DO ARQUIVAMENTO E DO DESARQUIVAMENTO

Art. 261. No início de cada legislatura, o Presidente ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, exceto as sujeitas à deliberação em prazo certo.

§ 1º Cabe a qualquer Vereador, mediante requerimento dirigido ao Presidente, solicitar o desarquivamento de proposição e o reinício de sua tramitação regimental, com exceção das de autoria do Poder Executivo, cujo desarquivamento dependerá de solicitação do próprio Prefeito.
§ 2º O desarquivamento somente poderá ser requerido no prazo de seis meses, contados de 1º de janeiro do primeiro ano da legislatura.
§ 3º Consideram-se sujeitas à deliberação em prazo certo, para os fins do *caput* deste artigo, exclusivamente as proposições com prazo constitucional ou legal de apreciação, como o veto, os projetos em regime de urgência constitucional, as Comissões Parlamentares de Inquérito, as Comissões Processantes e os fatos em investigação pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, não se incluindo as proposições com tramitação meramente pendente.

CAPÍTULO VI
DO REGIME DE TRAMITAÇÃO DAS PROPOSIÇÕES

Seção I
Disposições Gerais

Art. 262. As proposições serão submetidas aos seguintes regimes de tramitação:
I - ordinário;
II - urgência constitucional, prevista no art. 26, §§ 1º e 2º, da Lei Orgânica Municipal;
III - urgência urgentíssima;
IV - urgência simples.
Art. 263. Os requerimentos de urgência urgentíssima e urgência simples poderão ser apresentados durante o pequeno expediente e serão deliberados imediatamente pelo Plenário na pequeno expediente, independentemente de publicação ou de inclusão prévia em pauta, na forma do § 2º, do art. 168 e dos arts. 254, 264 e art. 265 deste Regimento.

Seção II
Do Regime de Urgência Urgentíssima

Art. 264. O regime de urgência urgentíssima consiste na dispensa das exigências regimentais, salvo as de quórum e o disposto nesta Seção, para que determinada proposição seja imediatamente apreciada pelo Plenário.
§ 1º O requerimento de urgência urgentíssima poderá ser formulado:
I - por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal;
II - pela Mesa Diretora, em proposição de sua autoria.
§ 2º O requerimento será formulado verbalmente, podendo ser apresentado até o encerramento do pequeno expediente da sessão em que se pretenda a sua apreciação, assim entendida a fase da sessão que antecede o uso das das tribunas e da participação de convidados, e não o expediente administrativo da Secretaria da Câmara Municipal, não se computando no limite previsto no art. 298 deste Regimento.
§ 3º O requerimento de urgência urgentíssima será submetido à deliberação do Plenário no pequeno expediente e somente será aprovado por unanimidade de votos.
§ 4º Aprovado o requerimento, a proposição será incluída na ordem do dia da mesma sessão, para pronta deliberação, com dispensa dos pareceres das Comissões Permanentes, ressalvado o disposto no § 5º deste artigo.
§ 5º É assegurado o pedido de vista da proposição em regime de urgência urgentíssima, como prerrogativa do Vereador, independentemente de deliberação, observado o seguinte:
I - a vista será concedida pelo prazo de vinte e quatro horas, simultaneamente a todos os Vereadores que a requererem;
II - o pedido de vista somente será admitido no dia da aprovação do requerimento de urgência urgentíssima e uma única vez;
III - formulado o pedido de vista, torna-se obrigatória a emissão de parecer pelas Comissões Permanentes competentes.
§ 6º Será admitida a apresentação de emenda verbal à proposição em regime de urgência urgentíssima, exclusivamente no dia da aprovação do respectivo requerimento.
§ 7º Não se admitirá o regime de urgência urgentíssima para códigos e planos.
§ 8º Somente será admitida a convocação de sessão extraordinária para deliberar sobre requerimento e proposição em regime de urgência urgentíssima em caso de calamidade pública, precedida de decreto de calamidade pública em vigor.

Seção III
Do Regime de Urgência Simples

Art. 265. O regime de urgência simples consiste na abreviação da tramitação da proposição, mediante a simultaneidade dos prazos das Comissões Permanentes, na forma desta Seção.
§ 1º O requerimento de urgência simples poderá ser formulado:
I - por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal;
II - pela Mesa Diretora, em proposição de sua autoria.
§ 2º O requerimento de urgência simples será apresentado por escrito e protocolado, com registro de data e horário, na forma do art. 255 deste Regimento, podendo ser apresentado até o encerramento do pequeno expediente da sessão em que se pretenda a sua apreciação, assim entendida a fase da sessão que antecede o uso das das tribunas e da participação de convidados, e não o expediente administrativo da Secretaria da Câmara Municipal.
§ 3º O requerimento de urgência simples será submetido à deliberação do Plenário no pequeno expediente e somente será aprovado por maioria simples de votos.
§ 4º Aprovado o requerimento, os prazos das Comissões Permanentes serão os mesmos da tramitação ordinária, correndo, porém, simultaneamente para todas as Comissões competentes, vedada a prorrogação.
§ 5º Não caberá pedido de vista de proposição em regime de urgência simples.
§ 6º Será admitida a apresentação de emenda verbal, na forma do art. 288 deste Regimento.
§ 7º Não se admitirá o regime de urgência simples para códigos e planos.
§ 8º A solicitação de urgência pelo Prefeito Municipal dar-se-á na modalidade de urgência constitucional, na forma do art. 266 deste Regimento.

Seção IV
Da Urgência Constitucional

Art. 266. A urgência constitucional, prevista no art. 26 da Lei Orgânica Municipal, deverá ser sempre expressa, podendo a solicitação ser feita após a remessa do projeto, em qualquer fase de seu andamento, considerando-se a data do recebimento do pedido como seu termo inicial.
§ 1º Esgotado sem deliberação o prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, o projeto será incluído na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos até que se ultime a sua votação.
§ 2º Os prazos previstos neste artigo não correm nos períodos de recesso.
§ 3º Aplicam-se ao regime de urgência constitucional, no que couber e desde que não sejam incompatíveis com a Lei Orgânica Municipal, as disposições relativas ao regime de urgência simples previstas no art. 265 deste Regimento.

Seção V
Da Tramitação Ordinária

Art. 267. A tramitação ordinária aplica-se às proposições que não estejam submetidas a regime de urgência.

CAPÍTULO VII
DOS PROJETOS

Seção I
Disposições Preliminares

Art. 268. A Câmara Municipal exerce sua função legislativa por meio de:
I - proposta de emenda à Lei Orgânica Municipal;
II - projeto de lei ordinária;
III - projeto de lei complementar;
IV - projeto de decreto legislativo;
V - projeto de resolução.

Art. 269. Destinam-se:
I - o projeto de lei ordinária ou complementar, a regular matérias de competência do Município sujeitas à deliberação da Câmara Municipal e à sanção do Prefeito, observadas as hipóteses de iniciativa previstas na Lei Orgânica Municipal;
II - o projeto de decreto legislativo, a regular matérias de competência exclusiva da Câmara Municipal, sem sanção do Prefeito;
III - o projeto de resolução, a regular matérias de competência privativa da Câmara Municipal, de natureza político-administrativa, processual, legislativa, regimental ou interna, sem sanção do Prefeito.
Art. 270. São requisitos para a apresentação de projetos:
I - ementa de seu conteúdo;
II - enunciação, exclusivamente, da vontade legislativa;
III - divisão em artigos numerados, claros e concisos;
IV - indicação expressa dos dispositivos revogados, quando for o caso, e cláusula de vigência;
V - assinatura do autor;
VI - justificativa, com exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentem a adoção da medida proposta.

Seção II
Da Proposta de Emenda à Lei Orgânica Municipal

Art. 271. Proposta de emenda à Lei Orgânica é a proposição destinada a modificar, suprimir ou acrescentar dispositivo à Lei Orgânica do Município.
Art. 272. A Câmara Municipal apreciará proposta de emenda à Lei Orgânica, desde que apresentada:
I - por, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal;
II - pelo Prefeito.
Parágrafo único. Não serão aceitas propostas de emenda à Lei Orgânica na vigência de intervenção estadual no Município.
Art. 273. A proposta de emenda à Lei Orgânica será protocolada na forma deste Regimento e somente terá seguimento em sua tramitação após a verificação do atendimento ao requisito de subscrição mínima exigido pela Lei Orgânica do Município.
§ 1º O requisito de subscrição de que trata o *caput* deste artigo consiste na assinatura de, no mínimo, um terço dos membros da Câmara Municipal, nos termos do art. 23, I, da Lei Orgânica Municipal.
§ 2º Verificado o atendimento do requisito de subscrição, a Secretaria certificará a regularidade formal da proposição e a encaminhará ao curso da tramitação prevista neste Regimento.
§ 3º Não satisfeito o quórum de subscrição, a proposição será arquivada.
Art. 274. A proposta de emenda à Lei Orgânica será submetida a dois turnos de votação, com interstício mínimo de dez dias, e será aprovada pelo quórum de dois terços dos membros da Câmara Municipal.
Art. 275. Aplicam-se à proposta de emenda à Lei Orgânica, no que não colidir com o estatuído nesta Seção, as disposições regimentais relativas ao trâmite e à apreciação dos projetos de lei.
Parágrafo único. Não será admitida emenda em segunda discussão e votação de proposta de emenda à Lei Orgânica.
Art. 276. A matéria constante de proposta de emenda à Lei Orgânica rejeitada ou havida por prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa.
Parágrafo único. Considera-se rejeitada ou havida por prejudicada:
I - a proposição que não obtiver quórum suficiente de aprovação pelo Plenário;
II - a proposição considerada inconstitucional pelo Presidente, nos termos do art. 257 deste Regimento;
III - a proposição considerada inconstitucional por parecer da Comissão, nos termos do art. 77 deste Regimento;
IV - a proposição que receber parecer nos termos do art. 76 deste Regimento.

Seção III
Dos Projetos de Lei Ordinária e Complementar

Art. 277. Projeto de lei é a proposição que tem por fim regular toda matéria de competência da Câmara Municipal e sujeita à sanção do Prefeito.
Art. 278. A iniciativa dos projetos de lei observará a competência prevista na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e neste Regimento, podendo ser exercida, conforme o caso:
I - por Vereador, individual ou coletivamente;
II - pela Mesa Diretora;
III - por Comissão da Câmara Municipal;
IV - pelo Prefeito; ou
V - pela população, nos casos de iniciativa popular, nos termos da Lei Orgânica Municipal.
Art. 279. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das matérias previstas no art. 24, § 1º, da Lei Orgânica Municipal.
Art. 280. A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente poderá constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal.
§ 1º Considera-se rejeitada:
I - a proposição que não obtiver quórum suficiente de aprovação pelo Plenário;
II - a proposição considerada inconstitucional pelo Presidente, nos termos do art. 257 deste Regimento;
III - a proposição considerada inconstitucional por parecer da Comissão, nos termos do art. 77 deste Regimento;
IV - a proposição que receber parecer nos termos do art. 76 deste Regimento.
§ 2º A matéria constante de projeto de lei de autoria do Prefeito que tenha sido rejeitada somente poderá ser objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante manifestação formal do próprio Prefeito, aprovada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal, hipótese em que a proposição reiniciará seu rito de tramitação, nos termos deste Regimento.
§ 3º O requerimento de que trata o § 2º deste artigo poderá ser apresentado pelo Líder do Governo ou originado de ofício do Prefeito encaminhado à Mesa Diretora, caso em que esta o converterá em requerimento para os fins previstos neste artigo.
Art. 281. Os projetos de lei submetidos a prazo de apreciação deverão constar, obrigatoriamente, da ordem do dia, independentemente de parecer das Comissões, antes do término do prazo.

Seção IV
Dos Projetos de Decreto Legislativo

Art. 282. Projeto de decreto legislativo é a proposição destinada a regular matéria de competência exclusiva da Câmara Municipal que produza efeitos externos, não sujeita à sanção do Prefeito, cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Constituem matéria de projeto de decreto legislativo, entre outras hipóteses:
I - autorização ao Prefeito e ao Vice-Prefeito para ausentar-se do Município, quando exigida pela Lei Orgânica Municipal;
II - aprovação ou rejeição do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná sobre as contas do Prefeito;
III - sustação dos atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

Seção V
Dos Projetos de Resolução

Art. 283. Projeto de resolução é a proposição destinada a regular matérias de competência privativa da Câmara Municipal, especialmente as relacionadas à sua economia interna, organização administrativa, funcionamento institucional e assuntos de natureza político-administrativa, processual, legislativa ou regimental, não sujeita à sanção do Prefeito, cuja promulgação compete ao Presidente da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Constituem matéria de projeto de resolução, entre outras hipóteses:
I - destituição da Mesa Diretora ou de qualquer de seus membros;
II - elaboração, alteração ou reforma do Regimento Interno;
III - normas de organização e de funcionamento dos serviços administrativos da Câmara Municipal, sem caráter de estatuto dos servidores, cujas matérias permanecem reservadas à lei.

CAPÍTULO VIII
DOS SUBSTITUTIVOS, EMENDAS E SUBEMENDAS

Seção I
Disposições Gerais

Art. 284. Substitutivo é a proposição apresentada por Vereador, Comissão, Prefeito ou Mesa Diretora, destinada a substituir integralmente outra proposição já em tramitação sobre a mesma matéria, respeitada a competência de iniciativa exclusiva.
§ 1º O substitutivo apresentado por Comissão somente será admitido quando esta possuir competência regimental para se manifestar sobre o mérito da proposição.
§ 2º Havendo mais de uma Comissão competente para opinar sobre o mérito da proposição, o substitutivo poderá decorrer de reunião conjunta das Comissões interessadas.
§ 3º O substitutivo deverá ser apresentado por escrito, por meio do sistema eletrônico do processo legislativo, até três horas antes do início da sessão em que a matéria estiver pautada para deliberação, exceto na hipótese do art. 290 deste Regimento.
Art. 285. Emenda é a proposição apresentada por Vereador ou por Comissão, que visa alterar parte do projeto a que se refere.
Parágrafo único. As emendas classificam-se em:
I - supressivas, quando tiverem por finalidade suprimir, no todo ou em parte, artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item da proposição;
II - substitutivas, quando tiverem por finalidade substituir artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item da proposição por nova redação;
III - modificativas, quando tiverem por finalidade alterar a redação de artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item da proposição, sem modificar sua substância;
IV - aditivas, quando tiverem por finalidade acrescentar artigo, parágrafo, inciso, alínea ou item à proposição;

V - de redação, quando tiverem por finalidade exclusiva corrigir erro de técnica legislativa, incorreção ortográfica, gramatical, de pontuação, de numeração ou de remissão interna, sem alteração do mérito, do sentido ou da substância da proposição.
§ 1º A emenda de redação será lida no pequeno expediente e, como regra, seguirá a tramitação prevista neste Regimento, sem inclusão na ordem do dia.
§ 2º Por ocasião de sua leitura, qualquer Vereador poderá requerer ao Presidente da sessão a apreciação da emenda de redação na ordem do dia da mesma sessão, hipótese em que será automaticamente incluída, desde que não dependa de nova manifestação da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
§ 3º Quando a emenda de redação não for apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação e depender de sua manifestação, nos termos deste Regimento, a matéria será encaminhada à referida Comissão, ficando vedada sua votação na mesma sessão.

Art. 286. A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.
§ 1º As espécies de subemenda são as mesmas da emenda.
§ 2º Não se admitirá subemenda supressiva à emenda supressiva.
§ 3º A subemenda segue a tramitação da emenda e a ela está atrelada.

Seção II
Do Recebimento e do Prazo para Apresentação de Substitutivos, Emendas e Subemendas

Art. 287. Não serão aceitos substitutivos, emendas ou subemendas que não tenham relação direta ou indireta com a matéria da proposição principal.
Parágrafo único. As emendas que não se referirem diretamente à matéria do projeto poderão, a pedido de seu autor e mediante deliberação do Plenário, ser destacadas para constituírem projeto em separado, sujeito à tramitação regimental, respeitada a competência privativa.
Art. 288. As emendas e subemendas às proposições em tramitação observarão o seguinte rito:
I - a emenda apresentada por Comissão será encaminhada diretamente à deliberação do Plenário, votando-se a emenda antes da proposição principal;
II - a emenda de Vereador será apresentada por escrito, mediante protocolo na Secretaria da Câmara Municipal, enquanto não aberta a discussão da matéria em Plenário;
III - a emenda poderá ser apresentada de forma verbal, exclusivamente nas hipóteses de proposição em regime de urgência e em caso de sessão extraordinária, nos termos dos arts. 199, 264, 265 e 291 deste Regimento.
§ 1º Não se admitirá emenda em segundo turno de discussão e votação.
§ 2º Recebida a emenda de que trata o inciso II do *caput* deste artigo, a proposição retornará exclusivamente à Constituição, Justiça e Redação, que emitirá parecer no mesmo prazo fixado para os projetos.
§ 3º Será permitida um único adiamento da sessão para análise de emenda prevista no § 2º, vedada a apresentação de novas emendas na sessão subsequente.
§ 4º Durante o período de que trata o § 3º deste artigo, poderão ser apresentadas emendas perante a Comissão de Constituição, Justiça e Redação, no prazo de dois dias úteis, contados da sessão em que apresentada a primeira emenda.
§ 5º As demais Comissões Permanentes poderão avocar a matéria para emissão de parecer, no prazo de dois dias úteis, contados na forma do § 4º deste artigo.

§ 6º Apresentada emenda por Comissão diversa, a Comissão de Constituição, Justiça e Redação poderá avocar o projeto, hipótese em que os prazos regimentais serão reduzidos pela metade.
§ 7º A emenda apresentada verbalmente, nos termos do inciso III deste artigo, será reduzida a termo pelo Vereador, com o auxílio da Secretaria Administrativa da Câmara Municipal, no prazo de vinte e quatro horas, ficando adiada, pelo mesmo período, a apreciação da matéria em sessão, a fim de possibilitar a formalização da emenda e a emissão de parecer pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.

Art. 289. Nenhum substitutivo, emenda ou subemenda será submetido a votação sem parecer da Constituição, Justiça e Redação, salvo disposição expressa em contrário deste Regimento.
Art. 290. O Prefeito poderá propor substitutivo aos projetos de sua autoria enquanto a matéria estiver na dependência de parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
Parágrafo único. A faculdade prevista no *caput* não se aplica ao veto que, uma vez comunicado à Câmara Municipal, é irretratável, não se admitindo a sua retirada, redução ou ampliação.
Art. 291. Os projetos de lei a serem apreciados em sessão extraordinária poderão receber substitutivos, emendas e subemendas antes de declarada encerrada a fase de discussão.
Art. 292. Não serão admitidas emendas que impliquem aumento da despesa prevista:
I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvado o disposto no art. 166, §§ 3º e 4º, da Constituição Federal;
II - nos projetos sobre organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

CAPÍTULO IX
DOS REQUERIMENTOS

Art. 293. Requerimento é a proposição dirigida ao Presidente ou ao Plenário, por qualquer Vereador ou Comissão, sobre matéria de competência da Câmara Municipal.
§ 1º Quanto à competência decisória, os requerimentos são:
I - sujeitos à decisão do Presidente;
II - sujeitos à deliberação do Plenário.
§ 2º Quanto à forma, os requerimentos são escritos ou verbais.
Art. 294. Será decidido imediatamente pelo Presidente o requerimento que solicite, dentre outras hipóteses previstas neste Regimento:
I - a palavra ou a desistência dela;
II - permissão para falar sentado;
III - verificação de quórum;
IV - verificação de votação pelo processo simbólico, nominal e eletrônico;
V - “pela ordem” e “questão de ordem”;
VI - retirada, pelo autor, de proposição, na forma do art. 259 deste Regimento;
VII - inclusão, na ordem do dia, de proposição em condições de nela figurar;
VIII - inversão da ordem do dia;
IX - voto de pesar ou minuto de silêncio.

Parágrafo único. A inversão da ordem do dia, de que trata o inciso VIII do *caput* deste artigo, consiste na apreciação das proposições em sequência diversa da estabelecida na pauta publicada, sem prejuízo da apreciação de todas as matérias dela constantes.

Art. 295. Será despachado pelo Presidente, dentre outros, o requerimento que solicite:

I - juntada de documentos à proposição em tramitação;

II - desarquivamento de proposição, observado o art. 261 deste Regimento;

III - informações sobre os atos da Presidência e da Mesa Diretora;

IV - posse de Vereador;

V - apensamento de proposição semelhante e desapensamento.

Art. 296. Dependerá de deliberação do Plenário o requerimento que solicite:

I - prorrogação da sessão;

II - audiência de Comissão não ouvida sobre a matéria em discussão;

III - discussão da proposição por títulos, capítulos ou seções;

IV - destaque de matéria para votação;

V - preferência, nos casos previstos neste Regimento;

VI - encerramento da sessão;

VII - retirada, pelo autor, de proposição, na forma do art. 259 deste Regimento;

VIII - urgência urgentíssima.

Art. 297. Dependerá de deliberação do Plenário o requerimento apresentado que solicite:

I - realização de sessão solene;

II - manifestação do Plenário sobre assunto não especificado neste Regimento;

III - convocação de Secretário Municipal ou de ocupante de cargo da mesma natureza para prestar esclarecimentos em Plenário;

IV - urgência simples;

V - informações oficiais.

§ 1º Os requerimentos de informações oficiais previsto no inciso V serão escritos, exceto no caso do art. 185 deste Regimento, e versarão sobre atos da Mesa, do Poder Executivo Municipal, dos órgãos e entidades da administração direta e indireta municipais, das concessionárias e permissionárias de serviço público municipal e das entidades com o Município conveniadas ou consorciadas.

§ 2º Recebidas as informações solicitadas, serão elas encaminhadas ao autor do requerimento, permanecendo cópia no setor competente dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

§ 3º Não prestadas as informações no prazo previsto na Lei Orgânica Municipal, dar-se-á ciência do fato ao autor.

Art. 298. Os requerimentos serão apresentados por escrito e protocolados na forma do art. 255 deste Regimento, ressalvado o disposto neste artigo.

§ 1º Poderão ser formulados verbalmente, a qualquer tempo, os requerimentos relativos ao andamento dos trabalhos da sessão e os requerimentos previstos nos arts. 294 e 296 deste Regimento.

§ 2º Além das hipóteses previstas no § 1º deste artigo, cada Vereador poderá formular, verbalmente, um único requerimento verbal por sessão, de que trata o art. 297 deste Regimento, o qual será reduzido a termo, observado o disposto no art. 185.

§ 3º Não se computa no limite do § 2º deste artigo o requerimento verbal de urgência urgentíssima, previsto no art. 264 deste Regimento.

CAPÍTULO X
DAS INDICAÇÕES

Art. 299. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere ao Poder Executivo Municipal, ou a outros órgãos e entidades competentes, a adoção de medidas, providências ou políticas públicas referentes a matérias que escapam à competência legislativa da Câmara Municipal, sinalizando ao destinatário a existência de problema ou de necessidade de interesse público e indicando a solução que entende adequada.

§ 1º Não é permitido dar a forma de indicação a assuntos reservados, por este Regimento, para constituir objeto de requerimento.

§ 2º As indicações serão apresentadas por escrito, sem limitação de número por Vereador ou por sessão, e, após apresentadas pelo autor, serão encaminhadas a quem de direito, por meio de ofício, independentemente de deliberação do Plenário.

§ 3º Caso entenda que a indicação não deva ser encaminhada, o Presidente dará ciência da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento da Comissão competente, cujo parecer será incluído na ordem do dia para deliberação, independentemente de prévia inclusão na pauta da sessão.

§ 4º Excepcionalmente, cada Vereador poderá formular uma única indicação verbal por sessão, a qual será reduzida a termo ao final da sessão, nos termos do art. 185 deste Regimento.

CAPÍTULO XI
DAS MOÇÕES

Art. 300. Moção é a proposição escrita em que o Vereador sugere a manifestação da Câmara Municipal sobre determinado assunto, aplaudindo, hipotecando solidariedade ou apoio, apelando, protestando ou repudiando, destinada a pessoa ou entidade, por feito relevante ou negativo que caracterize benefícios ou prejuízos à sociedade, expressamente justificada em seu texto, podendo ser de:

I - protesto;

II - repúdio;

III - agradecimento;

IV - apoio;

V - pesar;

VI - congratulações ou louvor;

VII - reconhecimento.

§ 1º Dar-se-á tramitação a somente três moções de cada Vereador, por Sessão Legislativa, não se computando nesse limite as moções subscritas na condição de coautor.

§ 2º A moção de pesar não se confunde com o voto de pesar ou minuto de silêncio, que constitui objeto de requerimento, na forma do art. 294 deste Regimento.

Art. 301. A moção será protocolada e encaminhada à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para emissão de parecer, e posterior apreciação pelo Plenário.

Art. 302. A moção será submetida à votação do Plenário após a emissão do parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, na forma do art. 301 deste Regimento.

Art. 303. A Presidência poderá, mediante ato próprio, organizar calendário para a entrega de moções.

§ 1º A moção poderá ser entregue em sessão ordinária, logo após a deliberação da ata.

§ 2º Quando conferida a entidade ou a grupo de pessoas, por um mesmo feito, a moção será entregue ao seu presidente ou representante, respectivamente.

§ 3º Fica facultado ao homenageado o uso da tribuna, para suas considerações, pelo prazo máximo de cinco minutos.

CAPÍTULO XII
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 304. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara Municipal visando à destituição de membro da Mesa, nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo único. Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o Prefeito ou Vereador, sob acusação de prática de ilícito político-administrativo.

Art. 305. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente, de documentos hábeis que as instruam e, a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

CAPÍTULO XIII
DOS RECURSOS

Art. 306. Dos atos do Presidente da Câmara Municipal e dos Presidentes das Comissões, relacionados às atividades legislativas previstas neste Regimento, cabe Recurso à Mesa Diretora, interposto por petição escrita, no prazo improrrogável de cinco dias úteis, contados da ciência do ato impugnado.

§ 1º O protocolo do Recurso terá efeito suspensivo sobre a proposição a que se refere, até que haja deliberação final sobre o mérito.

§ 2º O Vice-Presidente será responsável pelo processamento e pela relatoria do Recurso, cabendo-lhe apresentar parecer à Mesa Diretora.

§ 3º A Mesa Diretora deverá apreciar o parecer no prazo máximo de quinze dias úteis, contados do protocolo do Recurso junto à Secretaria da Câmara Municipal.

§ 4º Se o parecer do relator for favorável ao Recurso, ele somente será considerado aceito se aprovado pela maioria absoluta dos membros da Mesa Diretora.
§ 5º Se o parecer do relator for desfavorável ao Recurso, ele somente deixará de prevalecer se a maioria absoluta dos membros da Mesa Diretora votar em sentido contrário.
§ 6º Sendo o Recurso provido nos termos do parecer deliberado pela Mesa Diretora, o prolator do ato impugnado deverá reformar ou ajustar sua decisão, conforme deliberado.
§ 7º Caso o Recurso seja rejeitado nos termos do parecer deliberado pela Mesa Diretora, prevalecerá a decisão originalmente proferida.
§ 8º A decisão da Mesa Diretora constituirá precedente regimental, devendo ser observada em casos futuros de natureza semelhante.
§ 9º O Presidente votará na hipótese prevista neste artigo, cabendo-lhe, ainda, o voto de desempate.
Art. 307. Não cabe Recurso das decisões proferidas pela Mesa Diretora.

CAPÍTULO XIV
DA REDAÇÃO FINAL E DO AUTÓGRAFO

Art. 308. Concluída a votação final de projeto de lei, será confeccionado o respectivo autógrafo, observada a redação aprovada pelo Plenário, admitidas apenas adequações de técnica legislativa, correção vernacular, numeração e remissões internas que não alterem o conteúdo deliberado.
§ 1º A partir da aprovação final em Plenário, a Secretaria Legislativa da Câmara Municipal, com o apoio da assessoria jurídica, terá o prazo de dois dias úteis para confeccionar o autógrafo.
§ 2º Confeccionado o autógrafo, será aberto o prazo de dois dias úteis para assinatura pelo Presidente da Câmara Municipal, importando a ausência de manifestação ou de assinatura, no prazo previsto, em aprovação tácita do respectivo texto.
§ 3º Verificada pelo Presidente a existência de erro material, inconsistência de redação, de numeração ou de remissão, ou desconformidade com o texto aprovado pelo Plenário, o autógrafo retornará à Secretaria Legislativa, que contará com o apoio da assessoria jurídica para a correção, renovando-se os prazos previstos nos §§ 1º e 2º deste artigo.
§ 4º O Presidente da Câmara Municipal terá o prazo de dois dias úteis para encaminhar o autógrafo ao Chefe do Poder Executivo, para a sanção ou veto, na forma do art. 27 da Lei Orgânica Municipal.

TÍTULO VII
DA INSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE LEI DOS ORÇAMENTOS

CAPÍTULO I
DA ANÁLISE PRELIMINAR

Art. 309. Recebido o projeto de lei relativo ao orçamento, o Presidente da Câmara:
I - determinará:
a) a comunicação no pequeno expediente da sessão plenária subsequente;
b) a publicação e respectiva divulgação, por meios eletrônicos, de seu conteúdo, incluindo os anexos.
II - encaminhará para a Comissão de Orçamento e Finanças, para instrução, e demais Comissões Permanentes da Câmara Municipal.
§ 1º Para os fins deste Capítulo, consideram-se como Projetos de Lei dos Orçamentos, os Projetos de Lei do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual, bem como os Projetos de Lei que os alterem.
§ 2º Os procedimentos previstos para o projeto de lei do Orçamento Anual aplicam-se, no que couber, aos demais projetos de lei referidos no § 1º.
§ 3º Subsidiariamente, naquilo que este Título não dispuser, serão aplicadas as normas deste Regimento Interno, aplicáveis ao processo legislativo ordinário.
Art. 310. A Comissão de Orçamento e Finanças, ao receber o projeto de lei do Orçamento Anual, elaborará parecer preliminar, no prazo máximo de cinco dias, quanto à forma, à legitimidade e documentos recebidos, fundamentando às inconformidades verificadas.
§ 1º Havendo a ausência de documentos ou inconformidades verificadas será dada ciência ao Chefe do Poder Executivo para que, no prazo de cinco dias, complemente o projeto de lei, o retifique ou apresente as respectivas justificativas.
§ 2º Decorrido esse prazo, sem a manifestação do Prefeito, o projeto segue sua tramitação legislativa.

CAPÍTULO II
DA INSTRUÇÃO DOS PROJETOS DE LEI DOS ORÇAMENTOS

Art. 311. O Relator, em conjunto com o Presidente e demais membros da Comissão de Orçamento e Finanças, elaborará a agenda de instrução dos projetos de lei dos orçamentos, com as seguintes datas:
I - início e fim do período de realização das audiências públicas;
II - início e fim do período de recebimento de sugestões populares;
III - início e fim do período de manifestação dos Vereadores sobre a intenção de apresentarem emendas, no caso do projeto de lei do Orçamento Anual;
IV - início e fim do período para apresentação de emendas;
V - início e fim do período de análise da viabilidade técnica das emendas;
VI - início e fim da apresentação do parecer final, com a análise do conteúdo, das emendas e das sugestões populares.
Parágrafo único. O Presidente da Comissão de Orçamento e Finanças encaminhará a agenda de instrução ao Presidente da Câmara, que a divulgará por meios de praxe, sem prejuízo da divulgação das audiências públicas.
Art. 312. A Comissão de Orçamento e Finanças, por seu Presidente, providenciará a organização e a metodologia das audiências públicas e as formas de participação popular, em cumprimento ao art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.
§ 1º Para os fins deste artigo, distinguem-se duas fases de participação popular:
I - fase de elaboração: período em que o Poder Executivo elabora os projetos de lei dos orçamentos, anteriormente à sua apresentação à Câmara Municipal;
II - fase de discussão: período compreendido entre a apresentação dos projetos de lei dos orçamentos à Câmara Municipal e a sua aprovação final.
§ 2º Durante a fase de discussão, será realizada ao menos uma audiência pública, podendo a Comissão de Orçamento e Finanças, a seu critério, promover audiências adicionais, inclusive fora da sede da Câmara Municipal.
§ 3º A Câmara Municipal deverá disponibilizar formulário na Secretaria Administrativa e em seu sítio eletrônico para preenchimento por cidadão ou por organização da sociedade civil, para fins de sugestão popular de conteúdo a ser inserido nos projetos de lei dos orçamentos.
§ 4º Se o conteúdo da sugestão popular de que trata o § 3º for tecnicamente viável, caberá à Comissão de Orçamento e Finanças ajustá-lo aos projetos de lei dos orçamentos, processando-a como emenda de relatoria.
§ 5º O Presidente da Câmara Municipal, quanto às audiências públicas e à participação popular de que trata este artigo, nos termos solicitados pela Presidência da Comissão de Orçamento e Finanças:
I - dará suporte logístico, administrativo e operacional;
II - poderá propor à Mesa Projeto de Resolução para disciplinar a metodologia, a forma, os apoios e as vias de convocação, divulgação e suporte tecnológico.
Art. 313. Fica assegurada a participação dos cidadãos no processo de planejamento e orçamentação municipal, por meio da realização de audiências públicas convocadas e promovidas, de forma autônoma e específica, pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo, nas fases de elaboração e discussão da proposta do Plano Plurianual, bem como das Leis de Diretrizes Orçamentárias e das Leis Orçamentárias de cada exercício.
§ 1º As audiências públicas deverão ser convocadas com antecedência mínima de dez dias corridos, com ampla divulgação em meios eletrônicos oficiais e nas redes sociais institucionais, contendo data, horário, local, formato (presencial, virtual ou híbrido), pauta detalhada da audiência e link para acesso aos documentos de apoio.
§ 2º No âmbito do Poder Executivo, as audiências públicas têm como objetivo a coleta de informações, sugestões e demandas da sociedade,

a fim de subsidiar o planejamento e a elaboração das leis orçamentárias.
§ 3º No âmbito do Poder Legislativo, as audiências públicas integram a fase de discussão das propostas orçamentárias já protocoladas, permitindo à sociedade o conhecimento do conteúdo do projeto, manifestação de concordância ou crítica, bem como a sugestão de ajustes por meio de emendas parlamentares.
§ 4º Durante as fases de elaboração, no âmbito do Poder Executivo, e de discussão, no âmbito do Poder Legislativo, deverá ser disponibilizado canal eletrônico para recebimento de contribuições da sociedade, observado, no mínimo:
I - ampla divulgação nos sítios eletrônicos oficiais e nas redes sociais institucionais, com recursos de acessibilidade;
II - abertura até a data da primeira audiência pública da respectiva fase;
III - permanência por, no mínimo, dez dias corridos; e
IV - encerramento até três dias úteis anteriores à última audiência pública da fase.
§ 5º Em cada fase, deverá ser publicada síntese consolidada das contribuições recebidas e das alterações consideradas, com:
I - disponibilização até três dias úteis antes da última audiência pública da fase;
II - indicação objetiva dos temas recorrentes e dos ajustes incorporados; e
III - divulgação, ao término da fase:
a) no âmbito do Poder Executivo, da versão consolidada da proposta com destaque dos ajustes incorporados a partir das contribuições;
b) no âmbito do Poder Legislativo, da consolidação das contribuições recebidas, com indicação das emendas eventualmente apresentadas por vereadores e encaminhamento das demais aos parlamentares para conhecimento.
§ 6º As audiências serão registradas em ata e, sempre que possível, gravadas em áudio e vídeo, com a íntegra disponibilizada nos meios eletrônicos oficiais.

Seção I
Das Emendas do Projeto de Lei do Orçamento Anual

Art. 314. As emendas ao projeto de lei do Orçamento Anual serão apresentadas na Comissão de Orçamento e Finanças, no prazo indicado, para este fim, na agenda de instrução de que trata o art. 311 deste Regimento.
Art. 315. A Comissão de Orçamento e Finanças processará as emendas e sobre elas emitirá parecer.

Seção II
Da Discussão e da Votação do Projeto do Orçamento Anual em Sessão Plenária

Art. 316. Nas sessões em que devam ser apreciados a proposta orçamentária, as diretrizes orçamentárias ou o plano plurianual, poderá a ordem do dia ser destinada apenas à respectiva matéria orçamentária.
Art. 317. Na ordem do dia da Sessão de deliberação do projeto de Lei do Orçamento Anual serão observados:
I - discussão das emendas, uma a uma, e depois o Projeto;
II - não se concederá vista de parecer do projeto ou de emenda;
III - terão preferência na discussão, o Relator da Comissão de Orçamento e Finanças e os autores das emendas;
IV - votação das emendas, uma a uma, e depois o projeto.
Art. 318. Se não apreciados pela Câmara nos prazos legais previstos, os projetos de lei a que se refere essa Seção, serão automaticamente incluídos na ordem do dia, sobrestando-se à deliberação quanto aos demais assuntos para que se ultime a votação.
Art. 319. A Câmara Municipal funcionará, se necessário, em Sessão Legislativa Extraordinária, de modo que a discussão e votação dos projetos de lei do Orçamento Anual sejam deliberadas.
Parágrafo único. No caso do projeto de lei das Diretrizes Orçamentárias, a Câmara Municipal não entrará em recesso até que seja finalizada sua deliberação.

TÍTULO VIII
DO JULGAMENTO DAS CONTAS MUNICIPAIS

CAPÍTULO I
DO PROCEDIMENTO DE ANÁLISE

Art. 320. O procedimento de análise, da prestação de contas apresentada pelo Prefeito Municipal, se desenvolverá nas seguintes fases:
I - instauração;
II - inquérito, que compreende instrução e defesa;
III - parecer final e recurso;
IV - julgamento.
Art. 321. O julgamento das contas, acompanhadas do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, far-se-á no prazo máximo de cento e oitenta dias, a contar do recebimento do parecer pelo Presidente da Câmara.
§ 1º O prazo previsto neste artigo não corre durante o recesso da Câmara.
§ 2º Esgotado o prazo previsto no *caput* deste artigo sem deliberação, as contas serão incluídas automaticamente na ordem do dia da sessão imediatamente seguinte, sobrestando-se a deliberação sobre as demais proposições até que se ultime a votação.
§ 3º Configurada a hipótese do § 2º deste artigo, a Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não deliberar sobre as contas.
Art. 322. É nulo o julgamento das contas do Prefeito Municipal, pela Câmara Municipal, quando o Tribunal de Contas não haja exarado parecer prévio.
Art. 323. Somente por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, deixará de prevalecer o parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado.
Art. 324. Na Sessão em que for discutida as contas do Município, a ordem do dia poderá ser destinada exclusivamente à matéria.

CAPÍTULO II
DA INSTAURAÇÃO

Art. 325. Recebido o processo de prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado, acompanhado do respectivo parecer pela aprovação ou rejeição das contas, o Presidente da Câmara, independentemente de sua leitura em Plenário, determinará:
I - a publicação do parecer no mural da Câmara Municipal;
II - a publicação do parecer no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal; e
III - a comunicação ao ordenador de despesas cujas contas serão objeto de julgamento, dando-lhe ciência do início do respectivo processo.
§ 1º O Presidente fará a comunicação aos Vereadores, na primeira Sessão Ordinária seguinte à publicação de que trata este artigo.
§ 2º A partir da publicação de que trata o caput deste artigo, as contas e o parecer prévio permanecerão à disposição de qualquer contribuinte, para exame e apreciação, pelo prazo de sessenta dias, na forma do art. 33, § 3º, da Lei Orgânica Municipal.

§ 3º O prazo previsto no § 2º deste artigo suspende a contagem do prazo de julgamento fixado no art. 321 deste Regimento e não impede o encaminhamento do processo às Comissões nem a prática dos atos de instrução, vedada, contudo, a emissão de parecer antes do seu término.
Art. 326. Após a publicação do parecer, o processo será encaminhado às Comissões Temáticas da Câmara, para que emitam parecer no prazo simultâneo de vinte dias.
Parágrafo único. As Comissões, observada a respectiva pertinência temática, deverão analisar especificamente as questões abordadas no parecer do Tribunal de Contas relacionadas às políticas públicas municipais.
Art. 327. Após o parecer das Comissões Temáticas, o processo será encaminhado à Comissão de Orçamento e Finanças, que terá o prazo de até noventa dias, para emitir parecer aprovando ou rejeitando o parecer do Tribunal de Contas do Estado.
§ 1º Recebido o processo pela Comissão de Orçamento e Finanças, seu Presidente mandará notificar o ordenador de despesas, que está sendo julgado, para apresentar defesa escrita no prazo de quinze dias corridos, contados do recebimento da notificação, oportunidade em que deverá também indicar as provas que pretende produzir e o rol, de no máximo, cinco testemunhas.

§ 2º A notificação de que trata o § 1º será realizada pessoalmente por membro da Comissão de Orçamento e Finanças, acompanhada de servidor, sendo infrutífera, será realizada por meio eletrônico e por afixação de edital no mural da Câmara Municipal.
§ 3º Os prazos de defesa, previstos no § 1º deste artigo, e de eventual pedido de vista correm dentro do prazo previsto no *caput* deste artigo, nele não se computando os prazos previstos nos arts. 326 e 328 deste Regimento.
Art. 328. Se a Comissão de Orçamento e Finanças não observar o prazo fixado no art. 327 deste Regimento, o Presidente da Câmara, imediatamente, designará o Relator Especial, que terá o prazo designado pelo Presidente da Câmara, para emitir seu parecer.
Art. 329. Na fase de instauração, a Comissão poderá organizar audiências públicas destinadas à oitiva de interessados, ao esclarecimento da matéria e à coleta de informações relevantes para a instrução do processo.
Parágrafo único. A realização das audiências públicas deverá ser precedida de ampla publicidade, inclusive por meios digitais, com indicação de data, horário, local ou forma de participação, bem como do objeto a ser tratado

CAPÍTULO III
DO INQUÉRITO

Art. 330. O inquérito obedecerá ao princípio do contraditório, assegurada, ao acusado, ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito.

Art. 331. Na fase do inquérito, a Comissão de Orçamento e Finanças, poderá promover a tomada de depoimentos, acareações e investigações cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos, de modo a permitir a completa elucidação dos fatos.
Art. 332. A Comissão poderá, sempre que necessário à adequada instrução do processo de julgamento das contas, promover diligências, solicitar informações, documentos, esclarecimentos ou exames aos órgãos, entidades, unidades administrativas e demais áreas do Município, bem como requerer pronunciamento da autoridade competente ou do Tribunal de Contas.

Art. 333. O acusado deverá ser intimado de todos os atos do procedimento, pessoalmente, ou na pessoa de seu procurador, com a antecedência, pelo menos, de vinte e quatro horas, sendo-lhe permitido assistir as diligências e audiências, bem como formular perguntas e reperguntas às testemunhas e requerer o que for de interesse da defesa.
Art. 334. O Presidente da Comissão poderá indeferir pedidos considerados impertinentes, meramente protelatórios, ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

CAPÍTULO IV
DO PARECER FINAL E RECURSO

Art. 335. Concluída a instrução, será aberta vistas do processo ao ordenador de despesa em julgamento para Razões Escritas, no prazo de cinco dias, e após, a Comissão de Orçamento e Finanças emitirá Parecer Final.
Parágrafo único. O ordenador de despesas em julgamento poderá requerer a duplicação do prazo previsto neste artigo, quando demonstrada a complexidade da matéria, cabendo ao Presidente da Comissão decidir sobre o pedido.
Art. 336. O parecer final da Comissão de Orçamento e Finanças sobre o julgamento das contas do Prefeito será estruturado, no mínimo, nas seguintes partes:
I - relatório, com a identificação do processo, do exercício financeiro examinado, do responsável pelas contas, a síntese do parecer prévio do Tribunal de Contas, das manifestações apresentadas e dos atos de instrução realizados;
II - fundamentação, com a análise das questões orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais, fiscais e jurídicas pertinentes, bem como das irregularidades, ressalvas, recomendações ou demais apontamentos constantes do parecer prévio do Tribunal de Contas;
III - conclusão, com a manifestação da Comissão pela aprovação ou rejeição das contas, acompanhada da respectiva proposta de projeto de decreto legislativo.
Parágrafo único. O parecer final poderá conter votos vencidos, declarações de voto ou manifestações divergentes dos membros da Comissão, que serão juntados ao processo e consignados na ata da reunião correspondente.
Art. 337. O ordenador de despesas, que está sendo julgado, será notificado sobre o Parecer Final da Comissão de Orçamento e Finanças, podendo apresentar Embargos de Declaração, no prazo de cinco dias úteis, para sanar omissões, contradições ou obscuridades do parecer final da Comissão.
§ 1º A notificação de que trata este artigo, se dará nos termos do art. 333 deste Regimento.
§ 2º O ordenador de despesas em julgamento poderá requerer a duplicação do prazo previsto neste artigo, quando demonstrada a complexidade da matéria, cabendo ao Presidente da Comissão decidir sobre o pedido.
§ 3º Os embargos serão julgados pela Comissão de Orçamento e Finanças, e o parecer de que trata o *caput* deste artigo somente será modificado, no ponto omisso, contraditório ou obscuro, se os embargos forem considerados procedentes pela maioria absoluta dos membros da Comissão.

CAPÍTULO V
DO JULGAMENTO

Art. 338. A Comissão apresentará, separadamente, Parecer e Projeto de Decreto Legislativo, relativamente às contas apresentadas pelo Prefeito, que será discutido e votado em turno único por meio de votação nominal.
§ 1º O Projeto de que trata o *caput*, será apresentado após o disposto no art. 337 deste Regimento.
§ 2º O Parecer e o Decreto Legislativo, serão lidos na Sessão de julgamento, de que trata este artigo, somente podendo ser dispensada sua leitura, por requerimento verbal de 1/3 (um terço) dos Vereadores, aprovado pela maioria absoluta dos membros da Câmara.
Art. 339. Na Sessão de julgamento, o ordenador da despesa em julgamento, poderá apresentar Defesa Oral, pessoalmente ou por seu procurador constituído, pelo prazo de vinte minutos, sem possibilidade de prorrogação.
§ 1º O Presidente da Câmara notificará o ordenador de despesa, em julgamento, sobre a data da Sessão prevista neste artigo, bem como, sobre o prazo de vinte e quatro horas, para formular pedido de Defesa Oral e informar os dados do seu respectivo procurador, junto à Secretaria Administrativa da Câmara Municipal.
§ 2º Não será admitido aparte ou interrupções, durante a defesa oral prevista neste artigo.
Art. 340. O Projeto de Decreto Legislativo que acolher o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado será considerado:
I - rejeitado se receber o voto contrário de dois terços, ou mais, dos Vereadores, caso em que a Mesa, acolhendo a posição majoritária, indicada pelo resultado da votação, elaborará a nova redação final;
II - aprovado, se a votação apresentar qualquer outro resultado.
Art. 341. O Projeto de Decreto Legislativo que não acolher o parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado será considerado:
I - aprovado, se receber o voto favorável, de dois terços ou mais dos Vereadores;
II - rejeitado, se a votação apresentar qualquer outro resultado, caso em que a Mesa deverá acolher as conclusões do parecer prévio do Tribunal de Contas do Estado, para fins de elaboração da nova redação final.
Art. 342. Os Vereadores poderão apresentar declaração de voto, com a exposição das razões de divergência em relação ao parecer do Tribunal de Contas, a qual deverá ser consignada integralmente em ata.

Art. 343. No prazo de até sete dias úteis, contado da conclusão do julgamento das contas pela Câmara Municipal, o resultado do julgamento e os respectivos documentos serão encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Parágrafo único. Em caso de rejeição das contas, no mesmo prazo previsto no *caput*, o resultado do julgamento e os respectivos documentos serão também encaminhados ao Ministério Público do

Estado do Paraná e ao Ministério Público de Contas do Estado do Paraná, para os devidos fins.

TÍTULO IX
DA PARTICIPAÇÃO POPULAR

CAPÍTULO I
DA INICIATIVA POPULAR NO PROCESSO LEGISLATIVO

Art. 344. A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara Municipal de Projetos de Lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros, através de manifestação de, pelo menos, cinco por cento do eleitorado local, obedecidas as seguintes condições:
I - a assinatura de cada eleitor deverá ser acompanhada de seu nome completo legível, endereço e dados identificadores de seu título eleitoral;
II - as listas de assinaturas serão organizadas em formulário padronizado pela Mesa da Câmara;
III - será lícito à entidade da sociedade civil, regularmente constituída há mais de um ano, patrocinar a apresentação de projeto de lei de iniciativa popular, responsabilizando-se, inclusive, pela coleta de assinaturas;
IV - o projeto será instruído com documento hábil da Justiça Eleitoral, quanto ao contingente de eleitores alistados no Município, aceitando-se, para esse fim, os dados referentes ao ano anterior, se não disponíveis outros mais recentes;
V - o projeto será protocolado na Secretaria Administrativa, que verificará se foram cumpridas as exigências constitucionais para sua apresentação, devendo ser encaminhada cópia em formato digital para o endereço eletrônico indicado pela Mesa, a fim de sua inserção no sistema eletrônico de processo legislativo;
VI - o projeto de lei de iniciativa popular terá a mesma tramitação dos demais, integrando sua numeração geral;
VII - nas Comissões ou em Plenário, poderá usar da palavra para discutir o projeto de lei pelo prazo de dez minutos, o primeiro signatário ou quem este tiver indicado quando da apresentação do projeto, sem, entretanto, direito a voto;
VIII - na apresentação da lista de assinatura, o primeiro signatário fará a indicação do Vereador que deverá exercer os poderes ou atribuições conferidas por este Regimento ao autor da proposição;
IX - cada projeto de lei deverá circunscrever-se a um mesmo assunto, podendo, caso contrário, ser desdobrado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação em proposições autônomas para tramitação em separado;
X - não se rejeitará, liminarmente, projeto de lei de iniciativa popular por vícios de linguagem, lapsos ou imperfeições de técnica legislativa, incumbindo à Comissão de Constituição, Justiça e Redação escoimá-lo dos vícios formais para sua regular tramitação.

CAPÍTULO II
DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Art. 345. A audiência pública é o instrumento destinado a assegurar a participação da sociedade na discussão de matérias de interesse público, permitindo a manifestação de cidadãos, entidades representativas e especialistas, com a finalidade de subsidiar a atividade legislativa e fiscalizatória da Câmara Municipal.
Art. 346. As audiências públicas poderão ser realizadas pelo Plenário ou pelas comissões, na forma deste Regimento, sempre que a matéria exigir ampla participação da sociedade ou quando sua realização for prevista em lei.
Art. 347. As audiências públicas deverão ser convocadas com antecedência mínima de dez dias corridos, com ampla divulgação em meios eletrônicos oficiais e nas redes sociais institucionais.
§ 1º O ato de convocação indicará, no mínimo:
I - o objeto da audiência pública;
II - a data, o horário e o local de realização;
III - a forma de participação presencial e, quando houver, remota;
IV - a autoridade, Comissão ou órgão responsável pela condução dos trabalhos.
§ 2º A convocação será divulgada, no mínimo:
I - no sítio eletrônico oficial da Câmara Municipal;
II - nas redes sociais institucionais;
III - por outros meios oficiais de comunicação disponíveis.
§ 3º A divulgação deverá informar, sempre que possível, o endereço eletrônico para acompanhamento da transmissão ao vivo e os meios disponibilizados para participação popular.
Art. 348. Qualquer cidadão poderá requerer inscrição para fazer uso da palavra durante a audiência pública.
§ 1º O pedido de inscrição deverá ser apresentado até dois dias úteis antes da realização da audiência pública:
I - mediante requerimento protocolizado junto à Secretaria Administrativa da Câmara; ou
II - por meio eletrônico disponibilizado pela Câmara Municipal.
§ 2º O requerimento deverá conter a identificação do interessado e, sempre que possível, breve indicação do assunto que pretende abordar.
§ 3º Compete ao Presidente da audiência apreciar os requerimentos de inscrição, deferindo-os quando observados os requisitos regimentais e a pertinência com o objeto da audiência.
§ 4º O indeferimento deverá ser fundamentado e comunicado ao interessado, sempre que possível, antes do início da audiência.
Art. 349. A audiência pública será presidida pelo Presidente da Câmara ou pelo Presidente da Comissão responsável, podendo ser convidadas autoridades, especialistas, representantes de órgãos públicos, entidades da sociedade civil e demais pessoas cuja participação contribua para o esclarecimento da matéria.
Art. 350. A audiência pública observará, preferencialmente, a seguinte ordem:
I - abertura dos trabalhos pelo Presidente;
II - exposição inicial sobre o objeto da audiência;
III - manifestação dos convidados;
IV - manifestação dos cidadãos previamente inscritos;
V - esclarecimentos, debates e considerações finais;
VI - encerramento.
Art. 351. Cada cidadão inscrito disporá de até cinco minutos para sua manifestação, vedada a cessão do tempo a terceiros.
§ 1º A manifestação deverá guardar relação direta com o objeto da audiência pública.
§ 2º É vedada a utilização da palavra para fins estranhos ao objeto da audiência, bem como para promoção pessoal, propaganda político-partidária, ofensas, manifestações discriminatórias ou quaisquer condutas incompatíveis com o decoro.
§ 3º O Presidente advertirá o orador que se desviar do tema ou descumprir as regras deste artigo e, persistindo a irregularidade, poderá interromper a manifestação e cassar-lhe a palavra.
Art. 352. O Presidente da Câmara Municipal poderá estabelecer regras complementares destinadas à organização dos trabalhos, disciplinando a ordem das manifestações, o tempo destinado aos convidados, a réplica e demais procedimentos necessários ao bom andamento da audiência pública, assegurados a igualdade de participação, a urbanidade e a eficiência dos trabalhos.
Parágrafo único. Os casos omissos relativos à organização e à realização das audiências públicas serão decididos pelo Presidente da Câmara Municipal, observadas as disposições deste Regimento Interno, os princípios da legalidade, da publicidade, da impessoalidade, da participação popular e da eficiência.
Art. 353. As audiências públicas serão gravadas em áudio e vídeo, transmitidas pelos canais oficiais da Câmara Municipal e terão sua lista de presença, documentos apresentados e registros disponibilizados no Portal da Transparência, observado o disposto na legislação sobre proteção de dados pessoais.
Art. 354. A audiência pública possui caráter consultivo e participativo, não vinculando a deliberação da Câmara Municipal.

TÍTULO X
DA SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO EXECUTIVO

Art. 355. Os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites estabelecidos em lei poderão ser sustados por Decreto Legislativo proposto:
I - por Vereador;
II - por Comissão Permanente ou Temporária, na forma regimental; ou
III - pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação.
§ 1º Lido em Plenário o projeto de Decreto Legislativo, a Mesa oficiará ao Executivo, solicitando que preste, no prazo de cinco dias úteis, os esclarecimentos que julgar convenientes.

§ 2º Recebidos os esclarecimentos, o projeto irá à Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para parecer e posterior inclusão em ordem do dia, na primeira sessão.
§ 3º Esgotado o prazo sem esclarecimentos, o projeto será incluído na ordem do dia da primeira sessão, independentemente de parecer.
§ 4º O projeto será apreciado em turno único de discussão e votação.
§ 5º O Decreto Legislativo de que trata este artigo será expedido no primeiro dia útil subsequente à sua aprovação, sob pena de responsabilidade.

TÍTULO XI
DO SUBSÍDIO DOS AGENTES POLÍTICOS

Art. 356. Os subsídios dos Vereadores, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários serão fixados pela Câmara Municipal, por iniciativa da Mesa Diretora, em cada legislatura para a subsequente, em até cento e oitenta dias anteriores ao final do mandato, observado o disposto na Constituição Federal e na legislação aplicável.

TÍTULO XII
DA LICENÇA DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 357. O pedido de licença para que o Prefeito ou o Vice-Prefeito se ausente do Município por período superior a quinze dias seguirá a seguinte tramitação:
I - recebido o pedido de licença, a Mesa Diretora providenciará, com urgência, a elaboração do projeto de Decreto Legislativo nos termos do solicitado;
II - elaborado o projeto, o Presidente convocará, se necessário, sessão extraordinária para que o pedido seja imediatamente apreciado;
III - o projeto será discutido e votado em turno único, com preferência regimental sobre qualquer matéria, independentemente de requerimento;
IV - não se admite pedido de vista ao projeto de que trata este artigo;
V - o Decreto Legislativo concessivo de licença disporá expressamente sobre o direito de percepção de remuneração durante o período respectivo;
VI - o quórum para aprovação é o de maioria simples.

TÍTULO XIII
DA CONCESSÃO DE HONRARIAS

Art. 358. Compete privativamente à Câmara Municipal conceder os títulos de Cidadão Honorário e de Cidadão Benemérito de Clevelândia, mediante Decreto Legislativo, observadas as disposições deste Regimento Interno.
§ 1º A iniciativa será exclusiva dos Vereadores, não sendo admitida a concessão de honrarias por iniciativa do Poder Executivo.
§ 2º Cada Vereador poderá apresentar, para cada espécie de honraria, uma única proposição por Sessão Legislativa, não sendo computados, para esse limite, os projetos subscritos exclusivamente em apoio à iniciativa de outro parlamentar.
§ 3º A proposição deverá estar acompanhada de justificativa fundamentada e de informações suficientes para demonstrar o mérito do homenageado.
§ 4º Durante a discussão da proposição, será assegurado ao autor o uso da palavra para apresentação da homenagem.
§ 5º Fica vedada a apresentação de proposições de concessão de honrarias a partir da data de realização das convenções partidárias que antecederem as eleições municipais, até a posse dos eleitos.
Art. 359. A entrega da honraria ocorrerá, preferencialmente, no mesmo ano em que for concedida.
§ 1º A entrega será realizada, preferencialmente, em sessão solene da Câmara Municipal, podendo, a critério do autor da proposição, ocorrer em outro ato oficial ou ser entregue diretamente ao homenageado.
§ 2º Poderão ser entregues várias honrarias na mesma solenidade.
§ 3º Na hipótese de sessão solene com mais de um homenageado, a organização das manifestações observará o protocolo definido pela Presidência.
Art. 360. A confecção, o modelo, as especificações técnicas e os demais aspectos formais dos títulos e diplomas honoríficos serão disciplinados por Portaria da Presidência.

TÍTULO XIV
DA CONVOCAÇÃO DE TITULARES DE ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO E PEDIDOS DE INFORMAÇÕES AO PREFEITO

Art. 361. A Câmara Municipal poderá convocar os titulares dos órgãos da administração direta e indireta para prestar informações sobre assuntos relacionados às respectivas áreas de atuação, com a finalidade de subsidiar a atividade fiscalizatória do Poder Legislativo.
§ 1º A convocação poderá ser realizada:
I - por deliberação do Plenário, mediante requerimento de qualquer Vereador aprovado por maioria simples; ou
II - por deliberação de Comissão Permanente ou Temporária, no âmbito de sua competência.
§ 2º O requerimento de convocação deverá indicar, de forma objetiva, os fatos e os assuntos que motivam a convocação, podendo conter quesitos a serem respondidos.
§ 3º A oitiva do convocado poderá ocorrer:
I - durante sessão ordinária;
II - em sessão especial;
III - em reunião de Comissão;
IV - em audiência pública, preferencialmente quando a matéria envolver assunto de relevante interesse coletivo.
Art. 362. Na data designada, será realizada a sessão, reunião ou audiência destinada à oitiva do convocado, admitida também a sua realização durante sessão ordinária, na forma do art. 361, § 3º, deste Regimento, observando-se o seguinte procedimento:
I - o autor do requerimento, ou o Presidente da Comissão, fará breve exposição sobre os motivos da convocação;
II - o convocado disporá de até quinze minutos para sua exposição inicial;
III - encerrada a exposição, cada Vereador poderá formular uma única pergunta sobre os fatos ou assuntos objeto da convocação, dispondo de até cinco minutos;
IV - a manifestação do Vereador destinar-se-á exclusivamente à formulação da pergunta, sendo vedadas considerações estranhas ao objeto da convocação, manifestações de apoio, elogios, críticas político-partidárias, discursos ou apartes;
V - o Presidente advertirá o Vereador que se afastar da finalidade prevista no inciso IV deste artigo e, persistindo a conduta, determinará o desligamento do microfone, assegurando a regularidade dos trabalhos;
VI - o convocado disporá de até cinco minutos para responder cada pergunta.
§ 1º Caso o convocado deixe de responder à pergunta formulada ou passe a tratar de assunto estranho ao objeto da convocação, qualquer Vereador poderá interpelá-lo pelo prazo máximo de três minutos.
§ 2º O Presidente zelará pela observância deste artigo, podendo interromper qualquer manifestação que desvirtue a finalidade da convocação.
§ 3º A sessão, reunião ou audiência será gravada em áudio e vídeo e transmitida pelos canais oficiais de comunicação da Câmara Municipal.
§ 4º Quando a oitiva ocorrer durante sessão ordinária, caberá ao Presidente definir o momento da sessão em que ela será realizada.
Art. 363. Encerradas as manifestações e inexistindo novas perguntas, o Presidente declarará encerrada a sessão, reunião ou audiência, agradecendo o comparecimento do convocado.
Art. 364. A Câmara Municipal poderá solicitar informações ao Prefeito, por escrito, mediante requerimento aprovado na forma deste Regimento, quando entender suficiente a prestação de esclarecimentos documentais.
§ 1º O requerimento deverá indicar, de forma clara e objetiva, as informações solicitadas.
§ 2º O Prefeito deverá encaminhar resposta no prazo previsto no art. 13, § 2º da Lei Orgânica do Município.
Art. 365. Sempre que o Prefeito se recusar a prestar informações à Câmara, quando devidamente solicitado, o autor da proposição deverá produzir denúncia para fins de abertura de processo por infração político-administrativa.

TÍTULO XV
DA DIVULGAÇÃO DO REGIMENTO E DA SUA REFORMA E ALTERAÇÃO

Art. 366. A Secretaria da Câmara manterá o Regimento Interno permanentemente atualizado e disponível em meio físico e eletrônico.
Art. 367. Ao final de cada Sessão Legislativa, a Secretaria da Câmara elaborará e publicará versão atualizada deste Regimento Interno, consolidando as alterações aprovadas pelo Plenário, com a exclusão dos dispositivos revogados.
§ 1º Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Redação elaborar e manter atualizado o repositório dos precedentes regimentais firmados pelo Plenário, promovendo sua sistematização e divulgação.
§ 2º Os precedentes regimentais não poderão contrariar as disposições deste Regimento Interno e servirão como orientação para a interpretação e aplicação de suas normas.
Art. 368. O Regimento Interno poderá ser alterado ou reformado mediante projeto de resolução de iniciativa:
I - da Mesa Diretora;
II - de, no mínimo, um terço dos Vereadores; ou
III - de Comissão de Estudos constituída para esse fim.
Parágrafo único. O projeto de alteração ou reforma do Regimento Interno será submetido à apreciação do Plenário e aprovado pelo voto da maioria simples dos Vereadores, observado o processo legislativo previsto neste Regimento para as Resoluções.

TÍTULO XVI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 369. O Sistema Eletrônico é oficialmente adotado pela Câmara Municipal como seu sistema de gestão, processo, procedimento, registro e protocolo.
Art. 370. A aprovação deste Regimento prejudicará quaisquer Projetos de Resolução em matéria regimental.

Art. 371. As proposições apresentadas sob a vigência do Regimento anterior conservarão os atos de tramitação regularmente praticados e passarão a observar as disposições deste Regimento a partir da fase em que se encontrarem na data de sua entrada em vigor.
Parágrafo único. A aplicação deste Regimento não implicará a repetição de atos regularmente praticados nem a reabertura de prazos já encerrados sob a vigência do Regimento anterior.
Art. 372. No prazo de trinta dias, contado da publicação deste Regimento, o Presidente da Câmara Municipal expedirá ato dispondo sobre o procedimento interno de análise preliminar da redação e da técnica legislativa das proposições pelo setor jurídico, inclusive quanto à comunicação, ao Poder Executivo e aos Vereadores proponentes, das questões redacionais identificadas.
Art. 373. A adequação das Comissões Permanentes às disposições deste Regimento observará as seguintes regras de transição:
I - permanecerão em exercício, com suas atuais composições, até 31 de dezembro de 2026:
a) Comissão de Justiça e Redação, cuja nomenclatura será atualizada para Comissão de Constituição, Justiça e Redação imediatamente a partir da publicação deste Regimento;
b) Comissão de Orçamento e Finanças;
c) Comissão de Políticas Públicas;
II - serão constituídas, de acordo com o procedimento, os critérios e as regras de composição previstos neste Regimento, no prazo de até quinze dias úteis contados de sua publicação:
a) Comissão de Educação;
b) Comissão de Saúde e Assistência Social;
c) Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 374. Os prazos previstos neste Regimento:

I - não correrão durante os períodos de recesso da Câmara Municipal, salvo quando este Regimento expressamente dispuser em sentido diverso; e
II - serão contados em dias corridos, salvo quando houver previsão expressa de contagem em dias úteis.
§ 1º Para além de outras regras previstas na legislação e neste Regimento, os prazos relativos às matérias objeto de convocação extraordinária da Câmara e os prazos estabelecidos às Comissões Processantes de cassação serão contados em dias corridos.
§ 2º Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-ão, no que for aplicável, as disposições previstas no Código de Processo Civil Brasileiro.

CÓDIGO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR DA CÂMARA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ

Dispõe sobre o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, e dá outras providências.

TÍTULO I
DA ÉTICA E DO DECORO PARLAMENTAR

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Este Código de Ética e Decoro Parlamentar disciplina a conduta ética e o decoro parlamentar dos Vereadores da Câmara Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná
Parágrafo único. As referências, quando não identificado o ato legal, referem-se a dispositivos do Código de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 2º O Código de Ética e Decoro Parlamentar estabelece os princípios éticos e as regras básicas de decoro que orientam a conduta dos que estejam no exercício do mandato de Vereador do Município de Clevelândia.
Parágrafo único. Regem-se também por este Código o processo disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento das normas relativas à ética e ao decoro parlamentar, com exceção da pena de cassação do mandato, que obedecerá o rito previsto no Decreto-Lei Federal n. 201, de 27 de fevereiro de 1967.
Art. 3º O Código de Ética e Decoro Parlamentar possui as seguintes finalidades principais:
I - contribuir para o aperfeiçoamento dos padrões éticos do Poder Legislativo, a partir do exemplo dado pelos Vereadores;
II - criar mecanismo de consulta destinado a possibilitar o prévio e pronto esclarecimento de dúvidas quanto à conduta ética do Vereador;
III - estabelecer regras básicas sobre conflitos de interesses públicos e privados;
IV - garantir que a conduta do Vereador esteja de acordo com as normas éticas estabelecidas neste Código;
V - preservar a imagem e a reputação do Poder Legislativo; e
VI - tornar claras as regras éticas de conduta dos Vereadores, para que a sociedade possa aferir a integridade e a lisura do processo decisório legislativo.
Art. 4º As imunidades, prerrogativas e franquias asseguradas pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual, pela Lei Orgânica, pelas leis e pelo Regimento Interno da Câmara Municipal de Clevelândia são institutos destinados à garantia do exercício do mandato e à defesa do Poder Legislativo.
Parágrafo único. Os Vereadores não serão obrigados a testemunhar perante a Câmara Municipal sobre:
I - informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato; ou
II - pessoas que lhe confiaram ou delas receberam informações.

CAPÍTULO II
DOS DEVERES ÉTICOS

Art. 5º Os principais deveres éticos que orientam as condutas dos Vereadores são os seguintes:
I - a dignidade, o decoro, o zelo, a eficácia e a consciência dos princípios morais são primados maiores que devem nortear o Vereador, seja no exercício do mandato ou fora dele, já que refletirá o exercício da vocação do próprio Poder Legislativo;
Il - os atos, comportamentos e atitudes do Vereador serão direcionados para a preservação da honra e da tradição dos serviços públicos;
IlI - o elemento ético de sua conduta jamais poderá ser desprezado, devendo o Vereador decidir, não somente entre o legal e o ilegal, o justo e o injusto, o conveniente e o inconveniente, o oportuno e o inoportuno, mas principalmente entre o honesto e o desonesto, consoante as regras contidas no caput e no § 4º do artigo 37 da Constituição Federal;
IV - a moralidade da conduta do Vereador não se limita à distinção entre o bem e o mal, devendo ser acrescida da ideia de que o fim é sempre o bem comum, e o equilíbrio entre a legalidade e a finalidade é que poderá consolidar a moralidade do ato administrativo;

V - sendo o subsídio do Vereador custeado pelos tributos pagos por todos, direta ou indiretamente, inclusive por ele mesmo, é exigido do Vereador, como contrapartida, uma conduta ilibada, regida pela moralidade administrativa, como elemento indissociável de sua aplicação e de sua finalidade, erigindo-se, como consequência, em fator de legalidade;
VI - o trabalho desenvolvido pelo Vereador perante a comunidade deve ser entendido como acréscimo ao seu próprio bem-estar, já que, como cidadão, integrante da sociedade, o êxito desse trabalho pode ser considerado como seu maior patrimônio;
VII - o exercício do mandato deve ser tido como exercício profissional e, portanto, se integra na vida particular de cada Vereador, sendo que os fatos e atos verificados na sua conduta do dia-a-dia em sua vida privada poderão acrescer ou diminuir o seu bom conceito na vida pública;
VIII - a cortesia, a boa vontade, o cuidado e o tempo dedicados ao serviço público caracterizam o esforço pela disciplina;
IX - a ausência injustificada do Vereador nas sessões ou em reuniões da Câmara Municipal é fator de desmoralização da vereança, o que quase sempre conduz à desordem nas relações humanas; e
X - o Vereador que atua em harmonia com a estrutura organizacional, respeitando seus pares, agentes públicos e cada cidadão, colabora e de todos pode receber colaboração, pois sua atividade pública é a grande oportunidade para o crescimento e o engrandecimento do Município.

CAPÍTULO III
DAS CONDUTAS

Art. 6º No exercício de suas funções, os Vereadores deverão pautar-se pelos padrões da ética, sobretudo no que diz respeito à integridade, à moralidade, à clareza de posições e ao decoro, com vistas a motivar o respeito e a confiança da população do Município de Clevelândia.
Parágrafo único. Os padrões éticos são exigidos do Vereador na relação entre suas atividades públicas e privadas, de modo a prevenir eventuais conflitos de interesses.
Art. 7º O Vereador não poderá receber qualquer remuneração de fonte privada em desacordo com a lei, nem receber valores referentes à transporte, hospedagem ou quaisquer outros favores de particulares de forma a permitir situação que possa gerar dúvida sobre a sua probidade ou honorabilidade.
Parágrafo único. É permitida a participação do Vereador como palestrante ou convidado em curso(s) de treinamento, reciclagem e aperfeiçoamento, conferência(s), congresso(s), simpósio(s), seminário(s), palestra(s), dentre outros eventos semelhantes, desde que tornada pública eventual remuneração ou pagamento de suas despesas pelo promotor do evento.
Art. 8º No relacionamento com outros órgãos e agentes públicos, o Vereador deverá esclarecer a existência de eventual conflito de interesses, bem como comunicar qualquer circunstância ou fato impeditivo de sua participação em decisão coletiva ou em órgão colegiado.

CAPÍTULO IV
DOS DEVERES FUNDAMENTAIS DOS VEREADORES

Art. 9º São deveres fundamentais do Vereador:
I - promover a defesa do interesse público;
II - respeitar e cumprir a Constituição Federal, a Constituição Estadual, a Lei Orgânica Municipal, o Regimento Interno, a legislação federal, estadual e municipal, bem como as demais normas internas da Câmara Municipal;
III - zelar pelo prestígio, aprimoramento e valorização das instituições democráticas e representativas e pelas prerrogativas do Poder Legislativo;
IV - desempenhar com lealdade, moralidade e transparência o mandato que lhe foi confiado e trabalhar pelo progresso do Município e bem-estar de seu povo;
V - apresentar-se adequadamente trajado para as sessões e reuniões da Câmara Municipal, nelas permanecer durante seus trabalhos, e participar das reuniões das comissões de que seja integrante;
VI - examinar todas as proposições submetidas a sua apreciação e voto sob a ótica do interesse público;
VII - oferecer, na forma regimental, pareceres ou votos, comparecendo e participando das reuniões das comissões a que pertencer;
VIII - não se eximir de trabalho algum relativo ao desempenho do mandato;
IX - tratar com respeito e civilidade seus pares, as autoridades, os servidores público dos Poderes Legislativo e Executivo e os cidadãos com os quais mantenha contato no exercício da atividade parlamentar;
X - respeitar as decisões dos órgãos da Câmara Municipal;
XI - conduzir-se, sobretudo em Plenário, de modo compatível com a ética e o decoro parlamentar.
Art. 10. Considera-se ausência justificada do Vereador:
I - por motivo de doença, mediante apresentação de atestado médico;
II - por participação em missão oficial devidamente autorizada;
III - por participação em cursos, capacitações ou eventos de interesse institucional previamente comunicados à Presidência;
IV - por motivo de força maior devidamente comprovado.
§ 1º O atestado médico deverá ser apresentado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.§ 2º A ausência injustificada poderá caracterizar infração ética, nos termos deste Código.

CAPÍTULO V
DOS ATOS INCOMPATÍVEIS COM A ÉTICA E O DECORO PARLAMENTAR

Art. 11. Constituem procedimentos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar, puníveis com a perda do mandato:
I - abusar das prerrogativas asseguradas ao Vereador, utilizando-as de forma manifestamente contrária à finalidade pública, mediante desvio de finalidade devidamente comprovado;
II - perceber, a qualquer título, em proveito próprio ou de outrem, vantagem indevida em razão do exercício do mandato;
III - celebrar acordo que tenha por objeto a posse do suplente, condicionando-a a contraprestação financeira ou à prática de atos contrários aos deveres éticos ou regimentais;
IV - fraudar, por qualquer meio, o regular andamento dos trabalhos legislativos, com o objetivo de alterar o resultado de deliberação;
V - omitir, intencionalmente, informação relevante ou prestar informação sabidamente falsa em processo legislativo ou administrativo;
VI - solicitar, receber ou aceitar promessa de vantagem de qualquer natureza para influenciar decisão, voto ou posicionamento no exercício do mandato;
VII - utilizar-se do cargo ou das prerrogativas parlamentares para obter favorecimento pessoal ou de terceiros, mediante desvio de finalidade e com dolo comprovado;
VIII - praticar ato doloso que importe em enriquecimento ilícito, lesão ao erário ou violação grave aos princípios da administração pública, nos termos da legislação aplicável.
§ 1º Considera-se abuso de prerrogativa o ato de exceder manifestamente os limites da razoabilidade no uso da inviolabilidade por opiniões, palavras e votos.
§ 2º Considera-se vantagem indevida:
I - o recebimento de presentes, doações, cortesias ou benefícios, salvo aqueles sem valor comercial ou distribuídos a título institucional ou protocolar;
II - o favorecimento de pessoa física ou jurídica condicionado à tomada de posição, manifestação ou voto.
§ 3º As hipóteses previstas neste artigo constituem rol taxativo, devendo sua interpretação observar os princípios da legalidade, da tipicidade, da proporcionalidade e da segurança jurídica.
§ 4º A aplicação da penalidade de perda do mandato exige a comprovação inequívoca da conduta, do dolo e de sua gravidade.

CAPÍTULO VI
DOS ATOS ATENTATÓRIOS À ÉTICA E AO DECORO PARLAMENTAR

Art. 12. Atentam contra a ética e o decoro parlamentar as seguintes condutas, puníveis na forma deste Código:
I - perturbar, de forma reiterada ou relevante, a ordem das sessões, reuniões da Câmara Municipal, de Comissões ou da Comissão de Ética, prejudicando o regular andamento dos trabalhos;

II - praticar atos que infrinjam as regras de urbanidade, respeito e boa conduta nas dependências da Câmara Municipal ou no exercício da função parlamentar;
III - utilizar, no exercício da função parlamentar, expressões ofensivas, discriminatórias ou preconceituosas;
IV - ofender, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa Diretora, Comissão, servidores públicos ou qualquer cidadão, no exercício da função ou em razão dela;
V - utilizar-se das prerrogativas do cargo para constranger, intimidar ou influenciar indevidamente servidor público, Vereador ou qualquer pessoa, sem que a conduta configure hipótese prevista no art. 11 deste Código;
VI - praticar ofensa física nas dependências da Câmara Municipal ou em razão do exercício do mandato;
VII - divulgar ou compartilhar, sem autorização ou em desacordo com as normas legais, informações ou documentos oficiais de caráter reservado;
VIII - fraudar, por qualquer meio, o registro de presença em sessões ou reuniões;
IX - divulgar ou compartilhar, de forma dolosa, por meio da internet ou redes sociais, informação sabidamente falsa ou distorcida, capaz de induzir a erro os cidadãos, mediante comprovação objetiva da falsidade e do dolo;
X - deixar de observar, de forma intencional e relevante, os deveres fundamentais do Vereador previstos no art. 9º deste Código.
Parágrafo único. As condutas previstas neste artigo deverão ser interpretadas restritivamente, vedada a aplicação analógica para fins de agravamento de penalidade, devendo ser observados os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na aplicação das sanções.

CAPÍTULO VII
DAS PENALIDADES APLICÁVEIS

Art. 13. Os atos atentatórios à ética e ao decoro parlamentar são puníveis com as seguintes penalidades:
I – advertência oral;
II - advertência escrita;
III - suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais;
IV – suspensão temporária do exercício do mandato.
Art. 14. Os atos incompatíveis com a ética e o decoro parlamentar são puníveis com a perda do mandato.
Art. 15. Na aplicação das penalidades serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a Câmara Municipal, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do infrator.
Art. 16. A advertência oral será aplicada imediatamente, durante a realização de sessão ou reunião, pelo presidente da Câmara ou pelo presidente de Comissão, respectivamente, ao Vereador que incidir nos atos previstos no artigo 12 deste Código, independente da instauração de representação.
§ 1º Ao aplicar a advertência oral, o respectivo Presidente mencionará a conduta infratora do Vereador e o dispositivo infringido deste Código.
§ 2º A aplicação da advertência oral será registrada em ata, da qual será encaminhada cópia à Secretaria Geral da Câmara Municipal para inclusão no sistema de registro das penalidades impostas ao Vereador.
§ 3º Não se consideram advertência as orientações e censuras feitas pelo Presidente em exercício, durante a sessão ou reunião, sobre atos e comportamentos dos Vereadores que não observarem as regras regimentais.
Art. 17. A advertência escrita será aplicada pela Mesa Diretora, após a instauração de representação, ao Vereador que incidir nos atos previstos nos incisos II, III e IV do artigo 12 deste Código.
Parágrafo único. A aplicação da advertência escrita observará o procedimento previsto no Capítulo III do Título II deste Código.
Art. 18. A suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais, de no máximo 90 (noventa) dias, será aplicada pelo Plenário, após processo disciplinar conduzido pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, ao Vereador que:
I - incidir nos atos previstos no inciso V do artigo 12 deste Código; ou
II - reincidir nos atos previstos nos incisos I, II, III e IV do artigo 12 deste Código.
§ 1º São passíveis de suspensão as seguintes prerrogativas:
I – usar a palavra em sessão, no horário destinado ao Pequeno Expediente;
II – usar a palavra em sessão, no horário destinado ao Grande Expediente;
III – usar a palavra nas Considerações Finais;
IV – utilizar a Tribuna nos casos previstos no Regimento Interno;
V – participar de missões oficiais custeadas pela Câmara Municipal;
VI – utilizar veículo oficial da Câmara Municipal.
§ 2º O parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar deverá indicar, de forma fundamentada, as prerrogativas regimentais cuja suspensão propõe, bem como o respectivo alcance e prazo de duração, considerados a gravidade da infração, a atuação do parlamentar, eventual reincidência, os motivos e as consequências da conduta, cabendo ao Plenário deliberar sobre a aplicação da penalidade.
Art. 19. A perda do mandato parlamentar observará as hipóteses materiais, os quóruns, as garantias processuais e os procedimentos previstos na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e no Decreto-Lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1967.
§ 1º As condutas descritas neste Código poderão servir como elementos de aferição da incompatibilidade ética ou do decoro parlamentar, sem prejuízo da observância das hipóteses legais de perda do mandato previstas na legislação aplicável.
§ 2º A aplicação das penalidades desde Código exigirá decisão fundamentada, observância do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
§ 3º As disposições deste Código aplicam-se aos processos de perda do mandato apenas de forma complementar e subsidiária, desde que compatíveis com a legislação federal.
Art. 20. Sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Código, constatados indícios de dano ao erário, enriquecimento ilícito ou percepção indevida de vantagens por Vereador, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar fará constar tal circunstância em seu parecer final.
Parágrafo único. Constatada a existência de indícios suficientes, os fatos serão encaminhados aos órgãos competentes para apuração e adoção das providências administrativas, controladoras e judiciais cabíveis, sem prejuízo das medidas que possam ser adotadas pela própria Câmara Municipal para a defesa de seu patrimônio e de seus interesses institucionais.

CAPÍTULO VIII
DO VEREADOR CORREGEDOR E DA COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

Art. 21. Para cada representação destinada à apuração de infração punível com advertência escrita, será sorteado um Vereador Corregedor, entre os Vereadores desimpedidos, para conduzir o processo ético-disciplinar instaurado para aplicação da penalidade de advertência escrita.
Art. 22. Compete à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar instruir e emitir parecer nos processos destinados à aplicação das sanções de suspensão de prerrogativas regimentais e de suspensão temporária do exercício do mandato parlamentar, na forma deste Código.
§ 1º A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar será composta por 3 (três) Vereadores titulares, assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares com assento na Câmara Municipal.
§ 2º A indicação dos membros da Comissão de Ética será realizada pelos respectivos partidos ou blocos parlamentares, no prazo fixado pelo Presidente da Câmara.
§ 3º Não havendo indicação no prazo estabelecido, ou inexistindo número suficiente de Vereadores indicados, a escolha será realizada por sorteio entre os Vereadores desimpedidos, respeitada, sempre que possível, a proporcionalidade partidária.
§ 4º No ato de constituição da Comissão, serão designados, além dos membros titulares, suplentes em igual número, observados os mesmos critérios de composição.
§ 5º A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar elegerá, dentre seus membros, o Presidente e o Relator, na forma regimental. Não sendo alcançado consenso quanto à escolha de qualquer deles, proceder-se-á ao sorteio entre os integrantes da Comissão.
Art. 23. A participação na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar não será remunerada, sendo considerada função institucional inerente ao exercício do mandato de Vereador.

Art. 24. Não poderá participar do sorteio para Corregedor ou da composição da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar o Vereador:
I - que figure como representante ou representado no processo;
II - que seja Presidente da Câmara;
III - que seja suplente, salvo se a substituição ocorrer por prazo indeterminado;
IV - que seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, do representante ou representado;
V - que tenha interesse direto na matéria ou mantenha relação de amizade íntima ou inimizade notória com qualquer das partes, não se considerando, para esse fim, a mera divergência política, ideológica, partidária ou o exercício regular da oposição parlamentar;
VI - que tenha participado de atos relacionados aos fatos objeto da apuração.

TÍTULO II
DO PROCESSO DISCIPLINAR

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 25. Os trabalhos da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar serão regidos pelos artigos deste título, que disporá sobre os procedimentos a serem observados no processo ético-disciplinar.
Art. 26. O Vereador Corregedor e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar atuarão mediante provocação do Presidente da Câmara Municipal.
Art. 27. O Presidente da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar convocará os demais integrantes para se reunirem na sede da Câmara Municipal, em dia e hora prefixados, sempre que houver processo ético-disciplinar em andamento ou qualquer matéria pendente de deliberação.
Art. 28. As decisões da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar serão tomadas por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros e, em caso de empate, o Presidente da Comissão votará pela segunda vez para desempatar.
Art. 29. É facultado ao Vereador representado, em qualquer caso, constituir advogado para sua defesa, ou fazê-la pessoalmente, em todas as fases do processo, inclusive no Plenário.
Art. 30. O Vereador Corregedor e os integrantes da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar deverão observar, sob pena de responsabilização, o sigilo, a discrição e o comedimento indispensáveis ao exercício de suas funções.
Art. 31. O Vereador Corregedor e a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar poderão requisitar apoio técnico, jurídico, contábil e administrativo da Câmara Municipal.
Parágrafo único. Os atos processuais deverão observar os princípios do devido processo legal, do contraditório, da ampla defesa, da motivação das decisões e da busca da verdade material.
Art. 32. As comunicações dos atos processuais, incluindo citações e intimações, poderão ser realizadas por meio eletrônico, inclusive por aplicativo de mensagens, desde que asseguradas:
I - a identificação do destinatário;
II - a integridade e autenticidade do conteúdo transmitido;
III - a comprovação do recebimento, por qualquer meio idôneo.
§ 1º Considera-se realizada a comunicação na data da confirmação do recebimento pelo destinatário.
§ 2º Na ausência de confirmação de recebimento, a comunicação deverá ser realizada por outro meio previsto neste Código.
Art. 33. Os atos do processo ético-disciplinar, incluindo sessões de julgamento, reuniões da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e oitivas de testemunhas e do representado, poderão ser realizados de forma presencial, virtual ou híbrida.
§ 1º Na hipótese de realização por meio virtual ou híbrido, deverão ser assegurados:
I - a identificação dos participantes;
II - a integridade e a regularidade dos atos processuais;
III - a publicidade dos atos, quando não houver restrição legal;
IV - o pleno exercício do contraditório e da ampla defesa.
§ 2º As oitivas realizadas por meio virtual ou híbrido terão o mesmo valor jurídico das presenciais, desde que garantidas as condições técnicas adequadas.
Art. 34. A citação ou notificação pessoal do representado será feita, preferencialmente, na primeira sessão plenária após a admissão da representação;
Art. 35. Frustradas as tentativas de comunicação pessoal ou eletrônica previstas neste Código, e estando o representado em local incerto, não sabido ou em situação que impossibilite sua localização, a citação ou intimação será realizada por edital, publicado no órgão oficial de divulgação dos atos da Câmara Municipal.
§ 1º A citação ou intimação por edital somente será admitida quando comprovadamente inviáveis os demais meios de comunicação previstos neste Código.
§ 2º O edital deverá conter resumo dos fatos objeto da representação, identificação do representado e indicação do prazo para manifestação.
§ 3º Decorrido o prazo sem manifestação do representado, ser-lhe-á nomeado defensor dativo para acompanhamento do processo, sem prejuízo da continuidade dos atos processuais.
§ 4º Nos processos destinados à apuração de condutas passíveis de perda do mandato parlamentar, sempre que possível, serão adotadas previamente medidas razoáveis de comunicação pessoal e eletrônica do denunciado, sem prejuízo da observância do procedimento de notificação previsto no Decreto-Lei n. 201/1967.
Art. 36. Aplicam-se subsidiariamente aos atos de instrução probatória e aos procedimentos previstos neste Código as disposições do Código de Processo Civil e do Código de Processo Penal, no que couber, especialmente quanto à produção de provas, oitiva de testemunhas e garantias processuais das partes.
Art. 37. A Secretaria Geral da Câmara Municipal manterá sistema de registro das penalidades impostas a Vereadores por falta ética ou de decoro parlamentar.
Art. 38. A decisão pelo arquivamento por insuficiência probatória não impede outra representação sobre os mesmos fatos, desde que apresentadas provas novas.
Art. 39. Aplicam-se à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, no que couber, as disposições regimentais relativas às Comissões Permanentes do Poder Legislativo.

CAPÍTULO II
DA REPRESENTAÇÃO

Art. 40. As representações relacionadas com a ética ou o decoro parlamentar serão encaminhadas diretamente ao Presidente da Câmara Municipal.
Art. 41. Qualquer pessoa poderá formular representação contra Vereador pela prática de infração ética ou de conduta incompatível com o decoro parlamentar, observado o disposto neste Código.
Art. 42. A representação, formulada por escrito, deverá conter:
I - a identificação do representante, com sua qualificação e endereço, acompanhada de documento oficial de identificação, quando pessoa física, ou dos atos de representação, quando pessoa jurídica;
II - a narrativa dos fatos que a motivam, de forma que se possa verificar a existência, em tese, de infração ético-disciplinar;
III - os elementos de prova eventualmente disponíveis e a indicação de outras provas a serem produzidas, acompanhada, se for o caso, do rol de testemunhas, até o número máximo de:
a) 2 (duas), quando o ato for punível com advertência escrita;
b) 3 (três), quando o ato for punível com suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais, e suspensão temporária do exercício do mandato;
IV - a data e a assinatura do(s) representante(s).
Art. 43. Não será instaurado processo ético-disciplinar exclusivamente com fundamento em representação anônima desprovida de elementos mínimos de verossimilhança ou apresentada com manifesto intuito ofensivo.
§1º A existência de representação anônima não impede a realização de diligências preliminares, reservadas e sigilosas, destinadas exclusivamente à verificação da existência de indícios mínimos de autoria e materialidade.
§2º O membro da Mesa Diretora que figurar como representado ficará impedido de praticar qualquer ato relacionado ao processo ético-disciplinar, competindo sua substituição na forma prevista no Regimento Interno ou, na sua ausência, mediante sorteio entre os Vereadores desimpedidos.

Art. 44. O Presidente da Câmara, em seu despacho inicial a ser proferido no prazo máximo de 3 (três) dias, examinará a admissibilidade da representação e decidirá sobre o seu recebimento.
Art. 45. O Presidente da Câmara poderá considerar inepta a representação, determinando seu arquivamento liminar, quando:
I - faltar legitimidade ao representante;
II - o fato narrado, evidentemente, não constituir falta ética ou de decoro parlamentar;
III - ausentes quaisquer dos requisitos/pressupostos de admissibilidade indicados no artigo 42 deste Código.
Parágrafo único. Quando supríveis as falhas na formulação, a representação não deverá ser liminarmente arquivada.
Art. 46. Considerada apta a representação, o Presidente da Câmara, no mesmo ato, decidirá sobre a competência para o seu processamento, encaminhando-a:
I - ao Corregedor, quando se tratar de conduta punível com advertência escrita;
II - à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, quando se tratar de suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais, e suspensão temporária do mandato.
Art. 47. Após o recebimento da representação e a instauração do respectivo procedimento, será admitida a desistência apenas nos casos que envolverem a aplicação das penalidades de advertência oral e advertência escrita.

CAPÍTULO III
DO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DA ADVERTÊNCIA ESCRITA

Art. 48. Considerada apta a representação pelo Presidente da Câmara, sua súmula será lida em Plenário na primeira sessão ordinária e, na mesma sessão, será sorteado um Vereador Corregedor entre os desimpedidos.
Parágrafo único. O Presidente da Câmara poderá designar agente público do Poder Legislativo, comissionado ou servidor efetivo, para auxiliar o Vereador Corregedor.
Art. 49. O Vereador Corregedor determinará a instauração do processo ético-disciplinar e providenciará a notificação do Vereador representado, com a remessa de cópia da representação e documentos que a instruírem, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, apresente defesa prévia, por escrito, indique as provas que pretender produzir e arrole testemunhas, até o máximo de 2 (duas) para cada representado.
§1º A notificação pessoal do representado poderá ser feita de forma presencial durante o decorrer a sessão plenária;
§ 2º Frustradas as tentativas de notificação pessoal ou eletrônica, observar-se-á o procedimento previsto no art. 35 deste Código.
§ 3º O processo ético-disciplinar tramitará de forma restrita até o encerramento da instrução probatória, ressalvadas as hipóteses de publicidade previstas em lei ou decorrentes da natureza do ato processual.
Art. 50. Findo o prazo para apresentação de defesa escrita, o Vereador Corregedor procederá às seguintes diligências, dentre outras que se fizerem necessárias:
I - designar dia e hora para ouvir as testemunhas arroladas na representação e na defesa, ou outras, inclusive referidas, que julgar necessário para o esclarecimento de fatos relativos ao objeto da investigação, inclusive procedendo à acareação entre as testemunhas, se necessário, facultado ao Vereador representado acompanhar as oitivas;
II - realizar diligências, vistorias e solicitar documentos a qualquer órgão ou setor da Câmara Municipal, ao Poder Executivo ou a órgãos da Administração Pública direta ou indireta, e promover outros atos necessários para a apuração dos fatos;
III - designar dia e hora para tomar o depoimento pessoal do Vereador representado, respeitado o direito constitucional ao silêncio;
IV - solicitar ao Presidente da Câmara Municipal, mediante despacho devidamente fundamentado, serviços especiais realizados por terceiros, tais como perícias e laudos técnicos, se necessário.
§ 1º É assegurado ao representado o direito de, a todo tempo, nomear advogado e comparecer a todos os atos e termos do processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador legalmente habilitado.
§ 2º As solicitações de documentos e requisições do Vereador Corregedor terão prioridade de tramitação dentro dos órgãos e setores da Câmara Municipal, devendo ser atendidas no prazo de até 3 (três) dias úteis, pelos servidores efetivos ou comissionados, sob pena de responsabilização pessoal.
§ 3º Sempre que houver a juntada de um documento ao processo, será oportunizada ao Vereador representado a faculdade de manifestação em 3 (três) dias, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
Art. 51. Ao final da instrução probatória, o Vereador Corregedor apresentará parecer conclusivo acerca da procedência ou improcedência da representação.
Parágrafo único. O parecer será escrito e conterá a qualificação do representado, a síntese da representação e da defesa, a exposição dos motivos de fato e de direito em que se fundamenta e a indicação dos dispositivos legais aplicados.
Art. 52. O parecer do Vereador Corregedor será encaminhado à Mesa Diretora da Câmara Municipal para julgamento, que:
I - em caso de improcedência da representação, determinará o seu arquivamento;
II - em caso de procedência da representação, aplicará a penalidade de advertência escrita ao Vereador, notificando-o da decisão no prazo máximo de 5 (cinco) dias.
Parágrafo único. A decisão da Mesa Diretora será tomada por maioria de votos, presentes a maioria absoluta de seus membros e, em caso de empate, o Presidente da Câmara votará pela segunda vez para desempatar.
Art. 53. O processo ético-disciplinar para aplicação da penalidade de advertência escrita deverá ser concluído no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco), contados da data da instauração do processo ético-disciplinar, podendo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias mediante requerimento fundamentado do Vereador Corregedor, deferido pelo Presidente da Câmara.
Parágrafo único. O prazo previsto neste capítulo ficará suspenso durante os períodos de recesso legislativo.
Art. 54. Da decisão de procedência da representação proferida pela Mesa Diretora caberá recurso ao Plenário da Câmara Municipal, o qual deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, exigindo-se, para o seu provimento, o voto da maioria absoluta dos integrantes da Câmara Municipal.
§ 1º Recebido o recurso, o Presidente da Câmara convocará sessão para julgamento, observando-se, no que couber, as disposições aplicáveis à deliberação plenária previstas neste Código.
§ 2º Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar.

CAPÍTULO IV
DO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DE SUSPENSÃO DE PRERROGATIVAS E SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO EXERCÍCIO DO MANDATO

Seção I
Das Providências Iniciais
Art. 55. Considerada apta a representação pelo Presidente da Câmara, sua súmula será lida em Plenário na primeira sessão ordinária e, o processo será encaminhado à Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, que se reunirá para deliberar sobre sua instauração.
Art. 56. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar determinará a instauração do processo ético-disciplinar e providenciará a notificação do Vereador representado, com a remessa de cópia da representação e documentos que a instruírem.
§ 1º Frustradas as tentativas de notificação pessoal ou eletrônica, observar-se-á o procedimento previsto no art. 35 deste Código.
§ 2º O processo ético-disciplinar tramitará de forma restrita até o encerramento da instrução probatória, ressalvadas as hipóteses de publicidade previstas em lei ou decorrentes da natureza do ato processual.

Seção II
Da Defesa

Art. 57. A partir do primeiro dia útil subsequente ao recebimento da notificação pessoal, eletrônica ou por edital, observado o disposto no art. 35 deste Código, o Vereador representado terá o prazo de 10 (dez) dias para apresentar defesa escrita, instruída ou não com documentos, indicar as provas que pretender produzir e arrolar até 3 (três) testemunhas.

Seção III
Da Instrução Probatória

Art. 58. Findo o prazo estipulado, apresentada ou não a defesa escrita, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar procederá às seguintes diligências, dentre outras que se fizerem necessárias:
I - designar dia e hora para ouvir as testemunhas arroladas na representação e na defesa, ou outras, inclusive referidas, que julgar necessário para o esclarecimento de fatos relativos ao objeto da investigação, inclusive procedendo à acareação entre elas, se necessário, facultado ao Vereador representado acompanhar as oitivas;
II - realizar diligências, vistorias e solicitar documentos a qualquer órgão ou setor da Câmara Municipal, ao Poder Executivo ou a órgãos da Administração Pública direta ou indireta, e promover outros atos necessários para a apuração dos fatos;
III - designar dia e hora para tomar o depoimento pessoal do Vereador representado, respeitado o direito constitucional ao silêncio;
IV - solicitar ao Presidente da Câmara Municipal, mediante despacho devidamente fundamentado, serviços especiais realizados por terceiros, tais como perícias e laudos técnicos, se necessário.
§ 1º É assegurado ao representado o direito de, a todo tempo, nomear advogado e comparecer a todos os atos e termos do processo, pessoalmente ou por intermédio de procurador legalmente habilitado.
§ 2º As solicitações de documentos e requisições da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar terão prioridade de tramitação dentro dos órgãos e setores da Câmara Municipal, devendo ser atendidas no prazo de até 3 (três) dias úteis, pelos servidores efetivos ou comissionados, sob pena de responsabilização pessoal.
§ 3º Sempre que houver a juntada de um documento ao processo, será oportunizada ao Vereador representado a faculdade de manifestação em 3 (três) dias, em respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.
Art. 59. Em caso de produção de prova testemunhal, na reunião em que ocorrer a oitiva das testemunhas, observar-se-ão as seguintes normas:
I - a testemunha prestará compromisso de dizer a verdade e falará somente o que lhe for perguntado, sendo-lhe defeso qualquer explanação ou consideração inicial;
II - ao Relator será facultado inquirir a testemunha no início do depoimento e a qualquer momento aparteá-la, caso entenda necessário;
III - a testemunha não será interrompida, exceto pelo Relator;
IV - após a inquirição pelo Relator, será dada a palavra ao Vereador representado ou a seu advogado;
V - o prazo máximo e improrrogável para formular perguntas será de 15 (quinze) minutos e o tempo máximo para réplica de 5 (cinco) minutos.
Parágrafo único. Na hipótese de suspeita da ocorrência do crime de falso testemunho, o Relator acionará o Presidente da Câmara, responsável pela segurança interna da Câmara Municipal, para a adoção das providências legais cabíveis junto aos órgãos competentes.
Art. 60. Considerar-se-á concluída a instrução do processo com a entrega do parecer do Relator, que será apreciado pela Comissão de Ética e Decoro Parlamentar no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
Parágrafo único. O parecer será escrito e conterá a qualificação do representado, a síntese da representação e da defesa, a exposição dos motivos de fato e de direito em que se fundamenta e a indicação dos dispositivos legais aplicados.

Seção IV
Da Apreciação do Parecer

Art. 61. Na reunião de apreciação do parecer do Relator, a Comissão de Ética e Decoro Parlamentar observará o seguinte procedimento:
I - anunciada a matéria pelo Presidente da Comissão, passa-se a palavra ao Relator, que procederá à leitura do relatório;
II - a seguir, será concedido o prazo de 30 (trinta) minutos ao Vereador representado ou a seu advogado para defesa;
III - será devolvida a palavra ao Relator para leitura do seu voto;
IV – mediante concordância unânime dos membros da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar e do Vereador representado ou de seu defensor, poderá ser dispensada a leitura integral do parecer e do voto do Relator, realizando-se apenas a leitura do resumo da fundamentação e sua conclusão;
V - iniciar-se-á a discussão do parecer, podendo cada membro da Comissão usar a palavra durante 10 (dez) minutos improrrogáveis;
VI - o Relator disporá do prazo de 10 (dez) minutos, improrrogáveis, para a réplica e, igual prazo, a defesa para a tréplica;
VII - a Comissão deliberará em processo de votação nominal e por maioria absoluta e, em caso de empate, o Presidente da Comissão votará pela segunda vez para desempatar.
VIII - aprovado o parecer, será tido como da Comissão e, desde logo, assinado pelo Presidente e pelo Relator, constando da conclusão os nomes dos votantes e o resultado da votação;
IX - se o parecer for rejeitado pela Comissão, a redação do parecer vencedor será feita pelo novo Relator, escolhido dentre os que divergiram do Relator original, no prazo de 3 (três) dias úteis. Não havendo consenso na escolha do novo Relator, esta será feita por sorteio.
Art. 62. A Comissão de Ética e Decoro Parlamentar concluirá pela procedência ou improcedência da representação.
Parágrafo único. Em caso de procedência da representação, a Comissão deverá indicar expressamente a descrição dos fatos apurados, a norma violada e o enquadramento da conduta, propondo a aplicação da penalidade cabível.
Art. 63. Concluída a tramitação na Comissão de Ética e Decoro Parlamentar, o processo será encaminhado à Presidência da Câmara para convocação da sessão de julgamento, observados os prazos e procedimentos aplicáveis à penalidade em apuração.
Parágrafo único. Será convocado o suplente do Vereador impedido de votar.

Seção V
Do Julgamento

Art. 64. Na sessão de julgamento, o parecer da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar será lido integralmente, bem como as demais peças requeridas por qualquer dos Vereadores e pelo representado, e, a seguir, os Vereadores que o desejarem poderão manifestar-se verbalmente, pelo tempo improrrogável de 15 (quinze) minutos cada um, sem direito a aparte e, ao final, o representado ou o seu advogado terá o prazo máximo e improrrogável de 2 (duas) horas para produzir sua defesa oral, sem qualquer tipo de interrupção.
Parágrafo único. Os Vereadores deverão proferir voto fundamentado, ainda que de forma sucinta, indicando as razões de fato e de direito que embasam sua decisão.
Art. 65. Concluída a defesa, passar-se-á imediatamente à votação pública e nominal.
Parágrafo único. Serão tantas as votações quantas forem as infrações articuladas na
representação.
Art. 66. A aplicação das penalidades cuja competência seja atribuída ao Plenário observará os seguintes quóruns:
I – maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal para aplicação das penalidades de suspensão de prerrogativas regimentais e de suspensão temporária do exercício do mandato parlamentar;
II – voto favorável de 2/3 (dois terços) dos membros da Câmara Municipal para aplicação da penalidade de perda do mandato parlamentar, observado o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e na legislação federal aplicável.
Art. 67. Concluído o julgamento, o Presidente da Câmara proclamará imediatamente o resultado e fará lavrar ata que consigne a votação sobre cada infração e, se houver condenação, expedirá, de imediato:
I - portaria, quando aplicada a penalidade de suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais;
II - decreto legislativo, independentemente de nova deliberação plenária, quando aplicada a penalidade de perda do mandato.
§ 1º No caso do inciso II do caput deste artigo, o Presidente da Câmara comunicará à Justiça Eleitoral o resultado no prazo de 5 (cinco) dias úteis.
§ 2º A decisão que aplicar penalidade deverá conter a descrição precisa dos fatos, a indicação expressa da norma violada e o enquadramento da conduta, sob pena de nulidade.
Art. 68. Se o resultado da votação for absolutório, o Presidente da Câmara determinará o arquivamento do processo.

Art. 69. Os processos ético-disciplinares destinados à aplicação das penalidades de advertência escrita, suspensão de prerrogativas regimentais e funcionais e suspensão temporária do exercício deverão ser concluídos no prazo de até 90 (noventa) dias, prorrogável, mediante decisão fundamentada, por até 30 (trinta) dias.
§ 1º O prazo previsto no caput ficará suspenso durante os períodos de recesso legislativo.
§ 2º Os processos destinados à apuração de condutas passíveis de perda do mandato parlamentar observarão os prazos previstos no Decreto-Lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1967, não se aplicando as disposições deste artigo.

CAPÍTULO V
DA CONTAGEM DOS PRAZOS

Art. 70. Os prazos previstos neste Código serão contados em dias úteis, exceto nos casos que possam ensejar a perda de mandato.
§ 1º Exclui-se do cômputo o dia do início, iniciando-se a contagem no primeiro dia útil seguinte à ocorrência do ato ou fato, e inclui-se o dia do vencimento.
§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte quando o vencimento recair em dia sem expediente.
§ 3º Os prazos ficam suspensos durante o recesso legislativo.
§ 4º Inexistindo prazo específico, será de 5 (cinco) dias úteis o prazo para a prática do ato.
§ 5º As regras de contagem previstas neste artigo aplicam-se exclusivamente aos processos disciplinares internos sujeitos às penalidades previstas nos arts. 15, 16, 17 e 18 deste Código.
§ 6º Os processos destinados à apuração de condutas passíveis de perda do mandato parlamentar observarão os prazos e critérios de contagem estabelecidos no Decreto-Lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1967.
Art. 71. Os prazos processuais ficarão suspensos nas hipóteses de ausência justificada do Vereador, previstas no art. 10 deste Código, enquanto perdurar o impedimento, desde que devidamente comprovado nos autos.
Parágrafo único. A suspensão prevista no caput aplica-se exclusivamente aos processos disciplinares internos sujeitos às penalidades previstas nos arts. 15, 16, 17 e 18 deste Código, não incidindo sobre os processos regidos pelo Decreto-Lei n. 201/1967.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 72. Aplicam-se subsidiariamente aos processos e procedimentos previstos neste Código:
I - as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal;
II - as normas do Código de Processo Civil;
III - as normas do Código de Processo Penal;
IV - as normas gerais de processo administrativo aplicáveis à Administração Pública.
Parágrafo único. Em qualquer hipótese, deverão ser assegurados o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa, a motivação das decisões e a observância dos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade.
Art. 73. Nos processos destinados à apuração de infrações passíveis de perda do mandato parlamentar, aplicam-se integralmente as disposições do Decreto-Lei n. 201, de 27 de fevereiro de 1967.
Parágrafo único. As disposições deste Código serão aplicadas apenas de forma complementar e subsidiária, para suprir eventuais lacunas procedimentais, desde que compatíveis com a legislação federal e com as garantias constitucionais do contraditório, da ampla defesa e do devido processo legal.
Art. 74. Aos casos omissos que digam respeito a prazos, comunicações e realização dos atos processuais em geral, serão aplicadas, subsidiariamente, as normas do Código de Processo Civil.
Art. 75. A aplicação, interpretação e execução das disposições deste Código deverão observar, no que couber, as diretrizes de governança, integridade, transparência e desempenho institucional estabelecidas pelos órgãos de controle externo, especialmente aquelas previstas no programa ProLegis do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 76. A Câmara Municipal manterá mecanismos de registro, controle, acompanhamento e transparência dos processos ético-disciplinares, assegurando:
I - padronização documental;
II - rastreabilidade dos atos processuais;
III - publicidade das decisões, ressalvadas as hipóteses legais de sigilo;
IV - elaboração de relatório anual das atividades da Comissão de Ética e Decoro Parlamentar.
Art. 77. O presente Código de Ética e Decoro Parlamentar poderá ser alterado por meio de projeto de resolução, observado o disposto no Regimento Interno.
Art. 78. A Mesa Diretora providenciará a publicação deste Código de Ética e Decoro Parlamentar no sítio eletrônico da Câmara Municipal.

Publicado por:
Debora Aline Binotto
Código Identificador:8600F4FB

GABINETE
DECRETO N°236/2026

DECRETO N°236/2026
A PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 43, inciso I da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

Art. 1º - Concede férias a Servidora Municipal, **Angela Gilvania Correa Soares**, desde o dia 05/10/2026 à 25/11/2026.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:A8A130A4

GABINETE
NOTA DE PUBLICAÇÃO RREO 4º BIMESTRE 2026
CRIANÇA E ADOLESCENTE - 4ºBIMESTRE 2026

Nota de Publicação
RREO 4º Bimestre 2026
Criança e Adolescente - 4ºBimestre 2026

O Município de Clevelândia Informa por meio deste que os, Relatórios Resumidos da Execução Orçamentaria – RREO referente ao 4º Bimestre de 2026, e Relatório da Gestão da Criança Adolescente do 4º Bimestre 2026, estão disponíveis na integra no portal Transparência do Município no endereço https://clevelandia.atende.net/transparencia/grupo/relatorios-legais, para atender o previsto na Lei Complementar 101/00 (ARTº 52 e 54); Instrução normativa 89/13-TCE, CF (art. 227); LF 8069/90 (art. 4º parágrafo único), IN 36/09-TCE-Pr Instrução Normativa 166/2021.

Gabinete da Prefeita de Clevelândia- Estado do Paraná, 29 de setembro de 2026.

Publicado por:
Laira Inaê Ribeiro Marques
Código Identificador:603A209D

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 079/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 030/2026 – PROCESSO Nº. 58/2025
PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA E NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N°. 079/2026
PREGÃO ELETRÔNICO nº 030/2026 – PROCESSO Nº. 58/2025

PARTES: MUNICÍPIO DE CLEVELÂNDIA e NORTE INDUSTRIA GRAFICA LTDA.
1.1 Registro de Preços para futura Contratação de empresa especializada em serviço de confecção de material gráfico, pelo período de 12 meses.
2.1 Conforme decreto municipal 28/2024 artigo 6º e atendendo a Lei 14133/2021 o prazo será: Em até 15 (quinze dias) úteis para a liquidação da despesa, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração;
2.2 Para fins de faturamento será(ão) incluída(s) nota(s) fiscal(is) que foi(ram) emitida(s) até o último dia útil do mês anterior ao agendamento de pagamento, a(s) qual(is) com a aprovação do fiscal e gestor da Ata de Registro de preços e encaminhada(s) ao Departamento de Compras do Licitador, para conferência e empenho.
3.1 VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$. 2.080,00 (dois mil e oitenta reais).
4.1. Será de 12 (doze) meses com inicio em 07/10/2026 e seu término em 07/10/2027

5.1. Será de 12 (doze) meses com inicio em 07/10/2026 e seu término em 07/10/2027

FORO: Clevelândia - PR.
Clevelândia, 02 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:ED231320

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLOMBO

CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO
DECRETO LEGISLATIVO Nº 190/2026

Aprova as contas do Poder Executivo referente ao exercício financeiro de 2024, nos termos do Parecer Prévio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE COLOMBO, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU, E EU, PRESIDENTE, PROMULGO O SEGUINTE DECRETO:

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Poder Executivo referentes ao exercício financeiro de 2024, nos termos do Parecer Prévio do Tribunal de Contas nº 178/2026 – Segunda Câmara, do egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 29 de setembro de 2026.

JOEL BUENO DA ROCHA
Presidente

Publicado por:
Marcelino Scrok
Código Identificador:674D6A70

COLOMBO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 16/2026
Processo Administrativo nº: 31485/2026
Dispensa nº: 09/2026
Partes: Colombo Previdência e Felipe Henrique de Freitas Manco.
Objeto: Confecção, personalização e fornecimento de materiais institucionais personalizados.
Valor: O contratante pagará à contratada o valor total de **R$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)**.
Vigência: O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias, com início em **29 de setembro de 2026** e término em **27 de novembro de 2026**.
Data: 02 de outubro de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão – Diretor Superintendente.

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:E364F3CC

COLOMBO PREVIDÊNCIA
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
Contrato nº: 24/2026
Processo Administrativo nº: 31485/2026
Dispensa nº: 09/2026
Partes: Colombo Previdência e Luis Henrique da Silva Borges.
Objeto: Confecção, personalização e fornecimento de materiais institucionais personalizados.
Valor: O contratante pagará à contratada o valor total de **R$ 900,00 (novecentos reais)**.
Vigência: O prazo de vigência será de 60 (sessenta) dias, com início em **29 de setembro de 2026** e término em **27 de novembro de 2026**.
Data: 02 de outubro de 2026.
Assinatura: Wilton Luiz Carrão – Diretor Superintendente.

Publicado por:
Joice Lagos Marone
Código Identificador:CF2D9E19

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 081/2026

DECRETO N.º 081, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Regulamenta a Lei Municipal nº 1.764, de 4 de abril de 2024, que inclui o Dia do Empreendedor no Calendário Oficial de Eventos do Município de Colombo, e dispõe sobre a programação comemorativa e os procedimentos para indicação, habilitação e homenagem dos empreendedores.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, PAULO CEZAR CORADIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Colombo e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 078, de 21 de setembro de 2026,

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.764, de 4 de abril de 2024, que incluiu o Dia do Empreendedor no Calendário Oficial de Eventos do Município de Colombo;

CONSIDERANDO a importância do empreendedorismo para o desenvolvimento econômico e social do Município, especialmente para a geração de emprego e renda, a inovação, a criação de oportunidades e o fortalecimento das atividades econômicas locais;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer procedimentos objetivos para a organização das atividades alusivas ao Dia do Empreendedor e para a indicação, habilitação e homenagem dos representantes dos segmentos econômicos previstos na Lei Municipal nº 1.764, de 2024;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 1.764, de 4 de abril de 2024, estabelecendo normas para a realização das atividades alusivas ao Dia do Empreendedor e para a indicação, habilitação e homenagem dos representantes dos segmentos econômicos do Município de Colombo.

Art. 2º As atividades realizadas em comemoração ao Dia do Empreendedor têm por finalidade promover e valorizar o

empreendedorismo e reconhecer a contribuição dos empreendedores para o desenvolvimento econômico e social do Município.

Art. 3º São objetivos das atividades alusivas ao Dia do Empreendedor:
I – promover e difundir a cultura do empreendedorismo no Município;
II – fortalecer, apoiar e valorizar os empreendedores e os diferentes segmentos econômicos locais;
III – incentivar a criatividade, a inovação, a pesquisa e o desenvolvimento de novos negócios, produtos, serviços e soluções;
IV – estimular a capacitação, a profissionalização e o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre empreendedores;
V – fomentar a geração de emprego e renda e a criação de novas oportunidades econômicas;
VI – incentivar a melhoria dos produtos, serviços e condições de trabalho;
VII – valorizar iniciativas de responsabilidade social, desenvolvimento comunitário, sustentabilidade e proteção ao meio ambiente;
VIII – incentivar a integração e a cooperação entre o Poder Público, os empreendedores, as entidades representativas dos setores econômicos, as instituições de ensino e as demais organizações relacionadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico; e
IX – promover espaços de discussão, troca de experiências e disseminação de conhecimentos relacionados à criação, manutenção e desenvolvimento dos empreendimentos.

CAPÍTULO II
DO DIA DO EMPREENDEDOR E DA PROGRAMAÇÃO COMEMORATIVA

Art. 4º O Dia do Empreendedor será comemorado anualmente em 5 de outubro, nos termos do art. 2º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.

Art. 5º Na semana em que estiver compreendido o Dia do Empreendedor poderão ser realizadas atividades destinadas à promoção, valorização e difusão do empreendedorismo, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.

§ 1º A programação poderá compreender, entre outras atividades:
I – estudos, reuniões, seminários, fóruns, palestras e workshops;
II – cursos, oficinas e outras atividades de capacitação e orientação aos empreendedores;
III – encontros empresariais e atividades destinadas ao intercâmbio de experiências;
IV – feiras, exposições e mostras relacionadas ao empreendedorismo;
V – rodadas de negócios e ações de aproximação entre empreendedores e instituições;
VI – visitas técnicas;
VII – apresentação e divulgação de boas práticas, experiências, projetos e iniciativas empreendedoras;
VIII – ações de orientação sobre formalização, gestão, inovação, acesso a mercados e desenvolvimento dos empreendimentos; e
IX – solenidades e homenagens aos empreendedores que se destacarem nos termos da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.
§ 2º A programação será organizada de acordo com a disponibilidade administrativa e orçamentária do Município, podendo ser realizada em espaços públicos ou privados adequados às respectivas atividades.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho – SEICT coordenará, no âmbito do Poder Executivo, a programação alusiva ao Dia do Empreendedor.
Parágrafo único. Para a realização das atividades, a SEICT poderá promover articulação institucional com outros órgãos municipais, Câmara Municipal, entidades representativas dos segmentos econômicos, instituições de ensino, entidades de apoio ao empreendedorismo e demais instituições públicas ou privadas relacionadas ao desenvolvimento econômico.

CAPÍTULO III
DAS HOMENAGENS
Art. 7º Serão homenageados empreendedores ou representantes dos segmentos econômicos previstos no art. 4º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024, que tenham se destacado por sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do Município.

Art. 8º As homenagens contemplarão os segmentos econômicos da indústria, do comércio, dos serviços e do agronegócio.
Parágrafo único. Na composição dos homenageados será buscada, sempre que possível, a representatividade dos diferentes segmentos econômicos, de forma a assegurar diversidade e pluralidade ao reconhecimento.

Art. 9º Para fins de reconhecimento dos homenageados, serão considerados, especialmente, os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024, compreendendo:
I – espírito criativo, inovador e pesquisador;
II – busca por novos caminhos e soluções no desenvolvimento de suas atividades;
III – criação ou desenvolvimento de novos negócios e oportunidades;
IV – melhoria de produtos ou serviços;
V – contribuição para a melhoria das condições de trabalho;
VI – geração ou manutenção de emprego e renda;
VII – ações desenvolvidas em benefício da comunidade;
VIII – responsabilidade social;
IX – iniciativas relacionadas à sustentabilidade e à proteção do meio ambiente; e
X – outras contribuições relevantes para o desenvolvimento econômico ou social do Município relacionadas às finalidades previstas na Lei Municipal nº 1.764, de 2024.
Parágrafo único. Os critérios previstos neste artigo terão caráter orientador e serão considerados de acordo com as características da atividade desenvolvida, não sendo exigido o atendimento cumulativo de todos eles.

CAPÍTULO IV
DAS INDICAÇÕES E DA ESCOLHA DOS HOMENAGEADOS

Art. 10. Os homenageados serão escolhidos pelos representantes dos segmentos econômicos previstos no art. 8º e por suas respectivas entidades de classe, observado o disposto no art. 5º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.

§ 1º A Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho promoverá, anualmente, consulta às entidades representativas dos segmentos econômicos, estabelecendo prazo e procedimento para apresentação das indicações.

§ 2º As entidades e os representantes dos segmentos econômicos poderão apresentar indicações acompanhadas de justificativa que demonstre a atuação do indicado e sua adequação aos critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.764, de 2024, e neste Decreto.

§ 3º Na inexistência de entidade de classe ou de representação formal de determinado segmento econômico, poderão ser consultados representantes do respectivo setor, observado o disposto na parte final do art. 5º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.

§ 4º A SEICT atuará como órgão coordenador do procedimento, competindo-lhe receber, organizar e verificar as indicações, sem prejuízo da atribuição legal conferida aos representantes dos segmentos econômicos e às respectivas entidades de classe para a escolha dos homenageados.

Art. 11. A SEICT estabelecerá, a cada edição, cronograma do procedimento, contendo, sempre que aplicável:
I – período para apresentação das indicações;
II – período destinado à análise das informações;
III – prazo para complementação de informações ou documentos;
IV – prazo para eventual substituição de indicação que não atenda aos requisitos;
V – data prevista para consolidação e divulgação da relação dos homenageados; e
VI – programação das atividades comemorativas.

Art. 12. As indicações serão encaminhadas formalmente à SEICT e conterão, no mínimo:

I – nome do indicado;
II – identificação da empresa, empreendimento ou atividade econômica à qual esteja vinculado, quando aplicável;
III – segmento econômico representado;
IV – informações de contato necessárias à comunicação com o indicado; e
V – justificativa da indicação, com a descrição das ações ou contribuições que fundamentam o reconhecimento.
Parágrafo único. A SEICT poderá estabelecer formulário padronizado para apresentação das indicações e solicitar informações complementares necessárias à adequada instrução do procedimento.

CAPÍTULO V
DA HABILITAÇÃO E DA VERIFICAÇÃO DAS INDICAÇÕES

Art. 13. Poderão ser habilitados para a homenagem os empreendedores ou representantes de atividades econômicas que:
I – exerçam atividade econômica ou representem empreendimento que possua vínculo com o Município de Colombo;
II – estejam vinculados a um dos segmentos econômicos previstos no art. 8º;
III – tenham sido indicados na forma estabelecida na Lei Municipal nº 1.764, de 2024, e neste Decreto; e
IV – apresentem atuação compatível com os critérios estabelecidos no art. 4º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.
§ 1º A habilitação destina-se exclusivamente à verificação da conformidade da indicação com a legislação e não confere à SEICT competência para substituir a escolha realizada pelos representantes dos segmentos econômicos e por suas entidades de classe.
§ 2º Não será exigida comprovação de regularidade fiscal municipal como condição para recebimento da homenagem.

Art. 14. Compete à SEICT:
I – elaborar e divulgar o cronograma anual;
II – promover a consulta aos representantes dos segmentos econômicos e às respectivas entidades de classe;
III – receber e registrar as indicações;
IV – verificar o atendimento aos requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.764, de 2024, e neste Decreto;
V – solicitar, quando necessário, esclarecimentos ou informações complementares;
VI – comunicar ao responsável pela indicação eventual irregularidade ou insuficiência de informações;
VII – receber eventual substituição de indicação;
VIII – consolidar a relação dos homenageados habilitados;
IX – manter registro histórico das homenagens realizadas;
X – organizar, no âmbito do Poder Executivo, a programação alusiva ao Dia do Empreendedor; e
XI – promover a articulação institucional necessária à realização das atividades e da solenidade de homenagem.

Art. 15. Caso a indicação não atenda aos requisitos previstos neste Decreto, a SEICT comunicará o responsável pela indicação para que, no prazo estabelecido no cronograma anual:
I – complemente ou esclareça as informações apresentadas; ou
II – apresente nova indicação, quando a irregularidade não puder ser sanada.

Parágrafo único. A nova indicação deverá observar os mesmos requisitos aplicáveis à indicação originária.

CAPÍTULO VI
DA DIVERSIDADE E DA RENOVAÇÃO DAS HOMENAGENS

Art. 16. Na escolha dos homenageados deverá ser estimulada, sempre que possível, a renovação das pessoas, empresas, empreendimentos e iniciativas reconhecidas, de forma a ampliar a representatividade da homenagem.

§ 1º Será priorizada a indicação de empreendedores que não tenham sido homenageados nas edições imediatamente anteriores.
§ 2º A circunstância prevista no § 1º não constitui impedimento absoluto à nova homenagem, que poderá ocorrer quando fundada em fato, iniciativa, inovação ou contribuição superveniente de especial relevância para o desenvolvimento econômico ou social do Município.
Art. 17. A SEICT manterá registro histórico dos homenageados, contendo as informações necessárias à preservação da memória institucional do evento e ao acompanhamento da diversidade e renovação das homenagens.

CAPÍTULO VII
DO DIPLOMA DE RECONHECIMENTO

Art. 18. Os homenageados receberão o Diploma da Câmara Municipal de Colombo previsto no art. 6º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.
Parágrafo único. A forma, o conteúdo, a assinatura e os demais aspectos institucionais relativos ao Diploma observarão as definições da Câmara Municipal de Colombo, respeitada sua autonomia institucional.

Art. 19. O Diploma terá caráter exclusivamente honorífico e institucional, não gerando ao homenageado ou à empresa, empreendimento ou atividade econômica a ele vinculada qualquer direito, benefício financeiro, tributário, administrativo ou contratual, preferência, vantagem ou tratamento diferenciado perante o Município.

CAPÍTULO VIII
DA SOLENIDADE DE HOMENAGEM

Art. 20. A entrega dos Diplomas poderá integrar a programação comemorativa alusiva ao Dia do Empreendedor, preferencialmente durante a semana em que estiver compreendido o dia 5 de outubro.
§ 1º A solenidade poderá ocorrer em data diversa da prevista no caput, sem prejuízo de sua vinculação às comemorações do Dia do Empreendedor.

§ 2º A realização da solenidade será objeto de articulação institucional entre a SEICT e a Câmara Municipal de Colombo, observadas as competências e a autonomia de cada Poder.

Art. 21. A data, o horário, o local e a forma de realização da solenidade serão definidos pelos órgãos envolvidos em sua organização, de acordo com a programação anual e a disponibilidade dos espaços.

Art. 22. Poderão participar da solenidade representantes:
I – do Poder Executivo Municipal;
II – do Poder Legislativo Municipal;
III – dos segmentos econômicos previstos na Lei Municipal nº 1.764, de 2024;
IV – das entidades de classe e demais entidades representativas dos setores econômicos;
V – das instituições públicas e privadas relacionadas ao empreendedorismo e ao desenvolvimento econômico;
VI – das instituições de ensino e pesquisa; e
VII – da sociedade civil e demais convidados.

CAPÍTULO IX
DA PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES E INSTITUIÇÕES

Art. 23. Poderão participar e colaborar na realização das atividades integrantes da programação alusiva ao Dia do Empreendedor:
I – entidades representativas dos segmentos econômicos;
II – associações empresariais e profissionais;
III – instituições de ensino, pesquisa, ciência, tecnologia e inovação;
IV – entidades de apoio, orientação e capacitação de empreendedores;
V – organizações da sociedade civil;
VI – cooperativas;
VII – instituições públicas; e
VIII – outras entidades ou instituições privadas relacionadas ao empreendedorismo ou ao desenvolvimento econômico e social.

Art. 24. A participação das entidades e instituições previstas no art. 23 poderá compreender cooperação técnica, institucional ou

educacional na realização das atividades integrantes da programação alusiva ao Dia do Empreendedor.

§ 1º A colaboração com os custos das atividades, prevista no art. 7º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024, observará a legislação aplicável e os procedimentos administrativos pertinentes à natureza da colaboração.
§ 2º A colaboração de que trata o § 1º não confere à entidade colaboradora direito à publicidade, exclusividade, preferência, benefício, vantagem ou qualquer outra contrapartida por parte do Município, ressalvadas as hipóteses expressamente admitidas pela legislação aplicável.

CAPÍTULO X
DA PUBLICIDADE, DA TRANSPARÊNCIA E DA PROTEÇÃO DE DADOS

Art. 25. A relação final dos homenageados será divulgada nos canais oficiais do Município, sem prejuízo de sua divulgação pela Câmara Municipal, no âmbito de sua autonomia.
§ 1º A divulgação poderá conter o nome do homenageado, o segmento econômico representado, a empresa, empreendimento ou atividade econômica a que esteja vinculado, quando aplicável, e síntese da contribuição que fundamentou a homenagem.
§ 2º A divulgação institucional deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, vedada sua utilização para promoção pessoal de autoridades ou agentes públicos.

Art. 26. O tratamento de dados pessoais realizado para a execução deste Decreto observará a legislação aplicável à proteção de dados pessoais e será limitado às informações necessárias à indicação, habilitação, comunicação, organização e divulgação institucional das homenagens.

§ 1º A SEICT deverá observar os princípios da finalidade, adequação e necessidade no tratamento dos dados pessoais.
§ 2º A divulgação pública será limitada aos dados necessários à identificação institucional dos homenageados e à finalidade da homenagem.
§ 3º O registro histórico previsto no art. 17 observará as normas aplicáveis à gestão documental e à proteção de dados pessoais.

CAPÍTULO XI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 27. A SEICT poderá expedir atos e orientações complementares necessários à execução deste Decreto, especialmente para disciplinar:
I – o cronograma anual;
II – os formulários de indicação;
III – a forma de encaminhamento das indicações;
IV – os procedimentos de comunicação com os representantes dos segmentos econômicos e entidades de classe;
V – a complementação de informações; e
VI – os demais aspectos operacionais da programação comemorativa.
Parágrafo único. Os atos complementares não poderão estabelecer requisitos ou restrições não previstos na Lei Municipal nº 1.764, de 2024, ou neste Decreto.

Art. 28. Os casos omissos serão decididos pela Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Trabalho, no âmbito de suas competências, observadas a Lei Municipal nº 1.764, de 2024, este Decreto e as demais normas aplicáveis.
Parágrafo único. As questões que envolvam dúvida jurídica relevante serão submetidas à Procuradoria-Geral do Município.

Art. 29. A realização das atividades previstas neste Decreto observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e correrá à conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário, nos termos do art. 8º da Lei Municipal nº 1.764, de 2024.

Art. 30. Este Decreto será interpretado e aplicado em conformidade com a Lei Municipal nº 1.764, de 2024, preservadas as competências e a autonomia institucional dos Poderes Executivo e Legislativo.

Art. 31. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 01 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito em Exercício - Decreto 78/2026

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:4422CB59

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 082/2026

DECRETO N.º 082, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Altera o inciso I do § 1º do art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU, aprovado pelo Decreto Municipal nº 52, de 3 de outubro de 2017.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE COLOMBO, Estado do Paraná, PAULO CEZAR CORADIN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Colombo e considerando o disposto no Decreto Municipal nº 078, de 21 de setembro de 2026,

Considerando a necessidade de adequação do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU à atual estrutura organizacional da Administração Pública Municipal;

Considerando as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.811/2024 na estrutura organizacional do Poder Executivo Municipal;
Considerando que o art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU estabelece que o Conselho Gestor será composto por até 18 (dezoito) membros, observada a proporcionalidade de 1/3 (um terço) de representantes da Administração Pública Municipal, 1/3 (um terço) de representantes da comunidade envolvida e 1/3 (um terço) de representantes da sociedade civil organizada;

Considerando a necessidade de compatibilizar a representação da Administração Pública Municipal no Conselho Gestor com a estrutura administrativa vigente, preservando a proporcionalidade estabelecida no art. 12 do Regimento Interno;

DECRETA:

Art. 1º O inciso I do § 1º do art. 12 do Regimento Interno do Centro de Artes e Esportes Unificados – CEU, aprovado pelo Decreto Municipal nº 52, de 3 de outubro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. (...)
§ 1º São representantes da Administração Pública Municipal:
I – servidores públicos municipais efetivos indicados pelos titulares da Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial, da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e da Secretaria Municipal de Assistência Social, observada a composição e a proporcionalidade estabelecidas no caput deste artigo."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 01 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito em Exercício - Decreto 78/2026

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:1283E5C9

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.949/2026

LEI Nº 1.949 DE 28 DE SETEMBRO DE 2026

Altera o artigo 92 da Lei nº 16, de 12 de julho de 1978, para permitir o parcelamento de Taxa de Licença para Localização e Funcionamento.

A Câmara Municipal de Colombo aprovou, e eu, PAULO CEZAR CORADIN, Prefeito em exercício, conforme Decreto 78/2026, sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º O Art. 92 da Lei nº 16, de 12 de julho de 1978 que institui o Código Tributário do Município de Colombo, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 92. A Taxa será arrecadada, podendo ser cota única ou parcelada, desde que atendidos os requisitos e condições estabelecidos em regulamento pelo Poder Executivo.

Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Colombo, 28 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito em Exercício - Decreto 78/2026

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:170000F1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 847/2026

PORTARIA N.º 847/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, do Contrato n.º 445/2026, Processo Licitatório: Pregão Eletrônico n.º 045/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada para execução de para serviços de pintura de paredes, murros, tetos, portas, portões, grades, estruturas de madeira e metálicas nos prédios públicos da Prefeitura Municipal de Colombo, com fornecimento de todos os materiais necessários, nos termos da tabela abaixo, conforme segue:

Gestor de Contrato:
Gilmar de Oliveira Santini, matricula n.º 11.681;

Fiscal de Contrato:
Cesar Junior Castro Espindola, matricula n.º 15.152;

Fiscal de Contrato:
Patrick Evandro Borges, matricula nº 5.205;

Fiscal de Contrato:
Alisson Ortega, matricula n.º 16.112;

Fiscal de Contrato:
Rodrigo Pinheiro, matricula n.º 16.313.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo
Em, 30 de setembro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:AE4F98CE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 848/2026

PORTARIA N.º 848/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, dos Contratos n.º 439/2026 a 443/2026, Processo Licitatório: Inexigibilidade de Licitação n.º 058/2026, com objeto de Contratação de empresa especializada, através de credenciamento, para procedimentos médico-veterinários, cirurgias e exames complementares (laboratoriais e de imagem) para cães e gatos, do município de Colombo, conforme quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, conforme segue:

Gestora da Ata:
Annelize Mercúrio, matrícula n.º 15.189;

Fiscal de Contrato:
Douglas Luís Vieira, matrícula n.º 19.144.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo Em, 01 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:B547FF21

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 849/2026

PORTARIA N.º 849/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE COLOMBO, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os senhores abaixo relacionados, para atuarem, sem prejuízo de suas funções, como Gestor e Fiscal de Contrato, da Ata Registro de Preços n.º 444/2026, Processo Licitatório: Concorrência Pública n.º 018/2026, com objeto de Registro de Preços de empresa especializada para execução obras de engenharia destinados à implantação de novos conjuntos semafóricos no Município de Colombo/PR, compreendendo a execução da infraestrutura civil e elétrica, fornecimento e instalação de equipamentos, materiais, estruturas metálicas, sistemas de comunicação, mão de obra especializada e todos os demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme condições e exigências estabelecidas em edital, conforme segue:

Gestora da Ata:
Lorena Oliveira de Souza Dodl, matrícula funcional n.º 15.069;

Fiscal Administrativo:
Mylena de Kassia Silva Pinto, matrícula funcional n.º 19.472;

Fiscal Técnico:
Vera Lucia Prudente Lima Woss, matrícula funcional n.º 19.473.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal de Colombo

Em, 01 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CORADIN
Prefeito Municipal em Exercício

Publicado por:
Bianca Maria Dias
Código Identificador:EF74C1A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 017/2026 - CREDENCIAMENTO DE PROFESSORES DE MÚSICA

HOMOLOGAÇÃO

A Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial do Município de Colombo/PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas.
RESOLVE:

HOMOLOGAR o relatório, referente ao **CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 017/2026**, cujo objeto deste é o Credenciamento de Professores de instrumentos musicais, ginástica rítmica e corpo coreográfico, conforme demanda do Município de Colombo – PR.
CREDENCIADOS:

NOME	VAGA	NOTA	RESULTADO
LUIS ANTÔNIO REIS - CPF:836.894.359-00	Trombone	85	Habilitado
JULIANO VIEIRA DE SOUZA - CPF:053.560.159-09	Trombone	80	Suplente
JOÃO VITOR MOREIRA DE ANHAIA CPF:075.720.909-23	Trombone	60	Suplente
LEVI AXENDRE RODRIGUES DA SILVA CPF:035.512.249-94	Trombone	60	Suplente
CARLOS EMANUEL ALVES RIBEIROCPF:141.016.819-02	Trombone	60	Suplente
JAKSON LOPES CUNICO CPF:714.214.599-49	Saxofone	65	Habilitado
OZIAS BERRA DA SILVA CPF:850.335.889-15	Percussão	80	Habilitado
RAYANE STIER DE OLIVEIRA CPF:118.444.409-90	Violino	60	Habilitada
JHENIFFER DE LIMA TRAIN CPF: 127.405.629-26	Prof. Ginástica Rítmica	95	Habilitada
JACKSELE CORDEIRO ALVES TEIXEIRA CPF: 105.613.719-38	Prof. De Corpo Coreográfico	95	Habilitada

PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital.
PRAZO DE EXECUÇÃO: Conforme Edital.
CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: Conforme Edital.
Colombo, 02 de outubro de 2026

MARINEI VIDOLIN
Secretaria de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Jose Carlos Vieira
Código Identificador:C91493FD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 444/2026 – CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 018/2026

Processo: 17.288/2026
Contratante: Município de Colombo/PR – Secretaria Municipal de Trânsito e Ordem Pública
Contratada: DATAPROM EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL LTDA, CNPJ n.º 80.590.045/0001-00
Fiscalização: A fiscalização será de responsabilidade dos seguintes servidores: Gestora do Contrato: Srª Lorena Oliveira de Souza Dodl, matrícula funcional n.º 15.069; Fiscal Administrativo: Srª Mylena de Kassia Silva Pinto, matrícula funcional n.º 19.472; Fiscal Técnico: Srª Vera Lucia Prudente Lima Woss, matrícula funcional n.º 19.473
Objeto: Registro de Preços de empresa especializada para execução obras de engenharia destinados à implantação de novos conjuntos semafóricos no Município de Colombo/PR, compreendendo a execução da infraestrutura civil e elétrica, fornecimento e instalação de equipamentos, materiais, estruturas metálicas, sistemas de comunicação, mão de obra especializada e todos os demais insumos necessários à completa execução do objeto, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
Valor: O valor total é de R$ 4.576.900,00 (quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil e novecentos reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação do objeto desta licitação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), podendo ser prorrogada por igual período e com o restabelecimento do quantitativo ou previsão de gastos inicial, sem que ocorra a acumulação de itens entre os períodos.
Preços Registrados: Encontram-se à disposição na Coordenação de Contratos, sito à Rua XV de Novembro, 105 - Centro - Colombo/PR ou pelo site www.colombo.pr.gov.br no link licitações.
Local e data de emissão: Colombo, 01 de outubro de 2026
Assinatura: Onéias Ribeiro de Souza

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:4AEF3ABE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 443/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 019/2026 - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO N.º 058/2026

Processo: 18.561/2026
Contratante: Município de Colombo/PR - Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Contratada: PET SHOP E CLÍNICA VETERINÁRIA SUZANA CHEQUIM LTDA, CNPJ n.º 13.952.193/0001-22
Fiscalização: A fiscalização do presente contrato ficará a cargo dos servidores: Gestora do Contrato Srª Annelize Mercúrio, matrícula funcional n.º 15.189 e Fiscal do Contrato Sr. Douglas Luís Vieira – matrícula funcional n.º 19.144
Objeto: Contratação de empresa especializada, através de credenciamento, para procedimentos médico-veterinários, cirurgias e exames complementares (laboratoriais e de imagem) para cães e gatos, do município de Colombo/Pr para atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente.
Valor: O valor total da contratação é de R$ 70.000,00 (setenta mil reais).
Dotação Orçamentária: As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da classificação orçamentária constante na LOA n.º 1882/2025.
Vigência: O prazo de vigência do contrato é de 12 **(doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de sua divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Local e data da emissão: Colombo, 30 de setembro de 2026
Assinatura: Willian Zanini

Publicado por:
Jumara Adriana Pessini
Código Identificador:F6F69630

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026 - SERVIÇO DE TELECOMUNICAÇÕES

HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia de Colombo/PR no uso das atribuições que lhe são conferidas:
R E S O L V E:
HOMOLOGAR o procedimento licitatório dirigido pelo Pregoeiro Oficial, nomeado pela Portaria nº 478/2026, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 052/2026**, cujo objeto trata-se da contratação de serviços de telecomunicações para a implementação, operação e manutenção links de acesso, síncrono, dedicado à internet.
EMPRESA VENCEDORA:
INNON TELECOM LTDA
LOTES: 01; 02; 03; 04 e 05.
VALOR TOTAL DE R$ 678.142,00 (seiscentos e setenta e oito mil e cento e quarenta e dois reais)
PRAZO DE VIGÊNCIA: Conforme Edital

PRAZO DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado de acordo com o veículo efetivamente entregue, em até 30 (trinta) dias.

Dê-se publicidade.

Colombo, 02 de outubro de 2026.

ADEMIR ALBERTI CHAVES GARCIA
Secretário Municipal de Planejamento, Inovação e Tecnologia

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:E42C9B80

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 071/2026 - SERVIÇO DE MANUTENÇÃO DA USINA DE ASFALTO

Aviso de Licitação
Edital – Pregão Eletrônico Nº 71/2026
Objeto: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva da Usina de Asfalto Municipal, modelo Terex ECO 50, série 050923 (32080140), ano 2005, com fornecimento de peças e componentes conforme condições, especificações e exigências estabelecidas neste instrumento.
Recebimento das Propostas: Das 09:00 horas do dia 06 de outubro de 2026 até às 08:00 horas do dia 22 de outubro de 2026.
Início da sessão de Disputa de Preços: Às 09:00 horas do dia 22 de outubro de 2026. (Horário de Brasília).
Local de Abertura: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil - Acesso Identificado no link (bllcompras.org.br).
Preço Máximo: Constante no edital.
Critério de Julgamento: Menor preço "maior desconto por lote".
Informações Complementares poderão ser obtidas na Secretaria Municipal da Administração, sito a rua XV de novembro Nº. 105, Centro, Colombo - Paraná, ou pelo fone: (041) 3656–8117 ou pelo site: www.prefeitura.colombo.pr.gov.br.

Colombo, 02 de outubro de 2026.

HELDER LUIZ LAZAROTTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odilon Jose Silveira Junior
Código Identificador:988C1834

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
AUTO DE INFRAÇÃO 01349

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, no uso de suas atribuições legais COMUNICA o(a) Sr(a). MARIA DE LOURDES MUNIZ FARRAPO, CPF/CNPJ nº 019.226.928-32 que V.Sª foi autuado conforme Lei Municipal 1.795/2024 art. 9 no Processo Administrativo Ambiental 38713/2026.

O valor da multa foi arbitrado em: 20 UFC (Vinte Fiscais Municipais) e cumprir coma as seguintes obrigação (ões):
PROMOVER A ROÇADA E O CERCAMENTO DO IMOVEL, no prazo de 15 dias.

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:87B1F290

SECRETARIA MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO LIMPEZA DE LOTE

O(a) senhor(a) ANTONIO GONCALVES proprietário(a) do imóvel inscrição imobiliária 03.03.188.0041 situado a RUA MARQUES DE POMBAL Colombo/PR, para que providencie a limpeza, a roçada e o cercamento, do(s) terreno(s) mencionado (s), no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação deste edital. bem como, dar destinação adequada aos resíduos provenientes de tais operações. o não cumprimento dentro do prazo determinado acarretará ao(s) proprietário(s) a pena de multa, nos termos da lei 1377/2015 artigos. 7° e 9°. (ndo-061)

Publicado por:
Roberio Marcolino Filho
Código Identificador:2612A68D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N° 053/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 210/2026

Objeto: Aquisição de livros literários, conjuntos individuais e acervos para bibliotecas escolares da rede municipal de ensino, acompanhados de mochilas personalizadas, nos termos estabelecidos no Edital e seus anexos.
Valor Máximo: O preço total máximo é de **R$ 2.680.340,89 (dois milhões, seiscentos e oitenta mil, trezentos e quarenta reais e oitenta e nove centavos)**
Recebimento das Propostas: das 08h00m do dia 06/10/2026 as 08h30m do dia 20/10/2026.
Abertura das Propostas: das 08h31m do dia 20/10/2026 as 09h:00m do dia 20/10/2026.
Início da Sessão da Disputa de Preços: 09:01m. do dia 20/10/2026.

Informações Complementares: O Edital poderá ser examinado e adquirido, através dos sites **www.contenda.pr.gov.br** e **bllcompras.com** ou n23Departamento de Licitações, das 08:00h às 12:00h e das 13:00 h às 17:00h. Outras informações poderão ser obtidas pelos telefones: (41) 3625-1212.

Contenda/PR, 02 de outubro de 2026

FABIO SANTOS FERNANDES
Pregoeiro
Decreto nº 008/2024

Publicado por:
Fabio Santos Fernandes
Código Identificador:E7D73DDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2026 - ERRATA
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 199/2026
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 151/2026
OBJETO: Pavimentação de estrada rural em CBUQ, 14.327,86 m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio e sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito e ensaios tecnológicos
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05.001.20.606.0008.1.022.4.4.90.51.00.00 - OBRAS E INSTALACOES - 912 - CONVENIO Nº 062/2026 - SEAB - ESTRADA BOA
VALOR: 4.157.500,00 (quatro milhões, cento e cinquenta e sete mil e quinhentos reais)
CONTRATADA: ALTA VISTA CONSTRUÇÕES E TERRAPLENAGEM LTDA – CNPJ 00.077.401/0001-4
VIGÊNCIA: 360 dias
EXECUÇÃO: 180 dias
DATA: 24 de setembro de 2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:EA26A3F9

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 151/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 151/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 229/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de serviço de merendeira atráves da chamada publica nº03/2025.
DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA:06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil e quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: KARIN DOS SANTOS - CNPJ: 63.217.845/0001-53
DATA: 02/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:31C7993B

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2026

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE Nº 152/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 230/2026
FUNDAMENTO LEGAL: inciso IV, do artigo 74 da Lei Federal nº 14.133 de 2021 e artigos 54 e 59 do Decreto Municipal nº 288 de 2023.
OBJETO: Contratação de serviço de merendeira atráves da chamada publica nº03/2025.
DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA:06.002.12.361.0013.2.024.3.3.90.39.00.00 - OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA
VALOR: R$30.504,00 (trinta mil e quinhentos e quatro reais)
CONTRATADA: CRISTIANE CAVALIM DE SOUZA CORDEIRO - CNPJ: 62.628.772/0001-20
DATA: 02/10/2026

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maynara Cordeiro
Código Identificador:3DD4257C

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DECRETO Nº 329/2026

Institui a Comissão Intersetorial de Monitoramento e Atualização do Plano de Contratações Anual (PCA) no âmbito da Administração Pública Municipal de Contenda/PR, formaliza a designação de seus membros, define atribuições e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONTENDA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no art. 12, inciso VII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece o Plano de Contratações Anual como instrumento de planejamento;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 288, de 15 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei Federal nº 14.133/2021 no âmbito do Município de Contenda, especialmente os artigos 14 a 20;
CONSIDERANDO a necessidade de formalizar o ato de designação dos responsáveis pela elaboração, consolidação e revisão do PCA, garantindo a eficiência e o controle das contratações públicas;
CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções e as diretrizes do Programa de Avaliação de Contas Municipais de Governo (PROGOV) do TCE-PR,
DECRETA:
Art. 1º Fica instituída a Comissão Intersetorial de Monitoramento e Atualização do Plano de Contratações Anual (GT-PCA) no âmbito da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de Contenda.
Art. 2º A comissão será de caráter multidisciplinar e terá como objetivo principal formalizar o ato de designação dos servidores responsáveis por receber, consolidar e gerenciar todas as demandas de contratações dos órgãos requisitantes para o exercício subsequente e alterações no exercício vigente.
Art. 3º Comporão a comissão representantes titulares e suplentes dos seguintes órgãos:
I - Secretaria Municipal de Administração;
II - Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento;
III - Departamento de Compras e Licitação.
§ 1º A Controladoria Geral do Município atuará como órgão supervisor e consultivo das atividades da comissão.
§ 2º Os servidores designados como membros poderão atuar simultaneamente como ordenadores de despesas ou Agentes de Contratação e Pregoeiros nas licitações e contratações diretas, desde que observado o princípio da segregação de funções.
Art. 4º Compete à Comissão Intersetorial de Monitoramento e Atualização do Plano de Contratações Anual as seguintes atribuições:
I - Receber e consolidar as demandas de contratações de todas as unidades requisitantes da Administração Pública Municipal;
II - Coordenar o cronograma e o fluxo de elaboração do Plano de Contratações Anual;
III - Gerenciar alterações ou revisões do PCA no decorrer do exercício financeiro, observado o disposto nos artigos 18 e 20 do Decreto Municipal nº 288/2023;
IV - Verificar o alinhamento do PCA com o planejamento estratégico do Município e as leis orçamentárias (PPA, LDO e LOA);
V - Auxiliar tecnicamente as unidades requisitantes na elaboração dos documentos de formalização de demanda, quando necessário;
VI - Elaborar relatórios de monitoramento sobre a execução do PCA e apresentar propostas de melhoria contínua;
VII - Atender aos questionários e requisições do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), incluindo os relacionados ao sistema PROGOV.
Parágrafo único. A comissão poderá solicitar manifestação técnica dos órgãos de assessoramento jurídico ou de outros setores do Município para o desempenho de suas funções.
Art. 5º As unidades requisitantes da Administração Pública Municipal deverão encaminhar suas demandas de contratações à comissão até a data limite estabelecida no art. 15 do Decreto Municipal nº 288/2023.
§ 1º O não envio das demandas no prazo estabelecido poderá implicar na não inclusão da contratação no PCA do exercício subsequente.
§ 2º As demandas deverão conter as informações mínimas exigidas no art. 17 do Decreto Municipal nº 288/2023.
Art. 6º A comissão deverá apresentar o Relatório Consolidado do PCA ao Secretário Municipal de Administração até 30 de abril do ano de sua elaboração, para posterior aprovação nos termos do art. 18 do Decreto Municipal nº 288/2023.
Art. 7º O Plano de Contratações Anual aprovado deverá ser divulgado no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), em até quinze dias após a sua aprovação.
Art. 8º Fica designada a servidora Alana Mazur dos Anjos, ocupante do cargo Chefe da Divisão de Licitação, matrícula nº 38947, como Coordenadora Geral do GT-PCA.
Art. 9º Fica designada a servidora Andressa Karolina Belarmino Siqueira, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 38987, como representante da Secretaria Municipal de Administração.
Art. 10. Fica designado a servidora Lídia Czaya Jargas, ocupante do cargo de Contadora, matrícula nº 37870, como representante da Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento e como suplente o Servidor Lucas Lourenço Ziegler, ocupante do cargo de Técnico Administrativo, matrícula nº 37875.

Art. 11. Fica designada a servidora Juliana Good Soares, ocupante do cargo de Chefe da Divisão de Compras, matrícula nº 37803, como representante do Departamento de Compras e Licitação.
Art. 12. As reuniões da comissão serão ordinárias e extraordinárias, conforme a necessidade de elaboração, monitoramento e atualização do PCA.
Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito Municipal, 25 de setembro de 2026.

ANTONIO ADAMIR DIGNER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliézer Lima Reis
Código Identificador:6C403D14

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 05/2026

A Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo do Município de Contenda, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, em conformidade com a Lei Municipal nº 2.004, de 28 de junho de 2022, e considerando a Portaria nº 050/2026, que instituiu a Comissão Avaliativa responsável pela condução do Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino, TORNA PÚBLICA a seguinte RETIFICAÇÃO do Edital nº 01/2026, referente ao Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Ensino de Contenda – PR:
No ANEXO I – CRONOGRAMA OFICIAL DA CONSULTA PÚBLICA – 2026:
ONDE SE LÊ:

Etapa	Data
Divulgação definitiva das inscrições homologadas	02/10/2026
Posse dos Diretores	04/12/2026

LEIA-SE:

Etapa	Data
Divulgação definitiva das inscrições homologadas	05/10/2026
Posse dos Diretores	14/12/2026

Permanecem inalteradas as demais disposições, datas e condições estabelecidas no Edital nº 01/2026.

Registre-se e publique-se.

Contenda/PR, 02 de outubro de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:05766EFE

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 06/2026

DIVULGAÇÃO DEFINITIVA DAS INSCRIÇÕES HOMOLOGADAS PARA PROSSEGUIMENTO NO PROCESSO DE CONSULTA PÚBLICA PARA ESCOLHA DE DIRETORES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO DA REDE MUNICIPAL

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda – SMECET, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.004/2022, no Edital nº 01/2026 e demais atos regulamentadores do Processo de Consulta Pública para Escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Contenda, para a Gestão 2027–2028, TORNA PÚBLICO o resultado definitivo das inscrições, após a conclusão da etapa de análise das inscrições e do prazo estabelecido para interposição de recursos.

RESULTADO DEFINITIVO DAS INSCRIÇÕES

Nº	NOME DA CANDIDATA	SITUAÇÃO	FUNDAMENTAÇÃO
01	Djully Marcela Kussner	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos para homologação da inscrição. Instituição de ensino com número de matrículas inferior a 70 alunos e sem coordenação, conforme art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.004/2022.
02	Ivoneri Ramalho Pielak Boemer	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
03	Katleen Montes Miguel	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos para homologação da inscrição. Instituição de ensino com número de matrículas inferior a 70 alunos e sem coordenação, conforme art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.004/2022.
04	Amabile Moreira Griner	INDEFERIDA	Instituição de ensino com número de matrículas inferior a 50 alunos, não contemplada com direção por meio do processo de Consulta Pública, conforme art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022.
05	Diva Mota de Souza	INDEFERIDA	Instituição de ensino com número de matrículas inferior a 50 alunos, não contemplada com direção por meio do processo de Consulta Pública, conforme art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022.
06	Fernanda dos Santos Prado	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
07	Denise Baja	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
08	Andrea de Paula Campos	INDEFERIDA	Instituição de ensino com número de matrículas inferior a 50 alunos, não contemplada com direção por meio do processo de Consulta Pública, conforme art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022.
09	Jessica Maria Torres Machado	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
10	Shirlei Maria Kuzeratski Santos	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
11	Emanoela Cristina Cordeiro Rodrigues	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
12	Franciele Razzini	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
13	Adriana Mendes Rauth	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
14	Marcia Ines Kuzeratski Guimarães	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
15	Ilda Maria Wójcik Marcovicz	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
16	Eliete Setlik Wojcik	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.
17	Nelci Pereira Cadena	HOMOLOGADA	Atendidos os requisitos estabelecidos para homologação da inscrição e prosseguimento no processo.

Contenda – PR, 02 de outubro de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:3F73FE72

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAS
PORTARIA 070/2026

PORTARIA Nº. 070, de 30 de setembro de 2026.

Retifica a Portaria nº 058, de 25 de agosto de 2026.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE CORONEL VIVIDA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, e considerando o disposto nos arts. 304 e 305 da Lei Complementar Municipal nº 071/2025,
RESOLVE:

Art. 1º Fica retificado o art. 1º da Portaria nº 058, de 25 de agosto de 2026, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** DETERMINAR a instauração de Processo Administrativo Disciplinar em face do servidor identificado pela matrícula nº **1560-1**, para apuração de possíveis infrações aos arts. **139, incisos I, III, VII, XIII e XIV**; **140, incisos XV e XVIII**; **157, inciso III**; **e 164 da Lei Complementar Municipal nº 056/2020**, observada a legislação vigente à época dos fatos**.**
Parágrafo único. As sanções passíveis de aplicação, em tese, são as previstas nos arts. **154, 155 e 157, inciso III, combinado com o art. 164, da Lei Complementar Municipal nº 056/2020**, conforme o resultado da regular instrução do processo."
Art. 2º Fica mantida a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo designada pela Portaria nº 005, de 27 de janeiro de 2025, para condução do Processo Administrativo Disciplinar.
Art. 3º Ficam ratificados os atos regularmente praticados no Processo Administrativo Disciplinar nº 7.524/2026 anteriormente à publicação desta Portaria, desde que compatíveis com a presente retificação e sem alteração ou ampliação das imputações já formuladas.
Art. 4º. As despesas decorrentes do cumprimento desta Portaria correrão pelas dotações constantes no Orçamento Geral do Município para o exercício corrente.
Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de publicação, revogados as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Coronel Vivida, Estado do Paraná, aos 30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026, 137º da República e 71º do Município.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Registre-se e Publique-se

CARLOS LOPES
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Samara de Moraes Spagnoli
Código Identificador:0EC8BDD4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AUTORIZAÇÃO

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR
AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO - PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 23/2026
Processo Licitatório nº 120/2026, AUTORIZO, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021, contendo parecer jurídico do Procurador Municipal, declarando inexigível a licitação nos termos do Artigo 74, Inciso I, do diploma legal invocado, contratação direta por inexigibilidade. Contratação de empresa para fornecimento de material didático pedagógico para atender as necessidades das escolas municipais e CMEIS da rede municipal de ensino de Coronel Vivida/PR no período letivo de 2027. CONTRATADA: Editora FTD S.A., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 61.186.490/0009-04. Valor total de R$ 1.544.960,00 (um milhão, quinhentos e quarenta e quatro mil, novecentos e sessenta reais). Prazo de vigência: 12 (doze) meses. Publique-se.

Coronel Vivida, 02 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO,
Prefeito

Aditivo n° 01 – Ata de Registro de Preços nº 202/2025 – Pregão Eletrônico nº 68/2025. Contratante: MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA - PR - Detentora: METALCEL SOLUÇÕES EM METAIS LTDA, CNPJ/MF sob o n.º 55.551.048/0001-54. Prorroga-se a vigência da ata de registro de preços por mais 12 meses, de 23 de dezembro de 2026 a 22 de dezembro de 2027. Os valores permanecem inalterados. O valor total estimado deste aditivo é de R$ 120.000,00. Permanecem inalteradas as demais cláusulas.

Coronel Vivida, 30 de setembro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO.
Prefeito.

Publicado por:
Leila Marcolina
Código Identificador:6C6E03AF

GABINETE DO PREFEITO
DIVULGA O RESULTADO FINAL DO EDITAL 04/2026, QUE DISPÕE SOBRE O PROCESSO DE ESCOLHA PARA PREENCHIMENTO DE 01 (UMA) VAGA REMANESCENTE DE REPRESENTANTE SUPLENTE DA SOCIEDADE CIVIL

EDITAL 05/2026, 02 DE OUTUBRO DE 2026.
CONSELHO GESTOR DO FUNDO MUICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL CORONEL VIVIDA PR.
A Comissão eleitoral do Conselho Gestor do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social do município de Coronel Vivida Paraná no uso de suas atribuições, conforme preconiza a Lei Municipal Nº 3.622/2026, divulga o resultado final do Edital Nº 04/2026.
RESOLVE:
Art. 1º - Divulga o RESULTADO FINAL do Edital 04/2026, que dispõe sobre o processo de escolha para preenchimento de 01 (uma) vaga remanescente de representante suplente da sociedade civil, na categoria de profissionais com experiência comprovada na área de regularização fundiária, para composição do CGFMHIS no triênio 2026/2029.
Profissionais com Experiência na Área – Regularização Fundiária
Suplente: ANGELA FERREIRA BERNY AIMON
Adriano Nunes de Oliveira
Carla Patrícia Nunes Borges Rosa
Thuane Rita da Silva
Comissão Eleitoral

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:D9B68121

GABINETE DO PREFEITO
HOMOLOGA A RESOLUÇÃO Nº 12/2026 DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CORONEL VIVIDA, QUE APROVOU A PROPOSTA DE REFORMULAÇÃO DA LEI MUNICIPAL Nº 1.718, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2003.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO
O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do art. 1º, § 2º, da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990,
HOMOLOGA a Resolução nº 12/2026 do Conselho Municipal de Saúde de Coronel Vivida, que aprovou a proposta de reformulação da Lei Municipal nº 1.718, de 21 de novembro de 2003.

Coronel Vivida, 02 de outubro de 2026.

ANDERSON MANIQUE BARRETO
Prefeito

Publicado por:
Maria Olivia da Conceição Rodrigues
Código Identificador:7A1F8F8D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2979/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 75.980,00 (setenta e cinco mil novecentos e oitenta reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
08.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E RODOVIÁRIO
08.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS
08.001.15.452.0016.2.051 Atividades do Departamento de Obras e Serviços Públicos
243 - 3.3.90.30.00.00 505 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 37.100,00.
08.002.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE TRÂNSITO E RODOVIÁRIO
08.002.26.782.0017.2.054 Manutenção da Frota Rodoviária
253 - 3.3.90.30.00.00 504 MATERIAL DE CONSUMO..... R$ 38.880,00.
Total Suplementação..... R$ 75.980,00.
Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;
Receita 1.3.4.5.03.11.00.0000 Fonte 505..... R$ 37.100,00.
Receita 1.7.1.2.52.41.00.0000 Fonte 504..... R$ 38.880,00.
Total da Receita..... R$ 75.980,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:25F0EB5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2980/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 539/2025 de 11/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação
06.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE ENSINO
06.001.12.361.0010.2.024 Atividades do Ensino Fundamental
128 - 3.3.90.30.00.00 103 MATERIAL DE CONSUMO.....R$ 60.000,00.
133 - 3.3.90.39.00.00 103 OUTROS SERV. DE TERC. – PESSOA JURÍDICA... R$ 58.000,00.
Total Suplementação..... R$ 118.000,00.
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Redução
06.000.00.000.0000.0.000 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES E TURISMO
06.001.00.000.0000.0.000 DEPARTAMENTO DE ENSINO
06.001.12.361.0010.2.022 Programa de Alimentação Escolar
111 - 3.3.90.32.00.00 103 MATERIAL, BEM OU SERV. DISTR. GRATUITA.R$ 100.000,00.
06.001.12.364.0010.2.025 Transporte do Ensino Superior
136 - 3.3.90.39.00.00 103 OUTROS SERV. DE TERC. – PESSOA JURÍDICA.... R$ 18.000,00.
Total Redução..... R$ 118.000,00.
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Diamante D'Oeste , Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:C1DAD474

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 2981/2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE PESSOAL CARGO TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Prefeito Municipal de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,
RESOLVE
Art. 1º - **EXONERAR** a Senhora, **SHIRLEY DIULHANE SCHLEDER,** brasileira, solteira, ocupante do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, matricula funcional 14411, admitida em 06/04/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 2º - **EXONERAR,** a Senhor, **HAIRON GABRIEL BESSAS DA SILVA TOMACHESKI,** brasileiro**,** ocupante do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, matricula funcional 14361, admitido em 06/04/2026, lotado na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 3º - **EXONERAR,** a Senhora **ROSANGELA MENDES DAINEZ,** brasileira, casada, ocupante do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, matricula funcional 14351, admitida em 06/04/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 4º- **EXONERAR,** a Senhora, **ALDA GLORIA CARVALHO,** brasileira, viúva**,** ocupante do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, matricula funcional 1371-1, admitida em 06/04/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 5º- **EXONERAR,** a Senhora, **JAQUELINE DA SILVA OLIVEIRA,** brasileira, casada**,** ocupante do cargo de **PROFESSOR SUBSTITUTO**, matricula funcional 14341, admitida em 06/04/2026, lotada na Secretaria Municipal de Educação.
Art. 6º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE DIAMANTE D'OESTE
Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:C74160D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 152/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 03(três) diárias para a Senhora Luciana Regina da Silva, conselheira Tutelar, referente à viagem para

a cidade de Santa Rosa – RS; nos dias 07, 08 e 09 de outubro de 2026, para participar do 14° Congresul de conselheiros tutelares.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:CF65529F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 153/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 03(três) diárias para a Senhora Eudes Marques Lunardi, conselheira Tutelar, referente à viagem para a cidade de Santa Rosa – RS; nos dias 07, 08 e 09 de outubro de 2026, para participar do 14° Congresul de conselheiros tutelares.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:1D6B94F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 154/2026

SUMULA: Dispõe sobre pagamento de diárias e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Diamante D Oeste, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Artigo 1° - Autorizar o pagamento de 02(duas) diárias para o Senhor Jose Gonçalves Lopes, motorista, lotado na secretaria de saúde referente à viagem para a cidade de Curitiba – PR; nos dias 05 e 06 de outubro de 2026, para levar paciente em consulta no Hospital das Clínicas.
Artigo 2° - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.
Gabinete do Prefeito Municipal de Diamante D Oeste.
Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e Vinte seis.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adriane Hilgert
Código Identificador:B163EB6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 155/2026

PORTARIA Nº. 155/2026

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DA PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR INSTAURADO PELA PORTARIA Nº. 126/2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA, Prefeito do Município de Diamante D'Oeste, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais, regimentais que lhe são conferidas de acordo com Legislação vigente,

CONSIDERANDO a Portaria nº. 126/2026, que instaurou Processo Administrativo Disciplinar para apurar irregularidades ocorridas na esfera municipal com o servidor I. H. C.;

CONSIDERANDO o Art. 3º da referida Portaria, que admite a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Sindicância por igual período, mediante solicitação justificada do Presidente da Comissão e deferimento desta autoridade;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar, por igual período de 10 (dez) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão designada pela Portaria nº. 126/2026 a contar do término do prazo originalmente estabelecido.

Art. 2º - A Comissão deverá, durante o período de prorrogação, dar continuidade às diligências necessárias à elucidação dos fatos, observando o disposto no Art. 4º da Portaria nº. 126/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se
Em 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Anderson de Oliveira Guassu
Código Identificador:C4F5FB23

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
RESCISÃO PARCIAL CONTRATO PR 13/2026

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE FORNECIMENTO SOB Nº 150/2026

TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO DE FORNECIMENTO SOB Nº. 150/2026, CELEBRADO ENTRE O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE DIAMANTE D´OESTE E A EMPRESA PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.

O **"município DE DIAMANTE D´OESTE"**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Marechal Castelo Branco, 597, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº. 77.817.476/0001-44, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **"AMARILDO APARECIDO DA SILVA"**, brasileiro, residente e domiciliado na Avenida Brasil, nº 1333 – Vila União – Diamante D'Oeste/PR portador da Carteira de Identidade nº 5.926.910-0/SSP/PR; Inscrito no CPF/MF. Nº 020.392.539-47, em pleno exercício de seu mandato e funções, **E DE OUTRO LADO**; A empresa **"PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA"** situada na Rua Maranhão, 2533 – Neva – Cascavel/PR. Inscrita no CNPJ sob nº 33.324.795/0001-42, representada por seu proprietário o Sr. **"LUIZ SELMIRO HORN"**, brasileiro, Portador da Carteira de Identidade sob nº 3.363.507-9-SSP/PR, Inscrito no CPF/MF sob nº 409.077.329-68, Telefone: 45 3223-2144, Email: prolicitamed@gmail.com, **resolvem, de comum acordo**, com base na Lei 14.133/21 e nas normas aplicáveis à espécie, firmar o presente **TERMO DE RESCISÃO PARCIAL AMIGÁVEL** do Ata de Registro de Preço nº. 150/2026, celebrado para aquisição de medicamentos; Secretaria Municipal de Saúde de

Diamante D'Oeste/PR, na modalidade Pregão Eletrônico RP n° 13/2026, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O presente termo tem por objeto a rescisão parcial amigável do Ata de Registro de Preço nº. 150/2026, celebrado com a empresa PROLICITA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, cujo objeto é a aquisição de medicamentos; Secretaria Municipal de Saúde de Diamante D'Oeste/PR, de acordo com as normas, condições e especificações estabelecidas no Pregão Presencial sob n° 13/2026.
A empresa, após a assinatura do contrato, enviou memorando relatando que não tem condições de entregar o descrito no Item 89, conforme consta nos Anexos, optou-se pela rescisão amigável de apenas este item.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RAZÕES:
O **MUNICÍPIO** entende que a manutenção do item do contrato não goza de interesse público, bem como não mira o princípio da eficiência, previsto no art. 37, caput, da Constituição Federal.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:
A presente rescisão parcial contratual é formalizada de modo amigável, nos termos do da Lei de Licitações (14.133/21).

CLÁUSULA QUARTA – DO ESTADO DO FORNECIMENTO:
Consoante ao fornecimento o VALOR GLOBAL CONTRATADO de R$ 39.056,00 (trinta e nove mil cinquenta e seis reais), retirando o item 89 – Diclofenaco, apresentação: Sal sódico. Marca: Cimed - valor global do item R$ 5.460,00 (cinco mil quatrocentos e sessenta reais). Ficando VALOR GLOBAL CONTRATADO DE R$ 33.596,00 (trinta e três mil quinhentos e noventa e seis reais).

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:
A rescisão parcial amigável do contrato em epígrafe será realizada sem ônus para as partes, com exceção das obrigações expressamente avençadas neste Termo, renunciando, ambas, o direito sobre o qual se fundou a relação jurídica e se pactuou através do processo licitatório de Pregão Eletrônico n° 13/2026.
Em suma, as partes renunciam a qualquer direito decorrente do Contrato parcialmente rescindido, não podendo em juízo ou fora dele nada mais reclamar.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO:
Para dirimir todas as questões oriundas do presente Termo de Rescisão, é competente o Foro da Comarca de Santa Helena – PR, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Subscreve o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e para um só efeito.

Diamante D´Oeste/PR, 02 de Outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito
Contratante

LUIZ SELMIRO HORN
Prolicita Distribuidora de Medicamentos LTDA
Contratada

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:BB8E4553

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
AVISO DE LICITAÇÃO CP 02/2026

AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA
O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D' OESTE**, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ nº 77.817.476/0001-44, por intermédio de seu **Agente de Contratação e Equipe de Apoio**, designados pela **Portaria nº 2753, de 08 de Janeiro de 2026**, Processo Licitatório nº 139/2026, realizará licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, na forma **ELETRÔNICA sob nº 02/2026**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, no sistema de **CONTRATO ADMINISTRATIVO**, no modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, visando a contratação de empresa(s) especializada(s) em engenharia para execução de obras de infraestrutura viária no Município de Diamante D'Oeste/PR, estruturadas em 02 (dois) lotes independentes, compreendendo: **Lote 01:** Alargamento e adequação de uma ponte de aproximadamente 17,00 m sobre o Rio São Domingos; e **Lote 02:** Construção de uma nova ponte de aproximadamente 25,00 m em concreto armado sobre o Rio São Francisco – Falso Braço Sul. A contratação compreenderá o fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos, ferramentas, transporte, administração da obra e todos os demais serviços e insumos necessários à completa execução de cada intervenção, em conformidade com os projetos de engenharia, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros e demais documentos técnicos integrantes do processo. A contratação será realizada no âmbito do **Instrumento de Repasse nº 4107157/2025**, celebrado entre o Município de Diamante D'Oeste/PR e a Caixa Econômica Federal, na qualidade de representante da Itaipu Binacional, nos termos da Lei nº 14.133/2021, e demais legislação aplicável e, ainda, conforme memorial descritivo, planilhas, projetos e demais anexos deste Edital, valor máximo de **R$ 1.808.297,76 (hum milhão oitocentos e oito mil duzentos e noventa e sete reais e setenta e seis centavos)**.
ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 11 DE NOVEMBRO DE 2026 ÀS 09H 00MIN. (HORÁRIO DE BRASÍLIA-DF);
REALIZAÇÃO: Por meio do Site Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br.
ÍNTEGRA DO EDITAL: Disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP (https://pncp.gov.br/app/editais?q=&status=recebendo_proposta&pagina=1), na plataforma do Site Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br e no endereço eletrônico do Município (https://transparencia.diamantedoeste.pr.gov.br/licitacoes), ou ainda, pode ser solicitado pelo e-mail: licitacao@diamantedoeste.pr.gov.br.

Diamante d' Oeste - PR, 01 de Outubro de 2026.

AMARILDO APARECIDO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:4C1BA41C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS E OBRAS PÚBLICAS
EXTRATO DISPENSA 49

E X T R A T O C O N T R A T U A L D E F O R N E C I M E N T O
QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE DIAMANTE D'OESTE/PR,** e a empresa **"JOÃO BARBOSA FILHO LTDA - ME".** PROCESSO LICITATÓRIO SOB Nº 140/2026; MODALIDADE DISPENSA DE LICITAÇÃO EMERGENCIAL SOB Nº 49/2026. OBJETO: A aquisição de materiais de construção para atender de forma emergencial os munícipes vulneráveis ou afetados pelos temporais (vendaval/granizo), visando à proteção temporária de seus bens até o saneamento das avarias apresentadas; Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil De Diamante D´Oeste – COMPDEC e Secretaria Municipal de Obras, Urbanismo e Rodoviário de Diamante D'Oeste/PR. CONTRATO Nº 263/2026, datado de 02 de Outubro de 2026 vigência de 06 (seis) meses, ou seja, até 02-10-2026.

CONTRATADO	Valor Global R$
"JOÃO BARBOSA FILHO LTDA - ME", Inscrito no CNPJ nº 15.008.120/0001-02.	14.634,00

Publicado por:
Melquisedeque Abraao Barretos Teixeira
Código Identificador:1FE46CC2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 739/2026
O Município de Diamante do Sul/PR torna público que realizará licitação na modalidade **Pregão Eletrônico**, pelo **Sistema de Registro de Preços – SRP**, com critério de julgamento de **MENOR PREÇO POR ITEM**, destinada ao **Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais e equipamentos esportivos, destinados à Secretaria Municipal de Esportes de Diamante do Sul/PR.**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até às **08h00min do dia 16 de outubro de 2026**.
ABERTURA/SESSÃO PÚBLICA: dia **16 de outubro de 2026, às 08h30min**.
MODO DE DISPUTA: Aberto.
VALOR MÁXIMO ESTIMADO: R$ 90.501,52 (noventa mil, quinhentos e um reais e cinquenta e dois centavos).
A sessão será realizada por meio da plataforma **BLL Compras**. O Edital e seus anexos estarão disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, no Portal da Transparência do Município de Diamante do Sul e na plataforma BLL Compras.
Diamante do Sul/PR, 02 de outubro de 2026.

CRISTINA SANTOS NERI
Pregoeira

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:6082929E

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTE DO SUL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 27/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2026
ÓRGÃO GERENCIADOR: Município de Diamante do Sul, Estado do Paraná.
DETENTORA DA ATA: L Z DA SILVA – RESTAURANTE QUE BARATO LTDA.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de refeições prontas tipo almoço (self-service), com buffet livre, incluindo 01 (uma) bebida por refeição, sendo refrigerante lata, suco de 300 ml ou água de 500 ml, em estabelecimento. TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICA…
ITEM REGISTRADO: Item 01 – Fornecimento de refeições prontas tipo almoço (self-service), com buffet livre, incluindo 01 (uma) bebida por refeição, sendo refrigerante lata, suco de 300 ml ou água de 500 ml.
QUANTIDADE: 2.900 refeições.
VALOR UNITÁRIO REGISTRADO: R$ 17,00 (dezessete reais).
VALOR TOTAL DA ATA: R$ 49.300,00 (quarenta e nove mil e trezentos reais). TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICA…
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais disposições aplicáveis.
Diamante do Sul/PR,02 de outubro de 2026.

DARCI TIRELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eloisa Neri Rodrigues
Código Identificador:952EC15D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90013/2026
EDITAL COMPRAS GOVERNAMENTAIS 582/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS

AVISO DE EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 90013/2026

Edital Compras Governamentais
582/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia da pavimentação asfáltica urbana, com serviços de recapeamento asfáltico, sinalização vertical e horizontal, além de correções de meio fio e execução de calçadas em concreto, em arruamentos do município.

Local: Dois Vizinhos/PR

Unidade compradora:987541 – MUNICIPIO DE DOIS VIZINHOS/PR

Modalidade da contratação: Concorrência

Amparo legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, inciso II.

Tipo: Concorrência

Modo de disputa: Aberto

Data de início de recebimento de propostas: 5/10/2026

Data fim de recebimento de propostas: 22/10/2026 às 8h00min(horário de Brasília).

Fonte: Compras.gov.br

O edital estará à disposição dos interessados no site www.doisvizinhos.pr.gov.br aba licitações.

Dois Vizinhos, 2 de outubro de 2026.

CARLOS EDUARDO MANGINI SILVA
Ordenador de Despesas
Decreto 23832/2026

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:79012C71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CM - AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº001/2026

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 001/2026
A CÂMARA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES, Estado do Paraná, torna público que realizará licitação, conforme segue:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRONICO Nº 001/2026
CRITERIO DE JULGAMENTO: Menor preço.
MODE DE DISPUTA: ABERTO
OBJETO: A Aquisição de 01 (um) veículo novo, zero quilômetro, tipo SUV, destinado ao atendimento das necessidades operacionais e institucionais da Câmara Municipal, visando proporcionar maior eficiência, segurança, economicidade e continuidade na execução das atividades administrativas e legislativas da Câmara Municipal de Doutor Ulysses/Pr.

VALOR MAXIMO: R$ 134.480,00 (cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e **oitenta reais)**
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS INICIAIS ATÉ: 20/10/2026 ás 10:00 hrs.
ANALISE DAS PROPOSTAS E SESSÃO DE DISPUTA: dia 20/10/2026 ás 10:05m.

LOCAL: Portal plataforma de Pregão eletrônico da empresa LICITANET no site: https://licita-sso.licitanet.com.br/
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: poderão ser obtidas junto a Superintendência de Compras e Licitação da Câmara Municipal de Doutor Ulysses, sito a Rua João Gabriel de Oliveira, 10, Centro, das 08h00 às 17h00. O edital completo encontra-se disponível no endereço eletrônico no link licitações https://www.doutorulysses.pr.leg.br/ no link licitações, plataforma de Pregões eletrônicos da LICITANET no site : https://licita-sso.licitanet.com.br/ e também no portal Nacional de compras publicas –PNCP em https://pncp.gov.br/app/editais?q=longarina&status=recebendo_proposta&pagina=1

Edifício da Câmara Municipal de Doutor Ulysses/PR, 29 de setembro de 2026.

EDISON SEIHITI KUSSABA
Agente de Contratação
Decreto Municipal nº 001/2025

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:279EBEAF

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - 64387196 BRUNA MELRO FRANCO.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: 64387196 BRUNA MELRO FRANCO
CNPJ/CPF: 64.387.196/0001-00

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
3	BOLA DE VOLEIBOL PROFISSIONAL DE QUADRA, OFICIAL, COM SELO DE APROVAÇÃO DA FIVB (FEDERAÇÃO INTERNACIONAL) OU CBV (CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE VOLEIBOL), CONFECCIONADA EM MATERIAL SUPER COMPOSITE COVER OU POLIURETANO (PU) DE ALTA RESISTÊNCIA. TECNOLOGIA DE MATRIZAGEM OU COSTURA INVISÍVEL QUE PROPORCIONA MACIEZ E ADERÊNCIA. CÂMARA DE BUTIL OU LATEX, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO. PESO OFICIAL: 260G A 280G. CIRCUNFERÊNCIA: 65CM A 67CM (TAMANHO 5). 18 GOMOS.	mikasa	6	R$ 220,0000	R$ 1.320,0000

Valor Total Homologado - R$ 1.320,00

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:95315B12

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - AK INOVAÇÕES LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: AK INOVAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 53.696.164/0001-61

Item	Descrição	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
14	TROFÉU 1° LUGAR COM APROXIMADAMENTE 160 CM.	1	R$ 655,8400	R$ 655,8400

Valor Total Homologado - R$ 655,84

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:BFD0EA32

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - SANGAO REDES ESPORTIVAS.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS

	DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):
Fornecedor: SANGAO REDES ESPORTIVAS
CNPJ/CPF: 36.208.029/0001-00

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
6	REDE DE FUTSAL 3,20M LARGURA, 2,10M DE ALTURA, 1,00M DE RECUO SUPERIOR E 1,00M DE RECUO INFERIOR; MALHA (DISTÂNCIA ENTRE NÓS) 12X12CM; CONFECCIONADA NO FIO 4MM DE POLIPROPILENO DE ALTA DENSIDADE, 100% VIRGEM, COM TRATAMENTO CONTRA AS AÇÕES DO TEMPO U.V); NA COR BRANCA.	Sangão	2	R$ 270,0000	R$ 540,0000

Valor Total Homologado - R$ 540,00

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:C03A5897

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FERNANDES PINHEIRO

MUNICÍPIO DE FERNANDES PINHEIRO
1ºAVISO RETIFICADOR PREGÃO, NA FORMA ELETRÔNICA PARA REGISTRO DE PREÇOS N° 060/2026

ALTERAÇÃO: EXCLUSÃO DOS ITENS 46 E 47 E DATA DE ABERTURA
TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Aquisição de materiais e equipamentos médico hospitalares para a Secretaria Municipal de Saúde.
O Município de Fernandes Pinheiro, Estado do Paraná, comunica que realizará a licitação em epígrafe, conforme abaixo e que **devido a exclusão dos itens 46 e 47 do termo de referência, serão efetuadas as retificações necessárias, ficando assim informado nova data e horário de abertura:**
FORMA DE JULGAMENTO: Menor preço por item
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00h do dia 03/10/2026 às 08:30h do dia 16/10/2026.
ABERTURA DAS PROPOSTAS: Das 08:30h às 09:00h do 16/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Das 09:01h às 09:05h do dia 16/10/2026, acrescido do período aleatório.
LOCAL: www.bll.org.br "**Acesso Identificado**". Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).
O EDITAL ficará disponível no site <www.bll.org.br>, no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e também em <www.fernandespinheiro.pr.gov.br>. Na impossibilidade de obtenção por esses meios, o mesmo poderá ser solicitado pelo telefone (42) 3570-0106, no horário das 8:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas ou ainda via e-mail: <licitacao@fernandespinheiro.pr.gov.br>.

Fernandes Pinheiro, 02 de outubro de 2026.

GABRIEL EDUARDO RODRIGUES
Agente de Contratação
Portaria 102/2026

Publicado por:
Carmen Luciane Andreola Cabral
Código Identificador:B72476F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL

JURIDICO
EDITAL 002

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO Nº 001/2026
EDITAL Nº 002/2026-RETIFICAÇÃO

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE FLOR DA SERRA DO SUL, ESTADO DO PARANÁ, VALMOR FELIPE JUNIOR, no uso de suas atribuições legais; juntamente com a Comissão Organizadora e Examinadora do Processo Seletivo Público Simplificado,
Considerando o Edital nº 001/2026, de Abertura do **PROCESSO SELETIVO PÚBLICO SIMPLIFICADO** de Flor da Serra do Sul - PR, publicado em 30 de setembro de 2026;

TORNA PÚBLICA

Art. 1º - A RETIFICAÇÃO do Edital nº 001/2026 do Processo Seletivo Público Simplificado nº 001/2026, especificamente quanto ao endereço eletrônico constante na alínea "a" do item 4 – DAS INSCRIÇÕES, permanecendo inalteradas as demais disposições do Edital.
ONDE SE LÊ:
a) o preenchimento da ficha de inscrição, constante no Anexo I, a qual deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: processoseletivosimplificado@fssul.pr.gov.br.com juntamente com cópia digitalizada dos documentos descritos no item 10;
LEIA-SE:
o preenchimento da ficha de inscrição, constante no Anexo I, a qual deverá ser encaminhada para o seguinte e-mail: processoseletivosimplificado@fssul.pr.gov.br juntamente com cópia digitalizada dos documentos descritos no item 10;

As demais disposições do Edital nº 001/2026 permanecem inalteradas.

Flor da Serra do Sul – PR, 02 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

TACIANE ANDREGHETTO
Presidente da Comissão

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:4C59714D

JURIDICO
PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

LEI Nº 1.009/2026

SÚMULA: Aprova o Plano Municipal de Cultura de Flor da Serra do Sul e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
Art. 1º. Fica aprovado o Plano Municipal de Cultura – PMC de Flor da Serra do Sul, constante do documento anexo, parte integrante desta Lei, com duração de 10 (dez) anos.
Art. 2º. A partir da vigência desta Lei, o Município deverá, por intermédio da Secretaria Municipal responsável pela área da Cultura, ou órgão que venha a substituí-la, promover a execução, o acompanhamento e a implementação das diretrizes, objetivos e metas estabelecidos no Plano Municipal de Cultura.
Parágrafo único. Ao término do período de vigência do Plano Municipal de Cultura, deverá ser elaborado novo plano decenal, observadas as diretrizes da política municipal de cultura e a legislação aplicável.

Art. 3º. O Poder Legislativo Municipal, por intermédio das comissões competentes, poderá acompanhar a execução das ações e metas previstas no Plano Municipal de Cultura.
Art. 4º. Caberá ao Conselho Municipal de Cultura, em conjunto com o órgão municipal responsável pela política cultural, acompanhar e avaliar periodicamente a execução do Plano Municipal de Cultura, propondo, quando necessário, sua revisão e atualização.
Art. 5º. Os instrumentos de planejamento e orçamento do Município, especialmente o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, deverão, observadas as disponibilidades orçamentárias e financeiras, contemplar as ações necessárias à implementação das metas previstas no Plano Municipal de Cultura.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessário, observada a legislação orçamentária e financeira vigente.
Art. 7º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, em 08 de setembro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Taciane Andreghetto Cipriani
Código Identificador:0B61E41D

LICITAÇÕES
ADITIVO : 60/2026 TIPO ADITIVO : ADITIVO DE PRAZO

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL
EXTRATO DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL
Aditivo : 60/2026 Tipo Aditivo : Aditivo de Prazo

Contrato Nº : 36/2026

Contratante : FLOR DA SERRA DO SUL

Contratada : C M ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA
Vigência : Data do Aditivo: 02/10/2026 Nova data final : 02/02/2027

Objeto : ADITIVO Nº 60/2026 Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de revisão do Plano Local de Habitação de Interesse Social – PLHIS do Município de Flor da Serra do Sul.

FLOR DA SERRA DO SUL, 02 DE OUTUBRO DE 2026

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:C551D607

LICITAÇÕES
EXTRATO DE DISTRATO (RESCISÃO) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO N° 023/2026

Extrato de distrato (Rescisão) da ATA DE REGISTRO DE PREÇO n° 023/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE FLOR DA SERRA DO SUL.
CONTRATADA: **TITA UNIFORMES LTDA**
OBJETO: **Registro de preços para contratação de empresa especializada na confecção e fornecimento de roupas de vestuário, destinadas a atender às demandas das Secretarias Municipais de Flor da Serra do Sul – PR.**RESCISÃO/DISTRATO: Amigável, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo e conveniente para a Administração.

DATA DA RESCISÃO/DISTRATO: 02 de Outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odimar Carraro Cletis de Moraes
Código Identificador:7A9911C1

RH
PORTARIA 387/2026

PORTARIA Nº 387/2026

CONCEDE LICENÇA PRÊMIO PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei:

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO para a Servidora Pública Municipal, Sra. **MARIA APARECIDA MAIA DE OLIVEIRA** inscrita no RG sob nº 61019456 SSP-PR, ocupante do cargo efetivo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, sendo 90 (noventa) dias referente ao período aquisitivo 2019/2024, baseando-se na Lei Municipal nº 1005/2026, no seu Artigo 140, a partir de 05 de outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 03 de janeiro de 2027.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 02 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:26092B87

RH
PORTARIA 388/2026

PORTARIA Nº 388/2026

CONCEDE FÉRIAS PARA SERVIDORA

VALMOR FELIPE JUNIOR, Prefeito Municipal de Flor da Serra do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições legais que lhe são conferidas nos termos da Legislação vigente:

R E S O L V E:
Art. 1º - CONCEDER 30 (trinta) dias de férias para A Servidora Público Municipal Sr. **ALINE PASOLINI,** inscrita no RG Nº 85026623 - SSP-PR, efetiva no cargo de Fisioterapeuta 20 horas, referentes ao período aquisitivo 2021/2022 a partir de 05 de outubro de 2026, devendo retornar às suas atividades em 04 de novembro de 2026.
Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, entrando a presente Portaria em vigor na data de sua publicação.

Flor da Serra do Sul - Pr, em 02 de outubro de 2026.

VALMOR FELIPE JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leia Zanella
Código Identificador:7BBFAA7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE FOZ DO JORDÃO-PR
PORTARIA Nº. 38/2026

PORTARIA Nº. 038/2026

Súmula: Autoriza o Pagamento de 1/3 de férias e concede Gozo de Férias ao servidor da Câmara Municipal de Foz do Jordão do Estado do Paraná.

A Presidente da Câmara Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, usando de suas atribuições que lhe são conferias por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica autorizado o pagamento de 1/3 de férias ao servidor do Poder Legislativo de Foz do Jordão-PR, relacionado na tabela do artigo 2º.

Art. 2º - Fica concedido o Gozo de Férias para o servidor do Poder Legislativo, conforme tabela adiante:

NOME	CARGO PUBLICO OCUPADO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE FÉRIAS
Degelso Strapazzon	Contador	De 19/05/2025 a 18/05/2026	De 13/10/2026 à 22/10/2026.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Foz do Jordão-PR, 01 de Outubro de 2026.

JOCELI ALMEIDA DE MORAES
Presidente da Câmara

Publicado por:
Gilvan Pinheiro da Silva
Código Identificador:A9F3F797

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 194/2026

PROCESSO: nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: A & L AUTOPEÇAS LTDA (CNPJ Nº 07.086.032/0001-09)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 247/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 15.000,00 (Quinze Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:523B9D0A

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 195/2026.

PROCESSO: Pregão nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MECANICA JORDAO LTDA (CNPJ Nº 03.300.120/0001-00)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 248/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 75.300,00 (Setenta e Cinco Mil e Trezentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:960091AE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 196/2026.

PROCESSO: Pregão nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: Z1 INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI (CNPJ Nº 09.436.050/0001-90)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 249/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 188.000,00 (Cento e Oitenta e Oito Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 Dias dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:84ECB9B1

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 197/2026.

PROCESSO: Pregão nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: GP SOLUCOES MECANICA E AUTO PECAS LTDA (CNPJ Nº 26.775.503/0001-22)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 250/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 195.000,00 (Cento e Noventa e Cinco Mil Reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (sesis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:D9C75F87

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 198/2026.

PROCESSO: Pregão nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: PINHAO PECAS E SERVICOS LTDA (CNPJ Nº 49.381.440/0001-25)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 251/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 93.000,00 (Noventa e Três Mil Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:33471C4D

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 199/2026.

PROCESSO: Pregão nº 49/2024
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO (CNPJ Nº 01.603.719/0001-80).
CONTRATADO: MATHEUS HENRIQUE ALBINO AMANCIO - AUTO PECAS (CNPJ Nº 35.819.066/0001-92)
OBJETO: "CONTRATAÇÃO DO SALDO REMANESCENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 252/2024 DO PREGÃO 49/2024 DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MECÂNICOS, ALINHAMENTOS, BALANCEAMENTOS, CAMBAGENS E GEOMETRIAS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS, MANGUEIRAS HIDRAULICAS E CONEXÕES EM GERAL COM MAIOR ÍNDICE DE DESCONTO PERCENTUAL SOBRE A TABELA AUDATEX, OU TABELA DO FABRICANTE E MANUTENÇÃO (SERVIÇOS) COM BASE NA TABELA TEMPARIA-SINDIREPA-PR"
VALOR TOTAL: R$ 86.500,00 (Oitenta e Seis Mil e Quinhentos Reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, a contar da data de assinatura.
PRAZO DE ENTREGA: 5 dias a contar da solicitação formal.
DATA DE ASSINATURA: 01/10/2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odycleia Christiane de Oliveira Zenaro
Código Identificador:1073BC98

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO
CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO: 006/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 250/2025 PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 030/2025

TERMO DE AUTORIZAÇAO

CREDENCIAMENTO/CHAMAMENTO: 006/2025
Processo ADMINISTRATIVO Nº: 250/2025
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE 030/2025

Objeto:**"CREDENCIAMENTO DE PESSOA JURÍDICA (FEDERAÇÕES, ASSOCIAÇÕES, LIGAS, ENTRE OUTRAS) PARA SERVIÇOS DE ARBITRAGEM DE COMPETIÇÕES ESPORTIVAS AMADORAS, MODALIDADES DIVERSAS NO MUNICÍPIO DE FOZ DO JORDÃO/PR".**

Empresas Credenciadas:
LIGA REGIONAL DE FUTEBOL DE SALÃO DE GUARAPUAVA, sob CNPJ: **76.179.175/0001-70. Credenciada nos Lotes 02 e 03**

A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, e suas alterações, resolve autorizar a contratação por credenciamento/Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

Foz do Jordao/PR, 02 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa da Silva de Souza
Código Identificador:762308EE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE AUTORIZAÇAO INEXIGIBILIDADE

TERMO DE AUTORIZAÇAO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nº 030/2026
Processo Administrativo: Nº 454/2026
Objeto: "CONTRATAÇÃO DA EMPRESA MUSICAL CORPO & ALMA LTDA ME PARA UMA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA/MUSICAL - SHOW MUSICAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE 120 MINUTOS, NAS FESTIVIDADES DE ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO A SER REALIZADO NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2026, NA PRAÇA DA BÍBLIA, CENTRO DE FOZ DO JORDÃO/PR". Conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento."

Empresa vencedora: MUSICAL CORPO & ALMA LTDA, inscrito no CNPJ sob o 03.355.893/0001-86, vencedora com valor de R$ 105.000,(cento e cinco mil reais), para realização de show nas festividades de 30 anos do município na praça da bíblia.
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE FOZ DO JORDAO, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei 14.133/2021, conforme Artigo 72 Inciso VIII, Artigo 74 Inciso III alínea "a" e suas alterações, resolve Autorizar a contratação por Inexigibilidade (Contratação direta) resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

FOZ DO JORDÃO (PR), Quarta-feira, 01 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Perpétua Custódio Ramos
Código Identificador:5CD3F4C2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 081/2026

DECRETO N° 081/2026

SÚMULA: Decreta Alteração Orçamentária da Despesa, na Lei Orçamentária Anual N.º LEI MUNICIPAL Nº 1114/2025, para reforço orçamentário nas despesas do corrente exercício e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, amparado na Lei Municipal nº 1114/2025, resolve:
Art. 1º: Artigo 1º. Fica decretado que os recursos necessários à cobertura dos presentes elementos de despesas serão obtidos através de anulação de dotações Orçamentárias existentes na Lei Municipal nº 1114/2025 que serão regulamentados através deste Decreto do Poder Executivo Municipal.
Ar. 2º: O crédito aberto na forma do artigo anterior será coberto com recursos provenientes de:

12 REGIME PROPRIO DE PREV DE FOZ DO JORDÃO Anulação 10.000,00
12.001 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA
927.200.132.001 ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO RPPS
3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
100 Recursos vinculados ao RPPS / TAXA DE ADMIN

12 REGIME PROPRIO DE PREV DE FOZ DO JORDÃO Acréscimo 10.000,00
12.001 REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA
927.200.132.001 GARANTIR DIREITOS PREVIDENCIARIOS
3.3.90.91.00.00 SENTENÇAS JUDICIAIS
100 Recursos vinculados ao RPPS / TAXA DE ADMIN.

Art. 3º: Este decreto entrará em vigor na data de sua assinatura.

Gabinete do Prefeito Municipal de Foz do Jordão, em 01 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:447474A2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 082/2026

DECRETO Nº 082/2026

O Prefeito Municipal de Foz do Jordão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, de conformidade com o artigo 24º da Lei Municipal nº 05/1997 de 25 de janeiro de 1997 e a Lei Municipal nº 1130/2026.
R E S O L V E:

Artigo 1º - Nomear o senhor "**IZOCLIDES JOSE CLEIN"** portador do RG nº 6.581.275-4 SSP/PR e CPF nº 926.783.949-72, para ocupar o Cargo de Agente Político de **SECRETÁRIO MUNICIPAL**, lotado na **SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**, do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná.

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se demais disposições em contrário.

Foz do Jordão, 01 de outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:F49F3BA2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 260/2026

PORTARIA Nº 260/2026

O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, para apuração de possível descumprimento das obrigações assumidas pela empresa **ELITE COMÉRCIO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS LTDA**, contratada por meio do **Pregão Eletrônico nº 008/2026** e da **Ata de Registro de Preços nº 41/2026**, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

IVONE APARECIDA DE CRISTO BORGES – PRESIDENTE
DARIELE DE SOUZA BORGES – MEMBRO
ROSANGELA DO NASCIMENTO – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência da Sra. **IVONE APARECIDA DE CRISTO BORGES** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 02 de Outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:0F758C22

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 261/2026

PORTARIA Nº 261/2026

O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, para apuração de possível descumprimento das obrigações e prazo assumidas pela empresa **CAVALLI LTDA**, contratada por meio do **Processo Licitatório nº 219/2014, Pregão Eletrônico nº 033/2024**, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

ROSANGELA DO NASCIMENTO – PRESIDENTE

DARIELE DE SOUZA BORGES – MEMBRO
DOV BRAIAN LEME – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência da Sra. **ROSANGELA DO NASCIMENTO** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 02 de Outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:B47B9937

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 262/2026

PORTARIA Nº 262/2026
O Prefeito do Município de Foz do Jordão, Estado do Paraná, com base no Art. 84, II, f, da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE

Art. 1º Nomear Comissão de Processo Administrativo, para apuração de possível descumprimento das obrigações pela empresa **R&L INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTIGOS DE DECORAÇÕES LTDA**, contratada por meio do **Processo Licitatório nº 005/2026, Ata de Registro de Preços nº 12/2026**, sendo a presente comissão processante composta pelos seguintes membros:

DOV BRAIAN LEME – PRESIDENTE
DARIELE DE SOUZA BORGES – MEMBRO
IVONE APARECIDA DE CRISTO BORGES – MEMBRO

Art. 2º A presente Comissão ficará sob a Presidência do Sr. **DOV BRAIAN LEME** a reunir-se-á por convocação do mesmo.

Art. 3º A Comissão terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar o Relatório Final.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Foz do Jordão, 02 de Outubro de 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:DF4AAA73

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 263/2026

PORTARIA N° 263/2026

O Prefeito Municipal no uso de suas atribuições legais; **Considerando**, a necessidade de conceder adiantamento financeiro para pagamento de eventuais despesas constantes da Lei Municipal 1069/2025;
RESOLVE

Art. 1° Designar o Servidor **DIEICSON SIQUEIRA BITENCOURT**, ocupante do cargo de **SECRETARIO MUNICIPAL**, responsável pelas referidas despesas.

Art. 2° Conceder em caráter excepcional de conformidade com o artigo 65 da lei n° 4.320/64, e da Lei Municipal 1069/2025 adiantamento de numerário ao servidor mencionado, o valor de R$ 600,00 (seiscentos reais), para custeio de refeições aos idosos, que representarão o município no JISP jogos de idosos do Sudoeste, no dia 10 de outubro 2026, na cidade de Pinhão.

Art.3° O servidor deverá prestar contas do adiantamento recebido no prazo de 15 (quinze) dias após o término do evento.

Art.4° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Foz do Jordão, 02 de outubro 2026.

FRANCISCO CLEI DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lidiane Presa Hamud
Código Identificador:BE747178

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 113 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N.º 113 de 02 de outubro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, através do presente Edital, convoca os(as) candidatos(as) aprovados(as) no **Concurso Público 002-2023 – Regime ESTATUTARIO,** conforme EDITAL Nº 007/2023 de HOMOLOGAÇÃO FINAL CONCURSO PÚBLICO Nº 02/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná – Edição 2890 em 01 de novembro de 2023. https://www.diariomunicipal.com.br.

CONVOCA abaixo relacionado para comparecer no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste, junto ao Departamento de Recursos Humanos da Administração Pública Municipal, sito à Avenida Presidente Getúlio Vargas, N.º 601, centro, em General Carneiro, Estado do Paraná, para apresentarem os documentos conforme estabelecido no Item 17.5 do Edital de abertura do referido Concurso e consoante o rol abaixo mencionado. **O não comparecimento dentro do prazo estipulado implicará na eliminação do candidato no concurso público.**
1) Cópia da Carteira de Identidade;
2) Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF;
3) Cópia do Título de Eleitor e comprovante de regularidade eleitoral;
4) Cópia da Carteira e Certificado de reservista ou dispensa (se do sexo masculino);
5) Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;
6) Cópia da certidão de nascimento ou casamento;
7) Cópia da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos;
8) Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;
9) Certidão negativa de antecedentes criminais, no âmbito Estadual: (http://www.institutodeidentificacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=102).
10) Certidão negativa de antecedentes criminais Federal: (https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-crminais).
11) Cópias dos documentos comprobatórios da escolaridade e pré-requisitos mínimos constantes do Anexo I do Edital de Abertura do Concurso;
12) Cópia do Registro no órgão de classe, quando for requisito do emprego;
13) Comprovante de Endereço, (cópia conta de luz, água ou telefone);
14) Carteira de Habilitação Categoria “C” e “D” e “E”, conforme requisito exigido para o cargo;
15) Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos;
16) O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e avaliação psicológica e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga. (conforme item 17.4 do Edital de Abertura do Concurso)
17) Dados para cadastro: Número de telefone e e-mail; Conta Salário ou Corrente no Banco do Brasil S/A;

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

Classificação	Nome	Cargo	Concorrência
18	MARIANA KRUSKIEVITZ DA CRUZ	AUXILIAR ADMINISTRATVIVO	Ampla concorrência

Gabinete do Executivo Municipal, General Carneiro, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:B3A4EFBE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
ERRATA

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA

Na publicação da Lei Municipal nº 2.229, de 30 de setembro de 2026, que "Altera o inciso I do art. 1º da Lei nº 2.123, de 15 de outubro de 2025, que autoriza a aquisição de bem imóvel que especifica, e dá outras providências", veiculada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3629, de 02 de outubro de 2026, Código Identificador 9BA99933,

Onde se lê:
"(...) aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 068/2026 (...)"

Leia-se:
"(...) aprovou por unanimidade de votos o Projeto de Lei de autoria do Executivo Nº. 067/2026 (...)"

Permanecem inalterados os demais dispositivos da referida Lei.

Gabinete do Executivo Municipal, 02 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:6F396F9B

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 411 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **10** dias de férias regulamentares, ao Sr. **MARCIO TREVISANI,** Lotado na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **05/10/2026 A 14/10/2026,** com retorno em **15/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:FE60DA6F

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 412 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de adiantamento de férias regulamentares, a Sra. **PATRICIA MARA ALVES DOS SANTOS**, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2026/2027, a partir de **05/10/2026 a 09/10/2026,** com retorno em **12/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:E1A395A3

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 413 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, ao Sr. **GILVANEI SANTOS ORTIZ**, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **05/10/2026 a 09/10/2026,** com retorno em **12/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:8818A3FA

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 414 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA, Prefeito Municipal de General Carneiro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei;

SÚMULA: Concede ao Servidor Público Municipal, férias regulamentares e dá outras providências.

RESOLVE

Art. 1° - Conceder **05** dias de férias regulamentares, a Sra. **FLAVIA APARECIDA MATTOZO**, Lotado na Secretaria Municipal de Saúde, referentes ao período aquisitivo 2024/2025, a partir de **05/10/2026 a 09/10/2026,** com retorno em **12/10/2026.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3° - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal, em 02 de Outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcia Freitas da Rocha Wasmann
Código Identificador:D6C07E1D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo de Licitação N° 169/2026
Pregão Eletrônico N° 068/2026

TIPO: MENOR PREÇO/ITEM

A Comissão Especial de Licitação, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n°340/2025, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **21 de outubro de 2026, às 09h00min**, no endereço eletrônico Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil www.bll.org.br o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação N° **068/2026** na modalidade Pregão Eletrônico.

Informamos que a íntegra do Edital encontra-se no endereço supracitado, no site www.generalcarneiro.pr.gov.br e no www.bll.org.br e solicitações através do e-mail: licitação@generalcarneiro.pr.gov.br.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de fraldas geriátricas, fórmulas infantis, suplementos nutricionais e dietas enterais, destinados ao atendimento de pacientes usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, acompanhados pela Secretaria Municipal de Saúde de General Carneiro – PR

General Carneiro - PR, 02 de outubro de 2026.

ADIR SOARES MARTINS
Pregoeiro

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:33CF9357

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO ADJUDICAÇÃO/ HOMOLOGAÇÃO

Dispensa Eletrônica nº 061/2026
Processo Licitatório nº 170/2026
Adjudicação/Homologação: 02/10/2026
Contratada: **MACROMAQ EQUIPAMENTOS LTDA**
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro – PR

Objeto: "**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVISÃO DE 500 HRS VISANDO MANTER A GARANTIA DA ESCAVADEIRA HIDRAULICA XCMG, conforme solicitação da Secretaria Mun. De Obras e Serviços Públicos."**

Valor da Despesa: **R$ 6.526,60 (seis mil, quinhentos e vinte e seis reais e sessenta centavos).**

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1FCF5502

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATOS CONTRATUAIS
Processo Administrativo Licitatório: 157/2026
Pregão Eletrônico: 059/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro/PR.
Vigência dos Contratos: 05/10/2026 à 05/10/2027
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo materiais de expediente e papelaria, materiais para oficinas, artesanato e atividades socioeducativas, materiais de copa e cozinha, persianas e demais materiais necessários ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e de suas unidades vinculadas.
--
Contratada: 63.721.909 MARIA EDUARDA DIAS MOTA
Contrato: 311/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.235,64 (mil duzentos e trinta e cinco reais e sessenta e quatro centavos).
--
Contratada: ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA
Contrato: 312/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.757,80 (mil setecentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos).
--
Contratada: KW INFORMATICA LTDA
Contrato: 313/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 1.822,45 (mil oitocentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).
--
Contratada: GWS GLOBAL LIMITADA
Contrato: 314/2026
Valor Estimado da Despesa: R$ 2.049,80 (dois mil e quarenta e nove reais e oitenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Secretaria	Dotação	Fonte de Recurso
Assistência Social e Habitação	242 227 211	00635 00863 00991

Valor Estimado da Despesa: R$ 6.865,69 (seis mil oitocentos e sessenta e cinco reais e sessenta e nove centavos).

General Carneiro – Estado do Paraná, 02 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:F83C865F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°326/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: ANDRÉ LUIZ GONÇALVES DA ROCHA & CIA LTDA.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 326/2025 pelo período de 12 (doze) meses,

em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em decorrência da prorrogação da vigência contratual prevista na Cláusula Segunda, fica acrescido ao Contrato nº 326/2025 o valor de R$ 235.400,00 (duzentos e trinta e cinco mil e quatrocentos reais), correspondente ao período aditado, passando o valor global do contrato para R$ 470.800,00 (quatrocentos e setenta mil e oitocentos reais).

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico: Nº 052/2025;
Processo Licitatório nº 154/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de lavanderia hospitalar, incluindo coleta, lavagem, secagem, passadoria e entrega de roupas hospitalares, destinadas ao Pronto Atendimento Municipal de General Carneiro/PR.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:91418CF3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°287/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: REVESTICAL EXTRAÇÃO E COMERCIO DE PEDRAS LTDA.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 287/2025 pelo período de 12 (doze) meses, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 24 (vinte e quatro) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico: Nº 047/2025;
Processo Licitatório nº 146/2025.
Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de Pedra brita 1, pedra graduada limpa, pedrisco, pó de pedra e rachão, destinada à Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos de General Carneiro/PR

General Carneiro/PR, 26 de Agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:55367CCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 004
Contrato n°251/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: MAURO SEVERO KRINSKI & CIA LTDA.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1. Pela execução dos serviços durante o período de prorrogação estabelecido neste Termo Aditivo, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

1.2. Com o acréscimo decorrente do presente Termo Aditivo, o valor total acumulado do Contrato nº 251/2022, consideradas as prorrogações anteriormente formalizadas, passa a ser de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 251/2022, contado a partir do término da vigência atualmente estabelecida.

2.2. Com a presente prorrogação, o prazo total de vigência contratual passa a ser de 60 (sessenta) meses, consideradas a vigência inicial e as prorrogações anteriormente formalizadas, observados os limites e requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012..
Tomada de Preço: Nº 008/2022;
Processo Licitatório nº 126/2022.
Objeto: Contratação de Empresa Especializada na realização de serviços em Consultoria Tributária, junto ao Setor de Tributação, na formação do índice de participação do Município no ICMS, Agricultura na Infraestrutura e Promoção da Nota Fiscal do Produtor Rural, com profissionais qualificados.

General Carneiro/PR, 20 de Agosto de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1031343B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°310/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: JOCELEI DE FATIMA DE CASTILHO 04402407940.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA–DA VIGÊNCIA

1.1. Pelo presente Termo Aditivo, as partes acordam a prorrogação da vigência do Contrato nº 310/2025 pelo período de 30 (trinta) dias, em conformidade com o interesse público e a necessidade de continuidade dos serviços contratados, passando a vigência total do contrato para 13 (treze) meses.

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA –PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico: Nº 051/2025;
Processo Licitatório nº 152/2025.
Objeto: Registro de preços visando futura e eventual aquisição de coffee break atendendo à demanda das Secretarias da Administração Municipal.

General Carneiro/PR, 16 de Setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:0663FD7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 003
Contrato n°311/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada:WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO PRAZO

1.1. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 311/2025, passando sua vigência total de 12 (doze) meses para 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir de 16 de setembro de 2025, com término em 16 de setembro de 2027.

1.2. A presente prorrogação compreende o período de 16 de setembro de 2026 a 16 de setembro de 2027, permanecendo inalteradas as demais condições estabelecidas no contrato originário e em seus instrumentos posteriores que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

CLAUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA–PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

As demais cláusulas permanecem fixas, validas e inalteradas.

Pregão Eletrônico: Nº 049/2025;
Processo Licitatório nº 150/2025.
Objeto: Locação de 20 relógios eletrônicos de ponto com tecnologia de reconhecimento facial (com prova de vida) e crachá, incluindo cessão de uso de software de gerenciamento de ponto, instalação, manutenção e suporte técnico.
General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:71A69AEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 004
Contrato n°084/2022
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: SIF - SOLUCOES INTEGRADAS EM TECNOLOGIA E SERVICOS.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PREÇO

1.1.O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pela prestação dos serviços, o montante de R$ 31.519,32 (trinta e um mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e dois centavos), correspondente a 02 (duas) parcelas mensais de R$ 15.759,66 (quinze mil, setecentos e cinquenta e nove reais e sessenta e seis centavos) cada, passando o valor global atualizado do contrato para R$ 220.635,24 (duzentos e vinte mil, seiscentos e trinta e cinco reais e vinte e quatro centavos).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. Fica prorrogado o prazo de vigência contratual por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir do término da vigência atualmente estabelecida, passando o prazo total de vigência da contratação, com a presente prorrogação, a corresponder a 38 (trinta e oito) meses, permanecendo inalteradas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012

Pregão Eletrônico: Nº 039/2022;
Processo Licitatório nº 084/2022.
Objeto: Contratação de empresa especializada para locação e instalação de equipamentos de vídeo monitoramento em logradouros, Ruas, Avenidas e Estradas Rurais, incluindo fornecimento de materiais necessários.

General Carneiro/PR, 27 de Julho de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:1FE58BB3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°154/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: RADIONET LTDA

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE E DO VALOR

1.1. Fica concedido o reajuste contratual previsto na Cláusula Décima Segunda do Contrato nº 154/2025, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE acumulado no período de 12 (doze) meses, correspondente a 4,39%.

1.2. Em razão do reajuste concedido, o valor anual dos serviços para o item 02 (Serviço mensal de rastreamento e monitoramento veicular por satélite, com transmissão de dados em tecnologia GSM/GPRS/GPS, incluindo sistema de identificação de condutor por meio de chaveiro eletrônico tipo iButton, ou tecnologia equivalente ou superior, com fornecimento dos equipamentos em regime de comodato. O serviço deverá atender, inicialmente, 100 (cem) veículos da frota municipal, com possibilidade de ampliação mediante termo aditivo, conforme a aquisição de novos veículos e a necessidade devidamente justificada pela Administração.) anteriormente fixado em R$ 34.164,00 (trinta e quatro mil cento e sessenta e quatro reais), passa a ser de R$ 35.664,00 (trinta e cinco mil seiscentos e sessenta e quatro reais).

1.3. Considerando o valor inicial do Contrato nº 154/2025, de R$ 37.160,00 (trinta e sete mil cento e sessenta reais), acrescido do valor anual reajustado, o valor global acumulado da contratação, após a celebração do presente Termo Aditivo, passa a ser de R$ 74.324,00 (setenta e quatro mil trezentos e vinte e quatro reais).

CLÁUSULA SEGUNDA– DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1.O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula DECIMAQUINTA do Contrato nº 154/2025, o qual teve vigência de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os dois contratos, será de 24(vinte e quatro) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012..

Pregão Eletrônico: Nº 030/2025;
Processo Licitatório nº 080/2025.
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular, abrangendo o fornecimento e instalação, implementação de sistema de acompanhamento, localização e imobilização automática dos veículos oficiais que integram a frota do Município de General Carneiro – PR, incluindo o monitoramento via internet 24 horas pelo sistema de posicionamento por satélite (GPS) e (GPRS) em tempo real, ininterruptamente, fornecimento de equipamentos em comodato, componentes, licença de uso de software e os respectivos serviços de instalação, configuração, capacitação, suporte técnico, bem como, a garantia de funcionamento, conforme condições, quantidades, exigências e estimativas, inclusive as encaminhadas pelos órgãos e entidades participantes, estabelecidas neste instrumento.

General Carneiro/PR, 29 de Maio de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:2EA91416

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°317/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: 49.339.392 ALCEU DE OLIVEIRA.

Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA– DO PRAZO

1.1. Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato nº 317/2025, passando a vigência total da contratação para 24 (vinte e quatro) meses, considerados o período originalmente contratado e o período acrescido por meio deste Primeiro Termo Aditivo.

1.2. Permanecem inalterados o objeto, a carga horária e as demais condições de execução previstas no contrato originário, ressalvadas as alterações expressamente estabelecidas neste Termo Aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Para o período de 12 (doze) meses acrescido por meio deste Primeiro Termo Aditivo, considerando o reajuste contratual aplicado, o valor unitário da hora/aula passa de R$ 55,29 (cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos) para R$ 58,12 (cinquenta e oito reais e doze centavos), resultando no valor mensal de R$ 2.324,80 (dois mil,

trezentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) e no valor de R$ 27.897,60 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) para o período prorrogado.

2.2. Em decorrência da presente prorrogação, o valor global acumulado do Contrato nº 317/2025, considerando o valor originário de R$ 26.539,20 (vinte e seis mil, quinhentos e trinta e nove reais e vinte centavos) e o valor de R$ 27.897,60 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) correspondente ao período ora prorrogado, passa a ser de R$ 54.436,80 (cinquenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oitenta centavos).

2.3. O reajuste aplicado decorre da previsão constante do contrato originário, permanecendo inalterados o objeto e a carga horária contratada. O contrato prevê reajuste pelo IPCA após o interregno de um ano.

CLÁUSULA TERCEIRA– RATIFICAÇÃO

3.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA –PUBLICAÇÃO

4.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Pregão Eletrônico: Nº 053/2025;
Processo Licitatório nº 155/2025.
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Instrutor Musical – Maestro para ministrar aulas de música, ensaios e apresentações, para Banda Marcial", em atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social

General Carneiro/PR, 23 de Setembro de 2026

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:A7E73C62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual
Termo aditivo nº 003
Contrato n° 112/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada: 27.096.278 LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO
1.1. O Objeto do presente contrato é a **"Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em meio de comunicação na modalidade de portais de notícias on-line, para realização de divulgação de publicidades institucionais em sítio eletrônico próprio",** a CONTRATADA se declara em condições de executar os serviços em estrita observância com o indicado nas especificações e na documentação levada a efeito pela Inexigibilidade nº 019/2023, formalizada a partir do credenciamento através do Chamamento Público n. 006/2023.

Item	Qtd.	Unidade	Serviços	Preço Unitário	Preço Total Estimado
1	48	Unidade	Veiculação de material publicitário institucional em formato de banner com no mínimo 720x120 pixels, divulgação de 10 (dez) dias.	R$ 500,00	R$ 24.000,00
2	12	Unidade	Veiculação de material publicitário institucional em formato de banner com no mínimo 720x120 pixels, divulgação de 15 (quinze) dias.	R$ 700,00	R$ 8.400,00
3	24	Unidade	Veiculação de material publicitário institucional em formato de banner com no mínimo 720x120 pixels, divulgação de 30 (trinta) dias.	R$ 900,00	R$ 21.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1. O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pela prestação de serviços mencionados na cláusula anterior, a importância de R$ 54.000,00 (cinqüenta e quatro mil reais), conforme descrito na Cláusula SEGUNDA do Contrato nº 089/2023.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura deste instrumento, conforme estabelecido na Cláusula QUARTA do Contrato nº 089/2023, o qual teve vigência inicial de 12 (doze) meses. Assim, o prazo total de vigência das contratações, somando-se os três contratos, será de 36 (trinta e seis) meses, respeitados os limites estabelecidos na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

Inexigibilidade de Licitação nº. 019/2023;
Processo nº. 060/2023.
Objeto: "**Chamamento Público para credenciamento de pessoas jurídicas especializadas em meio de comunicação na modalidade de portais de notícias on-line, para realização de divulgação de publicidades institucionais em sítio eletrônico próprio.**"

General Carneiro – Estado do Paraná, 17 de Abril de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:884E1A93

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO

Processo Licitatório nº 157/2026
Pregão Eletrônico nº 059/2026
Adjudicação e Homologação: 02/10/2026
Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de consumo, compreendendo materiais de expediente e papelaria, materiais para oficinas, artesanato e atividades socioeducativas, materiais de copa e cozinha, persianas e demais materiais necessários ao atendimento das demandas administrativas, operacionais e socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e de suas unidades vinculadas.

Fornecedores Vencedores:

EMPRESAS	QNT ITEM
63.721.909 MARIA EDUARDA DIAS MOTA	04
ARTE SUTIL PERSIANAS E CORTINAS LTDA	02
KW INFORMATICA LTDA	07

GWS GLOBAL LIMITADA	04

General Carneiro - Paraná, 02 de outubro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:11751179

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE APOSTILAMENTO

Extrato de Apostilamento

Termo apostilamento nº 001
Contrato n°311/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada:WORKSERV DESENVOLVIMENTO E COMERCIO DE SOFTWARES LTDA
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar o reajuste dos valores do Contrato nº 311/2025, oriundo do Pregão Eletrônico nº 049/2025, cujo objeto consiste na "Locação de 20 relógios eletrônicos de ponto com tecnologia de reconhecimento facial (com prova de vida) e crachá, incluindo cessão de uso de software de gerenciamento de ponto, instalação, manutenção e suporte técnico", mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, nos termos da Cláusula Sétima do instrumento contratual originário.

1.2. O presente apostilamento não altera as demais condições pactuadas no contrato e em seus termos aditivos, destinando-se exclusivamente à formalização do reajuste de preços previsto contratualmente.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. Em observância ao disposto na Cláusula Sétima do Contrato nº 311/2025, e transcorrido o interregno mínimo de 01 (um) ano, fica aplicado o reajuste de 4,64% (quatro vírgula sessenta e quatro por cento) sobre o valor atualmente vigente da contratação, correspondente à variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, conforme solicitado pela CONTRATADA. O contrato estabelece a aplicação do IPCA após a anualidade e determina expressamente que o reajuste seja realizado por apostilamento.

2.2. Considerando que o valor contratual vigente, após os acréscimos formalizados anteriormente, corresponde a R$ 57.420,00 (cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte reais), a aplicação do percentual de 4,64% resulta em reajuste no montante de R$ 2.664,29 (dois mil seiscentos e sessenta e quatro reais e vinte e nove centavos), passando o valor da contratação, para o período de 12 (doze) meses, de R$ 57.420,00 (cinquenta e sete mil quatrocentos e vinte reais) para R$ 60.084,29 (sessenta mil oitenta e quatro reais e vinte e nove centavos).
2.3. Os efeitos financeiros decorrentes do presente reajuste serão aplicados a partir de 16 de setembro de 2026, incidindo sobre os serviços executados e as respectivas Notas Fiscais emitidas no período subsequente à prorrogação contratual, em conformidade com a solicitação apresentada pela CONTRATADA, que requereu a aplicação do IPCA de 4,64% após a renovação.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

3.1.O presente Termo de Apostilamento é formalizado com fundamento no art. 136 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite o registro por simples apostila das situações que não caracterizem alteração do contrato.

3.2. Para os fins do presente instrumento, observa-se especialmente o disposto no art. 136, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, o qual possui a seguinte redação:

"Art. 136. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações:
I - variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;"

CLÁUSULA QUARTA– RATIFICAÇÃO

4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA –PUBLICAÇÃO

5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012..

As demais cláusulas permanecem fixas, validas e inalteradas.

Pregão Eletrônico: Nº 049/2025;
Processo Licitatório nº 150/2025.
Objeto: Locação de 20 relógios eletrônicos de ponto com tecnologia de reconhecimento facial (com prova de vida) e crachá, incluindo cessão de uso de software de gerenciamento de ponto, instalação, manutenção e suporte técnico.
General Carneiro – Estado do Paraná, 16 de Setembro de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:41BCA241

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

CMDCA - CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ATA N° 449/2026-CMDCA

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO
Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às quatorze horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, localizada na Avenida Mauro Mori, nº 1164, Jardim Lindóia, no município de Goioerê, Estado do Paraná, realizou-se reunião extraordinária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA).
A Presidente do Conselho, **Rafaela de Souza Silva Antonio**, deu início aos trabalhos, cumprimentando e desejando boa tarde a todos os presentes. Na sequência, apresentou as pautas previstas para a reunião, quais sejam: **1ª pauta: Aprovação do Relatório Bimestral de Atividades e Atendimentos; 2ª pauta: Atualização referente ao Processo Administrativo Disciplinar (PAD) do Conselho Tutelar; 3ª pauta: Apreciação de demanda referente à situação de vulnerabilidade de crianças e adolescente e deliberação de encaminhamentos.**
Dando início à primeira pauta, foi apresentado para apreciação o **Relatório Bimestral de Atividades e Atendimentos**, referente aos meses de julho e agosto de 2026. O documento havia sido previamente encaminhado aos conselheiros em formato digital, por meio do grupo oficial de WhatsApp, e também disponibilizado em versão impressa durante a reunião para consulta dos presentes. Após análise e discussão, o relatório foi colocado em votação, sendo **aprovado por unanimidade** pelos membros presentes.

Na sequência, passou-se à segunda pauta, referente à atualização do **Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2026**, envolvendo conselheiros tutelares. A conselheira **Sandra Regina Souza**, Presidente da Comissão Processante, apresentou informações acerca do andamento do processo, relatando que já foram realizadas as oitivas dos envolvidos e das testemunhas arroladas. Informou, ainda, que se encontra em curso o prazo de dez dias para apresentação das manifestações finais pelos interessados, em conformidade com os trâmites processuais vigentes.
Prosseguindo, foi iniciada a terceira pauta, referente à **apreciação de demanda relacionada à situação de vulnerabilidade de crianças e adolescente pertencentes à família Chincilla Palmar**. A Presidente informou aos presentes que a demanda chegou ao conhecimento deste Conselho por intermédio de um de seus membros, o qual manifestou preocupação quanto às condições vivenciadas pelas crianças e pelo adolescente envolvidos. Diante das informações apresentadas e considerando a atribuição do CMDCA de acompanhar e zelar pela efetivação da política de atendimento à criança e ao adolescente, o colegiado promoveu discussão acerca da situação relatada, manifestando preocupação institucional quanto à garantia de direitos do referido grupo familiar.
Após as discussões, foi deliberado, por consenso, o encaminhamento de **ofício à Comissão Municipal de Pré-Acolhimento**, solicitando informações atualizadas e manifestação técnica acerca do caso, incluindo esclarecimentos sobre as medidas protetivas e os acompanhamentos realizados pelos órgãos da rede de proteção, bem como avaliação técnica da situação atual das crianças e do adolescente envolvidos. Registrou-se que a solicitação tem por finalidade subsidiar o acompanhamento da política de atendimento à criança e ao adolescente por parte deste Conselho, observadas e respeitadas as atribuições dos demais órgãos competentes do Sistema de Garantia de Direitos.
Nada mais havendo a tratar, a Presidente **Rafaela de Souza Silva Antonio** agradeceu a presença e a participação de todos, declarando encerrada a reunião.
Para constar, eu, **Danyelle Ramos Lopes Leal Guimarães**, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes. A lista de presença segue anexa e integra a presente ata para todos os fins de direito.

Publicado por:
Camila Danielle de Souza Felix
Código Identificador:64E45B63

SECRETARIA DE GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 616/2026

APRESENTA O PLANO MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O senhor **ADILSON SOUZA DE BRITO**, Prefeito em exercício de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê.

CONSIDERANDO a Constituição Federal e o direito à educação e à garantia de padrão de qualidade;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 — Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito à alfabetização das crianças, à recomposição das aprendizagens e à redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO as ações desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada - CNCA e das políticas estadual e municipal de alfabetização;
CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer a governança, a coordenação, o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização;

RESOLVE:
Art. 1 - Apresentar o Plano Municipal de Comunicação da Política de Alfabetização, constante do Anexo Único desta Portaria, destinado a estabelecer diretrizes, estratégias, canais e procedimentos para a divulgação das ações de alfabetização e para a mobilização e participação da comunidade escolar e da sociedade.
Parágrafo Único - O Plano será executado em alinhamento com as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, com as políticas de alfabetização desenvolvidas no território estadual e com as ações da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2 - Compete à Secretaria Municipal de Educação coordenar a implementação, a execução, o monitoramento e a avaliação do Plano, em articulação com as unidades escolares e os profissionais responsáveis pelas ações de alfabetização, observadas as atribuições previstas na legislação municipal.
Parágrafo único. O Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização, caso formalmente instituído, participará do acompanhamento do Plano nos limites das atribuições estabelecidas em seu ato de instituição.

Art. 3º A Secretaria Municipal de Educação organizará o cronograma anual de execução do Plano, com a definição das ações prioritárias, dos responsáveis e dos respectivos prazos, observados o calendário escolar e as necessidades da rede municipal de ensino.

Art. 4º As ações de comunicação deverão observar a transparência, a impessoalidade, a acessibilidade, a finalidade educativa e informativa, o respeito à diversidade e a proteção dos dados pessoais e da imagem dos estudantes.

§ 1º A divulgação pública dos resultados educacionais deverá ocorrer de forma agregada, sem identificação dos estudantes, adotadas as medidas necessárias para impedir sua identificação indireta.
§ 2º As informações individuais sobre aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes serão disponibilizadas aos respectivos responsáveis legais e aos profissionais autorizados, conforme suas atribuições e a legislação aplicável.
§ 3º A divulgação de imagens, vídeos, depoimentos ou outros conteúdos que permitam identificar estudantes deverá observar a legislação de proteção de dados pessoais, o direito à imagem e o melhor interesse da criança e do adolescente, com autorização dos responsáveis legais quando exigível.

Art. 5º A execução das ações previstas no Plano observará a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e os procedimentos legais aplicáveis às contratações e à realização de despesas.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação poderá ajustar os cronogramas e os procedimentos operacionais de execução do Plano, respeitadas as diretrizes e responsabilidades estabelecidas nesta Portaria e em seu Anexo Único.
Parágrafo único. As alterações do conteúdo do Anexo Único dependerão de ato da autoridade competente.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”
Goioerê/PR, 02 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito Em Exercício Do Município De Goioerê
Decreto Legislativo Nº 001/2026

ANEXO ÚNICO

1. APRESENTAÇÃO
O Plano Municipal de Comunicação da Política de Alfabetização tem por finalidade estabelecer diretrizes, estratégias, canais e procedimentos para a divulgação das ações de alfabetização e para a mobilização e participação dos diferentes segmentos da comunidade educacional e da sociedade.

O Plano está alinhado às políticas de alfabetização desenvolvidas no território estadual, às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada — CNCA, às políticas públicas municipais de educação e às ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação.

A comunicação constitui elemento estratégico para o fortalecimento das ações de alfabetização, contribuindo para a transparência, o compartilhamento de informações, a mobilização da comunidade escolar, o acompanhamento dos resultados educacionais e o fortalecimento da corresponsabilidade entre poder público, profissionais da educação, famílias e sociedade.

2. OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral
Estabelecer estratégias permanentes de comunicação, mobilização e divulgação das ações da Política Municipal de Alfabetização, fortalecendo o engajamento da comunidade educacional e da sociedade na garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças.

Objetivos Específicos
Divulgar as ações, programas, projetos e iniciativas desenvolvidas no âmbito da Política Municipal de Alfabetização;

• Promover o conhecimento da comunidade escolar sobre os objetivos, metas e estratégias da política de alfabetização;
• Fortalecer o alinhamento entre a Secretaria Municipal de Educação, gestores escolares, professores, coordenadores pedagógicos e demais profissionais da educação;
• Mobilizar as famílias para participarem e acompanharem o processo de alfabetização e desenvolvimento das crianças;
• Dar visibilidade às ações de formação continuada dos profissionais da educação;
• Divulgar informações relacionadas às avaliações diagnósticas, avaliações externas e demais instrumentos de acompanhamento da aprendizagem;
• Promover a divulgação responsável e transparente dos resultados educacionais do Município;

Valorizar experiências exitosas, práticas pedagógicas e avanços alcançados pelas unidades escolares;

• Fortalecer a corresponsabilidade entre escola, família, comunidade e poder público;
• Ampliar o conhecimento da população sobre a importância da alfabetização na idade adequada;
• Promover campanhas e ações de sensibilização sobre a garantia das aprendizagens;
• Criar mecanismos permanentes de comunicação e mobilização social em torno da política municipal de alfabetização.

3. PÚBLICO-ALVO

3.1 Público interno da rede municipal de ensino

• Gestores escolares;
• Coordenadores pedagógicos;
• Professores da Educação Infantil;
• Professores dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
• Professores alfabetizadores;
• Profissionais de apoio à aprendizagem;
• Psicopedagogos;
• Técnicos e servidores da Secretaria Municipal de Educação;
• Articuladores e coordenadores das políticas de alfabetização;
• Integrantes do Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização;
•

3.2 Público externo

• Crianças e estudantes;
• Pais, mães e responsáveis;
• Famílias;
• Conselho Municipal de Educação;
• Conselho do FUNDEB;
• Conselho Tutelar;
• Demais órgãos da administração pública municipal;
• Lideranças comunitárias;
• Instituições parceiras;
• Sociedade em geral;

4. CANAIS DE COMUNICAÇÃO
4.1 Canais institucionais

• Site oficial da Prefeitura Municipal de Goioerê;
• Página ou portal institucional da Secretaria Municipal de Educação;
• Redes sociais oficiais do Município e da Secretaria Municipal de Educação;
• Comunicados oficiais;
• Ofícios e memorandos;
• Relatórios institucionais;
• Publicações em canais oficiais da administração municipal;

4.2 Canais de comunicação com a rede de ensino

• Grupos institucionais de comunicação;
• Reuniões presenciais e virtuais;
• Formações continuadas;
• Seminários e encontros pedagógicos;
• Reuniões com gestores escolares;
• Reuniões pedagógicas;
• Comunicados encaminhados às unidades escolares;

4.3 Canais de comunicação com as famílias e comunidade

• Reuniões escolares;
• Comunicados enviados pelas unidades escolares;
• Murais informativos;
• Cartazes e materiais educativos;
• Campanhas de mobilização;
• Eventos escolares;
• Seminários e encontros comunitários;
• Redes sociais institucionais;
• Divulgação em meios de comunicação locais, quando disponíveis;

5. PERIODICIDADE DAS AÇÕES DE COMUNICAÇÃO
A comunicação da Política Municipal de Alfabetização deverá ocorrer de forma contínua, organizada e planejada.

AÇÃO	PERIODICIDADE
Divulgação de ações e atividades da política de alfabetização	Contínua
Divulgação de formações e encontros pedagógicos	Conforme calendário
Comunicados institucionais à rede municipal	Sempre que necessário
Divulgação de campanhas de mobilização	Bimestral ou conforme planejamento
Reuniões com gestores escolares	Mensal ou conforme calendário
Divulgação de resultados de avaliações	Após consolidação e análise dos dados
Produção de boletins informativos	Bimestral ou trimestral
Divulgação de boas práticas pedagógicas	Mensal ou bimestral
Reuniões com famílias	Conforme calendário escolar
Seminários e eventos de mobilização	Semestral ou anual
Prestação de informações sobre metas e avanços	Semestral e anual
Divulgação do relatório de acompanhamento da política	Anual

6. ESTRATÉGIAS DE MOBILIZAÇÃO

• **I - Campanhas de conscientização:** Realização de campanhas institucionais destinadas a sensibilizar a comunidade sobre a importância da alfabetização, da frequência escolar, da participação das famílias e do acompanhamento da aprendizagem das crianças.
• **II - Mobilização das famílias:** Promoção de reuniões, encontros, palestras e materiais informativos destinados às famílias, incentivando sua participação no processo educativo e no acompanhamento das aprendizagens.
• **III - Formação e engajamento dos profissionais:** Divulgação e mobilização dos profissionais da educação para participação nas formações continuadas, encontros pedagógicos, seminários e demais ações relacionadas à alfabetização.
• **IV - Valorização de boas práticas:** Identificação e divulgação de experiências pedagógicas exitosas desenvolvidas nas unidades escolares.
• **V - Participação das escolas:** Incentivo à participação ativa das unidades escolares no planejamento, execução, acompanhamento e divulgação das ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

• **VI - Articulação interinstitucional:** Fortalecimento da comunicação e da articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, escolas, conselhos, órgãos públicos e demais instituições parceiras.
• **VII - Realização de eventos:** Promover seminários, encontros, fóruns, reuniões e outros eventos destinados à divulgação das ações, troca de experiências e análise dos avanços e desafios.
• **VIII - Divulgação de metas e compromissos:** Apresentação das metas, prioridades e compromissos da Política Municipal de Alfabetização aos profissionais da educação, famílias e comunidade.

7. MECANISMOS DE DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS
• **I - Relatórios técnicos:** Elaboração e divulgação de relatórios contendo informações sobre o desenvolvimento das ações, resultados das avaliações e avanços da política municipal.
• **II - Painéis e boletins informativos:** Produção de materiais visuais e informativos contendo indicadores, metas, avanços e principais desafios identificados.
• **III - Reuniões de devolutiva:** Realização de reuniões com gestores, coordenadores e professores para apresentação e análise dos resultados das avaliações e definição de estratégias de intervenção pedagógica.
• **IV - Divulgação institucional:** Publicação de informações gerais sobre as ações e resultados da política nos canais oficiais da Prefeitura Municipal de Goioerê e da Secretaria Municipal de Educação.
• **V - Seminários de resultados:** Realização de encontros ou seminários para apresentação dos avanços, desafios, experiências exitosas e estratégias adotadas pela rede municipal.
• **VI - Devolutiva às famílias:** Apresentação de informações sobre o processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças por meio das unidades escolares, respeitando a proteção de dados e as informações individuais dos estudantes.
• **VII - Socialização de boas práticas:** Divulgação de experiências e práticas pedagógicas que contribuíram para o avanço das aprendizagens e que possam servir de referência para outras unidades escolares.

8. PRINCÍPIOS DA COMUNICAÇÃO

• Transparência;
• Clareza;
• Acessibilidade;
• Periodicidade;
• Participação social;
• Respeito à diversidade;
• Proteção de dados e informações pessoais dos estudantes;
• Valorização dos profissionais da educação;
• Promoção da equidade;
• Compromisso com a garantia das aprendizagens;

9. MATRIZ DE COMUNICAÇÃO

OBJETIVO	PÚBLICO	CANAL	PERIODICIDADE	RESPONSÁVEL
Divulgar ações da política de alfabetização	Comunidade escolar	Redes institucionais e comunicados	Contínua	Secretaria Municipal de Educação
Mobilizar profissionais para formações	Professores e gestores	Comunicados e reuniões	Conforme calendário	Coordenação da Política de Alfabetização
Informar as famílias	Pais e responsáveis	Reuniões e comunicados escolares	Bimestral ou conforme necessidade	Unidades escolares
Divulgar resultados educacionais	Rede municipal e comunidade	Relatórios e reuniões	Após consolidação dos dados	Secretaria Municipal de Educação
Compartilhar boas práticas	Profissionais da educação	Seminários e canais institucionais	Mensal ou bimestral	Coordenação Pedagógica
Mobilizar a sociedade	Comunidade em geral	Campanhas e eventos	Conforme planejamento	Secretaria Municipal de Educação
Apresentar metas e avanços	Gestores, profissionais e comunidade	Reuniões e relatórios	Semestral	Comitê Estratégico Municipal

10. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PLANO
O acompanhamento da execução deste Plano será realizado pela Secretaria Municipal de Educação, em articulação com a coordenação da Política Municipal de Alfabetização e, quando instituído, pelo Comitê Estratégico Municipal de Alfabetização.

• Número de ações de comunicação realizadas;
• Participação dos profissionais nas ações promovidas;
• Participação das famílias;
• Alcance das campanhas e materiais divulgados;
• Número de reuniões e eventos realizados;
• Divulgação periódica dos resultados educacionais;
• Participação das unidades escolares;
• Socialização de experiências exitosas;
• Grau de mobilização da comunidade;
• Necessidade de aperfeiçoamento dos canais e estratégias de comunicação;

11. RESPONSABILIDADES
Compete à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

• Coordenar a execução deste Plano;
• Organizar e divulgar as informações institucionais relacionadas à Política; Municipal de Alfabetização;
• Articular as ações de comunicação com as unidades escolares;
• Promover campanhas e ações de mobilização;
• Garantir mecanismos de divulgação dos resultados educacionais;
• Apoiar as escolas na comunicação com as famílias e a comunidade;
• Monitorar e avaliar a execução das estratégias previstas neste documento;

Compete às UNIDADES ESCOLARES:

• Divulgar as ações e informações encaminhadas pela Secretaria Municipal de Educação;
• Promover a comunicação com as famílias;
• Incentivar a participação da comunidade escolar;
• Compartilhar informações sobre as ações desenvolvidas no âmbito da alfabetização;
• Participar das ações de mobilização e divulgação dos resultados;

12. DISPOSIÇÕES FINAIS
O presente Plano de Comunicação Municipal da Política de Alfabetização constitui instrumento de apoio à implementação, acompanhamento e fortalecimento das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças.
Sua execução deverá ocorrer de forma articulada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias, os conselhos e demais instituições parceiras.
As estratégias previstas neste Plano poderão ser atualizadas e aperfeiçoadas de acordo com as necessidades identificadas no processo de implementação e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
O compromisso com uma comunicação permanente, participativa e transparente contribuirá para fortalecer a corresponsabilidade de toda a sociedade na construção de uma educação pública de qualidade e na garantia de que todas as crianças tenham assegurado o direito de aprender e de se alfabetizar.

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:D351F9AD

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 13/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 104/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos para obtenção de registro de extração mineral de cascalheira de pequeno porte junto a ANM, para atender a solicitação da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ
CONTRATADO: LINHA ZERO ENGENHARIA E REPRESENTACOES LTDA
VALOR DA DESPESA: R$ 17.268,40

DATA: 02/10/2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Jessica Ayumi Matushita
Código Identificador:6ED658A5

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 49/2026
OBJETO: Aquisição de Veículos Zero Km (Pick-Up, Hatch, Van e Ambulância) em atenção as Resoluções SESA N° 1108/2023, 1699/2024, 1147/2025 e 1357/2025, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Saúde do município de Goioerê-PR.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 05/10/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 16/10/2026.
Local: www.comprasgov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.
Goioerê-PR, 02 de outubro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:B281981E

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 18/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DE UM CENTRO DE EVENTOS LOCALIZADO NO JARDIM CANADÁ, no município de Goioerê/PR, conforme projetos, planilhas e memorial descritivo.
Recebimento das propostas: a partir das 08h:00min do dia 05/10/2026.
Abertura das propostas: às 08h:00min do dia 20/10/2026.
Local: www.comprasnet.gov.br (UASG 451481)
Informações e Edital: e-mail sec.licitacoes@goioere.pr.gov.br, fone (44) 35218919.

Goioerê-PR, 02 de outubro de 2026.

CLÁUDIA ADRIANA CACELA ILTO DE MOURA
Secretária de Compras, Licitações e Contratos Administrativos

Publicado por:
Vanessa Jose da Silva
Código Identificador:2B4FB42D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 129/2026

Pregão Eletrônico nº 37/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: D R C PIVOTTI LTDA
Objeto da Contratação: Aquisição de Equipamentos Eletro Eletrônico como Tablet, Relógio Esportivo do Tipo Smartwatch e Fone de Ouvido, para atender a demanda referente a premiação dos participantes do Projeto MPT na escola, conforme solicitação da secretaria municipal de Assistência Social do município de Goioerê-PR
Vigência: 01 (um) ano contado da assinatura do contrato.
Início (assinatura): 30/09/2026 Fim: 30/09/2027
Valor: R$ 13.822,00
Goioerê/PR, 28 de Setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Município de Goioerê

DOUGLAS RAFAEL CORREA PIVOTTI
D R C Pivotti LTDA

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:3BC2F78D

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 130/2026

Pregão Eletrônico nº 39/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ.
Contratada: GENTE SEGURADORA S/A
Objeto da Contratação: Seguro para Veículos da frota Municipal, com assistência 24 (vinte e quatro) horas, com cobertura em todo o Território Nacional, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer e Saúde do município de Goioerê-PR.
Vigência: 01 (um) ano contado da assinatura do contrato.
Início (assinatura): 01/10/2026 Fim: 01/10/2027
Valor: R$ 610,46

Goioerê/PR, 29 de Setembro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Município de Goioerê

LEONARDO MASIERO DUARTE
Gente Seguradora S/A.

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:1AF8C488

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
TERMO DE RETIFICAÇÃO AO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 96/2025

O senhor ADILSON SOUZA DE BRITO, Prefeito em Exercício do Município de Goioerê, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 76, VIII, da Lei Orgânica do Município de Goioerê.
Considerando, que foi constatada a existência de erro material na redação do extrato do 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 96/2025, tratando-se de equívoco meramente formal, sem alteração do objeto, das condições essenciais da contratação, dos direitos e obrigações das partes ou do equilíbrio econômico-financeiro do ajuste.
Considerando, que a correção de erro material constitui medida destinada exclusivamente a adequar o instrumento ao que efetivamente foi pactuado e formalizado pelas partes, preservando a exatidão e a segurança jurídica dos atos administrativos
Considerando, os princípios da legalidade, da autotutela, da eficiência e da segurança jurídica, bem como a possibilidade de correção de erros materiais pela Administração Pública, nos termos da Lei, sem que isso configure alteração contratual substancial.
Considerando, por fim, a necessidade de promover a retificação do referido equívoco para assegurar a fiel correspondência entre a vontade das partes e o instrumento contratual formalizado.
Resolve assim, retificar o 1º Termo Aditivo ao Contrato nº 96/2025, nos seguintes termos:
Onde se lê:

04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	25	399,03	310,93

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 37.162,94 (trinta e sete mil cento e sessenta e dois reais e noventa e quatro centavos)

Leia-se:

04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	25	399,03	414,91

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 39.762,44 (trinta e nove mil setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos).

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato, naquilo que não contrariem a presente retificação.

PAÇO MUNICIPAL "14 DE DEZEMBRO"
Goioerê – Paraná, 01 de outubro de 2026.

ADILSON SOUZA DE BRITO
Município de Goioerê

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:D0E1431C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº. 005/2026

Dispõe sobre o Documento Técnico de organização administrativa e pedagógica, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização do Município de Goioerê.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIOERÊ, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, estabelece, por meio desta Instrução Normativa, a organização administrativa e pedagógica, a governança, o acompanhamento e o monitoramento da Política Municipal de Alfabetização.
CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, especialmente os dispositivos relativos ao direito à educação e à organização dos sistemas de ensino em regime de colaboração;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e orienta a organização dos sistemas de ensino e das responsabilidades dos entes federativos;
CONSIDERANDO a Lei Federal Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026 – Plano Nacional de Educação, no que couber às ações de garantia do direito à educação, alfabetização, qualidade do ensino e redução das desigualdades educacionais;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que instituiu o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, estruturado em regime de colaboração entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com a finalidade de garantir o direito à alfabetização das crianças;
CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 12.191, de 20 de setembro de 2024, que instituiu o Selo Nacional Compromisso com a Alfabetização, destinado a reconhecer os esforços e as iniciativas de gestão das Secretarias de Educação na formulação e implementação de políticas, programas e estratégias voltadas à garantia do direito à alfabetização;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 15.247, de 31 de outubro de 2025, relativa ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, que estabelece, entre seus princípios e diretrizes, a colaboração entre os entes federativos, a garantia do direito à alfabetização, a promoção da equidade educacional, a valorização dos profissionais da educação e a recomposição das aprendizagens;
CONSIDERANDO o Decreto Nº. 9.903/2026de 28 de julho de 2026, que institui a Política Municipal de Alfabetização no Município de Goioerê;
CONSIDERANDO a Portaria nº 484, de 29 de julho de 2026, que institui o Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização, conforme informação constante na apresentação deste relatório;
CONSIDERANDO os demais atos normativos e orientações técnicas do Ministério da Educação, da RENALFA e da Secretaria de Estado da Educação do Paraná relacionados à alfabetização, bem como os demais atos normativos municipais pertinentes à organização da educação municipal.

RESOLVE:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Art. 1º – Esta Instrução Normativa tem por objetivo regulamentar o Documento Técnico de organização, governança, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização do Município de Goioerê.

Art. 2º – A estrutura estabelecida por esta Instrução Normativa constitui mecanismo de organização das responsabilidades, definição de atribuições, articulação entre os diferentes níveis da gestão educacional e acompanhamento sistemático das ações voltadas à garantia do direito à alfabetização das crianças da Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º – A Política Municipal de Alfabetização A Política Municipal de Alfabetização do Município de Goioerê instituída pelo Decreto 9.903 de 28 de 2026, e conta com a atuação do Comitê Estratégico Municipal instituído por ato normativo próprio, conforme Portaria no 484, de 29 de julho de 2026, está articulada às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e da RENALFA, bem como às ações de formação continuada, acompanhamento das aprendizagens, avaliações e estratégias de redução das desigualdades educacionais.

Art. 4º – A organização administrativa e pedagógica considera a atuação integrada entre a Secretaria Municipal de Educação, a equipe pedagógica, a Articuladora Municipal RENALFA/CNCA, as equipes gestoras das unidades escolares, os coordenadores pedagógicos e os profissionais diretamente envolvidos nos processos de ensino e aprendizagem.

CAPÍTULO II – DA FINALIDADE E DOS OBJETIVOS DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA
Art. 5º – A estrutura administrativa e pedagógica da Política Municipal de Alfabetização tem por finalidade assegurar a organização institucional necessária à implementação da política e fortalecer o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização.
- assegurar a organização institucional necessária à implementação da Política Municipal de Alfabetização;
- estabelecer responsabilidades e fluxos de articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Estratégico, a equipe pedagógica e as unidades escolares;
- fortalecer o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações de alfabetização;
- acompanhar sistematicamente os resultados de aprendizagem dos estudantes;
- utilizar evidências provenientes de avaliações internas e externas para subsidiar decisões pedagógicas;
- identificar estudantes e grupos que apresentem maiores necessidades de aprendizagem, promovendo estratégias de intervenção e recomposição;
- fortalecer a formação continuada dos profissionais da educação envolvidos nos processos de alfabetização;
- promover a articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental, considerando a continuidade dos processos de desenvolvimento, aprendizagem, leitura e escrita;
- assegurar o registro e a sistematização das ações desenvolvidas e dos resultados alcançados;
- promover ações voltadas à equidade educacional e ao enfrentamento das desigualdades de aprendizagem.

CAPÍTULO III – DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA
Art. 6º – A estrutura de governança da Política Municipal de Alfabetização é composta pelos seguintes segmentos:
- Secretário(a) Municipal de Educação;
- Comitê Estratégico Municipal da Política Municipal de Alfabetização;
- Articuladora Municipal RENALFA/CNCA;
- Coordenação Pedagógica da Educação Infantil;
- Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais do EnsinoFundamental;
- Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
- Diretores representantes das unidades escolares;
- Coordenadores Pedagógicos representantes das unidades escolares;
- Professores representantes das unidades escolares.

Art. 7º – A composição da estrutura de governança busca garantir a participação articulada dos diferentes níveis da gestão educacional, assegurando que as decisões e ações da política de alfabetização sejam acompanhadas desde o planejamento da Secretaria Municipal de Educação até sua efetivação no cotidiano escolar.

Art. 8º – A estrutura de governança deverá assegurar a articulação das ações municipais com as políticas e estratégias desenvolvidas em regime de colaboração, especialmente aquelas relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, à formação continuada, ao acompanhamento das aprendizagens, às avaliações externas e à redução das desigualdades educacionais.

CAPÍTULO IV – DAS ATRIBUIÇÕES E RESPONSABILIDADES

Seção I – Da Secretaria Municipal de Educação
Art. 9º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
- assegurar as condições administrativas, pedagógicas e institucionais necessárias à execução da política;
- promover a articulação entre as ações municipais e as políticas estadual e nacional de alfabetização;
- garantir condições para a formação continuada dos profissionais da educação;
- acompanhar os resultados de aprendizagem e os indicadores educacionais da rede;
- apoiar as unidades escolares na elaboração e execução de estratégias de melhoria da aprendizagem;
- promover a integração entre planejamento, acompanhamento pedagógico, avaliação e intervenção;
- garantir o registro e a organização das evidências relacionadas à implementação da política;
- acompanhar o cumprimento das metas e ações previstas no planejamento municipal;
- coordenar a elaboração de relatórios técnicos e documentos comprobatórios das ações desenvolvidas.

Seção II – Do Comitê Estratégico Municipal
Art. 10º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- acompanhar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
- participar da definição de prioridades, metas e estratégias para a alfabetização;
- analisar periodicamente os indicadores de aprendizagem e os resultados das avaliações;
- propor estratégias de intervenção diante dos resultados identificados;
- acompanhar a execução do Plano de Ação Municipal;
- promover a articulação entre os diferentes setores e profissionais envolvidos na política;
- discutir estratégias voltadas à equidade educacional e à redução das desigualdades de aprendizagem;
- acompanhar as ações de formação continuada;
- contribuir para a sistematização das boas práticas desenvolvidas pela rede;
- subsidiar a Secretaria Municipal de Educação na tomada de decisões relacionadas à política de alfabetização.

Seção III – Da Articuladora Municipal RENALFA/CNCA
Art. 11º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- articular, acompanhar e apoiar a implementação das ações relacionadas ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada;
- promover a articulação entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares e as instâncias estaduais e nacionais relacionadas à política de alfabetização;
- acompanhar a execução das ações previstas no planejamento municipal;
- apoiar o monitoramento dos indicadores de alfabetização e dos resultados das avaliações;
- participar de reuniões, encontros formativos, orientações técnicas e demais atividades vinculadas à RENALFA;
- disseminar orientações e informações junto à equipe pedagógica e às unidades escolares;
- contribuir para a elaboração, acompanhamento e atualização do Plano de Ação Municipal;
- apoiar a organização de evidências e documentos comprobatórios das ações realizadas;
- acompanhar as ações de formação continuada relacionadas à alfabetização;
- apoiar o desenvolvimento de estratégias de recomposição das aprendizagens;
- contribuir para a análise pedagógica dos resultados das avaliações de alfabetização;
- elaborar registros, relatórios e instrumentos de acompanhamento das ações desenvolvidas;
- identificar desafios e necessidades da rede e encaminhá-los à Secretaria Municipal de Educação e ao Comitê Estratégico;
- colaborar na sistematização e divulgação de práticas exitosas de alfabetização desenvolvidas na rede municipal.

Seção IV – Da Coordenação Pedagógica da Educação Infantil
Art. 12º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- acompanhar o desenvolvimento das práticas pedagógicas relacionadas à linguagem oral e escrita;
- apoiar os profissionais na organização de experiências de aprendizagem adequadas à faixa etária;
- promover a articulação entre Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental;
- acompanhar indicadores e registros de aprendizagem e desenvolvimento;
- apoiar processos de formação continuada dos profissionais da Educação Infantil;
- contribuir para a construção de estratégias de transição entre as etapas de ensino;
- participar das ações de planejamento, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.

Seção V – Da Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental
Art. 13º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- acompanhar sistematicamente o processo de alfabetização dos estudantes;
- orientar os professores quanto ao planejamento e às estratégias de ensino da leitura, escrita e demais componentes relacionados à alfabetização;
- analisar resultados de avaliações internas e externas;
- apoiar a identificação das necessidades específicas de aprendizagem dos estudantes;
- acompanhar a elaboração e execução de estratégias de intervenção pedagógica e recomposição das aprendizagens;
- promover devolutivas pedagógicas aos professores;
- acompanhar registros de aprendizagem e evolução dos estudantes;
- participar da elaboração e acompanhamento das metas pedagógicas da rede;
- articular ações entre professores, equipe gestora e Secretaria Municipal de Educação.

Seção VI – Da Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação
Art. 14º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- apoiar tecnicamente a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
- realizar acompanhamento pedagógico das unidades escolares;
- orientar as equipes gestoras e docentes;
- acompanhar o planejamento e as práticas pedagógicas;
- analisar dados e resultados de avaliações;
- subsidiar a elaboração de estratégias de intervenção;
- participar da elaboração e execução de formações continuadas;
- registrar as ações de acompanhamento realizadas;
- contribuir para o monitoramento das metas e indicadores da política;
- apoiar a sistematização das evidências necessárias à avaliação da implementação da política.

Seção VII – Dos Diretores das Unidades Escolares
Art. 15º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- garantir as condições institucionais para a implementação das ações de alfabetização na unidade escolar;

- acompanhar a execução das ações pedagógicas previstas no planejamento;
- promover a participação dos profissionais nas formações continuadas;
- acompanhar os indicadores e resultados da escola;
- garantir espaços para análise coletiva dos resultados de aprendizagem;
- apoiar a implementação das estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;
- acompanhar a frequência e a participação dos estudantes;
- articular a atuação da equipe gestora, professores e Secretaria Municipal de Educação;
- manter organizados os registros e documentos comprobatórios das ações desenvolvidas.

Seção VIII – Dos Coordenadores Pedagógicos das Unidades Escolares

Art. 16º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- acompanhar o trabalho pedagógico dos professores alfabetizadores;
- realizar observações e acompanhamentos das práticas pedagógicas;
- oferecer devolutivas e orientações aos professores;
- acompanhar o planejamento e o desenvolvimento das aprendizagens;
- analisar resultados de avaliações e registros pedagógicos;
- apoiar a elaboração de estratégias diferenciadas para estudantes com dificuldades de aprendizagem;
- acompanhar ações de recomposição das aprendizagens;
- promover momentos de estudo e formação no contexto escolar;
- registrar os acompanhamentos, orientações e encaminhamentos realizados.

Seção IX – Dos Professores Alfabetizadores

Art. 17º – Compete à respectiva instância, função ou segmento:
- planejar e desenvolver práticas pedagógicas intencionais voltadas à alfabetização;
- acompanhar continuamente o desenvolvimento dos estudantes;
- utilizar estratégias diversificadas de ensino de acordo com as necessidades identificadas;
- participar das formações continuadas;
- utilizar os resultados das avaliações para reorientar o planejamento;
- desenvolver intervenções pedagógicas e estratégias de recomposição das aprendizagens;
- manter atualizados os registros de acompanhamento dos estudantes;
- participar das reuniões de análise de resultados e planejamento coletivo.

CAPÍTULO V – DOS CARGOS/FUNÇÕES E DO QUANTITATIVO DE SERVIDORES

Art. 18º – A estrutura municipal relacionada à Política Municipal de Alfabetização contempla os seguintes cargos/funções e quantitativos:

Cargo/Função	Quantidade
Secretário(a) Municipal de Educação	01
Articuladora Municipal RENALFA/CNCA	01
Coordenação Pedagógica da Educação Infantil	01
Coordenação Pedagógica dos Anos Iniciais	01
Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação	02
Diretores das unidades escolares	02
Coordenadores pedagógicos das unidades escolares	02
Professores alfabetizadores	02

CAPÍTULO VI – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 19º – Os servidores integrantes da estrutura municipal de alfabetização atuam no regime funcional estabelecido pelo Município, de acordo com a legislação aplicável e com suas respectivas funções e jornadas de trabalho.

Art. 20º – As ações de alfabetização são integradas às atividades regulares da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares, mediante planejamento, reuniões, acompanhamento pedagógico, formação continuada, análise de resultados, visitas técnicas e demais ações previstas no planejamento municipal.

CAPÍTULO VII – DO TEMPO E DA ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DE ALFABETIZAÇÃO

Art. 21º – As atividades relacionadas à Política Municipal de Alfabetização são desenvolvidas de forma contínua ao longo do ano letivo, integradas ao planejamento e à rotina da Secretaria Municipal de Educação e das unidades escolares.

Art. 22º – Constituem atividades relacionadas à implementação, acompanhamento e monitoramento da Política Municipal de Alfabetização:
- reuniões do Comitê Estratégico Municipal;
- reuniões técnicas e pedagógicas;
- planejamento e acompanhamento das ações de alfabetização;
- análise dos resultados das avaliações;
- acompanhamento dos indicadores educacionais;
- visitas técnicas e acompanhamento pedagógico nas unidades escolares;
- observação e acompanhamento das práticas pedagógicas;
- formação continuada dos profissionais;
- elaboração e acompanhamento de planos de ação;
- definição e monitoramento de metas pedagógicas;
- estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens;
- registro e sistematização das ações desenvolvidas;
- organização das evidências documentais;
- elaboração de relatórios técnicos.

CAPÍTULO VIII – DO ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E SISTEMATIZAÇÃO DAS EVIDÊNCIAS

Art. 23º – O acompanhamento e o monitoramento da Política Municipal de Alfabetização deverão considerar os resultados de aprendizagem, os indicadores educacionais, as avaliações internas e externas, os registros pedagógicos e as evidências documentais produzidas no desenvolvimento das ações.

Art. 24º – As informações e evidências produzidas no âmbito da política deverão subsidiar o planejamento, a tomada de decisões pedagógicas, a definição de estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens e a avaliação da implementação da política.

Art. 25º – A Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Estratégico Municipal, a equipe pedagógica e as unidades escolares deverão manter organizados os registros e documentos comprobatórios das ações desenvolvidas, observadas as responsabilidades definidas nesta Instrução Normativa.

CAPÍTULO IX – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 26º – A estrutura administrativa e pedagógica apresentada neste Documento Técnico constitui referência para a implementação, acompanhamento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização no Município de Goioerê.

Art. 27º – A definição de responsabilidades entre a Secretaria Municipal de Educação, o Comitê Estratégico, a Articuladora Municipal, a equipe pedagógica, os gestores escolares, os coordenadores pedagógicos e os professores contribuem para o fortalecimento da governança da política e para a construção de uma atuação articulada e contínua.

Art. 28º – A estrutura prevista nesta Instrução Normativa possibilita maior integração entre planejamento, formação, acompanhamento pedagógico, avaliação, análise de resultados e intervenção, fortalecendo uma cultura de gestão orientada por evidências.

Art. 29º – O Município de Goioerê reafirma seu compromisso com a garantia do direito à alfabetização, com a melhoria da aprendizagem, com a recomposição das aprendizagens e com a redução das desigualdades educacionais, mantendo como eixo central da política a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças.

Goioerê – Paraná, 2026.

JULCILELA BUSSOLA DE MELLO
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Fernando Roberto Parolo
Código Identificador:84D3030A

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2027

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 18h30, nas dependências da Câmara Municipal de Goioerê, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, realizou-se a Audiência Pública para apresentação do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA para o exercício de 2027, promovida pela Administração Municipal de Goioerê, por intermédio da Secretaria Municipal de Fazenda, com a finalidade de apresentar à população a estimativa das receitas e a fixação das despesas previstas para o próximo exercício, em atendimento aos princípios da transparência e da participação popular.

Inicialmente, a Administração Municipal de Goioerê agradeceu a presença de todos e destacou a importância da participação da população nesse momento de planejamento do Município.

Na sequência, foi informado que a realização da audiência e a possibilidade de participação popular foram previamente divulgadas por meio do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, do Jornal do Oeste, do Portal Oficial do Município e da rede social oficial da Secretaria Municipal de Fazenda, visando dar publicidade ao ato e possibilitar o acompanhamento pela população.

Foram apresentados os fundamentos legais da Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como sua integração com os demais instrumentos de planejamento público: o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA. Também foram demonstradas as etapas que compõem o ciclo orçamentário, desde a elaboração e apreciação até a execução, controle e avaliação.

Passando à apresentação dos números, foi informado que o orçamento total previsto para o exercício de 2027 é de **R$ 165.545.999,00**, considerando os Poderes Executivo e Legislativo. Desse montante, estão previstas despesas de **R$ 157.925.999,00** para a Prefeitura Municipal de Goioerê e de **R$ 7.620.000,00** para a Câmara Municipal de Goioerê.

Quanto às receitas, destacou-se que as Transferências Correntes representam a maior parcela, estimadas em **R$ 124.404.169,00**, correspondendo a aproximadamente 75,15% do total. Já os Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria estão estimados em **R$ 33.250.940,00**, representando aproximadamente 20,09% da receita prevista para o exercício.

Em seguida, foram apresentadas as despesas por órgãos de governo, demonstrando a distribuição dos recursos entre as diversas áreas da Administração Municipal. Entre os maiores valores previstos estão a Secretaria Municipal de Educação, com **R$ 52.911.329,80**, a Secretaria Municipal de Saúde, com **R$ 46.577.694,20**, a Secretaria Municipal de Fazenda, com **R$ 11.800.990,40**, a Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, com **R$ 8.715.470,00**, além dos recursos destinados às demais secretarias, órgãos municipais, Poder Legislativo e Reserva de Contingência.

Na apresentação das despesas por categoria econômica, foi demonstrada a previsão de **R$ 154.158.928,90** em Despesas Correntes, representando 93,122% do orçamento. Desse valor, **R$ 88.512.300,21** correspondem a pessoal e encargos sociais. As Despesas de Capital foram previstas em **R$ 7.701.663,50**, incluindo **R$ 4.591.663,50** destinados a investimentos e **R$ 3.110.000,00** à amortização da dívida.

Também foram demonstradas as previsões referentes à Reserva de Contingência, Precatórios e Emendas Impositivas, bem como os percentuais mínimos de aplicação de recursos nas áreas de Educação e Saúde.

Em relação à Educação, foi informado que a aplicação mínima constitucional é de 25% da receita de impostos e transferências. Para 2027, a previsão apresentada é de aplicação de **R$ 33.993.479,80**, correspondendo a 28,90%, acima do mínimo constitucional de **R$ 29.341.800,00**. Considerando também os demais recursos, o total alocado à Secretaria Municipal de Educação é de **R$ 52.911.329,80**.

Quanto à Saúde, cuja aplicação mínima é de 15% da receita de impostos e transferências, foi apresentada previsão de **R$ 24.174.976,20**, correspondendo a 22,10%, acima do mínimo de **R$ 16.405.080,00**. Considerando os demais recursos, o total alocado à Secretaria Municipal de Saúde é de **R$ 46.577.694,20**.

Na sequência, foram apresentadas as projeções das despesas com pessoal para o exercício de 2027. A Receita Corrente Líquida Ajustada foi projetada em **R$ 163.354.407,00**. Para o Poder Executivo, a despesa com pessoal está projetada em **R$ 83.484.853,21**, correspondendo a 51,11% da Receita Corrente Líquida Ajustada. Para o Poder Legislativo, a projeção é de R**$ 4.694.000,00**, correspondendo a 2,87%. Também foram demonstrados os limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Foi apresentado, ainda, o resultado da Consulta Popular realizada para subsidiar a elaboração do orçamento, que contou com 31 respostas. A área de Saúde concentrou 41,9% das citações, seguida pela Educação, com 25,8%, Segurança Pública, com 12,9%, e Esporte e Lazer, com 6,5%, além das demais áreas indicadas pelos participantes.

Ao final da apresentação, foi informado que a minuta do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2027, juntamente com a apresentação utilizada na audiência pública, estará disponível no Portal Oficial do Município de Goioerê, possibilitando à população o acesso às informações e documentos referentes ao orçamento municipal.

Concluída a apresentação, foi aberto espaço para questionamentos, manifestações e esclarecimentos aos presentes.

Não havendo outros assuntos a serem tratados, a Audiência Pública do Projeto de Lei Orçamentária Anual – PLOA 2027 foi encerrada, agradecendo-se a presença e a participação de todos.

Para constar, foi lavrada a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis, ficando a lista de presença como parte integrante do registro desta Audiência Pública.

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:C18DAD46

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
ATA DA AUDIÊNCIA - SEGUNDO QUADRIMESTRE DE 2026

Aos vinte e quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 18h30min, nas dependências da Câmara Municipal de Goioerê, Estado do Paraná, realizou-se a Audiência Pública de Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais referentes ao 2º Quadrimestre do exercício de 2026, compreendendo o período de maio a agosto, em atendimento ao disposto no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal. Na oportunidade, também foi realizada a apresentação da prestação de contas referente às ações e serviços públicos da área da Saúde.

A audiência teve início com a apresentação realizada pela Secretária Municipal da Fazenda, Sra. Isabela Zabot Rocha, que apresentou os dados referentes à gestão fiscal do Município, contemplando as principais informações relativas às receitas e despesas municipais, resultado orçamentário, aplicações constitucionais nas áreas de Educação e Saúde, despesas com pessoal, dívida fundada interna, benefícios e serviços prestados à sociedade, obras em andamento e concluídas, bem como a posição dos saldos financeiros do Município.

Durante a apresentação, foram demonstrados os valores relativos à receita municipal, cuja previsão para o exercício era de **R$ 168.404.800,00**, abrangendo as receitas correntes e de capital. Até o período analisado, a receita efetivamente arrecadada totalizou **R$ 132.127.393,82**, representando arrecadação superior à prevista para o período no montante de **R$ 19.857.527,18.**

Na avaliação do cronograma de desembolso, foi demonstrado que a despesa total prevista para o exercício correspondia a **R$ 168.404.800,00**. A análise do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas empenhadas e liquidadas no segundo quadrimestre apresentou resultado positivo, apurando-se superávit orçamentário no valor de **R$ 16.630.494,12**.

No que se refere à Educação, foi apresentado percentual de aplicação de **27,02%**, superior ao mínimo constitucional de 25%. Também foi demonstrado que a despesa consolidada com pessoal permaneceu dentro dos limites legais estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

Quanto à aplicação dos recursos na Saúde, foi demonstrado que os gastos atingiram o percentual de **20,44%**. Na análise das despesas liquidadas com Saúde, constatou-se que o montante de **R$ 15.036.452,00** foi realizado com recursos próprios do Município.

Também foram apresentados os benefícios proporcionados à sociedade por meio dos recursos investidos nas áreas de Educação, Assistência Social e Saúde, bem como as informações relativas às ações, serviços e investimentos realizados pelo Município.

Em relação à dívida fundada interna, foi informado que o saldo em 31 de agosto de 2026 totalizava **R$ 32.551.851,26**.
Após a apresentação dos dados referentes à gestão fiscal, foi concedida a palavra à Secretária Municipal de Saúde, Sra. Jacqueline, para dar continuidade à prestação de contas, apresentando as informações relativas às ações, serviços e atividades desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde no período.
Ao final das apresentações, foi aberto espaço aos presentes para esclarecimentos, questionamentos e manifestações acerca das informações apresentadas.
Nada mais havendo a tratar, a Audiência Pública foi encerrada, sendo registrada e agradecida a presença de todos. Para constar, lavrou-se a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos responsáveis e demais presentes, conforme lista de presença anexa.

Publicado por:
Tiago Henrique de Rezende Salles
Código Identificador:7731AE04

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
LIBERAÇÃO DE RECURSO FEDERAIS

LIBERAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS

Município de Goioerê - Estado do Paraná. Em cumprimento a determinação contida na Lei Federal nº. 9.452, de 20 de março de 1997. Notifica aos partidos políticos, sindicatos dos trabalhadores e entidades empresariais, com sede neste município, a liberação dos recursos federais conforme contido em seu art.2º.

Órgão Repassador	Convenio/repasse	Data	Valor
SECRETARIA TESOURO NACIONAL	SIMPLES NACIONAL	02/10/2026	R$ 8.200,37

Goioerê, 02 de outubro de 2.026.

ISABELA ZABOT ROCHA
Secretária da Fazenda

Publicado por:
Hellen Izzo Palicer Cairos
Código Identificador:896A820E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOXIM

MUNICIPIO DE GOIOXIM
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA ELETRÔNICA Nº 049/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 049/2026
PROCESSO Nº 100

LICITAÇÃO: Dispensa Eletrônica nº 049/2026 (Lei nº 14.133, de 2021, Art. 75, inciso II).

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento parcelado de recargas de Gás Liquefeito de Petróleo - GLP, em recipientes P13 de 13 kg e P45 de 45 kg, mediante troca dos recipientes vazios por recipientes cheios, para atendimento das Secretarias Municipais de Goioxim/PR

VALOR ESTIMADO: R$ 40.550,00

ÓRGÃO LICITANTE: Município de Goioxim, Estado do Paraná, CNPJ/MF nº 01.607.627/0001-78.

LOCAL: Sistema LICITANET (https://licitanet.com.br/).

DATA DE INÍCIO DAS PROPOSTAS: 05/10/2026.

DATA E HORÁRIO DA ETAPA DE LANCES: 09/10/2026 - das 8:00h às 14:00h.

INFORMAÇÕES: através do protocolo digital acessível no site oficial do Município ou através do e-mail licitagoioxim@yahoo.com.br.

A íntegra do edital e seus anexos poderão ser obtidos no sitio oficial do Município www.goioxim.pr.gov.br ou Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).
Goioxim, 02/10/2026.

FLÁVIO BALDUINO SOARES
Agente de Contratação

Publicado por:
Flavio Balduino Soares
Código Identificador:52C9190E

MUNICIPIO DE GOIOXIM
DECRETO Nº 46 - DECLARA LUTO OFICIAL

SÚMULA: DECLARA LUTO OFICIAL NO MUNICÍPIO DE GOIOXIM - PR PELO FALECIMENTO DA SENHORA LINDACYR SCHADECK DO NASCIMENTO.

EDER DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Constituição da República Federativa do Brasil e pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o falecimento, em 01 de outubro de 2026, da Senhora **LINDACYR SCHADECK DO NASCIMENTO**, nascida em 19 de junho de 1951, pioneira do Município de Goioxim – PR;
CONSIDERANDO os relevantes vínculos familiares e comunitários da homenageada, mãe do ex-Vice-Prefeito Jacir Marcondes Schadeck e de Joraci Schadeck, e sogra de Roselaine Santa Ana Schadeck, Secretária Municipal;
CONSIDERANDO o sentimento de pesar da Administração Municipal e da comunidade goioxinense, bem como o reconhecimento à memória e à história da falecida;
DECRETA:
Art. 1º - Fica declarado **LUTO OFICIAL** no Município de Goioxim, pelo período de 01 (um) dia, sendo no dia 02 de outubro de 2026, em razão do falecimento da Senhora **LINDACYR SCHADECK DO NASCIMENTO**, pioneira deste Município.
Art. 2º - O Município de Goioxim registra seu reconhecimento e pesar pelo falecimento da Senhora Lindacyr Schadeck do Nascimento, nascida em 19 de junho de 1951, mãe do ex-Vice-Prefeito Jacir Marcondes Schadeck e de Joraci Schadeck, e sogra de Roselaine Santa Ana Schadeck, Secretária Municipal da Mulher, solidarizando-se com seus familiares e amigos neste momento de dor.
Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Goioxim, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauany Adamowski
Código Identificador:F5332690

MUNICIPIO DE GOIOXIM
PORTARIA Nº 224 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 NOMEIA MEMBROS COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 224 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Nomeia os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do Município de Goioxim, dando outros provimentos.

EDER DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE

Artigo 1. Nomear os membros que constituirão a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC, do municipio de Goioxim, Estado do Paraná, conforme segue:

COORDENADOR(A) MUNICIPAL: Evandro Luiz Pasa de Souza – CPF 127.787.409-37

SECRETÁRIO(A): Allan Zimolong Gutervil– CPF 099.625.049-29

DIRETOR(A) OPERACIONAL: Angela Fabiane Cagnini – CPF 080.423.159-10

Artigo 2. Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

REGISTRE-SE PUBLIQUE-SE

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE GOIOXIM, ESTADO DO PARANA, em 02 de Outubro de 2026.

EDER DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tassiele Maria Pedroso
Código Identificador:A79B7162

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIRA

COMPRAS E LICITAÇÕES
ADITIVO CONTRATUAL Nº 291/2026

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 839/2025, do Edital de Concorrência nº 018/2025, Processo Administrativo nº 269/2025

Contratante: **MUNICIPIO DE GUAIRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **SAMP CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA, CNPJ nº 02.810.894/0001-00**

Objeto do Contrato: Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 4.090,15 m², incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual.

Objetivo do Aditivo: o objetivo do presente aditivo é a **prorrogação do prazo de VIGÊNCIA** do objeto contratado, conforme processo administrativo no 269/2025.

DA PRORROGAÇÃO DE PRAZOS

Pelo presente termo aditivo e com fundamento no art. 105 da Lei no 14.133/21, fica prorrogado o prazo de VIGÊNCIA contratual, pelo período de **254 (duzentos e cinquenta e quatro) dias**, passando a vencer em **30/06/2027**.

Ficam ratificadas e mantidas todas as demais cláusulas e condições do contrato inicial não contrárias a este Instrumento.

Guaíra, Paraná, 2 de outubro de 2026.

GIELADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:20D016C1

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO N° 174/2026

Tipo: Menor Preço

Tipo de Julgamento: Por Grupo

Objeto: Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a contratação de empresa especializada em fornecimento, montagem e entrega de kits de materiais escolares, a serem distribuídos gratuitamente aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino de Guaíra/PR, conforme condições estabelecidas no Edital e seus anexos. **LICITAÇÃO COM GRUPO EXCLUSIVO PARA PARTICIPAÇÃO DE ME/EPP/MEI.**

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08h00min do dia 19/10/2026
ABERTURA DAS PROPOSTAS: das 08h01min às 08h59min do dia 19/10/2026
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09h00min do dia 19/10/2026

O edital e seus anexos poderão ser obtidos através do site www.guaira.pr.gov.br no link Compras Públicas e/ou pelo site www.bllcompras.com. Demais informações: no Departamento de Compras e Licitações do Município de Guaíra, de segunda a sexta-feira, em horário normal de expediente. Fone (44) 3642-9924 – e-mail compras@guaira.pr.gov.br.

Publique-se.

Guaíra/PR, 02 de outubro de 2026.

BARBARA DA SILVA COSTA
Pregoeira

Publicado por:
Graziela Barbosa de Azevedo
Código Identificador:0A1394BE

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 465/2026

Pregão Eletrônico nº 171/2026
Processo Administrativo nº 289/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Detentora da Ata: **21.248.155 FABIO MATSUDA SERRA, CNPJ nº 21.248.155/0001-11.**

Objeto da Ata: Sistema de Registro de Pregços (SRP), para futura e eventual contratação de empresa especializada no preparo, fornecimento e entrega parcelada de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Guaíra/PR.

Valor Total: R$1.179.909,20 (um milhão cento e setenta e nove mil novecentos e nove reais e vinte centavos).
Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **02 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 02 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:AB8D2D0C

COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 652/2026

decorrente da Ata de Registro de Preços nº 465/2026 do Edital de Pregão Eletrônico nº 171/2026

Contratante: **MUNICÍPIO DE GUAÍRA, CNPJ nº 77.857.183/0001-90**

Contratada: **21.248.155 FABIO MATSUDA SERRA, CNPJ nº 21.248.155/0001-11.**

Objeto do Contrato: Fornecimento e entrega parcelada de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Guaíra/PR, conforme Termo de Referência, anexo 02 do edital de Licitação Pregão Eletrônico nº 171/2026, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se ainda, a proposta da contratada.

Valor Total: R$1.179.909,20 (um milhão cento e setenta e nove mil novecentos e nove reais e vinte centavos).

Prazo de Vigência: O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses**, tendo início na data do presente instrumento e término em **02 de outubro de 2027**, prorrogável na forma da Lei n° 14.133/2021.

Data de Assinatura: 02 de outubro de 2026.

Foro: Guaíra – Paraná.

Guaíra, Paraná, 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:FC0491FF

COMPRAS E LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 608/2026

Ementa: Homologa julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 171/2026 - MUNICÍPIO DE GUAÍRA / PR

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Art. 1º - Homologar o julgamento proferido pelo Pregoeiro sobre propostas apresentadas ao edital de Pregão Eletrônico nº 171/2026, cujo objeto é a futura e eventual contratação de empresa especializada no preparo, fornecimento e entrega parcelada de refeições prontas (marmitex) e refrigerantes, destinados ao atendimento das necessidades das Secretarias Municipais do Município de Guaíra/PR, sendo a empresa vencedora:

21.248.155 FABIO MATSUDA SERRA, inscrita no **CNPJ nº 21.248.155/0001-11,** vencedora global da licitação, com valor total máximo de **R$1.179.909,20 (um milhão cento e setenta e nove mil novecentos e nove reais e vinte centavos).**

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Guaíra, Paraná, 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Natalia Gabriela Marques Azevedo
Código Identificador:E79C834B

CONSAMU
CONSÓRCIO DE SAÚDE DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DO PARANÁ AVISO DE ANULAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

OBJETO: O Consórcio de Saúde dos Municípios do Oeste do Paraná – CONSAMU, consórcio público, sem fins lucrativos, com pessoa jurídica de direito privado, inscrito no CNPJ sob o n.º 17.420.047/0001-07, no uso de suas atribuições legais e considerando razões de interesse público, decide **ANULAR** o Edital de Licitação denominado Pregão Eletrônico nº 41/2026, que tem por objeto **"Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados de mão de obra (postos de trabalho), com fornecimento de mão de obra, uniformes, identificação e equipamentos necessários à execução, para atendimento do Hospital Municipal Prefeito Quinto Abrão Delazeri na Rua Pioneiro, n° 348, Centro, no município de Palotina-PR, compreendendo os postos de Supervisor, Recepcionista, Copeiro(a), Auxiliar de Limpeza, Maqueiro, Cozinheiro(a), Camareiro(a) e Controlador de Acesso, conforme quantitativos, especificações e condições estabelecidas."**, com fundamento no item 15.13 do instrumento convocatório, pelos motivos de fato e de direto informados no termo de revogação, o qual poderá ser consultado na plataforma de licitações BBMENT (https://www.bbmnet.com.br/) e portal da Transparência do CONSAMU.

Cascavel - PR, 02 de outubro de 2026.

THIAGO DAROSS STEFANELLO
Presidente do CONSAMU

Publicado por:
Danilo Gustavo Nobre Fiuza
Código Identificador:8D567EBD

PROJUR
DECRETO Nº 465/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: NOMEIA CANDIDATOS PARA OS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO, CONFORME ESPECIFICADO, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024, ABERTO PELO EDITAL Nº 01/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando os Editais de Convocação nºs 032/2026, 033/2026 e 035/2026, e o memorando online sob o nº 1.271/2025,
DECRETA:

Art. 1o Ficam nomeados, a partir de 06 de outubro de 2026, em estágio probatório – visto terem sido habilitados e aprovados no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão dos Editais de Convocação nºs 032/2026, 033/2026 e 035/2026, para os cargos de provimento efetivo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Técnico em Enfermagem

Candidato	Referência
Andreia Martins Vieira Brandorff de Oliveira	19

Para o Cargo de Assistente Social - Afrodescendente

Candidato	Referência
Luciene Mariano da Silva Facci	50

Para o Cargo de Cuidador/Educador

Candidato	Referência
Marília Laura Moroni	03

Johnny Jean Correa	03

Art. 2º Os candidatos aprovados e nomeados por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverão comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 06 de outubro de 2026, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 06 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:368F1D28

PROJUR
DECRETO Nº 466/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: NOMEIA CANDIDATA PARA O CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO CONFORME ESPECIFICADO, REFERENTE AO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01.001/2024, ABERTO PELO EDITAL Nº 01/2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica de Guaíra, e de conformidade com as Leis Municipais nºs 1.246 e 1.247, de 03.12.2003, 1.965 de 11.12.2015 e Edital de abertura nº 01/2024 e alterações subsequentes, e, considerando o Edital de Convocação nº 039/2026, e, ainda, o memorando online sob o nº 1.040/2025,

DECRETA:

Art. 1o Fica nomeada, a partir de 06 de outubro de 2026, em estágio probatório – visto ter sido habilitada e aprovada no Concurso Público Municipal nº 01.001/2024, aberto pelo Edital nº 01/2024, e alterações subsequentes, em razão do Edital de Convocação nº 039/2026, para o cargo de provimento efetivo, conforme a seguir:

Para o Cargo de Professor de Educação Infantil

Candidato	Nível	Classe
Vanessa Fritz dos Reis	C	01

Art. 2º A candidata aprovada e nomeada por este Decreto, por força do disposto no Artigo 22 da Lei Municipal nº 1.246, de 03.12.2003, deverá comparecer para posse na Diretoria de Pessoal, dentro do prazo de trinta (30) dias, a contar da data de 06 de outubro de 2026, impreterivelmente, sob pena de caducidade do direito subjetivo.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:6668C6B8

PROJUR
DECRETO Nº 467/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: HOMOLOGA AS AVALIAÇÕES DAS SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA FINS DE PROGRESSÃO FUNCIONAL DECORRENTE DE AVANÇO HORIZONTAL DO PROFISSIONAL DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS P

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista os dispositivos da Lei nº 1.965 de 11.12.2015 e o Decreto nº 41/2023, e,

Considerando o disposto na a Lei Municipal nº 1.965 de 11.12.2015, artigos 39 e seguintes e o Decreto Municipal nº 41/2023 de 23.02.2023;

Considerando a avaliação realizada pela Comissão nomeada pela Portaria nº 108/2026 de 12.02.2026, e 109/2026 de 12.02.2026;

Considerando o §1º do Artigo 32 da Lei n° 1.246/2003, que estabelece que o servidor estável, ao ser investido em novo cargo público, não está dispensado de cumprir o estágio probatório, salvo se a nomeação for para o mesmo cargo e com as mesmas atribuições;

Considerando o parecer exarado no memorando nº 150/2025, que versou sobre a dispensa de cumprimento de estágio probatório para servidor efetivado e posteriormente nomeado para o mesmo cargo;

Considerando o processo de avaliação realizada pela Comissão Central de Avaliação de Desempenho do Profissional do Município de Guaíra, Estado do Paraná;

Considerando o memorando online sob o nº **150/2025,**

DECRETA:

Art. 1o Fica homologado o resultado da avaliação e declaradas estáveis no serviço público deste Poder Executivo, as Servidoras Profissionais do Magistério do Município de Guaíra, Estado do Paraná, constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2o Ficam concedidas para as Servidoras Profissionais do Magistério do Município de Guaíra, Estado do Paraná, constantes no Anexo Único deste Decreto, progressão funcional decorrente de avanço de 01 (uma) Classe para outra imediatamente superior, dentro do mesmo Nível, conforme estipulado no artigo 39 da Lei Municipal nº 1.965/2015, do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público do Município de Guaíra, Estado do Paraná.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação deste Decreto correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
Ref. Decreto nº 467/2026 de 02/10/2026
Registrado no memorando online sob o n° **150/2025**

RELAÇÃO NOMINAL DAS SERVIDORAS APROVADAS – PROFESSORES DE 20 HORAS

Funcionário /Contrato		Descrição Funcionário	Data Admissão	Classe	
				DE	PARA
30356	02	Bianca Jaine Pereira Santana	14/09/2026	C1	C2
29635	03	Elis Daiane Amaral dos Santos Pereira	14/09/2026	C1	C2
29689	03	Marina Crislane Pinheiro da Silva	14/09/2026	C1	C2

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:E40A7C29

PROJUR
DECRETO Nº 468/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: CONSTITUI O CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL ALMIRANTE TAMANDARÉ DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Municipal nº1946/2015, em conformidade com a Deliberação nº 02/2018 CP/CEE/PR e Instrução Normativa Conjunta Nº 05/2019 – DEDUC/DPGE/SEED, e, considerando o memorando online sob o nº 3017/2025,

DECRETA:
Art. 1º Fica constituído o Conselho Escolar da Escola Municipal Almirante Tamandaré do Município de Guaíra, Estado do Paraná, com a oferta de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação Infantil.

Art. 2º O Conselho Escolar passa a ser composto por 70% da comunidade escolar e 30% da comunidade local, representado pelos seguintes membros:

Segmento que representa	Titular	Suplente
Diretor	Andressa da Silva Branco Dias RG XX2967XX SESP/PR	-
Equipe Pedagógica - Professores	Adriana de Araujo Sanches do Nascimento RG XX8444XX SESP/PR	Eliane Regina Gonçalves de Sales RG XX2886XX SESP/ PR
Estudantes	A.L.P.E - Responsável: Marilene Pereira Dimas - RG XX0870XX SESP/ PR	G.F.D.C - Responsável: Juliana de Cassia Orlando de Moraes RG XX0376XX SESP/ PR
Funcionários	Ilma Gonçalves de Souza Leite RG XX5783XX SESP/ PR	Viviane Cristina Fernandes Pez RG XX6668XX SESP/ PR
Pai/Responsável	Claudia Chueng Baches dos Santos RG XX14128XX SESP/ PR	Jéssica Caroline Fernandes Batista RG XX29245XX SESP/ PR
Comunidade Local	Elza Aparecida Barbosa Romoda RG XX4170XX SESP/ PR	Leandra Cristina Wonsovicz RG XX0213XX SESP/ PR

Art. 3º Revoga-se o Decreto Municipal nº 240/2024, ficando validados todos os atos praticados por seus membros.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:8C711E54

PROJUR
PORTARIA Nº 605/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: CONCEDE LICENÇA ESPECIAL À SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas na Lei Municipal nº 1.246/2003, e, considerando o memorando online sob o nº 2.604/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder Licença Especial à Servidora Pública Municipal mencionada, durante três (3) meses, conforme segue:

Nome	Função	Matrícula Nº	Período aquisitivo	Período de gozo
Claudiana Camargo Belegante	Merendeira	29853-01	**2020/2025**	13/10/2026 a 12/01/2027

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento da presente Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia a partir de 13 de outubro de 2026.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E, CUMPRA-SE.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:25081D95

PROJUR
PORTARIA Nº 606/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO, NOS TERMOS DA LEI MUNICIPAL Nº 2.024/2017, ALTERADA PELA LEI Nº 2.286/2023, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais e de conformidade com as disposições contidas no artigo 84 da Lei Orgânica do Município de Guaíra e Lei Municipal nº 2.024/2017, alterada pela Lei nº 2.286/2023, e, considerando o memorando online sob nº 197/2025,
RESOLVE:
Art. 1º Fica designada a servidora pública municipal, a seguir mencionada, para o exercício de função prevista no artigo 148 da Lei Municipal nº 2.024/2017 de 26.09.2017, alterada pela Lei Municipal nº 2.286/2023, inciso VIII, alínea "o":

Nome	Matrícula nº	Coordenação	Simbologia	A partir de
Andressa Evillyn de Souza Bertelli	31352-01	Serviço de Inspeção Municipal de Produtos de Origem Animal (SIM/POA)	FG4	01/10/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com eficácia retroativa a data de 1º de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:0447FE9B

PROJUR
PORTARIA Nº 607/2026 DATA: 02.10.2026 EMENTA: INSTITUI OS GRUPOS DE TRABALHOS DE CARÁTER PARTICIPATIVO E TEMÁTICO, VINCULADOS AOS EIXOS DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO (PME) DO MUNICÍPIO DE GUAÍRA, ESTADO DO PARANÁ, REFERENTE AO DECÊNIO 2026–2036, CONFORME

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e com base nos dispositivos da Lei Federal nº 15.388 de 14 de abril de 2026, e,

Considerando o disposto no artigo 214 da Constituição Federal, que estabelece o Plano Nacional de Educação como instrumento articulador do Sistema Nacional de Educação, com vigência decenal;

Considerando a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2026–2036 e estabelece objetivos, metas e estratégias para a política educacional brasileira, organizados em torno dos pilares acesso, qualidade e equidade;

Considerando que o Plano Nacional de Educação constitui referência obrigatória para a elaboração dos Planos Estaduais, Distrital e Municipais de Educação, no regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

Considerando que o Plano Municipal de Educação é instrumento de planejamento de longo prazo, responsável por definir diretrizes, metas e estratégias para a educação no âmbito municipal, devendo ser elaborado de forma democrática, com ampla participação da sociedade civil, dos profissionais da educação e do poder público;

Considerando as orientações metodológicas da Secretaria de Articulação Intersetorial e com os Sistemas de Ensino (SASE) do Ministério da Educação, expressas no Guia Metodológico de Elaboração dos Planos Decenais de Educação e disseminadas no âmbito da Rede de Cooperação Técnica;
Considerando que as etapas de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação do PME constituem processo contínuo, articulado e baseado em evidências;

Considerando a responsabilidade da Secretaria Municipal de Educação em assegurar apoio técnico e administrativo ao processo;

Considerando o memorando online sob o nº 1.292/2026,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DOS GRUPOS DE TRABALHO

Art. 1º Os Grupos de Trabalho (GTs) constituem instâncias de caráter participativo e temático, vinculadas aos eixos estruturantes do Plano Nacional de Educação 2026–2036.

Art. 2º Compete aos Grupos de Trabalho:

I — analisar a realidade educacional do Município no respectivo eixo temático, com base em dados e evidências;
II — identificar e formular problemas educacionais prioritários;
III — contribuir para a construção da árvore de problemas e da matriz de causas e efeitos;
IV — propor objetivos, metas e estratégias para o PME, em diálogo com o PNE;
V — participar das discussões, escutas e validações coletivas;
VI — submeter as contribuições à Equipe Técnica para sistematização.

Art. 3º Os Grupos de Trabalho serão organizados por eixos temáticos alinhados ao PNE 2026–2036, podendo contemplar, entre outros:

I — Educação Infantil;
II — Alfabetização e Ensino Fundamental;
III — Ensino Médio e articulação com a Educação Profissional e Tecnológica;
IV — Educação Integral e em tempo integral;
V — Diversidade, Inclusão e Equidade (Educação Especial, Indígena, Quilombola, do Campo e Educação de Jovens e Adultos);
VI — Valorização dos Profissionais da Educação;
VII — Gestão Democrática, Estrutura e Funcionamento da Educação Básica;
VIII — Financiamento da Educação;
IX — Conectividade, Infraestrutura e Tecnologias Educacionais;
X — Articulação com a Educação Superior, quando pertinente à realidade local.

Parágrafo único. Caberá à Comissão Gestora a definição e distribuição final dos eixos temáticos, bem como o agrupamento de eixos correlatos, conforme a realidade do Município e a disponibilidade de participantes.

Art. 4º Cada Grupo de Trabalho contará com:

I — 1 (um) Coordenador, designado pela Comissão Gestora em articulação com a Secretaria Municipal de Educação, preferencialmente entre profissionais com conhecimento técnico ou trajetória reconhecida no eixo temático;
II — 1 (um) Relator, escolhido entre os participantes do próprio Grupo de Trabalho na primeira reunião.

§ 1º Compete ao Coordenador conduzir as reuniões, zelar pelo cumprimento da metodologia e articular-se com a Equipe Técnica.

§ 2º Compete ao Relator registrar as discussões, sistematizar deliberações preliminares e encaminhar as contribuições à Equipe Técnica nos prazos definidos pelo cronograma.

Art. 5º A participação nos Grupos de Trabalho será aberta ao público, mediante chamamento divulgado pelos canais oficiais do Município.

§ 1º A inscrição dos participantes ocorrerá por meio de instrumento próprio definido pela Comissão Gestora, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação.

§ 2º A participação será voluntária e não remunerada e, quando se tratar de servidores públicos municipais, deverá ocorrer, preferencialmente, fora do horário regular de trabalho.

§ 3º Poderá ser estabelecido limite de participantes por Grupo de Trabalho, considerando critérios de organização e representatividade.

§ 4º Deverá ser assegurada, sempre que possível, diversidade de representação, contemplando profissionais da educação, gestores, estudantes maiores de idade, famílias, sociedade civil organizada e demais atores interessados.
§ 5º A relação de participantes inscritos por Grupo de Trabalho será registrada e publicitada por meio de Portaria de homologação a ser publicada pela Secretaria Municipal de Educação.

§ 6º A participação não gera vínculo de qualquer natureza com a Administração Pública Municipal.

Art. 6º Todas as etapas do processo serão registradas em atas, relatórios e demais documentos, assegurando-se transparência, publicidade e rastreabilidade das deliberações.

CAPÍTULO VI
GRUPO DE TRABALHO

I-ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL	
Matrícula	Nome
21350-03	Daiane Graciele Marth Kraemer Manesco
29458-02	Marina Julieta Vidal Rego
29874-01	Perola Ribeiro Cruz de Lima

II-QUALIDADE DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
Matrícula	Nome
30437-04	Vanessa Jandrei da Silva
31134-01	Rafaela Cristina Donadel
24422-01	Marcela Cristiane Pena Basquera

III-ALFABETIZAÇÃO	
Matrícula	Nome
26026-02	Adriana Padilha dos Santos Gonçalves
31151-01	Patricia Souza Lima Santana
29421-02	Ana Paula Siebeneichler da Silva

IV-ACESSO, TRAJETORIA E CONCLUSAO ENSINO FUNDAMENTAL II e ENSINO MEDIO	
Matrícula	Nome
25828-01	Nilda de Freitas Bonfim Musial
26093-01	Daiane Iara Guedis
29814-02	Leonardo Barbosa

V-APRENDIZAGEM ENSINO FUNDAMENTAL e MEDIO	
Matrícula	Nome
26026-02	Adriana Padilha dos Santos Gonçalves
25828-01	Nilda de Freitas Bonfim Musial
29814-02	Leonardo Barbosa

VI-EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL	
Matrícula	Nome
26468-01	Adriana Santos Barbosa Cavalcante da Silva
30592-01	Afranio Cristian do Nascimento
29324-01	Fernanda Lopes Marcante Baches

VII-CONECTIVIDADE, EDUCAÇAÇÃO DIGITAL E INTEGRAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO	
Matrícula	Nome
30358-01	Marcia da Silva Pereira

29505-01	Guilherme Vitor De Souza Melo
24767-01	Sergio Roberto Gouveia

VIII-SUSTENTABILIDADE SOCIAMBIENTAL NA EDUCAÇÃO	
Matrícula	Nome
19020-01	Marlene Rosa de Oliveira Dallacosta
28851-01	Natachia Carolina de Oliveira Alves de Oliveira
30009-01	Lilia Alvares Valenga

IX-EDUCAÇÃO ESCOLAR INDIGENA, EDUCAÇÃO ESCOLAR CAMPO E EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA	
Matrícula	Nome
29409-01	Juliane Paula Ribeiro Rocha
26425-02	Leticia Nepomuceno da Silva
4600-01	Leir Alves da Silva Fincke

X-EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E EDUCAÇÃO BILINGUE DE SURDOS	
Matrícula	Nome
18805-03	Ana Lucia Albuquerque
26050-02	Pedrinha de Lourdes Mastrangelo
21580-04	Sandra Regina Saucedo dos Santos Wanderlei

XI-EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	
Matrícula	Nome
29967-04	Tais Amanda de Oliveira Gracino Stefan
30202-02	Daniele Joice Barrios
13650-01	Roseli Althman Turra

XII-ACESSO, PERMANENCIA E CONCLUSAO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGICA	
Matrícula	Nome
30700-03	Jaqueline da Silva Veneruci
30726-03	Otavio Augusto de Almeida Paiva
28282-01	Eunice Teixeira da Silva Gomes

XIII-QUALIDADE DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLOGIA	
Matrícula	Nome
30700-03	Jaqueline da Silva Veneruci
30726-03	Otavio Augusto de Almeida Paiva
28282-01	Eunice Teixeira da Silva Gomes

XIV-ACESSO, PERMANENCIA NA GRADUAÇÃO	
Matrícula	Nome
9113-02	Edina Diniz Meira
18775-02	Geni Rosangela Alves
29751-02	Wellington Ramos de Carvalho

XV-QUALIDADE DA GRADUAÇÃO	
Matrícula	Nome
9113-02	Edina Diniz Meira
18775-02	Geni Rosangela Alves
29751-02	Wellington Ramos de Carvalho

XVI-POS GRADUAÇÃO	
Matrícula	Nome
9113-02	Edina Diniz Meira
18775-02	Geni Rosangela Alves
29751-02	Wellington Ramos de Carvalho

XVII-FORMAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BASICA	
Matrícula	Nome
25119-02	Solange Fatima Eloy Ito
29876-01	Arlene Oliveira dos Santos Lopes de Carvalho
28843-02	Viviane Ribeiro Oliveira Jasper

XVIII-PARTICIPAÇÃO E GESTÃO DEMOCRATICA	
Matrícula	Nome
18813-03	Eliza Regina Da Silva
29584-03	Juliane Alessandra Cavalieri dos Santos
18961-02	Sueli Vicente Rodrigues de Paula

XIX-FINANCIAMENTO E INFRAESTRUTURA	
Matrícula	Nome
24562-02	Flavio Augusto de Queiroz Varolo
30100-03	Geovani Engel Padilha
18830-03	Marleide Belegante

Art. 7º Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Gestora, ouvida, quando necessário, a Procuradoria-Geral do Município.
Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:CF5532C6

PROJUR
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 540/2026 DATA: 02.09.2026 EMENTA: CONCEDE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, CONFORME ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e, considerando os memorandos online sob os n°s 300/2025, **1.714/2025,** 2.134/2025**,** 2.982/2025, 1.279/2026, 2.426/2026 e 2.427/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Concede Férias aos Servidores Públicos Municipais, mencionados a seguir:

Nome	Matrícula	Período Aquisitivo	Início/Final
Claudia Cristina Pereira	30988-01	2025/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
Ivani Maria Prior da Silva	30533-01	2024/2025	13/10/2026 a 27/10/2026
Jenifer Aline Arcanjo dos Anjos	30805-02	2025/2026	13/10/2026 a 27/10/2026
Laide de Lourdes Pereira	19887-01	2023/2024	08/09/2026 a 22/09/2026
Pedro Viana	31098-01	2025/2026	03/11/2026 a 17/11/2026
Robson Leme de Souza	29478-04	2025/2026	16/11/2026 a 30/11/2026
Zinaldo da Rocha	22454-02	2023/2024 e 2024/2025	01/09/2026 a 15/09/2026 e 16/09/2026 a 30/09/2026

Art. 2º Que a Diretoria de Pessoal tome as providências necessárias ao cumprimento desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Guaíra, Estado do Paraná, em 02 de agosto de 2026.

GILEADE GABRIEL OSTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alaide Carvalho de Lima Barreto
Código Identificador:02E04BA9

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARACI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE GUARACI

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA DE GUARACI
Aos vinte e oito dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 13 horas, nas dependências do Centro Cultural Mario Lago, no Município de Guaraci, Estado do Paraná, realizou-se reunião do Conselho Municipal de Cultura, com a presença dos membros Andréia Fugêncio, Elisa Rodrigues, Thaís Lacerda e Rafaela Araújo, bem como do Diretor de Cultura, Lucas Vinícius Gomes.
A reunião teve como pauta principal a análise, discussão e deliberação acerca da alteração do Plano de Aplicação dos Recursos - PAR do Ciclo II da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - PNAB, vinculado ao Plano de Ação nº 30882120250002-027724, especialmente quanto à reprogramação da atividade originalmente prevista como “Bolsas de Monitoria para Jovens”, no valor de R$ 34.707,86, e à incorporação dos saldos e rendimentos disponíveis.
Foi apresentado ao Conselho o demonstrativo financeiro atualizado dos recursos vinculados à execução do Ciclo II da PNAB, registrando-se que o valor originalmente recebido no Ciclo II corresponde a R$ 53.376,69; houve transferência de saldo do Ciclo I no montante de R$ 1.761,03; foram apurados rendimentos financeiros até 01/08/2026 no

valor de R$ 2.583,84; e foi identificada diferença de R$ 368,71, totalizando R$ 58.090,27 disponíveis para execução.

DESCRIÇÃO	VALOR
Valor original recebido do Ciclo II	R$ 53.376,69
Transferência de saldo do Ciclo I	R$ 1.761,03
Rendimentos financeiros até 01/08/2026	R$ 2.583,84
Diferença apurada	R$ 368,71
SOMA TOTAL DE RECURSOS	**R$ 58.090,27**
Bolsa de Intercâmbio Cultural - mantida	R$ 16.000,00
Consultoria / operacionalização - mantida	R$ 2.668,83
VALOR A ALOCAR NO EDITAL DE FOMENTO - GUARA SOUL	**R$ 39.421,44**

Esclareceu-se que, do total de R$ 58.090,27, permanecerão reservados R$ 16.000,00 para a atividade de Bolsa de Intercâmbio Cultural e R$ 2.668,83 para a contratação de consultoria e operacionalização da PNAB. Por consequência, o saldo de R$ 39.421,44 será destinado à nova ação de fomento cultural.

O Diretor de Cultura informou que a atividade "Bolsas de Monitoria para Jovens", originalmente prevista no PAR no valor de R$ 34.707,86, deixará de ser financiada com recursos da PNAB porque o Município está estruturando a mesma finalidade por meio de legislação municipal própria, com custeio por recursos municipais. O Conselho registrou que essa circunstância permite evitar sobreposição de fontes de financiamento e preservar os recursos federais para outra finalidade cultural de interesse público.

Na sequência, foi apresentada a proposta de substituição da atividade de monitoria por uma nova atividade de fomento à execução cultural, mediante edital de chamamento público com 1 (uma) vaga, destinada à seleção de projeto para planejamento, produção e realização da 2ª edição do GuaraSoul - Festival de Cultura e Multi-Artes. O valor global do edital será de R$ 39.421,44, formado pelo valor que deixa de ser aplicado nas Bolsas de Monitoria para Jovens, acrescido dos saldos transferidos, rendimentos financeiros e diferença financeira disponível, observadas as demais destinações já mantidas no PAR.

Foi esclarecido ainda que o edital terá natureza de fomento cultural, nos termos da Lei nº 14.903/2024 e do Decreto nº 11.453/2023, devendo selecionar proposta cultural por critérios públicos, objetivos e previamente divulgados, com celebração do instrumento jurídico cabível. A Administração Municipal deverá assegurar que o chamamento não configure contratação de serviço previamente definido pelo Município, mas seleção de proposta cultural autônoma, compatível com a finalidade do GuaraSoul e com as regras da PNAB.

Os conselheiros foram informados de que a alteração pretendida representa mudança na natureza do objeto originalmente aprovado e remanejamento relevante do Plano de Aplicação dos Recursos. Por essa razão, nos termos da Portaria MinC nº 243, de 9 de outubro de 2025, especialmente do art. 19, a alteração deverá ser formalizada no PAR por meio da Plataforma CultBR, acompanhada da correspondente justificativa e dos registros da participação social.

Também ficou consignado que, conforme o art. 19, § 1º, da Portaria MinC nº 243/2025, as atividades objeto da alteração somente poderão ser executadas após a avaliação do novo Plano de Aplicação dos Recursos pelo Ministério da Cultura. Assim, a presente deliberação do Conselho autoriza o Município a promover a alteração e a submetê-la ao MinC, mas não substitui a avaliação federal necessária para o início da execução da atividade alterada.

Quanto à participação social, o Conselho reconheceu esta reunião como instância formal de consulta e deliberação da sociedade civil organizada no âmbito do Sistema Municipal de Cultura, determinando que a ata, a lista de presença, os registros da reunião, o demonstrativo financeiro, a justificativa técnica e demais documentos produzidos sejam mantidos no processo administrativo e utilizados para instruir a alteração do PAR, em observância aos arts. 12 a 16 da Portaria MinC nº 243/2025.

Após debate, os membros presentes manifestaram-se favoravelmente, por unanimidade, à seguinte deliberação: I - aprovar a exclusão/substituição da atividade "Bolsas de Monitoria para Jovens", no valor originalmente previsto de R$ 34.707,86; II - manter a atividade de Bolsa de Intercâmbio Cultural, no valor de R$ 16.000,00; III - manter o valor de R$ 2.668,83 destinado à consultoria e operacionalização; IV - aprovar a destinação de R$ 39.421,44 para edital de fomento cultural, com uma vaga, destinado à seleção de projeto para realização da 2ª edição do GuaraSoul - Festival de Cultura e Multi-Artes; V - autorizar o Poder Executivo Municipal, por meio do Departamento Municipal de Cultura, a promover os ajustes necessários no PAR e submetê-los à avaliação do Ministério da Cultura pela Plataforma CultBR; e VI - condicionar a publicação e execução do novo edital de fomento, no que depender da alteração do PAR, à avaliação do novo Plano pelo Ministério da Cultura, observando-se as normas vigentes.

Ficou ainda autorizado que o Departamento Municipal de Cultura pratique os atos administrativos necessários à instrução do procedimento, inclusive elaboração de nota técnica justificativa, quadro comparativo entre o PAR vigente e a proposta de alteração, atualização dos valores com eventuais novos rendimentos financeiros até a data do efetivo registro, juntada dos documentos de participação social, publicação dos atos pertinentes e atendimento de eventuais diligências ou solicitações do Ministério da Cultura.

O Conselho registrou, por fim, que a alteração não aumenta o valor federal originalmente transferido, mas reorganiza a aplicação dos recursos efetivamente disponíveis, inclusive saldos e rendimentos, com a finalidade de assegurar maior efetividade ao fomento cultural municipal e transparência na utilização dos recursos públicos.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada, e eu, para constar, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos presentes.

Guaraci, 27 de agosto de 2026.

Membros Presentes:

ANDRÉIA FUGÊNCIO

ELISA RODRIGUES

THAÍS LACERDA

RAFAELA ARAÚJO

Diretor de Cultura:
LUCAS VINÍCIUS GOMES

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:0C33FDDE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº116/2026- INEXIGIBILIDADE Nº 016/2026 – CREDENCIAMENTO Nº 005/2026

ATA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2026
Processo Administrativo nº116/2026- Inexigibilidade nº 016/2026 – Credenciamento nº 005/2026

Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, às 09h, no edifício da Prefeitura Municipal de Guaraci, situado na Rua Prefeito João de Giuli, 180, reuniram-se a Comissão e com os seus membros, nomeados pela portaria nº138/2025 de 26 de junho de 2025, para analisar os documentos apresentados para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) NO PREPARO E FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES PRONTAS (MARMITAS) E REFEIÇÕES NA MODALIDADE SELF-SERVICE.** Para este processo licitatório, os seguintes interessados realizaram o envio da documentação exigida para a comissão de credenciamento no setor de licitação da Prefeitura Municipal de Guaraci ou para o e-mail: (credenciamento@guaraci.net).

NÚMERO	INTERESSADOS	CNPJ
01	COLOMBARI & COLOMBARI RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA	97.545.216/0001-74
02	48.941.993 ANGELA DA SILVA	48.941.993/0001-22
03	S. FERREIRA DOS SANTOS – RESTAURANTE	26.391.335/0001-71
04	SAL ROSA RESTAURANTE LTDA	17.640.512/0001-15

Após a análise da documentação apresentada, a Comissão constatou as seguintes pendências documentais:

1. COLOMBARI & COLOMBARI RESTAURANTE E LANCHONETE LTDA – CNPJ nº 97.545.216/0001-74
2. 48.941.993 ANGELA DA SILVA – CNPJ nº 48.941.993/0001-22
Não apresentaram os seguintes documentos exigidos pelo edital:

Item 7.3.2 – Certidão Conjunta Negativa, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito de Negativa, de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, comprovando a regularidade para com a Fazenda Federal, inclusive com as contribuições sociais previstas nas alíneas "a" a "d" do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212/1991;
Item 7.4.2 – Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa, dentro do prazo de validade. Para as localidades onde a atribuição da emissão da Licença Sanitária não seja do município, deverá ser apresentado documento equivalente emitido pela Vigilância Sanitária Estadual, sendo aceita cópia da publicação do deferimento em Diário Oficial.
3. S. FERREIRA DOS SANTOS – RESTAURANTE – CNPJ nº 26.391.335/0001-71
Não apresentou o seguinte documento exigido pelo edital:
Item 7.4.2 – Licença Sanitária da empresa licitante, expedida pela Vigilância Sanitária do Município sede da empresa, dentro do prazo de validade. Para as localidades onde a atribuição da emissão da Licença Sanitária não seja do município, deverá ser apresentado documento equivalente emitido pela Vigilância Sanitária Estadual, sendo aceita cópia da publicação do deferimento em Diário Oficial.
4. SAL ROSA RESTAURANTE LTDA – CNPJ nº 17.640.512/0001-15
Após a análise da documentação apresentada, **não foram constatadas, nesta etapa, pendências documentais**, estando a documentação apresentada em conformidade com os documentos exigidos no edital, sem prejuízo da análise dos demais requisitos de habilitação e das demais fases do procedimento.
DA CARTA DE SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO – ANEXO II
A Comissão verificou, ainda, a necessidade de que **todos os interessados** apresentem novamente a **Carta de Solicitação de Credenciamento – Anexo II do Edital**, devidamente preenchida, fazendo constar de forma expressa e individualizada **quais itens pretendem fornecer**, em conformidade com o disposto no **item 2 do Termo de Referência – "Descrição detalhada dos bens a serem adquiridos"**.
Dessa forma, os interessados deverão apresentar nova Carta de Solicitação de Credenciamento (Anexo II), contendo a indicação dos respectivos itens que serão fornecidos, observando integralmente a descrição e as especificações constantes no item 2 do Termo de Referência.
A nova documentação deverá ser apresentada no mesmo prazo de **05 (cinco) dias úteis** concedido para a regularização das demais pendências documentais apontadas nesta Ata.
Nada mais havendo a tratar, a Comissão declarou encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, vai assinada pelos membros da Comissão presentes.

Guaraci, 30 de setembro de 2026.

TIAGO LUIZ DE FREITAS	***ISADORA DOS SANTOS SILVA***
Presidente	Secretária
RICARDO HENRIQUE PRADO MARÇAL	***JOSÉ LOURENÇO DA SILVA NETO***
Membro da Comissão	Membro da Comissão

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:3585D700

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA Nº 169/2026

PORTARIA Nº 169/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE GUARACI, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:
Conceder 01 diária, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Luiz Carlos Barbosa, para participar do Curso de Capacitação do novo sistema informatizado do Cismepar, no dia 01 de outubro 2026, das 07:00 as 15:00, na cidade de Londrina- Pr.

Conceder 03 diárias, no valor de 35,00, a favor do servidor municipal, Anderson Roberto da Silva, para levar pacientes para realizar exames e consultas, nos dias 09, 11 e 29 de setembro 2026, das 07:00 as 17:00, na cidade de Londrina- Pr.
Conceder 03 diárias, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Ari Osvaldo Soares de Farias, para levar pacientes para realizar exames e consultas, nos dias 05, 12 e 26 de setembro 2026, das 07:00 as 19:00, na cidade de Londrina e Maringá - Pr.

Conceder 01 diárias, no valor de 140,00, a favor do servidor municipal, Anderson Roberto da Silva, para levar pacientes para realizar exames e consultas, no dia 19 de setembro 2026, das 07:00 as 15:00, na cidade de Londrina Pr.

Revogam-se as disposições em contrário.

Município de Guaraci, Estado do Paraná Aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cilso Pina Junior
Código Identificador:1062D7E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAQUEÇABA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
2ª ANÁLISE DO DOCUMENTO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 07/2026 INEXIGIBILIDADE Nº 26.2026

Município de Guaraqueçaba torna público nova rodada de análise dos documentos do EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 06/2026, inexigibilidade 25/2026, com o objeto:**CHAMAMENTO PÚBLICO O CREDENCIAMENTO DE EQUIPE TÉCNICA ESPECIALIZADA, SOB O REGIME DE PESSOA FÍSICA OU PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS CONSTITUÍDOS COMO MICROEMPRESA (ME) OU SOCIEDADE LIMITADA UNIPESSOAL (SLU), DESTINADA AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS OPERACIONAIS, TÉCNICAS E LEGAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO MUNICÍPIO DE GUARAQUEÇABA/PR.**

Informa que realizará análise dos documentos protocolizados até o dia 02/10/2026, através do Setor de Protocolo da Prefeitura do Município de Guaraqueçaba.

A abertura dos envelopes será realizada as 14:00 horas, pela comissão no dia 05/10/2026 e realizará a publicação da ATA com o resultado preliminar dos credenciados.

Guaraqueçaba, 02 de outubro de 2026

JEFFERSON SUNDADOZO TERESA
Comissão de Licitação

Publicado por:
Jefferson Sundadozo Teresa
Código Identificador:96E54069

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 871 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

"NOMEIA A COMISSÃO DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS GESTORES ESCOLARES NAS UNIDADES EDUCACIONAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CONSIDERANDO o Edital de Eleição para Diretores das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino: Escola Rural Municipal Salim do Carmo, Escola Rural Municipal João Luiz da Silva Júnior, conforme disposto na Lei Municipal nº 920/2022.
O prefeito Municipal de Guaraqueçaba – Estado do Paraná senhor ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI, no uso das

atribuições legais, conforme disposto no art. 77, inciso VI da Lei Orgânica Municipal e do art. 8º da Lei Federal nº. 14.133 de 01.04.2021, DECRETA.
Art. 1º. Fica criada a Comissão do Processo de Escolha dos Gestores Escolares – diretores – nas Unidades Educacionais, composta pelos seguintes servidores públicos municipais:
I – Fátima dos Reis Aparecido, portadora do CPF 019.xxx.xxx -78;
II – Reginaldo Pontes Gonçalves, portador do CPF 000.xxx.xxx -62;
III – Eliane dos Santos Estaram Alves, portadora do CPF 041.xxx.xxx -94.

§ 1º. O servidor designado no inciso I deste artigo, exercerá a função de presidente e a servidora descrita no inciso II a de secretária da Comissão nomeada neste Decreto.
§ 2º. O servidor designado no inciso III deste artigo, exercerá a função de membro substituto dos demais membros descritos nos incisos I até III.
Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GUARAQUEÇABA, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

ALESSANDRO CARNEIRO SOARES TRUCHINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:9B542F58

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PROCESSO DE SELEÇÃO AOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO INTERESSADOS NA NOMEAÇÃO EM CARGO OU FUNÇÃO DE DIREÇÃO DE INSTITUIÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO EDITAL N° 002/2026-SMED

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GUARAQUEÇABA/PR, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS TORNA PÚBLICO A INSCRIÇÃO DE CANDIDATO(A) AO PROCESSO DE ESCOLHA DOS GESTORES ESCOLARES NAS UNIDADES EDUCACIONAIS: ESCOLAS RURAL MUNCIPAL JOÃO LUIZ DA SILVA JÚNIOR E ESCOLA RURAL MUNICIPAL SALIM DO CARMO CONFORME O EDITAL 001/2026.
1. DOS INCRITOS:
1.1 NOME: MARIA APARECIDA DOS SANTOS SIQUEIRA, PORTADORA DO CPF 027.XXX.XXX-27, INSCRITA E HABILITADA PARA O PROCESSO DE ESCOLHA DE GESTORES DA UNIDADE ESCOLAR: ESCOLA RURAL MUNICIPAL JOÃO LUIZ DA SILVA JÚNIOR.
1.2 NÃO HOUVE INSCRITOS DE CANDIDATOS PARA A ESCOLA RURAL MUNICIPAL SALIM DO CARMO.

ESTE EDITAL ENTRA EM VIGOR NA DATA DE SUA PUBLICAÇÃO, RETROAGINDO SEUS EFEITOS AO DIA 26 DE SETEMBRO DE 2026.

PREFEITURA DE GUARAQUEÇABA, 02 DE OUTUBRO DE 2026

ALESANDRA MORAIS DA COSTA
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Arivaldo Carneiro Soares
Código Identificador:904D06E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IGUARAÇU

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 200/2026

PORTARIA Nº 200/2026

SÚMULA – Concede Licença-Prêmio, na forma que se especifica.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN, Prefeito do Município de Iguaraçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, de conformidade com as disposições contidas no art. 122, §3˚ da Lei n˚ 005/97.

RESOLVE

Art. 1º - Conceder à servidora LEONICE RAMOS POLI, matrícula 123/1, ocupante do cargo de provimento efetivo de ENFERMEIRO I - 40 HORAS, Licença Prêmio de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2014/2019, para serem gozadas no período de 05/10/2026 à 03/11/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, 02 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:13A712BE

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 201/2026

PORTARIA Nº 201/2026

Súmula: Designa servidores para as funções de Gestor e Fiscal do Convênio PARANÁ MAIS EVENTOS, a ser firmado com a Secretaria de Estado do Turismo – SETUR, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Iguaraçu, Estado do Paraná, com posse de suas atribuições em 01 de janeiro de 2025.

RESOLVE

Art. 1º. Designar o servidor ADRIANO APARECIDO SALA, CPF/MF. nº 018.***.***-84, brasileiro, servidor desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Meio Ambiente para responder como Gestor do Convênio, e como Fiscal fica Designada a servidora MARILENE APARECIDA BERNINI MARTINS, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 029***.***-81, servidora desta Prefeitura Municipal, no cargo de Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico e Cultural, para atuar e auxiliar na fiscalização do Convênio PARANÁ MAIS EVENTOS, a ser firmado com a Secretaria do Turismo - SETUR.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições contrárias.

Gabinete do Prefeito, Iguaraçu, Estado do Paraná, 02 de outubro de 2026.

CLAUDIO APARECIDO BERNIN
Prefeito Municipal de Iguaraçu

Publicado por:
Adriana Alves Sérgio Driussi
Código Identificador:6795A728

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE INÁCIO MARTINS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 212/2026

DECRETO N.º 212/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal 921/2019 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 e demais dispositivos aplicáveis a espécie,

DECRETA

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado **a partir de 01/10/2026** para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II – 44 horas/semanais a servidora **MARCIA FERREIRA – Matricula 80000769.**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins, 01 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:070D4009

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 213/2026

DECRETO N.º 213/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal 921/2019 e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 03/2025 e demais dispositivos aplicáveis a espécie,

DECRETA

Art. 1º - Contratar, por prazo determinado **a partir de 02/10/2026** para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II – 44 horas/semanais a servidora **MICHELE DE FATIMA FARINHUK DUTRA – Matricula 80000770.**

Art. 2° - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Inácio Martins, 02 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:4174F347

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
DECRETO 214/2026

DECRETO Nº 214/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Lei Municipal 921/2019 e Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 003/2025 e demais dispositivos aplicáveis a espécie,

DECRETA

Artº 1º - Fica Exonerada a pedido, **a partir de 01/10/2026**, a servidora **ZENILDA APARECIDA FERREIRA VIEIRA – MATRICULA – 80000658** que ocupava o cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais II– 44 horas/semanais – PSS 03/2025.**

Artº 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:529221E7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 433/2026

PORTARIA Nº 433/2026

O Prefeito Municipal de Inácio Martins, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com o artigo 79, do Capítulo III, da Lei Municipal nº 91/93, de 28 de novembro de 1993,

RESOLVE

Art. 1º. Conceder Licença ao servidor **JOSE AILSON GOMES - Matrícula 151-1**, por motivo de doença familiar, com redução de 30% sobre seu vencimento, com respaldo no artigo 100 do Estatuto dos Servidores do Município de Inácio Martins, conforme Atestado e Laudo Pericial.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 01 de outubro de 2026.

EDMUNDO VIER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eliane Paidosz Fagundes de Oliveira
Código Identificador:460EE091

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

DISPENSA N° 09/2026
PROCESSO N° 015/2026

A Câmara Municipal de Iporã – PR, torna público aos interessados em conformidade com o art. 75, inciso II, § 1º e § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público que pretende realizar a dispensa de licitação para contratação de empresa para o fornecimento e instalação de sistema de energia solar fotovoltaica com todos os materiais necessários. Eventuais interessados podem apresentar proposta de preço no prazo de 03 (três) dias úteis, oportunidade em que a Administração escolherá a mais vantajosa. Propostas deverão ser encaminhadas até às 08:00 horas do dia 08/10/2026. Os interessados em apresentar proposta, devem envia-las no e mail: cmi.compraselicitacoes@gmail.com e no ASSUNTO DISPOR O NUMERO DA DISPENSA. Devem sem enviadas juntamente com a proposta todos os documentos de habilitação, o termo de referência encontra-se disponível no portal da transparência da Câmara Municipal, eventuais dúvidas entrar em contato através do telefone (44) 3652-1292.
Iporã – PR, 02 de outubro de 2026.

TAYNÁ MARQUES BARROS
Agente de Contratação

Publicado por:
Tayná Marques Barros
Código Identificador:CA91C273

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
AVISO DE RESULTADO DA DISPENSA

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

A Câmara Municipal de Iporã/PR torna público o resultado da Dispensa Eletrônica nº 10/2026, destinada à contratação de empresa especializada para organização e execução de concurso público para os cargos de Assistente Legislativo e Cadastro de Reserva para Zeladora.
Empresa vencedora: INSTITUTO OMNI
Valor global da contratação: R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).

Iporã/PR, 02 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
João Consolaro Junior
Código Identificador:30487907

CÂMARA MUNICIPAL DE IPORÃ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 10/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 016/2026

Diante dos elementos constantes no presente procedimento administrativo, especialmente do Termo de Referência, pesquisa mercadológica, julgamento das propostas e parecer jurídico conclusivo, HOMOLOGO e RATIFICO a Dispensa Eletrônica nº 10/2026, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, destinada à contratação de empresa especializada para organização e execução de concurso público da Câmara Municipal de Iporã/PR.
Fica adjudicado o objeto em favor da empresa INSTITUTO OMNI, inscrita no CNPJ sob nº 48.956.604/0001-32, pelo valor global de R$ 12.800,00 (doze mil e oitocentos reais).
Determino a publicação do presente ato e a adoção das providências necessárias à formalização contratual.

Iporã/PR, 02 de outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
João Consolaro Junior
Código Identificador:41F02336

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 222/2026

SÚMULA: NOMEIA OS MEMBROS DO COMITÊ GESTOR MUNICIPAL DO PROGRAMA PARANÁ AMIGO DA PESSOA IDOSA – PAPI DO MUNICÍPIO DE IPORÃ.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IPORÃ, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO a Lei Estadual nº 22.189, de 13 de novembro de 2024, e o Decreto Estadual nº 12.862, de 2 de março de 2026, que instituem e regulamentam o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa;
CONSIDERANDO o Decreto Municipal nº 203/2026, que criou o Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI;
CONSIDERANDO as indicações dos órgãos e entidades que integram o Comitê;
DECRETA:
Art. 1º Ficam nomeados os membros do Comitê Gestor Municipal do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa – PAPI do Município de Iporã/PR, conforme a seguinte composição:
Presidente: SOLANGE DAS GRAÇAS BAGAROLO
Vice-Presidente: BRIZZA SAMPAIO DO COSMO ANTUNES
Secretária Executiva: ANA LUCIA MULLER SILVEIRA GRACIANO
Membros Titulares:
Representante da Secretaria de Assistência Social: Solange das Graças Bagarolo
Representante da Secretaria Municipal de Saúde: Brizza Sampaio de Cosmo.
Representante da Secretaria Municipal de Educação e Cultura: Luci Francisco Alves Bezerra.
Representante da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Turismo: Cristian Candil
Representante do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDI: Ana Lucia Muller Silveira Graciano
Representante de entidades da sociedade civil ligadas à pessoa idosa, Lar dos Idosos Frederico Ozanan: Ângela Cristiane Tomazella

Art. 2º Compete aos membros nomeados planejar e acompanhar as ações do Programa, definir metas anuais e indicadores de monitoramento, articular parcerias com entidades, ONGs e empresas locais, elaborar relatórios semestrais ao CMDI e à Secretaria de Estado da Mulher, Igualdade Racial e Pessoa Idosa – SEMIPI, e promover campanhas de sensibilização e inclusão social da pessoa idosa, nos termos do Decreto Municipal nº 203/2026.
Art. 3º O mandato dos membros ora nomeados será de 2 (dois) anos, permitida a recondução.
Art. 4º A participação no Comitê é considerada serviço público relevante e não será remunerada a qualquer título.
Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Iporã, Estado do Paraná, aos **dois** dias do mês de **outubro** do ano de **dois mil e vinte e seis.**

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:80E14232

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 223/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTA APRESENTADA A DISPENSA Nº 029/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado o julgamento proferido pela pregoeira e equipe de apoio sobre proposta apresentada na Dispensa de Licitação nº 029/2026, objetivando Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de limpeza durante os eventos promovidos pelo Município de Iporã-PR, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos da ata anexada no referido processo:

FORNECEDOR	VALOR TOTAL R$
GHE PACHE LTDA	R$47.000,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:CE3468D9

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 224/2026

HOMOLOGA E ADJUDICA O JULGAMENTO PROFERIDO PELA AGENTE DE CONTRATAÇÃO E EQUIPE DE APOIO SOBRE PROPOSTAS APRESENTADAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 030/2026.

O Prefeito Municipal de Iporã-PR, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologado e adjudicado o resultado da Dispensa de Licitação Simplificada, cujo objeto é Contratação de empresa especializada para fornecimento de equipamentos e prestação de serviços de filmagem, produção e transmissão para atendimento da Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, incluindo produção de filmagem, disponibilização de 03 (três) câmeras Full HD, transmissão para rede social, captação e entrega das imagens em pendrive ou HD, rodeio digital, replay das montarias e edição dos logos dos patrocinadores, conforme orçamento apresentado, tendo sido declarada vencedora a empresa abaixo especificada, nos termos constantes do processo administrativo correspondente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
62.333.461 GUILHERME EDUARDO BIASUZ RIBEIRO	62.333.461/0001-33	R$5.500,00

Art. 2º. Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Iporã-PR, 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:CB74D4D8

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato n° 185/2026
Disensa por E-mail nº 028/2026
Processo n° 171/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ - CNPJ 75.738.484/0001-70
Contratada: Contratada: BR PRODUÇÕES E ORGANIZAÇÕES LTDA - CNPJ 34.976.661/0001-79
Objeto: contratação de empresa especializada para o fornecimento, mediante locação, de equipamentos e estruturas destinados à realização da Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, compreendendo 01 (uma) estrutura de alumínio, 02 (dois) painéis de LED P3, medindo 4x3 metros cada, e 01 (uma) testeira medindo 18x1 metro, incluindo montagem, instalação, funcionamento durante o período do evento, desmontagem e demais serviços necessários à adequada execução do objeto.
Valor total: R$ **23.550,00** (Vinte e três mil e quinhentos e cinquenta reais)
Vigência: 02/10/2026 a 23/12/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:EADD4BC0

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
EXTRATOS DE CONTRATO

Contrato n° 186/2026
Disensa simplificada nº 030/2026
Processo n° 177/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPORÃ - CNPJ 75.738.484/0001-70
Contratada: Contratada: 62.333.461 GUILHERME EDUARDO BIASUZ RIBEIRO - CNPJ 62.333.461/0001-33
Objeto: contratação de empresa especializada para fornecimento dos equipamentos necessários e prestação de serviços de filmagem, produção audiovisual e transmissão para atendimento da Expo Iporã 2026, nos dias 09, 10 e 11 de outubro de 2026, incluindo produção de filmagem, disponibilização e operação de 03 (três) câmeras Full HD, transmissão para rede social indicada pela Administração, captação e gravação das imagens, entrega do material em pendrive ou HD, operação de rodeio digital, replay das montarias e edição/inserção dos logotipos dos patrocinadores, contemplando todos os equipamentos, materiais, acessórios, recursos técnicos e profissionais necessários à adequada execução dos serviços, conforme orçamento/proposta apresentada e orientações da Administração Municipal.
Valor total: R$ **5.500,00** (Cinco mil e quinhentos reais)
Vigência: 02/10/2026 a 23/12/2026
Fundamento Legal: Lei nº 14.133/21, e demais legislações aplicáveis.

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:21A4A4E2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1552/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 28 de setembro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **KAUANE DA CRUZ SIQUEIRA**, brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 138.xxx.xxx-57, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 050/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 28 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:42E275F6

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1553/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA HELENA APARECIDA LIANDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;
RESOLVE;
I – Conceder, no dia 01 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **HELENA APARECIDA LIANDO,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 021.xxx.xxx-17, residente e domiciliado nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **SERVENTE DE SERVIÇOS GERAIS**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:3CF1AF42

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1554/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA THAYS GOIS MARTINS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 01 de outubro de 2026, 02 (dois) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **THAYS GOIS MARTINS,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 064.xxx.xxx-58, residente e domiciliada na cidade de Francisco Alves, comarca de Iporã, Estado do Paraná, no Cargo de **FONOAUDIÓLOGA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:6A7BBECA

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1555/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA LEDA MARIA CARDOSO COIMBRA BELLATO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 30 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **LEDA MARIA CARDOSO COIMBRA BELLATO**, brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 217.xxx.xxx-96, residente e domiciliado na cidade e comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora pública, aprovada em concurso público, no Cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:AAD3730A

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1556/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ROSÂNGELA GONÇALVES PERBELINI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 29 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ROSÂNGELA GONÇALVES PERBELINI,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 639.xxx.xxx-87, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, ocupante do Cargo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 29 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:BF4F2BEE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1557/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 29 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **VIVIANE DOS SANTOS PUCHETTI,** brasileira, solteira, inscrita no CPF/MF sob nº. 105.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, no cargo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – NOVA SANTA HELENA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 29 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:335BB855

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1558/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA TÂNIA DIAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 30 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **TÂNIA DIAS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº 033.xxx.xxx-40, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, no cargo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:2004FA71

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1559/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA DANIELLE RIBEIRO PEREIRA CAMPOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 01 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **DANIELLE RIBEIRO PEREIRA CAMPOS,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 020.xxx.xxx-56, residente e domiciliada nesta cidade e comarca de Iporã – Paraná, ocupante do Cargo de **ENFERMEIRA**, respondendo como **CHEFE DA DIVISÃO DE COORDENAÇÃO DA USF – UNIDADE DE SAÚDE A FAMÍLIA**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:7B65A224

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1560/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA LUCIANE RECH MOREIRA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 30 de setembro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **LUCIANE RECH MOREIRA,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 044.xxx.xxx-27, residente e domiciliada na Cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **FARMACEUTICO BIOQUIMICO**, lotada na Secretaria de Assistência à Saúde.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:03BEA6E2

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1561/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A FERNANDA MONTAGNINE SANTIAGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;

I – Conceder, no dia 01 de outubro de 2026, 01 (um) dia de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **FERNANDA MONTAGNINE SANTIAGO** brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 010.xxx.xxx-82, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 008/2025, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 01 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:11996DEE

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1562/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A ROSEMEIRE VIEIRA DE CAMARGO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 30 de setembro de 2026, 03 (três) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ROSEMEIRE VIEIRA DE CAMARGO,** brasileira, inscrita no CPF/MF sob nº. 073.xxx.xxx-21, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, aprovada em Concurso Público, para o cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 30 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:AB8B4515

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1563/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA ANA PAULA RODRIGUES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, a partir de 25 de setembro de 2026, 07 (sete) dias de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **ANA PAULA RODRIGUES** brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 076.xxx.xxx-44, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 028/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 25 de setembro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:FE2D8639

GOVERNO MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 1564/2026

CONCEDE AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA A SERVIDORA SILVANIA DE ARAUJO SILVA FIDELIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROBERTO DA SILVA – Prefeito Municipal de Iporã, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e considerando:

o disposto no Art. 34, § 4º da Lei nº. 835/2006;
o atestado Médico;

RESOLVE;
I – Conceder, no dia 02 de outubro de 2026, ½ (meio) período de **AFASTAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA** a Servidora **SILVANIA DE ARAUJO SILVA FIDELIS** brasileira, inscrita no C.P.F. sob nº. 040.xxx.xxx-69, residente e domiciliada nesta cidade e Comarca de Iporã, Estado do Paraná, servidora Pública Municipal, contratada através do contrato nº. 020/2026, aprovada em Processo Seletivo Simplificado, para o cargo de **AUXILIAR DE APOIO A INFÂNCIA**, lotada na Secretaria de Educação e Cultura.
II – Retroagir os efeitos desta Portaria a contar de 02 de outubro de 2026.

Registra-se,
Publique-se, e
Cumpra-se.

Iporã-Pr. 02 de outubro de 2026.

ROBERTO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosane Silva Dos Santos
Código Identificador:E0E08D03

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRATI

CAMARA MUNICIPAL DE IRATI
PORTARIA NR. 51/2026

PORTARIA nº 51/2.026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei,
R E S O L V E

Art. 1º - Fica Concedido Diária ao servidor da Câmara Municipal de Irati conforme especificado abaixo:
Nome do servidor: Jorge Antonio Rigoni – Matricula nr. 37 – Cargo: Diretora Financeiro
Data Início: 28/09/2026 - Data Fim: 01/10/2026
Nº de Diária: 2,50 - Valor Unitário: R$ 626,35 - Valor Total: R$ 1.565,87
Município Destino/UF: Curitiba – PR
Processo Administrativo nr. 41/2026
Tipos Padrão de Objetivo: Viagem de Capacitação
Objetivo da Viagem: Para participar do Curso promovido pela Escola de Gestão Pública do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor nesta desta, fica revogadas as disposições em contrário.

CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, 30 de setembro de 2.026.

SELMO DE LIMA VIEIRA
Presidente

Publicado por:
Gerson Vicente Domingues
Código Identificador:1399E542

PROCURADORIA
DECRETO Nº 725/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal,

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica constituída **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR**, destinada à apuração dos fatos no Processo Eletrônico nº 480/2026, encaminhado pela Secretaria de Segurança Pública, em face do servidor M. I. S.

Art. 2º - Para compor a Comissão Processante de que trata o artigo anterior, ficam designados os seguintes Servidores Públicos Municipais Estáveis:

I – GUSTAVO TEIXEIRA PIANARO, advogado, matrícula nº 5062825;
II – SUSIMARA CHIMENKA DE SOUZA, assistente administrativo, matrícula nº 2680380;
III – JOSIANE RAMOS, assistente administrativo, matrícula nº 2587250.

Art. 3º - A Comissão Processante será presidida pelo servidor GUSTAVO TEIXEIRA PIANARO, a quem caberá coordenar os trabalhos e adotar as providências necessárias ao regular desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar, até a elaboração do Relatório Final.

Art. 4º - O Processo Administrativo Disciplinar deverá tramitar em sigilo, nos termos da legislação aplicável, assegurado ao servidor processado e a seus procuradores regularmente constituídos o acesso aos autos e a extração de cópias necessárias ao exercício da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º - Cautelarmente, fica determinado o afastamento do servidor processado de suas funções pelo período necessário ao regular desenvolvimento do Processo Administrativo Disciplinar, sem prejuízo de sua remuneração, observado o disposto na legislação aplicável.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:C5CA2C38

PROCURADORIA
DECRETO Nº 726/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Saúde, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Técnico Em Enfermagem - Pss (P.A. 2025)

CHEILA VERNER	XXX.XXX.069-85

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.
Art. 5º - Ficam revogadas as disposições contrarias.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:2CE0B967

PROCURADORIA
DECRETO Nº 727/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:
Tutor Educacional – Apoio ao Aluno 20 hr

ARLETE DO ROCIO TOZATO SZWARC	XXX.XXX.339-68

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:3B3F3D3F

PROCURADORIA
DECRETO Nº 728/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2026, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Educação, para os seguintes cargos abaixo relacionados:
PROFESSOR 20 HR PSS 2026

SIBELE PRADE SABAKEVISKI	XXX.XXX.709-66
VANESSA DOS ANJOS	XXX.XXX.819-41
ANA PAULA BILOVUS	XXX.XXX.479-65
ANDREIA LUIZ ROBES	XXX.XXX.009-31
ROSANA TERESINHA BRANDALISE	XXX.XXX.629-59
SCHEILA APARECIDA FIATCOSKI	XXX.XXX.989-60

PROFESSOR 40 HR PSS 2026

ARLETE DAS GRAÇAS MATOZO JESUS	XXX.XXX.109-19
DANIELE SILVA FAGUNDES	XXX.XXX.409-57
JULIANA DE FRANÇA	XXX.XXX.499-47
MARIA JOSLAINE LIMA DE MATOS	XXX.XXX.659-61
MARIA ADRIANE ROESSLER GACH	XXX.XXX.769-81
SILVANA MARIA ORTIZ	XXX.XXX.929-29
VALDIRENE APARECIDA PRESTES	XXX.XXX.199-25

SECRETARIO ESCOLAR PSS 2026

FERNANDA BORGES MORES TORRES	XXX.XXX.699-05

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2026.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos a data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:ABAC1297

PROCURADORIA
DECRETO Nº 729/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 002/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Assistência Social, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Entrevistador Social Pss 2025

MANOELA MENDES	XXX.XXX.339-80

Auxiliar de Serviços Gerais AS

SANDRA REGINA GARCIA	XXX.XXX.199-29

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 002/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:F5847FE2

PROCURADORIA
DECRETO Nº 730/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Orgânica Municipal e demais dispositivos aplicáveis;

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados para o exercício dos Cargos em Comissão os seguintes servidores relacionados abaixo, a partir de 01/10/2026.

NOME:	CARGO:	SETOR:	CPF:
LUÍS HENRIQUE WUNSCH	Diretor De Departamento III	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos	XXX.XXX.149-00
JOSE VALDIR DE MELLO	Diretor De Departamento III	Secretaria de Saúde	XXX.XXX.489-87
VANESSA BOMFIM CORADASSI	Diretor De Departamento VII	Secretaria de Administração	XXX.XXX.559-11

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos à 01/10/2026, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:E8B7336C

PROCURADORIA
DECRETO Nº 731/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora aprovada no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Técnica em Enfermagem / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
LICE REGINA JOHNSON FRANÇA	XXX.XXX.319-91	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:9BB49873

PROCURADORIA
DECRETO Nº 732/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeadas as servidoras aprovadas no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para os seguintes cargos:

CARGO: Auxiliar De Serviços Gerais / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
LIRIANE SOUZA DE LARA	XXX.XXX.539-33	A	1

CARGO: Merendeira / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
MARLI ROESSLER	XXX.XXX.629-32	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:071144B5

PROCURADORIA
DECRETO Nº 733/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora aprovada no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Assistente Administrativo / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
KAREM PRISCILLA BARBOSA	XXX.XXX.418-67	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:928C5E18

PROCURADORIA
DECRETO Nº 734/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 68, e com base nas Leis Municipais nº 1045/91, 4614/18, 4749/19, Editais de Concurso Público nº 001/2022 e nº 009/2023, e demais dispositivos legais,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica nomeada a servidora aprovada no Concurso Público realizado no dia 04 de dezembro de 2022, para o seguinte cargo:

CARGO: Assistente Administrativo / Lei nº 4.614/2018

Nome	CPF Nº FINAL	Nível	Ref.
GABRIELA GIANINE HALICKI	XXX.XXX.319-86	A	1

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 01/10/2026, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:AE6A61BA

PROCURADORIA
DECRETO Nº 735/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do artigo 37, inciso IX da Constituição Federal, Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, e demais dispositivos aplicáveis à espécie,

D E C R E T A:

Art. 1º - NOMEAR e CONTRATAR, por prazo determinado profissionais, na Secretaria de Assistência Social, para os seguintes cargos abaixo relacionados:

Motorista PSS 2025 AS

LEISI CRISTINA FERREIRA	XXX.XXX.249-73

Art. 2º - O contrato de trabalho entra em vigor na data de 01 de outubro de 2026.
Art. 3º - Poderá haver a prorrogação de contrato, à critério da Administração, conforme disposto no edital nº 001/2025.
Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor a partir da sua publicação, retroagindo seus efeitos à data mencionada.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, em 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:92A5E14B

PROCURADORIA
LEI Nº 5.386, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, que dispõe sobre a Política Municipal de Atendimento à Criança e ao Adolescente, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IRATI, Estado do Paraná, APROVOU e eu PREFEITO MUNICIPAL, no uso das atribuições legais, SANCIONO a seguinte Lei:

DECRETA

Art. 1º - O art. 47 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar acrescido do inciso XII e dos §§ 4º, 5º, 6º e 7º, com a seguinte redação:

"Art. 47 (...)
XII - possuir comprovada experiência na promoção, proteção ou defesa dos direitos da criança e do adolescente, pelo período mínimo de 2 (dois) anos, na forma estabelecida nesta Lei e no edital.
§ 4º Os requisitos previstos neste artigo deverão ser comprovados pelo candidato na forma, prazo e condições estabelecidos nesta Lei e no edital do processo de escolha.
§ 5º A inscrição no processo de escolha não implica habilitação automática do candidato para participação nas etapas subsequentes.
§ 6º Os requisitos exigidos para a candidatura deverão ser mantidos durante todo o período de exercício da função, na forma estabelecida nesta Lei e no edital.
§ 7º O candidato eleito deverá comprovar, para fins de posse, o preenchimento de todos os requisitos exigidos nesta Lei e no edital, ainda que os respectivos documentos tenham sido apresentados no momento da inscrição."

Art. 2º - Ficam acrescidos à Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, os arts. 47-A e 47-B, com a seguinte redação:

"Art. 47-A. O requisito de reconhecida idoneidade moral será analisado pela Comissão Eleitoral, mediante verificação da documentação apresentada pelo candidato e, quando necessário, mediante diligências junto aos órgãos competentes.
§ 1º - Para fins de análise da idoneidade moral, o candidato deverá apresentar certidões de antecedentes criminais e de distribuição criminal expedidas pela Justiça Estadual e pela Justiça Federal, observados os órgãos competentes definidos no edital.
§ 2º - A análise da idoneidade moral deverá considerar, especialmente, a existência de fatos que revelem incompatibilidade objetiva com o exercício das atribuições de membro do Conselho Tutelar, notadamente quando relacionados à prática de:
I – crime doloso contra a dignidade sexual;
II – crime contra criança ou adolescente; ou
III – crime praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.
§ 3º - A análise prevista neste artigo deverá considerar a natureza e as circunstâncias objetivas dos fatos, sua relação com as atribuições do Conselho Tutelar e os princípios constitucionais aplicáveis.
§ 4º - A mera existência de registro policial, inquérito policial ou ação penal não será considerada, isoladamente, suficiente para caracterizar a ausência de idoneidade moral, devendo eventual decisão de indeferimento ser fundamentada e assegurados ao candidato o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso.
§ 5º - A Comissão Eleitoral poderá solicitar esclarecimentos ou documentação complementar sempre que necessários à análise da idoneidade moral, observado o prazo estabelecido no edital.

Art. 47-B. No ato da inscrição, o candidato deverá apresentar, no mínimo, os seguintes documentos:
I – documento oficial de identificação;
II – Cadastro de Pessoa Física – CPF;
III – comprovante de residência no Município de Irati;
IV – título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;
V – comprovante de conclusão do Ensino Médio;
VI – declaração de que não integra diretoria de entidade de atendimento à criança e ao adolescente;
VII – declaração de que não exerce função de agente político;
VIII – declaração de conhecimentos básicos de informática;
IX – declaração atestando não ter respondido a processo administrativo disciplinar nos últimos 05 (cinco) anos;
X - certidões de antecedentes criminais e de distribuição criminal da Justiça Estadual e da Justiça Federal, na forma estabelecida no edital;
XI – certidão de crimes eleitorais, quando exigida;
XII – atestado de sanidade física e mental emitido por profissional habilitado em Medicina do Trabalho;
XIII– declaração de que não foi penalizado com destituição da função de Conselheiro Tutelar; e
XIV – demais documentos exigidos nesta Lei e no edital do processo de escolha.
§ 1º A idade mínima prevista no inciso II do art. 47 será verificada mediante documento oficial de identificação apresentado pelo candidato.
§ 2º O edital deverá especificar os órgãos responsáveis pela emissão das certidões, o período de validade e a forma de apresentação dos documentos.
§ 3º A Comissão Eleitoral poderá realizar diligências para confirmar a autenticidade e a validade dos documentos apresentados.
§ 4º A ausência de documento obrigatório ou o não atendimento de requisito legal poderá resultar no indeferimento da inscrição ou na não habilitação do candidato, assegurado o direito de recurso.
§ 5º Os documentos apresentados no ato da inscrição poderão ser exigidos novamente para fins de posse, observada a legislação aplicável.
§ 6º O candidato eleito deverá apresentar, para fins de posse, os documentos e certidões exigidos nesta Lei, na legislação aplicável e no edital.
§ 7º Durante o exercício da função, o Conselheiro Tutelar deverá apresentar, a cada 6 (seis) meses, certidões atualizadas de antecedentes criminais e de distribuição criminal da Justiça Estadual e da Justiça Federal.
§ 8º A obrigação prevista no § 7º aplica-se também aos suplentes enquanto estiverem no efetivo exercício das atribuições de Conselheiro Tutelar.
§ 9º A ausência injustificada da apresentação dos documentos exigidos poderá ensejar a adoção das medidas administrativas cabíveis, assegurados o contraditório, a ampla defesa e o direito de recurso.
§ 10 Na hipótese de alteração da situação constante das certidões apresentadas pelo Conselheiro Tutelar, com surgimento de registro, investigação, ação penal ou outro fato novo que possa repercutir sobre sua idoneidade moral, o CMDCA adotará as providências necessárias para apuração dos fatos e verificação da manutenção dos requisitos legais, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 3º - Fica acrescido ao art. 50 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, o parágrafo único, com a seguinte redação:

"Art. 50 (...)
Parágrafo único. A campanha será encerrada às 23h59min do dia anterior ao da votação".

Art. 4º - O art. 51 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51. É permitida a divulgação das candidaturas pelos meios autorizados pela legislação, inclusive reuniões, debates, entrevistas, meios de comunicação e redes sociais, desde que assegurada igualdade de oportunidades entre os candidatos."

Art. 5º - O art. 52 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 52. É vedada a propaganda que contenha conteúdo ofensivo, difamatório, calunioso, vexatório, discriminatório ou que atente contra a dignidade de qualquer candidato, eleitor, criança, adolescente ou instituição.

Art. 6º - O art. 54 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 54. É vedado ao candidato:
I – doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes;
II – promover ou realizar transporte de eleitores no dia da votação, ressalvadas as hipóteses legalmente autorizadas;
III – utilizar recursos, bens ou serviços públicos para promoção individual de candidatura;
IV – praticar abuso de poder econômico ou político;
V – realizar boca de urna;
VI – utilizar informações pessoais de crianças, adolescentes ou famílias acompanhadas pela Rede de Proteção para fins de campanha; e

VII – utilizar símbolos, imagens, nomes ou identificação institucional de órgãos públicos ou serviços públicos de modo a induzir o eleitor a acreditar em apoio oficial à candidatura."

Art. 7º - O art. 58 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 58. A votação e a apuração dos votos serão realizadas sob a responsabilidade do CMDCA, por intermédio da Comissão Eleitoral ou das pessoas por ele designadas, com fiscalização do Ministério Público."
§ 1º Encerrada a votação, será iniciada a apuração dos votos, observados os procedimentos estabelecidos no edital.
§2º A Comissão Eleitoral elaborará ata contendo o resultado da apuração, com a relação dos candidatos e a respectiva votação obtida.
§ 3º O resultado será publicado pelo CMDCA.
§4º Caberá recurso contra o resultado da apuração no prazo e nas condições estabelecidos no edital."

Art. 8º - O art. 61 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 61. Os 5 (cinco) candidatos mais votados serão declarados eleitos para ocupar as vagas de membros titulares do Conselho Tutelar.
§ 1º Os demais candidatos habilitados serão classificados como suplentes, em ordem decrescente de votação, constituindo-se lista de suplência para o período do mandato.
§ 2º Em caso de empate, será considerado eleito o candidato que obtiver maior nota na prova teórica.
§ 3º Persistindo o empate, serão observados os critérios de desempate estabelecidos no edital, respeitada a legislação aplicável.
§4º Na ocorrência de vacância, afastamento ou impedimento temporário de membro titular, será convocado o primeiro suplente da lista de classificação, observada a ordem decrescente de votação."

Art. 9º - Ficam acrescidos ao Art. 70 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, os §§ 1º, 2º, 3º e 4º, com a seguinte redação:

"Art. 70 (...)
§ 1º O suplente convocado exercerá a função pelo período necessário ao preenchimento da vaga ou durante o afastamento ou impedimento do titular, conforme o caso.
§ 2º Havendo mais de uma vaga simultaneamente, serão convocados tantos suplentes quantos forem necessários para assegurar o preenchimento das vagas existentes, respeitada rigorosamente a ordem de classificação.
§ 3º Na hipótese de afastamento temporário de mais de um membro titular, poderão ser convocados simultaneamente tantos suplentes quantos forem necessários para garantir o funcionamento regular do Conselho Tutelar.
§ 4º Cessado o motivo que ensejou a convocação, o suplente retornará à condição de suplente, salvo na hipótese de vacância definitiva ou outra situação que implique sua permanência na função, observada a legislação aplicável."

Art. 10 - Ficam acrescidos à Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, os arts. 70-A, 70-B e 70-C, com a seguinte redação:

Art. 70-A. O suplente regularmente convocado deverá manifestar sua aceitação ou recusa no prazo estabelecido pelo CMDCA, contado da ciência formal da convocação.
§ 1º O suplente que recusar a convocação poderá apresentar justificativa ao CMDCA no prazo estabelecido no ato convocatório.
§ 2º A justificativa apresentada será analisada pelo CMDCA, mediante decisão fundamentada.
§ 3º A recusa justificada e aceita pelo CMDCA não implicará, por si só, a exclusão do suplente da lista de classificação, permanecendo ele apto a ser convocado em oportunidade posterior, observado o disposto no edital e na legislação aplicável.
§ 4º A recusa injustificada à convocação implicará a perda da preferência para aquela convocação, sendo chamado o próximo suplente, observada a ordem de classificação.
§ 5º A não manifestação do suplente no prazo estabelecido poderá ser considerada desistência da convocação, sendo chamado o suplente seguinte.
§ 6º A convocação do suplente seguinte em razão de recusa ou ausência de manifestação não altera a ordem de classificação dos demais suplentes.

Art. 70-B. Esgotada a lista de suplentes, ou inexistindo suplentes aptos e disponíveis para assumir a função, o CMDCA adotará as providências necessárias para a realização de processo de escolha suplementar, observado o disposto na legislação federal, nesta Lei e nas normas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA.
§ 1º O processo de escolha suplementar terá por finalidade o preenchimento das vagas existentes e poderá ser realizado para uma ou mais vagas, conforme a necessidade do Conselho Tutelar.
§ 2º Poderão participar do processo de escolha suplementar os interessados que preencherem os requisitos legais para o exercício da função, observadas as disposições desta Lei e do respectivo edital.
§ 3º O candidato escolhido em processo de escolha suplementar exercerá a função pelo período remanescente do mandato dos membros do Conselho Tutelar, não havendo prorrogação do mandato em razão da escolha suplementar."

Art. 70-C. Os suplentes convocados para o exercício temporário ou definitivo da função de Conselheiro Tutelar estarão sujeitos aos mesmos requisitos, deveres, impedimentos, responsabilidades e obrigações aplicáveis aos membros titulares enquanto estiverem no efetivo exercício da função.
§ 1º Durante o período em que estiverem no exercício da função, os suplentes deverão manter atualizados os requisitos legais exigidos para o exercício do cargo e cumprir as obrigações de apresentação de documentos e certidões previstas nesta Lei.
§ 2º O exercício temporário da função pelo suplente não lhe confere direito à titularidade permanente da vaga, salvo na hipótese de vacância definitiva e observadas as disposições legais aplicáveis.
§ 3º O CMDCA manterá atualizada a lista de suplentes e deverá registrar as convocações realizadas, respectivas manifestações dos convocados, períodos de exercício e demais ocorrências relacionadas à substituição dos membros titulares.
§ 4º A convocação dos suplentes deverá ser realizada por meio que permita comprovar a ciência do convocado, observados os prazos e procedimentos estabelecidos pelo CMDCA."

Art. 11 - Ficam acrescidos à Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, os arts. 62-A a 62-M, com a seguinte redação:

"Art. 62-A. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar compreenderá as seguintes etapas:
I – inscrição para registro da candidatura;
II – análise documental e verificação do cumprimento dos requisitos legais, de caráter eliminatório;
III – prova teórica de conhecimentos gerais e específicos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, de caráter eliminatório;
IV – avaliação psicológica de aptidão para o exercício das atribuições de membro do Conselho Tutelar, de caráter eliminatório;
V – publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados;
VI – campanha e divulgação das candidaturas habilitadas;
VII – eleição dos candidatos habilitados, mediante votação popular; e
VIII – apuração dos votos, proclamação do resultado e homologação do processo de escolha.
§ 1º Somente poderá prosseguir para a etapa seguinte o candidato considerado habilitado na etapa imediatamente anterior.
§ 2º Considerar-se-ão habilitados para participar da eleição os candidatos aprovados em todas as etapas eliminatórias anteriores e que atenderem às demais exigências previstas nesta Lei e no edital.
§ 3º A relação definitiva dos candidatos habilitados para participar da eleição será publicada pela Comissão Eleitoral antes do início da campanha.
§ 4º É vedada a realização de campanha ou propaganda eleitoral antes da publicação da relação definitiva dos candidatos habilitados.

Art. 62-B. A análise documental será realizada pela Comissão Eleitoral, responsável pela conferência da documentação apresentada

pelos candidatos e pela verificação do cumprimento dos requisitos previstos nesta Lei e no edital.
§ 1º A Comissão Eleitoral verificará a regularidade, validade e compatibilidade dos documentos apresentados com os requisitos exigidos para a candidatura.
§ 2º O candidato que atender a todos os requisitos será considerado habilitado para participar da prova teórica.
§ 3º O candidato que não atender a qualquer requisito legal ou deixar de apresentar documento obrigatório será considerado não habilitado para prosseguir no processo, assegurado o direito de recurso.
§ 4º O resultado da análise documental será publicado pela Comissão Eleitoral, contendo a relação dos candidatos habilitados e não habilitados.
§ 5º Da decisão que considerar o candidato não habilitado caberá recurso no prazo e nas condições estabelecidos no edital.

Art.62-C. A prova teórica será composta por questões objetivas de conhecimentos gerais e específicos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente e por estudo de caso, totalizando 100 (cem) pontos.
I – 40 (quarenta) pontos para questões de conhecimentos específicos sobre os Direitos da Criança e do Adolescente;
II – 20 (vinte) pontos para questões de conhecimentos gerais; e
III – 40 (quarenta) pontos para estudo de caso destinado à avaliação da capacidade do candidato de analisar situações relacionadas às atribuições do Conselho Tutelar e apresentar soluções adequadas.
§ 1º A prova deverá abranger, especialmente:
I – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
II – Constituição Federal, no que se refere aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes;
III – Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;
IV – atribuições, competências e limites de atuação do Conselho Tutelar;
V – políticas públicas de assistência social, saúde e educação;
VI – prevenção e enfrentamento das violências contra crianças e adolescentes;
VII – Lei Federal nº 13.431, de 4 de abril de 2017, e legislação correlata;
VIII – Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente; e
IX – conhecimentos básicos relacionados à elaboração de registros, documentos, requisições e encaminhamentos próprios da função.
§ 2º A prova terá caráter eliminatório e será elaborada e aplicada por empresa ou instituição especializada, contratada para esse fim, observada a legislação aplicável.
§ 3º Será considerado aprovado e habilitado o candidato que obtiver nota igual ou superior a 70 (setenta) pontos.
§ 4º O candidato que obtiver nota inferior a 70 (setenta) pontos será considerado reprovado e não habilitado para prosseguir à etapa de avaliação psicológica.
§ 5º O conteúdo programático, o número de questões, os critérios de avaliação e correção do estudo de caso e demais regras da prova serão estabelecidos no edital.
§ 6º Será assegurado ao candidato o direito de recurso contra o resultado da prova, na forma estabelecida no edital.

Art. 62-D. Os candidatos aprovados e habilitados na prova teórica serão submetidos à avaliação psicológica de aptidão para o exercício das atribuições de membro do Conselho Tutelar, de caráter eliminatório.

Art. 62-E. A avaliação psicológica será realizada por profissionais regularmente inscritos no Conselho Regional de Psicologia – CRP, observadas as normas técnicas e éticas aplicáveis.
§ 1º A avaliação deverá utilizar métodos, técnicas e instrumentos psicológicos cientificamente reconhecidos e autorizados para utilização profissional.
§ 2º Os critérios e características psicológicas necessários ao exercício da função deverão ser definidos previamente, com fundamento nas atribuições legais do Conselho Tutelar.
§ 3º A contratação dos profissionais ou empresa responsável pela avaliação deverá observar a legislação aplicável e as normas do Conselho Federal de Psicologia.
Art. 62-F. A avaliação psicológica deverá considerar a compatibilidade das características psicológicas do candidato com as atribuições essenciais da função, observadas as normas técnicas e profissionais aplicáveis.
Parágrafo único. A avaliação poderá considerar, entre outros aspectos relacionados às atribuições do cargo, capacidade de comunicação, escuta, tomada de decisão, manejo de conflitos, trabalho em equipe, controle da impulsividade, tolerância à pressão e respeito aos limites institucionais.

Art. 62-G. O resultado da avaliação psicológica será expresso exclusivamente como:
I – APTO; ou
II – INAPTO.
§ 1º A conclusão de inaptidão deverá ser fundamentada tecnicamente na incompatibilidade entre as características identificadas na avaliação e aquelas consideradas necessárias ao exercício das atribuições do Conselho Tutelar.
§ 2º É vedada a divulgação de diagnóstico, resultado de testes, informações clínicas ou quaisquer outros dados psicológicos protegidos por sigilo profissional.
§ 3º A publicação do resultado deverá limitar-se à condição de apto ou inapto, observadas as normas profissionais aplicáveis.
§ 4º O candidato considerado inapto poderá ser submetido a nova avaliação psicológica por profissional ou banca distinta, na forma estabelecida no edital e observadas as normas profissionais aplicáveis.
§ 5º Caso o candidato seja considerado apto na segunda avaliação, será considerado habilitado para prosseguir no processo de escolha.

Art. 62-H. Ao candidato considerado inapto será assegurado:
I – conhecimento do resultado, na forma permitida pelas normas profissionais;
II – entrevista devolutiva;
III – acesso às informações técnicas às quais tenha direito;
IV – interposição de recurso; e
V – análise do recurso por profissional ou equipe distinta daquela responsável pela conclusão inicial, quando tecnicamente possível.

Art. 62-I. A existência atual ou anterior de diagnóstico psicológico ou psiquiátrico, realização de psicoterapia, acompanhamento médico ou utilização de medicamento não constituirá, isoladamente, causa de inaptidão.
Parágrafo único. A avaliação deverá considerar exclusivamente aspectos funcionalmente relacionados às atribuições essenciais da função, observadas as normas técnicas e éticas aplicáveis.

Art. 62-J. Os documentos e informações decorrentes das avaliações psicológicas e médicas serão tratados como informações pessoais de acesso restrito, observadas a legislação de proteção de dados pessoais, o sigilo profissional e as demais normas aplicáveis.

Art. 62-K. O CMDCA e a Comissão Especial do Processo de Escolha não terão acesso ao conteúdo dos testes psicológicos, prontuários, diagnósticos ou demais informações protegidas por sigilo profissional, recebendo somente as informações necessárias à decisão quanto à habilitação do candidato.

Art. 62-L. Os profissionais responsáveis pela avaliação psicológica deverão observar os princípios da imparcialidade, independência técnica, sigilo profissional e ausência de conflito de interesses em relação aos candidatos.

Art. 62-M. A contratação dos profissionais ou empresa responsável pela avaliação psicológica poderá compreender, conforme previsto no instrumento de contratação:
I – elaboração ou validação do perfil profissiográfico;
II – realização das avaliações;
III – emissão dos documentos técnicos cabíveis;
IV – realização das entrevistas devolutivas;
V – análise dos recursos, quando prevista a participação dos profissionais contratados; e
VI – guarda e proteção dos documentos, conforme as normas aplicáveis.”

Art. 12 - Fica acrescido ao art. 74 da Lei Municipal nº 4.513, de 13 de junho de 2018, o § 13, com a seguinte redação:

"Art. 74. (...)
§ 13. A escala de sobreaviso será previamente elaborada e divulgada pelo Conselho Tutelar, de forma a assegurar a continuidade do atendimento das situações que demandem atuação do órgão fora do horário regular de funcionamento."

Art. 13 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar, além das disposições desta Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, a Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, as normas expedidas pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-PR e demais normas aplicáveis.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE IRATI, 02 de OUTUBRO de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jessica Fernanda Taiok Kuc
Código Identificador:203F7DB3

SEC DE FAZENDA/DPTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO FRACASSADA

Concorrência eletrônica nº 007/2026. Processo Administrativo nº 135/2026
Objeto: Concessão do imóvel objeto da matrícula nº 11.016 do 1º Oficio de Registro de Imóveis de Irati conforme parágrafo II do Art. 2º. da Lei Municipal nº 5.320/2026.
Diante da inabilitação de todos os proponentes e do exaurimento da fase recursal administrativa sem reforma da decisão, resta caracterizado o insucesso do certame. Ante o exposto, declaro fracassado o presente processo licitatório, com fulcro no art. 71, inciso II, da Lei nº 14.133/21, determinando o seu arquivamento.

Irati, 02 de outubro de 2026.

EMILIANO AUGUSTO ROCHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Carla Brandalise
Código Identificador:CCA82286

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ
AVISO DE DISPENSA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 003/2026
(Processo Administrativo Nº 004/2026)

A Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná, torna público para conhecimento dos interessados. que se encontra em andamento processo administrativo de Dispensa de Licitação com o critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, que tem por objeto a " Contratação de pessoa jurídica para fornecimento de gêneros alimentícios, material de limpeza e higiene, copa e cozinha para a Câmara Municipal de Itambaracá – PR."

Visando atender o disposto no inciso II e §3º do art. 75 da Lei Federal n.º 14.133/2021, abre-se prazo às empresas interessadas neste objeto para a apresentação de propostas adicionais à municipalidade.

As propostas serão encantinhadas o envio para endereços eletrônicos de e-mails contato@camaraitambaraca.pr.gov.br, ou camaraitca@gmail.com e/ou, entregue em mãos no escritório da Câmara Municipal de Itambaracá/PR, na Avenida Interventor Manoel Ribas, Nº 06, a partir desta Publicação, até 09 de outubro de 2026, às 11:30 horas.

O Edital com o Termo de referência, modelo de proposta, seus anexos e este aviso poderão ser encontrados no site oficial da Câmara Municipal de Itambaracá através do site: https://camaraitambaraca.pr.gov.br nas abas> Portal da Transparência> Licitações/Administração> Licitações> e/ou através do link: https://itambaraca.eloweb.net/portaltransparencia/2/licitacoes. Dúvidas e esclarecimentos podem ser obtidos de segunda a sexta feira, das 08:00 min às 11:30 min e das 13:30 min às 17:00min, através do telefone (43) 3543-1613, e/ou e-mail camaraitca@gmail.com.

A empresa detentora da proposta mais vantajosa para a Câmara Municipal de Itambaracá, Estado do Paraná. será contatada para envio da documentação que comprove reunir as condições necessárias para contratar com a Administração, em até 02 (dois) dias úteis após a convocação.

Itambaracá, 02 de outubro de 2026.

ULYSSES FERNANDO LORDANI PEREIRA
Agente de Contratação

LUIZ AUGUSTO DO VALE
Presidente

Publicado por:
Fernanda Regina Zanata
Código Identificador:4139AA97

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 160/2026
Processo Administrativo nº 034/2026
Pregão Eletrônico – SRP nº 022/2026
Contratante: Município de Itambaracá – PR, CNPJ nº 76.235.738/0001-08, com sede na Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, representado pelo Prefeito Municipal Amarildo Tostes.
Detentora: GWS Global Ltda, CNPJ nº 53.080.207/0001-80, com sede na Rua Alpercata, nº 261, Timóteo/MG, representada por Gustavo Henrique Saverino Pinto.
Objeto: Registro de preços para fornecimento e instalação de aparelhos de ar-condicionado, serviços de manutenção com fornecimento de peças, limpeza e higienização completa, recarga de gás (incluso gás) e retirada e instalação de equipamentos correlatos, para atendimento às demandas da Prefeitura Municipal de Itambaracá/PR, conforme especificações constantes do Termo de Referência e do Edital do Pregão Eletrônico nº 022/2026.
Vigência: 12 (doze) meses.
Valor:R$ 1.709,70 (hum mil setecentos e nove reais e setenta centavos)
Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.
Itambaracá/PR, 02 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:CB0FCB96

LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 053/2022
PROCESSO: Pregão Eletrônico nº 051/2022
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de armazenamento, transbordo, transporte e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos/domésticos, Classe II, em aterro devidamente licenciado pelo órgão competente.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ – Estado do Paraná, CNPJ nº 76.235.738/0001-08, com sede na Avenida Interventor Manoel Ribas, nº 06, Itambaracá/PR.
CONTRATADA: OMS AMBIENTAL EIRELI, CNPJ nº 09.251.694/0001-04, com sede na Avenida das Indústrias, nº 89, Parque Industrial, Siqueira Campos/PR, CEP 84.940-000.
DA VIGÊNCIA: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato nº 053/2022 de 25 de outubro de 2026 para 25 de outubro de 2027, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.
FORO: Comarca de Andirá/PR.

Itambaracá/PR, 02 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andreia Silvestrini
Código Identificador:19493828

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 384/2026

Súmula: Dispõe sobre a concessão de Licença 03 meses na forma do Art. nº 139 da Lei Municipal nº 687 de 24 de março de 1994 - Estatuto dos Servidores Públicos e dá outras providências.

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o Ofício nº 85/2026 da Secretaria de Assistência Social que solicita Licença 01 mês da referida servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Conceder a Senhora **DAGMAR DE OLIVEIRA**, funcionária concursada, Matrícula nº 500654, no cargo **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** do Quadro da Prefeitura Municipal de Itambaracá, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, admitida em **01 de junho de 2006**, **LICENÇA POR 01 (UM) MÊS** de acordo com o disposto no Artigo n.º 139 da Lei Municipal n.º 687 de 24 de março de 1994, (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) do período aquisitivo de **31/05/2016 a 04/12/2021**, com início em **21 de setembro de 2026 e término aos 20 de outubro de 2026**.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor nesta data, retroagindo seus efeitos a 21 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE OUTURO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:91695684

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 385/2026

AMARILDO TOSTES, Prefeito Municipal de Itambaracá, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 62 e inciso VI, alínea A, da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade dos serviços essenciais executados pela servidora Karla Giovanna Carvalho Gonçalves, Matrícula 600348, no cargo de Diretor do Centro do Idoso, atualmente usufruindo suas férias regulamentares desde 14/09/2026;

CONSIDERANDO a possibilidade de suspensão do afastamento já iniciado, que, por necessidade de serviço implica no retorno do servidor às suas atividades;

CONSIDERANDO que o uso e gozo das férias podem ser determinados, a critério da Administração Pública, conforme sua conveniência e interesse, não ferindo o direito do servidor, o qual usufruirá o restante do período suspenso de uma só vez;

CONSIDERANDO que o direito a férias não será desconstituído pela Administração Pública, pois o período concessivo exato deve ter em conta o interesse público, ostentando a natureza da alçada discricionária do administrador competente, segundo a conveniência e o interesse da Administração Pública; e

CONSIDERANDO, o Ofício nº 101/2026 da Secretária Municipal de Assistência Social que autoriza o Retorno de Férias da servidora abaixo;

R E S O L V E :

Art. 1º - Determinar o **RETORNO** da servidora pública **KARLA GIOVANNA CARVALHO GONÇALVES,** no cargo de **DIRETOR DO CENTRO DO IDOSO** às suas atividades funcionais, suspendendo-se o período de férias a partir de **28/09/2026.**

Art. 2° - O restante do período de férias será gozado a partir de nova data, descontado o período já usufruído.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 28 de setembro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ, EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:D2CDC0C1

RECURSOS HUMANOS
RESOLUÇÃO CMS Nº 015/2026

Considerando que o pleno do Conselho Municipal de Saúde de Itambaracá, Estado do Paraná, Rua Orlando Fuzeto n° 405, regulamentado conforme a Lei Municipal 1.546/2015 e Leis Federais nº. 8.080 de 19 de setembro de 1990 e nº. 8.142 de 28 de dezembro de 1990, em reunião ordinária realizada no dia 01 de outubro de 2026, às 10:00 horas no prédio da Secretaria Municipal de Saúde de Itambaracá, registra em Ata n° 015/2026.

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar a prestação de contas do referente ao **2° Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) de 2026.**

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Itambaracá-PR, 01 de outubro de 2026.

THYELLY SAMANTHA ZAMBONI
Presidente do C.M. S

Homologada em 01 outubro de 2026.

REGIANE DA SILVA MENDES POLIZEL
Secretária Municipal de Saúde
Portaria n° 299/2026

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:27E531A2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2025

Ananias Soares Vieira, Prefeito do Município de Itambé, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando o teor do Edital n.º 001-C/2025 (Edital de Classificação Final),

RESOLVE:

1. CONVOCAR MICHELE LAISA KAISER DE OLIVEIRA, aprovada no Processo Seletivo Simplificado (PSS) aberto pelo Edital nº 001/2025, no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, para comparecer junto à Unidade de Recursos Humanos, no Paço Municipal de Itambé/PR, sito à Praça Rui Barbosa, 34 – Centro, no prazo de 03 (Três) dias úteis a contar desta publicação, das 8:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas, para fins de cumprimento do processo de admissão junto ao Poder Executivo desta municipalidade, ou, se do eventual desinteresse por parte do(a) mesmo(a), para fins de expedição de declaração formal de desistência na assunção do cargo público correspondente, munido de fotocópias dos documentos abaixo relacionado.

Documentos:
a) Cédula de Identidade (RG) e fotocópia;
b) CPF e fotocópia;
c) Registro no Conselho Regional de Classe e fotocópia e Certidão de regularidade do respectivo conselho;
d) Registro Civil de nascimento ou casamento e fotocópia;
e) Certificado de Reservista/Isenção e fotocópia, se do sexo masculino (até 45 anos);
f) Título de eleitor e fotocópia, junto com o comprovante de votação da última eleição ou a justificativa da ausência e fotocópia, ou declaração de quitação eleitoral;
g) Carteira de Trabalho e cadastro do PIS/PASEP e fotocópia;
h) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo e fotocópia;
i) Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos e fotocópia, acompanhado da declaração de vacina da criança (até 6 anos) e da declaração de matrícula e frequência escolar (de 7 a 14 anos), quando houver;
j) Uma foto 3x4 recente, tirada de frente;
k) Cópia do RG e CPF do cônjuge e dos filhos, quando houver;
l) Certidão negativa de antecedentes criminais, fornecida pela Justiça Estadual e Federal, no local de residência do candidato;
m) Comprovante de residência atual (conta de água, luz ou telefone) e fotocópia;
n) Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio privado;
o) Declaração de desvinculação para o candidato que exerce cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração.
p) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
q) cópia do comprovante do tipo sanguíneo;
r) Exames médicos e clínicos para avaliação de capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo, pela Perícia Médica Oficial ou por órgão devidamente indicado pelo Poder Público Municipal.

2. A desobediência e/ou não comparecimento no prazo previsto no presente instrumento, acarretará as sanções previstas na legislação vigente disciplinadora da matéria, c/c ditames do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 001/2025.

Edifício da Municipalidade de Itambé, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:C1494A82

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 218/2026

O Prefeito do Município de Itambé Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas,

R E S O L V E:

CONCEDER em favor de KARINA STHEFANI BARROS, brasileira, portadora da Cédula de Identidade sob nº 13.445.xxx-x SESP/PR, pertencente ao Quadro de Pessoal Estatutário desta Municipalidade, sua volta ao cargo de Auxiliar de Creche, a partir de 05 de outubro de 2026, uma vez que se encontrava usufruindo licença sem vencimentos.

Publique-se e Afixe-se.

Edifício do Município de Itambé, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:12F2D049

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE DESISTÊNCIA

REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO SIMPLICADO – PSS nº 001/2025 PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I

Eu, **PATRICIA KAROLLINE MANIEZO,** portadora da cédula de identidade sob nº 13.529.xxx-x/PR e CPF 092.513.xxx-xx, brasileira, classificada para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais I, através do Edital de Processo Seletivo Simplificado - PSS nº 001/2025, venho por minha livre e espontânea vontade **DESISTIR** da vaga a que tenho direito, deixando livre o cargo para o próximo candidato classificado.

Itambé-Pr., 02 de outubro de 2026.

PATRICIA KAROLLINE MANIEZO
Desistente

Publicado por:
Katia Cristina da Costa Vieira
Código Identificador:F3F78075

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATUAL

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS (PRAZO/VALOR)
CONTRATO Nº 136/2025 – ID/TCE: Nº 42980

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBÉ
CNPJ Nº 76.282.698/0001-47

CONTRATADA: PATRICIA SILVA DE PAULA
CPF nº 133.***.109-**

OBJETO: Através do presente termo de Aditamento as partes resolver prorrogar o prazo de fornecimento dos serviços até a data de 18/09/2027 e vigência contratual ate 03/10/2027 e consequentemente promover o aditivo financeiro de R$ 29.206,56 (vinte e nove mil, duzentos e seis reais e cinquenta e seis centavos), passando o valor total do contrato original para R$ 51.111,48 (cinquenta e um mil, cento e onze reais e quarenta e oito centavos).

DEMAIS CONDIÇÕES: Estabelecidas no contrato primitivo, o qual vincula-se ao Processo Administrativo de Inexigibilidade Nº 38/2025.

Poder Executivo Municipal
Gabinete do Prefeito, aos 19/09/2026.

ANANIAS SOARES VIEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flavia Vicenzi
Código Identificador:1F75AA74

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO Nº 4386/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE - PR
Extrato Contrato N° 4386/2026
Contratante: Município de Itapejara D'Oeste – PR, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 76.995.430/0001 – 52.
Contratado: Elis Angela Fabiane – Me, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 49.908.728/0001 – 05.
Objeto: Contratação de empresa especializada na comercialização/confecção de uniformes escolares, destinados aos alunos matriculados nas instituições de ensino da Rede Municipal de Educação do Município de Itapejara D'Oeste - PR, em conformidade com o Edital de Pregão Eletrônico Nº 90037/2026.
Valor do Contrato: R$ 457.200,00 (Quatrocentos e cinquenta e sete mil e duzentos reais).
Vigência: 24 (vinte e quatro) meses.
Data do Contrato: 02 (dois) de Outubro de 2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:720B2099

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 228/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
DECRETO N.º 228/2026
DATA: 02.10.2026

SÚMULA: Convoca a Conferência Municipal de Esportes de Itapejara D'Oeste e aprova seu Regimento Interno.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e considerando a Lei nº 2.213/2025, Lei nº 2.260/2026, e em articulação com o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a Conferência Municipal de Esportes de Itapejara D'Oeste, com o tema central "O esporte que queremos para Itapejara D'Oeste nos próximos dez anos".
Art. 2º A Conferência será realizada em 21 de outubro de 2026, com início às 14 horas, no Centro de Eventos Victor Getúlio Piazza, situado na Rua Darci Dalmolin, nº 145, em Itapejara D'Oeste/PR, em formato presencial, sob a coordenação do Departamento Municipal de Esportes e Cultura.
Art. 3º A Conferência tem por objetivo reunir poder público, comunidade esportiva e demais interessados para discutir o diagnóstico e formular propostas de diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para o Plano Decenal Municipal de Esporte.
Art. 4º Os trabalhos serão organizados nos seguintes eixos:
I – Formação Esportiva;
II – Excelência Esportiva;
III – Esporte para Toda a Vida.
Art. 5º A participação será aberta à comunidade, mediante credenciamento presencial no local do evento, antes do início dos debates, sem cobrança de inscrição, observadas as regras do Regimento Interno, a acessibilidade, a capacidade e as condições de segurança do local.
Art. 6º Aprovar o Regimento Interno da Conferência, na forma do Anexo I deste Decreto.
Art. 7º A organização será conduzida pela Comissão formalmente instituída, com apoio do Departamento Municipal de Esportes e Cultura e articulação com o CMEL.
Art. 8º As propostas e os registros serão sistematizados e encaminhados ao CMEL para apreciação, observados o processo de consolidação e o rito de aprovação do Plano previsto na legislação municipal.
Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, aos 02 (dois) dias do mês outubro do ano de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretora do Depto de Administração

ANEXO I
REGIMENTO INTERNO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ESPORTES
CAPÍTULO I DA FINALIDADE E DA ORGANIZAÇÃO
Art. 1º A Conferência Municipal de Esportes de Itapejara D'Oeste é um espaço de participação social destinado ao debate da realidade esportiva municipal e à construção de propostas para o Plano Decenal Municipal de Esporte.
Art. 2º O evento será realizado pela Prefeitura Municipal de Itapejara D'Oeste, por meio do Departamento Municipal de Esportes e Cultura, em articulação com o Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL e com apoio da Comissão Organizadora.
Art. 3º A Conferência ocorrerá em 21 de outubro de 2026, com início às 14 horas, no Centro de Eventos Victor Getúlio Piazza, em formato presencial. O encerramento ocorrerá após a conclusão dos trabalhos previstos.
Art. 4º O tema central será "O esporte que queremos para Itapejara D'Oeste nos próximos dez anos".
Art. 5º São objetivos da Conferência:
I – analisar a oferta esportiva, as necessidades da população e os desafios da gestão municipal;
II – discutir diretrizes, objetivos, metas, ações e indicadores para o planejamento decenal;
III – fortalecer a participação da comunidade e o controle social;
IV – organizar propostas para os três níveis integrados de prática esportiva;
V – subsidiar a consolidação do Plano e sua apreciação pelo CMEL.
CAPÍTULO II DA PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO
Art. 6º Poderão participar gestores públicos, conselheiros, atletas, professores, técnicos, dirigentes, representantes de agremiações, associações, escolas, instituições de ensino e organizações da sociedade civil, pessoas com deficiência, grupos de pessoas idosas, representantes das comunidades urbanas e rurais e demais interessados.
Art. 7º O credenciamento será realizado presencialmente no local do evento, antes do início dos debates, mediante identificação e registro na lista de presença, sem cobrança de inscrição.
§ 1º O credenciamento registrará nome, segmento e entidade representada, quando houver, observadas a finalidade do registro e a proteção dos dados pessoais.
§ 2º Não se exigirá representação de entidade como condição para participação da comunidade.
§ 3º A organização deverá providenciar condições de acessibilidade e apoio à participação e observar a capacidade e as condições de segurança do local.
Art. 8º Os participantes credenciados terão direito à manifestação e à apresentação de propostas. Para votação, cada participante credenciado terá direito a um voto, vedada a votação por procuração.
Parágrafo único. As regras deste regimento referem-se às deliberações da Conferência e não alteram a composição, o quórum ou as competências legais do CMEL.
CAPÍTULO III DOS EIXOS E DOS DEBATES

Art. 9º As discussões serão organizadas em três eixos:
I – Formação Esportiva: iniciação, vivência, aprendizagem, atendimento de crianças e adolescentes, articulação com a escola e qualificação dos programas de base;
II – Excelência Esportiva: treinamento, aperfeiçoamento, apoio técnico e logístico a atletas e equipes, participação competitiva e critérios públicos de incentivo;
III – Esporte para Toda a Vida: prática regular, lazer, saúde, envelhecimento ativo, inclusão, paradesporto e atendimento comunitário.
Parágrafo único. Infraestrutura, acessibilidade, qualificação profissional, financiamento, equidade territorial, transparência e participação social serão tratados como temas transversais.
Art. 10. A programação compreenderá abertura, apresentação do diagnóstico e da proposta do Plano, discussão por eixos, sistematização, plenária final e encaminhamentos.
Art. 11. Cada grupo contará com facilitador e relator indicados pela Comissão Organizadora. Os participantes poderão escolher o eixo em que pretendem contribuir.
§ 1º As propostas deverão identificar, sempre que possível, diretriz, objetivo, meta, ação, indicador, responsável e eventuais parceiros.
§ 2º As metas deverão considerar a realidade municipal, as informações disponíveis, a capacidade de execução e a necessidade de previsão orçamentária.
§ 3º Caso o número de participantes não comporte grupos separados, os três eixos serão debatidos sucessivamente em plenária, preservados o registro e a oportunidade de manifestação.
Art. 12. O diagnóstico e as propostas da Matriz do Plano serão materiais de apoio ao debate e poderão receber alterações e novas contribuições.

CAPÍTULO IV DA PLENÁRIA E DAS DELIBERAÇÕES
Art. 13. Os relatores apresentarão à plenária as propostas dos grupos, identificando o eixo, os destaques e os pontos de divergência.
Art. 14. A coordenação organizará as manifestações e as votações, assegurando oportunidade de defesa e de apresentação de emendas.
§ 1º As propostas serão aprovadas por maioria simples dos votos válidos dos participantes credenciados presentes na votação, excluídas as abstenções.
§ 2º Em caso de empate, a proposta será submetida a nova discussão e votação. Persistindo o empate, será registrada como não aprovada.
§ 3º As votações serão abertas, com contagem e registro dos votos favoráveis, contrários e das abstenções.
Art. 15. Propostas semelhantes poderão ser reunidas para votação, mediante apresentação do texto consolidado e concordância da plenária. A sistematização não poderá suprimir decisão aprovada ou alterar seu sentido sem registro e apreciação.
Art. 16. A aprovação de proposta pela Conferência constitui encaminhamento para o planejamento municipal e não dispensa a apreciação do CMEL, o rito de aprovação do Plano, a análise de viabilidade, a previsão orçamentária ou a autorização legal específica exigível.
CAPÍTULO V DOS REGISTROS E DOS ENCAMINHAMENTOS
Art. 17. A Comissão elaborará ata e relatório final, reunindo lista de presença, segmentos representados, propostas, resultados das votações, encaminhamentos e registros fotográficos pertinentes.
Art. 18. O Departamento Municipal de Esportes e Cultura, com apoio da Comissão, organizará as propostas na Matriz do Plano Decenal e apresentará o conjunto ao CMEL para apreciação, conforme a legislação municipal.
Art. 19. O relatório e os encaminhamentos serão divulgados nos canais oficiais, com proteção das informações pessoais e respeito às condições de acessibilidade.
Art. 20. Os casos omissos relacionados à condução dos trabalhos serão examinados pela Comissão Organizadora e, quando afetarem a participação ou a deliberação das propostas, submetidos à plenária, respeitada a legislação aplicável.
Art. 21. Este Regimento entra em vigor após sua aprovação pela instância competente e sua publicação juntamente com o ato de convocação.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:78822DFE

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIÁRIA Nº 806 A Nº 820/2026

Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 806/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Jaqueline A. Passarini, Matrícula: 014.510-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 807/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Simone A. dos Santos, Matrícula: 012.681-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Gestora Escolar. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 808/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Suzana Hreneczen, Matrícula: 015.427-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 809/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Daniella W. Mantuvamni, Matrícula: 015.630-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 810/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Adriana Calegari, Matrícula: 012.320-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 811/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Ana C. S. Corteze, Matrícula: 013.963-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 812/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luciana P. Cordova, Matrícula: 012.584-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 813/2026

DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Paula C. Dill, Matrícula: 017.900-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 814/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Kelly P. Ramão, Matrícula: 7773-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 815/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Eloiza L. Casiraghi, Matrícula: 014.714-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 816/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Mayara C. Morgerot, Matrícula: 014.862-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Professora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 817/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Andreia A. Alves, Matrícula: 8419-1. Órgão de Lotação: Depto de Educação. Cargo ou função: Diretora. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 07h10 e retorno dia 08.10.2026 as 17h00. Destino: Pato Branco. Valor de diárias: R$ 100,00. Transporte utilizado: Ônibus (oficial). Finalidade da viagem: Seminário. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 818/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Eduardo Arsego, Matrícula: 111.880-1. Órgão de Lotação: Depto de Administração. Cargo ou função: Aux. Adm. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12.10.2026 as 18h00 e retorno dia 15.10.2026 as 18h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 750,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Capacitação TCE/PR. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 819/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Sandro L. Forner, Matrícula: 111.201-1. Órgão de Lotação: Depto de Administração. Cargo ou função: Aux. Adm. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 12.10.2026 as 18h00 e retorno dia 15.10.2026 as 18h00. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 750,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Capacitação TCE/PR. Local: Centro de Eventos. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.
Município de Itapejara D'Oeste - Diária – Ato n° 820/2026
DADOS DO SOLICITANTE
Nome: Luis F. Pedroso, Matrícula: 015.583-1. Órgão de Lotação: Divisão de Esportes. Cargo ou função: Chefe. **DADOS DA VIAGEM:** Data da Viagem: saída dia 08.10.2026 as 09h00 e retorno dia 12.10.2026 as 18h30. Destino: Curitiba. Valor de diárias: R$ 1.125,00. Transporte utilizado: Carro (oficial). Finalidade da viagem: Circuito Oeste de Cocha Paralimpica. Local: Ginásio. Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal nº.1911/2020, que aprova o regimento das diárias. Itapejara D'Oeste 02.10.2026.

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:4116F690

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE - PR

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAPEJARA D' OESTE - PR
PLANO DE CONTRATAÇÃO ANUAL
EXERCÍCIO – 2027

Introdução

O Plano de Contratação Anual (PCA) é uma inovação advinda da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, foi regulamentado pelo Decreto nº 10.947, de 25 de janeiro de 2022, no âmbito da esfera federal, e internamente pelo Decreto n°36/2023.

O PCA é um instrumento de promoção da transparência e de aprimoramento da governança pública que deve ser elaborado pelos órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo, divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial e observado na realização de licitações e na execução dos contratos.

A elaboração do PCA é altamente recomendável em razão do potencial para contribuir com a redução de desperdícios e falhas, com o aprimoramento continuado da gestão de aquisições e contratos e, mais importante, para conferir maior realismo à elaboração dos orçamentos.

Objetivos

A implantação do Plano Anual de Contratações no âmbito da Câmara Municipal de Itapejara D' Oeste tem por objetivos:

racionalizar as contratações das unidades administrativas do ente federado, por meio da promoção de contratações centralizadas e compartilhadas, a fim de obter economia de escala, padronização de produtos e serviços e redução de custos processuais;

II. garantir o alinhamento com o planejamento estratégico, o plano diretor de logística sustentável e outros instrumentos de governança existentes;

III. subsidiar a elaboração das leis orçamentárias;

IV. evitar o fracionamento de despesas; e

V. sinalizar intenções ao mercado fornecedor, de forma a aumentar o diálogo potencial com o mercado e incrementar a competitividade.

Fundamento Jurídico

O planejamento é função administrativa primordial para o aperfeiçoamento contínuo da prestação de serviço público e requer da gestão pública a produção de documentos que amparem a tomada de decisões e promovam transparência nas ações administrativas. Com esse espírito, Nova Lei de Licitações trouxe importante inovação ao prever que *"a partir de documentos de formalização de demandas, os órgãos responsáveis pelo planejamento de cada ente federativo poderão, na forma de regulamento, elaborar plano de contratações anual, com o objetivo de racionalizar as contratações dos órgãos e entidades sob sua competência, garantir o alinhamento com o seu planejamento estratégico e subsidiar a elaboração das respectivas leis orçamentárias"* (art. 12, VII).

Justificativa

A execução do presente PCA levará em consideração, em primeiro lugar, a disponibilidade financeira da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste ao longo do exercício de 2027.

Serão priorizados os serviços essenciais para o funcionamento da Câmara, sobretudo aqueles cujo início da prestação é fundamental e contínuo. Posteriormente, serão realizadas as contratações em conformidade com o final da vigência dos Contratos e Atas de Registro de Preços celebrados pela Câmara.

Adverte-se, desde já, que o PCA é um plano, não um programa. Os objetos de contratação aqui listados advêm, em grande medida, de uma expectativa de contratação, baseada no levantamento

prévio de necessidades e no histórico de contratações e de consumo. Na Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste, a elaboração do presente Plano utilizou como metodologia o levantamento das despesas realizadas nos últimos Exercícios Financeiros, utilizando-se ainda a relação de empenhos emitidos nos exercícios de 2022, 2023, 2024, 2025 até o presente momento de 2026, classificando-os conforme os elementos de despesa e apartando as situações atípicas ocorridas no período. É perfeitamente possível que alguns dos objetos não venham a ser executados, e outros que não estejam no presente plano, venham a ser adquiridos, pois a formação do juízo de mérito administrativo, em cada caso, sopesará a conveniência e a oportunidade de realizar cada contratação quando ela se mostrar necessária ou desnecessária.
Em seguida, foi realizado levantamento das necessidades da Casa, mediante exame das necessidades atuais não atendidas e formalização de novas demandas para o exercício seguinte. A partir desse levantamento, classificou-se as compras e contratações dele resultantes, dando destaque àquelas de natureza continuada e às que serão renovadas para o exercício de 2027.
Para a formação das estimativas de despesas para 2027, também foram observadas as estimativas de contratações passadas e o histórico de consumo, acrescidas de uma margem de segurança, a depender do objeto.
Em mesmo sentido, reconhecendo-se a dinamicidade da realidade administrativa e de preços de mercado, é insensato considerar que as despesas realizadas terão sempre o mesmo dimensionamento das despesas planejadas, e, portanto, é possível que, para comportar certas despesas, haja necessidade de abrir crédito suplementar, com anulação de despesas da própria unidade orçamentária, para comportar os gastos planejados em algumas áreas.
Em razão disso, o Departamento Financeiro da Câmara Municipal de Itapejara D'Oeste acompanhará a execução do PCA e poderá sugerir todos os ajustes orçamentários necessários a sua realização.

O monitoramento da execução do PCA será realizado em dois momentos: em caráter prévio, no momento da apresentação dos Documentos de Formalização de Demanda, pela Diretoria Administrativa; e pela Controladoria Interna, por meio de execução de Inspeção, quando verificará seu efetivo cumprimento e recomendará eventuais necessidades de emenda ou modificações ao Plano.
A alta gestão da Câmara Municipal Itapejara D'Oeste orientará o Departamento de Compras a indicar, detalhadamente, as circunstâncias de fato ou de direito que acarretem eventual modificação do presente PCA, ou a contratação em dissonância com o previsto neste PCA.
O PCA será publicado no sítio eletrônico da Câmara Municipal de Itapejara d' Oeste e estará permanentemente disponível para consulta. Ademais, será garantida ampla publicidade a eventuais atualizações e emendas que venham a ser realizadas.
Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná 02/09/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

ANEXO ÚNICO – ESTIMATIVAS PCA 2027
Material de Consumo (3.3.90.30.00)

Aquisição de gêneros alimentícios, água, material de limpeza e material de copa e cozinha

Elemento de Despesa	**3.3.90.30.00** – Material de Consumo
Estimado em 2027	R$ 12.000,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	Material de limpeza para manter o ambiente salubre e gêneros alimentícios para atender as demandas da Câmara.

Aquisição de material de expediente (papel, pastas, caixas, canetas e afins)

Elemento de Despesa	**3.3.90.30.00** – Material de Consumo
Estimado em 2027	R$ 2.500,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	A Câmara utiliza-se de materiais de expediente para dar andamentos nos processos administrativos e legislativos, sempre prezando pela economicidade e o bom funcionamento da casa.

Aquisição de chaves, placas, carimbos, quadros de identificação e afins

Elemento de Despesa	**3.3.90.30.00** – Material de Consumo
Estimado em 2027	R$ 3.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	Havendo a necessidade e demanda será feito a aquisição como a placa para a galeria do presidente, quadros para honrarias e afins.

Aquisição de combustível

Elemento de Despesa	**3.3.90.30.00** – Material de Consumo
Estimado em 2027	R$ 6.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	Havendo a necessidade e demanda será feito a aquisição para abastecer o veículo oficial da Câmara para os trabalhos legislativos.

Aquisição de uniformes

Elemento de Despesa	**3.3.90.30.00** – Material de Consumo
Estimado em 2027	R$ 6.000,00
Período provável	Primeiro semestre
Justificativa	Aquisição de uniformes para os funcionários da casa, visando a correta identificação dos mesmos e a padronização profissional.

Equipamentos e Material Permanente (4.4.90.52.00)

Aquisição de material de informática para a modernização do processo legislativo (computadores, carregador, nobreak, etc.)

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 35.000,00
Período provável	Todo o Exercício, conforme necessidade.
Justificativa	A Câmara tem necessidade de fazer a troca de alguns computadores, e de comprar notebooks/tablets para os vereadores/servidores, visando a digitalização do processo legislativo, e visto que os equipamentos já estão desgastados pelo tempo. Além de que estes equipamentos muitas vezes apresentam defeitos durante o exercício.

Aquisição de materiais de instalação hidráulica e elétrica (canos, torneiras, caixa de descarga, tomadas, lâmpadas etc.)

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 1.000,00
Período provável	Todo o Exercício, conforme necessidade
Justificativa	A Câmara fará a aquisição caso haja necessidade.

Aquisição de mobiliário e cadeiras, e serviços de manutenção dos mesmos.

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 10.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	A Câmara poderá fazer a aquisição de móveis e cadeiras novos para melhor conforto e condições de trabalhos aos servidores e vereadores desta casa, além de realizar a manutenção dos móveis que já pertencem à Casa Legislativa.

Aquisição/manutenção de aparelhos de ar-condicionado

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 10.000,00
Período provável	Segundo semestre
Justificativa	Havendo necessidade de troca ou manutenção dos aparelhos, será tomada a melhor decisão.

Aquisição de equipamentos de som, vídeo, microfones e afins

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 5.000,00
Período provável	Conforme necessidade
Justificativa	A Câmara possui uma câmera digital para as filmagens das sessões, microfones e painel eletrônico de votalção porém, caso haja necessidade de troca ou manutenção, ou até mesmo aquisição de microfones e afins.

Aquisição de aparelho celular

Elemento de Despesa	**4.4.90.52.00**– Equipamentos e Material Permanente
Estimado em 2027	R$ 5.000,00
Período provável	Conforme necessidade
Justificativa	A Câmara possui um aparelho, realiza o trabalho de prestação de serviço a comunidade de regularização e emissão de títulos eleitorais, atendimento pelo whatsapp, e para este fim é necessário um celular para tirar fotos de documentos e pessoas, para não sobrecarregar os celulares pessoais dos servidores, caso haja necessidade, poderá ser comprado outro aparelho.

Serviços de Terceiros – PJ (3.3.90.39.00) ou PF (3.3.90.36.00)
Seguro veículo próprio

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 5.000,00
Período provável	Todo o exercício
Justificativa	A Câmara possui veículo oficial próprio em sua frota, necessitando este de seguro para melhor utilização e segurança, de seus funcionários e autoridades.

Manutenção preventiva, reparo, recuperação e conservação de veiculo

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 10.000,00
Período provável	Todo o exercício
Justificativa	A Câmara possui veículo próprio em sua frota o qual necessita de manutenção, para mantê-lo em circulação.

Serviço de assessoria em avaliação de riscos ambientais e laborais

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 3.500,00
Período provável	Todo o exercício
Justificativa	A Câmara Municipal conta com serviço terceirizado de assessoria em avaliação de riscos ambientais e laborais para atender aos novos requisitos do e-Social, pretende-se a manutenção do contrato vigente.

Serviço de assessoria em transparência pública, proteção de dados, serviços de tecnologia, transmissão e armazenamento das sessões e reuniões.

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 25.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	A Câmara fez migração no ano de 2023 para o programa da Interlegis, que desenvolveu o Portal Modelo, um sistema gratuito para dar suporte à gestão, com ferramentas de transparência, lei de acesso à informação, participação cidadã, dados abertos, entre outros, e também como não conta com serviços de TI, necessita-se de constante demanda para manter os aparelhos protegidos e atualizados.

Associação das Câmaras Municipais Sudoeste do Paraná

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 12.000,00
Período provável	Todo o Exercício
Justificativa	A Câmara faz pagamento mensal à associação para que possua mais força e voz nas decisões pertinentes e de interesse das casas legislativas do sudoeste do Paraná, usufruindo de forma gratuita ou com desconto de cursos de formação aos gestores, servidores e vereadores, bem como de palestras e afins.

Serviço de Encadernação de documentos e pastas personalizadas

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 15.000,00
Período provável	Primeiro semestre.
Justificativa	A Câmara poderá, se considerar pertinente, realizar encadernação dos documentos administrativos para melhor conservação e organização dos mesmos, adequando e padronizando os itens encadernados. Também necessita de pastas e envelopes personalizados com o brasão da Câmara. Além da impressão de Cópias da Lei Orgânica e Regimento Interno, que foram recentemente atualizados.

Serviço de provedor de acesso à *internet*

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 3.000,00
Período provável	Todo o período
Justificativa	A Câmara utiliza-se deste serviço diário com pagamento mensal.

Serviço de marcenaria para reparos em mobiliário

Elemento de Despesa	Serviços Terceiros – PF (**3.3.90.36.00**) ou PJ (**3.3.90.39.00**)
Estimado em 2027	R$ 10.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	Serviço se dará conforme necessidade.

Serviço dos Correios

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 200,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	Serviço utilizado conforme necessidade.

Serviço de cerimonial (*coffee break*, decoração e afins)

Elemento de Despesa	Serviços Terceiros – PF (**3.3.90.36.00**) ou PJ (**3.3.90.39.00**)
Estimado em 2027	R$ 20.000,00
Período provável	Demanda eventual.
Justificativa	Serviço se dará em casos excepcionais, como em sessões solenes de entrega de homenagens, inaugurações entre outros.

Serviço de recarga e manutenção de extintores de incêndio

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 1000,00
Período provável	Conforme necessidade.

Serviço de erradicação de pragas: desinsetização, desratização e afins

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 2.000,00
Período provável	Conforme necessidade.

Inscrições em eventos e cursos de capacitação ou treinamento

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Estimado em 2027	R$ 30.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	Para melhor aperfeiçoamento e conhecimento vereadores e Servidores participarão de eventos e cursos de capacitação e treinamento ao longo do Exercício.

Serviços de T.I. e Comunicação (3.3.90.40.00)

Serviço de telecomunicação por linha fixa

Elemento de Despesa	**3.3.90.40.00**– Serviços de T.I. e Comunicação
Estimado em 2027	R$ 1.500,00
Período provável	Todo o exercício.
Justificativa	A Câmara Municipal utiliza o serviço em tempo integral com pagamento mensal.

Outras contratações

Passagens aéreas e passagens rodoviárias

Elemento de Despesa	**3.3.90.33.00**– Passagens aéreas
Estimado em 2027	R$ 20.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	A atividade legislativa exige dos vereadores constante deslocamento no território do Estado do Paraná e para a Capital Federal com passagens aéreas e rodoviárias.

Compra de certificados digitais

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Demais serviços de terceiros
Estimado em 2026	R$ 5.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	A atividade legislativa exige dos vereadores e funcionários a validação de informações em sítios eletrônicos e busca a digitalização do seu processo, essas demandas exigem a compra de certificados digitais para todos os vereadores e servidores.

Reformas estruturais e Serviços de Pintura

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.00**– Demais serviços de terceiros
Estimado em 2026	R$ 200.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	A estrutura física da Câmara Municipal encontra-se com grau moderado de avarias no teto e principalmente paredes, se o Gestor do exercício considerar pertinente serviços de reforma, fica previsto no presente Plano de Contratações.

Serviços e Materiais para a Procuradoria da Mulher

Elemento de Despesa	**3.3.90.39.22** – Outros serviços de Terceiros Pessoa Jurídica
Estimado em 2026	R$ 15.000,00
Período provável	Conforme necessidade.
Justificativa	Ações preventivas, como palestras e congressos e materiais correspondentes à Procuradoria da Mulher, conforme demanda da procuradora e seu plano de ação para o exercício.

Total das aquisições/serviços <u>estimados</u> para o Exercício de 2027: R$ 473.700,00

Itapejara D' Oeste – PR 02/10/2026

JOÃO CARLOS VENTURIN
Presidente

Publicado por:
Mathias Schmeing
Código Identificador:A55EB207

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 2508/2026

MUNICÍPIO DE ITAPEJARA D'OESTE
ESTADO DO PARANÁ
PORTARIA Nº 2508/2026
DATA: 02.10.2026

SÚMULA: Institui a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Esportes de Itapejara D'Oeste e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPEJARA D'OESTE, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando a Lei Municipal nº 2.213/2025, com as alterações da Lei Municipal nº 2.260/2026, e a elaboração do Plano Decenal Municipal de Esporte,
RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Comissão Organizadora da Conferência Municipal de Esportes de Itapejara D'Oeste, ficando proposta a seguinte composição para designação:
I – Augusto Gadini, CPF, Diretor do Departamento Municipal de Esportes e Cultura, responsável pela coordenação geral;
II – Luis Fernando Pedroso, CPF 083.159.539-66, Chefe da Divisão de Esportes.
III – Neuza Fatima de Souza, CPF 063.360.379-16, Professora de Educação Física.
IV – Tatiane Bepler, CPF 010.506.169-79, Professora de Educação Física.
Parágrafo único. A coordenação geral distribuirá as tarefas de mobilização, credenciamento, secretaria, relatoria e sistematização entre os integrantes. A Comissão poderá contar com apoio técnico e administrativo de servidores, profissionais e representantes de entidades, conforme a necessidade dos trabalhos.
Art. 2º Compete à Comissão Organizadora:
I – planejar, coordenar e promover a Conferência Municipal de Esportes;
II – mobilizar a sociedade civil e o poder público para participação na conferência;
III – elaborar a metodologia, a programação e a proposta de regimento interno;
IV – organizar o credenciamento, a lista de presença, os grupos de debate e a plenária;
V – registrar, organizar e sistematizar as propostas para elaboração da Matriz do Plano Decenal Municipal de Esporte;
VI – elaborar o relatório final e organizar as atas e os registros da conferência;
VII – encaminhar os resultados ao Departamento Municipal de Esportes e Cultura e ao Conselho Municipal de Esporte e Lazer – CMEL, para apreciação conforme suas competências;
VIII – avaliar a realização do evento e indicar os encaminhamentos necessários à consolidação do Plano.
Art. 3º A Conferência terá como tema central "O esporte que queremos para Itapejara D'Oeste nos próximos dez anos".
Art. 4º A Conferência será realizada em 21 de outubro de 2026, com início às 14 horas, no Centro de Eventos Victor Getúlio Piazza, em Itapejara D'Oeste/PR, em formato presencial.
Art. 5º Constituem diretrizes para a construção do Plano Decenal Municipal de Esporte:
I – democratizar e ampliar o acesso às práticas esportivas e ao lazer, considerando os diferentes públicos e as áreas urbana e rural;
II – qualificar a formação esportiva, o desenvolvimento de atletas e equipes e os programas de esporte para toda a vida, com inclusão, acessibilidade e articulação com educação, saúde e assistência social;
III – fortalecer a gestão participativa, a qualificação profissional, a infraestrutura, o financiamento, a transparência e o monitoramento da política esportiva municipal.
Art. 6º Os debates serão organizados nos seguintes eixos temáticos:
I – Formação Esportiva;
II – Excelência Esportiva;
III – Esporte para Toda a Vida.
Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itapejara D'Oeste, Estado do Paraná, 02 (dois) de outubro de 2026.

VILMAR SCHMOLLER,
Prefeito Municipal

DAIANI HOFFMAN,
Diretor do Depto. de Administração

Publicado por:
Cleverson Aluisio Juliani
Código Identificador:958D1AC5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUÇU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 064/2026 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO NA COMPOSIÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU.

O Prefeito Municipal de Itaperuçu Estado do Paraná, Senhor EDILSON RUIZ DE FREITAS, no uso de suas atribuições legais e:
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 377/2010 de 12 de agosto de 2010;
CONSIDERANDO a Resolução nº 022/2026 de 29 de setembro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde de Itaperuçu/PR;

DECRETA:

Art. 1º. Fica alterada a composição dos membros do Conselho Municipal de Saúde de Itaperuçu, que passará a ser integrado pelos seguintes representantes:

REPRESENTANTES DOS USUÁRIOS
Igreja da Vinha Monte Horebe
Titular: José Ruan Mazur de Freitas
Suplente: Joice Laiz Lopes da Silva

APMI- Associação de Proteção à Maternidade e Infância
Titular: Elisete de Fátima Joekel
Suplente: Arlete da Silva Nunes

Centro de Treinamento Monte Horebe
Titular: Silvia Cleide Batista Santos Dias
Suplente: João Claudecir de Oliveira

Associação de Bairros Jardim Itaú
Titular: Valdir Fernandes Ribas
Suplente: Adival Cordeiro Faria Valdir

REPRESENTANTES DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS
Maxi Clinic
Titular: Tatiane Matias Alves da Silva
Suplente: Fabiana Padilha Visgueira

REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE
Trabalhadores da Saúde
Titular: Leonilda Ribas de Castro
Suplente: Idimar Machado do Nascimento
Titular: Nadir Ferreira
Suplente: Andreia de Oliveira

AREA GOVERNAMENTAL
REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO (GESTÃO)
Titular: Cheila Viviana das Neves
Suplente: Jaqueline Portes de Barros

PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE: Cheila Viviana das Neves.
VICE-PRESIDENTE: Leonilda Ribas de Castro
SECRETÁRIAS ADMINISTRATIVAS: Bruna Rafaela de França Barros e Claudia Fernanda Sabadin.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marjory Louise Pedroso de Moraes
Código Identificador:12A8F752

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR N° 245 - CONCURSO PÚBLICO
EDITAL 01/2023 EDITAL DE NÃO COMPARECIMENTO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, considerando

os termos do Edital nº 01/2023, considerando o Edital complementar de convocação n° **244.**
Resolve:

Art. 1º. Tornar público o**não comparecimento**da candidata abaixo relacionada.
RECEPCIONISTA

Class*	Nome	Grupo	Nota
043	ANIELE KAUANE SANTOS PEDROSO	AC	63,00

AC* (Ampla Concorrência).
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).
Art. 2º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 02 de outubro de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina De Administração

Publicado por:
Jessica Dos Santos
Código Identificador:D97A5633

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EDITAL COMPLEMENTAR N° 246 - CONCURSO PÚBLICO EDITAL 01/2023 EDITAL DE CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Administração de Itaperuçu, no uso de suas atribuições legais, considerando o resultado final e homologação do Edital n° 01/2023 - Concurso Público desta Prefeitura, e considerando os termos do Edital nº 01/2023;
Resolve:

Art. 1º. Fica convocada a candidata abaixo relacionada a comparecer ao edifício sede desta Prefeitura Municipal no Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação deste **EDITAL,** obrigatoriamente munida de todos os documentos necessários para admissão do cargo com (cópias e originais) conforme item 10 do Edital 01/2023.

RECEPCIONISTA

Ordem de convocação	Class*	Nome	Grupo	Nota
046°	044	SUELY RODRIGUES BARBOZA	AC	63,00

AC* (Ampla Concorrência)
PCD* (Pessoa com deficiência).**
CN** (Candidato Negro).**
Class* (Classificação).

Art. 2°. O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Itaperuçu, 02 de outubro de 2026.

SILMARA MACHADO DE JESUS
Secretária Interina De Administração

Publicado por:
Jessica Dos Santos
Código Identificador:5824F4F5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO EXTRATO DO 1° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 23/2026 - REAJUSTE

CONTRATO DE RATEIO Nº 23/2026
MODALIDADE DISPENSA Nº 01/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU
CONTRATADO: CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS
CNPJ: 04.762.909/0001-38
OBJETO: ESTABELECER PARA O MUNICÍPIO DE ITAPERUÇU O RATEIO DAS DESPESAS DO CONSÓRCIO, NOS TERMOS DO PLANO DE TRABALHO QUE ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026, ESTABELECIDO NAS RESOLUÇÕES Nº 12/2025 E 13/2025.
DO REAJUSTE: R$ 6.685,38 (SEIS MIL, SEISCENTOS E OITENTA E CINCO REAIS E TRINTA E OITO CENTAVOS).
DATA DA ASSINATURA: 26 DE AGOSTO DE 2026.

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:51593727

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO HOMOLOGAÇÃO N° 85/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU/PR, no uso de minhas atribuições Legais, HOMOLOGO a presente licitação na modalidade PREGÃO ELETRONICO Nº 85/2026, que tem como objeto a **"**Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos**".** Cujo vencedor LOTE 01 foi a empresa **ELM EMPREENDIMENTOS LTDA, CNPJ: 60.682.658/0001-52**, no valor de **R$ 16.780,00 (dezesseis mil e setecentos e oitenta reais).** Cujo vencedor LOTE 02 foi a empresa **DRS MÓVEIS E DECORAÇÕES LTDA, CNPJ: 58.892.523/0001-70**, no valor de **R$ 7.450,00 (sete mil e quatrocentos e cinquenta reais).** Cujo vencedor LOTE 03 foi a empresa **IMPACTO ADMINISTRATIVO E EFICIÊNCIA LTDA, CNPJ: 60.173.263/0001-24,** no valor de **R$ 1.992,87 (mil e novecentos e noventa e dois reais e oitenta e sete centavos).** Em conformidade com a documentação apresentada e com a adjudicação efetuada pela Comissão de Licitação, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.

Itaperuçu/PR, 02 de outubro de 2026

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:BB3496C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 93/2026

LICITAÇÃO PARA AMPLA CONCORRENCIA
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 16/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 16/10/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Aquisição de kits maternidade destinados à execução do Programa Nascer Bem Itaperuçu, visando atender gestantes e recém-nascidos em situação de vulnerabilidade social, por meio do fornecimento de itens essenciais de higiene, vestuário, conforto e cuidados básicos para o recém-nascido"***
VALOR MÁXIMO: Valor Total R$ 489.864,00 (quatrocentos e oitenta e nove mil oitocentos e sessenta e quatro reais).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC*
Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.

Itaperuçu/PR, 02 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:DB942948

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 94/2026

LICITAÇÃO COM LOTES EXCLUSIVOS PARA ME E EPP NO ÂMBITO REGIONAL DA COMARCA DE RIO BRANCO DO SUL
Data Limite para Abertura de Proposta: até: 19/10/2026 à 08h15min.
Data Para Abertura da Sala de Disputa: 19/10/2026 às 09h00min.
Objeto: ***"Aquisição, fornecimento e instalação de sistemas de aquecimento de água a gás, incluindo duchas, aquecedores e demais componentes, acessórios e materiais necessários à sua completa instalação e perfeito funcionamento, destinados ao atendimento das necessidades dos Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs da Rede Municipal de Ensino de Itaperuçu/PR."***
VALOR MÁXIMO: R$ 67.362,92 (sessenta e sete mil trezentos e sessenta e dois reais e noventa e dois centavos).
Local de Abertura: Por meio do endereço eletrônico *http://www.bnc.org.br no Portal: Bolsa Nacional de Compras – BNC Informações Complementares: O Edital poderá ser retirados por meio do endereço eletrônico http://www.bnc.org.br ou site da Prefeitura através do Portal da Transparência: http://72.44.30.34:7474/transparencia/licitacoes.*
Itaperuçu/PR, 02 de outubro de 2026.

LETÍCIA FERNANDA CAVALLI
Pregoeira Oficial
Portaria nº 380/2025

Publicado por:
Leticia Fernanda Cavalli
Código Identificador:BF006DEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE Nº 056/2026

EU, PREFEITO MUNICIPAL DE ITAPERUÇU – PR, no uso de minhas atribuições Legais, **RATIFICO** a presente licitação na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 056/2026**, que tem como objeto a Locação de imóvel com área de aproximadamente 400m² situado a Rua Anita Garibaldi, n° 141- bairro São Domingos, Itaperuçu/Pr, destinado a Instalações da Academia da Saúde pelo período de 12(doze) meses, no valor de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) mensal" no total de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), em nome de ANA CLAUDIA STRESSER, inscrita no CPF:074.350.679-03 & MARCOS JEAN STRESSER, inscrito no CPF:064.372.569-58 , em conformidade com a documentação apresentada, nos termos da Lei 14.133/2021 e Leis complementares.
Itaperuçu/PR, 02 de outubro de 2026.

EDILSON RUIZ DE FREITAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Welifer Felipe de Cristo Coutinho
Código Identificador:446E31CC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚNA DO SUL

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 365/2026

PORTARIA Nº 365/2026

SÚMULA: Concede férias regulamentar a servidora Amarilda de Souza Costa e dá outras providências.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, **RESOLVE:**

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentar à servidora Amarilda de Souza Costa, matrícula nº 4, CPF 539.4**.***-72, com o cargo efetivo de Auxiliar de Enfermagem, lotada no Departamento de Vigilância Sanitária – Diretoria Executiva de Saúde.

Art. 2º - A férias ora concedida, será usufruída no período de 05/10/2026 a 03/11/2026, para o período aquisitivo 2024/2025.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:0787C576

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 366/2026

PORTARIA Nº 366/2026

SÚMULA: Concede Gratificação de Função à Servidor ocupante de Cargo Efetivo.

GILSON JOSÉ DE GÓIS, Prefeito Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 19, inciso I, e artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 01/2022, considerando a necessidade e conveniência pública, **RESOLVE:**

Art. 1º Conceder ao Servidor MARCELO DAMIÃO DE ARAUJO, matrícula n° 435, ocupante do cargo de Enfermeiro, gratificação de Função de 25% (vinte e cinco por cento) sobre o vencimento da carreira, a título de gratificação de Função, em conformidade com o artigo 19, inciso I e artigo 20 da Lei Complementar Municipal nº 01/2022, sem prejuízo das atribuições regulares do cargo efetivo de Enfermeiro já ocupado pelo Servidor.
Parágrafo Único - A graduação da gratificação do Servidor se justifica pela complexidade das funções desempenhadas como Coordenador de Vigilância em Saúde do Trabalhador e pelo grau de disponibilidade em favor do Município.

Art. 2º Em nenhuma hipótese a Gratificação de Função será incorporada à remuneração do servidor que percebê-la e poderá ser revogada a qualquer tempo por ato de chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:2C121F78

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 367/2026

PORTARIA Nº 367/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração de lotação de servidor e dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, GILSON JOSÉ DE GÓIS, no uso de suas atribuições legais e considerando o interesse público da Administração, **RESOLVE:**

Art. 1° Alterar a lotação do servidor Marcelo Damiao de Araujo, matrícula nº 435, com o cargo de provimento efetivo de Enfermeiro, do quadro de pessoal deste Município, constante na Lei Complementar Municipal nº 001/2022, para exercer funções inerentes a seu cargo junto ao NIS II – Divisão de Saúde.

Parágrafo Único A presente alteração representa a conveniência e oportunidade da Administração em remanejar o servidor de local anteriormente designado, tendo visto a necessidade do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

RAQUEL CRISTINA DA COSTA CORREA.
Diretor Executivo de Saúde.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:A455312E

ADMINISTRAÇÃO RH
PORTARIA Nº 368/2026

PORTARIA Nº 368/2026

Súmula: Dispõe sobre a alteração de lotação de servidor e dá outras dá outras providencias.

O Prefeito do Município de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, Gilson José de Góis, no uso de suas atribuições legais e considerando o interesse público da Administração, **RESOLVE:**

Art. 1° Alterar a lotação do Servidor Manoel Jose Goncalves, matrícula nº 978, inscrito no CPF sob o nº 208.6**.***-34, no cargo de provimento temporário de motorista, do quadro de pessoal deste Município, constante na Lei Complementar Municipal nº 001/2022 e Lei complementar nº 005/2023, para Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Econômico – Divisão de obras, viação, serviços e desenvolvimento econômico, a partir de 01/10/2026.

Parágrafo Único. A presente alteração representa a conveniência e oportunidade da Administração em remanejar o servidor de local anteriormente designado, tendo visto a necessidade do Município.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/10/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Itaúna do Sul, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

GILSON JOSÉ DE GÓIS
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

ANDRESSA DA SILVA
Diretor Executivo de Administração.

Publicado por:
Allan Thaler Domingos
Código Identificador:328B62C4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 29 A 37 DE 2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS 29 A 37 DE 2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
Órgão gerenciador: Município de Itaúna do Sul/PR, CNPJ nº 75.458.836/0001-33.
Objeto: Registro de preços para futura e parcelada aquisição de medicamentos destinados ao atendimento exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde de Itaúna do Sul/PR e de seus departamentos, unidades e órgãos internos vinculados, conforme condições e especificações do edital e do Termo de Referência.
Detentoras e valores registrados: Valores totais estimados dos itens registrados por empresa:

Ata	Detentora	CNPJ	Valor estimado R$
29/2026	FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	33.398.831/0001-12	13.249,00
30/2026	OESTE SUL CIRURGICA LTDA	61.828.536/0001-94	139.333,00
31/2026	NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA	06.974.929/0001-06	405.298,10
32/2026	MED OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	54.843.246/0001-54	100.574,50
33/2026	SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	28.643.008/0001-95	22.434,80
34/2026	BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	21.438.123/0001-89	845,00
35/2026	CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	32.743.242/0001-61	7.500,70
36/2026	MWC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	61.788.256/0001-08	2.938,00
37/2026	NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	61.559.074/0001-57	2.650,00

Valor total estimado das atas: R$ 694.823,10 (seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e dez centavos).
Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura de cada ata, admitida prorrogação por igual período nas condições previstas no edital e nas atas.
Data de assinatura: 02/10/2026
Fornecimento: Parcelado, mediante requisição, conforme necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, sem obrigação de aquisição integral das quantidades registradas.
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021, regulamentação municipal aplicável e Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2026.
Itaúna do Sul/PR, 02/10/2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:50DF34BE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026

MUNICÍPIO DE ITAÚNA DO SUL – ESTADO DO PARANÁ
EXTRATO DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 135/2026
O Município de Itaúna do Sul/PR torna público que o Prefeito Municipal, Gilson José de Gois, por meio do Termo de Adjudicação e Homologação datado de [DATA DO TERMO], adjudicou os itens às empresas abaixo relacionadas e homologou o Pregão Eletrônico nº 033/2026, vinculado ao Processo Administrativo nº 135/2026, conforme resultado final do certame.
Objeto: Registro de preços para futura e parcelada aquisição de medicamentos destinados ao atendimento exclusivo da Secretaria Municipal de Saúde de Itaúna do Sul/PR e de seus departamentos, unidades e órgãos internos vinculados, conforme condições e especificações do edital e do Termo de Referência.
Critério de julgamento: Menor preço por item, mediante Sistema de Registro de Preços.

Empresas vencedoras e valores: Conforme os respectivos itens constantes do resultado final:

Empresa vencedora	CNPJ	Itens	Valor adjudicado R$
FENIX COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA	33.398.831/0001-12	7	13.249,00
OESTE SUL CIRURGICA LTDA	61.828.536/0001-94	31	139.333,00
NOROESTE MEDICAMENTOS LTDA	06.974.929/0001-06	97	405.298,10
MED OESTE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	54.843.246/0001-54	11	100.574,50
SANTO REMEDIO -COMERCIO DE PRODUTOS MEDICO-HOSPITALAR LTDA	28.643.008/0001-95	16	22.434,80
BR SUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	21.438.123/0001-89	4	845,00
CAVALLI COMERCIO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA	32.743.242/0001-61	7	7.500,70
MWC DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	61.788.256/0001-08	1	2.938,00
NEWMEDIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA	61.559.074/0001-57	1	2.650,00

Valor total adjudicado e homologado: R$ 694.823,10 (seiscentos e noventa e quatro mil, oitocentos e vinte e três reais e dez centavos).
Fundamentação: Lei Federal nº 14.133/2021 e Edital do Pregão Eletrônico nº 033/2026.
Itaúna do Sul/PR, 02/10/2026

GILSON JOSÉ DE GOIS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Bruna Pereira Martins Alves
Código Identificador:817AF78D

SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 01/2025 CMDPCD

RESOLUÇÃO N.º 01/2025

SÚMULA: Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência de Itaúna do Sul para o quadriênio 2025 - 2028.

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.615/2024, e considerando a deliberação proferida por este Conselho na reunião ordinária realizada em 21 de julho de 2025, conforme Ata nº 01/2025,
CONSIDERANDO que o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência foi apresentado, apreciado, discutido e aprovado por unanimidade pelos conselheiros presentes na reunião realizada em 21 de julho de 2025;
CONSIDERANDO que, conforme registrado na Ata nº 01/2025, ficou prevista a elaboração e publicação da Resolução nº 01/2025 para formalização da referida deliberação;
CONSIDERANDO que, por lapso administrativo, a referida Resolução não foi publicada à época, embora a aprovação do Plano pelo Conselho esteja devidamente registrada em ata;
CONSIDERANDO a inexistência de reunião posterior do CMDPCD entre a deliberação de 21 de julho de 2025 e a retomada das atividades do Conselho em outubro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a publicidade e a regularização formal do ato deliberativo anteriormente praticado pelo Conselho;
RESOLVE:
Art. 1º – Aprovar o Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – PMDPCD de Itaúna do Sul, para o quadriênio 2025–2028, conforme deliberação realizada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPCD na reunião ordinária de 21 de julho de 2025, registrada na Ata nº 01/2025.
Art. 2º – A presente Resolução é publicada para fins de formalização e publicidade da deliberação anteriormente aprovada pelo CMDPCD, mantendo-se a vigência do Plano Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência para o quadriênio 2025–2028.
Art. 3º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna do Sul/PR, 02 de Outubro de 2026.

JANICLER LILIAN PEREIRA GUILHEM
Presidente do CMDPCD

Publicado por:
Merielen Sotoriva Castanhari Furlan
Código Identificador:F484CE16

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVAÍ

DIVISÃO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DO CONTRATO N° 216/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 072/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviço destinados à realização se evento comemorativo ao Dia das Crianças.
CONTRATADA: RAIO DE SOL LOCACAO DE BRINQUEDOS LTDA
CONTRATANTE: Município de Ivaí – Pr.
Valor Global: R$ 35.420,00
Vigência: 12 meses
Data da assinatura: 01/10/2026

ORLI ANTONIO CAMARGO DE CRISTO –
Prefeito Municipal

PAMELA HUK COSTA –
Representante Legal

Publicado por:
Kemily Bely Pedroso Dos Santos
Código Identificador:416FEFA6

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO Nº 10/2026

RESOLUÇÃO, Nº 10/2026
Conselho Municipal de Saúde.

Súmula: Aprova o 2º Relatório Quadrimestral da Saúde de 2026 (RDQA).

O Conselho Municipal de Saúde – CMS, de Ivaí - Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 479/1996, de 08 de março 1996, reunião realizada em 29 de setembro de 2026 aprova o seguinte:

RESOLVE:

Art.1º- Aprova o 2º Relatório Quadrimestral da Saúde referente aos meses de maio a agosto de 2026.

Art.2º- Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.
Ivaí – PR, 29 de setembro de 2026.

MICHELLY IAVORSKI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Wicto Eduardo Bonette
Código Identificador:A6E629BE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IVATUBA

CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA
RATIFICAÇÃO DO ATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico a pretendida Dispensa de Licitação de n.º 08/2026 tudo em conformidade com os documentos que instruem o respectivo processo e ainda, com fundamento no *inciso II*, do Artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, em favor da empresa **ANDRADE COMERCIO E SERVIÇOS DE SINALIZAÇÃO LTDA**, inscrita no CPF/CNPJ: **44.719.519/0001-08**, com endereço na avenida Presidente Vargas, n. 1198, Cidade Nova – Franca/SP, para aquisição de placas em aço inox, destinadas à entrega de títulos honoríficos, homenagens e

reconhecimentos oficiais promovidos pelo Legislativo Municipal, bem como placas destinadas à adequada identificação Institucional da Câmara Municipal de Ivatuba/PR.

O valor total depreendido com a contratação será de R$ 5.781,00 (Cinco mil, setecentos e oitenta e um) reais.
Face ao disposto no Artigo 72 da Lei n. 14.133/2021, vez que o processo se encontra devidamente instruído.
Publique.
Ivatuba–PR, 02 de outubro de 2026.

MARISTELVIO TENEDINI
Presidente da Câmara

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:53B4F1A1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 012/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Leonice Cristina Santi, inscrita no CPF/MF sob nº. 006.***. ***-14.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 012/2025, cujo termo final estava previsto para 01 de outubro de 2026, cujo objeto é o Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Monitor de alunos (temporário)** no Município de Ivatuba, na Escola Municipal Afrânio Peixoto, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **40 (quarenta)** horas semanais
VALOR MENSAL: R$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais).
PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses, com início em 02 de outubro de 2026 e término em 01 de outubro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.

FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:35CB7401

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO Nº 013/2025
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL N°. 001/2025

CONTRATANTE: Município de Ivatuba, inscrito no CNPJ nº 76.285.337/0001-54.
CONTRATADA: Wélida Maria Canavarolo Bortulucci, inscrita no CPF/MF sob nº. 084.***. ***-03.
OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato de Trabalho por Tempo Determinado nº 013/2025, cujo termo final estava previsto para 01 de outubro de 2026, cujo objeto é a Contrato de prestação de serviço por tempo determinado para atendimento de necessidade temporária e de excepcional interesse público, no cargo de **Professor (temporário)** no Município de Ivatuba, no Centro Municipal de Educação Infantil Carolina Fernandes Dias, da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com carga horária de **20 (vinte)** horas semanais
VALOR MENSAL: R$ 2.433,89 (dois mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos).
PRAZO DE PRORROGAÇÃO: 12 (doze) meses, com início em 02 de outubro de 2026 e término em 01 de outubro de 2027.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal n°. 032/2020 e Lei Complementar Municipal nº. 049/2025.

FORO: Comarca de Paiçandu, Estado do Paraná.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:A0D330C5

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 1.030, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: Altera os arts. 11 e 12 da Lei Municipal nº 974, de 03 de novembro de 2025, que institui programas comemorativos de reconhecimento e integração social no Município de Ivatuba, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE IVATUBA, Estado do Paraná, aprovou e Eu Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

LEI:-

Art. 1º O art. 11 da Lei nº 974/2025, de 03 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11. Fica instituído o Programa de Confraternização de Final de Ano, com o objetivo de promover um momento de integração, reconhecimento e celebração das atividades desenvolvidas durante o ano, podendo contemplar ações comemorativas alusivas ao Natal." **(NR)**

Art. 2º O art. 12 da Lei nº 974/2025, de 03 de novembro de 2025, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 12. O programa poderá contemplar a realização de jantar ou evento institucional e comunitário, aberto à população ou a públicos específicos, bem como a realização de ações recreativas e culturais e a distribuição gratuita de brinquedos às crianças, conforme definição da Administração Municipal, observado o princípio da economicidade e da legalidade orçamentária." **(NR)**

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL JOSÉ GIMENES ALVARES, ao 1º (primeiro) dia do mês de outubro de 2026 (dois mil e vinte e seis).

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:050972AE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO DISPENSA Nº. 031/2026-PMI

CONTRATO Nº. 118/2026.
CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE IVATUBA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 76.285.337/0001-54.**
CONTRATADA: **RELOCAR COMERCIO DE REBOQUES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 63.617.946/0001-11.**
OBJETO: **Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de carreta para o transporte de bicicletas.**
FISCAL DESIGNADO: **Giancarlo Ghelere dos Santos, Chefe de Gabinete.**

Item	Undd	Qtdd	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	UNDD	01	Carreta para bike, medindo 3,80m de comprimento 1,50 de largura suspensão com 01 eixo com feixe de molas e amortecedores, capacidade de carga até 500kg, pneus aro 14 + estepe, pintura epóxi, 16 suportes para bike até aro 29, 03 pés de apoio, elétrica com lanternas de led, caixa de ferramenta em aço na frente da carreta.	18.990,00	18.990,00
				TOTAL	**18.990,00**

VALOR: **R$ 18.990,00 (dezoito mil novecentos e noventa reais).**
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei n°. 14.133/2021.**

INICIO DE VIGÊNCIA: **02 de outubro de 2026.**
TERMINO DA VIGÊNCIA: **02 de novembro de 2026.**
FORO: **Comarca de Paiçandu – Pr.**

Ivatuba/Pr, 02 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:5E922510

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RATIFICAÇÃO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 031/2026-PMI

Ratifico o ato de Dispensa de Licitação da Senhora Drielle Tomaz Lino, Agente de Contratação de Licitação, que dispensou com fundamento no Artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a favor da proponente RELOCAR COMERCIO DE REBOQUES LTDA, inscrita no CNPJ nº. 63.617.946/0001-11, por apresentar a proposta mais vantajosa para a Administração Municipal para o objeto: Contratação de Pessoa Jurídica para Aquisição de carreta para o transporte de bicicletas, conforme especificações constantes nos autos do Processo de Dispensa de Licitação nº. 031/2026-PMI, no valor de R$ 18.990,00 (dezoito mil novecentos e noventa reais).

Ivatuba/Pr, 02 de outubro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:AD52F28E

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº 126/2026 DE 29/09/2026

MUNICIPIO DE IVATUBA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 126/2026 de 29/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de IVATUBA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 989/2025 de 10/12/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 42.525,00 (quarenta e dois mil quinhentos e vinte e cinco reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
09.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
09.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL	
09.002.08.241.0014.2.041.		ASSISTÊNCIA AOS IDOSOS DO MUNICÍPIO	
730 - 3.3.90.39.00.00	33934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.392,00
729 - 3.3.90.39.00.00	34934	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.133,00
		Total Suplementação:	**42.525,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Superavit Financeiro;
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de IVATUBA , Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

VARLEI VERCEZI
Prefeito Municipal

ERIC ANDERSON TIHARA
Contador

Publicado por:
Tauana Presa Requena
Código Identificador:275CEC06

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ

GOVERNO MUNICIPAL
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 047/2026 CONCURSO PUBLICO-CARGO PUBLICO – EDITAL 001/2024

A Seção de Pessoal desta Prefeitura Municipal de Jaguapitã, Estado do Paraná no uso de suas atribuições legais,
CONVOCA com base no edital resultado definitivo nº 018/2024 de 30/08/2024, para o ingresso no Cargo Público, com resultado final homologado pelo Decreto nº 077/2024 de 30/08/2024, prorrogado pelo Decreto nº 068/2026 de 14/07/2026, as candidatas abaixo relacionadas:
PROFESSOR /20 HRS
TAÍS MARIA DA SILVA
MARIA EDUARDA DENCK
EDNEIA MORI

As convocadas acima deverão comparecer na Seção de Pessoal desta Prefeitura, no horário das 08:30 as 11:30 e das 14:00 as 16:30hrs, no período de 05/10/2026 a 09/10/2026, munidas dos seguintes documentos original e 01 (uma) fotocópia simples conforme discriminado abaixo:

- RG e CPF.
- Título de eleitor.
- Carteira de trabalho e N. º do PIS.
- Certificado de reservista (homem).
- 01 (uma) foto 3x4, atual.
- Comprovante de grau de instrução.
- Comprovante de registro no respectivo conselho.
- Comprovante de residência, Nº de Telefone Celular e E-mail.
- Certidões Negativa de antecedentes criminais dos seguintes órgãos públicos (**1**- Federal/DPF, **2**- Estadual/Instituto Identif. Polícia Civil e **3**- Tribunal de Justiça/Juizado especial criminal), do lugar de residência nos últimos 05 anos.
- Certidão de nascimento ou casamento.
- Certidão de quitação com a obrigação eleitoral.

•
Certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos e declaração da Unidade Escolar onde o mesmo está regularmente matriculado.

•
Declaração completa de Imposto de renda pessoa física, exercício 2026 (exceto se for isento).

•
Auto declaração de raça/etnia.

•
Apresentar Atestado Médico que comprove Aptidão física e mental para o exercício das funções. (Retirar Guia).

•
Declaração que não foi demitido do serviço público municipal, estadual ou federal, conforme modelo fornecido pelo Recursos Humanos.

•
Comprovação de carteira de vacina atualizada (apresentar atestado).

Edifício da Prefeitura Municipal de Jaguapitã, 02 de outubro de 2026.

_____
Divisão De Recursos Humanos

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:5E81E70E

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 670/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **IVAN LUIZ PRADO**, Enfermeiro, referente ao pagamento de 01 (uma) diária para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento a Londrina – Pr., para participar da capacitação: "Assistência a Pessoa com Estomia: Prevenção e cuidados com as complicações da pele". Saída às 07h30 do dia 01/10/2026 e retorno no mesmo dia às 18h30, conforme Processo nº.4466/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ,Em 02 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:78118BD7

GOVERNO MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 671/2026

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA, PREFEITO MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições legais, e em conformidade com a Lei Municipal n°.058/2022.

RESOLVE

DETERMINAR a Divisão de Contabilidade a empenhar o valor de **R$ 47,92** (quarenta e sete reais e noventa e dois centavos) a favor do servidor público municipal Sr. **FABIO BIONDO**, Enfermeiro Coordenador da Atenção Básica, referente ao pagamento de 01 (uma) diária para arcar com as despesas de alimentação, face ao deslocamento a Londrina – Pr., para participar da capacitação: "Assistência a Pessoa com Estomia: Prevenção e cuidados com as complicações da pele". Saída às 07h30 do dia 01/10/2026 e retorno no mesmo dia às 18h30, conforme Processo nº.4466/2026.

REGISTRE-SE
PUBLIQUE-SE
COMUNIQUE-SE
CUMPRA-SE.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUAPITÃ, Em 02 de outubro de 2026.

EDISON RODRIGUES DE ALMEIDA
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:FDB62A2B

GOVERNO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 005/2026

SÚMULA: Apreciação e Aprovação da Programação Anual de Saúde (PAS) de 2026.

O Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis Municipais n° 11/2021, e considerando o dispositivo na Lei Federal n° 8.142.
Considerando a apresentação do documento para apreciação dos conselheiros municipais ocorrida no dia 20 de março de 2026.

RESOLVE:
Art. 12 - Aprovar a Programação Anual de Saúde (PAS) do ano de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Jaguapitã.

Jaguapitã, 01 de outubro de 2026.

SOLANGE BELISARI MARTINELI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:EB7A2F93

GOVERNO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 006/2026

SÚMULA: Apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao 1º Quadrimestre de 2026, apresentado em Audiência Pública.

O Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis Municipais n° 11/2021, e considerando o dispositivo na Lei Federal n° 8.142,
Considerando a Lei Complementar Federal nº 141/2012, que estabelece a obrigação do gestor do SUS de apresentar o relatório detalhado em audiência pública;
Considerando a apresentação do documento e prestação de contas realizada em Audiência Pública ocorrida no dia 03 de junho de 2026, na Casa de Cultura.
RESOLVE:
Art. 1º - Registrar a **apreciação** do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) relativo ao 1º Quadrimestre do ano de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Jaguapitã.

Jaguapitã, 01 de outubro de 2026.

SOLANGE BELISARI MARTINELI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:03B79362

GOVERNO MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº 007/2026

SÚMULA: Apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), referente ao 2º Quadrimestre de 2026, apresentado em Audiência Pública.

O Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelas Leis Municipais n° 11/2021, e considerando o dispositivo na Lei Federal n° 8.142,
Considerando a Lei Complementar Federal nº 141/2012, que estabelece a obrigação do gestor do SUS de apresentar o relatório detalhado em audiência pública;
Considerando a apresentação do documento e prestação de contas realizada em Audiência Pública ocorrida no dia 30 de setembro de 2026, na Casa de Cultura.
RESOLVE:
Art. 1º - Registrar a apreciação do Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA) relativo ao 2º Quadrimestre do ano de 2026 da Secretaria Municipal de Saúde de Jaguapitã.

Jaguapitã, 01 de outubro de 2026.

SOLANGE BELISARI MARTINELI
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Jaguapitã

Publicado por:
Leandro Moreira da Silva
Código Identificador:0DBE6541

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE 07 - 2026

TERMO DE DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 07/2026
Processo Administrativo nº **17/2026**

HEINE TEUEID DE SOUZA CARDOSO*, Presidente da Câmara Municipal de Jardim Olinda, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas, especialmente pelo inciso VIII do art. 72 da Lei nº 14.133/21, e:*

Considerando o Documento de Formalização de Demanda do Presidente da Câmara Municipal, em que justificadamente solicita a contratação da empresa **UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ - UVEPAR** para **CONTRATAÇÃO A TITULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE 03 (TRÊS) VEREADORES NO " 2º ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", COM O TEMA " O PÓS-ELEIÇÃO E OS DESAFIOS DO SEGUNDO BIÊNIO DO MANDATO PARLAMENTAR" NA MODALIDADE "MÉTODO CONSULTOR" A SER REALIZADO NOS DIAS 06, 07 E 08 DE OUTUBRO DE 2026, NO FORMATO PRESENCIAL, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, PROMOVIDO PELA UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES MUNICIPAIS DO PARANÁ – UVEPAR,** cujo gasto estima-se no valor de **R$ 7.170,00 (Sete Mil e Cento e Setenta Reais)**, conforme proposta constante dos autos;

Considerando que foi procedida a realização de pesquisa de preços atestando que os valores da pretensa contratação refletem os praticados pelo marcado bem como haver saldo orçamentário suficiente para a despesa, conforme atestado pela Divisão de Contabilidade;

Considerando finalmente que o Agente de Contratação e a Assessoria Jurídica opinaram por ser dispensável a realização de licitação, **resolve:**

AUTORIZAR a contratação da empresa **UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES PÚBLICOS DO PARANÁ - UVEPAR** para **CONTRATAÇÃO A TITULO DE INSCRIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO DE 03 (TRÊS) VEREADORES NO " 2º ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS", COM O TEMA " O PÓS-ELEIÇÃO E OS DESAFIOS DO SEGUNDO BIÊNIO DO MANDATO PARLAMENTAR" NA MODALIDADE "MÉTODO CONSULTOR" A SER REALIZADO NOS DIAS 06, 07 E 08 DE OUTUBRO DE 2026, NO FORMATO PRESENCIAL, NA CIDADE DE CURITIBA/PR, PROMOVIDO PELA UNIÃO DE CÂMARAS, VEREADORES E GESTORES MUNICIPAIS DO PARANÁ – UVEPAR,** cujo gasto estima-se no valor de **R$ 7.170,00 (Sete Mil e Cento e Setenta Reais)** por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** em conformidade com o disposto no art. 74 inciso III, alínea "f", da Lei nº 14.133/21, nos termos constantes dos autos.
Sem prejuízo:

a) proceda-se o devido registro da inexigibilidade;
b) certifique-se a existência de débitos de natureza tributária e não tributária em nome da empresa junto a Divisão de Tributação;
c) convoque-se a empresa para assinatura do contrato no prazo legal, devendo apresentar as certidões negativas relativas à sua regularidade fiscal nos termos do § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/21;
d) publique-se este ato nos termos do Parágrafo único do art. 72 c.c. inciso I do Parágrafo único do art. 176 ambos da Lei nº 14.133/21.

Jardim Olinda, 01 de outubro de 2026.

HEINE TEUED DE SOUZA CARDOSO
Presidente da Câmara Municipal

Publicado por:
Sivaldo Lopes Ferreira
Código Identificador:B82DB58C

GABINETE MUNICIPAL
LEI 1017-2026

LEI Nº 1017/2026

SÚMULA – Reformula o Conselho Municipal de Saúde de Jardim Olinda, adequando sua natureza, composição, organização, funcionamento e competências à Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, à Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e à Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, do Conselho Nacional de Saúde, e revoga a Lei Municipal nº 227, de 05 de abril de 1991.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

Art. 1º O Conselho Municipal de Saúde de Jardim Olinda (CMS) é instância colegiada, deliberativa e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito municipal, integrante da estrutura organizacional do Departamento Municipal de Saúde, com composição, organização e competência fixadas nesta Lei, em conformidade com a Lei Federal nº 8.142/1990 e com a Resolução nº 453/2012 do Conselho Nacional de Saúde (CNS).
Parágrafo único. Como instância de controle social do SUS, o CMS atua na formulação de estratégias e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros, não podendo seus atos ser substituídos por decisão de qualquer outro órgão da Administração Municipal.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal de Saúde, sem prejuízo de outras atribuições fixadas em seu Regimento Interno:
I – atuar na formulação e no controle da execução da Política Municipal de Saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros, propondo estratégias para sua aplicação nos setores público e privado;
II – definir as prioridades e enunciar as diretrizes para elaboração do Plano Municipal de Saúde, deliberando sobre seu conteúdo e sua revisão periódica;
III – aprovar a proposta orçamentária anual da saúde e opinar previamente sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual, no que se refere à saúde, observado o processo de planejamento e orçamento ascendentes;
IV – acompanhar e fiscalizar a gestão financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, propondo critérios de programação, execução e movimentação de seus recursos;
V – analisar, discutir e aprovar, a cada quadrimestre, o relatório de gestão do Fundo Municipal de Saúde, com a prestação de contas e informações financeiras, nos termos do art. 36, §4º, e do art. 41 da Lei Complementar nº 141/2012;
VI – emitir parecer quanto à celebração e à execução de contratos, convênios e consórcios envolvendo a rede de saúde pública, contratada e conveniada, e fiscalizar a atuação do setor privado credenciado;
VII – examinar propostas e denúncias de irregularidades, respondendo a consultas sobre assuntos pertinentes às ações e serviços de saúde, e encaminhar aos órgãos de controle interno e externo competentes as denúncias que exijam apuração;
VIII – convocar, organizar e estruturar a Conferência Municipal de Saúde, ordinária ou extraordinariamente, submetendo seu regimento e programação ao Plenário;
IX – elaborar e aprovar seu Regimento Interno e demais normas de funcionamento, respeitada a paridade prevista nesta Lei;
X – deliberar sobre a localização de unidades prestadoras de serviços de saúde, públicas ou privadas, integrantes do SUS no âmbito do Município;
XI – estimular a participação social e promover ações de informação, educação e comunicação sobre suas funções, decisões e agenda de reuniões, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação); e
XII – exercer outras atribuições decorrentes da legislação do SUS ou que lhe forem cometidas pelo Regimento Interno;
XIII – solicitar e ter acesso às informações de natureza técnica, administrativa, financeira, orçamentária e de gestão necessárias ao exercício de suas competências, junto aos órgãos e entidades integrantes do Sistema Único de Saúde no Município;
XIV – promover ações de educação permanente para o controle social, capacitando os conselheiros quanto à organização do SUS, legislação, planejamento, orçamento, financiamento e políticas públicas de saúde.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO

Art. 3º O Conselho Municipal de Saúde terá composição paritária, respeitado o critério fixado na Resolução nº 453/2012 do CNS, sendo integrado por 8 (oito) membros titulares e respectivos suplentes, assim distribuídos:
I – 4 (quatro) representantes de entidades, instituições e movimentos representativos de usuários do SUS (50%);
II – 2 (dois) representantes de entidades representativas dos trabalhadores da área da saúde (25%); e
III – 2 (dois) representantes do segmento de governo e prestadores de serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS (25%).
§ 1º Integram o segmento de usuários representantes de entidades da sociedade civil organizada, legalmente constituídas e em funcionamento regular, entre outras compatíveis com a realidade local, tais como:
I – associações de moradores e movimentos comunitários urbanos e rurais;
II – entidades sindicais e associações de trabalhadores urbanos e rurais;
III – associações de pessoas com patologias, pessoas com deficiência e seus familiares;
IV – movimentos sociais em defesa dos direitos de gênero, raça, etnia e de outros grupos socialmente vulneráveis;
V – entidades religiosas, organizações da sociedade civil e instituições filantrópicas sem fins lucrativos com atuação na área social.
§ 2º Integram o segmento dos trabalhadores da saúde representantes indicados por sindicatos, conselhos profissionais, associações de classe, cooperativas, federações e associações de agentes comunitários de saúde e de outras categorias profissionais da área da saúde.
§ 3º Integram o segmento de governo e prestadores de serviços de saúde:
I – representantes do Governo Municipal, indicados pelo Departamento Municipal de Saúde e, quando houver, por outros órgãos da Administração Pública Municipal com atuação na área da saúde;
II – representantes dos prestadores de serviços de saúde integrantes do Sistema Único de Saúde – SUS, compreendendo hospitais, clínicas, entidades filantrópicas, organizações sociais, APAE e demais instituições privadas sem fins lucrativos conveniadas ou contratadas para prestação de serviços ao SUS.
§4º Nos casos em que não existam, no Município, entidades organizadas em número suficiente para compor determinado segmento, a respectiva representação será escolhida em plenária pública, convocada e conduzida pelo próprio CMS de forma ampla e democrática.
§ 5º A representação dos segmentos de usuários, trabalhadores da saúde, governo e prestadores de serviços será exercida pelas entidades, instituições ou movimentos regularmente constituídos, cabendo a estes indicar seus representantes titulares e suplentes, observado o disposto nesta Lei e no Regimento Interno.
Art. 4º A representação de cada segmento é distinta e autônoma em relação às demais, sendo vedado que uma mesma pessoa represente mais de um segmento ou ocupe mais de uma vaga no Conselho.
§1º É vedada a participação, como conselheiro, de membros eleitos do Poder Legislativo e de representantes do Poder Judiciário e do Ministério Público.
§2º A ocupação de função que interfira na autonomia representativa do conselheiro constitui impedimento à representação de usuário ou de trabalhador e poderá ensejar, a critério da entidade indicante, a substituição do respectivo membro.
Art. 5º Os membros do CMS, titulares e suplentes, serão indicados por escrito pelas respectivas entidades, movimentos ou instituições, segundo seus próprios processos de escolha, e nomeados por Decreto do Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. Recomenda-se que, a cada processo de indicação, os segmentos de usuários, trabalhadores e prestadores promovam a renovação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) de suas entidades representativas, quando possível.
Art. 6º O mandato dos conselheiros titulares e suplentes será de 2 (dois) anos, permitida a recondução, mediante nova indicação da entidade, instituição ou movimento que representam, observadas as normas desta Lei e do Regimento Interno.
§ 1º O exercício da função de conselheiro é considerado de relevante interesse público e não será remunerado, vedada a percepção de vantagens de qualquer natureza em razão do exercício do mandato.
§ 2º A posse dos conselheiros ocorrerá em reunião especialmente convocada para esse fim, após a publicação do Decreto de nomeação.
§ 3º O suplente substituirá o titular em suas ausências e impedimentos e sucedê-lo-á em caso de vacância, até o término do respectivo mandato.
§ 4º O exercício da função de conselheiro é considerado serviço público relevante, garantindo-se aos representantes, quando servidores públicos municipais, a dispensa do serviço para participação em reuniões, capacitações e demais atividades oficiais do Conselho, sem prejuízo da remuneração.
Art.7º O mandato do conselheiro extinguir-se-á antes do seu término nas seguintes hipóteses:
I – Renúncia formal, mediante comunicação escrita ao Presidente do Conselho;
II – Perda da condição de representante da entidade ou instituição que o indicou;
III – desligamento do cargo, função ou vínculo que justificou sua representação, quando se tratar dos segmentos de governo, trabalhadores ou prestadores;

IV – Condenação criminal transitada em julgado por crime contra a Administração Pública ou por ato de improbidade administrativa, nos termos da legislação vigente;
V – ausência injustificada a 3 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 5 (cinco) reuniões ordinárias intercaladas no período de 12 (doze) meses; e
VI – prática de conduta incompatível com as finalidades do Conselho, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
§ 1º A perda do mandato será deliberada pelo Plenário, por maioria absoluta de seus membros, ressalvada a hipótese de substituição promovida pela entidade representada.
§ 2º Declarada a vacância, será imediatamente convocado o respectivo suplente para completar o restante do mandato.
§ 3º Na inexistência de suplente ou quando este também estiver impedido, a entidade representada será notificada para indicar novo representante no prazo de até 30 (trinta) dias, observado o respectivo processo de escolha.

CAPÍTULO III
DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO

Art. 8º O Conselho Municipal de Saúde terá uma Mesa Diretora, órgão de direção e coordenação de seus trabalhos, eleita pelo Plenário dentre os conselheiros titulares, respeitada a paridade entre os segmentos representados, composta por:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente; e
III – Secretário.

§ 1º O mandato dos membros da Mesa Diretora será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução por igual período.

§ 2º O cargo de Presidente poderá ser exercido por conselheiro de qualquer dos segmentos representados no Conselho, desde que seja titular e eleito pelo Plenário.

§ 3º Compete à Mesa Diretora:
I – coordenar as atividades administrativas e deliberativas do Conselho;
II – elaborar a pauta das reuniões, em conjunto com a Secretaria Executiva;
III – acompanhar o cumprimento das deliberações do Plenário;
IV – encaminhar as Resoluções, Recomendações e Moções aos órgãos competentes;
V – supervisionar os trabalhos das comissões e grupos de trabalho;
VI – adotar, em casos de urgência devidamente justificados, medidas ad referendum do Plenário, submetendo-as à apreciação na primeira reunião subsequente.

§ 4º A eleição será realizada na primeira reunião ordinária após a posse dos conselheiros ou até 30 (trinta) dias antes do término do mandato da Mesa Diretora em exercício.
§ 5º Poderão concorrer chapas completas ou candidaturas individuais, conforme disciplinado pelo Regimento Interno.
§ 6º Será considerada eleita a chapa ou o candidato que obtiver a maioria simples dos votos dos conselheiros presentes, desde que haja quórum mínimo de maioria absoluta dos membros do Conselho.
§ 7º Não sendo alcançada a maioria no primeiro escrutínio, será realizado segundo turno entre as duas chapas ou candidatos mais votados, considerando-se eleito aquele que obtiver o maior número de votos.
§ 8º Em caso de vacância de qualquer cargo da Mesa Diretora antes do término do mandato, será realizada nova eleição exclusivamente para o cargo vago, destinada ao cumprimento do período remanescente.
Art. 9º O Conselho Municipal de Saúde contará com Secretaria Executiva para prestar suporte técnico, administrativo e operacional às suas atividades.
§ 1º O Secretário Executivo será designado pelo Chefe do Poder Executivo dentre servidores públicos municipais.
§ 2º Compete à Secretaria Executiva prestar apoio técnico, administrativo e operacional ao Conselho Municipal de Saúde, secretariar as reuniões plenárias e da Mesa Diretora, elaborar e lavrar as atas, organizar e manter atualizados os arquivos, documentos e cadastro dos conselheiros, expedir convocações e correspondências, dar publicidade às deliberações do Conselho, acompanhar a execução de suas decisões e exercer outras atribuições previstas nesta Lei e no Regimento Interno.
Art.10 Fica assegurada ao Conselho Municipal de Saúde autonomia administrativa, financeira e funcional para o pleno exercício de suas competências, garantindo-se estrutura física adequada, equipamentos, apoio técnico, administrativo e operacional, bem como recursos humanos e dotação orçamentária própria consignada no orçamento do Departamento Municipal de Saúde e custeada com recursos do Fundo Municipal de Saúde.
Art. 11 A Conferência Municipal de Saúde realizar-se-á, ordinariamente, a cada 4 (quatro) anos, com a representação dos diversos segmentos sociais, para avaliar a situação de saúde do Município e propor as diretrizes para a formulação da Política Municipal de Saúde, nos termos da Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990.
§ 1º Compete à Conferência Municipal de Saúde avaliar a situação de saúde do Município, propor diretrizes para a formulação da Política Municipal de Saúde e avaliar a execução das ações e serviços do Sistema Único de Saúde – SUS.
§ 2º As deliberações da Conferência Municipal de Saúde constituirão diretrizes para atuação do Conselho Municipal de Saúde e para elaboração do Plano Municipal de Saúde.
§ 3º A periodicidade prevista no caput observa a legislação federal e a deliberação aprovada pelo Plenário da 15ª Conferência Municipal de Saúde de Jardim Olinda, que definiu a realização das Conferências Municipais de Saúde a cada 4 (quatro) anos.
Art.12. O Plenário do CMS reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, uma vez por mês, e extraordinariamente quando convocado pelo Presidente ou por requerimento da maioria de seus membros.
I – a pauta e o material de apoio às reuniões serão encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de 5 (cinco) dias; e
II – as reuniões plenárias são públicas e deverão ocorrer em local e horário que possibilitem a participação da sociedade.
§ 1º As reuniões serão instaladas com a presença da maioria absoluta dos membros.
§ 2º Não havendo quórum na primeira convocação, poderá ser realizada segunda convocação, na forma prevista no Regimento Interno.
§ 3º Em caso de urgência devidamente justificada, a Mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde, por intermédio de seu Presidente, poderá adotar decisões *ad referendum* do Plenário, as quais deverão ser submetidas à apreciação e homologação na primeira reunião subsequente do Conselho.
Art. 13. As deliberações do CMS serão adotadas mediante quórum mínimo de metade mais um de seus integrantes, ressalvados os casos regimentais que exijam quórum especial ou maioria qualificada, e serão consubstanciadas em Resoluções, Recomendações ou Moções.
Parágrafo único. As Resoluções do CMS serão homologadas pelo Chefe do Poder Executivo no prazo de 30 (trinta) dias, contado de seu recebimento, com a devida publicidade oficial; decorrido esse prazo sem homologação nem justificativa fundamentada, o CMS poderá buscar sua validação perante os órgãos de controle competentes.
Art. 14. As comissões permanentes, temporárias e grupos de trabalho elaborarão pareceres técnicos sobre os assuntos submetidos à sua apreciação, os quais serão encaminhados ao Plenário para deliberação.
Art. 15. A cada quadrimestre, constará da pauta das reuniões plenárias o pronunciamento do gestor municipal de saúde para prestação de contas, em relatório detalhado, sobre a execução do Plano Municipal de Saúde, o relatório de gestão, o montante e a forma de aplicação dos recursos, as auditorias realizadas no período e a produção e oferta de serviços na rede própria, contratada ou conveniada, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.
Art. 16. O Município promoverá, em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, ações permanentes de capacitação e educação permanente dos conselheiros, visando ao fortalecimento do controle social e ao aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde – SUS.
Art. 17. As pautas, atas, resoluções e demais atos do CMS deverão ter ampla divulgação, inclusive no Portal da Transparência do Município, em conformidade com a Lei Federal nº 12.527/2011, observado, quanto a dados pessoais dos conselheiros, o disposto na Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais).

§ 1º O Conselho manterá arquivo organizado de suas atas, resoluções, recomendações, moções e demais documentos, assegurado o acesso público, observada a legislação vigente.
§ 2º O CMS elaborará seu Regimento Interno no prazo de 90 (noventa) dias, contado da publicação desta Lei, submetendo-o à apreciação e homologação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. No prazo de 60 (sessenta) dias, contado da publicação desta Lei, o Poder Executivo promoverá a recomposição do Conselho Municipal de Saúde na forma desta Lei, permanecendo em exercício, até então, os atuais conselheiros nomeados sob a vigência da Lei nº 227/1991.
Parágrafo único. Para a recomposição prevista no caput serão observadas as deliberações e votações aprovadas na 15ª Conferência Municipal de Saúde de Jardim Olinda.
Art. 19. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, consignadas no orçamento do Departamento Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.
Art. 20. Fica revogada a Lei Municipal nº 227, de 05 de abril de 1991, e demais disposições em contrário.
Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Jardim Olinda-PR, em 02 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:0FC6FBF5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIAÍ DO SUL

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL PARA ATERRO SANITÁRIO DE JOAQUIM TAVORÁ
3º TERMO ADITIVO NO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 04/2023

03º Aditivo ao contrato que entre si celebram o Consórcio Intermunicipal Para Aterro Sanitário CIAS, e a Empresa **EQUIPLANO SISTEMAS LTDA**, tendo o Objetivo Contratação de Empresa Especializada em informática para locação de Softwares e suporte técnico, conforme descrição: Especializada em informática para locação, instalação e manutenção; Suporte técnico de softwares.

Publicado por:
Marcos Guilherme da Costa Alves
Código Identificador:2ECD2479

DIRETORIA DE CONTABILIDADE
EXTRATO DE DIÁRIAS N°305/2026

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 305/2026 – De 29/09/2026 à 30/09/2026.
Em cumprimento do dispositivo no Art. 07 da Lei nº 738/2024, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Eliezer Teles de Oliveira	Motorista	Londrina	29/09/2026	Levar Atletas em competições e treinamentos.	R$ 40,00
Claudinei Aparecido Fernandes	Motorista	Conselheiro Mairinck	30/09/2026	Levar Atletas do voleibol masculino adulto e de base jogar vôlei.	R$ 40,00

Edifício do Município de Jundiaí do Sul-PR, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Priscila Fernanda Martins
Código Identificador:046C7D2A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAPA

GABINETE
ACORDO EXTRAJUDICIAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL N°17663/2026

Aos vinte e nove dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, reuniram-se as PARTES abaixo qualificadas, para firmarem o presente Acordo Extrajudicial nas condições que seguem:

I – O Município da Lapa, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº76.020.452/0001-05, representada neste ato pelo Prefeito Municipal, Diego Timbirussu Ribas, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 042.224.489-90, residente e domiciliado à Rua Pedro Mendes de Camargo, 294, apt 2, Lapa – PR, CEP: nº 83.752-182, e;

II –Beatriz Thurmann da Silva, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 021.916.259-08, portadora da Cédula de Identidade – RG nº 6.712.284-4 SESP/PR, residente e domiciliado na Rua FenelonWeinhardt Moreira, 126, Bairro Ronda, Lapa-PR, CEP 83751-420;
Considerando que a culpa pelo acidente no imóvel na Rua FenelonWeinhardt Moreira, 126, Bairro Ronda,foi do MUNICÍPIO;
Considerando que o custo para reparar os danos causados ao imóvel na Rua FenelonWeinhardt Moreira, 126, Bairro Ronda,em R$ 503,00 (quinhentos e três reais);

Firma-se o seguinte acordo:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente acordo tem como finalidade promover a indenização deBeatriz Thurmann da Silvapelo MUNICÍPIO, conforme Parecerda Junta Administrativa nº 016/2026, a fim de reparar os danos causados ao muro do imóvel na Rua FenelonWeinhardt Moreira, 126, Bairro Ronda, em R$ 503,00 (quinhentos e três reais), em decorrência de atividade de limpeza urbana promovidas por este Município.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
O MUNICÍPIO pagará ao Beatriz Thurmann da Silva, o valor de R$ 503,00 (quinhentos e três reais), a título de indenização pelos danos suportados, pagos em até 30 dias da assinatura deste Acordo, A dotação orçamentária a ser utilizada para o empenho da despesa será a 1628. (Indenizações e restituições).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUITAÇÃO PLENA
O recebimento do valor estabelecido na Cláusula Segunda, do presente ACORDO EXTRAJUDICIAL, importa em total quitação ao MUNICÍPIO pelo ressarcimento sobre danos causados a qualquer título para nada mais reclamar, em juízo ou administrativamente.

CLÁUSULA QUARTA – DA AUTORIZAÇÃO
O presente acordo somente serácelebrado após decisão Administrativa do Sr. Prefeito com devida publicação em Diário Oficial, de acordo com Art. 6º da Lei Municipal nº 4449 de 28 de agosto de 2025.

CLÁUSULA QUINTA – DO FORO
As PARTES elegem neste ato como único competente para a solução de questões ou de interpretações divergentes com base neste instrumento que, amigavelmente, não puderem resolver, o Foro da Justiça Estadual, Comarca de Lapa - PR, com expressa renúncia, por si e seus sucessores, de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e acordes, depois de lido e achado conforme, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor, que vai assinado por duas testemunhas.

Lapa, 29 de setembro de 2026.

Município da Lapa
DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

BEATRIZ THURMANN DA SILVA
Proprietária do Imóvel Danificado

TESTEMUNHA 01 (NOME E CPF)

TESTEMUNHA 02 (NOME E CPF)

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:F3F7B54F

GABINETE
DECRETO N° 29947, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Admite NERCY DE JESUS COLACO DO AMARAL, para provimento do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 04 de 06/08/2026 que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado n° 02/2026 e Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 23101/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 07.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, abaixo relacionado(a):

NERCY DE JESUS COLACO DO AMARAL
RG: 065.285.429-02
CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
CARGA HORÁRIA SEMANAL 44 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:494886A5

GABINETE
DECRETO N° 29948, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 03 de 18/05/2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2026 e a Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 19934/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 07.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de ASSISTENTE SOCIAL, abaixo relacionado(a):

CLAUDETE MACHADO CAMARGO
RG: 6.588.309-0/PR
CPF: 985.450.949-49
CARGO: ASSISTENTE SOCIAL
CARGA HORÁRIA SEMANAL 30 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:2D15B0E3

GABINETE
DECRETO N° 29949, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 03 de 18/05/2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2026 e a Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 14016/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 07.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de PSICÓLOGO, abaixo relacionado(a):

LUCIANE JUSTINO DE OLIVEIRA
RG: 5.794.031-0/PR
CPF: 977.790.759-15
CARGO: PSICÓLOGO
CARGA HORÁRIA SEMANAL 30 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:0AAB8B29

GABINETE
DECRETO N° 29950, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com fundamento no item XI, do

artigo 69, da Lei Orgânica do Município e tendo em vista o Edital n.º 03 de 18/05/2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Público nº 001/2026 e a Lei Municipal n° 3526/2018 e suas alterações;

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;
• Considerando o Processo Digital nº 16799/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração,

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica ADMITIDO(A), a partir de 07.10.2026, o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Processo Seletivo Simplificado, para provimento do cargo de EDUCADOR SOCIAL, abaixo relacionado(a):

DIRLENE DO PERPETUO GUIMARAES HANCZ
RG: 5.984.509-8/PR
CPF: 900.492.509-06
CARGO: EDUCADOR SOCIAL
CARGA HORÁRIA SEMANAL 30 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA DA ASSISTENCIA SOCIAL E POLITICAS PUBLICAS PARA A MULHER

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:5A6C7219

GABINETE
DECRETO Nº 29951, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeia ADRIANA CRISTINA DO VALE ALIBOSKI, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 21991/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 07.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

ADRIANA CRISTINA DO VALE ALIBOSKI
RG: 3.866.737/PR
CPF: 014.542.419-77
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO
CLASSE A
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:92032500

GABINETE
DECRETO Nº 29952, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeia MAYARA PADILHA GROSE, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL.

O Prefeito do Município da Lapa, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, com base no Edital n.º 17/2025 de 08 de agosto de 2025, que homologou o resultado do concurso público 01/2024 e na Lei Municipal n° 1773/2004 e suas alterações,

• Considerando o que consta no Decreto nº 24.284, de 04.11.2019 e em seus anexos I, II e III;

• Considerando o Processo Digital nº 19262/2026, tramitado pelo Departamento de Recursos Humanos, da Secretaria de Administração;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica NOMEADO (A), a partir de 07.10.2026 o(a) candidato(a) aprovado(a) no referido Concurso Público, para provimento do cargo de EDUCADOR INFANTIL, abaixo relacionado(a):

MAYARA PADILHA GROSE
RG: 14.167.567-2/PR
CPF: 091.025.939-98
CARGO: EDUCADOR INFANTIL
GRUPO OCUPACIONAL MAGISTÉRIO
CLASSE A
CARGA HORÁRIA SEMANAL 40 HORAS
LOTAÇÃO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Art. 2º - A nomeação acima mencionada reger-se-á conforme o Regime Jurídico Estatutário.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:F568F481

GABINETE
LEI N° 4607, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, por Superávit Financeiro, referente inclusão de rubrica orçamentária para contratação de profissionais por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial até o

limite de R$ 33.350,85 (Trinta e Três Mil, Trezentos e Cinquenta Reais e Oitenta e Cinco Centavos), distribuídos na seguinte dotação orçamentária:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.243.0063.2406 Gestão do Programa Primeira Infância no SUAS - CRIANÇA FELIZ.	
2106: 3.1.90.04.00.00951 – Contratação por tempo determinado	R$ 33.350,85
TOTAL.....	**R$ 33.350,85**

Art. 2° - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados o:

Superávit Financeiro da fonte 951, conta nº 31.504-4	R$ 33.350,85
TOTAL.....	**R$ 33.350,85**

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:16933310

GABINETE
LEI N° 4608, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, por Excesso de Arrecadação, referente inclusão de rubricas orçamentárias para contratação de profissionais por meio de Processo Seletivo Simplificado – PSS, para a Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher.

A Câmara Municipal de Lapa, Estado do Paraná, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir no Orçamento Geral do Município um Crédito Adicional Especial até o limite de R$ 44.149,15 (Quarenta e Quatro Mil, Cento e Quarenta e Nove Reais e Quinze Centavos), distribuídos nas seguintes dotações orçamentárias:

07 Secretaria Municipal de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
07.10 Departamento Geral de Assistência Social e Políticas Públicas para a Mulher	
08.122.0054.2441 Manutenção da Gestão e Organização do Sistema Único de Assistência Social Municipal	
2105: 3.1.90.13.00.00.000 – Contribuições patronais	R$ 12.000,00
07.14 Fundo Municipal de Assistência Social	
08.243.0063.2406 Gestão do Programa Primeira Infância no SUAS - CRIANÇA FELIZ.	
2106: 3.1.90.04.00.00951 – Contratação por tempo determinado	R$ 32.149,15
TOTAL.....	**R$ 44.149,15**

Art. 2° - Para dar cobertura no Crédito Autorizado no artigo anterior serão utilizados o:

Excesso de Arrecadação da fonte 0, conta nº 31.238-X	R$ 12.000,00
Excesso de Arrecadação da fonte 951, conta nº 31.504-4	R$ 32.149,15
TOTAL.....	**R$ 44.149,15**

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal da Lapa, em 02 de Outubro de 2026.

DIEGO TIMBIRUSSU RIBAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:207E8720

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 056/2026 - UASG 987657-SRP

OBJETO: Aquisição de medicamentos hospitalares, da atenção básica e de saúde mental que restaram fracassados no pregão nº 13/2026, bem como de medicamentos incluídos em razão de novas necessidades identificadas, destinados a suprir a demanda das unidades hospitalares, pré-hospitalares, da farmácia municipal, das unidades de saúde e dos demais serviços sob responsabilidade da secretaria municipal de saúde e desenvolvimento social da prefeitura municipal da lapa.
ENTREGA DAS PROPOSTAS: até o dia 22/10/2026 às 09:30 horas.
DATA DA SESSÃO: 22/10/2026 às 09:30 horas no site https://www.gov.br/compras/pt-br/.
TIPO: Menor Preço Unitário por Item.
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado.
VALOR MÁXIMO ADMITIDO: R$ 213.072,66 (Duzentos e treze mil e setenta e dois reais e sessenta e seis centavos).
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital completo poderá ser examinado e obtido, através do site https://www.gov.br/compras/pt-br/, no Portal do Cidadão – Município da Lapa, endereço: lapa.atende.net "acesso Identificado no link – licitações" ou no site https://www.gov.br/pncp/pt-br. Outras informações poderão ser obtidas na Coordenação de Licitações da Prefeitura Municipal da Lapa/PR, situada na Rua Barão do Rio Branco 1709 (Fundos) – Centro, no horário compreendido das 9h às 12h e das 13h30m às 17h, ou pelo telefone (41) 3547-8029.

Lapa, 02 de outubro de 2026.

BRUNO GOLL ZEVE
Pregoeiro

Publicado por:
Robson da Silveira Maurer
Código Identificador:D4D7486E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 925, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadoa partir de 1° de junho de 2022, BENEDITO DO ROCIO DE ASSIS GALVAO, ocupante do cargo de VIGIA, matriculado(a) sob nº 204-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 1° de junho de 2017 a 31 de maio de 2022.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:16627CC7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 926, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadaa partir de 1° de setembro de 2021, CRELY UKAN ZELA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 307-3.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 21 de fevereiro de 2016 a 20 de fevereiro de 2021.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:866853D6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 927, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadaa partir de 1° de março de 2023, IZABEL CRISTINA FUCHS VIEIRA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 586-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 1° de junho de 2017 a 31 de maio de 2022.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5C128098

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 928, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadoa partir de 1° de fevereiro de 2024, JOSE BENEDITO MACIEL PINTO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 702-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 31 de janeiro de 2018 a 30 de janeiro de 2023.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:EB6EFE81

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 929, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadaa partir de 1° de setembro de 2022, MARIA TEREZA ALAIKO KLINGBEIL, ocupante do cargo de PROFESSOR PRE-ESCOLAR, matriculado(a) sob nº 1066-1.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 1° de junho de 2017 a 31 de maio de 2022.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:07864063

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 930, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:
Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadaa partir de 4 de maio de 2022, MARIA SELVINA WAENGA, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 1064-2.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 23 de fevereiro de 2017 a 22 de fevereiro de 2022.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:3477694A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 931, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a conversão em pecúnia de Licença Especial por Produtividade.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º - Fica convertido em PECÚNIA a Licença Especial por Produtividade do(a) servidor(a), aposentadaa partir de 1° de fevereiro de 2022, VANICE SANTINA BISOTTO SCHUSTER, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 1577-2.
Art. 2º A Licença Especial por Produtividade corresponde ao período aquisitivo de 3 de outubro de 2016 a 2 de outubro de 2021.
Art. 3º Esta Portaria foi elaborada com base na Lei Complementar n° 226 de 12 de janeiro de 2026, que trata sobre a revogação do inciso IX do artigo 8 da Lei Complementar n° 173 de 27 de maio de 2020, da Presidência da República, que determinou a suspensão da contagem do tempo no período compreendido entre 28 de maio de 2020 a 31 de dezembro de 2021, com exceção aos servidores da área da Saúde e de Segurança Pública, conforme lei complementar nº 191, de 08 de março de 2022.
Art. 4º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:26C794A3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 932, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) JAIME BUENO CAMARGO, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, matriculado(a) sob nº 5073-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 919 de 22 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 21 de setembrode 2026 a 20 de outubro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:ACE5433A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 933, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) MARCIA APARECIDA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS, matriculado(a) sob nº 82555-1, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 919 de 22 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 16 de setembrode 2026 a 14 de dezembro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 16 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:FB50304B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 934, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença por motivo de doença em pessoa da família.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença por motivo de doença em pessoa da família, ao(a) servidor(a) MARISA FERREIRA DA SILVEIRA, ocupante do cargo de AUXILIAR DE ODONTOLOGIA, matriculado(a) sob nº 82090-1, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 919 de 22 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 21 de setembrode 2026 a 29 de dezembro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:40318080

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 935, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) MERY TEREZINHA MOSSON LEICHNIOSKI ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 4927-1 e 4927-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 919 de 22 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 17 de setembrode 2026 a 7 de outubro de 2026, quando deverá retornar ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 17 de setembro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:D8FF2447

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 936, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica concedida Licença para Tratamento de Saúde, ao(a) servidor(a) NEUSELI APARECIDA ROSA DE CHAVES, ocupante do cargo de PROFESSOR, matriculado(a) sob nº 6964-1 e 6964-2, conforme Laudo Médico firmado por Perícia Médica por meio da Portaria n° 919 de 22 de setembro de 2026.
Art. 2º O(a) servidor(a) deverá permanecer afastado(a) de suas funções na data de 24 de agostode 2026 a 12 de setembro de 2026, quando retornou ao trabalho.
Art. 3º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 24 de agosto de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:5E24C80F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 937, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre alteração de local de trabalho através de remoção de Ofício.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica removido(a) de Ofício o(a) servidor(a) FELIPHE BOAVENTURA, ocupante do cargo de MEDICO VETERINARIO, matriculado(a) sob nº 82662-1, lotado atualmente na SECRETARIA DE AGROPECURIA E MEIO AMBIENTE/ DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE para SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/ VIGILANCIA SANITARIA.
Art. 2ºA presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1° de outubro de 2026.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:DF8F37EF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA SEMAD Nº 938, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a retificação de concessão de férias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, nomeado pelo Decreto nº 28.392/2025, de 05/02/2025, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4337, de 04/02/2025 e Decreto nº 22.393/2017, de 10/01/2017, resolve:

Art. 1º Fica retificada a Portaria SEMAD nº 847, de 26 de agosto de 2026, que passa a vigorar com as seguintes alterações:
Onde se lê:

8992-1	MARIA GENOVEVA PORTES LEKE	25/01/2025	a	09/09/2026 a 01/10/2026
	MACIEL	24/01/2026		

Leia-se:

8992-1	MARIA GENOVEVA PORTES LEKE MACIEL	25/01/2025 24/01/2026	a	09/11/2026 a 01/12/2026

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ANDRE SCHAPHAUSER MARTINS SILVA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:359F0E7E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 245/2026

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 018/2026 (PD Nº 8063/2026)
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SUA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A MULHER (NOMEADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28.533, DE 26.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SRA. JANAINA PIOVEZAN RIBAS.
CONTRATADO: PARANÁ INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE REDES E CORDAS LTDA EPP, CNPJ/MF SOB O Nº 05.700.700/0001-02, NESTE ATO REPRESENTADO(A) POR SEU TITULAR, SR. JOSÉ CRISTIANO RUIZ.
OBJETO: AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE REDES DE PROTEÇÃO PARA A QUADRA DE ESPORTES DO CENTRO DA JUVENTUDE - CEJU. A PRESENTE AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DAS REDES É ORIUNDA DO PROJETO "REVITALIZAÇÃO DA QUADRA DO CENTRO DA JUVENTUDE - CEJU", APROVADO PELA RESOLUÇÃO CMDCA N° 582, DE 04 DE MARÇO DE 2026, A QUAL APROVOU O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PARA O REFERIDO PROJETO, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I DA INEXIGIBILIDADE Nº 018/2026). ITENS 1 E 2.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 90 (NOVENTA) DIAS CONTADOS DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO NO PNCP, PODENDO SER PRORROGADO NOS TERMOS DA LEI N° 14.133, DE 2021.
VALOR CONTRATUAL: R$ 12.530,16 (DOZE MIL, QUINHENTOS E TRINTA REAIS E DEZESSEIS CENTAVOS), CONFORME TABELA CONSTANTE NO ITEM 1.2. DA CLÁUSULA PRIMEIRA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
REQUISIÇÃO AO COMPRAS Nº 553/2026 (PD Nº 8063/2026)
CÓDIGO REDUZIDO: 937;
ÓRGÃO: 7 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHER;
UNIDADE: 15 - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE;
AÇÃO: 2423 - APOIAR SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS DE ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL, COM RECURSOS DO FMDCA DOAÇÕES;
VÍNCULO: 0 - RECURSOS LIVRES;
SUBELEMENTO: 3339039160000000000 - MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE BENS IMÓVEIS.
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 8063/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 75, II DA LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021, DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 29/09/2026
DATA ASSINATURA: 01/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:BA0F987D

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRÂNSITO E TRANSPORTE
EXTRATO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO Nº 246/2026

ORIGEM: INEXIGIBILIDADE Nº 62/2026 (PD Nº 21921/2026), ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2026, PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 002/2025 – CIMVAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO VALE DO PIQUIRI.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS, PROJETOS, URBANISMO, SANEAMENTO, TRANSITO E TRANSPORTE, (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28509, DE 25.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 26815, DE 31.03.2023), SR. MARCO ANTONIO BORTOLETTO.
CONTRATADO: NÓRDICA VEÍCULOS S.A., CNPJ SOB O Nº 77.997.187/0001-74, NESTE ATO REPRESENTADO PELO SEU DIRETOR-SUPERINTENDENTE, SR. PAULO ROBERTO PIZANI.
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PESADOS RODOVIÁRIOS, AGRÍCOLAS E URBANOS, NOVOS, ÚLTIMA SÉRIE, INCLUINDO ENTREGA TÉCNICA E GARANTIA MÍNIMA DE 12 (DOZE) MESES, CONFORME RESULTADO DA LICITAÇÃO COMPARTILHADA PROMOVIDA PELO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO VALE DO PIQUIRI CIMVAP, NA QUALIDADE DE ÓRGÃO GERENCIADOR, DA QUAL O MUNICÍPIO DE LAPA – PR É ÓRGÃO PARTICIPANTE. ITEM 10.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES, CONTADOS DO(A) A PARTIR DA PUBLICAÇÃO NO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).
VALOR CONTRATUAL: R$ 4.050.000,00 (QUATRO MILHÕES E CINQUENTA MIL REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
CÓDIGO REDUZIDO: 1944
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
AÇÃO: 2042 - ADQUIRIR VEÍCULOS
VÍNCULO: 644 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO - BANCO DO BRASIL - LEI Nº 4383/2025
SUBELEMENTO: 3449052520000000000 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
CÓDIGO REDUZIDO: 1649
ÓRGÃO: 11 - SECRETARIA DE OBRAS, URBANISMO, PLANEJAMENTO E TRANSPORTE
UNIDADE: 5 - DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE
AÇÃO: 2042 - ADQUIRIR VEÍCULOS
VÍNCULO: 501 - RECEITAS DE ALIENAÇÕES DE ATIVOS - EXERC
SUBELEMENTO: 3449052520000000000 - VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA
FUNDAMENTO LEGAL: TENDO EM VISTA O QUE CONSTA NO PROCESSO DIGITAL Nº 21921/2026, NA FORMA DO DISPOSTO NO ARTIGO 74, DA LEI FEDERAL N° 14.133/2021 / ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 001/2026, PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA N° 002/2025 – CIMVAP – CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO VALE DO PIQUIRI E DECRETO MUNICIPAL Nº 26.815, DE 31.03.2023 E DEMAIS LEGISLAÇÃO APLICÁVEL.
DATA: 30/09/2026
DATA ASSINATURA: 02/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:361337BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO 10º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 224/2023

ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 40/2023 (PD N° 19648/2023)
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DA LAPA, CNPJ SOB Nº 76.020.452/0001-05, REPRESENTADO POR SEU SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE (NOMEADO PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 28429, DE 06.02.2025 E CONFORME O DECRETO MUNICIPAL Nº 24.319/2019, DE 28.11.2019), SR. GIOVANNE COLAÇO HORNING.
LOCADOR: ADIBENS – ADMINISTRAÇÃO E INCORPORAÇÃO LTDA ME, CNPJ/MF SOB Nº 26.229.756/0001-09, REPRESENTADA POR SEUS SÓCIOS, SR. JOSÉ FÁBIO FANTIN E SR. ROBERTO LEITE BASTOS.
OBJETO: LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS, PELO PERÍODO DE 12 MESES, SENDO UMA EDIFICAÇÃO COMERCIAL COM ÁREA CONSTRUÍDA TOTAL DE 970,50 M² E FRENTE PARA A RUA TENENTE HENRIQUE DOS SANTOS, Nº 29, REGISTRADO SOB MATRÍCULA Nº 9.419, PARA INSTALAÇÃO E READEQUAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E OS SEGUINTES SETORES: GABINETE DO SECRETÁRIO DE SAÚDE, RECEPÇÃO E CARTÃO DO SUS, ADMINISTRATIVO DA SECRETARIA DE SAÚDE, DIVISÃO FINANCEIRA, CONTABILIDADE DA SAÚDE, DIVISÃO DE ATENÇÃO BÁSICA, DIVISÃO DA OUVIDORIA DA SAÚDE, DIVISÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL, DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS E PATRIMÔNIO DA SAÚDE, DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA DA SAÚDE, DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA, DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE, DEPARTAMENTO DE MARCAÇÃO DE CONSULTAS E DEPARTAMENTO DE TRANSPORTE DE PACIENTES.
CONSIDERANDO A REQUISIÇÃO DE ADITIVO CONTRATUAL Nº 1386/2026 (PD Nº 23005/2026) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E O PARECER JURÍDICO Nº 867/2026/PGM, NOS TERMOS DO ART. 57, II DA LEI Nº 8666/93:
FICA PRORROGADO O PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FINS NÃO RESIDENCIAIS Nº 224/2023 POR 12 (DOZE) MESES, ESTENDENDO-SE PELO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 09.10.2026 E 08.10.2027, COM O VALOR CONTRATUAL DE R$ 231.183,24 (DUZENTOS E TRINTA E UM MIL, CENTO E OITENTA E TRÊS REAIS E VINTE E QUATRO CENTAVOS).
PERMANECEM INALTERADAS AS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO AGORA ADITADO.
DATA: 30/09/2026
DATA ASSINATURA: 02/10/2026
FORO: COMARCA DA LAPA

Publicado por:
Elisangela Mendes Dos Anjos Ribas
Código Identificador:C9BA80B5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026

AUTORIZAÇÃO DO PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 54/2026

Considerando o que consta no processo administrativo 112/2026, bem como a necessidade e justificativa apresentada para **CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRIMEIRA REVISÃO PROGRAMADA, ONIBUS PLACA UBU6H51, ANO/MODELO 2026/2026, PERTENCENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**, tendo em

vista o valor total da contratação de **R$ 5.186,55 (cinco mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)**, reconheço ser dispensável a realização de licitação, nos termos do Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações em vigor.

Dessa forma, AUTORIZO a contratação da empresa **RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.**, CNPJ nº **20.290.311/0001-40**, com sede na Rua do Expedicionário, nº 140, Cascavel/PR, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Sr. FERNANDO LEONEL MOREIRA, inscrito no CPF: 021.046.399-64, residente e domiciliado na RUA JOAO HUSS 881 - GLEBA FAZENDA PALHANO - LONDRINA-PR**,** observadas as demais cautelas legais e as exigências de execução do contrato, de modo a garantir a qualidade e eficiência na prestação dos serviços.

Determino ainda a publicação da súmula desta ratificação, conforme dispõe o Art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/21, para fins de transparência e publicidade do ato administrativo.

Laranjal, 02 de outubro de 2026.

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:773EE4D7

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
(CONTRATO ADMINISTRATIVO N. 052/2023)
CONCORRENCIA 02/2023
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO nº 075/2023

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL-PR, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Maycon Lopes Simioni brasileiro, residente e domiciliado neste Município.

CONTRATADO: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /0001-60 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná.

OBJETO: PAVIMENTAÇÃO DE VIAS EM CBUQ

NÚMERO: 8º Aditivo Contratual Prazo de vigência

DATA DO CONTRATO: 17 julho de 2026

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) dias

EXECUÇÃO: 60 (sessenta)dias

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:724A7222

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 119 / 2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 119 / 2026

Procedimento Licitatório nº 112/2026
Dispensa de Licitação nº 54/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LARANJAL, inscrito no CNPJ nº 95.684.536/0001-80, com sede na Rua Pernambuco, n. 501, em Laranjal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Maycon Lopes Simioni.

CONTRATADO: **RODO OESTE VEÍCULOS E PEÇAS LTDA.**, CNPJ nº **20.290.311/0001-40**, com sede na Rua do Expedicionário, nº 140, Cascavel/PR, denominada CONTRATADA neste ato representado pelo Sr. FERNANDO LEONEL MOREIRA, inscrito no CPF: 021.046.399-64, residente e domiciliado na RUA JOAO HUSS 881 - GLEBA FAZENDA PALHANO - LONDRINA-PR.
OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE PRIMEIRA REVISÃO PROGRAMADA, ONIBUS PLACA UBU6H51, ANO/MODELO 2026/2026, PERTENCENTE À FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**

DATA DO CONTRATO: 02/10/2026

VIGÊNCIA: 3 Meses

VALOR TOTAL de **R$ 5.186,55 (cinco mil, cento e oitenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).**

FORO: Comarca de Palmital-Pr.

Publicado por:
Elzio Miguel da Costa
Código Identificador:ADCC4A74

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 011/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 95/2026
Pelo presente instrumento, com base na Lei nº 14.133/2021, adjudico e homologo o objeto da Concorrência Eletrônica Nº 11/2026 em favor da empresa.
MÉTODO CONSTRUTORA E INCORPORADORA**,** inscrita no CNPJ: 01.636.937/0001-10, com o endereço na Rua Ubaldino do Amaral 1024, CONJ 902 B11 Centro CEP: 80.060.162 CIDADE: Curitiba/Paraná, neste ato representado pelo Srº Leomar Soares Machado, empresário, Socio Administrador inscrito no CPF:842.416.080-00, residente e domiciliado no endereço a cima descrito.
Pelo valor de R$ 3.198.000,00 (Três Milhões Cento e Noventa e Oito Mil).
Nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, do Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, Lei 123 de 14 de Dezembro de 2006, Decreto Municipal 44/2023, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital, tendo em vista a manifestação da Comissão de Contratação que, em análise aos documentos apresentados pela empresa vencedora, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.
Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação para Concorrência Eletrônica nº 11/2026 no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos do artigo 54 da Lei nº 14.133/2021.

Laranjal,02 de Outubro de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:5150C116

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO

8º TERMO ADITIVO – CONTRATO 52/2023 PRAZO DE EXECUÇÃO
De um lado, MUNICÍPIO DE LARANJAL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ n. 95.684.536/0001-80, com sede administrativa na Rua Pernambuco, 501, CEP 85.275-000, Laranjal, Paraná, neste ato representado por Maycon Lopes Simioni brasileiro, Prefeito, domiciliado na avenida Paraná S/N, CEP 85.275-000,

Laranjal, Paraná, daqui por diante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa: USINAGEM VALE DO IVAI LTDA inscrita no CNPJ sob nº 76.807.353. /000160 com o endereço na Rodovia PR 466 S/N CEP:86.860-000 BAIRRO: Parque Industrial Cidade: Jardim Alegre Paraná, daqui por diante denominada CONTRATADA, resolvem aditar o contrato original acordo com o disposto no Art. 57 Inciso I, Alínea "b" da Lei
8.666/1993, mediante as cláusulas e disposições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica aditivado o Prazo de vigência por 60 dias de acordo com o Parecer Técnico do Departamento de Engenharia do Munícipio com as devidas justificativas.
CLÁUSULA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas que não coincidirem com as disposições do presente instrumento, bem como do Contrato E por estarem assim justos, firmes e contratados, assinam o presente Contrato, que vai em três vias de igual forma e teor.
Município de Laranjal, 17 de julho de 2026

MAYCON LOPES SIMIONI
Prefeito Municipal

USINAGEM VALE DO IVAI LTDA
Contratada

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF/MF:

_____
Nome:
CPF/MF

Publicado por:
Helenita Francisca Trabuco Monteiro
Código Identificador:661CDF2C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA PREGÃO ELETRÔNICO Nº 072/2026 - PML

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 72/2026-PML
PROCESSO Nº. 137/2026-PML

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para a eventual contratação de empresa especializada para aquisição de gêneros alimentícios para atender as necessidades das Secretarias Municipais de Finanças e Administração, Saúde, Planejamento, Indústria e Comércio, Agricultura, Serviços Urbanos, Políticas Públicas para as Mulheres, Trabalho e Assistência Social, Esportes e Lazer, Cultura e Turismo, Habitação e Meio Ambiente do Município de Loanda-PR.

ABERTURA: às 09:00 do dia 20 de outubro de 2026, ou na mesma hora do primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO: R$ 291.697,60 (duzentos e noventa e um mil, seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos).

INFORMAÇÕES: Os interessados deverão retirar o edital na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Loanda, pelo e-mail licitacao_loanda@hotmail.com, pelo site do Município www.loanda.pr.gov.br ou pelo portal https://www.gov.br/compras/pt-br, demais informações pelo telefone 0XX44-3425-8400.

Loanda PR, 01de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:4801F0A2

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº014/2026-PML

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026-PML.
Trata-se de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 014/2026-PML**, instaurado para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Loanda.
Considerando a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura, unidades demandantes do Processo Administrativo nº 028/2026-PML, vinculado ao Pregão Eletrônico nº014/2026-PML;
Considerando os apontamentos realizados no âmbito da Representação da Lei de Licitações – Processo nº 328992/26, em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente quanto à restrição territorial prevista no instrumento convocatório;
Considerando a Instrução nº 893/26 – CAIS e o Parecer nº 542/26 do Ministério Público de Contas, bem como o Despacho nº 75/26-GCSTBC, homologado pelo Acórdão nº 1245/26 – Tribunal Pleno;
Considerando que o Pregão Eletrônico nº 014/2026-PML não teve sua sessão pública realizada, inexistindo julgamento, habilitação, adjudicação ou contratação;
Considerando, ainda, a necessidade de reavaliação da modelagem da contratação e dos documentos integrantes da fase preparatória, a fim de adequá-los aos apontamentos dos órgãos de controle;
DECIDO, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ACOLHER** a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura e **DETERMINAR A ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 014/2026-PML, vinculado ao Processo Administrativo nº 028/2026-PML.
Determino ao Setor de Licitações que adote as providências necessárias para formalização e registro da anulação do certame.
Caso permaneça a necessidade administrativa, deverá ser promovida a revisão da fase preparatória e, posteriormente, instaurado novo procedimento licitatório, devidamente adequado à legislação vigente e aos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Publique-se.

Loanda, 02 de outubro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:029A174D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº023/2026-PML

DECISÃO ADMINISTRATIVA DE ANULAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026-PML.
Trata-se de procedimento licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico nº 023/2026-PML**, instaurado para atender às necessidades das Secretarias Municipais de Loanda.
Considerando a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura, unidades demandantes do Processo Administrativo nº 031/2026-PML, vinculado ao Pregão Eletrônico nº023/2026-PML;
Considerando os apontamentos realizados no âmbito da Representação da Lei de Licitações – Processo nº 328992/26, em trâmite perante o Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, especialmente quanto à restrição territorial prevista no instrumento convocatório;

Considerando a Instrução nº 893/26 – CAIS e o Parecer nº 542/26 do Ministério Público de Contas, bem como o Despacho nº 75/26-GCSTBC, homologado pelo Acórdão nº 1245/26 – Tribunal Pleno;
Considerando que o Pregão Eletrônico nº 023/2026-PML não teve sua sessão pública realizada, inexistindo julgamento, habilitação, adjudicação ou contratação;
Considerando, ainda, a necessidade de reavaliação da modelagem da contratação e dos documentos integrantes da fase preparatória, a fim de adequá-los aos apontamentos dos órgãos de controle;
DECIDO, com fundamento no art. 71, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, **ACOLHER** a manifestação das Secretarias Municipais de Serviços Urbanos e Agricultura e **DETERMINAR A ANULAÇÃO** do Pregão Eletrônico nº 023/2026-PML, vinculado ao Processo Administrativo nº 031/2026-PML.
Determino ao Setor de Licitações que adote as providências necessárias para formalização e registro da anulação do certame.
Caso permaneça a necessidade administrativa, deverá ser promovida a revisão da fase preparatória e, posteriormente, instaurado novo procedimento licitatório, devidamente adequado à legislação vigente e aos apontamentos realizados pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.
Publique-se.

Loanda, 02 de outubro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:EB0279B6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO CONTRATO Nº 145/2026 - PML

EXTRATO DO CONTRATO N° 145/2026 – PML

DOCUMENTO: Licitação Concorrência n°013/2026-PML

PARTES: Município de Loanda e a empresa R. M. Ribas – Obras e Serviços Ltda

OBJETO: O objeto do presente Contrato é recapeamento asfáltico em vias urbanas em C.B.U.Q, com área total de 5.474,07 m², recursos provenientes de Emenda Parlamentar nº 20268490007, a serem realizados no Município de Loanda-PR, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n° 13/2026 – PML.

VALOR CONTRATUAL: O preço global para a execução do objeto desde Contrato é de R$ 470.900,00 (quatrocentos e setenta mil e novecentos reais), daqui por diante denominado "VALOR CONTRATUAL".

PRAZO DE EXECUÇÃO: A CONTRATADA obriga-se a entregar ao CONTRATANTE o objeto desde Contrato, inteiramente concluído, em condições de aceitação e de utilização, em até 60 (sessenta) dias contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contratado publicado no Diário Oficial.

PRAZO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência do presente Contrato é de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, contados a partir da data da assinatura citada no extrato do contrato publicado no diário oficial.

FORO: Comarca de Loanda – PR.

Loanda-Pr, em 30 de setembro de 2.026

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal de Loanda

REINALDO MENDES RIBAS
R. M. Ribas – Obras e Serviços LTDA

Publicado por:
Mônica de Góis Silva
Código Identificador:FE93D4D7

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 191/2026

DECRETO N.º 191/2026

SÚMULA: Nomeia os Membros do Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES, Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

Considerando o disposto na Lei Municipal n° 009, de 07 de março de 2001;

D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam homologados e nomeados os membros e respectivos suplentes do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE, de que trata a Lei Municipal nº. 009, de 07/03/2001, eleitos XVIª Conferência Municipal de Saúde de Loanda, realizada em 27/06/2025, no Município de Loanda, Estado do Paraná.

I - REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

Membro Nato – MARIA LUSMIR FERNANDES – Secretária de Saúde;
Titular – MARCILENE URSULINO DA SILVA – Coordenação da Atenção Primária à Saúde;
Suplente – THAISA VECHIATTO SILVA – Sistemas de Informação.

II - REPRESENTANTES DE PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SAÚDE A NÍVEL MUNICIPAL (Hospitais Municipais, Núcleo Integrado de Saúde e ou Entidades de Saúde Pública ou Privada, Laboratórios, Raio X):

Titular – EDUARDO ANDRADE PEREIRA – Representante do Hospital Santa Catarina;
Suplente – DANUSA COSTA FOSCHIANI – Representante do Hospital Nosso Lar.

III - REPRESENTANTES DE TRABALHADORES DE SAÚDE, VINCULADOS AO SUS E PRIVADOS:

Titular – MARIA JOSE PEGORARO DE SOUZA - Agente Comunitário de Saúde;
Suplente – DIANE ARTEMIS DE CARVALHO – Enfermeira.

Titular – VERA LUCIA AUGUSTI - Representante da APAE;
Suplente –IVAMAR DE ABREU DURAES CRUZ - Representante de Auxiliar de Dentista.

IV - REPRESENTANTES DE USUÁRIOS DO SUS:

Titular – LUCAS CAMILO DA SILVA
Suplente – MEIRE SOARES DA CRUZ PINHEIRO

Titular - FÁTIMA RIBEIRO DO NASCIMENTO
Suplente - ANTONIO ALFREDO DE PAIVA NETO

Titular – AUDREA REGINA PALMA FREITAS CORREIA
Suplente – CLEUSA M. SCALIANTE

Titular – GUSTAVO HENRIQUE PONTES
Suplente – ROSILENE RODRIGUES DOS SANTOS

Art. 2° - A mesa Diretora do Conselho Municipal de Saúde foi eleita por seus pares, sendo os seguintes cargos:

I - Presidente: Lucas Camilo da Silva;

II - Vice-Presidente: Maria José Pegoraro de Souza;
III - Secretária Executiva Vera Lucia Augusti.

Art. 3° - Revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 22/2026, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Loanda, Estado do Paraná, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Dulce Maria Lunardon Godoy
Código Identificador:F6133DD4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOBATO

CAMARA MUNICIPAL DE LOBATO
TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO Nº 002/2024

CÂMARA MUNICIPAL DE LOBATO
TERMO DE APOSTILAMENTO - CONTRATO Nº 002/2024

Relação de Apostilamento de Itens
TERMO DE APOSTILAMENTO

Contrato nº: 002/2024				
Processo nº: 002/2024				
Contratada: AUTO POSTO BERGATON		CNPJ/CPF: 04.241.569/0001-08		
Objeto: AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEL (GASOLINACOMUM; ÁLCOOL HIDRATADO/ETANOL) PARASUPRIMENTO/ABASTECIMENTO DO VEÍCULO DESTE LEGISLATIVO MUNICIPAL				
OBJETO DOAPOSTILAMENTO:				
REEQUILÍBRIO				
Item	Descrição	Unid.	Preço Unit. Anterior	Preço Unit. Atual
1	GASOLINACOMUM	Lts	6,49	6,59
2	ETANOL	Lts	4,49	3,79

Aparecido Fialho de Carvalho
Presidente

Lobato, 02 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Márcia Andréia Milani
Código Identificador:C4ED55CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026**

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (02/10/2026) às 14h00min, reuniram-se os membros da Comissão de Contratação do Município de Lobato, Estado do Paraná, designados na forma da legislação vigente, para proceder à análise e conferência da documentação apresentada pelas empresas interessadas no **Chamamento Público nº 05/2026**, cujo objeto consiste no **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.**
Em observância às disposições estabelecidas no edital, procedeu-se à conferência da documentação apresentada pelas empresas interessadas, observando-se, para fins de classificação, a ordem cronológica dos protocolos, conforme segue:

EMPRESA: DORNELAS SERVIÇOS DE SAUDE LTDA
CNPJ: 42.435.382/0001-26
DATA RECIBIDA VIA EMAIL: 15/09/2026 ÀS 09h31M.
Professional indicado:

BRAIAN RODRIGUES CAMPOS
Lotes requeridos:
Lote 02 – Prestação de Serviços Médicos Complementares – Platão 12 Horas.
Lote 03 – Prestação de Serviços Medicos Complementares- Medico Equipe Estratégica Saúde da Familia.
Após conferência minuciosa da documentação apresentada, constatou-se que a interessada atendeu integralmente às exigências estabelecidas no Edital de Chamamento Público nº 05/2026, apresentando toda a documentação exigida de forma regular, válida e compatível com as disposições editalícias.
Diante disso, a Comissão de Contratação **DELIBERA PELO CREDENCIAMENTO** da empresa **DORNELAS SERVIÇOS DE SAUDE LTDA** para o **lote 02 E Lote 03**, por ter atendido integralmente aos requisitos de habilitação estabelecidos no edital.

Nada mais havendo a tratar, a Comissão de Contratação deu por encerrada a reunião, sendo lavrada a presente **Ata de Conferência dos Documentos de Habilitação**, que, após lida e achada conforme, será assinada pelos membros da Comissão de Contratação.

Lobato/PR, 02 de outubro de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

LUCIMARA APARECIDA RIQUENA MEDEIROS DE ALMEIDA
Membro

SIRLENE DE FATIMA DOMINGUES
Membro

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:3B7D4FD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE EMPRESA DECLARADA CREDENCIADA CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 60/2026

O Município de Lobato, Estado do Paraná, por intermédio da Comissão de Contratação, torna público o resultado da análise da documentação de habilitação referente ao **Chamamento Público nº 05/2026**, cujo objeto é o **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS COMPLEMENTARES, POR PROFISSIONAIS LEGALMENTE HABILITADOS, PARA ATUAÇÃO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, COMPREENDENDO OS SERVIÇOS DE MÉDICO CLÍNICO GERAL NA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA (ESF), MÉDICO CLÍNICO GERAL PLANTONISTA E MÉDICO ESPECIALISTA EM GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE LOBATO/PR.**
Após a análise e conferência da documentação apresentada, foi considerada **CREDENCIADA,** observada a ordem cronológica de protocolo da documentação, conforme as condições estabelecidas no Edital:
Lote 02 - Prestação de Serviços Medicos Complementares – Plantão 12 Horas.
24ª POSIÇÃO – EMPRESA: **DORNELAS SERVIÇOS DE SAUDE LTDA** CNPJ 42.435.382/0001-26

Lote 03 - Prestação de Serviços Medicos Complementares- Medico Equipe Estratégica Saúde da Familia.
18ª POSIÇÃO – EMPRESA: DORNELAS SERVIÇOS DE SAUDE LTDA – CNPJ 42.435.382/0001-26
A empresa declarada credenciada deverá aguardar convocação formal da Secretaria Municipal de Saúde para assinatura do respectivo

Termo de Credenciamento e emissão da **Ordem de Serviço**, sendo vedado o início da execução dos serviços antes da formalização da contratação e da respectiva autorização administrativa.

Lobato/PR, 02 de outubro de 2026.

MARLI DOS SANTOS SILVA BERGAMO
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Marli Dos Santos Silva Bergamo
Código Identificador:B0B2CF7C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUPIONÓPOLIS

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO.

NÚMERO: 10/2026 DATA: 01 de outubro de 2026
MUNICÍPIO DE LUPIONÓPOLIS – PR.
APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE LUPIONÓPOLIS – PR.
VIGENCIA: 01 de outubro de 2026 a 31 de dezembro de 2026.
VALOR: R$ 100.000,00 (cem mil reais) em parcela única
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS: 10.002 – 12.367.0007.2.025 – 3.3.50.43 – 1535.
RECURSOS FINANCEIROS: Emenda Parlamentar através do Ministério do Desenvolvimento Social , Assistência, Família e Combate a Fome/Fundo Nacional da Assistência Social.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:496977F8

GABINETE/SECRETARIA
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 25/2025

Processo Licitatório nº 87/2025 – Dispensa Eletrônica nº 25/2025
Processo Administrativo nº 53/2026

Contratante: Município de Lupionópolis/PR, CNPJ nº 75.845.511/0001-03.
Contratada: Inga Informática e Comunicação Ltda., CNPJ nº 07.565.202/0001-20.

Objeto: Prorrogação da vigência contratual por 12 (doze) meses para continuidade dos serviços de manutenção, suporte técnico e licenciamento de uso de sistema informatizado, composto por plataforma WEB e aplicativo mobile, destinado ao gerenciamento das atividades dos Agentes de Combate às Endemias – ACEs. Não haverá nova cobrança pela implantação e pelo treinamento inicial, já executados.

Vigência: De 04/10/2026 a 03/10/2027.
Valor do período prorrogado: R$ 12.000,00 (doze mil reais), em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 1.000,00 (mil reais), sem reajuste.
Fundamento legal: Arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data do instrumento: 1º de outubro de 2026.
Signatários: José Carlos Tibério, pelo Contratante, e Reginaldo Pereira dos Santos, pela Contratada.

Publicado por:
Ariadny Michelly Pelegrino de Campos
Código Identificador:BB05A0A0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 09/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a declaração de vacância de duas vagas de Conselheiro Tutelar e determina a adoção das providências para convocação dos respectivos suplentes, observada a ordem de classificação do Processo de Escolha Suplementar.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA DE LUPIONÓPOLIS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas previstas na legislação municipal que rege o Conselho Tutelar e o CMDCA,

CONSIDERANDO o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei Federal nº 8.069/1990, especialmente quanto à organização e ao processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar é realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos termos do art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o disposto no art. 16 da Resolução nº 231, de 28 de dezembro de 2022, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA, que estabelece que, ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, deverá ser convocado imediatamente o respectivo suplente para o preenchimento da vaga, observada a ordem de classificação publicada;

CONSIDERANDO o resultado do Processo de Escolha Suplementar dos membros do Conselho Tutelar do Município de Lupionópolis, realizado em 29 de março de 2026;

CONSIDERANDO as disposições da legislação municipal que regem o Conselho Tutelar e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, especialmente quanto à competência deste Conselho para acompanhar, deliberar e adotar as providências necessárias à regularização da composição do Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO a Resolução nº 06/2026 – CMDCA, que homologou o resultado do Processo de Escolha Suplementar e reconheceu, expressamente, os candidatos classificados em 4º e 5º lugares como suplentes do Conselho Tutelar, na seguinte ordem:

I – Aline Maihara Lopes da Silva, 4ª colocada, com 109 votos;
II – Tatiane Campos Bueno, 5ª colocada, com 107 votos;

CONSIDERANDO que a referida Resolução nº 06/2026 – CMDCA estabeleceu, em seu art. 3º, parágrafo único, que as candidatas classificadas em 4º e 5º lugares permaneceriam como suplentes, podendo ser convocadas em caso de vacância ou necessidade, nos termos da legislação vigente;

CONSIDERANDO a ocorrência de duas vacâncias no quadro de Conselheiros Tutelares titulares do Município de Lupionópolis, decorrentes do desligamento das respectivas titulares;

CONSIDERANDO que o art. 19 da legislação municipal que disciplina o Conselho Tutelar estabelece a existência de suplente para cada Conselheiro Tutelar;

CONSIDERANDO que a legislação municipal prevê, em caso de vacância, a convocação e assunção do respectivo suplente;

CONSIDERANDO, por fim, a necessidade de assegurar a continuidade e a regularidade do funcionamento do Conselho Tutelar, bem como o cumprimento da ordem de classificação estabelecida no Processo de Escolha Suplementar;

CONSIDERANDO, ainda, que a matéria relativa à **declaração de vacância das vagas de Conselheiro Tutelar e às providências para a convocação dos respectivos suplentes** foi **analisada, discutida e deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 02 de outubro de 2026, às 09h00min, na sede da Secretaria Municipal de**

Assistência Social de Lupionópolis, estando as deliberações devidamente registradas na Ata nº 228 do CMDCA;

RESOLVE:
Art. 1º Fica declarada a existência de 02 (duas) vagas em aberto de membros titulares do Conselho Tutelar de Lupionópolis, em decorrência do desligamento de duas Conselheiras Tutelares titulares.

Art. 2º Para o preenchimento das vagas referidas no artigo anterior, deverão ser observadas rigorosamente a ordem de classificação e a condição de suplência homologadas pela Resolução nº 06/2026 – CMDCA, ficando reconhecida a seguinte ordem de convocação:

I – Aline Maihara Lopes da Silva, 4ª colocada no Processo de Escolha Suplementar, com 109 votos;
II – Tatiane Campos Bueno, 5ª colocada no Processo de Escolha Suplementar, com 107 votos.

Art. 3º O CMDCA realizará a convocação das suplentes acima relacionadas, observada a ordem de classificação, para preenchimento da função de Conselheira Tutelar, nos termos da legislação vigente.

Art. 4º As convocadas deverão cumprir as exigências legais e regulamentares necessárias para o efetivo exercício da função, inclusive aquelas relacionadas à documentação, capacitação, diplomação e posse, quando aplicáveis à situação de cada convocada.

Art. 5º A presente Resolução não altera, revisa ou modifica a classificação homologada pelo Processo de Escolha Suplementar, nem importa em reconhecimento retroativo de cumprimento de etapas anteriormente previstas no edital, destinando-se exclusivamente à adoção das providências necessárias ao preenchimento das vagas atualmente existentes, mediante observância da ordem de suplência oficialmente homologada.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis – Paraná, 02 de outubro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lupionópolis – Paraná

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:C1D06975

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 10/2026 - CMDCA

Dispõe sobre a renovação e atualização do Registro nº 002/2022 da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lupionópolis – CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE LUPIONÓPOLIS – CMDCA, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela legislação municipal vigente e pela Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA,

CONSIDERANDO o disposto no art. 88, inciso II, da Lei Federal nº 8.069/1990, que estabelece a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente como órgãos deliberativos e controladores das ações da política de atendimento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 90, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual as entidades governamentais e não governamentais devem proceder à inscrição de seus programas, especificando os regimes de atendimento, perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO o disposto no art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo o qual as entidades não governamentais somente poderão funcionar depois de registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que o § 2º do art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o registro da entidade possui validade máxima de 4 (quatro) anos, cabendo ao CMDCA avaliar periodicamente o cabimento de sua renovação;

CONSIDERANDO o disposto na legislação municipal que institui e regulamenta o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lupionópolis;

CONSIDERANDO o requerimento apresentado pela ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA – APMI, inscrita no CNPJ sob nº 77.321.750/0001-90, com sede na Avenida Dr. Josino Alves da Rocha Loures, nº 603, Centro, Lupionópolis – Paraná;

CONSIDERANDO que a entidade possui Registro nº 002/2022 perante este Conselho;

CONSIDERANDO a documentação institucional apresentada pela entidade para fins de atualização cadastral e renovação de seu registro;

CONSIDERANDO que a documentação apresentada foi analisada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, observadas as exigências legais e regulamentares pertinentes à manutenção e renovação do registro da entidade;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizados os registros das entidades não governamentais inscritas perante o CMDCA, assegurando a regularidade documental e o acompanhamento das entidades que integram a política municipal de atendimento aos direitos da criança e do adolescente;

CONSIDERANDO, ainda, que a matéria relativa à renovação e atualização do Registro nº 002/2022 da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI foi analisada, discutida e deliberada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, em reunião realizada no dia 02 de outubro de 2026, às 09h00min, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social de Lupionópolis, estando a deliberação devidamente registrada na Ata nº 228 do CMDCA;

RESOLVE:
Art. 1º Fica renovado e atualizado o Registro nº 002/2022 da Associação de Proteção à Maternidade e à Infância – APMI perante o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Lupionópolis – CMDCA.

Art. 2º O registro de que trata esta Resolução refere-se à entidade não governamental, nos termos do art. 91 da Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, mantendo-se o número de Registro nº 002/2022.

Art. 3º O registro renovado terá validade pelo período de 02 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2030, observado o prazo máximo de 4 (quatro) anos previsto no § 2º do art. 91 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 4º A presente renovação e atualização do registro da entidade não constitui, por si só, ato de inscrição de programa de atendimento, permanecendo a inscrição dos programas e serviços sujeita à análise e deliberação específica deste Conselho, nos termos do art. 90, § 1º, do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 5º A análise e deliberação acerca da inscrição do Serviço de Acolhimento Institucional para Crianças e Adolescentes – Raio de Luz, inclusive quanto à sua configuração regionalizada, serão realizadas em procedimento próprio, mediante análise da documentação técnica pertinente e do respectivo Plano de Trabalho, sem prejuízo do registro da entidade ora renovado.

Art. 6º Fica autorizada a emissão do Comprovante de Registro da Entidade – Registro nº 002/2022, devidamente atualizado, em substituição ao documento anteriormente emitido.

Art. 7º O CMDCA poderá realizar, a qualquer tempo, o acompanhamento e a fiscalização da entidade e das atividades por ela desenvolvidas, observadas as competências estabelecidas na legislação vigente.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Lupionópolis – Paraná, 02 de outubro de 2026.

DHAIANE CAMPOS BUENO
Presidente do CMDCA
Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
Lupionópolis – Paraná

Publicado por:
Sara Lais de Lima Boqui
Código Identificador:EB237225

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MALLET

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 165/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: GUARA AUTO PECAS SA CNPJ 77.882.579/0002-79, domiciliada à Ala Virgilio Moreira, nº 99, bairro Canisianas, no município de Irati, Estado do Paraná representada pelo Presidente, **PAULO ROBERTO DE ALMEIDA, CPF 680.923.428-49**, residente à Ala Virgilio Moreira, nº 99, bairro Canisianas, no município de Irati, Estado do Paraná.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização da manutenção preventiva com fornecimento de peças de 10.000 km do veículo: Montana placa UBV 1H36 em período de garantia de fábrica.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R$ 533,07 (quinhentos trinta e três reais e sete centavos) após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **02 (dois) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:39963C21

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 166/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ARTGIRO BRINDES E PRESENTES PERSONALIZADOS LTDA CNPJ 34.023.707/0001- 35, domiciliada à Rod SC 477 S/N, KM 16, Palmital, no município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina representada pelo Senhor, **ENIO MOTA PEREIRA CPF 043.029.479-42**, residente à Rod SC 477 S/N, KM 16, Palmital, no município de Major Vieira, Estado de Santa Catarina.

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para o fornecimento de troféus e medalhas personalizados destinados à premiação de eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 40.361,50 (quarenta mil trezentos e sessenta e um reais e cinquenta centavos).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **7 (sete) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:9EE9302F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 167/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: F M KLOSIENSKI LTDA CNPJ 56.634.004/0001-86, domiciliada à Rua Paraná, 185, centro, no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná representada pelo Senhor **FRANCISCO MATIAS KLOSIENSKI, CPF 556.735.039-20**, residente à Rua Paraná, 185, centro, no município de Wenceslau Braz, Estado do Paraná.

OBJETO: Contratação de empresas especializadas para o fornecimento de troféus e medalhas personalizados destinados à premiação de eventos esportivos promovidos ou apoiados pela Secretaria Municipal de Esportes.

VALOR: Pelo fornecimento do produto ora adquirido, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 16.875,00 (dezesseis mil oitocentos e setenta e cinco reais).**

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **7 (sete) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:0063C6BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 168/2026

DATA DE ASSINATURA: 02 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: ANIMASERV CONSULTORIA EMPREENDEDORA LTDA CNPJ 10.208.520/0001-48, domiciliada à Avenida Dantas Biao, sn, loja 36, bairro Alagoinhas Velha, no município de Alagoinhas, estado da Bahia, representada pelo Sócio Responsável, senhor **OTONIEL MARCOS SILVA GOMES, CPF 355.691.235-04,** residente à Travessa Severino Vieira, nº 119, centro, no município de Alagoinhas, estado da Bahia.

OBJETO: Contratação de agente de integração, público ou privado, para fins de execução de estágios remunerados no âmbito do Município de Mallet/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino médio, técnico ou educação superior, nos termos da Lei n° 11.788, de 25 de setembro de 2008.

VALOR: Pelo serviço ora contratado, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de **R$ 23.668,15 (vinte e três mil seiscentos e sessenta e oito reais e quinze centavos)** após comprovada execução dos serviços.

PRAZO: A vigência deste contrato iniciar-se-á na data de sua assinatura e encerrar-se-á **60 (sessenta) meses após.**

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:06CE2C11

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2026

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 035/2026

DATA DE ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MALLET, Estado do Paraná, CNPJ 75.654.566/0001-36, representado pelo Prefeito Municipal, senhor **PEDRO KOWALCZYK.**

CONTRATADA: MARCIA MARIA BOIKO, CPF 411.514.709-10, domiciliada na Rua Vicente Machado, na cidade de Mallet, Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:
O Presente Termo Aditivo tem por objeto a alteração na Cláusula VIII do Contrato nº 035/2026, conforme determinações contidas no Contrato em epígrafe.
CLÁUSULA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES:
O prazo de vigência contratual inicialmente contratado recebe, através deste instrumento, acréscimo de **06 (seis) meses**, conforme contido na Cláusula VIII do Contrato supramencionado, a contar do dia 25 de outubro de 2026, encerrando-se em 25 de abril de 2027.
O valor inicialmente contratado recebe um acréscimo de **R$ 9.000,00 (nove mil reais)** visando cobrir as despesas referentes à prorrogação do contrato pelo período estabelecido no item acima.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam ratificadas as demais condições expressas nas cláusulas do instrumento ora aditado, especialmente em relação aos valores unitários inicialmente pactuados, aos direitos e obrigações das partes e à legislação que o disciplina.

FORO: Comarca de Mallet, Estado do Paraná.

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:109E6B1D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

TERMO DE APOSTILAMENTO PARA INCLUSÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O presente apostilamento tem como objeto a inclusão de dotação orçamentária nos contratos a seguir, conforme solicitação encaminhada ao Departamento de Licitações e pareceres dos setores competentes, permanecendo inalteradas as demais cláusula:

CONTRATO Nº 127/2025 - ACF ATACADO E LOGISTICA LTDA, CNPJ Nº 46.985.752/0001-50.

CONTRATO Nº 128/2025 - AMORAS FRONTINENSES LTDA, CNPJ Nº 53.858.774/0001-14.

CONTRATO Nº 129/2025 - BRUNA DE OLIVEIRA DE SOUZA LATICINIOS LTDA, CNPJ Nº 15.804.200/0001-74.

CONTRATO Nº 130/2025 - CAMPOS SOLUCOES ATACADISTAS LTDA, CNPJ Nº 60.915.736/0001-11.

CONTRATO Nº 131/2025 - OSMAIR RODRIGUES LTDA, CNPJ Nº 03.517.560/0001-06.

CONTRATO Nº 132/2025 - PANIFICADORA E RESTAURANTE DO BAIXINHO LTDA, CNPJ Nº 09.122.937/0001-04.

Dotação orçamentária apostilada:

Desp. 337 - 02.014.08.122.0016.2.048.3.3.90.30.0940-MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS NA SECRETARIA FAMÍLIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL.

Prefeitura Municipal de Mallet, 02 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:CE33C8F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÕES
TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

TERMO DE EXTINÇÃO CONSENSUAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

O MUNICÍPIO DE MALLET/PR, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua XV de Novembro, nº 28SE, Centro, inscrita no **CNPJ sob nº. 75.654.566/0001-36**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Sr. PEDRO KOWALCZYK**, residente e domiciliado em Mallet/PR, decide, através do presente, EXTINGUIR CONSENSUALMENTE O CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2022, firmado com a pessoa jurídica **CEBRADE-CENTRAL BRASILEIRA DE ESTAGIO LTDA, CNPJ 10.347.576/0001-83**, considerando a decisão administrativa expedida em 30 de setembro de 2026;

RESOLVE:

Art. 1. Extinguir consensualmente o CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 015/2022, o qual possui por objeto a "Contratação de agente de integração, público ou privado, para fins de execução de estágios curriculares no âmbito do Município de Mallet/PR, por alunos regularmente matriculados e com frequência em cursos de ensino médio ou educação superior, nos termos da Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.**"** com a pessoa jurídica **CEBRADE-CENTRAL BRASILEIRA DE ESTAGIO LTDA, CNPJ 10.347.576/0001-83**, com fulcro nas disposições do art. 137, incisos VIII e no art. 138, inciso II, ambos da Lei nº 14.133/2021.

Art. 2. Este Termo de Extinção Consensual de Contrato Administrativo entrará em vigor na data de publicação.

Art. 3. O Presente Termo de Extinção o será publicado na forma resumida, através de Extrato, no Diário Oficial do município.

Mallet/PR, 02 de outubro de 2026.

PEDRO KOWALCZYK
Prefeito Municipal

Publicado por:
Felipe Zolondek
Código Identificador:10CBA462

SECRETARIAS MUNICIPAIS
RESOLUÇÃO 002/2026/CMDPD

Súmula: Dispõe sobre a aprovação do direcionamento de recurso financeiro da Deliberação nº 005/2025 – COEDE/PR para a área da Saúde Municipal e a execução do projeto de implantação da Sala Sensorial para atendimento a crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência – CMDPD de Mallet/PR, no uso de suas atribuições legais e regimentais, lhe conferem a Lei Municipal nº 1446/2021 de 14 de abril de 2021, considerando a decisão unânime de seus membros na Reunião Ordinária realizada em 28 de setembro de 2026, conforme registrado na Ata nº 003/2026;

CONSIDERANDO as diretrizes do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência (COEDE/PR) quanto à destinação dos recursos da Deliberação nº 005/2025 – COEDE/PR;

CONSIDERANDO a necessidade premente de estruturação e aquisição de equipamentos especializados para o atendimento de pessoas com deficiência na rede pública de saúde;

CONSIDERANDO a relevância e o pioneirismo regional do projeto apresentado pela Secretaria Municipal de Saúde para a implantação de uma Sala Sensorial voltada ao atendimento técnico e terapêutico de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no município;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Termo de Adesão do Município de Mallet ao incentivo financeiro, na modalidade fundo a fundo, destinado ao fortalecimento das Políticas Públicas de Garantia e Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência, conforme previsto na Deliberação nº 005/2026 – COEDE/PR.

Art. 2º Aprovar, por unanimidade, o direcionamento integral dos recursos financeiros remanescentes e parcelas recebidas da Deliberação nº 005/2025 – COEDE/PR para a área da Saúde Municipal de Mallet/PR.

Art. 3º Homologar o plano de trabalho para a execução do projeto da Sala Sensorial, autorizando a aquisição de materiais e equipamentos específicos detalhados e apresentados pela equipe técnica da Saúde.

Art. 4º Estabelecer que toda a execução financeira e a correspondente prestação de contas dos referidos recursos tramitarão sob a estrita supervisão e fiscalização deste Conselho Municipal (CMDPD).

Art. 5º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Mallet, 30 de Setembro de 2026.

CINTIA POLYANA AGOSTINIAK
Presidente do CMDPD

Publicado por:
Paulo Sergio Kurzydlowski
Código Identificador:D2225EA7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDAGUARI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 485/2026 - NOMEIA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE BENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 485/2026

Súmula: Nomeia servidoras públicas municipais para integrar a Comissão de Recebimentos de Bens, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo para comporem Comissão de Recebimentos de Bens e Serviços, a saber:
INCLUSÃO

MATRÍCULA	NOME	FUNÇÃO	DEPARTAMENTO
98210	Marli Rodrigues Marino	Gerente Administrativo - Assistencia Social	Smas - Cras
97336	Rosemere Rampi	Coordenador Geral Da Proteção Social Especial	Smas - Creas
98569	Maira Suellen Caetano	Coordenador Geral Do Espaço Conviver	Smas - Espaço Conviver
96888	Adriana Morganiça Gariani	Diretor de Políticas Públicas e Promoção de Direitos da Mulher	Smas - Creas
98590	Maria Jullya Defacio	Coordenador De Divisão Socio Assistencial Familia Acolhedora	Smas - Assistência Social

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do Decreto que instituiu a referida Comissão.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 29/09/2026.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (02/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:3D49BE4A

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 486/2026 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 486/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE MANDAGUARI, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4421/2025 de 16/12/2025.

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, FINANCAS E GESTAO	
03.012		ENCARGOS DO MUNICÍPIO	
03.012.28.846.0000.0.027		ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO	

251 - 3.3.90.91.00.00	000	SENTENCAS JUDICIAIS	100.000,00
Total Suplementação:			100.000,00

Superávit Financeiro nas Fontes:		
Recursos Ordinários (Livres) - Exercícios Anteriores	000	100.000,00
Total Superávit Financeiro:		100.000,00

Art. 2º Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Superávit financeiro, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso I da Lei Federal 4.320/64:

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (02/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:B1FF7022

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 487/2026 - INSTITUI E NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO ESCOLAR DA ESCOLA MUNICIPAL WALTER ANTUNES PEREIRA, COM VIGÊNCIA DE 30/09/2026 A 30/09/2028, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DECRETO Nº. 487/2026

Súmula: Institui e nomeia membros do Conselho Escolar da Escola Municipal Walter Antunes Pereira, com vigência de 30/09/2026 a 30/09/2028, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeadas as pessoas abaixo relacionadas para compor o **Conselho Escolar da Escola Municipal Walter Antunes Pereira**, com vigência de **30/09/2026 a 30/09/2028**, do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, a saber:
Presidente: Delma Alessandra Modos
Vice-presidente: Valéria Dalva Ferreira Queiroz

REPRESENTANTES DA EQUIPE PEDAGÓGICA E CORPO DOCENTE
Titular: Valéria Dalva Ferreira Queiroz
Suplente: Nilva Curcio
Titular: Vanessa dos Santos Nagashima Coelho
Suplente: Jenifer Ramon Jacuboski

REPRESENTANTES DA EQUIPE TÉCNICO-ADMINISTRATIVA E FUNCIONÁRIOS
Titular: Eliane Maria Faria de Souza
Suplente: Lucilene Orsi Marcomini
Titular: Raquel Bueno Maziero
Suplente: Maria Cristina Azevedo dos Santos

REPRESENTANTES DE PAIS E/OU RESPONSÁVEIS
Titular: Cleia Cristina Rodrigues dos Santos Bahia
Suplente: Giovana Aparecida de Souza Rosa
Titular: Juliana Alice do Prado Silva
Suplente: Vanessa Trevizan Anselmo

REPRESENTANTES DA APM
Titular: Gabriel Fernando Mariano
Suplente: Andréa Arcangela Pereira

REPRESENTANTES DE ALUNOS
Titular: Amanda Caires Defácio
Responsável Legal: Maria Julya Caires
Suplente: Edna Aparecida da Silva
Responsável Legal: Enzo Gabriel Góes Decanini

REPRESENTANTES DA COMUNIDADE LOCAL
Titular: Valdir Tarelho
Suplente: Paula Roberta Costa Picirillo
Titular: Valdecir Scoassabia
Suplente: Igor Freire Sepuvida

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (02/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:0C573A6A

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº 312/2026 PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12X36H

EDITAL Nº 312/2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS CARGO: TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO, Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Municipal n°2.093/2013 e Lei n°3208/2018

CONSIDERANDO:

Que a saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação, na forma do artigo 196 da Constituição Federal;

A urgência e necessidade de suprir os órgãos públicos com funcionários na Área da Saúde em caráter excepcional e temporário, na forma do Art.37, inciso IX da Constituição Federal;

A urgência que se justifica pelos princípios da continuidade, regularidade na prestação de Serviços Públicos e ;
Por tratar-se de serviço público essencial, o Município de Mandaguari não deve se eximir em cumprir com seus compromissos coma sociedade, resolve:

TORNAR PÚBLICO

O presente Edital que estabelece instruções especiais destinadas à realização do Processo Seletivo Simplificado – PSS para a contratação de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H,** de acordo com as normas estabelecidas neste Edital.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES:

1.1 O Processo Seletivo Simplificado – PSS de que trata este Edital, é destinado a selecionar profissionais **TÉCNICOS DE ENFERMAGEM** para atuarem em regime de **TURNO DE REVEZAMENTO 12X36h**, nos estabelecimentos da Rede Municipal de Saúde de Mandaguari, em caráter temporário e excepcional.

1.2 O presente Processo Seletivo Simplificado consistirá em Análise de Títulos de Escolaridade, Aperfeiçoamento Profissional e Tempo de Serviço, conforme disposto no item 09 do presente edital;

1.3 Antes de se inscrever no PSS, o candidato deve observar as prescrições deste Edital e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos para a contratação, em especial, o que preconiza os itens 14 e 17 do presente edital.

1.4 As vagas serão disponibilizadas para contratação nos termos deste Edital, depois de esgotadas todas as demais formas de suprimento com servidores efetivos, adotadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

1.5 A participação dos candidatos no PSS não implica obrigatoriedade de sua contratação, ocorrendo apenas à expectativa de convocação e contratação, ficando reservado à Secretaria Municipal de Saúde o direito de proceder a contratações em número que atenda ao interesse e às necessidades do serviço, obedecendo rigorosamente à ordem da Classificação Final.

1.6 É de inteira responsabilidade do candidato acompanhar a publicação de todos os atos referentes a este PSS.

1.7 Será admitida a impugnação deste Edital no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Município. A impugnação deverá ser direcionada por escrito no e-mail oficial da comissão responsável pela sistematização do edital: pssmandaguari@gmail.com

2. DA VIGÊNCIA

A vigência desse Processo Seletivo será de 12 (doze) meses, com possibilidade de prorrogação para mais 12 (doze) meses, respeitado o prazo limite de até dois anos a contar da data de publicação da classificação final.

3. DA DIVULGAÇÃO

A divulgação oficial dar-se-á por meio do site da Associação dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp) e no site da Prefeitura de Mandaguari (www.mandaguari.pr.gov.br).

4. DO CARGO, REQUISITO MÍNIMO, VENCIMENTO E VAGAS:
As funções, requisitosmínimos exigidos, remuneração e as vagas são os estabelecidos no quadro abaixo.

VAGAS	CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS	C/H SEMANAL	SALÁRIO (R$)
01+CR	TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H	Curso técnico de enfermagem e carteira de identidade profissional devidamente regulamenta no conselho regional de enfermagem (COREN)	12x36h	R$ 2.268,98

**CR(cadastro reserva)*

5. ATRIBUIÇÕES TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H
As atribuições inerentes à função serão as descritas abaixo conforme a especificações do cargo:
- Executar tarefas inerentes à área de saúde pública;
- Executar atividades técnicas de enfermagem de nível médio, sob orientação e supervisão do Enfermeiro;
- Prestar assistência de enfermagem aos pacientes, observadas as atribuições legais da categoria profissional;
- Assistir ao Enfermeiro:
a) no planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades de assistência de Enfermagem
b) na prevenção e controle das doenças transmissíveis em geral em programas de vigilância epidemiológica
c) na prevenção e controle sistemático da infecção hospitalar
d) na prevenção e controle sistemático de danos físicos que possam ser causados a pacientes durante a assistência de saúde
-Executar outras tarefas correlatas

6. DAS INSCRIÇÕES
6.1. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente por meio eletrônico, mediante solicitação da ficha de inscrição à Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado, instituída especificamente para este certame por meio do Decreto Municipal n. 468/2026 de 23 de Setembro de 2026, através do e-mail oficial do processo seletivo: **pssmandaguari@gmail.com**
6.2. O candidato deverá seguir o seguinte passo a passo:
a) Enviar e-mail, através do e-mail oficial do processo seletivo: pssmandaguari@gmail.com, com o assunto: **"SOLICITAÇÃO DE FICHA – PSS TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO – [NOME COMPLETO DO CANDIDATO]";**
b) Aguardar o envio da ficha de inscrição pela Comissão Organizadora, que responderá somente em horário comercial (das 08h às 17h, em dias úteis);
c) Preencher corretamente todos os campos da ficha de inscrição, assinar manualmente ou digitalmente;
d) Digitalizar a ficha assinada juntamente com toda a documentação obrigatória e complementar exigida no item 7.0 deste edital;
e) Enviar um **único arquivo em formato PDF**, contendo a ficha preenchida e toda a documentação, para o mesmo e-mail informado acima.
6.3. O período de inscrição será das das 00:00h do dia **05 de Outubro de 2026** até às 23:59h do dia **13 de Outubro de 2026** , **EXCLUSIVAMENTE** por meio de encaminhamento das cópias, em formato PDF, da documentação descrita no Item 07 deste edital no e-mail: **pssmandaguari@gmail.com**. Solicitações enviadas fora desse período serão automaticamente desconsideradas, ainda que o envio da ficha tenha ocorrido dentro do prazo.
6.4. Somente serão aceitas as inscrições cujas solicitações de ficha regularmente assinada pelo candidato e envio do PDF completo, **EM ARQUIVO ÚNICO**, sejam realizadas dentro do período de vigência das inscrições. Mensagens encaminhadas fora do prazo, inclusive nos fins de semana ou feriados, não serão validadas.
6.5. A responsabilidade pelo correto envio da solicitação, recebimento da ficha, preenchimento adequado e envio da documentação final em PDF único é integralmente do candidato. A Comissão Organizadora não se responsabiliza por atrasos decorrentes de erros de envio, falhas de conexão ou inconsistências no preenchimento da ficha.

7. DAS DOCUMENTAÇÕES PARA INSCRIÇÃO:
7.1 Da documentação OBRIGATÓRIA:

Cópia da ficha de inscrição devidamente preenchida e assinada, a ser solicitada previamente pelo candidato, por meio do e-mail oficial do PSS, junto à Comissão Avaliadora, conforme item 5.2, a-) deste edital
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do RG;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do CPF;
Cópia escaneada e visível do comprovante de endereço;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) do Título de Conclusão do Curso de Auxiliar/ Técnico de Enfermagem;
Cópia escaneada e visível (frente e verso) da Carteira de identificação profissional (COREN);

7.2 Da documentação OPTATIVA:

Cópia escaneada e visível(frente e verso) de cada um dos certificados dos títulos de aperfeiçoamento profissional (COM NO MÍNIMO 90H/AULA CADA) para contagem de pontos conforme tabela do item 9 do presente edital – LIMITE DE ATÉ CINCO CERTIFICADOS
Cópia escaneada e visível de comprovantes de experiência profissional podendo estes ser, cumulativamente, ou não, à escolha do candidato:
- Cópia da carteira de trabalho com registro em estabelecimento de saúde onde exerceu afunção de Técnico de Enfermagem
Cópia do Currículo Lattes, com registro de comprovada experiência na área
Cópia de Contratos (especificando o tempo de trabalho) na área
Cópia de Declarações de órgãos públicos acompanhados de editais de chamamento público,
especificando o tempo de trabalho, na área.

8. DA VALIDAÇÃO DA INSCRIÇÃO E CONFERÊNCIA DOS DOCUMENTOS.

A validação da inscrição do candidato será efetuada pela comissão de avaliação conforme Decreto Municipal nº 421/2025, após conferência da documentação enviada pelo candidato, pelo e-mail oficial do presente PSS: pssmandaguari@gmail.com (vide item 7) durante o período de inscrição e das informações prestadas pelo candidato no ato de envio de sua inscrição.

A Banca Examinadora procederá com toda a comunicação necessária ao candidato **EXCLUSIVAMENTE** via e-mail oficial, podendo haver solicitações de correções a serem executadas pelo candidato, com prazo determinado pela Banca, sob pena de REPROVAÇÃO da inscrição do candidato que não apresentar os requisitos obrigatórios prepostos no item 6 do presente edital, e/ou a não obediência às recomendações e os prazos estabelecidos pela comissão de avaliação.

9. DO CRONOGRAMA

Este processo seletivo será composto das seguintes fases:

FASE	DATA/PERIODO
INSCRIÇÕES	Das 00:00h do dia **05 de Outubro de 2026** até às 23:59h do dia **13 de Outubro de 2026**, **EXCLUSIVAMENTE** por meio de encaminhamento das cópias, em formato PDF, da documentação descrita no Item 07 deste edital no e-mail: **pssmandaguari@gmail.com**
TAXA DE INSCRIÇÃO	Não há taxa de inscrição
PUBLICAÇÃO DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇOES	Dia **15 de Outubro de 2026**
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia **16 de Outubro de 2026**
PUBLICAÇÃO DE CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Dia **20 de Outubro de 2026**
RECURSO DA CLASSIFICAÇÃO PROVISÓRIA	Das 00:00h do dia **21 de outubro de 2026** até às 23:59h do dia **22 de outubro de 2026**
CLASSIFICAÇÃO FINAL	Dia **23 de Outubro de 2026**

10. DA AVALIAÇÃO DOS TÍTULOS

O PSS consistirá na avaliação e pontuação (ANEXO II) dos documentos acadêmicos e trabalhistas apresentados pelo candidato, referentes à Escolaridade, Especialização, Aperfeiçoamento Profissional e Experiência Profissional, sendo:

TÉCNICO DE ENFERMAGEM TURNO DE REVEZAMENTO 12x36H	
DOCUMENTO	**PESO**
Título de Conclusão de Curso Técnico de Enfermagem	**30 pontos**
Cursos de aperfeiçoamento na área de Técnico em Enfermagem, reconhecidos pelo MEC e com no mínimo 90 horas de duração por curso.*	**Até 20 pontos**
Tempo de Serviço na Área de Técnico de Enfermagem**	**Até 50 pontos**
TOTAL DE PONTOS	**100 PONTOS**

***** *Será atribuído o valor de 4,0 pontos a cada título apresentado, sendo limitada a apresentação de até 05 (cinco) títulos, com teto máximo de 20 pontos*

****** *Será atribuído o peso de 10 (dez) pontos a cada ciclo de um ano (12 meses) de experiência profisssional comprovadamente exercida e 5,0 pontos a cada ciclo de 06 meses de experiência profissional comprovada POR LOCAL DE TRABALHO, com teto máximo de 50 pontos*

11. DA CLASSIFICAÇÃO E DIVULGAÇÃO.

Os candidatos inscritos para os cargos relacionados acima, serão classificados pelo total de pontos obtidos na avaliação de títulos e tempo de serviço, em ordem crescente, e chamada para contratação de acordo com a necessidade dos estabelecimentos públicos.
O resultado do Processo Seletivo Simplificado – PSS, contendo a classificação dos candidatos, será divulgado no **site oficial do Município de Mandaguari** e publicado no **Diário Oficial do Município**, conforme cronograma estabelecido neste Edital.

12. DOS RECURSOS

Após a publicação do resultado oficial, serão admitidos pedidos de **RECURSO**, no prazo de **2 (dois) dias úteis**. Para interposição do recurso, o candidato deverá solicitar a **ficha/formulário próprio para recurso** por meio do e-mail **pssmandaguari@gmail.com**.
Após o recebimento da ficha, o candidato deverá preenchê-la, assiná-la e encaminhá-la, dentro do prazo estabelecido, para o mesmo endereço eletrônico. O recurso será analisado pela Comissão de Avaliação, e a resposta será encaminhada ao candidato por **e-mail oficial**.

13. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
Em caso de empate na pontuação final, serão aplicados, sucessivamente, os seguintes critérios de desempate:
13.1. Maior Grau de Escolaridade:
Terá preferência o candidato que possuir número de titulação acadêmica, observando o critério mínimo de 90h de duração por título de especialização na área de saúde, estritamente correlatos ao exercício da função de técnico de enfermagem;
13.2. Maior Tempo de Experiência Profissional na Área:
Caso o empate ainda persista, terá preferência o candidato com maior tempo de atuação profissional comprovada na área de técnico de enfermagem considerando documentos como contratos, certidões, declarações ou carteira de trabalho.
13.4. Maior Idade:
Se os critérios anteriores não forem suficientes para o desempate, será considerado o candidato de maior idade, com base na data de nascimento constante no RG.
13.5. Ordem Alfabética:
Como critério derradeiro, será utilizado o nome completo do candidato, em ordem alfabética.
14. DOS REQUISITOS MÍNIMOS E OBRIGATÓRIOS PARA INVESTIDURA NO CARGO

São requisitos mínimos e obrigatórios para a investidura no quadro de pessoal temporário do Município de Mandaguari:

A nacionalidade brasileira ou estrangeira na forma da lei federal;
Gozo dos direitos políticos;
Quitação com as obrigações militares e eleitorais;
O nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo
A idade mínima de 18 (dezoito) anos e a máxima imediatamente inferior à prevista para aposentadoria compulsória;
Possuir habilitação legal para o exercício do cargo
Não ter sido demitido do serviço público estadual, federal ou municipal, nos últimos 5 (cinco) anos;
Ter sido aprovado e classificado no processo seletivo simplificado de que trata este Edital;
Não-exercício ou não-aposentadoria em cargo ou emprego público não-acumuláveis;
Apresentação dos documentos exigidos por lei e pelas normas próprias da Administração Municipal, bem como, quando o cargo exigir, o registro no conselho profissional competente;
Possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo, constatada mediante laudo pericial realizado pela equipe médica do Município de Mandaguari, conforme regulamentação específica;
Demais exigências e documentos contidos no item deste Edital.

15. DA CONTRATAÇÃO

Os candidatos aprovados no presente processo seletivo, obedecida a classificação final, serão convocados para a contratação por meio do Edital de Convocação publicado no quadro de avisos da prefeitura Municipal de Mandaguari e na Secretaria Municipal de Saúde, no site oficial do Município de Mandaguari e no O Diário do Norte do Paraná. Os candidatos serão contratados de acordo com a ordem de classificação e a necessidade dos estabelecimentos públicos, durante o período de validade deste Processo Seletivo.

O candidato convocado deverá comparecer no prazode 05 (cinco) dias úteis a contar do edital de Convocação, munido da documentação constante no item 14.4, sob pena de sua desídia ser considerada renúncia ao objeto do certame, à relação jurídica e ao direito de contratar com a municipalidade, sendo convocado o próximo

classificado da lista. Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato classificado os seguintes documentos:
RG – CarteiradeIdentidade
CPF- CadastrodePessoaFísica
Título de Eleitor
Certidão de Nascimento ou Casamento
CNH - Carteira Nacional de Habilitação
CTPS Carteira de Trabalho e Previdência Social (1ª e 2ª página). Em caso de Contratação CLT, é necessário a Carteira de Trabalho original.
PIS/PASEP- Extrato/Comprovante
Comprovante de Residência (máximo 30 dias)
Comprovante de Escolaridade
Registro deÓrgão Responsável
Certidão de Alistamento Militar ou Dispensa de Incorporação (para o sexo masculino)
Certidão Negativade Antecedentes Criminais (Fórum)
02 Fotos 3x4
Certidão de Nascimento dos Filhos Menores de 21Anos
CertidãodeQuitação Eleitoral atualizada emitida pela Justiça Eleitoral (pode ser retirada pelo site www.tse.jus.br)
Declaração de Imposto de Renda (emitida pela Receita Federal)
Declaração de que não se encontra em Situação de Acúmulo Ilegal de Proventos, Funções, Empregos e Cargos Públicos*
Declaração de Bens e Valores que integram o Patrimônio Privado*
Formulário de Cadastro de Pessoas*
Declaração e número Conta Salário (pegar declaração para abertura da conta no Departamento de Gestão)
Atestado de incapacidade/deficiência de filhos de qualquer idade se houver.
Declaração de Dependentes para Imposto de Renda*
Exame Admissional.

16. A RESCISÃO DO CONTRATO PODERÁ OCORRER:

A) A pedido do contratado;
B) Pela Conveniência da administração, a juízo da autoria que procedeu a contratação;
C) Pelo cometimento de infração contratual, apurada em processo sumário;
D) Pelo de curso dos prazos estabelecidos consignado no instrumento contratual;
E) Quando o contratado fica afastado por mais de 15 (quinze) dias de suas atividades por qualquer motivo, salvo por licença maternidade.

No ato de sua contratação, o candidato deverá preencher a Declaração de que não ocupa outro cargo/emprego ou função pública, junto à União, Estados, Distrito Federal, Municípios, Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista ou Fundações Instituídas pelo Poder Público, salvo acumulação legal prevista (ART.37, inciso XVI e XVII, da Constituição de 1988). O regime jurídico que rege as contratações provenientes deste Edital é oEstatutário - Temporário.

17. DAS VEDAÇÕES
A contratação dos candidatos classificados observará as disposições da **Lei Municipal nº 2.093/2013 e suas alterações posteriores**, bem como as demais normas aplicáveis à contratação temporária no Município de Mandaguari.
Não será permitida a contratação de candidato que se encontre em situação de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, receber benefícios provenientes de Regime Próprio da Previdência Social ou Regime Próprio Geral da Providencia Social.
Também deverão ser observados, no momento da contratação, os impedimentos e demais condições estabelecidas na legislação municipal vigente.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Aprovação neste Processo Seletivo Simplificado assegurará apenas a expectativa de direito à contratação, ficando a concretização desse ato condicionado à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência da Secretaria Municipal de Saúde, da rigorosa ordem de classificação, do prazo de validade do processo seletivo.

O acompanhamento das publicações de Editais, avisos comunicados relacionados ao processo seletivo é de responsabilidade exclusiva do candidato. Na desistência, renúncia ou eliminação de algum candidato aprovado dentro do número de vagas, estas serão preenchidas pelos demais candidatos, observando-se a ordem de classificação.

Os casos omissivos serão resolvidos pela Comissão Coordenadora e Fiscalizadora do Processo Seletivo Simplificado, no que couber.

Mandaguari, 02 de outubro de 2026

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:53C3FC4D

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º. 313/2026 CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025 DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CLASSIFICADOS ATRAVÉS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, ESTADO DO PARANÁ.

EDITAL N º. 313/2026

CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 343/2025

Dispõe sobre a convocação dos classificados através do Processo Seletivo Simplificado do Município de Mandaguari, Estado do Paraná.

A Prefeita do Município de Mandaguari, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:
TORNAR PÚBLICO:

A Convocação dos candidatos abaixo relacionados a comparecerem no Departamento de Gestão-Recursos Humanos desta Prefeitura Municipal, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da data de publicação deste ato, munidos dos documentos, com vista a assumirem a vaga para o cargo no qual foram aprovados no PSS aberto através do Edital n.º 343/2025. O não comparecimento no prazo referido de convocação significará sua desistência, na qual se fará a convocação de outro aprovado em ordem de classificação, conforme dispõe o Edital nº 003/2026.

AUXILIAR ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
32	RITA DE CASSIA VITÓRIO OLIVEIRA	55

AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

CLASSIFICAÇÃO	NOME	PONTUAÇÃO
67	DIOGO HENRIQUE ROCHA DE CAMPOS	75

Mandaguari, 02 de outubro de 2026.

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:E435EA0E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 201/2026 - REVOGA A 193/2026 QUE NOMEIA SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE RECEBIMENTOS DE BENS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 201/2026

Súmula: Revoga a 193/2026 que nomeia servidoras públicas municipais para integrar a Comissão de Recebimentos de Bens, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:
Art. 1º Fica revogada integralmente, a Portaria nº 093/2026, que nomeia servidoras públicas municipais para integrar a Comissão de Recebimentos de Bens.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (02/10/2026).

ENF.ª IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:66BBC8D5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 202/2026 - PRORROGA PRAZO ESTABELECIDO PELA PORTARIA N° 138/2026, DE 05/08/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 202/2026

Súmula: Prorroga prazo estabelecido pela Portaria N° 138/2026, de 05/08/2026, e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, Ivonéia de Andrade Aparecido Furtado, no uso das suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo estabelecido pela Portaria N° 138/2026, de 05/08/2026, para que a Comissão constituída pelo mesmo expeça o parecer conclusivo do Processo de Administrativo Disciplinar.

Art. 2º Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Manoel Donha Sanches, ao segundo dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis (02/10/2026).

ENF.ª IVONEIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Ingrid Ariane de Lima da Silva
Código Identificador:CA2C66B6

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

DISPENSA Nº.37/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
CONSORCIO PUBLICO INTERMUNICIPAL DE SAUDE DO SETENTRIAO PARANAENSE - CISAMUSEP	04.956.153/0001-68	R$ 1.995.689,80

Mandaguari (PR), 02 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:7737B19D

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.70/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADAÇÃO E DISTRIBUICAO-ECAD	00.474.973/0001-62	R$ 75.000,00

Mandaguari (PR), 02 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:E88638E7

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.71/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
GOVPLAN SISTEMAS INTELIGENTES LTDA	50.768.912/0001-86	R$ 32.747,00

Mandaguari (PR), 02 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:1ACE8571

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.72/2026
Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enf ª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor das proponentes:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA	32.651.451/0001-85	R$ 8.360,00

Mandaguari (PR), 02 de outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:5DEF1519

LICITAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO/ADJUDICAÇÃO/RATIFICAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº.73/2026

Pelo presente, face os contidos no processo licitatório em referência, eu Enfª Ivonéia de Andrade Ap° Furtado, Prefeita Municipal de Mandaguari, Estado do Paraná, **ADJUDICO/HOMOLOGO/RATIFICO**, o presente processo licitatório, a favor da proponente:

FORNECEDOR	CNPJ	VALOR TOTAL
BOFF TUR LTDA	76.622.000/0001-95	R$ 3.000,00

Mandaguari (PR), 02 de outubro de 2026.

ENF IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:0E96F866

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 292/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: J J VITALLI, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.658.622/0001-13, com endereço na RUA MAURICIO CARDOSO,737, Sala 03, CENTRO, CEP: 98400-000, na cidade de Frederico Westphalen/RS, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor JAIME JOSE VITALLI, inscrito no CPF sob o nº. 460.209.260-87.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURO FORNECIMENTO DE TINTAS, MATERIAIS E PRODUTOS DE PINTURA DIVERSOS, PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS.

VALOR: 5.805,60.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 17 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:F79A62F8

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 299/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: RENOVA COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS E ASFALTICO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 49.149.027/0001-30, com endereço na Rua Dourados (Lot. Jd. Ubatã), nº 04, Bairro Porto, CEP: 78.025-731, na cidade de CUIABÁ/MT, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **NATHAN AUGUSTO DIAS E SILVA,** inscrito no CPF sob o nº 053.749.681-57.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE CONCRETO ASFALTICO USINADO A QUENTE (CAUQ), PARA APLICAÇÃO A FRIO, (SACO DE 25KG), EM ATENDIMENTO A SECRETARIA DE URBANISMO, OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.

VALOR: 118.800,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 18 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:81A20936

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 300/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: COMERCIAL COCA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 37.160.612/0001-51, com endereço na Rua Eurilemos, 218, Apto 7, Centro, CEP: 86.700-015, na cidade de Arapongas/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, a Senhora **MARIANA ESPÍNDULA KIRYLKO**, inscrito no CPF sob o nº 098.241.819-11.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PAPEL SULFITE A4.

VALOR: 286.110,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 21 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:A2FC450B

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2026
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 305/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BETUNEL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.546.801/0023-94, com endereço na AV. ZILDA SEIXAS DO AMARAL, 1130 - PARQUE INDUSTRIAL ZONA NORTE, APUCARANA, CEP: 86806-380, na cidade de Apucarana/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **FLAVIO RODRIGUES DE CARVALHO**, inscrito no CPF sob o nº. 090.267.577-00.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE - EMULSÃO ASFÁLTICA – TIPO RM – 1C, EM ATENDIMENTO A SECRETARIAS SOLICITANTES.

VALOR: 487.200,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 29 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:42EE4396

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 73/ 2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 307/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: BOFF TUR LTDA - ME, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.622.000/0001-95, com endereço na FRANCISCO NOGUEIRA DE MATTOS, 105, PARQUE INDUSTRIAL I - ABILIO PEREIRA NUNES, CEP: 86975-000, na cidade de MANDAGUARI/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **MARCELO JOSÉ HERNANDES VOLPATO**, inscrito no CPF sob o nº 054.126.009-05.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE COLETIVO URBANO GRATUITO, NO MUNICÍPIO DE MANDAGUARI, NOS DIAS 04/10/2026 (1º TURNO) E 25/10/2026 (2º TURNO, CASO HAJA), CONFORME A RESOLUÇÃO TSE Nº 23.751 DE 26/02/2026, QUE ESTABELECE A OBRIGATORIEDADE DE OFERTA GRATUITA DE TRANSPORTE PÚBLICO NOS DIAS DE VOTAÇÃO.

VALOR: 3.000,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 2 de Outubro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:3DF7280B

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2026

DISPENSA Nº 35/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 99/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MANDAGUARI Estado do Paraná, com sede na Praça dos Três Poderes 500, inscrito no CNPJ/MF Nº 76.285.345/0001-09, neste ato representado pela Prefeita Municipal em pleno exercício de seu mandato e funções Sra. Enfª **IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO**, portador da Cédula de Identidade Nº 4.291.301-4 e do CPF/MF Nº 539.360.609-59.

CONTRATADO: TOTAL MAQUINAS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 56.874.570/0001-65, com endereço na AV. MILITÃO RODRIGUES DE CARVALHO, 251, CENTRO, CEP: 87720-010, na cidade de Paranavaí/PR, neste ato representada pelo seu representante legal, o Senhor **DANIEL LOMBARDI THURONYI**, inscrito no CPF sob o nº 010.056.949-82.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica autorizada para realização da revisão preventiva programada de 300 (trezentas) horas, durante o período de garantia de fábrica, do Trator Cafeeiro MT7.80, CHASSI 9BLMT7801RG000069, pertencente à frota da Secretaria Municipal de Agricultura e Abastecimento.

VALOR: 3.770,00.

FORO: Comarca de Mandaguari, estado do Paraná.

Mandaguari/PR, 25 de Setembro de 2026.

ENFª IVONÉIA DE ANDRADE AP° FURTADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Lucas Renan Rocha Kiil
Código Identificador:79A1A671

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 071/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 71/2026 de 01 de outubro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A AVALIAÇÃO DE FINANÇAS ATRAVÉS DA AVERIGUAÇÃO DAS PASTAS DA SAÚDE DO 2º QUADRIMESTE DE 2026 DO SETOR DE CONTABILIDADE. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;

Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
e APROVA A AVALIAÇÃO DE FINANÇAS ATRAVÉS DA AVERIGUAÇÃO DAS PASTAS DA SAÚDE DO 2º QUADRIMESTE DE 2026 DO SETOR DE CONTABILIDADE.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação

Mandaguari, 01 de outubro de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 71/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:290324AE

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 072/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 72/2026 de 01 de outubro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA A ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE – PMS 2026–2029, COMPREENDENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NAS METAS E AÇÕES, CONSIDERANDO A ADEQUAÇÃO ÀS DEMANDAS ASSISTENCIAIS ATUAIS, A REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A ATUALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE MONITORAMENTO.

Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
e APROVA A ATUALIZAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE SAÚDE – PMS 2026–2029, COMPREENDENDO AS ALTERAÇÕES PROPOSTAS NAS METAS E AÇÕES, CONSIDERANDO A ADEQUAÇÃO ÀS DEMANDAS ASSISTENCIAIS ATUAIS, A REORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE E A ATUALIZAÇÃO DOS INDICADORES DE MONITORAMENTO.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação

Mandaguari, 01 de outubro de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 72/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:34B11DBF

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 073/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 73/2026 de 01 de outubro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA O RELATÓRIO DETALHADO – RDQA, REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026, RELATIVO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE REALIZADOS NO PERÍODO, AOS RESULTADOS ALCANÇADOS E À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.
O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
e APROVA O RELATÓRIO DETALHADO – RDQA, REFERENTE AO 2º QUADRIMESTRE DE 2026, RELATIVO À PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE REALIZADOS NO PERÍODO, AOS RESULTADOS ALCANÇADOS E À EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação

Mandaguari, 01 de outubro de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 73/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:535E5AE0

SECRETARIA DE SAÚDE
RESOLUÇÃO 074/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 74/2026 de 01 de outubro de 2026 do Conselho Municipal de Saúde do Município de Mandaguari.

Dispõem sobre as conclusões acerca e APROVA O PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EVENTOS RELACIONADOS AO EL NIÑO, CONTEMPLANDO O PLANEJAMENTO MUNICIPAL E AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA AOS POSSÍVEIS IMPACTOS DOS EVENTOS CLIMÁTICOS ASSOCIADOS AO FENÔMENO SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE. Executor da Saúde do Município de MANDAGUARI-PR, e prescreve as providências que enumera.

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde Gestão 2016/2019 de MANDAGUARI, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n° 8.080 de 19/09/90, Lei Federal n° 8.142 de 28/12/90 e pela Lei Municipal n° 2.187 de 11/09/13;
Considerando o art. 77, § 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias à Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000;
Considerando o inciso IV do art. 4° da Lei Federal n° 8.142 de 28 de dezembro de 1990, o qual determina que para receber os Recursos do Fundo Nacional de Saúde, os municípios deverão elaborar o Relatório de Gestão;
Considerando o § 4º do art. 33, da Lei Federal nº 8.080, de 19/09/90, Lei Orgânica da Saúde;
Considerando a Portaria do Ministério da Saúde, nº 53 de 16 de Janeiro de 2013;
Considerando a Portaria do Ministério de Saúde n° 2.135 de 25 de setembro de 2013, que estabelece diretrizes para o processo de planejamento no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e demais normas correlacionadas ao Pacto de Gestão SUS

Resolve:
e APROVA O PLANO DE CONTINGÊNCIA PARA EVENTOS RELACIONADOS AO EL NIÑO, CONTEMPLANDO O PLANEJAMENTO MUNICIPAL E AS ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO, PREPARAÇÃO E RESPOSTA AOS POSSÍVEIS IMPACTOS DOS EVENTOS CLIMÁTICOS ASSOCIADOS AO FENÔMENO SOBRE A SAÚDE DA POPULAÇÃO E O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE
Art. 2° - Esta Resolução será validada na data de sua publicação

Mandaguari, 01 de outubro de 2026.

MIZAEL DA CUNHA
Presidente do Conselho Municipal Saúde

ADEMILSON GREGÓRIO MACHADO
Secretário Municipal de Saúde

IVONÉIA DE ANDRADE APARECIDO FURTADO
Prefeita Municipal de Mandaguari

Homologo a resolução nº 74/2026, nos termos do § 2o art.1o da Lei Federal no 8.142 de 28/12/90

Publicado por:
Aparecida de Lourdes Rodrigues
Código Identificador:F879320A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.963/2026

DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a regulamentação da lotação dos profissionais do Magistério Público Municipal nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Mandirituba e dá outras providências".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 480, de 05 de dezembro de 2008, que institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração do Magistério Público Municipal de Mandirituba;

CONSIDERANDO que a referida Lei estabelece que a carreira do Magistério Público Municipal abrange a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, compreendendo os cargos de Professor e Educador Infantil;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos para a organização da lotação dos profissionais do magistério nas unidades da Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade e a adequada organização dos serviços educacionais, observando a existência de vagas e a necessidade de atendimento das unidades escolares;
DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica regulamentada, nos termos deste Decreto, a lotação dos profissionais efetivos do Magistério Público Municipal, ocupantes dos cargos de Professor 20 horas e Educador Infantil, incluindo os profissionais que atuam em áreas específicas ou componentes curriculares diversificados, nas unidades da Rede Municipal de Ensino de Mandirituba.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, considera-se:

I – **lotação:** a vinculação do servidor efetivo a determinada unidade da Rede Municipal de Ensino e respectivo período de trabalho;

II – **unidade de lotação:** a instituição educacional ou unidade escolar na qual o servidor atua;

III – **período de lotação:** o turno ou período de trabalho definido para o exercício das atividades do servidor;

IV – **remanejamento:** a alteração da unidade de exercício do servidor, realizada pela Secretaria Municipal de Educação, em razão da inexistência de vaga na unidade de sua lotação, observados os critérios estabelecidos neste Decreto;
V – **remoção:** a alteração da unidade de lotação a pedido do servidor, mediante procedimento próprio estabelecido em edital específico.

Art. 3º A lotação dos profissionais do magistério observará a necessidade do serviço público, a existência de vagas, a organização das turmas, a área de atuação ou componente curricular correspondente ao cargo e a jornada de trabalho do servidor.

CAPÍTULO II
DA PRIMEIRA LOTAÇÃO

Art. 4º Para fins da primeira lotação decorrente deste Decreto, os servidores efetivos do Magistério Público Municipal que já tenham concluído o estágio probatório serão lotados, obrigatoriamente, na unidade em que se encontram em efetivo exercício na data da publicação deste Decreto, observada a compatibilidade com o cargo, área de atuação ou componente curricular e jornada de trabalho.

§ 1º A primeira lotação de que trata o caput será formalizada pela Secretaria Municipal de Educação, **por meio de Portaria, a ser publicada posteriormente, com o devido registro funcional dos servidores.**

§ 2º A lotação será estabelecida considerando a unidade de ensino e o respectivo período de trabalho, manhã ou tarde, conforme a organização da Rede Municipal de Ensino.

§ 3º A lotação do servidor na unidade de ensino não lhe assegura o direito de permanência em determinada turma, ano, classe ou função docente. A escolha e a distribuição das turmas serão realizadas anualmente, em conformidade com os critérios, procedimentos e disposições estabelecidos em deliberação da Secretaria Municipal de Educação, que regulamentará o processo de escolha e distribuição de turmas para o respectivo ano letivo.

CAPÍTULO III
DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 5º Os servidores efetivos do Magistério Público Municipal que se encontrarem em **estágio probatório** na data da publicação deste Decreto não terão, durante esse período, lotação definitiva.

§ 1º Os servidores de que trata o caput permanecerão em exercício na unidade e no período definidos pela Secretaria Municipal de Educação, de acordo com a necessidade do serviço e a organização da Rede Municipal de Ensino.

§ 2º Concluído o estágio probatório com aprovação e confirmada a estabilidade no cargo, será realizada a lotação definitiva do servidor, observada a existência de vaga e os critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 3º A lotação definitiva será formalizada pela Secretaria Municipal de Educação em ato próprio.

CAPÍTULO IV
DA DISTRIBUIÇÃO DAS TURMAS E DO REMANEJAMENTO

Art. 6º A lotação do servidor vincula-se à unidade de ensino, não constituindo direito adquirido à permanência em determinada turma, classe, ano de escolaridade ou organização específica de trabalho.

Art. 7º A distribuição das turmas e dos horários dentro da unidade de lotação será realizada **em conformidade com os critérios e procedimentos estabelecidos em deliberação da Secretaria Municipal de Educação, , que regulamentará a escolha de turmas na Rede Municipal de Ensino**, observadas a necessidade do serviço, a habilitação do servidor, sua área de atuação ou componente curricular e sua jornada de trabalho.

Art. 8º Na hipótese de redução do número de turmas ou da inexistência de vaga compatível com a atuação do servidor na unidade de sua lotação, será realizado o remanejamento para outra unidade da Rede Municipal de Ensino que disponha de vaga compatível.

§ 1º O remanejamento previsto no caput observará, preferencialmente, a classificação utilizada no processo de escolha de turmas da respectiva unidade de ensino, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos em deliberação da Secretaria Municipal de Educação, especialmente quanto ao tempo de efetivo exercício no Magistério Público Municipal, sendo remanejado, em caso de redução do número de turmas, extinção de vaga ou inexistência de vaga compatível na unidade de lotação, o servidor que ocupar a última posição na classificação entre aqueles que atuem no mesmo cargo, área de atuação ou componente curricular, observada a compatibilidade de jornada.

§ 2º O remanejamento poderá, ainda, ser determinado pela Secretaria Municipal de Educação, independentemente da ordem de classificação prevista no § 1º, sempre que necessário ao atendimento do interesse público e à adequada organização da Rede Municipal de Ensino, especialmente para suprir necessidades específicas de atendimento educacional, garantir a continuidade dos serviços, assegurar o atendimento de demandas pedagógicas ou educacionais específicas ou atender à necessidade de profissionais em determinada unidade, modalidade, área de atuação ou serviço educacional, observadas a habilitação, o cargo, a jornada de trabalho e a compatibilidade das atribuições do servidor.

§ 3º O servidor remanejado será direcionado para unidade que disponha de vaga compatível com seu cargo, área de atuação ou componente curricular e jornada de trabalho.

§ 4º O remanejamento de que trata este artigo não caracteriza remoção a pedido e poderá ocorrer independentemente da manifestação de interesse do servidor, quando necessário para assegurar a continuidade e a organização do serviço público educacional.

CAPÍTULO V
DA REMOÇÃO

Art. 9º O servidor efetivo que desejar alterar sua unidade de lotação poderá requerer **remoção**, observados os critérios, requisitos, prazos e procedimentos estabelecidos em edital específico a ser publicado pela Secretaria Municipal de Educação.

Parágrafo único. Os pedidos de remoção serão realizados em procedimento próprio e não integrarão o procedimento da primeira lotação estabelecida por este Decreto.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. Compete à Secretaria Municipal de Educação organizar, registrar e manter atualizados os atos de lotação dos profissionais do Magistério Público Municipal.

Art. 11. A lotação deverá observar a compatibilidade entre o cargo ocupado pelo servidor, sua habilitação, área de atuação ou componente curricular, jornada de trabalho e a necessidade de atendimento da Rede Municipal de Ensino.

Art. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas a legislação municipal aplicável e as normas que regem o Magistério Público Municipal.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Mandirituba, 29 de setembro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:2DBD8402

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.965/2026

DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA – do Município de Mandirituba, Paraná".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, conforme lhe autoriza a Lei Orgânica do Município e com fulcro na Lei Municipal n.° 19 de 14 de dezembro de 1.992, bem como nos termos do Protocolo n.° 6756/2026 da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,

DECRETA

Art. 1° Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CONDEMA – do Município de Mandirituba, Paraná, observado o disposto no art. 6° da Lei Municipal n.° 19 de 14 de dezembro de 1.992, conforme segue:

I - Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

a) Laercio da Cruz;
b) Marcelo Chemin;
c) Roberto José Humenhuk;
d) Alyny Vasconcelos;

II - Representantes da Vigilância Sanitária - Secretaria Municipal de Saúde

Andrieli Tais Zimerman;
Juliana Valerio dos Santos Zoellner.

III - Representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Jaqueline Ramos Fernandes.
Luciane da Silva Kanopa.

IV - Representante da Secretaria Municipal de Segurança

a) Edson Luis Biscaia de Chaves.

V - Representantes da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Pedro Lourival de Lima Junior;
Leonardo Alves dos Santos.

VI - Representante da Câmara Municipal

Alex Miguel dos Santos.

VII - Representantes da Sociedade Civil

Paulo Mauricio Ramos;
Luis Carlos Fragoso.

Presidente – Laercio da Cruz, matricula n.º 1913;
Vice Presidente - Luciane da Silva Kanopa, matricula n.º 2623;
Secretária - Juliana Valerio dos Santos Zoellner, matricula n.º 4523.

Art. 2° O mandato dos membros nomeados na forma deste Decreto terá duração de 04 (quatro) anos, na forma do art. 5° da Lei Municipal n.° 19 de 14 de dezembro de 1.992.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto n.° 1.722, de 21 de agosto de 2025.

Mandirituba, 01 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:F4E30960

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.967/2026

DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a adoção de modelos padronizados para os instrumentos de planejamento e contratação pública, no âmbito do Município de Mandirituba, Paraná, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecida a adoção obrigatória de modelos padronizados para a formalização dos procedimentos de contratação pública no âmbito do Município de Mandirituba, Paraná.

Art. 2º Os órgãos e entidades deverão utilizar, conforme o caso, os seguintes documentos padronizados:

I – Documento de Formalização de Demanda (DFD);

II – Estudos Técnicos Preliminares (ETP);

III – Termo de Referência (TR) ou Projeto Básico;

IV – Editais padronizados para os tipos mais frequentes de contratação;

V – Minutas de Instrumento Contratual.

Art. 3º Os modelos referidos no art. 2º deste Decreto serão aqueles disponibilizados no link oficial https://www.mandirituba.pr.gov.br/servidor-publico, no tópico **"**MODELOS DOCUMENTOS PARA LICITAÇÕES – LEI Nº 14.133/2021**"**, devendo ser observadas suas atualizações.

Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mandirituba, 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:ED723D15

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
DECRETO N.º 1.968/2026

DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Plano de Contratações Anual (PCA) na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), disciplina sua revisão, estabelece procedimentos de monitoramento, no âmbito do Município de Mandirituba, Paraná, e dá outras providências".

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, **ESTADO DO PARANÁ**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais,

DECRETA

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto dispõe sobre a obrigatoriedade de utilização do Plano de Contratações Anual (PCA) como instrumento de planejamento a ser observado na elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), bem como estabelece regras para sua revisão, monitoramento e gestão no âmbito do Município de Mandirituba, Paraná.

CAPÍTULO II
DA INTEGRAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) À LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA)

Art. 2º A elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá observar, obrigatoriamente, as contratações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA).

Art. 3º O Projeto de Lei Orçamentária Anual deverá conter, como anexo específico, demonstrativo que correlacione:

I – as contratações previstas no Plano de Contratações Anual (PCA);

II – as respectivas unidades requisitantes;

III – os valores estimados das contratações;

IV – as dotações orçamentárias correspondentes.

Art. 4º O anexo de que trata o art. 3º deste Decreto deverá seguir modelo padronizado a ser definido pelo órgão central de planejamento ou equivalente, contendo, no mínimo:

I – identificação da contratação;

II – classificação orçamentária;

III – fonte de recursos;

IV – cronograma estimado;

V – valor previsto.

CAPÍTULO III
DA REVISÃO E ALTERAÇÃO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)

Art. 5º O Plano de Contratações Anual (PCA) poderá ser revisado ou alterado ao longo do exercício, mediante justificativa formal da Secretaria Municipal requisitante.

Art. 6º As alterações no Plano de Contratações Anual (PCA) somente poderão ser efetivadas mediante:

I – demonstração da necessidade da alteração;

II – aprovação da autoridade competente;

III – verificação prévia da disponibilidade orçamentária.

Art. 7º A inclusão de novas contratações não previstas inicialmente no Plano de Contratações Anual (PCA) dependerá do cumprimento dos requisitos estabelecidos no artigo anterior, especialmente quanto à existência de dotação orçamentária suficiente.

CAPÍTULO IV
DO MONITORAMENTO DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL - PCA

Art. 8º Fica instituído o processo de monitoramento contínuo do Plano de Contratações Anual (PCA), com o objetivo de acompanhar a execução das contratações previstas.

Art. 9º O monitoramento do Plano de Contratações Anual (PCA) deverá:

I – verificar o cumprimento do cronograma de contratações;

II – identificar desvios entre o planejado e o executado;

III – subsidiar decisões de revisão do plano;

IV – promover maior eficiência na gestão das contratações públicas.

Art. 10. O monitoramento será realizado periodicamente, no mínimo em base trimestral, mediante relatórios consolidados.

CAPÍTULO V
DO RESPONSÁVEL PELO MONITORAMENTO

Art. 11. Caberá ao órgão central de planejamento, ou à unidade equivalente designada pelo Poder Executivo, o monitoramento da execução do Plano de Contratações Anual – PCA, sem prejuízo das responsabilidades atribuídas aos órgãos e unidades requisitantes quanto ao cumprimento das contratações sob sua responsabilidade.

Art. 12. Compete ao setor ou agente responsável:

I – consolidar as informações encaminhadas pelas Secretarias Municipais requisitantes;

II – elaborar relatórios de acompanhamento;

III – orientar as Secretarias Municipais quanto à execução do Plano de Contratações Anual (PCA);

IV – propor ajustes e melhorias no planejamento das contratações.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13. As Secretarias Municipais deverão manter atualizadas as informações relativas às suas contratações, fornecendo dados ao órgão responsável pelo monitoramento sempre que solicitado.

Art. 14. Este Decreto não revoga nem altera as disposições do Decreto Municipal n.º 1216, de 13 de abril de 2023, devendo ser interpretado de forma complementar.

Art. 15. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Mandirituba, 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Leiliane Barros de Morais
Código Identificador:7F61BC0A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
ERRATA

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais resolve retificar a Portaria nº. 382/2026, publicada em 02 de outubrode 2026, na Edição nº 3629 do Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em virtude de erro de digitação.

ONDE SE LÊ:

PORTARIA N.º 382 DE 10 DE SETEMBRO DE 2026

LEIA-SE:

PORTARIA N.º 382 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:B77EF522

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 383 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, que lhe são conferidas, nos termos do artigo 37, IX da Constituição da República Federativa do Brasil e Lei Municipal n.º 619 de 08 de julho de 2011,

RESOLVE
Art. 1º Prorrogar o contrato determinado, por mais 12 (doze) meses da candidataaprovada no Processo Seletivo Público n.° 001/2025, mencionada abaixo que exerce função em caráter temporário, junto à SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER:

Mat.	Nome	Cargo	Prorrogado a partir de
500421	Sthefany Roberta Brunetti	Educador Infantil	01/10/2026

Art. 2º Ocontratado temporário deverá respeitar na íntegra o instrumento de Aditivo de Contrato de Trabalho por Prazo Determinado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:487A2FFC

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 384 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, conforme disposto no Art. 46 da Lei Municipal n.º 02/1991 de 22 de fevereiro de 1991, a servidora **ALESSANDRA BISCAIA DE ANDRADE**, matrícula 4615**,** no cargo efetivo de **PROFESSOR,** 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Ato contínuo, declarar vago o cargo ocupado pela servidora, nos termos do Inciso I do Art.45 da mesma Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 01 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:ABADFDB9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 385 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA** no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município e demais legislações pertinentes.

R E S O L V E

Art. 1º Prorrogar a cessão da servidora**, NILCEIA APARECIDA GOMES,** matrícula nº 3358, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO ADMINISTRATIVO**, Classe 05, Nível E, lotada na Procuradoria Geral do Município, cedida ao Tribunal Regional Eleitoral do Paraná – Juízo da 144ª Zona Eleitoral, até 17 de dezembro de 2027, com ônus ao órgão de origem.

Art. 2º A cessão poderá ser extinta a qualquer tempo, a critério do ente cedente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2026, revogado as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:9EFE6E2A

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 386 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Educador Infantil, a servidora **KELLY TAYNARA MICALUZ DE LIMA**, matrícula 500448, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:C125613E

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 387 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração pelo término de contrato, da função em caráter temporário, de Educador Infantil, a servidora **DANIELE APARECIDA MIRANDA SANTOS DE ABREU**, matrícula 500423, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:DE2F2AC9

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
PORTARIA N.º 388 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MANDIRITUBA**, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais legislações pertinentes, em especial a Lei Municipal n.º 02/1991,

R E S O L V E

Art. 1º Conceder exoneração a pedido, conforme disposto no Art. 46 da Lei Municipal n.º 02/1991 de 22 de fevereiro de 1991, a servidora **JULIANE COLAÇO VIRTUOSO**, matrícula 3298**,** no cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS,** 40 (quarenta) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Art. 2º Ato contínuo, declarar vago o cargo ocupado pela servidora, nos termos do Inciso I do Art.45 da mesma Lei.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 02 de outubro de 2026, revogados as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito de Mandirituba, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Grazielli Franco
Código Identificador:A5E0FC72

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE FOMENTO N.º 004/2026

TERMO DE FOMENTO N.º 004/2026.

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA/PR

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AMPARO À INFÂNCIA - ABAI, entidade de utilidade pública, declarada através da Lei Municipal nº 70 de 28 de setembro de 1981, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.134.137/0001-26.

OBJETO: O presente Termo de Fomento tem por objeto a celebração de parceria mediante mútua cooperação com a ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE AMPARO À INFÂNCIA – ABAI, entidade de utilidade pública, declarada através da Lei Municipal n.º 70 de 28 de setembro de 1981, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 78.134.137/0001-26, com sede na Estrada Otávio de Jesus Biscaia, N.º 1979, Queimados, Mandirituba, Paraná, com a finalidade de promover ações de interesse público e recíproco em regime de mútua cooperação entre o Município de Mandirituba e a entidade, mediante transferência de recursos financeiros do Município de Mandirituba, Paraná, nos termos do Processo Administrativo n.º 000005613/2026, com vistas à continuidade da oferta de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, conforme Plano de Trabalho, devidamente analisado e aprovado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH.

CHAMAMENTO PÚBLICO: INEXIGIBILIDADE N.º 004/2026

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 31 da Lei Federal n.º 13.019/2014 e Art. 29 da Municipal n.º 902/2016

VALOR: R$ 192.180,60 (cento e noventa e dois mil, cento e oitenta reais e sessenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo de Fomento para o **exercício de 2026**, no montante de **R$ 48.045,15** (quarenta e oito mil e quarenta e cinco reais e quinze centavos), correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

• **Órgão:** 10 – Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação
• **Unidade:** 006 – Gestão Geral da Assistência
• **Funcional Programática:** 10.006.08.244.0006.2.039 – Termo de Parceria com Entidades Assistenciais
• **Natureza da Despesa:** 3.3.50.43.00.00.00.00 – Subvenções Sociais (**Ficha 323**)
• **Fonte de Recursos:** 00000.000000.00.00.00 – Recursos Ordinários (Livres)

As despesas relativas ao **exercício de 2027**, estimadas no montante de **R$ 144.135,45** (cento e quarenta e quatro mil e cento e trinta e cinco reais e quarenta e cinco centavos), correrão à conta de dotação orçamentária própria a ser fixada e consignada na Lei Orçamentária Anual (LOA 2027), garantindo a continuidade do cronograma de desembolso pactuado.

DATA DE ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

VIGÊNCIA: O presente Termo de Fomento vigerá por 12 (doze) meses, a partir do primeiro dia seguinte ao da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

Concedente
FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Proponente
MARIANNE BARBARA SPILLER
Associação Brasileira de Amparo à Infância -ABAI

BRUNA CATARINA KIKUCHI BAENA
Gestora do Termo

Publicado por:
Roqueffelis Alves da Silva
Código Identificador:522E81FD

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA 27/2026

MUNICÍPIO DE MANDIRITUBA
TERMO DE RATIFICAÇÃO

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 27/2026 - COMPRASGOV Nº 137/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 102/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS E NÃO INFLÁVEIS, CARRINHOS DE PIPOCA E ALGODÃO-DOCE.
Considerando o Termo de Revogação emitido em 28 de setembro de 2026, que determinou a revogação da Dispensa Eletrônica n.º 27/2026 – ComprasGov n.º 137/2026, com fundamento no art. 71, inciso II e §§ 2º, 3º e 4º, da Lei Federal n.º 14.133/2021;
Considerando o cumprimento da providência prevista no § 3º do art. 71 da Lei Federal n.º 14.133/2021, mediante abertura de prazo para eventual manifestação dos interessados, no período de 29/09/2026 a 01/10/2026;
Considerando a Certidão de Verificação do Agente de Contratação, que certificou o decurso do prazo sem que fosse apresentada qualquer manifestação, intenção de recurso ou recurso acerca da decisão de revogação;
RATIFICO a decisão de revogação da Dispensa Eletrônica n.º 27/2026 – ComprasGov n.º 137/2026, nos termos do Termo de Revogação de 28 de setembro de 2026, mantendo-se integralmente seus fundamentos e efeitos.

Determino o prosseguimento dos autos para as demais providências administrativas cabíveis, inclusive os registros e publicações pertinentes.

Mandirituba/PR, 02 de outubro de 2026.

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:9DA29549

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO 8º TERMO ADITIVO CONTRATO 104-2021

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO
O Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO, com base na Lei Federal n° 8.666/93 e legislação complementar, EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE CONTRATO.
8º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 104/2021.
CONTRATANTE: Município de Manfrinópolis
CONTRATADA: **TRANSPORTES BARRA GRANDE LTDA**.
CLAUSULA PRIMEIRA:
DO PRAZO DE EXECUÇÃO passa a ter a seguinte redação:
O período para a execução do objeto contratado fica aditivado até **30/09/2026**, conforme Pregão nº 49/2021 e Contrato nº 104/2021 firmado em 17/09/2021.
CLAUSULA SEGUNDA:
Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições do contrato original.
Manfrinópolis, em 30/09/2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
004.096.929-05
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kelvis Douglas Poletti
Código Identificador:96EBE742

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DECRETO Nº143-2026

DECRETO Nº 143/2026

Declara emergência administrativa no âmbito da câmara municipal de Manfrinópolis, em razão da vacância do cargo de procurador legislativo, e dá outras providências.

O **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE MANFRINÓPOLIS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no Regimento Interno, Art. 48,
CONSIDERANDO a vacância do cargo efetivo de Procurador Legislativo da Câmara Municipal de Manfrinópolis, decorrente da posse de seu titular em outro cargo público inacumulável, nos termos do art. 32, inciso V, da Lei Municipal nº 635/2017;

CONSIDERANDO o Requerimento Administrativo apresentado pelo servidor ocupante do cargo de Procurador Legislativo, no qual requer a declaração de vacância em razão de sua posse no cargo público efetivo de Juiz Substituto do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com efeitos a partir de 11 de setembro de 2026;

CONSIDERANDO que o cargo de Procurador Legislativo é essencial ao regular funcionamento da Câmara Municipal, especialmente para a representação judicial e extrajudicial, o assessoramento jurídico da Presidência, da Mesa Diretora, das Comissões e dos demais setores desta Casa Legislativa;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade da representação judicial da Câmara Municipal, do acompanhamento dos processos judiciais e administrativos, da elaboração de manifestações jurídicas e do cumprimento dos respectivos prazos;

CONSIDERANDO a necessidade de assessoramento jurídico nos processos legislativos, incluindo a análise de projetos de lei, projetos de resolução, decretos legislativos, requerimentos, emendas e demais proposições submetidas à apreciação do Poder Legislativo;

CONSIDERANDO a necessidade de acompanhamento e análise jurídica dos processos de contratação pública, incluindo licitações, dispensas, inexigibilidades, editais, contratos, termos aditivos, termos de referência e demais instrumentos relacionados às contratações da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO que a ausência de profissional responsável pelo assessoramento jurídico poderá comprometer o regular andamento dos processos judiciais, legislativos, administrativos e licitatórios, ocasionando atrasos e risco de paralisação de serviços essenciais ao funcionamento da Câmara Municipal;

CONSIDERANDO a inexistência, no momento, de concurso público vigente ou de Processo Seletivo Simplificado – PSS que possibilite o imediato provimento do cargo;

CONSIDERANDO a necessidade de adoção de medidas administrativas excepcionais e temporárias para garantir a continuidade dos serviços jurídicos essenciais da Câmara Municipal, até que seja adotada solução definitiva para o provimento do cargo;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada EMERGÊNCIA ADMINISTRATIVA no âmbito da Câmara Municipal de Manfrinópolis, em razão da vacância do cargo de Procurador Legislativo, situação que impacta diretamente a representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal, o assessoramento jurídico interno e o regular andamento dos processos legislativos, administrativos e licitatórios.

Art. 2º A emergência administrativa de que trata este Decreto tem por finalidade assegurar a continuidade dos serviços jurídicos indispensáveis ao funcionamento da Câmara Municipal, especialmente:
I – representação judicial e extrajudicial da Câmara Municipal;
II – acompanhamento de processos judiciais e administrativos;
III – consultoria e assessoramento jurídico à Presidência, à Mesa Diretora, às Comissões e aos demais setores da Câmara;
IV – análise jurídica dos processos legislativos e das proposições submetidas à apreciação do Poder Legislativo;
V – análise e acompanhamento dos procedimentos licitatórios e das contratações diretas;
VI – elaboração e análise de contratos, termos aditivos, editais, termos de referência e demais instrumentos administrativos que dependam de orientação jurídica.

Art. 3º Em razão da situação excepcional declarada neste Decreto, ficam autorizadas as providências administrativas necessárias à adoção de solução temporária para assegurar a continuidade dos serviços jurídicos da Câmara Municipal, observadas as exigências previstas na legislação vigente.

Art. 4º A eventual contratação decorrente da situação emergencial deverá possuir caráter temporário e excepcional, ficando limitada ao período estritamente necessário à regularização da situação do cargo de Procurador Legislativo, mediante o procedimento legalmente adequado.

Art. 5º A presente declaração de emergência administrativa não afasta a necessidade de observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e

interesse público, bem como dos demais requisitos legais aplicáveis aos atos administrativos e às contratações dela decorrentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Manfrinópolis - PR, 01 de outubro de 2026.

MARCOS ANTONIO FRANCISCONI
Presidente

Publicado por:
Vitor Moreira da Silva
Código Identificador:A9E5A9C7

EXECUTIVO MUNICIPAL
PORTARIA Nº 4589/2026 - 02.10.2026

O Prefeito Municipal Amarildo Alves Carneiro, Estado do Paraná, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
RESOLVE:
Art. 1° Designar o Servidor Público Municipal de Manfrinópolis Sr. Leonir Pagnonceli Batista, ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico 1 no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, cadastrado sob matrícula nº 1012063, para atuar como Procurador Chefe no Sistema E-proc do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.
Art. 2° Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:F3F29540

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 4588/2026 - 01.10.2026

Prorrogação da Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal, e dá outras providências.
Amarildo Alves Carneiro, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0529/14 de 14 de maio de 2014, art. 84, inciso V, e com suas alterações posteriores, bem como conforme dispõe o Atestado médico de 09 de fevereiro de 2026 (Processo nº 052/2026 – SRH, de 09 de fevereiro de 2026), Atestado Médico de 19 de fevereiro de 2026 (Processo nº 073/2026 – SRH, de 03 de março de 2026) e Atestado Médico de 18 de setembro de 2026, bem como Relatório datado em 17 de setembro de 2026 (Processo nº 234/2026 – SRH, de 01 de outubro de 2026), e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4406/2026, de 09 de fevereiro de 2026 que concede licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal, e
CONSIDERANDO, a Portaria nº 4446/2026, de 03 de março de 2026 que concede prorrogação da licença para tratamento de saúde a servidora pública municipal,
RESOLVE:
Art. 1° Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde a Servidora Pública Municipal Sra. DAYANE SUPTITZ, portadora do RG sob n° 13.494.476-5 SSP/PR, cadastrada sob a matrícula nº 1012294, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de PROFESSOR II – CMEI MUNDO ENCANTADO, no Município de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a partir de 18 de setembro de 2026, para tratamento médico e afastamento de suas atividades laborais, conforme dispõe o Atestado Médico de 18 de setembro de 2026, bem como Relatório datado em 17 de setembro de 2026.
Art. 2º Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 18 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, em 1º de outubro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:980255D5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANGUEIRINHA

LICITAÇÃO
AVISO DE SUSPENSÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 048/2026 – PMM O Departamento de Licitação do Município de Mangueirinha, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento dos interessados, que fica SUSPENSO, por prazo indeterminado, o PREGÃO PRESENCIAL nº 048/2026 – PMM, cujo objeto consiste no registrar em ata de registro de preços compromisso formal de preços para futuro e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais elétricos, de modo a suprir a demanda da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Planejamento e Projetos. A suspensão do certame decorre da necessidade de realização de ajustes técnicos no edital e em seus anexos, visando ao aperfeiçoamento do instrumento convocatório e à garantia da regularidade do procedimento licitatório. A nova data para realização da sessão pública será oportunamente divulgada por meio de novo aviso.

Mangueirinha – PR, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Daiane de Mello Moraes Zamban
Código Identificador:90566CCF

PROCURADORIA
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026 – PMM LEI FEDERAL Nº 13.019, DE 31 DE JULHO DE 2014, ALTERADA PELA LEI 13.204, DE DEZEMBRO DE 2015, E DECRETO MUNICIPAL Nº 150, DE 24 DE MARÇO DE 2017

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA – PR.
TOMADORA: Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Mangueirinha - APAE
OBJETO: Transferência Voluntária de recursos financeiros, entre a Prefeitura Municipal de Mangueirinha e a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Mangueirinha, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades previamente estabelecidas no plano de trabalho apresentados pela proponente.
JUSTIFICATIVA: A presente inexigibilidade de chamamento público para realização de Transferência Voluntária apresenta como justificativa o disposto no Caput do Artigo 31 da Lei 13.019/2014, "Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade especifica, especialmente quando: [...]"
VALOR: 516.856,68 R$ (quinhentos e dezesseis mil, oitocentos e cinquenta e seis reais e sessenta e oito centavos)

Mangueirinha, 02 de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE MANGUEIRINHA

Publicado por:
Geovana Moreira
Código Identificador:DC1BD03C

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 235/2026

DECRETO Nº. 235, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Exonera Catia Aparecida Amaral Stoco, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, Sr. **Leandro Dorini**, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º. Exonera, a pedido, a contar de 01 de outubro de 2026, **Catia Aparecida Amaral Stoco, matrículas 192521 e 195667, CI/RG nº 7.***.**-2,** do cargo de Professora de Educação Infantil e Pedagoga, junto a Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando suas nomeações nos decretos municipais nº 053/2010, nº 023/2020 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Mangueirinha, Estado do Paraná, aos dois dias de outubro de dois mil e vinte e seis.

LEANDRO DORINI
Prefeito do Município de Mangueirinha

Publicado por:
Maximiano Augusto Berti Cecura
Código Identificador:CBD5C3E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 54/2026. UASG Nº 987693. PROCESSO DE CONTRATAÇÃO NO COMPRASGOV - PREGÃO ELETRÔNICO 987693 - 28/2026. PROCESSO Nº 878/2026. Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Data da realização: **23 de OUTUBRO de 2026. Abertura da Sessão: 08h00 horas**. Local: www.gov.br/compras/pt-br. O Município de Mariópolis/PR, neste ato representado pelo Sr. Prefeito Municipal Mario Eduardo Lopes Paulek que o presente instrumento subscreve e pela Agente de Contratação/Pregoeira Oficial da municipalidade Vanusa Martins, tornam público que se encontra aberto, certame licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO nº. 54/2026, com critério de julgamento de MENOR PREÇO POR ITEM – Processo n.º 878/2026, objetivando a implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para locação de veículos, máquinas pesadas e serviços de guinchamento, conforme condições, quantidades, exigências e demais especificações estabelecidas no Anexo II – Termo de Referência, que faz parte do edital, que será regido pela Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 110/2023, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA A PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS - ME, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE – EPP,AO MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI E Sociedade Cooperativa (S.C.). As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos conforme mencionado no edital, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame no site www.gov.br/compras/pt-br. A sessão de processamento do Pregão será realizada eletronicamente no site: www.gov.br/compras/pt-br, iniciando-se no dia 23/10/2026 às 08h00 horas e será conduzida pelo Agente de Contratação/Pregoeiro Oficial com o auxílio da Comissão de Contratação, designados nos autos do processo em epígrafe. INFORMAÇÃO/EDITAL: O Edital de Pregão Eletrônico nº 54/2026 completo encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitação do Paço Municipal – Rua Seis, nº 1030 - Centro – CEP: 85.525-000 – Mariópolis, Estado do Paraná, no horário de expediente, de Segunda a Sexta-Feira entre as 08h00 ás 11h30min e das 13h00 às 17h00, E-mail: francisco.bueno@mariopolis.pr.gov.br Portal Transparência do Município ou pelos sites www.mariopolis.pr.gov.br, na aba licitações – Pregão Eletrônico e www.gov.br/compras/pt-br - UASG Nº 987693.

Mariópolis/PR, 02 de Outubro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK -
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:5D67DCEF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

GABINETE
DECRETO Nº 5287, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Matinhos, Estado do Paraná, **EDUARDO ANTONIO DALMORA**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em especial pelas Leis Municipais nº 1.430/2011 e nº 2.105/2020, mediante processo n° 1235961/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **RAFAEL CEZAR PRADO**, inscrito (a) no CPF sob o nº 046.***.***-92 e RG 9.***.***-8, do cargo público de **Motorista D**, matrícula nº 101122/1, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2026, revogando o decreto n° 1171/2022 e as disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:13843479

GABINETE
DECRETO Nº 5288, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com as Lei Municipal n° 2401/2022, mediante processo n° 1235996/2026, decreta a:

EXONERAÇÃO

Art. 1º A pedido, de **EDUARDO MAURICIO TELLES MENDONÇA,** inscrito no CPF sob o nº 043.xxx.xxx-83 e portador da Carteira de Identidade RG nº 9.xxx.xxx-3 SESP/PR, do cargo de provimento em comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE CONTROLE E OPERAÇÃO DE MAQUINAS FROTAS E TRANSPORTE,** simbologia **CC-2**, lotado na Secretaria Municipal de Pesca e Agricultura.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2026, revogando o decreto n° 5196/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:0E36651C

GABINETE
DECRETO Nº 5289, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a nova composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM do Município de Matinhos para o biênio 2025-2027 e sobre a eleição da Diretoria Executiva.

.

O Prefeito do Município De Matinhos, Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.092 e o Regimento Interno do Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de Matinhos,

CONSIDERANDO a realização da I Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de Matinhos, no dia 25 de junho de 2025, ocasião em que foram eleitas as entidades da sociedade civil para compor o COMDIM no biênio 2025-2027;
CONSIDERANDO a eleição da Diretoria Executiva em reunião ordinária realizada no dia 15 de julho de 2025;
CONSIDERANDO a necessidade de garantir a regularidade, a representatividade e a alternância de poder entre representantes governamentais e da sociedade civil, conforme dispõe o Regimento Interno do COMDIM;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a nova composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – COMDIM de Matinhos, para o **biênio de 15 de julho de 2025 a 14 de julho de 2027**, composta pelas seguintes representações:

Presidente: Anna Paula Overnei
Vice Presidente: Dirce do Nascimento Mariano
Secretário Executivo: Fabio Leandro Armindo

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS:
Secretaria Municipal de Assistência Social:
Titular: Anna Paula Overnei
Suplente: Patricia Bichels Motta
Secretaria Municipal de Educação:
Titular: Célia Amaral
Suplente: Simone Cordeiro
Secretaria Municipal de Saúde:
Titular: Rafaeli Musial Scorupski
Suplente: Alexsandra da Silva Ferreira do Nascimento
Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito:
Titular: Dirce do Nascimento Mariano
Suplente: Cleide do Rocio Costa
Gabinete do Prefeito:
Titular: Adriana Matioli Antonio Amarante
Suplente: Maurileides Rodrigues Cabral

ENTIDADES / REPRESENTANTES NÃO GOVERNAMENTAIS:
Associação de Moradores do Vila Nova
Titular: Katriana G. Ribeiro
Suplente: Maria E. Martins L. da Rosa
APP - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública do Paraná
Titular: Aparecida Reis Barbosa
Suplente: Andrea Lages Rolicheski
ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB:
Titular: Raíssa Leal Calliari
Suplente: Inara Cristiane Alonso
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
Titular: Isabel Cristina Martines
Suplente: Ana Luisa Braga Cabral
ASSOCIAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E DE EMPREENDEDORAS INDIVIDUAIS DE MATINHOS - AMPEC:
Titular: Patricia Gonçalves Sotto-Maior
Suplente: Jane Lanzarin
Art. 2º Fica oficializada a eleição da **Diretoria Executiva do COMDIM para o período de 15 de julho de 2025 a 14 de julho de 2027,** composta por representantes do poder público:
Art. 3º Conforme o **Art. 12 do Regimento Interno do COMDIM**, o mandato da Diretoria Executiva é de 1 (um) ano, permitida uma recondução por igual período.
Parágrafo único. Após o término da gestão atual da Diretoria Executiva em **julho de 2027,** será obrigatória a alternância da presidência para uma representante da sociedade civil, garantindo o princípio da paridade e da gestão compartilhada.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o decreto 4713/2026 e as disposições em contrário.

Matinhos, 02 de outubro de 2026

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:65756AA1

GABINETE
DECRETO Nº 5290, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Retifica o Decreto nº 5083, de 01 de julho de 2026, que concedeu estabilidade aos servidores do Magistério Público Municipal.

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em conformidade com a **Art. 9º** da **Lei Municipal nº 1819/2016** e do Art. 3º itens I, II e III do Decreto 302/2018, mediante ofício 038/2026-CCPAEP,

DECRETA:

Art. 1º Fica retificado o Decreto nº 5083, de 01 de julho de 2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, Edição nº 3564, de 02 de julho de 2026, exclusivamente em relação à servidora **SONIA MARIA PASTRE WALTER**, matrícula nº 101284/1, para constar como data de início dos efeitos da estabilidade o dia 05 de abril de 2026.

Art. 2º Permanecem inalteradas todas as demais disposições constantes do Decreto nº 5083, de 01 de julho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Matinhos, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D34C98B1

GABINETE
EXTRATO 073-2026 SUZANE PALOMA COSTA DE SOUZA - ATENDENTE INFANTIL

Extrato de Contrato 073/2026
Contratante: Prefeitura Municipal de Matinhos
Contratado: SUZANE PALOMA COSTA DE SOUZA
Objeto: Contratação no Emprego Público de **Atendente Infantil PSS** Decorrente do PSS Público Edital nº. 130/2025
Jornada de Trabalho: 40 horas semanais
Remuneração: R$ 1.621,00 **(Um mil, seiscentos e vinte e um reais**) mensais
Disposições Gerais: fundamentado na Lei Municipal nº 1.190/2009, n° 1.277/2009, n° 1.522/2011, n° 1.656/2013, n°1.657/2013.

Publicado por:
Camila da Rosa Belarmino
Código Identificador:3E6F30F6

GABINETE
PORTARIA Nº 1065/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antônio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, em conformidade com o processo n° 32856/2026 , resolve:

CONCEDER

Art.1° A servidora abaixo relacionada, lotada na Procuradoria Geral, **15 (quinze) dias de férias**, a contar de 23 de novembro a 07 de dezembro de 2026, como segue:

Matrícula	Nome	Cargo	Período
101610/1	Suiany Francine Schneideir de Souza	Assessor de Apoio Interno	2025/2026

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos no dia 23 de novembro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:D1C8BE7A

GABINETE
PORTARIA Nº 1066/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em conformidade com as Leis Municipais nº 1430/2011, nº 2105/2020 e suas alterações, resolve:

REVOGAR

Art.1° Do servidor **SERGIO DOS SANTOS**, matrícula 82970/2, ocupante do cargo público de Fiscal de Obras e Posturas, lotado na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Habitação e Assuntos Fundiários, a função gratificada de **CHEFE DE SETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO**, simbologia FG-2.
Art.2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 01 de outubro de 2026, revogando suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 02 de outubro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:C1BA5A6C

GABINETE
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO PORTARIA Nº 1008/2026

O Prefeito do Município de Matinhos, do Estado do Paraná, **Eduardo Antonio Dalmora**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, e em face ao Laudo Pericial em anexo, resolve:

PRORROGAR

Art. 1° A LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, da servidora pública abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o Artigo n° 98, da Lei Municipal nº 1165/2008 – (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Matinhos) e de acordo com o Laudo expedido.

Matrícula	Nome	Cargo	Período	Abono
100426/1	Janaina Aparecida Santana Fernandes	Atendente Infantil	09/09/2026 A 06/01/2027 (120) dias	Sim

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir do dia 09 de setembro de 2026, revogando portaria 382/2026 e suas disposições em contrário.

Matinhos, PR, 16 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito do Município de Matinhos

Publicado por:
Bruna Farina
Código Identificador:1627AC73

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES - CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026

ATA DE DEFERIMENTO DAS INSCRIÇÕES

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 005/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 022/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 101/2026

Aos 02 dias do mês de outubro de 2026, reuniu-se a Comissão de licitação, vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Matinhos/PR, para proceder à análise da documentação apresentada pelos interessados no Chamamento Público nº 005/2026, destinado ao credenciamento de empresas especializadas na prestação de serviços de exames diagnósticos, com emissão de laudos, destinados ao atendimento dos usuários da rede municipal de saúde conforme especificações técnicas e condições estabelecidas.
Após análise da documentação apresentada e verificação do atendimento às exigências estabelecidas no Edital e seus anexos, a Comissão deliberou pelo DEFERIMENTO das seguintes inscrições:
INSCRIÇÕES DEFERIDAS
1 . VIVIANE DE SA PEREIRA
CNPJ: 41.184.363/0001-01
Situação: DEFERIDA.
Considerando que o proponente acima relacionado atendeu integralmente às exigências de habilitação previstas no Edital de Credenciamento nº 005/2026, sua inscrição fica DEFERIDA, passando a integrar o Cadastro de Credenciados da Secretaria Municipal de Administração, observando-se que o credenciamento não gera direito à contratação imediata, a qual ocorrerá conforme a necessidade da Administração Pública, disponibilidade orçamentária e critérios estabelecidos no instrumento convocatório.
Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião, sendo lavrada a presente Ata, que, após lida e aprovada, segue assinada pelos membros da Comissão de Licitação.

Matinhos/PR, 02 de outubro de 2026.

RAFAEL RAMTHUN
Agente de Contratação

ANA CAROLINA MUCKE BARON
Membro da Comissão

SCHARLENE CRISTINA V. R. GOMES
Membro da Comissão

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
Secretaria Municipal de Administração

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:E42E468B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: ANGÉLICA TAVARES DE SOUZA
CPF: 076.787.359-95
ENDEREÇO: AVENIDA MARINGÁ, 251, CAIOBÁ - MATINHOS
REPRESENTANTE LEGAL: ANGÉLICA TAVARES DE SOUZA
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): CULTURA POPULAR, MANIFESTAÇÕES TRADICIONAIS E CULTURA CAIÇARA

•
DO OBJETO
1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.

Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

Angélica Tavares de Souza
ANGELICA TAVARES DE SOUZA
CPF nº 076.787.359-95
Representante Legal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE ENCARGOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
À
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA
MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR
O(A) credenciado(a) ANGÉLICA TAVARES DE SOUZA, inscrito(a) no CPF nº 076.787.359-95, com endereço situado na Avenida Maringá, 251, Caiobá, na cidade de Matinhos, estado do Paraná, DECLARA, para os devidos fins de direito, que assume responsabilidade exclusiva pelo pagamento e quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução dos serviços eventualmente contratados por meio do Edital de Credenciamento nº 003/2026, não transferindo ao Município de Matinhos qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária em relação aos seus empregados, colaboradores, prestadores de serviços, terceiros eventualmente contratados ou demais obrigações decorrentes da execução do objeto.
Declara, ainda, estar ciente de que o inadimplemento de quaisquer encargos decorrentes da execução do objeto contratado será de sua inteira responsabilidade, respondendo integralmente por eventuais autuações administrativas, ações judiciais, indenizações, multas, encargos ou quaisquer outros ônus decorrentes da prestação dos serviços.
Declara, por fim, que manterá durante toda a vigência do credenciamento e das eventuais contratações todas as condições de habilitação exigidas no Edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pela atualização de seus documentos sempre que solicitado pela Administração Pública.
Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Angélica Tavares de Souza
ANGELICA TAVARES DE SOUZA
CPF nº 076.787.359-95
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CABCB08E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 007/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: ANAMARIA RIBEIRO 01856368963
CNPJ/CPF: 19.430.471/0001-68
ENDEREÇO: RUA CORONEL TEMÍSTOCLES DE SOUZA BRASIL, 353, JARDIM SOCIAL - CURITIBA
REPRESENTANTE LEGAL: ANA MARIA RIBEIRO
CPF: 018.563.689-63
TELEFONE: (41) 3257-9839
E-MAIL: ana_namaste@yohoo.com.br
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): BANDA DE GRANDE PORTE (MÍNIMO 06 INTEGRANTES)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE MATINHOS
Eduardo Antonio Dalmora
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

ANAMARIA RIBEIRO 01856368963
Ana Maria Ribeiro
CPF nº 018.563.689-63
Representante Legal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE ENCARGOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
À
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA
MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR
O credenciada ANAMARIA RIBEIRO 01856368963, inscrito(a) no CNPJ nº 19.430.471/0001-68, com endereço situado na Rua Coronel Temístocles de Souza Brasil, 353, Jardim Social, na cidade de Curitiba, estado do Paraná, neste ato representada, por Ana Maria Ribeiro, portador(a) do CPF nº 018.563.689-63, DECLARA, para os devidos fins de direito, que assume responsabilidade exclusiva pelo pagamento e quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução dos serviços eventualmente contratados por meio do Edital de Credenciamento nº 003/2026, não transferindo ao Município de Matinhos qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária em relação aos seus empregados, colaboradores, prestadores de serviços, terceiros eventualmente contratados ou demais obrigações decorrentes da execução do objeto.
Declara, ainda, estar ciente de que o inadimplemento de quaisquer encargos decorrentes da execução do objeto contratado será de sua inteira responsabilidade, respondendo integralmente por eventuais autuações administrativas, ações judiciais, indenizações, multas, encargos ou quaisquer outros ônus decorrentes da prestação dos serviços.
Declara, por fim, que manterá durante toda a vigência do credenciamento e das eventuais contratações todas as condições de habilitação exigidas no Edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pela atualização de seus documentos sempre que solicitado pela Administração Pública.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Anamaria Ribeiro 01856368963
ANA MARIA RIBEIRO
CPF nº 018.563.689-63
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:2D286885

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 012/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF: 047.403.159-47
ENDEREÇO: RUA MARTINHO RAMOS, 18 - VILA BOM SUCESSO - MATINHOS
REPRESENTANTE LEGAL: FLAVIA FERREIRA DE LIZ
TELEFONE: (41) 99602-0181
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): BANDA DE PEQUENO PORTE (MÍNIMO 03 INTEGRANTES)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.

Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

Município de Matinhos
EDUARDO ANTONIO DALMORA
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF nº 047.403.159-47
Representante Legal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE ENCARGOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
À
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA
MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR
A credenciada FLAVIA FERREIRA DE LIZ, inscrito(a) no CPF nº 047.403.159-47 com endereço situado na Rua Martinho Ramos, 18 Vila Bom Sucesso, na cidade de Matinhos, estado do Paraná, DECLARA, para os devidos fins de direito, que assume responsabilidade exclusiva pelo pagamento e quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução dos serviços eventualmente contratados por meio do Edital de Credenciamento nº 003/2026, não transferindo ao Município de Matinhos qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária em relação aos seus empregados, colaboradores, prestadores de serviços, terceiros eventualmente contratados ou demais obrigações decorrentes da execução do objeto.
Declara, ainda, estar ciente de que o inadimplemento de quaisquer encargos decorrentes da execução do objeto contratado será de sua inteira responsabilidade, respondendo integralmente por eventuais autuações administrativas, ações judiciais, indenizações, multas, encargos ou quaisquer outros ônus decorrentes da prestação dos serviços.

Declara, por fim, que manterá durante toda a vigência do credenciamento e das eventuais contratações todas as condições de habilitação exigidas no Edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pela atualização de seus documentos sempre que solicitado pela Administração Pública.
Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF nº 047.403.159-47
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:CD54A515

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2026 - EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 013/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
O MUNICÍPIO DE MATINHOS, Estado do Paraná, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA, considerando o Edital de Credenciamento nº 003/2026 e a decisão da Comissão de Credenciamento, torna público o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, celebrado com:
RAZÃO SOCIAL: FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF: 047.403.159-47
ENDEREÇO: RUA MARTINHO RAMOS, 18 - VILA BOM SUCESSO - MATINHOS
REPRESENTANTE LEGAL: FLAVIA FERREIRA DE LIZ
TELEFONE: (41) 99602-0181
CATEGORIA(S) CREDENCIADA(S): APRESENTAÇÃO DE DJ (SOLO)

•
DO OBJETO

1.1. O presente Termo tem por objeto formalizar o credenciamento do credenciado acima identificado para integrar o Cadastro Municipal de Prestadores de Serviços Artísticos, Culturais e Formativos do Município de Matinhos, apta a ser convocada para futuras contratações, conforme a necessidade da Administração Pública.

•
DA NATUREZA DO CREDENCIAMENTO

2.1. O credenciamento não gera direito à contratação, nem obrigação de contratação por parte do Município.
2.2. A contratação dos credenciados ocorrerá conforme a demanda da Administração Pública, disponibilidade orçamentária, interesse público e observância dos critérios estabelecidos no Edital de Credenciamento e no Termo de Referência.
2.3. O credenciamento não estabelece exclusividade entre as partes.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO

3.1. Manter atualizada toda a documentação exigida para habilitação.
3.2. Executar os serviços para os quais vier a ser contratado com observância das especificações técnicas e condições definidas pela Secretaria Municipal de Turismo, Desenvolvimento Econômico e Cultura.
3.3. Cumprir os horários, cronogramas, locais e demais condições estabelecidas em cada contratação.
3.4. Responsabilizar-se por sua equipe, equipamentos, materiais, instrumentos e demais recursos necessários à execução das atividades contratadas.
3.5. Zelar pela qualidade artística, cultural, educativa e profissional dos serviços prestados.

•
DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

4.1. Manter atualizado o cadastro de credenciados.
4.2. Convocar os credenciados conforme a necessidade da Administração Pública.
4.3. Efetuar os pagamentos relativos aos serviços efetivamente contratados e executados, observadas as condições contratuais e a disponibilidade financeira.

•
DA VIGÊNCIA

5.1. O presente credenciamento terá vigência até o prazo de 06/07/2027, podendo ser renovado ou prorrogado conforme interesse da Administração e previsão legal.
5.2. O credenciado permanecerá apto a participar das futuras contratações enquanto mantiver as condições de habilitação exigidas no Edital.

•
DO DESCREDENCIAMENTO

6.1. O credenciamento poderá ser cancelado:
I – a pedido do credenciado;
II – por perda das condições de habilitação;
III – por descumprimento das obrigações previstas no Edital, Termo de Referência ou instrumento contratual;
IV – por interesse da Administração Pública, devidamente justificado;
V – nas demais hipóteses previstas na legislação aplicável.

•
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1. O presente Termo não substitui contrato, autorização de fornecimento, nota de empenho ou outro instrumento que venha a formalizar futura contratação.
7.2. O credenciado declara conhecer e aceitar integralmente as condições estabelecidas no Edital de Credenciamento nº 003/2026, seus anexos e demais normas aplicáveis.

Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

MUNICÍPIO DE MATINHOS
Eduardo Antonio Dalmora
CPF nº 337.613.459-68
Prefeito Municipal

FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF nº 047.403.159-47
Representante Legal

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE EXCLUSIVA SOBRE ENCARGOS
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 088/2026
À
SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E CULTURA
MUNICÍPIO DE MATINHOS – PR
A credenciada FLAVIA FERREIRA DE LIZ, inscrito(a) no CPF nº 047.403.159-47 com endereço situado na Rua Martinho Ramos, 18 Vila Bom Sucesso, na cidade de Matinhos, estado do Paraná, DECLARA, para os devidos fins de direito, que assume responsabilidade exclusiva pelo pagamento e quitação de todos os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais, comerciais, securitários e demais obrigações legais decorrentes da execução dos serviços eventualmente contratados por meio do Edital de Credenciamento nº 003/2026, não transferindo ao Município de Matinhos qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária em relação aos seus empregados, colaboradores, prestadores de serviços, terceiros eventualmente contratados ou demais obrigações decorrentes da execução do objeto.
Declara, ainda, estar ciente de que o inadimplemento de quaisquer encargos decorrentes da execução do objeto contratado será de sua

inteira responsabilidade, respondendo integralmente por eventuais autuações administrativas, ações judiciais, indenizações, multas, encargos ou quaisquer outros ônus decorrentes da prestação dos serviços.
Declara, por fim, que manterá durante toda a vigência do credenciamento e das eventuais contratações todas as condições de habilitação exigidas no Edital, responsabilizando-se pela veracidade das informações prestadas e pela atualização de seus documentos sempre que solicitado pela Administração Pública.
Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.
Matinhos/PR, 15 de julho de 2026.

FLAVIA FERREIRA DE LIZ
CPF nº 047.403.159-47
Representante Legal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:79185797

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO
REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MATINHOS, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a decisão do agente de contratação, nomeado conforme Decreto nº 5054/2026 de 19/06/2026, e todos os atos referente ao certame disponível através do portal de licitação BLL COMPRAS, link https://bllcompras.com/Home/Login, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislações aplicáveis, bem como ainda de acordo com as condições estabelecidas no edital supracitado, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, nos termos do Inciso IV do Art. 71 da Lei nº 14.133/2021, resolve:

H O M O L O G A R

O resultado da licitação, onde adjudicou o objeto do PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026, que tem por finalidade a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KITS LANCHE PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) E REUNIÕES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATINHOS, para a seguinte empresa: 52.578.157 MILEIDI RODRIGUES inscrita no CNPJ nº 52.578.157/0001-00 com os lotes: 1, 2 no valor total de R$ 245.500,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

Município de Matinhos, em 28 de setembro de 2026.

EDUARDO ANTONIO DALMORA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:B4642CD7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
ATA DISPENSA Nº44/2026

ATA DA SESSÃO DE CONFERÊNCIA DAS PROPOSTA E HABILITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº044/2026

No dia primeiro do mês de outubro de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Mato Rico, na prefeitura de Mato Rico Estado do Paraná, paco municipal Luís Bini, situada na Avenida das Araucárias, 1530 – centro – cep:85240-100, reuniram-se a partir das 09:00 (nove) horas, em sessão pública, os membros da Comissão Permanente de Licitação – CPL abaixo assinados, encarregada nos termos do Processo nº 124/2026, de dirigir e julgar a Dispensa de Licitação n.º044/2026, que tem como objeto Aquisição de sistema de segurança para vigilância e monitoramento dos prédios públicos do município de Mato Rico - PR**.**
Valor estimado para o aviso de Dispensa de licitação foi de R$ 56.495,93 (cinquenta e seis mil quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa e três centavos).

Visando cumprir o art. 75, Inciso II da Lei Federal Nº 14.133/2021 e a legislação pertinente, em 25/09/2026, o Município de Mato Rico Estado do Paraná, antes de proceder à contratação de qualquer empresa, publicou no site oficial www.matorico.pr.gov.br e AMP Diário oficial dos Municípios de Paraná, aviso de dispensa de licitação, na busca de propostas mais vantajosas.

Data final para envio das propostas 17:00 h do dia 30 de setembro de 2026.
Abertura das propostas e conferencia habilitação 09:00 h do dia 01 de outubro de 2026

Na data e horário estabelecido para o início dos trabalhos, a Comissão analisou a proposta recebida, da empresa **ELETRO HOME LTDA, CNPJ nº45.683.510/0001-49;** entregue via e-mail no dia 30/09/2026, as 16:49 horas, **e proposta da proponenete: Social: Lars Tech LTDA – CNPJ: 64.908.639.0001-52**, encaminhada via e-mail no dia encaminhou a proposta via e-mail no dia 29/09/2026 as 17:08; as propostas apresentadas dentro do prazo estabelecido no aviso de dispensa de licitação nº44-2026.
A comissão analisou as habilitações das proponentes conforme às disposições contidas no edital, estando todas as concorrentes de acordo portanto habilitadas.
Após as análises das propostas foi enumerada em ordem decrescente as propostas com seus respectivos valores, conforme abaixo:

Proposta	Proponente	Valor da proposta	Condições do Edital
1	**ELETROHOME LTDA**	48.220,00	sim
2	**LARS TECH LTDA**	23.275,00	Não atendeu

Após a análise das propostas apresentadas, constatou-se que a empresa **Lars Tech LTDA – CNPJ nº 64.908.639/0001-52,** apresentou proposta para apenas um item, enquanto o edital estabeleceu que a licitação seria realizada de forma global.
Dessa forma, por não atender às condições estabelecidas no edital, a proposta da referida empresa foi **desclassificada** pela Comissão de Licitação, por intermédio do Agente de Contratação.
Para fins de transparência e ciência dos interessados, serão tornadas públicas as propostas apresentadas e os respectivos documentos de habilitação, nos termos do edital e da legislação vigente.

Nada mais a tratar, foi encerrada a sessão e lavrada a presente Ata que vai por todos assinada.

Mato Rico, Pr 01 de outubro de 2026.

MARCIO ADALBERTO BECHER
Agente de Contratação

MARCELO BEDNARCZUK
Equipe de apoio

BRUNO BINI
Equipe de apoio

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:AAEBD69C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 025/2026 DC - SUPERAVIT FINANCEIRO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 25/2026 de 16/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$64.123,60 (sessenta e quatro mil e cento e vinte e três reais e sessenta centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
41 - 3.3.22.93.00.00	33132	INDENIZACOES E RESTITUICOES	1.823,84
41 - 3.3.22.93.00.00	33812	INDENIZACOES E RESTITUICOES	21.119,12
07		SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER	
07.001		DEPARTAMENTO DE ESPORTES	
07.001.27.812.2701.1.082		CONSTRUCAO DE GINASIO DE ESPORTES MUNICIPAL	
245 - 4.4.90.51.00.00	31016	OBRAS E INSTALACOES	41.180,64
		Total Suplementação:	64.123,60

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:
Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 16 de Setembro de 2026.

____

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:760AA5FD

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº45/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 45/2026

A Prefeita Municipal de Mato Rico, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei n.º 14.133/2021, ADJUDICA E HOMOLOGA a Dispensa de Licitação nº45/2026 – OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 02 (duas) janelas de correr em vidro temperado de segurança, com espessura de 8 mm, medindo cada uma 1,60 m de largura por 0,50 m de altura, destinadas ao banheiro em construção do CMEI Criança Feliz, no Município de Mato Rico-PR, incluindo o fornecimento de materiais, mão de obra, transporte, ferramentas, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução do objeto.
Tendo em vista que a documentação referente à Dispensa de Licitação atende aos requisitos do artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, com efeito, RATIFICO todas as formalidades legais e HOMOLOGO a Dispensa de Licitação nº 45/2026, para contratação do objeto supramencionado.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.365.1201.2020 - MANUTENCAO DO CEMEI CRIANCA FELIZ
4.4.90.52.00.00 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FORNECEDOR: 67.091.071 DIOGO ARTHUR WEBERCNPJ: 67.091.071/0001-18

Item	Descrição	Quant.	Unidade	Valor unit.	Valor total
01	Fornecimento e instalação de **janela de correr em vidro temperado de segurança**, medindo **1,60 m x 0,50 m**, com **02 (duas) folhas**, sendo 01 (uma) fixa e 01 (uma) móvel, em vidro temperado de **8 mm**, com perfis de alumínio, trilhos, roldanas, puxador, fecho/trava e demais acessórios necessários. Inclui todos os materiais, ferragens, mão de obra e transporte	02	Unid.	505,10	1.010,20

Dessa forma, o valor total adjudicado e homologado é de R$ 1.010,20 (mil e dez reais e vinte centavos).

Mato Rico-PR, 02 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:1D601106

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026

AUTORIZO a contratação direta por *inexigibilidade de licitação*, conforme detalhamento:

CONTRATANTE	**PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA** CNPJ nº 75.845.529/0001-05	
CONTRATADO	☐ Pessoa Física	**Nome:** **CPF nº:**
	☒ Pessoa Jurídica	**Razão Social**: M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA **CNPJ nº:** 29.644.666/0001-64
OBJETO	**Adesão a Ata de Registro de Preços nº 005/2025 do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NCP** para contratação da empresa **M.A. Máquinas para Construções Ltda** para a aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira, Nova, Zero Hora, Tipo A, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Eletrônico nº 011/2025 em atendimento a **Divisão de Agricultura e Abastecimento** do município de **Miraselva/PR**.	
VALOR ESTIMADO	R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais)	
FUNDAMENTO DA DISPENSA	Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº14.133/21	
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	06 – Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente 001 – Divisão de Agricultura e Abastecimento 20.606.0008.1048 – Aquisição de Máquinas e Implementos 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente	

PUBLIQUE-SE o resultado.

Miraselva/PR, 02 de outubro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:DD42B8A5

LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 73/2026

Eu **João Marcos Ferrer**, Prefeito da Prefeitura Municipal de Miraselva, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, e de conformidade com o dispositivo na Lei Federal n° 14.133/21 e Lei Municipal n° 670/2022,

TORNO PÚBLICO

Para conhecimento de todos interessados que foi **AJUDICADA** e **HOMOLOGADA** a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 10/2026, com fundamento no Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, nos seguintes termos:

OBJETO: Adesão a Ata de Registro de Preços nº 005/2025 do Consórcio Intermunicipal de Segurança Pública, Soluções e Melhorias do Norte Central Paranaense – CISMEL/NCP para contratação da empresa **M.A. Máquinas para Construções Ltda** para a aquisição de 01 (uma) Retroescavadeira, Nova, Zero Hora, Tipo A, conforme as especificações contidas no Termo de Referência, Anexo I, do edital de Pregão Eletrônico nº 011/2025 em atendimento a **Divisão de Agricultura e Abastecimento** do município de **Miraselva/PR**.

CONTRATADA: M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÕES LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 29.644.666/0001-64.

VALOR TOTAL: R$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

Miraselva/Pr, 02 de outubro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Cesar Vieira de Melo
Código Identificador:A76EA3B1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2984 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2984/2026 de 30/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 79.457,96 (setenta e nove mil e quatrocentos e cinquenta e sete reais e noventa e seis centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
234 - 3.3.90.36.00.00	3303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	15.000,00
07.002.10.301.1001.2.038		PARTICIPACAO NO CONSORCIO INTERGESTORES DO PARANA SAUDE	
238 - 3.3.71.70.00.00	3303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	51.769,81
07.002.10.302.0160.2.040		MANUTENCAO DE ASSISTENCIA E SERVICOS HOSPITALARES E AMBULATORIAIS	
255 - 3.3.90.30.00.00	3303	MATERIAL DE CONSUMO	12.688,15
Total Suplementação:			79.457,96

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeirode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 30 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FC0C70A8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2985 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2985/2026 de 30/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 13.000,00 (treze mil reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
02		SECRETARIA DE GOVERNO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0040.2.004		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GOVERNO	
20 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	13.000,00
		Total Suplementação:	13.000,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
02		SECRETARIA DE GOVERNO	
02.001		GABINETE DO PREFEITO	
02.001.04.122.0040.2.002		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO	
9 - 4.4.90.52.00.00	1000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
02.001.04.122.0040.2.004		MANUTENCAO DA SECRETARIA DE GOVERNO	
19 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.000,00
		Total Redução:	13.000,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 30 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:5EA813F7

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2988 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2988/2026 de 02/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 210.404,17 (duzentos e dez mil e quatrocentos e quatro reais e dezessete centavos), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
09		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS PUBLICAS	
09.001.26.782.0330.1.009		OBRAS - PAVIMENTACAO DE VIAS URBANAS E RURAIS	
410 - 4.4.90.51.00.00	31009	OBRAS E INSTALACOES	210.404,17
		Total Suplementação:	210.404,17

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Superávit financeirode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.
Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:11D4BBF0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2989 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026
Decreto n° 2989/2026 de 02/10/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 300,00 (trezentos reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.001.08.245.0100.2.054		BLOCO DE PROTECAO SOCIAL BASICA	
298 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	300,00
		Total Suplementação:	300,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Anulação de dotaçõesde acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
08		SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002		GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
08.002.08.244.0100.2.080		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DA IGUALDADE RACIAL - CMIR	
386 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100,00
08.002.08.246.0100.2.079		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DO TRABALHO	
389 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	100,00
391 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100,00
		Total Redução:	300,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:4B82F5DC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2990 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 2990 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão e a fruição da dispensa do serviço devida ao servidor público municipal em razão de convocação pela Justiça Eleitoral e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, Estado do Paraná, Sr. **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 69, incisos IV e VIII, da Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o art. 98 da Lei federal n.º 9.504, de 30 de setembro de 1997, que assegura aos eleitores nomeados para compor Mesas Receptoras ou Juntas Eleitorais e aos requisitados para auxiliar seus trabalhos a dispensa do serviço, mediante declaração expedida pela Justiça Eleitoral, sem prejuízo do salário, vencimento ou qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação;

CONSIDERANDO que o Tribunal Superior Eleitoral, na Resolução n.º 22.424, no Processo Administrativo n.º 19.498, de 26 de setembro de 2006, firmou que o gozo em dobro alcança também os dias de treinamento e de atos preparatórios do processo eleitoral, orientação a ser observada por instituições públicas e privadas;

CONSIDERANDO o art. 159, inciso V, da Lei Complementar municipal n.º 68, de 17 de março de 2025, que considera de efetivo exercício o afastamento decorrente de júri e de outros serviços obrigatórios por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar o direito do servidor sem comprometer a continuidade e a regularidade dos serviços públicos municipais;

CONSIDERANDO a conveniência de disciplinar prazos certos para o requerimento e para a fruição das dispensas, evitando o acúmulo de períodos pendentes de exercícios anteriores; e

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar o saldo de dias de dispensa decorrente do pleito eleitoral de 2024 ainda pendente de fruição na data deste Decreto, possibilitando sua programação dentro de prazo determinado e evitando a manutenção de período acumulado por prazo indeterminado,

DECRETA:

Art. 1.º Este Decreto disciplina a concessão e a fruição da dispensa do serviço devida ao servidor público municipal convocado ou requisitado pela Justiça Eleitoral, no âmbito da administração direta, das autarquias e das fundações do Poder Executivo do Município de Morretes.

Art. 2.º Ao servidor nomeado para compor Mesa Receptora ou Junta Eleitoral, ou requisitado para auxiliar os trabalhos eleitorais, é assegurada a dispensa do serviço, sem prejuízo do vencimento e de qualquer outra vantagem, pelo dobro dos dias de convocação.

§ 1.º Computa-se como dia de convocação, para os efeitos deste Decreto, cada dia destinado a treinamento, à preparação ou à montagem de locais de votação e cada turno de votação.

§ 2.º A dispensa independe da duração da jornada cumprida no dia da convocação.

§ 3.º O período de dispensa é considerado de efetivo exercício, nos termos do art. 159, inciso V, da Lei Complementar municipal n.º 68, de 2025.

Art. 3.º O servidor protocolará no órgão de controle de pessoal, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a declaração expedida pela Justiça Eleitoral comprobatória do serviço prestado.

§ 1.º O prazo previsto no caput conta-se da data em que o servidor receber a declaração da Justiça Eleitoral.

§ 2.º O servidor requererá a declaração à Justiça Eleitoral tão logo encerrado o serviço, cabendo-lhe comunicar ao órgão de controle de pessoal, dentro do prazo do caput, a eventual demora na expedição do documento.

§ 3.º O protocolo indicará o nome, a matrícula, o cargo, a lotação do servidor e os dias de convocação constantes da declaração.

Art. 4.º Recebido o protocolo, o órgão de controle de pessoal oficiará a Secretaria Municipal de lotação do servidor, no prazo de 10 (dez) dias úteis, para que indique as datas de fruição da dispensa.

§ 1.º A Secretaria oficiada indicará as datas no prazo de 10 (dez) dias úteis, observadas a necessidade do serviço e, sempre que possível, a preferência manifestada pelo servidor.

§ 2.º As datas indicadas observarão o prazo do art. 5.º deste Decreto.

§ 3.º Não havendo indicação no prazo do § 1.º, o órgão de controle de pessoal designará as datas de ofício, comunicando-as à Secretaria e ao servidor.

Art. 5.º Os dias de dispensa deverão ser usufruídos a partir do encerramento do pleito eleitoral que lhes deu origem e até a data de 31 de dezembro do ano subsequente ao pleito eleitoral.

Parágrafo único. Para fins deste Decreto, considera-se encerrado o pleito eleitoral na data da votação em segundo turno ou, não havendo segundo turno, na data da votação em turno único.

Art. 6.º A dispensa poderá ser fruída de forma contínua ou fracionada, conforme as datas designadas na forma do art. 4.º.

§ 1.º A dispensa recairá sobre dia de efetivo expediente do servidor, não podendo coincidir com dia de repouso semanal, feriado, ponto facultativo, recesso ou período de férias.

§ 2.º É vedada a conversão da dispensa em retribuição pecuniária, a qualquer título.

Art. 7.º Perde o direito à dispensa o servidor que:
I - não protocolar a declaração da Justiça Eleitoral no prazo do art. 3.º; ou
II - deixar de fruí-la, por causa a que der ensejo, nas datas designadas na forma do art. 4.º, dentro do prazo do art. 5.º.

§ 1.º Não se aplica o disposto no caput quando a inobservância do prazo decorrer de licença, afastamento legal, férias já homologadas, demora da Justiça Eleitoral na expedição da declaração ou necessidade do serviço formalmente declarada pela Secretaria de lotação.

§ 2.º Nas hipóteses do § 1.º, as datas de fruição serão reprogramadas pelo órgão de controle de pessoal para os 30 (trinta) dias seguintes à cessação da causa impeditiva.

§ 3.º A perda será declarada em despacho fundamentado do órgão de controle de pessoal, assegurado ao servidor o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação prévia.

Art. 8.º Havendo exoneração, demissão, aposentadoria ou qualquer outra forma de vacância antes de esgotado o prazo do art. 5.º, as dispensas pendentes serão fruídas antes do desligamento, cabendo ao órgão de controle de pessoal verificá-las no procedimento respectivo.
Art. 9.º A concessão será formalizada por portaria, da qual constarão o nome do servidor, a matrícula, os dias de convocação e as datas de fruição, com registro no assentamento funcional e na folha de frequência.

Parágrafo único. Os dias efetivamente usufruídos serão registrados no assentamento funcional do servidor e na respectiva folha de frequência, para fins de controle do saldo de dias de dispensa.

Art. 10. O servidor que, na data de publicação deste Decreto, possuir saldo de dias de dispensa decorrentes de serviços prestados à Justiça Eleitoral no pleito de 2024 ainda não usufruído, deverá, no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação deste Decreto, protocolar requerimento no órgão de controle de pessoal, informando o respectivo saldo.

§ 1.º O requerimento conterá, no mínimo: nome, matrícula, cargo e lotação do servidor; o período de convocação pela Justiça Eleitoral; os dias de dispensa já usufruídos, se houver; o saldo remanescente declarado; e cópia da declaração expedida pela Justiça Eleitoral.

§ 2.º Somente será reconhecido, para fins de fruição no âmbito do Município de Morretes, o saldo de dias de dispensa referente ao pleito de 2024 correspondente a período em que o servidor já mantinha vínculo funcional com o Poder Executivo Municipal, sendo vedado o reconhecimento de dias relativos a período anterior ao seu ingresso no quadro funcional do Município.

§ 3.º Cabe ao órgão de controle de pessoal, no prazo de 30 (trinta) dias contados do protocolo, conferir as informações declaradas com os registros de frequência e demais assentamentos funcionais disponíveis — inclusive quanto à existência de vínculo funcional no período da convocação —, apurar o saldo efetivamente devido e comunicá-lo à Secretaria de lotação do servidor.

§ 4.º Reconhecido o saldo, aplica-se, no que couber, o disposto nos arts. 4.º e 9.º deste Decreto quanto à indicação das datas de fruição e à formalização por portaria.

§ 5.º O saldo de dias de dispensa referente ao pleito de 2024, devidamente reconhecido, deverá ser integralmente usufruído até 31 de dezembro de 2027, termo que coincide com o prazo final aplicável, na forma do art. 5.º deste Decreto, ao saldo decorrente do pleito de 2026, permitindo o controle conjunto dos dois períodos.

§ 6.º O servidor que não protocolar o requerimento no prazo previsto no caput perderá o direito ao saldo não informado, ressalvada comprovação de justo impedimento, a critério do órgão de controle de pessoal.
Art. 11. Este Decreto não se aplica aos servidores do Poder Legislativo Municipal.

Art. 12. Os casos omissos serão decididos pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 13. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:8B10A259

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 51/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N.º 23/2026

EXTRATO DE CONTRATO
Processo Administrativo n.º 51/2026
Pregão Eletrônico n.º 23/2026

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE VIDEOMONITORAMENTO, INCLUINDO CÂMERAS IP, GRAVADORES DE VÍDEO EM REDE (NVRS) E COMPONENTES DE INFRAESTRUTURA.

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Morretes, representada pelo(a) Sr.(a) JOSE LEANDRO MAZUR JORGE, Secretário Municipal de Administração.

CONTRATADA(S):

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 170/2026 – ID 300/2026
VIPTECH DESENVOLVIMENTOS DE PROGRAMAS LTDA EPP.
CNPJ n.º22.823.882/0001-28.
Item 1.
Valor total de R$ 336.700,00 (trezentos e trinta e seis mil e setecentos reais).
Assinatura: ANDRÉ CARDEAL SANTANA, representante legal.

VIGÊNCIA: O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano a contar da data da publicação do extrato. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, conforme dispõe o art. 84 da Lei Federal nº 14.133, de 01º de abril de 2021.

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor unitário (R$)	Valor Total (R$)
1	Câmera IP Tipo Bullet - Uso Externo	unid	287	R$ 296,00	R$ 84,952,00
2	Câmera IP Tipo Dome - Uso Interno	unid	55	R$ 295,00	R$16.225,00
3	Câmera IP Tipo Dome - Uso Interno com Áudio	unid	45	R$ 359,99	R$16.199,55
4	Câmera IP Tipo Bullet - Uso Externo Varifocal	unid	10	R$1.215,79	R$12.157,90
5	NVR 16 Canais com PoE	unid	25	R$3.700,00	R$92.500,00
6	NVR 8 Canais com PoE	unid	30	R$ 2.790,00	R$83.700,00
7	Caixa de Proteção para Câmeras	unid	397	R$18,83	R$7.475,51
8	Rack de Parede 9U	unid	45	R$522,00	R$ 23.490,00

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:5B2ECE44

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 9489 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 9489 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Admitir para o cargo de Assistente Social, Sr.ª Marcia Nunes, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 05/10/2026 até 04/10/2027".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MORRETES, ESTADO DO PARANÁ, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR,** no uso de suas atribuições legais, e considerando o Decreto nº 2776, de 12 de maio de 2026, do Processo Seletivo Simplificado – PSS Assistência Social nº 001/2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir, pelo período de 05 de outubro de 2026 até 04 de outubro de 2027, sob REGIME ESPECIAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO, o contrato da Sr.ª Marcia Nunes, portadora do CPF nº 031.XXX.XX-38, RG nº 8.XXX.XXX-8 e PIS/PASEP nº 127.XXXX15-2, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, para prestação de serviços na função de Assistente Social, com carga horária de 30 h/s semanais, percebendo a remuneração mensal de R$ 2.581,50 (dois mil quinhentos e oitenta e um reais e cinquenta centavos).

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.
Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência a beneficiada e cumpra-se.

Paço Municipal Nhundiaquara, Morretes, em 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:F6C5FAD1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9484 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9484 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Designa servidores responsáveis pelo acompanhamento do Recadastramento Funcional no âmbito de suas respectivas Secretarias e unidades

O **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**, **Sr. JOSE LEANDRO MAZUR JORGE**, no uso de suas atribuições, e considerando o Decreto nº 2987 de 01 de outubro de 2026, que instituiu o recadastramento dos servidores públicos municipais,

RESOLVE:

Art. 1.º Ficam designados os servidores abaixo relacionados como responsáveis pelo acompanhamento do recadastramento funcional no âmbito de suas respectivas Secretarias e unidades:

Secretaria / unidade	Responsável	Substituto
Administração	Fernanda O Cordeiro	Vittoria Afornalli
Saúde	Silvia Fonseca Mello	Bianca Rosa de Andrade
Educação	Marcely A. Royer Leopoldino	Ana Lucia Fonseca Pires de Paula
Ação Social	Raphaela Biudes da Luz Costa	Daiane Cristina Eberle
Meio Ambiente	Michelle Do Rocio Charello	Hamilly Stocco Soares
Governo	Eleziane Cristina de Carvalho	Gabrielle Ferreira Petersen
Fazenda	Diarone Do Rosario Filho	Deisy Meduna Valério
Infraestrutura	Larissa Cardoso	Pedro Trevisani de Mendonça Fernandes
Agricultura	Miriam Duarte	Fabiane Cristina Gualdezi Brustolin
Comunicação	Isaac Miranda	Caroline Ferreira Krigeroski
Esporte	Adrielli Urban Ribeiro	Vinícius Henrique Oliveira
Procuradoria	Carine Hellen Toniolo	Pollyana Carla Noskoski
Turismo e Cultura	Alana Fernanda Baiak	Mario Henrique Felgueira Pavanelli
Defesa Civil	Zilda da Conceição Rosa	Daniele Do Rocio Meduna

Art. 2.º Compete ao responsável designado:

I - Receber a relação nominal dos servidores lotados na Secretaria e apontar divergências;
II - Comunicar cada servidor sobre o recadastramento e confirmar que a comunicação foi recebida;
III - Orientar e acompanhar os servidores que não dispuserem de acesso à internet ou de equipamento;
IV - Organizar o atendimento presencial na sua unidade, conforme calendário divulgado;
V - Informar à Secretaria Municipal de Administração, semanalmente, o número de recadastramentos concluídos.

Art. 3.º Esta Ordem de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes,02 de outubro de 2026.

JOSE LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal De Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:BC46F471

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9485 DE 02 DE OUTUBRO 2026

PORTARIA Nº 9485 DE 02 DE OUTUBRO 2026

Dispõe sobre a atualização da designação dos gestores, fiscais e respectivos suplentes responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização das contratações decorrentes das Atas de Registro de Preços relativas aos objetos sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente e em conformidade com a delegação de competências estabelecida pelo Decreto Municipal nº 560/2022;

CONSIDERANDO a necessidade de manter atualizada a designação dos agentes responsáveis pelo acompanhamento, fiscalização e gestão das Atas de Registro de Preços cujos objetos estão sob responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração;

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 7º e 117 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, quanto à designação dos agentes públicos responsáveis pela gestão e fiscalização das contratações administrativas;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, eficiência e adequado acompanhamento das contratações e aquisições realizadas por meio do Sistema de Registro de Preços;

CONSIDERANDO as competências atribuídas à Secretaria Municipal de Administração pelo art. 14 da Lei Complementar Municipal nº 70, de 4 de abril de 2025, especialmente quanto à administração e ao controle dos contratos de sua área de atuação, ao suporte à execução dos contratos municipais e à coordenação das aquisições de bens e serviços;

RESOLVE:

Art. 1º Ficam designados os servidores abaixo relacionados para exercerem as funções de gestores, fiscais titulares e respectivos suplentes das contratações decorrentes das Atas de Registro de Preços vinculadas aos objetos de responsabilidade da Secretaria Municipal de Administração, observados os respectivos processos licitatórios:

I – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2025 – Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de dedetização, desratização e desinsetização

• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Gestora;
• Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

II – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 22/2025 – Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, substituição, manutenção e limpeza de calhas, rufos e condutores, com fornecimento de mão de obra e peças

• **Deborah Charello dos Santos, Matrícula Funcional 226811, Gestora;**
• **Daniele do Rocio Meduna, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;**
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

III – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025 – Aquisição de Lâmpadas e Materiais Elétricos

• **Giovani Vargas Gomes**, Matrícula Funcional 515151, Gestor;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Anna Cristina de Barros Carvalho Zin**, Matrícula Funcional 515167, Fiscal Suplente.

IV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2025 – Contratação de empresa especializada em instalação, manutenção preventiva, corretiva e conservação de equipamentos e utensílios domésticos com fornecimento de peças e mão de obra

• **Giovani Vargas Gomes**, Matrícula Funcional 515151, Gestor;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Anna Cristina de Barros Carvalho Zin**, Matrícula Funcional 515167, Fiscal Suplente.

V – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025 – Aquisição de Fardamento para Defesa Civil e Uniformes

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

VI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2025 – Aquisição de Equipamento de Proteção Individual.

• **Deborah Charello dos Santos,** Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

VII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2025 – Aquisição de gêneros alimentícios de panificação: pães, lanches e itens para realização de Coffee Break

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

VIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 50/2025 – Aquisição de relógio registrador eletrônico de ponto com tecnologia de reconhecimento facial e bobina de papel térmica

• **Wellington Fernando da Silva**, Matrícula Funcional 115552, Gestor;
• **Sandro Murilo Bussmeyer**, Matrícula Funcional 214015, Fiscal Titular;
• **Bruno José Cagni Santiago**, Matrícula Funcional 115616, Fiscal Suplente.

IX – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2026 – Aquisição de Recarga de Gás Liquefeito de Petróleo 13kg e Cilindro Botijão de Capacidade 13kg.

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

X – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2026 – Contratação de empresa especializada para o fornecimento de materiais e a execução de serviços de instalação de divisórias em drywall, incluindo portas, forros e demais componentes necessários.

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

XI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 010/2026 – Contratação de empresa especializada para a confecção, fornecimento e impressão de materiais gráficos em geral, incluindo a produção de crachás e carimbos personalizados.

• **Isaac Miranda**, Matrícula Funcional 515082, Gestor;
• **Willians Zacarias Ferreira**, Matrícula Funcional 115641, Fiscal Titular;
• **Gabriela do Rocio Gonçalves Victal dos Santos**, Matrícula Funcional 115573, Fiscal Suplente.

XII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 013/2026 – Aquisição de Papel Sulfite Branco, Formato A4.

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

XIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026 – Aquisição de equipamentos de videomonitoramento, incluindo câmeras Ip, gravadores de vídeo em rede (nvrs) e componentes de infraestrutura.

• **Wellington Fernando da Silva**, Matrícula Funcional 115552, Gestor;
• **Sandro Murilo Bussmeyer**, Matrícula Funcional 214015, Fiscal Titular;
• **Bruno José Cagni Santiago**, Matrícula Funcional 115616, Fiscal Suplente.

XIV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 024/2026 – Aquisição de aparelhos de r- Condicionado Tipo Split Inverter e cortinas de ar

• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Gestora;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

XV – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 – Aquisição de Materiais Descartáveis

• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Gestora;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Titular;
• **Deborah Charello dos Santos**, Matrícula Funcional 226811, Fiscal Suplente.

XVI – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 34/2026 – Aquisição de Ferramentas e Equipamentos

• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Gestora;
• **Bruno José Cagni Santiago**, Matrícula Funcional 115616, Fiscal Titular;
• **Eleziane Cristina de Carvalho**, Matrícula Funcional 230721, Fiscal Suplente.

XVII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2026 – Aquisição de Tonners e Suprimentos para impressoras

• **Wellington Fernando da Silva**, Matrícula Funcional 115552, Gestor;
• **Sandro Murilo Bussmeyer**, Matrícula Funcional 214015, Fiscal Titular;
• **Bruno José Cagni Santiago**, Matrícula Funcional 115616, Fiscal Suplente.

XVIII – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 – Aquisição e Instalação de Extintores, Recargas e Manutenção, acessórios e Placas de Identificação e Segurança.

• **Giovani Vargas Gomes**, Matrícula Funcional 515151, Gestor;
• **Mario Henrique Felgueira Pavanelli**, Matrícula Funcional 115591, Fiscal Titular;
• **Daniele do Rocio Meduna**, Matrícula Funcional 226301, Fiscal Suplente.

XIX – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2025 – Serviço de Publicações de Avisos de Licitações e Afins.

• **Willians Zacarias Ferreira**, Matrícula Funcional 115641, Gestor;
• **Isaac Miranda**, Matrícula Funcional 515082, Fiscal Titular;
• **Gabriela do Rocio Gonçalves Victal dos Santos**, Matrícula Funcional 115573, Fiscal Suplente.

Art. 2º Compete aos gestores das contratações decorrentes das Atas de Registro de Preços coordenar e acompanhar sua execução, adotando as providências administrativas necessárias ao regular cumprimento das condições estabelecidas nos respectivos instrumentos, bem como comunicar aos setores competentes eventuais ocorrências que demandem providências.

Art. 3º Compete aos fiscais acompanhar e fiscalizar a execução das contratações sob sua responsabilidade, verificando a conformidade dos bens fornecidos e dos serviços prestados com as especificações, quantitativos, prazos e demais condições estabelecidas no edital, termo de referência, proposta, Ata de Registro de Preços e instrumento de contratação dela decorrente, bem como registrar as ocorrências verificadas, realizar ou subsidiar o recebimento e o ateste, quando cabível, e comunicar ao gestor as situações que ultrapassem sua competência.

Art. 4º Os fiscais suplentes atuarão nos afastamentos, impedimentos ou impossibilidades de atuação dos respectivos fiscais titulares, assumindo, durante o período de substituição, as atribuições inerentes à fiscalização da contratação.

Art. 5º A presente designação não afasta a responsabilidade dos demais agentes públicos que atuem nos procedimentos de solicitação, recebimento, conferência, liquidação e pagamento das despesas decorrentes das respectivas Atas de Registro de Preços, dentro dos limites das atribuições legalmente cometidas a cada agente e setor.

Art. 6º As designações estabelecidas nesta Portaria aplicam-se às contratações decorrentes das Atas de Registro de Preços relacionadas no art. 1º, durante a vigência dos respectivos instrumentos de contratação, inclusive em caso de prorrogação legalmente admitida, salvo posterior alteração expressa da designação.
Art. 7º Ficam revogadas, a partir da entrada em vigor desta Portaria, as designações anteriores de gestores, fiscais e respectivos suplentes referentes às contratações relacionadas no art. 1º, permanecendo inalterados os demais atos e disposições que não conflitarem com esta Portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, 02 de outubro de 2026.

JOSE LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:916D5783

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9486 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9486 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Exoneração do cargo de Coordenador de Gestão de Orçamento DAS - 3, o Sr. João Vitor Cagni, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 01/10/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar, a partir de 01 de outubro de 2026, o Sr. João Vitor Cagni, do cargo de Coordenador de Gestão de Orçamento DAS – 3, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, CPF nº 040.XXX.XXX-18, RG nº 8.XXX.XXX-4/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:18447F08

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9487 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9487 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: "Concede licença por motivo de doença em pessoa da família à servidora CLEIDE MARQUES e dá outras providências."

O**Prefeito Municipal de Morretes**– Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 87, inciso II, da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDOo disposto nos arts. 117, 139 e 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais;

CONSIDERANDOo requerimento formulado pela servidoraCLEIDE MARQUES, ocupante do cargo de enfermeira, matrícula funcional nº 225681, para concessão de Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família;

CONSIDERANDOa documentação médica apresentada e constante dos autos do Processo/Protocolo nº 9228/2026;

CONSIDERANDOa manifestação da Secretaria Municipal de Saúde quanto ao atendimento dos requisitos materiais previstos no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

CONSIDERANDOaCI nº 461/2026 – Procuradoriae oParecer Jurídico nº 419/2026, que concluiu pela viabilidade jurídica e pelo deferimento do requerimento, nos moldes previstos na Lei Complementar Municipal nº 68/2025;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder à servidoraCLEIDE MARQUES, matrícula funcional nº 225681, ocupante do cargo de enfermeira, lotada Secretaria Municipal de Saúde,Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, nos termos do art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025.

Art. 2ºA licença de que trata o art. 1º será concedida pelo período de05/10/2026 a 03/01/2027, totalizando até 90 (noventa) dias, com manutenção daremuneração integral da servidoradurante o período inicial da licença, conforme disposto no art. 140 da Lei Complementar Municipal nº 68/2025 e nos termos do Parecer Jurídico nº 350/2026.

Art. 3º Eventual prorrogação da licença ficará condicionada à apresentação de nova documentação médica, na forma estabelecida no Parecer Jurídico nº 419/2026, bem como à observância dos demais requisitos legais aplicáveis.

Art. 4º Caso venha a ser estruturado e instituído o Serviço Médico Pericial oficial do Município de Morretes durante a vigência da licença, a servidora e seu dependente deverão ser submetidos à avaliação médica oficial, nos termos da legislação aplicável e conforme orientação constante do Parecer Jurídico nº 419/2026.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes, em 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:422FC4F8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9488 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA Nº 9488 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Súmula: Nomeação para o cargo de Diretor de Fiscalização DAS - 2, o Sr. João Vitor Cagni, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, a partir de 02/10/2026

O Prefeito Municipal de Morretes – Estado do Paraná, Senhor **SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR**, no uso de suas atribuições legais, especialmente no disposto no art. 72, Parágrafo Único, alínea "a", e 87, inciso II, alínea "a" ambos da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:
Art. 1º - Nomear, a partir de 02 de outubro de 2026, o Sr. João Vitor Cagni, para o cargo de Diretor de Fiscalização DAS – 2, vinculado à Secretaria Municipal de Fazenda, CPF nº 040.XXX.XXX-18, RG nº 8.XXX.XXX-4/PR.

A Divisão de Recursos Humanos deverá promover as devidas anotações a respeito.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se-lhe ciência e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL NHUNDIAQUARA, Morretes em 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:FCE1D418

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 85/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 36/2026 LOTE Nº 03

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL
Processo Administrativo nº 85/2026
Pregão Eletrônico nº 36/2026
Lote nº 03
Objeto:CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 85/2026 e Pregão Eletrônico N.º 36/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, as autoridades competentes resolvem **ADJUDICAR** o objeto do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à seguinte empresa:

ETHEREUM SERVICOS ESPECIALIZADOS LTDA, inscrita no CNPJ n.º42.492.192/0002-21, vencedora do lote 3 no valor total de R$ 4.050.000,12 (quatro milhões e cinquenta mil reais e doze centavos).

Em sequência, resolvem então **HOMOLOGAR PARCIALMENTE** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca-se a proponente supramencionada para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 01 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE	***LEANDRO BONSENHOR ZANCISKOSKI***
Secretário Municipal de Administração	Secretário Municipal de Fazenda e Orçamento
GILTON DIAS JUNIOR	***ADRIANA ASSUMPÇÃO***
Secretário Municipal de Cultura e Turismo	Secretária Municipal de Educação
MARIA CRISTINA MORAES DA COSTA PINTO	***MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO***
Secretária Municipal de Assistência Social	Secretária Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
MANOEL MEDEIROS MACHADO	***EUDES GUSTAVO DA SILVA SKAU KEMMER***
Secretário Municipal de Saúde	Secretário Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas
	Secretário Municipal de Agricultura, Abastecimento e Inovação

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:C2EFAD80

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2026 CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 07/2026

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
Processo Administrativo nº 67/2026
Concorrência Eletrônica nº 07/2026

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de reforma e ampliação da Capela Mortuária do Cemitério Municipal Santa Esperança, no Município de Morretes/PR.

Com base nas informações constantes do Procedimento Licitatório N.º 67/2026 e Concorrência Eletrônica N.º 07/2026, por força do inciso IV, art. 71 da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, a(s) autoridade(s) competente(s) resolve(m) **ADJUDICAR** o(s) objeto(s) do processo licitatório epigrafado, considerando o julgamento das propostas, lances, habilitação e análise recursal realizada pelo Agente de Contratação à(s) seguinte(s) empresa(s):

MARCO ANTONIO COSTA CONSTRUTORA LTDA, inscrita no CNPJ n.º46.256.089/0001-52, vencedora do(s) item(ns) 1 no valor total de R$ 310.100,00 (trezentos e dez mil e cem reais).

Em sequência, resolve(m) então **HOMOLOGAR** o referido procedimento, conforme delegação atribuída em seu Art. 1° do Decreto 560/2022.

[...]" Decreto Municipal 560/2022: art. 1º em razão de circunstâncias de índole técnica e jurídica e com intuito de acelerar o trâmite dos processos administrativos internos, fica delegada aos Secretários Municipais a competência para homologação das licitações e subscrição dos contratos administrativos municipais e aditivos, incluindo os convênios, termos de parceria e contratos de gestão, referentes a contratações da respectiva Secretaria." [...]

Por fim, convoca(m)-se a(s) proponente(s) supramencionada(s) para assinatura do respectivo instrumento contratual, nos termos do art. 90 da lei 14.133/2021.

Morretes, 01 de outubro de 2026.

MARIANA MEDUNA MOSCARDI CHARELLO
Secretária do Meio Ambiente e Urbanismo

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:300D9B50

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024 – ID Nº 024/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 017/2024 – ID Nº 024/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA MBM SEGURADORA S/A, inscrito no **CNPJ/MF sob nº 87.883.807/0001-06**, estabelecida na Rua dos Andradas, nº 772, bairro Centro, na cidade de Porto Alegre, RS, CEP: 90.020-004, e-mail licita@mbmseguros.com.br, neste ato representada pelo Sr. **TONI ROBILAR PACHECO**, brasileiro, portador da identidade nº 10.XXX.XXX-31 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 437.XXX.XXX-15.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **MBM SEGURADORA S/A,** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 017/2024 – ID nº 024/2024, cujo objeto é a o "contratação de empresa especializada para prestação de serviço e fornecimento de Seguro de Vida e Acidentes Pessoais para os estagiários da Prefeitura Municipal

de Morretes, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração", oriunda da Dispensa de Licitação nº 10/2024, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 017/2024 – ID nº 024/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Karen Luiza Miranda
Matrícula Funcional: 214000

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Wiliamara Savian Borba, Titular
Matrícula Funcional: 214047

SUPLENTE
Nome: Sandro Murilo Bussmeyer
Matrícula Funcional: 214015

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 017/2024 – ID nº 024/2024.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:86CC1F04

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025 – ID Nº 077/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 026/2025 – ID Nº 077/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA, inscrita no **CNPJ/MF nº 07.797.967/0001-95**, estabelecida na Rua lzabel a Redentora, 2356 - Edif, Loewen, Sala 117, Bairro Centro, CEP 83005-010, São José dos Pinhais/PR, doravante de denominada CONTRATADA, por seu representante, o Sr. **RUDIMAR BARBOSA DOS REIS**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº 574.XXX.XXX-68, Identidade nº 4.XXX.XXX-5.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **NP TECNOLOGIA E GESTAO DE DADOS LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 026/2025 – ID nº 077/2025, cujo objeto é o "contratação de empresa especializada no fornecimento de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela administração pública, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento à Secretarias Municipais", oriunda da Inexigibilidade de Licitação nº 12/2025, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 026/2025 – ID nº 077/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Daniele do Rocio Meduna
Matrícula Funcional: 226301

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Deborah Charello dos Santos, Titular
Matrícula Funcional: 226811

SUPLENTE
Nome: Eleziane Cristina de Carvalho
Matrícula Funcional: 230721

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 026/2025 – ID nº 077/2025.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:528CF448

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 – ID Nº 044/2023 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 029/2023 – ID Nº 044/2023 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 15.079.514/0001-51**, estabelecida na Avenida Higienópolis, loja 08, sala 02, nº 1601, Jardim Higienópolis, Londrina-PR, neste ato representada pelo Sr. **EDMAR CALOVI**, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.886.XXX-41, portador do RG nº X.676.XXX-4.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EDM CONSULTORIA E GESTÃO EMPRESARIAL EIRELI**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993, no Contrato Administrativo nº 029/2023 – ID nº 044/2023, cujo objeto é a "contratação de empresa para a prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra destinada ao atendimento de atividades meio do Poder Executivo Municipal, pelo período de até 12 (doze) meses em atendimento às necessidades das respectivas Secretarias Municipais" oriundo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 002/2023, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 029/2023 – ID nº 044/2023.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Daniele do Rocio Meduna
Matrícula Funcional: 226301

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Deborah Charello dos Santos, Titular
Matrícula Funcional: 226811

SUPLENTE
Nome: Eleziane Cristina de Carvalho
Matrícula Funcional: 230721

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 029/2023 – ID nº 044/2023.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:E7911B95

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 – ID Nº 134/2022 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 – ID Nº 134/2022 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF sob nº 42.492.192/0001-40**, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 163, bairro Centro, na cidade de Loanda, Estado do Paraná – CEP: 87.900-000, neste ato representada pelo Sr. **ALEXANDRE DE PAULA SILVA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 070.XXX.XXX-48, portador do RG nº 9.XXX.XXX-0.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993, no Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022, cujo objeto é a "contratação de empresa para a prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento de atividades meio do Poder Executivo Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento às Secretarias Municipais" oriundo da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 030/2022 – ID nº 134/2022.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Daniele do Rocio Meduna
Matrícula Funcional: 226301

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Deborah Charello dos Santos, Titular
Matrícula Funcional: 226811

SUPLENTE
Nome: Eleziane Cristina de Carvalho
Matrícula Funcional: 230721

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:633058C9

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024 – ID Nº 089/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024 – ID Nº 089/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrito no **CNPJ/MF sob nº 48.359.260/0001-84**, estabelecida na Av. João Paulino Vieira Filho, nº 45, bairro Zona 01, Cidade de Maringá-PR, neste ato representada pelo Sr. **LUCIANO FERRARI FRANCISCO**, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 8.XXX.XXX-0, inscrito no CPF sob nº 039.XXX.XXX-71.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA PLENUS GESTÃO PÚBLICA LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 034/2024 – ID n° 89/2024, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada no desenvolvimento, hospedagem e manutenção do website em conformidade com a Lei Federal de Acesso à Informação, a Lei Federal nº 12.527/2011, em atendimento à Secretaria Municipal de Administração", oriundo da Dispensa de Licitação nº 019/2024, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 034/2024 – ID nº 089/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Sandro Murilo Bussmeyer
Matrícula Funcional: 214015

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Wellington Fernando da Silva, Titular
Matrícula Funcional: 115552

SUPLENTE
Nome: Bruno José Cagni Santiago
Matrícula Funcional: 115616

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 034/2024 – ID nº 089/2024.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:391FEF63

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025 – ID Nº 151/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 034/2025 – ID Nº 151/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR, inscrita no **CNPJ/MF nº 75.110.585/0001-00**, estabelecida na Rua Caete, 150 – Prado Velho, CEP 80220-300, Curitiba/PR, doravante de denominada CONTRATADA, neste ato representada por **MICHELE**

RIQUETTI TESSER – GERENTE REGIONAL LESTE, brasileira, casada, inscrita no RG n° 3XX.XX-2/SESP/SC, e CPF/MF n° 027.XXX.XXX-42, residente e domiciliada no Município de Curitiba, Rua Guaianazes, 882, apto 503, Portão – PR, CEP 80320-114.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 034/2025 – ID n° 151/2025, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada com foco na inclusão socioeconômica e na eficiência em compras públicas no Município de Morretes/PR", oriundo da Inexigibilidade de Licitação nº 020/2025, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 034/2025 – ID n° 151/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Daniele do Rocio Meduna
Matrícula Funcional: 226301

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Eleziane Cristina de Carvalho, Titular
Matrícula Funcional: 230721

SUPLENTE
Nome: Deborah Charello dos Santos
Matrícula Funcional: 226811

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 034/2025 – ID n° 151/2025.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:894EF6CF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – ID Nº 233/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 081/2024 – ID Nº 233/2024 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA PUBLITECH SOFTWARES LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ n° 07.252.028/0001-65**, com sede na Avenida Getúlio Vargas, n° 621, bairro Centro, na cidade de Pitanga-PR, neste ato representado pelo Sr. **TIAGO LUBIAN**, portador da identidade nº XXX.XXX.XXX-XX, inscrito no CPF/MF sob o nº XXX.XXX.XXX-XX.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA PUBLITECH SOFTWARES LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 081/2024 – ID n° 233/2024, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada visando a prestação de serviços de licenciamento de software de sistema integrado de gestão pública municipal web, pelo período de 12 (doze) meses", oriundo do Pregão Eletrônico nº 027/2024, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 081/2024 – ID n° 233/2024.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Sandro Murilo Bussmeyer
Matrícula Funcional: 214015

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Wellington Fernando da Silva, Titular
Matrícula Funcional: 115552

SUPLENTE
Nome: Bruno José Cagni Santiago
Matrícula Funcional: 115616

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS

O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 081/2024 – ID n° 233/2024.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:161F20EA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2025 – ID Nº 257/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 088/2025 – ID Nº 257/2025 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA TS INTERNET LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede à Rua Edith Amatuzzi De Pinho, nº 281, bairro Jardim Paranaguá, Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, CEP 83215-475, inscrita no **CNPJ n.º 27.706.433/0001-13**, neste ato representada pelo Senhor **CADMIEL ABNER MORAS**, Brasileiro, inscrito no CPF/MF n° 099.081.749-08, residente e domiciliado no Município de Paranaguá, CEP n° 83215-475.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **TS INTERNET LTDA** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 088/2025 – ID n° 257/2025, cujo objeto é a "contratação de empresa especializada na prestação de serviços de acesso à internet, nos termos das concessões outorgadas pela agência nacional de telecomunicações – Anatel", oriundo do Pregão Eletrônico nº 038/2025, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 088/2025 – ID n° 257/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Sandro Murilo Bussmeyer
Matrícula Funcional: 214015

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Wellington Fernando da Silva, Titular
Matrícula Funcional: 115552

SUPLENTE
Nome: Bruno José Cagni Santiago
Matrícula Funcional: 115616

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 088/2025 – ID n° 257/2025.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:A201E8B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 – ID Nº 232/2026 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

TERMO DE APOSTILAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 103/2026 – ID Nº 232/2026 – ATUALIZAÇÃO DA DESIGNAÇÃO DE GESTOR E FISCAIS DO CONTRATO.

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no **CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99** e sede à Praça Rocha Pombo nº 10-Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Administração, o Sr°. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portador do CPF/MF n° 084.XXX.XXX-02, e RG n° 13.XXX.XXX-03 residente e domiciliado neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.

CONTRATADA EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, inscrito no **CNPJ/MF sob nº 34.028.316/0020-76,** estabelecida na Rua João Negrão, 1251, Bloco I, 4º andar - Rebouças, neste ato representada pela Srª **LUCIANA APARECIDA MARCONI** - GERENTE- SPI/SE/CONEG/GESUP, brasileira, portador da identidade nº 21.XXX.XXX-4 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 138.XXX.XXX-67 e **SILVIO PRUDENTE DE MELO** - CHEFE DE SECAO - SPI/SE/CONEG/GESUP/SECC2, brasileiro, portador da identidade nº 27.XXX.XXX-2 SSP/PR, inscrito no CPF/MF sob nº 264.XXX.XXX-45.

As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS,** doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 14.133/2021, no Contrato Administrativo nº 103/2026 – ID nº 232/2026, cujo objeto é a "Contratação de empresa pública para a prestação de serviços integrados de logística postal nacional, encomendas, telefonia móvel e certificação digital, visando atender às demandas de comunicação oficial e conectividade de todas as unidades da Prefeitura Municipal de Morretes, fundamentada no artigo 75, inciso IX da Lei Federal nº 14.133/2021, oriunda da Dispensa de Licitação nº 15/2026, firmam o presente **TERMO DE APOSTILAMENTO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo de Apostilamento tem por objeto formalizar a atualização da designação dos servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do Contrato nº 103/2026 – ID nº 232/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA DESIGNAÇÃO
A partir da assinatura deste Termo, ficam designados os seguintes servidores a gestão, acompanhamento e fiscalização da execução contratual:

GESTOR DO CONTRATO
Nome: Wiliamara Savian Borba
Matrícula Funcional: 214047

FISCAL DO CONTRATO
Nome: Karen Luiza Miranda, Titular
Matrícula Funcional: 214000

SUPLENTE
Nome: Eleziane Cristina de Carvalho
Matrícula Funcional: 230721

Os servidores ora designados deverão exercer as atribuições inerentes à gestão e à fiscalização da execução contratual, no âmbito de suas respectivas competências, observando as disposições da legislação aplicável, da regulamentação municipal pertinente e do respectivo instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
O presente Termo possui caráter administrativo e não implica alteração do objeto, dos valores, dos prazos ou das demais condições estabelecidas no Contrato Administrativo nº 103/2026 – ID nº 232/2026.

Permanecem inalteradas e ratificadas as demais cláusulas e condições contratuais.

Morretes, 2 de outubro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Publicado por:
Amanda Cristina Dos Santos Monte
Código Identificador:6B6ECBD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA AMÉRICA DA COLINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – DISPENSA Nº 28/2026

Processo Administrativo nº 90/2026. Contratante: Prefeitura Municipal de Nova América da Colina - PR. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de caixa plástica, tipo mercado, para atendimento a Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Recreação. Empresa Vencedora: E A DOS SANTOS - PRODUTOS E EQUIPAMENTOS (CNPJ: 45.736.454/0001-63). Valor Total: R$ 1.620,00 (um mil, seiscentos e vinte reais). Fundamentação Legal: Lei Federal nº 14.133/2021, Art. 75, inciso II. Data da Homologação: 02/10/2026.

TANIA CRISTINA DA SILVA BASSO -
Prefeita

Publicado por:
Leandro Perez de Oliveira
Código Identificador:9B230C92

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA PRATA DO IGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 4108/2026

DECRETO Nº 4108 de 2 de Outubro de 2026.

Declara *Situação de Emergência* nas áreas do município afetadas por Enxurradas (12200).

O(A) Senhor(a) **Elizete Cavazin**, Prefeito(a) do município de **Nova Prata do Iguaçu**, localizado no estado de
(o) Paraná, no uso das atribuições legais conferidas pela lei orgânica do Município e pelo Inciso IV do artigo 8º da Lei Federal nº 12.608 de 10 de Abril de 2012,
CONSIDERANDO:
Que ocorreu no dia vinte e nove de setembro de dois mil e vinte e seis, às vinte horas e quarenta e cinco minutos, o município de Nova Prata do Iguaçu/PR foi atingido por um evento de enxurradas decorrente de uma precipitação intensa de 60 mm concentrada em um curto período de 20 minutos, conforme registro do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar). Essa alta intensidade pluviométrica resultou no rápido escoamento superficial das águas, causando enxurradas que afetaram diversas áreas urbanas e rurais do município. A combinação do volume elevado de chuva e a curta duração do evento foram determinantes para a ocorrência dos danos observados. As enxurradas provocaram o arraste de lama, detritos e água, impactando diretamente as residências, infraestrutura urbana e rural, além das atividades produtivas locais. O evento demandou atuação imediata da Defesa Civil municipal e apoio estadual e federal para o restabelecimento das condições normais no município. afetando as áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre (FIDE) anexo ao presente Decreto;
Como conseqüência desse desastre, resultaram os danos e prejuízos constantes do descritos no formulário FIDE anexo a este Decreto;
Que o parecer da COMPDEC municipal relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de **Situação de Emergência**.

DECRETA:
Art. 1º. Fica declarada **Situação de Emergência** nas áreas do município contidas no Formulário de
Informações de Desastre (FIDE) e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como **Enxurradas (12200)**.
Art. 2º. Autoriza-se a mobilização de todos os órgãos municipais para atuarem sob a coordenação da
COMPDEC municipal, nas ações de resposta ao desastre e reabilitação do cenário e reconstrução.
Art. 3º. Autoriza-se a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da COMPDEC municipal.
Art. 4º. De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo nº 5 da Constituição Federal, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes da Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta ao desastre e em caso de risco iminente, a:
Penetrar nas casas, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação;
Usar de propriedade particular, no caso de iminente perigo público, assegurada ao proprietário indenização posterior se houver dano;

Parágrafo único: Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.
Art. 5º. De acordo com o estabelecido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365 de 21 de Junho de 1941, autoriza-se o início dos processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastre.
§ 1º. No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.
§ 2º. Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o
processo de desmontagem e reconstrução das edificações, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.
Art. 6º. Com fulcro no inciso VIII do Art. 75 da Lei número 14.133, de 01 de abril de 2021, sem prejuízo das restrições da Lei de

Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e obras relacionadas com a reabilitação do cenário de desastre, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias (180) consecutivos e ininterruptos, contados à partir da caracterização do desastre e sendo vedada a prorrogação dos contratos.
Art. 7º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigorar por 180 dias.
REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, 2 de Outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeito(a) Municipal

Publicado por:
Francieli Savanhago Anzolin
Código Identificador:A493124D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 2043/2026

LEI Nº 2043/2026
DATA: 02/10/2026

SÚMULA**:** Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir e distribuir brinquedos e caixas de chocolates para todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, aos idosos, às crianças e aos adolescentes atendidos pelos Projetos e Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social, e dá outras povidências.

A Câmara Municipal de Vereadores de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, aprovou e eu **ELIZETE CAVAZIN**, Prefeita Municipal, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a aquisição e distribuição de brinquedos e caixas de chocolates para todos os alunos matriculados na rede municipal de ensino, bem como aos idosos, às crianças e aos adolescentes atendidos pelos Projetos e Programas da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2°. A distribuição dos brinquedos e as caixas de chocolates será realizada em ação conjunta com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com as equipes diretivas das Escolas e Centros de Educação Infantis Municipais e com a Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 3°. Serão adquiridos para distribuição:

I – 2.000 (duas mil) unidades de brinquedos contendo Kit com 02 (duas) raquetes com velcro e 01 (uma) bolinha, bateu, levou, lançar e pegar, adequados para estimular o desenvolvimento motor, cognitivo e social das crianças de forma completa.

II – 2.000 (duas mil) unidades de caixas de bombons de chocolates sortidos e vários sabores.

Art. 4º. O Município de Nova Prata do Iguaçu poderá realizar despesas até o limite de R$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais), a fim de distribuir durante as festividades e atividades realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura e Secretaria Municipal de Assistência Social, em comemoração as festividades natalinas.

Art. 5º. A distribuição dos brinquedos e as caixas de chocolates serão distribuídas da seguinte maneira:

I – 1.600 (um mil e seiscentas) unidades de brinquedos e caixas de bombons serão destinados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, para entrega aos alunos da rede municipal de ensino;

II – 400 (quatrocentas) unidades de brinquedos e caixas de bombons serão destinados à Secretaria Municipal de Assistência Social, para entrega aos idosos, crianças e adolescentes atendidos pelos seus Projetos e Programas.

Art. 6º. Para a aquisição dos itens mencionados no artigo anterior o Município deverá realizar procedimento licitatório.

Art. 7º. Os itens mencionados nesta Lei serão entregues de forma gratuita, com o objetivo de promover a valorização educacional, atuando como uma poderosa ferramenta pedagógica de desenvolvimento integral, unindo o estímulo, motor e cognitivo à formação de valores socioemocionais indispensáveis dentro e fora da sala de aula, desenvolvidas pelas Secretarias Municipais.

Art. 8°. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta de verbas consignadas em orçamento municipal vigente.

Art. 9º. A execução das ações observará, quando aplicável, as restrições estabelecidas pela legislação eleitoral.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:471473C5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 6401/2026

PORTARIA Nº 6401/2026
DATA: 02/10/2026

SÚMULA: Concede Aposentaria Voluntária a Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná.

ELIZETE CAVAZIN, Prefeita Municipal do Município de Nova Prata do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, e considerando o processo de aposentadoria do Servidor **VALDENI ANTONIO ROSSI.**

RESOLVE

Art. 1º - Fica concedida ao Servidor Público Municipal **VALDENI ANTONIO ROSSI,** brasileiro, Servidor Público Municipal de Nova Prata do Iguaçu/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Contabilidade, Nível GEM G2 43, conforme Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais de Nova Prata do Iguaçu, matrícula nº 901-01, **aposentadoria voluntária, com proventos Integrais, com paridade, última remuneração,** com fundamento no artigo 50, § 2º, I da Lei Complementar Municipal nº 001/2026 – Comum Integral – Com Paridade Última Remuneração (direito adquirido pelas regras de transição).

Art. 2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 8.855,00 (oito mil, oitocentos e cinquenta e cinco reais).

Art. 3º - Esta Portaria tem vigência a partir de 02 de outubro de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Executivo Municipal de Nova Prata do Iguaçu, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

ELIZETE CAVAZIN
Prefeita Municipal

Publicado por:
Silvana Aparecida Bertoglio Vedana
Código Identificador:23CE3084

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 485/2026

de 11 de setembro de 2026
A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 20 (vinte) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **21 de setembro a 10 de outubro de 2026**, a Servidora Pública GISLAINE CHRISTINA RAMALHEIRA SANTOS, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.152.367-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.665.889-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 13 de fevereiro de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 11 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:387FB75A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 509/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **28 de setembro a 12 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal SUELI CRISTINA DE GOSMÃO LUPP, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.411.340-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.055.029-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 1° PADRÃO** desde 9 de agosto de 1999.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:F3B6EC3A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 510/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 15 (quinze) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **28 de setembro a 12 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal SUELI CRISTINA DE GOSMÃO LUPP, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.411.340-*- SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.055.029-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas) – 2° PADRÃO** desde 31 de janeiro de 2006.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:36A2BC92

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 511/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 30 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal FRANCIELLI DE OLIVEIRA ROMAN ZETOLES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.832.553-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.016.279-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora De Educação Infantil (40 horas)** desde 1 de fevereiro de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:6F5E0DB1

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 512/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:
Conceder 34 (trinta e quatro) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **5 de outubro a 7 de novembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal KELLY VANESSA BARBOSA TRENTIN, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral **.399.877-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.493.939-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 2 de julho de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:16D590D0

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 513/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 10 (dez) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **14 a 23 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal MARIA DE FATIMA REIS BOCALETI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.070.876-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.612.479-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora (20 horas)** desde 03 de janeiro de 1992.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:ED09729A

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 514/2026

de 28 de setembro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **14 de outubro a 12 de novembro de 2026**, a Servidora Pública Municipal REGINA APARECIDA SOARES, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral número *.069.034-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.965.329-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Zeladora** desde 07 de junho de 2002.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 28 de setembro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7EB44D37

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 526/2026

de 1 de outubro de 2026

A Senhora ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI, Diretora – Presidente da Fundação de Educação de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu Cargo,

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, no período compreendido entre **1 a 30 de outubro de 2026**, a Servidora Pública Municipal SILVANA FERREIRA DA SILVA NOVELI, portadora da Cédula de Identidade, Registro Geral *.147.403-*/SESP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.227.729-**, ocupante do **Cargo Efetivo de Professora de Educação Infantil** desde 26 de maio de 2003.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO DE PAIÇANDU, 1 de outubro de 2026.

ELIZANGELA LOPES DA SILVA LUNARDELLI
Diretora – Presidente

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:79B2DBE2

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 390/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***13 a 27 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora BRUNA ALVES DA SILVA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.240.***-5 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.774.***-73, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITARIO DE SAÚDE desde 4 de dezembro de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7A9D0F51

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 391/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 10 (dez) dias de férias, no período compreendido entre **13 a 22 de outubro de 2026**, a servidora pública municipal, Senhora ELINE HARSCHE FABRICIO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.108.***-9 SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.002.***-76, ocupante do cargo CLT de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE desde 11 de novembro de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8C169CFA

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 392/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 20 (vinte) dias de férias, no período compreendido entre ***05 a 24 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora *EUJENIR BATISTA ALVES*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.762.***-9 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.001.***-50, ocupante do cargo CLT de AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS PSF desde 19 de janeiro de 2018.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:41A6C4CD

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 393/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***02 a 16 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora LILIAN GARCIA RESENDE, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 71***685* SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 028.***.319-**, ocupante do emprego público de FARMACEUTICO PSS desde 17 de janeiro de 2025.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:199C0FB2

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 394/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***5 de outubro a 3 de novembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora *FATIMA APARECIDA MARQUES*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº 4.***.359-* SESP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número 822.***.359-**, ocupante do cargo efetivo de TÉCNICA EM ENFERMAGEM desde 21 de março de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:82D59CC3

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 395/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***13 de outubro a 11 de novembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora MARIA IZABEL BERNARDINO GONCALVES, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº ***4562* SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.812.***-68, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAÚDE desde 4 de março de 2002.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:789BDE0E

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 396/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 18 (dezoito) dias de férias, no período compreendido entre ***5 a 22 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora MICHELLI RODRIGUES FERREIRA RIGONATO, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.476.***-3 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.835.***-26, ocupante do cargo efetivo de ASSISTENTE SOCIAL desde 21 de agosto de 2017.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:ECC088BC

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 397/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de férias, no período compreendido entre ***5 a 19 de outubro de 2026***, o servidor público municipal, Senhor OSMAR ALVARES, portador da Cédula de Identidade, Registro Geral nº 3.***.436-* SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número 456.***.909-**, ocupante do cargo CC de CHEFE DA DIVISÃO DE PATRIMONIO – C 09, da Fundação Municipal de Saúde, desde 1 de fevereiro de 2024.
.Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:4264402B

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 398/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***5 de outubro a 3 de novembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora ROSANA ALVES BARBOSA**,** portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.761.***-0, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.122.***-91, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRO desde 21 de março de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:70F17C47

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 399/2026

de 30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de férias, no período compreendido entre ***5 de outubro a 3 de novembro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora *VANIA ALVES DE SOUZA*, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.723.**-86/SSP-PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.240.***-81, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 05 de julho de 2012.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:8689E777

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 400/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***1 a 30 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora GESSIANE CIRILA DE SOUZA E SILVA FERREIRA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº **.576.***-5 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.224.***-35, ocupante do cargo efetivo de TECNICO EM ENFERMAGEM desde 01 de abril de 2016.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:7553A729

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 401/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***13 a 27 de outubro de 2026***, ao servidor público municipal, Senhor LUCAS CUSTODIO GIMENES, portador da Cédula de Identidade Registro Geral nº **3564** SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.061.***-88, ocupante do cargo efetivo de AGENTE DE SAUDE desde 19 de maio de 2008.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3B35C719

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 402/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 30 (trinta) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***29 de setembro a 28 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora ROSANGELA MARIA ANDRADE, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.317.***-5 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.374.***-33, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM desde 09 de maio de 2007.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:3CBC74E5

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 403/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***8 a 22 outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora SONIA MARIA DOS SANTOS ALCANTARA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.333.***-0 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.466.***-15, ocupante de cargo efetivo de Auxiliar de Saúde, desde 01 de Março de 1994.. .
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:EC4A6F8A

FUNDAÇÃO DE SÁUDE DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 404/2026

de 1 de outubro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

CONCEDER 15 (quinze) dias de licença prêmio, no período compreendido entre ***1 a 15 de outubro de 2026***, a servidora pública municipal, Senhora SILVIA CRISTINA STRAPARAVA, portadora da Cédula de Identidade Registro Geral nº *.683.***-9 SSP/PR, devidamente inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o número ***.854.079-**, ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA desde 3 de dezembro de 2019.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Fundação de Saúde de Paiçandu, Estado do Paraná, 1 de outubro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:C60D8723

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 325-2026

DECRETO N.º 325/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 387.015,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.541.1301.1026000 - INVESTIMENTOS NO PROGRAMA DE COLETA SELETIVA Despesa - 514 - 449052 - 02555 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	**58.515,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.541.1304.2150000 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL Despesa - 515 - 339030 - 02555 - MATERIAL DE CONSUMO	**100.000,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.541.1304.2150000 - MANUTENÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO MUNICIPAL Despesa - 516 - 339039 - 02555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**178.500,00**
Órgão - 13 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE Unidade - 13002 - DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE Funcional - 18.541.1302.2148000 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MEIO AMBIENTE Despesa - 517 - 339039 - 02555 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	**50.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**387.015,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02555 - SANEPAR Compensação Financeira ao MEIO AMBIENTE do Município
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:CACFAE7A

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 326-2026

DECRETO N.º 326/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 10.273,76 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Funcional - 04.123.0401.2415000 - Devoluções de Recursos Federais Despesa - 518 - 332293 - 02944 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES
10.273,76
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES => 10.273,76
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:
Fontes:
02944 - Revitalização Praça Luzia Roberto Françoso Conv.962345-24(F)
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:B35A11C5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 327-2026

DECRETO N.º 327/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por EXCESSO DE ARRECADAÇÃO - CONVÊNIOS/FUNDOS, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 7.247,27 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.
Suplementação(ões)
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA
Unidade - 04001 - DEPARTAMENTO DE FINANÇAS
Funcional - 04.123.0401.2415000 - Devoluções de Recursos Federais Despesa - 519 - 332293 - 00944 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES **7.247,27 TOTALDASSUPLEMENTAÇÕES=> 7.247,27**
Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o provável Excesso de Arrecadação
verificado na(s) receita(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64:
Receitas:
132101110944000000 - 280 - Remuneração de Depósitos Bancários - Fonte 944
Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.
Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:A5631BBC

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
DECRETO 328-2026

DECRETO N.º 328/2026

Abre no orçamento vigente crédito adicional SUPLEMENTAR , por SUPERÁVIT FINANCEIRO e da outras providências.

O Prefeito Municipal de PAICANDU/PR, no uso das atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei nº 3445/2025, de 12 de dezembro de 2025.
DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional SUPLEMENTAR, por SUPERÁVIT FINANCEIRO, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 1.149.000,00 , destinados ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação(ões)	
Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade - 02002 - PROCURADORIA JURIDICA Funcional - 04.122.0201.2002000 - MANUTENCAO DA PROCURADORIA JURIDICA Despesa - 520 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**30.000,00**
Órgão - 02 - GABINETE DO PREFEITO Unidade - 02002 - PROCURADORIA JURIDICA Funcional - 04.122.0201.2002000 - MANUTENCAO DA PROCURADORIA JURIDICA Despesa - 521 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**40.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO Despesa - 522 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**230.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Unidade - 03001 - DEPARTAMENTO DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO Funcional - 04.122.0301.2008000 - MANUTENCAO DO GABINETE DO SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO Despesa - 523 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**90.000,00**
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS Despesa - 524 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**65.000,00**
Órgão - 14 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS Unidade - 14001 - DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS PUBLICOS Funcional - 15.452.1401.2010000 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE SERV. PUBLICOS Despesa - 525 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**90.000,00**
Órgão - 06 - SECRETARIA DE OBRAS Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS Funcional - 15.451.0601.2023000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA AÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS Despesa - 526 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**150.000,00**
Órgão - 06 - SECRETARIA DE OBRAS Unidade - 06001 - DEPARTAMENTO DE OBRAS PUBLICAS Funcional - 15.451.0601.2023000 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA AÇÕES DA SECRETARIA DE OBRAS Despesa - 527 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**65.000,00**
Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS Despesa - 528 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**70.000,00**

Órgão - 03 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO Unidade - 03003 - DIVISAO DE RECURSOS HUMANOS Funcional - 04.122.0302.2030000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE RECUROS HUMANOS	
Despesa - 529 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**20.000,00**
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA Unidade - 04006 - DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO Funcional - 04.129.0403.2140000 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO Despesa - 530 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**55.000,00**
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA Unidade - 04006 - DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO Funcional - 04.129.0403.2140000 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE	**22.000,00**

TRIBUTAÇÃO Despesa - 531 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
Órgão - 07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA Unidade - 07001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA Funcional - 04.661.0701.2046000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Despesa - 532 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**45.000,00**
Órgão - 07 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA Unidade - 07001 - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRABALHO E RENDA Funcional - 04.661.0701.2046000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO Despesa - 533 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**35.000,00**
Órgão - 04 - SECRETARIA DE FAZENDA Unidade - 04004 - DIVISAO DE TESOURARIA Funcional - 04.123.0404.2044000 - MANUTENCAO DA DIVISAO DE TESOURARIA Despesa - 534 - 319011 - 02000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	**35.000,00**
Órgão - 12 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL Unidade - 12001 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL Funcional - 08.244.1201.2081000 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL Despesa - 535 - 319013 - 02000 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	**107.000,00**
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES =>	**1.149.000,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recursos o Superávit Financeiro do exercício anterior verificado na(s) fonte(s) a seguir, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso I , da Lei Federal nº 4.320/64:

Fontes:

02000 - RECURSOS ORDINARIOS LIVRES

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as diposições em contrário.

Edifício da Prefeitura do Município de PAICANDU/PR, em 2 de outubro de 2026

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elizete Zanetti Monteschio
Código Identificador:817F924E

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU
PORTARIA Nº 560/2026

30 de setembro de 2026

O Senhor ISMAEL BATISTA, Prefeito Municipal da cidade de Paiçandu, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais de seu cargo;

RESOLVE:

Revogar, a partir de 30 de setembro de 2026, a redistribuição de Cargo da servidora ANIELCE VIER REZENDE, portadora da cédula de identidade registro geral nº 9.***.349-* SSP/PR, devidamente inscrita no cadastro de pessoa física sob o número 069.***.379-**, ocupante do Cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO PSS, desde 6 de março de 2025, para a Fundação de Saúde, do Município de Paiçandu, Estado do Paraná.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Paiçandu, Estado do Paraná, 30 de setembro de 2026.

ISMAEL BATISTA
Prefeito Municipal de Paiçandu.

Publicado por:
Angela Santos
Código Identificador:CB1C75D5

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU - DEP DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO

EXTRATO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO – ALTERA RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E ADMINISTRADOR
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 24/2026 E ARP 98-2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE PAIÇANDU, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº 76.282.664/0001-52.

CONTRATADO: 65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO, inscrita no CNPJ sob nº 65.133.060/0001-28.

FUNDAMENTO LEGAL: da Lei nº 14.133/21.

Fica acertado entre as partes o 1º termo de Apostilamento ALTERAÇÃO DE RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E ADMINISTRADOR, a **partir de 01 de outubro de 2026,** nos termos da Lei nº 14.133/2021, cujo objeto da presente é a **aquisição de EQUIPAMENTOS E MATERIAIS DE INFORMÁTICA, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Paiçandu-PR e suas demais Secretarias.** para atender a as necessidades do órgão contratante por 12 meses, conforme condições, atendendo as necessidades do município, conforme constante **Anexo I – Termo de Referência, ficando da seguinte forma:**

CLAUSULA PRIMEIRA – DA RAZÃO SOCIAL, ENDEREÇO E ADMINISTRADOR

Exclui-se a razão social:

65.133.060 MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO, inscrita no CNPJ sob nº 65.133.060/0001-28, com endereço Rua Projetada Um N., CEP: 86.670-000, representada por **MARCOS VINICIUS ZIELASKO COELHO**, inscrito no CPF nº 078.408.859-42.

Inclui-se a razão social e endereço:

FORTT COMERCIO E IMPORTAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 65.133.060/0001-28, com endereço Rua José Correa de Araújo, nº 764, Sala 01, Centro, na cidade de Itaguajé, Estado do Paraná, CEP: 86.670-000, representada pela Administradora **ANA CLARA ZIELASKO NOLETO**, inscrito no CPF nº 100.122.699-21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RETIFICAÇÃO

Altera-se a Razão Social, endereço e administrador e ratifica-se todas as demais cláusulas e condições anteriormente acordadas, permanecendo válidas e inalteradas as não expressamente modificadas por este Instrumento.

Paiçandu-PR., 01 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Paiçandu
ISMAEL BATISTA

Publicado por:
Rosinei Cristina Raguzo
Código Identificador:4840AF52

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 34ª SESSÃO ORDINÁRIA - 22/09/2026

Ata da 34ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 (dezenove) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 34ª sessão ordinária da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores, **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Lucas dos Santos** e **Roberto Bueno Marques** e ausente o vereador **Jovane Sebastião Ferreira**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e convidou todos a acompanharem a execução do Hino à Palmeira.

Discussão das Atas: O senhor Presidente informou que a ata da sessão anterior, 33ª Sessão Ordinária, foi disponibilizada previamente e submetida ao conhecimento de todos os vereadores, a ata foi colocada em discussão e não havendo nenhum questionamento, foi aprovada.

Expediente: O Senhor Presidente solicitou que o senhor 2º Secretário procedesse à leitura do expediente, o qual constou o seguinte: • Do Excelentíssimo senhor Altamir Sanson, Prefeito Municipal: - Ofício 557/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6877/2026

que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 40.895,84”;
- Ofício 569/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6879/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 225.717,22”;
- Ofício 576/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6876/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Especial, no valor de R$ 15.000,00”;
- Ofício 577/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6880/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 198.004,01”;
- Ofício 578/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6878/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 67.133,26”;
- Ofício 579/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6881/2026 que “Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar, no valor de R$ 12.000,00.”;
- Ofício 584/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6882/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Colaboração, o repasse de recursos financeiros oriundos do Sistema Estrutura SUAS, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, à Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Palmeira - APAE e dá outras providências”;
- Ofício 585/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6883/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bens públicos - Comunidade de Santa Bárbara.”
- Ofício 586/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6884/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bens públicos - Comunidade de Boa Vista.”
- Ofício 587/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6885/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bens públicos - Comunidade de Queimadas.”
- Ofício 588/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6886/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bens públicos - Comunidade de Encruzilhada.”
- Ofício 589/2026 encaminhando para apreciação o Projeto de Lei 6887/2026 que “Autoriza o Poder Executivo a proceder, mediante Termo de Cooperação, a permissão de uso gratuito de bens públicos - Comunidade de Faxinal dos Quartins.”
• Projeto de Lei 6873/2026 do vereador Sargento Gaio, “Fica concedido o Prêmio “Cidade Clima do Brasil”, a Sra. Michele de Freitas Kapp”;
• Projeto de Lei 6874/2026 do vereador Vane, “Fica concedido o Prêmio “Cidade Clima do Brasil” ao Sr. JOSÉ KREUSCH”;
• Projeto de Lei 6875/2026 do vereador Gilmar Costa, “Fica concedido o Prêmio “Cidade Clima do Brasil” ao Sr. LUÍS GUSTAVO CAMILLO MACHADO”;
• Projeto de Resolução 204/2026 da Mesa Diretora, “Regulamenta as fiscalizações ordinárias, setoriais e programadas das comissões permanentes temáticas e dá outras providências”;
• Projeto de Resolução 205/2026 da Mesa Diretora, “Regulamenta a elaboração e apresentação do Relatório Anual das Atividades Legislativas da Câmara Municipal e dá outras providências”;
• Projeto de Resolução 206/2026 da Mesa Diretora, “Regulamenta o controle de produção legislativa dos vereadores da Câmara Municipal e dá outras providências”;
• Requerimento 96/2026 da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, requer ouvido o plenário, prazo de 30 (trinta) dias para emissão dos pareceres relativos aos Projetos de Lei n.ºs 6869/2026 e 6871/2026;
• Indicação 235/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural a realização de patrolamento e cascalhamento na comunidade do Pinheiral dos Malucelli, nas proximidades da Igreja Pentecostal Deus é Amor;
• Indicação 236/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica ao Departamento de Segurança e Trânsito a realização de estudos e providências para implantação de travessias elevadas, tipo lombada, na Rua Lucia Cherobin, no Jardim Itália, e na Rua Francisco Sinke Ferreira, na Vila Rosa;
• Indicação 237/2026 da vereadora Fabíola Mereles, indica à Secretaria Municipal de Meio Ambiente a realização, com urgência, da limpeza e desobstrução do bueiro localizado na Avenida Sete de Abril, em frente ao nº 429;
• Indicação 238/2026 do vereador Irmão Fabiano, INDICA ao Poder Executivo Municipal a realização de obras para restabelecimento da ponte de acesso à propriedade do Sr. Jairo José Baggio, na localidade de Campestre de Vieiras;
• Indicação 239/2026 do vereador Sargento Gaio, indica a Secretária Municipal de Obras e Infraestrutura, que sejam realizados reparos e manutenções no pavimento asfáltico situado na Rua José Vida, bairro Vila Vida, neste Município;
• Da Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação, Emenda Aditiva ao Projeto de Lei Complementar 52/2025 com protocolo nº 660/2026 “Acrescenta redação ao art. 21 e altera o Mapa do item 3.1 do Anexo III.”;
• Moção 12/2026 da vereadora Fabíola Mereles, Moção de Aplausos ao atleta e professor Clisman Leal Batamam;
• Moção 13/2026 do vereador Diego Zanetti, Moção de Aplausos ao Senhor PAULO ROBERTO SOCZEK DZIEWA e à FAZENDA SERRANA;
• Ato da Mesa Diretora 02/2026, Regulamenta a participação da Comissão Permanente de Educação, Cultura, Bem-estar Social e Meio Ambiente - CECBESMA na análise e emissão de parecer sobre a proposta orçamentária municipal, no âmbito de suas respectivas áreas de atuação;
• Ato da Mesa Diretora 03/2026, Regulamenta a confecção do Relatório Anual de Fiscalização;

Presenças e Uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores** com exceção do vereador **Jovane Sebastião Ferreira.** Não houve vereadores inscritos para fazer uso da palavra.

Ordem do Dia: Seguindo para a Ordem do Dia, **presentes todos os senhores vereadores** com exceção do vereador **Jovane Sebastião Ferreira**, em discussão e votação única o **Requerimento 96/2026** e a **Emenda ao Projeto de Lei Complementar 52/2025 Substitutivo protocolada com nº 660/2026** foram aprovados por todos. As **Indicações 229 a 234/2026** em discussão e votação única e em bloco foram aprovadas por todos. Em 2ª discussão e votação **Projetos de Lei 6835, 6841, 6848, 6849, 6850, 6851, 6853, 6855, 6858, 6859, 6860** e **6862/2026** foram aprovados por todos, sendo o 6862/2026 em votação nominal.

Em 1ª discussão foram os **Projetos de Lei 6852/2026 Substitutivo, 6854, 6864, 6865, 6866** e **6870/2026** e o **Projeto de Resolução 203/2026.**

Encaminhamentos: Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia, o senhor Presidente encaminhou para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6873 ao 6887/2026** e os **Projetos de Resolução 204 ao 206/2026;** para a **Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização** os **Projetos de Lei 6868 e 6872/2026**; para a **Comissão de Educação, Cultura, Bem-Estar Social e Meio Ambiente o Projeto de Lei 6867/2026** e para a **Comissão de Urbanismo e Obras Públicas** o **Projeto de Lei Complementar 52/2025 Substitutivo** para análise e emissão de pareceres. Encaminhou ainda para a **Comissão de Constituição, Legislação, Justiça e Redação** os **Projetos de Lei 6835, 6853 e 6860/2026** para redação Final.

Explicação Pessoal: não houve vereadores inscritos em explicação pessoal.

Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima sessão ordinária seria no dia 29 (vinte e nove) de setembro de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 19 horas, constando na ordem do dia a discussão e votação única das **Indicações 235 a 239/2026 e 2ª discussão e votação dos Projetos de Lei 6852/2026 Substitutivo, 6854, 6864, 6865, 6866** e **6870/2026** e do **Projeto de Resolução 203/2026**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelo senhor Presidente e senhora 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:F2BE7132

CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA
ATA 5ª SESSÃO DE JULGAMENTO - 22/09/2026

Ata da 5ª sessão de julgamento da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura. Aos 22 (vinte e dois) dias do mês de setembro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis), às 18 (dezoito) horas, na sala de sessões da Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, com sede na Rua Coronel Vida, 211, Centro, foi realizada a 5ª sessão de julgamento da 2ª sessão legislativa da 19ª legislatura, convocada para apreciação, em primeira discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo 727/2026**, presidida pelo Vereador **Diego Fabrício Zanetti**, secretariada pelos Vereadores **Fabíola Mereles** 1ª Secretária, e **Edenir José Gaio Flores** 2º Secretário, e presentes os Vereadores **Fabiano da Conceição Catharina, Gilmar Costa, João Savi, Lucas dos Santos e Roberto Bueno Marques** e ausente o vereador **Jovane Sebastião Ferreira**. Havendo número legal de Vereadores, o Senhor Presidente abriu a sessão e cumprimentando os demais vereadores, o público presente e aqueles que acompanham os trabalhos pelos meios de comunicação, declarando aberta a sessão destinada à primeira discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo nº 727/2026**, que "Reconhece a inexistência dos pressupostos necessários à incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "g", da LC nº 64/1990, em relação às contas tratadas no Processo nº 107291/13 do TCE/PR.".

Expediente: Em seguida, convidou o Vereador **Sargento Gaio**, 2º Secretário, para proceder à leitura do expediente no qual constou o seguinte: Parecer da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização à Prestação de Contas do Termo de Adesão nº 122.012.026- 4/2012 - exercício financeiro de 2012 do município de Palmeira.

•PARECER DA RELATORA

DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, esta relatoria opina nos seguintes termos:

a) Quanto às Preliminares:

• Prescrição intercorrente: rejeitada pelos fundamentos apresentados;

• Nulidade do processo: rejeitada pelos fundamentos apresentados.

b) Quanto aos efeitos do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64/1990:

Considerando que:

• o julgamento técnico das contas já foi realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná;

• não compete à Câmara Municipal revisar o mérito técnico da decisão da Corte de Contas;

• não restou demonstrada a ocorrência de ato doloso de improbidade administrativa;

• não houve dano ao erário, imputação de débito ou enriquecimento ilícito;

Esta Relatoria conclui que as irregularidades apontadas no Acórdão nº 1540/19 do TCE/PR não configuram, para os fins do art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64/1990, irregularidade insanável decorrente de ato doloso de improbidade administrativa.

Assim, opina pelo reconhecimento da inexistência dos pressupostos necessários à incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "g", da Lei Complementar nº 64/1990, permanecendo íntegro o julgamento técnico realizado pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

PARECER DA COMISSÃO

Submetido à apreciação da Comissão, os demais membros manifestaram concordância com o parecer da Relatora referente ao Processo nº 107291/13 – TCE/PR, Prestação de Contas do Termo de Adesão nº 122.012.026-4/2012, o qual foi aprovado por unanimidade, passando a constituir o parecer da Comissão.

• Projeto de Decreto Legislativo 727/2026, da Comissão de Economia, Orçamento, Finanças e Fiscalização, que "Reconhece a inexistência dos pressupostos necessários à incidência da causa de inelegibilidade prevista no art. 1º, inciso I, alínea "g", da LC nº 64/1990, em relação às contas tratadas no Processo nº 107291/13 do TCE/PR".

Presenças e uso da Palavra: Concluída a leitura das matérias do expediente, **foi registrada a presença de todos os senhores vereadores** com exceção do vereador **Jovane Sebastião Ferreira.** Não houve vereadores inscritos para fazer uso da palavra.

O senhor presidente informou que o gestor das contas, senhor Altamir Sanson, foi oficiado que conforme o disposto no artigo 83 do regimento interno da Câmara Municipal, o mesmo teria o direito ao uso da palavra para defesa oral, porém o mesmo não se utilizou dessa prerrogativa.

Ordem do Dia: Seguiu-se à ordem do dia, presentes todos os senhores vereadores com exceção do vereador **Jovane Sebastião Ferreira**, em primeira discussão e votação **o Projeto de Decreto Legislativo 727/2026** foi aprovado por todos em votação nominal.

Finalizada a discussão e votação das matérias da ordem do dia não houve vereadores inscritos em explicação pessoal. Não havendo mais nada para ser tratado, o senhor Presidente lembrou aos senhores vereadores que a próxima Sessão de Julgamento seria no dia 29 (vinte e nove) de setembro, às 18 (dezoito) horas, constando na ordem do dia a segunda discussão e votação do **Projeto de Decreto Legislativo 727/2026**, agradeceu a presença e a audiência de todos e em nome de Deus e pelo povo encerrou a sessão, da qual para tudo constar foi redigida esta ata, assinada pelos senhores Presidente e 1ª Secretária.

Publicado por:
Luigi Costa
Código Identificador:3395A98B

CONTROLADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO
PORTARIA Nº 26.661, DE 02/10/2026 - ADIANTAMENTO ANA BEATRIZ DOS SANTOS

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10625/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor à servidora abaixo relacionada, lotada na Controladoria-Geral do Município, ocupante do cargo de Diretora da Controle e Auditoria, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

***Previsão orçamentária**:*

Dotação: 03.001.04.124.0004.2010.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Ana Beatriz dos Santos	*073.xxx.xxx-22*	*R$ 200,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:C082924E

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº.02.2026_RPPS.

O Município de Palmeira torna público que às **09:00 do dia 20/10/2026** realizará a licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR lote, com fundamento na Lei 14.133/2021, **que tem por objeto:**

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços terceirizados, visando ao fornecimento de 01 (um) posto de servente de limpeza com acumulação da função de copeira e 01 (um) posto de recepcionista, ambos com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas, totalizando 200 (duzentas) horas mensais por posto, com critério de julgamento pelo menor preço global do lote único,

composto pelos dois itens, sendo obrigatória a contratação conjunta dos itens por uma única empresa.

LOCAL: www.bllcompras.org.br ´´Acesso Identificado no link– BLL Compras´´. Os interessados poderão obter o edital na íntegra através do Portal Nacional de Contratações Públicas– PNCP pelo endereço eletrônico www.gov.br/pncp/pt-br, Portal da Transparência do Município pelo endereço eletrônico www.palmeira.pr.gov.br, através do Acesso Público da BLL pelo endereço eletrônico indicado acima ou junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Palmeira, nas horas normais de expediente. Informações adicionais, dúvidas ou pedidos de esclarecimentos poderão ser solicitados através do fone: 42-3909-5014 ou pelo e-mail: licitacao@palmeira.pr.gov.br .

02 de outubro de 2026

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:09DB2A21

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 05/2026 – CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA.

Referente ao Credenciamento n.º 07/2026 – Processo Digital n.º 3230/2026
Termo de Credenciamento n.º 05/2026 – Processo Digital n.º 8269/2026

Credenciante: MUNICÍPIO DE PALMEIRA
CNPJ: 76.179.829/0001-65
Credenciada: CLAUDIO DE ALMEIDA MACIEL & CIA LTDA – CLAUMEC PALMEIRA
CNPJ: 08.312.808/0001-16

Objeto do Termo Aditivo: Inclusão dos Lotes 01 e 06 ao objeto do Termo de Credenciamento n.º 05/2026, referente ao credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, com fornecimento de peças, serviços de borracharia e guincho.

Período de vigência: Permanece vigente o prazo estabelecido no Termo de Credenciamento n.º 05/2026, com encerramento em **31 de julho de 2027**.

Data da assinatura: 24/09/2026.

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:8DF023C8

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DE JULGAMENTO CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026 UNINTER EDUCACIONAL S/A.

CREDENCIAMENTO Nº. 01/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 64/2026
PROTOCOLO Nº 25716/2025

A Comissão de Contratação do Município de Palmeira torna público o resultado da análise do pedido de credenciamento ao Credenciamento nº. 01/2026, cujo objeto prevê o Credenciamento de Instituições de Ensino para celebração de parceria com a Prefeitura Municipal de Palmeira, visando à realização de estágios obrigatórios não remunerados.

Proponente	CPF/CNPJ	Processo Administrativo	Resultado
UNINTER EDUCACIONAL S/A,	**02.261.854/0001-57**	**10644/2026**	**HABILITADO**

Os documentos de habilitação foram disponibilizados para acesso através do Portal da Transparência do Município (acesso pelo site www.palmeira.pr.gov.br). Abre-se a partir da data de publicação deste extrato, o prazo de 03 (três) dias para interposição de recursos. Eventuais recursos deverão ser apresentados nos termos do item 4.2.10 do edital.

Publique-se.

OSMAIR LEDERER
Presidente da Comissão de Contratação

Publicado por:
Denise Baggio
Código Identificador:CB2A924A

GABINETE DO PREFEITO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1668/2025

Pelo presente instrumento, de um lado **O MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº. 76.179.829/0001-65, com sede na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº. 134 – Centro Cívico, em Palmeira, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Chefe de Gabinete, Sr. ADELITO MORES, portador da cédula de identidade R.G n° 7.179.999-9 SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o n° 037.620.139-85, o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme Decreto Municipal nº 17.978/2025, doravante denominado CONTRATANTE e a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob nº 61.074.175/0001-38 com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 14.261, do 17º ao 21º andar, Ala A, CEP: 04794-000, por seu representante legal, Sr. PAULO GIOVANNI ECHEVERRIA, portador da Carteira de Identidade nº 5043902-0 – SSP/PR e do CPF nº 787.304.579-04, a seguir denominada CONTRATADA**, têm entre si, justo e avençado, e celebram por meio do Processo Administrativo n.º 9075/2026, por força do presente instrumento e em conformidade com a Lei Federal n.º 14.133/2021, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 1668/2025**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: Quanto à vigência da ata, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 12 (doze) meses contados a partir do dia 03/10/2026 até a data de 03/10/2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE: Visando restabelecer a relação originalmente pactuada entre as partes, fica estabelecido o reajuste contratual pelo índice de 4,223450%, correspondente à variação acumulada do *IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo* nos últimos 12 (doze) meses. Assim, o valor do objeto passa de R$ 1.994,00 (mil novecentos e noventa e quatro reais) para R$ 2.078,22 (dois mil, setenta e oito reais e vinte e dois centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato n.º 1668/2025, não alcançadas pelo presente Termo Aditivo, permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira, data da assinatura.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:0AEAE968

RPPS - REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PARECER TÉCNICO: REFERENCIA AGOSTO DE 2026 - COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Comitê de Investimentos

PARECER TÉCNICO

Referência: agosto de 2026
Fundamentação: Resolução CMN nº 5.272/2025 e Portaria MTP nº 1.467/2022
Fontes: Atas das reuniões do Comitê de Investimentos realizadas em agosto de 2026; Panorama Econômico – agosto/2026; Relatório de Análise, Enquadramentos, Rentabilidade e Risco Crédito & Mercado, data-base 31/08/2026; Relatório de Retornos dos Investimentos – agosto/2026.

1. CONTEXTO ECONÔMICO E FINANCEIRO – AGOSTO DE 2026

O cenário econômico de agosto de 2026 apresentou aumento das incertezas no ambiente internacional, especialmente em razão da retomada das tensões geopolíticas no Oriente Médio. A elevação dos riscos relacionados ao conflito entre Estados Unidos e Irã provocou pressão sobre os preços do petróleo, com o Brent encerrando o mês em US$ 90,49 por barril.

No mercado financeiro brasileiro, o mês foi marcado por maior volatilidade. O Ibovespa encerrou agosto em 177.418,78 pontos, com queda de 0,32%. Durante o mês, foram registrados onze pregões consecutivos de queda entre os dias 4 e 18 de agosto, acompanhados de saída relevante de recursos estrangeiros, posteriormente parcialmente revertida. O dólar encerrou o mês cotado a R$ 5,1814, com média de R$ 5,16.

No cenário doméstico, o Copom realizou reunião nos dias 4 e 5 de agosto e reduziu a taxa Selic em 0,25 ponto percentual, passando de 14,25% para 14,00% ao ano. A inflação medida pelo IPCA apresentou deflação de 0,32% em agosto, acumulando 4,22% nos últimos doze meses.

A economia brasileira apresentou crescimento de 0,5% no segundo trimestre de 2026 em relação ao trimestre anterior e de 2,0% na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior. A taxa de desemprego ficou em 5,3%, enquanto o mercado formal de trabalho registrou saldo positivo de 58,5 mil empregos em julho.

No mercado de renda fixa, os principais índices apresentaram desempenho positivo durante agosto, com destaque para o IMA-B, que apresentou alta de 1,58%, o IMA-B 5, com alta de 1,18%, o IMA-S, com 1,17%, e o IRF-M, que apresentou variações positivas entre aproximadamente 1,04% e 1,24%.

Diante desse cenário, permanece necessária uma estratégia voltada à preservação do patrimônio, manutenção da liquidez, diversificação dos investimentos e acompanhamento dos riscos de mercado, crédito, liquidez e concentração, especialmente diante das incertezas relacionadas ao ambiente externo e ao comportamento das taxas de juros.

2. ORIENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O PERÍODO

Conforme as recomendações apresentadas no Panorama Econômico de agosto de 2026, a orientação permanece pela manutenção de uma estratégia equilibrada, com participação relevante em renda fixa de curto prazo, especialmente em estratégias vinculadas ao IMA-S e IRF-M 1, considerando o nível ainda elevado das taxas de juros.

Também permanece a possibilidade de manutenção de posições em títulos indexados à inflação, especialmente em estratégias de menor duration, como o IMA-B 5, considerando a volatilidade observada nas taxas de juros de maior prazo.

Para a renda variável, o cenário de agosto recomenda maior acompanhamento das oscilações do mercado, diante das incertezas externas, da trajetória dos juros e dos fatores geopolíticos. A estratégia deve permanecer compatível com a Política de Investimentos e com as necessidades de liquidez do RPPS.

A orientação também contempla a diversificação dos investimentos, o acompanhamento das oportunidades em crédito privado, observados os critérios de qualidade dos emissores, e a utilização de investimentos internacionais, quando compatíveis com a Política de Investimentos e com o enquadramento regulatório.

Assim, a estratégia do RPPS deve permanecer baseada na gestão ativa, preservação do patrimônio, liquidez adequada às obrigações previdenciárias e aproveitamento gradual de oportunidades, sempre observando os limites estabelecidos pela regulamentação vigente.

3. ANÁLISE DA RENTABILIDADE E DESEMPENHO DA CARTEIRA

Conforme o Relatório de Retornos dos Investimentos, com data-base de 31/08/2026, a carteira apresentou saldo anterior de R$ 55.359.010,54, aplicações de R$ 9.321.680,96 e resgates de R$ 8.984.227,32, encerrando o período com saldo de R$ 56.230.709,39.

O retorno financeiro registrado no mês foi de R$ 534.245,21, correspondente a uma rentabilidade de 0,96%. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou 7,48%, enquanto a meta acumulada atingiu 6,79%, resultando em desempenho correspondente a 110,04% da meta.

A renda fixa apresentou rentabilidade de 1,00% no mês, com retorno financeiro de R$ 474.512,63, permanecendo como principal responsável pelo resultado positivo da carteira.

Os investimentos classificados em renda variável, estruturados e fundos imobiliários apresentaram, em conjunto, retorno de 0,79%, correspondente a R$ 83.063,83.

Entre os resultados positivos observados no período, destacaram-se o investimento denominado Brazilian Graveyard, com retorno de 11,82%, a Caixa Institucional Ações BDR, com 5,59%, o Guepardo Valor, com 5,23%, o Arbor II FIC Ações, com 3,36%, e o CXRI11, com 2,87%.

Por outro lado, alguns investimentos apresentaram resultados negativos no mês, destacando-se o SPTW11, com retorno de -26,42%, o FP2 FIP, com -3,78%, o TVRI11, com -2,77%, o Meta 11 Small Cap, com -2,02%, o Finacap Mauritsstad, com -1,42% e o Daycoval Ibovespa Ativo, com -1,33%.

Também merece acompanhamento específico o Monte Carlo Institucional IMA-B 5, que apresentou retorno de -1,86% no período.

O resultado acumulado da carteira permanece acima da meta estabelecida para o exercício, embora seja necessário manter o acompanhamento individual dos investimentos que apresentaram desempenho negativo e daqueles que possuem maior exposição a riscos de mercado, liquidez ou enquadramento.

4. ANÁLISE DA COMPOSIÇÃO E DO ENQUADRAMENTO DA CARTEIRA

Na posição de 31 de agosto de 2026, o patrimônio líquido total da carteira alcançou R$ 59.286.561,14, sendo R$ 58.311.697,46 considerados para cálculo dos limites e R$ 974.863,68 correspondentes às disponibilidades financeiras.

A carteira permaneceu concentrada principalmente em renda fixa. Conforme o relatório de enquadramento, a renda fixa representava 81,81% da carteira considerada, distribuída entre as classificações previstas no artigo 7º da Resolução CMN nº 5.272/2025.

Dentro da renda fixa, os investimentos enquadrados no artigo 7º, inciso I, correspondiam a R$ 28.279.052,29, equivalentes a 48,50%. Os investimentos enquadrados no artigo 7º, inciso III, representavam R$ 5.417.799,52, equivalentes a 9,29%, enquanto aqueles enquadrados no artigo 7º, inciso V, correspondiam a R$ 12.164.634,25, equivalentes a 20,86%.

Também estavam registrados investimentos enquadrados no artigo 7º, inciso VII, no montante de R$ 1.297.282,42, correspondentes a 2,22%, e no artigo 7º, inciso IX, no valor de R$ 82.569,11, correspondentes a 0,14%.

O relatório de enquadramento identificou ainda R$ 464.357,25, equivalentes a 0,80% da carteira, classificados como “Desenquadrado – RF”, cuja classificação apresentava limite indicado de 0%.

Na parcela de renda variável, investimentos estruturados e fundos imobiliários, os recursos estavam distribuídos entre as classificações previstas nos artigos 8º, 10 e 11, totalizando 17,99% da carteira considerada.

Entre as posições relevantes, destacam-se o Bradesco Federal Extra, com R$ 5.666.931,35, o Caixa Brasil IRF-M 1, com R$ 9.331.096,21, e o Sicredi Liquidez Empresarial DI, com R$ 6.598.059,56. Também permaneciam posições relevantes no Daycoval Multiestratégia, no Daycoval Ibovespa Ativo e na Caixa Institucional Ações BDR.

Permanece, ainda, a posição no SPTW11, no valor de R$ 27.510,00, além do TVRI11 e do ATCR11.

O investimento Monte Carlo Institucional IMA-B 5 apresentava saldo de R$ 464.357,25, com liquidez indicada como D+1800, devendo permanecer sob acompanhamento específico em razão da classificação de desenquadramento registrada no relatório.

5. MOVIMENTAÇÕES, DELIBERAÇÕES E GOVERNANÇA

Durante o mês de agosto, o Comitê de Investimentos manteve o acompanhamento da carteira, das condições de mercado, do enquadramento dos investimentos e das medidas relacionadas à gestão dos recursos previdenciários.
Na reunião realizada em 14 de agosto de 2026, foi analisada a Assembleia Geral de Cotistas do Daycoval Ibovespa Ativo, sendo aprovado pelo Comitê o voto favorável às contas e demonstrações financeiras, considerando as análises apresentadas pela Crédito & Mercado e pela auditoria independente.
Na mesma reunião, foi analisada a situação do Bradesco Premium, considerando a concentração anteriormente existente nesse investimento e os aspectos relacionados à adequação regulatória e à governança. O Comitê deliberou pela realocação de recursos do Bradesco Premium para o Bradesco Federal Extra, investimento enquadrado no artigo 7º, inciso I, com referência ao CDI e liquidez D+0.
A decisão foi tomada considerando a necessidade de adequação da carteira, observância dos limites de concentração, liquidez dos recursos, condições de mercado e Política de Investimentos.
Na reunião de 21 de agosto de 2026, o Comitê analisou o Sicredi Liquidez Empresarial DI e o Itaú Institucional IRF-M1. Os dois investimentos foram considerados aptos a receber recursos do RPPS, observados os critérios regulatórios e a análise da composição global da carteira.
O Comitê também registrou a observação da consultoria quanto à concentração em estratégias semelhantes de renda fixa. Foi ressaltado que a aprovação dos fundos como aptos não representa determinação de aplicação imediata, devendo eventual movimentação ser definida de acordo com a disponibilidade financeira, a composição global da carteira, as condições de mercado e os procedimentos internos e regulamentares.
As deliberações realizadas durante agosto demonstram a continuidade do acompanhamento técnico da carteira, com atenção ao enquadramento, à liquidez, à concentração dos investimentos e à adequação das aplicações à Política de Investimentos.

6. ANÁLISE DE RISCO E GOVERNANÇA
O Comitê acompanhou os indicadores de risco apresentados pela Crédito & Mercado, especialmente o VaR registrado no período, que apresentou valor de 1,10%.
A carteira permanece exposta a diferentes fatores de risco, especialmente risco de mercado, risco de concentração, risco de liquidez e risco de enquadramento. A predominância de renda fixa proporciona maior participação de ativos relacionados às taxas de juros, mas também exige acompanhamento da duration e da sensibilidade das posições às alterações da curva de juros.
Entre os pontos que demandam atenção permanece o investimento Monte Carlo Institucional IMA-B 5, em razão do desenquadramento identificado no relatório e da liquidez de longo prazo indicada para a posição.
Também deve permanecer sob acompanhamento o SPTW11, considerando a determinação anteriormente registrada para seu desinvestimento e o saldo ainda existente na carteira.
Os investimentos relacionados ao Banco Daycoval também continuam demandando acompanhamento, especialmente em razão das deliberações anteriores do Comitê relacionadas à adequação institucional da instituição às exigências aplicáveis aos investimentos dos RPPS.
A gestão dos recursos deve permanecer vinculada à Política de Investimentos, à Resolução CMN nº 5.272/2025, à Portaria MTP nº 1.467/2022, aos pareceres técnicos disponíveis e às deliberações colegiadas do Comitê de Investimentos. O acompanhamento dos riscos deverá permanecer integrado à análise de rentabilidade, liquidez, concentração e enquadramento, de modo que eventuais ajustes na carteira sejam realizados de forma gradual e compatível com as condições de mercado e com as necessidades do RPPS.

7. CONCLUSÃO E MANIFESTAÇÃO DO COMITÊ
Diante da análise do cenário econômico, do desempenho da carteira, dos indicadores de risco, do enquadramento dos investimentos e das deliberações realizadas durante o mês de agosto de 2026, o Comitê de Investimentos conclui que a gestão dos recursos do RPPS permaneceu orientada pelos princípios de segurança, prudência, diligência, liquidez, diversificação e preservação do patrimônio previdenciário.
A carteira apresentou rentabilidade positiva de **0,96% no mês, com retorno financeiro de R$ 534.245,21**. No acumulado do exercício, a rentabilidade alcançou **7,48%**, superando a meta acumulada de **6,79%**.
O resultado do mês foi sustentado principalmente pelo desempenho da renda fixa, que apresentou retorno de **1,00%**, enquanto os investimentos de renda variável, estruturados e fundos imobiliários apresentaram retorno conjunto de **0,79%**.
No âmbito da governança, o Comitê realizou análises relacionadas ao Daycoval Ibovespa Ativo, ao Bradesco Premium, ao Bradesco Federal Extra, ao Sicredi Liquidez Empresarial DI e ao Itaú Institucional IRF-M1, mantendo o acompanhamento da composição e da concentração da carteira.
Também permanecem sob acompanhamento os investimentos que apresentam situações específicas de enquadramento, liquidez ou desinvestimento, especialmente o Monte Carlo Institucional IMA-B 5 e o SPTW11, além das providências relacionadas aos recursos mantidos junto ao Banco Daycoval.
Considerando o desempenho acumulado superior à meta, as deliberações realizadas durante o mês e o acompanhamento das situações específicas de enquadramento, o Comitê opina favoravelmente pela ratificação da gestão dos investimentos no mês de agosto de 2026, recomendando a continuidade do monitoramento sistemático da rentabilidade, dos riscos, da liquidez, da concentração e do enquadramento dos investimentos.
Recomenda-se, ainda, que eventuais ajustes de alocação sejam realizados de forma técnica, gradual e compatível com as condições de mercado, com a Política de Investimentos e com a Resolução CMN nº 5.272/2025, mantendo-se especial atenção aos investimentos que demandem regularização ou desinvestimento.

JOSÉ MARCOS DZIADZIO
Membro do Comitê de Investimentos

FRANCINE ALBUQUERQUE CRUZ
Presidente do Comitê de Investimentos

JOÃO JEIVES PINHEIRO
Assessor Financeiro – RPPS de Palmeira

Publicado por:
Lucas Herique Fonseca
Código Identificador:303CBA5A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PORTARIA Nº 26.664, DE 02/10/2026 - ADIANTAMENTO EVILYN SHAYHEN PARRA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 10613/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor a servidora abaixo relacionada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, ocupante do cargo de Conselheira Tutelar, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica a servidora tomadora do adiantamento compromissada a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 08.001.04.122.0014.6.039.3.3.90.39.00.00.
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Evilyn Shayhen Parra	*072.xxx.xxx-75*	*R$ 500,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:44808771

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E COMUNICAÇÃO
ATA - REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO HISTÓRICO, CULTURAL E ARTÍSTICO DE PALMEIRA

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, às 15h, reuniram-se os membros do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico, Cultural e Artístico de Palmeira, Renato Ricardo Schnell Junior, Ricardo Kasburg Phillipsen, Maria Ivanilde Bussadori Krambeck e Ana Cristina Bittencourt, bem como a Assessora de Cultura, Meire Cristine Nery Dias, para tratar das propostas de reconhecimento de bens e manifestações de relevância histórica e cultural do Município de Palmeira como Patrimônio Cultural Imaterial.
Inicialmente, foi apresentada ao Conselho a indicação para o reconhecimento da Casa do Monjolo como Patrimônio Cultural Imaterial do Município. Após a apresentação, os conselheiros concordaram em realizar o estudo da fundamentação que acompanha o pedido, sendo o material encaminhado aos membros para análise e posterior deliberação do Conselho.
Na sequência, foi apresentado o pedido para o início dos estudos visando ao reconhecimento do Queijo Purungo como Patrimônio Cultural Imaterial, considerando sua relevância histórica e cultural para o Município de Palmeira. Ficou definido que a conselheira representante do Instituto Histórico e Geográfico de Palmeira, Ana Cristina Bittencourt, levará a proposta para apreciação junto à instituição, devendo posteriormente encaminhar ao Conselho o retorno sobre o assunto. Os conselheiros presentes manifestaram concordância quanto à importância histórica e cultural do Queijo Purungo para Palmeira e à relevância de seu reconhecimento.
Em seguida, foi apresentado o pedido de prosseguimento dos procedimentos para o reconhecimento da Colônia Cecília como Patrimônio Cultural Imaterial do Município. Foram apresentados e discutidos os fundamentos que justificam o pedido, bem como o respectivo texto que fundamentará o projeto de Lei. Após a apresentação, o Conselho aprovou o prosseguimento dos procedimentos necessários para o reconhecimento da Colônia Cecília como Patrimônio Cultural Imaterial.
Na continuidade da reunião, foi apresentada a proposta de reconhecimento do Plantio Direto na Palha como Patrimônio Cultural Imaterial, considerando o pioneirismo de Palmeira na adoção e desenvolvimento desse sistema de cultivo. Foi apresentada e realizada a leitura do pedido, bem como do texto que fundamentará o Projeto relacionado à proposta. Após a análise, os membros do Conselho aprovaram o prosseguimento do pedido, reconhecendo a importância histórica de Palmeira como município pioneiro no Plantio Direto na Palha e destacando também a relevância do reconhecimento dessa trajetória para o Município, inclusive diante da possibilidade de fortalecimento da proposta de reconhecimento de Palmeira como referência ou capital do Plantio Direto.
Por fim, foi comunicado que serão solicitadas às instituições e entidades que compõem o Conselho Municipal de Patrimônio novas indicações de representantes, tendo em vista o encerramento do atual mandato do Conselho. A solicitação terá como objetivo promover a atualização, caso necessário, de sua composição, garantindo a continuidade dos trabalhos e a renovação da representação das instituições e entidades que integram o Conselho.
Não mais havendo a tratar encerrou-se a reunião, e, para que tudo conste, eu, Renato Ricardo Schnell Junior, lavrei a presente ata que vai assinada.
Palmeira, 15 de setembro de 2026.

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:6504827F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER
TERMO DE EXTINÇÃO UNILATERAL DO CONTRATO Nº 1641/2025, ORIUNDO DA CONCORRÊNCIA Nº 05/2025 – MATSUMOTO COSTA EMPREENDIMENTOS LTDA

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito CNPJ/MF sob o n.° 76.179.829/0001-65, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, n.º 134, Centro Cívico, neste ato representado pela Secretária Municipal de Esporte e Lazer, Sr. THIAGO HENRIQUE RIGONI DE PONTES,** portador da cédula de identidade **R.G n° 7.XXX.XXX-4 SSP/PR,** o qual foi nomeado como responsável solidário pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 18.805 DE 19/12/2025,**

CONSIDERANDO o Contrato nº 1641/2025, oriundo da Concorrência nº 05/2025, cujo objeto consiste na **Reforma da Praça João Paulo II**, no Município de Palmeira/PR, com valor contratual de **R$ 230.202,95**;

CONSIDERANDO as manifestações contidas no Processo Administrativo nº. 6842/2026,
CONSIDERANDO os documentos de acompanhamento da obra, segundo os quais a execução física acumulada do objeto alcançou apenas 18,36%, correspondente a R$ 42.266,50, enquanto o cronograma contratual previa, para o mês de julho de 2026, execução de 61,41%;
CONSIDERANDO que o Relatório Resumo do Empreendimento – RRE registra a situação do contrato de repasse como "ATRASADA";
CONSIDERANDO que, conforme declaração da fiscalização de obras, não houve medição referente ao mês de junho de 2026, em razão do não cumprimento, pela CONTRATADA, dos eventos e metas previstos na planilha orçamentária, circunstância que impossibilitou a emissão da Planilha de Levantamento de Eventos – PLE;
CONSIDERANDO que a Cláusula Décima Sexta, item 16.2, do Contrato nº 1641/2025 prevê a possibilidade de extinção contratual nas hipóteses previstas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa;
CONSIDERANDO que a Cláusula Décima Quinta do Contrato nº 1641/2025 estabelece, entre as infrações contratuais, a inexecução total e o retardamento injustificado da execução do objeto;
CONSIDERANDO a expressiva diferença entre a execução física efetivamente alcançada e aquela prevista no cronograma contratual, bem como a ausência de cumprimento dos eventos e metas estabelecidos para a execução da obra;
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo tem por objeto formalizar a **extinção unilateral do Contrato nº 1641/2025**, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PALMEIRA e a empresa **MATSUMOTO COSTA EMPREENDIMENTOS LTDA**, decorrente da Concorrência nº 05/2025.
CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO DA EXTINÇÃO
A presente extinção unilateral fundamenta-se nas disposições do **Contrato nº 1641/2025**, especialmente em suas cláusulas décima quinta e décima sexta, bem como nos **arts. 137, 138, inciso I, e 139 da Lei nº 14.133/2021**, considerando os fatos e documentos constantes do processo administrativo.
Parágrafo único. A extinção ora formalizada decorre da execução contratual em desacordo com o cronograma estabelecido, tendo sido constatada execução física acumulada de apenas **18,36%**, correspondente a **R$ 42.266,50**, frente à previsão de **61,41%** para julho de 2026, além da ausência de cumprimento dos eventos e metas necessários ao regular prosseguimento da obra.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA ENTREGA DO OBJETO E DA SITUAÇÃO DA OBRA

A CONTRATADA deverá observar as providências determinadas pela fiscalização quanto à entrega, desmobilização e disponibilização do local da obra, bem como quanto aos materiais, equipamentos, documentos e demais elementos vinculados à execução contratual, conforme as determinações administrativas pertinentes.

Parágrafo único. A situação física da obra na data da extinção deverá ser devidamente registrada pela fiscalização, inclusive mediante relatório, medição, registros fotográficos e demais documentos necessários à formalização do estado de execução do objeto, quando cabível.

CLÁUSULA QUARTA – DA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADES E SANÇÕES

A presente extinção contratual não prejudica a apuração, em procedimento próprio ou no processo administrativo pertinente, de eventual responsabilidade da CONTRATADA pelo descumprimento das obrigações contratuais, inclusive para fins de aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual, assegurados, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo único. A formalização da extinção contratual não implica, por si só, aplicação automática de penalidade, devendo eventual sanção observar procedimento administrativo próprio e os pressupostos legais para sua aplicação.

CLÁUSULA QUINTA – DA FUNDAMENTAÇÃO E INTEGRAÇÃO AO PROCESSO

Integram o presente Termo, para todos os fins, os documentos, relatórios, manifestações da fiscalização, notificações e demais elementos constantes do processo administrativo que fundamentaram a extinção do contrato.

Fica eleito o foro da Comarca de Palmeira/PR para dirimir eventuais controvérsias.

Palmeira/PR, data da assinatura.

_____

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:7D676860

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO 19.615, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A MIGRAÇÃO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA (NFS-E) PARA O SISTEMA NACIONAL DA NFS-E NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE PALMEIRA

O **Prefeito Municipal de Palmeira**, estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Processo Administrativo protocolado sob nº 10839/2026,

Decreta:

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Município de Palmeira, a migração do sistema municipal de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) para o Sistema Nacional da NFS-e, a ser emitida no ambiente eletrônico disponibilizado pela Plataforma Nacional da NFS-e, acessível no endereço https://www.nfse.gov.br/EmissorNacional, estabelecendo as regras, procedimentos e o prazo para a transição dos contribuintes.

Parágrafo único. A NFS-e Nacional poderá ser emitida pelo contribuinte por meio de três modalidades disponibilizadas pelo Sistema Nacional da NFS-e, conforme a sua necessidade operacional, a saber:

I - pelo Emissor Público Web, mediante preenchimento direto das informações no Portal do Contribuinte;

II - pelo Emissor Público Mobile, por meio de aplicativo para dispositivos móveis, disponibilizado gratuitamente nas lojas virtuais Play Store, para dispositivos com sistema operacional Android, e Apple Store, para dispositivos com sistema operacional iOS;

III - pelo Emissor Público API, mediante integração eletrônica entre sistemas, utilizando interface de programação de aplicações Application Programming Interface - API.

Art. 2º As empresas que utilizam sistemas próprios ou integrados para emissão de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) deverão promover a adequação de seus sistemas ao Emissor Nacional da NFS-e até a data estabelecida no art. 3º. deste Decreto, observando as especificações técnicas, leiautes e demais orientações disponibilizadas no Portal Nacional da NFS-e.

Art. 3º A emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) por meio do Sistema Nacional passará a ser obrigatória, a partir de 1º de novembro de 2026, para:

I - profissionais autônomos inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal;

II - delegatários de serviços notariais e de registro (cartorários) inscritos no Cadastro Mobiliário Municipal vinculado ao CPF, cuja emissão deverá ocorrer de forma individualizada por ato praticado;

III - demais prestadores de serviços estabelecidos no Município de Palmeira.

Parágrafo único. A partir da data prevista no caput deste artigo, os contribuintes enquadrados nas hipóteses previstas nos incisos I, II e III ficam obrigados a emitir a NFS-e exclusivamente por meio do Sistema Nacional da NFS-e, vedada a sua emissão pelo sistema municipal de notas fiscais, que permanecerá disponível exclusivamente para consultas, operações administrativas e demais funcionalidades de natureza fiscal.

Art. 4º Os contribuintes que optarem pela integração de sistemas próprios ao Ambiente de Dados Nacional (ADN) ficam responsáveis pela adequação de seus sistemas ao leiaute padronizado da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e), bem como pela observância das especificações técnicas, dos padrões de comunicação e dos procedimentos de homologação estabelecidos pelo Comitê Gestor da NFS-e (CGNFS-e), respondendo pela correta e tempestiva emissão dos documentos fiscais.

Art. 5º No ambiente do Emissor Nacional da NFS-e deverão ser observados os manuais, tutoriais, orientações gerais, perguntas frequentes (FAQ), documentação técnica e demais conteúdos disponibilizados no Portal da NFS-e Nacional, acessível por meio do endereço eletrônico https://www.gov.br/nfse.

Art. 6º O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) incidente sobre os serviços registrados na Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) emitida no Sistema Nacional deverá ser recolhido por meio de Documento de Arrecadação Municipal (DAM), disponibilizado no sistema Oxy ISS, na forma e nas condições estabelecidas pela legislação municipal.

Art. 7º O cancelamento ou a substituição da NFS-e emitida por meio do Sistema Nacional da NFS-e poderão ser efetuados pelo contribuinte no próprio ambiente emissor, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de sua emissão.

§ 1º O cancelamento ou a substituição de que trata o caput deste artigo somente poderão ser realizados antes do recolhimento do respectivo Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), sendo vedada a realização dessas operações após o recolhimento do imposto.

§ 2º Transcorrido o prazo fixado no caput ou verificado o recolhimento do imposto, o cancelamento ou a substituição da NFS-e somente poderão ser pleiteados por meio de processo administrativo regular no âmbito da Secretaria Municipal de Finanças, mediante justificativa fundamentada e comprovação do desfazimento ou da necessidade de correção da operação, sujeitos à homologação da autoridade fiscal.

Art. 8º Os prestadores de serviços, pessoas físicas ou jurídicas, os responsáveis tributários e os demais contribuintes sujeitos ao cumprimento de obrigações tributárias perante o Município deverão realizar o credenciamento e a habilitação no sistema Oxy ISS para acesso aos serviços e funcionalidades disponibilizados pela Administração Tributária Municipal.

§ 1º O credenciamento e a habilitação serão realizados por meio eletrônico, mediante requerimento apresentado no sistema Oxy ISS, acompanhado das informações e dos documentos necessários à identificação do contribuinte e de seu representante legal, conforme estabelecido pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 2º O requerimento e os documentos apresentados para fins de credenciamento e habilitação deverão ser assinados digitalmente mediante certificado digital no padrão ICP-Brasil ou por meio do sistema GOV.BR.
§ 3º O credenciamento e a habilitação no sistema Oxy ISS destinam-se, entre outras finalidades, ao acompanhamento da situação fiscal, à apresentação de declarações e informações tributárias, à atualização de dados cadastrais e à utilização dos demais serviços disponibilizados pela Administração Tributária Municipal.
§ 4º A Secretaria Municipal de Finanças poderá estabelecer, por meio de normas complementares, os procedimentos, documentos e demais requisitos necessários ao credenciamento e à habilitação de que trata este artigo.
Art. 9. Os arts. 2º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 52 do Decreto Municipal nº 11.310, de 7 de junho de 2017, deixarão de produzir efeitos em relação ao contribuinte a partir da data em que iniciar a emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e) por meio do Sistema Nacional da NFS-e.

Art. 10. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2A6F8608

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.611 DE 02/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$2.520.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.452/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.520.000,00 (dois milhões quinhentos e vinte mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTAO EM SAUDE
15.001.10.301.0040.6.106. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
573 – 3.3.90.34.00.00 000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO R$2.000.000,00

15.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO SECUNDARIA
15.003.10.302.0045.6.114. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO, TERAPIA E CONSULTAS MEDICA
593 – 3.3.71.70.00.00 000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$520.000,00

Total Suplementação: R$2.520.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTAO EM SAUDE
15.001.10.301.0040.6.106. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
574 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.200.000,00

15.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO PRIMARIA
15.002.10.301.0042.6.110. AQUISICAO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDIMENTOS DOS
582 – 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$250.000,00

15.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO SECUNDARIA
15.003.10.302.0045.6.114. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - EXAMES COMPLEMENTARES
592 – 3.3.50.43.00.00 000 SUBVENCOES SOCIAIS R$70.000,00

Total Redução: R$2.520.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:964C856F

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.612 DE 02/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 199.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.453/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
169 - 3.3.90.30.00.00 890 MATERIAL DE CONSUMO R$ 199.000,00

Total: R$ 199.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decerto, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.9.57.0.1.00000000 Fonte: 890 R$ 199.000,00

Total da Receita: R$ 199.000,00

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:2C444908

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.613 DE 02/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$158.978,89

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 6.454/2026

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$158.978,89 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
07 - 3.3.91.97.00.00 – 1001 - APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS R$158.978,89

Total Suplementação: R$158.978,89

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2.001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
08 - 4.4.90.51.00.00 - 1001 - OBRAS E INSTALACOES R$158.978,89

Total Redução: R$158.978,89

Art. 3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:23C4CBCB

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DECRETO Nº 19.614 DE 02/10/2026 ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$1.000,00

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pelas Leis Municipais nº 6.116/2025 – LDO e nº 6.216/2025 – LOA,

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$1.000,00 (mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
13.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO AMBIENTAL
13.001.18.542.0031.2.090. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO AMBIENTAL
486 – 4.4.90.52.00.00 – 000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.000,00

Total Suplementação: R$1.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste decreto, servirá como recurso Anulação de dotação, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

13.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE
13.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO AMBIENTAL
13.001.18.542.0032.2.093. MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DO DEPARTAMENTO DE FISCALIZACAO
495 – 4.4.90.52.00.00 – 000 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE R$1.000,00

Total Redução: R$1.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:6673F68D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.452 DE 02/10/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO VALOR DE R$2.520.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Geral do Município, no valor de R$2.520.000,00 (dois milhões quinhentos e vinte mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Suplementação

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTAO EM SAUDE
15.001.10.301.0040.6.106. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
573 – 3.3.90.34.00.00 000 OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE CONTRATOS DE TERCEIRIZACAO R$2.000.000,00

15.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO SECUNDARIA
15.003.10.302.0045.6.114. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - EXAMES COMPLEMENTARES DE DIAGNOSTICO, TERAPIA E CONSULTAS MEDICA
593 – 3.3.71.70.00.00 000 RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO R$520.000,00

Total Suplementação: R$2.520.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução

15.000.00.000.0000.0.000. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
15.001.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE GESTAO EM SAUDE
15.001.10.301.0040.6.106. PAGAMENTO DE SALARIOS E ENCARGOS SOCIAIS
574 – 3.3.90.39.00.00 000 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA R$2.200.000,00

15.002.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO PRIMARIA
15.002.10.301.0042.6.110. AQUISICAO DE MEDICAMENTOS E INSUMOS PARA ATENDIMENTOS DOS
582 – 3.3.90.32.00.00 000 MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA R$250.000,00

15.003.00.000.0000.0.000. DEPARTAMENTO DE ATENCAO SECUNDARIA
15.003.10.302.0045.6.114. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE - EXAMES COMPLEMENTARES
592 – 3.3.50.43.00.00 000 SUBVENCOES SOCIAIS R$70.000,00

Total Redução: R$2.520.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:619270D3

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.453 DE 02/10/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$ 199.000,00

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 199.000,00 (cento e noventa e nove mil reais), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 - Lei Orçamentária Anual e destinada à criação da seguinte dotação orçamentária:

Dotação a ser criada

07.000.00.000.0000.0.000. Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária
07.002.00.000.0000.0.000. Departamento de Agricultura e Pecuária
07.002.20.606.0013.1.037. Fortalecimento da Agricultura e Pecuária
169 - 3.3.90.30.00.00 890 MATERIAL DE CONSUMO R$ 199.000,00

Total: R$ 199.000,00

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso o provável excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso II da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita

Receita: 1.7.1.9.57.0.1.00000000 Fonte: 890 R$ 199.000,00

Total da Receita: R$ 199.000,00

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:D50810D2

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
LEI Nº 6.454 DE 02/10/2026 AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO VALOR DE R$158.978,89

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º - Fica autorizada no corrente exercício a Abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento Geral do Município, no valor de R$158.978,89 (cento e cinquenta e oito mil novecentos e setenta e oito reais e oitenta e nove centavos), e demais suplementações que se fizerem necessárias integrando e alterando a Lei nº. 6.216/2025 – Lei Orçamentária Anual e destinado à criação das seguintes dotações orçamentárias:

Dotação a ser criada

19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDENCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2001 – MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
07 - 3.3.91.97.00.00 – 1001 - APORTE PARA COBERTURA DO DEFICIT ATUARIAL DO RPPS R$158.978,89

Total Suplementação: R$158.978,89

Art. 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º desta Lei, servirá como recurso anulação de dotação orçamentária, conforme discriminação

abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução
19.000.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.00.000.0000.0.000. AUTARQUIA DO REGIME PROPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE PALMEIRA
19.001.09.122.0013.2.001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
08 - 4.4.90.51.00.00 - 1001 - OBRAS E INSTALACOES R$158.978,89

Total Redução: R$158.978,89

Art. 3º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de Outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito Municipal

Publicado por:
Erison Fernando Muller
Código Identificador:64CB8166

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA ENGENHEIRO AMBIENTAL CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Meio Ambiente, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 06 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, para assumir o cargo de Engenheiro Ambiental, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 3958/2026

Engenheiro Ambiental:

LIANA DO ROCIO BASTOS DE MORAIS

Atenciosamente,

JOSLEI SEQUINELI
Secretário Municipal de Meio Ambiente

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:7A82819E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MÉDICO ESF PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento dos candidatos abaixo, no dia 06 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Médico ESF, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2026, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8266/2026.

MÉDICO ESF:

THAÍS DE ALBUQUERQUE;
PAULO EUGENIO UCHOA DE OLIVEIRA;
GUSTAVO DE CAMPOS ROCHA

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:C6DFB726

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MOTORISTA CONCURSO PÚBLICO Nº. 01/2023

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 06 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para assumir o cargo de Motorista, conforme Concurso Público 01/2023 homologado através do Decreto nº. 16.712 de 28/12/2023, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 8147/2026.

Motorista II:

EDMUNDO NOVAKI

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:51C77C59

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA MOTORISTA II PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 02/2026

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Saúde, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 06 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Saúde, para substituição de Motorista II, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 02/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 7103/2026.

MOTORISTA II:

GILSON BORCOSKI

Atenciosamente,

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:8657C18D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA COMUNICADO – CHAMADA PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 03/2025

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

A Secretaria Municipal de Educação, solicita o comparecimento do candidato abaixo, no dia 06 de outubro do corrente ano, às 08:00 horas, na sede da Secretaria Municipal de Educação, para substituição de Professor de Educação Física, conforme Processo Seletivo Simplificado – PSS nº. 03/2025, o não comparecimento no prazo de 24h após o chamamento, será considerado como desistente e

substituído, na sequência pelo imediato classificado, conforme processo nº. 313/2026.

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA:

GÉSICA APARECIDA PERES BARBOSA

Atenciosamente,

DIRLENE APARECIDA DELFRATE
Secretária Municipal de Educação

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CDE77DEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA DECRETO Nº. 19.616 DE 02/10/2026 - NOMEAÇÃO DE EDSON CARLOS IANK, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR DE DEFESA CIVIL, LOTADO NO GABINETE DO PREFEITO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe foram especialmente deferidas, e considerando o contido no processo protocolado neste município sob nº. 5284/2026,

DECRETA

Artigo 1º: Fica nomeado **EDSON CARLOS IANK,** inscrito no CPF sob nº. 615.xxx.xxx-87, para exercer o cargo em comissão de **ASSESSOR DE DEFESA CIVIL**, matrícula nº 301619, lotado no Gabinete do Prefeito, a partir de 05/10/2026.

Artigo 2º: Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:F21C6788

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - MÉDICO ESF

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: MARIANE BERMOND TORRES
Inscrição: 891
Emprego público: MÉDICO ESF

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:3CCAD2E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - MÉDICO ESF

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: ROBERTO MISAHEL DO AMARAL
Inscrição: 1030
Emprego público: MÉDICO ESF

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:00A82D70

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - MÉDICO ESF

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: ORLANDO CARLOS FLEITH SOBRINHO
Inscrição: 1046
Emprego público: MÉDICO ESF

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:D23C224B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA ELIMINAÇÃO DA LISTA GERAL DE CLASSIFICADOS – NÃO COMPARECIMENTO DO CANDIDATO - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026 - MOTORISTA

O MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, nos termos do Edital nº 02/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, convocou o candidato abaixo identificado para a apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação temporária do mesmo, contudo, **o candidato não se apresentou no prazo em qualquer das fases agendadas.**

Nome completo: NOELI BEZERRA DA SILVA
Inscrição: 1219
Emprego público: MOTORISTA

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:CD41DC5E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.647 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA MATERNIDADE A SERVIDORA ALINE CRISTINI BARBOSA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 2711/2026, e conforme Lei 1700/1994 Art. 127 e Lei 2860/2009, e Art. 71 da Lei 8861/1994,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença maternidade, à servidora pública ***ALINE CRISTINI BARBOSA,*** matrícula 204449, a partir de 05/07/2026 até

31/12/2026, ocupante do cargo de **ENFERMEIRO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:46E45694

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.648 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ANDRESSA COVALSKI DELFRATE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 1561/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 24/09/2026 à 17/10/2026, a servidora pública municipal **ANDRESSA COVALSKI DELFRATE,** matrícula 203868, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:EA1F2DD9

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº 26.649 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA GISELE SCHNELL BUS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, considerando Laudo Médico Pericial anexo ao protocolo sob nº. 6472/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º: Prorrogar licença para tratamento de saúde à pessoa da família, a partir de 29/09/2026 à 03/10/2026, a servidora pública municipal, **GISELE SCHNELL BUS**, matrícula 203455, ocupante do cargo de PROFESSOR, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.
.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5158F451

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.650 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, MATILDE FALARZ, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 7413/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 16/09/2026 à 15/10/2026, a servidora pública municipal **MATILDE FALARZ,** matrícula 203753, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotada na Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:568133E1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.651 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, BRUNA HELLEN MAIDL DE SOUZA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 8887/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:
Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 17/09/2026 à 30/09/2026, a servidora pública municipal **BRUNA HELLEN MAIDL DE SOUZA,** matrícula 204008, ocupante do cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:5207C9E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.652 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A PRORROGAÇÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, CRISTINA ROCHA MEZZADRI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 9864/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar licença para tratamento de saúde, a partir de 25/09/2026 à 27/10/2026, a servidora pública municipal **CRISTINA ROCHA MEZZADRI,** matrícula 203240, ocupante do cargo de **ASSISTENTE SOCIAL**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:B296B936

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.653 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, LEINA KARLA FERNANDES MOLETTA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10182/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 19/09/2026 à 02/11/2026, a **LEINA KARLA FERNANDES MOLETTA,** matrícula 203935, ocupante do cargo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:929D9A5F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.654 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, CRISTIANE TEREZINHA RIFFERT, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10200/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 17/09/2026 à 06/12/2026, a **CRISTIANE TEREZINHA RIFFERT,** matrícula 203015, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:ADAFB1EE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.655 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE AO SERVIDOR, ARISTEU GONCALVES, LOTADO NA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10487/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 29/09/2026 à 17/12/2026, a **ARISTEU GONCALVES,** matrícula 203152, ocupante do cargo de TRABALHADOR BRAÇAL, lotado na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:78837DD2

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA PORTARIA Nº. 26.656 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, LISIANE CORREIA PASSONI, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10530/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 02/10/2026 à 15/12/2026, a **LISIANE CORREIA PASSONI,** matrícula 203430, ocupante do cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:0586285F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.657 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, LUCIANGELA DELFRATE, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10628/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 01/10/2026 à 15/10/2026, a **LUCIANGELA DELFRATE,** matrícula 203493, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:1066BA2E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.658 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, ELIZE TATIANE RIBEIRO MACHADO, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10710/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 06/10/2026 à 20/10/2026, a **ELIZE TATIANE RIBEIRO MACHADO,** matrícula 204231, ocupante do cargo de **CIRURGIÃO DENTISTA**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:491AB7EB

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.659 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, DIANEN DOS SANTOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10787/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 07/10/2026 à 21/10/2026, a **DIANEN DOS SANTOS,** matrícula 204353, ocupante do cargo de **PROFESSOR**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:71D1A89D

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº. 26.660 DE 02/10/2026 - DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DA LICENÇA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA, PAOLA EMANUELLE SANTOS, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o contido no protocolado sob nº. 10890/2026, e com fundamento no artigo 111, inciso I, combinado com o artigo 120 e s/s da Lei Municipal nº 1.700 de 28, de março de 1994;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde, a partir de 13/10/2026 à 17/10/2026, a **PAOLA EMANUELLE SANTOS,** matrícula 203870, ocupante do cargo de **PSICÓLOGO**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, na forma prevista nos arts. 123, 124 e 125, da Lei Municipal nº 1.700 de 28 de março de 1994.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:BB6FBBBE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA
TERMO DE DESISTÊNCIA - CONCURSO PÚBLICO 01/2023 - MOTORISTA II

Palmeira, 29 de setembro de 2026.

O candidato adiante identificado e qualificado, aprovado no Concurso Público nº 01/2023, homologado no Decreto nº 16.712 publicado em diário oficial no dia 29/12/2023, realizado pelo MUNICÍPIO DE PALMEIRA – ESTADO DO PARANÁ, foi convocado para a

apresentação de documentos exigidos no edital supracitado, visando a contratação do mesmo, o qual compareceu na Secretaria Municipal de Saúde, na data de 25 de setembro de 2026, e expressamente, manifesta, pelo presente, sua desistência formal do direito de preferência à nomeação que lhe é assegurada por Lei, passando para o final de fila, liberando com isso o Município para que possa convocar e admitir o candidato aprovado na escala imediatamente inferior à sua.

Para que fique devidamente registrado sua desistência assina o presente termo, na presença de testemunhas que adiante também assinam.

Nome completo: **MARCO AURELIO DE GOSS**
Inscrição: 224845
Emprego público: MOTORISTA II

MARCO AURELIO DE GOSS
Desistente

KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Camily Burginski Cruz
Código Identificador:58A80E36

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 1788/2026-VDL PAVIMENTAÇÃO LTDA

CONTRATANTE: Município de Palmeira, Estado do Paraná, com sede àRua Luiza Trombini Malucelli, 134 – Centro , inscrito no CGC/MF nº *76.179.829/0001-65*, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. Altamir Sanson, portador da Cédula de Identidade RG nº 33191286 e do CPF/MF nº 456.206.529-04, e

CONTRATADA: VDL PAVIMENTAÇÃO LTDA -CNPJ 04.279.785/0001-34 .

OBJETO: O objeto do presente Contrato é OBRA DE INFRAESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL CBUQ, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA, TOTALIZANDO 41.018,76 M² COM 5.127,34 TON DE CBUQ - lote 01, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 10/2026.

VALOR: R$ 3.595.000,00 (*três milhões, quinhentos e noventa e cinco mil reais*).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:58846CE5

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
REPUBLICADO POR INCORREÇÃO - EXTRATO DO CONTRATO Nº 1789/2026-JEAN TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA

CONTRATANTE: Município de Palmeira, Estado do Paraná, com sede à Rua Luiza Trombini Malucelli, 134 – Centro, inscrito no CGC/MF nº *76.179.829/0001-65*, neste ato representado pelo (a) Prefeito (a) Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Altamir Sanson, portador da Cédula de Identidade RG nº33191286 e do CPF/MF nº456.206.529-04, e

CONTRATADA: JEAN TERRAPLANAGEM E SERVIÇOS LTDA .

OBJETO:O objeto do presente Contrato é OBRA DE INFRAESTRUTURA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL CBUQ, INCLUINDO OS SERVIÇOS PRELIMINARES, REVESTIMENTO, SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO, ENSAIOS TECNOLÓGICOS E PLACA DE OBRA, TOTALIZANDO 12.845,40 M² COM 1.605,69 TON DE CBUQ. - lote 02, sob regime de empreitada por preço global, tipo menor preço, em consonância com o cronograma físico-financeiro, os projetos, especificações técnicas e demais peças e documentos da CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA n. º 10/2026.

VALOR: R$1.155.900,00 (u*m milhão, cento e cinquenta e cinco mil e novecentos reais*).

PRAZO DE EXECUÇÃO: 180 dias

PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias.

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de outubro de 2026.

FORO: Comarca de Palmeira, Estado do Paraná.

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:8E5C9F69

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ATA 07/2026 - CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

Aos vinte e seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, reuniram-se na sede da vigilância sanitária os seguintes conselheiros: Marina Gross Gonçalves, Stefany Andrade Machado, Neucimara Alves de Araújo, Maria Cândida Santana, Rosana Martins de Souza, Rosane Linhas Rain, Layna L. Follador, Salete A. B. Dziadzio, Glaucimeri Thaupá, Zaíne Zacarquim de Oliveira e os convidados: Liliane Padilha, Isabele H. Azevedo, Katlen Koslovski e Isabely de Araújo. A secretaria executiva acolhe a todos e especialmente a conselheira Stefany Andrade Machado que retorna às atividades da entidade que representa, AMB e neste sentido retorna também para o cargo de presidente deste conselho sendo que o mesmo se encontra vago, em comum acordo de todos os presentes fica assim deliberado. A presidente inicia a reunião agradecendo a acolhida e se colocando a disposição mais uma vez para ajudar no que for necessário. Logo após foi realizada a leitura da última ata sendo aprovada por todos. Apresentada a pauta e no primeiro assunto: Ofício 28/2026 - APS – Solicitação de Aprovação do POP (Procedimento Operacional Padrão) de Inserção de Implanon (Implante Contraceptivo Subdérmico - etonogestrel) onde a convidada da SMS, a diretora da atenção primária Isabely apresenta o assunto. Explica sobre a disponibilidade do insumo pelo Ministério da Saúde e que esta oferta acontecerá de forma gradativa aos municípios conforme utilização. Desta forma será organizado por critérios e protocolo bem definido de acompanhamento exposto no POP. Explica que é um método contraceptivo de qualidade e que a SMS têm intenção de garantir também através de processo licitatório a compra de insumos conforme necessidade. Colocado em votação o POP Implamon foi APROVADO por todos. No próximo assunto da pauta está o memorando 779/2026 da SMS com a solicitação de aprovação de obras – Recursos fundo a fundo onde a conselheira e diretora Zaíne apresenta a proposta de Construção de um PAM (Pronto Atendimento Municipal) no valor de R$4.500,00 conforme resolução nº 1435/2025 Protocolo 25.124.296-0 que têm por objetivo melhorar a infraestrutura da rede municipal de saúde, ampliando a capacidade de atendimento e qualificando os

serviços prestados à população através da extensão de uma unidade de saúde com horários previstos e equipe contratada para dar esse suporte de atendimento em horário ampliado. Após comentários e explicações para os conselheiros a proposta foi colocada em votação e APROVADA por todos. Dando sequência aos assuntos da pauta, as convidadas representante do setor TFD, Liliane e Isabele apresentam o POP do setor para posterior parecer de aprovação deste conselho. Entregam passo a passo impresso a todos os conselheiros para entendimento do fluxo de atendimento e explicam como são disponibilizadas as vagas e especificidades do setor com os encaminhamentos para especialidades, consultas e exames fora do município. Apresenta detalhes de transparência pública onde o Tribunal de Contas solicita a divulgação das listas de espera em portal da transparência da prefeitura. Além da transparência nos processos de trabalho o setor oferece comunicação facilitada com os pacientes através de contato de watts onde fazem contato tanto para agendamentos quanto na comunicação de sobra de vagas porém ainda sentem dificuldade com absenteísmo. Ainda explicam que os encaminhamentos passam por auditoria médica onde muitas vezes delega correções nos encaminhamentos pelos médicos de referência do paciente e que sentem a dificuldade com a rotatividade dos profissionais médicos na atenção primária. Falam da importância da estratificação para esgotar os recursos antes de encaminhar. Colocada em votação o POP do TFD foi APROVADO por todos. Para finalizar os assuntos da pauta foi retomado o assunto a respeito da abertura de concurso público para contratação de médicos 40 horas semanais tendo em vista a necessidade de vinculação destes profissionais para realizar o trabalho na Atenção Primária em Saúde. Em torno da discussão foi falado sobre a legalidade desta demanda que têm característica impositiva onde foram dadas sugestões de publicidade a respeito de todo o processo em torno destas contratações efetivas onde um fator decisivo é o ajuste gradativo do salário destes profissionais que hoje está defasado e por isso não permanecem no município. Ficou deliberado deste conselho oficiar a SMS pedindo que sejam dadas as devidas providências. Ainda antes do término da reunião foi realizada a eleição para o cargo de vice-presidente do conselho sendo eleita com a maioria dos votos a conselheira Rosana Martins de Souza que aceita e agradece a todos se colocando à disposição. A presidente do conselho encerra a reunião agradecendo a participação de todos. Assina a presente ata a presidente do conselho municipal de saúde.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

STEFANY ANDRADE MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:62DA4B60

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DÉCIMO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE PALMEIRA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito **CNPJ/MF sob o n° 76.179.829/0001-65**, com sede administrativa na Central de Atendimento ao Cidadão, localizada na Rua Luiza Trombini Malucelli, nº 134, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **Sra. KAMILA FERNANDA DE OLIVEIRA SANSON,** portador da cédula de identidade **R.G n° 12.382.056-8 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF sob o n° 089.187.509-35**, a qual foi nomeada como responsável solidária pelos atos administrativos, execução e controle do gasto público, conforme **Decreto Municipal nº. 17.880 DE 02/01/2025**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **AVIVE GESTÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ/MF/CPF sob o nº 33.458.003/0001-22**, localizada na Rua Santos Dumont, nº 620, sala 73, Centro, Rolândia/PR, neste ato representada pelo Sr. **Thiago de Castro Silveira**, inscrito no **CPF/MF sob nº 022.279.289-21**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si, justo e avençado, e celebram através do Processo Administrativo nº 10414/2026, por força do presente instrumento e de conformidade com as Leis Federais nº 8.666/1993 e nº 10.520/2002, com as alterações posteriores, o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 1284/2022**, mediante a seguinte cláusula e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO PRAZO: Quanto à vigência do contrato, fica ajustada a prorrogação de prazo pelo período de 3 (três) meses a contar de 28 de outubro de 2026 até 28 de janeiro de 2027.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO: As demais disposições do Contrato permanecem inalteradas.

Por estarem justos e acertados assinam o presente termo em três vias de igual teor e forma.

Palmeira/PR, data da assinatura.

WILSON CARLOS HASS
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Caroline Passoni Lederer
Código Identificador:50E5D39F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - POP IMPLANON

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável ao POP (Procedimento Operacional Padrão) de inserção de Implanon (Implante Contraceptivo Subdérmico) etenogestrel com objetivo de estabelecer e padronizar os procedimentos, critérios, responsabilidades e fluxos garantindo maior segurança, organização e qualidade na assistência prestada às usuárias.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

STEFANY NAYARA ANDRADE MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:66E90151

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - PRONTO ATENDIMENTO MUNICIPAL – PAM

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável à solicitação de aprovação de obras com recurso proveniente de transferência fundo a fundo, da Secretaria Municipal de Saúde através da resolução nº 1435/2025 Protocolo 25.124.296-0 para construção de um Pronto Atendimento Municipal – PAM no valor de R$4.500.000,00. A intervenção proposta visa a melhoria da infraestrutura da rede municipal de saúde, ampliando a capacidade de atendimento e qualificando os serviços prestados à população.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

STEFANY NAYARA ANDRADE MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E8A0EE34

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PARECER CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE - TFD

O Conselho Municipal de Saúde de Palmeira – PR, em atendimento às exigências da Lei Complementar nº 141 de 13 de janeiro de 2012, é de parecer favorável ao POP (Procedimento Operacional Padrão) do setor de TFD (Tratamento Fora do Domicílio) conforme apresentação da Assessoria de Programas e Projetos Estratégicos da Secretaria Municipal de Saúde em reunião ordinária deste conselho.

Palmeira, 26 de agosto de 2026.

STEFANY NAYARA ANDRADE MACHADO
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:E56B8EB4

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.662, DE 02/10/2026 - ADIANTAMENTO
ELIANE VARDENSKI PADILHA

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 7817/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,
Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 10 (dez) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo de Enfermeira, com fundamento na Lei nº. 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Eliane Vardenski Padilha	*728.xxx.xxx-00*	*R$ 240,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:9105DEC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 26.663, DE 02/10/2026 - ADIANTAMENTO
DOUGLAS KAPP

O Prefeito do Município de Palmeira, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando processo administrativo nº 7818/2026 e com amparo na Lei Municipal nº 3.572 de 20/11/2013, e suas posteriores alterações, regulamentada pelo Decreto nº 9.158 de 22/07/2014,

Resolve:

Art. 1º - Autorizar adiantamento para pagamento de pequenas despesas, durante o período de 60 (sessenta) dias, a contar da data de entrega do valor ao servidor abaixo relacionado, lotado na Secretaria Municipal de Saúde ocupante do cargo de Motorista II, com fundamento na Lei nº 3.572 de 20/11/2013, art. 4º inciso III.

Art. 2º - Fica o servidor tomador do adiantamento compromissado a prestação de contas conforme art. 22, anexo II da Lei 3.572/13.

Previsão orçamentária*:*

Dotação: 15.001.10.301.0040.6.105.3.3.90.39.00.00
Fonte: 1001

SERVIDOR	*CPF*	*VALOR DO ADIANTAMENTO*
Douglas Kapp	*070.xxx.xxx-88*	*R$ 2400,00*

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:2D33D0D2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
1º TERMO ADITIVO DE PRAZO DO CONTRATO Nº 164/2025 – S3185

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
Pregão Eletrônico Nº 45/2025
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 94/2025

1º TERMO ADITIVO DE Prazo DO CONTRATO Nº 164/2025 – S3185

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS PEDAGÓGICOS, MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PALMITAL.

Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal Interino **JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 3**.***.***-20, domiciliado na Av. XV de Novembro s/nº, Centro, Palmital-PR, denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado a Empresa **SILVANIA SCHMITZ COMERCIO DE MOVEIS PALMITAL LTDA**, pessoa jurídica de direito privado com endereço à R XV de Novembro, 0 sala 01 - CEP: 85270000 - centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 50.882.332/0001-15, neste ato representado por ELIANA SCHMITZ BERFT, inscrito no CPF/MF sob o nº 06**.***.***-20, denominada **CONTRATADA** resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações ao Contrato Administrativo nº 164/2025, em consonância com a Lei Federal n.º 14.133/2021 e suas alterações.
CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato nº164/2025 do **Pregão -Uso até 30/04/26 45/2025**, supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 02/10/2026 até 30/09/2027 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da Secretaria Municipal de Município de Palmital, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 01 de abril de 2021 e alterações posteriores.
CLÁUSULA TERCEIRA – Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo. E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.
Palmital, 01/10/2026.

Município de Palmital/PR
JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Interino
Contratante

Silvania Schmitz Comercio de Moveis Palmital LTDA
ELIANA SCHMITZ BERFT
6.003.***.***-20
Contratada

ANDRESSA NAIRNE
Gestor

DILCELIA REGINA MARTINS
FISCAL

Publicado por:
Danilo Giovanni Aguiar Bonassoli
Código Identificador:7CC818B0

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO PREGÃO ELETRONICO 38/2026

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico Nº 38/2026
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO Nº 104/2026

O Município de Palmital-PR, Estado do Paraná com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, e na Lei complementar n° 123/06 regulamentada pelo decreto nº 8.538/15, Lei complementar Nº 147/14 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, comunica que realizará licitação conforme as seguintes especificações:

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER AOS CONVÊNIOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE AGRICULTRA E ABASTECIMENTO NÚMEROS 181/2026-SEAB 183/026-SEAB-206/2026-SEAB, EM FAVOR DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE PALMITAL, ESTADO DO PARANÁ**
DATA DE ABERTURA: 19/10/2026 às 08:30 HS
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por Item.
PLARAFORMA ELETRÔNICA: www.bnc.org.br ou https://bnccompras.com/Process/ProcessSearchPublic?param1=1

INFORMAÇÕES: O Edital e anexos estão disponíveis também no site **https://www.palmital.pr.gov.br/portal/portal-licitacoes.php** também podendo ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Palmital, sito à Rua Moisés Lupion nº 1001 – Centro, em Palmital – Paraná, Fone: (42) 3657-1222, de segunda à sexta-feira, no horário de expediente.

Palmital, 30 de Setembro de 2026.

JOÃO ROBERTO SARTORI ADÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:C7BD731E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 67/2026

PORTARIA N° 67/2026

"Exonera empregado público comissionado da estrutura do CISLIPA, conforme o Protocolo de Intenções."

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições e de acordo com a Estrutura Organizacional Interna, resolve:

Artigo 1°. Fica EXONERADA a Sra. **MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS**, portadora do documento de identidade n 3.476.XXX-X SESP/PR, no emprego público comissionado de **ASSESSORA DE DEPARTAMENTO**, da estrutura do CISLIPA conforme protocolo de intenções.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 30 de setembro de 2026.

Paranaguá, 01 de outubro 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:9B143180

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO LITORAL DO PARANÁ - CISLIPA
PORTARIA Nº 68/2026

PORTARIA N° 68/2026

"Nomeia empregado público comissionado da estrutura do CISLIPA, conforme o Protocolo de Intenções."

O Presidente do CISLIPA no uso de suas atribuições e de acordo com a Estrutura Organizacional Interna, nomeia:

Artigo 1°. Fica NOMEADA a Sra. **MARIA CRISTINA PELLEGRINI DE CARVALHO DE LIMA DIAS**, portadora do documento de identidade n° 3.476.XXX-X SESP/PR, no emprego público comissionado de **CHEFE DO DEPARTAMENTO DE LICITACAO** da estrutura do CISLIPA conforme protocolo de intenções.

Artigo 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de outubro de 2026.

Paranaguá, 01 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Presidente do CISLIPA

Publicado por:
Carlos Augusto Machado Filho
Código Identificador:1EC851DE

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 194/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas conforme a Lei Complementar 053 de 13 de outubro de 2006, Decreto nº 1.469 de 28 de novembro de 2006 e Decreto nº 630 de 06 de março de 2025;

RESOLVE Conceder o benefício **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA.**

NOME DO SEGURADO: **AMAURI GONÇALVES DE MIRANDA**

CARGO OCUPADO: **AGENTE OPERACIONAL**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
1.453.224-2	223.623.209-87	07335-01	Financeiro Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/11 e 142/12, Decreto 2944/12, Decreto 2.378 de 25 de março de 2008, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02, Lei Federal 10.877 de 18 de junho de 2004.

FORMA DE CÁLCULO: RP - Regra Permanente – Compulsória, Art. 40, §1º, inciso II da CF. 56,3523% da média aritmética simples

dos 80% maiores salários de contribuição efetuados a partir de julho/1994.

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.540,46 (Um mil, quinhentos e quarenta reais e quarenta e seis centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE/PR nº 069/2012. Para efeitos de recebimento, por força do §3º, artigo 39, c/c artigo 7º, inciso VII, da Constituição Federal, deverá ser pago o valor correspondente a 01 (um) salário mínimo nacional vigente.

PROCESSO Nº:	REQUERIDO EM:	INÍCIO:
77673/2026	21/09/2026	22/09/2026
ÓRGÃO DE ORIGEM:		**CNPJ:**
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ		76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 28 de setembro de 2026.

LUCIANA MARTINS CAMARGO
Diretora Presidente – em Exercício

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:9F7CFFE9

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 195/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE Conceder o benefício: **PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DE INATIVO**
NOME DO SEGURADO: **MARLI DO ROCIO GONÇALVES HONORATO**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
3.415.914-9	711.243.309-68	03196	Financeiro Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/2011 e 142/2012, Decreto 2944/2012, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02 e CF/1988 em seu Artigo 40, parágrafo 7º, inciso I com redação dada pela EC nº 41/2003.

FORMA DE CÁLCULO: Valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

VALOR DO PROVENTO: R$ 1.941,53 (Um mil, novecentos e quarenta e um reais e cinquenta e três centavos) – Demonstrativo em respeito à ON do TCE-PR nº 069/2012.

PROCESSO Nº REQUIRIDO EM INÍCIO
76555/2026 16/09/2026 01/10/2026

O beneficiário abaixo especificado, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 053/2006 e alterações:

BENEFICIÁRIO	PARENTESCO	COTA PARTE	VIGÊNCIA BENEF.
Mauri Honorato	CÔNJUGE	100%	INDETERMINADO

ÓRGÃO DE ORIGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 01 de outubro de 2026.

LUCIANA MARTINS CAMARGO
Diretora Presidente – em Exercício

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:D66A52F2

PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA
PORTARIA Nº 196/2026

O DIRETOR PRESIDENTE DO PARANAGUÁ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais,
RESOLVE Conceder o benefício: **PENSÃO PREVIDENCIÁRIA POR MORTE DE ATIVO**
NOME DO SEGURADO: **CRISTINA MARTINS HIPOLITO**
CARGO OCUPADO: **EDUCADOR INFANTIL – EINFA4011-1**

IDENTIDADE:	CPF:	MATRÍCULA:	FUNDO:
6.788.440-0	015.706.519-73	11061-01	Previdenciário Pprev

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Complementar Municipal nº 053 de 06 de outubro de 2006 com alterações nas LC 132/2011 e 142/2012, Decreto 2944/2012, Orientação Normativa MPAS/SPS nº 02 e CF/88 em seu Artigo 40, parágrafo 7º, inciso I com redação dada pela EC nº 41/2003.

FORMA DE CÁLCULO: Valor da totalidade dos proventos do servidor falecido, até o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201 da CF/88, acrescido de setenta por cento da parcela excedente a este limite, caso aposentado à data do óbito.

PROCESSO Nº	REQUERIDOS EM	INÍCIO
73934/2026	08/09/2026	01/10/2026

O beneficiário abaixo especificado, conforme Art. 21 da Lei Municipal nº 053/2006 e alterações:

BENEFICIÁRIOS	PARENTESCO	COTA PARTE	VIGÊNCIA BENEF.
MARCIO LUIZ HIPOLITO	CÔNJUGE	100%	INDETERMINADO

VALOR: R$ 6.879,58 (Seis mil, oitocentos e setenta e nove reais e cinquenta e oito centavos) total - Demonstrativo em respeito à ON nº 069/2012 do TCE – PR.

ÓRGÃO DE ORIGEM	PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ
CNPJ	76.017.458/0001-15

PARANAGUÁ, 01 de outubro de 2026.

LUCIANA MARTINS CAMARGO
Diretora Presidente – Em Exercício

Publicado por:
Adriana Mendes Rodrigues
Código Identificador:0A9F0F72

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E ENSINO INTEGRAL
INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15/2026

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 15/2026

Dispõe sobre a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no Âmbito da Rede Municipal de Ensino.

O Secretário de Educação, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com a Constituição Federal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei nº 9.394/96), a Lei Brasileira de Inclusão (LBI - Lei nº 13.146/2015), a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e demais normas vigentes, resolve:

CAPÍTULO I – DOS PRINCÍPIOS, DAS DIRETRIZES, DOS OBJETIVOS E DOS CONCEITOS FUNDAMENTAIS
Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá-PR, com vistas a garantir o direito à educação de qualidade para os estudantes que constituem o público da Educação Especial.
Art. 2º A Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva será regida pelos seguintes princípios:
I – dignidade da pessoa humana;
II – equidade e não discriminação;

III – respeito à diversidade e às diferenças;
IV – educação inclusiva e acessibilidade;
V – participação e autonomia dos estudantes;
VI – colaboração entre escola, família e comunidade.

Art. 3º Constituem diretrizes da Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva:
I – transversalidade da Educação Especial;
II – articulação entre o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado;
III – trabalho colaborativo entre os profissionais da educação;
IV – formação continuada;
V – articulação intersetorial;
VI – eliminação de barreiras e oferta de recursos de acessibilidade.

Art. 4º São objetivos da Política Municipal de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva:
I – garantir o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem e a continuidade dos estudos;
II – assegurar os apoios e serviços da Educação Especial;
III – promover a acessibilidade e a eliminação de barreiras;
IV – favorecer o desenvolvimento integral, a autonomia e a participação dos estudantes com deficiência;
V – fortalecer práticas educacionais inclusivas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 5º Para os fins desta Instrução Normativa, consideram-se:

I – Educação Especial Inclusiva: modalidade de educação escolar ofertada de forma transversal a todos os níveis, etapas e modalidades de ensino, destinada a assegurar aos estudantes que constituem público da Educação Especial o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, o desenvolvimento integral e a continuidade dos estudos, por meio da eliminação de barreiras, da oferta de apoios, recursos de acessibilidade, adaptações razoáveis e serviços especializados, em consonância com a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva.

II – Público da Educação Especial: estudantes com deficiência, estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e estudantes com altas habilidades ou superdotação, nos termos da legislação vigente.

III – Atendimento Educacional Especializado (AEE): serviço pedagógico de caráter complementar à escolarização dos estudantes com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista e suplementar à escolarização dos estudantes com altas habilidades ou superdotação, destinado à identificação das necessidades educacionais específicas e à elaboração, organização e disponibilização de recursos pedagógicos, de acessibilidade e de tecnologia assistiva que eliminem barreiras e promovam a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.

IV – Estudo de Caso: metodologia de natureza pedagógica destinada à identificação das demandas, potencialidades, barreiras e necessidades de apoio do estudante, constituindo etapa inicial para elaboração do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI), podendo envolver, quando necessário, a articulação com a família e com a rede intersetorial.

V – Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE): documento pedagógico individualizado, elaborado pela professora do AEE, a partir do estudo de caso, que registra os recursos de acessibilidade, as estratégias pedagógicas, as tecnologias assistivas, os apoios especializados, as necessidades de articulação intersetorial e os encaminhamentos necessários para a efetivação do Atendimento Educacional Especializado.

VI – Plano Educacional Individualizado (PEI): documento pedagógico individualizado, elaborado para orientar o trabalho na sala de aula regular, com base no estudo de caso, destinado ao planejamento, acompanhamento e avaliação das estratégias de acessibilização curricular, das adaptações pedagógicas e avaliativas, dos apoios necessários e das ações colaborativas entre os profissionais envolvidos no processo educacional do estudante.

VII – Acessibilidade: possibilidade e condição de alcance, utilização e participação, com segurança e autonomia, nos espaços, serviços, recursos e atividades escolares, assegurando a igualdade de oportunidades, mediante eliminação de barreiras arquitetônicas, urbanísticas, comunicacionais, informacionais, tecnológicas, metodológicas, instrumentais, programáticas, atitudinais e nos transportes.

VIII – Barreiras: qualquer entrave, obstáculo, atitude, comportamento, prática, condição ou ausência de recursos que limite ou impeça o acesso, a permanência, a participação, a aprendizagem, a comunicação, a autonomia e o exercício dos direitos pelos estudantes que constituem o público da Educação Especial.

IX – Adaptações razoáveis: modificações e ajustes necessários, adequados e proporcionais, realizados sempre que requeridos em cada caso concreto, para assegurar aos estudantes o pleno exercício do direito à educação em igualdade de oportunidades, sem impor ônus desproporcional ou indevido à administração pública.

X – Tecnologia Assistiva: produtos, equipamentos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que promovam ou ampliem a funcionalidade, a autonomia, a comunicação, a mobilidade, a participação e a aprendizagem dos estudantes que constituem o público da Educação Especial.

XI – Recursos de acessibilidade: recursos, serviços, materiais, equipamentos, tecnologias, estratégias, sistemas de comunicação e demais apoios destinados à eliminação de barreiras e à promoção da participação plena dos estudantes nas atividades escolares.

XII – Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA): abordagem de planejamento pedagógico que orienta a organização do currículo, das metodologias, dos recursos, das estratégias de ensino e das formas de avaliação, de modo a contemplar a diversidade dos estudantes desde o planejamento inicial, reduzindo barreiras à aprendizagem e ampliando as oportunidades de participação.

XIII – Profissional de Apoio Escolar: profissional responsável por prestar apoio ao estudante, em consonância com o PAEE e o PEI, nas atividades relacionadas à locomoção, alimentação, higiene, comunicação, interação social, utilização de tecnologias assistivas e participação nas atividades escolares, não lhe competindo o exercício de atribuições de natureza docente ou de substituição do professor.

XIV – Trabalho colaborativo: prática pedagógica articulada entre professores da classe comum, professores do Atendimento Educacional Especializado, equipe pedagógica, profissionais de apoio escolar, gestores, famílias e demais profissionais envolvidos, visando à construção de estratégias que assegurem a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento do estudante.

XV – Articulação intersetorial: integração permanente entre as políticas públicas de educação, saúde, assistência social, direitos humanos e demais órgãos da rede de proteção, destinada à garantia dos direitos, da permanência, da aprendizagem e da proteção integral dos estudantes que constituem o público da Educação Especial.

XVI – Capacitismo: toda forma de discriminação, preconceito, estigmatização, exclusão, violência ou diferenciação injustificada baseada na deficiência, que tenha por objetivo ou efeito restringir, impedir ou dificultar o exercício de direitos, a participação social ou a igualdade de oportunidades.

XVII – Avaliação pedagógica: processo contínuo, formativo e contextualizado de identificação das potencialidades, necessidades educacionais, barreiras à aprendizagem e apoios necessários ao estudante, destinado a subsidiar o planejamento pedagógico, o estudo de caso, o PAEE e o PEI, não se confundindo com avaliação clínica ou diagnóstico médico.

Art. 6º Compreende-se público da Educação Especial os estudantes com:
I – Deficiência: compreendida em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), no Art. 2º, segundo o qual *"considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas"*. São tipos de deficiência: deficiência física, deficiência auditiva e surdez, deficiência visual, deficiência intelectual, surdocegueira, deficiência múltipla e deficiência múltipla sensorial.
II – Transtorno do Espectro Autista (TEA);
III – Altas habilidades ou superdotação, identificadas por meio de avaliação educacional ou multiprofissional especializada, conforme critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Art. 7º A matrícula dos estudantes que constituem o público da Educação Especial será realizada, sem qualquer impedimento ou exigência de laudo prévio.
Parágrafo único. Caso existam documentos diagnósticos, a família poderá fornecê-los para subsidiar o planejamento pedagógico

individualizado, devendo ser assegurada a confidencialidade das informações, em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

Art. 8º Ficam estabelecidas medidas protetivas para prevenir e coibir situações de discriminação, capacitismo e violências institucionais contra estudantes que constituem o público da Educação Especial no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Paranaguá.

§1º Consideram-se violências institucionais e barreiras atitudinais as práticas ou omissões que, no contexto educacional, resultem em negligência, exclusão, exposição vexatória, impedimento de participação, constrangimento, punições discriminatórias, ou outras formas de violação de direitos da criança ou adolescente público da Educação Especial.

§2º Os profissionais da educação devem zelar pela dignidade, pelo respeito e pela proteção integral dos estudantes, promovendo ambiente escolar inclusivo, seguro e acolhedor.

§3º Toda ocorrência de discriminação ou violência institucional deverá ser comunicada formalmente à direção da escola e à Secretaria Municipal de Educação, para apuração e providências cabíveis, preservando o sigilo das informações pessoais do estudante.

§4º A Secretaria Municipal de Educação poderá instituir protocolos de escuta, registro, acolhimento e encaminhamento de situações de violação de direitos, bem como estratégias de prevenção, formação e responsabilização, em articulação com o Conselho Tutelar, Ministério Público e demais órgãos competentes.

§5º A gestão escolar deverá promover ações educativas permanentes de combate ao capacitismo e valorização da diversidade humana.

§6º As famílias dos estudantes que constituem o público da Educação Especial são parceiras fundamentais na prevenção e enfrentamento de situações de discriminação e violência institucional, devendo ser informadas sobre seus direitos e envolvidas ativamente nas ações de acolhimento, escuta e encaminhamento, em articulação com a escola e os órgãos competentes.

§7º A adoção das medidas previstas neste artigo observará os princípios da proteção integral da criança e do adolescente, da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, do melhor interesse do estudante e da prioridade absoluta na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Brasileira de Inclusão.

CAPÍTULO II – DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)

Art. 9º O Atendimento Educacional Especializado (AEE), de caráter complementar ou suplementar à formação do estudante, será ofertado, prioritariamente, no contraturno escolar, em Salas de Recursos Multifuncionais, com duração mínima de 50 (cinquenta) e máxima de 90 (noventa) minutos, de 1 (uma) a 2 (duas) vezes por semana. O atendimento poderá ser realizado de forma individualizada ou em grupo de até 4 (quatro) estudantes, conforme as necessidades educacionais e o planejamento pedagógico.

§ 1º Na inexistência de Sala de Recursos Multifuncionais na Unidade Escolar, o estudante será encaminhado para a unidade mais próxima que disponha do serviço.

§ 2º A organização do atendimento observará critérios pedagógicos, evitando prejuízo ao processo de escolarização.

§ 3º O Atendimento Educacional Especializado não substitui a escolarização na classe comum, devendo atuar de forma articulada com o ensino regular.

Art. 10 São objetivos do Atendimento Educacional Especializado:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade;

II – eliminar barreiras à aprendizagem e à participação;

III – desenvolver estratégias pedagógicas específicas;

IV – promover a autonomia e independência do estudante;

V – favorecer o acesso ao currículo da Base Nacional Comum Curricular – BNCC;

VI – orientar professores, equipe pedagógica e famílias quanto às estratégias educacionais;

VII – promover o uso de recursos de Tecnologia Assistiva, quando necessários.

Art. 11 A matrícula do estudante no Atendimento Educacional Especializado (AEE) será efetivada mediante estudo de caso fundamentado em avaliação pedagógica, nos termos da Portaria MEC nº 421/2026, não sendo condicionada à apresentação de laudo médico ou de documento clínico equivalente.

Art. 12 O desligamento do estudante do Atendimento Educacional Especializado – AEE ocorrerá mediante:

I – superação das barreiras à aprendizagem e à autonomia, comprovada por avaliação pedagógica;

II – abandono do atendimento, caracterizado por faltas consecutivas e injustificadas, conforme as normas da rede de ensino;

III – desistência formal de seus responsáveis legais, após análise conjunta com a equipe pedagógica.

§ 1º O desligamento deverá ser fundamentado em relatório pedagógico, formalizado por meio do Termo de Desligamento e registro em Ata, quando decorrente de desistência ou abandono.

§ 2º O desligamento do AEE não implicará a suspensão dos apoios educacionais necessários ao estudante na classe comum.

Art. 13 Nos termos do Ofício nº 1379/2024/DPDI/SEB/SEB-MEC, fica estabelecido que, exclusivamente para estudantes matriculados em escolas de tempo integral, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) poderá ocorrer dentro da jornada regular, não sendo exigida a realização em contraturno.

Art. 14 A frequência e o tempo de atendimento serão definidos conforme as necessidades pedagógicas do estudante, observando-se:

I – os resultados da avaliação pedagógica;

II – o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE, anexo I);

III – o Plano Educacional Individualizado (PEI – Educação Infantil, anexo II e PEI – Ensino Fundamental, anexo III), quando houver;

IV – o estudo de caso (Educação Infantil - anexo IV, Ensino Fundamental – anexo V).

Art. 15 O professor do Atendimento Educacional Especializado deverá manter registros sistemáticos dos atendimentos realizados, contendo:

I – frequência;

II – atividades desenvolvidas;

III – recursos utilizados;

IV – evolução do estudante;

V – orientações prestadas aos professores da classe comum;

VI – orientações fornecidas às famílias.

Art. 16 O Atendimento Educacional Especializado destina-se aos estudantes que constituem o público da Educação Especial, conforme definido no art. 6º, desta Instrução Normativa.

Art. 17 Os estudantes com transtornos específicos da aprendizagem, TDAH e demais condições não caracterizadas como público da Educação Especial receberão atendimento pedagógico e estratégias educacionais previstas pela rede municipal, observado o disposto na Lei nº 14.254/2021.

Art. 18 O atendimento prestado aos estudantes será registrado no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), documento elaborado pela professora responsável pelo AEE.

§ 1º O PAEE deverá conter no mínimo:

I – identificação do estudante;

II – potencialidades observadas;

III – barreiras identificadas;

IV – objetivos educacionais;

V – recursos de acessibilidade;

VI – estratégias pedagógicas;

VII – cronograma de atendimento;

VIII – critérios de acompanhamento e avaliação

§ 2º O referido plano deverá ser revisado semestralmente, garantindo atualização contínua e adequação às necessidades pedagógicas dos estudantes.

Art. 19 Compete ao professor do Atendimento Educacional Especializado:

I – realizar avaliação pedagógica especializada dos estudantes;

II – elaborar, executar e revisar o PAEE;

III – orientar e monitorar a aprendizagem;

IV – participar da elaboração do Plano Educacional Individualizado;

V – orientar professores da classe regular na elaboração de recursos, estratégias e adaptações curriculares;

VI – produzir materiais acessíveis;

VII – orientar o uso de Tecnologia Assistiva;

VIII – acompanhar o desenvolvimento do estudante;

IX – elaborar relatórios pedagógicos;

X – conduzir a elaboração dos estudos de caso;

XI – orientar famílias quanto ao processo educacional;

XII – promover ações colaborativas com a equipe pedagógica;

XIII – manter atualizada a documentação pedagógica;
XIV – realizar os procedimentos de triagem necessários para o encaminhamento à avaliação multiprofissional do CMAE.
XV – dar ciência ao professor regente e à equipe pedagógica quanto à necessidade da elaboração do instrumental (Educação Infantil: anexo VI de 2 a 3 anos; anexo VII de 3 a 4 anos; VIII de 4 a 5 anos e Fundamental de 1º ao 5º ano)

Art. 20 Dos Procedimentos de Registro

As instituições devem documentar o percurso escolar dos estudantes público da Educação Básica e/ou Especial, incluindo:
I – Avaliação pedagógica;
II - Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE);
III - Portfólio com atividades significativas e adaptações curriculares;
IV - Estudo de Caso, reunindo histórico escolar, contexto social e familiar, intervenções pedagógicas e resultados obtidos.

Art. 21 Esses registros são fundamentais para acompanhar o progresso dos estudantes e possibilitar ajustes necessários ao atendimento especializado, em conformidade com a Portaria nº 421/2026, que institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida.

Art. 22 Quando o estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) receber Atendimento Educacional Especializado (AEE) no Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado ao Transtorno do Espectro Autista (CEMR-TEA), poderá ser reorganizada a oferta do AEE na unidade escolar, de modo a evitar a duplicidade de atendimentos com a mesma finalidade, mediante análise do estudo de caso e decisão registrada no PAEE, com ciência da família.

Art. 23 Da Modalidade AEE Itinerante

O Atendimento Educacional Especializado (AEE), na modalidade itinerante, ofertado nas instituições de ensino do campo, assegurará condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes da Educação Básica, constituindo atendimento complementar ou suplementar à escolarização e compreendendo a avaliação pedagógica como instrumento para a identificação das necessidades educacionais e o planejamento das ações de atendimento.

Art. 24 A implementação do AEE itinerante tem como objetivo melhorar a qualidade do atendimento aos estudantes público da Educação Básica e/ou Especial, reorganizando metodologias e práticas pedagógicas que favoreçam a inclusão no ensino regular dos estudantes do campo.

Art. 25 O Atendimento Educacional Especializado na modalidade itinerante destina-se aos estudantes que constituem o público da Educação Especial matriculados nas instituições de ensino do campo, localizadas nas ilhas e colônias em que, comprovadamente, não seja possível a oferta regular do Atendimento Educacional Especializado em Sala de Recursos Multifuncionais.
§ 1º O atendimento será organizado com base no estudo de caso, fundamentado em avaliação pedagógica, observadas as necessidades educacionais específicas do estudante e os registros constantes no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE).
§ 2º O acesso ao Atendimento Educacional Especializado na modalidade itinerante independe da apresentação de laudo médico, diagnóstico clínico ou outro documento de natureza médica, sem prejuízo da apresentação desses documentos pela família, quando existentes, para subsidiar o planejamento pedagógico e o atendimento educacional.
§ 3º O Atendimento Educacional Especializado itinerante será realizado de forma complementar ou suplementar à escolarização, em articulação com o ensino comum, observadas as diretrizes da Política Municipal de Educação Especial Inclusiva.

Art. 26 Do Plano de Atendimento

Na modalidade itinerante, o professor especializado deslocar-se-á até as instituições de ensino localizadas nas colônias e ilhas, ofertando o Atendimento Educacional Especializado (AEE), de acordo com as necessidades dos estudantes e o planejamento pedagógico, com as seguintes atribuições:
I - realizar avaliações pedagógicas;
II - acompanhar e monitorar os estudantes nas aulas regulares e/ou no contraturno;
III - cumprir carga horária de 8 (oito) horas diárias, assegurando o acompanhamento dos estudantes conforme a organização e o planejamento do atendimento;
IV - realizar atendimento pelo SAREH, na modalidade domiciliar, aos estudantes que necessitarem desse serviço, quando houver disponibilidade de horário, observados os critérios e as orientações estabelecidos pelo serviço.

CAPÍTULO III – CLASSE ESPECIAL

Art. 27 A Classe Especial constitui serviço da Educação Especial ofertado em unidade escolar da Rede Municipal de Ensino, em espaço físico e com organização adequados. Destina-se, em caráter excepcional, a estudantes com deficiência intelectual, mediante avaliação multiprofissional, que apresentem necessidades educacionais específicas que justifiquem atendimento educacional diferenciado, observado o princípio da inclusão escolar, nas etapas iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano).

Art. 28 A matrícula do estudante na Classe Especial será efetivada mediante laudo e avaliação feita pela equipe multiprofissional.
§1º Todas as decisões relativas ao encaminhamento deverão contar com a participação da família durante todo o processo e ser devidamente fundamentadas e registradas pela equipe pedagógica.

Art. 29 O número de estudantes matriculados em Classe Especial deverá ser de, no máximo, 12 (doze) por período, observando-se a disponibilidade de espaço físico nas salas de aula de cada unidade escolar.
§ 1º As salas destinadas às Classes Especiais poderão apresentar diferentes capacidades de lotação, conforme a estrutura física de cada escola, devendo ser respeitados os limites que garantam condições adequadas de atendimento pedagógico.

Art. 30 As turmas de Classes Especiais não possuem seriação e deverão cumprir a carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuídas em, no mínimo, 200 (duzentos) dias letivos.

Art. 31 O atendimento na Classe Especial será realizado por professor especializado na área da Educação Especial e deverá contemplar a adaptação dos conteúdos, considerando as necessidades específicas dos estudantes, com vistas à promoção de seu desenvolvimento e aprendizagem.
§ 1º A ação pedagógica da Classe Especial tem por finalidade assegurar o acesso ao currículo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser complementado, em cada sistema de ensino e unidade escolar, por uma parte diversificada.
§ 2º Deverá ser realizada avaliação pedagógica processual e contínua, com vistas a subsidiar a tomada de decisão quanto ao reingresso do estudante no ensino regular.

Art. 32 A avaliação da aprendizagem na Classe Especial do estudante terá caráter processual, contínuo, formativo e diagnóstico, considerando seu desenvolvimento global, suas potencialidades, os objetivos de aprendizagem, os apoios disponibilizados e as barreiras identificadas no contexto escolar. Os resultados da avaliação deverão orientar o planejamento pedagógico, a definição ou adequação dos recursos de acessibilidade, das adaptações razoáveis, das tecnologias assistivas e das demais medidas necessárias à promoção da aprendizagem, da participação e do desenvolvimento do estudante.
§ 1º A avaliação também subsidiará a análise periódica das condições de permanência do estudante na Classe Especial e das possibilidades de ampliação de sua participação em atividades desenvolvidas na classe comum do ensino regular. Os resultados de análise qualitativa obtidos deverão oferecer indicações sobre as possibilidades de novos encaminhamentos pedagógicos para o estudante.
§ 2º A Classe Especial deverá manter articulação permanente com as classes comuns, favorecendo a convivência escolar, a participação em atividades pedagógicas e sociais e a construção de estratégias que promovam, sempre que possível, sua transição para a classe comum, observadas suas necessidades educacionais e o planejamento pedagógico individualizado.

Art. 33 O desempenho do aluno deverá ser registrado em relatório pedagógico semestral, contemplando a descrição dos avanços nas áreas do conhecimento e do desenvolvimento, bem como as metodologias, estratégias, tipos de avaliações utilizadas, adaptações curriculares realizadas e ajustes que ainda necessitam ser implementados.

Art. 34 O relatório pedagógico semestral deverá ser elaborado pelo professor da Classe Especial, analisado pela equipe técnico-pedagógica da escola e assinado pelo professor regente, pelo professor corregente, pela direção, pela equipe pedagógica e pelo responsável pelo estudante. Uma cópia do relatório semestral deverá ser arquivada

na pasta individual do estudante, outra entregue ao responsável e uma terceira encaminhada à SEMEDI.
§ 1º O responsável pelo estudante terá o direito de solicitar o relatório pedagógico a qualquer tempo durante o ano letivo, independentemente da abertura de protocolo.
Art. 35 O atendimento do estudante em Classe Especial será destinado, preferencialmente, àqueles com até 15 (quinze) anos de idade completos, devendo, após essa faixa etária, ser realizada avaliação pedagógica para fins de encaminhamento à Educação de Jovens e Adultos – EJA, na Fase I, e/ou ao Programa de Preparação para o Mundo do Trabalho, conforme as necessidades educacionais, o percurso escolar e a legislação vigente.
Art. 36 O reingresso do estudante na Classe Comum será realizado por meio de Processo de Classificação, conforme a Legislação Vigente.
Art. 37 O Processo de Classificação ocorrerá quando o estudante demonstrar avanços, que indiquem a possibilidade de retorno à Classe Comum. Os menores de 15 (quinze) serão encaminhados para o ano correspondente da Classe Comum. Os Processos de Classificação dos estudantes com 15 (quinze) anos completos atenderão ao artigo 15 desta Instrução Normativa.
§1º O Processo de Classificação para os estudantes que reingressarão para o Ensino Comum ocorrerá no final do ano letivo, e dos estudantes indicados no artigo 35 desta Instrução Normativa, o processo ocorrerá no final dos semestres.
Art. 38 O professor da Classe Especial e a equipe técnico-pedagógica da escola, após participação e ciência da família do estudante, realizarão a Classificação por meio de avaliação diagnóstica de aprendizagem, seguida da elaboração de relatório e do registro final em Ata, atestando que o estudante está apto a frequentar o ensino comum e indicando o ano ou etapa em que deverá ser matriculado.
Art. 39 O ano para o qual o estudante for classificado deverá ser compatível com o ano em que foi encaminhado para Classe Especial ou com ano subsequente. O resultado da Classificação deverá ser registrado em Ata, com cópia arquivada que integrará a pasta individual do estudante, outra entregue ao responsável e uma terceira encaminhada à SEMEDI.
Art. 40 Após a classificação, o estudante terá assegurada a matrícula na classe comum do ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), em caráter complementar ou suplementar, realizado em Salas de Recursos Multifuncionais no contraturno escolar, conforme previsto no PAEE.
Art. 41 O Processo de Reintegração do estudante da Classe Especial para o ensino regular tem caráter irreversível, será acompanhado continuamente, podendo haver revisão das estratégias pedagógicas sempre que necessário, visando garantir seu direito à convivência no sistema regular de ensino em igualdade de condições.

CAPÍTULO IV – DOS PROFISSIONAIS DE APOIO ESCOLAR
Art. 42 A disponibilização de Profissional de Apoio Escolar pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) observará as necessidades específicas do estudante público da Educação Especial, identificadas por meio de estudo de caso, avaliação pedagógica e registradas no Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e no Plano Educacional Individualizado (PEI), observada a legislação vigente.
Art. 43 Os profissionais de apoio deverão atuar em consonância com o Plano Educacional Individualizado (PEI) e sob supervisão da coordenação pedagógica, garantindo a efetividade das ações inclusivas e o acompanhamento adequado dos estudantes que constituem o público da Educação Especial.
Art. 44 O Profissional de Apoio Escolar será disponibilizado ao estudante que necessite de apoio contínuo nas atividades de alimentação, higiene, locomoção, comunicação, interação e participação nas atividades escolares, mediante estudo de caso e avaliação pedagógica, observado o disposto na Lei nº 13.146/2015, no Parecer CNE/CEB nº 50/2023 e demais normas vigentes.
§1º O profissional de apoio atuará de forma articulada com a equipe escolar, promovendo a autonomia, a participação e acessibilidade do estudante, não substituindo as atribuições do professor regente, e sempre que necessário, atuará em agrupamentos de estudantes.
§2º A função de profissional de apoio deverá ser exercida por pessoas com ensino médio completo e formação continuada, com carga horária mínima de cento e oitenta horas, observado o disposto no Decreto nº 12.773/2025 e nas demais normas expedidas pelo Ministério da Educação.
§3º A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) promoverá formação continuada destinada aos professores de apoio escolar.
§4º A participação nas formações integra o processo permanente de qualificação dos profissionais.
Art. 45 Compete ao Profissional de Apoio:
I - Auxiliar o aluno no deslocamento, locomoção e acesso a todos os ambientes escolares, garantindo a sua segurança e integridade física;
II - Apoiar nas atividades de alimentação, cuidados com a higiene pessoal e necessidades fisiológicas, respeitando as orientações específicas de cada estudante;
III - Estimular e apoiar o desenvolvimento da autonomia e da socialização do estudante, promovendo atitudes de respeito, convivência e integração no ambiente escolar;
IV - Estimular a integração dos estudantes com os colegas e nas atividades extracurriculares;
V – Orientar o estudante na compreensão e no cumprimento das normas de convivência escolar, favorecendo a autonomia e a convivência respeitosa;
VI - Colaborar com a equipe pedagógica, profissionais de apoio multiprofissional e famílias, repassando informações relevantes sobre o dia a dia do estudante;
VII - Facilitar a comunicação entre o estudante e os professores, os pais, a direção escolar e seus colegas;
VIII - Atuar em parceria com professores e demais profissionais da escola no acompanhamento de atividades extraclasse, passeios pedagógicos, eventos escolares e situações que demandem apoio adicional ao estudante;
IX - Combater situações de discriminação;
X - Manter sigilo sobre os fatos de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua atividade;
XI - Participar de formações continuadas e orientações técnicas promovidas pela Secretaria Municipal de Educação ou pela escola, visando aprimorar o atendimento aos estudantes da Educação Especial.
Art. 46 É vedado ao Profissional de Apoio Escolar:
I – substituir o professor regente ou o professor do Atendimento Educacional Especializado;
II – realizar planejamento pedagógico, avaliação da aprendizagem ou adaptação curricular;
III – assumir responsabilidades exclusivas relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem do estudante;
IV – restringir a convivência do estudante com os demais colegas.

CAPÍTULO V – DO ESTUDO DE CASO
Art. 47 O Estudo de Caso constitui instrumento técnico-pedagógico destinado à identificação das necessidades educacionais específicas do estudante, das barreiras à aprendizagem e à participação, subsidiando o planejamento educacional, a organização dos apoios e a tomada de decisões pela equipe escolar.
Art. 48 O Estudo de Caso será elaborado pela equipe escolar, mediante análise das informações pedagógicas, do percurso escolar, do contexto familiar e social, dos recursos de acessibilidade disponíveis, das potencialidades do estudante e das barreiras identificadas no ambiente escolar.
Art. 49 O Estudo de Caso tem por finalidade:
I – subsidiar a avaliação pedagógica;
II – identificar barreiras à aprendizagem, à participação e à acessibilidade;
III – orientar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e do Plano Educacional Individualizado (PEI);
IV – fundamentar a definição dos apoios e serviços necessários ao estudante;
V – subsidiar o acompanhamento e a reavaliação das estratégias pedagógicas.
Art. 50 O Estudo de Caso deverá contemplar, no mínimo:
I - Identificação do estudante: dados básicos e histórico escolar;
II - Contexto social e familiar: sua relação com o processo de escolarização;
III - Avaliações pedagógicas e psicoeducacionais: resultados de análises técnicas;

IV - Intervenções realizadas: metodologias, recursos e adaptações aplicadas;
V- Resultados e avanços: evidências do progresso;
VI - Recomendações futuras: ajustes nas estratégias pedagógicas e encaminhamentos.
Art. 51 O Estudo de Caso documenta o percurso escolar de forma integrada, garante decisões fundamentadas sobre apoios e recursos e subsidia o planejamento educacional inclusivo ao alinhar práticas pedagógicas às necessidades reais dos estudantes.
Art. 52 A elaboração e a revisão do Estudo de Caso deverão contar com a participação da família ou do responsável legal e, sempre que possível, do próprio estudante, respeitada sua idade, seu desenvolvimento e sua capacidade de participação.
Art. 53 As decisões decorrentes do Estudo de Caso deverão ser fundamentadas em critérios pedagógicos e registradas em relatório próprio.
Parágrafo único. As conclusões do Estudo de Caso poderão recomendar:
I – manutenção das estratégias pedagógicas já adotadas;
II – encaminhamento ao Atendimento Educacional Especializado;
III – disponibilização de apoios especializados;
IV – outras medidas pedagógicas necessárias ao desenvolvimento do estudante.
Art. 54 O Estudo de Caso não possui caráter clínico nem substitui avaliações realizadas por profissionais das áreas da saúde ou da assistência social.
Parágrafo único. Sua finalidade é exclusivamente pedagógica, voltada ao planejamento das ações educacionais da Rede Municipal de Ensino.

CAPÍTULO VI – PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)
Art. 55 O Plano Educacional Individualizado (PEI) constitui instrumento de planejamento pedagógico destinado à organização das estratégias educacionais, dos recursos de acessibilidade, das adaptações razoáveis, das formas de acompanhamento e das ações necessárias à promoção da aprendizagem, da participação e do desenvolvimento do estudante.
Art. 56 O Plano Educacional Individualizado (PEI) é instrumento pedagógico que orienta o trabalho docente na sala de aula comum, garantindo atualização contínua e adequação às necessidades pedagógicas dos estudantes. O PEI deverá permanecer disponível nos arquivos da unidade escolar, sem prejuízo da elaboração dos demais documentos previstos nesta Instrução Normativa.
Art. 57 Para o início da elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI), a família ou o responsável legal deverá preencher o Protocolo de Conduta (anexo X), cuja construção deverá ocorrer de forma dialógica e colaborativa, assegurando-se espaço para o compartilhamento de informações, percepções, necessidades e contribuições que possam subsidiar a elaboração do Plano Educacional Individualizado (PEI).
Art. 58 A família ou o responsável legal deverá ser cientificado do conteúdo e das finalidades do Protocolo de Conduta, mediante registro em Ata, e poderá solicitar auxílio para o seu preenchimento, sempre que necessário. Nessa hipótese, a equipe pedagógica da unidade escolar deverá oferecer o suporte necessário, por meio de orientações e esclarecimentos, de modo a assegurar a compreensão do instrumento e a efetiva participação da família ou do responsável legal no processo.
Art. 59 O preenchimento do Protocolo de Conduta deverá ocorrer no prazo máximo de dez dias, contados a partir de sua disponibilização à família ou ao responsável legal. O processo de orientação, participação e preenchimento deverá ser registrado em ata, inclusive quanto às orientações prestadas pela equipe pedagógica e às contribuições apresentadas pela família ou pelo responsável legal.
Art. 60 O Plano Educacional Individualizado (PEI) será elaborado de forma colaborativa, observadas as atribuições de cada profissional, com a participação de:
I – do professor regente;
II – do professor do Atendimento Educacional Especializado, quando houver;
III – do Professor de Apoio, quando houver;
IV – da equipe pedagógica da unidade escolar;
V – da família ou responsável legal.
Art. 61 O Plano Educacional Individualizado (PEI) deverá ser elaborado preferencialmente até sessenta dias após o início do atendimento do estudante ou de sua matrícula na unidade escolar.
Art. 62 O Plano Educacional Individualizado (PEI) deverá contemplar, no mínimo:
I – identificação do estudante;
II – informações pedagógicas relevantes;
III – potencialidades e habilidades observadas;
IV – barreiras identificadas no processo de escolarização;
V – objetivos de aprendizagem;
VI – estratégias pedagógicas;
VII – adaptações e flexibilizações curriculares necessárias;
VIII – recursos de acessibilidade;
IX – formas de avaliação.
Art. 63 O Plano Educacional Individualizado (PEI) deverá ser apresentado à família ou ao responsável legal pelo estudante, que deverá tomar ciência e assinar o documento.
Art. 64 O Plano Educacional Individualizado (PEI) deverá permanecer disponível na unidade escolar para consulta pelos profissionais diretamente envolvidos no atendimento ao estudante, observado o sigilo das informações.
Art. 65 O Plano Educacional Individualizado (PEI) será atualizado continuamente e revisado, no mínimo, uma vez ao ano, ou sempre que necessário, em decorrência de alterações nas necessidades educacionais do estudante.
Art. 66 No caso de transferência do estudante de Unidade Escolar, uma cópia do Plano Educacional Individualizado (PEI) deverá acompanhar sua documentação escolar.

CAPÍTULO VII – DA ADAPTAÇÃO, FLEXIBILIZAÇÃO E AVALIAÇÃO
Art. 67 As unidades escolares deverão assegurar aos estudantes que constituem o público da Educação Especial as adaptações curriculares necessárias ao seu desenvolvimento. Tais adaptações deverão ser planejadas e registradas no Plano Educacional Individualizado (PEI), contemplando os objetivos de aprendizagem previstos para a etapa de ensino, as estratégias pedagógicas, as adaptações razoáveis, os recursos de acessibilidade, as tecnologias assistivas, as formas de avaliação e os apoios necessários ao desenvolvimento integral, respeitando as especificidades de cada estudante.
§1º As adaptações curriculares não implicam redução do direito de acesso ao currículo, devendo garantir ao estudante oportunidades reais de aprendizagem e participação, sem prejuízo dos objetivos de aprendizagem previstos no currículo da Rede Municipal de Ensino.
Art. 68 As adaptações poderão compreender, entre outras medidas:
I – adequação de metodologias;
II – diversificação dos recursos pedagógicos;
III – utilização de materiais acessíveis;
IV – ampliação ou flexibilização do tempo para realização de atividades;
V – adequação dos instrumentos de avaliação;
VI – utilização de recursos de tecnologia assistiva;
VII – organização diferenciada dos espaços de aprendizagem;
Parágrafo único. As adaptações deverão observar os princípios da equidade, da acessibilidade e da educação inclusiva.
Art. 69 As unidades escolares deverão assegurar adaptações razoáveis, acessibilidade curricular e estratégias pedagógicas diferenciadas, respeitando as necessidades educacionais específicas, o ritmo, as potencialidades e as formas de aprendizagem de cada estudante.
Art. 70 A flexibilização pedagógica consiste na adequação das estratégias de ensino às necessidades educacionais do estudante, preservando os objetivos essenciais de aprendizagem.
Art. 71 A flexibilização pedagógica poderá abranger:
I – organização das atividades;
II – formas de participação;
III – recursos didáticos;
IV – estratégias metodológicas;
V – tempos de aprendizagem;
VI – formas de demonstração do conhecimento.
Art. 72 A flexibilização da jornada escolar poderá ser adotada, em caráter excepcional e temporário, para estudantes que constituem o público da Educação Especial, quando demonstrada sua necessidade por meio de estudo de caso, avaliação pedagógica e demais registros

educacionais, assegurados o direito à aprendizagem, à participação e ao desenvolvimento integral, em conformidade com a Lei nº 13.146/2015 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência) e demais normativas correlatas.
§1º A flexibilização da jornada poderá compreender adequações nos horários de entrada, saída ou permanência do estudante na unidade escolar, observadas suas necessidades educacionais específicas. A adoção dessa estratégia deverá ser registrada em ata.
§2º A decisão sobre a flexibilização da jornada escolar deverá:
I – fundamentar-se no estudo de caso, na avaliação pedagógica e nos registros do Plano Educacional Individualizado (PEI), quando elaborado;
II – contar com a participação da família ou do responsável legal;
III – prever estratégias pedagógicas que assegurem a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.
§3º A flexibilização da jornada escolar visa promover a inclusão escolar, reduzir barreiras à aprendizagem e assegurar que cada estudante receba atendimento compatível com suas particularidades, em igualdade de oportunidades com os demais.
§4º A flexibilização da jornada será objeto de acompanhamento contínuo e revisão periódica, podendo ser revista sempre que houver alteração nas necessidades educacionais do estudante, mediante nova avaliação pedagógica.
Art. 73 A avaliação da aprendizagem dos estudantes que constituem o público da Educação Especial terá caráter contínuo, processual, formativo, diagnóstico e qualitativo, considerando seus avanços individuais em relação ao seu próprio processo de aprendizagem, suas potencialidades, os objetivos de aprendizagem previstos no currículo. Serão consideradas, ainda, as adaptações razoáveis, os recursos de acessibilidade e as estratégias pedagógicas registradas no Plano Educacional Individualizado (PEI), quando elaborado, observadas as disposições do Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar.
§1º É vedada a utilização de critérios exclusivamente quantitativos quando incompatíveis com as necessidades educacionais do estudante.
Art. 74 Os instrumentos avaliativos poderão ser adaptados, observando-se as necessidades específicas do estudante.
Parágrafo único. Poderão ser utilizados, entre outros:
I – avaliações orais;
II – atividades práticas;
III – observação sistemática;
IV – portfólios;
V – registros descritivos;
VI – recursos de comunicação alternativa;
VII – tecnologias assistivas.
Art. 75 Os resultados das avaliações deverão subsidiar o planejamento pedagógico e a revisão das estratégias previstas no Plano Educacional Individualizado.
Art. 76 Os registros de avaliação deverão evidenciar o percurso de aprendizagem do estudante, as estratégias pedagógicas adotadas, as adaptações razoáveis implementadas e os avanços observados, subsidiando a revisão do Plano Educacional Individualizado (PEI), do Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e das demais ações pedagógicas necessárias.

CAPÍTULO VIII – DA FORMAÇÃO CONTINUADA

Art. 77 A Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) promoverá, de forma permanente, ações de formação continuada destinadas aos professores do ensino comum, professores do Atendimento Educacional Especializado (AEE), professores da Classe Especial, Profissionais de Apoio Escolar, equipes gestoras, equipes pedagógicas e demais profissionais da educação, visando ao fortalecimento da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.
Art. 78 A Formação Continuada ofertada pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI) deverá:
I – fortalecer o desenvolvimento profissional dos educadores, qualificando as práticas pedagógicas inclusivas e colaborativas, a utilização de recursos de acessibilidade, tecnologias assistivas, desenho universal para a aprendizagem, adaptações razoáveis e estratégias de apoio à aprendizagem e à participação dos estudantes que constituem o público da Educação Especial;
II – incentivar a formação em serviço, o trabalho colaborativo, o compartilhamento de experiências exitosas e a articulação entre os profissionais da educação, visando ao aprimoramento contínuo das práticas educacionais inclusivas.
Parágrafo único. As ações de formação continuada poderão ser desenvolvidas por meio de cursos, oficinas, grupos de estudos, seminários, comunidades de aprendizagem, assessorias pedagógicas e outras estratégias formativas, em parceria com instituições de ensino superior e demais instituições públicas ou privadas, observada a legislação vigente.
Art. 79 As unidades escolares deverão incentivar a participação dos profissionais nas ações de formação promovidas pela Secretaria Municipal de Educação, favorecendo a implementação das práticas pedagógicas inclusivas.
Art. 80 A formação continuada abrangerá, entre outros, os seguintes temas:
I – Fundamentos da Educação Especial;
II – Educação inclusiva;
III – Práticas pedagógicas inclusivas;
IV – Atendimento Educacional Especializado;
V – Plano Educacional Individualizado;
VI – Adaptação curricular;
VII – Avaliação da aprendizagem;
VIII – Acessibilidade;
IX – Tecnologia assistiva;
X – Comunicação alternativa e ampliada;
XI – Direitos da pessoa com deficiência;
XII – Transtornos do neurodesenvolvimento;
XIII – Altas habilidades ou superdotação;
XIV – Elaboração de estudos de caso;
XV – Práticas colaborativas entre os profissionais da educação.

CAPÍTULO IX – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO DOMICILIAR (APD)

Art. 81 O Atendimento Pedagógico Domiciliar constitui estratégia de continuidade da escolarização destinada aos estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino que, em razão de tratamento de saúde ou condição clínica devidamente comprovada, estejam temporariamente impossibilitados de frequentar a unidade escolar, observadas a legislação educacional vigente e as orientações do Sistema de Ensino.
Art. 82 O Atendimento Pedagógico Domiciliar poderá ser ofertado aos estudantes regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, com ou sem deficiência, que se encontrem temporariamente impossibilitados de frequentar a escola, mediante documentação que comprove a necessidade do atendimento.
§ 1º Compete à equipe gestora da unidade escolar solicitar (através da Solicitação de Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD, anexo XI), organizar, acompanhar e registrar o Atendimento Pedagógico Domiciliar, assegurando a articulação entre os professores, a equipe pedagógica, a família e, quando se tratar de estudante público da Educação Especial, o professor do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o Profissional de Apoio, quando houver, e os demais profissionais envolvidos no atendimento educacional.
§ 2º O Atendimento Pedagógico Domiciliar não substitui a matrícula e o vínculo do estudante com sua unidade escolar de origem, devendo ser desenvolvido de forma articulada com o planejamento pedagógico da escola, assegurando a continuidade do processo de ensino e aprendizagem.
§ 3º Os registros pedagógicos, a frequência, as atividades desenvolvidas e os resultados da aprendizagem deverão ser realizados nos instrumentos oficiais adotados pela Rede Municipal de Ensino, observadas, quando aplicáveis, as orientações expedidas pelo Sistema Estadual de Ensino.
Art. 83 O Atendimento Pedagógico Domiciliar será realizado na presença do responsável legal pelo estudante ou de pessoa por ele formalmente autorizada, que deverá acompanhar o desenvolvimento das atividades pedagógicas durante o período de atendimento.
Parágrafo único. A presença do responsável ou de pessoa autorizada constitui condição para a realização do atendimento no domicílio, cabendo à família assegurar as condições necessárias à permanência e ao desenvolvimento das atividades propostas, sem prejuízo da responsabilidade pedagógica dos profissionais da educação e da unidade escolar.
Art. 84 O Atendimento Pedagógico Domiciliar será realizado por professores ou pedagogos integrantes do quadro da unidade escolar, e

registrado na Ficha de Registro – Atendimento Pedagógico Domiciliar (APD, anexo XII). Na impossibilidade de disponibilização de profissional pela instituição de ensino, e havendo disponibilidade de carga horária, o atendimento poderá ser realizado pelo(a) professor(a) do Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Art. 85 Quando o estudante atendido em regime domiciliar for público da Educação Especial, o Atendimento Pedagógico Domiciliar deverá ser desenvolvido em consonância com o Plano Educacional Individualizado (PEI), o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE), quando houver, e as deliberações constantes do estudo de caso, assegurando a continuidade dos apoios pedagógicos e dos recursos de acessibilidade necessários.

Art. 86 O retorno do estudante à frequência presencial será acompanhado pela equipe gestora, pela equipe pedagógica e pelos professores responsáveis, visando assegurar sua reintegração ao processo de escolarização e a continuidade das estratégias previstas no planejamento educacional.

Art. 87 Em caso de internamento, o estudante receberá atendimento pedagógico hospitalar por meio do Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH), vinculado à Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED-PR), conforme os critérios e procedimentos estabelecidos pelo órgão competente.

Art. 88 Os registros pedagógicos decorrentes do atendimento realizado no âmbito do SAREH serão encaminhados à Secretaria Municipal de Educação, sob responsabilidade do Departamento de Educação Especial e Inclusão, que realizará os encaminhamentos necessários à unidade escolar de origem do estudante.

Art. 89 Os registros pedagógicos poderão subsidiar o acompanhamento da trajetória escolar e do desenvolvimento do estudante, bem como contribuir para os processos de avaliação e para a justificativa do período de afastamento das atividades escolares presenciais, observadas as normas vigentes.

Parágrafo único. Os registros pedagógicos deste período deverão ser arquivados na pasta individual do estudante.

CAPÍTULO X – DO PAPEL DAS FAMÍLIAS

Art. 90 A família ou o responsável legal constitui parceiro essencial no processo educacional, participando, em colaboração com a escola, do acompanhamento do desenvolvimento, da aprendizagem e da inclusão do estudante, respeitadas as atribuições da instituição de ensino e dos demais órgãos envolvidos.

Art. 91 Compete à família:

I – colaborar com a unidade escolar, fornecendo informações relevantes sobre o desenvolvimento, as necessidades educacionais específicas e as condições que possam contribuir para o planejamento pedagógico do estudante;

II – garantir a presença e a participação do estudante nas atividades escolares, incluindo os atendimentos especializados, conforme o plano educacional individualizado (PEI) ou outros documentos pertinentes;

III – apoiar o desenvolvimento da autonomia, socialização e aprendizagem do estudante, reforçando em casa as orientações pedagógicas e estratégias desenvolvidas pela escola;

IV – participar ativamente das reuniões, seminários, orientações, do estudo de caso, encontros e demais ações propostas pela escola ou pela Secretaria Municipal de Educação, contribuindo para o acompanhamento do percurso educacional do estudante.

V – dar entrada nos processos de terapias recomendadas, acompanhar regularmente o estudante durante as sessões terapêuticas e eva-lo às consultas médicas agendadas, assegurando a continuidade do acompanhamento profissional.

VI – realizar os exames solicitados pelos profissionais de saúde e ministrar corretamente os medicamentos prescritos, conforme orientação médica, garantindo a eficácia do tratamento e o bem-estar do aluno.

Art. 92 São assegurados à família ou ao responsável legal do estudante:

I – participar da elaboração, implementação e revisão do Plano Educacional Individualizado (PEI);

II – ser informado sobre o desenvolvimento pedagógico do estudante e sobre os apoios educacionais disponibilizados pela unidade escolar;

III – participar dos estudos de caso e das reuniões destinadas ao acompanhamento do processo educacional;

IV – apresentar informações, sugestões e documentos que contribuam para o planejamento educacional do estudante;

V – receber orientações da unidade escolar quanto às estratégias pedagógicas, aos recursos de acessibilidade e aos serviços educacionais ofertados.

CAPÍTULO XI – DO ACOLHIMENTO: PARCERIA FAMÍLIA E UNIDADE ESCOLAR

Art. 93 As unidades escolares da Rede Municipal de Ensino deverão promover o acolhimento, a escuta qualificada e o diálogo permanente com as famílias ou responsáveis legais dos estudantes que constituem público da Educação Especial, assegurando sua participação no processo educacional e o acesso às informações relativas aos serviços e apoios ofertados pela Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Art. 94 A unidade escolar deverá informar às famílias ou aos responsáveis legais a composição da equipe responsável pelo acompanhamento do estudante, bem como apresentar os profissionais que atuarão diretamente em seu processo educacional.

§ 1º A unidade escolar deverá orientar as famílias acerca das atribuições dos profissionais envolvidos no atendimento ao estudante, esclarecendo os respectivos papéis e formas de atuação no processo educacional.

§ 2º A unidade escolar deverá desenvolver ações permanentes de acolhimento, escuta, orientação e fortalecimento da parceria com as famílias, favorecendo a participação, o acompanhamento do percurso escolar do estudante e a construção de práticas educacionais inclusivas.

Art. 95 A comunicação entre a unidade escolar e a família deverá ocorrer de forma contínua, acessível e respeitosa, utilizando linguagem clara e estratégias que favoreçam o acompanhamento do desenvolvimento, da aprendizagem e da participação do estudante, resguardado o sigilo das informações pessoais.

Art. 96 Eventuais divergências relacionadas ao atendimento educacional do estudante deverão ser tratadas, prioritariamente, por meio do diálogo entre a família e a unidade escolar, com a participação da equipe gestora, da equipe pedagógica e dos profissionais envolvidos, podendo a Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral prestar orientação técnica quando necessário.

CAPÍTULO XII – DO CENTRO MUNICIPAL DE AVALIAÇÃO ESPECIALIZADA – CMAE

Art. 97 O Centro Municipal de Avaliação Especializada (CMAE), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), constitui serviço multiprofissional especializado destinado à realização de avaliações interdisciplinares, emissão de pareceres técnicos e laudos, identificação das necessidades educacionais específicas, orientação às unidades escolares e encaminhamento às políticas públicas competentes, visando promover o desenvolvimento integral e a inclusão educacional dos estudantes da Rede Municipal de Ensino.

Art. 98 O CMAE realizará avaliações multiprofissionais e interdisciplinares, utilizando instrumentos técnicos próprios de cada área profissional, podendo emitir pareceres técnicos, relatórios especializados e laudos, elaborados por profissionais legalmente habilitados, bem como orientar as unidades escolares quanto às estratégias pedagógicas, recursos de acessibilidade e encaminhamentos necessários.

Art. 99 O CMAE contará com equipe multiprofissional composta por profissionais das áreas da Psicologia, Psicopedagogia, Fonoaudiologia, Terapia Ocupacional, Serviço Social, Neurologia e outras especialidades necessárias ao atendimento das demandas educacionais da Rede Municipal de Ensino, observadas as competências legais de cada profissão.

Art. 100 O Centro Municipal de Avaliação Especializada conta com equipes multiprofissionais organizadas da seguinte forma:

I – Equipe Educação Infantil destinada a crianças do Infantil II ao Infantil V;

II – Equipe Ensino Fundamental destinada a estudantes do 1º ao 5º ano.

Art. 101 O atendimento médico especializado realizado no âmbito do CMAE compreenderá avaliação clínica, emissão de laudos e pareceres médicos, solicitação de exames complementares, prescrição e acompanhamento terapêutico, quando necessário, observadas as atribuições legais do profissional médico e a legislação vigente.

Art. 102 O encaminhamento ao CMAE será realizado pela unidade escolar, mediante estudo de caso, avaliação pedagógica e documentação pertinente, assegurada a participação da família em todas as etapas do processo.

Art. 103 O encaminhamento de estudante ao Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado (CMAE) deverá observar fluxo institucional, pedagógico e intersetorial, assegurando a identificação das necessidades educacionais, a adoção de estratégias pedagógicas e o acompanhamento do estudante, sem que a avaliação educacional seja condicionada à existência de diagnóstico clínico.

§ 1º O encaminhamento ao CMAE deverá ocorrer mediante articulação entre a unidade educacional, a família e os profissionais envolvidos no acompanhamento do estudante, observadas as seguintes etapas:

I – Identificação das necessidades educacionais:a unidade escolar ou o CMEI, por meio do professor e da equipe pedagógica, realizará a identificação inicial das dificuldades ou necessidades apresentadas pelo estudante, considerando seu desenvolvimento, participação, aprendizagem e contexto educacional,não sendo considerados, isoladamente, aspectos comportamentais.

II – Acompanhamento pedagógico e adoção de estratégias: a equipe pedagógica, em conjunto com o professor, deverá analisar as dificuldades identificadas e planejar e implementar estratégias pedagógicas diferenciadas e recursos de acessibilidade, registrando as intervenções realizadas e seus resultados;

III – Comunicação e participação da família: persistindo as dificuldades ou sendo identificada a necessidade de avaliação especializada, a família ou responsável será comunicado e orientado quanto aos procedimentos de acompanhamento e encaminhamento;

IV – Triagem e acompanhamento inicial: quando indicado, o estudante será encaminhado para triagem nos serviços educacionais especializados disponíveis, incluindo a Sala de Recursos Multifuncionais (SEM), para identificação de suas necessidades e definição das estratégias de estimulação e acompanhamento, pelo período estabelecido pela equipe responsável;

V – Reavaliação: após o período de acompanhamento e estimulação, será realizada reavaliação do estudante, considerando sua evolução e a resposta às estratégias implementadas. Persistindo as dificuldades ou identificando-se necessidade de investigação especializada, poderá ser indicado o encaminhamento para avaliação no CMAE;

VI – Devolutiva à família: a unidade educacional realizará devolutiva à família ou responsável, apresentando os registros do acompanhamento, os avanços observados, as dificuldades persistentes e, quando pertinente, a necessidade de avaliação especializada;

VII – Preenchimento do instrumental de encaminhamento: a unidade educacional deverá preencher o instrumental institucional de encaminhamento ao CMAE, com a participação do professor regente, da equipe pedagógica e da família ou responsável, contendo informações relevantes sobre o desenvolvimento, a aprendizagem, as estratégias pedagógicas utilizadas e os resultados observados;

VIII – Organização da documentação: ao instrumental de encaminhamento deverão ser anexados os registros pedagógicos pertinentes, o relatório de triagem, e os demais documentos necessários à análise da demanda, observadas as normas de proteção de dados pessoais;

IX – Protocolo no CMAE: a documentação será encaminhada ao CMAE mediante protocolo institucional, para análise da demanda e organização do atendimento;

X – Análise e definição das prioridades: a equipe do CMAE realizará a análise das demandas recebidas e estabelecerá as prioridades de atendimento de acordo com critérios técnicos e institucionais, considerando, entre outros aspectos, o tempo de espera, a necessidade educacional identificada, encaminhamentos da rede de saúde ou de outros serviços e situações que demandem intervenção prioritária;

XI – Processo de avaliação: após a análise da demanda, será iniciado o processo de avaliação educacional especializada, de acordo com a especificidade de cada estudante e com os procedimentos técnicos definidos pela equipe multiprofissional do CMAE, podendo ser utilizados instrumentos formais e informais de avaliação;

XII – Estudo e conclusão da avaliação: concluída a aplicação dos instrumentos, a equipe realizará a análise dos resultados, o estudo de caso e a discussão técnica entre os profissionais envolvidos, visando à elaboração de relatório multiprofissional, com indicação das necessidades identificadas e dos encaminhamentos e intervenções educacionais/terapêuticas pertinentes;

XIII – Devolutiva técnica: os resultados da avaliação serão apresentados à unidade educacional e à família ou responsável, em momento de devolutiva técnica, com orientações quanto às necessidades educacionais/terapêuticas identificadas, às estratégias pedagógicas, aos recursos de acessibilidade e aos encaminhamentos necessários;

XIV – A equipe do CMAE agendará consulta médica, após devolutiva realizada com escola/CMEI e família.

XV – Continuidade no acompanhamento neurológico necessário à conclusão diagnóstica, à solicitação de exames e aos encaminhamentos terapêuticos e educacionais pertinentes (como AEE/PEI, classe especial ou escola especial), quando cabíveis, bem como ao acompanhamento medicamentoso, quando indicado pelos profissionais habilitados.

Art. 104 O CMAE desenvolverá suas atividades com fundamento nos princípios da educação inclusiva, da interdisciplinaridade, da intersetorialidade, da equidade, da acessibilidade, da participação da família, da atuação colaborativa com as unidades escolares e do respeito à dignidade, às potencialidades e às singularidades de cada estudante.

CAPÍTULO XIII – DO CENTRO EDUCACIONAL MUNICIPAL DE REFERÊNCIA AO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA – CEMR-TEA

Art. 105 O Centro Educacional Municipal de Referência ao Transtorno do Espectro Autista (CEMR-TEA), vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral (SEMEDI), constitui unidade especializada de referência para a oferta de atendimento educacional aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) regularmente matriculados na Rede Municipal de Ensino, em articulação com as unidades escolares e os demais serviços da Educação Especial.

Art. 106 O CEMR-TEA caracteriza-se como espaço de referência técnico-pedagógica, com atuação interdisciplinar, voltado ao desenvolvimento integral dos estudantes com TEA, por meio de práticas educacionais especializadas e atendimentos articulados com a escola e a família.

Art. 107 O CEMR-TEA tem como finalidade promover o atendimento educacional especializado aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista, contribuindo para o desenvolvimento de suas habilidades cognitivas, sociais, comunicacionais e funcionais, a eliminação de barreiras à aprendizagem, a ampliação da participação escolar, da autonomia e da permanência com aprendizagem na Rede Municipal de Ensino.

Art. 108 A oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista atendidos pelo CEMR-TEA será organizada de forma articulada com a unidade escolar, mediante estudo de caso, de modo a evitar a duplicidade de atendimentos com a mesma finalidade.

Art. 109 São atribuições do CEMR-TEA:

I – ofertar atendimento educacional especializado, de forma complementar ao ensino regular, nas áreas necessárias ao desenvolvimento dos estudantes com TEA;

II – realizar acompanhamento pedagógico especializado, por meio de práticas adaptadas às necessidades específicas dos estudantes;

III – desenvolver programas e ações voltadas ao desenvolvimento integral, incluindo intervenções individuais e em grupo;

IV – atuar com equipe nas áreas de Pedagogia Especializada, Educação Física, Nutrição, observada a composição da equipe técnica do Centro;

V – orientar e apoiar as unidades escolares quanto às estratégias pedagógicas inclusivas voltadas aos estudantes com TEA;

VI – promover a articulação entre escola, família e demais serviços públicos, fortalecendo a rede de apoio ao estudante;

VII – desenvolver programas específicos de apoio às famílias, como ações formativas e grupos de acolhimento, a exemplo de iniciativas voltadas às mães atípicas;

VIII – contribuir para a formação continuada de profissionais da educação, disseminando práticas pedagógicas inclusivas e conhecimento sobre o TEA;

IX – acompanhar o desenvolvimento global dos estudantes atendidos, com registro e avaliação sistemática dos avanços;

X – promover ações que favoreçam a inclusão, autonomia e qualidade de vida dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 110 O acesso ao atendimento no CEMR-TEA ocorrerá mediante solicitação da família ou responsável legal, observada a ordem de inscrição e os critérios de prioridade estabelecidos nas normativas vigentes.

Art. 111 A atuação do CEMR-TEA observará os princípios da educação inclusiva, da equidade, da acessibilidade, da interdisciplinaridade, da intersetorialidade, do respeito à diversidade, da garantia dos direitos educacionais e da promoção da autonomia dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

Art. 112 O CEMR-TEA poderá desenvolver ações de orientação técnica, formação continuada, produção de materiais pedagógicos e assessoramento às unidades escolares da Rede Municipal de Ensino, visando ao fortalecimento das práticas inclusivas e à qualificação do atendimento aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista.

CAPÍTULO XIV – DO ATENDIMENTO E ACOLHIMENTO A ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM SITUAÇÕES DE SOFRIMENTO INTENSO DIANTE DE FENÔMENOS CLIMÁTICOS

Art. 113 A unidade escolar deverá adotar medidas de acolhimento e acompanhamento pedagógico aos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) que apresentem fobia, ansiedade ou sofrimento intenso diante de fenômenos climáticos, tais como tempestades, trovões, raios, chuvas intensas ou ventos fortes, quando essas condições interferirem temporariamente em sua frequência, permanência ou participação nas atividades escolares.

Art. 114 A família ou responsável deverá comunicar à unidade escolar a situação apresentada pelo estudante e, quando disponível, apresentar laudo médico ou relatório de profissional habilitado que descreva as manifestações observadas e suas repercussões na frequência escolar.

§ 1º A apresentação do laudo ou relatório deverá ser considerada para fins de justificativa das faltas, observadas as normas vigentes, bem como para subsidiar o planejamento das ações pedagógicas e de acolhimento.

§ 2º A ausência de documentação médica não impedirá a escola de acolher o estudante, realizar os registros pedagógicos necessários e orientar a família quanto às providências cabíveis.

Art. 115 Enquanto perdurar o afastamento temporário, a unidade escolar deverá encaminhar ao estudante atividades pedagógicas compatíveis com o planejamento da turma e com suas necessidades educacionais, para realização em casa.

Parágrafo único. As atividades encaminhadas deverão ser acompanhadas pelos professores da turma e pela equipe pedagógica, considerando as possibilidades de realização do estudante e a necessidade de manutenção do vínculo com a escola.

Art. 116 A devolutiva das atividades realizadas em casa deverá ser utilizada como instrumento de acompanhamento da aprendizagem, possibilitando aos professores a análise da participação do estudante, a identificação de suas necessidades e a continuidade do trabalho pedagógico desenvolvido pela turma.

Art. 117 A unidade escolar deverá manter registros das comunicações da família, da documentação apresentada, das orientações realizadas, das atividades encaminhadas e das respectivas devolutivas, preservando o sigilo das informações e promovendo, sempre que possível, o retorno gradual e seguro do estudante às atividades presenciais.

CAPÍTULO XV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 118 A implementação desta Instrução Normativa observará os princípios da educação inclusiva, da equidade, da acessibilidade, da participação, da colaboração entre escola, família e comunidade, da eliminação de barreiras e da garantia do direito à aprendizagem, cabendo a toda a comunidade escolar contribuir para a efetivação desses princípios.

Art. 119 As unidades escolares deverão adequar seus Projetos Político-Pedagógicos (PPP), Regimentos Escolares, documentos institucionais e práticas pedagógicas às disposições desta Instrução Normativa, observadas as orientações expedidas pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

Art. 120 Compete à Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral acompanhar, orientar, monitorar e avaliar a implementação desta Instrução Normativa, promovendo as ações de formação continuada, assessoramento técnico e revisão dos procedimentos sempre que necessário.

Art. 121 Os casos omissos ou as situações não previstas nesta Instrução Normativa serão analisados pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, observada a legislação federal, estadual e municipal vigente aplicável à Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Art. 122 Integram esta Instrução Normativa, como anexos, os formulários, instrumentos técnicos, modelos de documentos e fluxos de atendimento aprovados pela Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, os quais poderão ser atualizados por ato próprio, desde que não impliquem alteração do conteúdo normativo desta Instrução.

Art. 123 Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paranaguá, 29 de setembro de 2026.

THIAGO CASAS DO NASCIMENTO
Secretário Municipal de Educação e Ensino Integral
Decreto nº1.443/2025

SANDRA JOSÉ VELLOZO
Diretora Executiva do Departamento de Educação Especial e Inclusão
Portaria nº 1.844/2026

Publicado por:
Luciane Godoy Bonafini
Código Identificador:4A988D22

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.179

DECRETO Nº 2.179

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 8.800.000,00 (oito milhões, oitocentos mil reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
02		Secretaria Municipal de Governo	
02.002		Superintendência de Comunicação	
02.002.04.131.0046.2.340		Comunicação Social	
22 - 3.3.90.39.00.00	045	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	500.000,00
15		Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Desenvolvimento Rural e Pesca	
15.003		Departamento de Limpeza Publica	
15.003.15.542.0012.1.014		Limpeza Pública	
561 - 3.3.90.39.00.00	045	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.300.000,00
16		Secretaria Municipal de Serviços Urbanos	
16.006		Transporte Coletivo	
16.006.26.453.0042.2.154		Subsídio e Aprimoramento do Transporte Coletivo	
665 - 3.3.90.39.00.00	045	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	4.000.000,00
Total Suplementação:			8.800.000,00

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Excesso de arrecadação, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso II da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Receita	
Receita: 1.9.9.9.99.2.1.17 Compensação Social pela Desafetação (CSD) - (F-045) - Fonte:	8.800.000,00

1045	
Total da Receita:	8.800.000,00

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:2159D0CE

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.885

PORTARIA Nº 2.885

"Incluir na Portaria nº 7.710/2024, de elevação de nível, o nome do servidor Fabiano Martins de Carvalho."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal Complementar nº 203/2017, e conforme o que dispõe o Decreto nº 809/2013 e o que preceitua o artigo 63 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 26.858/2022,

RESOLVE:

I - Incluir na Portaria nº 7.710, de 23 de janeiro de 2024, de elevação de nível em virtude de Habilitação acima do exigido, o nome do servidor FABIANO MARTINS DE CARVALHO, matrícula nº 5.331-1, que eleva do nível atual G40SUPGH para G40SUPGJ.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:B688CE90

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.886

PORTARIA Nº 2.886

"Incluir na Portaria nº 7.710/2024, de elevação de nível, o nome do servidor Roberto de Almeida Alexandre."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o que estabelece a Lei Municipal Complementar nº 203/2017, e conforme o que dispõe o Decreto nº 809/2013 e o que preceitua o artigo 63 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 28.973/2023,

RESOLVE:

I - Incluir na Portaria nº 7.710, de 23 de janeiro de 2024, de elevação de nível em virtude de Habilitação acima do exigido, o nome do servidor ROBERTO DE ALMEIDA ALEXANDRE, matrícula nº 7.553-1, que eleva do nível atual G40C2GG para G40C2GI.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:787BEC6E

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.887

PORTARIA Nº 2.887

"Inclui o nome do servidor Ivã Luiz Bernardi na Portaria nº 7.711/2024."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com o artigo 25 da Lei Complementar nº 48/2006, tendo em vista a avaliação da Comissão Especial, designada através da Portaria nº 698, de 12 de maio de 2025, e o contido no protocolado nº 14.677/2023,

RESOLVE:

I - Incluir na Portaria nº 7.711, de 23 de janeiro de 2024, os servidores identificados no quadro abaixo, para fins de concessão da Gratificação por Aperfeiçoamento, observados os percentuais nela indicados:

Matrícula	Servidor	Percentual atualizado
5.319-1	IVÃ LUIZ BERNARDI	10,00%

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:4551BA35

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.888

PORTARIA Nº 2.888

"Concede licença maternidade à servidora Gabriella dos Reis Rosa Carraro."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Complementar n.º 203/2017 e Decreto nº 897/2018, considerando o que dispõe o art. 124 da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), modificada pela Lei Complementar nº

073/2007, e tendo em vista o contido no protocolado sob nº 77.937/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença maternidade de 180 (cento e oitenta) dias, à servidora GABRIELLA DOS REIS ROSA CARRARO, matrícula nº 95.024-1, ocupante do cargo efetivo de Educador Infantil, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 15 de setembro de 2026 e término em 13 de março de 2027.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:1D40E179

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.889

PORTARIA Nº 2.889

"Concede licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, a servidora Cristiane Pires da Costa."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 897/2018, em conformidade com o que dispõe a Lei Complementar nº 203/2017, considerando o que dispõe o art. 123, § 3°, inciso II, da Lei Complementar nº 46, de 11 de maio de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Paranaguá), e tendo em vista o contido no protocolado nº 80.519/2026,

RESOLVE:

I - Conceder licença especial remunerada, por motivo de falecimento de pessoa da família, pelo prazo de 08 (oito) dias, a servidora CRISTIANE PIRES DA COSTA, matrícula nº 95.649-1, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral, com início em 23 de setembro de 2026 e término em 30 de setembro de 2026.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:130647A3

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº 2.890

PORTARIA Nº 2.890

"Designa a nova composição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Saúde para dar prosseguimento ao Processo Administrativo."

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Decreto Municipal nº 897/2018, de acordo com dispositivos da Lei Complementar nº 046/2006 (Estatuto do Servidor Público Municipal); a regulamentação constante dos Decretos Municipais nº 254/2017 e 2.345/2021, e tendo em vista o contido no Processo Administrativo nº 60.801/2023 e considerando o Decreto nº 1.434/2025,

RESOLVE:

I - Designar a nova composição da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar da Secretaria Municipal de Saúde, constante do inciso II da presente Portaria, para dar prosseguimento ao Processo Administrativo nº 60.801/2023.

II - Nomear, para a Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, os servidores: CRISTIANE TORRES CAPRINE GABRIEL, matrícula: 3.744-2, como Presidente; ALESSANDRA DELFINO GENELHOUD CALGARO, matrícula: 10.168-1, como Secretária; e DANIELLE POTIBALA CARNEIRO, matrícula 4.272-1, FERNANDA SCOMAÇÃO PEREIRA DE CARVALHO, matrícula 8.997-1, ACYR CORREIA NETO, matrícula 10.871-1, como membros.
III - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PARANAGUÁ, Palácio "São José" em 02 de outubro de 2026.

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:D2E91337

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 197/2023
TERCERIZZA FACILITIES LTDA CNPJ: 10.436.599/0001-64

EXTRATO DE ADITIVO 06 AO CONTRATO N° 197/2023
TERCERIZZA FACILITIES LTDA
CNPJ: 10.436.599/0001-64

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
TERCERIZZA FACILITIES LTDA

Data: 05/10/2026

Objeto: Aditivo 06 ao Contrato nº **197/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência e execução do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **03 (TRÊS) MESES** contados a partir de **28 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **27 DE DEZEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 03 (três) meses.
Pregão Eletrônico n°: 085/2023
Processo Administrativo n°: 26212/2025

Valor: R$ 144.386,64 (Cento e quarenta e quatro mil, trezentos e oitenta e seis reais e sessenta e quatro e centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
VALDAIR GONÇALVES

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:6D5376C1

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE ADITIVO 12 AO CONTRATO N° 060/2023 COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA CNPJ: 07.192.414/0001-09

EXTRATO DE ADITIVO 12 AO CONTRATO N° 060/2023
COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ: 07.192.414/0001-09

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
COSTA OESTE SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA

Data: 05/10/2026

Objeto: Aditivo 12 ao Contrato nº **060/2023**. "Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato originário, mencionado no preâmbulo por mais **03 (TRÊS) MESES**, contados a partir de **27 DE SETEMBRO DE 2026**, devendo encerrar-se no dia **26 DE DEZEMBRO DE 2026**, conforme autorização, pareceres e anexos constantes do processo administrativo mencionado."

Prazo de Vigência: 03 (três) meses.
Pregão Eletrônico n°: 006/2023
Processo Administrativo n°: 35825/2026

Valor: R$ 911.035,41 (Novecentos e onze mil, trinta e cinco reais e quarenta e um centavos).

Empenho: Conforme Dotação Orçamentária.

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO
ANDRÉ GILSON DESOTI

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:DD1B967A

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - ASSESSORIA DE CONTRATOS
EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 095/2025 SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA CNPJ: 00.656.468/0001-39

EXTRATO DE APOSTILAMENTO 01 AO CONTRATO N° 095/2025
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
CNPJ: 00.656.468/0001-39

Partes: MUNICÍPIO DE PARANAGUÁ
SOMA/PR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Data: 05/10/2026

Objeto: **Apostilamento 01 ao Contrato nº 095/2025.** "O presente Instrumento tem como objetivo a adequação através da inclusão da seguinte Dotação Orçamentária, com o valor total de **R$ 1.400,44 (Mil e quatrocentos reais e quarenta e quatro centavos)**, realizada pela Secretaria Municipal de Saúde ao Contrato n° 095/2025:

Dotação Orçamentária: 329
Ação: 2063
Fonte de Recurso: 1303
Elemento da Despesa: 3.3.90.32
Desdobramento: 99.03

Fundamentação Legal: Art. 136, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21."

Dispensa de Licitação n°: 033/2025

Assinaturas:
DANIEL GUSTAVO GIARETTA FANGUEIRO

Publicado por:
Jullia Carolina Lobo de Queiroz
Código Identificador:03710583

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE CONCORRENCIA PUBLICA

CPE Nº 008/2026
PROCESSO Nº 6.538/2026
OBJETO: Contratação de empresa para execução da obra de Construção de Campo de Futebol Sintético, no Bairro Vila Divinéia, Município de Paranaguá-Pr.
TIPO: Menor preço global.
DATA DA ABERTURA: 21/10/2026 – **HORÁRIO:** 15:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 1.062.076,73 (um milhão, sessenta e dois mil, setenta e seis reais e setenta e três centavos).
ENDEREÇOS:
https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.bll.org.br/ "Acesso Identificado e https://pncp.gov.br/app/editais
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais 4319/2023, a ser processada e julgada em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, na sua redação atual e suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Presidente da Comissão na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: neuma.beatriz@paranagua.pr.gov.br, cpl@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 02 de outubro de 2026.

NEUMA BEATRIZ BARCELLOS VALERA
Comissão Especial de Contratação

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:C61AB22C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE PREGÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026
REGISTRO DE PREÇOS Nº 047/2026
PROCESSO Nº 24.873/2026
OBJETO: Aquisição de Parques Infantis, para atender as Secretarias Municipais: Educação, Esporte e Meio Ambiente.
TIPO: Menor Preço
DATA DA ABERTURA: 20/10/2026 – **HORÁRIO:** 10:00 horas.
VALOR ESTIMADO: R$ 7.395.300,86 (sete milhões, trezentos e noventa e cinco mil, trezentos reais e oitenta e seis centavos).
ENDEREÇO: O edital estará disponível nos seguintes endereços: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, www.bll.org.br/ "Acesso Identificado e https://pncp.gov.br/app/editais.
LEGISLAÇÃO APLICÁVEL: Lei Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, Decretos Municipais nºs 4.319/2023 e 683/2018 a ser processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/2021, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis, bem como as condições estabelecidas no Edital e em seus Anexos.
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: cpl@paranagua.pr.gov.br e bianca.freitas@paranagua.pr.gov.br.

Paranaguá, 02 de outubro de 2026.

BIANCA FREITAS DE SOUZA RUSSO
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:A089B0CA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO - COMISSÃO PERMANENTE DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE REABERTURA

AVISO DE REABERTURA E 3ª RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026 – SRP Nº 014/2026
PROCESSO Nº 28.701/2025
UASG: 987745 – Licitação nº 14/2026
O Município de Paranaguá, através da Secretaria Municipal de Governo por intermédio da sua Pregoeira oficial, torna público a reabertura e a retificação do edital referente ao Pregão Eletrônico nº 019/2026 – Registro de Preços nº 014/2026, objetivando a aquisição de equipamentos médicos hospitalares, odontológicos e oftalmológicos, para atender as demandas e necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.
A sessão pública se realizará em 21 de outubro de 2026 às 09:00 horas.
O edital retificado está disponível em: https://paranagua.oxy.elotech.com.br/portaltransparencia/1/licitacoes, https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-web/public/compras e https://pncp.gov.br/app/editais .
Outros esclarecimentos poderão ser fornecidos pela Pregoeira na Rua Júlia da Costa, nº 322, Centro, no horário das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 18:00 horas ou pelo e-mail: ana.silveira@paranagua.pr.gov.br e cpl@paranagua.pr.gov.br.
Paranaguá, 02 de outubro de 2026.

ANA PAULA PINHEIRO DA SILVEIRA
Pregoeira

Publicado por:
Marilete Rodrigues da Silva do Rosario
Código Identificador:E51BCEEB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
ORDEM DO DIA

36ª Reunião Ordinária – 05 de outubro de 2026 (às 20:00 horas)

PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI Nº 060/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza, em caráter excepcional e por interesse público, a regularização do prolongamento da Rua Projetada H, com alteração de destinação de parcela da área verde municipal, mediante ato compensatório urbanístico e ambiental, e dá outras providências. **Em segunda discussão, com emenda.**

PROJETO DE LEI Nº 107/2026, do **Prefeito Municipal**, que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito adicional especial no orçamento do Município, com base em anulação total de dotação orçamentária, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), na forma em que especifica. **Em segunda discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 098/2026, do **Prefeito Municipal**, que altera o artigo 1º e o Anexo III da Lei Municipal nº 4.667/2017, bem como o Anexo I da Lei Municipal nº 2.395/2003, no que concerne ao cargo de Engenheiro de Segurança do Trabalho. **Em primeira discussão.**

PROJETO DE LEI Nº 129/2026, do **Prefeito Municipal**, que dispõe sobre a distribuição do recurso do Valor Aluno Ano Resultado (VAAR) entre os profissionais da Educação Básica da rede pública municipal, como medida excepcional e transitória destinada a promover o cumprimento do disposto no artigo 212-A, inciso XI, da Constituição Federal. **Em primeira discussão.**

PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR:

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2025, do **Chefe do Poder Executivo Municipal**, que dispõe sobre normas gerais para instalação de infraestrutura de suporte para Estações Transmissoras de Radiocomunicação (ETR), ETR Móvel e ETR de Pequeno Porte no Município de Paranavaí e dá outras providências. **Em segunda discussão, com emenda.**

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO Nº 188/2026, do Edil **Josival Moreira**, que requer seja oficiado ao Poder Executivo Municipal e à Secretaria competente, solicitando informações detalhadas sobre o andamento dos processos de municipalização da Vila Rural Santa Mônica, localizada no Distrito de Graciosa, e da Vila Rural Nova Vida, situada no Distrito de Sumaré, no Município de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 189/2026, da Vereadora **Maria Clara**, que requer informações acerca do planejamento da arborização urbana, critérios para poda e remoção de árvores, replantio, execução dos serviços e prazo de atendimento dos protocolos realizados pela população. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 190/2026, do Edil **Maurício Miranda,** que requer ao Chefe do Poder Executivo juntamente com a Secretaria de Segurança e Trânsito, informações quanto a disponibilização de transporte coletivo para atender os Distritos de Paranavaí, tendo em vista ser uma medida de urgência, uma vez que esses locais não possuem mais o transporte coletivo desde quando foi encerrada a linha, em 2013. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 191/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria responsável, informações sobre estudos e possibilidade, dada a necessidade, de implantação de um completo Parque de Lazer na Vila Alta, com academia ao ar livre, brinquedos e completa estrutura. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 192/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que requer ao Prefeito Municipal e à Secretaria responsável, informações sobre estudos e possibilidade, dada a necessidade, de adequação ou implantação na Vila Alta de um completo Campo de Esportes. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 193/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que requer informações ao Poder Executivo sobre o uso, limpeza pós-eventos e o controle de poluição sonora na Praça dos Pioneiros. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 194/2026, dos Vereadores **Sampaio e Carlos Augusto**, que requerem à Professora Dra. Marília Gonçalves Dal Bello, do Colegiado de Serviço Social da UNESPAR, que compareça à Câmara Municipal de Paranavaí para fazer uso da tribuna e explanar sobre a pesquisa "Censo Pop Rua - Ruas Invisíveis", que mapeia e traça o perfil das pessoas em situação de rua no Município. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 195/2026, da Vereadora **Professora Cida Gonçalves**, que requer ao Chefe do Poder Executivo e à Secretaria competente, informações acerca das condições da Estrada Rural Municipal Ermindo Trentini, bem como sobre a previsão de realização de serviços de manutenção, cascalhamento e implantação ou manutenção de caixas de águas pluviais. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 196/2026, do Edil **Professor Carlos**, que requer ao Chefe do Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal competente, informações e documentação atualizadas acerca do processo administrativo para aquisição de um novo elevador para o Paço Municipal, especialmente quanto ao Documento de Formalização de Demanda e à fase atual da contratação. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 197/2026, do Vereador **Gabriel dos Santos Luiz**, que requer ao Chefe do Poder Executivo Municipal e à Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, por meio da Diretoria de Trânsito, informações sobre a existência e a regulamentação do setor responsável pela educação para o trânsito no Município de Paranavaí. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 198/2026, da Vereadora **Professora Ivany Azevedo**, que requer ao Chefe do Poder Executivo, informações acerca dos procedimentos e serviços disponibilizados para acolhimento de idosos em situação de vulnerabilidade social ou abandono. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 199/2026, da Vereadora **Maria Clara**, que requer informações e manifestação da Procuradoria-Geral do Município acerca da possibilidade jurídica de aditamento do instrumento de parceria firmado com a Sociedade Protetora dos Animais de Paranavaí - SPAP, diante da interrupção de atendimentos veterinários de maior complexidade. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 200/2026, do Edil **Dr. Waldur Trentini**, que conclama a apreciação, discussão e votação das Senhoras e Senhores Vereadores, visando ao encaminhamento de expediente ao Prefeito Municipal, para que informe sobre a existência de planejamento e previsão dos serviços de pavimentação da Rua Salvador Rebola, do Distrito Industrial do Sumaré, tendo em vista que o desnível ou não nivelamento suficiente da via pública está inviabilizando que empresas promovam serviços e obras para melhorar os acessos. **Em discussão única.**

REQUERIMENTO Nº 201/2026, do Vereador **Dr. Waldur Trentini**, que conclama a apreciação, discussão e votação das Senhoras e Senhores Vereadores, visando ao encaminhamento de expediente à Comissão de Saúde e à Comissão de Orçamento da Assembleia Legislativa do Paraná, conclamando ações e providências objetivando a não tributação pelo sistema ICMS-ST, substituição tributária, sobre os medicamentos de uso humano e os produtos farmacêuticos, medida consentânea de alinhamento com a reforma tributária e modernização do fluxo de caixa, a qual deve assegurar redução de preços ao consumidor. **Em discussão única.**

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Sérgio Henrique
Código Identificador:4E88630A

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 048/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar a servidora Srta. Caroline Pagliarini Machado do cargo de Assessor Parlamentar, do Quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Paranavaí, a partir do dia 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí, em 02 de outubro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:30284823

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 049/2026

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Nomear a Sra. Ketlin Davinia Pires de Souza Azevedo Aguiar no cargo de Assessor Parlamentar, do quadro de Provimento em Comissão da Câmara Municipal de Paranavaí, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se
Publique-se.

Câmara Municipal de Paranavaí, em 02 de outubro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente

Publicado por:
Guilhermo Murillo da Cruz
Código Identificador:77723BBA

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 005/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 005/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 005/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, , Sr. JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO, RG.: x.xxx.xxx-8 SESP/PR; CPF: xxx.xxx.xxx-92; Domiciliado na Rua Silvio Carneiro, nº 36, CEP 87.730-000, Município de Santo Antônio do Caiuá – PR, exercendo o cargo público de Prefeito do Município de Santo Antônio do Caiuá – Pr;

CONTRATADA: RIBEIRO VEÍCULOS S/A, CNPJ nº 75.642.256/0001-00 Endereço: Avenida Colombo, 199 Bairro: Vila Nova, CEP: 87045-000, Cidade: Maringá – Paraná, Representante Legal: Sr. ANDRÉ GANDOLFI FEIO RIBEIRO, cargo: Diretor Presidente, resolvem de comum acordo, firmar o presente 1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 005/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios

Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO

Ficam renovados os quantitativos e valores inicialmente registrados na Ata, conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, por mais 1 (um) ano, a partir de 06 de outubro de 2026 até a 06 de outubro de 2027.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO DE ITEM e PRAZO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

ANDRÉ GANDOLFI FEIO RIBEIRO
Represente Contratado

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:35C43BA5

CONSORCIO INTERMUNICIPAL CAIUA - AMBIENTAL (CICA)
1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025

1º TERMO ADITIVO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025

1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CONTRATANTE: O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CAIUÁ AMBIENTAL, pessoa jurídica de direito Público, com sede na Rua Professora Neusa Cascão Borba, 1691 – Jardim Antigo Aeroporto II, Cep: 87705-160, inscrito no C.N.P.J. sob n.º 15.255.346/0001-08, neste ato, devidamente representado pelo Senhor Presidente, , Sr. JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO, RG.: x.xxx.xxx-8 SESP/PR; CPF: xxx.xxx.xxx-92; Domiciliado na Rua Silvio Carneiro, nº 36, CEP 87.730-000, Município de Santo Antônio do Caiuá – PR, exercendo o cargo público de Prefeito do Município de Santo Antônio do Caiuá – Pr;

CONTRATADA: CONTRATADA: M.A. MÁQUINAS PARA CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 29.644.666/0001-64, Endereço: Av. Juscelino Kubitschek de Oliveira – Ld 520, Curitiba – PR, Representante Legal: ROSANA CRISTINA CALAÇA., anterior razão social, VENEZA EQUIPAMENTOS SUL COMERCIO LTDA, alterada pelo apostilamento n.001/2026, data de 23/09/2026, resolvem de comum acordo, firmar o presente **1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO,** nos seguintes termos, resolvem de comum acordo, firmar o presente 1º TERMO ADITIVO DE ITEM, PRAZO, nos seguintes termos:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente 1º Termo Aditivo de ITEM, PRAZO, ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Nº 007/2025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2025, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 013/2025, referente a registro de preços para a eventuais aquisições de pá carregadeira, moto niveladora, trator esteira, retor escavadeira, escavadeira hidráulica, rolo compactador, caminhão caçamba 6x4, para Consórcio Intermunicipal Caiuá Ambiental e Municípios Consorciados, conforme Convênio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO QUANTITATIVO

Ficam renovados os quantitativos e valores inicialmente registrados na Ata, conforme tabela abaixo:

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, **por mais 1 (um) ano, a partir de 06 de outubro de 2026 até a 06 de outubro de 2027**.

CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o presente Termo Aditivo.

E assim, por estarem de acordo as partes assinam o presente TERMO ADITIVO DE ITEM e PRAZO em (2) duas vias de igual forma e teor.

Paranavaí, 24 de setembro de 2026.

JOSÉ GABRIEL GONÇALVES FACHIANO
Presidente – CICA

ROSANA CRISTINA CALAÇA
Represente Contratado

Publicado por:
Rosangela Vieira da Silva
Código Identificador:A586E16F

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - SUPERÁVIT FINANCEIRO

PORTARIA Nº 117/2026

O Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/Amunpar, Prefeito Ulisses de Souza no uso da atribuições legais que lhe são conferidas,

ARTIGO 1º - Fica a Contadora do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR, autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no Orçamento do Consórcio Intermunicipal de Saúde/AMUNPAR na importância de R$ 2.751.825,74 (dois milhões, setecentos e cinquenta e um mil, oitocentos e vinte e cinco reais e setenta e quatro centavos) nas seguintes dotações orçamentárias:

Dotação	Fonte de Recurso	Valor
01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.1.90.11.00.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	012	R$ 2.116.825,74
01.001.0010.0302.2009.2001.3.3.1.90.11.00.00 – Obrigações Patronais		R$ 635.000,00
Total Crédito Suplementar		**R$ 2.751.825,74**

ARTIGO 2º – A cobertura do crédito autorizado no artigo anterior será realizada mediante utilização do superávit financeiro apurado na fonte de recurso 012, referente ao exercício de 2025.

ARTIGO 3º - Esta Portaria entrará em vigor a partir desta data, revogada as disposições contrarias.

Paranavaí, 02 outubro de 2026.

KATIA SIMONE SOARES:98048503972
Assinado de forma digital por KATIA SIMONE SOARES:98048503972
Dados: 2026.10.02 11:23:42 -03'00'

ULISSES DE SOUZA
Presidente /CIS-AMUNPAR

Publicado por:
Katia Simone Soares
Código Identificador:E6397CB0

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
PORTARIA 119-26

PORTARIA Nº 119/2026

O Diretor Geral do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços/AMUNPAR, Edivan Guerreiro Barão, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Designar as pessoas abaixo citadas para responder como Gestora e Fiscais das contratações originadas a partir da **CHAMADA PÚBLICA 09/2025 - CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS, EXERCÍCIO 2026**, visando atender a demanda do Consórcio Intermunicipal de Saúde e Serviços, nos termos da Resolução nº 25/2023 do CIS/AMUNPAR.

NOME DO FISCAL	CATEGORIA	MATRÍCULA FUNCIONAL
ELISÂNGELA ZAGO CAMPOS AGUIAR	GESTOR	Nº 358-1
RODRIGO LUIZ CARDOSO	FISCAL	Nº 511-1
NATÁLIA DA COSTA	FISCAL	Nº 478-1
TERMO DE CREDENCIAMENTO DA EMPRESA COMO SEGUE:		
LORAC SMILE DESING LTDA		

Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Paranavaí, 02 de outubro de 2026.

EDIVAN GUERREIRO BARÃO
Diretor Geral CIS/AMUNPAR

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:92A13C63

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida, com o veículo de sua propriedade, podendo V. S. oferecer recurso contra a infração junto à DITRAN – PARANAVAÍaté 23/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração	Valor da Infração
UCE8J15	277490T000007998	30/07/2026	55920	R$ 130,16

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:754D9117

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 88/2026 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO) PROCESSO DIGITAL 49023/2026

2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 88/2026
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO)

PROCESSO DIGITAL 49023/2026
REF.: DISPENSA PRESENCIALNº 04/2026
2º (Segundo) Termo Aditivo ao CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 88/2026que entre si celebram **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ** e a**Empresa IPM SISTEMAS LTDA**na forma abaixo:
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito interno, com sede à Rua Getúlio Vargas, 900, inscrito no CNPJ sob nº 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representadopor delegaçãopelo Ilmo. Secretário Municipal de Administração Sr. Lucas de Oliveira, inscrito no CPF 011.609.069-39.

CONTRATADA: IPM SISTEMAS LTDA, estabelecida à rua Duque de Caxias, 180, JardimAmérica, Rio do Sul/SC, CEP 89.160-220 (centro tecnológico), inscrita no CNPJ. sob nº 01.258.027/0003-03, neste ato devidamenterepresentada por **ALDO LUIZ MEES,**brasileiro, casado,residente e domiciliado na Cidade de Florianópolis - SC, Rua Desembargador Arno Hoeschl, 361, Apto. 1.301, Bairro Centro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 7R/865.793, e inscrito no CPF. sob nº 292.867.519-15.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO CONTRATO ORIGINAL

O objeto do presente contrato é Contratação de Empresa especializada para FORNECIMENTO DE LICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DE SISTEMA INFORMATIZADO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EMAMBIENTEWEB, que permita a gestão integrada das atividades administrativas e operacionais, com unificação de dados entre os entes, acesso simultâneo por diferentes setores econtrole eficiente das informações em tempo real, com acesso multiusuários em banco de dados único, serviços de manutenção mensal, documentação, alterações legais, corretivas e evolutivas no sistema, atendimento e suporte técnico, a fim de atender às exigências legais e possibilitar o acompanhamento, a execução e o controle das áreas financeira, contábil, orçamentária, patrimonial, recursos humanos, compras, contratos, licitações, previdência e demais áreas da gestão pública da Prefeitura Municipal de Paranavaí, da Câmara Municipal e do Paranavaí Previdência, conforme Edital de Licitação, na modalidade de **Dispensa Prsencialsob nº 04/2026.**

Parágrafo Único: Integram este termo independentemente de transcrição, para todos os fins e efeitos legais, a proposta de preços da CONTRATADA e o Dispensa Presencialnº 04/2026e seus Anexos, que fazem parte integrante do presente contrato, no valor global firmado entre as partes através do Contrato de Prestação de Serviços nº 88/2026, no valor de: valor mensal de **R$ 134.475,75 (cento e trinta e quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos)**, perfazendo o valor de **R$ 806.854,50 (oitocentos e seis mil, oitocentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).**

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO

Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo para **FORNECIMENTO DELICENÇA DE USO (LOCAÇÃO) DESISTEMA INFORMATIZADO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL EM AMBIENTE WEB**, objeto do respectivo contrato, por mais 06(seis) meses, passando o vencimento do prazo de execução dos serviços para **08de abril de 2027,**ouser rescindido antecipadamente caso seja concluído o processo licitatório correspondente, sem ônus para qualquer das partes nos termos da cláusula segundado Contrato de Prestação de Serviços nº 88/2026, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Administração através do Memorando nº 89/2026e considerando ainda o Parecer Jurídico nº 435/2026, exarado pela Procuradoria.

Parágrafo Primeiro–Os custos resultantes deste presente termo aditivo serão cobertos comos seguintesrecursos:
- 12.001.19.126.0002.2021 –3.3390.40.06(Locação de Software)
3.3390.40.08(Manutenção de Software)
Recurso: 000 – Recursos Ordinário Livres – Referência: 1502

CLÁUSULA TERCEIRA– DO ACRÉSCIMO

Fica acrescido ao objeto contratual o módulo SyncFiscal, destinado à integração, sincronização e processamento das NFS-e emitidas por meio do Emissor Nacional da NFS-e, em razão da obrigatoriedade estabelecida para os contribuintes optantes pelo Simples Nacional a partir de 1º de novembro de 2026, conforme a Resolução CGSN nº 191, de 4 de agosto de 2026, e demais normas aplicáveis. O referido módulo será disponibilizado sem qualquer custo adicional para o Município, permanecendo inalteradas as demais condições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA– DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 88/2026**, datado de 08 de Abril de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ,30 DE SETEMBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração
Contratante

ALDO LUIZ MEES
IPM Sistemas LTDA
Contratada

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:36DCBA0D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 79/2022 REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2022 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL: 46557/2026)

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 79/2022
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 24/2022
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR)
(PROCESSO DIGITAL: 46557/2026)

4º (quarto) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL que entre si celebram **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**e **ROBERSON YUKISHIGUE MATUNAGA**e **THEMIS CAROLINA WASSANO MATUNAGA**, na forma abaixo.

LOCADORES: ROBERSON YUKISHIGUE MATUNAGA, brasileiro, médico, casado, inscrito no CPF nº 026.700.349-85, portador do RG nº 6.647.222-1 PR, e **THEMIS CAROLINA WASSANO MATUNAGA**, brasileira, casada sob comunhão universal de bens, inscrita no CPF nº 041.429.459-98, portadora do RG nº 8.252.635-8 SESP/PR, residentes e domiciliados a rua Comandatuba, nº 1104, Residencial Carpe Diem – SINOP/MT, CEP 78550-000.

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, inscrita no CNPJ nº. 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77 e nº 143.931.319-91, e pela Ilma. Diretora Especial de Compras Sra. **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS II, localizado na Rua Paraíba, n º 1904 - fundos (Lote nº 10 da quadra nº 97), Centro de Paranavaí - Paraná, tudo em conformidade com os documentos que instruem a DISPENSA DE LICITAÇÃO sob nº 24/2022, valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Locação nº 79/2022**e **1° Termo Aditivo ao Contrato de Locação n° 79/2022**, no valor de **R$ 16.232,88 (dezesseis mil, duzentos e trinta e dois reais e oitenta e oito centavos)**,a ser pago pelo LOCATÁRIO em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de**R$ 1.352,74 (mil e trezentos e cinquenta e dois reais e setenta e quatro centavos)**, **2° Termo Aditivo ao Contrato de Locação n° 79/2022**, no valor de **R$ 16.834,80 (dezesseis mil, oitocentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos)**. a ser pago pelo LOCATÁRIO em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de **R$ 1.402,90 (um mil, quatrocentos e dois reais e noventa centavos),** 3° **Termo Aditivo ao Contrato de Locação n° 79/2022**, no valor de **R$ R$ 1.473,81 (um mil, quatrocentos e setenta e três reais e oitenta e um centavos)**, totalizando para este período de 12 (doze) meses o valor de **R$ 17.685,72 (dezessete mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos)**.

§ 1º- O LOCATÁRIO recebe o imóvel nas condições descritas nos termos de vistoria (com Relatórios Fotográficos) realizados em 25/09/2026efirmados pelas partes, os quais passam a fazer parte integrante deste termo aditivo de contrato, respondendo por qualquer estrago superveniente à assinatura do presente contrato, comprometendo-se a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu. As adaptações de que o prédio necessitar, para a instalação dos serviços administrativos do LOCATÁRIO, no transcorrer do contrato, efetuadas pelo LOCATÁRIO, ficará agregado ao imóvel, sem nenhum tipo de indenização.

§ 2º- Não constitui estrago, em relação ao imóvel, o desgaste natural oriundo do uso regular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO TERMO ADITIVO
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 79/2022 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **03 de outubro de 2027**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Locação de Imóvel nº 79/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando 828/2026e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRO – DO ADITIVO DE VALOR
Através do presente Termo Aditivo, em conformidade com a cláusula terceira do Contrato Administrativo nº 79/2022, as partes resolvem reajustar o valor do aluguel, a partir de 03 de outubro de 2024, no percentual de 3,983297**%**referente a variação do INPC, no período de setembro/2025a setembro/2026, conforme cálculo de Atualização monetária.

§ 1º- Com o reajuste firmado através deste termo aditivo o valor mensal do aluguel passará a ser de **R$ 1.532,52(um mil, quinhentos e trinta e doisreais e cinquenta e doiscentavos)**, totalizando para este período de 12 (doze) meses o valor de **R$ 18.390,24(dezoitomil, strezentos e noventareais e vinte e quatrocentavos)**.

§ 2º- O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:
- 04.001.0010.0302.0006.2242.3339036 (494 – Federal) Ref– 186

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 79/2022), datado em 03 de outubro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ,28 DE SETEMBRO DE 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Locatária

ROBERSON YUKISHIGUE MATUNAGA
Locador

THEMIS CAROLINA WASSANO MATUNAGA
Locadora

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:A3FBB668

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS: 4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 80/2022 REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2022 (PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR) (PROCESSO DIGITAL: 46559/2026)

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 80/2022
REF. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 25/2022
(PRORROGAÇÃO DE PRAZO E REAJUSTE DE VALOR)
(PROCESSO DIGITAL: 46559/2026)

4º (quarto) TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL que entre si celebram MUNICÍPIO DE PARANAVAÍe MARCOS ROMERO VILAÇA JUNIORe FERNANDA FIATES VILAÇA, na forma abaixo.

LOCADORES: MARCOS ROMERO VILAÇA JUNIOR, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF nº 807.777.759-72, portador do RG nº 4.656.991-1PR, e **FERNANDA FIATES VILAÇA**, brasileira, inscrita no CPF nº 018.014.949-08, portadora do RG nº 6.967.838-6 PR, casados entre si, residentes e domiciliados na Avenida Lázaro Figueiredo Vieira, nº 330, casa 08, Jardim Avaré, cidade de Paranavaí, Estado do Paraná.
LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Getúlio Vargas, 900, inscrita no CNPJ nº. 76.977.768/0001-81, neste ato devidamente representado pela Secretária Municipal de Saúde Sra. **ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA**, brasileira, divorciada, residente e domiciliada na cidade de Paranavaí-PR, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 843.459-46 PR, e inscrita no CPF sob nº 042.081.609.77 e nº 143.931.319-91, e pela Ilma. Diretora de Compras Sra. **THAÍS SOARES DA SILVA**, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 38.210.307-5, e inscrita no CPF sob nº 059.937.949-92,

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente contrato tem por objeto a LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA FUNCIONAMENTO DO CAPS II, localizado na Rua Pernambuco, nº 624, Centro (Quadra 04, Lote 05), com 357,39 m² de área construída, tudo em conformidade com os documentos que instruem a DISPENSA DE LICITAÇÃO sob nº 25/2022, valor global firmado entre as partes através do **Contrato de Locação nº 80/2022**e **1° Termo Aditivo ao Contrato de Locação n° 80/2022**, no valor de **R$ 58.688,16 (cinquenta e oito mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dezesseis centavos),** a ser pago pelo LOCATÁRIO em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de**R$ 4.890,68 (quatro mil, oitocentos e noventa reais e sessenta e oito centavos), 2° Termo Aditivo ao Contrato de Locação n° 80/2022**, no valor de **R$ 60.864,4 (sessenta mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e vinte e quatro centavos)**a ser pago pelo LOCATÁRIO em 12 (doze) parcelas mensais, iguais e consecutivas de**R$ 5.072,02 (cinco mil, setenta e dois reais e dois centavos), 3º termo aditivo ao Contrato de Locação nº 80/2022** no valor mensal do aluguel de **R$ 5.328,37 (cinco mil, trezentos e vinte e oito reais e trinta e sete centavos)**, totalizando para este período de 12 (doze) meses o valor de **R$ 63.940,44 (sessenta e três mil, novecentos e quarenta reais e e quatro centavos)**.

§ 1º- O LOCATÁRIO recebe o imóvel nas condições descritas nos termos de vistoria (com Relatórios Fotográficos) realizados em 25/09/2026e firmados pelas partes, os quais passam a fazer parte integrante deste termo aditivo de contrato, respondendo por qualquer estrago superveniente à assinatura do presente contrato, comprometendo-se a restituir o imóvel, finda a locação, no estado em que o recebeu. As adaptações de que o prédio necessitar, para a instalação dos serviços administrativos do LOCATÁRIO, no transcorrer do contrato, efetuadas pelo LOCATÁRIO, ficará agregado ao imóvel, sem nenhum tipo de indenização.

§ 2º- Não constitui estrago, em relação ao imóvel, o desgaste natural oriundo do uso regular.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO TERMO ADITIVO
Através do presente Termo Aditivo, as partes resolvem prorrogar o prazo da locação do imóvel objeto do Contrato nº 80/2022 por mais 12 (doze) meses, passando o vencimento do prazo de locação para **03 de outubro de 2027**, nos termos da Cláusula Terceira do Contrato de Locação de Imóvel nº 80/2022, tendo em vista as justificativas e autorização para prorrogação contratual apresentadas pela Secretaria Municipal de Saúde através do Memorando 827/2026e considerando ainda o Parecer Jurídico Referencial nº 003/2023, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná em 28 de dezembro de 2023, edição 2928.

CLÁUSULA TERCEIRO – DO ADITIVO DE VALOR
Através do presente Termo Aditivo, em conformidade com a cláusula terceira do Contrato Administrativo nº 80/2022, as partes resolvem reajustar o valor do aluguel, a partir de 03 de outubro de 2024, no percentual de 3,983897**%**referente a variação do INPC, no período de setembro/2025a setembro/2026, conforme cálculo de atualização monetária.

§ 1º- Com o reajuste firmado através deste termo aditivo o valor mensal do aluguel passará a ser de **R$ 5.540,61(cinco mil, quinhentos e quarenta e umreais e sessenta e umcentavos)**, totalizando para este período de 12 (doze) meses o valor de **R$ 66.487,32(sessenta e seismil, quatrocentos e oitenta e sete reais e trinta e doiscentavos)**.

§ 2º- O pagamento da importância originada pela presente prorrogação de prazo e reajuste de valor correrá à conta dos recursos provenientes da Dotação Orçamentária:
-04.001.0010.0302.0006.2242.3339036 (494) Ref. 186

CLÁUSULA QUARTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo (CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 80/2022), datado em 03 de outubro de 2022.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, 01 DE OUTUBRO DE 2026.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde
Locatária

MARCOS ROMERO VILAÇA JUNIOR
Locador

FERNANDA FIATES VILAÇA
Locadora

Publicado por:
Ellen Juliane de Arruda
Código Identificador:9AFA52C9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS AVISO DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026

AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 014/2026
Numero da Contratação GOV: 987749 -21/2026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, UASG: 987749, torna público, que na forma da Lei nº 14.133/2021, fará realizar às 08:00 h do dia 09 de outubro de 2026, DISPENSA DE LICITAÇÃO, na forma ELETRÔNICA, por meio da INTERNET, através do sistema https://www.gov.br/compras/pt-br, do tipo menor preço por LOTE , nos termos e condições fixados no edital e seus anexos, objetivando a **Contratação de empresa especializada para confecção, montagem e instalação de móveis, destinados à recepção da Unidade Básica de Saúde – UBS de Sumaré, do Município de Paranavaí**, com valor máximo estimado em R$ 18.383,33 (dezoito mil, trezentos e oitenta e três reais e trinta e três centavos) As propostas deverão ser cadastradas no sistema de compras do Governo Federal (Compras.gov.br) até 07:59 horas do dia 09 de outubro de 2026. A documentação completa do edital correspondente estará disponível na página eletrônica da Prefeitura do Município de Paranavaí: https://paranavai.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais#conteudo.
Esclarecimentos serão fornecidos através do e-mail: compras@paranavai.pr.gov.br ou pelo telefone: (44) 3421-2323.

PARANAVAÍ/PR, EM 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras
Portaria Municipal Nº 1.797/2026

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:3A4F2094

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DIRETORIA ESPECIAL DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2026
GOV número de referência da contratação: 987749-22/2026
Contratação para serviços de Buffet completo

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, Estado do Paraná, através da Diretoria Especial de Compras, torna público que realizará procedimento licitatório na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por ITEM e da seguinte forma:

OBJETO:É objeto da presente licitação: Contratação para serviços de Buffet completo para suprir a demanda do evento de encerramento anual dos Projetos do Serviço de Convivência da Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Família do Município de Paranavaí., conforme descritos e especificados no Anexo I do instrumento convocatório.
Se houver divergência entre as especificações técnicas do objeto descritas neste edital e aquelas utilizadas para incluir o item no sistema, prevalecerão sempre os presentes neste instrumento convocatório, o qual vinculará a proposta da empresa

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:00 horas do dia 05/10/2026 às 08:30 horas do dia 21/10/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 08:30 horas do dia 21/10/2026 às 09:00 horas do dia 21/10/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 09:00 horas do dia 21/10/2026.

LOCAL: https://www.gov.br/compras/pt-br

VALOR MÁXIMO ESTIMADO R$ 283.700,13 (duzentos e oitenta e três mil setecentos reais e treze centavos)

INFORMAÇÕES: Diretoria Especial de Compras do Município de Paranavaí, situada à Rua Getúlio Vargas, 900, Centro, pelo telefone: (44) 3421-2323 ou pelos sites www.paranavai.atende.net. compras@paranavai.pr.gov.br compras.pvai@gmail.com

Paranavaí - Paraná, em 02 de outubro de 2026.

DYERON SOUZA SANTOS
Diretor Especial de Compras
Portaria Municipal Nº 1.797/2026

Publicado por:
Aline da Silva Ferreira
Código Identificador:E967BFA8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA EDITAL DE RECLASSIFICAÇÃO PARA FINAL DE FILA Nº 190/2026

Dispõe sobre a reclassificação, a pedido, para final de fila do candidato nomeado para o cargo de Farmacêutico.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, com fulcro no Capítulo 12 e mais especificamente no sub item 23.1.1 do Edital de Abertura do Concurso Público n° 001/2025, conforme solicitação via Termo de Renúncia Temporária, autoriza a RECLASSIFICAÇÃO DO CANDIDATO PARA FINAL DE FILA, conforme descrito abaixo:

CLASS.	NOME	CPF	CARGO
3º	PABLO RODRIGO DA ROSA	XXX.622.549-XX	FARMACÊUTICO

Registre-se e publique-se.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:9083DFAF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.803/2026

Dispõe sobre a nomeação no cargo em comissão de Diretor de Serviços Públicos – CC1, junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

Considerando o processo digital sob nº 55084/2026, encaminhado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos;

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE:

Art. 1° Nomear o senhor **LUCAS FERNANDO DE OLIVEIRA BARCELOS BICA, C.P.F: 074.XXX.XXX-48**, no cargo em comissão de **DIRETOR DE SERVIÇOS PÚBLICOS – CC1,** junto à Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos, a partir de 05 de outubro de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se às disposições contrárias.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe do Poder Executivo

Publicado por:
Maria Gabriella Rodrigues
Código Identificador:A6DD0B4E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1805/2026

Fica sem efeito a nomeação do candidato aprovado no Concurso Público nº 001/2025 e reclassifica, a pedido, para o final de fila.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E EM CONFORMIDADE COM A LEGISLAÇÃO EM VIGOR,

RESOLVE

Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação do candidato abaixo relacionado**,** nomeado pela Portaria Municipal nº 1707/2026, no cargo de **FARMACÊUTICO,** de provimento efetivo, tendo em vista a solicitação de reclassificação para o final de fila, conforme termo de renúncia temporária.

CLASS.	CONVOCADO	CPF	MODALIDADE
3º	PABLO RODRIGO DA ROSA	XXX.622.549-XX	AMPLA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:42000CAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1806/2026

Dispõe sobre a desclassificação do candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de Odontólogo, por não atender à convocação.

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS,

RESOLVE:

Art. 1º Desclassificar, o candidato abaixo relacionado**,** do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2026, para o cargo de ocupação temporária de **ODONTÓLOGO**, por não atender à convocação, conforme Edital n° 180/2026, publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná, em 15 de setembro de 2026.

CLASS.	CANDIDATO	CPF	TIPO DE VAGA
3º	JONIS SOARES FERNANDES	XXX.333.572-XX	AFRO

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria nº 1.735, publicada em Diário Oficial em 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 02 DIA DO MÊS DE OUTUBRO DE 2026.

MAURICIO GEHLEN
Chefe Do Poder Executivo

Publicado por:
Stefany Coelho Virmond
Código Identificador:F486F541

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1807/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professor.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) VÂNIA ELIS SOUSA, protocolado sob n° 55138/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **VÂNIA ELIS SOUSA,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSOR –** Matrículas n° 4868-1 e 4868-2 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 02/03/2003 A 01/03/2008 (40 dias) e 07/01/2012 A 06/01/2017 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55138/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 02 dias, com início em 28/09/2026 e término em 29/09/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:29CA8BE3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1808/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professor.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) DANIELE LAURO SOUSA, protocolado sob n° 55534/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **DANIELE LAURO SOUSA,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSOR –** Matrícula n° 9892-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 22/08/2018 A 21/08/2023 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55534/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 40 dias, com início em 29/09/2026 e término em 07/11/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:66C59B8D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1809/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professor.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) VIVIANE MARCELINO PEREIRA, protocolado sob n° 55534/2026, que solicita licença-prêmio.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **VIVIANE MARCELINO PEREIRA,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSOR –** Matrícula n° 4387-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 03/03/2018 A 02/03/2023 (20 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55534/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 05 dias, com início em 05/10/2026 e término em 09/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:54BA92C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1810/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Professor.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) ALINE IMACULADA CONCEIÇÃO BORGES, protocolado sob n° 55564/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **ALINE IMACULADA CONCEIÇÃO BORGES,** efetivo (a) no cargo de **PROFESSOR –** Matrícula n° 8704-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 30/01/2017 A 29/01/2022 (09 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55564/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 09 dias, com início em 01/10/2026 e término em 09/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:F31ECE99

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1811/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Agente de Conservação.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) SONIA MONTEIRO MARQUES, protocolado sob n° 55534/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **SONIA MONTEIRO MARQUES,** efetivo (a) no cargo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO –** Matrícula n° 7296-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 07/01/2017 A 06/01/2022 (39 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55534/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 25 dias, com início em 13/10/2026 e término em 06/11/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:BA76C48B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1812/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Cozinheira.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) ROSELY DA CRUZ NUNES SABIO, protocolado sob n° 55534/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **ROSELY DA CRUZ NUNES SABIO,** efetivo (a) no cargo de **COZINHEIRA –** Matrícula n° 8228-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 10/11/2014 A 09/11/2019 (10 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55534/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 09 dias, com início em 01/10/2026 e término em 09/10/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:F0D34046

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1813/ 2026

Dispõe sobre concessão de licença-prêmio ao servidor (a) de cargo efetivo de Cozinheira.

Considerando *o requerimento do (a) servidor (a) DEBORA APARECIDA SALATINE, protocolado sob n° 55564/2026, que solicita licença-prêmio.*
O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 7.529/2003 E AS LEIS MUNICIPAIS Nº 1.775/1995, 2.391/2003 E 3.891/2012,
RESOLVE:
Art. 1° Conceder licença-prêmio por assiduidade o (a) servidor (a) **DEBORA APARECIDA SALATINE,** efetivo (a) no cargo de **COZINHEIRA –** Matrícula n° 8776-1 lotado (a) na **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** referente ao período aquisitivo de 10/03/2017 A 09/03/2022 (40 dias), conforme requerimento protocolado sob o nº 55564/2026.
Art. 2° O período de fruição de licença-prêmio concedida será de 40 dias, com início em 02/10/2026 e término em 10/11/2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Deborah Avila Saiz
Código Identificador:24A85E65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.814/2026.

Concede Licença-maternidade à servidora pública municipal, MARIANA FUSCO DA SILVA**.**

Considerando *o protocolo nº 770165648/2026, solicitando* Licença-maternidade e *o Atestado Médico anexado ao referido Processo*

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder 180 (cento e oitenta) dias de Licença-maternidade**,** à servidora **MARIANA FUSCO DA SILVA**, Matrícula nº 8134-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL**, junto a Secretaria Municipal de Educação, conforme dispõe o artigo 93 da Lei Municipal nº 3.891, de 12 de janeiro de 2012, com início em 14/09/2026 e término em 12/03/2027.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:7BAEB0E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.815/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **KATIA DOS SANTOS FERMINO DE LIMA,** Matrícula nº 10981-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **COZINHEIRA** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 17 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:82767EE8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.816/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **KARINA DA SILVA LIMA NIEHUES,** Matrícula nº 8142-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 22 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 22 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:AA37632B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.817/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ANDRESSA SOUZA VIEIRA,** Matrícula nº 11201-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PSICOLOGO** junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, Mulher e Familia, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:F5BCD6E4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.818/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **FABIO CESAR TEIXEIRA DE ARAUJO,** Matrícula nº 10583-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO** junto a Secretaria Municipal de Educação, 120 (cento e vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:F85A3AE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.819/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **LEANDRA MARA ROMANO SACHETTI,** Matrícula nº 7455-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 23 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D717843D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.820/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder ao servidor **CLAUDIO DE OLIVEIRA,** Matrícula nº 6277-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **FISCAL DE TRIBUTOS** junto a Secretaria Municipal da Fazenda, 20 (vinte) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 27 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 27 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:14C96932

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.821/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **ANA APARECIDA DA SILVA,** Matrícula nº 9992-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE APOIO EDUCACIONAL** junto a Secretaria Municipal de Educação, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 28 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 28 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:10635C60

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.822/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:
Art. 1° Conceder ao servidor **ANDERSON CARDOSO BIZO,** Matrícula nº 9983-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FISICA** junto a Secretaria Municipal de Educação, 84 (oitenta e quatro) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 29 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 29 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:2E847EC7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.823/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **CLAUDETE APARECIDA DO NASCIMENTO,** Matrícula nº 8277-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AJUDANTE GERAL** junto a Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 30 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:D99475C4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.824/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **DALVANA PEREIRA DA CUNHA,** Matrícula nº 7784-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS** junto a Secretaria Municipal de Saúde, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 30 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:B8B3350A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.825/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **EUZANA CECCON SANCHES,** Matrícula nº 6416-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ORIENTADOR DE TRANSITO** junto a Secretaria Municipal de Segurança e Trânsito, 60 (sessenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 30 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:AFC2461A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.826/2026.

Dispõe sobre a concessão de licença para tratamento de saúde a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art. 1° Conceder à servidora **EVELYN CRISTHINE FALCONE MACHADO,** Matrícula nº 8391-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO** junto a Secretaria Municipal de Educação, 180 (cento e oitenta) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 30 de setembro de 2026, conforme perícia médica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 30 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:12EC3AEC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.827/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **ELIZABETE MARIA DE ARAUJO BARBIERI,** Matrícula nº 7083-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **AGENTE DE CONSERVAÇÃO,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições

clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **23 de setembro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 23 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:4C354E65

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.828/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **GILDA HELENA ZIOLI,** Matrículas nº 6917-1 e nº 6917-2, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **25 de setembro de 2026** pelo período de **120 (cento e vinte) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 25 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:0077F65D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.829/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **CILMA DA SILVA,** Matrículas nº 8410-2 e nº 8410-3, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **25 de setembro de 2026** pelo período de **120 (cento e vinte) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 25 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:AA031155

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.830/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação ao servidor **EDUARDO DE ARRUDA SESTARIO,** Matrícula nº 6859-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **MOTORISTA II,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **29 de setembro de 2026** pelo período de **90 (noventa) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 29 de setembro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:7DA7C31A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.831/2026.

Dispõe sobre a readaptação a servidor público municipal.

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE CONFORMIDADE COM A LEI MUNICIPAL 3.891, DE 03 DE JANEIRO DE 2012,

RESOLVE:

Art.1º Conceder readaptação à servidora **NELMA CRISTIANE DOS SANTOS FERNANDES,** Matrículas nº 6311-4 e nº 6311-5, ocupante do cargo de provimento efetivo de **PROFESSOR,** conforme verificado em Inspeção Médica Oficial, observando-se as restrições

clínicas contidas no Laudo Médico, nos termos do art.25 da Lei Municipal nº 3.891/2012.
§1° A readaptação prevista no caput deste artigo se dá a partir da data de **01 de outubro de 2026** pelo período de **180 (cento e oitenta) dias.**
§2° Havendo necessidade de solicitar a prorrogação de prazo o (a) servidor (a) deverá protocolar novo laudo do seu médico assistente, até a data de encerramento do período estabelecido no § 1° deste artigo.
Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos em 01 de outubro de 2026.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DIAS DE OUTUBRO DE 2026.

LUCAS DE OLIVEIRA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Cristina Brescansin Prates
Código Identificador:05DAA3ED

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 1.833/2.026

O MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO.

Considerando que a **Paróquia Nossa Senhora Aparecida** do Jardim Ipê, realizará a divulgação e venda de cartelas para o **"Show de Prêmios"** que acontecerá no dia 10/10/2.026, iniciativa que tem por finalidade contribuir para a melhoria das instalações de sua Capela, proporcionando melhores condições para a realização das atividades religiosas e comunitárias, bem como para o atendimento da população em geral.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder parte do espaço localizado no calçadão do Centro, esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Souza Naves, com fundamento no artigo 73-A, parágrafo 5º da Lei Orgânica de Paranavaí;

Art. 2º Fica cedido, **em caráter precário e temporário, sem prejuízo à circulação e ao trânsito de pedestres**, o espaço no período compreendido das 09h00min às 17h00min, do dia 03 de outubro de 2026.

Art. 3º Dado o caráter precário, esta liberação poderá ser cassada unilateralmente, desde que motivada, por este órgão ou um de seus setores, ficando assim impedido a utilização do espaço cedido, mesmo que parcialmente.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, ESTADO DO PARANÁ, AO 02 DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DE 2.026.

GUILHERME DE ARAÚJO RUIZ
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

Publicado por:
Renata Carvalho Grade
Código Identificador:45F2CE55

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO ANÁLISE DE AMOSTRAS II EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 51/2026 - PROCESSO Nº 133/2026

OBJETO: Implantação de Registro de Preços para futura, eventual e parcelada aquisição de luminárias LED ornamentais, com potência máxima de 150 W, para instalação em topo de poste, destinadas à manutenção, reposição e continuidade operacional do sistema de iluminação pública do Município, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.
AMOSTRAS: Será realizada a análise das amostras apresentadas pela empresa declarada provisoriamente vencedora dos Lotes 01 e 02.
DATA DA ANALISE: 06 de outubro de 2026, às 09h00min.
LOCAL: Departamento de Iluminação Pública, no endereço: Rua Itacolomi, 1703, Bairro Amadori, Pato Branco – PR.
A sessão será realizada com ou sem a presença dos representantes das empresas interessadas. Demais informações pelo e-mail: licita2@patobranco.pr.gov.br.

NAUDIERI PROVENSI -
Pregoeira.

Publicado por:
Naudieri Provensi
Código Identificador:AED65549

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 207/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 205/2026 – PROCESSO Nº 209/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N°187/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Associação Projeto Social de Futebol Bairro Bortot,*** inscrita no CNPJ nº 40.194.695/0001-04, **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Oportunizar aos assistidos a prática do futebol social, possibilitando a descoberta de novos talentos. As atividades serão realizadas no Campo Abel Bortot, para aproximadamente 100(cem) assistidos com idades entre 08 a 17 anos. Atividades serão realizadas as terças, quintas e sextas-feiras das 13h30 as 17h. **VALOR TOTAL:** ***R$ 20.000,00*** (vinte mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887- 43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

JOSE LUIZ DARIVA
- Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:F95EE2C1

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO TERMO DE FOMENTO Nº 208/2026.
INEXIGIBILIDADE Nº 206/2026 – PROCESSO Nº 210/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL N°170/2025.

PARTES: Município de Pato Branco, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.995.448/0001-54**,** e ***Associação Projeto Social de Futebol Bairro Bortot,*** inscrita no CNPJ nº40.194.695/0001-04. **OBJETO**: Constitui objeto da presente parceria, Oportunizar aos assistidos a prática do futebol social, possibilitando a descoberta de novos talentos. As atividades serão realizadas no Campo Abel Bortot, para aproximadamente 100(cem) assistidos com idades entre 08 a 17 anos. Atividades serão realizadas as terças, quintas e sextas-feiras das 13h30 as 17h. **VALOR TOTAL:** de ***R$ 30.000,00*** (Trinta mil reais). **PRAZO DE VIGÊNCIA:** 08 (oito) meses, a contar da data de publicação do presente instrumento. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 26887- 43207 **GESTOR:** Elisandra Nath Copatti. **Foro e data da assinatura:** Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

JOSE LUIZ DARIVA -
Representante Legal.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:90104AE4

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 205/2026 – PROCESSO N.º 209/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 187/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°187/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação Projeto Social de Futebol Bairro Bortot,** inscrita no CNPJ nº 40.194.695/0001-04, Rua Tv Santa Barbara, Bairro Bortot, CEP: 85.504-220, em Pato Branco,Telefone: (46) 99918-6866, endereço eletrônico: darivatecfutebol@hotmail.com. Para oportunizar aos assistidos a prática do futebol social, possibilitando a descoberta de novos talentos. As atividades serão realizadas no Campo Abel Bortot, para aproximadamente 100(cem) assistidos com idades entre 08 a 17 anos. Atividades serão realizadas as terças, quintas e sextas-feiras das 13h30 as 17h.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.
Pato Branco, 29 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:05891672

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO N.º 206/2026 – PROCESSO N.º 210/2026 - EMENDA IMPOSITIVA INDIVIDUAL 170/2025

Considerando o disposto no art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014:
"*Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei*";

Considerando o disposto no art. 31, II, da Lei Federal nº 13.019/2014:
"Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou se as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica, especialmente quando:
[...]
II - a parceria decorrer de transferência para organização da sociedade civil que esteja autorizada em lei na qual seja identificada expressamente a entidade beneficiária, inclusive quando se tratar da subvenção prevista noinciso I do § 3º do art. 12 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, observado o disposto noart. 26 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000."

Considerando Emenda impositiva Individual n°170/2025, que destinou recursos orçamentários a Organização da Sociedade Civil, contemplando o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).
Justifica-se a **INEXIGIBILIDADE** de Chamamento Público para celebrar Termo de Fomento, nos termos do art. 2º, Inciso VIII da Lei 13.019/2014 e Art 2º, Inciso I, do Decreto Municipal n.º 9.309/2022, visando a transferência de recurso acima descrito, em favor da Organização da Sociedade Civil **Associação Projeto Social de Futebol Bairro Bortot,** inscrita no CNPJ nº 40.194.695/0001-04, Rua Tv Santa Barbara, Bairro Bortot, CEP: 85.504-220, em Pato Branco,Telefone: (46) 99918-6866, endereço eletrônico: darivatecfutebol@hotmail.com. Para oportunizar aos assistidos a prática do futebol social, possibilitando a descoberta de novos talentos. As atividades serão realizadas no Campo Abel Bortot, para aproximadamente 100(cem) assistidos com idades entre 08 a 17 anos. Atividades serão realizadas as terças, quintas e sextas-feiras das 13h30 as 17h.
Na forma do art. 32, § 2º, da Lei Federal n.º 13.019/2014, fica aberto o prazo para impugnação à presente justificativa de 05 (cinco) dias, contados da publicação deste no site oficial do Município de Pato Branco (www.patobranco.pr.gov.br) e no Diário Oficial dos Municípios do Paraná (www.diariomunicipal.com.br/amp), a ser dirigida Sr. Fernando Henrique Mayer, através do endereço eletrônico secretario.esporte@patobranco.pr.gov.br.

Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

FERNANDO HENRIQUE MAYER
Secretário Municipal de Esporte e Lazer

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito
Município de Pato Branco

Publicado por:
Alana Luiza Nunez Schuh Chiochetta
Código Identificador:3DDA1A63

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2026 – PROCESSO Nº 154/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de montagem, ornamentação e decoração natalina completa da estrutura física denominada Casa Temática, localizada na Praça Presidente Vargas, no Município de Pato Branco/PR, compreendendo o fornecimento integral dos materiais decorativos, insumos, enfeites e elementos ornamentais previstos no projeto, bem como toda a mão de obra, equipamentos e recursos necessários à perfeita execução dos serviços, incluindo montagem, manutenção durante o período de exposição, desmontagem e entrega dos materiais ao Município.
PREÇO MÁXIMO GLOBAL: R$ 194.799,71.

DATA DE ABERTURA: 22 de outubro de 2026, às 09h00min, no endereço eletrônico: www.canaldecomprasbrasil.com.br.
O Edital pode ser obtido no site www.patobranco.pr.gov.br - www.canaldecomprasbrasil.com.br - https://www.gov.br/pncp/pt-br a qualquer tempo. Demais informações pelo e-mail: licitacao3@patobranco.pr.gov.br.

REGIANE RUFATO –
Pregoeira.

Publicado por:
Regiane Rufato
Código Identificador:83CE9247

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 06/2026 - CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N° 06/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 76/2025 – PROCESSO N° 148/2025.

PARTES: Município de Pato Branco e Gente Seguradora S.A.

OBJETO: A execução de prestação de serviços de Seguro para Veículos Pequenos, Utilitários e Ambulâncias, em atendimento a Administração Municipal.

ADITAMENTO: Da Inclusão de Seguro, com base na Lei 14.133/21, especialmente em seu Art. 124, Inciso I, alínea "b", fica acrescido ao objeto o seguro do veículo, com cobertura conforme termo.
Da Apólice: O prazo de vigência da Apólice será do dia 05/10/2026 a 03/02/2027.
Do Acréscimo: O valor certo e ajustado para a execução do presente aditivo é de R$ 965,40 (novecentos e sessenta e cinco reais e quarenta centavos) que corresponde ao percentual de 0,995273122 % do valor original do contrato, passando o valor total do objeto de R$ 103.314,56 (cento e três mil, trezentos e quatorze reais e cinquenta e seis centavos) para R$104.279,96 (cento e quatro mil, duzentos e setenta e nove reais e noventa e seis centavos).
Da Dotação Orçamentária: Para manutenção da despesa será utilizada a seguinte dotação orçamentária: 05.02. Departamento Administrativo. Fonte 0 – Ação 2.216 – Despesa 24891 – Desdobramento 40422.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

JOHNATAN MARINI DA SILVA –
Representante Legal.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:90F9E85A

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICIPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE ADITAMENTO N° 10/2025. CONTRATO DE LOCAÇÃO DE IMÓVEL Nº 128/2016/GP. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 35/2016 - PROCESSO Nº 155/2016.

PARTES: Município de Pato Branco e Diogo Luiz Tomaz Guerro.

OBJETO: A Locação do imóvel urbano, situado na Rua Doutor Silvio Vidal, nº 335, Centro, matrícula nº 5.301, no 1° Oficio de Registro de Imóveis Sá Ribas, com área total de 367,87 m², no Lote 8 da Quadra 54, no qual será instalado o Instituto de Criminalística no Municipio de Pato Branco, conforme Convênio 0524/2015, firmado com a Secretaria de Estado de Segurança Pública e Administração Penitenciária - SESP e Administração Municipal, atendendo as necessidades da Secretaria de Administração e Finanças.

ADITAMENTO: Do Prazo de Vigência: Com base na Lei 8.666/93, em seu Art.57, inciso II e na Lei Federal nº 8.245/91, bem como na cláusula segunda, inciso I do contrato original, as partes pactuam prorrogação do prazo de vigência contratual por mais 12 (doze) meses, passando a viger até o dia 07/10/2027.
Do Reajuste: Com base na cláusula oitava do contrato original, fica reajustado o valor contratual de acordo com o índice do IGP– M em 2,160880%, considerando o período de 09/2025 a 08/2026 passando o valor mensal de R$ 3.216,07 (três mil, duzentos e dezesseis reais e sete centavos) para R$ 3.285,57 (três mil, duzentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), totalizando para 12(doze) meses o valor de R$39.426,84 (trinta e nove mil, quatrocentos e vinte e seis reais e oitenta e quatro centavos)
Da Dotação Orçamentária: Para manutenção das despesas será utilizada a seguinte dotação orçamentária: 05.02. Departamento Administrativo. Fonte 0 – Ação 2.394 – Despesa 24912 – Desdobramento 30777.
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com o presente termo.

Pato Branco, 01 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

DIOGO LUIZ TOMAZ GUERRO –
Locador.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:E9B833D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 42/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 08/2026, PROCESSO N.º36/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA.
OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 25.692,00m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Municipal Pioneiro Narciso Bernardi, entre a comunidade Passo da Ilha e segue sentido barragem da Brasmek, extensão total de 4282 m) com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 2228/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura - lote 1.
APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:C8D4D3F6

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 88/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 12/2026, PROCESSO N.º71/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e SUDOPAV CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 26.850,00m², incluindo serviços preliminares, limpeza de bstc's existentes, sub-base nos acostamentos, base, revestimento asfáltico, sinalização de trânsito, e placa de comunicação visual, (Trecho: Estrada Municipal Irineu Bertani), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 933/2025, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.
APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:0AA14C09

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 01/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 99/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 18/2026, PROCESSO N.º89/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e SUDOPAV CONSTRUTORA LTDA.
OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de Pavimentação asfáltica de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 34.866,63m², incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual. Trechos: Ligação Veneza / Quatro Encruzo / Três Pontes, com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 063/2026, celebrado entre o Estado do Paraná, por intermédio da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento (SEAB), e o Município de Pato Branco, com a Interveniência do Serviço Social Autônomo Paranacidade, para Implementação do Programa Estradas da Integração – Decreto Nº 6.515/2012 – "Estrada Boa", atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:58117B92

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 12/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026, PROCESSO N.º03/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de serviços de Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 38.566,20 m², sendo 31.210,68 m² de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares e 7.355,52 m² de recape asfáltico, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 923/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, e o Município de Pato Branco.

APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:E5A2E3DB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 12/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 01/2026, PROCESSO N.º03/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA.

OBJETO: A contratação de empresa especializada para execução de serviços de Pavimentação asfáltica de vias urbanas em CBUQ, 38.566,20 m², sendo 31.210,68 m² de pavimentação asfáltica sobre pedras irregulares e 7.355,52 m² de recape asfáltico, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio com sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de trânsito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 923/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, e o Município de Pato Branco.
APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.
Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:DE5A5779

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 02/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 34/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 09/2026, PROCESSO N.º38/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA.
OBJETO: A execução de Pavimentação asfáltica de Estrada Vicinal Municipal em CBUQ, 35.295,36m2, incluindo serviços preliminares, terraplenagem, base e sub-base, revestimento, sinalização de trânsito, drenagem, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual (Trecho: Estrada Municipal Linha Piacentini, trecho localizado em área rural, sentido comunidade Linha Piacentini, com extensão de 5882,56m), com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 2229/2025, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado das Cidades (SECID), o Serviço Social Autônomo PARANACIDADE, e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Agricultura.

APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 30 de Setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:0DA837FD

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
MUNICÍPIO DE PATO BRANCO EXTRATO DE APOSTILAMENTO Nº 03/2026. CONTRATO DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL Nº 97/2026. EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA N.º 08/2026, PROCESSO N.º57/2026.

PARTES: Município de Pato Branco e SUDOPAV CONSTRUTORA LTDA.

OBJETO: A execução de serviços de Recape asfáltico em CBUQ, 62.688,93 m2, incluindo serviços preliminares, terraplanagem, drenagem, base e sub-base, revestimento, meio-fio, sarjeta, serviços de urbanização, sinalização de transito, ensaios tecnológicos e placa de comunicação visual, nos seguintes trechos: Avenida Tupi (entre Rua Xavier da Silva e PR-280) - Rua Itacolomi (entre Rua Clarice Soares Serqueira e BR-158), Localizadas nos Bairros Pinheirinho, Morumbi, São Cristóvão, Alvorada, Amadori e Menino Deus neste Município, com recursos provenientes do Termo de Convênio nº 165/2025, celebrado entre a Secretaria de Estado das Cidades (SECID) e do Serviço Social Autônomo Paranacidade, e o Município de Pato Branco, atendendo às necessidades da Secretaria Municipal de Engenharia e Obras.

APOSTILA-SE: Da Suspensão do Contrato: Com fundamento no art. 115, §5º da Lei nº 14.133/2021 e cumprindo Decisão Judicial de 21/09/2026, fica suspenso o contrato a partir do dia 22/09/2026 por tempo indeterminado.

Permanecem em plena vigência todas as demais cláusulas e condições que não conflitem com este termo

Pato Branco, 02 de Outubro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito.

Publicado por:
Rafael Woikolesko
Código Identificador:79C41B09

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 900 DE 1º DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 002-2026, homologado pela Portaria nº 708, de 28 de julho de 2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da administração pública, considerando o contido no Memorando nº 25.703/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

RESOLVE:
Art. 1º Tornar sem efeito a nomeação dos candidatos abaixo relacionados para cargo público conforme abaixo, nomeados por meio da Portaria de Nomeação nº856 e 875/2026 e do Edital de Convocação nº004 e 005/2026.

EDITAL	002/2026
CARGO	Professor de Educação Infantil 40h
FUNÇÃO	Professor de Educação Infantil 40h
CANDIDATO (A)	**MOTIVAÇÃO**
Marina Pedroso de Ramos Rodrigues	Apresentou requerimento opção final de lista
Francieli Lazzarotto	Apresentou requerimento opção final de lista
Gabriela Sabrina Reser de Oliveira	Apresentou requerimento opção final de lista
Kauana Zanatta	Apresentou requerimento opção final de lista
Esther Caroline Suzin	Apresentou requerimento opção final de lista
Eliane Pires	Apresentou requerimento opção final de lista
Karoline Tomazi Catani	Apresentou requerimento opção final de lista

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Determinar que o Departamento de Recursos Humanos proceda às anotações e providências administrativas cabíveis.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Palaro
Código Identificador:43DDCDD7

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº901, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso Público Municipal, regido pelo Edital nº 002/2026, homologado pela Portaria nº 708, de 28 de julho de 2026; considerando a necessidade de provimento de vagas para atendimento das demandas da Administração Pública; o contido no Memorando nº 25.703/2026 da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;
RESOLVE:
Art. 1º Nomear os candidatos abaixo, aprovados no Concurso Público Municipal para ocupar cargo de provimento efetivo no Município de Pato Branco, conforme segue:
Cargo/Função: Professor de Educação Infantil

CANDIDATO (A)	CLASSIF. A.C*	CLASSIF. P.C.D*	CLASSIF. P.P.P*
Janete de Fátima Pedroso	44º	-	-
Fernanda Pedroso de Souza	45º	-	-
Alexandre Luiz Rosler	46º	-	-
Amabile Santos Marcante	47º	-	-
Aline Freitas de Morais da Silva	168º	-	5º
Laura Alves Bier dos Santos	48º	-	-
Ketlyn Daianny Lopes dos Santos	49º	-	-
Fernanda Gonçalves de Ramos Weiss De Freitas	50º	-	-
Aimee Caroline da Silva	51º	-	-
Giovana Aparecida Rissardi	52º	-	-

*AC= Ampla Concorrência / *PCD= Pessoa Preta ou Parda / *PCD= Pessoa com Deficiência

Art. 2º Os candidatos do Art. 1º, terão o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos de nomeação e posse.
Art. 3º O não comparecimento no prazo estabelecido no artigo anterior implicará em desistência tácita, conforme disposições do Edital.
Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná,

(Assinado Digitalmente)
GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Palaro
Código Identificador:8CCC1F9C

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 902 DE 1º DE OUTUBRO DE 2026.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, XXIII e XXV, na forma do art. 62, II, "g", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento no art. 18 da Lei Municipal nº 1.245, de 17 de setembro de 1993, e considerando o resultado do Concurso para Emprego Público regido pelo Edital nº 002/2024, homologado através da Portaria nº 428, de 27 de maio de 2024, considerando a solicitação contida no Memorando nº 1.602/2026, despachos nº 127 a 133, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE:
Art. 1º Nomear a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público Municipal, para ocupar emprego público no Município de Pato Branco, conforme segue:
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – ACS

203 - REGIÃO SUL - Bairros: Alvorada, Cristo Rei, Gralha Azul, Jardim Floresta, Morumbi, Novo Horizonte, **Pinheirinho,** Santo Antonio, São Cristóvão, São Roque, Sudoeste, Veneza, Santa Fé, Vila Verde, Santa Terezinha.		
CANDIDATO (A)	**CLASSIFICAÇÃO AC**	**CLASSIFICAÇÃO PPP**
ISABEL BACH	18º	-

Art. 2º A candidata nomeada ao emprego público de Agente Comunitário de Saúde – ACS deverá, obrigatoriamente, residir na área do bairro em que irá atuar desde, no mínimo, a data de publicação do Edital do Concurso para o Emprego Público, conforme disposto no item 3 do edital de abertura.
Serão aceitos como comprovante de residência: talão de água, energia elétrica, telefone ou internet, bem como contrato de locação em nome do candidato, com firma reconhecida pelo locador. Caso o comprovante esteja em nome do cônjuge, deverá ser apresentada certidão de casamento e/ou declaração de união estável reconhecida em cartório. Na hipótese de o candidato residir com os pais e não possuir comprovante em seu nome, será admitida a apresentação de declaração emitida pelos genitores, devidamente autenticada em cartório.

Será automaticamente desclassificado o candidato que, quando convocado, não comprovar domicílio na área/geográfica para a qual prestou concurso para o emprego público.
Art. 3º A candidata relacionada no Art. 1º, terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da publicação desta Portaria, para comparecer de segunda a sexta-feira, no horário das 13h30min às 17h30min, junto ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Pato Branco, localizado na Rua Caramuru, nº 271, Centro, para dar inicio aos procedimentos admissionais.
Art. 4º O não comparecimento da candidata no prazo estabelecido implicará na **eliminação do certame,** conforme disposições do Edital.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná.

(Assinado Digitalmente)
GERI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sandra Maria Palaro
Código Identificador:FAB1EDA1

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 2/2026

OBJETO: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais de copa, cozinha, limpeza e higienização, equipamentos de informática, acessórios de informática e material de expediente, destinados a suprir as necessidades de funcionamento da sede administrativa do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV.
PREÇOS MÁXIMOS: R$ 92.417,18 (noventa e dois mil, quatrocentos e dezessete reais e dezoito centavos)
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço por item
DATA DE ABERTURA: 19 de outubro de 2026, às 9:00 horas, no endereço eletrônico: https://www.gov.br/compras
O Edital pode ser obtido a qualquer tempo no site www.patoprev.org – https:www.gov.br/compras. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento Administrativo Financeiro, setor de licitações pelo e-mail: licitacao@patoprev.pr.gov.br
Pato Branco, 2 de outubro de 2026. -

RODRIGO SARTOR MAYER -
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:4694A3E2

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 049/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 17.842/2026;

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à **MARIA ELZA KLINGSTRON,** matrícula 5684-7, inscrita no CPF sob nº xxx.880.509-xx, ocupante do cargo Agente de Apoio, função Servente de Limpeza, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – com fundamento no Art. 40, § 1º, III da CF/88, c/c Art. 60-B da Lei Orgânica, c/c Art. 4º da Lei Complementar nº 89/2021, c/c Art.10º da EC nº 103/2019 e demais dispositivos aplicáveis à espécie.

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma proporcional, em R$ 1.977,82 (um mil, novecentos e setenta e sete reais e oitenta e dois centavos) com base na aplicação de 80% da média aritmética simples dos 90% dos maiores salários corrigidos desde julho de 1994.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pela servidora, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 24 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:EA6E0D70

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA PATOPREV
PORTARIA CONJUNTA MUNICÍPIO/PATOPREV N° 050/2026

Concede aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à servidora pública municipal e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE PATO BRANCO, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 62, inciso II, alínea "a", da Lei Orgânica do Município e o Diretor Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Pato Branco – PATOPREV, com fundamento nos arts. 85-A e 88, da Lei Complementar nº 74, de 23 de abril de 2018, em conformidade com o Processo de Aposentadoria sob Protocolo nº 29.572/2026;
RESOLVEM:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade e tempo de contribuição à **ROSA MARIA DIAS BORBA, matrícula 5125-0**, inscrita no CPF sob nº xxx.456.549-xx, ocupante do cargo de Professora, função Pessoal Docente 20h F6, lotada na Secretaria de Educação, com fundamento no Art. 20, §§1º e 4º da EC 103/2019, c/c Art. 60-D, §1º da Lei Orgânica e demais dispositivos aplicáveis à espécie;

Art. 2º Estabelecer os proventos mensais de aposentadoria, de forma integral, em R$ 7.133,98 (sete mil, cento e trinta e três reais e noventa e oito centavos), com base no vencimento do cargo efetivo mais adicional por tempo de serviço.

Art. 3º A presente portaria entrará em vigor na data da sua publicação, ficando declarada a vacância do cargo ocupado pela servidora, porém, concretizando seus efeitos jurídicos e legais somente após o competente registro do ato concessório no Colendo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR.

Cumpra-se, Gabinete do Prefeito de Pato Branco, 28 de setembro de 2026.

GERI NATALINO DUTRA –
Prefeito

ADEMILSON CÂNDIDO SILVA –
Diretor Presidente PATOPREV

Publicado por:
Luan Leonardo Botura
Código Identificador:CEC61D9D

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.027, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026.

Abre crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 1.138.700,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil e setecentos reais), e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, II e XXIII, na forma do art. 62, I, "c", ambos da Lei Orgânica Municipal, com base na Lei Municipal nº 6.548, de 22 de dezembro de 2025, e considerando o Memorando nº 30.272, de 2 de outubro de 2026, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento do exercício de 2026, no valor de R$ 1.138.700,00 (um milhão, cento e trinta e oito mil e setecentos reais), conforme a seguir especificado:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.03	**DEPARTAMENTO DE GESTÃO DO ENSINO**	
12	**Educação**	
12.365	**Educação Infantil**	
12.365.0039	**Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Municipal**	
2.176	Manutenção das Atividades da Educação Infantil	
4.4.90.52 – 103 (25545)	Equipamentos e Material permanente	100.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**	
09.02	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE**	
08	**Assistência Social**	
08.243	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	
08.243.0023	**Assistência à Criança e ao Adolescente**	
2.628	Manutenção das Atividades da Criança e do Adolescente	
3.3.50.43 – 000 (26026)	Subvenções Sociais	12.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
12.03	**DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE**	
18	**Gestão Ambiental**	
18.541	**Preservação e Conservação ambiental**	
18.541.0034	**Limpeza Pública**	
2.385	Gestão e Operação do Aterro Sanitário	
4.4.90.51 – 5555 (43371)	Obras e Instalações	995.000,00
4.4.90.52 – 5555 (47334)	Equipamentos e Material permanente	31.700,00

Total	**1.138.700,00**

Art. 2º Para a cobertura do crédito suplementar de que trata o presente Decreto, serão utilizados recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias e do superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025, conforme a seguir especificado:

II - recursos provenientes da anulação total/parcial de dotações orçamentárias:

Código	Especificação	Valor (R$)
07	**SECRETARIA MUNICIPAL EDUCAÇÃO E CULTURA**	
07.02	**DEP DE APOIO OPERACIONAL E INFRAEST EDUC**	
12	**Educação**	
12.365	**Educação Infantil**	
12.365.0093	**Programa de Transporte Escolar Municipal**	
2.096	Manutenção das Atividades do Transporte Escolar	
4.4.90.52 – 103 (25387)	Equipamentos e Material permanente	100.000,00

Código	Especificação	Valor (R$)
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**	
12.03	**DEPARTAMENTO DE LIMPEZA, CONSERVAÇÃO DE**	
18	**Gestão Ambiental**	
18.541	**Preservação e Conservação ambiental**	
18.541.0034	**Limpeza Pública**	
2.385	Gestão e Operação do Aterro Sanitário	
3.3.90.39 – 5555 (43609)	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	31.700,00

Código	Especificação	Valor (R$)
16	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, LAZER**	
16.02	**DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER**	
27	**Desporto e Lazer**	
27.122	**Administração Geral**	
27.122.0100	**Gestão e Manutenção Administrativa da Secretaria de Esporte**	
2.655	Execução de Emendas Parlamentares no Esporte e Lazer	
3.3.50.43 – 000 (26887)	Subvenções Sociais	12.000,00

Subtotal	**143.700,00**

II - superávit financeiro no orçamento do exercício de 2025:

Código	Especificação	Valor (R$)
5555	Sanepar - Compensação Financeira ao Meio Ambiente do Município	995.000,00

Total	1.138.700,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI NDUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:FD8B498C

SECRETARIA DE GABINETE
DECRETO Nº 11.028, DE 2 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera e revoga dispositivos do Decreto nº 10.961, de 24 de julho de 2026, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, as áreas necessárias à duplicação de trecho da Rodovia PR-493, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 47, incisos XI e XXIII, na forma do art. 62, inciso I, alínea "d", ambos da Lei Orgânica Municipal, com fundamento nos arts. 2º, 5º, alínea "i", 6º e 15 do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e na Lei Estadual nº 22.905, de 11 de dezembro de 2025;
Considerando que a Lei Estadual nº 22.905, de 11 de dezembro de 2025, autorizou a desafetação e a transferência ao Município de Pato Branco do trecho da Rodovia PR-493 identificado pelo código 493S0020EPR, com a finalidade de incorporá-lo ao sistema viário municipal;
Considerando o Projeto de Desapropriação destinado à duplicação da Rodovia PR-493, trecho 493S0020EPR, subtrecho "Final da pista dupla - Ent. PR-916 (Contorno Noroeste Pato Branco)";
Considerando que os 36 (trinta e seis) mapas e os respectivos memoriais descritivos individualizam as áreas necessárias à execução da obra, mediante coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro (SGB), no sistema UTM, datum SIRGAS2000 e Meridiano Central 51º WGr, elaborados pela Engenheira Civil Poliana Tonieto Cittadella, CREA-PR nº 162.706/D, vinculados à ART nº 1720260081322;
Considerando o interesse público na ampliação da capacidade viária, na melhoria da mobilidade urbana e na segurança dos usuários do trecho;
Considerando que a aquisição das parcelas poderá ser viabilizada por acordo administrativo ou pelo recebimento de doação voluntária dos respectivos proprietários, mediante processo próprio e formalização do título adequado;
Considerando que a execução da obra demanda a disponibilização tempestiva das áreas e que a Administração Pública está apta a promover as medidas judiciais e os depósitos necessários à emissão provisória na posse dentro do prazo legal; e
Considerando o Memorando nº 19.991, de 30 de junho de 2026, da Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;

DECRETA:

Art. 1º Altera dispositivos do art. 1º do Decreto nº 10.961, de 24 de julho de 2026, passando a vigorar a seguinte redação:
"Art. 1º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, as 36 (trinta e seis) parcelas de terras abaixo relacionadas, com área total de 85.334,63 m², necessárias à duplicação da Rodovia PR-493, trecho 493S0020EPR, subtrecho "Final da pista dupla - Ent. PR-916 (Contorno Noroeste Pato Branco)", conforme os documentos técnicos incorporados por referência na forma do Anexo Único:
I - parcela integrante da Matrícula nº 47.628 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, lado direito, com área de 3.433,93 m² e perímetro de 474,06 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.106.605,19 m e E 328.944,86 m;
II - parcela integrante da Matrícula nº 47.628 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, lado esquerdo, com área de 3.822,27 m² e perímetro de 378,64 m, cuja descrição se inicia no vértice 9, de coordenadas N 7.106.578,11 m e E 328.941,40 m;
III - parcela integrante da Matrícula nº 48.753 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 2.111,12 m² e perímetro de 259,70 m, cuja descrição se inicia no vértice 10, de coordenadas N 7.106.496,91 m e E 329.090,42 m;
IV - parcela integrante da Matrícula nº 59.289 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 17.171,28 m² e perímetro de 1.579,44 m, cuja descrição se inicia no vértice 2, de coordenadas N 7.106.548,65 m e E 329.705,75 m;
V - parcela integrante da Matrícula nº 2.402 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, lado esquerdo, com área de 539,07 m² e perímetro de 187,77 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.106.116,78 m e E 329.732,95 m;
VI - parcela integrante da Matrícula nº 2.402 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, lado direito, com área de 292,42 m² e perímetro de 151,07 m, cuja descrição se inicia no vértice 8, de coordenadas N 7.106.066,86 m e E 329.815,77 m;
VII - parcela integrante da Matrícula nº 12.121 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 767,38 m² e perímetro de 117,49 m, cuja descrição se inicia no vértice 8, de coordenadas N 7.105.494,47 m e E 330.261,26 m;
VIII - parcela integrante da Matrícula nº 20.483 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 1.610,97 m² e perímetro de 244,31 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.105.467,47 m e E 330.276,78 m;
IX - parcela integrante da Transcrição nº 7.313, com área de 454,46 m² e perímetro de 264,57 m, cuja descrição se inicia no vértice 7, de coordenadas N 7.105.155,34 m e E 330.363,87 m;
X - parcela integrante da Matrícula nº 35.588 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 894,58 m² e perímetro de 441,70 m, cuja descrição se inicia no vértice 10, de coordenadas N 7.105.028,39 m e E 330.393,88 m;
XI - parcela integrante da Matrícula nº 36.381 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 3.175,01 m² e perímetro de 332,31 m, cuja descrição se inicia no vértice 8, de coordenadas N 7.104.840,08 m e E 330.465,25 m;
XII - parcela integrante da Matrícula nº 35.589 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 16.785,09 m² e perímetro de 795,04 m, cuja descrição se inicia no vértice 10, de coordenadas N 7.104.129,92 m e E 330.728,15 m;
XIII - parcela integrante da Matrícula nº 29.337 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 3.309,58 m² e perímetro de 251,90 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.103.784,84 m e E 330.869,59 m;
XIV - parcela integrante da Matrícula nº 25.686 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, parte 1, com área de 232,38 m² e perímetro de 98,92 m, cuja descrição se inicia no vértice 2, de coordenadas N 7.103.707,41 m e E 330.881,99 m;
XV - parcela integrante da Matrícula nº 25.686 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, parte 2, com área de 1.726,59 m² e perímetro de 283,79 m, cuja descrição se inicia no vértice 7, de coordenadas N 7.103.461,30 m e E 330.921,40 m;
.....
XVII - parcela integrante da Matrícula nº 48.747 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 1.005,09 m² e perímetro de 128,00 m, cuja descrição se inicia no vértice 5, de coordenadas N 7.103.138,08 m e E 330.973,16 m;
XVIII - parcela integrante da Matrícula nº 28.902 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 657,94 m² e perímetro de 163,06 m, cuja descrição se inicia no vértice 6, de coordenadas N 7.103.075,19 m e E 330.965,05 m;
XIX - parcela integrante da Matrícula nº 31.518 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 1.204,98 m² e perímetro de 197,26 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.103.366,35 m e E 330.961,88 m;
XX - parcela integrante da Matrícula nº 55.341 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 2.348,59 m² e perímetro de 247,56 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.103.268,72 m e E 330.977,56 m;

XXI - parcela integrante da Matrícula nº 55.342 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 2.603,32 m² e perímetro de 245,50 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.103.174,42 m e E 330.992,65 m;
XXII - parcela integrante da Matrícula nº 55.340 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 223,56 m² e perímetro de 71,36 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.103.166,32 m e E 330.993,96 m;
XXIII - parcela integrante da Matrícula nº 60.055 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 2.011,54 m² e perímetro de 202,49 m, cuja descrição se inicia no vértice 5, de coordenadas N 7.103.093,27 m e E 331.005,65 m;
XXIV - parcela integrante da Matrícula nº 59.918 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 1.218,32 m² e perímetro de 195,63 m, cuja descrição se inicia no vértice 6, de coordenadas N 7.103.013,37 m e E 331.040,12 m;
.....
XXVII - parcela integrante da Matrícula nº 46.659 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 140,69 m² e perímetro de 77,29 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.102.502,28 m e E 331.074,97 m;
XXVIII - parcela integrante da Matrícula nº 37.277 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, poligonal 1, com área de 3.016,82 m² e perímetro de 350,98 m, cuja descrição se inicia no vértice 2, de coordenadas N 7.102.467,78 m e E 331.080,52 m;
.....
XXX - parcela integrante da Matrícula nº 57.179 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 209,26 m² e perímetro de 145,98 m, cuja descrição se inicia no vértice 7, de coordenadas N 7.102.401,01 m e E 331.117,53 m;
XXXI - parcela integrante da Matrícula nº 37.277 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, poligonal 2, com área de 159,09 m² e perímetro de 54,38 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.102.195,42 m e E 331.167,08 m;
XXXII - parcela integrante da Matrícula nº 59.372 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 361,82 m² e perímetro de 83,49 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.102.171,44 m e E 331.174,13 m;
XXXIII - parcela integrante da Matrícula nº 8.241 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 1.089,69 m² e perímetro de 144,43 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.102.133,73 m e E 331.185,47 m;
XXXIV - parcela integrante da Matrícula nº 60.373 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 3.056,62 m² e perímetro de 241,54 m, cuja descrição se inicia no vértice 3, de coordenadas N 7.102.046,91 m e E 331.211,60 m;
XXXV - parcela integrante da Matrícula nº 49.216 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 863,61 m² e perímetro de 191,36 m, cuja descrição se inicia no vértice 7, de coordenadas N 7.102.082,78 m e E 331.174,69 m;
XXXVI - parcela integrante da Matrícula nº 39.128 do 1º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 90,65 m² e perímetro de 76,38 m, cuja descrição se inicia no vértice 1, de coordenadas N 7.101.728,02 m e E 331.307,43 m;
XXXVII - parcela integrante da Matrícula nº 56.173 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 613,71 m² e perímetro de 209,86 m, cuja descrição se inicia no vértice 2, de coordenadas N 7.101.633,06 m e E 331.335,99 m;
XXXVIII - parcela integrante da Matrícula nº 31.645 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 156,04 m² e perímetro de 60,97 m, cuja descrição se inicia no vértice 5, de coordenadas N 7.101.495,73 m e E 331.348,19 m;
XXXIX - parcela integrante da Matrícula nº 31.644 do 2º Registro de Imóveis de Pato Branco, com área de 374,32 m² e perímetro de 153,98 m, cuja descrição se inicia no vértice 6, de coordenadas N 7.101.424,93 m e E 331.392,59 m;
....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os incisos XVI, XXV, XXVI e XXIX do art 1º do Decreto nº 10.961, de 24 de julho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Pato Branco, Estado do Paraná, *assinado digitalmente.*

GÉRI DUTRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janayna Patricia Bortoli Hammerschmidt
Código Identificador:CF3C7FDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULA FREITAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.475/2026 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 3.475/2026 – de 02 de outubro de 2026.

SÚMULA: Revoga o Processo Licitatório N° 63/2026 – Pregão Eletrônico n.º 33/2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA, Prefeito Municipal de Paula Freitas, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar, para adequação do edital o Processo Licitatório N° 63/2026 – Pregão Eletrônico n.º 33/2026 para adequar o edital a recomendações do Tribunal de contas do Estado do Paraná.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Paula Freitas-PR, 02 de outubro de 2026.

SEBASTIÃO ALGACIR DALPRA
Prefeito Municipal

HEMERSON JOSÉ KMITA
Secretário de Administração

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:3124A4CC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESOLUÇAO Nº 08/2026

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
PAULA FREITAS – PR

RESOLUÇAO Nº 08/2026

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições que lhe compete a Lei Municipal Lei Municipal nº1478 de 19 de julho 2019.
RESOLVE:
Art. 1º Fica inscrita, sob o nº 03, desde 30 de junho de 2026, a Medida Socioeducativa executada pelo Município de Paula Freitas/PR junto ao CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.
Art. 2º Revogadas as disposições ao contrario esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Paula Freitas,02/10/2026

FRANCIELE VANESSA ZATORSKI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Hemerson Jose Kmita
Código Identificador:4EDB513B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN
EXTRATO DE DIÁRIAS - SETEMBRO/2026

A PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN - PR, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno e suas alterações, e na Lei n.º 943/2013 e suas alterações, publica as concessões de diárias aos vereadores e servidores deste Poder Legislativo Municipal ocorridas no mês de **SETEMBRO/2026**.

_____

SEM MOVIMENTO

_____

BEATRIZ APARECIDA SKRZYPA
Presidente do Poder Legislativo Municipal de Paulo Frontin PR

Publicado por:
Marcos Fabiano Pelepek
Código Identificador:4526BF2C

GABINETE DO PREFEITO
RESOLUÇÃO Nº 005/2026/CMDM

RESOLUÇÃO Nº 005/2026/CMDM

O **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER – CMDM DE PAULO FRONTIN/PR**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Municipal nº 1.388/2023, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.522/2026, e

CONSIDERANDO que o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM é órgão deliberativo, colegiado, consultivo e fiscalizador da Política Pública dos Direitos da Mulher no âmbito do Município de Paulo Frontin/PR;

CONSIDERANDO o disposto no art. 4º da Lei Municipal nº 1.388/2023, com a redação dada pela Lei Municipal nº 1.522/2026, que estabelece a composição do CMDM por 05 (cinco) representantes do Poder Público e 05 (cinco) representantes da Sociedade Civil, titulares e respectivas suplentes;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 4º do art. 4º da Lei Municipal nº 1.388/2023, com redação dada pela Lei Municipal nº 1.522/2026, a eleição das integrantes da Sociedade Civil será realizada através de Assembleia convocada pelo CMDM e divulgada em Diário Oficial;

CONSIDERANDO a existência de 01 (uma) vaga remanescente de representante titular da Sociedade Civil e de sua respectiva suplente no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM;

CONSIDERANDO a inexistência de suplente disponível para assumir a vaga titular remanescente, tornando necessária a realização de novo processo de escolha para recomposição da representação da Sociedade Civil;

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.522/2026 ampliou e regulamentou as possibilidades de participação da Sociedade Civil na composição do CMDM, contemplando organizações, associações, movimentos sociais, coletivos e, nas hipóteses previstas em lei, mulheres representantes da comunidade reconhecidas por sua atuação social ou comunitária;

CONSIDERANDO a deliberação do Plenário do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, realizada em reunião no dia 29 de setembro de 2026, que aprovou a abertura de processo para preenchimento da vaga remanescente;

RESOLVE:

Art. 1º Reconhecer a vacância de 01 (uma) vaga de representante titular da Sociedade Civil e de sua respectiva suplente no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM de Paulo Frontin/PR.

Art. 2º Fica determinada a realização de Assembleia de Eleição das Representantes da Sociedade Civil, destinada ao preenchimento de 01 (uma) vaga de representante titular e sua respectiva suplente, para recomposição da representação da Sociedade Civil no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM.

§ 1º As representantes escolhidas terão a finalidade de completar o mandato em curso do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, não implicando a abertura de novo mandato de 02 (dois) anos.

§ 2º A Assembleia será convocada e regulamentada por meio de Edital específico, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.388/2023, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.522/2026, e do Regimento Interno do CMDM.

Art. 3º Poderão participar do processo de escolha da representação da Sociedade Civil as organizações, associações, movimentos sociais ou coletivos legalmente constituídos ou reconhecidos no Município, que atuem, direta ou indiretamente, na promoção de direitos, cidadania, educação, saúde, assistência social, desenvolvimento rural, comunitário ou social, com participação feminina, observados os demais requisitos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.388/2023, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 1.522/2026, e no Edital de Convocação.

§ 1º Na inexistência de entidades específicas de defesa dos direitos das mulheres no Município, poderão participar do processo de escolha organizações da sociedade civil de caráter comunitário ou social que desenvolvam atividades de interesse público, observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.388/2023, com redação dada pela Lei Municipal nº 1.522/2026.

§ 2º Quando inexistirem entidades organizadas em número suficiente para o preenchimento das vagas, poderão participar do processo de escolha mulheres representantes da comunidade, reconhecidas por sua atuação social ou comunitária, observados os critérios estabelecidos no Edital de Convocação e no Regimento Interno do CMDM.

§ 3º As representantes escolhidas para compor o CMDM deverão ser do sexo feminino, nos termos da legislação municipal vigente.

§ 4º Os requisitos de habilitação, documentação comprobatória, forma de inscrição, indicação das candidatas, critérios de participação, votação e demais procedimentos relativos ao processo de escolha serão estabelecidos no Edital de Convocação da Assembleia, em conformidade com a legislação municipal vigente e o Regimento Interno do CMDM.

Art. 4º O processo de escolha deverá assegurar publicidade, transparência, participação da Sociedade Civil e observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e isonomia.

Art. 5º A convocação da Assembleia dar-se-á por meio de Edital Público, a ser publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e amplamente divulgado pelos meios oficiais disponíveis, garantindo-se prazo adequado para inscrição e participação das interessadas.

Art. 6º Até a conclusão do processo de escolha, homologação do resultado e nomeação das novas representantes, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM continuará funcionando com a composição existente, observadas as disposições legais e regimentais quanto ao quórum e às deliberações do Conselho.

Art. 7º O resultado da Assembleia será registrado em ata e posteriormente submetido à homologação do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher – CMDM, mediante resolução própria.

Art. 8º Compete à Presidência do CMDM, com o apoio da Secretaria Executiva, adotar as providências necessárias para a elaboração, publicação e divulgação do Edital de Convocação da Assembleia, bem como para a organização e condução do processo de escolha, observadas as disposições legais e regimentais.

Art. 9º Revogadas as disposições em contrário, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Paulo Frontin/PR, 05 de outubro de 2026.

DEBORA CHILANTI
Presidente do CMDM

Publicado por:
Andressa Teska
Código Identificador:A44E57CD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PÉROLA D'OESTE

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 68/2026

OBJETO: A participação de 01 (um) representante do Município de Pérola D'Oeste (Secretária Municipal de Assistência Social, autorizada pelo Decreto Municipal nº 107, de 08 de setembro de 2026) na Imersão Técnica Internacional 2026 – Rede de Secretários do Programa Cidade Empreendedora, promovida pelo SEBRAE/PR, com o tema "Experiências governamentais para benefício de MPEs e empreendedores", a ser realizada na Bélgica, França e Suíça, no período de 03 a 14 de novembro de 2026.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE – CNPJ nº 75.924.290/0001-69.
CONTRATADA: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR.
ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº 12/2026, Processo Administrativo nº 52/2026.
AUTORIZAÇÃO DA MISSÃO: Decreto Municipal nº 107, de 08 de setembro de 2026, que autoriza a participação e o afastamento da Secretária Municipal de Assistência Social em missão técnica oficial no exterior, com ônus para o Município.
VALOR: R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).
VIGÊNCIA: da assinatura até 31/12/2026.
BASE LEGAL: Art. 74, III, "f", da Lei nº 14.133/2021.
DATA DO FIRMAMENTO: 02/10/2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:98A6CCB5

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2026

RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 012/2026
O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.
Ratifico em todos os seus termos e reconheço a Inexigibilidade de Licitação para a contratação de serviço especializado para participação de gestor municipal (Secretária Municipal de Assistência Social, autorizada pelo Decreto Municipal nº 107, de 08 de setembro de 2026) na IMERSÃO TÉCNICA INTERNACIONAL 2026 – Rede de Secretários | Programa Cidade Empreendedora – Sebrae/PR, com o tema "Experiências governamentais para benefício de MPEs e empreendedores", com programação técnica e institucional na Bélgica, França e Suíça, conforme condições e especificações estabelecidas neste instrumento.
Fundamento legal – Lei 14.133/21 – Art. 74, inciso III;
SEBRAE/PR – SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ
75.110.585/0001-00
Rua Caeté, nº 150, Bairro Prado Velho, Cidade de Curitiba – PR, CEP: 80.220-300.

OBJETO:	CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PARTICIPAÇÃO DE GESTOR MUNICIPAL (SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, AUTORIZADA PELO DECRETO MUNICIPAL Nº 107, DE 08 DE SETEMBRO DE 2026) NA IMERSÃO TÉCNICA INTERNACIONAL 2026 – REDE DE SECRETÁRIOS | PROGRAMA CIDADE EMPREENDEDORA – SEBRAE/PR, COM O TEMA "EXPERIÊNCIAS GOVERNAMENTAIS PARA BENEFÍCIO DE MPEs E EMPREENDEDORES", COM PROGRAMAÇÃO TÉCNICA E INSTITUCIONAL NA BÉLGICA, FRANÇA E SUÍÇA, CONFORME CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. VALOR: R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais) por participante.

Pérola D'Oeste-PR, 02 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:161EA110

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (Processo Administrativo nº 43/2026) referente ao **Registro de preços para aquisição futura, parcelada e conforme a demanda, dos bens duráveis relacionados no Anexo I da Lei Municipal nº 1.620/2026, incluída, quando indicada, a montagem e instalação, destinando-se os bens, exclusivamente, à concessão de uso de que trata a mesma Lei,** conforme parecer da assessoria jurídica e, comissão de licitações, com base na lei federal 14.133/2021 e alterações posteriores, para a Execução na forma legal pelas empresas abaixo, declaradas vencedoras conforme a organização de lotes constante das atas da sessão pública:

LOTE 01 – MIRANDA REFRIGERAÇÃO E INFORMÁTICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 17.136.563/0001-04, com endereço na Rua João Duva, nº 350, Distrito Industrial Vinício Spessotto, CEP 13.727-654, São José do Rio Pardo/SP, representada por seu representante legal Sr. Rogério Miranda, portador do CPF/MF nº 119.456.278-75, declarada vencedora pelo valor de R$ 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais).

LOTES 02, 04 e 05 – ALTIMUS ENGENHARIA LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ N° 60.373.559/0001-99, com endereço na Rua Nardina Rodrigues Johansen, nº 392, Andar 11, Apto. 1107, Loteamento Malbec, CEP 87.005-002, Maringá/PR, representada por seu representante legal Sr. Jonatan Felipe Jaski, portador do CPF/MF nº 067.660.209-62, declarada vencedora pelos valores de R$ 1.368.106,23 (um milhão, trezentos e sessenta e oito mil, cento e seis reais e vinte e três centavos) no Lote 02, R$ 1.641.499,23 (um milhão, seiscentos e quarenta e um mil, quatrocentos e noventa e nove reais e vinte e três centavos) no Lote 04 e R$ 162.016,99 (cento e sessenta e dois mil e dezesseis reais e noventa e nove centavos) no Lote 05, totalizando R$ 3.171.622,45 (três milhões, cento e setenta e um mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

LOTE 03 – FRACASSADO, conforme ata da sessão pública.

Valor Total:
R$ 3.680.622,45 (três milhões, seiscentos e oitenta mil, seiscentos e vinte e dois reais e quarenta e cinco centavos).

Pérola D'Oeste/PR, 02 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andressa Maiara Lang
Código Identificador:2A531DCA

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
O MUNICÍPIO DE PÉROLA D'OESTE, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ nº 75.924.290/0001-69, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. EDSOM LUIZ BAGETTI, residente e domiciliado na Rua Manoel Ribas, nº 22, nesta cidade, portador da Cédula de Identidade sob nº 3.719.625-8 -SSP-PR, CPF nº 629.393.609-44.

H O M O L O G O:

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 12/2026 referente à contratação do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Paraná – SEBRAE/PR para participação de 01 (um) gestor municipal (Secretária Municipal de Assistência Social, autorizada pelo Decreto Municipal nº 107, de 08 de setembro de 2026) na Imersão Técnica Internacional 2026 – Rede de Secretários do Programa Cidade Empreendedora, com o tema "Experiências governamentais para benefício de MPEs e empreendedores", a ser realizada na Bélgica, França e Suíça, no período de 03 a 14 de novembro de 2026, conforme parecer da assessoria jurídica e da comissão de licitações, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea "f", da Lei Federal nº 14.133/2021 e alterações posteriores, para a execução na forma legal pelo **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO PARANÁ – SEBRAE/PR**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 75.110.585/0001-00, com endereço na Rua Caeté, Município de Curitiba-PR, doravante designado CONTRATADO, neste ato representado por seu representante legal, o(a) Sr.(a) Cesar Reinaldo Rissete, portador(a) do CPF nº 247.045.958-38, pelo valor de **R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais)**.

Valor Total:
R$ 39.990,00 (trinta e nove mil, novecentos e noventa reais).

Pérola D'Oeste/PR, 02 de outubro de 2026.

EDSOM LUIZ BAGETTI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lilian Salete Werner
Código Identificador:EC2DF52B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIÊN

LEGISLATIVO MUNICIPAL
EXTRATO DE TERMO 2º ADITIVO

EXTRATO DE TERMO 2º ADITIVO

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 009/2025
ORIGINÁRIO DO PROCESSO DE DISPENSA Nº 014/2025
FORNECEDOR: MD SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA
CNPJ nº 28.658.369/0001-05
Endereço: R Eduardo Krollss, 299, Serra Alta, São Bento do Sul SC

DO PRAZO
Fica ampliado o prazo por mais 12 meses, a partir de 10 de outubro de 2026.

DO QUANTITATIVO E ATUALIZAÇÃO DE INDICE

Fica aditivado o quantitativo em 03 LAVAÇÕES. E concede a correção de índice INPC no valor de R$ 1.528,51, sendo o valor total R$ 4.585,53 (quatro mil e quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e três centavos).

Piên/PR, 29 de setembro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:93515FC9

LEGISLATIVO MUNICIPAL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2025

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DAS CADEIRAS DO PLENARIO, SUBTITUINDO A ESPUMA E TECIDO DO ASSENTO DAS CADEIRAS DO PLENARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN, conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O presidente Sr. Almir Pedro Mielke, no uso de suas atribuições, na forma do Art. 75º, II, da Lei Federal 14.133/2021. Resolve:
HOMOLOGAR a presente Dispensa de Licitação, a qual tem como objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇO DE REFORMA DAS CADEIRAS DO PLENARIO, SUBTITUINDO A ESPUMA E TECIDO DO ASSENTO DAS CADEIRAS DO PLENARIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIÊN,** conforme exigências estabelecidas neste Aviso, no Termo de Referência e seus anexos e ADJUDICAR seu objeto às empresas:
RAZÃO SOCIAL: RAFAEL APARECIDO DE ASSIS (*Made In Garagem*). Pessoa jurídica de direito privado com Sede na R Castelo Branco, 1031, Colonial, São Bento do Sul/SC.
CNPJ Nº: 34.157.121/0001-63

ITEM: 01

DESCRIÇÃO: Contratação de empresa especializada para execução de serviço de reforma das cadeiras do plenário, substituindo a espuma e tecido do assento das cadeiras do plenário da Câmara Municipal de Piên,

Quant: 134 unidades

Valor Un.: R$ 52,19

Valor Total: R$ 6.994,28

Dotação Orçamentaria:
01.00 – Legislativo Municipal
01.01 – Câmara Municipal
01.031.001.2.001 – Manutenção do Poder Legislativo
3.3.90.39.00.00 – Outros Serviços de Terceiros PJ
3.3.90.39.20.00 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis

Piên/PR; 02 de outubro de 2026

ALMIR PEDRO MIELKE
Presidente

Publicado por:
Daiane Aparecida Sura da Silva
Código Identificador:474C9AFD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N°304 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO N.º 304 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município de Piên, para o Exercício de 2026 no total de R$ 19.950,00.

O Prefeito Municipal de Piên , Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e em conformidade com as disposições da Lei Federal n.º 4.320/64, Lei Orgânica Municipal art. 66, item IX, combinados com as Leis Municipais n.º 1598 de 25 de setembro de 2025 e 1609 de 11 de dezembro de 2025 resolve:

DECRETAR

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a Abertura de Crédito Adicional SUPLEMENTAR junto ao orçamento do Município para o exercício de 2026, na importância de R$ 19.950,00, mediante as seguintes providências:

· **Suplementação de rubricas de despesa nas dotações orçamentárias:**

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
03.001	**ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
4.122.3.2.4	**MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**	
3.3.30.93.00.00	**INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES**	
630	**0000 Recursos Ordinários (Livres)**	**1.500,00**
	SUBTOTAL	**1.500,00**
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO**	
08.001	**EDUCAÇÃO**	
12.361.9.2.20	**GESTÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL**	
3.3.90.39.00.00	**OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA**	
2250	**0104 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica**	**18.450,00**
	SUBTOTAL	**18.450,00**
	TOTAL	**19.950,00**

TOTAL GERAL DA SUPLEMENTAÇÃO.....19.950,00

Artigo 2.º - Como fontes de recurso para cobertura dos créditos abertos no artigo 1.º serão utilizados:

1. O cancelamento parcial das dotações a seguir relacionadas, conforme previsto no inciso III, do § 1º do artigo 43 da Lei Federal nº. 4.320/64:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
03	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
03.001	ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
4.122.3.2.4	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
730	0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.500,00
	SUBTOTAL	1.500,00
	TOTAL	1.500,00

2. O Provável Excesso de Arrecadação por Conta de Receita, de acordo com o inciso II e § 3º do artigo 43 da Lei Federal nº 4.320/64, conforme demonstrativo a seguir:

Conta da receita		
Receita	**Descrição**	**Valor**
1.7.1.1.51.2.1.00.00.00.00.00	**COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTAS EXTRAORDINÁRIAS - PRINCIPAL**	**18.450,00**
	TOTAL	**18.450,00**

TOTAL GERAL DOS RECURSOS.....19.950,00

Artigo 3º - Das alterações constantes deste Decreto ficam também alteradas as ações do PPA instituídas através da Lei Municipal n.º 1587/2025 e o Anexo de Metas e Prioridades da Lei Municipal n.º 1598/2025 Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no que couber.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Piên, 01 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito Municipal

Publique-se e registre-se.

SILVANA TEIXEIRA JUNG
Secretária de Administração e Finanças

Publicado por:
Eliane Pimentel Jubainski Streit
Código Identificador:376486B5

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 298, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026

DECRETO Nº 298, DE 29 DE SETEMBRO DE 2026.

REGULAMENTA O PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOS SERVIDORES EM ESTÁGIO PROBATÓRIO PREVISTO NO ART. 24 DA LEI Nº 960, DE 14 DE SETEMBRO DE 2007.

O Prefeito Municipal de Piên, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 66, item IX, da Lei Orgânica Municipal, e com fundamento no art. 24 da Lei nº 960, de 14 de setembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta o procedimento de avaliação dos servidores nomeados para cargos de provimento efetivo durante o estágio probatório previsto no art. 24 da Lei nº 960, de 14 de setembro de 2007.

Art. 2º O estágio probatório corresponde ao período de 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício, durante o qual serão avaliadas a aptidão e a capacidade do servidor para o desempenho das atribuições do cargo para o qual foi nomeado.

Art. 3º A avaliação observará os seguintes fatores:
I – assiduidade;
II – disciplina;
III – capacidade de iniciativa;
IV – produtividade;
V – responsabilidade.

Art. 4º Fica instituída a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, que será composta por:
I – 1 (um) servidor da área de Recursos Humanos;
II – 1 (um) servidor indicado pela Associação dos Servidores Públicos do Município de Piên;
III – 1 (um) servidor indicado pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo único. Os servidores indicados para compor a Comissão deverão ser estáveis, estar em efetivo exercício e possuir experiência ou capacitação relacionada à gestão de pessoas, administração pública ou procedimentos de avaliação de desempenho.

Art. 5º Compete à Comissão:
I – decidir os recursos interpostos relativos ao resultado de cada período avaliativo;
II – consolidar o resultado dos períodos avaliativos;
III – emitir relatório final conclusivo sobre o estágio probatório;
IV – manifestar-se quanto à aprovação ou não aprovação do servidor.

Art. 6º O servidor será avaliado em 3 (três) etapas, que serão realizadas:
I – ao completar 12 (doze) meses de efetivo exercício;
II – ao completar 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício;
III – ao completar 30 (trinta) meses de efetivo exercício.

Art. 7º A avaliação do estágio probatório dos servidores que possuírem etapas avaliativas pendentes na data de publicação deste Decreto observará o procedimento de transição disciplinado neste artigo.

§ 1º Para os períodos avaliativos já transcorridos sem a realização da avaliação e da entrevista de planejamento e orientação prevista no art. 9º, a verificação do desempenho limitar-se-á à análise dos documentos e registros existentes no assentamento funcional do servidor.

§ 2º Na ausência de registros formais contemporâneos de sanção disciplinar, faltas injustificadas ou notificações formais de descumprimento de deveres funcionais, presume-se o atendimento

satisfatório dos fatores previstos no art. 3º, garantindo-se ao servidor a pontuação necessária para aprovação no período correspondente.

§ 3º É vedada a atribuição de pontuação insatisfatória ou desfavorável fundada em descumprimento de metas, expectativas ou critérios que não tenham sido formal e previamente cientificados ao servidor durante o período avaliado.

§ 4º A ausência das avaliações nos prazos originais, bem como a não realização da entrevista do art. 9º referente a períodos passados, não acarretará prejuízo ao servidor nem implicará presunção de resultado desfavorável.

§ 5º Para o cumprimento do procedimento de transição previsto neste artigo, observar-se-ão os seguintes prazos procedimentais:
I – a área de Recursos Humanos disponibilizará às chefias imediatas os formulários de avaliação de transição no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da publicação deste Decreto;
II – a chefia imediata concluirá e devolverá à área de Recursos Humanos os formulários devidamente preenchidos no prazo de:
a) até 15 (quinze) dias úteis do recebimento, para os servidores com mais de 30 (trinta) meses de efetivo exercício;
b) até 30 (trinta) dias do recebimento, para os demais servidores com etapas pendentes;
III – o servidor terá o prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da ciência formal do resultado, para apresentar recurso à Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, na forma do art. 23 deste Decreto;
IV – a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório apreciará eventuais recursos e emitirá o Relatório Final Consolidado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do encerramento da fase recursal.

§ 6º O procedimento de transição dos servidores que possuírem mais de 30 (trinta) meses de efetivo exercício terá tramitação prioritária, devendo todos os atos ser concluídos em tempo hábil para deliberação e homologação do Prefeito Municipal antes que o servidor atinja 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício.

§ 7º A realização do procedimento de transição disciplinado neste artigo não suspende, não interrompe e não reinicia a contagem do prazo do estágio probatório.

Art. 8º A chefia imediata será responsável pela avaliação do servidor.

§ 1º Considera-se chefia imediata o servidor responsável pela supervisão direta das atividades do avaliado.

§ 2º No impedimento da chefia imediata, a avaliação será realizada pela autoridade hierarquicamente superior.

Art. 9º A chefia imediata realizará entrevista de planejamento e orientação no início do exercício do servidor em estágio probatório, com a finalidade de promover a sua adequada integração à Secretaria e esclarecer os critérios de avaliação de desempenho, devendo as definições e orientações pertinentes ser revisadas nas etapas subsequentes da avaliação, na forma deste artigo.

§ 1º A entrevista de planejamento e orientação deverá ocorrer nos primeiros 30 (trinta) dias de exercício do servidor na Secretaria de lotação.

§ 2º Na entrevista de planejamento e orientação, a chefia imediata deverá:
I – esclarecer a missão da Secretaria em que o servidor estiver lotado, bem como sua contribuição para o alcance dos objetivos institucionais;
II – informar as normas, regulamentos, procedimentos e orientações internas aplicáveis à Secretaria e aos seus servidores;
III – indicar as tarefas e atribuições que serão desempenhadas pelo servidor durante a etapa de avaliação, observada as atribuições legais do cargo;
IV – discutir as expectativas em relação ao desempenho funcional do servidor e estabelecer os critérios para avaliação de sua produtividade;
V – informar sobre o reflexo do desempenho do servidor nos resultados da Secretaria, na imagem da Administração Pública Municipal e na qualidade dos serviços prestados à população;
VI – informar os recursos materiais disponíveis para a realização do trabalho.

§ 3º A realização da entrevista de planejamento e orientação deverá ser registrada no formulário constante do Anexo I deste Decreto, assinado pela chefia imediata e pelo servidor, e arquivada junto ao processo de avaliação do estágio probatório.

§ 4º Em cada etapa de avaliação do estágio probatório, a chefia imediata revisará as definições e orientações previstas nos incisos III, IV e VI do § 2º deste artigo, promovendo sua atualização sempre que necessária.

§ 5º A revisão de que trata o § 4º deste artigo será formalizada no formulário constante do Anexo I deste Decreto, com ciência do servidor, devendo constar expressamente a manutenção ou a atualização das tarefas e atribuições, expectativas de desempenho e recursos materiais disponíveis para a execução das atividades

Art. 10. Quando o servidor, durante o período avaliativo, tiver exercido suas atividades em mais de uma Secretaria, será avaliado pela chefia imediata de cada unidade em que tenha estado lotado no período correspondente.

§ 1º A chefia realizará a avaliação considerando o período em que o servidor esteve sob sua supervisão, observados os critérios estabelecidos neste Decreto.

§ 2º A nota final da avaliação de desempenho corresponderá à média aritmética das notas atribuídas pelas chefias das Secretarias em que o servidor exerceu suas atividades durante o período avaliativo.

§ 3º Compete a área de Recursos Humanos consolidar as avaliações e apurar a nota final do servidor, mediante a elaboração da média prevista no § 2º deste artigo.

§ 4º A mudança de lotação não interrompe e nem reinicia o ciclo de avaliação do estágio probatório.
Art. 11. O fator assiduidade avaliará:
I – frequência ao serviço;
II – pontualidade;
III – permanência no local de trabalho;
IV – cumprimento de jornada;
V - comunicação de ausências.

Art. 12. O fator disciplina avaliará:
I – observância das normas legais e regulamentares;
II – respeito à hierarquia administrativa;
III – conduta funcional;
IV – relacionamento interpessoal;
V – atendimento ao público.

Art. 13. O fator capacidade de iniciativa avaliará:
I – proatividade;
II – autonomia funcional;
III – solução de problemas;
IV – sugestões de melhoria;
V – busca por aperfeiçoamento profissional.

Art. 14. O fator produtividade avaliará:
I – quantidade de trabalho executado;
II – qualidade do serviço prestado;
III – cumprimento dos prazos;
IV – organização das atividades;
V – aplicação dos conhecimentos técnicos necessários ao cargo.

Art. 15. O fator responsabilidade avaliará:
I – comprometimento com as atribuições;
II – cumprimento dos deveres funcionais;
III – zelo pelo patrimônio público;
IV – sigilo e confiabilidade;

V – responsabilidade pelos próprios atos.

Art. 16. Cada indicador será avaliado mediante nota de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), admitidas pontuações em intervalos de 0,5 (cinco décimos), observada a seguinte sequência: 0,0; 0,5; 1,0; 1,5; 2,0; e assim sucessivamente até 10,0.
Art. 17. A classificação obedecerá à seguinte escala:

I – Excelente: nota igual ou superior a 9,0;

II – Muito bom: nota igual ou superior 8,0 e inferior a 9,0;

III – Bom: nota igual ou superior a 7,0 e inferior a 8,0;

IV – Regular: nota igual ou superior a de 5,0 e inferior a 7,0;

V – Insatisfatório: nota inferior a 5,0.

Art. 18. A média de cada fator corresponderá à média aritmética das notas atribuídas aos respectivos indicadores.

Art. 19. A nota final de cada período avaliativo corresponderá à média aritmética dos cinco fatores de avaliação.

Art. 20. Se a média final for inferior a 7,0 (sete), a chefia ou chefias responsáveis pela avaliação deverão apresentar justificativa fundamentada, indicando objetivamente:

I – os fatos observados;

II – os aspectos que demandam aperfeiçoamento;

III – as orientações fornecidas ao servidor.

Art. 21. Compete a área de Recursos Humanos:

I - controlar os prazos das avaliações periódicas;

II - encaminhar à chefia imediata o formulário constante nos Anexos I e II deste Decreto;

III – receber os formulários preenchidos;

IV – manter atualizado o processo de avaliação do servidor;

V – promover a ciência formal do servidor acerca do resultado da avaliação, das decisões relativas aos recursos administrativos e homologação final do estágio probatório.

§ 1º A ciência formal do servidor será comprovada mediante assinatura no formulário de avaliação, protocolo eletrônico ou outro meio que comprove a comunicação.

§ 2º Em caso de recusa do servidor em dar ciência, o fato será certificado por servidor da área de Recursos Humanos, na presença de duas testemunhas, considerando-se realizada a notificação para todos os efeitos.

Art. 22. A área de Recursos Humanos encaminhará o formulário de avaliação à chefia imediata com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data em que o servidor completar o período correspondente a avaliação.

Parágrafo único. A chefia imediata deverá concluir a avaliação e encaminhá-la a área de Recursos Humanos no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento do formulário.

Art. 23. Do resultado da avaliação caberá recurso administrativo a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência do resultado.

§ 1º O recurso deverá conter os fundamentos de fato e de direito que justifiquem a revisão da avaliação.

§ 2º A Comissão poderá solicitar esclarecimentos à chefia imediata avaliadora, ao servidor ou outros servidores públicos que possam contribuir para a elucidação dos fatos.
§ 3º A Comissão decidirá o recurso mediante parecer no prazo de até 10 (dez) dias úteis.

§ 4º Após a decisão da Comissão o processo será encaminhado para área de Recursos Humanos, que promoverá a ciência formal do servidor no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 24. Da decisão da Comissão de Avaliação de Estágio Probatório caberá recurso, em última instância administrativa, ao Prefeito Municipal, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da ciência da decisão.

Parágrafo único. Recebida a decisão do prefeito, caberá a área de Recursos Humanos promover a ciência formal do servidor no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

Art. 25. Concluída a terceira avaliação e encerrados os prazos de recursos, a área de Recursos Humanos encaminhará o processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a Comissão de Avaliação de Estágio Probatório para emissão do relatório final do estágio probatório, constante no Anexo III deste Decreto.

§ 1º O relatório final deverá ser emitido no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados do recebimento pela Comissão de Avaliação do Estágio Probatório.

§ 2º A Comissão deverá encaminhar o relatório final ao Prefeito Municipal para homologação até o 32º (trigésimo segundo) mês de efetivo exercício do servidor.

§ 3º Homologado a aprovação no estágio probatório, o processo será arquivado no assentamento funcional do servidor para fins de aquisição de estabilidade ao completar 36 (trinta e seis) meses de efetivo exercício.

§ 4º Não sendo aprovado no estágio probatório, observado o contraditório e ampla defesa, o servidor será exonerado ou, se estável, reconduzido ao cargo anteriormente ocupado, observado o disposto no parágrafo único do art. 50 da Lei Municipal nº 960/2007.

Art. 26. Será considerado aprovado no estágio probatório o servidor que obtiver média final igual ou superior a 7,0 (sete), calculado com base no resultado das 3 (três) avaliações.

Art. 27. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Fica revogado o Decreto nº 155, de 13 de junho de 2013.

Piên/PR, 29 de setembro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

ANEXO I
REGISTRO DE PLANEJAMENTO, ORIENTAÇÃO E REVISÃO PERIÓDICA

I – IDENTIFICAÇÃO:
Servidor:
Matrícula:
Cargo:
Lotação:
Data de admissão:
Data da entrevista:
Chefia imediata:
Cargo da chefia:

II – ORIENTAÇÕES REALIZADAS

( ) Foi esclarecida a missão da Secretaria e sua contribuição para o alcance dos objetivos institucionais.

Observações:

( ) Foram informadas as normas, regulamentos, procedimentos e orientações internas aplicáveis à Secretaria.
Observações:

( ) Foram apresentadas as atribuições do cargo e as tarefas a serem desempenhadas pelo servidor.
Observações:

( ) Foram informadas as expectativas em relação ao desempenho funcional do servidor durante o estágio probatório.
Observações:

( ) Foi explicado o reflexo do desempenho do servidor nos resultados da Secretaria e na qualidade dos serviços prestados à população.
Observações:

( ) Foram informados os recursos materiais disponíveis para a realização do trabalho.
Observações:

III – METAS E ORIENTAÇÕES
Metas para o período:

Outras orientações:
IV – REVISÕES DA ORIENTAÇÕES E CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO
Etapa de avaliação:
( ) 1ª avaliação – 12 meses
( ) 2ª avaliação – 24 meses
( ) 3ª avaliação – 30 meses
( ) Mantidas as definições e orientações anteriormente estabelecidas.

( ) Atualizadas as definições e orientações anteriormente estabelecidas, conforme registro abaixo:

V - DECLARAÇÃO
Declaro que participei da Entrevista de Planejamento e Orientação prevista no Decreto nº 298, de 29 de setembro de 2026, bem como das revisões periódicas das definições e orientações relacionadas ao estágio probatório, tendo recebido informações sobre o exercício das atribuições, expectativa de desempenho, critérios de avaliação da produtividade, recursos materiais disponíveis para a execução das atividades e demais orientações registradas neste formulário.

Piên, ...

_____
Chefia Imediata

_____
Servidor

ANEXO II
FICHA DE AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

Servidor:
Matrícula:
Cargo:
Lotação:
Chefia imediata:
Período avaliado: a
( ) 1ª Avaliação – 12 meses
( ) 2ª Avaliação – 24 meses
( ) 3ª Avaliação – 30 meses

I - ESCALA DE AVALIAÇÃO

NOTA	CONCEITO
nota igual ou superior a 9,0	Excelente
nota igual ou superior 8,0 e inferior a 9,0	Muito bom
nota igual ou superior 7,0 e inferior a 8,0	Bom
nota igual ou superior 5,0 e inferior a 7,0	Regular
nota inferior a 5,0	Insatisfatório

II – ASSIDUIDADE
Conceito: Avalia a frequência, pontualidade e cumprimento da jornada de trabalho.

Indicador	Descrição objetiva do que deve ser observado	Nota
Frequência ao serviço	Comparecimento regular ao trabalho, considerando faltas injustificada registrada durante o período.	
Pontualidade	Cumprimento de horário de entrada, saída e intervalos.	
Permanência no local de trabalho	Permanência durante o expediente, sem ausências não autorizadas.	
Comunicação de ausências	Comunicação prévia ou imediata à chefia de atrasos, faltas ou impedimentos	
Cumprimento de jornada	Observância integral da carga horária definida para o cargo	

Média Assiduidade:

III – DISCIPLINA
Conceito: Avalia o respeito às normas legais, regulamentos, deveres funcionais e hierarquia administrativa.

Indicador	Descrição objetiva do que deve ser observado	Nota
Cumprimento de normas	Observância de leis, regulamentos, procedimentos e orientações institucionais	
Respeito à hierarquia	Cumprimento das determinações legítimas da chefia	
Conduta funcional	Postura ética e comportamento compatível com o cargo público	
Relacionamento interpessoal	Respeito no trato com os colegas e chefias	
Atendimento ao público	Urbanidade, cordialidade e respeito aos usuários dos serviços públicos	

Média Disciplina:

IV – CAPACIDADE DE INICIATIVA
Conceito: Avalia a produtividade, autonomia, criatividade e capacidade de solucionar problemas.

Indicador	Descrição objetiva do que deve ser observado	Nota
Proatividade	Capacidade de agir sem necessidade de cobrança constante	
Solução de problemas	Apresentação de soluções dentro de suas atribuições	
Sugestões de melhoria	Apresentação de propostas para aperfeiçoar o trabalho	
Busca de aperfeiçoamento	Interesse em aprender e adquirir novos conhecimentos	
Autonomia	Capacidade de executar tarefas rotineiras sem supervisão excessiva	

Média Capacidade de Iniciativa:

V – PRODUTIVIDADE
Conceito: Avalia o rendimento, eficiência, qualidade e cumprimento de prazos.

Indicador	Descrição objetiva do que deve ser observado	Nota
Quantidade de trabalho	Volume de atividades executadas em relação as atribuições do cargo, conforme metas definidas na ficha de orientação	
Qualidade dos serviços	Número de erros, retrabalhos e correções necessárias. Itens aferidos através do monitoramento de fluxos de trabalho (andamento de processos, protocolos, etc.).	
Cumprimento de prazos	Atendimento tempestivo às demandas recebidas	
Organização	Planejamento e execução organizada das atividades (organização do ambiente de trabalho, controle de prazos, eficiência na entrega dos trabalhos solicitados)	
Conhecimento técnico	Aplicação adequada dos conhecimentos necessários ao cargo	

Média Produtividade:

VI – RESPONSABILIDADE
Conceito: Avalia o comprometimento com o trabalho, patrimônio público e resultados institucionais.

Indicador	Descrição objetiva do que deve ser observado	Nota
Comprometimento	Interesse demonstrado na execução das atribuições	
Cumprimento de responsabilidades	Realização adequada das atividades sob sua responsabilidade	
Zelo pelo patrimônio	Uso correto de materiais, equipamentos, documentos e recursos públicos	
Sigilo e confiabilidade	Preservação de informações funcionais e institucionais	
Responsabilização pelos próprios atos	Reconhecimento de erros e adoção de medidas corretivas	

Média Responsabilidade:

VII - RESULTADO

CRITÉRIO	MÉDIA
Assiduidade	
Disciplina	
Capacidade de iniciativa	
Produtividade	
Responsabilidade	

MÉDIA FINAL:

VIII - PARECER DA CHEFIA IMEDIATA
Pontos Fortes:_____
Aspectos a desenvolver:_____
Ocorrência relevantes do período:_____
Metas futuras:_____
Justificativa para média inferior a 7,0:_____
Local e Data:
Chefia imediata
Nome:
Cargo:
Assinatura:

Ciência do servidor
Declaro que tomei ciência da presente avaliação
Nome:
Data:
Assinatura:

VIII - Manifestação do servidor (facultativa)
_____

anexo iiI
RELATÓRIO FINAL DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Servidor:
Matrícula:
Cargo:
Lotação:

I - RESULTADO CONSOLIDADO

AVALIAÇÃO	MÉDIA
1ª Avaliação	
2ª Avaliação	
3ª Avaliação	
Média Final	

A Comissão de Avaliação do Estágio Probatório se manifesta:
( ) Favorável à aprovação do servidor no estágio probatório.
( ) Desfavorável à aprovação do servidor no estágio probatório.

Fundamentação:_____
Assinatura da Comissão:_____

II – HOMOLOGAÇÃO
( ) Homologo a aprovação no estágio probatório.
( ) Homologo a não aprovação no estágio probatório.

Piên/PR, de de

_____
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:B9CDFEB6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 305, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 306, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DECLARA APROVADO O PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S DO NÚCLEO PONTE ALTA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, na Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021, bem como o contido no Processo Administrativo nº 4178/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Reurb-S do núcleo urbano denominado “Núcleo Ponte Alta”, localizado neste Município, apresentado pela empresa COGEP – Companhia de Geotecnologias do Paraná Ltda., para início dos trabalhos e acompanhamento, conforme as peças técnicas que configuram o auto de demarcação, para posterior registro das quadras, lotes, sistema viário e áreas públicas no competente Registro de Imóveis de Rio Negro/PR, de acordo com o que preconizam a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, e a Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 301, de 30 de setembro de 2026.

Piên/PR, 02 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:52AE6E31

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO Nº 306, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 306, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

DECLARA APROVADO O PLANO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA DE INTERESSE SOCIAL – REURB-S DO NÚCLEO PONTE ALTA, NESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIÊN, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere o art. 66, inciso IX, da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, na Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021, bem como o contido no Processo Administrativo nº 4178/2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social – Reurb-S do núcleo urbano denominado “Núcleo Ponte Alta”, localizado neste Município, apresentado pela empresa COGEP – Companhia de Geotecnologias do Paraná Ltda., para início dos trabalhos e acompanhamento, conforme as peças técnicas que configuram o auto de demarcação, para posterior registro das quadras, lotes, sistema viário e áreas públicas no competente Registro de Imóveis de Rio Negro/PR, de acordo com o que preconizam a Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, o Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, e a Lei Municipal nº 1.400, de 19 de abril de 2021.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 301, de 30 de setembro de 2026.

Piên/PR, 02 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:B83D120E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1648, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

LEI Nº 1.648, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.
Origem: Projeto de Lei nº 042/2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL ALIENAR BENS INSERVÍVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a alienar bens inservíveis de posse do município, por meio de leilão ou outra forma de destinação, cujos bens são veículos sucateados, com danos irreparáveis e inviabilidade econômica para recuperação.

Art. 2º Os veículos classificados como sucatas a serem eventualmente alienados são aqueles constantes do Anexo I desta Lei, os quais foram especificados e avaliados por Comissão de Avaliação, composta para tal finalidade.

Art. 3° Os veículos em formato de sucata deverão ser vendidos exclusivamente para empresas do ramo de reciclagem ou desmontagem, sendo vedado a circulação em via pública, sob pena de responsabilidade do arrematante.

Art. 4º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias e suplementares, caso necessário.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 02 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

ANEXO ÚNICO

GM/Blazer Executive, placa KCZ2561, RENAVAM 682200603, Chassi 9BG116EWVVC958165;
GM/VECTRA¸ placa IFY2556, RENAVAM 667839321, Chassi 9BGJK19BVVB551768;
GM/Montana Conquest, placa JVA4994, RENAVAM 924049316, Chassi 9BGXL80808B114978;
VW/Gol, placa AJL4235, RENAVAM 741898055, Chassi 9BWCB15X8YT240223
RENAULT Master, placa ARW6557, RENAVAM 00170998592, Chassi 93YADCUD6AJ281713;
RENAULT Master, placa AWF5970, RENAVAM 00497488825, Chassi 93YADC1H6DJ493483;
RENAULT Master, placa ALT6312, RENAVAM 00827867581, Chassi 93YBDCCG54J482B25.

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:32C1BE36

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
LEI Nº 1.649, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

LEI Nº 1.649, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Origem: Projeto de Lei nº 041/2026

Institui o PROVAR – Programa de Valorização por Resultado de Aprendizagem para Professores, Diretores, Suporte Pedagógico e Funcionários que compõe a Educação do Município de Piên

A Câmara Municipal de Piên, Estado do Paraná, aprovou e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais, sanciono a seguinte lei:

Art. 1ºCria o Bônus por Resultado de Aprendizagem - PROVAR, a ser pago aos servidores efetivos e temporários, em efetivo exercício na função de Professor, Diretor, Suporte Pedagógico, e servidores das escolas da Rede Municipal de Ensino e da Secretaria Municipal de Educação, desde que vinculados às etapas e modalidades de ensino consideradas para fins da avaliação educacional que fundamenta a concessão do benefício.

§ 1º A bonificação de que trata o caput, será paga aos profissionais da instituição de ensino que atingir ou ultrapassar a meta estipulada pela Secretaria Municipal de Educação para o ano do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

§ 2º Para os servidores em efetivo exercício na Secretaria Municipal de Educação – SME, a bonificação de que trata o caput será paga quando a Rede Municipal de Ensino atingir meta estipulada pela Secretaria Municipal de Educação, para o ano do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

§ 3º A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá, por regulamento, as metas mínimas de evolução dos indicadores de aprendizagem para cada instituição de ensino, observados critérios objetivos, metodologia previamente definida e divulgada, os indicadores oficiais de avaliação previstos nesta Lei e a publicação das metas antes do início do período de avaliação a que se referirem.

§ 4º A avaliação elegível, para fins de percepção do bônus é referente ao resultado do Indice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

§ 5º As escolas que não tiverem o número mínimo de alunos para serem avaliados pelo IDEB, serão avaliados pelo Sistema de Avaliação da Educação Básica do Paraná – SAEP, considerando o resultado do mesmo ano do Indice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Art. 2º O bônus será pago no ano em que houver divulgação dos resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB.

Art. 3ºFarão jus à bonificação os servidores de que trata o art. 1º desta Lei, desde que a respectiva instituição de ensino tenha atingido a meta estabelecida e que atendam cumulativamente os seguintes requisitos:
I - tenham exercido suas funções por, no mínimo, 2/3 do ano de referência da avaliação;
II - estejam vinculados à rede municipal de ensino na data do pagamento da bonificação;
III – ter obtido nota mínima de 8,0 na última avaliação de desempenho;
IV - para o professor regente do 5º ano do Ensino Fundamental, que houver permanecido no mínimo com dois trimestres, considerado o calendário escolar, com a respectiva turma que atingiu a média projetada definida para o período avaliado.

Art. 4ºO valor do bônus, para o ano avaliado será de acordo com os índices dos resultados obtidos através da avaliação do IDEB e corresponderá a:
I – R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) para o professor regente do 5º ano do Ensino Fundamental;
II - R$ 1.000,00 (mil reais) para cada profissional lotado na unidade escolar que atinja a média projetada, independentemente da função exercida, e para os servidores da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º Não fará jus ao recebimento do bônus o servidor que, em qualquer ano do biênio de referência utilizado para apuração do resultado que ensejar a bonificação, incorrer em uma das seguintes hipóteses:
I – apresentar cinco ou mais faltas injustificadas;
II – apresentar quinze ou mais faltas justificadas;
III – acumular mais de trinta dias de ausências legalmente concedidas;

IV – tiver sofrido penalidade disciplinar, no período de referência, após a conclusão do respectivo processo administrativo;
V – estar em exercício nas unidades de educação infantil, em razão das especificidades pedagógicas e avaliativas próprias dessa etapa;
VI – ter sido exonerado, demitido ou aposentado antes da data do pagamento do bônus.

Art. 6ºO bônus de que trata esta Lei possui caráter eventual e não permanente, não sendo incorporado aos proventos de aposentadoria ou pensão, base de cálculo para a concessão de quaisquer vantagens, gratificações, férias, indenizações ou outras parcelas remuneratórias.

Parágrafo único. A percepção do bônus previsto nesta Lei, não afasta a percepção de outras vantagens e gratificações previstas na Lei nº 1070/2010 e na Lei nº 1078/2010.

Art. 7º A implementação, regulamentação e pagamento do bônus observarão os critérios e parâmetros estabelecidos nesta Lei, a disponibilidade orçamentária e financeira do Município e a análise técnica da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, bem como as disposições da legislação orçamentária e da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, ficando a regulamentação pelo Poder Executivo limitada aos aspectos necessários à execução do programa.

§ 1º A eventual impossibilidade de execução do programa em determinado exercício, decorrente de insuficiência de dotação orçamentária ou de disponibilidade financeira, deverá ser formalmente demonstrada em manifestação técnica da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, observadas as normas constitucionais, orçamentárias e fiscais aplicáveis.

§ 2º Preenchidos os requisitos estabelecidos nesta Lei para a percepção do bônus relativos ao período de avaliação, o pagamento não poderá ser afastado por ato administrativo discricionário.

Art. 8ºO valor do bônus estará sujeito à retenção do Imposto de Renda, na forma da legislação federal vigente.

Art. 9º Excepcionalmente para o exercício de 2026:
I - a bonificação prevista nesta Lei, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), será concedida a todos os professores, diretores, suporte pedagógico e demais servidores lotados nas escolas, centros municipais de educação infantil, e na Secretaria Municipal de Educação;
II - o pagamento será efetuado por Cadastro de Pessoa Física - CPF.

Art. 10. A partir do exercício de 2027, a concessão do pagamento de bonificação observará os critérios estabelecidos nesta Lei.

Parágrafo único. O bônus será apurado por matrícula, considerando, em cada vínculo, o período de atuação do servidor e o resultado alcançado pela respectiva instituição de ensino.

Art. 11.Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Piên/PR, 02 de outubro de 2026.

MAICON GROSSKOPF
Prefeito

Publicado por:
Katia Rejane Neneve
Código Identificador:6CFCCD28

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 078/2026

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de materiais e equipamentos odontológicos, voltados a atender todas as equipes de Saúde Bucal da Secretaria de Saúde do município de Piên, para adequado atendimento odontológico da população. **Entrega das propostas**: a partir 05/10/2026 no site no site Bolsa Nacional de Compras - BNC. **Abertura das Propostas**: 21/10/2026 às 09:30h (horário de Brasília) no site já citado.

Piên/PR, 02 de outubro de 2026.

THAIS BECKER DE SOUZA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Bernadete Maguerovski Dos Santos
Código Identificador:EE34B444

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2026
LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico n.º 45/2026.
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para locação de horas máquinas tipo Escavadeira Hidráulica, Trator de Esteira, Escavadeira Hidráulica com rompedor e rolo compactador para atender a demanda da municipalidade.
EMPRESA: M.Z MELLO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA.
DATA DA ASSINATURA: 2 de outubro de 2026.
FORMA DE PAGAMENTO: Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
VALOR TOTAL: R$ R$ 753.757,00 (Setecentos e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta e sete reais).
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 meses após a assinatura.

Pinhal de São Bento/PR, 2 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:53239BEF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 149/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção mecânica da ambulância municipal, veículo modelo Master, ano 2023, placa FVG8A21, incluindo materiais, componentes e mão de obra necessários à sua adequada manutenção e pleno funcionamento.

CONTRATADO: OPEN VEICULOS LTDA
CNPJ: 04.675.147/0004-85
VALOR TOTAL CONTRATADO: R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

Dotações					
Exercício da despesa	Conta da despesa	Funcional programática	Fonte de recurso	Natureza da despesa	Grupo da fonte
2026	01950	06.002.10.301.1001.2043	00494	3.3.90.30.39.00	Recursos do Exercício Corrente
2026	02020	06.002.10.301.1001.2043	00494	3.3.90.39.19.00	Recursos do Exercício Corrente

PAGAMENTO: : Em até 30 dias após a emissão da nota fiscal.
PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Pinhal de São Bento/PR, 02 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:20232F5B

SECRETARIA DE SAUDE
DIÁRIA N° 344/2026

ANEXO II DA LEI MUNICIPAL N° 871/2022 E LEI MUNICIPAL N° 1.123/2026 ALTERA O ART. 3° E LEI MUNICIPAL N° 1.124/2026 QUE ALTERA O ANEXO I
SOLICITAÇÃO DE VIAGEM
DADOS DO SOLICITANTE

Nome: Daniel de Campos Stoffel Matrícula: 6921
Órgão de Lotação: Secretaria Municipal de Saúde Cargo ou função: Motorista
ACOMPANHANTES
DADOS DA VIAGEM
Data da Viagem: 05/10/2026 (saída as 05:00 horas)
Destino: Cascavel/PR
Valor de diárias: 242,15 x 0,5 = 121,08
Transporte utilizado: carro oficial
Finalidade da viagem: Levar os pacientes Henrique Ruzciski para consulta na FAG e Vilmar Cordeiro com acompanhante para consulta no CEONC em Cascavel/PR
Órgãos/locais a serem visitados ou eventos: FAG e CEONC em Cascavel/PR
Dotação Orçamentária Liberação Orçamentária: 33.90.14.00.00 F: 303 Cta: 2140

BANCO	AGENCIA	CONTA	CPF
7**	4***	1*****-0	067.***.***-31

Declaro estar ciente das normas previstas na Lei Municipal n° 871/2022, que aprova o regimento das diárias e lei municipal n° 1.124/2026 que altera o Anexo II da Lei Municipal n° 871/2022. Declaro também e para todos os fins que são verídicas as informações prestadas, sem rasuras, nesta solicitação de diária e me responsabilizo por eventuais equívocos e omissões, sendo que autorizo o desconto em folha de pagamento de eventuais créditos não gastos e não ressarcidos ao erário.

Informações Complementares:

Pinhal de São Bento, 02 de outubro de 2026.

Solicitante da viagem: Daniel de Campos Stoffel
(X) Autorizado ( ) Não autorizado
Titular da Pasta: Katiuça Mara Pasa

Publicado por:
Sirlene M. Stein Claudino
Código Identificador:4E9D8D94

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRAQUARA

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 11.001/2023 e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **Pregão Eletrônico** nº. 09/2026 – **Processo Administrativo** nº 28/2026 – **Objeto:** Aquisição de equipamento e material permanente, materiais de consumo das categorias de manutenção predial, materiais elétricos, ferramentas, insumos para pintura, equipamentos de proteção individual (EPIs), reparos hidráulicos, destinados ao abastecimento do almoxarifado e ao suporte dos serviços de manutenção, conservação e infraestrutura nas atividades administrativas e operacionais da Câmara Municipal de Piraquara: **HOMOLOGA** o referido processo licitatório, **ADJUDICANDO** seu resultado à seguinte empresa:

Grupo 1:ELETROIZAAC COMERCIO DE MATERIAL ELETRICO, HIDRAULICO E FERRAGENS LTDA, CNPJ**08.177.864/0001-95**, com sede naRua Nicola Pellanda, 470 - Pinheirinho - Curitiba/PR - CEP 81.880-000, pelo valor total deR$ 26.235,73(vinte e seis mil, duzentos e trinta e cinco reais e setenta e três centavos).

Grupos 2, 3, 5 e item 7:FH CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA, CNPJ57.053.222/0001-90, com sede naAv. Arnaldo Faivro Buzzato, nº 225 – Centro – Ibaiti/PR – CEP 84.900-000, pelo valor total de R$21.180,60 (vinte e um mil, cento e oitenta reais e sessenta centavos).

Grupo 6: Lumen Suprimental e Locações Ltda,CNPJ: 34.777.255/0001-87, com sede naRua Francisco Nunes, nº 391 / 557, Rebouças, Curitiba – Paraná – CEP 80.215-000, pelo valor total deR$ 2.831,56 (Dois mil, oitocentos e trinta e um reais e cinquenta e seis centavos).
Câmara Municipal de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:D52F7F74

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 29/2026

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº. 11.001/2023 e de acordo com o procedimento licitatório e julgamento das propostas apresentadas ao **Pregão Eletrônico** nº. 10/2026 – **Processo Administrativo** nº 29/2026 – **Objeto:** Aquisição de equipamentos e softwares visando à modernização dos processos realizados e à padronização dos equipamentos utilizados nos diferentes setores da Câmara Municipal de Piraquara: **HOMOLOGA** o referido processo licitatório, **ADJUDICANDO** seu resultado à seguinte empresa:

Item 1: Perfil Computacional Ltda, CNPJ02.543.216/0011-09, com sede naAv Acesso Rodoviário, S/N, Quadra06 Lm 01 Quadra01 L-M18 A M23 Sala 107, Terminal Intermodal Da Serra, Serra – Es, CEP29.161-376, pelo valor total deR$ 49.985,00(Quarenta e Nove Mil e Novecentos e Oitenta e Cinco Reais).

Itens 2, 3 w 4:Win Software orld LTDA, CNPJ **53.049.392/0001-40**, com sede naRua Itaoca 23, Sala 1, Alto Itapemirim, Itapemirim/ES, CEP: 29330-000, pelo valor total deR$ 17.421,10(dezessete mil, quatrocentos e vinte e um reais e dez centavos).

Item 6:HKA Tecnologias do Brasil Eireli – EPP, CNPJ**19.729.347/0001-06**, com sede naRua Humberto Mattana, Nº 822, Casa 01, CEP: 82810-240, Curitiba/PR, pelo valor total de R$ 5.368,00 (cinco mil, trezentos e sessenta e oito reais).

Câmara Municipal de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:A2B80DB3

CAMARA MUNICIPAL DE PIRAQUARA
EXTRATO DO CONTRATO Nº 12/2026 INEXIGIBILIDADE 09/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 34/2026

Contratante: Câmara Municipal de Piraquara.

Objeto: Contratação do Serviço Social da Indústria (SESI) para prestação de serviços especializados em Treinamentos Obrigatórios de Segurança e Saúde no Trabalho (SST) - totalizando 58 (cinquenta e oito) horas de capacitação.

Contrato Nº: 12/2026

Contratada: SERVICO SOCIAL DA INDUSTRIA SESI, CNPJ:03.802.018/0053-26, com sede naQuinze de Outubro, nº 1207 – Bairro Centro, na cidade de Pinhais/PR – CEP: 83.323-040. Valor deR$ 12.180,00 (doze mil cento e oitenta reais).

Data da Assinatura: 30/09/2026.
Vigência: 02/10/2026 até 15/12/2027.

Câmara Municipal de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

GUANAIR DENILSON GARCIA DOS SANTOS
Presidente da Câmara Municipal de Piraquara

Publicado por:
Solange Regina Silva Almeida
Código Identificador:0AFD6277

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.060/2026

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 20.273,92 (vinte mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos),

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025,

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 20.273,92 (vinte mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e dois centavos), conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

11.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FMS / Fundo Municipal de Saúde
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações de Atenção Básica

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	33521	Indenizações e Restituições	R$ 20.273,92
T o t a l			**R$ 20.273,92**

Art. 3º Para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar previsto neste Decreto, serão utilizados os recursos provenientes do superávit financeiro do exercício anterior**.**

Art. 4º O valor que trata este Decreto, não será computado para efeitos do artigo 41, da Lei Municipal nº 2.589 de 27 de junho de 2025, e o artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras das Leis nº 2.589 de 27/06/2025, das Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, e nº 2.635/2025 - Plano Plurianual 2026/2029, em valores iguais aos deste Decreto, nos Órgãos, Programas e Projeto/Atividades, nos termos da Lei da Constituição Federal.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:3C367B38

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 15.061/2026

Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento – Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 181.168,97 (cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.635 de 01 de dezembro de 2025 (Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2026),

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto nos termos dos artigos 41, inciso I, 42 e 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Programa vigente, no valor de R$ 181.168,97 (cento e oitenta e oito mil, cento e sessenta e oito reais e noventa e sete centavos) conforme especificado neste Decreto.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Suplementar ocorrerá nas seguintes dotações orçamentárias:

10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.002.12.361.0003.2.016 - Manutenção do Ensino Fundamental.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.33.00.00	234	104	Passagens e Despesas com Locomoção	R$ 177.000,00
Total				**R$ 177.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.32.93.00.00	666	33521	Indenizações e Restituições	R$ 4.168,97
Total				**R$ 4.168,97**

Art. 3º Os recursos necessários à execução deste Decreto decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:
10 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
10.002 - DIVISÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
10.003.12.365.0003.2.017 - Manutenção da Educação Infantil

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.32.00.00	246	104	Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	R$ 177.000,00
Total				**R$ 177.000,00**

11.00 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
11.001.10.301.0007.2023 – Promover Ações da Atenção Básica.

Rubrica	Despesa	Fonte	Descrição	Valor
4.4.90.52.00.00	317	33521	Equipamento e Material Permanente	R$ 4.168,97
Total				**R$ 4.168,97**

Art. 4º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (LDO 2026), e Lei Municipal nº 2.634,

01 de dezembro de 2025 (PPA 2026-2029), em valores iguais aos deste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:25E0D17A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.057/2026 "REPUBLICADO POR INCORREÇÃO"

Autoriza a abertura de Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, e altera metas financeiras do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais) e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e Lei Municipal nº 2.709 29 de setembro de 2026, conforme especificado neste Decreto.

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento-Programa vigente, nos termos dos artigos 41, inciso II, 42 e 43, §1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, Crédito Adicional Especial no Orçamento-Programa vigente, no valor de R$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais), conforme especificado nesta Lei.

Art. 2º A abertura do Crédito Adicional Especial se dará nos Programas de Trabalhos e Elementos de Despesas abaixo especificados:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Descrição	Valor
3.3.90.14.00.00	941	Diárias – Civil	1.500,00
Total			**1.500,00**

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta lei decorrerão da anulação parcial ou total das seguintes dotações orçamentárias:

13.000 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
13.003 – Fundo Municipal da Assistência Social
13.003.08.244.0006.2037 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social

Rubrica	Fonte	Despesa	Descrição	Valor
3.3.50.43.00.00	941	663	Subvenções Sociais	1.500,00
Total				**1.500,00**

Art. 4º O valor de que trata esta Lei não será computado para efeitos do artigo 41 da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025, e do artigo 16 da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025.

Art. 5º Ficam alteradas as metas financeiras da Lei Municipal nº 2.589, de 27 de junho de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2026), e da Lei Municipal nº 2.635, de 01 de dezembro de 2025 (Plano Plurianual 2026/2029), em valores iguais aos desta Lei, nos Órgãos, Programas, Projetos e Atividades, nos termos do artigo 166, § 3º, inciso I, da Constituição Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Vinte e Nove de Janeiro, Prédio Prefeito Antônio Alceu Zielonka, em 02 de outubro de 2026.

MARCUS MAURICIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:572AA22F

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 15.059/2026

Dispõe sobre a instituição do Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Piraquara e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PIRAQUARA, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a segurança dos pacientes nos serviços de saúde do município, conforme preconizado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA e pela Resolução RDC nº 36/2013;

CONSIDERANDO a importância de estabelecer mecanismos de prevenção e gestão de riscos associados à assistência à saúde, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Segurança do Paciente (NSP) no âmbito do Sistema Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º O NSP terá a seguinte composição:

Superintendente Técnico de Saúde;
Superintendente Administrativo de Saúde;
Representante do Departamento de Atenção Primária em Saúde;
Representante do Departamento de Urgência e Emergência
Representante do Departamento de Vigilância em Saúde;
Representante do Departamento de Regulação e Atenção Especializada;
Representante do Departamento de Média Complexidade;
Diretor Médico da Atenção Primária em Saúde;
Enfermeiro Responsável Técnico da Atenção Primária em Saúde;
Enfermeiro Responsável Técnico da Média Complexidade;
Representantes da Unidade de Pronto Atendimento;
Coordenador do Núcleo de Segurança do Paciente Municipal;

Art. 3º São atribuições do NSP:

I - Identificar e avaliar os riscos associados à assistência à saúde nos serviços de saúde do município de Piraquara;
II - Desenvolver e implementar estratégias e políticas para a promoção da segurança do paciente em todos os níveis de complexidade;

III - Elaborar, revisar e atualizar o Plano Municipal de Segurança do Paciente e o Plano de Ação Anual;

IV - Promover ações de educação e capacitação dos profissionais de saúde em temas relacionados à segurança do paciente;

V - Realizar monitoramento e avaliação contínua das práticas de segurança adotadas nos serviços de saúde;

VI - Propor melhorias e inovações que contribuam para a elevação dos padrões de segurança do paciente;

VII - Elaborar um relatório anual das atividades realizadas, destacando os avanços e desafios na área de segurança do paciente.

Art. 4º O Plano de Ação para a Segurança do Paciente deverá conter estratégias específicas, metas e indicadores para a promoção da segurança do paciente, sendo revisado e atualizado anualmente pelo NSP.

Art. 5º O NSP poderá instituir grupos de trabalho para a execução das atividades específicas que entender necessárias para o cumprimento do disposto pelo decreto.

Art. 6º As funções dos membros do Núcleo de Segurança do Paciente não serão remuneradas e seu exercício será considerado de relevante interesse público.

Art. 7º Fica revogado o Decreto Municipal nº 13.746/2025.

Art. 8º Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Palácio 29 de Janeiro, Prédio Prefeito Antonio Alceu Zielonka, em 02 de outubro de 2026.

MARCUS MAURÍCIO DE SOUZA TESSEROLLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Laysa Roberta Rettka da Silva
Código Identificador:2A724F12

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 43.878/2025 – DISPENSA Nº 6/2025

Contrato nº 554/2025 (Fundo Municipal de Assistência Social), **Contrato n° 555/2025** (Secretaria Municipal de Educação) e **Contrato nº 556/2025** (Secretaria Municipal de Saúde). **Contratante:** Município de Piraquara. **Contratado**: Banco do Brasil S.A. inscrito no CNPJ/MF sob nº 00.000.000/0001-91. **Objeto:** Prestação de serviços relativos à emissão de cartão corporativo pelo Banco do Brasil para suprimento de fundos das Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde, como meio de pagamento nas suas aquisições de bens e serviços, de acordo com o previsto na Lei nº 2.595/2025, iniciando sua **vigência em 17 de outubro de 2026 e findando em 16 de outubro de 2027. Valor Global:** R$ 0,01 (um centavo de real). **Data da assinatura**: 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:36D1EE1D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 SELEÇÃO DE PROJETOS CULTURAIS DE TEMÁTICA LIVRE POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB

A Secretaria Municipal de Cultura e Igualdade Racial de Piraquara, por meio da Comissão de Análise, Seleção e Monitoramento, designada pela Portaria nº 16/2026, no uso de suas atribuições e em conformidade com o Edital de Chamamento Público nº 03/2026, torna público o RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO – AVALIAÇÃO TÉCNICA DE MÉRITO CULTURAL, referente à seleção de projetos culturais de temática livre para celebração de Termo de Execução Cultural, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB.

A avaliação técnica de mérito cultural, incluindo os recursos interpostos, foi realizada por pareceristas avaliadores, observando os critérios estabelecidos no Anexo III do Edital nº 03/2026. A nota final de cada projeto corresponde à média aritmética simples das notas atribuídas pelos avaliadores.

1. DA CLASSIFICAÇÃO E DA APLICAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

A classificação observa a ordem decrescente da pontuação final, as disposições relativas às ações afirmativas e cotas e a concorrência concomitante prevista no item 5 do Edital nº 03/2026.

Nos termos do item 5.3 do Edital, os agentes culturais optantes pelas cotas concorrem concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência. Considerando o total de 10 (dez) projetos a serem selecionados e as reservas estabelecidas no item 5.2 do Edital, a composição das vagas nesta etapa é a seguinte:

Classificação	Proponente	Nota Final	Situação
1º	Yara Vieira Barros Franscisco	93,0	Selecionado(a) – ampla concorrência
2º	Maike Pereira Ramos	88,5	Selecionado(a) – ampla concorrência
3º	Lucineia Lara da Luz	85,5	Selecionado(a) – ampla concorrência
4º	Silvane Cristina Pailo	85,0	Selecionado(a) – ampla concorrência
5º	Yoná Kuita Jacintho	84,0	Selecionado(a) – ampla concorrência
6º	Willian Silva dos Santos	81,0	Selecionado(a) – vaga reservada
7º	João Victor Godinho	79,0	Selecionado(a) – vaga reservada
8º	Victor Lucas Lima de Oliveira	77,5	Selecionado(a) – vaga reservada
9º	Nitai Nunes Soares de Lima	76,5	Selecionado(a) – vaga reservada
10º	Inaue Lourenço Jacintho	72,5	Selecionado(a) – vaga reservada

2. DOS DEMAIS PROPONENTES

Os demais proponentes classificados, não contemplados dentro do número de vagas nesta etapa, permanecem sujeitos às regras de classificação, remanejamento e eventual convocação previstas no Edital nº 03/2026, inclusive em caso de desistência, inabilitação ou disponibilidade de recursos, observada a ordem de classificação e as regras aplicáveis às ações afirmativas.

Classificação	Proponente	Nota Final	Modalidade de Concorrência
11º	Fabiana Regina Machado	80,5	Ampla concorrência
12º	Marise Lecheta Venski	80,0	Ampla concorrência
13º	Juliane dos Santos Rosa	77,0	Ampla concorrência
14º	Lia Dias Marchi	76,0	Ampla concorrência
15º	Adriana Cristina Zielinski do Nascimento	75,0	Ampla concorrência
16º	Diana Monteiro Sitonio	74,5	Ampla concorrência
17º	Eliana Borges	74,5	Ampla concorrência
18º	José Vitor dos Santos	74,0	Ampla concorrência
19º	Ester Vitória Mucke Soares	73,0	Ampla concorrência
20º	Adrian Nunes da Silva	72,5	Cota pessoa com deficiência
21º	Leandro Chamrek de Oliveira	72,0	Ampla concorrência
22º	Stephany Kauana Madruga dos Santos	70,5	Ampla concorrência
23º	Vivaldo Vieira Neto	70,0	Ampla concorrência
24º	Mauro Antonio Dacol	70,0	Ampla concorrência
25º	Maicon Clenk Martins	68,5	Ampla concorrência
26º	Maicon José Gonçalves de Moraes	68,0	Cota pessoa negra
27º	Gleiciane Pauluk Rosário	66,0	Ampla concorrência
28º	Henrique Faria	66,0	Ampla concorrência
29º	Leonardo Moreira dos Santos	66,0	Cota pessoa negra
30º	Dharma Jhaz	64,0	Cota pessoa negra
31º	Salete Cercal	62,0	Ampla concorrência
32º	Vanessa Karoline Rodrigues Canozi	61,0	Ampla concorrência
33º	Juliano Cezar Wolfart	56,0	Cota pessoa negra
34º	Lucas Fernandes Dias	55,0	Cota pessoa negra
35º	Michael Guido Vedovelli da Silva	52,5	Ampla concorrência
36º	Bruno Oliveira da Silva	46,0	Ampla concorrência
37º	Rosangela Lopes Cavalheiro	44,5	Ampla concorrência
38º	Rodrigo Amaral Canozi	42,5	Ampla concorrência
39º	Jhiuli Aparecida Cicossi Grespan	42,0	Cota pessoa negra
40º	Marcela Lopes Lago	35,5	Cota pessoa negra
41º	Marcos Felipe Micos Biss	34,5	Ampla concorrência
42º	Fabrício de Lima	30,0	Ampla concorrência
43º	Cíntia Perez Ishizaka	27,5	Ampla concorrência

Piraquara, 03 de Outubro de 2026.

ADRIANA PATRICIA VIANA ROCHA
Secretária Municipal de Cultura e Igualdade Racial

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:58A492E8

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA 12/2026

Designa servidores para atuarem no Comitê de Mortalidade Materna e Prevenção de Óbito Infantil e Fetal da Secretaria Municipal de Saúde.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal;

Considerando que a prevenção e a redução da Mortalidade Materna e Infantil são de relevância para a Saúde Pública;

Considerando o pacto pela redução da Mortalidade Materna e Neonatal. Lançado em 08 de março de 2004 pelo Ministério da Saúde - Portaria nº 1459/2011 de 24/06/2011 GM, Art. 3º III;

Considerando a Portaria MS/GM nº 1.258/2004 de 28 de junho de 2004 que institui o Comitê Nacional de Prevenção do Óbito Infantil e Fetal;

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.119/2008 de 05 de junho de 2008 que regulamenta a Vigilância de Óbitos Maternos;

Considerando o objetivo municipal no compromisso de reduzir a Mortalidade Materna e Infantil;

Art. 1º Designar os membros relacionados abaixo para comporem como titulares o Comitê de Mortalidade Materna e Prevenção de Óbito Infantil e Fetal da Secretaria Municipal de Saúde:
I Coordenação do Comitê Municipal de Mortalidade Materna, infantil e fetal – CMMMIF: Camila Mariane Costa
II Área Técnica da Vigilância Epidemiológica: Inês Angela Niewiadomski Soares.
III Área técnica de Atenção Primária em Saúde: Marilia da Luz Sauerbier
IV Área Médica de Atenção Materna: Jordanna Godoy Mendes Brugnolo
V Área Médica (Direção Técnica): Louise Blanck Abbud
VI Área Técnica de Atenção Materno Infantil: Julieanne Reid Arcain
VII Área Técnica Urgência e Emergência: Dayane Serra Flores.

Parágrafo primeiro: Poderão ser convidados: o Coordenador da Unidade de Saúde, Médico da Estratégia da Saúde da Família - ESF e Agente Comunitário de Saúde - ACS, onde ocorreu o óbito; Integrante da Equipe Multiprofissional na APS - eMULTI; Coordenadores de outras Divisões de Saúde; Profissionais lotados na UPA 24h;

Parágrafo segundo: Os membros convidados terão direito a voz, porém não a voto.

Art. 2ºSão atribuições do Comitê de Mortalidade Materna e Prevenção de Óbito Infantil e Fetal da Secretaria Municipal de Saúde:
I Acompanhar periodicamente a ocorrência dos óbitos Maternos, Infantis e Fetais no Sistema de Informações de Mortalidade;
II Estimular a Investigação de Óbitos Fetais, Infantis e Maternos, segundo critérios estabelecidos pelo Comitê Nacional/Ministério da Saúde e/ou de acordo com a realidade e interesse local preferencialmente com a participação integrada de profissionais da Vigilância Epidemiológica e da área de assistência à saúde, unidades básicas de saúde e setores da área assistencial da secretária de saúde;
III Analisar os óbitos Fetais, Infantis e Maternos, a fim de adequar o planejamento e a organização da assistência à saúde de maneira a prevenir novas ocorrências, com especial atenção à gestante, a criança, e condições sociais da família e da comunidade;
IV Avaliar periodicamente, as principais causas observadas no estudo do óbito e das medidas realizadas de intervenção para redução da mortalidade Fetal, Infantil e Materno no âmbito Municipal;
V Desenvolver ações de sensibilização e divulgação da mortalidade Fetal, Infantil e Materno, a fim de conscientizar os formadores de políticas públicas, instituições, equipes de saúde e comunidades para a gravidade do problema e meios de solução;
VI Divulgar sistematicamente os resultados e as experiências bem-sucedidas, com elaboração de material específico;
VII Promover e estimular a qualificação das informações sobre mortalidade, com a ampliação da cobertura do sistema de informações e melhora dos registros na Declaração de Óbito e registros de atendimento como também a sensibilização dos profissionais de saúde no correto preenchimento dos prontuários, fichas de atendimento, cartão da gestante e cartão da criança;
VIII Consolidar periodicamente os dados de investigação para envio ao Comitê Estadual;
IX Elaborar propostas para a construção de políticas Municipais dirigidas a redução da mortalidade Fetal, Infantil e Materno;
X Acompanhar a execução das medidas propostas;
XI Elaborar relatório analítico semestral com propostas de intervenção, objetivando a redução dos óbitos materno, infantil e fetal;

Art. 3ºO Comitê de Mortalidade Materna e Prevenção de Óbito Infantil e Fetal da Secretaria Municipal de Saúde é composto por equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4º Para coordenar a Comissão ora composta, fica designada a servidora Camila Mariane Costa.

Art. 5º Fica designada a servidora Marília da Luz Sauerbier como secretária.

Art. 6ºA Coordenação do Comitê terá mandato de dois anos, podendo ser renovado por mais dois anos.

Art. 7º Fica revogado o Decreto nº 14.192 de 29 de Outubro de 2025.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de Outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:29778303

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 06/2026

Institui e nomeia os membros da Comissão de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Interna de Biossegurança, da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão Interna de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Dayane Serra Flores da Silva;
II. Michele Jacowski;
III. Inês Angela Niewiadomski Soares;
IV. Carolina de Andrade Sousa;
V. Ana Carolina Gonçalves.

Art. 2ºA Comissão Interna de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a biossegurança, e assessorar o Núcleo Municipal de Segurança do Paciente e a Gestão de Saúde Municipal nas questões pertinentes a biossegurança dos serviços de saúde municipal.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão Interna de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara:
I. Elaborar e revisar normas internas de biossegurança;
II. Desenvolver protocolos e rotinas para prevenção de riscos biológicos, químicos e físicos nos serviços de saúde.
III. Adequar as normas locais às diretrizes da Anvisa, Ministério da Saúde e legislações vigentes.
IV. Monitorar e Implementar medidas de controle e prevenção de riscos, aplicação das boas práticas em biossegurança nos serviços de saúde municipais.
V. Garantir o uso correto de EPIs (Equipamentos de Proteção Individual) e EPCs (Equipamentos de Proteção Coletiva).

VI. Realizar treinamentos e capacitações regulares para os profissionais de saúde, sobre prevenção de acidentes, manejo de resíduos, controle de infecção, entre outros.
VII. Promover campanhas educativas de biossegurança e prevenção de contaminações.
VIII. Acompanhar e investigar acidentes e exposições ocupacionais
IX. Avaliar e registrar casos de acidentes com material biológico, perfuro cortantes, produtos químicos perigosos, entre outros.
X. Propor medidas corretivas e preventivas para evitar reincidência.
XI. Monitorar o gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS)
XII. Fiscalizar o cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos (PGRSS).
XIII. Orientar sobre o descarte adequado de resíduos infectantes, químicos e perfuro cortantes.
XIV. Avaliar riscos biológicos emergentes
XV. Estabelecer protocolos de resposta rápida para surtos, epidemias ou pandemias (ex: COVID-19, dengue, tuberculose, etc.) junto ao Departamento de Vigilância em Saúde.
XVI. Apoiar a Vigilância em Saúde na articulação de estratégias de controle.
XVII. Emitir pareceres técnicos
XVIII. Autorizar atividades que necessitem de medidas especiais de biossegurança.
XIX. Articular ações com outras comissões e setores
XX. Trabalhar em conjunto com o Núcleo de Segurança do Paciente, Vigilância Sanitária, Epidemiológica, Ambiental e do Trabalhador, e demais órgãos municipais e estaduais.
XXI. Fiscalizar o cumprimento da legislação de biossegurança
XXII. Garantir que todas as unidades de saúde estejam em conformidade com:Lei nº 11.105/2005 (Lei de Biossegurança), RDCs da ANVISA, Normas da NR-32 (Segurança e Saúde no Trabalho em Serviços de Saúde)
XXIII. Elaborar relatórios e manter registros atualizados
XXIV. Fornecer informações técnicas à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 4ºA Comissão Interna de Biossegurança é composta por equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Michele Jacowski.

Art. 6º Para exercer a função de secretária, fica designada a servidora Carolina de Andrade Sousa.

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Interna de Biossegurança tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 01/2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CFC410EA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 07/2026

Institui e nomeia os membros da Comissão de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão de Educação Permanente, da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Milene Diana Benaglia de Melo do Amaral;
II. Esmênia Chagas de Souza;
III. Evelyn Celestina dos Santos Martins;
IV. Bruna Teixeira de Quadros;
V. Naiana Boaventura dos Santos;
VI. Neide Aparecida Rosa;

Art. 2ºA Comissão de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, com a finalidade de planejar, propor, acompanhar e avaliar ações de formação e qualificação dos trabalhadores, em consonância com as necessidades identificadas nos serviços.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Identificar, junto às equipes e setores, as necessidades de capacitação, qualificação e desenvolvimento profissional;
II. Planejar, propor e organizar ações educativas, como cursos, oficinas, rodas de conversa, treinamentos e outras metodologias participativas;
III. Promover a integração entre ensino, serviço e gestão, fortalecendo a prática profissional e a melhoria do cuidado ou atendimento;
IV. Estimular a reflexão crítica sobre os processos de trabalho, por meio de ações educativas baseadas em problematizações do cotidiano;
V. Acompanhar e avaliar os resultados das ações desenvolvidas, propondo melhorias contínuas;
VI. Articular parcerias com instituições de ensino e outros órgãos, quando necessário, para apoio às atividades educativas;
VII. Elaborar e manter atualizados os registros das atividades realizadas, bem como relatórios periódicos das ações da Comissão.

Art. 4ºA Comissão de Educação Permanente da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara é composta por profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Milene Diana Benaglia de Melo do Amaral;

Art. 6º Para exercer a função de secretária, fica designada a servidora Evelyn Celestina dos Santos Martins;

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Educação Permanente tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 02/2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:65C5AD1F

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 08/2026

Institui e nomeia os membros da Comissão de Ética e Análise de Prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Interna de Ética e Análise de Prontuários, da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão de Ética e Análise de Prontuários da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Marília da Luz Sauerbier
II. Milene Diana Benaglia de Melo do Amara
III. José Roberto Jacomel Junior
IV. Louise Black Abbudd
V. Angelita Aparecida Muniz

Art. 2ºA Comissão de Ética e Análise de Prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade atuar na avaliação de condutas profissionais, conformidade documental e análise técnica de prontuários, garantindo o cumprimento das normas éticas e legais aplicáveis.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão de Ética e Análise de Prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara:
I. Avaliar a conformidade ética dos registros e condutas profissionais no atendimento aos usuários;
II. Analisar periodicamente os prontuários quanto à completude, clareza, legibilidade e adequação às normas técnicas e legais vigentes;
III. Identificar e relatar inconsistências, omissões ou irregularidades nos registros e propor medidas corretivas;
IV. Sugerir ações educativas e orientativas junto às equipes, com foco na melhoria da qualidade do atendimento e dos registros documentais;
V. Zelar pelo sigilo e confidencialidade das informações constantes nos prontuários e demais documentos analisados;
VI. Elaborar relatórios periódicos com os resultados das análises e encaminhá-los à direção da pasta envolvida, para providências cabíveis;
VII. Atuar como órgão consultivo em questões éticas relacionadas à prática profissional e ao uso das informações dos prontuários.

Art. 4ºA Comissão de Ética e Análise de Prontuários da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara é composta por profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Angelita Aparecida Muniz.

Art. 6º Para exercer a função de secretária, fica designada a servidora Marília da Luz Sauerbier.

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 03/2026.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:CD619173

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 09/2026

Institui e nomeia os membros da Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Instituir a Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara.

Art. 2º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Ana Gabriela Lobo;
II. Dayane Serra Flores;
III. Vivian Portz Menegatti de Paula;
IV. Ana Conceição Abrahão;
V. Marília da Luz Sauerbier;
VI. Rayra da Silva Alves.

Art. 2ºA Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, com a finalidade de planejar, acompanhar, implementar e avaliar ações voltadas à segurança do paciente e à redução de riscos assistenciais.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Identificar e monitorar riscos potenciais e reais nos processos assistenciais e administrativos que impactam a segurança do paciente;
II. Propor protocolos, fluxos e medidas preventivas para minimizar a ocorrência de eventos adversos;
III. Analisar notificações de incidentes e eventos adversos, promovendo a investigação, registro e resposta adequada;
IV. Fomentar a cultura de segurança entre os profissionais, por meio de ações educativas e comunicados institucionais;
V. Avaliar periodicamente os indicadores de segurança do paciente e propor melhorias com base nos resultados;
VI. Articular-se com setores estratégicos da instituição (comissões, núcleos, direção técnica, assistência) para integrar ações de prevenção de riscos;
VII. Elaborar relatórios periódicos com os avanços e desafios da segurança do paciente na instituição.

Art. 4ºA Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara é composta por profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Ana Gabriela Lobo.

Art. 6º Para exercer a função de secretária, fica designada a servidora Ana Conceição Abrahão.

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão Estratégica de Prevenção de Riscos ao Paciente tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Fica revogada a Portaria nº 04/2026

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:86803DC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 10/2026

Nomeia os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, e considerando o disposto no Art. 8º do Decreto nº 4.162/2013, resolve:

Art. 1º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde:
I. Cintia Camila Dalazen – Psiquiatra - CRM 35.246/PR;
II. Ramony Filippini Martins – Enfermeira – COREN 348.690/Pr;
III. Silvia Aparecida Schubalski da Silva – Farmacêutica – CRF 6.701/PR;
IV. José Jacomel Júnior- Médico Clínico - CRM 31.307/PR
V. Sacha Testoni Lange – Farmacêutica – CRF 32.671/PR
VI. Jordanna Godoy Mendes Brugnolo – Médica Ginecologista Obstetra – CRM 28882/PR – RQE nº 19343
VII. Polyana da Silva Camargo – Farmacêutica UPA 24h – CRF/PR 20567

Art. 2ºA Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara:
I. Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;
II. Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a Relação Municipal de Medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação;
III. Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos;
IV. Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;
V. Fornecer informações sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;
VI. Fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe de saúde;
VII. Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvem a dispensação de medicamentos.

Art. 4ºA Comissão de Farmácia e Terapêutica de Piraquara é composta por equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, servidores, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Silvia Aparecida Schubalski da Silva

Art. 6º Para exercer a função de secretária, fica designada a servidora Ramony Filippini Martins.

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Portaria nº 24/2025.

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:E1EFB58C

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
PORTARIA Nº 11/2026

Designa servidores para atuarem na Comissão de Padronização de Documentos, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PIRAQUARA**, Estado do Paraná, Fernanda Daher Sabatin Machado, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 42, §1º, inciso II da Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º Designar os membros relacionados abaixo para comporem a Comissão Interna de Biossegurança da Secretaria Municipal de Saúde:
Sacha Testoni Lange
Ramony Filippini Martins
Ana Gabriela Lobo da Costa
Naiana Boaventura dos Santos
Angelita Aparecida Muniz.

Art. 2ºA Comissão de Padronização de Documentos é uma instância colegiada, de caráter deliberativo, normativo e consultivo, que tem por finalidade elaborar normas e procedimentos relacionados a utilização de modelos padrões para os documentos técnicos confeccionados pelos Departamentos de Saúde, Núcleo Municipal de Segurança do Paciente e a Gestão de Saúde Municipal.

Art. 3ºSão atribuições da Comissão de Padronização de Documentos da Secretaria Municipal de Saúde de Piraquara:
I Realizar um diagnóstico situacional dos estabelecimentos de saúde elencando os principais processos de trabalho realizados;
II Solicitar para Equipe Técnica a elaboração/atualização dos Procedimentos Operacionais Padrão (POP), Protocolos, Notas Técnicas, Manuais e demais procedimentos, para todos os fluxos novos e existentes;
III Consultar o setor de vigilância sanitária sempre que houver dúvidas quanto aos procedimentos sanitários;
IV Articular junto aos setores e secretarias, a aquisição de materiais e insumos necessários para garantir a execução dos processos estabelecidos através dos POPs e demais Protocolos;
V Realizar a aprovação da revisão dos de todos os documentos confeccionados, POPS, Protocolos, Manuais, Notas Técnicas, etc., anualmente, ou antes se necessário;
VI Sistematizar junto ao NECS a capacitação dos profissionais para utilização de todos os documentos técnicos que passarem pela Comissão de Padronização de Documentos;

Art. 4ºA Comissão de Padronização de Documentos é composta por equipe multidisciplinar de profissionais de saúde, vinculados a Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 5º Para presidir a Comissão ora composta, fica designada a servidora Sacha Testoni Lange.

Art. 6º Para exercer a função de secretário, fica designada a servidora Ramony Filippini Martins.

Art. 7º As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Padronização de Documentos tem caráter normativo e deverão ser publicadas e amplamente divulgadas nos serviços de saúde, após homologação pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º Fica revogado o Decreto nº 11.657 de 18 de setembro de 2023.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete da Secretaria de Saúde de Piraquara, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDA DAHER SABATIN MACHADO
Secretária de Saúde

Publicado por:
Rozilei do Rocio Biscotto
Código Identificador:16DACBBA

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
CERTIDÃO NEGATIVA DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E INELEGIBILIDADE

Certifico que nesta data (30/09/2026 às 16:00) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CPF nº 097.990.789-62.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.
Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em http://divulgacandcontas.tse.jus.br/

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle G7L2.79IX.I1LR.4LV5 no seguinte endereço:
https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:96F6DE49

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
DECRETO Nº 189, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Nomear Cargo em Comissão CC-4

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **NOMEAR** o senhor **LUIZ ARTHUR CASTAGNOLI,** para exercer o cargo de **ASSESSOR ESPECIAL DE GESTÃO PUBLICA IV**, a contar de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5C5CAF7F

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA Nº 07/2026 - DHRF

*O **MUNICÍPIO DE PITANGA,** Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.172.907/0001-08, com sede administrativa situada à Praça 28 de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, por intermédio de seu Prefeito Municipal, Sr. DIRCEU MORAES no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de todos os interessados, em especial moradores, ocupantes, titulares de domínio, confrontantes e terceiros eventualmente interessados, que o núcleo urbano informal urbano denominado ÁREA MICHALAK encontra-se em processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nas modalidades REURB-S e REURB-E, com fundamento na Lei Federal nº 13.465/2017 e no Decreto Federal nº 9.310/2018.*

O procedimento contempla, conforme o caso concreto, a aplicação dos institutos da Legitimação Fundiária, nos termos dos arts. 23 e 25 da Lei Federal nº 13.465/2017 e legislação correlata.
Informa-se que foi realizado o levantamento planialtimétrico e cadastral da área, com georreferenciamento, subscrito por profissional legalmente habilitado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), bem como parecer preliminar de viabilidade, visando à individualização das unidades imobiliárias e à abertura de matrículas individualizadas.
As peças integrantes do Projeto de Regularização Fundiária (PRF) foram elaboradas pela equipe multidisciplinar da Associação para o Desenvolvimento Habitacional Sustentável de Santa Catarina – ADEHASC, entidade com legitimidade ativa nos termos do art. 14, inciso II, da Lei nº 13.465/2017, regularmente constituída, com atuação direcionada ao desenvolvimento urbano, promoção habitacional e regularização fundiária.

DO NÚCLEO

O núcleo urbano informal denominado Área Michalak, localizado neste Município, tem origem nas matrículas: nº 10.004, de propriedade de Helena Maria Sendeski e João Maria de Agostinho Sendeski, Ana Cristina Michalak, Lucia Michalak Corso e Luiz Francisco Corso, Maria Burko Michalak, Zelia Michalak Hauagge e Salim Hauagge Neto, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga, matrícula nº 37.555, de propriedade de Zelia Michalak Hauagge e Salim Hauagge Neto, matrícula nº 37.171, de propriedade de Helena Maria Sendeski e João Maria de Agostinho Sendeski, devidamente registradas no Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Pitanga.
O núcleo possui área total de 11.207,76 m², distribuída em 29 (vinte e nove) lotes, sendo 10 (dez) lotes aderentes, 19 (dezenove) lotes destinados a futuros proprietários, e 01 (uma) rua a regularizar.
O núcleo é servido pelas seguintes vias: Rua Projetada A, as quais serão destinadas ao domínio público municipal, nos termos do art. 53, parágrafo único, da Lei Federal nº 13.465/2017, bem como pelas vias Rua João Mazur, Rua Fernando Malko, Rua Francisco Téles, Rua General Osório, Rua Manuel Mendes de Camargo, Rua Prefeito José Grande e Rua Gonçalves Dias, já integrantes do domínio público municipal.

QUADRO DE ÁREAS	
Área da matrícula: 10.004	210.692,175m²
Área da matrícula: 37.555	300,00m²
Área da matrícula: 37.171	540,00m²
Área dos lotes aderentes	2.095,76m²
Área de lotes destinados a futuros proprietários	9.041,36m²
Área das vias públicas a regularizar	70,64m²
Área total a regularizar	11.207,76m²

DOS EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

A área de intervenção é atendida pelos seguintes equipamentos e serviços públicos:
sistema viário implantado, com vias de circulação definidas;
fornecimento de energia elétrica;
abastecimento de água;
soluções de esgotamento sanitário;
serviço de coleta de resíduos sólidos;
acesso a equipamentos públicos e serviços essenciais, tais como educação, saúde e transporte.

DAS CONFRONTAÇÕES

Os titulares de domínio, os confrontantes internos e externos, bem como eventuais terceiros interessados, serão notificados por meio do presente edital e, cumulativamente, mediante notificação encaminhada via postal, com aviso de recebimento (AR), ou por meio de coleta de assinatura pessoal, sendo-lhes assegurada ciência da instauração do procedimento de Regularização Fundiária Urbana (REURB).
Será garantido o prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento da notificação ou da data da publicação deste edital, para apresentação de impugnação ou manifestação, nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Titulares de domínio:

Matrícula nº 10.004, de propriedade de Helena Maria Sendeski e João Maria de Agostinho Sendeski, Ana Cristina Michalak, Lucia Michalak Corso e Luiz Francisco Corso, Maria Burko Michalak, Zelia Michalak Hauagge e Salim Hauagge Neto, APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Pitanga;
Matrícula nº 37.555, de propriedade de Zelia Michalak Hauagge e Salim Hauagge Neto;
Matrícula nº 37.171, de propriedade de Helena Maria Sendeski e João Maria de Agostinho Santos Sendeski;
Confrontantes:

Matrícula nº 38.451, de propriedade de Maria Bernadete do Rosario Scors;
Matrícula nº 26.684 e 26.685, de propriedade de Claudio Manchur e Rosana Santos de Oliveira Manchur;
Matrícula nº 41.664, de propriedade de Robson Laercio Seguro e Daiane Ivone Marcon Seguro;
Matrícula nº 41.663, de propriedade de Carmem Censi da Chari dos Santos e Gildo Geremias dos Santos;
Matrícula nº 39.035, de propriedade de Sidinei de Souza Campos e Michele Aparecida Soares Campos;
Matrícula nº 39.036, de propriedade de Valdirene Ferreira Ortiz;
Matrícula nº 25.575, de propriedade de Vilson Martins e Noeli Chumis Martins;
Matrícula nº 32.607, de propriedade de Roberto Cesar Cargnin e Luzia de Freitas Andrade Cargnin;
Matrícula nº 24.549, de propriedade de Natalia Stachiu Nascimento, Ana Silmara Nascimento, Simone Nascimento Helmantes e Jorge Helmantes;
Matrícula nº 10.580, de propriedade de Alcionir Piccolo e Eloir Rodrigues Piccolo;
Matrícula nº 22.061 de propriedade de Neri Janissk Franco;
Matrículas nº 40.838 e 41.418 de propriedade de Lucia Michalak Corso e Francisco Corso.
Matrícula nº 38.210 e 38.211, de propriedade de Sevenir Bernardino e Dinelza dos Santos Bernardino;
Matrícula nº 21.845, de propriedade de Maria Belo da Rosa e Maria Ione Anzolin;
Matrícula nº 31.505, de propriedade de Roseli Aparecida Gonçalves da Cruz;
Matrícula nº 37.554, de propriedade de Zelia Michalak Hauagge e Salim Hauagge Neto;
Matrícula nº 36.912, de propriedade de Zelia Michalak Hauagge, Salim Hauagge Neto e Valter Vicente Michalak;
Rua General Osório de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua Francisco Téles de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua João Mazur de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua Gonçalves Dias de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua Prefeito José Grande de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua Fernando Malko de propriedade do município de Pitanga/PR;
Rua Manoel Mendes de Camargo de propriedade do município de Pitanga/PR.

DOS REQUERENTES

São requerentes e beneficiários da regularização fundiária os ocupantes e moradores do núcleo urbano informal denominado Área Michalak, devidamente identificados no levantamento cadastral realizado, e que aderiram voluntariamente ao processo de Regularização Fundiária Urbana (REURB), nos termos da Lei Federal nº 13.465/2017 e do Decreto Federal nº 9.310/2018.

Nº	NOME
	ANA DUDEK
	APARECIDA DA SILVEIRA
	CLEUNICE APARECIDA DA SILVA CORDEIRO
	ISOLINA DE FREITAS SANTOS e ALIPIO NOGUEIRA
	PAULO HENRIQUE GUIMARÃES
	ROSA MARIA DA SILVA e JOSNEI MIRANDA CORREIA
	ROSINEIA RUTH DE OLIVEIRA e JULIANO CLEVERSON DOS SANTOS
	SANDRA FATIMA MARÇAL e LUIZ CARLOS DOS SANTOS
	VERONICA BACUNSKI e JOSE CARLOS FRANCISCO

Os requerentes optaram pela promoção da regularização às suas expensas, nos termos do art. 33, §2º, da Lei Federal nº 13.465/2017.

DAS IMPUGNAÇÕES

Eventuais impugnações deverão ser apresentadas no prazo de 30 (trinta) dias, contados da data da última publicação deste edital, junto ao setor de protocolo da Prefeitura Municipal, devidamente fundamentadas e instruídas com os documentos pertinentes.
As manifestações serão analisadas pelos órgãos técnicos competentes e pela Comissão Municipal de Regularização Fundiária, assegurando a apreciação adequada de todos os argumentos apresentados.
O processo administrativo permanecerá disponível para consulta pelos interessados na sede da Prefeitura Municipal, garantindo transparência e acesso às informações do procedimento.
A ausência de manifestação no prazo legal implicará concordância tácita com o procedimento de regularização, nos termos do art. 31, §§ 5º e 6º, da Lei Federal nº 13.465/2017.
Ao término do procedimento, será emitida a Certidão de Regularização Fundiária (CRF), que constituirá título hábil para registro junto ao Ofício de Registro de Imóveis competente.

Pitanga/PR, 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

ANEXO I – DELIMITAÇÃO POLIGONAL
Disponível em:https://www.pitanga.pr.gov.br/editais-de-reurb

ANEXO II – MAPA DO NÚCLEO URBANO
Disponível em: https://www.pitanga.pr.gov.br/editais-de-reurb

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:E5065A49

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.622, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Institui o Dia do Campista Católico no âmbito do Município de Pitanga – PR e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica instituído, no âmbito do Município de Pitanga – Estado do Paraná, o Dia do Campista Católico, a ser celebrado anualmente na terça-feira de Carnaval.

Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se campista católico o fiel que participa de acampamentos, retiros ou encontros promovidos por organizações, comunidades ou autoridades da Igreja Católica Apostólica Romana, voltados à vivência comunitária, formação espiritual, aprofundamento da fé, oração, celebração sacramental, partilha fraterna e convivência com a natureza, à luz dos ensinamentos cristãos.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B323D0BC

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
LEI Nº 2.623, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Declara de utilidade pública a Liga de Futebol Amador de Pitanga.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, APROVOU E EU, PREFEITO MUNICIPAL, SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública a Liga de Futebol Amador de Pitanga inscrita no CNPJ sob nº 86.802.410/0001-71, com sede a Rua Dr. Orlando de Araújo Costa nº 1183, casa, bairro São João, Município de Pitanga.
Parágrafo único. A Liga de Futebol Amador de Pitanga, deverá apresentar, anualmente, à Comissão de Políticas Gerais da Câmara Municipal, relatório detalhado de suas atividades.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Pitanga/PR, 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:B247F3A4

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 776, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias ao servidor Alfredo Czekay, matricula nº 52766, no cargo de Operador de Maquinas 44 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO: O Requerimento do servidor.

RESOLVE

Art. 1º – Conceder **10 (dez)** dias de férias ao servidor **ALFREDO CZEKAY,** matrícula nº **52766, n**o cargo de Operador de Maquinas 44 horas, referente ao período aquisitivo 2023/2024, a contar de 28 de setembro de 2026.
Art. 2º – Decorrido o prazo previsto no art. 1º, o servidor deverá apresentar-se ao trabalho no dia 08 de outubro de 2026.
Art. 3º – Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D581553A

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 777, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Conceder férias a servidora Janaina de Fatima Petrechen França, matrícula nº 50372, no cargo de Professor 20 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO: O Requerimento da servidora.

RESOLVE

Art.1º - Conceder 10 **(dez)** dias de **férias**, a servidora **JANAINA DE FATIMA PETRECHEN FRANÇA**, matrícula nº **50372**, no cargo de Professor 20 horas, referente ao período aquisitivo de 2025/2026, a contar de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º - Decorrido o prazo do Artigo 1º, a servidora deverá apresentar-se ao trabalho no dia 15 de outubro de 2026.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Diretor de Recursos Humanos

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:8C97D051

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 780, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Exonerar a pedido a servidora Mariane Rocha Chepluski, matrícula nº 5001, do cargo de Fonoaudiólogo Pss 20 horas.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º **EXONERAR** a pedido a servidora **MARIANE ROCHA CHEPLUSKI**, matrícula nº **5001**, do cargo de Fonoaudiólogo PSS 20 horas, a contar de 22 de setembro de 2026.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F1CEFDB1

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 09/2026

Processo Administrativo nº 2.445/2026
Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada nº 110/2026
CONCEDENTE: Município de Pitanga, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.172.907/0001-08.
TOMADORA: Centro Espírita Bezerra de Menezes, inscrito no CNPJ/MF sob nº 57.671.648/0001-07, representado por seu Presidente, Luiz Fernando de Souza.
OBJETO: Repasse de recursos financeiros decorrentes da **Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada nº 110/2026**, de autoria dos Vereadores Marlene Soares Munhoz e Mauro dos Santos, destinados à execução de manutenção da sede do Centro Espírita Bezerra de Menezes, conforme especificações, metas, etapas e condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.
VALOR: R$ 8.000,00 (oito mil reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 19 – Secretaria de Gestão Pública; Unidade: 002 – Departamento de Administração; Funcional Programática: 04.122.0301.2.133 – Manutenção das Atividades do Departamento de Administração; Natureza da Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais; Fonte: 16 – Emenda Impositiva de Bancada – 1%; Reduzido: 636; Valor: R$ 8.000,00.
VIGÊNCIA: Da data de assinatura até 31 de dezembro de 2026, produzindo efeitos jurídicos após a publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto Municipal nº 184/2017; Instrução Normativa TCE/PR nº 200/2025; Instrução Normativa Municipal nº 01/2026; legislação orçamentária municipal aplicável e demais normas pertinentes.
SIGNATÁRIOS: Dirceu Moraes, Prefeito Municipal, pelo CONCEDENTE, e Luiz Fernando de Souza, Presidente, pela TOMADORA.
Permanecem inalteradas as demais informações constantes da publicação original.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:6D41728D

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PUBLICAÇÃO POR INCORREÇÃO EXTRATO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 11/2026

Processo Administrativo nº 2.440/2026
Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada nº 122/2026

CONCEDENTE: Município de Pitanga, Estado do Paraná, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.172.907/0001-08, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Dirceu Moraes.
TOMADORA: Centro Espírita Bezerra de Menezes, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 57.671.648/0001-07, neste ato representada por seu Presidente, Luiz Fernando de Souza.
OBJETO: Repasse de recursos financeiros decorrentes da **Emenda Parlamentar Impositiva de Bancada nº 122/2026**, de autoria dos Vereadores Amadeus Penga e Antônio Adir de Lara, destinados à execução de manutenção da sede do Centro Espírita Bezerra de Menezes, conforme especificações, metas, etapas e condições estabelecidas no Plano de Trabalho aprovado.
VALOR: R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser repassado em parcela única, conforme cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Órgão: 19 – Secretaria de Gestão Pública; Unidade: 002 – Departamento de Administração; Funcional Programática: 04.122.0301.2.133 – Manutenção das Atividades do Departamento de Administração; Natureza da Despesa: 3.3.50.43 – Subvenções Sociais; Fonte: 16 – Emenda Impositiva de Bancada – 1%; Reduzido: 636
Valor: R$ 20.000,00
VIGÊNCIA: Da data de sua assinatura até 31 de dezembro de 2026, produzindo efeitos jurídicos após a publicação de seu extrato no meio oficial de publicidade da Administração Pública.
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014; Decreto Municipal nº 184/2017; Instrução Normativa TCE/PR nº 200/2025; Instrução Normativa Municipal nº 01/2026; legislação orçamentária municipal aplicável e demais normas pertinentes.
DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2026.
SIGNATÁRIOS: Dirceu Moraes, Prefeito Municipal, pelo CONCEDENTE, e Luiz Fernando de Souza, Presidente da Associação, pela TOMADORA.
Permanecem inalteradas as demais informações constantes da publicação original.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:D676EF09

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO CONTRATOS GRAFICAS, 171/2024 SRP LOPES, 181/2024 BEREZOVISKI, 201/2024 SRP LOPES

TERMO ADITIVO Nº 6
CONTRATO Nº. 201/2024

Termo Aditivo de prorrogação de Prazo de vigência ao Contrato nº. 201/2024, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PITANGA e a Empresa S.R.P. LOPES ME, na forma a seguir:

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE PITANGA, e de outro a empresa, S.R.P. LOPES – ME inscrita no CNPJ/MF n.º estabelecida na Rua FLORES DA CUNHA, 381 Pitanga PR, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo ao Contrato nº. 201/2024, referente à licitação Pregão nº. 60/2023, para Aquisição De Materiais Gráficos, Em Atendimento As Secretarias Municipais de Gestão Pública E Sec. da Fazenda.
CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do contrato, anteriormente prorrogado com vencimento em **30/09/2026**, fica prorrogado por mais **2 (dois) meses**, com início em 01/10/2026 e **término em 30/11/2026**, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento **eletronicamente, mediante assinatura digital**, ou, subsidiariamente, em **02 (duas) vias de igual teor e forma**, para que produza todos os efeitos legais.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente de forma eletrônica digital ou em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

SIMONE RODRIGUES PEREIRA LOPES
S.R.P. Lopes – ME

Originalmente Assinados.

TERMO ADITIVO Nº 05
CONTRATO Nº. 181/2024

Termo Aditivo de prorrogação de Prazo e acréscimo de quantidades ao Contrato nº. 181/2024, celebrado entre o Município de Pitanga e a Empresa ARTES GRÁFICAS BEREZOVSKI LTDA, na forma a seguir:
Pelo presente instrumento, de um lado, o MUNICÍPIO DE PITANGA e de outro, a empresa, ARTES GRÁFICAS BEREZOVSKI LTDAinscrita no CNPJ/MF n. 07.259.843/0001-56, estabelecida na RUA ROCHA LOURES,665, GUARAPUAVA PR, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo ao Contrato, referente à licitação Pregão nº. 58/2023, para AQUISIÇÃO/CONFECÇÕES DE MATERIAIS GRÁFICOS, EM ATENDIMENTO AS SECRETARIAS MUNICIPAIS. Conforme o disposto a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA: O prazo de Vigência originalmente previsto para vencimento em 30/09/2026, fica prorrogado por período de 2 (dois) meses, inciando-se em 01/10/2026 e encerrando-se em 30/11/2026. Em conformidade com o Artigo 57, II da Lei Federal 8666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA: fica aditivado em 25 % o item abaixo totalizando valor de R$137,50 (cento e trinta e sete reais). Conforme Solicitação da Secretaria Municipal de Gesta Publica. No termos do Artigo 65§1º da Lei Federal 8666/93.

LOTE	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	Unidade	quantidade	Valor unit	Vslor total
84	47534	PASTAS PARA ARQUIVAR ARQUIVOS/DOCUMENTOS. MEDIDA DA PASTA FECHADA: 32 ALTURA X 23,5 LARGURA, PAPEL CARTOLINA. GRAMATURA 180G. PERSONALIZADA COM TIMBRE DO MUNICÍPIO.	UN	125	R$1,10	R$137,50

CLÁUSULA TERCEIRA: Mantêm-se inalteradas as demais cláusulas do Contrato ora aditado.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente de forma eletrônica digital ou em duas vias a caneta, de igual teor e forma.
Pitanga, 21 de setembro de 2026.

Originalmente Assinado

DIRCEU MORAES	***SILVANEY BEREZOVSKI***
Prefeito de Pitanga PR	Artes Gráficas Berezovski LTDA

TERMO ADITIVO Nº 6
CONTRATO Nº. 201/2024
Termo Aditivo de prorrogação de Prazo de vigência ao Contrato nº. 201/2024, celebrado entre o **MUNICÍPIO DE PITANGA** e a Empresa **S.R.P. LOPES ME**, na forma a seguir:
Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE PITANGA, e de outro a empresa, S.R.P. LOPES – ME inscrita no CNPJ/MF n.º estabelecida na Rua FLORES DA CUNHA, 381 Pitanga PR, já qualificados, têm ajustado por mútuo consenso, o seguinte Termo Aditivo ao Contrato nº. 201/2024, referente à licitação Pregão nº. 60/2023, para Aquisição De Materiais Gráficos, Em Atendimento As Secretarias Municipais de Gestão Pública E Sec. da Fazenda.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
O prazo de vigência do contrato, anteriormente prorrogado com vencimento em **30/09/2026**, fica prorrogado por mais **2 (dois) meses**, com início em 01/10/2026 e **término em 30/11/2026**, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO
E, por estarem justos e contratados, as partes assinam o presente instrumento **eletronicamente, mediante assinatura digital**, ou, subsidiariamente, em **02 (duas) vias de igual teor e forma**, para que produza todos os efeitos legais.
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente de forma eletrônica digital ou em duas vias de igual teor e forma.

Pitanga, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

SIMONE RODRIGUES PEREIRA LOPES
S.R.P. Lopes – ME

Originalmente Assinado

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:58B85BC2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVOS ATAS PREGÃO 11-2025 CARTUCHOS E TONERS

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e a empresa **DISTRISUPRI DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO LTDA.**, inscrita no CNPJ nº 10.210.196/0001-00, estabelecida na **Rua Major Emidio de Castro, nº 431, Vila Santo Antônio, São José do Rio Preto – SP, CEP 15014-420** doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 301/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 301/2025**, referente ao registro de preços para futuras e eventuais **aquisições de toners, cartuchos e acessórios,** permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 301/2025** pelo período de **03 (três) meses**, passando sua vigência de **03 de setembro de 2026** para **02 de dezembro de 2026**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS
A presente prorrogação refere-se **exclusivamente ao prazo de vigência**, não implicando renovação dos quantitativos originalmente registrados.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 301/2025, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento.
Pitanga/PR, 02 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES	***ANDRE CORREIA DA ROCHA***
Prefeito de Pitanga/PR	Distrisupri Distribuidora E Comércio LTDA

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 302/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Dirceu Moraes**, e a empresa **INTECH INDÚSTRIA E COMERCIO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **59.503.117/0001-30**,**estabelecida na RUA JOSE ZANARDO,422, JARDIM NOVA AMERICA, MANDAGUARI – PR, CEP 86975-000, neste ato representada pelo Sr. MAURINHO LOPE, re**solvem celebrar o presente **termo aditivo à ata de registro de preços nº 302/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 302/2025**, referente ao registro de preços para futuras e eventuais **aquisições de toners, cartuchos e acessórios**, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 302/2025** pelo período de **03 (três) meses,** passando sua vigência de **03 de setembro de 2026** para **02 de dezembro de 2026**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS
A presente prorrogação refere-se **exclusivamente ao prazo de vigência**, não implicando renovação dos quantitativos originalmente registrados.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 302/2025, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento.
Pitanga/PR, 02 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga/PR

MOURINHO LOPES
Intech Indústria E Comercio De Suprimentos De Informática LTDA

TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 303/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 11/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 043/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2025
O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Dirceu Moraes**, e a empresa **ML SUPRIMENTOS PARA INFORMATICA LTDA.**, inscrita no CNPJ nº **28.491.296/0001-00**, estabelecida na **Avenida Pedro Taques, nº 4424, Gleba Ribeirão Morangueiro, Maringá – PR, CEP 87035-376**, neste ato representada pela Sra. **Marcia lazzarino bergamasco guiraldeli**, resolvem celebrar o presente **termo aditivo à ata de registro de preços nº 303/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:
CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 303/2025**, referente ao registro de preços para futuras e eventuais **aquisições de toners, cartuchos e acessórios**, permanecendo inalteradas as demais condições pactuadas.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 303/2025** pelo período de **03 (três) meses,** passando sua vigência de **03 de setembro de 2026** para **02 de dezembro de 2026**.
CLÁUSULA TERCEIRA – DOS QUANTITATIVOS
A presente prorrogação refere-se **exclusivamente ao prazo de vigência**, não implicando renovação dos quantitativos originalmente registrados.
CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 303/2025, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento.
Pitanga/PR, 02 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga/PR

MARCIA LAZZARINO BERGAMASCO GUIRALDELI
ML Suprimentos Para Informatica LTDA.

Originais Devidamente Assinadas

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:4785FE98

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADTIVO ATA 308-2025 JUAN GABRIEL EDLER PACHECO

ERMO ADITIVO Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 308/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2025
Primeiro termo aditivo à ata de registro de preços nº 308/2025, que entre si celebram o MUNICÍPIO DE PITANGA e a empresa JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PITANGA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo Vinte e Oito de Janeiro, nº 171, Centro, CEP 85.200-073, Pitanga, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **MUNICÍPIO**, e, de outro lado, a empresa **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº **34.786.607/0001-60**, estabelecida na Rua Duque de Caxias, nº 597, Centro, Mangueirinha – PR, CEP 85.540-000, neste ato representada pelo Sr. **JUAN GABRIEL EDLER PACHECO**, doravante denominada **DETENTORA**, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº 308/2025, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 308/2025 por mais 01 (um) ano**, bem como a **renovação dos quantitativos registrados**, nos termos previstos na Cláusula Terceira da Ata.
A Ata tem por objeto o registro de preços para futuras e eventuais contratações de **serviços de dedetização e limpeza de caixas d'água**, destinados ao atendimento às Secretarias Municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Fica prorrogada a vigência da **Ata de Registro de Preços nº 308/2025 por mais 01 (um) ano**, passando o período de vigência a compreender: **Período prorrogado: 06/09/2026 a 05/09/2027.**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS E VALORES
Em razão da prorrogação da vigência, ficam **renovados os quantitativos originalmente registrados**, até o limite dos quantitativos constantes da Ata de Registro de Preços nº 308/2025, conforme previsão expressa de sua Cláusula 3.2.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
6.1. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições da **Ata de Registro de Preços nº 308/2025** que não tenham sido expressamente alteradas pelo presente Termo Aditivo.

E, por estarem de acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo.
Pitanga, 05 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito de Pitanga PR

JUAN GABRIEL EDLER PACHECO
Juan Gabriel Edler Pacheco LTDA

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:21302429

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE CONTRATO N.° 181/2026 DA CONCORRÊNCIA N.°14/2026.

EXTRATO DE CONTRATO N.° 181/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **AVISERRA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ N.° 04.886.943/0001 – 14.**

OBJETO: *Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação/extensão da vala existente no Aterro Sanitário Municipal de Pitanga, o aterro está localizado na localidade de Barro Preto, zona rural do Município, compreendendo a ampliação da capacidade operacional da estrutura atualmente em funcionamento mediante a execução dos serviços de limpeza da área, movimentação de terra, escavação, regularização e compactação do subleito, adequação dos acessos internos, implantação do sistema de impermeabilização por geomembrana em PEAD, implantação dos sistemas de drenagem e coleta de chorume, exaustão de gases, drenagem superficial de águas pluviais, bem como os demais serviços, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução da obra, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo licitatório conforme necessidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.*

VALOR: R$379.851,47 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

720 21.006.18.542.1401.2159.4.4.90.51.00.00 511 Obras E Instalações
720 21.006.18.542.1401.2159.4.4.90.51.00.00 9000 Obras E Instalações

VIGÊNCIA: 01 de abril de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 01 de abril de 2026.
MODALIDADE: **Concorrência Eletrônica n°. 14/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:40278D59

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 183/2026 DA CONCORRÊNCIA N.°17/2026.

EXTRATO DE CONTRATO Nº. 183/2026.

PARTES**: MUNICÍPIO DE PITANGA** e empresa, **CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA, inscrita no CNPJ N.°04.465.784/0001-84.**

OBJETO: *Contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia para a construção de calçada e instalação de guarda-corpo na ponte sobre o Rio Ernesto, localizada na Rua Ébano Pereira, no Município de Pitanga, Estado do Paraná, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos técnicos, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.*

VALOR: RR64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

498 13002154511301108144905100000 1000 OBRAS E INSTALAÇÕES

VIGÊNCIA: 01 de outubro de 2027.
DATA DA ASSINATURA: 01 de outubro de 2026.

MODALIDADE: **Concorrência Eletrônica n°. 17/2026.**
FORO: **COMARCA DE PITANGA – PARANÁ.**

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:D764C8A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ORDEM DE SERVIÇO DA CONCORRÊNCIA N.°14/2026.

ORDEM DE SERVIÇO

O MUNICÍPIO DE PITANGA, através do Excelentíssimo Sr. Prefeito, expede a presente **ORDEM DE SERVIÇO**, referente a Concorrência n.° 14/2026 com as seguintes características:
Licitação: Concorrência n.° 14/2026.
Natureza: OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA
O objeto da presente Ordem: **Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação/extensão da vala existente no Aterro Sanitário Municipal de Pitanga, o aterro está localizado na localidade de Barro Preto, zona rural do Município, compreendendo a ampliação da capacidade operacional da estrutura atualmente em funcionamento mediante a execução dos serviços de limpeza da área, movimentação de terra, escavação, regularização e compactação do subleito, adequação dos acessos internos, implantação do sistema de impermeabilização por geomembrana em PEAD, implantação dos sistemas de drenagem e coleta de chorume, exaustão de gases, drenagem superficial de águas pluviais, bem como os demais serviços, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução da obra, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo licitatório conforme necessidade da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.**
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA, ESTADO DO PARANA.
CONTRATADA: AVISERRA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA, inscrita no CNPJ N.° 04.886.943/0001- 14, com sede na Avenida Central, n.°90, RS 129, no Distrito Industrial, CEP 99.200-000, no Município de Guaporé/RS, representada pelo Sr. Rodrigo Colla, inscrito na Cédula de identidade n.°20****** SSP/RS e CPF N.°699*****.
VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$379.851,47 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).
Início: **Em 05 (cinco) dias uteis após a assinatura da Ordem de serviço.**
Prazo de Vigência: 6 **(seis) meses.**
Prazo de Execução: **03 (três) meses.**

Pitanga PR, 02 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES	***RODRIGO COLLA***
Prefeito Município de Pitanga Contratante.	Aviserra Solucoes Ambientais LTDA Contratada

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:DED79FD6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
RATIFICAÇÃO E EXTRATOS INEXIGIBILIADE 39-2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026
Considerando a regular instrução do processo administrativo referente ao **Edital de Credenciamento nº 07/2026**, cujo objeto consiste no credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames laboratoriais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
Considerando os pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Contratação, que concluíram pelo atendimento das exigências editalícias pelas empresas participantes;
O Prefeito de Pitanga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, resolve:
RATIFICAR a Inexigibilidade de Licitação nº **39/2026**, nos seguintes termos:
1 – LABORATÓRIO CLIAMO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
Inscrita no CNPJ nº **30.542.606/0001-10**, com sede na **Rua Caetano Munhoz da Rocha, nº 490, Centro, CEP: 85.200-033, Pitanga – PR**, por atender aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, sanitária e técnica previstos no instrumento convocatório, declarando-a **APTA AO CREDENCIAMENTO**.
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 328.802,50 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
2 – PITANGA LAB LABORATÓRIOS LTDA
Inscrita no CNPJ nº **26.669.888/0001-43**, Situado na Rua Ebano Pereira, 351, Centro Pitanga PR,
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 336.518,89 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
3 – MACEDO & AMBROSINI LABORATÓRIO LTDA
Inscrita no CNPJ nº **05.278.906/0005-10**, Situado na Rua Visconde de Guarapuava, 141 Centro, Pitanga PR
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 328.802,50 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
4 – LABORATÓRIO BONA LTDA
Inscrita no CNPJ nº **00.304.166/0001-00**, com sede na **Rua Generoso Karpinski, nº 1181, Centro, CEP: 85.230-000, Santa Maria do Oeste – PR**,
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 262.132,00 (duzentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e dois reais)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no **Lote 02** do Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Fundamentado no **Artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece:
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação:
I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
Fundamentado, ainda, no **Artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV – objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
A distribuição da demanda entre os prestadores credenciados observará os critérios objetivos estabelecidos no **Edital de Credenciamento nº 07/2026**, especialmente o sistema de **rodízio**, considerando a capacidade operacional, disponibilidade para atendimento, necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e o teto financeiro disponível.

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao presente ato, conforme dispõe a **Lei Federal nº 14.133/2021**, para eficácia dos atos.

Pitanga/PR, 21 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

TERMO DE RATIFICAÇÃO COMPLEMENTAR
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 39/2026
CREDENCIAMENTO Nº 07/2026

Considerando a regular instrução do processo administrativo referente ao **Edital de Credenciamento nº 07/2026**, cujo objeto consiste no credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços de exames laboratoriais no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS;
Considerando os pareceres técnicos emitidos pela Comissão de Contratação, que concluíram pelo atendimento das exigências editalícias pelas empresas participantes;
O Prefeito de Pitanga, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, resolve:
RATIFICAR a Inexigibilidade de Licitação nº **39/2026**, nos seguintes termos:
1 – LABORATÓRIO CLIAMO ANÁLISES CLÍNICAS LTDA
Inscrita no CNPJ nº **30.542.606/0001-10**, com sede na **Rua Caetano Munhoz da Rocha, nº 490, Centro, CEP: 85.200-033, Pitanga – PR**, por atender aos requisitos de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista, sanitária e técnica previstos no instrumento convocatório, declarando-a **APTA AO CREDENCIAMENTO**.
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 328.802,50 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
2 – PITANGA LAB LABORATÓRIOS LTDA
Inscrita no CNPJ nº **26.669.888/0001-43**, Situado na Rua Ebano Pereira, 351, Centro Pitanga PR,
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 336.518,89 (trezentos e trinta e seis mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e nove centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
3 – MACEDO & AMBROSINI LABORATÓRIO LTDA
Inscrita no CNPJ nº **05.278.906/0005-10**, Situado na Rua Visconde de Guarapuava, 141 Centro, Pitanga PR
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 328.802,50 (trezentos e vinte e oito mil, oitocentos e dois reais e cinquenta centavos)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
4 – LABORATÓRIO BONA LTDA
Inscrita no CNPJ nº **00.304.166/0001-00**, com sede na **Rua Generoso Karpinski, nº 1181, Centro, CEP: 85.230-000, Santa Maria do Oeste – PR**,
O **valor máximo dos serviços para os quais a empresa se credenciou** é de **R$ 262.132,00 (duzentos e sessenta e dois mil, cento e trinta e dois reais)**, correspondente aos exames e quantitativos previstos no **Lote 02** do Edital de Credenciamento nº 07/2026, ficando sua execução condicionada à demanda da Secretaria Municipal de Saúde e aos critérios objetivos de distribuição da demanda entre os prestadores credenciados.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
Fundamentado no **Artigo 79, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece:
Art. 79. O credenciamento poderá ser usado nas seguintes hipóteses de contratação
I – paralela e não excludente: caso em que é viável e vantajosa para a Administração a realização de contratações simultâneas em condições padronizadas.
Fundamentado, ainda, no **Artigo 74, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021**, que estabelece:
Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:
IV – objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento.
A distribuição da demanda entre os prestadores credenciados observará os critérios objetivos estabelecidos no **Edital de Credenciamento nº 07/2026**, especialmente o sistema de **rodízio**, considerando a capacidade operacional, disponibilidade para atendimento, necessidade da Secretaria Municipal de Saúde e o teto financeiro disponível.
Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao presente ato, conforme dispõe a **Lei Federal nº 14.133/2021**, para eficácia dos **atos.**

Pitanga/PR, 21 de setembro de 2026.

Originalmente Assinado.

DIRCEU MORAES
Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 174/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – PR.
CONTRATADA: PITANGA LAB LABORATORIO LTDA, CNPJ nº 26.669.888/0001-43.
INEXIGIBILIDADE: nº 39/2026.
CREDENCIAMENTO: nº 07/2026.
OBJETO: Credenciamento de interessados para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, visando à inclusão de novos exames não contemplados no Credenciamento nº 01/2026, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme os itens constantes do pedido da CONTRATADA e do Termo de Referência.
VALOR MÁXIMO: R$ 336.518,89.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 175/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – PR.
CONTRATADA: MACEDO & AMBROSINI LABORATÓRIO LTDA, CNPJ nº 05.278.906/0005-10.
INEXIGIBILIDADE: nº 39/2026.
CREDENCIAMENTO: nº 07/2026.
OBJETO: Credenciamento de interessados para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, visando à inclusão de novos exames não contemplados no Credenciamento nº 01/2026, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, correspondente aos serviços do Lote 01 para os quais a CONTRATADA foi credenciada.
VALOR MÁXIMO: R$ 328.802,50.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 176/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – PR.
CONTRATADA: LABORATORIO BONA LTDA, CNPJ nº 00.304.166/0001-00.
INEXIGIBILIDADE: nº 39/2026.
CREDENCIAMENTO: nº 07/2026.
OBJETO: Credenciamento de interessados para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, visando à inclusão de novos exames não contemplados no Credenciamento nº 01/2026, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, correspondente aos exames do Lote 02 para os quais a CONTRATADA foi credenciada.
VALOR MÁXIMO: R$ 262.118,00.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.
DATA DA ASSINATURA: 29/09/2026.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 177/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – PR.

CONTRATADA: LABORATORIO CLIAMO ANALISES CLINICAS LTDA, CNPJ nº 30.542.606/0001-10.
INEXIGIBILIDADE: nº 39/2026.
CREDENCIAMENTO: nº 07/2026.
OBJETO: Credenciamento de interessados para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, visando à inclusão de novos exames não contemplados no Credenciamento nº 01/2026, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme os exames constantes dos Lotes 01 e 02 para os quais a CONTRATADA foi credenciada.
VALOR MÁXIMO: R$ 610.600,79.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 173/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGA – PR.
CONTRATADA: UNILAB LABORATÓRIO DE ANÁLISES LTDA, inscrita no CNPJ nº **24.243.418/0002-79**.
INEXIGIBILIDADE: nº 39/2026.
CREDENCIAMENTO: nº 07/2026.
OBJETO: Credenciamento de interessados para prestação de serviços de realização de exames laboratoriais, visando à inclusão de novos exames não contemplados no Credenciamento nº 01/2026, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, observando os valores constantes na Tabela SUS e os valores definidos mediante pesquisa de mercado, conforme os respectivos lotes, em atendimento à Secretaria Municipal de Saúde.
VALOR MÁXIMO: R$ **658.839,79** (seiscentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta e nove reais e setenta e nove centavos).
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do contrato.
DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2026.

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:60DAC970

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 897/2026

SÚMULA: Altera dispositivo da Lei Municipal nº 775/2022, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:–**

Art. 1º – Fica alterado o inciso I do Artigo 53 da Lei Municipal nº 775/2022, de 21 de setembro de 2022, que instituiu o Estatuto e Plano de Classificação de Cargo, Carreira e Remuneração da Guarda Municipal Civil do Município de Pitangueiras, que passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 53 – ...
I. No caso de insalubridade, a dez por cento, vinte por cento ou quarenta por cento do vencimento inicial do primeiro nível da tabela do Quadro Geral do Município, não inferior ao salário mínimo nacional vigente, conforme o grau definido em perícia; (NR)**"**

Art. 2º – Permanecem inalterados e em plena vigência os demais dispositivos e anexos da Lei Municipal nº 775/2022 não afetados pela presente Lei.

Art. 3º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 01 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:ACF31338

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 898/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a extinção de cargo e/ou função, altera dispositivo e o Anexo II da Lei Municipal nº 400/2009, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:–**

Art. 1º – O Art. 13 da Lei Municipal n° 400/2009, de 01 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Estrutura da Administração do Poder Executivo do Município de Pitangueiras passa a vigorar acrescido do Parágrafo Único com a seguinte redação:

"*Art. 13 – ...*

...

Parágrafo Único: *As atribuições dos serviços vinculados ao Gabinete e do órgão de assessoramento constante do Inciso II, alínea "b" deverão ser exercidas por servidores efetivos nos termos do Art. 6° da Lei Municipal n° 896/2026, de 09 de setembro de 2026.***"**

Art. 2º – Fica extinto da estrutura administrativa do quadro de pessoal em comissão do Município de Pitangueiras, o cargo/função de Defensoria Pública.

Art. 3º – Ficam excluídos do Anexo II da Lei Municipal n° 400/2009, os cargos e/ou funções de Junta do Serviço Militar, Serviço de Identificação, Serviço de Atendimento de Assuntos de Trânsito e Controladoria e Ouvidoria Pública.

Art. 4º – Para atendimento ao disposto nos artigos 2° e 3° da presente Lei fica alterado o Anexo II da Lei Municipal nº 400/2009, e alterações posteriores, que passa a vigorar em conformidade com as disposições constantes do Anexo I a presente Lei.

Art. 5º – Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 01 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

ANEXO I À LEI Nº 898/2026

ANEXO II DA LEI Nº 400/2009

CARGO	SÍMBOLO	QTDE. DE CARGOS
PROCURADOR JURÍDICO	CC-1	1
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS	CC-1	1
SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	CC-1	1
SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO	CC-1	1
SECRETÁRIO DE CULTURA E TURISMO	CC-1	1
SECRETÁRIO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CC-1	1
SECRETÁRIO DE ESPORTE E LAZER	CC-1	1
SECRETÁRIO DE SAÚDE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CC-1	1
SECRETÁRIO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	CC-1	1
SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E URBANISMO	CC-1	1
SECRETÁRIO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	CC-1	1
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	CC-1	1
CHEFE DE GABINETE	CC-2	1
ASSESSOR DE SECRETARIA	CC-2	12
DIRETOR DA GUARDA MUNICIPAL	CC-2	1
ASSESSOR TÉCNICO DA PROCURADORIA JURÍDICA	CC-3	1
ASSESSORIA DE IMPRENSA	CC-3	1
CHEFE DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS	CC-5	12
CHEFE DE SERVIÇOS OPERACIONAIS	CC-6	12

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:2454C027

GABINETE DO PREFEITO
LEI N° 899/2026

SÚMULA: Autoriza os Poderes Legislativo e Executivo Municipal, autarquias e demais órgãos e entidades da administração indireta a firmarem convênio com a CRESOL, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PITANGUEIRAS, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte **LEI:–**

Art. 1º – Ficam os Poderes Legislativo e Executivo Municipal, autarquias e demais órgãos e entidades da administração indireta, autorizados a firmarem convênio com a **COOPERATIVA DE CRÉDITO RURAL COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA PIONEIRA – CRESOL PIONEIRA**, inscrita no CNPJ sob nº 00.971.300/0001 18, com o objetivo de concessão de empréstimos sob a forma de consignação em folha de pagamento, com a autorização de seus respectivos servidores.

Art. 2º – É vedado aos Poderes Executivo e Legislativo, autarquias e aos órgãos e entidades da administração indireta atuarem como avalistas e garantidores de pagamento de empréstimos em caso de inadimplemento do servidor beneficiário.

Art. 3º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS, aos 01 de outubro de 2026.

SAMUEL TEIXEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Sergio Gonçalves
Código Identificador:5ABDB434

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços N° 40/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: MG2 COMERCIAL LTDA
CNPJ: 39897619000186
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de brinquedos e utensílios para atender às necessidades da Secretaria de Educação.
VALOR: R$ 17.567,00 (dezessete mil, quinhentos e sessenta e sete reais).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Educação DESP Nº 94 -3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇ ... 00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais ...
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Nilson Naiz
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:57D1EF5A

MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 89/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 75/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Licitação, Lei n° 14.133/21
MODALIDADE: Pregão Eletrônico Para Registro de Preços N° 40/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PITANGUEIRAS
CNPJ/MF: 95.543.427/0001-42
CONTRATADA: TANGO LTDA
CNPJ: 05304697000108
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de brinquedos e utensílios para atender às necessidades da Secretaria de Educação.
VALOR: R$ 3.625,00 (três mil, seiscentos e vinte e cinco reais).
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO Manutenção das Atividades da Educação DESP Nº 94 -3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇ ... 00103.00103.01.01.00.00.1.500.1001 5% Sobre Transferências Constitucionais ...
VIGÊNCIA: 12 meses
SIGNATÁRIOS: Samuel Teixeira e Elido Bernardino Guzman
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026

Publicado por:
Heloise Resqueti Almeida
Código Identificador:FC2E8BBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO

ADMINISTRATIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 45/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 45/2026

LUIZ CARLOS BONI, Prefeito Municipal de Planalto, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA, de acordo com a ordem de classificação, os candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado – **PSS EDITAL Nº 004/2026,** para, no prazo de 15 dias a contar da data de publicação deste edital, comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Planalto, munido de seus documentos conforme exigidos no edital supra citado, a fim de tomar posse de seu cargo.

Nome	Cargo	Classificação
JOSÉ CARLOS BONFIM RIBAS	MOTORISTA	1º
CLAIRTON REINOLDO LOTTERMANN	MOTORISTA	2º
RUDINEI PEREIRA DA ROSA	MOTORISTA	3º
ALEX SANDRO WOLF	MOTORISTA	4º

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PLANALTO, aos dois dias do mês de Outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

LUIZ CARLOS BONI
Prefeito Municipal

RAQUEL FERNANDES MARTINS
Diretora Departamento Pessoal

Publicado por:
Diego Vinicius Ruckhaber
Código Identificador:2898CCC9

CÂMARA MUNICIPAL DE PLANALTO
AUTORIZA PAGAMENTO DE DIÁRIAS

PORTARIA Nº 45, DE 02 DE SETEMBRO DE 2026.

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Planalto, Estado do Paraná, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Lei Municipal nº 2.633 de 2022, Decreto nº 26 de 2026, e Lei Municipal nº 2.250/2017, Regimento Interno da Câmara Municipal de Planalto PR, e demais legislação aplicável.

CONSIDERANDO:

Que as despesas de alimentação e pousada dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal de Planalto-PR, quando em viagem a serviço e/ou interesse do Poder Legislativo, serão indenizados através do pagamento de diárias;
Que as diárias serão pagas em sua integralidade quando o afastamento for superior a 12 (doze) horas e incluir pernoite;
Que as diárias serão pagas na proporção de 50% quando o afastamento for superior a 6 (seis) horas e não incluir pernoite;

Que o Servidor Marcelo Ribeiro Zimmer requerer seja autorizado o pagamento de diárias, para comparecimento em Evento; **2° ENCONTRO INTERESTADUAL DOS LEGISLATIVOS MUNICIPAIS**, que acontecerá na capital do Estado Paraná, Curitiba, promovido pela Empresa **UVEPAR** - Uniao de Câmaras, Vereadores e Gestores Públicos do Paraná, entre os dias 06 a 09 de setembro de 2026;
Que o Servidor requerente, em cumprimento ao art. 8º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, que a saída para viagem ocorrera no dia 05/10/2026, seu retorno se dará no dia 10/10/2026;
Que o Servidor requerente, em cumprimento ao art. 7º, da Lei Municipal nº 2.250/2017, informou não dispor de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída no evento em que está inscrito;
Que as diárias integrais dos Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 552,87 (quinhentos e cinquenta e dois reais e oitenta e sete centavos);
Que as diárias parciais de 50% para os Vereadores e Servidores da Câmara Municipal, em deslocamento a Capital do Estado, são fixadas no valor de R$ 276,43 (duzentos e setenta e seis reais e quarenta e três centavos);

RESOLVE:
Art. 1º Fica autorizado o pagamento de quatro diária em seu valor integral, e uma diária na proporção de 50% (cinquenta por cento), ao Servidor Marcelo Ribeiro Zimmer;
Art. 2º O pagamento das diárias autorizadas nesta Portaria perfaz o valor total de R$ 2.487,91 (dois mil quatrocentos e oitenta e sete reais e noventa e um centavos).
Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Planalto, Palácio Caito Quintana aos dois dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis.

ABRAHÃO MARQUES
Presidente CMVP

Art. 1º, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, *caput*, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, I, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, I, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Art. 2º, II, da Lei Municipal nº 2.633/2022 – Art. 1º, §2º, II, da Lei Municipal nº 2.250/2017;

Publicado por:
Marcelo Ribeiro Zimmer
Código Identificador:B7667F88

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.707 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n.º 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências.*

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeado (a) em seu respectivo cargo de provimento em comissão **CS-CHEFE DE SETOR DE MANUTENÇÃO DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a **Sr (a)PEDRO LEVANDOWSKI,** brasileiro(a), portador (a) do **RG n.º 2.221.661-9 - PR e CPF n.º 248.708.899-00.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da nomeação do (a) referido (a) servidor (a) a partir desta data**.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 01 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F78E3BBB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 13.708 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

Súmula: "NOMEIA SERVIDOR EM CARGO COMISSIONADO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, *considerando as* ***Leis Municipais n.º 2.634/2024 e 2.635/2024*** *e dá outras providências.*

D E C R E T A:

Artigo 1º – Fica nomeado (a) em seu respectivo cargo de provimento em comissão **DD- DIRETOR DE DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO E PLANEJAMENTO TURÍSTICO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, a **Sr (a) MARIA CAROLINA GONÇALVES ,** brasileiro(a), portador (a) do **RG n.º 10.127.804-2 - PR e CPF n.º 088.906.279-05.**

Artigo 2º - Este Decreto entra em vigor na data da nomeação do (a) referido (a) servidor (a) a partir desta data**.**

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 01 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:F4C1F64C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

O Município de Pontal do Paraná (CNPJ: 01.609.843/0001-52), neste Município e Comarca de Pontal do Paraná – PR, de acordo com o **processo administrativo digital no 27.769/2025**, através de sua Secretária Municipal de Direitos Humanos e Defesa da Cidadania, em cumprimento ao disposto no Art. 20 da Lei Federal no 13.465/2017 e no Art. 13 do Decreto Federal n° 9.310/2018, **NOTIFICA** os abaixo citados, titulares de domínio e/ou confrontantes, assim como eventuais terceiros interessados, de que o Poder Público Municipal está realizando a **DEMARCAÇÃO URBANÍSTICA,** para fins de **REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE INTERESSE ESPECÍFICO – REURB-E**, **LOTEAMENTO CORAÇÃO DE PONTAL, PONTAL DO PARANÁ – PR** , com as seguintes características e confrontações: Inicia-se no marco denominado

Imóvel descrito na matrícula 22.168 do S.R.I de Pontal PR Inicia-se se no marco denominado 'ponto 0=PP' (E= 752715.465m e N= 7155905.377m), localizado no limite da faixa de domínio da Rodovia PR-407, na divisa com a AREA "B" – matrícula 6395 SRI PONTAL DO PARANÁ; daí segue confrontando com FAIXA DOMÍNIO PR 407, com o azimute de 128°09'14" e a distância de 15.00m até o 'ponto 1' (E=752727.260 m e N=7155896.110m); daí segue com o azimute de 128°09'14" e a distância de 12.30 m até o 'ponto 2' (E=752736.932m e N=7155888.512m); daí segue com o azimute de 128°09'14" e a distância de 31.70m até o 'ponto 3' (E=752761.860m e

N=7155868.928m); daí segue confrontando com LOTE 2-A-1 - MAT. 22.427 SRI PONTAL DO PARANÁ com o azimute de 29°56'35" e a distância de 48.29 m até o 'ponto 4' (E=752785.966m e N=7155910.777m); daí segue confrontando com LOTE 2-D - MAT. 22.614 SRI PONTAL DO PARANÁ com o azimute de 29°56'35" e a distância de 35.80 m até o 'ponto 5' (E=752803.835 m e N=7155941.798 m); daí segue com o azimute de 116°53'22" e a distância de 276.98 m até o 'ponto 6' (E=753050.868 m e N=7155816.529m); daí segue com o azimute de 208°59'27" e a distância de 45.91m até o 'ponto 7' (E=753028.618m e N=7155776.372m); daí segue confrontando com LOTE 2-C - MAT. 8.480 SRI PONTAL DO PARANÁ com o azimute de 128°37'54" e a distância de 121.29m até o 'ponto 8' (E=753123.363m e N=7155700.652m); daí segue confrontando com RUA DOM ALFREDO ERNEST NOVAK com o azimute de 29°01'50" e a distância de 71.03m até o 'ponto 9' (E=753157.834m e N=7155762.759m); daí segue confrontando com SERVIDÃO COPEL com o azimute de 28°46'06" e a distância de 29.94 m até o 'ponto 10' (E=753172.243m e N=7155789.004m); daí segue confrontando com RUA DOM ALFREDO ERNEST NOVAK com o azimute de 29°04'06" e a distância de 224.80 m até o 'ponto 11' (E=753281.462 m e N=7155985.487m); daí segue confrontando com RUA NELSON MEDRADO com o azimute de 298°38'53" e a distância de 83.51 m até o 'ponto 12' (E=753208.173m e N=7156025.525m); daí segue confrontando com LOTE MAT. 13.335 SRI PONTAL DO PARANÁ com o azimute de 210°04'00" e a distância de 30,00 m até o 'ponto 13' (E=753193.206m e N=7155999.671m); daí segue com o azimute de 296°56'28" e a distância de 1080m até o 'ponto 14' (E=753183.845m e N=7156004.429m); daí segue com o azimute de 29°27'30" e a distância de 30,00m até o 'ponto 15' (E=753198.769 m e N=7156030.851 m); daí segue confrontando com RUA NELSON MEDRADO com o azimute de 28°42'35" e a distância de 15.98m até o 'ponto 16' (E=753206.446m e N=7156044.867m); daí segue confrontando com o LOTE 19 – MATRÍCULA 3585 SRI de Pontal PR, com o azimute de 300°18'49" e a distância de 64,06m até o 'ponto 17' (E=753151.144m e N=7156077.200m); daí segue com o azimute de 30°42'16" e a distância de 35,23m, confrontando com o LOTE 19 – MATRÍCULA 3585 SRI de Pontal PR e com LOTE 20 – MATRÍCULA 30803 SRI de Matinhos, até o 'ponto 18' (E=753169.133m e N=7156107.492m); daí segue com o azimute de 297°41'02" e a distância de 24,84m até o 'ponto 19' (E=753147.138m e N=7156119.031m); daí segue com o azimute de 297°43'31" e a distância de 11,71m até o 'ponto 20' (E=753136.775m e N=7156124.478m); daí segue com o azimute de 297°26'03" e a distância de 29.98 m até o 'ponto 21' (E=753110.170m e N=7156138.289m); daí segue com o azimute de 297°57'41" e a distância de 29.82 m até o 'ponto 22' (E=753083.827 m e N=7156152.273 m); daí segue com o azimute de 297°41'49" e a distância de 8.82 m até o 'ponto 23' (E=753076.014 m e N=7156156.374 m); daí segue com o azimute de 297°50'20" e a distância de 29.82 m até o 'ponto 24' (E=753049.642m e N=7156170.302m); daí segue com o azimute de 297°33'26" e a distância de 30.26 m até o 'ponto 25' (E=753022.818 m e N=7156184.299 m); daí segue com o azimute de 297°41'49" e a distância de 13.54 m até o 'ponto 26' (E=753010.827m e N=7156190.594m); daí segue com o azimute de 297°42'50" e a distância de 30.22 m até o 'ponto 27' (E=752984.078m e N=7156204.646m); daí segue com o azimute de 297°40'48" e a distância de 29.78m até o 'ponto 28' (E=752957.705m e N=7156218.480m); daí segue com o azimute de 297°43'48" e a distância de 13.64m até o 'ponto 29' (E=752945.627m e N=7156224.829m); daí segue com o azimute de 297°59'09" e a distância de 29.00 m até o 'ponto 30' (E=752920.022 m e N=7156238.436m); daí segue com o azimute de 296°13'34" e a distância de 6.00m até o 'ponto 31' (E=752914.639m e N=7156241.088m); daí segue confrontando com MAT N° 6.395 - SRI PONTAL DO PARANÁ com o azimute de 210°40'49" e a distância de 286.11 m até o 'ponto 32' (E=752768.651m e N=7155995.023m); daí segue confrontando com SERVIDÃO COPEL com o azimute de 210°40'49" e a distância de 31.58 m até o 'ponto 33' (E=752752.536m e N=7155967.860m); daí segue confrontando com a área de matrícula n° 6.395 - SRI PONTAL DO PARANÁ, com o azimute de 210°40'49" e a distância de 72.65 m até o ponto 0=PP, início desta descrição, fechando assim o perímetro do polígono acima descrito com uma área superficial de 144.811,15 m².

1-MILTON PASCOAL PICHININ
2- JANE ROCHA PICHININ
3- JOSÉ CARLOS ANTONIETE
4-VALQUIRIA REGINA ANTONIETE
5-JOÃO CARLOS DE AZEVEDO MONTEIRO JUNIOR
6-JOÃO LEOCADIO LUCAS
7-CARMEN FERREIRA ADÃO LUCAS
8-MUNICIPIO DE PONTAL DO PARANÁ
9- R.S.P.L ADMINISTRADORA DE BENS LTDA
10- SINDICATO DOS EMPREGADOS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO DE CURITIBA
11-SUSAN HELEN GROSSEL
12-ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÃO L´ART LTDA.
13-WILSON JOSE PEDRON
14- ANA GOGOLA PEDRON
15-CELSO GARCIA CID NETO
16-ROBERTA REZENDE GUERRA AGUIAR GARCIA
17-CRISTIANE GARCIA CID
18-CARLA GARCIA CID
19-CAROLINA GARCIA CID
20-JOAO GARCIA CID
21- ARIANE GONGORA GARCIA CID
22-LUCAS GARCIA CID
23-IZABEL CAROLINA FERRONATO GARCIA CID
.

Pontal do Paraná, 17 de Agostp de 2026

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

GUILHERME EMANUEL FERNANDES DA CONCEIÇÃO
Secretário Municipal de Habitação e Assuntos Fundiário

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:996797F1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 665 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO , com fundamento no art. 30, IV, do Estatuto dos Servidores do Município de Pontal do Paraná e conforme contido no **TERMO DE EXONERAÇÃO** e **Protocolo nº 24.812/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Rescisão contratual, ***por vacância*** , do empregado (a) - **THIAGO LUIZ ALVES DO NASCIMENTO** – **MATRÍCULA: 323.357 ,** ocupante do cargo público de **Educador Infantil** , lotado(a) na **Secretária Municipal de Educação** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná**.**

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data da rescisão do referido(a) servidor(a) a partir desta data .

Artigo 3º - Publique-se .

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 01 de outubro de 2.026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E0D89ADA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 666 DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ – RUDISNEY GIMENES FILHO, no uso de suas atribuições legais e o contido no **Protocolo n.º 24.069/2026.**

RESOLVE:

Artigo 1º – Rescisão referente à ***aposentadoria por idade*** da servidora **ROSWITA JAHNKE - matrícula 323.347** , ocupante do cargo público de **Cuidador Social** , lotada na **Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Agricultura E Pesca** da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 01 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:6882384A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 667 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 15.612/2024 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) PATRICIA DO NASCIMENTO- matrícula 160551 , ocupante do cargo de Professora , lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 13/02/2018 a 12/02/2023, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:58DFC0EC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 668 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ - ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o contido no Edital do **Concurso Público n° 001/2024 - Edital de Convocação n° 129 e 132/2026** e conforme solicitado no **Protocolo nº 22.9332026.**

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o(a) candidato (a) aprovado (a) pelo **Concurso Público n°. 001/2024** para o cargo abaixo relacionado, na respectiva função que atendeu todos os requisitos para investidura no cargo, na ordem de classificação e na forma da legislação aplicável:

CARGO: : FARMACÊUTICO – PESSOA COM DEFICIÊNCIA – PCD
NOME: FERNANDA ARAÚJO ALVES SANTOS
CLASSIFICAÇÃO: 01º ADMISSÃO:02/10/2026
EDITAL DE CONVOCAÇÃO: 129 e 132/2026

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de nomeação do(a) servidor (a)**.**

Artigo 3º – Divulgue-se e publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:E40015C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 669 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 14.378/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a)CARLOS ROBERTO DA SILVA - matrícula 163811, ocupante do cargo de Educador Infantil , lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 13/09/2019 a 12/09/2024, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação* , *revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:B8E6436A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 670 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 21.884/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a)JOÃO CLÁUDIO SWENAR- matrícula 323291,ocupante do cargo de Operador de máquinas e equipamentos, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 19/01/2021 a 18/01/2026, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação* , *revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:44FAC305

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 671 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 22.157/2026 .**

RESOLVE:
Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a)SEBASTIANA APARECIDA GUGELMIN OGRODOWSKI- matrícula 71531, ocupante do cargo de Educador Infantil , lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 02/08/2019 a 01/08/2024, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:8D07ADD8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 672 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 23.475/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) Adruir João Gonçalves de Araújo - matrícula 69711, ocupante do cargo de Agente operacional, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 16/11/2020 a 15/11/2025 , LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:01F0075C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 673 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PONTAL DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, o contido na **Lei Municipal n°. 1435/2014** e de acordo com o contido no **Protocolo nº 8.189/2026 .**

RESOLVE:

Artigo 1º – Conceder ao (a) servidor(a) JUSSARA DIAS DE CAMPOS- matrícula 76681, ocupante do cargo de Professora , lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação do Quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, período aquisitivo 05/08/2019 a 04/08/2024, LICENÇA ESPECIAL CONVERTIDA EM PECÚNIA INDENIZATÓRIA DE 30 (trinta) dias, concedida na folha de pagamento de SETEMBRO/2026.

Artigo 2º – Esta Portaria entra em vigor na data *de sua publicação , revogadas as disposições contrárias* .

Artigo 3º – Publique-se.

Palácio Prefeito Rudisney Gimenes, 02 de outubro de 2026.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Danielli Mendes do Nascimento Alves
Código Identificador:816A3E07

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - PNAB

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE TERMOS DE EXECUÇÃO CULTURAL
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 002/2026 - PNAB

O MUNICÍPIO DE PORECATU, por meio da Secretaria de Cultura e Turismo, torna público o extrato dos Termos de Execução Cultural (TEX) celebrados no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB), referentes ao Edital de Chamamento Público Nº 002/2026, conforme especificação abaixo:
Link para consulta: https://porecatu.pr.gov.br/edital-pnab/edital-de-chamamento-publico-no-002-2026/

Nº TEX	Ganhador / Proponente	Categoria	Valor (R$)
TEX Nº 001	**CÉLIA CARDOSO DE OLIVEIRA** - PROJETO: CAPOEIRA	Categoria 01	10.000,00
TEX Nº 002	**SINARA ANDREA MARTINS FREIRES** - PROJETO: DANÇA PARA TODOS	Categoria 02	10.000,00
TEX Nº 003	**JOSMARI RODRIGUES TAVARES** - PROJETO: EXPRESSO CULTURAL PORECATU	Categoria 04	40.000,00
TEX Nº 004	**MARCIO CRISTIANO GERÔNIMO** - PROJETO: PORECATU EM FOCO	Categoria 03	10.000,00
TEX Nº 005	**MARIA LUCIA ALONSO GUEDES** - PROJETO: CASA DO ARTESÃO DE PORECATU	Categoria 05	13.000,00
TEX Nº 006	**BENEDITO MAURICIO AGOSTINHO** - PROJETO: MEMÓRIA E MOVIMENTO	Categoria 03	10.000,00
VALOR TOTAL:			**R$ 93.000,00**

Porecatu, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAÚJO PADUAN
Prefeito Municipal

ANA MARIA CAMARGO COSTA VANZELLA
Secretaria de Cultura e Turismo

Publicado por:
Salete Suzana Cavalcanti e Silva Refosco
Código Identificador:0B7C3B37

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°80/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 80/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA

Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA ANTÔNIO BATISTA DA SILVA

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ANTÔNIO BATISTA DA SILVA**, pessoa jurídica de direito privado (MEI), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.596.221/0001-99, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 80/2025**, decorrente do Processo Administrativo nº 61/2025 (Chamada Pública nº 03/2025 / Inexigibilidade nº 07/2025), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto: a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 80/2025 por mais 12 (doze) meses, fixando-se o novo período de vigência de **08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2027**. b) A **renovação integral do saldo quantitativo inicial** estimado do objeto contratado, referente aos serviços de lavagem de veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAL
2.1. **Amparo Legal:** A alteração contratual fundamenta-se nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), combinados com o item 5.1 da Cláusula Quinta do instrumento convocatório da Chamada Pública nº 03/2025.
2.2. **Aprovação e Conveniência:** A prorrogação atende ao interesse público na continuidade dos serviços essenciais de manutenção da frota municipal, respaldada pelas autorizações das Secretarias solicitantes e pareceres do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS VALORES E ESTIMATIVA FINANCEIRA
3.1. Mantêm-se inalterados os preços unitários originalmente registrados no Contrato nº 80/2025.
3.2. Com a renovação integral do saldo estimado para o novo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado do contrato para a nova vigência é de **R$ 75.429,58** (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias próprias vigentes no orçamento municipal, devidamente atestadas pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários exarada pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA — EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Permanece inalterada, válida e ratificada a integralidade das demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 80/2025 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Porecatu - PR, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal / Contratante

ANTÔNIO BATISTA DA SILVA
Contratada

TESTEMUNHAS:

• _____ CPF:

• _____ CPF:

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:207EB1AF

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°81/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 81/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA CLAUDIO PAULO DOS SANTOS

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **CLÁUDIO PAULO DOS SANTOS**, pessoa jurídica de direito privado (MEI), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 40.564.297/0001-32, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 81/2025**, decorrente do Processo Administrativo nº 61/2025 (Chamada Pública nº 03/2025 / Inexigibilidade nº 07/2025), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 81/2025 por mais 12 (doze) meses, fixando-se o novo período de vigência de **08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2027**.
b) A **renovação integral do saldo quantitativo inicial** estimado do objeto contratado, referente aos serviços de lavagem de veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAL
2.1. **Amparo Legal:** A alteração contratual fundamenta-se nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), combinados com o item 5.1 da Cláusula Quinta do instrumento convocatório da Chamada Pública nº 03/2025.
2.2. **Aprovação e Conveniência:** A prorrogação atende ao interesse público na continuidade dos serviços essenciais de manutenção da frota municipal, respaldada pelas autorizações das Secretarias solicitantes e pareceres do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS VALORES E ESTIMATIVA FINANCEIRA
3.1. Mantêm-se inalterados os preços unitários originalmente registrados no Contrato nº 81/2025.
3.2. Com a renovação integral do saldo estimado para o novo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado do contrato para a nova vigência é de **R$ 46.976,78** (quarenta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias próprias vigentes no orçamento municipal, devidamente atestadas pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários exarada pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA — EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Permanece inalterada, válida e ratificada a integralidade das demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 81/2025 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Porecatu - PR, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal / Contratante

CLÁUDIO PAULO DOS SANTOS
Contratada

TESTEMUNHAS:

• _____CPF:

• _____ CPF:

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:C4A1D0CA

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°82/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 82/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA MARCELO FRANCISCO ALVES

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **MARCELO FRANCISCO ALVES**, pessoa jurídica de direito privado (MEI), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.949.850/0001-71, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 82/2025**, decorrente do Processo Administrativo nº 61/2025 (Chamada Pública nº 03/2025 / Inexigibilidade nº 07/2025), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 82/2025 por mais 12 (doze) meses, fixando-se o novo período de vigência de **08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2027**.
b) A **renovação integral do saldo quantitativo inicial** estimado do objeto contratado, referente aos serviços de lavagem de veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAL
2.1. **Amparo Legal:** A alteração contratual fundamenta-se nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), combinados com o item 5.1 da Cláusula Quinta do instrumento convocatório da Chamada Pública nº 03/2025.
2.2. **Aprovação e Conveniência:** A prorrogação atende ao interesse público na continuidade dos serviços essenciais de manutenção da frota municipal, respaldada pelas autorizações das Secretarias solicitantes e pareceres do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS VALORES E ESTIMATIVA FINANCEIRA
3.1. Mantêm-se inalterados os preços unitários originalmente registrados no Contrato nº 82/2025.
3.2. Com a renovação integral do saldo estimado para o novo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado do contrato para a nova vigência é de **R$ 75.429,58** (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias próprias vigentes no orçamento municipal, devidamente atestadas pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários exarada pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA — EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Permanece inalterada, válida e ratificada a integralidade das demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 82/2025 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Porecatu - PR, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal / Contratante

MARCELO FRANCISCO ALVES
Contratada

TESTEMUNHAS:

• _____ CPF:

2._____CPF

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:DFDE7AAB

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°83/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 83/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA R DA S SANTOS

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **R DA S SANTOS**, pessoa jurídica de direito privado (MEI), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.965.446/0001-45, neste ato representada por seu representante legal, Sr. **RAFAEL DA SILVA SANTOS**, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 83/2025**, decorrente do Processo Administrativo nº 61/2025 (Chamada Pública nº 03/2025 / Inexigibilidade nº 07/2025), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto: a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 83/2025 por mais 12 (doze) meses, fixando-se o novo período de vigência de **08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2027**. b) A **renovação integral do saldo quantitativo inicial** estimado do objeto contratado, referente aos serviços de lavagem de veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAL
2.1. **Amparo Legal:** A alteração contratual fundamenta-se nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), combinados com o item 5.1 da Cláusula Quinta do instrumento convocatório da Chamada Pública nº 03/2025.
2.2. **Aprovação e Conveniência:** A prorrogação atende ao interesse público na continuidade dos serviços essenciais de manutenção da frota municipal, respaldada pelas autorizações das Secretarias solicitantes e pareceres do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS VALORES E ESTIMATIVA FINANCEIRA
3.1. Mantêm-se inalterados os preços unitários originalmente registrados no Contrato nº 83/2025.

3.2. Com a renovação integral do saldo estimado para o novo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado do contrato para a nova vigência é de **R$ 75.429,58** (setenta e cinco mil, quatrocentos e vinte e nove reais e cinquenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias próprias vigentes no orçamento municipal, devidamente atestadas pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários exarada pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA — EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Permanece inalterada, válida e ratificada a integralidade das demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 83/2025 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.
Porecatu - PR, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal / Contratante

R DA S Santos
Rep. Legal:
RAFAEL DA SILVA SANTOS
/ Contratada

TESTEMUNHAS:

• _____ CPF:

• _____ CPF:

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:D1B7D3E4

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°84/2025

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 84/2025 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA ALEXANDRE DE SOUZA

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **ALEXANDRO DE SOUZA**, pessoa jurídica de direito privado (MEI), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.425.702/0001-80, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 84/2025**, decorrente do Processo Administrativo nº 61/2025 (Chamada Pública nº 03/2025 / Inexigibilidade nº 07/2025), mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto:
a) A **prorrogação do prazo de vigência** do Contrato Administrativo nº 84/2025 por mais 12 (doze) meses, fixando-se o novo período de vigência de **08 de setembro de 2026 a 07 de setembro de 2027**.
b) A **renovação integral do saldo quantitativo inicial** estimado do objeto contratado, referente aos serviços de lavagem de veículos municipais.

CLÁUSULA SEGUNDA — DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAL
2.1. **Amparo Legal:** A alteração contratual fundamenta-se nos arts. 105, 106 e 107 da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), combinados com o item 5.1 da Cláusula Quinta do instrumento convocatório da Chamada Pública nº 03/2025.
2.2. **Aprovação e Conveniência:** A prorrogação atende ao interesse público na continuidade dos serviços essenciais de manutenção da frota municipal, respaldada pelas autorizações das Secretarias solicitantes e pareceres do processo.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS VALORES E ESTIMATIVA FINANCEIRA
3.1. Mantêm-se inalterados os preços unitários originalmente registrados no Contrato nº 84/2025.
3.2. Com a renovação integral do saldo estimado para o novo período de 12 (doze) meses, o valor total estimado do contrato para a nova vigência é de **R$ 46.976,78** (quarenta e seis mil, novecentos e setenta e seis reais e setenta e oito centavos).

CLÁUSULA QUARTA — DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes da execução deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações orçamentárias próprias vigentes no orçamento municipal, devidamente atestadas pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários exarada pelo Setor de Contabilidade.

CLÁUSULA QUINTA — EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Permanece inalterada, válida e ratificada a integralidade das demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 84/2025 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.

Porecatu - PR, 02 de outubro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN
Prefeito Municipal / Contratante

ALEXANDRO DE SOUZA
Contratada

TESTEMUNHAS:

• _____ CPF:

• _____ CPF:

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:3CB67498

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
RESOLUÇÃO Nº 07/2026

Resolução nº 07/2026

Súmula: Delibera sobre a composição da secretaria executiva do CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, no uso das atribuições que lhes confere as Leis Municipais de nº 532/992 e 817/2007, e,
CONSIDERANDO a deliberação da Plenária realizada em 11/09/2026,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Federal nº 8.069/90,

RESOLVE:
Art.1º - Aprovar a composição da Diretoria Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, conforme segue:

- Presidente: **Gislaine Carvalho Quadros Souza;**
- Vice-presidente: **Luciéli Cristina de Mello;**
- Secretária executiva: **Sabrina Bronoski das Neves**

Art.2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Amazonas, 30 de setembro de 2026.

GISLAINE CARVALHO QUADROS SOUZA
Presidente do Conselho Municipal Dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA (2026-2028)

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:D29D4448

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 063/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº063/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **AERUS TOPOGRAFIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA**, CNPJ n° 32.934.475/0001-41, estabelecida à rua Ottokar Doerffel, n°776, Bairro Atiradores, Joinville/SC, CEP 89.203-212, representada por **JAMES ALEXANDRE DE ANDRADE**, inscrito no CPF XXX.775.369-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX81.1XX SSP/SC, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada em estudos geotécnicos, para execução de serviços de reconhecimento de solos por meio de sondagem a percussão (SPT – Standart Penetration Test) e testes de permeabilidade do solo, e contratação de empresa para prestação de serviços de topografia, atendendo as necessidades dos Departamentos Municipais pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações do Termo de Referência.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
1	Levantamento planialtimétrico cadastral para projetos de estradas rurais com levantamento de bordas existentes, eixo e laterais com geração de perfis longitudinais e transversais a cada 20m, elementos de drenagem, cercas, e outros que eventualmente seja necessário. O levantamento deve abranger a largura mínima de 20 metros cada lado, considerando eixo da pista como centro. Com georreferenciamento.	METRO	20.000	R$ 0,67	**R$ 13.400,00**

Obs: Os serviços prestados deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026.

2 Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações e demais discriminações constantes de sua proposta, responsabilizando-se por todas as despesas referentes a deslocamento de pessoal e equipamentos.

3 Toda e qualquer modificação deve partir única e exclusivamente da equipe de FISCALIZAÇÃO designada e só deve ser executada após a devida formalização.

4 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar as sinalizações de alerta e orientação, bem como a interdição de acesso de pessoas estranhas e não autorizadas durante a realização de ensaios e levantamentos em campo, além de todas as instalações provisórias necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços e em perfeito atendimento às Normas Regulamentadoras vigentes e aplicáveis.

5 Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA ficará responsável por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado – seja por acidente de trabalho dos empregados da CONTRATADA, ou por danos a terceiros resultante da ação, omissão ou negligência desta.

6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal no Departamento de Administração Financeira, mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, e conforme conferido e aprovado pelos respectivos diretores e fiscais de contrato dos departamentos requisitantes.
7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail engenharia@portoamazonas.pr.gov.br, contendo, como o número e ano da licitação, número do contrato, dentre outras informações que venham estar na requisição de compra/nota de empenho enviada à Contratada.
8 A nota fiscal deverá ser emitida somete após a emissão da nota de empenho, o qual será emitido somente após o aceite final dos serviços prestados.
9 Qualquer erro no documento fiscal competente ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o município.
10 O gestor da Ata de Registro de Preços será Rubens Seguro de Paula e a fiscal será a servidora Priscila Aparecida Mazeica Cardoso, Portaria nº 051/2026.

11 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$13.400,00 (treze mil e quatrocentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 05/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 04/10/2027.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 020/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

15 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 02/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***AERUS TOPOGRAFIA E AEROLEVANTAMENTO LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:7844E7D0

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 065/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº065/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA**, CNPJ n° 41.967.974/0001-26, estabelecida à Avenida Marechal Mario Guedes, n°02, São Paulo/SP, CEP 05.348-010, representada por **BRUNO GOMEZ L. BERTONI**, inscrito no CPF XXX.917.558-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX.606.60XX, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada em estudos geotécnicos, para execução de serviços de reconhecimento de solos por meio de sondagem a percussão (SPT – Standart Penetration Test) e testes de permeabilidade do solo, e contratação de empresa para prestação de serviços de topografia, atendendo as necessidades dos Departamentos Municipais pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações do Termo de Referência.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
9	Serviços topográficos de locação de imóvel acima de 10.000m², com piqueteamento, conforme projeto a ser disponibilizado.	UND	5	R$ 850,00	R$ 4.250,00
11	Serviços topográficos de locação de meio-fio, alinhamento predial, ou galeria pluvial a ser executado; com piqueteamento e nivelamento.	METRO	15000	R$ 0,49	R$ 7.350,00
13	Prestação de serviços de levantamentos topográficos.	HORAS	100	R$ 99,00	R$ 9.900,00
15	Furo de sondagem SPT, mínimo 03 furos	METRO	300	R$ 60,00	R$ 18.000,00
VALOR TOTAL R$ 39.500,00					

Obs: Os serviços prestados deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026.

2 Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações e demais discriminações constantes de sua proposta, responsabilizando-se por todas as despesas referentes a deslocamento de pessoal e equipamentos.

3 Toda e qualquer modificação deve partir única e exclusivamente da equipe de FISCALIZAÇÃO designada e só deve ser executada após a devida formalização.

4 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar as sinalizações de alerta e orientação, bem como a interdição de acesso de pessoas estranhas e não autorizadas durante a realização de ensaios e levantamentos em campo, além de todas as instalações provisórias necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços e em perfeito atendimento às Normas Regulamentadoras vigentes e aplicáveis.

5 Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA ficará responsável por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado – seja por acidente de trabalho dos empregados da CONTRATADA, ou por danos a terceiros resultante da ação, omissão ou negligência desta.

6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal no Departamento de Administração Financeira, mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, e conforme conferido e aprovado pelos respectivos diretores e fiscais de contrato dos departamentos requisitantes.

7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail engenharia@portoamazonas.pr.gov.br, contendo, como o número e ano da licitação, número do contrato, dentre outras informações que venham estar na requisição de compra/nota de empenho enviada à Contratada.
8 A nota fiscal deverá ser emitida somete após a emissão da nota de empenho, o qual será emitido somente após o aceite final dos serviços prestados.
9 Qualquer erro no documento fiscal competente ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o município.
10 O gestor da Ata de Registro de Preços será Rubens Seguro de Paula e a fiscal será a servidora Priscila Aparecida Mazeica Cardoso, Portaria nº 051/2026.

11 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$39.500,00 (trinta e nove mil e quinhentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 05/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 04/10/2027.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 020/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

15 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 02/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	***BGL BERTONI ENGENHARIA AMBIENTAL LTDA***
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:B9A346E7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 066/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº066/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA**, CNPJ n° 34.145.662/0001-71, estabelecida à Rua Liberdade, n°760, Centro, Irati/PR, CEP 84.500-049, representada por **MARCIO PIALA**, inscrito no CPF XXX.767.299-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX9.86XX SSP/SC, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de

Preços para contratação de empresa de engenharia especializada em estudos geotécnicos, para execução de serviços de reconhecimento de solos por meio de sondagem a percussão (SPT – Standart Penetration Test) e testes de permeabilidade do solo, e contratação de empresa para prestação de serviços de topografia, atendendo as necessidades dos Departamentos Municipais pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações do Termo de Referência.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
16	Teste de permeabilidade do Solo	M²	10	R$ 260,00	R$ 2.600,00

Obs: Os serviços prestados deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026.

2 Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações e demais discriminações constantes de sua proposta, responsabilizando-se por todas as despesas referentes a deslocamento de pessoal e equipamentos.

3 Toda e qualquer modificação deve partir única e exclusivamente da equipe de FISCALIZAÇÃO designada e só deve ser executada após a devida formalização.

4 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar as sinalizações de alerta e orientação, bem como a interdição de acesso de pessoas estranhas e não autorizadas durante a realização de ensaios e levantamentos em campo, além de todas as instalações provisórias necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços e em perfeito atendimento às Normas Regulamentadoras vigentes e aplicáveis.

5 Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA ficará responsável por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado – seja por acidente de trabalho dos empregados da CONTRATADA, ou por danos a terceiros resultante da ação, omissão ou negligência desta.

6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal no Departamento de Administração Financeira, mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, e conforme conferido e aprovado pelos respectivos diretores e fiscais de contrato dos departamentos requisitantes.
7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail engenharia@portoamazonas.pr.gov.br, contendo, como o número e ano da licitação, número do contrato, dentre outras informações que venham estar na requisição de compra/nota de empenho enviada à Contratada.
8 A nota fiscal deverá ser emitida somete após a emissão da nota de empenho, o qual será emitido somente após o aceite final dos serviços prestados.
9 Qualquer erro no documento fiscal competente ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o município.
10 O gestor da Ata de Registro de Preços será Rubens Seguro de Paula e a fiscal será a servidora Priscila Aparecida Mazeica Cardoso, Portaria nº 051/2026.

11 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 05/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 04/10/2027.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 020/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

15 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Porto Amazonas, 02/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*KOPAS PROJETOS E SERVIÇOS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:39368A91

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO - PROCESSO N.º 1180/2026 - COOCARPA

A U T O R I Z A Ç Ã O

O Prefeito do Município de Porto Amazonas, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Processo nº 1180/2026 com os documentos e pareceres nele constantes;

DECIDE

RATIFICAR o **Termo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 08/2026** exarado pelo Diretor do Departamento do Fomento Agropecuário no Protocolo nº 1180/2026, na forma do disposto no Art. 31, inciso II, combinado com o artigo 32, ambos da Lei Federal n.º 13.019/2014 e Decreto Municipal nº 030, de 27 de setembro de 2017 e **AUTORIZA** firmar **TERMO DE FOMENTO** com **COOPERATIVA DE TRABALHO DOS CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVÉS DE PORTO AMAZONAS**, pessoa jurídica com sede nesta cidade na Rodovia Deputado Olivio Belich-Pr 427, s/n, km 67, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 21.794.800/0001-00.
Em atendimento ao disposto no inciso II do art. 16 da Lei Complementar nº 101 de 05 de maio de 2000, declaro que a despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual, compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Porto Amazonas, 02 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito de Porto Amazonas

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:A55218E7

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 142/2026

DECRETO Nº 142 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Altera a Composição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Amazonas, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS, ESTADO DO PARANÁ, usando das atribuições legais conferidas a partir do Art. 69, incisos IX e X da Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º Alterar aComposição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Porto Amazonas, de acordo com o art. 11 da Lei municipal nº 1.311/2025 a qual alterou o art.11 da Lei nº 532/92.
I - 04 (quatro) membros representando o Município, indicados pelo Executivo Municipal para representar os seguintes órgãos:
Departamento de Saúde:
Titular **ANELISE RIBAS**, tendo como suplente **DIRLEI DE LIMA;**
Departamento de Assistência Social:
Titular **SHEILA MOLKENTHIN,** tendo como suplente **THAYSE DE PAULA PADILHA**;
Departamento de Educação e Cultura:
Titular **GISLAINE CARVALHO QUADROS MARILIANE DUDZIAK,** tendo como suplente **MARIA TEREZINHA PAIONK MEZZADRI**
Titular: **SIMONE DO ROCIO CHAVES GONÇALVES** tendo como suplente **CAMILA NAYLA MARCONDES**
II - 04 (quatro) membros representantes de organizações da Sociedade Civil, legalmente constituídas e em funcionamento há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre seus fins institucionais, ainda que não exclusivamente, ações voltadas a defesa de direitos de crianças e adolescentes, eleitos em assembleia própria que indicará os membros para atuar nas respectivas representações.
Titular **OCIMAR DE PAULA JUNIOR,** tendo como suplente **ERMELIN DOS ANJOS PORTELA,** ambos representando a APAE.
Representante de Associações de atendimento à Criança e Adolescente, regularmente constituída:
Titular **DANIEL RICARDO CANESTRARO**, representando a entidade ASVC, tendo como suplente, **DIRCELENE MARTINS GOMES DA COSTA** representando o PROVOPAR;
Titular **LUCIÉLI CRISTINA DE MELLO,** tendo como suplente **LEONILDA DE PAULA,** ambas representando a AMAS;
Representante de Associação de Pais, Mestres e Funcionários:
Titular **SOLANGE CRISTINA DE MELLO BAUER**, tendo como suplente **WILLIAM NELSON KOZLINKEI,** ambas representando APMF – Escolas Municipais e Estaduais.

Art. 2º Revoga-se o Decreto n.º 85, de 23 junho de 2026.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, 02 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:BBA2384F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO PRAZO DETERMINADO Nº 07/2026

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DE CONTRATO PRAZO DETERMINADO Nº 07/2026
PSS EDITAL 001/2025

A Divisão de Recursos Humanos torna público o extrato do Processo Seletivo Simplificado – PSS, para fins de contratação de pessoal por tempo determinado, na forma da Lei Municipal N° 1.133/2021 de 21 de janeiro de 2021 e demais instrumentos legais, mediante as condições estabelecidas no Edital N° 01/2025 – PSS.
Contratante: Município de Porto Amazonas
Cargo: Professor
Vigência do Contrato: prazo determinado
Data início e término: 05/10/2026 a 05/05/2027
Carga Horária: 20 horas semanais
Contratado: ELUZA BARBOSA DOS SANTOS
RG: 8.XXX.XX9-5 CPF: 049.XXX.XX9-17

Porto Amazonas, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Rosângela Fátima de Paula Orchanheski
Código Identificador:B8FE0304

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PE 025/2026

EDITAL DE LICITAÇÃO - PROCESSO Nº1280/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº025/2026 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXCLUSIVA PARA ME E EPP

MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO
Registro de Preços para contratação de empresa para aquisição de material médico hospitalar utilizados na atenção básica do município – Kit sensor para monitoramento de glicose/para atender crianças que utilizam insulina, pelo período de 12 (doze) meses, segundo quantidades e especificações contidas no Termo de Referência, ANEXO I deste instrumento convocatório.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nos pronunciamentos da Pregoeira, Equipe de Apoio, Procuradoria Jurídica e Controladoria Interna deste Município, constantes do presente processo administrativo e com fundamento no que dispõe a Lei n° 14.133/21, torna-se público a homologação do procedimento licitatório à empresa:

CIRURGICA PRIME LTDA CNPJ: 46.116.717/0001-02 com o lote: 1 no valor total de R$ 51.000,00 (cinquenta e um mil reais).

Porto Amazonas, 02 de outubro de 2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:0141433E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PRADO FERREIRA

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PRADO FERREIRA
RETIFICAÇÃO - PAUTA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

RETIFICAÇÃO

PAUTA DA 32ª SESSÃO ORDINÁRIA

SEGUNDA-FEIRA – 05/10/2026 – 19:00 HORAS

ORDEM DO DIA

ITEM 01
Discussão e votação única do Projeto de Resolução nº 02/2026 que "Dispõe sobre a criação de Comissão Especial de Estudos para transição e implantação do Programa de Avaliação das Contas do Poder Legislativo Municipal – PROLEGIS do TCEPR, no âmbito da Câmara Municipal de Prado Ferreira e dá outras providências."

ÁLVARO GONÇALVES DA ROCHA
Presidente da Câmara Municipal de Prado Ferreira

Publicado por:
Isabelle Gomes Dos Santos
Código Identificador:1AF4A58D

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SANEAMENTO DO PARANÁ
AVISO DE ABERTURA DE TOMADA DE SUBSÍDIOS Nº 01/2026

O DIRETOR DE REGULAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DO ÓRGÃO REGULADOR DESANEAMENTO DO PARANÁ (ORCISPAR), no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e em estrito cumprimento ao disposto no art. 10 da Resolução Orcispar 09/2025, **COMUNICA** aos titulares dos serviços públicos de saneamento básico, prestadores de serviços, usuários, órgãos públicos, entidades representativas, profissionais do setor e demais interessados a abertura da TOMADA DE SUBSÍDIOS Nº 01/2026, destinada a subsidiar a elaboração da Agenda Regulatória do Orcispar para o biênio 2027–2028.

OBJETO

A Tomada de Subsídios tem por objeto coletar informações, opiniões, experiências práticas e sugestões para identificação e definição dos temas prioritários que poderão compor a Agenda Regulatória do Orcispar para o biênio 2027–2028.
A iniciativa busca ampliar a participação dos agentes envolvidos na prestação, regulação e utilização dos serviços públicos de saneamento básico, permitindo identificar necessidades regulatórias, dificuldades observadas na aplicação das normas vigentes, lacunas regulatórias e temas que demandem estudos, revisão, atualização ou elaboração de instrumentos normativos.
As contribuições recebidas servirão como subsídio ao Orcispar para o planejamento de suas atividades regulatórias para os anos de 2027 e 2028, considerando as competências do Órgão Regulador e os serviços submetidos à sua regulação e fiscalização.

TEMAS PRIORITÁRIOS

Para fins de organização das contribuições, poderão ser apresentadas sugestões relacionadas aos seguintes eixos:

I - abastecimento de água;
II - esgotamento sanitário;
III - manejo de resíduos sólidos urbanos e limpeza urbana;drenagem e manejo de águas pluviais urbanas;
IV - regulação econômica e tarifária;
V - qualidade e eficiência da prestação dos serviços;
VI - atendimento aos usuários e direitos e deveres dos usuários e prestadores;
VII - fiscalização dos serviços públicos de saneamento básico;
VIII - indicadores, metas e avaliação de desempenho;
IX - sustentabilidade econômico-financeira dos serviços;
X - revisão, atualização ou elaboração de atos normativos do Orcispar;
XI - adequação às Normas de Referência da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA; e
XII - outros temas relacionados às competências regulatórias do Orcispar.

A indicação desses eixos possui caráter orientativo, podendo os participantes apresentar outros temas que considerem relevantes para a atuação regulatória do Orcispar no biênio 2027–2028.

PRAZO DA TOMADA DE SUBSÍDIOS

A Tomada de Subsídios ficará aberta para recebimento de contribuições das 08h00 do dia 05 de outubro de 2026 até as 18h00 do dia 26 de outubro de 2026.
Após o encerramento do período de participação, as contribuições recebidas serão analisadas pelo Orcispar e poderão subsidiar a definição e priorização dos temas integrantes da Agenda Regulatória 2027–2028.

PARTICIPAÇÃO E ENCAMINHAMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES

Poderão participar da Tomada de Subsídios pessoas físicas ou jurídicas, titulares dos serviços, municípios regulados, prestadores de serviços, usuários, órgãos e entidades públicas, instituições de ensino e pesquisa, entidades representativas e demais interessados.
As contribuições deverão ser encaminhadas por meio de formulário eletrônico disponibilizado pelo Orcispar, no qual o participante poderá indicar, entre outras informações:

o tema regulatório sugerido;
o serviço de saneamento básico relacionado;
o problema ou necessidade identificada;
a justificativa para inclusão do tema na Agenda Regulatória;
o grau de prioridade atribuído ao tema; e
sugestões ou informações adicionais que possam contribuir para a análise do Orcispar.

Formulário eletrônico:
https://forms.gle/ir9NQTmdFBh8YfDi6

DISPONIBILIZAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

As informações referentes à Tomada de Subsídios nº 01/2026 estarão disponíveis no sítio eletrônico oficial do Orcispar, na área destinada à participação social.
Sítio eletrônico:
https://orcispar.pr.gov.br/publicacoes-oficiais/593_Tomada-de-Subsidios-n012026.html

CONTATO INSTITUCIONAL

Eventuais dúvidas relacionadas à Tomada de Subsídios poderão ser encaminhadas ao Orcispar pelos seguintes canais institucionais:
E-mail: administrativo@orcispar.pr.gov.br Telefone: (44) 3200-2869
WhatsApp: (44) 3200-2869

DISPOSIÇÕES GERAIS

As contribuições apresentadas possuem caráter consultivo e serão consideradas como subsídios técnicos e institucionais para o processo de elaboração da Agenda Regulatória do Orcispar para o biênio 2027–2028.
O recebimento de determinada sugestão não implica, necessariamente, sua inclusão na Agenda Regulatória, cabendo ao Orcispar avaliar as contribuições recebidas considerando sua competência regulatória, relevância, oportunidade, viabilidade e prioridade.
Concluída a análise das contribuições, o Orcispar dará publicidade à Agenda Regulatória 2027–2028, contendo os temas definidos para o planejamento das atividades regulatórias do período.

Maringá (PR), 02 de outubro de 2026.

ROGEL MARTINS BARBOSA
Diretor de Regulação e Fiscalização
Órgão Regulador de Saneamento do Paraná

Publicado por:
Gabriel Puiatti Rios
Código Identificador:EFADE701

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATRO BARRAS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 11.949/2026

Institui a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, disciplina a escrituração e a prestação de informações relativas ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN pelas instituições financeiras e equiparadas estabelecidas no Município de Quatro Barras, e altera o Decreto nº 3.147/2013.

O Prefeito Municipal de Quatro Barras, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe confere a legislação em vigor, e tendo em vista o

disposto na Lei Municipal nº 38, de 27 de dezembro de 2001 - Código Tributário Municipal,

DECRETA

CAPÍTULO I
DA DECLARAÇÃO ELETRÔNICA DE SERVIÇOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 1º Fica instituída, no Município de Quatro Barras, a Declaração Eletrônica de Serviços de Instituições Financeiras - DES-IF, obrigação tributária acessória destinada ao registro, à apuração e ao controle do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN devido pelas instituições financeiras e equiparadas.
§ 1º A DES-IF será apresentada por meio do sistema eletrônico disponibilizado no portal oficial do Município, de acordo com o Modelo Conceitual da Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF, versão 3.2, e com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil - COSIF.
§ 2º O manual técnico, os leiautes, as tabelas, as regras de validação e os demais arquivos necessários ao cumprimento da obrigação serão publicados no portal oficial do Município.
§ 3º A Secretaria Municipal responsável pela administração tributária poderá, mediante ato normativo, atualizar a versão do leiaute, desde que assegure prazo mínimo de 90 (noventa) dias para adequação dos sujeitos passivos.

Art. 2º Ficam obrigadas à apresentação da DES-IF as pessoas jurídicas estabelecidas no Município que sejam autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou obrigadas a utilizar o COSIF, inclusive:
I - bancos de qualquer espécie;
II - distribuidoras e corretoras de títulos, valores mobiliários e câmbio;
III - sociedades de crédito, financiamento e investimento;
IV - sociedades de crédito imobiliário;
V - administradoras de cartões de crédito ou débito;
VI - cooperativas de crédito;
VII - associações de poupança e empréstimo;
VIII - sociedades de arrendamento mercantil;
IX - administradoras de consórcio;
X - instituições de pagamento e demais entidades submetidas à regulação do Banco Central do Brasil, quando obrigadas ao COSIF e sujeitas ao ISSQN no Município.
§ 1º A obrigação alcança cada estabelecimento prestador localizado no Município, compreendendo matriz, filial, agência, posto de atendimento, unidade administrativa, escritório de representação ou qualquer outra unidade econômica ou profissional em que a atividade seja desenvolvida.
§ 2º A imunidade, a isenção, a não incidência, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário ou a ausência de ISSQN a recolher não dispensam a apresentação da DES-IF.
§ 3º A administração tributária poderá autorizar, mediante requerimento, a apresentação centralizada por estabelecimento situado no Município, sem prejuízo da identificação individualizada de todas as dependências e da responsabilidade de cada sujeito passivo.

CAPÍTULO II
DOS MÓDULOS E DOS PRAZOS

Art. 3º A DES-IF será composta pelos seguintes módulos:
I - Módulo 1 - Demonstrativo Contábil;
II - Módulo 2 - Apuração Mensal do ISSQN;
III - Módulo 3 - Informações Comuns aos Municípios;
IV - Módulo 4 - Demonstrativo das Partidas dos Lançamentos Contábeis.

Art. 4º O Módulo 1 será apresentado semestralmente e conterá, no mínimo:
I - o balancete analítico mensal das contas de resultado por dependência;
II - o demonstrativo de rateio de resultados internos, quando houver.
§ 1º As informações relativas ao primeiro semestre serão entregues até o último dia útil do mês de julho do mesmo exercício.
§ 2º As informações relativas ao segundo semestre serão entregues até o último dia útil do mês de janeiro do exercício subsequente.

Art. 5º O Módulo 2 será apresentado mensalmente, até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao da competência, e conterá, no mínimo:
I - a identificação da declaração e das dependências;
II - o demonstrativo da apuração da receita tributável e do ISSQN por subtítulo contábil e alíquota;
III - o demonstrativo do ISSQN a recolher, com as deduções e os ajustes admitidos pela legislação municipal.
§ 1º O prazo previsto no caput fica prorrogado para o primeiro dia útil seguinte quando seu vencimento ocorrer em dia sem expediente normal na Prefeitura.
§ 2º A apresentação do Módulo 2 será obrigatória ainda que não haja movimento econômico ou ISSQN a recolher no período.
§ 3º A apresentação da DES-IF não altera os prazos de pagamento do ISSQN previstos na legislação municipal.

Art. 6º O Módulo 3 conterá o Plano Geral de Contas Comentado - PGCC, a tabela de tarifas bancárias e a tabela de identificação de serviços de remuneração variável, conforme o leiaute adotado pelo Município.
§ 1º O Módulo 3 será apresentado anualmente, até o último dia útil do mês de janeiro.
§ 2º Qualquer alteração nas informações do Módulo 3 deverá ser comunicada mediante nova entrega no prazo de 30 (trinta) dias, contado da ocorrência da alteração.

Art. 7º O Módulo 4 conterá as informações do razão analítico ou das fichas de lançamentos e será apresentado quando solicitado pela autoridade fiscal, na forma, no período e para as contas indicadas na intimação.
§ 1º O prazo para apresentação será de 15 (quinze) dias úteis, contado da ciência da intimação, salvo se prazo maior for fixado pela autoridade fiscal em razão do volume ou da complexidade das informações.
§ 2º Mediante requerimento fundamentado apresentado antes do vencimento, o prazo poderá ser prorrogado uma única vez pela autoridade fiscal.

CAPÍTULO III
DA APRESENTAÇÃO E DA RETIFICAÇÃO

Art. 8º A DES-IF será transmitida por estabelecimento ou de forma centralizada, quando autorizada, mediante autenticação do sujeito passivo, de seu representante legal ou de procurador regularmente habilitado no sistema municipal.
§ 1º A transmissão será considerada concluída após a validação do arquivo e a emissão do respectivo protocolo de entrega.
§ 2º A recepção do arquivo não implica homologação das informações nem impede sua posterior verificação pela administração tributária.
§ 3º Os erros impeditivos deverão ser corrigidos para que a declaração seja considerada entregue; os avisos não impeditivos serão tratados conforme o manual técnico.

Art. 9º A declaração poderá ser retificada pelo sujeito passivo, sem prejuízo das penalidades cabíveis, desde que não tenha sido iniciado procedimento fiscal relacionado às informações que se pretende alterar.
§ 1º A declaração retificadora substituirá integralmente a declaração anterior para a mesma competência e módulo.
§ 2º A retificação que reduza o imposto dependerá de análise da administração tributária e não autoriza compensação ou restituição automática.
§ 3º Iniciado o procedimento fiscal, a correção dependerá de autorização da autoridade responsável.

Art. 10 Na hipótese de indisponibilidade comprovada do sistema municipal no último dia do prazo, a entrega poderá ser realizada até o primeiro dia útil seguinte ao restabelecimento, sem penalidade.
Parágrafo único. Não caracteriza indisponibilidade do sistema municipal a impossibilidade de acesso causada por equipamento, conexão, certificado, credencial ou ambiente tecnológico do sujeito passivo.

CAPÍTULO IV
DA GUARDA DAS INFORMAÇÕES E DA FISCALIZAÇÃO
Art. 11 O sujeito passivo deverá conservar, pelo prazo previsto na legislação tributária, os documentos contábeis, fiscais e gerenciais que deram origem às informações prestadas na DES-IF, inclusive os comprovantes de transmissão e os protocolos de entrega.
Parágrafo único. As informações deverão ser apresentadas de forma íntegra, legível e compatível com os registros contábeis e com o COSIF vigente na respectiva competência.

Art. 12 A administração tributária poderá solicitar esclarecimentos, documentos complementares, conciliações, memórias de cálculo e outros elementos necessários à verificação da DES-IF, observado o sigilo fiscal.
Parágrafo único. O tratamento de dados pessoais e o acesso às informações observarão a legislação aplicável, os perfis de acesso e os registros de auditoria do sistema municipal.

CAPÍTULO V
DAS INFRAÇÕES E PENALIDADES

Art. 13 O descumprimento das obrigações previstas neste Decreto sujeitará o infrator às penalidades cabíveis estabelecidas no art. 219 da Lei Municipal nº 38, de 27 de dezembro de 2001, observados o devido processo administrativo e a correspondência entre a conduta apurada e a hipótese legal aplicável.
Parágrafo único. A aplicação de penalidade não dispensa a apresentação ou a correção da declaração nem o pagamento do imposto devido e dos acréscimos legais.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art. 14 A administração tributária disponibilizará ambiente de testes, manual técnico e canal de atendimento antes do início da obrigatoriedade.
Parágrafo único. Durante o período de testes, a transmissão de arquivos não produzirá os efeitos de entrega da obrigação acessória, salvo disposição expressa em ato da administração tributária.

Art. 15 A apresentação obrigatória da DES-IF terá início na primeira competência que se iniciar após decorridos 90 (noventa) dias da publicação deste Decreto.
§ 1º As obrigações referentes a competências anteriores continuarão regidas pelo Decreto nº 3.147/2013 e pelas normas vigentes à época.
§ 2º Não será exigida a conversão retroativa das declarações regularmente apresentadas em formato anteriormente admitido para o leiaute da DES-IF.

Art. 16 A Secretaria Municipal responsável pela administração tributária poderá expedir normas complementares estritamente técnicas para a execução deste Decreto, vedada a alteração, por ato inferior, dos sujeitos obrigados, dos prazos essenciais e das penalidades previstas em lei.

Art. 17 Ficam revogados o inciso III do art. 3º e os arts. 39, 40, 41 e 44 do Decreto nº 3.147, de 29 de novembro de 2013, a partir do início da obrigatoriedade previsto no art. 15 deste Decreto.

Art. 18 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quatro Barras, 02 de outubro de 2026.

LORENO BERNARDO TOLARDO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:096AAEAD

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 19/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica MRH incorporadora LTDA CNPJ 18 *** *** 0001 87 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 673, Planta Santa Luzia em Quatro Barras no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:B9C49DF9

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 21/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. Anderson Alessandro Olerano e Outros CPF 877 *** *** 87 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 817, Santa Luzia em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:EB1FCF31

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 22/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.

§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. Arquitetura Archi Solution LTDA-ME CNPJ 09 *** *** 0001-17 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 818, Santa Luzia em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:FEB36822

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 23/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. Sempre Imóveis LTDA CNPJ 03 *** *** 0001-95 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 737, Santa Luzia em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:77831CA9

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 24/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. Rosineide Pimentel Silva CPF 068 *** *** 84 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 738, Santa Luzia em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:DD8523E2

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 25/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.
§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.
Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. Construtora e Incorporadora Mottin LTDA CNPJ 57 *** *** 0001-60 através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 01 Quadra 06, Jardim Orestes Thá em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:352231DC

GABINETE DO PREFEITO
NOTIFICAÇÃO Nº 26/2026

Considerando o disposto na **Lei nº41/2023** que diz em seus artigos:

Art.114 Os terrenos urbanos não edificados, localizados em vias públicas, deverão, obrigatoriamente, ser mantidos limpos, roçados e drenados, independentemente de sua localização.
§1º Aos proprietários de terreno, nas condições previstas neste artigo, será concedido o prazo de 15 dias, a partir da notificação ou publicação em edital no órgão oficial de imprensa do Município...
§ 2º Expirado o prazo, o Município ou terceiro por ele contratado executará o serviço, exigindo do proprietário, além da multa equivalente a 50% da URMQB, o pagamento das despesas efetuadas sobre o valor dos serviços realizados pelo Município.

§ 3º Em caso de reincidência, depois de cumpridas as formalidades legais e dentro do exercício em vigência, a multa será imposta com acréscimo de 20% (vinte por cento), cumulativamente.

Nesse momento, através de informações em processo administrativo instaurado, o departamento de fiscalização notifica o Sr. João de Oliveira dos Santos através desse meio de comunicação que deverá providenciar a manutenção/roçada/limpeza do lote 820 Santa Luzia em Quatro Barras, no prazo de 15 dias após a publicação. Poderá realizar manutenção em outros lotes que houver necessidade.
O não atendimento às determinações administrativas/legais, poderá resultar na imposição de penalidades contidas nos artigos da lei supra referida.

LUIZ HENRIQUE SCHMIDLIN
Fiscal de Obras e Posturas

Publicado por:
Gisele Simone Pires Bernardi
Código Identificador:E3BC4442

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2026

A Prefeitura Municipal de Quatro Barras torna público, para conhecimento dos interessados, que a Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, cujo objeto refere-se à **"Registro de preço para eventual aquisição de luminárias públicas com tecnologia LED, destinadas à substituição de equipamentos obsoletos ou danificados e à expansão da rede de iluminação pública no Município de Quatro Barras, conforme especificações contidas no Termo de Referências (Anexo 01) e no Estudo Técnico Preliminar (Anexo 02) do referido Edital"**, está SUSPENSA para análise, em razão do recebimento de questionamentos ao Edital. Novas informações serão publicadas através dos mesmos meios de divulgação utilizados anteriormente. Demais informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Licitações, na Avenida Dom Pedro II nº 110, Centro, Quatro Barras/ PR, pelo site: www.quatrobarras.pr.gov.br, e-mail: licitacao@quatrobarras.pr.gov.br ou pelo telefone (41) 3671-8800. Prefeitura Municipal de Quatro Barras, 02 de outubro de 2026.

APARECIDA ALVES DE PAULA SBRISSIA
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:8F7D9F6C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO 6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 75/2023

OBJETO: o referido contrato tem por objeto a contratação de empresa para serviços de coleta e transporte de resíduos domiciliares até a unidade de transbordo, devidamente autorizado pelo Processo Licitatório de Pregão Eletrônico nº 101/2023.

CONTRATANTE: MUNÍCIPIO DE QUATRO BARRAS, CNPJ nº 76.105.568/0001-80.

CONTRATADA: ECSAM SERVICOS AMBIENTAIS LTDA, CNPJ nº 03.505.277/0001-64.

DO OBJETO: Constitui o objeto deste Termo Aditivo a prorrogação do prazo de vigência do referido contrato, conforme sua "**CLÁUSULA QUARTA: DA VIGÊNCIA, DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**" e "**CLÁUSULA NONA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO – DO AUMENTO E SUPRESSÃO E REAJUSTE".**

DA PRORROGAÇÃO: Pelo presente Termo Aditivo, fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato aditado por mais 12 (doze) meses, a contar de 28 de setembro de 2026 e término em 27 de setembro de 2027.

DO VALOR: Utiliza-se o índice IPCA/IBGE acumulado entre os meses de setembro de 2025 e agosto de 2026, que representa 4,2235% e reajusta o valor mensal do Contrato para R$ 117.787,29 (cento e dezessete mil, setecentos e oitenta e sete reais e vinte e nove centavos), totalizando R$ 1.413.447,48 (um milhão, quatrocentos e treze mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos).

DO FUNDAMENTO LEGAL: O presente termo aditivo possui amparo legal no art. 65, §5° da Lei n° 8.666/93, estando também, devidamente autorizado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal e respaldado pelo Parecer Jurídico n° 305/2026, ambos emitidos no âmbito do processo administrativo n° 12.704/2026.

DATA DE ASSINATURA: 27 de setembro de 2026.

Publicado por:
Aparecida Alves de Paula Sbrissia
Código Identificador:D7FA943B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO N°140/2026

DECRETO N°140/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, por Anulação de Dotação e por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES, Prefeito Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal n° 2.137/2026 de 02 de Outubro de 2026 e pela Lei Federal n° 4.320/64 de 17 de março de 1964;

Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, por Anulação de Dotação e por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no valor de R$ 405.490,64 (Quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) nas seguintes dotações:

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0412200022.008 - Apoio a Gestão das Atividades Administrativas
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 41..... 319013:- Contribuições Patronais..... R$- 35.000,00

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07002:- DIVISÃO DE AGRICULTURA
07002:2060800041.019 - Conv. SEAB 294/22 - Implantação de Horta Comunitária
FONTE: 918 - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS

Red. 782..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 2.748,62
FONTE: 3918 - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária - Ex. Anterior
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 783..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 27.367,77
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 432..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 4.110,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08001:0412200052.087 - Gestão das Despesas do Gabinete da Secretaria de Obras e Infraestrutura
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 475..... 319113:- Contribuições Patronais..... R$- 75.000,00

08003:- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08003:1545100051.030 - Pavimentação de Vias Urbanas nas Ruas e Avenidas do Município
FONTE: 926 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 494..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 4.039,15
FONTE: 927 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 495..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 6.500,00
FONTE: 944 - Conv. SIT 62108 026 SEIL - Pav. Asfaltica Estrada de Acesso Distrito Icatu
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 496..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 7.496,62
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 497..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 5.728,48

10000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA
10003:- DIVISÃO DE TURISMO
10003:2369500052.112 - Incentivo as Festividades Municipais
FONTE: 993 - Conv. SETU 467/2026 - 43ª Festa do Arroz 2026
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 785..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 237.500,00
=========
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..... R$- 405.490,64

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 240.248,62 (Duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.3.2.1.01.1.1.06.42.00.00.00.	1000	Aplicações Financeiras - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária - F. 918	2.748,62
1.7.2.4.99.0.1.04.00.00.00.00.	1000	Conv. SETU 467/2026 - Realização da 43ª Festa do Arroz 2026 - F. 993	237.500,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS			**240.248,62**

Artigo 3º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, fica cancelado o valor de R$ 137.874,25 (Cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias abaixo:

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0824300030.012 - Pagamento de Precatórios
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
460000:- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
469100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 60..... 469171:- Principal da Dívida Contratual Resgatado..... R$- 115.728,48

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07002:- DIVISÃO DE AGRICULTURA
07002:2060800041.019 - Conv. SEAB 294/22 - Implantação de Horta Comunitária
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 431..... 339030:- Material de Consumo..... R$- 4.110,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08003:- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08003:1545100051.030 - Pavimentação de Vias Urbanas nas Ruas e Avenidas do Município
FONTE: 926 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 499..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 4.039,15
FONTE: 927 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 500..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 6.500,00
FONTE: 944 - Conv. SIT 62108 026 SEIL - Pav. Asfaltica Estrada de Acesso Distrito Icatu
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 501..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 7.496,62
=========
TOTAL DO CANCELAMENTO..... R$- 137.874,25

Artigo 4º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do exercício de 2025 no valor de R$ 27.367,77 (Vinte e

sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), na seguinte fonte de recurso:

FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS	R$
918	Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária	27.367,77
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOS VINCULADOS		27.367,77

Artigo 5º -)- Este Decreto, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, Estado do Paraná, 02 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:0A280312

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.137/2026

LEI Nº 2.137/2026

SÚMULA: Autoriza o Executivo Municipal a efetuar a Abertura de Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, por Anulação de Dotação e por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no orçamento do município de Querência do Norte, para o exercício de 2026.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Artigo 1º -)- Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir no orçamento-programa do município de Querência do Norte, Estado do Paraná, para o exercício de 2026, um Crédito Adicional Suplementar por Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados, por Anulação de Dotação e por Superávit Financeiro de Recursos Vinculados no valor de R$ 405.490,64 (Quatrocentos e cinco mil, quatrocentos e noventa reais e sessenta e quatro centavos) nas seguintes dotações:

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0412200022.008 - Apoio a Gestão das Atividades Administrativas
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 41..... 319013:- Contribuições Patronais..... R$- 35.000,00

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07002:- DIVISÃO DE AGRICULTURA
07002:2060800041.019 - Conv. SEAB 294/22 - Implantação de Horta Comunitária
FONTE: 918 - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 782..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 2.748,62
FONTE: 3918 - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária - Ex. Anterior
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 783..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 27.367,77
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 432..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 4.110,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08001:0412200052.087 - Gestão das Despesas do Gabinete da Secretaria de Obras e Infraestrutura
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
310000:- PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS
319100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 475..... 319113:- Contribuições Patronais..... R$- 75.000,00

08003:- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08003:1545100051.030 - Pavimentação de Vias Urbanas nas Ruas e Avenidas do Município
FONTE: 926 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 494..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 4.039,15
FONTE: 927 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 495..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 6.500,00
FONTE: 944 - Conv. SIT 62108 026 SEIL - Pav. Asfaltica Estrada de Acesso Distrito Icatu
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 496..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 7.496,62
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 497..... 339093:- Indenizações e Restituições..... R$- 5.728,48

10000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, TURISMO E CULTURA
10003:- DIVISÃO DE TURISMO
10003:2369500052.112 - Incentivo as Festividades Municipais
FONTE: 993 - Conv. SETU 467/2026 - 43ª Festa do Arroz 2026
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 785..... 339039:- Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica..... R$- 237.500,00
=====
TOTAL DO CRÉDITO SUPLEMENTAR..... R$- 405.490,64

Artigo 2º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o Excesso de Arrecadação de Recursos Vinculados no valor de R$ 240.248,62 (Duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e dois centavos) contabilizados nas seguintes rubricas abaixo:

CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO DA RECEITA	R$
1.3.2.1.01.1.1.06.42.00.00.00.	1000	Aplicações Financeiras - Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária - F. 918	2.748,62

1.7.2.4.99.0.1.04.00.00.00.00.	1000	Conv. SETU 467/2026 - Realização da 43ª Festa do Arroz 2026 - F. 993	237.500,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS			**240.248,62**

Artigo 3º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, fica cancelado o valor de R$ 137.874,25 (Cento e trinta e sete mil, oitocentos e setenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), nas seguintes dotações orçamentárias abaixo:

03000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:- GABINETE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO GERAL
03001:0824300030.012 - Pagamento de Precatórios
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
460000:- AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA
469100:- APLICAÇÃO DIRETA DECORRENTE DE OPERAÇÃO ENTRE ÓRGÃOS, FUNDOS E ENTIDADES INTEGRANTES DOS ORÇAMENTOS
Red. 60..... 469171:- Principal da Dívida Contratual Resgatado..... R$- 115.728,48

07000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
07002:- DIVISÃO DE AGRICULTURA
07002:2060800041.019 - Conv. SEAB 294/22 - Implantação de Horta Comunitária
FONTE: 1000 - Recursos Ordinários (Livres)
300000:- DESPESAS CORRENTES
330000:- OUTRAS DESPESAS CORRENTES
339000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 431..... 339030:- Material de Consumo..... R$- 4.110,00

08000:- SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
08003:- DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
08003:1545100051.030 - Pavimentação de Vias Urbanas nas Ruas e Avenidas do Município
FONTE: 926 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 499..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 4.039,15
FONTE: 927 - Conv. SEDU - Pavimentação de Vias Urbanas
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 500..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 6.500,00
FONTE: 944 - Conv. SIT 62108 026 SEIL - Pav. Asfaltica Estrada de Acesso Distrito Icatu
400000:- DESPESAS DE CAPITAL
440000:- INVESTIMENTOS
449000:- APLICAÇÕES DIRETAS
Red. 501..... 449051:- Obras e Instalações..... R$- 7.496,62
==========
TOTAL DO CANCELAMENTO..... R$- 137.874,25

Artigo 4º -)- Para fazer face ao Crédito Suplementar aberto no artigo 1º desta Lei, será utilizado o superávit financeiro de recursos vinculados do exercício de 2025 no valor de R$ 27.367,77 (Vinte e sete mil, trezentos e sessenta e sete reais e setenta e sete centavos), na seguinte fonte de recurso:

FONTE	DESCRIÇÃO DA FONTE DE RECURSOS	R$
918	Conv. SIT 55878 - SEAB 294/2022 - Horta Comunitária	27.367,77
TOTAL DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DE RECURSOS VINCULADOS		**27.367,77**

Artigo 5º -)- Esta Lei, entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Querência do Norte, Estado do Paraná, 02 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:81C189D6

CÂMARA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE
COMUNICADO 005/2026

COMUNICADO 005/2026-CMQN
PROCESSO ADMINISTRATIVO 003/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

Nos termos do art. 71, § 3º, da Lei nº 14.133/2021, e em observância ao princípio da autotutela administrativa (Súmula 473 do STF), **DECLARO DESERTO** o Pregão Eletrônico nº 003/2026, referente ao Processo Administrativo correspondente, cujo objeto é a **contratação de empresa para prestação de serviços de engenharia, com fornecimento de materiais para reforma do prédio da câmara municipal, conforme o projeto, planilhas e demais anexos.** Justifica-se a deserção no fato de não terem acorrido licitantes para o certame.

Querência do Norte - PR, 02 de outubro de 2026.

RICARDO PAULINO DA SILVA
Presidente

Publicado por:
Ângela Santos Barcelos
Código Identificador:3DDBDB5D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1971/09/2026

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei;
1041/09/2026 e eu Prefeito Municipal DECRETO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:

EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.02.00000000.000	Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
12.365.0011.2.015	Manutenção da Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5696	102	50.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				50.000,00
URBANISMO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão de Transporte Rodoviário			
26.782.0039.2.040	Manutenção do Transporte Rodoviário			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	5722	2000	350.000,00
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.03.00000000.000	Divisão De Urbanismo			
15.452.0002.2.007	Manutenção - Royalties			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	5680	1065	50.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				450.000,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida a Redução das seguintes Dotações:

03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.1.006	Construção e Reforma Próprios Públicos			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	5715	2000	120.000,00
04.122.0002.1.007	Aquisição Equip./Veículos e Móveis Administração			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5716	2000	130.000,00
09.03.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
15.452.0002.2.007	Manutenção - Royalties			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	5681	1065	50.000,00
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	5734	2000	150.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				450.000,00
TOTAL GERAL DO PROJETO				450.000,00

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de Outubro de 2.026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:0FE671DE

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1041/09/2026.

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei; 1041/09/2026 e eu Prefeito Municipal SANCIONO:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL na importância R$ 450.000,00 (Quatrocentos e Cinquenta Mil Reais), para as seguintes Dotações Orçamentárias:

EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.02.00000000.000	Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
12.365.0011.2.015	Manutenção da Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	5696	102	50.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				50.000,00
URBANISMO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão de Transporte Rodoviário			
26.782.0039.2.040	Manutenção do Transporte Rodoviário			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	5722	2000	350.000,00
09.00.00000000.000	Departamento de Planej. Obras e Serv. Públicos			
09.03.00000000.000	Divisão De Urbanismo			
15.452.0002.2.007	Manutenção - Royalties			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	5680	1065	50.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				450.000,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida a Redução das seguintes Dotações:

03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.1.006	Construção e Reforma Próprios Públicos			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	5715	2000	120.000,00
04.122.0002.1.007	Aquisição Equip./Veículos e Móveis Administração			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	5716	2000	130.000,00
09.03.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
15.452.0002.2.007	Manutenção - Royalties			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	5681	1065	50.000,00
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	5734	2000	150.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				450.000,00
TOTAL GERAL DO PROJETO				450.000,00

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de Outubro de 2.026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:757BF598

ASSISTÊNCIA SOCIAL
AVISO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 090/2026

O **MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE – PR**, torna público aos interessados, que fará realizar Licitação na **Modalidade PREGÃO, forma ELETRÔNICA, tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, nos termos da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e demais legislação aplicável.

OBJETO: Contratação de Empresa especializada com PROFISSIONAL HABILITADO PARA MINISTRAR OFICINA DE ARTESANATO E COSTURA PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES, ADULTOS, GESTANTES, PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E IDOSOS, em Atendimento ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculo - SCFV, de acordo com a demanda do Departamento de Assistência Social do Município de Rancho Alegre D'Oeste – PR, de acordo com as especificações e quantidades descritas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste processo e demais anexos.
Data e Horário do recebimento das Propostas e Documentos de habilitação a partir das 08h30min do dia 05 de outubro de 2026 às 08h30min do dia 16 de outubro de 2026.
Data e Hora da Disputa: às 09h00min dia 16 de outubro de 2026 (Horário de Brasília).
Local: Portal Bolsa de Licitações do Brasil – BLL www.bll.org.br
INFORMAÇÕES: O Edital e anexos poderão ser solicitados pelo e-mail licita.rancho@hotmail.com, nos sites www.ranchoalegredoeste.pr.gov.br e www.bll.org.br. Informações, dúvidas e pedidos de esclarecimentos pelo telefone (44) 3556-1186 ou deverão ser dirigidos ao Departamento de Licitações.

Rancho Alegre D'Oeste/PR, 02 de outubro de 2026.

EVERTON CASSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:A6CD98A6

ASSISTÊNCIA SOCIAL
EXTRATO DO CONTRATO – TERMO DE FOMENTO Nº 067/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 027/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 089/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE/PR

CONTRATADA: LAR DOS IDOSOS PE. JOSE MONTENEGRO, inscrito no **CNPJ sob o nº 77.846.434/0001-31**

OBJETO: Termo de Fomento com o Lar dos Idosos Pe. Jose Montenegro para a Execução de Serviço de Acolhimento Institucional de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, na Modalidade de Acolhimento Institucional destinado a Idosos em Situação de Vulnerabilidade Social e Pessoal, por meio de indicação Judicial, em regime de mútua cooperação para a consecução de finalidade de interesse público, de acordo com especificações constante no Processo Administrativo e seus Anexos.

VALOR TOTAL: R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais).
HOMOLOGADO: 30 de setembro de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Artigo 74, Inciso I da Lei Federal nº 14.1333/2021.

PAÇO MUNICIPAL "20 DE MARÇO"

Rancho Alegre D'Oeste/PR**,** 02 de outubro de 2026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:276B7B64

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO/EXONERAÇÃO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE TRABALHO POR TEMPO DETERMINADO

Contratante: Município de Realeza / PR
Contratado (a): TATIANE ROSA DOS SANTOS THOMANN
CPF: 065.xxx.xxx-79
Objeto/Motivo: RESCISÃO DO CONTRATO TEMPORÁRIO DE TRABALHO N°058/2026, FIRMADO EM 31/082026, DECORRENTE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 07/2025.
Contratação de trabalho por tempo determinado nos termos do inciso IX, do art. 37, CF/88 e Lei Municipal Nº 1.637/2015.
Cargo: PROFESSOR
Desligamento a partir de: 02/10/2026

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:AD804F3A

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.138/2026 02/10/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - EXONERAR a pedido a servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do PSS 02/2025 de Monitor Educacional, com fins retroativos a partir da data de 01 de outubro de 2026.

ADRIANA HELFENSTEIN

- EXONERAR por término de contrato a servidora abaixo relacionada do cargo Temporário do Processo Seletivo Simplificado PSS 10/2023 Monitor Educacional, a partir da data de 05 de outubro de 2026.

ADRIANA POLIS

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E7A8C663

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.139/2026, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 15 (quinze) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 28 de setembro a 12 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
268081	Jonei Szekut Ritter	Motorista	21/10/2024 até 20/10/2025

Art. 2º- Conceder 10 (dez) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 a 22 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
327271	Grazieli Mara Begini	Fisioterapeuta	01/08/2025 até 31/07/2026

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 02 de Outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:6EDD6741

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.140/2026 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de férias e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 159 da Lei Complementar Nº 1/2022;

RESOLVE:

Art. 1º- Conceder 10 (dez) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 07 a 16 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106097	Claudineia Santos Bento Paiano	Agente de Conservação e Limpeza Pública	11/09/2025 até 10/09/2026

Art. 2º- Conceder 11 (onze) dias de férias à servidora abaixo relacionada, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 09 a 19 de novembro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
250111	Fabiana Cigolini	Técnico Administrativo	13/01/2024 até 12/01/2025

Art. 3º- Conceder 11 (onze) dias de férias ao servidor abaixo relacionado, referentes ao período aquisitivo indicado, para gozo no período de 13 a 23 de outubro de 2026:

Matrícula	Servidor (a)	Cargo	Período Aquisitivo
3106101	Mauricio Gabriel da Silva Loli	Auxiliar Administrativo	01/08/2025 até 31/07/2026

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Realeza, 02 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:2B19761C

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.141/2026, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Nomeia os membros da Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Realeza e dá outras providências.

PAULO CEZAR CASARIL, Prefeito do Município de Realeza, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º Nomeia os servidores municipais abaixo relacionados para compor a Comissão de Gestão do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Servidores Públicos Municipais de Realeza, nos termos da Seção I do Capítulo X, artigos 54 a 59, da Lei Complementar nº 02/2022:

I – Presidente: ANDREI DA SILVA – Auxiliar de Secretaria – Matrícula nº 254961;
II – Membro: ANDREA CLAUDIA DE OLIVEIRA – Arquiteta – Matrícula nº 3106157;
III – Membro: CHRISTIAN LORHAN BECHLIN CARNIEL – Procurador Jurídico – Matrícula nº 3106095;
IV – Membro: SONIA DANIELI BEDRA – Fiscal de Tributos/Diretora – Matrícula nº 321311;
V – Membro: TALITA TREMEA – Enfermeira – Matrícula nº 249701.

Art. 2º Os membros integrantes da Comissão terão mandato de 4 (quatro) anos, permitida a recondução.

Art. 3º As atribuições da Comissão são aquelas previstas na Lei Complementar nº 02/2022, e seu funcionamento será disciplinado por Regimento Interno, a ser elaborado e aprovado pelos membros nomeados.
§ 1º As deliberações da Comissão deverão ser formalizadas em atas e, quando necessário, por meio de resoluções ou outros instrumentos próprios, com o registro das matérias apreciadas e dos resultados das votações.
§ 2º As propostas de alteração legislativa aprovadas pela Comissão serão encaminhadas ao Chefe do Poder Executivo para análise e, quando cabível, elaboração e encaminhamento dos respectivos projetos de lei ao Poder Legislativo, observadas as competências constitucionais e legais e os procedimentos aplicáveis.

Art. 4º Os membros da Comissão de Gestão não perceberão remuneração de qualquer natureza pelo exercício de suas funções.

Art. 5º As funções desempenhadas pelos membros da Comissão são consideradas de relevante interesse público, devendo seu exercício ser conciliado com as atribuições inerentes aos respectivos cargos públicos municipais, observada a prioridade necessária ao cumprimento das atividades da Comissão, sem prejuízo da continuidade dos serviços públicos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Realeza, 02 de outubro de 2026.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:E2D05F62

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 9.142/2026 02/10/2026

PAULO CEZAR CASARIL, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE REALEZA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - CONCEDER gratificação de Difícil Acesso/Provimento de 10% sobre o vencimento inicial da carreira para o servidor abaixo relacionado, com fins retroativos a partir de setembro de 2026.

ESCOLA:

MATHEUS ANDREY DE CONTI RUBINI	Professor de Educação Física

Art. 2º - Esta Portaria vigora a partir de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Realeza, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de Outubro de dois mil e vinte e seis.

PAULO CEZAR CASARIL
Prefeito

Publicado por:
Tânia Regina de Oliveira
Código Identificador:CA17A3CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PE 46

AVISO DE LICITAÇÃO

A **PREFEITURA DE REALEZA**, Estado do Paraná, torna público e para conhecimento dos interessados que fará realizar Licitação, na seguinte modalidade e características:
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 46/2026
PROCESSO LICITATÓRIO: Nº 130/2026 - TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM
PROCESSO COMPRASGOV: Nº 987805-20/2026
OBJETO: O objeto da presente licitação éa Contratação de empresa especializada para disponibilização, sem qualquer custo, ônus, taxa ou cobrança ao Município, de plataforma eletrônica para realização de Licitações Eletrônicas, com sistema próprio e específico para operacionalização de certames com inversão de fases, permitindo a adequada condução das etapas de recebimento e classificação das propostas, disputa, julgamento e posterior habilitação, conforme o procedimento adotado pela Administração, incluindo suporte técnico e operacional, visando atender às necessidades do Município na execução dos processos licitatórios vinculados aos convênios

aprovados, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
SESSÃO DE DISPUTA: Dia 20 de outubro de 2026 às 08:30h.
FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS: O referido edital poderá ser obtido junto ao Setor de Licitações do Município de Realeza, a partir do dia 05 de outubro de 2026, durante o horário de expediente da Prefeitura, através de solicitação via e-mail: licitacao2@realeza.pr.gov.br.
SISTEMA ELETRÔNICO: COMPRASGOV

REALEZA, AOS dois dias de outubro de 2026.

DIANA BAMBERG
Pregoeira

Publicado por:
Nicoly Eduarda Engester Martini
Código Identificador:A65996F4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RENASCENÇA

CAMARA MUNICIPAL
PAUTA DA 36º SESSÃO ORDINÁRIA

PAUTA DA 36ª SESSÃO ORDINÁRIA
Terça-Feira, 06 de Outubro de 2026 - 19:00 horas.

ABERTURA		
	Cumprimentar o Presidente da Casa a Mesa Diretora os colegas vereadores, servidores da Casa e demais pessoas que assistem a sessão.	**Autoridades presentes:**
	Observar a presença de todos os Vereadores (ou ausência, caso alguém falte	**Vereadores ausentes:**
	Solicitar que seja feita a leitura da ata da Trigésima Quinta Sessão Ordinária (anterior)	
	Colocar em votação e declarar se aprovada ou não.	**Resultado da Votação:**
	Apresentação do Balancete Financeiro relativo ao mês de Setembro de 2026. Feito pelo Contador Legislativo: **Israel Corlassoli**.	
MATÉRIA EM EXPEDIENTE		
Oficio nº347/2026 do Executivo Municipal + Oficio nº082/2026 (resposta requerimento nº020/2026-Jonas)		
Requerimento nº024/2026 do vereador: Gilmar Schmidt **(**colocar em votação)		
Indicação nº026/2026 do vereador: Gilmar Schmidt **(**colocar em votação)		
Indicação nº027/2026 do vereador: Gilmar Schmidt **(**colocar em votação)		
Indicação nº028/2026 do vereador: Luiz Carlos de Souza Vieira Lopes **(**colocar em votação)		

ORDEM DO DIA

Leitura do parecer da reunião conjunta das comissões	
Matéria em primeira discussão e votação:	
Projeto de Lei nº040/2026 do Executivo Municipal (crédito)	
Projeto de Lei nº041/2026 do Executivo Municipal (crédito)	
Projeto de Lei do Legislativo nº005/2026 (utilidade pública)	
CONSIDERAÇÕES FINAIS	
	Convocar todos os vereadores para próxima sessão ordinária a realizar-se no dia 13 de outubro de 2026 (terça-feira) às 19h00.

Por fim, nada mais havendo a ser tratado, declaro encerrada a presente sessão.

Publicado por:
Aline Cristina Valandro
Código Identificador:871A18B6

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO Nº 02/2025

Termo Aditivo que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE RENASCENÇA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 76.205.681/0001-96, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, nº 901, Centro, neste ato representado por sua Prefeita Municipal, Senhora **FABIELI MANFREDI**, brasileira, solteira, portadora do RG nº 9.833.578-1 e inscrita no CPF/MF sob o nº 066.323.599-57, e, de outro lado, a **APAE – ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS DE RENASCENÇA**, inscrita no CNPJ sob o nº 78.677.507/0001-71, com sede na Rua Getúlio Vargas, nº 284, Centro, representada por seu Presidente, Senhor **ROBERTO COPINI JUNIOR**, brasileiro, casado, portador do RG nº 7.529.427-1/SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 042.325.609-20, residente e domiciliado na Rua Afonso Pena, nº 262, Centro, no Município de Renascença/PR, com fundamento na Lei Federal nº 13.019/2014, no Decreto Municipal nº 1.748/2016 e na Cláusula Quarta do instrumento originário, mediante as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência do Termo de Fomento nº 02/2025, decorrente da Inexigibilidade de Chamamento Público nº 003/2025, destinado ao atendimento especializado às crianças encaminhadas pela Unidade Básica de Saúde com suspeita ou diagnóstico de TEA, atraso no desenvolvimento ou outros transtornos globais de desenvolvimento, consoante detalhado no correspondente Plano de Trabalho.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA
Com fundamento na Cláusula Quarta, item 4.2, do instrumento originário e no art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014, o prazo de vigência do Termo de Fomento nº 02/2025 fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, passando o termo final de 03 de outubro de 2026 para 03 de outubro de 2027.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes da execução deste termo correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Saúde do Município de Renascença/PR:

• 08 – Secretaria Municipal de Saúde;
• 08.01 – Fundo Municipal de Saúde;
• 103010034 – Saúde;
• 2031000 – Atenção Básica Fixa - FMS;
• 3.3.50.43.00.00.00 – Subvenções Sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
Ficam ratificadas e inalteradas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Termo de Fomento nº 02/2025 que não tenham sido objeto de expressa modificação por este termo aditivo.
E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo qualificadas.

Renascença/PR, 02 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI –
Prefeita Municipal

ROBERTO COPINI JUNIOR –
Presidente

TESTEMUNHAS:

•Nome: CPF:

•Nome: CPF:

Publicado por:
Kássia Regina Parizotto
Código Identificador:EB16FE82

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

INEXIGIBILIDADE Nº 024/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 108/2026
Em análise ao processo de Inexigibilidade n° 024/2026, de 02 de outubro de 2026, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso de suas atribuições a Sra. Fabieli Manfredi, Prefeita Municipal de Renascença – Pr, HOMOLOGA o procedimento com amparo no artigo 74, inciso II da Lei 14133/21.
PERÍODO DE VIGÊNCIA: O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, podendo ser prorrogado, nas hipóteses da Lei nº 14.133 de 2021.
VALOR DO CONTRATO: R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais).
OBJETO: Contratação por meio de INEXIGIBILIDADE da Banda Corpo e Alma, representada pela empresa MUSICAL CORPO E ALMA LTDA, inscrita no CNPJ: 03.355.893/0001-86, para realizar Show Artístico Musical, entre a noite do dia 31 de dezembro de 2026 para madrugada do dia 1º de janeiro de 2027, das 23h30 do dia 31 de dezembro de 2026 às 01h do dia 01 de janeiro de 2027, no Parque Lago Yara, para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 74 inciso II da Lei Federal 14.133/21.
CONTRATADO: MUSICAL CORPO & ALMA LTDA, CNPJ/MF nº 03.355.893/0001-86, com sede à Avenida Helmuto SIMM, nº 178, bairro Centro, cidade de Horizontina– Estado do Rio Grande do Sul.
CONTRATANTE: Município de Renascença – PR.
Renascença – Pr, 02 de outubro de 2026.

FABIELI MANFREDI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mayara Eloy da Silva
Código Identificador:6360F494

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 095 DE 06 DE JUNHO DE 2022 EDITAL Nº 250 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Convocar o candidato aprovado em Concurso Público.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº 1098 de 09.12.2009 e Lei Municipal nº 1781 de 18.03.2022,

R E S O L V E:

Art. 1º - Convocar o candidato abaixo relacionado, aprovado e classificado dentro do número de vagas abertas através do Edital de Concurso Público nº 095/2022 de 06 de junho de 2022, para que compareça na Secretaria Municipal de Administração, Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura de Renascença, até o dia **16 de outubro de 2026**, no horário das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, para apresentação da documentação relacionada neste Edital.

Cargo: Assistente Social

Ordem de Classificação	Nome do(a) Candidato(a)	Data de Nascimento	Pontuação Final
20º	LEANDRO CIMADON	09/02/1984	52.75

Candidato optante por final de fila*

Art. 2º - O convocado, no ato do comparecimento, deverá apresentar:
§ 1º - Fotocópia dos documentos abaixo, juntamente com os seus originais:
I – Cédula de Identidade
II – CPF
III – Título de Eleitor
IV – Carteira de Trabalho
V – Número de Inscrição no PIS/PASEP
VI – Certidão de nascimento/casamento
VII – Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos e CPF dos dependentes (conjugue, companheiro (a), filhos (as), etc..)
VIII – Comprovante oficial de abertura de conta corrente junto ao Banco do Brasil, contendo a agência e o número da conta,
IX – Comprovante de escolaridade exigida para o cargo
X – Comprovante de residência
XI- Carteira de Reservista se do sexo masculino

§ 2º - Originais dos documentos relacionados a seguir:
I – 01 foto 3X4 recente
II – Declaração de acúmulo de cargo, em formulário próprio, fornecido pelo Departamento de Recursos Humanos de que não acumula cargo, emprego ou função pública, nem recebe benefício proveniente de RGPS ou RPPS.
III – no caso de acúmulo legal (conforme o que é contemplado no artigo 37, inciso XVI da Constituição Federal e no artigo 27, inciso XVI da Constituição do Estado do Paraná), à declaração mencionada no Inciso II, deve ser anexado documento de carga horária semanal de trabalho, com informação dos horários e distribuição de atividades emitido pelo respectivo órgão.
IV – Declaração de bens e valores que compõem o seu patrimônio privado.
V – Atestado de saúde ocupacional, a ser emitido por Médico indicado pelo Município.
VI - Certidão negativa de antecedentes criminais fornecida pelos cartórios judiciais federal e estadual do domicilio onde a candidata tenha residido nos últimos cinco anos (expedida, no máximo, há três meses de sua apresentação).
VII – Certidão de quitação eleitoral.

§ 3º - As declarações a que se referem os Incisos II e III do § 2º deste artigo, deverão ser assinadas no Departamento de RH até o momento da assinatura do termo de posse, sob pena da nomeação se tornar sem efeito.

Art. 3º - No ato da apresentação dos documentos a que se refere o Artigo 2º deste Edital, o candidato recebera uma guia de encaminhamento para a realização do Exame Clínico, com a informação do local e horário do exame.

Art. 4º - O não comparecimento do candidato convocado por este Edital até o prazo de 16 de outubro de 2026 resultará em perda automática da vaga.

Art.5° - Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:7C908E8E

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 324 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga licença para tratamento de saúde a servidora Juciane Fernanda Pilati.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:
Prorrogar licença para tratamento de saúde a servidora **Juciane Fernanda Pilati,** matrícula nº 88341**, Auxiliar Serviços Gerais "A"** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 24 de setembro de 2026 à 07 de novembro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 24 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:A6A12EB5

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 325 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Prorroga licença para tratamento de saúde a servidora Margarete Nicaloski Kuntzler.

Fabieli Manfedi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Artigo 68, item I, da Lei Municipal Complementar nº 016 de 10 de agosto de 2015,

R E S O L V E:

Prorrogar licença para tratamento de saúde a servidora **Margarete Nicaloski Kuntzler,** matrícula nº 74801**, Professora com Licenciatura Plena e Pós-Graduação,** vinculada à Secretaria Municipal de Educação Cultura e Esportes, no período de 24 de setembro de 2026 à 23 de outubro de 2026.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 24 de setembro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:8AB1F9F4

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 326 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Revoga a concessão de adicional de insalubridade a servidora Ana Beatriz Macagnan.

FABIELI MANFREDI, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Revogar a concessão de adicional de insalubridade a servidora **Ana Beatriz Macagnan**, matrícula nº 168371, **Escriturária**, em virtude da mudança de local de trabalho a partir de 01 de outubro de 2026

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:D2EE3355

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 327 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Lota a servidora Ana Beatriz Macagnan na Secretaria Municipal de Finanças.

Fabieli Manfredi, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Lotar a servidora **Ana Beatriz Macagnan**, matrícula nº 168371, ocupante do cargo efetivo de **Escriturária** na Secretaria Municipal de Finanças, a partir do dia 01 de outubro de 2026.
Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a dia 01 de outubro de 2026.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Valeria Dallagnol
Código Identificador:DC151EB5

DEPARTAMENTO FINANCEIRO
PORTARIA 328 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

RTARIA 328 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Concede diárias aos servidores municipais que especifica e dá outras providências.

FABIELI MANFREDI, Prefeita de Renascença, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o disposto na Lei 1282, de 18 de fevereiro de 2013, alterada pela Lei 1775, de 16 de fevereiro de 2022, em conformidade com os valores reajustados pelo Decreto 2667, de 16 de JANEIRO de 2026,
R E S O L V E:
CONCEDER diárias aos servidores municipais conforme especificado abaixo:

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 – SFI 3B26**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 – SFI 3B26**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**01/09/2026**
Data de chegada	**01/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN – TAM 6H01**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/08/2026**
Data de chegada	**11/08/2026**
Número de diárias	**½ (complementar)**
Valor das diárias	**R$ 203,89**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**

Data de saída	**03/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/09/2026**
Data de chegada	**02/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E05**
Destino da viagem	**Laranjeiras – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**04/09/2026**
Data de chegada	**04/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Spin – FDQ 3C29**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Medianeira – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**02/09/2026**
Data de chegada	**02/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Rafael Hellmann Della Betta**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Obras, viação e urbanismo**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Caminhão – ATV 0D32**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Buscar telhas e lonas doadas pela Defesa Civil.**
Data de saída	**02/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Franciolan José da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Obras, viação e urbanismo**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Caminhão – ATV 0D32**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Buscar telhas e lonas doadas pela Defesa Civil.**
Data de saída	**02/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Elisiane Lavall Campanholo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Enfermeira**
Veículo utilizado	**Strada – BCL 7658**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão – PR**
Objetivo da viagem	**Participar de reunião ordinária do Comitê Regional de Investigação de Óbitos e Amputações relacionados ao trabalho.**
Data de saída	**03/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Diego Antunes Folle**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**ACE**
Veículo utilizado	**Strada – BCL 7658**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão – PR**
Objetivo da viagem	**Participar de reunião ordinária do Comitê Regional de Investigação de Óbitos e Amputações relacionados ao trabalho.**
Data de saída	**03/09/2026**
Data de chegada	**03/09/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Cascavel/Medianeira – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**08/09/2026**
Data de chegada	**08/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**09/09/2026**
Data de chegada	**09/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**10/09/2026**
Data de chegada	**10/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Luciana Almeri Morcelli**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Técnica em contabilidade**
Veículo utilizado	**Toro – SFD 0C65**
Destino da viagem	**Maringá – PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de licitações eletrônicas, com formação de agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio. E prática no Compras Gov.**
Data de saída	**15/09/2026**
Data de chegada	**19/09/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 1.631,08**

Nome do servidor	**Mayara Eloy da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Escriturária**
Veículo utilizado	**Toro – SFD 0C65**
Destino da viagem	**Maringá – PR**
Objetivo da viagem	**Participar de curso de licitações eletrônicas, com formação de agente de contratação, pregoeiro e equipe de apoio. E prática no Compras Gov.**
Data de saída	**15/09/2026**
Data de chegada	**19/09/2026**
Número de diárias	**4**
Valor das diárias	**R$ 1.631,08**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**14/09/2026**
Data de chegada	**14/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Elizandra Backof**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Escriturária**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Francisco Beltrão – PR**
Objetivo da viagem	**Reunião CRESEMS.**
Data de saída	**10/09/2026**
Data de chegada	**10/09/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**

Data de saída	**11/09/2026**
Data de chegada	**11/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**12/09/2026**
Data de chegada	**12/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**11/09/2026**
Data de chegada	**11/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**VAN – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**15/09/2026**
Data de chegada	**16/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E05**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**14/09/2026**
Data de chegada	**15/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**14/09/2026**
Data de chegada	**14/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/09/2026**
Data de chegada	**16/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**HB 20 – SFI 3B26**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**16/09/2026**
Data de chegada	**17/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Spin – FDQ 3C29**
Destino da viagem	**Cascavel/Céu Azul – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**17/09/2026**
Data de chegada	**17/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E05**
Destino da viagem	**Cascavel/Missal – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**18/09/2026**
Data de chegada	**18/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Spin – FDQ 3C29**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**21/09/2026**
Data de chegada	**21/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – UAS 1J74**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**20/09/2026**
Data de chegada	**21/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – UAS 1J74**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**19/09/2026**
Data de chegada	**19/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**João Henrique Borges**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Finanças**
Cargo	**Contador**
Veículo utilizado	**Toro – SFD 0C65**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Participar de capacitação: Lançamento da Resolução 140/2026.**
Data de saída	**21/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**2 e ½**
Valor das diárias	**R$ 1.019,42**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**22/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vlademir Correa**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E07**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**22/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Sprinter – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Cascavel/Céu Azul – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**22/09/2026**
Data de chegada	**22/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**18/09/2026**
Data de chegada	**18/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Elizandro Joel Espindola**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Micro-ônibus – AVN 5753**
Destino da viagem	**Pinhal de São Bento – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**18/09/2026**
Data de chegada	**19/09/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Nome do servidor	**Ivonete Terezinha Grigolo**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Chefe de divisão e vigilância em saúde**
Veículo utilizado	**Ambulância – TAK 5I32**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Acompanhar pacientes.**
Data de saída	**23/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 102,42**

Nome do servidor	**Gilvane Domingos Torres dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E05**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – UAS 1J74**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Cascavel/Céu Azul – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**24/09/2026**
Data de chegada	**24/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Vanderson Antunes da Silva**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6E11**
Destino da viagem	**Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**25/09/2026**
Data de chegada	**25/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Strada – TBY 6D87**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**24/09/2026**
Data de chegada	**24/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**
Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ambulância – TAK 5I32**
Destino da viagem	**Guarapuava – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**23/09/2026**
Data de chegada	**23/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 144,00**

Nome do servidor	**Gilmar Cabral dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Van – UAS 1J74**
Destino da viagem	**Curitiba – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/09/2026**
Data de chegada	**29/09/2026**
Número de diárias	**1 e ½**
Valor das diárias	**R$ 611,66**

Nome do servidor	**Franciano de Oliveira dos Santos**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Saúde**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Sprinter – SDZ 2D83**
Destino da viagem	**Foz do Iguaçu/Cascavel – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de pacientes.**
Data de saída	**28/09/2026**
Data de chegada	**28/09/2026**
Número de diárias	**1**
Valor das diárias	**R$ 407,77**

Nome do servidor	**Elizandro Joel Espindola**
Unidade Administrativa	**Secretaria Municipal de Educação, cultura e esporte**
Cargo	**Motorista**
Veículo utilizado	**Ônibus – UAY 7B31**
Destino da viagem	**Manfrinópolis – PR**
Objetivo da viagem	**Transporte de atletas.**
Data de saída	**24/09/2026**
Data de chegada	**25/09/2026**
Número de diárias	**½**
Valor das diárias	**R$ 72,00**

Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Executivo Municipal de Renascença, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

FABIELI MANFREDI
Prefeita

Publicado por:
Rafaeli Rachurat
Código Identificador:65EC4397

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU

CÂMERA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RATIFICAÇÃO E EXTRATO DE CONTRATO

ATO DE RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 005/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade dos serviços de limpeza e conservação predial no âmbito da Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu – PR;

CONSIDERANDO a caracterização da situação emergencial, que demanda a contratação imediata de empresa especializada para a execução dos serviços, pelo período de 03 (três) meses;

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que admite a dispensa de licitação nos casos de emergência quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos;

CONSIDERANDO que o processo de contratação direta foi devidamente instruído, nos termos do art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, com os documentos necessários à contratação;

CONSIDERANDO a justificativa da escolha da contratada, a compatibilidade do preço proposto com os valores de mercado e o atendimento dos requisitos de habilitação e qualificação necessários à execução do objeto;

CONSIDERANDO, por fim, a proposta apresentada pela **IONE DO BELEM SILVA DOS SANTOS**, Microempreendedora Individual – MEI, inscrita no CNPJ sob nº **62.101.494/0001-58**, no valor global de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)**, considerada vantajosa para a Administração;
RESOLVE:

Art. 1º – RATIFICAR o procedimento de **Dispensa de Licitação nº 005/2026**, com fundamento no art. 75, inciso VIII, da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo objeto consiste na:

"Contratação de empresa especializada para a cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, destinada à execução de serviços de limpeza e conservação predial no âmbito da Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu – PR, em caráter emergencial, pelo período de 03 (três) meses."

Art. 2º – ADJUDICAR o objeto da Dispensa de Licitação nº 005/2026 à **IONE DO BELEM SILVA DOS SANTOS**, Microempreendedora Individual – MEI, inscrita no CNPJ sob nº **62.101.494/0001-58**, pelo valor global de **R$ 6.000,00 (seis mil reais)**, correspondente ao período de 03 (três) meses de contratação.

Art. 3º – AUTORIZAR a contratação da adjudicatária, observadas as condições estabelecidas no processo administrativo, no termo de referência e na proposta apresentada, bem como as demais disposições da Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 4º – DETERMINAR que sejam adotadas as providências necessárias à formalização da contratação, emissão do respectivo empenho e demais atos administrativos pertinentes, observada a existência de dotação orçamentária suficiente.

Art. 5º – DETERMINAR, ainda, a divulgação do presente ato e do respectivo instrumento de contratação no sítio eletrônico oficial e no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, quando exigível, em observância ao disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Art. 6º – PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, 01 de outubro de 2026.

EMERSON SEMCHECHEN
Presidente da Câmara Municipal
Reserva do Iguaçu – PR

EXTRATO DE CONTRATO

DISPENSA DE LICITAÇÃO 005/2026

CONTRATANTE: **CAMARA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 01.615.659/0001-15, estabelecida na Rua Pedro Ferreira de Siqueira, 354, Centro, Município de Reserva do Iguaçu, Estado do Paraná, CEP 85195-000, neste ato representada por seu Presidente, Sr. **EMERSON SEMCHECHEN**. CONTRATADA: **IONE BELEM DA SILVA DOS SANTOS-MEI**, com sede na Av. 04 de Setembro, s/n, Cidade de Reserva do Iguaçu, inscrita no C.N.P.J. sob o n. º 62.101.494/0001-58, neste ato representada por Ione Belem da Silva dos Santos. **OBJETO:** Cessão de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, destinada à execução de serviços de limpeza e conservação predial no âmbito da Câmara Municipal de Reserva do Iguaçu – PR. **PRAZO**: 03 meses, iniciando em 01 de outubro de 2026 até 31 de dezembro de 2026. **VALOR:** valor global R$ 6.000,00 (seis mil reais) no valor de R$ 12,50 por hora.

Publicado por:
Joao da Luz Antunes Siqueira
Código Identificador:49E3D204

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 247/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 247/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: 69.057.868 FERNANDA DA ROSA PADILHA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 69.057.868/0001-24, com sede na COMUNIDADE BARREIRO, 51 - CEP: 85195000 - BAIRRO: ZONA RURAL.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade 5/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPITEIRO, SERRALHEIRO, ROÇADOR, CALHEIRO, ELETRECISTA PREDIAL E CERQUEIRO
VALOR TOTAL: R$ 0,01(Um Centavo)
PRAZO DE VIGÊNCIA: De 02 de outubro de 2026 à 27 de março de 2027.
DATA DE ASSINATURA:02 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:698F26ED

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 248/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 248/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REIS, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 56.769.273/0001-50, com sede na R JOSE DEODACIO DA SILVA, 51 casa - CEP: 85195000 - BAIRRO: CENTRO.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade 5/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPITEIRO, SERRALHEIRO, ROÇADOR, CALHEIRO, ELETRECISTA PREDIAL E CERQUEIRO
VALOR TOTAL: R$ 0,01(Um Centavo)

PRAZO DE VIGÊNCIA: De 02 de outubro de 2026 à 27 de março de 2027.
DATA DE ASSINATURA:02 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:617BBC5C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 249/2026 - INEXIGIBILIDADE N.º 005/2026

EXTRATO DO CONTRATO Nº 249/2026

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE RESERVA DO IGUAÇU, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 01.612.911/0001-32, com sede administrativa na Avenida 4 de setembro, n.º 614.
CONTRATADO: 68.948.340 JOAO MARIA SIQUEIRA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 68.948.340/0001-82, com sede na R JOAQUIM DE OLIVEIRA, 332 casa - CEP: 85195000 - BAIRRO: ALTO BOA VISTA.
LICITAÇÃO: Inexigibilidade 5/2026
OBJETO: CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPITEIRO, SERRALHEIRO, ROÇADOR, CALHEIRO, ELETRECISTA PREDIAL E CERQUEIRO
VALOR TOTAL: R$ 0,01(Um Centavo)
PRAZO DE VIGÊNCIA:02 de outubro de 2026 à 27 de março de 2027.
DATA DE ASSINATURA:02 de outubro de 2026

Reserva do Iguaçu, 02 de outubro de 2026.

VITÓRIO ANTUNES DE PAULA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Junior Augusto de Souza
Código Identificador:41A8618A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO IGUAÇU
RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 887/2026

DECIMO RESULTADO DO JULGAMENTO E LISTA DE CREDENCIADOS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 - PROCESSO Nº 887/2026

O Agente de Contratação, Sra. Luciana Antunes Pereira, torna público o resultado do julgamento realizado na primeira reunião que aconteceu no dia 02 de outubro de 2026, e a lista atualizada de credenciados no credenciamento nº 002/2026, decorrente do processo nº 887/20269, que tem por objeto o **CREDENCIAMENTO OBJETIVANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTOR, PEDREIRO, CARPITEIRO, SERRALHEIRO, ROÇADOR, CALHEIRO E ELETRECISTA PREDIAL L"**, conforme a seguir:

Lista de Micro empresas Individuais Classificadas no chamamento público nº 002/2026

ITEM 001 - SERVIÇOS DE PEDREIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
26º	FERNANDA DA ROSA PADILHA CNPJ: 69.057.868/0001-24
27º	WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REUS CNPJ: 56.769.273/0001-50

ITEM 004 - SERVIÇOS DE CARPINTEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
24º	FERNANDA DA ROSA PADILHA CNPJ: 69.057.868/0001-24
25º	WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REUS CNPJ: 56.769.273/0001-50

ITEM 005 - SERVIÇOS DE PINTOR	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
25º	FERNANDA DA ROSA PADILHA CNPJ: 69.057.868/0001-24

ITEM 008- SERVIÇOS DE CERQUEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
12º	FERNANDA DA ROSA PADILHA CNPJ: 69.057.868/0001-24
13º	JOÃO MARIA SIQUEIRA CNPJ: 68.948.340/0001-82

ITEM 002- SERVIÇOS DE ELETRECISTA PREDIAL	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
7º	WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REUS CNPJ: 56.769.273/0001-50

ITEM 003- SERVIÇOS DE SERRALHEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
4º	WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REUS CNPJ: 56.769.273/0001-50

ITEM 006- SERVIÇOS DE CALHEIRO	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
6º	WAGNER AUGUSTO DE SOUZA DOS REUS CNPJ: 56.769.273/0001-50

ITEM 006- SERVIÇOS DE ROÇADOR	
CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
26º	JOÃO MARIA SIQUEIRA CNPJ: 68.948.340/0001-82

Reserva do Iguaçu,02 de outubro de 2026

LUCIANA ANTUNES PEREIRA
Agente de Contratação

SUELI LIMA DOS SANTOS
Equipe de Apoio

ALESSANDRO DOS ANJOS
Equipe de Apoio

Publicado por:
Luciana Antunes Pereira
Código Identificador:56CB616D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO AZUL

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 193/2026

DECRETO Nº 193/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 e considerando a necessidade de fiscalizar e acompanhar a parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o senhor VARDELEI PEREIRA LOPES, Matrícula nº 3110-1, com Gestor da parceria a ser firmada entre o Município de Rio Azul e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ nº 78.046.265/0001-18, valor global de R$ 42.740,00 em fomento através do repasse de recursos existentes no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA – DOAÇÕES, inscrito no CNPJ sob nº 24.300168/0001-80:

Art. 2º- Compete ao Gestor da Parceria:
I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
II - comunicar ao superior hierárquico a existência de indícios de irregularidades;
III - emitir parecer técnico conclusivo de análise das prestações de contas parciais e final, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação, devendo obrigatoriamente mencionar:
a) os resultados já alcançados e seus benefícios;
b) os impactos econômicos ou sociais, e
c) o grau de satisfação do público-alvo.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 02 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:96B44BBA

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO Nº 194/2026

DECRETO Nº 194/2026

O Prefeito Municipal de Rio Azul, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fulcro na Lei nº 13.019/2014, alterada pela Lei nº 13.204/2015 e no Decreto Municipal nº 23/2017 consoante ao processo de Inexigibilidade de Chamamento Público nº 11/2026 e, considerando a necessidade de fiscalizar e acompanhar parceria a ser celebrada através de Termo de Fomento entre a Administração Pública e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE,

RESOLVE:

Art. 1º- Designar como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação para a análise e fiscalização da parceria a ser firmada entre o Município de Rio Azul e Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, inscrita no CNPJ nº 78.046.265/0001-18, valor global de R$ 42.740,00 em fomento através do repasse de recursos existentes no Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA – DOAÇÕES, inscrito no CNPJ sob nº 24.300168/0001-80:

I – Presidente: LUCIANO SOBCZAK, Matrícula nº 854-1;
II – Membro: REGIANE NÓS, Matrícula nº 992-1;
III – Membro: CRISTIANE DE FÁTIMA WIONZEK BASSO, Matrícula nº 931-1;
IV – Suplentes: ELAINE CARNEIRO DE CAMPOS, Matrícula nº 871-1 e JOSÉ AMBRÓSIO ZEM, Matrícula nº 326-1.

Art. 2º- Compete à Comissão de Monitoramento de Avaliação:
I – analisar e fiscalizar o andamento da parceria;
II – emitir relatório técnico contendo:
a) descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;
b) análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;
c) valores efetivamente transferidos pela administração pública;
d) análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no Termo de Fomento.
e) análise dos documentos comprobatórios referente às visitas in loco realizadas pela Comissão;
f) análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles internos e externos, quando houver no âmbito da fiscalização preventiva, bem como, de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 3º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal.
Em Rio Azul-PR, 02 de outubro de 2026.

LEANDRO JASINSKI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:55887411

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
FPMRA - CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

CERTIFICADO DE CREDENCIAMENTO DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DE RIO AZUL**, entidade vinculada à Secretaria Municipal de Administração do Município de Rio Azul, pessoa jurídica de direito publico interno, inscrita no CNPJ sob o n° 11.468.330/0001-22, com sede na Rua Guilherme Pereira, nº 482, Centro, Rio Azul, Estado do Paraná, CEP: 84.560-000, CERTIFICA, que a **CAIXA ECONOMICA FEDERAL , Sob o CNPJ 00.360.305/0001-04,** sediada na Avenida Paulista, 750 - 9o Andar - São Paulo/SP - CEP: 01.310-908, e a **CAIXA DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, Sob o CNPJ 42.040.639/0001-40,** sediada na Avenida Paulista, 750 - 8o Andar - Bela Vista - São Paulo/SP - CEP: 01.310-908**,** aqui representada pelo Sr. Jean Carlos Vidal, Matrícula 084.496-4, Gerente Geral da Agência Local Irati - PR, apresentou a documentação solicitada pelo Edital de Credenciamento 01/2017, devidamente atualizada, a qual foi analisada e aprovada pelo Comitê de Investimentos do FPMRA, são consideradas **CREDENCIADAS**, para o recebimento de depósitos de recursos financeiros previdenciários para aplicação no mercado financeiro e para o exercício de administração de carteiras de investimentos, respeitadas as diretrizes da Resolução CMN n° 5.272 de 18 de dezembro de 2025 e Portaria MTP nº 1.467/2022.

Rio Azul (PR), 02 de outubro de 2026.

Comitê de Investimentos:

IGOR POPOVICZ
Presidente do Comitê

JACIEL POROCHNIAK
Analista do Comitê

VILMA JOSELI VERONEZ
Analista do Comitê

ELI JOSÉ CABRAL DA SILVA
Analista do Comitê

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:C8BB1023

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO COMTURIO Nº 002/2026

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE RIO AZUL – COMTURIO

RESOLUÇÃO COMTURIO Nº 002/2026

Súmula: Aprova o texto do Regimento Interno no âmbito do Conselho e determina seu encaminhamento ao Poder Executivo Municipal para aprovação por Decreto.

O **CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE RIO AZUL – COMTURIO**, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela **Lei Municipal nº 953, de 06 de maio de 2019**, e considerando as disposições da **Lei Estadual nº 15.973, de 13 de novembro de 2008**, que estabelece a Política de Turismo do Paraná, bem como da **Lei Federal nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e,

CONSIDERANDO a deliberação e aprovação da ata de nº 05 de 24 de setembro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica aprovado pelo Plenário do COMTURIO o **texto do Regimento Interno do Conselho Municipal de Turismo de Rio Azul – COMTURIO**, elaborado pelos seus conselheiros, o qual passa a constituir documento orientador da organização, funcionamento, atribuições e procedimentos internos do Conselho.

Art. 2º O **texto integral do Regimento Interno**, aprovado pelo Plenário, **segue anexo e publicado conjuntamente com a presente Resolução, dela fazendo parte integrante para todos os fins**, devendo ser encaminhado ao Poder Executivo Municipal para as providências previstas no § 2º do art. 3º da Lei Municipal nº 953/2019.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Plenário do COMTURIO. Rio Azul, Paraná, 24 de setembro de 2026.

Publique-se!

SELOÍ BUCO MORETTO
Presidente do COMTURIO
Gestão 2026/2027

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE RIO AZUL/PR

CAPÍTULO I
DA NATUREZA, FINALIDADE E COMPETÊNCIA

Art. 1º O Conselho Municipal de Turismo de Rio Azul – COMTURIO, instituído pela Lei Municipal nº 953/2019, é órgão consultivo destinado a implementar, em conjunto com a Secretaria Municipal responsável pelo turismo, a política municipal de turismo, tendo como finalidade promover e incentivar o turismo como fator de desenvolvimento sustentável, social, econômico e ambiental.

Art. 2º O COMTURIO terá atuação em todo o território do Município de Rio Azul, buscando a integração entre o Poder Público, a sociedade civil e a iniciativa privada na formulação, acompanhamento e fortalecimento das políticas públicas de turismo.

Art. 3º São competências do COMTURIO, além das previstas na Lei Municipal nº 953/2019:
I – formular e propor diretrizes básicas para a política municipal de turismo;
II – propor resoluções, atos e instruções regulamentares necessários ao desenvolvimento de suas atribuições;
III – opinar sobre projetos de lei e demais proposições que tenham relação direta ou indireta com o turismo;
IV – apoiar programas e projetos de interesse turístico que contribuam para o incremento do fluxo de visitantes no Município;
V – propor ações para integração entre os serviços públicos municipais e a iniciativa privada;
VI – acompanhar e contribuir para a melhoria da infraestrutura turística do Município;
VII – promover estudos e acompanhar informações relacionadas ao mercado turístico local;
VIII – contribuir para a atualização do cadastro de informações turísticas de interesse do Município;
IX – promover e apoiar a divulgação das atividades turísticas de Rio Azul;
X – apreciar e emitir parecer sobre contas relativas a planos e programas de trabalho executados;
XI – deliberar sobre o uso dos recursos e fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTURIO, quando instituído e observada a legislação aplicável;
XII – apoiar iniciativas destinadas ao incremento do turismo e à melhoria da infraestrutura turística receptiva;
XIII – promover ações de conscientização da comunidade sobre a importância do turismo como atividade econômica;
XIV – estimular o turismo sustentável, com valorização da identidade cultural e preservação ecológica do Município;
XV – elaborar, alterar e aprovar propostas de alteração deste Regimento Interno, observada a legislação municipal e a necessidade de aprovação pelo Poder Executivo quando exigida;
XVI – avaliar periodicamente a conjuntura municipal do turismo, mantendo o Poder Executivo e o Poder Legislativo informados sobre os resultados de suas ações.

CAPÍTULO II
DA COMPOSIÇÃO E REPRESENTAÇÃO
Art. 4º O COMTURIO será constituído por, no mínimo, 9 (nove) membros, escolhidos dentre as representatividades e que tenham interesse no desenvolvimento e fomento do turismo sustentável em Rio Azul.

Art. 5º A composição do COMTURIO observará a representação paritária entre:
I – Poder Executivo Municipal;
II – Sociedade Civil;
III – Iniciativa Privada.
§ 1º A cada membro titular corresponderá um suplente, igualmente indicado pela respectiva categoria de representação.
§ 2º O representante titular e seu respectivo suplente serão escolhidos no âmbito da categoria que representam.
§ 3º Os representantes do Poder Executivo terão mandato coincidente com o mandato do Governo Municipal.
§ 4º Os demais representantes terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.
§ 5º Os integrantes do COMTURIO serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, mediante portaria.
§ 6º O exercício da função de Conselheiro será considerado serviço público relevante e não será remunerado.

CAPÍTULO III
DOS CONSELHEIROS

Art. 6º São direitos dos Conselheiros:
I – participar das reuniões do Conselho;
II – apresentar propostas, sugestões e requerimentos;
III – discutir e votar as matérias submetidas ao Plenário, quando na condição de membro titular ou substituto regularmente convocado;
IV – solicitar informações necessárias ao exercício de suas funções;
V – participar das comissões e grupos de trabalho instituídos pelo COMTURIO;
VI – solicitar vista de processos e matérias submetidas à apreciação do Conselho, observado o prazo estabelecido pela Presidência.

Art. 7º São deveres dos Conselheiros:
I – comparecer às reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – justificar previamente, sempre que possível, eventual ausência;
III – participar das discussões e deliberações;
IV – exercer com responsabilidade as atribuições que lhes forem conferidas;
V – representar adequadamente a categoria ou segmento que os indicou;
VI – colaborar para o cumprimento das finalidades do COMTURIO;
VII – manter conduta compatível com a função pública exercida.

Art. 8º O Conselheiro deverá declarar eventual impedimento ou conflito de interesse quando a matéria submetida à apreciação do Conselho envolver interesse pessoal, profissional ou direto da entidade ou atividade que representa.

CAPÍTULO IV
DA PERDA DO MANDATO E DA SUBSTITUIÇÃO

Art. 9º O membro do COMTURIO perderá o mandato nas hipóteses previstas na Lei Municipal nº 953/2019, especialmente:
I – faltar, sem justificativa, a 3 (três) sessões consecutivas;
II – ausentar-se por período superior a 30 (trinta) dias ou por mais de 5 (cinco) sessões alternadas;
III – tornar-se incompatível com o exercício do cargo em razão de improbidade ou prática de atos irregulares.

Art. 10. Constatada qualquer das hipóteses de perda do mandato, a Presidência comunicará o fato ao Plenário, que registrará a ocorrência em ata e adotará as providências cabíveis junto à entidade ou órgão responsável pela indicação.

Art. 11. Ocorrendo vaga de membro titular, o respectivo suplente assumirá a titularidade até o término do mandato.

Parágrafo único. Na inexistência ou impossibilidade de atuação do suplente, deverá ser indicada nova representação, observadas as disposições da Lei Municipal nº 953/2019.

CAPÍTULO V
DA ORGANIZAÇÃO DO COMTURIO

Art. 12. A Diretoria do COMTURIO será composta por:
I – Presidente;
II – Vice-Presidente;
III – Secretário.

Art. 13. O Presidente, o Vice-Presidente e o Secretário serão eleitos pelo Plenário na primeira reunião ordinária do exercício.
§ 1º O mandato da Diretoria será de 1 (um) ano, permitida a recondução.
§ 2º A eleição será realizada mediante votação do Plenário, observados os critérios de quórum e votação estabelecidos neste Regimento.

CAPÍTULO VI
DA PRESIDÊNCIA

Art. 14. Compete ao Presidente:
I – convocar as reuniões ordinárias e extraordinárias;
II – presidir as reuniões plenárias;
III – declarar a abertura, suspensão e encerramento das sessões;
IV – organizar e anunciar a ordem dos trabalhos;
V – colocar em discussão e votação as matérias constantes da pauta;
VI – proclamar o resultado das votações;
VII – propor ao Poder Executivo, referendado pelo COMTURIO, atos destinados ao aprimoramento da execução da legislação que instituiu o Conselho;
VIII – autorizar a divulgação dos assuntos apreciados pelo COMTURIO através dos meios de comunicação;
IX – fixar prazo para pedidos de vista, observado o limite máximo de 5 (cinco) dias úteis;
X – assinar correspondências e atas das reuniões;
XI – baixar as resoluções do COMTURIO;
XII – exercer o voto de membro efetivo e, quando necessário, o voto de desempate;
XIII – cumprir e fazer cumprir as atribuições e deliberações do Conselho;
XIV – designar substitutos dos membros do Conselho em suas ausências, observadas as disposições legais e regimentais.

Art. 15. Compete ao Vice-Presidente substituir o Presidente em suas ausências, impedimentos ou vacância, exercendo as atribuições inerentes à Presidência durante o período da substituição.

CAPÍTULO VII
DA SECRETARIA

Art. 16. Compete ao Secretário:
I – organizar a pauta dos trabalhos de cada sessão;
II – distribuir, por determinação do Presidente, aos Conselheiros os assuntos submetidos à deliberação;
III – redigir as atas das sessões;
IV – assinar as atas juntamente com os demais membros do COMTURIO;
V – receber, registrar e encaminhar o expediente destinado ao Conselho;
VI – executar os serviços inerentes à Secretaria ou determinados pelo Presidente;
VII – propor e executar medidas destinadas à funcionalidade e agilidade dos trabalhos do COMTURIO;
VIII – providenciar a convocação dos Conselheiros para as reuniões ordinárias e extraordinárias determinadas pelo Presidente;
IX – encaminhar juntamente com a convocação a matéria relativa à pauta da reunião;
X – receber, em formulário próprio, reclamações e sugestões apresentadas por turistas, visitantes ou pelo público em geral;
XI – encaminhar ao COMTURIO as reclamações e sugestões recebidas, acompanhadas, quando for o caso, de relatório das providências adotadas.

CAPÍTULO VIII
DAS REUNIÕES

Art. 17. O COMTURIO reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, semestralmente, e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 18. As reuniões extraordinárias poderão ser convocadas pelo Presidente ou, na sua ausência, pelo Vice-Presidente.

Art. 19. As reuniões ordinárias deverão ser convocadas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, contendo a convocação a indicação da pauta e do local da reunião.

Art. 20. As reuniões poderão ocorrer de forma presencial ou, quando devidamente justificado e admitido pela Administração Municipal, por meio eletrônico ou híbrido, asseguradas a participação e a votação dos Conselheiros.

Art. 21. As reuniões obedecerão, preferencialmente, à seguinte ordem:
I – assinatura da lista de presença;
II – verificação do quórum;
III – abertura da sessão;
IV – leitura e discussão da ata anterior;
V – leitura do expediente;
VI – apresentação e apreciação da ordem do dia;
VII – discussão e votação das matérias;
VIII – assuntos gerais;
IX – encerramento.

Art. 22. Não havendo número suficiente de Conselheiros para realização da reunião, o Secretário lavrará termo circunstanciado, contendo o nome dos Conselheiros presentes.

CAPÍTULO IX
DO QUÓRUM E DAS VOTAÇÕES

Art. 23. O quórum mínimo para realização das reuniões do COMTURIO será de 3 (três) membros, conforme estabelecido na Lei Municipal nº 953/2019.

Art. 24. As deliberações serão tomadas pela maioria dos votos dos membros presentes, assegurado ao Presidente o voto de desempate.

Art. 25. Os assuntos urgentes que não constarem da pauta somente poderão ser deliberados mediante votação favorável de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (um) dos membros do Conselho, conforme previsto na legislação municipal.

Art. 26. A votação poderá ser nominal ou secreta, conforme decisão da maioria do Conselho.

Art. 27. O Conselheiro que estiver impedido de votar deverá declarar seu impedimento e não participará da votação da matéria correspondente.

CAPÍTULO X
DAS ATAS, RESOLUÇÕES E DELIBERAÇÕES

Art. 28. De cada reunião será lavrada ata, contendo, no mínimo:
I – data, horário e local da reunião;
II – relação dos Conselheiros presentes e ausentes;
III – assuntos tratados;
IV – manifestações relevantes;

V – deliberações e resultados das votações;
VI – encaminhamentos definidos;
VII – demais ocorrências relevantes.

Art. 29. As atas serão submetidas à apreciação do Plenário na reunião subsequente.

Art. 30. As deliberações do COMTURIO poderão ser formalizadas por meio de resoluções, recomendações, pareceres ou outros instrumentos compatíveis com suas atribuições.

Art. 31. As resoluções do COMTURIO serão assinadas pelo Presidente e encaminhadas aos órgãos ou entidades competentes quando necessária sua execução.

CAPÍTULO XI
DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHO

Art. 32. O COMTURIO poderá criar comissões, câmaras técnicas ou grupos de trabalho para analisar matérias específicas de interesse turístico.

Art. 33. As comissões e grupos de trabalho terão finalidade, composição e prazo de funcionamento definidos pelo Plenário.

Art. 34. Poderão ser convidados para participar das comissões e grupos de trabalho representantes do Poder Público, entidades, empresas, profissionais, especialistas e membros da comunidade que possam contribuir para os objetivos propostos.

Parágrafo único. A participação de convidados não lhes conferirá direito a voto no Plenário, salvo se forem membros regularmente designados do COMTURIO.

CAPÍTULO XII
DA PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Art. 35. O COMTURIO poderá promover audiências públicas, reuniões abertas, consultas, seminários, fóruns e outros mecanismos de participação social para discutir temas relacionados ao turismo municipal.

Art. 36. Poderão ser convidados representantes de entidades, empreendedores, feirantes, prestadores de serviços turísticos, produtores culturais, instituições de ensino, organizações da sociedade civil e demais interessados nas políticas públicas de turismo.

Art. 37. As manifestações apresentadas pela sociedade poderão ser encaminhadas ao COMTURIO para análise, registro e eventual deliberação.

CAPÍTULO XIII
DO PLANEJAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS POLÍTICAS DE TURISMO

Art. 38. O COMTURIO acompanhará as ações e programas relacionados ao desenvolvimento turístico do Município, buscando promover a integração entre Poder Público, iniciativa privada e sociedade civil.

Art. 39. O Conselho poderá solicitar informações aos órgãos públicos municipais e às entidades representadas no COMTURIO, quando necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 40. O COMTURIO deverá avaliar periodicamente a conjuntura municipal do turismo e poderá elaborar relatórios, recomendações e propostas destinadas ao Poder Executivo e ao Poder Legislativo.

CAPÍTULO XIV
DOS RECURSOS DO FUMTURIO

Art. 41. Compete ao COMTURIO deliberar sobre o uso dos recursos, fiscalizar a captação, o repasse e a destinação dos recursos de competência do FUMTURIO, observadas a legislação municipal específica e as normas orçamentárias, financeiras e de controle aplicáveis.
Parágrafo único. A atuação do COMTURIO sobre os recursos do FUMTURIO deverá observar as competências atribuídas pela legislação específica que instituir ou regulamentar o Fundo Municipal de Turismo.

CAPÍTULO XV
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 42. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Plenário do COMTURIO, observadas as disposições da Lei Municipal nº 953/2019 e demais normas aplicáveis.

Art. 43. A alteração deste Regimento Interno dependerá de aprovação pelo Plenário do COMTURIO e posterior aprovação por Decreto do Poder Executivo Municipal, conforme previsto na Lei Municipal nº 953/2019.

Art. 44. Este Regimento Interno deverá ser interpretado em conformidade com a Lei Municipal nº 953/2019, não podendo suas disposições contrariar a legislação municipal, estadual ou federal aplicável.

Art. 45. O presente Regimento Interno entra em vigor após sua aprovação na forma estabelecida pela legislação municipal.

Rio Azul, 24 de setembro de 2026.

Publicado por:
Jaciel Porochniak
Código Identificador:C799563D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ
LEI 786-2026

LEI Nº 786/2026

Súmula: Fixa e regulamenta as atribuições, requisitos e vedações dos cargos de provimento em comissão do Poder Executivo Municipal remanescentes da Lei Municipal nº 269/2007 que não possuem descrição em texto de lei, altera o art. 3º da referida lei, e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO IVAÍ**, ESTADO DO PARANÁ, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:
CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º Esta Lei fixa e regulamenta em texto legal as descrições sumárias, atribuições específicas, requisitos de provimento e vedações de todos os cargos de provimento em comissão do Poder Executivo Municipal de Rio Branco do Ivaí instituídos pela Lei Municipal nº 269/2007 que não possuíam atribuições descritas em lei, excluídos expressamente aqueles já extintos pela Lei Complementar nº 749/2025.
Art. 2º O Art. 3º da Lei Municipal nº 269/2007 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º As atribuições, requisitos e vedações pertinentes aos cargos públicos de provimento em comissão são exclusivamente aqueles definidos em Lei, sendo vedada a fixação ou alteração de atribuições funcionais por meio de Decreto ou qualquer ato infralegal do Poder Executivo." (NR)
CAPÍTULO II – DO QUADRO E DAS ATRIBUIÇÕES DOS CARGOS
Art. 3º O Quadro dos cargos comissionados da Lei Municipal nº 269/2007 regulamentados por esta Lei, com suas respectivas vagas e símbolos de vencimento.
Art. 4º Fica aprovado o Manual de Atribuições, Requisitos e Vedações dos cargos comissionados a que se refere o art. 1º, conforme discriminado no **Anexo I** desta Lei.

CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 5º Permanecem inalteradas as atribuições dos cargos de provimento em comissão criados pela Lei Complementar nº 749/2025, bem como a estrutura dos cargos de Secretário Municipal regida pela legislação específica.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio Branco do Ivaí, Estado do Paraná, aos 01 dias do mês de outubro de 2026.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

ANEXO I – MANUAL DE ATRIBUIÇÕES, REQUISITOS E VEDAÇÕES

1. CHEFE DE GABINETE (Símbolo CC4)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior Completo.
Atribuições: Dirigir, organizar e coordenar as atividades administrativas e protocolares do Gabinete do Prefeito; planejar a agenda de audiências, solenidades e viagens oficiais do Chefe do Executivo; transmitir ordens e diretrizes políticas aos Secretários e dirigentes de órgãos municipais; supervisionar o fluxo de documentos oficiais e expedientes endereçados ao Prefeito.
Vedações: Exercer atribuições meramente executórias e rotineiras sem relação direta com o Gabinete do Chefe do Executivo.
2. DIRETOR GERAL (Símbolo CC1)
Requisito Mínimo: Ensino Superior Completo em Administração, Direito, Economia ou Gestão Pública.
Atribuições: Superintender, coordenar e integrar as ações administrativas entre as diversas Secretarias Municipais; monitorar o cumprimento das metas estratégicas do Plano de Governo; auxiliar o Prefeito na tomada de decisões intersetoriais de alta relevância; presidir comitês de planejamento de gestão instituídos pelo Executivo.
Vedações: Desempenho de rotinas burocráticas subalternas desprovidas de comando e direção estratégica.
3. DIRETOR ADMINISTRATIVO (Símbolo CC2)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior Completo.
Atribuições: Dirigir e planejar as atividades de suporte operacional, patrimonial e de serviços internos da Prefeitura; coordenar os fluxos de compras de materiais de expediente e manutenção predial; fiscalizar a atuação dos encarregados de zeladoria, protocolo e arquivo geral.
Vedações: Execução de serviços braçais ou rotinas exclusivas de escrituração sem poder de comando.
4. ASSESSOR DE IMPRENSA (Símbolo CC7)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior em Comunicação Social/Jornalismo.
Atribuições: Assessorar o Prefeito e Secretários na interlocução com veículos de comunicação e imprensa; redigir notas oficiais, matérias informativas e releases institucionais sobre os atos de governo; coordenar a cobertura de atos solenes e a gestão da publicidade institucional do Município.
Vedações: Atividades estritamente operacionais sem juízo de valor comunicacional estratégico.
5. ASSESSOR DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (Símbolo CC7)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior Completo.
Atribuições: Assessorar na articulação, elaboração e acompanhamento dos instrumentos de planejamento municipal (PPA, LDO e LOA); consolidar dados gerenciais das Secretarias para subsidiar relatórios executivos; prestar apoio técnico na captação de recursos e acompanhamento de convênios.
Vedações: Execução de lançamentos contábeis rotineiros privativos do setor financeiro efetivo.
6. CHEFE DA DIVISÃO DE CONTABILIDADE (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Técnico em Contabilidade/Superior na área.
Atribuições: Chefiar, orientar e coordenar a equipe de auxiliares e escriturários da divisão contábil; fiscalizar o cumprimento do cronograma de fechamento mensal, balancetes e prazos perante o Tribunal de Contas; subsidiar a Direção de Finanças com relatórios gerenciais da execução orçamentária.
Vedações: Assinatura de balanços oficiais privativos do Contador habilitado de provimento efetivo.
7. CHEFE DE EMPENHO E ENCARREGADO DE EMPENHO (Símbolos CC6 / CC7)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo.
Atribuições: Chefiar e coordenar a equipe responsável pelo recebimento, triagem e controle dos pedidos de empenhamento de despesas das Secretarias; verificar a conformidade com a dotação orçamentária autorizada; coordenar a organização e guarda dos processos de liquidação.
Vedações: Lançamento operacional direto e exclusivo sem poder de coordenação e supervisão de equipe.
8. CHEFE DA DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO E TRIBUTAÇÃO (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo.
Atribuições: Comandar, planejar e distribuir as ordens de serviço da fiscalização tributária e de posturas; coordenar a equipe de atendimento ao contribuinte e arrecadação de tributos (IPTU, ISS, Taxas); supervisionar campanhas de recadastramento e combate à sonegação fiscal.
Vedações: Lançamento tributário privativo de auditor/fiscal de carreira com fé pública.
9. CHEFE DO RODOVIÁRIO MUNICIPAL E CHEFE DO PÁTIO (Símbolos CC6 / CC9)
Requisito Mínimo: Ensino Fundamental Completo ou Médio Completo.
Atribuições: Chefiar e supervisionar os motoristas de caminhão, operadores de máquinas pesadas e mecânicos do Município; coordenar as escalas diárias de trabalho nas frentes de recuperação de estradas rurais; zelar pela guarda, abastecimento, controle de quilometragem e manutenção da frota pesada.
Vedações: Condução rotineira e habitual de veículos pesados sem exercício de chefia da equipe.
10. CHEFE DA DIVISÃO DE OBRAS E CHEFE DE URBANISMO (Símbolos CC6 / CC15)
Requisito Mínimo: Ensino Fundamental Completo ou Médio Completo.
Atribuições: Chefiar e coordenar os pedreiros, serventes, carpinteiros e turmas de obras da Prefeitura; distribuir tarefas e fiscalizar o cumprimento dos cronogramas das obras civis municipais; coordenar intervenções de melhoria urbanística, reparo de calçadas, galerias e iluminação pública.
Vedações: Trabalho braçal direto e exclusivo na construção civil sem função de liderança.
11. CHEFE DE SERVIÇOS GERAIS E DE UTILIDADE PÚBLICA (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Fundamental Completo ou Médio Completo.
Atribuições: Chefiar e supervisionar as equipes de limpeza urbana, coleta de lixo, varrição de ruas, conservação de praças, jardins e cemitérios municipais; fiscalizar as escalas dos garis e trabalhadores de serviços gerais; assegurar o fornecimento de ferramentas e EPIs para a equipe.
Vedações: Execução manual e rotineira de limpeza sem responsabilidade de comando de turmas.
12. ENCARREGADO DE SERVIÇOS GERAIS (Símbolo CC14)
Requisito Mínimo: Ensino Fundamental Completo.
Atribuições: Coordenar diretamente as frentes de trabalho braçal e serviços externos do Município; orientar e cobrar o cumprimento das tarefas diárias atribuídas pelo Chefe da Divisão; reportar necessidades de reposição de insumos e reparos imediatos em equipamentos de apoio.
Vedações: Execução exclusiva de tarefas braçais sem encargo de liderança de turma.
13. CHEFE DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E DO HOSPITAL (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Formação na área da Saúde.
Atribuições: Chefiar as atividades administrativas, recepção, serviços de hotelaria e suporte operacional do Hospital Municipal e postos de saúde; coordenar a escala de motoristas de ambulância e pessoal de portaria/limpeza hospitalar; garantir o abastecimento de materiais de apoio aos setores de saúde.

Vedações: Realização de atos médicos ou privativos de profissionais de enfermagem.
14. CHEFE DE ENFERMAGEM (Símbolo CC4)
Requisito Mínimo: Formação em Enfermagem ou Técnico em Enfermagem.
Atribuições: Coordenar e chefiar a escala funcional dos auxiliares e técnicos de enfermagem nas unidades de saúde; supervisionar a organização das salas de vacinação, curativos e dispensação de insumos; alinhar com a Secretaria de Saúde a rotina de acolhimento ao paciente.
Vedações: Substituição de plantões assistenciais rotineiros sem atribuição de liderança.
15. CHEFE DE PROMOÇÃO SOCIAL E DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior Completo.
Atribuições: Chefiar as equipes de apoio comunitário e recepção das unidades de atendimento social; coordenar a logística de entrega de benefícios eventuais autorizados; supervisionar os serviços de manutenção e infraestrutura dos centros comunitários municipais.
Vedações: Emissão de laudos periciais privativos de Assistente Social ou Psicólogo concursado.
16. DIRETOR DA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO E CHEFE DE EDUCAÇÃO (Símbolos CC4 / CC10)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Superior em Pedagogia/Área correlata.
Atribuições: Dirigir e chefiar a logística de apoio da Secretaria de Educação, coordenando a escala dos motoristas de transporte escolar e monitores; supervisionar a distribuição de merenda e suprimentos às escolas; planejar o calendário de conservação predial dos estabelecimentos de ensino.
Vedações: Substituição de docência em sala de aula ou regência de classe.
17. ASSESSOR JURÍDICO (Símbolo CC3)
Requisito Mínimo: Ensino Superior Completo em Direito e Inscrição Regular na OAB.
Atribuições: Assessorar diretamente o Chefe do Poder Executivo em assuntos estratégicos, pareceres de governabilidade e formulação de diretrizes de governo; elaborar notas técnicas e orientações sobre a constitucionalidade e mérito político de matérias legislativas; redigir minutas de mensagens de veto e projetos de lei de iniciativa do Executivo; representar institucionalmente o Prefeito junto a outros entes federativos e órgãos de controle em tratativas de interesse do Município.
Vedações: É vedado o exercício de representação judicial ordinária do Município, emissão de pareceres obrigatórios em processos licitatórios comuns, atuação em causas trabalhistas e cobrança de dívida ativa, atribuições que pertencem privativamente ao cargo efetivo de Advogado do Município.

18. DIRETOR DE ESCOLA MUNICIPAL (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo ou Formação em Magistério/Pedagogia.
Atribuições: Dirigir a unidade escolar, respondendo pela gestão administrativa, conservação do prédio, controle de frequência de servidores e cumprimento do calendário escolar; coordenar a relação entre a comunidade escolar, pais e Secretaria de Educação.
Vedações: Exercício de atividades burocráticas subalternas sem responsabilidade de direção.
19. CHEFE DA DIVISÃO DE CULTURA E DE ESPORTE (Símbolo CC6)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo.
Atribuições: Chefiar e coordenar a organização de campeonatos esportivos, escolinhas de esporte e eventos cívico-culturais do Município; supervisionar a equipe de conservação dos ginásios, campos, quadras e centros culturais públicos.
Vedações: Atividade de atleta ou de arbitragem profissional exclusiva.
20. CHEFE DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E INSEMINAÇÃO (Símbolos CC6 / CC12)
Requisito Mínimo: Ensino Fundamental Completo ou Médio/Técnico Agrícola.
Atribuições: Chefiar os trabalhadores de campo, viveiristas e operadores da patrulha agrícola em atendimento aos pequenos produtores; coordenar a escala de serviços mecanizados e distribuição de mudas; supervisionar as ações de apoio à bacia leiteira e serviços de inseminação artificial.
Vedações: Trabalho manual exclusivo sem coordenação de atendimento aos produtores.
21. CHEFE DA DIVISÃO DE PATRIMÔNIO E CHEFE DA JSM/CTPS/INCRA (Símbolos CC6 / CC8)
Requisito Mínimo: Ensino Médio Completo.
Atribuições: Chefiar a equipe de tombamento, etiquetagem e inventário anual de bens permanentes do Município; coordenar o atendimento aos cidadãos nos postos conveniados da Junta de Serviço Militar, Carteira de Trabalho e Unidade Municipal Cadastral do INCRA.
Vedações: Execução isolada de digitação de fichas sem função de coordenação e atendimento.

PEDRO TABORDA DESPLANCHES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jesiel Desplanches
Código Identificador:3ED174C4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.809/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 171.656,01 (cento e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e um centavo)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 171.656,01 (cento e setenta e um mil, seiscentos e cinquenta e seis reais e um centavo), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS PÚBLICAS		
Unidade Orçamentária: 16.005	Departamento de Obras Públicas	
Funcional Programática: 16.005.0015.0452.0004.2024	**Atividade:**Iluminação pública	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	00507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF	R$ 171.656,01
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$171.656,01**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 1241500100 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - principal, 1241500300 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa, 1241500400 - Contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública - dívida ativa - multas e juros, 1321011140 - Remuneração de depósitos bancários - geral - Fonte 507 da fonte 507 - COSIP - Contribuição de Iluminação Pública, Art. 149-A, CF nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de outubro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:439E37A9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.810/2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em excesso de arrecadação no valor de R$ 46.478,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e oito reais)."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, base nos Artigos 41, I, 42, 43, § 1º, II, § 3º e § 4º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 1536 de 01 de Janeiro de 2026:

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em excesso de arrecadação, no valor de R$ 46.478,00 (quarenta e seis mil e quatrocentos e setenta e oito reais), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO		
Unidade Orçamentária: 08.002	Fundo de Assistência Social	
Funcional Programática: 08.002.0008.0245.0008.2058	**Atividade:**Ações de custeio e investimento de média e alta complexidade (CREAS, Casa de Acolhimento, etc)	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390300000 - Material de consumo	00941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade	R$ 46.478,00
VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:		**R$46.478,00**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do excesso de arrecadação da(s) receita(s): 2413500100 - Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal da fonte 941 - Bloco de Financiamento da Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade nos termos do inciso II, § 1º, artigo 43, da Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de outubro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:41A7BE23

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 8.811/2026

"Designa comissão organizadora do chamamento público para autorização de serviço público de táxi, denominado serviço de táxi, nos termos da Lei nº 1.246/2021 e Lei nº 1.584/2026."

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições legais, conforme o Art. 70, IV, da Lei Orgânica, considerando o disposto na Lei Municipal nº 1.246, de 27 de maio de 2021 e alterações dispostas pela Lei Ordinária nº 1.584/2026, tomando em consideração o disposto nas Leis Federais nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, e nº 12.468, de 26 de agosto de 2011,

D E C R E T A:

Art. 1º Fica nomeada Comissão Organizadora para a finalidade de autorização de serviços de táxi, nos termos da Lei n.º 1.246/2021, que deverá organizar, fiscalizar e coordenar todo o processamento do processo de autorização, incluindo o recebimento e análise dos documentos.

MEMBROS:
I – Brenda Sausen Rodrigues - RG: 12XXX.XXX-1
II – Cristiane Schubert de Souza – RG: 13XXX.XXX-2

Art. 2º Fica expressamente revogado o Decreto Municipal nº 7.701/2025

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, em 02 de outubro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:FB68C913

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL N º 017/2026 – 25ª CONVOCAÇÃO –PSS Nº 002/2025– SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

AILTON LUIZ NODARY, PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO DO SUL, ESTADO DO PARANÁ,

R E S O L V E,

1 – CONVOCAR o candidato, a seguir relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2025 - SEMSA:

Cargo/Função: CIRURGIÃO DENTISTA

CLASS.	NOME DO CANDIDATO	DATA DE NASC.	MODALIDADE
10º	**MARCELO DO NASCIMENTO PENZO GARCIA**	**04/04/1989**	**AC**

AC – Ampla Concorrência **PCD** - Pessoa Com deficiência **PN –** Pessoa Negra
2-Os candidatos convocados na forma deste Edital, deverão se apresentar no Departamento de Gestão de Pessoal da Prefeitura do Município de Rio Branco do Sul, situado na Rua Horacy Santos, nº 222, na Cidade de Rio Branco do Sul, no período compreendido entre **05/10/2026 à 09/10/2026**, nos horários de 08h00min às 12h00min e de 13h00min às 17h00min, com todos os documentos necessários (originais e cópias), conforme a lista abaixo, para manifestar sobre o seu interesse de assumir sua respectiva vaga no cargo especificado ou declarar a opção pela desistência definitiva:
a) Cópia da Certidão de Nascimento e/ou da Certidão de Casamento;
b) Prova de quitação com a Justiça Eleitoral;
c) Prova de quitação com o serviço militar para o candidato do sexo masculino;
d) Cópia do documento de Identificação **RG**;
e) Cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
f) 01 (uma) fotografia 3X4 recente;
g) Cópia da Certidão de Nascimento do (s) filho(s), menores de 14 (quatorze) anos;
h) Cópia do Registro no Órgão de Classe e comprovante de pagamento da última anuidade;
i) Certidão Negativa Criminal, **expedida pela Comarca onde reside;**
j) Certidão Negativa Criminal **expedida pela Polícia Federal;**
k) Cópia do comprovante de residência ou documento equivalente;
l) Número do PIS/PASEP;
m)Cópia Ctps (Carteira de Trabalho);
n) Cópia Diploma / Certificado Conclusão de Curso;
o)Outros documentos listados no momento do ato convocatório

É obrigatório apresentação de todos os documentos no ato do comparecimento.

Gabinete do Prefeito do Município de Rio Branco do Sul, 02 de outubro de 2026.

AILTON LUIZ NODARY
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:5148988D

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº001/2026

Extrato Adesão: nº 001/2025 - Contratação de empresa especializada para o fornecimento de mochilas e estojos escolares, mediante adesão, na condição de órgão não participante, à Ata de Registro de Preços vigente, destinados aos alunos da Rede Pública Municipal de Ensino (Adesão ao Pregão Eletrônico nº 03/2024 e Ata de Registro de Preços 04/2024 junto ao CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE EDUCAÇÃOE ENSINO DO PARANÁ).Art. 86 da Lei nº 14.133/2021.**Detentora da Ata:** UNIVERSO BOLSAS INDUSTRIA E COMÉRCIO EIRELI.**Valor Total da Adesãopara o Município de Rio Branco do Sul:** R$219.101,30. **Secretaria Responsável:** Secretaria Municipal de Educação. **Fiscaldo Objeto:**Terezinha de Fátima Borges**. Data de Assinatura:**02/10/2026 e fim da vigência em 01/10/2027.

CRISLEINE DOS SANTOS LEONART
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:81EAAF74

SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE N.º 074/2026

Contrato: 289/2026. Modalidade: Processo de Inexigibilidade n.º 074/2026. **Objeto**: contratação de empresa especializada para execução do Projet o Estação Futuro 2 –fornecida pela empresa OYÁ CONSULTORIA SOCIAL, inscrita no CNPJ n°:54.384.464/0001 -78 em atendimento à Secret aria de Municipal de Assistência Soci al e Habitação conformecondições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento. **Dispositivo legal:** Lei 14.133/2021; Artigo 74; Inciso III. **Contratado: OYÁ CONSULTORIA E GESTÃO DE PROJETOS SOCI AIS LTDA**, CNPJ: 54.384.464/0001-78. **Valor Unitário:** R$ 299.999,99. **Valor Total:** R$ 299.999,99. **Prazo de execução**: O contrato terá vigência de 180 (cento e oitenta) dias, contados do dia **29/09/2026** até o dia **28/03/2027**, vigência até **28/07/2027**. **Responsável pelo Contrato:** Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação. **Fiscal da Contratação**: Roberta Cibi N Do Nascimento**. Data da ratificação:** 02/10/2026.

ARION LUCAS DE SOUZA DE CRISTO
Agente de Contratação – Decreto n.º 8.513/2026
Departamento de Compras e Licitações

Publicado por:
Carine Graziele de Andrade
Código Identificador:DB36FE33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
DECRETO Nº 156/2026

Dispõe sobre Declaração de Utilidade Pública de áreas de terras de propriedade de Gilmar Wilgosz e s/m Zelia Barbosa Wilgosz, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto-Lei Federal nº 3365, de 21 de junho de 1941;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada de utilidade pública para fins de desapropriação amigável e a título gracioso, a área de terras de propriedade de Gilmar Wilgosz e s/m Zélia Barbosa Wilgoz, registrado sob nº 19.380 do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Rio Negro, com fundamento nos arts. 5º e 6º, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941 e suas alterações.

Parágrafo único. A área de que trata o *caput* possui as seguintes características:
Área: 100,00m²
Descrição: Faz parte da matrícula sob nº 19.380, Registro Geral, do Livro nº 2, do Serviço Registral de Imóveis da Comarca de Rio Negro, com as seguintes características: situado a 11,70m por um acesso até a Estrada Municipal MO:102 e a 150m da Capela São Pedro na localidade de Ovelhas neste município. Faz frente de 10,00m para a propriedade de Gilmar Wilgosz, CPF:468.XXX.XXX-72, matrícula 19.380; Divisa pelo lado direito em 10,00m com a propriedade de Gilmar Wilgosz, CPF:468.XXX.XXX-72, matrícula 19.380; Divisa pelo lado esquerdo em 10,00m com a propriedade de Gilmar Wilgosz, CPF:468.XXX.XXX-72, matrícula 19.380; Faz fundos de 10,00m com a propriedade de Gilmar Wilgosz, CPF:468.XXX.XXX-72, matrícula 19.380.

Art. 2º A área descrita no art. 1º será destinada para instalação de casa de tratamento e poço artesiano do sistema de abastecimento de água para a comunidade da localidade de Ovelhas/Capela de São Pedro, neste Município.

Art. 3º O proprietário da área atingida pela presente desapropriação administrativa limitará o uso e gozo da mesma, abstendo-se, consequentemente da prática dentro da referida área.

Art. 4º As despesas decorrentes de escrituração da presente desapropriação correrão por conta de dotações orçamentárias globais do orçamento vigente.

Art. 5º A área de que trata o artigo 1º fica avaliada no valor R$ 1.000,00 (um mil reais).
Parágrafo único. O valor de avaliação citado neste artigo será utilizado especificamente como base de cálculo para fins de trâmites cartorários, taxas e emolumentos.

Art. 6º O contrato de doação pura e simples é parte integrante deste Decreto.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1367126B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 1051/2026

Concede Abono de Permanência ao servidor Claudinei de Andrade.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, considerando os dispostos nos art. 2º, § 5º, da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 4º, § 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e embasado no Processo Administrativo nº 37/2026, de Abono de Permanência, e Processo Digital nº 24647/2026,

RESOLVE:

Art. 1ºConceder Abono de Permanência, a partir de 21 de setembro de 2026, ao servidor Claudinei de Andrade, brasileiro, servidor público

municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de Calceteiro, com matrícula funcional nº 3689-01.

Art. 2ºO abono de permanência corresponde ao valor da contribuição previdenciária devida pelo servidor e será pago até que ele seja aposentado voluntariamente ou até completar as exigências para aposentadoria compulsória.

Art. 3ºEsta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 21 de setembro de 2026.

Rio Negro, 1º de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8F798888

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 1052/2026

Concede aposentadoria voluntária à servidora Luciana Gaspar Matias.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, art. 40, § 5º, da Constituição Federal de 1988, e art. 4º, § 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e embasado no Processo Administrativo nº 33/2026, de Aposentadoria,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a partir de 2 de outubro de 2026, à servidora LUCIANA GASPAR MATIAS, brasileira, servidora pública municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de Professor, com matrícula funcional nº 9911-01.

Art. 2º Os proventos iniciais de aposentadoria equivalem à integralidade (100%) da remuneração da servidora no cargo efetivo ocupado no momento da aposentadoria e correspondem a R$ 3.408,96 (três mil quatrocentos e oito reais e noventa e seis centavos).
Parágrafo único. A base de cálculo a que se refere o *caput* deste artigo é composta pelo vencimento básico do cargo efetivo Professor, Classe "C", Referência 10, carga horária 20 horas semanais (PC20-10), mais o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 25% (vinte e cinco por cento).

Art. 3º O valor dos proventos de aposentadoria não poderá exceder a remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, por ocasião da sua concessão, nos termos do art. 40, § 2º da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nem ser inferior ao salário mínimo, conforme disposto no art. 39, § 3º, e art. 7º, inciso VII, ambos também da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º Eventuais e futuros reajustes ou revisão geral anual no benefício ora concedido será feito na forma do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:19AC0EFE

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 1053/2026

Concede aposentadoria voluntária à servidora Odete Schezoski Veiga.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e art. 4º, § 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e embasado no Processo Administrativo nº 36/2026, de Aposentadoria,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por tempo de contribuição, a partir de 2 de outubro de 2026, à servidora ODETE SCHEZOSKI VEIGA, brasileira, servidora pública municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais B, com matrícula funcional nº 13188-01.

Art. 2º Os proventos iniciais de aposentadoria equivalem à integralidade (100%) da remuneração da servidora no cargo efetivo ocupado no momento da aposentadoria e correspondem a R$ 2.439,59 (dois mil quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e nove centavos).
Parágrafo único. A base de cálculo a que se refere o *caput* deste artigo é composta pelo vencimento básico do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais B, Nível I, Classe A, Referência Inicial (código I_A_Inicial), carga horária de 40 horas semanais, mais o Adicional por Tempo de Serviço no percentual de 23% (vinte e três por cento).

Art. 3º O valor dos proventos de aposentadoria não poderá exceder a remuneração da servidora no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, por ocasião da sua concessão, nos termos do art. 40, § 2º da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nem ser inferior ao salário mínimo, conforme disposto no art. 39, § 3º, e art. 7º, inciso VII, ambos também da Constituição Federal de 1988.

Art. 4º Eventuais e futuros reajustes ou revisão geral anual no benefício ora concedido será feito na forma do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41, de 2003, e art. 2º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:38D0D402

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 1054/2026

Concede Aposentadoria por Idade ao(à) servidor(a) Adilson José Langer.

O Chefe do Poder Executivo Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no artigo 40, § 1º, inciso III, alínea "b", da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de

dezembro de 2003, e art. 4º, § 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e embasado no Processo Administrativo nº 34/2026, de Aposentadoria por Idade,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder aposentadoria voluntária por idade, a partir de 2 de outubro de 2026, ao servidor ADILSON JOSÉ LANGER, brasileiro, servidor público municipal de Rio Negro/PR, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA B, Nível II, Classe A, Referência Inicial (código: II_A_Inicial), carga horária de 40 horas semanais, com matrícula funcional nº 18996-01.

Art. 2º Os proventos iniciais de aposentadoria por idade são calculados proporcionalmente ao tempo de contribuição de 17 anos, 2 meses e 15 dias, na razão de 6280/12775 avos (49,15%), nos termos da Lei Federal nº 10.887, de 18 de junho de 2004, e do Acórdão nº 2.848/16-TP do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, e correspondem ao valor de R$ 1.014,69 (mil e quatorze reais e sessenta e nove centavos).

Art. 3º O valor dos proventos de aposentadoria não poderá exceder a remuneração do servidor no cargo efetivo em que se deu a aposentadoria, por ocasião da sua concessão, nos termos do art. 40, § 2º da Constituição Federal de 1988, na redação dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, nem ser inferior ao salário-mínimo, conforme disposto no art. 39, § 3º, c/c art. 7º, inciso VII, ambos também da Constituição Federal de 1988.
Parágrafo único. Em razão do disposto no *caput* deste artigo, os proventos iniciais de aposentadoria por idade efetivamente devidos correspondem a R$ 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais).

Art. 4º Eventuais e futuros reajustes ou revisão geral anual no benefício ora concedido será feito na forma do art. 40, § 8º, da Constituição Federal de 1988, na redação da Emenda Constitucional nº 41, de 2003.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 2 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

ANA PAULA PORTES CHAPIEWSKI
Diretora Executiva do IPRERINE

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:1CF9CC21

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1055/2026

Dispõe sobre exoneração por término de contrato de servidora pública, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar, a partir de 6 outubro do corrente, por término de contrato, a servidora pública ***Bianca Ruthes Francisco Belli,*** com matrícula nº 110167-4/2, ocupante do cargo temporário de "Agente Comunitário de Saúde", lotada na Secretaria Municipal de Saúde, admitida através do Processo Seletivo Simplificado regido pelo Edital nº 34, de 1º de abril de 2024.
Parágrafo único. A exoneração de que trata o art. 1º ocorre após o encerramento do período de licença maternidade concedido pela Portaria nº 511, de 29 de abril de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 6 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:29C8AB37

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 1056/2026

Prorrogação dos efeitos da Portaria nº 1600, de 9 de outubro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Edital nº 72, de 18 de julho de 2025, do Processo Seletivo Simplificado, cujo resultado foi publicado através da homologação do resultado final - parcial, pelo Edital nº 100, de 8 de setembro de 2025,

R E S O L V E:

Art. 1º Prorrogar, pelo prazo de 1 (um) ano, a partir de 8 de outubro de 2026, os efeitos da Portaria nº 1600, de 9 de outubro de 2025, que nomeia ***Caio Juliano Cavazotti,*** com matrícula 109829-9/3, para o cargo temporário de "Técnico em Laboratório", lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 8 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:335C700A

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1057/2026

Concede licença prêmio para servidor municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído nos períodos de 5 a 19 de outubro de 2026 e de 4 a 18 de janeiro de 2027, referente ao seu 1º (primeiro) quinquênio de função pública, para o servidor ***Gabriel Wilczek,*** com matrícula nº 2555-0/1, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Serviços Urbanos e Habitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 5 de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:257891BF

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1058/2026

Concede licença prêmio para servidora municipal, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o artigo n.º 103, da Lei Municipal nº 1.318, de 05 de dezembro de 2002 e suas alterações,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder 1 (um) mês de licença prêmio, a ser usufruído no período de 1º a 30 de outubro de 2026, referente ao seu 4º (quarto) quinquênio de função pública, para a servidora ***Ana Lucia do Livramento,*** com matrícula nº 1351-0/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de outubro de 2026.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:8C335596

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
PORTARIA N.º 1059/2026

Dispõe sobre alteração na Portaria nº 270, de 11 de fevereiro de 2025, conforme especifica.

O Prefeito Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria nº 270, de 11 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a designação de servidores municipais como Gestor e Suplente e Fiscal e Suplente respectivamente de convênio de cooperação técnica com a Agência de Assuntos Metropolitanos do Paraná, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º ... e a servidora municipal Rayssa Pereira, com matrícula nº 110148-5/3, ocupante do cargo de provimento em comissão de "Assessora da Secretária Municipal da Fazenda, ...

Art. 2º Designar o servidor municipal André Klemann Koch, com matrícula nº 2283-7/1, ocupante do cargo de "Auditor Tributário ..." (NR)

Art. 2º Permanecem inalterados os demais artigos da Portaria nº 270, de 2025.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio Negro, 2 de outubro de 2026.

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:B27BE6A3

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
REPUBLICAÇÃO - ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL (LOA) – EXERCÍCIO DE 2027

Aos vinte e cinco dias do mês de setembro de dois mil e vinte e seis, com início às quatorze horas, em formato híbrido, presencialmente nas dependências do Cine Teatro Antônio Cândido do Amaral, anexo à Prefeitura Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Rua Juvenal Ferreira Pinto, nº 2070, Bairro Seminário, e com transmissão simultânea por meio das plataformas digitais oficiais do Município, realizou-se a Audiência Pública para apresentação e discussão do Projeto da Lei Orçamentária Anual (LOA) referente ao Exercício Financeiro de 2027 (dois mil e vinte e sete). A sessão foi convocada em estrito cumprimento aos preceitos legais e aos princípios de transparência da gestão fiscal, em conformidade com o parágrafo único do artigo quarenta e oito da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de quatro de maio de dois mil). A referida audiência também foi disponibilizada e transmitida on-line por meio do serviço de streaming YouTube, pelo link: https://www.youtube.com/live/MK04EhfePkc. Estavam presentes os seguintes representantes do Poder Executivo: Alessandro Cristian von Linsingen (Prefeito Municipal), Geovan da Silva (Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral), Tatiane Izabele Schenoveber Rodrigues (Secretária Municipal da Fazenda), Mayra Luana Konell (Secretária Municipal de Saúde), Felipe Luiz Peters (Secretário Municipal de Administração), Luiz Henrique Gradiz Alves (Secretário Municipal de Indústria e Comércio), Luciane Maria Machado Lorenzzi (Secretária Municipal de Assistência Social), Leandro Lukasinski (Procurador-Geral do Município), Jerusa Cleres (Controladora Interna do Município) e Marcos Aurélio Pereira da Cruz (Contador e Responsável Técnico da Secretaria de Planejamento). Também esteve presente o Sr. Élcio Josué Colaço (Vereador), bem como os demais participantes constantes na lista de presença anexa à presente Ata, a qual foi redigida por mim, Janice Sconieczny Grein, secretária *ad hoc*. A abertura oficial dos trabalhos foi realizada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal de Rio Negro, Senhor Alessandro Cristian von Linsingen, que deu as boas-vindas aos cidadãos, às autoridades presentes e aos internautas, ressaltando o valor do planejamento estratégico participativo como ferramenta essencial para delinear o futuro do município. Ressaltou que o crescimento constante de Rio Negro demanda a ampliação dos serviços públicos e a criação de novas oportunidades para os cidadãos, o que deve ser feito com estrita observância aos limites legais. Manifestou também reconhecimento ao trabalho da equipe da Secretaria de Planejamento e Coordenação Geral, dos contadores e dos responsáveis financeiros, apontando que o esforço coletivo foi fundamental para a construção do projeto. Ao final, enfatizou que as projeções financeiras apresentadas devem se transformar em um atendimento eficiente e de qualidade para a população rio-negrense. Em seguida, passou-se a palavra ao Secretário Municipal de Planejamento e Coordenação Geral, Geovan da Silva, para o início da apresentação técnica. Ao assumir a condução dos trabalhos, o Secretário agradeceu a presença de todos e ressaltou a obrigatoriedade e a importância da audiência pública como instrumento de transparência na administração pública municipal. Apresentou a equipe técnica responsável pela consolidação das informações e pela elaboração das peças orçamentárias. Destacou a construção conjunta do orçamento municipal entre as secretarias e agradeceu a todos os servidores envolvidos no processo pelo excelente trabalho realizado. Após, fez uma breve explanação sobre as três peças orçamentárias que estão interligadas entre si: PPA (Plano Plurianual), LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) e LOA (Lei Orçamentária Anual), apresentando os principais conceitos, objetivos, estruturas, vigências e prazos. Ato contínuo, o Secretário Geovan deu início à explanação detalhada da proposta orçamentária para o exercício de 2027, sendo o orçamento fixado no montante de R$ 240.130.178,29 (duzentos e quarenta milhões, cento e trinta mil, cento e setenta e oito reais e vinte e nove centavos). Na sequência, apresentou a Estimativa de Receitas, contemplando a demonstração das projeções de arrecadação do Município para o próximo exercício, o que compreende as receitas tributárias próprias, as transferências constitucionais da União e do Estado, operações de crédito e demais aportes legais previstos, além de exibir o comparativo da evolução da receita nos anos de 2024, 2025, no ano corrente e no próximo exercício. Logo após, procedeu à demonstração da Fixação das Despesas, detalhando os limites de gastos fixados para a manutenção e a operacionalização da máquina pública, bem como para o custeio dos serviços administrativos e investimentos planejados. Em seguida, expôs a Distribuição Orçamentária Setorial, que traz a repartição dos recursos entre as secretarias e órgãos municipais, com destaque para a garantia de destinação dos índices mínimos e obrigatórios definidos pela Constituição Federal para as áreas da Saúde e da Educação, além dos repasses destinados à Assistência Social, Infraestrutura Urbana,

Cultura, Esporte e Lazer, e, ainda, o limite de gastos com pessoal, conforme previsto na legislação vigente, finalizando com a apresentação da variação do orçamento, por órgão, entre o exercício corrente e o valor orçado para 2027. Por fim, destacou novamente a importância da participação popular na elaboração do orçamento municipal, indicando os canais para envio de sugestões e contribuições para a formulação das políticas públicas, promovendo a transparência ativa. Concluída a explanação dos dados técnicos, foi aberto espaço para manifestações, perguntas e sugestões entre os participantes, registrando-se que não houve qualquer intervenção. Ficou deliberado que a Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral procederá com a consolidação técnica final do texto-base da LOA 2027. Posteriormente, o Poder Executivo providenciará o envio formal do Projeto de Lei à Câmara Municipal de Rio Negro para apreciação, debates regimentais e votação, seguindo posteriormente para sanção e publicação, dentro dos prazos regulamentares preconizados pela legislação municipal vigente. Nada mais havendo a tratar, agradeceu-se a presença de todos e declarou-se encerrada a Audiência Pública, da qual a presente Ata foi lavrada por mim, Janice Sconieczny Grein, e será assinada pelo Secretário de Planejamento e Coordenação Geral, Geovan da Silva, e referendada pelos demais participantes constantes na lista de presença anexa.

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:E286E96B

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO 007/2026 CMDCA

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 1307/2002 que dá nova redação à Lei nº 648/90 de 20 de dezembro de 1990, que trata da Política Municipal de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e dá outras providências e suas alterações, em reunião extraordinária realizada nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social, no dia 01 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar via Fundo Municipal da Criança e do Adolescente a compra de 557 camisetas destinadas à formatura do Programa PROERD 2026.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 01 de outubro de 2026.

CARLA MARIA KIATKOSKI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:D0016530

DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO
RESOLUÇÃO CMAS Nº 015/2026

O Conselho Municipal de Assistência Social do município de Rio Negro, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, que lhe confere a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, consolidada com a Lei nº 12.435/2011 de 06 de julho de 2011; Lei Municipal Nº 2627/2016 e Lei Municipal 2822 de 07 de dezembro de 2017, Art. 7º, §2º, em reunião extraordinária realizada de forma presencial, na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, sito à rua Dr. Vicente Machado nº 148 – Centro, Rio Negro PR, no dia 30 de setembro de 2026:

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a adesão do município de Rio Negro ao recurso financeiro fundo a fundo do Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Publicas e Emergenciais previsto na Resolução 708/2026 SEDEF.

Art. 2º - Aprovar Plano de Ação referente ao recurso da Resolução 708/2026 SEDEF.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação,

Sessão Plenária do CMAS de Rio Negro-PR, em 30 de setembro de 2026.

JACIRA SCHAFHAUSER
Presidente do CMAS

Publicado por:
Carolina Valerio Soares
Código Identificador:6CCC7A75

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO N.º 150/2026

CONTRATANTE: Município de Rio Negro, Estado do Paraná, CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, pessoa jurídica de direito público, neste ato representada por seu Prefeito Municipal Senhor ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN, e a CONTRATADA: CARLOS SERGIO HOHMANN 77969391915 - CNPJ/MF sob n.º 29.225.210/0001-60, neste ato representada por CARLOS SERGIO HOHMANN, em decorrência do processo de licitação Inexigibilidade n.º 67/2026. OBJETO: Contratação de Papai Noel para as Festividades Natalinas do Município de Rio Negro/PR. Vigência: 02/10/2026 até 02/01/2027. Preço: R$ 15.000,00 (quinze mil reais). Recursos: 07.004.0023.0695.0006.2118.33390392300000000000-499 Fonte 00000. Foro: Comarca de Rio Negro - PR.

Rio Negro, 02/10/2026

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:04AD4567

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
RESULTADO DO PROCESSO LICITATÓRIO N° 236/2026 - MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO N° 46/2026

OBJETO: Contratação de serviços de rastreamento e monitoramento veicular.

Item	Qtde	Un.	Especificação	Preço unitário	Fornecedor Vencedor
1	2.424,00	SRV	SERVIÇO DE RASTREAMENTO E MONITORAMENTO VEICULAR - Serviço mensal de software de rastreamento veicular e gestão de frotas, monitoramento via internet (rede sem fio, sendo dados móveis e outra tecnologia atual a qual seja compatível), acesso através de web e ou software particular, contudo que seja licenciado, onde apresente posicionamento por satélite (GPS), em tempo real e ininterrupto (mesmo que offline) e gestão de frotas, para o controle de veículos da frota municipal de Rio Negro - PR, incluindo o fornecimento de equipamentos (regime de comodato), componentes, licença de uso do software se for o caso do uso de software particular devidamente licenciado. Quanto aos equipamentos, serviços de configuração, capacitação, suporte técnico, garantia de funcionamento, desinstalação, reparos/manutenção e substituição eventual por conta do prestador do serviço sem custo adicional ao contratante.	31,89	SOFT PRO TECNOLOGIA LTDA

Rio Negro, 29 de setembro de 2026 –

LINDAMIR BURKAT
Agente De Contratação

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:7C6B5E2C

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE CREDENCIAMENTO VIII REF.: LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE N.º 060/2026
CREDENCIAMENTO Nº 010/2026

O Município de Rio Negro, com fundamento na Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações e com fulcro ao edital de Credenciamento nº 010/2026 do processo de Inexigibilidade nº 060/2026, considerando a regularidade da documentação apresentada conforme análise da Comissão Municipal de Licitação, designada pela Portaria 475/2026, resolve credenciar a seguinte proponente para a execução do objeto.

Ordem de credenciamento	Proponente	CNPJ	Data da Proposta
12°	69.073.493 GILMAR DO PRADO	69.073.493/0001-96	14/09/2026

Registre-se que o credenciamento nº 010/2026 continua aberto para o recebimento de propostas pelos interessados, até a data limite estipulada no respectivo edital. Publique-se.

Rio Negro, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:C009F784

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 46/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando a decisão proferida nos autos nº 0002239-60.2024.8.16.0148

RESOLVE:

Art.1º - Fica revogado o Decreto Nº 53/2025 – RP que cessou a Pensão por Morte da segurada Sra. LEONICE MIRANDA concedida ao Sr. LUIZ FERNANDO DE SOUZA, em virtude de nova decisão proferida nos autos nº 0002239-60.2024.8.16.0148, a qual anulou a sentença e determinou o restabelecimento provisório do benefício de pensão por morte.

Art.2º - Fica reativada a Pensão por Morte, originalmente estabelecida pelo DECRETO – Nº 39/2024 – RP, nos mesmos termos, a partir do dia 01 de Outubro de 2026.

Art.3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.
Município de Rolândia, Estado do Paraná, 02 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amanda Beatriz Pereira
Código Identificador:DE55BB38

ROLÂNDIA PREVIDÊNCIA
DECRETO – Nº 47/2026 – RP

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI e considerando o Processo n° 025/2026 de Aposentadoria da servidora Maria Thereza de Oliveira Vieira.

RESOLVE:

Art.1º - Conceder a servidora Maria Thereza de Oliveira Vieira, brasileira, servidora pública da Prefeitura Municipal de Rolândia, ocupante do cargo efetivo de Professor PROF-C2, referência 030, conforme quadro de cargos, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição, média das 80% maiores remunerações, com Proventos Integrais, Sem Paridade, com fundamento no artigo 40, §5º, da Constituição Federal – Prof. Educação Infantil, Fundamental e Médio, a partir de 05 de Outubro de 2026.

Art.2º - Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor constante no demonstrativo do cálculo de proventos de R$ 4.956,50 (Quatro mil novecentos e cinquenta e seis reais e cinquenta centavos).

Art.3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Registre-se e Publique-se.

Município de Rolândia, Estado do Paraná, 02 de Outubro de 2026.

ELUIZA MESSIANO BETTEGA
Superintendente

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Andrea Maria Furquim de Siqueira Karam
Código Identificador:47528A5A

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 478 30 DE SETEMBRO DE 2026

SÚMULA: Nomeia o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e considerando o que dispõe a Lei Municipal nº 4.329/2025 de 26/09/2025 em seu Artigo 3º, sobre a representação da Sociedade Civil Organizada,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam as pessoas nomeadas para comporem o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência - CMDPD, como representantes da área da Sociedade Civil Organizada, na forma que segue:

I- CLEUZA ZORZETTI (representante legal) como membro titular, e como suplente JOSÉ DAMACIO DA SILVA (autorrepresentação), representando a Área da Deficiência Auditiva do Município de Rolândia;

II- RICARDO SOARES (autorrepresentação) como membro titular, e como suplente ALESSANDRO COSME DA SILVA (autorrepresentação), representando a Área da Deficiência Visual do Município de Rolândia;

III- JOSÉ FORTUNATO DOS SANTOS (autorrepresentação) como membro titular, e como suplente JAMIL MOURA (autorrepresentação), representando a Área da Deficiência Física do Município de Rolândia;

IV- ELISÂNGELA BRUM MATAMA, como membros titulare, e como suplente MARIA HELOISA LOPES, representando a Entidade

(APAE) de atendimento ao Público Pessoa com Deficiência do Município de Rolândia;
V- NADIR CUSTÓDIO MELO, como membro titular, e como suplente e MARIA DE LOURDES ALBARA, representando a Área Intelectual (Usuários).

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, o presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 30 de Setembro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*MICHELE DA SILVA PEREIRA*
Prefeito Municipal	Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:A5CA3ECD

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 482 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Concede remissão de IPTU.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, *no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e, em especial, a prevista na Lei Complementar 69, de 20 de dezembro de 2012.*

DECRETA

Art. 1º - Fica concedida a remissão do **IPTU,** conforme processo administrativo, relativo ao imóvel do contribuinte abaixo**:**

Protocolo nº:	Nome:	Localização do imóvel:	Condições de remissão:
2.626/2026	Contribuinte: JOANA GREGORIO SILVA	Rua Antonio Sella, Nº 205, JD. San Fernando	100% (Cem por cento) dos débitos de IPTU dos anos de 2019 a 2025.

Art. 2º - Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, em 01 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

EDER JUNIOR EVANGELISTA
Secretário Municipal de Finanças

MAURÍLIO PULIQUESI
Diretor de Tributação

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:B63A770E

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 484, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Revoga o Decreto nº 460, de 17 de Setembro de 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições conferidas por lei,

DECRETA:

Art. 1º. Fica revogado em seu inteiro teor o Decreto nº 460, de 17 de Setembro de 2026, e sem efeitos sua publicação no Diário Oficial dos Municípios do Paraná de 18/09/2026, edição 3619, págs. 268 a 269.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:672A446F

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 485, 02 DE OUTUBRO 2026.

SÚMULA: Decreta Luto Oficial.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado **Luto Oficial por 03 (três) dias** no Município de Rolândia/PR, em sinal de profundo pesar pelo falecimento da senhora **DIRCE DOTTI FERNANDES, mãe do Vice-Prefeito Municipal Horácio Fernandes Negrão Filho**.

Art. 2º Durante o período de luto oficial determinado por este Decreto, a bandeira municipal ficará hasteada à meio mastro em todos os órgãos públicos do município.

Art. 3º Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, aos 02 de outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

PAULO ROGÉRIO DE LIMA
Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Jéssica Rodrigues de Amorim
Código Identificador:7149154E

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 486 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Abre Crédito Adicional – Superávit Financeiro de Recursos livres na quantia R$ 20.000,00, para reforço de dotações da Secretaria Municipal de Saúde, e altera o cronograma de Execução Mensal de Desembolso para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso I, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 9º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025 - Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, Lei nº 4.360/2025 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
09.01.10.122.0009.2.048	4.4.90.52.00.00.00	3304	R$ 20.000,00

TOTAL	**R$ 20.000,00**

Art. 2º - Como recursos para atendimento do crédito previsto no artigo anterior, o valor de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais),** utilizar-se-á os recursos provenientes de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial de exercício anterior na fonte de recurso: **3304**.

Art. 3º - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 20.000,00 (Vinte mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
09.01	4.4	3304	Outubro	R$ 20.000,00
TOTAL				**R$ 20.000,00**

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	*EDER JUNIOR EVANGELISTA*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças

PAULO ROGÉRIO DE LIMA	*CARLOS EDUARDO DRONG*
Secretário Municipal de Administração	Contador CRC PR-083213/O

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:86200282

SECRETARIA GERAL
DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO 23/2026

JUSTIFICATIVA PARA AUSÊNCIA DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CELEBRAÇÃO DE TERMO DE FOMENTO COM A CASA DE REPOUSO MAANAIM , NOS TERMOS DO ART. 29 DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014
CONSIDERANDO as disposições do art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, bem como o Decreto Municipal nº 8.453/2017;

CONSIDERANDO que os recursos a serem repassados decorrem da **Emenda Parlamentar Federal nº 202640340003, de autoria da Deputada Federal Luísa Canziani**, com destinação específica à entidade beneficiária;

TORNO PÚBLICA a dispensa de chamamento público para a celebração de Termo de FOMENTO com a entidade **CASA DE REPOUSO MAANAIM**, CNPJ nº **08.048.148/0001-08**, em conformidade com a Lei nº 13.019/2014, para o repasse no valor de até **R$ 100.000,00**.

Objeto
Promover melhores condições de conforto, higiene, segurança e bem-estar aos idosos acolhidos pela instituição, por meio da aquisição de fraldas geriátricas, colchões e capas de colchões, itens essenciais para o atendimento das necessidades diárias dos usuários e para a manutenção da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados.
Metas
Promover a melhoria da qualidade do atendimento prestado às 56 pessoas idosas acolhidas pela instituição, por meio da aquisição de materiais de consumo essenciais à continuidade dos serviços oferecidos.
Aquisição de materiais de consumo necessários ao funcionamento do projeto. Especificação: aquisição de fraldas geriátricas, colchões e capas de colchões necessários para o funcionamento do projeto.

Valor
R$ 100.000,00
Vigência
Doze (12) meses
Início
01/10/2026
Término
30/09/2027
Contrapartida
Não há
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL
A presente parceria observa as disposições da Lei Federal nº 13.019/2014: art. 29 (hipótese de inviabilidade de competição); arts. 33 e 34 (requisitos para celebração de parcerias).
A entidade atende integralmente aos requisitos legais exigidos.
PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO
A despesa está prevista na **Lei Orçamentária Anual – LOA/2026 nº 4.360, de 19 de dezembro de 2025**, conforme a seguinte classificação:
Órgão: 10 - Secretaria Municipal de Assist.Social
Unidade Orçamentária: 02 - Fundo Municipal de Assistência Social-FM
Função: 08 - Assistência Social
Subfunção: 245 - Serviços Socioassistenciais
Programa: 0010 - Aprimoramento Da Gestão Do SUAS
Atividade: 1.053 - Execução Da Emendas Parlamentares Para Assistencia Social
Funcional Programática: 08.245.0010.1.053 - Execução da Emendas Parlamentares para Assistência Social
Elemento de Despesa: 3.3.50.43.00.00.00 - Subvenções Sociais
Dotação: 19396
Fonte: 0 - Recursos Ordinários (Livres)

CONCLUSÃO
Diante do exposto, verifica-se que a ausência de chamamento público encontra amparo no art. 29 da Lei nº 13.019/2014, estando devidamente justificada pela destinação específica dos recursos por emenda parlamentar.
Assim, conclui-se pela legalidade e regularidade da formalização da parceria.
PRAZO DE IMPUGNAÇÃO
Nos termos do art. 32, §2º, da Lei nº 13.019/2014, fica assegurado o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação.

Rolândia, 01 de outubro de 2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal de Rolândia

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:1EB771DE

SECRETARIA GERAL
EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

Para publicação no Diário Oficial do Município de Rolândia/PR · Art. 11, Lei 13.019/2014

I. IDENTIFICAÇÃO DO INSTRUMENTO	
Espécie	Termo de FOMENTO
Número	23/2026
Processo Adm.	14.218/2026
Origem	Emenda Parlamentar nº 202640340003 (Deputada Federal Luísa Canziani) — Dispensa de Chamamento nos termos do art. 29 da Lei nº 13.019/2014
II. PARTES	
Concedente	Município de Rolândia — CNPJ: 76.288.760/0001-08
Secretaria	Secretaria Municipal de ASSISTÊNCIA SOCIAL
Convenente	CASA DE REPOUSO MAANAIM
CNPJ Convenente	08.048.148/0001-08
Presidente/Representante	Presidente: Maria das Graças Cidade de Novaes
III. OBJETO	
Descrição	Promover melhores condições de conforto, higiene, segurança e bem-estar aos idosos acolhidos pela instituição, por meio da aquisição de fraldas geriátricas, colchões e capas de colchões, itens essenciais para o atendimento das necessidades diárias dos usuários e para a manutenção da qualidade dos serviços socioassistenciais ofertados.
Serviço/Meta 1	Promover a melhoria da qualidade do atendimento prestado às 56 pessoas idosas acolhidas pela instituição, por meio da aquisição de materiais de consumo essenciais à continuidade dos serviços oferecidos — Aquisição de materiais de consumo necessários ao funcionamento do projeto. Especificação: Aquisição de fraldas geriátricas, colchões e capas de colchões necessários ao funcionamento do projeto.
IV. VALOR E VIGÊNCIA	
Valor Total Anual	**R$ 100.000,00**
Vigência	doze (12) meses — Início: 1 de outubro de 2026 / Término: 30 de setembro de 2026
Data de Assinatura	29 de setembro de 2026

V. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	
Órgão/Unidade	10
Funcional Programática	08.245.0010.1.053 - Execução Da Emendas Parlamentares Para Assistencia Social
Fonte / Dotação nº	861 / 19396
Lei Orçamentária	LOA/2026 nº 4360 de 19 de Dezembro de 2025
VI. GESTÃO E FISCALIZAÇÃO	
Fiscal	Erica Marta Carlotto de Oliveira — Portaria 3212/2026
Gestor	Mariana Vieira — Portaria 31.237/2024
Comissão de Monitoramento	Portaria 3212/2026

AILTON APARECIDO MAISTRO
Prefeito Municipal

MICHELE DA SILVA PEREIRA
Secretária de Assistência Social

MARIA DAS GRAÇAS CIDADE DE NOVAES
Presidente

Rolândia/PR, 29 de setembro de 2026 · Av. Presidente Bernardes, 809, Centro — CEP 86.600-067 · 043 32558600
Gerado em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:E1F03936

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
5º ADITIVO DO CONTRATO Nº 044/2022

5º ADITIVO DO CONTRATO Nº 044/2022

REFERENTE AO PREGÃO Nº 039/2022

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, n.º 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG n.º 865.371-2 SSP/PR e do CPF/MF n.º 152.150.919-00, residente e domiciliado na cidade de ROLÂNDIA – PR, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **ADÃO PEREIRA DE ANDRADE**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 34.000.255/0001-76, estabelecida na Rua Waldemar Seifert, n.º 78, bairro Jardim Santiago, CEP 86606-047, telefone: (44) 9771-5076, e-mail: **adaopereiraandrade73@gmail.com**, na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, representada por MARCOS CESAR SANTUCCI, portador da Cédula de Identidade/RG n.º 3.981.205-3 SSP/PR e do CPF/MF n.º CPF/MF n.º 601.375.929-49, a seguir denominada **CONTRATADA**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DE CONTRATO**, com fundamento na Lei Federal nº 8.666/1993, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS PRAZOS
Fica aditivada a cláusula terceira deste contrato, prorrogando por mais 12 (doze) meses o prazo de execução, com início em **29/09/2026** e término em **28/09/2027;** e, mais 60 (sessenta) dias para vigência após o término da execução, para os fins burocráticos da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR
Fica aditivada a cláusula terceira passando o valor de **R$ 5.426,14** (cinco mil, quatrocentos e vinte e seis reais e quatorze centavos), para **R$ 5.655,12** (cinco mil seiscentos e cinquenta e cinco reais e doze centavos) representando um aumento de **4,22%** (quatro vírgula vinte e dois por cento), tendo como base o IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO
Para assegurar a execução do objeto definido no contrato original, para seus efeitos jurídicos e legais, permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições estabelecidas. E por estarem às partes de pleno acordo com o disposto neste documento, datam e assinam digitalmente, na presença das testemunhas abaixo relacionadas, para que surta seus efeitos legais e jurídicos.
EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 16 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	***ADÃO PEREIRA DE ANDRADE***
Contratante	Contratada

TESTEMUNHAS:

_____	_____
MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI Secretário Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	**LUCINEI APARECIDO MASSON** Secretário Municipal de Serviços Públicos
_____	
EVANDRO GABRIEL DEPETRIS Fiscal do contrato	

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:A6177B23

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
6º ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2025

6º ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 011/2025

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ/MF sob o nº 51.241.101/0001-95, localizada na Pioneira Irene Vitorazo Fregonezi nº 363,Jd Munique, na cidade de **MARINGÁ – PR**, CEP 87.084.006, Fone (44) 3346.4471, e-mail pagliaempreendimentoconstrutora@hotmail.com a seguir denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr. **ALISSON ROSA PAGLIA**, portador da cédula de identidade/RG nº 9.XXX.XXX-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 078.XXX.XXX-XX, residente na cidade de **MARINGÁ - PR**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato no valor **R$ 44.847,63 (quarenta e quatro mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e três centavos**) referentes a serviços executados e não contemplados na planilha inicial, passando o valor total do contrato de **R$ 748.264,71** (setecentos e quarenta e oito mil duzentos e sessenta e quatro reais e setenta e um centavos**),** para **R$ 793.112,34** (setecentos e noventa e três mil cento e doze reais e trinta e quatro centavos) representando um acréscimo de 21,84% (vinte e um virgula oitenta e quatro por cento) do valor inicial do contrato, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**.
Os serviços mencionados serão pagos na fonte do convênio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA*
Contratante	Contratada

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	*FABRICIO SIMÕES DE MORAIS*
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Planejamento

CLAUDIO ALBERTO METZGER
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:D4A537F4

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2025

7º ADITIVO DO CONTRATO Nº 074/2025

REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 011/2025

CONTRATO DE EMPREITADA DE OBRA POR PREÇO GLOBAL, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA - PR E A PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA, NA FORMA ABAIXO:

De um lado, o **MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.288.760/0001-08, com sede à Avenida Presidente Bernardes, nº 809, na cidade de **ROLÂNDIA - PR**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, o Senhor **AILTON APARECIDO MAISTRO,** portador da Cédula de Identidade/RG nº 865.XXX-X SSP/PR e do CPF/MF nº 152.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado na cidade de **ROLÂNDIA – PR**, CEP 86600-218, doravante designado **CONTRATANTE**, e, de outro lado a empresa **PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA**, CNPJ/MF sob o nº 51.241.101/0001-95, localizada na Pioneira Irene Vitorazo Fregonezi nº 363,Jd Munique, na cidade de **MARINGÁ – PR**, CEP 87.084.006, Fone (44) 3346.4471, e-mail pagliaempreendimentoconstrutora@hotmail.com a seguir denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr. **ALISSON ROSA PAGLIA**, portador da cédula de identidade/RG nº 9.XXX.XXX-8 SSP/PR, inscrito no CPF nº 078.XXX.XXX-XX, residente na cidade de **MARINGÁ - PR**, ajustam e outorgam o presente **ADITIVO DO CONTRATO**, mediante a observância das seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO VALOR
Fica aditivada a cláusula segunda deste contrato no valor **R$ 3.258,27 (três mil duzentos e cinquenta e oito reais vinte e sete centavos**) referentes a reajustamento dos serviços executados fora da planilha inicial, passando o valor total do contrato de para **R$ 793.112,34** (setecentos e noventa e três mil cento e doze reais e trinta e quatro centavos), para **R$ 796.370,61** (setecentos e noventa e seis mil trezentos e setenta reais e sessenta e um centavos)) representando um acréscimo de 22,35% (vinte e dois virgula trinta e cinco por cento) do valor inicial do contrato, daqui por diante denominado **"VALOR CONTRATUAL"**.

Os serviços mencionados serão pagos com recurso próprio do Munícipio.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO FORO
As partes elegem o Foro da Comarca de Rolândia/PR para dirimir quaisquer dúvidas ou inadimplência que possa surgir no decorrer do presente contrato, renunciando qualquer outro por mais privilegiado que seja. E por estarem justos e contratados, datam e assinam digitalmente o presente contrato, na presença das testemunhas abaixo mencionadas, para que o mesmo surta seus devidos e legais efeitos.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 30 de setembro de 2026.

MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA	*PAGLIA EMPREENDIMENTOS CONSTRUTORA LTDA*
Contratante	Contratada

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI	*FABRICIO SIMÕES DE MORAIS*
Secretária Municipal de Compras, Licitações e Patrimônio	Secretário Municipal de Planejamento

CLAUDIO ALBERTO METZGER
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Creonice Maria Tozini
Código Identificador:270255BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
AVISO DE ALTERAÇÃO DE LICITAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026 – PMR. PROCESSO Nº 158/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, abrangendo materiais de consumo, insumos e demais itens necessários ao desenvolvimento das ações de promoção, prevenção e assistência em saúde bucal, destinados às Unidades de Saúde do Município de Rolândia, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

Tipo: Menor Preço por ITEM.

Solicita Amostras: NÃO

Possui Exclusividade/e ou Cotas: NÃO

Valor máximo total R$: 521.289,90.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 13:00 horas do dia 19/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Às 13:30 horas do dia 19/10/2026.
Obs.:*Recomenda-se que toda a documentação da proponente seja anexada na plataforma eletrônica até a data e hora limite do recebimento das propostas, a fim de garantir a celeridade do certame.*
REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF).
LOCAL: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado".
Telefone do suporte aos licitantes é: (67) 3303-2730 ou (67) 3303-2702.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 02 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:2697B63A

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS E PATRIMÔNIO
COMUNICADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 095/2026 – PMR. PROCESSO Nº 158/2026.

Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de materiais odontológicos, abrangendo materiais de consumo, insumos e demais itens necessários ao desenvolvimento das ações de promoção, prevenção e assistência em saúde bucal, destinados às Unidades de Saúde do Município de Rolândia, conforme especificações e quantitativos constantes neste Termo de Referência.

Em razão da impossibilidade técnica de alteração do descritivo do Item 6 na plataforma Compras BR, será mantido o texto atualmente cadastrado na plataforma. Contudo, no campo de informações do certame será consignado que, para fins de elaboração e julgamento das propostas, deverá ser considerado exclusivamente o descritivo constante do Anexo I do Edital, o qual prevalecerá sobre o descritivo cadastrado na plataforma.

Disponibilidade do Edital e Informações: Av. Presidente Bernardes, n° 809 – Secretaria de Compras e Licitações, Rolândia - Pr, no horário 12:00 às 18:00 horas, através dos telefones: (43) 3255-8615 e 3255-8616, site: **www.rolandia.pr.gov.br** e e-mail: **licitacao@rolandia.pr.gov.br**.

Rolândia, 02 de outubro de 2026.

MARIA DO CARMO GORLA FERNOCHI
Secretária de Compras, Licitações e Patrimônio

Publicado por:
Jose Augusto Liasch da Silva
Código Identificador:DDD23CD6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA Nº: 28/2026

ATA Nº: 28/2026
Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGADO FILHO – PR
Contratada: LOTERICA E COMERCIO SL LTDA - CNPJ: 15.082.583/0001-14, com o valor total de R$ 24.049,70
MULTISUL COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA - EPP - CNPJ: 12.811.487/0001-71, com o valor total de R$ 27.390,12
GESUL COMERCIAL LTDA - ME - CNPJ: 14.711.959/0001-40, com o valor total de R$ 25.153,85
FRANCIOSI & SIMIONATO LTDA - CNPJ: 67.054.251/0001-20, com o valor total de R$ 28.715,25
KF COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - CNPJ: 29.755.673/0001-33, com o valor total de R$ 8.684,01
COMERCIAL HERZOG LTDA - CNPJ: 02.048.610/0002-71, com o valor total de R$ 5.841,90
J. J. VITALLI - CNPJ: 08.658.622/0001-13, com o valor total de R$ 6.419,58
MAED COMERCIO E SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS LTDA - CNPJ: 46.636.768/0001-57, com o valor total de R$ 1.613,85
CONFIAR COMERCIO DE EPI'S LTDA - CNPJ: 46.223.527/0001-86, com o valor total de R$ 8.093,00
DUQUE DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS LTDA - CNPJ: 58.873.271/0001-31, com o valor total de R$ 15.944,00
ROBERTO DE CONTO & CIA LTDA - CNPJ: 18.449.927/0001-79, com o valor total de R$ 4.095,00
EDNALDO SALGADO - CNPJ: 12.283.132/0001-57, com o valor total de R$ 2.103,40
SHOPINGA COMERCIO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS LTDA - CNPJ: 49.728.772/0001-33, com o valor total de R$ 12.465,66
CALL DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 44.570.780/0001-80, com o valor total de R$ 12.018,00
MULTI ACAO PRODUTOS E EQUIPAMENTOS P/ LIMPEZA LTDA - CNPJ: 73.244.337/0001-18, com o valor total de R$ 2.577,54
IMPAR INDUSTRIA DE PAPEIS LTDA - CNPJ: 32.294.504/0001-58, com o valor total de R$ 915,36
63.678.159 GIOVANE NEVES BUENO - CNPJ: 63.678.159/0001-80, com o valor total de R$ 4.376,00
MWV DISTRIBUIDORA LTDA - CNPJ: 49.649.839/0001-44, com o valor total de R$ 2.487,04
ALA-X COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - CNPJ: 00.128.453/0001-06, com o valor total de R$ 1.792,00
Valor Total: R$ 194.735,26
Vigência: Início: 05/10/2026 Término: 05/10/2027
Licitação: Pregão Nº: 30/2026
Recursos: Dotação: 485 - 1 . 14002 . 20 . 608 . 15 . 2.56 . 0 . 339030 Material de Consumo
452 - 1 . 13002 . 13 . 392 . 6 . 2.20 . 0 . 339030 Material de Consumo
440 - 1 . 13001 . 27 . 812 . 7 . 2.21 . 0 . 339030 Material de Consumo
269 - 1 . 9001 . 8 . 244 . 2037 . 2.460 . 0 . 339030 Material de Consumo
196 - 1 . 7002 . 10 . 301 . 8 . 2.22 . 0 . 339030 Material de Consumo
152 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.15 . 0 . 339030 Material de Consumo
134 - 1 . 6001 . 12 . 365 . 5 . 2.14 . 0 . 339030 Material de Consumo
113 - 1 . 6001 . 12 . 361 . 4 . 2.13 . 0 . 339030 Material de Consumo
40 - 1 . 4003 . 4 . 122 . 2 . 2.7 . 0 . 339030 Material de Consumo
Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Materiais de Higiene, Limpeza e Utensílios de Cozinha

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Salgado Filho, 02/10/2026

Publicado por:
Daiara da Silva Rosa
Código Identificador:7CD9330A

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS E ADM
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 08/2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2024

O Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Edital de Abertura nº 01/2024, datado de 09 de setembro de 2024, Concurso Público nº 01/2024, com Retificação do Edital de Abertura, datada de 18 de setembro de 2024, e considerando o resultado da Homologação Final mediante Edital nº 012/2024, datado de 30 de dezembro de 2024;

TORNA PÚBLICO

Artigo 1º - A convocação dos candidatos abaixo relacionados, em virtude de aprovação no Concurso Público nº 01/2024, de acordo com a Classificação Final, homologada pelo Edital nº 012/2024, de 30 de dezembro de 2024, para provimento de vagas do seu Quadro de Pessoal conforme segue:

INSCRIÇÃO	NOME	CARGO	CLASSIFICAÇÃO
23774682	Luiz Eduardo Costa Chaves	Assistente Social	2º

Artigo 2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Salgado Filho, com sede administrativa sito à Rua Floriano Francisco Anater, nº 50, no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a partir da publicação deste Edital, no horário de expediente compreendido entre 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00 horas.

Artigo 3º - O candidato deverá apresentar-se portando **cópias e originais** dos documentos abaixo relacionados para sua admissão, devendo ainda estar cientes dos itens 4 e 18 do Edital de Abertura nº 01/2024 de 09 de setembro de 2024, os quais tratam dos Requisitos e da Convocação para Posse no Cargo Público:

Ter sido aprovado e classificado no Concurso Público;

Ser brasileiro, nos termos da Constituição Federal;

Ter completado 18 (dezoito) anos na data da posse;

Cópia da Carteira de Identidade;

Cópia do Cadastro de Pessoa Física – CPF **e** comprovante de situação regular, podendo ser emitido pelo site: https://servicos.receita.fazenda.gov.br/Servicos/CPF/ConsultaSituacao/ConsultaPublica.asp

A quitação com as obrigações eleitorais e militares (se for do sexo masculino), apresentando:
Cópia do Título de Eleitor **e** comprovante de regularidade eleitoral; podendo ser comprovada através da Certidão de Quitação Eleitoral emitida pela justiça eleitoral e retirada pelo site: https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/

Cópia da Carteira e/ou Certificado de reservista ou dispensa;

Comprovante de Inscrição no PIS/PASEP/NIT;

Uma foto 3x4 recente e tirada de frente;

Cópia da certidão de nascimento ou casamento;

Comprovante de endereço atualizado;

possuir a escolaridade, e pré-requisitos mínimo exigidos para o exercício do cargo, **apresentando cópias dos documentos comprobatórios, do Anexo I, do Edital de Abertura;**

Encontrar-se inscrito e quite com o Conselho Profissional correspondente, quando for o caso;

Ser julgado APTO física e mentalmente para o exercício do cargo, em inspeção médica oficial, determinada pela Prefeitura Municipal de Salgado Filho, que, poderá solicitar exames complementares, devendo ser obrigatoriamente realizados pelo candidato, e apresentados no dia agendado para Avaliação Admissional.

Estar ciente e em conformidade com o disposto no art. 117, da Lei n. 8.112/90;

Cópia do CPF, e da certidão de nascimento dos filhos de até 16 (dezesseis) anos,

Carteira de vacinação dos filhos até 05 (cinco) anos;

Não registrar antecedentes criminais, encontrando-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos, apresentando Certidão negativa de antecedentes criminais do âmbito Estadual (do Estado que tenha residido nos últimos 05 anos) expedida pelo Distribuidor Público da Comarca da qual faça parte o local de residência ou domicílio do candidato;

Certidão negativa de antecedentes criminais Federal, podendo ser emitida através site https://www.gov.br/pt-br/servicos/emitir-certidao-de-antecedentes-criminais

Comprovante de impressão da Consulta à Qualificação Cadastral – CQC – e-Social, sem divergências, que poderá ser obtido no endereço eletrônico do Governo Federal: https://consultacadastral.inss.gov.br/Esocial/pages/qualificacao/qualificar.xhtml, em cumprimento às disposições contidas no Decreto Federal Nº 8.373, de 2014 e ao contido nas Resoluções Federais do Comitê Gestor do e-Social Nº 1, de 2015 e Nº 4, de 2015;

Comprovante de informações bancárias: Número de conta e agência de Bancos/Cooperativas do qual o município possui convênio, obtendo informações junto ao Departamento de Recursos Humanos;

Declarar não ter sido demitido do serviço público municipal, estadual ou federal nos últimos 05 (cinco) anos a contar da data da entrega de documentos;

Declarar expressamente o exercício ou não de cargo, emprego ou função pública nos órgãos e entidades da Administração Pública Estadual, Federal ou Municipal, para fins de verificação do acúmulo de cargos, **no ato da Posse**;

Declarar que não está aposentado em decorrência de cargo, função ou emprego público de acordo com o previsto no inciso XVI, XVII e parágrafo 10 do art. 37 da Constituição Federal, alterado pelas Emendas Constitucionais nº 19 e 20, ressalvados os cargos acumuláveis na forma da Constituição Federal, **no ato da Posse**;

Declarar os Bens, Direitos e Valores que constituem seu patrimônio, **no ato da Posse**;

Caso o candidato necessite, o Departamento de Recursos Humanos disponibilizará modelos das Declarações solicitadas nas letras (u,v,w,x,).

Artigo 4º - O candidato convocado será submetido ao exame médico admissional e caso seja considerado inapto para exercer o cargo, não será admitido, perdendo automaticamente a vaga.

Artigo 5º - O candidato poderá optar uma única vez pelo **final da lista**, devendo apresentar requerimento ao Departamento de Recursos Humanos, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 6º - O candidato que optar pela **desistência** da vaga deverá apresentar Termo de Desistência, dentro do prazo estabelecido no Artigo 2º deste Edital.

Artigo 7º - A posse dar-se-á no prazo de até quinze dias contados da data de publicação do ato de nomeação, podendo, a pedido, ser prorrogado por igual período, nos termos do § 1º do art. 37 da Lei nº 34, de 20 de junho de 2018, o qual dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Salgado Filho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salgado Filho, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

Publique-se

VOLMAR DUARTE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Juciane Dalle Laste
Código Identificador:1285B116

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALTO DO LONTRA
EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 006/2026

DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de outubro de 2026

CONTRATANTE: SALTO DO LONTRA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES – CNPJ nº. 00.921.263/0001-33.

CONTRATADA: ANDERSON GUSMAO C DE LARA
CNPJ nº 23.655.909/0001-83

ENDEREÇO: Rua Alziro Zarur**,** nº 97, Bairro Jardim Acacia, Município de Tangara da Serra, Estado do Mato Grosso.

OBJETO: Licença de uso de software de gerenciamento, controle e tratamento de ponto eletrônico, pelo período de 12 (doze) meses, compatível e integrado ao REP-C EVO REP-C E3, incluindo implantação, configuração, integração, treinamento e suporte técnico, para no mínimo 10 (dez) servidores/usuários.

VALOR GLOBAL: R$ 1.380,00 (mil trezentos e oitenta reais)

PRAZO DE VIGÊNCIA: A vigência do contrato será de 12 (doze) meses contados a partir da data da assinatura do contrato e poderá ser prorrogado nos termos da Lei nº.14.133/2021.

FORO: Comarca de Salto do Lontra, Estado do Paraná.

Salto do Lontra, 02 de outubro de 2026.

Salto do Lontra Câmara Municipal de Vereadores
MARCOS RAVANELI
Presidente

Publicado por:
Junior Henrique Formaio
Código Identificador:E99440F3

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 155/2025

OBJETO:	Contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção em rede de dados com fornecimento de material e mão de obra
CONTRATADO:	CYBER INFORMATICA LTDA
CNPJ:	07.790.308/0001-27
VALOR:	58.250,50
VIGÊNCIA:	02/10/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 02 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:84D3C348

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 216/2022

OBJETO:	Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de consultoria e assessoria tributária nas questões relativas ao IPM - Índice de Participação dos Municípios no ICMS, por um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios
CONTRATADO:	CMM ASSESSORIA TRIBUTARIA E PROJETOS LTDA ME
CNPJ:	27.015.954/0001-24
VALOR:	65.588,52
VIGÊNCIA:	03/10/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 02 de outubro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:9173D6FC

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 218/2022

OBJETO:	Contratação de empresa visando a prestação de serviços de assessoria técnica para a viabilização e captação de recursos federais a fundo perdido ou por meio de financiamentos e gestão de convênios da administração municipal com os diversos ministérios, secretarias e órgãos do governo federal, orientação, conferencia e acompanhamento do Plano de ações articuladas – PAR do FNDE e serviços de prestação de contas nos sistemas específicos, por um período de 12 (doze) meses, com recursos próprios
CONTRATADO:	C.M. ASSESSORIA E PLANEJAMENTO LTDA
CNPJ:	10.528.717/0001-64
VALOR:	78.706,20
VIGÊNCIA:	10/10/27
FORO:	Comarca de Salto do Lontra - Pr

Salto do Lontra, Sexta-Feira, 01 de setembro de 2026

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fabiano Romani
Código Identificador:F6924868

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 143/2026

PORTARIA N° 143, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: - Restabelece Férias Prêmio a Servidora Municipal abaixo especificada e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:

Art. 1º - Restabelece 60 (sessenta) dias de Férias Prêmio a partir do dia 05 de outubro de 2026, conforme Portaria nº 524/2023, a servidora municipal **SONIA MARA DOS SANTOS CAVANHOL**, brasileira, portadora da matrícula 6580/1, ocupante do cargo de Recepcionista do quadro de pessoal efetivo, admitida em 06/09/2007, período aquisitivo 2017 a 2022.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:1A9831A5

DEPARTAMENTO DE RH
PORTARIA 144/2026

PORTARIA N° 144, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: - Concede Férias Regular ao Servidor Municipal abaixo especificado e dá outras providências.

FERNANDO ALBERTO CADORE, Prefeito Municipal de Salto do Lontra, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei;

R E S O L V E:
Art. 1º - Concede a partir de 01 de outubro de 2026, 30 (trinta) dias de Férias Regular ao servidor municipal **RODRIGO BASE**, brasileiro, portador da Matrícula 2666/2, admitido em 02/06/2008, período aquisitivo 2018/2019, ocupante do Cargo de Contador do quadro de pessoal efetivo.

Art. 2º - Revogada as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Edifício da Prefeitura Municipal de Salto do Lontra, em 02 de outubro de 2026.

FERNANDO ALBERTO CADORE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Carolina Bonin
Código Identificador:79B704C2

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 81/2026

O Senhor Rafael Abner Severino, Presidente da Câmara Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, usando das suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, e considerando o requerimento de pedido de férias;

RESOLVE:
Art. 1º Conceder ao servidor **REINALDO DE OLIVEIRA BRINIERA** ocupante do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico Legislativo desta Câmara, férias regulamentares de 05 (cinco) dias, referente ao período aquisitivo de 2022/2023, iniciando a partir do dia 05/10/2026.

Parágrafo único. O Servidor deverá retornar as atividades normais no dia 13 de outubro de 2026.

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registra-se. Dê Ciência.
Anote-se e cumpra-se.

Edifício da Câmara Municipal de Santa Amélia/PR, 01 de outubro de 2026.

RAFAEL ABNER SEVERINO
Presidente -CMSA/PR

Publicado por:
Patrick Deodati Teixeira
Código Identificador:FE8EB9CB

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 35/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, situada na Rua Alcides Prudente Pavan, 130, Centro, Santa Amélia-PR, CNPJ sob nº 76.235.746/0001-46 RESOLVE CONTRATAR os itens vencidos pela empresa Lovat Veículos S.A, CNPJ: 08.570.849/0001-02, no Sem licitação nº -1/2024
OBJETO: AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
VALOR CONTRATADO: 632.100,00 (Seiscentos e Trinta e Dois Mil e Cem Reais)
DATA DO CONTRATO: 30/09/2026
VALIDADE: 12 MESES

Assinaram as duas partes

Informações adicionais e complementares acesse:

www.santaamelia.pr.gov.br

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:789EA67D

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 70/2025, REFERENTE A DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2025

TERMO ADITIVO Nº 01 A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 70/2025, REFERENTE A DISPENSA ELETRÔNICA Nº 22/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E A EMPRESA META – TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA.

O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, com sede na Rua Alcides Prudente Pavan, nº 130, Centro, CEP: 86380-000, Santa Amélia-PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, matrícula nº 37.461 e a empresa META – TRANSPORTES RECREATIVOS LTDA, **CNPJ** 34.821.878/0001-00**,** neste ato representada pela Sra. PRISCILLA BIAGGI CHAEKE CLEMENTE, tendo em vista o que consta no edital da Dispensa em epígrafe e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de alteração contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 104, I; 124, 125 e 130)
O presente termo aditivo tem por objeto as seguintes alterações na ata de registro de preços em epígrafe:

Prorrogação da vigência da Ata de Registro de preço em epígrafe pelo prazo de 12 (doze meses), ficando o mesmo **vigente até 07 de outubro de 2027**, com fundamento no art.84, da Lei 14.133/21 e art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023.

Renovação dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços em epígrafe, até o limite do quantitativo original, com fundamento no art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023 e no enunciado 42/2023 do Conselho da Justiça Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA TERCEIRA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da ata original, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Santa Amélia/PR, 01 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

PRISCILLA BIAGGI CHAEKE CLEMENTE
Representante Legal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:A20442A7

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N° 50/2025, REFERENTE A DISPENSA Nº 23/2025

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO N° 50/2025, REFERENTE A DISPENSA Nº 23/2025, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA E A EMPRESA SECO AMBIENTAL SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA.

O MUNICÍPIO DE SANTA AMÉLIA, CNPJ nº 76.235.746/0001-46, com sede na Rua Alcides Prudente Pavan, nº 130, Centro, CEP: 86380-000, Santa Amélia-PR, neste ato representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal INIVALDO BATISTA, matrícula nº 37.461 e a empresa SECO AMBIENTAL SERVIÇOS,

PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, **CNPJ** 33.614.013/0001-00**,** neste ato representada pelo Sr. BRUNO JOSÉ DA SILVA INÁCIO, tendo em vista o que consta no edital do pregão em epígrafe e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente **Termo Aditivo de alteração contratual**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 104, I; 124, 125 e 130)
O presente termo aditivo tem por objeto as seguintes alterações na ata de registro de preços em epígrafe:

Prorrogação do prazo do contrato em epígrafe pelo prazo de 12 (doze meses), ficando o mesmo **vigente até 29 de outubro de 2027**, com fundamento no art.84, da Lei 14.133/21 e art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023.

Renovação do saldo do contrato em epígrafe, até o limite do quantitativo original, com fundamento no art. 16, § 2º do Decreto Municipal 92/2023 e no enunciado 42/2023 do Conselho da Justiça Federal.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO INDÍCE DO REAJUSTE DO CONTRATO
O reajuste se dará pela aplicação do IPCA-Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, acumulado nos últimos 12 (doze) meses a razão de **4,22%** (quatro virgula vinte e dois por cento) composição em agosto de 2026.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município deste exercício.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – RATIFICAÇÃO
Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições da ata original, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.

Santa Amélia/PR, 01 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA BRUNO
Prefeito Municipal

JOSÉ DA SILVA INÁCIO
Representante Legal

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:048F0E51

GABINETE DO PREFEITO
CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA DECRETO Nº 121/2026

SÚMULA: Dispõe sobre a atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Santa Amélia – PR, e dá outras providências.

Inivaldo Batista, Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 62 da Lei Orgânica do Município:
CONSIDERANDO a necessidade de atualização da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, em razão das alterações ocorridas na representação e na paridade dos órgãos governamentais e da sociedade civil;
CONSIDERANDO a deliberação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, aprovada na Segunda Reunião Extraordinária realizada em 02 de outubro de 2026;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a continuidade, a regularidade e o pleno funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa;

DECRETA:

Art. 1º Fica atualizada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI do Município de Santa Amélia – PR, que passa a ser constituído pelos seguintes representantes:
Art. 2º Fica atualizada a composição do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Município de Santa Amélia – PR, para o período de **02/10/2026 à 13/03/2028.**
Conselheiros Não Governamentais:
Nair Moçato da Rocha – Titular
Josete Aparecida Ortiz – Suplente
Marli de Oliveira Gonçalves – Titular
Alvino da Silva – Suplente
Sônia Aparecida Corrêa – Titular – Titular
Cleuza Lombardi de Paula – Suplente
Silmara Porcinelli – Titular
Renata Cristina Mafra – Suplente
Gercina Prestes Moreira
Zenilda Pereira

Conselheiros Governamentais:
Representantes da Assistência Social:
Sandra Mila Pastre – Titular – **Presidente**
Maria Eduarda Ferreira Barros – Suplente **- Vice Presidente**
Representantes Educação:
Rosiane Cristina da Silva – Titular
Flavia Rosana Bussola – Suplente
Representantes do Esporte:
Waldecir Edson pagliaci – Titular
Antônio Marcos Nicodemo – Suplente
Representantes da Saúde:
Cleuza de Paula Monteiro Vilalva – Titular
Juliana Karine Medeiros da Paz – Suplente
Representantes do Administrativo e Contabilidade:
Giovana Viana da Silva - Titular – **1 ª secretária**
Odilon Campos Silveira Filho – Suplente
Art. 3º - Este decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação;
Art. 4º Fica revogado o ato anterior de nomeação dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, naquilo que for incompatível com a presente composição.
Art. 5º - Revogam – se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal
Município de Santa Amélia – Paraná

Publicado por:
Geovana Dos Santos Coelho
Código Identificador:E056A957

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 040/2026

Prefeitura convoca classificado/aprovado no Concurso Público nº 001/2025

Edital de convocação de classificados/aprovados no Concurso Público Municipal n. 001/2025 da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná.

INIVALDO BATISTA, Prefeito Municipal de Santa Amélia – Estado do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, convoca o(s) candidato(s) abaixo(s) relacionado(s), classificado(s)/aprovado(s) no Concurso Público Municipal de n. 001/2025, realizado pela Prefeitura Municipal de Santa Amélia, para no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da publicação deste edital, recebimento do A/R via correio postal ou o recebimento da correspondência eletrônica de convocação (e-mail), deverá apresentar-se junto ao Departamento de Recursos Humanos, localizado na rua Dr. Alcides Prudente Pavan, 130 – centro – Santa Amélia – PR, no horário de 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, a partir do dia 05 de outubro de 2026, para tomar posse de seu cargo, munidos dos seguintes documentos, a serem apresentados, pelo candidatos classificados/aprovados 02 (duas) cópias de cada documento, ***conforme item 19.7.1 do Edital de Concurso Público nº 001/2025:***

Para a nomeação, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos (original e cópia):
a) Cédula de Identidade (RG) ou protocolo da identidade acompanhado do Boletim de Ocorrência;
b) Cadastro de Pessoa Física CPF conforme certidão de nascimento/casamento/averbação de divórcio;
c) Registro Civil de Nascimento/Casamento/Casamento com Averbação de Divórcio;
d) Certificado de Reservista, Certificado de Alistamento Militar, Certificado de Dispensa de Incorporação/Isenção ou Carta Patente e fotocópia, se do sexo masculino;
e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;
f) Comprovante de escolaridade exigida para o cargo;
g) Certidão de nascimento dos filhos menores de 21 anos, carteira de identidade, CPF e caderneta de vacinação dos filhos menores de 7 (sete) anos (fotocópia autenticada ou acompanhada do original);
h) Uma foto 3x4 recente, colorida e com fundo branco;
i) número da conta corrente do Banco do Brasil S/A (se possuir);
j) Documentos pessoais do cônjuge (companheiro/companheira) carteira de identidade e CPF;
k) Número PIS/PASEP/NIT/NIS;
l) Carteira de Trabalho e Previdência Social;
m) CNH para os candidatos aos cargos cuja habilitação se faz necessária;
n) Registro junto ao Conselho de Classe do candidato a cargo profissional exigido;
o) Comprovante de residência atual (conta de água, energia elétrica ou telefone fixo) em nome do candidato, do cônjuge (se casado) ou dos pais (se solteiro);
p) Declaração de que o candidato não se encontra vinculado a cargo ou função pública federal, estadual, ou municipal, conforme prevê em os Incisos XVI e XVII, do Art. 37 da Constituição Federal; e quando acumulável declaração do órgão empregador constando o cargo ocupado, carga horária, horário de trabalho e remuneração;
q) Declaração de bens ou declaração de imposto de renda;
r) Declaração sobre recebimento de provento decorrente de aposentadoria e pensão;
s) Declaração de não estar cumprindo e nem ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática de improbidade administrativa aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
t) Declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual, municipal;
u) Certidão Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais (emitidas pelas Justiça Estadual, Federal e o Local de Residência do Candidato). Caso a CND seja positiva deverá apresentar também a Certidão Explicativa;
v) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO emitido por um Médico do Trabalho – Emitido pelo médico do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santa Amélia – Pr.;
Obs. 1 -O candidato deverá levar os documentos em uma pasta tipo ofício com elástico (nova).
Obs. 2 - Os documentos solicitados serão autenticados pelo servidor da Prefeitura no ato da apresentação dos documentos originais juntamente com as respectivas fotocópias sem qualquer tipo de custas ou emolumentos.
A falta da apresentação dos documentos e declarações mencionados neste edital de convocação caracterizará a desistência do candidato.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no Edital de Convocação será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado.
Caso sejam necessários exames complementares para posse, deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Santa Amélia.
O candidato pessoa com deficiência que for convocado para exames médicos admissionais deverá submeter-se aos exames previstos para a comprovação da deficiência declarada e da compatibilidade para o exercício do cargo.
Obs. 3 – O candidato para solicitar as certidões cíveis e criminais deverão comparecer no cartório distribuidor do fórum da Comarca de sua cidade.
Ob. 4 – O candidato para solicitar a certidão da Vara de Execuções Penais estadual deverá entrar no site do tribunal de justiça do seu estado.
Para quem reside na região de Londrina está o link abaixo:
https://site.distribuidorlondrina.com.br/certidao.php
Ob. 5 – O candidato para solicitar as certidões Civil, Criminal e Vara de Execuções Penais federal deverá acessar o site do Tribunal Regional Federal da sua região. No caso dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, acessar o link abaixo:
https://www.trf4.jus.br/trf4/controlador.php?acao=pagina_visualizar&id_pagina=2401

CARGO: FONOAUDIÓLOGO	CPF
NATÁLIA APARECIDA DA SILVA	119.***.0*9-40

Prefeitura Municipal de Santa Amélia (PR), 02 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Vanderlei Diniz da Luz
Código Identificador:81826F4E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 660/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:
Art. 1° Conceder 04 (quatro) dias de férias a servidor (a) público (a) municipal **JENIFER LUANA MODESTO** matrícula n° 36311 ocupante do cargo de provimento efetivo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO III,** Dia 13/10/2026 a 16/10/2026 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 17 de Outubro de 2026

Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:8748BBD0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 661/2026

INIVALDO BATISTA , Prefeito Municipal de Santa Amélia, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, e ainda amparado pelo Art. 62 da Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE:

Art. 1° Conceder 30 (trinta) dias de férias a servidora pública municipal **PAULA GRAZIELA BARBOSA ,** matrícula n° 36471 ocupante do cargo de **MOTORISTA DE VEICULOS PESADOS ,** Dia 07/12/2026 a 05/01/2027 correspondentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 06 de Janeiro de 2027
Art. 2°Conceder 30 (trinta) dias de férias de 06/01/2027 a 04/02/2027 correspondentes ao período aquisitivo de 2025/2026, a servidora deverá retornar as atividades normais no dia 05 de Fevereiro de 2027

Art. 3º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando- se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se

Prefeitura Municipal de Santa Amélia – PR, 02 de Outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Katia Pereira da Silva
Código Identificador:E44369E0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
ATUALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

ATUALIZAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO – CREDENCIAMENTO Nº 003/2025
PROCESSO Nº 03/2025

Ref.: CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA DA ÁREA DA SAÚDE PARA ATENDIMENTO GERAL, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS, JUNTO A REDE DE SAÚDE MUNICIPAL, ASSISTÊNCIA SOCIAL E EDUCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DOS REFERIDOS CARGOS, NAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NESTE EDITAL E SEUS ANEXOS, QUE DESTE FAZEM PARTE, CONFORME ADIANTE ESPECIFICADO:

RELAÇÃO DE ANÁLISE DE REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO Nº 003/2025

1º ITEM PSICOLOGO

DATA /HORARIO	NOME	CPF	CARGO	ORDEM	SITUAÇÃO
05/06/2025 08:00	ISABELA MENDES DA SILVA	434.***.468-**	PSICOLOGO	1º	Credenciado
05/06/2025 08:01	MARIA VITORIA F MUSI	097.***.209-**	PSICOLOGO	2º	Credenciado
05/06/2025 09:16	ALINE DA SILVA DO ESPIRITO SANTO	103.***.229-**	PSICOLOGO	3º	Desistente
21/09/2026 15:08	DIEGO RODRIGUES MARQUES	100.***.119-**	PSICOLOGO	4º	Credenciado

PROCESSAMENTO DO CREDENCIAMENTO
8.5. Os critérios serão aplicados na ordem abaixo:
***Divisão equânime** (todos os interessados em credenciar, na data pré-definida para abertura terão direito, a pelo menos, um item). Ex. Considerando que o certame possui 03 (três) itens; se comparecerem 03 (três) pessoas cada uma terá direito a um item; em caso de sobras o próximo critério de desempate será:
***Sorteio** (A pessoa sorteada para um determinado item, não poderá participar dos próximos sorteios, até que todas as pessoas credenciadas tenham participado e sido sorteadas para os itens restantes).

Santa Cecilia do Pavão/PR, 02 de outubro de 2026.

MARCOS VINICIUS DUARTE
Agente de Contratação

FABIO CEZAR ALBINO KUROKI
Membro da comissão de Licitação

MARIA EDUARDA SILVA DOS SANTOS
Membro da comissão de Licitação

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:F0FDF44A

GABINETE DO PREFEITO
ERRATA - AUTORIZAÇÃO DE DIÁRIA Nº. 006/2026 - SAMAE

Errata - Autorização de Diária nº. 006/2026

Onde se- lê: ... até a cidade de **Maringá, Estado o Paraná**, no dia 28/09/2026 .....

Leia-se: ... até a cidade **Santa Barbara do Oeste- SP** no dia 28/09/2026 ...

Santa Cecília do Pavão,28 de Setembro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:36AF6996

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 092/2026

PORTARIA N.º 092/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO, ESTADO DO PARANÁ, CLÁUDIO COVRE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **NOMEADA** a Senhora **CLEIDELAINE TEIXEIRA COSTA DOS SANTOS,** inscrita no CPF sob n.º 076.XXX.XXX-40, para o Cargo em Comissão de **CHEFE DE DIVISÃO DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA**, percebendo seus vencimentos de acordo com a Lei 496/2007, tabela "B" CC 04, a partir de 01 de outubro de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 01 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:1876F1A7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº 001/2026

PARTÍCIPES: **Município de Santa Cruz de Monte Castelo** (Poder Executivo), CNPJ 75.462.820/0001-02, e **Câmara Municipal de Santa Cruz de Monte Castelo**, CNPJ 02.096.060/0001-85.

OBJETO: cooperação técnica do Poder Executivo à Câmara Municipal, com a disponibilização do engenheiro civil Paulo Roberto Perfetti, CREA-PR 12.639/D, matrícula nº 1356, para a elaboração dos documentos técnicos e a fiscalização técnica da reforma e adequação do Plenário (Dispensa de Licitação nº 007/2026).

ÔNUS: sem ônus para a Câmara.

VIGÊNCIA: da assinatura até o recebimento definitivo da obra, limitada a 31/03/2027.

FUNDAMENTO: art. 2º da Constituição Federal; Acórdãos nº 1582/22 e nº 819/26 do Tribunal Pleno do TCE-PR.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026.

SIGNATÁRIOS:

WILLIAN CEZAR VIEGA
Prefeito Municipal

EDINALDO ONÓRIO DA SILVA
Presidente da Câmara Municipal

PAULO ROBERTO PERFETTI
Servidor Indicado (ciência)

Publicado por:
Jhonatan William Dos Santos
Código Identificador:6CEBE08A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA FÉ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

A Câmara Municipal de Santa Fé, Estado do Paraná, com sede na Rua Ponta Grossa, nº 504, inscrito no CNPJ/MF sob n° 01.583.490/0001-69, neste ato representado pelo Presidente da Câmara, em pleno exercício de seu mandato e funções, ratifica a DISPENSA de licitação n° 013/2026, nos termos do Artigo 75, caput, inciso II, respectivamente, da Lei Federal n° 14.133/21 e suas alterações.

DISPENSA DE LICITAÇÃO - N° 013/2026.

OBJETO DO CONTRATO: Aquisição de 05 (cinco) bandeiras fúnebres do Município de Santa Fé.

CONTRATADA: BANDEIRA HUM CONFECÇÕES EIRELI EPP.

CNPJ: 02.963.780/0001-09.

VALOR TOTAL: R$ 550,00 (Quinhentos e cinquenta reais).

VENCIMENTO: 12 MESES.

FORO: Comarca de Santa Fé, Estado do Paraná.

Plenário Vereador Antonio Fermino de Souza, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

JOÃO MAURO SIMARDE
Presidente da Câmara

Publicado por:
Marcos da Silva Santos
Código Identificador:6C8DB603

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO III TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO III

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO
1.1.Realização de Leilão Público online, por Plataforma Eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros) e bens imóveis, pertencentes ao patrimônio do Município de Santa Fé/PR, conforme relação de lotes e especificações descritas no **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis**.

2. DA JUSTIFICATIVA
2.1.Destaca-se o contexto da necessidade de proceder ao processo de alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros) e imóveis, a ser conduzido pela Administração Pública Municipal, em atenção ao inciso XXI do art. 37 e art. 175 da Constituição Federal, Lei 14.133/2021, Lei Orgânica do Município e demais dispositivos de regência.
2.2. Assim, compete à Administração Pública Municipal desenvolver, propor e implementar modelos, mecanismos, processos e procedimentos para aquisição, contratação, alienação e gestão de bens e serviços.
2.3. Frise-se, que a Administração Pública adquire bens que são utilizados no desenvolvimento de suas atividades, bem como na prestação de serviços públicos à população. Contudo, com o decurso do tempo, referidos bens deixam de ser úteis ao órgão possuidor, tornando-se inservíveis, denominação genérica atribuída aos bens caracterizados como ociosos, antieconômicos ou irrecuperáveis. Por não mais servirem a finalidade para qual foram adquiridos, não há motivo para que tais bens permaneçam integrados ao patrimônio público, razão pela qual ocorre o desfazimento desses bens, que tem por objetivo principal angariar recursos para a aquisição de novos bens permanentes, bem como se justifica pela redução de custos administrativos para manutenção deles no acervo patrimonial.
2.4.Saliente-se que a Administração Municipal, por não contar com profissionais ou deter conhecimento para consecução do objeto proposto, sem que resultasse em investimentos e despesas que não são justificáveis, uma vez que envolveria a gestão de diversos serviços agregados como de pessoal, capacitação, equipamentos, veículos, combustíveis, deslocamento etc., efetuou a contratação via credenciamento para prestação de serviços de levantamento, inventário, preparação, organização, realização e condução de Leilões Públicos para venda de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, sucatas e outros), bens imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, através de plataforma eletrônica e por Leiloeiro Oficial devidamente registrado na JUCEPAR – Junta Comercial do Estado do Paraná.
2.5. Saliente-se que a Lei nº 14.133/2021, no inciso XL do art. 5º e art. 31, expressam que o leilão: modalidade de licitação para alienação de bens imóveis ou de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos a quem oferecer o maior lance.
2.6. Quanto ao Leiloeiro Público Oficial, a profissão é disciplinada pelos Decretos nº 21.981/1932 e nº 22.427/1933, que preveem todos os direitos e deveres intrínsecos e extrínsecos ao exercício da profissão, estabelecem os critérios para registro e definem as Juntas Comerciais Estaduais como órgãos competentes para fiscalização.
2.7.Por sua vez, a condução do procedimento de Leilão, dentre outras exigências, requer sistema que possibilite a realização da sessão via *Web*, simultaneamente e em tempo real, com local para realização do Leilão com infraestrutura digital acessível ao público interessado, domínio da capacidade de negociação e outros itens que integram a logística necessária à condução da sessão.
2.8. A possibilidade de participação no Leilão via *Web* amplia significativamente o número de potenciais Arrematantes-Compradores(as), torna a disputa mais acirrada, aumenta a eficácia nos lances como também diminui a possibilidade de combinação de preços. Este recurso permite que o Arrematante-Comprador(a) ofereça seus lances quando o leilão estiver sendo realizado, utilizando um computador, *tablet*, *smartphone* etc.
2.9.A fiscalização e o acompanhamento do procedimento licitatório ficarão a cargo da COMISSÃO DE LEILÃO.

3. DOS BENS
3.1. Os bens estão relacionados, descritos e avaliados no **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis** e serão vendidos no

estado de conservação e condição em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelo arrematante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.
3.2. Não cabe ao Leiloeiro Oficial ou ao Município de Santa Fé/PR qualquer responsabilidade posterior, como, concessão de abatimento no preço em decorrência das qualidades intrínsecas ou extrínsecas dos bens ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos e providências quanto à sua transferência após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente vistoriados, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes.
3.3. Os imóveis serão vendidos em caráter "*AD CORPUS*" e no estado em que se encontram, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o(a) arrematante adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir(em) complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do(s) imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear a rescisão do contrato/arrematação ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária.
3.4.A descrição dos lotes está sujeita às correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas.
3.5.As fotos dos bens disponibilizadas no website **www.sumareleiloes.com.br**, são recursos meramente ilustrativos, com o objetivo de oferecer conforto ao(s) interessado(s). Assim sendo, a manifestação de interesse na compra de qualquer lote/imóvel, deve-se dar somente após visitação física (prévia à realização do leilão) ou concordância com a visualização dos imóveis apenas pelas imagens e vídeos - quando houver - exibidos e análise das documentações dos imóveis.

3.6.Em relação aos bens imóveis, deverão ser observadas, ainda, as condições específicas relativas à situação registral, urbanística, ambiental, tributária, condominial, possessória e demais condições previstas no Edital.

4. DOS VALORES
4.1.Os bens serão vendidos em lotes, observados os valores mínimos atribuídos conforme avaliações realizadas pelo Município de Santa Fé/PR, constantes da coluna "VALOR MÍNIMO" da tabela expressa constantes do **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis,** conforme o caso.

5. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO
5.1. O Leilão Público será realizado na forma *online* pela Plataforma Eletrônica disponível na página da rede mundial de computadores sob o *URL* www.sumareleiloes.com.br, nas seguintes datas e horários:

LOTES	DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DO RECEBIMENTO DE LANCES	DATA E HORÁRIO DO ENCERRAMENTO DA DISPUTA ONLINE
02 À 21	APÓS A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	10/11/2026 às 09:00h

6. DAS VISITAS, EXAME E VISTORIA DOS BENS
6.1. DOS BENS MÓVEIS

6.1.1. Para que os interessados nos bens descritos no ANEXO I – Bens Móveis possam conhecer previamente suas condições e seu estado de conservação, os bens estarão disponíveis para visitação pública no período de **03 a 06/11/2026 e 09/11/2026 das 8h às 11h e das 13h às 17h**, conforme os endereços indicados abaixo.
Os interessados em realizar a visitação deverão comparecer inicialmente à sede da Prefeitura, localizada no endereço: Av. Presidente Kennedy nº 717 – centro – Santa Fé – PR, onde serão recepcionados por responsável designado e acompanhados até os locais em que se encontram os respectivos lotes, nos seguintes endereços:

ANTIGA AGÊNCIA
Rua São Paulo n° 703 - Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000
Lotes: 2 a 5, 7 e 8.

PRÉDIO ADM
Rua Vera Cruz, 107, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000
Lotes: 6 e 13.

SECRETARIA DE OBRAS
Rua Goiás, esquina com a Rua Curitiba, 245, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-00
Lote: 9.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA
RUA Curitiba, 1156, Santa Fé - PR, CEP 86770-00
Lote: 10.

PREFEITURA
Avenida Presidente Kennedy, 717, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-00
Lote: 11.

UBS DR JOÃO ALCIR DARCOL TREVISAN
Dr. João Alcir Darcol Trevisan 120, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000
Lote: 12.

6.1.2. Os lotes deverão ser examinados pelos interessados e, se for o caso, por técnicos de sua confiança, apenas através de avaliação visual dos lotes no local onde se encontram expostos, nos dias e horários indicados, sendo vedado quaisquer outros procedimentos, como manuseio, experimentação e retirada de peças.
6.1.3. É permitido portar máquina fotográfica e/ou celulares, assegurando a todo interessado o direito de efetuar o registro fotográfico do lote por ele inspecionado, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.
6.1.4. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia de funcionamento não cabendo, pois, ao Leiloeiro Oficial e ao Município de Santa Fé qualquer responsabilidade posterior como concessão de abatimento no preço em decorrência de suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos, reposição de peças com defeitos ou ausentes, e providências quanto à sua retirada e transporte após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente examinados os bens, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes.
6.1.5.Caso o licitante opte por não visitar o bem para atestar e conhecer as condições e peculiaridades do objeto, assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens, não podendo alegar ignorância quanto ao estado dele, em juízo ou fora dele, como motivo de redução de valor ou indenização.
6.1.6. Não serão aceitos lances condicionados à vistoria futura dos bens, posto que é obrigação do interessado em participar do certame efetuar a vistoria antes de sua realização.

6.2. DOS BENS IMÓVEIS

6.2.1.O interessado poderá vistoriar os bens objeto do leilão em sua localização, cujas informações estão disponíveis no endereço eletrônico do Leiloeiro (www.sumareleiloes.com.br).

6.2.2. As visitas poderão ser realizadas até o dia útil antecedente à data de encerramento do leilão, sendo vedado aos proprietários, possuidores ou detentores dos bens criar embaraços à visitação, sendo desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Não serão aceitos lances condicionados à vistoria futura de bens, posto que é obrigação do interessado em participar da hasta efetuar a vistoria antes de sua realização.

6.2.3. Os bens deverão ser examinados pelos interessados e, se for o caso, por técnicos de sua confiança, apenas por avaliação visual dos lotes no local onde se encontram expostos.
6.2.4. É permitido portar máquina fotográfica e/ou celulares, assegurando a todo interessado o direito de efetuar o registro fotográfico do bem por ele inspecionado, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens objetos do presente leilão.
6.2.5. Caso o interessado opte por não visitar o bem para atestar e conhecer as condições e suas peculiaridades, assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens, não podendo alegar ignorância quanto ao estado dele, em juízo ou fora dele, como motivo de redução de valor ou indenização.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1.Poderão participar do Leilão e oferecer lances as pessoas físicas ou jurídicas por seu representante legal, desde que devidamente inscritos(as) no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).
7.1.1. Não poderão participar do LEILÃO:
a) Menores de 18 (dezoito) anos;
b) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do Município de Santa Fé/PR;
c)Suspenso pelo Município de Santa Fé/PR;
d)Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada ao Município de Santa Fé/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
e) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
f)Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
g) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
h) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
i)Que tenha, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
7.1.2. Aplicam-se as mesmas vedações acima aos seguintes casos:
a) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: dirigente e empregado do Município de Santa Fé cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação e autoridade do ente público a que o Município de Santa Fé é vinculado.
b) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Município de Santa Fé há menos de 6 (seis) meses.
7.1.3. Os licitantes não poderão alegar, para fins e efeitos de direito, o desconhecimento das regras e condições contidas neste Edital e na legislação pertinente reguladora da matéria.

8. DO CREDENCIAMENTO
8.1.Os(as) interessados(as) deverão se inscrever/cadastrar para o Leilão com antecipação mínima de 2 (dois) dias da data de abertura prevista no item 5.1, mediante acesso à página www.sumareleiloes.com.br e encaminhar os seguintes documentos:
a) Pessoas Física:

●Fotografia de seu rosto com documento com foto ao lado;
●Comprovante de endereço;
●Documento com foto (RG, CNH ou Funcional).
●Certidão de casamento/união estável e documentação do cônjuge/companheiro, quando aplicável.

b) Pessoas Jurídicas:
●CNPJ/MF emitido pela Receita Federal com consulta de quadro societário da empresa (Consulta QSA);
●RG ou CNH do(a) sócio(a) administrador(a).
●Contrato/estatuto social atualizado e documentos comprobatórios dos poderes de representação.

8.1.1.O interessado/usuário deverá ser plenamente capaz nos termos da legislação civil em vigor.
8.1.2.O interessado/usuário declarará a inexistência das vedações à participação e que tem capacidade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação pertinente reguladora da matéria.
8.2. Os documentos mencionados no item 8.1 deverão ser anexados após o preenchimento da inscrição/cadastro no *site* www.sumareleiloes.com.br, seguindo-se as orientações nele disponibilizadas.

8.3.Com o cadastro realizado com sucesso, e após o recebimento dos documentos acima exigidos, será encaminhada, via e-mail, a informação de habilitação, tornando apto o licitante para realizar seus lances.

8.4. O Leiloeiro Oficial designado examinará previamente os documentos de credenciamento nos termos deste Termo de Referência e do Edital.
8.5. Para participar do leilão o(a) usuário(a) deverá ACEITAR os termos e condições estabelecidas na Plataforma disponível no endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS
9.1. O leilão será realizado por lotes, conforme discriminado no **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis** e os valores mínimos são os aprovados pela Comissão de Leilão.
9.2. Os bens serão alienados pelo valor mínimo estabelecido no ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, cuja alienação ficará obrigatoriamente sujeita à prévia e expressa aprovação do Município de Santa Fé/PR, nos termos do item 11.16 deste Edital.
9.3. Durante o leilão podem ser realizadas ofertas sucessivas de lances para cada lote, sempre com valores que superem o lance anteriormente efetuado. Não serão admitidos lances com valores idênticos ou que visem a igualar a oferta de algum(a) interessado(a).
9.4. No momento em que os(as) interessados não mais se dispuserem a realizar novos lances, o Leiloeiro Oficial identificará o(a) ofertante do maior lance e lhe adjudicará o lote em questão.
9.5. Para cada lote será realizado o mesmo procedimento.
9.6. A participação do Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos concorrentes das exigências e condições estabelecidas neste Termo de Referência, no Edital e na legislação pertinente reguladora da matéria.
9.7. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO DE LEILÃO e pelo Leiloeiro Oficial.
9.8.O(a) Arrematante é responsável pela utilização e destino dos bens arrematados e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor.
9.9. O Município de Santa Fé/PR, por sua COMISSÃO DE LEILÃO, reserva seu direito de adiar, suspender, alterar ou revogar o Leilão, no todo ou em parte, inclusive retirar parte dos lotes postos à venda, sem que caiba a terceiros(as) reclamação de qualquer espécie, tampouco geração de direitos.

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO
10.1. O critério de julgamento será o de maior lance ou maior oferta de preço.

11. DO PROCEDIMENTO

11.1. O Leilão Público será realizado *online* pela Plataforma Eletrônica disponível na página da rede mundial de computadores sob o *URL* www.sumareleiloes.com.br, atendendo à forma da legislação vigente e as disposições expressas neste Edital e no Termo de Referência.
11.1.1.Os interessados deverão previamente se inscrever/cadastrar para o Leilão, mediante acesso à página www.sumareleiloes.com.br, seguindo os procedimentos expressos em referido *site* para este fim, observado o disposto no item 8.
11.1.2. Após a efetiva inscrição/cadastro, será atribuído a cada participante um *LOGIN* e SENHA para possibilitar a participação no certame.

11.1.3.Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pela rede mundial de computadores, por meio da Plataforma disponível no endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br.
11.1.4.Somente poderão participar da fase dos lances os licitantes que apresentarem os documentos de credenciamento e estarem devidamente cadastrados(as) junto ao *site* www.sumareleiloes.com.br, consoante as disposições expressas neste Edital.
11.2. Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O usuário é responsável por todos os lances registrados em seu nome, que não serão anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.
11.3. Os lances serão ofertados para um lote de cada vez, obedecida a sequência constante do ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, observados os valores mínimos atribuídos aos respectivos lotes e as disposições relativas aos lances condicionais previstas no item 11.16 deste Edital.
11.4.Serão considerados apenas os lances de valor igual ou superior ao dos valores mínimos atribuídos conforme avaliações realizadas e descritas no ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, ficando sujeitos às disposições do item 11.16 deste Edital.
11.5.A partir do preço mínimo, ficará a cargo do Leiloeiro Oficial, durante os pregões, estabelecer a diferença mínima para os lances subsequentes.
11.6. O valor mínimo de lance inicial para cada lote será o estimado no Edital ou o melhor lance antecipado registrado no sistema até o início da sessão pública.
11.7. Iniciada a etapa competitiva, os participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
11.8.Os lances ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo direito de pleitear desistência, alterações posteriores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
11.9. A simples oferta de lance, demonstrará intenção de compra nos respectivos lotes de seu interesse e implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital:
11.9.1.Que tem ciência e concorda com os termos e condições contidas neste Edital e seus anexos e que cumpre plenamente as condições exigidas para participação no certame;

11.9.2. Que inexistem fatos impeditivos para participação no processo licitatório;
11.9.3. Que tem ciência de que as condições exigidas para a participação do certame aplicam-se a todas as suas etapas, até a entrega dos bens.
11.10.Os lances oferecidos pela Plataforma Eletrônica de Leilões não garantem direitos ao participante, que assume os riscos oriundos de falhas por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, ou impossibilidades técnicas ou quaisquer outras ocorrências, tendo em vista que a internet e o site são apenas facilitadores de oferta, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.
11.11. O licitante poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.
11.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor e mesma condição de pagamento, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.
11.13. O Leiloeiro Oficial, atendidas as conveniências do Município de Santa Fé, poderá retirar qualquer lote do Leilão.

11.14. Os bens serão leiloados por lotes e terão seu encerramento realizado individualmente e de forma sequencial, conforme as regras e diretrizes da Plataforma Eletrônica.
11.15. Os lotes que não receberem lances na primeira chamada, bem como aqueles cujos lances condicionais tenham sido expressamente recusados pelo Município de Santa Fé/PR, serão reabertos para **2ª chamada**, com encerramento previsto para o dia **xx/xx/2026, às xxh00**, observadas as mesmas condições estabelecidas neste Edital.
11.16. **DOS LANCES CONDICIONAIS.** Os lances ofertados em valor inferior ao valor de avaliação ou ao valor mínimo estipulado para venda poderão ser recebidos pela Plataforma na condição de **LANCE CONDICIONAL**, não implicando, por si só, arrematação ou obrigação de alienação do bem pelo Município.
11.16.1.O lance condicional ficará sujeito à análise e à expressa aprovação do Município de Santa Fé/PR, na qualidade de Comitente vendedor, ao qual fica reservado o direito de aceitá-lo ou recusá-lo, não possuindo o Leiloeiro Oficial autonomia para autorizar a venda do bem nessas condições.
11.16.2.O Município terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do encerramento do respectivo lote, para manifestar-se quanto à aceitação ou recusa do lance condicional.
11.16.3.Uma vez aprovado pelo Município, o lance condicional será automaticamente convertido em lance vencedor/arrematação, ficando o respectivo ofertante obrigado ao pagamento do preço, da comissão do Leiloeiro Oficial e dos demais encargos previstos neste Edital.
11.16.4.O lance condicional é irrevogável e irretratável para o licitante durante o prazo de análise pelo Município, não sendo admitida sua desistência ou retirada. Uma vez aprovado, eventual desistência ou inadimplemento do arrematante sujeitará o responsável às penalidades previstas neste Edital, inclusive às multas estabelecidas no item 12.6.
11.17. É vedado o arrematante responsável pelo lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento e transferência dos bens.
11.18.Qualquer valor que venha a incidir sobre o objeto desta licitação, correspondente a impostos, taxas de transferência, emolumentos, despesas com transporte, seguro, reconhecimento de firma, ITBI, taxas, alvarás, certidões, escrituras, emolumentos cartorários, registros, averbações, despachante, laudêmio, certidões autorizativas, eventual situação enfitêutica e regularizações decorrentes de construção/reforma, correrão por conta exclusiva do arrematante.
11.19.Na plataforma de leilão, a ordem de exposição dos bens ofertados será definida por critérios específicos do Leiloeiro Oficial.
11.20.Encerrado o Leilão, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.
11.20.1. A ata será assinada, ao seu final, pelo Leiloeiro Oficial.

12. DO PAGAMENTO
12.1. Os pagamentos são irretratáveis e não haverá devolução dos valores pagos em razão de desistência da compra, descumprimento do edital ou por afronta à legislação aplicável.
12.1.1.Em nenhuma hipótese serão restituídos os pagamentos dos bens leiloados que, por qualquer razão, não venham a ser do agrado dos(as) arrematantes, visto que todos os bens ficarão à disposição dos interessados, dias antes do leilão, para as necessárias vistorias. A simples participação no leilão já implica na aceitação do estado em que se encontram os bens.
12.2.Quanto aos bens móveis dispostos no **ANEXO I**, o arrematante deverá efetuar o pagamento do lance em sua integralidade **À VISTA**, após o encerramento do leilão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. O pagamento deverá ser realizado exclusivamente por meio de transferência via PIX, utilizando-se o QR CODE ou a chave "copia e cola" disponibilizados **diretamente na plataforma** www.sumareleiloes.com.br. Para efetuar o pagamento, o arrematante deverá selecionar o(s) lote(s) desejado(s), clicar em "enviar ao carrinho", sendo então direcionado à página contendo todas as informações necessárias para a quitação.

12.2.1.Quanto aos bens imóveis, dispostos no **ANEXO II**, o arrematante poderá efetuar o pagamento à vista nos moldes do item 12.2.
12.2.2. Na hipótese de lance condicional, o prazo para pagamento somente terá início após a comunicação de sua aprovação pelo Município de Santa Fé/PR e consequente conversão do lance condicional em arrematação, devendo o pagamento ser realizado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da respectiva comunicação ao arrematante.

12.3.O(a) arrematante além do valor referente à arrematação do bem móvel e/ou imóvel, deverá pagar **À VISTA** a comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor, nos termos do parágrafo ÚNICO do Decreto nº 21.981/32 que regulamenta o exercício da profissão, através de PIX. Atenção: para pagamentos via PIX através do QRCODE ou chave copia e cola, **diretamente na plataforma www.sumareleiloes.com.br.**

Atenção: Não serão fornecidas chaves Pix por e-mail, telefone ou qualquer outro meio externo à plataforma. Qualquer pagamento deverá ser efetuado única e exclusivamente em favor da empresa Atena Preparadora de Leilões (Sumaré Leilões).
12.4. Na hipótese do arrematante não efetuar o pagamento nos termos dispostos neste Termo de Referência e no Edital, perderá o direito ao bem que será levado a novo leilão, bem como ficará impedido(a) de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santa Fé pelo prazo de 3 (três) anos nos termos do § 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, sendo, ainda, declarado inidôneo de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
12.5. Uma vez integralizado o pagamento, o Município de Santa Fé e o Leiloeiro Oficial eximem-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avaria que venha a ocorrer no bem arrematado e não retirado dentro do prazo estipulado.
12.6. Após a arrematação, que se consuma com a homologação eletrônica, não será aceita em nenhuma hipótese a desistência pelo(a) arrematante quanto aos lotes por ele(a) arrematados. O não pagamento e ou desistência sujeitará o(a) arrematante ao pagamento de multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance em prol do Município e multa no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance em prol do Leiloeiro Oficial.
12.7.Após a quitação do preço ofertado, conforme estabelecido nos subitens 12.2 e 12.3, o Leiloeiro Oficial emitirá a Nota de Venda correspondente, da qual deverá constar:
12.7.1. Se pessoa física: o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), o número da Carteira de Identidade, o endereço completo indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal (CEP);
12.7.2.Se pessoa jurídica: a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, do bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal (CEP).

13. DAS REGULARIZAÇÕES PÓS-LEILÃO, ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DOS BENS MÓVEIS
13.1. O Município de Santa Fé é responsável pela guarda do bem até a entrega.
13.2. O acesso aos bens arrematados somente será permitido após conclusão pela COMISSÃO DE LEILÃO designada pelo Município.

13.2.1. Identificação e confirmação do pagamento integral realizado pelo arrematante.
13.2.2. Requerimento, na hipótese de veículos, ao órgão ou entidade executiva de trânsito para a baixa do registro do veículo classificado como sucata (aproveitáveis, inservíveis ou aproveitáveis com motor inservível).
13.3.O Município de Santa Fé notificará os arrematantes pelos e-mails cadastrados na Plataforma Eletrônica, não incorrendo o Município de Santa Fé e o Leiloeiro Oficial em responsabilidades por eventuais falhas nas entregas das mensagens.
13.3.1.A liberação dos lotes arrematados, tratando-se de bens móveis, dar-se-á mediante agendamento prévio, a ser realizado através dos telefones: (44) 98834-4708/ (44) 99888-2424 ou pelo whatsapp.
13.3.2. A retirada dos bens móveis arrematados poderá ser feita nos dias de expediente normal da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 11h00m e das 13h00m às 17h00min.
13.3.3. Todos os lotes deverão ser retirados do local indicado pelo Município de Santa Fé, de forma transportada, ou seja, embarcados como carga, cujas despesas são de responsabilidade do arrematante, até regularização do bem.
13.4.A remoção dos bens móveis arrematados deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação. Findo o prazo, ficará o arrematante sujeito ao pagamento de taxa de estadia de 0,5% (meio por cento) ao dia calculado sobre o valor de venda até o 30º (trigésimo) dia, sob pena de configurar abandono dos bens, sendo estes revertidos ao Município de Santa Fé, sem que caiba qualquer indenização ou restituição de qualquer valor em favor do(a) Arrematante.
13.5.O arrematante deverá apresentar, no ato da retirada dos bens, documento de identificação com foto e, se for o caso, procuração com poderes específicos e firma reconhecida em cartório, bem como efetuará a retirada da nota de venda que lhe será entregue.
13.6.No ato da retirada o arrematante ou seu representante deve vistoriá-los conferindo o estado do bem e eventual divergência da condição de venda identificada por ocasião da visitação, obstando-se de retirar o veículo e comunicando o fato imediatamente à Comissão Permanente de Licitação pelo endereço eletrônico prefeitura@santafe.pr.gov.br.
13.7.A retirada dos bens pelo arrematante e/ou representante legal, implicará em sua concordância e plena aceitação das condições físicas em que se encontram, que os recebe sem nada a reclamar ou protestar posteriormente a respeito de suas condições, peças faltantes ou derivados.
13.7.1.Não serão aceitas reclamações após a retirada do bem das dependências em que se encontre, nem devoluções, pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preços, quaisquer que sejam os motivos alegados. Ao efetuar o arremate dos lotes, o arrematante declara estar ciente do estado de conservação do bem arrematado.
13.8. Após a retirada dos bens por seu arrematante, este será o responsável pela utilização e responderá civil, penal e administrativamente pelo uso em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor, bem como a efetivação do procedimento de transferência de propriedade, às suas expensas.
13.9. Os lotes arrematados deverão ser retirados na sua totalidade, NÃO sendo reservado ao arrematante o direito à retirada parcial dos mesmos e abandono do restante.
13.10.A retirada dos lotes, os serviços de transferência, bem como quaisquer despesas pertinentes (vistoria, taxas, seguro etc.) serão de inteira responsabilidade do arrematante, que deverá atentar para os prazos estabelecidos neste Edital.
13.11. No ato da retirada, o arrematante deverá providenciar a mão de obra, bem como trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários ao carregamento, não sendo permitida a transformação dos bens arrematados dentro de qualquer área do imóvel em que se localizem, bem como toda e qualquer despesa decorrente do carregamento e transporte dos bens vendidos, correrão por conta e risco do arrematante.
13.12.Na nota de venda constarão as características completas do bem ou do lote de bens arrematados (no caso de veículo a marca, modelo, placa, ano do modelo, ano de fabricação, coro e sequência alfanumérica do chassi), a situação do bem ou do lote de bens (no caso de veículo recuperável ou sucata), a identificação do arrematante (se pessoa natural), o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o CEP, e se pessoa jurídica, a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado, o CEP, e o valor da arrematação.
13.13.São obrigações do arrematante na hipótese de arremate de veículo classificado como conservado (com direito a documentação):
13.13.1.Fica sob a responsabilidade do arrematante, antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de segurança precedendo com a revisão técnica dos sistemas, peças e equipamentos de uso obrigatório no prazo e forma exigidos no Código de Trânsito Brasileiro, para colocá-lo novamente em circulação.
13.13.2. O arrematante se compromete a não circular com o veículo ou aliená-lo a terceiros sem antes efetuar o procedimento de transferência de propriedade do veículo para seu nome.
13.13.3.Correrão à custa do arrematante do lote conservado as despesas com licenciamento, bem como as taxas necessárias ao registro de propriedade, que inclui taxa de transferência e vistoria dos veículos, além de quaisquer outras despesas, se houver, necessárias à regularização das restrições descritas na vistoria de transferência de propriedade, inclusive despesas referentes à mudança de placa para o novo modelo (MERCOSUL), quando necessário.
13.13.4.É responsabilidade do arrematante a obtenção do CRV (número do espelho), quando necessária, junto ao DETRAN, bem como adotar as providências necessárias para submetê-lo à vistoria

para fins de transferência e apresentar a documentação necessária para a efetiva transferência, nos termos da legislação de trânsito vigente.

13.14.É defeso ao arrematante responsável pelo lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento, transferência e retirada de veículo das dependências da Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR.
13.15.Na hipótese de força maior ou caso fortuito no intervalo de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do bem, que impeça a entrega dele, resolve-se a obrigação mediante a restituição do valor pago.

14. DAS REGULARIZAÇÕES PÓS-LEILÃO, ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DOS IMÓVEIS
14.1.Arrematados os imóveis, o Município de Santa Fé encaminhará os documentos para o Tabelionato de Notas para a lavratura da Escritura Pública a ser outorgada.
14.2.Após a confirmação do recebimento integral do valor de arrematação na hipótese de pagamento à vista e da comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial, o(a) Arrematante terá o prazo de 15 (quinze) dias para entregar ao Município de Santa Fé/PR toda documentação necessária à lavratura da Escritura Pública, sendo que as partes envidarão esforços para sanar quaisquer exigências necessárias à formalização e registro da mesma, o qual deverá ser feito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados a partir da expiração do prazo de 15 (quinze) dias acima expresso.
14.3.Caso não seja possível a transferência da propriedade por culpa exclusiva do(a) arrematante, poderá o Município de Santa Fé/PR considerar rescindido o negócio jurídico, incidindo multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da compra e venda/arrematação em favor do Município de Santa Fé/PR, perdendo o(a) arrematante o valor pago pela comissão do(a) Leiloeiro Oficial.
14.4.Ficará a critério do Município de Santa Fé/PR no casos de ausência de entrega dos documentos necessários à lavratura da Escritura Pública no prazo acordado ou inércia do(a) arrematante em assinar a referida Escritura Pública em prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias contados do pagamento, rescindir o negócio sem que isso importe qualquer direito a indenização ou reparação ao(à) Arrematante, realizando apenas a devolução dos valores nominais já pago pelo(a) arrematante, deduzida a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de arrematação incidente nestes casos, sem prejuízo de serem tomadas as medidas judiciais pertinentes, ficando o imóvel novamente liberado para a venda, não se devolvendo neste caso a comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial.
14.5. Outorgada a Escritura Pública, o(a) arrematante deverá apresentar ao Município de Santa Fé/PR no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura da mesma, o instrumento devidamente registrado no Cartório de Registro Imobiliário, ressalvadas as hipóteses de prorrogações autorizadas ou quando houver pendências documentais do Município de Santa Fé/PR, bem como, efetivar a substituição do contribuinte na Prefeitura Municipal e do responsável pelo imóvel junto à administração do condomínio ao qual o imóvel eventualmente pertença.
14.6. Na hipótese do imóvel ser arrematado assinada por arrematante casado(a) sob o regime de comunhão universal ou parcial de bens, bem como convivente em união estável, será necessária a aposição da assinatura do cônjuge/companheiro(a) quando da formalização da Escritura Pública.

14.7.Todos os prazos acima referidos poderão ser prorrogados caso haja pendências documentais até a regularização destas.
14.8.Caso haja a constatação pelo Município de Santa Fé/PR acerca de eventual inadimplemento dos tributos, contribuições, taxas ou despesas condominiais após a confirmação do pagamento, o Município de Santa Fé/PR comunicará o(a) arrematante, por meio de notificação direcionada ao(s) endereço(s) eletrônico(s) constante(s) na Ata de Leilão, sobre a irregularidade, devendo o(a) arrematante comprovar regularização no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o envio da notificação, sob pena de pagamento de multa pecuniária ao Município de Santa Fé/PR no valor de 10% (dez por cento) do valor do tributo em atraso, sem prejuízo do reembolso de eventual tributo pago por este último, a fim de manter a regularidade fiscal do imóvel e do Município de Santa Fé/PR até a efetiva transferência da propriedade junto à matrícula do imóvel.
14.9. A inércia do(a) arrematante em realizar a regularização da situação nos termos e prazo do Item acima, ensejará ao Município de Santa Fé/PR a possibilidade de resolver o negócio, caso ainda não tenha sido formalizada e/ou registrada a transferência da propriedade, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis. Havendo a resolução do negócio o Município de Santa Fé/PR devolverá cada TED (Transferência Eletrônica Disponível) o valor nominal, sem correção ou atualização monetária, com a dedução da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de arrematação, sem prejuízo da aplicação do disposto no Item 12.10 acima.
14.10.Serão de responsabilidade do(a) arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s), tais como, imposto de transmissão (ITBI), taxas, alvarás, certidões, avaliações, certidões pessoais em nome do Município de Santa Fé/PR, escrituras, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, serviços de despachante, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfitêuticas não declaradas ao tempo da alienação, débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes e quaisquer outras que vierem a ser necessárias, ou que não tenham sido mencionadas neste Edital. O(a) arrematante declara-se ciente de que todas as despesas e providências necessárias para transferência do imóvel para seu nome serão de sua única e exclusiva responsabilidade, ainda que os eventuais cadastros perante a Prefeitura estejam em nome do Município de Santa Fé/PR ou de terceiros(as), cooperando o Município de Santa Fé/PR com os documentos necessários para efetiva transferência.
14.11. Caso o(s) imóvel(is) esteja(m) ocupado(s) por terceiro(s), o(a) arrematante assume o risco da arrematação do(s) imóvel(is) no estado em que efetivamente se encontra(m), independentemente de conseguir(em) adentrar no(s) imóvel(is) para verificar sua(s) condição(ões).
14.12. O(a) arrematante declara-se ciente de que a desocupação do imóvel e o ajuizamento das medidas judiciais pertinentes deverá(ão) ser por ele(s) integralmente custeada(s) e acompanhada(s), não tendo o Município de Santa Fé/PR qualquer responsabilidade sobre tal ato, inclusive nos casos de eventual vício ou má condução dos processos de imissão na posse já em curso, nos quais o(a) arrematante vier a substituir o Município de Santa Fé/PR. O Município de Santa Fé/PR não se responsabiliza pelo eventual insucesso do(a) arrematante em ação de Imissão na posse.

14.13.Caberá exclusivamente ao(à) arrematante a responsabilidade de conferir quaisquer informações disponibilizadas na(s) descrição(ões) do(s) imóvel(is), principalmente quando houver a informação de que as mesmas se referem a dados extraídos de laudos de avaliação realizados por empresas terceirizadas, considerando que estas informações não constam na(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is), não podendo, portanto, arguir qualquer responsabilização do Município de Santa Fé/PR ou do(a) Leiloeiro(a) Oficial por eventual omissão nas informações descritas neste Edital.
14.14. O(a) arrematante deverá se cientificar prévia e inequivocamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfitêutica, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do(s) imóvel(is), não ficando Município de Santa Fé/PR responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Município de Santa Fé/PR não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.
14.15.O(a) arrematante fica informado(a) e ciente que inexistem pendências e/ou ações judiciais de conhecimento do Município de Santa Fé/PR relacionadas ao(s) imóvel(is). É de responsabilidade do(a) arrematante realizar a devida *due diligence* no(s) imóvel(is) de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações judiciais.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO OFICIAL

15.1.O Leiloeiro Oficial sujeita-se às responsabilidades e sanções expressas no Decreto nº 21.981/32, Instrução Normativa DREI nº 52/2022 do Ministério da Economia e demais disposições legais aplicáveis ao exercício da profissão.
15.2. O Leiloeiro Oficial deverá apresentar relatórios e extrato consolidado e individualizado (ou documento equivalente) de cada lote vendido, contendo, obrigatoriamente: o nome do(a) Arrematante, o bem arrematado, o valor da avaliação e o valor lançado, e outras informações necessárias.
15.2.1.O relatório deverá, também, em separado, contemplar os bens que não foram arrematados.

Santa Fé (PR), 02 de outubro de 2.026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:9F33A0C6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - REPUBLICAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO – Nº 32/2026 – PMSF
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 124/2026 – PMSF

REPUBLICAÇÃO

I. OBJETO: O objeto desta licitação é o **REGISTRO DE PREÇO PARA A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE COLETA, TRANSPORTE, TRATAMENTO E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS FUNERÁRIOS PROVENIENTES DE EXUMAÇÃO DO CEMITÉRIO MUNICIPAL DE SANTA FÉ/PR, COM A CESSÃO, PELA CONTRATADA, DE BOMBONAS PARA ACONDICIONAMENTO DESSES RESÍDUOS, COM VIGÊNCIA CONTRATUAL DE 12 (DOZE) MESES, VISANDO ATENDER À DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO**, de acordo com as especificações detalhadas neste Edital e seus anexos, salientando que os produtos poderão ser solicitados em qualquer quantidade no decorrer da vigência da Ata de Registro de Preços.

II. DATA E HORÁRIO LIMITE PARA ENCAMINHAR AS PROPOSTAS: As propostas serão encaminhadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico até as 08h59min do dia 28 de outubro de 2026.

III. PLATAFORMA: BLL - https://bll.org.br/, no qual o edital estará disponível para “download”.

IV. REALIZAÇÃO: dia **28 de outubro de 2026** às **09h00min,** na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

V. TIPO DE JULGAMENTO: “menor preço por item”
Demais informações pelo telefone: (44) 99159-0813, na Prefeitura Municipal de Santa Fé no Departamento de Licitações no horário normal de expediente. Cópia do Edital no site do município de Santa Fé: www.santafe.pr.gov.br e na plataforma BLL - https://bll.org.br/.

Santa Fé, 02 de outubro de 2026.

ADRIANA PEREIRA DOS REIS DOS SANTOS
Pregoeira Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:F2140179

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 303/2026

Dispõe sobre a observância das funções de assessoramento pelos ocupantes dos cargos em comissão de Assessor de Nível Superior, Assistente e Assessor de Nível Médio, previstos na Lei Complementar nº 005/2022.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA FÉ, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO que os arts. 3º e 4º da Lei Complementar nº 005/2022 estabelecem que os cargos em comissão de assessor e assistente destinam-se à assistência aos Secretários e Diretores nos processos de tomada de decisões e na formulação de programas e projetos, bem como ao exercício de funções diretivas e de assessoramento;

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, inciso V, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que os ocupantes dos cargos em comissão exerçam atividades compatíveis com sua natureza e finalidade;

DECRETA:

Art. 1º Os ocupantes dos cargos em comissão de Assessor de Nível Superior, Assistente e Assessor de Nível Médio, previstos no art. 47 da Lei Complementar nº 005/2022, deverão exercer suas atividades em conformidade com as finalidades estabelecidas nos arts. 3º e 4º da mesma Lei, auxiliando os Secretários, Diretores e demais autoridades às quais estiverem vinculados nos processos de tomada de decisões, planejamento, coordenação e acompanhamento de programas, projetos e ações administrativas.

Art. 2º Compete aos Secretários Municipais e demais dirigentes responsáveis pela respectiva unidade administrativa distribuir e supervisionar as atividades dos ocupantes dos cargos referidos no art. 1º da Lei Complementar nº 005/2022, observando sua natureza de assessoramento e a relação de confiança inerente aos cargos de provimento em comissão.

Art. 3º É vedada a atribuição, aos ocupantes dos cargos referidos neste Decreto, de atividades de natureza exclusivamente burocrática, técnica ou operacional, especialmente quando correspondentes às atribuições ordinárias de cargos de provimento efetivo.

Parágrafo único. A execução eventual de atividades administrativas instrumentais ou acessórias não caracteriza desvio da finalidade do cargo, desde que diretamente relacionada ao exercício das funções de assessoramento previstas na Lei Complementar nº 005/2022 e não constitua a atividade principal ou habitual do servidor.

Art. 4º Os Secretários Municipais e demais dirigentes deverão zelar pelo cumprimento deste Decreto, abstendo-se de determinar aos ocupantes dos cargos em comissão atividades incompatíveis com sua natureza ou destinadas a suprir necessidade permanente de pessoal efetivo, sendo responsáveis pela observância deste decreto.

Art. 5º Este Decreto não cria nem amplia atribuições dos cargos previstos no art. 47 da Lei Complementar nº 005/2022, limitando-se a disciplinar administrativamente o exercício das funções já previstas nos arts. 3º e 4º da referida Lei.
Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, 02 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:10D57A57

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 307/2026

Decreta ponto facultativo nas repartições públicas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e considerando o Art. 279 da Lei Complementar nº 003/2011, que consagra o dia 28 de outubro em homenagem ao servidor público municipal,

DECRETA

Art. 1º Fica decretado ponto facultativo nas repartições públicas do Município de Santa Fé, no dia 30/10/2026 (sexta-feira), em alusão ao Dia do Servidor Público Municipal, celebrado em 28 de outubro.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de urgência e emergência em saúde, na Unidade de Pronto Atendimento Municipal 24 horas, com escalas de trabalho a serem definidas pelo Secretário Municipal da área.

Art. 3º O horário de funcionamento da Farmácia Municipal será das 9h às 13h.

Art. 4º Ficam mantidos os serviços essenciais de limpeza pública, especialmente a coleta de lixo, bem como os serviços no Cemitério Municipal "Catalo Buchi", com escalas de trabalho a serem definidas pelo Secretário Municipal responsável.

Art. 5º O Conselho Tutelar funcionará em regime de plantão, garantindo o atendimento das demandas urgentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 02 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:82E992A6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 309/2026

Antecipa feriado de Emancipação Política do Município e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o feriado do dia 09 de dezembro – Emancipação Política do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica transferido para o dia 07 de dezembro (segunda-feira) o feriado do dia 09 de dezembro (quarta-feira), em que comemora o aniversário do Município de Santa Fé.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de urgência e emergência em saúde, na Unidade de Pronto Atendimento Municipal 24 horas, com escalas de trabalho a serem definidas pelo Secretário Municipal da área.

Art. 3º O horário de funcionamento da Farmácia Municipal será das 9h às 13h.

Art. 4º O Conselho Tutelar funcionará em regime de plantão, garantindo o atendimento das demandas urgentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 02 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:633EC7BA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 310/2026

Decreta recesso nas repartições públicas e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando os feriados de Natal e Ano Novo,

DECRETA

Art. 1º Fica estabelecido recesso administrativo nas repartições públicas municipais no dia 24/12/2026 e entre os dias 28 e 31/12/2026, sem prejuízo dos serviços essenciais e urgentes.

Art. 2º Ficam mantidos os serviços de urgência e emergência em saúde, na Unidade de Pronto Atendimento Municipal 24 horas, com escalas de trabalho a serem definidas pelo Secretário Municipal da área.

Art. 3º O horário de funcionamento da Farmácia Municipal será das 9h às 13h.

Art. 4º Ficam mantidos os serviços essenciais de limpeza pública, especialmente a coleta de lixo, bem como os serviços no Cemitério Municipal "Catalo Buchi", com escalas de trabalho a serem definidas pelo Secretário Municipal responsável.

Art. 5º O Conselho Tutelar funcionará em regime de plantão, garantindo o atendimento das demandas urgentes.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domênico Sobrinho, em 02 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:AC42B951

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 311/2026

Autoriza o pagamento de complemento financeiro ao Auxílio Alimentação dos Servidores Públicos Municipais, excepcionalmente, no mês de dezembro de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA FÉ, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando o Art. 3º da Lei nº 1.481/2009, alterado pela Lei nº 1.701/2013, ainda considerando a Lei nº 2.299/2023,

DECRETA

Art. 1º Fica autorizado o pagamento de complemento financeiro ao Auxílio Alimentação dos Servidores Públicos Municipais, excepcionalmente, no mês de dezembro de 2026, no valor de R$ 100,00 (cem reais).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Salvador de Domenico Sobrinho, em 02 de outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:765889FF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL LEILÃO PÚBLICO N.º 02/2026

EDITAL LEILÃO PÚBLICO n.º 02/2026

O **MUNICÍPIO DE SANTA FÉ** do Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno inscrita no CNPJ/MF sob o nº 76.291.418/0001-67, com sede na Avenida Presidente Kennedy, nº 717, no município de Santa Fé, Estado do Paraná, CEP: 86770-000, representada pelo Excelentíssimo Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, por sua Comissão permanente de avaliação. nomeada nos termos da Portaria nº 194 de 22 de setembro de 2.026.
Presidente: Cneio Augustus Alves da Cruz e Teixeira, CPF nº 959.992.059-72,
Secretária: Juliette Mologni Molinari, CPF nº 063.381.939-58,
Membro: Carlos Eduardo Teixeira, CPF nº 112.422.049-62,
Membro: Wagner Valentim Scandelai, CPF nº 325.075.009-30,
Membro: Carlos Eli e Silva, nº CPF: 235.517.479-20,
Membro: Fabio Moris, nº CPF: 021690.519-29,
doravante denominada simplesmente "COMISSÃO DE LEILÃO e pelo Leiloeiro Oficial designado, **FAZ SABER,** aos interessados que tomarem conhecimento deste Edital, que fará realizar **LICITAÇÃO**, na modalidade **LEILÃO**, tipo **MAIOR LANCE**, tendo por **OBJETO** alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros) e bens imóveis pertencentes ao patrimônio do Município. A licitação se processará nos termos deste Edital e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 286/2026 demais legislação aplicável e de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO
1.1. Realização de Leilão Público online, por Plataforma Eletrônica, para alienação de bens móveis inservíveis (ociosos, antieconômicos, irrecuperáveis, veículos, sucatas e outros) e bens imóveis, pertencentes ao patrimônio do Município de Santa Fé/PR, conforme relação de lotes e especificações descritas no **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis** e consoante disposições expressas no ANEXO III (Termo de Referência).

2. DO CONDUTOR DO LEILÃO
2.1. O leilão será conduzido pelo Leiloeiro Oficial Gustavo Moretto Guimarães de Oliveira, matrícula JUCEPAR 22/344-L, nomeado para este fim nos termos de Credenciamento n.º 02/2026-PMS e realizar-se-á por meio eletrônico pela Plataforma Eletrônica disponível na página da rede mundial de computadores sob a URL www.sumareleiloes.com.br.

3. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO
3.1. O Leilão Público será realizado na forma *online* pela Plataforma Eletrônica disponível na página da rede mundial de computadores sob o *URL* www.sumareleiloes.com.br , nas seguintes datas e horários:

LOTES	**DATA E HORÁRIO DA ABERTURA DO RECEBIMENTO DE LANCES**	**DATA E HORÁRIO DO ENCERRAMENTO DA DISPUTA ONLINE**
02 À 21 APÓS A PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL	10/11/2026 às 09:00h	

4. DOS BENS
4.1. Os bens estão relacionados, descritos e avaliados no **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis** e serão vendidos no estado de conservação e condição em que se encontram, sem qualquer garantia de funcionamento, pressupondo-se tenham sido previamente examinados pelo arrematante, não cabendo, pois, a respeito deles, qualquer reclamação posterior quanto às suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas.
4.2. Não cabe ao Leiloeiro Oficial ou ao Município de Santa Fé/PR qualquer responsabilidade posterior, como, concessão de abatimento no preço em decorrência das qualidades intrínsecas ou extrínsecas dos bens ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos e providências quanto à sua transferência após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente vistoriados, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes.
4.3. Os imóveis serão vendidos em caráter "*AD CORPUS*" e no estado em que se encontram, sendo que as áreas mencionadas nos editais, catálogos e outros veículos de comunicação, são meramente enunciativas e repetitivas das dimensões constantes do registro imobiliário, isto é, o(a) arrematante adquire o imóvel como se apresenta como um todo, independentemente de suas exatas e verdadeiras limitações, sejam elas quais forem, não podendo, por conseguinte, exigir(em) complemento de área, reclamar eventuais mudanças nas disposições internas dos cômodos do(s) imóveis apregoados, não podendo ainda, alegar desconhecimento das condições, características e estado de conservação e localização dos bens, seja a que tempo ou título for, não sendo cabível, portanto, pleitear a rescisão do contrato/arrematação ou abatimento proporcional do preço em tais hipóteses, sendo responsável por eventual regularização acaso necessária.
4.4. A descrição dos lotes está sujeita às correções apregoadas no momento do leilão, para cobertura de omissões ou eliminação de distorções acaso verificadas.
4.5. As fotos dos bens disponibilizadas no website **www.sumareleiloes.com.br**, são recursos meramente ilustrativos, com o objetivo de oferecer conforto ao(s) interessado(s). Assim sendo, a manifestação de interesse na compra de qualquer lote/imóvel, deve-se dar somente após visitação física (prévia à realização do leilão) ou concordância com a visualização dos imóveis apenas pelas imagens e vídeos - quando houver - exibidos e análise das documentações dos imóveis.
4.6. Em relação aos bens imóveis, deverão ser observadas, ainda, as condições específicas relativas à situação registral, urbanística, ambiental, tributária, condominial, possessória e demais condições previstas no item 14 deste Edital.

5. DOS LANCES MÍNIMOS
5.1. Os bens serão vendidos em lotes, observados os valores mínimos atribuídos conforme avaliações realizadas pelo Município de Santa Fé/PR, constantes da coluna "VALOR MÍNIMO" da tabela expressa constantes do **ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis**, conforme o caso.

6. DAS VISITAS, EXAME E VISTORIA DOS BENS
6.1. DOS BENS MÓVEIS
6.1.1. Para que os interessados nos bens descritos no ANEXO I – Bens Móveis possam conhecer previamente suas condições e seu estado de conservação, os bens estarão disponíveis para visitação pública no período de **03 a 06/11/2026 e 09/11/2026, das 8h às 11h e das 13h às 17h**, conforme os endereços indicados abaixo.
Os interessados em realizar a visitação deverão comparecer inicialmente à sede da Prefeitura, localizada no endereço: Av. Presidente Kennedy nº 717 – centro – Santa Fé – PR, onde serão recepcionados por responsável designado e acompanhados até os locais em que se encontram os respectivos lotes, nos seguintes endereços:
ANTIGA AGÊNCIA Rua São Paulo n° 703 - Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000 Lotes: 2 a 5, 7 e 8.
PRÉDIO ADM Rua Vera Cruz, 107, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000 Lotes: 6 e 13.
SECRETARIA DE OBRAS Rua Goiás, esquina com a Rua Curitiba, 245, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-00 Lote: 9.
VIGILÂNCIA SANITÁRIA RUA Curitiba, 1156, Santa Fé - PR, CEP 86770-00 Lote: 10.
PREFEITURA Avenida Presidente Kennedy, 717, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-00 Lote: 11.
UBS DR JOÃO ALCIR DARCOL TREVISAN Dr. João Alcir Darcol Trevisan 120, Centro, Santa Fé /PR, CEP 86770-000 Lote: 12.
6.1.2. Os lotes deverão ser examinados pelos interessados e, se for o caso, por técnicos de sua confiança, apenas através de avaliação visual dos lotes no local onde se encontram expostos, nos dias e horários indicados, sendo vedado quaisquer outros procedimentos, como manuseio, experimentação e retirada de peças.
6.1.3. É permitido portar máquina fotográfica e/ou celulares, assegurando a todo interessado o direito de efetuar o registro

fotográfico do lote por ele inspecionado, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens, objetos do presente leilão.
6.1.4. Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, sem garantia de funcionamento não cabendo, pois, ao Leiloeiro Oficial e ao Município de Santa Fé qualquer responsabilidade posterior como concessão de abatimento no preço em decorrência de suas qualidades intrínsecas ou extrínsecas, ou mesmo por conta de vícios redibitórios, consertos, reparos, reposição de peças com defeitos ou ausentes, e providências quanto à sua retirada e transporte após arrematação, pressupondo-se terem sido previamente examinados os bens, bem como conhecidos e aceitos os termos do certame pelos licitantes.
6.1.5. Caso o licitante opte por não visitar o bem para atestar e conhecer as condições e peculiaridades do objeto, assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens, não podendo alegar ignorância quanto ao estado dele, em juízo ou fora dele, como motivo de redução de valor ou indenização.
6.1.6. Não serão aceitos lances condicionados à vistoria futura dos bens, posto que é obrigação do interessado em participar do certame efetuar a vistoria antes de sua realização.

6.2. DOS BENS IMÓVEIS

6.2.1. O interessado poderá vistoriar os bens objeto do leilão em sua localização, cujas informações estão disponíveis no endereço eletrônico do Leiloeiro (www.sumareleiloes.com.br).
6.2.2. As visitas poderão ser realizadas até o dia útil antecedente à data de encerramento do leilão, sendo vedado aos proprietários, possuidores ou detentores dos bens criar embaraços à visitação, sendo desde logo autorizado o uso de força policial, se necessário. Não serão aceitos lances condicionados à vistoria futura de bens, posto que é obrigação do interessado em participar da hasta efetuar a vistoria antes de sua realização.
6.2.3. Os bens deverão ser examinados pelos interessados e, se for o caso, por técnicos de sua confiança, apenas por avaliação visual dos lotes no local onde se encontram expostos.
6.2.4. É permitido portar máquina fotográfica e/ou celulares, assegurando a todo interessado o direito de efetuar o registro fotográfico do bem por ele inspecionado, pelo que ninguém poderá, posteriormente, alegar qualquer desconhecimento do estado de conservação dos bens objetos do presente leilão.
6.2.5. Caso o interessado opte por não visitar o bem para atestar e conhecer as condições e suas peculiaridades, assumirá total responsabilidade por não fazer uso da faculdade de vistoriar os bens, não podendo alegar ignorância quanto ao estado dele, em juízo ou fora dele, como motivo de redução de valor ou indenização.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1. Poderão participar do Leilão e oferecer lances as pessoas físicas ou jurídicas, por seu representante legal, desde que devidamente inscritas no Cadastro de Pessoa Física (CPF/MF) ou no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF).

7.1.1. Não poderão participar do LEILÃO:
a) Menores de 18 (dezoito) anos;
b) Cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado do Município de Santa Fé/PR;
c) Suspenso pelo Município de Santa Fé/PR;
d) Declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada ao Município de Santa Fé/PR, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
e) Constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;
f) Cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;
g) Constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
h) Cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
i) Que tenha, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
7.1.2. Aplicam-se as mesmas vedações acima aos seguintes casos:
a) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com: dirigente e empregado do Município de Santa Fé cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação e autoridade do ente público a que o Município de Santa Fé é vinculado.
b) cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com o Município de Santa Fé há menos de 6 (seis) meses.
7.1.3. Os licitantes não poderão alegar, para fins e efeitos de direito, o desconhecimento das regras e condições contidas neste Edital e na legislação pertinente reguladora da matéria.

8. DO CREDENCIAMENTO

8.1. Os interessados deverão se inscrever/cadastrar para o Leilão com antecipação mínima de 2 (dois) dias da data de abertura prevista no item 3.1, mediante acesso à página www.sumareleiloes.com.br e encaminhar os seguintes documentos:
a) Pessoas Física:
● Fotografia de seu rosto com documento com foto ao lado;
● Comprovante de endereço;
● Documento com foto (RG, CNH ou Funcional).
● Certidão de casamento/união estável e documentação do cônjuge/companheiro, quando aplicável.

b) Pessoas Jurídicas:

● CNPJ/MF emitido pela Receita Federal com consulta de quadro societário da empresa (Consulta QSA);
● RG ou CNH do(a) sócio(a) administrador(a).
● Contrato/estatuto social atualizado e documentos comprobatórios dos poderes de representação.

8.1.1. O interessado/usuário deverá ser plenamente capaz nos termos da legislação civil em vigor.
8.1.2. O interessado/usuário declarará a inexistência das vedações à participação e que tem capacidade e legitimidade para assumir as responsabilidades e obrigações descritas neste Edital, no Termo de Referência e na legislação pertinente reguladora da matéria.
8.2. Os documentos mencionados no item 8.1 deverão ser anexados após o preenchimento da inscrição/cadastro no *site* www.sumareleiloes.com.br, seguindo-se as orientações nele disponibilizadas.
8.3. Com o cadastro realizado com sucesso, e após o recebimento dos documentos acima exigidos, será encaminhada, via e-mail, a informação de habilitação, tornando apto o licitante para realizar seus lances.
8.4. O Leiloeiro Oficial designado examinará previamente os documentos de credenciamento nos termos deste Edital.
8.5. Para participar do leilão o usuário deverá ACEITAR os termos e condições estabelecidos na Plataforma disponível no endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br.

9. DAS CONDIÇÕES GERAIS

9.1. O leilão será realizado por lotes, conforme discriminado no ANEXO I e os valores mínimos são os aprovados pela Comissão de Leilão.
9.2. Os bens serão alienados pelo valor mínimo estabelecido no ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, cuja alienação ficará obrigatoriamente sujeita à prévia e expressa aprovação do Município de Santa Fé/PR, nos termos do item 11.16 deste Edital.
9.3. Quando os interessados não mais se dispuserem a realizar novos lances, o Leiloeiro Oficial identificará o ofertante do maior lance e lhe adjudicará o lote em questão.
9.4. Para cada lote será realizado o mesmo procedimento.
9.5. A participação no Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos(as) concorrentes das exigências e condições estabelecidas neste Edital e na legislação pertinente reguladora da matéria.
9.6. Não será dado nenhum tipo de garantia ao(à) arrematante.
9.7. O(a) arrematante é responsável pela utilização e destino dos bens arrematados e responderá, civil e criminalmente, pelo seu uso e destinação em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor.
9.8. Lotes de bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos poderão apresentar falta de peças e componentes, ferrugem e corrosão,

inclusive na numeração de chassis, eventualmente necessitando sua remarcação, sem que seja devido qualquer pagamento adicional e/ou reembolso do valor pago, ou ainda motivo de cancelamento do lote arrematado, uma vez que é de responsabilidade do interessado a vistoria prévia dos bens.

9.9. Os bens descritos e caracterizados no ANEXO I deste Edital poderão ser visualizados no *website* www.sumareleiloes.com.br, sendo que as fotos divulgadas são meramente ilustrativas, não servindo de parâmetro para demonstrar o estado de conservação dos bens ou influenciar na decisão de oferta de lances para arrematação dos bens que deverão ser objeto da visita, exame e vistoria dos bens nos termos do item 6 deste Edital.
9.10. O Município de Santa Fé, antes, durante ou depois da realização do leilão, notadamente se surgir à necessidade ou ocorrer algum impedimento legal, bem como, por motivo de força maior, se reserva no direito de, a seu exclusivo critério e motivos, adiar, suspender, alterar, revogar ou anular o presente Leilão, no todo ou em parte, inclusive retirar um ou parte dos lotes postos à venda na hipótese de eventual cadastramento de bloqueio de transferência ou ordem judicial superveniente à publicação deste Edital, sem que caiba a terceiros reclamação de qualquer espécie, tampouco geração de direitos.
9.10.1. No caso de exclusão de bem de um lote ainda aberto para lances, os lances pré-cadastrados até o momento da exclusão do item serão anulados. No caso de exclusão de bem de um lote que já tenha sido alienado, será abatido do valor de arremate o valor referente ao bem excluído, proporcionalmente ao valor de avaliação do bem excluído em relação ao valor total de avaliação do respectivo lote.
9.10.2. Ao excluir do leilão lotes que já foram pagos pelo arrematante, será aberto protocolo para devolução dos valores, os quais não terão correção.
9.10.2.1. O reembolso ocorrerá em até 30 (trinta) dias após a abertura do protocolo.
9.11. No caso de anulação, não terá o arrematante direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da irregularidade.
9.12. As disposições específicas relativas a veículos, máquinas, equipamentos e sucatas aplicam-se exclusivamente aos respectivos lotes de bens móveis.
9.13. Aos lotes de bens imóveis aplicam-se, complementarmente, as condições específicas previstas neste Edital, especialmente aquelas constantes do item 14.

10. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO

10.1. O critério de julgamento será o de maior lance ou maior oferta de preço.

11. DO PROCEDIMENTO

11.1. O Leilão Público será realizado *online* pela Plataforma Eletrônica disponível na página da rede mundial de computadores sob o *URL* www.sumareleiloes.com.br, atendendo à forma da legislação vigente e as disposições expressas neste Edital e no Termo de Referência.
11.1.1. Os interessados deverão previamente se inscrever/cadastrar para o Leilão, mediante acesso à página www.sumareleiloes.com.br, seguindo os procedimentos expressos em referido *site* para este fim, observado o disposto no item 8.
11.1.2. Após a efetiva inscrição/cadastro, será atribuído a cada participante um *LOGIN* e SENHA para possibilitar a participação no certame.
11.1.3. Os lances deverão ser ofertados exclusivamente pela rede mundial de computadores, por meio da Plataforma disponível no endereço eletrônico www.sumareleiloes.com.br.

11.1.4. Somente poderão participar da fase dos lances os licitantes que apresentarem os documentos de credenciamento e estarem devidamente cadastrados(as) junto ao *site* www.sumareleiloes.com.br, consoante as disposições expressas neste Edital.
11.2. Os lances ofertados são irrevogáveis e irretratáveis. O usuário é responsável por todos os lances registrados em seu nome, que não serão anulados e/ou cancelados em nenhuma hipótese.
11.3. Os lances serão ofertados para um lote de cada vez, obedecida a sequência constante do ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, observados os valores mínimos atribuídos aos respectivos lotes e as disposições relativas aos lances condicionais previstas no item 11.16 deste Edital.
11.4. Serão considerados apenas os lances de valor igual ou superior ao dos valores mínimos atribuídos conforme avaliações realizadas e descritas no ANEXO I – Bens Móveis e ANEXO II – Bens Imóveis, conforme o caso, ficando sujeitos às disposições do item 11.16 deste Edital.
11.5. A partir do preço mínimo, ficará a cargo do Leiloeiro Oficial, durante os pregões, estabelecer a diferença mínima para os lances subsequentes.
11.6. O valor mínimo de lance inicial para cada lote será o estimado no Edital ou o melhor lance antecipado registrado no sistema até o início da sessão pública.
11.7. Iniciada a etapa competitiva, os participantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
11.8. Os lances ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo direito de pleitear desistência, alterações posteriores, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
11.9. A simples oferta de lance, demonstrará intenção de compra nos respectivos lotes de seu interesse e implica aceitação expressa pelo licitante de todas as normas e condições estabelecidas neste Edital:
11.9.1. Que tem ciência e concorda com os termos e condições contidas neste Edital e seus anexos e que cumpre plenamente as condições exigidas para participação no certame;
11.9.2. Que inexistem fatos impeditivos para participação no processo licitatório;
11.9.3. Que tem ciência de que as condições exigidas para a participação do certame aplicam-se a todas as suas etapas, até a entrega dos bens.
11.10. Os lances oferecidos pela Plataforma Eletrônica de Leilões não garantem direitos ao participante, que assume os riscos oriundos de falhas por qualquer ocorrência, tais como, quedas ou falhas no sistema, da conexão de internet, ou impossibilidades técnicas ou quaisquer outras ocorrências, tendo em vista que a internet e o site são apenas facilitadores de oferta, não sendo cabível qualquer reclamação a esse respeito.
11.11. O licitante poderá ofertar mais de um lance para um mesmo bem, prevalecendo sempre o maior lance ofertado.
11.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor e mesma condição de pagamento, registrando-se no sistema aquele que for recebido primeiro.
11.13. O Leiloeiro Oficial, atendidas as conveniências do Município de Santa Fé, poderá retirar qualquer lote do Leilão.

11.14**.** Os bens serão leiloados por lotes e terão seu encerramento realizado individualmente e de forma sequencial, conforme as regras e diretrizes da Plataforma Eletrônica.
11.15. Os lotes que não receberem lances na primeira chamada, bem como aqueles cujos lances condicionais tenham sido expressamente recusados pelo Município de Santa Fé/PR, serão reabertos para **2ª chamada**, com encerramento previsto para o dia **17/11/2026, às 09h00**, observadas as mesmas condições estabelecidas neste Edital.
11.16. **DOS LANCES CONDICIONAIS EM BENS MÓVEIS - ANEXO I:** Os lances ofertados em valor inferior ao valor de avaliação ou ao valor mínimo estipulado para venda poderão ser recebidos pela Plataforma como **LANCE CONDICIONAL**, não implicando, por si só, arrematação automática ou obrigação de venda pelo Município.
11.16.1. O lance condicional aplica-se exclusivamente para os bens dispostos no **ANEXO I - MÓVEIS**, e ficará sujeito à análise e à expressa aprovação do Município de Santa Fé/PR, na qualidade de Comitente vendedor, ao qual fica reservado o direito de aceitá-lo ou recusá-lo, não possuindo o Leiloeiro Oficial autonomia para autorizar a venda do bem nessas condições.
11.16.2. O Município terá o prazo de até **05 (cinco) dias úteis**, contados do encerramento do respectivo lote, para manifestar-se quanto à aceitação ou recusa do lance condicional.
11.16.3. Uma vez aprovado pelo Município, o lance condicional será automaticamente convertido em lance vencedor/arrematação, ficando o respectivo ofertante obrigado ao pagamento do preço, da comissão do Leiloeiro Oficial e dos demais encargos previstos neste Edital.
11.16.4. O lance condicional é irrevogável e irretratável para o licitante durante o prazo de análise pelo Município, não sendo admitida sua desistência ou retirada. Uma vez aprovado, eventual

desistência ou inadimplemento do arrematante sujeitará o responsável às penalidades previstas neste Edital, inclusive às multas estabelecidas no item 12.6.
11.17. É vedado o arrematante responsável pelo lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento e transferência dos bens.
11.18. Qualquer valor que venha a incidir sobre o objeto desta licitação, correspondente a impostos, taxas de transferência, emolumentos, despesas com transporte, seguro, reconhecimento de firma, ITBI, taxas, alvarás, certidões, escrituras, emolumentos cartorários, registros, averbações, despachante, laudêmio, certidões autorizativas, eventual situação enfitêutica e regularizações decorrentes de construção/reforma, correrão por conta exclusiva do arrematante.
11.19. Na plataforma de leilão, a ordem de exposição dos bens ofertados será definida por critérios específicos do Leiloeiro Oficial.

12. DO PAGAMENTO

12.1. Os pagamentos são irretratáveis e não haverá devolução dos valores pagos em razão de desistência da compra, descumprimento do edital ou por afronta à legislação aplicável.
12.1.1. Em nenhuma hipótese serão restituídos os pagamentos dos bens leiloados que, por qualquer razão, não venham a ser do agrado dos(as) arrematantes, visto que todos os bens ficarão à disposição dos interessados, dias antes do leilão, para as necessárias vistorias. A simples participação no leilão já implica na aceitação do estado em que se encontram os bens.
12.2. Quanto aos bens móveis dispostos no **ANEXO I**, o arrematante deverá efetuar o pagamento do lance em sua integralidade **À VISTA**, após o encerramento do leilão, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. O pagamento deverá ser realizado exclusivamente por meio de transferência via PIX, utilizando-se o QR CODE ou a chave "copia e cola" disponibilizados **diretamente na plataforma** www.sumareleiloes.com.br. Para efetuar o pagamento, o arrematante deverá selecionar o(s) lote(s) desejado(s), clicar em "enviar ao carrinho", sendo então direcionado à página contendo todas as informações necessárias para a quitação. 12.2.1. Quanto aos bens imóveis, dispostos no **ANEXO II**, o arrematante deverá efetuar o pagamento à vista nos moldes do item 12.2.
12.2.2. Na hipótese de lance condicional, o prazo para pagamento somente terá início após a comunicação de sua aprovação pelo Município de Santa Fé/PR e consequente conversão do lance condicional em arrematação, devendo o pagamento ser realizado no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contado da respectiva comunicação ao arrematante. 12.3. O(a) arrematante além do valor referente à arrematação do bem móvel e/ou imóvel, deverá pagar **à VISTA** a comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial correspondente a 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance vencedor, nos termos do parágrafo ÚNICO do Decreto nº 21.981/32 que regulamenta o exercício da profissão, através de PIX. Atenção: para pagamentos via PIX através do QRCODE ou chave copia e cola, **diretamente na plataforma www.sumareleiloes.com.br. Atenção**: Não serão fornecidas chaves Pix por e-mail, telefone ou qualquer outro meio externo à plataforma. Qualquer pagamento deverá ser efetuado única e exclusivamente em favor da empresa Atena Preparadora de Leilões (Sumaré Leilões).
12.4. Na hipótese do arrematante não efetuar o pagamento nos termos dispostos neste Termo de Referência e no Edital, perderá o direito ao bem que será levado a novo leilão, bem como ficará impedido(a) de licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta do Município de Santa Fé pelo prazo de 3 (três) anos nos termos do § 4º do art. 156 da Lei 14.133/2021, sendo, ainda, declarado inidôneo de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta de todos os entes federativos, pelo prazo de 3 (três) anos, nos termos do § 5º do art. 156 da Lei 14.133/2021.
12.5. Uma vez integralizado o pagamento, o Município de Santa Fé e o Leiloeiro Oficial eximem-se de toda e qualquer responsabilidade pela perda total ou parcial e avaria que venha a ocorrer no bem arrematado e não retirado dentro do prazo estipulado.
12.6. Após a arrematação, que se consuma com a homologação eletrônica, não será aceita em nenhuma hipótese a desistência pelo(a) arrematante quanto aos lotes por ele(a) arrematados. O não pagamento e ou desistência sujeitará o(a) arrematante ao pagamento de multa no importe de 20% (vinte por cento) sobre o valor do lance em prol do Município e multa no importe de 5% (cinco por cento) sobre o valor do lance em prol do Leiloeiro Oficial.
12.7. Após a quitação do preço ofertado, conforme estabelecido nos subitens 12.2 e 12.3, o Leiloeiro Oficial emitirá a Nota de Venda correspondente, da qual deverá constar:
12.7.1. Se pessoa física: o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF/MF), o número da Carteira de Identidade, o endereço completo indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o Código de Endereçamento Postal (CEP);
12.7.2. Se pessoa jurídica: a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF), o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, do bairro, a cidade, o estado e o Código de Endereçamento Postal (CEP).

13. DAS REGULARIZAÇÕES PÓS-LEILÃO, ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DOS BENS MÓVEIS

13.1. O Município de Santa Fé é responsável pela guarda do bem até a entrega.
13.2. O acesso aos bens arrematados somente será permitido após conclusão pela COMISSÃO DE LEILÃO designada pelo Município.
13.2.1. Identificação e confirmação do pagamento integral realizado pelo arrematante.
13.2.2. Requerimento, na hipótese de veículos, ao órgão ou entidade executiva de trânsito para a baixa do registro do veículo classificado como sucata (aproveitáveis, inservíveis ou aproveitáveis com motor inservível).
13.3. O Município de Santa Fé notificará os arrematantes pelos e-mails cadastrados na Plataforma Eletrônica, não incorrendo o Município de Santa Fé e o Leiloeiro Oficial em responsabilidades por eventuais falhas nas entregas das mensagens.
13.3.1. A liberação dos lotes arrematados, tratando-se de bens móveis, dar-se-á mediante agendamento prévio, a ser realizado através dos telefones: (44) 98834-4708/ (44) 99888-2424 ou pelo whatsapp.
13.3.2. A retirada dos bens móveis arrematados poderá ser feita nos dias de expediente normal da Prefeitura Municipal, no horário das 08h00min às 11h00m e das 13h00m às 17h00min.
13.3.3. Todos os lotes deverão ser retirados do local indicado pelo Município de Santa Fé, de forma transportada, ou seja, embarcados como carga, cujas despesas são de responsabilidade do arrematante, até regularização do bem.
13.4. A remoção dos bens móveis arrematados deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação. Findo o prazo, ficará o arrematante sujeito ao pagamento de taxa de estadia de 0,5% (meio por cento) ao dia calculado sobre o valor de venda até o 30º (trigésimo) dia, sob pena de configurar abandono dos bens, sendo estes revertidos ao Município de Santa Fé, sem que caiba qualquer indenização ou restituição de qualquer valor em favor do(a) Arrematante.
13.5. O arrematante deverá apresentar, no ato da retirada dos bens, documento de identificação com foto e, se for o caso, procuração com poderes específicos e firma reconhecida em cartório, bem como efetuará a retirada da nota de venda que lhe será entregue.
13.6. No ato da retirada o arrematante ou seu representante deve vistoriá-los conferindo o estado do bem e eventual divergência da condição de venda identificada por ocasião da visitação, obstando-se de retirar o veículo e comunicando o fato imediatamente à Comissão Permanente de Licitação pelo endereço eletrônico prefeitura@santafe.pr.gov.br.
13.7. A retirada dos bens pelo arrematante e/ou representante legal, implicará em sua concordância e plena aceitação das condições físicas em que se encontram, que os recebe sem nada a reclamar ou protestar posteriormente a respeito de suas condições, peças faltantes ou derivados.
13.7.1. Não serão aceitas reclamações após a retirada do bem das dependências em que se encontre, nem devoluções, pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preços, quaisquer que sejam os motivos alegados. Ao efetuar o arremate dos lotes, o arrematante declara estar ciente do estado de conservação do bem arrematado.
13.8. Após a retirada dos bens por seu arrematante, este será o responsável pela utilização e responderá civil, penal e administrativamente pelo uso em desacordo com as restrições estabelecidas neste edital e na legislação em vigor, bem como a

efetivação do procedimento de transferência de propriedade, às suas expensas.

13.9. Os lotes arrematados deverão ser retirados na sua totalidade, NÃO sendo reservado ao arrematante o direito à retirada parcial dos mesmos e abandono do restante.
13.10. A retirada dos lotes, os serviços de transferência, bem como quaisquer despesas pertinentes (vistoria, taxas, seguro etc.) serão de inteira responsabilidade do arrematante, que deverá atentar para os prazos estabelecidos neste Edital.
13.11. No ato da retirada, o arrematante deverá providenciar a mão de obra, bem como trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários ao carregamento, não sendo permitida a transformação dos bens arrematados dentro de qualquer área do imóvel em que se localizem, bem como toda e qualquer despesa decorrente do carregamento e transporte dos bens vendidos, correrão por conta e risco do arrematante.
13.12. Na nota de venda constarão as características completas do bem ou do lote de bens arrematados (no caso de veículo a marca, modelo, placa, ano do modelo, ano de fabricação, coro e sequência alfanumérica do chassi), a situação do bem ou do lote de bens (no caso de veículo recuperável ou sucata), a identificação do arrematante (se pessoa natural), o nome completo do arrematante, o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, o número da Carteira de Identidade, o endereço completo, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado e o CEP, e se pessoa jurídica, a razão social da empresa arrematante, o número de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ, o endereço completo da sede social, indicando o nome e o número do logradouro, o bairro, a cidade, o Estado, o CEP, e o valor da arrematação.
13.13. São obrigações do arrematante na hipótese de arremate de veículo classificado como conservado (com direito a documentação):
13.13.1. Fica sob a responsabilidade do arrematante, antes de colocar o veículo em circulação nas vias públicas, verificar a existência e as boas condições de funcionamento dos equipamentos de segurança precedendo com a revisão técnica dos sistemas, peças e equipamentos de uso obrigatório no prazo e forma exigidos no Código de Trânsito Brasileiro, para colocá-lo novamente em circulação.
13.13.2. O arrematante se compromete a não circular com o veículo ou aliená-lo a terceiros sem antes efetuar o procedimento de transferência de propriedade do veículo para seu nome.
13.13.3. Correrão à custa do arrematante do lote conservado as despesas com licenciamento, bem como as taxas necessárias ao registro de propriedade, que inclui taxa de transferência e vistoria dos veículos, além de quaisquer outras despesas, se houver, necessárias à regularização das restrições descritas na vistoria de transferência de propriedade, inclusive despesas referentes à mudança de placa para o novo modelo (MERCOSUL), quando necessário.
13.13.4. É responsabilidade do arrematante a obtenção do CRV (número do espelho), quando necessária, junto ao DETRAN, bem como adotar as providências necessárias para submetê-lo à vistoria para fins de transferência e apresentar a documentação necessária para a efetiva transferência, nos termos da legislação de trânsito vigente.
13.14. É defeso ao arrematante responsável pelo lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento, transferência e retirada de veículo das dependências da Prefeitura Municipal de Santa Fé/PR.
13.15. Na hipótese de força maior ou caso fortuito no intervalo de tempo entre a data de realização do leilão e da retirada do bem, que impeça a entrega dele, resolve-se a obrigação mediante a restituição do valor pago.

14. DAS REGULARIZAÇÕES PÓS-LEILÃO, ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DOS IMÓVEIS

14.1. Arrematados os imóveis, o Município de Santa Fé encaminhará os documentos para o Tabelionato de Notas para a lavratura da Escritura Pública a ser outorgada.
14.2. Após a confirmação do recebimento integral do valor de arrematação na hipótese de pagamento à vista e da comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial, o(a) Arrematante terá o prazo de 15 (quinze) dias para entregar ao Município de Santa Fé/PR toda documentação necessária à lavratura da Escritura Pública, sendo que as partes envidarão esforços para sanar quaisquer exigências necessárias à formalização e registro da mesma, o qual deverá ser feito no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, contados a partir da expiração do prazo de 15 (quinze) dias acima expresso.
14.3. Caso não seja possível a transferência da propriedade por culpa exclusiva do(a) arrematante, poderá o Município de Santa Fé/PR considerar rescindido o negócio jurídico, incidindo multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da compra e venda/arrematação em favor do Município de Santa Fé/PR, perdendo o(a) arrematante o valor pago pela comissão do(a) Leiloeiro Oficial.
14.4. Ficará a critério do Município de Santa Fé/PR no casos de ausência de entrega dos documentos necessários à lavratura da Escritura Pública no prazo acordado ou inércia do(a) arrematante em assinar a referida Escritura Pública em prazo igual ou superior a 120 (cento e vinte) dias contados do pagamento, rescindir o negócio sem que isso importe qualquer direito a indenização ou reparação ao(à) Arrematante, realizando apenas a devolução dos valores nominais já pago pelo(a) arrematante, deduzida a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de arrematação incidente nestes casos, sem prejuízo de serem tomadas as medidas judiciais pertinentes, ficando o imóvel novamente liberado para a venda, não se devolvendo neste caso a comissão do(a) Leiloeiro(a) Oficial.
14.5. Outorgada a Escritura Pública, o(a) arrematante deverá apresentar ao Município de Santa Fé/PR no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data de assinatura da mesma, o instrumento devidamente registrado no Cartório de Registro Imobiliário, ressalvadas as hipóteses de prorrogações autorizadas ou quando houver pendências documentais do Município de Santa Fé/PR, bem como, efetivar a substituição do contribuinte na Prefeitura Municipal e do responsável pelo imóvel junto à administração do condomínio ao qual o imóvel eventualmente pertença.
14.6. Na hipótese do imóvel ser arrematado assinada por arrematante casado(a) sob o regime de comunhão universal ou parcial de bens, bem como convivente em união estável, será necessária a aposição da assinatura do cônjuge/companheiro(a) quando da formalização da Escritura Pública.
14.7. Todos os prazos acima referidos poderão ser prorrogados caso haja pendências documentais até a regularização destas.
14.8. Caso haja a constatação pelo Município de Santa Fé/PR acerca de eventual inadimplemento dos tributos, contribuições, taxas ou despesas condominiais após a confirmação do pagamento, o Município de Santa Fé/PR comunicará o(a) arrematante, por meio de notificação direcionada ao(s) endereço(s) eletrônico(s) constante(s) na Ata de Leilão, sobre a irregularidade, devendo o(a) arrematante comprovar regularização no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas após o envio da notificação, sob pena de pagamento de multa pecuniária ao Município de Santa Fé/PR no valor de 10% (dez por cento) do valor do tributo em atraso, sem prejuízo do reembolso de eventual tributo pago por este último, a fim de manter a regularidade fiscal do imóvel e do Município de Santa Fé/PR até a efetiva transferência da propriedade junto à matrícula do imóvel.
14.9. A inércia do(a) arrematante em realizar a regularização da situação nos termos e prazo do Item acima, ensejará ao Município de Santa Fé/PR a possibilidade de resolver o negócio, caso ainda não tenha sido formalizada e/ou registrada a transferência da propriedade, sem prejuízo das demais medidas legais cabíveis. Havendo a resolução do negócio o Município de Santa Fé/PR devolverá cada TED (Transferência Eletrônica Disponível) o valor nominal, sem correção ou atualização monetária, com a dedução da multa de 10% (dez por cento) sobre o valor de arrematação, sem prejuízo da aplicação do disposto no Item 12.10 acima.
14.10. Serão de responsabilidade do(a) arrematante todas as providências e despesas necessárias à transferência do(s) imóvel(is) arrematado(s), tais como, imposto de transmissão (ITBI), taxas, alvarás, certidões, avaliações, certidões pessoais em nome do Município de Santa Fé/PR, escrituras, emolumentos cartorários, registros, averbações de qualquer natureza, serviços de despachante, inclusive o recolhimento de laudêmio e obtenção de certidões autorizativas, ainda que relativo a hipóteses de situações enfitêuticas não declaradas ao tempo da alienação, débitos apurados junto ao INSS oriundos de construção ou reforma não averbados nos órgãos competentes e quaisquer outras que vierem a ser necessárias, ou que não tenham sido mencionadas neste Edital. O(a) arrematante declara-se ciente de que todas as despesas e providências necessárias para transferência do imóvel para seu nome serão de sua única e exclusiva

responsabilidade, ainda que os eventuais cadastros perante a Prefeitura estejam em nome do Município de Santa Fé/PR ou de terceiros(as), cooperando o Município de Santa Fé/PR com os documentos necessários para efetiva transferência.
14.11. Caso o(s) imóvel(is) esteja(m) ocupado(s) por terceiro(s), o(a) arrematante assume o risco da arrematação do(s) imóvel(is) no estado em que efetivamente se encontra(m), independentemente de conseguir(em) adentrar no(s) imóvel(is) para verificar sua(s) condição(ões).
14.12. O(a) arrematante declara-se ciente de que a desocupação do imóvel e o ajuizamento das medidas judiciais pertinentes deverá(ão) ser por ele(s) integralmente custeada(s) e acompanhada(s), não tendo o Município de Santa Fé/PR qualquer responsabilidade sobre tal ato, inclusive nos casos de eventual vício ou má condução dos processos de imissão na posse já em curso, nos quais o(a) arrematante vier a substituir o Município de Santa Fé/PR. O Município de Santa Fé/PR não se responsabiliza pelo eventual insucesso do(a) arrematante em ação de Imissão na posse.
14.13. Caberá exclusivamente ao(à) arrematante a responsabilidade de conferir quaisquer informações disponibilizadas na(s) descrição(ões) do(s) imóvel(is), principalmente quando houver a informação de que as mesmas se referem a dados extraídos de laudos de avaliação realizados por empresas terceirizadas, considerando que estas informações não constam na(s) matrícula(s) do(s) imóvel(is), não podendo, portanto, arguir qualquer responsabilização do Município de Santa Fé/PR ou do(a) Leiloeiro(a) Oficial por eventual omissão nas informações descritas neste Edital.
14.14. O(a) arrematante deverá se cientificar prévia e inequivocamente, por conta própria, das exigências e restrições de uso impostas pela legislação e órgãos públicos (municipal, estadual e federal), especialmente no tocante a legislação e preservação ambiental, saneamento, situação enfitêutica, uso do solo e zoneamento, servidões de qualquer natureza e ainda, das obrigações e dos direitos decorrentes das convenções e especificações de condomínio, quando for o caso, às quais estará obrigado a respeitar por força da arrematação do(s) imóvel(is), não ficando Município de Santa Fé/PR responsável por qualquer levantamento ou providências neste sentido. O Município de Santa Fé/PR não responde por eventual contaminação do solo ou subsolo ou passivos de caráter ambiental.

14.15. O(a) arrematante fica informado(a) e ciente que inexistem pendências e/ou ações judiciais de conhecimento do Município de Santa Fé/PR relacionadas ao(s) imóvel(is). É de responsabilidade do(a) arrematante realizar a devida *due diligence* no(s) imóvel(is) de seu interesse para obter informações sobre eventuais ações judiciais.

15. DAS PROIBIÇÕES

15.1. É proibido ao arrematante do lance vencedor, ceder, permutar, vender ou de qualquer forma negociar o bem arrematado antes do pagamento, transferência e retirada dos bens das dependências do Município de Santa Fé/PR.
15.2. É vedada a participação de todas as pessoas indicadas no item 7.1.1. do presente Edital.

16. DAS OBRIGAÇÕES DO LEILOEIRO OFICIAL

16.1. O Leiloeiro Oficial sujeita-se às responsabilidades e sanções expressas no Decreto nº 21.981/32, Instrução Normativa DREI nº 52/2022 do Ministério da Economia e demais disposições legais aplicáveis ao exercício da profissão.
16.2. O Leiloeiro Oficial deverá apresentar relatórios e extrato consolidado e individualizado (ou documento equivalente) de cada lote vendido, contendo, obrigatoriamente: o nome do Arrematante, o bem arrematado, o valor da avaliação e o valor lançado, e outras informações necessárias.
16.2.1. O relatório deverá, também, em separado, contemplar os bens que não foram arrematados.

17. DOS ESCLARECIMENTOS

17.1. O Edital e seus anexos poderão ser obtidos no sítio eletrônico oficial da Prefeitura de Santa Fé/PR, no endereço eletrônico prefeitura@santefé.pr.gov.br e na página www.sumareleiloes.com.br.
17.2. Quaisquer esclarecimentos sobre este Edital poderão ser obtidos junto ao Setor de Licitações, sediado na Prefeitura Municipal pelo telefone (44) 3101-0999 ou ainda pelo e-mail: prefeitura@santefé.pr.gov.br com antecedência de até 1 (um) dia útil da data fixada para recebimento das propostas.
17.3. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para solicitar esclarecimentos em relação ao presente Edital, desde que o faça no prazo expresso na Lei nº 14.133/2021.
17.4. As dúvidas surgidas neste edital serão interpretadas de acordo com a Lei nº 14.133/2021 e na omissão desta pela COMISSÃO DE LEILÃO e Leiloeiro Oficial, que deverá levar em conta os princípios gerais de direito e legislações correlatas.
17.5. Os prazos estabelecidos neste edital serão contados em dias corridos, exceto quando expressamente indicado em contrário.

18. DA IMPUGNAÇÃO

18.1. Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para impugnar este edital, desde que o faça com antecedência de até 3 (três) dias úteis da data fixada para abertura do Leilão Público, observado o disposto no art. 164 Lei nº 14.133/2021.
18.2. A impugnação ao edital deverá ser enviada para o e-mail: licitação@santafe.pr.gov.br;

18.3. A COMISSÃO DE LEILÃO e o Leiloeiro Oficial deverão decidir sobre a impugnação, se possível, 1 (um) dia antes da abertura do certame.
18.4. Não será motivo para alteração do edital ou acatamento à impugnação, pequena falha ou especificação que não prejudique a boa interpretação ou até mesmo aos princípios fundamentais e legais.
18.5. Quando o acolhimento da impugnação implicar em alteração do edital, capaz de afetar a formulação das propostas, será designada nova data para a realização do Leilão.
18.6. A impugnação feita tempestivamente pelo licitante não o impedirá de participar do Leilão até o trânsito em julgado da decisão.
18.7. Não será conhecida a impugnação apresentada fora do prazo, de forma diversa à prevista neste edital ou que não atenda aos demais pressupostos de admissibilidade previstos na Lei 14.133/2021.

19. DOS RECURSOS

19.1. Qualquer licitante poderá apresentar recurso ao Leiloeiro Oficial, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da intimação do ato ou lavratura da ata, nos casos previstos nas alíneas do inciso I do artigo 165 da Lei nº 14.133/2021.
19.2. O recurso deverá ser interposto perante o Protocolo Geral da Prefeitura Municipal ou enviado para o e-mail: ouvidoria@santafe.pr.gov.br.
19.3. Interposto, o recurso será comunicado por publicação no Diário Oficial do Município aos demais licitantes, que poderão contrarrazoá-lo em igual prazo. Findo esse período, apresentadas ou não contrarrazões ao recurso, o Leiloeiro Oficial poderá, no prazo de 03 (três) dias úteis, reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo, devidamente informado, à COMISSÃO DE LEILÃO.
19.4. Quaisquer argumentos ou subsídios concernentes à defesa da licitante, que pretender reconsideração total ou parcial das decisões do Leiloeiro Oficial, deverão ser apresentados por escrito.

20. DAS ADVERTÊNCIAS

20.1. O Município de Santa Fé poderá adiar, suspender, alterar ou revogar o Leilão, no todo ou em parte, modificar as condições estabelecidas neste Edital e retirar qualquer lote posto à venda, sem que assista aos interessados qualquer direito à indenização ou reclamação.
20.1.1. Na hipótese de arguição de ilegalidades ou vícios insanáveis, o Município de Santa Fé poderá declarar a nulidade do procedimento, no todo ou em parte, em despacho fundamentado, de ofício ou mediante provocação de terceiros.
20.1.2. Na hipótese de declaração de nulidade do procedimento, não terá o arrematante direito à restituição do valor pago, se houver, de qualquer forma, concorrido para a prática da ilegalidade.
20.2. Todos, durante o procedimento do leilão, que cometerem ilícitos penais sujeitam-se às penas dos crimes tipificados nos artigos 335, 337-F, 337-I, 337-K, 337-L e 337-N, todos os Código Penal.

21. DAS SANÇÕES

21.1 O Arrematante que deixar de cumprir os dispositivos contidos neste Edital será considerado infrator e sujeito às sanções administrativas previstas nos incisos II, III e IV do artigo 155 e seguintes da Lei 14.133/2021.

21.2. As sanções previstas nos subitens acima são aplicáveis também às licitantes que se envolvam na prática de atos ilícitos, nocivos ao Leilão.

22. DA PUBLICIDADE

22.1. O Edital terá sua publicação de forma resumida na Imprensa Oficial do Município e nos demais meios de comunicação, nos termos do art. 54 da lei 14.133/2021.

23. DA ATA

23.1. Encerrado o Leilão, será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos de desenvolvimento da licitação, em especial os fatos relevantes.

24. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

24.1. As normas que disciplinam este leilão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que observado o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da licitação.

24.2. Os licitantes ficam responsáveis pelas consequências advindas da inobservância das normas e instruções previstas neste Edital, como também de quaisquer avisos ou erratas expedidos pela COMISSÃO DE LEILÃO.

24.3. Nenhuma indenização será devida aos licitantes em decorrência dos atos praticados para participar do procedimento licitatório.

24.4. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Prefeitura Municipal de Santa Fé, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

24.5. Todos os horários estabelecidos neste Edital, em avisos e erratas e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília/DF, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

24.6. Na hipótese de não haver expediente no dia da abertura da Sessão Pública, ficará esta transferida para o primeiro dia útil subsequente (ou determinações específicas da COMISSÃO DE LEILÃO, no mesmo horário anteriormente estabelecido.

24.7. À COMISSÃO DE LEILÃO, cabe o direito de suspender a sessão pública, mediante prévia comunicação eletrônica aos licitantes, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.

24.8. Qualquer dos lotes poderá ser excluído do leilão caso haja eventual cadastramento de bloqueio de transferência ou ordem judicial superveniente à publicação deste Edital e mesmo após a realização do Leilão. Ainda, os lotes com restrição judicial ou policial, ou quaisquer pendências que prejudiquem o certame, bem como solicitações da COMISSÃO DE LEILÃO, também poderão ser excluídos e os valores pagos nos arremates devidamente devolvidos, sem que aos participantes caiba qualquer indenização.

24.9. Cópias deste edital poderão ser acessadas e obtidas pelos interessados pelo site prefeitura@santefé.pr.gov.br e www.sumareleiloes.com.br. Informações e esclarecimentos poderão ser obtidos junto a COMISSÃO DE LEILÃO pelo telefone (44) 98834-4708 e (44) 99888-2424 por mensagem para o endereço eletrônico ouvidoria@santafe.pr.gov.br, em dias úteis, no horário das 08h00m às 11h00m e das 13h00m às 17h00m de segunda a sexta-feira.

24.10. Este Edital não importa em obrigação de venda se as ofertas sobre os bens não atingirem o valor do lance inicial (lance mínimo) estabelecido no ANEXO I.

24.11. A participação do Leilão implica no conhecimento e aceitação, por parte dos(as) licitantes, das exigências e condições estabelecidas no presente Edital.

24.12. Os casos omissos serão resolvidos pela COMISSÃO DE LEILÃO e pelo Leiloeiro Oficial.

25. DO FORO

25.1. Fica eleito o Foro de Santa Fé para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Leilão Público, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, caso não sejam sanadas pelo Município de Santa Fé.

Santa Fé/PR, 02 de outubro de 2.026.

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

GUSTAVO MORETTO GUIMARÃES DE OLIVEIRA
Leiloeiro Oficial - JUCEPAR 22/344-L

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:8F393E94

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 03/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Fé, por meio da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes, mantenedora do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Ivone Malavazi, no uso das atribuições legais conferidas pelas Deliberações n.º 02 e 03/2018 - CP/CEE/PR e pelo Parecer de Legalidade n.º656/2026 NRE – MARINGÁ.

HOMOLOGA

Art. 1º - O Projeto Político-Pedagógico do Centro Municipal de Educação Infantil Professora Ivone Malavazi do município de Santa Fé, com a oferta de: Educação Infantil.

Art. 2º – O Projeto Político-Pedagógico homologado por este Ato de Homologação entra em vigor a partir do início do ano/período letivo de 2026, ficando revogado o Ato de Homologação n.º 06/2022 e disposições em contrário.

Santa Fé, 02 de outubro de 2026.

LÉSLIER MARIA PELEGRINI
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes
Decreto Nº 003/2025

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:5CD7759C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO OESTE

CÂMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 14, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de GOZO DE FÉRIAS e conversão de parte das férias em ABONO PECUNIÁRIO ao servidor da Câmara Municipal em outubro de 2026.

O Vereador **EDUARDO MARTINS,** Presidente da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste – Pr, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e observando o disposto no art. 167, "§" 7º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e;

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo **Servidor Efetivo** abaixo identificado;

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER férias regulamentares, ao servidor ocupante do **Cargo Efetivo** de **Contador Legislativo,** a seguir relacionado, a partir de **01 de OUTUBRO de 2026**.

CAMARA MUNICIPAL DE VEREADORES			
NOME	**Nº CPF**	**Período**	**Período Aquisitivo**
ALAN JONES GONÇALVES	029.378.219-95	**01.10.2026** **10.10.2026**	**03.04.2025** 02.04.2026

Art. 2º Por força desta Portaria fica convertida em **ABONO PECUNIÁRIO**, uma parcela de **10 (dez)** dias das férias que faz jus o Servidor Efetivo **Sr. ALAN JONES GONÇALVES**, ocupante do **Cargo Efetivo** de **Contador legislativo**, vinculado à Câmara Municipal.

Parágrafo Único. O **Abono Pecuniário** mencionado no *caput* é referente ao período aquisitivo de **03/04/2025** á **02/04/2026,** ainda não usufruídas.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos apartir de 01 de outubro de 2026.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Santa Izabel do Oeste/PR, em **30 de setembro de 2026.**

EDUARDO MARTINS
Presidente

Publicado por:
Gerson Luiz Ghiggi
Código Identificador:CDC530BF

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.078
Data: 05.10.2026

Contrata ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS, CPF nº 122.***.***-46, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:85EDF3D2

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.065
Data: 05.10.2026

Contrata CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA, CPF nº 090.***.***-06, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:49EA57EE

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.073
Data: 05.10.2026

Contrata CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe

confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,
CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA, CPF nº 118.***.***-63, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:6CAAF3D9

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.075
Data: 05.10.2026

Contrata EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN, CPF nº 127.***.***-81, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:9D5A6FE8

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA GABRIEL ABRAO BILIBIO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.064
Data: 05.10.2026

Contrata GABRIEL ABRAO BILIBIO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR GABRIEL ABRAO BILIBIO, CPF nº 115.***.***-29, para exercer o Emprego Público de Auxiliar

Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:425DBFC1

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA GIOVANA ROSA FONTANA PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.060
Data: 05.10.2026

Contrata GIOVANA ROSA FONTANA para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR GIOVANA ROSA FONTANA, CPF nº 087.***.***-00, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BA3A6A63

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA GUSTAVO ZANCANARO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.061
Data: 05.10.2026

Contrata GUSTAVO ZANCANARO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR GUSTAVO ZANCANARO, CPF nº 117.***.***-45, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:5EB3983F

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA HENRIQUE FAGUNDES ALVES PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.062
Data: 05.10.2026

Contrata HENRIQUE FAGUNDES ALVES para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe

confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR HENRIQUE FAGUNDES ALVES, CPF nº 118.***.***-95, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:015D8590

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA HÉRON DEL'LABETA FARDO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.077
Data: 05.10.2026

Contrata HÉRON DEL'LABETA FARDO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR HÉRON DEL'LABETA FARDO, CPF nº 103.***.***-00, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:6205FA2A

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.069
Data: 05.10.2026

Contrata ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA, CPF nº 119.***.***-73, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20**

(vinte) horas semanais, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:478AC959

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.072
Data: 05.10.2026

Contrata JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO, CPF nº 099.***.***-51, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:3AF657E2

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA JULLIA MARTINS LEITE PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.079
Data: 05.10.2026

Contrata JULLIA MARTINS LEITE para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:
Art. 1º - CONTRATAR JULLIA MARTINS LEITE, CPF nº 098.***.***-89, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:6917E6A6

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA KAMILY VITORIA DA LUZ GONCALVES PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.071
Data: 05.10.2026

Contrata KAMILY VITORIA DA LUZ GONCALVES para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR KAMILY VITORIA DA LUZ GONCALVES, CPF nº 093.***.***-97, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:03821570

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA LAVINIA CICHOCKI SPADOTTO BARROS PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.070
Data: 05.10.2026

Contrata LAVINIA CICHOCKI SPADOTTO BARROS para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR LAVINIA CICHOCKI SPADOTTO BARROS, CPF nº 116.***.***-63, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:B30A099B

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA MURILO GABRIEL FORTES GEBING PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.063
Data: 05.10.2026

Contrata MURILO GABRIEL FORTES GEBING para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR MURILO GABRIEL FORTES GEBING, CPF nº 121.***.***-47, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:7DC7784A

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA MURILO ROSA FONTANA PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.066
Data: 05.10.2026

Contrata MURILO ROSA FONTANA para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR MURILO ROSA FONTANA, CPF nº 036.***.***-39, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:21588BF7

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.074
Data: 05.10.2026

Contrata PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO, CPF nº 133.***.***-59, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:04A38125

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.076
Data: 05.10.2026

Contrata PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação do candidato no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO, CPF nº 117.***.***-02, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:31C7CDD6

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.068
Data: 05.10.2026

Contrata SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK, CPF nº 122.***.***-86, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E478CB9B

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATA STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI PARA EXERCER O EMPREGO PÚBLICO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO - APRENDIZ.

PORTARIA Nº 16.067
Data: 05.10.2026

Contrata STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo - Aprendiz.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a letra "a", inciso II, art. 88, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com a legislação vigente,

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008, que dispõe sobre a contratação de aprendizes no âmbito do Município de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010, que instituiu o Programa Social Municipal de Aprendizagem;

CONSIDERANDO as Leis Municipais nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010, nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017, e nº 2.269, de 18 de outubro de 2019, que criaram vagas de Auxiliar Administrativo – Aprendiz no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO a realização do **Processo Seletivo Simplificado, regido pelo Edital nº 001/2026 – Curso de Aprendizagem 2º Semestre de 2026**, destinado ao preenchimento de vagas de aprendizes para a Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste;

CONSIDERANDO a aprovação e classificação da candidata no referido Processo Seletivo Simplificado, observada a ordem de classificação e o atendimento das condições estabelecidas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI, CPF nº 117.***.***-25, para exercer o Emprego Público de Auxiliar Administrativo – Aprendiz, com carga horária de **20 (vinte) horas semanais**, pelo período de **23 (vinte e três) meses**, a partir de **05 de outubro de 2026**, em conformidade com o Edital nº 001/2026 e com a legislação aplicável.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Izabel do Oeste, em 05 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:46385A18

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: ANDRIELLY DA COSTA DOS SANTOS
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:36D89044

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: CARLOS HENRIQUE DE OLIVEIRA
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Assistência Social

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:A1978926

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: CATHARINA GIORDANI DE SANT'ANNA
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:A5F4CF67

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: EDUARDO GABRIEL DUARTE FORLIN
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:D8BB0F45

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE GABRIEL ABRAO BILIBIO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: GABRIEL ABRAO BILIBIO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Fazenda

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:15124D6A

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE GIOVANA ROSA FONTANA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: GIOVANA ROSA FONTANA
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:98296758

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE GUSTAVO ZANCANARO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: GUSTAVO ZANCANARO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria Geral e do Planejamento

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:293CBF25

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE HENRIQUE FAGUNDES ALVES

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: HENRIQUE FAGUNDES ALVES
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:E90A03C2

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE HÉRON DEL'LABETA FARDO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: HÉRON DEL'LABETA FARDO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Fazenda

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:D4A028F0

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: ISADORA LUKASIEVIEZ DA FONSECA
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:09092508

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: JOAO LEONARDO NIESVINSKI MARCOTTO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria Geral e do Planejamento

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:9E77B347

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE JULLIA MARTINS LEITE

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: JULLIA MARTINS LEITE
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:7D51EEF9

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE KAMILY VITORIA DA LUZ GONCALVES

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: KAMILY VITORIA DA LUZ GONCALVES
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Saúde

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:BC085150

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE LAVINIA CICHOCKI SPADOTTO BARROS

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: LAVINIA CICHOCKI SPADOTTO BARROS
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Saúde

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:DF543E50

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE MURILO GABRIEL FORTES GEBING

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: MURILO GABRIEL FORTES GEBING
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Administração

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:0509A022

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE MURILO ROSA FONTANA

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: MURILO ROSA FONTANA
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:3C517E33

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: PEDRO HENRIQUE CORREA COUTO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria dos Serviços Públicos

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:8E8BB9E1

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratado: PEDRO HENRIQUE DE FARIAS BALDO
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria do Esporte

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:9DB80ECA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: SARHA SOPHIE BRANDELERO BIELAK
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais
Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Educação

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:9BB23C2E

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO DE STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI

EXTRATO DE CONTRATO DE TRABALHO
Contratante: Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Oeste - PR
Contratada: STHER MARIA MARCHESAN MORAWSKI
Fundamento: Lei Municipal nº 936, de 16 de junho de 2008; Lei Municipal nº 1.087, de 02 de fevereiro de 2010; Lei Municipal nº 1.197, de 06 de dezembro de 2010; Lei Municipal nº 2.028, de 15 de dezembro de 2017; Lei Municipal nº 2.269, de 18 de outubro de 2019; e Edital nº 001/2026 – Processo Seletivo Simplificado.
Vigência: 05/10/2026 a 22/09/2028
Emprego Público: Auxiliar Administrativo – Aprendiz
Carga Horária: 20 (vinte) horas semanais

Vencimento: R$ 810,50 (oitocentos e dez reais e cinquenta centavos).
Lotação: Secretaria da Saúde

Publicado por:
Fernanda Denes Debiasi
Código Identificador:108B23CA

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO CREDENCIAMENTO 08.26

AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 08/2026
INEXIGIBLIDADE Nº 25/2026
PROCESSO LICITATORIO Nº 117/2026

O **MUNICIPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.205.715/0001-42, com sede na Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, torna público que estará a partir de **09 de outubro de 2026 até 14 de outubro de 2026**, e ainda a qualquer tempo, estará realizando **Credenciamento de empresa especializada para prestação de serviços médicos na especialidade de clínico geral para atuar junto as Equipes de Estratégia Saúde da Família no âmbito da atenção Primaria a Saúde do Município de Santa Izabel do Oeste - PR, para realização de atendimentos médicos "consultas médicas" e demais atribuições inerentes a função de acordo com o cronograma de atendimento da Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o contido no Anexo I - Termo de Referência, com recursos Próprios, Estaduais e Federais, por um período de 12 meses**. O edital poderá ser retirado pelo Portal da Transparência https://santaizabeldooeste.atende.net/, informações complementares sobre o Edital poderão ser obtidas na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Acácia, 1317, Centro, cidade de Santa Izabel do Oeste, Estado do Paraná, de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min horas e das 13h00min às 17h00min, ou ainda pelo Fone/Fax: (46) 35421360 e pelo e-mail: licitacao@sio.pr.gov.br.

Santa Izabel do Oeste, Paraná, em 02 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:4FBA8A5F

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
AVISO DE LICITAÇÃO PE 57

AVISO DE LICITAÇÃO
NUMERO LICITAÇÃO NO PNCP E COMPRASGOV Nº 987851-28/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 57/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 116/2026
O MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO OESTE, ESTADO DO PARANÁ, torna público que fará realizar, às **08h00min do dia 22 de outubro de 2026**, nas dependências da Prefeitura Municipal, sita à Rua Canela esquina com a Rua Angico, 731, Centro, em Santa Izabel do Oeste, Paraná, Brasil, **PREGÃO ELETRÔNICO**. **OBJETO: "Aquisição de materiais de consumo para atender as necessidades da Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural no Município de Santa Izabel do Oeste – PR, por um período de 12 meses, com recursos próprios"** Critério de Julgamento: **MENOR PREÇO POR ITEM**. Abertura das propostas e recebimentos dos lances: a partir das 08h00 do dia 22 de outubro de 2026, no endereço eletrônico: www.gov.br/compras. A Pasta Técnica, com o inteiro teor do Edital e seus respectivos modelos, adendos e anexos, poderão ser examinados no endereço acima indicado ou pelo site https://santaizabeldooeste.atende.net/. Informações adicionais, dúvidas e pedidos de esclarecimento deverão ser dirigidos à Comissão de Licitação no endereço acima mencionado ou pelo e-mail licitacao@sio.pr.gov.br.

FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal Nº 14.133/2021.

Santa Izabel do Oeste – PR, 02 de outubro de 2026.

JEAN PIERR CATTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Camila de Carli Grabovski
Código Identificador:3BFE6A29

SECRETARIA GERAL E DO PLANEJAMENTO
EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N°367/2025

EXTRATO DO TERMO ADITIVO DE PRAZO N° 202/2026 AO CONTRATO N° 367/2025
PREGÃO ELETRÔNICO N° 48/2025
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 101/2025
PARTES: Município de Santa Izabel do Oeste e HOPE Residencia Terapeutica LTDA.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Residência Terapêutica, destinada ao acolhimento institucional, em período integral (24 horas), de pessoas adultas com transtornos mentais graves e persistentes, de ambos os sexos, com idade entre 18 e 59 anos, que se encontram com vínculos familiares rompidos ou fragilizados e em situação de vulnerabilidade social.
VIGÊNCIA: 03 de outubro de 2027.
DATA: 30/09/2026.

Publicado por:
Leticia Lodi Woicheowski Tavares
Código Identificador:E3D5C0E7

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 120/2026 REF. LICITAÇÃO PREGÃO - ELETRÔNICO Nº32/2026

Ref. Licitação Pregão - Eletrônico Nº32/2026
Contratação de Empresa Execução de Calçada da Área de Convivência em anexo ao Estádio Municipal Orestes Refatti, compreendendo vigas, pilares e limpeza do local, conforme projetos, especificações técnicas e memorais, de acordo com reprogramação de saldo do Plano de Ação nº 09032023-033724, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esportes.
E X T R A T O
Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA
Contratada**:** DAS ENGENHARIA LTDA
Objeto:
O presente Termo Aditivo visa o acréscimo do referido contrato em mais R$ 5.649,08 (Cinco mil seiscentos e quarenta e nove Reais e oito centavos), tendo em vista o redimensionamento do objeto, conforme cláusula 15.2 do contrato em epígrafe e termos do Art. 125 da Lei Federal 14.144/21, permanecendo inalteradas as demais cláusulas do contrato original.
Prazo de Execução: 09/12/2026.
Prazo de Vigência: 09/12/2026.
Data da Assinatura: 02/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:6D7E2D89

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
CONTRATO Nº 151/2026 CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS / SERVIÇOS REF. LICITAÇÃO DISPENSA ELETRÔNICA Nº15/2026.

E X T R A T O

Partes:
Contratante: MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA;
Contratada**:** OLMIR LUIS PECCIN;
Objeto:
Contratação de empresas para locação de brinquedos e equipamentos recreativos, com transporte, montagem, testes, operação, monitoramento e desmontagem; serviços de preparo e distribuição de pipoca e algodão-doce; fornecimento e distribuição de picolés; pintura artística facial e animação infantil com animador/palhaço, destinados ao evento do Dia das Crianças de 09 de outubro de 2026, no Município de Santa Lúcia/PR.
Valor:
R$ 17.365,82 (Dezessete Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos).
Prazo de Execução: 30/12/2026.
Prazo de Vigência: 30/12/2026.
Data da Assinatura: 02/10/2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:4979CC91

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
LISTA DE CREDENCIADOS LICITAÇÃO MODALIDADE INEXIGIBILIDADE NORMAL Nº 14/2026

O Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Divulgara lista de Credenciados do Credenciamento nº 06/2026, que teve como objeto ***Credenciamento de empresas para prestação de serviços de fornecimento de alimentação pronta, no sistema self-service, in loco, bem como fornecimento de marmitex para os servidores públicos municipais que estiverem a serviço do Município nas cidades de Cascavel e Santa Lúcia.***
Após verificada a conformidade com o edital e legislações pertinentes, comporão a lista pela ordem de protocolo do envelope as empresas da seguinte maneira:
CARLOS OLIVEIRA LTDA
67.567.839/0001-87
R GUILHERME LAITER, S/N ANEXO POSTO DE GASOL - CEP: 85795602 - BAIRRO: INDUSTRIAL CIDADE/UF: Santa Lúcia/PR
CARLOS ALBERTO DE OLIVEIRA
032.923.969-48

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná, em dois dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:BCBD4C38

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO SUDOESTE

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 090/2026

ERRATA EXTRATO DO CONTRATO Nº 273/2026
Inexigibilidade nº 090/2026

ONDE SE LÊ: A contratação justifica-se pela necessidade de garantir a operacionalidade e segurança da frota de veículos pesados da Secretaria de Saúde de Santo Antônio do Sudoeste PR, composta por ambulâncias e caminhões essenciais ao transporte de pacientes e insumos. A manutenção especializada não pode ser suprida diretamente pela estrutura municipal, seja pela complexidade técnica, seja pela inviabilidade de equipe própria. O credenciamento é a modalidade mais adequada por se tratar de serviço continuado com demanda variável, permitindo múltiplos prestadores e ampliando a capacidade de atendimento.

LEIA-SE: Contratação de empresas especializadas na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças, mão de obra de mecânica e socorros para veículos pesados, pertencentes à frota da Secretaria de Saúde do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR, de acordo com o Chamamento Público Nº 06/2026.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:A6E64901

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0185/2026 CONCORRÊNCIA - PRESENCIAL Nº 011/2026

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0185/2026
Concorrência - Presencial Nº 011/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de ampliação da ESCOLA DORIVAL MAGRINELLI, localizada na Rua Artur Januario Angonesi – Bairro Vila Catarina, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, Paraná. A intervenção prevê a ampliação de uma área de 182,14 m². A obra compreende todas as etapas construtivas, desde os serviços preliminares e movimentação de terra até os acabamentos finais, incluindo o fornecimento integral de materiais, mão de obra especializada, encargos sociais e equipamentos necessários para a completa funcionalidade e entrega do empreendimento, conforme as especificações técnicas de engenharia e arquitetura.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER EPP.
EXECUÇÃO ATUAL: 15/01/2027**.**
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal Em exercício
e pela contratada: ALEXANDRE EMANUEL SCHREINER - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:87612ECB

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0187/2026 CONCORRÊNCIA - PRESENCIAL Nº 013/2026

EXTRATO ADITIVO DE Nº 01 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0187/2026
Concorrência - Presencial Nº 013/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de ampliação da ESCOLA PEDRO DOS SANTOS, localizada na Rua Angelo Milani - Bairro Vila Aurora, no Município de Santo Antônio do Sudoeste, Paraná. A intervenção prevê a ampliação de uma área de 120,00 m². A obra compreende todas as etapas construtivas, desde os serviços preliminares e movimentação de terra até os acabamentos finais, incluindo o fornecimento integral de materiais, mão de obra especializada, encargos sociais e equipamentos necessários para a completa funcionalidade e entrega do empreendimento, conforme as especificações técnicas de engenharia e arquitetura.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
EXECUÇÃO ATUAL: 04/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal e pela contratada: MARIZETE APARECIDA COELHO MARSANGO - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:C1D30722

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0368/2024 DISPENSA Nº 0118/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0368/2024
Dispensa Nº 0118/2024

OBJETO: Aquisição de smartphones em atendimento as demandas de todas as secretarias do município de Santo Antonio do Sudoeste – PR.

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: LEBKUCHEN E SILVEIRA LTDA ME.
VIGÊNCIA ATUAL: 06/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA- Prefeito Municipal Em Exercício
e pela contratada: CLEUDENIR DA SILVEIRA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:4F7DA72C

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0400/2025 CONCORRÊNCIA Nº 014/2025

EXTRATO ADITIVO DE Nº 02 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0400/2025
Concorrência Nº 014/2025

OBJETO: Contratação de empresa para execução de reforma da Unidade Básica de Saúde Parque das Embaúvas, conforme cronograma, planilhas e memorial descritivo..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: POTENCIA ENGENHARIA E EMPREENDIMENTOS LTDA.
VIGÊNCIA ATUAL: 01/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal e pela contratada: GILMAR VALDUGA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:986F9DDF

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0364/2024 PREGÃO Nº 053/2024

EXTRATO ADITIVO DE Nº 03 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 0364/2024
Pregão Nº 053/2024

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de manutenção preventiva e corretiva, incluindo fornecimento de toda linha de peças de reposição, linha de filtros, óleos lubrificantes em geral, mão de obra de mecânica e transporte (remoção) para ÔNIBUS ESCOLARES, pertencentes à frota do município de Santo Antônio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: ALEXSANDRO DE PAULA.
VIGÊNCIA ATUAL: 05/10/2027.
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026.
PELA CONTRATANTE JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal Em Exercício
e pela contratada: ALEXSANDRO DE PAULA - Representante Legal.

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:604D0A14

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2026 DISPENSA Nº 52/2026

EXTRATO ADITIVO Nº 1 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 280/2026
Dispensa Nº 52/2026

OBJETO: Aquisição de Equipamentos de Informática, Telefonia e Mobiliário para Modernização da Infraestrutura Tecnológica do Município de Santo Antônio do Sudoeste-PR..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: HARLEI MORSCH;
VALOR: R$ 2.140,00 (Dois Mil, Cento e Quarenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026
PELA CONTRATANTE: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal Em Exercício
e pela contratada: HARLEI MORSCH - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:636FD0EA

MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE
EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 442/2024 PREGÃO Nº 58/2024

EXTRATO ADITIVO Nº 6 DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 442/2024
Pregão Nº 58/2024

OBJETO: Aquisição de MEDICAMENTOS E INJETÁVEIS para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde..

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO SUDOESTE - PR;
CONTRATADA: CIRURGICA ASSIS DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAUDE LTDA;
VALOR DO REEQUILÍBRIO: 60,00 (Sessenta Reais).
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026
Pela contratante: JOSÉ DORIVAL BANDEIRA - Prefeito Municipal em Exercício.
e pela contratada: CEZAR FERREIRA DA SILVA - Representante Legal

Publicado por:
Natalicia Francisconi
Código Identificador:371212A3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 204/2026 – DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A INSERÇÃO DE ITEM 1 – PADRONIZAÇÃO DE PNEUS, CÂMARAS E PROTETORES NO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. Prefeito Municipal de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná, no uso das atribuições e deveres legais especificados na Lei Orgânica do Município, e

Considerando *a previsão legal estabelecida pelo Art. 40, V, "a" da Lei 14133/2021 que estabelece regramento para a padronização como princípio dos Procedimentos Licitatórios a serem seguidos;*
Considerando *a regra estabelecida no Art. 43 e ss da Lei 14133/2021 que estabelece o procedimento padrão a ser realizado a padronização de bens ou serviços pela Administração Municipal;*
Considerando *que o Município já adota o regime de padronização de Pneus e congêneres ainda sob a vigência da Lei 8666/93 regulamentando-a agora sob a vigência da Lei 14.133/2021;*
Considerando *que o Município adotou a regra estabelecida pela Portaria SEGES/ME nº 938 de 02 de fevereiro de 2022 que regulamentou o procedimento de padronização no regime federal;*
Considerando *que regulando seu próprio procedimento de inserção ao Catálogo Eletrônico o Município editou norma própria, Decreto nº 016/2024 de 26 de fevereiro de 2024, criando regramento e normativo a realização da padronização;*
Considerando *que a padronização de pneus possui ao seu tempo análise procedente do Tribunal de Contas do Paraná, que tem entendido pela sua possibilidade em razão da demonstração da vantajosidade na aquisição de bens indicados pela administração mediante procedimento antecedente legalmente instrumentalizado.*
Considerando *a necessidade de padronização para economia de custos e manutenção e assistência técnica da frota municipal;*
Considerando *o dever de atualização das marcas de mercado acompanhando aqueles que se mostrem mais vantajosos a administração;*
Considerando *o interesse público, sobretudo quanto a qualidade e durabilidade dos pneus em relação ao custo benefício alcançado pelos estudos técnicos;*
Considerando *ao fim o atendimento aos princípios basilares da Administração;*

RESOLVE:

Art. 1º. Atualizar o **ITEM 1 – PADRONIZAÇÃO DE PNEUS E CONGÊNERES** ao Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras do Município de São Jerônimo da Serra – PR, para estabelecer a aquisição de pneus e congêneres no âmbito da administração direta do Poder Executivo do Município de São Jerônimo da Serra, das seguintes marcas **MICHELIN, GOODYEAR, PIRELLI, BRIDGESTONE, FIRESTONE, CONTINENTAL, DUNLOP, YOKOHAMA E KUMHO,** para veículos leves, médios e similares.

Art. 2º. Para os veículos pesados, linha amarela e similares observados os modelos de fabricação além daqueles padronizados pelo Art. 1º, assim como, as marcas reguladas pelo INMETRO, são padronizáveis **MICHELIN, PIRELLI / TITAN, GOODYEAR**, **BRIDGESTONE / FIRESTONE, BKT, YOKOHAMA / ALLIANCE,** que representam marcas do mercado nacional.

Art. 3º. De acordo com o item padronizado, são ainda padronizáveis para os itens de câmaras, protetores e similares as marcas: **TITAN, MAGION, TORTUGA, VULCANBOR, FLEXEN, IRBO, RINALDI E FVA**, sem ordem de preferência.

Art. 4º. Para os procedimentos licitatórios a administração deve preterir a escolha destas marcas padronizadas em razão de regulamento na forma da Lei 14.133/2021, e em não havendo, desde que demonstrado no mercado nacional pneus ou itens similares com as características atingidas pela padronização, mediante justificativa, poderá aceitar marcas que apresente compatibilidade com o item licitado, devendo em razão disso, inseri-las em futura atualização das marcas e produtos padronizados.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

EDIFICIO SEDE DO MUNICÍPIO DE SÃO JERÔNIMO DA SERRA, ESTADO DO PARANÁ, AOS 02 DE OUTUBRO DE 2026.

VENICIUS DJALMA ROSA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciani Cereijo Betim
Código Identificador:1E06B72B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
REF. PROCESSO-AUTOS 93/2026
Objeto: Compra de Picolés para o Evento do Dia das Crianças a ser realizado do dia 07 a 09 de outubro de 2026.
O Município de São José da Boa Vista PR; para fins do disposto na Lei de Licitações, torna público que o Exmo. Sr. Prefeito Municipal José Lázaro Ferraz, proferiu decisão no processo em destaque supra, Adjudicando e Homologando o objeto da Dispensa de Licitação nº. 43/2026, para a Aquisição junto à empresa FELIPE DE SOUZA MALAQUIAS ME, que indicou o valor total de R$ 6.443,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e três reais), tudo conforme documentado nos autos.

SJBV, data 02 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:8F91C2B7

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
REF.: Pregão Eletrônico nº 27/2026
OBJETO: Registro de preços para eventual aquisição de leite cru para Departamentos da Administração Pública Municipal.
Face ao contido no Resultado do Processo, homologo o presente procedimento licitatório à proponente.

Nº	Proponente	Item	Valor Total
01	Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro - COAFLEP	01.	R$ 105.800,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site: www.saojosedaboavista.pr.gov.br.

São José da Boa Vista-Pr, em 02 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:D1CDBE54

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ADITIVO

II EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL
A.R.P. n° 84/2024
CONTRATANTE: Município de São José da Boa Vista.
CONTRATADO: Genesis Machado e Cia Ltda.
ORIGEM: Pregão Presencial nº. 84/2024.
OBJETO: Registro de preços para futura e eventual contratação de Empresa Jornalística para Publicação Complementar de Atos e Avisos do Município.
VALORES: Fica acrescido ao valor originalmente pactuado o montante de R$ 33.600,00 (trinta e três mil e seiscentos reais), **correspondente a 15% (quinze por cento) do valor inicial, passando o valor total de R$ 224.000,00 (duzentos e vinte e quatro mil reais)** para **R$ 257.600,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e seiscentos reais), conforme solicitação do gestor responsável pela Ata de Registro de Preços.**
DATA DE ASSINATURA DO ADITIVO: 02/10/2026

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:BB6DCB85

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Contrato nº 66/2026 - Processo administrativo nº 93/2026
Objeto: Compra de Picolés para o Evento do Dia das Crianças a ser realizado do dia 07 a 09 de outubro de 2026.
Contratante: Município de SÃO JOSÉ DA BOA VISTA PR.
Contratada: FELIPE DE SOUZA MALAQUIAS ME
Valor Total: R$ 6.443,00 (seis mil quatrocentos e quarenta e três reais)
Período de vigência: 02/10/2026 à 02/01/2027.
Fundamento legal: art.75, II, da Lei nº. 14.133/2021.

São José da Boa Vista PR, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:8F9CE783

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
REF: Pregão Eletrônico nº 27/2026
O pregoeiro oficial, Alan Silveira de Santana, comunica aos interessados no fornecimento do objeto do pregão Eletrônico nº 27/2026, que após a homologação do objeto à proponente foi formalizada a seguintes Ata de Registro de Preços:

Nº ata	Proponente	Item	Valor Total
50/2026	Cooperativa Agropecuária Familiar do Leste Pioneiro - COAFLEP	01.	R$ 105.800,00

Todos os atos do Pregão encontram-se disponíveis no site:www.comprasgovernamentais.gov.br
As Atas na íntegra encontram-se disponíveis no site: http://www.saojosedaboavista.pr.gov.br

São José da Boa Vista-Pr, em 02 de outubro de 2026.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ-
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:4160B196

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 248/2026

PORTARIA nº 248/2026
JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 93/2026 – Dispensa de licitação nº 43/2026, tendo por objeto a Compra de Picolés para o Evento do Dia das Crianças a ser realizado do dia 07 a 09 de outubro de 2026;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestora do Contrato de nº 66/2026 a sra. Diana Maria Picon Campos – diretora de Divisão de Educação e como fiscal o sr. Fabio Augusto da Silva – Auxiliar administrativo.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:AB3DA157

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
PORTARIA Nº 249/2026

PORTARIA nº 249/2026

JOSÉ LAZARO FERRAZ, Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, nos termos da Lei Orgânica Municipal, pela presente;
Considerando o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, art. 8º do Decreto Municipal nº. 460/2022 e artigos 10 e 15 da Lei municipal nº 1061/2023;
Considerando o poder disciplinar da Administração Pública consistente no vínculo de subordinação e hierarquia que existe entre a Autoridade Administrativa e os servidores municipais;
Considerando a indicação de servidor para funcionar como gestor e fiscal do contrato no âmbito do Processo Administrativo nº 69/2026 – Pregão Eletrônico nº 27/2026, tendo por objeto Registro de preços para eventual aquisição de leite cru para Departamentos da Administração Pública Municipal;
R E S O L V E:
Art. 1º – DESIGNAR como gestor e fiscal da ata de nº 50/2026, o sr. Dari Francisco de Oliveira Filho – Diretor de compras.
Art. 2º - Ao Gestor e Fiscal do contrato, ora nomeados, garantida pela Administração as condições para o desempenho do encargo, com a devida observância do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e Lei municipal nº 1061/2023, sem prejuízo de outros atos normativos pertinentes, caberá ainda, no que for compatível com o contrato em execução:
I – Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir respectivos relatórios;
II – Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário;
III – Controlar o prazo de vigência do contrato sob sua responsabilidade;
IV – Comunicar formalmente à Secretaria Municipal requisitante da contratação e à Procuradoria do Município, após contatos prévios com a contratada, as irregularidades cometidas passíveis de penalidade;
V – Solicitar, à Secretaria Municipal requisitante da contratação, esclarecimentos acerca do contrato sob sua responsabilidade;
VI – Autorizar, formalmente, quando do término da vigência do contrato, a liberação da garantia contratual em favor da contratada, quando houver;
VII – Manter, sob sua guarda, cópia dos processos de contratação;
VIII – Encaminhar, à autoridade competente, eventuais pedidos de modificações no cronograma físico-financeiro, substituições de materiais e equipamentos, formulados pela contratada;
IX – Confrontar e fiscalizar os preços e quantidades constantes da Nota Fiscal com os estabelecidos no contrato;
X – Receber e atestar Notas Fiscais com a efetiva entrega dos bens ou serviços e encaminhá-las à unidade competente para pagamento;
XI – Verificar se o prazo de entrega, especificações dos produtos e serviços e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual.
Art. 3º - O Setor de Licitações/CPL disponibilizará ao Fiscal nomeado, logo após a sua nomeação, cópia do contrato/ata de registro de preços, do edital da licitação, do projeto básico ou do termo de referência, da proposta da Contratada, e, oportunamente, dos aditivos bem como, do setor competente, a relação das faturas recebidas e das pagas, sem prejuízo de outros documentos que o Fiscal entender necessário ao exercício da fiscalização.
Art. 4º - Os documentos mencionados no art. 3º poderão ser disponibilizados tanto em meio físico quanto digital devendo, neste último caso, serem lançados na pasta do processo em questão, na web site oficial do Município, com a identificação do respectivo fiscal e do contrato objeto da fiscalização.
Art. 5º - Fica garantido ao Fiscal do contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo aos Contratos sob sua fiscalização e demais documentos em poder de qualquer servidor ou Autoridade.
Art. 6º – A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Comunique-se, publique-se, cumpra-se.
Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LAZARO FERRAZ -
Prefeito do Município

Publicado por:
Alan Silveira de Santana
Código Identificador:519369ED

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 122/2026

EDITAL 122/2026
Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 75/2025

O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 075/2025, e na Portaria 271/2025;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 075/2025;
CONSIDERANDO os Ofícios 62, 63 e 166/2026 da Secretaria Municipal de Saúde;
CONSIDERANDO que o candidato Psicólogo, classificado em 15– PIERA CENSI BOARETTO e os candidatos Técnicos em Enfermagem, classificados em 23- LIVIA MARIA PEREIRA MONTEIRO, convocados através do Edital 119/2026 – NÃO ATENDERAM à convocação
CONSIDERANDO que foram convocados até o ultimo candidato classificado ao cargo de Técnico em Enfermagem, passa-se agora a convocar os candidatos que haviam solicitado final de fila.

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classificação**	**Candidato**	**Nº Inscrição**
PSICÓLOGO	16	AUGUSTO TAKEO YANO	012
Técnico em Enfermagem	5	LARISSA SUELLEN FERREIRA	024

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 05/10/2026 a 09/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação documentos e realização de exames médicos a serem solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 075/2025.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 02 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:67433D2F

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL 123/2026

Processo Seletivo Simplificado –EDITAL Nº 20/2024
O SR. JOSÉ LÁZARO FERRAZ, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DA BOA VISTA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei 745/2011, no Edital 20/2024, e na Portaria 104/2024;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de profissional para atuar nos estabelecimentos da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDO os termos da Lei nº 745/2011;
CONSIDERANDO o disposto no Artigo 25, § 2º da Lei Municipal 571/2003
CONSIDERANDO o Processo Seletivo Simplificado realizado para selecionar profissionais, nos termos do Edital nº 20/2024;
CONSIDERANDO o ofício 118/2026 da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:

I – CONVOCAR os(as) candidatos(as) abaixo relacionados(as), aprovados (as) e classificados (as) no processo seletivo simplificado conforme ordem de classificação, a fim de proceder-se à contratação temporária de excepcional interesse público, para prestação de serviços ao Município.

CANDIDATOS APROVADOS NA CLASSIFICAÇÃO GERAL			
Função	**Classif.**	**Candidato**	**Nº inscrição**
Auxiliar de Serviços Gerais	88	ELOIZA MARIANE DE OLIVEIRA	65

II – Os(as) candidatos(as) deverão comparecer a Divisão de Recursos Humanos da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, sito à Rua Reinaldo Martins Gonçalves 85, centro, dentro do **período de 05/10 à 09/10/2026 (05 dias úteis)**, para apresentação de documentos e realização de exames médicos conforme solicitados pela Divisão de Recursos Humanos, sob pena de perder o direito a nomeação
III –Os(as) candidatos(as) serão contratados(as), caso preenchido os requisitos legais e regulamentares, para exercer 40hs (quarenta horas) de atividades semanais, em razão da necessidade atual da Administração em locais e horários definidos a critério da Administração.
IV – O(a) candidato(a) que não comparecer dentro do prazo estabelecido neste Edital, fica automaticamente desclassificado(a).
V – A vigência do contrato obedecerá ao limite disposto no item 11.1.6 do Edital 20/2024

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

São José da Boa Vista–PR, 04 de outubro de 2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:08C695A9

DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 250/2026

JOSÉ LÁZARO FERRAZ, Prefeito Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o Art. 42, XXX e XXXI, da Lei Orgânica do Município, na forma da Lei;

Considerando o resultado final do Processo Seletivo Simplificado Edital 066/2026, Homologado através da Portaria 192/2026.

RESOLVE:

Artigo 1º- NOMEAR a partir desta data de 05/10/2026, para exercer carga horária de 40h00 semanais, a candidata abaixo discriminada, aprovada no Processo Seletivo Simplificado, Edital 066/2026 para desempenhar temporariamente as funções do respectivo cargo de acordo com a Lei Municipal 745/2011.

NOME	Matr.	Documento	FUNÇÃO
Aline Renata dos santos	24899/1	***.643.***-89	Enfermeira
Lais Morais Leli	24900/1	***.004.***-50	Nutricionista

Artigo 2º- A nomeação dar-se-á em caráter temporário, a fim de suprir necessidades inadiáveis da Administração Pública, em caráter excepcional, tendo a vigência até 18/12/2026, prorrogável ou rescindível a qualquer tempo observado o disposto no Item 11.1.6 do Edital 066/2026

Artigo 3º- Os nomeados terão o prazo de 05 (cinco) dias para apresentarem-se para o trabalho, sob pena de perda do direito a vaga.

Artigo 4º- Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário

Comunique-se, publique-se, cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, em 05 de outubro de 2026; 66º ano da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Dias
Código Identificador:7DEADE37

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
LEI 1204/2026 - AUXILIO ALIMENTAÇÃO (SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO)

LEI Nº 1204/2026

SÚMULA: Altera e regulamenta a forma de concessão e pagamento do auxílio-alimentação aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de São José da Boa Vista.

O Prefeito do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, JOSÉ LÁZARO FERRAZ:

Faço saber que Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O auxílio-alimentação devido aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de São José da Boa Vista passa a ser concedido e pago diretamente em pecúnia, mediante crédito apurado e discriminado na folha salarial de pagamento, no valor mensal fixado em R$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) por beneficiário.

Art. 2º - O benefício do auxílio-alimentação é devido unicamente aos servidores efetivos, temporários e estagiários do Poder Legislativo Municipal no efetivo exercício de suas funções.

Art. 3º - O auxílio-alimentação possui natureza jurídica estritamente indenizatória, destinando-se ao ressarcimento das despesas com alimentação do servidor no desempenho de suas atribuições.
§ 1º O auxílio-alimentação não se incorpora ao vencimento, remuneração, provento ou pensão para nenhum efeito legal, nem serve de base de cálculo para qualquer vantagem, gratificação ou encargo previdenciário e trabalhista.
§ 2º Em razão de sua natureza indenizatória, o valor pago a título de auxílio-alimentação:

I - Não integra o cômputo da despesa total com pessoal do Poder Legislativo para fins dos limites estabelecidos na Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal);
II - Não compõe a remuneração bruta para efeitos de incidência do teto remuneratório constitucional disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 4º - Não será concedido o auxílio-alimentação:
I - Aos agentes políticos, aos ocupantes exclusivamente de cargos de provimento em comissão, aos servidores inativos e aos pensionistas;
II - Ao servidor cedido para outros órgãos federais, estaduais ou de outro Município, quando a remuneração ou contraprestação deste ficar a cargo do órgão cessionário;
III - Ao servidor em gozo de licença não remunerada;
IV - Ao servidor licenciado para atividade política;
V - Ao servidor exercente de cargo político que optar pelo subsídio deste cargo; VI - Ao servidor ausente do trabalho sem motivo legalmente justificado;
VII - Ao servidor afastado do serviço por medida disciplinar ou cautelarmente em sede de processo judicial ou administrativo.
Parágrafo único - O servidor em gozo de férias regulamentares ou licença especial/prêmio mantém o direito à percepção do auxílio-alimentação.

Art. 5º - O servidor que exerça cargos de forma acumulada, nos termos permitidos pela Constituição Federal, fará jus à percepção de um único auxílio-alimentação no âmbito da Administração Pública Municipal.

Art. 6º - É vedado o pagamento cumulativo do auxílio-alimentação com a parcela referente a despesas com alimentação constante em diárias de viagem referentes aos mesmos dias de deslocamento fora da sede funcional.
Parágrafo único - Nos dias em que o servidor fizer jus à diária de viagem que englobe custos de alimentação, será efetuado o desconto proporcional correspondente ao valor diário do auxílio-alimentação na folha de pagamento do mês subsequente, de modo a obstar a duplicidade indenizatória.

Art. 7º - O valor do auxílio-alimentação será atualizado anualmente na mesma data e pelos mesmos índices aplicados à revisão geral anual dos servidores públicos municipais.

Art. 8º - Fica autorizado o pagamento retroativo do auxílio-alimentação referente aos meses de junho, julho, agosto e setembro de 2026, no montante individual acumulado de R$ 1.281,48 (um mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e oito centavos) por servidor elegível, correspondente à soma exata de 4 (quatro) parcelas mensais não pagas no valor unitário de R$ 320,37.
Parágrafo único - O montante acumulado correspondente aos meses retroativos indicados no *caput* será pago integralmente de forma acumulada na folha de pagamento do mês subsequente ao da publicação e vigência desta Lei, juntamente com o benefício mensal regular.

Art. 9º - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias do Poder Legislativo Municipal, suplementadas se necessário.

Art. 10 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1157/2025.

Edifício da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista – Estado do Paraná, em 23 de setembro de 2026. 66º da Emancipação Política do Município.

JOSÉ LÁZARO FERRAZ
Prefeito do Município

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:6ED4A5C9

PROCURADORIA DO MUNICÍPIO
LEI 1204/2026 - ERRATA

ERRATA

Considerando lapso material de digitação no texto final da Lei nº 1204/2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná - AMP em 25/09/2026, edição nº 3624, Páginas: 406-407;

onde se lê:
Art. 1º - O auxílio-alimentação devido aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de São José da Boa Vista passa a ser concedido e pago diretamente em pecúnia, mediante crédito apurado e discriminado na folha salarial de pagamento, no valor mensal fixado em R$ 325,00 (trezentos e vinte reais e cinco centavos) por beneficiário.

Leia-se:
Art. 1º - O auxílio-alimentação devido aos servidores públicos do Poder Legislativo Municipal de São José da Boa Vista passa a ser concedido e pago diretamente em pecúnia, mediante crédito apurado e discriminado na folha salarial de pagamento, no valor mensal fixado em R$ 325,00 (trezentos e vinte e cinco reais) por beneficiário.

Sede da Prefeitura do Município de São José da Boa Vista, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis.

Publicado por:
José Ricardo da Silva
Código Identificador:3CE65991

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 101/2026 - EXONERA SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO

DECRETO Nº 101/2026
DATA: 02 de outubro de 2026

SÚMULA: Exonera servidor ocupante de cargo efetivo

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS**, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Municipal 669/2022,

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a partir do dia 02 (dois) de outubro de 2026 a pedido, o servidor **LUCAS LORENZATTO** matricula funcional 6306-1, ocupante do cargo de provimento efetivo de **ENGENHEIRO CIVIL.**

Art.2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, Estado do Paraná em 02 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:2A7BCA1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N.º 102/2026 - DECRETA PONTO FACULTATIVO

DECRETO N.º 102/2026
DATA: 02 de outubro de 2026

SÚMULA: Decreta Ponto Facultativo.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere em especial a Lei Orgânica do Município;

DECRETA

Art. 1º - Transfere ponto facultativo do dia 28 de Outubro de 2026, para o dia 30 de Outubro de 2026, em razão da data alusiva ao dia do Servidor Publico.

Art. 2º - Fica mantido o funcionamento das atividades de natureza essencial, que obedecerão as escalas de serviço estipuladas pelas respectivas chefias imediatas.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, em 02 de outubro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alexandra Nunes Marafiga
Código Identificador:C4CB6699

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA 1º PRIMEIRA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025 – SRP

EXTRATO DA 1º PRIMEIRA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 084/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 036/2025 – SRP

Objeto: Aquisição futura e eventual de camisetas personalizadas destinadas às campanhas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de São José das Palmeiras – PR, conforme especificações constantes na Ata.
Gerenciador: Município de São José das Palmeiras – PR.
Detentora da Ata: ANA LU CONFECCOES LTDA.
Fundamentação: nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.
Fica alterada a redação da Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços nº 084/2025, restabelecendo-se, para o novo período de vigência, os quantitativos originalmente registrados, correspondentes ao valor máximo estimado de R$ 11.150,00 (onze mil cento e cinquenta reais), sem acumulação de eventual saldo remanescente do período anterior, permanecendo inalterado o preço unitário registrado de R$ 22,30 (vinte e dois reais e trinta centavos), sem aplicação de reajuste.
Fica alterada a redação da Cláusula Quarta, prorrogando-se a vigência da Ata de Registro de Preços de 23 de outubro de 2026 para 23 de outubro de 2027.
São José das Palmeiras – PR, 30 de setembro de 2026

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:AF4F8903

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE CONVÊNIOS E CONTRATOS
EXTRATO RESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°12/2026 PE 52/2025

EXTRATO DETERMO DERESCISÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 12/2026
IDEUSO Nº 2026015
CLÁUSULA PRIMEIRA – DOS FATOS E DO CANCELAMENTO
Considerando a solicitação apresentada pela empresa detentora da Ata de Registro de Preços e a manifestação da Secretaria Administrativa Geral, documentos que integram o presente instrumento para todos os fins, as partes resolvem, de comum acordo, promover o **cancelamento do registro dos preços dos lotes 20 e 23 da Ata de Registro de Preços nº 12/2026**, em razão dos fatos e circunstâncias constantes dos documentos anexos.
O cancelamento será realizado sem aplicação de multa ou penalidade, considerando o fato superveniente devidamente justificado, nos termos do **art. 155, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021**, ressalvadas as obrigações e responsabilidades eventualmente decorrentes de fatos anteriores ao presente cancelamento, na forma da legislação aplicável e dos documentos que integram a contratação.
O presente cancelamento fundamenta-se ainda no **art. 82, inciso IX, da Lei Federal nº 14.133/2021**, e na **Cláusula 8ª da Ata de Registro de Preços nº 12/2026**.
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS EFEITOS DO CANCELAMENTO E DA RESSALVA DE DIREITOS
Por força do presente instrumento, fica cancelado, a partir desta data, o **registro dos preços dos lotes 20 e 23 da Ata de Registro de Preços nº 12/2026**, cessando seus efeitos para novas contratações e obrigações futuras.
Considerando que os lotes 20 e 23 constituem a totalidade dos itens registrados na Ata, o cancelamento dos respectivos registros implica o encerramento dos registros de preços existentes na referida Ata.
O presente cancelamento não implica quitação geral, ampla e irrestrita entre as partes, permanecendo ressalvados os direitos e obrigações decorrentes de fatos, atos ou omissões ocorridos durante a vigência da Ata, inclusive aqueles cuja existência, extensão ou consequências somente venham a ser constatados posteriormente.
Ficam igualmente ressalvadas as obrigações de natureza legal, fiscal, trabalhista, previdenciária, administrativa ou indenizatória que, por sua natureza ou por disposição legal, possam subsistir após o cancelamento da Ata de Registro de Preços.
CLÁUSULA TERCEIRA – DA AUSÊNCIA DE PENALIDADES
As partes declaram que o presente cancelamento ocorre sem aplicação de multa ou penalidade, considerando a ocorrência de fato superveniente devidamente justificado, conforme previsto no **art. 155, inciso V, da Lei Federal nº 14.133/2021**, não constituindo o presente instrumento, por si só, reconhecimento de inadimplemento ou de responsabilidade por qualquer das partes, sem prejuízo das ressalvas previstas na Cláusula Segunda.

São Pedro do Paraná, 30 de setembro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Cristiane Roma Ramos Gurson
Código Identificador:324E094D

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DO PARANÁ - LEI 63/2026

LEI Nº 063/2026

Súmula: Altera dispositivos da Lei Municipal nº 009/2025, cria a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres e dá outras providências.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO, Prefeito do Município de São Pedro do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, sanciona o seguinte PROJETO DE LEI:
Art. 1º Esta Lei altera a Lei Municipal nº 009/2025, reorganiza a composição e as competências do Conselho Municipal dos Direitos da

Mulher e cria, na estrutura do Poder Executivo, a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.
Art. 2º O art. 2º da Lei Municipal nº 009/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 2º O Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM é órgão colegiado permanente, paritário, consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, com a finalidade de assegurar a participação popular na formulação, no acompanhamento, no controle e na avaliação das políticas públicas voltadas à promoção e à garantia dos direitos das mulheres e da igualdade entre os gêneros no Município de São Pedro do Paraná." (NR)
Parágrado Unico: As deliberações e resoluções do CMDM restringem-se às matérias de sua competência legal e observarão a legislação orçamentária, financeira e administrativa, não substituindo os atos de gestão de competência privativa do Poder Executivo.
Art. 3º O art. 5º da Lei Municipal nº 009/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 5º A representação do Poder Público no Conselho Municipal dos Direitos da Mulher será composta exclusivamente por representantes de órgãos ou entidades integrantes do Poder Executivo Municipal, da seguinte forma:
I - 01 (uma) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;
II - 01 (uma) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
III - 01 (uma) representante de outro órgão ou entidade da Administração Pública Municipal direta ou indireta, indicada pelo Chefe do Poder Executivo.
Parágrafo único. Na hipótese de extinção ou reorganização de qualquer dos órgãos ou entidades referidos neste artigo, o Chefe do Poder Executivo indicará, por decreto, o órgão ou entidade que o substituirá, preservadas a representação exclusiva do Poder Executivo e a paridade entre o Poder Público e a sociedade civil organizada." (NR)
Art. 4º O art. 8º da Lei Municipal nº 009/2025 passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:
"Parágrafo único. A Câmara Municipal poderá indicar representante para participar das reuniões do Conselho na qualidade de consultora, com direito a voz e sem direito a voto, não integrando a representação governamental nem sendo computada para fins de composição ou quórum." (NR)
Art. 5º O art. 15 da Lei Municipal nº 009/2025 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 15. No exercício de sua função deliberativa, o Conselho Municipal dos Direitos da Mulher decidirá por maioria simples das integrantes presentes à reunião, observadas as regras de quórum estabelecidas na lei municipal 09/2025, formalizando suas deliberações por meio de resoluções." (NR)
Art. 6º O Poder Executivo promoverá a adequação dos atos regulamentares e de nomeação vigentes ao disposto nesta Lei, especialmente para excluir da composição do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher a representação do Poder Legislativo.
Art. 7º Fica criada, na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, a Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, caracterizada como Organismo Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - OPM.
Parágrafo único. A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres constitui unidade administrativa de caráter permanente, responsável pela formulação, articulação, coordenação, execução, acompanhamento e avaliação das políticas públicas destinadas às mulheres no âmbito municipal.
Art. 8º Compete à Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres:
I - formular, articular, coordenar, executar, acompanhar e avaliar políticas, programas, projetos e ações destinados à promoção dos direitos das mulheres e à igualdade de gênero;
II - integrar as políticas públicas para as mulheres às ações das demais secretarias e órgãos municipais, assegurando sua atuação intersetorial;
III - promover ações de prevenção e enfrentamento à violência, à discriminação e às demais formas de violação dos direitos das mulheres;
IV - incentivar a autonomia econômica, a qualificação profissional, a geração de trabalho e renda e a participação social e política das mulheres;
V - produzir, sistematizar e acompanhar informações e indicadores sobre a situação das mulheres no Município;
VI - articular parcerias e propor a celebração de convênios e instrumentos congêneres com órgãos e entidades públicas ou privadas para a execução das políticas de sua competência;
VII - prestar apoio técnico e administrativo ao Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, sem prejuízo da autonomia deliberativa do colegiado; e
VIII - exercer outras atividades compatíveis com sua finalidade.
Art. 9º A direção da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres será exercida pelo ocupante do cargo em comissão de Supervisor de Políticas Públicas para as Mulheres, criado pela Lei Municipal nº 75/2025, mantidas as atribuições, a carga horária, o símbolo e o vencimento previstos na legislação vigente.
Art. 10º A Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres passa a integrar a estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Assistência Social, conforme o Anexo Único desta Lei.
Art. 11. A criação da Coordenadoria prevista nesta Lei não implica a criação de novos cargos nem aumento de despesa com pessoal.
Art. 12. O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que for necessário à organização e ao funcionamento da Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres.
Art. 13. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de São Pedro do Paraná, 02 de outubro de 2026.

VANDERLEI CAETANO DE CASTRO
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO
POSICIONAMENTO DA COORDENADORIA NO ORGANOGRAMA

NÍVEL	UNIDADE ADMINISTRATIVA OU CARGO
Órgão superior	Secretaria Municipal de Assistência Social
Unidade vinculada	Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres - OPM
Direção	Supervisor de Políticas Públicas para as Mulheres - Lei Municipal nº 75/2025

Publicado por:
Marcelo Aparecido Silveira Gurson
Código Identificador:76DE04E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 30/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Regimento Interno Do Conselho Municipal De Saúde regulamenta as atividades e atribuições do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, constituído pela Lei Municipal Nº. 273/91, de 12 de junho de 1991.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:B7EE99C9

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 31/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Cronograma Mensal do Plano de Trabalho e das Reuniões do Conselho Municipal de Saúde para o exercício de 2026.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:337707D4

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 32/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Fluxo de elaboração, envio de pautas e materiais aos conselheiros, com a finalidade de organizar, padronizar e conferir maior transparência e eficiência aos procedimentos relacionados às reuniões do Conselho.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:C97A86A2

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 33/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Fluxo de Substituição de Membros Faltosos do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, estabelecendo procedimentos para o registro, acompanhamento e substituição dos membros que apresentarem ausências nas reuniões do Conselho.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:9C812C99

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 34/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Fluxo de Notificação de Irregularidades ou de Descumprimento de Deliberações do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião pelo Gestor Municipal, com a finalidade de estabelecer procedimentos para identificação, registro, comunicação, acompanhamento e encaminhamento das situações submetidas à apreciação do Conselho.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:9380F7FA

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 35/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o Plano Anual de Trabalho do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião para o exercício de 2026. O Plano Anual de Trabalho tem por finalidade orientar e organizar as atividades do Conselho ao longo do exercício de 2026, contemplando ações de planejamento, acompanhamento, fiscalização, monitoramento, análise, deliberação e demais atividades relacionadas às suas competências legais e regimentais.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:EEAC895B

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 36/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar o resumo financeiro do termo de fomento da Associação Lar São Francisco de Assis na providencia de Deus – São Jeronimo da Serra.

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:B4D9DACF

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 37/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar a alteração dos elementos de despesa referentes aos recursos provenientes de Emenda de Incremento ao Piso da Atenção Primária à Saúde, vinculados à Proposta nº 36000722594202500, no valor total de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais). Inicialmente, o valor integral de R$ 250.000,00 encontra-se destinado ao elemento de despesa Material de Consumo. Contudo, considerando as atuais necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e visando à adequada aplicação dos recursos na manutenção e fortalecimento das ações e serviços da Atenção Primária à Saúde, solicita-se a seguinte redistribuição:
Material de Consumo: R$ 10.000,00 (dez mil reais);
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R$ 240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais).

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:E9C18FB3

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO SEBASTIÃO DA AMOREIRA-PR
RESOLUÇÃO 38/2026

O Pleno do Conselho Municipal de Saúde de São Sebastião da Amoreira, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Federal n.º 8.080, de 19/09/90, Lei Federal n.º 8.142, de 28/12/90, e pela Lei Municipal n.º 1607/19;

Considerando:
A Ata da 327ª Reunião Ordinária realizada no dia 30 de setembro de 2026.

Resolve:
Art. 1.º – Aprovar a alteração dos elementos de despesa referentes aos recursos provenientes do Programa nº 63000721170202500, destinado ao Custeio da Média e Alta Complexidade à Saúde, vinculado à Proposta nº 63000721170202500, no valor total de R$ 299.000,00 (duzentos e noventa e nove mil reais). Atualmente, os recursos encontram-se distribuídos da seguinte forma: Material de Consumo: R$ 149.500,00. Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R$ 149.500,00. Considerando as necessidades atuais da Secretaria Municipal de Saúde e visando à melhor adequação da aplicação dos recursos às despesas necessárias para manutenção e continuidade dos serviços de Média e Alta Complexidade, solicita-se a aprovação para a seguinte redistribuição:
Material de Consumo: R$ 49.000,00 (quarenta e nove mil reais);
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica: R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais).

São Sebastião da Amoreira, 30 de setembro de 2026.

BRUNA CRISTINA ALVES DOS SANTOS
Presidente do CMS/São Sebastião da Amoreira

PRISCILA SOUZA DERBLI
Secretária Municipal de Saúde

Publicado por:
Amanda Francieli de Souza Ferreira
Código Identificador:F980870B

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 29/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de transporte de pessoas em veículos caracterizados, tipo "carreta liga da justiça", para realizar passeios gratuitos pela cidade de São Sebastião da Amoreira, atendendo todas as idades, em comemoração ao Natal 2026.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00 do dia 14/10/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300 – RAMAL 8320.

São Sebastião da Amoreira, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:60C2CDE5

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 30/2026

DISPENSA ELETRÔNICA Nº 30/2026

SEÇÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 105/2026

OBJETO: Contratação de empresa para plotagem de dois veículos tipo minivan da Saúde conforme identidade visual da SESA/PR.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.
VALOR MÁXIMO: CONFORME EDITAL.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: até as 09h00 do dia 16/10/2026.

O Edital completo está disponibilizado no endereço eletrônico www.amoreira.pr.gov.br Informações através do telefone (43) 3265-8300 – RAMAL 8320.

São Sebastião da Amoreira, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Maria Aparecida Leandro Ferreira
Código Identificador:DFBDA0E5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPOPEMA

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 247/2026

DECRETO Nº 247/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 1.570/2024.

R E S O L V E

Art. 1º - Exonerar a Srª Veridiana Caroline dos Santos Oliveira, Mat. nº 9416-1, nomeada através do Decreto nº 077/2025, para o exercício do cargo em comissão de Chefe de Div Fisc e Tributos.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, Com efeitos financeiros a partir do dia 30/09/2026.

Sapopema, 01 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:8784553F

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 248/2026

DECRETO Nº 248/2026

O Prefeito Municipal de Sapopema, Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei, e de conformidade com a Lei Municipal nº 336/1993 (Estatuto dos Servidores Municipais),

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder Licença para tratar de assuntos particulares, sem remuneração, a partir do dia 01/10/2026, para a Servidora Srª Ana Paula Alves de Castro, mat. nº 695-1, cargo Técnico de Enfermagem, por um período de 02 (dois) anos, a licença poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do servidor ou no interesse do serviço.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sapopema, 02 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:9181EC89

ADMINISTRAÇÃO GERAL
DECRETO Nº 249/2026

DECRETO Nº 249/2026

O Prefeito Municipal Paulo Maximiano de Souza Junior, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por Lei,

R E S O L V E

Art. 1º - Usar de suas prerrogativas, para transferir o feriado referente ao dia do Funcionalismo Público, comemorado todo dia 28/10, para o dia 13/10/2026 (terça-feira).
Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.
.

Sapopema, 02 de outubro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Franciele Flor Delfino de Oliveira
Código Identificador:408E816C

ADMINISTRAÇÃO GERAL
PORTARIA Nº 13/2026

PORTARIA Nº 13/2026

Instaura Processo Administrativo Disciplinar, designa Comissão Processante e dá outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SAPOPEMA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos arts. 138 e 143 a 160 da Lei Municipal nº 336/1993 e nos arts. 5º, incisos X, LIV e LV, e 37, caput, da Constituição Federal;
RESOLVE:
Art. 1º INSTAURAR o **Processo Administrativo Disciplinar nº 01/2026**, destinado à apuração de eventual responsabilidade funcional da servidora **VANDERLÉIA GONÇALVES**, pelos fatos a ela atribuídos nos documentos integrantes do expediente administrativo referido no preâmbulo.
§ 1º Os documentos de origem integram a motivação deste ato e delimitam o objeto da apuração, devendo ser juntados integralmente aos autos, sem reprodução de seu conteúdo nesta publicação.
§ 2º A identificação de fatos autônomos ou de outros possíveis responsáveis será comunicada à autoridade instauradora, para decisão fundamentada sobre as providências cabíveis, assegurada a ciência e a defesa dos envolvidos.

Art. 2º DESIGNAR para compor a Comissão Processante os seguintes servidores municipais estáveis:

• DANILO AUGUSTO DE OLIVEIRA (PRESIDENTE)
• MARIA GABRIELA SIVERS BARBOSA (MEMBRO)
• ANDREA BACARIN MAIA (MEMBRO)

§ 1º O Presidente designará o secretário da Comissão, podendo a indicação recair em um de seus membros, conforme o art. 144, § 1º, da Lei Municipal nº 336/1993.

§ 2º Os integrantes deverão declarar a inexistência de impedimentos e de circunstâncias que comprometam sua imparcialidade, observados os arts. 144, § 2º, e 145 da Lei Municipal nº 336/1993.

Art. 3º Compete à Comissão realizar a instrução, requisitar documentos e informações, colher depoimentos, promover as diligências necessárias e apresentar relatório fundamentado à autoridade instauradora, observada a legislação municipal.

Art. 4º DETERMINAR a notificação pessoal da servidora para ciência da instauração, do objeto da apuração e dos documentos que a fundamentam, assegurados o acesso aos autos, o acompanhamento dos atos, a indicação de testemunhas, a produção de provas e o exercício da defesa, pessoalmente ou por procurador.

Parágrafo único. Havendo indiciamento, deverão ser especificados os fatos imputados e as respectivas provas, com citação para defesa escrita nos termos do art. 156 da Lei Municipal nº 336/1993.

Art. 5º A Comissão atuará com independência e imparcialidade, assegurado o sigilo necessário à apuração, com reuniões e audiências de caráter reservado, conforme o art. 145 da Lei Municipal nº 336/1993.

Parágrafo único. A publicidade desta Portaria não se estende automaticamente às peças de instrução. O acesso por terceiros e eventuais restrições observarão a legislação aplicável, sem prejuízo do acesso da servidora e de seu procurador aos elementos pertinentes à defesa.

Art. 6º FIXAR o prazo de **30 (trinta) dias** para conclusão do processo, contado da publicação desta Portaria, admitida prorrogação por igual período, mediante justificativa da Comissão e decisão da autoridade competente, nos termos do art. 147 da Lei Municipal nº 336/1993.

Art. 7º As unidades administrativas municipais prestarão o apoio necessário à Comissão e preservarão os documentos e registros pertinentes à apuração.

Parágrafo único. As providências específicas de proteção e os encaminhamentos legalmente cabíveis serão formalizados nos autos ou em atos próprios, resguardadas as informações legalmente protegidas.

Art. 8º A instauração do processo não representa antecipação de responsabilidade, aplicação de penalidade ou afastamento automático. Eventual medida cautelar dependerá de ato específico e fundamentado, observados os requisitos legais.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sapopema/PR, dia 29 de setembro de 2026.

PAULO MAXIMIANO DE SOUZA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gislene Brizola Marçal
Código Identificador:29D5EA3A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

ÁGUAS DE SARANDI - SERVIÇO MUNICIPAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL
PORTARIA Nº 265/2026/SMSA

Designa agentes públicos para a condução de processos licitatórios e de contratação direta no âmbito da Autarquia Águas de Sarandi - SMSA, e dá outras providências.

CONSIDERANDO a Lei nº 14.133/2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para administrações públicas;

CONSIDERANDO as Portarias nº 314 e 315/2024, que dispõem sobre a designação e as atribuições dos agentes públicos responsáveis pela instrução de processos de licitação e contratação direta no âmbito da Autarquia Águas de Sarandi – Serviço Municipal de Saneamento Ambiental;

O DIRETOR-GERAL da Autarquia Águas de Sarandi – SMSA, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei e, em especial, com fundamento no disposto no art. 7º da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os agentes públicos responsáveis pela instrução de processos de licitação e contratação direta:

NOME	FUNÇÃO	CPF
Bruno da Silva Pasquino	Agente de contratação	XXX.711.XXX-XX
Leandro Urbano Jacques	Agente de contratação	XXX.856.XXX-XX
Thiago Tonsic Gasparotti	Agente de contratação	XXX.199.XXX-XX
Cristiane Vaz de A. Vieira	Membro titular – equipe de apoio	XXX.934.XXX-XX
Edson Luiz Fernandes	Membro titular – equipe de apoio	XXX.138.XXX-XX
Emerson Rodrigo Bigueti	Membro titular – equipe de apoio	XXX.083.XXX-XX
Maiara Silva Ramos Bigueti	Membro titular – equipe de apoio	XXX.543.XXX-XX
Renato Hiran Ausek	Membro titular – equipe de apoio	XXX.312.XXX-XX

Art. 2º Em licitações na modalidade pregão, o agente responsável pela condução do certame será denominado pregoeiro.

Art. 3º Revogar, em seu inteiro teor, a Portaria nº 103/2026, de 15 de abril de 2026.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de outubro de 2026.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

Sarandi/PR, 02 de outubro de 2026.

NATANAEL ANTÔNIO MONTEIRO DE FIGUEREDO
Diretor-Geral
Decreto Nº 1263/2026

Publicado por:
Maiara Miranda
Código Identificador:6F44FE68

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2683/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR ,Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de diagnóstico por imagem (Raio-X), com realização de exames e emissão de laudos radiológicos, de forma contínua, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra para os postos de Técnicos em Radiologia, para atendimento das demandas da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) do Município de Sarandi/PR"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
João Gabriel Gelinskas / Jair Fernandes Pereira / Carlos Eduardo Michel	**FISCAL**	**Saúde**

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Teixeira Costa de Oliveira
Código Identificador:BA7F5C67

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2684/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR ,Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.
RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Jardim EcoValley, no Município de Sarandi/PR, em conformidade com o Termo de Adesão n°23.770.810-5/2025, celebrado junto à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA/PR, visando à execução da obra e demais serviços correlatos necessários à implantação da unidade, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, observadas as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo de contratação"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
Murilo Maldonado de Carvalho / Susana Maria Tourinho Rigal	FISCAL	Saúde

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.
PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Teixeira Costa de Oliveira
Código Identificador:769F796B

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO LICITAÇOES
PORTARIA Nº 2685/2026

SÚMULA: Designa servidor para fiscal de contrato, na forma que especifica.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR ,Prefeito Municipal de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.
RESOLVE:
Art. 1º. Designar o servidor municipal, abaixo relacionado, com a finalidade de responder pelo acompanhamento e fiscalização durante a execução do contrato para **"Contratação de empresa especializada em obras de engenharia para a construção de Unidade Básica de Saúde (UBS) no Bairro Jardim Nova Sarandi I, no Município de Sarandi/PR, em conformidade com o Termo de Adesão n°23.770.764-8/2025, celebrado junto à Secretaria de Estado da Saúde do Paraná - SESA/PR, visando à execução da obra e demais serviços correlatos necessários à implantação da unidade, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Sarandi/PR, observadas as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais documentos que integram o processo de contratação"**, em sua respectiva Secretaria, até o término do contrato que der causa a criação desta:

NOME	FUNÇÃO	SECRETARIA
Murilo Maldonado de Carvalho / Susana Maria Tourinho Rigal	FISCAL	Saúde

Art. 2º. Revogadas as disposições em contrário, esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, 01 de outubro de 2026

CARLOS ALBERTO DE PAULA JÚNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paola Teixeira Costa de Oliveira
Código Identificador:F0628187

SECRETARIA M. ADMINISTRAÇAO RH
PORTARIA N.º 2682/2026

O Prefeito do Município de Sarandi, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conforme art. 134 da Lei Municipal 10/92 e, considerando o Processo de Representação funcional nº 27/2026, da Corregedoria Geral.

R E S O L V E

1º - INSTAURAR sindicância administrativa para apuração de possíveis irregularidades funcionais praticadas por servidora de matrícula funcional nº 5554.
2º - NOMEAR os servidores **MARILIM MEIRE COTRIN FERRO ARAUJO,** matrícula nº5902, **ALEXANDRE LINCOLN COBRA DE CARVALHO,** matrícula nº980 e **JAQUELINE APARECIDA FACIOLI,** matrícula nº5095, sob a presidência do primeiro, que deverão ser compromissados na forma da Lei, iniciando os trabalhos na data da publicação desta Portaria.
3º - Revogando as disposições em contrário, esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Sarandi, 01 de Outubro de 2026.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regina Pereira Dos Santos
Código Identificador:242A5743

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CMAS

CONVOCAÇÃO REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA n.º 06/2026

Prezados (a) Senhores (a)

O Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS do Município de Sarandi, Paraná, no uso de suas atribuições legais, vem CONVOCÁ-LO para participar da Reunião Extraordinária do Conselho. Segue abaixo as informações pertinentes à reunião supracitada:

Pauta 01: Justificativa de Ausências;

Pauta 02: Leitura e aprovação das Ata de Reuniões CMAS 05/2026;

Pauta 03: Apresentação e deliberação do Ofício SAS/PSB n.º 524/2026, proposta de remanejamento orçamentário no projeto da Proteção Social Básica - 2161 - Manutenção dos Serviços de proteção ao atendimento integral à família - PAIF e Ofício n.º 505/2026 ;

Pauta 04: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 422/2026 sobre o Plano de Providências do Serviço de Convivência e

Fortalecimento de Vínculos SCFV da área da criança e do Adolescente;

Pauta 05: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS/PSEMC n.º 887/2026 sobre proposta de remanejamento orçamentário no projeto da Proteção Social Especial de Média Complexidade - 2163 no valor de R$ 30.000,00;

Pauta 06: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS/Gestão do SUAS/Vigilância Socioassistencial n.º 924/2026 sobre Diagnóstico Socioterritorial do Município de 2025 - primeira parte;

Pauta 07: Apresentação e Deliberação das Metas do Plano Municipal de Assistência Social vigência 2022 a 2025 - metas referente aos anos de 2024 e 2025 - primeira parte (PSEAC e Controle Social);

Pauta 08: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 976/2026 apresentar Fluxogramas de Serviços da política de assistência social da SAS e alterações na Lei Municipal do SUAS - Ofício SAS n.º 1050/2026;

Pauta 09: Apresentação e Deliberação do Ofício SAS n.º 972/2026 colaboração das entidades na Exporandi 2026;

Pauta 10*:* Apresentação e Deliberação do Ofício n.º 075/2026 Vita Core - solicitação de aditivo no valor para a execução do Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas em Situação de Rua - Termo de Fomento n.º 398/2025 - Chamamento Público n.º 84/2025 SIT n.º 79.656;

Pauta 11: Apresentação e Deliberação do Ofício n.º 1.051/2026 SAS/ADM proposta de anulação e suplementação dos projetos atividades alocados no FMAS para execução dos serviços socioassistenciais no exercício de 2026;

Data: 06/10/2026 às 08:30 min
Local: PROMEC - Rua: Jaçanã, 941 - Centro - Sarandi/PR

MARIUZA BUENO F. SANDANO
Presidente do CMAS
2025 a 2027

Publicado por:
Marisa De Almeida
Código Identificador:B5BF7236

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 139/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 143/2026 - CMES/PR, de 24de setembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTES. V. dos S. da S. N.",** procedente da **ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº143/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 24/09/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR - SMED, DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTES. V. dos S. da S. N.
CONSIDERANDOas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art.8º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB) e na Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, que fixa normas para o funcionamento de instituições de ensino em Sarandi/Paraná, a qual regulamenta desde o credenciamento e a vida escolar (matrículas, transferências e equivalentes) até a validação das Propostas Pedagógicas da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2025 – CMES/CP/PR, que instrui e atualiza os procedimentos referentes à efetivação de matrículas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, estabelecendo direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO Ofício nº 108/2026 – E.M. Poetisa Cecília Meireles;
CONSIDERANDOainda, a necessidade de assegurar a regularidade, a integridade e a continuidade dos registros escolares da estudante, garantindo a correspondência entre sua trajetória escolar efetivamente realizada e os respectivos registros documentais;

RELATÓRIO

OSetor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR– SMED, encaminhou a esteConselhoMunicipal de Educação, para análise e manifestação, processo referente à **Regularização da Vida Escolar da estudante S. V. dos S. da S. N., CGM:1032885876,** matriculada na Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles.
Conforme documentação apresentada pela instituição de ensino, foi apresentadalacuna nos registrosescolar da estudante, uma vez que as informações referentes aosanos letivos de 2024e 2025 não encontram devidamente registradas no Histórico Escolar disponível no Sistema.
A unidade escolar, por meio do **Ofício nº 108/2026**, subscrito pela Direção, comunicou a inconsistência ao órgão competente e solicitou as providências necessárias para a regularização da vida escolar da estudante.
A documentação foi encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi para análise e deliberação, tendo em vista a necessidade de assegurar a regularidade dos registros escolares e a continuidade documental da trajetória educacional da estudante.

ANÁLISE
Aspectos Formais
O processo foi encaminhado para análisedeste Colegiado pelo Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED, em razão da necessidade de regularização dos registros relativos à vida escolar da estudante.
Integra a documentação apresentada pela Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles o Ofício nº 108/2026,subscrito pela Direção da unidade escolar, o Relatório para Regularização da Vida Escolar, no qual são descritas a situação escolar da estudante, as providências realizadas pela unidade de ensino, as diligências efetuadas junto à instituição de origem e a proposta de desenvolvimento de Plano Pedagógico Específico.

Consta, ainda, documentação referente ao ano letivo de 2024, especificamente a Ficha Individual do Ensino Fundamental, contendo registros de matrícula, carga horária, dias letivos, frequência e resultado final, e solicitação deadoção das providências pertinentes.
A matéria encontra-se, portanto, formalmente submetida à apreciação deste Conselho, nos termos das competências atribuídas ao CMES pela legislação que rege o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR.

Aspectos Legais
A análise da documentação evidencia que a unidade escolar adotou providências destinadas à reconstrução da trajetória escolar da estudante, diante da insuficiência dos registros escolares apresentados no momento de seu ingresso.
Foram realizadas tentativas de obtenção de documentação junto à instituição de origem, bem como levantamento e organização dos documentos disponíveis.
O relatório apresentado fundamenta o procedimento na legislação educacional vigente e nas normas que regulamentam o processo de regularização da vida escolar, mencionando a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as normas do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico da instituição, a Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, o Parecer nº 017/2026 – CMES/PR/CP, as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi – SMED e demais normas aplicáveis ao processo de regularização da vida escolar.
O Plano Pedagógico Específico apresentado pela instituição prevê a realização de avaliação diagnóstica e intervenções pedagógicas, com atenção especial às aprendizagens relacionadas àLíngua Portuguesa,envolvendo leitura, compreensão e interpretação textual, escrita, produção textual e sondagem do campo semântico, bem como à Matemática,especialmente quanto ao raciocínio lógico e à resolução de situações-problema.
Também estão previstos o acompanhamento contínuo da estudante, o registro das atividades, avaliações, intervenções e resultados obtidos, bem como a organização da documentação produzida durante o processo.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, após análise da documentação que instrui o processo de Regularização da Vida Escolar da estudante **S. V. dos S. da S. N.**, deliberou sobre a matéria mediante votação eletrônica realizada no grupo institucional do Conselho Municipal de Educação, em 24 de setembro de 2026.
Considerando a manifestação dos Conselheiros na referida votação, o Conselho Pleno **deliberou favoravelmente à Regularização da Vida Escolar da estudante**, nos termos apresentados no processoe observados os procedimentos pedagógicos pertinentes.
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, **aprova o presente Parecer**, autorizando a adoção dos procedimentos necessários à regularização da Vida Escolar da estudante, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi-Pr., 24 de setembrode 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Célia França de Campos, Danielle Aparecida Martinez Camara,Elisabete da Silva, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Beni Kauffman.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado,Rosangela Aparecida da Silva Lira.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Angela dos Santos Trajano,Soraya Galvão Evaristo.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:F79A0E6A

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 140/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 144/2026 - CMES/PR, de 24de setembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTEA.R.S.S. do N..",** procedente da **ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº144/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 24/09/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR (SMED), DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTEA.R.S.S. do N.
CONSIDERANDOas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art.8º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB) e na Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, que fixa normas para o funcionamento de instituições de ensino em Sarandi/Paraná, a qual regulamenta desde o credenciamento e a vida escolar (matrículas, transferências e equivalentes) até a validação das Propostas Pedagógicas da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2025 – CMES/CP/PR, que instrui e atualiza os procedimentos referentes à efetivação de matrículas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, estabelecendo direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO Ofício nº 105/2026 – E.M. Poetisa Cecília Meireles;
CONSIDERANDOainda, a necessidade de assegurar a regularidade, a integridade e a continuidade dos registros escolares da estudante, garantindo a correspondência entre sua trajetória escolar efetivamente realizada e os respectivos registros documentais;

RELATÓRIO
O Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED encaminhou a este Conselho

Municipal de Educação, para análise e manifestação, processo referente à **Regularização da Vida Escolar da estudante A. R. S. S. do N.**, matriculada na Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles.
Conforme documentação apresentada pela instituição de ensino, a estudante ingressou na unidade escolar no ano de 2024,sem apresentar documentação escolar válida e suficiente para a completa comprovação de sua trajetória escolar anterior, especialmente histórico escolar e demais registros necessários à reconstrução integral de seu percurso educacional.
Durante o levantamento documental, foi localizadaFicha Individual do Ensino Fundamental referente ao ano letivo de 2024, na qual consta a estudante matriculada no 4º ano B, com registro de 800 horas, 200 dias letivos, frequência final de 100% e resultado final "Reprovado", contendo registros de aproveitamento nos componentes curriculares nela contemplados, entre eles Ciências, Geografia, Língua Portuguesa e Matemática.
Diante da insuficiência da documentação disponível, foram realizadas diligências junto à instituição de origem,Escola Municipal Maria Barbosa Ferreira, do Estado de Alagoas, com o objetivo de obter informações e documentos complementares referentes à trajetória escolar da estudante.
Conforme registrado no relatório apresentado pela unidade escolar, foram encaminhadas solicitações com a instituição de origem, buscando informações sobre a trajetória escolar da estudante e os documentos necessários à regularização.
Foi registrada, ainda, a informação fornecida pela instituição de origem de que a estudante havia frequentado aquela escola por alguns dias e de que, naquele momento, não dispunha da documentação necessária para a completa regularização.
Diante dessa situação, a Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles elaborou Plano Pedagógico Específico, com o objetivo de identificar os conhecimentos e habilidades já consolidados pela estudante, bem como aqueles que necessitam de retomada, desenvolvimento ou consolidação, mediante avaliação diagnóstica, intervenções pedagógicas, acompanhamento sistemático e registro dos resultados obtidos.
A documentação foi encaminhada para análise e manifestação deste Conselho Municipal de Educação, tendo em vista a necessidade de assegurar a regularidade dos registros escolares e a continuidade da trajetória educacional da estudante.

ANÁLISE
Aspectos Formais
O processo foi encaminhado para análisedeste Colegiado pelo Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED, em razão da necessidade de regularização dos registros relativos à vida escolar da estudante.
Integra a documentação apresentada pela Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles o Ofício nº 105/2026,subscrito pela Direção da unidade escolar, o Relatório para Regularização da Vida Escolar, no qual são descritas a situação escolar da estudante, as providências realizadas pela unidade de ensino, as diligências efetuadas junto à instituição de origem e a proposta de desenvolvimento de Plano Pedagógico Específico.
Consta, ainda, documentação referente ao ano letivo de 2024, especificamente a Ficha Individual do Ensino Fundamental, contendo registros de matrícula, carga horária, dias letivos, frequência e resultado final, e solicitação deadoção das providências pertinentes.
A matéria encontra-se, portanto, formalmente submetida à apreciação deste Conselho, nos termos das competências atribuídas ao CMES pela legislação que rege o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR.

Aspectos Legais
A análise da documentação evidencia que a unidade escolar adotou providências destinadas à reconstrução da trajetória escolar da estudante, diante da insuficiência dos registros escolares apresentados no momento de seu ingresso.
Foram realizadas tentativas de obtenção de documentação junto à instituição de origem, bem como levantamento e organização dos documentos disponíveis.
O relatório apresentado fundamenta o procedimento na legislação educacional vigente e nas normas que regulamentam o processo de regularização da vida escolar, mencionando a Constituição Federal, a Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, as normas do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, o Regimento Escolar, o Projeto Político-Pedagógico da instituição, a Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, o Parecer nº 017/2026 – CMES/PR/CP, as orientações da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi – SMED e demais normas aplicáveis ao processo de regularização da vida escolar.
O Plano Pedagógico Específico apresentado pela instituição prevê a realização de avaliação diagnóstica e intervenções pedagógicas, com atenção especial às aprendizagens relacionadas àLíngua Portuguesa,envolvendo leitura, compreensão e interpretação textual, escrita, produção textual e sondagem do campo semântico, bem como à Matemática,especialmente quanto ao raciocínio lógico e à resolução de situações-problema.
Também estão previstos o acompanhamento contínuo da estudante, o registro das atividades, avaliações, intervenções e resultados obtidos, bem como a organização da documentação produzida durante o processo.
Ressalta-se que o procedimento pedagógico proposto tem por finalidade produzir elementos que contribuam para a análise da situação escolar da estudante, sem antecipar ou estabelecer, neste momento, definição quanto à sua promoção, retenção ou classificação.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, após análise da documentação que instrui o processo de Regularização da Vida Escolar da estudanteA. R. S. S.doN., deliberou sobre a matéria mediante votação eletrônica realizada no grupo institucional do Conselho Municipal de Educação, em 24 de setembro de 2026.
Considerando a manifestação dos Conselheiros na referida votação, o Conselho Pleno **deliberou favoravelmente à Regularização da Vida Escolar da estudante**, nos termos apresentados no processo e observados os procedimentos pedagógicos pertinentes.
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, **aprova o presente Parecer**, referente à regularização da Vida Escolar da estudante, mediante a organização e análise da documentação escolar disponível, bem como dos registros decorrentes do Plano Pedagógico Específico, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.

Sarandi-Pr., 24 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Célia França de Campos, Danielle Aparecida Martinez Camara,Elisabete da Silva, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Beni Kauffman.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado,Rosangela Aparecida da Silva Lira.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Angela dos Santos Trajano,Soraya Galvão Evaristo.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:C3EDF034

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 141/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE

Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 145/2026 - CMES/PR, de 24de setembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DOESTUDANTEW. R. S. S. N.",** procedente da **ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº145/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 24/09/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR (SMED), DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DOESTUDANTEW. R. S. S. N.
CONSIDERANDOas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art.8º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB) e na Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, que fixa normas para o funcionamento de instituições de ensino em Sarandi/Paraná, a qual regulamenta desde o credenciamento e a vida escolar (matrículas, transferências e equivalentes) até a validação das Propostas Pedagógicas da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2025 – CMES/CP/PR, que instrui e atualiza os procedimentos referentes à efetivação de matrículas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, estabelecendo direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO Ofício nº 108/2026 – E.M. Poetisa Cecília Meireles;
CONSIDERANDOainda, a necessidade de assegurar a regularidade, a integridade e a continuidade dos registros escolares da estudante, garantindo a correspondência entre sua trajetória escolar efetivamente realizada e os respectivos registros documentais;

RELATÓRIO
O Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, para análise e manifestação, processo referente à Regularização da Vida Escolar da estudante W.R. S. S. N.,matriculadona Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles.
Conforme documentação apresentada pela instituição de ensino, o estudante encontrava-se matriculado no 5º ano do Ensino Fundamental, no turno vespertino, no ano letivo de 2026.
A escola apresentou Guia de Transferência do Ensino Fundamental, emitida pelo Sistema SERE, contendo registros referentes à trajetória escolar do estudante, com indicação de800 horas de carga horária, 200 dias letivos e 37 faltas até a data da transferência, além dos registros de aproveitamento referentes ao período registrado.
A instituição de ensino informa que realizou análise da documentação disponível, buscando verificar os registros escolares existentes e identificar eventuais informações que necessitassem de complementação ou regularização junto aos registros da Rede Municipal de Ensino de Sarandi.
Embora tenha sido localizada a Guia de Transferência, permanece a necessidade de verificar a existência do Histórico Escolar completo, especialmente quanto aos anos escolares anteriormente cursados.
A escola apresenta, ainda, Plano de Regularização da Vida Escolar, Classificação e Encaminhamento para a EJA, no qual estabelece procedimentos para organização da documentação, análise da trajetória escolar, eventual classificação e continuidade dos estudos.
Considerando a situação documental apresentada, a instituição informa a necessidade de formalização do procedimento de classificação mediante instrumento avaliativo próprio, observando os conhecimentos, competências e habilidades demonstrados pelo estudante.
A documentação foi encaminhada a este Conselho Municipal de Educação para análise e manifestação quanto aos procedimentos necessários à regularização da vida escolar e à continuidade dos estudos do estudante.

ANÁLISE
Aspectos Formais
O processo foi encaminhado para análise deste Colegiado pelo Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED, em razão da necessidade de regularização dos registros relativos à vida escolar do estudante.
Integra a documentação apresentada pela Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles o Ofício nº 108/2026, subscrito pela Direção da unidade escolar, bem como o Plano de Regularização da Vida Escolar, Classificação e Encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos – EJA, no qual são descritas a situação escolar do estudante, as providências realizadas pela unidade de ensino, a análise da documentação existente e os procedimentos previstos para a regularização.
Consta, ainda, a Guia de Transferência do Ensino Fundamental,emitida pelo Sistema SERE, contendo registros relativos à matrícula, carga horária, dias letivos, frequência e aproveitamento escolar.
A matéria encontra-se, portanto, formalmente submetida à apreciação deste Conselho Municipal de Educação, nos termos das competências atribuídas ao CMES pela legislação que rege o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR.

Aspectos Legais
A documentação apresentada demonstra que a unidade escolar adotou providências para organizar os registros disponíveis, analisar a trajetória escolar do estudante e identificar as medidas necessárias à regularização de sua vida escolar.
Entretanto, permanece a necessidade de diligências destinadas à localização e/ou complementação do Histórico Escolar, especialmente no que se refere aos anos escolares anteriormente cursados.
A existência da Guia de Transferência permite comprovar os registros escolares nela consignados, não substituindo, contudo, a necessidade de complementação da documentação referente à trajetória escolar anterior, quando esta se fizer necessária.
Quanto ao procedimento de classificação,considerando a situação documental apresentada, deverá ser realizado de forma formalizada pela instituição de ensino, mediante instrumento avaliativo próprio, observando os conhecimentos, competências e habilidades demonstrados pelo estudante, bem como os documentos escolares disponíveis.
Ressalta-se que o instrumento avaliativo de classificação não integra, até o momento da análise, a documentação apresentada ao Conselho, razão pela qual a instituição deverá proceder à sua realização e ao devido registro, quando cabível, mantendo o instrumento, os resultados e os demais documentos incorporados ao processo individual do estudante.
No que se refere ao encaminhamento para a Educação de Jovens e Adultos – EJA,registra-se que o estudante completou 15 (quinze) anos em 13 de maio de 2026, devendo eventual matrícula nessa modalidade observar os requisitos legais, administrativos e pedagógicos aplicáveis.
Dessa forma, o encaminhamento para a EJA deverá ocorrer somente após a adequada organização dos registros escolares e a conclusão dos

procedimentos necessários à definição do posicionamento escolar do estudante, observadas as normas vigentes.
Os procedimentos de regularização deverão assegurar que não seja atribuída ao estudante escolarização que não esteja documental ou pedagogicamente comprovada, ao mesmo tempo em que seja garantida a continuidade de seus estudos e o direito à educação.

PARECER E VOTO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, após análise da documentação que instrui o processo de **Regularização da Vida Escolar do estudante W. R. S. S. N.**, deliberou sobre a matéria mediante votação eletrônica realizada no grupo institucional do Conselho Municipal de Educação, em 24 de setembro de 2026.
Considerando a manifestação dos Conselheiros na referida votação, o Conselho Pleno deliberou favoravelmente ao prosseguimento do procedimento de regularização da vida escolar do estudante, nos termos apresentados no processo, observadas as providências pedagógicas e documentais necessárias.
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, aprova o presente Parecer,referente ao procedimento de regularização da vida escolar do estudante.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.
Sarandi-Pr., 24 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Célia França de Campos, Danielle Aparecida Martinez Camara,Elisabete da Silva, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Beni Kauffman.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado,Rosangela Aparecida da Silva Lira.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Angela dos Santos Trajano,Soraya Galvão Evaristo.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:6DE2A58D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 142/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 146/2026 - CMES/PR, de 24desetembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTEK.R.S.S..",** procedente da **PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR (SMED), DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.**

Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº146/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 24/09/2026.
INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL POETISA CECÍLIA MEIRELES. RUA AMÉRICO BRASILIENSE, Nº 329 – JARDIM PANORAMA. SARANDI – PARANÁ, CEP 87113.160.
MANTENEDORA:PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI-PR, POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PR (SMED), DO MUNICÍPIO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: REGULARIZAÇÃO DA VIDA ESCOLAR DA ESTUDANTEK.R.S.S.
CONSIDERANDOas atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), previstas na Lei Municipal nº 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, em consonância com o disposto no art. 211 da Constituição Federal, no art.8º da Lei Federal nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e bases da Educação Nacional - LDB) e na Lei Orgânica do Munícipio de Sarandi, integrando-se às políticas públicas educacionais aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, que fixa normas para o funcionamento de instituições de ensino em Sarandi/Paraná, a qual regulamenta desde o credenciamento e a vida escolar (matrículas, transferências e equivalentes) até a validação das Propostas Pedagógicas da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
CONSIDERANDOa Deliberação nº 02/2025 – CMES/CP/PR, que instrui e atualiza os procedimentos referentes à efetivação de matrículas no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, estabelecendo direcionamentos e transferências nas instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Pr;
CONSIDERANDO Ofício nº 108/2026 – E.M. Poetisa Cecília Meireles;
CONSIDERANDOainda, a necessidade de assegurar a regularidade, a integridade e a continuidade dos registros escolares da estudante, garantindo a correspondência entre sua trajetória escolar efetivamente realizada e os respectivos registros documentais;

RELATÓRIO
O Setor de Documentação Escolar da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi-PR – SMED encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, para análise e manifestação, processo referente à Regularização da Vida Escolar da estudanteK.R.S.S,matriculadona Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles.
Conforme documentação apresentada, a estudante encontra-se vinculada à instituição de ensino desde o ano de 2024e, no ano letivo de 2026, está matriculada no 3º ano do Ensino Fundamental – Turma B, período vespertino.
No decorrer do ano letivo de 2026, o responsávellegal solicitou a transferência da instituição de ensino. Diante da solicitação, a instituição de ensino elaborou Relatório para Regularização da Vida Escolar e Plano Pedagógico Específico, com o objetivo de organizar as informações referentes à trajetória escolar da estudante e assegurar que os registros pedagógicos e administrativos estejam devidamente conferidos, atualizados e organizados.
Verificou-se a necessidade deprovidências relacionadas à organização da documentação necessária à transferência, atualização dos registros escolares até a data efetiva do desligamento e, quando necessário, elaboração ou atualização de Relatório Pedagógico Individual.

ANÁLISE
Aspectos Formais
A documentação apresentada pela Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles contém Relatório para Regularização da Vida Escolar e Plano Pedagógico Específico, elaborado com a finalidade de registrar e organizar a trajetória escolar da estudante **K.R.S. S.**
Verifica-se que o documento apresenta a identificação da estudante, sua data de nascimento, ano/turma, turno, ano letivo, instituição de ensino e situação escolar, bem como informações referentes ao seu vínculo com a escola desde o ano de 2024.

Constam, ainda, providências relacionadas à conferência dos dados pessoais e cadastrais, documentação escolar, registros de matrícula, frequência, aproveitamento, avaliações e atividades desenvolvidas durante o período de permanência da estudante na instituição.
A documentação também contempla procedimentos destinados à organização dos documentos necessários para a transferência, atualização dos registros escolares e elaboração de relatório pedagógico, quando necessário.
Dessa forma, a matéria encontra-se formalmente submetida à apreciação deste Conselho Municipal de Educação.
Aspectos Legais
O Plano Pedagógico Específico apresentado pela instituição fundamenta-se nos princípios e normas que regem a educação nacional e nas disposições aplicáveis do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, considerando, conforme indicado no documento:
Constituição Federal de 1988, especialmente os arts. 205 e 206;
Lei Federal nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB;
Lei Federal nº 8.069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA;
Base Nacional Comum Curricular – BNCC;
normas vigentes do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Regimento Escolar da Escola Municipal Poetisa Cecília Meireles;
Projeto Político-Pedagógico da instituição;
Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, quando aplicável;
demais atos normativos relacionados à documentação e à regularização da vida escolar.
A análise demonstra que as providências previstas pela instituição têm como finalidade assegurar a organização da documentação escolar, a fidelidade dos registros da trajetória da estudante e a continuidade de sua escolarização.

PARECER E VOTO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, após análise da documentação que instrui o processo de Regularização da Vida Escolar da estudante**K.R.S. S.**, deliberou sobre a matéria mediante votação eletrônica realizada no grupo institucional do Conselho Municipal de Educação, em 24 de setembro de 2026.
Considerando a manifestação dos Conselheiros na referida votação, o Conselho Pleno **deliberou favoravelmente à Regularização da Vida Escolar da estudante**, nos termos apresentados no processo e observados os procedimentos pedagógicos pertinentes.
Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi/PR – CMES, por meio do Conselho Pleno, **aprova o presente Parecer**, referente à regularização da Vida Escolar da estudante, mediante a organização e análise da documentação escolar disponível, bem como dos registros decorrentes do Plano Pedagógico Específico, observadas as normas do Sistema Municipal de Ensino.
Este Parecer entra em vigor na data de sua aprovação.
Sarandi-Pr., 24 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP.
Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Célia França de Campos, Danielle Aparecida Martinez Camara,Elisabete da Silva, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos, Jeiviane de Brito Oliveira, Salete Batista Eduardo, Sandra Regina Beni Kauffman.
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado,Rosangela Aparecida da Silva Lira.
Conselheiros Suplentes sem Voto: Angela dos Santos Trajano,Soraya Galvão Evaristo.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:1218254C

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 143/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 147/2026 - CMES/PR, de 28de setembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"PROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DAESTUDANTE S. A. M. M.COM REGULARIZAÇÃO DE MATRÍCULA PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.",** procedente da **ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA– EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.AVENIDA ÂNGELO PERINI, Nº 1188 -JARDIM CASTELO–SARANDI/PARANÁ**.
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº 147/2026- CMES/PR APROVADO EM: 28/09/2026 INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL CRIANÇA ESPERANÇA– EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.AVENIDA ÂNGELO PERINI, Nº 1188 - JARDIM CASTELO–SARANDI/PARANÁ.
ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DAESTUDANTE S. A. M. M.COM REGULARIZAÇÃO DE MATRÍCULA PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Municípiode Sarandi, em consonância às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerandoa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, normas para a criação, credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização de funcionamento, verificações, cessação de atividades escolares, supervisão e avaliação, matrícula de ingresso e por transferência; aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação de estudos, revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos de ensino regular e em suas diferentes modalidades, e da proposta pedagógica, referentes às instituições de ensino da educação básica, do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerandoa Deliberação nº 01/2026– CMES/PR/CP,aprovado em 13/02/2026; que delibera sobre os procedimentos para registro em documentos escolares da Classificação e Reclassificação no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA); da Reclassificação da Educação Especial; da Revalidação e Equivalência de estudos realizados no exterior; e da Regularização de Vida Escolar, no âmbito das Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

Considerandoas avaliações diagnósticas referentes aos componentes curriculares do 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, realizadas com a finalidade de aferir os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas pela estudante S. A. M. M., subsidiando o processo de Classificação, sob acompanhamento da Comissão Avaliadora e supervisão da Equipe Diretiva da instituição de ensino, composta pelos seguintes professores: Luana Cláudia dos Santos Moraes, professora regente; Ligiane Zoboli Turkiewicz dos Santos, professora de Arte; Laisa Zoboli Turkiewicz Rodrigues, professora de História e Geografia; e Tiago José Teixeira, professor de Educação Física;

Considerandoque é de responsabilidade da Escola Municipal Criança Esperança – Educação Infantil e Ensino Fundamental manter arquivados, na pasta individual da estudante, todos os documentos referentes ao processo de Classificação, incluindo atas, relatório, ofício, avaliações diagnósticas e o Parecer do CMES, conforme as disposições da Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI e da Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, especialmente quanto aos procedimentos de registro e arquivamento da documentação escolar;
Considerandoa Ata de Avaliação de Conhecimentos, realizada com o objetivo de proceder à avaliação dos conhecimentos da estudante S. A. M. M. para fins de Classificação, encaminhada pela instituição de ensino ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi, na qual consta o acompanhamento do processo pela equipe escolar e o registro de que a estudante demonstrou condições pedagógicas para frequentar o 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais;

RELATÓRIO

O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação educacional vigente, recebe o presente processo que trata da Classificação da estudante S. A. M. M., referente ao 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.
Consta nos autos que a Escola Municipal Criança Esperançaencaminhou a documentação necessária à instrução do processo, conforme determinam as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino.Verifica-se, ainda que foram apresentadas avaliações diagnósticas referentes aos componentes curriculares, ao 2º ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, com a finalidade de aferir os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas pela estudante, subsidiando, assim, o processo de classificação. A documentação anexada encontra-se em conformidade com as legislações vigentes, possibilitando a análise quanto à regularização pretendida.

ANÁLISE

Aspectos Formais

O presente processo refere-se à resposta à solicitação encaminhadapela Escola Municipal Criança Esperança, onde solicita a Classificação daestudante S. A. M. M.referente ao 2º ano do Ensino Fundamental - anos iniciais, para fins de regularização da matrícula.
A Escola Municipal Criança Esperança- Educação Infantil e Ensino Fundamental, protocolou a solicitação junto a este Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES),por meio da Assessora Pedagógica, Célia França de Campos, queinstruiuo processo com a documentação pertinente, conforme estabelecem as normativas do Sistema Municipal de Ensino, especialmente no que se refere aos procedimentos para Classificação da estudante.
Constam nos autos os documentos comprobatórios necessários, incluindo ofícios, ata de consentimento, ata de avaliação de conhecimentos, relatório, documentos pessoais da estudante e responsável, registrosescolares e avaliações pedagógicas, atendendo às exigências previstas na legislação vigente.

Aspectos legais

Em atenção à solicitação de Classificação encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi - CMES, referente a estudante S.A.M.M., mediante a necessidade de encaminha-laao 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
Com base nas Avaliações diagnósticas relativas aos Componentes Curriculares Língua Portuguesa, História e Geografia, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas;
Verificado que, conforme análise pedagógica constante nos autos, aestudante demonstrou desempenho satisfatório e compatível com a etapa subsequente, encontrando-se apta a dar continuidade a seus estudos;
O presente processo encontra respaldo nas normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino, especialmente no que dispõe sobre regularização de vida escolar, classificação e reclassificação, assegurando-se o direito à continuidade do percurso educacional sem prejuízo pedagógico;

III– PARECER E VOTOS

Diante da análise do processo, considerando a documentação comprobatória apresentada, as avaliações de conhecimentos realizadas e o relatório da Comissão Avaliadora, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES manifesta-se favoravelmente à Classificação da estudante S. A. M. M. para o 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, bem como à regularização de sua matrícula, considerando que a estudante demonstrou conhecimentos e desempenho pedagógico compatíveis com a referida etapa de ensino.
A instituição de ensino deverá manter arquivados, na pasta individual da estudante, todos os documentos referentes ao processo de Classificação, incluindo ata de consentimento, ata de avaliação de conhecimentos, relatório, avaliações diagnósticas, documentos escolares pertinentes e o presente Parecer, observandose as disposições da legislação educacional vigente.
Em conclusão, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES aprova o presente Parecer, nos termos da legislação vigente.
Este Parecer entra em vigor na data de sua publicação.
Sarandi-Pr., 28 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:ED0FA085

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 144/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.

RESOLVE

Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 148/2026 - CMES/PR, de 28de setembrode 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"PPROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DOESTUDANTE E. A. E.COM REGULARIZAÇÃO DE MATRÍCULA PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.",** procedente da **ESCOLA MUNICIPAL YOSHIO HAYASHI– EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.AVENIDA LONDRINA, Nº 1.763 - JARDIM SOCIAL–SARANDI/PARANÁ**.
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I

a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº 148/2026- CMES/PR APROVADO EM: 28/09/2026 INTERESSADO: ESCOLA MUNICIPAL YOSHIO HAYASHI– EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL.AVENIDA LONDRINA, Nº 1.763 -JARDIM SOCIAL–SARANDI/PARANÁ.
ASSUNTO: PROCEDIMENTOS DE CLASSIFICAÇÃO DOESTUDANTE E. A. E.COM REGULARIZAÇÃO DE MATRÍCULA PARA O 2º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL.
Considerando as atribuições legais do Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), que lhe são previstas na Lei 1531/2008, que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná, conforme disposições do Art. 211 da Constituição Federal Art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 e Lei Orgânica do Municípiode Sarandi, em consonância às políticas, aos Planos Educacionais e às Diretrizes Vigentes;
Considerandoa Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI, normas para a criação, credenciamento de instituições, autorização e renovação de autorização de funcionamento, verificações, cessação de atividades escolares, supervisão e avaliação, matrícula de ingresso e por transferência; aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação, adaptação de estudos, revalidação e equivalência de

estudos feitos no exterior e regularização de vida escolar em estabelecimentos de ensino regular e em suas diferentes modalidades, e da proposta pedagógica, referentes às instituições de ensino da educação básica, do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi;
Considerandoa Deliberação nº 01/2026– CMES/PR/CP,aprovado em 13/02/2026; que delibera sobre os procedimentos para registro em documentos escolares da Classificação e Reclassificação no Ensino Fundamental (Anos Iniciais) e Educação de Jovens e Adultos (EJA); da Reclassificação da Educação Especial; da Revalidação e Equivalência de estudos realizados no exterior; e da Regularização de Vida Escolar, no âmbito das Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-PR;

Considerandoas avaliações diagnósticas referentes aos componentes curriculares do 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, realizadas com a finalidade de aferir os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas peloestudante E. A. E., subsidiando o processo de Classificação, sob acompanhamento da Comissão Avaliadora e supervisão da Equipe Diretiva da instituição de ensino, composta pelos seguintes professores: Cláudia Reis Souza, professora regente;Elaine Bueno, professora de Arte, Ana Angélica de Lima Araújo, professora de Educação Física, Camila Freire Kuster, professora de Geografia e História;
Considerandoque é de responsabilidade da Escola Municipal Yoshio Hayashi– Educação Infantil e Ensino Fundamental manter arquivados, na pasta individual doestudante, todos os documentos referentes ao processo de Classificação, incluindo atas, relatório, ofício, avaliações diagnósticas e o Parecer do CMES, conforme as disposições da Deliberação nº 03/2014 – CME/SARANDI e da Deliberação nº 01/2026 – CMES/PR/CP, especialmente quanto aos procedimentos de registro e arquivamento da documentação escolar;
Considerandoa Ata de Avaliação de Conhecimentos, realizada com o objetivo de proceder à avaliação dos conhecimentos doestudante E. A. E.para fins de Classificação, encaminhada pela instituição de ensino ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi, na qual consta o acompanhamento do processo pela equipe escolar e o registro de que oestudante demonstrou condições pedagógicas para frequentar o 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais;
RELATÓRIO
O Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES), no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação educacional vigente, recebe o presente processo que trata da Classificação doestudante E. A. E., referente ao 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais.
Consta nos autos que a Escola Municipal Yoshio Hayashiencaminhou a documentação necessária à instrução do processo, conforme determinam as normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino.Verifica-se, ainda que foram apresentadas avaliações diagnósticas referentes aos componentes curriculares, ao 2º ano do Ensino Fundamental- Anos Iniciais, com a finalidade de aferir os conhecimentos e as habilidades desenvolvidas pelo estudante, subsidiando, assim, o processo de classificação. A documentação anexada encontra-se em conformidade com as legislações vigentes, possibilitando a análise quanto à regularização pretendida.
ANÁLISE

Aspectos Formais
O presente processo refere-se à resposta à solicitação encaminhadapela Escola Municipal Yoshio Hayashi, onde solicita a Classificação doestudante E. A. E.referente ao 2º ano do Ensino Fundamental - anos iniciais, para fins de regularização da matrícula.
A Escola Municipal Yoshio Hayashi- Educação Infantil e Ensino Fundamental, protocolou a solicitação junto a este Conselho Municipal de Educação de Sarandi (CMES),por meio da Assessora Pedagógica, Célia França de Campos, queinstruiuo processo com a documentação pertinente, conforme estabelecem as normativas do Sistema Municipal de Ensino, especialmente no que se refere aos procedimentos para Classificação doestudante.
Constam nos autos os documentos comprobatórios necessários, incluindo ofícios, ata de consentimento, ata de avaliação de conhecimentos, relatório, documentos pessoais da estudante e responsável, registrosescolares e avaliações pedagógicas, atendendo às exigências previstas na legislação vigente.
Aspectos legais
Em atenção à solicitação de Classificação encaminhada ao Conselho Municipal de Educação de Sarandi - CMES, referente aoestudante E. A. E., mediante a necessidade de encaminha-loao 2º ano do Ensino Fundamental - Anos Iniciais;
Com base nas Avaliações diagnósticas relativas aos Componentes Curriculares Língua Portuguesa, História e Geografia, Matemática, Ciências da Natureza e Ciências Humanas;
Verificado que, conforme análise pedagógica constante nos autos, oestudante demonstrou desempenho satisfatório e compatível com a etapa subsequente, encontrando-se apta a dar continuidade a seus estudos;
O presente processo encontra respaldo nas normativas vigentes do Sistema Municipal de Ensino, especialmente no que dispõe sobre regularização de vida escolar, classificação e reclassificação, assegurando-se o direito à continuidade do percurso educacional sem prejuízo pedagógico;
III– PARECER E VOTOS
Diante da análise do processo, considerando a documentação comprobatória apresentada, as avaliações de conhecimentos realizadas e o relatório da Comissão Avaliadora, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES manifesta-se favoravelmente à Classificação doestudante E. A. E. para o 2º ano do Ensino Fundamental – Anos Iniciais, bem como à regularização de sua matrícula, considerando que a estudante demonstrou conhecimentos e desempenho pedagógico compatíveis com a referida etapa de ensino.
A instituição de ensino deverá manter arquivados, na pasta individual doestudante, todos os documentos referentes ao processo de Classificação, incluindo ata de consentimento, ata de avaliação de conhecimentos, relatório, avaliações diagnósticas, documentos escolares pertinentes e o presente Parecer, observando-se as disposições da legislação educacional vigente.
Em conclusão, o Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES aprova o presente Parecer, nos termos da legislação vigente.
Este Parecer entra em vigor na data de sua publicação.
Sarandi-Pr., 28 de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição2026

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:603968A4

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ATO DE HOMOLOGAÇÃO Nº 145/2026 - SMED/SEF

A**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ,** por meio de seuSecretário Municipal, no uso de suas atribuições legais que lhe foram delegadas pela portaria 1201/2026,de 21de julhode 2026, considerando a Lei Nº 1.531/2008, que institui e regulamenta o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, em consonância com o Artº211 da Constituição FederaleArt. 8º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº 9.394/96.
RESOLVE
Art. 1º Fica homologado o**PARECER Nº 149/2026 - CMES/PR, de 11de setembro de 2026**, emitido pelo Conselho Municipal de Educação de Sarandi – CMES, que trata dos**"ORIENTAÇÃO AO COMITÊ DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR.",** procedente ao **SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.**
Art. 2º Este Ato de Homologação entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.
Sarandi, 30 de Setembro de 2026.

PAULO CEZAR FLORINDO
Decreto1201/2026 de 21/07/2026
Secretário Municipal de Educação

ANEXO I
a que se refere o art. 1º da homologação da SMED/SEF nº133de 30 de setembro de 2026:

PARECER Nº 149/2026 - CMES/PR/CP APROVADO EM 11/09/2026.

INTERESSADO: SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE SARANDI – PARANÁ.
ASSUNTO: ORIENTAÇÃO AO COMITÊ DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE SARANDI/PR.
O **CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SARANDI-PARANÁ.**(CMES), no uso de suas atribuições legais, previstas na Lei Municipal nº 1531/2008,que institui o Sistema Municipal de Ensino de Sarandi-Paraná,em consonânciacom o dispostono art. 211 da Constituição Federal, art. 8º da Lei Federal nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB),e Lei Orgânica do Municípiode Sarandi-Paraná, considerando as políticaseducacionais, os planos educacionais e as diretrizes vigentes;
CONSIDERANDOa Lei Ordinária Nº 2.608, de 07 de agosto de 2020, que dispõe sobre o serviço do Transporte Escolar Público do município de Sarandi/PR e dá outras providências;
CONSIDERANDOo disposto no Ofício nº 863/2021-SMED, que descentralizou a emissão das carteirinhas para as instituições de ensino,a partir do ano letivo de 2022, ocasionando o aumento da demandaadministrativa das unidades escolares;
CONSIDERANDOa necessidade de padronização do documento de identificação dos usuários do Transporte Escolar Municipal, mediante a implantação da Carteira de Transporte Escolar Única;
CONSIDERANDOas disposições da Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), especialmente quanto ao tratamento e à proteção dos dados pessoais de crianças e adolescentes;

RELATÓRIO
Trata-se de consulta formulada pelo Comitê de Transporte Escolar do Município de Sarandi, encaminhada a este Conselho Municipal de Educação pela Secretaria Municipal de Educação-SMED,acercada viabilidade demodernização da carteira de identificação para acesso ao Transporte Escolar Municipal de Sarandi – PR.
A proposta em análise consistena substituição das atuais carteiras de identificação, confeccionadas manualmente pelaspróprias instituiçõesde ensino nas quaisosestudantesestãomatriculados, conforme o Ofício nº 863/2021-SMED.
Referido Ofícioestabelece que,a partir do ano letivo de2022, os(as)estudantes usuários(as)do Transporte Escolar Municipal, deverão portar carteira de identificação emitida pela instituição de ensino, observadas as orientações constantes do Manual de Preenchimento da Carteirinha de Transporte Escolar de Sarandi, elaboradopelo Setor de Informática da Secretaria Municipal de Educação de Sarandi- SMED.
A proposta apresentada objetiva a implantação de Carteira de Transporte Escolar Única, preferencialmente confeccionadaem material policloreto de vinila (PVC),no formato de cartão, considerando sua durabilidade eadequaçãoaouso contínuo.

ANÁLISE

Aspectos Formais
A presente consulta foi formulada pelo Presidente do Comitê do Transporte Escolar, e encaminhadaao Conselho Municipal de Educação pela Secretaria Municipal de Educação - SMED.
O processo está instruído com a justificativareferente à adoção de modelo único de carteira de identificação para os usuários do Transporte Escolar Municipal, com sugestão de utilizaçãode cartão confeccionadoemmaterial PVC, em razão de sua durabilidade e adequação ao uso contínuo.
A adoção de modelo centralizado e padronizado de identificação poderá contribuir para a organização do serviço e para a redução da carga administrativa atualmente atribuída às secretarias das instituições de ensino, especialmente no que se refere à confecção individual das carteiras.

Aspectos Legais

O transporte escolar público em âmbito local é regulamentado pela Lei Municipal nº 2.608/2020.
O art.3º, §1º,da referida norma estabeleceque nos trajetos percorridos pelos veículos escolares,é proibidaa condução de alunos e profissionais da educação não cadastrados.
Nesse contexto, aadoção de uma**Carteira de Transporte Escolar Única,**poderá contribuir para aidentificação e o controle dos usuários regularmente cadastrados, fortalecendo os mecanismos de organização, fiscalização e segurança do serviço.
Considerando que a Secretaria Municipal de Educação não dispõe, conforme informado,de equipamentos e estrutura próprios para a produção em escala das Carteiras de Transporte Escolar Únicas, poderá ser avaliada a contratação de empresa especializada para a execução do serviço, observados os procedimentos previstos na legislação aplicável às contratações públicas.
Na hipótese de contratação de empresa para a confecção das carteiras, haverá tratamento de dados pessoais dos estudantes e, eventualmente, de seus responsáveis, sendo necessária a adoção de medidas técnicas e administrativas adequadas à proteção dessas informações.
O edital e o respectivo instrumento contratual deverão estabelecer, de forma clara, as responsabilidades das partes quanto ao tratamento, à segurança, à confidencialidade, ao armazenamento, ao acesso, à utilização e ao descarte dos dados pessoais, em conformidade com a Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e demais normas aplicáveis.
Considerando que parte significativa dos usuários do Transporte Escolar é composta por crianças e adolescentes, deverá ser observado, quando aplicável, o princípio do**melhor interesse da criança e do adolescente**, bem como as demais disposições específicas da LGPD relativas ao tratamento de seus dados pessoais.
Recomenda-se, ainda, que sejam coletados e tratados somente os dados necessários à finalidade específica de identificação, controle e utilização do Transporte Escolar, evitando-se o tratamento de informações excessivas ou incompatíveis com a finalidadedo serviço.
III – PARECER E VOTO

Diante do exposto, o Conselho Municipal de Educaçãode Sarandi,por meio do Conselho Pleno, na Reunião Ordinária Nº 8 de 11 de setembro de 2026,manifesta-se favoralvelmenteàtransição da carteira deidentificaçãodos estudantes,atualmente elaborada pelas instituições de ensino, para a **Carteira de Transporte Escolar Única**.
O colegiado apresenta as seguintes sugestões ao Comitê de Transporte Escolar::
Verificar,junto ao setor competente, a possibilidade de contratação de empresa especializada para a confecção das Carteiras de Transporte Escolar Únicas, mediante o procedimento de contrataçãopúblicacabível;
Verificar a possibilidade de utilização de cartão magnético e/ou QR Code, mediante avaliação da viabilidade técnica, operacional e de segurança;
Solicitar ao setor competente a criação do **Termo de Referência** para eventual contratação de empresa especializada, contemplando, entre outros aspectos, o quantitativo estimado de estudantes das redes municipal e estadual atendidos pelo Transporte Escolar no Município de Sarandi, bem como os requisitos técnicos, operacionais e de segurança necessários à execução do serviço;
observar, na elaboração do Termo de Referência e eventual contratação, as disposições da **Lei Federal nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD)**, especialmente quanto à coleta, utilização, armazenamento, segurança, acesso e descarte dos dados pessoais dos estudantes.
É o parecer de orientação, submetido à apreciação do colegiado.
Este parecer entra em vigor na presente data.

Sarandi-Pr., 24de setembro de 2026.

ANA CRISTINA DO NASCIMENTO MIRANDA
Presidente do CMES
Conforme Ata de Sessão Especial de Eleição 2026

CONCLUSÃO DO PLENÁRIO DO CMES/PR/CP:

Conselheiros Titulares: Ana Cristina do Nascimento Miranda, Francieli Chiarato Ribas, Jaqueline Ignez Luchetti dos Santos,Salete Batista Eduardo, Gleice de Almeida Hinz, Jaqueline da Cruz Ribeiro, Célia França de Campos,
Conselheiros Suplentes com Voto: Aline Honório Machado, SorayaGalvão Evaristo.

Conselheiros Suplentes sem Voto: Jane Buettner,Angela dos Anjos Trajano, Vitória Beatriz Reis Monterari.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:DED69A9B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
DECRETO Nº 1371/2026

SÚMULA: Dispõe sobre critérios de escolhapara as funções de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, mediante prévio processo de avaliação de mérito e desempenho, seguido de consulta pública à comunidade escolar, baseadas nos princípios da Gestão Democrática, para designação de Diretores das Instituições do Sistema Municipal de Ensino de Sarandi, e dá outras providências.

DECRETA

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR, Prefeito Municipal de Sarandi, Estado Paraná, no uso de suas atribuições legais, disciplina o processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, mediante prévio processo deavaliação de mérito e desempenho,seguido de consulta pública à comunidade escolar, baseadas nos princípios da Gestão Democrática.

CAPÍTULO I
DA FINALIDADE

Art. 1º – Fica assegurado e consolidado o processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, mediante prévio processo deavaliação de mérito e desempenho, em conformidade com o art. 14, parágrafo 1°, inciso I da Lei Federal nº 14.113/2020, seguido de processo de consulta pública à comunidade escolar, baseados nos princípios da Gestão Democrática, que deverá ocorrer em todas as Instituições de Ensino do Sistema Municipal de Ensino a cada 03 (três) anos.
Art. 2º – O processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de CMEIdo Sistema Municipal de Ensino de Sarandi reger-se-á pelas normas contidas neste Decreto.
Art. 3° - A consulta pública junto à comunidade escolar será realizada na primeira quinzena de dezembro, a cada 03 (três) anos.
Art. 4° – Os diretores escolhidos pela comunidade escolar, após aprovação em processo deavaliação préviade mérito e desempenho,serão designados para o exercício da função de Diretorpor ato do Prefeito Municipal, por meio de portaria, publicada no diário oficial do Município, no ano subsequente a realização do processo de escolha.
Art. 5° – O mandato do diretor será de 03 (três) anos, sendo permitida uma única recondução, de forma ininterrupta, na mesma Instituição de Ensino, por meio de novo processo consultivo, mediante aprovação em avaliação prévia de mérito e desempenho.
Art. 6º – O início do mandato será em 1º de janeiro do ano subsequente ao processo consultivo.
Art. 7º – Entende-se por comunidade escolar, para efeitos deste decreto, o conjunto de alunos maiores de 16 (dezesseis) anos, pais ou responsáveis de direito ou de fato por alunos menores de 16 (dezesseis) anos, membros do magistério, efetivos e temporários e demais servidores públicos, ambos em efetivo exercício na comunidade escolar.
Parágrafo único – O período para realização de consulta pública junto à comunidade escolar poderá ser alterado em decorrência de eventos que provoquem a paralisação das atividades das Instituições de Ensino e incidam em alterações significativas do calendário escolar, mediante ato fundamentado pela Secretaria Municipal de Educação junto ao Conselho Municipal de Educação.
Art. 8º – Os diretores das Instituições do Sistema Municipal de Ensinoserão escolhidos pela Comunidade escolar, após aprovação em avaliação prévia de mérito e desempenho, mediante consulta diretae uninominal, através do voto secreto e facultativo, proibido o voto por representação.

CAPÍTULO II
DOS CRITÉRIOS TÉCNICOS PARA INSCRIÇÃO

Art. 9º – As funções de confiança dos cargos de Diretor Escolar e de Diretor de Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, serão ocupadas por profissionais efetivos do quadro do magistério que tenham sido aprovados em avaliação prévia de mérito e desempenho, e, posteriormente, escolhidos pela comunidade escolar, após consulta pública.
Art. 10 – São requisitos obrigatórios para a participação em avaliação prévia de mérito de desempenho:
I – Ser servidor público efetivo, integrante do quadro próprio do magistério (Professor, Coordenador Pedagógico e Educador Infantil);
II – Ter concluído o estágio probatório na função de concurso. Os servidores do quadro do magistério detentores de duas matrículas ativas, deverão ter concluído o estágio probatório em pelo menos uma das matrículas, ficando o estágio probatório da segunda matrícula suspenso, por meio de portaria, enquanto o servidor permanecer na função;
III – Ter experiência docente ou de auxílio à docência de no mínimo 03 (três) anos na função de concurso;
IV – Ter **formação superior emPedagogia e Especialização em Gestão Escolar ou, outra Licenciatura Plena na área da educação e Especialização em Gestão Escolar**;
V – Ter disponibilidade de horário, de acordo com o funcionamento da Instituição de Ensino, devendo **cumprir obrigatoriamente jornada mínima de 40 horas semanais**, ou jornada mínima compatível com o cargo que ocupa quando esta for superior a 40 horas, a fim de atender os horários de entrada e saída, conforme termo de responsabilidade, anexo a este Decreto.
VI – Não ter apresentado número de faltas injustificadas superior a 03 (três), no período de 24 meses que antecedem a realização da inscrição;
VII – Não ter desistido da função de Diretor, nos 03 (três) últimos pleitos, seja como diretor eleito ou indicado pela Secretaria Municipal de Educação.
VIII – Não ter sofrido penalidade administrativa, após processo administrativo disciplinar, em que tenha havido o direito à ampla defesa e ao contraditório, nos últimos 5 (cinco) anos que antecedem a realização de inscrição;
Parágrafo único - Fica assegurado o direito à realização de inscrição e a posse do cargo ao servidor que responda sindicância ou processo administrativo disciplinar, nos termos da lei, todavia, ao final do processo disciplinar, havendo penalidade administrativa, dar-se-á a perca automática do cargo.
IX – Não possuir sentença criminal condenatória estabelecida por meio de sentença criminal transitada em julgado, nos últimos 5 (cinco) anos - ***(Certidão negativa de ação criminal e cível emitida pela Comarca de onde reside);***
X – Os diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos, deverão estar em dia com a prestação de contas da Escola/Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, referente aos recursos recebidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e com os recursos próprios da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) ou da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) e não possuir, comprovadamente, pendências financeiras e de prestações de contas ainda não sanadas no exercício de mandatos anteriores ou na atual Gestão - ***(Certidão negativa de pendências, expedida pelo setor de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação);***
XI – Os diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos, deverão estar em dia com o preenchimento e acompanhamento do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE Interativo e Programa Nacional do Livro Didático - PNLD digital, de acordo com os prazos estabelecidos - ***(Apresentar declaração emitida pelo setor responsável pelo acompanhamento dos Programas na Secretaria Municipal de Educação).***
XII – Os diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos, deverão estar em dia com a atualização, preenchimento e acompanhamento do tombamento dos bens públicos pertencentes a Instituição de Ensino que atuam, de acordo com os prazos

estabelecidos - ***(Apresentar declaração emitida pelo setor responsável da Secretaria Municipal de Educação).***
Art. 11 – Para concorrer ao cargo de diretor, o interessado **poderá inscrever-se apenas em uma única instituição**, ficando a seu critério a escolha do local.
Art. 12 – Nenhum candidato poderá concorrer, simultaneamente, em mais de uma Instituição de Ensino.
Parágrafo único – O candidato detentor de dois cargos, em exercício em mais de uma instituição, deverá optar pela qual queira inscrever-se, desde que preenchidos os requisitos estabelecidos.
Art. 13 – Fica vedada a inscrição do servidor que, na data da inscrição estiver de licença maternidade, licença sem vencimento, licença prêmio, licença para tratamento de saúde superior a 02 meses ou à disposição de outros órgãos.
Art. 14 – Fica vedada a inscrição do servidor que, na data da inscrição estiver em readaptação funcional ou aqueles cuja as restrições médicas sejam impeditivas a realização das atividades inerentes a função de concurso.
Art. 15 – Fica vedada a inscrição do servidor que, na data da inscrição estiver com redução de carga horária que afaste o candidato do trabalho parcial ou integralmente.
Art. 16 – Entende-se por efetivo exercício do cargo, o profissional do magistério, que nas Instituições de Ensino, ministram, assessoram, auxiliam, planejam, supervisionam, avaliam, orientam e dirigem o ensino do Sistema Municipal de Ensino.

CAPÍTULO III
DAS ETAPAS DO PROCESSO

Art. 17 – O processo de escolha para a designação do cargo de confiança da função de Diretor nas Instituições que compõem o Sistema Municipal de Ensino do Município de Sarandi, ocorrerá em **05 etapas cumulativas, obrigatórias e eliminatórias.**
1ª etapa: Consiste na realização de preenchimento e envio do formulário de inscrição (anexo I) para participação em avaliação prévia de mérito e desempenho, no preenchimento e envio do termo de responsabilidade (anexo II), no envio dos documentos pessoais, acadêmicos e documentos complementares, por meio eletrônico - (**caráter obrigatório e eliminatório)**;
2ª etapa: Consiste na participação e aprovação em avaliação préviade mérito e desempenho - (**caráter obrigatório e eliminatório)**;
3ª etapa: Consiste, no envio e apresentação do Projeto de Gestão à Comissão Central - (**caráter obrigatório e eliminatório)**;
4ª etapa: Consiste na apresentação do Projeto de Gestão à Comunidade escolar - (**caráter obrigatório e eliminatório)**;
5ª etapa: Consulta Pública junto à Comunidade escolar.
Art. 18 – O processo de escolha para a designação das funções de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de CMEI nas Instituições de Ensino, será conduzido por umaComissão Central,no âmbito do Sistema Municipal de Ensino,que será nomeada pelo Prefeito Municipal, por meio de portaria, publicada no diário oficial do Município, e,por Comissões Locais, no âmbito de cada Instituição de Ensino.
Art. 19 – Compete à Comissão Central, supervisionar e coordenar e, as Comissões Locais, executar o processo de consulta à comunidade escolar.

CAPÍTULO IV
DA PRIMEIRA ETAPA

Art. 20 – Os interessados que atendam aos critérios técnicos, deverão inscrever-se junto à Comissão Central, em conformidade com as normas estabelecidas.
Art. 21 – A primeira etapa é a fase de inscrição do interessado, que será oficializada por preenchimento, assinatura e envio dos documentos relacionados abaixo:- (**caráter obrigatório e eliminatório)**
Formulário de inscrição (anexo I);
O preenchimento de **todos os campos do formulário**de inscrição é **obrigatório. O não preenchimento, ou preenchimento incorreto de qualquer campo do formulário de inscrição possui caráter eliminatório**. O formulário **deverá ser impresso e preenchido manualmente**, não sendo permitido editá-lo ou preenchê-lo digitalmente.
Termo de responsabilidade (anexo II);
O preenchimento de **todos os campos do termo de responsabilidade**é **obrigatório. O não preenchimento, ou preenchimento incorreto de qualquer campodo termo de responsabilidade possui caráter eliminatório**. O documento **deverá ser impresso e preenchido manualmente**, não sendo permitido editá-lo ou preenchê-lo digitalmente.
Fotocópia (legível) de documento de identificação pessoal (RG e CPF ou CNH);
Comprovante de endereço;
Documento comprobatório de formação acadêmica;
Certidão negativa criminal e cível **emitida pela Comarca de onde reside**;
Certidão negativa de pendências, expedida pelo setor de prestação de contas da Secretaria Municipal de Educação (**exclusivo para diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos**);
Declaração emitida pelo setor responsável pelo acompanhamento dos Programas PDDE interativo e PNLD digital na Secretaria Municipal de Educação (**exclusivo para diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos**);
Declaração emitida pelo setor responsável pelo acompanhamento do tombamento dos bens públicos na Secretaria Municipal de Educação (**exclusivo para diretores que já atuam na função e desejam ser reconduzidos**).
Art. 22 – Os documentos deverão ser digitalizados **de forma legível**, e encaminhados**,** para o e-mail **comissaocentral_eleicao@outlook.com**em **formato PDF.**
Art. 23 – Os candidatos deverão enviar, obrigatoriamente, **um único e-mail**com todos os documentos solicitados, **caso seja enviado mais de um e-mail, somente o primeiro será considerado.**
Art. 24 **–**A Comissão Central realizará análise das inscrições e dos documentos enviados e encaminhará o resultado ao interessado, via e-mail pessoal, conforme data prevista no cronograma.

CAPÍTULO V
DA SEGUNDA ETAPA

Art. 25 – A segunda etapa consiste na participação e aprovação em avaliação prévia de mérito e desempenho, que é obrigatória a todos os interessados em participar da consulta pública junto à comunidade escolar, ainda que, na referida instituição tenha somente um interessado, ou ainda, nos casos indicações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação.(**Caráter obrigatório e eliminatório)**
Art. 26 –Para ser reconduzido à função de Diretor, o candidato deverá ser novamente aprovado em avaliação prévia de mérito e desempenho.
Art. 27 – Os interessados serão avaliados por critérios de mérito e desempenho conduzidos pela Comissão Central, e após a sua aprovação, serão registrados como candidatos aptos à participarem da consulta pública junto à comunidade escolar.
Art. 28 – O processo de avaliação prévia tem por objetivo a aferição de competências pertinente a função, e dar-se-á por meio de:
Avaliação de desempenho: Prova objetiva;
Avaliação de mérito:Análise de título (formação acadêmica, aperfeiçoamento profissional e tempo de serviço).
Art. 29 – A provaobjetiva, de conhecimentos gerais e conhecimentos específicos inerentes a função de diretor, deverá conter:
05 (cinco) questões objetivas de língua portuguesa **(1 ponto cada = total 5 pontos)**;
05 (cinco) questões objetivas de matemática **(1 ponto cada = total 5 pontos)**;
05 (cinco) questões objetivas de atualidade **(1 ponto cada = total 5 pontos)**;
05 (cinco) questões objetivas de legislações pertinentes à Educação **(1 ponto cada = total 5 pontos);**
10 (dez) questões objetivas relacionadas à Gestão Escolar **(2 pontos cada = total 20 pontos);**
10 (dez) questões objetivas relacionadas à Gestão Democrática **(2 pontos cada = total 20 pontos);**
Art. 30 – Cada questão contará com 04 (quatro) alternativas (A, B, C e D), onde apenas uma das alternativas será correta;
Art. 31 – O candidato deverá assinalar em cada questão, somente uma das alternativas.
Art. 32 – Será atribuída nota zero a questão objetiva que contiver emendas, rasuras, mais de uma ou nenhuma alternativa assinalada.

Art. 33 – As questões objetivas terão peso diferentes, podendo o candidato alcançar a nota **máxima de 60 pontos**.
Art. 34 – Não será permitida nenhuma forma de consulta ou pesquisa para responder as questões, sob pena de desclassificação.
Art. 35 – Não será permitido o contato entre os candidatos durante o período de realização da prova.
Art. 36– A prova objetiva será elaborada pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 37 – A prova objetiva será realizada em data definida pela Secretaria Municipal de Educação, conforme cronograma, e terá duração mínima de 1h30 (duas) horas e máxima de 04 (quatro) horas.
Art. 38 – Os candidatos deverão chegar no local estabelecido para realização da prova, com 30 (trinta) minutos de antecedência.
Art. 39 – A avaliação de mérito, por meio de análise de títulos será realizada de acordo com os critérios estabelecidos abaixo:
Diploma e/ou Certificado devidamente registrado de conclusão de curso de Mestrado na área da Educação (com carga horária mínima de 360 horas) **– *6 pontos* (limitado a 6 pontos)**;
Diploma e/ou Certificado devidamente registrado de conclusão de curso de Pós-graduação ou Especialização na área da Educação (com carga horária mínima de 360 horas)**– *1 ponto cada (limitado a 4 pontos)***;
Certificado ou atestado de curso de capacitação/aperfeiçoamento **na área de *gestão escolar***(cursos com no mínimo 12h de duração cada) realizados nos últimos 03 (três) anos **– *2 pontos cada (limitado a 10 pontos)***;
Certificado ou atestado de curso de capacitação/aperfeiçoamento **na área da educação**(cursos com no mínimo 12h de duração cada) realizados nos últimos 03 (três) anos – ***1 ponto cada (limitado a 10 pontos)***;
Declaração de tempo de serviço prestado na função de docência e atividades correlatas – ***1 ponto a cada ano de serviço prestado (limitado a 10 pontos).***
Art. 40 – **Não serão considerados**, para fins de pontuação na análise de títulos, **os certificados que se enquadram como requisitos obrigatórios**.
Art. 41 –Para comprovação de tempo de serviço prestado, deverá ser apresentada declaração (certidão) de tempo de serviço emitida em papel timbrado, constando o nome e assinatura do responsável legal, expedida pela Coordenadoria de Recursos Humanos da Prefeitura de Sarandi, ou, Instituição equivalente quando se tratar de tempo de serviço fora do Município.
Art. 42 – Os documentos pertinentes a análise de títulos, deverão ser entregues pelo candidato à Comissão Central, **no dia da realização da prova objetiva, em envelope devidamente lacrado e identificado**.
Art. 43 – Não caberá recurso quanto ao resultado final das avaliações de mérito e desempenho.
Art. 44 – Por meio do resultado da avaliação de mérito e desempenho, **serão considerados aptos**a participar do processo consultivo junto à comunidade escolar, os candidatos que aferirem **nota mínima de 70 (setenta) pontos.**
Art. 45 – A Comissão Central divulgará o resultado do processo de avaliação aos interessados, via e-mail pessoal, conforme data prevista no cronograma, **ficando impedidos de participar da consulta pública**junto à comunidade escolar **aqueles que não alcançarem a nota mínima exigida**.

CAPÍTULO VI
DA TERCEIRA ETAPA

Art. 46 – A terceira etapa será oficializada pelo envio e apresentação do Projeto de Gestão à Comissão Central. - (**caráter obrigatório e eliminatório)**.
Art. 47– O Projeto de Gestãodeverá ser **impresso e encadernado**e entregue pelo interessado à Comissão Central **no dia da avaliação prévia de mérito e desempenho**, conforme previsto no cronograma.
Art. 48 – O projeto de gestão deverá ser redigido nos termos do anexo IV deste Decreto, e deverá conter no mínimo 05 (cinco) e no máximo 10 (dez) páginas.
Art. 49 –Os interessados, deverão apresentar no projeto de gestão, propostas de trabalho motivada e comprometida, **dentro da realidade social que a comunidade escolar está inserida**.
Art. 50 –Após o envio do projeto de gestão à Comissão Central, este não poderá sofrer alterações.
Art. 51 – As apresentações dos projetos de gestão à Comissão Central ocorrerão no período estabelecido no cronograma. A ordem e as datas das apresentações serão definidas por sorteio e comunicadas aos candidatos por meio do WhatsApp. Cada candidato disporá de 10 (dez) minutos para a apresentação do projeto, seguidos de 5 (cinco) minutos para questionamentos da Comissão Central. Os candidatos deverão comparecer ao local informado com antecedência mínima de 10 (dez) minutos em relação ao horário previsto para sua apresentação.
Art. 52 – A apresentação dos projetos será restrita ao candidato e aos membros da Comissão Central.
Art. 53 – Os candidatos deverão fazer uso de data show durante as apresentações e não poderão receber auxílio durante o uso do equipamento.
Art. 54 – Haverá tolerância máxima de 5 (cinco) minutos de atraso em relação ao horário previsto para o início da apresentação. O tempo de atraso será descontado do período destinado à apresentação do projeto.

CAPÍTULO VII
DA QUARTA ETAPA

Art. 55 – A quarta etapa do processo de escolha dos diretores, consiste na apresentação do Projeto de Gestão à comunidade escolar - (**caráter obrigatório e eliminatório)**.
Art. 56 – As apresentações dos projetos à comunidade escolar ocorrerão no período previsto no cronograma, em data estipulada pela Comissão Local. A ordem das apresentações será definida por sorteio realizado pela Comissão Local na presença dos interessados, que terão direito a 20 (vinte) minutos para apresentação do projeto e 10 (dez) minutos para questionamentos.
Art. 57 – Os candidatos deverão fazer uso de data show nas apresentações e não poderão receber auxílio durante o uso do equipamento.
Art. 58 – Haverá tolerância máxima de 5 (cinco) minutos de atraso em relação ao horário previsto para o início da apresentação. O tempo de atraso será descontado do período destinado à apresentação do projeto.
Art. 59 – Caso haja mais de um interessado na Instituição de Ensino, estes deverão realizar a apresentação do projeto à Comunidade escolar na mesma data.

CAPÍTULO VIII
DA QUINTA ETAPA

Art. 60 – A quinta etapa do processo de escolha dos diretores, consiste na consulta pública democrática junto à comunidade escolar.
Art. 61 – O processo consultivo será:
I – Supervisionado pela Secretaria Municipal de Educação;
II – Executado pela Comissão Central e Comissões Locais.
Art. 62 – Para participar do processo de escolha, o pretendente ao cargo deverá, obrigatoriamente, ter obtido nota mínima de 70 (setenta) pontos em avaliação prévia de mérito e desempenho.
Art. 63 – Para fins de consulta à comunidade escolar, quanto ao processo de escolha do diretor, **terão direito a voto**:
– Os alunos maiores de 16 (dezesseis) anos, completados até a data da consulta pública, regularmente matriculados na escola;
– O pai, mãe ou responsáveis de direito ou de fato pelo aluno menor de 16 (dezesseis) anos, sendo permitidos **um único voto por família**, independentemente do número de filhos matriculados na Instituição de Ensino;
III – Os membros do magistério (efetivos ou não) e os servidores públicos, ambos em efetivo exercício na Instituição de Ensino;
IV – Os membros do magistério e os servidores públicos, afastados por licença maternidade, licença prêmio e licença médica, desde que não ultrapassados o período de 180 dias, considerando para esse fim, o ano que ocorrerá a consulta pública.
§ 1º - Os membros do magistério (efetivos ou não) e demais servidores públicos em efetivo exercício, que tenham filhos matriculados na instituição onde estão em exercício, além do voto de família, votarão também pela condição funcional.

§ 2º - Os professores detentores de duas matrículas, com exercício em instituições diferentes, terão direito de votar em ambos locais de atuação.
§ 3º - Os professores detentores de duas matrículas numa mesma instituição votarão apenas uma vez.
Art. 64 – Para fins de consulta à comunidade escolar, quanto ao processo de escolha do diretor, **não terão direito a voto**:
§ 1º - Os professores que realizam na Instituições de Ensino, somente jornada suplementar ou horas extraordinárias.
§ 2º - Os membros do quadro do magistério ou servidores afastados por motivo de licença sem vencimento, licença médica superior a 180 (cento e oitenta) dias e à disposição de outro órgão e/ou entidade, considerando para esse fim, o ano que ocorrerá a consulta pública.
§ 3º - Os estagiários.
Art. 65 – Será considerado voto válido, a manifestação da vontade expressa em cédula oficial, carimbada com o nome da instituição, devidamente rubricada pela mesa receptora.
Art. 66 – O voto será direto, secreto e paritário.
Art. 67 – O quórum mínimo de comparecimento para homologar o processo de consulta será de no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) dos constantes da lista de aptos a votar.
Art. 68 – Será considerado vencedor o candidato que obtiver a maioria simples dos votos válidos.
§ 1º - Os votos brancos e nulos serão computados, apenas para efeitos de cumprimento do quórum mínimo exigido;
§ 2º - Em caso de empate será considerado vencedor, em ordem de prioridade, o candidato que:
– Possuir maior titulação na área da educação;
– Ser mais antigo no quadro do magistério municipal;
– Ser mais antigo na Instituição de Ensino;
Art. 69 – O candidato único deverá **obter no mínimo, 50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) dos votos válidos para ser considerado eleito**.

CAPÍTULO IX
DA COMISSÃO CENTRAL

Art. 70 – O processo de escolha para a função de confiança dos cargos de Diretor Escolar e Diretor de Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIsdo Sistema Municipal de Ensino de Sarandi será conduzido pelaComissão Central.
Art. 71 –Os integrantes da Comissão Central não poderão participar na qualidade de candidatos ou fiscais, bem como seus cônjuges e parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins dos referidos interessados.
Art. 72 – A Comissão Central funcionará com a presença de, no mínimo 50% (cinquenta por cento) mais um, de seus membros, deliberando com a maioria simples.
Art. 73 – À Comissão Central compete:
I – Coordenar e supervisionar todo o processo consultivo, acompanhando e prestando, quando necessário, assessoramento técnico;
II – Elaborar e divulgar todo o cronograma do processo consultivo;
III – Analisar, deferir ou indeferir os documentos enviados pelos interessados;
IV – Orientar as ações e providências das Comissões Locais, em conformidade com a legislação vigente;
V – Resolver as dúvidas, pendências, analisar os recursos e impugnações, bem como apurar possíveis irregularidades e/ou denúncias surgidas durante o processo;
VI – Encaminhar ao titular da Secretaria Municipal de Educação as decisões referentes a possíveis impugnações;
VII – Organizar as datas para as apresentações dos projetos de gestão à comunidade escolar;
VIII – Determinar aos diretores das Instituições de Ensino, a adoção de providências preconizadas pela lei e demais dispositivos relacionados ao processo de escolha dos diretores, prestando todo o apoio necessário para o perfeito encaminhamento do mesmo;
IX – Fazer chegar a Instituição de Ensino todo material necessário para o processo de eleição;
X – Confeccionar a urna de votação, que deverá ser e lacrada e entregue à Comissão Local, com os devidos registros em ata.
XI –Aplicar a avaliação de mérito e desempenho aos candidatos inscritos no processo, bem como aos servidores convidados pela Secretaria Municipal de Educação – SMED para eventual designação à função de diretor.
Art. 74 – Poderá a Comissão Central, em decisão conjunta com o titular da Secretaria Municipal de Educação, deliberar pela suspensão do processo consultivo, caso os meios de intervenção adotados não cessem os tumultos existentes.
Art. 75 – Os casos omissos serão decididos pela Comissão Central e pelo titular da Secretaria Municipal de Educação.

CAPÍTULO X
DA COMISSÃO LOCAL

Art. 76 – Haverá em cada Instituição de Ensino, uma Comissão Local que se encarregará da execução do processo consultivo, composta por:
Coordenador Pedagógico;
Secretário Escolar;
Representante do quadro geral (auxiliar de serviços gerais);
Representante do quadro do magistério (professores ou educadores) – efetivos ou não;
Representante do Conselho Escolar ou APMF/APPF.
Art. 77 – A Comissão Local deverá contar com no mínimo 05 (cinco), e no máximo 07 (sete) membros, deliberando com a maioria simples.
Art. 78 –Os integrantes da Comissão Local não poderão participar na qualidade de candidatos ou fiscais, bem como seus cônjuges e parentes até segundo grau, consanguíneos ou afins dos referidos interessados.
Art. 79– A Comissão Local elegerá entre seus pares o Presidente e o Secretário.
Art. 80 – Compete a Comissão Local:
I – Atuar com imparcialidade e assegurar tratamento isonômico a todos os candidatos, abstendo-se, durante o processo consultivo, de manifestações públicas favoráveis ou contrárias a qualquer candidatura, inclusive em redes sociais pessoais;
II – Divulgar e afixar, em local visível na Instituição de Ensino a relação de candidatos habilitados à consulta pública, dando ampla ciência à comunidade;
III – Divulgar à comunidade escolar as normas e o cronograma do processo consultivo previstos neste Decreto;;
IV –Divulgar, nos perfis oficiais da instituição de ensino, informações sobre a consulta pública, incluindo a data, o local e os horários de votação, as orientações aos eleitores e a relação dos candidatos habilitados, com caráter exclusivamente informativo e tratamento igualitário, vedada a publicação ou o compartilhamento de conteúdo de campanha ou de manifestação que favoreça ou prejudique qualquer candidatura;
V – Providenciar a relação de votantes por aluno, em ordem alfabética, observado a garantia de um voto por família;
VI – Providenciar a relação de votantes dos demais segmentos, em ordem alfabética;
VII – Confeccionar outros materiais e procedimentos pertinentes ao processo consultivo;
VIII – Tratar da legitimidade do votante analfabeto e do votante que não possuir documento hábil de identidade;
IX – Planejar, organizar, coordenar e presidir as atividades do processo consultivo no âmbito da instituição de ensino;
X – Registrar em atas as reuniões, decisões e ocorrências relativas ao processo consultivo;
XI – Convocar e dirigir assembleia, promovendo junto à comunidade escolar a apresentação dos candidatos e de seus respectivos planos de gestão;
XII – Encaminhar o processo consultivo junto à mesa receptora e de apuração;
XIII – **Carimbar todas as cédulas de votação com o nome da Instituição de Ensino;**
XIV – Designar/credenciar entre seus pares os membros da mesa receptora e de apuração;
XV – Credenciar, com antecedência mínima de 48h (quarenta e oito horas), os fiscais de cada candidato;
XVI – Definir os locais, na Instituição de Ensino, para fixação das propostas de trabalhos dos candidatos;
XVII – Definir os locais das mesas receptora, de votação e de apuração no dia da consulta pública;
XVIII – Encaminhar à Comissão Central a documentação relativa ao processo consultivo, nos prazos estabelecidos;
XIX – Cumprir e fazer cumprir todos os prazos estabelecidos;

XX – Encaminhar à Comissão Central, por escrito, as possíveis irregularidades ocorridas durante o período estabelecido para o processo de escolha dos diretores;
XXI – Fazer chegar aos interessados, todo material necessário referente ao processo consultivo, bem como todas as informações e solicitações realizadas pela Comissão Central;
XXII – Fixar em local público, na instituição de ensino, a convocação para o processo de escolha e demais atos pertinentes, adotando providências para que as mesmas cheguem, oportunamente, ao conhecimento dos pais e responsáveis dos alunos matriculados.
XXIII – Encaminhar à Comissão Central, após a apuração dos resultados, via e-mail, a **ata de votação, a ata de apuração e ata de finalização**.
Parágrafo único: Os documentos deverão ser digitalizados, de forma legível, e encaminhados por e-mail em **formato PDF,** sendo permitido, exclusivamente para esse fim, o uso do e-mail institucional. ***A finalização do processo***será concretizada após a confirmação de recebimento do e-mail, pela Comissão Central (**comissaocentral_eleicao@outlook.com)**.
Art. 81 – A comunicação entre a Comissão Central e as Comissões Locais se dará exclusivamente, por meio de documentação física, entregue em mãos com os devidos protocolos, sendo vedada a comunicação pelo e-mail das
Escolas/Cmeis, uma vez que outros servidores terão acesso a eles.

CAPÍTULO XI
DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

Art. 82 – Se indeferida a inscrição, o interessado poderá interpor recurso formal, no prazo máximo de 48h após o resultado da análise das inscrições pela Comissão Central, desde que devidamente fundamentado e instruída com documentação comprobatóriaà Comissão Central, via e-mail **comissaocentral_eleicao@outlook.com,** devidamente assinado e digitalizado**,** conforme data prevista no cronograma, em grau de recurso único. Art. 83 – Não caberá recurso contra o indeferimento da inscrição **decorrente da ausência de preenchimento, do preenchimento incorreto ou incompleto do formulário, bem como da falta de documentação comprobatória exigida**.
Art. 84 – O resultado do recurso será divulgado ao interessado, via e-mail pessoal, conforme cronograma.
Art. 85 – Não serão aceitos recursos fora do prazo estabelecido.
Art. 86 – As denúncias e os possíveis pedidos de impugnação de candidaturas, deverão ser encaminhados à Comissão Central somente via e-mail **comissaocentral_eleicao@outlook.com.**
Art. 87 – A Comissão Central analisará somente as denúncias e/ou pedidos de impugnação **enviados com a devida identificação do declarante**, e após análise dos documentos, dará ciência à Comissão Local e aos candidatos dos encaminhamentos pertinentes.
Art. 88 – Os recursos e pedidos de impugnações, em qualquer fase do processo consultivo, não terão efeitos suspensivos durante o período que serão analisados pela Comissão Central.
Art. 89 – Serão recebidos os recursos, denúncias e pedidos de impugnações, devidamente fundamentados e instruídos de documentos comprobatórios.
Art. 90 – As decisões da Comissão Central serão homologadas pelo titular da Secretaria Municipal de Educação
Art. 91 – Recursos interpostos após a divulgação do resultado final do processo consultivo, poderão resultar em:
Recontagem de votos pela Comissão Central;
Anulação do processo consultivo, cabendo nova consulta, em data definida pela Comissão Central.
Confirmação do resultado.
Parágrafo único – Após a conclusão, o processo só poderá ser anulado em caso de fraude comprovada.

CAPÍTULO XII
DAS RESPONSABILIDADES DA DIREÇÃO

Art. 92 – A direção atual da Instituição de Ensino, deverá zelar para que não seja prejudicado, em hipótese alguma, o bom andamento das atividades pedagógicas e administrativas, evitando quaisquer possibilidades de desentendimento entre as pessoas.
Art. 93 – Fornecer a relação atualizada de votantes à Comissão Local, para que a mesma encaminhe aos candidatos da Instituição de Ensino.
Art. 94 – Zelar para que no decorrer do processo, não sejam utilizados, por parte dos candidatos, nenhum tipo de material ou equipamento da Instituição para confecção ou divulgação de campanha.
Art. 95 – Guardar todo o material referente ao processo de eleição, após seu encerramento, pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta) dias.
Art. 96 – Após o término do processo, organizar o período de transição, estabelecido no cronograma, sem que haja nenhum prejuízo das atividades.
Art. 97 – Organizar os documentos relacionados abaixo, para o período de transição, bem como outros documentos necessários, de acordo com orientações da Secretaria Municipal de Educação;
Pastas de certidões;
Pasta de declarações;
Pastas de prestações de contas dos recursos: PDDE Básico, PDDE qualidade, PDDE estrutura e Fundo Rotativo;
Pasta de bens patrimoniais;
Pasta de prestação de contas dos recursos próprios de promoções realizadas pela APMF/APPF;
Livros Atas;
Livro Caixa;
Manter atualizado o sistema de prestações de contas do PDDE Básico e ações que integradas do Banco do Brasil, BB Gestão Ágil;
Pasta de relatório de monitoramento do medidor educação conectada sendo critério para recebimento de recursos do Programa Educação Conectada.
Art. 98 – A entrega dos referidos documentos deverá ser registrada em ata, na presença de representantes do Conselho Escolar e APPF/APMF.

CAPÍTULO XIII
DAS MESAS RECEPTORAS E DE VOTAÇÃO

Art. 99 – As mesas receptora e de votação serão instaladas em locais adequados, que assegurem a privacidade e o voto secreto.
§ 1º - **Os votos serão recolhidos no horário compreendido entre 7h e 18h30, ininterruptamente**. Nas **instituições que ofertam Educação de Jovens e Adultos – EJA, o horário de votação será estendido até as 19h**, a fim de assegurar a participação dos respectivos alunos.
§ 2º - Cada Instituição terá uma única mesa receptora e de votação;
§ 3º - Na mesa receptora haverá uma relação de votantes, em ordem alfabética, organizada pela Comissão Local;
§ 4º - Não será permitido, no recinto ocupado pelas mesas receptora e de votação, qualquer tipo de propaganda, aliciamento ou convencimento de eleitores.
§ 5º - No recinto de votação, deverão permanecer os membros da mesa receptora e o votante, esse, durante o tempo estritamente necessário para o exercício do voto, admitindo-se também a presença dos fiscais.
§ 6º - Nenhuma pessoa ou autoridade estranha à mesa receptora poderá intervir, sob nenhum pretexto, nos trabalhos da mesa, exceto os membros da Comissão Central, quando solicitado.
§ 7º -No recinto onde funcionará a mesa receptora, será fixado, em local visível uma relação dos candidatos aptos a participarem do processo consultivo, elaborado pela Comissão Central, para fins de informação a comunidade escolar.
Art. 100 – A mesa receptora deverá ser composta por no mínimo, 03 (três) membros da Comissão Local, devidamente credenciados.
§ 1º - Os membros da mesa receptora escolherão entre si o Presidente e o Secretário;
§ 2º - Ao presidente da mesa receptora, caberá a fiscalização e o controle da disciplina no recinto da votação;
§ 3º - Ao secretário da mesa receptora, compete durante a votação, registrar as ocorrências em ata circunstanciada, que ao final deverá ser lida e assinada por todos os mesários;
§ 4º - Na ausência temporária do Presidente, o Secretário ocupará suas funções, respondendo pela ordem e regularidade do processo;
§ 5º - Não poderão ausentar-se, simultaneamente, Presidente e Secretário.
Art. 101 – Compete à mesa receptora:

- Solucionar, imediatamente, todas as dificuldades e dúvidas que ocorrerem;
- Autenticar, com suas rubricas as cédulas oficiais;
- Lavrar ata circunstanciada de todas as ocorrências, conforme modelo;
- Verificar, por meio de documento pessoal se o eleitor é o responsável pelo aluno;
- Informar as dúvidas à Comissão Local e encaminhar as soluções conjuntamente;
VI - Após o encerramento da votação a mesa receptora deverá lacrar a urna, ler, aprovar e assinar a ata de ocorrência e remeterimediatamente, todo os documentos à mesa de apuração.
Art. 102 – A votação realizar-se-á de acordo com os seguintes procedimentos:
I – O ato de votação obedecerá a ordem de chegada;
II – A mesa receptora deverá identificar o votante mediante apresentação de documento de identificação com foto, ou na falta deste, deverá ter sualegitimidade atestada pelo presidente da mesa receptora,por reconhecimento, por se tratar de pessoa da comunidade escolare/ou servidor lotado na Instituição de Ensino.
III – A mesa receptora deverá localizar o nome do votante na relação, e o votante assinará sua presença em coluna e linha específica, ou, no caso de ser analfabeto, deixará sua impressão digital na lista de votantes, recebendo uma cédula oficial, carimbada e rubricada pelos membros da mesa receptora.
IV – De posse da cédula oficial, carimbada e rubricada pelos membros da mesa receptora, o votante se encaminhará a mesa de votação, onde manifestará o seu voto e o depositará na urna;
V – A seguir a mesa devolverá ao votante o documento de identificação.
Art. 103 – Não constando na lista de votantes o nome de algum eleitor com direito de voto, este deverá comprovar sua condição, após o que, seu nome será incluído na listagem pela mesa, votando ele em seguida. Este poderá votar somente se obtiver sua legitimidade atestada pelo presidente da mesa receptora,por reconhecimento, por se tratar de pessoa da comunidade escolare/ou servidor lotado na Instituição de Ensino.
Parágrafo Único – Nos casos de dúvida, a mesa receptora fará o voto em separado recolhendo-o em envelope que será devidamente fechado e depositado na urna, com registro em ata para posterior apreciação dos escrutinadores.
Art. 104 –O voto deverá constar em cédula, nos padrões oficiais, **devendo trazer carimbo de identificação da Instituição e rubricado pela mesa receptora**.
Art.105 – Cada candidato terá direito de dispor de dois fiscais, **dentre os eleitores da Instituição**, devidamente credenciados juntos a mesa receptora no momento de abertura dos trabalhos de votação, os quais deverão fiscalizar o processo, observando eventuais irregularidades que deverão ser comunicadas ao Presidente da mesa, para registro em ata, observando que um fiscal ficará junto à mesa receptora e outro em trânsito pela Instituição de Ensino.
Art. 106 – Às 18h30, o portão da Instituição de Ensino será fechado e o Presidente da mesa mandará que sejam distribuídas senhas aos presentes, do último para o primeiro, habilitando-os a votar e impedindo aqueles que se apresentarem após aquele horário.

CAPÍTULO XIV
DAS APURAÇÕES E RESULTADO

Art. 107 – A apuração, em sessão única, será realizada na instituição, observado o prazo de término do processo consultivo.
Art. 108 – A mesa de apuração será constituída por três escrutinadores da Comissão Local, designados pelo seu Presidente.
§ 1º - Os membros da mesa apuradora poderão ser os mesmos da mesa receptora;
§ 2º - Cada candidato terá direito de dispor de dois fiscais, **dentre os eleitores da Instituição**, credenciados junto à mesa de apuração no momento de abertura dos trabalhos de apuração, os quais deverão fiscalizar o processo de escrutinação, observando eventuais irregularidades que deverão ser comunicadas ao Presidente da mesa, para registro em ata.
Art. 109 – Antes de se iniciar a apuração, devem ser resolvidos os casos dos votos em separado, se houver.
Art. 110 – A apuração será pública, desde que mantida a ordem no recinto, e obedecerá aos seguintes critérios:
Aberta a urna, a mesa apuradora fará a conferência do número de votos com o número de votantes que assinaram a lista;
Se o número de votos for igual ou inferior ao número de votantes que assinaram a lista, far-se-á a apuração;
Se o número de cédulas for superior ao número de votantes que assinaram a lista, o processo será anulado;
Art. 111 – Na hipótese de anulação, será procedido novo processoem data e prazo definidos pela Comissão Central, restritos aos candidatos que já estavam inscritos no processo anulado.
Art. 112 – Sob nenhuma hipótese os trabalhos de apuração deverão ser interrompidos.
Art.113 – Nenhuma pessoa, estranha à mesa de escrutinação poderá intervir, sob pretexto algum, em seu regular funcionamento, salvo o Presidente da Comissão Local, ouvindo seus membros quando solicitado.
Art. 114 – **Serão nulas as cédulas que**:
- Não corresponderem ao modelo oficial;
- Assinaladas mais de um nome;
- Que contenham expressões, frases ou palavras que possam identificar o votante ou visem à sua anulação;
- Que não estiverem rubricadas pela mesa receptora;
- Que não trouxerem o carimbo com o nome da instituição.
Parágrafo Único - As dúvidas que forem levantadas na escrutinação, serão resolvidas pela Comissão Local, em decisão da maioria dos votos.
Art. 115 – Imediatamente, após a apuração dos votos, o resultado deverá ser divulgado pela Comissão Local.
Art. 116 – Concluídos os trabalhos de escrutinação e lavrada a ata de apuração, os membros da Comissão Local deverão encaminhar à Comissão Central os documentos pertinentes ao processo, via e-mail, em conformidade com o item XXIII do Art. 80 deste Decreto, após a confirmação de recebimento, todo material (cédulas, lista de votantes e atas) deverão ser colocados em envelope identificado e lacrado, na presença de todos os membros da Comissão Local, e entregues ao Diretor da Instituição, todo o material deverá ser guardado pelo período mínimo de 180 (cento e oitenta dias).

CAPÍTULO XV
DA CAMPANHA

Art. 117 – Será assegurado aos interessados à função de diretor, o direito à campanha, para fins de divulgação de suas propostas de trabalho.
Art. 118 – Esse período terá início no próximo dia útil, subsequente a homologação dos candidatos aptos a participarem do processo consultivo, e se encerrará 24 (vinte e quatro) horas antes da data designada para a realização processo consultivo.
Art. 119 – A campanha deverá pautar-se na divulgação e discussão do Plano de Gestão, assegurando plena liberdade entre os candidatos e os eleitores.
Art. 120 – A divulgação das propostas de trabalho poderá ser feita por meio de:
Redes sociais pessoais do candidato;
Mídia impressa (faixas, cartazes, panfletos, folders...);
c) Carro de som;
d) Reuniões de professores, servidores, pais e responsáveis dos alunos, desde que não sejam utilizados os espaços da Instituição.
Art. 121 – A direção atual de cada Instituição de Ensino, não poderá criar obstáculos ao desenvolvimento da campanha, zelando, contudo, pela manutenção integral de todas as atividades.
Art. 122 – Os candidatos deverão se afastar, no dia da consulta pública, de suas funções laborais.
Art. 123 – A divulgação e a defesa das propostas pelos candidatos à Direção deverão ser realizadas de forma democrática e propositiva.
Art. 124 – Os servidores não poderão se afastar de suas atividades em seu horário de trabalho para se dedicar à campanha.
Art. 125 – Em hipótese alguma os candidatos poderão ausentar-se de suas funções ou atividades para fazer campanha.
Art. 126 – No dia da consulta pública, os candidatos deverão permanecer na Instituição de Ensino durante o tempo estritamente necessário para o exercício do voto.
Art. 127 – Será assegurado aos candidatos, um único momento de fala junto aos servidores da Instituição, utilizando o espaço escolar para fins de divulgação de suas propostas, que deverá ocorrer fora do

horário de trabalho, em dia e horário definidos e organizado pela Comissão Local (sem concessão de folga).

CAPÍTULO XVI
DAS INFRAÇÕES

Art. 128 – São **vedados**durante o período de campanha:
Aliciar ou coagir subordinados em favor ou desfavor de candidatura devidamente registrada;
Ameaças, coerção ou qualquer forma de cerceamento de liberdade;
Atividades de campanha antes do tempo estipulado por este Decreto;
Contratação de pessoal para distribuição de material de campanha;
Distribuição de brindes ou camisetas, remuneração ou compensação financeira de qualquer natureza, decorrente de trabalhos desenvolvidos em função da campanha;
Divulgar, sob qualquer forma, fato que sabe inverídico em relação a si ou a outros candidatos, capaz de exercer influência sobre o público alvo;
Falsificar, no todo ou em parte, documento público, alterar documento público verdadeiro ou fazer uso dos mesmos para fins eleitorais;
Fazer propaganda, qualquer que seja a sua forma, que venha a ofender a dignidade ou o decoro de alguém ou dilapidar o patrimônio público e privado, agindo de forma discordante ao Estatuto do Servidor Público Municipal.
Impedir ou embaraçar o exercício do voto;
O uso de computadores da instituição para fins de campanha, cabendo aos funcionários denunciar e ficando a Comissão Local e demais servidores responsáveis pela fiscalização;
Perturbar os trabalhos pedagógicos e administrativos;
Praticar o membro da mesa ou permitir que seja praticada qualquer irregularidade ou anormalidade que determine a anulação da votação;
Prejudicar a higiene da Instituição de Ensino e de seu entorno, considerando um raio de 100 metros;
Promover, no dia da consulta, "boca de urna" a menos de 100 (cem) metros do portão de entrada da instituição de ensino;
Propagandas de caráter político-partidário;
Ser financiado por partidos políticos e/ou políticos, sindicatos, igrejas, associações e/ou qualquer tipo de favorecimento da mesma natureza;
Transportar eleitores aos locais de votação;
Usar de violência moral ou física ou grave ameaça para tolher a liberdade de votar, ainda que os fins visados não sejam conseguidos;
Usar do poder econômico ou o desvio ou abuso do poder de qualquer autoridade para obstar a liberdade do voto;
Uso de camisetas, bonés personalizados ou similares dentro da Instituição de Ensino;
Utilização de **grupos de trabalhodo WhatsApp**(servidores, pais e alunos) para fins de campanha;
Utilizar a distribuição de mercadorias e utilidades, prêmios ou sorteios ou qualquer concessão ou delegação de vantagem visando angariar o voto para si ou para outrem ou conseguir abstenção;
Utilização de imagem de alunos matriculados do Sistema Municipal de Ensino
Violar ou tentar violar o sigilo do voto.
Art. 129 – Toda pessoa é parte legítima para denunciar e promover a responsabilidade dos infratores a que se refere este Decreto.
Art. 130 – Os membros da Comissão Local, durante todo o processo, bem como os membros da comunidade escolar, no dia da consulta pública, não poderão portar material de campanha.
Art. 131 – A Comissão Local deverá estar atenta para impedir propaganda enganosa ou que implique em aliciamento de eleitores ou perturbação ao desenvolvimento das atividades escolares.
Art. 132 – Entende-se por propaganda enganosa aquela que consiste em promessa de resolver eventuais demandas que não estão entre as atribuições da Direção, que firam a legislação educacional ou criem expectativas na comunidade que não poderão ser cumpridas no âmbito da Gestão Escolar.
Art. 133 – Entende-se por aliciamento de eleitores as práticas que oferecem dádivas, benefícios ou vantagens de qualquer natureza em troca de apoio à candidatura.
Art. 134 – Entende-se por perturbação ao desenvolvimento das atividades escolares as práticas de campanha que firam este Decreto, o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o Plano de Carreira do Magistério Público Municipal, ou ainda que causem danos ao patrimônio da Instituição deEnsinoou prejudiquem o funcionamento das atividades letivas.
Art. 135 – O candidato que incorrer em alguma das proibições descritas neste Decreto estará sujeito a aplicação de advertência pela Comissão Central.
Art.136 – Em caso de reincidência, o candidato poderá sofrer outras sanções, inclusive a impugnação de sua candidatura.

CAPÍTULO XVII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 137 –A Secretaria Municipal de Educação será responsável por elaborar o cronograma, estipulando as datas e prazos pertinentes ao processo consultivo.
Art. 138 – Deverá ser assegurada a todos os interessados, igualdade de condições para acesso a comunidade escolar para apresentação.

Art. 139 – O diretor escolhido pela comunidade escolar e designado pelo Poder Público Municipal, após a posse, deverá participar, obrigatoriamente, de formação inicial, de forma presencial, com frequência mínima de 75%, de acordo com cronograma estabelecido posteriormente, pela Secretaria Municipal de Educação.
Art. 140 – Outras portarias complementares poderão ser expedidas pela Secretaria Municipal de Educação ou Comissão Central.
Art. 141. O servidor indicado pela Secretaria Municipal de Educação para o exercício da função de Diretor será submetido a um período de acompanhamento de 12 (doze) meses, contados da respectiva designação, durante o qual seu desempenho será monitorado pela SMED.
§ 1º Durante o período previsto, a Secretaria Municipal de Educação poderá orientar o Diretor, solicitar adequações e acompanhar o cumprimento das atribuições inerentes à função, bem como sua capacidade de gestão administrativa, pedagógica e de pessoal.
§ 2º Verificada a inadequação ao exercício da função, o descumprimento das atribuições ou a insuficiência de desempenho, o Diretor poderá ser dispensado e substituído a qualquer tempo, mediante ato da autoridade competente, observado o interesse público.
§ 3º O servidor indicado exclusivamente para substituir o Diretor titular durante períodos de afastamento, licença ou outra ausência temporária do titular exercerá a função em caráter provisório e pelo período necessário, ficando dispensado da avaliação prévia de mérito e desempenho e do período de acompanhamento previsto no caput.
§ 4º Caso o servidor inicialmente designado em caráter provisório venha a ser posteriormente indicado para exercer a função de Diretor sem prazo vinculado à substituição do titular, ficará sujeito à aprovação em avaliação de mérito e desempenho e ao período de acompanhamento e avaliação estabelecido no caput, contado da nova designação.
Art. 142 – O diretor indicado pela Secretaria Municipal de Educação, para ocupar a função de confiança de diretor, por período igual ou superior a 02 anos terá o período computado como uma gestão completa, para fins de recondução.
Art. 143 – O diretor indicado pela Secretaria Municipal de Educação, para ocupar a função de diretor, por período inferior a 02 anos, não será computado para fins de recondução.
Art. 144. O diretor perderá a função quando houver condenação criminal ou que, em regular Processo Administrativo Disciplinar – PAD seja penalizado, observados o direto ao contraditório e a ampla defesa.
Parágrafo único. A perda da função prevista neste artigo decorre de condenação criminal ou de decisão em PAD e não se confunde com a dispensa da função decorrente do procedimento de três notificações previsto neste Decreto.
Art. 145 – Nas Instituições de Ensino onde não houver candidato, será indicado pelo Prefeito Municipal, um servidor do quadro do magistério que atenda todos os requisitos contidos nesse Decreto.
Art. 146 – Caso o quórum mínimo de 35% (trinta e cinco por cento) de comparecimento para homologar o processo não seja atingido, será deflagrado, por uma única vez, outro processo,em data e prazo definidos pela Comissão Central, restritos aos candidatos que já estavam inscritos, ainda assim, caso o quórum mínimo não seja atingido, será indicado pelo Prefeito Municipal, um servidor do quadro do magistério que atenda todos os requisitos contidos nesse Decreto.

Art. 147 – Nas Instituições de Ensino, em que o candidato único não atingir a maioria simples mais um dos votos validos, responderá pela função um diretor indicado pelo Prefeito Municipal por 90 (noventa) dias, e após esse período será deflagrado novo processo consultivo, sendo permitido nesse caso concreto, a inscrição de novos interessados.

Art. 148. Ocorrendo a vacância da função de Diretor a qualquer tempo, caberá à Secretaria Municipal de Educação indicar novo servidor para o seu exercício, desde que atendidos os requisitos estabelecidos neste Decreto.

Parágrafo único. O servidor indicado será designado por ato da autoridade competente e ficará sujeito às disposições aplicáveis aos Diretores indicados pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 149.Ressalvado o servidor designado em caráter provisório exclusivamente para substituir o titular durante afastamento, licença ou impedimento temporário, todos os servidores que pretendam exercer a função de Diretor, mediante consulta pública junto à comunidade escolar ou por indicação da Secretaria Municipal de Educação, deverão, previamente:

I –Ser aprovados em avaliação prévia de mérito e desempenho prevista neste Decreto; e

II –Comprovar o atendimento de todos os requisitos exigidos para o exercício da função, mediante a apresentação da respectiva documentação comprobatória.

§ 1ºA documentação apresentada será analisada e validada pela Comissão Central, conforme os critérios e procedimentos estabelecidos neste Decreto.

§ 2ºA aprovação na avaliação de mérito e desempenho e a validação da documentação constituem condições obrigatórias e anteriores à designação para o exercício da função de Diretor.

§ 3ºÉ vedada a designação de servidor para o exercício da função de Diretor antes da conclusão dos procedimentos previstos neste artigo.

§ 4ºCaso o servidor designado em caráter provisório venha a ser posteriormente indicado para exercer a função de Diretor sem prazo vinculado à substituição do titular, deverá cumprir previamente todas as exigências estabelecidas neste artigo.

§ 5ºO servidor designado para exercer a função de Diretor por indicação da Secretaria Municipal de Educação, ressalvada a substituição provisória prevista no caput, deverá entregar o projeto de gestão à Comissão Central e apresentá-lo à comunidade escolar no prazo máximo de 90 (noventa) dias, contado da data de sua designação.

Art. 150 – Na data escolhida para a realização do processo, as atividades nas Instituições de ensino não serão suspensas.

Art. 151 – As obrigações estabelecidas no Anexo III deste Decreto, denominado **"DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E DEVERES DO DIRETOR"**, são de observância obrigatória a partir da designação e durante todo o período de exercício da função de Diretor das Instituições de Ensino da Rede Municipal, seja a designação decorrente de consulta ou de indicação da Secretaria Municipal de Educação – SMED, inclusive em caráter provisório ou de substituição, desde o início e durante todo o período de exercício da função.

§ 1ºO Anexo III integra este Decreto para todos os efeitos legais, possuindo natureza normativa e aplicação obrigatória, não se sujeitando à assinatura, adesão, aceite, declaração de ciência ou qualquer outro instrumento de anuência individual do servidor, sendo vedada a alegação de desconhecimento de seu conteúdo como justificativa para o descumprimento das obrigações nele estabelecidas.

§ 2ºA ciência, a vinculação e a responsabilidade pelo cumprimento das disposições constantes do Anexo III decorrem automaticamente do ato de designação e do efetivo exercício da função de Diretor, independentemente da assinatura de termo específico pelo servidor.

Art. 152. Identificada situação que possa caracterizar o descumprimento das obrigações, responsabilidades e deveres do diretor previstos no Anexo III deste Decreto, a Secretaria Municipal de Educação expedirá comunicação prévia de orientação, indicando os fatos observados, a obrigação relacionada, as providências esperadas e o prazo para apresentação de esclarecimentos ou comprovação das medidas adotadas.

§ 1º A comunicação prévia poderá decorrer de constatação da Secretaria Municipal de Educação ou de informações a ela encaminhadas.

§ 2º A comunicação prévia não constitui notificação e não integra a contagem dê notificações prevista no § 7º, podendo a SMED expedir diretamente notificação quando os elementos disponíveis justificarem essa medida.

§ 3º Persistindo a situação indicada na comunicação prévia, ou quando os elementos disponíveis justificarem a adoção direta dessa medida, o gestor será notificado, mediante ato devidamente fundamentado.

§ 4º Cada notificação deverá descrever os fatos, indicar a obrigação, responsabilidade ou dever descumprido e, quando cabível, especificar as providências necessárias e o prazo para seu cumprimento.

§ 5º A cada notificação recebida, será facultado ao diretor apresentar manifestação ao titular da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento da respectiva notificação. A defesa deverá ser fundamentada e poderá ser acompanhada dos documentos que o gestor entender pertinentes.

Parágrafo único. A ausência de defesa em relação a uma notificação não prejudica o direito do gestor de apresentar defesa caso receba nova notificação.

§ 6º As notificações serão contabilizadas durante o período de designação para a função de diretor, independentemente de se tratarem da mesma obrigação ou de obrigações distintas.

§ 7º O gestor que receber 03 notificações, mediante ato devidamente fundamentado da Secretaria Municipal de Educação, após apurados os fatos, poderá ser dispensado de sua função.A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório circunstanciado e encaminhará o caso à autoridade competente para avaliação das medidas cabíveis.

§ 8º A dispensa do gestor ocorrerá por ato discricionário do Prefeito Municipal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo.

§ 9º A existência do procedimento previsto neste artigo não impede o encaminhamento imediato à autoridade competente de fatos graves que exijam apuração ou providências urgentes.

Art. 153– Ainda, poderá ser dispensado da função, mediante ato discricionário do Prefeito Municipal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo,o gestor que no exercício do cargo tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da instituição, tais como:

1. Descumprir normas previstas nas legislações vigentes, quanto à utilização de recursos públicos e à prestação de contas.

2. Deixar de aplicar, sem a devida justificativa e anuência da Secretaria Municipal de Educação, recursos financeiros recebidos do FNDE/MEC.

3.Não prestar contas, no prazo devido, ou caso aplique indevidamente os recursos recebidos.

4. Caso, constatadas quaisquer irregularidades na administração dos recursos do PDDE e dos demais programas com recursos financeiros, referente à aplicação irregular ou desvio dessas verbas.

5. Aplicar indevidamente os recursos arrecadados por meio de promoções realizadas pela APMF/APPF, deixar de aplicá-los sem justificativa, não prestar ou cometer quaisquer outras irregularidades na administração desses recursos.

6. Cometer qualquer ato, que viole as legislações vigentes, ou que comprometam o regular funcionamento da instituição.

7. Por inobservância ou violação das legislações vigentes,dos deveres e atribuições do seu cargo ou por desídia no desempenho de suas funções.

8. Pela inobservância ou pelo descumprimento das disposições constantes do Anexo III deste Decreto, das legislações vigentes ou dos deveres e atribuições inerentes à função, bem como pela prática de desídia no desempenho de suas atividades.

9.Caso haja fatos concretos, devidamente comprovados e apurados com relação ao desvio de conduta ética e moral em relação aos subordinados.

10. Caso sejam constatados, fatos que constituam ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço, ou de deficiência ou infração funcional e pelo descumprimento das atribuições, obrigações, responsabilidades e deveres estabelecidos no Anexo III deste Decreto.

11. Por insuficiência de desempenho, após orientação, acompanhamento e oportunidade de adequação, salvo situação de gravidade que exija providencia imediata.

12. Infração aos princípios da administração pública, previstos na Constituição Federal, ou qualquer outra obrigação legal decorrente do exercício do seu cargo ou da função pública.

13. Prometer, oferecer, conceder ou intermediar benefícios, vantagens, privilégios ou tratamento favorecido, de qualquer natureza, em troca de favores, apoio, influência, benefício pessoal ou qualquer outra contrapartida, para si ou para terceiros, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e isonomia.
Art. 154– Após a apuração dos fatos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas e analisadas individualmente cada contexto e situação, o gestor ainda poderá sofrer outras sanções previstas em lei.
Art. 155– O gestor dispensado da função de diretor por decisão fundamentada, após o recebimento de três notificações no mesmo período de designação e assegurado o direito de defesa, ficará impedido de participar de novo processo consultivo ou de ser indicado para a função pelo prazo de 3 (três) anos, contado da publicação do ato de dispensa.
Art. 156– A solicitação de dispensa da função, apresentada após o recebimento de três notificações, dentro do período de designação para a função, não impedirá a conclusão da apuração. Confirmadas, em decisão fundamentada e assegurado o direito de defesa, as irregularidades que ensejaram as notificações, aplicar-se-á o impedimento previsto no art. 158, contado da publicação da decisão.
Art. 157 - Os casos omissos serão resolvidos pelo Prefeito Municipal, Secretário de Educação e Comissão Central.
Art. 158 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

CARLOS ALBERTO DE PAULA JUNIOR
Prefeito Municipal

ANEXO I
FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

Estando ciente dos termos do Decreto nº 1371/2026, bem como de todas as atribuições que envolvem a função pretendida,envio à Comissão Central, a inscrição da minha candidatura ao cargo de diretor (a) na Escola/CMEI:

DADOS PESSOAIS:
Matrícula (as):
Nome:
CPF:
RG:
Telefone: ( )
E-mail:
Nome ou apelido para a cédula de votação:
Função de Concurso:
Data de Admissão:
Matrícula:

Preenchimento obrigatório exclusivamente para servidores que possuam duas matrículas ativas.
Função de Concurso:
Admissão:
Matrícula
Sarandi, de de 2026.

Assinatura do candidato
( ) ***Inscrição deferida***

( ) ***Inscrição indeferida***
ANEXO II
TERMO DE RESPONSABILIDADE

Eu,, inscrito(a) no CPF nº ____.XXX.XXX____, me coloco à disposição para exercer a função diretor na Escola/CMEI , durante o triênio de 2027/2030 e declaro estar ciente das exigências legais para exercer a função.
Declaro ainda, que tenho disponibilidade de horário, de acordo com o funcionamento da referida instituição, e tenho ciência de que devo cumprir obrigatoriamente jornada mínima de 40 horas semanais, ou jornada mínima compatível com os cargos ocupados, quando estes forem superior a 40 horas, a fim de atender os horários de entrada e saída, atendendo prioritariamente a necessidade da Instituição de Ensino.

Por ser verdade, firmo o presente.

Sarandi, de de 2026.

Assinatura do candidato

ANEXO III
DAS OBRIGAÇÕES, RESPONSABILIDADES E DEVERES DO DIRETOR

O servidor designado para o exercício da função de Diretor de Escola Municipal ou de Centro Municipal de Educação Infantil – CMEI, mediante consulta pública à comunidade escolar ou por indicação da Secretaria Municipal de Educação – SMED, inclusive em caráter provisório ou de substituição, deverá desempenhar suas funções/atribuições em conformidade com a legislação vigente, com os princípios que regem a Administração Pública, com as políticas públicas educacionais e com as disposições deste Decreto.

É de responsabilidade do diretor assegurar a adequada administração e o regular funcionamento da instituição, desempenhando as funções inerentes ao cargo com responsabilidade e dedicação, e em conformidade com as políticas educacionais estabelecidas, devendo prestar as informações solicitadas pelos órgãos e pelas autoridades competentes, de forma completa, correta e tempestiva, observados os prazos estabelecidos, o dever de sigilo, a proteção de dados pessoais e demais disposições legais aplicáveis.
O Diretor poderá responder civil, penal e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições, inclusive por omissões ou informações prestadas irregularmente, nos termos da legislação vigente.
O descumprimento dos deveres especificados neste Anexo, bem como de toda e qualquer norma inerente à correta administração da instituição de ensino ensejará a aplicação das medidas administrativas cabíveis.
Compete ao Diretor exercer a função com legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, ética, diligência, responsabilidade e compromisso com a qualidade do serviço público educacional.
No exercício da função, o Diretor deverá observar os deveres e compromissos gerais e específicos estabelecidos nas disposições seguintes.
A designação e o início do exercício da função de Diretor implicam ciência e sujeição às obrigações, responsabilidades, deveres, atribuições e demais disposições estabelecidas neste Anexo, independentemente da assinatura de termo específico.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O presente Anexo tem a finalidade de estabelecer e definir claramente as responsabilidades, obrigações e atribuições do Diretor, detalhando as condições e garantindo um entendimento comum de suas respectivas funções e do que é esperado ao longo do processo.

DOS DEVERES
O servidor público ocupante da função de Diretor deverá:
Responder integralmente pela Instituição de Ensino, exercendo a função de direção, mantendo-se à frente da instituição, enquanto durar a investidura do cargo, respondendo por quaisquer atos e situações que envolvam a Instituição de Ensino, com o objetivo de resolvê-los e esclarecê-los;
Cumprir obrigatoriamente, jornada de trabalho de 40 horas semanais ou jornada mínima compatível com o cargo que ocupa quando esta for superior a 40 horas, a fim de atender os horários de entrada e saída, e nas instituições onde é ofertada a Educação de Jovens e Adultos (EJA), comparecer em todos os turnos de funcionamento da escola, de forma alternada.
Praticar condutas probas, considerando os princípios básicos que regem a administração pública, conforme disposto no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como a legislação municipal vigente com vistas a uma gestão eficiente e capaz de elevar a qualidade de ensino.
Respeitar e garantir o cumprimento do calendário escolar, estabelecido de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação e Conselho Municipal de Educação, no que diz respeito ao

cumprimento dos dias letivos e, quando houver sugestão de alteração, aguardar o direcionamento dos órgãos competentes.

DOS DEVERES ESPECÍFICOS

São deveres do Diretor:
Tratar todos com respeito e urbanidade, sem preferência e juízo de valores.
Cumprir as determinações dos superiores hierárquicos, devidamente discutidas.
Assiduidade, pontualidade, civilidade e discrição.
Manter espírito de cooperação e solidariedade entre os profissionais ou pessoas que se relacionem.
Cumprir pontualmente seu expediente normal no local de trabalho e quando convocado, a reuniões, comemorações e outras atividades.
Guardar sigilo sobreinformações referentes a alunos, professores e demais funcionários, famílias, documentações e os assuntos de natureza reservada de que tenha conhecimento em razão da função que exerce.
Frequentar, quando convidado, cursos e formações legalmente instituídos para aperfeiçoamento profissional.
Apresentar-se decentemente trajado ao serviço.
Proceder, na vida pública, de forma a dignificar sempre a função pública.
Respeitar o educando, tratando-o com polidez, desvelo e estima.
Sugerir providências que visem à melhoria do ensino e seu aperfeiçoamento.
Participar do processo de planejamento de atividades relacionadas com a educação, na instituição de ensino em que atuar.
Cumprir com pontualidade, zelo, probidade, eficiência e responsabilidade todos os encargos de sua função.
Garantir o fluxo de informações na Instituição de Ensino e desta com a Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos da administração.
Agir, de forma exemplar, no que se refere às normas e às pessoas, estimular a boa convivência e harmonia entre todos no âmbito da Instituição de Ensino.
Não se ausentar do trabalho sem prévio conhecimento e autorização formal da chefia imediata na Secretaria Municipal de Educação.
Participar assiduamente de curso de formação, programas de capacitação e afins, ofertados pela Secretaria Municipal de Educação.
Cumprir o projeto de gestão apresentado à comunidade escolar durante o processo consultivo.
Usufruir de férias no período determinado pela Secretaria de Educação.
Atender prontamente as convocações da Secretaria Municipal de Educação, quando solicitado.
Assegurar a regularidade do funcionamento da instituição de ensino, em todos os turnos, responsabilizando-se por todos os atos praticados na gestão.
Manter-se atualizado sobre as tendências educacionais e as mudanças legislativas que impactem a Instituição.
Promover a integração entre a escola, a família e a comunidade, por meio de ações que visem à melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem.
Gerenciar a instituição no âmbito administrativo, pedagógico e de pessoal.
Manter atualizadas as certidões necessárias ao regular funcionamento da instituição de ensino e à gestão dos recursos financeiros.

DAS ATRIBUIÇÕES INERENTES À FUNÇÃO DE DIRETOR
1. Administrar a Escola ou Centro Municipal de Educação Infantil, cumprindo e fazendo cumprir as leis, regulamentos, normas da Secretaria Municipal de Educação, regimento escolar, decretos, calendário escolar, determinações e orientações superiores e as disposições do Estatuto do Servidor e do Plano de Carreira, de modo a garantir a consecução dos objetivos do processo educacional.
2. Representar a Instituição de Ensino que dirige, perante as autoridades, bem como em reuniões, eventos relacionados a educação, atos oficiais e atividades da comunidade.
3. Acompanhar todas as atividades internas e externas da Instituição.
4. Convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar,dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente.
5. Acompanhar as atividades e decisões da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) ou da Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF) da Instituição.
6. Coordenar as reuniões e festividades da Instituição de Ensino.
7. Elaborar, juntamente com os órgãos competentes o planejamento anual de todas as atividades da Instituição de Ensino, em consonância com as normas da Secretaria Municipal de Educação, e enviar cópia para a Secretaria no prazo estabelecido.
8. Buscar soluções alternativas para eliminar problemas de natureza administrativa e pedagógica do local onde atua, responsabilizando-se com toda a equipe pelos índices de desenvolvimento do processo educacional.
9. Fortalecer a participação da comunidade e promover a integração escola-família-sociedade, com vista à Gestão Democrática.
10. Zelar para que a instituição sob sua responsabilidade ofereça serviços educacionais de qualidade.
11. Estabelecer comunicação transparente e eficaz com a equipe, comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação.
12. Manter o Conselho Escolar e APMF/APPF com a vigência atualizada, com a finalidade de que não aconteça nenhum impedimento à utilização dos recursos financeiros.
13. Atender prontamente às demandas e necessidades dos alunos, pais/responsáveis e equipe escolar.
14. Atender as determinações da Secretaria Municipal de Educação, no que se refere aos prazos estabelecidos, especialmente no que diz respeito a prestação de contas, folha de pagamento, fornecimento de dados e documentações.
15. Sanar problemas específicos da gestão que surgirem, em consonância com as normas expedidas pela Secretaria Municipal de Educação.
16. Adotar as medidas administrativas cabíveis, em tempo hábil, em conformidade com as Leis Complementares nº 10/92 e 248/2010, Regimento Escolar, visando manter o bom funcionamento da Instituição.
17. Implementar e assegurar condições para o adequado e pleno funcionamento do Conselho Escolar e APMF/APPF.
18. Cumprir, todos os projetos, ações e determinações propostas pela Secretaria Municipal de Educação, e pelo Poder Executivo.
19. Promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar.
20. Apoiar o desenvolvimento da gestão escolar contemplando as dimensões: de gestão de pessoas, gestão pedagógica, gestão administrativa e gestão financeira, na perspectiva da gestão democrática, participativa e transparente, voltada para os resultados de aprendizagem dos estudantes.
21. A função do diretor abrange as responsabilidades de gerir tanto os processos formativos dos alunos, quanto os recursos humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais, colocados à disposição da instituição bem como a relação desta com a comunidade.
22. Organizar e efetivar o planejamento com princípio à Gestão Democrática, compreendida como a tomada de decisões conjuntas quanto ao planejamento, organização, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas, pedagógicas e financeiras, envolvendo a participação da comunidade escolar.
23. Assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino.
24. Cumprir e dar conhecimento à comunidade escolar quanto às diretrizes e normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação.
25. Divulgar, semestralmente, à comunidade escolar o relatório de atividades, tendo como referência o Projeto Político Pedagógico – PPP, Plano de Ação, incluídas as respectivas prestações de contas, os dados de avaliação externa e interna e as propostas e medidas, visando à melhoria da qualidade do ensino e das condições de funcionamento da escola;
26. Coordenar a construção coletiva do Projeto Político Pedagógico,acompanhando sua elaboraçãoem consonância com as legislações vigentes, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao Conselho Municipal de Educação para a devida análise e aprovação.
27. Participar do planejamento e execução de ações que capacitem à formação, qualificação e desenvolvimento profissional dos professores e demais servidores, visando, estimulando, promovendo e possibilitando, sempre que possível, a efetiva participação nos

processos de formação continuada e de qualificação, observando a legislação vigente, visando o aperfeiçoamento profissional da equipe e do Sistema Municipal de Ensinocomo um todo.
28. Controlar o cumprimento do calendário escolar,dos dias letivos, carga horária e horários de aulas estabelecidos.
29. Promover um ambiente de aprendizagem seguro e inclusivo para todos os alunos, garantir o acesso, a permanência, a inclusão e a aprendizagem de todos os alunosna Escola/CMEI.
30. Fomentar práticas pedagógicas inovadoras que promovam o desenvolvimento integral dos alunos.
31. Participar da elaboração da proposta pedagógica.
32. Acompanhar, juntamente com a equipe pedagógica, o trabalho docente, o cumprimento das reposições de dias letivos, carga horária e de conteúdo aos discentes.
33. Acompanhar por meio do Conselho de Classe, na etapa do Ensino Fundamental, a evolução dos níveis de leitura, escrita e produção de texto dos estudantes, o rendimento em todos os componentes curriculares, e, após a análise desses resultados, elaborar com a equipe escolar os Planos de Ação para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
34. Acompanhar por meio do Conselho de Classe, na etapa da Educação Infantil, o desenvolvimento integral das crianças, elaborando com a equipe escolar os Planos de Ação para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação.
35. Coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com as legislações vigentes, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo à Secretaria de Educação e Conselho Municipal de Educação para a devida aprovação.
36. Desenvolver atividades formativas, recreativas, culturais, desportivas e de lazer à comunidade escolar.
37. Trabalhar em consonância com o Conselho Escolar e APPF/APMF na elaboração, execução e avaliação do Projeto Político Pedagógico e do plano de desenvolvimento estratégico da Escola/CMEI, observadas as políticas da Secretaria Municipal de Educação e outros processos de planejamento.
38. Informar, ao final de cada período de avaliação, aos pais, em Assembleia Geral, reuniões e outros meios, sobre os dados disponíveis que lhes permitam avaliar e intervir para o adequado rendimento de aprendizagem dos estudantes.
39. Garantir a participação ativa da escola em projetos e atividades que contribuam para a melhoria da qualidade do ensino.
40. Implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às diretrizes curriculares nacionais, Base Nacional Comum Curricular - BNCC e as diretrizes curriculares aprovadas pelo Sistema Municipal de Ensino;
41. Participar com a equipe pedagógica da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político Pedagógico do estabelecimento de ensino, executar, em conjunto com a comunidade escolar, o Projeto Político Pedagógico.
42. Adotar medidas para elevar os níveis de proficiência dos alunos e sanar as dificuldades apontadas nas avaliações externas.
43. Acompanhar e avaliar os programas e projetos desenvolvidos pela Escola/CMEI.
44. Assegurar as condições para a realização de avaliações externas na Instituição de Ensino, quando da etapa do Ensino Fundamental.
45.Elaborar as ações do Projeto Político Pedagógico – PPP, referentes às áreas administrativa, financeira e pedagógica, em consonância com as políticas públicas vigentes, com as prioridades estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação e com as especificidades da comunidade e dos estudantes da escola.
46. Coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar e APMF/APPF.
47. Coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;
48. Garantir a efetiva realização do Conselho de Classe de acordo com as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação.
49. Fornecer informações aos pais ou responsáveis sobre frequência e rendimento dos educandos.
50. Coordenar a acomodação da demanda, inclusive quanto à criação, supressão ou junção de turmas, quando o número de alunos for insuficiente para mantê-las, comunicando o fato a Secretaria Municipal de Educação para a regularização do sistema SERE e Quadro de Pessoal.
51. Autorizar a matrícula e a transferência de alunos, bem como receber e efetivar a matrícula dos alunos encaminhados pelos Setores de Documentação Escolar e Central de Vagas, sendo vedada a recusa injustificada ou a imposição de condições não previstas na legislação e nas normas da Secretaria Municipal de Educação.
51.1. Na hipótese de impossibilidade de atendimento o Diretor deverá comunicar imediatamente o setor responsável, apresentando a respectiva justificativa, e aguardar as orientações da Secretaria Municipal de Educação, não podendo recusar ou redirecionar o aluno por decisão unilateral.
52. Garantir e zelar pela legalidade, regularidade e autenticidade da Instituição e da vida escolar dos alunos.
53. Acompanhar a frequência dos educandos, verificando as causas de ausências prolongadas, consecutivas ou não, tomando as providências cabíveis.
54. Providenciar o atendimento imediato ao educando que adoecer ou for acidentado, comunicando o ocorrido aos pais ou responsáveis e a Secretaria Municipal de Educação.
55. Incentivar a frequência e a permanência dos estudantes na unidade escolar, monitorar as ausências, assegurar a Busca Ativa, implementando ações imediatas para a normalização da frequência escolar, em conformidade com a legislação vigente.
56. Acompanhar a frequência dos estudantes, comunicando aos pais quando a ausência for superior a três dias letivos consecutivos ou cinco alternados, e, sempre que configurar omissão dos pais ou responsáveis, deverá realizar os encaminhamentos necessários ao Programa de Combate e a Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar, em conformidade com a Lei nº 2.666/2020 e orientações do setor responsável na Secretaria Municipal de Educação.
57. Adotar medidas específicas para evitar a evasão de alunos matriculados na modalidade Educação de Jovens e Adultos - EJA.
58. Disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial.
59. Participar da distribuição de turmas dos professores e educadores visando o início do ano letivo, de acordo com o disposto no regulamento vigente.
60. Elaborar a escala de férias dos servidores da Instituição, observada a legislação vigente e as normas emanadas da Secretaria Municipal de Educação.
61. Assegurar, acompanhar e controlar diariamente, a frequência do pessoal docente, técnico, administrativo e operacional da Instituição de Ensino, atestando sua frequência mensal por meio do ponto biométrico, adotando as providências cabíveis, em tempo hábil, para fins de garantir o cumprimento da jornada de trabalho dos mesmos, bem como dos dias letivos e carga horária mínima, definidas na LDB 9.394/96.
62. Orientar e procurar soluções para resolver pequenas infrações e atritos entre os servidores da Instituição de Ensino.
63. Registrar formalmente as ocorrências e possíveis irregularidades envolvendo docentes e demais servidores da instituição, reunindo as informações e os documentos pertinentes e realizando os devidos encaminhamentos à Secretaria Municipal de Educação e, quando necessário, aos demais órgãos competentes, para análise e adoção das providências cabíveis.
64. Apurar irregularidades cometidas pelos docentes ou demais servidores lotados sob sua responsabilidade, elaborando relatório sobre eles, com juntada de documentação, encaminhando-o imediatamente à Secretaria Municipal de Educação, para as devidas providências.
65. Responsabilizar-se pela realização de avaliação de desempenho (estágio probatório e merecimento) dos profissionais do quadro do magistério e do quadro geral, lotados na Instituição de Ensino, condizente com a atuação de cada servidor, respeitando os prazos e as orientações institucionais.
66. Entregar folha de pagamento, até o dia 05 (cinco) de cada mês, com informações precisas e fidedignas dos eventos ocorridos durante o mês anterior, como faltas justificadas e injustificadas, atrasos, horas extraordinárias, jornada suplementar, entre outros, de acordo com o registro de ponto do servidor.
67. Levar ao conhecimento de autoridades superiores irregularidades de que tiver ciência em razão do cargo ou função.

68. Fornecer, com fidedignidade, os dados e informações solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, observando e cumprindo os prazos estabelecidos.
69. Organizar o quadro de pessoal da instituição, respeitadas as determinações da Secretaria Municipal da Educação, mantendo o cadastro atualizado, assim como os registros dos servidores lotados na instituição.
70. Fornecer todos os dados requeridos pela Secretaria Municipal de Educação, especialmente os dados referentes à Matrícula, ao Censo Escolar, aos Resultados Finais do Movimento e Rendimento, dentro dos prazos estabelecidos, sob pena de responder, administrativamente, pelo atraso e omissão de informações.
71. Em situações excepcionais e de caráter emergencial, decorrentes da ausência ou insuficiência temporária de servidores, compete ao Diretor adotar as providências necessárias para assegurar a continuidade dos serviços essenciais e o regular funcionamento da instituição de ensino, inclusive atuando, quando necessário, em outros setores da unidade, em sala de aula, desde que possua habilitação mínima exigida, bem como na execução temporária de atividades próprias da coordenação pedagógica e da secretaria escolar, até que a mantenedora adote as providências cabíveis.
§ 1ºO Diretor deverá assegurar, especialmente, o cumprimento dos procedimentos e prazos relativos:
I –à matrícula, transferência e regularização da vida escolar dos alunos;
II –ao fechamento, à conferência e ao encaminhamento dos documentos e das informações necessários ao processamento da folha de pagamento;
III –à alimentação e à atualização dos sistemas oficiais;
IV –ao encaminhamento de documentos, informações e relatórios de natureza obrigatória ou indispensável; e
V –às demais atividades cuja interrupção possa causar prejuízo aos alunos, aos servidores, à comunidade escolar ou à Administração Pública.
§ 2ºA atuação prevista terá caráter excepcional, limitada ao período necessário para que a mantenedora providencie a substituição do servidor, a reorganização da equipe ou outra medida administrativa adequada.
§ 3º As medidas emergenciais adotadas não afastam as atribuições próprias da função de Diretor.
72. Atuar na prevenção, mediação e gestão dos conflitos ocorridos no âmbito da instituição de ensino, como responsabilidade inerente à função de diretor, com imparcialidade, equilíbrio, respeito e observância às normas vigentes, competindo-lhe ouvir os envolvidos, promover o diálogo, prestar as orientações necessárias, adotar as providências cabíveis, acompanhar e monitorar os resultados e registrar todas as medidas realizadas, preservando o sigilo das informações e evitando a exposição indevida, o constrangimento, a retaliação ou o agravamento do conflito.
73. Compete ao Diretor organizar e coordenar os servidores que compõem o quadro geral da instituição de ensino, distribuindo as funções e responsabilidades entre os servidores, definindo rotinas e escalas de trabalho, orientando e acompanhando a execução dos serviços e adotando os ajustes necessários ao regular funcionamento da unidade, observadas as atribuições dos cargos, a jornada de trabalho, as restrições funcionais formalmente reconhecidas e as orientações da Secretaria Municipal de Educação – SMED.
§ 1º Quanto à equipe de apoio, especialmente aos servidores responsáveis pelos serviços de limpeza, conservação e alimentação escolar, compete ao Diretor:
I – Distribuir e dividir as atividades de forma clara, equilibrada e compatível com as atribuições do cargo;
II – definir os espaços, setores, rotinas, horários e responsabilidades de cada servidor, considerando as necessidades da instituição;
III – elaborar e manter atualizados cronogramas, escalas e registros de distribuição dos serviços, sempre que necessários;
IV – orientar os servidores quanto às atividades a serem executadas, aos procedimentos de higiene, segurança, conservação, manipulação e distribuição de alimentos e às demais normas aplicáveis;
V – Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços, verificando sua regularidade, qualidade e adequação às necessidades da instituição;
VI – promover os ajustes necessários na distribuição das atividades em razão de ausências, afastamentos, eventos, alterações de rotina ou outras situações que afetem o funcionamento da instituição;
VII – orientar formalmente o servidor quando forem constatadas falhas na execução das atividades, assegurando-lhe ciência das orientações e oportunidade para adequação;
VIII – manter registro das orientações, ocorrências, providências adotadas e resultados do acompanhamento; e
X – adotar outras medidas de organização e acompanhamento necessárias ao funcionamento da instituição, desde que compatíveis com as atribuições dos respectivos cargos e com as normas vigentes.
§ 2ºA distribuição das atividades deverá observar critérios de razoabilidade, proporcionalidade, impessoalidade e equidade, considerando a extensão e a complexidade dos espaços, a demanda de trabalho, a jornada dos servidores e as condições específicas de funcionamento da instituição.
§ 3ºÉ vedada a atribuição de atividades estranhas ao cargo do servidor, bem como a determinação de tarefas incompatíveis com restrições funcionais formalmente reconhecidas pela perícia ou pela autoridade competente.
74. Coordenar o recebimento, registro, distribuição e expedição de correspondências, processos e documentos em geral que devam tramitar na Instituição.
75. Analisar toda a escrituração escolar e as correspondências recebidas, bem como manter atualizados os registros e documentações do corpo docente, discente e demais servidores.
76. Tomar providências para que seja organizado arquivo de todos os atos oficiais e legislação de interesse para a Instituição de Ensino, dando ciência aos interessados.
77. Encaminhar à Secretaria Municipal de Educação, sempre que solicitado, relatório e documentos referentes às atividades da Instituição de Ensino que administra.
78. Participar de todas as reuniões convocadas pela Secretaria Municipal de Educação.
79. Operar equipamentos, sistemas de informática e outros, quando necessário ao exercício das atividades.
80. Garantir o lançamento tempestivo e se responsabilizar pelas informações do Censo Escolar.
81. Assegurar o lançamento tempestivo e atualizado de todos os dados pertinentes à instituição (Sere, Matrícula online, Sistema Vagou, Educasenso, Livro Registro de Classe Online Município – LRCOM, Bolsa Família, Flexponto), e demais programas relacionados a Instituição de Ensino, zelando pela fidedignidade das informações, bem como garantir o lançamento dos dados por parte dos demais servidores.
82. Manter arquivo atualizado e à disposição da Secretaria Municipal de Educação, do Regimento Escolar, do Estatuto do Conselho Escolar, da Aplicação dos recursos financeiros, do Projeto Político Pedagógico, dos Registros de Classe, dos cartão ponto dos servidores, dos dados das avaliações externas e internas, do cumprimento de dias letivos/horas-aula, por turma, da frequência dos alunos e dos professores, do número de estudantes de cada turma, das transferências recebidas e expedidas, da movimentação dos estudantes nas turmas, da evolução dos níveis de leitura, escrita e produção de texto dos estudantes, do rendimento dos estudantes em todos os componentes curriculares e do horário de trabalho da equipe gestora e demais funcionários.
83. Tomar medidas de urgência em situações ocasionais e outras não previstas na legislação pertinente, comunicando imediatamente as autoridades superiores.
84. Supervisionar o recebimento e uso do material pedagógico e de consumo, bem como providenciar a sua reposição.
85. Solicitar, coordenar, acompanhar, controlar e zelar pelo cumprimento e oferta da merenda escolar, garantindo e supervisionando a boa gestão e o preparo, no que diz respeito à aquisição, à conservação de gêneros alimentícios e à aplicação das orientações e exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional, sob orientação da Divisão de Nutrição Escolar e Conselho de Alimentação Escolar - CAE, com vistas à qualidade da alimentação oferecida.
86. Manter organizados, limpos e conservados os materiais, máquinas, equipamentos e local de trabalho, que estão sob sua responsabilidade.
87. Fiscalizar e controlar o uso adequado do patrimônio e dos equipamentos da Escola/CMEI.
88. Manter atualizado o tombamento dos bens públicos, zelando por sua conservação, em conjunto com todos os segmentos da comunidade escolar.

89.Realizar, anualmente, o inventário dos bens móveis constantes nas dependências da escola e, em caso de divergência, adotar as medidas cabíveis.
90. Zelar pelo cumprimento das normas de segurança e higiene no ambiente escolar.
91. Cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica.
92. Assegurar o uso eficiente dos recursos de energia elétrica, água, telefonia e demais insumos utilizados na instituição.
93. Assegurar o cumprimento dos programas mantidos e implantados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE/ MEC.
94. Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais, do prédio e mobiliário escolar, prezando pela conservação e recuperação.
95. Executar todas as demais funções e atribuições pertinentes à função de Direção.

DA ATUAÇÃO CONJUNTA NA ADMINISTRAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O gestor escolar deverá, obrigatoriamente, praticar os atos necessários à administração da instituição, inerentes à sua função, em decisão conjunta com Conselho Escolar, APMF/APPF e comunidade escolar, de acordo com as legislações aplicáveis, nas matérias pertinentes, sendo-lhe vedado o que for prerrogativa exclusiva do Prefeito Municipal e do Secretário de Educação.

DAS NORMAS APLICÁVEIS

O Diretor deverá conhecer as legislações vigentes inerentes à função, cumprir fielmente suas disposições e manter-se atualizado quanto às possíveis alterações e modificações que venham a sofrer:
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
Lei Federal nº 9.394, de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.
Lei Federal nº 8.069 de 13/07/1990, Estatuto da Criança e do Adolescente– ECA.
Lei Federal nº 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência.
Lei Federal nº 13.005/2014 - Plano Nacional de Educação (PNE).
Lei Federal nº 8.429 de 02/06/1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis em virtude da prática de atos de improbidade administrativa, de que trata o § 4º do art. 37 da Constituição Federal e dá outras providências
Lei Orgânica do Município de Sarandi, de 05 de abril de 1990 e suas alterações.
Lei nº 10/1992 – Estatuto dos servidores públicos do município de Sarandi bem como suas alterações, legislações complementares e/ou regulamentadoras e demais normas legais.
Lei Complementar nº 159/2007 – Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores do Poder Executivo Municipal bem como suas alterações, legislações complementares e/ou regulamentadoras e demais normas legais.
Lei Complementar nº 248/2010 – Plano de Carreira, Cargos e Remuneração dos Profissionais do Magistério do Município de Sarandi bem como suas alterações, legislações complementares e/ou regulamentadoras e demais normas legais.
Plano Municipal de Educação (PNE).
Lei nº 2.666/2020 – Regulamenta o Programa de Combate e a Prevenção ao Abandono e à Evasão Escolar.
Regulamento de Distribuição de turmas.
Regulamento de Remoção (quadro geral e profissionais do magistério).
Resoluções do MEC/FNDE:
Decreto Federal nº7.507/2011 – regulamenta o Programa Dinheiro Direto na Escola
Resolução 9 de 11/03/2011
Resolução 10 de 18/04/2013
Resolução 15 de 10/07/2014
Resolução 10 de 23/07/2021
Resolução 10 de 08/12/2022
Resolução 14 de 16/09/2021
Resolução 15 de 16/09/2021
Resolução 20 de 22/10/2021
Boletins informativos
Guia de execução do PDDE e ações complementares.
Portaria nº 448 de 13/09/2002.
Lei Federal nº 12.764/2012.
Regimento Escolar e PPP da Instituição e Proposta Curricular da Secretaria Municipal de Educação do Município;
Lei Federal nº 1521/2025;
Lei Municipal nº 1.531/2008 e suas alterações - Conselho Municipal de Educação;
Deliberações, Pareceres e demais atos normativos expedidos pelo Conselho Municipal de Educação.
Parágrafo único. Outros Decretos, Instruções Normativas, Resoluções, Regulamentos, orientações curriculares, metas e diretrizes poderão ser expedidos pelo Poder Público Municipal e pela Secretaria Municipal de Educação, ainda, a depender da necessidade e do contexto, outros documentos, além dos listados acima, serão relevantes.

DAS ATRIBUIÇÕES FINANCEIRAS

A autonomia financeira é um dos pilares da gestão democrática, uma vez que permite que as instituições tenham maior controle sobre seus recursos financeiros e, consequentemente, mais capacidade de atender às necessidades específicas de sua comunidade.
A gestão democrática pressupõe a participação ativa da comunidade escolar na definição de prioridades e na fiscalização da aplicação dos recursos. O Conselho Escolar, composto por representantes de diferentes segmentos da comunidade, desempenha um papel importante nesse processo, contribuindo para a tomada de decisões mais democráticas e alinhadas com as necessidades de cada local.
A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 estabelecem a autonomia da instituição de ensino como um princípio da gestão democrática.
O gestor tem a responsabilidade de administrar o orçamento da instituição, decidindo em conjunto com o Conselho Escolar, APMF/APPF e comunidade escolar como alocar os recursos disponíveis de acordo com as necessidades identificadas. Essa autonomia permite a priorização de investimentos em áreas como infraestrutura, formação de professores, compra de materiais didáticos, materiais permanentes, entre outros.
Todavia a autonomia financeira não significa ausência de prestação de contas, o gestor deve prestar contas de forma transparente à comunidade e aos órgãos responsáveis pelo controle e fiscalização do Município.
A transparência na gestão financeira é fundamental para evitar desvios e assegurar que os recursos sejam utilizados de forma eficiente e equitativa.
É importante destacar que a autonomia financeira não deve ser vista de forma isolada, mas como parte de um conjunto de princípios da gestão democrática, que inclui também a participação, a transparência, a prestação de contas e a equidade. Quando bem exercida, a autonomia financeira fortalece a capacidade da instituição de promover uma educação de qualidade e de se adaptar às peculiaridades de cada comunidade, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e democrática.

DAS OBRIGAÇÕES E PROIBIÇÕES RELATIVAS À GESTÃO FINANCEIRA

Compete ao Diretor promover e zelar pela autonomia da gestão financeira da Escola/CMEI, de acordo com a legislação vigente e as diretrizes da Secretaria Municipal de Educação, com pleno respeito à gestão democrática, às obrigações e proibições a seguir estabelecidas:
1. O Diretor deverá elaborar planejamento orçamentário anual, com a participação e aprovação do Conselho Escolar, APMF/APPF e comunidade escolar em consonância com as necessidades e demandas da instituição, visando o uso eficiente dos recursos financeiros disponíveis, colocando-os para aferição e apreciação de todos.
2. O Diretor deverá manter total transparência e responsabilidade na gestão financeira da escola/cmei, disponibilizando informações atualizadas sobre a utilização dos recursos financeiros e materiais da instituição para a comunidade escolar e para os órgãos competentes.
3. O Diretor deverá ouvir e considerar as demandas da comunidade escolar na alocação de recursos, priorizando a melhoria da qualidade do ensino, a valorização dos profissionais da educação e a adequação das instalações físicas da instituição.

4. O Diretor deverá estabelecer mecanismos eficazes de fiscalização interna e externa, em colaboração com o Conselho Escolar e APMF/APPF, para garantir a correta aplicação dos recursos financeiros da instituição sob sua responsabilidade.
5. O Diretor deverá cumprir rigorosamente a legislação vigente, as diretrizes e orientação da Secretaria de Educação e demais regulamentações aplicáveis à gestão financeira escolar.
6. O Diretor não deverá desviar ou utilizar indevidamente os recursos financeiros para fins pessoais ou alheios aos objetivos educacionais.
7. O Diretor não deverá favorecer qualquer pessoa ou entidade em detrimento dos princípios da equidade e da isonomia no acesso aos recursos e benefícios da instituição.
8. O Diretor não deverá realizar contratações de pessoal ou serviços de forma irregular, sem a devida transparência e conformidade com as normas legais.
9. O Diretor deverá prestar contas à comunidade escolar de ações realizadas durante o período que exercer a função de confiança do cargo de direção, observando as legislações e normas pertinentes à execução administrativa e financeira da escola/cmei.
10. O Diretor deverá informar à comunidade escolar o recebimento de recurso.
11. O Diretor deverá realizar a entrega das prestações de contas para análise do setor responsável na Secretaria Municipal de Educação, dentro dos prazos estabelecidos pelo Município.
12. O Diretor deverá manter toda a documentação (certidões, cadastro PDDE, cadastro TCE-PR e declarações - IR e DCTF), organizada e atualizada para eventuais diligências e vistorias realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos de controle e fiscalização.
13. O Diretor deverá manter os documentos relacionados abaixo, organizados e atualizados para eventuais diligências e vistorias realizadas pela Secretaria Municipal de Educação e demais órgãos de controle e fiscalização, bem como outros documentos necessários/solicitados, de acordo com orientações da Secretaria Municipal de Educação.
Pastas de certidões;
Pasta de declarações;
Pastas de prestações de contas dos recursos: PDDE Básico, PDDE qualidade, PDDE estrutura e Fundo Rotativo;
Pasta de bens patrimoniais;
Pasta de prestação de contas dos recursos próprios de promoções realizadas pela APMF/APPF;
Livros Atas;
Livro Caixa;
Manter atualizado o sistema de prestações de contas do PDDE Básico e ações que integradas do Banco do Brasil, BB Gestão Ágil;
Pasta de relatório de monitoramento do medidor educação conectada sendo critério para recebimento de recursos do Programa Educação Conectada.
14. O Diretor deverá submeter ao Conselho Escolar e à APMF/APPF para exame e parecer, dentro do prazo regulamentado, a prestação de contas dos recursos financeiros repassados à Instituição de Ensino, com os devidos registros em livro ata.
15. O Diretor deverá realizar quando previsto em lei e autorizado, serviços de manutenção e pequenos reparos na infraestrutura, para garantir boas condições dos espaços escolares.
16. O Diretor deverá buscar informações de como utilizar os recursos repassados pelo FNDE/MEC, de modo que, os valores sejam utilizados de forma ágil, de acordo com sua finalidade, garantindo a gestão eficiente dos recursos do FNDE/MEC e melhores resultados no Índice de Desempenho de Gestão Descentralizada do PDDE (IDEGES), podendo ainda, ser beneficiado com a parcela desempenho do programa (parcela adicional).
17. O Diretor deverá utilizar com lisura e atendendo os princípios democráticos, os recursos financeiros colocados à disposição da instituição, obedecendo ao planejamento realizado pelo órgão competente.
18. Prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar;
19. Prestar contas das ações realizadas durante o período em que exercer a direção;
20. O Diretor deverá observar as obrigações e proibições aqui estabelecidas e promover uma gestão financeira pautada nos princípios da legalidade, transparência, eficiência e participação democrática da comunidade.
A autonomia da gestão financeira da instituição de ensino objetiva o seu adequado funcionamento e a melhoria do padrão de qualidade, sendo assegurada pela alocação de recursos financeiros no orçamento anual da instituição de ensino, pela alocação de recursos à instituição, com base em critérios técnicos e objetivos.

A instituição não poderá contrair dívidas, de qualquer natureza, que ultrapassem os recursos financeiros alocados pelo Governo Federal, por intermédio do FNDE/MEC ou por elas gerados e que não sejam previamente aprovadas e autorizados pelo Conselho Escolar, APMF/APPF, comunidade escolar.

O presidente e o tesoureiro da APMF/APPF serão os responsáveis solidários pelo pagamento de quaisquer despesas por eles autorizadas ou pelas quais sejam responsáveis.

O gestor escolar e APMF/APPF serão responsáveis pela execução dos recursos, de acordo com os critérios discutidos junto ao Conselho Escolar, à APMF/APPF e à comunidade escolar.

O gestor deverá manter o Conselho Escolar, a APMF/APPF e a Unidade Fiscalizadora dos Recursos (UFR) com a vigência atualizada, com a finalidade de que não aconteça nenhum impedimento à utilização dos recursos financeiros.

DAS CONSEQUÊNCIAS PELO DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES RESPONSABILIDADE E DEVERES

Identificada situação que possa caracterizar o descumprimento das obrigações, responsabilidades e deveres do diretor previstos no Anexo III deste Decreto, a Secretaria Municipal de Educação expedirá comunicação prévia de orientação, indicando os fatos observados, a obrigação relacionada, as providências esperadas e o prazo para apresentação de esclarecimentos ou comprovação das medidas adotadas.
§ 1º A comunicação prévia poderá decorrer de constatação da Secretaria Municipal de Educação ou de informações a ela encaminhadas.
§ 2º A comunicação prévia não constitui notificação e não integra a contagem dê notificações prevista no § 7º, podendo a SMED expedir diretamente notificação quando os elementos disponíveis justificarem essa medida.
§ 3º Persistindo a situação indicada na comunicação prévia, ou quando os elementos disponíveis justificarem a adoção direta dessa medida, o gestor será notificado, mediante ato devidamente fundamentado.
§ 4º Cada notificação deverá descrever os fatos, indicar a obrigação, responsabilidade ou dever descumprido e, quando cabível, especificar as providências necessárias e o prazo para seu cumprimento.
§ 5º A cada notificação recebida, será facultado ao diretor apresentar manifestação ao titular da Secretaria Municipal de Educação, no prazo de 30 (trinta) dias, contado do recebimento da respectiva notificação. A defesa deverá ser fundamentada e poderá ser acompanhada dos documentos que o gestor entender pertinentes.
Parágrafo único. A ausência de defesa em relação a uma notificação não prejudica o direito do gestor de apresentar defesa caso receba nova notificação.
§ 6º As notificações serão contabilizadas durante o período de designação para a função de diretor, independentemente de se tratarem da mesma obrigação ou de obrigações distintas.
§ 7º O gestor que receber 03 notificações, mediante ato devidamente fundamentado da Secretaria Municipal de Educação, após apurados os fatos, poderá ser dispensado de sua função.A Secretaria Municipal de Educação elaborará relatório circunstanciado e encaminhará o caso à autoridade competente para avaliação das medidas cabíveis.
§ 8º A dispensa do gestor ocorrerá por ato discricionário do Prefeito Municipal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo.
§ 9º A existência do procedimento previsto neste artigo não impede o encaminhamento imediato à autoridade competente de fatos graves que exijam apuração ou providências urgentes.

Ainda, poderá ser dispensado da função, mediante ato discricionário do Prefeito Municipal, sem a necessidade de instauração de processo administrativo,o gestor que no exercício do cargo tenha cometido atos que comprometam o funcionamento regular da instituição, tais como:
1. Descumprir normas previstas nas legislações vigentes, quanto à utilização de recursos públicos e à prestação de contas.
2. Deixar de aplicar, sem a devida justificativa e anuência da Secretaria Municipal de Educação, recursos financeiros recebidos do FNDE/MEC.
3.Não prestar contas, no prazo devido, ou caso aplique indevidamente os recursos recebidos.
4. Caso, constatadas quaisquer irregularidades na administração dos recursos do PDDE e dos demais programas com recursos financeiros, referente à aplicação irregular ou desvio dessas verbas.
5. Aplicar indevidamente os recursos arrecadados por meio de promoções realizadas pela APMF/APPF, deixar de aplicá-los sem justificativa, não prestar ou cometer quaisquer outras irregularidades na administração desses recursos.
6. Cometer qualquer ato, que viole as legislações vigentes, ou que comprometam o regular funcionamento da instituição.
7. Por inobservância ou violação das legislações vigentes,dos deveres e atribuições do seu cargo ou por desídia no desempenho de suas funções.
8. Pela inobservância ou pelo descumprimento das disposições constantes do Anexo III deste Decreto, das legislações vigentes ou dos deveres e atribuições inerentes à função, bem como pela prática de desídia no desempenho de suas atividades.
9.Caso haja fatos concretos, devidamente comprovados e apurados com relação ao desvio de conduta ética e moral em relação aos subordinados.
10. Caso sejam constatados, fatos que constituam ilícito penal, falta de idoneidade moral, de disciplina, de assiduidade, de dedicação ao serviço, ou de deficiência ou infração funcional e pelo descumprimento das atribuições, obrigações, responsabilidades e deveres estabelecidos no Anexo III deste Decreto.
11. Por insuficiência de desempenho, após orientação, acompanhamento e oportunidade de adequação, salvo situação de gravidade que exija providencia imediata.
12. Infração aos princípios da administração pública, previstos na Constituição Federal, ou qualquer outra obrigação legal decorrente do exercício do seu cargo ou da função pública.
13. Prometer, oferecer, conceder ou intermediar benefícios, vantagens, privilégios ou tratamento favorecido, de qualquer natureza, em troca de favores, apoio, influência, benefício pessoal ou qualquer outra contrapartida, para si ou para terceiros, observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade e isonomia.

Após a apuração dos fatos pela Secretaria Municipal de Educação, observadas e analisadas individualmente cada contexto e situação, o gestor ainda poderá sofrer outras sanções previstas em lei.

O gestor dispensado da função de diretor por decisão fundamentada, após o recebimento de três notificações no mesmo período de designação e assegurado o direito de defesa, ficará impedido de participar de novo processo consultivo ou de ser indicado para a função pelo prazo de 3 (três) anos, contado da publicação do ato de dispensa.

A solicitação de dispensa da função, apresentada após o recebimento de três notificações, dentro do período de designação para a função, não impedirá a conclusão da apuração. Confirmadas, em decisão fundamentada e assegurado o direito de defesa, as irregularidades que ensejaram as notificações, aplicar-se-á o impedimento previsto no art. 155 deste Decreto, contado da publicação da decisão.

ANEXO IV
PROJETO DE GESTÃO

ESTRUTURA PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO

CAPA: Nome da escola e nome do candidato.

APRESENTAÇÃO DO CANDIDATO: Realizar um breve relato com a identificação, formação acadêmica, experiência profissional e os motivos que o levaram a concorrer à função de Diretor.
IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO: Apresentar informações referentes à Instituição de Ensino em relação a localização**,** estrutura física (número de salas, biblioteca, quadra, pátio, refeitório...), tipos de atendimentos realizados (etapas e modalidades), número de alunos matriculados, quadro funcional e perfil socioeconômico da Comunidade escolar, de acordo com os dados apresentados no PPP.
APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO:A estruturação do Plano de Gestão deve expressar claramente as linhas gerais do Projeto Político Pedagógico, com a apresentação de propostas concretas que evidenciem o sentido maior da educação escolar: o compromisso com a aprendizagem de **todos os estudantes**. Nesse sentido, o Plano de Gestão deve conter as formas pelas quais a Direção pretende:
Melhorar a aprendizagem dos alunos utilizando, inclusive, estratégias voltadas à diminuição do índice de reprovação e evasão escolar;
Aperfeiçoar o processo de inclusão, permanência e sucesso dos alunos;
Promover e incentivar a participação e integração da comunidade escolar nas atividades da escola;
Articular as ações do Conselho Escolar e APMF/APPF para definir as prioridades relacionadas às questões administrativas, financeiras e pedagógicas, bem como as relacionadas à manutenção e investimentos necessários à qualificação do ambiente escolar e que estejam sob a responsabilidade da Direção, abrangendo, também, a discussão coletiva e definição quanto à aplicação dos recursos da autonomia financeira e outros que a Instituição de Ensino vier a receber.

ELEMENTOS PARA A ELABORAÇÃO DO PROJETO DE GESTÃO

DESAFIOS: Elencar os desafios identificados em sua Instituição de Ensino, analisando aspectos que demandem atenção especial;

OBJETIVOS: Descrever os objetivos a serem alcançados, em consonância com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista a superação das fragilidades e os desafios elencados. Os objetivos devem ser exequíveis, ou seja, de possível realização.

AÇÕES: Apresentar ações que visem contribuir para o alcance do objetivo propostos. (Como irei atingir os objetivos propostos).

METAS: Caracteriza-se pelos resultados que o gestor propõe atingir no período do mandato. As metas devem fundamentar-se nos objetivos.

RESULTADOS: Apresentar de forma objetiva, propostas de como será realizado avaliado e apresentado a Secretaria Municipal de Educação e a comunidade escolar, o cumprimento das propostas elencadas no Projeto de Gestão, bem como os resultados alcançados.

Elencar objetivos e metas para melhorias da instituição e do ensino, em consonância com a política educacional da Secretaria Municipal de Educação;
Descrever as ações a serem implementadas na gestão dos resultados educacionais, na gestão participativa, na gestão pedagógica, na gestão de pessoas, na gestão de serviços e recursos e na gestão de resultados educacionais, elencando as prioridades e metas a serem atingidas, compartilhadas com o Conselho Escolar e APMF/APPF.
A proposta de trabalho deverá priorizar aspectos presentes no Projeto Político Pedagógico e no Regimento Escolar, destacando o papel do gestor enquanto líder articulador comprometido com o fortalecimento da gestão democrática e cidadã em prol da melhoria da qualidade de ensino, visando à inclusão social e diminuição das desigualdades sociais que a escola/CMEI apresenta.

PROPOSTAS DE AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

NO EIXO GESTÃO EDUCACIONAL:
Liderança (gestão de pessoas/ desenvolvimento de pessoal);

Gestão de Comunicação (as regras e funcionamento para um clima de trabalho que se pauta na solidariedade, no diálogo e no respeito);
Organização do Tempo Curricular (planejamento das atividades/ cumprimento das atribuições e atividades pedagógicas, calendário etc.);
Autonomia (na gestão de seu Plano Gerencial / Pedagógico, Projeto Financeiro);
PDDE;
Conselho Escolar e APMF/APPF;
Patrimônio da Instituição Pública;
Estratégias para a promoção de um ambiente escolar seguro, saudável e acolhedor;
Proposta para implementação de Recursos do Programa PDDE Escola (FNDE/MEC), de forma transparente, com a participação de toda a Comunidade escolar, visando o bom uso dos recursos.

NO EIXO PEDAGÓGICO:
1. Gerenciamento e suporte pedagógico aos professores, coordenadores e família;
2. Acompanhamento pedagógico do aluno compartilhado com a família (avaliação do processo de ensino-aprendizagem);
3. Apresentar propostas para melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem;
4. Profissionalismo (compromisso com projetos que concretizem as metas):
Acompanhar e fazer cumprir os planejamentos;
Ações para elevar o índice de aprovação e a diminuição da evasão escolar;
Acompanhar por meio do Conselho de Classe a evolução dos níveis de leitura, escrita e produção de texto dos estudantes, o rendimento em todas as disciplinas, e, após a análise desses resultados, elaborar com a equipe escolar os Planos de Ação para o alcance das metas estabelecidas pela Secretaria Municipal;
Organizar ações para formação continuada no âmbito escolar que se fundamentam em legislações e temas relevantes para a melhoria do processo formativo (professores, alunos, comunidade escolar, equipe de apoio e equipe pedagógica).

NO EIXO RELACIONAL:
Liderando alunos;
Liderando professores (acolhimento, acompanhamento, reuniões);
Liderando as famílias, Propostas para o fortalecimento da participação da Comunidade escolar(incentivo à participação dos pais);
3. Parceria com a comunidade escolar e local;
4. Voluntariado (ações voluntárias da comunidade escolar com a ciência e autorização da Secretaria Municipal de Educação).

AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE RESULTADOS: Apresentar de forma objetiva, como pretende avaliar os resultados com a participação do Conselho Escolar APMF/APPF. E planejar ações para reverter os indicadores educacionais.

REFERÊNCIAS

ANEXO V
CRONOGRAMA
1. 02/10/2026 — Publicação do Decreto de Eleição.
Responsável: Secretaria Municipal de Educação – SMED.

2. 16/10/2026 — Envio dos nomes dos representantes da Comissão Local.
Responsáveis: instituições de ensino.

3. 16/10/2026 — Envio dos documentos da 1ª etapa.
Responsável: candidato.

4. 20/10/2026 — Resultado da análise das inscrições.
Responsável: Comissão Central.

5. 22/10/2026 — Prazo de recurso das inscrições.
Responsável: candidato.

6. 26/10/2026 — Resultado dos recursos da análise das inscrições.
Responsável: Comissão Central.

7. 14/11/2026 — Avaliação de mérito e desempenho: prova objetiva (2ª etapa).
Responsáveis: Comissão Central e candidato.

8. 14/11/2026 — Avaliação de mérito e desempenho: entrega dos títulos (2ª etapa).
Responsáveis: Comissão Central e candidato.

9. 14/11/2026 — Entrega do Projeto de Gestão.
Responsáveis: Comissão Central e candidato.

10. 18/11/2026 — Resultado final da avaliação prévia de mérito e desempenho.
Responsável: Comissão Central.

11. 23/11/2026 a 26/11/2026 — Apresentação do Projeto de Gestão à Comissão Central.
Responsável: candidato.

12. 23/11/2026 a 26/11/2026 — Apresentação do Projeto de Gestão à comunidade escolar.
Responsável: candidato.

13. 30/11/2026 — Homologação das inscrições.
Responsável: Comissão Central.

14. 01/12/2026 a 09/12/2026 — Período de campanha.
Responsável: Comissão Central.

15. 10/12/2026 — Consulta pública.
Responsável: candidato.

16. 14/12/2026 a 17/12/2026 — Período de transição.

Publicado por:
Juliana Hilaria de Lima Lopes
Código Identificador:3012DB5B

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO

OBRIGATORIEDADE DE CONSERVAÇÃO DE IMÓVEIS URBANOS
Ficam Vossas Senhorias, proprietários ou possuidores a quaisquer títulos de imóveis urbanos, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, **NOTIFICADOS** da obrigação de manter seus imóveis limpos, capinados e drenados, sob pena de responder, em qualquer situação, por sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza.
Art. 13 - Para preservar a estética e a higiene pública é proibido: Manter terrenos baldios ou não, com detritos ou vegetação indevida. (LEI 409/2022).
Art. 36 - Sempre que os serviços municipais entendam existir perigo de salubridade, os proprietários ou usufrutuários de terrenos onde se encontrem lixos, detritos ou entulhos, mesmo que depositados abusivamente por terceiros, ou cobertos de mato ou vegetação, serão notificados a limpá-los. (Decreto 1314/2011).
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 15 (quinze) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários.***
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme artigos 34; 35 e 36 do Decreto 1314/2011 e ART. 8º do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que os imóveis continuem limpos, caso contrário, ocorrerá cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o imóvel esteja edificado ou limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 2 Lote: 26
AV MARIA DA CONCEIÇAO FABRI DE ARRUDA, 537
Bairro: JARDIM MARINGÁ
Nome do Proprietário: LUCAS DA SILVA PEREIRA

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 5
RUA APARECIDO AVANÇO, 72
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: ELVIS JOHNES DA CUNHA CARDOSO

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 8
RUA ANTONIO AVANÇO, 152
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: CRISTINA ERICA GONDO MINAGAWA

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 9
RUA ANTONIO AVANÇO, 138
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: JONATHAN ALMEIDA KOMIYAMA

Local do Imóvel : Quadra: 4 Lote: 5
AV NOVA SAO PAULO, 303
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 3
RUA ANTONIO AVANÇO, 273
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: MARILZA SOLANGE BORGES ROSAS

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 6
RUA ANTONIO AVANÇO, 315
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: HENRIQUE POSSETTI CALVO

Local do Imóvel : Quadra: 8 Lote: 11
RUA ANTONIO AVANÇO, 611
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: RTA INCORPORADORA IMOBILIARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 11 Lote: 20
RUA TRES LAGOAS, 1130
Bairro: JARDIM ESPERANÇA 1º PARTE
Nome do Proprietário: MESSIAS AMANCIO DA SILVA

Local do Imóvel : Quadra: 16 Lote: 11
RUA OURO PRETO, 785
Bairro: PQ.RES.NOVA ALIANÇA
Nome do Proprietário: ELIZA FARTO DAMA

Local do Imóvel : Quadra: 16 Lote: 16
RUA PIONEIRO MANOEL AGENTIL RAMOS, 185
Bairro: LOTEAMENTO ECOVALLEY
Nome do Proprietário: ECOINGA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 7 Lote: 19/20REM
RUA OLGA FAVERI BELLI, 601
Bairro: PARQUE DAS CEREJEIRAS
Nome do Proprietário: ANDRE KOUTALOU IKI

Local do Imóvel : Quadra: 48 Lote: 2
AV DEPUTADO BORSARI NETTO, 667
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: BATISTA IZEPE - ADMINISTRAÇÃO DE BENS LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 52 Lote: 26
RUA SATURNO, 208
Bairro: JD. UNIVERSAL
Nome do Proprietário: ESPÓLIO DE DOMINGOS VAULEI MARIUCCI

Local do Imóvel : Quadra: 23 Lote: 1
AV GIRO WATANABE, 700
Bairro: JD. NOVA INDEPENDENCIA 1 E 2 PARTE
Nome do Proprietário: JUACI ARAUJO DANTAS E OUTROS

Local do Imóvel : Quadra: 36 Lote: 7
RUA RIO AZUL, 428
Bairro: PARQUE RESIDENCIAL ALVAMAR II
Nome do Proprietário: CG CAPITAL LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 23 Lote: 2
AV ANCHIETA, 2036
Bairro: RESID. SAO JOSE II (DOIS)
Nome do Proprietário: CELSO JARDIM DOS SANTOS

Local do Imóvel : Quadra: 231 Lote: 4
RUA MACHADO DE ASSIS, 3580
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: JOAO APARECIDO XAVIER

Local do Imóvel : Quadra: 40 Lote: 23
RUA MERCURIO, 198
Bairro: JD. UNIVERSAL
Nome do Proprietário: TEREZINHA DA ROCHA APOLINARIO

Local do Imóvel : Quadra: 21 Lote: 23
RUA LAURITA MACHADO CAPELI, 358
Bairro: JARDIM OURO VERDE III
Nome do Proprietário: ANDRE GASPAR DE MORAES

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:8E900477

SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
NOTIFICAÇÃO CALÇADA

OBRIGATORIEDADE DE EFETUAR A ROÇADA DO MATO NA CALÇADA
SENHORES CONTRIBUINTES PROPRIETÁRIOS/RESPONSÁVEIS POR IMÓVEIS URBANOS, edificados ou não, lindeiros a vias ou logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação asfáltica, ficam NOTIFICADOS da obrigação de limpar o passeio público (calçada) e as guias de águas pluviais, e mantê-lo limpos e capinados.
Art. 17 da lei complementar nº 409/2022 - Que todos os proprietários ou ocupantes de terras às margens das vias públicas são obrigados a roçar as testadas das mesmas, a conservarem limpas e desobstruídas as vias e valetas existentes em seus terrenos ou que com eles limitarem, removendo convenientemente os detritos.
NOTIFICAMOS, ***para procederem no prazo de 10 (dez) dias, contado da data recebimento da presente notificação, a execução dos serviços necessários.***
Verificado o não atendimento da notificação dentro do prazo estabelecido, ficará sujeito a **AUTUAÇÃO** sem necessidade de notificação posterior a esta; Multa conforme Art. 17 da Lei Complementar nº 409/2022 e Artigo 8° do Decreto 1012/2022.
Após a limpeza, deverá garantir que a calçada continue limpa, caso contrário, ocorrerá
cobrança de multa, com valor dobrado, a cada reincidência e progressivamente.
Caso o local esteja limpo, favor desconsiderar a notificação.
É obrigação do proprietário manter o cadastro de correspondência atualizado na
Secretaria de Fazenda na Prefeitura.

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 5
RUA APARECIDO AVANÇO, 72
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO

Nome do Proprietário: ELVIS JOHNES DA CUNHA CARDOSO

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 6
RUA ANTONIO AVANÇO, 180
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: H.S GONDO & CIA AGROPECUARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 7
RUA ANTONIO AVANÇO, 166
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: H.S GONDO & CIA AGROPECUARIA LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 1 Lote: 8
RUA ANTONIO AVANÇO, 152
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: CRISTINA ERICA GONDO MINAGAWA

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 6
RUA ANTONIO AVANÇO, 315
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: HENRIQUE POSSETTI CALVO

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 10
RUA ANTONIO AVANÇO, 371
Bairro: JARDIM CENTRO CIVICO
Nome do Proprietário: GUILHERME GILBERTO ALDA ENGENHARIA CIVIL LTDA

Local do Imóvel : Quadra: 24 Lote: 1REM
AV RUI BARBOSA, 300
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: EBER DA SILVA

Local do Imóvel : Quadra: 5 Lote: 1
RUA CRISTOVAO COLOMBO, 117
Bairro: JD. NOVO PANORAMA
Nome do Proprietário: FRANCISCO ANTONIO DA COSTA

Local do Imóvel : Quadra: 3 Lote: 23
RUA APARECIDA JORGE GARCIA, 81
Bairro: JARDIM OURO VERDE III
Nome do Proprietário: ANDRESSA CORREA DE FREITAS

Local do Imóvel : Quadra: 206 Lote: 1M
AV RIO BRANCO, 175
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: NIVALDO GONCALVES NEVES

Local do Imóvel : Quadra: 231 Lote: 4
RUA MACHADO DE ASSIS, 3580
Bairro: JD. INDEP.1A. 2A. 3A. PARTE
Nome do Proprietário: JOAO APARECIDO XAVIER

Local do Imóvel : Quadra: 40 Lote: 22
RUA MERCURIO, 188
Bairro: JD. UNIVERSAL
Nome do Proprietário: ADRIANA CASTELHANO DE LIMA

Local do Imóvel : Quadra: 18 Lote: 13
RUA SIMÃO BOLIVAR, 769 B
Bairro: JARDIM AURORA
Nome do Proprietário: FABIANA GOMES DE OLIVEIRA

Publicado por:
Mauricio Egidio Adamo
Código Identificador:340F233C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 5202/2026

Súmula: Abre Credito Suplementar no valor de R$ 322.500,00 (Trezentos e Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais), e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SENGES, ESTADO DO PARANÁ, GERSON NUNES, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEI MUNICIPAL N.779 DE 16/10/2025.

Art. 1º. Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Suplementar no valor de R$ 322.500,00 (Trezentos e Vinte e Dois Mil e Quinhentos Reais), nas seguintes Dotações Orçamentárias:

Transferência		
Códigos	Descrição	Valor
09	SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTE E TURISMO	
09.002	DEPARTAMENTO DE CULTURA	
13.392.0012.2055	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE CULTURA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
5030	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.500,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
5040	00000-Recursos Ordinários (Livres)	50.000,00
	SUBTOTAL	53.500,00
14	SECRETARIA DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
14.001	DEPTO DE INDUSTRIA E COMÉRCIO	
22.661.0007.2077	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA E COMERCIO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8050	00000-Recursos Ordinários (Livres)	6.000,00
	SUBTOTAL	6.000,00
20	SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE	
20.001	DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
18.541.0008.2080	MANUTENÇAO DO DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8320	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
18.541.0008.2081	DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
8400	00000-Recursos Ordinários (Livres)	253.000,00
	SUBTOTAL	263.000,00
	TOTAL	322.500,00

Art. 2º. Para acorrer ao crédito de que trata o artigo anterior, serão utilizados os recursos provenientes do cancelamento das seguintes dotações orçamentárias:

Anulação		
Códigos	Descrição	Valor
04	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
04.001	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	
04.122.0004.2006	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE ADMINISTRAÇÃO	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	100.000,00
	SUBTOTAL	100.000,00
06	SECRETARIA DE FINANÇAS E PLANEJAMENTO	
06.001	DEPARTAMENTO DE FINANÇAS	
04.123.0005.2017	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE FINANÇAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1350	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
06.002	DEPARTAMENTO DE TRIBUTAÇÃO	
04.129.0005.2020	MANUTENÇÃO DO DEPTO DE TRIBUTAÇÃO	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1530	00000-Recursos Ordinários (Livres)	68.000,00
	SUBTOTAL	98.000,00
12	SECRETARIA DE TRANSPORTE E VIAÇÃO	
12.002	DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
26.782.0018.2071	MANUTENÇÃO DO DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS RODOVIÁRIOS	
3.1.90.04.00.00	CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	
7110	00000-Recursos Ordinários (Livres)	124.500,00
	SUBTOTAL	124.500,00

TOTAL	322.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Município de Sengés, 30/09/2026

GERSON NUNES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kauã Mateus Nascimento
Código Identificador:8C73CC33

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SULINA

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO N° 55/2026 - CONTRATAÇÃO: 988477-12/2026

O Município de Sulina/PR, informa aos interessados a retificação do edital da Pregão Eletrônico n.º 55/2026, cujo objeto é **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MOCHILAS ESCOLARES INFANTIS, MOCHILAS DESTINADAS AOS PROFESSORES E TÊNIS INFANTIS DE CALCE FÁCIL, DESTINADOS À DISTRIBUIÇÃO AOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO E AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SULINA/PR",** após recebimento de pedido de esclarecimento.
A alteração do edital refere-se à **data de início da sessão/disputa de lances**, que passa a ser **20 de outubro de 2026, às 09h** (Brasília/DF).
Fica retificado o Termo de Referência, no que tange às especificações mínimas dos produtos e, também, sobre a validade dos laudos que deverão ser apresentados.
O termo de referência retificado na íntegra está disponível através do link: https://sulina.pr.gov.br/licitacao/1843, por se tratar de arquivo bem extenso.
As demais cláusulas e condições presentes no instrumento convocatório permanecem inalteradas. O Edital completo poderá ser obtido na internet, nos sítios http://www.sulina.pr.gov.br. Outras informações poderão ser obtidas na Seção de Licitação. Sulina/PR, 02 de outubro de 2026.

GILBERTO JOÃO ROSSI,
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Ediceia Schafer Rosa
Código Identificador:B663072D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA

DIVISÃO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE CONTRATO Nº. 73/2026

ID: 2817

CONTRATANTE – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAPIRA
CNPJ – 75.801.738/0001-57

CONTRATADA – UMUARAMA PUBLICIDADES LTDA
CNPJ – 08.649.029/0001-00

CONCORRÊNCIA Nº 02/2026

OBJETO – CONTRATAÇÃO DE UMA AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA CONCEPÇÃO, PLANEJAMENTO, CRIAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DE CAMPANHAS INSTITUCIONAIS, BEM COMO NA REALIZAÇÃO DE OUTROS SERVIÇOS PUBLICITÁRIOS DE INTERESSE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE TAPIRA-PR

VALOR – R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

PRAZO DE EXECUÇÃO: 12 (doze) meses

VIGÊNCIA – 30 de setembro de 2026 a 30 de Janeiro de 2028

Tapira, 30 de setembro de 2026.

Publicado por:
Edner Joao Peres da Silva
Código Identificador:A6EE1B9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 04/2026
PROCESSO DE DISPENSA Nº 03/2026

CONTRATANTE: FUNDO FINANCEIRO MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES, inscrito no CNPJ nº 02.096.844/0001-03.

CONTRATADA: J. I. INFORMÁTICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.273.689/0001-77, com sede na Rua Alcione Bastos, nº 1473, sala 02, Bairro Alto da XV, CEP: 85.065-020, Guarapuava – PR.

OBJETO: Prestação de serviços de Locação e Manutenção de Software para Contabilidade Pública, Recursos Humanos/Folha de Pagamento, Licitações e Portal da Transparência/Governança para o Fundo Financeiro Municipal e Fundo Previdenciário Municipal de Teixeira Soares, em plataforma em nuvem (SaaS), compreendendo suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva, e atualizações legais.

VALOR TOTAL: R$ 39.261,78 (Trinta e nove mil, duzentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos)**,** sendo o valor mensal de **R$ 6.543,63.**

VIGÊNCIA: 06 (seis) meses, iniciando em 05/10/2026.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 1.945/2024.

DATA DA ASSINATURA: 01/10/2026.

Teixeira Soares – PR, 05 de outubro de 2026.

MARIA INÊS GUTERVIL WOLSKI
Diretora Presidente do RPPS
Fundo Financeiro Municipal de Teixeira Soares

Publicado por:
Regis Elysson Jagher
Código Identificador:1DF165B3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 307 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO Nº 307 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DE MEMBROS REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO NO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE – COMDEMA/TEIXEIRA SOARES, CONSTANTES NO DECRETO MUNICIPAL N.º 112/2026, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, ESTADO DO PARANÁ, no uso das suas atribuições que lhe confere o inciso IX do art. 73 da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Municipal n.º 2.212, de 14 de maio de 2025, e a competência prevista no seu art. 17 para nomeação dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente (COMDEMA/TEIXEIRA SOARES);

CONSIDERANDO o Decreto Municipal n.º 112, de 31 de março de 2026, que nomeou os membros titulares e suplentes do COMDEMA/TEIXEIRA SOARES;

CONSIDERANDO o requerimento formal apresentado por Tatiana Mara Salapata, datado de 21 de setembro de 2026, no qual solicita o seu desligamento da Presidência e da condição de membro do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

CONSIDERANDO a indicação formal formalizada através do Ofício n.º 06/2026-SMICT, de 01 de outubro de 2026, decorrente da transferência funcional da servidora Monike Gabriela Padilha;

DECRETA:

Art. 1.º As alíneas "a" e "c" do inciso I do art. 1.º do Decreto Municipal n.º 112, de 31 de março de 2026, passam a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1.º (...)
I – REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO
a) Representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Serviços Urbanos:
TITULAR: ANA CLÁUDIA MOREIRA GOMES
SUPLENTE: MARIA IZABEL GOMES DO VALLE
(...)
c) Representantes da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo:
TITULAR: CARLOS ALBERTO GORTE
SUPLENTE: JOSIELI GASPAR

Art. 2.º Ficam ratificadas integralmente as demais nomeações e disposições contidas no Decreto Municipal n.º 112/2026.
Art. 3.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, aos 02 dias do mês de outubro de 2026.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
CUMPRA-SE.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:828D8480

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 308, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 308, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE GIOVANNI HENRIQUE BILIBIU.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeado **GIOVANNI HENRIQUE BILIBIU**, portador do CI RG nº 13.561.XXX-2 SSP/PR e CPF nº 103.168.XXX-47, para exercer o **cargo efetivo de Professor**, nível 01 classe A, a partir de 01 de outubro de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotado na Secretaria de Educação.

Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:571A473C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 309, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 309, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE TAILAINE MAIARA DO NASCIMENTO.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada **TAILAINE MAIARA DO NASCIMENTO OLIVEIRA**, portadora do CI RG nº 14.484.XXX-3 SSP/PR e CPF nº 089.669.XXX-84, para exercer o **cargo efetivo de Professor**, nível 01 classe A, a partir de 01 de outubro de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.
Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:85D70D8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 310, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

DECRETO Nº 310, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ.

O Prefeito Municipal e o Secretário Geral de Governo do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e, especificamente, pelo inciso IX, do art. 73, da Lei Orgânica do Município, com vistas da realização do CONCURSO N° 02/2025, **homologado pelo Decreto nº 18/2026, de 29 de janeiro de 2026, amparado pelo artigo 37, Inciso II da** CF/88, observada a ordem de classificação dos participantes do certame;
DECRETA:
Artigo 1º. Fica nomeada **ANDRIELE APARECIDA VONSOVICZ**, portadora do CI RG nº 13.796.XXX-0 SSP/PR e CPF nº 107.335.XXX-19, para exercer o **cargo efetivo de Professor**, nível 01 classe A, a partir de 05 de outubro de 2026, em virtude de aprovação no concurso público, lotada na Secretaria de Educação.
Artigo 2º. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entra em vigor nesta data.

PUBLIQUE-SE.
REGISTRE-SE.
DÊ-SE A POSSE
CRIE-SE FICHA FUNCIONAL E PROCEDA-SE ÀS ANOTAÇÕES DE PRAXE.

DADO E PASSADOno Gabinete do Prefeito Municipal de Teixeira Soares, Estado do Paraná, data supra.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito do Município

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:D64645CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO ELETRONICO Nº 96-2026

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 96/2026

A Prefeitura Municipal de Terra Boa - PR torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando Pregão Eletrônico, tipo menor preço, UNITARIO.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em pacotes de excursões e viagens turísticas com o objetivo de conjugação de esforços destinados a fomentar o fluxo turístico do Paraná, por meio do turismo rodoviário e da inclusão social, intuito de valorização do bem-estar, garantindo momentos de lazer, cultura, socialização e integração social para OS GRUPOS DE CONVIVÊNCIA atendidas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Família de Terra Boa – Pr, valorizando o patrimônio natural e cultural do Estado do Paraná, bem como promovendo e incentivando o turismo como fator de desenvolvimento social e econômico, conforme TERMO DE CONVÊNIO Nº 021/2026 – Secretaria de Estado do Turismo – SETU.

Edital completo disponível na plataforma https://bnc.org.br/ e também no site da Prefeitura - https://terraboa.eloweb.net/portaltransparencia/licitacoes.
As propostas devem ser encaminhadas a partir do dia 02.10.2026 através do https://bnc.org.br/

Data e horário da sessão de abertura: 22.10.2026, às 08h30 (horário de Brasília).

Mais informações: licitacao@terraboa.pr.gov.br ou pelo telefone (44) 3641-8000, Setor de Licitações.

Terra Boa, 02 de outubro 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:CCBD2BAC

LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: 329/2026
REF: PREGÃO N° 30/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CSK IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 60.599.605/0001-72, com sede Ivaiporã, Paraná, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CAMILE BORGES SOCOLOSKI CHERPINSKI, CPF: 051.447.269-33, carteira de Identidade nº 97396051.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA Aquisição de Material Médico Hospitalar para atendimento de pacientes nas Unidades Básicas de Saúde, Centro de Especialidades e Hospital Municipal São Judas Tadeu de Terra Boa..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até R$ **5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais)**, valor esse que será pago em CONFORME EDITAL.

PRAZO: A presente ARP terá vigência a partir de 02 de outubro de 2026, com vencimento até 14 de setembro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 84 da Lei nº 14.133/2021, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:81B80329

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 402/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 38/2025

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: R C F CLINICA DE ATENDIMENTO PERSONALIZADO LTDA, CNPJ nº 35.703.295/0001-47, com sede RUA MATO GROSSO, 1165, ZONA DOIS, CEP 87200326, Cianorte - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RAFAELA MARIN DESTEFANO FECCHIO, CPF: 050.306.219-70, carteira de Identidade nº 98061592.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ENDOCRINOLOGIA/METABOLISTA, GASTROENTEROLOGISTA, CARDIOLOGISTA, NEUROLOGISTA, OTORRINOLARINGOLOGISTA, PSIQUIATRA, ORTOPEDISTA/TRAUMATOLOGISTA,

REUMATOLOGISTA, UROLOGISTA, OFTALMOLOGISTA, DERMATOLOGISTA, PNEUMOLOGISTA, NEFROLOGISTA, GINECOLOGISTA, ANESTESISTA, VASCULAR, PEDIATRIA e HEMATOLOGISTA.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Valor Unitário
17	**PEDIATRIA CLINICA** Efetuar Serviço Médico ESPECIALIZADO: exames médicos, emitir diagnóstico, prescrever medicamentos e realizar tratamento de enfermidades. Receitas, emissão de atestados médicos e declarações de comparecimento; Prestar todas as informações médicas necessárias para os prepostos ou funcionários do CONTRATANTE, a fim de possibilitar a continuidade adequada da atenção à saúde do paciente, de acordo com as orientações e fluxos estabelecidos; Preencher os documentos comprobatórios do atendimento, com detalhamento da consulta, atendimento, tratamento, evolução e encaminhamento final, conforme orientações do SUS. Realizar atenção à saúde aos indivíduos sob sua responsabilidade; Realizar estratificação de risco e elaborar plano de cuidados TERAPEUTICO SINGULAR (PTS) para os pacientes de acordo com o Protocolo Municipal ou Solicitação da Rede de Atenção. Atendimento a todas as políticas públicas da saúde; Atendimento ao usuário de serviço de saúde: procedimento pertinente à atenção especializada, com base na tabela do SIGTAP; Utilizar e preencher obrigatoriamente o prontuário eletrônico (SIGSS). Horário e Agenda deverá ser agendados na Secretaria de Saúde. Atendimento de consultas em Unidade de Saúde no Município de Terra Boa-Pr O Pagamento será de acordo com a produção (atendimento) A Comprovação será por meio de relatório do sistema SIGSS – Sistema Integrado de Gestão em Saúde.	R$80,00 Por consulta

Valor esse que será pago conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 29 de setembro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:23D37EB3

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 405/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 37/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: INSTITUTO MAFRA IMAGEM, CNPJ nº 10.491.826/0001-54, com sede AVENIDA BRASIL, 739, ZONA DOIS, CEP 87200000, Cianorte - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). CARLOS HENRIQUE POLITO MAFRA, CPF: 431.996.909-04, carteira de Identidade nº .

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços em exames, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e complementares, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município, abrangendo demandas ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
01	**Serviços de Exames Complementares Procedimentos** O pagamento será conforme apresentação da produção. O controle será feito através do Sistema Integrado de Serviços de Saúde – SIGSS Será Pago Conforme **Tabela 5, 8, 11 e 15** de Procedimento Anexo I.	Até R$25.000,00 mensal	Até R$300.000,00 Anual
02	**Exames e Diagnósticos e Medicina Nuclear** O pagamento será conforme apresentação da produção. O controle será feito através do Sistema Integrado de Serviços de Saúde – SIGSS Será Pago Conforme **Tabela 1, 2 , 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 12** de Procedimento Anexo I.	Até R$150.000,00 mensal	Até R$1.800.000,00 Anual

Valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 01 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B7964332

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 406/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 37/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: CLINICA LUBASKI LTDA, CNPJ nº 59.911.019/0001-32, com sede RUA MANOEL PEREIRA JORDAO, 99, ZONA DOIS, CEP 87240000, Terra Boa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). JORDANA LUBASKI DE MARCO, CPF: 064.260.559-99, carteira de Identidade nº 93187520.
OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços em exames, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e complementares, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município, abrangendo demandas ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
04	**TERAPIAS MULTIDICIPLINARES** O pagamento será conforme apresentação da produção. O controle será feito através do Sistema Integrado de Serviços de Saúde – SIGSS Será Pago Conforme **Tabela 13** de Procedimento Anexo I	Até R$35.000,00 mensal	Até R$420.000,00 Anual

Valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 01 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:0C0C02FB

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 407/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 37/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: R C GALO HENRIQUES - ODONTOLOGIA - ME, CNPJ nº 13.299.564/0001-19, com sede AVENIDA BRASIL, 1293, ZONA UM, CEP 87240000, Terra Boa - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). RENATA CRISTINA GALO, CPF: 054.135.159-10, carteira de Identidade nº 97699607.

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços em exames, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e complementares, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município, abrangendo demandas ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência.

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
03	**Serviços Odontológicos** O pagamento será conforme apresentação da produção. O controle será feito através do Sistema Integrado de Serviços de Saúde – SIGSS Será Pago Conforme **Tabela 14** de Procedimento Anexo I	Até R$5.000,00 mensal	Até R$60.000,00 Anual

Valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 01 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:F6B7B21A

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 408/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 37/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: TOMOIMAGEM - MEDICINA DIAGNOSTICA LTDA - EPP, CNPJ nº 10.318.935/0001-74, com sede RUA ARARUNA, 1053, CENTRO, CEP 87302210, Campo Mourão - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). FERNANDO TAIRA KASHIWAGI, CPF: 029.226.279-50, carteira de Identidade nº 55389241.

OBJETO: credenciamento de pessoas jurídicas para prestação de serviços em exames, procedimentos diagnósticos, terapêuticos e complementares, destinados ao atendimento dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) do Município, abrangendo demandas ambulatoriais, hospitalares, de urgência e emergência..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Valor Unitário	Valor Total
02	**Exames e Diagnósticos e Medicina Nuclear** O pagamento será conforme apresentação da produção. O controle será feito através do Sistema Integrado de Serviços de Saúde – SIGSS Será Pago Conforme **Tabela 1, 2 , 3, 4, 6, 7, 9, 10 e 12** de Procedimento Anexo I.	Até R$150.000,00 mensal	Até R$1.800.000,00 Anual

Valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 01 de outubro de 2026, com vencimento até 01 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 01 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:BB87E9DA

LICITAÇÕES
PARECER HOMOLOGA E ADJUDICA PROCEDIMENTO LICITATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS - INEXIGIBILIDADE Nº 39/2026

O Senhor Valter Peres, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso das suas legais atribuições e com base no Parecer Conclusivo da Comissão de Contratação.

RESOLVE:

Art. 1º. Fica homologada e adjudicada a decisão proferida pela Comissão de Contratação, que trata da licitação na modalidade de **Inexigibilidade sob n.º 39/2026**, Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ANESTESISTA conforme especificações neste termo de referência.
Sendo que a empresa credenciada foi:

NOME	CNPJ
L. BRUST CLINICA MÉDICA LTDA	04.991.122/0001-48

Art. 2º. Fica a Secretaria de Saúde autorizada a tomar todas as providências necessárias e legais, visando à contratação do objeto de que trata o referido Procedimento Licitatório, nos termos da decisão proferida pela Comissão de Contratação.

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:B21A51EB

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE 45-2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO

INEXIGILIDADE DE LICITAÇÃO Nº45/2026.

Em atendimento ao art. 72, § único da Lei 14.133/2021, ficam pelo presente Termo, ratificados e confirmados os atos referentes à contratação direta da entidade IRMANDADE SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO, que tem por objeto a elaboração de Termo de colaboração para repasse A IRMANDADE SANTA CASA SÃO VICENTE DE PAULO, nos termos da Portaria GM/MS Nº 9.760/2025, com Inexigibilidade de Licitação, conforme previsto no art.74, da Lei Federal 14.133/2021, no valor de R$ 53.526,75 (cinquenta e três mil quinhentos e vinte e seis reais e setenta e cinco centavos).

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Valeria Ap. Zancan Sotocorno
Código Identificador:58E5986B

LICITAÇÕES
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PREGÃO Nº 74/2026

Licitação Modalidade: **Pregão No 74/2026**

Registro de preços visando futura e eventual Contratação de Pessoa Jurídica especializada para fornecimento de camas hospitalares e cadeiras de rodas motorizadas destinadas à composição do Banco Municipal de Equipamentos de Apoio à Saúde e Assistência Social, previsto no Programa Municipal de Empréstimo em Comodato, para posterior concessão aos usuários que atendam aos critérios estabelecidos na legislação municipal e regulamentação do Programa.

Expirado o prazo recursal, torna-se pública a homologação do procedimento licitatório em epígrafe e a adjudicação para a empresa:

1) ORTOPEDICA CIANORTE COMERCIO DE PRODUTOS ORTOPEDICOS, MEDICOS E HOSPITALARES LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 26.909.670/0001-19 no valor total dos itens vencidos de R$ 92.400,00 (noventa e dois mil e quatrocentos reais).

2) K MEDICA PRODUTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA inscrito no CNPJ/CPF Nº 10.675.016/0001-58 no valor total dos itens vencidos de R$ 89.394,00 (oitenta e nove mil, trezentos e noventa e quatro reais).

3) DELLAMED S.A. inscrito no CNPJ/CPF Nº 11.666.105/0003-62 no valor total dos itens vencidos de R$ 56.766,80 (cinquenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e oitenta centavos).

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:7D4DF9F4

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 898/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 32, da Lei nº 1725/2022, de 21 de setembro de 2022, que trata do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração dos Servidores Públicos da Administração Direta do município de Terra Boa,

R E S O L V E

Art. 1º CONCEDER Progressão de Classe aos servidores abaixo relacionados, nos termos do Artigo 32, da Lei nº 1725/2022.

Servidor	Nível	Classe
ALISSON GONCALVES DE OLIVEIRA	B	06
ALOIR CARLOS MOIA	B	05
DANIELLE LIRA CANONICO	A	03
DOMINI RAFAEL BONALDO NOGUEIRA	B	02
ELISANGELA OLIVEIRA DE MELO CORREIA	D	08
FABIANA FERNANDES DA COSTA MAINA	D	03
FAGNER DOS SANTOS CUNHA	D	05
ISABEL CRISTINA PIMENTEL MENDONÇA	A	03
JULIANA OLIVEIRA	B	16
MARCIO JOSE DA SILVA	B	10
MARIA SUELI RAGAZZI	C	24
SIRLEI APARECIDA GUIMARAES BORGES	C	17
SOLANGE VALENTE APARECIDO	C	06
SONIA MOREIRA SILVA BORGES	C	18
TAYANE DE ALMEIDA ROSA CARDOSO	B	03

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:1B680205

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 899/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base no Artigo 140 da Lei complementar nº 12/2025,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER, Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família**,** ao Senhor **SERGIO ROBERTO BENEDET,** servidor efetivo desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de: **30/09/2026** a **28/11/2026**.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 30/09/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTONIO APARECIDO MARI
Secretario de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:53C2EBBB

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 900/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º EXONERAR, a pedido, a partir de 02/10/2026, o servidor **FERNANDO MINEO SUZUKI**, portador do CPF 089.553.569-60 do cargo efetivo que ocupa, de **ARQUITETO.**

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:F6EC7C8E

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 901/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE
Art. 1º PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **MARTA DE FATIMA ALVES GUILLEN** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E ALIMENTAÇÃO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **08/09/2026** a **06/12/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/09/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:2BEA9EC3

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 902/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º PRORROGAR Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **RITA DE CASTRO BACARO** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **28/08/2026** a **24/11/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 28/08/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:883ADE7A

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 903/2026

VALTER PERES Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, com base no Artigo 137 da Lei complementar nº 12/2025, de 10 de dezembro de 2025, que estabelece o Estatuto do Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos do Município de Terra Boa e com base na Perícia Médica realizada por Junta Médica Oficial,

RESOLVE

Art. 1º CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde**,** a Senhora **SIMONE CAETANO DA SILVA DOS SANTOS** servidora desta Prefeitura do Município de Terra Boa, ocupante do cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE ENFERMAGEM E APOIO.

Art. 2º A Licença de que trata o Artigo 1º será de **08/09/2026** a **07/10/2026.**

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação, com efeitos retroativos a 08/09/2026.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

ANTÔNIO APARECIDO MARI
Secretário de Administração Geral

ANSELMO APARECIDO PAVANI
Diretor do Departamento de Recursos Humanos

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B568340B

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 904/2026

VALTER PERES, Prefeito do Município de Terra Boa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E

Art. 1º REVOGAR, a partir de 05/10/2026, a Portaria Nº 692/2026 que concedeu ao servidor **GUILHERME OTAVIO MARÇAL DE LIMA**, gratificação pelo exercício da função de **CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA**.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito do Município

Publicado por:
Anselmo Aparecido Pavani
Código Identificador:B77732C8

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.461/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4461/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 90.950,94 (noventa mil novecentos e cinqüenta reais e noventa e**

quatro centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
937 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	67.000,00
945 - 3.3.90.39.00.00	510	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	4.000,00
10.001.10.302.0007.2.065.		MANUTENÇÃO DO CENTRO DE ESPECIALIDADES KELY CRISTIANA ROCHA	
987 - 3.1.90.11.00.00	1064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	7.000,00
10.001.10.303.0007.2.069.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	
1758 - 3.1.90.11.00.00	519	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	12.950,94
Total Suplementação:			**90.950,94**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.122.0007.2.063.		MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
861 - 3.1.90.11.00.00	1064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	1.741,21
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
938 - 3.3.90.30.00.00	519	MATERIAL DE CONSUMO	12.950,94
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
965 - 3.1.90.11.00.00	1064	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	5.258,79
973 - 3.3.90.30.00.00	510	MATERIAL DE CONSUMO	71.000,00
Total Redução:			**90.950,94**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA
Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:550D6E28

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
DECRETO Nº 438/2026

SÚMULA: DECRETA DESERTA LICITAÇÃO MODALIDADE Pregão - Eletrônico N° 80/2026 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, Prefeito do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, no uso das atribuições legais...

D E C R E T A:
Art. 1º. – Fica Decretado Deserto o processo licitatório modalidade Pregão - Eletrônico N° 80/2026 de 18/08/2026(dezoito dias de agosto de 2026) que tem por objeto a **Contratação de empresa especializada prestação de serviço de confecção e instalação de peças de granito (incluso materiais, instalação e acabamento) para atender as necessidades dos departamentos de Saúde.**

Art. 2º. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias de outubro de 2026. (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Elen Sabrina de Souza
Código Identificador:BD698583

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 326/2026

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: FATIMA GASPAROTTO ANDRADE 66127564972 - MATRIZ, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **36.188.536/0001-20**.

DOMICÍLIO: AV EUCLIDES DA CUNHA, 582 - CEP: 87890000 - BAIRRO: CENTRO, Terra Rica/PR.

OBJETO: Contratação de serviço profissional de decoração de eventos para o IV Encontro Regional de Vigilância Sanitária, a ser realizado nos dias 07, 08 e 09 de outubro., do Dispensa 25/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 01/10/2026.

VALOR TOTAL: R$ **3.347,62 (Três Mil, Trezentos e Quarenta e Sete Reais e Sessenta e Dois Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 01/10/2026(primeiro dia de outubro de 2026).

Município de Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

Fatima Gasparotto Andrade 66127564972 - Matriz
FATIMA GASPAROTTO ANDRADE
Contratado

Publicado por:
Natalia Alvarez Cazetta
Código Identificador:A20DCA08

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
DECRETO Nº 437/2026

SÚMULA: NOMEIA PESSOAL APROVADO EM PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO - PSS, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

D E C R E T A:

Artigo 1º. - Fica Nomeada a candidata abaixo relacionada, aprovada no **PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PSS nº 002/2025**, para o cargo temporário de **EDUCADOR SOCIAL (FEMININO) - PSS**, aberto pelo **Edital nº. 010/2025**, **publicado em 02/05/2025**, nos termos do contrato firmado entre as partes sob égide da Lei Municipal

nº. 026/2025, de 10/04/2025, para assumir seu cargo a partir de **02 de Outubro de 2026**, como segue:

NOME	CLASSIF.
JUCILAINE APARECIDA SILVA CARLOS	33º

Artigo 2º. - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS. (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arthur Santana Martins
Código Identificador:43FC87D7

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 053/2026

Lei nº 053/2026

Ementa: Autoriza a concessão de apoio financeiro e de fomento a agentes culturais, inclusive pessoas jurídicas com fins lucrativos, com recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder apoio financeiro e realizar ações de fomento cultural com recursos recebidos da União no âmbito da **Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB**, instituída pela Lei Federal nº 14.399, de 8 de julho de 2022, destinados aos agentes culturais selecionados na forma da legislação aplicável.

§ 1º Poderão ser beneficiários das ações previstas no caput os trabalhadores da cultura, pessoas físicas e pessoas jurídicas, com ou sem fins lucrativos, que atuem na produção, difusão, promoção, preservação ou desenvolvimento de ações, bens, produtos e serviços artísticos e culturais, observados os requisitos estabelecidos nos respectivos instrumentos de seleção.

§ 2º A concessão dos recursos deverá observar as finalidades da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, o plano de aplicação dos recursos, os editais, chamamentos públicos e demais instrumentos jurídicos aplicáveis.

Art. 2º Para fins de execução orçamentária dos recursos de que trata esta Lei, ficam autorizadas, conforme a natureza jurídica do beneficiário e a modalidade da ação cultural, entre outras legalmente cabíveis, as seguintes classificações de despesa:

I – 3.3.90.31 – Premiações Culturais, quando se tratar de concessão de prêmio cultural;

II – 3.3.90.48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas, quando o fomento ou auxílio financeiro tiver como beneficiário pessoa física;

III – 3.3.50.41 – Contribuições, quando o fomento tiver como beneficiária instituição privada sem fins lucrativos, observado o detalhamento estabelecido no Plano de Contas aplicável ao Município;

IV – 3.3.60.45 – Subvenções Econômicas, quando o fomento tiver como beneficiária pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos, inclusive microempreendedor individual – MEI, empresário individual, microempresa ou empresa de pequeno porte, desde que atendidos os requisitos da legislação cultural e do respectivo instrumento de seleção.

§ 1º A autorização prevista no inciso IV deste artigo constitui, para os fins do **art. 19 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964**, autorização legal expressa para a concessão de subvenção econômica às pessoas jurídicas com fins lucrativos selecionadas no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

§ 2º Para os fins do **art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000**, fica expressamente autorizada a destinação dos recursos públicos de que trata esta Lei aos beneficiários privados selecionados no âmbito da PNAB, observadas as condições estabelecidas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a existência de dotação na Lei Orçamentária Anual ou em seus créditos adicionais.

§ 3º A classificação prevista no inciso IV deste artigo será utilizada exclusivamente para ações de fomento cultural financiadas com recursos vinculados à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura, inclusive os respectivos rendimentos financeiros, quando legalmente admitidos.

Art. 3º A concessão de recursos às pessoas jurídicas com fins lucrativos de que trata o inciso IV do art. 2º não caracteriza contratação de prestação de serviços pelo Município, quando realizada no âmbito do regime próprio de fomento à cultura e mediante instrumento jurídico previsto na Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024.

Parágrafo único. Quando houver aquisição de bens ou contratação de serviços diretamente pelo Município, a despesa será classificada de acordo com sua efetiva natureza e observará, quando aplicável, a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, não se confundindo com as ações de fomento previstas nesta Lei.

Art. 4º Os repasses destinados à execução de ações culturais poderão ser formalizados mediante **Termo de Execução Cultural** ou outro instrumento previsto na legislação federal de fomento à cultura, de acordo com a natureza da ação e as regras estabelecidas no respectivo edital ou instrumento de seleção.

Art. 5º O acompanhamento, o monitoramento e a prestação de contas dos recursos repassados observarão o regime estabelecido pela Lei Federal nº 14.903, de 27 de junho de 2024, seus regulamentos, as normas aplicáveis à Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e as condições previstas no edital e no respectivo instrumento jurídico.

Art. 6º As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão exclusivamente por conta de dotações orçamentárias vinculadas aos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, consignadas no orçamento municipal ou abertas mediante créditos adicionais na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. A presente Lei não autoriza a utilização de recursos ordinários de livre aplicação do Tesouro Municipal para a concessão das subvenções econômicas previstas no inciso IV do art. 2º.

Art. 7º A autorização prevista nesta Lei fica limitada aos valores efetivamente disponibilizados ao Município no âmbito da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura e não gera direito subjetivo à percepção de recursos por qualquer interessado, ficando a concessão condicionada aos procedimentos de seleção e demais requisitos estabelecidos pela legislação aplicável.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei no que couber.

Art. 9º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026)

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:931B9566

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 054/2026

Lei Nº. 054/2026

SÚMULA: Autoriza o Poder Executivo a firmar aditivo ao Termo de Fomento nº 006/2026, celebrado com a Associação Amigos dos Animais de Terra Rica – Bicho Bom, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. Fica o Poder Executivo Municipal **AUTORIZADO** a firmar aditivo ao Termo de Fomento nº 006/2026, celebrado com a **Associação Amigos dos Animais de Terra Rica Bicho Bom**, entidade sem fins lucrativos, devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 21.513.919/0001-59, no valor de R$ 21.666,00 (vinte e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais).

Artigo 2º. Com o presente aditivo, o valor total da subvenção autorizada pela Lei Municipal nº 090/2025, passa de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para R$ 151.666,00 (cento e cinquenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais).

Artigo 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:476F4004

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 055/2026

Lei Nº 055/2026

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – A.P.A.E., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – A.P.A.E., entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 80.614.241/0001-60, no valor total de R$ 107.800,00 (cento e sete mil, oitocentos reais), a serem repassados em parcela única.

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:4355ADF8

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 056/2026

Lei Nº 056/2026

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – A.P.A.E., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – A.P.A.E., entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 80.614.241/0001-60, no valor total de R$ 103.350,00 (cento e três mil, trezentos e cinquenta reais), a serem repassados em parcela única.

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:DCECA2AC

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 057/2026

Lei Nº 057/2026

SÚMULA: AUTORIZA A ASSINATURA DE TERMO DE FOMENTO COM A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – A.P.A.E., E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Artigo 1º. - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a assinar Termo de Fomento com a Associação de Pais e Amigos Excepcionais – A.P.A.E., entidade sem fins lucrativos e devidamente cadastrada no CNPJ sob nº. 80.614.241/0001-60, no valor total de R$ 105.160,00 (cento e cinco mil, cento e sessenta reais), a serem repassados em parcela única.

Artigo 2º. – A duração do Fomento será durante o exercício financeiro de 2026, extinguindo-se em 31 de janeiro de 2027.

Artigo 3º. - O Fomento mencionado no artigo 1º desta Lei é com fim de subsídio para manutenção da entidade, ficando a mesma obrigada a, bimestralmente, prestar contas para com o Executivo Municipal.

Artigo 4º. - O não cumprimento do ajustado no artigo 3º da presente Lei, implicará na imediata suspensão dos repasses.

Artigo 5º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:B4F8C5B1

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 425/2026

SÚMULA: CONCEDE FÉRIAS AO FUNCIONÁRIO PÚBLICO MUNICIPAL SENHOR DANILO VENTURINI, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI...

R E S O L V E:
Artigo 1º. - Conceder férias regulamentares ao Sr. **DANILO VENTURINI,** matrícula Nº 12174, ocupante do cargo efetivo de **ASSISTENTE ADMINISTRATIVO,** referente ao período aquisitivo de 30/06/2024 a 29/06/2025, do Município de Terra Rica, que serão 10 (dez) dias usufruídos, que compreende entre **04/10/2026 a 13/10/2026.**

Artigo 2º. - Esta **PORTARIA** entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:9FBCDE58

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 426/2026

SÚMULA: CONCEDE A PEDIDO DA FUNCIONÁRIA MUNICIPAL SENHORA SUZANA DA SILVA MEDEIROS, LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRÊS) MESES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS...

R E S O L V E:

Artigo 1º.- Conceder **LICENÇA ESPECIAL DE 03 (TRES) MESES** a funcionária Sra. **SUZANA DA SILVA MEDEIROS,** matricula nº 11400, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS (FEM),** do Município de Terra Rica, relativo ao período aquisitivo de 18/05/2014 a 17/05/2019, conforme Artigo nº. 135, da Lei Municipal nº 072/22, as quais serão 90 (noventa) dias usufruídos no período de 05 de Outubro de 2026 a 02 de Janeiro de 2027 (05/10/2026 a 02/01/2027).

Artigo 2º.- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE OUTUBRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E SEIS (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:2E3D72DB

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PORTARIA Nº 427/2026

PORTARIA Nº 427/2026

Ementa: Designa Comissão Especial de Contratação para condução de procedimento licitatório destinado à contratação de empresa especializada para planejamento, organização e realização de Concurso Público no Município de Terra Rica, Estado do Paraná.

AGNALDO DE SOUZA COSTA, PREFEITO MUNI-CIPAL DE TERRA RICA, ESTADO DO PARANÁ, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 7º e 8º, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO que o § 2º, do artigo 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021, prevê a possibilidade de substituição do agente de contratação por Comissão de Contratação, formada por, no mínimo, 3 (três) membros, nas licitações que envolvam bens ou serviços especiais;

CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada para o planejamento, organização e realização de Concurso Público destinado ao provimento de cargos do quadro de pessoal do Município de Terra Rica;

RESOLVE:

Art. 1º Fica constituída a **Comissão Especial de Contratação**, destinada a conduzir o procedimento licitatório para **contratação de empresa especializada no planejamento, organização, execução e realização de Concurso Público** no Município de Terra Rica, composta pelos seguintes servidores:

Nome	CPF	Cargo	Função
Igor Fernando Zacarias dos Santos	***.546.***-18	Assistente Administrativo	Presidente
Cleuzimar da Mota	***.247.***-53	Auxiliar Administrativo	Secretário
Claudio Francisco	***.252.***-59	Auxiliar de Contabilidade	Membro

Art. 2º Compete à Comissão Especial de Contratação praticar os atos necessários à condução do procedimento licitatório, especialmente:

I – acompanhar e dar impulso ao procedimento de contratação, no âmbito de suas atribuições;
II – receber, examinar e julgar documentos relativos à licitação;
III – conduzir a sessão pública e os demais atos da fase externa do certame;
IV – analisar documentos de habilitação e propostas apresentadas pelos licitantes;
V – solicitar, quando necessário, manifestação ou apoio técnico dos setores competentes;
VI – proceder às diligências necessárias ao esclarecimento ou complementação da instrução processual;
VII – elaborar e assinar atas, relatórios e demais documentos relativos aos trabalhos da Comissão;
VIII – Praticar os demais atos necessários ao regular processamento da licitação até o seu encaminhamento à autoridade competente para adjudicação e homologação, observada a legislação aplicável.

Art. 3º Os membros da Comissão deverão atuar em conformidade com os princípios e requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente aqueles previstos em seu artigo 7º, observando-se, ainda, o princípio da segregação de funções.

Art. 4º Os membros da Comissão responderão solidariamente pelos atos praticados pela Comissão, ressalvado aquele que expressar posição individual divergente, devidamente fundamentada e registrada em ata da reunião em que houver sido tomada a decisão, nos termos do § 2º, do artigo 8º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Art. 5º A Comissão Especial de Contratação poderá solicitar o apoio dos órgãos de assessoramento jurídico, controle interno e demais unidades administrativas do Município, quando necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 6º A presente Comissão possui caráter especial e ficará automaticamente extinta após a conclusão do procedimento licitatório e a respectiva homologação, sem prejuízo da prática dos atos eventualmente necessários à conclusão de questões pendentes relacionadas ao certame.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:62D16A47

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
PRIMEIRO TERMO ADITIVO

CONTRATO ADMINISTRATIVO
POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO 077/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA: São partes no presente Termo Aditivo:

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE TERRA RICA, inscrito no CNPJ sob nº 76.978.881/0001-81, com sede à Av. Claudio Domingos Soletti, 1.120, Cep - 87.890-000, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná.

CONTRATADO: RENATO SOUZA MARCELINO, brasileiro, inscrito no CPF nº **328.969.688-06**, RG nº **9.063.462-3**, residente e domiciliado à **RUA GUAPORÉ, 2 – TERRA RICA - PR,** denominada doravante de **CONTRATADO.**

CLÁUSULA SEGUNDA: As partes, com apoio nas leis e regulamentos que regem a matéria, firmaram **CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO** de **EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS** com prazo de vigência de 12 (doze) meses, compreendendo o período de 03/10/2025 a 02/10/2026, com possibilidade de prorrogação por mais até 12 (doze) meses, em persistindo o excepcional interesse público, conforme art. 4º, § único da Lei Municipal 035/2001, à critério exclusivo do **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA TERCEIRA: Através do presente Termo, e, atendendo ao disposto na Cláusula segunda, as partes resolvem promover um aditivo de prazo de 12 (doze) meses no aludido contrato, passando o mesmo a vigorar com vigência até 02/10/2027.

CLÁUSULA QUARTA: Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato administrativo originário, datado de 03/10/2025.

Terra Rica-Pr, 02 de Outubro de 2026.

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal
Contratante

RENATO SOUZA MARCELINO
Contratado

Publicado por:
Giuliano Eduardo Rodrigues Rubira
Código Identificador:F47572F6

SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL AGUA E ESGOTO
EXTRATO DO CONTRATO

EXTRATO DO CONTRATO Nº 29/2026

CONTRATANTE: SAMAE – SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE TERRA RICA, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ do MF sob o nº 73.897.589/0001-46, com sede na Av. James Patrick Clark, 233, no Município de Terra Rica, Estado do Paraná, neste ato representado pelo Diretor Adriano Sergio Nunes, brasileiro, casado, portador do RG nº 274764775 SESP/PR e CPF nº.795.547.339-68, residente e domiciliado à Rua Rui Barbosa, nº1087, no Município de Terra Rica – Estado PR

CONTRATADA: TRIUNFO ILUMINACAO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **56.004.897/0001-86**.

DOMICÍLIO: RUA R6, N.º 237, 0 QD R9, LT 15 - CEP: 74125080 - BAIRRO: SETOR OESTE, Goiânia/GO.

OBJETO: Aquisição de materiais elétricos destinados à execução de ligações elétricas em instalações do SAMAE de Terra Rica/PR., do Pregão - Eletrônico 17/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em 29/09/2026.

VALOR TOTAL: R$ **19.356,40 (Dezenove Mil, Trezentos e Cinquenta e Seis Reais e Quarenta Centavos).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: 365 dias, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 29/09/2026(vinte e nove dias de setembro de 2026).

ADRIANO SERGIO NUNES
SAMAE de Terra Rica

ALTIVO EDUARDO DE FREITAS
Triunfo Iluminacao LTDA

Publicado por:
Leticia Aparecida da Silva
Código Identificador:8AEFDEBF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA ROXA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 076/2026

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 076/2026

O Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, representado pelo Prefeito Municipal IVAN REIS DA SILVA, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 37, incisos I, II, III e IX da Constituição Federal e sob a responsabilidade da Comissão Organizadora e Fiscalizadora do Concurso Público, nomeada pelo decreto nº 4.529/2025 de 09/10/2025.

TORNA PÚBLICO

A convocação do(s) candidato(s), aprovado no Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, homologado pelo Edital de Resultado Final nº 53/2026 de 27 de maio de 2026.

CARGO: ENFERMEIRO PADRÃO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
6°	LORENA CAROLINE CORREA

***Considerando o pedido de final de lista do 5° classificado.**

CARGO: AUXILIAR OPERACIONAL

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
9°	RUI MARTUCHI

***Considerando o indeferimento da contratação do candidato classificado em 8º lugar, conforme Edital nº 075/2026.**

CARGO: AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASSIFICAÇÃO	NOME DO CANDIDATO
2°	ANA CLARA SÍVERIS DA SILVA

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da publicação deste Edital, juntamente com todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 18 do Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026.

Após a entrega dos documentos previstos no item II, o candidato será submetido, antes da nomeação, ao exame médico admissional e avaliação psicológica, conforme Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

O candidato convocado deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Terra Roxa – PR no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do edital de convocação para ser empossado.
O candidato que deixar de comparecer no prazo fixado no item II, desse edital, será considerado como desistente e substituído, na sequência, pelo imediatamente classificado, de acordo com subitem 18.2 do Edital de Abertura n.º 09/2026 de 02/02/2026.

Prefeitura do Município de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Fernando Rodrigo Timoteo
Código Identificador:8613F702

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N° 17616/2026

PORTARIA N° 17616/2026

SUMULA: Dispõe sobre a nomeação do(a) Sr(a). JACINTO FERRAZ CARVALHO, aprovado(a) em Concurso Público Municipal, e dá outras providências.

IVAN REIS DA SILVA - Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o(a) Sr(a). JACINTO FERRAZ CARVALHO, portador(a) do CPF ***.***.469-**, no cargo de Auxiliar Operacional, Nível I, com carga horária de 40 horas semanais, tendo em vista sua aprovação em Concurso Público - Edital de Abertura nº 09/2026 de 02/02/2026, devendo cumprir o estágio probatório e tomar posse na respectiva função a partir de 05 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Milene Maria Santos Bueno
Código Identificador:E67571F2

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N.° 17618/2026

PORTARIA N.° 17618/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o requerimento protocolado sob nº 17701/2026 em 30/09/2026 e parecer CADE nº 072/2026

R E S O L V E:

ART. 1°. – Reenquadrar a servidora **BIANCA FRASSETTO PEDRAL**, matrícula n.º 1282026-00, ocupante do cargo de Agente Administrativo, no nível AAD V em conformidade com o artigo 15 da Lei nº 1219/2014 de 22/05/2014 e seus anexos, pela participação nos seguintes cursos:
Certificado do Curso, ORIENTAÇÕES AO TRABALHADOR SOBRE A GESTÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, concluído em 28/05/2025, com carga horária de 20 horas. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSITÊNCIA SOCIAL
Certificado do Curso, FUNDAMENTOS BÁSICOS DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, concluído em 29/05/2025, com carga horária de 40 horas. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSITÊNCIA SOCIAL
Certificado do Curso, DESCOMPLICANDO A GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, concluído em 12/06/2025, com carga horária de 20 horas. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSITÊNCIA SOCIAL
Certificado do Curso, CONHECENDO A PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA NO SUAS, concluído em 12/06/2025, com carga horária de 20 horas. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSITÊNCIA SOCIAL
Certificado do Curso, CONHECENDO A PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL NO SUAS, concluído em 17/06/2025, com carga horária de 20 horas. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSITÊNCIA SOCIAL
ART. 2°. – Fica registrado que, após o cômputo da carga horária utilizada para o presente reenquadramento, restam ainda **20 horas** remanescentes a serem utilizadas para futuras progressões.

ART. 3°. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 4 de outubro de 2026.

ART. 4°.– Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:7D99691B

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17617/2026

PORTARIA Nº 17617/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando o processo nº 17855/2026 de 02 de outubro de 2026.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido a Sra. Maria Izabel Antonin, ocupante do cargo de Técnica Em Enfermagem, matrícula 154350-01, a partir de 02 de outubro de 2026.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Charles Henrique Porcino da Cunha
Código Identificador:0FCADE33

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 17619/2026

PORTARIA Nº 17619/2026

IVAN REIS DA SILVA, Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º - Nomear, a partir de 02 de outubro de 2026, o Sr. Everton Soares de Sousa Barroso, inscrito no CPF sob nº xxx.xxx.699-xx, para exercer o cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Educação, nos termos da legislação municipal vigente.
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Terra Roxa, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:4BCA7CF0

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 085/2025

TERMO DE PRORROGAÇÃO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE TRABALHO Nº 085/2025
Que entre si celebraram, de um lado MUNICIPIO DE TERRA ROXA, ESTADO DO PARANÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 75.587.204/0001-70, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Ivan Reis da Silva, inscrito no CPF sob n° 492.820.779-34, com sede na Avenida Presidente Arthur da Costa e Silva, nº 95, centro, na cidade de Terra Roxa, estado de Paraná, neste ato denominado EMPREGADOR, e de outro, SOLANGE ANTONIOLI RASTEIRO, inscrita no CPF sob n° ***.***.139-**, neste ato denominado EMPREGADO(A) no cargo de Professora, mediante as seguintes condições:
O presente contrato será prorrogado por mais 03 (tres) meses, com início em 06/10/2026 e término em 03/01/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA
Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato em questão, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.
E, por estarem assim, justos e acordados, firmam o presente Termo de Prorrogação ao Contrato Administrativo Temporário de Trabalho, em 02 (duas) vias de igual teor, para que produzam seus jurídicos e legais efeitos, na presença de 02 (duas) testemunhas igualmente subscritas.
Terra Roxa, 02 de outubro de 2026.

_____
Empregador

_____
Empregado(a)

Testemunha: FERNANDO RODRIGO TIMOTEO

Testemunha: MILENE MARIA SANTOS BUENO

Publicado por:
Regiane Cristina Piva Caetano
Código Identificador:68E95614

SECRETARIA DE FINANÇAS
DECRETO 4725

DECRETO Nº.4725/2026

Ementa: Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar junto a LOA do corrente exercício e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA ROXA, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, em especial a Lei Municipal n. 2253 de 12 Dezembro de 2025.
DE C R E T A
Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar, junto a LOA – Lei Orçamentária Anual, do corrente exercício financeiro, na importância de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Crédito Adicional				
Suplementar	733	Secretaria Municipal de Agropecuária	11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária 339030 - Material de consumo Vínculo: 00504 - Outros Royalties e Comp. Finan.	30.000,00
Suplementar	734	Secretaria Municipal de Agropecuária	11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária 339030 - Material de consumo Vínculo: 00505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional	100.000,00

Art. 2º - Para cobertura da fonte de recurso aberto no artigo anterior, fica indicado o cancelamento total ou parcial das seguintes fontes orçamentárias;

Fonte de Recurso				
Anulação Dotação	739	Secretaria Municipal de Agropecuária	11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00504 - Outros Royalties e Comp. Finan.	30.000,00
Anulação Dotação	740	Secretaria Municipal de Agropecuária	11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária 339039 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica Vínculo: 00505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional	50.000,00
Anulação Dotação	859	Secretaria Municipal de Agropecuária	11.1.20.122.1500.2049 - Manutenção das Atividades da Secretária de Agropecuária 335043 - Subvenções sociais Vínculo: 00505 - Royalties Tratado de Itaipu Binacional	50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal Terra Roxa, em 02 de Outubro de 2026.

IVAN REIS DA SILVA
Prefeito Municipal
CPF: 492.820.779-34

Publicado por:
Claudemir Dos Santos
Código Identificador:88FA4E6B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - LICITAÇÕES/COMPRAS
ERRATA

ERRATA

Retificação do extrato do Termo Aditivo n° 004/2026 do contrato n° 409/2025 publicado no Diario Oficial dos Municípios, na data de 30/09/2026 N° 3627, Página 480

ONDE SE LÊ:

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O ACRÉSCIMO NO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO NO VALOR DE R$ 53.154,36 (CINQUENTA E TRÊS MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) COM FUNDAMENTO NO ART. 124 E 125 DA LEI 14133/21.

LEIA-SE

O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO O ACRÉSCIMO NO VALOR ORIGINAL DO CONTRATO NO VALOR DE R$ 63.324,88 (SESSENTA E TRÊS MIL, TREZENTOS E VINTE E QUATRO REAIS E OITENTA E OITO CENTAVOS), A SUPRESSÃO NO VALOR DE R$ 10.170,52 (DEZ MIL, CENTO E SETENTA REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS), RESULTANDO O VALOR DO ADITIVO EM R$ 53.154,36 (CINQUENTA E TRÊS MIL, CENTO E CINQUENTA E QUATRO REAIS E TRINTA E SEIS CENTAVOS) COM FUNDAMENTO NO ART. 124 E 125 DA LEI 14133/21.

Publicado por:
Anelise Lana de Oliveira
Código Identificador:BA852EBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

GABINETE DO PREFEITO
CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2022 – EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 154

Prefeito do Município de TIJUCAS DO SUL – PR, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art. 37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital n° 08/2023**, TORNA PÚBLICO A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS/HABILITADOS**, para o provimento de cargos públicos do quadro permanente do Município, conforme resultado final homologado, devidamente publicado no sítio www.diariomunicipal.com.br/amp.

1. Lista de Convocação

NOME	INSC.	CARGO	CLASSIF.
MATHEUS THEURER ALVES	201828	MOTORISTA C	16º

2. Apresentação de documentos e prazo

2.1 Os candidatos convocados deverão comparecer, no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, à Diretoria de Recursos Humanos, localizada na Prefeitura Municipal, sito à Rua Jorge Leprevost, 1000, Centro, Tijucas do Sul – PR.
2.2 Os candidatos serão atendidos por ordem de chegada.
2.3 O não comparecimento nos termos do item 1 do presente edital implicará a perda do direito à posse ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.
2.4 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado no caput deste artigo poderá solicitar, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, onde aguardará vaga.
a) Documento de Identidade, com foto, original e cópia;
b) Certificado de Reservista, para candidatos do sexo masculino, original e cópia;
c) C.P.F., original e cópia;
d) Carteira de habilitação, se for o caso, original e cópia, para os cargos de Motorista deve ter a inscrição de EAR e curso conforme área de atuação;
e) Carteira de Trabalho e Previdência Social e cartão do PIS/PASEP, originais e cópias;
f) Certidão de nascimento ou casamento, original e cópia;
g) Título de Eleitor e comprovante da última votação, originais e cópias;
h) 01 foto 3x4 recente;
i) Comprovante de escolaridade e/ou habilitação exigida para o cargo;
j) Registro no órgão fiscalizador do exercício profissional e declaração de quitação de débitos do órgão de classe específico na área, originais e cópias, se quando for o caso;
k) Comprovante de residência, original e cópia;
l) Certidão de Nascimento e C.P.F. dos filhos até 18 anos de idade, originais e cópias;
m) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Estadual, onde o candidato
residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
n) Certidão de negativas de antecedentes criminais fornecidas pela Justiça Federal, onde o candidato residiu nos 5 (cinco) últimos anos;
o) Declaração de Bens e Valores que constitui o patrimônio (MODELO – ANEXO I) ou o comprovante daúltima Declaração Imposto de Renda;
p) Declaração sobre o exercício de outro cargo, emprego ou função pública e, nos casos previstos em lei, declaração do outro órgão público em que o servidor já esteja vinculado indicando a jornada/escala de trabalho; (MODELO – ANEXO II);
q) Declaração de não demissão do serviço público; ((MODELO – ANEXO III);
r) Exames médicos complementares, quando for o caso, para inspeção médica oficial.
Não sendo apresentados os documentos exigidos no edital de convocação, o candidato será sumariamente eliminado.
2.6 O não-cumprimento dos prazos, a não-apresentação da documentação prevista ou a não-comprovação do requisito para a nomeação no cargo especificado neste Edital impedirá a nomeação do candidato e implicará na eliminação do Concurso e na nulidade da classificação e na perda dos efeitos, sem prejuízo das sanções penais aplicáveis.
2.7 Sendo verificado, a qualquer tempo, falsidade documental, o candidato será eliminado do Concurso, com nulidade da classificação e dos seus efeitos decorrentes, sem prejuízos das sanções penais aplicáveis.

3.Da avaliação médica
3.1 Os candidatos convocados serão submetidos, antes da nomeação, a Perícia Médica Oficial que consiste em exames médicos e clínicos e exames complementares para avaliação de sua capacidade física e mental para o desempenho das atividades e atribuições do cargo.
3.2 A não realização da avaliação médica ou não apresentação dos exames exigidos impedirá o exercício do cargo.
3.3 Exames complementares deverão ser obrigatoriamente realizados pelo candidato e apresentados no prazo a ser definido pelo Município de Tijucas do Sul, cujas expensas correrão por conta do candidato convocado.
3.4 A falta da apresentação dos exames mencionados no Item anterior caracterizará desistência do candidato.

4. Da perda dos direitos da nomeação
4.1 O candidato que não atender a convocação ou manifestar desinteresse na sua nomeação será eliminado do concurso, decaindo do direito à respectiva vaga.

5. Final de lista
5.1 O candidato convocado que não desejar tomar posse do cargo no prazo fixado acima pode
solicitar, dentro deste prazo, por escrito, a inclusão de seu nome no final da lista dos aprovados, aguardando nova convocação.

Tijucas do Sul, 05 de outubro de 2026

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito

Publicado por:
Rafaela Padilha de Paula
Código Identificador:60464DB6

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 39, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Concede férias à servidora Keli Cristina Zaclikevic de Lima

A Diretora Presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder férias, no período de 05 de outubro de 2026 a 18 de outubro de 2026, à servidora **KELI CRISTINA ZACLIKEVIC DE LIMA,** matrícula nº 502, portadora da cédula de identidade com RG n° 10.689.078-1/SSP/PR, nomeada para o cargo de Técnico Administrativo.

Parágrafo único. As férias referem-se ao período aquisitivo de 06 de janeiro de 2025 a 05 de janeiro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul, em 02 de outubro de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Keli Cristina Zaclikevic de Lima
Código Identificador:CBD9A652

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE TIJUCAS DO SUL
PORTARIA N° 40, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

PORTARIA N° 40, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026.

Concede aposentaria a Isaias do Nascimento

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Tijucas do Sul – TIJUCAS DO SUL PREV, por sua representante legal, no uso de suas atribuições legais, em especial o Art. 13-C, V, da Lei nº 289/2012 e considerando o processo de aposentadoria ao servidor Isaias do Nascimento,

RESOLVE:
Art. 1º Fica concedido ao servidor Isaias do Nascimento, brasileiro, servidor público municipal de Tijucas do Sul, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais I, nível salarial A 12, portador do RG nº 5.371.472-2/SSP/PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 698.597.529-15, aposentadoria por idade e tempo de contribuição, com proventos mensais, com fundamento no artigo 40, §1°, III, a, da Constituição Federal.
Art. 2º Fica estipulado como proventos mensais de sua aposentadoria o valor de R$ 1.961,01(um mil novecentos e sessenta e um reais e um centavo), conforme demonstrativo de cálculo.
Art. 3° Revogam-se as disposições em contrário.
TIJUCAS DO SUL PREV, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

CASSIANE DA SILVA OLIVEIRA
Diretora Presidente

Publicado por:
Anderson Sato
Código Identificador:4DFE1FE1

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRONICO Nº 37/2026 - AQUISIÇÃO DE BAÚ FURGÃO

ESTADO DO PARANÁ	PREGÃO ELETRÔNICO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL	Nr.: 37/2026 - PR

AVISO DE LICITAÇÃO Nº. 37/2026
A Comissão Especial de Pregão, da entidade PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL, no exercício das atribuições que lhe confere ao Decreto nº. 6110 de 06 de março de 2026, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 21/10/2026 às 09:00 horas, na plataforma Eletrônica Bolsa de Licitações e Leilões, através do sítio eletrônico www.bll.org.br "Acesso Identificado no link – licitações", o recebimento e abertura das documentações e propostas, conforme especificado no Edital de Licitação Nº. 37/2026-PR na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - DO TIPO MENOR PREÇO. Informamos que a íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico:http://tijucasdosul.pr.gov.br
Objeto da Licitação:
AQUISIÇÃO DE BAÚ FURGÃO NOVO, INCLUINDO A RETIRADA E DESMONTAGEM DO BAÚ ATUALMENTE INSTALADO, BEM COMO A MONTAGEM E INSTALAÇÃO DO NOVO, PARA ATENDIMENTO AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E SERVIÇOS PÚBLICOS DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR

Tijucas do Sul, 01 de outubro de 2026.

ALINE WOIAKIEVICZ GIOMBELLI
Pregoeiro(a)

Publicado por:
Michele Cristina Pereira
Código Identificador:7B567545

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOMAZINA

PODER EXECUTIVO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 010-2026 - PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2026

Tomazina, 2 de outubro de 2026.
A Prefeitura Municipal de Tomazina, Estado do Paraná, CONVOCA o(a) candidato(a) aprovados(as) no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2026, conforme estabelecido pelo Edital de número 01/2026, conforme descrição abaixo, para comparecer na Divisão de Recursos Humanos, na sede da Prefeitura Municipal de Tomazina, sita a Praça Tenente João José Ribeiro, 99 - Centro, para apresentar os documentos e habilitações exigidas e tomar posse de seu respectivo cargo, até o dia **06 de outubro, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 as 16:00.**
O não comparecimento no prazo estipulado implicará na desclassificação e desistência automática do(a) candidato(a) aprovado(a), a saber:
Cargo: "PROFESSOR"

Nome	Documento	Nota final	Classificação
MARCIELE AZEVEDO BERZERUSKA	078.XXX.XXX-55	10,00	74º
ANNA ELISA DOS SANTOS	092.XXX.XXX-11	10,00	75º

Documentos para Admissão:

Originais:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Comprovante do Pis/Pasep (Dcto emitido pela Caixa Econômica)
(X) 01 Foto 3x4
(X) Exame Médico (agendado pelo município)
(X) Comprovante da Conta Bancária (Banco do Brasil)

Fotocópias:
(X) CTPS – Carteira de Trabalho Física ou CTPS Digital
(X) Carteira de Identidade
(X) C.P.F.
(X) Título de Eleitor – comprovante de votação na última eleição
(X) Certidão de Nascimento, quando solteiro
(X) Certidão de Casamento, quando casado
(X) Certidão de Nascimento dos filhos menores de 18 anos + CPF
(X) Certificado Militar
(X) Comprovante de Residência (fatura água, luz ou telefone)
(X) Certificado Escolar

Por ser expressão da verdade firmamos á presente.

CEZAR BUENO DE MELO
Prefeito

Publicado por:
Maria Eduarda de Oliveira Gualiume
Código Identificador:89D35FB4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 60/2026 PARA RESTABELECIMENTO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

Processo Administrativo N° 05/2026
Pregão Eletrônico SRP N° 01/2026
Partes: Município de Três Barras do Paraná M C W PROD MEDICOS E HOSPITALARES LTDA.
Objeto: Reequilíbrio econômico-financeiro dos preços registrados, referente ao fornecimento de MATERIAIS MÉDICO-HOSPITALARES - **SERINGA, POLIPROPILENO TRANSPARENTE (PLÁSTICO), 50/60 ML, BICO SIMPLES, ÊMBOLO COM PONTEIRA DE BORRACHA SILICONIZADA, GRADUAÇÃO FIRME E PERFEITAMENTE LEGÍVEL, DESCARTÁVEL, ESTÉRIL, MARCA SR.**
Itens: 306.
Lote: 01.
Valor anterior do item 306: R$ 1,2800 (um real e vinte e oito centavos)
Valor atualizado do item 306: R$ 1,4520 (um real e quarenta e cinco centavos).
Fundamentação: Art. 124, II, "d", da Lei nº 14.133/2021.
Data: 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Debora Cristina Gandolfi Grahl
Código Identificador:12123817

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 03/2026

Processo Adm: Nº 32/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS MUNICIPAL, CONTENDO HALL DE ENTRADA, PISTA, ÁREA PARA MESAS, CIRCULAÇÃO, PALCO, 03 (TRÊS) COPAS, BILHETERIA, COZINHA, LAVABO, LAVANDERIA, CAMARIM COM BANHEIRO, BANHEIROS MASCULINO, FEMININO, PCD, E FRALDÁRIO, COM ÁREA CONSTRUÍDA DE 1.336,84 M².
Empresas vencedoras valor total: R$ 1.848.931,29 (um milhão e oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos): **MARSANGO COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA** (04048349000154) com os lotes: 1 no valor total de R$ 1.848.931,29 (um milhão e oitocentos e quarenta e oito mil e novecentos e trinta e um reais e vinte e nove centavos).
A autoridade municipal do órgão MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o/a(s) Lei n° 14.133/21, Art. 28, inc. I, e suas alterações, resolve HOMOLOGAR o resultado dos trabalhos apresentados pela Comissão no atendimento ao objeto do processo licitatório acima especificado.

TRÊS BARRAS DO PARANÁ (PR), sexta-feira, 2 de outubro de 2026

GERSO FRANCISCO GUSSO
Autoridade Competente

Publicado por:
Vanessa Macagnan
Código Identificador:41F3F799

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNAS DO PARANÁ

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
DECRETO N° 325 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

DECRETO N° 325 DE 02 DE OUTUBRO DE 2026

Abre Crédito Adicional Suplementar e dá Outras Providências.

O Prefeito do Município de Tunas do Paraná, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e das que lhe foram conferidas pela Lei Municipal nº 1038, de 10 de dezembro de 2025,

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento Geral do Município, para o corrente exercício, o Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 116.800,00 (cento e dezesseis mil e oitocentos reais) destinados ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

06.002.10.301.0024.2.049 Manutenção da Farmácia Municipal
3.3.72.30.00.00 303 Material de Consumo..... R$ 56.800,00
11.001.18.542.0025.1201 Gestão e Manejo de Resíduos Sólidos
3.3.90.30.00.00 000 Material de Consumo..... R$ 40.000,00
11.001.20.606.0026.2.052. - Ações de Fomento ao Desenvolvimento Agropecuário
3.3.90.30.00.00 000 Material de Consumo..... R$ 20.000,00

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito autorizado no artigo 1º, são indicados como recurso, consoante pelo inciso III, § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, a anulação parcial das seguintes dotações orçamentárias:

06.002.10.301.0013.2041 Manutenção da Rede Municipal de Atenção Primária à Saúde
3.1.90.11.00.00 303 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 56.800,00
11.001.18.542.0025.2.071 Manutenção e Conservação do Meio Ambiente
3.1.90.11.00.00 000 Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil..... R$ 60.000,00

Art. 3º Este decreto entrará em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

Tunas do Paraná, 02 de outubro de 2026.

MARCO ANTONIO BALDÃO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Nilson Antonio Dos Reis
Código Identificador:0B4B11E5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO FINANÇAS E PLANEJAMENTO
EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.° 35/2025

PARTES: **MUNICIPIO DE TUNAS DO PARANÁ**, CNPJ/MF nº 68.703.834.0001-05, e de outro lado à empresa **SIGATEL OPERAÇÕES DE TELEFONIA LTDA.**

CLÁUSULA PRIMEIRA – o presente termo tem por objeto a prorrogação do contrato original por mais 12 (doze) meses, de 03/10/2026 a 03/10/2027.
CLÁUSULA SEGUNDA – aplica o índice de correção conforme previsão na Cláusula original, o IPCA/ IBGE passando, com a atualização monetária o contrato anual a ser de R$ 9.852,72 (Nove mil oitocentos e cinquenta e dois reais e setenta e dois centavos),

resultando no valor global contando o contrato inicial no montante de R$ 19.351,68 (Dezenove mil trezentos e cinquenta e um reais e sessenta e oito centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA- Permanecem inalteradas as demais condições e cláusulas do contrato original, celebrado em 03 de outubro de 2025, e modificadas por este instrumento, declarando-se nesta oportunidade a ratificação das mesmas

Tunas do Paraná/PR, 30 de setembro de 2026.

ASSINAM O TERMO: **MARCO ANTÔNIO BALDÃO Prefeito Municipal ELDER JOSE FASSINI Representante Legal da Empresa**

Publicado por:
Wilson Ricardo Cordeiro
Código Identificador:76C9A612

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 158-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 03/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 158/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 03/2025, homologado pelo Edital n. 10/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 03/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista B– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Carlos Henrique Beltramin	8°

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Motorista D– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Nelson Bueno da Silva	19°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:BDA822F6

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 159-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 01/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 159/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 01/2025, homologado pelo Edital n. 07/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 01/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Enfermeiro– 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Daiane Da Silva Gonçalves	10°

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:B0A21884

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 160-2026

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N. 04/2025

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 160/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito Municipal de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o resultado Final do Edital de Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado n. 04/2025, homologado pelo Edital n. 05/2025.
2º - O candidato deverá comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Turvo-PR no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos originais e cópias declarados na inscrição bem como o comprovante de inscrição

conforme ANEXO II, além de todos os documentos originais e cópias para efetivar a contratação, conforme item "CONTRATAÇÃO" do Edital de abertura do certame nº 04/2025.

3º A inexatidão de declarações, títulos e dados e a irregularidade na documentação, verificadas em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado importará na eliminação do candidato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Servente de Limpeza – Sede- 40 horas semanais

NOME	CLASSIFICAÇÃO
Claudemir Pereira da Silva	56º

4º - Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:9ED5D3AA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 161-2026

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N. 1/2024

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N. 161/2026

O Senhor ANTONIO MARCOS SEGURO, Prefeito de Turvo – Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, resolve:

TORNAR PÚBLICO

1º - A convocação do candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público nº 001/2024, conforme edital nº 001/2024 e Edital de Homologação do Resultado Final nº 18/2024.
2º - O candidato deverá comparecer na Prefeitura Municipal de Turvo, PR, no prazo máximo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da data de publicação, obrigatoriamente munido de todos os documentos comprobatórios para o cargo, conforme item 20 do EDITAL nº 001/2024.
3º - O não comparecimento para atender o presente Edital e confirmar a aceitação da vaga, será considerado como desistência, e o candidato perderá o direito de aprovação do Concurso Público, conforme item 20.8 do Edital nº 001/2024.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Pedagogo – Faxinal da Boa Vista- 40h/semanal

INSCRIÇÃO	NOME	CLASSIFICAÇÃO
12922	Marcela Aparecida Wynnek	3º

4° Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Turvo, Estado do Paraná, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:920DC6FD

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 167/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 109/2026

Contrato Administrativo nº 167/2026 – Pregão Eletrônico Nº 109/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: J.A. DALZOTTO**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 04.288.898/0001-04, com sede localizada na Rua dos Mecânicos, Nº 171, no Município de Guarapuava/PR, CEP 85.064-270, neste ato representada por Jucelia Aparecida Dalzotto, inscrita junto ao CPF/MF sob o nº 945.677.359-00 – **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE BRINQUEDOS INFLÁVEIS, CARRINHOS DE PIPOCA, ALGODÃO DOCE, SORVETE PICOLÉ E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PAPAI NOEL – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 01/10/2026 a 30/09/2027 - **Valor global:** R$ 87.366,51 (oitenta e sete mil, trezentos e trinta e seis reais e cinquenta centavos) – **Gestora:** Larissa Klosovski Horst - **Fiscal:** Vanessa da Silva Carvalho **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:5A76404B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 168/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 110/2026

Contrato Administrativo nº 168/2026 – Pregão Eletrônico Nº 110/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada: ITN MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 60.184.899/0001-71, com sede localizada na Rua Itacambira, Nº 83, no Município de Sete Lagoas/MG, CEP 35.700-313, neste ato representada por Ivan Teixeira Nogueira, portador da cédula de identidade Nº 2622546 SSP/MG e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 559.134.826-20 – **Objeto:** Contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de veículos novos, zero quilômetro, do tipo veículo utilitário 1.3, na versão cabine dupla, destinados à composição e renovação, da frota municipal – **Prazo de Vigência:** 12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/10/2026 a 01/10/2027 - **Valor global:** R$ 257.400,00 (duzentos e cinquenta e sete mil e quatrocentos reais) – **Gestor**: Sebastião Almir Barbosa - **Fiscais:** Gean Pereira Carriel e Alisson Elias dos Santos Medeiro – - **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:FEAE7FCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 169/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2026

Contrato Administrativo nº169/2026 – Pregão Eletrônico Nº 119/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:JJ TERMOMOLDADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 52.751.595/0001-10, com sede localizada na Rua Ema Taner de Andrade, Nº 1189, no Município de Campo Largo/PR, CEP 83.606-360 neste ato representada por Rudolf Ulmer Junior, portador da cédula de identidade Nº 8992.054-0 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 048.559.059-09– **Objeto:**Contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes aos servidores públicos municipais em comemoração ao Dia do Servidor– **Prazo de Vigência:**12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/10/2026 a01/10/2027 - **Valor global:** R$2.489,50 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos) –**Gestor**a: Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto- **Fiscal:** Cheila Fernanda Torteli– **Foro:**

Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:45143A56

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 170/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 119/2026

Contrato Administrativo nº170/2026 – Pregão Eletrônico Nº 119/2026– Contratante: Município de Turvo (PR), pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR) – **Contratada:LIRIO GIFT PERSONALIZADOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 58.648.465/0001-33, com sede localizada na Av. Mario de Andrade, Nº 33, no Município de Santo Andre/SP, CEP 09.131-200 neste ato representada por Rosicleide dos Santos Silva, portador da cédula de identidade Nº 53.675.592-9 e inscrito junto ao CPF/MF sob o nº 080.976.524-12– **Objeto:**Contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes aos servidores públicos municipais em comemoração ao Dia do Servidor– **Prazo de Vigência:**12 (doze) meses tendo sua vigência compreendida entre 02/10/2026 a01/10/2027 - **Valor global:** R$34.160,00 (trinta e quatro mil cento e sessenta reais) –**Gestor**a: Bárbara Cristina Schinemann Yamamoto- **Fiscal:** Cheila Fernanda Torteli– **Foro:** Guarapuava (PR) – **Assinam, de um lado, o Prefeito de Turvo (PR) e, de outro, o representante da empresa contratada.**

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:3C1738BF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 696-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Para fins de regularização da situação funcional, conceder à servidora efetiva **Margarete Schinemann**, ocupante do cargo de Técnica Agrícola, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária, o remanescente de 20 (vinte) dias de férias, usufruídos no período de 20 de julho de 2026 a 08 de agosto de 2026, conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 280/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 20 de julho de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:03A46688

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 697-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 01 de outubro de 2026, o contrato de trabalho nº 72/2025, do senhor **Junior Nogueira Machado,** inscrito no CPF 064.445.829-11, de prestação de serviços no cargo de Motorista – Categoria C, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, admitido através de aprovação no PSS nº 02/2025. Em atenção a solicitação do mesmo através do protocolo nº 3.643/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:34A5577A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 698-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder 30 (trinta) dias de Licença Para Tratamento de Saúde, para a servidora efetiva **Jocilene Aparecida Kutianski Poczenek,** Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 30 de setembro de 2026 a 29 de outubro de 2026. Em atenção ao atestado médico apresentado através do protocolo nº 3.644/2026.
Parágrafo único. A servidora será submetida à perícia médica oficial, ficando o período de licença concedido sujeito à revisão, podendo sofrer alterações conforme o resultado do laudo pericial.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito retroativo a 30 de setembro de 2026.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:CF03DF3C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 699-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o artigo 146 e 153 da Lei Complementar Municipal nº 03/2023 – Estatuto dos Servidores do Município;

CONSIDERANDO os despachos 19,20 e 21 do memorando nº 2.519/2024 onde constam as demais informações sobre o caso em tela:

RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a servidora **Nariany Pollyanne da Silva**, inscrita no CPF nº 079.571.479-33, ocupante do cargo efetivo de Enfermeira, com carga horaria de 40 horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, a ausentar-se parcialmente do trabalho, sendo dispensada de 04 horas semanais, para frequentar curso de "Mestrado Profissional *stricto sensu* em Enfermagem em Atenção Primária à Saúde", ofertado pelas Universidades Públicas Associadas (UENP, UNESPAR e UNICENTRO) com previsão de início do segundo semestre do ano de 2026 em 27 de julho de 2026 e término em 11 de dezembro de 2026. A duração do mestrado será de 24(vinte e quatro) meses e a carga horaria de 1440 horas, conforme consta no memorando de solicitação da servidora nº 2.519/2024 o qual foi autorizado pela Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Ao findar-se o período de afastamento concedido para o primeiro semestre do ano de 2026 para frequentar o curso de mestrado, a servidora deverá apresentar ao Departamento de Recursos Humanos desta municipalidade comprovação de frequência e aproveitamento no curso a que foi autorizada, bem como o cronograma para o próximo semestre caso haja necessidade de dispensa do trabalho, para fins de emissão de nova portaria e registros em seus assentamentos funcionais, sob pena de ressarcimento integral das despesas ocasionadas com o afastamento, corrigidos monetariamente.
Art. 3º Esta portaria terá efeito retroativo a 27 de julho de 2026.
Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:380696AE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 700-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para o servidor efetivo **Samuel Camargo Batista**, Motorista de Veículos Leves e Emergências, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 13 de outubro de 2026 a 22 de outubro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 960.2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:EB0BFB70

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 701-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder remanescente de 10 (dez) dias de férias para a servidora efetiva **Juliane da Cruz**, Diretora do Departamento de Transporte e Manutenção, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 23 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026. Conforme concessão de férias realizada por meio da Portaria nº 1021/2025.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:0E889F8C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 702-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias regulares para o servidor comissionado **Adir Madureira,** Assessor II, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 04 de novembro de 2026 a 13 de novembro de 2026, referente ao período aquisitivo de 07 de janeiro de 2025 a 06 de janeiro de 2026.

Art. 2º Autorizar a conversão em abono pecuniário de 10 (dez) dias de férias regulares do servidor mencionado no Art. 1º desta Portaria.
Parágrafo Único - Fica mantido o direito de gozo de 10(dez) dias remanescentes de férias, relativo ao período aquisitivo mencionado no Art. 1º desta portaria, a ser usufruído pelo servidor em momento oportuno.

Art. 3º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 01 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:65EABBC8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 703-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir em 02 de outubro de 2026, o contrato de trabalho nº 103/2026, do senhor **Lucas Izidoro Lemos,** inscrito no CPF 107.208.029-03, de prestação de serviços no cargo de Educador Físico, lotado na Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, admitido através de aprovação no PSS nº 04/2025. Em atenção a solicitação da Secretaria Municipal de Esporte, Cultura e Turismo, através do memorando nº 3.529/2026.

Art. 2º - Esta portaria terá efeito a partir desta data.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo- PR, em 02 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:D39B0D76

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 704-2026

O SENHOR ANTONIO MARCOS SEGURO, PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e o resultado do concurso público municipal n. 1/2024, homologado pelo Edital n. 18/2024,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada em caráter efetivo, no cargo de Professora, classe A, nível 1, a senhora **Mayara Padilha de Mattos Wynnek**,

inscrita no CPF/MF sob nº 122.676.779-62 e RG 122.676.779-62 SESP-PR.

Art. 2º - A nomeação de que trata o artigo 1º, a lotação será na Escola Municipal do Campo Infância Feliz, Secretaria Municipal de educação, com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 3º - Esta Portaria terá efeito a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Turvo-PR, em 02 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Alessandra Valente Pacheco
Código Identificador:75D24599

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE AJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 119/2026

O **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07 e com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal, nos termos do inciso IV do art. 71 da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando a regularidade do procedimento executado, a adequação das propostas de preço e dos documentos relativos à habilitação das empresas melhores classificadas face às descrições e exigências previstas pelo instrumento convocatório, e, ainda, o conteúdo do Parecer Contábil e Parecer Jurídico conforme anexo do Proc. Adm. n° 7.251/2026 (1Doc), **AJUDICA E HOMOLOGA** o processo licitatório desenvolvido na modalidade Pregão Eletrônico nº 119/2026, do tipo menor preço, cujo objeto é o Contratação de empresa especializada para fornecimento de brindes personalizados destinados aos servidores públicos e visitantes do município, de acordo com as seguintes indicações:
Lote 01 em favor da empresa **JJ TERMOMOLDADOS LTDA (CNPJ N° 52.751.595/0001-10)** pelo valor de R$ 2.489,50 (dois mil quatrocentos e oitenta e nove reais e cinquenta centavos);
Lote 02 em favor da empresa **LIRIO GIFT PERSONALIZADOS LTDA (CNPJ N° 58.648.465/0001-33)** pelo valor de R$ 34.160,00 (trinta e quatro mil cento e sessenta reais);
Conforme a Ata de Abertura, Habilitação e Julgamento lavrada pela pregoeira do Município de Turvo (PR) (Decreto nº 79/2026).
Encaminhe-se os autos para a celebração de contrato ou emissão instrumento competente.

Turvo (PR), 02 de outubro de 2026.

ANTONIO MARCOS SEGURO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:E2788FBD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026 - PMU

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 3054-26-UMU-LIC
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 021/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 14.000,00 (quatorze mil reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da pessoa jurídica: **INSTITUTO UNICAMPO DE DESENVOLVIMENTO ACADEMICO, CIENTÍFICO, CULTURAL E SOCIAL, INSCRITO NO CNPJ Nº 23.805.015/0001-22**, para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução e acompanhamento de Concurso Público destinado ao provimento dos cargos efetivos de Médico Generalista – 20 (vinte) horas semanais e Médico Generalista – 40 (quarenta) horas semanais, integrantes do quadro de pessoal do Município de Umuarama, compreendendo todas as atividades necessárias à realização do certame, desde o planejamento até a homologação do resultado final, incluindo a elaboração, impressão, aplicação e correção da prova objetiva, processamento dos resultados, análise e julgamento dos recursos administrativos, divulgação dos atos oficiais e demais procedimentos indispensáveis à execução do concurso, em conformidade com a legislação vigente e as condições estabelecidas neste processo.

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo Digital nº 3054-26-UMU-LIC, de 1º de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:176970FE

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026 - PMU

AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS.
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.
PROCESSO ADMINISTRATIVO DIGITAL 3617-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 022/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 61.975,00 (sessenta e um mil e novecentos e setenta e cinco reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/DIRETORIA DE RECURSOS HUMANOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da pessoa jurídica: **FUNDAÇÃO DE APOIO AO CAMPUS DE PARANAVAÍ – FACULDADE ESTADUAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIAS E LETRAS DE PARANAVAÍ - FAFIPA, INSCRITA NO CNPJ Nº 05.566.804/0001-76**, para prestação de serviços técnicos especializados de planejamento, organização, elaboração, coordenação, execução e acompanhamento de Processo Seletivo Simplificado (PSS) destinado à seleção de candidatos para contratação por tempo determinado, visando atender à necessidade temporária de excepcional interesse público da Administração Municipal de Umuarama, compreendendo todas as etapas necessárias à realização do certame, desde o planejamento até a homologação do resultado final, em conformidade com a legislação vigente e as condições estabelecidas neste processo, para os cargos de professor (atuação na Educação Infantil e/ou anos iniciais do Ensino Fundamental); professor (de Educação Infantil com atuação específica na Educação Infantil); professor (atuação específica em Educação Física); auxiliar de Serviços Gerais e motorista II, de acordo com o **artigo 75, inciso XV**, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo Digital nº 3617-26-UMU-LIC, de 08 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 72, inciso VIII, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Roberta Almeida Moraes
Código Identificador:EC9B7ADD

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026 COM INVERSÃO DE FASES – PMU

AVISO DE PREGÃO COM INVERSÃO DE FASES
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 070/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/07/394

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, COM INVERSÃO DE FASES**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, especialmente de seu art. 17, § 1º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho, mediante a disponibilização de um profissional capacitado na área médica, portador de especialização em Medicina do Trabalho e em Perícia Médica, com respectivo RQE, para atuar de forma direta e integrada nos programas e ações de Segurança e Saúde do Trabalho voltados aos servidores públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Umuarama-PR.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO PRÉVIA: Até às 08:30 horas do dia 20/10/2026, observada a ressalva dos documentos fiscais prevista no item 6.1.2.
ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E INÍCIO DA ANÁLISE DA HABILITAÇÃO PRÉVIA: Às 09:00 horas do dia 20/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: Após a conclusão da habilitação prévia e do prazo de intenção de recurso correspondente, em data e horário comunicados pelo Pregoeiro no Sistema BLL, nos termos do item 4.1 e subitens.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 171.876,00 (cento e setenta e um mil, oitocentos e setenta e seis reais).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://bllcompras.com.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717; e na plataforma BLL Compras** (https://bllcompras.com).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 01 de outubro de 2026

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:8463E74A

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026 – PMU

AVISO DE PREGÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 073/2026 – PMU
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.° 2026/07/382

PARA AMPLA CONCORRÊNCIA COM ITEM(S)S/LOTE(S) EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS (ME), EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP) E MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI).

O MUNICÍPIO DE UMUARAMA, Estado do Paraná, torna público, para conhecimento de quem possa interessar, que realizará a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO - SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS,, com critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73/2022, das Leis Complementares nº 123/06, 147/2014 e 155/2016, do Decreto Municipal nº 067/2023, demais legislações aplicáveis e das exigências estabelecidas neste edital, conforme os critérios e procedimentos a seguir definidos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento e instalação de Conjuntos de Parques Infantis, visando proporcionar um melhor espaço de lazer e recreação para os frequentadores dos locais onde serão instalados.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 13:30 horas do dia 21/10/2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: Das 13:30 às 14:00 horas do dia 21/10/2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 14:00 horas do dia 21/10/2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO POR ITEM**
MODO DE DISPUTA: Aberto e Fechado
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 575.658,55 (quinhentos e setenta e cinco mil seiscentos e cinquenta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Umuarama (www.umuarama.pr.gov.br); **no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Umuarama, situado à Av. Rio Branco, 3717 E/OU** no **Portal Nacional de Compras** (http://www.bll.org.br).
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Diretoria de Licitações e Contratos, situada na Av. Rio Branco, nº 3717 – Umuarama-Pr, **E/OU** por meio do Telefone (44) 3621-4141 – Ramais 127 e 129.
Umuarama/Pr, 01 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

RENATO CAOBIANCO DOS SANTOS
Secretario Municipal de Obras, Planejamento Urbano e Projetos Técnicos

CLEBER BONFIM
Secretário de Administração

Publicado por:
Gabriela Viana Cardozo
Código Identificador:C46EBC4B

FUNDO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE UMUARAMA - FPMU
DECRETO Nº 045/2026

Concede "Pensão Temporária" a beneficiária da servidora aposentada MARIA DO CARMOS RAMOS.

A Administradora do Fundo de Previdência Municipal de Umuarama - Paraná, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 20, Inciso VIII, da Lei Complementar nº 089/2001, e com ratificação pelo Chefe do Poder Executivo Municipal,

CONSIDERANDO o Requerimento de Pensão por Morte nº 049/2026, na data de 28 de abril de 2026, realizado pela guardiã da menor **MARIA ALICE RAMOS**;

CONSIDERANDO o Requerimento de Pensão por Morte nº 072/2026, na data de 20 de julho de 2026, realizado pela filha **ANDRESSA MARIA DA ROCHA**;

D E C R E T A :

Art.1º Fica concedida a partir de 28 de abril de 2026, "Pensão Temporária" a menor **MARIA ALICE DA ROCHA**, inscrita no CPF sob nº. 121.304.549-50, sob guarda de Aline Maria da Rocha Ferrari, inscrita no CPF n.º 054.833.329-70, beneficiária da servidora aposentada **MARIA DO CARMO RAMOS,** nos termos do Processo nº. 049/2026, datado de 28/04/2026, conforme estabelece os Artigos 216 e 218, inciso II, alínea "b" e artigo 219, §2º da Lei Complementar nº. 018/92 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Umuarama), c/c com Artigo 40, §§ 7º e 8º da Constituição Federal.
Art. 2º Perceberá a beneficiária menor **MARIA ALICE DA ROCHA** a título de ''Pensão Temporária'', a cota de 100% (cem por cento) dos proventos, no valor de R$ 4.074,52 (Quatro mil setenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) mensais no período de 28/04/2026 a 19/07/2026, sem paridade, utilizando o índice do regime geral da previdência social.
Art. 3º Perceberá a beneficiária menor **MARIA ALICE DA ROCHA** a partir de 20/07/2026 a título de ''Pensão Temporária'', a cota de 50% (cinquenta por cento) dos proventos, no valor de R$ 2.037,26 (Dois mil trinta e sete reais e vinte e seis centavos) mensais e R$ 24.447,12 (Vinte e quatro mil quatrocentos e quarenta e sete reais e doze centavos) anuais, sem paridade, utilizando o índice do regime geral da previdência social.
Art. 4° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 22 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

DENISE CONSTANTE DA SILVA FREITAS
Administradora do FPMU

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:7BF9CFE4

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2026/09/497.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 020/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 43.914,10 (quarenta e três mil, novecentos e quatorze reais e dez centavos).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **SULVALE PISOS E REVESTIMENTOS LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 58.841.477/0001-80**, para fornecimento e instalação de grama sintética no Campo de Society que está sendo construído na Praça Miguel Rossafa e no Parque Infantil que será instalado na Praça Santos Dumont no Município de Umuarama/PR, com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 2026/09/497, de 21 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6C952111

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 5112-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 024/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 28.646,00 (vinte e oito mil, seiscentos e quarenta e seis reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **RZ SERVIÇOS MÉDICOS LTDA - EPP, INSCRITA NO CNPJ Nº 17.594.984/0001-89**, para prestação de serviços de Assessoria em Medicina do Trabalho e Perícias Médicas , mediante a disponibilização de um profissional capacitado na área médica, portador de especialização em Medicina do Trabalho e em Perícia Médica, com respectivo RQE, para atuar de forma direta e integrada nos programas e ações de Segurança e Saúde do Trabalho voltados aos servidores públicos da Administração Direta, Indireta e Fundacional do Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 5112-26, de 22 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:E2895140

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO -SOLLIEVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS.
DIRETORIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO.
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6241-26-UMU-LIC.
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 025/2026.
VALOR DA CONTRATAÇÃO: R$ 51.650,00 (cinquenta e um mil, seiscentos e cinquenta reais).

Autorização do ato por mim praticado na autorização concedida à SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, PLANEJAMENTO URBANO E PROJETOS TÉCNICOS, para contratação direta, **por Dispensa de Licitação**, da empresa: **SOLLIEVO ARQUITETURA**

E CONSTRUÇÃO LTDA, INSCRITA NO CNPJ Nº 55.717.873/0001-01, para elaboração de projetos executivos para implantação de um complexo esportivo com pistas de skate, áreas de apoio, espaços de convivência e outros espaços esportivos e de lazer do Município de Umuarama-PR., com fundamentação nos princípios do artigo 5º e de acordo com o artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021**.**

AUTORIZO, nos termos das razões elencadas no Processo Administrativo nº 6241-26, de 29 de setembro de 2026, anexo, conforme artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021.

Umuarama, 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal
Município de Umuarama

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:6337BA8C

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 261/2026

DECRETO Nº 261/2026

Dispõe sobre a oferta gratuita do transporte coletivo urbano municipal de passageiros nos dias de votação das Eleições Gerais de 2026, nos termos do art. 23 da Resolução nº 23.751/2026 do Tribunal Superior Eleitoral.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE UMUARAMA,** Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o que dispõe o art. 66 da Lei Orgânica do Município de Umuarama;

CONSIDERANDO o art. 23 da Resolução nº 23.751, de 26 de fevereiro de 2026, do Tribunal Superior Eleitoral, que determina ao poder público a adoção das providências necessárias para assegurar, nos dias de votação, a oferta gratuita de transporte coletivo urbano municipal;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.013/DF;

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 2º da referida Resolução, as Eleições Gerais de 2026 serão realizadas em 4 de outubro de 2026, em primeiro turno, e em 25 de outubro de 2026, em segundo turno, onde houver;

CONSIDERANDO que o uso de disponibilidade orçamentária para o custeio do transporte público coletivo no dia das eleições não configura descumprimento de metas de resultados fiscais, criação ou expansão de despesas ou concessão de subsídios para os fins dos arts. 9º, 15, 16 e 26 da Lei Complementar nº 101/2000, nos termos do § 2º do art. 23 da Resolução nº 23.751/2026/TSE;

CONSIDERANDO a Lei Federal nº 6.091, de 15 de agosto de 1974, que dispõe sobre o fornecimento gratuito de transporte, em dias de eleição, a eleitores residentes nas zonas rurais, e dá outras providências;

CONSIDERANDO a Comunicação Interna da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM, com a **descrição dos horários e itinerários dos serviços, inclsuive, no sistema interbairros** que serão oferecidos à população pela Concessionária Viação Umuarama Ltda;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica assegurada, no âmbito do Município de Umuarama, a gratuidade da tarifa do serviço de transporte coletivo urbano municipal de passageiros no dia 4 de outubro de 2026, data do primeiro turno das Eleições Gerais de 2026.

§ 1º A gratuidade de que trata o caput abrange todas as linhas, itinerários e horários descritos no Anexo deste Decreto, durante todo o período de operação do serviço no dia indicado.

§ 2º A gratuidade será concedida sem distinção de qualquer natureza entre os usuários, independentemente da apresentação de título de eleitor, e-Título, documento de identificação ou comprovante de votação ou de justificativa.

Art. 2º. Havendo segundo turno de votação em 25 de outubro de 2026, aplicam-se a essa data, nas mesmas condições, as disposições deste Decreto.

Art. 3º É vedada a veiculação de propaganda partidária ou eleitoral nos veículos, terminais e pontos de parada do transporte coletivo, bem como a utilização da gratuidade prevista neste Decreto para promoção pessoal de agente público, nos termos do § 3º do art. 23 da Resolução nº 23.751/2026/TSE.

Parágrafo único. A divulgação da gratuidade à população terá caráter exclusivamente informativo e institucional.

Art. 4º A empresa concessionária do transporte coletivo municipal de passageiros será devidamente ressarcida pelos custos que tiver em razão da gratuidade prevista neste Decreto, na forma e no cálculo do custo por quilômetro rodado, conforme Planilha de Cálculo Tarifário para Transporte Urbano MT – GEIPOT Departamento de Transportes Urbanos – DEURB.

Art. 5º As despesas decorrentes deste Decreto correrão às custas do orçamento da Secretaria Municipal de Segurança, Trânsito e Mobilidade Urbana – SESTRAM.

Art. 6º A Procuradoria Geral do Município de Umuarama encaminhará cópia deste Decreto e de seu Anexo ao Juízo Eleitoral da 89ª Zona Eleitoral de Umuarama.

Art. 7º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:D1FE3A14

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL 116/2026

EDITAL N.º 116/2026
EDITAL N.º 116/2026
O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,
CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 048/2026, de 06 de maio de 2026,
RESOLVE
Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de Agente administrativo I, Auxiliar de Serviços Gerais e Psicólogos, a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:
* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP

* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
* fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.

Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO

A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 20.1 do Edital nº. 48/2026 – Da Assunção da Função Pública.

AGENTE ADMINISTRATIVO I– 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 05 VAGAS - AC)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042441	ANA LUIZA DE ANDRADE	8800042902	68º
0042405	EDUARDO ORLANDINI MORO	10188724931	69º
0042190	KEILA GUERRERO BERNARDES	10749544910	70º
0042923	ANA VITÓRIA DE MATOS MENDONÇA FARIA	9553971970	71º
0042312	ISABELA BARBADO DA COSTA	12599251966	72º
AGENTE ADMINISTRATIVO I – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 01 VAGA - PCD)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042862	RENAN VIEIRA DA COSTA PCD	8748274933	120º
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 02 VAGAS)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0041806	ALLEKSANDRA TAIS DE MEDEIROS	9508116960	17º
0042782	IZABELI BARROS	12749629942	18º
PSICÓLOGOS – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 02 VAGAS)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
0042957	BRUNA DA SILVA ROSSANO	12584870983	16º
0042822	TAMIRIS BULIANI DA MATA	8756217919	17º

PAÇO MUNICIPAL, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:1CB8A1FC

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL N.º 117/2026

EDITAL N.º 117/2026

EDITAL N.º 117/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO o que estabelecem o Edital nº 089/2025, de 20 de dezembro de 2025,

R E S O L V E

Convocar os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, para o provimento de emprego público de SECRETÁRIO ESCOLAR e AGENTE DE APOIO ESCOLAR, a comparecerem na Diretoria de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Umuarama, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis a partir da data de publicação deste edital, para se manifestar sobre a aceitação ou não do Emprego Público, ocasião em que deverá apresentar os seguintes documentos para admissão:

* 01 foto colorida 3X4 (atual).
* antecedentes criminais (Fórum 1ª e 2ª vara criminal)
* fotocópia da carteira de identidade (R.G.)
* fotocópia do C.P.F. (se casada os documentos devem estar com o nome de casada)
* fotocópia do C.P.F. (cônjuge).
* fotocópia da carteira de trabalho (páginas: da foto e dos dados pessoais)
* fotocópia PIS ou PASEP
* certidão de quitação eleitoral (imprimir a Certidão no site www.tse.jus.br)
* fotocópia da certidão de nascimento ou casamento
* carteira de habilitação (quando couber)
* certificado de reservista ou dispensa de incorporação (quando couber)
* fotocópia e original do comprovante de escolaridade exigido (histórico com certidão ou diploma)
* registro no conselho da classe (quando couber)
* Comprovante (completo) de Imposto de Renda – Pessoa Física, Exercício do ano vigente (no caso de isenção preecher declaração de bens)
* comprovante de residência
* declaração de não ter sofrido, no exercício da função pública, penalidade por prática desabonadora ou demissão por justa causa nos últimos 05(cinco anos)
* tipo sanguineo
* comprovante (impresso) do nº. da conta bancária do BANCO ITAÚ para crédito do pagamento (a declaração para abertura de conta bancária será disponibilizada ao candidato no ato de entrega de documentos)
* certidão de nascimento e CPF dos filhos menores de 14 anos
* carteira de vacinação dos filhos.

Posteriormente serão encaminhados(as) para se submeterem a Exame Médico Pré-admissional previsto no item 1.5 – do referido Edital.

ATENÇÃO

A ausência de qualquer um dos documentos, acima relacionados, dentro do prazo estabelecido para entrega, caracterizará o descumprimento das regras editalícias e consequentemente, a desclassificação do candidato do Processo Seletivo Simplificado previsto no item 11.6 - da Convocação - do referido Edital. Em caso de dúvidas, contatar-nos no telefone (44) 3621-4141 Diretoria de Recursos Humanos ou e-mail concursos@umuarama.pr.gov.br

Caso o(a) candidato(a) aprovado(a) e relacionado(a) neste Edital, não se pronuncie sobre a aceitação ou não do Emprego Público, no prazo estabelecido para esse fim, a Administração convocará o(a) candidato(a) seguinte, perdendo o(a) candidato(a) que não se pronunciou o direito de investidura no cargo para o qual se habilitou, conforme estabelecido no item 11.3 do Edital nº. 89/2025 – Da Convocação.

SECRETÁRIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 01 VAGA)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.
746	ANA JULIA SOARES PONCE *PPP	100.093.309-17	68º
* A candidata da classificação 68º está sendo convocada na vaga PPP.			
AGENTE DE APOIO ESCOLAR – 40 HORAS SEMANAIS			
(PROVIMENTO DE 02 VAGAS)			
INSCR.	NOME	CPF/RG	CLASS.

1.756	FRANCIS CARLO NUNES	005.886.549-73	99º
2.984	FRANCISCO CARLOS RIBEIRO DE MORAES JUNIOR	375.150.178-99	100º

PAÇO MUNICIPAL, 30 de setembro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA,
Prefeito Municipal.

ALEXANDRE FAKER RIBEIRO,
Diretor de Recursos Humanos.

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:369F8AFF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 1287/2026

PORTARIA Nº 1.287/2026

Altera a Portaria n.º 1.248 de 25 de setembro de 2026, que nomeou o servidor THIAGO CAMPOS MACEDO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1ºAlterar a Portaria n.º 1.248 de 25 de setembro de 2026, que nomeou o servidor **THIAGO CAMPOS MACEDO,** passando a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1º** Nomear **THIAGO CAMPOS MACEDO**, portador da Cédula de Identidade RG. n.º 12356200-3-SESP-PR, inscrito no CPF sob n.º 078.834.339-46, para ocupar o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo CC-2, lotado na Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral, a partir de 05 de outubro de 2026".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:4D8C081B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.282/2026

Admite servidora para o provimento de emprego público municipal, em caráter temporário.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o Edital n. º 80 de 08 de fevereiro de 2026, publicado no "Diário Oficial dos Municípios do Paraná" do dia 09 de julho de 2026, que homologou o resultado do Processo Seletivo Simplificado, realizado em decorrência do Edital n.º 048/2026,

CONSIDERANDO o que estabelece o art. 37, II, da Constituição Federal; e a Lei Complementar nº 432 de 25 de maio de 2017 e suas alterações, que dispõe sobre a contratação de pessoal por tempo determinado,

R E S O L V E :

Art. 1º Admitir a servidora abaixo relacionada, para exercer o emprego público sob regime administrativo especial, por tempo determinado.

PSICÓLOGO
40 HORAS SEMANAIS
Item 01
Nome: EMYLLY CAMILLE SANTOS MODAELLI
Lotação: Secretaria Municipal de Assistência Social
Admissão: 13/10/2026
RG/CPF: 056.072.959-66
Salário: R$ 5.200,38
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:53A9937B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 1.286/2026

Nomeia VITTORIA ROSANE BATISTA DOS SANTOS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E :

Art. 1º Nomear **VITTORIA ROSANE BATISTA DOS SANTOS**, portadora do Registro Geral - CPF n.º 111.363.579-71, para ocupar o cargo em comissão de Assessora Especial, símbolo CC-5, lotada na Secretaria Municipal da Procuradoria-Geral, a partir de 05 de outubro de 2026.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 01 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

CLEBER BOMFIM
Secretário Municipal da Administração

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:2F2B31AA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO 256/2026

Dispõe sobre a consolidação histórica e o reconhecimento institucional do Centro de Referência de Atendimento à Mulher - CRAM no Município de Umuarama/PR.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE UMUARAMA, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que o Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM foi implantado no Município de Umuarama em 2 de outubro de 2007;

CONSIDERANDO a continuidade do funcionamento do CRAM desde sua implantação, consolidando-se como serviço público

especializado integrante da rede municipal de atendimento e proteção às mulheres;

CONSIDERANDO a relevância do CRAM para o acolhimento, a orientação, o acompanhamento e o encaminhamento de mulheres em situação de violência e/ou violação de direitos;

CONSIDERANDO a necessidade de conferir formalidade e segurança jurídica à existência institucional do serviço, bem como de registrar sua trajetória e continuidade no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO o disposto na Lei Complementar Municipal nº 493, de 25 de janeiro de 2022, que estabelece a estrutura administrativa do Município;

D E C R E T A :

Art. 1º Fica formalmente reconhecida, para todos os fins administrativos, a implantação, a existência e a continuidade do funcionamento do Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM no Município de Umuarama, Estado do Paraná, cuja implantação ocorreu em 2 de outubro de 2007.

Art. 2º O Centro de Referência de Atendimento à Mulher – CRAM constitui serviço público especializado destinado ao atendimento de mulheres em situação de violência e/ou violação de direitos, compreendendo, conforme as necessidades identificadas, ações de acolhimento, escuta qualificada, orientação, acompanhamento psicossocial e encaminhamento à rede de serviços e de proteção.

Art. 3º O CRAM integra a estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Assistência Social, por meio da Divisão Especial da Mulher, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 493, de 25 de janeiro de 2022, constituindo-se como serviço integrante da rede municipal de atendimento e enfrentamento à violência contra as mulheres.
Art. 4º O atendimento prestado pelo CRAM será realizado por equipe multiprofissional, observadas as atribuições profissionais, as diretrizes técnicas aplicáveis e os princípios da dignidade da pessoa humana, da não discriminação, do respeito à autonomia das usuárias, da proteção integral e da garantia de direitos.
Art. 5º O CRAM atuará de forma articulada com os demais serviços, órgãos e instituições que integram a rede de atendimento e proteção às mulheres, observadas as respectivas competências institucionais.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAÇO MUNICIPAL, aos 02 de outubro de 2026.

ANTONIO FERNANDO SCANAVACA
Prefeito Municipal

MARIA LUISA VICENTE RIBEIRO BERTOCO
Secretária Municipal de Assistência Social

Publicado por:
Denise Fernanda Basso da Silva
Código Identificador:ED55737C

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE ADVERTÊNCIA DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de ADVERTÊNCIA em decorrência de cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Documento de Habilitação
AAK1774	279350T000116540	15/07/2026	55250	
AXZ2J04	279350T000138327	15/07/2026	55920	

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:B743C512

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
BDS3F02	116100T003108068	19/09/2026	54522

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:F14780D4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

IMAS - INSTITUTO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA AO SERVIDOR DE UNIÃO DA VITÓRIA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DO EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026 - PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 19/2026 UASG: 933944

O Instituto Municipal de Assistência ao Servidor de União da Vitoria - IMAS, por meio de sua Pregoeira, torna pública a seguinte **RETIFICAÇÃO DO EDITAL**, devido a necessidade de correção do Termo de Referência, item 4 – REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO, no subitem 4 referentes ao Pregão Eletrônico em epígrafe passam a ter a seguinte redação:
LEIA-SE:
4. O regime de trabalho exige o cumprimento de 05 (cinco) horas semanais, realizadas obrigatoriamente de maneira presencial por médico auditor devidamente qualificado, que preencha os requisitos descritos nos subitens 2 e 3 exigidos para o exercício da auditoria, com jornada diária de 1 (uma) hora, de segunda a sexta-feira."
Considerando a alteração realizada no sistema, **fica remarcada a data de abertura do certame para o dia 26 de outubro de 2026 às 09:00hrs**.
Ficam inalteradas as demais disposições do Edital e seus anexos.
O presente TERMO DE RETIFICAÇÃO e Edital Retificado, está disponibilizado, na íntegra, no Portal da Transparência da PMUVA *site* do municipio:*www.uniaodavitoria.pr.gov.br*, e quadro mural do Município, na forma da Lei, nos dias úteis, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados. Maiores informações poderão ser obtidas no Departamento de Licitação, através do telefone **(42) 3521-1228**.
União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

MARISTELA BAIAK
Pregoeira

Publicado por:
Marlise Ceretta Kuyava
Código Identificador:6540A8FA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 503/2026

NOMEIA CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE, DO MUNICÍPIO DE UNIÃO DA VITÓRIA

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, e considerando o Artigo 1º e 2º da Lei Municipal 4773, 18 de outubro de 2018.
D E C R E T A:

Art.1º. Ficam nomeados os Conselheiros Titulares e Suplentes, para compor o **CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR-CAE**, do Município de União da Vitória – Paraná, para o período de 2026 a 2030, conforme abaixo:

Representantes do Poder Executivo:
Titular: SIDNEI ALVES DE LIMA

Suplente: LETICIA APARECIDA GOLENIA

Representantes de pais de alunos regularmente matriculados na Rede Municipal de Educação:
Titular: MICHELE CRISTINA ANDRÉ DE MIRANDA
Suplente: SUZETE VIANA ANTUNES

Titular: AMANDA NIZER PORTELA
Suplente: ELIANE FERREIRA ANTUNES
Representantes dos professores efetivos da Rede Pública Municipal:
Titular: MURIEL CRISTINA DE PAULA
Suplente: SANDRA SCHIMICLER

Titular: FRANCIELE APARECIDA MAES
Suplente: MICHELLY APARECIDA DOLIZNEY
Representantes de Entidades legalmente constituídas da Sociedade Civil:
Titular: SIANE PEREIRA ANDREIOV
Suplente: GRECE KELY MALATT

Titular: GUILHERME AUGUSTO PRZYBYSZ
Suplente: SANDRA MARA PAULICHEN WIMMER

Art. 2º As atribuições do Conselho Municipal são as previstas na Lei Municipal nº 4773, de 18 de outubro de 2018.
Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 341/2022.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 01 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Sidnei Alves de Lima
Código Identificador:5DF6E6E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 505/2026

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito Municipal de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A:

Art. 1º Em atendimento ao Ofício nº 352/2026 - FUMPREVI, retifica o Decreto n° 55/2022, que concedeu Aposentadoria Voluntária por Idade ao (a) Servidor (a) Público Municipal:

NOME:	**NEUZA VIANNA**
CPF:	**745.333.559-00**
RG:	**3.635.974-9 PR**
CARGO:	**MERENDEIRA/COZINHEIRA**
NÍVEL:	**01-F**
MATRÍCULA:	**294/1**
INVESTIDURA:	**14/03/1994**
PROVENTOS	**INTEGRAL**
PARIDADE:	**SEM DIREITO A PARIDADE em relação aos servidores**
VALOR MENSAL:	**R$ 1.630,68 (Mil seiscentos e trinta reais e sessenta e oito centavos).**

Art. 2º Entra este Decreto em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 01 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:8BBBD7F7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 506/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NA RESPECTIVA FONTE

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.36.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PF	20.000,00
TOTAL CRÉDITO			**20.000,00**

Art. 2º - O recurso para cobertura do crédito adicional suplementar de que trata este Decreto, será proveniente de anulação da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.006 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
000	3.3.90.47.00	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	20.000,00
TOTAL DA ANULAÇÃO			**20.000,00**

Art. 3º - Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 506/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:

Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, III, serão utilizados recursos de anulação de dotações orçamentárias.

Esta suplementação não altera o limite autorizado na LOA, em seu art. 7º.

Art. 10º da LOA - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a movimentar por Decreto, no mesmo projeto atividade, excluindo-se do limite estabelecido no art. 7º da LOA.

União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	*ALOISIO FRANCISCO SALVATTI*
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:A71AB00D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - COMPRAS E LICITAÇÕES
DECRETO Nº 507/2026

DISPÕE SOBRE CRÉDITO SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NAS RESPECTIVAS FONTES.

ARY CARNEIRO JUNIOR, Prefeito do Município de União da Vitória, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e considerando a autorização contida no art. 7º, Parágrafo Único e seus incisos e art. 10 da Lei nº 5255, de 26 de novembro de 2025 e art. 38, art. 39, art. 40 e art. 41 da Lei nº 5222, de 07 de agosto de 2025;

DECRETA:
Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no orçamento-programa do Município para o exercício de 2026, um crédito adicional suplementar no valor de R$ 2.334.790,97 (dois milhões, trezentos e trinta e quatro mil, setecentos e noventa reais e noventa e sete centavos), conforme discriminação abaixo:

ÓRGÃO 07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
UNIDADE 01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROJETO/ATIV 2.023 – Manutenção dos Centros de Educação Infantil

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1040	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	285.000,00
983	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	119.790,97
1040	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	500.000,00

PROJETO/ATIV 2.084 – Manutenção de Escolas Municipais

FONTE	DOTAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR
1040	3.3.90.30.00	MATERIAL DE CONSUMO	280.000,00
1040	4.4.90.52.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.150.000,00
TOTAL CRÉDITO			**2.334.790,97**

Art. 2º Para abertura do crédito adicional de que trata o presente Decreto, será utilizado o Excesso de Arrecadação nas respectivas fontes.
Art. 3º Este Decreto acresce os valores referentes ao excesso de arrecadação ao valor da programação financeira e ao cronograma de execução mensal de desembolso, conforme publicado no Decreto nº 644/2025.
Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

JUSTIFICATIVA DO DECRETO 507/2026:

Em atendimento a Lei nº 5101/2023, apresentamos as seguintes justificativas:
Conforme o § 1º do Art. 43 da Lei Federal n. 4.320/64, serão utilizados recursos de excesso de arrecadação.

Esta suplementação não altera o saldo do percentual autorizado no art. 7º da LOA e art. 40 da LDO, por se tratar de excesso de arrecadação.

União da Vitória, 02 de outubro de 2026.

ARY CARNEIRO JUNIOR	***ALOISIO FRANCISCO SALVATTI***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Administração
ODELIR DILETO CACHOEIRA	
Secretário de Finanças	

Publicado por:
Danielle Witeki
Código Identificador:474670BB

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260924_190165.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 12/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000018780	08/09/2026	55412
AKK9C47	279370T000018773	08/09/2026	55412
JQX2318	279370T000018771	08/09/2026	55412
MCM8829	116100T003942310	16/09/2026	54600
OOC3I56	279370T000018776	08/09/2026	55412
RBK3H59	279370T000018772	08/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:0B88954F

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260925_190281.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 13/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ4D67	279370T000018729	09/09/2026	55412
ACA7766	279370T000018724	09/09/2026	55412
ARA8J32	279370T000018722	09/09/2026	55412
BAW6G46	279370T000018719	09/09/2026	55412
BCS5D78	279370T000018728	09/09/2026	55412
BDM1H75	279370T000018730	09/09/2026	55412
DNB3841	279370T000018718	09/09/2026	55412
IUQ4857	279370T000018733	09/09/2026	55412
IZF8C91	279370T000018731	09/09/2026	55412
MGS5H87	279370T000018721	09/09/2026	55412
MJE6E16	116100T003969603	17/09/2026	55680
PUB5C90	279370T000018723	09/09/2026	55412
RLJ7D13	279370T000018727	09/09/2026	55412
RNR2D22	279370T000018732	09/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:5732115A

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260926_190359.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AIP3E44	279370T000018782	10/09/2026	55412
ATX5D71	279370T000018792	10/09/2026	55412
BCN0H84	116100T002275107	18/09/2026	54600
MGJ2B86	279370T000018793	10/09/2026	55412
MGO9F26	279370T000018784	10/09/2026	55412
MII8H04	116100T003958729	18/09/2026	54523
MLN9C54	279370T000018790	10/09/2026	55412
MME0B89	279370T000018791	10/09/2026	55412
OOK5H34	279370T000018789	10/09/2026	55412
RXW5D19	279370T000018785	10/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:95A101BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260929_190458.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ALG6F62	279370T000018797	12/09/2026	55412
ATU7B79	116100T003958730	19/09/2026	54526
BED0G05	279370T000018736	11/09/2026	55412
DZF5I52	279370T000018738	11/09/2026	55412
EJL5E04	116100T003587946	20/09/2026	56141
HTA7070	279370T000018741	11/09/2026	55412
MCZ7F08	279370T000018798	12/09/2026	55412
PVW3J75	116100T003958741	19/09/2026	56300
SXD0I13	279370T000018735	11/09/2026	55412
TBP9G75	279370T000018739	11/09/2026	55412
TPN2E49	116100T003958731	19/09/2026	55680

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:8B126572

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20260930_190555.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000018800	14/09/2026	55412
AOF4583	279370T000018858	14/09/2026	55412
ASR1470	116100T002275121	22/09/2026	56650
AXY6191	279370NIC0008896	09/09/2026	50020
AYO1E83	279370T000018855	14/09/2026	55412
AYP7D99	279370NIC0008898	09/09/2026	50020
ELB4010	279370T000018852	14/09/2026	55412
EPD9723	279370T000018857	14/09/2026	55412
KQX3F11	279370NIC0008899	09/09/2026	50020
LPR8C59	279370T000018851	14/09/2026	55412
MDG1959	116100T002275117	22/09/2026	53800
MKN2910	279370T000018859	14/09/2026	55412
QJB2F72	279370T000018853	14/09/2026	55412
SEE4E51	279370NIC0008900	09/09/2026	50020
UBJ1E17	279370NIC0008897	09/09/2026	50020
UCD8A51	279370NIC0008895	09/09/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:4C99E143

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261002_190747.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000018863	16/09/2026	55412
EMI6J12	116100T000747524	24/09/2026	55090
FTE7A18	279370T000018862	16/09/2026	55412
GHL6C65	279370T000018872	16/09/2026	55412
GKY2726	279370T000018812	01/10/2026	55411
GMS1247	279370T000018814	01/10/2026	55411
IWV1I89	279370T000018873	16/09/2026	55412
MES9690	279370T000018867	16/09/2026	55412
QXZ0B41	279370T000018871	16/09/2026	55412
RYV2C68	279370T000018869	16/09/2026	55412

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:917F201D

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260926_190411.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ6D66	279370NIC0008770	30/06/2026	50020	R$ 390,46
AVV1J49	279370T000017963	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AXL0544	279370T000017828	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BBG3F98	279370T000017955	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCT7C87	279370T000017833	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BEI3B28	279370NIC0008769	30/06/2026	50020	R$ 390,46
DGL3E57	279370T000017957	07/07/2026	55412	R$ 195,23
EUO2J36	279370T000017962	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FBY6E76	279370T000017826	06/07/2026	55412	R$ 195,23
FOH3D22	279370T000017831	06/07/2026	55412	R$ 195,23
IKV7C65	279370T000017829	06/07/2026	55412	R$ 195,23
MEI3G23	116100T003871918	15/07/2026	54521	R$ 195,23
OQL1G69	279370T000017959	07/07/2026	55412	R$ 195,23
PVX8F12	279370NIC0008768	30/06/2026	50020	R$ 390,46
QHC5I77	279370T000017956	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RHC0D02	279370NIC0008771	30/06/2026	50020	R$ 586,94
RUF8I21	279370T000017961	07/07/2026	55412	R$ 195,23
TBZ1H64	279370T000017834	06/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:2CFDE869

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260929_190508.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
FDZ9J66	279370NIC0008772	30/06/2026	50020	R$ 390,46
SXT8F90	279370NIC0008774	30/06/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:FEA96097

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
EDITAL DE CANCELAMENTO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

EDITAL DE CANCELAMENTO DA 2ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

O MUNICÍPIO DE VITORINO, Estado do Paraná, por meio do órgão competente, no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o **CANCELAMENTO da 2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal**, convocada para o dia **06 de outubro de 2026**, em horário e local estabelecidos no respectivo ato de convocação.

A **2ª Audiência Pública de Revisão do Plano Diretor Municipal será reagendada em momento oportuno**, mediante nova convocação oficial, com a devida publicidade e antecedência.

A definição de nova data, horário e local serão oportunamente estabelecidos e divulgados por meio de novo instrumento de convocação, observadas as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

Assim, ficam os interessados cientificados de que **não haverá realização da audiência pública prevista para o dia 06 de outubro de 2026**, em razão do presente cancelamento.

Vitorino, 02 de outubro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Izadora Carniel
Código Identificador:975FD0F7

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO
RESULTADO DL 32/2026

RESULTADO DAS PROPOSTAS DA DISPENSA DE LICITAÇÃO
Em conformidade com o art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, o município tornou público que a Administração pretende realizar a **Contratação de Serviço de Perícia Técnica Administrativa independente no sistema de impermeabilização da cobertura do Ginásio de Esportes Ademir Zílio, incluindo análise documental, vistoria presencial, registros técnicos e fotográficos, emissão de Laudo Técnico Pericial conclusivo, resposta aos quesitos da Administração, emissão de ART ou RRT e prestação de esclarecimentos técnicos complementares**, onde os eventuais interessados puderam apresentar suas propostas de preço a partir das 15:00h do dia 23/09/2026 e encerrando-se às 10:00 h do dia 01/10/2026.
Os interessados que apresentaram propostas:

AUREA ENGENHARIA DIAGNOSTICA, CNPJ: 60.105.037/0001-06, com os valores totais de R$ 5.734,60;

SCHWARZ ENGENHARIA CIVIL PERÍCIA E AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA CNPJ: 60.071.569/0001-70, com os valores totais de R$ 6.400,00;

SOLARA SOLUTIONS LTDA CNPJ: 57.331.101/0001-62, com os valores totais de R$ 4.200,00.

Classificação das melhores propostas, proponentes:
Classificação 01: **SOLARA SOLUTIONS LTDA CNPJ: 57.331.101/0001-62**, com os valores totais de R$ 4.200,00, segunda classificada: **AUREA ENGENHARIA DIAGNOSTICA, CNPJ: 60.105.037/0001-06**, com os valores totais de R$ 5.734,60 e terceira classificada: **SCHWARZ ENGENHARIA CIVIL PERÍCIA E AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA LTDA CNPJ: 60.071.569/0001-70**, com os valores totais de R$ 6.400,00.
O município encaminha resultado as proponentes solicitando apresentação das documentações da melhor classificada: **SOLARA SOLUTIONS LTDA,** para continuidade do certame.

Vitorino, 02/10/2026

FERNANDO SINHORINI
Agente de Contratação

Publicado por:
Fernando Sinhorini
Código Identificador:7B7F11E8

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA CONTRATUAL Nº 73/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAI DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 73/2026 – ID 2909 – PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL – PARANÁ.

CONTRATADA: CARLET & DEL ANTÔNIO LTDA.

OBJETO: Aquisição futura e eventual de medicamentos, destinados ao atendimento de urgência e emergência de pacientes carentes da rede municipal de saúde, de acordo com a prescrição médica, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Descrição	Marca	Unid	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
1	EMPAGLIFLOZINA, CONCENTRAÇÃO: 25 MG BR434874	ems comprimido	Cpr	5.000	R$ 5,1200	R$ 25.600,0000
3	VALPROATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO: ASSOVIADO AO ÁCIDO VALPRÓICO, CONCENTRAÇÃO: 333 MG + 145 MG, FORMA FARMACÊUTICA: LIBERAÇÃO PROLONGADA BR 400436	BIOLAB COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 2,2900	R$ 6.870,0000
5	DAPAGLIFLOZINA, CONCENTRAÇÃO:10 MG BR 0432908	EMS COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 4,4900	R$ 13.470,0000
7	METFORMINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À DAPAGLIFOZINA, CONCENTRAÇÃO:1000 MG + 10 MG, FORMA FARMACÊUTICA: AÇÃO PROLONGADA BR0478655	ASTRAZENICA COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 4,4900	R$ 6.735,0000
9	PREGABALINA, CONCENTRAÇÃO:150 MG BR0392111	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 1,7500	R$ 2.625,0000
11	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM:100 MG, FORMA FARMACÊUTICA:LIBERAÇÃO LENTA BR0309437	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 3,2200	R$ 4.830,0000
13	PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADO COM TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM:325MG + 37,5MG BR0285015	NEO QUIMICA COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 3,2000	R$ 9.600,0000
15	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO A HIDROCLOROTIAZIDA, CONCENTRAÇÃO:160 MG + 25 MG BR 0370525	EUROFARMA COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 3,0400	R$ 9.120,0000
17	TANSULOSINA, CONCENTRAÇÃO:0,4 MG BR0396211	GEOLAB COMPRIMIDO	Cpr	500	R$ 2,6700	R$ 1.335,0000
19	DIOSMINA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO:900 MG + 100 MG BR0428425	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.000	R$ 3,5700	R$ 3.570,0000
21	TOPIRAMATO, DOSAGEM:25 MG BR0272849	NOVA QUIMICA COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 0,9500	R$ 2.850,0000
22	NIFEDIPINO, DOSAGEM:20 MG 0267729	NEO QUIMICA COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 0,9200	R$ 1.380,0000
23	NIMODIPINO, DOSAGEM:30 MG BR 0270007	VITAMEDIC COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 1,9300	R$ 2.895,0000
25	VITAMINAS DO COMPLEXO B, COMPOSIÇÃO BÁSICA:B1, B2, B3, B5, B6, B12 BR0437109	CATARINENCE COMPRIMIDO	Cpr	5.000	R$ 0,2800	R$ 1.400,0000
27	CIANOCOBALAMINA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM PIRIDOXINA E TIAMINA, CONCENTRAÇÃO:5 MG + 100 MG + 100 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL BR0401890	ARESE INJECAO	Amp	250	R$ 8,9800	R$ 2.245,0000
29	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA AO SALBUTAMOL, CONCENTRAÇÃO:400 MCG + 800 MCG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SUSPENSÃO P/ INALAÇÃO BR 0352411	TEUTO INALADOR	Amp	100	R$ 6,8500	R$ 685,0000

31	ALOPURINOL, DOSAGEM:100 MG BR 0267508	MEDLEY COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 0,4700	R$ 705,0000
33	CLARITROMICINA, DOSAGEM:500 MG BR 0268439	MEDLEY COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 4,4900	R$ 6.735,0000
35	RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO:15 MG BR0412092	NEO QUIMICA COMPRIMIDO	Cpr	3.000	R$ 2,1400	R$ 6.420,0000
37	PREDNISOLONA, COMPOSIÇÃO:FOSFATO SÓDICO, CONCENTRAÇÃO:20 MG BR0448597	BIOSINTETICA COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 1,7900	R$ 2.685,0000
39	CILOSTAZOL, CONCENTRAÇÃO:50 MG BR0276377	EUROFARMA COMPRIMIDO	Cpr	5.000	R$ 0,5200	R$ 2.600,0000
40	PROXIMETACAÍNA CLORIDRATO, DOSAGEM:0,5%, INDICAÇÃO:COLÍRIO BR 0269571	ABOTT COLIRIO	Frs	15	R$ 37,3000	R$ 559,5000
41	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À HIDROCLOROTIAZIDA, CONCENTRAÇÃO:160 MG + 12,5 MG. COD BR 0292791	GERMED COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 2,9700	R$ 4.455,0000
43	MONTELUCASTE SÓDICO, CONCENTRAÇÃO:4 MG, FORMA FARMACÊUTICA:COMPRIMIDO MASTIGÁVEL. COD BR 0394656	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	500	R$ 1,9700	R$ 985,0000
45	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO AO SACUBITRIL, CONCENTRAÇÃO:51 MG + 49 MG. COD BR 0445430	EMS COMPRIMIDO	Cpr	1.000	R$ 6,3600	R$ 6.360,0000
47	TETRACICLINA, DOSAGEM:500 MG. COD BR 0267393	MED QUIMICA COMPRIMIDO	Cpr	100	R$ 1,4400	R$ 144,0000
51	DOXICICLINA, DOSAGEM:100 MG. COD BR 0271036	PHARLAB COMPRIMIDO	Cpr	1.000	R$ 2,0200	R$ 2.020,0000
53	ALOGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO:12,5 MG. COD BR 0438039	EUROFARMA COMPRIMIDO	Cpr	500	R$ 4,3900	R$ 2.195,0000
55	RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO:20 MG. COD BR 0412091	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.000	R$ 1,7200	R$ 1.720,0000
57	CEFUROXIMA, DOSAGEM:500 MG. COD BR 0271989	ABOOTT COMPRIMIDO	Cpr	500	R$ 14,8900	R$ 7.445,0000
58	CICLESONIDA, CONCENTRAÇÃO:50 MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA:SUSPENSÃO NASAL SPRAY FRASCO 120 DOSES. COD BR 0398382	ABOOTT COMPRIMIDO	Frs	15	R$ 55,9900	R$ 839,8500
59	FLUTICASONA, COMPOSIÇÃO:PROPIONATO, CONCENTRAÇÃO:50MCG/DOSE, FORMA FARMACÊUTICA: AEROSSOL NASAL SPRAY 120 DOSES. COD BR 0448571	MATERCORP INALADOR	Und	20	R$ 73,4900	R$ 1.469,8000
61	OMEPRAZOL, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À AMOXICILINA E CLARITROMICINA, CONCENTRAÇÃO:20MG + 500MG + 500MG. COD BR 0269977	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 9,0400	R$ 13.560,0000
63	DOMPERIDONA, DOSAGEM:1 MG/ML, INDICAÇÃO:SUSPENSÃO ORAL FRASCO 100 ML. COD BR 0269963	NEO QUIMICA COMPRIMIDO	Und	50	R$ 51,5900	R$ 2.579,5000
65	TIMOMODULINA, CONCENTRAÇÃO:200 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:XAROPE FRASCO 120 ML. COD BR 0304182	EUROFARMA XAROPE	Und	50	R$ 110,9900	R$ 5.549,5000
67	ACECLOFENACO, DOSAGEM:100 MG. COD BR271666	VITAMED COMPRIMIDO	Cpr	500	R$ 2,1700	R$ 1.085,0000
69	MANITOL, DOSAGEM:20%, FORMA FARMACÊUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SISTEMA FECHADO FRASCO 100 ML. COD BR 0299675	ABOTT FRASCO	Frs	50	R$ 21,4900	R$ 1.074,5000
71	BUPROPIONA CLORIDRATO, DOSAGEM: 150 MG BR0268994	GERMED COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 2,9800	R$ 4.470,0000
73	ROSUVASTATINA, COMPISIÇÃO: CÁLCICA, CONCENTRAÇÃO: 10 MG BR0282881	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	1.500	R$ 1,7800	R$ 2.670,0000
75	TRAMADOL CLORIDRATO, DOSAGEM: 50 MG, FORMA FARMACÊUTICA: LIBERAÇÃO LENTA BR0309436	TEUTO COMPRIMIDO	Cpr	2.000	R$ 3,6900	R$ 7.380,0000

VALOR TOTAL: R$ 180.916,65 (cento e oitenta mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e cinco centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Red. 144 - 05.001.10.303.007.2015. 3.3.90.32.00.00 – Fonte: 01303

VIGÊNCIA: 02/10/2026 a 02/10/2027.

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 63/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 24/2026.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:A80C36D0

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE ATA CONTRATUAL Nº 74/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUMBATAI DO SUL – ESTADO DO PARANÁ, TORNA PÚBLICA A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 74/2026 – ID 2910 – PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 24/2026.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL – PARANÁ.

CONTRATADA: CORNELIAN & CORNELIAN.

OBJETO: Aquisição futura e eventual de medicamentos, destinados ao atendimento de urgência e emergência de pacientes carentes da rede municipal de saúde, de acordo com a prescrição médica, em atendimento a Secretaria Municipal de Saúde.

Item	Descrição	Marca	Unid	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
2	ROSUVASTANINA, COMPOSIÇÃO: CÁLCICA, CONCENTRAÇÃO: 20 MG BR0282882	TEUTO	Cpr	5.000	R$ 2,2500	R$ 11.250,0000
4	VALPROATO DE SÓDIO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO AO ÁCIDO VALPRÓICO, CONCENTRAÇÃO:199,8 MG + 87 MG BR 0407033	TORRENT	Cpr	2.000	R$ 1,6600	R$ 3.320,0000
6	METFORMINA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À DAPAGLIFOZINA, CONCENTRAÇÃO:1000 MG + 5 MG, FORMA FARMACÊUTICA: AÇÃO PROLONGADA BR 0441621	ASTRAZENECA	Cpr	5.000	R$ 4,2100	R$ 21.050,0000
8	VENLAFAXINA, COMPOSIÇÃO: SAL CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:37,5 MG BR0272381	TEUTO	Cpr	1.500	R$ 1,4500	R$ 2.175,0000
10	PREGABALINA, CONCENTRAÇÃO:75 MG BR 0388712	TEUTO	Cpr	3.000	R$ 1,7200	R$ 5.160,0000
12	PARACETAMOL, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADO COM DICLOFENACO, CARISOPRODOL E CAFEÍNA, DOSAGEM:300MG + 50MG + 125MG + 30MG BR 0270917	NEO QUIMICA	Cpr	3.000	R$ 0,8500	R$ 2.550,0000
14	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À HIDROCLOROTIAZIDA, CONCENTRAÇÃO:320 MG + 25 MG BR 0395162	EMS	Cpr	5.000	R$ 3,1500	R$ 15.750,0000
16	FERRO III, CONCENTRAÇÃO:20 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO INJETÁVEL BR 0448616	BLANVER	Amp	250	R$ 16,7000	R$ 4.175,0000
18	CELECOXIBE, DOSAGEM:200 MG BR0268866	EUROFARMA	Cpr	5.000	R$ 3,6000	R$ 18.000,0000
20	DIOSMINA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À HESPERIDINA, CONCENTRAÇÃO:450MG + 50MG BR0273818	TEUTO	Cpr	5.000	R$ 1,9500	R$ 9.750,0000
24	SALBUTAMOL, DOSAGEM:5 MG/ML, USO:SOLUÇÃO PARA NEBULIZAÇÃO BR 0268303	GSK	Frs	50	R$ 24,0700	R$ 1.203,5000
26	CIANOCOBALAMINA, APRESENTAÇÃO:ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, PIRIDOXINA E TIAMINA, DOSAGEM:5MG + 4MG + 100MG + 100MG, INDICAÇÃO:INJETÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:AMPOLA I DE VITAMINAS E AMPOLA II COM DEXAMETASONA BR 0270814	PROCTER RX	Amp	250	R$ 14,3500	R$ 3.587,5000
28	DESLORATADINA, CONCENTRAÇÃO:0,5 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:XAROPE BR0337468	BIOSSINTETICA	Frs	50	R$ 29,4200	R$ 1.471,0000
30	BECLOMETASONA DIPROPIONATO, DOSAGEM:400MCG/ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SUSPENSÃO PARA INALAÇÃO BR 0267907	CHIESI	Amp	100	R$ 7,0000	R$ 700,0000
32	LEVOMEPROMAZINA, DOSAGEM:100 MG BR 0268129	SANOFI	Cpr	2.000	R$ 1,2500	R$ 2.500,0000
34	ARIPIPRAZOL, CONCENTRAÇÃO:10 MG BR0364780	BIOSSINTETICA	Cpr	1.500	R$ 5,4700	R$ 8.205,0000
36	CETOPROFENO, CONCENTRAÇAO:100 MG BR0393813	GERMED	Cpr	5.000	R$ 2,4000	R$ 12.000,0000
38	METILFENIDATO CLORIDRATO, DOSAGEM:10 MG BR0272320	NOVARTIS	Cpr	5.000	R$ 1,1500	R$ 5.750,0000
42	TRAZODONA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:150 MG, FORMAFARMACÊUTICA:LIBERAÇÃO CONTROLADA. COD BR 0362260	MEDLEY	Cpr	1.000	R$ 5,7800	R$ 5.780,0000
44	DEXCLORFENIRAMINA MALEATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA À BETAMETASONA, CONCENTRAÇÃO:0,4 MG + 0,05 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:XAROPE FRASCO 100 ML. COD BR 0393870	LEGRAND	Frs	150	R$ 21,3800	R$ 3.207,0000
46	PANTOPRAZOL, DOSAGEM:40 MG. COD BR 0267892	NEO QUIMICA	Cpr	1.500	R$ 1,0900	R$ 1.635,0000
48	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:C/HIDROCORTISONA + SUBACETATO ALUMÍNIO + ÓX.ZINCO, DOSAGEM:5% + 0,25% + 3,5% + 18%, APRESENTAÇÃO:POMADA. COD BR 0269872	HERTZ	Und	50	R$ 35,6500	R$ 1.782,5000
49	LEVOFLOXACINO, CONCENTRAÇÃO:750 MG. COD BR437283	SANDOZ	Cpr	1.500	R$ 9,4200	R$ 14.130,0000
50	BETAISTINA DICLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:24 MG. COD BR 0343573	EUROFARMA	Cpr	500	R$ 0,8500	R$ 425,0000
52	MELOXICAM, CONCENTRAÇÃO:15 MG. COD BR 0273554	LEGRAND	Cpr	1.000	R$ 1,8700	R$ 1.870,0000
54	EMPAGLIFLOZINA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À LINAGLIPTINA, CONCENTRAÇÃO:25 MG + 5 MG. COD BR 0462392	BOEHRINGER	Cpr	1.500	R$ 13,4400	R$ 20.160,0000
56	ZOLPIDEM, DOSAGEM:10 MG. COD BR 0278316	TEUTO	Cpr	1.000	R$ 1,4300	R$ 1.430,0000
60	CEFUROXIMA, DOSAGEM:250 MG. COD BR 0271988	RANBAXY	Cpr	500	R$ 10,9500	R$ 5.475,0000
62	BIMATOPROSTA, CONCENTRAÇÃO:0,1 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA:SOLUÇÃO OFTÁLMICA FRASCO 3ML. COD BR 0405997	ABBVIE	Und	20	R$ 124,5000	R$ 2.490,0000
64	NITAZOXANIDA, CONCENTRAÇÃO:20 MG/ML, FORMA FARMACÊUTICA:PÓ P/ SUSPENSÃO ORAL FRASCO 45 ML. COD BR 0368640	EUROFARMA	Und	50	R$ 25,3800	R$ 1.269,0000
66	TOBRAMICINA, PRINCÍPIO ATIVO:ASSOCIADA COM DEXAMETASONA, DOSAGEM:0,3% + 0,1%, APRESENTAÇÃO:COLÍRIO OFTÁLMICA BISNAGA 350 GR. COD BR 0271570	NOVARTIS	Frs	15	R$ 42,7800	R$ 641,7000
68	LOPERAMIDA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO:2MG. COD BR 0273264	NEO QUIMICA	Cpr	1.000	R$ 0,4400	R$ 440,0000
70	VALSARTANA, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADO À HIDROCLOROTIAZIDA, ANLODIPINO BESILATO, CONCENTRAÇÃO:320 MG + 25 MG + 10 MG. COD BR 0433548	NOVARTIS	Cpr	1.500	R$ 6,5900	R$ 9.885,0000
72	RIVAROXABANA, CONCENTRAÇÃO: 10 MG BR0394103	NEO QUIMICA	Cpr	1.500	R$ 1,9500	R$ 2.925,0000
74	TOBRAMICINA, DOSAGEM: 0,3%, APRESENTAÇÃO: SOLUÇÃO OFTÁLMICA BR0271581	NEO QUIMICA	Frs	50	R$ 23,2300	R$ 1.161,5000
76	TRAZODONA CLORIDRATO, DOSAGEM: 50 MG BR0276948	EMS	Cpr	1.500	R$ 0,9300	R$ 1.395,0000

VALOR TOTAL: R$ 204.698,70 (duzentos e quatro mil, seiscentos e noventa e oito reais e setenta centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
Red. 144 - 05.001.10.303.007.2015. 3.3.90.32.00.00 – Fonte: 01303

VIGÊNCIA: 02/10/2026 a 02/10/2027

LICITAÇÃO: Processo Administrativo nº 63/2026, Pregão Eletrônico Registro de Preços nº 24/2026.

LEGISLAÇÃO: Lei Federal nº 14.133/2021 e demais alterações.

FÓRUM: Comarca de Barbosa Ferraz – Pr.

PAÇO MUNICIPAL, 02 de Outubro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:FC89EFCF

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
SEGUNDO TERMO ADITIVO A ATA CONTRATUAL Nº 04-2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33-2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CORUMBATAÍ DO SUL, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 80.888.662/0001-89, com sede na Rua Tocantins nº 157, Centro, cep.: 86.970-250, nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, representada pelo Prefeito Senhor **ALEXANDRE DONATO**, brasileiro, casado, funcionário público municipal, residente e domiciliado nesta cidade de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, à Rua Guarani, nº 129, Centro, CEP: 86.970-000, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.889.874-0/SSP-PR e CPF/MF nº 815.523.199-20. **CONTRATADA: E M UMBELINO PANIFICADORA**, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 06.087.487/0001-78, inscrição estadual nº 902.98576-09, com sede na Rua Guarani, 169, cep: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, neste ato representada pelo senhor **EDUARDO MARCELO UMBELINO**, brasileiro, divorciado, empresário, residente e domiciliado na Rua Guarani, 169, cep: 86.970-000, Corumbataí do Sul – Pr, portador da cédula de identidade Rg. nº 6.053.793-3/Pr e CPF nº 018.000.529-44.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS QUANTITATIVOS – Renova-se os quantitativos iniciais com base no Art. 10, § 3º do Decreto Municipal nº 15/2024, conforme a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QNT LICITADA	SALDO ATUAL	QNT RENOVADA	VALOR UNITÁRIO
1	Pão Frances: peso 50g. Formato fusiforme com adição de sal, composto de farinha de trigo especial, água, sal e fermento químico. O produto deverá apresentar validade mínima de 24horas após a entrega.	Kg	1.050	26	1.024	R$ 12,57
5	Mini Sonho - à base de óleo ou margarina, fermento químico, farinha de trigo, ovos e açúcar; com cobertura de açúcar de confeiteiro e recheio de doce de leite e/ou goiabada. Peso mínimo 25gr	Kg	196	130	66	R$ 50,71
8	Salgados Assados Esfirrra- à base de óleo ou margarina, fermento químico, farinha de trigo, ovos, sal, com cobertura de gema de ovos, recheados com carne de boi, frango ou presunto e queijo. Unidades de 50g com variações de até 10% aberta de frango ou carne com borda de catupiry tamanho lanche	Und	2.363	1.324	1.039	R$ 10,80
11	Pão de queijo- à base de polvilho azedo, óleo, leite, queijo ralado, fermento e ovos. Unidades pesando 50g com variações de até 10%	Und	1.706	493	1.213	R$ 2,75
TOTAL DO ADITIVO: R$ 30.748,20 (trinta mil, setecentos e quarenta e oito reais e vinte centavos)						

CLÁUSULA SEGUNDA: DO VALOR - O valor total da Ata Contratual passa de R$ 53.349,56 (cinquenta e três mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e seis centavos) para R$ 84.097,76 (oitenta e quatro mil e noventa e sete reais e setenta e seis centavos).

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais Cláusulas da Ata Contratual primitiva vigente.

E, por estarem jutstos e contratados, lavran o presente instrumento em duas vias, de igual teor e forma, sob as penas da Lei.

PAÇO MUNICIPAL, 30 de setembro de 2026.

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

E M UMBELINO PANIFICADORA
Contratada

TESTEMUNHAS:

CASSIANA CASSIA ALVES
CPF.: 082.774.569-99

FRANCISCO CAPASSI FILHO
CPF.: 021.846.609-90

Publicado por:
Francisco Capassi Filho
Código Identificador:8DAB5F5D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

JUSTIFICATIVA PARA QUEBRA DE ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS

Alexandre Donato, Prefeito do Município de Corumbataí do Sul/Pr, no uso das suas atribuições legais vem a público informar, a quem possa interessar a quebra da Ordem Cronológica de Pagamento, e:

Considerando que, a ordem cronológica é instituto previsto em Lei e que vincula a Administração Pública a efetuar os pagamentos aos fornecedores em conformidade com a exigibilidade dos créditos que se apresentem ao pagamento.

Considerando que, tal instituto, no que tange ao pagamento de contratos administrativos, está previsto no art. 141, §1º, inciso II, da lei 14.133/21, o qual estabelece: "A ordem cronológica, referida no caput deste artigo poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente, exclusivamente nas seguintes condições:

I – Grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;

II – Pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

III – pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;

IV – Pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada;

V – Pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.

desde que devidamente publicada, §3º. da referida Lei.

JUSTIFICATIVA DE QUEBRA DA ORDEM CRONOLÓGICA Em atendimento ao art. 141, §1º. Da lei 14.133/2021, justificamos a quebra da ordem cronológica para pagamento dos seguintes fornecedores no mês de setembro/2026:

Planilha: Justificativa de Quebra da Ordem Cronológica de Pagamentos

Fundamentação legal: Art. 5º da Lei nº 8.666/1993

Fonte	Fornecedor	CNPJ/CPF	Doc. Fiscal	Valor (R$)	Data Pgto	Justificativa
1303	LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA	12.622.708/0001-63	BL.: 8202641577	R$ 1.224,00	04/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1104	LP - SERVICOS DE INTEGRACAO DE ESTAGIOS LTDA	12.622.708/0001-63	BL.: 8202641578	R$ 6.120,00	04/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1303	MARINA MARIA FERREIRA DOS SANTOS	***.932.431-**	REC. 38	R$ 1.870,00	08/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	CAROLAINE MIQUELE PEREIRA SANTOS	***.917.289-**	REC.: 39	R$ 600,00	08/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	WEB PORTAL PARANA LTDA	04.168.559/0001-86	NFS-e: 2769	R$ 418,88	09/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1000	SO BANDEIRAS DISTRIBUIDORA DE BANDEIRAS LTDA	14.095.857/0001-47	NF.: 4574	R$ 1.500,00	10/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	FERNANDO MEDEIROS FERREIRA	058.***.***-09	NF.: 220	R$ 368,21	10/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1303	SERVIOESTE SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	03.392.348/0001-60	NF.: 8686	R$ 3.028,36	10/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1303	CENTRO TERAPEUTICO ESSENCIA LTDA	68.321.073/0001-19	NFS-e: 1	R$ 1.801,00	14/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1000	RECH E RECH COMERCIO DE MADEIRAS LTDA	76.062.900/0001-25	NFS.: 963 E 964	R$ 11.938,00	15/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1000	ROADCAR PNEUS CENTRO AUTOMOTIVO LTDA	62.791.703/0001-32	NF.: 279	R$ 705,00	15/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor e da natureza emergencial da aquisição realizada, destinada ao socorro de veículo a serviço da Prefeitura Municipal, placa SEQ- 2E97. Ressalta-se que a não realização do pagamento poderá ocasionar transtornos ao erário, comprometen do a continuidade e a regularidade dos serviços públicos, razão pela qual se mostra necessária a excepcional priorização do referido pagamento.
1000	FERNANDO MEDEIROS FERREIRA	058.***.***-09	NF.: 225	R$ 39,22	17/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1303	BRAGA & JORGE FARMACIA LTDA	11.181.254/0001-70	NF.: 279	R$ 2.266,87	17/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1303	UNIMED REGIONAL DE CAMPO MOURAO - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	81.715.716/0004-10	NF.: 13051	R$ 2.000,00	17/09/2026	Lei nº 14.133/2021, Justifica-se a quebra da ordem cronológica devido à urgência na realização de exames e consultas de munícipes. O atraso pode comprometer a saúde dos pacientes, razão pela qual se prioriza o pagamento para garantir a continuidade do serviço essencial.
1000	CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DO PARANA	76.639.384/0001-59	ART.: 1720265684874	R$ 108,39	17/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	K. C. APARECIDA MONTEVERDE - TELECOMUNICAC OES	35.905.928/0001-08	NF FAT.: 384 E 385	R$ 1.015,00	21/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1103	K. C. APARECIDA MONTEVERDE - TELECOMUNICAC OES	35.905.928/0001-08	NF FAT.: 385	R$ 74,00	21/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1303	K. C. APARECIDA MONTEVERDE - TELECOMUNICAC OES	35.905.928/0001-08	NF. FAT.: 385	R$ 111,00	21/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	SARANDI TRATORES LTDA	77.266.575/0001-85	NF.: 7292	R$ 1.488,93	21/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1000	DYNAMIKA SOLUCOES WEB LTDA	19.576.309/0001-52	NFS-e.: 8293	R$ 547,40	22/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	H F GESTAO PUBLICA LTDA	12.402.787/0001-05	NFS.: 13037 E 13038	R$ 27.248,18	22/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidade de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumprimento das obrigações contratuais.
1000	JILVAN RIBEIRO DA SILVA	19.296.226/0001-00	NFS-e.: 16	R$ 2.455,00	22/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.

1000	N. A. SABINO	11.236.559/0001-31	NFS-e.: 48	R$ 2.800,00	22/09/2026	Justifica-se a quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da solicitação do credor, que depende do valor para manutenção do capital de giro pessoal. O atraso poderá comprometer a continuidade do fornecimento, impactando nos produtos fornecidos e/ou serviços prestados à Administraçã o Pública.
1000	CETARH AMBIENTAL LTDA	06.125.160/0001-43	NF.: 18206	R$ 810,00	22/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidad e de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumpriment o das obrigações contratuais.
1000	ASSOCIACAO DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLAVEIS DE CORUMBATAI DO SUL	28.356.292/0001-19	NF.: 9	R$ 3.990,00	23/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidad e de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumpriment o das obrigações contratuais.
1000	M S CONSULTORIA TRIBUTARIA LTDA	29.077.447/0001-40	NFS-e.: 231	R$ 1.900,00	23/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidad e de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumpriment o das obrigações contratuais.
1000	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DA REDE DE URGENCIAS E EMERGENCIAS DO NOROESTE DO PARANA - CIUENP	15.718.459/0001-00	BL.: 1260003535	R$ 7.464,60	23/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidad e de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumpriment o das obrigações contratuais.
1000	MINISTERIO DA FAZENDA	00.394.460/0001-41	GRU 07162626720922510	R$ 10.081,85	24/09/2026	Quebra da ordem cronológica de pagamentos em razão da iminência do vencimento de boleto ou guia, o que poderá acarretar a incidência de encargos financeiros, como multa e juros, além de possíveis prejuízos ao erário público.
1000	CELIO AMANCIO FERREIRA CONSULTORIA	27.197.187/0001-11	NFS-e: 72	R$ 4.300,00	28/09/2026	Quebra da ordem cronológica para assegurar a continuidad e de serviços essenciais, sendo de interesse público garantir o cumpriment o das obrigações contratuais.

Corumbataí do Sul, 30 de setembro de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jeniffer Silva de Oliveira
Código Identificador:1E568A1C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº1151/2026

LEI Nº 1151/2026

Dispõe sobre inclusão de metas no PPA 2026-2029, bem como as metas prioritárias da LDO 2026, na LOA 2026 e da outras providencias.

A Câmara Municipal de Corumbataí do Sul, Estado do Paraná, aprovou e Eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte LEI**:**

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas metas do PLANO PLURIANUAL, aprovado pela Lei Municipal nº 1117/2025 e suas alterações, para execução no Exercício de 2026 conforme segue:

INCLUSÃO DE METAS

ORGÃO 11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, MEIO AMBIÊNTE E TURISMO**					
UNIDADE 11.001	SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE E TURISMO					
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA NATUREZA DESPESA	TIPO	**AÇÃO**	**OBJETIVO**	**UNIDADE MEDIDA**	FONTE RECURSO	**METAS 2026**
11.001.20.608.0012.1.113. 4.4.90.52.00.00	p	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ROVIÁRIOS**	**Melhorar as condições de trafegabilidade das estradas rurais, por meio da aquisição de máquinas para a execução regular de serviços de manutenção, facilitando o deslocamento das famílias e o escoamento da produção agrícola.**	**UNIDADE**	31859	**R$ 369.999,00**
TOTAL						**R$ 369.999,00**

Art. 2º - De conformidade com o artigo 1º desta Lei, a Lei 1116/2025 de 23 de dezembro de 2025 (Lei de Diretrizes Orçamentárias) LDO 2025 fica também autorizada a incluir meta da seguinte forma:

INCLUSÃO DE METAS
FUNCIONAL PROGRÁMATICA 11.001.20.608.0012.1.113

PROGRAMA	**PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**				
OBJETIVO	AGRICULTURA - Fomentar o setor agrícola e pecuário, dando assistência técnica e disponibilizando veículos e máquinas para preparo de terras possibilitando a exploração de maior área com consequência na maior produção. Otimizar o viveiro de mudas - Manter as atividades existentes e prover ações para ampliar/readequar o viveiro de mudas, visando atender as necessidades dos produtores rurais, com venda ou distribuição de mudas para renovação das culturas existentes e proporcionar condições de diversificação da atividade agrícola, e/ou para fins de reflorestamento a qualquer título, inclusive para cumprimento de legislação ambiental.MEIO AMBIENTE - Desenvolver ações voltadas a aumentar a área de proteção e preservação do meio ambiente , estimular a exploração racional dos recursos naturais renováveis, identificar fontes poluidoras e implementar ações para redução dos índices de poluição, inclusive pelo uso inadequado de agrotóxicos.				
TIPO	**AÇÃO/ PRODUTO**	**PRODUTO**	**UNID. DE MEDIDA**	**QUANTIDADE**	**VALOR R$**
P	**AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ROVIÁRIOS**	CONVENIO	**UNIDADE**	1	**R$ 369.999,00**

Art. 3º - Conforme alterações efetuadas no artigo 1º e 2º desta Lei, fica o Executivo Municipal autorizado a abrir no vigente orçamento – Lei Orçamentária Anual 2026 (Lei Municipal 1118/2025) um Crédito Adicional Especial no valor de **R$ 369.999,00** (trezentos e sessenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais).
Parágrafo único – Este Crédito Adicional Especial destina-se a criação de dotação orçamentária visando atender despesa não consignada no Orçamento do exercício 2026, conforme discriminação:

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA 11.001.20.608.0012.1.113

ESPECIFICAÇÃO	**ORGÃO**	**UNIDADE**	**FUNÇÃO**	**SUB-FUNÇÃO**	**PROGRAMA**	**PROJETO ATIVIDADE**	**NATUREZA DESPESA**	**FONTE**	**TOTAL**
Agricultura	11	001	20						
Promoção da Produção Agropecuária	11	001	20	608					
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	11	001	20	608	0012				
AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS – CONVENIO Nº 172/2025 - SEAB	11	001	20	608	0012	1.113	4.4.90.52.00.00	31859	R$ 369.999,00
TOTAL GERAL									**R$ 369.999,00**

Art. 4º - Para dar cobertura ao Crédito aberto pelo artigo anterior, será indicado recursos com base no art. 43, § 1º, incisos II, da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964, provenientes de provável excesso de arrecadação no valor total de **R$ 369.999,00** (trezentos e sessenta e nove mil e novecentos e noventa e nove reais) conforme abaixo:

Provável excesso de arrecadação:

RECEITA	FONTE	CONTA	VALOR
2.4.2.2.99.0.1.36.00	31859	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ROVIÁRIOS - CONVÊNIO 172/2025 SEAB	R$ 369.999,00
TOTAL DO PROVÁVEL EXCESSO			**R$ 369.999,00**

Art. 5º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2025 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado Paraná, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

"Paço Municipal 27 de Maio"

Corumbataí do Sul/PR, em 02 de outubro de 2026

ALEXANDRE DONATO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Aparecido Israel
Código Identificador:06B77357

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE CRUZEIRO DO IGUAÇU

SECRETARIA DE FINANCAS
ANEXO - DECRETO 6614

Municipio de Cruzeiro do Iguaçu - 2026				
Relatório de alteração orçamentária por fonte/tipo recurso				
Lei/Ato nº 3884 - Decreto nº 6614/2026 de 01/10/2026		**Escopo**	**Nº**	**Ano**
Autorização: 3576	Lei ordinária	Lei Orçamentária Anual - LOA	1632	2025
Fonte				
00000	Recursos Ordinários (Livres)			
Remanejamento	Anulação de Dotações			
1490 07	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		15.000,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022	ATENÇÃO BÁSICA			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
1811 07	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		70.000,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.302.0008.2026	CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO SUDOESTE -			
3.3.72.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
2361 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Anulação	100.000,00	
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA			
2911 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		15.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.367.0009.2033	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	TOTAL		100.000,00	100.000,00
	TOTAL DAFONTE		**100.000,00**	**100.000,00**
00303	Saúde - Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 - 15%)			
Suplementar	Excesso de Arrecadação			
1380 07	SECRETARIA DE SAÚDE	Acréscimo		1.947,00
07.001	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	Reabertura		
10.301.0008.2022	ATENÇÃO BÁSICA			
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO			
	TOTAL		0,00	1.947,00
	TOTAL DAFONTE		**0,00**	**1.947,00**
01040	Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR			
Suplementar	Excesso de Arrecadação			
2340 08	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	Acréscimo		50.000,00
08.001	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	Reabertura		
12.361.0009.2030	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
3.3.90.33.00.00	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO			
	TOTAL		0,00	50.000,00
	TOTAL DAFONTE		**0,00**	**50.000,00**
Resumo acumulado	**Recurso do crédito adicional**	**Tipo de alteração**	**Previsto**	**Realizado**
Remanejamento	Anulação de Dotações	Acréscimo	100.000,00	100.000,00
Remanejamento	Anulação de Dotações	Anulação	100.000,00	100.000,00
Suplementar	Excesso de Arrecadação	Acréscimo	51.947,00	51.947,00

Publicado por:
Luciane Pavnoski
Código Identificador:21143202

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 101/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 47/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses
1.DO OBJETO
Registro de preços para aquisição futura e eventual de madeira.
2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.
4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.O preço, a empresa, a quantidade estimada e a especificação do objeto registrado na presente Ata encontra-se indicado no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2026 – PMSI ESTRUTURA IDEAL
INSDUSTRIA DE MADEIRA LTDA; CNPJ/MF sob Nº 09.022.193/0001-56

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	1	TABUA DE PINHEIRO DE NO MINIMO 15CM E NO MAXIMO 30CM DE LARGURA.	M³	35	2.776,10	97.163,50
2	1	CAIBRO DE PINHEIRO.	M³	20	2.481,97	49.639,40
3	1	PRANCHA DE EUCALIPTO.	M³	15	1.639,99	24.599,85
VALOR TOTAL R$ 171.402,75						

Saudade do Iguaçu – PR 02 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal De Saudade Do Iguaçu – PR.
ROGÉRIO GALLINA –
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:2CDE91D5

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 48/2026 - PMSI

MUNICÍPIO DE SAUDADE DO IGUAÇU ESTADO DO PARANÁ
Extrato da Ata de Registro de Preços Nº 100/2026 - PMSI
PREGÃO ELETRÔNICO – Nº. 48/2026.
VALIDADE: 12 (doze) meses
1.DO OBJETO
Registro de preços para o fornecimento de nitrogênio líquido.
2.O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.
3.DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1.O Órgão Gerenciador da ata de registro de preços será a Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu, que exercerá suas atribuições por intermédio da Comissão de Licitação e Cadastro.
4.DOS PREÇOS REGISTRADOS
4.1.O preço, a empresa, a quantidade estimada e a especificação do objeto registrado na presente Ata encontra-se indicado no quadro abaixo, observando-se a ordem de classificação obtida no certame licitatório:
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2026 – PMSI NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS EIRELI; CNPJ/MF sob Nº 85.093.524/0001-27

LT	IT	PRODUTO	UNIDADE	MARCA	QUANT.	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
1	1	Nitrogênio líquido para botijões.	Litros	Própria/ Nitrogênio Líquido Messer	4.500	R$ 5,99	R$ 26.955,00

Saudade do Iguaçu – PR 02 de outubro de 2026.

Prefeitura Municipal de Saudade do Iguaçu –PR.
ROGÉRIO GALLINA -
Prefeito Municipal

Publicado por:
Roberto José Kwapis
Código Identificador:67C84890

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ABATIÁ

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
DECRETO N. 061/2026

DECRETO N.º 051/2026, de 14 de Agosto de 2026.

A Prefeita Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 4.320/64 e na Lei Municipal nº 968, de 29 de dezembro de 2025, especialmente em seu art. 8º, que autoriza a abertura de créditos adicionais suplementares,

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica aberto, no Orçamento Geral do Município de Abatiá para o exercício de 2026, crédito adicional suplementar no valor de R$ 511.800,00 (quinhentos e onze mil e oitocentos reais), conforme especificação abaixo:

CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	VALOR
04	SECRETARIA DE OBRAS PUBLICAS VIACAO E URBANISMO	
001	DEPTO DE OBRAS PUBLICAS HABITACAO E URBANISMO	
15.451.0403.2026	MANUTENÇÃO DO ALMOXARIFADO E SERVIÇOS GERAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1040	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	10.000,00
15.451.0403.2069	MANUTENÇÃO DE ESTRADAS RURAIS	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
18030	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	40.000,00
05	SECRETARIA DA SAUDE	
001	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
17800	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	10.000,00
10.301.0501.2029	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
16490	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	33.500,00
10.304.0507.2036	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
17470	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	100,00
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
17840	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	3.000,00
10.301.0501.2029	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
16510	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	1.000,00
10.303.0502.2033	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
17180	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	3.500,00
10.305.0507.2037	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA	
3.1.90.16.00.00	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	
17860	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	1.000,00
10.302.0502.2034	ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
3.3.72.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
17341	05496-Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar	70.000,00
10.301.0502.2031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOTE DA SAÚDE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
17030	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	30.000,00
10.303.0502.2033	ASSISTÊNCIA FARMACEUTICA	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
17241	05498-Assistência Farmacêutica - Estadual	500,00
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
17250	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	6.200,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
16820	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	5.000,00
10.301.0502.2031	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE TRANSPOTE DA SAÚDE	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
17070	00303-Saude – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	2.000,00
10.304.0507.2036	MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	
3.3.90.40.00.00	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	
17710	05497-VIGILANCIA EM SAUDE ESTADUAL	20.000,00
10.301.0501.2029	ORDENAMENTO DO EMPREGO E SALÁRIO	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
16570	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	34.000,00
10.301.0502.2030	MANUTENÇÃO DA SAÚDE PÚBLICA	
3.3.90.46.00.00	AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	
16901	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	1.000,00
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
16963	06518-Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Federal	3.000,00
06	SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA E ESPORTES	
001	DEPARTAMENTO DE ENSINO	
12.365.0601.2043	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1710	00101-Fundeb 60%	21.500,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1740	00101-Fundeb 60%	9.000,00
12.361.0601.2044	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
3010	00103-5% sobre Transferências Constitucionais FUNDEB	8.500,00
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
6040	00107-SALÁRIO EDUCACAO	3.500,00
12.361.0601.2047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

8090	00107-SALÁRIO EDUCACAO	20.000,00
12.365.0601.2042	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
1440	00107-SALÁRIO EDUCACAO	30.000,00
12.306.0606.2051	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
10040	00107-SALÁRIO EDUCACAO	13.000,00
12.306.0606.2052	MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR - EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	
3.3.90.32.00.00	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	
10070	00107-SALÁRIO EDUCACAO	5.000,00
12.365.0601.2043	MANUTENÇÃO DO ENSINO INFANTIL - PRÉ-ESCOLA	
3.3.90.36.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	
1900	00104-Demais Impostos Vinculados a Educação Básica	6.500,00
12.361.0601.2047	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
9040	00107-SALÁRIO EDUCACAO	117.000,00
08	SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
003	FUNDO PARA INFANCIA E ADOLESCENCIA	
08.243.0803.6002	MANUTENÇÃO DO CONSELHO TUTELAR - ECA	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
14060	000-RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	4.000,00

Art. 2º – Para dar cobertura ao crédito aberto no artigo anterior, serão indicados os seguintes recursos:
§ 1º - Excesso de arrecadação nas fontes de recursos e nas receitas abaixo discriminadas:

FONTE	RECEITA	DESCRIÇÃO	VALOR
000	1.1.1.4.51.1.1.00.00	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA - ISSQN - PRINCIPAL	83.500,00
101	1.3.2.1.01.1.1.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	30.500,00
303	1.3.2.1.01.1.1.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	12.600,00
104	1.3.2.1.01.1.1.01.00	REMUNERAÇÃO DE DEPÓSITOS BANCÁRIOS - GERAL - PRINCIPAL	6.500,00
103	1.7.1.1.51.1.1.00.00	COTA-PARTE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - COTA MENSAL - PRINCIPAL	8.500,00
5496	1.7.2.3.50.0.1.10.00	ATENDIMENTO DE PROCEDIMENTOS DE MÉDIA COMPLEXIDADE - MCA	70.000,00

§ 2º - Superavit Financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior nas seguintes fontes de recursos:

FONTE	DESCRIÇÃO	VALOR
000	RECURSOS ORDINARIOS (LIVRES)	50.000,00
107	SALÁRIO EDUCACAO	188.500,00
303	Saúde – Receitas Vinculadas (E.C. 29/00 – 15%)	38.200,00
5497	VIGILANCIA EM SAUDE ESTADUAL	20.000,00
5498	Assistência Farmacêutica - Estadual	500,00
6518	Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde - Federal	3.000,00

Art. 3º – Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir desta data.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Abatiá, Estado do Paraná, aos 14 dias do mês de Agosto do ano de 2026.

SÔNIA APARECIDA DE SOUZA CHAVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Almir Soares Teixeira de Oliveira
Código Identificador:D2D31284

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE AMAPORÃ

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 209/2026

DECRETO Nº 209/2026

SÚMULA: Concede Progressão Por Avanço Vertical a Servidora Municipal e dá outras providências.

MARCOS MARIN Prefeito Municipal de Amaporã – Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e em Especial a Lei Municipal nº 362/2011 de 13/07/11 (Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal de Amaporã);

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Progressão Por Avanço Vertical a Servidora Pública Municipal, lotada no Cargo de **PROFESSORA LICENCIATURA PLENA+PÓS,** em cumprimento aos critérios de Titulação Acadêmica segue abaixo relacionada:

	Situação Anterior			Situação Atual		
Nome do Servidor(a)	**Nível**	**Classe**	**Ref.**	**Nível**	**Classe**	**Ref.**
GRAYCE KELLY SCHUEROFF DE OLIVEIRA	IV	A	0.1.2	V	A	0.1.2

Art. 2º - A Servidora em vista ao Disposto no Art. 27 § 1º e Art. 28 § 1º da Lei Municipal nº 362/2011 de 13/07/2011, passara a perceber o vencimento e vantagens correspondentes ao nível citado acima, conforme o Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos do Magistério Público Municipal.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Amaporã, aos 01 (um) dias do mês de outubro do ano de 2026 (dois mil e vinte e seis).

Republicado por erro de digitação

MARCOS MARIN
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiza Lucas Pereira
Código Identificador:482A57A5

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANAHY

CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 001/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026
PROCESSO Nº 002/2026
CONTRATAÇÃO DIRETA
SRP - REGISTRO DE PREÇO Nº 002/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP Nº 002/2026

Aos **30 (trinta) dias do mês de setembro de 2026 (30/09/2026)**, a CÂMARA MUNICIPAL DE ANAHY, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº 95.595.617/0001-03, com sede a rua Marechal Rondon, 255, Centro, Anahy/PR, neste ato por seu Presidente SALEZIO BENJAMIN ROSA, considerando a análise e julgamento na **CONTRATAÇÃO DIRETA por DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 002/2026, com SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) Nº 002/2026**, resolve REGISTRAR os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e na quantidade cotada, atendendo as condições previstas no Edital de DISPENSA DE LICITAÇÃO, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e das Resoluções nº 097/2023 e 100/2023 da Câmara Municipal de Anahy, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. OBJETO:
A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para a **Aquisição de Materiais de Limpeza e Produtos de Higiene para a Câmara Municipal de Anahy.**

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1 O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

2.2 Fornecedor Registrado (**Detentora da Ata):**
A empresa **REINERI & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no **CNPJ nº 11.230.105/0001-53**, com sede a Rua Bandeirantes, nº 842, Centro, Município de Anahy/PR, CEP: 85.425-212, neste ato representada por sua sócio administradora Sra. ZELIA LOPES DOS SANTOS CRUZ REINERI, inscrita no CPF nº 038.xxx.xxx-13 e portadora do RG n.º 5.xxx.xxx-7 SSP/PR, residente e domiciliada à rua Almirante Tamandaré, s/n, Centro, CEP: 85.425-218, Anahy/PR.

Lote 1	Proponente Vencedora	Valor Total R$
Itens 1 à 44	**REINERI & CIA LTDA** CNPJ nº 11.230.105/0001-53	**R$ 5.186,13** (cinco mil, cento e oitenta e seis reais e treze centavos).

A validade da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua assinatura e caso as assinaturas sejam feitas de forma eletrônica, os efeitos serão produzidos a partir da data da última assinatura.

SALEZIO BENJAMIN ROSA
Presidente

Publicado por:
Cleiton José Damasceno Braga
Código Identificador:43A75550

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANDIRÁ

GABINETE DA PREFEITA
2° TERMO DE RECOMPOSIÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 034/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 072/2025

PARTES:
MUNICÍPIO DE ANDIRÁ – PR
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente termo aditivo tem por objeto - Recomposição (equilíbrio financeiro), na importância **R$ 4.037,40** (quatro mil e trinta, sete reais e quarenta centavos), nos termos do art. 82, §5º, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com os arts. 301 e 303 do Decreto Municipal nº 9.858/2023.

Empresa	Lote	Item	Descrição	Unid.	Último Valor unitário Registrado	Valor Unit. Atual	Diferença Valor unitário Registrado e Atual
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	92	1	Agulha hipodérmica descartável 30 X 0,7 - Material corpo em aço inox siliconizado, tipo ponta bisel curto trifacetado, tipo conexão conector em plástico luer, características adicionais protetor plástico, uso estéril, descartável - Caixa com 100 unidades	CX	R$ 8,18	R$ 9,92	R$ 1,74
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	94	1	Agulha hipodérmica descartável 20 X 5,5 (24 G X 3/4") - Material corpo em aço inox siliconado, tipo ponta bisel curto trifacetado, tipo conexão conector em plástico luer, características adicionais protetor plástico, uso estéril, descartável – Caixa com 100 unidades	CX	R$ 8,18	R$ 9,92	R$ 1,74
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	130	1	LAMINAS CIRÚRGICAS - BISTURI N°11 CXS C/100 UNIDADES	CX	R$ 22,88	R$ 31,25	R$ 8,37
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	131	1	LAMINAS CIRÚRGICAS - BISTURI N°15 - CXS C/100 UNIDADES	CX	R$ 22,87	R$ 31,23	R$ 8,36
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	132	1	LAMINAS CIRÚRGICAS - BISTURI N°21 - CXS C/100 UNIDADES	CX	R$ 22,27	R$ 24,00	R$ 1,73
L A DALLA PORTA JUNIOR LTDA	133	1	LAMINAS CIRÚRGICAS - BISTURI N°22 CXS C/100 UNIDADES	CX	R$ 22,27	R$ 24,00	R$ 1,73

Continuam em pleno vigor as demais cláusulas do contrato original, não modificadas pelo presente aditivo e, por estarem justas e pactuadas, as partes assinam o presente aditivo em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

DATA: 02 de outubro de 2026.

Pregão Eletrônico n° 072/2025

EDNYRA APARECIDA SANCHES BUENO DE GODOY FERREIRA
Prefeita Municipal

LUIS ALBERTO DALLA PORTA JUNIOR
Representante Legal

Publicado por:
Stephanie Dos Santos Papini Souza
Código Identificador:7337BD9B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BALSA NOVA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 152/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 47/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 114/2026

Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e seis, (01/10/2026), decorrente do **Pregão Eletrônico nº 47/2026**, foi expedida a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o disposto nas Leis Federais nº 14.133/2021 que, conjuntamente com as condições a seguir estipuladas, regem o relacionamento obrigacional entre o ÓRGÃO GERENCIADOR e o SIGNATÁRIO DA ATA:

Entidade: **MUNICÍPIO DE BALSA NOVA/PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob Nº 76.105.527/0001-42, com sede à Av. Brasil, 665, em Balsa Nova-PR, neste ato representado por seu Prefeito Municipal **LEANDRO JOSE ANTONIO**, portador da cédula de identidade RG n.º 5.724.075-0 e do CPF/MF n.º 020.435.709-86, residente e domiciliado na Rua Matias Vieira de Alvarenga, nº 91, Centro, em Balsa Nova/PR.

Órgão(s) Gerenciador(es)**: Secretaria Municipal de Saúde**

DO FORNECEDOR
Consideram-se registrados os preços do Signatário da Ata: Empresa **AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **43.426.197/0001-38**, com endereço na Rua Antônio Roggia, nº 20, casa 02, bairro Serraria, CEP: 88.115-274, na cidade de São José/SC, Telefone (51) 98491-2824, endereço eletrônico e-mail felipemabilde@yahoo.com.br, neste ato representado pelo Sr. LUIS FELIPE MABILDE DE AZEVEDO, inscrito no CPF sob nº 946.433.420-72 e portador do RG nº 8064926441, conforme relação em anexo

OBJETO
O objeto desta ATA, futura e eventual **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços técnicos de manutenção preventiva e corretiva das câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) das marcas BIOTECNO, REVIMEDIC E NOVA INSTRUMENTS, pertencentes à Secretaria Municipal de Saúde,** deverão ser entregues, conforme exigido no Edital do Pregão n° 47/2026.

DO FORNECIMENTO E RECEBIMENTO DOS MATERIAIS
O Órgão Gerenciador efetuará seus pedidos ao Signatário da Ata, através da entrega da Autorização de Fornecimento/Serviço ou Nota de Empenho por onde correrá a despesa, mediante comprovante de recebimento por qualquer meio, inclusive fac-símile, na forma descrita no Edital de Pregão Eletrônico nº 47/2026.
As quantidades serão descritas nas ordens de compra de acordo com as necessidades da Secretaria Requisitante.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

O Termo de Referência;
O Edital da Licitação;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

DA FORMA DE PAGAMENTO
O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias após o protocolo da Nota Fiscal, atestada pela Secretaria solicitante, acompanhada das CND's do INSS, FGTS e CNDT (débitos trabalhistas), dentro dos seus prazos de validade.
Em caso de atraso de pagamento motivado exclusivamente pelo**CONTRATANTE**, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:
I = (TX / 100) / 365
EM = I x N x VP, onde:
I = Índice de atualização financeira;
TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
EM = Encargos moratórios;
N = Nº de dias entre a data prevista para pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela em atraso.

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas decorrentes dos pedidos de fornecimento correrão por conta de recursos orçamentários vigentes no exercício. Serão indicadas as contas, anteriormente à solicitação dos produtos, pela indicação no contrato/nota empenho.

DO REAJUSTAMENTO, DA REPACTUAÇÃO E DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser reajustados, observado o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do índice IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo).
O reajuste será formalizado por apostilamento, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da Lei Federal nº 10.192/2001 e da regulamentação municipal.
A repactuação e a revisão dos preços registrados poderão ser concedidas nas hipóteses legalmente previstas, observados os requisitos estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
A concessão de reajuste, repactuação ou revisão não gera direito à prorrogação da vigência da presente Ata, permanecendo esta condicionada à demonstração da manutenção da vantajosidade dos preços registrados, mediante pesquisa de mercado, nos termos do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021.

NEGOCIAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão ou a entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no subitem 7.1.1, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado, observado o disposto no item 8, subitem 8.1.3.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que o impossibilite de cumprir o compromisso.
Para fins do disposto nocaput, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou pela entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do disposto no item 8, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas naLei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do disposto no subitem 7.2.2, o gerenciador convocará os fornecedores, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou a entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do disposto no item 9, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação do disposto noitem 7.2e no subitem 7.2.1, o órgão ou a entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
Não sendo acatado o pedido de revisão, este será indeferido pelo Município de Balsa Nova e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata de Registro de Preços, sob pena de cancelamento do registro do preço do fornecedor e de aplicação das penalidades administrativas previstas em Lei e no edital.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR
O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, quando o fornecedor:
I - descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;
II - não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
III - não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item 7.2 subitem 7.2.2; ou
IV - sofrer sanção prevista nosincisos IIIouIV docaputdo art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese prevista no inciso IV doitem 8.1, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento do registro nas hipóteses previstas noitem 8.1será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar oslicitantes que compõem o cadastro de reserva,observada a ordem de classificação.

CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
I - por razão de interesse público;
II-a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
III - se não houver êxito nas negociações, nos termos do disposto no item 7.1 subitem 7.1.3 e no item 7.2 subitem 7.2.4.

CADASTRO DE RESERVA
Fica incluído na ata, na forma do anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitaram cotar o objeto com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação e;
Mantiveram sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 10.1 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitaram reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiveram sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 10.1 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou;
Quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços.

DA VIGÊNCIA DA ATA
A Ata de Registro de Preços vigorará por 12 (doze) meses, contados a partir da publicação, podendo ser prorrogada nos termos da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal 002/2024.

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
Nos casos de atraso injustificado, de inexecução parcial, de descumprimento de obrigação convencionada, de falha na execução da Ata ou da contratação respectiva, bem como nos de inexecução total do objeto, garantida a ampla defesa, o fornecedor poderá ser apenado, isoladamente ou juntamente às multas definidas no item 12.3 (e seus subitens), com as seguintes penalidades:
Advertência;
Impedimento de licitar e contratar;
Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Poderá ser aplicada a sanção de **advertência** nas seguintes condições:
Descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas, bem como, nas situações que ameacem a qualidade do produto/material, serviço ou a integridade patrimonial ou humana;
Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município de Balsa Nova, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.
Será aplicada **multa** nas seguintes condições:
No caso de atraso injustificado na execução do objeto da Ata de Registro de Preço, será aplicada multa de 0,5% (meio por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o **valor da parcela inadimplida**, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias, depois do qual será caracterizada a inexecução parcial do objeto.
No caso de inexecução parcial do objeto contratado, será aplicada multa de 15% (quinze por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de reincidência, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) **sobre o valor da parcela inadimplida**;
No caso de inexecução total do objeto da Ata de Registro de Preço, a multa aplicada será de 30% (trinta por cento) **sobre o valor total do pedido**.
Será configurada a inexecução total na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas ou quando houver atraso injustificado para início da execução do objeto contratado que supere o prazo máximo de 15 (quinze) dias.
Pelo descumprimento injustificado de outras obrigações que não configurem inexecução total ou parcial, bem como mora no adimplemento, será aplicada multa de 0,2% (zero vírgula dois por cento) sobre o valor **total do pedido**;
Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 0,4% (zero vírgula quatro por cento) sobre o valor **total do pedido**.
A fixação da multa compensatória referida nos subitens 12.3.1, 12.3.2 e 12.3.3 não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor do Município de Balsa Nova, sendo o dano superior ao percentual referido.
As sanções de que trata os subitens 12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3 poderão ser aplicadas juntamente com as multas previstas no presente instrumento, garantindo o exercício de defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze)dias úteis.
O valor da multa poderá ser descontado da fatura devida ao fornecedor.
Se o valor da fatura for insuficiente, fica o fornecedor obrigado a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.
Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo fornecedor ao Município de Balsa Nova, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.
O valor devido e não recolhido no prazo assinalado no subitem 12.10 será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa e cobrado mediante o processo de execução fiscal, com os encargos legais devidos, segundo o que estabelece a Lei nº 6.830/80.
A aplicação das penalidades não prejudica o direito do Município de recorrer às garantias contratuais, com o objetivo de ressarcir-se dos prejuízos que lhe tenha causado a pessoa física ou jurídica inadimplente, podendo ainda reter créditos decorrentes da Ata de Registro de Preços ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial de eventuais perdas e danos.

ANTICORRUPÇÃO
As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal n.º 8.429/1992), a Lei Federal n.º 12.846/2013, se comprometem que para a execução deste contrato nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar, a quem quer que seja, aceitar ou se comprometer a aceitar, de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios indevidos de qualquer espécie, de modo fraudulento que constituam prática ilegal ou de corrupção, bem como de manipular ou fraudar o equilíbrio econômico financeiro do presente contrato, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, devendo garantir, ainda que seus prepostos, administradores e colaboradores ajam da mesma forma.

PUBLICIDADE
O extrato desta ata será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Paraná (AMP), pelo Município de Balsa Nova – PR.
Em virtude da indispensabilidade da divulgação dos dados constantes nos documentos de habilitação, da proposta de preço e das Atas de Registro de Preço, conforme a Lei nº 12.527/11 (Lei de Acesso à Informação – LAI) e a Lei n. º 13.709/18 – (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), o licitante desde já dá ciência e consentimento para a sua divulgação.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
O beneficiário do presente registro de preços assume o compromisso de fornecer serviços e os produtos objeto desta ata, até as quantidades máximas referidas/estimadas, pelo preço registrado, durante o prazo de validade da Ata, em conformidade com o edital do Pregão Eletrônico nº 47/2026 para Registro de Preços.
O fornecedor não poderá subcontratar ou transferir a terceiros os serviços previstos no objeto desta ata, salvo expressa autorização do Município de Balsa Nova.
Esta Ata de Registro de Preços não obriga o Órgão Gerenciador a firmar as contratações com o Signatário da Ata.
Ficará o SIGNATÁRIO, em caso de a CONTRATANTE iniciar procedimento judicial relativo o cumprimento das obrigações, sujeito além das multas previstas, também ao pagamento das custas e Honorários Advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa.
O Signatário da Ata deverá manter, enquanto vigorar o Registro de Preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas pelo Edital de Pregão Eletrônico nº 47/2026.
Faz parte integrante desta Ata de Registro de Preços, aplicando todos os seus dispositivos, o edital de Pregão Eletrônico nº 47/2026, as Autorizações de Fornecimento/Empenho com os termos aditados e a proposta do Signatário da Ata naquilo que não contrariar as presentes disposições.
As questões oriundas desta Ata e do procedimento licitatório que a procedeu, serão dirimidas no Foro de Campo Largo/PR, esgotadas as vias administrativas.
Para constar que foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo Prefeito Municipal de Balsa Nova, e pelo representante do Signatário, e duas testemunhas.

MUNICÍPIO DE BALSA NOVA
Órgão Gerenciador

AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA.
SIGNATÁRIO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Testemunha:
CPF:

Testemunha:
CPF:

ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 152/2026

Signatário da Ata: Empresa **AZEVEDO MANUTENCAO E INSTALACAO LTDA.**, inscrita no CNPJ sob nº. **43.426.197/0001-38.**

Relação de objetos registrados:

Lote	Item	Descrição	Unid. Med.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Manutenção preventiva e revisão do sistema eletrônico, refrigeração e estrutural das Câmaras de Conservação de Vacinas e Medicamentos, da marca **BIOTECNO**. Recalibração do sensor controlador de temperatura, através de calibrador mestre certificado via RBC (Rede Brasileira de Calibração). Emissão de relatório de manutenção preventiva realizada, fixação de etiqueta adesiva com data da manutenção, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	8	240,00	1.920,00
1	2	Manutenção corretiva em câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **BIOTECNO**, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	16	200,00	3.200,00
1	3	Fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios para aplicação na manutenção corretiva das câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **BIOTECNO**.	VLR	1	40.000,00	40.000,00
2	1	Manutenção preventiva e revisão do sistema eletrônico, refrigeração e estrutural das Câmaras de Conservação de Vacinas e Medicamentos, da marca **REVIMEDIC**. Recalibração do sensor controlador de temperatura, através de calibrador mestre certificado via RBC (Rede Brasileira de Calibração). Emissão de relatório de manutenção preventiva realizada, fixação de etiqueta adesiva com data da manutenção, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	3	240,00	720,00
2	2	Manutenção corretiva em câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **REVIMEDIC**, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	6	200,00	1.200,00
2	3	Fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios para aplicação na manutenção corretiva das câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **REVIMEDIC**.	VLR	1	15.000,00	15.000,00
3	1	Manutenção preventiva e revisão do sistema eletrônico, refrigeração e estrutural das Câmaras de Conservação de Vacinas e Medicamentos, da marca **NOVA INSTRUMENTS**. Recalibração do sensor controlador de temperatura, através de calibrador mestre certificado via RBC (Rede Brasileira de Calibração). Emissão de relatório de manutenção preventiva realizada, fixação de etiqueta adesiva com data da manutenção, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	1	240,00	240,00
3	2	Manutenção corretiva em câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **NOVA INSTRUMENTS**, considerando o deslocamento técnico para a execução do serviço.	SERV.	2	200,00	400,00
3	3	Fornecimento de peças, componentes, materiais e acessórios para aplicação na manutenção corretiva das câmaras conservadoras de vacinas e medicamentos (imunobiológicos) da marca **NOVA INSTRUMENTS**.	VLR	1	5.000,00	5.000,00
VALOR TOTAL: R$ 67.680,00 (sessenta e sete mil, seiscentos e oitenta reais)						

Publicado por:
Loriane Aggio
Código Identificador:9E214840

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº129 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **GOLDEN PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA** portador do CPF/CNPJ: 46.884.097/0001-43 neste ato representada por CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JUNIOR, portador do CPF sob n° 048.804.349-22, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 23.111,30, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55691	BANDEJA USO MÉDICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:LISA, DIMENSÕES:CERCA DE 20 X 10 X 1 CM, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	UNID	15,00	18,08	271,20
1	2	55677	ACESSÓRIO PARA RADIOLOGIA, TIPO:COLGADURA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INDIVIDUAL	UNID	15,00	2,74	41,10
1	3	60164	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:SUPORTE ORGANIZADOR DE RESINA COMPOSTA, MATERIAL:ACRÍLICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:P/ CERCA DE 25 SERINGAS	UNID	5,00	52,00	260,00
1	4	60166	AGULHA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, APLICAÇÃO:GENGIVAL / ANESTESIA, DIMENSÃO:30 G CURTA, TIPO PONTA :COM BISEL TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR P/ SERINGA CARPULE, TIPO	CAIXA	60,00	25,32	1.519,20
1	5	60168	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APEXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS SERRILHADAS, REFERÊNCIA: Nº 1, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	17,50	175,00
1	6	60169	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APEXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS SERRILHADAS, REFERÊNCIA: Nº 2, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	17,50	175,00
1	7	60172	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APEXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS SERRILHADAS, REFERÊNCIA: Nº 3, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	17,50	175,00
1	8	60173	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APEXO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RETA, REFERÊNCIA: 301, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	17,50	175,00
1	9	60174	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APICAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: DIREITA, REFERÊNCIA: Nº 303, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	16,35	163,50
1	10	60175	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: APICAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESQUERDA, REFERÊNCIA: Nº 302, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL	UNID	10,00	16,35	163,50
1	11	60176	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: HEIDBRINK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RAÍZES, TAMANHO: Nº 1	UNID	10,00	17,80	178,00
1	12	60177	ALAVANCA ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL, TIPO: HEIDBRINK, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: RAÍZES, TAMANHO: Nº 2	UNID	10,00	17,80	178,00
1	13	55694	BICARBONATO DE SÓDIO, APRESENTAÇÃO:PÓ; SACHÊ 40GR.	SACHÊ	120,00	2,24	268,80
1	14	53429	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:CARBIDE, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO HASTE:HASTE LONGA, TIPO CORTE:CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 4	UNID	20,00	10,14	202,80
1	15	47523	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:CARBIDE, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO HASTE:HASTE LONGA, TIPO CORTE:CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 6	UNID	10,00	10,13	202,60
1	16	47524	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:CARBIDE, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO HASTE:HASTE LONGA, TIPO CORTE:CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 8	UNID	10,00	10,13	202,60
1	17	47580	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:CARBIDE, FORMATO:TRONCO CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:PICOTADA, TIPO HASTE:HASTE LONGA, TIPO CORTE:CIRÚRGICA, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 703	UNID	10,00	10,13	202,60
1	18	60186	BROQUEIRO, MATERIAL:ALUMÍNIO, MODELO:ESTOJO ABERTO, CAPACIDADE:CERCA DE 15 BROCAS, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	UNID	5,00	15,94	79,70
1	19	60187	BROQUEIRO, MATERIAL:ALUMÍNIO, MODELO:ESTOJO ABERTO, CAPACIDADE:CERCA DE 60 BROCAS, INDICAÇÃO:P/ ESTERILIZAÇÃO, AUTOCLÁVAVEL X	UNID	5,00	37,38	186,90
1	20	60197	CONJUNTO DE BANHO, USO: INFANTIL, COMPOSIÇÃO: ESCOVA DENTAL DE CERDAS MACIA, CREME DENTAL 1.100 PPM DE FLÚOR, FIO DENTAL, TIPO EMBALAGEM: BOLSA PLÁSTICA COM FECHO DE BOTÃO OU ZÍPPER (SOLICITAR AMOSTRA	UNID	4.000,00	3,72	14.880,00
1	21	60200	CURETA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, APLICAÇÃO:ODONTOLÓGICA, TIPO:MEAD	UNID	10,00	16,99	169,90
1	22	55710	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:GRACEY, MODELO:11-12	UNID	15,00	8,00	120,00
1	23	55722	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INXIDÁVEL COM CABO PLÁSTICO, TIPO USO:MANIPULAÇÃO DE HIDROCOLÓIDES E GESSOS	UNID	10,00	14,00	140,00
1	24	60228	ISOLANTE - USO ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:ALGINATO DE SÓDIO E ÁGUA, APLICAÇÃO:PARA GESSOS E ACRÍLICOS; EMBAL 500ML	FRASCOS	30,00	31,45	943,50
1	25	55761	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:ALUMÍNIO, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DESDENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 4, APLICAÇÃO:INFERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNID	5,00	8,74	43,70
1	26	55762	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:ALUMÍNIO, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DESDENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 4, APLICAÇÃO:SUPERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNID	5,00	8,74	43,70
1	27	60252	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:SILICONE, FORMATO:TAÇA, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:PROFILAXIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:FLEXÍVEL, COMPATIBILIDADE:CONTRA ÂNGULO	UNID	100,00	1,98	198,00
1	28	55784	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA; SERINGA 2GR (COR: A4)	UNID	20,00	45,49	909,80
1	29	55792	SERINGA ODONTOLOGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL, CAPACIDADE:1,80 ML, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:RETROCARGA, TIPO:CARPULE, APLICAÇÃO:REFLUXO TRADICIONAL	UNID	15,00	28,00	420,00
1	30	53461	SONDA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:EXPLORADORA, MODELO:Nº 05, TIPO CABO:CABO MACIÇO	UNID	30,00	6,49	194,70
1	31	53463	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 1:ÍRIS, TIPO PONTA:PONTA RETA, HASTE:HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 12 CM, MATERIAL:LIGA METÁLICA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, USO ÚNICO	UNID	15,00	11,92	178,80
1	32	60270	TESOURA INSTRUMENTAL, MODELO 1:BEE BEE / OURO, TIPO PONTA:PONTA RETA, HASTE:HASTE RETA, COMPRIMENTO TOTAL:CERCA DE 10 CM, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	UNID	10,00	35,26	352,60

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Golden Produtos Odontologicos LTDA
46.884.097/0001-43
CEZAR FIORAVANTI SCHACHT JUNIOR
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:7442BF3D

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº131 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **MEDICENTRO COMERCIO DE MEDICAMENTOS - EIRELI** – EPP portador do CPF/CNPJ: 27.105.456/0001-72 neste ato representada por LUIS ALBERTO DALLA PORTA, portador do CPF sob n° 260.828.020-04, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 28.066,25, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS

As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55681	AGULHA HIPODÉRMICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL SILICONIZADO, DIMENSÃO:16 G X 1 1/2", TIPO PONTA:BISEL CURTO TRIFACETADO, TIPO CONEXÃO:CONECTOR LUER LOCK OU SLIP EM PLÁSTICO, TIPO FIXAÇÃO:PROTETOR PLÁSTIC	UNID	500,00	7,09	3.545,00
1	2	60182	ARTICAÍNA, COMPOSIÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, CONCENTRAÇÃO: 4% + 1/100.000, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL; TUBETE 1,8ML	FRASCOS	1.800,00	3,47	6.246,00
1	3	55693	BENZOCAÍNA, CONCENTRAÇÃO:20%, USO:GEL TÓPICO; POTE 12GR	UNID	30,00	7,87	236,10
1	4	55699	CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO, TIPO:RESTAURADOR, ALTA VISCOSIDADE, ATIVAÇÃO:AUTOPOLIMERIZÁVEL, ASPECTO FÍSICO:PÓ + LÍQUIDO, APRESENTAÇÃO:CONJUNTO COMPLETO	UNID	30,00	19,49	584,70
1	5	55703	COMPRESSA GAZE, MATERIAL:TECIDO 100% ALGODÃO, TIPO:13 FIOS/CM2, MODELO:COR BRANCA,ISENTA DE IMPUREZAS, CAMADAS:8 CAMADAS, LARGURA:7,50 CM, COMPRIMENTO:7,50 CM, DOBRAS:5 DOBRAS, CARACTERÍSTICAS ADICION	Pct	200,00	17,14	3.428,00
1	6	60194	COMPRESSA GAZE, MATERIAL:100% ALGODÃO, MODELO:TIPO ROLO, DIMENSÕES:CERCA DE 15 X 30 CM, GRAMATURA:11 FIOS/ CM2, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS :FIO RADIOPACO, ESTERILIDADE :ESTÉRIL, USO ÚNICO, EMB	PACOTE	60,00	8,67	520,20
1	7	60202	DETERGENTE ENZIMÁTICO, COMPOSIÇÃO:A BASE DE AMILASE, PROTEASE, LIPASE E CARBOIDRASE; FRASCO 1000ML	LITROS	20,00	17,44	348,80
1	8	47568	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL:PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO:C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA:CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO:ENVELOPE, COMPONENTES ADICIONAIS:AUTOSSELANT	UNID	3.000,00	0,27	810,00
1	9	60208	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, COMPONENTES ADICIONAIS: A	Unid	3.000,00	0,30	900,00
1	10	55724	FILME RADIOLÓGICO TIPO: ODONTOLÓGICO, DIMENSÕES: 27X54 MM; CX COM 150 UNID.	EMBALAGEM	5,00	220,03	1.100,15
1	11	60225	GORRO HOSPITALAR, MATERIAL :NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, MODELO:TIRAS, COR :SEM COR, GRAMATURA :CERCA DE 20 G/M2, TAMANHO:ÚNICO, TIPO USO:DESCARTÁVEL, CARACTERÍSITCAS ADICIONAIS 1:HIPOALERGÊNICA,	PACOTE	50,00	14,89	744,50
1	12	55743	LIDOCAÍNA CLORIDRATO, COMPOSIÇÃO:ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM:2% + 1:100.000, APRESENTAÇÃO:INJETÁVEL; TUBETE 1,8ML.	FRASCOS	1.000,00	2,08	2.080,00
1	13	55745	LUBRIFICANTE ODONTOLÓGICO, COMPOSIÇÃO BÁSICA:ÓLEO MINERAL, APRESENTAÇÃO:SPRAY COM ADAPTADOR, APLICAÇÃO:CANETA DE ALTA E BAIXA ROTAÇÃO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM CFC; 100ML	FRASCOS	10,00	18,75	187,50
1	14	55747	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:100% NITRILE, TAMANHO:MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, TIPO:AMBIDESTRA; CX C/ 100	cx	80,00	17,12	1.369,60
1	15	47902	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL:100% NITRILE, TAMANHO:PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM PÓ, ANTIDERRAPANTE, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, TIPO:AMBIDESTRA	PARES	30,00	17,19	515,70
1	16	60235	"MÁSCARA CIRÚRGICA, MATERIAL:NÃO TECIDO 100% POLIPROPILENO, FILTRO:ELEMENTO FILTRANTE INTERNO, EFICIÊNCIA:EFP MAIOR QUE 98% E BFE MAIOR QUE 95%, QUANTIDADE CAMADAS:MÍNIMO 3 CAMADAS, MODELO:AJUSTÁ	CAIXA	50,00	4,37	218,50
1	17	60242	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, CONCENTRAÇÃO: 3%, FORMA FARMACÊUTICA: SOLUÇÃO INJETÁVEL; TUBETE 1,8ML; (SEM VASO)	UNID	300,00	2,75	825,00
1	18	60243	MEPIVACAÍNA CLORIDRATO, APRESENTAÇÃO: ASSOCIADA COM EPINEFRINA, DOSAGEM: 2% + 1:100.000. TUBETE 1,8ML;	UNID	1.500,00	2,75	4.125,00
1	19	55767	PERÓXIDO DE HIDROGÊNIO (ÁGUA OXIGENADA), TIPO:10 VOLUMES; 1LT	Lt	50,00	5,63	281,50

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Medicentro Comercio De Medicamentos - EIRELI – EPP -
CNPJ: 27.105.456/0001-72
LUIS ALBERTO DALLA PORTA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:F1D8A3A6

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº124 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **CIRURGICA PRIME LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº46.116.717/0001-02, neste ato representada por SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR, portador do CPF sob n° 04826059957, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 8,801.77, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNT.	VALOR TOTAL
1	1	55684	ÁLCOOL ETÍLICO, TIPO:HIDRATADO, TEOR ALCOÓLICO:70%_(70¿GL), APRESENTAÇÃO:LÍQUIDO, EMBAL 1LT.	Lt	150,00	5,18	1.845,00
1	2	55687	ALGODÃO USO MÉDICO, TIPO:HIDRÓFILO, APRESENTAÇÃO:EM ROLETE, MATERIAL:ALVEJADO, PURIFICADO, ISENTO DE IMPUREZAS, ESTERILIDADE:NÃO ESTÉRIL; PCT C/ 100UNID	Pct	200,00	2,28	777,00
1	3	60231	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: EXTRAPEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXIC	CAIXA	100,00	19,45	456,00
1	4	60232	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: GRANDE, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIP	CAIXA	60,00	19,45	1.945,00
1	5	60233	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: MÉDIO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TIPO: AMBIDESTRA,	CAIXA	80,00	19,45	1.167,00
1	6	60234	LUVA PARA PROCEDIMENTO NÃO CIRÚRGICO, MATERIAL: LÁTEX NATURAL ÍNTEGRO E UNIFORME, TAMANHO: PEQUENO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: LUBRIFICADA COM PÓ BIOABSORVÍVEL, DESCARTÁVEL, APRESENTAÇÃO: ATÓXICA, TI	CAIXA	100,00	19,45	1.556,00
1	7	55749	LUVAS PARA REPOSIÇÃO EM CÂMARAS ODONTOLÓGICAS DE REVELAÇÃO; CONFECCIONADAS EM TECIDO MACIO; EMBALAGEM CONTEM UM PAR	PARES	3,00	34,59	1.945,00
1	8	55793	SUGADOR, MATERIAL:PVC, TIPO:SALIVA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:C/ ARAME, APRESENTAÇÃO:PACOTE C/ 40 UNIDADES, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	Pct	120,00	7,10	103,77

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Cirurgica Prime LTDA
CNPJ: 46.116.717/0001-02
SERGIO LUIZ DE SOUZA JUNIOR
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:3E488F4B

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº130 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **ITAPEMED IMPORTADORA E EXPORTADORA DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA** portador do CPF/CNPJ sob nº54.322.844/0001-88, neste ato representada por RODRIGO GOULART LUCHTEMBERG portador do CPF sob n°957.968.000-00 acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 18.686,66. Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	60183	AUTOCLAVE, MATERIAL:AÇO INOX, TIPO :HORIZONTAL, MODELO:GRAVITACIONAL, OPERAÇÃO:AUTOMÁTICA, DIGITAL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SISTEMAS DE SECAGEM E SEGURANÇA, VOLUME CÂMARA:CERCA DE 25 L, COMPO	UNID	3,00	4.574,99	13.724,97
1	2	60190	CANETA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO:CONTRA ÂNGULO, MATERIAL:TITÂNIO, RELAÇÃO TRANSMISSÃO:TRANSMISSÃO 20:1, TORQUE:TORQUE MENOR OU IGUAL 55 N CM, TROCA DE BROCA:PRESSÃO CABEÇA (PB), REFRIGERAÇÃO:C/ REFRIG	UNID	5,00	217,83	1.089,15
1	3	60211	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:JATO BICARBONATO E ULTRASSOM, ASPECTO FÍSICO:MOTOR DE BANCADA, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO ABS, INDICAÇÃO:PROFILAXIA/PERIODONTIA/ENDODONTIA, FONTE:ELETRO-PNEUMÁTICO, C	UNID	2,00	1.287,00	2.574,00
1	4	48279	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:JATO BICARBONATO, ASPECTO FÍSICO:PEÇA DE MÃO, MATERIAL CORPO:ALUMÍNIO ANODIZADO, INDICAÇÃO:PROFILAXIA, FONTE:PNEUMÁTICO, INSTALAÇÃO:ENCAIXE BORDEN, COMPONENTES ADICIONAI	UNID	2,00	302,77	605,54
1	5	60212	EQUIPAMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:ULTRASSOM, ASPECTO FÍSICO:PEÇA DE MÃO, INDICAÇÃO:PERIODONTIA, FONTE:PNEUMÁTICO, INSTALAÇÃO:ENCAIXE BORDEN, COMPONENTES ADICIONAIS:PONTEIRAS	UNIDA	1,00	693,00	693,00

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Itapemed Importadora E Exportadora De Equipamentos Hospitalares LTDA
CNPJ: 54.322.844/0001-88
RODRIGO GOULART LUCHTEMBERG
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:BC7D8CE7

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº127 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **DENTAL IPO LTDA** portador do CPF/CNPJ sob nº50.567.060/0001-69
ELCI TRICHES BERTI portador do CPF sob n° 828.231.039-53, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$27.015,65 Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55685	ALGINATO USO ODONTOLÓGICO, TIPO:TIPO II, APRESENTAÇÃO:PÓ, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PRESA NORMAL; PCT 410GR.	Pct	50,00	23,58	1.179,00
1	2	55701	CIMENTO ODONTOLÓGICO, TIPO:TAMPÃO ALVEOLAR C/ AÇÃO CICATRIZANTE, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:SEM EUGENOL, ASPECTO FÍSICO:PASTA; FRASCO 10GR.	UNID	20,00	36,13	722,60

1	3	53431	FIO DE SUTURA, MATERIAL:NYLON MONOFILAMENTO, TIPO FIO:4-0, COR:PRETO, COMPRIMENTO:45 CM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:COM AGULHA, TIPO AGULHA:1/2 CÍRCULO CORTANTE, COMPRIMENTO AGULHA:1,50 CM, ESTERILIDA	UNID	600,00	1,48	888,00
1	4	60226	HEMOSTÁTICO ABSORVÍVEL, MATERIAL:ESPONJA DE GELATINA LIOFILIZADA, ESTERILIDADE:ESTÉRIL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:EM CUBO, 1 CM; CX C/ 10UNID	CAIXA	20,00	38,06	761,20
1	5	60237	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL MALEÁVEL, TIPO: PRÉ-CONTORNADA, FORMATO: SECCIONADA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	13,37	5.348,00
1	6	60238	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:PRÉ-CONTORNADA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO INTEGRADO, APLICAÇÃO: DENTES POSTERIORES (MOLARES), TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	9,17	3.668,00
1	7	60239	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: ALUMÍNIO E AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:PRÉ-CONTORNADA COM SISTEMA DE FIXAÇÃO INTEGRADO, APLICAÇÃO: DENTES POSTERIORES (PRÉ-MOLARES) , TIPO USO:DESCARTÁVEL	UNID	400,00	9,17	3.668,00
1	8	60240	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: DENTE PERMANENTE ANTERIOR, FORMATO: COROA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	5,04	2.016,00
1	9	60241	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL: CLORETO DE POLIVINILA, APLICAÇÃO: DENTE PERMANENTE POSTERIOR, FORMATO: COROA, TIPO USO: DESCARTÁVEL	UNID	400,00	4,16	1.664,00
1	10	60248	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: RESINAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO, COMPATIBILIDADE: C	UNID	15,00	71,91	1.078,65
1	11	53469	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:SILICONE C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO:CHAMA, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:RESINAS, COMPATIBILIDADE:CONTRA ÂNGULO	UNID	20,00	73,79	1.475,80
1	12	60249	PONTA MONTADA USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL: BORRACHA C/ ÓXIDO DE ALUMÍNIO, FORMATO: 07 PONTAS SORTIDAS, COR: BRANCA, APLICAÇÃO: RESINAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: CONJUNTO COMPLETO, COMPATIBILID	UNID	30,00	86,88	2.606,40
1	13	60263	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TIPO " BULK FILL ", ASPECTO FÍSICO:FLUÍDA, BAIXA VISCOSIDADE (COR: A2)	UNID	10,00	97,00	970,00
1	14	60264	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TIPO " BULK FILL ", ASPECTO FÍSICO:FLUÍDA, BAIXA VISCOSIDADE (COR: A3)	UNID	10,00	97,00	970,00

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Dental Ipo LTDA
CNPJ 50.567.060/0001-69
ELCI TRICHES BERTI
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:E01B3D3D

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº137 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por objeto REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **YNEMED PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA,** portador do CPF/CNPJ sob nº51.740.794/0001-60, neste ato representada por IRENE LOPES SALVI, portador do CPF sob n° 51544326904, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$ 6,110.70, Considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55679	ADESIVO DENTAL, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, COMPONENTES:AUTOCONDICIONANTE; FRASCO 5ML.	FRASCO	30,00	32,99	989,70
1	2	60165	AFASTADOR ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:ABRIDOR DE BOCA, MODELO:MOLT, ESTERILIDADE: AUTOCLAVÁVEL, TAMANHO:INFANTIL X	UNID	10,00	60,74	607,40
1	3	60206	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, COMPONENTES ADICIONAIS: A	UNID	1.200,00	0,74	888,00
1	4	60207	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA: CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, COMPONENTES ADICIONAIS: A	UNID	1.200,00	0,75	900,00
1	5	60209	EMBALAGEM P/ ESTERILIZAÇÃO, MATERIAL: PAPEL GRAU CIRÚRGICO, COMPOSIÇÃO: C/ FILME POLÍMERO MULTILAMINADO, GRAMATURA / ESPESSURA:CERCA DE 60 G/M2, APRESENTAÇÃO: ENVELOPE, COMPONENTES ADICIONAIS: AU	UNID	1.200,00	0,73	876,00
1	6	60219	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, , MODELO:THOMPSOM, TAMANHO Nº 2, TIPO USO:APLICAÇÃO DE COMPOSITOS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	UNID	10,00	57,21	572,10
1	7	48284	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:COMUM TIPO II	KILO	30,00	9,96	298,80
1	8	55734	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:PEDRA TIPO III; EMBAL 1KG	KG	30,00	11,47	344,10
1	9	55746	LUPA DE PALA, C/ VISOR ARTICULADO.	UNID	5,00	106,83	534,15
1	10	55753	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 3, APLICAÇÃO:SUPERIOR, ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNID	5,00	20,09	100,45

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Ynemed Produtos Medicos E Hospitalares LTDA
51.740.794/0001-60
IRENE LOPES SALVI
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:26476B50

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE ADITIVO

1° Termo aditivo do contrato nº133 / 2025, decorrente de PregãoN°25/ 2025 que tem por REGISTRO DE PREÇOS, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS MÉDICO-ODONTOLÓGICOS, EQUIPAMENTOS E INTRUMENTAIS, PARA ATENDER A NECESSIDADE DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE BARBOSA FERRAZ-PR.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE BARBOSA FERRAZ**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n° 76.950.062/0001-26, com endereço em AV. PRESIDENTE KENNEDY, 363, CENTRO, BARBOSA FERRAZ-PR, 86.960-000, representado pelo Prefeito Municipal o Sr Carlos Rosa Alves, e a empresa **MEGA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS EIRELI –ME**, portador do CPF/CNPJ sob nº25.341.162/0001-14, neste ato representada por CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA portador do CPF sob n° 038.549.009-70, acordam por meio deste o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
O presente termo aditivo tem por objeto: Dilatação do Prazo de Vigência com término em 02/10/2027 e, reajuste de Valores na importância de R$38.089,46 considerando a necessária continuidade dos serviços/fornecimento do objeto contratado, especialmente por se tratarem de serviços especiais á o município; considerando ainda, a Lei 14.133/21, Art. 84. O prazo de vigência da ata de registro de preços será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso;

CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO DOS DEMAIS TERMOS PACTUADOS
As demais cláusulas contratuais permanecem sem qualquer alteração.
E, por assim estarem ajustados firma o presente em 02 (duas) vias de igual forma e teor.

LOTE	ORDEM	ITEM	ESPECIFICAÇÕES DOS OBJETOS	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	1	55678	ACESSÓRIOS - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:JACARÉ, PRENDEDOR DE GUARDANAPOS, DE CORRENTE, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO USO:REUTILIZÁVEL	UNIDADE	15,00	4,75	71,25
1	2	55688	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO HASTE:DOBRÁVEL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS FIBRAS NÃO ABSORVENTES, TIPO PONTA:FINA; PCT C/ 100	UNIDADE	20,00	8,42	168,40
1	3	60179	APLICADOR ODONTOLÓGICO, APLICAÇÃO:P/ CIMENTO HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO LONGO, DUPLO, TIPO PONTA:PONTA ANGULADA	Unidade	20,00	6,19	123,80
1	4	60180	APLICADOR ODONTOLÓGICO, TIPO HASTE:DOBRÁVEL, TIPO USO:DESCARTÁVEL, MATERIAL:PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PONTAS FIBRAS NÃO ABSORVENTES, TIPO PONTA:REGULAR ; PCT C/ 100	PACOTE	20,00	8,45	169,00
1	5	55692	BANDEJA USO MÉDICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:LISA, DIMENSÕES:CERCA DE 25 X 15 X 1 CM, ESTERILIDADE:ESTERILIZÁVEL	UNIDADE	15,00	25,38	380,70
1	6	53452	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CHAMA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE EXTRA FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 3118FF	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	7	55695	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CILÍNDRICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO PLANO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 1093F	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	8	47558	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO EM CHAMA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE EXTRA FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 3195FF	UNIDADE	20,00	2,04	40,80
1	9	53450	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO EM CHAMA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 1112F	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	10	47554	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO EM CHAMA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 1190F	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	11	47552	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA:1011	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	12	47553	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, NUMERAÇÃO AMERICANA:1012	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	13	53451	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL DIAMANTADA, FORMATO:TRONCO CÔNICA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO ARREDONDADO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:CORTE FINO, NUMERAÇÃO AMERICANA 1:REF. 21	UNIDADE	20,00	2,03	40,60
1	14	60184	BROCA ALTA ROTAÇÃO, MATERIAL:CARBIDE, FORMATO:CÔNICA LONGA, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:TOPO ARREDONDADO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, TIPO CORTE:ZEKRYA, REFERÊNCIA:REF. 151	UNIDADE	15,00	12,96	194,40
1	15	47519	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO:CONTRA ÂNGULO, MATERIAL:AÇO COMUM, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, REFERÊNCIA:REF. 2	UNIDADE	15,00	4,61	69,15
1	16	47520	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO:CONTRA ÂNGULO, MATERIAL:AÇO COMUM, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, REFERÊNCIA:REF. 4	UNIDADE	15,00	4,63	69,45
1	17	47522	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO:CONTRA ÂNGULO, MATERIAL:AÇO COMUM, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO CORTE:CORTE MÉDIO, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, REFERÊNCIA:REF. 8	UNIDADE	15,00	4,62	69,30
1	18	47521	BROCA BAIXA ROTAÇÃO, TIPO:CONTRA ÂNGULO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO:ESFÉRICA, TIPO CORTE:CORTE REGULAR, TIPO HASTE:HASTE REGULAR, REFERÊNCIA:REF. 6	UNIDADE	15,00	4,60	69,00
1	19	55704	CONDICIONADOR DENTAL, TIPO:ÁCIDO FOSFÓRICO, CONCENTRAÇÃO:37%, ASPECTO FÍSICO:GEL; SERINGA DE 2,5ML.	UNIDADE	200,00	1,19	238,00
1	20	55708	CURETA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, REFERÊNCIA:NR 17, FORMATO:CÔNCAVO CORPO DUPLO, APLICAÇÃO:REMOÇÃO DENTINA, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	15,00	6,41	96,15
1	21	55709	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:FOICE, MODELO:Nº 0-00	UNIDADE	15,00	11,98	179,70
1	22	55714	CURETA PERIODONTAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:PONTA MORSE, MODELO:Nº 0-00, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CABO OCO	UNIDADE	15,00	16,94	254,10

1	23	55797	DESTILADOR DE ÁGUA DE BANCADA. SEM INSTALAÇÃO HIDRÁULICA, CAPACIDADE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA: 4 LITROS, PURIFICA A ÁGUA, ELIMINANDO 99,9% DAS IMPUREZAS; LED INDICADOR DE FUNCIONAMENTO; GARRAFA PLÁSTIC	UNIDADE	2,00	789,98	1.579,96
1	24	60213	ESCAVADOR - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ DENTINA, MODELO: Nº 05, TAMANHO:INFANTIL, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	10,00	6,40	64,00
1	25	60214	ESCAVADOR - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO:DUPLO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:P/ DENTINA, MODELO: Nº 17, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	10,00	6,50	65,00
1	26	53433	ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO, TIPO PONTA:TAÇA, USO:CONTRA-ÂNGULO, COR:BRANCA	UNIDADE	500,00	0,90	450,00
1	27	60216	ESCOVA DE ROBSON USO ODONTOLÓGICO, TIPO PONTA:CÔNICA, USO:CONTRA-ÂNGULO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:IMPREGNADA COM CARBETO DE SILÍCIO	UNIDADE	100,00	1,96	196,00
1	28	55718	ESCULPIDOR - ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, MODELO:LECRON, TAMANHO:Nº 05, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DUPLO	UNIDADE	6,00	7,80	46,80
1	29	55719	ESPÁTULA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL E TITÂNIO, MODELO:PONTAS FLEXÍVEIS, TIPO USO:P/ APLICAÇÃO E ESCULTURA DE RESINAS E PORCELANAS, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:DUPLA, CABO ALUMÍNIO ANODIZADO;	UNIDADE	10,00	49,75	497,50
1	30	47542	ESPELHO BUCAL, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL E ESPELHO, TIPO:1º PLANO, TAMANHO:Nº 5, USO:ENCAIXE UNIVERSAL, TIPO USO:AUTOCLAVÁVEL, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL	UNIDADE	60,00	3,15	189,00
1	31	60222	FIO DENTAL, MATERIAL:RESINA TERMOPLÁSTICA/CERA E ESSÊNCIA, COMPRIMENTO:100 M, TIPO:REGULAR, SABOR:MENTA	UNIDADE	100,00	1,32	132,00
1	33	55732	GESSO - USO ODONTOLÓGICO, TIPO:PEDRA ESPECIAL TIPO IV; EMBAL. 1KG	KG	30,00	18,30	549,00
1	34	60227	HIDRÓXIDO DE CÁLCIO, ASPECTO FÍSICO:PÓ OU CRISTAL FINO BRANCO, FÓRMULA QUÍMICA:CA(OH)2, PESO MOLECULAR:74,09 G/MOL, GRAU DE PUREZA:PUREZA MÍNIMA DE 96%, NÚMERO DE REFERÊNCIA QUÍMICA:CAS 1305-62-0	GRAMAS	20.000,00	1,18	23.600,00
1	35	47534	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO:FITA, APRESENTAÇÃO:ROLO 50CM, LARGURA:5 MM, TIPO USO:DESCARTÁVEL	UNIDADE	20,00	1,09	21,80
1	36	47533	MATRIZ ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, FORMATO:FITA, APRESENTAÇÃO:ROLO 50CM, LARGURA:7 MM, TIPO USO:DESCARTÁVEL	UNIDADE	20,00	1,12	22,40
1	37	55755	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 4, APLICAÇÃO:SUPERIOR, ADULTO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNIDADE	5,00	28,74	143,70
1	38	55757	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DESDENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 2, APLICAÇÃO:INFERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNIDADE	5,00	25,62	128,10
1	39	55760	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DESDENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 3, APLICAÇÃO:INFERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNIDADE	5,00	26,11	130,55
1	40	55759	MOLDEIRA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TIPO:P/ MOLDAGEM, MODELO:DESDENTADOS TOTAL, TAMANHO:Nº 3, APLICAÇÃO:SUPERIOR, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LISA	UNIDADE	5,00	22,99	114,95
1	41	60245	PASTA MOLDAGEM, MATERIAL BÁSICO: ÓXIDO DE ZINCO E EUGENOL, TIPO: BASE + CATALISADOR, APRESENTAÇÃO: CONJUNTO COMPLETO	UNIDADE	20,00	60,40	1.208,00
1	42	60247	PEDRA POMES EM PÓ PARA POLIMENTO FRASCO COM 100 GRAMAS	UNIDADE	30,00	3,69	110,70
1	43	55769	PINÇA ODONTOLÓGICA, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL, TAMANHO:CERCA DE 17 CM, REFERÊNCIA:317, INDICAÇÃO:CLÍNICA, APLICAÇÃO:P/ ALGODÃO, ESTERILIDADE:AUTOCLAVÁVEL	UNIDADE	30,00	7,49	224,70
1	44	55773	PONTERIA ULTRASSOM ODONTOLOGICO: COMPATIVEL COM APARELHO ORTUS - BIOSCALER.	UNIDADE	10,00	41,63	416,30
1	45	55785	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA; SERINGA 4GR. (COR: A1)	UNIDADE	20,00	13,45	269,00
1	46	55786	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA; SERINGA 4GR. (COR: A2)	UNIDADE	20,00	13,51	270,20
1	47	55787	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA; SERINGA 4GR. (COR: A3)	UNIDADE	20,00	13,49	269,80
1	48	55788	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA; SERINGA 4GR. (COR: A3,5)	UNIDADE	20,00	13,53	270,60
1	49	55789	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:NANOPARTICULADAS, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA; SERINGA 4GR. (COR: A4)	UNIDADE	10,00	13,46	134,60
1	50	60254	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:HÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA (COR: OA2)	UNIDADE	10,00	13,41	134,10
1	51	60255	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:HÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA (COR: OA3)	UNIDADE	10,00	13,41	134,10
1	52	60258	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:MICROHÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA (COR: B3)	UNIDADE	10,00	12,39	123,90
1	53	60260	RESINA COMPOSTA, TIPO:FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:MICROHÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:PASTOSA (COR: OA3)	UNIDADE	10,00	12,41	124,10
1	54	60265	RESINA COMPOSTA, TIPO:OPACIFICADORA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:MICROHÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA (COR: A2)	UNIDADE	10,00	13,45	134,50
1	55	60266	RESINA COMPOSTA, TIPO:OPACIFICADORA, FOTOPOLIMERIZÁVEL, TAMANHO PARTÍCULAS:MICROHÍBRIDA, ASPECTO FÍSICO:FLUIDA (COR: A3)	UNIDADE	10,00	13,42	134,20
1	57	53462	SUGADOR, MATERIAL:RESINA ABS/POLIPROPILENO/PVC, TIPO:SANGUE, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	4.000,00	0,87	3.480,00
1	58	47531	TIRA ABRASIVA - USO ODONTOLÓGICO, MATERIAL:AÇO INOXIDÁVEL + ÓXIDO DE ALUMÍNIO, COMPRIMENTO:CERCA DE 150 MM, LARGURA:4 MM, APRESENTAÇÃO:ENVELOPE C/ 12 UNIDADES, TIPO USO:ESTÉRIL, DESCARTÁVEL	UNIDADE	50,00	4,85	242,50

BARBOSA FERRAZ, 02 de outubro de 2026.

Contratante
Prefeitura Municipal De Barbosa Ferraz
CNPJ:76.950.062/0001-26
CARLOS ROSA ALVES
Prefeito Municipal

Contratada
Mega Dental Importação, Exportação E Comércio De Produtos Odontologicos EIRELI -ME
CNPJ: 25.341.162/0001-14
CAROLINE DE FATIMA THERESA LADEIRA
Representante Legal

Publicado por:
Roger Robert Pereira
Código Identificador:1EA58284

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO JACARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 41/2026.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO - ELETRÔNICO Nº 41/2026.

OBJETO: AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS E CORRELATOS.

O Município de Barra do Jacaré - Paraná, torna-se público o resultado da licitação menor preço declarando-se como vencedoras as empresas: **CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES**, CNPJ 07.067.855/0001-89, RUA SEBASTIÃO RIBEIRO DA SILVA N.40 Guapirama-PR, CEP 86465-000, **A & T COMERCIAL LTDA,** CNPJ 59.755.150/0001-58, RUA TAQUARI São Paulo-SP, CEP 03166-000, **MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA,** CNPJ 62.350.851/0001-11**,** RODOVIA BR369 – KM 38,5 - QUADRA A – LOT Andirá-PR**,** CEP 86380-000, **BENI COMERCIAL LTDA,** CNPJ 67.883.269/0001-34**,** RUA PASTEUR Colombo-PR**,** CEP 83408-020, **67.943.954 MARIA CLARA DAMIAO,** CNPJ 67.943.954/0001-09**,** RUA MARECHAL DEODORO Ourinhos-SP**,** CEP 19907-310, **A C BEGALLI**
CNPJ 38.305.565/0001-50, RUA ESPANHA, 601 Cambé-PR, CEP 86181-050, **BRINQUEDOLANDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA**, CNPJ 62.199.551/0001-83, ROD RS 452 Feliz-RS, CEP 95770-000, **EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI,** CNPJ 32.005.178/0001-11**,** RUA LAURINDO DE BRITO São Paulo-SP**,** CEP 05078-100, **MARIA MARTE SCHITICOSKI,** CNPJ 59.031.654/0001-25**,** RUA COLMÉIA Campo Mourão-PR**,** CEP 87308-310, por apresentarem propostas de menor valor por itens, perfazendo um valor total de R$ 38.723,15 (Trinta e Oito Mil, Setecentos e Vinte e Três Reais e Quinze Centavos), para esta licitação que ora homologo, conforme quadro a seguir:

67.943.954 MARIA CLARA DAMIAO

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
6	1	Caixa de Som com Microfone de brinquedo para Karaokê Caixa de som portátil com microfone, Conectividade via Bluetooth 4.0 ou superior, Entrada USB, auxiliar (P2) e cartão SD, Potência mínima de 5W RMS, Bateria interna recarregável (mínimo de 1000 mAh), Microfone com controle de volume (sem fio), manual em português, sendo: 300 unidades nas cores rosa, lilás e 300 unidades nas cores azul, verde, preto. OBS: O presente deverá vir já embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	caixa de som		UN	600,00	25,49	15.294,00
TOTAL								15.294,00

A & T COMERCIAL LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
2	1	Bola Flutuante Hover Ball Futebol Com Led Estimular Criança Brinquedo Inpari Imports CARACTERÍSTICAS: - Material: Plástico. - Pilhas: Utiliza 4 pilhas AA 1,5v (inclusas); - Conteúdo da embalagem: 1 bola flutuante de 18 cm de diâmetro x 6,5 cm de altura; - Dimensões aproximadas da embalagem (AxLxP): 20 x 20 x 10 cm; - Peso aproximado da embalagem com produto: 300g OBS: O presente deverá vir acompanhado de 4 (quatro) pilhas AA, devidamente inclusas, e já embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	FOR KIDS - REF. 0280 Bola Flutuante Hover Ball Futebol Com Led		UN	20,00	26,98	539,60
29	1	Carrinho de boneca infantil, tipo berço, dobrável, estrutura em metal leve com pintura atóxica. Tecido em poliéster lavável. Dimensões montado: 55x30x45cm (AxLxP). 4 rodas plásticas de 10cm. Acomoda bonecas até 40cm. Conforme NBR NM 300-1:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Selo INMETRO. Garantia 6 meses. Peso máximo suportado 2kg. Leve e seguro para crianças a partir de 3 anos.	ARK TOYS - REF. AKT4230 Carrinho de boneca infantil, tipo berço		UN	5,00	85,01	425,05
TOTAL								964,65

A C BEGALLI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
8	1	Jogo de cartas Dobble Zygomatic, original, 55 cartas redondas em papel cartão laminado, diâmetro 8,5 cm. Cada carta com 8 símbolos, um em comum entre quaisquer duas. Embalagem em lata metálica cilíndrica (9,5 cm diâmetro, 4,5 cm altura). Para 2-8 jogadores, a partir de 6 anos. Inclui manual em português. Conforme ABNT NBR NM 300 e INMETRO. Garantia 90 dias. Tinta atóxica.	Asmodee Dobble		UN	5,00	96,99	484,95
TOTAL								484,95

BENI COMERCIAL LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
5	1	Kit Raquete Velcro Bola - Jogar ao Ar Livre Esporte Infantil Conjunto Esportivo Infantil: 2 Raquetes com Velcro + Bola de Tênis, Feito de materiais leves e duráveis, permitindo que você jogue por mais tempo. O conjunto inclui: 2 Raquetes com Velcro 1 Bola de Tênis OBS: O presente deverá vim já embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	ARK TOYS ARK TOYS		UN	150,00	21,49	3.223,50
TOTAL								3.223,50

BRINQUEDOLANDIA COMERCIO DE ARTIGOS INFANTIS LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
14	1	Conjunto de 200 blocos de madeira maciça de reflorestamento, com acabamento lixado e pintura atóxica à base d'água. Formas geométricas variadas, dimensões mínimas de 2 cm. Acondicionado em balde/caixa organizadora. Conforme NBR NM 300-1:2004 e NBR NM 300-3:2004, com selo INMETRO (Portaria nº 302/2021). Garantia de 12 meses.	ZARA ZARA		KTS	10,00	52,29	522,90
19	1	Jogo de cartas UNO original, da marca Mattel, com 112 cartas (19 de cada cor, 8 Curinga, 8 +2, 8 Inverter, 8 Bloquear). Cartas em papel cartão laminado de 56x87mm, impressão nítida e atóxica. Para 2-10 jogadores, a partir de 7 anos. Embalagem original lacrada com instruções em português. Garantia de 3 meses. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	IMP IMP		UN	10,00	13,99	139,90
24	1	Bola de voleibol oficial, tamanho e peso regulamentares (circunferência 65-67cm, peso 260-280g). Confeccionada em couro sintético (PU) ou microfibra, 18 painéis costurados/termofusionados.	CONVOY CONVOY		UN	5,00	26,27	131,35

		Superfície texturizada para aderência. Câmara de ar em borracha butílica. Resistente à abrasão e deformação. Conforme especificações FIVB. Garantia 6 meses.					
27	1	Bola de basquete oficial, tamanho 7 (masculino) ou 6 (feminino), em couro sintético (PU) ou borracha vulcanizada, 8 ou 12 painéis texturizados. Câmara de ar de butil, miolo removível. Peso: 567-650g (T7) ou 510-567g (T6). Circunferência: 74,9-78cm (T7) ou 72,4-73,7cm (T6). Pressão 7-9 PSI. Cor laranja. Conforme FIBA e ABNT NBR 15863. Garantia mínima de 6 meses.	STORM STORM	UN	3,00	49,94	149,82
30	1	Jogo de tabuleiro 'Quem Sou Eu?' original, para 2 jogadores, a partir de 6 anos. Inclui tabuleiro 30x30cm, 2 suportes plásticos, 48 cartas de personagens e 24 cartas de adivinhação, todas em papel cartão plastificado com tintas atóxicas. Conforme NBR NM 300-3:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Selo INMETRO. Garantia 6 meses. Desenvolve raciocínio lógico e dedução.	ART ART	UN	4,00	43,19	172,76
31	1	Jogo Pega Varetas pedagógico, 31 varetas de plástico rígido ou madeira 18cm de comprimento, 3mm de diâmetro. Cores variadas com pontuações distintas (preta 50, azul 10, verde 5, vermelha 2, amarela 1). Material atóxico, sem rebarbas. Acondicionado em tubo plástico transparente. Conforme NBR NM 300-3:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Selo INMETRO. Garantia 3 meses. Para crianças a partir de 3 anos, estimula coordenação motora e concentração.	DIVPLAST DIVPLAST	UN	3,00	7,10	21,30
TOTAL							1.138,03

CARLOS EDUARDO DE SOUZA BORGES

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
1	1	Jogo das Letras Tabuleiro Versão Portugues Letters Game 144 Categorias Stop Tapalavras Trava Mesa Jogo das Letras Stop game - Dimensões Verde: 23 cm de Diâmetro x 5 cm de Altura. Especificações: - Funciona com 2 Pilhas AA - 36 cartas em português (144 categorias). - Ideal para até 8 jogadores. - Manual em português. -CORES ALEATORIO OBS: O presente deverá vir acompanhado de 2 (duas) pilhas AA, devidamente inclusas, e já embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	GENERICO LETRAS/STOP	UN	90,00	38,90	3.501,00
TOTAL							3.501,00

EMGESA EMPRESA DE GERENCIAMENTO DE SOBRESSALENTES E AUTOMAÇÃO EIRELI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
15	1	Conjunto de 120 blocos de montar magnéticos educativos. Peças em plástico ABS não tóxico, com ímãs de neodímio encapsulados. Variedade de formas geométricas (quadrados mín. 6x6 cm, triângulos, etc.) em cores translúcidas. Conforme NBR NM 300-1:2004 e NBR NM 300-3:2004, com selo INMETRO (Portaria nº 302/2021). Inclui guia de montagem. Garantia de 6 meses.	41/2026 41/2026	KTS	15,00	106,16	1.592,40
21	1	Tapete de dança musical interativo para 2 jogadores, com superfície antiderrapante em PVC/PEVA, dimensões mínimas de 150x80cm. Possui sensores de pressão, unidade de controle com modos de jogo e músicas, e conexão P2/Bluetooth. Sistema de som integrado. Alimentação por pilhas (não inclusas). Materiais atóxicos, conforme NBR NM 300 e Portaria INMETRO nº 563/2016. Embalagem original com selo INMETRO. Garantia de 6 meses. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	41/2026 41/2026	UN	2,00	228,92	457,84
23	1	Cesta de Basquete Infantil com tabela para parede, aro de 38cm em aço maciço 16mm, tabela 90x60cm em PEAD/acrílico 15mm, estrutura em aço carbono tubular 38mm/2mm. Pintura eletrostática. Rede em nylon. Fixação robusta com parafusos e buchas. Conforme ABNT NBR NM 300-1 e ABNT NBR 16071-1. Garantia 12 meses. Dimensões 90x60x45cm. Capacidade 50kg.	41/2026 41/2026	UN	2,00	150,31	300,62
TOTAL							2.350,86

MAGIC PAPER ATACADO DE PAPELARIA LTDA

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
3	1	Boneca Encantada Fada Magica Voadora Com Sensor De Mão A Boneca Fada Voadora com Sensor de Movimento é um brinquedo encantador que une tecnologia e diversão. Ao detectar a palma da mão, a fada levita e gira suavemente no ar, criando uma experiência mágica para as crianças. Fabricada em plástico ABS resistente e seguro, é leve, durável e ideal para brincadeiras em ambientes internos. O brinquedo é fácil de usar: basta ligá-lo e controlar o voo com gestos simples, sem necessidade de controle remoto. Características: – Sensor de movimento que detecta a mão automaticamente – Material: Plástico ABS resistente e atóxico – Carregamento rápido via USB – Voo estável e interativo – Indicado para crianças a partir de 5 anos Conteúdo da embalagem: – 1 Boneca Fada Voadora – 1 Cabo de carregamento USB – 1 Asa extra OBS: O presente deverá já vim embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	TOY KING BONECA VOADORA	UN	30,00	35,00	1.050,00
4	1	Pistola Lança Bolhas de Sabão Infantil LED (COR Á DEFINIR) MATERIAL PLATISCO DE ALTA QUALIDADE -ACOMPANHA UM RECEPIENTE COM SOLUÇÃO DE BOLHAS DE 50ML - Material Seguro e Durável: Feita com excelente ABS, esta máquina é resistente e durável. O artesanato impecável garante uma superfície suave, sem rebarbas, protegendo as mãos sensíveis contra arranhões ou ferimentos. -10 Furos para Uma Enxurrada de Bolhas: Equipada com um motor potente e 10 furos, esta máquina de bolhas pode produzir mais de 5000 bolhas coloridas por minuto. -à prova de vazamentos garante que não haverá vazamento de líquido borbulhante, mesmo que seja virado de lado ou de cabeça para baixo. -FUNCIONAMENTO À PILHA: 4 PILHAS AA PARA GARANTIR UM FUNCIONAMENTO CONSTANTE PRODUTO COM SELO INMETRO OBS: O presente deverá vir acompanhado de 4 (QUATRO) pilhas AA, devidamente inclusas, e já embalado para presente ou, alternativamente, com papel de presente fornecido separadamente para embalagem.	IMPORT LANÇA BOLHAS	UN	210,00	19,40	4.074,00
7	1	Boneca Bebê Reborn, corpo em silicone vinil macio, atóxico, hipoalergênico, conforme ABNT NBR NM 300 (partes 1, 2 e 3) e selo INMETRO. Dimensões de 50-55 cm, peso 1.2-1.5 kg. Cabelos implantados fio a fio, olhos acrílicos realistas. Pintura artesanal detalhada. Acompanha roupa, chupeta magnética, mamadeira e certidão. Articulada. Garantia mínima de 90 dias. Embalagem original lacrada. Livre de ftalatos e BPA.	ADORA REBORN BEBE REBORN	UN	10,00	164,50	1.645,00
10	1	Jogo de cartas "Quem Foi?" da Papergames, em papel cartão de alta gramatura (mínimo 250 g/m²)	PAPERGAMES	UN	5,00	87,40	437,00

		com acabamento laminado, dimensões padronizadas (56x87mm ou 63x88mm). Inclui manual de instruções em português (ABNT NBR 14724) e embalagem rígida. Produto atóxico, em conformidade com ABNT NBR NM 300 (segurança de brinquedos). Garantia mínima de 90 dias. Novo, lacrado, com informações completas do fabricante na embalagem.	QUEM FOI ?					
11	1	Jogo Tira Varetas Infantil com Personagens, conforme ABNT NBR NM 300 e INMETRO. Torre plástica transparente (PS atóxico), 20 cm altura, 10 cm diâmetro. Inclui 30 varetas plásticas coloridas (PP atóxico), 15 cm comprimento. Acompanha 20-25 peças plásticas de personagens (PP atóxico), 2 cm. Para 2-4 jogadores, a partir de 4 anos. Embalagem caixa de papelão. Manual em português. Garantia 90 dias. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	ARTBRINK PEGA VARETAS		UN	5,00	30,80	154,00
12	1	Jogo de tabuleiro estratégico para 2-4 jogadores, idade mínima 8 anos. Tabuleiro em papel cartão laminado (mín. 40x40 cm), peças em plástico ABS ou madeira atóxica. Inclui 4 conjuntos de pinos, 1 dado D6, 50 cartas. Regras em português. Embalagem em caixa rígida com selo INMETRO. Conforme NBR NM 300-3:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Garantia de 12 meses.	PAIS E FILHOS LUDO		UN	5,00	50,99	254,95
13	1	Jogo Twister para uso indoor/outdoor, familiar. Tapete em PVC/PEAD lavável e antiderrapante (mín. 160x120 cm) com círculos coloridos duráveis. Inclui roleta com ponteiro para indicação de cores e partes do corpo. Instruções em português. Conforme NBR NM 300-1:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Embalagem original. Garantia de 6 meses. Marcas de referência sugeridas a título exemplificativo, admitindo-se equivalentes que atendam integralmente a esta especificação.	BRINCADEIRA DE CRIANÇA TORNADO		UN	3,00	77,00	231,00
32	1	Xilofone pedagógico de 8 notas, em escala diatônica, com teclas metálicas (alumínio/aço carbono) e base em madeira de reflorestamento (MDF/compensado naval), acabamento atóxico. Dimensões aprox. 250x150x40mm. Acompanha 2 baquetas de madeira. Certificado INMETRO (Portaria nº 302/2021) e em conformidade com NBR NM 300-3:2004. Garantia mínima de 12 meses. Ideal para desenvolvimento musical infantil a partir de 3 anos.	XILOFONE 8 NOTAS		UN	3,00	29,10	87,30
TOTAL								7.933,25

MARIA MARTE SCHITICOSKI

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca		Unidade	Qtd.	Preço	Preço total
16	1	Gangorra infantil cavalinho, para crianças de 1-5 anos, peso máx. 30 kg. Fabricada em PEAD rotomoldado, atóxico, resistente a intempéries e impactos. Design ergonômico com assento confortável e alças de segurança. Base ampla e estável. Dimensões aprox. 70x30x25 cm (CxLxA assento). Conforme NBR NM 300-1:2004 e Portaria INMETRO nº 302/2021. Garantia de 12 meses.	NABRE REF 2012		UN	5,00	103,33	516,65
22	1	Cama elástica redonda de 3,05m de diâmetro, capacidade 150kg. Estrutura em aço galvanizado (tubos Ø38mm, parede 1,5mm), 6 pés 'W'. Lona de salto em PP com proteção UV, 64 molas bicônicas galvanizadas (140mm, Ø3,2mm). Protetor de molas em EPE 15mm revestido em PVC. Rede de proteção em PE, altura 1,80m, com hastes revestidas e zíper. Inclui escada. Conforme ABNT NBR NM 300-1:2004 e EN 71. Garantia 12 meses.	PAPI REF 0366		UN	2,00	1.658,13	3.316,26
TOTAL								3.832,91

Paço Municipal José G. Pereira, Barra do Jacaré/PR, em 02 de outubro de 2026.

LUIZ FABIANO ZANATTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Cavalcante
Código Identificador:4114AD8F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BELA VISTA DA CAROBA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO ATA 028/2026

PREFEITURA MUNICIPAL
BELAVISTADA CAROBA
SRP – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E PUBLICAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
PREGÃO ELETRÔNICO Nº064/2026
O Município de Bela Vista da Caroba, Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, com base na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações, Decreto Municipal nº145/2023, torna público:
1) REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA SOBRE ESTEIRA, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DO MUNICÍPIO, com vigência de 02 de outubro de 2026 a 01 de outubro de 2027, conforme segue:

ATA SRP Nº 028/2026						
4952 - DINARTE TERRAPLANAGEM & CIA LTDA (53.477.928/0001-28)						
Item	**Material/Serviço**	**Unid. medida**	**Marca**	**Quantidade**	**Valor unitário (R$)**	**Valor total (R$)**
1	30401 - Serviço de escavadeira hidráulica sobre esteiras, com potência mínima de 99 CV e peso operacional mínimo de 14 toneladas, destinada à execução de serviços de cortes de terreno, conformação e regularização de taludes, escavações e demais intervenções necessárias à contenção e estabilização de encostas. O serviço deverá incluir transporte ou deslocamento da máquina até os locais de execução, operador devidamente capacitado, combustível, manutenção preventiva e corretiva, bem como todos os demais custos necessários à plena execução dos serviços.	HRS		400	265,00	106.000,00
Total (R$):						106.000,00
TOTAL GERAL: R$						**106.000,00**

Bela Vista da Caroba, 02/10/2026.

GELSON MAFFI
Prefeito

Publicado por:
Maiara Marcante
Código Identificador:556C0CDD

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 111-2024

3º ADITIVO AO CONTRATO Nº 111-2024

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 111- 2024, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE E A EMPRESA HUDEMA INDUSTRIA, ESPORTE E SERVIÇOS LTDA

O MUNICIPIO DE BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Cidade de BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, inscrito no CNPJ nº 01.612.906/0001-20, doravante denominada CONTRATANTE, neste ato devidamente representado pelo Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, NESTOR KENEAR, portador do CPF n.º 436.314.289-87, residente e domiciliado neste Município e a empresa HUDEMA INDUSTRIA, ESPORTE E SERVIÇOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.663.560/0001-80, sita na RUA MATILDE MARTINS ORANE, 830, PITANGUINHA, Pitanga/ PR, CEP: 85200000 - Pitanga/PR, representado neste ato pelo (a) Sr. (a) JOSIMAR HUDEMA, portador (a) do CPF sob nº064.335.249-07, domiciliada na AV. MATILDE MARTINS ORANE, 428, 0, PITANGUINHA, Pitanga/ PR, CEP: 85200000 - Pitanga/PR, doravante denominada CONTRATADA, o presente TERMO ADITIVO, mediante as cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Conforme contrato firmado em 03/10/2024, fica alterada a Cláusula Segunda – Valor Contratual, para contemplar o valor de R$ 509.756,81 (quinhentos e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta e um centavos), correspondente à Secretaria Municipal de Administração. Fica, ainda, alterada a Cláusula Décima Terceira – Vigência, prorrogando-se o prazo contratual até 02/04/2027.
Itens:

Lote	Item	Cód.	Descrição	Unid.	Quant.	Total
1	1	26735	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, ASSEIO E CONSERVAÇÃO PREDIAL / CONFORME CONDIÇÕES DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E TERMO DE REFERÊNCIA.	METRO QUADRADO	1,00	509.756,81
TOTAL						509.756,81

CLÁUSULA SEGUNDA: As demais cláusulas do contrato originário, não atingidas por este Termo, permanecem inalteradas.
E, por assim estarem ajustados firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas abaixo.

BOA VENTURA DE SÃO ROQUE, 02/10/2026.

Contratante	Contratado
NESTOR KENEAR	***JOSIMAR HUDEMA***
Prefeito Municipal	Representante

TESTEMUNHAS:

_____
_____

Publicado por:
Ana Gabrieli Pires da Silva
Código Identificador:A2B93196

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 146-2026

DECRETO Nº 146-2026 em 28 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.49 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
783 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação

365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.55 - ENSINO INFANTIL INTEGRAL
865 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção
1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais
R$ 30.000,00 (trinta mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais	R$ 30.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 28 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 28 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1552-1292-484	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 146-2026 de 28/09/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade orçamentária: 25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Programa: 30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL					
Ação: 2.49 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL					
Despesa 783 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/09/2026	2649512	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
		excesso de arrecadação			
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL					
Ação: 2.55 - ENSINO INFANTIL INTEGRAL					
Despesa 865 - 3.3.90.33.00 - Passagens e Despesas com Locomoção					
Fonte de recurso: 1103 - Recursos 10% s/ Transf. Constitucionais - 1.500.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
28/09/2026	2649511	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	15.000,00	
		excesso de arrecadação			
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	30.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	30.000,00	0,00
			Total do fundamento:	30.000,00	0,00
			Total geral	30.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:CEC975DA

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 147-2026

DECRETO Nº 147-2026 em 29 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei
Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
805 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1101 - Recursos FUNDEB 70%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
886 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1101 - Recursos FUNDEB 70%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
1336 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de
30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
1337 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF
955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
804 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1102 - Recursos FUNDEB 30%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
810 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1102 - Recursos FUNDEB 30%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
811 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
816 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
1102 - Recursos FUNDEB 30%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
361 - Ensino Fundamental
30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
817 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
1102 - Recursos FUNDEB 30%

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
885 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1102 - Recursos FUNDEB 30%
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
893 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF
955.000,00 (novecentos e cinquenta e cinco mil reais)
Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 29 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2028-7371-438	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 147-2026 de 29/09/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Unidade orçamentária: 25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA					
Função: 12 - Educação					
Subfunção: 361 - Ensino Fundamental					
Programa: 30 - ENSINO FUNDAMENTAL INTEGRAL					
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB					
Despesa 804 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1102 - Recursos FUNDEB 30% - 1.540.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649678	Redução da Despesa anulação			200.000,00
			Total da despesa:	0,00	200.000,00
Despesa 805 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1101 - Recursos FUNDEB 70% - 1.540.1070					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649671	Suplementação Orçamentária anulação	Anulação de Despesa	305.000,00	
			Total da despesa:	305.000,00	0,00
Despesa 810 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1102 - Recursos FUNDEB 30% - 1.540.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649677	Redução da Despesa anulação			30.000,00
			Total da despesa:	0,00	30.000,00
Despesa 811 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF - 1.542.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649679	Redução da Despesa anulação			100.000,00
			Total da despesa:	0,00	100.000,00
Despesa 816 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
Fonte de recurso: 1102 - Recursos FUNDEB 30% - 1.540.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649675	Redução da Despesa anulação			60.000,00
			Total da despesa:	0,00	60.000,00
Despesa 817 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica					
Fonte de recurso: 1102 - Recursos FUNDEB 30% - 1.540.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649676	Redução da Despesa anulação			15.000,00
			Total da despesa:	0,00	15.000,00
Despesa 1336 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF - 1.542.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649673	Suplementação Orçamentária anulação	Anulação de Despesa	100.000,00	
			Total da despesa:	100.000,00	0,00
Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL					
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB					
Despesa 885 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1102 - Recursos FUNDEB 30% - 1.540.1001					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649674	Redução da Despesa anulação			400.000,00
			Total da despesa:	0,00	400.000,00

Despesa 886 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1101 - Recursos FUNDEB 70% - 1.540.1070					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649670	Suplementação Orçamentária anulação	Anulação de Despesa	400.000,00	
			Total da despesa:	400.000,00	0,00
Despesa 893 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF - 1.542.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649680	Redução da Despesa anulação			150.000,00
			Total da despesa:	0,00	150.000,00
Despesa 1337 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1039 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAT, máximo de 30% estabelecido no inciso XI do art. 212-A da CF - 1.542.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649672	Suplementação Orçamentária anulação	Anulação de Despesa	150.000,00	
			Total da despesa:	150.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	955.000,00	955.000,00
			Total do órgão orçamentário:	955.000,00	955.000,00
			Total do fundamento:	955.000,00	955.000,00
			Total geral	955.000,00	955.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:DF0C4D77

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 148-2026

DECRETO Nº 148-2026 em 29 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 278.549,62 (duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA
661 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
12 - Educação
365 - Educação Infantil
33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL
2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB
1311 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
21101 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI4%
R$ 278.549,62 (duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 278.549,62 (duzentos e setenta e oito mil e quinhentos e quarenta e nove reais e sessenta e dois centavos):

FONTE DE RECEITA	**VALOR R$**
1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde	R$ 200.000,00
21101 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI 4%	R$ 78.549,62

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 29 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br		1564-4157-394
Relação de Alterações Orçamentárias		
Fundamento: Decreto 148-2026 de 29/09/2026		
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Órgão orçamentário: 25000 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Unidade orçamentária: 25001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA		
Função: 12 - Educação		

Subfunção: 365 - Educação Infantil					
Programa: 33 - EDUCAÇÃO INFANTIL INTEGRAL					
Ação: 2.50 - MANUTENÇÃO DO FUNDEB					
Despesa 1311 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 21101 - Transferências do FUNDEB - Complementação da União - ETI 4% - 1.546.1072					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649684	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	78.549,62	
		Excesso de arrecadação			
			Total da despesa:	78.549,62	0,00
			Total da unidade orçamentária:	78.549,62	0,00
			Total do órgão orçamentário:	78.549,62	0,00
Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade orçamentária: 30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 29 - SAÚDE PARA TODOS					
Ação: 2.43 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ATENÇÃO BÁSICA					
Despesa 661 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1494 - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - 1.600.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649683	Suplementação Orçamentária	Excesso de Arrecadação	200.000,00	
		Excesso de arrecadação			
			Total da despesa:	200.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	200.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	200.000,00	0,00
			Total do fundamento:	278.549,62	0,00
			Total geral	278.549,62	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:63FD20CC

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 149-2026

DECRETO Nº 149-2026 em 29 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES
2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos
199 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES
2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos
202 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
27001 - SECRETARIA DE FINANÇAS
4 - Administração
123 - Administração Financeira
14 - CONTROLE FINANCEIRO
2.17 - Manutenção do Controle Financeiro
260 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
27003 - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
15 - Manutenção da Divisão de Licitação e Contratos.
2.19 - Manutenção da Divisão de Licitações e Contratos
287 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1047 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO
8 - Assistência Social
122 - Administração Geral
38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS
2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA
1082 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
2000 - GOVERNO MUNICIPAL
2001 - GABINETE DO PREFEITO
4 - Administração
122 - Administração Geral
2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO
2.2 - GABINETE DO PREFEITO.
19 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
29001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
4 - Administração
122 - Administração Geral
11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES
2.11 - Manutenção Administrativa e Operacional da Secretaria
163 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS
27004 - DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS
4 - Administração
122 - Administração Geral
16 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS
2.20 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS.
301 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
4 - Administração
122 - Administração Geral
22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.31 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS
439 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
23004 - DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO
4 - Administração
122 - Administração Geral
22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA
2.32 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO
478 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
1000 - Recursos Ordinarios
319.000,00 (trezentos e dezenove mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 29 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul		
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR		
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br	**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br		1805-1039-296

Relação de Alterações Orçamentárias

Fundamento: Decreto 149-2026 de 29/09/2026

Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul

Órgão orçamentário: 2000 - GOVERNO MUNICIPAL

Unidade orçamentária: 2001 - GABINETE DO PREFEITO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 2 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DO GABINETE DO PREFEITO

Ação: 2.2 - GABINETE DO PREFEITO.

Despesa 19 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649696	Redução da Despesa remanejamento			30.000,00
			Total da despesa:	0,00	30.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	30.000,00
			Total do órgão orçamentário:	0,00	30.000,00

Órgão orçamentário: 23000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Unidade orçamentária: 23002 - DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA

Ação: 2.31 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SERVIÇOS GERAIS

Despesa 439 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649698	Redução da Despesa remanejamento			50.000,00
			Total da despesa:	0,00	50.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	50.000,00

Unidade orçamentária: 23004 - DIVISÃO DE APOIO LEGISLATIVO

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 22 - MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA

Ação: 2.32 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ALMOXARIFADO

Despesa 478 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649699	Redução da Despesa remanejamento			74.000,00
			Total da despesa:	0,00	74.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	74.000,00
			Total do órgão orçamentário:	0,00	124.000,00

Órgão orçamentário: 26000 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Unidade orçamentária: 26001 - SECRETARIA DA FAMÍLIA, DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HABITAÇÃO

Função: 8 - Assistência Social

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 38 - ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA TODOS

Ação: 2.63 - GESTÃO ADMINISTRATIVA

Despesa 1047 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

	Fonte de recurso:	1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000			
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649694	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	110.000,00	
			Total da despesa:	110.000,00	0,00

Despesa 1082 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649693	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	14.000,00	
			Total da despesa:	14.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	124.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	124.000,00	0,00

Órgão orçamentário: 27000 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Unidade orçamentária: 27001 - SECRETARIA DE FINANÇAS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 123 - Administração Financeira

Programa: 14 - CONTROLE FINANCEIRO

Ação: 2.17 - Manutenção do Controle Financeiro

Despesa 260 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649695	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	120.000,00	
			Total da despesa:	120.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	120.000,00	0,00

Unidade orçamentária: 27003 - DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Função: 4 - Administração

Subfunção: 122 - Administração Geral

Programa: 15 - Manutenção da Divisão de Licitação e Contratos.

Ação: 2.19 - Manutenção da Divisão de Licitações e Contratos

Despesa 287 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil

Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000

Data	Sequência	Histórico	Tipo	Acréscimos (R$)	Decréscimos (R$)
29/09/2026	2649691	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00

			Total da unidade orçamentária:	30.000,00	0,00
Unidade orçamentária: 27004 - DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 16 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS					
Ação: 2.20 - MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE COMPRAS E MATERIAIS.					
Despesa 301 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649700	Redução da Despesa remanejamento			150.000,00
			Total da despesa:	0,00	150.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	150.000,00
			Total do órgão orçamentário:	150.000,00	150.000,00
Órgão orçamentário: 29000 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					
Unidade orçamentária: 29001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES					
Ação: 2.11 - Manutenção Administrativa e Operacional da Secretaria					
Despesa 163 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649697	Redução da Despesa remanejamento			15.000,00
			Total da despesa:	0,00	15.000,00
			Total da unidade orçamentária:	0,00	15.000,00
Unidade orçamentária: 29003 - DIVISÃO DE ENGENHARIA E PROJETOS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 11 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E SUAS DIVISÕES					
Ação: 2.13 - Manutenção da divisão de engenharia e projetos					
Despesa 199 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649690	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	30.000,00	
			Total da despesa:	30.000,00	0,00
Despesa 202 - 3.1.90.16.00 - Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2649692	Suplementação Orçamentária remanejamento	Anulação de Despesa	15.000,00	
			Total da despesa:	15.000,00	0,00
			Total da unidade orçamentária:	45.000,00	0,00
			Total do órgão orçamentário:	45.000,00	15.000,00
			Total do fundamento:	319.000,00	319.000,00
			Total geral	319.000,00	319.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:5A2A756D

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 150-2026

DECRETO Nº 150-2026 em 29 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUASDIVISÕES
2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
393 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
1000 - Recursos Ordinarios
145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)

Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial das seguintes dotações:

1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUASDIVISÕES

2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
388 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUASDIVISÕES
2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
396 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física
1000 - Recursos Ordinarios
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO
28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
4 - Administração
122 - Administração Geral
19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUAS DIVISÕES
2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
399 - 3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação
1000 - Recursos Ordinarios
145.000,00 (cento e quarenta e cinco mil reais)

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 29 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 29 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br			**Usuário:** Adriano Junior Dias	**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				1707-8263-045	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 150-2026 de 29/09/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 28000 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO					
Unidade orçamentária: 28003 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Função: 4 - Administração					
Subfunção: 122 - Administração Geral					
Programa: 19 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO E SUAS DIVISÕES					
Ação: 2.27 - DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS					
Despesa 388 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2650178	Redução da Despesa			100.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	100.000,00
Despesa 393 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2650175	Suplementação Orçamentária	Anulação de Despesa	145.000,00	
		Anulação			
			Total da despesa:	145.000,00	0,00
Despesa 396 - 3.3.90.36.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2650177	Redução da Despesa			35.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	35.000,00
Despesa 399 - 3.3.90.46.00 - Auxílio-Alimentação					
Fonte de recurso: 1000 - Recursos Ordinarios - 1.500.0000					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
29/09/2026	2650176	Redução da Despesa			10.000,00
		Anulação			
			Total da despesa:	0,00	10.000,00
			Total da unidade orçamentária:	145.000,00	145.000,00
			Total do órgão orçamentário:	145.000,00	145.000,00
			Total do fundamento:	145.000,00	145.000,00
			Total geral	145.000,00	145.000,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:83392D41

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 151-2026

DECRETO Nº 151-2026 em 30 de setembro de 2026

Abre Crédito Orçamentário pela Movimentação de Dotações no Orçamento programa de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DO SUL no exercício das atribuições que lhe foram conferidas pela a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 1186/2025 de 22 de dezembro de 2025.
DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito Orçamentário, para a seguinte dotação orçamentária no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):
1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul
30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO
30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10 - Saúde
301 - Atenção Básica
29 - SAÚDE PARA TODOS
2.48 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/CONSORCIOS DE SAÚDE
757 - 3.3.72.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.
R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais)
Art. 2º - Para atendimento do Crédito Orçamentário de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais):

FONTE DE RECEITA	VALOR R$
1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%.	R$ 150.000,00

Art. 3º - Este DECRETO entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos para 30 de setembro de 2026, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Sul, Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito

Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Rua São Paulo, 185 - Centro - 85.708-000 - Bom Jesus do Sul/ PR					
CNPJ: 01.612.443/0001-04 Fone: (46)3548-2000 licitacoes@bomjesusdosul.pr.gov.br		**Usuário:** Adriano Junior Dias		**Chave de Autenticação Digital**	
http://www.bomjesusdosul.pr.gov.br				2002-7805-597	
Relação de Alterações Orçamentárias					
Fundamento: Decreto 151-2026 de 30/09/2026					
Unidade gestora: 1 - Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Sul					
Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO					
Unidade orçamentária: 30005 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					
Função: 10 - Saúde					
Subfunção: 301 - Atenção Básica					
Programa: 29 - SAÚDE PARA TODOS					
Ação: 2.48 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/CONSORCIOS DE SAÚDE					
Despesa 757 - 3.3.72.32.00 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita					
Fonte de recurso: 1303 - Recursos - Saúde - Receita Vinculada 15%. - 1.500.1002					
Data	**Sequência**	**Histórico**	**Tipo**	**Acréscimos (R$)**	**Decréscimos (R$)**
30/09/2026	2650722	Suplementação Orçamentária Excesso de arrecadação	Excesso de Arrecadação	150.000,00	
Total da despesa:				150.000,00	0,00
Total da unidade orçamentária:				150.000,00	0,00
Total do órgão orçamentário:				150.000,00	0,00
Total do fundamento:				150.000,00	0,00
Total geral				150.000,00	0,00

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:3D792C36

ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DL33/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito HELIO JOSE SURDI no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob a Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações e ou pelo(a) pregoeiro(a) e sua equipe de apoio, resolve:

1. HOMOLOGAR e ADJUDICAR a presente licitação nestes termos:

a) Licitação nº: DL33/2026

b) Modalidade: Dispensa
c) Data de homologação: 02/10/2026

d) Objeto da licitação: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de peças e execução de serviços de funilaria e pintura, destinados à recuperação da parte traseira de veículo Mitsubishi L200 Triton
e) Fornecedores e itens declarados vencedores (cfe. cotação):

2136 - JESSICA CAMILA DE OLIVEIRA GARBIN (10.540.208/0001-57)

Item	Material/Serviço	Unid. medida	Marca	Quantidade	Valor unitário (R$)	Valor total (R$)
1	34601 - Tampa traseira da caçamba, compatível com a caminhonete MITSUBISHI L200 TRITON, PLACA BDC-3C11, ANO/MODELO 2019.	UN		1	2.100,00	2.100,00
2	34602 - Para-choque traseiro, compatível com a caminhonete MITSUBISHI L200 TRITON, PLACA BDC-3C11, ANO/MODELO 2019.	UN		1	800,00	800,00
3	34603 - Capota marítima, compatível com a caminhonete MITSUBISHI L200 TRITON, PLACA BDC-3C11, ANO/MODELO 2019.	UN		1	980,00	980,00
4	34604 - Serviços de funilaria e pintura necessários à recuperação da parte traseira da caminhonete MITSUBISHI L200 TRITON, PLACA BDC-3C11, ANO/MODELO 2019 DESCRIÇÃO COMPLETA NO TERMO DE REFERÊNCIA	UN		1	1.800,00	1.800,00
Total (R$):						5.680,00

Bom Jesus do Sul-PR, 02/10/2026.

HELIO JOSE SURDI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo Diaz Schossler
Código Identificador:020D5270

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL

CHEFE DE GABINETE
ANEXO I - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL DO MUNICÍPIO DE BOM SUCESSO DO SUL – PR, PARA O EXERCÍCIO DE 2026.

Versão 1.9 2026						
Nº Ordem	Descrição	Valor Estimado para Licitação	Modalidade de Compra	Depart.	Vencimento	Previsão de Abertura da Licitação
1	Contratação de empresa para fornecimento de software de gestão pública para diversos setores da administração municipal de forma integrada, devendo atender todas as legislações vigentes e órgãois de fiscalização e controle, compreendendo a elaboração, implantação, migração, conversão de base de dados e treinamento de usuários.	R$ 330.000,00	Pregão/R.P	T.I / ADM	31/01/2026	jan/26
2	Aquisição dos veiculos AMBULANCIA R$ 350.000; van de 12 lugares, R$300.000; veiculo utilitário R$140.000,00	R$ 790.000,00	Pregão/R.P	Saúde		jan/26
3	Parcianello – musicalização e organização do coral.	R$ 55.000,00		Educação		jan/26
4	Contratação de empresa para realização de manutenção dos equipamentos existentes no Hospital Municipal, Centro de Saúde e Unidades de Saúde do Município.	R$ 30.000,00	Dispensa	Saúde	19/02/2026	jan/26
5	Curso de Robótica ofertado pelo SESI	R$ 200.000,00	Dispensa	Educação	10/01/2025	jan/26
6	Aquisição de roupas de ballet, quimono, capoeira.	R$ 190.000,00		Social		jan/26
7	Pavimentação asfáltica de estrada vicinal que compreendem, os trechos da Comunidade Rancho Alegre.	R$ 2.800.000,00		Engenharia		jan/26
8	Prestação de Serviços pessoa jurídica para corte de gramas; Capina de Ervas daninhas; Varrer as Ruas, Calçadas e recolher os entulhos de construção e materiais sólidos não contaminados, com carregamento e descarregamento dos resíduos em local apropriado, oriundo dos serviços localizados em ruas, logradouros, praças e espaços públicos. - 20.000 horas.	R$ 150.000,00		Agricultura	29/02/26	jan/26
9	Aquisições de doces a serem entregues nos projetos sociais, dia das crianças e natal.	R$ 25.000,00		Social, Educação	27/03/2026	jan/26
10	Contratação de serviços de profissionais para ministrar aulas de musicalização e organização do coral, nas escolas municipais.	R$ 60.000,00		Educação		jan/26
11	Avaliação ergônomica preliminar de riscos psicossociais e contratação de empresa para realização de exames toxicológicos.	R$ 12.000,00		RH / ADM	09/04/2026	fev/26
12	Pavimentação asfáltica sentido a comunidade teolândia, com extensão de 330 metros.	R$ 390.000,00		Engenharia		fev/26
13	Pavimentação asfáltica de estrada vicinal que compreendem, o trecho da Comunidade São Sebastião, Comunidade Alto Paraíso e Comunidade Tiradentes	R$ 5.500.000,00		Engenharia		fev/26
14	Futuras e eventuais aquisições de tachão Refletivo Bidirecional (dois refletivos) com instalação, para atender à solicitação do Departamento de Obras e Serviços Urbano, objetivando o para o atendimento do Departamento Municipal de Obras e Serviços Urbanos	R$ 85.000,00		Engenharia		fev/26
15	Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza de caixa de água, dedetização e desratização de prédios públicos do município, que serão prestados conforme necessidade da administração.	R$ 90.000,00	Pregão/R.P	Contratos	24/02/2026	fev/26
16	Contratação de empresa para locação de licença do software do Banco de Preço.	R$ 15.000,00	Inexigibilidade	Compras / Adm.	26/03/2026	fev/26
17	Pavimentação asfáltica de vias Rurais em CBUQ, incluindo serviços de preliminares, terraplanagem, base e sub-base, revestimento, na Rodovia Municipal Don Augustinho Sentido a Comunidade do Rio Elias.	R$ 5.800.000,00		Engenharia		fev/26
18	Pavimentação asfáltica sentido a comunidade teolândia, com extensão de 3.810 km	R$ 4.500.000,00		Engenharia		fev/26
19	Pavimentação asfáltica comunidade trinta voltas sentido a comunidade Tiradentes	R$ 5.500.000,00		Engenharia		fev/26
20	Aquisições de equipamentos de proteção individual-EPI`S a ser utilizada conforme necessidade do município	R$ 20.000,00		Luiz	06/03/2026	fev/26
21	Aquisições de gêneros alimentícios, bebidas, camisetas e presente para o Evento em comemoração ao Dia das Mães.	R$ 150.000,00		Gabinete	13/04/2026	fev/26
22	Aquisições de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis a serem usados na merenda escolar nas escolas municipais	R$ 400.000,00		Educação	13/04/2026	fev/26
23	Aquisições de produtos de gêneros alimentícios produtos de copa e cozinha para coffee break, coquetéis cursos e eventos.	R$ 900.000,00		Educação	15/05/2026	fev/26
24	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Linha Bedin até a divisa de Município.	R$ 6.500.000,00		Engenharia		fev/26
25	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade São Sebastião do Paraíso até a divisa de Município.	R$ 6.500.000,00		Engenharia		fev/26
26	Aquisição de concreto usinado, bombeamento, CBUQ (asfalto) e bombeamento.	R$ 3.000.000,00		Engenharia		fev/26
27	Aquisições de Sêmen bovino e fornecimento de exames laboratoriais, vacinas nitrogênio e outros de acordo com os termos e especificações do e.dital e seus anexos.	R$ 160.000,00		Agricultura	04/04/2026	mar/26
28	contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assessoria técnica para a captação de Recursos Federais a Fundo Perdido ou por meio de financiamentos, bem como para Gestão de Convênios da Administração Municipal com os diversos ministérios, secretarias e órgãos do Governo Federal, inclusos os serviços de Prestação de Contas.	R$ 65.000,00	Pregão/R.P	T.I / ADM	19/05/2026	mar/26
29	Contratação de Clínica especializada para realização de castração de cães e gatos de rua do município conforme a Lei Municipal nº 1.734/25.	R$ 40.000,00	Dispensa	Agricultura	12/05/2026	mar/26
30	Aquisições de materiais de limpeza, destinados ao atendimento de todos os departamentos municipais.	R$ 150.000,00	Pregão/R.P	Contratos		mar/26
31	Aquisição de materiais gráficos e impressos para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 180.000,00	Pregão/R.P	Contratos	23/04/2026	mar/26
32	Aquisição de portas em aluminio e vidro temperado; corrimão metálico.	R$ 650.000,00		Engenharia	30/01/2026	mar/26
33	Aquisição de placas de inauguração de obras.	R$ 150.000,00		Engenharia		mar/26
34	Aquisições de placas de sinalização para atender as necessidades da administração Municipal.	R$ 200.000,00		Engenharia		mar/26
35	Contratação de empresa para prestar serviços de pintura de prédios publicos.	R$ 650.000,00		Engenharia		mar/26
36	Aquisição de tendas, toldo, cadeiras dobráveis.	R$ 10.000,00		Saúde		mar/26
37	Aquisição de utensílios domésticos e materiais afins, a ser utilizada conforme necessidade do município.	R$ 400.000,00		Educação / ADM	10/06/2026	abr/26

38	Aquisições de peças e serviços de mão de obra para manutenção preventiva, corretiva ou recuperativa da frota municipal.	R$ 700.000,00		Rodoviário	26/05/2026	abr/26
39	Aquisição de uma geladeira para farmácia.	R$ 30.000,00		Saúde		abr/26
40	Aquisição de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas adaptados a agricultura familiar e tecnologias sociais - Plano de ação 09032025-2-088553.	R$ 247.500,00		Agricultura		abr/26
41	Contratação de uma plataforma de cotação de preços, visando a agilidade e efetividade na elaboração do mara comparativo de preços.	R$ 30.000,00		Adm		abr/26
42	Contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar para o período noturno para a cidade de Pato Branco conforme itinerário descrito: faculdade mater dei e cursos técnicos; UNIDEP e UTFPR.	R$ 300.000,00	Pregão/R.P	Educação	15/05/2026	abr/26
43	Contratação de empresa para disponibilizar instrutor de aulas de futebol.	R$ 55.000,00		Educação		abr/26
44	Aquisição de marmitas, lanches e refeições.	R$ 280.000,00	Pregão/R.P	Todos	21/05/2026	abr/26
45	Aquisições de tecidos aviamentos e materiais diversos de artesanatos, para atender as necessidades e aos departamentos do município, e oficinas e projetos no SCFV-Serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, desenvolvidos pelo CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.	R$170.00,00		Social	25/06/2026	mai/26
46	Contratação de empresa para construção de quiosque no lago.	R$ 400.000,00		Ind. e Com.		mai/26
47	Contratação de empresa para gravação de CD para o natal.	R$ 25.000,00		Educação		mai/26
48	Evento para agosto lilás (capacitação, palestrante, brindes).	R$ 70.000,00		Social		mai/26
49	Aquisições de cestas básicas para suprirem a demanda do Departamento de Ação Social do Município de Bom Sucesso do Sul a fim de contemplar famílias em situação de vulnerabilidade temporária e calamidade pública.	R$ 65.000,00		Social	04/07/2026	mai/26
50	Aquisição kit enxoval e kit higiene para bebês e kit de higiene pessoal a fim de atender as gestantes, idosos e jovens e mulheres carentes ou que se encontram em situação de vulnerabilidade temporária.	R$ 80.000,00		Social	23/06/2026	mai/26
51	Aquisições de material de expediente (material de escritório e papelaria) a ser utilizada conforme necessidade do município.	R$ 140.000,00	Pregão/R.P	Adm	17/07/2026	mai/26
52	Prestação de serviços técnicos especializados para revisão, atualização e modernização do Código Tributário Municipal de Bom Sucesso do Sul.	R$ 120.000,00	Inexigibilidade	Adm		mai/26
53	Contratação de empresa para a execução da obra de pavimentação com pedras poliédricas, em trecho de estrada vicinal, sentido a Cabeceira do Bonito, situada na Comunidade da Gruta Nossa Senhora de Lourdes.	R$170.00,00		Engenharia		jun/26
54	Aquisição de veículo.	R$ 150.000,00		Social		jun/26
55	Podas de arvores.	R$ 200.000,00		Agricultura		jun/26
57	Prestação de serviços de arbitragem, das diversas modalidades de esportes, a serem realizada nas competições promovidas pelo departamento de esporte, que representam o município de Bom Sucesso do Sul.	R$ 90.000,00		Educação	29/07/2026	jun/26
58	Aquisição de material esportivo	R$ 200.000,00		Esporte	11/05/2026	jun/26
59	Contratação de profissional para ministrar aulas de capoeira, para os grupos sociais de convivência e fortalecimento de vínculo do CRAS, 8 horas semanais.	R$ 30.000,00		Social	25/07/2026	jun/26
60	Construção de dez unidades habitacionais.	R$ 1.500.000,00		Engenharia		jun/26
61	Contratação de empresa de fornecimento de serviço de licença de uso de solução tecnológica de gestão integrada, disponibilizada no modelo software com serviço (saas) hospedada em nuvem, fornecendo recurso de tratamento dos dados obtidos através dos equipamentos instalados nos veículos para prover a modernização administrativa.	R$ 120.000,00		Adm.		jun/26
62	Solução de comunicação e colaboração em nuvem.	R$ 6.000,00		T.I	19/09/2026	jul/26
63	Ações para família acolhedora (capacitação para equipes e famílias).	R$ 20.000,00		Social		jul/26
65	Aquisições de combustíveis, do tipo, Gasolina Comum, Diesel S-10; entre os Municípios de Irati-Pr e Palmeira-Pr, Km 220 à 280 da BR 277, para abastecimento dos veículos da Municipalidade que transitam fora do domicílio, no trecho Bom Sucesso do Sul/Curitiba.	R$ 32.000,00		Saúde	03/09/2026	jul/26
66	Aquisições, recargas e manutenção de extintores e outros, para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 65.000,00		Luiz	03/09/2026	jul/26
70	Contratação de solução de compensação de créditos de energia elétrica por meio de geração distribuida compartilhada, visando redução de custos de energia elétrica das unidades consumidoras do Município.	R$ -48.000,00		Adm.		jul/26
71	Aquisição de prêmios destinados à campanha de vendas a ser promovida pela Administração com o objetivo de incentivar o comércio local e fomentar o desenvolvimento econômico do município.	R$ 35.000,00		Ind. e Com.		jul/26
76	Aquisição de roçadeira e soprador.	R$ 20.000,00		Agricultura		jul/26
77	Aquisições de material de decoração para o Natal de 2026.	R$ 250.000,00		Gabinete	26/08/2026	jul/26
78	Aquisição de notebooks, projetor e equipamentos eletrônicos para as escolas.	R$ 200.000,00		Educação		jul/26
79	Aquisição de kit de livros.	R$ 100.000,00		Educação		jul/26
80	Aquisição de ônibus.	R$ 700.000,00		Educação		jul/26
81	Aquisição de costuras para figurinos de natal.	R$ 80.000,00		Educação		jul/26
84	Recapeamento asfáltico em ruas do perímetro urbano.	R$ 5.000.000,00		Engenharia		ago/26
87	Contratação de sistema integrado de videomonitoramento urbano, compreendendo fornecimento, instalação, integração, manutenção e operacionalização de sistema.	R$ 120.000,00		Administra		ago/26
89	Aquisição de equipamentos para 5 salas de aula.	R$ 800.000,00		Educação		set/26
90	Prestação de serviço de inseminação artificial no rebanho bovino em todo território municipal: custear as despesas de pessoal, veículo e combustível.	R$ 125.000,00		Agricultura	22/10/2026	set/26
91	Prestação de serviços de locação de equipamentos, estrutura com instalação, montagem e desmontagem e suporte técnico operacional: de locação de palco, sistema de sonorização, painel de led, grids de alumínio, equipamento de iluminação, banheiros químicos, tendas tipo chapéu de bruxa, seguranças, e aquisição de camisetes, para viabilizar a realização de futuras festividades no Município de Bom Sucesso do Sul – Pr	R$ 100.000,00		Gabinete	31/10/2026	set/26
97	Contratação de empresa para aquisição/locação de Equipamentos IP com Fornecimento de Linha, Fornecimento de 15 Linhas com 15 Chamadas simultâneas – ligações ilimitadas para qualquer lugar do Brasil/Fixo e Móvel.	R$ 20.000,00	Dispensa	Adm	01/12/2026	out/26
98	Contratações de serviços de sucção (limpeza) de fossas sépticas (de prédios públicos, fossas comunitárias e de casas de famílias de baixa renda que se encontram no Cadastro Único para Programas Sociais-CadÚnico), com transporte e destinação final dos resíduos coletados em local apropriado.	R$600.00,00		Agricultura	24/11/2026	out/26
99	Aquisições, paver e grama em leiva para atender as necessidades e suprir o funcionamento diário de toda a estrutura administrativa municipal.	R$ 600.000,00		Agricultura	28/11/2026	out/26
100	Aquisição de equipamentos para piscina (material de limpeza, entre outros).	R$ 400.000,00		Educação		out/26
101	Aquisição de aquecedor para a piscina.	R$ 500.000,00		Educação		out/26
102	Pavimentação asfáltica em trecho de estrada vicinal na comunidade são sebastião do paraíso, sentido a comunidade tiradentes.	R$ 6.000.000,00		Engenharia		out/26
103	Aquisições de Brinquedos e jogos terapêuticos para o programa primeira infância a serem utilizados Oficinas nas oficinas da Assistência Social do município.	R$ 20.000,00		Social	25/12/2026	nov/26
104	Aquisições, e serviços de instalação de painéis solares e equipamento periféricos.	R$ 150.000,00		T.I	25/12/2026	nov/26
105	Contratação de Empresa para fornecimento de serviços para reforma do prédio do Restaurante do Lago Municipal, recursos próprios do Município.	R$ 420.000,00		Engenharia / Ind. E Com.		dez/26
68	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Cerro Azul sentido a Comunidade Mundo Novo.	R$ 4.100.000,00		Engenharia		ago/26
96	Contratação de empresa prestação de serviços continuados de locação de máquinas multifuncionais (copiadora, impressora, fax e scanner), novos ou em excelente estado de uso e conservação, incluindo os serviços de instalação, fornecimento de mão de obra técnica para treinamento de pessoal, manutenção corretiva e preventiva, fornecimento e/ou substituição de peças, componentes, softwares, materiais e insumos utilizados na operação (exceto papel e grampo).	R$ 130.000,00	Pregão/R.P	Adm.	03/12/2026	ago/26
67	Aquisição de BOTIJÃO DE NITROGÊNIO LÍQUIDO, recomendado para transporte de sêmen bovino, com as seguintes características mínimas: capacidade de nitrogênio líquido de 20,5 litros e número de 6 canister; diâmetro interno da boca: 55 mm; altura total: 660 mm; com capacidade para 720 doses (palheta média) e 1.440 doses (palheta fina).	R$ 18.000,00		Agricultura	05/09/2026	ago/26
69	Perfuração de poços.	R$ 500.000,00		Agricultura		ago/26
76	Aquisição de roçadeira e soprador.	R$ 20.000,00		Agricultura		ago/26
162	Aquisições de pneus novos para atender os veículos e as máquinas da frota municipal.	R$ 950.000,00	Pregão/R.P	Rodoviário	25/09/2026	ago/26
163	Uma apresentação artística ao vivo da Banda Traia Véia, por meio da empresa TRAIAVEIA PRODUÇÕES LTDA, CNPJ nº 22.981.973/0001-91, para a Abertura do Natal de Luz 2026, em 20 de novembro de 2026, às 22h00, no Lago Municipal - Parque dos Anjos, Bom Sucesso do Sul/PR.	R$ 330.000,00	Inexigibilidade	Ind. e Com.		ago/26
72	Contratação de empresa para realizar a reforma da brinquedoteca.	R$ 400.000,00		Educação		set/26
73	Cobertura de entrada da escola e portão.	R$ 200.000,00		Educação / Engenharia		set/26

74	Reforma de banheiros e sala dos professores do CMEI.	R$ 300.000,00		Educação		set/26
56	Contratação de empresa para prestação de serviços de transporte intermunicipal e interestadual de passageiros, para a realização do transporte de ida e volta de atletas e comissão técnica das diversas modalidades de esportes, que representam o município de Bom Sucesso do Sul.	R$ 190.000,00		Educação	29/07/2026	set/26
83	Aquisições de Brinquedos para serem entregues no Natal de 2026 para as crianças do município.	R$ 95.000,00		Gabinete	09/10/2026	set/26
164	Contratação e instalação de mesas de jogos para recreação na escola Irmã Neli.	R$ 18.900,00		Educação		set/26
165	Contratação de empresa especializada em decoração e ornamentação para formatura da educação infantil.	R$ 12.000,00		Educação		set/26
166	Contratação de empresa especializada em arquitetura, decoração de ambientes e fabricação de móveis para a execução do cantinho da leitura CMEI Vovó Helena.	R$ 40.000,00		Educação		set/26
167	Aquisição de climatizadores evaporativos e ventiladores destinados à instação no centro de eventos Jordan Munaretto	R$ 200.000,00		Ind. e Com.		set/26
88	Aquisições de brinquedos e materiais pedagógicos para as escolas municipais.	R$ 90.000,00		Educação	04/07/2026	out/26
75	Contratações de empresa especializada na elaboração de projetos elétricos, projetos de prevenção de incêndio e projetos hidráulicos e hidrossanitários e outros.	R$ 300.000,00		Engenharia	12/08/2026	out/26
82	Contratações de serviços de mão de obra, para serviço de eletricista.	R$ 105.000,00		Gabinete	09/10/2026	out/26
168	Contratação de empresa para a realização de serviços topográficos.	R$ 180.000,00		Engenharia		out/26
169	contratação de empresa que realize locação de estruturas, elementos e demais itens de decoração natalina, necessários a realização do natal de luz de 2026 do município.	R$ 300.000,00		Ind. e Com.		out/26
170	Contratação de serviço especializado para capacitação teórico-prática das merendeiras e auxiliares da Rede Municipal de Ensino.	R$ 4.000,00		Educação		out/26
64	Aquisição de móveis para todos os departamentos.	R$ 350.000,00		Engenharia		nov/26
85	Pavimentação asfáltica em trecho de estrada vicinal na comunidade linha vitória.	R$ 3.000.000,00		Engenharia		nov/26
86	Ampliação da Estrutura Fisica do Posto de Saúde UBS de Bom Sucesso do Sul -Pr. Convênio do Estado, Emenda Parlamentar.	R$ 400.000,00	Concorrência	Engenharia		dez/26
92	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, na Comunidade Trinta Voltas.	R$ 1.500.000,00		Engenharia		dez/26
93	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Santa Catarina.	R$ 3.300.000,00		Engenharia		dez/26
94	Pavimentação em CBUQ de Estrada Vicinal, Comunidade Linha Vitória e Sagrada Família.	R$ 5.500.000,00		Engenharia		dez/26
95	Aquisição de caminhão 4x4, equipado com Cesto Aéreo, combustível a Diesel, utilizado para manutenção de iluminação pública.	R$ 550.000,00		Engenharia		dez/26

ADITIVOS 2026

	Descrição	Valor	Ato	Depto.	Vencimento	
106	clic sistemas – locação de equipamentos	R$ 11.000,00	Aditivo	Câmara	17/01/2026	jan/26
107	Inovanet – fornecimento e suporte técnico fibra óptica.	R$ 200.000,00	Aditivo	Adm	11/01/2026	jan/26
108	Transporte escolar municipal.	R$ 350.000,00	Aditivo	Educação	17/01/2026	jan/26
109	Editora jornal de Beltrão – publicações no diário local	R$ 195.000,00	Aditivo	Adm	17/01/2026	jan/26
110	Gente seguradora – seguro dos veículos	R$ 40.000,00	Aditivo	Adm	21/01/2026	jan/26
111	Frizzo - serviços de mão de obra, para plantio de grama em leiva, assentamento de paver	R$ 230.000,00	Aditivo	Agricultura	08/01/2026	jan/26
112	Piunature – kits de higiene cras	R$ 4.000,00	Aditivo	Social	28/01/2026	jan/26
113	Deni | Ademir | Fabio - serviços de borracharia	R$ 250.000,00	Aditivo	Adm	23/02/2026	fev/26
114	kits de materiais escolares personalizados	R$ 160.000,00	Aditivo	Educação	24/02/2026	fev/26
115	Komar | Bruna - material elétrico	R$ 940.000,00	Aditivo	Engenharia	26/03/2026	mar/26
116	Marcelo da Rocha – mão de obra para conservação de fontes	R$ 36.000,00	Aditivo	Agricultura	23/03/2026	mar/26
117	PC Zydek – locação por hora trabalhada, rompedor	R$ 250.000,00	Aditivo	Engenharia	12/03/2026	mar/26
118	JCA tecnologia – serviços telefônicos móvel	R$ 18.000,00	Aditivo	Adm	21/03/2026	mar/26
119	Adriana Lucca – aulas de musicalidade	R$ 23.000,00	Aditivo	Educação	26/03/2026	mar/26
120	Vigibrasil – segurança desarmada para eventos da prefeitura	R$ 30.000,00	Aditivo	Adm	09/04/2026	abr/26
121	Mudas de arvores	R$ 350.000,00	Aditivo	Agricultura	27/04/2026	abr/26
122	Debora Nepomuceno – aulas de dança	R$ 24.000,00	Aditivo	Social	11/05/2026	mai/26
123	Óleos e filtros originais	R$ 40.000,00	Aditivo	Rodoviário	14/05/2026	mai/26
124	C Nesi - projetos arquitetônicos	R$ 25.000,00	Aditivo	Engenharia	29/05/2026	mai/26
125	Ar condicionado	R$ 450.000,00	Aditivo	Adm	29/05/2026	mai/26
126	Dieckson Teske – locação de brinquedos infláveis	R$ 75.000,00	Aditivo	Educação	05/06/2026	jun/26
127	Gov BR – locação de software saúde	R$ 45.000,00	Aditivo	Saúde	26/06/2026	jun/26
128	AM Gnoatto – gestão e controle de software	R$ 15.000,00	Aditivo	Engenharia	30/06/2026	jun/26
129	Balabuch transportes – transporte escolar	R$ 85.000,00	Aditivo	Educação	26/06/2026	jun/26
130	Flye desenvolvimento – sites prefeitura e câmara	R$ 27.000,00	Aditivo	Adm	06/06/2026	jun/26
131	A contratação de empresa para locação de software de orçamentação eletrônica, “SISTEMA AUDATEX”.	R$ 12.000,00	Aditivo	Compras / Adm.	24/06/2026	jun/26
132	Cargas de glp e vasilhames	R$ 60.000,00	Aditivo	Adm	29/07/2026	jul/26
133	Artefatos de concreto, tubos, calhas e meios-fios	R$ 1.100.000,00	Aditivo	Engenharia	13/07/2026	jul/26
134	GM Tecnologia – gestão de processos adm	R$ 210.000,00	Aditivo	Adm	13/07/2026	jul/26
135	PE fisioterapia – fisioterapia neurológica	R$ 19.000,00	Aditivo	Saúde	29/07/2026	jul/26
136	Oficinas CRAS	R$ 100.000,00	Aditivo	Social		jul/26
137	Dudacom, marketing – publicidade e propaganda	R$ 175.000,00	Aditivo	Adm	31/07/2026	jul/26
138	Grama sintética, piso emborrachado e outros	R$ 140.000,00	Aditivo	Educação	31/08/2026	ago/26
139	Pneus recapados	R$ 315.000,00	Aditivo	Rodoviário	03/08/2026	ago/26
140	Leandro de Lima – desmontagem, limpeza enfeites natalinos	R$ 40.500,00	Licitação	Gabinete	06/08/2026	ago/26
141	FCM monitoramento – equipamentos para videomonitoramento	R$ 190.000,00	Aditivo	Adm	02/09/2026	set/26
142	Pneus novos	R$ 897.000,00	Aditivo	Rodoviário	25/09/2026	set/26
143	Silmar Artes – mão de obra para pinturas artísticas	R$ 197.000,00	Aditivo	Educação	18/09/2026	set/26
144	VRX informática – locação de software para gerenciamento da internet	R$ 62.000,00	Aditivo	Adm	18/09/2026	set/26
145	Ligga telecomunicação – link de fibra	R$ 11.000,00	Aditivo	Adm	17/09/2026	set/26
146	Atitude logística – coleta do lixo da saúde	R$ 14.000,00	Aditivo	Saúde	10/09/2026	set/26
147	Debora Nepomuceno – ballet clássico	R$ 47.000,00	Aditivo	Social	25/09/2026	set/26
148	Rodinei Linhares – aulas com instrumentos	R$ 32.000,00	Aditivo	Social	25/09/2026	set/26
149	Combustíveis e outros para atender os veículos e as máquinas da frota municipal	R$ 3.000.000,00	Aditivo	Adm	29/09/2026	set/26
150	F.T Vizimed – segurança e medicina	R$ 140.000,00	Aditivo	RH	26/10/2026	out/26
151	Tinta viária	R$ 152.000,00	Aditivo	Agricultura	23/10/2026	out/26
152	Lavagem de veículos	R$ 65.000,00	Aditivo	Adm	25/11/2026	nov/26
153	contratações de palcos, tendas, sonorização...	R$ 1.500.000,00	Aditivo	Gabinete	04/11/2026	nov/26
154	Transporte de alunos para Francisco Beltrão	R$ 170.000,00	Aditivo	Educação	30/11/2026	nov/26
155	Ponto gestor – licença de uso sistema PTRP	R$ 6.000,00	Aditivo	RH	13/11/2026	nov/26
156	Associação real lince – aulas de karate	R$ 30.000,00	Aditivo	Social	23/11/2026	nov/26
157	Cetric – coleta de lixo do município	R$ 360.000,00	Aditivo	Adm	26/12/2026	dez/26
158	Gráfica e editora – sistema de ensino aprende BR	R$ 260.000,00	Aditivo	Educação	31/12/2026	dez/26
159	Materiais de informática	R$ 500.000,00	Aditivo	Adm		dez/26
160	Frizzo - serviços de mão de obra, para plantio de grama em leiva, assentamento de paver	R$ 230.000,00	Aditivo	Agricultura		dez/26
161	Bruna e Komar - materiais de construção e acessórios	R$ 4.500.000,00	Aditivo	Engenharia	16/12/2026	dez/26

Publicado por:
Andreia Zanella
Código Identificador:243BA486

LICITAÇÕES E CONTRATOS
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM SUCESSO DO SUL – PR.
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 43/2026 – *REGISTRO DE PREÇOS 31/2026 (Processo Licitatório 98/2026)*
De acordo com o parecer jurídico e em concordância com a Ata Eletrônica, de Abertura do processo licitatório na modalidade de **Pregão Eletrônico nº 43/2026**, que teve como objeto o **Registro de Preços para futura e eventual aquisição parcelada de cordões e cascatas de LED, enfeites e efeitos luminosos especiais, cordas, mangueiras e fitas de LED, festões, telas decorativas e bolas natalinas, destinados à ornamentação do Natal de Luz 2026 do Município de Bom Sucesso do Sul/PR, conforme especificações técnicas quantitativos estimados e condições estabelecidas no Termo de Referência.** O termo de Referência é disponibilizado em documento próprio que complemente as informações constantes deste edital, e no Instrumento Convocatório e em seus anexos**, HOMOLOGO** por seus próprios fundamentos determinando que seja **ADJUDICADO** o seu objeto a favor das empresas abaixo descritas, junto com seus itens e valores relacionados:
EMPRESA FORNECEDORA: NAIZ & SILVA LTDA- ME - CNPJ: 28.636.965/0001-94

LOTE 01						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
1	CORDÕES 100 LEDS, FIO VERDE C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR DOS LEDS (80 FIXOS E 20 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 10 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 10 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 5 WATTS. IP- 44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL, ROSA, ROXO, OURO, VERDE CLARO, AZUL CLARO, LARANJA.	Unid.	720	WT	20,00	14.400,00
2	CORDÕES 150 LEDS, FIO VERDE C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR DOS LEDS (120 FIXOS E 30 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 15 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 7 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 7 WATTS. IP- 44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL, ROSA, ROXO, OURO, LARANJA, VERDE CLARO, AZUL CLARO.	Unid.	240	Fortlux	36,30	8.712,00
3	CORDÕES 150 LEDS, FIO CRISTAL TRANSPARENTE, C/ DIÂMETRO 2,2 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS NA COR BRANCA (120 FIXOS E 30 ESTROBINHOS). EXTENSÃO 15 MTS, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 7 CORDÕES. POTÊNCIA MÍNIMA: 7 WATTS. IP-44. CORDÃO CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA NA COR BRANCA, IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERMELHO, VERDE, AZUL.	Unid.	240	Fortlux	36,50	8.760,00
4	CASCATAS 400 LEDS, LEDS FIXOS, FIO BRANCO 1,8 MM, COM RESINA NA BASE DOS LEDS, 220 VOLTS, 75 CAÍDAS: 50CM; 40 CM; 30 CM, IP44, TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 5 CASCATAS, TOMADA FONTE IP65 BLINDADA NO COR BRANCA, EXTENSÃO 10 METROS + 1 METRO DE CABO DE FORÇA (TOTAL 11 METROS), POTÊNCIA 10 WATTS. ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO NAS TOMADAS. M - CORES DISPONÍVEIS: BRANCA QUENTE.	Unid.	60	WT	70,00	4.200,00
5	CASCATA 504 LEDS, FIO BRANCO C/ DIÂMETRO 1,8 MM, COM SETE FIOS DE COBRE, EXTERNO, 220V, COM ESTROBINHOS COR BRANCA (408 FIXOS E 96 ESTROBINHOS), C/ 72 CAIDAS: 90 CM, 70 CM, 50 CM, COMPRIMENTO: 10 METROS + 1 METRO DE CABO DE FORÇA (TOTAL 11 METROS), TOMADA M/F, UNIÃO DE ATÉ 5 CASCATAS. POTÊNCIA MÍNIMA: 19 WATTS. IP-44. CASCATA CONTENDO UMA RESINA DE PROTEÇÃO NA BASE DOS LEDS. FONTE RETIFICADORA IP-65 RETANGULAR BLINDADA, MEDIDAS CLA 6,2 X 3,3 X 2,5 CM. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, ROSA, ROXO.	Unid.	30	Fortlux	110,00	3.300,00
VALOR TOTAL DO LOTE 01					**R$ 39.372,00**	
LOTE 05						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
14	TELA DECORATIVA FLEXÍVEL TIPO SILICONE, DESTINADA AO REVESTIMENTO E ACABAMENTO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS E NATALINAS, CONFECCIONADA EM FILAMENTOS SINTÉTICOS ENTRELAÇADOS, COM MALHA VAZADA E ACABAMENTO UNIFORME, BRILHANTE OU TRANSLÚCIDO. ESPESSURA MÍNIMA DOS FILAMENTOS DE 1,00 MM E ESPAÇAMENTO MÁXIMO DA MALHA DE 12 MM. MATERIAL MALEÁVEL, RECORTÁVEL, RESISTENTE AO MANUSEIO E ADEQUADO PARA FIXAÇÃO EM ESTRUTURAS METÁLICAS OU PLÁSTICAS. ROLO COM DIMENSÕES MÍNIMAS DE 10 M DE COMPRIMENTO POR 1 M DE LARGURA, TOTALIZANDO, NO MÍNIMO, 10 M². CORES A SEREM DEFINIDAS PELO MUNICIPIO NO ATO DO PEDIDO DE COMPRA. PRODUTO NOVO, SEM RASGOS, EMENDAS, DEFORMAÇÕES OU FALHAS NA TRAMA. UNIDADE: ROLO. SUGESTÃO DE MARCA: Euro, Star LED e Top Light, ou outras equivalentes, similares ou de melhor qualidade, desde que o produto ofertado comprove integralmente o atendimento às especificações técnicas estabelecidas	Rolo	50	WT	820,00	41.000,00
VALOR TOTAL DO LOTE 05					**R$ 41.000,00**	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 80.372,00 (oitenta mil trezentos e setenta e dois reais)**				

EMPRESA FORNECEDORA: JPLED LTDA - ME - CNPJ: 32.683.888/0001-09

LOTE 03						
ITEM	**DESCRIÇÃO DO ITEM**	**UNID.**	**QTDE.**	**MARCA**	**VALOR UNIT. (R$)**	**VALOR TOTAL ITEM (R$)**
10	CORDA/MANGUEIRA LUMINOSA EM LEDS, 13MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 40 LEDS POR METRO COM ESTROBINHOS. CADA METRO CONTÉM 8 ESTROBINHOS E 32 LEDS FIXOS. LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA: 3W/MT. USO INTERNO/EXTERNO. MANGUEIRA DE 2 FIOS. TENSÃO 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS	Rolo	30	Própria	552,20	16.566,00

	(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS DE TERMINAÇÃO 13MM. IP-44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, VERDE, AZUL, VERMELHO, ROSA, ROXO, AZUL CLARO.					
11	MANGUEIRA COB NEON, MEDIDA 10MM X 14MM, TOTALMENTE FLEXÍVEL, ALTO BRILHO, CORTE A CADA 50 CM, COM 288 LEDS POR METRO. UMA VISÃO EM 180 GRAUS. POTÊNCIA 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO. TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO COM 100 METROS, CONTENDO: 15 CABOS DE FORÇA, 15 EMENDAS (CONECTORES DE INTERCONEXÃO) E 15 CAPAS DE TERMINAÇÃO. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERDE, VERMELHO, ROXO, ROSA E OURO.	Rolo	10	Própria	956,62	9.566,20
12	FITA DE LED COM MOVIMENTOS, MOVING LEDS, COM 7 FUNÇÕES DE VELOCIDADE, COM MEMÓRIA, TOMADA BIVOLT, CABO DE FORÇA DE 70CM, ROLO COM 12 METROS. POTÊNCIA MÍNIMA: 24 WATTS. MEDIDAS DA FITA: LARGURA 1 CM, ALTURA 0,5 CM. CORTE A CADA 15 LEDS, 120 LEDS POR METRO. ROLO COM 1.440 LEDS. USO INTERNO E EXTERNO. IP 44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL CLARO, AZUL VERDE E OURO.	Rolo	100	Própria	212,84	21.284,00
VALOR TOTAL DO LOTE 03					**R$ 47.416,20**	

LOTE 04

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
13	FESTÃO NATALINO ARAMADO VERDE EM PVC, CONFECCIONADO COM ESTRUTURA CENTRAL EM ARAME FLEXÍVEL E RESISTENTE, REVESTIDA POR GALHOS/PONTAS EM PVC NA COR VERDE, PERMITINDO ABERTURA, MODELAGEM E AJUSTE DO VOLUME CONFORME A ESTRUTURA A SER DECORADA. COM 240 GALHOS/PONTAS DISTRIBUÍDOS UNIFORMEMENTE, COMPRIMENTO MÍNIMO DE 2,70 M E LARGURA OU DIÂMETRO APROXIMADO DE 25 CM, ADMITIDA TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5% NAS DIMENSÕES. ADEQUADO PARA DECORAÇÃO NATALINA DE PORTAS, JANELAS, CORRIMÃOS, COLUNAS, ARCOS, MESAS E OUTRAS ESTRUTURAS, EM AMBIENTES INTERNOS OU ÁREAS EXTERNAS COBERTAS. DEVERÁ SER FORNECIDO NOVO, INTEIRO, SEM FALHAS RELEVANTES NA DISTRIBUIÇÃO DOS GALHOS, PONTAS SOLTAS, RASGOS, OXIDAÇÃO APARENTE, DEFORMAÇÕES PERMANENTES OU OUTROS DEFEITOS QUE PREJUDIQUEM A UTILIZAÇÃO.	Unid.	300	Própria	36,40	10.920,00
VALOR TOTAL DO LOTE 04					**R$ 10.920,00**	

LOTE 06

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
15	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 6 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 6 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM TUBOS OU KITS, GERALMENTE COM 6 UNIDADES. SUGESTÃO DE MARCA: CROMUS, FLORARTE E FERTIN, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Tubo	50	Própria	16,50	825,00
16	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 8 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 8 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM TUBOS OU KITS COM 6 UNIDADES, CONFORME O FABRICANTE. SUGESTÃO DE MARCA: CROMUS, FLORARTE E RIO DE OURO, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Tubo	50	Própria	22,09	1.104,50
17	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 10 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 10 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO OBSERVADA EM KITS, CAIXAS OU POR UNIDADE, COM EMBALAGENS DE 6 UNIDADES. SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, BIANCHINI E BELA FLOR, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Tubo	50	Própria	31,57	1.578,50
18	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 20 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 20 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA RESISTENTE PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, BEKASA E CROMUS, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Unid.	100	Própria	51,17	5.116,90
19	BOLA NATALINA DECORATIVA LISA – 30 CM. FORMATO ESFÉRICO, COR VERMELHA, DIÂMETRO NOMINAL DE 30 CM, COM TOLERÂNCIA MÁXIMA DE ± 5%. CONFECCIONADA EM PLÁSTICO RÍGIDO, LEVE E RESISTENTE, COM ACABAMENTO LISO, BRILHANTE, METALIZADO OU ESPELHADO, SEM GLITTER OU ESTAMPAS, COM PONTEIRA DOURADA OU SIMILAR E CORDÃO/ALÇA RESISTENTE PARA PENDURAR. PRODUTO NOVO. COMERCIALIZAÇÃO PREDOMINANTEMENTE POR UNIDADE.SUGESTÃO DE MARCA: FLORARTE, CROMUS E VF, OU OUTRAS EQUIVALENTES, SIMILARES OU DE MELHOR QUALIDADE, DESDE QUE ATENDAM ÀS ESPECIFICAÇÕES.	Unid.	50	Própria	154,35	7.717,56
VALOR TOTAL DO LOTE 06					**R$ 16.342,46**	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR		**R$ 74.678,66 (setenta e quatro mil seiscentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos)**				

EMPRESA FORNECEDORA: MEGA LUZ COMERCIO E SERVICOS LTDA -EPP - CNPJ: 60.362.895/0001-36

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID.	QTDE.	MARCA	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL ITEM (R$)
6	ENFEITE DECORATIVO TIPO OURIÇO ILUMINADO COM 27 GALHOS DOURADOS EM ARAME REVESTIDO, CADA GALHO COM 20 CM DE COMPRIMENTO E 20 LEDS, SENDO 16 LEDS FIXOS E 4 ESTROBINHOS. AO TODO, SÃO 540 LEDS, SENDO 432 FIXOS E 108 ESTROBINHOS, COM DIÂMETRO DE 40 CM. CABO DE FORÇA COM FIO CRISTAL, TOMADA BIVOLT, COM 2,50M. USO INTERNO E EXTERNO. IP44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO QUENTE, OURO.	Unid.	100	Toplight top 1320	240,00	24.000,00

7	CONJUNTO COM 12 TUBOS, 80 CM, 36 LEDs DE CADA LADO, TOTAL: 72 LEDs CADA TUBO. TOTAL: 864 LEDs, MEDIDA 5 METROS, BIVOLT, TOMADA M/F, UNIÃO DE 5 CONJUNTOS, POTÊNCIA 7,5 W. CORES: DISPONÍVEIS BRANCO QUENTE, BRANCO FRIO	Unid.	60	Toplight topTB12	130,00	7.800,00
8	TUBO SNOWFALL DE 80 CM, C/ 42 CHIPS DE LEDS EM CADA LADO, TOTALIZANDO 84 LEDS EM CADA TUBO. BIVOLT. RABICHO/CABO DE ALIMENTAÇÃO MEDINDO 50 CM. IP-44. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE/WARM.	Unid.	120	Toplight top8162	14,00	1.680,00
9	ESTRELA SPUTINIK DE NATAL COM 160 LEDS EM MOVIMENTOS SEQUENCIAIS E ALTERNADOS COM MEMÓRIA PARA CADA FUNÇÃO. ESTRELA COM 20 TUBOS, EFEITO FOGOS DE ARTIFÍCIO EM LEDS PARA USO EXTERNO. MULTIFUNÇÕES. TUBO PLÁSTICO NA COR BRANCO LEITOSO COM HASTES RÍGIDAS DE LEDS ENCAPADOS COM SILICONE. DIÂMETRO DA ESTRELA: 100 CM. BIVOLT. IP-44. POTÊNCIA MÍNIMA: 7,2 WATTS. CORES DISPONÍVEIS: BRANCO FRIO, BRANCO QUENTE, AZUL, VERMELHO, VERDE, ROSA, ROXO, OURO, LARANJA.	Unid.	30	Toplight	420,00	12.600,00
VALOR TOTAL DO LOTE 02					**R$ 46.080,00**	
VALOR TOTAL HOMOLOGADO DO FORNECEDOR	**R$ 46.080,00 (quarenta e seis mil e oitenta reais)**					

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA LICITAÇÃO
R$ 201.130,66
(duzentos e um mil cento e trinta reais e sessenta e seis centavos)

Bom Sucesso do Sul, 02 de outubro de 2026.

MAICO DIOGO FAVERSANI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Rafaela Cléris Alves Cordeiro
Código Identificador:6FD61B35

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAFELÂNDIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES - EXTRATO DO 3° TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 369/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 069/2025.

Extrato do 3° Termo Aditivo À ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 369/2025 – Pregão ELETRÔNICO Nº 069/2025.

Contratante: MUNICÍPIO DE CAFELÂNDIA, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ n° 78.121.878/0001-72, localizado na Rua Vereador Luiz Pícolli, 299 – Centro, Cafelândia – PR, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. Junior Motter, nomeado pelo Termo de Posse, em 01/01/2025, matrícula nº 767322675
.
Contratado: D. CAMP ALIMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ Nº 60.496.699/0001-54, CENTRO, 204 - CEP: 87140000 - BAIRRO: AVENIDA CURITIBA, e-mail: pedidos@dcampalimentos.com.br, TELEFONE:(44) 3031-5073, CIDADE: Paiçandu/PR neste ato representado pelo seu sócio administrador ou representante legal pelo(a) Sr.(a) MAISA DE CAMPOS NASSER**.**

OBJETO: Fica alterada a cláusula **terceira (da vigência)** da Ata de Registro de Preços originário, aditando em mais **12 (doze) meses,** findando-se em **06/10/2027**, conforme Ofício da Secretaria Municipal de Assistência Social, Anuência do Contratado, Relatório do Fiscal e Parecer Jurídico, passando a vigorar a partir do dia **02/10/2026.**

A cláusula segunda **(Dos Preços, Especificações e Quantitativos)** fica renovado os quantitativos originais da Ata de Registro de Preços, e reajustado os valores dos acréscimos dos quantitativos conforme índice dos últimos 12(doze) meses do IPCA (índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 4,22% (quatro virgula vinte e dois por cento), conforme tabela abaixo:

Descrição e valores do objeto do presente Aditivo:

ITENS							
Lote	Item	Código do produto/serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
1	1	44828	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 400GRAMAS.	UND	300,00	3,33	999,00
2	1	44829	AÇUCAR CRISTAL EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	300,00	15,94	4.782,00
3	1	44830	AGUA SANITARIA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 2 LITROS.	UND	300,00	2,60	780,00
4	1	44831	ALHO ENCARTELADO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 150 GR.	UND	300,00	5,21	1.563,00
5	1	44832	AMACIANTE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 2 LITROS.	UND	300,00	5,10	1.530,00
6	1	44833	ARROZ BRANCO TIPO 1 EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	300,00	22,10	6.630,00
7	1	44834	BISCOITO (MAISENA, MARIA, LEITE OU COCO) EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 370 GRAMAS.	UND	600,00	3,12	1.872,00
8	1	44835	CAFÉ TORRADO MOÍDO C/SELO DA ABIC, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 GRAMAS.	UND	900,00	21,88	19.692,00
9	1	44836	CREME DENTAL COM FLÚOR – EMBALAGEM COM 90 G DESCRIÇÃO TÉCNICA: CREME DENTAL FLUORETADO, INDICADO PARA HIGIENE BUCAL DIÁRIA, COM AÇÃO ANTICÁRIE, LIMPEZA EFICAZ E REFRESCÂNCIA. DESTINADO AO USO INDIVIDUAL POR ADULTOS E CRIANÇAS A PARTIR DE 6 ANOS, EM AMBIENTES DOMICILIARES OU INSTITUCIONAIS, COMO ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E CENTROS DE ACOLHIMENTO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PESO LÍQUIDO: 90 G (GRAMAS); COMPOSIÇÃO BÁSICA: DEVE CONTER FLÚOR ATIVO EM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1.000 PPM (PARTES POR MILHÃO), PODENDO SER FLUORETO DE SÓDIO OU MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO; TEXTURA EM PASTA HOMOGÊNEA, DE COR BRANCA OU LEVEMENTE COLORIDA, COM SABOR REFRESCANTE E AROMA SUAVE (MENTA, HORTELÃ OU SIMILAR); AÇÃO: PREVENÇÃO CONTRA CÁRIES, REMOÇÃO DA PLACA BACTERIANA, LIMPEZA DOS DENTES E REFRESCÂNCIA BUCAL; EMBALAGEM DO TIPO BISNAGA	UND	550,00	2,60	1.430,00

			PLÁSTICA COM TAMPA DE ROSCA OU FLIP-TOP, RESISTENTE E COM FECHAMENTO SEGURO. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: PRODUTO REGULARIZADO NA ANVISA COMO PRODUTO DE HIGIENE PESSOAL; RÓTULO CONTENDO: NOME DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, MODO DE USO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, NOME E CNPJ DO FABRICANTE OU IMPORTADOR.				
10	1	44837	DETERGENTE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 3,6 LITROS .	UND	300,00	13,54	4.062,00
11	1	44838	DOCE DE LEITE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UND	300,00	6,25	1.875,00
12	1	44839	ESPONJA LÃ DE AÇO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 8 UNIDADES, 60GRAMAS.	UND	300,00	1,98	594,00
13	1	44840	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 300 GRAMAS.	UND	600,00	3,64	2.184,00
14	1	44841	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	300,00	3,64	1.092,00
15	1	44842	FARINHA DE TRIGO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	300,00	14,59	4.377,00
16	1	44843	FEIJÃO CARIOCA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1KG.	UND	180,00	12,20	2.196,00
17	1	44844	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	300,00	3,96	1.188,00
18	1	44845	FUBÁ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	600,00	2,75	1.650,00
19	1	44846	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 395 GR.	UND	300,00	4,76	1.428,00
20	1	44847	MACARRÃO ESPAGUETE SÊMOLA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	600,00	2,32	1.392,00
21	1	44848	MARGARINA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1KG.	UND	300,00	9,90	2.970,00
22	1	44849	MILHO PIPOCA , EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 GRAMAS.	UND	300,00	2,39	717,00
23	1	44850	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 900 ML.	UND	300,00	7,19	2.157,00
24	1	44851	PAPEL HIGIENICO FARDO C/8 ROLOS DE 30 METROS.	UND	300,00	6,25	1.875,00
25	1	44852	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1,6 KG.	UND	300,00	8,33	2.499,00
26	1	44853	SABONETE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 150GR.	UND	300,00	2,91	873,00
27	1	44854	SARDINHA ENLATADA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 250 GRAMAS.	UND	300,00	8,33	2.499,00
28	1	44855	SUCO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 250 GR (VÁRIOS SABORES).	UND	300,00	2,91	873,00
29	1	44856	ACHOCOLATADO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 400GRAMAS.	UND	505,00	3,33	1.681,65
30	1	44857	AÇUCAR CRISTAL EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	505,00	15,94	8.049,70
31	1	44858	AGUA SANITARIA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 2 LITROS.	UND	505,00	2,60	1.313,00
32	1	44859	ALHO ENCARTELADO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 150 GR.	UND	505,00	5,21	2.631,05
33	1	44860	AMACIANTE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 2 LITROS.	UND	505,00	5,10	2.575,50
34	1	44861	ARROZ BRANCO TIPO 1 EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	505,00	22,10	11.160,50
35	1	44862	BISCOITO (MAISENA, MARIA, LEITE OU COCO) EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 370 GRAMAS.	UND	1.010,00	3,12	3.151,20
36	1	44863	CAFÉ TORRADO MOÍDO C/SELO DA ABIC, EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 GRAMAS.	UND	1.515,00	21,88	33.148,20
37	1	44864	CREME DENTAL COM FLÚOR – EMBALAGEM COM 90 G DESCRIÇÃO TÉCNICA: CREME DENTAL FLUORETADO, INDICADO PARA HIGIENE BUCAL DIÁRIA, COM AÇÃO ANTICÁRIE, LIMPEZA EFICAZ E REFRESCÂNCIA. DESTINADO AO USO INDIVIDUAL POR ADULTOS E CRIANÇAS A PARTIR DE 6 ANOS, EM AMBIENTES DOMICILIARES OU INSTITUCIONAIS, COMO ESCOLAS, UNIDADES DE SAÚDE E CENTROS DE ACOLHIMENTO. ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS: PESO LÍQUIDO: 90 G (GRAMAS); COMPOSIÇÃO BÁSICA: DEVE CONTER FLÚOR ATIVO EM CONCENTRAÇÃO MÍNIMA DE 1.000 PPM (PARTES POR MILHÃO), PODENDO SER FLUORETO DE SÓDIO OU MONOFLUORFOSFATO DE SÓDIO; TEXTURA EM PASTA HOMOGÊNEA, DE COR BRANCA OU LEVEMENTE COLORIDA, COM SABOR REFRESCANTE E AROMA SUAVE (MENTA, HORTELÃ OU SIMILAR); AÇÃO: PREVENÇÃO CONTRA CÁRIES, REMOÇÃO DA PLACA BACTERIANA, LIMPEZA DOS DENTES E REFRESCÂNCIA BUCAL; EMBALAGEM DO TIPO BISNAGA PLÁSTICA COM TAMPA DE ROSCA OU FLIP-TOP, RESISTENTE E COM FECHAMENTO SEGURO. REQUISITOS OBRIGATÓRIOS: PRODUTO REGULARIZADO NA ANVISA COMO PRODUTO DE HIGIENE PESSOAL; RÓTULO CONTENDO: NOME DO PRODUTO, COMPOSIÇÃO, MODO DE USO, NÚMERO DO LOTE, DATA DE FABRICAÇÃO E VALIDADE MÍNIMA DE 12 MESES A CONTAR DA DATA DE ENTREGA, NOME E CNPJ DO FABRICANTE OU IMPORTADOR.	UND	1.060,00	2,60	2.756,00
38	1	44865	DETERGENTE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 3,6 LITROS .	UND	505,00	13,54	6.837,70
39	1	44866	DOCE DE LEITE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 400 GRAMAS.	UND	505,00	6,25	3.156,25
40	1	44867	ESPONJA LÃ DE AÇO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 8 UNIDADES, 60GRAMAS.	UND	505,00	1,98	999,90
41	1	44868	EXTRATO DE TOMATE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 300 GRAMAS.	UND	1.010,00	3,64	3.676,40
42	1	44869	FARINHA DE MILHO TIPO BIJU EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	505,00	3,64	1.838,20
43	1	44870	FARINHA DE TRIGO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 5KG.	UND	505,00	14,59	7.367,95
44	1	44871	FEIJÃO CARIOCA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1KG.	UND	625,00	12,20	7.625,00
45	1	44872	FEIJÃO PRETO TIPO 1 EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	505,00	3,96	1.999,80
46	1	44873	FUBÁ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	1.010,00	2,75	2.777,50
47	1	44874	LEITE CONDENSADO EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 395 GR.	UND	505,00	4,76	2.403,80
48	1	44875	MACARRÃO ESPAGUETE SÊMOLA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1 KG.	UND	1.010,00	2,32	2.343,20
49	1	44876	MARGARINA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1KG.	UND	505,00	9,90	4.999,50
50	1	44877	MILHO PIPOCA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 500 GRAMAS.	UND	505,00	2,39	1.206,95
51	1	44878	ÓLEO DE SOJA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 900 ML.	UND	505,00	7,19	3.630,95
52	1	44879	PAPEL HIGIENICO FARDO C/8 ROLOS DE 30 METROS.	UND	505,00	6,25	3.156,25
53	1	44880	SABÃO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 1,6 KG.	UND	505,00	8,33	4.206,65
54	1	44881	SABONETE EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 150GR.	UND	505,00	2,91	1.469,55
55	1	44882	SARDINHA ENLATADA EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 250 GRAMAS.	UND	505,00	8,33	4.206,65
56	1	44883	SUCO EM PÓ EMBALAGEM CONTENDO MÍNIMO 250 GR (VÁRIOS SABORES).	UND	505,00	2,91	1.469,55
TOTAL							207.617,55

Valor total do aditivo: 207.617,55 (Duzentos e Sete Mil, Seiscentos e Dezessete Reais e Cinqüenta e Cinco Centavos).

Os pagamentos decorrentes da aquisição do objeto correrão por conta dos recursos das Secretarias do Município, através das seguintes dotações orçamentárias:

Órgão	Projeto/atividade	Natureza	Fonte	Conta / Secretaria
09.004	08.244.00152-052	339030	0	6110- Promoção da garantia de defesa dos direitos humanos e comunitários.

As demais cláusulas que forem incompatíveis com o presente termo permanecem inalteradas.
Assinaturas: Junior Motter, **Maisa de Campos Nasser.**
Data da Assinatura: 02/10/2026.

Publicado por:
Adriano Effting
Código Identificador:40D2B8F8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CALIFÓRNIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
RESULTADO DO JULGAMENTO

RESULTADO DO JULGAMENTO
DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

Processo Licitatório nº 141/2026
Pregão eletrônico nº 63/2026

O Município de Califórnia, Estado do Paraná, através do Agente de contratação e da Equipe de Apoio, designada pela **Portaria nº 047/2026**, **TORNA PÚBLICO** o resultado do julgamento das propostas do processo acima, que tem por objeto descrição: Contratação de seguro para a frota de veículos, a fim de garantir cobertura e segurança patrimonial para os automóveis da Secretaria de Saúde de Califórnia/PR.

FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo AMBULANCIA PLACA UBD5J87 RENAULT / MASTER VER AMBP3 ANO/MOD 2025/2026 Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 8.000,00 (oito mil reais).	Unid.	1	R$ 1.935,92	R$ 1.935,92	PROPRIA

FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
2	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo MICROONIBUS PLACA UCG0F20 IVECO/DAILY50 RR 21 PASSAGEIROS ANO/MOD. 2026/2027 Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).	Unid.	1	R$ 1.755,00	R$ 1.755,00	PROPRIA
3	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo ONIBUS PLACA UCK8B01 MARCOPOLO / VOLARE V8L ON 25 PASSAGEIROS ANO/MOD 2026/2027 categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).	Unid.	1	R$ 2.530,00	R$ 2.530,00	PROPRIA
4	Contratação de empresa especializada em	Unid.	1	R$ 799,98	R$ 799,98	PROPRIA

	Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor PLACA UCO 0B54 CHEVROLET / ONIX 10TAT ACTIV ANO MOD. 2026/2027 categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).					

Califórnia, 01/10/2026

DANIEL LUCAS DOS SANTOS MATTOS
Pregoeiro

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:17BECFA3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 – Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes Termos:

Nº Processo: 141/2026
Nº Licitação: 063/2026
Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de seguro para a frota de veículos, a fim de garantir cobertura e segurança patrimonial para os automóveis da Secretaria de Saúde de Califórnia/PR.

FORNECEDOR: PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS
CNPJ: 61.198.164/0001-60

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
1	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo AMBULANCIA PLACA UBD5J87 RENAULT / MASTER VER AMBP3 ANO/MOD 2025/2026 Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 8.000,00 (oito mil reais).	Unid.	1	R$ 1.935,92	R$ 1.935,92	PROPRIA

FORNECEDOR: GENTE SEGURADORA S A
CNPJ: 90.180.605/0001-02

LOTE	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/ Espec.
2	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo MICROONIBUS PLACA UCG0F20 IVECO/DAILY50 RR 21 PASSAGEIROS ANO/MOD. 2026/2027 Combustível: diesel, categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos	Unid.	1	R$ 1.755,00	R$ 1.755,00	PROPRIA

	reais).					
3	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo ONIBUS PLACA UCK8B01 MARCOPOLO / VOLARE V8L ON 25 PASSAGEIROS ANO/MOD 2026/2027 categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Cor-porais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais).	Unid.	1	R$ 2.530,00	R$ 2.530,00	PROPRIA
4	Contratação de empresa especializada em Prestação de Serviços de Seguro Veicular, sendo: 01 (um) Veículo automotor PLACA UCO 0B54 CHEVROLET / ONIX 10TAT ACTIV ANO MOD. 2026/2027 categoria Oficial, para o período de 12 meses: • Importância Segurada: 100% FIPE • Seguro para Danos Corporais: R$400.000,00 • Danos Materiais: R$400.000,00 • Danos Morais: R$ 40.000,00 • Morte Acidental: R$ 40.000,00 • Invalidez Permanente: R$ 40.000,00 • Despesa Médica Hospitalar: R$ 40.000,00 • Assistência 24h sem limite de quilometragem. • Taxi sem limite de quilometragem • Sem franquia para: guincho, troca de pneu, carga de bateria, transporte alternativo (taxi), hotel, pane seca, lanternas, faróis, retrovisores, chaveiro, para-brisa dianteiro e traseiro, vidros laterais. Franquia Máxima: R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).	Unid.	1	R$ 799,98	R$ 799,98	PROPRIA

Valor Total do Pregão: R$ 22.335,68 (vinte e dois mil, trezentos e trinta e cinco reais e sessenta e oito centavos).

Total Homologado do Processo: R$ 7.020,90 (sete mil e vinte reais e noventa centavos).

02 – Autorizar a emissão da(s) de nota(s) de empenho correspondente(s):

Manutenção da Atenção Primária
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 303 - Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 335 - Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 350 - Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 494 - Red. 192
05.001.10.301.0007.2022 – 3.3.90.39 Fonte 495 - Red. 192

Manutenção do Transporte da Saúde
05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 303 - Red. 238
05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 335 - Red. 238
05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 350 - Red. 238
05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 494 - Red. 238
05.001.10.782.0006.2030 – 3.3.90.39 Fonte 495 - Red. 238

Califórnia, 02 de outubro de 2026.

PAULO SÉRGIO CHILEIDE
Prefeito

Publicado por:
Jeniffer Helen Teodoro
Código Identificador:CD3B9CE3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE DO SUL

GABINETE
DECRETO N° 2747/2026 DE 02/10/2026

MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 2747/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1093/2025 de 02/12/2025.

Decreta:
Art.
1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$854.155,25 (oitocentos e cinquenta e quatro mil e cento e cinquenta e cinco reais e vinte e cinco centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001		ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0005.2.007		Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	
84 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	317.699,77
85 - 3.3.90.40.00.00	1104	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURIDICA	17.705,48
05.002		COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0006.2.009		Manutenção da Educação Infantil	
119 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	284.000,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.028		Manutenção de Vias Publicas	
245 - 3.3.90.30.00.00	1504	MATERIAL DE CONSUMO	180.000,00
245 - 3.3.90.30.00.00	1512	MATERIAL DE CONSUMO	24.750,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	
16.001		DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO DIGITAL	
16.001.04.122.0004.2.045		Manutenção de Departamento da Tecnologia da Informação e Proteção de Dados	
568 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
		Total Suplementação:	854.155,25

Art 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de março de 1964, o Anulação de dotações;

Redução			
05		SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
05.001		ENSINO FUNDAMENTAL	
05.001.12.361.0005.2.007		Manutenção e Revitalização do Ensino Fundamental	
77 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	39.000,00
78 - 3.3.90.31.00.00	1104	PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E	29.832,25
05.001.12.361.0007.2.008		Manutenção do Transporte Escolar	
97 - 3.3.90.33.00.00	1104	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	500.000,00
05.001.12.367.0005.2.041		Manutenção da Educação Especial	
103 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	50.033,00
05.002		COORDENAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	
05.002.12.365.0006.2.009		Manutenção da Educação Infantil	
121 - 3.3.90.93.00.00	1104	INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	540,00
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA	
07.001		DEPARTAMENTO DE MANUTENÇÃO DE VIAS PUBLICAS	
07.001.15.452.0020.2.028		Manutenção de Vias Publicas	
249 - 3.3.90.39.00.00	1504	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	180.000,00
Redução			
249 - 3.3.90.39.00.00	1512	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	24.750,00
16		SECRETARIA MUNICIPAL DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E	
16.001		DEPARTAMENTO DA TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO	
16.001.04.122.0004.2.045		Manutenção de Departamento da Tecnologia da Informação e Proteção de	
569 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO -	30.000,00
		Total Redução:	854.155,25

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL, Estado do PR, em 2 de Outubro de 2026.

LUIZ CARLOS ASSUNÇÃO
Prefeito

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:F5F41814

GABINETE
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (

O MUNICÍPIO DE CAMPINA GRANDE DO SUL - PR, por intermédio de sua Secretaria de Cultura, no uso de suas atribuições legais e conforme o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026, torna público aos interessados o RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO para o fomento à cultura, mediante as seguintes orientações:
Legenda:
SELECIONADO: Inscrição contemplada no edital;
SUPLENTE: Inscrição não contemplada, mas apta a receber recursos em casos de desistência, redistribuição ou suplementação;
DESCLASSIFICADO: Inscrição desclassificada.

CATEGORIA GERAL:

PROJETO	**PROPONENTE**	**COTISTA**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
Bolinho Rock Fest: O barulho daqui.	**Christiano C. Neto**	NÃO	**76,50**	**SELECIONADO Ampla concorrência**

Quando a Arte Acontece	**Fernando Falavinha**	NÃO	**75,83**	**SELECIONADO Ampla concorrência**
Exposição Fotográfica e Mostra Guia: Caminhos da Fé e da Ancestralidade	**Luiz Woellner**	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	**75,33**	**SELECIONADO Ampla concorrência**
O Sapo que queria entregar ovos de Pascoa	**Luciano Agnelo Oro**	NÃO	**75,17**	**SELECIONADO Ampla concorrência**
GUSTAVO GOIANO - NOVOS CAMINHOS	**28.765.373 marcos roberto rodrigues dos santos**	NÃO	**74,50**	**SELECIONADO Ampla concorrência**
GAME: Uma História em Jogo	**Fabiano Gomes**	NÃO	**74,00**	**SUPLENTE**
Entre objetos e memórias, histórias de Campina Grande do Sul	**Patricia Falavinha**	NÃO	**72,33 - Critério de desempate A**	**SUPLENTE**
Caminhos da Música	**Giovani Amatti**	NÃO	**72,33**	**SUPLENTE**
ARTE PARA TODOS	**JOAO ALCANJA DA SILVA**	PESSOAS NEGRAS	**72,17**	**SELECIONADO Cotas pessoas negras**
Pelas Águas de Campina	**Denisson Miranda**	NÃO	**71,50**	**SUPLENTE**
TUDO O QUE SABEMOS SOBRE O AMOR - DOCUMENTÁRIO	**BRUNO PEREIRA MAGRIN**	NÃO	**70,83**	**SUPLENTE**
Festival Som da Terra	**Lucio Buchi**	NÃO	**70,17**	**SUPLENTE**
MAIS UM DIA POR AQUI - LIVE SESSION	**WILLIAM AUGUSTO DA SILVA DO NASCIMENTO**	NÃO	**69,33**	**SUPLENTE**
desafio cultural	ROBERTO FARIAS/ Grupo Capoeira Brasil	PESSOAS NEGRAS	**69,17**	**SELECIONADO Cotas pessoas negras**
Campininho	**Adrieli Silva dos Reis Andreatta**	NÃO	**69,00**	**SUPLENTE**
Modelando Identidades	**MARIA CECCON**	NÃO	**66,83**	**SUPLENTE**
PRIMEIROS TRAÇOS DE PINTURA PARA CRIANÇA E ADOLECENTES	**Adelmo Ferrarini**	NÃO	**66,17**	**SUPLENTE**
De Tampa em tampa	**Catia Carcereri**	NÃO	**65,67**	**SUPLENTE**
BOLINHO ROCK FEST: REVIVAL	**michael santos**	PESSOAS NEGRAS	**65,50**	**SELECIONADO Remanejamento Cotas pessoas indígenas**
UMBRA -ONDE A LUZ NÃO CHEGA	**Gilson Antonio de Lara**	NÃO	**65,33**	**SUPLENTE**
Lendas de Campina Grande do Sul: Narrativas da memória e do imaginário popular	**Adriano da Cruz**	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	**64,00**	**SELECIONADO Cotas pessoas com deficiência**

CATEGORIA ÁREAS PERIFÉRICAS

PROJETO	PROPONENTE	COTISTA	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
Saberes que Permanecem - Mulheres Kaingang, charrua e Guarani Artesanato e Transmissão de Saberes	**gislaine vieia da silva/ COLETIVO DE MULHERES ARTESÃS DO SUL DO BRASIL**	**PESSOAS INDÍGENAS**	**73,00**	**SELECIONADO Ampla concorrência**
Mãos que Moldam	**IVANILDE SOPCHENSKI SANTOS**	**NÃO**	**69,17**	**SELECIONADO Ampla concorrência**

Dos Recursos
Contra a decisão do resultado preliminar da etapa de seleção, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção, a ser apresentado exclusivamente por meio eletrônico através da plataforma Apporte, no prazo de 3 (três) dias úteis, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação. Os recursos apresentados fora do prazo legal não serão avaliados.

Consulta de Notas e Pareceres: O resultado preliminar, o espelho de notas e os pareceres de avaliação estarão disponíveis para consulta individual do proponente na plataforma Apporte.

Campina Grande do Sul - PR, 02 de outubro de 2026.

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
Município de Campina Grande do Sul - PR

Publicado por:
Leonardo Sehnem Neto
Código Identificador:5FF489F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 07.2026 – CMDPD

Aos 31 (trinta e um) dias do mês de agosto do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 13:30 horas, reuniu-se o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com deficiência de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, na Sala dos Conselhos, situado na Rodovia Gumercindo Boza, nº 13.440, Samambaia, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes os/as conselheiros/as governamentais: **Fabíola** Regina Ferreira; **Alessandra** Mara Kalinowski Tonin; **Yasmin** Lucarelli os conselheiros/as sociedade civil: **Rafaela** Quintino Pereira da Silva; **Ludimila** Maria dos Santos da Costa; convidados/as e observadores: **Altair** dos Santos; Dr. Fabrício Miguel Fontana; residente técnica Ariane Lara e Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz - Secretária Executiva.	7ª Reunião Ordinária do CMDPD 31/08/2026
A presidente, Fabíola, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Apreciação da Ata da Reunião Ordinária 06.2026; • Ofício 746/2026 - AMEP; • Regimento interno; • Assuntos gerais.	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária Executiva apresentou a Ata da Reunião Ordinária 06.2026 - CMDPD, submetendo a apreciação dos conselheiros, sendo aprovada na íntegra. Na sequência, após a leitura da Ata da Reunião Ordinária nº 06.2026 – CMDPD, o Sr. Altair representante da SEPLAN solicitou esclarecimentos acerca das providências para abertura da conta do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência, especialmente quanto à obtenção do CNPJ. Informou que, em razão de sua atuação junto ao Município, costuma realizar os procedimentos de inscrição dos fundos e que, até o momento, não havia recebido a documentação necessária. A Secretária Executiva informou que verificará a situação e solicitou ao conselheiro que encaminhasse a relação dos documentos necessários. Altair esclareceu que, para a obtenção do CNPJ, seria necessária inicialmente a lei de criação do Conselho e do Fundo Municipal, destacando que a regularidade do ARCPF do Conselho não constitui exigência da Receita Federal para esse procedimento. Ressaltou ainda que, para a abertura da conta bancária, será necessária a participação da Secretaria responsável, bem como a definição formal do responsável pela gestão do Fundo. A Secretária Executiva informou que realizará o levantamento das providências e documentos necessários, incluindo a verificação da situação do CNPJ, para acompanhamento na próxima reunião ordinária. Todos os conselheiros manifestaram ciência.	1. Apreciação da Ata da Reunião Ordinária 06.2026.
Na sequência, a Secretária Executiva deu ciência ao plenário do Ofício nº 746/2026/DTIM/AMEP, em resposta ao Ofício nº 03/2026 – CMDPD, que tratou do atendimento da linha P12 – Campo Magro (São Benedito) aos finais de semana e dos equipamentos de acessibilidade dos veículos. Quanto à linha São Benedito, a AMEP informou que o atendimento possui característica de reforço e, em razão da reduzida demanda de passageiros, atualmente ocorre somente em dias úteis, não havendo, sob o aspecto técnico-operacional, justificativa para implantação de viagens regulares aos finais de semana. Para nova análise da demanda, a Agência solicitou informações sobre a estimativa de usuários a serem atendidos, dias e horários pretendidos, bem como origem e destino. Em relação aos equipamentos de acessibilidade, a AMEP informou que realiza inspeções periódicas na frota metropolitana e fiscaliza as condições de funcionamento dos dispositivos, podendo	2. Ofício 746/2026 - AMEP.

determinar a regularização de irregularidades e aplicar as penalidades previstas. Orientou, ainda, que ocorrências específicas sejam comunicadas à Ouvidoria da Agência, preferencialmente com indicação da linha, prefixo do veículo, data, horário e local, para possibilitar a identificação e adoção das providências fiscalizatórias. Os conselheiros tomaram ciência das informações e deliberaram pelo acompanhamento do da demanda em articulação com a SEAD e a AMEP. Todos os conselheiros manifestaram ciência.	
Dando continuidade, foi retomada a revisão e construção do Regimento Interno do CMDPD, com a participação do Dr. Fabrício, da PROGE. Foram analisados os dispositivos do documento até o limite do horário da reunião, ficando definido que os trabalhos terão continuidade com base no documento de sugestões dos conselheiros, que consolida o texto original e as propostas de alteração, por facilitar a análise e compreensão do conteúdo. Deliberou-se que os conselheiros contribuirão com propostas relacionadas às especificidades e necessidades de acessibilidade das diferentes deficiências, de acordo com suas áreas de interesse e conhecimento. **Encaminhamento:** à Secretaria Executiva realizará enquete no grupo de WhatsApp para que os conselheiros indiquem os temas, tipos de deficiência ou barreiras de acessibilidade de seu interesse, a fim de subsidiar a continuidade da revisão do Regimento Interno.	
Nada mais havendo tratar, a Presidência agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.	4. Encerramento.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz , declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER	***FABÍOLA REGINA FERREIRA MACHADO***
Secretária Executiva	Presidente do CMDPD

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:489F6A04

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 08.2026 – CMAS

Aos 10 (dez) dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e seis, com início às 09:00 horas, reuniu-se o Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Magro, em sessão ordinária, realizada de forma presencial com possibilidade de participação online, no Centro de Referência Especializado - CREAS, situado na Rua Antônio Boza n° 104, jd.Novos Horizontes, Campo Magro. Na ocasião se fizeram presentes os/as conselheiros/as governamentais: **Michelli** Gomes Araújo; **Alessandra** Mara Kalinowski Tonin; **Karina** Alves da Silva; **Carolina** Alves Speltz, **Robson** Ribas Machado os conselheiros/as sociedade civil: **Maristela** da Silva Soares; **Altair** dos Santos, **Daniel** Havro da Silva; **Tábata** Ferreira de Andrade; convidados/as e observadores: Estagiária **Ariane** Lara Luz Oliveira dos Santos, **Selma** Cristiane Batista Xavier Queiroz- Secretária Executiva.	8ª Reunião Ordinária do CMAS 10/09/2026
A presidente, Michelli, agradeceu a presença de todos/as e declarou aberta a plenária.	Abertura da Plenária
• Ata Reunião Ordinária 07.2026; • Aprovação renovação da inscrição do Abrigo Institucional de Campo Magro; • Ofício 10/2026 - CEAS/PR; • Ofício 11/2026 - CEAS/PR; • Apresentação das atividades do CREAS; • Vacância Secretário Municipal da Assistência Social. • Reunião Regional - Região Sul | Conselho Nacional de Assistência Social;	Pautas
Após a abertura da reunião, a Secretária executiva apresentou a Ata Reunião Ordinária 07.2026, que, submetida à apreciação, foi aprovada com ressalvas, em razão da ausência dos nomes dos conselheiros Daniel Havro da Silva e Tábata Ferreira de Andrade.	1. Ata Reunião Ordinária 07.2026.
Em seguida, a Secretária Executiva apresentou aos conselheiros a questão referente à renovação da inscrição do Abrigo Institucional de Campo Magro junto ao CMAS. Esclareceu que a renovação já havia sido deliberada em reunião anterior, conforme consta na Errata da Ata da Reunião Extraordinária nº 02.2026 e na Resolução nº 07.2026-CMAS. Na referida reunião, havia sido definido que seria concedido prazo à Unidade de Acolhimento Institucional para a realização das adequações necessárias, após o qual a documentação seria novamente analisada para fins de renovação da inscrição. Posteriormente, a Comissão de Análise de Documentos realizou a análise e aprovou a renovação. Contudo, essa aprovação não foi registrada na ata nem constou na respectiva resolução, impossibilitando a emissão da declaração de inscrição junto ao CMAS. Diante disso, considerando a necessidade de formalização da deliberação, a matéria foi apresentada novamente ao Plenário, conforme já havia sido discutido anteriormente, para que a aprovação da renovação da inscrição constasse expressamente em ata e resolução. Após os esclarecimentos, o Plenário deliberou pela aprovação da renovação da inscrição da Unidade de Acolhimento Institucional de Campo Magro junto ao CMAS, condicionada ao cumprimento do Acordo Extrajudicial firmado com o Ministério Público e à apresentação ao CMAS da documentação comprobatória das adequações realizadas. Na sequência, antes do encerramento da pauta, os conselheiros retomaram a questão referente ao Serviço de Família Acolhedora, mencionada na análise realizada pela Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial. Foi esclarecido que, na ocasião da análise documental, a Comissão considerou satisfatória a documentação apresentada para a continuidade da análise do serviço, porém deliberou pela realização de visita técnica, com o objetivo de conhecer e avaliar a estrutura física, a organização do serviço e a forma de execução das atividades. Os conselheiros relembraram que permanece pendente a realização da referida visita técnica e quanto às tratativas em andamento para a estruturação do Serviço de Família Acolhedora. O conselheiro Daniel relatou que a Secretaria Municipal de Assistência Social – SAS estuda a adequação de espaço no Centro da Juventude para a realização das atividades relacionadas ao serviço, incluindo atendimentos, reuniões e atividades com as famílias acolhedoras, estando prevista a instalação de divisórias em drywall e demais adequações necessárias à organização do espaço. Informou, ainda, que o CMDCA está aguardando a nomeação de um secretária para a pasta da Secretaria Municipal de Assistência Social e, posteriormente, a deliberação da Comissão de Orçamento e Gerenciamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente quanto ao custeio das adequações necessárias no espaço. Esclareceu que, após essas definições, o CMDCA poderá deliberar sobre o custeio da intervenção e dar continuidade às providências necessárias para a implantação do serviço. Diante desse contexto, o conselheiro Daniel sugeriu que a Comissão de Documentação e Rede Socioassiatencial do CMAS considere aguardar a definição do espaço que será utilizado de forma definitiva pelo Serviço de Família Acolhedora para a realização da visita técnica, possibilitando que a avaliação seja realizada no local em que o serviço efetivamente funcionará. Esclareceu, ainda, que o Serviço de Família Acolhedora encontra-se em fase de preparação, envolvendo reuniões com famílias, ações de sensibilização da temática e planejamento, não estando ainda em plena execução. Assim, considerou pertinente que a análise pelo CMAS e a realização da visita técnica ocorram em momento mais próximo do início efetivo do funcionamento do serviço, preferencialmente após a definição e adequação do espaço destinado às suas atividades. Ficou consignado que a implantação do Serviço de Família Acolhedora permanecerá em acompanhamento pelo CMAS, devendo a Comissão de Documentação e Rede Socioassistencial, após o recebimento e análise da documentação a ser encaminhada pelo responsável, realizar visita técnica para continuidade da avaliação do serviço. Todos os conselheiros manifestaram ciência e concordância. **Deliberação:** Aprovada a renovação da inscrição do **Abrigo de Acolhimento Institucional de Campo Magro, CNPJ 01.607.539/0001-76 junto ao CMAS** até 30/06/2027, condicionada ao cumprimento do Acordo Extrajudicial firmado com o Ministério Público e à apresentação da documentação comprobatória das adequações ao CMAS.	2.Aprovação da renovação da inscrição do Abrigo Institucional de Campo Magro.
Dando continuidade, a Secretária Executiva apresentou aos conselheiros o Ofício Circular encaminhado pelo Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR, dirigido aos Conselhos Municipais de Assistência Social, referente à Resolução CNAS nº 213, de 28 de outubro de 2025. Foi esclarecido que a referida Resolução estabelece parâmetros nacionais orientadores para a deliberação de critérios e prazos relativos à provisão dos Benefícios Eventuais, previstos no artigo 22 da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS. A Secretária Executiva destacou que o CEAS/PR orienta os Conselhos Municipais a incluírem a temática em suas reuniões plenárias, considerando as recentes atualizações relacionadas à regulamentação das situações de vulnerabilidade temporária e às modalidades de Benefícios Eventuais, abrangendo situações relacionadas à gestação, ao nascimento e à morte, bem como situações de emergência ou estado de calamidade pública decorrentes de desastres e outras situações que representem ameaça à sobrevivência e à convivência familiar e comunitária. A conselheira contribuiu com a informação, quanto ao Estado do Paraná possuir regulamentado o cofinanciamento do Piso Único de Assistência Social – PAS, por meio da Deliberação nº 059/2023, assegurando autonomia às gestões municipais quanto à definição da utilização dos recursos, inclusive para a execução dos Benefícios Eventuais nas modalidades de vulnerabilidade temporária, auxílio-funeral, calamidade pública e auxílio-natalidade. Foi ressaltado que o CEAS/PR recomenda aos Conselhos Municipais que avaliem as demandas e especificidades de seus respectivos territórios e, caso identificada a necessidade de maior suporte ou alinhamento técnico, articulem junto aos Escritórios Regionais da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e Família – SEDEF a realização de encontros regionalizados para discussão da temática. Após a apresentação, a Presidente destacou a importância de o CMAS acompanhar as alterações relacionadas aos Benefícios Eventuais e avaliar a necessidade de discussão e eventual atualização dos critérios e prazos adotados no âmbito municipal. Todos os conselheiros manifestaram ciência.	3. Ofício 10/2026 - CEAS/PR
Na sequência, a Secretária Executiva apresentou aos conselheiros o Ofício Circular nº 011/2026 – CEAS/PR, referente à Informação Técnica DGSUAS nº 040/2026, que trata do levantamento sobre os recursos do Índice de Gestão Descentralizada – IGD nos municípios. Foi esclarecido que o Conselho Estadual de Assistência Social do Paraná – CEAS/PR encaminhou aos Conselhos Municipais de Assistência Social e aos respectivos órgãos gestores municipais a referida Informação Técnica, elaborada pela Divisão de Gestão do Sistema Único de Assistência Social – DGSUAS, contendo levantamento sobre a situação e a utilização dos recursos do IGD nos municípios paranaenses. A Secretária Executiva destacou que o material tem como objetivo disponibilizar informações atualizadas para subsidiar as instâncias municipais no planejamento e na construção de estratégias voltadas ao fortalecimento do controle social, bem como ao incentivo e à ampliação da participação dos usuários do Sistema Único de Assistência Social – SUAS nos territórios. Informou, ainda, que o CEAS/PR solicitou ampla divulgação da Informação Técnica nº 040/2026 e orientou que a temática fosse incluída nas pautas das próximas reuniões ordinárias dos Conselhos Municipais de Assistência Social, para conhecimento, discussão e avaliação no âmbito do controle social. Todos os conselheiros registraram ciência. Em seguida, os conselheiros manifestaram-se destacando a importância da qualificação técnica das equipes responsáveis pela avaliação e concessão dos Benefícios	4. Ofício Circular 11/2026 - CEAS/PR.

Eventuais, especialmente dos profissionais que atuam na Proteção Social Básica e nos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS. Destacaram, ainda, que a concessão dos Benefícios Eventuais deve estar articulada ao acompanhamento das famílias e ao trabalho voltado à superação das situações de vulnerabilidade, de modo que o benefício não se restrinja a uma medida paliativa ou à concessão recorrente sem o devido acompanhamento socioassistencial. Ressaltaram também a importância da capacitação das equipes diante da rotatividade de servidores e da entrada de novos profissionais na rede. A conselheira Michelli informou que está sendo discutida, no âmbito da gestão, a possibilidade de realização de capacitações e, conforme a pertinência e disponibilidade, de utilização de recursos do Fundo Municipal de Assistência Social para custeio dessas ações. Na sequência, o conselheiro Daniel ressaltou a importância de que eventual processo de capacitação considere como referência a regulamentação municipal dos Benefícios Eventuais, especialmente a resolução do CMAS que estabelece os critérios para sua concessão. Sugeriu que, além da abordagem das normativas gerais, seja realizada uma análise da regulamentação municipal vigente, inclusive com a identificação de possíveis pontos de aprimoramento. O conselheiro destacou que, caso as equipes dos CRAS ou da Secretaria Municipal de Assistência Social identifiquem necessidades de alteração ou aperfeiçoamento da regulamentação, poderão ser apresentadas sugestões ao CMAS para análise. Mencionou, ainda, a possibilidade de realização de consultas ao Conselho Estadual de Assistência Social, à Procuradoria-Geral do Município e ao Ministério Público, quando necessário, para subsidiar eventual revisão da normativa. Daniel ressaltou também a importância de que os conselheiros tenham conhecimento da regulamentação municipal vigente, considerando que a normativa foi elaborada e posteriormente alterada em períodos anteriores e que parte dos atuais conselheiros não participou dessas discussões. Destacou que essa apropriação é necessária para que o Conselho possa analisar adequadamente as normativas estaduais e federais e verificar sua compatibilidade com as regras municipais relativas aos Benefícios Eventuais. Foi indicada a necessidade de estudo da regulamentação municipal vigente e de eventual revisão ou adequação da normativa, considerando as diretrizes atuais e as necessidades identificadas pelas equipes responsáveis pela execução dos Benefícios Eventuais, podendo a matéria ser posteriormente discutida no âmbito da comissão responsável pela área de políticas de assistência social do CMAS. Antes de dar continuidade à pauta seguinte, o Conselheiro Daniel consultou os conselheiros quanto à possibilidade de inclusão de dois assuntos na pauta da reunião, considerando o tempo disponível e a relevância das matérias. O primeiro assunto refere-se à realização de uma breve apresentação sobre o Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, considerando que a reunião estava sendo realizada nas dependências do equipamento. Foi sugerido que algum integrante da equipe do CREAS apresentasse aos conselheiros o espaço, os serviços desenvolvidos e a organização das atividades, tendo em vista a proposta de realização de reuniões itinerantes do CMAS nos equipamentos da política de assistência social, com o objetivo de aproximar os conselheiros dos serviços e possibilitar maior conhecimento acerca da estrutura e do trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial. O segundo assunto refere-se à situação de vacância do cargo de Secretário ou Secretária Municipal de Assistência Social. Os conselheiros manifestaram-se favoravelmente à inclusão dos dois assuntos na pauta, sendo a inclusão aprovada pelo Plenário.	
Na sequência, conforme inclusão aprovada na pauta, foi realizada uma breve apresentação do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, considerando que a reunião do CMAS estava sendo realizada nas dependências do equipamento. A Secretária Executiva esclareceu que a iniciativa integra a proposta de realização de reuniões itinerantes do Conselho, com o objetivo de possibilitar aos conselheiros maior conhecimento acerca dos equipamentos, dos serviços ofertados e do trabalho desenvolvido pela rede socioassistencial. Na oportunidade, a servidora Tatiane, pedagoga e integrante da equipe do CREAS, realizou a apresentação, informando que atua no equipamento há aproximadamente dois anos. Esclareceu que o CREAS atende famílias e indivíduos em situações de violação de direitos, incluindo situações de violência doméstica, violência psicológica e sexual, atendimento a mulheres vítimas de violência, pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua e acompanhamento de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas. Relatou, ainda, que o equipamento mantém articulação com a Defensoria Pública, considerando que o Município de Campo Magro não dispõe de unidade própria, bem como com a Delegacia, Polícia Militar e Guarda Municipal, conforme as necessidades identificadas nos atendimentos. Esclareceu que o CREAS também pode auxiliar, em situações específicas, na realização de registros de ocorrência de forma on-line, especialmente em situações emergenciais, ressaltando que determinados registros devem ser realizados diretamente na Delegacia. Informou que as famílias acompanhadas pelo CREAS são atendidas de forma integral, mediante acompanhamento familiar, visando ao enfrentamento das situações de violação de direitos e à proteção dos indivíduos e famílias atendidos. Na sequência, um representante da sociedade civil, apresentou algumas considerações acerca dos desafios enfrentados pela equipe do equipamento. Destacou a necessidade de recursos para a mobilidade da equipe, especialmente para a realização de visitas, bem como apontou demandas relacionadas às condições de trabalho e à necessidade de fortalecimento da equipe para o desenvolvimento adequado das atividades. O conselheiro Daniel considerou que as questões apresentadas poderiam ser objeto de pautas específicas em reuniões posteriores do CMAS, possibilitando a discussão das demandas do CREAS no âmbito do Conselho. Destacou, ainda, a importância de que as necessidades do equipamento sejam consideradas no processo de elaboração e discussão das leis orçamentárias municipais, verificando-se a previsão de recursos para atendimento das demandas apresentadas e, quando necessário, a possibilidade de utilização de emendas ou outras fontes de recursos. Todos os conselheiros deram ciência.	5. Apresentação das atividades do CREAS.
Na sequência, foi discutida a situação de vacância do cargo de Secretário(a) Municipal de Assistência Social. A Secretária Executiva informou que a então Secretária Municipal de Assistência Social, Sra. Jeanine havia solicitado exoneração no final do mês de agosto e que, até a data da reunião, ainda não havia sido comunicada ao Conselho a nomeação de novo titular, inclusive em caráter interino. Os conselheiros manifestaram-se no sentido de que, diante da vacância, o CMAS deveria encaminhar ofício ao Gabinete do Prefeito solicitando a nomeação de Secretário(a) Municipal de Assistência Social, ainda que interinamente, destacando a importância da existência de responsável formal pela pasta para assegurar a continuidade das políticas públicas de assistência social, bem como dos atos administrativos e das responsabilidades inerentes à gestão. **Deliberação:** Aprovado o encaminhamento de ofício ao Gabinete do Prefeito, solicitando a nomeação de Secretário(a) Municipal de Assistência Social, ainda que interinamente.	6. Vacância Secretário Municipal da Assistência Social.
Dando sequência a conselheira Tábata apresentou uma memória da Reunião Regional - Região Sul - Conselho Nacional de Assistência Social, da qual participou representando o CMAS. A conselheira informou que recebeu os materiais apresentados no evento recentemente e que posteriormente seriam compartilhados com os demais conselheiros. Relatou que a capacitação abordou, entre outros temas, a Resolução CNAS nº 213/2025, os Benefícios Eventuais, situações de vulnerabilidade temporária e as responsabilidades dos municípios na regulamentação e execução desses benefícios. Ficou igualmente registrada a importância de dar continuidade às discussões sobre a preparação do Município para situações de emergência e calamidade, especialmente aquelas relacionadas a eventos climáticos, considerando a possibilidade de elaboração futura de planejamento integrado entre as políticas públicas municipais. A Secretária Executiva informou que os materiais apresentados seriam compartilhados com os conselheiros para conhecimento e aprofundamento dos temas. Informou, ainda, que estava prevista nova capacitação nos dias 22 e 23 de setembro, em Ponta Grossa, estando a Secretaria Municipal de Assistência Social providenciando o transporte para os interessados, mediante inscrição prévia. Na sequência, o conselheiro Daniel sugeriu que, diante da existência de normativas nacionais posteriores à regulamentação municipal dos Benefícios Eventuais, a Comissão responsável pela matéria no CMAS realize estudo da legislação e das normativas municipais vigentes, verificando a necessidade de atualização ou adequação. Sugeriu, ainda, que, caso necessário, sejam solicitados subsídios e orientação técnica à Procuradoria-Geral do Município e aos órgãos competentes, para adequação das normativas municipais às regulamentações mais recentes. **Encaminhamento:** Após discussão, ficou acordado que a Comissão responsável pela matéria realizará estudo das normativas legais municipais relativas aos Benefícios Eventuais, considerando as alterações e diretrizes nacionais mais recentes, e avaliará a necessidade de atualização ou adequação da legislação e regulamentação municipal, podendo buscar, quando necessário, suporte técnico e jurídico da Procuradoria-Geral do Município. A Comissão deverá posteriormente apresentar ao Plenário os resultados da análise e as propostas de encaminhamento.	7. Reunião Regional - Região Sul Conselho Nacional de Assistência Social.
Não havendo mais nada a tratar, a Presidente agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião.	• Encerramento.
Após o exposto, eu, Selma Cristiane Batista Xavier Queiroz , declaro que a ata foi lavrada por mim e que o registro de presença encontra-se em anexo.	
SELMA CRISTIANE BATISTA XAVIER QUEIROZ	***MICHELLI GOMES ARAÚJO***
Secretária Executiva	Presidente do CMAS

Publicado por:
Natalli Dos Santos Moraes
Código Identificador:1C40E70E

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDÓI

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – OFICINAS CULTURAIS

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 – OFICINAS CULTURAIS

SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS.
EDITAL Nº 04/2026
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** o Resultado Final dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS À EXECUÇÃO DE OFICINAS CULTURAIS, conforme a seguir:

DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS

O Resultado Final, após prazo recursal para projetos inscritos no edital de Chamamento nº 01/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

DA APLICAÇÃO DAS AÇÕES AFIRMATIVAS

Considerando a existência de 01 (uma) vaga por linguagem artística e a previsão de ações afirmativas no presente Edital, a classificação dos projetos observará, além da pontuação obtida na avaliação de mérito cultural, a modalidade de concorrência indicada pelo proponente no ato da inscrição e as regras de concorrência concomitante e reserva de vagas previstas no item 5 deste Edital e na Instrução Normativa MinC nº 10/2023. A classificação por pontuação permanece inalterada, sendo que a seleção pela modalidade de cota não implica acréscimo ou alteração da nota obtida pelo proponente.

OFICINAS CULTURAIS						
ÁREA	**Nº INSC.**	**NOME DO PROPONENTE**	**DADOS DO PROJETO**	**NOTA/ MÉDIA**	**MODALIDADE**	**RESULTADO**
TEATRO	03	Andreia Ribeiro Tazuel	Nome: **Cena Viva** Oficina de Teatro: Criação de personagem e confecção de peças	83,33	Ampla	Selecionada
MÚSICA	02	Poliana Fatima Meneguel	Nome: **Música que transforma** Oficina de Música: Violão, Teclado e Canto.	81,00	Ampla	Selecionada
ARTES PLÁSTICAS/ARTES VISUAIS	01	Edinaldo dos Santos Ribeiro	Nome: **Arte sem Barreiras** Oficina de Artes Plásticas e Artes Visuais	76,33	Cota – Pessoa Negra	Selecionado
DANÇA	07	Camila Oliveira Castro	Nome: **Corpo e Movimento** Oficina de Dança: Ritbox e Zumba	73,33	Ampla	Selecionada

PROJETOS EM LISTA DE ESPERA

ÁREA	Nº INSC.	NOME DO PROPONENTE	DADOS DO PROJETO	NOTA/MÉDIA	MODALIDADE
ARTES PLÁSTICAS/ARTES VISUAIS	05	Ana Maria Assunção Ribeiro	Nome: **Arte que floresce** Oficina de Artes Visuais: Arte em Madeira Reciclada.	77,67	Ampla
MÚSICA	04	Emerson Rodrigo dos Santos	Nome: **É no batuque que eu vou** Oficina de Música: Bateria e instrumentos de percussão.	70,67	Ampla
MÚSICA	06	Ronaldo de Paula da Silva	Nome: **Acordes do Futuro: Música e Transformação** Oficina de Música: Violão, Contrabaixo e Canto.	67,33	Ampla
MÚSICA	08	Renata Padilha Araújo	Nome: **Ouse Sonhar** Gravação de Música Inédita e Oficina de Violão e Acordeon.	63,33	Ampla

ETAPA DE HABILITAÇÃO

O proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de **05/10/26 à 07/10/26**, apresentar os documentos descritos a seguir, no Centro Cultural Doridin Antunes situado na Avenida José Antunes Fabrício, 1944, Pioneiros, Candói (PR) **das 8h às 11:30h e das 13h às 16:30h,** conforme sua natureza jurídica:

Se o agente cultural for **pessoa física e/ou grupo ou coletivo sem personalidade jurídica:**

documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);

certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União disponível no link: https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home ;

Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais pelo link: https://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automatica e municipais pelo link: https://candoipr.equhttps://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automaticaiplano.com.br:7007/contribuinte/#/stmCertidaoNegativa/certidaoNegativa, expedidas pela secretaria da fazenda;

certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho pelo link: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;

comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural (Anexo I deste edital).

Declaração de cessão de direito de uso de imagem (Anexo X);

Candói, 02 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA / ENDEREÇO

Eu, _____, de nacionalidade BRASILEIRO, inscrito (a) no CPF nº_____, RG nº_____, telefone: _____, responsável legal pelo menor: _____.

DECLARO, para fins de comprovação de residência / endereço, sob as penas da Lei n° 7.115/83, art. 2º, que resido no município de CANDÓI – Paraná, sendo atualmente residente e/ou domiciliado no endereço abaixo descrito:

_____

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

Candói – PR, ___ de _____ 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:D53BAE0B

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026
SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS.
EDITAL Nº 05/2026
DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DOS PROJETOS SELECIONADOS

O**MUNICIPIO DE CANDÓI**, por meio da Secretaria de Cultura, **DIVULGA** o Resultado Final dos Projetos Culturais Selecionados do **EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 03/2026 –** POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) DE AÇÕES VOLTADAS A SELEÇÃO DE PROJETOS DE APOIO A PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS, conforme a seguir:
Divulgação do Resultado Final dos Projetos Selecionados.
O Resultado Final, após prazo recursal para projetos inscritos no edital de Chamamento nº 03/2026 – PNAB, será conforme a seguir:

PRODUÇÕES AUDIOVISUAIS					
OR.	**Nº INSC.**	**NOME DO PROPONENTE**	**DADOS DO PROJETO**	**NOTA/ MÉDIA**	**CLASS.**
01	06	Gentil Dallo	**Entre Madeiras e Memórias: Candói através das histórias da DALRIO** Minidocumentário sobre a Dalrio e sua importância na história.	80,67	1º
02	02	Alceu Santos da Cunha	**Associação Paixão pela Vida** Minidocumentário sobre a Associação Paixão pela vida	75,00	2º
03	05	Tiago da Costa	**Candói: Histórias não contadas** Minidocumentário sobre o Cacique Candói	66,67	3º
04	01	Gustavo Barbosa Pereira	**Gustavo Sax** Gravação de 2 músicas	65,00	4º
05	04	Mariana da Luz Borges	**Coroa, Tradição e Orgulho: Rainhas da Festa Nacional do Charque** Minidocumentário sobre a trajetória das Rainhas.	63,33	5º
06	09	Suelen de Freitas Sebolt	**Candói: Memória, Política e Identidade** Minidocumentário sobre a formação política e administrativa de Candói	62,67	6º
07	10	Hallan Paulo Malaquias	**Podcast: vozes do Cavernoso** Podcast sobre histórias, memórias com pessoas da comunidade.	61,67	7º
08	03	Tiago Fernando de Farias	**Canta Candói: A voz da nossa Terra** Minidocumentário sobre o Canta Candói	60,67	8º
09	07	Renato Ramos de Siqueira	**Programa Modão e Proza Talkshow** Podcast com entrevistas semanais ao vivo	55,67	9º
10	08	Diego de Castro Rodrigues	**Candói: Fé, Religião e Tradição** Minidocumentário sobre a influência das tradições, religião e fé na formação das Comunidades.	45,33	10º

ETAPA DE HABILITAÇÃO
O proponente do projeto contemplado deverá, no prazo de **05/10/26 à 07/10/26**, apresentar os documentos descritos a seguir, no Centro Cultural Doridin Antunes situado na Avenida José Antunes Fabrício, 1944, Pioneiros, Candói (PR) **das 8h às 11:30h e das 13h às 16:30h,** conforme sua natureza jurídica:
Se o agente cultural for **pessoa física e/ou grupo ou coletivo sem personalidade jurídica:**
documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União disponível no link: https://servicos.receitafederal.gov.br/servico/certidoes/#/home ;
Certidões negativas de débitos relativas aos créditos tributários estaduais pelo link: https://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automatica e municipais pelo link: https://candoipr.equhttps://cdwfazenda.paas.pr.gov.br/cdwportal/certidao/automaticaiplano.com.br:7007/contribuinte/#/stmCertidaoNegativa/certidaoNegativa, expedidas pela secretaria da fazenda;
certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho pelo link: https://cndt-certidao.tst.jus.br/inicio.faces;
comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural (Anexo I deste edital).
Declaração de cessão de direito de uso de imagem (Anexo X);

Candói, 02 de outubro de 2026.

MARCOS ROBERTO BARBOZA DE PAULA
Secretário de Cultura

ANEXO I
DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA / ENDEREÇO

Eu, _____, de nacionalidade BRASILEIRO, inscrito (a) no CPF nº_____, RG nº_____, telefone: _____, responsável legal pelo menor: _____.
DECLARO, para fins de comprovação de residência / endereço, sob as penas da Lei n° 7.115/83, art. 2º, que resido no município de CANDÓI – Paraná, sendo atualmente residente e/ou domiciliado no endereço abaixo descrito:

_____
Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:
"Art. 299. Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".
Candói – PR, ___ de _____ 2026.

_____
(Assinatura)
Nome completo

Publicado por:
Lucimara Pinheiro da Silva
Código Identificador:3E7A44B1

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESCALA CONSELHO TUTELAR

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ESCALA CONSELHO TUTELAR

De acordo com as Leis Municipais nº 1.414/2017 e nº 1.509/2019 o CMDCA, de Candói-PR, torna pública as escalas de sobreavisos e de folgas semanais, bem como dos sobreavisos em finais de semana das Conselheiras Tutelares de Candói-PR, referente ao mês de outubro de 2026:

Segunda-feira	*Terça-feira*	*Quarta-feira*	*Quinta-feira*	*Sexta-feira*	*Sábado*	*Domingo*
			01 **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherklin	**02** **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	**03, 04** **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	
			Mari Terezinha Zviogicoski	**Janaina Inacio de Oliveira**		
05 **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	**06** **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**07** **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	**08** **Plantão:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**09** **Plantão:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**10,11** **Plantão:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviogicoski	
Folga: Josimari Turok Stangherlin	**Folga: Rosalina Ribeiro**	**Folga: Janaina Inacio de Oliveira**	**Folga: Mari Terezinha Zviogicoski**	**Folga: Karina Orzechowski**		
12 **Plantão:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**13** **Plantão:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**14** **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	**15** **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**16** **Plantão:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviogicoski	**17, 18** **Plantão:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	
Folga: FERIADO	**Folga: Mari Terezinha Zviogicoski**	**Folga: Janaina Inacio de Oliveira**	**Folga: Rosalina Ribeiro**	**Folga: Josimari Turok Stangherlin**		
19 **Plantão:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**20** **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviegicoski	**21** **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**22** **Plantão:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviogicoski	**23** **Plantão:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**24, 25** **Plantão:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	
Folga: Mari Terezinha Zviogicoski	**Folga: Janaina Inacio de Oliveira**	**Folga: Rosalina Ribeiro**	**Folga: Josimari Turok Stangherlin**	**Folga: Karina Orzechowski**		
26 **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	**27** **Plantão:** Janaina Inacio de Oliveira Josimari Turok Stangherlin	**28** **Plantão:** Karina Orzechowski Mari Terezinha Zviogicoski	**29** **Plantão:** Josimari Turok Stangherlin Rosalina Ribeiro	**30** **Plantão:** Karina Orzechowski Janaina Inacio de Oliveira	**31** **Plantão:** Rosalina Ribeiro Mari Terezinha Zviogicoski	
Folga: Janaina Inacio de Oliveira	**Folga: Rosalina Ribeiro**	**Folga: Josimari Turok Stangherlin**	**Folga: Karina Orzechowski**	**Folga: Mari Terezinha Zviogicoski**		

· O regime de sobreaviso durante a semana inicia-se às 17h00 da referida data, com término às 08h00 do dia subsequente;
· O regime de sobreaviso nos finais de semana inicia-se às 08h00 de sábado com término às 08h00 da segunda-feira;
· Ressalta-se que no período das 12h às 13h00 o conselho estará atendendo em regime de sobreaviso, comunicado este feito ao CMDCA por meio do ofício 076/2020.
· Cada conselheira terá direito a 4 (quatro) horas de folga semanais, conforme a Resolução 07/2021.
· A escala de trabalho segue as orientações mencionadas na Resolução 07/2021.
· Este documento passa a valer a partir da data de sua assinatura.

Candói – PR, 01 de outubro de 2026.

ELIZETE DO ROCIO BRUSTOLIM DOI
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Rozane Hlusko
Código Identificador:A5AC055A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

MUNICIPIO DE CATANDUVAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2026.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EVENTOS PROMOVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, COMPREENDENDO: EXECUÇÃO, ASSESSORIA TÉCNICA, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE; REALIZAÇÃO DE PALESTRA SHOW EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER; E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO, ANIMAÇÃO E ENTRETENIMENTO INFANTIL PARA O EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS.

Em cumprimento ao disposto na lei, ADJUDICO o objeto a empresa vencedora e HOMOLOGO o processo em epígrafe, tornando-se público o resultado da licitação, apresentando o vencedor pelo critério Menor Preço:

EMPRESA: LOGOS ESTRATÉGIAS E SOLUÇÕES LTDA **CNPJ: 40.198.276/0001-40**			
ITEM	**UNIDADE**	**DESCRIÇÃO**	**VALOR TOTAL**

1	SERVIÇO	**EXECUÇÃO, ASSESSORIA TÉCNICA, PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E CONDUÇÃO DA X CONFERÊNCIA MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE:** Execução, assessoria técnica, planejamento, organização e condução da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como assessoria técnica para realização de duas Pré-Conferências Municipais, a serem realizadas de forma presencial no Município de Catanduvas, com o tema "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa". **Serviços Prestados: Elaboração e fornecimento de convites, regimentos interno, palestra magna (**explanação do tema central e dos eixos temáticos disponibilizados pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), organização, coordenação e orientação dos grupos de trabalho por eixo temático, assessoria técnica na elaboração, sistematização e produção das propostas discutidas nos grupos de trabalho para apresentação e deliberação na Conferência Municipal, aplicação e organização da avaliação da Conferência, preenchimento do instrumental próprio da Conferência, incluindo elaboração de ata, relatório final e demais documentos necessários no pós-conferência, Prestação de assessoria técnica antes, durante e após a realização da Conferência Municipal, apoio técnico e metodológico à Secretaria Municipal de Assistência Social durante todas as etapas de execução do evento, prestação de assessoria técnica presencial para realização de 02 (duas) Pré-Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, com duração mínima de 02 (duas) horas e máxima de 04 (quatro) horas cada, compreendendo planejamento metodológico, condução dos trabalhos, mediação dos debates, orientação técnica, sistematização das propostas e elaboração dos registros necessários para subsidiar a Conferência Municipal. **EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** A assessoria presencial no dia da realização da X Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá duração mínima de 08 (oito) horas. A empresa contratada também deverá prestar assessoria presencial em 02 (duas) Pré-Conferências Municipais, com duração entre 02 (duas) e 04 (quatro) horas cada, em datas, horários e locais definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. Os demais serviços de assessoria, planejamento, orientação técnica, elaboração documental e suporte pré e pós-evento não possuirão limite máximo de horas, sendo executados conforme demanda e cronograma definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A data de realização das Pré-Conferências e da X Conferência Municipal será definida posteriormente pela Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Catanduvas. **QUALIFICAÇÃO DO PROFISSIONAL** O profissional responsável pela palestra magna e pela assessoria técnica deverá possuir: • Graduação em Serviço Social ou Psicologia; • Experiência comprovada na área da criança e do adolescente; • Experiência em capacitações, palestras, conferências, pré-conferências ou assessoria técnica relacionada às políticas públicas voltadas à infância e adolescência. A palestra magna e a assessoria às Pré-Conferências deverão ocorrer presencialmente no Município de Catanduvas. **TEMA CENTRAL** "Fortalecendo o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGDCA) e a Democracia Participativa". **EIXOS TEMÁTICOS** • Aprimoramento do Controle Social e Fortalecimento da Participação Social; • Fortalecimento dos Conselhos Tutelares; • Promoção da Convivência Familiar e Comunitária; • Prevenção e Enfrentamento às Violências; • Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção de Adolescentes no Trabalho; Aprimoramento da Execução das Medidas Socioeducativas.	9.001,00
3	SERVIÇO	**PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECREAÇÃO, ANIMAÇÃO E ENTRETENIMENTO INFANTIL PARA O EVENTO EM COMEMORAÇÃO AO DIA DAS CRIANÇAS, INCLUINDO DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPE TÉCNICA, PERSONAGENS TEMÁTICOS, RECREADORES, PINTORES FACIAIS, MONITORES E TODOS OS MATERIAIS NECESSÁRIOS:** A prestação dos serviços tem por finalidade proporcionar atividades recreativas, lúdicas, educativas e de entretenimento voltadas ao público infantil, promovendo momentos de lazer, integração social, convivência comunitária durante a programação comemorativa do Dia das Crianças. Os serviços deverão ser executados em formato dinâmico, interativo e participativo, contemplando atividades recreativas, brincadeiras coletivas, gincanas, interação com personagens temáticos, pintura facial artística e monitoria das atividades recreativas, garantindo atendimento seguro, organizado e de qualidade ao público estimado de aproximadamente 1.000 (mil) crianças. **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇ** A empresa contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente uniformizada ou identificada, bem como todos os materiais, equipamentos e insumos necessários para atendimento estimado de aproximadamente 1.000 (mil) crianças, contemplando, no mínimo, os seguintes serviços: **1. Recreação e Animação** Prestação de serviços de recreação infantil por meio de atividades lúdicas, gincanas, brincadeiras coletivas, interação com o público, apresentações recreativas e dinâmicas participativas. Quantidade mínima: 06 (seis) recreadores/animadores, atuando simultaneamente durante toda a realização do evento (08 horas, sendo 04 horas no período da manhã e 04 horas no período da tarde). **2. Personagens Temáticos** Disponibilização de personagens caracterizados para recepção, interação, atividades recreativas, registros fotográficos e entretenimento das crianças. Quantidade mínima: 05 (cinco) personagens atuando simultaneamente durante toda a realização do evento (08 horas, sendo 04 horas no período da manhã e 04 horas no período da tarde). Os personagens serão previamente definidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social, contemplando personagens infantis de grande popularidade e amplo reconhecimento pelo público. Os figurinos deverão apresentar excelente estado de conservação, limpeza, qualidade visual e compatibilidade com os personagens representados. **3. Pintura Facial** Prestação de serviço de pintura artística facial infantil. Quantidade mínima: 08 (oito) profissionais atuando simultaneamente durante toda a realização do evento (08 horas, sendo 04 horas no período da manhã e 04 horas no período da tarde). A empresa deverá fornecer todos os materiais necessários, incluindo: • tintas antialérgicas apropriadas para uso na pele; • glitter cosmético; • pincéis; • esponjas; • recipientes; • álcool 70%; • materiais descartáveis; • demais insumos necessários para execução dos serviços. **4. Fornecimento de Pipoca e Algodão-Doce** Prestação de serviços de preparo e distribuição gratuita de pipoca e algodão-doce durante toda a realização do evento, compreendendo 08 (oito) horas de atendimento, sendo 04 (quatro) horas no período da manhã e 04 (quatro) horas no período da tarde, garantindo fornecimento contínuo durante ambos os períodos. A empresa contratada deverá disponibilizar quantidade suficiente de máquinas, equipamentos, profissionais e insumos para atendimento contínuo do público estimado de aproximadamente 1.000 (mil) crianças, evitando filas excessivas e interrupções no fornecimento. A contratada deverá fornecer, no mínimo: • Máquinas de pipoca em quantidade suficiente para atendimento do público; • Máquinas de algodão-doce em quantidade suficiente para atendimento do público; • Milho para pipoca, óleo, sal, açúcar e demais insumos necessários; • Açúcar próprio para algodão-doce, corantes alimentícios e palitos; • Embalagens descartáveis apropriadas para pipoca; • Profissionais capacitados para operação dos equipamentos durante todo o evento; • Equipamentos em perfeito estado de conservação, higiene e funcionamento. Todo o fornecimento deverá observar as normas sanitárias vigentes, garantindo a qualidade e a segurança alimentar dos produtos distribuídos. **RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA** A empresa contratada deverá: • Disponibilizar toda a equipe de profissionais necessária à execução dos serviços; • Fornecer uniformes ou identificação visual para toda a equipe; • Disponibilizar todos os materiais, equipamentos e insumos necessários à execução das atividades; • Fornecer materiais de recreação e pintura facial em quantidade suficiente para atendimento do público estimado; • Disponibilizar figurinos, fantasias e acessórios dos personagens temáticos em perfeitas condições de uso; • Responsabilizar-se pelo transporte, alimentação e demais despesas relativas aos profissionais; • Garantir a substituição imediata de profissionais em caso de ausência ou impedimento, mantendo quantitativo e qualificação equivalentes; • Cumprir integralmente as normas de segurança aplicáveis às atividades desenvolvidas;	36.500,00

		• Organizar e supervisionar todas as atividades recreativas durante o período do evento; • Responsabilizar-se por todos os custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução dos serviços, os quais deverão estar inclusos na proposta comercial. • Fornecer máquinas, equipamentos e insumos necessários para produção e distribuição de pipoca e algodão-doce durante todo o evento, além de disponibilizar profissionais suficientes para operação dos equipamentos e atendimento contínuo ao público; • Garantir o fornecimento de pipoca e algodão-doce em quantidade compatível com o público estimado, sem interrupções durante toda a realização do evento. **FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** Os serviços serão executados de forma presencial, em local a ser definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Catanduvas/PR, durante a programação alusiva ao Dia das Crianças. A contratada deverá: **I** – Realizar reunião prévia de alinhamento com a Secretaria Municipal de Assistência Social, quando solicitado; **II** – Executar integralmente os serviços conforme programação previamente definida; **III** – Disponibilizar toda a equipe de profissionais e materiais necessários antes do início das atividades, comparecendo ao local com antecedência suficiente para organização e preparação dos serviços; **IV** – Responsabilizar-se por toda a logística necessária à execução do objeto contratado; **V** – Garantir a qualidade técnica dos serviços, promovendo atendimento adequado, seguro e organizado ao público participante; **VI** – Substituir imediatamente qualquer profissional que, por motivo de força maior, não possa comparecer ao evento, mediante profissional de qualificação equivalente; **VII** – Zelar pela integridade física das crianças durante o desenvolvimento das atividades recreativas, observando as normas de segurança e organização do evento. **DURAÇÃO:** O evento terá duração mínima de 08 (oito) horas, distribuídas em 04 (quatro) horas no período da manhã e 04 (quatro) horas no período da tarde, totalizando um dia de programação. **DATA DE REALIZAÇÃO:** 08 de outubro de 2026. **LOCAL:** Município de Catanduvas – Paraná, em local previamente informado pela Administração Municipal. **PÚBLICO ESTIMADO:** Atendimento estimado de aproximadamente 1.000 (mil) crianças.	
VALOR TOTAL			**45.501,00**

EMPRESA: 43.665.571 PRISCILA APARECIDA DOS SANTOS DIAS ROSALINO
CNPJ: 43.665.571/0001-58

ITEM	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
2	SERVIÇO	**PALESTRA SHOW EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DA MULHER:** A apresentação deverá possuir caráter motivacional, educativo, reflexivo e interativo, abordando temas relacionados à valorização da mulher, autoestima, empoderamento feminino, saúde emocional, qualidade de vida, superação de desafios, protagonismo feminino, relações familiares, inclusão social e fortalecimento dos vínculos comunitários. Deverá ser desenvolvida em formato dinâmico e participativo, com recursos artísticos, musicais, humorísticos, audiovisuais, dinâmicas de grupo e interação com o público, caracterizando-se como palestra show. **ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS DOS SERVIÇOS** A empresa contratada deverá: Disponibilizar profissional palestrante com experiência comprovada na realização de palestras, eventos motivacionais ou palestras show voltadas ao público feminino; Desenvolver conteúdo compatível com os objetivos do evento; Realizar apresentação com duração mínima de 02 (duas) horas; Promover interação com o público por meio de dinâmicas, reflexões e atividades participativas; Disponibilizar materiais e recursos necessários à execução da palestra; Comparecer ao local do evento com antecedência para organização e alinhamento da atividade; Respeitar os horários previamente definidos. **FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS** Os serviços serão executados de forma presencial, em local a ser definido pela Secretaria Municipal de Assistência Social, no Município de Catanduvas/PR, durante a programação alusiva ao Dia Internacional da Mulher, prevista para o mês de março de 2027. A contratada deverá: I – Realizar reunião prévia de alinhamento com a Secretaria Municipal de Assistência Social, quando solicitado; II – Desenvolver a palestra conforme temática previamente definida pela Administração; III – Executar integralmente a apresentação na data e horário estabelecidos; IV – Responsabilizar-se por toda logística necessária à prestação do serviço; V – Zelar pela qualidade técnica da apresentação e pelo adequado atendimento ao público participante; VI – Substituir imediatamente o profissional indicado, em caso de impossibilidade de comparecimento, mediante aprovação prévia da Administração Municipal e desde que mantida qualificação técnica equivalente.	1.599,00
VALOR TOTAL			**1.599,00**

Homologo a presente licitação,
Catanduvas - PR, 02 de outubro de 2026.

ADEMAR LUIZ BURCKHARDT
Prefeito Municipal

Publicado por:
Eduardo de Freitas Moreira
Código Identificador:15DC9C8C

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEVELÂNDIA

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO 32/2026

ADJUDICAÇÃO/HOMOLOGAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 32/2026 - PROCESSO Nº 57/2026
Objeto: Aquisição de veículo automotor, zero quilômetro.
Considerando as informações constantes do processo licitatório em epigrafe, a Prefeita Municipal de Clevelândia, Estado do Paraná, TORNA PÚBLICO a homologação dos mesmo em nome dos licitantes adiante mencionado como vencedores: LOUREIRO E FIGUEIREDO COMERCIO DE VEICULOS LTDA - CNPJ: 40.976.095/0001-06

ITEM	QTDE	UND	COMPLEMENTO	MARCA/ MODELO	VALOR UNI.	VALOR TOTAL
1	1	UN	VEICULO 7 lugares /6 airbags / Alarme Antifurto / Assistente de partida em acli Controle eletrônico de estabilidade e tração / Luzes indicadoras de direção laterais/ Regulagem de altura dos faróis / Sistema de fixação de cadeiras para crianças ("Isofix e Top Tether") / Alavanca do freio de mão com detalhe cromado/ Maçanetas externas na cor do veículo / Painel de instrumentos digital de 8" configurável / Para choques pintados na cor do veículo / Conjunto roda de aço e pneu sobressalente aro 16" / Trava elétrica da tamp de combustível / Coluna de direção com regulagem em altura / Limpador e lavador elétrico do vidro traseiro /Trava elétrica das portas com acionamento na chave / Vidro elétrico nas portas com acionamento por "um toque", anti esmagamento e abertura / Fechamento automático pela chave / Banco do motorista com regulagem de altura / Banco da segunda fileira bipartido e rebatível / Banco da segunda fileira corrediço / Encostos de cabeça laterais e central do banco da segunda fileira / Encosto de cabeça dos bancos dianteiros com ajuste de altura / Molduras de proteção lateral na cor preta/ Antena no Teto / Volante com 3 raios e detalhes na cor cinza / Controles de Rádio e do Celular no Volante / Chevrolet MyLink, com Tela LCD sensível ao toque de 11", integração com smartphones através do Android Auto e Apple CarPlay, Radio AM/ FM, Função Audio Streaming / Conjunto de alto falantes - 4 unidades / Entrada USB dupla (tipo A e Tipo C) / Entrada USB dupla para o anco traseiro (tipo A, apenas carregamento) / Luz de condução diurna em LED / Faróis dianteiros em LED / Lanterna em LED / Alerta de frenagem de emergência / OnStar / Wi-Fi embarcado no veiculo para até 7 dispositivos eletrônicos / Rack de teto na cor prata /Espelhos etrovisores externos elétricos na cor do veículo /Câmera de ré digital / Transmissão automática de seis velocidades com opção de troca manual de marchas "Active Select" /	GM/CHEVROLET SPIN LTZ 1.8- 7 LUG/	153.690,0000	153.690,0000

			Controlador de velocidade de cruzeiro com comandos no volante/ Dutos de ar para o banco traseiro no console central/ Roda de alumínio aro 16" / Bancos híbridos (tecido e revestimento premium) / Acendimento automático dos faróis através de sensor repuscular / Sensor de chuva com ajuste automático de intensidade / Sensor de estacionamento traseiro/ Volante com revestimento premium / Easy Start - Partida sem chave/ Ar-condicionado digital automático /Terceira fileira de assentos com banco rebatível/ Interruptor para inibir o airbag do lado do passageiro (com indicação visual)			

Clevelândia, 02 de outubro de 2026.

RAFAELA MARTINS LOSI
Prefeita Municipal

Publicado por:
Rodrigo Antonio Mendes da Silva
Código Identificador:BEE3E11B

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONTENDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE
EDITAL Nº 04/2026

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo de Contenda – SMECET, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Municipal nº 2.004/2022 e as deliberações da Comissão Avaliativa da Consulta Pública, torna público o resultado da análise dos recursos interpostos em face do Edital nº 03/2026, referente ao processo de Consulta Pública para escolha de Diretores das Instituições de Ensino da Rede Municipal de Contenda, para a Gestão 2027–2028.

1. Os recursos apresentados pelas candidatas Katleen Montes Miguel e Amabile Moreira Griner foram analisados pela Comissão Avaliativa em reunião realizada no dia 01 de outubro de 2026, às 17h30, com observância da Lei Municipal nº 2.004/2022, dos documentos constantes do processo e das situações de matrícula das respectivas instituições.

2. Quanto ao recurso da candidata Katleen Montes Miguel, referente ao CMEI Dona Zeneide, foi solicitada a inclusão da função de Coordenação Pedagógica na chapa, sob o fundamento de que a instituição possui capacidade para 73 crianças, contava com 68 crianças matriculadas e dispunha de vagas que poderiam ser preenchidas posteriormente.

3. A Comissão considerou o art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.004/2022, segundo o qual a função de Coordenação Pedagógica somente será instituída nas Instituições de Ensino Municipal com mais de 70 (setenta) alunos matriculados. Considerou-se, ainda, orientação jurídica recebida pela Comissão no sentido de que o critério legal corresponde ao número de alunos efetivamente matriculados, e não à capacidade de atendimento ou à possibilidade de matrículas futuras.

4. Diante disso, o recurso de Katleen Montes Miguel foi INDEFERIDO quanto à inclusão da Coordenação Pedagógica, permanecendo HOMOLOGADA sua inscrição para a função de Direção, sem Coordenação Pedagógica, nos termos já divulgados no Edital nº 03/2026.

5. Quanto ao recurso da candidata Amabile Moreira Griner, referente ao CMEI Professora Celinha Nerone, foi solicitada a reconsideração do indeferimento da inscrição, argumentando-se a necessidade de Direção em período integral e a importância da participação da comunidade escolar no processo de escolha. A própria candidata informou que a instituição contava com 43 crianças matriculadas.

6. A Comissão considerou o art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022, que estabelece que apenas as Instituições de Ensino Municipal com mais de 50 (cinquenta) alunos matriculados terão a função de Diretor(a). Assim, por não estar preenchido o requisito objetivo previsto na legislação, o recurso de Amabile Moreira Griner foi INDEFERIDO, mantendo-se o indeferimento de sua inscrição para a presente Consulta Pública.

7. A Comissão deliberou, ainda, que eventual aumento do número de matrículas após o encerramento desta etapa não implicará reabertura, alteração ou complementação das chapas, nem inclusão de instituição na presente Consulta Pública. Eventuais alterações futuras no quantitativo de matrículas e seus efeitos administrativos serão analisados em momento próprio, conforme a legislação aplicável, sem efeito retroativo sobre este processo.

8. O resultado individual e a fundamentação resumida constam no Anexo I deste Edital.

Contenda – PR, 01 de outubro de 2026.

SILVANA CAVALIM DE SOUZA
Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Turismo

ANEXO I – RESULTADO DA ANÁLISE DOS RECURSOS

Nº	CANDIDATA	INSTITUIÇÃO	OBJETO DO RECURSO	RESULTADO	FUNDAMENTAÇÃO / RESPOSTA
01	Katleen Montes Miguel	CMEI Dona Zeneide	Inclusão da função de Coordenação Pedagógica na chapa, considerando a capacidade de atendimento da instituição e a possibilidade de preenchimento de vagas.	**INDEFERIDO quanto à Coordenação**	Mantém-se a inscrição HOMOLOGADA para a função de Direção, sem Coordenação Pedagógica. O art. 13, parágrafo único, da Lei Municipal nº 2.004/2022 exige mais de 70 alunos matriculados para instituição da Coordenação Pedagógica. Na etapa analisada, a instituição contava com 68 alunos matriculados. Capacidade de atendimento, vagas disponíveis ou expectativa de novas matrículas não substituem o requisito de matrículas efetivas.
02	Amabile Moreira Griner	CMEI Professora Celinha Nerone	Reconsideração do indeferimento da inscrição para participação na Consulta Pública para a função de Direção.	**INDEFERIDO**	Mantém-se o indeferimento da inscrição. O art. 13 da Lei Municipal nº 2.004/2022 estabelece que apenas instituições com mais de 50 alunos matriculados terão a função de Diretor(a). Conforme o recurso, a instituição contava com 43 alunos matriculados, não atendendo ao requisito legal para esta Consulta Pública.

OBSERVAÇÃO: As decisões acima referem-se ao presente processo de Consulta Pública. Eventual aumento posterior do número de matrículas não implicará reabertura desta etapa, alteração das chapas ou inclusão de instituição neste processo, conforme deliberação da Comissão Avaliativa.

Publicado por:
Thais Feitosa Verastegui
Código Identificador:34BA73D8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EXTRATO PARA FINS DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS, ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS, CONVÊNIOS, TERMOS Nº 113/2026

MUNICÍPIO DE DOIS VIZINHOS – DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Extrato para fins de publicação de Contratos, Atas de Registro de Preços, Convênios, Termos nº 113/2026

Contrato	434/2026 – Pregão Eletrônico nº 90060/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Campos Soluções Atacadistas Ltda - CNPJ/MF nº 60.915.736/0001-11.
Objeto	Aquisição de materiais de limpeza e higiene, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Ampla concorrência com cota reservada e exclusividade para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 16.685,00 (dezesseis mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	28 de setembro de 2026.

Contrato	437/2026 – Pregão Eletrônico nº 90060/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Forte Sinal Equipamentos Ltda - CNPJ/MF nº 26.729.755/0001-15
Objeto	Aquisição de materiais de limpeza e higiene, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Ampla concorrência com cota reservada e exclusividade para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 10.080,00 (dez mil e oitenta reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	28 de setembro de 2026.

Contrato	442/2026 – Pregão Eletrônico nº 90060/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	J. J. Vitalli - CNPJ/MF sob o nº 08.658.622/0001-13.
Objeto	Aquisição de materiais de limpeza e higiene, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Ampla concorrência com cota reservada e exclusividade para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 316,80 (trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	29 de setembro de 2026.

Contrato	442/2026 – Pregão Eletrônico nº 90060/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	J. J. Vitalli - CNPJ/MF sob o nº 08.658.622/0001-13.
Objeto	Aquisição de materiais de limpeza e higiene, conforme solicitação da Secretaria de Administração e Finanças. Ampla concorrência com cota reservada e exclusividade para Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 316,80 (trezentos e dezesseis reais e oitenta centavos).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	29 de setembro de 2026.

Contrato	451/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 046/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Volpe Team Educação Ltda - CNPJ nº 55.630.355/0001-56.
Objeto	Contratação de empresa especializada para realização do Curso de Formação Profissional em Gerenciamento de Crises – Professional Crisis Management (PCM), Nível P2, destinado à capacitação de profissionais indicados pela Secretaria de Assistência Social e Secretaria de Educação, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 40.590,00 (quarenta mil, quinhentos e noventa reais).
Prazo de Vigência	03 (três) meses
Data de Assinatura	30 de setembro de 2026.

Contrato	453/2026 – Pregão Eletrônico nº 90058/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Multi Ação - Produtos e Equipamentos Para Limpeza Ltda - CNPJ/MF nº 73.244.337/0001-18.
Objeto	Aquisição de saneantes domissanitários, incluindo a disponibilização de equipamentos diluidores, bem como a capacitação e treinamento dos profissionais para o correto uso, manuseio e transporte dos produtos, destinados à limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos utilizados no transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	30 de setembro de 2026.

Contrato	454/2026 – Pregão Eletrônico nº 90058/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Profilatica Produtos Odonto Médico Hospitalares S.A. - CNPJ/MF nº 03.022.656/0001-01.
Objeto	Aquisição de saneantes domissanitários, incluindo a disponibilização de equipamentos diluidores, bem como a cap acitação e treinamento dos profissionais para o correto uso, manuseio e transporte dos produtos, destinados à limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos utilizados no transporte de pacientes e da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 88.902,00 (oitenta e oito mil, novecentos e dois reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	30 de setembro de 2026.

Contrato	455/2026 – Inexigibilidade de Licitação nº 047/2026
Contratante	Município de Dois Vizinhos.
Contratado	Instituto Ranai Ltda - CNPJ nº 46.757.247/0001-58.
Objeto	Aquisição de saneantes domissanitários, incluindo a disponibilização de equipamentos diluidores, bem como a cap acitação e treinamento dos profissionais para o correto uso, manuseio e transporte dos produtos, destinados à limpeza e higienização das unidades de saúde, dos veículos utilizados no transporte de pacientes e da Unidade de

	Pronto Atendimento (UPA), vinculados à Secretaria Municipal de Saúde., nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
Valor	R$ 22.900,00 (vinte e dois mil e novecentos reais).
Prazo de Vigência	12 (doze) meses
Data de Assinatura	02 de outubro de 2026.

Dois Vizinhos, 02 de Outubro de 2026.

Publicado por:
Luciane Comin Nuernberg
Código Identificador:F21418CE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR ULYSSES

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - KS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: KS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 27.730.606/0001-39

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
10	PAR DE TRAVES MOVEL OFICIAL DE FUTSAL COM REDE, CONFECCIONADO EM AÇO CARBONO COM TUBO DE 3", E QUADRO PARA FIXAÇÃO DAS REDES NA BASE DO PISO DE TUBO DE 2.1/2" E TUBO 3/4"NAS LATERAIS COM GANCHOS PARA FIXAÇÃO DAS REDES. MEDIDAS 3,00M LARGURA X 2,00M ALTURA X 0,40M (PARTE SUPERIOR) 0,80M (PARTE INFERIOR) DE PROFUNDIDADE. ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTATICA NA COR BRANCA. REDE EM FIO DE SEDA DE 6MM DE ESPESSURA NA COR BRANCA	propria	1	R$ 2.890,0000	R$ 2.890,0000

Valor Total Homologado - R$ 2.890,00

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:D3404294

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO

	MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: RMM SPORTS COMERCIO DE PRODUTOS ESPO
CNPJ/CPF: 22.382.705/0001-53

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
7	REDE DE FUTEBOL SOCIETY ESTILO EUROPEU 4M – FIO 4 NYLON DE ALTA RESISTÊNCIA, MALHA 14 TAMANHO: (LXA) 5,20X,2,30M LATERAL: INFERIOR SUPERIOR 1,50 M	ppe	2	R$ 411,0000	R$ 822,0000
8	REDE PARA VOLEIBOL OFICIAL CONFECCIONADA EM FIO DE POLIETILENO (PE) 100% VIRGEM DE ALTA DENSIDADE COM TRATAMENTO CONTRA RAIOS UV ESPESSURA MÍNIMA DE 2 MM MALHA DE 10 X 10 CM DIMENSÕES APROXIMADAS DE 1,00 M DE ALTURA POR 9,50 M DE COMPRIMENTO FAIXA SUPERIOR CONFECCIONADA EM LONA SINTÉTICA OU PVC BRANCO COM LARGURA MÍNIMA DE 5 CM CABO DE AÇO GALVANIZADO OU REVESTIDO EM PVC NA PARTE SUPERIOR PARA FIXAÇÃO LATERAIS REFORÇADAS ACABAMENTO RESISTENTE INDICADA PARA USO EM QUADRAS ESPORTIVAS INTERNAS E EXTERNAS COM ELEVADA RESISTÊNCIA À TRAÇÃO E ÀS INTEMPÉRIES PRODUTO NOVO DE PRIMEIRA QUALIDADE COM GARANTIA CONTRA DEFEITOS DE FABRICAÇÃO.	ppe	1	R$ 306,2000	R$ 306,2000

Valor Total Homologado - R$ 1.128,20

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:14F85A1F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - SLC & SOARES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: SLC & SOARES ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 30.926.482/0001-76

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
11	KIT UNIFORME PARA ARBITROS DE FUTEBOL CONTENDO 1 CAMISA / 1 CALÇÃO / 1 PAR MEIÃO, CONFECCIONADO EM DRY FIT, LOGOMARCA FRENTE E COSTA NA CAMISA E FRENTE NO CALÇÃO.	proprio	2	R$ 149,0000	R$ 298,0000

Valor Total Homologado - R$ 298,00

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:3544ADEB

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO - VELOZ SPORTS MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O prefeito Municipal, Sr. Esequiel Bestel Junior no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nrº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, resolve:

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação neste termos:

a) Processo Nrº :	/2026
b) Licitação Nrº :	13/2026
c) Modalidade :	Dispensa:
d) Data Homologação :	01/10/2026
e) Objeto Homologado :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES, RECREAÇÃO E LAZER DO MUNICÍPIO DE DOUTOR ULYSSES – PR
f) Processo Adm Nrº :	65/2026

27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas
27.812.0018.2.057. - Desenvolver Atividades Esportivas e Recreativas

g) Fornecedor e Itens declarados Vencedores (cfe. Cotação):

Fornecedor: VELOZ SPORTS MATERIAIS ESPORTIVOS LTDA
CNPJ/CPF: 52.233.615/0001-61

Item	Descrição	Marca	Quant.	Valor Unit.	Valor. Total
1	BOLA DE FUTSAL PROFISSIONAL, OFICIAL CONSTRUÇÃO TERMOTEC OU TERMOFUSION (100% SEM COSTURA), GARANTINDO ZERO ABSORÇÃO DE ÁGUA, MAIOR DURABILIDADE E ESFERICIDADE PERFEITA. MATERIAL EXTERNO EM POLIURETANO (PU) PRO DE ALTA QUALIDADE PARA MACIEZ E CONFORTO. ESTRUTURA INTERNA COM CÂMARA 6D (6 DISCOS POSICIONADOS SIMETRICAMENTE) OU AIRBILITY PARA EQUILÍBRIO E PRECISÃO. COM ESPECIFICAÇÕES SIMILAR OU SUPERIOR. MIOLO SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO, TIPO CÁPSULA SIS. PESO: 410G A 440G. CIRCUNFERÊNCIA: 62,5CM A 63,5CM. GOMOS: 14 A 16.		12	R$ 138,9600	R$ 1.667,5200
2	BOLA OFICIAL PARA FUTEBOL DE CAMPO CONFECCIONADA EM POLIURETANO (PU) OU MATERIAL SINTÉTICO DE ALTA RESISTÊNCIA COM TECNOLOGIA QUE PROPORCIONE BAIXA ABSORÇÃO DE ÁGUA CIRCUNFERÊNCIA ENTRE 68 CM E 70 CM PESO ENTRE 410 G E 450 G CONSTRUÇÃO TERMOFUSIONADA OU COSTURADA ACABAMENTO DE ALTA DURABILIDADE INDICADA PARA USO EM COMPETIÇÕES E TREINAMENTOS EM GRAMADOS NATURAIS E SINTÉTICOS.		20	R$ 48,9700	R$ 979,4000
5	TROFÉU 2° LUGAR COM APROXIMADAMENTE 130 CM.		1	R$ 531,6900	R$ 531,6900
9	CARTÃO DE ARBITRAGEM FUTSAL - KIT CARTÃO OFICIAL DE ÁRBITRO DE FUTSAL NAS CORES VERMELHO, AMARELO E AZUL, MEDINDO 8 X 9,5 CM (LXA) , FABRICADO EM PLÁSTICO INJETADO.		2	R$ 23,8300	R$ 47,6600

Valor Total Homologado - R$ 3.226,27

DOUTOR ULYSSES, 01 de outubro de 2026.

ESEQUIEL BESTEL JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isac Kapp
Código Identificador:6BD2D5E4

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO CONTRATUAL

Extrato de Aditivo Contratual

Termo aditivo nº 001
Contrato n°259/2025
Contratante: Prefeitura Municipal de General Carneiro
Contratada:LA DALLA PORTA JUNIOR LTDA.
Objetivo: Alterar as seguintes clausulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

1.1.O presente Termo Aditivo tem por objeto o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 259/2025, firmado entre o Município de General Carneiro/PR e a empresa **LA DALLA PORTA JUNIOR LTDA**, inscrita no CNPJ nº 11.145.401/0001-56, cujo objeto é oRegistro de Preços visando futura e eventual aquisição de Material de Uso Médico, Hospitalar, para atender a demanda do Pronto Atendimento

Municipal e as demais Unidades de Saúde deste Município, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, uma vez que a CONTRATADA sagrou-se vencedora no item abaixo descrito, segue a tabela com o item e o valor unitário do reequilíbrio, a saber:

ITEM	DESCRIÇÃO	QNT	R$ UNT	R$ TOTAL
03	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, cânula em aço inoxidável, canhão de material plástico atóxico ou liga de alumínio em cores de acordo com o padrão de codificação do calibre (NBR), bisel tri facetado, siliconizado em superfície externa, a traumática, estéril, a pirogênico e atóxico com tampa plástica protetora, Nº 13 X 4,5. Embalada unitariamente, caixa com 100 unidades Garantia: contra defeitos de fabricação. prazo de validade mínimo deve ser de 4/5 a partir da data de entrega. Sem imperfeições. Uso hospitalar. Com registro na Anvisa ou órgão competente Caso Obrigatório.	300	R$ 7,76	R$ 2.328,00
06	AGULHA DESCARTÁVEL PARA PUNÇÃO, cânula em aço inoxidável, canhão de material plástico atóxico ou liga de alumínio em cores de acordo com o padrão de codificação do calibre (NBR), bisel tri facetado, siliconizado em superfície externa, à traumática, estéril, à pirogênico e atóxico com tampa plástica protetora, Nº 30 X 8. Embalada unitariamente, caixa com 100 unidades. Garantia: contra defeitos de fabricação. prazo de validade mínimo deve ser de 4/5 a partir da data de entrega. Sem imperfeições. Uso hospitalar. Com registro na Anvisa ou órgão competente Caso Obrigatório.	340	R$7,98	R$ 2.713,20

CLÁUSULA SEGUNDA– RATIFICAÇÃO

2.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA–PUBLICAÇÃO

3.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei nº12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto nº7.724, de 2012.

As demais cláusulas permanecem fixas, validas e inalteradas.

As demais cláusulas permanecem fixas, validas e inalteradas.

Pregão Eletrônico: Nº 040/2025;
Processo Licitatório nº 124/2025.
Objeto: Registro de Preços visando futura e eventual aquisição de Material de Uso Médico, Hospitalar, para atender a demanda do Pronto Atendimento Municipal e as demais Unidades de Saúde deste Município, visando o fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS.
General Carneiro – Estado do Paraná, 06 de Maio de 2026.

JOEL RICARDO MARTINS FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
Adir Soares Martins
Código Identificador:342F3A9D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIOERÊ

SECRETARIA MUNICIPAL DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 102/2025

Pelo presente Termo, de um lado o MUNICÍPIO DE GOIOERÊ-PR, pessoa jurídica de direito público, devidamente inscrito no CNPJ sob nº. 78.198.975/0001-63, com sede na Avenida Amazonas, nº 280, Jardim Lindóia, CEP: 87.360-000, no Município de Goioerê, Estado do Paraná, neste ato representado por seu Prefeito Municipal em Exercício ADILSON SOUZA DE BRITO, conforme Decreto Legislativo nº 001/2026 e nomeado através do Termo Especial de Posse, mandato 1º de janeiro de 2025 a 31 de dezembro de 2029, matrícula funcional nº 604010 e a R FERNANDES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 29.852.055/0001-01, sediada na cidade de Goioerê, Estado do Paraná, na Avenida Santos Dumont, nº 1051, Bairro Cidade Alta, CEP: 87.360-000, doravante designada CREDENCIADA, neste ato representada pelo senhor ROGÉRIO FERNANDES DE OLIVEIRA, tendo em vista o que consta no Processo nº 40/2025 e em observância às disposições da e em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021, Lei Municipal nº 2.972/2023, Decreto Municipal n° 8.518/2023 e demais legislação aplicáveis, resolvem entre si e na melhor forma de direito aditar o Contrato nº 102/2025, para constar as seguintes alterações:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO
1.1. O presente termo aditivo tem por objeto a seguinte alteração ao Contrato nº 102/2025.
1.1.1. Prorrogação do prazo de vigência pelo período de 01 (um) ano e o reajuste pelo INPC (ago/2026) em 3,98% (três vírgula noventa e oito por cento) do Contrato nº 102/2025.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA QUANTIDADE E DO VALOR
2.1. Detalhamento dos itens:

Item	Descrição	Unid. Medida	Qtde.	Valor Unitário (R$)	Valor Unitário Reajustado (R$)
01	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MAQUINAS GRANDE PORTE) Limpeza completa (interna e externa) - (Trator, Rolo Compactador, Motoniveladora, Pá Carregadeira e Retroescavadeira).	Serv.	25	523,81	544,65
03	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (CAMINHÕES) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	20	296,50	308,30
04	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LAVAGEM (MICRO-ÔNIBUS E ÔNIBUS) - Limpeza completa (interna e externa).	Serv.	25	399,03	414,91

2.2. O valor total do presente termo aditivo é de R$ 30.155,00 (trinta mil cento e cinquenta e cinco reais)

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
3.1. As despesas decorrentes do presente termo aditivo correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do Município de Goioerê deste exercício, na(s) dotação(ões) abaixo discriminada(s):

Cód. Red	Un. Orç	Proj/Ativ	Elemento da Despesa	Recurso
24	03.001	2005	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09.001	2013	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
69	09001	2018	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
88	10001	2019	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
93	10002	2020	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
96	10003	2021	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
99	10004	2022	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
148	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
184	12001	2030	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
207	12001	2032	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
232	12001	2038	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00303
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00494
241	12001	2039	3.3.90.39.00.00.00.00	00510
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
263	13001	2040	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
278	13001	2045	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00103
293	13001	2046	3.3.90.39.00.00.00.00	00107
333	13004	2050	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
344	14001	2052	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
357	14001	6001	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
366	14.002	2.054	3.3.90.39.00.00.00.00	00934
373	14002	2055	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
380	14002	2056	3.3.90.39.00.00.00.00	00935
387	14002	2057	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
402	14003	6002	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
418	14004	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
435	14005	2063	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
450	15001	2066	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
455	15002	2067	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
471	15004	2070	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
482	16001	2071	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
498	16003	1201	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
504	16003	2072	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
516	17001	2074	3.3.90.39.00.00.00.00	01045
538	18001	2077	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
560	19001	2079	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
591	21001	2082	3.3.90.39.00.00.00.00	00000
597	21001	2083	3.3.90.39.00.00.00.00	00000

3.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA QUARTA – DA RATIFICAÇÃO
4.1. Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato originário, naquilo que não contrariem o presente termo de aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO
5.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento na forma prevista no art. 91, *caput*, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

Goioerê-Pr, 28 de setembro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Município de Goioerê

ROGÉRIO FERNANDES DE OLIVEIRA
R Fernandes LTDA.

Publicado por:
Elen Caroline Bezerra Muniz
Código Identificador:2DCB1A4D

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO Nº. 10.005/2.026

ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE CONFERE A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE GOIOERÊ E AUTORIZAÇÃO CONTIDA NA LEI MUNICIPAL Nº 3173/2025, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2025.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício Crédito no valor de R$ 1.912.882,79 (um milhão e novecentos e doze mil e oitocentos e oitenta e dois reais e setenta e nove centavos), para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2009-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$22.617,30
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	22.617,30
06.000 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001 - COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO	
06.001.4.124.2.2009-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.569,84
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.569,84
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	
08.001.2.62.2.2011-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$2.425,41
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	2.425,41
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	
08.001.2.62.2.2011-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$3.573,44
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.573,44
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.1.90.03.00.00.00.00 - PENSÕES DO RPPS E DO MILITAR	R$3.616,10
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	3.616,10
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.378,09
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.378,09
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.2.2024-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.28.846.0.3001-3.3.90.93.00.00.00.00 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	R$29.600,00
07518.00518.09.02.05.20.2.621.0000 (SF) - Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	29.600,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2026-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$21.086,01
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	21.086,01
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$406.022,33
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	406.022,33
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.301.6.2030-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$292.733,91
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	292.733,91
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2031-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$103.096,05
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	103.096,05
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2031-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$28.933,24
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	28.933,24
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$361.157,57
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	361.157,57
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$53.774,87
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	53.774,87
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.302.6.2032-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$38.496,29
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	38.496,29
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.304.6.2039-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$16.240,25
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	16.240,25
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$31.951,36
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	31.951,36
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$55.935,82
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	55.935,82
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.305.6.2038-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$5.772,28
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.772,28
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	

13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2051-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO	R$2.200,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.200,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2055-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$6.371,21
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.371,21
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2056-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$56.721,53
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	56.721,53
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
14.002.8.244.8.2057-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$33.027,16
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	33.027,16
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL VIAÇÃO OBRAS PUBLICA	
15.001.4.122.3.2066-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$12.120,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	12.120,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.001 - GABINETE SECR.MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC.HIDRIC	
16.001.4.122.4.2071-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$35.153,83
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	35.153,83
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.001 - GABINETE SECR.MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC.HIDRIC	
16.001.4.122.4.2071-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$33.081,39
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	33.081,39
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$36.546,12
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	36.546,12
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL INDUST,COM./TURISMO	
17.001.22.122.3.2074-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$1.300,51
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.300,51
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$390,48
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	390,48
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$23.379,84
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	23.379,84
18.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	
18.001 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	
18.001.27.812.5.2077-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$47.102,77
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	47.102,77
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$86.856,41
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	86.856,41
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$11.833,89
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.833,89
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$30.141,29
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	30.141,29
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL COMPRAS,LICIT.CONTR.ADMINISTR	
20.001 - GABINETE SECR.MUN.COMPRAS,LIC.CONTR.ADMINISTRATIVO	
20.001.4.122.2.2081-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.676,20
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.676,20

Art. 2º - Para atendimento da Alteração Orçamentária que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes de:

Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$29.600,00
07518.00518.09.02.05.20.2.621.0000 (SF) - Bloco de Investimentos na rede de Serviços Públicos de Saúde	29.600,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64) -	
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei 4.320/64)	R$1.109.933,06
00000.00000.01.07.00.00.2.500.0000 (SF) - Recursos Ordinários (Livres)	1.109.933,06
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$22.617,30
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	22.617,30
02.000 - SECRETARIA EXECUTIVA DE GOVERNO	
02.001 - GABINETE DO SECRETARIO EXECUTIVO DE GOVERNO	
02.001.4.122.2.2002-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$4.569,84
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	4.569,84
08.000 - PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO	
08.001 - FUNDO DE HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS	
08.001.2.62.2.2011-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$5.998,85
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	5.998,85
09.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001 - GABINETE DO SECRETARIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
09.001.4.122.2.2013-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$7.994,19
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	7.994,19

11.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA	
11.003 - DEPARTAMENTO DE TESOURARIA	
11.003.4.123.2.2024-3.3.90.47.00.00.00.00 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	R$1.000,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.303.6.2029-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$5.000,00
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	5.000,00
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.304.6.2039-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$289.026,67
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	289.026,67
12.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
12.001 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
12.001.10.304.6.2039-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$16.240,25
00303.00303.01.02.00.00.1.500.1002 Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 - 15%)	16.240,25
13.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001 - FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	
13.001.12.361.7.2046-3.3.90.46.00.00.00.00 - AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	R$2.200,00
00104.00104.01.01.00.00.1.500.1001 Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	2.200,00
14.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL ASSISTENCIA SOCIAL	
14.001.8.122.8.2052-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$96.119,90
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	96.119,90
15.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS	
15.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL VIAÇÃO OBRAS PUBLICA	
15.001.4.122.3.2066-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$12.120,00
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	12.120,00
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$192.883,33
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	192.883,33
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$33.081,39
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	33.081,39
16.000 - SECRETARIA MUNIC.AGRIC.MEIO AMBIENTE/REC. HIDRICOS	
16.003 - FUNDO MUN. DES.RURAL E MEIO AMBIENTE - FMDRMA	
16.003.18.541.4.1201-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$36.546,12
00511.00511.01.07.00.00.1.753.0000 Taxas - Prestação de Serviços	36.546,12
17.000 - SECRETARIA MUNICIPAL INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO	
17.001 - GABINETE SECRETARIO MUNICIPAL INDUST,COM./TURISMO	
17.001.22.122.3.2074-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$1.300,51
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	1.300,51
19.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	
19.001 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	
19.001.13.392.5.2079-3.1.90.13.00.00.00.00 - CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	R$11.833,89
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	11.833,89
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001 - GABINETE SECRET. MUN. SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001.6.181.5.2082-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS-PESSOAL CIVIL	R$28.287,93
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	28.287,93
21.000 - SECRETARIA MUNICIPAL SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001 - GABINETE SECRET. MUN. SEGURANÇA PÚBLICA E TRÂNSITO	
21.001.6.181.5.2082-3.1.90.16.00.00.00.00 - OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS-PESSOAL CIVIL	R$6.529,56
00000.00000.01.07.00.00.1.500.0000 Recursos Ordinários (Livres)	6.529,56

Art. 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL “14 DE DEZEMBRO”.
Goioerê - Paraná, 02 de outubro de 2026

ADILSON SOUZA DE BRITO
Prefeito em Exercício do Município de Goioerê
Decreto Legislativo nº 001/2026

Publicado por:
Israel Assunção Cancio
Código Identificador:38B7AF73

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAMBARACÁ

CONTABILIDADE
EXTRATOS DE DIÁRIAS CONCEDIDAS

EXTRATO DE DIÁRIAS CONCEDIDAS Nº 71/2026

Em cumprimento do dispositivo no Art. 11 da Lei nº 1532/2015 com alteração através da Lei 1.973/2023, publica-se o extrato de diárias concedidas pelo Poder Executivo Municipal para o custeio das despesas com alimentação, hospedagem e transporte urbanos dos agentes públicos em deslocamento da sede do domicílio de trabalho efetivo, a serviço do município.

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
Matheus Carvalho	*Motorista*	*Bandeirantes*	*21, 22, 23, 24, 25/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 150,00*
Edimar Aparecido Martimiano	*Motorista*	*Assis*	*21, 22, 23, 24/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 240,00*
Odair José de Souza	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*21, 22, 23, 24, 25/09/2026*	*Transporte de Universitários*	*R$ 300,00*

Cleberson Eder da Costa	*Motorista*	*Assis*	*25/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Apucarana*	*24/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 120,00*
César Augusto da Silva Carrara	*Motorista*	*Curitiba*	*25/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 200,00*
Marcos Roberto da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*26/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Tiago Aparecido Borges	*Motorista*	*Londrina*	*26/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Jacarezinho*	*26/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Apucarana*	*23/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
César Augusto da Silva Carrara	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Joel Rodrigues da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Rodrigo Aparecido Ramos	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Salvador Paulo Dias	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Tiago Aparecido Borges	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Cristian Guilherme Zamboni	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Evaldo Aparecido Roberto	*Motorista*	*Londrina*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Francisco Sanches Filho	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*05, 06, 07, 08, 09, 10/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 360,00*
Valdir da Silva	*Motorista*	*Cornélio Procópio*	*05, 06, 07, 08, 09/10/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 300,00*
Vanessa Ferreira Gonçalves	*Contadora*	*Curitiba*	*13, 14, 15/10/2026*	*Participar do evento PROGOV: Gestão que transforma Politicas Publicas*	*R$ 875,00*
Juliana Aparecida Soares	*Agente Administrativo*	*Curitiba*	*13, 14, 15/10/2026*	*Participar do evento PROGOV: Gestão que transforma Politicas Publicas*	*R$ 875,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 30 de setembro de 2026.

CANCELAMENTO DE DIÁRIAS:

Ficam canceladas as diárias publicadas no extrato nº 69//2026, em 18 de setembro de 2026, Edição 3619, onde se lê:

NOME	CARGO	DESTINO	PERÍODO	ATIVIDADE	VALOR
William Medeiros da Silva	*Motorista*	*Londrina*	*24/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*
César Augusto da Silva Carrara	*Motorista*	*Londrina*	*25/09/2026*	*Transporte de pacientes*	*R$ 60,00*

Edifício do Município de Itambaracá-PR, 30 de setembro de 2026

Publicado por:
Elaine ap Munhoz da Silva
Código Identificador:6E1A9CED

RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº 002/2026

PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR

A **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE ITAMBARACÁ, ESTADO DO PARANÁ**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na **Lei Municipal nº 1.917/2022**, que regulamenta o processo de escolha e exercício do mandato dos gestores escolares nas unidades educacionais da Rede Pública de Ensino Municipal e com as alterações introduzidas pela **Lei Municipal nº 2.069/2026**, e demais disposições legais aplicáveis,

TORNA PÚBLICO

o presente **Edital de Processo de Seleção e Escolha de Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá/PR**, para o mandato correspondente ao período de **2027 a 2029,** mediante avaliação de mérito e desempenho e posterior consulta pública à comunidade escolar, observadas as normas estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.
O processo tem por finalidade consolidar a gestão democrática das instituições educacionais, mediante participação da comunidade escolar, dentre candidatos previamente aprovados em avaliação de mérito e desempenho.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
1.1 O presente Processo de Seleção tem por finalidade regulamentar os procedimentos para **seleção, habilitação e escolha dos Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá/PR**.
1.2 O processo será realizado mediante **avaliação de mérito e desempenho e participação da comunidade escolar**, em consonância com os princípios da gestão democrática do ensino público.
1.3 A escolha dos Diretores ocorrerá **simultaneamente em todas as Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil** da Rede Pública Municipal de Ensino de Itambaracá/PR, conforme determina o art. 4º da Lei Municipal nº 1.917/2022.
1.4 A candidatura ao cargo de **Diretor será individual**, não sendo admitida a composição de chapa com mais de um candidato.
1.5 Será admitida **apenas uma candidatura por candidato em cada unidade educacional**, sendo vedada a inscrição do mesmo candidato para mais de uma unidade educacional.
1.6 A escolha dos Diretores ocorrerá mediante **voto direto e secreto dos segmentos que compõem a comunidade educacional**, dentre candidatos previamente aprovados na avaliação de mérito e desempenho, em conformidade com a Lei Municipal nº 1.917/2022.
1.7 O processo compreenderá as seguintes etapas, algumas com caráter eliminatório:
I – inscrição e habilitação documental;
II – avaliação de mérito e desempenho;
III – apresentação e aprovação do Plano de Gestão;
IV – consulta pública à comunidade escolar, para escolha do candidato habilitado, observadas as disposições deste Edital e da legislação municipal.
1.8 A função de Diretor compreende a responsabilidade pela gestão dos processos formativos dos alunos e dos recursos administrativos, humanos, financeiros e patrimoniais disponibilizados à instituição, bem como pela relação da unidade educacional com a comunidade.
1.9 A organização e operacionalização do processo ficarão sob responsabilidade da **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, por meio da **Comissão Geral do Processo de Escolha**, constituída para essa finalidade.

2. DOS CANDIDATOS E DOS REQUISITOS PARA CANDIDATURA

2.1 Poderá candidatar-se à função de Diretor de Escola Municipal ou Centro Municipal de Educação Infantil o servidor que atender, cumulativamente, aos requisitos previstos na **Lei Municipal nº 1.917/2022** e suas alterações.
2.2 Poderá concorrer o:
I – Professor;
II – Professor de Educação Infantil;
III – Coordenador Pedagógico; ou
IV – Diretor,
2.3 São requisitos para candidatura:
I – integrar o Quadro Próprio do Magistério Público Municipal, com carga horária de **20 (vinte), 30 (trinta) ou 40 (quarenta) horas semanais**;
II – possuir **disponibilidade legal** para assumir a função quando se tratar de estabelecimento de ensino cuja demanda seja de **40 (quarenta) horas de direção**;
III – não estar exercendo mandato de qualquer cargo eletivo;
IV – possuir idoneidade no gerenciamento de recursos financeiros e recursos públicos, quando for o caso;
V – não possuir penalidades administrativas enquanto servidor público e penalidade criminal;
VI - possuir **Diploma** em curso de **Graduação** na área da **Educação ou Diploma** de **Graduação** em **Pedagogia**;
VII - possuir **Diploma de Conclusão de Curso OU**, caso esteja em processo de emissão, **Certificado ou Certidão de Conclusão de Curso de Pós-Graduação**, em nível de **Especialização**, na área de **Gestão Escolar**, reconhecido pelo Ministério da Educação – MEC.
2.4 O **não cumprimento do estágio probatório não constitui impedimento à candidatura**, desde que o candidato atenda aos demais requisitos previstos na **Lei Municipal nº 1.917/2022, com as alterações promovidas pela Lei Municipal nº 2.069/2026, e neste Edital**.
2.3 A candidatura deverá ser formalizada para **apenas uma unidade escolar**, Escola Municipal ou CMEI, da Rede Municipal de Ensino na qual o **candidato possua vínculo de atuação**.
2.4 O candidato deverá comprovar, até a data de encerramento das inscrições, **experiência, nos 2 (dois) anos anteriores ao pleito, no exercício da docência, em qualquer nível ou sistema de ensino, público ou privado, ou nas funções de coordenação pedagógica ou direção,** de acordo com as **alterações promovidas pela Lei Municipal nº 2.069/2026**.
2.5 É vedada a inscrição do mesmo candidato em mais de uma unidade escolar.

3. DOS IMPEDIMENTOS
3.1 Não poderá concorrer o servidor que estiver impedido de exercer a função em razão de penalidade administrativa ou condenação criminal, **nos termos e pelo período estabelecidos na legislação aplicável**.
3.2 Não poderá concorrer o servidor que estiver em readaptação funcional quando as restrições decorrentes da readaptação forem impeditivas à realização das atividades inerentes à função de Diretor.
Parágrafo único - Caso o servidor venha a ser submetido à readaptação funcional após a consulta pública, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em conjunto com profissional da saúde, analisará se as restrições são impeditivas à realização das atividades inerentes à função, podendo ser revogada a nomeação, nos termos do art. 8º, parágrafo único, da Lei nº 1.917/2022.

4. DAS INSCRIÇÕES
4.1 As inscrições serão realizadas no período estabelecido no **Anexo I – Cronograma** deste Edital, mediante requerimento próprio disponibilizado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
4.2 O candidato deverá solicitar formalmente sua inscrição no Processo de Seleção e Escolha de Gestores Escolares, dentro do prazo estabelecido, não sendo admitidas inscrições após o encerramento do período previsto no cronograma.
4.3 Para a homologação da inscrição, o candidato deverá atender e comprovar integralmente aos requisitos estabelecidos na legislação e neste Edital.
4.4 No **ato da inscrição** deverão ser apresentados, no mínimo:
I – requerimento de inscrição devidamente preenchido e assinado;
II – cópia simples dos documentos pessoais;
III – certidão de antecedentes criminais;
IV – documentos comprobatórios da escolaridade exigida;
V – documentação comprobatória da especialização em Gestão Escolar;
VI – declaração contendo a data de admissão como profissional da educação e, em caso de divergência, também a data de admissão como servidor do quadro geral;
VII – documentos comprobatórios da experiência profissional exigida;
a) Declaração ou certidão de tempo de serviço;
b) Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS;
c) Certidão ou declaração emitida pelo setor competente de Recursos Humanos.
VIII – Plano de Gestão Preliminar*, elaborado conforme o modelo constante do* ***Anexo V*** *deste Edital, o qual será objeto de análise e, quando necessário, adequação ou complementação para apresentação do Plano de Gestão Final.*
4.5 Não serão considerados, para fins de comprovação da experiência profissional, períodos concomitantes em mais de um vínculo para fins de soma de tempo, nem períodos cuja documentação não permita identificar o período efetivamente trabalhado e a função exercida.
4.6 A exigência dos documentos pessoais, antecedentes criminais, escolaridade e declaração de admissão decorre expressamente do **art. 17, §2º, da Lei nº 1.917/2022.**
4.7 A **ausência de qualquer documento obrigatório** poderá resultar no **indeferimento da inscrição**, observado o direito de recurso nos prazos estabelecidos neste Edital.

5. DA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES
5.1 A Comissão Geral do Processo de Escolha analisará a documentação apresentada pelos candidatos e publicará a relação das inscrições **deferidas e indeferidas**.
5.2 Do indeferimento da inscrição caberá recurso no prazo estabelecido no cronograma deste Edital.
5.3 Após a análise dos recursos, será publicada a relação definitiva dos candidatos habilitados para as etapas subsequentes.

6. DA AVALIAÇÃO DE MÉRITO E DESEMPENHO
6.1 Todos os candidatos com inscrição homologada deverão participar do **curso preparatório para Gestores na Educação, de caráter obrigatório**, observada a frequência mínima estabelecida neste Edital, e serão submetidos à **avaliação de mérito e desempenho, de caráter eliminatório**, nos termos dos **arts. 18 e 19 da Lei Municipal nº 1.917/2022**, observados os critérios, procedimentos e demais disposições previstos neste Edital.
6.2 A **avaliação de mérito e desempenho** compreenderá:

I – participação no Curso Preparatório para Gestores na Educação;
II – avaliação escrita; e
III - **Aprovação do Plano de Gestão.**

7. DO CURSO PREPARATÓRIO PARA GESTORES NA EDUCAÇÃO
7.1 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura promoverá **Curso Preparatório para Gestores na Educação**, destinado aos candidatos inscritos.
7.2 O curso terá carga horária mínima de **20 (vinte) horas e máxima de 48 (quarenta e oito) horas**.
7.3 Para fins de habilitação, o candidato deverá comprovar **frequência mínima de 80% (oitenta por cento) da carga horária total ofertada**.
7.4 O **conteúdo** ministrado no **Curso Preparatório** constituirá o **conteúdo programático da avaliação escrita**, conforme estabelece o **art. 20, inciso II, da Lei nº 1.917/2022.**

8. DA AVALIAÇÃO ESCRITA
8.1 A avaliação escrita será composta por **questões objetivas de múltipla escolha e questões discursivas**, abrangendo **conteúdos** desenvolvidos no **Curso Preparatório para Gestores na Educação**.
8.2 Será considerado aprovado o candidato que alcançar **pontuação mínima correspondente a 70% (setenta por cento) da nota máxima total da prova**.
8.3 Será considerado **reprovado na avaliação de mérito e desempenho,** e **não** será habilitado para as etapas posteriores, de acordo com o **art. 21, parágrafo único da Lei Municipal nº 1.917/2022**, o candidato que:
I – **obtiver frequência inferior a 80%** no Curso Preparatório; ou
II - **não alcançar a pontuação mínima de 70%** na avaliação escrita;
8.4 Os candidatos **aprovados** na avaliação escrita e com frequência mínima exigida no curso constarão de **lista pública de candidatos aprovados na avaliação de mérito e desempenho**, a ser divulgada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
8.5 A **lista de candidatos aprovados na avaliação de mérito e desempenho** terá validade de **2 (dois) anos**, observadas as disposições da legislação municipal, podendo ser utilizada nas hipóteses de vacância, ausência, impedimento ou afastamento previstas neste Edital.

9. DO PLANO DE GESTÃO ESCOLAR – 2027 À 2029
9.1 O candidato deverá apresentar, no ato da inscrição, **Plano de Gestão Escolar Preliminar para o período de 2027–2029**..
9.2 O Plano de Gestão deverá conter, obrigatoriamente**;**
I – identificação do candidato;
II – formação acadêmica e profissional;
III – competências e qualidades que julga possuir para exercer a função de Diretor;
IV – motivos pelos quais pretende exercer a função;
V – diagnóstico da unidade educacional, em relação ao nível de aprendizagem dos alunos;
VI – metas, objetivos, ações e procedimentos a serem adotados para a melhoria da qualidade da educação, da aprendizagem e dos resultados educacionais, contemplando os aspectos pedagógicos, administrativos e de gestão da unidade escolar;
9.3 Além **dos itens obrigatórios** acima, o **Plano de Gestão Final** deverá apresentar **propostas compatíveis** com a legislação educacional vigente e com a realidade da unidade educacional.
9.4 O Plano deverá demonstrar, de forma objetiva, as **ações** que o candidato pretende desenvolver durante o mandato, contemplando as dimensões **pedagógica, administrativa, financeira, patrimonial e de articulação com a comunidade escolar**, considerando as atribuições legais da função.

10. DA ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO
10.1 A **Comissão Geral do Processo de Escolha**, designada pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, realizará a **análise dos Planos de Gestão**, verificando o atendimento aos **requisitos, critérios e demais disposições estabelecidas na Lei Municipal nº 1.917/2022 e neste Edital**, de forma **objetiva e isonômica**.
10.2 As **metas, ações e propostas** apresentadas no **Plano de Gestão** deverão ser **viáveis, exequíveis e compatíveis com a realidade da unidade educacional**, considerando as **atribuições do cargo de Diretor**, os **recursos e condições disponíveis para sua execução** e a **legislação e as normas administrativas aplicáveis**.
§ 1º A avaliação do Plano de Gestão deverá observar os **critérios estabelecidos na Lei Municipal nº 1.917/2022 e neste Edital**, de forma **objetiva, isonômica e impessoal**, assegurando **tratamento igualitário a todos os candidatos**.
§ 2º Quando constatada a necessidade de **ajustes, adequações ou complementações** no Plano de Gestão, o candidato será **formalmente cientificado** para realizá-los no prazo estabelecido no cronograma, desde que tais alterações **não impliquem modificação substancial da proposta apresentada**, nem inclusão de conteúdo incompatível com a legislação ou com as regras deste Edital.
10.3 Serão **eliminados** os Planos de Gestão que:
I – não apresentarem as características previstas no art. 22 da Lei nº 1.917/2022 e no presente Edital;
II – apresentarem dados falsos;
III – apresentarem medidas incompatíveis com a legislação vigente.
10.4 O candidato cujo Plano de Gestão for eliminado terá direito a **recurso**, conforme prazo estabelecido no **Anexo I** neste Edital.
10.5 Para **análise, avaliação e aprovação dos Planos de Gestão,** serão considerados **critérios objetivos**, especialmente:
I – diagnóstico da realidade da unidade escolar;
II – coerência entre o diagnóstico apresentado, os objetivos e as metas propostas;
III – viabilidade e exequibilidade das ações e propostas;
IV – contemplação da dimensão pedagógica;
V – contemplação da dimensão administrativa e organizacional;
VI – contemplação da dimensão financeira e adequada utilização dos recursos disponíveis;
VII – participação e fortalecimento da comunidade escolar;
VIII – promoção da inclusão, equidade e respeito à diversidade;
IX – definição de mecanismos de acompanhamento, monitoramento e avaliação das metas e ações propostas.

11. DA HABILITAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA A CONSULTA PÚBLICA
11.1 Somente **estarão habilitados** para participar da **consulta pública** os candidatos que:
I – tiverem a inscrição homologada;
II – cumprirem a frequência mínima de 80% no Curso Preparatório para Gestores;
III – obtiverem, no mínimo, 70% na avaliação escrita;
IV – tiverem o Plano de Gestão analisado e considerado em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

11.2 A **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** publicará a **lista definitiva dos candidatos habilitados à consulta pública**, após a conclusão das etapas previstas neste Edital e a verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no **item 11.1**.

12. DA CONSULTA PÚBLICA
12.1 A **escolha dos Diretores** será realizada mediante **consulta pública** em todas as instituições educacionais participantes;
12.2 A escolha do Diretor ocorrerá mediante **voto direto e secreto dos segmentos que compõem a comunidade escolar**, dentre os candidatos previamente **aprovados na avaliação de mérito e desempenh**o.

13. DOS VOTANTES - DO DIREITO AO VOTO E DAS CONDIÇÕES PARA A VOTAÇÃO
13.1 O voto para a escolha de Diretores para as instituições educacionais dar-se-á dentre os **candidatos aprovados** previamente em **avaliação de mérito e desempenho**.
13.2 Cada estabelecimento de ensino deverá elaborar uma **lista de votantes**, conforme as disposições da legislação municipal e deste Edital.
13.3 A lista deverá conter espaço próprio para assinatura do votante, que deverá assiná-la no momento da votação.
13.3 Poderão **votar no processo de escolha para Diretor** da Instituição Educacional:
I – professores e pedagogos efetivos ou contratados em efetivo exercício;
II – demais servidores efetivos, em exercício na escola, na data da votação;
III – pais ou responsáveis perante a instituição educacional pelo aluno menor de 16 (dezesseis) anos;
IV - membros da Associação de Pais, Mestres e Funcionários (APMF) e do Conselho Escolar, na data da votação, que não se enquadrem nas categorias previstas nos incisos anteriores;
V – servidores internos, efetivos ou comissionados, que na data da votação, estejam atuando na área da educação junto à Secretaria Municipal de Educação.
13.4 Para fins do **inciso I e II**, considera-se em "**exercício"** o servidor que não esteja afastado por período superior a **180 (cento e oitenta) dias até a data da consulta pública**.
13.5 Cada eleitor terá direito a apenas 01 (um) voto por instituição educacional, ainda que se enquadre simultaneamente em mais de uma das categorias previstas neste Edital, sendo **vedada a acumulação de votos ou a atribuição de voto adicional** em razão da condição de membro da **APMF**, do **Conselho Escolar**, ou por possuir **mais de um padrão, cargo ou vínculo funcional**.
13.5 Os servidores lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura que preencham os requisitos legais integrarão as listas de votantes de **todas as unidades educacionais abrangidas pelo processo**, podendo exercer **um voto em cada unidade**, exclusivamente para fins da consulta pública realizada naquela unidade.
13.6 Para votar, o **eleitor** deverá **apresentar documento oficial de identificação com foto**.
13.7 Não será permitido voto por procuração.
13.8 Os **estagiários** não terão direito a voto.

14. DA COMISSÃO DA UNIDADE EDUCACIONAL
14.1 Após a **publicação da lista dos candidatos aprovados** na **avaliação de mérito e desempenho**, a **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, por meio da **Comissão Geral**, designará **comissão composta por 03 (três) pessoas para atuar no processo de escolha em cada unidade educacional**.
14.2 Compete à **Comissão da Unidade**:
***I** – verificar, diante de duas testemunhas, que a urna esteja vazia antes do início da votação;*
***II** – manter em mãos sob sua responsabilidade a lista de votantes;*
***III** – colher a assinatura dos votantes;*
***IV** – acompanhar o processo de votação;*
***V** – realizar a contagem dos votos diante do público presente;*
***VI** – lavrar a Ata com o resultado;*
***VII** – encaminhar a documentação à Secretaria Municipal de Educação e Cultura;*
***VIII** – cumprir as determinações da Comissão Geral do Processo de Escolha.*
14.3 Não poderão integrar a Comissão da Unidade:
***I** – candidatos;*
***II** – cônjuges dos candidatos;*
***III** – parentes de candidatos até segundo grau, ainda que por afinidade;*
***IV** – servidor que esteja exercendo a função de Diretor na respectiva unidade escolar.*

15. DA CAMPANHA E APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS
15.1 A **propaganda dos candidatos somente será permitida** após a **divulgação das chapas/candidaturas** registradas pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
15.2 Poderão ser realizadas até **02 (duas) Assembleias** para apresentação das propostas de trabalho dos candidatos.
15.3 Cada candidato terá o tempo máximo de **20 (vinte) minutos** para apresentação de suas propostas.
15.4 É **vedado**, durante **todo o dia da votação,** sob pena de **impugnação da candidatura**:
***I** – propaganda que provoque tumulto no local e arredor do Estabelecimento onde ocorre a escolha;*
***II** – distribuir material de propaganda;*
***II** – realizar aliciamento, inclusive corpo a corpo, coação ou qualquer manifestação destinada a influenciar a vontade do votante;*
***III** – oferecer, prometer ou entregar aos eleitores bens ou vantagens pessoais de qualquer natureza com o objetivo de obter votos;*
***IV** – realizar transporte de votantes por parte dos candidatos ou seus representantes.*

16. DA VOTAÇÃO
16.1 A votação será realizada por **cédula única**;
16.2 A cédula deverá conter o **carimbo identificador da unidade escolar** e a **rubrica do Presidente da Mesa e de um dos mesários**.
16.3 Caso o eleitor **receba cédula rasurada, viciada ou assinalada**, poderá solicitar outra ao Presidente da Mesa.
16.4 A cédula devolvida será **imediatamente inutilizada** perante os mesários, preservado o sigilo do voto.
16.5 No local destinado à votação, a mesa e a cabine de votação deverá ficar separada do público, de modo a garantir o **sigilo do voto**.
16.6 O processo de votação será conduzido por **Mesa Receptora constituída pela Comissão de cada unidade educacional**, cabendo aos seus membros escolher, dentre eles, o **Presidente da Mesa**, a quem competirá indicar o **Secretário**.
16.7 Somente poderão permanecer no recinto destinado à **Mesa Receptora** os seus **membros** e, durante o tempo necessário ao exercício do voto, o respectivo **eleitor**, **vedada** a permanência de terceiros no local.

16.8 Compete ao **Presidente da Mesa** garantir a ordem no local e a liberdade de escolha dos votantes.
16.9 Compete ao **Secretário da Mesa receptora, durante a votação, registrar em ata** as **ocorrência**s verificadas durante a votação, que ao final da votação, será lida e assinada por todos os mesários.
16.10 Nenhuma **pessoa ou autoridade estranha à mesa receptora** poderá intervir, sob pretexto algum, nos trabalhos da mesa, **exceto** os membros da **Comissão Geral do Processo de Escolha**, quando solicitados.

17. DOS VOTOS NULOS E BRANCOS
17.1 Será considerado **nulo** o voto quando:
I – não for possível identificar o candidato;
II – for possível identificar o votante;
III – a cédula apresentar rasuras de qualquer espécie;
IV – contiver expressões, frases, palavras, sinais ou qualquer manifestação além daquela que exprima o voto.

18. DA APURAÇÃO DOS VOTOS E DO RESULTADO
18.1 A **apuração dos votos** será realizada em **sessão única**, no mesmo local da votação.
18.2 Antes da **abertura da urna**, a **Mesa Escrutinadora** verificará a **existência de sinais de violação**.
18.3 Constatada **violação da urna**, a ocorrência deverá ser imediatamente comunicada à **Comissão Geral do Processo de Escolha** que **anulará a urna** juntamente com a **Comissão da Unidade.**
18.4 Se constatados **vícios ou irregularidades** que indiquem a **necessidade da anulação do processo**, caberá à **Mesa Receptora e a Comissão da Unidade** dar imediata ciência do fato à **Comissão Geral.**
18.5 As cédulas contendo votos em branco ou nulo serão separadas e marcadas de forma clara, para facilitar a contagem, com expressão escrita **"BRANCO" ou "NULO"**.
18.6 Será considerado escolhido o candidato que obtiver a **maioria simples dos votos válidos**, observada a fórmula de apuração estabelecida na **Lei nº 1.917/2022** e neste Edital.
18.7 Para fins de **apuração da maioria simples**, os votos serão ponderados de acordo com os segmentos de **pais/alunos** e de **professores/servidores**, atribuindo-se **50% (cinquenta por cento) do resultado ao segmento de pais/alunos e 50% (cinquenta por cento) ao segmento de professores/servidores**, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{V(X) = PA(X) \times 50}{V\ VPA} + \frac{PF\ (X) \times 150}{V\ VPF}$$

Sendo que:
V(X) = total de votos alcançados pelo candidato
PA (X) = número de votos dos pais e alunos para candidato
V VPA = número total de votos válidos de pais e alunos
PF(X) = total de votos de professores e servidores para o candidato
V VPF = número total de votos válidos de professores e servidores
18.8 A **apuração dos votos** observará a fórmula e os critérios estabelecidos no **art. 26** da **Lei Municipal nº 1.917/2022**.
18.9 O **processo de votação somente será considerado válido** quando forem atendidas, cumulativamente, as seguintes condições:
I – o número de votantes for, no mínimo, de **50% (cinquenta por cento) mais 01 (um) do total de representantes aptos a votar**, constantes da lista de votantes da respectiva unidade educacional;
II – a soma dos **votos brancos e nulos for inferior a 50% (cinquenta por cento) do total de votos**.
§ 1º Para fins do **inciso I**, considera-se **total de representantes aptos a votar** o número de eleitores regularmente habilitados e constantes da lista de votantes da respectiva unidade educacional.
§ 2º Para fins do **inciso II**, considera-se **total de votos** a soma dos **votos válidos, brancos e nulos** depositados na urna.
18.10 Serão considerados **nulos** os votos que apresentarem qualquer das situações previstas no **item 17.1 deste Edital**.
18.11 Os **votos brancos e nulos não** serão considerados **votos válidos** para fins da apuração prevista neste Edital.
18.12 Será considerado escolhido o candidato que obtiver a **maioria simples dos votos válidos**, observado o disposto nos **§ 4º e 6º do art. 26 da Lei Municipal nº 1.917/2022**, **desde que atendidas as condições de validade do processo de votação estabelecidas no art. 27 da referida Lei.**
18.13 Na hipótese de **candidato único**, será considerado escolhido aquele que obtiver número de votos **superior à soma dos votos brancos e nulos**, nos termos do **§ 6º do art. 26 da Lei Municipal nº 1.917/2022**, **observadas, igualmente, as condições de validade da votação previstas no art. 27 da referida Lei.**
18.14 Não sendo atendidas as condições de validade da votação previstas no **art. 27 da Lei Municipal nº 1.917/2022**, ou não sendo alcançado, na hipótese de candidato único, o número de votos exigido pelo § 6º do art. 26, **não será declarado candidato escolhido**, aplicando-se o procedimento previsto no § 7º do art. 26 e no art. 40 da referida Lei, conforme o caso.
18.15 Na hipótese prevista no **item 18.14**, o **Diretor será indicado dentre os candidatos aprovados na etapa de avaliação de desempenho**, integrantes do rol de aprovados, observados os requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

19. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE
19.1 Ocorrendo **empate na votação**, o **desempate** será feito obedecendo aos seguintes critérios, na ordem abaixo estabelecida:
I – candidato que possuir maior tempo de serviço na unidade educacional para a qual pretende exercer a função de Diretor;
II – candidato que possuir maior tempo de serviço no magistério público municipal de Itambaracá;
III – candidato que possuir maior grau de titulação acadêmica, considerando-se, para esse fim, a maior titulação reconhecida e comprovada nos termos deste Edital;
IV – candidato de maior idade.

20. DOS RECURSOS
20.1 Será assegurado aos candidatos o direito de interpor recurso contra os atos e resultados previstos neste Edital, nos prazos estabelecidos no **Anexo I – Cronograma**.
20.2 Do resultado da **consulta pública pela comunidade escolar** caberá **recurso**, no prazo de **24 (vinte e quatro) horas**, **sem efeito suspensivo**, dirigido à **Comissão Geral do Processo de Escolha**, que o analisará e decidirá, nos termos da **Lei Municipal nº 1.917/2022** e deste Edital, **submetendo sua decisão à homologação da Secretária Municipal de Educação e Cultura**, conforme previsto no **art. 36 da Lei Municipal nº 1.917/2022.**
20.3 Os recursos deverão ser apresentados de forma fundamentada, contendo a identificação do candidato, a indicação do ato recorrido e as razões do pedido.

21. DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO

21.1 Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da **Comissão Geral do Processo de Escolha**, **proclamar o resultado final no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas**, divulgando-o amplamente à **comunidade escolar** e encaminhando-o ao **Chefe do Poder Executivo.**

21.2 O **resultado final** será publicado nos meios oficiais de divulgação do Município, quais sejam: no **Diário Oficial dos Municípios do Paraná – AMP**, no **sítio eletrônico oficial do Município de Itambaracá** (www.itambaraca.pr.gov.br) e no **mural oficial da Prefeitura Municipal de Itambaracá e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

21.3 A designação do candidato escolhido dependerá da observância dos requisitos legais e dos atos administrativos competentes.

22. DO MANDATO, DO TERMO DE COMPROMISSO E DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

22.1 O **Diretor** será designado para o exercício da função pelo período de **02 (dois) anos**, com início no **primeiro dia útil do ano civil subsequente** ao processo de escolha.

22.2 Será admitido **um segundo mandato**, observadas as condições estabelecidas na legislação municipal.

22.3 Para ser designado, o candidato escolhido deverá obrigatoriamente **assinar Termo de Compromisso perante a Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

22.4 O Diretor deverá cumprir as atribuições previstas na **Lei Municipal nº 1.917/2022**, no **Regimento Escolar**, nas **normas do Município** e nas **orientações da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**.

22.5 Durante o exercício da função, o **Diretor será avaliado periodicamente**, por meio de **procedimentos e parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, podendo ser **afastado caso não alcance os parâmetros mínimos estabelecidos pela avaliação**.

Parágrafo único. Os **procedimentos relativos aos resultados da avaliação serão divulgados à comunidade escolar**, conforme estabelecido na **Lei Municipal nº 1.917/2022**.

23. DO SEGUNDO MANDATO

23.1 Será admitido um segundo mandato, observado o disposto na **Lei Municipal nº 1.917/2022.**

23.2 Para concorrer ao **segundo mandato**, o candidato deverá:

I – ter suas contas aprovadas em todos os anos de sua gestão;

II – apresentar diagnóstico de entrada e de saída;

III - demonstrar avanço e alcance das metas relacionadas ao nível de aprendizagem dos alunos, considerando as avaliações realizadas pela Secretaria Municipal de Educação, a Prova Paraná e as avaliações do Sistema Nacional de Avaliação;

23.3 Sendo escolhido para o segundo mandato e ratificada sua designação por ato do Chefe do Poder Executivo, o Diretor realizará Assembleia Geral Extraordinária na unidade educacional, apresentando **relatório técnico-pedagógico e prestação de contas da gestão anterior**.

23.4 O Diretor que estiver concorrendo ao segundo mandato deverá afastar-se de suas atividades na unidade educacional onde concorre, nas 48 (quarenta e oito) horas que antecedem o dia do processo de escolha, observadas as disposições do §1º do art. 39 da Lei Municipal nº 1.917/2022.

24. DAS ATRIBUIÇÕES DO DIRETOR

24.1 O servidor escolhido para a função de Diretor, além do cumprimento do proposto no Plano de Gestão apresentado no momento da inscrição, deverá cumprir as atribuições estabelecidas no art. 9º da Lei Municipal nº 1.917/2022, especialmente aquelas relacionadas:

I. Zelar pelo patrimônio público, conservação e preservação aplicando adequadamente e integralmente as verbas destinadas para este fim, no que diz respeito à manutenção e reparos, sendo de sua responsabilidade as providências para que o ambiente físico seja adequado à tarefa de ensino e aprendizagem;

II. Manter a ordem e a disciplina na unidade escolar;

III. Respeitar a hierarquia existente na Secretaria Municipal da Educação, utilizando roteiros, formulários e documentos padronizados, bem como seguir orientações pedagógicas e administrativas apresentadas pela mesma;

IV. Zelar pela harmonia, respeito, colaboração, responsabilidade no dia-a-dia das relações que envolvem educandos, professores e demais funcionários;

V. Zelar pelo controle de desperdício de água, energia elétrica e telefone respondendo pelos atos que causem gastos excessivos;

VI. Priorizar a igualdade de direitos e condições a todos os educandos, professores e demais funcionários;

VII. Esclarecer e acompanhar, em conjunto com o Conselho Escolar as contas de Associações de Pais, Mestres e Funcionários – APMF's – subvenções e recursos oriundos das esferas federal e municipal, zelando pela alocação de recursos nas áreas de destinação, sob pena de responsabilização;

VIII. Zelar pela apresentação das prestações de contas da APMF nos prazos legais estabelecidos em lei e regulamentos, notificando a diretoria da entidade quando do seu descumprimento sob pena de responsabilidade;

IX. Providenciar e/ou dar andamento com responsabilidade, transparência, presteza e organização quaisquer documentos que lhes forem solicitados, cumprindo o prazo estabelecido;

X. Agir e transmitir recados com objetividade, pautados sempre em livros de recados com assinatura e ciência dos funcionários;

XI. Acompanhar as questões educacionais e tomar decisões administrativas pautadas em princípios éticos, baseadas na democracia e na igualdade de condições humanas existentes;

XII. Ter ética, respeito, agindo sempre através do diálogo como princípio norteador dos processos que envolvem as relações tanto na área pedagógica, quanto na área administrativa, comunicando imediatamente qualquer fato ou situação estranha que ocorrer na instituição educacional à Secretaria Municipal da Educação;

XIII. Registrar as situações conflitantes ou problemas ocorridos, a fim de produzir documentos comprobatórios para qualquer situação nova que vier a existir, no âmbito das relações que envolvam os mesmos com os funcionários da instituição educacional, bem como com os membros da instituição educacional;

XIV. Comparecer às reuniões quando convocado, repassando fidedignamente aos servidores da instituição educacional os assuntos pautados;

XV. Não se ausentar do trabalho sem o prévio conhecimento e autorização formal da chefia imediata na Secretaria Municipal da Educação;

XVI. Não tomar decisões precipitadas quando em situações que envolvam o Município de Itambaracá, por conseguinte, a Secretaria Municipal da Educação;

XVII. Responder por quaisquer atos e situações que envolvam a instituição educacional com objetivo de esclarecê-los;

XVIII. Fazer cumprir os horários de atendimento e funcionamento da instituição educacional;

XIX. Respeitar, zelar e assegurar o cumprimento do calendário escolar no que diz respeito ao cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidos e, quando houver sugestão para sua alteração, aguardar o deferimento da Secretaria Municipal da Educação, sendo vedada a dispensa de aulas sem prévia autorização desta;

XX. Respeitar o patrimônio público quando da sua reforma, construção ou alteração, sendo que para execução dos mesmos deverá ser realizada consulta à Secretaria Municipal da Educação com parecer por escrito;

XXI. Participar das formações, cursos e seminários determinados pela Secretaria Municipal da Educação;
XXII. Dar entrada no acervo da unidade educacional de todo material comprado, doado e/ou recebido do Município ou de qualquer outro órgão público ou privado;
XXIII. Elaborar e executar sua proposta de trabalho;
XXIV. Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
XXV. Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica, a elaboração e primar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
XXVI. Acompanhar, juntamente com a Coordenação Pedagógica o processo de ensino e aprendizagem da instituição proporcionando subsídios para a recuperação dos alunos de baixo rendimento escolar;
XXVII. Acompanhar o desenvolvimento de todo o trabalho realizado pela Equipe Pedagógica;
XXVIII. Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a instituição escolar;
XXIX. Participar de cursos de gestão escolar oferecidos pela Secretaria Municipal da Educação;
XXX. Assegurar o direito à participação em formações, cursos e seminários a todos os docentes, conforme área de atuação;
XXXI. Assegurar o direito à escolarização e permanência a todos os discentes;
XXXII. Garantir o processo de inclusão escolar de acordo com a legislação vigente;
XXXIII. O contido no Regimento Escolar;
XXXIV. cumprir o **Plano de Gestão** apresentado.
24.2 O Diretor que não atender às atribuições estabelecidas na legislação poderá ter sua conduta analisada por Comissão Especial, inclusive para adoção das medidas administrativas cabíveis.
24.3 A aplicação de penalidade disciplinar implicará perda do mandato, nos termos do art. 10 da Lei nº 1.917/2022.

25. DA AVALIAÇÃO DO DIRETOR NO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO
25.1. O Diretor será submetido à **avaliação periódica**, nos termos da **Lei Municipal nº 1.917/2022** e demais alterações legais aplicáveis, observados os **critérios, parâmetros e procedimentos** estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
25.2. A avaliação terá por **finalidade acompanhar o desempenho da gestão escolar**, considerando o cumprimento das **atribuições legais da função, das metas e ações previstas no Plano de Gestão Escolar** e dos demais parâmetros definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em consonância com a legislação municipal.
25.3. A avaliação será realizada de **forma periódica**, mediante **instrumentos e procedimentos** definidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, assegurados ao **Diretor** o conhecimento dos critérios utilizados e o direito à manifestação, quando cabível.
25.4. Os **resultados da avaliação** serão utilizados para o **acompanhamento, orientação e aperfeiçoamento da gestão escolar**, sem prejuízo das demais medidas previstas na legislação municipal.
25.5. Quando constatado o **não atendimento dos parâmetros mínimos** estabelecidos na legislação e nos instrumentos de avaliação, serão adotadas as providências administrativas cabíveis, observados **o contraditório, a ampla defesa e os procedimentos previstos na legislação municipal.**
25.6. A **avaliação do Diretor** não constitui, por si só, hipótese autônoma de **perda da função**, devendo eventual afastamento, destituição ou perda da função observar **exclusivamente as hipóteses, condições e procedimentos estabelecidos na Lei Municipal nº 1.917/2022, suas alterações e demais legislação municipal aplicável.**
25.7. A **perda da função de Diretor**, quando decorrente de avaliação ou de qualquer outra situação prevista na legislação, somente ocorrerá nas hipóteses e mediante os procedimentos estabelecidos na legislação municipal vigente.

26. DA TRANSMISSÃO DA FUNÇÃO
26.1 Os atuais Diretores, que já tenham passado por processo de escolha, permanecerão em exercício, com todas as responsabilidades que lhes são cabíveis, **até a transmissão da função ao novo Diretor designado**, nos termos do **art. 39 da Lei Municipal nº 1.917/2022**.
26.2 Por ocasião da transmissão da função, o Diretor em exercício deverá realizar a entrega, **devidamente documentada**, ao novo Diretor designado, dos seguintes documentos e materiais:
I – balanço financeiro;
II – acervo documental da instituição educacional;
III – inventário de material da instituição educacional.
26.3 A transmissão da função deverá ser formalizada mediante documento comprobatório, contendo o registro da entrega dos documentos e materiais previstos no item 26.2, **com a ciência e o recebimento pelo novo Diretor designado**.
26.4 No caso de Diretor concorrendo ao **segundo mandato**, este será responsabilizado funcionalmente pelos embaraços à normalidade do processo de escolha, quando as irregularidades forem formalizadas pelo Presidente da Comissão de Organização do Processo de Escolha, mediante denúncia devidamente formalizada e comprovada, devendo, ainda, **afastar-se de suas atividades no estabelecimento onde concorre nas 48 (quarenta e oito) horas que antecedem o dia do processo de escolha**, nos termos **do § 1º do art. 39 da Lei Municipal nº 1.917/2022**.
26.5 Sendo escolhido para o **segundo mandato**, e ratificada sua designação por ato do Chefe do Poder Executivo, o Diretor deverá realizar **Assembleia Geral Extraordinária na instituição educacional**, na qual apresentará:
I – relatório técnico-pedagógico da gestão anterior;
II – prestação de contas da gestão anterior.
26.6 Nas duas situações previstas neste artigo, **novo Diretor ou Diretor de segundo mandato**, deverá ser entregue no protocolo da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, pelo Diretor em exercício, **cópia da comprovação do cumprimento das obrigações previstas neste artigo**, sendo:
I – no caso de **novo Diretor**, cópia do documento que comprove o recebimento, pelo novo Diretor, dos documentos mencionados no item **26.2**;
II – no caso de **Diretor de segundo mandato**, cópia da ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada, contendo todos os detalhes previstos **no item 26.5**.
26.7 O **não cumprimento** das disposições deste artigo poderá resultar em **responsabilização funcional**, nos termos do **§ 4º** do **art. 39 da Lei Municipal nº 1.917/2022**.

27. DA VACÂNCIA, AUSÊNCIA, IMPEDIMENTO OU AFASTAMENTO
27.1 Em caso de **vacância da função de Diretor**, bem como nos casos de **ausência, impedimento ou afastamento do Diretor**, o provimento da função será realizado pela **Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, mediante **critérios técnicos de mérito e desempenho**, dentre os candidatos que constem no **rol de aprovados na etapa de avaliação**, nos termos do art. 40 da Lei Municipal nº 1.917/2022.
27.2 A indicação prevista no item 27.1 observará a **ordem e as condições estabelecidas na legislação municipal e neste Edital**, enquanto houver candidato aprovado disponível para o provimento da função.
27.3 Na hipótese de inexistência de candidato aprovado disponível no rol referido no item 27.1, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura adotará as providências administrativas cabíveis, **observadas as disposições da Lei Municipal nº 1.917/2022 e demais normas aplicáveis**, não sendo admitida a indicação em desacordo com os requisitos e critérios estabelecidos na legislação.

28. DO RETORNO AO CARGO DE ORIGEM
28.1 Concluído o mandato, o professor, educador ou pedagogo retornará ao cargo de origem, com todos os direitos e vantagens a ele inerentes.

29. DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO E DA COMISSÃO GERAL DO PROCESSO DE ESCOLHA
29.1 Da **Secretaria Municipal da Educação**:
I – designar, por ato próprio, a **Comissão Geral do Processo de Escolha**, composta por **no mínimo 3 (três) servidores internos da Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, preferencialmente lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, cuja função é organizar toda operacionalização do processo de escolha do Diretor;
II – designar, dentre os membros da Comissão, um **Presidente** e um **Secretário**, responsáveis, respectivamente, pela coordenação dos trabalhos e pela elaboração, organização e guarda dos registros e documentos da Comissão;
III – promover o **Curso Preparatório de Gestores na Educação**, na forma estabelecida neste Edital;
IV – determinar ao **Diretor em exercício** de cada instituição educacional, ou a quem estiver respondendo pela unidade, a **adoção das providências necessárias** ao cumprimento das disposições deste Edital e da legislação aplicável, prestando o apoio necessário para assegurar sua execução nos prazos e formas estabelecidos;
V – prestar apoio às instituições educacionais para a adequada divulgação e execução do processo de consulta pública;
VI – disponibilizar às Comissões das unidades educacionais os materiais necessários à realização da consulta pública, incluindo **urnas, cédulas de votação, modelos de atas e demais documentos pertinentes**;
VII – receber e analisar, por intermédio da **Comissão Geral**, os **recursos interpostos** nas fases do processo cuja competência lhe seja atribuída por este Edital;
VIII – proclamar, no prazo de até **48 (quarenta e oito) horas**, o **resultado final do processo de escolha**, após concluídas as fases recursais, divulgá-lo amplamente à comunidade escolar e encaminhá-lo ao Chefe do Poder Executivo.
29.2 – Da Comissão Geral do Processo de Escolha
29.3 A **Comissão Geral do Processo de Escolha** será composta por, no mínimo, **3 (três) servidores públicos municipais**, designados por ato da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, competindo-lhe coordenar, acompanhar, fiscalizar e deliberar sobre as questões relativas à execução do processo, nos limites estabelecidos neste Edital.
29.4 A **Comissão Geral** será composta por:
I – Presidente;
II – Secretário;
III – demais membros, em número definido no ato de designação.
29.5 Compete ao **Presidente da Comissão Geral**:
I – designar a **comissão de cada unidade educacional;**

II – coordenar os trabalhos da Comissão;
III – convocar e presidir as reuniões;
IV – assegurar o cumprimento deste Edital e dos atos normativos aplicáveis;
V – exercer, em caso de empate nas deliberações da Comissão, o voto de qualidade, além do voto ordinário.
29.6 Compete ao **Secretário da Comissão Geral**:
I – elaborar e organizar as atas das reuniões;
II – receber, registrar e organizar documentos e recursos encaminhados à Comissão;
III – manter os registros necessários à formalização dos atos da Comissão;
IV – auxiliar o Presidente no cumprimento das atribuições da Comissão.
29.7 – Dos impedimentos
29.8 É vedada a participação na **Comissão Geral** de servidor que seja:
I – candidatos;
II – cônjuges dos candidatos;
III – parentes de candidatos até segundo grau, ainda que por afinidade;
29.9 O membro que se enquadrar em qualquer das hipóteses de impedimento deverá **comunicar o fato imediatamente à Secretaria Municipal de Educação e Cultura**, ficando impedido de atuar nos atos relacionados ao candidato ou à situação que deu causa ao impedimento.
29.10 – Da substituição
29.11 Na ocorrência de impedimento, ausência, afastamento ou impossibilidade de atuação de membro da Comissão Geral, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá designar **substituto**, mediante ato próprio, assegurada a continuidade dos trabalhos.
29.12 – Das deliberações e dos recursos
29.13 As deliberações da Comissão Geral serão tomadas por **maioria simples de seus membros**, mediante registro em ata.
29.14 Compete à **Comissão Geral do Processo de Escolha** conhecer, analisar e decidir, em caráter administrativo, os recursos interpostos nas fases do processo cuja competência lhe seja atribuída por este Edital, especialmente:
I – recursos contra o indeferimento da inscrição;
II – recursos contra o resultado da avaliação dos Planos de Gestão;
III – recursos ou impugnações relativos à apuração dos votos e ao resultado da consulta pública, quando apresentados na forma e no prazo estabelecidos neste Edital;
IV – recursos interpostos contra decisões ou atos praticados pelas Comissões das Unidades Educacionais, quando expressamente previsto neste Edital.
29.15 As questões relativas à **execução da votação na unidade educacional**, tais como organização da mesa, identificação dos eleitores, funcionamento da votação, registro em ata e demais ocorrências verificadas durante o processo, serão inicialmente apreciadas pela **Comissão da Unidade Educacional**, cabendo recurso à **Comissão Geral**, no prazo e nas condições estabelecidos neste Edital.
29.16 Os recursos deverão ser apresentados **por escrito, fundamentados e dentro dos prazos estabelecidos neste Edital**, não sendo conhecidos aqueles apresentados fora do prazo, por pessoa sem legitimidade ou em desacordo com as regras estabelecidas.
29.17 As decisões da Comissão Geral serão **fundamentadas e registradas em ata ou instrumento próprio**, devendo ser divulgadas na forma estabelecida neste Edital.
29.18 Das decisões da Comissão Geral caberá recurso ou pedido de reconsideração **somente quando expressamente previsto neste Edital ou na legislação aplicável**.

30. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
30.1 O enquadramento da função gratificada observará o **Art. 73 da Lei nº 1.778/2020** de 03 de Fevereiro de 2.020 que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreiras do Magistério Público Municipal.

30.2 A inscrição do candidato implicará o **conhecimento e a aceitação integral das normas** estabelecidas neste Edital e na legislação que rege o processo de escolha dos Diretores.
30.3 É de inteira responsabilidade do candidato **acompanhar a publicação de todos os atos, editais, comunicados, resultados e demais informações** referentes ao Processo de Seleção e Escolha de Diretores das Escolas Municipais e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs da Rede Pública Municipal de Ensino, pelos meios oficiais previstos neste Edital, não podendo alegar desconhecimento das informações regularmente publicadas.
30.4 A Secretaria Municipal de Educação e Cultura poderá expedir **Instruções Normativas, comunicados e demais atos complementares** necessários à execução deste processo, desde que destinados à regulamentação de procedimentos e ao fiel cumprimento deste Edital e da legislação municipal, **vedada a alteração das regras, requisitos, critérios ou condições nele estabelecidos**.
30.5 Os casos omissos e as situações não previstas neste Edital serão **analisados e resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por meio da Comissão Geral do Processo de Escolha, com o apoio da Procuradoria Jurídica do Município, quando necessário**, observadas as disposições da legislação vigente.
30.6 As decisões relativas aos casos omissos deverão observar os **princípios da legalidade, impessoalidade, isonomia, transparência, publicidade e razoabilidade**, bem como as disposições da Lei Municipal nº 1.917/2022 e demais normas aplicáveis ao processo.
30.7 Integram o presente Edital, para todos os fins, os seguintes **anexos**:
Anexo I – Etapas e Cronograma do Processo de Seleção e Escolha de Diretores;
Anexo II – Relação das Instituições de Ensino Municipais participantes do Processo de Seleção e Escolha de Diretores;
Anexo III – Ficha de Inscrição;
Anexo IV – Modelo de Formulário para Interposição de Recursos e Impugnações;
Anexo V – Modelo de Plano de Gestão;
Anexo VI – Ficha de Análise Do Plano De Gestão
Anexo VII – Modelo de Declaração Funcional
30.7 Este Edital entra em vigor na data de sua publicação, **revogadas as disposições em contrário**.

Prefeitura do Município de Itambaracá, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

AMARILDO TOSTES
Prefeito Municipal

ANEXO I
ETAPAS E CRONOGRAMA DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES

Etapa	Período/Data	Responsável
Publicação da Comissão Geral	02/10/2026	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Publicação do Edital	05/10/2026	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Prazo para interposição de recurso quanto a Publicação do Edital	06 e 07/10/2026	Candidatos/Interessados
Divulgação do resultado da apreciação dos recursos quanto a impugnação do Edital	08/10/2026	Comissão Geral
Publicação das Comissões das Unidades Educacionais	08/10/2026	Comissão Geral
Período de inscrições	09/10/2026 a 16/10/2026	Candidatos
Período de análise da documentação apresentada pelos(as) candidatos(as)	19 e 20/10/2026	Comissão Geral
Divulgação da Homologação das Inscrições Deferidas e Indeferidas	21/10/2026	Comissão Geral
Prazo para interposição de recurso quanto a Homologação das Inscrições	22 e 23/10/2026	Candidatos
Divulgação do resultado da apreciação dos recursos quanto a Homologação das Inscrições	26/10/2026	Comissão Geral
Curso Preparatório para Gestores na Educação	26/10/2026 a 05/11/2026	Secretaria Municipal de Educação
Avaliação escrita	06/11/2026	Comissão Geral
Divulgação do resultado da Avaliação Escrita	09/11/2026	Comissão Geral
Prazo para interposição de recurso quanto ao resultado da avaliação escrita	09 e 10/11/2026	Candidatos
Divulgação do resultado da apreciação dos recursos quanto ao resultado da avaliação escrita	11/11/2026	Comissão Geral
Apresentação/adequação do Plano de Gestão Final	11/11/2026	Candidatos habilitados
Período de análise e aprovação dos Planos de Gestão	12 e 13/11/2026	Comissão Geral
Divulgação dos candidatos habilitados	16/11/2026	Comissão Geral
Apresentação das propostas à comunidade escolar	17/11/2026 a 23/11/2026	Candidatos habilitados
Consulta pública	25/11/2026	Comunidade Escolar
Apuração e divulgação do resultado da Consulta Pública	26/11/2026	Comissão Geral e Comissão da Unidade
Prazo para interposição de recurso quanto ao resultado da Consulta Pública	27/11 a 01/12/2026	Candidatos
Divulgação do resultado da apreciação dos recursos quanto ao resultado da Consulta Pública	02/12/2026	Comissão Geral
Divulgação e Homologação do Resultado Final	04/12/2026	Comissão Geral
Encaminhamento ao Chefe do Poder Executivo	09/12/2026	Secretaria Municipal de Educação e Cultura
Início do Mandato	Primeiro dia útil do ano civil subsequente	-

ANEXO II
RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO MUNICIPAIS PARTICIPANTES DO PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR

Nº	Instituição de Ensino	Tipo de Unidade	Endereço	Turno(s) de Funcionamento
01	Escola Municipal João Paulo II	Escola Municipal		Matutino e Vespertino
02	Escola Municipal Sebastião Severino da Silva	Escola Municipal		Matutino e Vespertino
03	CMEI Maria Guedes Maluta	CMEI		Matutino e Vespertino
04	CMEI Elza Ruiz Vieira	CMEI		Matutino e Vespertino

ANEXO III - MODELO DE FICHA DE INSCRIÇÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR

FICHA DE INSCRIÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo:

Data de nascimento: ____/_____/_____

CPF: RG:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

2. DADOS FUNCIONAIS:
Cargo:
Data de Admissão: ____/____/_____ **Matrícula nº: _____**

Carga Horária:
(__) 20 horas (__) 30 horas (__) 40 horas
Unidade de Atuação:
Tempo de Experiência Profissional:
- Tempo de experiência na área da Educação: _____ anos e _____ meses **- Tempo de experiência em Docência:** _____ anos e _____ meses **- Tempo de experiência em Coordenação Pedagógica:** _____ anos e _____ meses **- Tempo de experiência em Direção Escolar:** _____ anos e _____ meses **Observação:** O tempo de experiência deverá ser comprovado mediante documentação oficial, conforme os critérios estabelecidos neste Edital, não sendo computado período concomitante em mais de uma categoria
3. UNIDADE EDUCACIONAL PARA A QUAL PRETENDE CONCORRER
Instituição:

Cargo/Função pretendida: Diretor(a)
4. DOCUMENTAÇÕES APRESENTADAS:
I – DOCUMENTOS PESSOAIS:
(___) Cópia da **Cédula de Identidade** (RG), expedida por órgão oficial de identificação, **OU**
(___) Cópia da **Carteira de Identidade Nacional** (CIN), **OU**
(___) Cópia da **Carteira Nacional de Habilitação** (CNH), desde que válida e dentro do prazo de vigência;
(___) Cópia do Cadastro de Pessoa Física (CPF) OU,
(___) Cópia da Carteira de Identidade Nacional (CIN), OU
(___) Comprovante de Inscrição no CPF, emitido pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, (Dispensada sua apresentação quando o número do CPF constar na Carteira Nacional de Habilitação (CNH) ou na Carteira de Identidade Nacional (CIN)),

(___) Cópia do Título de Eleitor **e** do comprovante da última votação, **OU**
(___) **Certidão de Quitação Eleitoral**, emitida pela Justiça Eleitoral;

Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS):
(___) **CTPS física:** cópia das páginas contendo a fotografia, a identificação do trabalhador e os registros dos contratos de trabalho;
(___) **CTPS digital:** cópia ou impressão dos dados de identificação do trabalhador e dos registros dos contratos de trabalho.
(___) Cópia da Certidão de Casamento ou de documento oficial comprobatório de união estável;
(___) Cópia de comprovante de residência atualizado;
(___) Declaração Funcional emitida pelo RH
(___) Certidão de antecedentes criminais

II - REQUISITOS OBRIGATÓRIOS:
COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE (Requisito Obrigatório)
Cópia do Diploma de conclusão do curso **OU**, caso esteja em processo de emissão, **Certificado de Conclusão de Curso**, acompanhado do respectivo **Histórico Escolar.**
GRADUAÇÃO:
(___) Licenciatura em Pedagogia; ou
(___) Outra Licenciatura na área da Educação.

PÓS-GRADUAÇÃO
(___) Gestão Escolar

(___) Plano de Gestão Preliminar
5. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO:
Declaro, para os devidos fins, que as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras e que conheço e aceito integralmente as normas estabelecidas no **Edital nº ____/2026** e na legislação municipal aplicável ao Processo de Seleção e Escolha de Diretores.

Declaro, ainda, estar ciente de que a falsidade das informações ou documentos apresentados poderá acarretar o indeferimento da inscrição, a eliminação do processo ou outras medidas administrativas cabíveis, nos termos da legislação vigente.

Itambaracá, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Candidato_____
PROTOCOLO DA INSCRIÇÃO
Recebido em: ____/____/2026

Responsável pelo recebimento: _____
Assinatura: _____

ANEXO IV - MODELO DE FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES – EDITAL Nº 02/2026
INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome completo:

Data de nascimento: ____/_____/_____

CPF: RG:

Endereço:

Telefone:

E-mail:

2. TIPO DE REQUERIMENTO
(__) Impugnação do Edital
(__) Recurso contra **indeferimento da inscrição**
(__) Recurso contra **resultado da avaliação escrita**
(__) Recurso contra **análise e avaliação do Plano de Gestão**
(__) Recurso contra **resultado da consulta pública**
(__) Outro:
3. FUNDAMENTAÇÃO
Ato/resultado objeto do recurso ou impugnação:
_____
_____
_____
4. RAZÕES DO RECURSO/IMPUGNAÇÃO:
_____
_____
_____
5. PEDIDO
Diante dos fundamentos apresentados, requer:
_____
_____
_____

Itambaracá, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do Requerente

PARA USO DA COMISSÃO GERAL
Protocolo nº: _____
Data: ___/___/2026
(___) Deferido
(___) Indeferido
(___) Parcialmente deferido
Fundamentação/decisão:

Comissão Geral do Processo de Escolha

ANEXO V - MODELO DE PLANO DE GESTÃO (Formulário Especifico)
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR
PLANO DE GESTÃO ESCOLAR – "2027 – 2029"

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO
Nome:
Data de Nascimento:
Filiação:
Estado Civil:
Cargo Efetivo:
Função atualmente exercida:
Função Pretendida:
Unidade educacional pretendida:
Formação acadêmica – Graduação e Pós-Graduação apresentada como requisito para a candidatura:

2. APRESENTAÇÃO
Apresentação do(a) candidato(a), sua trajetória profissional, os princípios que nortearão sua atuação na função de Diretor(a) e as competências e qualidades que considera relevantes para o exercício da função.

3. JUSTIFICATIVA
Apresentar os motivos pelos quais pretende exercer a função de Diretor(a) e sua compreensão sobre a importância da gestão escolar para a qualidade da educação e para o desenvolvimento da unidade educacional.
4. OBJETIVOS
4.1 Objetivo Geral
4.2 Objetivos Específicos
5. DIAGNÓSTICO DA UNIDADE EDUCACIONAL
O(A) candidato(a) deverá apresentar **diagnóstico da realidade da unidade educacional**, considerando, sempre que disponíveis, dados, indicadores, registros e demais evidências da unidade educacional, de modo a subsidiar a identificação das necessidades, potencialidades e prioridades para o período de **gestão 2027–2029,** contemplando, entre outros, os seguintes aspectos:
aprendizagem dos estudantes;
frequência e permanência;
alfabetização e desempenho escolar;
acompanhamento do desempenho escolar;
avaliações internas e externas;
resultados educacionais.
inclusão educacional;
participação das famílias;
organização pedagógica;
recursos humanos;
infraestrutura;
patrimônio;
recursos financeiros;
convivência escolar;
pontos fortes da instituição;
principais dificuldades e desafios.
gestão democrática.

6. DIMENSÕES, METAS, PROPOSTAS E AÇÕES
A partir do diagnóstico apresentado, o(a) candidato(a) deverá estabelecer **metas objetivas e ações exequíveis**, diretamente relacionadas às necessidades e potencialidades identificadas na unidade educacional, considerando o período de gestão **2027–2029**.
As propostas deverão demonstrar **coerência, consistência, viabilidade e exequibilidade** entre o diagnóstico da unidade educacional, os objetivos estabelecidos, as metas a serem alcançadas e as propostas, ações e procedimentos definidos, indicando, sempre que aplicável, **prazos, indicadores, responsáveis e resultados esperados**.
As metas e ações deverão ser **passíveis de acompanhamento, monitoramento e avaliação** durante o período de gestão, de modo a possibilitar a verificação dos resultados alcançados e dos avanços promovidos na unidade educacional.

6.1. DIMENSÃO PEDAGÓGICA
Apresentar propostas relacionadas à melhoria do ensino e da aprendizagem, contemplando, entre outros:
alfabetização;
recomposição das aprendizagens;
acompanhamento do desempenho dos estudantes;
avaliações diagnósticas;
recuperação da aprendizagem;
redução das desigualdades educacionais;
educação inclusiva;
formação continuada;
acompanhamento do trabalho docente;
resultados das avaliações externas.
6.2. DIMENSÃO ADMINISTRATIVA E ORGANIZACIONAL
Apresentar propostas relacionadas à:
organização da unidade;
convivência escolar;
gestão de pessoal;
cumprimento do calendário escolar;
documentações;
horários,
rotinas administrativas
articulação com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
6.3. DIMENSÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL
Apresentar propostas para:
utilização responsável dos recursos;
transparência;
prestação de contas;
conservação do patrimônio;
manutenção da unidade;
planejamento das necessidades;
prevenção de desperdícios.
6.4. PARTICIPAÇÃO E FORTALECIMENTO DA COMUNIDADE ESCOLAR
Apresentar estratégias para fortalecer a participação de(a):

professores;
profissionais da educação;
estudantes;
pais e responsáveis;
Conselho Escolar;
APMF;
demais membros da comunidade.

6.5. PROMOÇÃO DA INCLUSÃO, EQUIDADE E RESPEITO À DIVERSIDADE

Apresentar ações destinadas à:
garantia do acesso,
permanência,
participação
aprendizagem de todos os estudantes,
atendimento aos **estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA).**

7. FORMA DE ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DAS METAS, PROPOSTAS E AÇÕES

O(A) candidato(a) deverá descrever **como realizará o acompanhamento, o monitoramento e a avaliação das metas, propostas e ações** previstas no Plano de Gestão Escolar durante o período de **2027–2029**, indicando os **instrumentos, mecanismos, periodicidade e formas de registro** que serão utilizados para verificar a execução das ações e o cumprimento das metas estabelecidas.

Deverá demonstrar, ainda, **como os resultados serão analisados e avaliados**, quais indicadores serão utilizados para aferir os avanços alcançados e quais medidas de readequação, quando necessário, visando ao cumprimento dos objetivos e metas do Plano.

Para fins de acompanhamento e avaliação, o(a) candidato(a) deverá indicar:

I – os **instrumentos e mecanismos** que serão utilizados para o acompanhamento e registro da execução das ações;

II – a **periodicidade** prevista para o monitoramento das metas e ações;

III – os **indicadores ou evidências** que serão utilizados para verificar o cumprimento das metas e os avanços alcançados;

IV – os **procedimentos de análise e avaliação** dos resultados obtidos; e

V – as **medidas de readequação** que poderão ser adotadas quando os resultados obtidos demonstrarem a necessidade de revisão, ajuste ou redirecionamento das ações.

O acompanhamento e a avaliação deverão considerar os resultados alcançados, as dificuldades identificadas e as necessidades que surgirem durante a execução do Plano, possibilitando a **readequação das ações e o aprimoramento contínuo do planejamento**, sem prejuízo dos objetivos e metas estabelecidos.

8 – RESPONSAVEL(EIS):

O(A) candidato(a) deverá identificar os **responsáveis pela execução e pelo acompanhamento das propostas e ações** previstas no Plano de Gestão Escolar, indicando, quando pertinente, os demais **participantes e segmentos envolvidos**, conforme a natureza de cada ação.

9. CRONOGRAMA GERAL:

O(A) candidato(a) deverá apresentar o **cronograma geral de execução do Plano de Gestão Escolar**, contemplando as principais propostas e ações previstas para o período de **2027–2029**, com indicação dos respectivos períodos ou prazos de execução.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentar uma **síntese das principais propostas e compromissos** estabelecidos no Plano de Gestão, destacando o compromisso com a **aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes, a gestão democrática, a participação da comunidade escolar, a inclusão e a equidade, a qualidade da educação e o cumprimento das metas estabelecidas**.

Deverá, ainda, evidenciar o compromisso com o **acompanhamento contínuo, a avaliação dos resultados alcançados e a readequação do planejamento**, sempre que necessária, visando ao aprimoramento da gestão e ao alcance dos objetivos e metas estabelecidos para o período de **2027–2029**.

Itambaracá/PR, ____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do candidato

ANEXO VI - FICHA DE ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO – USO DA COMISSÃO
FICHA DE ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO – USO DA COMISSÃO
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR
PLANO DE GESTÃO ESCOLAR – 2027–2029

1. IDENTIFICAÇÃO
Candidato(a):
Unidade Educacional:
Data da análise: ____/____/_____
Comissão responsável pela análise:

2. ANÁLISE DO PLANO DE GESTÃO

A Comissão deverá analisar o Plano de Gestão Escolar apresentado pelo(a) candidato(a), verificando sua **adequação à estrutura estabelecida no Edital, clareza, coerência, consistência, viabilidade e articulação entre o diagnóstico, os objetivos, as metas, as propostas, as ações e os mecanismos de acompanhamento e avaliação**.

Nº	CRITÉRIOS DE ANÁLISE	ATENDE	NÃO ATENDE	OBSERVAÇÕES
1	Identificação do(a) candidato(a) e da unidade educacional			
2	Apresentação da trajetória profissional e dos princípios que fundamentam a proposta de gestão			
3	Justificativa e demonstração da compreensão sobre a importância da gestão escolar			
4	Definição dos objetivos geral e específicos			
5	Apresentação de diagnóstico da realidade da unidade educacional			
6	Utilização, quando disponíveis, de dados, indicadores, registros e evidências para fundamentar o diagnóstico			
7	Identificação das necessidades, potencialidades, dificuldades e prioridades da unidade educacional			
8	Apresentação de propostas e ações relacionadas à **Dimensão Pedagógica**			
9	Apresentação de propostas e ações relacionadas à **Dimensão Administrativa e Organizacional**			

10	Apresentação de propostas e ações relacionadas à **Dimensão Financeira e Patrimonial**			
11	Apresentação de propostas e ações relacionadas à **Participação e Fortalecimento da Comunidade Escolar**			
12	Apresentação de propostas e ações relacionadas à **Inclusão, Equidade e Respeito à Diversidade**			
13	Estabelecimento de metas relacionadas aos problemas, necessidades e prioridades identificados no diagnóstico			
14	Coerência entre diagnóstico, objetivos, metas, propostas e ações			
15	Viabilidade e exequibilidade das propostas e ações para o período de 2027–2029			
16	Indicação de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e monitoramento			
17	Indicação de indicadores ou evidências para acompanhamento dos resultados			
18	Previsão de procedimentos para avaliação dos resultados alcançados			
19	Previsão de medidas para readequação das ações, quando necessárias			
20	Indicação dos responsáveis e da participação dos segmentos da comunidade escolar			
21	Apresentação de cronograma geral de execução das principais propostas e ações			
22	Coerência geral, clareza e organização do Plano de Gestão Escolar			

3. CONCLUSÃO DA COMISSÃO
Após a análise, a Comissão registra que o Plano de Gestão Escolar:
☐ **ATENDE** aos requisitos e à estrutura estabelecidos no Edital.
☐ **NÃO ATENDE** aos requisitos e à estrutura estabelecidos no Edital, conforme apontamentos registrados no campo de observações.
Observações da Comissão:

4. REGISTRO DA ANÁLISE
Itambaracá – PR, ____ de _____ de 2026.

COMISSÃO AVALIADORA	
NOME	**ASSINATURA**
_____	_____
_____	_____
_____	_____

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO FUNCIONAL
DECLARAÇÃO FUNCIONAL
PROCESSO DE SELEÇÃO E ESCOLHA DE DIRETORES DAS UNIDADES EDUCACIONAIS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE ITAMBARACÁ – PR
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
MUNICÍPIO DE ITAMBARACÁ – PARANÁ
Declaramos, para os devidos fins, que o(a) servidor(a) _____, matrícula nº _____, ocupante do cargo efetivo de _____, pertencente ao quadro de **servidores do Município de Itambaracá – PR**, encontra-se em **efetivo exercício** nesta Rede Municipal de Ensino.
Declaramos, ainda, para fins de participação no **Processo de Seleção e Escolha de Diretores das Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino**, que constam em seus registros funcionais os seguintes dados:
DADOS FUNCIONAIS
Cargo efetivo: Matrícula nº:
Data de admissão: ____/____/_____
Unidade de exercício atual:
Função exercida atualmente:
Tempo de serviço na Educação:
Tempo de exercício na docência:
Tempo de exercício em Coordenação Pedagógica:
Tempo de exercício em Direção Escolar:
Situação Funcional:
Por ser expressão da verdade, firmamos a presente **Declaração Funcional** para os fins a que se destina.

Itambaracá – PR, ____ de _____ de 2026.

Responsável pelo Setor de Recursos Humanos
_____
Nome, carimbo e assinatura

Publicado por:
Jheniffer Milena Aparecida do Vale
Código Identificador:6CAE0A34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA

GABINETE MUNICIPAL
LEI 1016-2026

LEI Nº 1016/2026

Institui plano de amortização para o equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jardim Olinda – RPPS, mediante contribuições suplementares devidas pelo Município na forma de aportes financeiros mensais com valores preestabelecidos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM OLINDA, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:
CAPÍTULO I

DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Art. 1º Fica instituído, com fundamento no art. 40, *caput*, da Constituição Federal, no art. 1º, inciso I, da Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, no art. 9º da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, e nos arts. 7º, 9º, 10, 43 e 53 a 56 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, o plano de amortização destinado ao equacionamento do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Jardim Olinda – RPPS, mediante contribuições suplementares devidas pelo Município, na forma de aportes financeiros mensais com valores preestabelecidos.

§ 1º O déficit atuarial a ser equacionado corresponde a R$ 17.919.556,63 (dezessete milhões, novecentos e dezenove mil, quinhentos e cinquenta e seis reais e sessenta e três centavos), apurado na Avaliação Atuarial do exercício de 2026, com data focal em 31 de dezembro de 2025, elaborada nos termos da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

§ 2º O plano de amortização de que trata esta Lei tem prazo de 40 (quarenta) anos, compreendendo os exercícios de 2026 a 2065, na forma do art. 43 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, facultado ao Município em razão da adequação das regras de concessão, cálculo e reajustamento dos benefícios do RPPS à Emenda Constitucional nº 103, de 2019, promovida pela Lei Complementar nº 024/2024.

§ 3º O plano é estruturado sob a modalidade de aportes anuais crescentes, em progressão aritmética de razão equivalente a 0,9893% do aporte inicial, calibrados para que o seu valor presente, à taxa real de juros de 5,63% a.a. adotada na avaliação atuarial, corresponda ao déficit de que trata o § 1º, de modo a manter aproximadamente estável, ao longo de todo o período, a relação entre o aporte e a base de contribuição dos segurados ativos.

§ 4º Os aportes de que trata esta Lei são devidos pelo Município e abrangem todos os Poderes, órgãos e entidades que possuam segurados ou beneficiários vinculados ao RPPS, nos termos do art. 7º, § 4º, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, sendo suportados pelo Poder Executivo e pelo Poder Legislativo na proporção das respectivas bases de contribuição dos segurados ativos apuradas em cada competência, cabendo à unidade gestora informar mensalmente o valor devido por cada um.

Art. 2º Os aportes serão devidos nos exercícios, competências e valores constantes do Anexo Único desta Lei, que dela é parte integrante.

§ 1º Os aportes serão repassados mensalmente à unidade gestora do RPPS, da seguinte forma:

I – no exercício de 2026, a partir da competência do mês seguinte ao da publicação desta Lei, em parcelas mensais iguais, calculadas *pro rata* pelo número de competências restantes, de modo que o valor anual previsto no Anexo Único esteja integralmente recolhido até 31 de dezembro de 2026; e

II – nos exercícios de 2027 a 2065, a partir da competência de janeiro de cada ano, em 12 (doze) parcelas mensais iguais, correspondentes a 1/12 (um doze avos) do valor anual previsto no Anexo Único.

§ 2º Os valores constantes do Anexo Único estão expressos em moeda de 31 de dezembro de 2025, data focal da avaliação atuarial que embasou este plano de amortização, e serão atualizados anualmente pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, apurada entre a data focal e o último dia do exercício anterior ao da exigência de cada aporte.

§ 3º Na hipótese de extinção do índice de que trata o § 2º, será adotado o índice que legalmente o substituir ou, na sua ausência, o índice oficial de inflação previsto na Política de Investimentos do RPPS.

§ 4º Aos aportes instituídos por esta Lei não se aplica a anterioridade nonagesimal, nos termos do art. 9º, § 1º, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, com a redação dada pela Portaria MPS nº 2.010, de 15 de outubro de 2025, e do art. 56, *caput*, inciso III, da mesma Portaria.

§ 5º Até o início da exigência dos aportes referidos nos incisos I e II do § 1º, permanecem devidas as contribuições suplementares eventualmente previstas na legislação municipal anterior.

§ 6º Os aportes de que trata esta Lei possuem natureza de contribuição suplementar, não se confundem com as contribuições normais devidas pelo Município para a cobertura do custo normal do plano de benefícios e não serão computados para fins de verificação do limite de que trata o art. 11, *caput*, inciso I, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

CAPÍTULO II

DO REPASSE, DOS ENCARGOS E DA DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 3º O repasse mensal dos aportes à unidade gestora do RPPS será efetuado até o último dia útil do mês subsequente ao da competência, observado o limite do art. 7º, *caput*, inciso I, alínea "b", da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, sem prejuízo de prazo mais favorável ao RPPS eventualmente previsto na Lei Complementar Municipal nº 024/2024, que dispõe sobre o regime próprio.

§ 1º Os aportes não repassados no prazo previsto no *caput* ficarão sujeitos, cumulativamente, a:

I – atualização monetária pela variação do índice de que trata o art. 2º, § 2º, desde a data do vencimento até a do efetivo pagamento;

II – juros de mora de 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, calculados *pro rata die*, os quais em nenhuma hipótese serão inferiores à taxa de juros real anual adotada como hipótese financeira na avaliação atuarial vigente; e

III – multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado.

§ 2º A responsabilidade pelo recolhimento e repasse mensal dos aportes será do ordenador de despesas do órgão ou entidade competente para o pagamento das remunerações, nos termos do art. 7º, § 2º, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, sem prejuízo das sanções penais, cíveis e administrativas cabíveis.

§ 3º Os aportes vencidos e não pagos somente poderão ser objeto de termo de acordo de parcelamento mediante lei municipal autorizativa e observância dos parâmetros dos arts. 14 e 15 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

Art. 4º Os aportes de que trata esta Lei constituem recursos previdenciários vinculados exclusivamente ao pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão por morte do RPPS e à constituição das respectivas reservas, nos termos dos arts. 1º, inciso III, e 6º da Lei Federal nº 9.717, de 1998, sendo vedada a sua utilização para qualquer outra finalidade, inclusive para custeio da taxa de administração.

§ 1º Os recursos serão contabilizados em conta específica, com identificação da origem, e aplicados de acordo com a Política de Investimentos do RPPS e as normas do Conselho Monetário Nacional aplicáveis aos regimes próprios de previdência social.

§ 2º A unidade gestora do RPPS manterá controle individualizado dos aportes recebidos, dos encargos eventualmente incidentes e do saldo do déficit em amortização, prestando contas ao Conselho Deliberativo e ao Conselho Fiscal do regime.

CAPÍTULO III

DA REVISÃO DO PLANO DE AMORTIZAÇÃO

Art. 5º O plano de amortização instituído por esta Lei será reavaliado nas avaliações atuariais anuais subsequentes, nos termos dos arts. 26 e 53 a 56 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, para verificação da sua suficiência e aderência ao déficit atuarial apurado.

§ 1º Caso a reavaliação atuarial indique a necessidade de alteração dos aportes, dos prazos ou do montante a amortizar, o novo plano de amortização será estabelecido em lei específica, após apreciação pelo Conselho Deliberativo do RPPS, observado o disposto no art. 2º, § 5º.

§ 2º Os aportes de que trata esta Lei não poderão ser alterados com efeitos retroativos, conforme dispõe o art. 9º, *caput*, inciso III, e § 1º, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022.

§ 3º Eventual redução dos aportes somente será implementada se atendidos os critérios de prudência previstos nos arts. 53, inciso V, e 65 da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022, devidamente demonstrados no Relatório da Avaliação Atuarial.

§ 4º Enquanto não editada a lei prevista no § 1º, permanecem devidos os aportes nos valores, prazos e condições estabelecidos nesta Lei.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINAIS

Art. 6º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Poder Executivo e do Poder Legislativo, ficando o Poder Executivo autorizado a promover as adequações necessárias no orçamento do exercício de 2026, inclusive mediante abertura de créditos adicionais, e a consignar os aportes previstos no Anexo Único no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais dos exercícios subsequentes.

Parágrafo único. Os aportes de que trata esta Lei decorrem de obrigação constitucional de preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS, nos termos do art. 40, *caput*, da Constituição Federal e do art. 69 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, e integram as projeções atuariais e a avaliação da situação financeira e atuarial do regime que acompanham a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 7º Compete à unidade gestora do RPPS encaminhar esta Lei ao Ministério da Previdência Social, por meio do sistema Cadprev, e promover o registro das informações relativas ao plano de amortização no Demonstrativo de Resultado da Avaliação Atuarial – DRAA e nos demais demonstrativos exigidos pela legislação federal.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir da competência do mês seguinte ao da publicação, na forma do art. 2º, § 1º, inciso I.

Parágrafo único. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Anexo Único da Lei Complementar 024/2024.

Jardim Olinda/PR, 02 de outubro de 2026.

WEVERTON JOSÉ DOS SANTOS LIMA
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

PLANO DE AMORTIZAÇÃO DO DÉFICIT ATUARIAL DO RPPS DE JARDIM OLINDA/PR – EXERCÍCIOS DE 2026 A 2065

Aportes financeiros mensais com valores preestabelecidos (art. 55, inciso I, da Portaria MTP nº 1.467, de 2 de junho de 2022). Déficit atuarial equacionado: R$ 17.919.556,63 em 31/12/2025, à taxa real de juros de 5,63% a.a.. Valores em reais, a preços de 31/12/2025, atualizáveis na forma do art. 2º, § 2º, desta Lei.

Exercício	Competências de exigência	Aporte mensal (R$)	Aporte anual (R$)	Juros do saldo (R$)	Amortização (R$)	Saldo devedor em 31/12 (R$)	Alíquota equivalente
31/12/2025	–	–	–	–	–	17.919.556,63	–
2026	«mês seguinte à publicação» a dez/2026	*pro rata* – art. 2º, § 1º, I	1.008.871,04	1.008.871,04	0,00	17.919.556,63	14,41%
2027	jan/2027 a dez/2027	84.904,28	1.018.851,32	1.008.871,04	9.980,29	17.909.576,34	14,41%
2028	jan/2028 a dez/2028	85.735,97	1.028.831,61	1.008.309,15	20.522,46	17.889.053,88	14,41%
2029	jan/2029 a dez/2029	86.567,66	1.038.811,89	1.007.153,73	31.658,16	17.857.395,72	14,40%
2030	jan/2030 a dez/2030	87.399,35	1.048.792,18	1.005.371,38	43.420,80	17.813.974,92	14,40%
2031	jan/2031 a dez/2031	88.231,04	1.058.772,46	1.002.926,79	55.845,68	17.758.129,25	14,39%
2032	jan/2032 a dez/2032	89.062,73	1.068.752,75	999.782,68	68.970,07	17.689.159,17	14,38%
2033	jan/2033 a dez/2033	89.894,42	1.078.733,04	995.899,66	82.833,37	17.606.325,80	14,37%
2034	jan/2034 a dez/2034	90.726,11	1.088.713,32	991.236,14	97.477,18	17.508.848,62	14,36%
2035	jan/2035 a dez/2035	91.557,80	1.098.693,61	985.748,18	112.945,43	17.395.903,20	14,35%
2036	jan/2036 a dez/2036	92.389,49	1.108.673,89	979.389,35	129.284,54	17.266.618,65	14,34%
2037	jan/2037 a dez/2037	93.221,18	1.118.654,18	972.110,63	146.543,55	17.120.075,11	14,32%
2038	jan/2038 a dez/2038	94.052,87	1.128.634,46	963.860,23	164.774,23	16.955.300,88	14,31%
2039	jan/2039 a dez/2039	94.884,56	1.138.614,75	954.583,44	184.031,31	16.771.269,57	14,29%
2040	jan/2040 a dez/2040	95.716,25	1.148.595,03	944.222,48	204.372,56	16.566.897,01	14,27%
2041	jan/2041 a dez/2041	96.547,94	1.158.575,32	932.716,30	225.859,02	16.341.038,00	14,25%
2042	jan/2042 a dez/2042	97.379,63	1.168.555,60	920.000,44	248.555,16	16.092.482,83	14,23%
2043	jan/2043 a dez/2043	98.211,32	1.178.535,89	906.006,78	272.529,10	15.819.953,73	14,21%
2044	jan/2044 a dez/2044	99.043,01	1.188.516,17	890.663,40	297.852,78	15.522.100,95	14,19%
2045	jan/2045 a dez/2045	99.874,71	1.198.496,46	873.894,28	324.602,17	15.197.498,78	14,17%
2046	jan/2046 a dez/2046	100.706,40	1.208.476,74	855.619,18	352.857,56	14.844.641,22	14,15%
2047	jan/2047 a dez/2047	101.538,09	1.218.457,03	835.753,30	382.703,73	14.461.937,49	14,12%
2048	jan/2048 a dez/2048	102.369,78	1.228.437,31	814.207,08	414.230,23	14.047.707,26	14,10%
2049	jan/2049 a dez/2049	103.201,47	1.238.417,60	790.885,92	447.531,68	13.600.175,57	14,07%
2050	jan/2050 a dez/2050	104.033,16	1.248.397,88	765.689,88	482.708,00	13.117.467,58	14,04%
2051	jan/2051 a dez/2051	104.864,85	1.258.378,17	738.513,42	519.864,75	12.597.602,83	14,02%
2052	jan/2052 a dez/2052	105.696,54	1.268.358,45	709.245,04	559.113,42	12.038.489,41	13,99%
2053	jan/2053 a dez/2053	106.528,23	1.278.338,74	677.766,95	600.571,79	11.437.917,63	13,96%
2054	jan/2054 a dez/2054	107.359,92	1.288.319,03	643.954,76	644.364,26	10.793.553,37	13,93%
2055	jan/2055 a dez/2055	108.191,61	1.298.299,31	607.677,05	690.622,26	10.102.931,11	13,90%
2056	jan/2056 a dez/2056	109.023,30	1.308.279,60	568.795,02	739.484,57	9.363.446,54	13,86%
2057	jan/2057 a dez/2057	109.854,99	1.318.259,88	527.162,04	791.097,84	8.572.348,69	13,83%
2058	jan/2058 a dez/2058	110.686,68	1.328.240,17	482.623,23	845.616,93	7.726.731,76	13,80%
2059	jan/2059 a dez/2059	111.518,37	1.338.220,45	435.015,00	903.205,45	6.823.526,31	13,76%
2060	jan/2060 a dez/2060	112.350,06	1.348.200,74	384.164,53	964.036,21	5.859.490,10	13,73%
2061	jan/2061 a dez/2061	113.181,75	1.358.181,02	329.889,29	1.028.291,73	4.831.198,37	13,69%
2062	jan/2062 a dez/2062	114.013,44	1.368.161,31	271.996,47	1.096.164,84	3.735.033,53	13,66%
2063	jan/2063 a dez/2063	114.845,13	1.378.141,59	210.282,39	1.167.859,20	2.567.174,33	13,62%
2064	jan/2064 a dez/2064	115.676,82	1.388.121,88	144.531,91	1.243.589,96	1.323.584,36	13,58%
2065	jan/2065 a dez/2065	116.508,51	1.398.102,16	74.517,80	1.323.584,36	0,00	13,55%
TOTAL	**2026 a 2065**	–	**48.139.464,03**	**30.219.907,38**	**17.919.556,63**	–	–

Notas: (1) Os aportes anuais crescem em progressão aritmética de R$ 9.980,29 ao ano (razão de 0,9893% do aporte inicial); o valor presente dos aportes, à taxa de 5,63% a.a., corresponde ao déficit equacionado, que se extingue em 31 de dezembro de 2065. (2) Os juros de cada exercício incidem sobre o saldo devedor do exercício anterior; a amortização é a diferença entre o aporte e os juros. (3) A alíquota equivalente é informativa e expressa a relação entre o aporte anual e a base de contribuição projetada dos segurados ativos, não constituindo alíquota de contribuição. (4) Os valores serão rateados entre os Poderes Executivo e Legislativo na forma do art. 1º, § 4º.

Publicado por:
Regiane Maiara Schimitz
Código Identificador:8B06B1E6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
DECRETO 190.2026_LOA

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOANDA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 190/2026 de 30/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de Loanda, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 87/2025 de 04/11/2025.
Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$ 802.615,00 (oitocentos e dois mil seiscentos e quinze reais), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
84 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	45.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.28.846.0027.0.004.		PRECATóRIOS JUDICIAIS	
122 - 3.3.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE CONTABILIDADE	
03.003.04.124.0003.2.009.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE CONTABILIDADE E ORçAMENTO	
173 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	92.615,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
03.004.04.122.0002.2.007.		MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL	
187 - 3.3.90.40.00.00	01000	SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.361.0009.2.018.		MANUTENçãO DO SISTEMA DO TRANSPORTE ESCOLAR	
382 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1338 - 3.3.90.39.00.00	01303	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	170.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS	
15.002.20.608.0008.2.126.		PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUáRIO	
1610 - 3.3.90.30.00.00	01000	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1710 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	360.000,00
		Total Suplementação:	**802.615,00**

Artigo 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Decreto, servirá como recurso o Cancelamento de Dotações Orçamentárias, conforme discriminação abaixo, de acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Redução			
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.1.002.		REEQUIPAMENTO DE UNIDADES ADMINISTRATIVAS	
50 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
56 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
59 - 3.1.90.13.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	44.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.04.122.0002.2.004.		MANUT.E MODERNIZAçãO DAS ATIV. DE ASSESSORAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANçAS	
79 - 3.3.90.33.00.00	01000	PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	5.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.06.182.0002.2.064.		TRANSFERêNCIAS ENTIDADES - CONSELHO COM.SEG.DE LOANDA	
112 - 3.3.50.41.00.00	01000	CONTRIBUIÇÕES	35.000,00

03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
03.001.28.846.0027.0.004.		PRECATóRIOS JUDICIAIS	
121 - 3.1.90.91.00.00	01000	SENTENÇAS JUDICIAIS	15.000,00
03.000.00.000.0000.0.000.		SECRET.DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO-SEFA	
03.004.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
03.004.04.122.0002.2.007.		MANUT. E ADMINISTRAçãO DO DPTO DE PESSOAL	
178 - 3.1.90.16.00.00	01000	OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	10.000,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
06.001.12.361.0009.2.094.		ADMINISTRAÇÃO GERAL DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
332 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	12.615,00
06.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA-SEC	
06.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE ENSINO	
06.002.12.365.0010.2.023.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES DE PRé-ESCOLA	
451 - 3.3.90.30.00.00	01104	MATERIAL DE CONSUMO	60.000,00
08.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE PLANEJAMENTO-SEPL	
08.001.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA E DEPENDÊNCIAS	
08.001.04.122.0020.2.038.		MANUTENçãO DAS ATIVIDADES GERAIS DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	
784 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.053.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES DE ATENDIMENTO BáSICO	
1048 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	36.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.301.0025.2.059.		PROGRAMA SAúDE DA FAMíLIA	
1154 - 3.1.91.13.00.00	01303	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	20.000,00
10.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE SAÚDE-SESA	
10.007.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
10.007.10.302.0025.2.057.		MANUTENçãO DE ATIVIDADES E CONSERVAçãO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1305 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	50.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.002.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DE SERVIÇOS	
15.002.20.608.0008.2.126.		PROGRAMA DE INCENTIVO AO SETOR AGROPECUáRIO	
1597 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	20.000,00
15.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE AGRICULTURA-SEAGRI	
15.003.00.000.0000.0.000.		DIVISÃO DA AGRICULTURA	
15.003.20.608.0008.2.128.		MANUTENÇÃO DE CONVÊNIO COM O COMAFEN	
1631 - 3.3.72.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0014.2.132.		MANUTENçãO DE PRAçAS, JARDINS E CANTEIROS	
1682 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	100.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.1.106.		AQUISIçãO EQUIPAMENTO COLETOR DE LIXO	
1686 - 4.4.90.52.00.00	01000	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	30.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1692 - 3.1.90.11.00.00	01000	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	100.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.15.452.0018.2.133.		MANUTENçãO DOS SERVIçOS DE LIMPEZA PúBLICA E COLETA DE LIXO	
1709 - 3.3.90.36.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	100.000,00
16.000.00.000.0000.0.000.		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE-SEMA	
16.002.00.000.0000.0.000.		FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE	
16.002.17.512.0017.1.109.		CONSTRUçãO DE GALERIAS DE áGUAS PLUVIAIS	
1724 - 3.3.90.39.00.00	01000	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	30.000,00
		Total Redução:	**802.615,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Loanda , Estado do Paraná, em 30 de setembro de 2026.

JOSÉ MARIA PEREIRA FERNANDES
Prefeito

Publicado por:
Manoel Messias Firmino
Código Identificador:972C09E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

ESTADO DO PARANÁ	INEXIGIBILIDADE DE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANDIRITUBA	
Rua Augusto Dissenha, 44 - Centro - Mandirituba	**Nr.: 23/2026**
CEP: 83800-058 CNPJ: 76.105.550/0001-37 Telefone: (41) 3626-1122	**Processo Adm.: 103/2026**
E-mail: transparencia@mandirituba.pr.gov.br Site: https://www.mandirituba.pr.	**Data do Processo: 21/09/2026**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) responsável desta entidade, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela lei 14.133/2021, Art. 74, CAPUT e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - Homologar e Adjudicar a presente Licitação nestes termos:

a) Nr. Processo:	103/2026
b) Nr. Licitação:	23/2026 - IL
c) Modalidade:	Inexigibilidade de licitação
d) Data de Homologação:	01/10/2026
e) Objeto da Licitação:	*PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO VEÍCULO OFICIAL APÓLICE N.º 01.31.0149363 DA EMPRESA GENTE SEGURADORA, CONTRATO N.º 040/2024, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 18/2024, REFERENTE AOS VEÍCULOS ÔNIBUS MASCARELLO AGRALLE PLACA BCB-7223, REPAROS REALIZADOS PELA EMPRESA ONIPEÇAS PEÇAS PARA ÔNIBUS LTDA, CNPJ 81.192.874/0001-90, CONFORME AUTORIZADO PELA SEGURADORA.*

Participante: ONIPECAS PECAS PARA ONIBUS LTDA - CNPJ: 81.192.874/0001-90 - *Enquadrado como MPE/EPP*

Item	Cota	Especificação	Qtd.	Unidade	Valor Unitário	Valor Total
1	L	FRANQUIA DE SINISTRO.	1,000	UN	550,00	550,00
Total do Participante:						**550,00**
Total Geral:						**550,00**

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s):

Descrição da Despesa	Dotação	Valor Estimado
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	08.002.10.301.0007.2014.3.3.90.39.00	R$ 550,00
MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE	08.002.10.301.0007.2014.3.3.90.39.00	R$ 0,00

Mandirituba, 1 de Outubro de 2026

FELIPE CLAUDINO MACHADO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisele Kimiecik
Código Identificador:1E7772CF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MANFRINÓPOLIS

ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DECRETO N° 2152/2026 - 14.09.2026

Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do corrente exercício.

AMARILDO ALVES CARNEIRO, Prefeito Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 900/2025, de 09 de dezembro de 2025,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo Municipal de Manfrinópolis, Estado do Paraná, a abrir um Crédito Adicional Suplementar, no orçamento geral do exercício financeiro de 2026, no valor de **R$ 389.264,61 (Trezentos e oitenta e nove mil, duzentos e sessenta e quatro reais e sessenta e um centavos),** destinados as especificações a seguir:

SUPLEMENTAÇÃO

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**			
03001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**			
0409100022005	**Manutenção das Atividades Jurídicas**			
90	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	12.000,00
100	3190130000	Contribuições Patronais	000	1.000,00

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
05001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**			
1030100042013	**Manutenção das Ações e Serviços Públicos da Atenção Básica**			
1600	3390300000	Material de Consumo	303	80.000,00
1030100042015	**Manutenção do Programa Saúde Bucal – PSB**			
1500	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	303	15.000,00
1503	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	345	20.000,00
1030100042016	**Manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde**			
1530	3190130000	Contribuições Patronais	303	6.000,00

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
06001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**			
0824400032032	**Gestão Administrativa do FMAS**			
1060	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	37.000,00
1080	3190130000	Contribuições Patronais	000	8.000,00
1200	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	934	27.000,00
06002	**FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**			
0824300036023	**Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente**			
1283	3390300000	Material de Consumo	880	3.250,00
06003	**FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA**			
0824100032034	**Manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa**			
1369	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	1315	25.000,00
06005	**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
0824400032026	**Manutenção do Departamento de Assistência Social**			
850	3390300000	Material de Consumo	000	30.000,00

07	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**			
07002	**DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO**			
1236500051048	**Construção Creche Pré-Escola Tipo 2**			
2196	4490510000	Obras e Instalações	131	97.164,61

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**			
09003	**DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS**			
2781200072055	**Manutenção do Departamento de Esportes**			
4150	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	000	10.000,00
2781200072056	**Manutenção da Divisão de Eventos Esportivos**			
7176	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa – Jurídica	000	10.000,00

11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E SANIDADE ANIMAL**			
11002	**DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA**			
2060600092061	**Manutenção das Atividades do Departamento de Agricultura**			
3453	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	1079	650,00

12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
12002	**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE**			
1854100102065	**Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente**			
4220	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	6.000,00
4230	3190130000	Contribuições Patronais	000	1.200,00

TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	**389.264,61**

Art. 2º. Para cobertura do presente Crédito Adicional Suplementar a ser aberto de conformidade com a autorização do artigo anterior, serão utilizados os recursos oriundos da anulação de dotações, do superávit financeiro e do excesso de arrecadação conforme abaixo:

ANULAÇÃO

03	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**			
03001	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS**			
0409100022005	**Manutenção das Atividades Jurídicas**			
140	3390390000	Outros Serviços de Terceiros – Pessoal Jurídica	000	13.000,00

05	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE**			
05001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**			
1030100042013	**Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Atenção Básica**			
1620	3390320000	Material, Bem de Distribuição Gratuita	303	80.000,00
1030100042014	**Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica**			
1440	3390320000	Material, Bem de Distribuição Gratuita	303	6.000,00
1030100042015	**Manutenção do Programa Saúde Bucal – PSB**			
1460	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	303	15.000,00

06	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
06001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
0824400032032	**Gestão Administrativa do FMAS**			
1110	3390300000	Material de Consumo	934	27.000,00
06005	**DEPARTAMENTO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**			
0824400032026	**Manutenção do Departamento de Assistência Social**			
810	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	30.000,00

09	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES**			
09003	**DIVISÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS**			
2781200072055	**Manutenção do Departamento de Esportes**			
4150	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	000	10.000,00
2781200072056	**Manutenção da Divisão de Eventos Esportivos**			
7171	3190110000	Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil	000	10.000,00

10	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INTERIOR**			
10003	**DIVISÃO DE SERVIÇOS RODOVIARIOS**			
2678200082059	**Manutenção das Atividades da Divisão de Serviços Rodoviários**			
3280	3390300000	Material de Consumo	000	45.000,00

12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**			
12002	**DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE**			
1854100102065	**Manutenção das Atividades do Departamento de Meio Ambiente**			
4270	4490520000	Equipamentos e Material Permanente	000	7.200,00
TOTAL DA ANULAÇÃO				**243.200,00**

SUPERÁVIT FINANCEIRO

FONTE	Discriminação	Valor
345	FMS Manfrinópolis	16.578,10
TOTAL DO SUPERAVIT		**16.578,10**

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

FONTE	Discriminação	Valor
345	FMS Manfrinópolis	3.421,90
880	Contribuições e Legados ECA/FMDCA	3.250,00
1315	Incentivo Viaja Mais 60 Fase III	25.000,00
131	Transferências Creche Tipo 2	97.164,61
1079	Transf Emenda Parlamentar	650,00
TOTAL DO EXCESSO DE ARRECADAÇÃO		**129.486,51**

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal de Manfrinópolis autorizado a proceder às alterações necessárias nas Leis Municipais n.º 901 de 09 de dezembro de 2025 – Programa Plurianual 2026-2029 e 891/2025 de 02 de setembro de 2025 – Lei de Diretrizes Orçamentárias LDO, em decorrência do presente Suplementar.
Art. 4º Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a 14 de setembro de 2026.
Gabinete do Prefeito Municipal de Manfrinópolis, em 14 de setembro de 2026.

AMARILDO ALVES CARNEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Susana Francisconi
Código Identificador:D929085F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIÓPOLIS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 234/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026. EMPRESA: C.E Lazarotto – Vendas e Manutenções Ltda, inscrita no CNPJ nº 20.088.291/0001-29, inscrição estadual 90664319-72, doravante designada DETENTORA DA ATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de máquinas do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
303	Canto da lamina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	179,00	1.074,00	DLS
304	Parafuso da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	72	UND	4,00	288,00	DLS
305	Porca da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	72	UND	2,00	144,00	DLS
306	Guia de desgaste da lamina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	399,00	798,00	DLS
307	Dente do escarficador - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	15	UND	174,00	2.610,00	DLS
308	Sapata do escarificador - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	10	UND	399,00	3.990,00	DLS
309	Giro do círculo - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	7.499,00	7.499,00	DLS
310	Unidade injetora - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	1.749,00	10.494,00	DLS
311	Bomba de água - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	1.249,00	1.249,00	DLS
312	Válvula termostatica - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	322,00	322,00	DLS
313	0R7197 TURBINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	4.249,00	4.249,00	DLS
314	Kit Reparo Do Cilindro De Levantamento (Dir/Esq) - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS
315	Kit Reparo Do Cilindro De Deslocamento Lateral - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS
316	Kit Reparo Do Cilindro De Inclinação Da Lâmina - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS
317	Kit Reparo Do Cilindro De Articulação Do Chassi - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS
318	Kit Reparo Do Cilindro Da Direção - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	849,00	849,00	DLS
319	Bomba hidráulica principal - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	12.499,00	12.499,00	DLS
320	Corrente do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	3.749,00	22.494,00	DLS
322	Retentor do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	295,00	1.770,00	DLS
323	Disco de freio - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	24	UND	430,00	10.320,00	DLS
325	Cruzeta do cardan - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	470,00	2.820,00	DLS
326	Mola prato - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	87,00	174,00	DLS
327	Barra de ligação - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	235,00	235,00	DLS
328	Terminal de direção - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	8	UND	595,00	4.760,00	DLS
329	Bucha Da Oscilação Do Eixo Dianteiro - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	345,00	690,00	DLS
330	Pivô Da Oscilação Do Eixo Dianteiro - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	2.245,00	4.490,00	DLS
331	Manga De Eixo Dianteira - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	3.999,00	7.998,00	DLS
333	1029372 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.249,00	2.249,00	DLS
334	1051568 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	59,00	59,00	DLS
335	1067131 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.855,00	1.855,00	DLS
336	1077832 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	175,00	175,00	DLS
337	1136200 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	149,00	149,00	DLS
338	115024 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	749,00	749,00	DLS
339	1154202 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	174,00	174,00	DLS
341	1192940 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	127,00	127,00	DLS
342	1193036 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	87,00	87,00	DLS
344	1240395 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	322,00	322,00	DLS
345	1262728 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	144,00	144,00	DLS
346	1265869 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS
351	1554652 SOLENOIDE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	649,00	649,00	DLS
353	1593141 BOMBA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	857,00	857,00	DLS
354	1614280 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS
355	1672186 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
356	1672190 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
357	1672195 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
358	1672294 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
359	1672300 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
360	1672304 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	149,00	149,00	DLS
361	1803833 VOLTIMETRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	379,00	379,00	DLS
362	1861525 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	649,00	649,00	DLS
363	1H7339 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
364	1M3003 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
365	1M3780 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	899,00	899,00	DLS
366	1P2636 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	379,00	379,00	DLS
367	1P2662 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS
368	1S3184 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	687,00	687,00	DLS
369	1S7057 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	196,00	196,00	DLS

370	1U3202 PONTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	375,00	375,00	DLS
371	2165586 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.450,00	1.450,00	DLS
372	2192434 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	119,00	119,00	DLS
373	2223910 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	220,00	220,00	DLS
374	2268202 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	207,00	207,00	DLS
375	2299382 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	289,00	289,00	DLS
376	2313539 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	181,00	181,00	DLS
377	2360737 CILINDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS
378	2457339 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	273,00	273,00	DLS
379	2674743 COLMEIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS
380	2824351 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	120,00	120,00	DLS
381	2D9454 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	343,00	343,00	DLS
382	2G7387 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS
383	2G7388 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS
384	2G8631 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS
385	2G8741 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	85,00	85,00	DLS
386	2G8777 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	107,00	107,00	DLS
387	2H4145 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	47,00	47,00	DLS
388	2J8163 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	34,00	34,00	DLS
389	2M9780 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	39,00	39,00	DLS
390	2N2138 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	138,00	138,00	DLS
391	2W7212 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	69,00	69,00	DLS
392	2W7566 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	799,00	799,00	DLS
393	2W8085 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.245,00	2.245,00	DLS
394	2W8087 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS
395	2W8090 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.749,00	1.749,00	DLS
396	300060 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS
397	300061 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS
398	366775 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,00	249,00	DLS
399	3E7855 INDUZIDO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	139,00	139,00	DLS
400	3F5108 PARAFUSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	30	UND	34,00	1.020,00	DLS
401	3G0361 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	79,00	79,00	DLS
402	3J1907 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS
403	4F7391 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS
404	4H9105 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	44,00	44,00	DLS
405	4J5477 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
406	4J7533 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	49,00	49,00	DLS
407	4J9224 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	59,00	59,00	DLS
408	4J9225 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	54,00	54,00	DLS
410	Junta coletor escape - HB20 10M Sense, Ano 2021, Placa RHT-6J53	1	UND	69,00	69,00	DLS
411	4K7463 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	129,00	129,00	DLS
413	4L9822 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
414	4W1203 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	129,00	129,00	DLS
415	4W1204 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	189,00	189,00	DLS
416	4W7592 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
417	5H8848 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS
418	5J1086 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,00	74,00	DLS
420	5K5288 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	119,00	119,00	DLS
425	5P8890 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS
426	5Y0767 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	323,00	323,00	DLS
427	6F2956 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	199,00	199,00	DLS
428	6J5731 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	39,00	39,00	DLS
429	6K4191 SUPORTE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	335,00	335,00	DLS
430	6K8329 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	204,00	204,00	DLS
431	6T0840 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	89,00	89,00	DLS
432	6V8082 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	16,00	16,00	DLS
433	6Y9960 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	294,00	294,00	DLS
434	7C1152 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	124,00	124,00	DLS
435	7C1160 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS
436	7C3693 SILENCIOSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	980,00	980,00	DLS
438	7C5232 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,00	74,00	DLS
441	7D8436 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	32,00	32,00	DLS
444	7E5786 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	89,00	89,00	DLS
446	7E8926 REPARO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS
447	7E9506 TUBO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	248,00	248,00	DLS
448	7E9817 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
449	7J6833 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	69,00	69,00	DLS
451	7S4571 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	DLS
457	8D9738 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	64,00	64,00	DLS
458	8D9909 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	349,00	349,00	DLS
462	8T4750 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	249,90	249,90	DLS
466	8W8289 RODA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	6	UND	1.649,00	9.894,00	DLS
473	9M2092 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	38,00	38,00	DLS
474	9N4158 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS
475	9N4161 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.299,00	2.299,00	DLS
476	9N4162 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.299,00	2.299,00	DLS
477	9P0356 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	211,00	211,00	DLS
478	9W7209 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	DLS
483	9X4825 ESCOVAS JG. - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	224,90	224,90	DLS
484	9Y0081 VARETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	224,90	224,90	DLS
486	ANEL 5P-8356 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	74,69	74,69	DLS
494	CALÇO 2G-3221 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
495	CALÇO 5D-6644 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
496	COLAR 2G-4011 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	209,00	209,00	DLS
497	COTOVELO 4P-4456 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	234,00	234,00	DLS
499	JOGO DE CALÇO 6K-4187 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	336,00	336,00	DLS
500	JOGO DE CALÇO 8D-9689 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	445,00	445,00	DLS

501	ROLAMENTO C/ CAPA 8D-9909 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	794,00	794,00	DLS
502	LUVA 6K-4185 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	387,00	387,00	DLS
503	MANCAL 8W-751 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.090,00	1.090,00	DLS
504	OR8682 INJETOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS
509	PINO 1243240 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	539,00	539,00	DLS
510	PINO 2G-6157 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	389,00	389,00	DLS
511	PLACA 8W-1749 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	689,00	689,00	DLS
512	PONTEIRA 4P-4445 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	589,00	589,00	DLS
513	REPARO DO CILINDRO DESLOCAMENTO DA LAMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	689,00	689,00	DLS
514	REPARO DO CILINDRO DO PISTÃO DA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	299,00	299,00	DLS
515	RETENTOR 4K-7663 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	171,00	171,00	DLS
516	RETENTOR 5P-8843 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	99,00	99,00	DLS
520	SAÍDA DO SILENCIOSO 7D-9506 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	784,00	784,00	DLS
521	SUPORTE 8W-1750 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	897,00	897,00	DLS
522	TIRA DE BRONZE 5T-8366 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	345,00	3.450,00	DLS
525	FECHADURA DE CAPÔ - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	549,00	549,00	DLS
526	ROLAMENTO ARTICULAÇÃO 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	499,00	499,00	DLS
527	PINO INFERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	4	UND	1.249,00	4.996,00	DLS
528	PINO SUPERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	4	UND	995,00	3.980,00	DLS
529	BUCHA DE BRONZE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	344,00	3.440,00	DLS
530	COLAR12G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	389,00	389,00	DLS
531	RETENTOR 76.20 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	160,00	160,00	DLS
532	ESPAÇADOR ARTICULAÇÃO CENTRAL 930 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS
533	RETENTOR 85.72 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	189,00	189,00	DLS
534	ESPAÇADOR 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	599,00	599,00	DLS
535	CAPA D4E D6D 12E - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	697,00	697,00	DLS
536	CONE ARTICULAÇÃO CENTRAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.089,00	1.089,00	DLS
537	1473309 Ponta do Eixo do Tandem Caterpillar - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.899,00	1.899,00	DLS
539	CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	887,00	887,00	DLS
540	ENGRENAGEM DA CORRENTE DO TANDEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.889,00	2.889,00	DLS
541	JUNTA CABEÇOTE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	444,00	444,00	DLS
542	GRAMALHEIRA DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	214,00	214,00	DLS
543	RETENTOR DIANTEIRO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	79,00	79,00	DLS
548	CORREIA DA BOMBA D'ÁGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	99,00	99,00	DLS
549	JUNTA TAMPA DE VALVULA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	101,00	101,00	DLS
550	TAMPA ENCHIMENTO DE ÓLEO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	34,00	34,00	DLS
551	BOMBA D`ÁGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	835,00	835,00	DLS
552	MANGUEIRA INFERIOR DA BOMBA AGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	109,00	109,00	DLS
553	JUNTA DA BOMBA AGUA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	39,00	39,00	DLS
554	TROCADOR DE CALOR DO ÓLEO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.149,00	1.149,00	DLS
555	PROTETOR DA HÉLICE DO RADIADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	449,00	449,00	DLS
556	RADIADOR ÓLEO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS
558	SILENCIOSO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.189,00	1.189,00	DLS
559	COTOVELO DO ESCAPE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	314,00	314,00	DLS
560	ABRAÇADEIRA ESCAPE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	23,00	23,00	DLS
561	TAMPA DO TANQUE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	153,00	153,00	DLS
562	BOMBA DE TRANSFERENCIA DE COMBUSTIVEL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	689,00	689,00	DLS
563	ALTERNADOR 12V - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS
565	SENSOR DO CORTE DE COMBUSTÍVEL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	264,00	264,00	DLS
566	MOTOR DE PARTIDA 12V - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.645,00	1.645,00	DLS
567	CORRENTE DE TRAÇÃO DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.900,00	2.900,00	DLS
568	CORRENTE DA TRAÇÃO TRASEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.900,00	2.900,00	DLS
569	ENGRENAGEM 35 DENTES TRASEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.425,00	1.425,00	DLS
570	ENGRENAGEM 12 DENTES DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.219,00	1.219,00	DLS
571	MANGUEIRA DO ESFRIADOR DE ÓLEO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	218,00	218,00	DLS
572	MOTOR DE PISTÃO HIDROSTATICO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	14.400,00	14.400,00	DLS
573	FLANGE DE NYLON DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	175,00	175,00	DLS
574	PLACA DO ADAPTADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	550,00	550,00	DLS
575	PISTÃO DA CONCHA ESQUERDA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS
576	PISTAO DA CONCHA DIREITO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.899,00	2.899,00	DLS
577	VALVULA CELENOIDE - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	699,00	699,00	DLS
578	VALVULA PILOTO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.399,00	1.399,00	DLS
579	PISTAO DE TRAVAMENTO DA CONCHA DIANTEIRA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.799,00	1.799,00	DLS
580	MOTOR DE LIMPADOR DE PARABRISA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	349,00	349,00	DLS
581	ALAVANCA ACELERADOR DE MÃO - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	159,00	159,00	DLS
582	CABO DO PEDAL GOVERNOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	129,00	129,00	DLS
583	ASSENTO DO OPERADOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS
584	VIDRO PORTA FRONTAL - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS
587	SELENOIDE ACOPLADO A BOMBA INJETORA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	319,00	319,00	DLS
588	FECHADURA DE CAPÔ - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	190,00	190,00	DLS
589	Chicote elétrico completo - Mini Pá Carregadeira Bob Cat S570, Ano 2014	1	UND	3.899,00	3.899,00	DLS

590	SAÍDA DE ESCAPAMENTO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	390,00	390,00	DLS
592	IMPULSOR - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.348,00	1.348,00	DLS
593	ESTATOR - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.185,00	1.185,00	DLS
594	TURBINA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.089,00	2.089,00	DLS
597	KIT VEDAÇÃO DA TRANSMISSÃO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.235,00	1.235,00	DLS
598	KIT VEDAÇÃO DO TORK - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.650,00	1.650,00	DLS
599	ROLAMENTO CUBOS GRANDE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	985,00	985,00	DLS
600	ROLAMENTO CUBOS PEQUENO EXT - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	545,00	545,00	DLS
601	CRUZETA DIANT - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	649,00	2.596,00	DLS
602	CRUZETA P/ TRAS - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	629,00	2.516,00	DLS
603	GARFO CAMBIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.745,00	1.745,00	DLS
604	ENGRENAGEM CAMBIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.399,00	3.399,00	DLS
605	ENGRENAGEM - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.599,00	2.599,00	DLS
606	PINO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	189,00	756,00	DLS
607	RETENTOR FREIO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	89,00	89,00	DLS
608	CILINDRO MESTRE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS
609	REPARO PISTÃO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	399,00	399,00	DLS
612	REPARO PISTÃO BRAÇO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	349,00	349,00	DLS
614	CAMISA PISTÃO HIDRAULICO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS
615	HASTE DO PISTÃO HIDRAULICO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.100,00	3.100,00	DLS
616	Disco de fricção - Pá Carregadeira Komatsu WA200, Ano 2011	28	UND	599,00	16.772,00	DLS
618	CORREIAS ALTERNADOR BB'AGUA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	219,00	219,00	DLS
619	REPARO 7079842150 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	699,00	699,00	DLS
620	REPARO 7079842540 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	599,00	599,00	DLS
621	COXIM 4185433110 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	12	UND	439,00	5.268,00	DLS
624	CORREIA 412021744 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	150,00	150,00	DLS
625	VIDRO 4179263870 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.195,00	1.195,00	DLS
626	VIDRO 7179263880 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.200,00	1.200,00	DLS
627	VIDRO 4169263370 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.195,00	1.195,00	DLS
629	VIDRO 4179263520 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.150,00	1.150,00	DLS
630	VIDRO 4179263530 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.090,00	1.090,00	DLS
631	VIDRO 4169263571 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.169,00	1.169,00	DLS
633	CABO 4182236122 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	245,00	245,00	DLS
635	ACOPLAMENTO 4182034850 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.259,00	1.259,00	DLS
636	HÉLICE 4190333211 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	2	UND	849,00	1.698,00	DLS
638	TAMPA 4230411362 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	299,00	299,00	DLS
639	TENSOR 6736614150 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	699,00	699,00	DLS
640	ROLAMENTO 4182212850 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	599,00	599,00	DLS
641	CANTO 4188471170 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	319,00	319,00	DLS
642	CANTO 4188471160 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	319,00	319,00	DLS
644	ENGRENAGEM 4182232541 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	2.600,00	2.600,00	DLS
645	EIXO 41822322421 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.200,00	3.200,00	DLS
647	FIXADOR 4182232810 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	79,00	79,00	DLS
648	CALÇO 4182221460 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	100,00	100,00	DLS
649	CARRIER 4182232611 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.659,00	3.659,00	DLS
650	ROLAMENTO 4182212840 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	649,00	649,00	DLS
651	EIXO 4182332960 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.399,00	3.399,00	DLS
652	FECHADURA DE CAPÔ - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	299,00	299,00	DLS
653	BOMBA HIDRAULICA PRINCIPAL - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	16.499,00	16.499,00	DLS
654	COROA E PINHAO DIANTEIRA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	8.499,00	8.499,00	DLS
655	COROA E PINHAO TRASEIRA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	8.499,00	8.499,00	DLS
656	CAIXA SATELITE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	6.299,00	6.299,00	DLS
657	ENGRENAGEM SATELITE - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS
658	CRUZETA CARDAN - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	6	UND	699,00	4.194,00	DLS
659	CARDAN DINATEIRO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	3.999,00	3.999,00	DLS
927	LAMINA DA CONCHA DIANTEIRA 61LD00360GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.500,00	2.500,00	DLS
928	DENTE DE CANTO LE 61L30170GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	351,00	702,00	DLS
929	DENTE DE CANTO LD 61L30171GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	415,00	830,00	DLS
930	DENTE DA LAMINA 61L30169GG - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	20	UND	250,00	5.000,00	DLS
931	PINO DAS CAÇAMBAS 61L 15350 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	869,00	3.476,00	DLS
932	ARRUELAS DE CALCO - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	99,00	198,00	DLS
933	PINO TRAVA - 108 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	4	UND	84,00	336,00	DLS
934	PINO DA CONCHA DIANTEIRA 3611110 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	1.033,00	4.132,00	DLS
935	BUCHA DO CHASSI - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	430,00	1.720,00	DLS
936	BUCHA DE BRONZE 61LD10110 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	556,00	2.224,00	DLS
937	VEDADOR Y02007511 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	84,00	84,00	DLS
938	BUCHA 61LD10100 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	420,00	420,00	DLS
939	VEDADOR Y020080011 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	81,00	81,00	DLS
940	BUCHA DE BRONZE X112802087 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	4	UND	579,00	2.316,00	DLS
941	PINO 61LM15360 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	875,00	875,00	DLS
942	PINO 61LM15320 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	879,00	879,00	DLS
943	VEDADOR Y020110211 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS
944	BUCHA 61LD10120 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757- 9SB, ANO 2018	1	UND	464,00	464,00	DLS
945	CAIXA DA PLANETÁRIA ZGAQ04246 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	8.548,00	8.548,00	DLS
946	ENGRENAGEM PLANETÁRIA ZGAQ04247 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.769,00	3.769,00	DLS
947	ROLAMENTO DE GAIOLA ZGAQ04248 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB,	1	UND	1.663,00	1.663,00	DLS

	ANO 2018					
948	ENGRENAGEM PLANETÁRIA ZGAQ02495 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.913,00	3.913,00	DLS
949	ESPAÇADOR ZFAQ02554 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	286,00	286,00	DLS
950	COROA ANELAR ZGAQ04239 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	9.445,00	9.445,00	DLS
951	RETENTOR ZGAQ03906 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	313,00	313,00	DLS
952	ROLAMENTO ZGAQ03907 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.660,00	1.660,00	DLS
953	FLANGE DA CRUZETA 2107C863L - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.495,00	2.495,00	DLS
954	RETENTOR DA FLANGE ZGAQ00778 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	309,00	309,00	DLS
955	BOMBA DA TRANSMISSÃO ZGAQ02856 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	14.140,00	14.140,00	DLS
956	EIXO DA BOMBA DE TRANSMISSÃO ZGAQ00771 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	4.299,00	4.299,00	DLS
957	ROLAMENTO DO EIXO ZGAQ00769 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS
958	ANEL TRAVA DO EIXO ZGAQ00768 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS
959	CORREIA DO MOTOR (3290051) - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	464,00	464,00	DLS
960	HÉLICE DO MOTOR 11L30331 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	2.195,00	4.390,00	DLS
961	COXIM DO MOTOR 11N610445 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	6	UND	758,00	4.548,00	DLS
962	RETENTOR DO VIRABREQUIM 3973745 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	339,00	339,00	DLS
963	JUNTA DO COLETOR 4890832 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	195,00	195,00	DLS
964	RESFRIADOR DE ÓLEO 3975818 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	4.895,00	4.895,00	DLS
965	BOMBA DA TRANSFERÊNCIA 4990848 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.485,00	2.485,00	DLS
966	ARRUELAS DE AJUSTE ZGQ04249 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	125,00	250,00	DLS
967	ARRUELAS DE AJUSTE ZGAQ02554 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	133,00	266,00	DLS
968	ROLAMENTO DO CUBO ZGAQ02580 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.849,00	1.849,00	DLS
969	ROLAMENTO DO PINHÃO ZGAQ03906 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.999,00	1.999,00	DLS
970	ROLAMENTO DA FLANGE ZGAQ03907 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.649,00	1.649,00	DLS
971	RETENTOR DA FLANGE ZGAQ02548 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	339,00	339,00	DLS
972	RETENTOR DO CUNO DIANTEIRO ZGAQ0244 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	399,00	399,00	DLS
973	ROLAMENTO DO EIXO DIANTEIRO ZGAQ02625 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.969,00	1.969,00	DLS
974	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO ZGQ02530 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	1.914,00	1.914,00	DLS
975	TERMINAL DE DIREÇÃO ZGAQ03564 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	2	UND	1.479,00	2.958,00	DLS
976	CRUZETA DO CARDAN 1007C2 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	6	UND	1.479,00	8.874,00	DLS
977	ANEL TRAVA DO TRAMBOR 120M27 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	104,00	104,00	DLS
978	ENCOSTO DA MOLA ZGAQ00849 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	369,00	369,00	DLS
979	MOLA DA TRANSMISSÃO ZGAQ00832 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	430,00	430,00	DLS
980	BOMBA D'ÁGUA 4891252 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	2.640,00	2.640,00	DLS
981	BOMBA DE ÓLEO DO MOTOR 4939588 - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	3.769,00	3.769,00	DLS
982	CONJUNTO DO CARDAN DIANTEIRO 40AF7C639L - PÁ CARREGADEIRA HYNDAI HL 757-9SB, ANO 2018	1	UND	9.439,00	9.439,00	DLS
983	Bomba de água - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	1.929,00	1.929,00	DLS
984	Motor de partida - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.449,00	3.449,00	DLS
985	Alternador - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.099,00	3.099,00	DLS
986	Radiador - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.099,00	6.099,00	DLS
987	Pistão da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	7.640,00	7.640,00	DLS
988	Pistão do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.999,00	6.999,00	DLS
989	Pistão da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	6.470,00	6.470,00	DLS
990	Pistão da lamina - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	5.210,00	5.210,00	DLS
991	Kit de vedação do pistão - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	609,00	609,00	DLS
992	Esteira de borracha - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	5.839,00	11.678,00	DLS
993	Roda Guia - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	2.099,00	4.198,00	DLS
994	Roda motriz - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.099,00	3.099,00	DLS
995	Rolete inferior - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	1.059,00	2.118,00	DLS
996	Rolete superior - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	879,00	1.758,00	DLS
997	Tensor da esteira - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	2.199,00	2.199,00	DLS
998	Mola tensora - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	1.199,00	1.199,00	DLS
999	Graxeira do tensor - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	74,00	148,00	DLS
1001	Trava do dente - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	8	UND	33,00	264,00	DLS
1002	Pino da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	4	UND	556,00	2.224,00	DLS
1003	Bucha da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	4	UND	286,00	1.144,00	DLS
1004	Pino do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	699,00	1.398,00	DLS
1005	Bucha do braço - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	339,00	678,00	DLS
1006	Pino da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	879,00	1.758,00	DLS
1007	Bucha da lança - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	376,00	752,00	DLS
1008	Bieleta da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	3.463,00	3.463,00	DLS
1010	Chicote elétrico - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	5.199,00	5.199,00	DLS
1011	Farol dianteiro - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	759,00	1.518,00	DLS
1012	Vidro dianteiro - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	2.549,00	2.549,00	DLS
1013	Limpador do parabrisa - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	1	UND	464,00	464,00	DLS
1014	Espelho retrovisor - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	339,00	678,00	DLS

1015	Bomba de água - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.499,00	2.499,00	DLS
1016	Radiador do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	8.445,00	8.445,00	DLS
1017	Mangueira superior do radiador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	519,00	519,00	DLS
1018	Mangueira inferior do radiador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	555,00	555,00	DLS
1019	Ventilador do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.559,00	2.559,00	DLS
1020	Motor de partida - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	4.359,00	4.359,00	DLS
1021	Alternador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	3.799,00	3.799,00	DLS
1022	Coxim do motor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	6	UND	759,00	4.554,00	DLS
1023	Bomba hidráulica principal - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	36.900,00	36.900,00	DLS
1024	Motor hidráulico de giro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	25.599,00	25.599,00	DLS
1025	Motor hidráulico de translaçao - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	28.299,00	28.299,00	DLS
1026	Pistão hidráulico da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	16.599,00	16.599,00	DLS
1027	Pistão hidráulico do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	14.999,00	14.999,00	DLS
1028	Pistão hidráulico da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	13.099,00	13.099,00	DLS
1029	Kit reparo pistão da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.299,00	1.299,00	DLS
1030	Kit de reparo pistão do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.149,00	1.149,00	DLS
1031	Kit de reparo pistão da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.049,00	1.049,00	DLS
1032	Motor de giro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	25.499,00	25.499,00	DLS
1033	Corrente de esteira completa - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	24.999,00	49.998,00	DLS
1034	Sapata de esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	60	UND	849,00	50.940,00	DLS
1035	Parafuso da sapata - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	200	UND	54,00	10.800,00	DLS
1037	Roda motriz - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	7.899,00	15.798,00	DLS
1038	Roda guia dianteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	6.449,00	12.898,00	DLS
1039	Rolete superior - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	6	UND	1.479,00	8.874,00	DLS
1040	Tensor da esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	6.099,00	24.396,00	DLS
1041	Mola tensora - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	2.549,00	10.196,00	DLS
1042	Cilindro tensor da esteira - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	5.199,00	20.796,00	DLS
1043	Pino da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	12	UND	1.099,00	13.188,00	DLS
1044	Pino do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	12	UND	1.049,00	12.588,00	DLS
1045	Pino da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	879,00	879,00	DLS
1046	Bucha da lança - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	549,00	549,00	DLS
1047	Bucha do braço - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	499,00	499,00	DLS
1048	Bucha da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	459,00	459,00	DLS
1049	Trava do pino - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	83,00	83,00	DLS
1050	Caçamba de escavação - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	22.900,00	22.900,00	DLS
1051	Dente da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	36	UND	94,00	3.384,00	DLS
1052	Adaptador do dente - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	20	UND	164,00	3.280,00	DLS
1053	Trava do dente - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	60	UND	14,00	840,00	DLS
1054	Canto lateral da caçamba - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	449,00	1.796,00	DLS
1055	Farol dianteiro - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	1.099,00	2.198,00	DLS
1056	Vidro dianteiro da cabine - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	5.099,00	5.099,00	DLS
1057	Vidro lateral - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	2.880,00	2.880,00	DLS
1058	Limpador de parabrisa - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	849,00	849,00	DLS
1059	Palheta do limpador - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	4	UND	99,00	396,00	DLS
1060	Retrovisor - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	519,00	1.038,00	DLS
1061	Joystick completo - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	6.109,00	6.109,00	DLS
1062	Bomba de combustível - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	3.119,00	3.119,00	DLS
1063	Bomba alimentadora - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	1	UND	1.699,00	1.699,00	DLS
1064	Rolete inferior - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	2	UND	1.989,00	3.978,00	DLS

VALOR TOTAL: R$ 1.088.973,39. Despesa: 611, 1765. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 02 de Outubro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
- Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:E1B691B5

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 235/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026. EMPRESA: Rodrize Mecânica de Caminhões Ltda, inscrito no CNPJ nº 04.325.195/0001-09, inscrição estadual nº 9042073730, doravante designada DETENTORA DAATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de máquinas do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
6	Alternador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.300,00	2.300,00	BOSCH
7	Radiador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.900,00	3.900,00	VISCONDE
8	Ventoinha - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	840,00	840,00	WIND
9	Coxim do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	298,00	1.192,00	REI
10	Junta do cárter - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	115,00	115,00	ATOS
11	Retentor do virabrequim - Retroescavadeira XC870BR- I, Ano 2023	1	UND	130,00	130,00	SUSIN
13	Bomba hidráulica - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	21.000,00	21.000,00	SCHADEK
14	Pistão da lança completo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	9.000,00	9.000,00	KMP
15	Pistão do braço completo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP
16	Pistão da caçamba dianteira completa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP

17	Pistão da caçamba traseira completa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	8.000,00	8.000,00	KMP
18	Pistão estabilizador - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.000,00	3.000,00	KMP
19	Pistão da direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.501,00	2.501,00	KMP
20	Kit reparo do pistão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	300,00	300,00	KMP
24	Eixo de transmissão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.499,00	1.499,00	KMP
25	Engrenagem da transmissão - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	879,00	879,00	REX
27	Eixo traseiro - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	5.299,00	5.299,00	REI
28	Planetária - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.324,00	1.324,00	CINPAL
29	Barra de direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	469,00	469,00	WR
30	Bomba de direção - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.349,00	1.349,00	SCHADEK
31	Pino da lança - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	259,00	1.036,00	REI
32	Pino do braço - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	219,00	876,00	REI
33	Pino da caçamba - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	199,00	796,00	REI
34	Bucha da lança - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	149,00	596,00	REI
35	Bucha do braço - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	159,00	636,00	REI
36	Bucha da torre - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	159,00	636,00	REI
37	Bucha da caçamba - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	124,00	496,00	REI
38	Dente da caçamba traseira - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	10	UND	34,00	340,00	GENUINO
39	Adaptador de dente - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	10	UND	59,00	590,00	NAKATA
40	Trava do dente - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	40	UND	11,00	440,00	GENUINO
41	Dente da concha dianteira - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	20	UND	34,00	680,00	GENUINO
42	Lamina cortante - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	799,00	1.598,00	GENUINO

VALOR TOTAL: R$ 87.817,00. Despesa: 611, 1765. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 02 de Outubro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:DE8179FC

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 236/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026. EMPRESA: Tratorlaminas Peças Ltda, inscrita no CNPJ nº 43.729.180/0001-50, inscrição estadual nº 261336959, doravante designada DETENTORA DAATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de máquinas do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
44	Porcas da lamina - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	60	UND	6,00	360,00	FEY
64	Lamina (borda cortante) - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	540,00	3.240,00	MTW
66	Parafuso da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	72	UND	5,00	360,00	FEY
68	Guia de desgaste da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	130,00	260,00	HALLOS
69	Dente do escarificador - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	15	UND	50,00	750,00	YCT
99	1136200 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	BLUMAQ
102	1188118 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	BLUMAQ
105	1193061 LUVA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	100,00	100,00	WORLD
106	1240395 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	115,00	115,00	EGM
107	1262728 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	152,00	152,00	KFB
108	1265869 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	EGM
117	1672186 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
118	1672190 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
119	1672195 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
120	1672294 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
121	1672300 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
122	1672304 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	SEAL
123	1803833 VOLTIMETRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	115,00	115,00	TRATORLIN
127	1M3780 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	EGP
128	1P2636 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	170,00	170,00	TCV
129	1P2662 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	TCV
131	1S7057 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	35,00	35,00	TRATORLIN
132	1U3202 PONTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	180,00	180,00	YCT
133	2165586 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	ITR
136	2268202 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	VICTOR
137	2299382 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	65,00	65,00	ML
139	2360737 CILINDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	600,00	600,00	EGP
141	2674743 COLMEIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.000,00	1.000,00	OTC
144	2G7387 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD
145	2G7388 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD
146	2G8631 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	MTD
147	2G8741 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	80,00	80,00	MTD
148	2G8777 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	50,00	50,00	MTD
149	2H4145 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	20,00	20,00	MTD
150	2J8163 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	MTD
151	2M9780 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	MTD
152	2N2138 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	TCV

153	2W7212 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	40,00	40,00	MTD
154	2W7566 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	350,00	350,00	TRATORLIN
155	2W8085 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	700,00	700,00	MTD
158	300060 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	TCV
160	366775 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	GATES
162	3F5108 PARAFUSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	30	UND	10,00	300,00	FEY
163	3G0361 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	WAS
167	4J5477 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	AGEL
168	4J7533 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL
169	4J9224 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL
170	4J9225 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	AGEL
171	4K0367 PORCA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	10,00	10,00	FEY
174	4K8659 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	220,00	220,00	GM
176	4W1203 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	WERSA
177	4W1204 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	WERSA
185	5P2545 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	40,00	40,00	WORLD
186	5P8842 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	43,00	43,00	WORLD
187	5P8890 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	WORLD
188	5Y0767 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	NAKATA
189	6F2956 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	TCV
191	6K4191 SUPORTE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	280,00	280,00	EGM
201	7C6208 CAMISA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	IPD
204	7D8637 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	KOIO
206	7E8925 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	400,00	400,00	BLUMAQ
210	7J6833 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	30,00	30,00	APC
215	7W9415 BRONZINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	55,00	55,00	BLUMAQ
216	7W9930 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	MTD
240	9W9920 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	350,00	350,00	BLUMAQ
261	JOGO DE CALÇO 8D-9689 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	SEVEN
262	ROLAMENTO C/ CAPA 8D-9909 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	600,00	600,00	TCV
263	LUVA 6K-4185 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	200,00	200,00	MTD
266	PARAFUSO 6H-1717 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	20,00	400,00	FEY
267	PARAFUSO 9X-8881 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	15,00	300,00	FEY
268	PARAFUSO 9X-8883 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	15,00	300,00	FEY
269	PARAFUSO 5P-2566 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	20	UND	18,00	360,00	FEY
270	PINO 1243240 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	GM
283	TIRA DE BRONZE 5T-8366 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	120,00	1.200,00	HALLOS
284	TIRA DE BRONZE 5T-8367 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	120,00	1.200,00	HALLOS
302	Lamina (borda cortante) - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	525,00	3.150,00	MTW
321	Rolamento do tandem - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	6	UND	700,00	4.200,00	TCV
324	Rolamento do cardan - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	1	UND	200,00	200,00	TCV
332	Rolamento De Roda Dianteira - Motoniveladora Cat 120K Pac, Ano 2013	2	UND	200,00	400,00	TCV
340	1188118 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	EGM
352	1561871 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	200,00	200,00	NTN
409	4K0367 PORCA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	25,00	25,00	FEY
412	4K8659 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	170,00	170,00	GM
419	5K2595 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	75,00	75,00	TRATORLIN
421	5L2030 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	195,00	195,00	TCV
422	5L2031 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	195,00	195,00	TCV
423	5P2545 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	WORLD
424	5P8842 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	WORLD
437	7C4273 MOLA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	70,00	70,00	RPMOLAS
439	7C6208 CAMISA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	450,00	450,00	IPD
440	7C7431 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	WAS
442	7D8636 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	200,00	200,00	TCV
443	7D8637 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	TCV
445	7E8925 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	290,00	290,00	BLUMAQ
450	7N0718 INTERRUPT - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	120,00	120,00	RPARTS
452	7W2398 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	40,00	40,00	WORLD
453	7W6552 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	45,00	45,00	MV
454	7W9415 BRONZINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	BLUMAQ
455	7W9930 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	350,00	350,00	MTD
456	8C3091 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	35,00	35,00	SAV
459	8E5742 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	45,00	45,00	SAV
460	8E6208 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	EGM
461	8E6209 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	EGM
463	8W5293 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	GM
464	8W6473 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	GM
465	8W6476 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	GM
467	8X2228 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	1.000,00	1.000,00	AMERIC
468	8X4741 INSERTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	MTD
469	9F1399 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	35,00	35,00	SAV
470	9G7641 CHAVE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WKA
471	9H6454 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	80,00	80,00	WORLD
472	9L2526 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	92,00	92,00	GATES
479	9W9920 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	ELIOFLEX
480	9X1439 FAROL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	MTD
481	9X4282 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WILTEC
482	9X4284 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	100,00	100,00	WILTEC
485	9Y8848 GUIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	250,00	250,00	MTD
487	ARRUELA 5P-8245 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	20,00	20,00	FEY
488	ARRUELA 7K-6128 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	25,00	25,00	TCN
489	ARRUELA 8T-4223 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	15,00	15,00	FEY
517	RETENTOR 6K-4186 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	150,00	150,00	SAV
519	RETENTOR 6E-3414 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	60,00	60,00	SAV
523	TIRA DE BRONZE 5T-8367 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	300,00	3.000,00	HALLOS
524	TIRA 178-1685 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	250,00	2.500,00	HALLOS
538	ROLAMENTO PONTA DE EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	330,00	330,00	TCV
585	CERDAS DE NYLON PARA VASSOURA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	100	UND	40,00	4.000,00	KM1

586	CERDAS DE AÇO PARA VASSOURA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	100	UND	60,00	6.000,00	KM1
591	SILENCIOSO - PÁ CARREGADEIRAKOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.500,00	1.500,00	SILEMAQ
611	LAMINA CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	2	UND	2.700,00	5.400,00	MTW
613	REPARO CILINDRO CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	400,00	400,00	APC
622	SUPORTE 4188471120 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	320,00	320,00	YCT
623	TRAVA 20X7014170 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	40,00	40,00	EGP
724	DENTE DA LAMINA 2085245 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	20	UND	65,00	1.300,00	YCT
727	PINO TRAVA 2011238 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	25,00	100,00	EGP
739	BUCHA9R0411 - RETROESCAVADEIRACATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	180,00	720,00	GM
865	Reparo do Cilindro de Elevação, nº2332628- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	650,00	650,00	WORLD
912	Lâmina Reto Traseira, nº2199488- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.500,00	1.500,00	MTW
913	Dente, nº2011235- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	10	UND	85,00	850,00	YCT
1000	Dente da caçamba - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	8	UND	90,00	720,00	COLINA
1009	Lamina dianteira - Mini escavadeira Bob Cat E26, Ano 2021	2	UND	1.800,00	3.600,00	FENIX
1036	Porca da sapata - Escavadeira Hidráulica XE225BR, ano 2024	200	UND	8,00	1.600,00	FEY

VALOR TOTAL: R$ 68.872,00. Despesa: 611, 1765. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 02 de Outubro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:7AB37D3F

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO DE MARIÓPOLIS
EXTRATO - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 237/2026. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 38/2026. EMPRESA: Tratormax Comércio de Peças para Tratores Ltda, inscrita no CNPJ nº 04.983.112/0001-60, inscrição estadual 90.256.181-11, doravante designada DETENTORA DA ATA. DO OBJETO: implantação de REGISTRO DE PREÇOS para futura eventual aquisição de peças (linha pesada) para a frota de máquinas do Departamento de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD.	UN	UNIT.	TOTAL	MARCA
1	Correia do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	199,00	398,00	GATTES
2	Tensor da correia - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	399,00	399,00	CEP
3	Bomba de água - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	999,00	999,00	DELPHI
4	Bomba de combustível - Retroescavadeira XC870BR- I, Ano 2023	1	UND	1.499,00	1.499,00	DELPHI
5	Motor de partida - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.999,00	1.999,00	ZM
12	Cárter do motor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	2.599,00	2.599,00	DHF
21	Conversor de torque - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	1.490,00	1.490,00	APC
22	Cruzeta - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	60,00	60,00	SKF
23	Cardan - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.000,00	3.000,00	REX
26	Eixo dianteiro - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	3.200,00	3.200,00	REX
43	Parafuso da lamina - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	60	UND	4,00	240,00	FEY
45	Limpador de parabrisa - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	81,00	81,00	BOSCH
46	Palheta - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	4	UND	13,00	52,00	BOSCH
47	Espelho retrovisor - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	2	UND	34,00	68,00	AMERICA LATINA
48	Amortecedor da porta - Retroescavadeira XC870BR- I, Ano 2023	2	UND	28,00	56,00	NAKATA
49	Cilindro de freio - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	138,00	138,00	BOSCH
50	Cilindro mestre do freio - Retroescavadeira XC870BR- I, Ano 2023	1	UND	250,00	250,00	BOSCH
51	Parabrisa (vidro frontal) - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	560,00	560,00	AMERICA LATINA
52	Vidro frontal inferior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	232,00	232,00	AMERICA LATINA
53	Vidro frontal inferior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	232,00	232,00	AMERICA LATINA
54	Vidro superior da porta esquerda - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	205,00	205,00	AMERICA LATINA
55	Vidro inferior da porta esquerda - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	188,00	188,00	AMERICA LATINA
56	Vidro superior da porta direita - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	205,00	205,00	AMERICA LATINA
57	Vidro inferior da porta direita - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	200,00	200,00	AMERICA LATINA
58	Vidro traseiro superior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA
59	Vidro traseiro inferior esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	200,00	200,00	AMERICA LATINA
60	Vidro traseiro superior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA
61	Vidro traseiro inferior direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	213,00	213,00	AMERICA LATINA
62	Conjunto de farol dianteiro esquerdo - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	141,00	141,00	FORTLUZ
63	Conjunto do farol dianteiro direito - Retroescavadeira XC870BR-I, Ano 2023	1	UND	141,00	141,00	FORTLUZ
65	Canto da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	200,00	1.200,00	METISA
67	Porca da lamina 3/4" - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	72	UND	1,80	129,60	FEY
70	Sapata do escarificador - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	10	UND	145,00	1.450,00	YCT
71	Giro do círculo - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	1.950,00	1.950,00	ENAR
72	Unidade injetora - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	525,00	3.150,00	DISA
73	Bomba de água - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	525,00	525,00	DELPHI
74	Válvula termostática - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	104,00	104,00	ITR
75	0R7197 TURBINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.274,00	1.274,00	ITR
76	Kit reparo do cilindro de levantamento (dir/esq) - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	288,00	288,00	APC
77	Kit reparo do cilindro de deslocamento lateral - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	256,00	256,00	APC
78	Kit reparo do cilindro de inclinação da lamina - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	272,00	272,00	APC

79	Kit reparo do cilindro de articulação do chassi - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	320,00	320,00	APC
80	Kit reparo do cilindro da direção - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	256,00	256,00	APC
81	Bomba hidráulica principal - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	3.750,00	3.750,00	BOSCH
82	Corrente do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	900,00	5.400,00	SKF
83	Rolamento do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	630,00	3.780,00	NTN
84	Retentor do tandem - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	108,00	648,00	SABÓ
85	Disco de freio - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	24	UND	162,00	3.888,00	CEP
86	Rolamento do cardan - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	216,00	216,00	NTN
87	Cruzeta do cardan - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	6	UND	171,00	1.026,00	SKF
88	Mola prato - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	32,40	64,80	CEP
89	Barra de ligação - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	1	UND	504,00	504,00	BEJOL
90	Terminal de direção - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	8	UND	216,00	1.728,00	BEJOL
91	Bucha da oscilação do eixo dianteiro - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	126,00	252,00	PIN
92	Pivo da oscilação do eixo dianteiro - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	810,00	1.620,00	PIN
93	Manga de eixo dianteira - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	1.440,00	2.880,00	METISA
94	Rolamento de roda dinateira - Motoniveladora Cat 120K, Ano 2012	2	UND	324,00	648,00	NTN
95	1029372 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	810,00	810,00	AMERICA LATINA
96	1051568 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	21,60	21,60	APC
97	1067131 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	684,00	684,00	REX
98	1077832 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	CTP
100	115024 POLIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	270,00	270,00	ITR
101	1154202 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	CTP
103	1192940 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	41,00	41,00	CEP
104	1193036 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	9,60	9,60	APC
109	1303595 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	156,00	156,00	PIN
110	1313737 SOQUETE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	ITR
111	1345276 EIXO COMAN - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	910,00	910,00	REX
112	1360819 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	305,00	305,00	ITR
113	1554652 SOLENOIDE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	450,00	450,00	CEP
114	1561871 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	NTN
115	1593141 BOMBA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	800,00	800,00	MEDAL
116	1614280 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	ITR
124	1861525 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	320,00	320,00	CEP
125	1H7339 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	24,00	24,00	APC
126	1M3003 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	33,00	33,00	CORTEGO
130	1S3184 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	170,00	170,00	KOYO
134	2192434 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,40	32,40	APC
135	2223910 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	59,50	59,50	SABÓ
138	2313539 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	72,00	72,00	SABÓ
140	2457339 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	CORTEGO
142	2824351 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	299,00	299,00	CORTEGO
143	2D9454 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	299,00	299,00	KOYO
156	2W8087 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	577,50	577,50	REX
157	2W8090 EIXO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	646,00	646,00	REX
159	300061 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	NTN
161	3E7855 INDUZIDO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	392,00	392,00	ITR
164	3J1907 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	19,20	19,20	APC
165	4F7391 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	23,00	23,00	APC
166	4H9105 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	27,00	27,00	APC
172	4K1388 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	23,00	23,00	APC
173	4K7463 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	56,00	56,00	SABO
175	4L9822 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	67,20	67,20	SUPREMA
178	4W7592 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,00	32,00	CTP
179	5H8848 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	21,00	21,00	APC
180	5J1086 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	24,00	24,00	APC
181	5K2595 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	47,50	47,50	CORTEGO
182	5K5288 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	113,00	113,00	APC
183	5L2030 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	KG
184	5L2031 CAPA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	KG
190	6J5731 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC
192	6K8329 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	SKF
193	6T0840 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC
194	6V8082 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	SABÓ
195	6Y9960 AMORTECEDOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	NAKATA
196	7C1152 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	62,50	62,50	CTP
197	7C1160 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	CTP
198	7C3693 SILENCIOSO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	780,00	780,00	PARKERT
199	7C4273 MOLA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	ITR
200	7C5232 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC
202	7D8436 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	32,50	32,50	APC
203	7D8636 CONE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	187,50	187,50	SKF
205	7E5786 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC

207	7E8926 REPARO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	660,00	660,00	APC
208	7E9506 TUBO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	248,00	248,00	ITR
209	7E9817 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	87,50	87,50	CTP
211	7N0718 INTERRUPT - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	106,00	106,00	ITR
212	7S4571 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	APC
213	7W2398 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	35,00	35,00	CTP
214	7W6552 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	38,00	38,00	CTP
217	8C3091 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	14,00	14,00	APC
218	8D9738 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	58,00	58,00	APC
219	8D9909 ROLAMENTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	KG
220	8E5742 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	APC
221	8E6208 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	PIN
222	8E6209 FIXADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	113,00	113,00	CEP
223	8T4750 RETENTOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	125,00	125,00	SABÓ
224	8W5293 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	250,00	250,00	PIN
225	8W6473 MANCAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	675,00	675,00	SUPREMA
226	8W6476 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	PIN
227	8W8289 RODA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	6	UND	875,00	5.250,00	RODABORDA
228	8X2228 VIDRO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.200,00	1.200,00	AMERICA LATINA
229	8X4741 INSERTO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	ITR
230	9F1399 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	37,50	37,50	APC
231	9G7641 CHAVE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	CAT
232	9H6454 JUNTA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	87,50	87,50	CTP
233	9L2526 CORREIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	GATTES
234	9M2092 ANEL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC
235	9N4158 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.125,00	1.125,00	REX
236	9N4161 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.200,00	1.200,00	REX
237	9N4162 ENGRENAGEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.250,00	1.250,00	REX
238	9P0356 CRUZETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	140,00	140,00	SKF
239	9W7209 VEDAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	75,00	75,00	APC
241	9X1439 FAROL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	475,00	475,00	FORTLUZ
242	9X4282 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	ITR
243	9X4284 INDICADOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	175,00	175,00	ITR
244	9X4825 ESCOVAS JG. - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	ITR
245	9Y0081 VARETA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	CEP
246	9Y8848 GUIA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	ITR
247	ANEL 5P-8356 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	45,00	45,00	APC
248	ARRUELA 5P-8245 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	20,00	20,00	FEY
249	ARRUELA 7K-6128 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	25,00	25,00	FEY
250	ARRUELA 8T-4223 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	22,50	22,50	FEY
251	BUCHA DE AÇO 2G-8631 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	212,50	2.125,00	PIN
252	BUCHA DE AÇO 5K-0984 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	175,00	1.750,00	PIN
253	BUCHA DE AÇO 8W-6473 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	225,00	2.250,00	PIN
254	BUCHA DE FERRO 4K-8659 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	300,00	3.000,00	PIN
255	CALÇO 2G-3221 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	62,50	62,50	CEP
256	CALÇO 5D-6644 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	70,00	70,00	CEP
257	COLAR 2G-4011 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	187,50	187,50	CEP
258	COTOVELO 4P-4456 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	162,50	162,50	ITR
259	ESPAÇADOR 8D-9688 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	112,50	112,50	CEP
260	JOGO DE CALÇO 6K-4187 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	300,00	300,00	CEP
264	MANCAL 8W-751 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	750,00	750,00	SUPREMA
265	OR8682 INJETOR - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.050,00	1.050,00	CAT
271	PINO 2G-6157 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	142,50	142,50	PIN
272	PLACA 8W-1749 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	225,00	225,00	CEP
273	PONTEIRA 4P-4445 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	360,00	360,00	ITR
274	REPARO DO CILINDRO DESLOCAMENTO DA LAMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	APC
275	REPARO DO CILINDRO DO PISTÃO DA LÂMINA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	275,00	275,00	APC
276	RETENTOR 4K-7663 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	SABÓ
277	RETENTOR 5P-8843 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	77,00	77,00	SABÓ
278	RETENTOR 6K-4186 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	SABÓ
279	RETENTOR 7K-9204 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	150,00	150,00	SABÓ
280	RETENTOR 6E-3414 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	90,00	90,00	SABÓ
281	SAÍDA DO SILENCIOSO 7D-9506 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	450,00	450,00	ITR
282	SUPORTE 8W-1750 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	990,00	990,00	CEP

285	TIRA 178-1685 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	122,00	1.220,00	CEP
286	FECHADURA DE CAPÔ - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	180,00	180,00	CEP
287	ROLAMENTO ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	262,50	262,50	KG
288	PINO INFERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	4	UND	375,00	1.500,00	PIN
289	PINO SUPERIOR ARTICULAÇÃO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	4	UND	750,00	3.000,00	PIN
290	BUCHA BRONZE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	10	UND	140,00	1.400,00	ITR
291	COLAR12 G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	130,00	130,00	CEP
292	RETENTOR 76.20 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	105,00	105,00	SABÓ
293	ESPAÇADOR ARTICULAÇÃO CENTRAL 930 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	360,00	360,00	CEP
294	RETENTOR 85.72 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	120,00	120,00	CORTEGO
295	ESPAÇADOR 120G - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	390,00	390,00	CEP
296	CAPA D4E D6D 12E - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	540,00	540,00	KG
297	CONE ARTICULAÇÃO CENTRAL - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	750,00	750,00	KG
298	1473309 Ponta do Eixo do Tandem - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	298,00	298,00	KG
299	ROLAMENTO PONTA DE EIXO 0300061 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	199,00	199,00	KG
300	CAPA 0300060 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	149,00	149,00	KG
301	ENGRENAGEM DA CORRENTE DO TANDEM - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K, ANO 2012	1	UND	1.800,00	1.800,00	REX
343	1193061 LUVA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	179,00	179,00	REX
347	1303595 PINO - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	220,00	220,00	ITR
348	1313737 SOQUETE - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	260,00	260,00	REX
349	1345276 EIXO COMAN - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	2.150,00	2.150,00	ITR
350	1360819 VALVULA - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	740,00	740,00	ITR
490	BUCHA DE AÇO 2G-8631 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	190,00	1.900,00	PIN
491	BUCHA DE AÇO 5K-0984 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	190,00	1.900,00	PIN
492	BUCHA DE AÇO 8W-6473 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	149,00	1.490,00	PIN
493	BUCHA DE FERRO 4K-8659 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	10	UND	169,00	1.690,00	PIN
498	ESPAÇADOR 8D-9688 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	90,00	90,00	CTP
505	PARAFUSO 6H-1717 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	34,99	699,80	FEY
506	PARAFUSO 9X-8881 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	49,00	980,00	FEY
507	PARAFUSO 9X-8883 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	60,00	1.200,00	FEY
508	PARAFUSO 5P-2566 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	20	UND	86,00	1.720,00	FEY
518	RETENTOR 7K-9204 - MOTONIVELADORA CATERPILLAR 120K PAC, ANO 2013	1	UND	145,00	145,00	SABÓ
544	COXIM DIANTEIRO DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	200,00	800,00	CEP
545	PARAFUSO DIANTEIRO DO SUPORTE DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	14,00	56,00	FEY
546	PORCA DO PARAFUSO COXIM DO MOTOR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	5,00	20,00	FEY
547	JUNTA DO CARTER - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	100,00	100,00	CEP
557	MANGUEIRA FILTRO DE AR - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	1	UND	110,00	110,00	CEP
564	VELA AQUECEDORA - MINICARREGADEIRA BOB CAT, ANO 2014	4	UND	70,00	280,00	CEP
595	INTERRUPTOR P/OLEO - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	140,00	140,00	CEP
596	INTERRUPTOR TEMPERATURA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	190,00	190,00	APC
610	DENTE CONCHA - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	20	UND	180,00	3.600,00	YCT
617	Discos separadores (placas de aço) - Pá Carregadeira Komatsu WA200, Ano 2011	32	UND	400,00	12.800,00	CEP
628	VIDRO 4189253540 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	1.298,00	1.298,00	AMERICA LATINA
632	PINO 4174611151 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	200,00	800,00	PIN
634	PINO 4174611240 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	4	UND	200,00	800,00	PIN
637	COXIM 418011112 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	6	UND	300,00	1.800,00	SAMPEL
643	RETENTOR 4182212460 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	1	UND	130,00	130,00	SABÓ
646	PARAFUSO 143802000 - PÁ CARREGADEIRA KOMATSU WA200, ANO 2011	30	UND	45,00	1.350,00	FEY
660	Alojamento Nº 2327449 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	990,00	990,00	ITR
661	Alternador Nº 2253146 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.700,00	1.700,00	ITR
662	Bico Injetor Nº 2308999 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	6	UND	1.900,00	11.400,00	CAT
663	Bomba D'água Nº 2258016 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.000,00	1.000,00	BOSCH
664	Bomba Óleo Nº 2258329 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.100,00	1.100,00	MEDAL
665	Cabeçote Nº 2327515 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	8.500,00	8.500,00	SUPREMA
666	Capa Do Rolamento Nº 2S0480 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	KG

667	Coxim Nº 227-0172 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	50	UND	350,00	17.500,00	SAMPEL
668	Engrenagem Nº 337687 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.600,00	2.600,00	REX
669	Flange Nº 1021733 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	ITR
670	Junta Do Tubo De Escape Nº 6I4039 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	70,00	70,00	CTP
671	Polia Nº 6I0502 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	450,00	450,00	ITR
672	Radiador Nº 2174113 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	DELPHI
673	Tampa Do Tanque Nº 164-4858 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	160,00	160,00	CEP
674	Turbo Nº 2339534 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.950,00	4.950,00	ITR
675	Hélice Nº 142-3391 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	2	UND	990,00	1.980,00	MODEFER
676	Correia do Tensor Nº 377-9087 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	180,00	180,00	GATTES
677	Correia Serpentina Nº 277-8724 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	22,00	22,00	GATTES
678	Eixo de Comando Nº 394-1399 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	REX
679	Tampa Válvula da base Nº 298-4550 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	650,00	650,00	ITR
680	Chicote do Motor Nº 285-1973 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.800,00	2.800,00	FORTLUZ
681	Mecanismo da Válvula da Tampa Nº 304-8766 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	750,00	750,00	ITR
682	VENTILADOR DA HABITAÇÃO Nº 326-1876 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.250,00	1.250,00	MODEFER
683	VOLANTE Nº 165-6689 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.100,00	1.100,00	CAT
684	EIXO DE COMANDO DA EMBREAGEM Nº 216-8634 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.250,00	2.250,00	SUPREMA
685	ENGRENAGEM DO CENTRO Nº 235-1391 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.250,00	3.250,00	REX
686	BOMBA ÓLEO DO MOTOR Nº 225-8329 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.600,00	1.600,00	METISA
687	JUNTA REGULAGEM D'ÁGUA Nº 281-8744 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	68,00	68,00	CTP
688	KIT BOMBA DE ÁGUA Nº 354-4754 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.200,00	1.200,00	BOSCH
689	RADIADOR (ÓLEO) Nº 381-7228 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.750,00	2.750,00	CEP
690	PURIFICADOR DE AR Nº 386-2098 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	600,00	600,00	CEP
691	TANQUE DE REFRIGERAÇÃO Nº 345-1237 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	750,00	750,00	CEP
692	COBERTURA DE LIMPEZA DE AR Nº 361-3524 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	380,00	380,00	ITR
693	SILENCIOSO Nº 381-7156 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.900,00	1.900,00	ITR
694	SENSOR DE PRESSÃO Nº 313-1663 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	500,00	500,00	CEP
695	KIT SENSOR Nº 378-5273 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	CEP
696	Motor de Partida - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	2.500,00	2.500,00	BOSCH
697	MONITOR ELETRÔNICO Nº 388-7412 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	5.500,00	5.500,00	CAT
698	RESISTÊNCIA Nº 6T-3610 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	250,00	250,00	BOSCH
699	CONVERSOR DE POTÊNCIA Nº 340-7160 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.900,00	3.900,00	BOSCH
700	SENSOR DE ÂNGULO Nº 334-1658 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	990,00	990,00	CEP
701	SENSOR DE TEMPERATURA Nº 256-6453 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	290,00	290,00	CEP
702	DISJUNTOR DO PAINEL Nº 379-8291 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	110,00	110,00	BOSCH
703	CABO DA CORREIA Nº 35-2093 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	150,00	150,00	ITR
704	SENSOR DE COMPACTAÇÃO Nº 390-1735 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	4.500,00	4.500,00	BOSCH
705	EIXO DE DIREÇÃO Nº 325-3644 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	3.200,00	3.200,00	CAT
706	FLANGE DA RODA Nº 216-1609 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	700,00	700,00	ITR
707	CUBO Nº 226-4364 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	2.500,00	2.500,00	CEP
708	PISTÃO DE FREIO Nº 371-1921 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.250,00	1.250,00	ITR
709	TAMBOR Nº 361-3469 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	40.000,00	40.000,00	CAT
710	TAMBOR ACOLCHOADO Nº 361-3471 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	45.000,00	45.000,00	CAT
711	SENSOR DE VELOCIDADE Nº 319-6491 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	ITR
712	PISTÃO DO MOTOR Nº 353-5927 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	800,00	800,00	ITR
713	TRANSMISSOR Nº 216-1601 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.150,00	1.150,00	BOSCH
714	FLANGE DE NYLON Nº 102-1733 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	252,00	252,00	CTP
715	CAPÔ Nº 355-3180 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	5.700,00	5.700,00	CTP
716	VÁLVULA DE ALÍVIO Nº 204-1458 - ROLO COMPCTADOR CATERPILLAR CS 54B, ANO 2014	1	UND	1.920,00	1.920,00	ITR

717	Vidro dianteiro/parabrisa - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	2.880,00	2.880,00	AMERICA LATINA
718	Vidro lateral direito - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.320,00	1.320,00	AMERICA LATINA
719	Vidro lateral esquerdo - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.320,00	1.320,00	AMERICA LATINA
720	Vidro traseiro - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	1	UND	1.710,00	1.710,00	AMERICA LATINA
721	Espelho retrovisor - Rolo Compactador Cat CS54B, Ano 2014	2	UND	252,00	504,00	ITR
722	LAMINA DA CONCHA DIANTEIRA 9R4672 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	4.080,00	8.160,00	METISA
723	DENTE DE CANTO LE 3004161 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	225,00	450,00	YCT
725	PINO DAS CAÇAMBAS 1680444 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	260,00	1.040,00	PIN
726	ARRUELA DE CALÇO 9R158 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	39,00	78,00	FEY
728	DENTE DE CANTO LD 3004161 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	235,00	470,00	YCT
729	PINO DA CONCHA DIANTEIRA 3611110 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN
730	BUCHA DO CHASSI 1361122 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	252,00	1.008,00	PIN
731	PINO 2096850 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
732	VEDADOR 6V4364 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	APC
733	BUCHA 2785454 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	234,00	936,00	PIN
734	VEDADOR 5P4251 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	36,00	36,00	APC
735	BUCHA DE BRONZE 2370944 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	CEP
736	PINO 3693473 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	430,00	1.720,00	PIN
737	PINO 3602822 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	400,00	1.600,00	PIN
738	VEDADOR 6V3213 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC
740	CAIXA DA PLANETÁRIA 2295080 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	4.500,00	4.500,00	REX
741	ENGRENAGEM PLANETÁRIA 2105934 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.000,00	2.000,00	REX
742	ROLAMENTO DE GAIOLA 2198783 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	KG
743	ENGRENAGEM PLANETÁRIA 2161608 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.300,00	2.300,00	REX
744	ESPAÇADOR 210397 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	160,00	160,00	CEP
745	COROA ANELAR 2264364 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.900,00	5.900,00	SUPREMA
746	RETENTOR 2103098 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	130,00	130,00	CORTEGO
747	ROLAMENTO 1367808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	880,00	880,00	KG
748	FLANGE DA CRUZETA 2164464 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.450,00	1.450,00	ITR
749	RETENTOR DA FLANGE 2088240 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	160,00	160,00	SABÓ
750	BOMBA DA TRANSMISSÃO - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	7.300,00	7.300,00	MEDAL
751	EIXO DA BOMBA DE TRANSMISSÃO 3837974 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.450,00	2.450,00	SUPREMA
752	ROLAMENTO DO EIXO 4259213 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	800,00	800,00	KG
753	ANEL TRAVA DO EIXO 1H8128 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	APC
754	CORREIA DO MOTOR 3900536 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	GATTES
755	HÉLICE DO MOTOR 3602827 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	990,00	1.980,00	ITR
756	COXIM DO MOTOR 4608764 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	8	UND	380,00	3.040,00	SAMPEL
757	RETENTOR DO VIRABREQUIM 2880422 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	170,00	170,00	SABÓ
758	JUNTA DO COLETOR 2258536 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	100,00	100,00	CTP
759	RESFRIADOR DE ÓLEO 2256817 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.200,00	2.200,00	CEP
760	BOMBA DA TRANSFERÊNCIA 2289139 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.200,00	1.200,00	FEY
761	ARRUELAS DE AJUSTE 2097473 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	78,00	156,00	FEY
762	ARRUELAS DE AJUSTE 2198751 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	75,00	150,00	FEY
763	ROLAMENTO DO CUBO 2164458 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	KG
764	ROLAMENTO DO PINHÃO 2164461 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	965,00	965,00	KG
765	ROLAMENTO DA FLANGE 2105932 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	860,00	860,00	KG
766	RETENTOR DA FLANGE 2295292 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	190,00	190,00	APC
767	RETENTOR DO CUBO DIANTEIRO 2310688 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	245,00	245,00	APC
768	ROLAMENTO DO EIXO DIANTEIRO 2074263 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	896,00	896,00	KOYO
769	ROLAMENTO DO CUBO DIANTEIRO 2074267 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	KOYO
770	TERMINAL DE DIREÇÃO 2099886 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	680,00	1.360,00	BEJOL
771	DISCO DE FRICÇÃO 2385291 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	28	UND	786,00	22.008,00	ITR
772	SEPARADOR DO DISCO 1990786 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	28	UND	500,00	14.000,00	ITR
773	CRUZETA DO CARDAN 1179887 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR	4	UND	800,00	3.200,00	SKF

	416F, ANO 2018					
774	CONJUNTO DO CARDAN DIANTEIRO 2495276 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.300,00	5.300,00	SUPREMA
775	ANEL TRAVA DO TAMBOR 2103100 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	70,00	70,00	APC
776	ENCOSTO DE MOLA 2780218 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	CEP
777	MOLA DA TRANSMISSÃO 1470238 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	CEP
778	BOMBA D'ÁGUA 3541672 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.350,00	1.350,00	DELPHI
779	BOMBA DE ÓLEO DO MOTOR 2258329 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.780,00	1.780,00	BOSCH
780	CABEÇOTE DO MOTOR 2474868 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	11.300,00	11.300,00	BOSCH
781	Tampa do Tanque de Combustível - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	190,00	190,00	ITR
782	Vela Aquecedora, n° 2326662 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	120,00	120,00	CEP
783	Rolamento Diferencial, n°1367808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	935,00	935,00	KG
784	Rolamento Diferencial, n°2164461 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.100,00	1.100,00	KG
785	Porca do Eixo, n°2097454 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	99,00	99,00	FEY
786	Arruela do Diferencial, n°2097462 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	80,00	80,00	FEY
787	Luva do Cubo, n°2097463 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	330,00	330,00	REX
788	Acoplamento do Eixo, n° 2164464 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.250,00	1.250,00	ITR
789	Pinhão do Diferencial, n°2172868 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	REX
790	Tampa do Diferencial, n°2168687-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.650,00	1.650,00	CEP
791	Pino do Diferencial, n°2097455 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	280,00	280,00	PIN
792	Bucha do Diferencial, n°190673 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	196,00	196,00	PIN
793	Colar do Diferencial, n°1990756 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	360,00	360,00	CEP
794	Tampa do Diferencial, n°1990784 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.480,00	1.480,00	CEP
795	Pino do Diferencial, n°1990807 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN
796	Pino do Diferencial, n° 1990808 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN
797	Eixo do Diferencial, n°2310670 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.100,00	3.100,00	REX
798	Eixo do Diferencial, n°2310696 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	REX
799	Retentor Diferencial, n°2310697 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	SABÓ
800	Placa do Conversor, n°1179713 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	637,00	637,00	ITR
801	Placa do Conversor, n°1117906 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	637,00	637,00	ITR
802	Rolamento da Roda, n°2105932 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.027,00	1.027,00	SKF
803	Flange da Roda, n°2161602 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.592,00	1.592,00	REX
804	Retentor da Roda, n°87415728 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	228,00	228,00	APC
805	Bucha da Transmissão, n°2097460 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	293,00	1.172,00	PIN
806	Retentor da Transmissão, n°2097465 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	APC
807	Retentor da Transmissão, n°2295092 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	APC
808	Porca Da Transmissão, n°2264366 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	117,00	468,00	FEY
809	Engrenagem da Transmissão, n°2172879 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	4.420,00	4.420,00	SUPREMA
810	Rolamento da Transmissão, n°1990656 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.073,00	1.073,00	NTN
811	Pino da Transmissão, n°1987811-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	293,00	1.172,00	PIN
812	Anel nº 4H6520- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	62,00	62,00	APC
813	Retentor da Transmissão, n°1990858 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	208,00	208,00	SABÓ
814	Rolamento da Transmissão, n°0951041-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.030,00	1.030,00	NTN
815	Rolamento da Transmissão, n°0938828-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	962,00	962,00	NTN
816	Cilindro de Freio, n°2161612- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.112,00	2.112,00	ITR
817	Cilindro de Freio, n°2161613- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.112,00	2.112,00	ITR
818	Cabo da Transmissão, n°7K1181-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	442,00	442,00	CEP
819	Pistão do Freio, n°1990752- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	ITR
820	Bucha do Freio, n°2125712- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	196,00	784,00	ITR
821	Cilindro de Freio, n°2198835- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.555,00	2.555,00	ITR
822	Reparo do Cilindro Freio, n°2172347 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	APC

823	Reparo do Cilindro Freio, n°2172349- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	686,00	686,00	APC
824	Terminal Direção, n°2074272- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	896,00	896,00	BEJOL
825	Retentor da Direção, n°1987825- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	154,00	154,00	SABÓ
826	Pino da Direção, n°1987838- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	315,00	1.260,00	PIN
827	Tampa da Direção, n°2074271- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	826,00	826,00	ITR
828	Flange da Direção, n°2310683- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.575,00	1.575,00	REX
829	Rolamento da Direção, n°1545404-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.015,00	1.015,00	NTN
830	Cilindro da Direção, n°2145097-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.460,00	5.460,00	NTN
831	Rolamento da Direção, n°1987823- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	966,00	966,00	KG
832	Capa do Rolamento da Direção, n° 6D1734- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	336,00	336,00	KG
833	Mangueira da Direção, n°2153882-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	406,00	406,00	CEP
834	Mangueira da Direção, n°2153883- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	406,00	406,00	CEP
835	Mangueira da Direção, n°2178199-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	434,00	434,00	CEP
836	Mangueira da Direção, n°2178200-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	434,00	434,00	CEP
837	Cotovelo da Direção, n°1488369- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	126,00	126,00	CTP
838	Cotovelo da Direção, n°1488373- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	126,00	126,00	CTP
839	Cotovelo da Direção, n°6V8723- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	180,00	180,00	CTP
840	Retentor Bomba da Direção, n°7X9866- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	150,00	150,00	SABÓ
841	Reparo da Direção, n°2147469-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	APC
842	Pino da Direção, n°1322558- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	400,00	1.600,00	PIN
843	Coxin do Chassi, n°2525522- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	750,00	3.000,00	SAMPEL
844	Coxin do Chassi, n°2525523- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	750,00	3.000,00	SAMPEL
845	Arruela do Chassi, n°9R0366- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	70,00	140,00	FEY
846	Bucha do Chassi, n°2136702- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
847	Bucha do Chassi, n°2370944- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	460,00	1.840,00	PIN
848	Bucha do Chassi, n°2627043- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN
849	Anel nº5J1086- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	39,00	39,00	APC
850	Bucha do Chassi, n°2785454- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
851	Anel nº5K5129-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC
852	Bucha do Chassi, n°9R4110 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
853	Anel nº5M6200- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	40,00	40,00	APC
854	Bucha do Chassi, n°9R0431- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	352,00	1.408,00	PIN
855	Bucha do Chassi, n°2627044- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	350,00	1.400,00	PIN
856	Bucha do Chassi, n°2787695- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	389,00	1.556,00	PIN
857	Parafuso do Chassi, n°1146099-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	55,00	55,00	FEY
858	Anel nº5V1086-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC
859	Amortecedor do Capo do Motor, n°2505881-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	410,00	820,00	NAKATA
860	Amortecedor do Capo do Motor, n°2549301-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	2	UND	420,00	840,00	NAKATA
861	Haste da Direção, n°214850- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.990,00	1.990,00	ITR
862	Bucha da Direção, n°9R2700- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	215,00	860,00	PIN
863	Pistão do Cilindro de Direção, n°2284136-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.500,00	1.500,00	ITR
864	Reparo da Direção, n°5J4986- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	800,00	800,00	APC
866	Bucha do Cilindro de Elevação, n°9T4007-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN
867	Reapro Estabilizadora, n°2332623- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	900,00	900,00	APC
868	Bucha Cilindro Giro, n°9T2883- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	200,00	800,00	PIN
869	Reparo Cilindro Giro, n°2332622- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	1.000,00	1.000,00	APC
870	Haste Cilindro Inclinação, n°9T3948-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.900,00	2.900,00	ITR
871	Bucha do Cilindro Inclinação, n°9R0320- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	230,00	920,00	PIN
872	Bucha Cilindro Inclinação, n°9T0766-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	220,00	220,00	PIN
873	Haste do Braço, n°8T5063- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	390,00	390,00	ITR
874	Placa do Braço, n°1307952- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	880,00	880,00	CEP

875	Haste do Braço, n°1067301- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.750,00	3.750,00	CTP
876	Valvula do Comando, n°2596758- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	6.300,00	6.300,00	CTP
877	Cilindro da Caçamba, n°9R4677-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	9.900,00	9.900,00	CTP
878	Pino Caçamba, n°9R4678- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN
879	Valvula, n°2826941- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.300,00	3.300,00	CEP
880	Bomba do Pistão, n°2477867- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	24.500,00	24.500,00	MEDAL
881	Reparo, n°2603150 - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	890,00	890,00	APC
882	Pino da Caçamba, n°9R3182- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	700,00	2.800,00	PIN
883	Pino da Caçamba, n°9R9373- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN
884	Eixo da Caçamba, n°1285010- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	3.100,00	3.100,00	REX
885	Pino da Caçamba, n°1305451- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	730,00	2.920,00	PIN
886	Pino da Caçamba, n°1326496- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	712,00	2.848,00	PIN
887	Bucha da Caçamba, n°9R6690- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	316,00	1.264,00	PIN
888	Pino da Caçamba, n°2136726- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	810,00	3.240,00	PIN
889	Bucha da Caçamba, n°2096181-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	330,00	1.320,00	PIN
890	Pino da Caçamba, n°1545278- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	699,00	2.796,00	PIN
891	Pino da Caçamba, n°1545279- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	673,00	2.692,00	PIN
892	Pino da Caçamba, n°1545280- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	700,00	2.800,00	PIN
893	Bucha da Caçamba, n°9R0162- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
894	Bucha da Caçamba, n°9R0170-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	312,00	1.248,00	PIN
895	Anel nº6G3206- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC
896	Bucha da Caçamba, n°2136687- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	320,00	1.280,00	APC
897	Anel nº6L1650- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	45,00	45,00	PIN
898	Pino da Caçamba, n°2136698- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	637,50	2.550,00	PIN
899	Bucha da Caçamba, n°2136703- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
900	Bucha da Caçamba, n°9R1107- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	299,00	1.196,00	PIN
901	Bucha da Caçamba, n°9R5828- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	300,00	1.200,00	PIN
902	Pino da Caçamba, n°9R4494- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	650,00	2.600,00	PIN
903	Bucha da Caçamba, n° 9R1104- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN
904	Pino da Caçamba, n°9R3933- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	720,00	2.880,00	PIN
905	Cabo, n°1340143- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	420,00	420,00	CEP
906	Lâmina, n°9R4672- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	5.100,00	5.100,00	METISA
907	Bucha da Caçamba, n°9R0111-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	280,00	1.120,00	PIN
908	Canto LD, n°9R5205- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	520,00	520,00	METISA
909	Canto LE, n°9R5206- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	520,00	520,00	METISA
910	Unha, n° 2085235- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	10	UND	580,00	5.800,00	YCT
911	Bucha da Concha, n°1680480- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	4	UND	379,00	1.516,00	PIN
914	Barra de Direção- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.099,00	2.099,00	BEJOL
915	Prisioneiro da Roda- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	20	UND	77,00	1.540,00	FEY
916	Arruela, n°8t5439- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	25,00	25,00	FEY
917	Reservatório, n°2143763- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	790,00	790,00	CEP
918	Haste, n°2385254- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	2.789,00	2.789,00	ITR
919	Anel nº6Y1115-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC
920	Reparo, n°2152023- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	990,00	990,00	APC
921	Anel nº7C5232-- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	38,00	38,00	APC
922	Pastilha Freio Estacionario, n°1271665-RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	866,00	866,00	CEP
923	Anel nº7D8225- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	37,00	37,00	APC
924	Indicador, n°3664622- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	660,00	660,00	CEP
925	Anel nº7G4822- - RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	35,00	35,00	APC
926	Indicador, n°2513231- RETROESCAVADEIRA CATERPILLAR 416F, ANO 2018	1	UND	699,00	699,00	CEP

VALOR TOTAL: R$ 707.004,20. Despesa: 611, 1765. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA: A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS: Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados.

Mariópolis, 02 de Outubro de 2026.

MARIO EDUARDO LOPES PAULEK
- Prefeito Municipal.

Publicado por:
Francisco Valdomiro Bueno
Código Identificador:DAAAAE34

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATINHOS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 354/2026

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 354/2026

PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇOS Nº 054/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 085/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE MATINHOS

CONTRATADA: 52.578.157 MILEIDI RODRIGUES

CNPJ: 52.578.157/0001-00

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE KITS LANCHE PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES DO TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO (TFD) E REUNIÕES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS), PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE MATINHOS

COTA PRINCIPAL					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Kit lanche individual para os pacientes do serviço TFD e reuniões do CAPS: suco da fruta integral com sabor variados (morango, laranja, uva, maracujá, etc...) 200ml; Tipo de Barra de Snack Food: Cereal, com sabores variados e no mínimo 24g; Mini bolo sem recheio, com sabores variados (laranja, cenoura, chocolate, baunilha, etc...) com no mínimo 40g; biscoito salgado integral crocante com no mínimo 25g.	Kit	18.750	R$9,82	R$184.125,00
TOTAL COTA PRINCIPAL					R$184.125,00
COTA RESERVADA					
ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID	QTD	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
2	Kit lanche individual para os pacientes do serviço TFD e reuniões do CAPS: suco da fruta integral com sabor variados (morango, laranja, uva, maracujá, etc...) 200ml; Tipo de Barra de Snack Food: Cereal, com sabores variados e no mínimo 24g; Mini bolo sem recheio, com sabores variados (laranja, cenoura, chocolate, baunilha, etc...) com no mínimo 40g; biscoito salgado integral crocante com no mínimo 25g.	Kit	6.250	R$9,82	R$61.375,00
TOTAL COTA RESERVADA					R$61.375,00
TOTAL GERAL					R$245.500,00

VALOR: R$245.500,00 (duzentos e quarenta e cinco mil e quinhentos reais).

PRAZO DE VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da data de assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 28/09/2026

Publicado por:
Ana Carolina Mucke Baron
Código Identificador:85B1EFD3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MATO RICO

MUNICÍPIO DE MATO RICO
DECRETO 025/2026 - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO

MUNICIPIO DE MATO RICO
ESTADO DO: PR
Exercício: 2026
Decreto n° 25/2026 de 16/09/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 733/2025 de 23/12/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$451.907,89 (quatrocentos e cinquenta e um mil e novecentos e sete reais e oitenta e nove centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
03		SECRETARIA DE ADMINISTRACAO	
03.001		DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	
03.001.04.122.0201.2.003		MANUTENCAO DE RECURSOS HUMANOS	
22 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	9.800,00
03.002		DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMONIO	
03.002.04.124.0201.2.004		MANUTENCAO E CONTROLE DE MATERIAL E PATRIMONIO	
30 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
32 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200,00
03.003		DEPARTAMENTO DE SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
03.003.04.122.0201.2.005		MANUTENCAO DOS SERVICOS ADMINISTRATIVOS	
41 - 3.3.22.93.00.00	1000	INDENIZACOES E RESTITUICOES	6.533,89
45 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	2.400,00
49 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.400,00
50 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	69.300,00
51 - 3.3.90.47.00.00	1000	OBRIGACOES TRIBUTARIAS E CONTRIBUTIVAS	23.000,00
03.004		FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA	
03.004.06.182.0601.2.007		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SEGURANCA PUBLICA	
58 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
04		SECRETARIA DE FINANCAS	
04.002		DEPARTAMENTO DE TRIBUTACAO	
04.002.04.129.0201.2.009		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRIBUTACAO E FISCALIZACAO	
80 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
81 - 3.3.90.40.00.00	1000	SERVICOS DE TECNOLOGIA DA INFORMACAO E COMUNICACAO - PESSOA JURIDICA	8.300,00
05		SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVICOS URBANOS	
05.001		DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES	
05.001.26.782.2601.1.005		CONSTRUCAO E RECONSTRUCAO DE PONTES E BUEIROS	
94 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	10.000,00
05.001.26.782.2601.2.011		MANUTENCAO DOS SERVICOS DE TRANSPORTE	
112 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.000,00
05.002		DEPARTAMENTO DE OBRAS	
05.002.17.511.1701.2.013		MANUTENCAO DOS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	
128 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	5.800,00
130 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.000,00
06		SECRETARIA DE EDUCACAO E CULTURA	
06.001		DEPARTAMENTO DE EDUCACAO	
06.001.12.361.1201.2.023		MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	
199 - 3.3.90.30.00.00	1104	MATERIAL DE CONSUMO	37.000,00
202 - 3.3.90.39.00.00	1104	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	1.500,00
Suplementação			
06.001.12.361.1201.2.024		MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR	
204 - 3.3.90.32.00.00	1104	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	30.000,00
06.001.12.367.1201.2.026		MANUTENCAO DA SUBVENCAO A APAE MATO RICO	
226 - 3.3.90.30.00.00	1103	MATERIAL DE CONSUMO	1.300,00
06.002		DEPARTAMENTO DE CULTURA	
06.002.13.392.1301.2.027		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES CULTURAIS	
234 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
238 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	200,00
08		SECRETARIA DE SAUDE	
08.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
08.002.10.301.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
270 - 3.3.71.70.00.00	1303	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	33.000,00
271 - 3.3.90.14.00.00	1303	DIARIAS - CIVIL	6.000,00
278 - 3.3.90.93.00.00	1303	INDENIZACOES E RESTITUICOES	3.200,00
08.002.10.302.1001.2.029		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
281 - 3.3.90.39.00.00	1303	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	25.000,00
09		SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002		FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
09.002.08.244.0801.2.034		MANUTENCAO DOS SERVICOS EVENTUAIS	
309 - 3.3.90.32.00.00	1000	MATERIAL, BEM OU SERVICO PARA DISTRIBUICAO GRATUITA	17.000,00
09.002.08.245.0801.2.031		MANUTENCAO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	
324 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	8.200,00
09.002.08.245.0801.2.033		MANUTENCAO DO CRAS	
330 - 3.3.90.14.00.00	1000	DIARIAS - CIVIL	1.000,00
09.003		FMDCA - FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
09.003.08.243.0801.6.036		MANUTENCAO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANCA E DO ADOLESCENTE	
347 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	100,00
10		SECRETARIA DE AGROPECUARIA, INDUSTRIA E COMERCIO	
10.001		DEPARTAMENTO DE AGROPECUARIA	
10.001.20.608.2001.2.038		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES AGROPECUARIAS	
370 - 3.3.71.70.00.00	1000	RATEIO PELA PARTICIPACAO EM CONSORCIO PUBLICO	2.224,00
373 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	33.100,00
377 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	5.000,00
10.001.20.608.2001.2.040		MANUTENCAO DA UNIDADE DE TRATAMENTO DE MADEIRA	
387 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	1.000,00
11		SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	
11.001		DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE	
11.001.18.541.1801.2.015		MANUTENCAO DA GESTAO E GERENCIAMENTO DE RESIDUOS SOLIDOS URBANOS	
414 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	7.000,00
416 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	600,00
11.001.18.541.1801.2.041		MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DE PROTECAO AO MEIO AMBIENTE	
425 - 3.3.90.30.00.00	1000	MATERIAL DE CONSUMO	22.000,00
11.001.18.541.1801.2.042		MANUTENCAO DAS UNIDADES DE CONSERVACAO E RPPNS	
438 - 3.3.90.39.00.00	1000	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	27.750,00
13		SECRETARIA DA MULHER	
Suplementação			
13.001		DEPARTAMENTO DE POLITICA PARA AS MULHERES	
13.001.14.422.1401.2.050		PROMOCAO DAS POLITICAS PUBLICAS PARA AS MULHERES	
460 - 3.3.90.30.00.00	31820	MATERIAL DE CONSUMO	29.000,00

		Total Suplementação:	451.907,89

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Excesso de arrecadação, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:

Receita	
Receita: 1.7.2.1.50.0.1 COTA-PARTE DO ICMS - PRINCIPAL - Fonte: 1000	422.907,89
Receita: 1.7.2.4.99.0.1.11 ESTRUTURAÇÃO DA GESTÃO E DA REDE DE PROTEÇÃO DOS	29.000,00
Total da Receita:	451.907,89

Art 3º - Este Projeto Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de MUNICIPIO DE MATO RICO, Estado do PR, em 16 de Setembro de 2026.

Publicado por:
Josiane Pereira Santos
Código Identificador:3135F16C

MUNICÍPIO DE MATO RICO
HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº18/2026

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito Municipal de Mato Rico/Pr, Edelir de Jesus Ribeiro da Silva no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve

01 – HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação Nº	18/2026
Modalidade:	Pregão Eletrônico
Data pregão	08/09/2026
Objeto	Aquisição de móveis, eletrodomésticos e equipamentos eletrônicos para a Prefeitura Municipal de Mato Rico – PR, buscando atender às demandas das Secretarias Municipais.

Dotações Orçamentárias:
03- SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
03.003 – DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
03.003.04.122.0201.2005 – Manutenção dos Serviços Administrativos
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
05 - SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS
05.001 – DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES
05.001.26.782.2601.2011 – Manutenção do Departamento de Transportes
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
06 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
06.001 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
06.001.12.361.1201.2017– Manutenção do Departamento de Educação
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTES
07.001 – DEPARTAMENTO DE ESPORTES
07.001.27.812.2701.2028 – Manutenção das Atividades de Esportes e Lazer
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
08 - SECRETARIA DE SAÚDE
08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
08.002.10.301.1001.2029 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
09 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
09.002.08.245.0801.2031 – Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
10 - SECRETARIA DE AGRICULTURA, INDUSTRIA E COMÉRCIO
10.001 – DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA
10.001.20.608.2001.2038 – Manutenção das Atividades Agropecuárias
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
11 - SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO
11.001 – DEPARTAMENTO DE MEIO AMBIENTE
11.001.18.541.1801.2041 – Manutenção das Atividades de Proteção ao Meio Ambiente
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente
13 - SECRETARIA DA MULHER
13.001 – DEPARTAMENTO DE POLITICAS PARA AS MULHERES
13.001.14.422.1401.2050 – Manutenção das Políticas Públicas para as Mulheres
4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente

FORNECEDOR: V3 ELETRÔNICOS E MOVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA CNPJ: 05.060.654/0001-24

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
4	Fogão a gás 5 bocas. Especificações Técnicas: Material da Mesa: Aço Inox Escovado; Material da Tampa: Tampa de vidro; Tipo de Gás: GLP (conversível para GN);	atlas	UND	2	1.272,00	2.544,00

	Queimadores: 5 Queimadores com tecnologia de ponta; Tipo de Puxador: Puxador de metal; Tipo de Instalação: Fogão de Piso; Cor: Branca; Tipo de Acendimento: acendimento automático; Dimensões mínimas; Largura: 76,8 cm; Altura: 94,5 cm; Profundidade: 66,7 cm; Classificação Energética: Selo A (Mais economia no consumo de gás e energia); Grades (Trempes): Aço esmaltado; Quantidade de Grades no forno: 2 grades reguláveis; Revestimento do Forno: limpa fácil; Pés: Reguláveis; Capacidade mínima do forno: 95 litros					
8	Armário de Aço 4 gavetas. Especificações Técnicas: Material do Corpo: Corpo confeccionado em chapa de aço 26 (0,45 mm) e tampo superior em chapa 24 (0,60 mm) para maior robustez; Capacidade das Gavetas: 45 Kg de cada gaveta; Sistema de Deslizamento: Corrediças telescópicas; Segurança: Fechadura cilíndrica tipo Yale com trava simultânea, travando todas as gavetas com o giro de apenas uma chave (acompanha 2 chaves); Acabamento: Tratamento antiferruginoso por fosfatização e pintura eletrostática a pó (epóxi); Design Funcional: Puxadores embutidos; Dimensões aproximadas: Altura: 136,5 cm, Largura: 47 cm; Profundidade: 57 cm; Cor: Cinza padrão.	AÇO FOX	UND	10	1.165,03	11.650,30
9	Estante de aço 6 prateleiras. Especificações Técnicas: Material do Corpo: Corpo confeccionado em chapa de aço 26 (0,45 mm) e tampo superior em chapa 24 (0,60 mm) para maior robustez; Acabamento: Tratamento antiferruginoso por fosfatização e pintura eletrostática a pó (epóxi); Prateleiras: 6 prateleiras metálicas; Dimensões aproximadas: Altura: 198 cm; Largura: 92 cm; Profundidade: 40 cm; Cor: Cinza padrão; Capacidade: Suporta até 30 kg de peso distribuído por bandeja; Desmontável com reforço em chapa de aço 26.	lunasa	UND	20	429,89	8.597,80
10	Armário de Aço 2 portas. Especificações Técnicas: Material do Corpo: Corpo confeccionado em chapa de aço 26 (0,45 mm) e tampo superior em chapa 24 (0,60 mm) para maior robustez; Acabamento: Tratamento antiferruginoso por fosfatização e pintura eletrostática a pó (epóxi); Componentes internos: Prateleiras reguláveis do mesmo material; Dimensões aproximadas: Altura: 198 cm; Largura: 90 cm; Profundidade: 45 cm; Cor: Cinza Padrão.	aço fox	UND	4	1.710,00	6.840,00
11	Ar- condicionado 9.000 btus quente/frio 220 V. Especificações Técnicas: Consumo Atual de Energia: 800,00 kWh/ano; Índice de Desempenho de Resfriamento Sazonal: 7,00 Wh/Wh; Modo Espera: 2,00 W; Resistência à Maresia Sim; Nível de resistência à Maresia Alta; Wi Fi com Wi Fi; Vazão do Ar 600,00 m³/h; Dimensões aproximadas: Externa: Largura: 75,5 cm; Altura: 29,5 cm; Profundidade: 20 cm. Interna: Largura: 67cm; Altura: 45 cm; Profundidade: 24,5cm; Estilo: Split Hi-Wall Inverter; Cor: Branco; Eficiência Energética Classificação: A; Tipo de Gás: R-32.	elgin	UND	3	2.860,00	8.580,00
15	Cortina Ar. Especificações Técnicas: Vazão de Ar (m³/h): 2700 m³/h; Certificação Inmetro: Sim; Controle Remoto: Sim; Cor: Branco; Frequência (Hz): 60Hz; Instalação: Paredes/Teto; Dimensões aproximadas do Produto: Largura: 120 cm; Altura: 18,5 cm; Profundidade: 14,5 cm; Orientação: Horizontal; Certificação Inmetro: Sim; Cor: Branco; Potência: 230 W; Ruído: 51 dB(A); Tamanho da Cortina de Ar: 120 cm; Voltagem: 220V.	agratto	UND	2	695,80	1.391,60
23	Geladeira de 310 até 330 litros. Especificações Técnicas: Classificação Energética/Inmetro: A+++; Capacidade Líquida mínima: 310 Litros; Consumo (kWh): ~36,0 kWh/mês; Cor: Branco; Corrente (A): 1,2A; Degelo: Cycle Defrost; Faixa de Temperatura (ºC): -18 °C a 8 °C; Frequência (Hz): 60Hz; Dimensões aproximadas: Largura: 60 cm; Altura: 162 cm; Profundidade: 62 cm; Orientação: Vertical; Peso Líquido (Kg): 49kg; Prateleiras: Sim (com gavetão de legumes); Prateleiras Reguláveis: Sim; Quantidade de Portas: 1 porta; Voltagem: 127 V; Temperatura de Operação do Freezer: -18ºC.	consul	UND	3	2.498,78	7.496,34
24	Geladeira 420 litros duplex. Especificações Técnicas: Classificação Energética/Inmetro: A+++; Capacidade Líquida mínima: 420 Litros; Consumo (kWh): ~53,0 kWh/mês; Cor: Branca; Corrente (A): 1,6A; Degelo: Frost Free; Faixa de Temperatura (ºC): -18 °C a 5 °C; Frequência (Hz): 60Hz; Dimensões aproximadas: Largura: 70 cm; Altura: 176 cm; Profundidade: 73 cm; Orientação: Vertical; Peso Líquido (Kg): 68kg; Prateleiras: Sim (com gavetão de legumes e compartimento de congelamento rápido); Prateleiras Reguláveis: Sim; Quantidade de Portas: 2 portas (Duplex); Voltagem: 127 V; Temperatura de Operação do Freezer: -18ºC	consul	UND	5	5.020,00	25.100,00
25	Cadeira para escritório. Especificações Técnicas: Material do Assento: Madeira Multilaminada + Espuma Injetada Poliuretano; 45 Kg /m³; Revestimento: Material Sintético PVC (Alta durabilidade e fácil limpeza); Modelo: Presidente; Peso Suportado: 140 kg; Mecanismo de Reclinação: Sistema Relax com trava no ponto inicial e ajuste de pressão; Regulagem de Altura: Pistão a gás Classe 4; Material da Base (Pés): Metal Cromado de alta resistência; Tipo de Rodízios (Rodinhas): Nylon de duplo giro (ou PU Antirisco); Apoio de Braço: Fixo (ou Regulável) com estofamento superior; Dimensões aproximadas: Altura total: 115 cm; Altura do assento ao chão: 45 cm; Altura do encosto: 72 cm; Largura do assento: 50 cm; Profundidade do assento: 48 cm; Cor: Preta.	proflex	UND	50	766,85	38.342,50
27	Banqueta alta almofadada. Especificações Técnicas: Modelo: Banqueta Alta com Regulagem de Altura; Material da Estrutura: Aço Carbono Cromado ou com pintura eletrostática; Material do Assento: Estrutura em madeira moldada, estofada com espuma de alta densidade (D-24 a D-28); Revestimento do Assento: Couro Sintético (PU ou Ecológico) com costura reforçada; Mecanismo: Sistema de regulagem de altura por pistão a gás com alavanca lateral; Base: Giratória 360° com formato de disco (base vergalhão) e anel de borracha antiderrapante na parte inferior (protege o piso contra riscos); Conforto: Apoio para os pés integrado e ergonômico em aço cromado; Peso Suportado: Até 120 kg; Dimensões aproximadas: Altura (cm): 89 cm; Largura (cm): 35 cm; Profundidade (cm): 39 cm.	bulk	UND	10	477,98	4.779,80
31	Armário multiuso 2 portas. Especificações Técnicas: Modelo: Armário Multiuso Vertical; Material da Estrutura: MDP de alta qualidade; Material do Fundo: MDF; Espessura do Material: Portas, laterais e prateleiras fabricadas com chapas robustas de 15 mm; Quantidade de Portas: 2 portas com dobradiças metálicas de alta durabilidade; Quantidade de Prateleiras: 4 prateleiras internas; Acabamento e Pintura: Impressão UV com pintura em alto brilho; Puxadores: Design moderno com acabamento cromado; Dimensões aproximadas do Produto: Largura: 54,8 cm; Altura: 180,5 cm; Profundidade: 40,4 cm; Cor: Marfim	poquema	UND	5	674,00	3.370,00
38	Ventilador de coluna 40 cm. Especificações Técnicas: material Base de Apoio: Plástico injetado (com contrapeso de ferro); Hélice e Grades: Plástico; Haste Ajustável: Ferro ou Aço; Tipo: Ventilador de Coluna; Cor: Preto; Número de pás: 6; Diâmetro das hélices: 40cm; Material: Plástico de Engenharia; Potência: 135W; Voltagem: 127V; Rotação aproximada: até 1400 RPM; Controle de velocidade: manual (3 velocidades); Inclinação ajustável: sim; Timer: não; Controle remoto: não; Dimensões aproximadas: 51 x 40 x 27 cm	philco	UND	8	298,00	2.384,00
45	Liquidificador industrial com capacidade de 4 litros de baixa rotação. Especificações Técnicas: Capacidade do Copo: 4 litros; Material do Copo e Corpo: Aço inoxidável; Material da Tampa: Alumínio Repuxado; Tensão: 110 Volts; Frequência: 50/60 Hz; Potência: 1/HP /800Wats; Rotação: 3850RPM; Dimensões aproximadas: Altura: 62 Cm; Largura: 22 cm; Profundidade: 21 CM.	kd eletro	UND	6	817,03	4.902,18
46	Batedeira planetária com no mínimo 10 velocidades e capacidade minima de 4 litros. Especificações Técnicas: Material: Corpo em plástico com acabamento frontal em aço inox; Material da tigela: Aço Inox; Características especiais Antiderrapante, Tigela removível; Características da Tigela: Botão de articulação Base antiderrapante Possui partida suave; Voltagem: 110 Volts; Potência: 700; Tipo de controles Botão; Número de velocidades: 11; Consumo Aproximado de Energia: 0,7 kWh; Eficiência Energética: A; Dimensões: Largura: 37,5cm; Altura: 35,5cm; Profundidade: 24cm; Tampa antirrespingos;	britania	UND	3	440,00	1.320,00
47	Processador/ triturador de alimentos. Especificações Técnicas: Material: Aço	Sus304	UND	3	184,03	552,09

	Inoxidável; Potência 300W; Capacidade: 1,2 Litros; Voltagem: 110 Volts; Velocidade: 2 Velocidades / Alta-Baixa; Lâmina: Lâmina Dupla em Aço Inoxidável; Cor: Prata; Dimensões: Largura: 27 cm; Altura: 30 cm; Profundidade: 18 cm.					
48	Espremedor de frutas. Especificações Técnicas: Material: Plástico PP; Dupla rotação (horário e anti-horário); Cone: 2 em 1; Peneira: Integrada; Tampa: Protetora; Potência: 25W; Voltagem: Disponível em 127V; Jarra: 1,25 litro; Trava de segurança: sim; Desmontável: Sim; Guarda-fio: Sim; Desmontável: Sim; Cor: Branca; Cone: 2 em 1; Dimensões aproximadas: Altura: 22 cm; Largura: 24 cm; Comprimento: 17,5 cm.	mondial	UND	5	168,03	840,15
51	Micro-ondas 20 litros. Especificações Técnicas: Material: Metal, Vidro e Plástico; Capacidade Total: 20L; Cor: Branco; Instalação: de Mesa; Potência: 1100W; Níveis de Potência: Diâmetro do Prato: 25cm; Painel: Digital; Eficiência Energética: A; Voltagem: 127V; Funções: Receitas pré-programadas: Sim; Prato giratório: Sim; Relógio Digital: Sim; Trava de segurança: Sim; Frequência 60 Hz; Dimensões aproximadas: Largura: 45cm; Altura: 16,2cm; Profundidade: 35,3cm.	philco	UND	4	691,00	2.764,00
53	Forno elétrico 40 litros. Especificações Técnicas: abertura da Porta: Frontal; Acabamento Interno do Forno: Alumínizado; Acompanha Grade: Sim; Autolimpante: Não; Bandeja Para Resíduos: Sim; Capacidade Total do Forno: 40 litros; Chave Seletora: Com 4 funções; Consumo de Energia do Forno: 1,2 kWh; Voltagem: 127 V; Dimensões aproximadas Externas do Forno: Largura: 50 cm; altura: 35 cm; Profundidade: 40,2 cm. Dimensões aproximadas Internas do Forno: Largura: 37 cm; Altura: 30 cm; Profundida: 34 cm; Dourador: Sim; Frequência: 60Hz; Grill: Sim; Isolamento Térmico: Sim; Pés Antiderrapante: Sim; Potência do Forno: 1500W; Temperatura do Termostato: Até 230°C; Tempo Total do Timer: 60 minutos; Desligamento Automático: Sim; Sinal sonoro: Sim; Cor: branca	fogatt	UND	3	670,09	2.010,27
54	Forno industrial 100cm. Especificações Técnicas: Material: Corpo produzido em Aço Carbono; Material da Porta: Vidro temperado; Capacidade: 230 Litros; Possui 04 Pedras Refratárias; Queimadores: 06; Consumo de Gás: 1000 g/h; Termômetro na lateral do forno; Isolamento térmico em lã de rocha; Câmara com 02 trilhos para regulagem de altura; Pés super resistentes e piso em pedra refratária; Acompanha 01 Grade; Dimensões aproximadas Interna: Altura: 25,5 cm; Largura: 95 cm; Comprimento: 95 cm; Dimensões aproximadas Externa: Altura: 144 cm; Largura: 110 cm; Comprimento: 110 cm; Sistema de abertura tipo guilhotina.	venancio	UND	5	3.215,03	16.075,15
55	Freezer horizontal 1 porta 293 litros. Especificações Técnicas: Tipo: Freezer Horizontal; Material: Aço pré-pintado; Capacidade: 293L; Consumo: 20,8 kWh/mês; Frequência: 60 Hz; Voltagem: 127 V; Tampa: Balanceada; Potência: 90 watts; Turbo congelamento: Não; Funções: Congelador e refrigerador; Temperatura: -18ºC a -25ºC no modo Freezer e 2ºC a 8ºC no modo Refrigerado; Gás refrigerante: R134; Dreno: Frontal; Gabinete: Em aço pintado; Puxadores: Ergonômico; Dimensões aproximadas: Altura: 84,4cm; Largura: 106,5cm; Profundidade: 59,2cm; Classificação Energética: A; Cor: Branca; Sistema Desgelo: manual.	consul	UND	2	2.615,03	5.230,06
57	Máquina de lavar Roupa 16 Quilos. Especificações Técnicas: Modelo: Lavadora de Roupas Automática (Abertura Superior); Capacidade de Lavagem: 16 kg (Ideal para edredons e grandes volumes); Voltagem: 127 V; Frequência: 60 Hz; Classificação Energética: A; Programas de Lavagem: Mínimo de 6 programas integrados (incluindo ciclos para Roupas Delicadas, Pesadas/Edredom, Dia a Dia e Lavagem Rápida); Controle de Água: 5 níveis de água (permite ajustar o consumo exato de acordo com a quantidade de roupa, evitando desperdícios); Material do Cesto: Aço inox; Dimensões aproximadas: Altura 1,06m; Largura 63cm; Profundidade 71cm.	brastemp	UND	4	2.605,03	10.420,12
58	Tanquinho de lavar roupa 4 kg. Especificações Técnicas: Modelo: Lavadora Semiautomática (Tanquinho); Material do Gabinete: Plástico Polipropileno de alta resistência; Capacidade de Lavagem: 4 kg (Ideal para roupas do dia a dia, panos de prato e peças leves); Voltagem: 127 V; Frequência: 60 Hz; Cor: Branca; Sistema de Lavagem: Por turbilhonamento; Painel de Controle: Timer analógico manual de fácil manuseio; Entrada e Saída de Água: Manual; Programas de Lavagem: 4 programas de lavagem dedicados; Função: Função Molho automática; Dimensões aproximadas Altura: 90,3 cm; Largura: 52 cm; Profundidade: 59 cm.	wanke	UND	5	695,03	3.475,15
64	Ar- condicionado 21.000 btus quente/frio 220V Sistema Inverter. Especificações Técnicas: Ciclo Quente/Frio; Tipo de Gás: R410A; Medida aproximadas Evaporadora (int.) Largura: 22,8 cm; Altura: 31,6 cm; Profundidade: 101 cm. Medidas aproximadas Condensadora (ext.) Largura: 34,9 cm; Altura: 85,3 cm; Profundidade: 60,2 cm; Cor da Evaporadora (Interna): Branco; Distância Máxima entre Evaporadora e Condensadora (m): 15m; Serpentina: Cobre; Tubulação (Bitolas): 1/4 e 1/2; Consumo Aproximado de Energia (kWh): 1776 kWh/ano; Vazão de Ar (m^3/h): 1050/1050m^3/h; Comprimento dos Tubos Mínimo (m): 2m; Controle Remoto: Sim; Cor da Condensadora (Externa): Branco; Corrente Máxima: F 12,0A / Q 11,7A; Corrente Nominal: F 9,2A / Q 9,0A; Desnível Máximo de Instalação: 5m; Fase: Monofásico; Filtro: Filtro + Carvão ativado; Frequência (Hz): 60Hz.	philco	UND	4	3.910,03	15.640,12
67	Televisor Smart TV 43 Polegadas. Especificações Técnicas: Modelo: Televisor Smart TV LED; Tamanho da Tela: Polegadas: 43; Resolução em pixel: 1920 x 1080 pixels (Full HD); Taxa de Atualização: 8ms / 60Hz; Tipo de painel: IPS; Tecnologia da tela: D-LED; Formato da tela 16:9; Ângulo de visão: Typ (H:178,V:178); Brilho: Typ (Min:150cd/m2;Typ:180cd/m2); Closed Caption; Conversor Digital Integrado; PIP; Quantidade de entradas HDMI: 3; Potência do Áudio: 8W + 8W; Itens inclusos: 1 - SMART TV 43", 1 - Controle remoto, 2 – Pedestais, 1 - Cabo de Força, 1 - Cabo A/V, 6 - Parafusos, 2 - Pilhas AAA; Manual de Instruções; Dimensões aproximadas: Altura: 55,9 cm; Largura: 95,9 cm; Profundidade: 7,2 cm com pedestais.	aiwa	UND	2	1.902,03	3.804,06
Total					188.109,69	

Fornecedor: V3 Eletrônicos E Moveis Para Escritório Ltda CNPJ: 05.060.654/0001-24
Valor total R$ 188.109,69 (cento e oitenta e oito mil centos e nove reais e sessenta e nove centavos).

FORNECEDOR: GUIMARAES E SOARES LTDA ME CNPJ: 17.330.681/0001-59

Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
	1	Fogão a gás 4 bocas. Especificações Técnicas: Material da Mesa: Aço Inox Escovado; Material da Tampa: Tampa de vidro; Tipo de Gás: GLP (conversível para GN); Queimadores: 4 Queimadores com tecnologia de ponta; Tipo de Puxador: Puxador de metal; Tipo de Instalação: Fogão de Piso; Cor: Branca; Tipo de Acendimento: acendimento automático; Dimensões mínimas; Largura: 50 cm; Altura: 95 cm; Profundidade: 65 cm; Classificação Energética: Selo A (Mais economia no consumo de gás e energia); Grades (Trempes): Aço esmaltado; Quantidade de Grades no forno: 2 grades reguláveis; Revestimento do Forno: limpa fácil; Pés: Reguláveis; Capacidade mínima do forno: 60 litros.	atlas	UND	4	R$ 923,40	R$ 3.693,60
	2	Fogão a gás 6 bocas. Especificações Técnicas: Material da Mesa: Aço Inox Escovado; Material da Tampa: Tampa de vidro; Tipo de Gás: GLP (conversível para GN); Queimadores: 6 queimadores com tecnologia de ponta; Tipo de Puxador: Puxador de metal; Tipo de Instalação: Fogão de Piso; Cor: Branca; Tipo de Acendimento: acendimento automático; Dimensões mínimas; Altura: 91 cm; Largura;74 cm; Profundidade: 60 cm; Classificação Energética: Selo A (Mais economia no consumo de gás e energia); Grades (Trempes): Aço esmaltado; Quantidade de Grades no forno: 2 grades reguláveis; Revestimento do Forno: limpa fácil; Queimador rápido 2/1,8kw; Queimador semi rápido 4/ 1,6kw; Potência do queimador do forno 3,3kw; Temperatura do forno 180º a 270º; Pés: Reguláveis; Capacidade mínima do forno: 80 litros	itatiaia	UND	4	R$ 1.414,54	R$ 5.658,16
	3	Fogão Industrial 4 bocas. Especificações Técnicas: Material: Chapa de aço carbono reforçada com pintura epóxi; Queimadores: 4 unidades em ferro fundido de alto rendimento com 6 chuveirinhos cada; Grelhas (Trempes): Fabricadas em ferro fundido, medindo aproximadamente 30cm x 30cm; Mesa: Perfil 7 reforçado, com canais para escoamento e fácil limpeza; Tipo de Gás: GLP (Gás Liquefeito de Petróleo); Sistema de Pressão: Baixa Pressão; Acendimento: Manual; Dimensões mínimas: Altura: 80 cm; Largura: 74 cm; Comprimento: 82,5 cm; Consumo de gás aproximado: 0,300 kg/h por queimador; Capacidade mínima do forno: 87 litros.	cristal aco	UND	5	R$ 2.038,93	R$ 10.194,65

	5	Purificador de água eletrônico refrigerado. Especificações Técnicas: Material do Reservatório de água: Polipropileno atóxico; Tubulações internas: Tubos flexíveis ou mangueiras em silicone atóxico; Acabamento externo: Plástico ABS; Sistema de resfriamento: Placa termoelétrica (efeito Peltier); Cor: branca; Bandeja removível; Dimensões mínimas: Largura: 24cm; Altura: 32,8cm; Profundidade: 29,6cm; Voltagem: Bivolt; Tipo de Tomada: 10A; Consumo Aproximado de Energia: 8,2 kWh/mês; Instalação de Mesa ou Fixação na Parede; Capacidade mínima: 2,5 litros de água.	colormaq	UND	8	R$ 837,39	R$ 6.699,12
	6	Bebedouro de água compressor de coluna. Especificações Técnicas: Material do Gabinete: Chapa de Aço Pintada a pó; Bandeja Coletora: Removível e fácil de limpar; Sistema de Refrigeração: Compressor; Capacidade do Reservatório mínimos: 2 Litros; Capacidade de Refrigeração: 1,6 L/h; Compatibilidade de Garrafão: 10 Litros; Temperaturas da Água: Natural e Gelada; Controle de Temperatura: Termostato Regulável (Vários níveis); Potência: 97 W; Gás Refrigerante: R134a; Torneiras: 2 Torneiras super-resistentes; Dimensões aproximadas: Largura: 31,8 cm; Profundidade: 32,1 cm; Altura: 100,7 cm; Voltagem: Bivolt (110V - 220V).	Belliere	UND	4	R$ 1.750,00	R$ 7.000,00
	7	Bebedouro Industrial. Especificações Técnicas: Material Externo: Chapa de Aço Inox 430; Material Interno: Reservatório em Polipropileno (PP) atóxico e serpentina em Aço Inox 304; Isolamento Térmico: Injetado em EPS; Gás Ecológico: R134a; Controle de Temperatura: Termostato ajustável com até 7 níveis Temperatura da Água: Entre 5°C e 10°C graus; Potência: 220 W; Voltagem: Bivolt (110/220V); Dimensões aproximadas: Altura: 162,5 cm; Largura: 36 cm; Profundidade: 51,5 cm; Torneiras: 2 torneiras de alta vazão; Acessórios Inclusos: Filtro multiuso e mangueira de dreno; Capacidade: 50 Litros.	BLUE BEBEDOUROS	UND	5	R$ 2.746,00	R$ 13.730,00
	12	Ar-condicionado 24.000 btus quente/frio 220V Sistema Inverter. Especificações Técnicas: Quantidade de BTUs: 24000; Ciclo: Quente/Frio; Classificação Energética/Inmetro: A; Tecnologia: Inverter; Tipo de Gás: R-32; Dimensões aproximadas Interna: Largura: 99,8 cm; Altura: 34,5 cm; Profundidade: 21 cm; Dimensões aproximadas Externa: Largura: 87 cm; Altura: 65 cm; Profundidade: 33 cm; Serpentina: Cobre; Tubulação (Bitolas): 1/4 e 5/8; Consumo Aproximado de Energia (kWh): 761.1 kWh/Ano; Vazão de Ar (m³/h): Nominal 49 m³/min: Eficiência Energética EER (W/W): 3.34 W/W; Potência de Refrigeração: 1,930 W; Potência de Aquecimento: 1,890 W; Cor Branco.	philco	UND	2	R$ 4.489,00	R$ 8.978,00
	13	Ar- condicionado 12.000 btus quente/frio 220V sistema inverter. Especificações Técnicas: Quantidade de BTUs: 12000; Ciclo: Quente/Frio; Tecnologia: Inverter; Tipo de Gás: R-32; Dimensões aproximadas (int.): Largura: 19,2 cm; Altura: 27,5 cm; Profundidade: 79 cm. Dimensões aproximadas (ext.): Largura: 29 cm; Altura: 49,8 cm; Profundidade: 77,7 cm; Distância Máxima entre Evaporadora e Condensadora (m): 15m; Serpentina: Cobre; Tubulação (Bitolas): 1/4 e 3/8; Consumo Aproximado de Energia (kWh): 490 kWh/ano; Vazão de Ar (m³/h): 700/750 m³/h; Categoria: Ar-Condicionado Split Inverter; Comprimento dos Tubos Mínimo (m): 2m; Controle Remoto: Sim; Cor da Condensadora (Externa): Branco; Corrente Máxima: Frio 8,5A / Quente 6,5A; Corrente Nominal: Frio 5,9A / Quente 4,6A; Desnível Máximo de Instalação: 10m.	hq	UND	3	R$ 3.497,00	R$ 10.491,00
	14	Ar Condicionado 30.000 btus Frio Sistema Inverter. Especificações Técnicas: Quantidade de BTUs: 30000; Ciclo: Frio; Classificação Energética/Inmetro: A; Tecnologia: Inverter; Tipo de Gás: R-32; Dimensões aproximadas Interna: Largura: 109 cm; Altura: 32 cm; Profundidade: 22,5 cm; Dimensões aproximadas Externa: largura: 92,5 cm, Altura: 70,5 cm; Profundidade: 34,5 cm; Serpentina: Cobre; Tubulação (Bitolas): 1/4 e 5/8; Consumo Aproximado de Energia (kWh): 2638 (kWh) / 1.035 (kWh/ano); Vazão de Ar (m³/h): 1.090,12 (m³/h); Categoria: Ar-Condicionado Split Inverter; Corrente Elétrica Modo Refrigeração (A): 20,2A; Frequência (Hz): 60Hz; Nível de Ruído Unidade Externa: 59 (dBa); Nível de Ruído Unidade Interna: 50 (dBa); Potência: 8790W; Reinicio Automático: Sim; Remoção de Umidade l/h: 4,3; Timer: Sim; Voltagem: 220V	agratto	UND	2	R$ 6.810,48	R$ 13.620,96
	22	Geladeira 240 litros. Especificações Técnicas: Classificação Energética/Inmetro: A+++; Capacidade Líquida mínima: 240 Litros; Consumo (kWh): 20,1 kWh/mês; Cor: Branco; Corrente (A): 0,9A; Degelo Manual: Sim; Faixa de Temperatura (ºC): '-18 °C a 8 °C; Frequência (Hz): 60Hz; Dimensões aproximadas: Largura: 55 cm; Altura: 141 cm; Profundidade: 56,8 cm; Orientação: Vertical; Peso Líquido (Kg): 41kg; Prateleiras: Sim; Prateleiras Reguláveis: Sim; Quantidade de Portas: 1 porta; voltagem 127 V; Cor: Branca; Temperatura de Operação do Freezer: '-18ºC.	consul	UND	4	R$ 2.463,00	R$ 9.852,00
	28	Banqueta média almofadada. Especificações Técnicas: Modelo: Banqueta Média Fixa (Sem Encosto); Material da Estrutura: Aço Carbono com acabamento Cromado; Material do Assento: Base em madeira MDF/MDP, estofada com espuma de média densidade (D-23 a D-28); Revestimento do Assento: Couro Sintético (PU ou Corino); Cor: Preta; suporte aro em aço cromado de apoio para os pés; Segurança: Pés com ponteiras plásticas.	itagold	UND	10	R$ 445,00	R$ 4.450,00
	30	Poltrona aveludada decorativa. Especificações Técnicas: Material da Estrutura: Madeira Eucalipto e MDF; Espuma: D-23; Tecido: Veludo; Tipo de pés: 4 pés palito com base em madeira Fixa; Peso suportado: Até 90 Kg; Dimensões aproximadas: Largura: 59 cm; Profundidade: 65,5 cm; Altura: 88 cm; Cores neutras e claras.	porto decor arapongas	UND	2	R$ 584,00	R$ 1.168,00
	32	Sofá 3 lugares aveludado. Especificações Técnicas: Material da Estrutura: Madeira de reflorestamento Eucalipto; Revestimento; Tecido: Veludo; Acabamento: Fosco; Enchimento do Assento: Espuma de alta densidade (D-26 / D-28) com molas espirais ou ensacadas, que evitam deformações; Base: Pés em madeira; Encosto: Almofadas fixas com fibra siliconada 100% antialérgica; Capacidade: Acomoda confortavelmente até 3 pessoas; Dimensões aproximadas: Altura: 86,5 cm; Largura: 180 cm; Profundidade: 78 cm.	flash	UND	1	R$ 1.859,33	R$ 1.859,33
	37	Persiana tipo cortina. Especificações Técnicas: Composição do Tecido: 100% Poliéster com base emborrachada / revestimento Blackout; Controle Solar: Bloqueio total da luminosidade (100% Blackout) e isolamento térmico parcial; Lado do Comando: Direito; Tipo de Acionamento: Manual por cordão/corrente de esferas (Bola 10) de altíssima resistência; Estrutura: Tubo superior em alumínio reforçado e barra niveladora inferior; Dimensões aproximadas do Tecido metragem 2,2m largura x 1,4m altura: A largura real do tecido é 2,0 cm menor do que a largura total da estrutura (comando), devido aos suportes laterais; Kit de Instalação Incluso: Acompanha suportes para fixação, parafusos, buchas e manual de instalação; Indicação de Fixação: Pode ser instalada na parede, no teto ou dentro do vão da janela (embutida);	art persianas	UND	60	R$ 684,56	R$ 41.073,60
	39	Ventilador de mesa 40 cm. Especificações Técnicas: material Base de Apoio: Plástico injetado; Hélice e Grades: Plástico; Haste Ajustável: Ferro ou Aço; Cor: Preto; Potência: 80W; Rotação: 1500 RPM; Dimensões: Diâmetro da hélice: 40 cm; Largura: 44 cm; Altura: 44 cm; Profundidade: 18 cm; Eficiência energética: Classe C; Oscilação horizontal: Automática; Oscilação vertical: Manual; Função Turbo: Não; Potência: 80W; Consumo de energia aproximado: 0,08 kW/h; Voltagem: 127V; Silencioso: Sim; Desmontável: Sim.	ventisiol	UND	10	R$ 249,00	R$ 2.490,00
	40	Ventilador de mesa 30 cm. Especificações Técnicas: material Base de Apoio: Plástico injetado; Hélice e Grades: Plástico; Haste Ajustável: Ferro ou Aço; Cor: Preto; Rotação: 1500 RPM; Dimensões: Diâmetro da hélice: 30 cm; Largura: 36,5 cm; Altura: 36,5 cm; Profundidade: 18 cm; Eficiência energética: Classe C; Oscilação horizontal: Automática; Oscilação vertical: Manual; Função Turbo: Não; Consumo de energia aproximado: 0,08 kW/h; Voltagem: 127V; Potência: 52 W; Silencioso: Sim; Desmontável: Sim	ventisol	UND	10	R$ 153,87	R$ 1.538,70
	41	Climatizador/umidificador elétrico quente e frio. Especificações Técnicas: Estrutura Externa: Plástico ABS de alta resistência; Sistema de Filtro: Painel evaporativo tipo colmeia (fibras de celulose e resina) e pré-filtro lavável, que retém poeira e impurezas; Multifunção (4 em 1 ou 5 em 1): Ventila, umidifica, purifica e emite ar quente ou frio; Controle de Intensidade: 3 velocidades de ventilação (baixa, média e alta); Umidificação Inteligente: Melhora a umidade do ar, aliviando crises de rinite, sinusite e alergias Reservatório de 4,5 litros; Potência: 150W; Frequência: 60 Hz; Dimensões aproximadas do Produto Largura 33cm Altura 67cm Profundidade 33cm.	philco	UND	2	R$ 895,00	R$ 1.790,00
	44	Liquidificador com no mínimo 5 velocidades. Especificações Técnicas: Material do Copo: Acrílico super resistente (SAN Cristal); Capacidade Total do Copo: 2,7 Litros; Capacidade Útil do Copo: 1,75 Litros; Características especiais: Alça ergonômica e Bico de despejo; Potência: 1000 watts; Número de velocidades: 5; Voltagem: 110 Volts; Tipo de controles: Botão Rotativo; Dimensões aproximadas: Largura: 21cm; Altura: 40cm; Profundidade: 21,5cm; Consumo Aproximado de Energia: 0,90kw/h; Cor: Branca.	philco	UND	5	R$ 190,05	R$ 950,25
	49	Jogo de panela caçarolas 5 panelas antiaderente. Especificações Técnicas: Modelo: Jogo de Panelas Tipo Caçarola; Quantidade de Peças: 5 panelas + 5 tampas de vidro; Material do Corpo: Alumínio de alta qualidade (distribui o calor de forma uniforme); Espessura mínima do Alumínio: 2,0 mm; Revestimento Interno: Antiaderente Teflon; Revestimento externo: Pintura Siliconada preta; Material das Tampas: Vidro Temperado com saída de vapor e bordas em aço inox; Material das Alças e Poméis (Puxadores da tampa): Baquelite antitérmico e Nylon; Dimensões aproximadas: Caçarola 16: 16 cm x 10 cm; Caçarola 18: 18 cm x 8 cm; Caçarola 20: 20 cm x 9 cm; Caçarola 22: 22 cm x 9 cm; Caçarola 24: 24 cm x 10 cm	cozilar	UND	6	R$ 485,47	R$ 2.912,82
	50	Faqueiro 42 peças. Especificações Técnicas: Modelo: Jogo de Talheres Completo (Serviço para 6 Pessoas); Quantidade de Peças: 42 peças; Material: Aço Inox 18/10 de alta qualidade; Acabamento: Polimento extrabrilho com bordas arredondadas e suavizadas; Características das Facas: Facas de churrasco com lâminas temperadas e excelente fio de corte; Composição do Jogo (42 peças): 06 Colheres de Mesa; 06 Garfos de Mesa; 06 Facas de Churrasco; 06 Colheres de Sobremesa; 06 Garfos de Sobremesa; 06 Colheres de Chá; 06 Colheres de Café.	original line	UND	5	R$ 280,30	R$ 1.401,50
	52	Micro-ondas 31 litros. Especificações Técnicas: Modelo: Micro-ondas de Mesa; Capacidade Total: 31 Litros; Cor: Branco (com painel digital moderno); Painel: Digital; Eficiência Energética: A; Voltagem: 127 V; Diâmetro do Prato: 32,5 cm; Frequência: 60 Hz; Funções: Receitas pré-programadas: Sim; Prato giratório: Sim; Relógio Digital: Sim; Trava de segurança: Sim Dimensões aproximadas: Altura: 30,1 cm; Largura: 53,8 cm; Profundidade: 39,1 cm.	eletrolux	UND	4	R$ 817,00	R$ 3.268,00
	56	Freezer horizontal 2 Portas. Especificações Técnicas: Tipo: Freezer Horizontal; Material: Aço pré-pintado; Quantidade de Portas: 2 portas (com tampas cegas/balanceadas); Cor: Branca; Voltagem: 127 V; Capacidade Total: 534 Litros; Consumo de Energia: 72,1kWh/mês; Potência: 160W; Frequência: 60 Hz; Funções: Congelador e refrigerador; Temperatura: -18ºC a -25ºC no modo Freezer e 2ºC a 8ºC no modo Refrigerador; Material do Gabinete interno e externo: Aço pré-pintado de alta resistência; Gás Refrigerante Ecológico: R600a; Dreno de Degelo: Frontal; Sistema de Degelo: Manual; Puxadores: Ergonômicos; Dimensões aproximadas: Largura: 147,3cm; Altura: 96cm; Profundidade: 78cm.	consul	UND	4	R$ 5.036,34	R$ 20.145,36
	59	Tanquinho 10 kg. Especificações Técnicas: Material do Gabinete: Plástico Polipropileno de alta resistência (100% imune à ferrugem); Capacidade de Lavagem: 10 kg (Grande capacidade: ideal para edredons, cobertores, tapetes e grandes volumes de roupa); Voltagem: 127 V; Frequência: 60 Hz; Cor: Branca; Sistema de Lavagem: Por turbilhonamento com batedor gigante eficiente; Painel de Controle: Timer analógico manual de fácil manuseio; Programas de Lavagem: 5 programas de lavagem com intervalos para molho (configurações que vão desde o ciclo 'Super Pesado/Jeans' até o ciclo 'Leve/Delicado'); Filtro PegaFiapos: Integrado; Diferenciais de Design: Tampa transparente; Frequência: 60 Hz; Dimensões aproximadas: Altura: 96,5 cm; Largura: 48,5 cm; Profundidade: 56,2 cm.	britania	UND	3	R$ 797,00	R$ 2.391,00
	63	Chaleira Elétrica preto/inox 1,8 litros. Especificações Técnicas: Material do Corpo: Aço inox escovado; Capacidade: 1,8 Litros; Tensão: 127V; Potência: 1000W / 1500W; Consumo: 60 Hz; Base: Destacável com porta-cordão; Desligamento Automático: Sim; Jarra sem fio: Sim, com rotação 360°; Luz indicadora: Sim; Tampa: Plástico; Dimensões aproximadas: Altura: 18 cm; Largura: 23 cm; Comprimento: 18,8 cm.	top inox	UND	10	R$ 99,80	R$ 998,00

	68	Refrigerador vertical (expositor ou conservador) com capacidade líquida de no mínimo 300 litros. Especificações Técnicas: Tipo: Refrigerador vertical para conservação de produtos resfriados; Material do Gabinete Externo: Chapa de aço carbono com pintura eletrostática epóxi na cor branca; Revestimento Interno: Poliestireno (PS) atóxico de alta resistência; Isolamento Térmico: Poliuretano injetado de alta densidade; Prateleiras: Sistema com no mínimo 04 (quatro) prateleiras removíveis e reguláveis em altura, fabricadas em vidro temperado ou aramado pintado de alta resistência; Faixa de Temperatura: Operação ajustável entre 2°C e 8°C (adequado para bebidas ou alimentos resfriados); Sistema de Refrigeração: Compressor de alta eficiência com sistema de circulação de ar forçado; Porta: Porta com fechamento automático (auto close) e sistema de vedação eficiente; Voltagem: 127V; Frequência: 60Hz; Capacidade Líquida: No mínimo 300 litros; Certificação/Conformidade Técnica: Equipamento obrigatoriamente dotado de selo de identificação da conformidade e segurança do INMETRO; Dimensões Mínimas Externas: Largura de 50 cm, Altura de 185 cm, Profundidade de 60 cm.	venax	UND	4	R$ 5.049,62	R$ 20.198,48
Valor total						196.552,53	

Fornecedor: GUIMARAES E SOARES LTDA ME - CNPJ: 17.330.681/0001-59
Valor total R$ **196.552,53 (cento e noventa e seis mil quinhentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e três centavos).**

FORNECEDOR: PAPERFLEX COMERCIAL LTDA CNPJ: 07.299.558/0001-69

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
26	Cadeira de escritório com base giratória e sistema Relax. Especificações Técnicas: Modelo: Diretor / Presidente (ajuste conforme o design dela); Cor: Preta; Revestimento: Couro Sintético (PU ou PVC); Material do Assento e Encosto: Espuma de alta densidade com estrutura interna reforçada; Mecanismo de Reclinação: Sistema Relax (balanço do encosto e assento juntos) com trava na posição vertical e ajuste de tensão da mola; Regulagem de Altura: Sistema pneumático com Pistão a Gás Classe 3; Base (Pés): Giratória, 5 hastes (em Metal Cromado ou Aço Carbono); Tipo de Rodízios (Rodinhas): Duplo giro (em Nylon ou PU/Silicone anti-risco); Peso Suportado: Até 130 kg; Dimensões aproximadas: Altura: 110 cm; Altura do assento ao chão: 45 cm; Altura do encosto: 65 cm; Largura do assento: 50 cm; Profundidade do assento: 48 cm.	PAPIROS MOVEIS P30	UND	1	R$ 790,00	790,00
29	Longarina plástica com 4 lugares. Especificações Técnicas: Material/Composição do Assento/Encosto: Polipropileno no sistema de injeção termoplástica; Material da Estrutura: Tubo duplo de aço reforçado 50x30;Pintura: Eletrostática a pó epóxi; Tipo de Braço: Sem braço; Empalhável: Não; Cor: Preta; Dimensões aproximadas do Produto Total: Largura: 197 cm, altura: 83 cm, profundidade: 50 cm. Dimensões aproximadas do Assento: Largura: 47 cm, profundidade: 40 cm. Dimensões do Encosto: Largura: 46,5 cm, profundidade: 32 cm; Peso Suportado: 110 kg por Lugar.	PAPIROS MOVEIS 4L	UND	15	364,00	5.460,00
42	Climatizador de ar com reservatório com no mínimo 45 Litros industrial sendo 220V. Especificações Técnicas: Estrutura Externa: Plástico ABS de alta resistência; Sistema de Filtro: Painel evaporativo tipo colmeia (fibras de celulose e resina) e pré-filtro lavável, que retém poeira e impurezas; Potência: 210W; Tensão: 220V; Capacidade do reservatório: 45 Litros; Frequência: 60Hz; Fluxo de ar: 4.500 m³/h; Dimensões: 680 x 420 x 1050mm; Controle de Intensidade: 3velocidades de ventilação (baixa, média e alta); Acompanha rodas deslizantes com trava, Swing automático e manual horizontal e vertical, Timer até 2 horas.	VENTISIL	UND	2	1.450,00	2.900,00
Total					9.150,00	

Fornecedor: Paperflex Comercial Ltda Cnpj: 07.299.558/0001-69
Valor total R$ 9.150,00 (nove mil cento e cinquenta reais).

FORNECEDOR: OFFICER X MOVEIS LTDA- CNPJ: 66.296.653/0001-78

Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
16	Mesa para escritório com MDF. Especificações Técnicas: Estrutura do Tampo: Chapas de MDF de 20mm; Revestimento: Acabamento em Pintura UV com múltiplas camadas de proteção; Bordas: Acabamento com fita de borda (PVC); Sapatas: Pés metalizados com regulagem de altura; Gaveteiro: 2 gavetas em MDP (50x30), com duas chaves; Dimensões aproximadas: Altura:74 cm; Largura: 120 cm; Profundidade: 45 cm; Cor: marfim/carvalho/branco e ou imbuia.	PERFLEX	UND	20	575,00	11.500,00
17	Mesa para escritório com MDF. Especificações Técnicas: Estrutura do Tampo: Chapas de MDF de 20mm; Revestimento: Acabamento em Pintura UV com múltiplas camadas de proteção; Bordas: Acabamento com fita de borda (PVC); Sapatas: Pés metalizados com regulagem de altura; Gaveteiro: 2 gavetas em MDP (50x30), com duas chaves; Dimensões aproximadas: Altura:74 cm; Largura: 120 cm; Profundidade: 45 cm; Cor: marfim/carvalho/branco e ou imbuia.	PERFLEX	UND	16	620,00	9.920,00
18	Mesa para escritório em L. Especificações Técnicas: Estrutura do Tampo: Chapas de MDF de 20mm; Revestimento: Acabamento em Pintura UV com múltiplas camadas de proteção; Bordas: Acabamento com fita de borda (PVC); Sapatas: Pés metalizados com regulagem de altura; Gaveteiro: 2 gavetas em MDP (50x30), com duas chaves; Dimensões aproximadas: Comprimento: 140cm para cada lado do L; Profundidade: 60cm; Altura: 74cm; Cor: marfim/carvalho/branco e ou imbuia.	PERFLEX	UND	8	1.150,00	9.200,00
19	Mesa estação de trabalho com 4 lugares. Especificações Técnicas: Estrutura do Tampo: Chapas de MDF de 20mm; Revestimento: Acabamento em Pintura UV com múltiplas camadas de proteção; Bordas: Acabamento com fita de borda (PVC); Sapatas: Pés metalizados com regulagem de altura; Gaveteiro: 2 gavetas em MDP (50x30), com duas chaves; Dimensões aproximadas: Altura: 76 cm; Largura: 120 cm; Comprimento: 150cm; Profundidade: 60 cm; Cor: marfim/carvalho/branco e ou imbuia.	PERFLEX	UND	4	2.867,00	R11.468,00
65	Cadeira para escritório executiva base fixa. Especificações Técnicas: Material da Base/Pés: Aço Carbono com pintura Epóxi preta; Material do Assento e Encosto: Estrutura interna em madeira compensada multilaminada, totalmente estofada; Tipo da Base: Pés Palito; Tipo de Espuma: Espuma injetada anatômica de alta densidade (D-45 ou superior), que não deforma com o uso prolongado; Revestimento: Couro Ecológico; Ergonomia: Assento e encosto com formato anatômico; Ponteiras: Pés equipados com sapatas plásticas ou emborrachadas; Peso Suportado: 120 kg; Dimensões aproximadas: Altura do encosto: 40 cm; Profundidade do assento: 50 cm; Largura da cadeira: 50 cm; Altura máxima da cadeira: 85 cm; Altura da cadeira: 80 cm; Profundidade da cadeira: 54 cm; Largura do assento: 53 cm; Largura do encosto: 37 cm	PERFLEX	UND	40	298,00	11.920,00
Valor total					54.008,00	

Fornecedor: OFFICER X MOVEIS LTDA- CNPJ: 66.296.653/0001-78
Valor total R$ 54.008,00 (cinquenta e quatro mil e oito reais).

LOTE DESERTOS

Lote	Item	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor unitário (r$)	Valor total (r$)
	20	**Aparador estrutura em aço carbono estilo industrial.** Especificações Técnicas: Material da Base e Estrutura: Aço Carbono; Tampo e Prateleiras: Produzidos em chapas de MDF (25mm para o tampo principal e 15mm para as prateleiras inferiores); Revestimento: Acabamento em Pintura UV com múltiplas camadas de proteção; Bordas: Acabamento com fita de borda (PVC); Dimensões aproximadas: Comprimento: 120 cm; Profundidade: 45 cm; Altura: 74 cm; Cor: marfim/carvalho/branco e ou imbuia.	Unid.	3		
	21	**Mesa de cozinha quadrada com 4 cadeiras.** Especificações Técnicas: Material da mesa: Tubo de aço carbono 1 1/8; Material da cadeira: Tubo de aço carbono 3/4 e 5/8; Revestimento: Pintura epóxi; Tampo: Granito na coloração Ocre; Assento: Chapa de madeira LP com espuma D11; Revestimento do assento: Tecido courvin; Altura do assento ao chão: 45 cm; Capacidade de carga: Cada cadeira suporta até 100 kg; Dimensões aproximadas da mesa: Altura da mesa: 77 cm; Largura da mesa: 70 cm; Profundidade da mesa: 70 cm; Peso aproximado da mesa: 29,78 kg; Dimensões aproximadas da cadeira: Altura da cadeira: 90 cm; Largura da cadeira: 35 cm; Profundidade da cadeira: 44 cm; Peso aproximado da cadeira: 2,36 kg; Forma: Quadrada.	Unid.	4		
	33	Balcão de pia com pedra sintética granitada. Especificações Técnicas: Modelo: Balcão para Pia de Cozinha com Cuba/Tampo Incluso; Material do Tampo: Pedra Sintética Granitada (alta durabilidade, resistente a manchas e fácil de higienizar); Material da Estrutura: Madeira de reflorestamento próprio com reforço estrutural; Material das Portas e Gavetas: MDP de excelente qualidade; Tipo de Corrediças: Metálicas; Dobradiças e Calços: De metal reforçado; Puxadores: Modelo Alça; Pés: plástico (polímero ABS); Dimensões aproximadas: Largura: 120 cm; Altura Total com a Pedra: 85 cm; Profundidade: 50 cm; Cor: Branca.	Unid.	5		
	34	**Balcão de pia com pedra sintética granitada.** Especificações Técnicas: Modelo: Balcão para Pia de Cozinha (3 Portas e 3 Gavetas); Cor: Branca; Material do Tampo: Pedra Sintética Granitada (alta durabilidade, resistente a manchas e fácil de higienizar); Material da Estrutura: Madeira de reflorestamento próprio com reforço estrutural (sustentável e altamente resistente); Material das Portas e Gavetas: MDP de excelente qualidade; Tipo de Corrediças: Metálicas (garantem um deslizamento suave e seguro das gavetas); Dobradiças e Calços: De metal reforçado (maior vida útil para o abre e fecha das portas); Puxadores: Modelo Alça (design ergonômico e	Unid.	3		

		moderno); Pés: plástico (polímero ABS); Dimensões aproximadas: Largura: 160 cm; Altura Total com a Pedra: 85 cm; Profundidade: 50 cm.				
	35	**Cozinha compacta.** Especificações Técnicas: Material da Estrutura: 100% MDF; Modelo: Cozinha Compacta Integrada; Cor: Branca; Quantidade de Portas: Mínimo de 4 portas (com dobradiças metálicas); Quantidade de Gavetas: 3 gavetas espaçosas; Tipo de Corrediças: Metálicas (ou Telescópicas, se deslizarem totalmente para fora); Puxadores: Design moderno e ergonômico; Acabamento: Pintura texturizada ou UV; Dimensões aproximadas: Altura: 210 cm; largura: 180 cm; Profundidade do Balcão: 50 cm; Profundidade dos Aéreos: 30 cm	Unid.	3		
	36	**Balcão multiuso de escritório 2 portas standard com fechamento lento.** Especificações Técnicas: Material: MDP/MDF de alta densidade; Acabamento: Pintura texturizada ou UV; Puxadores: Com design moderno e ergonômico feitas em plástico; Bordas: Acabamentos com fita em PVC; Quantidade de Portas: 2 portas (com dobradiças metálicas); Quantidade de Prateleiras: 1 prateleira; Tipo de Corrediças: Metálicas; Dimensões aproximadas: Altura: 74 cm; Largura: 80 cm; Profundidade: 42 cm; Cor: Marfim ou branca	Unid.	6		
	43	**Batedeira 3 velocidades.** Especificações Técnicas: Material: Polipropileno (PP); Material de recipiente: Polipropileno (PP); Material da Lâmina: aço inoxidável; Capacidade: 3,6 Litros; Voltagem: 110 Volts; Potência: 400 watts; Número de velocidades: 3; Dimensões aproximadas: Profundidade: 35 cm; Largura: 31 cm; Altura: 22 cm; Tipo de controles Botão; Cor: Branca.	Unid.	4		
	60	**Cama de Solteiro em Madeira Maciça.** Especificações Técnicas: Material: Madeira de pinus de reflorestamento 100% maciça; Estrado reforçado: 5 travessas e 6 ripas de 1cm de espessura; Acabamento: Poliuretano (PU); Dimensões aproximadas: Altura: 94 cm; Comprimento: 202 cm; Largura: 94 cm.	Unid.	5		
	61	**Guarda roupa 4 portas e 2 gavetas.** Especificações Técnicas: Material da Estrutura: MDP de alta qualidade (oferece excelente estabilidade e resistência ao móvel); Acabamento/Pintura: Pintura UV Fosca (traz um visual moderno, elegante e é mais resistente a riscos); Quantidade de Portas: 4 portas de bater com dobradiças metálicas; Quantidade de Gavetas: 2 gavetas externas com corrediças metálicas (deslizam suavemente); Organização Interna: Possui Prateleiras: Sim; Possui Cabideiro: Sim, em madeira; Dimensões aproximadas do Produto: Largura: 91 cm; Altura: 180 cm; Profundidade: 38 cm.	Unid.	2		
	62	**Balança de pesagem plataforma de 150 kg.** Especificações Técnicas: Material da Plataforma: Aço carbono reforçado; Material do Painel/Indicador: Aço Inox, montado sobre coluna de metal; Divisão: 20g; Tipo de Display: Digital LED ou LCD; Funções do Teclado: Tara (desconta o peso do recipiente), Zero, Memória de Preço e Preço Total (computadora); Alimentação: Bivolt Automático (110V / 220V); Fonte de Energia Auxiliar: Bateria interna recarregável embutida; Pés: Niveladores e antiderrapantes reguláveis; Dimensões aproximadas da Plataforma: 50 x 50cm.	Unid.	2		
	66	**Colchão de Solteiro.** Especificações Técnicas: Densidade da Espuma: D33; Tecido faixa 100 poliéster; Tampo 100 poliéster; Suporte de Peso: Indicado para pessoas de até 90 kg a 100 kg (por pessoa); Tipo de Conforto: Firme / Ortopédico; Dimensões aproximadas: Largura: 88 cm; Comprimento: 188 cm; Altura/Espessura: 14 cm; Tratamentos Especiais: Antialérgico, Antiácaro e Antifungo.	Unid.	8		

Dessa forma, o valor total homologado é de R$ 447.820,22 (quatrocentos e quarenta e sete mil oitocentos e vinte reais e vinte e dois centavos).

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03- **CONVOCAR** as empresas acima nominada, vencedora do Item acima descrito, para no prazo de 05- (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação da homologação, comparecer na Prefeitura Municipal de Mato Rico, na Avenida das Araucárias, s/n, a fim de assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação e na Lei Federal 14.133/21 e suas alterações posteriores.

Mato Rico/PR, 01 de outubro de 2026.

EDELIR DE JESUS RIBEIRO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcelo Bednarczuk
Código Identificador:0A51F808

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASELVA

GABINETE
D E C R E T O N° 36/2026

SÚMULA: "Abre um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.358.000,00 (Um Milhão, Trezentos e Cinqüenta e Oito Mil Reais), para reforço das Dotações do Orçamento em vigor, no Exercício de 2.024.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MIRASELVA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, com base no Art. 43, Parágrafo 1°, item III da Lei Federal n° 4.320 de 17 de março de 1.964 e Lei Municipal de n° 746/2025 de 18/10/2025.

D E C R E T A

Art. 1º - Fica aberto ao Orçamento Geral do Município, um Crédito Adicional Suplementar no montante de R$ 1.358.000,00 (Um Milhão, Trezentos e Cinqüenta e Oito Mil Reais), para reforço da seguinte dotação do orçamento em vigor:

Suplementar		
Códigos	**Descrição**	**Valor**
03	SECRETARIA DE FINANCAS ADMINISTRACAO E INFRAESTRUTURA	
03.001	DIVISÃO DE RECURSOS HUMANOS	
04.122.0002.2004	Manutenção das Atividades da Divisão de Recursos Humanos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
240	00000-Recursos Ordinários (Livres)	30.000,00
03.002	DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS	
04.122.0007.2047	Manutenção da Divisão de Serviços Públicos	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
460	Outros Royalties e Compensações Financ. e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
04.122.0002.1077	Construção de Salão e/ou Barracão Industrial	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
260	00000-Recursos Ordinários (Livres)	24.400,00
04.122.0007.1112	Ampliação do sistema de abastecimento de água potável	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
301	00000-Recursos Ordinários (Livres)	25.200,00
300	00789-PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA - F.789	83.200,00
26.782.0006.1045	Asfaltar / Recuperar de vias urbanas e Rurais	
4.4.90.51.00.00	OBRAS E INSTALAÇÕES	
613	00807-CONVENIO 527/2026 - RECAPE ASFALTICO URBANO - F.807	845.000,00
03.008	DIVISAO DE TRANSPORTES	
26.782.0006.2044	Manutenção da Divisão dos Serviços Rodoviários	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	

1080	00512-CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	6.000,00
	SUBTOTAL	1.063.800,00
04	SECRETARIA DE SAÚDE	
04.001	DIVISÃO DE ATENDIMENTO MÉDICO	
10.301.0004.2026	Manutenção do FMS - Fundo Municipal de Saude	
3.1.90.11.00.00	VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	
1440	00000-Recursos Ordinários (Livres)	95.000,00
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
1460	00000-Recursos Ordinários (Livres)	27.000,00
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1670	00328-Custeio de Atenção Primária - F. 328	5.000,00
10.301.0004.2029	Atendimento ao Programa Saúde da Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
1882	00370-Emendas Individuais Impositivas - 2026 - F.370	1.500,00
1883	00371-EMENDA DE BANCADA 12 / Exercício 2026 - F.371	1.000,00
	SUBTOTAL	129.500,00
06	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	
06.001	DIVISAO DE ENSINO	
12.361.0005.2035	Manut. Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
3.1.90.13.00.00	CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS	
2700	00000-Recursos Ordinários (Livres)	3.000,00
12.361.0005.2034	Manutenção da Divisão de Merenda Escolar	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2640	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	50.000,00
12.361.0005.2036	Manutenção do Ensino Fundamental 25%	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
2910	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	40.000,00
12.361.0005.2035	Manut. Atividades Escolares do Ensino Fundamenta 5% - Escola Municipal	
4.4.90.52.00.00	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	
2851	00104-Demais Impostos Vinculados à Educação Básica	6.000,00
	SUBTOTAL	99.000,00
07	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.001	DIVISÃO DE ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS	
08.244.0003.6014	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
3720	Bloco de Financ.Gestão Prog. Bolsa família /Cadastro Único - Portaria 113/2015	10.000,00
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3830	00000-Recursos Ordinários (Livres)	10.000,00
08.244.0003.6014	Manutenção do Programa IGD - Bolsa Família	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3740	Bloco de Financ.Gestão Prog. Bolsa família /Cadastro Único - Portaria 113/2015	10.000,00
08.244.0003.6021	Manutenção do Programa IGD-SUAS	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3860	00952-PROGRAMA PROCAD - SUAS - F. 952	6.000,00
3861	00959-PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	10.000,00
08.244.0003.6015	Manutenção da Divisão de Assistência Social	
3.3.90.39.00.00	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	
3832	00964-PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ 2026 - IDOSO - F.964	200,00
	SUBTOTAL	46.200,00
08	SECRETARIA DE ESPORTES	
08.001	DIVISÃO DE ESPORTES	
27.812.0012.2050	Manutenção da Divisão de Esportes	
3.3.90.30.00.00	MATERIAL DE CONSUMO	
3971	PROGRAMA ESTADUAL - POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESPORTE - CUSTEIO	14.500,00
	SUBTOTAL	14.500,00
09	SECRETARIA DE CULTURA E TURISMO	
09.001	DIVISAO DE CULTURA	
13.392.0011.1117	Divisão de Cultura	
3.3.90.14.00.00	DIÁRIAS - CIVIL	
4090	00000-Recursos Ordinários (Livres)	5.000,00
	SUBTOTAL	5.000,00
	TOTAL	**1.358.000,00**

Art. 2º - Como recursos para cobertura do presente crédito, ficam utilizados R$ 125.00000 (cento e vinte e cinco mil reais) na F.000, R$ 96.000,00 (noventa e seis mil reais) na F.104, R$ 5.000,00 (cinco mil reais) F.328, R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) F.370, R$ 1.000,00 (mil reais) F.371, R$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais) F.804, R$ 845.000,00 (oitocentos e quarenta e cinco mil reais) F.807, R$ 10.000,00 (dez mil reais) F.940 e R$ 6.000,00 (seis mil reais), oriundos do Excesso De Arrecadação e ficam utilizados os valores e fontes abaixo relacionados de recursos oriundos do superávit financeiro verificados em 31 de dezembro de 2025, para reforços no orçamento vigente.

Fonte		
Fonte	**Descrição**	**Valor**
00000	Recursos Ordinários (Livres)	94.600,00
00504	Outros Royalties e Compensações Financeiras e Patrimoniais não Previdenciárias	50.000,00
00512	CIDE (Lei 10866/04, art. 1ºB)	6.000,00
00789	PROGRAMA ITAIPU MAIS ENERGIA - F.789	83.200,00
00940	Bloco de Financiamento da Gestão do Programa Bolsa família e Cadastro Único - Portaria 113/2015	10.000,00
00959	PROGRAMA PAS - PISO UNICO - F.959	10.000,00
00964	PROGRAMA CUIDA MAIS PARANÁ 2026 - IDOSO - F.964	200,00
	TOTAL	**254.000,00**

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura.

Edifício da Prefeitura Municipal de Miraselva, ao 1º dia do mês de setembro de 2026.

JOÃO MARCOS FERRER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wladimir Augusto Antiveri
Código Identificador:B39D15BF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRETES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 2983 DE 30 DE SETEMBRO DE 2026 - CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR

ESTADO DO PARANÁ
MUNICIPIO DE MORRETES
C.N.P.J.: 76.022.490/0001-99
Exercício: 2026

Decreto n° 2983/2026 de 30/09/2026

Ementa: Regulamenta a abertura de Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de MUNICIPIO DE MORRETES, PR, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei Orçamentária nº 945/2025 de 12/12/2025.

Decreta:
Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício o crédito adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município 12.949,00 (doze mil e novecentos e quarenta e nove reais), destinado ao reforço da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

Suplementação			
07		SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002		FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
07.002.10.301.0160.2.036		MANUTENCAO DE PROGRAMAS DE ATENCAO BASICA	
235 - 3.3.90.39.00.00	1495	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA JURIDICA	12.949,00
Total Suplementação:			12.949,00

Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1º deste Projeto de Lei, servirá como recurso Excesso de arrecadaçãode acordo com o Artigo 43, § 1º, Inciso III da Lei Federal nº 4.320/64.

Receita	
Receita: 1.3.2.1.01.1.1.02.18 REM. BANC. - ATENCAO PRIMARIA QUALIDADE EM SAUD - APSUS - Fonte: 1495	12.949,00
Total da Receita:	12.949,00

Art 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Nhundiaquara, MUNICIPIO DE MORRETES, Estado do PR, em 30 de Setembro de 2026.

SEBASTIÃO BRINDAROLLI JUNIOR
Prefeito

Publicado por:
Deborah Charello Dos Santos
Código Identificador:85F4E4F3

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 – ID Nº 134/2022

NONO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 – ID Nº 134/2022, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE MORRETES E A EMPRESA ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI

CONTRATANTE MUNICÍPIO DE MORRETES, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, com registro no CNPJ/MF nº 76.022.490/0001-99 e sede à Praça Rocha Pombo nº 10- Centro – Morretes – Paraná, CEP 83.350-000, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, a Srº. **JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE,** brasileiro, casado, portadora do CPF/MF n° 050.XXX.XXX-10, e RG n° 8.XXX.XXX-0, residente e domiciliada neste Município de Morretes/PR, CEP n° 83.350-000, em conformidade com a Delegação constante no Decreto Municipal nº 560/2022.
CONTRATADA ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob nº 42.492.192/0001-40, estabelecida na Rua Saldanha Marinho, nº 163, bairro Centro, na cidade de Loanda, Estado do Paraná – CEP: 87.900-000, neste ato representada pelo Sr. **ALEXANDRE DE PAULA SILVA,** brasileiro, inscrito no CPF/MF sob nº 070.XXX.XXX-48, portadora do RG nº 9.XXX.XXX-0.
As partes, acima qualificadas, **MUNICÍPIO DE MORRETES**, doravante denominado **CONTRATANTE** e a **EMPRESA ETHEREUM SERVIÇOS ESPECIALIZADOS EIRELI**, doravante denominada **CONTRATADA**, de comum acordo e nos termos da legislação pertinente, em especial da Lei Federal nº 8.666/1993, no Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022, cujo objeto é a "contratação de empresa para a prestação de serviços, com dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento de atividades meio do Poder Executivo Municipal, pelo período de 12 (doze) meses, em atendimento às Secretarias Municipais" oriundo da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 006/2022, firmam o presente **TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO**, conforme as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
As partes, de comum acordo, procedem à prorrogação dos **PRAZOS DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO** do Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022, pelo período de 30 (trinta) dias, iniciando-se em **09 de outubro de 2026 e encerrando-se em 08 de novembro de 2026.**
CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2022 – ID Nº 134/2022
O valor do Contrato Administrativo é de $ 390.451,67 (trezentos e noventa mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e sessenta e sete centavos), conforme segue:

Lote	Descritivo	Unidade	Mês	Valor unitário mensal (R$)	Valor total (R$)
01	14 - Monitor de Transporte Escolar; 2 - Engenheiros Projetista e Engenheiro Orçamentista; 4 – Motorista de Ambulância; 12 – Motorista ônibus;	Unidade	1	R$ 171.019,30	R$ 171.019,30
02	18 – Secretariado Executivo; 1 – Relações públicas; 3 – Auxiliar de Contabilidade; 5 – Auxiliar de Almoxarifado; 1 – Mecânico veículos automotores 1 - Mecânico Máquinas Pesadas; 1 – Desenhista Páginas Web;	Unidade	1	R$ 165.996,41	R$ 165.996,41
03	4- Analista de projetos	Unidade	1	R$ 53.435,96	R$ 53.435,96
TOTAL					**R$ 390.451,67**

CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
As despesas para a cobertura do valor oriundo da Renovação Contratual, prevista neste Termo Aditivo, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
MANUTENÇÃO DA SECRETRAIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(RED. 76) - 05.001.04.122.0040.2.012.3.3.90.39.00.0 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 01000

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA.
(RED. 57) - 02.001.04.123.0040.2.007.3.3.90.39.00.0 - OUTORS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - FONTE 01000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA
(RED. 406) - 09.001.15.451.0240.2.058.3.3.90.39.00.00 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 1511

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL
(RED.120) 06.001.12.361.0190.2.016.3.3.90.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 01103
(RED. 146) 06.001.12.361.0190.2.016.3.390.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 01103
(RED. 157) 06.001.12.361.0190.2.016.3.390.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 1103
(RED. 107) 06.001.12.361.0190.2.016.3.390.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 1104
(RED. 119) 06.001.12.361.0190.2.016.3.390.39.00.0 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA – FONTE 1104

CLÁUSULA QUARTA - DA RATIFICAÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS
Ficam Ratificadas as demais cláusulas do Contrato Administrativo nº 030/2022 – ID nº 134/2022 e termos aditivos subsequentes que estejam em conformidade com o presente Termo Aditivo.
E por estarem justas e acordadas, as partes subscrevem o presente Termo Aditivo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam seus efeitos legais.
Morretes, 30 de setembro de 2026.

JOSÉ LEANDRO MAZUR JORGE	***ALEXANDRE DE PAULA SILVA***
Secretário Municipal de Administração	Representante da Ethereum Serviços Especializados EIRELI
Contratante	Contratada

Publicado por:
Renan Luiz Fragoso
Código Identificador:C2093729

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
45º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Saúde.
Responsável: Kamila Fernanda de Oliveira Sanson.
PROCESSOS Nº. 9954 e10634.

1.OBJETO
Aquisição de Equipamentos e materiais médico-hospitalares; e Aquisição de curativos especiais.

2.JUSTIFICATIVA

Solicitamos a inclusão no PCA 2026 da aquisição de CURATIVOS ESPECIAIS E INSUMOS (AMBULATÓRIO DE PELE) I no valor total estimado de R$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), a ser realizada na modalidade de Pregão Eletrônico. Justifica-se a necessidade de aquisição de curativos especiais e demais insumos destinados ao atendimento dos pacientes do Ambulatório de Pele I, tendo em vista a necessidade de garantir a continuidade, a qualidade e a segurança da assistência prestada aos usuários que apresentam feridas agudas e crônicas, lesões de difícil cicatrização,

úlceras, lesões por pressão, feridas de origem vascular, diabética, entre outras condições que demandam tratamento especializado. Os materiais solicitados são indispensáveis para a realização adequada dos procedimentos de limpeza, proteção, cobertura e tratamento das lesões, sendo selecionados de acordo com as características e necessidades clínicas de cada paciente. A disponibilidade desses insumos é fundamental para evitar interrupções no tratamento, reduzir o risco de complicações e favorecer a evolução adequada do processo de cicatrização. Ressalta-se que foi realizado processo licitatório na modalidade Pregão, visando à aquisição dos referidos materiais. Entretanto, alguns dos itens previstos no certame restaram desertos, não havendo empresas interessadas em apresentar propostas para o fornecimento dos respectivos produtos. Dessa forma, os itens não puderam ser adquiridos por meio do procedimento licitatório inicialmente realizado, permanecendo a necessidade de atendimento da demanda existente. Considerando que a necessidade assistencial permanece e que a ausência dos materiais pode comprometer a continuidade dos tratamentos realizados no Ambulatório de Pele I, torna-se necessária a adoção das medidas administrativas cabíveis para viabilizar a Tramitado e Assinado Eletronicamente por Elotech Assinatura Eletronica - Verifique pelo QRCode ou pelo link: https://palmeira.oxy.elotech.com.br/app-signer/verify?code=b0bb4a7e-ecc6-41bd-a629-01cd571b8ec4 aquisição dos itens que restaram desertos, observando-se a legislação vigente e os princípios que regem as contratações públicas. A aquisição pretendida visa, portanto, assegurar a manutenção dos atendimentos, evitar a descontinuidade dos tratamentos, proporcionar condições adequadas para a assistência aos pacientes e garantir a disponibilidade dos insumos necessários à execução dos procedimentos realizados pela equipe especializada. Diante do exposto, justifica-se a necessidade de prosseguimento das providências para aquisição dos curativos especiais e insumos relacionados, especialmente daqueles itens que restaram desertos no processo licitatório anterior, a fim de atender à demanda do Ambulatório de Pele I e assegurar a continuidade e a adequada prestação dos serviços de saúde à população. Assim, a contratação mostra-se necessária e de relevante interesse público, por contribuir diretamente para a manutenção da assistência nutricional e para a garantia do atendimento adequado aos usuários que dependem desses produtos; e

Justifica-se a alteração do Plano de Contratações Anual – PCA para adequação da descrição e do valor estimado da demanda anteriormente registrada como “Equipamentos Médico-Hospitalares I, II, III e IV de Uso Geral”, que passará a ser denominada “Equipamentos e Materiais Médico-Hospitalares I, II, III e IV de Uso Geral”. A alteração da descrição decorre da necessidade de adequar o planejamento à demanda efetivamente identificada pela Administração Municipal, de modo a contemplar, de forma mais precisa e abrangente, tanto os equipamentos quanto os materiais médico-hospitalares de uso geral necessários ao atendimento das necessidades dos serviços de saúde. Além da adequação da nomenclatura, faz-se necessária a atualização do valor estimado da contratação, em razão da revisão da demanda, dos quantitativos previstos e dos valores obtidos a partir dos levantamentos e pesquisas realizados pela Administração. A atualização busca assegurar que o valor constante no PCA seja compatível com a estimativa atualmente apurada para a futura contratação. Ressalta-se que a alteração proposta constitui adequação do planejamento anteriormente realizado, decorrente da atualização das informações referentes à demanda e aos valores estimados, não se tratando, portanto, da criação de uma demanda totalmente nova, mas do aperfeiçoamento do registro existente no PCA. A medida visa garantir maior fidelidade, clareza e precisão ao planejamento das contratações, permitindo que o PCA reflita adequadamente as necessidades atuais da Administração Municipal e os recursos estimados para seu atendimento. Dessa forma, o item anteriormente denominado “Equipamentos Médico-Hospitalares I, II, III e IV de Uso Geral” passará a ser denominado “Equipamentos e Materiais Médico-Hospitalares I, II, III e IV de Uso Geral”, com a consequente adequação do valor estimado, conforme levantamento atualizado realizado pela Administração. Assim, a alteração justifica-se pela necessidade de compatibilizar a descrição e o valor estimado do item com a demanda atualmente identificada, promovendo a atualização do PCA e assegurando maior aderência entre o planejamento anual e as necessidades efetivas dos serviços públicos de saúde.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

OSMAIR LEDERER

ANEXO 12 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE – SMS										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	N°. CONTRATO /ATA	DATA DE VENCIMENTO	PREVÊ PRORROGAÇÃO?	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE
ANÁLISE DE ÁGUA	RENOVAÇÃO	1567/2024	OUTUBRO/ 2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO/ 2025	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.936,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE AR-CONDICIONADO (CORRETIVA)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	NOVEMBRO /2025	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS MANIPULADOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	DISPENSA	NOVEMBRO /2025	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALARES	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO/ 2025	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	ALTA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS III	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	JANEIRO/ 2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO/ 2025	FEVEREIRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 2.100.000, 00	ALTA
ALUGUEL GERAL - LOCAÇÕES SERVIÇOS DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA/PESSOA JURÍDICA	R$ 350.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS - SOLUÇÕES OFTÁLMICAS	CONTRATAÇÃO	PREGÃO 52	MAIO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JANEIRO	MARÇO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
MATERIAIS EDUCATIVOS EM GERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	MÉDIA
CÂMARAS DE MONITORAMENTO PARA OS SERVIÇOS DE SAÚDE	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	ALTA
MATERIAIS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO/EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 100.000,00	ALTA

SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS II	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	MARÇO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	ALTA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS IV	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	ABRIL/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 500.000,00	ALTA
KIT LANCHE	CONTRATAÇÃO	x	ABRIL/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	MÉDIA
PEÇAS/EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	61 e 62	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 110.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	49, 50 e 51	MAIO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 128.000,00	ALTA
SONÔMETRO (AFERIÇÃO DE RUÍDOS)	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.049,49	MÉDIA
REAGENTE PARA DETERMINAÇÃO DE CLORO LIVRE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	75/2025	JUNHO/2026	SIM	DISPENSA	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 600,00	ALTA
CREDENCIAMENTO PESSOA JURÍDICA P/ SERVIÇOS ODONTOLÓGICOS (CIRURGIA BUCOMAXILO FACIAL)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	CREDENCIAMENTO	MARÇO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	ALTA
FRALDAS GERIÁTRICAS	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	207 e 208	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.000.000,00	ALTA
UNIFORMES PARA SERVIDORES/CAMPANHAS/ OUVITEEN	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	MARÇO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 100.000,00	MÉDIA
OXIGÊNIO MEDICINAL E AR COMPRIMIDO	CONTRATAÇÃO	221	JULHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	MATERIAL DE CONSUMO/ MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 751.556,51	ALTA
PALESTRAS, WORKSHOPS, CONSULTORIAS, CURSOS E DEMAIS FERRAMENTAS DE TREINAMENTO	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	JULHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	MÉDIA
EXAMES DE IMAGEM (RAIO X e ECOGRAFIA)	CONTRATAÇÃO	1181/2021	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 2.130.000,00	ALTA
CARIMBOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	152 e 153	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	JULHO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 34.000,00	MÉDIA
MÉDICOS CLÍNICOS GERAIS I	RENOVAÇÃO	1282 e 1283	JUNHO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE/CREDENCIAMENTO	MAIO	JULHO	OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DECORRENTES DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 3.083.109,12	ALTA
MANUTENÇÃO/BATERIAS CÂMARAS INDREL	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 100.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO /BATERIAS CÂMARAS BIOTECNO	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	INEXIGIBILIDADE	JUNHO	AGOSTO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 150.000,00	ALTA
INSUMOS PARA ESTOMIAS E ACESSÓRIOS PARA PROTEÇÃO DE PELE	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	209,210 E 211	JUNHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.000.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES I	CONTRATAÇÃO/ RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE	R$ 400.000,00	ALTA
MATERIAL PARA GRUPOS TERAPÊUTICOS (CAPS)	CONTRATAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	MÉDIA
EXAMES DE IMAGEM	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	JULHO/2026	SIM	CREDENCIAMENTO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000.000,00	ALTA
PEÇAS/EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO	63 e 64	x	SIM	DISPENSA	JUNHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	ALTA
MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 350.000,00	ALTA
CREDENCIAMENTO MÉDICOS II	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	CREDENCIAMENTO	JUNHO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA - OUTRAS DESPESAS DE PESSOAL DE CORRENTES DE CONTRATO DE TERCEIRIZAÇÃO	R$ 4.000.000,00	ALTA
OVITRAMPAS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	SETEMBRO	EQUIPAMENTO/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 30.000,00	MÉDIA
PERSIANAS, LONGARINAS, DEMAIS MOBILIÁRIOS	RENOVAÇÃO/CONTRATAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.500.000,00	ALTA
TABLET E ACESSÓRIOS	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JUNHO	AGOSTO	MATERIAL DE CONSUMO/MATERIAL PERMANENTE	R$ 260.000,00	MÉDIA
EXAMES LABORATORIAIS (EXAMES GERAL)	CONTRATAÇÃO	x	OUTUBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 6.000.000,00	ALTA
TESTES PSICOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 8.000,00	MÉDIA
MATERIAIS TERAPÊUTICOS PARA EQUIPE MULTI	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	MÉDIA
SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS E DIETAS ESPECIAIS I	CONTRATAÇÃO	x	AGOSTO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.825.450,00	ALTA

FORNECIMENTO DE ÁGUA ESF WITMARSUM	RENOVAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	AGOSTO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 9.408,00	ALTA
EXAMES ESPECIALIZADOS - EPIDEMIO/DISPENSAÇÃO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	1453	OUTUBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 460.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE GRADIL E GRADES PARA PORTAS E JANELAS	RENOVAÇÃO	x	SETEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 200.000,00	ALTA
MATERIAL E MEDICAMENTO, HOSPITALARES DE USO GERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA / CONSUMO	R$ 62.000,00	ALTA
CATETER HIDROFÍLICO/ BOLSAS PARA OSTOMIA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.700.000,00	ALTA
SOROS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA E CONSUMO	R$ 130.000,00	ALTA
EXAMES DE ELETRO COM LAUDO	RENOVAÇÃO	1339/2022	NOVEMBRO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 53.256,00	ALTA
GESTÃO DO PRONTO ATENDIMENTO	RENOVAÇÃO	1330/2022	NOVEMBRO/2025	SIM	INEXIGIBILIDADE	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.200.000,00	ALTA
CURATIVOS ESPECIAIS E INSUMOS (AMBULATÓRIO DE PELE)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	DEZEMBRO	FEVEREIRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 315.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO E MANUTENÇÃO DE TOLDOS E PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 200.000,00	ALTA
COMPUTADORES/NOTEBOOK	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 300.000,00	ALTA
TONERS E CARTUCHOS	CONTRATAÇÃO	438/2024	DEZEMBRO	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 10.000,00	ALTA
SERVIÇOS DE CHAVEIRO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 8.000,00	BAIXA
LOCAÇÃO DE ESPAÇO PARA EVENTOS	RENOVAÇÃO/CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	MÉDIA
MATERIAIS PARA DECORAÇÕES DE EVENTOS/CAMPANHAS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 50.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA DECORAÇÃO DE EVENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	BAIXA
BRINDES/LEMBRANCINHAS PARA EVENTOS/CAMPANHAS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 20.000,00	BAIXA
OBJETOS DE MULTIMÍDIA (MICROFONE, CAIXAS DE SOM, MULTIMÍDIA, TRIPÉ PARA FILMAGEM E OUTROS)	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 20.000,00	MÉDIA
PLASTIFICADORA/GUILHOTINA PARA PAPEL/PARAFUSADEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 5.000,00	MÉDIA
AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA SAÚDE	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 2.000.000,00	MÉDIA
MATERIAIS TERAPÊUTICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 70.000,00	MÉDIA
EQUOTERAPIA PARA USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	BAIXA
VIAGENS E PASSEIOS COM USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 13.390,00	MÉDIA
COMPRA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO/EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 22.000,00	MÉDIA
EPI'S PARA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	ALTA
SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO PARA EQUIPAMENTOS DA VISA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	MÉDIA
MATERIAIS DE DECORAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	NOVEMBRO	JANEIRO	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 31.000,00	ALTA
SERVIÇO DE CONFECÇÃO, INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GRADES DE PROTEÇÃO PARA PORTAS E JANELAS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 300.000,00	ALTA
RECUPERAÇÃO DE DEPENDENTES QUÍMICOS,, ÁLCOOL	CONTRATAÇÃO	x	x	CREDENCIAMENTO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE MÉDICOS ESPECIALISTAS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL	CONTRATAÇÃO	x	x	CREDENCIAMENTO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000.000,00	ALTA

DE SAÚDE										
CONTRATAÇÃO DE CONSORCIO E PAGAMENTO DE TAXAS DE RATEIO	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 4.219.720,92	ALTA
CONFECÇÃO DE TALONÁRIOS PARA PRESCRIÇÃO DE MEDICAMENTOS ESPECIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DIGITALIZAÇÃO DE DOCUMENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	ALTA
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE BORRACHARIA	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	ALTA
TAGS DE PEDÁGIOS E PLANOS DE MENSALIDADE	CONTRATAÇÃO	x	x	PREGÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DECORRENTES DE ORDEM JUDICIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE INSUMOS	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 65.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE INSUMOS E/OU MATERIAIS – VIA DETERMINAÇÃO JUDICIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA/CONSUMO	R$ 30.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE SOLUÇÕES OFTÁLMICAS II	CONTRATAÇÃO	x	x	DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	ALTA
SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM NO MUNICÍPIO DE PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	x	x		A DEFINIR	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$ 77.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS I	CONTRATAÇÃO	x	JULHO/2025	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 1.200.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS II	CONTRATAÇÃO	x	JULHO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	JULHO	SETEMBRO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 350.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS III	CONTRATAÇÃO	x	NOVEMBRO/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL, SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 600.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES I,II,III,IV DE USO GERAL	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	DEZEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMANENTE	R$ 2.000.000,00	ALTA
MEDICAMENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	FEVEREIRO	ABRIL	MATERIAL/SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 650.000,00	ALTA
GALÕES DE ÁGUA	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 50.000,00	ALTA
MATERIAIS MÉDICOS	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	JUNHO	MATERIAL DE CONSUMO E PERMAMENTE	R$737.000,00	ALTA
EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS II	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	AGOSTO	OUTUBRO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$380.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE CADEIRAS DE RODA E DEMAIS ITENS, CONFORME EMENDA IMPOSITIVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PALMEIRA	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	AGOSTO	OUTUBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$151.884,58	ALTA
AQUISIÇÃO DE MESA ELETRICA COM SISTEMA DE ELEVAÇÃO AUTOMATICO PARA UTILIZAÇÃO EM LAMPADAS DE FENDA	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	DISPENSA	A DEFNIR	A DEFINIR	MATERIAL PERMANTE/MATERIAL DE CONSUMO	R$5.000,00	ALTO
AQUISIÇÃO DE SUPLEMENTOS ALIMENTARES, FÓRMULAS INFANTIS, DIETAS ESPECIAIS E RESPECTIVO INSUMO.	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$350.000,00	ALTO
EQUIPAMENTOS E MATERIAIS - MÉDICOHOSPITALARES I,II,III,IV DE USO GERAL	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO, DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$3.000.000,00	ALTO
CURATIVOS ESPECIAIS E INSUMOS (AMBULATÓRIO DE PELE) I	CONTRATAÇÃO	X	X	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL DE CONSUMO	R$130.000,00	ALTO
VALOR ESTIMADO	R$ 70.908.360,62									
TOTAL ESTIMADO:								R$ 70.908.360,62		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:0682F13F

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 6.456, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGAS NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL, QUE PASSAM A INTEGRAR O PLANO DE CARGOS, CARREIRA E SALÁRIOS DO QUADRO PRÓPRIO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL.

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a abertura de vagas, relativas a cargos integrantes do Plano de Cargos, Carreira e Salários do quadro próprio do magistério público municipal, previsto pela Lei nº 4.133, de 17 de maio de 2016 e seus anexos, conferindo nova redação a seu Anexo I, pela criação das vagas respectivas.

Parágrafo único. Fica aberta 01 (uma) vaga para o cargo público de provimento efetivo de Professor 40H, com vencimento, atribuições e jornada de trabalho previstos pela Lei nº 4.133, de 17 de maio de 2016.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 3º Diante do que dispõe o artigo 1º desta Lei, fica alterado o Anexo I constante na Lei Municipal nº 4.133, de 17 de maio de 2016, com a seguinte redação:

"ANEXO I

Cargos	Situação	Escolaridade	Carga Horária	Vagas Disponibilizadas	Vagas Ocupadas
INSTRUTOR DE LIBRAS - EXTINÇÃO - LEI 4133/2016	Extinto	Ensino Médio Completo e Curso Específico	40	1	1
ORIENTADOR EDUCACIONAL - EXTINÇÃO - LEI 4133/2016	Extinto	Superior Completo em Pedagogia	20	6	0
PROFESSOR	Ativo	Magistério Completo ou Superior Completo em Pedagogia para ministrar aulas nas séries iniciais do ensino fundamental ou Curso Normal Superior	20	129	114
PROFESSOR – 2016	Ativo	Magistério Completo ou Superior Completo em Pedagogia para ministrar aulas nas séries iniciais do ensino fundamental ou Curso Normal Superior	20	179	142
PROFESSOR – 40H	Ativo	Formação de Docentes/Magistério, Superior Completo em Pedagogia ou Normal Superior	40	6	5
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - MAGISTÉRIO	Ativo	Licenciatura em Educação Física e registro no Órgão de Classe	20	8	8
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA - MAGISTÉRIO - 2016	Ativo	Licenciatura em Educação Física e registro no Órgão de Classe	20	20	20
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL	Ativo	Magistério Completo ou Superior Completo em Pedagogia para ministrar aulas na educação infantil ou Curso Normal Superior.	40	58	56
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL - 2016	Ativo	Magistério Completo ou Superior Completo em Pedagogia para ministrar aulas na educação infantil ou Curso Normal Superior.	40	19	17
SUPERVISOR EDUCACIONAL - EXTINÇÃO - LEI 4133/2016	Extinto	Superior Completo em Pedagogia	20	7	0

NR"

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:12106693

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
3 ADITIVO AO CONTRATO 249/2024

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Pregão Nº 045/2024
PROCEDIMENTO LICITATÓRIO - Nº 117/2024
3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO 249/2024

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIAS URBANA E PRAÇAS, SERVIÇOS DE CAPINAGEM, ROÇADA, CORTES DE GRAMA E PINTURAS CONFORME ANEXO I TERMO DE REFERENCIA
Que fazem entre si, de um lado, o **MUNICÍPIO DE PALMITAL-PR**, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 75.680.025/0001-82, com sede administrativa na Rua Moisés Lupion, n° 1001, Centro, Estado do Paraná, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal **ROBERTO CARLOS ROSSI**, brasileiro, casado, portador do RG 5.369.303-2 SSP-PR e inscrito no CPF/MF sob o nº 864.308.079-91, domiciliado na Rua Vicente Machado, nº 416, Centro, Palmital-PR, denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado o Fornecedor **OELITON VAZ ROSA**, com endereço à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1000 - CEP: 85270000 - BAIRRO: CENTRO, Palmital/PR inscrita no sob nº 27.567.587/0001-71, neste ato representada por seu representante legal, Sr. OELITON VAZ ROSA, a seguir denominado **CONTRATADO**, resolvem firmar o presente **TERMO ADITIVO**, em consonância com a Lei Federal n.º 14.33/2021 ao Contrato Administrativo n. 249/2024.

CLÁUSULA PRIMEIRA – PRAZO DE EXECUÇÃO E DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato supramencionado fica prorrogado por igual período sendo 12/09/2025 até 11/09/2026 àquele constante da contratação original , nos termos das cláusulas postas àquele contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – O VALOR DO CONTRATO: Fica aditivado os valores dos Lotes 1, 2, do Contrato Administrativo n. 249/2024, conforme valor detalhado abaixo. O presente Aditivo foi realizado Conforme Pedido da SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMININSITRAÇÃO, Parecer Jurídico e descrição constante no contrato em epígrafe, respeitando as disposições da Lei 14.133/2021, de 1 de Abril de 2021. Valor total do aditivo é de R$ 193.050,00 (Cento e Noventa e Três Mil e Cinqüenta Reais).

ITENS							
LOTE	ITEM	CÓDIGO SERVIÇO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO	UNIDADE	QUANT	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
1	1	31520	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DE VIAS E PRAÇAS URBANAS	HR	7.500	12,87	96.525,00
2	1	37881	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CAPINAGEM, ROÇADA, CORTES DE GRAMA E PINTURA	UN	7.500	12,87	96.525,00
TOTAL							193.050,00

CLAÚSULA TERCEIRA - Permanecem inalteradas as demais Cláusulas do Contrato Original desde que não colidam as deste Termo.
E por assim estarem às partes ajustadas assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, para que produza plena eficácia jurídica.

Palmital, 03/09/2026

ROBERTO CARLOS ROSSI
Prefeito Municipal
Contratante

OELITON VAZ ROSA
Oeliton Vaz Rosa
Contratado

Testemunhas:

LIDIANE SIMIANO	JOÃO PEDRO PEDROSO
CPF:**********77	CPF*********87

Publicado por:
Antonio Ferraz de Lima Neto
Código Identificador:DE378B1A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAGUÁ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE
ATA DA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA - CIE

ATA DA DÉCIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE INCENTIVO AO ESPORTE, REALIZADA EM 01 DE OUTUBRO DE 2026.

PRESIDÊNCIA: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
SECRETÁRIO: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES

Às nove horas do dia 01 de OUTUBRO de 2026, reuniu-se na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, situada na Rua João Estevão, S/nº - Centro, Paranaguá - PR, a Comissão de Incentivo ao Esporte (CIE), designada pelo Decreto nº 1446/2026, com a seguinte composição:
- Presidente da Comissão de Incentivo ao Esporte: JOSÉ MIGUEL PEREIRA
- Secretário: GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
- Membros da CIE: LUIZ CLÁUDIO CORREA, WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO, ROBERT DE ABREU FIGUEIRA e ADIB MOHAMED BAHY,

Consta nas presenças que estavam AUSENTES: Membros da Câmara Municipal de Paranaguá, da Secretaria Municipal de inclusão e Secretaria Municipal de Educação e Ensino Integral.

Iniciada a reunião foi apresentada a seguinte pauta pelo Sr. Presidente:
- Apresentação de novos pedidos do Programa Auxílio Atleta
Posteriormente foi iniciada a avaliação dos pedidos protocolados para contemplação do Programa Auxílio Atleta, foram deliberados e aprovados os seguintes pedidos:

PROCESSO	REQUERENTE	STATUS	MODALIDADE	DESTINO	VALOR
33197/2026	ILIO VENET JUNIOR	INDEFERIDO	VELOCROSS	PORTO VITORIA-PR	Lei 4665/2026, Art 2,inc X
55287/2026	MARIANA LORENA DOS SANTOS SILVA	APROVADO	KARATE	PELOTAS	530 UFM
58359/2026	DEREK RODOLFO LAGOS TOREES	APROVADO	VOLEI DE PRAIA	UBERLANDIA-MG	530 UFM
58428/2026	VINICIUS HENRIQUE DA SILVA MARTINS	APROVADO	VOLEI DE PRAIA	UBERLANDIA-MG	530 UFM
58828/2026	MARIA CLARA DE MELLO UTRABO OLIVEIRA	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58889/2026	RENAN PUTRIQUE JAQUES	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58853/2026	VINICIUS DOS SANTOS DURVAL	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58824/2026	DAVI DIAS JAQUES LEMES	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58884/2026	BRENO JAQUES PEREIRA	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58849/2026	LAIS MATOSO MENDES	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58834/2026	ROBERTH EMANOEL GODOI	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58822/2026	LUCA RODRIGUES JAQUES LEMES	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM

58774/2026	VALENTINE DOMICIANO FORMIGA MARTINS	APROVADO	VOLEI DE PRAIA	SÃO LUIS DO MARANHÃO - MA	1680 UFM
58840/2026	FELIPE PEREIRA DE MELLO COGROSSI	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
58845/2026	HIAGO RAMOS PEDRO	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
80528/2026	BENJAMIN GASPAR FERREIRA	APROVADO	FUTSAL	FOZ DO IGUAÇU-PR	460 UFM
80684/2026	AMILTON BATISTA DE ARAÚJO NETO	APROVADO	FUTSAL	FOZ DO IGUAÇU-PR	460 UFM
80575/2026	AFONSO OMAR ALENCAR NOBRE	APROVADO	FUTSAL	FOZ DO IGUAÇU-PR	460 UFM
80394/2026	FERNANDA YUMI NISHIDA FREITAS	APROVADO	VOLEI DE PRAIA	MARINGA-PR	320 UFM
80173/2026	RODRIGO FERREIRA DA ROSA	APROVADO	BOXE	NSRA DO SOCORRO-SE	1343 UFM
80170/2026	DIEGO FERREIRA DA ROSA	APROVADO	BOXE	NSRA DO SOCORRO-SE	1343 UFM
79732/2026	EDUARDA DIAS DO CARMO AFONSO	APROVADO	TENIS DE MESA	BLUMENAU-SC	150 UFM
79727/2026	REBECA DIAS DO CARMO AFONSO	APROVADO	TENIS DE MESA	BLUMENAU-SC	150 UFM
79351/2026	RAFAELA VITORIA RIBEIRO FERREIRA	APROVADO	XADREZ	TERESINA-PI	1530 UFM
79350/2026	ISABELA RIBEIRO FERREIRA	APROVADO	XADREZ	TERESINA-PI	1530 UFM
79025/2026	JESSÉ VICENZO DE LIMA ALVES RICETO	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
79010/2026	MARIE OCUBO SAVI DOS SANTOS	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA-SAUDI	1750 UFM
79006/2026	LEONARDO DA SILVA ZAMPIER	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
79005/2026	BENJAMIN GABRIEL PINTO MIRANDA	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78999/2026	RETICLECE VIANA DE OLIVEIRA	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA-SAUDI	1750 UFM
78989/2026	ARTHUR MARIANO DOS SANTOS	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78882/2026	AUGUSTO AMARAL PRETULA SILVA	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78880/2026	JOAQUIM ROSA LOPES	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78879/2026	LEVI ROSA CALADO	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78877/2026	GUILHERME AMARAL PRETULA SILVA	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
78770/2026	MICHELE CRISTINA DA SILVA JIANNI	APROVADO	KARATE	LONDRINA-PR	320 UFM
77696/2026	AYMEE XAVIER	APROVADO	JIU JITSU	ABU DHABI	1750 UFM
77316/2026	MOISÉS TIAGO MORAES LEAL	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA	1750 UFM
77301/2026	GABRIEL ACIOL DOS SANTOS MACHADO	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA	1750 UFM
77291/2026	MURILO CRUZ REIS	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA	1750 UFM
77285/2026	LUIS GUSTAVO CRUZ REIS	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA	1750 UFM
77284/2026	LUIS GUILHERME CRUZ REIS	APROVADO	JIU JITSU	ARABIA SAUDITA	1750 UFM

77259/2026	VALENTINE DOMICIANO FORMIGA MARTINS	INDEFERIDO	VOLEI DE PRAIA	SÃO LUIZ MARANHÃO	DUPLICIDADE DE PEDIDO
74072/2026.	ADRYAN MAXIMILIANO VEIGA OLIVEIRA DE JESUS	INDEFERIDO	JIU JITSU	ABU DHABI	DUPLICIDADE DE PEDIDO
74066/2026	ADRYAN MAXIMILIANO VEIGA OLIVEIRA DE JESUS	APROVADO	JIU JITSU	ABU DHABI	1750 UFM
74057/2026	GABRIEL AFONSO KLEINA LAUFER	INDEFERIDO	JIU JITSU	ABU DHABI	Conforme Lei 4665/2026, art 22, inc III
73945/2026	PAULO FERNANDES GHIZZI BRAGA JUNIOR	INDEFERIDO	PARAQUEDISMO	Não informa o destino	Conforme Lei 4665/2026, art 22, incisos III, X
72136/2026	VITOR DE FREITAS NASCIMENTO	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
72132/2026	DEIVID GABRIEL RODRIGUES SOUZA	APROVADO	BOXE	MOGI DAS CRUZES-SP	320 UFM
71660/2026	CARLA CRISTINA DE CARVALHO	APROVADO	BASQUETE	MAR DEL PLATA -ARG	1750 UFM
71658/2026	CARLA CRISTINA DE CARVALHO	APROVADO	BASQUETE	GOIANIA -GO	630 UFM
70390/2026	ISABELA BOLSALOBRE ISAIAS	APROVADO	KARATE	BIELSKO-BIALA- POLONIA	1750 UFM
70352/2026	LUIS GUSTAVO CRUZ REIS	APROVADO	JIU JITSU	MELBOURNE - AUSTRALIA	1750 UFM
70343/2026	MURILO CRUZ REIS	APROVADO	JIU JITSU	MELBOURNE - AUSTRALIA	1750 UFM
70337/2026	Luis Guilherme Ribeiro Reis	APROVADO	JIU JITSU	MELBOURNE - AUSTRALIA	1750 UFM
58772/2026	VANESSA DOMICILIANO FORMIGA	INDEFERIDO	VOLEI DE PRAIA	UBERLANDIA-MG	DUPLICIDADE

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião, agradecendo novamente a presença de todos e convocando-os para a próxima reunião a ser agendada.

Para constar, eu, Gabriel Pereira das Neves, Secretário, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada por mim e pelo Presidente. Paranaguá, 01 de OUTUBRO de 2026.

JOSÉ MIGUEL PEREIRA
Presidente

GABRIEL PEREIRA DAS NEVES
Secretário

LUIZ CLAUDIO CORREA
Membro

WENDGLAY DIATCHUK DAMACENO
Membro

ADIB MOHAMED BAHY
Membro

ROBERT DE ABREU FIGUEIRA
Membro

Publicado por:
Adib Mohamed Bahy
Código Identificador:0CF0D152

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
DECRETO Nº 2.180

DECRETO Nº 2.180

"Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências."

O Prefeito Municipal do MUNICIPIO DE PARANAGUA, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 4634/2025 de 02/12/2025,

DECRETA:

Art. 1° Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder a abertura de crédito Suplementar, em conformidade com o inciso I do Art. 41º da lei federal nº 4.320/64 e Lei autorizativa nº 4634/2025 de 02/12/2025, até a importância de R$ 68.101,32 (sessenta e oito mil e cento e um reais e trinta e dois centavos), destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias:

Suplementação			
28		Secretaria Municipal de Inclusão	
28.001		Gabinete do Secretario	
28.001.04.122.0030.2.300		Desenvolvimento de ações para promoção de igualdade de pessoas com impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e intermediação em Libras para pessoa com deficiência auditiva e surdo	
1193 - 3.3.90.39.00.00	000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	68.101,32
Total Suplementação:			68.101,32

Art. 2° Para atender o disposto no artigo 1° deste Decreto, servira como recurso de Anulação de dotações, conforme discriminação abaixo, de acordo com o artigo 43, parágrafo 1°, Inciso III da Lei Federal 4.320/64. O valor referente a este artigo será crescido ao valor da programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso conforme publicado no Decreto 318/2026:

Redução			
28		Secretaria Municipal de Inclusão	
28.001		Gabinete do Secretario	
28.001.04.122.0030.2.300		Desenvolvimento de ações para promoção de igualdade de pessoas com	
1187 - 3.3.90.14.00.00	1000	Diárias - civil	7.000,00
1188 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	50.000,00
1191 - 3.3.90.33.00.00	1000	Passagens e despesas com locomoção	101,32
28.002		Centro Municipal de Avaliação Especializada	
28.002.12.367.0031.2.301		Centro Municipal de Avaliação Especializada (CMAE), presta serviço	
1200 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2.000,00
28.003		Centro Educacional Municipal de Referência ao TEA	
28.003.14.422.0032.2.302		Promoção de Ações de Apoio e Desenvolvimento da Criança com TEA	
1202 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
1207 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00
1209 - 4.4.90.61.00.00	1000	Aquisição de imóveis	1.000,00
28.004		Fundo Municipal da Pessoa com Deficiência (CMDPcD)	
28.004.14.422.0030.2.303		Promoção de Ações de Apoio e Desenvolvimento da Pessoa com Deficiência	
1210 - 3.3.90.30.00.00	1000	Material de consumo	1.000,00
1211 - 3.3.90.32.00.00	1000	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	1.000,00
1212 - 3.3.90.36.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa física	1.000,00
1213 - 3.3.90.39.00.00	1000	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	1.000,00
1214 - 3.3.90.40.00.00	1000	Serviços de tecnologia da informação e comunicação - pessoa jurídica	1.000,00
1215 - 4.4.90.52.00.00	1000	Equipamentos e material permanente	1.000,00
Total Redução:			68.101,32

Art. 3° Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PARANAGUÁ, Palácio "São José", em 02 de outubro de 2026.

ADRIANO RAMOS
Prefeito Municipal

THIAGO THEMANSKI CAMPOS
Secretário Municipal de Governo

CALNEY MARTINS GERHARDT PEREIRA
Secretário Municipal de Administração

VERONICA MARODIM MARQUES
Secretária Municipal de Fazenda e Orçamento

Publicado por:
Leila Cristina Scomasson Sampaio
Código Identificador:15301E67

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ

CAMARA MUNICIPAL
EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 01/2026

PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 06/2026

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

Prezado fornecedor, a CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, agradece o seu interesse em participar deste certame e espera a sua melhor proposta para que você possa ser nosso fornecedor.
Visando poupar o seu tempo e facilitar a apresentação da sua proposta neste certame, os documentos que você precisa ler para participar nesta disputa foram elaborados evitando, ao máximo, repetir informações. É fundamental que você leia, TODOS os anexos, pois há regras importantes para a contratação, a serem observadas durante a execução do contrato, que não estarão indicadas no edital:
Anexo I –Especificação do objeto;
Anexo II – Modelo de Proposta de Preços Ajustada;
Anexo III – Declaração de ME e EPP;
Anexo V - Minuta de Contrato
Este edital traz as regras específicas para a sua participação e para a condução do certame. Todas as decisões serão tomadas com base no que o edital estabelece. Qualquer dúvida ou discordância deverá ser manifestada antes do início do certame, através do e-mail: pregoeira@cmparanavai.pr.gov.br .
A minuta do contrato traz as cláusulas que serão redigidas no instrumento que formalizará o nosso negócio, se ele vier a acontecer. Nelas estão as obrigações das partes, as consequências para o seu descumprimento e as condições que regem a sua execução.
Os fornecedores que não estão acostumados com as licitações da Câmara Municipal de Paranavaí devem ler com atenção todas as informações gerais que estão no aviso bem como seus anexos para entender os detalhes da licitação.
Existem, ainda, outros documentos que poderão lhe interessar e estão acessíveis no PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026, disponível no site https://camaraparanavai.atende.net / menu Processos licitatórios - "Licitações / Contratos"- onde serão divulgados todos os documentos e informações referentes a esta Licitação.
Esses documentos não são de leitura obrigatória e contêm informações que já estarão aqui. Além disso, se houver qualquer divergência, prevalecerá à regra deste edital e anexos.

Bons negócios!

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 01/2026
PREGÃO ELETRÔNICO 01/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE COMPRAS E SERVIÇOS Nº 06/2026
PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME E EPP

INFORMAÇÕES GERAIS

Objeto do certame: Aquisição de eletrodomésticos destinados ao atendimento das necessidades de copa, limpeza, conservação e apoio às atividades da Câmara Municipal de Paranavaí, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.
Data do certame e horário de início da sessão: 19 de outubro de 2026 as 9h:00minutos
Prazo para solicitar esclarecimento e impugnar o edital: 13 de outubro às 23h59min.
Valor estimado total da contratação: R$ 5.619,17 (cinco mil, seiscentos e dezenove reais e dezessete centavos).
Rito da seleção: Pregão
Forma da seleção: eletrônica
Local do certame: https://www.gov.br/compras/pt-br
UASG: 930321 - CAMARA MUNICIPAL DE PARANAVAI/PR
Critério de julgamento Menor preço
Modo de disputa: Aberto na forma eletrônica
A contratação será: Por itens
Intervalo mínimo entre lances: 0,1% (um décimo por cento) em relação ao melhor lance ou proposta.
Ordem das etapas: Rito procedimental comum
Este certame será sob o Sistema de Registro de Preços? NÃO
Benefícios de Micro e Pequenas Empresas - MPE: Presente processo licitatório será EXCLUSIVO à participação de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

PODERÃO PARTICIPAR DO CERTAME

Quem for do ramo de atividade compatível com o objeto licitado;
Quem não estiver sancionado com impedimento de licitar e contratar pela Camara Municipal de Paranavaí ou pelo município de Paranavaí ou com declaração de inidoneidade para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública;
Quem não tiver vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
Quem não tiver cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, autoridade municipal ou com agente público municipal que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, desde que não estejam concorrendo entre si; e
Quem, nos cinco anos anteriores à divulgação deste edital, não tiver sido condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

REGRAS PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

A mera participação na licitação implica na declaração de que a empresa não está impedida de participar do processo licitatório, sendo essa declaração tácita passível de sanção de declaração de inidoneidade, em caso de falsidade.
Como condição de declaração do vencedor, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

SICAF;
Lista de impedidos de licitar, mantida pelo Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE-PR, link: http://www1.tce.pr.gov.br/conteudo/licitacoes-municipais-impedidos-de-licitar/54/area/250 e
Consulta Consolidada TCU, CNJ, CEIS, CNEP, link: https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/.
A consulta aos cadastros será realizada em nome do licitante e de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
A tentativa de burla à sanção poderá ser verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros elementos que serão analisados pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.
Nos casos de inabilitação por ocorrências impeditivas indiretas, o licitante será convocado para manifestação previamente a sua inabilitação. O prazo para manifestação do licitante é de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas da sua convocação.
Constatada a existência de sanção, após consulta aos cadastros, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação inabilitará o licitante, por falta de cumprimento da condição de participação.

DECLARAÇÕES

Ao participar deste certame, o fornecedor concorda, tacitamente, com as declarações arroladas neste item, sendo desnecessária a apresentação dessas declarações, por escrito.
Estou ciente, concordo e atendo a todas as condições do Edital e seus anexos;
Não há nada que impeça, juridicamente, a minha habilitação neste momento. Se algum fato impeditivo acontecer depois, estarei obrigado a informar a Câmara municipal de Paranavaí;
Não emprego menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprego menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
Dentre os membros do quadro societário, NÃO há cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica, investindo em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança, ou ainda, de função gratificada na Administração Pública direta e indireta, compreendido ajuste mediante designação reciprocas. (Súmula vinculante nº 13 - STF).
Para os fins requeridos no §1º, do artigo 9° da Lei Federal n° 14.133/2021, não tem em seu quadro de empregados, servidores públicos da contratante exercendo funções de gerência, administração ou tomada de decisão, bem como sócios, gerentes ou diretores que sejam parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores do Legislativo.
Ao participar desta licitação consente, de forma livre, informada e inequívoca com o tratamento de seus dados pessoais para fins de publicidade e transparência deste processo licitatório (editais, contrato administrativo/ata de registro de preços e outros documentos relacionados), estando ciente que seus dados pessoais serão tornados públicos para os fins especificados.
Não possui sócio, proprietário, diretor, gerente ou integrante do conselho da empresa proponente que seja, de direito ou de fato, servidor público do Legislativo do município de Paranavaí, para os fins requeridos no inciso X do art. 109, da Lei Municipal nº 3.891/2012.
A proposta foi elaborada de forma independente e nenhuma empresa potencialmente participante da licitação conhece meu preço.
A proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
Não há, na minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado.
Minha empresa cumpre as exigências de reserva de cargos prevista em lei e normas específicas para pessoa com deficiência, reabilitado da Previdência Social e aprendiz.
Tenho ciência de que a declaração falsa acarretará aplicação de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública do País, além das demais sanções legais cabíveis.

PROPOSTA

O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital até 08h55min do dia 15 de outubro de 2026.
O licitante deverá registrar sua proposta no sistema eletrônico mediante o preenchimento dos campos indicados, sem incluir informação que possa identificar a sua empresa.
Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, em até 2 (duas) horas, contadas da convocação do pregoeiro.
Junto com a proposta de preços ajustada as licitantes deverão apresentar os seguintes documentos:
Catálogos, manuais, entre outros, para verificação das especificações exigidas**.**
A análise dos documentos, juntamente com a proposta de preços ajustada, será conduzida por equipe de apoio, resultando na emissão de relatório em até 05 (cinco) dias, considerando as exigências específicas estabelecidas.
O prazo para apresentação da proposta ajustada poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada, ou a critério do agente de contratação, pregoeiro.
A proposta ajustada deverá ser preenchida conforme modelo do Anexo II deste Edital.
Os licitantes que apresentarem propostas na sessão pública com valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração, deverão comprovar a exequibilidade de sua proposta, por meio do envio, juntamente com a Proposta de Preços Ajustada, de notas fiscais, contratos ou outros documentos a fim de demonstrar que possuem capacidade de fornecer o produto com o preço ofertado.

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos, ou nos respectivos portais, conforme segue:
HABILITAÇÃO JURÍDICA, FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA
contrato social ou instrumento equivalente;
regularidade perante a fazenda federal e a seguridade social;
regularidade perante a fazenda estadual ou distrital da sede do licitante;
regularidade perante a fazenda municipal da sede do licitante;

regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS; e
regularidade trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao).
Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF ou nos respectivos portais serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, podendo ser prorrogado por igual período.

EM QUE SITUAÇÕES VOCÊ, ENQUANTO PROPONENTE, PODERÁ SER SANCIONADO

As infrações praticadas pelo licitante serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: Processo sancionatório, guardada as devidas adaptações em razão da estrutura administrativa da Contratante Câmara Municipal de Paranavaí.
Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano à Câmara Municipal de Paranavaí, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.
Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.
Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.
Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, a Câmara poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
Nos casos de inexecução total do contrato, a Câmara aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
Ao licitante infrator poderá ser aplicada penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Câmara Municipal de Paranavaí nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Deixar de entregar a documentação exigida para o certame, mesmo após a possibilidade de saneamento	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Apresentar recursos manifestamente protelatórios	Impedimento de licitar ou contratar com o município de Paranavaí	6 meses
Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Fraudar a seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da seleção do fornecedor	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

INFORMAÇÕES GERAIS - DEFINIÇÕES

MPE (ou no plural MPEs): aquele que tem direito ao tratamento diferenciado e simplificado estabelecido nos art. 42 a 48 da Lei Complementar n° 123/2006, seja Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa que, no ano-calendário anterior, tenha auferido receita bruta de até R$4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
Sistema eletrônico: plataforma de licitações utilizada pela Administração e indicado no Edital.
Sistema de videoconferência: plataforma de videoconferência para a realização das licitações presencias, cujo link específico de cada licitação estará disponível no edital.
Sítio eletrônico oficial: o portal oficial do município de Paranavaí na internet, disponível a partir do endereço https://www.cmparanavai.pr.gov.br/
Condições de julgamento de propostas e habilitação
Será desclassificada a proposta que, após a fase de negociação, permanecer com valor superior ao máximo estabelecido para a contratação.
Considera-se aparentemente inexequível a proposta que apresente preço global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.
Considera-se aparentemente inexequível a proposta, que apresente preço global inferior a 75% do valor orçado pela Administração.
Nos casos de aparente inexequibilidade, deverá ser ofertada ao licitante a oportunidade de apresentar planilha de composição de custos, com a demonstração da viabilidade do preço praticado, podendo ser requeridos pelo agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação outros documentos comprobatórios.
O licitante que apresentar proposta com qualquer problema, erro, vício ou desconformidade com as regras estabelecidas no edital terá a oportunidade de sanear o erro da proposta no prazo de 2 (duas) horas, desde que não seja majorado o valor proposto pelo licitante ao final do certame.
Será desclassificada a proposta que, depois de dada a oportunidade de saneamento, permanecer em desacordo com o estabelecido no Edital, sem prejuízo da instauração de processo sancionatório para apuração de infração, caso esteja enquadrada em uma ou mais condutas previstas no artigo 155 da Lei nº 14.133/2021.
A documentação de habilitação apresentada pelo licitante deverá estar dentro do prazo de validade na data prevista para abertura das propostas, definida no preâmbulo do Edital.
Caso os documentos de habilitação não mencionem o prazo de validade, será considerado o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados de sua emissão, exceto para aqueles que o prazo seja indeterminado.
Caso o licitante seja a matriz, todos os documentos apresentados deverão estar em nome e CNPJ da matriz.
Caso o licitante seja a filial, todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da filial que vai fornecer o produto ou executar o serviço, exceto aqueles que, pela própria natureza ou por determinação legal, forem comprovadamente emitidos apenas em nome da matriz ou cuja validade abranja todos os estabelecimentos da empresa. A contratação será realizada no CNPJ constante da documentação apresentada e da proposta comercial.
Para a habilitação dos licitantes, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação deverá sanear todos os eventuais erros ou falhas, sendo possível a inclusão de novo documento comprobatório de condição já atendida pelo licitante no momento da apresentação dos documentos.
Na hipótese de possibilidade de saneamento das propostas ou dos documentos de habilitação, o saneamento ocorrerá, preferencialmente, na própria sessão.
Não sendo possível o saneamento na própria sessão, será concedido prazo de 24 (vinte e quatro) horas para que o licitante apresente o documento necessário ao saneamento, admitido o envio eletrônico.

Para o saneamento da proposta e documentação será admitida a correção de todos os erros que sejam possíveis de serem corrigidos, tais como marca, modelo, tipo, fabricante, procedência, prazos, catálogos, declarações, documentação vencida, irregular ou faltante, atestados, ou quaisquer outras informações, dados ou documentos.
Não poderá ser admitido o saneamento que aumente o valor total da proposta, sendo aceita a alteração dos preços unitários, desde que mantido o valor global.
Caso, após o saneamento, seja identificado novo problema, deverá ser concedida nova oportunidade de sanear o vício, seguindo as mesmas regras deste capítulo.
Será inabilitado o licitante que, depois da oportunidade de saneamento, não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los vencidos ou em desacordo com o estabelecido no Edital.
Nos casos de licitação para registro de preços, todos os licitantes que desejarem ter seus preços registrados na ata de registro de preços terão sua proposta e habilitação analisadas.

Negociação.

Definido o resultado, o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação convocará o licitante mais bem classificado para negociação, cujos parâmetros serão os orçamentos que fundamentaram o valor estimado e os preços praticados pelo licitante em contratações públicas similares.
Concluída satisfatoriamente a negociação, o licitante vencedor deverá encaminhar a proposta ajustada ao valor final ofertado, com o valor da negociação, se for o caso, em até 2 (duas) horas, contadas da convocação do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.
O prazo para apresentação da proposta ajustada poderá ser prorrogado mediante solicitação justificada, ou a critério do agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação.

Recursos e contrarrazões

Declarado o vencedor, será concedido prazo não inferior a 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.
A falta de manifestação do licitante quanto à intenção de recorrer importará na preclusão desse direito.
Uma vez manifestada tempestivamente a intenção de recurso, o licitante terá, a partir de então, o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentar as suas razões de recurso.
O prazo para apresentação de contrarrazões será de 3 (três) dias úteis e terá início na data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso.
As razões de recurso e as contrarrazões deverão ser encaminhadas pelo sistema Compras.Gov https://www.gov.br/compras/pt-br , no caso de licitações eletrônicas, e enviadas para o e-mail: pregoeira@cmparanavai.pr.gov.br.
Será assegurado aos licitantes vista aos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses por consulta, através da plataforma de licitações utilizada pela Administração, no caso de licitações eletrônicas, ou ao e-mail institucional, informado em edital, nos certames presenciais.
Na hipótese de o agente de contratação, pregoeiro ou comissão de contratação não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, o recurso será encaminhado com a sua motivação a autoridade competente, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que seja proferida decisão final pelo secretário municipal ordenador ou responsável por entidade ou pelo Diretor Especial de Compras.
A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão de reabertura.
A convocação se dará por e-mail, sendo de responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados, e adicionalmente, se for possível, pelo sistema eletrônico (“chat”) ou comunicado no sítio eletrônico oficial.

Adjudicação e homologação

Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos, o processo licitatório será encaminhado a autoridade competente, que poderá:
determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade
anular a licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável; ou adjudicar o objeto e homologar a licitação.
Na hipótese de revogação ou anulação do procedimento, caberá recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contado a partir da data da publicação do ato.
Homologada a licitação pela autoridade competente, o licitante vencedor será convocado para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou Instrumento contratual.
O prazo para atender à convocação será de 5 (cinco) dias úteis, que poderá ser prorrogado uma vez, quando solicitado pelo licitante vencedor durante o seu transcurso, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Legislativo.
Caso o licitante, ainda dentro da validade da proposta, não atenda à convocação para a assinatura da Ata de Registro de Preços ou Instrumento contratual, será instaurado procedimento administrativo sancionatório para apuração da conduta e eventual aplicação de sanções

Disposições gerais

Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.
A participação do licitante implica em aceitação de todos os termos do Edital.
O licitante será responsável por todos os procedimentos que forem efetuados em seu nome, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, lances e negociações.
O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados, inclusive quanto às declarações explícitas ou implícitas, em qualquer fase da licitação.
A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará na imediata inabilitação do licitante que o tiver apresentado, sem prejuízo das demais sanções administrativas e criminais cabíveis.
Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, desde que dentro do horário de expediente, assim considerado das 08h às 17h.
As normas que disciplinam a licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os licitantes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
As decisões referentes ao processo licitatório poderão ser comunicadas aos licitantes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação no site oficial.
A Câmara Municipal de Paranavaí poderá revogar a licitação, no todo ou em parte, por razões de interesse público derivados de fato superveniente comprovado, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e fundamentado.
A Câmara Municipal de Paranavaí poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura, sendo devidamente publicados no site oficial.

Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na administração municipal de Paranavaí.
O edital e o respectivo processo está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://www.cmparanavai.pr.gov.br/ .
Os casos omissos serão resolvidos pelo agente de contratação, pregoeiro, comissão de contratação ou autoridade competente responsável pela entidade.
Nossos canais de atendimento: pregoeira@cmparanavai.pr.gov.br (44) 3421-4200, ramal 251 (das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min).
Onde estamos: Rua Bahia, nº 208, Paranavaí/PR.
Quem são os responsáveis pelo certame: Dheymezangela I.Belizario, Agente de Contratações, nomeada por meio da Portaria Legislativa 031/2026.
Normas de regência: Lei nº 14.133/2021, Decreto Resolução 004/2023 e pelas normas específicas:

Paranavaí, 02 de outubro de 2026.

CARLOS AUGUSTO PEREIRA DE LIMA
Presidente
Câmara Municipal de Paranavaí.

EDITAL DA LICITAÇÃO Nº 01/2026
ANEXO I
ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

DEFINIÇÃO DO OBJETO

Aquisição de eletrodomésticos destinados ao atendimento das necessidades de copa, limpeza, conservação e apoio às atividades da Câmara Municipal de Paranavaí, conforme especificações constantes neste Termo de Referência

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Especificação e quantidades da solução:

ITEM	DESCRIÇÃO	QT	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO	VALOR MÁXIMO TOTAL
01	**ASPIRADOR DE PÓ E ÁGUA** Potência mínima: 1.400 W; Capacidade do reservatório: mínimo de 20 litros; Comprimento da mangueira: mínimo de 1,5 m; Comprimento cabo elétrico: mínimo de 2,5 m; Material do recipiente: aço inoxidável (inox). Deverá possuir mangueira de sucção, bocais para aspiração sólidos e cantos de difícil acesso, extensores rígidos, filtro de espuma lavável e saco para pó de pano lavável, rodas e sistema de transporte que facilitem sua movimentação, bem como alça para transporte. Alimentação: 110/127 V ou bivolt Acompanha manual de instruções em português e certificação do INMETRO. Produto novo, sem uso, acompanhado dos acessórios necessários ao seu perfeito funcionamento. Assistência técnica autorizada disponível na região. Garantia mínima de 12 (doze) meses. Modelo de referência: WAP GTW Inox 20 ou equivalente. CÓD. CATMAT: 448054	01	R$ 631,26	R$ 631,26
02	**FOGÃO A GÁS 4 BOCAS** Fogão a gás, modelo piso; Com 04 bocas, sendo no mínimo 03 queimadores médios e um grande, com capas esmaltadas e trempes duplas de fácil remoção; Mesa em aço inoxidável sobreposta; Acendimento automático; Forno: capacidade mínima de 55 litros, autolimpante, com iluminação interna, porta com vidro duplo e, no mínimo 01 grade deslizante. Deverá possuir proteção traseira, pés niveladores e deslizantes e botões removíveis, sistema de bloqueio de gás para segurança (válvula). Cor branca. Alimentação: 110/127 V ou bivolt. Acompanha manual de instruções em português e certificação do INMETRO. Produto novo, sem uso, em embalagem original de fábrica. Assistência técnica autorizada disponível na região. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Consul CFOABNAB ou equivalente. CÓD. CATMAT: 425200	01	R$ 1.321,75	R$ 1.321,75
03	**FORNO MICRO-ONDAS** Capacidade mínima de 32 litros; Potência mínima de 900 W; Painel digital frontal; Funções mínimas de aquecimento, descongelamento e programação de tempo. Deverá possuir prato giratório em vidro temperado removível, tecla para descongelamento, função de aquecimento rápido, ajuste de tempo, desligamento automático, porta com visão transparente e trava de segurança. Cor: branca. Alimentação: 110/127 V. Acompanha manual de instruções em português e certificação do INMETRO. Produto novo, sem uso, em embalagem original de fábrica. Assistência técnica autorizada disponível na região. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Brastemp BMS46AB ou equivalente. CÓD. CATMAT: 613924	01	R$ 722,32	R$ 722,32
04	**LAVADORA TIPO TANQUINHO DE ROUPAS** Gabinete em plástico resistente com tratamento anticorrosivo, tampa superior transparente ou translúcida e abertura superior (top load). Capacidade de lavagem de no mínimo 10 kg de roupas secas; Sistema de lavagem por turbilhamento, com agitador ou batedor posicionado na parte inferior da cuba; Programas de lavagem, painel de controle manual (analógico/timer) contendo, no mínimo, 3 (três) programas ou ciclos de lavagem distintos; Potência mínima de 330 W; Filtro de fiapos integrado à cuba ou ao agitador, de fácil remoção e limpeza. Deverá possuir entrada manual de água, saída manual de água, sistema de enxágue manual; dispenser para sabão, mangueiras de entrada e saída de água com conexões compatíveis, e desligamento automático com timer, pés antiderrapantes ou niveladores, visando maior estabilidade durante o funcionamento. Alimentação: 110/127 V.	01	R$ 600,84	R$ 600,84

	Acompanha manual de instruções em português e certificação do INMETRO. Produto novo, sem uso, em embalagem original de fábrica. Assistência técnica autorizada disponível na região. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Mueller ou equivalente. CÓD. CATMAT: 469917			
05	**PURIFICADOR DE ÁGUA COM COMPRESSOR** Purificador de água para instalação em ponto de consumo, com gabinete confeccionado em plástico ABS de alta resistência; Temperaturas disponíveis**:** natural e gelada; Sistema de refrigeração por compressor; Sistema de fornecimento de água em fluxo contínuo, permitindo o enchimento de copos e jarras; Vida útil do refil de no mínimo 2.500 litros ou 6 meses de utilização; Bandeja coletora removível; Capacidade mínima do reservatório de água: 1,7 L; Capacidade mínima do reservatório de água refrigerada: 1,2 L; Vazão mínima de 30 L/h; Indicador luminoso de troca de refil; Compatível com rede hidráulica predial convencional, Cor: branco. Alimentação: 110/127 V ou bivolt. Acompanha mangueira, refil, manual de instruções em português e certificação do INMETRO. Produto novo, sem uso, em embalagem original de fábrica. Assistência técnica autorizada disponível na região. Garantia mínima de 12 meses. Modelo de referência: Electrolux PC01B ou equivalente. CÓD. CATMAT: 463093	03	R$ 781,00	R$ 2.343,00
VALOR MÁXIMO TOTAL	R$ 5.619,17 (cinco mil, seiscentos e dezenove reais e dezessete centavos).			

Na hipótese de divergência entre as especificações constantes deste Termo de Referência e aquelas apresentadas no Catálogo de Materiais – CATMAT, prevalecerão, para todos os fins da presente contratação, as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência, por refletirem as características e requisitos definidos pela Administração para atendimento de suas necessidades.
A adoção de marca ou modelo de referência tem como objetivo facilitar a compreensão e a identificação das características do objeto pretendido, não sendo obrigatória sua apresentação, desde que o produto ofertado atenda integralmente às especificações e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.
Prazo para início da execução do objeto: O prazo para o início da execução, começa a contar a partir da data entrega da Ordem de Fornecimento
Prazo de entrega ou de execução do objeto: A entrega do objeto deverá ser efetuada no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da efetiva entrega da Ordem de Fornecimento.
Local de entrega ou execução: Palácio Legislativo Vereador Vivaldo de Oliveira. Câmara Municipal de Paranavaí, localizada na Rua Bahia n.º 208, Centro, Paranavaí/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h
Garantia exigida do objeto: Os produtos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados a partir da data do recebimento definitivo. Caso o fabricante ofereça prazo de garantia superior ao mínimo exigido, prevalecerá a garantia ofertada pelo fabricante, sem qualquer ônus adicional para a Administração.
Condições de assistência técnica: Durante esse período, a Contratada será responsável pela substituição ou reparo dos produtos que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante, incluindo peças, mão de obra, transporte e demais despesas necessárias.

CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

O equipamento ofertado deverá, obrigatoriamente, atender aos Requisitos de Avaliação da Conformidade para Potência Sonora de Aparelhos Eletrodomésticos, em estrita conformidade com a Portaria Inmetro nº 6, de 5 de janeiro de 2022, e com a Resolução CONAMA nº 20, de 9 de dezembro de 1994.
O proponente deverá comprovar o atendimento à exigência legal mediante apresentação do Selo Ruído (Inmetro/Ibama) impresso na embalagem ou fixado no
corpo do produto, bem como o respectivo Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, sob pena de desclassificação."

BENEFÍCIO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - MPE

Exclusivo para participação de microempreendedores individuais (MEIs), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP).

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os equipamentos a serem adquiridos deverão ser novos, sem uso, de primeiro uso, em linha de fabricação normal do fabricante, não sendo admitidos produtos recondicionados, remanufaturados, reciclados ou provenientes de mostruário.
Os bens deverão possuir características técnicas compatíveis com as necessidades operacionais da Câmara Municipal de Paranavaí, observadas as especificações mínimas constantes do Termo de Referência.
Os equipamentos deverão atender às normas técnicas e regulamentações vigentes, incluindo certificações obrigatórias emitidas pelos órgãos competentes, quando aplicáveis, tais como INMETRO e demais entidades reguladoras.
Os produtos deverão ser fornecidos acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu perfeito funcionamento, bem como de manuais de instruções em língua portuguesa.
Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contada a partir do recebimento definitivo.
Os bens deverão ser entregues em embalagem original de fábrica, devidamente lacrada, identificada e em perfeitas condições de conservação e transporte.
A contratada deverá disponibilizar assistência técnica autorizada ou rede credenciada apta a prestar atendimento durante o período de garantia, observadas as condições estabelecidas pelo fabricante.
A contratada deverá responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com artigos 12, 13 e 17 a 27 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/1990). Caso a aquisição seja rejeitada, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações contratadas, deverão ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses a contar da assinatura do contrato, em razão da exigência de garantia dos materiais a serem entregues, não se eximindo o contratado de corrigir vícios decorrentes desta contratação, na forma da Lei n° 14.133 de 2021.
A contratada deverá assegurar a garantia dos equipamentos pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento definitivo dos bens, obrigação esta que subsistirá independentemente da vigência contratual, permanecendo a responsabilidade da contratada pelo integral cumprimento da garantia durante todo o período estabelecido.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATADO

Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações, quantidades, características e condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.
Entregar os produtos novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, não sendo aceitos produtos usados, remanufaturados, recondicionados ou reciclados.
Entregar os equipamentos em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu perfeito funcionamento.
Fornecer, juntamente com os equipamentos, os respectivos manuais de instruções em língua portuguesa, certificados e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação aplicável.
Observar o prazo de entrega estabelecido pela Contratante, responsabilizando-se por quaisquer atrasos injustificados, sujeitando-se às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.
Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga, entrega e demais despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos, sem ônus adicional para a Contratante.
Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento que apresente defeito, avaria, vício, desconformidade com as especificações ou danos decorrentes do transporte.
Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos pelo período de garantia, responsabilizando-se por assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças, sem ônus para a Câmara, durante esse período;
Apresentar, no ato da entrega, os termos de garantia dos produtos, com prazos mínimos conforme exigências do edital ou Termo de Referência, além dos manuais técnicos e de operação em língua portuguesa;
Assumir a responsabilidade por qualquer não conformidade identificada após a entrega, devendo saná-la no prazo estipulado pela fiscalização, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
Deverá assegurar que os produtos atendam às normas técnicas e certificações exigidas pelos órgãos competentes, incluindo registros, selos de eficiência energética e demais requisitos regulatórios aplicáveis
Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, responsabilizando-se pelo reparo ou substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante.
Disponibilizar assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia, responsabilizando-se pelos custos de transporte, retirada, devolução, peças, componentes, mão de obra e demais despesas necessárias ao atendimento.
Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DA CONTRATANTE

Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado por meio de servidores especialmente designados;
Vetar o recebimento de qualquer material considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;
Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Atestar as notas fiscais após a efetiva entrega/fornecimento dos bens e serviços, objeto desta licitação;
Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, conforme estabelecido;
Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, inclusive sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e em caso de inadimplemento, aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Prazo de pagamento: O pagamento será realizado após a aceitação definitiva dos equipamentos, mediante apresentação da nota fiscal e relatório de recebimento e conferência. Caso sejam identificadas irregularidades ou defeitos nos produtos entregues, o pagamento será suspenso até que as devidas correções sejam realizadas pelo fornecedor.
O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo.

ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios da Câmara Municipal de Paranavaí, sob a dotação orçamentária: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente, com desdobramento de despesa: 4.4.90.52.12.00 – Aparelhos e Utensílios Domésticos

CRITÉRIO E PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência realizada pelo fiscal do contrato imediatamente após a entrega, verificando-se quantidade, integridade, e ausência de avarias, devendo o relatório de recebimento provisório ser emitido em até 5 dias úteis após a entrega pelo fornecedor. Constatadas divergências, o fiscal registrará as ocorrências e notificará o contratado para substituição ou regularização dos itens, condição indispensável para posterior recebimento definitivo.

PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO

O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes do Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias, compreendendo, no mínimo:
Conferência das especificações técnicas e das características dos equipamentos;
Verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos, quando aplicável;
Verificação da integridade física dos produtos e de suas embalagens;
Conferência dos acessórios, componentes, cabos, manuais de instruções em língua portuguesa e demais itens que acompanham os equipamentos;
Verificação de que os produtos são novos, de primeiro uso, e acondicionados em embalagem original do fabricante;
Verificação do prazo de garantia e das condições de assistência técnica previstas na contratação.
Constatada qualquer desconformidade, defeito, avaria ou divergência em relação às especificações estabelecidas, os bens serão recusados, devendo a Contratada promover sua substituição, sem ônus para a Contratante, no prazo fixado pela Administração.
O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, nem afasta a obrigação de prestar garantia dos equipamentos fornecidos, na forma da legislação vigente.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

DADOS DO FORNECEDOR

Razão social: .....
CNPJ: .....
Endereço: .....
E-mail: .....
Telefone: .....

RESPONSÁVEL PELA PROPOSTA

Nome: .....
CPF: .....
Declaração de estar enquadrado como MPE - Microempresa, Empresa de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual ou sociedade cooperativa, em condições para usufruir do tratamento jurídico diferenciado determinado na Lei Complementar 123/2006, em especial quanto ao § 4° do art. 3°, assim como estar ciente de que será penalizado caso esta declaração for falsa:
☐ declaramos que SIM

CONDIÇÕES COMERCIAIS

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço (R$)	
				Unitário	Total
Preço total geral					

Valor total geral por extenso: .....

CONDIÇÕES DA PROPOSTA

Validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.
Data:
Nome do fornecedor
Nome do Responsável
(assinatura)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
ANEXO III
DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE PROCEDIMENTO

(nome/razão social), inscrita no CNPJ n°_____, por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a)_____ , portador (a) da Carteira de Identidade nº _____e do CPF nº _____, DECLARA, para todos os fins e efeitos legais, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no §4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local/Data
Assinatura do responsável
(carimbo da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2026
ANEXO IV
MINUTA DO CONTRATO
A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Bahia, n.º 208, Centro, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.716.109/0001-91, neste ato representado pelo seu Presidente, Sr. Carlos Augusto Pereira de Lima, portador da Cédula de Identidade, RG 8.038810-1 e inscrito no CPF/MF sob o n.º 041.883.469-57, doravante denominado contratante e a empresa ...., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no ....., estabelecida à....., e-mail ....., neste ato representada pelo ....., inscrito no ....., doravante denominado contratado, resolvem celebrar contrato, que será regido pelas cláusulas a seguir expostas.

NORMAS REGENTES

O presente contrato está vinculado ao Pregão Eletrônico Nº 01/2026, Processo Administrativo nº ..../2026, ao edital e à proposta apresentada pelo contratado, regendo-se por suas cláusulas e, em legislação geral, pela Lei nº 14.133/2021, pelo Resolução do Legislativo nº 04/2023.

VIGÊNCIA

O prazo de vigência do contrato será de 12 meses a contar da assinatura do contrato, em razão da exigência de garantia dos materiais a serem entregues, não se eximindo o contratado de corrigir vícios decorrentes desta contratação, na forma da Lei n° 14.133 de 2021.

OBJETO

3.1. Aquisição de eletrodomésticos destinados ao atendimento das necessidades de copa, limpeza, conservação e apoio às atividades da Câmara Municipal de Paranavaí, conforme especificações constantes neste Termo de Referência.

VALOR, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

Pelo objeto deste contrato, o contratante pagará ao contratado o valor de ..... (.....), incluídos os tributos incidentes sobre a transação, fretes e demais despesas para a execução do contrato, não cabendo ao contratante nenhum outro ônus.
Os preços, as especificações dos itens, os quantitativos do fornecedor e as demais condições constantes da proposta vencedora são os seguintes.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Preço (R$)	
				Unitário	Total
Preço total geral					

LOCAL E PRAZO DE ENTREGA / EXECUÇÃO

Palácio Legislativo Vereador Vivaldo de Oliveira. Câmara Municipal de Paranavaí, localizada na Rua Bahia n.º 208, Centro, Paranavaí/PR, durante o horário normal de expediente, das 08h às 11h30 e das 13h30 às 17h
Os prazos de entrega / execução serão contados a partir da notificação e entrega da Ordem de Fornecimento.
O prazo de entrega / execução poderá ser prorrogado em caso de alterações unilaterais determinadas pelo contratante, bem como pela ocorrência de eventos supervenientes, alheios à vontade das partes, que impactem no seu cumprimento, mediante solicitação formal, devidamente fundamentada, encaminhada pelo contratado ao fiscal do contrato em momento anterior à data de entrega ou conclusão do serviço.

FONTE DE RECURSOS

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios da Câmara Municipal de Paranavaí, sob a dotação orçamentária: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente, com desdobramento de despesa: 4.4.90.52.12.00 – Aparelhos e Utensílios Domésticos.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATADO

7.1. Fornecer os equipamentos em conformidade com as especificações, quantidades, características e condições estabelecidas no Termo de Referência e na proposta apresentada.
7.2. Entregar os produtos novos, de primeiro uso, em perfeito estado de conservação e funcionamento, não sendo aceitos produtos usados, remanufaturados, recondicionados ou reciclados.
7.3. Entregar os equipamentos em embalagem original do fabricante, devidamente lacrada, acompanhados de todos os acessórios indispensáveis ao seu perfeito funcionamento.
7.4. Fornecer, juntamente com os equipamentos, os respectivos manuais de instruções em língua portuguesa, certificados e demais documentos exigidos pelo fabricante e pela legislação aplicável.
7.5. Observar o prazo de entrega estabelecido pela Contratante, responsabilizando-se por quaisquer atrasos injustificados, sujeitando-se às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e no instrumento contratual.
7.6. Responsabilizar-se pelo transporte, carga, descarga, entrega e demais despesas necessárias ao fornecimento dos equipamentos, sem ônus adicional para a Contratante.
7.7. Substituir, às suas expensas, no prazo estabelecido pela Administração, qualquer equipamento que apresente defeito, avaria, vício, desconformidade com as especificações ou danos decorrentes do transporte.
7.8. Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos pelo período de garantia, responsabilizando-se por assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças, sem ônus para a Câmara, durante esse período;
7.9. Apresentar, no ato da entrega, os termos de garantia dos produtos, com prazos mínimos conforme exigências do edital ou Termo de Referência, além dos manuais técnicos e de operação em língua portuguesa;
7.10. Assumir a responsabilidade por qualquer não conformidade identificada após a entrega, devendo saná-la no prazo estipulado pela fiscalização, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
7.11. Deverá assegurar que os produtos atendam às normas técnicas e certificações exigidas pelos órgãos competentes, incluindo registros, selos de eficiência energética e demais requisitos regulatórios aplicáveis
7.12. Prestar garantia mínima de 12 (doze) meses, contada do recebimento definitivo, responsabilizando-se pelo reparo ou substituição dos equipamentos que apresentarem defeitos de fabricação ou funcionamento, sem qualquer ônus para a Contratante.
7.13. Disponibilizar assistência técnica autorizada durante todo o período de garantia, responsabilizando-se pelos custos de transporte, retirada, devolução, peças, componentes, mão de obra e demais despesas necessárias ao atendimento.
7.14. Manter, durante toda a execução da contratação, as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório.
Comunicar imediatamente à Contratante qualquer fato superveniente que possa comprometer o cumprimento das obrigações assumidas.

OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DO CONTRATANTE

8.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento contratado por meio de servidores especialmente designados;
8.2. Vetar o recebimento de qualquer material considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada, que possa ser inadequado, nocivo ou danificar seus bens patrimoniais ou ser prejudicial à saúde dos servidores;

Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
Atestar as notas fiscais após a efetiva entrega/fornecimento dos bens e serviços, objeto desta licitação;
Efetuar o pagamento nas condições pactuadas, conforme estabelecido;
Notificar a Contratada, formal e tempestivamente, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ela substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas, inclusive sobre multas, penalidades e quaisquer débitos de sua responsabilidade, e em caso de inadimplemento, aplicar as sanções administrativas contratuais pertinentes;
Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO.

9.1. **Prazo de pagamento**: O pagamento será realizado após a aceitação definitiva dos equipamentos, mediante apresentação da nota fiscal e relatório de recebimento e conferência. Caso sejam identificadas irregularidades ou defeitos nos produtos entregues, o pagamento será suspenso até que as devidas correções sejam realizadas pelo fornecedor.
9.2.O pagamento será efetuado em até 10 (dez) dias após o recebimento definitivo.

CLÁUSULA 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos orçamentários próprios da Câmara Municipal de Paranavaí, sob a dotação orçamentária: 4.4.90.52.00.00 – Equipamentos e Material Permanente, com desdobramento de despesa: 4.4.90.52.12.00 – Aparelhos e Utensílios Domésticos

CLÁUSULA 11. CRITÉRIO E PRAZO PARA RECEBIMENTO PROVISÓRIO

O recebimento provisório ocorrerá mediante conferência realizada pelo fiscal do contrato imediatamente após a entrega, verificando-se quantidade, integridade, e ausência de avarias, devendo o relatório de recebimento provisório ser emitido em até 5 dias úteis após a entrega pelo fornecedor. Constatadas divergências, o fiscal registrará as ocorrências e notificará o contratado para substituição ou regularização dos itens, condição indispensável para posterior recebimento definitivo.

CLÁUSULA 12. PRAZO PARA RECEBIMENTO DEFINITIVO

12.1 O recebimento definitivo ocorrerá após a verificação da conformidade dos equipamentos com as especificações constantes do Termo de Referência, no prazo de até 10 (dez) dias, compreendendo, no mínimo:
12.2. Conferência das especificações técnicas e das características dos equipamentos;
12.3. Verificação do perfeito funcionamento dos equipamentos, quando aplicável;
12.4. Verificação da integridade física dos produtos e de suas embalagens;
12.5. Conferência dos acessórios, componentes, cabos, manuais de instruções em língua portuguesa e demais itens que acompanham os equipamentos;
12.6. Verificação de que os produtos são novos, de primeiro uso, e acondicionados em embalagem original do fabricante;
12.7. Verificação do prazo de garantia e das condições de assistência técnica previstas na contratação.
12.8. Constatada qualquer desconformidade, defeito, avaria ou divergência em relação às especificações estabelecidas, os bens serão recusados, devendo a Contratada promover sua substituição, sem ônus para a Contratante, no prazo fixado pela Administração.
12.9.O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da Contratada pelos vícios aparentes ou ocultos, nem afasta a obrigação de prestar garantia dos equipamentos fornecidos, na forma da legislação vigente.

CLÁUSULA 13. REQUISITOS POSTERIORES À EXECUÇÃO

13.1. Garantir o pleno funcionamento dos equipamentos fornecidos pelo período de garantia, responsabilizando-se por assistência técnica, manutenção corretiva e substituição de peças, sem ônus para a Câmara, durante esse período;
13.2. Apresentar, no ato da entrega, os termos de garantia dos produtos, com prazos mínimos conforme exigências do edital ou Termo de Referência, além dos manuais técnicos e de operação em língua portuguesa;
13.3. Assumir a responsabilidade por qualquer não conformidade identificada após a entrega,
devendo saná-la no prazo estipulado pela fiscalização, sob pena de aplicação das penalidades previstas.
13.4. Deverá assegurar que os produtos atendam às normas técnicas e certificações exigidas pelos órgãos competentes, incluindo registros, selos de eficiência energética e demais requisitos regulatórios aplicáveis

CLÁUSULA 14. INFRAÇÕES E PENALIDADES DO CONTRATO

14.1. As infrações praticadas pelo contratado serão sancionáveis de acordo com sua gravidade, respeitado o contraditório e a ampla defesa, seguindo o rito processual detalhado no link: “Processo Sancionatório”, guardada as devidas adaptações em razão da estrutura administrativa da Contratante Câmara Municipal de Paranavaí.
14.2. Nos casos em que o contratado cometer ato de descumprimento parcial do contrato, sem que gere dano à Câmara Municipal de Paranavaí, o fiscal do contrato aplicará sanção de advertência ao contratado pelo inadimplemento.
14.3. Será aplicada multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 40 (quarenta) dias.
14.4. Caso a empresa tenha declarado o compromisso de implementação de política de integridade ou de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, o seu inadimplemento implicará em multa mensal de 0,5% (meio por cento) sobre as faturas emitidas, enquanto persistir a situação de irregularidade.

14.5. Ultrapassado o prazo máximo de multa moratória, a Câmara poderá optar por comunicar ao contratado a rescisão contratual, com a substituição da multa moratória por multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.
14.6. Nos casos de inexecução total do contrato, a Câmara aplicará multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do saldo contratual a executar.
14.7. A penalidade de multa poderá ser cumulada com penalidade de impedimento de licitar e contratar, nos termos da tabela:

INFRAÇÃO COMETIDA	PENALIDADE	PRAZO
Ensejar o retardamento da execução do contrato sem motivo justificado	Impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Paranavaí	6 meses
Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo	Impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Paranavaí	12 meses
Dar causa à inexecução total do contrato	Impedimento de licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Paranavaí	18 meses
Prestar declaração falsa durante a execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato fraudulento na execução do contrato	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses
Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013	Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com todos os entes federativos	4 anos e 6 meses

CLÁUSULA 15. MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA

15.1. Dentre as possibilidades elencadas no art. 151 da Lei n° 14.133/2021, as partes buscarão a solução consensual das eventuais controvérsias, por meio da conciliação

CLÁUSULA 16. EXTINÇÃO DO CONTRATO

16.1.A extinção do presente contrato será regulada pelas normas previstas nos arts. 137 a 139 da Lei nº 14.133/2021.
16.2. Este contrato também poderá ser extinto quando o contratante não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem, desde que atendidas as condições do art. 106, §1º da Lei nº. 14.133/2021.
16.3.A extinção do contrato deverá ser formalmente motivada nos autos, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
16.4. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva do contratante, o contratado será ressarcido dos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, bem como terá direito aos pagamentos das parcelas executadas até a data da extinção do contrato.
16.5. Na extinção do contrato determinada por ato unilateral, o contratante poderá reter dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos sofridos e das multas aplicadas, desde que já apurados em processo administrativo.

CLÁUSULA 17. FORO
17.1.O foro competente para dirimir qualquer questão contratual é o da comarca de Paranavaí.

Paranavaí-PR, data da última assinatura digital.

CÂMARA MUNICIPAL DE PARANAVAÍ
Contratante

Contratada

Publicado por:
Dheymezângela Inácio Belizário
Código Identificador:80914B70

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE - AMUNPAR
HOMOLOGAÇÃO CP 09-25

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE E SERVIÇOS/AMUNPAR	
Compras e Contratos	
Termo Homologação - Credenciamento	
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO	**Inexigibilidade**
	Nº 18/2025
	Processo Administrativo: 97/2025

A Diretoria Geral, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, a vista do parecer conclusivo exarado pela comissão de Licitação, designada pelo(a) Ato de Consórcio nº 210/2025.
Homologa
Nesta data a referida decisão constante do julgamento aplicada a credenciada para o objeto da Inexigibilidade nº. 18/2025, como segue:

Vencedores dos Itens						
41568 - LORAC SMILE DESING LTDA- PD 4383/2026						
Lote: 1 - ATENDIMENTOS EM ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA						
Item	**Produto**	**Unidade**	**Marca**	**Qtde**	**Valor Unitário**	**Valor Total**
1	ATENDIMENTOS EM ODONTOLOGIA ESPECIALIZADA	SERVIÇO		1	R$2.991.590,30	R$2.991.590,30
					Total do Fornecedor:	R$2.991.590,30

Dos recursos orçamentários:
27 - 00.000.0000.3339039509900000000.00000000 - Demais despesas com serviços médico-hospitalar, odontológico e laboratorial.

_____
DIREÇÃO GERAL
CIS/AMUNPAR

Paranavaí, 02 de outubro de 2026.

Publicado por:
Elisângela Zago Campos
Código Identificador:6301162F

PROCURADORIA
FUNDAÇÃO CULTURAL DE PARANAVAÍ - RESULTADO FINAL DA ETAPA DE SELEÇÃO - EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 02/2026

FOMENTO À REALIZAÇÃO DE FESTIVAIS, MOSTRAS E AÇÕES CULTURAIS – COMISSÃO DE SELEÇÃO, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 17/2026-FCP.

A Fundação Cultural de Paranavaí – PR, por meio da Comissão de Seleção, no exercício de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Fomento à Realização de Festivais, Mostras e Ações Culturais, após a publicação da Ata nº 01, contendo o resultado preliminar da etapa de seleção, e a análise dos recursos interpostos, torna público o **resultado definitivo da etapa de seleção – análise técnica e de mérito cultural**, conforme segue:

Categoria I - Fomento à Realização de Festivais e Mostras Culturais

Nº INSC.	Módulo (aporte)	Agente Cultural (proponente)	Projeto (Título)	Nota	Resultado
05	B	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	Saraucoteio – Sarau Itinerante | 3ª Edição	77,175	**Selecionado**
04	B	VOA PRODUTORA CULTURAL LTDA	Pare a Nave Aí – Festival de Música Independente | 3ª Edição	71,925	**Selecionado**
06	B	52.442.157 RAFAELA MACHADO	Rebuliço – Festival de Teatro de Paranavaí	67,5	**Selecionado**
11	B	46.857.584 THIAGO GUGLIELMI	2º Festival Vozes Negras	62,125	**Selecionado**
08	B	ARTHUR CAZELA BELLANDA 04184299954	3º Festgralha	60,9	**Selecionado**
02	A	54.646.523 MARCELO LUIZ BARALDI	MAPÍ - Mostra Audiovisual de Paranavaí	**51**	Desclassificado
10	B	46.810.564 MARCELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Festival Pacas - 2º Edição	**42,75**	Desclassificado
09	B	MARCOS AURELIO NIEHUES 69787751934	Festival Futrock - 16ª Edição	32,5	Desclassificado
03	B	GARRAFAO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	Vozes do Noroeste – Festival de Música e Cultura Popular	23	Desclassificado
01	B	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	Festival de Calouros de Paranavaí	20	Desclassificado
07	B	SBPO ENTRETENIMENTOS LTDA	Mostra de Cinema Nacional	14,75	Desclassificado

Categoria II - Fomento à Realização de Ações Culturais Diversas

Nº INSC.	Módulo (aporte)	Agente Cultural (proponente)	Projeto (Título)	Nota	Resultado
22	A	KEMMY FUKITA BATISTA DOS SANTOS	Hortelã: Um Livro Ilustrado Sobre Memória, Afeto e Pertencimento	75,**375**	**Selecionado**
01	B	22.479.458 HUGO UBALDO DE SOUZA	Surucuá	**74,075**	**Selecionado**
13	A	NUBIA RAFAELA ALVES MACHADO	Combo Jazz - Música Para Todos II	74	**Selecionado**
20	B	59.764.176 JEFFERSON LARSEN DE LIMA	Canta Gralha!	70,**125**	**Selecionado**
11	A	ROSE MAC FERGUS	Sossélla: o poeta de Paranavaí	68,25	**Selecionado**
16	A	IGRAINE ANNIE MAC FERGUS	O Caminho Entre Penas - 2ª Edição do Cultivando Mentes	66,38	**Selecionado**
06	B	59.487.597 ROBERT WILLIAN MAC FERGUS	O Som do Vento	65,5	**Selecionado**
14	B	55.305.428 ANA CAROLINE IZIDORO ARRIEIRA	Elas - Palavras bordadas no silêncio	62,25	**Selecionado**
12	A	MARCOS PAULO GOMES	Cultura nos Bairros – Movimento Urbano	**62,125**	**Selecionado**
23	B	39.806.007 JACQUELINE CARDOSO DOS SANTOS	Sankofa - Memórias Do Samba	57,5	Desclassificado
07	A	46.810.564 MARCELA RODRIGUES DE OLIVEIRA	Breviário das Coisas Eternas	**56,875**	Desclassificado
08	B	41.513.138 ANA CAROLINA IGLESIAS FIDALSKI	Lembrança Manifesto	**55,125**	Desclassificado
05	A	54.646.523 MARCELO LUIZ BARALDI	Begônia Sessions	**51,175**	Desclassificado
04	B	66.320.179 GREGORI GABRIEL DOS REIS OLIVEIRA DE SOUZA	Coveiros	**37,375**	Desclassificado
21	B	ASSOCIAÇÃO NEGRITUDE DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL - ANPIR	Capoeira Em Constante Movimento: Vivências De Capoeira De Angola	30,75	Desclassificado
17	B	M BANA ROSSI PRODUÇÕES LTDA	FepePar Comunidades – Ritmos que transformam	28,6**25**	Desclassificado
15	B	50346486000192 - VIVIANE FRUTUOZO RETRATOS	Mistério Em Paranavaí - O Segredo Da Patroa	21,5	Desclassificado
02	A	TAYLA FERNANDA DONATI PAES	Circuito Dança Cidadã: Oficinas de Street Dance para a Juventude	21,45	Desclassificado
10	A	RONALDO FRUTUOZO	Portal "Memoria e Oralidade" – Preservação e Difusão das Narrativas Populares do Extremo Noroeste do Paraná	**21,125**	Desclassificado
09	A	DAVI JANUZ EROS JULIO DE AQUINO	Humanidade: laboratório de canção autoral, gravação e escuta pública em Paranavaí	**19,625**	Desclassificado
19	A	CLEBER RODRIGUES FIGUEIREDO JUNIOR	A História de Paranavaí: 75 anos	**12,625**	Desclassificado
03	B	GARRAFAO PRODUÇÃO MUSICAL LTDA	As Músicas da Minha Vida	**x**	Desclassificado
18	B	ALESSANDRO GERONIMO DE FREITAS	O Canto Da Minha História – 2ª Edição	**x**	Desclassificado

Conforme a Ata nº 01, todos os projetos que se encontravam classificados e mantiveram sua classificação após a análise dos recursos estão sendo selecionados e convocados para as próximas etapas, observadas as vagas previstas no Edital e as disposições do item 8.1.

Conforme o item 9.1.1 do Edital, o agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar, no prazo de 10 (dez) dias após a publicação do resultado final da seleção, os documentos necessários à etapa de habilitação, conforme convocação e orientações que serão encaminhadas pela Fundação Cultural por meio do e-mail informado. Da mesma forma, nos termos do item 9.2 do Edital, serão encaminhadas as orientações e a convocação para o **Diálogo Técnico**, que ocorrerá de forma individualizada e também em conjunto com todos os agentes culturais selecionados.
O presente resultado será publicado no Diário Oficial dos Municípios do Paraná e no site da Prefeitura Municipal de Paranavaí, no endereço eletrônico https://paranavai.atende.net/cidadao, no seguinte caminho de acesso: Transparência → Fundação Cultural (ícone com imagem de duas máscaras) → PNAB – Política Nacional Aldir Blanc → Ciclo II → Edital de Chamamento Público nº 02/2026 – Fomento à Realização de Festivais, Mostras e Ações Culturais.

Paranavaí, 01 de outubro de 2026.

Comissão de Seleção (Portaria nº 17/2026):

ANA PAULA MÁXIMO DA SILVA –
Presidente

DANIELA BONETTI SIMONETTI

NAIJARA BRASIL RODRIGUES

ROSINEIDE SANGA –
Secretária

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:969BBCC6

PROCURADORIA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA E TRÂNSITO - SESTRAN - COMUNICADO DE NOTIFICAÇÃO DE INFRAÇÃO

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infraçãocometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer Defesa da Autuação junto à DITRAN – PARANAVAÍ até 23/11/2026.

Placa Veículo	Auto de Infração	Data da Infração	Código da Infração
AAA3998	277490T000009489	25/09/2026	76331
AHE6A18	277490T000009484	25/09/2026	73662
AHQ9D88	277490T000007537	25/09/2026	51180
AHQ9D88	277490T000007539	25/09/2026	66531
AHQ9D88	277490T000007538	25/09/2026	50100
AHU9936	277490T000009406	22/09/2026	76251
AME3279	277490T000009498	30/09/2026	51930
AMH7636	277490T000009001	29/09/2026	73662
AMY7986	277490T000007535	25/09/2026	70481
ANH7050	277490T000005131	25/09/2026	67690
ANH7050	277490T000004682	25/09/2026	65992
ANH7050	277490T000007541	25/09/2026	50100
ANH7050	277490T000007540	25/09/2026	51180
AOD7644	277490T000004685	25/09/2026	52741
AOD7644	277490T000004689	25/09/2026	70561
AOD7644	277490T000004688	25/09/2026	66371
AOD7644	277490T000004687	25/09/2026	76173
AOD7644	277490T000004686	25/09/2026	52152
APH2286	277490T000004587	25/09/2026	50100
APH2286	277490T000004588	25/09/2026	51180
APH2286	277490T000004589	25/09/2026	66531
APM7E04	277490T000004217	27/09/2026	70561
APT0316	277490T000004691	27/09/2026	51180
APT0316	277490T000007546	27/09/2026	65992
APT0316	277490T000007545	27/09/2026	67261
APT0316	277490T000004690	27/09/2026	50100
AQK9282	277490T000007875	25/09/2026	73662
ASR7D65	277490T000006938	30/09/2026	59670
ATO8F03	277490T000009400	22/09/2026	51851
AUK5I00	277490T000009135	25/09/2026	76331
AVZ8C71	277490T000001488	25/09/2026	51851
AVZ8C71	277490T000001487	25/09/2026	60501
AWA5B33	277490T000009407	22/09/2026	55414
AWO8597	277490T000009388	22/09/2026	76331
AXK8969	277490T000008546	25/09/2026	73662
AXS4C18	277490T000007873	25/09/2026	51930
AXS4D77	277490T000000320	30/09/2026	60412
AXT2C10	277490T000009497	30/09/2026	55414
AYG3J87	277490T000005133	25/09/2026	50100
AYG3J87	277490T000007543	25/09/2026	66372
AYH4H89	277490T000009392	22/09/2026	51851
AYH7214	277490T000005351	27/09/2026	65992
AYH7214	277490T000004698	27/09/2026	50100
AYI0524	277490T000009401	22/09/2026	51851
AYV2382	277490T000008545	25/09/2026	55414
AZD8020	277490T000002617	30/09/2026	55090
BBN0520	277490T000009390	22/09/2026	76331
BBO9360	277490T000009398	22/09/2026	51851
BBS3E74	277490T000009405	22/09/2026	51851
BBX1668	277490T000008953	29/09/2026	76332
BCA7D64	277490T000009403	22/09/2026	51851
BCK4J60	116100T000370158	24/09/2026	54100
BCN8922	277490T000006935	24/09/2026	55411
BDH6G19	277490T000007876	29/09/2026	73662
BDP6J46	277490T000009391	22/09/2026	51851
BEY6A92	277490T000009399	22/09/2026	51851
BPY7915	277490T000000319	30/09/2026	60412
CBS1534	277490T000008547	29/09/2026	55680
CKD8D70	277490T000006937	30/09/2026	76331
DRK4384	277490T000009397	22/09/2026	51851
EAY4E22	277490T000009387	22/09/2026	76331
ELN2G09	116100T003813276	24/09/2026	54521
FGK6I10	277490T000009389	22/09/2026	76331
GAW7I86	277490T000005135	29/09/2026	51180
GAW7I86	277490T000005134	29/09/2026	50100
HQF7B70	277490T000009385	22/09/2026	76331
LMX7H86	277490T000009486	25/09/2026	76331
MBC8002	277490T000009488	25/09/2026	76331
MFL7A04	277490T000009402	22/09/2026	51851
MTA3I96	277490T000009485	25/09/2026	76331

QAN0D12	277490T000009491	25/09/2026	76331
QHP6A60	277490T000002615	29/09/2026	54521
QMQ5F51	277490T000009408	22/09/2026	54870
RHL6G69	277490T000009483	25/09/2026	52070
RHQ0J41	277490T000009500	30/09/2026	76331
RHR0C92	277490T000009395	22/09/2026	51851
RHX8I31	116100T002473097	24/09/2026	54100
RYE7G96	277490T000009552	30/09/2026	76331
SES4G88	277490T000004590	27/09/2026	65992
SES4G88	277490T000004692	27/09/2026	50100
SES4G88	277490T000007547	27/09/2026	51180
SEW6C94	277490T000009553	30/09/2026	76331
SFL6I54	277490T000009492	25/09/2026	76331
TAN8B79	277490T000009136	25/09/2026	55413
TAW5D40	277490T000001486	25/09/2026	54870
TBF4E41	277490T000008951	29/09/2026	51180
TBF4E41	277490T000008952	29/09/2026	50100
TBF4E41	277490T000007550	29/09/2026	65992
TBQ5E17	277490T000007549	27/09/2026	66371
TBQ5E17	277490T000004695	27/09/2026	66372
TBQ5E17	277490T000007548	27/09/2026	65992
TBQ5E17	277490T000004694	27/09/2026	51180
TBQ5E17	277490T000004693	27/09/2026	50100
UBA6G39	116100T003842167	24/09/2026	54521
UBF2D43	277490T000002616	30/09/2026	55414
UBF8E80	277490T000005132	25/09/2026	50100
UBF8E80	277490T000007542	25/09/2026	66372
UBN9I15	277490T000009499	30/09/2026	76331
UBR6B28	277490T000004811	27/09/2026	66371
UBR6B28	277490T000004809	27/09/2026	50100
UBR6B28	277490T000004810	27/09/2026	50610
UBR6B28	277490T000004812	27/09/2026	52742
UCB9E92	277490T000009487	25/09/2026	76331
UCH6A51	277490T000002612	28/09/2026	55414
UCL0E62	277490T000004218	30/09/2026	70301
UCM5F36	277490T000007544	25/09/2026	66372
UCM5F36	277490T000004684	25/09/2026	50100
UCO7J88	277490T000009495	30/09/2026	76331

Publicado por:
Barbara Evangelista Damasceno Siqueira
Código Identificador:6428EEAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 48/2025 (CONTRATOS 189/2025 E 190/2025)

1º TERMO DE APOSTILAMENTO AO EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 48/2025
(CONTRATOS 189/2025 e 190/2025)
(Reajuste de Valor)

REF.: EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 114/2021

O **MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Rua Getúlio Vargas, n.º 900, Centro, Paranavaí, Paraná, CEP: 87702-000, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 76.977.768/0001-81, neste ato representado pela **Secretária Municipal ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA,** residente e domiciliada nesta cidade, registra os preços dos itens relacionados, nas seguintes condições.

CLÁUSULA 1ª: OBJETO DO CONTRATO
1.1 Contratação de Empresas Especializadas para prestação de serviço de Realização de Exames de Imagens (TOMOGRAFIA E ULTRASSONOGRAFIA) para atender os pacientes da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) 24 horas, por meio de Credenciamento.

CLÁUSULA 2ª: REAJUSTE DE VALOR
2.1 Por meio deste apostilamento ficam reajustados os valores, no percentual aproximado de **4,443025 %** referente à variação do IPCA no período de agosto/2025 a agosto/2026, com fundamento na Cláusula Oitava dos Contrato n° 189 e 190/2025 e com a finalidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro, conforme cálculo de atualização monetária.

Item	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia de Crânio	UND	4.375	R$ 428,90	R$ 1.876.437,50
02	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia de Tórax	UND	1.560	R$ 530,05	R$ 826.878,00
03	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia de Abdome Total.	UND	3.750	R$ 857,40	R$ 3.215.250,00
04	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia de Crânio com contraste	UND	2.500	R$ 601,49	R$ 1.503.725,00
05	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia de Tórax com Contraste	UND	2.500	R$ 599,73	R$ 1.499.325,00
06	Exame por Tomografia Computadorizada. Observações complementares: Tomografia para investigação de TEP (Tromboembolismo Pulmonar).	UND	200	R$ 882,10	R$ 176.420,00
07	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia Abdome Total	UND	6.250	R$ 145,82	R$ 911.375,00
08	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia Ultrassonografia Aparelho Urinário	UND	1.250	R$ 125,83	R$ 157.287,50
09	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia Transvaginal	UND	300	R$ 124,37	R$ 37.311,00
10	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia órgãos e estrutura e superficiais/ Partes Moles.	UND	1.000	R$ 114,88	R$ 114.880,00
11	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia de articulações (OMBRO, PUNHO, JOELHO, TORNOZELO).	UND	500	R$ 113,09	R$ 56.545,00
12	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de membros inferiores (Investigação Venosa / Trombose)	UND	750	R$ 258,62	R$ 193.965,00

13	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de membros inferiores (Investigação Arterial / Trombose).	UND	250	R$ 284,97	R$ 71.242,50
14	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de membros inferiores (Investigação Varizes).	UND	150	R$ 247,69	R$ 37.153,50
15	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de membros superiores (Venoso)	UND	150	R$ 284,97	R$ 42.745,50
16	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de membros superiores (Arterial).	UND	150	R$ 284,97	R$ 42.745,50
17	Exame ultra - sonográfico. Observações complementares: Ultrassonografia com doppler colorido de Carótidas	UND	50	R$ 216,58	R$ 10.829,00
TOTAL FORNECEDOR: R$ 10.774.115,00 (dez milhões, setecentos e setenta e quatro mil, cento e quinze reais)					

Parágrafo segundo – O valor reajustado acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à fornecedora dependerão dos quantitativos de serviços/produtos efetivamente prestados/fornecidos.

CLÁUSULA 3ª: DAS CONDIÇÕES GERAIS
3.1 Permanecem inalteradas e em pleno vigor as demais cláusulas e condições do Contrato Original (CONTRATOS N° 189 e 190/2025), datados de 23 de dezembro de 2025 e 05 de janeiro de 2026, respectivamente.

Paço Municipal de Paranavaí, Estado do Paraná, data da última assinatura digital.

ANDRÉIA MARTINS DE SOUZA
Secretária Municipal de Saúde

Fornecedor:
Associação Medimagem de Paranavaí,
CNPJ: 55.441.439/0002-22,
Endereço: Rua Antônio Felipe, 1577, Paranavaì/PR, CEP 87.704-030;
mai: rvviana@uol.com.br,
Representante:
RAFAEL VITTURI VIANA
CPF: 004.883.509-99

Fornecedor:
Clinica Radiológica de Paranavaí – Paraná LTDA,
CNPJ: 77.430.015/0001-14
Endereço: Rua Luiz Spigolon, nº 1830 - Bairro: Centro - CEP: 87.705-130, Paranavaí/PR
mail: clinica.radiologicapvai@gmail.com
Representante:
FLAVIO FELIPE GAVA
CPF: 038.991.749-41

Publicado por:
Kethelin Camila Santos Lima
Código Identificador:CEAC4892

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA PÚBLICA
DECRETO Nº 28.031/2026

MUNICÍPIO DE PARANAVAÍ
Estado do Paraná
Decreto Nº 28031 de 02 de outubro de 2026

"Abre crédito adicional suplementar no orçamento do Município, com base em superávit financeiro no valor de R$ 36.493,18 (trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezoito centavos)."

O(A) PREFEITO(A) DE PARANAVAí, Estado do Paraná, com base nos Artigos 41, I, 42 e 43, § 1º, I e § 2º da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na Lei Municipal nº 5542 de 01 de Janeiro de 2026:

DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar, com base em superávit financeiro, no valor de R$ 36.493,18 (trinta e seis mil, quatrocentos e noventa e três reais e dezoito centavos), para reforço no exercício financeiro de 2026 da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
Unidade Orçamentária: 04.001 (2005)	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	
Funcional Programática: 04.001.0010.0301.0006.2250	**Atividade:** Atenção Primária em Saúde	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
4490520000 - Equipamentos e material permanente	01518 - Bloco de Investimentos na Rede de Serviços Públicos de Saúde/Estado	R$ 6.493,18
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (2336)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390140000 - Diárias - civil	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto N° 18.731/2018	R$ 10.000,00
SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA		
Unidade Orçamentária: 11.001 (2337)	COORDENAÇÃO DA SECRETARIA DE FAZENDA	
Funcional Programática: 11.001.0004.0123.0002.2060	**Atividade:** Atividades de Diretoria de Finanças	
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto N°	R$ 10.000,00

	18.731/2018	
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO		
Unidade Orçamentária: 08.001 (2328)	COORDENAÇÃO DA SEC. DE DESENVOLVIMENTO URBANO	
Funcional Programática: 08.001.0004.0121.0011.2091	**Atividade:** Atividades de Planejamento, Orçamentos	e Projetos
Elemento de Despesa	**Fonte de Recurso**	**Valor**
3390390000 - Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	01162 - Recursos Consignação Folha - Decreto N° 18.731/2018	R$ 10.000,00
	VALOR TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO:	**R$ 36.493,18**

Art. 2º Para dar cobertura ao(s) crédito(s) indicado(s) no artigo anterior será(ão) utilizado(s) recurso(s) proveniente(s) do superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial de 2025, nos termos do inciso I, do § 1º e § 2º, do artigo 43, da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paranavaí, 2 de outubro de 2026.

MAURICIO GEHLEN
Prefeito Municipal de Paranavaí

Publicado por:
Roberta Cardoso Viana Ceron
Código Identificador:0F820CFB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATO BRANCO

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS
O Município de Pato Branco, por meio do Setor de Tributação e Fiscalização, com fundamento nos artigos 344, 345 e 350 da Lei Complementar Municipal nº 001/1998 (Código Tributário Municipal), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Código Tributário Nacional, a Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais disposições legais aplicáveis, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados para que regularizem, de forma amigável, os débitos pendentes registrados em seus respectivos cadastros, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta notificação.

CPF	Processo Administrativo	Tipo de Cadastro	Cadastro	Quadra	Lote
763.***.***-78	PA 9500/2026	Imobiliário	1546487-0	863	31
761.***.***-68	PA 12377/2026	Imobiliário	5078002-0	1833	2
757.***.***-72	PA 12377/2026	Imobiliário	355700-0	941	2
088.***.***-05	PA 9308/2026	Imobiliário	5066496-0	1942	2
015.***.***-10	PA 12244/2026	Imobiliário	4331360-0	1357	26
111.***.***-02	PA 14673/2026	Imobiliário	1287865-0	531	24
005.***.***-91	PA 13385/2026	Imobiliário	5061500-0		CHAC-235A
680.***.***-00	PA 13575/2026	Imobiliário	1405600-0	622	6
553.***.***-04	PA 13570/2026	Imobiliário	1368602-0	599	13
017.***.***-11	PA 13590/2026	Imobiliário	3701438-0	1511	1
051.***.***-10	PA 13650/2026	Imobiliário	4550135-0	1393	15
664.***.***-91	PA 14045/2026	Imobiliário	5058890-0	214	A-12
037.***.***-00	PA 14052/2026	Imobiliário	5516992-0	1649	29
102.***.***-70	PA 14106/2026	Imobiliário	985702-0	306	3
497.***.***-53	PA 14111/2026	Imobiliário	15465511-0	865	13
337.***.***-04	PA 14254/2026	Imobiliário	567460-0	81	25
640.***.***-00	PA 14283/2026	Imobiliário	3701405-0	1510	16
095.***.***-26	PA 14290/2026	Imobiliário	4001877-0	1165	25
759.***.***-53	PA 13664/2026	Imobiliário	1006200-0	319	2
052.***.***-76	PA 16840/2026	Imobiliário	3701302-0	1510	5
041.***.***-12	PA 16836/2026	Imobiliário	4241500-0	1219	5
100.***.***-70	PA 16839/2026	Imobiliário	4551310-0	1397	2
808.***.***-87	PA 13981/2026	Imobiliário	730300-0	162	4
062.***.***-17	PA 15109/2026	Imobiliário	1604099-0	1001	23
078.***.***-43	PA 17398/2026	Imobiliário	4522272-0	1482	20
082.***.***-33	PA 17379/2026	Imobiliário	164700-0	925	3
704.***.***-82	PA 17208/2026	Imobiliário	55115700-0	1618	2
255.***.***-30	PA 17256/2026	Imobiliário	5515300-0	1644	5
620.***.***-34	PA 17260/2026	Imobiliário	1546428-0	862	15
026.***.***-51	PA 17269/2026	Imobiliário	42489780-0	2093	7
083.***.***-32	PA 17319/2026	Imobiliário	4523588-0	1490	13
840.***.***-00	PA 17372/2026	Imobiliário	50750730-0	1610	17
757.***.***-68	PA 9071/2026	Imobiliário	50753480-0	2021	9
146.***.***-68	PA 9032/2026	Imobiliário	481155-0	46	5

Os débitos poderão ser quitados à vista ou parcelados, observando-se as condições e os procedimentos estabelecidos pelas Leis Municipais nº 2.444/2005 e nº 4.068/2013, e demais normas aplicáveis. Para consulta e pagamento dos débitos pendentes, o contribuinte poderá emitir os respectivos boletos por meio da área restrita do Portal do Cidadão, mediante login e senha, ou comparecer presencialmente ao Setor de Tributação, localizado no térreo do Prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR.
Para formalização do parcelamento dos débitos, os contribuintes que sejam proprietários dos imóveis ou sócios das empresas deverão comparecer ao Setor de Tributação, munidos de seus documentos pessoais e demais documentos necessários à formalização do parcelamento. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a regularização dos débitos, e em cumprimento à legislação vigente e às medidas administrativas de cobrança aplicáveis, os valores pendentes poderão ser encaminhados para cobrança extrajudicial e/ou judicial, inclusive mediante inscrição ou manutenção em Dívida Ativa, protesto da Certidão de Dívida Ativa e demais medidas legalmente cabíveis.

Caso o contribuinte já tenha efetuado a regularização dos débitos junto à Municipalidade, deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamento ao Setor de Tributação, para conferência e eventual atualização da situação cadastral e financeira.

Pato Branco, em 02/10/26.

ROSANGELA DA SILVA ROSSATTI
Assistente em Gestão
Cobrança Da Dívida Ativa

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:AECFB6BC

DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS

NOTIFICAÇÃO DE COBRANÇA DE DÉBITOS

O Município de Pato Branco, por meio do Setor de Tributação e Fiscalização, com fundamento nos artigos 344, 345 e 350 da Lei Complementar Municipal nº 001/1998 (Código Tributário Municipal), em consonância com a Lei Complementar Federal nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o Código Tributário Nacional, a Resolução nº 547 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e demais disposições legais aplicáveis, NOTIFICA os contribuintes abaixo relacionados para que regularizem, de forma amigável, os débitos pendentes registrados em seus respectivos cadastros, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta notificação.

CNPJ / CPF	Processo Administrativo / Protocolo	Tipo de Cadastro	Cadastro
80.***.***/0001-01	PA 8390/2026	Econômico	62300-0
56.***.***/0156-78	PA 8116/2026	Econômico	335044-0
14.***.***/0001-81	PA 8629/2026	Econômico	299711-0
59.***.***/0001-89	Protocolo 38833/2025	Econômico	8226562-0
48.***.***/0001-60	Protocolo 20348/2025	Econômico	819613-0
62.***.***/0001-44	PA 5416/2026	Econômico	8228323-0
62.***.***/0001-05	PA 6058/2026	Econômico	8228760-0
03.***.***/0001-67	PA 8847/2026	Econômico	211790-0
60.***.***/0001-96	PA 6051/2026	Econômico	8227125-0
11.***.***/0001-48	PA 8729/2026	Econômico	274801-0
75.***.***/0001-19	PA 13369/2026	Econômico	70300-0
29.***.***/0001-44	PA 14281/2026	Econômico	377989-0
33***.***/0001-23	PA 14027/2026	Econômico	404976-0
08.***.***/0003-82	PA 14100/2026	Econômico	385161-0
016***.***/0001-03	PA 14414/2026	Econômico	305487-0
21.***.***/0001-22	PA 16771/2026	Econômico	334164-0
059.***.***-80	Protocolo 31133/2026	Econômico	311741-0
125.***.***-21	PA 13291/2026	Econômico	329564-0
40.***.***/0001-11	PA 8158/2026	Econômico	812752-0
059.***.***-80	Protocolo 31133/2026	Econômico	311741-0
31.***.***/0001-48	PA 13479/2026	Econômico	804701-0

Os débitos poderão ser quitados à vista ou parcelados, observando-se as condições e os procedimentos estabelecidos pelas Leis Municipais nº 2.444/2005 e nº 4.068/2013, e demais normas aplicáveis. Para consulta e pagamento dos débitos pendentes, o contribuinte poderá emitir os respectivos boletos por meio da área restrita do Portal do Cidadão, mediante login e senha, ou comparecer presencialmente ao Setor de Tributação, localizado no térreo do Prédio da Prefeitura Municipal, na Rua Caramuru, nº 271, Centro, Pato Branco/PR.
Para formalização do parcelamento dos débitos, os contribuintes que sejam proprietários dos imóveis ou sócios das empresas deverão comparecer ao Setor de Tributação, munidos de seus documentos pessoais e demais documentos necessários à formalização do parcelamento. Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias sem a regularização dos débitos, e em cumprimento à legislação vigente e às medidas administrativas de cobrança aplicáveis, os valores pendentes poderão ser encaminhados para cobrança extrajudicial e/ou judicial, inclusive mediante inscrição ou manutenção em Dívida Ativa, protesto da Certidão de Dívida Ativa e demais medidas legalmente cabíveis.
Caso o contribuinte já tenha efetuado a regularização dos débitos junto à Municipalidade, deverá apresentar os respectivos comprovantes de pagamento ao Setor de Tributação, para conferência e eventual atualização da situação cadastral e financeira.

Pato Branco, em 02/10/26.

ROSANGELA DA SILVA ROSSATTI
Assistente em Gestão Cobrança da Dívida Ativa

JULLI REBONATTO
Chefe da Divisão de Tributação e Fiscalização

PAULO RICARDO DE SOUZA CENTENARO
Secretário de Administração e Finanças

Publicado por:
Julli Rebonatto
Código Identificador:A151F857

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PINHAL DE SÃO BENTO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 45/2026 - Processo Administrativo nº 92/2026
OBJETO: Registro de preços para contratação de empresa para locação de horas máquinas tipo Escavadeira Hidráulica, Trator de Esteira, Escavadeira Hidráulica com rompedor, rolo compactador e caminhão truck para atender a demanda da municipalidade.
O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

M.Z MELLO TRANSPORTES E TERRAPLANAGEM LTDA – CNPJ: 21.309.995/0001-47								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço Total
1	1	Escavadeira Hidráulica com peso operacional mínimo de 17 toneladas, com capacidade mínima de concha de 0,80 cm³, remunerada por hora efetivamente trabalhada, com operador habilitado.			HORA	800.00	314,00	251.200,00
1	2	Trator de esteira com peso operacional mínimo de 14 toneladas, com lâmina regulável de ação hidráulica com angulação a direita e a esquerda, transmissão automática, potência mínima de 120 HP com escarificador traseiro, com operador habilitado.			HORA	400.00	425,83	170.332,00
1	3	Escavadeira hidráulica com peso operacional mínimo 23 toneladas com rompedor 1800 KG, com operador habilitado.			HORA	250.00	589,70	147.425,00
1	5	Caminhão caçamba, truck, caçamba basculante com capacidade de carga mínima de 15 m³, peso bruto total mínimo 23 toneladas, potência mínima do motor de 218 cv. Com operador habilitado.			HORA	800.00	231,00	184.800,00
Total 753.757,00								

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 753.757,00 (Setecentos e cinquenta e três mil e setecentos e cinquenta e sete reais).

Pinhal de São Bento/PR, 01 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:CCB832D8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO DISPENSA N° 15/2026 Processo Administrativo nº 106/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para fornecimento de peças e prestação de serviços de manutenção mecânica da ambulância municipal, veículo modelo Master, ano 2023, placa FVG8A21, incluindo materiais, componentes e mão de obra necessários à sua adequada manutenção e pleno funcionamento.

O Prefeito Municipal de Pinhal de São Bento, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto na Lei Federal n° 14.133/2021, ADJUDICA e HOMOLOGA a presente licitação nos seguintes termos:

OPEN VEICULOS LTDA - CNPJ: 04.675.147/0004-85							
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	14044	Fornecimento de peças, componentes, materiais e insumos destinados à manutenção da ambulância municipal, veículo modelo Master, ano de fabricação 2023, cor branca, placa FVG8A21, chassi nº 93YF62009RJ771388, pertencente à frota do Município de Pinhal de São Bento/PR, compreendendo: 04 (quatro) bicos injetores; 02 (dois) discos de freio dianteiros; 02 (dois) discos de freio traseiros; 01 (um) jogo de pastilhas de freio dianteiras; 01 (um) jogo de pastilhas de freio traseiras; 01 (um) bomba injetora; 01 (um) filtro de óleo; 01 (um) filtro de ar; 01 (um) filtro de combustível; 01 (um) filtro de ar-condicionado; 09 (nove) litros de óleo lubrificante 5W30 C4/DPF; 01 (uma) junta de cobre; bem como demais peças, componentes e materiais necessários à execução dos serviços de manutenção previstos para o veículo, observadas as especificações técnicas e compatibilidade com o modelo do veículo.	1,00	UNIDADE	42.525,00	42.525,00
2	14045	Prestação de serviços especializados de manutenção mecânica preventiva e corretiva na ambulância municipal, veículo modelo Master, ano de fabricação 2023, cor branca, placa FVG8A21, chassi nº 93YF62009RJ771388, pertencente à frota do Município de Pinhal de São Bento/PR, compreendendo a mão de obra necessária para diagnóstico, desmontagem e montagem de componentes, retirada e instalação de bicos injetores, manutenção e instalação da bomba injetora, manutenção da bomba de alta pressão, substituição e instalação dos discos e pastilhas dos sistemas de freio dianteiro e traseiro, substituição dos filtros e demais componentes, serviços de terceiros necessários à execução da manutenção, regulagens, ajustes, testes de funcionamento e demais procedimentos mecânicos necessários à adequada manutenção e recuperação do veículo, incluindo ferramentas, equipamentos e demais recursos necessários à execução dos serviços, devendo a ambulância ser entregue em perfeitas condições de funcionamento, segurança e operacionalidade.	1,00	SERVIÇO	5.475,00	5.475,00
TOTAL 48.000,00							
VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: R$ 48.000,00 (Quarenta e oito mil reais).							

Pinhal de São Bento-PR, 02 de outubro de 2026.

PAULO FALCADE DE OLIVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tailine Maiara da Silva
Código Identificador:14885E49

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PITANGA

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 779, DE 30 DE SETEMBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretária de Desenvolvimento Econômico e Sustentável.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de setembro à 30 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 30 de setembro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
IVALDO MOURA DE OLIVEIRA
Secretário de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SUSTENTÁVEL.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
52844	Roberto Cesar Cargnin	Topografo	50	Avaliação de documentação para processos de desmembramentos/unificação, projetos e levantamentos topográficos em geral em atendimento ao Município, e presidente da Comissão de Avaliação Imobiliária, auxilio da engenharia na fiscalização de projetos geral.
50049	Maria Cristina Bertão	Auxiliar Administrativo	30	Análise de projetos externos, uma demanda diária com correções diante das Leis do Município, onde pelo ARQ (Decreto n°91/2024) as correções são limitadas a 3 análises e os que optam pela modalidade convencional (Lei n°49/2018 e Lei °55/2019) as análises são infinitas, tendo casos de chegar até em 12 análises para uma aprovação e aptidão para emitir o alvará.
506714	Alex Antônio dos Santos	Engenheiro Civil	30	Expedição construção, de alvarás de desmembramentos, unificação, loteamentos, habite-se, projetos em geral em atendimento ao Município, fiscalização Engenheiro Civil acompanhamento de obras públicas gerais, responsável pelo módulo OBRAS junto ao TCE-PR, responsável técnico pelo Aterro Sanitário Municipal de Pitanga.
50266	Claudio Estachio	Operador de Maquinas	60	Gestão de Resíduos.
38321	Plinio Aurelio M de Oliveira	Inspetor Tec Saneamento	10	Atendimento da Receita Federal (PAV) e intermediação de mão de obra.
1831	Marcelito Sosnitzki	Auxiliar Administrativo	40	Banco Fomento – Análise de viabilidade; Operacionalização de empréstimos e financiamentos.
52969	Jean Marcel Grande Huber	Auxiliar Administrativo	40	Sala do Empreendedor – Formalização do MEI; Cursos e Auxílio em geral aos MEI's.
55024	Adriane de F V Esplogues	Auxiliar Administrativo	80	Gerente da Agência do Trabalhador - Atendimento ao Público; Seguro-Desemprego, Sala do Empreendedor, Banco Fomento e IMO (Intermediação de mão de obra).
50310	Luan Matheus de Oliveira Alves	Fiscal Geral	50	Fiscalização; Vistoria e PGRS.
50360	Welton Thiago dos Santos	Fiscal Geral	60	Fiscalização; Vistoria e PGRS. Apoio Turismo, Agência do trabalhador Atendimento ao público; SD(Seguro-Desemprego) e IMO (Intermediação de mão de obra).
50386	Camila Cordeiro	Ajudante de Serviços Gerais	30	Justifica-se a concessão da gratificação em razão do desempenho de atividades que exigem dedicação, responsabilidade e zelo na limpeza e conservação dos prédios públicos, atendendo Agência do Trabalhador, Parque do Lago e Parque linear.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:F60975B5

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 782, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal da Educação, Cultura e Esporte, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.

§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria da Educação, Cultura e Esporte.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de setembro à 30 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
SIDINEY HEIDMANN
Secretária Municipal De Educação, Cultura e Esporte

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE.

MATRICULA	NOME	CARGO	%	JUSTIFICATIVA
50224	Clodoaldo Shreiber	Professor, responsável pela estrutura e funcionamento das escolas e cmeis do município	20%	Trabalho realizado na SEMECE, com retroativo ao dia 19/01/26
53064	Clodoaldo Shreiber	Professor, responsável pela estrutura e funcionamento das escolas e cmeis do município	20%	Trabalho realizado na SEMECE, com retroativo ao dia 19/01/26
53408	Cirlete Eurich	Professora, responsável pela avaliações internas e externas das Escolas Municipais.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
53505	Cirlete Eurich	Professora, responsável pela avaliações internas e externas das Escolas Municipais.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
135521	Marcia Stoski	Professora, responsável pelos projetos internos e esternos, cerimoniais e eventos.	15%	Trabalho realizado na SEMECE.
51000	Melania Belo Germano	Professora, responsável pela educação especial das escolas e cmeis.	20%	Trabalho realizado na SEMECE.
50093	Melania Belo Germano	Professora responsável pela educação especial das escolas e cmeis.	20%	Trabalho realizado na SEMECE.
50287	Vanilza Carla Euzébio	Professora, coordenadora da Equipe Pedagógica.	90%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais.
51906	Hellem Guezegoch	Professora, coordenação pedagógica na equipe de ensino e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE
50125	Hellem Guezegoch	Professora, coordenação pedagógica na equipe de ensino e trabalho administrativo.	40%	Trabalho realizado na SEMECE
149311	Tania Calux Arruda	Acessor Técnico Pedagógico, responsável pela documentação escolar.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
208021	Maria Adriane C. B. Castagnoli	Professora, responsável por matrículas no SERE.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50167	Paulo Sergio Burey	Auxiliar Administrativo, responsável pelas linhas do transporte escolar.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
150082	Cleide Aparecida Ribeiro	Professora, Coordenação, equipe de educação especial e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE
150081	Cleide Aparecida Ribeiro	Professora, Coordenação, equipe de educação especial e trabalho administrativo.	20%	Trabalho realizado na SEMECE
50081	Sandrielem Kozak Burey	Professora, trabalho com a educação especial das escolas e cmeis.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
48982	Ana Cidineia Dala Rosa Pittner	Professora, responsável pelo Centro da Juventude.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais, no Centro da Juventude.
131531	Juliana Semmer Correia	Acessor Tecnico Pedagógico, responsavel pelos conselhos e plataformas.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
53805	Juliana Ratik	Professora, responsável pela Educação Infantil nivel 04 e 05.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50218	Juliana Ratik	Professora	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50274	Solange Snak	Professora, responsavel pelo ETI e coordenadora da Escola do Campo Mascarenhas de Moraes.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
50358	Franciele Carvalho de Oliveira	Professora, responsavel plos Cmeis.	85%	Trabalho realizado na SEMECE
50372	Janaína de Fátima Petrechen França	Professora, coordenação pedagógica, e trabalho administrativo.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais
50236	Áurea Aparecida de França	Professora, responsável pelo 4º e 5º ano do ensino fundamental.	85%	Concurso de 20 horas e trabalha 40 horas semanais
52864	Jean Moisés Mendes de Miranda	Pintor	60%	Trabalho realizado na SEMECE/ com pinturas e reformas.
138201	Nerci Aparecida Tizott	Professora, responsável pelo museu municipal.	70%	Trabalho realizado na Cultura ee no Museu.
50267	Eliane Cardoso Silva de Lima	Nutricionista, responsável pelos cardápios nos Cmeis e Escolas.	0%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
144781	Dircelia Aparecida Maia	Auxiliar Administrativo, responsável por documentos, na merenda escolar.	10%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
156441	Vilmar Bezusko	Agente Educacional, responsável por entregar a merenda escolar nos Cmeis e Esolas.	20%	Tem exclusiva dedicação na merenda escolar
505511	Sinhorinha Aparecida Correia Barrankevicz	Serviços Gerais, trabalha na biblioteca na Unicentro.	10%	Unicentro
50732	Ana Paula Gregzigouski	Serviços Gerais, trabalha na secretaria da escola Ivan.	50%	Realiza trabalho administrativo, e presta serviços além do horário de expediente.
55104	Josiane Tonetti	Serviços Gerais, trabalha no esporte, em tempo integral e exclusivo.	60%	Realiza trabalho administrativo, e presta serviços além do horário de expediente.
54284	Adão Choma	Serviços Gerais, trabalha no esporte, em tempo integral e exclusivo.	40%	Realiza trabalho eventos esportivos, e presta serviços além do horário de expediente.
505491	Carlos Campanharo	Guardião, faz pequenos reparos e manutenção, no seu local de trabalho.	5%	Realiza trabalho de manutenção e pequenos reparos, além das suas funções de concurso
50722	Gladir Pereira de Abreu	Serviços Gerais, ajuda a equipe pedagógica da escola no E.T.I. Educação em Tempo Integral.	50%	Realiza trabalho extra, além de sua função de concurso
50062	Marco Antonio Soares de Gois	Auxiliar de Seviços Gerais	50%	Renê Rocha – Refeições do periodo integral
50402	Elma Kovalin de S Godinhos	Professora, responsável pelo E.T.I.	15%	Trabalho realizado na SEMECE
50070	Marcia Nascimento Lenartovicz	Professora, responsável pela Educação Infantil nivel 4 e 5	15%	Trabalho realizado na SEMECE
75522	Roselha Carbonar da Silva	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na

				coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
119592	Telma Landgraf	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, tendo como principal função fazer avaliação psicoeducacional, a qual aponta o melhor caminho para trabalhar alunos com dificuldade de aprendizagem.
50999	Fabiola Vicentim	Professora/Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50261	Suelen Kloster Rocha	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
51907	Edina Cristina Socoloski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50099	Edina Cristina Socoloski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
208241	Janete Machado Vieira	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50238	Elisete de Lima Botko	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
182831	Elisete de Lima Botko	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50296	Adrieli da Costa	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50293	Adriele Maria dultra	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50244	Heloisa Fatima da Silva Poterico	Professora/ Coordenação	80%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
52009	Solange Norberto Degan	Professora/ Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50250	Solange Norberto Degan	Professora/ Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
202471	Aurea Antunes Binde	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
202472	Aurea Antunes Binde	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50275	Fatima Ramos	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
51888	Celene Taborda	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50072	Celene Taborda	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
52011	Irene Costa Arant	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50225	Gesieli Vieira	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50120	Indiara Talita Tuon	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos,

				professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50079	Joceli Rodrigues Soldam	Professora / Coordenação	60%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50377	Juliane de Lurdes Domingues	Professora / Coordenação	80%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
148692	Mari Lucia bertoline Watte	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50114	Danieli Ladislau	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50088	Gracieli de Lima Calixto	Professora / Coordenação	60%	20 hrs de concurso e 20 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50217	Maiara Castro da Silva	Professora / Coordenação	70%	20 hrs de concurso e 10 horas como função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
150832	Roziane Guezgounski	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50123	Rosilene da Luz Kosemba	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50308	Janaina de Lima	Professora / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
156791	Marlene Bereza	Agente Educacional / Coordenação	10%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50163	Liziane dos Santos	Professora / Coordenação	80%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50128	Ivonete Iurkv	Professora / Coordenação	80%	função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, orientar e colaborar com os alunos, professores e pais no processo de ensino-aprendizagem, para garantir que os alunos recebam o apoio necessário para alcançar seu potencial.
50108	Vera Lucia Neduziak	Professora / Coordenação	10%	Função gratificada na coordenação da Escola/Cmei, como principal função apoiar, fazer avaliação psicoeducacional a qual aponta o melhor caminho para trabalhar alunos com dificuldades de aprendizagem.
51504	Marcelo Castro	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
51485	Robson Castro	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
501781	Jurandir Dominico	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50911	João Adilson Lukacievz de Moura	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
51488	Leandro Correia	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
52507	Alderi José Dutra	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50992	Geraldo Adelço Bonfin	Motorista	50%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50994	Jamil Lourenço dos Santos	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de

				Esportes.
52508	Jair Gruber de Lima	Motorista	60%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
165431	Leonardo Vaz	Auxiliar Administrativo	90%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50203	Jackson Aleff Monteiro Alves	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
50148	Luiz Alberto Wikuats	Motorista	70%	Justifica-se pela extrapolação da jornada regular, aumento da responsabilidade no transporte de alunos e deslocamentos intermunicipais, e em finais de semana, especialmente no atendimento às demandas do Departamento Municipal de Esportes.
505481	Josimar Pereira	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no Centro da Juventude / SEMECE e na Escola Reinaldo durante os jogos no qual a escola foi alojamento.
53544	Valdeci de Jesus Lara	Auxiliar de Serviços Gerais	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no Centro da Juventude / SEMECE, sem revezamento de dias pois o outro guardião estava a serviço na escola Reinaldo por ocasião dos jogos escolares.
505841	Marcos Sergio Grezoski	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho realizado no Cmei Miguel Eduardo, sem revezamento de dias pois o outro guardião estava a serviço na escola Bittencourt por ocasião dos jogos escolares
505811	Valmir Furlaneto	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho realizado no Cmei Miguel Eduardo, e na Escola Bittencourt durante os jogos no qual a escola foi alojamento.
144801	José Nogueira dos Santos	Gari	40%	Trabalho prestado além do horário e finais de semana, no ginásio de esportes.
51685	Fabiano Chaves	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado na escola Afonsina diurno e noturno durante os jogos escolares, no qual a escola foi alojamento.
50969	João Lechinski	Guarda Patrimonial	40%	Trabalho prestado na escola Ney Braga.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:2FC8B7DB

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 783, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal da Saúde, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal da Saúde.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de setembro à 30 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito
ADRIELE ANDREIA INÁCIO
Secretário Municipal da Saúde

ANEXO **ÚNICO**
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE.

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
50366	Adriana Marcondes Trentin	Técnico Enfermagem	20	Vacinação
50210	Adriano Fiori	Dentista	30	Atendimento especializado Ortondentia
50180	Amélia Rozane Monteiro	Auxiliar de Saúde Bucal	90	Atividades extras no setor de Odontologia - Radiologia
50206	Ana Flavia Bolzani de Oliveira	Dentista	20	Atendimento ESF Santana
50174	Aline de Souza Iarosz	Farmacêutica	50	Coordenação e extras farmácia (horário do almoço até 18)
209461	Ana Paula Becher Veiga	Enfermeira	25	Coordenação Unidade + Coordenação da Mulher
17161	Antonio Correia	Pedreiro	55	Pintura noturna e finais de semana
505331	Bruno Moreira Soares	Nutricionista	50	Coordenação Sistemas de informação + complementação carga horária
54565	Celio Adriano Soares	Fiscal Geral	40	Coordenação – Ações de Bloqueio da Dengue
51784	Celia Aparecida Lopez Telles	Auxiliar de Enfermagem	20	Eletrocardiograma
50178	Cristina Stoski	Auxiliar de Enfermagem	60	Vacina + Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
503811	Cleusa Nilsa Fachin	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia

50929	Claudineia da Costa	Agente Comunitaria	40	Atividades extras na Farmacia
50365	Cleusi dos Santos	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
502011	Claudio Corteli	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52865	Corinne Guntzel Lealdino	Enfermeiro	50	Coordenação Vigilância Saúde e Coordenação de licitação
506768	Daniele Ferreira Jorge	Aux de Saúde Bucal	40	Atividades extras na Odontologia
54564	Daniela Bachuk Vaz	Fiscal Geral	40	Coordenação – Controle Zoonoses
146211	Denis Moreira da Silva	Cirurgião Dentista	40	Atende especialidade
50363	Diana Stange Jumes	Tec. Enfermagem	60	Vacinação
50893	Dilamar Ribeiro Turossi	ACS	20	Manutenção unidade cantú
207161	Dirceu Daudt Colaços	Motorista	90	Coordenação transporte
50176	Edilaine Ap. Venancio	Tec. Enfermagem	60	Vacina + Jogos + Equipe de transferência sobreaviso
143891	Elizandra Kratchei	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia
52685	Eleandro Gonçalves Cordeiro	Técnico De Enfermagem	25	Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
503941	Elizeo Gonçalves da Silva Filho	Enfermeiro	60	Extra Postão
174421	Eloisa Martins da Silva	Aux Consultório Dentário	75	Coordenação odonto, RX e assistência.
139432	Enetes Teixeira do Nascimento	Enfermeiro	20	Coordenação e Equipe
52866	Ginaina Cátia de Pra Oliveira	Enfermeiro	30	Coordenação APS, responsável pelos agentes comunitários de saúde (70), 22 Unidades de saúde.
504741	Ilda Chavaren	Auxiliar De Enfermagem	70	Vacina + Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
50191	Janete Karoluz	Tec. Enfermagem	35	Transferências+jogos+ vacinação
50312	Jessica Patricia Letreille	Fiscal Geral	40	Coordenação ações de Saúde do trabalhador e Vigilância ambiental
50304	Juarez felipe de Oliveira	Auxiliar Administrativo	90	Coordenação TFD
24101	José Oscar de Lima	Eletricista	75	Manutenção odontologia (cadeiras e autoclaves)
54044	Kauana Antonieli Bianek	Enfermeiro	20	Acumulo Saúde da Mulher - CMASP
503921	Kelly Borges Pereira	Enfermeiro	40	Coordenação e Equipe
50302	Leidiane de Lima Martins	Auxiliar de Laboratório	75	Atividades Laboratório e Meio Ambiente
53065	Loriane Ap. Vidal	Serv Gerais	40	TFD + Telefone + Agendamento + Limpeza
50188	Luciana de França	Psicóloga	20	Coordenação E-multi
50922	Luciane Stafim Buchmann	Assistente Social	70	Ampliação de carga Horaria
52524	Marcio Senko	Motorista	90	Coordenação do Transportes
54350	Barbara Santo Andre	Médica Veterinário	100	Concessão da gratificação em razão da ampliação da carga horária da servidora, de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, destinada ao atendimento ampliado das demandas do Castramóvel.A ampliação da jornada mostra-se necessária diante do aumento da demanda pelos serviços de castração no Município, visando garantir maior abrangência, continuidade e efetividade no atendimento à população e aos animais.Ressalta-se, ainda, que essas necessidades foiram relacionadas às demandas emergentes do Município, tendo em vista a adequação dos serviços públicos às necessidades identificadas.Dessa forma, a gratificação fundamenta-se na ampliação efetiva da carga horária e das atribuições desempenhadas pela servidora, bem como na necessidade de assegurar o atendimento ampliado do serviço do Castramóvel, em consonância com as demandas identificadas no Município.
50182	Maria Candida Delgado	Tecnico Em Enfermagem Esf	20	Manutenção da UBS 15
50364	Marilene Ap Batista de Oliveira	Tec. Enfermagem	20	Vacinações
126881	Miguel Sgarbi Ruiz	Cirurgião Dentista	30	Atende especialidade
503861	Miguel de Matos	Auxiliar De Enfermagem	70	Equipe de transferência à em escalas de plantão e sobreaviso 24 horas
53548	Natalia de Souza Hrysyk	Enfermeiro	20	Coordenação Vigilância Epidemiológica
146131	Oriana Bini Fernandes Silva	Cirurgião Dentista	100	Dobra de carga horária
52686	Otilia Bueno de Oliveira	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
50140	Poliana Mendes Lampugnani	Auxiliar Administrativo	50	Farmacia
54804	Priscila Cedorak Mazur	Ag Combate Endemias	60	Conselho de Saúde/Coordenadora de Endemias
50181	Roseli Aparecida Moreira	Auxiliar de Saúde Bucal	40	Atividades Extras no setor de Odontologia
50362	Roseli de Paulo	Tec. Enfermagem	20	Vacinação
50842	Roziane Cardoso	Enfermeira	30	Coordenação CAPS
2022	Rodrigo de Assis Bayer	Enfermeiro	30	Coordenação de Unidade
503931	Robson Alex Beraldeli	Enfermeiro	30	Coordenação e Equipe
239981	Simone Lie Ota	Enfermeiro	20	Coordenação e Equipe
53565	Suelen Camila Alves dos Santos	Enfermeira	30	Cobrir 2 unidades até o PSS
50903	Willian Meurer da Silva	Enfermeiro	20	Cobrir 2 unidades até o PSS
50179	Sandra Chaicoski	Tec. Enfermagem	50	2 salas de vacina
503901	Sonia Maria Proença	Auxiliar De Enfermagem Esf	90	Suporte abordagens CAPS + transferências
50212	Sirelde Vetorazzi	Tec. Enfermagem	60	Coord. Postão + Equipe volante interior + Plantão fds jogos + transferências
50353	Tayrine Binde Orben	Auxiliar Administrativo	50	Atividades Extras no setor de Compras e Licitações.
503981	Ivan Pohlod	Ag Combate Endemias	40	Coordenação de Endemias Dengue
9301	José Benjamim Botko	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
207171	Neri Martins	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
9141	Pedro Bosch	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte

				de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
205751	Juliano Becher Vujanski	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
15621	Jose Divonzir Dias	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
11711	Osmar Vicente Aramoni	Operador de Maquinas	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52504	Edson Luiz Morais Alves	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50022	Antônio Elivelton Poleto	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50157	Aguinaldo de Jesus Galdin	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52509	Fabio João dos Santos	Motorista	90	Coordenação do Transportes e Manutenções da Saúde.
50196	Gilberto Antonio de Lima Junior	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50198	Douglas Alves de Campos	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
13841	José Zildemir Bonassoli	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51609	Cleison Juliano Kubis	Guardião	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
501851	Weslley Borges Pereira	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51007	Saulo de Camargo	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51486	Sebastião Andrade de Souza	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50990	Idinei Jaor Tatsch	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
52545	José Mateus Vianna da Cruz	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e

				feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
54285	Thiago de Lima	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
50197	Carlos Latczuk	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50025	Geraldo de Andrade	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
188011	Claudilei de Souza	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
50973	Pedro Aurelio Pires dos Santos	Auxiliar de Serviços Gerais	60	Realizou horas extras necessárias no exercício da função de Guardião, assegurando apoio, organização, responsabilidade ampliada nas atividades de transporte e serviços da Secretaria de Saúde, bem como, finais de semana e feriados.
50202	Abel Plavak de Paula	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.
51505	Martinho Boschen	Motorista	60	Realizou horas extras necessárias para garantir o transporte de pacientes, atendimentos emergenciais e a continuidade dos serviços de saúde, incluindo deslocamentos, atendimentos em horários noturnos, finais de semana e feriados, bem como apoio logístico essencial para assegurar a eficiência e regularidade das ações da Secretaria de Saúde.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:C3C6FAD3

SECRETARIA DE GESTÃO PÚBLICA
PORTARIA Nº 784, DE 01 DE OUTUBRO DE 2026

Dispõe sobre a concessão de gratificação a servidor público municipal, a ser calculada com base em percentual específico incidente sobre o vencimento básico, nos termos e condições definidos nesta portaria.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PITANGA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE

Art. 1º Fica concedida gratificação aos servidores públicos lotados, com vínculo estatutário, na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania, incidente sobre seus vencimentos básicos, conforme previsto na Lei nº 784/96 – Estatuto dos Servidores Municipais de Pitanga.
§1º A gratificação de que trata o caput será atribuída em razão do desempenho de atividades extraordinárias, consistentes no apoio a outros setores, no atendimento em regime de plantão e em outras funções compatíveis com as atribuições do cargo, quando vinculadas aos departamentos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania.
§2º O percentual da gratificação será fixado em tabela anexa, parte integrante desta portaria.
§3º A gratificação cessará automaticamente com o encerramento das atividades extraordinárias que a justificam, não sendo incorporada ao vencimento nem gerando qualquer direito após sua cessação.
Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos retroativos a contar de 01 de setembro à 30 de setembro de 2026.

Prefeitura Municipal de Pitanga, em 01 de outubro de 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

ROSILENE LAVEZZO MELO
Secretário Municipal de Desenvolvimento Social e Cidadania

ANEXO ÚNICO
TABELA DE PERCENTUAL DE GRATIFICAÇÃO
SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA

MATRÍCULA	NOME	CARGO	GRATIFICAÇÃO	JUSTIFICATIVA
50935	MARISTELA DE MATOS	ASSISTENTE SOCIAL	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO ÓRGÃO GESTOR DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA COM A ATUAÇÃO DE REPRESENTATIVIDADE NA

				SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A PASTA E RESPONSÁVEL TÉCNICA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.
50820	JOSEMARY GIRALDI	PSICOLOGA	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA PSICÓLOGA, ASSUMINDO TAMBÉM A FUNÇÃO DE COORDENAÇÃO DO EQUIPAMENTO CRAS – CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CONFORME AS NORMATIVAS DO SUAS AS EQUIPES DE REFERÊNCIA PARA OS CRAS DEVEM CONTAR SEMPRE COM UM COORDENADOR, DEVENDO O MESMO, INDEPENDENTEMENTE DO PORTE DO MUNICÍPIO, TER O SEGUINTE PERFIL PROFISSIONAL: SER UM TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR, CONCURSADO, COM EXPERIÊNCIA EM TRABALHOS COMUNITÁRIOS E GESTÃO DE PROGRAMAS, PROJETOS, SERVIÇOS E BENEFÍCIOS SOCIOASSISTENCIAIS. O CRAS NÃO POSSUI O COORDENADOR ESPECÍFICO PARA DESENVOLVIMENTO DA FUNÇÃO SENDO A PROFISSIONAL DE PSICOLOGIA COM O ACÚMULO DESSA FUNÇÃO.
54266	ALESSANDRA IOHN DE ARAUJO	PSICOLOGA	100%	SERVIDORA DESIGNADA ATRAVÉS DE PORTARIA COM DOBRA DE CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. A SERVIDORA EXECUTA SUA FUNÇÃO ATUANDO 20 HORAS NO SERVIÇO DO CREAS E 20 HORAS COMO COORDENADORA DO SERVIÇO TENDO A DOBRA DE SUA CARGA HORÁRIA. SEGUNDO AS NORMATIVAS DO SUAS A PREVISÃO LEGAL DE TER UM COORDENADOR CONFORME A NOB/RH, É QUE ESSE PROFISSIONAL SEJA DE NÍVEL SUPERIOR COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA SOCIAL, EM GESTÃO PÚBLICA E COORDENAÇÃO DE EQUIPES, HABILIDADES PARA COMUNICAÇÃO, COORDENAÇÃO DE EQUIPE.
54265	JAKELINE MARTINS	PSICOLOGA	100%	SERVIDORA DESIGNADA ATRAVÉS DE PORTARIA COM DOBRA DE CARGA HORÁRIA PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE. A SERVIDORA EXECUTA SUA FUNÇÃO ATUANDO 20 HORAS NO SERVIÇO DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR E 20 HORAS COMO COORDENADORA DO SERVIÇO TENDO A DOBRA DE SUA CARGA HORÁRIA. SEGUNDO AS NORMATIVAS DO SUAS A PREVISÃO LEGAL DE TER UM COORDENADOR CONFORME A NOB/RH, É QUE ESSE PROFISSIONAL SEJA DE NÍVEL SUPERIOR COM EXPERIÊNCIA NA ÁREA SOCIAL, EM GESTÃO PÚBLICA E COORDENAÇÃO DE EQUIPES, HABILIDADES PARA COMUNICAÇÃO, COORDENAÇÃO DE EQUIPE.
53532	KELI FABIULA DE FRANÇA	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA NA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA AUXILIANDO EM TODA PARTE DE LICITAÇÕES E DEMAIS PROCESSOS VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53066	LUCIANA DE A RIBEIRO	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO A COORDENAÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SERVIDORA RESPONSÁVEL PELO CADASTRO ÚNICO DE PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO CONFORME PORTARIA MDS Nº 1.030, DE 7 DE NOVEMBRO DE 2024 – III – A DESIGNAÇÃO, PELO GESTOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO, DE COORDENADOR DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E DE COORDENADOR DO CADASTRO ÚNICO; A SERVIDORA DESIGNADA É RESPONSÁVEL PELA ORGANIZAÇÃO DE TODA DEMANDA DE TRABALHO DO SETOR COM ORIENTAÇÃO E APOIO AOS SERVIDORES QUE ATUAM NO CADASTRO ÚNICO, ORGANIZAÇÃO DE DOCUMENTOS DOS USUÁRIOS, CUMPRIMENTO DE PRAZOS DE REFERENTE A DOCUMENTOS, VISITAS DOMICILIARES PARA ATUALIZAÇÕES CADASTRAIS, E RESPONSÁVEL POR TODOS OS SISTEMAS VINCULADOS AO CADÚNICO.
505091	LIDIA DE FATIMA CANDIDO	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO COMO ORIENTADORA SOCIAL NO CREAS – CENTRO DE REFERÊNCIA ESPECIALIZADO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL A QUAL FAZ ABORDAGENS COM OS USUÁRIOS. CONFORME AS NORMATIVAS DO SUAS ATRAVÉS DA NOB/RH O CREAS TEM OBRIGATORIEDADE DO PROFISSIONAL DE ORIENTADOR SOCIAL SENDO ESSE DE NÍVEL SUPERIOR OU MÉDIO – A SERVIDORA POSSUI FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL.
50982	DAIANA MENDES	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO COMO COORDENADORA E CHEFE DE RECURSOS HUMANOS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
505271	EDENILDA APARECIDA PEREIRA	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO, SENDO DESIGNADO PARA AUXILIAR NO CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - CPA PARA A REALIZAÇÃO DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – VINCULADOS A POLITICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS DEMAIS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53547	JULIANA DE LIMA	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
505601	THAIS MARA M ANDRADE	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50765	ROSILDA APARECIDA MARTINS	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
207971	JUCILEIA ALVES DE FREITAS	AUX SERVIÇOS GERAIS	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50061	ROZELIA DA CRUZ MACHADO	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO

				GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
505461	RUTH DE FATIMA RODRIGUES	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO – ATUANDO COMO CUIDADORA SOCIAL NA CASA LAR PARAÍSO DA CRIANÇA COM CARGA HORÁRIA DE 24/48 HRS.
50767	Salete do Rocio Pereira	Auxiliar de Serviços Gerias	60%	Justifica-se o pagamento de gratificação de acordo com a seção III (gratificações) subseção XII da função gratificada sendo que a servidora está atuando como cuidadora social na casa lar paraíso da criança com carga horária de 24/48 hrs, e Adicional Noturno considerando a carga horária executada pela servidora.
50964	ANGELA MARCIA SILVEIRA	GARI	40%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO SENDO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE CONCURSO ATUA COMO AUXILIAR NA COZINHA DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACONCHEGO, AINDA NOS DIAS EM QUE TEM O SCFV A SERVIDORA FICA EM HORÁRIO DE ALMOÇO PARA SUPRIR A DEMANDA DA COZINHA.
52604	FRANCIELI TRINDADE DE SOUZA	GARI	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ESTÁ EM DESVIO DE SUA FUNÇÃO DO CONCURSO ASSUMINDO ATUANDO COMO SUPERVISORA E COORDENADORA DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ, SENDO OBRIGATÓRIO O SUPERVISOR NO PROGRAMA. O PAPEL DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA É A OPERACIONALIZAÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ.
53566	PEDRO RODRIGUES S JR.	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS DESEMPENHANDO SUAS ATRIBUIÇÕES EM TODAS AS DEMANDAS DE TODOS OS SETORES VINCULADOS À SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, AINDA COM EXECUÇÃO DE APOIO EM CONCERTOS E PEQUENOS REPAROS NOS SETORES, AUXILIA NAS DEMANDAS DE CORTES DE GRAMAS DE TODOS OS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
50050	JOSÉ ROBERTO LEANDRO	Auxiliar Administrativo	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO O SERVIDOR ATUA COMO RESPONSÁVEL POR TODA ORGANIZAÇÃO NO ESTOQUE E ALMOXARIFADO VINCULADO A SECRETARIA E AUXILIA EM DEMANDAS DE APOIO AOS SERVIÇO REFERENCIADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA, COM APOIO A FROTA MUNICIPAL DA SECRETARIA.
50727	MARIA ROSILENE RIBEIRO	Auxiliar Administrativo	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE AUXILIAR ADMINISTRATIVO EXECUTA SUAS ATRIBUIÇÕES NO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS COM ATENDIMENTO AO PÚBLICO PRESTANDO ATENDIMENTOS INDIVIDUAIS DE CADASTRAMENTO E RECADASTRAMENTOS AINDA PRESTA ORIENTAÇÕES AOS USUÁRIOS QUE PROCURAM O SERVIÇO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DANDO SUPORTE E ORIENTAÇÃO AOS USUÁRIOS QUE NECESSITAM DO SERVIÇO.
140101	GILSON FERREIRA	Auxiliar Administrativo	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO, SENDO DESIGNADO PARA COORDENAR O CENTRO DE PRODUÇÃO DE ALIMENTOS - CPA PARA A REALIZAÇÃO DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS SERVIÇOS DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTOS DE VÍNCULOS – VINCULADOS A POLITICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, ALÉM DE CONFECÇÃO DE LANCHES PARA OS DEMAIS SETORES VINCULADOS A SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
50963	JOÃO PAULO VIANA	GARI	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR, VISTO QUE O MESMO ESTÁ EM DESVIO DA FUNÇÃO DO CONCURSO ATUANDO NO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS – SCFV ACONCHEGO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES COMO A FUNÇÃO DE ORIENTADOR SOCIAL.
50317	RENATA BARBOZA NAZARKO	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ESTÁ EM DESVIO DA SUA FUNÇÃO DE CONCURSO ATUANDO COMO COORDENADORA DO ESCRITÓRIO SOCIAL QUE PRESTA ATENDIMENTO DE ASSISTÊNCIA ÀS PESSOAS EM MONITORAÇÃO ELETRÔNICA E EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL DO ESTADO.
50263	CHRISTIELY FERNANDA MARTINS	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA VISTO QUE A MESMA É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
51489	PEDRO CHECHELAKE	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
51506	LEANDRO KOSLOSKI	MOTORISTA	60%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO AO SERVIDOR VISTO QUE O MESMO É MOTORISTA PLANTONISTA PARA ATENDIMENTOS DE DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
208171	PAULINA BUENO DA SILVA ANDRADE	AUX SERVIÇOS GERAIS	30%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA, VISTO QUE A MESMA ALÉM DE SUA FUNÇÃO DE CONCURSO A MESMA FICA A DISPOSIÇÃO DA SECRETARIA EM HORÁRIOS FORA DE EXPEDIENTE DE TRABALHO EXECUTANDO TODA ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS CONFERNCIAS E DEMAIS^REUNIÕES AGENDADAS DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CIDADANIA.
53530	MARLEI CARVALHO	AUX SERVIÇOS GERAIS	65%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE A SERVIDORA ATUA COMO COORDENADORA DO SCFV, QUE ATENDE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.
50978	JEFERSON RADIÃO	AUX SERVIÇOS GERAIS	75%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÕES DO SERVIDOR DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO XII DA FUNÇÃO GRATIFICADA SENDO QUE O SERVIDOR ESTÁ ATUANDO COMO COORDENADOR DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR, FICANDO DE PLANTÃO, ATENDENDO AS DEMANDAS DO SERVIÇO.
50928	SIRLENE PROENÇA MACIEL	ASSISTENTE SOCIAL	20%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO CREAS E NO CRAS, ATENDENDO E FICANDO A DISPOSIÇÃO DOS DOIS SERVIÇOS PSB E PSE/MC
50303	ANA CLAUDIA NUNES DA SILVA	ASSISTENTE SOCIAL	20%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR – DEVIDO O ACÚMULO DE FUNÇÃO TÉCNICA ASSISTENTE SOCIAL DO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL E FAMILIAR E NO CRAS, ATENDENDO E FICANDO A DISPOSIÇÃO DOS DOIS SERVIÇOS PSB E PSE/MC

50700	MARLI SCHINAIDER	AUX SERVIÇOS GERAIS	55%	JUSTIFICA-SE O PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO A SERVIDORA DE ACORDO COM A SEÇÃO III (GRATIFICAÇÕES) SUBSEÇÃO IX GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO CONFORME DA LEI Nº 784/1996 – ESTATUTO DO SERVIDOR, DEVIDO A SERVIDORA FAZER LIMPEZA DE 02 SERVIÇOS (CREAS E ESCRITÓRIO SOCIAL)
50384	Rosilete Aparecida Ribeiro	AUX SERVIÇOS GERAIS	30%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções, de auxiliar de serviços gerais no CRAS e no CADUNICO.
50329	Andreia Sales Lima	Auxiliar Administrativo	30%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções administrativas do CADÚNICO E VISITAS de Programas Sociais.
50361	Vanieli Aparecida Valério	Assistente Social	10%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções de técnica Social do CREAS e também técnica de referência e responsável pelo programa AEPETI
50390	Edna Viana da Silva	Assistente Social	10%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar funções de Técnica Social da Alta Complexidade nos serviços de acolhimento em razão de plantões extrajornadas.
50137	Daniele Scherevaty	AUX SERVIÇOS GERAIS	40%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora realizar trabalhos com crianças do SCFV Aconchego e na limpeza dosetor.
50389	Mary Layne F. dos Santos Romero	Oficial Administrativo	30%	Justifica-se o pagamento de gratificação a servidora de acordo com a seção III (gratificações) subseção IX gratificação de função conforme a lei nº 784/1996, estatuto do servidor, devido a servidora estar na Coordenação do Cuida+ do Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa.

Publicado por:
Lucas Mateus Botelho
Código Identificador:5FB65503

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
ADITIVO ATA 366/2025 M RESTOF

TERMO ADITIVO Nº 01
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2025
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 40/2025

O **MUNICÍPIO DE PITANGA**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 76.172.907/0001-08, com sede no Centro Administrativo 28 de Janeiro, nº 171, Centro, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **DIRCEU MORAES**, doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, e de outro lado a empresa **M RESTOF SERRALHERIA**, inscrita no CNPJ nº **12.611.322/0001-56**, com sede na Rua Padre João Malaniak, nº 280, Parque São Basílio, Pitanga/PR, CEP 85.200-000, neste ato representada por **Marcelo Restof**, doravante denominada **FORNECEDORA**, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 366/2025**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a **prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº 366/2025 por mais 12 (doze) meses**, bem como a **renovação integral dos quantitativos originalmente registrados**, mantendo-se os preços registrados e todas as demais condições pactuadas.

A prorrogação ocorre com fundamento no art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, na Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços e nos documentos que instruem o processo administrativo, os quais demonstram a vantajosidade da prorrogação e a necessidade administrativa da continuidade da contratação.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços nº 366/2025 por mais **12 (doze) meses**, **com início em 14 de outubro de 2026 e término em 13 de outubro de 2027**, permanecendo vigente durante esse período a possibilidade de emissão das solicitações de fornecimento, conforme a necessidade da Administração.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS

Nos termos da Cláusula Terceira da Ata de Registro de Preços, ficam renovados os quantitativos originalmente registrados, até o limite dos quantitativos iniciais constantes da Ata, permanecendo inalterados os preços registrados para todos os itens.

CLÁUSULA QUARTA – DA JUSTIFICATIVA

A prorrogação e renovação dos quantitativos justificam-se em razão:

•da continuidade da necessidade dos serviços de serralheria para atendimento das Secretarias Municipais;
•da demonstração da vantajosidade dos preços registrados mediante pesquisa mercadológica realizada pela Administração;
•da anuência da empresa detentora da Ata;
•da inexistência de ocorrências que desabonem a execução contratual;
•das solicitações formalizadas pelas Secretarias Municipais de Saúde, Educação, Obras e Desenvolvimento Econômico Sustentável, diante da insuficiência do saldo existente para atendimento das demandas administrativas.

CLÁUSULA QUINTA – DOS PREÇOS

Permanecem inalterados todos os preços registrados, conforme Ata de Registro de Preços nº 366/2025, por terem sido demonstrados compatíveis e vantajosos em relação aos preços praticados no mercado.

Item	Código	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
16	74018	Estrutura metálica, chapeamento de telhas de zinco 0,43 ou fibrocimento, montagem incluindo serviço de terças, tirantes, pés-direitos em ferro ou cimento pré-moldado.	SRVÇ	80	485,94	**38.875,20**

CLÁUSULA SEXTA – DAS DEMAIS CLÁUSULAS

Permanecem inalteradas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços nº 366/2025 que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

E, por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento.
Pitanga/PR, 28 de julho de 2026.

DIRCEU MORAES
Órgão Gerenciador

MARCELO RESTOF
M Restof Serralheria

Publicado por:
Marcio Sokoloski
Código Identificador:1759C1F2

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.°14/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência n.°14/2026, nestes termos:
Data Concorrência**:** 25/08/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada para execução de obra de engenharia destinada à ampliação/extensão da vala existente no Aterro Sanitário Municipal de Pitanga, o aterro está localizado na localidade de Barro Preto, zona rural do Município, compreendendo a ampliação da capacidade operacional da estrutura atualmente em funcionamento mediante a execução dos serviços de limpeza da área, movimentação de terra, escavação, regularização e compactação do subleito, adequação dos acessos internos, implantação do sistema de impermeabilização por geomembrana em PEAD, implantação dos sistemas de drenagem e coleta de chorume, exaustão de gases, drenagem superficial de águas pluviais, bem como os demais serviços, materiais, equipamentos e mão de obra necessários à perfeita execução da obra, em conformidade com os projetos executivos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo licitatório, em atendimento a Secretaria de Desenvolvimento Econômico Sustentável.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
AVISERRA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA	04.886.943/0001-14	R$ 379.851,47

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$379.851,47 (trezentos e setenta e nove mil, oitocentos e cinquenta e um reais e quarenta e sete centavos).

Lote	Descrição	Und.	Qnt	Valor Unt (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Contratação de empresa para a execução de obra de engenharia destinada à ampliação/extensão da vala existente no Aterro Sanitário Municipal de Pitanga, em conformidade com os projetos, memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico-financeiro e demais documentos técnicos que integram o processo.	SERV	1	R$ 379.851,47	R$ 379.851,47	AVISERRA SOLUCOES AMBIENTAIS LTDA

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 28 de setembro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:131F4E3A

SECRETARIA MUNICIPAL DE PATRIMÔNIO, COMPRAS E LOGÍSTICA
HOMOLOGAÇÃO DA CONCORRÊNCIA N.°17/2026.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O Prefeito de Pitanga no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor, Lei nº 14.133/21, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitação, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Concorrência n.°17/2026, nestes termos:
Data Concorrência**:** **3**0/09/2026.
Objeto: Contratação de empresa especializada na execução de obra de engenharia para a construção de calçada e instalação de guarda-corpo na ponte sobre o Rio Ernesto, localizada na Rua Ébano Pereira, no Município de Pitanga, Estado do Paraná, compreendendo o fornecimento de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos necessários à perfeita execução dos serviços, em conformidade com os projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais documentos técnicos, em atendimento à Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Urbanismo.

Fornecedor	CNPJ	Valor Total
CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP	04.465.784/0001-84	R$ 64.950,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO: R$ 64.950,00 (sessenta e quatro mil, novecentos e cinquenta reais)

Lote	Descrição	Marca	Und.	Qnt.	Valor Unt. (R$)	Valor Total (R$)	Fornecedor
1	Construção de calçada e instalação de guarda-corpo na ponte sobre o Rio Ernesto, localizada na Rua Ébano Pereira, no Município de Pitanga-PR.	Obra	SERV	1	R$ 64.950,00	R$ 64.950,00	CONSTRUTORA ARIEVILO LTDA - EPP

02 – Autorizar a emissão das notas de empenho correspondentes.
03 – **CONVOCAR** a empresa acima nominada, vencedora do Lote acima descrito, para no prazo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir da publicação da homologação, para encaminhar, via e-mail, o Contrato assinado ou comparecer no Setor de Licitações e Contratos da Secretaria de Patrimônio, Compras e Logística de Pitanga, na Rua Wanderley João Vieira Cleve, n° 711 – Bairro Santa Regina, Pitanga PR, para assinar o contrato referente a licitação em epígrafe, sob pena de decair do direito a contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital de Licitação da Lei Federal 14.133/21.

Município de Pitanga, 01 de outubro 2026.

DIRCEU MORAES
Prefeito

Publicado por:
Kleia Vieira da Silva
Código Identificador:5FBAAB2F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU

LICITAÇÃO
1° TERMO ADITIVO DO CONTRATO N°01/2026

1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO Nº 01/2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE PORECATU – PR A UNIDADE GESTORA Secretaria MUNICIPAL DE Serviço social E A EMPRESA D.CAMP. ALIMENTOS LTDA.

Por este instrumento particular, de um lado o **MUNICÍPIO DE PORECATU**, Estado do Paraná, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 80.542.764/0001-48, com sede no Edifício Sede da Prefeitura Municipal, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN**, e pela Secretária Municipal de Serviço Social, Sra. **MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **D. CAMP ALIMENTOS LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.496.699/0001-54, com sede na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 308, Sala 01, Jardim Dona Marcelina II, CEP 87.140-000, Paiçandu/PR, neste ato representada por sua Proprietária, Sra. **MAÍSA DE CAMPOS NASSER**, portadora da Cédula de Identidade RG nº 10.325.240-7 SSP/PR e inscrita no CPF/MF sob o nº 066.416.599-09, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si justo e avençado o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 01/2026**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO
1.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o **restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro (revisão de preços)** do Contrato Administrativo nº 01/2026, decorrente do Pregão Eletrônico nº 50/2025 (Processo Eletrônico nº 104/2025), incidindo estritamente sobre o **Item 01 dos Lotes 01 e 02** – *Arroz beneficiado, polido, classe longo fino, tipo 1, pacote de 5 kg* (Marca Tiuquinha). 1.2. O reequilíbrio destina-se a recompor os custos extraordinários e imprevisíveis decorrentes da expressiva elevação do valor de aquisição da matéria-prima no mercado nacional e no Estado do Paraná, somada à elevação dos custos logísticos (diesel, frete e pedágio).

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA E SUBSTANCIAÇÃO FÁTICA
2.1. **Amparo Constitucional e Legal:** A alteração contratual fundamenta-se expressamente no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal de 1988, e no **art. 124, inciso II, alínea "d", c/c o art. 131, parágrafo único, da Lei Federal nº 14.133/2021** (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos).
2.2. **Dispensa de Parecer Jurídico Individualizado:** A instrução do presente aditivo observa integralmente as diretrizes do **Parecer Jurídico Referencial nº 017/2025** da Procuradoria Jurídica do Município de Porecatu/PR, que autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos em que atendidos os requisitos formais de comprovação documental, validação contábil e reserva orçamentária prévia.
2.3. **Comprovação Documental do Desequilíbrio:** A ruptura da equação econômico-financeira inicial restou irrefutavelmente comprovada nos autos através da comparação de notas fiscais do mesmo fornecedor (*M R Denardi Alimentos Ltda*):

• **Custo na época da proposta/licitação:** R$ 10,91 por pacote de 5 kg (NF-e nº 25.102, emitida em 03/03/2026, R$ 29.475,00 / 450 fardos / 6 pacotes).
• **Custo atual de reposição:** R$ 17,50 por pacote de 5 kg (NF-e nº 25.311, emitida em 12/08/2026, R$ 2.100,00 / 20 fardos / 6 pacotes).
• **Variação no Custo do Insumo:** Aumento real de **60,38% / 60,40%**, superando diretamente o valor de venda originariamente registrado de R$ 13,58, gerando prejuízo operacional direto a cada entrega efetuada sem a devida recomposição.

2.4. **Manutenção do Lucro Residual/Margem Originária:** Restou demonstrado no Parecer Contábil que a recomposição do valor unitário de R$ 13,58 para R$ 21,78 mantém proporcionalmente a margem residual originária (19,66% a 24,45%) destinada a cobrir tributos, frete, logística e operacionalização do contrato, vedando qualquer enriquecimento sem causa da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA READEQUAÇÃO DOS VALORES E MEMÓRIA DE CÁLCULO
3.1. **Do Item Reequilibrado:**

• **Descrição do Item:** Arroz polido, longo fino, tipo 1, pcte 5kg (Item 01 dos Lotes 01 e 02).
• **Preço Unitário Contratado Anterior:** R$ 13,58.
• **Novo Preço Unitário Reequilibrado: R$ 21,78** (acréscimo unitário de R$ 8,20).

3.2. **Do Impacto Unitário no Lote/Cesta Básica:**

• **Preço Anterior da Cesta Básica (Lotes 01 e 02):** R$ 121,50.
• **Novo Preço da Cesta Básica (Lotes 01 e 02): R$ 129,70**.

3.3. **Do Impacto Orçamentário e Financeiro Global:**

Lote	Descrição / Quantidade	Valor Unitário Anterior	Novo Valor Unitário	Valor Total Anterior	Novo Valor Total Global	Acréscimo do Reequilíbrio
Lote 01	Cesta Básica (540 unidades)	R$ 121,50	R$ 129,70	R$ 65.610,00	R$ 70.038,00	R$ 4.428,00
Lote 02	Cesta Básica (180 unidades)	R$ 121,50	R$ 129,70	R$ 21.870,00	R$ 23.346,00	R$ 1.476,00
TOTAL	**720 Cestas Básicas**	-	-	**R$ 87.480,00**	**R$ 93.384,00**	**R$ 5.904,00**

3.4. Em virtude do reequilíbrio ora concedido, o valor global do Contrato nº 01/2026 passa de **R$ 87.480,00** para **R$ 93.384,00** (noventa e três mil, trezentos e oitenta e quatro reais), representando um acréscimo global no valor de **R$ 5.904,00**.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
4.1. As despesas decorrentes do acréscimo financeiro deste Termo Aditivo correrão à conta da seguinte dotação orçamentária do Município de Porecatu/PR, devidamente atestada pela Declaração de Compatibilidade da Previsão de Recursos Orçamentários:

• **Órgão:** 12 – Secretaria de Serviço Social
• **Unidade Orçamentária:** 02 – Divisão de Assistência Social
• **Função:** 082440024 – Assistência Social
• **Proj./Ativ./Oper.Esp.:** 2069 – Manutenção do Programa de Atendimento à Família - PAIF
• **Natureza da Despesa:** 3.3.90.30 – Material de Consumo
• **Fonte de Recurso:** 3824 – Repasse FEAS - Expansão
• **Desdobramento:** 3.3.90.30.07.99 – 1786 Desdobramento da Despesa 3.3.90.30 – 1778

CLÁUSULA QUINTA – EFEITOS E RATIFICAÇÃO
5.1. Os novos preços homologados aplicam-se às ordens de fornecimento formalizadas a partir do protocolo do requerimento administrativo de reequilíbrio efetuado pela CONTRATADA.
5.2. Permanecem inalteradas, válidas e ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato Administrativo nº 01/2026 que não conflitem com as disposições deste Termo Aditivo.
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo nomeadas.
Porecatu - PR, 30 de setembro de 2026.

AGAMEMNON AUGUSTO ARAUJO PADUAN	D. Camp. Alimentos LTDA
Prefeito Contratante	Representante Legal:
	MAISA DE CAMPOS NASSER
	Contratada
MARIA APARECIDA DE JESUS SOUZA	
Secretária Municipal De Serviço Social	
Ordenadora De Despesas	

1 Testemunha
CPF:

2 Testemunha
CPF:

Publicado por:
Adrian Fablicio Goncalves
Código Identificador:128B58BC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO AMAZONAS

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
ATA SRP 064/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº064/2026

1 Pelo presente instrumento, nesta cidade de Porto Amazonas, Estado do Paraná, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado a Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 76.179.837/0001-01, com sede na Rua Guilherme Schiffer, nº 67, em Porto Amazonas, Estado do Paraná, neste ato representada pelo Prefeito Municipal, **SR. ELIAS JOCID GOMES DA COSTA**, brasileiro, casado, RG nº XX7233XX SSP/PR, CPF nº XXX.490.069-XX, residente e domiciliado nesta cidade e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa **DIEGO LOPES NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA**, CNPJ n° 47.854.932/0001-65, estabelecida à rua Coronel Raimundo Munhoz, n°245, Centro, Campo Alegre/SC, CEP 89.294-000, representada por **DIEGO ALESSANDRO LOPES**, inscrito no CPF XXX.290.029-XX, portador da cédula de identidade Civil RG XX387XX SSP/SC, para assinarem a presente Ata, nos termos do Decreto Municipal nº 056/2023 e do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** que tem como objeto o Registro de Preços para contratação de empresa de engenharia especializada em estudos geotécnicos, para execução de serviços de reconhecimento de solos por meio de sondagem a percussão (SPT – Standart Penetration Test) e testes de permeabilidade do solo, e contratação de empresa para prestação de serviços de topografia, atendendo as necessidades dos Departamentos Municipais pelo período de 12 (doze) meses, conforme descrições e especificações do Termo de Referência.

SERVIÇOS TOPOGRÁFICOS					
ITEM	SERVIÇO	UNID	QUANT	VALOR UNIT	TOTAL
2	Levantamento planialtimétrico cadastral, para fins de anteprojeto de vias públicas urbanas, com locação de meio-fio, galeria pluvial, postes e alinhamento predial, com geração de perfis longitudinais no eixo e transversais a cada 20m. Com georreferenciamento.	M²	40000	R$ 0,24	R$ 9.600,00
3	Levantamento planialtimétrico cadastral para fins de anteprojeto de espaços públicos ou edificações, com geração de perfis transversais e longitudinais, locação de meio-fio, galeria pluvial, postes, árvores, alinhamento predial e eventual outro elemento que seja necessário. Com georreferenciamento.	M²	30000	R$ 0,22	R$ 6.600,00
4	Serviços topográficos de áreas urbanas para fins de retificação de matrícula, desmembramento, remembramento, ou servidões, incluindo mapas, memoriais descritivos, coletas de assinaturas e documentação técnica necessária. Com georreferenciamento.	UND	10	R$ 780,00	R$ 7.800,00

5	Serviços topográficos de áreas rurais para fins de retificação de matrícula, desmembramento, remembramento, ou servidões, incluindo mapas, memoriais descritivos, coletas de assinaturas e documentação técnica necessária. Com georreferenciamento com áreas ate 25 ha.	UND	10	R$ 1.580,00	R$ 15.800,00
6	Serviços topográficos de áreas rurais para fins de retificação de matrícula, desmembramento, remembramento, ou servidões, incluindo mapas, memoriais descritivos, coletas de assinaturas e documentação técnica necessária. Com georreferenciamento com áreas acima de 25 ha.	UND	5	R$ 1.979,00	R$ 9.895,00
7	Serviços topográficos de locação de imóvel até 2.000m², com piqueteamento, conforme projeto a ser disponibilizado.	UND	10	R$ 620,00	R$ 6.200,00
8	Serviços topográficos de locação de imóvel entre 2.000m² e 10.000m², com piqueteamento, conforme projeto a ser disponibilizado.	UND	10	R$ 800,00	R$ 8.000,00
10	Serviços topográficos de locação de quadras de túmulos do cemitério, com piqueteamento individual dos lotes, conforme projeto a ser disponibilizado.	QUADRA	10	R$ 610,00	R$ 6.100,00
12	Serviços topográficos de locação de estradas rurais, com piqueteamento nas bordas da pista a cada 20m, conforme projeto a ser disponibilizado.	METRO	30000	R$ 0,71	R$ 21.300,00
14	Levantamento planialtimétrico cadastral para fins de anteprojeto de cascalheiras, com geração de no mínimo 02 (dois) perfis transversais e no mínimo 02 (dois) longitudinais.	M²	20000	R$ 0,13	R$ 2.600,00
VALOR TOTAL R$ 93.895,00					

Obs: Os serviços prestados deverão obedecer às especificações descritas no Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico nº 020/2026.

2 Para a execução dos serviços objeto deste contrato, a CONTRATADA fornecerá todos os equipamentos, materiais e mão de obra necessários, realizando os serviços rigorosamente de acordo com as especificações e demais discriminações constantes de sua proposta, responsabilizando-se por todas as despesas referentes a deslocamento de pessoal e equipamentos.

3 Toda e qualquer modificação deve partir única e exclusivamente da equipe de FISCALIZAÇÃO designada e só deve ser executada após a devida formalização.

4 É de inteira responsabilidade da CONTRATADA providenciar as sinalizações de alerta e orientação, bem como a interdição de acesso de pessoas estranhas e não autorizadas durante a realização de ensaios e levantamentos em campo, além de todas as instalações provisórias necessárias ao bom desenvolvimento dos serviços e em perfeito atendimento às Normas Regulamentadoras vigentes e aplicáveis.

5 Durante a execução dos serviços, a CONTRATADA ficará responsável por eventuais infrações de postura ou de regulamentos administrativos a que venha dar causa, não sendo o CONTRATANTE responsabilizado – seja por acidente de trabalho dos empregados da CONTRATADA, ou por danos a terceiros resultante da ação, omissão ou negligência desta.

6 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, a contar do recebimento da Nota Fiscal no Departamento de Administração Financeira, mediante depósito em conta bancária indicada pelo fornecedor, e conforme conferido e aprovado pelos respectivos diretores e fiscais de contrato dos departamentos requisitantes.
7 A Nota Fiscal deverá ser encaminhada para o e-mail engenharia@portoamazonas.pr.gov.br, contendo, como o número e ano da licitação, número do contrato, dentre outras informações que venham estar na requisição de compra/nota de empenho enviada à Contratada.
8 A nota fiscal deverá ser emitida somete após a emissão da nota de empenho, o qual será emitido somente após o aceite final dos serviços prestados.
9 Qualquer erro no documento fiscal competente ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, será motivo de correção pela contratada, gerando a suspensão do prazo de pagamento até que seja definitivamente regularizada a situação, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para o município.
10 O gestor da Ata de Registro de Preços será Rubens Seguro de Paula e a fiscal será a servidora Priscila Aparecida Mazeica Cardoso, Portaria nº 051/2026.

11 Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importam em **R$ 93.895,00 (noventa e três mil e oitocentos e noventa e cinco reais),** são válidos por 12 (doze) meses, passando a vigorar dia 05/10/2026, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 04/10/2027.

12 A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada por igual período, até o limite de 12 (doze) meses, na forma do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que demonstrada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições que fundamentaram o registro de preços. A prorrogação poderá compreender o saldo remanescente da ata ou a renovação dos quantitativos originalmente registrados, conforme a necessidade da Administração e observado o disposto na legislação vigente.

13 É vedada, durante a vigência ou na prorrogação da Ata de Registro de Preços, a inclusão de novos itens, em conformidade com o art. 84 da Lei nº 14.133/2021.

14 As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Eletrônico n° 020/2026,** cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

15 Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Porto Amazonas, 02/10/2026.

ELIAS JOCID GOMES DA COSTA	*DIEGO LOPES NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA*
Prefeito Municipal	Contratada

Publicado por:
Michele de Oliveira Martins
Código Identificador:DEC5F6E3

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA DO NORTE

ADMINISTRAÇÃO GERAL
LEI MUNICIPAL N°2.136/2026 INSTITUI A POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO.

LEI Nº 2.136/2026

Súmula: Institui a Política Municipal de Alfabetização no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Querência do Norte, Estado do Paraná, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Querência do Norte, Estado do Paraná, aprovou, e eu **ALEX SANDRO FERNANDES**, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte - PR, destinada a orientar, articular e fortalecer as ações da Rede Municipal de Ensino voltadas à garantia do direito à alfabetização e à aprendizagem das crianças, com qualidade, equidade, inclusão e respeito às singularidades.

Parágrafo único. A Política Municipal de Alfabetização consta do Anexo Único desta Lei, da qual é parte integrante para todos os efeitos.

Art. 2º A Política Municipal de Alfabetização será implementada em conformidade com as concepções, princípios, diretrizes, objetivos, metas, estratégias, formas de governança, responsabilidades institucionais, mecanismos de financiamento, monitoramento e avaliação estabelecidos no Anexo Único.

Art. 3º Compete à Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer coordenar, orientar, acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da Política Municipal de Alfabetização, em articulação com as unidades escolares e demais instâncias envolvidas.

Art. 4º As ações decorrentes desta Lei serão desenvolvidas de forma articulada com o planejamento educacional municipal e poderão integrar programas, ações e iniciativas executados em regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União, observadas a autonomia do Município e as disposições desta Lei.

Art. 5º A implementação da Política Municipal de Alfabetização observará a legislação educacional, orçamentária e financeira vigente e a disponibilidade de recursos, sem prejuízo da utilização de recursos próprios e de outras fontes legalmente destinadas à manutenção e ao desenvolvimento da educação.

Art. 6º A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer realizará o monitoramento contínuo da Política e elaborará relatório técnico anual, nos termos previstos no Anexo Único, com vistas ao acompanhamento das metas, à avaliação das estratégias e ao replanejamento das ações.

Art. 7º A Política Municipal de Alfabetização deverá manter articulação com o Plano Municipal de Educação vigente e, após a aprovação do Plano Municipal de Educação 2026-2036, deverá ser realizada análise de compatibilidade entre seus objetivos, metas e estratégias, promovendo-se, quando necessárias, as adequações cabíveis.

Art. 8º O Poder Executivo poderá regulamentar esta Lei, no que couber, para assegurar sua fiel execução.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Querência do Norte, Estado do Paraná, 02 de Outubro de 2026.

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

1. APRESENTAÇÃO

A Política Municipal de Alfabetização constitui-se como instrumento orientador das ações da Rede Municipal de Ensino para assegurar a todas as crianças o direito de aprender, com equidade, qualidade e respeito às suas singularidades, garantindo condições efetivas para a apropriação da leitura, da escrita e dos conhecimentos matemáticos, bem como para a ampliação de suas experiências com as diferentes linguagens e práticas sociais.

Sua instituição reafirma o compromisso do Município com a alfabetização como direito fundamental e como condição indispensável para a continuidade das aprendizagens, para o desenvolvimento integral das crianças e para a construção de trajetórias escolares bem-sucedidas.

A Política compreende a alfabetização como responsabilidade compartilhada entre a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e a comunidade, reconhecendo, ao mesmo tempo, a responsabilidade do poder público pela garantia das condições necessárias ao ensino e à aprendizagem.

Nessa perspectiva, as ações municipais de alfabetização serão desenvolvidas de maneira articulada, contínua e sistemática, considerando a trajetória da criança desde a Educação Infantil e assegurando, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, práticas pedagógicas intencionalmente planejadas para a apropriação do sistema de escrita alfabética, para o desenvolvimento da leitura, da produção escrita, da oralidade, do letramento e dos conhecimentos matemáticos.

A Política também estabelece mecanismos para identificação, acompanhamento e atendimento das crianças que apresentem necessidades específicas de aprendizagem, garantindo ações de prevenção às desigualdades educacionais e de recomposição das aprendizagens sempre que necessário.

2. CONCEPÇÃO DE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO E PRINCÍPIOS ORIENTADORES

A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se na compreensão da alfabetização como direito de todas as crianças e como dimensão essencial de sua formação humana, cultural e cidadã. Assegurar esse direito pressupõe reconhecer que todas as crianças são capazes de aprender e que compete ao poder público garantir condições pedagógicas, institucionais, materiais e formativas para que as aprendizagens ocorram com qualidade e equidade.

A Rede Municipal de Ensino compreende a linguagem oral e escrita como prática social, histórica, cultural e discursiva, constituída nas interações humanas e nos diferentes contextos de produção de sentidos. A linguagem, nessa perspectiva, não se restringe ao domínio de códigos ou habilidades isoladas, mas constitui uma forma de interação, expressão, comunicação, participação social, produção de conhecimentos e inserção dos sujeitos na cultura.

2.1 Concepção de alfabetização e letramento

A alfabetização e o letramento são compreendidos como processos complementares, interdependentes e indissociáveis, articulando a apropriação do sistema de escrita alfabética às práticas sociais de leitura, escrita, oralidade, compreensão, interpretação e produção de sentidos presentes na cultura letrada.

Alfabetizar, portanto, não significa apenas ensinar a criança a codificar e decodificar palavras. Implica criar condições para que ela compreenda progressivamente os princípios e as convenções do sistema de escrita alfabética e, simultaneamente, possa utilizar a leitura e a escrita em situações reais e significativas de comunicação, expressão, aprendizagem e participação social.

Nessa perspectiva, a aprendizagem do sistema de escrita ocorre articulada às práticas de letramento. A criança aprende sobre a escrita ao participar de situações nas quais os textos possuem função social, interlocutores, finalidades e contextos de circulação, tendo acesso a diferentes gêneros discursivos e oportunidades de ler, ouvir, falar, interpretar, produzir, registrar, argumentar, imaginar e comunicar.

A literatura ocupa lugar privilegiado nesse processo, não apenas como recurso para o ensino da língua escrita, mas como direito cultural e experiência estética, capaz de ampliar repertórios, favorecer a imaginação, a sensibilidade, a oralidade, a compreensão, a produção de sentidos e a formação do leitor.

2.2 Concepção de criança e aprendizagem

A Política Municipal de Alfabetização reconhece a criança como sujeito histórico, social, cultural e de direitos, participante ativa dos processos de aprendizagem, produtora de conhecimentos, sentidos e cultura.

As crianças chegam às instituições educativas trazendo diferentes experiências com a linguagem, conhecimentos construídos em seus contextos familiares e comunitários, repertórios culturais e hipóteses sobre o funcionamento da língua escrita. Essas experiências devem ser reconhecidas, acolhidas e consideradas no planejamento das práticas pedagógicas.

Aprender pressupõe participar, interagir, investigar, experimentar, levantar hipóteses, estabelecer relações, comunicar ideias, confrontar conhecimentos e atribuir sentidos. Dessa forma, as práticas de alfabetização devem considerar o protagonismo da criança, sem que isso diminua a responsabilidade e a intencionalidade do ensino.

O professor exerce papel fundamental como mediador do processo educativo, organizando tempos, espaços, materiais, interações e situações de aprendizagem que desafiem as crianças a avançar em seus conhecimentos. Cabe-lhe observar, escutar, registrar, avaliar e realizar intervenções pedagógicas intencionais e adequadas às necessidades identificadas.

2.3 Educação Infantil e cultura escrita

A Educação Infantil, como primeira etapa da Educação Básica, possui identidade e finalidades próprias, não se constituindo como etapa preparatória para o Ensino Fundamental nem como espaço de antecipação da alfabetização formal.

Isso não significa, entretanto, afastar as crianças da linguagem escrita. Ao contrário, cabe à Educação Infantil assegurar uma inserção rica, significativa e cotidiana na cultura oral e escrita, respeitando as especificidades das infâncias e tendo as interações e as brincadeiras como eixos norteadores das práticas pedagógicas.

As crianças devem ter oportunidades de conviver e interagir com livros, literatura infantil, narrativas, poemas, parlendas, cantigas, músicas, receitas, listas, bilhetes, convites, histórias, nomes, jogos linguísticos e diferentes gêneros e portadores textuais presentes em seu cotidiano.

Devem ser possibilitadas experiências de leitura realizadas pelo professor, reconto, produção oral de textos, escrita espontânea, registros coletivos, exploração do próprio nome e de palavras significativas, brincadeiras com sons, palavras e rimas, rodas de conversa, dramatizações e outras situações nas quais a linguagem tenha sentido e função social, sem transformar essas experiências em práticas mecânicas.

Assim, a Educação Infantil contribui de maneira decisiva para a trajetória de formação de leitores e produtores de textos, sem antecipar objetivos, conteúdos e metodologias próprios da alfabetização sistemática do Ensino Fundamental.

2.4 Alfabetização nos anos iniciais do Ensino Fundamental

No Ensino Fundamental, o processo de alfabetização assume caráter progressivamente sistemático e intencional, garantindo às crianças oportunidades efetivas de apropriação do sistema de escrita alfabética em articulação permanente com as práticas de leitura, escrita, oralidade, compreensão e produção textual.

O 1º e o 2º ano do Ensino Fundamental constituem período prioritário para a sistematização da alfabetização, cabendo à Rede Municipal assegurar condições para que todas as crianças tenham seu direito à alfabetização garantido até o final do 2º ano, em consonância com as orientações nacionais.

A definição desse marco não significa uniformizar os processos de aprendizagem nem desconsiderar os diferentes percursos das crianças. Significa assumir uma responsabilidade institucional e coletiva pela aprendizagem, identificando necessidades, realizando intervenções oportunas e garantindo condições adicionais às crianças que delas necessitem.

Nos anos subsequentes, especialmente do 3º ao 5º ano, o trabalho pedagógico deverá assegurar a consolidação e o aprofundamento das capacidades de leitura e escrita, a ampliação da compreensão e da produção textual e, quando necessário, ações sistemáticas de recomposição das aprendizagens.

2.5 Continuidade entre Educação Infantil e Ensino Fundamental

A Política Municipal compreende a trajetória educativa da criança de maneira contínua. A transição entre Educação Infantil e Ensino Fundamental deve preservar as aprendizagens construídas, respeitar as características das infâncias e promover continuidade pedagógica, sem rupturas abruptas e sem antecipação indevida de práticas específicas de cada etapa.

Essa articulação exige diálogo entre os profissionais das duas etapas, conhecimento dos currículos, compartilhamento de registros e acompanhamento das trajetórias das crianças, de modo que o Ensino Fundamental acolha e dê continuidade às experiências construídas na Educação Infantil, ao mesmo tempo em que avance na sistematização dos conhecimentos próprios da alfabetização.

2.6 Princípios orientadores da Política

A partir dessas concepções, constituem princípios da Política Municipal de Alfabetização:

Alfabetização como direito de todas as crianças e compromisso de toda a Rede Municipal de Ensino**;**
Alfabetização e letramento como processos complementares, interdependentes e indissociáveis;
Linguagem como prática social, histórica, cultural e discursiva;
Criança como sujeito de direitos, participante ativa e produtora de cultura;
Respeito às infâncias, às singularidades e aos diferentes percursos de aprendizagem;
Equidade, inclusão e enfrentamento das desigualdades educacionais;
Interações e brincadeiras como eixos norteadores da Educação Infantil;
Não antecipação da alfabetização formal na Educação Infantil;
Intencionalidade pedagógica e mediação docente;
Valorização da oralidade, da leitura, da escrita e das múltiplas linguagens;
Literatura como direito cultural e elemento fundamental para a formação do leitor;
Continuidade pedagógica entre Educação Infantil e Ensino Fundamental;
Acompanhamento contínuo e avaliação a serviço da aprendizagem;
Intervenção pedagógica oportuna e recomposição das aprendizagens;
Formação continuada e valorização dos profissionais da educação;
Participação das famílias e da comunidade;
Gestão democrática e responsabilidade compartilhada;
Regime de colaboração entre Município, Estado e União.

Esses princípios constituem a base conceitual da Política Municipal de Alfabetização e deverão orientar as decisões da Secretaria Municipal de Educação, a organização curricular, a formação continuada, o planejamento pedagógico, as práticas desenvolvidas nas unidades educacionais, a avaliação das aprendizagens, o acompanhamento pedagógico e a definição das ações e estratégias destinadas à garantia do direito de aprender.

3. BASE LEGAL E NORMATIVA DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

A Política Municipal de Alfabetização fundamenta-se no conjunto de dispositivos constitucionais, legais e normativos que reconhecem a educação e a alfabetização como direitos fundamentais e estabelecem responsabilidades compartilhadas entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para a garantia do acesso, da permanência, da aprendizagem e do desenvolvimento integral dos estudantes.

Sua construção considera a autonomia do Município na organização de seu sistema de ensino, em articulação com as políticas educacionais nacionais e estaduais e em consonância com o princípio constitucional do regime de colaboração, buscando assegurar unidade, continuidade e coerência às ações destinadas à alfabetização na Rede Municipal de Ensino.

Nesse sentido, constituem fundamentos legais e normativos desta Política os seguintes marcos:

3.1 Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

A Constituição Federal de 1988, especialmente em seus artigos 205 a 214, constitui o fundamento maior desta Política ao estabelecer a educação como direito de todos e dever do Estado e da família, destinada ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho.

O artigo 211 estabelece que União, Estados, Distrito Federal e Municípios organizarão seus sistemas de ensino em regime de colaboração, fundamento essencial para a articulação das políticas de alfabetização entre os diferentes entes federativos.

O artigo 214, por sua vez, estabelece a organização da política educacional por meio do Plano Nacional de Educação, com diretrizes, objetivos, metas e estratégias articuladas entre as diferentes esferas federativas.

A Política Municipal de Alfabetização insere-se, portanto, no cumprimento da responsabilidade constitucional do Município de assegurar condições para o acesso à educação e, sobretudo, para a efetivação do direito de aprender.

3.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBN

A Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) estabelece os fundamentos para a organização da Educação Básica e para a atuação dos sistemas de ensino.

Entre os princípios que orientam a educação nacional, a LDB passou a explicitar a alfabetização plena e a capacitação gradual para a leitura ao longo da Educação Básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos.

Em relação ao Ensino Fundamental, o artigo 32 estabelece como um de seus objetivos o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

A LDB sustenta, assim, uma compreensão da alfabetização que não se encerra na aquisição inicial do sistema de escrita, mas demanda continuidade, aprofundamento e progressão das capacidades de leitura e escrita ao longo da escolarização.

Para esta Política Municipal, isso significa assumir a alfabetização como compromisso permanente da Rede, com atenção prioritária aos primeiros anos do Ensino Fundamental e com garantia de acompanhamento, consolidação e, quando necessário, recomposição das aprendizagens nos anos subsequentes.

3.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil

A Resolução CNE/CEB nº 5, de 17 de dezembro de 2009, que fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI, constitui referência indispensável para esta Política, especialmente para assegurar que a relação entre Educação Infantil e alfabetização respeite a identidade dessa etapa.

As DCNEI concebem o currículo da Educação Infantil como um conjunto de práticas que articula as experiências e os saberes das crianças aos conhecimentos que integram o patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico. Reconhecem ainda a criança como sujeito histórico e de direitos, que aprende, brinca, imagina, experimenta, narra, questiona e produz cultura.

Essa orientação sustenta a concepção assumida pela Rede Municipal de que a Educação Infantil deve proporcionar experiências significativas com a oralidade, a literatura e a cultura escrita, preservando suas especificidades e sem antecipação das práticas formais e sistemáticas de alfabetização próprias do Ensino Fundamental.

3.4 Base Nacional Comum Curricular – BNCC

A Base Nacional Comum Curricular – BNCC, homologada para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, constitui referência normativa para a definição dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento e das aprendizagens essenciais a serem asseguradas aos estudantes.

Na Educação Infantil, a BNCC reafirma a centralidade das interações e das brincadeiras e a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, reconhecendo as múltiplas linguagens e as experiências das crianças com a oralidade, a literatura e a cultura escrita.

No Ensino Fundamental, estabelece a necessária articulação com as experiências construídas na Educação Infantil e atribui especial atenção, nos dois primeiros anos, à apropriação do sistema alfabético de escrita, inserida no conjunto mais amplo das práticas de linguagem.

A Política Municipal de Alfabetização assume essa articulação como fundamento para assegurar uma trajetória educativa contínua, respeitando as especificidades de cada etapa e garantindo a progressão das aprendizagens.

3.5 Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA

O Decreto Federal nº 11.556, de 12 de junho de 2023, que institui o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, constitui uma das principais referências para a formulação desta Política Municipal.

O Compromisso estabelece a conjugação de esforços entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios para garantir o direito à alfabetização das crianças brasileiras, reconhecendo esse direito como elemento estruturante para trajetórias escolares bem-sucedidas.

Entre seus princípios estão a colaboração entre os entes federativos, a garantia do direito à alfabetização, a promoção da equidade educacional, o respeito à diversidade, a autonomia pedagógica e a valorização dos profissionais da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O CNCA estabelece como objetivos a implementação de políticas, programas e ações para que as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, bem como a promoção de medidas de recomposição das aprendizagens até o final dos anos iniciais, prioritariamente para aquelas que não alcançaram os padrões adequados de alfabetização no período esperado.

Para sua operacionalização, o Compromisso estrutura as ações em cinco eixos:

governança e gestão da política de alfabetização; formação de profissionais da educação e melhoria das práticas pedagógicas e de gestão escolar; melhoria e qualificação da infraestrutura física e dos insumos pedagógicos; sistemas de avaliação; e reconhecimento e compartilhamento de boas práticas.

Esses eixos constituirão referências para a definição das diretrizes, estratégias, responsabilidades, mecanismos de acompanhamento e formas de financiamento desta Política Municipal.

3.6 Plano Nacional de Educação – PNE

A Lei Federal nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que institui o atual Plano Nacional de Educação, constitui referência central para o estabelecimento das metas municipais de alfabetização.

O PNE estabelece, em seu Objetivo 3, a garantia da alfabetização e do nível adequado de aprendizagem em matemática ao final do 2º ano do Ensino Fundamental para todas as crianças, em todas as modalidades educacionais, com inclusão e redução das desigualdades.

Entre as metas nacionais, estabelece que, no mínimo, 80% das crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano até o quinto ano de vigência do Plano e que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano até o final do decênio. O Plano também determina a redução das desigualdades nos resultados de alfabetização entre diferentes grupos sociais.

Essas determinações reforçam que a Política Municipal deverá estabelecer metas progressivas, mensuráveis e monitoráveis, definidas a partir do diagnóstico da própria Rede e articuladas às metas nacionais.

3.7 Plano Municipal de Educação de Querência do Norte – PME 2026–2036

O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, encontra-se em processo de elaboração do Plano Municipal de Educação – PME para o decênio 2026–2036, instrumento de planejamento que deverá estabelecer as diretrizes, objetivos, metas e estratégias para a educação municipal, em consonância com o Plano Nacional de Educação vigente e considerando as características, necessidades, desafios e potencialidades da realidade educacional local.

Nesse contexto, a Política Municipal de Alfabetização deverá manter articulação com o processo de construção do novo PME, de modo que seus princípios, diagnóstico, diretrizes, objetivos, metas e estratégias dialoguem com o planejamento educacional decenal do Município.

Após a aprovação do PME 2026–2036 por lei municipal, suas metas e estratégias relacionadas à Educação Infantil, alfabetização, Ensino Fundamental, equidade, inclusão, formação dos profissionais da educação, avaliação e qualidade da aprendizagem passarão a integrar formalmente o conjunto de referências municipais desta Política.

3.8 Plano Estadual de Educação e Política de Alfabetização do Estado do Paraná

A Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte considera as diretrizes educacionais estabelecidas pelo Estado do Paraná e as ações desenvolvidas em regime de colaboração entre Estado e Municípios, especialmente aquelas relacionadas à alfabetização e aos anos iniciais do Ensino Fundamental.

No contexto do planejamento educacional para o próximo decênio, o Estado do Paraná instituiu, por meio do Decreto Estadual nº 12.800, de 26 de fevereiro de 2026, o Comitê Gestor Permanente do Plano Estadual de Educação do Paraná – PEE/PR 2026–2036, responsável por coordenar, acompanhar, avaliar e revisar o novo Plano Estadual, em articulação com o Sistema Nacional de Educação, os Planos Municipais de Educação e os marcos legais vigentes.

Enquanto se consolida o novo planejamento decenal estadual, esta Política considera também as iniciativas já instituídas pelo Estado voltadas à alfabetização e à cooperação com os municípios.

Nesse âmbito, destaca-se a estratégia Alfabetiza Juntos, instituída pela Resolução GS/SEED nº 5.158/2023, vinculada ao **Programa Educa Juntos** e desenvolvida em colaboração entre o Estado do Paraná e os municípios. A estratégia tem como finalidade promover ações para melhoria da aprendizagem nos anos iniciais do Ensino Fundamental, com ênfase na alfabetização das crianças, em consonância com o Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

O Programa Educa Juntos, instituído no âmbito estadual pela Lei Estadual nº 21.323/2022, constitui importante instrumento do regime de colaboração entre o Estado e os municípios paranaenses, fortalecendo ações conjuntas destinadas à melhoria da qualidade da oferta educacional e das aprendizagens.

A articulação entre a Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte e as políticas estaduais deverá preservar a autonomia e as especificidades da Rede Municipal, ao mesmo tempo em que potencializa ações de formação continuada, acompanhamento pedagógico, avaliação, disponibilização de materiais, assistência técnica, análise de indicadores e demais estratégias realizadas em regime de colaboração.

3.9 Normativas e documentos curriculares municipais

Integram ainda a fundamentação desta Política os documentos normativos e orientadores produzidos no âmbito do Sistema Municipal de Ensino, entre eles:

Plano Municipal de Educação; (2026-2036, em construção)
Referencial/Organizador Curricular da Rede Municipal de Ensino;
Normas e deliberações do Conselho Municipal de Educação;
Projetos Político-Pedagógicos das unidades educacionais;
Orientações pedagógicas e documentos curriculares da Secretaria Municipal de Educação;
Demais atos normativos municipais relacionados à Educação Infantil, ao Ensino Fundamental, à avaliação, à inclusão e à alfabetização.

4. DIRETRIZES DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

Constituem diretrizes para a implementação da Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte – PR:

I – priorização da alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, assegurando a todas as crianças condições efetivas para a apropriação do sistema de escrita alfabética, o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade e da compreensão leitora;

II – garantia da alfabetização articulada ao letramento, por meio de práticas pedagógicas intencionais e sistemáticas que promovam a leitura e a escuta, a oralidade, a apropriação do sistema de escrita alfabética, a produção textual e a compreensão leitora em situações socialmente significativas;

III – fortalecimento das experiências com a linguagem oral e escrita desde a Educação Infantil, por meio das interações, brincadeiras, literatura, narrativas, jogos de linguagem, experiências com a cultura escrita e práticas que favoreçam o desenvolvimento da oralidade e da consciência fonológica, respeitando as especificidades dessa etapa e sem antecipação da alfabetização formal;

IV – valorização da literatura e da formação do leitor, assegurando às crianças acesso permanente e qualificado a obras literárias, diferentes gêneros discursivos, espaços de leitura e práticas de mediação literária;

V – garantia da continuidade das aprendizagens e da articulação entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, respeitando as especificidades de cada etapa e promovendo processos de transição que considerem as experiências, os conhecimentos e as trajetórias das crianças;

VI – promoção da equidade educacional, com identificação e enfrentamento das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares, assegurando maior atenção e suporte pedagógico aos contextos que apresentem maiores necessidades;

VII – garantia da educação inclusiva e do direito à alfabetização dos estudantes público da Educação Especial, assegurando acessibilidade, recursos, estratégias pedagógicas adequadas e articulação entre o ensino comum e o Atendimento Educacional Especializado – AEE;

VIII – formação continuada dos profissionais da educação, especialmente professores alfabetizadores, professores da Educação Infantil, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipes técnicas da Secretaria Municipal de Educação, considerando as necessidades identificadas no acompanhamento pedagógico e nos resultados das avaliações;
IX – assistência e apoio técnico-pedagógico contínuo às equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares, visando ao planejamento, à implementação, ao acompanhamento e à avaliação das ações voltadas à alfabetização;
X – fortalecimento da gestão pedagógica das unidades escolares, com foco na aprendizagem, na organização do trabalho pedagógico, no acompanhamento das práticas docentes e na tomada de decisões fundamentadas em evidências;
XI – acompanhamento e monitoramento sistemático das aprendizagens, mediante avaliações diagnósticas e formativas, registros pedagógicos e análise periódica dos indicadores educacionais, respeitando as diferentes dimensões do processo de alfabetização;
XII – utilização pedagógica dos resultados das avaliações internas e externas, compreendendo a avaliação como instrumento de diagnóstico, planejamento, intervenção e acompanhamento, e não apenas como mecanismo de mensuração ou classificação;
XIII – implementação de estratégias de intervenção e recomposição das aprendizagens, assegurando atendimento oportuno, contínuo e adequado aos estudantes que apresentem defasagens ou que ainda não tenham consolidado as aprendizagens essenciais;
XIV – acompanhamento pedagógico diferenciado das unidades escolares, considerando seus indicadores, contextos, potencialidades e necessidades, com vistas à melhoria das aprendizagens e à redução das desigualdades educacionais no âmbito da Rede Municipal;
XV – fortalecimento da formação matemática nos anos iniciais, garantindo o desenvolvimento progressivo dos conhecimentos matemáticos essenciais, em articulação com os objetivos de aprendizagem estabelecidos para cada ano de escolaridade;
XVI – promoção da participação das famílias e da comunidade no processo educativo, fortalecendo a corresponsabilidade e o diálogo entre escola e família em favor da frequência, permanência, desenvolvimento e aprendizagem das crianças;
XVII – garantia de materiais pedagógicos, acervos literários, ambientes e recursos adequados ao desenvolvimento das ações de alfabetização, leitura, escrita e matemática;
XVIII – articulação das ações municipais às políticas estadual e nacional de alfabetização, especialmente às desenvolvidas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do regime de colaboração entre Município, Estado e União;
XIX – valorização, sistematização e compartilhamento de práticas pedagógicas exitosas desenvolvidas pelos profissionais e unidades escolares da Rede Municipal, promovendo a troca de experiências e o fortalecimento do trabalho coletivo;
XX – monitoramento contínuo da própria Política Municipal de Alfabetização, mediante indicadores, metas e mecanismos de acompanhamento que permitam avaliar sua implementação, identificar avanços e desafios e reorientar as estratégias sempre que necessário.

5. OBJETIVOS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO

5.1 Objetivo Geral

A Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte – PR tem como objetivo geral assegurar o direito à alfabetização e à aprendizagem de todas as crianças da Rede Municipal de Ensino, com qualidade, equidade e inclusão, garantindo a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental e a continuidade, consolidação e recomposição das aprendizagens ao longo dos anos iniciais, por meio de ações articuladas de formação, acompanhamento pedagógico, avaliação, gestão e regime de colaboração.

5.2 Objetivos Específicos

São objetivos específicos da Política Municipal de Alfabetização:
I – elevar continuamente a qualidade da alfabetização e das aprendizagens nos anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando condições para o desenvolvimento da leitura, da escrita, da oralidade, da compreensão e produção textual e dos conhecimentos matemáticos;
II – assegurar a alfabetização de todas as crianças até o final do 2º ano do Ensino Fundamental, respeitando seus diferentes percursos de aprendizagem e garantindo intervenções pedagógicas oportunas sempre que necessárias;
III – contribuir para o alcance das metas de alfabetização a serem estabelecidas no Plano Municipal de Educação de Querência do Norte – PME 2026–2036, mantendo articulação entre a Política Municipal de Alfabetização e o planejamento educacional decenal do Município;
IV – alcançar e ampliar progressivamente os percentuais de crianças alfabetizadas, em consonância com as metas pactuadas no âmbito do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA e com as metas estabelecidas no planejamento educacional municipal;
V – fortalecer práticas pedagógicas intencionais, sistemáticas e fundamentadas em conhecimentos científicos e evidências educacionais, articuladas à realidade, ao currículo e às necessidades de aprendizagem das crianças;
VI – assegurar, desde a Educação Infantil, experiências significativas com a oralidade, a literatura, a cultura escrita e as diferentes linguagens, respeitando as especificidades da etapa, as interações e as brincadeiras como eixos norteadores e a não antecipação da alfabetização formal;
VII – garantir a articulação e a continuidade pedagógica entre a Educação Infantil e o Ensino Fundamental, promovendo processos de transição que respeitem as infâncias, os conhecimentos construídos e as trajetórias de aprendizagem das crianças;
VIII – fortalecer a formação continuada dos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipes técnicas, considerando as necessidades identificadas nos processos de acompanhamento e nos resultados das avaliações;
IX – fortalecer a gestão pedagógica e assegurar apoio técnico-pedagógico contínuo às unidades escolares, com atenção às especificidades, potencialidades e necessidades de cada escola;
X – implementar mecanismos sistemáticos de diagnóstico, acompanhamento, monitoramento e avaliação das aprendizagens, utilizando os resultados das avaliações internas e externas como instrumentos para subsidiar o planejamento e a tomada de decisões pedagógicas;
XI – identificar precocemente as necessidades de aprendizagem e implementar estratégias de intervenção e recomposição, garantindo oportunidades adicionais e diferenciadas aos estudantes que ainda não tenham consolidado as aprendizagens essenciais;
XII – promover a equidade educacional, desenvolvendo ações voltadas à redução das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e unidades escolares da Rede Municipal;
XIII – promover práticas pedagógicas inclusivas e assegurar condições de acesso, participação e aprendizagem aos estudantes público da Educação Especial, fortalecendo a articulação entre os professores da classe comum, o Atendimento Educacional Especializado – AEE, as equipes pedagógicas e as famílias;
XIV – incentivar o uso intencional, crítico, acessível e pedagogicamente fundamentado de tecnologias educacionais, quando estas contribuírem para ampliar as possibilidades de ensino, aprendizagem, acompanhamento e participação dos estudantes;
XV – promover e fortalecer práticas de leitura e formação de leitores, garantindo o acesso à literatura, aos diferentes gêneros discursivos, aos acervos e aos espaços de leitura;
XVI – socializar experiências, projetos e produções relacionados à alfabetização e ao letramento desenvolvidos nas unidades escolares, fortalecendo a troca de conhecimentos e o trabalho colaborativo entre os profissionais da Rede;
XVII – identificar, reconhecer, sistematizar e disseminar práticas pedagógicas e de gestão que apresentem resultados positivos na garantia do direito à alfabetização, respeitando os diferentes contextos das unidades escolares;
XVIII – fortalecer a participação das famílias no processo educativo, ampliando o diálogo e a parceria entre família, escola e comunidade em favor da frequência, permanência, desenvolvimento e aprendizagem das crianças;

XIX – promover a articulação entre as ações municipais e as políticas e programas desenvolvidos em regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União, potencializando recursos, formação, assistência técnica, materiais e estratégias voltadas à alfabetização;
XX – consolidar uma cultura de acompanhamento pedagógico, análise de evidências e responsabilidade institucional pela aprendizagem, utilizando os resultados educacionais para orientar intervenções, apoiar as unidades escolares e promover a melhoria contínua da qualidade da educação municipal.

6. METAS DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
Para a efetivação dos objetivos estabelecidos nesta Política, o Município de Querência do Norte adotará metas progressivas de aprendizagem, equidade, acompanhamento e fortalecimento das condições pedagógicas, observando os indicadores municipais e as metas estabelecidas no âmbito do Plano Nacional de Educação, do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e do Plano Municipal de Educação (2026-2036 em elaboração).

Meta 1 – Alfabetização ao final do 2º ano
Garantir progressivamente que todas as crianças estejam alfabetizadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental, tomando como referência os padrões nacionais de alfabetização e as metas pactuadas no Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Meta 2 – Fluência e desenvolvimento da leitura
Linha de base atual: 65% pré-leitores; 29% leitores iniciantes; 6% leitores fluentes (avaliação de entrada – 2026).
Reduzir anualmente o percentual de estudantes classificados como pré-leitores e ampliar progressivamente os percentuais de leitores iniciantes e fluentes, (assegurando o desenvolvimento da precisão, automaticidade, prosódia e compreensão leitora) considerando os resultados das avaliações de entrada e saída e as metas definidas pela Rede.

Meta 3 – Consolidação das aprendizagens até o 5º ano
Assegurar a progressão e a consolidação das aprendizagens essenciais de Língua Portuguesa e Matemática ao longo dos anos iniciais do Ensino Fundamental, com especial atenção aos estudantes que apresentem defasagens.
Linhas de base disponíveis: Rede Municipal de Querência do Norte
Proficiência – Prova Paraná Mais (2025)
2º ano – Língua Portuguesa: 607
2º ano – Matemática: 538
5º ano – Língua Portuguesa: 222
5º ano – Matemática: 237
Os parâmetros e as escalas de proficiência da **Prova Paraná Mais** são **alinhados diretamente às matrizes de referência do Saeb** (Sistema de Avaliação da Educação Básica).
As avaliações utilizam a **Teoria de Resposta ao Item (TRI)**, dividindo o desempenho dos alunos do 2º e 5º ano em **quatro níveis de proficiência padronizados**: **Abaixo do Básico, Básico, Adequado e Avançado**.

Parâmetros do 2º Ano do Ensino Fundamental
Focado no processo de alfabetização e letramento matemático inicial. As réguas de Língua Portuguesa e Matemática para o 2º ano são independentes (não cumulativas com os anos seguintes).

Nível de Desempenho	Língua Portuguesa (Foco em Leitura)	Matemática (Raciocínio Inicial)
Abaixo do Básico	< 650 pontos	< 650 pontos
Básico	650 a 742 pontos	650 a 749 pontos
Adequado (Meta)	**743 a 825 pontos**	**750 a 850 pontos**
Avançado	> 825 pontos	> 850 pontos

Nota: O marco de **743 pontos** em Língua Portuguesa é o parâmetro oficial determinado pelo MEC/Inep (compromisso do pacto nacional de alfabetização) para considerar a criança formalmente alfabetizada.

Parâmetros do 5º Ano do Ensino Fundamental
Mapeia a consolidação dos Anos Iniciais. A pontuação de corte para o aprendizado esperado nesta etapa segue a régua nacional do Saeb.

Nível de Desempenho	Língua Portuguesa	Matemática
Abaixo do Básico	< 150 pontos	< 175 pontos
Básico	150 a 199 pontos	175 a 224 pontos
Adequado (Meta)	**200 a 250 pontos**	**225 a 275 pontos**
Avançado	> 250 pontos	> 275 pontos

Meta 4 – Redução das desigualdades entre as escolas
Reduzir progressivamente as desigualdades de aprendizagem entre as unidades escolares da Rede Municipal, assegurando apoio técnico-pedagógico diferenciado às escolas que apresentem maiores necessidades.
A linha de base disponível mostra IDEB municipal de 6,1, com resultados escolares variando de 5,5 a 6,9.
Assegurar que todas as unidades escolares apresentem evolução dos indicadores de aprendizagem, reduzindo progressivamente as diferenças entre os resultados das escolas da Rede.
Meta 5 – Recomposição das aprendizagens
Identificar e garantir atendimento pedagógico a 100% dos estudantes que apresentem defasagens nas aprendizagens essenciais de alfabetização, leitura, escrita e matemática, mediante estratégias sistemáticas de intervenção, acompanhamento e recomposição.

Meta 6 – Monitoramento das aprendizagens
Garantir que 100% das turmas dos anos iniciais realizem processos sistemáticos de diagnóstico e acompanhamento das aprendizagens, (Avaliação Diagnóstica elaboradas, selecionadas ou adotadas pela SME) utilizando os resultados para orientar o planejamento, as intervenções pedagógicas e a recomposição.
Previsão de três momentos institucionais:
diagnóstico inicial → acompanhamento intermediário → avaliação final, sem prejuízo da avaliação formativa cotidiana realizada pelo professor.

Meta 7 – Formação continuada
Assegurar formação continuada anual a 100% dos profissionais diretamente envolvidos com os processos de alfabetização, contemplando professores, coordenadores pedagógicos, gestores e equipe técnica da Secretaria Municipal de Educação.

As formações deverão considerar as necessidades evidenciadas pelo acompanhamento pedagógico, pelas avaliações e pelas práticas desenvolvidas nas unidades escolares.

Meta 8 – Acompanhamento pedagógico das escolas
Garantir acompanhamento técnico-pedagógico sistemático a 100% das unidades escolares que ofertam os anos iniciais do Ensino Fundamental, intensificando a frequência e o suporte às unidades que apresentem maiores necessidades (análise dos indicadores, visitas, acompanhamento da hora-atividade, observação das práticas, devolutivas e planos de intervenção).

Meta 9 – Educação Especial e equidade
Garantir acompanhamento das aprendizagens e garantia de direito, participação, acompanhamento e progressão das aprendizagens, considerando as singularidades dos estudantes público da Educação Especial, assegurando estratégias pedagógicas inclusivas, acessibilidade e articulação entre sala comum, AEE, equipe pedagógica e família.
Linha de base: atualmente são 57 estudantes público do AEE na Rede.

Meta 10 – Educação Infantil e cultura escrita
Garantir que 100% das instituições e turmas de Educação Infantil desenvolvam, de forma contínua e intencional, experiências significativas de oralidade, literatura e cultura escrita, respeitando as especificidades da etapa e sem antecipação da alfabetização formal.
O monitoramento dessa meta deve ser qualitativo, por meio de planejamento, documentação pedagógica, acompanhamento e formação — e não por aplicação de testes de alfabetização às crianças da Educação Infantil.

Meta 11 – Literatura e formação de leitores
Garantir a todas as crianças acesso regular à literatura e a diferentes gêneros discursivos, fortalecendo acervos, espaços de leitura, leitura diária, mediação literária e projetos de formação de leitores nas unidades educacionais.

Meta 12 – Participação das famílias
Ampliar a participação das famílias nas ações relacionadas à alfabetização e ao desenvolvimento leitor**,** promovendo estratégias de orientação, diálogo e aproximação entre escola e família.

Meta 13 – Monitoramento da Política
Realizar, anualmente, o monitoramento dos indicadores e das metas da Política Municipal de Alfabetização, com análise dos resultados da Rede e de cada unidade escolar, identificação de avanços e desafios e elaboração ou revisão das estratégias de intervenção.
A cada ciclo definido pela SME, deverá ser realizada avaliação mais ampla da implementação da Política, subsidiando sua revisão e sua articulação com o PME 2026–2036.

7. ESTRATÉGIAS DE IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ALFABETIZAÇÃO
A implementação da Política Municipal de Alfabetização de Querência do Norte ocorrerá de forma articulada, contínua e sistemática, envolvendo a Secretaria Municipal de Educação, as unidades escolares, os profissionais da educação, as famílias e demais instâncias que integram o Sistema Municipal de Ensino.
Constituem estratégias para implementação da Política Municipal de Alfabetização:
I – Orientação curricular e pedagógica: estabelecer e manter atualizadas orientações curriculares e pedagógicas para a Educação Infantil e os anos iniciais do Ensino Fundamental, assegurando coerência entre currículo, planejamento, práticas pedagógicas, avaliação e direitos de aprendizagem;
II – Metas de aprendizagem: definir e acompanhar metas municipais progressivas, mensuráveis e compatíveis com as metas nacionais e estaduais de alfabetização, considerando os resultados e as especificidades da Rede Municipal;
III – Formação continuada: assegurar formação continuada e sistemática aos professores, coordenadores pedagógicos, gestores escolares e equipes técnicas, articulando fundamentos teóricos, conhecimentos científicos, práticas pedagógicas, análise dos resultados e necessidades identificadas no cotidiano das unidades escolares;
IV – Acompanhamento pedagógico: realizar acompanhamento sistemático das unidades escolares pela equipe pedagógica da Secretaria Municipal de Educação, incluindo análise de indicadores, acompanhamento do planejamento e da hora-atividade, observação das práticas pedagógicas, reuniões técnicas e devolutivas formativas;
V – Avaliação diagnóstica e formativa: implementar avaliações diagnósticas periódicas, articuladas às avaliações formativas realizadas no cotidiano escolar, com a finalidade de identificar as aprendizagens consolidadas, as necessidades dos estudantes e subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas;
VI – Análise das avaliações externas: analisar sistematicamente os resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais, incluindo os indicadores vinculados ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, Prova Paraná Mais, avaliações de fluência, SAEB e outros instrumentos pertinentes;
VII – Intervenção pedagógica: estabelecer intervenções pedagógicas oportunas para os estudantes que apresentem necessidades de aprendizagem, considerando diferentes estratégias, agrupamentos, tempos, recursos e formas de acompanhamento;
VIII – Recomposição das aprendizagens: desenvolver ações sistemáticas de recomposição para estudantes que não tenham consolidado as aprendizagens essenciais, especialmente aqueles que não tenham alcançado a alfabetização até o final do 2º ano do Ensino Fundamental;
IX – Materiais e recursos pedagógicos: assegurar e qualificar a utilização de materiais didáticos, pedagógicos, literários, jogos, recursos tecnológicos e outros suportes que contribuam para os processos de alfabetização e letramento;
X – Literatura e formação leitora: ampliar as práticas de leitura, mediação literária e circulação de livros, fortalecendo bibliotecas, cantinhos e outros espaços de leitura e garantindo o acesso das crianças a acervos diversificados e de qualidade;
XI – Educação Infantil: fortalecer experiências com oralidade, literatura, narrativas, cultura escrita, jogos de linguagem e consciência fonológica na Educação Infantil, por meio de práticas lúdicas, interativas e significativas, sem antecipação da alfabetização formal;
XII – Transição entre etapas: promover ações de articulação entre profissionais da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, favorecendo a continuidade das aprendizagens e o compartilhamento de informações pedagógicas relevantes sobre as trajetórias das crianças;
XIII – Educação inclusiva: assegurar estratégias, recursos de acessibilidade e acompanhamento pedagógico aos estudantes público da Educação Especial, fortalecendo a articulação entre professores da sala comum, profissionais do AEE, coordenação pedagógica e famílias;
XIV – Equidade: identificar estudantes, turmas e unidades escolares que necessitem de maior apoio e estabelecer estratégias diferenciadas de acompanhamento, formação e intervenção, visando à redução das desigualdades educacionais;
XV – Participação das famílias: promover ações de orientação e aproximação das famílias, incentivando sua participação no acompanhamento da trajetória escolar e nas práticas de leitura e aprendizagem das crianças;

XVI – Socialização de práticas: promover espaços para socialização, documentação e compartilhamento de experiências pedagógicas e de gestão que contribuam para a alfabetização;
XVII – Regime de colaboração: aderir e participar de programas, formações, avaliações e demais ações desenvolvidas em regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União, quando compatíveis com os princípios e objetivos desta Política;
XVIII – Plano de ação: elaborar, anualmente, Plano Municipal de Ação para a Alfabetização, contendo prioridades, ações, responsáveis, cronograma, indicadores e formas de acompanhamento;
XIX – Planos de intervenção: orientar as unidades escolares na elaboração e execução de planos de intervenção pedagógica sempre que os resultados evidenciarem necessidades específicas de aprendizagem;
XX – Sistematização dos resultados: elaborar relatório técnico anual da alfabetização na Rede Municipal, apresentando indicadores, avanços, desafios, ações realizadas e recomendações para o período subsequente.

8. GOVERNANÇA E COORDENAÇÃO DA POLÍTICA
A governança da Política Municipal de Alfabetização será pautada pelos princípios da gestão democrática, cooperação, corresponsabilidade, transparência, acompanhamento sistemático e tomada de decisões fundamentada em evidências.
A Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer de Querência do Norte exercerá a coordenação estratégica da Política Municipal de Alfabetização, articulando sua implementação às unidades escolares, ao Conselho Municipal de Educação, às políticas educacionais municipais e às ações desenvolvidas em regime de colaboração com o Estado do Paraná e a União.
A governança deverá assegurar a articulação entre planejamento, formação continuada, currículo, avaliação, acompanhamento pedagógico, intervenção, recomposição das aprendizagens e monitoramento dos resultados.

8.1 Comitê Municipal de Alfabetização
Fica prevista a instituição do Comitê Municipal de Alfabetização, de caráter consultivo, propositivo e de acompanhamento, com a finalidade de contribuir para a implementação, monitoramento e avaliação da Política Municipal de Alfabetização.
O Comitê será composto, preferencialmente, por representantes:
da Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer;
das equipes gestoras das unidades escolares;
das coordenações pedagógicas;
dos professores da Educação Infantil;
dos professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
do Conselho Municipal de Educação.
Poderão ser convidados representantes de outras instituições ou profissionais para participação em reuniões específicas, quando a temática justificar sua contribuição.
Compete ao Comitê Municipal de Alfabetização:
I – acompanhar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – acompanhar e analisar os indicadores educacionais relacionados à alfabetização;
III – contribuir para a análise dos resultados das avaliações internas e externas;
IV – propor estratégias para o fortalecimento das ações pedagógicas;
V – colaborar com o monitoramento das metas estabelecidas;
VI – contribuir para a identificação de prioridades e necessidades da Rede;
VII – acompanhar a elaboração e análise do relatório anual da Política;
VIII – contribuir para os processos periódicos de avaliação e revisão da Política.

9. AGENTES ENVOLVIDOS E RESPONSABILIDADES INSTITUCIONAIS
A garantia do direito à alfabetização constitui responsabilidade institucional compartilhada, respeitadas as competências e atribuições próprias de cada segmento.
São agentes envolvidos na implementação da Política:
I – gestores municipais;
II – equipe técnica e pedagógica da Secretaria Municipal de Educação;
III – gestores escolares;
IV – coordenadores pedagógicos;
V – professores da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental;
VI – profissionais do Atendimento Educacional Especializado;
VII – demais profissionais da educação envolvidos no processo;
VIII – famílias e comunidade escolar.

9.1 Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer
Compete à Secretaria:
I – coordenar a implementação da Política Municipal de Alfabetização;
II – estabelecer orientações pedagógicas e curriculares;
III – definir, acompanhar e avaliar metas e indicadores;
IV – organizar e assegurar formação continuada;
V – elaborar e/ou selecionar instrumentos municipais de diagnóstico e acompanhamento;
VI – analisar os resultados das avaliações internas e externas;
VII – realizar acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares;
VIII – orientar e acompanhar ações de intervenção e recomposição;
IX – garantir, observada a disponibilidade orçamentária, materiais e recursos necessários à implementação da Política;
X – articular ações em regime de colaboração;
XI – coordenar a elaboração do relatório anual da alfabetização;
XII – subsidiar o Comitê Municipal de Alfabetização com dados e informações necessários ao acompanhamento da Política.

9.2 Equipes gestoras e coordenações pedagógicas
Compete às equipes gestoras e pedagógicas das unidades escolares:
I – coordenar a implementação da Política no âmbito da escola;
II – assegurar que os princípios, diretrizes e objetivos da Política estejam presentes no PPP e no planejamento pedagógico;

III – acompanhar sistematicamente as aprendizagens;
IV – promover momentos de análise dos resultados com os professores;
V – acompanhar o planejamento e as práticas pedagógicas;
VI – organizar, juntamente com os professores, estratégias de intervenção e recomposição;
VII – acompanhar a frequência e a trajetória dos estudantes;
VIII – manter diálogo com as famílias;
IX – participar das ações de formação e acompanhamento promovidas pela SME;
X – sistematizar e fornecer informações necessárias ao monitoramento municipal.

9.3 Professores
Compete aos professores:
I – desenvolver práticas pedagógicas coerentes com as concepções e diretrizes desta Política;
II – planejar intencionalmente situações de aprendizagem;
III – acompanhar continuamente o desenvolvimento de cada criança;
IV – utilizar diferentes instrumentos de observação, registro e avaliação;
V – analisar os resultados e utilizá-los no replanejamento;
VI – realizar intervenções pedagógicas adequadas às necessidades identificadas;
VII – participar das formações continuadas e dos momentos coletivos de estudo e planejamento;
VIII – manter registros que permitam acompanhar a progressão das aprendizagens;
IX – contribuir para a articulação entre escola e família.

10. FINANCIAMENTO
A implementação da Política Municipal de Alfabetização será financiada por recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino, observada a legislação orçamentária e financeira vigente e a disponibilidade de recursos.
Poderão constituir fontes de financiamento:
I – recursos próprios do Município destinados à educação;
II – recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb, observadas as possibilidades legais de utilização;
III – transferências e programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE;
IV – recursos decorrentes de programas e ações do Ministério da Educação;
V – recursos, programas e ações desenvolvidos pelo Estado do Paraná em regime de colaboração;
VI – recursos vinculados ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e demais políticas de alfabetização, quando disponibilizados;
VII – outras fontes legalmente destinadas ou passíveis de aplicação na Educação Básica.
Os recursos poderão ser destinados, entre outras finalidades, à formação continuada, aquisição e qualificação de acervos e materiais pedagógicos, recursos de acessibilidade, tecnologias educacionais, avaliações, acompanhamento pedagógico e ações de intervenção e recomposição das aprendizagens, observadas as normas aplicáveis a cada fonte.

11. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA
O monitoramento e a avaliação constituem processos permanentes da Política Municipal de Alfabetização e terão como finalidade acompanhar sua implementação, verificar o cumprimento das metas, identificar avanços e desafios e subsidiar a tomada de decisões e o replanejamento das ações.
Constituem mecanismos de monitoramento e avaliação:
I – acompanhamento sistemático dos resultados de aprendizagem;
II – definição, análise e monitoramento de indicadores educacionais;
III – sistematização e análise dos dados por estudante, turma, ano de escolaridade, unidade escolar e Rede Municipal, respeitadas as normas de proteção de dados;
IV – aplicação e análise de avaliações diagnósticas e formativas;
V – análise dos resultados das avaliações municipais, estaduais e nacionais;
VI – acompanhamento dos indicadores de alfabetização e fluência leitora;
VII – acompanhamento das ações de intervenção e recomposição das aprendizagens;
VIII – acompanhamento da participação dos profissionais nas ações de formação continuada;
IX – acompanhamento técnico-pedagógico das unidades escolares;
X – análise das desigualdades de aprendizagem entre estudantes, turmas e escolas;
XI – avaliação da efetividade das estratégias implementadas;
XII – utilização dos resultados para replanejamento das ações pedagógicas e de gestão;
XIII – monitoramento das metas estabelecidas nesta Política;
XIV – elaboração de relatório técnico anual sobre a alfabetização na Rede Municipal.
11.1 Ciclo Municipal de Monitoramento
O acompanhamento deverá ocorrer em ciclos contínuos:
Diagnosticar → Planejar → Intervir → Acompanhar → Avaliar → Replanejar.
No início do período letivo, os dados diagnósticos deverão subsidiar a identificação das necessidades de aprendizagem. Ao longo do ano, avaliações formativas, registros docentes e acompanhamento pedagógico permitirão verificar a progressão dos estudantes e ajustar as intervenções.
Os resultados intermediários deverão ser analisados coletivamente pelas equipes escolares e pela SME, possibilitando a revisão das estratégias.
Ao final do período, os resultados deverão subsidiar a avaliação das ações desenvolvidas, a identificação das aprendizagens consolidadas e das necessidades remanescentes e a definição das prioridades para o período seguinte.

11.2 Relatório Municipal de Alfabetização
A Secretaria Municipal de Educação deverá elaborar Relatório Técnico Anual de Monitoramento da Política Municipal de Alfabetização, contemplando, no mínimo:
cumprimento das metas;
evolução dos indicadores;
efetividade das estratégias;
redução das desigualdades;
resultados das ações de formação e acompanhamento;
necessidades identificadas pelas escolas;

alterações na legislação e nas políticas educacionais.
As avaliações deverão subsidiar ajustes e aperfeiçoamentos, sem prejuízo da continuidade das ações consideradas efetivas.
Após a aprovação do **PME 2026–2036**, deverá ser realizada análise de compatibilidade entre seus objetivos, metas e estratégias e os estabelecidos nesta Política.

14. DISPOSIÇÕES FINAIS
A implementação da Política Municipal de Alfabetização será responsabilidade compartilhada entre Poder Público, profissionais da educação, unidades escolares, famílias e comunidade, respeitadas as competências institucionais de cada segmento.
As ações deverão ser incorporadas progressivamente aos instrumentos de planejamento da Secretaria Municipal de Educação, aos Projetos Político-Pedagógicos e aos planos de ação das unidades escolares.
A Política deverá orientar a continuidade das ações municipais de alfabetização independentemente da alternância de programas, projetos ou gestões administrativas, preservada a possibilidade de aperfeiçoamento decorrente das avaliações e alterações legais.

Publicado por:
Silvana Borges Oliveira
Código Identificador:F8C1C9D5

LICITAÇÃO
EXTRATO 222/2026

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 222/2026
VENCIMENTO: 30/09/2027
O Município de Querência do Norte, Estado do Paraná, com sede a Rua Waldemar dos Santos, 1197, na cidade de Querência do Norte , inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 76.973.692/0001-16 neste ato representado pelo Prefeito ALEX SANDRO FERNANDES, portador do CPF/MF nº 083.XXX.979-XX e Cédula de Identidade RG nº 10.XXX.514-X SSP/PR, residente e domiciliado nesta cidade, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº **11/2026**, processo administrativo n.º 29/2026, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e Decreto Municipal nº 12/2024 e em conformidade com as disposições a seguir:
DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de AQUISIÇÃO DE UNIFORMES, CAMISETAS E ENXOVAL HOSPITALAR (ROUPAS), COM FORNECIMENTO PARCELADO , especificado(s) no(s) item(ns) 01 do Termo de Referência, anexo *do edital de Licitação nº* **11/2026**, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.
DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Item do TR	Fornecedor **SAMUEL THIAGO MAGALHÃES LARA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ Nº 47.334.232/0001-40, Avenida AVENIDA SENADOR LEVINDO COELHO, 1820 - CEP: 30664792 - bairro: VALE DO JATOBá (BARREIRO), Belo Horizonte/MG, neste ato representado por procurador Sr. SAMUEL THIAGO MAGALHÃES LARA, brasileiro, portador da RG nº e CPF 146.992.756-05

LOTE 18: SECRETARIA MUNICIPAL SAUDE CAMISETAS CAMPANHA AMPLA CONCORRENCIA

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48454	CAMISETA DE CAMPANHA (SECRETARIA DE SAÚDE) – manga curta em malha pv (67% poliéster e 33% viscose), gola redonda em ribana e acabamento reforçado. dimensões pp ao eg. apresenta escrita/arte da campanha em serigrafia (silk screen) na parte frontal e na parte de trás (costas). possui possibilidade de adição de mais 02 (dois) logotipos em outras áreas da camiseta, conforme demanda da contratante.	UNID	1.500	R$ 27,63	R$ 41.445,00	Própria
2	48455	CAMISETA FEMININA DE CAMPANHA (SECRETARIA DE SAÚDE) – MODELAGEM BABY LOOK acinturada, manga curta em malha pv (67% poliéster e 33% viscose), gola redonda em ribana e acabamento reforçado. dimensões pp ao eg. apresenta escrita/arte da campanha em serigrafia (silk screen) na parte frontal e na parte de trás (costas). possui possibilidade de adição de mais 02 (dois) logotipos em outras áreas da camiseta, conforme demanda da contratante.	UNID	1.500	R$ 25,70	R$ 38.550,00	Própria
					TOTAL:	79.995,00	

LOTE 19: LOTE 19

Ordem	Código	Descrição	Unidade	Quant.	Valor Unit. R$	Valor Total R$	Marca/Espec.
1	48417	CAMISA POLO MASCULINA DE MANGA CURTA – artigo em malha piquet, composição de 50% algodão e 50% poliéster, com gola e punhos em retilínea na cor da camiseta e vista frontal com 2 (dois) ou 3 (três) botões. acabamento reforçado, sem defeitos de confecção. dimensões pp, p, m, g, gg, eg apresenta logotipo da prefeitura bordado no peito lado esquerdo, com dimensão aproximada de 6x6 cm. possui escrita em serigrafia na parte de trás (costas) e com possibilidade de adição de mais 2 (dois) logotipos em outras áreas da camiseta, conforme demanda da contratante	UNID	205	R$ 32,22	R$ 6.605,10	Própria
2	48420	CAMISA POLO FEMININA DE MANGA CURTA MODELAGEM BABYLOOK, confeccionada em malha piquet, composição de 50% algodão e 50% poliéster. possui gola e punhos em retilínea na cor da camiseta e vista frontal com 2 (dois) ou 3 (três) botões. acabamento reforçado, sem defeitos de confecção. dimensões pp, p, m, g, gg, eg. apresenta logotipo da prefeitura bordado no peito lado esquerdo, com dimensão aproximada de 6x6 cm. possui escrita em serigrafia na parte de trás (costas) e com possibilidade de adição de mais 2 (dois) logotipos em outras áreas da camiseta, conforme demanda da contratante.	UNID	240	R$ 32,91	R$ 7.898,40	Própria
3	48445	CAMISA MANGA LONGA DE PROTEÇÃO UV – MODELO UNISSEX (OU MASCULINA/FEMININA com modelagem específica), composição de 100% poliéster (malha leve e flexível). obrigatório possuir proteção uv fator mínimo 50+. gola alta com zíper frontal para regulagem e ventilação. o tecido deve ser capaz de proporcionar dissipação de calor e secagem rápida. dimensões pp, p, m, g, gg, eg. logotipo da prefeitura bordado ou em serigrafia (no padrão 6x6 cm) no peito lado esquerdo. com possibilidade de adição de mais 2 (dois) logotipos em outras áreas da camisa, conforme demanda da contratante.	UNID	180	R$ 34,52	R$ 6.213,60	Própria
4	48452	CAMISA MASCULINA MANGA CURTA – em tricoline (68% poliéster, 27% algodão, 5% elastano), gramatura 170g/m linear ou 138g/m². modelagem tradicional com bolso frontal, fechamento por botões na cor do tecido e acabamento reforçado. dimensões pp ao eg, com possibilidade de confecção sob medida. apresenta logotipo da prefeitura bordado no bolso (6x6 cm) e possibilidade de adição de mais 02 logotipos em outras áreas, conforme demanda da contratante.	UNID	180	R$ 62,12	R$ 11.181,60	Própria
					TOTAL:	31.898,70	

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
DO LOCAL E DO PRAZO DE ENTREGA/EXECUÇÃO
– PRAZO E LOCAIS DE ENTREGA:
Os objetos (PRODUTOS) desta licitação, deverão ser entregues mediante Autorização de Fornecimento ou Requisição de Compra e Nota de Autorização de Despesa (NAD) e/ou Empenho, **em uma única parcela, para cada requisição, conforme demanda do órgão solicitante**, e entregues e executados no endereço indicado pela Secretaria na sede do município, portos, distritos e zona rural do município de QUERÊNCIA DO

NORTE – PR, de segunda-feira a sexta-feira dentre os horários de 07h30 às 11h00 e das 13h30 às 16h30, NO PRAZO MÁXIMO DE 30 (TRINTA) DIAS CORRIDOS, contados da data de recebimento da requisição pela Secretaria.
CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO *AO EDITAL*.
No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.
Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

QUERÊNCIA DO NORTE –PR, 30 de setembro de 2026

ALEX SANDRO FERNANDES
Prefeito Municipal

SAMUEL THIAGO MAGALHÃES LARA
Contratada

TESTEMUNHAS:

_____

_____

Publicado por:
Leandro Lopes Dos Santos
Código Identificador:20A531D6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUITANDINHA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
EDITAL Nº 012/2026

CONCURSO PÚBLICO N° 001/2026
EDITAL Nº 012/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DEQUITANDINHA, ESTADO DO PARANÁ, **JOSÉ RIBEIRO DE MOURA,** no uso de suas atribuições legais;
Considerando o Edital nº 001/2026 de Abertura do Concurso Público do Município de Quitandinha – PR, publicado em 29 de julho de 2026;
Considerando o Edital nº 011/2026 com o resultado da prova objetiva, publicado em 30 de setembro de 2026;

TORNA PÚBLICA

Art. 1º - A convocação para prova prática, conforme estabelecido no Edital de Abertura do Concurso Público de Quitandinha – PR, para os candidatos de acordo com anexos deste Edital.
Art. 2º - A Prova Prática tem caráter **classificatório e eliminatório** para os cargos:**Eletricista de Instalações (edifícios), Mecânico, Motorista II, Operador de Máquinas, Pedreiro, Tratorista** e constitui-se no desenvolvimento de atividades inerentes ao cargo, com a finalidade de verificar os conhecimentos específicos, de modo a avaliar se o candidato está apto a exercer satisfatoriamente as atribuições referentes ao cargo pleiteado.
§ 1º - **A Prova Prática será realizada nos dias 10 e 11/10/2026, conforme os horários e datas estabelecidos nos Anexos deste Edital.**
§ 2º - Não é aceito, em hipótese alguma, pedidos de realização do exame fora da data, horário e local estabelecidos pelo Edital de convocação para a realização da Prova Prática.
Art. 3º - São convocados para a Prova Prática (PP) os candidatos aprovados na Prova Objetiva (PO) conforme estabelecido a seguir:

§ Único - Para efeito de desempate do limite estabelecido no item anterior, são considerados os critérios do item 9.5 do Edital de Abertura.
Art. 4º -A Comissão Avaliadora, no caso de comprovada necessidade técnica, pode avaliar outros critérios relacionados às atribuições da função.
Art. 5º -**O candidato deve comparecer ao local designado para a Prova Prática com antecedência mínima de 30 (trinta) minutos do horário estabelecido para sua avaliação,munido de documento oficial de identidade original eda Carteira Nacional de Habilitação conforme a categoria exigida no requisito do cargo**, devendo o documento em questão estar dentro do prazo de validade, de acordo com a legislação vigente (Código de Trânsito Brasileiro), fazendo uso de óculos ou lentes de contato, quando houver a exigência na CNH.

Art. 6º -Se, no dia de realização da Prova Prática, qualquer dos veículos ou materiais apresentar alguma pane, será substituído por outro similar, sem prejuízo da realização da prova.
Art. 7º - Os veículos e ferramentas utilizadas para a execução da Prova Prática serão disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Quitandinha – PR, no estado em que se encontrarem.
Art. 8º -Todos os participantes da Prova Prática realizam as mesmas tarefas/percursos, previamente elaboradas/elaborados para o cargo pela Comissão Avaliadora, tomando-se por base as atribuições da função, registrando-se a avaliação em planilhas individuais.
Art. 9º - Durante a Prova Prática, o candidato deve tomar todas as precauções para assegurar a sua segurança pessoal e a dos demais presentes, podendo ser eliminado do certame o candidato que demonstrar não possuir a necessária habilidade, colocando em risco a sua segurança, a dos demais presentes ou a do equipamento.
Art. 10º - O candidato, ao terminar a Prova Prática, deve retirar-se do local de aplicação da prova, a fim de não prejudicar o andamento do processo avaliatório e não interferir na avaliação de outros candidatos.
Art. 11º - Devido ao número de candidatos inscritos em cada cargo e a quantidade de veículos disponível, poderá ocorrer algum atraso no início das provas. Nesses casos, o candidato deverá permanecer no local designado e aguardar até ser devidamente chamado pela organização, respeitando as orientações da equipe responsável.

Art. 12º - As informações referentes ao local de realização das provas práticas, às tarefas a serem executadas, aos veículos e equipamentos a serem utilizados, aos critérios de pontuação e aos horários de execução encontram-se detalhadas nos Anexos I a VI deste Edital, de acordo com cada cargo.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Quitandinha, Estado do Paraná,02de outubrode 2026.

JOSÉ RIBEIRO DE MOURA
Prefeito do Município de Quitandinha - PR

ANEXO I – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE ELETRICISTA

Data: 10/10/2026 - Sábado
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura
Avenida Fernandes de Andrade, n. 330, centro, Quitandinha - PR
https://maps.app.goo.gl/eGq291zDstUfqmf39

A Prova Prática terá duração de até 20 (vinte) minutos, a qual consistirá na execução de tarefas como instalação e/ou reparação de circuitos elétricos, de componentes elétricos e/ou de montar instalações de baixa tensão, segundo as atribuições sintéticas do cargo.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

ORDEM	ITEM AVALIADO	PONTOS
01	Identificação e manuseio correto dos instrumentos de trabalho (05)	
02	Agilidade no desempenho das tarefas (05)	
03	Postura corporal/profissional (10)	
04	Organização e limpeza dos materiais, durante e após a execução das tarefas (10)	
05	Zelo pela segurança durante a realização da tarefa (20)	
06	Resultado satisfatório da atividade solicitada (20)	
07	Conhecimento, montagem e desmontagem de circuito elétrico (30)	
TOTAL		

CANDIDATO E HORÁRIO:

ELETRICISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
4.113	ALAN ADRIANO DA SILVA SCHMIDT	13h30
2.985	DIAN MARCEL ROCHA	13h30
2.607	ELIAS AYRES DA PAIXÃO	14h00
2.262	GABRIEL CARDOSO PEREIRA	14h00
4.166	JONAS CLAUDINEI ROIK	14h30
3.263	JORGE LUIZ ALVES	14h30
3.461	LEONARDO FERREIRA DA CUNHA	15h00
2.839	LUCAS RAVEL FERREIRA DOS SANTOS	15h00
3.719	MAYKON JEAN KRYÇA	15h30
1.216	ODILSON MIRANDA DA ROCHA JUNIOR	15h30
756	ROBSON DE AMORIM OLIVEIRA	16h00
858	SERGIO PRADO DOS SANTOS	16h30
543	SOLANGE BARBOSA PINAS	16h30
2.984	VITOR BARBOSA VALENTIM	16h30
4.427	WAGNER MAGNUS ALVES DA HORA	17h00
4.061	WESLEY PICCININI	17h00

ANEXO II – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE MECÂNICO

Data: 10/10/2026 - Sábado
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura
Avenida Fernandes de Andrade, n. 330, centro, Quitandinha - PR
https://maps.app.goo.gl/eGq291zDstUfqmf39

A Prova Prática terá duração máxima de 30 (trinta) minutos e será destinada à avaliação dos conhecimentos técnicos e das habilidades práticas inerentes ao cargo. A prova consistirá na execução de atividades de manutenção automotiva, podendo abranger, entre outras, a substituição de pastilhas de freio em veículo de passeio, a identificação de peças, componentes, sistemas e ferramentas, bem como a correta aplicação de procedimentos técnicos, o uso adequado de equipamentos e ferramentas e a observância das normas de segurança e boas práticas de trabalho.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

ORDEM	ITEM AVALIADO	PONTOS
01	Identificação e manuseio correto dos instrumentos de trabalho (10)	
02	Agilidade no desempenho das tarefas (10)	
03	Postura corporal/profissional (15)	
04	Organização e limpeza dos materiais, durante e após a execução das tarefas (15)	
05	Zelo pela segurança durante a realização da tarefa (20)	

06	Resultado satisfatório da atividade solicitada e solução do problema (30)	
TOTAL		

CANDIDATO E HORÁRIO:

MECÂNICO		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
1.992	ADRIANO RODRIGO GUIMARAES	13h30
4.088	AGUINALDO TAVARES	13h30
3.909	ALISSON VINÍCIUS KARAS	14h00
1.902	ANDRÉ BILEK BARA	14h00
2.613	CELSO MOREIRA DE ANDRADE	14h30
1.678	ELOELSON DIAS DA SILVA	14h30
687	ELVIS VIEIRA	15h00
4.262	FERNANDO COUTO	15h00
4.179	GILSON MARTINS DE ANHAIA	15h30
4.483	JOÃO GABRIEL ALVES DA CRUZ FERREIRA	15h30
2.823	JOSÉ ELISEU OGRODOVICZ	16h00
2.827	JOSOEL TABORDA	16h30
1.523	LUCAS SANTANA MARINHO DOS SANTOS	16h30
2.811	MICHAEL RAFAEL ACHEMBRENNER	16h30
3.152	PAULO CEZAR HAUS	17h00
3.351	PAULO RICARDO HAUS JÚNIOR	17h00
2.943	RAFAEL HENRIQUE SILVA	17h00
4.097	RONILDO DE JESUS LIMA	17h30
4.205	SIDNEY SANTOS GONÇALVES	17h30
2.703	VÍTOR MANOEL DOS SANTOS SANTIAGO	17h30

ANEXO III – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE MOTORISTA

Data: 11/10/2026 - Domingo
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura
Avenida Fernandes de Andrade, n. 330, centro, Quitandinha - PR
https://maps.app.goo.gl/eGq291zDstUfqmf39

A Prova Prática terá duração máxima de 20 (vinte) minutos e será destinada à avaliação dos conhecimentos técnicos e das habilidades práticas inerentes ao cargo. A prova consistirá na execução de atividades de direção automotiva, operação de máquinas, bem como a correta aplicação de procedimentos técnicos de direção, o uso adequado do veículo ou equipamentos e a observância das normas de segurança e boas práticas de trabalho.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

VEÍCULOS:

CAMINHÃO BASCULANTE - IVECO/TECTOR 260E30ID – 2022/ 2022
CAMINHÃO BASCULANTE/CABINE ESTENDIDA - M.BENZ/ATEGO 2730 6X4 CE– 2017/ 2018
CAMINHÃO BASCULANTE/CABINE ESTENDIDA - M.BENZ/ATEGO 2730 6X4 CE– 2017/ 2018

CANDIDATO E HORÁRIO:

MOTORISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
1.404	ACIR FRANÇA JUNIOR	08h00
551	ADEMAR ROGALSKI	08h00
684	ADENILTON JHONATAN DA CRUZ RIBEIRO	08h00
1.337	ALAN KUSDRA	08h20
2.037	ALEX JOSÉ ASSIS DE OLIVEIRA	08h20
1.117	ALEXANDRE PAVLIK	08h20
1.948	ALEXANDRO DA SILVA	08h20
961	ALEXSSANDER SIMÃO DE OLIVEIRA	08h40
518	ANDERSON KACHAKI KVIATKOVSKI	08h40
4.489	ARAI PEREIRA DA ROSA	08h40
1.656	AUREO ARANHA ANTUNES	08h40
41	BRUNO ALVES DE MOURA PEREIRA	09h00
2.009	CAIO MURILO DA LUZ ANUNCIAÇÃO	09h00
1.550	CARLOS EDUARDO DE MELO FERNANDES	09h00
3.073	CARLOS RODRIGUES DE LIMA	09h20
3.586	CHAUAN BUFFALO PAULINO TONI	09h20
1.170	CÍCERO JOSÉ CORDEIRO DA SILVA	09h20
3.195	CLAUDEMIRO VANTO MOURA DO VALE	09h20
4.167	DANIELE DOS ANJOS DE DEUS	09h40
1.384	DOUGLAS FLORES DE GOES	09h40
1.968	EDENILSON TABORDA	09h40
3.418	EDENILTON DE JESUS DOS SANTOS BUCHNER	09h40
261	EDERSON FRANÇA MOREIRA DOS SANTOS	10h00
3.012	EDILSON CARVALHO DA SILVA	10h00
3.960	EDSON FERREIRA DE AZEVEDO	10h00
3.256	ELIEL ALVES MACHADO	10h00
394	ERIVELTON KOSINSKI DOS SANTOS	10h20
1.785	EZIQUIEL CORDEIRO DE CASTRO	10h20
3.322	FÁBIO AUGUSTO DEMOCHOSKI	10h20

3.348	FABIO LUIZ CORDEIRO	10h40
4.086	FABIO SERAFIM KUHN	10h40
561	FELIPE TSCHOEKE	10h40
3.823	FRANCISCO DE ANDRADE	11h00
2.191	FRANKLIN DE LIMA NETO	11h00
840	GENILSON DE SÁ	11h00
1.084	GEOVANE RYBA	11h00
568	GILBERTO FILLA	11h00
4.487	GILMAR SOUZA COSTA	11h20
1.513	GILSON GONÇALVES DA SILVA	11h20
2.544	GILSON ROBERTO ALVES DOS SANTOS	11h20
297	HELIO EDSON WOJCIKI	11h20
579	HELOYZE KINAGE AGUIAR	11h40
3.859	HENRIQUE KARAS	11h40
268	HORÁCIO RIBEIRO LEMOS NETO	11h40
702	INEZ DE OLIVEIRA ROSA	11h40
3.833	IVAN LUIZ DE MIRANDA	13h20
4.332	JACKSON FRANCISCO CABRINI	13h20
4.576	JACKSON KUSDRA	13h20
2.903	JAIR DOS SANTOS	13h40
3.692	JAKSON LUIZ DE OLIVEIRA ALVES	13h40
978	JEAN PHELIPE FERREIRA KNAPIK	13h40
3.326	JOEL DO ROCIO ANDRADE KARAS	13h40
737	JOEMIR CESAR DOS SANTOS	13h40
1.095	JOHN LENNON SVIERDOSKI	14h00
792	JOSÉ DANILO RUTCHINSKI	14h00
3.318	JOSE FRANCO DE OLIVEIRA	14h00
4.231	JOSE XAVIER PEREIRA JUNIOR	14h20
1.918	JUAREZ ANGELO KAIS DUBIELA	14h20
4.291	JULIANO DA CRUZ ALVES DA SILVA	14h20
2.237	KAITON PROCOPIO DA SILVA	14h20
2.385	KEUBI JEAN DA COSTA	14h40
3.022	LAÉRCIO MIGUEL FIGURA TAICK	14h40
3.189	LEONARDO MARQUES CUBAS	14h40
3.773	LOURIVAL MOREIRA DOS SANTOS	14h40
584	LUCAS ALLAN DE MOURA COLAÇO	15h00
3.367	LUCAS ANAEL FERREIRA PINTO	15h00
416	LUCAS FELIPE CIUS BONIFACIO	15h00
1.188	LUCAS RODRIGO DE LIMA	15h20
4.507	LUCIANO SILVEIRA DOS SANTOS	15h20
2.938	LUIZ CARLOS KWIATKOSKI	15h20
1.920	LUIZ EDUARDO AMARAL DE DEUS	15h20
3.933	LUIZ GUILHERME MENDES NASCIMENTO	15h40
893	MARCOS JOSE PALHANO PRESTES	15h40
558	MARIA IZABEL CRUZ KOSINSKI	15h40
1.182	MARIELI DE LIMA MACHADO	15h40
3.545	MARISETE DO ROCIO CAMARGO	16h00
1.452	MAURI PAULINHO MUSIAL	16h00
3.843	MAURICIO TULIO SEBASTIÃO	16h00
2.887	MAXIMINO SANTOS SINHORELLI	16h00
638	MEDITERRAN ROCHA DOS SANTOS	16h00
322	MICHEL RYBA	16h20
1.105	MIGUEL DIONISIO OBZUT	16h20
4.235	MILTON CESAR MAYER	16h20
347	NERI JOSÉ DE SIQUEIRA	16h20
431	OSLEI DE SIQUEIRA ANDRADE	16h40
476	OSMAR DE ANDRADE	16h40
1.375	PABLO GAMALIEL DE BASTOS DOS SANTOS	16h40
940	PAULO HENRIQUE CHIQUITTI	16h40
118	PAULO ROBERTO DOS SANTOS	17h00
3.633	PEDRO MARIA DO SACRAMENTO	17h00
2.693	RAFAEL LELES	17h00
671	RAFAEL RIBEIRO DOS SANTOS	17h00
3.030	RICARDO DA SILVA ROSA	17h00
1.964	RICARDO DAS NEVES	17h20
3.028	RODRIGO GRANDE DOS SANTOS	17h20
3.076	RODRIGO JOSE IANTSCH BARON	17h20
3.618	ROGÉRIO BRONOSKI STEPNIAK	17h20
4.323	RUBEN JULIANO SAUERESSIG	17h20
3.130	SAMUEL ALVES	17h20
378	SERGIO RICARDO ZEPECHOUKA	17h40
841	TANCREDO DA SOLEDADE BARBOSA DE OLIVEIRA	17h40
3.910	THAFFAREL THASSYTO TOKARSKI	17h40
1.775	THIAGO DA SILVA RIBEIRO	17h40
411	TIAGO AUGUSTO SCHROEDER	17h40
2.227	VALTAIR DE JESUS STORQUE	18h00
2.829	VILMAR CUNHA HASS	18h00
1.014	VILMAR TABORDA FERREIRA	18h00
1.388	VINICIUS SMOKOUVER DE LIMA	18h00
2.746	VIVIANE ANDRADE SIQUEIRA	18h00

ANEXO IV – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS

Data: 11/10/2026 - Domingo
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Parque de Eventos Francisco Lechinoski
Localidade de Ferreiras
https://maps.app.goo.gl/dsqxhyTHJtHyjdv79

A Prova Prática terá duração máxima de 20 (vinte) minutos e será destinada à avaliação dos conhecimentos técnicos e das habilidades práticas inerentes ao cargo. A prova consistirá na execução de atividades de direção automotiva, operação de máquinas, bem como a correta aplicação de procedimentos técnicos de direção, o uso adequado do veículo ou equipamentos e a observância das normas de segurança e boas práticas de trabalho.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

VEÍCULO:

PA CARREGADEIRA - MODELO W12D - MARCA NEW HOLLAND ANO 2025/2025

CANDIDATO E HORÁRIO:

OPERADOR DE MÁQUINAS		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
3.102	ADEMAR SOUZA NIZER	08h00
4.468	ADENILSON MIRANDA	08h00
3.684	ALAN HENRIQUE FRAGOSO	08h00
2.588	ALESSANDRO DRANKA	08h00
1.125	ALFREDO FRANCISCO DA SILVEIRA LEAL	08h00
2.687	AMILTON FELTRIN	08h00
4.441	ANTONI MATEUS DE LIMA SCHULLI	08h00
685	ARCIANO ALTAIR FRANCO	08h00
1.699	CARLOS MARCIANO CALIXTRO DE ABREU	08h00
4.386	CRISTIAN AGUIAR	08h00
3.952	DIEGO BARBOSA VIAN	09h00
1.777	DJAYSON VINICIUS DE ABREU PEREIRA	09h00
1.413	DOUGLAS DOS SANTOS SIQUEIRA	09h00
4.529	ÉDER OLIVEIRA DOS SANTOS	09h00
393	ELCIO EDINEI KAIS	09h00
67	ELIEL VALE DO CARMO	09h00
3.422	ELIO LINCON CARDOSO DOS SANTOS	09h00
2.705	ELOI PADILHA DOS SANTOS	09h00
3.336	ELTON SUREK	09h00
78	ERIC RAFAEL FIGURA	09h00
3.401	ERIK CABRERA POWROSNEK	10h00
3.832	ERIK IVAN CORDEIRO DOS SANTOS	10h00
4.254	GELSSI DA SILVA DIAS	10h00
2.233	GUILHERME LUIZ BAURA	10h00
3.337	GUILHERME VIEIRA	10h00
2.402	GUSTAVO STIGAR	10h00
1.792	HOMERO WOSNIAK	10h00
700	IRINEO JUARES KARPINSKI	10h00
2.087	JACKSON FERREIRA PIMENTEL	10h00
3.284	JACKSON JEAN SENN	10h00
3.774	JEFERSON AUGUSTO MODROW BORDUM	11h00
3.408	JEFFERSON GABRIEL PINTO	11h00
3.236	JHONYFER JEAN DE CARVALHO	11h00
1.500	JONATAS ABÍLIO DA ROCHA	11h00
2.097	JULIO ALMIR BARBOSA COLAÇO	11h00
1.020	LEANDRO RIBEIRO DOS SANTOS	11h00
3.617	LEONARDO VASCONCELOS	11h00
1.224	MAIKO BELNIACKI	11h00
2.513	MARCIANO RAKSA	11h00
397	MARCOS LIMA SILVA	11h00
192	MATHEUS HENRIQUE DE OLIVEIRA	12h00
1.812	PATRICIO LUIZ KRZIZANOVOSKI	12h00
1.492	PATRICK RAFAEL ROSA	12h00
612	RAFAEL CARDOSO DOS SANTOS	12h00
4.378	RAFAEL VIANA MACIEL	12h00
3.630	SANDRO JOSÉ DOS SANTOS CAMARGO	12h00
4.286	SEBASTIAO SIMOES DE OLIVEIRA	12h00
3.331	VALMIR LEAL DOS SANTOS	12h00
1.935	WELLINGTON GABRIEL PINTO DA SILVA	12h00
636	WESLEN COLAÇO	12h00

ANEXO V – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE TRATORISTA

Data: 10/10/2026 - Sábado
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Parque de Eventos Francisco Lechinoski
Localidade de Ferreiras
https://maps.app.goo.gl/dsqxhyTHJtHyjdv79
A Prova Prática terá duração máxima de 20 (vinte) minutos e será destinada à avaliação dos conhecimentos técnicos e das habilidades práticas inerentes ao cargo. A prova consistirá na execução de atividades de direção automotiva, operação de máquinas, bem como a correta aplicação de procedimentos técnicos de direção, o uso adequado do veículo ou equipamentos e a observância das normas de segurança e boas práticas de trabalho.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

VEÍCULOS:

Trator YTO NLY1104 110 cv Fab:2023
Grade Aradora Metal Freitas 16 discos 2023

CANDIDATO E HORÁRIO:

TRATORISTA		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
425	ACASSIO ROCHA DOS SANTOS	14h00
1.227	ALEXANDRE RIBEIRO GALLINA	14h00
2.143	DAVID LERION MARTINS COSTA PASSOS	14h00
410	DIEGO JOLANDEK DE LIMA	14h30
388	ELISON DOS SANTOS DUARTE	14h30
620	HELITON ALMEIDA DO VALE NASCIMENTO	14h30
2.164	PAULO RICARDO MARTINS	15h00
1.437	SEBASTIÃO BARBOSA DOS SANTOS	15h00
3.114	SEDINEI WOSNIAKI	15h00
3.052	SILVESTRE BASSO RIBAS	15h00

ANEXO VI – CONVOCAÇÃO PARA PROVA PRÁTICA
CARGO DE PEDREIRO

Data: 10/10/2026 - Sábado
LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PROVA

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Obras e Infraestrutura
Avenida Fernandes de Andrade, n. 330, centro, Quitandinha - PR
https://maps.app.goo.gl/eGq291zDstUfqmf39

A Prova Prática terá duração máxima de 30 (trinta) minutos e será destinada à avaliação dos conhecimentos técnicos e das habilidades práticas inerentes ao cargo. A prova consistirá na execução de atividades de mistura da massa, assentamento de tijolos, levantamento de parede, esquadro e prumo da parede, podendo abranger, entre outras, a identificação de ferramentas, leitura e compreensão de planta baixa, bem como a correta aplicação de procedimentos técnicos, o uso adequado de equipamentos e ferramentas e a observância das normas de segurança e boas práticas de trabalho.

OS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO SERÃO:

ORDEM	ITEM AVALIADO	PONTOS
01	Identificação e manuseio correto dos instrumentos de trabalho (10)	
02	Agilidade no desempenho das tarefas (10)	
03	Postura corporal/profissional (15)	
04	Organização e limpeza dos materiais, durante e após a execução das tarefas (15)	
05	Zelo pela segurança durante a realização da tarefa (20)	
06	Resultado satisfatório da atividade solicitada e solução do problema (30)	
TOTAL		

CANDIDATO E HORÁRIO:

PEDREIRO		
Inscrição	**Candidato**	**Horário**
891	ADÃO ADMAR DE LIMA	13h30
2.564	ADEMIR SEBASTIÃO DOS ANJOS	13h30
3.364	ALTAIR JOSE RIBEIRO	14h00
938	CRISTIANO MESSIAS DE JESUS SILVA	14h00
3.919	ELTON DIEGO LEAL NEGRELLI	14h30
168	ESMAEL DE RAMOS	14h30
317	GERSON DA SILVEIRA MARTINS	15h00
3.251	JOAO GUILHERME MAGALHAES MIKOSZ	15h00
3.442	MAICON DIONATHAN CARDOSO	15h30
783	MARCIO KFIATKOVSKI	15h30
1.583	MATEUS FELIPE DE MOURA	16h00
4.376	MESSIAS FRANCISCO DA SILVA	16h30
3.146	NORLEI ROGERIO LACERDA	16h30
3.637	PAULO CESAR PEREIRA	16h30
2.243	ROMÁRIO CARRÃO	17h00
314	RONILSON VIEIRA DA MOTA	17h00
1.241	VITOR KRUL	17h00

Publicado por:
Clarice Maria Machoski Wojcikievicz
Código Identificador:7E088956

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RANCHO ALEGRE D' OESTE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 1972/09/2026

S Ú M U L A: “Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento vigente e dá outras providências”.

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D’OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei;
1042/09/2026 e eu Prefeito Municipal DECRETO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR importância R$ 3.759.000,00 (Três Milhões, Setecentos e Cinquenta e Nove Mil Reais)., nas seguintes Dotações:

ADMINISTRAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
02.00.00000000.000	Poder Executivo			
02.04.00000000.000	Secretaria Geral de Governo			
04.122.0002.2.004	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	9	0	70.000,00
03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.02.00000000.000	Divisão de Recursos Humanos			
04.122.0002.2.006	Manutenção da Divisão Recursos Humanos			
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	18	0	314.000,00
3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	20	0	320.000,00
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos			
04.122.0002.2.009	Manutenção da Divisão de Suprimentos			
3.3.90.40.00.00	Serviços Tecnologia da Informação	34	0	125.000,00
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.2.010	Manutenção da Divisão de Serviços Gerais			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	45	0	249.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				1.078.000,00
AGRICULTURA				
04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente			
04.02.00000000.000	Divisão de Meio Ambiente			
20.606.0010.2.012	Manutenção do Meio Ambiente			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	64	0	57.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				57.000,00
EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.02.00000000.000	Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
12.365.0011.2.015	Manutenção da Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	106	101	20.000,00
05.05.00000000.000	Divisão do Ensino Fundamental			
12.361.0015.2.018	Manutenção do Ensino Fundamental			
3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	132	103	5.000,00
05.06.00000000.000	Divisão do Transportes Escolar			
12.361.0017.2.020	Manutenção da Div. Transporte Escolar			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	138	103	59.000,00
12.361.0017.2.021	Manutenção da Fonte 25% da Educação			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	141	104	153.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				237.000,00
SAÚDE				
06.00.00000000.000	Departamento de Saúde			
06.01.00000000.000	Divisão do Diretor do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.1.021	Ampliação e Reforma do Centro de Saúde			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	154	0	100.000,00
10.122.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.3.91.97.00.00	Aporte Cobertura do Déficit Atuarial	168	0	67.000,00
06.02.00000000.000	Divisão Do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.2.029	Manutenção da Fonte 15%			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	182	303	186.000,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	183	303	95.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	186	303	120.000,00
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	192	303	90.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	193	303	121.000,00
10.302.0021.2.062	Transf. - SAMU e PA-Consórcios Intermunicipais			
3.1.71.70.00.00	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	196	303	9.000,00
3.3.71.70.00.00	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	197	303	4.000,00
06.04.00000000.000	Divisão De Vigilância em Saúde			
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	237	494	46.800,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				838.800,00
AÇÃO SOCIAL				
07.00.00000000.000	Departamento de Assistência Social		FONTE	VALORES
07.02.00000000.000	Divisão Do F.M.A.S			
08.244.0023.2.033	Manutenção do F.M.A.S - CRAS			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	255	0	147.000,00
08.244.0023.2.087	Subvenção - "Casa Lar"			
3.1.50.43.00.00	Subvenções Sociais	270	0	19.000,00
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	271	0	8.000,00
16.482.0033.1.026	Aquisições de Materiais e Const. Casas Populares			

4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	280	0	200.000,00
07.04.00000000.000	Divisão do F.M. Direito Pessoa Idosa			
08.241.0023.2.084	Manutenção do Fundo M. Pessoa Idosa			
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	293	0	3.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				377.000,00
FAZENDA				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
08.00.00000000.000	Departamento de Fazenda			
08.03.00000000.000	Divisão de Receitas Municipais			
04.129.0036.2.037	Manutenção da Divisão de Tributação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	309	0	104.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				104.000,00
URBANISMO				
09.00.00000000.000	Departamento de Planj. Obras e Serviços Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
26.782.0039.2.040	Manutenção do Transporte Rodoviário			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	319	0	70.000,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	320	0	60.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	323	0	100.000,00
09.03.00000000.000	Divisão De Urbanismo			
15.452.0028.2.041	Manutenção da Divisão Urbanismo			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	327	0	10.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				240.000,00
CULTURA				
10.00.00000000.000	Departamento de Cultura			
10.02.00000000.000	Divisão De Cultura Municipal			
13.392.0018.1.057	Construção/Ampliação e Reforma centro Cultural			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	342	0	600.000,00
13.392.0018.2.040	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	343	0	88.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				688.000,00
ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	364	0	139.200,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				139.200,00
TOTAL GERAL				3.759.000,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida a Redução das seguintes Dotações:

ADMINISTRAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.02.00000000.000	Divisão de Recursos Humanos			
04.122.0002.2.006	Manutenção da Divisão Recursos Humanos			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	16	0	10.000,00
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	21	0	35.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	22	0	10.000,00
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos			
04.122.0002.2.009	Manutenção da Divisão de Suprimentos			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	29	0	40.000,00
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas e Cientificas	30	0	13.200,00
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	31	0	13.200,00
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.1.006	Construção e Reforma Próprios Públicos			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	36	0	215.000,00
04.122.0002.1.007	Aquisição Equip./Veículos e Móveis Administração			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	38	0	85.000,00
04.122.0002.1.008	Aquisição e Desapropriação de Imóveis			
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	39	0	50.000,00
04.122.0002.2.010	Manutenção da Divisão de Serviços Gerais			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	46	0	350.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				821.400,00
AGRICULTURA				
04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente			
04.01.00000000.000	Divisão do Diretor de Departamento			
20.606.0002.2.011	Manutenção da Administração Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	55	0	40.000,00
04.03.00000000.000	Divisão de Fomento Agrop. e Desenv. Rural			
20.606.0002.2.013	Manutenção da Div. Produção Vegetal			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	76	0	135.000,00
20.606.0050.1.029	Construção/Ampliação e Reforma do P. Exposição			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	80	0	30.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				205.000,00
EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.01.00000000.000	Divisão Do Diretor do Departamento			
12.361.0012.2.014	Manutenção da Div. Adm Geral do Departamento			

3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	86	0	154.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	88	0	130.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	91	0	45.000,00
3.3.90.46.00.00	Auxilio-Alimentação	95	0	100.000,00
05.04.00000000.000	Divisão do Ensino Especial			
12.367.0014.2.017	Manutenção da Div. Ensino Especial			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	123	0	10.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	124	0	10.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	125	0	10.000,00
05.06.00000000.000	Divisão do Transportes Escolar			
12.361.0017.2.020	Manutenção da Div. Transporte Escolar			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	137	103	64.000,00
12.361.0017.2.021	Manutenção da Fonte 25% da Educação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	139	104	153.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				676.000,00
SAÚDE				
06.00.00000000.000	Departamento de Saúde			
06.01.00000000.000	Divisão do Diretor do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	157	0	67.000,00
10.301.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	169	0	55.000,00
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	172	0	49.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	173	0	50.000,00
10.302.0021.2.095	Ttransf. - CISCOMCAM - Cons. Intermunicipal			
3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	177	0	120.000,00
06.02.00000000.000	Divisão Do Fundo Municipal de Saúde			
10.301.0021.1.022	Aquisições de Equipamentos/Veículos e Móveis			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	188	303	13.000,00
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	190	303	8.000,00
10.304.0021.2.065	Manutenção em Vigilância em Saúde			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	210	303	64.000,00
10.305.0021.2.065	Manutenção em Vigilância em Saúde			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	211	303	55.000,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	212	303	121.000,00
06.04.00000000.000	Divisão De Vigilância em Saúde			
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	236	494	26.400,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	239	494	20.400,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				648.800,00
AÇÃO SOCIAL				
07.00.00000000.000	Departamento de Assistência Social		FONTE	VALORES
07.02.00000000.000	Divisão da Divisão do FMAS			
08.244.0023.1.053	Investimentos em Capital para o CRAS			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	253	0	500.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	254	0	33.000,00
08.244.0023.2.033	Manutenção do F.M.A.S - CRAS			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	258	0	27.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	261	0	6.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços Terceiros – PF	262	0	30.000,00
16.482.0033.1.026	Aquisições de Materiais e Const. Casas Populares			
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	279	0	20.000,00
07.03.00000000.000	Divisão do F.M. Criança e do Adolescente			
08.243.0023.2.086	Manutenção do Conselho Tutelar			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	284	0	48.000,00
08.243.0025.2.034	Manutenção do FMDCA			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	287	0	13.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	288	0	13.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	289	0	13.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				703.000,00
FAZENDA				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
08.00.00000000.000	Departamento de Fazenda			
08.02.00000000.000	Divisão de Tesouraria			
04.123.0036.2.078	Manutenção - Contratos de Financiamento			
3.2.90.21.01.00	Juros da Dívida Contratual	307	0	40.000,00
08.04.00000000.000	Divisão de Contabilidade			
04.121.0037.2.038	Manutenção da Divisão Contabilidade			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	311	0	200.000,00
3.3.90.14.00.00	Diárias	312	0	13.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				253.000,00
URBANISMO				
09.00.00000000.000	Departamento de Planj. Obras e Serviços Públicos			
09.03.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
15.452.0028.1.067	Obras Públicas em Avenidas e Ruas da Cidade			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	325	0	150.000,00

15.452.0028.2.041	Manutenção da Divisão Urbanismo			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	328	0	10.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	329	0	10.000,00
09.04.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
16.482.0033.2.042	Manutenção da Divisão Habitação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	331	0	33.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	332	0	13.200,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	333	0	7.000,00
17.512.0032.2.012	Manutenção do Meio Ambiente			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	334	0	13.200,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				236.400,00
CULTURA				
10.00.00000000.000	Departamento de Cultura			
10.01.00000000.000	Divisão do Diretor de Cultura			
13.392.0018.2.043	Manutenção da Adm. Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	339	0	8.000,00
ç	Divisão De Cultura Municipal			
13.392.0018.2.040	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	344	0	15.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				23.000,00
ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.1.028	Investimento de Capital - Centro Esportivo			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	356	0	33.000,00
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	358	0	159.400,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				192.400,00
TOTAL GERAL				3.759.000,00

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de Outubro de 2.026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:2C2E9335

ADMINISTRAÇÃO
LEI Nº 1042/09/2026.

S Ú M U L A: "Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento vigente e dá outras providências".

A CÂMARA MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE RANCHO ALEGRE D'OESTE, Estado do Paraná, aprova a Lei; 1042/09/2026 e eu Prefeito Municipal SANCIONO:
Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a abrir no Orçamento do corrente exercício, um CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR importância R$ 3.759.000,00 (Três Milhões, Setecentos e Cinquenta e Nove Mil Reais)., nas seguintes Dotações:

ADMINISTRAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
02.00.00000000.000	Poder Executivo			
02.04.00000000.000	Secretaria Geral de Governo			
04.122.0002.2.004	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	9	0	70.000,00
03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.02.00000000.000	Divisão de Recursos Humanos			
04.122.0002.2.006	Manutenção da Divisão Recursos Humanos			
3.1.90.13.00.00	Contribuições Patronais	18	0	314.000,00
3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	20	0	320.000,00
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos			
04.122.0002.2.009	Manutenção da Divisão de Suprimentos			
3.3.90.40.00.00	Serviços Tecnologia da Informação	34	0	125.000,00
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.2.010	Manutenção da Divisão de Serviços Gerais			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	45	0	249.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				1.078.000,00
AGRICULTURA				
04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente			
04.02.00000000.000	Divisão de Meio Ambiente			
20.606.0010.2.012	Manutenção do Meio Ambiente			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	64	0	57.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				57.000,00

EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.02.00000000.000	Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
12.365.0011.2.015	Manutenção da Divisão - C.M.E.I - "Bom Jesus"			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	106	101	20.000,00
05.05.00000000.000	Divisão do Ensino Fundamental			
12.361.0015.2.018	Manutenção do Ensino Fundamental			

3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	132	103	5.000,00
05.06.00000000.000	Divisão do Transportes Escolar			
12.361.0017.2.020	Manutenção da Div. Transporte Escolar			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	138	103	59.000,00
12.361.0017.2.021	Manutenção da Fonte 25% da Educação			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	141	104	153.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				237.000,00
SAÚDE				
06.00.00000000.000	Departamento de Saúde			
06.01.00000000.000	Divisão do Diretor do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.1.021	Ampliação e Reforma do Centro de Saúde			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	154	0	100.000,00
10.122.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.3.91.97.00.00	Aporte Cobertura do Déficit Atuarial	168	0	67.000,00
06.02.00000000.000	Divisão Do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.2.029	Manutenção da Fonte 15%			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	182	303	186.000,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	183	303	95.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	186	303	120.000,00
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	192	303	90.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	193	303	121.000,00
10.302.0021.2.062	Transf. - SAMU e PA-Consórcios Intermunicipais			
3.1.71.70.00.00	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	196	303	9.000,00
3.3.71.70.00.00	Rateio pela Participação em Consórcios Públicos	197	303	4.000,00
06.04.00000000.000	Divisão De Vigilância em Saúde			
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	237	494	46.800,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				838.800,00
AÇÃO SOCIAL				
07.00.00000000.000	Departamento de Assistência Social		FONTE	VALORES
07.02.00000000.000	Divisão Do F.M.A.S			
08.244.0023.2.033	Manutenção do F.M.A.S - CRAS			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	255	0	147.000,00
08.244.0023.2.087	Subvenção - "Casa Lar"			
3.1.50.43.00.00	Subvenções Sociais	270	0	19.000,00
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	271	0	8.000,00
16.482.0033.1.026	Aquisições de Materiais e Const. Casas Populares			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	280	0	200.000,00
07.04.00000000.000	Divisão do F.M. Direito Pessoa Idosa			
08.241.0023.2.084	Manutenção do Fundo M. Pessoa Idosa			
3.3.50.43.00.00	Subvenções Sociais	293	0	3.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				377.000,00
FAZENDA				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
08.00.00000000.000	Departamento de Fazenda			
08.03.00000000.000	Divisão de Receitas Municipais			
04.129.0036.2.037	Manutenção da Divisão de Tributação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	309	0	104.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				104.000,00
URBANISMO				
09.00.00000000.000	Departamento de Planj. Obras e Serviços Públicos			
09.02.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
26.782.0039.2.040	Manutenção do Transporte Rodoviário			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	319	0	70.000,00
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	320	0	60.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	323	0	100.000,00
09.03.00000000.000	Divisão De Urbanismo			
15.452.0028.2.041	Manutenção da Divisão Urbanismo			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	327	0	10.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				240.000,00
CULTURA				
10.00.00000000.000	Departamento de Cultura			
10.02.00000000.000	Divisão De Cultura Municipal			
13.392.0018.1.057	Construção/Ampliação e Reforma centro Cultural			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	342	0	600.000,00
13.392.0018.2.040	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	343	0	88.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				688.000,00
ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	364	0	139.200,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				139.200,00
TOTAL GERAL				3.759.000,00

Art. 2º - Para dar Cobertura ao Crédito Aberto no Artigo Anterior, terá como Contrapartida a Redução das seguintes Dotações:

ADMINISTRAÇÃO				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
03.00.00000000.000	Departamento de Administração			
03.02.00000000.000	Divisão de Recursos Humanos			
04.122.0002.2.006	Manutenção da Divisão Recursos Humanos			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	16	0	10.000,00
3.3.90.08.00.00	Outros Benefícios Assistenciais do Servidor	21	0	35.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	22	0	10.000,00
03.03.00000000.000	Divisão de Suprimentos			

04.122.0002.2.009	Manutenção da Divisão de Suprimentos			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	29	0	40.000,00
3.3.90.31.00.00	Premiações Culturais, Artísticas e Cientificas	30	0	13.200,00
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	31	0	13.200,00
03.04.00000000.000	Divisão de Serviços Gerais			
04.122.0002.1.006	Construção e Reforma Próprios Públicos			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	36	0	215.000,00
04.122.0002.1.007	Aquisição Equip./Veículos e Móveis Administração			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	38	0	85.000,00
04.122.0002.1.008	Aquisição e Desapropriação de Imóveis			
4.4.90.61.00.00	Aquisição de Imóveis	39	0	50.000,00
04.122.0002.2.010	Manutenção da Divisão de Serviços Gerais			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	46	0	350.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				821.400,00
AGRICULTURA				
04.00.00000000.000	Departamento de Agricultura e Meio Ambiente			
04.01.00000000.000	Divisão do Diretor de Departamento			
20.606.0002.2.011	Manutenção da Administração Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	55	0	40.000,00
04.03.00000000.000	Divisão de Fomento Agrop. e Desenv. Rural			
20.606.0002.2.013	Manutenção da Div. Produção Vegetal			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	76	0	135.000,00
20.606.0050.1.029	Construção/Ampliação e Reforma do P. Exposição			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	80	0	30.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				205.000,00
EDUCAÇÃO				
05.00.00000000.000	Departamento de Educação			
05.01.00000000.000	Divisão Do Diretor do Departamento			
12.361.0012.2.014	Manutenção da Div. Adm Geral do Departamento			
3.1.91.13.00.00	Contribuições Patronais	86	0	154.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	88	0	130.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	91	0	45.000,00
3.3.90.46.00.00	Auxilio-Alimentação	95	0	100.000,00
05.04.00000000.000	Divisão do Ensino Especial			
12.367.0014.2.017	Manutenção da Div. Ensino Especial			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	123	0	10.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	124	0	10.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	125	0	10.000,00
05.06.00000000.000	Divisão do Transportes Escolar			
12.361.0017.2.020	Manutenção da Div. Transporte Escolar			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	137	103	64.000,00
12.361.0017.2.021	Manutenção da Fonte 25% da Educação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	139	104	153.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				676.000,00
SAÚDE				
06.00.00000000.000	Departamento de Saúde			
06.01.00000000.000	Divisão do Diretor do Fundo Municipal de Saúde			
10.122.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	157	0	67.000,00
10.301.0021.2.026	Manutenção da Adm Geral			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	169	0	55.000,00
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	172	0	49.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	173	0	50.000,00
10.302.0021.2.095	Ttransf. - CISCOMCAM - Cons. Intermunicipal			
3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	177	0	120.000,00
06.02.00000000.000	Divisão Do Fundo Municipal de Saúde			
10.301.0021.1.022	Aquisições de Equipamentos/Veículos e Móveis			
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	188	303	13.000,00
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	190	303	8.000,00
10.304.0021.2.065	Manutenção em Vigilância em Saúde			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	210	303	64.000,00
10.305.0021.2.065	Manutenção em Vigilância em Saúde			
3.1.90.04.00.00	Contratos por Tempo Determinados	211	303	55.000,00
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	212	303	121.000,00
06.04.00000000.000	Divisão De Vigilância em Saúde			
10.301.0021.2.070	Manutenção da Atenção Básica em Saúde			
3.3.72.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros - PJ	236	494	26.400,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	239	494	20.400,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				648.800,00
AÇÃO SOCIAL				
07.00.00000000.000	Departamento de Assistência Social		FONTE	VALORES
07.02.00000000.000	Divisão da Divisão do FMAS			
08.244.0023.1.053	Investimentos em Capital para o CRAS			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	253	0	500.000,00
4.4.90.52.00.00	Equipamentos e Material Permanente	254	0	33.000,00
08.244.0023.2.033	Manutenção do F.M.A.S - CRAS			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	258	0	27.000,00
3.3.90.34.00.00	Outras Despesas de Pessoal - Contratos	261	0	6.000,00
3.3.90.36.00.00	Outros Serviços Terceiros – PF	262	0	30.000,00
16.482.0033.1.026	Aquisições de Materiais e Const. Casas Populares			
3.3.90.32.00.00	Material de Distribuição Gratuita	279	0	20.000,00
07.03.00000000.000	Divisão do F.M. Criança e do Adolescente			
08.243.0023.2.086	Manutenção do Conselho Tutelar			
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	284	0	48.000,00
08.243.0025.2.034	Manutenção do FMDCA			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	287	0	13.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	288	0	13.000,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	289	0	13.000,00

TOTAL DO DEPARTAMENTO				703.000,00
FAZENDA				
CÓDIGOS	DESCRIÇÃO	FICHA	FONTE	VALORES
08.00.00000000.000	Departamento de Fazenda			
08.02.00000000.000	Divisão de Tesouraria			
04.123.0036.2.078	Manutenção - Contratos de Financiamento			
3.2.90.21.01.00	Juros da Dívida Contratual	307	0	40.000,00
08.04.00000000.000	Divisão de Contabilidade			
04.121.0037.2.038	Manutenção da Divisão Contabilidade			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	311	0	200.000,00
3.3.90.14.00.00	Diárias	312	0	13.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				253.000,00
URBANISMO				
09.00.00000000.000	Departamento de Planj. Obras e Serviços Públicos			
09.03.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
15.452.0028.1.067	Obras Públicas em Avenidas e Ruas da Cidade			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	325	0	150.000,00
15.452.0028.2.041	Manutenção da Divisão Urbanismo			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	328	0	10.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	329	0	10.000,00
09.04.00000000.000	Divisão De Transporte Rodoviário			
16.482.0033.2.042	Manutenção da Divisão Habitação			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	331	0	33.000,00
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	332	0	13.200,00
3.3.90.39.00.00	Outros Serviços Terceiros – PJ	333	0	7.000,00
17.512.0032.2.012	Manutenção do Meio Ambiente			
3.3.90.30.00.00	Material de Consumo	334	0	13.200,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				236.400,00
CULTURA				
10.00.00000000.000	Departamento de Cultura			
10.01.00000000.000	Divisão do Diretor de Cultura			
13.392.0018.2.043	Manutenção da Adm. Geral			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	339	0	8.000,00
ç	Divisão De Cultura Municipal			
13.392.0018.2.040	Manutenção da Secretaria Geral			
3.1.90.16.00.00	Outras Despesas Variáveis - Pessoal Civil	344	0	15.000,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				23.000,00
ESPORTE, LAZER E TURISMO				
11.00.00000000.000	Departamento de Esporte, Lazer e Turismo			
11.02.00000000.000	Divisão De Esporte, Lazer e Turismo			
27.812.0019.1.028	Investimento de Capital - Centro Esportivo			
4.4.90.51.00.00	Obras e Instalações	356	0	33.000,00
27.812.0019.2.046	Manutenção da Div. Esporte Municipal			
3.1.90.11.00.00	Vencimentos e Vantagens Fixas	358	0	159.400,00
TOTAL DO DEPARTAMENTO				192.400,00
TOTAL GERAL				3.759.000,00

Art. 3.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, aplicando-se seus efeitos a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rancho Alegre D'Oeste, 02 de Outubro de 2.026.

EVERTON CÁSSIO ZANUTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Wanderley Pereira da Silva
Código Identificador:7ED64C65

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE REALEZA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO TERMO ADITIVO WILSON

EXTRATO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO
QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO Nº 522/2022
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE REALEZA
CONTRATADA: WILSON RABELO ME
OBJETO: Contratação de Empresa para Prestações de Serviços de Torno em Geral para todas as Máquinas Pesadas, Veículos Leves e Pesados e Britador Móvel e Fixo da Frota Municipal de Realeza.
ADITIVO : CLÁUSULA PRIMEIRA DA PRORROGAÇÃO DE PRAZO :
Pelo presente termo, as partes inicialmente nomeadas, resolvem por mútuo acordo, prorrogar a vigência e execução do presente contrato para 03 de Outubro de 2027, conforme faculta o disposto no Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93, de 21/06/93 e suas alterações subseqüentes.

Lote	Item	Código do serviço	Descrição do produto/serviço	Unidade de medida	Quantidade	Preço unitário	Preço total
LOTE: 001 - Lote 001	1	72556	SERVIÇO DE TORNO EM GERAL PARA TODAS AS MÁQUINAS PESADAS EM GERAL (PÁ carregadeira, retroescavadeira, escavadeira hidráulica, motoniveladoras, mini-carregadeiras, rolos compactadores, trator de esteira, trator de pneus) E DEMAIS MÁQUINAS DA FROTA MUNICIPAL	HORAS	225,00	185,00	41.625,00
LOTE: 001 - Lote 001	2	72557	SERVIÇOS DE TORNO EM GERAL PARA TODOS OS VEÍCULOS LEVES (CARROS, VANS, ambulâncias e utilitários) DA FROTA MUNICIPAL.	HORAS	281,25	185,00	52.031,25
LOTE: 001 - Lote	3	72558	SERVIÇO DE TORNO EM GERAL PARA TODOS OS VEÍCULOS PESADOS	HORAS	281,25	185,00	52.031,25

001			(CAMINHÕES, ônibus, micro-ônibus) DA FROTA MUNICIPAL				
LOTE: 001 - Lote 001	4	72560	SERVIÇO DE TORNO EM GERAL PARA BRITADOR MÓVEL E BRITADOR FIXO	HORAS	112,50	180,50	20.306,25
LOTE: 002 - Lote 002	1	72557	SERVIÇOS DE TORNO EM GERAL PARA TODOS OS VEÍCULOS LEVES (CARROS, VANS, ambulâncias e utilitários) DA FROTA MUNICIPAL.	HORAS	93,75	185,00	17.343,75
LOTE: 002 - Lote 002	2	72558	SERVIÇO DE TORNO EM GERAL PARA TODOS OS VEÍCULOS PESADOS (CAMINHÕES, ônibus, micro-ônibus) DA FROTA MUNICIPAL	HORAS	93,75	185,00	17.343,75
TOTAL							200.681,25

REFERENTE LICITAÇÃO Pregão Nº 162/2022
DATA DA ASSINATURA: 02/10/2026

Publicado por:
Aline Maiara Farias
Código Identificador:F32D11AB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO NEGRO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
TERMO DE APOSTILAMENTO Nº 08 AO CONTRATO DE EMPREITADA N.º 145/2024 REF. CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 011/2024

PODER CONCEDENTE: **MUNICÍPIO DE RIO NEGRO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 76.002.641/0001-47, com sede sita na Rua Juvenal Ferreira Pinto, 2070, Estado do Paraná, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Senhor **ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN** portador do CPF/MF sob nº 936.249.729-87, e CONCESSIONÁRIA a RN ILUMINA SPE LTDA, inscrita no CNPJ 58.474.804/0001-02 registrada na Junta Comercial do Estado do Paraná 41213085716 com sede na cidade de Curitiba/PR, na Rua André de Barros, 226, Sala 1405, Andar 14 Cond. Novo Centro Ed., CEP 80010-080, que operará sob a designação de "Consórcio RN Ilumina", Sociedade de Propósito Específico constituída especialmente para a execução do presente Contrato de Concessão Administrativa 145/2024, neste ato representada pelo Srs. IVAN LUIZ ALVES MARTINS inscrito no CPF/MF sob n.º 531.218.309-10 e FRANCISCO CARLOS SARTINI MARTINS inscrito no CPF/MF sob n.º 047.840.889-70, resolvem modificar unilateralmente o Contrato 145/2024, que se regerá pela legislação pertinente, pela Lei Municipal nº 3300/2023, pela Lei Federal nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004; pela Lei Federal nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; pela Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, Lei Municipal nº 1.326 de 26 de dezembro de 2002; pela Resolução Normativa da ANEEL nº 1.000/2021, e demais normas vigentes sobre a matéria. **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO** 1.1 O presente Termo de Apostilamento tem como objetivo a modificação do Contrato registrado e publicado através do nº 145/2024, por parte da Administração, visando o reajuste, conforme a Cláusula 34.2 do Contrato. **CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR** O valor contratual será reajustado, a partir de setembro de 2026, conforme IPCA/IBGE com índice de 4,22% do período.

Item	Qtd	Especificação/ Descrição do item	Valor atual da contraprestação	Valor com reajuste IPCA 4,22%	Valor do Acréscimo	Valor Reajustado
1	0,95752	Modernização, expansão e manutenção da infraestrutura da rede de iluminação pública	R$ 169.670,86	R$ 176.830,97	R$ 1.625.022,90	R$ 40.132.674,62

Dotação Orçamentária: 1019 – 13.002.25.752.0002.2.055.3.3.67.83.99 – Fonte 507. CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO Ficam mantidas e ratificadas, em seu inteiro teor, todas as demais Cláusulas e condições do Contrato originário, não modificadas por este Termo de Apostilamento e Termos Aditivos anteriores.

Rio Negro PR, 02 de outubro de 2026

ALESSANDRO CRISTIAN VON LINSINGEN
Prefeito Municipal Contratante

Publicado por:
Lindamir Burkat
Código Identificador:96C3145A

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROLÂNDIA

SECRETARIA GERAL
DECRETO Nº 483 02 DE OUTUBRO DE 2026.

SÚMULA: Reestima as Receitas Previstas; abre Crédito Adicional Suplementar – Por Provável Excesso de Arrecadação, e altera o cronograma de Execução Mensal para Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto nº 666 de 31 de Dezembro de 2025.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e de conformidade com o disposto nos §1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025 – Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica Reestimada na Classificação das Receitas de Capital a Fonte de Recursos – 865 CRAS - Luiz Picinin - Jardim Tomie Nagatani, conforme a seguir especificada:

Red	**Código**	**Descrição**	***Valor Orçado**	****Valor Arrecadado até 10/2026**	***** Valores Atualizados**	****** Projeção de Arrecadação até 12/2026**	*******Provável Excesso de Arrecadação no Exercício**
463	2.4.2.9.99.0.1.11.00.00.00.00	CRAS - Luiz Picinin Jardim Tomie Nagatani	0,00	120.000,00	120.000,00	1.200.000,00	1.080.000,00

TOTAL		**0,00**	**120.000,00**	**120.000,00**	**1.200.000,00**	**1.080.000,00**
* Valor da Receita prevista na Lei Municipal nº Lei 4.360 de 19/12/2025;						
** Valor da receita Arrecadada até 10/2026						
*** Valor atualizado pelos Decretos nº 357 de 24/07/2026 e nº 362 de 27/07/2026						
**** Projeção de Arrecadação no Exercício;						
***** Provável Excesso de Arrecadação no Exercício.						

Art. 2º - Fica aberto no corrente exercício financeiro um crédito adicional suplementar no valor de **R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais),** para reforço de dotações constantes da Lei de Orçamento vigente, 4.360 de 19/12/2025, conforme abaixo especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Fonte de Recursos	Valor em R$
10.02.08.245.0010.1.014	4.4.90.51.00.00.00	865	R$ 80.000,00
TOTAL			**R$ 80.000,00**

Art. 3º - Como recursos para a abertura do Crédito previsto no artigo anterior, o Executivo utilizar-se-á do previsto no inciso II, § 1º do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e do previsto nos § 1º e 2º do artigo 10º e artigos 15 e 16 da Lei nº 4.360 de 19/12/2025– Lei Orçamentária Anual – LOA/2026.

Parágrafo único. Como Provável Excesso de Arrecadação considerar-se-á o montante de **R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais),** oriundos da Fonte de Recursos: 865 CRAS - Luiz Picinin - Jardim Tomie Nagatani.

Art. 4° - Fica alterado o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso para o Exercício Financeiro de 2026, previsto no Decreto n° 666 de 31 de Dezembro de 2025, acrescendo a Previsão de Aplicação de Recursos de **R$ 80.000,00 (Oitenta mil reais),** conforme a seguir especificados:

Órgão /Unidade	Grupo de Despesa	Fonte de Recursos	Mês	Previsão de Aplicação de Recursos
10.02	4.4	865	Outubro	R$ 80.000,00
TOTAL				**R$ 80.000,00**

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EDIFÍCIO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ROLÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, aos 02 de Outubro de 2026.

AILTON APARECIDO MAISTRO	***EDER JUNIOR EVANGELISTA***
Prefeito Municipal	Secretário Municipal de Finanças
PAULO ROGÉRIO DE LIMA	***CARLOS EDUARDO DRONG***
Secretário Municipal de Administração	Contador *CRC PR-083213/O*

Publicado por:
Eloisa Fernanda Boraschi
Código Identificador:EE752A26

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA AMÉLIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O prefeito Municipal INIVALDO BATISTA **,** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente a Lei nº 14.133/2021 e alterações posteriores, a vista do parecer jurídico, resolve:
01 – ADJUDICAR E HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:
Processo n°: 86/2026
Licitação n°: 31/2026
Modalidade: Dispensa
Data da Homologação: 02/10/2026
Data de adjudicação: 02/10/2026
Objeto homologado: Contratação, na modalidade dispensa eletrônica de licitação, dividida em 2 (dois) lotes distintos, de empresas especializadas para: Lote 01 locação de brinquedos infláveis e mecânicos carreta playground, multi park premium, canhão de espuma touro mecânico, tobogã grande duas quedas e escorrega tipo slide radical, todos com monitor ; e Lote 02 carrinho de churros e carrinho de sorvete americano, com material e mão de obra

ANA CAROLINA DE AZEVEDO SOARES ALMEIDA							
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CANHÃO DE ESPUMA Locação de Canhão de Espuma: 220v, com produto específico (não agride olhos e pele), com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	1,00	879,00	879,00
1	2	CARRETA PLAYGROUD Locação de Carreta Playground ou equivalente: com tamanho no mínimo 3,00m x 2,00m x 7,00m (AxLxC) — capacidade de 12 crianças por vez, com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	1.133,00	3.399,00
1	3	ESCORREGA SLIDE Locação de Escorrega tipo Slide Radical ou equivalente: com tamanho no mínimo 7,00m x 3,00m x 2,30m (CxLxA) — capacidade de 02 crianças por vez, com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	1.393,00	4.179,00
1	4	MULTI PARK Locação de Multi Park Premium ou equivalente: com tamanho no mínimo 6,00m x 4,00m x 3,00m (CxLxA) — capacidade de 07 crianças por vez, com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	1.699,00	5.097,00
1	5	TOBOGÃ DUAS QUEDAS .Locação de Tobogã Grande Duas Quedas ou equivalente: com tamanho no mínimo 6,50m x 4,20m x 5,00m (CxLxA) — capacidade de 02 crianças por vez, com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	1.639,00	4.917,00
1	6	TOURO MECÂNICO Locação de Touro Mecânico: colchão inflável com tamanho no mínimo 5,00m x 5,00m (CxL) — capacidade de 01 criança por vez, com monitor. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	10,00	1.551,00	15.510,00
2	1	CARRINHO DE CHURROS Locação de carrinho de churros (material incluso): mínimo nos sabores doce de leite e chocolate, distribuição de 300 unidades no evento. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	2.505,00	7.515,00
2	2	CARRINHO DE SORVETE Locação de carrinho de sorvete americano (material incluso): mínimo de dois sabores, distribuição de 300 unidades no evento. Duração aproximada de 4h.	Serviço	UNID	3,00	1.798,00	5.394,00

TOTAL	46.890,00

Valor homologado: 46.890,00

Santa Amélia, 02 de outubro de 2026.

INIVALDO BATISTA
Prefeito de Santa Amélia

Publicado por:
Nilson Jose Martins
Código Identificador:65BF37EF

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CECÍLIA DO PAVÃO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 2.572/2026

DECRETO Nº 2.572/2026

SÚMULA: Abre Crédito Suplementar no Orçamento do Município, inclusão no PPA E LDO e dá outras Providências.

Claudio Covre, Prefeito Municipal de Santa Cecília do Pavão, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com base na Lei Federal nº. 4.320/1.964, e a Lei Municipal nº. 1164/2025, de 18 de novembro de 2025.

Art. 1º - Abre Crédito Suplementar no Orçamento, no valor total de **R$ 500.600,00 (quinhentos mil e seiscentos reais)** para atender as necessidades do Poder Executivo com a seguinte classificação orçamentária:

Código da Despesa	Descrição	Fonte	Valor
07	**SECRETARIA DE AÇÕES PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL**		
07.001	**FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
08.244.0004.2017	**MANUTENÇÃO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL**		
3.3.71.70	120 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	000	R$ 84.000,00
08	**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001	**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0005.2032	**MANUTENÇÃO FUNDEB FUNDAMENTAL**		
3.1.90.11	194 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	101	R$ 70.000,00
3.1.90.13	195 - Obrigações Patronais	101	R$ 18.800,00
11	**SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO**		
11.001	**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.301.0009.2051	**MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**		
3.3.90.30	297 - Material de Consumo	494	R$ 9.000,00
3.3.90.32	298 - Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita	494	R$ 44.000,00
10.301.0009.2053	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO**		
3.3.71.70	310 - Rateio pela Participação em Consórcio Público	303	R$ 100.000,00
3.3.90.30	312 - Material de Consumo	303	R$ 20.000,00
10	**SECRETARIA DE ESPORTES E LAZER**		
10.001	**DIVISÃO DE ESPORTES E LAZER**		
27.812.0008.2049	**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE ESPORTE E LAZER**		
3.3.90.30	278 - Material de Consumo	000	R$ 25.000,00
12	**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
12.001	**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
15.452.0010.2058	**MANUTENÇÃO LIMPEZA PUBLICA**		
3.3.90.39	335 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	511	R$ 43.000,00
15.452.0010.2059	**MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RODOVIÁRIOS**		
3.3.90.30	342 - Material de Consumo	000	R$ 50.000,00
13	**SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
13.001	**DIVISÃO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**		
20.606.0011.2061	**MANUTENÇÃO DA DIV. DE AGRICULTURA MEIO AMBIENTE**		
3.3.90.30	360 - Material de Consumo	000	R$ 36.800,00
TOTAL SIUPREMENTAÇÃO			**R$ 500.600,00**

Art. 2º - Para abertura do Crédito de que trata o art. 1º, serão utilizados os recursos provenientes de anulação total ou parcial de dotação, conforme abaixo:

Código da Despesa	Red.	Descrição	Fonte	Valor
02		**SECRETÁRIA GERAL DE GABINETE**		
02.001		**GABINETE DO PREFEITO**		
04.122.0002.2002		**MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO**		
3.3.90.39	11	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	000	R$ 30.000,00
02.002		**PROCURADORIA GERAL**		
04.061.0002.2003		**MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURÍDICA**		
3.3.90.91	22	Sentenças Judiciais	000	R$ 50.000,00
02.003		**CONTROLE INTERNO**		
04.124.0002.2004		**MANUTENÇÃO CONTROLE INTERNO**		
3.3.90.14	26	Diárias – Civil	000	R$ 10.000,00
3.3.90.30	27	Material de Consumo	000	R$ 5.800,00
06		**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
06.001		**DIVISÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
04.122.0002.2013		**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**		
3.3.90.37	90	Locação de Mão-de-obra	000	R$ 30.000,00
3.3.90.91	94	Sentenças Judiciais	000	R$ 20.000,00

3.3.90.92	95	Despesas de Exercícios Anteriores	000	R$ 2.000,00
3.3.90.93	96	Indenizações e Restituições	000	R$ 48.000,00
08		**SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA**		
08.001		**DIVISÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL**		
12.361.0005.2032		**MANUTENÇÃO FUNDEB FUNDAMENTAL**		
3.1.90.94	196	Indenizações e Restituições Trabalhistas	101	R$ 10.000,00
08.003		**DIVISÃO DE ENSINO ESPECIAL E JOVENS E MENORES**		
12.366.0005.2038		**MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO JOVENS E MENORES**		
3.1.90.11	228	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	101	R$ 13.000,00
3.1.90.13	229	Obrigações Patronais	101	R$ 3.000,00
12.367.0005.2041		**MANUTENÇÃO FUNDEB EDUCAÇÃO ESPECIAL**		
3.1.90.11	240	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	101	R$ 51.000,00
3.1.90.13	241	Obrigações Patronais	101	R$ 11.800,00
11		**SECRETARIA DE SAÚDE E PREVENÇÃO**		
11.001		**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**		
10.301.0009.2051		**MANUTENÇÃO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA**		
3.1.90.94	294	Indenizações e Restituições Trabalhistas	494	R$ 1.000,00
3.3.71.70	295	Rateio pela Participação em Consórcio Público	494	R$ 1.000,00
3.3.90.14	296	Diárias – Civil	494	R$ 2.000,00
3.3.90.37	300	Locação de Mão-de-obra	494	R$ 5.000,00
3.3.90.39	301	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	494	R$ 44.000,00
10.301.0009.2053		**MANUTENÇÃO DA DIVISÃO DE SAÚDE E SANEAMENTO**		
3.1.90.94	309	Indenizações e Restituições Trabalhistas	303	R$ 10.000,00
3.3.90.34	315	Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização	303	R$ 10.000,00
3.3.90.37	317	Locação de Mão-de-obra	303	R$ 10.000,00
3.3.90.39	318	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	303	R$ 90.000,00
12		**SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
12.001		**DIVISÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS**		
15.452.0010.2058		**MANUTENÇÃO LIMPEZA PUBLICA**		
3.1.90.11	332	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	511	R$ 20.000,00
3.1.90.13	333	Obrigações Patronais	511	R$ 4.400,00
3.3.90.30	334	Material de Consumo	511	R$ 13.200,00
3.3.90.46	336	Auxílio-Alimentação	511	R$ 5.400,00
TOTAL ANULAÇÃO				**R$ 500.600,00**

Art. 3º - Ficam alteradas a Lei Municipal nº 1.135/2025, de 01 de julho de 2025 (LDO), e a Lei Municipal nº 1.134/2025, de 01 de julho de 2025 (PPA), em igual importância, observadas as alterações orçamentárias decorrentes da abertura do presente Crédito Especial.

Art. 4º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a suplementar e redução das dotações desta Lei por Transposição, Remanejamento e Transferência por Decreto Municipal.

Art. 5º - Fica autorizado ao Executivo Municipal vincular outras Fontes de Recursos e Recursos que achar necessário para custear quaisquer despesas desta Lei.

Art. 6º - Este decreto entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Santa Cecília do Pavão, 02 de outubro de 2026.

CLAUDIO COVRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jhenifer Dos Santos
Código Identificador:980EE3BB

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA FÉ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2026 CIAS

Dispõe sobre abertura de um Crédito Adicional Suplementar, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL(CIAS), no uso de suas atribuições, RESOLVE:

Art. 1º - Fica aberto no Orçamento do Consórcio Municipal de Assistência Social (CIAS) para o Exercício Financeiro de 2026, um Crédito Adicional Suplementar no valor de R$ 58.000,00 (Cinquenta e oito mil reais), para a suplementação da seguinte dotação orçamentária:

01	**CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ASSITÊNCIA SOCIAL**			
01.001	**MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO CONSÓRCIO**			
01.001.08.243.0002.2002	MANUTENÇÃO DA CASA LAR			
33.90.39.00.00	Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	2001	R$	100.000,00
TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO			**R$**	**100.000,00**

Art. 2º - Como Recursos para atender a presente abertura de Crédito Adicional Suplementar mencionada no Art. 1º, o Consórcio Intermunicipal de Assistência Social usará o provável excesso de arrecadação da receita abaixo:
1.7.0.0.00.0.0.00.00 – Transferências Correntes

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua Publicação.

Santa Fé, 02 de Outubro de 2026.

EDSON PALOTTA NETTO
Presidente

Publicado por:
Marina do Nascimento Gonçalves
Código Identificador:E225FA90

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO I

ANEXO I

LOTE	CLASSIFICAÇÃO	MODELO	LANCE INICIAL	CONDICIONAL
2	MERCADORIA	**SUCATA DIVERSAS (MÓVEIS, ELETRÔNICOS, ELETRODOMÉSTICOS E MATERIAIS FERROSOS)** DOIS NOBREAK, FRAGMETADORA DE PAPÉL, LAVADORA DE ALTA PRESSÃO, FOGÃO, ARMÁRIO DE AÇO DUAS PORTAS, MINI CAMA ELÁSTICA (JUMP), CADEIRAS E CARTEIRAS ESCOLARES, CAIXA AMPLIFICADORA, BEBEDOURO, GELADEIRA.	**R$ 600,00**	**SEM CONDICIONAL**
3	MERCADORIA	**POSTES DE ILUMINAÇÃO EXTERNA ESTILO COLONIAL E GLOBOS PARA LUMINÁRIAS EM ÂNFORA** APROXIMADAMENTE 10 POSTES, APROXIMADAMENTE 20 GLOBOS	**R$ 700,00**	**SEM CONDICIONAL**
4	MERCADORIA	CADEIRA ODONTOLÓGICA KAVO SUCATEADA	**R$ 100,00**	**SEM CONDICIONAL**
5	MERCADORIA	**SUCATA DIVERSAS (MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, MATERIAIS FERROSOS, MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO)**DUAS GELADEIRAS, SECADORA, ESTRUTURAS METÁLICAS SANFONADAS, BERÇOS PORTÁTEIS, PARTES DE ESTANTES, QUATRO CUBAS OVAIS DE CERÂMICA, UMA CUBA RENTAGULAR, UMA BANCADA RETANGULAR DE CONCRETO LISA COM RECORTE PARA CUBA, TABELA DE BASQUETE, PLACAS EM FORMATO DE CORAÇÃO.	**R$ 800,00**	**SEM CONDICIONAL**
6	CONSERVADOS	IVECO/CITYCLASS 70C16, 09/09, AMARELA,^ PLACA: ARS4578, CHASSI: 93ZL68B0198409927	**R$ 25.000,00**	**R$ 30.000,00**
7	CONSERVADOS	I/PEUGEOT EXPERT EUROLAF, 19/20, BRANCA, PLACA: GEK2H15, CHASSI: 9V8VBBHXGLA001640	**R$ 33.000,00**	**R$ 40.000,00**
8	CONSERVADOS	FIAT/UNO DRIVE 1.0, 17/18, BRANCA, PLACA: BBY2557, CHASSI: 9BD195B4NJ0827238	**R$ 19.150,00**	**R$ 24.000,00**
9	CONSERVADOS	VW/MASCA GRANMINI O, 08/08, AZUL, PLACA: AQH5612, CHASSI: 9BWP452R78R837417	**R$ 41.500,00**	**SEM CONDICIONAL**
10	CONSERVADOS	VW/GOL 1.0 GIV, 13/14, BRANCA, PLACA: AXT2065, CHASSI: 9BWAA05W3EP030483	**R$ 15.000,00**	**R$ 23.000,00**
11	CONSERVADOS	MARCOPOLO/VOLARE V9L ON, 21/22, BRANCA, PLACA: RHV2B51, CHASSI: 93PB98S31NC066621	**R$ 300.000,00**	**SEM CONDICIONAL**
12	CONSERVADOS	I/FIAT DUCATO GREENC AMB, 19/19, BRANCA, PLACA: BDR9J26, CHASSI: 3C6DFVBK3KE538530	**R$ 50.000,00**	**R$ 85.000,00**
13	CONSERVADOS	VW/KOMBI, 11/12, BRANCA, PLACA: AUY7414, CHASSI: 9BWMF07X1CP015451	**R$ 19.500,00**	**R$ 22.000,00**

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:78F77EC8

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO II

ANEXO II

LOTE	MATRÍCULA	LOTE	LOCALIZAÇÃO	ÁREA (M²)	AVALIAÇÃO (VALOR VENAL)
14	11.911	Lote de terras sob nº 03, da Quadra nº 03.	Rua Minas Gerais, nº 419, Jardim Novo Amanhecer, Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
15	11.912	Lote de terras sob nº 04, da Quadra nº 03.	Rua Minas Gerais, nº 407, Jardim Novo Amanhecer, Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
16	11.913	Lote de terras sob nº 05, da Quadra nº 03.	Rua Minas Gerais, nº 395, Jardim Novo Amanhecer, Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
17	11.914	Lote de terras sob nº 06, da Quadra nº 03.	Rua Minas Gerais, nº 383, Jardim Novo Amanhecer, Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
18	11.925	Lote de terras sob nº 17, da Quadra nº 03.	Rua Tocantins, nº 382, Jardim Novo Amanhecer, Município de Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
19	11.926	Lote de terras sob nº 18, da Quadra nº 03.	Rua Tocantins, nº 394, Jardim Novo Amanhecer, Município de Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
20	11.927	Lote de terras sob nº 19, da Quadra nº 03.	Rua Tocantins, nº 406, Jardim Novo Amanhecer, Município de Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00
21	11.928	Lote de terras sob nº 20, da Quadra nº 03.	Rua Tocantins, nº 418, Jardim Novo Amanhecer, Município de Santa Fé/PR.	300 m²	R$ 40.000,00

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:455B32A9

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA
DECRETO: 308/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de SANTA FE, PR, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 2438/2025 de 26/11/2025.

Decreta:

Art. 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de R$11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais),

destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.				
	Suplementação			
	22		SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E URBANISMO (DFOE)	
	22.003		DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS (DSU)	
	22.003.15.452.0006.2.231		MANUTENÇÃO DE VIAS URBANAS	
	722 - 3.1.71.70.00.00	3504	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	3.420,00
	727 - 3.3.71.70.00.00	3504	RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	7.980,00
	Total Suplementação:			11.400,00
	Art 2º - Para atender o disposto no Artigo 1° deste Decreto, utilizar-se-á os recursos resultantes de Superávit financeiro, de acordo com o Artigo n° 43 da Lei Federal n° 4.320/64, conforme descriminação abaixo:			
	Art 3º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.			
	Edifício da Prefeitura Municipal de SANTA FE, PR., ao primeiro dia do mês de Outubro de 2026.			

EDSON PALOTTA NETTO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janaina Aparecida Ferreira da Silva
Código Identificador:FF5A1BBE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA LÚCIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 15/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 269/2026. DATA DA REALIZAÇÃO: 01/10/2026.

O **MUNICÍPIO DE SANTA LÚCIA,** entidade pública estabelecido na Avenida do Rosário, nº 228, Centro Santa Lúcia - Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob nº 95.594.776/0001-93 , **DISPENSA** a Licitação, conforme o inciso II do Artigo 75, da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, a favor da empresa **OLMIR LUIS PECCIN**, sito à Avenida Iguaçu, 0 Loja Peccin - Cep: 85790001 - Bairro: Centro Cidade/Uf: Capitão Leônidas Marques/PR, inscrita no CNPJ sob nº 79.209.763/0001-05, para **Contratação de empresas para locação de brinquedos e equipamentos recreativos, com transporte, montagem, testes, operação, monitoramento e desmontagem; serviços de preparo e distribuição de pipoca e algodão-doce; fornecimento e distribuição de picolés; pintura artística facial e animação infantil com animador/palhaço, destinados ao evento do Dia das Crianças de 09 de outubro de 2026, no Município de Santa Lúcia/PR.**, no valor de ***R$ 17.365,82 (Dezessete Mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Reais e Oitenta e Dois Centavos)*****,** por um período de **90 Dias**, conforme abaixo descrito:

OLMIR LUIS PECCIN								
Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Modelo	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	CAMA ELÁSTICA GRANDE Locação de cama elástica com área de ocupação aproximada de 4,30 m x 4,30. m, estrutura em aço galvanizado, lona de salto resistente, proteção sobre molas, rede de segurança e escada de acesso. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PROPRIA RECREATIVOS		UN	2,00	470,00	940,00
1	2	FUTEBOL SECO Locação de futebol seco com estrutura e área de jogo medindo aproximadamente 10,00 m de comprimento x 5,00 m de largura, confeccionado em material resistente e adequado à atividade. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	1.025,31	1.025,31
1	3	GUERRA DE COTONETE Locaçaõ de brinquedo inflável "Guerra de Cotonete", composto por base inflável, dois bastões acolchoados (cotonetes) e equipamentos de segurança necessários. Inclui operador responsável durante todo o período de funcionamento. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		un	1,00	594,31	594,31
1	4	JUMP INFLÁVEL COM DUAS TORRES Locação de brinquedo inflável tipo Jump, com duas torres de aproximadamente 6,00 m de altura e área de ocupação aproximada de 4,40 m x 4,40 m, confeccionado em material resistente e seguro. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	1.836,47	1.836,47
1	5	LOCAÇÃO DE FUTEBOL DE SABÃO Locação de futebol de sabão inflável com dimensões aproximadas de 8,00 m de comprimento x 4,00 m de largura e	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	883,93	883,93

		altura de até 2,50 m, confeccionado em material resistente e seguro. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.						
1	6	MESA DE DISCO Locação de futebol seco com estrutura e área de jogo medindo aproximadamente 10,00 m de comprimento x 5,00 m de largura, confeccionado em material resistente e adequado à atividade. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	492,79	492,79
1	7	MESA DE PEBOLIM Locação de mesa de pebolim confeccionada em material resistente, com jogadores fixos, bolas em quantidade suficiente e em perfeitas condições de uso. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		un	1,00	238,00	238,00
1	8	MULT PARK INFLÁVEL COM OBSTÁCULOS Locação de brinquedo inflável tipo Mult Park, com circuito de atividades e obstáculos, dimensões aproximadas de 8,00 m de comprimento x 4,00 m de largura e altura de até 2,50 m. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		un	1,00	1.250,00	1.250,00
1	9	PISCINA DE BOLINHAS Piscina de bolinhas infantil, medindo aproximadamente 2,00 m x 2,50 m, contendo estrutura resistente, proteção lateral, piso emborrachado e quantidade suficiente de bolinhas plásticas atóxicas para preenchimento adequado. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	468,67	468,67
1	10	PISCINA DE BOLINHAS 1,50 X 2,00 Locaçaõ de Piscina de bolinhas infantil, medindo aproximadamente 1,50 m x 2,00 m, contendo estrutura resistente, proteção lateral, piso emborrachado e quantidade suficiente de bolinhas plásticas atóxicas para preenchimento adequado. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		un	1,00	235,82	235,82
1	11	TOBOGÃ INFLÁVEL GIGANTE Locação de tobogã inflável gigante com dimensões aproximadas de 6,00 m de altura x 5,00 m de comprimento x 4,00 m de largura, admitindo-se variação de +- 5% nas medidas, confeccionado em material resistente e seguro. Inclui montagem, desmontagem e monitor durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	1,00	885,95	885,95
1	12	TOURO MECANICO TOURO MECÂNICO Locação de touro mecânico com área inflável de proteção aproximada de 4,50 m x 4,50 m e altura total aproximada de até 2,00 m, controle de velocidade e parada de emergência. Inclui operador, montagem, desmontagem e acompanhamento durante todo o período de utilização. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA EQUIPAMENTOS RECREATIVOS		UN	2,00	1.711,00	3.422,00
2	1	SERVIÇO DE PINTURA DE ROSTO Prestação de serviço de pintura artística facial, realizada por profissional capacitado, utilizando tintas	PRÓPRIA PINTURA ARTÍSTICA FACIAL		UN	1,00	612,22	612,22

		antialérgicas, atóxicas e próprias para uso na pele, incluindo todos os materiais necessários para atendimento durante todo o período contratado. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.						
3	1	SERVIÇO DE ALGODÃO DOCE Prestação de serviço de preparo e distribuição de algodão doce durante o evento, incluindo máquina específica, açúcar, corantes alimentícios, palitos, embalagens, mão de obra e todos os insumos necessários para atendimento contínuo durante o período do evento. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA SERVIÇO DE ALGODÃO DOCE		UN	1,00	705,35	705,35
3	2	SERVIÇO DE PIPOCA DOCE Prestação de serviço de preparo e distribuição de pipoca doce durante o evento, incluindo carrinho ou equipamento apropriado, insumos, embalagens descartáveis, gás ou energia necessária, mão de obra e todos os materiais indispensáveis para o atendimento do público. C/ 500 PCT DE PIPOCA. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA SERVIÇO DE PIPOCA DOCE		UN	1,00	1.025,00	1.025,00
3	3	SERVIÇO DE PIPOCA SALGADA Prestação de serviço de preparo e distribuição de pipoca salgada durante o evento, incluindo carrinho ou equipamento apropriado, insumos, embalagens descartáveis, gás ou energia necessária, mão de obra e todos os materiais indispensáveis para o atendimento do público. PERÍODO DE FUNCIONAMENTO 6 HRS.	PRÓPRIA SERVIÇO DE PIPOCA SALGADA		UN	1,00	980,00	980,00
4	1	PICOLÉ Fornecimento de picolé em sabores variados, produzido com ingredientes de boa qualidade, acondicionado individualmente em embalagem própria, íntegra e lacrada, devidamente identificado e dentro do prazo de validade. O produto deverá ser transportado e mantido em condições adequadas de conservação e temperatura, preservando suas características até o momento da distribuição. O serviço deverá incluir fornecimento, transporte, conservação e distribuição no local do evento, sem custos adicionais para a Administração. Os produtos que apresentarem embalagem violada, sinais de descongelamento, alteração de aspecto, odor, consistência ou qualquer outra condição incompatível com o consumo deverão ser imediatamente substituídos pela contratada.	PRÓPRIA FORNECIMENTO DE PICOLÉ		un	1.000,00	1,77	1.770,00
TOTAL								17.365,82

As razões que levaram á escolha do contratado, nos termo do art. 72, inciso VI da Lei Federal nº 14.133/2021 e art. 3º, inciso VIII, do Decreto Municipal nº 37/2025 são: seleção mediante processo de disputa, nos termos do art. 75, § 3º da Lei Federal nº 14.133/2021 e arts. 12 e 14 do Decreto Municipal nº 37/2025.
Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Santa Lúcia, Estado do Paraná,
dois dias de outubro de 2026.

SILVANO TORTELLI
Prefeito Municipal

Publicado por:
Odinei Luiz Parolin
Código Identificador:6370BDC6

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0130/2025- SJP INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0130/2025- SJP INEXIGIBILIDADE Nº 09/2024

Objeto: O presente Termo de Credenciamento tem por objeto para a Prestadores de Serviços de Arrecadação de Receita Públicas.
Contratante: Município de São José das Palmeiras/PR
Contratada: Banco Brasil S.A
Fundamento: da Lei 14.133/2021

Altera a quantidade/valor constante no Anexo I do Edital, conforme abaixo:

ANEXO I

QUANT	UNID	Discriminação	VALOR DE	PARA
9000	UN	Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio do Correspondente Bancário, e Casa Lotérica.	R$ 3,70	R$ 3,85
9000	UN	Documentos de Arrecadação Municipal – DAM, com código de barras padrão FEBRABAN e prestação de contas por meio de arquivo magnético ou mediante a entrega física dos documentos de valores arrecadados, por meio dos Home/Office Banking, Central de Atendimento/Telefone, internet banking e Terminais de Autoatendimento.	R$ 3,00	R$ 3,11

Altera a duração do contrato, constante da Clausula Quinta, de 24 (Vinte e quatro) meses, para 36(trinta e seis meses, finalizando em 15 de outubro de 2027. O valor foi reajustado 3,98% (três virgula noventa e oito por cento) Índice do INPC Anual, conforme previsto no contrato

São José das Palmeiras/PR, 29 de Setembro de 2026.

FRANCO MARIA ALVES CABRAL
Prefeito Municipal

Publicado por:
Isabela Aparecida Arboleya
Código Identificador:2BFAD861

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SARANDI

CÂMARA MUNICIPAL DE SARANDI
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

O Presidente da Câmara Municipal de Sarandi, Sr. Dionizio Aparecido Viaro, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 14.133, de 2021, pela Lei Municipal nº 3.008, de 2024, e demais normas aplicáveis, considerando a regular instrução do Processo Administrativo nº 024/2026/CMS, a justificativa da contratação, a compatibilidade dos preços com os praticados no mercado, a adequação do enquadramento legal da contratação direta e a documentação de habilitação apresentada pela empresa vencedora, **RESOLVE RATIFICAR** a contratação direta por dispensa de licitação e **AUTORIZA** a emissão do Contrato Administrativo e da(s) Nota(s) de Empenho, nos seguintes termos:

DO PROCESSO:
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº: **021/2026-CMS**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: **024/2026-CMS**
FUNDAMENTAÇÃO: Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133, de 2021.
OBJETO HOMOLOGADO: Contratação de empresa(s) especializada(s) para a prestação de serviços técnicos de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses, destinados ao atendimento das necessidades da Câmara Municipal de Sarandi, compreendendo a elaboração, atualização e acompanhamento dos programas, laudos, avaliações e demais serviços necessários ao gerenciamento dos riscos ocupacionais, à promoção e preservação da saúde dos servidores e ao cumprimento das obrigações legais de Saúde e Segurança do Trabalho - SST, inclusive as relacionadas ao eSocial, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

DOS ITENS E FORNECEDORES:

EMPRESA: BUSKCIPA SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO LTDA,
CNPJ: 19.944.574/0001-50.

Lote	Item	Descrição	Métrica	Qde	Valor Unitário	Valor Total
1.	1.	Gerenciamento de Riscos Ocupacionais - GRO e Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, incluindo identificação, avaliação, classificação e controle dos riscos ocupacionais e fatores de risco psicossocial.	Mês	12	R$ 150,00	R$ 1.800,00
	2.	Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho - LTCAT	Unidade	1	R$ 590,00	R$ 590,00
	3.	Laudo de Insalubridade e Periculosidade - LIP	Unidade	1	R$ 590,00	R$ 590,00
Valor Total da Proposta de Preços para o Lote 01					**R$ 2.980,00**	

Lote	Item	Descrição	Métrica	Qde	Valor Unitário	Valor Total
2.	1.	Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO.	Unidade	1	R$ 950,00	R$ 950,00
	2.	Exames médicos ocupacionais com emissão de ASO.	Unidade	60	R$ 45,00	R$ 2.700,00
	3.	Gestão e transmissão dos eventos de SST ao eSocial.	Mês	12	R$ 95,00	R$ 1.140,00
	4.	Perícias médicas individuais.	Unidade	6	R$ 190,00	R$ 1.145,00

	5.	Perícias por junta médica.	Unidade	2	R$ 190,00	R$ 380,00
Valor Total da Proposta de Preços para o Lote 02:					**R$ 6.310,00**	

DO VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO:
R$ 9.290,00 (nove mil, duzentos e noventa reais).

Sarandi, 02 de outubro de 2026.

DIONIZIO APARECIDO VIARO
Presidente da Câmara Municipal de Sarandi

Publicado por:
Wesley Henrique Sanguino
Código Identificador:286FD04F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENGÉS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 253/2026

Pregão Eletrônico n.º 075/2026 – Processo Licitatório n.º 152/2026
CONTRATADA: C. BRASIL SERVIÇOS DE LIMPEZA CONSERVAÇÃO E TRANSPORTES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ nº 10.745.254/0001-92.
OBJETO: Contratação de empresa para prestação de serviços de coleta manual dos resíduos domiciliares orgânicos e rejeitos, com o emprego de caminhões compactadores, e seu transporte até a Estação de Transbordo do Município de Sengés, a serem executados nas áreas, vias e logradouros públicos pertencentes ao Município, em regiões específicas da cidade, nos termos especificado a seguir: §1º Das especificações do(s) produto(s)

Lote	Item	Produto/Serviço	Marca	Unidade	Quantidade	Preço	Preço total
1	1	SERVIÇOS COLETA DE RESÍDUO SÓLIDO DOMICILIARE E MANUT DE CONTÊINERES PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E MANUTENÇÃO DE CONTÊINERES: Coleta manual de resíduos sólidos domiciliares orgânicos e rejeitos, com transporte até a Estação de Transbordo, e coleta mecanizada com locação, disponibilização, higienização e manutenção de 15 (quinze) contêineres de 1.000 litros, executada exclusivamente em jornada diurna, por 02 (duas) equipes (compostas por 03 coletores e 01 motorista cada) e 01 Engenheiro.	Serviço	SERV	1,00	1.010.342,40	1.010.342,40

VALOR E RECURSOS ORÇAMENTARIOS: Estima-se para fins contratuais o valor total de **R$ 1.010.342,40 (um milhão, dez mil, trezentos e quarenta e dois reais e quarenta centavos).** Parágrafo Único: Os pagamentos decorrentes da aquisição dos objetos contratuais correrão através das seguintes dotações orçamentárias: SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE
8400 000 339039 – OSTPJ
8410 511 339039 - OSTPJ
DA VIGÊNCIA: A contratação se dará através de contrato administrativo com vigência de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias a partir da sua assinatura.
DATA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/10/2026.
FORO: Comarca de Sengés/PR.

Sengés, 02 de outubro de 2026.

DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE CONTRATOS

Publicado por:
Ana Claudia Colturato da Silva
Código Identificador:C613FA0D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TEIXEIRA SOARES

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº 314/2026

DECRETO Nº 314/2026

AUTORIZA A ABERTURA DE PROCEDIMENTO PARA CONTRATAÇÃO PROVISÓRIA DE SERVIDORES VISANDO ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TEIXEIRA SOARES, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, conferidas pelo inciso IX, do Art. 73, da Lei Orgânica do Município e tendo por base o inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e a Lei Municipal n° 1.747, de 26 de janeiro de 2017.

DECRETA

Art. 1º. Fica a Secretaria Municipal de Assistência Social, autorizada a realizar através de Comissão Especial o certame correspondente para a contratação provisória visando atender a necessidade temporária e de excepcional interesse público, de cargos de provimentos imediato por meio do Processo Seletivo Simplificado – PSS 02/2026 nos cargos seguintes com suas respectivas cargas horárias:

Código	Cargo	Emprego	Requisito Exigidos	Carga horária semanal	Vagas	Salário Mensal
4036	01	Assistente Social	Ensino Superior completo em Serviço Social com registro no respectivo Conselho Regional da Categoria (CRESS)	30h	**02**	R$ 4.502,84

4037	02	Psicólogo II	Ensino Superior completo em Psicologia com registro no respectivo Conselho Regional da Categoria (CRP)	30h	**01**	R$ 4.953,11

Art. 2º. A classificação não gera obrigação de contratação, mas a contratação obriga à obediência a ordem rigorosa de classificação dos concorrentes.

Art. 3°. A Secretaria Geral de Governo encaminhará através do Departamento de Recursos Humanos o pedido de estudo da estimativa do impacto orçamentário-financeiro, com fundamento no art. 16, inciso I, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2.000.

Art. 4º. O processo de seleção e chamamento a que se refere este Decreto obriga-se a obediência das normas contidas na Lei Municipal nº 1.747, de 26 de janeiro de 2.017.

Art. 5°. Revogadas as disposições em contrário, este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE.
PUBLIQUE-SE.
CUMPRA-SE.

DADO E PASSADO no Gabinete do Prefeito do Município de Teixeira Soares, Estado do Paraná.

Teixeira Soares, 02 de setembro de 2026.

IVANOR LUIZ MULLER
Prefeito Municipal

Publicado por:
Kely Robes
Código Identificador:49FF77EE

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA BOA

LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO: 409/2026 REF: INEXIGIBILIDADE N° 39/2026

CONTRATANTE: Prefeitura do Município de Terra Boa - Estado do Paraná, pessoa jurídica de público interno, inscrito no CNPJ sob nº 75.793.786/0001-40, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, em pleno exercício de seu mandato e funções, Sr. VALTER PERES, residente e domiciliado nesta cidade, portador da Cédula de Identidade RG nº 2.003.293-6 e do CPF/MF sob n.º 534.948.579-20.

CONTRATADO: L. BRUST CLINICA MÉDICA LTDA, CNPJ nº 04.991.122/0001-48, com sede RUA MAJOR ESTEVÃO RIBEIRO DO NASCIMENTO, 197, CENTRO, CEP 85550000, Coronel Vivida - PR, tendo como representante legal o(a) Sr(a). LEANDRO BRUST, CPF: 938.455.020-53, carteira de Identidade nº 9044863778.

OBJETO: Credenciamentos de empresa especializada com vistas à prestação de serviços de profissional médico especializado, para atendimento de: ANESTESISTA conforme especificações neste termo de referência..

VALOR: Receberá o CONTRATADO a importância de até:

Item	Descrição dos serviços	Quant	Valor Unitário	Valor Total
01	**Serviços complementares de Plantão em Especialidade de Anestesiologia** O serviço deverá ser realizado in loco no Hospital Municipal. O serviço será de caráter eletivo e atendimento das cirurgias de urgência / emergência no Hospital Municipal. Acompanhar o paciente durante sua permanência na Sala de Recuperação Pós-Anestésica (SRPA), respondendo pela assistência prestada e pelas intercorrências decorrentes do ato anestésico, nos termos da legislação vigente e mediante comprovação de nexo causal. Para caráter eletivo os horários serão de acordo com escala definida pela regulação cirúrgica e de procedimentos. Realizar as devidas notificações exigidas pelo departamento de Epidemiologia Municipal e Estadual. Utilizar e preencher o prontuário eletrônico (SIGSS). Credenciamento será exigido os CBOs: 225151-Médico anestesiologista. O pagamento será conforme apresentação da realização dos serviços.	8.760	R$ 121,00 p/ hora	R$ 1.059.960,00
02	**Serviços complementares Disponibilidade em Anestesiologia -12 horas** O pagamento será conforme apresentação da produção. Realizar atendimento das cesárias de urgência / emergência no Hospital Municipal. Realizar atendimento pós cirúrgico em até 24 (vinte e quatro) horas. Para o credenciamento será exigido os CBOs: 225151 – Médico anestesiologista, 225225 – Médico Cirurgião Geral e vínculo de categoria de CBOs: 2231 – médicos, 2251 – Médicos Clínicos, 2252 – Médicos em Especialidades cirúrgicas. Utilizar e preencher o prontuário eletrônico (SIGSS). OBS: Esses serviços serão prestados às cirurgias que não estiverem agendadas e ocorrerem por ocasião de urgência e emergência, quando ultrapassada as horas da Contratação mensal.	365	R$ 905,00	R$ 330.325,00

Valor esse que será pago em conforme edital.

PRAZO: O presente contrato terá vigência a partir de 02 de outubro de 2026, com vencimento até 02 de outubro de 2027, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 14.133/21, e suas alterações.

FORO: Comarca de Terra Boa, Estado do Paraná.

Terra Boa, 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcela Monti Aragão
Código Identificador:6D36F4C7

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TERRA BOA – PR

No dia um de outubro de dois mil e vinte e seis, às quinze horas (15h00), nas dependências do Centro Cultural Alécio Rampazzo Soccal, realizou-se a reunião ordinária do Conselho Municipal de Educação do Município de Terra Boa. A sessão contou com a presença da Senhora Presidente do Conselho, Marcia Elena Lourenço Mari, da Senhora Secretária Municipal de Educação, Rosane Estela Raimundo Zampar, e dos demais membros conselheiros. A reunião teve como objetivo a apresentação, discussão e deliberação das seguintes pautas: **Pauta 1 – Apresentação do Resultado do IDEB:** A educação de Terra Boa alcançou um marco histórico na última divulgação do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb 2025), realizada pelo Ministério da Educação (MEC) e pelo Inep. Com uma expressiva nota de 8,3, o município consolidou-se como uma das grandes potências educacionais do estado, garantindo uma vaga na 5ª colocação no Estado do Paraná e atingindo a 18ª posição no ranking nacional nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. No âmbito regional, o resultado posicionou a cidade no 2º lugar da COMCAM e no 2º lugar da AMENORTE. As avaliações que embasaram essa conquista foram aplicadas ao longo do ano de 2025 e os dados oficiais foram publicados no final de agosto de 2026. O cálculo do índice teve como foco central o desempenho dos alunos dos 5ºs anos da rede municipal de ensino. O expressivo avanço é reflexo direto de melhorias estruturais em duas frentes fundamentais: **Proficiência em Língua Portuguesa e Matemática:** medida através do Sistema de Avaliação da Educação Básica (**Saeb**), que atestou o aumento do nível de aprendizado real e do domínio de competências essenciais pelas crianças. **Taxas de fluxo escolar:** dados coletados pelo Censo Escolar, comprovando baixos índices de reprovação e abandono, o que demonstra uma trajetória escolar fluida, eficiente e acolhedora. **Pauta 2 – Aplicação da Prova Paraná:** Informou-se sobre a participação dos alunos de 2º e 5º anos da rede municipal de ensino na aplicação da Prova Paraná. Salientou-se a extrema importância dos resultados dessa avaliação, haja vista que influenciam diretamente o repasse de recursos financeiros para a educação por integrarem a cesta de repasses do ICMS Paraná, adotando-se o peso de 70% para os resultados do 2º ano e 30% para os do 5º ano.
Pauta 3 – Esforços em Alfabetização e Reconhecimento Estadual: Trataram-se das ações voltadas ao fortalecimento e intensificação da alfabetização no município. Destacou-se a realização do **"Dia D"**, ocorrido no dia 23 de setembro, que mobilizou as unidades escolares para uma grande ação coletiva de leitura, reforçando o compromisso da rede com o aprendizado. Salientou-se também o reconhecimento oficial pelo Governo do Estado do Paraná, mediante premiação concedida às unidades que apresentaram elevação nos índices de alfabetização e recomposição de aprendizagem em 2024. Três unidades foram contempladas: **Escola Therezinha Aparecida Bagatin**, **Escola Princesa Isabel** e **Escola Monteiro Lobato**. Ressaltou-se ainda que o município de Terra Boa posiciona-se no ranking dos melhores municípios do Estado do Paraná em alfabetização, com o índice de **95%**. **Pauta 4 – Diagnóstico Municipal e Plano Municipal de Educação (PME 2026–2036):** Apresentou-se o início do levantamento dos dados para a elaboração do Diagnóstico Municipal, etapa fundamental do Plano Municipal de Educação (2026–2036). A compilação dos dados está sendo realizada pela equipe técnica municipal designada via ato oficial, acompanhada por membros deste Conselho. Assim que o Diagnóstico for aprovado pelos órgãos competentes, será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Educação, do Fórum Municipal e da Secretaria Municipal de Educação. Posteriormente, caberá ao Poder Executivo a elaboração do respectivo Projeto de Lei para posterior encaminhamento e deliberação pela Câmara Municipal de Vereadores. Sendo estas as pautas a discutir e informar, a Mesa colocou-se à disposição para dirimir eventuais dúvidas em relação à educação do município. Nada mais havendo a tratar, eu, Marcia Aparecida Tortola Hyoshimoto, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, segue assinada por mim e pelos demais participantes da reunião.

MARCIA APARECIDA TORTOLA HYOSHIMOTO
MARCIA ELENA LOURENÇO MARI
ROSANE ESTELA RAIMUNDO ZAMPAR
MARA CRISTINA DE PAULA
SIMONE APARECIDA MARI BENTO
GEIZIANE SINTI SOMMARIVA
MARTA RODRIGUES
KATIA BEATRIZ DE SOUZA
HELEN JANAINA POSSE PEREIRA
MICHELE APARECIDA LUCIO PIMENTEL
ALINE CLAUDIA PIVA CAVALLINI
ROSE MIRIAN FERRAREZI FONSECA SARTORI
ROZILDA FELIPE DE OLIVEIRA VEDOVATO
ALINE RAFAELI MANCUZZO COCATI
LEUKTEMBERGG MENEGHETTI DA COSTA
DIEMES POMAROLI GALHARDO
ELAINE PATRICIA DE MELO
ELAINE APARECIDA FARIA
CATARINA APARECIDA MARUTI MILAGRES
ELIZANGELA ANDRÉIA DA SILVA
MÁRCIO KEIJI SATO
MARCELA MONTE ARAGÃO
CÉLIA APARECIDA DA SILVA SPLENDOR

Publicado por:
Cleber Amilcar de Souza
Código Identificador:160A0CC5

SECRETARIA DE FAZENDA
DECRETO DE SUPLEMENTAÇÃO Nº 4.460/2026

MUNICIPIO DE TERRA BOA
Estado do Paraná
Exercício: 2026
Decreto nº 4460/2026 de 02/10/2026

Ementa: Abre Crédito Adicional Suplementar e da outras providências.

O Prefeito Municipal de TerraBoa, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e das que lhe foram conferidas pela Lei Orçamentária nº 1839/2025 de 05/11/2025.

Decreta:
Artigo 1º - Fica aberto no corrente Exercício o Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município, no valor de **R$ 650.004,00 (seiscentos e cinqüenta mil e quatro reais)**, destinado ao reforço das seguintes Dotações Orçamentárias.

Suplementação			
10.000.00.000.0000.0.000.		Secretaria de Saúde	
10.001.00.000.0000.0.000.		Manutenção do Fundo Municipal de Saúde	
10.001.10.301.0007.2.114.		MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA	
1642 - 3.3.90.39.00.00	1016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.004,00
10.001.10.302.0007.2.064.		MANUTENÇÃO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
1706 - 3.3.90.30.00.00	857	MATERIAL DE CONSUMO	50.000,00
10.001.10.302.0007.2.115.		MANUTENÇÃO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS, CLÍNICAS, LABORATÓRIOS E HOSPITAIS	
1651 - 3.3.90.39.00.00	1016	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	300.000,00
		Total Suplementação:	**650.004,00**

Artigo 2º - Como Recurso para atendimento do crédito aberto pelo artigo anterior, na forma do disposto pelo artigo 43 da lei 4320 de 17 de março de 1964, o Excesso de Arrecadação;

Receita:1.7.1.3.50.91.01.00000000	Fonte: 1016	600.004,00
Receita:1.7.1.3.50.91.02.00000000	Fonte: 857	50.000,00
Total da Receita:		**650.004,00**

Artigo 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Edifício da Prefeitura Municipal de Terra Boa , Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

VALTER PERES	***LUIZ HENRIQUE TAVERAZ DE OLIVEIRA***
Prefeito Municipal	Contador

Publicado por:
Valdir Batista Gonçalves Junior
Código Identificador:9B189EDC

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
AVISO DE DISPENSA ELETRÔNICA

Nº 4/2026
PROCESSO LICITATÓRIO N° 8/2026
Plataforma: https://comprasbr.com.br/ "Acesso Identificado"
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor Preço Por item.

Contratação exclusiva para Micro Empresas, Empresas de Pequeno Porte e Micro Empreendedores Individuais

Torna-se público que o Município de Terra Rica, por meio do departamento de Licitações, realizará Dispensa Eletrônica**,** na hipótese do art. 75, inciso I, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 67/2021 e demais legislação aplicável.

Data da Sessão: 08/10/2026
Horário da Fase de Lances: 09:00 horas.
Duração da Fase de Lances: 6 horas.
Encerramento da Fase de Lances: 15:00 horas.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

1.1. O objeto da presente dispensa: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM)**.,** conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.
1.1.1. O objeto será conforme Tabela:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61909	Projeto arquitetônico executivo (áreas públicas)	250,00	M²	20,80	5.200,00
2	61910	Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas	250,00	M²	8,32	2.080,00
3	61911	Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações	250,00	M²	10,40	2.600,00
4	61912	Projeto executivo de instalações hidrossanitárias	250,00	M²	7,28	1.820,00
5	61913	Projeto executivo de prevenção contra incêndio e pânico (com aprovação no Corpo de Bombeiros)	250,00	M²	8,32	2.080,00
6	61914	Memorial simplificado de prevenção contra incêndio e pânico	250,00	M²	2,08	520,00
7	61915	Projeto executivo de instalações elétricas de baixa tensão	250,00	M²	8,32	2.080,00
8	61916	Projeto executivo SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)	250,00	M²	4,16	1.040,00

9	61917	Projeto executivo de telefonia rede lógica, CFTV, automação e segurança	250,00	M²	7,28	1.820,00
10	61918	Sondagem tipo SPT (mínimo 3 (mínimo 3 furos)	1,00	M²	1.560,00	1.560,00
11	61919	Levantamento planialtimétrico cadastral e topográfico	450,00	M²	2,89	1.300,50
12	61920	Maquete digital 3D e produção de vídeos	1,00	M²	1.820,00	1.820,00
13	61921	Orçamento e cronograma físico financeiro	1,00	M²	1.300,00	1.300,00
14	61922	Memorial descritivo e/ou caderno de encargos	1,00	M²	779,50	779,50
TOTAL						26.000,00

1.1.2. Havendo mais de item ou lote faculta-se ao fornecedor a participação em quantos forem de seu interesse. Entretanto, optando-se por participar de um lote, deve o fornecedor enviar proposta para todos os itens que o compõem.

1.2. O critério de julgamento adotado será o Dispensa, observadas as exigências contidas neste Aviso de Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA ELETRÔNICA.

2.1. A participação na presente dispensa eletrônica se dará mediante Sistema de Dispensa Eletrônica, disponível no endereço eletrônico https://comprasbr.com.br/.

2.1.1. O fornecedor é o responsável por qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante no Sistema de Dispensa Eletrônica, não cabendo ao provedor do Sistema ou ao órgão entidade promotor do procedimento a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros não autorizados.

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos daLei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.3. Será permitida a participação de cooperativas, desde que apresentem demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados e atendam ao art. 16 da Lei nº 14.133/21.

2.3.1. Em sendo permitida a participação de cooperativas, serão estendidas a elas os benefícios previstos para as microempresas e empresas de pequeno porte quando elas atenderem ao disposto no art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007.

3. INGRESSO NA DISPENSA ELETRÔNICA E CADASTRAMENTO DA PROPOSTA INICIAL

3.1. O ingresso do fornecedor na disputa da dispensa eletrônica se dará com o cadastramento de sua proposta inicial, na forma deste item.

3.2. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, exclusivamente por meio do Sistema de Dispensa Eletrônica, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura do procedimento.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Documento de Formalização da Demanda, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos e/ou, de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição, conforme o caso;

3.8. Juntamente dos documentos de habilitação o licitante apresentará as Declarações exigidas em Edital na forma do Anexo III;

3.9. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade cooperativa deverá apresentar declaração, conforme Anexo IV, junto aos documentos de habilitação, para possuir o direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.10. A falsidade da declaração de que tratam os itens anteriores sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

~~4~~
~~4.4~~
~~4.5~~
~~4.6~~
3.11. Fica facultado ao fornecedor, **caso a opção seja disponível no sistema,** cadastrar sua proposta inicial, a parametrização de valor final mínimo, com o registro do seu lance final aceitável.
3.11.1. Feita essa opção os lances serão enviados automaticamente pelo sistema, respeitados os limites cadastrados pelo fornecedor e o intervalo mínimo entre lances previsto neste aviso.
3.11.1.1. Sem prejuízo do disposto acima, os lances poderão ser enviados manualmente, na forma da seção respectiva deste Aviso de Contratação Direta;
3.11.2. O valor final mínimo poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, desde que não assuma valor superior a lance já registrado por ele no sistema.
3.11.3. O valor mínimo parametrizado possui caráter sigiloso aos demais participantes do certame e para o órgão ou entidade contratante. Apenas os lances efetivamente enviados poderão ser conhecidos dos fornecedores na forma da seção seguinte deste Aviso

4. FASE DE LANCES

4.1. A partir da data e horário definidos neste Aviso de Contratação Direta, a sessão pública será aberta pelo sistema para o envio de lances públicos e sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo encerrado no horário de finalização de lances também já previsto neste aviso.
4.2. Iniciada a etapa competitiva, os fornecedores deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
4.3. O fornecedor somente poderá oferecer valor inferior ou maior percentual de desconto em relação ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.
4.3.1. O fornecedor poderá oferecer lances sucessivos iguais ou superiores ao lance que esteja vencendo o certame, desde que inferiores ao menor por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tais lances definidos como “lances intermediários” para os fins deste Aviso de Contratação Direta.
4.3.2. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao que cobrir a melhor oferta é de 0,01 centavos (um centavos de reais)
4.4. Havendo lances iguais ao menor já ofertado, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.
4.5. Caso o fornecedor não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
4.6. Durante o procedimento, os fornecedores serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do fornecedor.
4.7. Imediatamente após o término do prazo estabelecido para a fase de lances, haverá o seu encerramento, com o ordenamento e divulgação dos lances, pelo sistema, em ordem crescente de classificação.
4.7.1. O encerramento da fase de lances ocorrerá de forma automática pontualmente no horário indicado, sem qualquer possibilidade de prorrogação e não havendo tempo aleatório ou mecanismo similar.

5. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO

5.1. Encerrada a fase de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.
5.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.
5.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.
5.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.
5.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa eletrônica.
5.3. Estando o preço compatível, será solicitado ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, nos termos do Anexo V do Edital, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Na mesma oportunidade o fornecedor deverá encaminhar os documentos de habilitação, conforme item 6.1.2.
5.3.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.
5.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a sessenta (60) dias**,** a contar da data de sua apresentação.
5.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
5.5.1. contiver vícios insanáveis;
5.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
5.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
5.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
5.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.
5.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:
5.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
5.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.
5.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
5.8. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:
5.8.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;
5.8.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

5.8.3. será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo a Lei
5.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
5.10. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.
5.10.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
5.10.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
5.11. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
5.12. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.
5.13. Havendo necessidade, a sessão será suspensa, informando-se no "chat" a nova data e horário para a sua continuidade.
5.14. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.

6. HABILITAÇÃO

6.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do **ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO** deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado da fase de lances.
6.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.
6.1.2. O Agente de contratação exigirá do fornecedor mais bem classificado o envio dos documentos de habilitação a que se referem esse tópico, no prazo máximo de 02 (duas) horas, devendo ser encaminhados exclusivamente pelo sistema eletrônico, devendo ser encaminhado juntamente com a proposta de preços (conforme *item 5.3)*.
6.1.3. Após o prazo do *item* anterior, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.
6.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do fornecedor detentor da proposta classificada em primeiro lugar, será verificado o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
a) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
b) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
c) Lista de Inidôneos mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;
6.2.1. Para a consulta de fornecedores pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas "b", "c" e "d" acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)
6.2.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
6.2.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
6.2.2.1.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
6.2.2.1.2. O fornecedor será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.
6.2.3. Constatada a existência de sanção, o fornecedor será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
6.3. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
6.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a sessão será suspensa, sendo informada a nova data e horário para a sua continuidade.
6.5. Será inabilitado o fornecedor que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Aviso de Contratação Direta.
6.6. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6.6.1. Na hipótese de o fornecedor não atender às exigências para a habilitação, o órgão ou entidade examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda às especificações do objeto e as condições de habilitação.

6.7. Constatado o atendimento às exigências de habilitação, o fornecedor será habilitado.

7. CONTRATAÇÃO

7.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.
7.2. O adjudicatário terá o prazo de (5) cinco dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.
7.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de cinco (05) dias, a contar da data de seu recebimento.
7.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.
7.3. Em caso de a Administração utilizar a Nota de Empenho como instrumento que substitua o contrato:
7.3.1. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:
7.3.1.1. A referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;
7.3.1.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

7.3.1.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.
7.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

8. SANÇÕES

8.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:
8.1.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;
8.1.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
8.1.3. dar causa à inexecução total do contrato;
8.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
8.1.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
8.1.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
8.1.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
8.1.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;
8.1.9. fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
8.1.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
8.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
8.1.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste certame.
8.1.12. praticar ato lesivo previsto noart. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
8.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
a) Advertência pela falta do subitem 8.1.1 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
b) Multa de até 05% (cinco por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 8.1.1 a 8.1.12;
c) Poderá ser aplicada multa moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
d) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 8.1.2 a 8.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
e) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 8.1.8 a 8.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;
8.3. Na aplicação das sanções serão considerados:
8.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;
8.3.2. as peculiaridades do caso concreto;
8.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
8.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;
8.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
8.4. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
8.5. A aplicação das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
8.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
8.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.
8.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.
8.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.
8.10. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.11. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente
8.12. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
8.13. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas nos anexos a este Aviso.
8.14. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
8.15. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

9. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

9.1. O procedimento será divulgado na plataforma de dispensa eletrônica, Diário Oficial do Município e sítio eletrônico do órgão público.
9.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

9.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;
9.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.
9.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.
9.2.3. fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.
9.3. As providências dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)
9.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.
9.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
9.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.
9.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.
9.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
9.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
9.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.
9.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.
9.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.
9.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I	Termo de Referência Simplificado
ANEXO II	Modelo De Declaração Unificada
ANEXO III	Modelo Padrão De Declaração De Enquadramento – ME/EPP
ANEXO IV	Modelo de Proposta de Preços
ANEXO V	Minuta de Contrato
ANEXO VI	MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO
ANEXO VII	Modelo de Declaracão de Responsabilidade Técnica

Terra Rica, 17/07/2026

JULIO CESAR DA SILVA LEITE
Prefeito Municipal de Terra Rica

JULIO CESAR GERMANO JUNIOR
Agente de Contratações

ANEXO - I

TERMO DE REFERÊNCIA SIMPLIFICADO

TERMO DE REFERÊNCIA

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e Arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM).

Solicitante: José Roberto Périco.

Responsável pela elaboração do Termo: Elisangela Conegero.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

• FUNDAMENTAÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

• DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Reiteramos a descrição da solução como um todo apresentada no Estudo Técnico Preliminar.

• ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Conforme documentação técnica anexa.

• ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Encaminhar-se-á o presente para o Departamentos de Contabilidade, para apresentação de indicação da fonte orçamentária que custeará o objeto.
CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO

• NATUREZA DO OBJETO:

a) Trata(m)-se de Serviço comum de engenharia, nos termos da art. 6º, XI da Lei 14.133/21.

b) O serviço de Elaboração de projetos será contatado(a) por escopo.

• DO PRAZO DE VIGÊNCIA

a) O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do extrato do Contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21.

• IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61909	Projeto arquitetônico executivo (áreas públicas)	250,00	M²	20,80	5.200,00
2	61910	Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas	250,00	M²	8,32	2.080,00
3	61911	Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações	250,00	M²	10,40	2.600,00
4	61912	Projeto executivo de instalações hidrossanitárias	250,00	M²	7,28	1.820,00
5	61913	Projeto executivo de prevenção contra incêndio e pânico (com aprovação no Corpo de Bombeiros)	250,00	M²	8,32	2.080,00
6	61914	Memorial simplificado de prevenção contra incêndio e pânico	250,00	M²	2,08	520,00
7	61915	Projeto executivo de instalações elétricas de baixa tensão	250,00	M²	8,32	2.080,00
8	61916	Projeto executivo SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)	250,00	M²	4,16	1.040,00
9	61917	Projeto executivo de telefonia rede lógica, CFTV, automação e segurança	250,00	M²	7,28	1.820,00
10	61918	Sondagem tipo SPT (mínimo 3 (mínimo 3 furos)	1,00	M²	1.560,00	1.560,00
11	61919	Levantamento planialtimétrico cadastral e topográfico	450,00	M²	2,89	1.300,50
12	61920	Maquete digital 3D e produção de vídeos	1,00	M²	1.820,00	1.820,00
13	61921	Orçamento e cronograma físico financeiro	1,00	M²	1.300,00	1.300,00
14	61922	Memorial descritivo e/ou caderno de encargos	1,00	M²	779,50	779,50
TOTAL						26.000,00

APLICAÇÃO BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

• APLICAÇÃO BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR 123/06

a) Participação exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, I, LC 123/06

Em relação aos itens/grupo de itens com valor inferior a R$ 80.000,00:

O benefício é aplicável para todos os Lotes com valor inferior a R$ 80.000,00.

b) Cota exclusiva (ME/EPP) – Art. 48, III

Em relação a itens/grupo de itens divisíveis, com valor igual ou superior a R$ 80.000,00 (cotas de até 25%):

Não há lotes divisíveis com valor superior a R$ 80.000,00.

• REGIME DE EXECUÇÃO E ACEITAÇÃO DE PROPOSTAS

a) O regime de execução do Contrato será empreitada por preço global**.**
b) Decorrente do regime de execução, a adjudicação do objeto, conforme *item* "IDENTIFICAÇÃO QUANTITATIVA E QUALITATIVA DO OBJETO", será por valor global.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO E PRAZOS DE EXECUÇÃO

• SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

• LOCAIS DE EXECUÇÃO/ LOCAIS DE ENTREGA

a) O(s) serviços(s) contratado(s) será(ão) executada(s)/entregues no(s) seguinte(s) local(ais):

· **PRESOMTER,** localizado no endereço: Rua Nilza de Oliveira Pepino, 1.230 - Centro, Terra Rica/PR;

• DO PRAZO DE EXECUÇÃO

O prazo de execução será de 90 dias, a contagem do prazo terá início à partir da emissão da ordem de serviço, juntamente com a requisição de empenho.

• GARANTIA

I– O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

II – O prazo da garantia contará do recebimento definitivo do objeto.

III - A ocorrência de qualquer defeito, coberto pela garantia, implicará na obrigação, por
parte do prestador dos serviços, da correção do problema no prazo máximo de 2 dias corridos após a comunicação oficial, sem ônus para a Administração, podendo ser prorrogado por esta, mediante solicitação.

CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

• CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

I – Após a conclusão do serviço o prestador deverá encaminhar Nota Fiscal dos serviços prestados, acompanhada de relatório de serviços prestados (conforme modelo disponibilizado abaixo) na sede do órgão Solicitante. **Ausente o relatório, o objeto não será considerado entregue;**

II - O Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços emitirá *Termo de Recebimento Provisório* do objeto.

III - O *Termo de Recebimento Provisório* poderá ser substituído, à critério do Fiscal do Contrato/Ata de Registro de Preços pelo *visto* na Nota Fiscal;

IV - Disposição na Nota Fiscal ou documento que o acompanhe de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota opera efeitos de recebimento legal do objeto, que impedem sua devolução ou substituição não produzirão quaisquer efeitos jurídicos. Eventual assinatura ou visto na Nota Fiscal pelo recebedor significará única e exclusivamente o recebimento provisório do objeto.

V - Apenas poderá ser dispensado o relatório, em se tratado de serviços de dedicação de mão-de-obra exclusiva, apenas quando houver o registro do *ponto eletrônico* de controle de horário do profissional. Para o cadastro do profissional no *ponto eletrônico* deverá ser apresentado o número *PIS;*

VI - Disposição na Nota Fiscal, ou documento que a acompanhe, de que, à partir da *assinatura* ou *visto* na Nota operam-se efeitos de recebimento legal do objeto ou que implicam em sua aceitação, não produzirão quaisquer efeitos jurídicos;

VII - A emissão do *Termo de Recebimento Provisório (*ou equivalente) é o marco inicial do recebimento dos serviços prestados, que só serão considerados como efetivamente recebidos, para todos os efeitos, quando da emissão do *Termo de Recebimento Definitivo;*

VIII - Até o recebimento definitivo, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando executados em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência e na proposta ou quando desatenderem os requisitos mínimos de qualidade;

IX – Até o recebimento definitivo do objeto, os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando:

a) Executados em desconformidade com especificações constantes no Termo de Referência ou proposta;
b) Não produzir os efeitos acordados;
c) Deixar e executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida;
d) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

X – Em relação aos serviços rejeitados poderá a Administração solicitar a substituição ou refazimento dos serviços prestados;

XI – Em relação aos serviços rejeitados, em que não for possível ou conveniente à Administração, sua repetição ou substituição, poderá a Administração realizar a dedução proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo de multa e demais sanções cabíveis;

XII – Quando da situação apresentada, nos termos dos incisos *X* e *XI*, solicitação de substituição ou comunicação de dedução proporcional será realizada via *A.R.* ou *e-mail.* No caso de substituição ou refazimento, a empresa terá o prazo de 2 dia para fazê-lo sem prejuízo de eventual aplicação de sanções administrativas.

XII - No caso de indícios de irregularidade do objeto em relação a parte dos serviços executados, será notificada a empresa (via A.R. ou *e-mail*), na forma do *inciso* anterior, com solicitação para emissão de Nota Fiscal pertinente à parcela incontroversa (regular) do objeto, para liquidação e pagamento, conforme art. 143 da Lei 14.133/21.

XIII - O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 2 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal juntamente com o relatório mencionado, após a verificação da regularidade de sua execução e consequente aceitação devidamente documentada.

XIV – A notificação para substituição ou refazimento dos serviços interrompe o prazo para o recebimento definitivo do objeto, desde sua emissão até a solução fornecida pela empresa.

XV – O recebimento definitivo do objeto, não isenta o fornecedor de responsabilidade legal pelo objeto nos termos do Código Civil Brasileiro, Código de Defesa do Consumidor ou outro dispositivo legal aplicável.

• LIQUIDAÇÃO

I – Após o recebimento definitivo do objeto, a Nota Fiscal junto com a documentação de aceite do objeto, será encaminhado para o Departamento competente para fins de verificação se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado, expressa os elementos necessários e essenciais do documento;

II - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o fornecedor providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Poder Público;

III – A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, que será conferida pela Administração na oportunidade da liquidação;

IV – Constatada irregularidade fiscal do fornecedor, este será notificado para no prazo de 15 (quinze) dias realizar a regularização fiscal necessária;

V – Persistindo a irregularidade, a Administração Pública tomará as providências necessárias para a rescisão contratual, assegurado o contraditório e ampla defesa do fornecedor.

VI - Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato

• DO PAGAMENTO

I - Os pagamentos serão realizados à partir do décimo quinto dia do mês subsequente a data do recebimento do relatório ou aceite da Fatura ou Nota Fiscal, conforme apresentado nas sessões anteriores;

II – Serão retidos, na fonte, de tributos e contribuições exigidos na forma da Lei, exceto, quando o fornecedor comprovar, juntamente com os documentos exigidos para o pagamento, ser optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – Simples.

DAS OBRIGAÇÕES

• DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

I. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
II. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
III. Notificar o Contratado por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas.
IV. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
V. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
VI. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
VII. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
VIII.Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
IX. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, no prazo de até 30 (trinta) dias, prorrogáveis por igual período.
X. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

XI. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

XII. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

XIII.Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após seu recebimento.

XIV.Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pelo Contratado, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

XV. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

XVI.Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

• DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

I. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

II. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

III. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

IV. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

V. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis;

VI. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

VII. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

VIII.Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

IX. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

X. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

XI. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

XII. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

XIII.Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

XIV.Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

XV. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

XVI.Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

XVII. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

XVIII. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

XIX.Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

XX. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

XXI.Apresentar ao Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.

XXII. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

XXIII. Atender às solicitações do Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

XXIV. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

XXV. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

XXVI. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em sendo o caso, em plena validade.

XXVII. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
XXVIII. Utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto n° 5.975, de 2006, de:

a. manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

b. supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA;

c. florestas plantadas; e

d. outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

XXIX. Observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Resolução nº 307, de 05/07/2002, com as alterações posteriores, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA e demais Órgãos de Controle e Fiscalização ambientais.

XXX. Em nenhuma hipótese o Contratado poderá dispor os resíduos originários da contratação em aterros de resíduos sólidos urbanos, áreas de "bota fora",

XXXI. encostas, corpos d´água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.

XXXII. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

XXXIII. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

XXXIV. Informar e manter atualizado o endereço físico e eletrônico (*e-mail)* à Administração para serem utilizados como canais oficiais de comunicação entre as partes. As comunicações encaminhadas aos endereços informados terão presunção de recebimento pelo fornecedor para fins de efeitos legais.

XXXV. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA

• MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO/ATA

I – A fiscalização dos serviços prestados ficará a cargo do(s) agente(s) público(s), denominado de Fiscal Responsável:

• *Nome: Layane Cristine Gouveia Crepaldi, cargo/função: Engenheira Civil.*

II - São atribuições do(s) fiscal(is) do contrato:

a) Acompanhar a execução dos serviços, responsabilizando-se pelo recebimento provisório e definitivo do objeto;

b) Acompanhar o cumprimento das condições do instrumento convocatório e contratual ou instrumento que o substitua, bem como, verificação do cumprimento das obrigações pelo prestador de serviços;

c) Registrar ocorrências e eventos relevantes à execução do contrato ou ata, com a descrição do que for necessária para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

d) Emissão de notificação conforme tópico "Do recebimento", ou em constatada irregularidade, falha ou falta no cumprimento das obrigações do instrumento convocatório e/ou contratual, com auxílio da Procuradoria Jurídica e Departamento de Compras.

e) Informar ao gestor do contato/ata, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

f) Quando do recebimento definitivo, encaminhar as Notas Ficais acompanhadas de seus respectivos relatórios, com registro do recebimento definitivo, ao Departamento de Compras para a liquidação e pagamento.

V – O fiscal do contrato/ata será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

VI - Designa-se, o seguinte agente público como Gestor do Contrato/Ata:

• *Nome: Elisangela Conegero, cargo/função: Assistente Administrativo*

VII – São atribuições do Gestor:

a) Acompanhar os empenhos e pagamentos, garantias, glosas, apostilamento formalização de termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

b) Acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato/ata e as medidas adotadas;

c) O gestor emitirá decisão ou encaminhará ao superior competente, quando for o caso, em relação às solicitações de quaisquer natureza, relacionadas ao contrato/ata, pedidos de revisão, reajuste ou alteração contratual e informará ao fornecedor, de forma tempestiva;

d) O gestor emitirá decisão ou encaminhará ao superior competente, no que tratar de alteração de marca ou modelo do objeto, alteração no prazo de entrega, alteração de condições de fornecimento, relacionadas ao objeto;

e) Solicitará a prorrogação ou renovação contratual ou de ata, suspensão de prazos, quando entender pertinente.

f) Abrir ou solicitar abertura de Processo Administrativo para Apuração de Responsabilidade do fornecedor, quando do descumprimento de cláusulas e tomar decisões ou auxiliar decisões sobre rescisão contratual/cancelamento da ata.

VIII - A fiscalização de que trata este *item* não eximirá o contratado da responsabilidade por danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante, conforme disposto no art. 120 da Lei 14.133/2021.

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

• FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade Processo de Dispensa de Licitação, sob a forma Eletrônica, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

• DA PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS DE EMPRESAS

Considerando o juízo discricionário ao afastamento da possibilidade de participação de consórcios de empresas em procedimento licitatório, desde que previamente motivado.
Considerando não haver prejuízo à competitividade do certame, a ausência de consórcios, podendo inclusive a admissão de sua participação ser prejudicial a competitividade do certame, nesse sentido, apresenta MARÇAL JUSTEN FILHO, in Comentários a resultados positivos e com à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13 ed. 2009, pág. 47:
Em regra, o consórcio não é favorecido ou incentivado pelo nosso Direito. Como instrumento de atuação empresarial, o consórcio pode conduzir a resultados indesejáveis. A formação de consórcios acarreta riscos da dominação do mercado, através de pactos de eliminação de competição entre empresários. No campo de licitações, a formação de consórcios poderia reduzir o universo da disputa. O consórcio poderia retratar uma composição entre eventuais interessados, em vez de estabelecerem disputa entre si, formalizariam um acordo para eliminar a competição. Mas o consórcio bém pode prestar-se a resultados
8positivos e compatíveis com a ordem jurídica. Há hipóteses em que as circunstâncias de mercado e (ao) a complexidade do objeto tornam problemática a competição. Isso se passa quando grande quantidade de empresas, isoladamente, não dispuseram de condições para participar de licitações. Nesse caso, o instituto do consórcio é a via adequada para propiciar ampliação do universo de participantes.
É usual que a Administração Pública apenas autorize a participação de empresas em consórcio quando as dimensões ou a complexidade do objeto ou das circunstâncias concretas exija a associação entre os particulares. São hipóteses em que apenas umas poucas empresas estariam aptas a preencher as condições especiais exigidas para a licitação.
Desta feita, a permissão da participação de consórcios é excepcionalmente adotada em procedimentos licitatórios, podendo ser vantajoso em objetos de grandes dimensões ou complexidade que beneficie a atuação conjunta de empresas.
Assim, observando o porte do objeto licitado (compatível com o porte do município), que o objeto não apresenta complexidade extraordinária, entendemos pelo afastamento da participação de consórcio de empresas como medida a melhor atender ao interesse público.

• DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DO FORNECEDOR

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
Ø **Habilitação jurídica:**

I - **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II - **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;

III - **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede

IV - **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V - **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI - **Sociedades por Ações:** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede e os documentos de eleição de seus administradores.

VII - Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Ø **Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

II - Certidão Conjunta de quitação de Tributos e contribuições Federais, expedida pela Receita Federal e Certidão quanto a Dívida Ativa da União expedida pela Procuradoria Geral da República e regularidade relativa a Seguridade Social (INSS-CND);

III - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa aos tributos;

IV - Certidão negativa conjunta (mobiliaria e contribuinte) relativa a débitos junto Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

V - Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS);

VI -Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos da Lei nº 12.440, de 07 de julho de 2011;

VII – Declaração de que a empresa cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

VIII – Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

Ø **Qualificação Econômico-Financeira**

I - Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando for o caso, igualmente da filial licitante, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública, se prazo de validade não constar do documento.

Justificativa:

Exige-se tão somente a certidão negativa de falência ou recuperação, para verificar minimamente a saúde financeira da empresa, em vista tratar-se de objeto a atender a justificado interesse público, caso a empresa não tenha condições financeiras de cumprir com suas obrigações o interesse público pode restar desatendido, frustrando todo o procedimento.

Ø **Qualificação Técnica**

I - Declaração de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

II - Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

III - Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:
QUANTIDADE: 125,00m²
- Projeto arquitetônico;
- Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas;
- Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações;

IV - Os atestados apresentados para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirão prova de capacitação se acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, ou ART ou RRT, emitido pelo CREA e/ou pelo CAU.

V - Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do o pleno das condições e peculiaridades da contratação (anexo VII).

VI - Declaracão Indicando os responsaveis técnicos (anexo VI)

VII - Certidão de Acervo Técnica (CAT), emitida pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, em nome do Responsavél, comprovando a execução anterior de serviços ou obra, compatíveis em características, quantidades e complexidade técnica com o objeto desta licitação.
QUANTIDADE: 125,00m²
- Projeto arquitetônico;
- Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas;
- Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações;
Terra Rica, 19/06/2026

ELISANGELA CONEGERO
Assistente Administrativo

Apêndice do Anexo I

MINUTA DE ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS RELEVANTES

Minuta elaborada em atendimento aos critérios e parâmetros definidos nos termos da Lei 14.133/21.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM).

Solicitante: José Roberto Périco .

Responsável pelo preenchimento: Layane Cristine Goveia Crepaldi.
ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

• NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A necessidade da contratação é apresentada nos termos da "Solicitação" que compõe o processo.

• DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES

As considerações sobre a previsão da contratação no Plano de Contratações Anual é apresentada nos termos da Solicitação" que compõe o processo.

• ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E VALORES

A estimativa dos valores a serem utilizados foram utilizados por cotações conforme documentos em anexo.

Os detalhes dos quantitativos são apresentados em documentos próprios que compõem o processo, abordados mais adiante.

• JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A adjudicação do objeto será feita de forma global, em vista se tratar de um único serviço que não é possível ser fracionado ou executado por diferentes empresas, dada a interdependência entre os serviços e materiais necessários. A subdivisão desses elementos em grupos distintos poderia acarretar desafios significativos na coordenação e execução, comprometendo a sincronia essencial para um andamento eficaz.

• REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Recomendamos, como forma de assegurar o atendimento às normas vigentes e a qualidade necessária para consecução do objeto, as seguintes exigências:

- Certidão de Registro de Pessoa Jurídica com regularidade do licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, dentro de seu prazo de validade e com jurisdição na sua sede.

- Comprovação de possuir em nome da empresa, atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, de responsabilidade técnica com comprovação de descrição do objeto e quantidade mínima, nos termos dos artigos 67 e seguintes da Lei 14.133/2021, sendo permitido o somatório de atestados:

QUANTIDADE: 125,00m²
- Projeto arquitetônico;
- Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas;
- Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações;

- Os atestados apresentados para a comprovação de responsabilidade técnica somente constituirão prova de capacitação se acompanhado da respectiva certidão de acervo técnico, ou ART ou RRT, emitido pelo CREA e/ou pelo CAU.

- Declaração formal da empresa, assinada pelo responsável técnico do licitante, acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICA
As exigências de qualificação econômico-financeira previstas no presente procedimento licitatório encontram respaldo na Lei nº 14.133/2021 e têm por finalidade demonstrar a capacidade dos licitantes de cumprir integralmente as obrigações decorrentes da contratação, mitigando riscos de inadimplemento, paralisação da execução contratual e prejuízos ao interesse público.
A definição dos requisitos observou critérios de **necessidade, adequação e proporcionalidade**, sendo limitada ao estritamente necessário para assegurar a execução regular do objeto, sem impor restrições indevidas à competitividade do certame, em conformidade com os princípios da isonomia, da seleção da proposta mais vantajosa e da motivação dos atos administrativos.
I – Certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial
A exigência de certidão negativa de pedido de falência ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, referente à matriz e, quando aplicável, à filial licitante, visa comprovar que a empresa não se encontra em situação de insolvência ou submetida a procedimento que possa comprometer sua capacidade econômico-financeira e operacional durante a vigência contratual.
A limitação temporal de até 60 (sessenta) dias anteriores à abertura da sessão pública assegura a atualidade das informações, conferindo maior segurança à Administração quanto à situação econômico-financeira do licitante no momento da contratação.
JUSTIFICATIVA DAS EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

As exigências de habilitação técnica, regularidade profissional e garantia da proposta previstas no edital são indispensáveis para assegurar a legalidade, a capacidade técnica, a segurança jurídica e a adequada execução do objeto licitado, nos termos dos arts. 58, 67 e seguintes da Lei nº 14.133/2021. A apresentação de Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA e/ou ao Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, com jurisdição na sede da licitante e dentro do prazo de validade, tem por finalidade comprovar a regularidade do exercício profissional e a aptidão legal da empresa para executar obras de engenharia compatíveis com o objeto da contratação.
Dessa forma, as exigências estabelecidas mostram-se adequadas, proporcionais e necessárias para garantir a seleção de licitantes efetivamente aptos à execução do objeto, assegurando a eficiência, a economicidade e o atendimento ao interesse público, em conformidade com os princípios e diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

• DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Os serviços compreenderão a elaboração de estudos preliminares, projeto executivo e demais documentos técnicos indispensáveis à futura execução da obra, incluindo memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas físico-financeiros, quantitativos, documentos para licenciamento e demais elementos exigidos pelos órgãos competentes.
A contratação deverá contemplar a compatibilização entre todas as disciplinas de projeto, garantindo a integração das soluções arquitetônicas, estruturais, elétricas, hidrossanitárias, de prevenção e combate a incêndio, acessibilidade, eficiência energética e demais sistemas necessários ao pleno funcionamento da edificação.
Sempre que tecnicamente viável, os projetos deverão ser desenvolvidos com a utilização da metodologia Building Information Modeling (BIM), promovendo maior precisão, compatibilização e controle das informações técnicas.
A solução abrange todas as etapas necessárias ao desenvolvimento dos projetos, desde o levantamento de dados e diagnóstico das necessidades do Fundo Municipal de Previdência Social até a entrega final dos documentos técnicos aprovados, assegurando conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação urbanística, requisitos de acessibilidade, segurança, sustentabilidade e demais exigências legais aplicáveis.

• CONCLUSÃO

Os estudos preliminares evidenciaram que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

INFORMAÇÕES, DECLARAÇÕES E JUSTIFICATIVAS TÉCNICAS

Trata-se de sessão em que são apresentadas as informações, declarações e justificativas técnicas necessárias para a formulação de demais documentos na instrução do processo, tais como Termo de Referência, Edital Licitatório, Minuta Contratual, bem como, subsidia e auxilia as verificações de regularidade do certame, pela Procuradoria Jurídica, Controle Interno e demais órgãos de Controle Externo.

1. Classificação como obra ou serviço de engenharia:

O objeto da presente licitação constitui ( ) OBRA / (X) SERVIÇO DE ENGENHARIA, sob a seguinte **justificativa**:

Não se enquadra conceito de Obra, estabelecido na Lei 14.133/21, mas se enquadra como serviço privativos a profissionais de Engenharia e arquitetura.

2. Classificação como serviço comum ou especial:

O serviço de engenharia objeto da presente licitação é (X) COMUM / ( ) ESPECIAL, sob a seguinte **justificativa**:
O objeto desta Concorrência Eletrônica tem a natureza de serviços de engenharia, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, conforme o art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, o que justifica a escolha por esta modalidade.
O objeto em questão trata-se de um serviço comum de engenharia, visto que:
I) os serviços a serem executados apresentam baixo grau de complexidade técnica;
II) são rotineiramente executados e solicitados pela administração pública;
III) os métodos de execução e desenvolvimento são frequentemente empregados por diversas empresas e pela própria administração pública;
IV) os padrões de desempenho e qualidade são aferidos por meio de especificações técnicas usuais, destacando-se, entre elas, as elaboradas pela ABNT;
V) há diversas empresas aptas a se habilitarem no certame licitatório.
Por fim, os serviços são de natureza não continuada, conforme disposto no inciso XVII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.

3. Classificação como contrato por escopo ou de serviços contínuos:

Os serviços de engenharia/obra, corresponde à ( ) SERVIÇOS CONTÍNUOS / (X) SERVIÇOS NÃO CONTÍNUOS OU POR ESCOPO, sob a seguinte **justificativa**:

Trata-se de contratação por escopo, uma vez que o objeto possui resultado determinado, prazo definido e entregas mensuráveis, compreendendo estudos, projetos, memoriais, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronogramas e demais elementos exigidos para a adequada instrução da futura licitação da obra. A necessidade administrativa será integralmente atendida com a conclusão e entrega dos produtos contratados, não havendo demanda permanente ou continuada que justifique a caracterização como serviço contínuo.

4. Regime de Execução

Para a execução do objeto, será adotado o regime de empreitada por preço global, de acordo com as justificativas abaixo:

A elaboração dos projetos constitui atividade técnica interdependente, em que as soluções adotadas por uma disciplina impactam diretamente as demais. A contratação de empresas distintas para elaboração de projetos específicos poderia resultar em incompatibilidades técnicas, conflitos entre soluções projetuais, divergências de quantitativos, sobreposição de responsabilidades e aumento da necessidade de revisões e adequações posteriores. A centralização da responsabilidade técnica em uma única contratada possibilita maior integração entre as equipes multidisciplinares, assegurando a compatibilização dos projetos desde sua concepção, reduzindo riscos de falhas, retrabalho, aditivos contratuais

e atrasos na futura execução da obra. Além disso, a eventual divisão do objeto em lotes distintos acarretaria significativa dificuldade na definição de responsabilidades por inconsistências técnicas verificadas durante a execução da obra, podendo gerar discussões entre projetistas acerca da origem de erros ou incompatibilidades, em prejuízo ao interesse público e à eficiência administrativa.

1.
2.
3.
4.
5. Necessidade de vistoria

( ) A avaliação do local da(dos) Obra/Serviços é imprescindível para o conhecimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, motivo pelo qual entende-se necessário a vistoria ou visita técnica.

(X) Não se entende como necessário, para a execução do objeto, prévia vistoria ou visita técnica ao local de execução.

6. Local de execução

O serviço será executado no seguinte local:

O projeto será desenvolvido no terreno destinado a construção do Fundo Municipal de Previdência Social, localizado na Rua Carlos Siunji Sawada, quadra 181, lote 14, Centro, Terra Rica-PR.

7. Definição dos custos de referência.

Para estimativa de valor da presente contratação, utilizamo-nos do(s) seguinte(s) método(s), nos termos do art. 23, § 2º da Lei 14.133/21:

( ) Composição de custos unitários, com valor igual ou inferior previstos em itens correspondentes do Sistema de Custos Referenciais de Obras (SICRO), ou Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices de Construção Civil (Sinapi).

( ) Houveram custos unitários não previstos como referência no SICRO ou SINAPI.

Em havendo custos unitários não previstos como referência no SICRO ou SINAPI, foram utilizados a(s) seguinte(s) fonte(s) de cotação para definição dos custos unitários de referência:

( ) Utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e a hora de acesso *(citar as fontes e justificar a pertinência técnica da opção)*:

_____

(X) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, observado o índice de atualização de preços correspondentes, sob a seguinte justificativa *(citar as fontes, justificar metodologia e juntar a pesquisa aos autos)*:

Conforme termo de cotação em anexo.

( ) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma do regulamento *(apresentar justificativa e documentar a pesquisa nos autos)*:

_____

( ) A Equipe técnica elaborou e juntou aos autos documento em que detalha-se a composição de custos quando esta utilizar fontes de cotação que não sejam exclusivamente os Sistemas SICRO e SINAPI.

8. Orçamento detalhado em planilhas de custos unitários

No orçamento da presente obra ou serviço:

( ) Foram juntadas a(s) planilha(s) sintética(s) e a(s) planilha(s) e analítica(s), realizadas por Responsável Técnico (*caso não tenham sido juntadas as Planilhas, justificar motivadamente*):

O serviço de elaboração de projetos não consta nas tabelas governamentais por tratar-se de uma atividade variável. Dessa forma, não é possível definir um valor mínimo de referência para esse tipo de serviço.

9. Elaboração de Cronograma físico-financeiro
( ) O Cronograma físico-financeiro NÃO foi juntado aos autos.

(X) O Cronograma físico-financeiro, em caso de empreitada por preço global, define com clareza as etapas de serviços que guiarão a aceitabilidade da proposta de preços apresentados pelo licitante.

10. Dos Projetos Executivos

( ) FORAM elaborados os projetos executivos relativos ao objeto, juntados aos autos e divulgados com o edital da licitação;

( ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, sendo tal atribuição expressamente repassada à contratada, com os custos contemplados na planilha orçamentária elaborada. Nessa hipótese,( ) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos da licitação possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para permitir a elaboração dos projetos executivos pela contratada.

( ) NÃO FORAM elaborados os projetos executivos, conforme disposto no art. 18, § 3º da Lei 14.133/21. Nessa hipótese, (X) ATESTO que o projeto básico e os demais documentos técnicos possuem nível de detalhamento adequado e suficiente para a consecução da Obra/Serviço de Engenharia, sem prejuízos aos padrões de qualidade e desempenho almejados.

(X) Não se aplica: Não existe projetos técnicos para a elaboração de projetos de engenharia.

11. Da sustentabilidade

Em projetos de engenharia e arquitetura, os critérios de sustentabilidade são cruciais para garantir que as construções sejam ambientalmente responsáveis, economicamente viáveis e socialmente justas. Os principais critérios de sustentabilidade a serem considerados em ambos os campos:

a) Eficiência energética;

b) Redução do consumo de recursos;

c) Mínimo impacto ambiental;

d) Uso de materiais sustentáveis;

e) Uso de tecnologias e matérias-primas locais;

f) Menor geração de resíduos;

g) Maior vida útil;

h) Menor custo de manutenção/operação;

i) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais;

12. Prazos

O prazo de execução será de 90 (Noventa) dias, contados da ordem de serviço.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses.

13. Valor:

O valor da contratação é de **R$ 29.955,52** (Vinte e nove mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos).

Terra Rica, 29/05/2026

JOSÉ ROBERTO PÉRICO
Diretor Presidente

LAYANE CRISTINE GOVEIA CREPALDI
Engenheira Civil – CREA: 178553/D

ANEXO - II

MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 4/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM).

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, DECLARA:

1) A ciência e concordância com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

2) Não empregar menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

3) Não possuir empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4) Cumprir as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
5) O cumprimento dos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021, em caso de tratarem-se de profissionais organizados em coopertativa;

6) Não enquadra-se em situação de vedação a participação no processo licitatório, nos termos do *item 2.7.* e seguintes do Edital;

7) Declaramos os meios de contato oficiais da empresa e seu respectivo endereço, para fins de toda e qualquer comunicação oficial a ser tratada entre o licitante e eventual contratado/ detentor de ata de registro de preços. As comunicações, intimações ou notificações enviadas pelo e-mail e/ou por correspondência aos endereços indicados serão considerados como recebidos. Eventuais alterações deverão ser previamente comunicadas à Administração.

E-mail:
Telefone:
Endereço (completo com CEP):

8) Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

9) Declaramos para os fins de direito, em relação ao presente processo licitatório e eventual instrumento contratual ou congênere firmado à partir dele, queo(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a)....., Portador(a) do RG sob nº ..... e CPF nº ....., cuja função/cargo é.....(sócio administrador/procurador/diretor/etc**.**

....., ..., ... de .....
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO - III

EDITAL DE PREGÃO Nº 4/2026
OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM).

Modelo de Declaração de Enquadramento – ME/EPP/EQUIPARADAS

Pelo presente instrumento, a empresa ....., CNPJ nº ....., com sede na ....., através de seu representante legal infra-assinado, declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que:

1) Se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa (que atende aos requisitos do art. 16 da Lei nº 14.133, de 2021), nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14;

2) Cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

3) Inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação.

....., ..., ... de .....
.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO – IV
Modelo de proposta comercial
(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

A empresa ....., estabelecida na (endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico, se houver), inscrita no CNPJ sob nº ....., neste ato representada por ....., cargo, RG....., CPF....., (endereço), vem por meio desta, apresentar Proposta de Preços ao Edital em epigrafe que tem por objeto a Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos

competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM)., conforme segue:

Lote: 1 - Lote 001						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Quantidade	Unidade	Preço máximo	Preço máximo total
1	61909	Projeto arquitetônico executivo (áreas públicas)	250,00	M²	20,80	5.200,00
2	61910	Projeto executivo de estrutura metálica de coberturas	250,00	M²	8,32	2.080,00
3	61911	Projeto executivo de estruturas de concreto armado e fundações	250,00	M²	10,40	2.600,00
4	61912	Projeto executivo de instalações hidrossanitárias	250,00	M²	7,28	1.820,00
5	61913	Projeto executivo de prevenção contra incêndio e pânico (com aprovação no Corpo de Bombeiros)	250,00	M²	8,32	2.080,00
6	61914	Memorial simplificado de prevenção contra incêndio e pânico	250,00	M²	2,08	520,00
7	61915	Projeto executivo de instalações elétricas de baixa tensão	250,00	M²	8,32	2.080,00
8	61916	Projeto executivo SPDA (Sistema de Proteção contra Descargas Atmosféricas)	250,00	M²	4,16	1.040,00
9	61917	Projeto executivo de telefonia rede lógica, CFTV, automação e segurança	250,00	M²	7,28	1.820,00
10	61918	Sondagem tipo SPT (mínimo 3 (mínimo 3 furos)	1,00	M²	1.560,00	1.560,00
11	61919	Levantamento planialtimétrico cadastral e topográfico	450,00	M²	2,89	1.300,50
12	61920	Maquete digital 3D e produção de vídeos	1,00	M²	1.820,00	1.820,00
13	61921	Orçamento e cronograma físico financeiro	1,00	M²	1.300,00	1.300,00
14	61922	Memorial descritivo e/ou caderno de encargos	1,00	M²	779,50	779,50
TOTAL						26.000,00

Informar o valor final do prêmio máximo de cada item.

Validade desta proposta é de **60 (sessenta) dias corridos**, contados da data da abertura da sessão pública de **Dispensa**.

A apresentação da proposta implicará na plena aceitação das condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

....., ..., ... de 2023.
Local e Data

Assinatura do Responsável pela Empresa
(Nome Legível/Cargo/Carimbo do CNPJ)

ANEXO V
MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>-PMTR

São partes integrantes neste instrumento de Contrato:

1. de um lado, o **MUNICÍPIO DE TERRA RICA,** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.978.881/0001-81, com sede na Avenida Claudio Domingos Soletti, nº 1120, nesta cidade, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA,** brasileiro, casado, portador da cédula de identidade com o RG sob o nº 5.994.543-2 e o CPF sob o nº 919.243.329-49, residente e domiciliado nesta cidade, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, e processo Licitatório decorrente do Edital de Licitação sob a modalidade Dispensa 4/2026, doravante denominada **CONTRATANTE.**

2. de outro lado, a empresa **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>**, com sede à <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>, inscrito no CNPJ/MF nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>, neste ato devidamente representado pelo <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOMEREPRESENTANTE>, portador do CPF/MF sob nº <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CPFREPRESENTANTE>, doravante denominada **CONTRATADA.**

As partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si, justo e acordado, celebrar o presente Contrato de Fornecimento de *Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM).*, devidamente autorizado pelo Dispensa 4/2026, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as condições que estipulam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E VALOR

Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM). conforme informações constantes no Dispensa 4/2026, e os itens contratados conforme tabela abaixo:

<ITENS.CONTRATO#T>

1.1 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

1.2 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

1.3 Integram e completam o presente Instrumento, para todos os fins de direito, independentemente de transcrição:

a) O Termo de Referência;
b) O Edital da Licitação;
c) A Proposta do contratado;
d) Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4 O regime de execução do contrato é de: empreitada por preço global / empreitada por preço unitário / empreitada integral / contratação por tarefa / contratação integrada / contratação semi-integrada / fornecimento e prestação de serviço associado.

CLÁUSULA SEGUNDA: VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2. Escolher um item.
2.1. Escolher um item.
2.2. A contagem do prazo se inicia à partir da publicação do contrato.
2.3. Para a prorrogação que trata o *item 2.1*. deste Contrato deve ser demonstrado:

a) A natureza continuada dos serviços;
b) Que o prestador tenha realizado a prestação de serviços de forma satisfatória e regular.
c) Manifestação expressa do contratado pelo interesse na prorrogação;
d) Conferência de manutenção, pelo contratado das condições inicias de habilitação.

2.4. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
2.5. A prorrogação do contrato deverá ser promovida mediante celebração de Termo Aditivo.
2.6. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
2.7. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

CLÁUSULA TERCEIRA: MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência e demais documentos técnicos, anexos a este Contrato.

3.1. O prazo de execução, conforme documentação que instrui os autos é de .....(.....)....., à contar da Escolher um item.

3.2. MATRIZ DE RISCO

3.2.1. Constituem-se como riscos a serem suportados pelo contratante:

3.2.1.1. Xxxxxxx
3.2.1.2. Xxxxxxxx
3.2.1.3. Xxxxxxxx

3.2.2. Consstituem-se como riscos a serem suportados pelo contratado:

3.2.2.1. Xxxxxxxxx
3.2.2.2. Xxxxxxxxxx
3.2.2.3. Xxxxxxxxxx

3.2.3. Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de ....% para a contratante e ....% para o contratado:

3.2.3.1. Xxxxxxxxxx
3.2.3.2. Xxxxxxxxxx
3.2.3.3. Xxxxxxxxxx

3.2.4. Nos termos do Acórdão n. 1.977/2013 - Plenário (TCU), considera-se como subestimativa ou superestimativa técnica relevante aquela que corresponder à pelo menos .....% da quantidade/valor inicialmente contratado(a).

3.2.5. Considera-se como subestimativas e superestimativas relevantes àquelas que superarem o percentual definido, sendo que à partir do percentual estipulado, considerando-se a matriz de riscos, pode ser realizado o aditamento contratual de quantidades e valores, respeitado o limite legal.

3.2.6. Erros quantitativos dos Projetos que forem superdimensionados ou subdimensionados que não atingirem o percentual definido, deverão ser tolerados pelas partes, sem que haja direito à alteração quantitativa ou de valor, do respectivo contrato.

CLÁUSULA QUARTA: SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA: VALOR E PAGAMENTO

5.1 O valor total da contratação corresponde à R$ xxxxx (xxxxx).

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTE

6. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

6.1. Em tendo sido o orçamento realizado com base nas Planilhas Referencia SINAPI ou SICRO, considera-se como data do orçamento estimado o mês de referência do sistema utilizado.

6.2. Após o referido interregno, poderá ser concedido o reajuste de valores, desde que o contratado formalmente o requeira, por meio de documento assinado apresentado nos canais de comunicação oficiais (nos termos do Edital), **acompanhado de *memória de cálculo* referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.**

6.3. Para fins de reajustamento de valores, será aplicado o índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

6.3.1. Os valores não serão reajustados, quando o contratado concorrer ou der causa à mora na execução do objeto contratual.

6.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.5. As repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

6.6. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

6.7. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

6.8. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

6.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.10. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA SÉTIMA: OBRIGAÇÕES DAS PARTES

6.
7. As obrigações das partes CONTRATANTE E CONTRATADA constam do Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA GARANTIA DO CONTRATO

8**.** Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

8. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de 05 % do valor contratual, mais o valor suplementar de R$ (.....), da garantia adicional, nos termos do art. 59, § 5º da Lei nº 14.133 de 2021.

§ 5º Nas contratações de obras e serviços de engenharia, será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com esta Lei.

8.1 O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou, ainda, pela fiança bancária.

8.2 Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor, mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

8.3 A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

8.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto.

8.5 Caso utilizada outra modalidade de garantia, somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

8.6 Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

8.8
8.1.
8.2.
8.3.
8.4.
8.5.
8.6.
8.7. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

8.7.1.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

8.7.1.2. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

8.7.1.3. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

8.8. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no *item* anterior, observada a legislação que rege a matéria.

8.9. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica no _____ (indicar Banco), com correção monetária.

8.10. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

8.11. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

8.12. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

8.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de ..... (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

8.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

8.15. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

8.16. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep n° 662, de 11 de abril de 2022.

8.17. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

8.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

8.19. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista no Edital e neste Contrato.

8.20. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto prevista especificamente no Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA: INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i. Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
ii. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. Multa:

1. moratória de 0,1% por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

2. quando o contrato exigir garantia de execução contratual, moratória de 0,05% por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 5% (cinco por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

i. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

3. compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

9.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.6 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.7 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep). (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o contratante, na forma da **Instrução Normativa GTTNLL 09/2023**.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

10.1.
10.2.
10.3.
10.4.
10.5.
10.6.
10.7.
10.8.
10.9.
10.1. O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

10.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.
10.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
a. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b. poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
OU
10.4. O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
10.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, da Lei n.º 14.133, de 2021).
10.6. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no *artigo 137 da Lei nº 14.133/21*, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
10.7. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.8. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
a. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
10.9. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
a. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c. Indenizações e multas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11. As despesas decorrentes da presente contratação correão por conta de recursos específicos consignados no orçamento, conforme dotação abaixo descriminada.

<DOTACOES.CONTRATO#T>

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DOS CASOS OMISSOS
12. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:ALTERAÇÕES
13.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
13.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
13.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: FORO
14. As partes contratantes ficam obrigadas a responder pelo cumprimento deste contrato perante o foro da Comarca de Terra Rica, Estado do Paraná, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou se torne.

E, por estarem assim justas e contratadas, assinam este Instrumento em duas (02) vias de igual teor e forma, para um só efeito legal, juntamente com as testemunhas.

Terra Rica – PR, 13/07/2026 (treze dias de julho de 2026).

Município De Terra Rica

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

<Fornecedor.Contrato#T&Nome>
<Fornecedor.Contrato#T&NomeRepresentante>
Contratado

Testemunhas:

_____
Nome:
CPF.:

_____
Nome:
CPF.:

EXTRATO DO CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO Nº <NUMEROCONTRATO>/<EXERCICIOCONTRATO>

CONTRATANTE: A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA, inscrita no CNPJ nº 76.978.881/0001-81, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **AGNALDO DE SOUZA COSTA**, brasileiro, casado, residente e domiciliado na cidade de Terra Rica, Estado do Paraná, à Avenida Liberdade, 929, portador do RG nº 5.994.543-2, e do CPF n° 919.243.329-49.

CONTRATADA: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&NOME>, pessoa jurídica de direito privado, devidamente cadastrada no CNPJ sob **<FORNECEDOR.CONTRATO#T&CNPJ>**.

DOMICÍLIO: <FORNECEDOR.CONTRATO#T&ENDERECOCOMPLETO>, <FORNECEDOR.CONTRATO#T&CIDADEUF>.

OBJETO: Contratação de empresa especializada em serviços de engenharia e arquitetura para a elaboração de Projeto Executivo completo destinado à construção da sede própria do Fundo de Previdência do Município de Terra Rica/PR, contemplando o desenvolvimento de estudos, levantamentos técnicos, projetos arquitetônicos e complementares, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro, quantitativos, detalhamentos construtivos e demais documentos necessários para a adequada execução da obra, em conformidade com as normas técnicas vigentes, legislação aplicável e exigências dos órgãos competentes. A execução dos serviços deverá adotar a modelagem da informação da construção (Building Information Modeling - BIM)., do Dispensa 4/2026, ratificado pelo CONTRATANTE em <DTHOMOLOGACAOLIC>.

VALOR TOTAL: R$ **<VALORCONTRATO> (<VALORCONTRATO#E>).**

PRAZO DE VIGÊNCIA: <PRAZOVIGENCIA>, a partir da publicação de seu extrato na Imprensa Oficial.

FORO: Comarca de Terra Rica. Estado do Paraná.

Terra Rica, 13/07/2026(treze dias de julho de 2026).

Município De Terra Rica
AGNALDO DE SOUZA COSTA
Contratante

<Fornecedor.Contrato#T&Nome>
<Fornecedor.Contrato#T&NomeRepresentante>
Contratado

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE PLENO CONHECIMENTO

Dispensa de Licitação nº / .
Declarante: **(responsável técnico ou representante legal).**
CPF:

Venho por meio desta declarar, em nome da **(empresa proponente, nº de CNPJ)** que, tenho pleno conhecimento das condições, características e peculiaridades da obra/serviço(s) de engenharia, que obtive todas as informações necessárias para o oferecimento da proposta de preços referente ao objeto do processo licitatório em epígrafe, não podendo a esse respeito alegar qualquer desconhecimento o falta de informações.

(local, data).

(nome do declarante e assinatura)

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE INDICAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO

Dispensa de Licitação nº /

Conforme o disposto no Edital em epígrafe, declaramos que o responsável técnico pela(s) referida obra(s)/serviço(s) de engenharia caso venhamos a vencer a referida licitação, é:

Nome	Especialidade	(..Conselho Responsável..)	Data do registro

Declaro ainda, que até a data de formalização do instrumento contratual ou equivalente, apresentarei documentos idôneos de comprovação do vínculo entre a empresa e o(s) responsável(eis) técnico(s), sob pena de revogar-se a adjudicação do objeto, sem prejuízo de sanções administrativas e demais consequência judiciais e extrajudiciais cabíveis.

(local), (data).

_____

(CNPJ, nome, RG nº e assinatura do responsável Legal)

_____

(Nome e assinatura do(s) Engenheiro/Arquiteto responsável(eis))

Publicado por:
Julio Cesar Germano Junior
Código Identificador:8C5FA043

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL/PR
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E COMPRAS
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 96/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 33/2026 SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Nº ATA	Nº DA LICITAÇÃO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	DATA DA VIGÊNCIA	VALOR (R$)
ATA Nº 96/2026	P.E. Nº 33/2026	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA, CORRETIVA E CALIBRAÇÃO EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS HOSPITALARES, ODONTOLÓGICOS, LAVANDERIA HOSPITALAR, FISIOTERÁPICOS E AFINS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, COMPONENTES, MATERIAIS E ACESSÓRIOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	PROBIMED MANUTENÇÃO E VENDAS ODONTO HOSPITALAR LTDA CNPJ 32.590.635/0001-82	30/09/2026	05/10/2026 A 04/10/2027	R$ 273.896,00

TIJUCAS DOS SUL, 02 DE OUTUBRO DE 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Vitoria Laska
Código Identificador:38C904B0

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2026 - P.E. Nº 27/2026

EXTRATO DE CONTRATO Nº 90/2026

Nº CONTRATO	OBJETO	CONTRATADA	DATA DE ASSINATURA	INICIO VIGÊNCIA	FIM VIGÊNCIA	VALOR DO CONTRATO
Nº 90/2026 P.E. Nº 27/2026	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE ESCOLAR DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DA PREFEITURA DE TIJUCAS DO SUL/PR.	L. CARVALHO TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA CNPJ 37.279.287/0001-40	01/10/2026	05/10/2026	04/10/2027	R$ 1.692.700,00

Tijucas do Sul, 02 de outubro de 2026.

JOSÉ ALTAIR MOREIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Aline Woiakievicz Giombelli
Código Identificador:5E80694D

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ

MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ
DECRETO Nº 7313/2026

DATA 28/09/2026

Súmula. Abre um crédito suplementar no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná, e dá outras providências**.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS DO PARANÁ, ESTADO DO PARANÁ, SENHOR**GERSO FRANCISCO GUSSO,**NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSIDERANDO O CONTIDO NO INCISO V DO ART. 4º DA LEI Nº 3023/2025 DE 16/12/2025.
D E C R E T A
Art. 1º Fica aberto crédito suplementar no orçamento geral do município de Três Barras do Paraná no valor de R$ 127.700,00 (cento e vinte e sete mil e setecentos reais) nas seguintes dotações orçamentárias:

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.33 (3855) (107)	Passagens e despesas com locomoção	63.000,00
3.3.90.39 (3862) (107)	Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	27.500,00
123610010.2.102000	Manutenção do Ensino Fundamental da Educação no Campo	
3.3.90.33 (3904) (107)	Passagens e despesas com locomoção	12.500,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.01	Departamento de Ensino Fundamental	
123610010.2.030000	Manutenção do Ensino Fundamental	
3.3.90.32 (3852) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	10.000,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.02	Departamento de Ensino Infantil	
123650011.2.029000	Manutenção da Educação Infantil/Pré-Escola	
3.3.90.32 (3935) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	2.000,00
123650011.2.032000	Manutenção da Educação Infantil/Creche	
3.3.90.32 (3969) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	12.200,00

09	Secretaria Municipal de Educação	
09.03	Departamento de Ensino Especial	
123670012.2.033000	Manutenção da Educação Especial	
3.3.90.32 (4027) (1042)	Material, bem ou serviço para distribuição gratuita	500,00

Total.....R$ 127.700,00
Art. 2º Para a cobertura do presente crédito suplementar será utilizado o provável excesso de arrecadação das seguintes fontes:

Fonte	Especificação	Valor R$
107	Salário Educação	103.000,00
1042		24.700,00

Total.....R$ 127.700,00
Art. 3º Fica autorizado a atualizar valores no exercício de 2026, dos projetos e/ou atividades que receberam aportes e/ou reduções nas seguintes Leis: Plano Plurianual (PPA) Lei n° 2931/2025 de 19/08/2025, Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) Lei n° 2910/2025 de 07/08/2025 e Lei Orçamentária Anual 3023/2025 de 16/12/2025.
Art. 4º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Três Barras do Paraná, 28 de setembro de 2026.

GERSO FRANCISCO GUSSO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Karine Fernanda Skorupa
Código Identificador:AE8E255F

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TURVO SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 125/2026 PREGAO ELETRONICO Nº 111/2026

GESTOR DA ATA: **MUNICÍPIO DE TURVO (PR)**, pessoa jurídica de direito público inscrita no CNPJ sob o nº 78.279.973/0001-07, com sede localizada na Avenida 12 de Maio, 353, Centro, CEP 85.150-016, Turvo (PR), neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Antonio Marcos Seguro, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG Nº 50733521, SESP/PR e inscrito junto ao CPF/MF sob o Nº 731.737.469-53, residente e domiciliado na Rua Tiradentes, nº 105, Centro, CEP 85.150-043, Turvo (PR).

DETENTORA DA ATA: ALXTEK SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 40.539.740/0001-15, com sede localizada na Rua José Linhares, Nº 67, no Município de Guarapuava/PR, CEP 85.020-420, neste ato representada por Clarice Korchak Barbosa, portadora do CPF/MF sob o nº 046.165.799-62.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS DESTINADOS ÀS AÇÕES DA DEFESA CIVIL MUNICIPAL, em atendimento ao solicitado pela Secretaria Municipal de Administração autuado na forma do Processo Administrativo nº 6.841/2026 (1Doc), conforme quantidades, conforme especificações do Termo de Referência do Edital do Pregão Eletrônico Nº 111/2026. Os preços, quantidades e especificações do objeto ora registrado são os contidos da planilha abaixo:

LOTE 01						
Item	Descrição do produto/serviço	Marca do produto	Und	Qtd	Preço unitário	Preço total
1	CUMEEIRA 4MM - PAR	CM	PAR	1.500,00	14,95	22.425,00
2	LANTERNA CABEÇA TRIPLO Alcance 300 Metros 3 Modos de operação: Baixa luz, alta luz e Strobo (pisca) Controle manual A Prova d'água Suporte ABS e Elástico para cabeça Lumens: 38000w/110000 Material: Alumínio e plástico Bateria: modelo 18650 li-ion 3,7 v Peso do produto: 160gr Com 2 Baterias, 1 Carregador Tomada	LT	UND	10,00	63,57	635,70
3	LANTERNA DE LED RECARREGAVEL (MODELO POLICIAL) Modelo: Sigma Potência de 1000 lúmens 3h30 de autonomia Empunhadura ergonômica com textura antiderrapante e clip tático removível Design tático sem curvas 3 funções (alto, baixo e estrobo) Acompanha bateria 18650 carregável via USB Tipo-C na própria lanterna Resistente a água, respingos e poeira (IPX6)	LT	UND	10,00	61,28	612,80
4	Lona Preta 8m x 100m 200 micras Bobina com 1 (uma) unidade, Material: Plástico, Cor: preta, 8 (oito) metros de largura, 100 (cem) metros de comprimento, Espessura: 200 micras.	LN	UND	10,00	1.499,99	14.999,90
5	PREGO TELHEIRO 1KG TORCIDO	PR	UND	250,00	19,72	4.930,00
6	TELHA DE FIOBROCIMENTO 2,44X0,50X4 MM	TL	UND	500,00	23,15	11.575,00
Valor total do lote: R$ 55.178,40						

LICITAÇÃO: Pregão Eletronico n° 111/2026
GESTOR: Paulo Henrique Zander
FISCAL: Cheila Torteli
VIGÊNCIA: 30/09/2026 a 29/09/2027
FORO: Guarapuava/PR

Publicado por:
Priscila Martinelli
Código Identificador:FE1C62E8

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UMUARAMA

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 09/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABJ3A28	279350NIC0046883	01/09/2026	50020
ACL7213	279350E000050721	05/09/2026	55412
ACL7213	279350E000050324	03/09/2026	55412
ACS9I68	279350NIC0046898	01/09/2026	50020
ACZ3380	279350E000050444	03/09/2026	55412
ADU4C76	279350E000050360	03/09/2026	55412
AEU8610	279350NIC0046897	01/09/2026	50020
AFB1903	279350E000050419	03/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000050317	03/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000050669	05/09/2026	55412
AFI2F34	279350E000050446	03/09/2026	55412
AFP0A89	279350E000050609	04/09/2026	55412
AFU0114	279350NIC0046902	01/09/2026	50020
AFX2449	279350E000050352	03/09/2026	55412
AGM5200	279350E000050441	03/09/2026	55412
AHJ5E33	279350E000050701	05/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000050667	05/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000050287	03/09/2026	55412
AHU8G29	279350E000050638	05/09/2026	55412
AIN1A39	279350E000050529	04/09/2026	55412
AJK1426	279350E000050620	04/09/2026	55412
AJW4471	279350E000050362	03/09/2026	55412
AKG0737	279350E000050722	05/09/2026	55412
AKQ6D00	279350NIC0046937	01/09/2026	50020
AKR2F14	279350E000050577	04/09/2026	55412
AKT0E25	279350E000050527	04/09/2026	55412
AKT0E25	279350E000050350	03/09/2026	55412
ALM6D31	279350E000050625	05/09/2026	55412
ALP7F69	279350E000050699	05/09/2026	55412

AMJ3H27	279350E000050290	03/09/2026	55412
AMK1H99	279350E000050382	03/09/2026	55412
AMQ7072	279350E000050724	05/09/2026	55412
AMX1I99	279350E000050322	03/09/2026	55412
ANA2D97	279350E000050731	05/09/2026	55412
ANG7G67	279350E000050697	05/09/2026	55412
AOD0I04	279350E000050616	04/09/2026	55412
AOG8J09	279350NIC0046903	01/09/2026	50020
AON7F88	279350E000050613	04/09/2026	55412
AOP8B20	279350E000050736	05/09/2026	55412
AOQ2B74	279350E000050632	05/09/2026	55412
APB0240	279350E000050642	05/09/2026	55412
APC1E52	279350NIC0046941	01/09/2026	50020
APO0E45	279350E000050532	04/09/2026	55412
APO0E45	279350E000050475	03/09/2026	55412
APX3J22	279350E000050557	04/09/2026	55412
APX3J22	279350E000050455	03/09/2026	55412
AQR4D76	279350E000050428	03/09/2026	55412
AQX6656	279350E000050698	05/09/2026	55412
AQY1251	279350E000050598	04/09/2026	55412
ARA3784	279350E000050749	05/09/2026	55412
ARM8F56	279350E000050679	05/09/2026	55412
ARO7B05	279350E000050295	03/09/2026	55412
ARP9B47	279350E000050479	04/09/2026	55412
ASC8816	279350E000050579	04/09/2026	55412
ATA8F09	279350E000050381	03/09/2026	55412
ATR9J48	279350NIC0046886	01/09/2026	50020
ATS4134	279350NIC0046884	01/09/2026	50020
ATX4174	279350E000050429	03/09/2026	55412
AUF8F01	279350E000050405	03/09/2026	55412
AUI8192	279350E000050643	05/09/2026	55412
AUQ3J22	279350E000050680	05/09/2026	55412
AUW3B47	279350E000050512	04/09/2026	55412
AUX2J49	279350E000050472	03/09/2026	55412
AUY3076	279350NIC0046916	01/09/2026	50020
AVF6225	279350E000050733	05/09/2026	55412
AVJ9J50	279350E000050663	05/09/2026	55412
AVO4495	279350E000050316	03/09/2026	55412
AWA4413	279350NIC0046938	01/09/2026	50020
AWB5D39	279350NIC0046927	01/09/2026	50020
AWH5D84	279350E000050662	05/09/2026	55412
AWN5325	279350E000050590	04/09/2026	55412
AWR7C48	279350E000050660	05/09/2026	55412
AWU3J57	279350NIC0046907	01/09/2026	50020
AWU3J57	279350NIC0046906	01/09/2026	50020
AWX5120	279350E000050630	05/09/2026	55412
AWZ1F20	279350E000050702	05/09/2026	55412
AWZ7H94	279350E000050569	04/09/2026	55412
AXD8I73	279350E000050476	03/09/2026	55412
AXN1I83	279350E000050480	04/09/2026	55412
AXN4E23	279350E000050622	05/09/2026	55412
AXU4683	279350E000050547	04/09/2026	55412
AYE4E83	279350E000050534	04/09/2026	55412
AYR7E75	279350NIC0046932	01/09/2026	50020
AYS6G33	279350NIC0046915	01/09/2026	50020
AYU0E68	279350E000050746	05/09/2026	55412
AYV0615	279350E000050305	03/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000050323	03/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000050646	05/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000050541	04/09/2026	55412
AZA4H11	279350E000050445	03/09/2026	55412
AZJ0270	279350E000050314	03/09/2026	55412
AZM0B90	279350NIC0046918	01/09/2026	50020
AZP1B83	279350E000050726	05/09/2026	55412
AZV2827	279350NIC0046909	01/09/2026	50020
BAC1D62	279350E000050313	03/09/2026	55412
BAC1D62	279350E000050617	04/09/2026	55412
BBC9234	279350E000050728	05/09/2026	55412
BBI0D97	279350E000050552	04/09/2026	55412
BBJ8J49	279350E000050486	04/09/2026	55412
BBJ8J49	279350E000050310	03/09/2026	55412
BBL8D15	279350E000050418	03/09/2026	55412
BBO0A68	279350E000050700	05/09/2026	55412
BBV4902	279350E000050719	05/09/2026	55412
BBY9A53	279350E000050525	04/09/2026	55412
BCA8B43	279350E000050637	05/09/2026	55412
BCM4E07	279350NIC0046901	01/09/2026	50020
BCO5708	279350NIC0046933	01/09/2026	50020
BCT1A61	279350E000050482	04/09/2026	55412
BCU3D46	279350E000050593	04/09/2026	55412
BDB9J78	279350E000050442	03/09/2026	55412
BDJ1E31	279350E000050745	05/09/2026	55412
BDM2J78	279350NIC0046910	01/09/2026	50020
BDN6C50	279350E000050477	04/09/2026	55412
BDO7J32	279350NIC0046928	01/09/2026	50020
BDO7J32	279350NIC0046911	01/09/2026	50020
BDS1F73	279350E000050308	03/09/2026	55412
BDU8I65	279350E000050302	03/09/2026	55412
BDX4J54	279350E000050688	05/09/2026	55412

BDY7H25	279350NIC0046888	01/09/2026	50020
BDY9E94	279350NIC0046934	01/09/2026	50020
BEA4J95	279350E000050600	04/09/2026	55412
BEB6J68	279350E000050451	03/09/2026	55412
BEE5H19	279350E000050365	03/09/2026	55412
BEL4J92	279350E000050535	04/09/2026	55412
BEM2641	279350E000050394	03/09/2026	55412
BEO5J99	279350NIC0046889	01/09/2026	50020
BEQ1J02	279350E000050462	03/09/2026	55412
BEY3B04	279350E000050739	05/09/2026	55412
BMK6817	279350E000050311	03/09/2026	55412
BUN8E94	279350E000050325	03/09/2026	55412
BZL9H27	279350E000050744	05/09/2026	55412
CAS8508	279350E000050602	04/09/2026	55412
CEK1B30	279350E000050685	05/09/2026	55412
CEZ2225	279350E000050327	03/09/2026	55412
CFF4433	279350E000050443	03/09/2026	55412
CGF1342	279350E000050390	03/09/2026	55412
CIG1901	279350E000050385	03/09/2026	55412
CLZ0508	279350E000050611	04/09/2026	55412
CPC3507	279350NIC0046929	01/09/2026	50020
CZX6310	279350E000050387	03/09/2026	55412
CZX6310	279350E000050619	04/09/2026	55412
DEZ9C58	279350E000050391	03/09/2026	55412
DFF3C67	279350E000050640	05/09/2026	55412
DGC0I55	279350E000050466	03/09/2026	55412
DHU6C25	279350E000050435	03/09/2026	55412
DIH2913	279350E000050709	05/09/2026	55412
DMY2I61	279350E000050514	04/09/2026	55412
DQA3575	279350E000050329	03/09/2026	55412
DSD1A12	279350E000050303	03/09/2026	55412
DUD5A91	279350E000050320	03/09/2026	55412
DWL8D21	279350E000050508	04/09/2026	55412
EAJ1369	279350E000050372	03/09/2026	55412
EDW8I90	279350E000050634	05/09/2026	55412
EGB8E23	279350NIC0046905	01/09/2026	50020
EKW6D57	279350E000050725	05/09/2026	55412
EKY3A61	279350E000050693	05/09/2026	55412
ELE0031	279350E000050500	04/09/2026	55412
ELV9G74	279350E000050687	05/09/2026	55412
EPD4A74	279350E000050564	04/09/2026	55412
ETS6I78	279350NIC0046895	01/09/2026	50020
EYN6F41	279350E000050628	05/09/2026	55412
EZK8F19	279350E000050516	04/09/2026	55412
FAH7541	279350NIC0046920	01/09/2026	50020
FFK5A59	279350E000050645	05/09/2026	55412
FHP8G57	279350E000050661	05/09/2026	55412
FJG2E75	279350E000050675	05/09/2026	55412
FMG7210	279350E000050735	05/09/2026	55412
FMH6F80	279350E000050337	03/09/2026	55412
FRW3A96	279350E000050714	05/09/2026	55412
FSA9B38	279350E000050652	05/09/2026	55412
FWE2C63	279350E000050289	03/09/2026	55412
FZV1I27	279350E000050732	05/09/2026	55412
GDQ5A31	279350NIC0046890	01/09/2026	50020
GEK0G51	279350NIC0046904	01/09/2026	50020
GGB2I10	279350NIC0046880	01/09/2026	50020
GVE2E78	279350E000050581	04/09/2026	55412
GWA9795	279350E000050595	04/09/2026	55412
GXY6243	279350E000050713	05/09/2026	55412
HEI9A51	279350E000050358	03/09/2026	55412
HJF5F99	279350E000050519	04/09/2026	55412
HNX9481	279350E000050521	04/09/2026	55412
HSC2A85	279350E000050539	04/09/2026	55412
IIV0J78	279350E000050493	04/09/2026	55412
ILY3C01	279350E000050498	04/09/2026	55412
IPS7C78	279350E000050730	05/09/2026	55412
ISG4G56	279350E000050599	04/09/2026	55412
KER3D13	279350E000050297	03/09/2026	55412
MEG6B86	279350E000050449	03/09/2026	55412
MEW2J98	279350NIC0046908	01/09/2026	50020
MEY2816	279350E000050668	05/09/2026	55412
MGY9C68	279350E000050533	04/09/2026	55412
MHJ8H31	279350NIC0046940	01/09/2026	50020
MII4A63	279350E000050396	03/09/2026	55412
MMB2I98	279350E000050300	03/09/2026	55412
MMB4867	279350E000050623	05/09/2026	55412
MYG2D33	279350E000050440	03/09/2026	55412
NJB6I51	279350E000050670	05/09/2026	55412
NPE7C17	279350E000050653	05/09/2026	55412
NPI7E41	279350E000050491	04/09/2026	55412
NRU6I21	279350E000050408	03/09/2026	55412
NSP5148	279350E000050742	05/09/2026	55412
NVG0C26	279350E000050553	04/09/2026	55412
OKD1J74	279350E000050538	04/09/2026	55412
OLZ9896	279350E000050407	03/09/2026	55412
OON1J48	279350E000050540	04/09/2026	55412
OOS9511	279350E000050689	05/09/2026	55412
OWJ9C10	279350E000050511	04/09/2026	55412

PJN6G72	279350NIC0046899	01/09/2026	50020
PQI0J08	279350E000050536	04/09/2026	55412
PXI8A65	279350E000050665	05/09/2026	55412
QHJ6B02	279350E000050481	04/09/2026	55412
QJN5B40	279350NIC0046926	01/09/2026	50020
QJN5B40	279350NIC0046925	01/09/2026	50020
QLX1E53	279350NIC0046896	01/09/2026	50020
QPH9J36	279350NIC0046936	01/09/2026	50020
QVB3F24	279350E000050737	05/09/2026	55412
RCT6E65	279350NIC0046913	01/09/2026	50020
RFA6J28	279350E000050672	05/09/2026	55412
RHC4E59	279350NIC0046931	01/09/2026	50020
RHQ4D01	279350E000050545	04/09/2026	55412
RKW4G78	279350E000050671	05/09/2026	55412
RVM1H72	279350NIC0046893	01/09/2026	50020
RVU4E58	279350E000050717	05/09/2026	55412
RXX5D13	279350E000050515	04/09/2026	55412
SDU2E06	279350E000050610	04/09/2026	55412
SEA3J70	279350E000050603	04/09/2026	55412
SED4C66	279350NIC0046939	01/09/2026	50020
SEK4D67	279350E000050568	04/09/2026	55412
SEM1C03	279350E000050716	05/09/2026	55412
SEM3A82	279350NIC0046892	01/09/2026	50020
SER1I19	279350NIC0046894	01/09/2026	50020
SEU2E23	279350E000050341	03/09/2026	55412
SEU9J73	279350NIC0046914	01/09/2026	50020
SFJ7I93	279350NIC0046912	01/09/2026	50020
SFM6B26	279350NIC0046882	01/09/2026	50020
SIO9F16	279350E000050497	04/09/2026	55412
SIR9H20	279350NIC0046924	01/09/2026	50020
SMK6J68	279350NIC0046923	01/09/2026	50020
SXF7H00	279350NIC0046891	01/09/2026	50020
TAL7E95	279350E000050344	03/09/2026	55412
TAN2J87	279350NIC0046885	01/09/2026	50020
TAP3C20	279350NIC0046917	01/09/2026	50020
TBD5J92	279350E000050710	05/09/2026	55412
TBL9I67	279350NIC0046900	01/09/2026	50020
TDL2E03	279350E000050363	03/09/2026	55412
TEA2J57	279350E000050548	04/09/2026	55412
TKV5C37	279350E000050364	03/09/2026	55412
UAU4J40	279350E000050349	03/09/2026	55412
UBB4J03	279350NIC0046881	01/09/2026	50020
UBG7E32	279350NIC0046935	01/09/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:04E8B991

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 12/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABY6855	279350T000116605	15/09/2026	61300
ADX6D00	279350T000144069	21/09/2026	76331
ADX6D00	279350T000144068	21/09/2026	51851
AER7781	279350T000144009	16/09/2026	51851
AEU7250	279350T000137387	22/09/2026	65800
AEU7250	279350T000137386	22/09/2026	51851
AGL7117	279350T000142983	16/09/2026	51851
AIE9003	279350T000138383	15/09/2026	51851
AJC0G82	279350T000120175	18/09/2026	54010
AJD7C27	279350T000144039	19/09/2026	51930
AJN2911	279350T000144017	16/09/2026	76251
AKJ1906	279350T000116608	16/09/2026	54521
AKJ8F00	279350T000142982	16/09/2026	51851
AMG3124	279350T000119136	21/09/2026	70481
ANX6D33	279350T000144047	20/09/2026	51851
ANY6D37	279350T000144043	20/09/2026	51930
AOQ5560	279350T000144015	16/09/2026	76251
APE6I67	279350T000120174	14/09/2026	76332
APK3J84	279350T000142988	16/09/2026	51851
AQL7031	279350T000142962	14/09/2026	76331
AQU2I34	279350T000144026	17/09/2026	51851
AQU9G64	279350T000116601	15/09/2026	66531
AQY5J03	279350T000142970	15/09/2026	76331
ARB0804	279350T000144073	21/09/2026	76331
ARB0804	279350T000144072	21/09/2026	51851
ARH6F32	279350T000142993	16/09/2026	51851
ARM4034	279350T000142986	16/09/2026	51851
ARS6H03	279350T000142992	16/09/2026	51851
ASZ9888	279350T000119138	21/09/2026	55417
ATN8A93	279350T000142969	15/09/2026	76331
ATX7D19	279350T000144021	16/09/2026	51851
AUU3203	279350T000142965	15/09/2026	51852
AVQ0422	279350T000116618	22/09/2026	54521
AVS4J34	279350T000144010	16/09/2026	51851

AWC2I82	279350T000142984	16/09/2026	51851
AWC4240	279350T000116619	22/09/2026	54521
AWO9E83	279350T000142976	15/09/2026	51851
AWV7H22	279350T000116620	21/09/2026	60250
AXT3167	279350T000144083	22/09/2026	76332
AXU2H34	279350T000144040	20/09/2026	73662
AYF6F50	279350T000142980	15/09/2026	51851
AYM3462	279350T000144077	21/09/2026	51852
AYM7572	279350T000144081	22/09/2026	51851
AYY4F62	279350T000144078	21/09/2026	51852
AZB7844	279350T000120173	14/09/2026	76332
AZF7A71	279350T000116595	14/09/2026	55250
AZP7A02	279350T000144056	20/09/2026	51930
AZV1A36	279350T000142973	15/09/2026	51852
BAF8F22	279350T000142991	16/09/2026	51851
BAL2866	279350T000144001	16/09/2026	76331
BBP2617	279350T000144054	20/09/2026	73662
BBQ2795	279350T000144014	16/09/2026	76251
BBR8G15	279350T000142975	15/09/2026	51851
BCE0I36	279350T000137384	22/09/2026	51851
BCR1899	279350T000144038	18/09/2026	51851
BCS2I63	279350T000116610	17/09/2026	76331
BCT1C82	279350T000142963	15/09/2026	51851
BEI2F51	279350T000116600	15/09/2026	60250
BEI8H29	279350T000142985	16/09/2026	51851
BEM8H52	279350T000120172	14/09/2026	54600
BJB5I13	279350T000142964	15/09/2026	51851
BJK3G93	279350T000144048	20/09/2026	65640
BNP0879	279350T000137398	22/09/2026	51851
BPT2215	279350T000144063	21/09/2026	51851
BST4J49	279350T000119139	21/09/2026	51930
CER9430	279350T000137385	22/09/2026	51851
CFD7D92	279350T000119135	19/09/2026	70561
DIA4925	279350T000121168	17/09/2026	55417
DMU9B61	279350T000144074	21/09/2026	76331
DMY2J99	279350T000144020	16/09/2026	51851
DYL5B18	279350T000116606	15/09/2026	66531
ECT8639	279350T000121166	17/09/2026	51852
EKY8E17	279350T000144080	21/09/2026	68580
ENB1G98	279350T000144055	20/09/2026	51930
ETZ7J33	279350T000137395	22/09/2026	51852
EUZ7B31	279350T000142974	15/09/2026	51852
EYH3B04	279350T000143000	16/09/2026	76331
EYH3B04	279350T000142999	16/09/2026	51851
EZH4G84	279350T000144029	18/09/2026	51852
FFO4J47	279350T000144076	21/09/2026	51852
FIL9C43	279350T000119137	21/09/2026	55417
FKV1I04	279350T000144066	21/09/2026	51851
FUT1J83	279350T000144041	20/09/2026	51852
FWI0I84	279350T000137391	22/09/2026	76331
FWI0I84	279350T000137390	22/09/2026	51851
GBP8088	279350T000144028	17/09/2026	51851
GBP8088	279350T000144051	20/09/2026	73232
GYJ1J61	279350T000144045	20/09/2026	51930
HRL4E30	279350T000144053	20/09/2026	51930
IJN0690	279350T000144064	21/09/2026	51851
JOL8701	279350T000142990	16/09/2026	51851
KWH2D12	279350T000142978	15/09/2026	76331
KWH2D12	279350T000142977	15/09/2026	51851
MFH2C29	279350T000144031	18/09/2026	76331
MFH2C29	279350T000144030	18/09/2026	51851
MKG1D89	279350T000142989	16/09/2026	51851
MKQ8I77	279350T000144049	20/09/2026	73662
MKR7H68	279350T000142997	16/09/2026	76331
MKR7H68	279350T000142998	16/09/2026	51851
NDJ1G54	279350T000144065	21/09/2026	51851
NRJ6C59	279350T000144006	16/09/2026	51852
NRJ6C59	279350T000144005	16/09/2026	76331
NRQ1G88	279350T000119134	19/09/2026	65300
OVJ3J77	279350T000116616	22/09/2026	76251
PGL9I05	279350T000144050	20/09/2026	73662
QAT0C76	279350T000120176	18/09/2026	54870
QUK1A47	279350T000116604	15/09/2026	73580
RHG8J84	279350T000144035	18/09/2026	76331
RHG8J84	279350T000144036	18/09/2026	51851
RHP6B27	279350T000144044	20/09/2026	51852
RRP5C13	279350T000142996	16/09/2026	76331
RRP5C13	279350T000142995	16/09/2026	51851
SDS6G57	279350T000144033	18/09/2026	76331
SDV7E61	279350T000144062	21/09/2026	76331
SEB2G64	279350T000144023	16/09/2026	76331
SES1B08	279350T000116622	22/09/2026	57380
SES8D12	279350T000144032	18/09/2026	76331
TAK8F02	279350T000116609	17/09/2026	57380
TBC5E18	279350T000116602	15/09/2026	58191
TBH8B03	279350T000142979	15/09/2026	51851
TBI4A22	279350T000144024	17/09/2026	76331
TBO0F99	279350T000144004	16/09/2026	76331
TBX2A22	279350T000116623	22/09/2026	54521

TYL2A13	279350T000144075	21/09/2026	76331
UAS7E99	279350T000142968	15/09/2026	76331
UBE4I84	279350T000119133	08/09/2026	70481
UBH2A65	279350T000144034	18/09/2026	76331
UBP5B72	279350T000119142	22/09/2026	54600
UBQ2I18	279350T000144061	21/09/2026	76331

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:CF472F98

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 13/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ABM3767	279350NIC0046960	05/09/2026	50020
ACS9H22	279350NIC0046972	05/09/2026	50020
ACZ4F24	279350NIC0046988	05/09/2026	50020
ALP3B74	279350NIC0046981	05/09/2026	50020
AOT1974	279350NIC0046976	05/09/2026	50020
AQG2282	279350NIC0047006	05/09/2026	50020
AQJ3J55	279350NIC0046984	05/09/2026	50020
ARI2C60	279350NIC0046955	05/09/2026	50020
ARU2846	279350NIC0046961	05/09/2026	50020
AUN1F66	279350NIC0046962	05/09/2026	50020
AVR3D63	279350NIC0047003	05/09/2026	50020
AWC8I11	279350NIC0046997	05/09/2026	50020
AWV2H17	279350NIC0046978	05/09/2026	50020
AYD5371	279350NIC0046957	05/09/2026	50020
AZB2D72	279350NIC0047005	05/09/2026	50020
BAQ5E00	279350NIC0046969	05/09/2026	50020
BBO4H31	279350NIC0046956	05/09/2026	50020
BDB7A86	279350NIC0046959	05/09/2026	50020
BDW6A11	279350NIC0046963	05/09/2026	50020
BEH5F95	279350NIC0047007	05/09/2026	50020
BEH5F95	279350NIC0046986	05/09/2026	50020
EBW5F51	279350NIC0046996	05/09/2026	50020
EFU7H24	279350NIC0046983	05/09/2026	50020
EPM7F38	279350NIC0046973	05/09/2026	50020
FTY4A15	279350NIC0046977	05/09/2026	50020
FTY4A15	279350NIC0046975	05/09/2026	50020
GBI9F96	279350NIC0046971	05/09/2026	50020
IRF7G06	279350NIC0046980	05/09/2026	50020
NDS3725	279350NIC0046993	05/09/2026	50020
NRJ0F26	279350NIC0046987	05/09/2026	50020
OOU0E05	279350NIC0046979	05/09/2026	50020
PYG2D25	279350NIC0046999	05/09/2026	50020
QAA7F81	279350NIC0046995	05/09/2026	50020
RHT4G42	279350NIC0047001	05/09/2026	50020
RHX3H70	279350NIC0046965	05/09/2026	50020
RHY4D72	279350NIC0047004	05/09/2026	50020
RLN1E47	279350NIC0046964	05/09/2026	50020
SDQ5F63	279350NIC0046967	05/09/2026	50020
SDT5H69	279350NIC0046954	05/09/2026	50020
SDU5E46	279350NIC0046970	05/09/2026	50020
SDX7J63	279350NIC0047002	05/09/2026	50020
SEF9B82	279350NIC0046989	05/09/2026	50020
SEZ3H58	279350NIC0046974	05/09/2026	50020
SFE2A07	279350NIC0046998	05/09/2026	50020
SML3G07	279350NIC0046994	05/09/2026	50020
SYE7D22	279350NIC0046992	05/09/2026	50020
TAV6J88	279350NIC0046968	05/09/2026	50020
TBM8G99	279350NIC0046990	05/09/2026	50020
TBR4I91	279350NIC0046985	05/09/2026	50020
TBW8I70	279350NIC0046958	05/09/2026	50020
TJQ1E60	279350NIC0046991	05/09/2026	50020
UBK7E60	279350NIC0046982	05/09/2026	50020

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:B47E3B81

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE AUTUAÇÃO DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 16/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
AAA7C59	279350E000050793	08/09/2026	55412
AAK1686	279350E000050765	08/09/2026	55412

ABL9B05	279350E000051154	09/09/2026	55412
ADS5J98	279350E000051031	09/09/2026	55412
ADZ6H73	279350E000051024	09/09/2026	55412
AEI3D07	279350E000050865	08/09/2026	55412
AEK8606	279350E000051395	10/09/2026	55412
AEW6519	279350E000051327	10/09/2026	55412
AFG6G25	279350E000050814	08/09/2026	55412
AFJ9B45	279350E000050777	08/09/2026	55412
AFR5G48	279350E000051078	09/09/2026	55412
AGQ9F04	279350E000050784	08/09/2026	55412
AHK9379	279350E000051362	10/09/2026	55412
AHL2H71	279350E000050854	08/09/2026	55412
AHM6202	279350E000051441	10/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000051221	09/09/2026	55412
AHO1C35	279350E000050891	08/09/2026	55412
AHP0250	279350E000051073	09/09/2026	55412
AHS6E49	279350E000050770	08/09/2026	55412
AHY1E00	279350E000050868	08/09/2026	55412
AIC0993	279350E000050992	08/09/2026	55412
AJQ0F16	279350E000050869	08/09/2026	55412
AKC8A81	279350E000051178	09/09/2026	55412
AKM9G74	279350E000051286	10/09/2026	55412
AKQ6D00	279350E000051085	09/09/2026	55412
ALU2D30	279350E000050850	08/09/2026	55412
AME5547	279350E000050775	08/09/2026	55412
AMF8C76	279350E000051181	09/09/2026	55412
AMH7D73	279350E000051258	09/09/2026	55412
AMV0899	279350E000050887	08/09/2026	55412
AMX8725	279350E000051018	09/09/2026	55412
ANG3058	279350E000051313	10/09/2026	55412
ANM2J38	279350E000050877	08/09/2026	55412
ANO5H96	279350E000051332	10/09/2026	55412
ANS5I64	279350E000050872	08/09/2026	55412
ANU1A20	279350E000050863	08/09/2026	55412
AOC7E75	279350E000050797	08/09/2026	55412
AOI8C33	279350E000051196	09/09/2026	55412
AON2C20	279350E000051194	09/09/2026	55412
AOQ7I04	279350E000051023	09/09/2026	55412
AOU5G47	279350E000051359	10/09/2026	55412
AOY6238	279350E000050919	08/09/2026	55412
AOZ2407	279350E000051121	09/09/2026	55412
APH1938	279350E000051252	09/09/2026	55412
API0602	279350E000051010	08/09/2026	55412
API7A05	279350E000051409	10/09/2026	55412
APX6196	279350E000051056	09/09/2026	55412
APZ9293	279350E000050886	08/09/2026	55412
AQD0326	279350E000050816	08/09/2026	55412
AQJ1E42	279350E000050954	08/09/2026	55412
AQP3539	279350E000050800	08/09/2026	55412
AQR3H78	279350E000051440	10/09/2026	55412
ARB8D45	279350E000051238	09/09/2026	55412
ARC0479	279350E000051161	09/09/2026	55412
ARE3C13	279350E000051027	09/09/2026	55412
ARG4C78	279350E000051219	09/09/2026	55412
ARG9A56	279350E000051125	09/09/2026	55412
ARH2I67	279350E000050925	08/09/2026	55412
ARH8F57	279350E000051192	09/09/2026	55412
ARM3I26	279350E000050931	08/09/2026	55412
ARO7B05	279350E000051315	10/09/2026	55412
ARO8H46	279350E000051076	09/09/2026	55412
ARQ0J42	279350E000051069	09/09/2026	55412
ARZ2374	279350E000051349	10/09/2026	55412
ARZ2374	279350E000050809	08/09/2026	55412
ASC5D32	279350E000050794	08/09/2026	55412
ASR2I76	279350E000051044	09/09/2026	55412
ATH4A50	279350E000051177	09/09/2026	55412
ATK6G92	279350E000050944	08/09/2026	55412
ATL0I96	279350E000051265	10/09/2026	55412
ATW9D00	279350E000051266	10/09/2026	55412
AUB9J77	279350E000051191	09/09/2026	55412
AUE5I78	279350E000051235	09/09/2026	55412
AUJ6511	279350E000050795	08/09/2026	55412
AUX2J49	279350E000051268	10/09/2026	55412
AUX8F70	279350E000050792	08/09/2026	55412
AVT0H66	279350E000051054	09/09/2026	55412
AVY5G15	279350E000051303	10/09/2026	55412
AVZ4840	279350E000051089	09/09/2026	55412
AWT8103	279350E000051092	09/09/2026	55412
AWT8103	279350E000050796	08/09/2026	55412
AWY6C14	279350E000051233	09/09/2026	55412
AXK8364	279350E000051255	09/09/2026	55412
AXR6F93	279350E000050852	08/09/2026	55412
AXZ6E28	279350E000051021	09/09/2026	55412
AYB7616	279350E000051341	10/09/2026	55412
AYG5653	279350E000050898	08/09/2026	55412
AYQ7B54	279350E000050885	08/09/2026	55412
AYQ9H82	279350E000050763	08/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000050855	08/09/2026	55412
AYV4F21	279350E000051071	09/09/2026	55412

AYV4F21	279350E000051324	10/09/2026	55412
AZB8A93	279350E000051112	09/09/2026	55412
AZD0E17	279350E000051374	10/09/2026	55412
AZG3463	279350E000050874	08/09/2026	55412
AZR7C98	279350E000051301	10/09/2026	55412
AZS7J52	279350E000051176	09/09/2026	55412
AZX4H69	279350E000050892	08/09/2026	55412
BAG3542	279350E000051296	10/09/2026	55412
BAN0626	279350E000051234	09/09/2026	55412
BAP0F52	279350E000051142	09/09/2026	55412
BBG5259	279350E000050899	08/09/2026	55412
BBI0D97	279350E000050950	08/09/2026	55412
BBI0D97	279350E000051141	09/09/2026	55412
BBN9H43	279350E000051394	10/09/2026	55412
BBP2617	279350E000051127	09/09/2026	55412
BBY7G50	279350E000051160	09/09/2026	55412
BCF6E29	279350E000051134	09/09/2026	55412
BCH4F53	279350E000051189	09/09/2026	55412
BCL7J91	279350E000050982	08/09/2026	55412
BCW3E02	279350E000050976	08/09/2026	55412
BCZ7J88	279350E000051305	10/09/2026	55412
BDC7I27	279350E000051143	09/09/2026	55412
BDE8H73	279350E000051260	10/09/2026	55412
BDJ8F92	279350E000051445	10/09/2026	55412
BDV4A45	279350E000051256	09/09/2026	55412
BEC3A15	279350E000050756	08/09/2026	55412
BEK6H38	279350E000050921	08/09/2026	55412
BEP1H52	279350E000051312	10/09/2026	55412
BEP3E47	279350E000051364	10/09/2026	55412
BEP7J68	279350E000050884	08/09/2026	55412
BES6C43	279350E000051399	10/09/2026	55412
BEV0J72	279350E000051009	08/09/2026	55412
BEZ0426	279350E000051215	09/09/2026	55412
BLX6568	279350E000050766	08/09/2026	55412
BUH4058	279350E000051011	08/09/2026	55412
CFH3252	279350E000051367	10/09/2026	55412
CIM6H93	279350E000051363	10/09/2026	55412
CRF5J90	279350E000051032	09/09/2026	55412
CTM8418	279350E000051274	10/09/2026	55412
CVL7E27	279350E000051325	10/09/2026	55412
CXC8J79	279350E000051393	10/09/2026	55412
DFI0023	279350E000051156	09/09/2026	55412
DFL9978	279350E000050789	08/09/2026	55412
DIH7E89	279350E000050791	08/09/2026	55412
DKD6A41	279350E000050983	08/09/2026	55412
DKS9095	279350E000051080	09/09/2026	55412
DMX7B00	279350E000050939	08/09/2026	55412
DMZ8D02	279350E000051195	09/09/2026	55412
DNI1F04	279350E000051046	09/09/2026	55412
DOM2B18	279350E000050807	08/09/2026	55412
DPB5G12	279350E000050870	08/09/2026	55412
DQC1H28	279350E000051158	09/09/2026	55412
DUR1624	279350E000050940	08/09/2026	55412
DXY2F70	279350E000051146	09/09/2026	55412
EAJ1369	279350E000051157	09/09/2026	55412
EDN6A57	279350E000051120	09/09/2026	55412
EGH8032	279350E000051091	09/09/2026	55412
EME0J58	279350E000051356	10/09/2026	55412
EMR8G21	279350E000050776	08/09/2026	55412
ENV8713	279350E000050829	08/09/2026	55412
ERI0985	279350E000050802	08/09/2026	55412
EVY8E94	279350E000050760	08/09/2026	55412
EYN6F41	279350E000051299	10/09/2026	55412
FCV0C86	279350E000051200	09/09/2026	55412
FDJ9J19	279350E000050975	08/09/2026	55412
FGS6B87	279350E000051028	09/09/2026	55412
FJT5D77	279350E000050779	08/09/2026	55412
FON0H88	279350E000050894	08/09/2026	55412
FSA9B38	279350E000051070	09/09/2026	55412
FSU0A26	279350E000051353	10/09/2026	55412
FYI6G18	279350E000051213	09/09/2026	55412
FZV1I27	279350E000051109	09/09/2026	55412
GIS3F19	279350E000051002	08/09/2026	55412
HBU5I63	279350E000051148	09/09/2026	55412
HFP9208	279350E000051068	09/09/2026	55412
HIU5H82	279350E000051201	09/09/2026	55412
HSA5I19	279350E000050805	08/09/2026	55412
HTC9734	279350E000050769	08/09/2026	55412
ICM4D72	279350E000051042	09/09/2026	55412
IOO0H45	279350E000051037	09/09/2026	55412
IRG5581	279350E000051429	10/09/2026	55412
IRX1G26	279350E000050838	08/09/2026	55412
IVR6J98	279350E000050907	08/09/2026	55412
JIZ7F80	279350E000051271	10/09/2026	55412
JKA3C73	279350E000051040	09/09/2026	55412
JKO5D75	279350E000051079	09/09/2026	55412
JSP7D65	279350E000051287	10/09/2026	55412
JSP7D65	279350E000051048	09/09/2026	55412
KEP7D00	279350E000051424	10/09/2026	55412

LMU7E31	279350E000051159	09/09/2026	55412
LOI3A73	279350E000051123	09/09/2026	55412
LQP2F85	279350E000051211	09/09/2026	55412
LUE0G27	279350E000051026	09/09/2026	55412
LWR8743	279350E000051401	10/09/2026	55412
MDT9702	279350E000050799	08/09/2026	55412
MEZ4583	279350E000051035	09/09/2026	55412
MIF3B94	279350E000051348	10/09/2026	55412
MIJ6J96	279350E000050895	08/09/2026	55412
MMB2I98	279350E000051413	10/09/2026	55412
NAF6E31	279350E000051162	09/09/2026	55412
NCP9B54	279350E000051030	09/09/2026	55412
NKW8G47	279350E000051098	09/09/2026	55412
NRY3H08	279350E000051317	10/09/2026	55412
NSD0C84	279350E000051430	10/09/2026	55412
OKU4I90	279350E000050778	08/09/2026	55412
PXI8A65	279350E000051088	09/09/2026	55412
PYU0B37	279350E000051408	10/09/2026	55412
PZH7E83	279350E000051318	10/09/2026	55412
PZZ8G73	279350E000051322	10/09/2026	55412
QDJ2G73	279350E000050938	08/09/2026	55412
QHO6E48	279350E000051182	09/09/2026	55412
QUA9J29	279350E000051082	09/09/2026	55412
QUC5E60	279350E000051017	09/09/2026	55412
RHC7H03	279350E000050758	08/09/2026	55412
RHD7G37	279350E000051262	10/09/2026	55412
RHF4C70	279350E000051077	09/09/2026	55412
RHI2D90	279350E000051150	09/09/2026	55412
RHI5F50	279350E000051060	09/09/2026	55412
RHJ6D73	279350E000051013	08/09/2026	55412
RHK2I79	279350E000050987	08/09/2026	55412
RHS1F56	279350E000051279	10/09/2026	55412
RHX8H48	279350E000051022	09/09/2026	55412
RJN2F30	279350E000050904	08/09/2026	55412
RKL9I32	279350E000050901	08/09/2026	55412
RUJ8C54	279350E000050965	08/09/2026	55412
RUJ8C54	279350E000051113	09/09/2026	55412
RXX5D13	279350E000050826	08/09/2026	55412
RXZ9B06	279350E000051379	10/09/2026	55412
SDX7J59	279350E000051448	10/09/2026	55412
SEG9C08	279350E000051128	09/09/2026	55412
SEO7B30	279350E000051172	09/09/2026	55412
SEP4C59	279350E000051065	09/09/2026	55412
SET1B39	279350E000050912	08/09/2026	55412
SEV8A75	279350E000051459	10/09/2026	55412
SEX3I75	279350E000050824	08/09/2026	55412
SEZ6D15	279350E000051209	09/09/2026	55412
SFL1E96	279350E000051333	10/09/2026	55412
SIH9D49	279350E000051008	08/09/2026	55412
SIV6H09	279350E000051450	10/09/2026	55412
SMF7D33	279350E000050909	08/09/2026	55412
SQG8G83	279350E000050831	08/09/2026	55412
SXN5I28	279350E000051457	10/09/2026	55412
TAI6J35	279350E000051387	10/09/2026	55412
TAI6J35	279350E000051241	09/09/2026	55412
TAR0J38	279350E000051107	09/09/2026	55412
TBB8C50	279350E000050819	08/09/2026	55412
TBC2B22	279350E000051106	09/09/2026	55412
TBC9A68	279350E000050823	08/09/2026	55412
TBO2J14	279350E000051451	10/09/2026	55412
TBS8I45	279350E000051460	10/09/2026	55412
TBT7C27	279350E000051455	10/09/2026	55412
TPN0A78	279350E000051340	10/09/2026	55412
UAU4G52	279350E000050900	08/09/2026	55412
UBD2C96	279350E000051084	09/09/2026	55412
UBG5B68	279350E000051049	09/09/2026	55412
UCM9J12	279350E000051144	09/09/2026	55412
UFV8A67	279350E000050920	08/09/2026	55412

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:4EBB825B

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 09/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAN7107	279350E000036594	29/06/2026	55412	R$ 195,23
ABM3767	279350T000142230	13/07/2026	51851	R$ 195,23
ACA6F65	279350E000036529	27/06/2026	55412	R$ 195,23
ACK9704	279350T000142220	10/07/2026	51851	R$ 195,23
ACS5D05	279350E000036690	29/06/2026	55412	R$ 195,23
ACS9H22	279350T000138319	13/07/2026	76332	R$ 293,47
ACZ4F24	279350E000036549	27/06/2026	55412	R$ 195,23
ADB0044	279350T000142186	10/07/2026	51851	R$ 195,23
ADK8833	279350T000142265	15/07/2026	76332	R$ 293,47

ADN0123	279350E000036783	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ADX2E40	279350E000036584	29/06/2026	55412	R$ 195,23
ADZ7217	279350E000036586	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AEC0258	279350E000036544	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AEC8227	279350E000036948	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AFD4E74	279350E000036790	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AFU9G69	279350E000037086	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AFW7I78	279350T000142254	14/07/2026	51851	R$ 195,23
AGR8H59	279350E000036760	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AHE5151	279350T000116538	10/07/2026	65300	R$ 195,23
AHQ1405	279350E000036735	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AHX3B64	279350E000036517	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AIJ9F97	279350T000142248	14/07/2026	51851	R$ 195,23
AIM2C77	279350E000037114	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AIO8G88	279350E000037066	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AIP5G41	279350E000037044	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AIT2993	279350E000036591	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AJA2829	279350E000036981	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AJI5J35	279350T000142222	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AJS3B57	279350E000036721	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AJS4B11	279350E000036890	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AKF6J26	279350E000036974	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AKK4196	279350E000036638	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AKO1886	279350E000036592	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AKT5399	279350T000142229	13/07/2026	51851	R$ 195,23
ALA5A77	279350E000036993	01/07/2026	55412	R$ 195,23
ALA6I92	279350E000037131	01/07/2026	55412	R$ 195,23
ALP3B74	279350E000036536	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AMK3B16	279350E000037068	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AMS9E92	279350E000036885	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AMT7C28	279350E000036811	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AMW5H36	279350E000036630	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AMW9C70	279350E000036731	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ANH2407	279350T000116534	10/07/2026	59910	R$ 293,47
AOA7B56	279350E000036640	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AOB8A36	279350T000138328	15/07/2026	55920	R$ 130,16
AOK8558	279350E000037103	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AOL5E33	279350E000036833	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AOT1974	279350T000142201	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AOW2I71	279350T000116543	15/07/2026	51851	R$ 195,23
AOX2B75	279350E000036654	29/06/2026	55412	R$ 195,23
APH1938	279350E000037069	01/07/2026	55412	R$ 195,23
API6D53	279350E000036747	30/06/2026	55412	R$ 195,23
APS0A89	279350E000037088	01/07/2026	55412	R$ 195,23
APX2E92	279350T000142194	10/07/2026	51851	R$ 195,23
APZ9671	279350T000120162	10/07/2026	55411	R$ 195,23
AQG2282	279350E000037011	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AQJ3J55	279350T000142162	08/07/2026	51852	R$ 195,23
AQP1910	279350T000138312	08/07/2026	57380	R$ 293,47
AQV4F20	279350T000142168	08/07/2026	51851	R$ 195,23
AQW0I58	279350E000036626	29/06/2026	55412	R$ 195,23
ARE1720	279350E000036786	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ARF3B34	279350E000036845	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ARI2C60	279350T000142202	10/07/2026	51851	R$ 195,23
ARI9917	279350E000036921	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ARI9917	279350E000036945	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ARJ2F06	279350T000142237	13/07/2026	51851	R$ 195,23
ARO1679	279350T000142238	13/07/2026	51851	R$ 195,23
ARU2846	279350T000142226	13/07/2026	51852	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000036659	29/06/2026	55412	R$ 195,23
ARZ2374	279350E000036781	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ASH0J59	279350E000036716	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ASJ5499	279350E000036872	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ASQ3752	279350T000142169	08/07/2026	51851	R$ 195,23
AST3C81	279350T000142180	09/07/2026	51851	R$ 195,23
ATF7H88	279350E000036876	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ATF7H88	279350E000036933	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AUE0D41	279350E000036751	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AUF3455	279350E000036741	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AUI7J14	279350E000036587	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AUI9887	279350T000142224	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AUN1F66	279350T000142243	13/07/2026	51851	R$ 195,23
AVA4G06	279350T000142185	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AVC8724	279350E000036520	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AVC8C16	279350E000036887	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AVG2212	279350E000036575	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AVH0547	279350E000037084	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AVP4194	279350E000036749	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AVR3D63	279350T000142217	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AVT7D91	279350E000036541	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AWC8I11	279350E000036924	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AWF1I17	279350T000116537	10/07/2026	59910	R$ 293,47
AWJ3G33	279350E000036510	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AWL0796	279350T000142178	09/07/2026	51851	R$ 195,23
AWN5323	279350E000036618	29/06/2026	55412	R$ 195,23
AWR4H94	279350E000036521	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AWT6I32	279350E000036515	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AWV2H17	279350T000142260	15/07/2026	51852	R$ 195,23
AXA8G86	279350E000036650	29/06/2026	55412	R$ 195,23

AXF4797	279350E000037128	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AXM5B95	279350T000142211	10/07/2026	76331	R$ 293,47
AXM5B95	279350T000142212	10/07/2026	51851	R$ 195,23
AXS5C45	279350T000142193	10/07/2026	51852	R$ 195,23
AXS8199	279350E000036873	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AXS8A25	279350E000036691	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AYC3H75	279350E000036852	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AYD5371	279350E000036745	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AYM0492	279350E000036848	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AYO0120	279350E000036533	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AYO7893	279350T000142188	10/07/2026	76332	R$ 293,47
AYV0672	279350E000037108	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AYW5994	279350E000037109	01/07/2026	55412	R$ 195,23
AYX2F85	279350E000036534	27/06/2026	55412	R$ 195,23
AZB2D72	279350T000142261	15/07/2026	51852	R$ 195,23
AZC6805	279350E000036800	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AZD0J85	279350T000138313	13/07/2026	76251	R$ 293,47
AZW6364	279350E000036889	30/06/2026	55412	R$ 195,23
AZZ5D04	279350T000142256	14/07/2026	51851	R$ 195,23
BAA7534	279350E000037144	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BAB5936	279350E000036518	27/06/2026	55412	R$ 195,23
BAI8I61	279350T000142253	14/07/2026	51851	R$ 195,23
BAI9F47	279350E000037110	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BAJ7692	279350E000036788	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BAM3E76	279350E000036807	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BAM3E76	279350E000037028	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BAQ5E00	279350E000036754	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BAV5C99	279350T000142182	09/07/2026	51851	R$ 195,23
BBB3H84	279350E000036799	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BBD1C63	279350T000138314	13/07/2026	52070	R$ 88,38
BBI7F88	279350E000037045	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BBO4H31	279350E000036707	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BBO6G45	279350E000037006	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BBP7G79	279350E000037111	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BBQ4J39	279350E000036775	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BCA1918	279350E000036579	29/06/2026	55412	R$ 195,23
BCA9H63	279350E000036897	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BCB6B10	279350E000037079	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCE7B08	279350E000036963	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCE7B08	279350E000037059	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCE7B08	279350E000037051	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCG3A83	279350T000142272	15/07/2026	51851	R$ 195,23
BCG3C71	279350T000138330	15/07/2026	56222	R$ 88,38
BCH1367	279350E000036554	29/06/2026	55412	R$ 195,23
BCK8J05	279350T000142250	14/07/2026	51852	R$ 195,23
BCO9356	279350E000037002	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCU3E33	279350E000036980	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BCW6E82	279350T000142244	14/07/2026	51851	R$ 195,23
BDB7A86	279350E000036814	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BDD8E88	279350T000142246	14/07/2026	51851	R$ 195,23
BDG0692	279350E000036532	27/06/2026	55412	R$ 195,23
BDJ2B47	279350T000142203	10/07/2026	51852	R$ 195,23
BDK1A17	279350E000037076	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BDO1B19	279350E000036967	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BDS5H46	279350T000138324	14/07/2026	57380	R$ 293,47
BDU9889	279350E000036624	29/06/2026	55412	R$ 195,23
BDW6A11	279350E000037022	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BEH5F95	279350E000036965	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BEH5F95	279350E000036701	30/06/2026	55412	R$ 195,23
BEL1I01	279350E000037037	01/07/2026	55412	R$ 195,23
BEW4F91	279350E000036590	29/06/2026	55412	R$ 195,23
BNC9E33	279350T000142239	13/07/2026	51851	R$ 195,23
BPT4870	279350T000142236	13/07/2026	51852	R$ 195,23
CBJ1C19	279350E000036820	30/06/2026	55412	R$ 195,23
CER9430	279350T000142218	10/07/2026	51851	R$ 195,23
CHH6C60	279350E000036978	01/07/2026	55412	R$ 195,23
CMP0H97	279350T000142257	14/07/2026	51851	R$ 195,23
COS2B05	279350E000036718	30/06/2026	55412	R$ 195,23
CPP5J54	279350T000142234	13/07/2026	51930	R$ 293,47
CPR5900	279350T000142231	13/07/2026	51851	R$ 195,23
CRF2G77	279350E000036698	30/06/2026	55412	R$ 195,23
CRF2G77	279350E000037005	01/07/2026	55412	R$ 195,23
CVA7H46	279350T000137361	07/07/2026	51851	R$ 195,23
CYM2284	279350E000036543	27/06/2026	55412	R$ 195,23
CZZ0834	279350T000142235	13/07/2026	51852	R$ 195,23
DEW3509	279350T000142228	13/07/2026	51930	R$ 293,47
DJB9582	279350E000036767	30/06/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000036680	29/06/2026	55412	R$ 195,23
DJL0G92	279350T000142225	10/07/2026	51852	R$ 195,23
DPA3I64	279350E000036710	30/06/2026	55412	R$ 195,23
DPM3C21	279350E000037018	01/07/2026	55412	R$ 195,23
DPM3C21	279350E000036925	30/06/2026	55412	R$ 195,23
DQF8A01	279350E000036972	01/07/2026	55412	R$ 195,23
DRM6628	279350E000036919	30/06/2026	55412	R$ 195,23
DSU8F38	279350E000036566	29/06/2026	55412	R$ 195,23
DSU9053	279350T000120166	14/07/2026	54521	R$ 195,23
DWK6097	279350E000036656	29/06/2026	55412	R$ 195,23
DWK6D97	279350E000036905	30/06/2026	55412	R$ 195,23
DXT4637	279350E000036572	29/06/2026	55412	R$ 195,23

EAU0E57	279350T000142207	10/07/2026	76331	R$ 293,47
EBW5F51	279350E000036895	30/06/2026	55412	R$ 195,23
EEH6399	279350E000036704	30/06/2026	55412	R$ 195,23
EFU7H24	279350E000036803	30/06/2026	55412	R$ 195,23
EIL3C24	279350T000142227	13/07/2026	51852	R$ 195,23
EIX5C41	279350T000142221	10/07/2026	51851	R$ 195,23
EJJ3H73	279350E000037043	01/07/2026	55412	R$ 195,23
EJL2788	279350E000036821	30/06/2026	55412	R$ 195,23
EJL2788	279350E000037145	01/07/2026	55412	R$ 195,23
EPE2C94	279350T000118115	14/07/2026	67000	R$ 195,23
EPM7F38	279350T000138333	15/07/2026	73580	R$ 130,16
ERZ0A24	279350E000037083	01/07/2026	55412	R$ 195,23
EWL9I70	279350T000142204	10/07/2026	51851	R$ 195,23
EZD1J06	279350E000036883	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FBZ9D51	279350E000036779	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FDI5C77	279350E000037048	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FEG7H63	279350E000036801	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FES0B65	279350E000037060	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FHJ1C23	279350E000037077	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FIL0208	279350E000036854	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FIY6F29	279350T000142198	10/07/2026	70301	R$ 293,47
FKX5D91	279350E000037140	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FLK2F33	279350T000138321	13/07/2026	54521	R$ 195,23
FMG7058	279350T000142274	15/07/2026	76332	R$ 293,47
FNS7A96	279350E000036949	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FPL3J81	279350E000036916	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FTJ8A00	279350E000036969	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FTY4A15	279350E000036769	30/06/2026	55412	R$ 195,23
FTY4A15	279350E000037115	01/07/2026	55412	R$ 195,23
FZH0D61	279350E000036871	30/06/2026	55412	R$ 195,23
GBI9F96	279350T000142183	09/07/2026	76331	R$ 293,47
GDO3C66	279350E000036893	30/06/2026	55412	R$ 195,23
GLD8J68	279350E000036723	30/06/2026	55412	R$ 195,23
GLD8J68	279350E000037105	01/07/2026	55412	R$ 195,23
GUQ6255	279350T000142223	10/07/2026	51851	R$ 195,23
GZF4403	279350E000036527	27/06/2026	55412	R$ 195,23
HCI8A67	279350E000036789	30/06/2026	55412	R$ 195,23
HHB0I11	279350E000036540	27/06/2026	55412	R$ 195,23
HIM1I01	279350E000036856	30/06/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000037124	01/07/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000036728	30/06/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000036694	30/06/2026	55412	R$ 195,23
HSF3B82	279350E000036663	29/06/2026	55412	R$ 195,23
HTT5G30	279350E000036810	30/06/2026	55412	R$ 195,23
HTT5G30	279350E000036665	29/06/2026	55412	R$ 195,23
HXW8H41	279350E000036944	30/06/2026	55412	R$ 195,23
ILP9F22	279350E000036577	29/06/2026	55412	R$ 195,23
IQG9A67	279350T000142184	10/07/2026	51851	R$ 195,23
IRF7G06	279350T000138323	14/07/2026	53980	R$ 88,38
ISS4747	279350E000036511	27/06/2026	55412	R$ 195,23
IUH1F79	279350E000036645	29/06/2026	55412	R$ 195,23
IVO0J06	279350T000142255	14/07/2026	51851	R$ 195,23
IXB4249	279350E000036953	30/06/2026	55412	R$ 195,23
IYD7B35	279350E000036985	01/07/2026	55412	R$ 195,23
IYH2I49	279350E000036675	29/06/2026	55412	R$ 195,23
JTR9852	279350E000037035	01/07/2026	55412	R$ 195,23
JUN4C70	279350E000036709	30/06/2026	55412	R$ 195,23
KWG3047	279350E000036568	29/06/2026	55412	R$ 195,23
LLP3D98	279350E000036627	29/06/2026	55412	R$ 195,23
LQD2H14	279350E000036603	29/06/2026	55412	R$ 195,23
LRQ9G33	279350E000036538	27/06/2026	55412	R$ 195,23
LZY3A62	279350E000036968	01/07/2026	55412	R$ 195,23
MAA2786	279350E000037071	01/07/2026	55412	R$ 195,23
MAM0977	279350T000142200	10/07/2026	51851	R$ 195,23
MAQ6A72	279350E000036697	30/06/2026	55412	R$ 195,23
MBW8D94	279350E000036658	29/06/2026	55412	R$ 195,23
MCM6D45	279350E000036725	30/06/2026	55412	R$ 195,23
MEM7D27	279350T000142263	15/07/2026	51851	R$ 195,23
MEZ9I35	279350E000037021	01/07/2026	55412	R$ 195,23
MGJ9H78	279350T000142232	13/07/2026	51851	R$ 195,23
MHT9619	279350E000036671	29/06/2026	55412	R$ 195,23
MHY1B22	279350E000037074	01/07/2026	55412	R$ 195,23
MKF6I26	279350E000037126	01/07/2026	55412	R$ 195,23
MQZ4F94	279350E000036542	27/06/2026	55412	R$ 195,23
MWH4F49	279350E000036714	30/06/2026	55412	R$ 195,23
MZB4I13	279350T000142181	09/07/2026	51851	R$ 195,23
NBY1H71	279350E000036861	30/06/2026	55412	R$ 195,23
NDS3725	279350E000036896	30/06/2026	55412	R$ 195,23
NDY1559	279350E000037132	01/07/2026	55412	R$ 195,23
NGQ6373	279350T000142247	14/07/2026	51851	R$ 195,23
NPA7H32	279350E000036975	01/07/2026	55412	R$ 195,23
NPC5I31	279350E000036964	01/07/2026	55412	R$ 195,23
NRA7J72	279350T000142216	10/07/2026	51851	R$ 195,23
NRA7J72	279350T000142215	10/07/2026	76331	R$ 293,47
NRJ0F26	279350E000036867	30/06/2026	55412	R$ 195,23
NRL3B32	279350E000037143	01/07/2026	55412	R$ 195,23
NRU5I48	279350E000036917	30/06/2026	55412	R$ 195,23
NZZ1G17	279350E000036862	30/06/2026	55412	R$ 195,23
OBS2I74	279350T000142266	15/07/2026	76332	R$ 293,47

OOJ5G72	279350E000036815	30/06/2026	55412	R$ 195,23
OOU0E05	279350T000142242	13/07/2026	76331	R$ 293,47
PCA5F52	279350T000116536	10/07/2026	57380	R$ 293,47
PYG2D25	279350E000036755	30/06/2026	55412	R$ 195,23
QAA7F81	279350E000036777	30/06/2026	55412	R$ 195,23
QAD1A35	279350E000036947	30/06/2026	55412	R$ 195,23
QAH9B60	279350E000037062	01/07/2026	55412	R$ 195,23
QAN2A92	279350E000036562	29/06/2026	55412	R$ 195,23
QCY9C45	279350E000036582	29/06/2026	55412	R$ 195,23
QHO5J64	279350T000142264	15/07/2026	76332	R$ 293,47
QJI9J19	279350E000036722	30/06/2026	55412	R$ 195,23
QQH6J21	279350E000037014	01/07/2026	55412	R$ 195,23
QQL3I27	279350E000036569	29/06/2026	55412	R$ 195,23
RBD7J89	279350E000036699	30/06/2026	55412	R$ 195,23
RHA0J31	279350E000036674	29/06/2026	55412	R$ 195,23
RHT4A86	279350E000036727	30/06/2026	55412	R$ 195,23
RHT4G42	279350E000036940	30/06/2026	55412	R$ 195,23
RHW9J33	279350E000036634	29/06/2026	55412	R$ 195,23
RHX3H70	279350E000036637	29/06/2026	55412	R$ 195,23
RHY4D72	279350T000142271	15/07/2026	51852	R$ 195,23
RLN1E47	279350E000036766	30/06/2026	55412	R$ 195,23
RMR7A13	279350E000037009	01/07/2026	55412	R$ 195,23
RRX8H79	279350T000142213	10/07/2026	51851	R$ 195,23
RRX8H79	279350T000142214	10/07/2026	76331	R$ 293,47
RWF8B10	279350E000036684	29/06/2026	55412	R$ 195,23
RYT4I28	279350E000036578	29/06/2026	55412	R$ 195,23
SDQ5F63	279350T000142259	14/07/2026	54521	R$ 195,23
SDT5H69	279350T000138331	15/07/2026	54870	R$ 195,23
SDT9A81	279350T000116527	09/07/2026	60174	R$ 293,47
SDU5E46	279350E000036998	01/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX7J63	279350T000116526	09/07/2026	76331	R$ 293,47
SEB5B37	279350E000036598	29/06/2026	55412	R$ 195,23
SED3E09	279350E000036732	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SEE7A32	279350T000138322	14/07/2026	60841	R$ 195,23
SEF2A01	279350E000037081	01/07/2026	55412	R$ 195,23
SEF7A72	279350E000036988	01/07/2026	55412	R$ 195,23
SEF9B82	279350E000037092	01/07/2026	55412	R$ 195,23
SET5C39	279350T000116532	09/07/2026	61220	R$ 293,47
SEX3I75	279350E000036835	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SEX3I75	279350E000036604	29/06/2026	55412	R$ 195,23
SEY0E85	279350T000142251	14/07/2026	76331	R$ 293,47
SEZ3H58	279350T000138316	13/07/2026	54525	R$ 195,23
SFE2A07	279350E000036957	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SFF0G62	279350E000036837	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SFM3H82	279350T000138326	15/07/2026	54010	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000036772	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SML3G07	279350E000036770	30/06/2026	55412	R$ 195,23
SSB1C42	279350T000142245	14/07/2026	51851	R$ 195,23
SYE7D22	279350E000036729	30/06/2026	55412	R$ 195,23
TAV6J88	279350T000142233	13/07/2026	51851	R$ 195,23
TAX3A43	279350E000036805	30/06/2026	55412	R$ 195,23
TAZ8E03	279350T000121146	13/07/2026	70301	R$ 293,47
TBJ2G83	279350E000037038	01/07/2026	55412	R$ 195,23
TBM8G99	279350E000036528	27/06/2026	55412	R$ 195,23
TBO9G83	279350E000036600	29/06/2026	55412	R$ 195,23
TBR4I91	279350E000036633	29/06/2026	55412	R$ 195,23
TBS2E02	279350E000036910	30/06/2026	55412	R$ 195,23
TBW8I70	279350E000036832	30/06/2026	55412	R$ 195,23
TJQ1E60	279350E000036824	30/06/2026	55412	R$ 195,23
UAS9H67	279350E000036736	30/06/2026	55412	R$ 195,23
UBA7H77	279350T000120163	10/07/2026	55417	R$ 195,23
UBE2D49	279350T000116528	09/07/2026	60412	R$ 195,23
UBK2A79	279350E000037121	01/07/2026	55412	R$ 195,23
UBK7E60	279350E000036644	29/06/2026	55412	R$ 195,23
UCA1B21	279350T000116531	09/07/2026	76331	R$ 293,47
UCD1D54	279350E000036966	01/07/2026	55412	R$ 195,23
UCG7A30	279350E000037073	01/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:B5B3446C

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 13/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
AAI8C22	279350E000037352	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ABL6I49	279350E000037355	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ABM1384	279350E000037605	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ABM7D51	279350E000037150	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ACA0097	279350E000037511	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ACA8C02	279350E000037776	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ACI7H76	279350E000037751	04/07/2026	55412	R$ 195,23

ACX8408	279350E000037749	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ADB2H07	279350E000037752	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ADZ7217	279350E000038014	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AEC8227	279350E000037773	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AEC8227	279350E000037543	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AEK4611	116100T002293384	14/07/2026	56141	R$ 195,23
AEV4G46	279350E000037764	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AEZ5G04	279350E000037174	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AFE3604	279350E000037513	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AFK5531	279350E000037820	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AFM0C22	116100T003417275	12/07/2026	54522	R$ 195,23
AFR1B37	279350E000037296	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AFT1755	279350E000037231	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AFW5C05	279350E000037306	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AGC4H35	279350E000037953	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AHF6C01	279350E000037690	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AHR7D53	279350E000037741	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AIF9F59	279350E000037646	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AIK0D13	279350E000037189	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AIK0I33	279350E000037338	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AIP0A92	279350E000037193	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AIS8943	279350E000037844	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AIW0897	279350E000037974	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AIZ8I08	279350E000037742	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AJQ9H05	279350E000037845	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AJT5860	279350E000037871	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AJT5860	279350E000037662	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AJU9158	279350E000037768	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AKC3D07	279350E000037687	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AKF6E08	279350E000037759	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AKF6J26	279350E000037823	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ALA6I92	279350E000037319	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ALA6I92	279350E000037473	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ALE3B65	279350E000037675	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ALN5548	279350E000037586	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ALR2I27	279350E000037496	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ALS8F31	279350E000037650	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ALY3743	279350E000037453	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AMA0E27	279350E000037212	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AME7418	116100T002953438	12/07/2026	54600	R$ 130,16
AMY0A45	279350E000037505	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ANR0832	279350E000037444	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ANV8I85	279350E000038029	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ANX6214	279350E000038023	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ANZ4G17	279350E000037990	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AOK7C37	279350E000037872	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AOR7823	279350E000037954	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AOR8E60	279350E000037510	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AOY6D97	279350E000037762	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AOZ5791	279350E000037169	02/07/2026	55412	R$ 195,23
APA8244	279350E000037928	06/07/2026	55412	R$ 195,23
APF7B30	279350E000037672	04/07/2026	55412	R$ 195,23
APM4513	279350E000037829	06/07/2026	55412	R$ 195,23
APM7400	279350E000037833	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AQL3J42	279350E000038010	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AQQ6A06	279350E000037587	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ARD0H02	279350E000037681	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ARE7I93	279350E000037188	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ARF9J25	279350E000037227	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ARG1754	279350E000037628	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ARH4A20	279350E000037312	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ARM6J74	279350E000037163	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ASH8I18	279350E000037828	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ASJ0032	279350E000037343	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ASO1B74	279350E000037925	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ATA3I68	279350E000037697	04/07/2026	55412	R$ 195,23
ATC0978	279350E000037644	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ATH6057	279350E000037832	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ATY6B12	279350E000037952	06/07/2026	55412	R$ 195,23
ATZ4029	279350E000037551	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ATZ6I61	279350E000037780	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AUC8232	279350E000037716	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AUE4775	279350E000037918	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AUH7C18	279350E000037535	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AUK0668	279350E000037616	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AUM7177	279350E000037875	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AUN7F03	279350E000037772	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AUO4619	279350E000037426	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AUR3A13	279350E000037680	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AUT1184	279350E000037557	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AUX1B26	279350E000037466	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AVC0J63	279350E000037678	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AVC8C16	279350E000037422	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVE7J34	279350E000037392	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVE9J34	279350E000037151	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVH7F56	279350E000037642	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AVH7F56	279350E000037330	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVH7F56	279350E000037877	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AVR4I99	279350E000037815	04/07/2026	55412	R$ 195,23

AVR9E02	279350E000037303	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVS7F59	279350E000037723	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AVU2752	279350E000037769	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AVV9C89	279350E000037750	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AVX7255	279350E000037986	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AVZ3I43	279350E000037397	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AVZ3I43	279350E000037855	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AVZ3I43	279350E000037467	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AVZ8984	279350E000037509	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB0B86	279350E000037149	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AWV7H22	279350E000037410	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AWX8491	279350E000037643	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AXD0446	279350E000037968	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AXM4I52	279350E000037775	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AXN3F07	279350E000037989	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AXN5H99	279350E000037255	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AXQ8310	279350E000037683	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AXR4H82	279350E000037146	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AXT3049	279350E000037674	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AXT6I58	279350E000037634	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AXU3E44	279350E000037498	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AXZ2F32	279350E000037914	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AYD4A46	279350E000037756	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AYF3G38	279350E000037863	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AYF6A41	279350E000037861	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AYH1269	279350E000037481	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AYQ9H65	279350E000037824	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AYW0045	279350E000037727	04/07/2026	55412	R$ 195,23
AYW3B96	279350E000037454	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AYX6E05	279350E000037966	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AZA9F92	279350E000037830	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AZG3435	279350E000037269	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AZG8180	279350E000037842	06/07/2026	55412	R$ 195,23
AZK1472	279350E000037307	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AZY3C01	279350E000038011	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BAG4H37	279350E000037530	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BAJ7692	279350E000037502	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BAJ7692	279350E000037191	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BAP5D44	279350E000037620	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BAQ5J90	279350E000037691	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BAQ5J90	279350E000037350	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BAX2A38	279350E000037940	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BBA2J82	279350E000037865	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BBC7443	279350E000037904	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BBI4H50	279350E000037329	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BBN9H43	279350E000037876	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BBP4I16	279350E000037743	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BBQ6159	279350E000037156	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BBS0241	279350E000037165	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BBU0B87	279350E000037413	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BCD1C16	279350E000037688	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BCI7513	279350E000037480	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BCJ3292	279350E000038018	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BCP0A23	279350E000037868	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BCU2F47	279350E000037745	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BCV0F33	279350E000037585	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BDC2G21	279350E000037981	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BDG1G52	279350E000037377	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BDI5C48	279350E000037728	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BDK8I67	279350E000037724	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BDL2E26	279350E000037658	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BDN9I77	279350E000037673	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BDU1F85	279350E000037995	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BDW7F93	279350E000037344	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEA1C12	279350E000037370	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEF2E80	279350E000037288	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEJ0I74	279350E000037281	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEN3D67	279350E000037340	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEO5J99	279350E000037994	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BEO5J99	279350E000037442	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEP5C35	279350E000038022	06/07/2026	55412	R$ 195,23
BER7B92	279350E000037341	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEY1C38	279350E000037470	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BEY4G30	279350E000037417	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEZ2I63	279350E000037153	02/07/2026	55412	R$ 195,23
BEZ4F93	279350E000037560	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BLL6231	279350E000037462	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BYW3G73	279350E000037803	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BZN3444	279350E000037400	02/07/2026	55412	R$ 195,23
CBN5581	279350E000037651	03/07/2026	55412	R$ 195,23
CGM2G12	279350E000037521	03/07/2026	55412	R$ 195,23
CHH6C60	279350E000037190	02/07/2026	55412	R$ 195,23
CHH6C60	279350E000037501	03/07/2026	55412	R$ 195,23
CHI3D92	279350E000037831	06/07/2026	55412	R$ 195,23
CRK1145	279350E000037291	02/07/2026	55412	R$ 195,23
CRY4J68	279350E000037518	03/07/2026	55412	R$ 195,23
CVN0C49	279350E000037737	04/07/2026	55412	R$ 195,23
CXD9390	279350E000037461	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DAK6665	279350E000037667	04/07/2026	55412	R$ 195,23

DAT7I22	279350E000037455	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DDL7B34	279350E000037219	02/07/2026	55412	R$ 195,23
DGN8I65	279350E000037622	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DHG6855	279350E000037701	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DII4975	279350E000037308	02/07/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000037553	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DJB9582	279350E000037201	02/07/2026	55412	R$ 195,23
DKU6G75	279350E000037806	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DMN6H51	279350E000037965	06/07/2026	55412	R$ 195,23
DMT3D43	279350E000037715	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DQN6F85	279350E000037702	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DRU2B84	279350E000037289	02/07/2026	55412	R$ 195,23
DSB7F69	279350E000037754	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DVS3240	279350E000037327	02/07/2026	55412	R$ 195,23
DVS3240	279350E000037499	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DWK6D97	279350E000037500	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DYC4C25	279350E000037529	03/07/2026	55412	R$ 195,23
DZC8H45	279350E000037337	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EDG0319	279350E000037709	04/07/2026	55412	R$ 195,23
EDO5C63	279350E000037242	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EEH6399	279350E000037208	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EEH6399	279350E000037836	06/07/2026	55412	R$ 195,23
EEH6B08	279350E000037175	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EFV0C22	279350E000037160	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EIN5475	279350E000037148	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EME0J58	279350E000037154	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EMF3A64	279350E000037910	06/07/2026	55412	R$ 195,23
EMG1752	279350E000037382	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ENM0A64	279350E000037205	02/07/2026	55412	R$ 195,23
EPR8J37	279350E000037478	03/07/2026	55412	R$ 195,23
EQK2D18	279350E000037506	03/07/2026	55412	R$ 195,23
EQO9C74	279350E000037187	02/07/2026	55412	R$ 195,23
ETI2E08	279350E000037490	03/07/2026	55412	R$ 195,23
EXW3B05	279350E000037988	06/07/2026	55412	R$ 195,23
EXW3B05	279350E000037549	03/07/2026	55412	R$ 195,23
EZF7I69	279350E000037559	03/07/2026	55412	R$ 195,23
FBV0E80	279350E000037383	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FBZ9D51	279350E000037351	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FDG1571	279350E000037887	06/07/2026	55412	R$ 195,23
FDK5J09	279350E000037779	04/07/2026	55412	R$ 195,23
FEG7H63	279350E000037998	06/07/2026	55412	R$ 195,23
FGZ8I83	279350E000037360	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FNZ8D80	279350E000037552	03/07/2026	55412	R$ 195,23
FOJ1H68	279350E000037542	03/07/2026	55412	R$ 195,23
FPU1C93	279350E000037315	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FRB5A60	279350E000037520	03/07/2026	55412	R$ 195,23
FTY4A15	279350E000037412	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FXP7G42	279350E000037431	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FXV9H06	279350E000037166	02/07/2026	55412	R$ 195,23
FZV1I27	279350E000038009	06/07/2026	55412	R$ 195,23
GAW8E40	279350E000037619	03/07/2026	55412	R$ 195,23
GDQ5A31	279350E000037309	02/07/2026	55412	R$ 195,23
GTR9C33	279350E000037838	06/07/2026	55412	R$ 195,23
GXY8615	279350E000037196	02/07/2026	55412	R$ 195,23
HGJ1B37	279350E000037898	06/07/2026	55412	R$ 195,23
HGR6G39	279350E000037748	04/07/2026	55412	R$ 195,23
HIK5C07	279350E000037320	02/07/2026	55412	R$ 195,23
HME1H19	279350E000037676	04/07/2026	55412	R$ 195,23
HOK8B54	279350E000037539	03/07/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000037485	03/07/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000037893	06/07/2026	55412	R$ 195,23
HSZ2E30	279350E000037331	02/07/2026	55412	R$ 195,23
HTA0B79	279350E000037387	02/07/2026	55412	R$ 195,23
HWK3G39	279350E000037766	04/07/2026	55412	R$ 195,23
HXX3H88	279350E000037905	06/07/2026	55412	R$ 195,23
IJJ6F15	279350E000037992	06/07/2026	55412	R$ 195,23
IJY6I99	279350E000037203	02/07/2026	55412	R$ 195,23
IMX9J70	279350E000037514	03/07/2026	55412	R$ 195,23
IQA8152	279350E000037259	02/07/2026	55412	R$ 195,23
IVQ3B91	279350E000037720	04/07/2026	55412	R$ 195,23
JSK2J50	279350E000037783	04/07/2026	55412	R$ 195,23
JTQ7C63	279350E000037147	02/07/2026	55412	R$ 195,23
JUJ3A17	279350E000037547	03/07/2026	55412	R$ 195,23
JZO8H39	279350E000037919	06/07/2026	55412	R$ 195,23
KDV8944	279350E000037475	03/07/2026	55412	R$ 195,23
KEH1A30	279350E000037371	02/07/2026	55412	R$ 195,23
KEH1A30	279350E000037900	06/07/2026	55412	R$ 195,23
KFA1C99	279350E000037199	02/07/2026	55412	R$ 195,23
LCR1209	279350E000037611	03/07/2026	55412	R$ 195,23
LMG4H90	279350E000037693	04/07/2026	55412	R$ 195,23
LTD2G77	279350E000037181	02/07/2026	55412	R$ 195,23
MAA2786	279350E000037398	02/07/2026	55412	R$ 195,23
MBW8D94	279350E000037862	06/07/2026	55412	R$ 195,23
MBW8D94	279350E000037230	02/07/2026	55412	R$ 195,23
MBW8D94	279350E000037538	03/07/2026	55412	R$ 195,23
MCZ3A78	279350E000037443	02/07/2026	55412	R$ 195,23
MDN6E54	279350E000037698	04/07/2026	55412	R$ 195,23
MHF6I94	279350E000037947	06/07/2026	55412	R$ 195,23
MIK8A35	279350E000037592	03/07/2026	55412	R$ 195,23

MKD9D28	279350E000037373	02/07/2026	55412	R$ 195,23
MRV9A96	279350E000037913	06/07/2026	55412	R$ 195,23
MTV8H33	279350E000037627	03/07/2026	55412	R$ 195,23
NBI8E65	279350E000037220	02/07/2026	55412	R$ 195,23
NHC4B81	279350E000037253	02/07/2026	55412	R$ 195,23
NPA2D95	279350E000037170	02/07/2026	55412	R$ 195,23
NRJ0F26	279350E000037980	06/07/2026	55412	R$ 195,23
NRN7800	279350E000037626	03/07/2026	55412	R$ 195,23
NWA2H63	279350E000037659	03/07/2026	55412	R$ 195,23
OAA7D23	279350E000037951	06/07/2026	55412	R$ 195,23
OAE6E31	279350E000037732	04/07/2026	55412	R$ 195,23
OAQ2B98	279350E000037325	02/07/2026	55412	R$ 195,23
OBQ2524	279350E000037517	03/07/2026	55412	R$ 195,23
OOS2C92	279350E000037152	02/07/2026	55412	R$ 195,23
PHH4A34	279350E000037694	04/07/2026	55412	R$ 195,23
PJI1G56	279350E000037182	02/07/2026	55412	R$ 195,23
PXB2C26	279350E000037854	06/07/2026	55412	R$ 195,23
PXI8A65	279350E000037369	02/07/2026	55412	R$ 195,23
PXI8A65	279350E000037515	03/07/2026	55412	R$ 195,23
PYS4B38	279350E000037519	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QAP5A58	279350E000037204	02/07/2026	55412	R$ 195,23
QAT9I50	279350E000037665	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QHA4B55	279350E000037183	02/07/2026	55412	R$ 195,23
QHY0B39	279350E000037386	02/07/2026	55412	R$ 195,23
QIJ4H17	279350E000037184	02/07/2026	55412	R$ 195,23
QOY2H19	279350E000037525	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QPC5I64	279350E000037781	04/07/2026	55412	R$ 195,23
QQR9056	279350E000037503	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QQZ4E00	279350E000037996	06/07/2026	55412	R$ 195,23
RDW8A74	279350E000037888	06/07/2026	55412	R$ 195,23
RDX7B88	279350E000037487	03/07/2026	55412	R$ 195,23
RFY7J06	279350E000037202	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RHC2I86	279350E000037224	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RHC4I03	279350E000037663	03/07/2026	55412	R$ 195,23
RHJ6D73	279350E000037531	03/07/2026	55412	R$ 195,23
RHY5I51	279350E000037223	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RHZ3A54	279350E000037433	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RVF3G20	279350E000037931	06/07/2026	55412	R$ 195,23
RWA6C52	279350E000037263	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SDP3D03	279350E000037892	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SDP3D03	279350E000037809	04/07/2026	55412	R$ 195,23
SDS1D08	279350E000037570	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SDS3E27	279350E000037571	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SDW4B60	279350E000037272	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX1B74	279350E000037429	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SDZ8H99	279350E000037804	04/07/2026	55412	R$ 195,23
SEB1J22	279350E000037635	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SEB5B68	279350E000037807	04/07/2026	55412	R$ 195,23
SEF1J64	279350E000037214	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SEH1I27	279350E000037479	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SEH9D09	279350E000037926	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SEK8B59	279350E000037440	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SEN5G60	279350E000037977	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SEN5G60	279350E000037361	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SEN5G60	279350E000037494	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SEQ8A36	279350E000037932	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SER0G20	279350E000037941	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SES0C31	279350E000037489	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SEU7G11	279350E000037797	04/07/2026	55412	R$ 195,23
SEX3I75	279350E000037273	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SFD3E71	279350E000037576	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SFE3H77	279350E000038024	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SFF5F37	279350E000037486	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SFH1G90	279350E000037927	06/07/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000037293	02/07/2026	55412	R$ 195,23
SXF7H00	279350E000037638	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SXF7H00	279350E000037630	03/07/2026	55412	R$ 195,23
SXR3B44	279350E000037157	02/07/2026	55412	R$ 195,23
TAM3B16	279350E000037573	03/07/2026	55412	R$ 195,23
TAM5G45	279350E000037640	03/07/2026	55412	R$ 195,23
TAM5G45	279350E000037372	02/07/2026	55412	R$ 195,23
TAP6B99	279350E000037880	06/07/2026	55412	R$ 195,23
TAV0G81	279350E000037474	03/07/2026	55412	R$ 195,23
TBK8A47	279350E000037270	02/07/2026	55412	R$ 195,23
TBT0F34	279350E000037493	03/07/2026	55412	R$ 195,23
TBT2C04	279350E000037299	02/07/2026	55412	R$ 195,23
TBT9J60	279350E000037437	02/07/2026	55412	R$ 195,23
TBX3A43	279350E000037565	03/07/2026	55412	R$ 195,23
UAT0D70	279350E000037566	03/07/2026	55412	R$ 195,23
UAU0I00	279350E000037562	03/07/2026	55412	R$ 195,23
UAX1E58	279350E000037814	04/07/2026	55412	R$ 195,23
UAZ6J05	279350E000037512	03/07/2026	55412	R$ 195,23
UBE7B59	279350E000037805	04/07/2026	55412	R$ 195,23
UBW6J89	279350E000037357	02/07/2026	55412	R$ 195,23
UCF7I82	279350E000037438	02/07/2026	55412	R$ 195,23
UDM8E56	279350E000037810	04/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:3BEC71B1

UMUTRANS - DIRETORIA DE TRÂNSITO
NOTIFICAÇÕES DE PENALIDADE DE MULTAS DE TRÂNSITO.

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UMUTRANS - UMUARAMA até 16/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABE7415	279350E000038429	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ACS9I68	279350E000038218	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AEB5A26	279350E000038182	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AEW6519	279350E000038234	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AFU8C64	279350E000038265	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AHT3636	279350E000038197	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AHX3B64	279350E000038257	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AIH9180	279350E000038152	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AJF5A17	279350E000038300	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AJH6D00	279350E000038340	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AJY7A46	279350E000038183	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AJZ8D30	279350E000038058	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ALD8F55	279350E000038088	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ALW3B99	279350E000038101	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AMQ7072	279350E000038457	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ANF6378	279350E000038413	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ANH9381	279350E000038387	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ANO3F68	279350E000038070	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANS1440	279350E000038067	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ANY3E39	279350E000038425	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AOA9081	279350E000038060	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AOJ2A99	279350E000038333	08/07/2026	55412	R$ 195,23
APG7G57	279350E000038466	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AQF2C69	279350E000038089	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AQF5J62	279350E000038355	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ART0215	279350E000038079	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ARX2G53	279350E000038253	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ASS7841	279350E000038055	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ASV0A45	279350E000038082	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ATC3I93	279350E000038130	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ATQ6E34	279350E000038111	07/07/2026	55412	R$ 195,23
ATQ6F43	279350E000038146	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AUE0D41	279350E000038327	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AUM3I37	279350E000038404	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AUV7F54	279350E000038352	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AVA4G06	279350E000038222	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AVR3D63	279350E000038462	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWB9I26	279350E000038401	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWN5325	279350E000038174	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AWR3939	279350E000038361	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AWU3G58	279350E000038242	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AXU4683	279350E000038112	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AXY9B86	279350E000038372	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AYO5F47	279350E000038147	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AZD7C09	279350E000038062	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AZF2121	279350E000038184	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AZF7941	279350E000038398	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AZI3E44	279350E000038291	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AZL6B16	279350E000038066	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AZP3194	279350E000038039	07/07/2026	55412	R$ 195,23
AZU6B41	279350E000038319	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AZU8C39	279350E000038389	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AZZ0D39	279350E000038321	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BAB0B40	279350E000038270	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BAB8C69	279350E000038054	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BAG3542	279350E000038441	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BAW2A60	279350E000038128	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BAY0I35	279350E000038247	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBE6G51	279350E000038459	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBF7690	279350E000038308	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBG2E55	279350E000038189	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BBG9E80	279350E000038354	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBI0D97	279350E000038313	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBM4D01	279350E000038167	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BBY5J21	279350E000038348	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBZ9G50	279350E000038385	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BCC2B74	279350E000038095	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCL1H33	279350E000038047	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCP0A23	279350E000038096	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCV4E32	279350E000038150	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BCZ1B60	279350E000038034	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BDI6I84	279350E000038440	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BDI7I81	279350E000038109	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BDJ2F61	279350E000038452	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BDL3G87	279350E000038269	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BDL5J63	279350E000038042	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BDY8G34	279350E000038475	08/07/2026	55412	R$ 195,23

BED9E57	279350E000038393	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BEE2E11	279350E000038051	07/07/2026	55412	R$ 195,23
BES4C89	279350E000038252	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BNI3D77	279350E000038033	07/07/2026	55412	R$ 195,23
CET2829	279350E000038045	07/07/2026	55412	R$ 195,23
CHN4I13	279350E000038205	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DHO1799	279350E000038514	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DJO1J20	279350E000038107	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DKV6I07	279350E000038085	07/07/2026	55412	R$ 195,23
DMG3H64	279350E000038391	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DSM3257	279350E000038084	07/07/2026	55412	R$ 195,23
EAH0G46	279350E000038126	07/07/2026	55412	R$ 195,23
EAT2A48	279350E000038491	08/07/2026	55412	R$ 195,23
EEJ0E41	279350E000038190	07/07/2026	55412	R$ 195,23
EIF4D06	279350E000038424	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ELU2G65	279350E000038154	07/07/2026	55412	R$ 195,23
END1G92	279350E000038379	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ENP9I10	279350E000038289	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ERF6C98	279350E000038240	08/07/2026	55412	R$ 195,23
EWF6H77	279350E000038108	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FAG0J97	279350E000038053	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FJP3H00	279350E000038296	08/07/2026	55412	R$ 195,23
FLN9A34	279350E000038057	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FMO6D56	279350E000038173	07/07/2026	55412	R$ 195,23
FND6I98	279350E000038290	08/07/2026	55412	R$ 195,23
FNZ8D80	279350E000038406	08/07/2026	55412	R$ 195,23
FYM7A39	279350E000038390	08/07/2026	55412	R$ 195,23
FYU0D80	279350E000038155	07/07/2026	55412	R$ 195,23
GBP8088	279350E000038076	07/07/2026	55412	R$ 195,23
GCS6J44	279350E000038185	07/07/2026	55412	R$ 195,23
GCV6H65	279350E000038133	07/07/2026	55412	R$ 195,23
GJM2A46	279350E000038213	08/07/2026	55412	R$ 195,23
GMO5394	279350E000038049	07/07/2026	55412	R$ 195,23
GTR9C33	279350E000038092	07/07/2026	55412	R$ 195,23
HBU4I39	279350E000038041	07/07/2026	55412	R$ 195,23
HCV1727	279350E000038359	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HRD6E01	279350E000038221	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HSC2A85	279350E000038346	08/07/2026	55412	R$ 195,23
HSD3D10	279350E000038435	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ILP9F22	279350E000038207	08/07/2026	55412	R$ 195,23
ISE8F80	279350E000038496	08/07/2026	55412	R$ 195,23
IWG8I99	279350E000038187	07/07/2026	55412	R$ 195,23
JCA1B00	279350E000038467	08/07/2026	55412	R$ 195,23
LRW4B26	279350E000038080	07/07/2026	55412	R$ 195,23
LSD1913	279350E000038295	08/07/2026	55412	R$ 195,23
LWQ9B61	279350E000038490	08/07/2026	55412	R$ 195,23
LWR8743	279350E000038178	07/07/2026	55412	R$ 195,23
MCD3D35	279350E000038419	08/07/2026	55412	R$ 195,23
MJZ7I18	279350E000038350	08/07/2026	55412	R$ 195,23
NGO3E03	279350E000038064	07/07/2026	55412	R$ 195,23
NNF2842	279350E000038093	07/07/2026	55412	R$ 195,23
NRN7800	279350E000038325	08/07/2026	55412	R$ 195,23
OBG4774	279350E000038305	08/07/2026	55412	R$ 195,23
OHT7B19	279350E000038345	08/07/2026	55412	R$ 195,23
PZU6D38	279350E000038030	07/07/2026	55412	R$ 195,23
QDZ9C94	279350E000038297	08/07/2026	55412	R$ 195,23
QFN3G36	279350E000038411	08/07/2026	55412	R$ 195,23
QQB4C33	279350E000038203	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RFE1G87	279350E000038368	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RGQ9F29	279350E000038509	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RHB3C52	279350E000038164	07/07/2026	55412	R$ 195,23
RHD4C63	279350CND0001205	27/05/2026	50371	R$ 586,94
RHH1J31	279350E000038464	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RHK4H84	279350E000038448	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RVA7A62	279350E000038371	08/07/2026	55412	R$ 195,23
RWI0B24	279350E000038478	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SDX7J59	279350E000038077	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SEF3C25	279350E000038110	07/07/2026	55412	R$ 195,23
SFB5F97	279350E000038248	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SFH3A23	279350E000038437	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SFO4I54	279350E000038468	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SGZ7E31	279350E000038280	08/07/2026	55412	R$ 195,23
SWU2D04	279350E000038481	08/07/2026	55412	R$ 195,23
TAN2J87	279350E000038065	07/07/2026	55412	R$ 195,23
TAQ1C40	279350E000038194	07/07/2026	55412	R$ 195,23
TBF0E09	279350E000038097	07/07/2026	55412	R$ 195,23
TBH5C45	279350E000038386	08/07/2026	55412	R$ 195,23
TBI7C96	279350E000038367	08/07/2026	55412	R$ 195,23
TBK2E77	279350E000038328	08/07/2026	55412	R$ 195,23
TBX7E55	279350E000038422	08/07/2026	55412	R$ 195,23
UBG3D28	279350E000038384	08/07/2026	55412	R$ 195,23
UBH5C90	279350E000038392	08/07/2026	55412	R$ 195,23
UBN2J65	279350E000038048	07/07/2026	55412	R$ 195,23
UBN9F71	279350E000038502	08/07/2026	55412	R$ 195,23
UBQ0J63	279350E000038196	07/07/2026	55412	R$ 195,23
UBY5H28	279350E000038324	08/07/2026	55412	R$ 195,23
UBZ3D51	279350E000038083	07/07/2026	55412	R$ 195,23
UCA7H92	279350E000038072	07/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Talita Luna Silva
Código Identificador:AF374843

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DA VITÓRIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NA_20261001_190671.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi lavrada a autuação de infração cometida com o veículo de sua propriedade, podendo V. S.ª indicar o condutor infrator, bem como oferecer defesa da autuação junto à UVTRAN até 19/11/2026.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração
ACA7766	279370T000018801	15/09/2026	55412
ANY6653	279370T000018744	15/09/2026	55412
AQC4739	279370T000018749	15/09/2026	55412
AZZ7F59	279370T000018803	15/09/2026	55412
BAY8278	279370T000018743	29/09/2026	76332
FGA2B85	279370T000018811	15/09/2026	55412
IXX5E17	116100T003942539	23/09/2026	54600
JIA8811	116100T002275125	23/09/2026	54600
LPR8C59	279370T000018802	15/09/2026	55412
LXS6441	279370T000018804	15/09/2026	55412
LYK1531	279370T000018745	15/09/2026	55412
MEO6A06	279370T000018808	15/09/2026	55412
MMM2352	279370T000018750	15/09/2026	55412
ONQ3C87	279370T000018748	15/09/2026	55412
QHX7988	279370T000018805	15/09/2026	55412
RQM2I57	279370T000018810	15/09/2026	55412
SEZ2E79	279370T000018746	15/09/2026	55412
TBZ1H64	279370NIC0008902	11/09/2026	50020

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:6150471E

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260924_190236.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 13/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ABJ4D67	279370T000017823	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AGM6716	279370T000017885	03/07/2026	55412	R$ 195,23
APO3I38	279370T000017871	03/07/2026	55412	R$ 195,23
ATV1687	279370T000017864	03/07/2026	55412	R$ 195,23
AXI1A61	279370T000017822	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AXM1516	279370T000017810	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AXY6191	116100T003812198	11/07/2026	55680	R$ 195,23
AYP7D99	279370T000017815	02/07/2026	55412	R$ 195,23
AZT1G57	279370NIC0008762	30/06/2026	50020	R$ 390,46
AZU7026	279370T000017883	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BAH9E85	116100T003829844	11/07/2026	54526	R$ 195,23
BEM8F55	279370T000017878	03/07/2026	55412	R$ 195,23
BEV5C19	279370T000017893	04/07/2026	55412	R$ 195,23
BJP9I21	279370T000017892	04/07/2026	55412	R$ 195,23
DAQ2J56	116100T003829843	11/07/2026	54100	R$ 130,16
ELC1C54	279370T000017894	04/07/2026	55412	R$ 195,23
FLX6C25	279370T000017877	03/07/2026	55412	R$ 195,23
JQX2318	279370T000017890	04/07/2026	55412	R$ 195,23
JQX2318	279370T000017879	03/07/2026	55412	R$ 195,23
KQX3F11	279370T000017813	02/07/2026	55412	R$ 195,23
LCJ7B72	279370T000017882	03/07/2026	55412	R$ 195,23
LZY2535	279370T000017895	04/07/2026	55412	R$ 195,23
MBK9766	279370T000017899	04/07/2026	55412	R$ 195,23
MEI5A41	279370T000017863	17/07/2026	60501	R$ 293,47
MVM8207	279370T000017811	02/07/2026	55412	R$ 195,23
NDV1A75	279370T000017819	02/07/2026	55412	R$ 195,23
QJI6E73	279370T000017886	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QJK4C66	279370T000017876	03/07/2026	55412	R$ 195,23
QJK4C66	279370T000017816	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RAD0E45	279370T000017887	03/07/2026	55412	R$ 195,23
RHV7A54	279370T000017814	02/07/2026	55412	R$ 195,23
RXX0B37	279370T000017888	04/07/2026	55412	R$ 195,23
SEE4E51	279370T000017862	17/07/2026	60501	R$ 293,47
SXD0I13	279370T000017889	04/07/2026	55412	R$ 195,23
UBJ1E17	279370T000017867	03/07/2026	55412	R$ 195,23
UCD8A51	279370T000017897	04/07/2026	55412	R$ 195,23

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:FA908314

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO, VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO
EDITAL_NP_20260930_190630.PDF

Em cumprimento ao disposto na Resolução 918/2022 do CONTRAN, notificamos que foi imposta a penalidade de MULTA em decorrência do cometimento da infração de trânsito, dispondo V. S.ª oferecer recurso contra a infração junto à UVTRAN até 19/11/2026, o qual será remetido à JARI para julgamento.

Placa Veículo	Auto Infração	Data Infração	Código Infração	Valor Infração
ACA7766	279370T000017842	08/07/2026	55412	R$ 195,23
AJI4575	279370T000017982	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AMT1J06	279370T000017922	10/07/2026	55412	R$ 195,23
AOC3529	279370T000017909	10/07/2026	55412	R$ 195,23
ATN8583	279370T000017976	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AUU2E44	279370NIC0008790	07/07/2026	50020	R$ 586,94
AUZ8I37	279370T000017972	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AVW1J28	279370T000017973	09/07/2026	55412	R$ 195,23
AZW4B26	279370T000017841	08/07/2026	55412	R$ 195,23
BBV5601	279370NIC0008778	03/07/2026	50020	R$ 390,46
BCH3133	279370T000017905	10/07/2026	55412	R$ 195,23
BKW9J85	279370T000017978	09/07/2026	55412	R$ 195,23
DII4523	279370T000017843	08/07/2026	55412	R$ 195,23
DQA5H20	279370T000017906	10/07/2026	55412	R$ 195,23
DZE4145	279370T000017977	09/07/2026	55412	R$ 195,23
EYH0A13	279370T000017911	10/07/2026	55412	R$ 195,23
FGR6B22	279370T000017836	08/07/2026	55412	R$ 195,23
FMB8F22	279370T000017913	10/07/2026	55412	R$ 195,23
GIR8C45	279370T000017837	08/07/2026	55412	R$ 195,23
IOX2169	279370T000017908	10/07/2026	55412	R$ 195,23
IRN3C95	279370NIC0008782	03/07/2026	50020	R$ 390,46
IVI6F01	279370T000017970	09/07/2026	55412	R$ 195,23
JCC9F43	279370T000017967	22/07/2026	54522	R$ 195,23
KYF0938	279370T000017975	09/07/2026	55412	R$ 195,23
MBF0A21	116100T003587918	17/07/2026	53800	R$ 130,16
MGV3E34	279370T000017849	08/07/2026	55412	R$ 195,23
MGV3E34	279370T000017850	10/07/2026	55412	R$ 195,23
MHQ6E04	279370T000017838	08/07/2026	55412	R$ 195,23
MII8H04	279370NIC0008780	03/07/2026	50020	R$ 390,46
MJF5D15	279370T000017915	10/07/2026	55412	R$ 195,23
MKI7408	279370T000017968	09/07/2026	55412	R$ 195,23
MLB8H79	279370T000017918	10/07/2026	55412	R$ 195,23
PPT7A16	279370NIC0008784	04/07/2026	50020	R$ 390,46
PVX8F12	279370NIC0008795	11/07/2026	50020	R$ 390,46
PVX8F12	279370NIC0008779	03/07/2026	50020	R$ 390,46
PVX8F12	279370NIC0008789	07/07/2026	50020	R$ 390,46
QJP5364	279370T000017981	09/07/2026	55412	R$ 195,23
QOI4A56	279370T000017974	09/07/2026	55412	R$ 195,23
RAM3G05	279370NIC0008781	03/07/2026	50020	R$ 390,46
RLF1H36	279370T000017965	22/07/2026	54522	R$ 195,23
RLF1H36	279370T000017966	22/07/2026	54100	R$ 130,16
RYO7A24	279370NIC0008783	03/07/2026	50020	R$ 586,94
SFC9I43	279370NIC0008796	11/07/2026	50020	R$ 390,46
TBZ1H64	279370T000017847	08/07/2026	55412	R$ 195,23
TQR9H08	279370NIC0008787	04/07/2026	50020	R$ 390,46

Publicado por:
Robin Schmidt
Código Identificador:7B20EA71

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE VITORINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR

Decreto 6275/2026

Ementa: Abre credito Adicional Suplementar no valor de R$ 1.141.500,00 (Hum milhão, cento e quarenta e um mil e quinhentos reais) no orçamento do município e da outras providências.

Marciano Vottri prefeito de Vitorino – PR no uso de suas atribuições legais e com base na Lei 2192/2025.
Decreta:
Art. 1º - Fica aberto Credito Adicional Suplementar no orçamento geral do município, no valor de R$ 1.141.500,00 (Hum milhão, cento e quarenta e um mil e quinhentos reais), para atender as seguintes Dotações Orçamentárias:

03.000 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	
03.001 - GERÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO GERAL	
03.001.4.122.3.2006-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$8.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$8.000,00

03.001.4.122.3.2006-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$30.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$30.000,00
04.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA	
04.001 - GERÊNCIA TRIBUTÁRIA E FINANCEIRA	
04.001.4.123.4.2007-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TI	R$5.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
04.001.28.846.0.0003-3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
04.001.28.846.0.0003-3.3.90.91.00.00.00.00 - SENTENÇAS JUDICIAIS	R$1.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$1.000,00
05.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
05.002 - FUNDO MUN. SAUDE - GERÊNCIA DE ADMIN. GERAL SAÚDE	
05.002.10.302.21.2021-3.3.71.70.00.00.00.00 - RATEIO PELA	R$300.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$300.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$20.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$20.000,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$4.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$4.000,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$30.000,00
07004/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$30.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$12.000,00
00494/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$12.000,00
05.002.10.301.21.2057-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$15.000,00
07001/00497.09.02Recurso Estadual Saúde	R$15.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.36.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$2.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$2.000,00
05.002.10.301.21.2055-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$5.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TI	R$1.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$1.000,00
05.002.10.301.21.2027-3.3.90.40.00.00.00.00 - SERVIÇOS DE TI	R$20.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$20.000,00
05.002.10.122.11.1026-4.4.90.51.00.00.00.00 - OBRAS E	R$65.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$65.000,00
05.003 - FUNDO MUN. SAUDE - GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	
05.003.10.304.21.2019-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS	R$10.000,00
00510/00510.01.07Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$10.000,00
06.000 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER	
06.001 - GERÊNCIA DE ENSINO	
06.001.12.365.8.2042-3.1.90.11.00.00.00.00 - VENCIMENTOS	R$300.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$300.000,00
06.001.12.361.12.2045-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$17.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$17.000,00
06.001.12.361.8.2040-3.3.90.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE	R$90.000,00
00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$90.000,00
06.001.12.306.8.2041-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM	R$10.000,00
00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$10.000,00
06.001.12.365.8.2042-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$10.000,00
06.001.12.361.12.2045-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$30.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$30.000,00
07.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL, DA MULHER E PESSOA IDOSA	
07.003 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	
07.003.8.122.13.2073-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
07.005 - FUNDO MUNICIPAL PESSOA IDOSA	
07.005.8.241.13.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$5.000,00
01011/01011.09.06(SF) - Transferencia de Recursos dos	R$5.000,00
07.005.8.241.13.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$16.500,00
01011/01011.09.06Transferencia de Recursos dos Fundos Estaduais	R$16.500,00
07.005.8.241.13.2079-3.3.90.39.00.00.00.00 - OUTROS	R$10.000,00
01011/01011.09.06Transferencia de Recursos dos Fundos Estaduais	R$10.000,00
10.000 - SECR MUN DEFESA MEIO AMBIENTE - SEDEMA	
10.002 - GERÊNCIA DE DES. E DEFESA MEIO AMBIENTE	
10.002.6.182.18.2047-3.3.90.32.00.00.00.00 - MATERIAL, BEM	R$25.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$25.000,00

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atualizar os valores constantes de anexos previstos na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias e PPA – Plano Plurianual de Investimentos considerando o cumprimento das normas estabelecidas no SIM-AM 2026 (Sistema de Informações Municipais - Acompanhamento Mensal) do Tribunal de Contas do Estado, especificamente com referência ao Módulo Planejamento.

Art. 3º - Para cobertura do que trata o artigo anterior ficam indicados como Recursos:

Excesso de arrecadação (Art. 43, § 1º, inciso II da Lei 4.320/64)	
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$1.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$20.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$10.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$10.000,00

07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$20.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$300.000,00
07004/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$30.000,00
00494/00494.09.02Bloco de Custeio das Ações e	R$12.000,00
01011/01011.09.06Transferencia de Recursos dos Fundos Estaduais	R$16.500,00
01011/01011.09.06Transferencia de Recursos dos Fundos Estaduais	R$10.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$2.000,00
00104/00104.01.01Demais Impostos Vinculados a Educação	R$300.000,00
00510/00510.01.07Taxas - Exercício Poder de Polícia	R$10.000,00
07008/01018.12.99Emenda Parlamentar Increm Atenção Primaria	R$5.000,00
00303/00303.01.02Saúde - Receitas Vinculadas (EC 29/00 -	R$20.000,00
07001/00497.09.02Recurso Estadual Saúde	R$15.000,00
00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$90.000,00
00103/00103.01.015% Sobre Transferencias Constitucionais	R$10.000,00
Superávit financeiro do exercício anterior (Art. 43, § 1º, inciso I da Lei4.320/64)	
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$17.000,00
01011/01011.09.06(SF) - Transferencia de Recursos dos	R$5.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$30.000,00
07004/00494.09.02(SF) - Bloco de Custeio das Ações e	R$4.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$5.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$8.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$20.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$30.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$65.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$1.000,00
00000/00000.01.07(SF) - Recursos Ordinários (Livres)	R$25.000,00

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário, este Decreto produz efeitos a partir de 01 de setembro de 2026.

Gabinete do Prefeito, em 1 de setembro de 2026.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito

Publicado por:
Rosilene Rodrigues Passos de Oliveira
Código Identificador:DDBDA58E



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

GABINETE DO PREFEITO
LC 189/2026 - ALTERA LC 106/2019.

LEI COMPLEMENTAR Nº 189, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026

ALTERA O ANEXO I – MAPA DO ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO, ALTERA O ART. 48 E INCLUI O ANEXO V – MAPA COM AS ÁREAS DE APP NA LEI COMPLEMENTAR Nº 106, DE 25 DE SETEMBRO DE 2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 011/2026, de autoria do Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I – Mapa do Zoneamento de Uso e Ocupação do Solo Urbano e incluído o Anexo V – Mapa com as Áreas de APP na Lei Complementar nº 106, de 25 de setembro de 2019, passando a vigorar conforme os anexos integrantes desta Lei Complementar.

Art. 2º O art. 48 da Lei Complementar nº 106, de 25 de setembro de 2019, passa a vigorar acrescido do inciso V, com a seguinte redação:

"**Art. 48.** .....

[...]

V – Anexo V – Mapa com as Áreas de APP." (NR)

Art. 3º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR,1º DE OUTUBRO DE 2026.

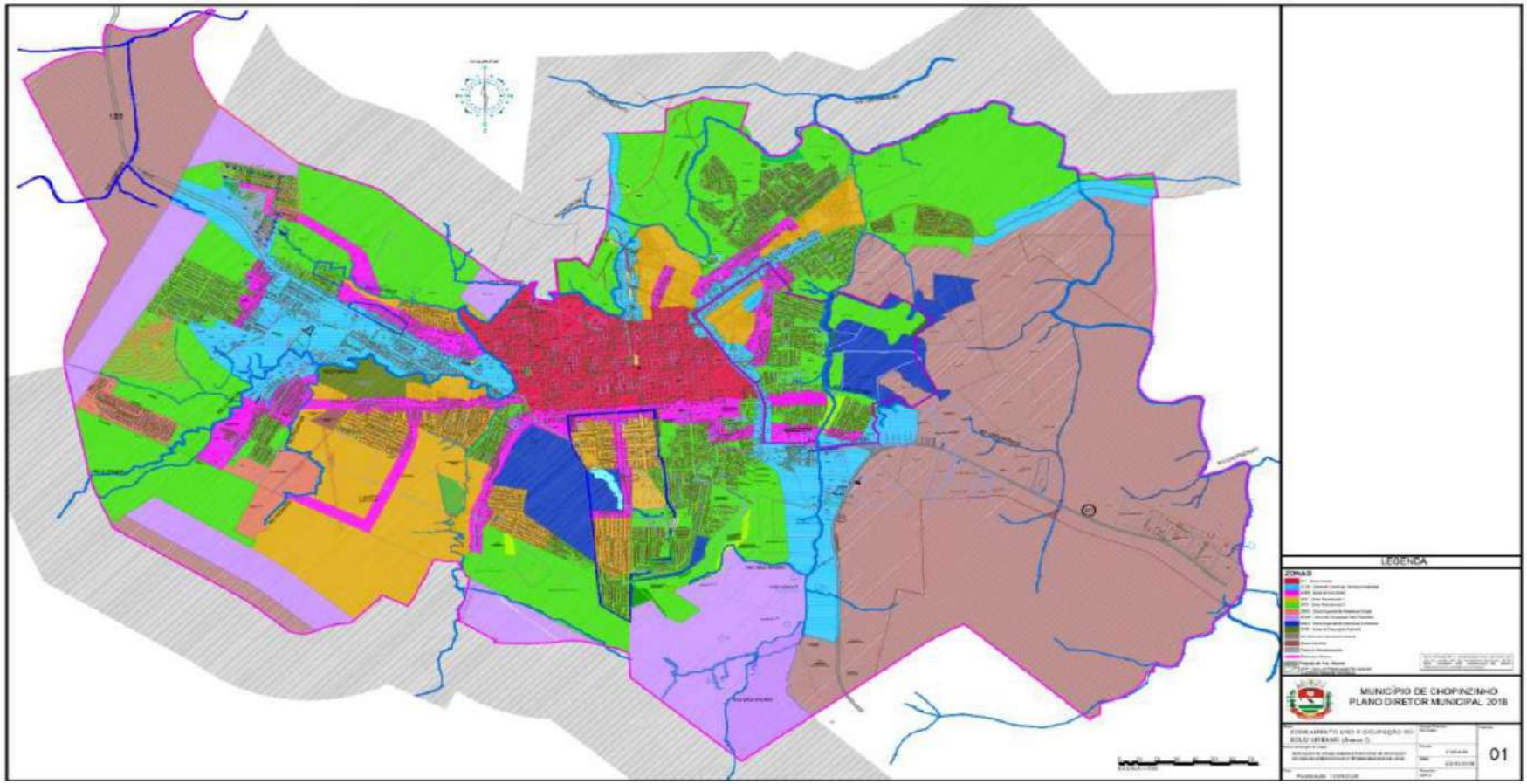
ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

ANEXO I – MAPA ZONEAMENTO

Inserir aqui o anexo denominado como

MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

ANEXO I – MAPA ZONEAMENTO



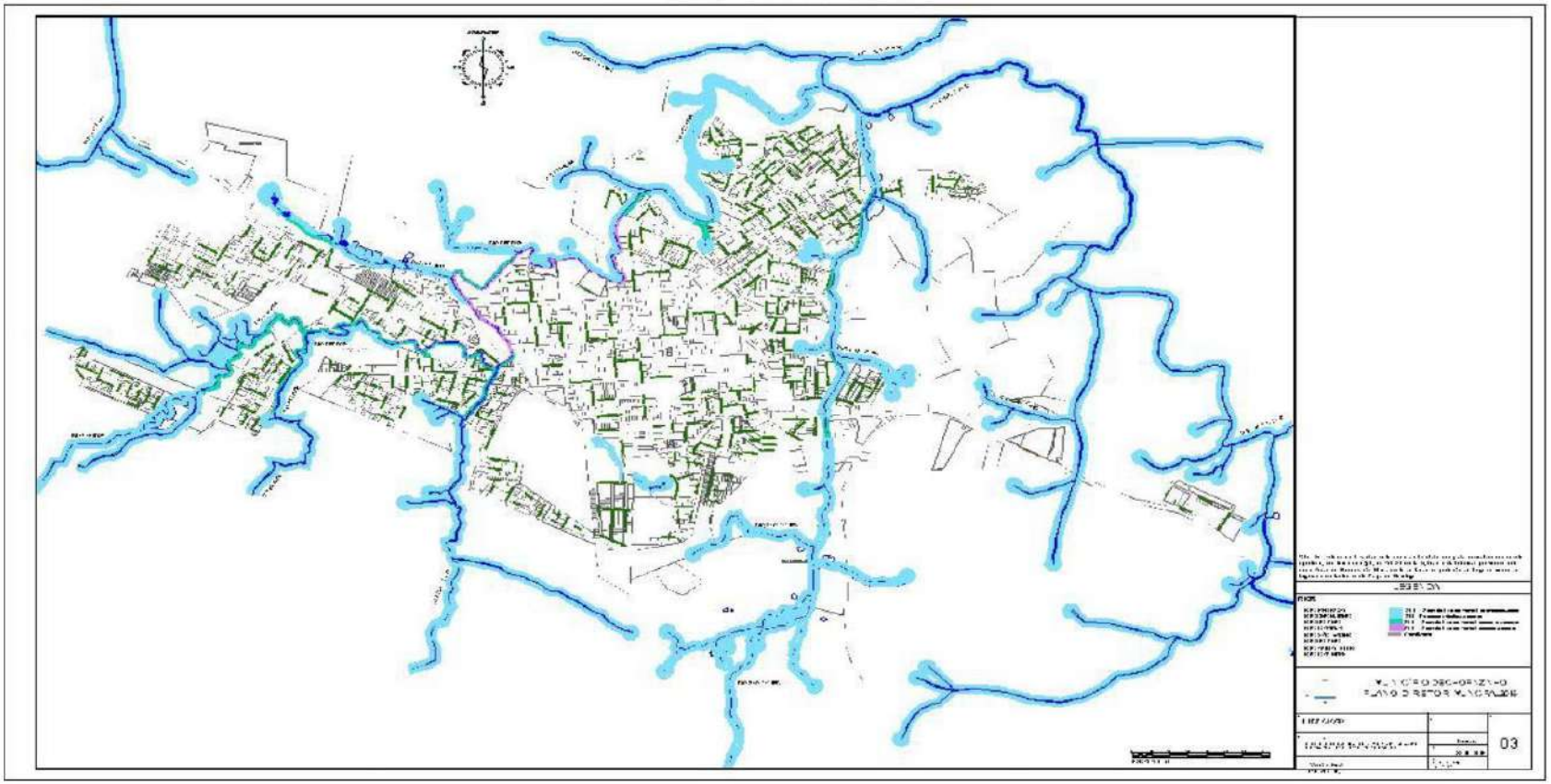
/p>

ANEXO V – ÁREAS DE APP

Inserir aqui o anexo denominado como

MUNICÍPIO DE
CHOPINZINHO

ANEXO V – ÁREAS DE APP



Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:C7433AA9

GABINETE DO PREFEITO
LC 190/2026 - "ALTERA LEI Nº 3.790/2019".

LEI COMPLEMENTAR Nº 190, DE 1º DE OUTUBRO DE 2026

Altera o Anexo I – Memorial Descritivo e Mapa do Perímetro Urbano da Sede do Município, da Lei nº 3.790, de 25 de setembro de 2019, institui o Perímetro Urbano do Município de Chopinzinho.

O PREFEITO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.
Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 013/2026, de autoria do Executivo, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º Fica alterado o Anexo I – memorial descritivo e mapa do Perímetro Urbano da Sede do Município da Lei Municipal nº 3.790, de 25 de setembro de 2019, passando a vigorar conforme o anexo integrante da presente Lei.
Art. 2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO/PR,1º DE OUTUBRO DE 2026.

ÁLVARO DÊNIS CENI SCOLARO
Prefeito

ANEXO I – PERIMETRO URBANO SEDE

MEMORIAL DESCRITIVO

IMÓVEL: PERÍMETRO URBANO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO
ÁREA: 20.217.448,61 m² **PERIMETRO:** 25.457,74 m
MUNICÍPIO: CHOPINZINHO **COMARCA:** CHOPINZINHO
ESTADO: PARANÁ
PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DESCRIÇÃO DO PERÍMETRO

Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P01, de coordenadas N 7.141.699,67m e E 344.373,77m; **deste, segue confrontando com Sanga sem nome**, com os seguintes azimutes e distâncias: 101°14'02" e 2,57 m até o vértice P02, 104°12'39" e 5,15 m até o vértice P03, 108°40'40" e 6,44 m até o vértice P04, 112°38'53" e 3,86 m até o vértice P05, 116°07'20" e 5,15 m até o vértice P06, 120°05'37" e 5,15 m até o vértice P07, 123°04'14" e 2,57 m até o vértice P08, **; deste**, segue confrontando com Chácara 78, com os seguintes azimutes e distâncias: 217°52'30" e 198,47 m até o vértice P09, **deste**, **segue confrontando com P/ Chácaras 74,83 e 90**, com os seguintes azimutes e distâncias: 195°08'05" e 9,99 m até o vértice P10, 177°59'54" e 137,42 m até o vértice P11, 163°14'25" e 108,06 m até o vértice P12, 154°45'44" e 84,95 m até o vértice P13, 150°35'04" e 107,91 m até o vértice P14, 138°08'45" e 49,06 m até o vértice P15, 129°13'26" e 376,60 m até o vértice P16, **; deste**, **segue confrontando com P/ Chácaras 74 e 90**, com os seguintes azimutes e distâncias: 129°13'26" e 190,33 m até o vértice P17, 111°16'27" e 90,96 m até o vértice P18, **deste**, **segue confrontando com Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 132°26'52" e 15,88 m até o vértice P19, 99°53'56" e 36,40 m até o vértice P20, 107°51'05" e 60,18 m até o vértice P21, 109°04'08" e 48,74 m até o vértice P22, 112°13'27" e 71,72 m até o vértice P23, 111°03'10" e 68,77 m até o vértice P24, 110°31'05" e 61,94 m até o vértice P25, 112°41'12" e 31,39 m até o vértice P26, 113°29'06" e 25,12 m até o vértice P27, **deste**, **segue confrontando com P/ Chácara 99,** com os seguintes azimutes e distâncias: 129°54'52" e 526,06 m até o vértice P28, **deste**, **segue confrontando com Chácaras 101 e 102**, com os seguintes azimutes e distâncias: 129°54'52" e 261,65 m até o vértice P29, **; deste**, **segue confrontando com P/ Chácara 104,** com os seguintes azimutes e distâncias: 129°54'52" e 85,02 m até o vértice P30, 107°35'36" e 185,52 m até o vértice P31, **deste**, **segue confrontando com Rio Pedrosa**, com os seguintes azimutes e distâncias: 39°34'05" e 26,82 m até o vértice P32, 62°45'53" e 11,78 m até o vértice P33, 94°09'20" e 13,33 m até o vértice P34, 182°17'15" e 10,42 m até o vértice P35, 213°31'48" e 18,77 m até o vértice P36, 213°55'39" e 24,83 m até o vértice P37, 191°35'02" e 17,11 m até o vértice P38, 164°32'37" e 18,18 m até o vértice P39, 165°26'03" e 10,97 m até o vértice P40, 127°24'57" e 26,25 m até o vértice P41, 104°48'17" e 12,46 m até o vértice P42, 102°10'57" e 39,87 m até o vértice P43, 110°01'07" e 24,96 m até o vértice P44, 69°57'07" e 22,43 m até o vértice P45, 30°20'24" e 19,00 m até o vértice P46, 2°35'30" e 13,53 m até o vértice P47, 316°41'44" e 12,40 m até o vértice P48, 308°39'38" e 14,69 m até o vértice P49, 349°23'12" e 6,61 m até o vértice P50, 61°09'25" e 9,79 m até o vértice P51, 101°38'54" e 12,95 m até o vértice P52, 116°32'03" e 14,22 m até o vértice P53, **deste**, **segue confrontando com P/ Chácara 104**, com os seguintes azimutes e distâncias: 354°26'17" e 212,34 m até o vértice P54, 86°26'39" e 95,71 m até o vértice P55, 72°23'47" e 40,78 m até o vértice P56, 130°46'46" e 81,05 m até o vértice P57, 21°33'55" e 272,28 m até o vértice P58, 6°00'24" e 285,93 m até o vértice P59, **deste**, **segue confrontando com Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 348°16'27" e 42,10 m até o vértice P60, 353°35'29" e 50,71 m até o vértice P61, 7°27'53" e 56,43 m até o vértice P62, 7°08'14" e 49,39 m até o vértice P63, 358°16'05" e 54,06 m até o vértice P64, 336°14'45" e 41,07 m até o vértice P65, 313°46'20" e 30,16 m até o vértice P66, 309°13'06" e 8,35 m até o vértice P67, 88°17'09" e 10,31 m até o vértice FADR-M-1733A, **deste, segue**

confrontando com Chácaras 111, 112 e 113, com os seguintes azimutes e distâncias: 88°17'10" e 337,24 m até o vértice P69, **deste**, **segue confrontando com Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 88°17'09" e 5,99 m até o vértice P70, 8°08'39" e 8,42 m até o vértice P71, 5°22'10" e 17,25 m até o vértice P72, 3°49'05" e 21,41 m até o vértice P73, 1°26'52" e 15,39 m até o vértice P74, 359°09'45" e 20,80 m até o vértice P75, 358°24'17" e 18,75 m até o vértice P76, 0°13'37" e 14,64 m até o vértice P77, 5°05'16" e 11,32 m até o vértice P78, 16°05'44" e 10,44 m até o vértice P79, 23°14'05" e 5,54 m até o vértice P80, 88°20'01" e 15,17 m até o vértice P81, 67°32'36" e 41,07 m até o vértice P82, 63°54'01" e 41,25 m até o vértice P83, 72°10'58" e 33,50 m até o vértice P84, 66°40'46" e 74,44 m até o vértice P85, 78°16'13" e 14,75 m até o vértice P86, 107°10'35" e 19,41 m até o vértice P87, 109°25'28" e 24,24 m até o vértice P88, 100°53'38" e 25,82 m até o vértice P89, 96°30'18" e 34,20 m até o vértice P90, 94°54'15" e 29,75 m até o vértice P91, 97°53'03" e 24,39 m até o vértice P92, 96°42'07" e 24,09 m até o vértice P93, 95°21'15" e 23,14 m até o vértice P94, 94°56'28" e 20,45 m até o vértice P95, 90°35'01" e 14,66 m até o vértice P96, 94°23'34" e 15,14 m até o vértice P97, 113°16'37" e 12,12 m até o vértice P98, **deste**, **segue confrontando com P/ Chácara 144**, com os seguintes azimutes e distâncias: 196°26'51" e 180,11 m até o vértice P99, **deste**, **segue confrontando com Rio Chopinzinho,** com os seguintes azimutes e distâncias: 124°35'58" e 4,60 m até o vértice P100, 115°46'02" e 0,70 m até o vértice P101, 144°25'33" e 27,39 m até o vértice P102, 134°10'25" e 21,82 m até o vértice P103, 132°03'11" e 26,81 m até o vértice P104, 140°20'50" e 18,45 m até o vértice P105, 133°25'46" e 19,10 m até o vértice P106, 136°51'51" e 36,98 m até o vértice P107, 130°39'13" e 32,31 m até o vértice P108, 123°51'45" e 37,44 m até o vértice P109, 101°59'13" e 12,45 m até o vértice P110, 91°59'25" e 41,98 m até o vértice P111, 91°57'28" e 25,50 m até o vértice P112, 78°49'29" e 23,52 m até o vértice P113, 52°12'49" e 22,61 m até o vértice P114, 45°10'33" e 22,94 m até o vértice P115, 49°40'39" e 30,54 m até o vértice P116, 43°38'49" e 30,33 m até o vértice P117, 34°06'00" e 14,43 m até o vértice P118, 359°19'47" e 13,27 m até o vértice P119, 354°32'25" e 6,80 m até o vértice P120, 351°26'03" e 8,26 m até o vértice P121, 337°46'34" e 8,50 m até o vértice P122, 338°40'13" e 7,24 m até o vértice P123, 352°27'00" e 7,11 m até o vértice P124, 6°12'37" e 7,11 m até o vértice P125, 22°03'39" e 7,34 m até o vértice P126, 19°50'30" e 12,96 m até o vértice P127, 37°21'23" e 9,67 m até o vértice P128, 52°45'54" e 20,85 m até o vértice P129, 75°06'15" e 14,93 m até o vértice P130, 67°18'16" e 6,11 m até o vértice P131, 65°56'42" e 7,22 m até o vértice P132, 54°12'17" e 14,44 m até o vértice P133, 67°10'10" e 15,43 m até o vértice P134, 120°09'21" e 8,59 m até o vértice P135, 113°31'03" e 16,71 m até o vértice P136, 120°47'53" e 14,99 m até o vértice P137, 121°11'42" e 18,53 m até o vértice P138, 123°12'16" e 23,69 m até o vértice P139, 128°01'51" e 22,69 m até o vértice P140, 122°27'00" e 28,58 m até o vértice P141, 117°48'32" e 21,77 m até o vértice P142, 137°55'04" e 32,88 m até o vértice P143, 138°45'41" e 57,52 m até o vértice P144, 151°36'15" e 21,50 m até o vértice P145, 128°39'56" e 23,31 m até o vértice P146, 109°19'26" e 32,47 m até o vértice P147, 104°46'24" e 27,80 m até o vértice P148, 87°00'17" e 18,25 m até o vértice P149, 74°09'14" e 16,97 m até o vértice P150, 62°53'22" e 2,49 m até o vértice P151, 53°27'02" e 15,16 m até o vértice P152, 42°53'40" e 18,90 m até o vértice P153, 58°57'22" e 24,15 m até o vértice P154, 63°44'30" e 22,28 m até o vértice P155, 81°25'44" e 16,16 m até o vértice P156, 78°58'38" e 18,54 m até o vértice P157, 70°59'26" e 1,18 m até o vértice P158, 83°16'26" e 28,07 m até o vértice P159, 66°36'27" e 15,33 m até o vértice P160, 63°15'11" e 26,10 m até o vértice P161, 64°44'44" e 20,46 m até o vértice P162, 70°59'18" e 17,64 m até o vértice P163, 55°33'46" e 287,06 m até o vértice P164, 72°21'28" e 23,52 m até o vértice P165, 83°30'07" e 116,01 m até o vértice P166, 78°09'56" e 2,53 m até o vértice P167, 76°34'29" e 35,49 m até o vértice P168, 72°23'20" e 6,72 m até o vértice P169, 55°44'28" e 28,36 m até o vértice P170, 45°34'02" e 33,36 m até o vértice P171, 25°37'11" e 1,10 m até o vértice P172, 59°56'16" e 24,95 m até o vértice P173, 94°47'36" e 37,29 m até o vértice P174, 115°51'38" e 1,11 m até o vértice P175, 113°20'30" e 39,95 m até o vértice P176, 126°40'39" e 21,04 m até o vértice P177, 139°56'56" e 23,96 m até o vértice P178, 175°36'32" e 18,18 m até o vértice P179, 184°27'08" e 28,88 m até o vértice P180, 170°33'11" e 22,41 m até o vértice P181, 126°22'02" e 2,19 m até o vértice P182, 124°26'45" e 26,78 m até o vértice P183, 115°49'13" e 1,96 m até o vértice P184, 101°36'56" e 44,73 m até o vértice P185, 105°37'54" e 4,65 m até o vértice P186, 96°13'54" e 20,83 m até o vértice P187, 103°25'00" e 3,80 m até o vértice P188, 82°34'36" e 41,61 m até o vértice P189, 78°21'35" e 4,67 m até o vértice P190, 100°57'44" e 46,20 m até o vértice P191, 122°40'35" e 56,82 m até o vértice P192, 122°20'01" e 68,41 m até o vértice P193, 89°50'38" e 0,59 m até o vértice P194, 158°02'47" e 30,54 m até o vértice P195, 175°25'57" e 41,85 m até o vértice P196, 190°39'49" e 108,92 m até o vértice P197, **deste**, **segue confrontando com Sanga sem nome,** com os seguintes azimutes e distâncias: 139°42'28" e 23,33 m até o vértice P198, 113°59'45" e 18,29 m até o vértice P199, 97°52'37" e 24,89 m até o vértice P200, 89°16'24" e 1,24 m até o vértice P201, 98°35'33" e 13,48 m até o vértice P202, 89°15'09" e 4,01 m até o vértice P203, 89°15'00" e 1,54 m até o vértice P204, 119°47'10" e 14,78 m até o vértice P205, 155°05'56" e 23,35 m até o vértice P206, 157°46'26" e 1,69 m até o vértice P207, 162°58'14" e 13,09 m até o vértice P208, 165°48'48" e 1,29 m até o vértice P209, 86°55'59" e 22,06 m até o vértice P210, 70°59'21" e 2,00 m até o vértice P211, 81°34'12" e 27,35 m até o vértice P212, 74°00'46" e 10,54 m até o vértice P213, 89°19'11" e 14,68 m até o vértice P214, 122°09'15" e 20,46 m até o vértice P215, 125°33'45" e 18,39 m até o vértice P216, 126°51'30" e 14,96 m até o vértice P217, 94°47'00" e 19,65 m até o vértice P218, 112°03'10" e 15,44 m até o vértice P219, 87°30'55" e 23,37 m até o vértice P220, 88°48'18" e 1,26 m até o vértice P221, 75°50'53" e 31,39 m até o vértice P222, 73°13'20" e 27,58 m até o vértice P223, 71°22'18" e 16,26 m até o vértice P224, 66°51'09" e 1,30 m até o vértice P225, 66°51'07" e 1,30 m até o vértice P226, 75°23'57" e 15,24 m até o vértice P227, 89°17'57" e 0,97 m até o vértice P228, 79°40'22" e 18,91 m até o vértice P229, 89°18'26" e 0,73 m até o vértice P230, 107°23'49" e 18,04 m até o vértice P231, 86°23'02" e 51,85 m até o vértice P232, 77°28'46" e 33,46 m até o vértice P233, 87°11'46" e 30,47 m até o vértice P234, **deste**, **segue confrontando com Uma Área Terras de Cultura**, com os seguintes azimutes e distâncias: 170°56'43" e 154,69 m até o vértice FADR-M-1732A, 250°34'23" e 33,68 m até o vértice P236, 178°26'21" e 154,07 m até o vértice P237, 178°18'24" e 430,67 m até o vértice P238, 183°46'45" e 296,27 m até o vértice P239, **deste**, **segue confrontando com Rio Chopinzinho**, com os seguintes azimutes e distâncias: 175°07'17" e 31,97 m até o vértice P240, 197°25'31" e 32,72 m até o vértice P241, 199°36'59" e 56,37 m até o vértice P242, 196°11'14" e 59,31 m até o vértice P243, 199°12'57" e 75,58 m até o vértice P244, 188°37'30" e 43,52 m até o vértice P245, 174°28'22" e 35,59 m até o vértice P246, 166°44'04" e 23,03 m até o vértice P247, 149°10'32" e 25,99 m até o vértice P248, 144°43'22" e 30,95 m até o vértice P249, 125°16'46" e 29,77 m até o vértice P250, 108°53'04" e 29,84 m até o vértice P251, 100°34'48" e 30,11 m até o vértice P252, 94°29'45" e 30,28 m até o vértice P253, 92°16'28" e 26,54 m até o vértice P254, 77°11'36" e 17,29 m até o vértice P255, 69°51'17" e 21,81 m até o vértice P256, 55°47'00" e 1,64 m até o vértice P257, 61°04'02" e 19,20 m até o vértice P258, 74°28'32" e 35,46 m até o vértice P259, 75°22'06" e 1,88 m até o vértice P260, 77°07'46" e 32,26 m até o vértice P261, 82°05'37" e 21,65 m até o vértice P262, 98°01'45" e 12,02 m até o vértice P263, 99°03'36" e 13,45 m até o vértice P264, 123°52'42" e 7,21 m até o vértice P265, 132°03'10" e 8,71 m até o vértice P266, 167°34'40" e 13,46 m até o vértice P267, 186°36'19" e 28,86 m até o vértice P268, 188°38'54" e 44,94 m até o vértice P269, 186°29'33" e 56,98 m até o vértice P270, 178°44'07" e 52,74 m até o vértice P271, 164°51'14" e 41,55 m até o vértice P272, 162°24'36" e 58,71 m até o vértice P273, 155°55'47" e 35,16 m até o vértice P274, 158°34'44" e 30,14 m até o vértice P275, 175°52'37" e 20,46 m até o vértice P276, 190°10'16" e 17,46 m até o vértice P277, 206°35'40" e 32,48 m até o vértice P278, 202°38'28" e 31,01 m até o vértice P279, 217°41'32" e 34,84 m até o vértice P280, 189°23'28" e 10,03 m até o vértice P281, 163°18'06" e 8,47 m até o vértice P282, 121°11'39" e 5,50 m até o vértice P283, 96°24'55" e 4,71 m até o vértice P284, 83°21'10" e 11,16 m até o vértice P285, 73°53'08" e 21,83 m até o vértice P286, 73°59'40" e 68,08 m até o vértice P287, 68°28'41" e 20,12 m até o vértice P288, 70°22'45" e 35,53 m até o vértice P289, 68°42'26" e 15,81 m até o vértice P290, 41°18'18" e 10,17 m até o vértice P291, 48°34'09" e 7,92 m até o vértice P292, 53°05'39" e 9,42 m até o vértice P293, 59°28'58" e 11,99 m até o vértice P294, 62°53'14" e 0,89 m até o vértice P295, 67°38'08" e 10,76 m até o vértice P296, 72°10'35" e 12,14 m até o vértice P297, 81°31'06" e 11,71 m até o vértice P298, 85°39'30" e 12,43 m até o vértice P299, 114°55'03" e 11,97 m até o vértice P300, 126°35'06" e 8,54 m até o vértice P301, 156°01'03" e 9,10 m até o vértice P302, 173°10'50" e 22,41 m até o vértice P303, 189°54'22" e 28,33 m até o vértice P304, 197°49'48" e 14,68 m até o vértice P305, 187°21'41" e 48,14 m até o vértice P306, 179°56'31" e 39,31 m até o vértice P307, 172°02'13" e 46,37 m até o vértice P308, 171°59'56" e 36,92 m até o vértice P309, 171°48'28" e 37,81 m até o vértice P310, 178°18'02" e 21,21 m até o vértice P311, 182°06'51" e 23,50 m até o vértice P312, 197°07'13" e 18,69 m até o vértice P313, 195°27'41" e 28,77 m até o vértice P314, 198°05'27" e 29,59 m até o vértice P315, 197°34'54" e 22,80 m até o vértice P316, 188°03'22" e 65,63 m até o vértice P317, 189°43'59" e 57,90 m até o vértice P318, 188°17'31" e 51,14 m até o vértice

P319, 173°35'16" e 19,91 m até o vértice P320, 166°05'14" e 23,91 m até o vértice P321, 169°24'31" e 25,18 m até o vértice P322, 163°18'04" e 16,61 m até o vértice P323, 160°48'02" e 16,84 m até o vértice P324, 157°40'53" e 15,54 m até o vértice P325, 157°43'16" e 13,49 m até o vértice P326, 179°20'12" e 0,38 m até o vértice P327, 174°24'10" e 13,35 m até o vértice P328, 197°51'34" e 1,20 m até o vértice P329, 208°16'19" e 8,69 m até o vértice P330, 224°29'11" e 1,62 m até o vértice P331, 170°11'24" e 9,62 m até o vértice P332, 167°26'41" e 16,70 m até o vértice P333, 183°00'05" e 17,90 m até o vértice P334, 196°27'15" e 24,66 m até o vértice P335, 199°54'43" e 33,70 m até o vértice P336, 224°44'27" e 46,92 m até o vértice FADR-M-1743A, 216°29'07" e 71,21 m até o vértice P338, 214°08'40" e 61,29 m até o vértice P339, 235°51'27" e 71,14 m até o vértice P340, 183°01'02" e 53,00 m até o vértice P341, 234°42'13" e 30,08 m até o vértice P342, 257°19'55" e 66,03 m até o vértice P343, 254°17'14" e 49,41 m até o vértice P344, 230°52'20" e 32,69 m até o vértice P345, 179°55'29" e 45,67 m até o vértice P346, 194°49'24" e 78,56 m até o vértice P347, 222°00'10" e 51,66 m até o vértice P348, 268°17'14" e 42,82 m até o vértice P349, 290°47'40" e 28,42 m até o vértice P350, 291°05'42" e 35,70 m até o vértice P351, 218°40'49" e 17,47 m até o vértice P352, 182°14'03" e 48,23 m até o vértice P353, 270°08'58" e 42,18 m até o vértice P354, 192°40'11" e 54,62 m até o vértice P355, 221°57'44" e 84,99 m até o vértice P356, 240°38'16" e 113,64 m até o vértice P357, 252°33'53" e 100,96 m até o vértice P358, 180°45'11" e 68,48 m até o vértice P359, 242°39'58" e 55,67 m até o vértice P360, **deste**, **segue confrontando com Imóvel Tochetto**, com os seguintes azimutes e distâncias: 224°17'31" e 14,31 m até o vértice P361, 310°56'34" e 10,00 m até o vértice P362, 310°55'21" e 765,71 m até o vértice P363, 309°48'53" e 165,83 m até o vértice P364, **deste**, **segue confrontando com Imóvel Gevehr**, com os seguintes azimutes e distâncias: 239°01'19" e 359,90 m até o vértice P365, 233°53'12" e 177,56 m até o vértice P366, **deste**, **segue confrontando com Chácara Fontana**, com os seguintes azimutes e distâncias: 234°05'42" e 87,57 m até o vértice P367, **deste**, **segue confrontando com Parte Lote 323 Ex Colônia Militar do Chopim**, com os seguintes azimutes e distâncias: 234°05'42" e 177,64 m até o vértice P368, 234°05'42" e 295,27 m até o vértice P369, **deste**, **segue confrontando com Quinhão 03 do Lote 323 Ex Colônia Militar do Chopim**, com os seguintes azimutes e distâncias: 234°03'24" e 85,28 m até o vértice P370, **deste**, **segue confrontando com Quinhão 06 do Lote 323 Ex Colônia Militar do Chopim,** com os seguintes azimutes e distâncias: 234°03'24" e 208,73 m até o vértice P371, **deste**, **segue confrontando com Parte dos Lotes 69 e 71 Gleba 02, Colônia Passo do Sol,** com os seguintes azimutes e distâncias: 234°03'24" e 151,68 m até o vértice P372, 310°20'06" e 830,20 m até o vértice FADR-M-1736A, 357°59'21" e 150,91 m até o vértice P374, 294°39'17" e 84,46 m até o vértice P375, 284°39'40" e 142,92 m até o vértice P376, 273°58'40" e 159,90 m até o vértice P377, **deste**, **segue confrontando com Parte do Lote 68 Gleba 02, Colônia Passo do Sol,** com os seguintes azimutes e distâncias: 263°17'39" e 67,87 m até o vértice P378, 266°39'06" e 130,79 m até o vértice P379, 270°00'33" e 89,37 m até o vértice P380, 274°24'33" e 100,99 m até o vértice P381, **deste**, **segue confrontando com Lote 66 e Fração 01 Gleba 02, Colônia Passo do Sol,** com os seguintes azimutes e distâncias: 278°48'37" e 6,04 m até o vértice P382, 26°41'54" e 13,66 m até o vértice P383, **deste**, **segue confrontando com Parte do Lote 66 Gleba 02, Colônia Passo do Sol**, com os seguintes azimutes e distâncias: 301°06'42" e 253,83 m até o vértice P384, 51°25'12" e 10,36 m até o vértice P385, 4°58'38" e 13,43 m até o vértice P386, 355°01'47" e 55,43 m até o vértice P387, 38°06'18" e 42,79 m até o vértice P388, 27°03'59" e 23,87 m até o vértice P389, 12°02'33" e 108,90 m até o vértice P390, 2°32'04" e 38,31 m até o vértice P391, 300°19'16" e 21,10 m até o vértice P392, 332°28'56" e 103,76 m até o vértice P393, 266°41'32" e 60,45 m até o vértice P394, 283°49'39" e 72,56 m até o vértice P395, 207°18'04" e 20,54 m até o vértice P396, 205°17'26" e 247,78 m até o vértice P397, **deste**, **segue confrontando com Lote 66 e Fração 01 Gleba 02, Colônia Passo do Sol**, com os seguintes azimutes e distâncias: 210°44'34" e 70,09 m até o vértice P398, 296°03'37" e 167,38 m até o vértice P399, 201°04'39" e 3,09 m até o vértice P400, 206°25'49" e 15,21 m até o vértice P401, 202°07'23" e 12,24 m até o vértice P402, 291°08'03" e 2,55 m até o vértice P403, **deste**, **segue confrontando com Parte das Frações 01 e 02 Gleba 02, Colônia Passo do Sol**, com os seguintes azimutes e distâncias: 226°13'24" e 227,49 m até o vértice P404, 257°18'10" e 187,89 m até o vértice P405, 245°13'24" e 27,73 m até o vértice P406, 277°34'44" e 165,27 m até o vértice P407, 309°56'05" e 190,83 m até o vértice P408, 305°40'57" e 168,53 m até o vértice P409, **deste**, **segue confrontando com Lote 59 Gleba 02, Colônia Passo do Sol,** com os seguintes azimutes e distâncias: 301°25'49" e 191,09 m até o vértice P410, **deste**, **segue confrontando com Lote 58 Gleba 02, Colônia Passo do Sol,** com os seguintes azimutes e distâncias: 301°25'49" e 266,98 m até o vértice P411, 301°25'49" e 322,42 m até o vértice P412, **deste**, **segue confrontando com Lote 57 Gleba 02, Colônia Passo do Sol**, com os seguintes azimutes e distâncias: 318°50'51" e 62,74 m até o vértice P413, 336°15'52" e 202,80 m até o vértice P414, **deste**, segue confrontando com Parte dos Lotes 54, 55, 56 e 58 Gleba 02, Colônia Passo do Sol, com os seguintes azimutes e distâncias: 337°59'37" e 39,88 m até o vértice P415, 344°12'04" e 103,20 m até o vértice P416, **deste**, **segue confrontando com Lote 61 Gleba 02, Colônia Passo do Sol**, com os seguintes azimutes e distâncias: 348°40'47" e 436,14 m até o vértice P417, 348°40'47" e 254,10 m até o vértice P418, 4°57'59" e 237,15 m até o vértice P419, **deste**, **segue confrontando com Granja Venazzi**, com os seguintes azimutes e distâncias: 21°15'10" e 422,87 m até o vértice P420, 21°15'10" e 192,38 m até o vértice P421, **deste**, **segue confrontando com Chácara 06**, com os seguintes azimutes e distâncias: 334°38'31" e 405,06 m até o vértice P422, **deste**, **segue confrontando com Chácara Napoles,** com os seguintes azimutes e distâncias: 334°38'31" e 189,61 m até o vértice P423, 334°38'31" e 123,55 m até o vértice P424, **deste**, **segue confrontando com Estrada Municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 335°59'55" e 430,92 m até o vértice P425, 55°38'09" e 109,97 m até o vértice P426, 54°07'06" e 76,29 m até o vértice P427, 61°52'56" e 39,35 m até o vértice P428, 69°41'32" e 47,54 m até o vértice P429, 72°45'15" e 98,34 m até o vértice P430, 77°14'10" e 41,46 m até o vértice P431, 85°38'37" e 32,16 m até o vértice P432, 96°47'47" e 19,98 m até o vértice P433, 109°55'45" e 15,16 m até o vértice P434, **deste**, **segue confrontando com Faixa de Dominio da PRC 158**, com os seguintes azimutes e distâncias: 111°54'09" e 32,45 m até o vértice P435, 351°34'34" e 7,34 m até o vértice P436, 352°10'37" e 16,47 m até o vértice P437, 353°52'44" e 15,48 m até o vértice P438, 356°19'18" e 14,14 m até o vértice P439, 357°39'13" e 14,39 m até o vértice P440, 0°20'11" e 14,65 m até o vértice P441, 2°27'27" e 15,04 m até o vértice P442, 5°18'31" e 14,80 m até o vértice P443, 8°13'12" e 14,35 m até o vértice P444, 9°39'33" e 14,30 m até o vértice P445, 12°47'25" e 14,26 m até o vértice P446, 14°34'39" e 21,92 m até o vértice P447, **deste**, **segue confrontando com Estrada municipal**, com os seguintes azimutes e distâncias: 14°59'54" e 14,40 m até o vértice P448, 95°46'30" e 36,28 m até o vértice P449, 118°55'05" e 18,18 m até o vértice P450, 111°54'41" e 22,65 m até o vértice P451, 104°45'50" e 37,08 m até o vértice P452, 103°18'25" e 25,19 m até o vértice P453, 96°28'04" e 21,80 m até o vértice P454, 89°55'57" e 28,02 m até o vértice P455, 75°58'08" e 39,99 m até o vértice P456, 88°11'11" e 23,25 m até o vértice P457, 86°15'14" e 58,71 m até o vértice P458, 80°29'33" e 24,25 m até o vértice P459, 86°36'24" e 30,34 m até o vértice P460, 84°30'34" e 23,87 m até o vértice P461, **deste, segue confrontando com Chácara 26**, com os seguintes azimutes e distâncias: 85°32'00" e 30,34 m até o vértice P462, 56°04'48" e 105,26 m até o vértice P463, 57°15'06" e 103,28 m até o vértice P01, ponto inicial da descrição deste perímetro. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, a partir da estação ativa da RBMC de Brasilia , de coordenadas N m e E m, e encontram-se representadas no Sistema U T M, referenciadas ao Meridiano Central nº 51°00', fuso -22, tendo como datum o SIRGAS2000. Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção U T M.

Chopinzinho, 09 de maio de 2026.

FABIANO BARANOSKI
CFT-PR 05696864902

(constar aqui o anexo denominado PLANTA_SIRGAS_2000)

Publicado por:
Maria Antonia Schizzi
Código Identificador:B6EF2AD0

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
ANEXOS DA LEI N. 54/2026 - LDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
Anexo I												
2027												
(LRF, art. 4º, § 1º)												**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	**2027**				**2028**				**2029**			
	Valor Corrente (a)	**Valor Constante**	**% PIB (a / PIB) x 100**	**% RCL (a/RCL) x 100**	**Valor Corrente (b)**	**Valor Constante**	**% PIB (b / PIB) x 100**	**% RCL (a/RCL) x 100**	**Valor Corrente (c)**	**Valor Constante**	**% PIB (c / PIB) x 100**	**% RCL (a/RCL) x 100**
Receita Total	97.409.286	93.527.879		101%	101.085.006	R$ 93.594.151		101%	104.601.266	R$ 93.574.725		101%
Receitas Primárias (I)	93.641.735	89.910.451		97%	97.195.855	R$ 89.993.204		97%	100.613.595	R$ 90.007.415		97%
Receitas Primárias Correntes	93.041.735	89.334.359		96%	96.555.855	R$ 89.400.631		96%	99.913.595	R$ 89.381.205		96%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	9.122.477	8.758.979		9%	9.460.008	R$ 8.758.979		9%	9.791.109	R$ 8.758.979		9%
Transferências Correntes	82.885.826	79.583.126		86%	86.024.178	R$ 79.649.398		86%	89.013.309	R$ 79.629.972		86%
Demais Receitas Primárias Correntes	1.033.432	992.254		1%	1.071.669	R$ 992.254		1%	1.109.178	R$ 992.254		1%
Receitas Primárias de Capital	**600.000**	**576.092**		**1%**	**640.000**	**R$ 592.573**		1%	**700.000**	R$ 626.210		1%
Despesa Total	98.299.532	94.382.652		102%	102.231.513	R$ 94.655.697		102%	106.146.980	R$ 94.957.498		102%
Despesas Primárias (II)	91.989.286	88.323.847		95%	95.646.858	R$ 88.558.994		95%	99.289.025	R$ 88.822.474		96%
Despesas Primárias Correntes	88.969.509	85.424.396		92%	92.528.289	R$ 85.671.526		92%	96.072.122	R$ 85.944.681		93%
Pessoal e Encargos Sociais	45.595.723	43.778.899		47%	47.419.552	R$ 43.905.550		47%	49.235.721	R$ 44.045.538		47%
Outras Despesas Correntes	43.373.785	41.645.497		45%	45.108.737	R$ 41.765.976		45%	46.836.401	R$ 41.899.143		45%
Despesas Primárias de Capital	2.719.778	2.611.404		3%	2.828.569	R$ 2.618.959		3%	2.936.903	R$ 2.627.309		3%
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	300.000	288.046		0%	290.000	R$ 268.510		0%	280.000	R$ 250.484		0%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	1.652.449	1.586.605		2%	1.548.998	R$ 1.434.210		2%	1.324.570	R$ 1.184.940		1%
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.300.000	8.929.429		10%	9.000.000	R$ 8.333.059		9%	8.800.000	R$ 7.872.348		8%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	1.000.000	960.154		1%	700.000	R$ 648.127		1%	500.000	R$ 447.293		0%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	500.000	480.077		1%	300.000	R$ 277.769		0%	200.000	R$ 178.917		0%

RS 1,00			
ESPECIFICAÇÃO	**2027**	**2028**	**2029**
IPCA projetado	**4,15%**	**3,70%**	**4%**
PIB nominal	**1,70%**	**2,00%**	**2,00%**
Receita Corrente Líquida	**96.609.286,21**	**100.183.829,80**	**103.690.263,84**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR								
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS								
ANEXO DE METAS FISCAIS								
Anexo II								
Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior								
2027								
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso I)								R$ 1,00
ESPECIFICAÇÃO	**Metas Previstas 2025 (a)**	**% PIB**	**% RCL**	**Metas Realizadas 2025 (b)**	**% PIB**	**% RCL**	**Variação Valor (c) = (b-a)**	**% (c/a) x 100**
Receita Total	79.786.685	3468986297,39%	3468986297%	89.606.619	3895939974%	101%	9.819.934,56	12,30773603
Receitas Primárias (I)	77.498.385	3369495006,96%	3369495007%	86.180.048	3746958590%	97%	8.681.662,41	11,20237847

Despesa Total	79.786.685	3468986297,39%	3468986297%	81.002.016	3521826769%	91%	1.215.330,85	1,52322515
Despesas Primárias (II)	77.374.685	3364116732,17%	3364116732%	79.940.621	3475679168%	90%	2.565.936,02	3,316247459
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	123.700	5378274,78%	5378275%	6.239.427	271279422%	7%	6.115.726,39	4943,985909
Dívida Pública Consolidada (DC)	8.600.000	373913043,48%	373913043%	9.596.532	417240540%	11%	996.532,42	11,58758628
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	8.100.000	352173913,04%	352173913%	-23.316.468	-1013759487%	-26%	-31.416.468,19	-387,857632
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	-3.000.000	-130434782,61%	-130434783%	-5.918.631	-257331797%	-7%	-2.918.631,32	97,28771067
PIB 2025					2,30			
RCL 2025					88.798.419,04			

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO III
Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores
2027
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso II) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total	84.098.665	95.179.075	13,18%	87.766.642	-7,79%	97.409.286	10,99%	101.085.006	3,77%	104.601.266	3,48%
Receitas Primárias (I)	77.021.410	86.172.569	11,88%	85.242.742	-1,08%	93.641.735	9,85%	97.178.055	3,78%	100.557.572	3,48%
Despesa Total	75.569.307	89.201.437	18,04%	87.766.642	-1,61%	97.409.286	10,99%	101.085.006	3,77%	104.601.266	3,48%
Despesas Primárias (II)	70.200.619	79.940.621	13,87%	86.596.642	8,33%	91.989.286	6,23%	95.646.858	3,98%	99.289.025	3,81%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	6.820.791	6.231.948	-8,63%	-1.353.900	-121,73%	1.652.449	-222,05%	1.531.197	-7,34%	1.268.547	-17,15%
Dívida Pública Consolidada (DC)	9.596.532	9.596.532	0,00%	9.300.000	-3,09%	9.100.000	-2,15%	8.900.000	-2,20%	8.700.000	-2,25%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-17.397.837	-23.316.468	34,02%	1.000.000	-104,29%	900.000	-10,00%	800.000	-11,11%	700.000	-12,50%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.762.741	-5.918.631	-435,76%	600.000	-110,14%	500.000	-16,67%	400.000	-20,00%	300.000	-25,00%
ESPECIFICAÇÃO	**VALORES A PREÇOS CONSTANTES**										
	2024	**2025**	**%**	**2026**	**%**	**2027**	**%**	**2028**	**%**	**2029**	**%**
Receita Total	88.160.631	99.233.703	12,56%	87.766.642	-11,56%	93.527.879	6,56%	97.478.308	4,22%	101.064.025	3,68%
Receitas Primárias (I)	80.741.544	89.843.520	11,27%	85.242.742	-5,12%	89.910.451	5,48%	93.710.757	4,23%	97.157.074	3,68%
Despesa Total	79.219.305	93.001.418	17,40%	87.766.642	-5,63%	93.527.879	6,56%	97.478.308	4,22%	101.064.025	3,68%
Despesas Primárias (II)	73.591.309	83.346.091	13,26%	86.596.642	3,90%	88.323.846	1,99%	92.234.193	4,43%	95.931.425	4,01%
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (III) = (I – II)	7.150.235	6.497.428	-9,13%	-1.353.900	-120,84%	1.586.605	-217,19%	1.476.564	-6,94%	1.225.649	-16,99%
Dívida Pública Consolidada (DC)	10.060.044	10.005.345	-0,54%	9.300.000	-7,05%	8.737.398	-6,05%	8.582.449	-1,77%	8.405.797	-2,06%
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	-18.238.152	-24.309.750	33,29%	1.000.000	-104,11%	864.138	-13,59%	771.456	-10,73%	676.329	-12,33%
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	1.847.882	-6.170.765	-433,94%	600.000	-109,72%	480.077	-19,99%	385.728	-19,65%	289.855	-24,86%

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes
Índices de Inflação

Exercício	**2024**	**2025**	**2026**	**2027**	**2028**	**2029**
Inflação (IPCA)	4,83%	4,26%	5,33%	4,15%	3,70%	3,50%
Multiplicar o valor corrente por...	1,0483	1,0426	Valor Corrente			
Dividir o valor corrente por...				1,0415	1,0370	1,0350

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO IV
Evolução do Patrimônio Líquido
2027
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) R$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Total do Passivo	-10.067.051,19	-11,32	-10.700.680,85	-13,90	-14.640.446,18	-21,49
Ativo Circulante	46.356.296,82	52,11	40.270.312,85	52,30	42.435.220,97	62,29
Ativo Imobilizado	52.669.997,94	59,21	47.429.044,18	61,60	40.333.738,79	59,20
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	88.959.243,57	100,00	76.998.676,18	100,00	68.128.513,58	100,00

Notas:

REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Total do Passivo	-224.263.204,93		-183.822.804,74		-174.168.488,72	
Ativo Circulante	45.266.468,94	-25,39	39.169.436,12	-27,09	35.740.680,36	-25,84
Ativo Imobilizado	725.651,60	-0,41	87.168,71	-0,06	87.168,71	-0,06
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	-178.271.084,39	100,00	-144.566.199,91	100,00	-138.340.639,65	100,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ANEXO V			
(e) Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos			
2027			
(LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	**2025 (a)**	**2024 (b)**	**2023 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	**2025 (d)**	**2024 (e)**	**2023 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDENCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	**2025 (g) = ((Ia – IId) + IIIh)**	**2024 (h) = ((Ib – IIe) + IIIi)**	**2023 (i) = (Ic – IIf)**
Valor (III)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
Anexo VI			
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO RPPS			
2027			
AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso IV, alínea "a")			R$ 1,00
RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES - RPPS			
FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (PLANO PREVIDENCIÁRIO)			
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
RECEITAS CORRENTES (I)	15.042.556,46	16.154.637,63	20.644.565,90
Constribuições Sociais	6.065.571,44	6.586.420,72	7.085.601,16
Receita Patrimonial	5.331.355,24	2.985.782,78	6.059.906,52
Outras Receitas Correntes	3.645.629,78	6.575.074,13	7.499.058,22
TOTAL DAS RECEITAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO=	**15.042.556,46**	**16.154.637,63**	**20.644.565,90**
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO)	**2023**	**2024**	**2025**
Pessoal e Encargos Sociais	5.822.701,90	11.365.449,35	13.122.997,75
Outras Despesas Correntes	75.646,47	216.966,11	177.946,50
Despesas de Capital	1.350,00	9.437,99	629.044,90
TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDO EM CAPITALIZAÇÃO (V)	**5.899.698,37**	**11.591.853,45**	**13.929.989,15**
SUPERAVIT	**9.142.858**	**4.562.784**	**6.714.577**

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ANEXO VII
Estimativa da Compensação e Renúncia da Receita
2027

(LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)						R$ 1,00
TRIBUTO	**MODALIDADE**	**SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO**	**RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA**			**COMPENSAÇÃO**
			2027	**2028**	**2029**	
Impostos, Taxas, Constribuições Melhoria, e outros Créditos Tributários.		**CONTRIBUINTES**	**750.000,00**	**776.250,00**	**803.418,75**	**Cobrança efetiva dos créditos vencidos. Reposição inflação. Aumento da receita.**
TOTAL			**750.000,00**	**776.250,00**	**803.418,75**	-

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
ANEXO VIII	
Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado	
2027	
(LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)	R$ 1,00
EVENTOS	**Valor Previsto 2025**
Aumento Permanente da Receita	0,00
(-) Aumento referente a transferências constitucionais	0,00
(-) Aumento referente a transferências do FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	0,00
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	0,00
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	0,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE RISCOS FISCAIS			
ANEXO IX			
Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências			
2027			
(LRF, art. 4º, § 3º)			R$ 1,00
PASSIVOS CONTINGENTES		**PROVIDÊNCIAS**	
Descrição	**Valor**	**Descrição**	**Valor**
Demandas Judiciais	180.000,00	Abertura de crédito adicional através da serva de contigência	180.000,00
Frustração de Arrecadação	150.000,00	Limitação de empenhos.	150.000,00
Epidemias, enchentes e situações de calamidade pública.	150.000,00	Abertura de crédito adicional através da reserva de contigência	150.000,00
SUBTOTAL	480.000,00	SUBTOTAL	480.000,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO AZUL PR	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO X	
Demonstrativo das Obras em Andamento e Informações sobre o Patrimônio Público	
2027	
(LRF, art. 45, Paragrafo Único)	
1 - Obras em Andamento	
Descrição	**Previsão para conclusão**
Pavimentação Vila Braine	Agosto / 2026
Pavimentações Urbana	Fevereiro / 2027

Publicado por:
Cleverson de Freitas
Código Identificador:4BF32985

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRA

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
46º. TERMO DE ALTERAÇÃO DO PCA – EXERCÍCIO 2026

Unidade Requisitante: Secretaria Municipal de Assistência Social

Responsável: Joceli Gomes Cunha.

PROCESSO Nº. 10435/2026

1.OBJETO

Contratação de empresa para prestação de serviços relacionados aos benefícios eventuais; Aquisição de itens relacionados aos benefícios eventuais; e Contratação de empresa especializada no serviço de instalação de entrada de serviço de padrão copel.

2.JUSTIFICATIVA

Solicitamos alteração para abertura de processos licitatórios para contratação de empesas e aquisições relacionadas aos benefícios eventuais, ofertados pelo Município, através da Secretaria Municipal de Assistência Social. Solicitamos a presente alteração para realização de troca de padrão da copel no centro da pessoa idosa, o qual é utilizado para realização de grupos de usuários, sendo essas pessoas idosas.

3. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO
Diante do exposto, os itens alterados passam a integrar o PCA/2026, garantindo a continuidade das atividades e o cumprimento dos princípios da publicidade e transparência.

Palmeira, 02 de outubro de 2026.

OSMAIR LEDERER

ANEXO 09 – CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
MUNICÍPIO DE PALMEIRA/ PR - PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2026										
CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS										
DESCRIÇÃO SINTÉTICA DO OBJETO	CONTRATAÇÃO/RENOVAÇÃO	Nº. CONTRATO/ATA	DATA DE VENCIMENTO	PREVÊ PRORROGAÇÃO?	FORMA DE CONTRATAÇÃO	PREVISÃO DE ABERTURA	PREVISÃO DE CONCLUSÃO	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE PREÇO	GRAU DE PRIORIDADE
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FUNERÁRIOS	RENOVAÇÃO	45/2024	22/03/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS	RENOVAÇÃO	1539 E 1540/2024	18/07/2026	SIM	ADITIVO	JUNHO	JULHO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO NATALIDADE	RENOVAÇÃO	312/2024	13/09/2026	SIM	ADITIVO	AGOSTO	SETEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 22.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GERENCIAMENTO DO AUXÍLIO CIDADANIA	RENOVAÇÃO	x	x	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 230.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA O POSTO DE ATENDIMENTO DO CADASTRO ÚNICO	RENOVAÇÃO	1479/2024	06/02/2026	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE DO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 24.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA ÓRGÃO GESTOR	RENOVAÇÃO	1293/2022	22/07/2025	SIM	ADITIVO	JANEIRO	FEVEREIRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 42.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGUROS PARA VEÍCULOS	RENOVAÇÃO	1319/2022; 1466/2023; 1502/2024	11/10/2026; 05/12/2026; 02/04/2026	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA O ÓRGÃO GESTOR	CONTRATAÇÃO	1529/2024	1529/2026	NÃO	PREGÃO OU DISPENSA	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO PARA MÓVEIS	RENOVAÇÃO	1392/2023 E 1529/2024	30/03/2026 E 23/06/2026	SIM	ADITIVO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.500,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA E OU PROFISSIONAL AUTÔNOMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MINISTRAR EVENTOS TEATRAIS TEMÁTICOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/ PESSOA FÍSICA	R$ 20.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE INSCRIÇÕES PARA CURSOS, CAPACITAÇÕES E EVENTOS DE CURSOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 10.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMAÇÃO CONTINUADA PARA TRABALHADORES DO SUAS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SUPERVISÃO TÉCNICA PARA OS EQUIPAMENTOS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 40.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CARTILHAS TEMÁTICAS SOBRE OS SERVIÇOS AFETOS À POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	BAIXA
PAGAMENTO DE ANUIDADE COGEMAS	RENOVAÇÃO	1449/2023	24/10/2025	SIM	ADITIVO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE REVISÃO DE VEÍCULOS OFICIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	DISPENSA DE LICITAÇÃO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA/MATERIAL DE CONSUMO	R$ 2.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REVELAÇÃO DE FOTOS E AQUISIÇÃO DE ÁLBUNS FOTOGRÁFICOS	RENOVAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	SETEMBRO	OUTUBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 1.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL DE HIGIENE PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	212/2051; 213/2024; 214/2024; 215/2024; 216/2024; 217/2024; 218/2024; 219/2024 E 220/2024	07/08/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO	MAIO	AGOSTO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 5.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	202/2024; 203/2024; 205/2024; 206/2024 E 154/2025	23/06/2026	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 70.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE VESTUÁRIOS CALÇADOS E ACESSÓRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS PARA DECORAÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PAGAMENTO DE FRANQUIA DE SEGURO PARA VEÍCULOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE FAIXAS PERSONALIZADAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 2.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ELETRODOMÉSTICOS	CONTRATAÇÃO	084; 085; 086; 087; 088 E 089/2024	24/04/2025	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	ABRIL	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 28.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA EXECUÇÃO DE PALESTRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 250.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE RAMPA COM ACESSIBILIDADE PARA O CRAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	TOMADA DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 20.000,00	ALTA

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DE DELIBERAÇÕES DO ESTADO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÕES COM RECURSOS ADVINDOS DO GOVERNO FEDERAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	A DEFINIR	A DEFINIR	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	A DEFINIR	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA ARTESANATO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE ARTIGOS NATALINOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	ABRIL	SETEMBRO	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 5.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE OFICINAS PARA GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 45.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE VIAGENS PARA OS GRUPOS DE USUÁRIOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 70.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	NÃO	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	AGOSTO	NOVEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 4.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES PARA O CADASTRO ÚNICO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE UNIFORMES ESCOLARES PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTOS INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	SETEMBRO	DEZEMBRO	MATERIAL BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	R$ 8.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE MÚSICO, DUPLA OU BANDA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 35.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE TENDAS E OUTROS MATERIAIS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	x	x	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE / MATERIAL DE CONSUMO/ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE BAILES MENSAIS	RENOVAÇÃO	97/2025	22/07/2026	SIM	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 12.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONFECÇÃO E COLOCAÇÃO DE PORTA DE MADEIRA NA SEDE DO CONSELHO TUTELAR	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	MARÇO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 5.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE TELA DE PROJEÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	ABRIL	JULHO	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	R$ 15.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE ITENS PERSONALIZADOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CAIXAS DE SOM E MICROFONES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE	MARÇO	JUNHO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE	R$ 4.000,00	BAIXA

					PREÇOS					
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE CONSOLE VIDEOGAME E OUTROS JOGOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	MAIO	AGOSTO	EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE/ MATERIAL DE CONSUMO	R$ 15.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ITENS DE CAMA, MESA E BANHO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	ABRIL	MATERIAL DE CONSUMO	R$ 4.000,00	MÉDIA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE COLOCAÇÃO DRYWALL, COM FORNECIMENTO DOS MATERIAIS NECESSÁRIOS À SUA EXECUÇÃO	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO - REGISTRO DE PREÇOS	JANEIRO	FEVEREIRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 60.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS E ITENS MEDICAMENTOSOS PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 30.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS PARA EVENTOS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	PREGÃO ELETRÔNICO	A DEFINIR	A DEFINIR	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 50.000,00	BAIXA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE RESTAURANTE, PIZZARIA, LANCHONETE E SORVETERIA PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL	CONTRATAÇÃO	x	x	x	CREDENCIAMENTO	FEVEREIRO	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	FEVEREIRO	ABRIL	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$ 15.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAR CORTE DE CABELO PARA O SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	x	x	x	DISPENSA DE LICITAÇÃO	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 300,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 3.000,00	ALTA
LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA EQUIPE TÉCNICA E ADMINISTRATIVA DO DEPARTAMENTO DA MULHER E DA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA	R$ 36.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CURSO PARA MOTORISTAS	CONTRATAÇÃO	x	x	x	INEXIGIBILIDADE	ABRIL	MAIO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	R$2.500,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL – INSTITUIÇÃO DE LONGA PERMANÊNCIA PARA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	X	X	X	INEXIGIBILIDADE	MAIO	JUNHO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$400.000,00	ALTA
OBRA EM ESPAÇO ALOCADO PELO SERVIÇO DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES	CONTRATAÇÃO	X	X	X	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	SETEMBRO	JANIERO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$250.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE OBRA DO COMPLEXO DA PESSOA IDOSA	CONTRATAÇÃO	X	X	X	CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA	AGOSTO	DEZEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	R$7.000.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE ACOLHIMENTO EM CASA DE APOIO.	CONTRATAÇÃO	X	X	X	DISPENSA	AGOSTO	SETEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	R$108.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS.	CONTRATAÇÃO	X	X	X	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO – PESSOA JURÍDICA	R$50.000,00	ALTA
AQUISIÇÃO DE ITENS RELACIONADOS AOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS	CONTRATAÇÃO	X	X	X	PREGÃO ELETRÔNICO	OUTUBRO	NOVEMBRO	MATERIAL, BEM OU SERVIÇO	R$50.000,00	ALTA
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO SERVIÇO DE INSTALÇAO DE ENTRADA DE SERVIÇO PADRÃO COPEL	CONTRATAÇÃO	X	X	X	DISPENSA-PREGÃO	OUTUBRO	NOVEMBRO	OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO PESSOA JURÍDICA	R$6.000,00	ALTA
TOTAL ESTIMADO:								R$9.263.800,00		

Publicado por:
Maria Eduarda Ratko Jantara
Código Identificador:D9035071

PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO

LEI Nº 6.455, DE 02 DE OUTUBRO DE 2026 - DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA LEI Nº 4.132, DE 17 DE MAIO DE 2016, CONFERINDO ISONOMIA ENTRE OS CARGOS DA ÁREA DA ENGENHARIA E ARQUITETURA, EM CONSONÂNCIA COM ART. 108, INCISO V, DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

A Câmara Municipal de Palmeira, Estado do Paraná, aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte,

Lei:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 4.132, de 17 de maio de 2016, em seu Anexo IV, garantindo isonomia entre os cargos das áreas de engenharia e arquitetura, com respeito ao art. 108, inciso V, da Lei Orgânica do Município de Palmeira.

Art. 2º Em conformidade com o disposto no art. 1º desta Lei, o Anexo IV da Lei nº 4.132, de 17 de maio de 2016, passa a vigorar com as redações que seguem especificadas, permanecendo inalteradas as demais disposições:

ANEXO IV

TABELAS DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

ENGENHEIRO CIVIL																		
Nível	Ref.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		13.652,16	14.061,72	14.471,29	14.880,85	15.290,42	15.699,98	16.109,55	16.519,11	16.928,68	17.338,24	17.747,81	18.157,37	18.566,94	18.976,50	19.386,07	19.795,63	20.205,20
II - Pós-graduação	10%	15.017,38	15.467,90	15.918,42	16.368,94	16.819,46	17.269,98	17.720,50	18.171,02	18.621,55	19.072,07	19.522,59	19.973,11	20.423,63	20.874,15	21.324,67	21.775,20	22.225,72
III - Mestrado	20%	18.020,85	18.561,48	19.102,10	19.642,73	20.183,35	20.723,98	21.264,60	21.805,23	22.345,86	22.886,48	23.427,11	23.967,73	24.508,36	25.048,98	25.589,61	26.130,23	26.670,86
IV - Doutorado	20%	21.625,02	22.273,77	22.922,52	23.571,27	24.220,02	24.868,77	25.517,53	26.166,28	26.815,03	27.463,78	28.112,53	28.761,28	29.410,03	30.058,78	30.707,53	31.356,28	32.005,03
Nível	Ref.	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
II - Graduação		20.614,76	21.024,33	21.433,89	21.843,46	22.253,02	22.662,59	23.072,15	23.481,72	23.891,28	24.300,84	24.710,41	25.119,97	25.529,54	25.939,10	26.348,67	26.758,23	27.167,80
III - Pós-graduação	10%	22.676,24	23.126,76	23.577,28	24.027,80	24.478,32	24.928,84	25.379,37	25.829,89	26.280,41	26.730,93	27.181,45	27.631,97	28.082,49	28.533,01	28.983,54	29.434,06	29.884,58
IV - Mestrado	20%	27.211,49	27.752,11	28.292,74	28.833,36	29.373,99	29.914,61	30.455,24	30.995,86	31.536,49	32.077,12	32.617,74	33.158,37	33.698,99	34.239,62	34.780,24	35.320,87	35.861,49
IV - Doutorado	20%	32.653,78	33.302,53	33.951,28	34.600,03	35.248,78	35.897,54	36.546,29	37.195,04	37.843,79	38.492,54	39.141,29	39.790,04	40.438,79	41.087,54	41.736,29	42.385,04	43.033,79

(NR)

ARQUITETO URBANISTA																		
Nível	Ref.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		13.652,16	14.061,72	14.471,29	14.880,85	15.290,42	15.699,98	16.109,55	16.519,11	16.928,68	17.338,24	17.747,81	18.157,37	18.566,94	18.976,50	19.386,07	19.795,63	20.205,20
II - Pós-graduação	10%	15.017,38	15.467,90	15.918,42	16.368,94	16.819,46	17.269,98	17.720,50	18.171,02	18.621,55	19.072,07	19.522,59	19.973,11	20.423,63	20.874,15	21.324,67	21.775,20	22.225,72
III - Mestrado	20%	18.020,85	18.561,48	19.102,10	19.642,73	20.183,35	20.723,98	21.264,60	21.805,23	22.345,86	22.886,48	23.427,11	23.967,73	24.508,36	25.048,98	25.589,61	26.130,23	26.670,86
IV - Doutorado	20%	21.625,02	22.273,77	22.922,52	23.571,27	24.220,02	24.868,77	25.517,53	26.166,28	26.815,03	27.463,78	28.112,53	28.761,28	29.410,03	30.058,78	30.707,53	31.356,28	32.005,03
Nível	Ref.	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
II - Graduação		20.614,76	21.024,33	21.433,89	21.843,46	22.253,02	22.662,59	23.072,15	23.481,72	23.891,28	24.300,84	24.710,41	25.119,97	25.529,54	25.939,10	26.348,67	26.758,23	27.167,80
III - Pós-graduação	10%	22.676,24	23.126,76	23.577,28	24.027,80	24.478,32	24.928,84	25.379,37	25.829,89	26.280,41	26.730,93	27.181,45	27.631,97	28.082,49	28.533,01	28.983,54	29.434,06	29.884,58
IV - Mestrado	20%	27.211,49	27.752,11	28.292,74	28.833,36	29.373,99	29.914,61	30.455,24	30.995,86	31.536,49	32.077,12	32.617,74	33.158,37	33.698,99	34.239,62	34.780,24	35.320,87	35.861,49
IV - Doutorado	20%	32.653,78	33.302,53	33.951,28	34.600,03	35.248,78	35.897,54	36.546,29	37.195,04	37.843,79	38.492,54	39.141,29	39.790,04	40.438,79	41.087,54	41.736,29	42.385,04	43.033,79

(NR)

ENGENHEIRO AMBIENTAL																		
Nível	Ref.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		13.652,16	14.061,72	14.471,29	14.880,85	15.290,42	15.699,98	16.109,55	16.519,11	16.928,68	17.338,24	17.747,81	18.157,37	18.566,94	18.976,50	19.386,07	19.795,63	20.205,20
II - Pós-graduação	10%	15.017,38	15.467,90	15.918,42	16.368,94	16.819,46	17.269,98	17.720,50	18.171,02	18.621,55	19.072,07	19.522,59	19.973,11	20.423,63	20.874,15	21.324,67	21.775,20	22.225,72
III - Mestrado	20%	18.020,85	18.561,48	19.102,10	19.642,73	20.183,35	20.723,98	21.264,60	21.805,23	22.345,86	22.886,48	23.427,11	23.967,73	24.508,36	25.048,98	25.589,61	26.130,23	26.670,86
IV - Doutorado	20%	21.625,02	22.273,77	22.922,52	23.571,27	24.220,02	24.868,77	25.517,53	26.166,28	26.815,03	27.463,78	28.112,53	28.761,28	29.410,03	30.058,78	30.707,53	31.356,28	32.005,03
Nível	Ref.	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
II - Graduação		20.614,76	21.024,33	21.433,89	21.843,46	22.253,02	22.662,59	23.072,15	23.481,72	23.891,28	24.300,84	24.710,41	25.119,97	25.529,54	25.939,10	26.348,67	26.758,23	27.167,80
III - Pós-graduação	10%	22.676,24	23.126,76	23.577,28	24.027,80	24.478,32	24.928,84	25.379,37	25.829,89	26.280,41	26.730,93	27.181,45	27.631,97	28.082,49	28.533,01	28.983,54	29.434,06	29.884,58
IV - Mestrado	20%	27.211,49	27.752,11	28.292,74	28.833,36	29.373,99	29.914,61	30.455,24	30.995,86	31.536,49	32.077,12	32.617,74	33.158,37	33.698,99	34.239,62	34.780,24	35.320,87	35.861,49
IV - Doutorado	20%	32.653,78	33.302,53	33.951,28	34.600,03	35.248,78	35.897,54	36.546,29	37.195,04	37.843,79	38.492,54	39.141,29	39.790,04	40.438,79	41.087,54	41.736,29	42.385,04	43.033,79

(NR)

ENGENHEIRO DE ALIMENTOS																		
Nível	Ref.	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17
		1	1,03	1,06	1,09	1,12	1,15	1,18	1,21	1,24	1,27	1,3	1,33	1,36	1,39	1,42	1,45	1,48
I - Graduação		13.652,16	14.061,72	14.471,29	14.880,85	15.290,42	15.699,98	16.109,55	16.519,11	16.928,68	17.338,24	17.747,81	18.157,37	18.566,94	18.976,50	19.386,07	19.795,63	20.205,20
II - Pós-graduação	10%	15.017,38	15.467,90	15.918,42	16.368,94	16.819,46	17.269,98	17.720,50	18.171,02	18.621,55	19.072,07	19.522,59	19.973,11	20.423,63	20.874,15	21.324,67	21.775,20	22.225,72
III - Mestrado	20%	18.020,85	18.561,48	19.102,10	19.642,73	20.183,35	20.723,98	21.264,60	21.805,23	22.345,86	22.886,48	23.427,11	23.967,73	24.508,36	25.048,98	25.589,61	26.130,23	26.670,86
IV - Doutorado	20%	21.625,02	22.273,77	22.922,52	23.571,27	24.220,02	24.868,77	25.517,53	26.166,28	26.815,03	27.463,78	28.112,53	28.761,28	29.410,03	30.058,78	30.707,53	31.356,28	32.005,03
Nível	Ref.	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
		1,51	1,54	1,57	1,6	1,63	1,66	1,69	1,72	1,75	1,78	1,81	1,84	1,87	1,9	1,93	1,96	1,99
II - Graduação		20.614,76	21.024,33	21.433,89	21.843,46	22.253,02	22.662,59	23.072,15	23.481,72	23.891,28	24.300,84	24.710,41	25.119,97	25.529,54	25.939,10	26.348,67	26.758,23	27.167,80
III - Pós-graduação	10%	22.676,24	23.126,76	23.577,28	24.027,80	24.478,32	24.928,84	25.379,37	25.829,89	26.280,41	26.730,93	27.181,45	27.631,97	28.082,49	28.533,01	28.983,54	29.434,06	29.884,58
IV - Mestrado	20%	27.211,49	27.752,11	28.292,74	28.833,36	29.373,99	29.914,61	30.455,24	30.995,86	31.536,49	32.077,12	32.617,74	33.158,37	33.698,99	34.239,62	34.780,24	35.320,87	35.861,49
IV - Doutorado	20%	32.653,78	33.302,53	33.951,28	34.600,03	35.248,78	35.897,54	36.546,29	37.195,04	37.843,79	38.492,54	39.141,29	39.790,04	40.438,79	41.087,54	41.736,29	42.385,04	43.033,79

(NR)

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações próprias constantes do orçamento vigente.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação e revoga Lei Municipal n. 5.937 de 26 de junho de 2024.

Prefeitura, sede do Município de Palmeira, Estado do Paraná, em 02 de outubro de 2026.

ALTAMIR SANSON
Prefeito do Município de Palmeira

Publicado por:
Gabrielli Parra
Código Identificador:A5AB95F1

ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA RICA
LEI Nº 058/2026

Lei nº 058/2026

Súmula: Inclui, altera e exclui dispositivos nas Leis Municipais nº 044/2022, 048/2022 e 114/2023, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Terra Rica, Estado do Paraná, aprovou, e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei...

Art. 1º. O Anexo I *(Mapa do Perímetro Urbano - Sede)*, da Lei Municipal 044/2022, que trata do Perímetro Urbano da Sede do Município de Terra Rica, passa a vigorar com o seguinte traçado:

Art. 2º. O *caput*, do artigo 7º, da Lei Municipal nº 044/2022 *(Perímetro Urbano - Sede)*, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 7º *O Perímetro Urbano da Sede do Município de Terra Rica, Estado do Paraná, fica assim definido: "Inicia-se no vértice* ***P0****, de coordenadas* ***N 7488584,45 m*** *e* ***E 333829,98 m;*** *Datum SIRGAS 2000 com Meridiano Central -51, localizado em paralelo distante a 95 metros em relação ao lote da empresa Karam`s Estofados; deste, deflete em linha reta e seca no sentido Norte para Sul por cerca de 1305 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°33'36,08'' e 1305,01 m;*** *até o vértice* ***P1****, de coordenadas* ***N 7487279,48 m*** *e* ***E 333840,00 m****; deste ponto, segue em linha reta e seca de Oeste para Leste por cerca de 736 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***89°23'14,17''*** *e* ***736,13 m****; até encontrar o eixo da Rua Estrela do Norte onde está localizado o vértice* ***P2****, de coordenadas* ***N 7487287,35 m*** *e* ***E 334576,09 m****; deste ponto, segue o eixo da Rua Estrela do Norte por cerca de 261 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'16,36''*** *e* ***260,93 m****; até o vértice* ***P3****, de coordenadas* ***N 7487026,43 m*** *e* ***E 334578,95 m****; deste ponto, segue em linha reta em paralelo distante a 30,5 metros em relação ao eixo da Rua Sergipe por cerca de 547 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***269°23'36,14''*** *e* ***546,73 m****; até encontrar o eixo da Avenida Santa Catarina onde está localizado o vértice* ***P4****, de coordenadas* ***N 7487020,65 m*** *e* ***E 334032,25 m****; deste ponto, segue o eixo da Avenida Santa Catarina no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 483 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°30'33,54''*** *e* ***483,45 m****; até encontrar o vértice* ***P5****, de coordenadas* ***N 7486537,22 m*** *e* ***E 334036,39 m****; deste ponto, segue em linha reta em paralelo distante a 30,5 metros em relação ao eixo da Rua Dom Pedro II por cerca de 548 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***89°28'5,32''*** *e* ***547,94 m****; até encontrar o eixo do traçado do contorno viário a Leste onde está localizado o vértice* ***P6****, de coordenadas* ***N 7486542,30 m*** *e E* ***334584,31 m****; deste ponto, segue no sentido Nordeste para Sudeste o eixo do contorno viário Leste por cerca de 35 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***35,23 m****; até encontrar o vértice* ***P7****, de coordenadas* ***N 7486507,07 m*** *e* ***E 334584,69 m****; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Oeste para Leste por cerca de 381 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***90°00'0,00''*** *e* ***376,02 m****; até o vértice* ***P8****, de coordenadas* ***N 7486507,07 m*** *e* ***E 334960,72 m****; deste ponto, segue no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 324 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***324,29 m****; até encontrar o vértice* ***P9****, de coordenadas* ***N 7486182,80 m*** *e* ***E 334964,29 m****; deste ponto, segue em linha reta e seca de Leste para Oeste por cerca de 353 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***269°30'15,75''*** *e* ***352,71 m****; até o vértice* ***P10****, de coordenadas* ***N 7486179,75 m*** *e* ***E 334611,59 m****; deste ponto, segue o eixo do contorno viário no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 154 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***154,00 m****; até encontrar o vértice* ***P11****, de coordenadas* ***N 7486025,76 m*** *e* ***E 334613,29 m****; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Oeste para Leste por cerca de 283 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***89°30'17,50''*** *e* ***282,98 m****; até o vértice* ***P12****, de coordenadas* ***N 7486028,21 m*** *e* ***E 334896,26 m****; deste ponto, segue no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 189 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***188,76 m****; até o vértice* ***P13****, de coordenadas* ***N 7485839,46 m*** *e* ***E 334898,34 m****; deste ponto, segue em linha reta e seca de Leste para Oeste, pelo limite da faixa de domínio da PR-557, por cerca de 283 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***269°30'17,50''*** *e* ***282,98 m****; até o vértice* ***P14****, de coordenadas* ***N 7485837,01 m*** *e* ***E 334615,37 m****; deste ponto, segue o eixo do contorno viário no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 948 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***948,22 m*** *até encontrar o eixo da Rua Natal de Bortoli onde está localizado o vértice* ***P15****, de coordenadas* ***N 7484888,85 m*** *e* ***E 334625,83 m****; deste ponto, segue em linha reta e seca por cerca de 261 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***179°22'5,80''*** *e* ***260,83 m****; até encontrar o vértice* ***P16****, de coordenadas* ***N 7484628,03 m*** *e* ***E 334628,70 m****; deste ponto, segue de Leste para Oeste por cerca de 1025 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***269°06'46,02''*** *e* ***1024,69 m****; até encontrar a Rua Victoriano Vargas Álvares onde está localizado o vértice* ***P17****, de coordenadas* ***N 7484612,17 m*** *e* ***E 333604,14 m****; deste ponto, segue confrontando com a Rua Victoriano Vargas Álvares por cerca de 144 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***181°30'53,46''*** *e* ***143,91 m****; até encontrar o vértice* ***P18****, de coordenadas* ***N 7484468,31 m*** *e* ***E 333600,33 m****; deste ponto, segue em linha reta em paralelo distante a 25 metros em relação ao eixo da Rua Francisco Gonzaga Ribeiro por cerca de 45 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***265°05'19,93''*** *e* ***44,89 m****; até o vértice* ***P19****, de coordenadas* ***N 7484464,47 m*** *e* ***E 333555,60 m****; deste ponto, segue em linha reta em paralelo distante a 25 metros em relação ao eixo da Rua Francisco Gonzaga Ribeiro por cerca de 287 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***235°16'2,31''*** *e* ***287,46 m****; até o vértice* ***P20****, de coordenadas* ***N 7484300,69 m*** *e* ***E 333319,36 m****; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 29 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***180°35'26,11''*** *e* ***428,76 m****; até o vértice* ***P21****, de coordenadas* ***N 7483871,95 m*** *e* ***E 333314,94 m****; deste, deflete em linha reta e seca no sentido Sudeste para Sudoeste por cerca de 159 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***267°19'17,43''*** *e* ***159,17 m****; até encontrar o vértice* ***P22****, de coordenadas* ***N 7483864,51 m*** *e* ***E 333155,95 m****; que está localizado em paralelo distante a 12 metros da Rodovia PR180; deste, segue em paralelo distante a 12 metros em relação ao eixo da Rodovia PR180 por cerca de 415 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***181°36'53,13''*** *e* ***415,34 m****; até encontrar o vértice* ***P23****, de coordenadas* ***N 7483449,34 m*** *e* ***E 333144,24 m****; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido Sudoeste para Sudeste por cerca de 262 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***87°24'28,52''*** *e* ***261,76 m****; até encontrar o vértice* ***P24****, de coordenadas* ***N 7483461,17 m*** *e* ***E 333405,74 m****; deste, deflete em linha reta e seca no sentido Nordeste para Sudeste por cerca de 111 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***181°49'54,17''*** *e* ***111,29 m;*** *até encontrar o vértice* ***P25****, de coordenadas* ***N 7483349,94 m*** *e* ***E 333402,18 m****; deste, segue no sentido de Sudeste para Sul por cerca de 133 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***203°05'0,53''*** *e* ***133,49 m****; até encontrar o vértice* ***P26****, de coordenadas* ***N 7483227,14 m*** *e* ***E 333349,84 m****; deste, deflete em linha reta e seca no sentido de Sudeste para Sudoeste por cerca de 345 metros, com os seguintes azimute plano e distância:* ***267°24'15,73''*** *e* ***344,71 m****; até o vértice* ***P27****, de coordenadas* ***N 7483211,53 m*** *e* ***E 333005,49 m****; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido Sudoeste para Noroeste por cerca de 63 metros em paralelo distante a 120 metros do eixo da Rodovia PR180, com os seguintes azimute plano e distância:* ***1°36'53,13''*** *e* ***63,43 m****; até encontrar o vértice* ***P28****, de coordenadas* ***N 7483274,93 m*** *e* ***E 333007,27 m****; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância:* ***268°12'0,00''*** *e* ***98,59 m****; até o vértice* ***P29****, de coordenadas* ***N 7483271,83 m*** *e* ***E 332908,73 m****; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância:* ***0°14'60,00''*** *e* ***117,00 m****; até o vértice* ***P30****, de coordenadas* ***N 7483388,83 m*** *e* ***E 332909,24 m****; deste, segue com os seguintes azimute plano*

*e distância: **88°11'60,00''** e **101,38 m**; até o vértice **P31**, de coordenadas **N 7483392,02 m e E 333010,57 m**; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido Sudoeste para Noroeste por cerca de 63 metros em paralelo distante a 120 metros do eixo da Rodovia PR180, com os seguintes azimute plano e distância: **1°36'53,13''** e **1527,21 m**; até encontrar o vértice **P32**, de coordenadas **N 7484918,62 m** e **E 333053,61 m**; deste ponto, segue no sentido de Sudoeste para Noroeste por cerca de 48 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°28'35,33''** e **47,91 m**; até encontrar o cruzamento da Avenida James Patrick Clark com a Rua Guaporé onde está localizado o vértice **P33**, de coordenadas **N 7484966,53 m** e **E 333053,17 m**; deste ponto, segue confrontando com a Rua Guaporé por cerca de 754 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°28'35,33''** e **753,52 m**; até encontrar a Rua Paraíba onde está localizado o vértice **P34**, de coordenadas **N 7485720,02 m** e **E 333046,29 m**; deste ponto, segue confrontando com a Rua Paraíba por 90 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **269°28'35,33''** e **90,00 m**; até encontrar a Rua Amazonas onde está localizado o vértice **P35**, de coordenadas **N 7485719,20 m** e **E 332956,29 m**; deste ponto, segue confrontando com a Rua Amazonas sentido Noroeste para Sudoeste por cerca de 316 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **179°28'35,33''** e **316,13 m**; até encontrar o vértice **P36**, de coordenadas **N 7485403,09 m** e **E 332959,18 m**; localizado na projeção do eixo da Avenida Minas Gerais; deste ponto, segue pela projeção do eixo da Avenida Minas Gerais no sentido de Leste para Oeste por cerca de 348 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **269°31'11,72''** e **348,00 m**; até encontrar o vértice **P37**, de coordenadas **N 7485400,17 m** e **E 332611,19 m**; deste ponto deflete em linha reta e seca confrontando com a Rua Guilherme Batistela no sentido de Sudoeste para Noroeste por cerca de 874 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°28'35,33''** e **873,76 m**; até encontrar o vértice **P38**, de coordenadas **N 7486273,89 m** e **E 332603,21 m**; localizado na projeção do eixo da Avenida Nelson Maior; deste ponto, segue pela projeção do eixo desta avenida no sentido de Oeste para Leste por 438 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **89°25'57,72''** e **438,00 m**; até encontrar a Rua Guaporé onde está localizado o vértice **P39**, de coordenadas **N 7486278,23 m e E 333041,19 m;** deste ponto, Deflete em linha reta e seca no sentido de Sudoeste para Noroeste por cerca de 383 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°28'42,29''** e **369,44 m**; até encontrar o eixo da Rua José Rigoni onde está localizado o vértice **P40**, de coordenadas **N 7486647,66 m** e **E 333037,82 m**; deste ponto, segue confrontando com a Rua José Rigoni no sentido de Leste para Oeste por cerca de 438 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **269°23'14,17''** e **438,00 m**; até encontrar o vértice **P41**, de coordenadas **N 7486642,97 m** e **E 332599,85 m**; localizado em paralelo distante a 22 metros em relação ao eixo da Rua Júlio Savoldi; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Sudoeste para Noroeste por cerca de 1381 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°28'33,47''** e **1381,13 m**; até encontrar o vértice **P42**, de coordenadas **N 7488024,05 m** e **E 332587,22 m;** deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Oeste para Leste por cerca de 455 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **89°32'24,68''** e **455,42 m**; até encontrar o vértice **P43**, de coordenadas **N 7488027,70 m** e **E 333042,62 m;** localizado no final do canal de drenagem; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Noroeste para Sudoeste por cerca de 380 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **179°31'33,54''** e **380,00 m**; até encontrar o vértice **P44**, de coordenadas **N 7487647,71 m** e **E 333045,76 m**; na Rua Proj. "G"; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido de Oeste para Leste por cerca de 533 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **89°32'24,68''** e **533,42 m**; até encontrar o eixo da Rodovia PR180 onde está localizado o vértice **P45**, de coordenadas **N 7487652,00 m** e **E 333579,17 m**; deste ponto, segue o eixo da Rodovia PR180 no sentido Sul para Norte por cerca de 770 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°01'5,46''** e **769,72 m**; até o vértice **P46**, de coordenadas **N 7488421,61 m** e **E 333565,98 m**; deste, deflete em linha reta e seca no sentido de Leste para Oeste por cerca de 980 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **268°23'16,14''** e **980,06 m**; até o vértice **P47**, de coordenadas **N 7488394,03 m** e **E 332586,31 m**; deste ponto, segue no sentido Sul para Norte por cerca de 160 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **359°01'5,46''** e **160,01 m**; até o vértice **P48**, de coordenadas **N 7488554,02 m** e **E 332583,56 m**; deste ponto, segue em linha reta e seca de Oeste para Leste confrontando com a Rodovia PR557 até encontrar a rotatória de acesso à PR180 por cerca de 980 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **88°23'16,14''** e **980,06 m**; até o vértice **P49**, de coordenadas **N 7488581,59 m** e **E 333563,24 m**; deste ponto, deflete em linha reta e seca no sentido Oeste para Leste por cerca de 267 metros, com os seguintes azimute plano e distância: **89°23'14,17''** e **266,76 m**; até o vértice **P0**, de coordenadas **N 7488584,45 m** e **E 333829,98 m**, encerrando esta descrição, perfazendo um perímetro total de **21,94 km** e uma área total de **616,86 ha**."*

Art. 3º. A sigla "**ZUE**", constante na "**Tabela 1: Parâmetros de ocupação**", contida no Parágrafo Único, do artigo 12, da Lei Municipal nº 048/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

ZONEAMENTO		**LOTE MÍNIMO**		**COEF. DE APROVEI-TAMENTO**	**TAXAS**		**RECUO (m)**	**AFASTAMENTOS (m)**		**Nº DE PAVIMENTOS**
SIGLA	ZONA	ÁREA (m²)	TESTADA (m)	BÁSICO	OCUPA-ÇÃO (%)	PERMEA-BILIDADE (%)	FRONTAL (m)	FUNDOS (m)	LATERAL (m)	MÁXIMO
ZUE	*Zona de Urbanização Específica*	*300*	*10*	*1,2*	*60*	*40*	*3*	*Variável*	*1,5*	*2*

Art. 4º. O § 2º, do art. 27, da Lei Municipal nº 048/2022, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 2º A área de urbanização ao longo das borda da Represa de Rosana observará, obrigatoriamente, a cota estipulada como área de preservação permanente exigida pelas Leis e Órgãos Ambientais competentes, e estender-se-á até 3.000 (três mil) metros, à partir desta cota.

Art. 5º. O Anexo III (*Mapa do Zoneamento da Sede*), da Lei Municipal nº 048/2022, passa a vigorar com o seguinte traçado:

Art. 6º. O Anexo IV *(Mapa dos Equipamentos Públicos da Sede)*, da Lei Municipal nº 048/2022, passa a vigorar com o seguinte traçado:

Art. 7º. O Anexo V *(Mapa de Incidência de Instrumentos Urbanísticos)*, da Lei Municipal nº 048/2022, passa a vigorar com o seguinte traçado:

Art. 8º. O *caput*, do § 1º, do artigo 8º, da Lei Municipal nº 114/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 1º. *Devidamente comprovado via cadastro imobiliário e/ou documento hábil com firma reconhecida das assinaturas à época da transação, os lotes fracionados de fato até 31/12/2008, para fins de uso estritamente residenciais, com área mínima de 125m² (cento e vinte e cinco metros quadrados) e testada mínima de 3 (três) metros, serão passíveis de regularização junto ao cadastro imobiliário municipal e, consequentemente, junto ao Cartório de Registro de Imóveis local.*

Art. 9º. O Inciso "I", do § 1º, do artigo 8º, da Lei Municipal nº 114/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

Constitui documento hábil, para fins do disposto neste parágrafo, qualquer documento que comprove, de forma inequívoca, a posse contemporânea, mansa e pacífica do imóvel, por proprietários/possuidores distintos.

Art. 10. Inclui os incisos "II" e "III", no § 1º, do artigo 8º, da Lei Municipal nº 114/2023, com as seguintes redações:

A Inexistência das infraestruturas constantes nos incisos II, III e IV, do artigo 24, desta Lei, não impede a regularização, nos termos do disposto neste parágrafo.

Junto ao requerimento, os interessados deverão apresentar:

Cópia autenticada dos documentos pessoais dos interessados;

Cópia atualizada da matrícula do imóvel a ser desmembrado;

Croquis e memorais descritivos dos lotes (fracionado e remanescente);

ART devidamente assinada;

Documentação probatória da posse.

Art. 11. O inciso "IV", do artigo 24, da Lei Municipal nº 114/2023, passa a vigorar com a seguinte redação:

IV - vias de circulação devidamente pavimentadas nos termos do exigido nas alíneas "a" e "b", do § 3º, do artigo 22, desta Lei;

Art. 12. Fica incluso o § 3º, no artigo 24, da Lei Municipal nº 114/2023, com a seguinte redação:

***§ 3º** Se o lote a ser desmembrado não apresentar nenhuma testada para via pública superior a 30 (trinta) metros, será dispensada a existência das infraestruturas constantes nos incisos II, III e IV, deste artigo.*

Art. 13. Permanecem inalterados e em pleno vigor, os demais dispositivos das Leis Municipais nº 044/2022, 048/2022 e 114/2023.

Art. 14. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, Gabinete do Prefeito de Terra Rica, Estado do Paraná, aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte seis (02/10/2026).

AGNALDO DE SOUZA COSTA
Prefeito Municipal

O arquivo completo desta Lei, devidamente publicado e com todos os mapas anexos,

pode ser acessado através do link: *https://leismunicipais.com.br/camara/pr/terra-rica*

Publicado por:
Jose Roberto Perico
Código Identificador:E0DCB0C8